



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA**

**Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal
e suas Subcomissões**

ANO LXVIII – SUP. “A” AO Nº 71 – SEXTA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL)	3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR)	SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)	1º - Magno Malta - (PR-ES)
2ª SECRETÁRIA Angela Portela - (PT-RR)	2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
	3º - João Durval - (PDT-BA)
	4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28 Líder Eunício Oliveira - Bloco (62,70) Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (62,70) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88) Líder do PSD - 2 Sérgio Petecão (84,87) Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,60,85) Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25 Líder Wellington Dias - Bloco (24,65,90) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,97) Rodrigo Rollemberg (69,98) Inácio Arruda (89,99) Eduardo Lopes (37,45,63,100) Líder do PT - 12 Wellington Dias (24,65,90) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Anibal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (96) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,67,97) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86) Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (69,98) Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,82) Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda (89,99) Vice-Líder do PC DO B Vanessa Grazziotin (1,91) Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,63,100) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16 Líder Mário Couto - Bloco (34,61) Vice-Líderes Wilder Moraes (101) Ataídes Oliveira (102) Cyro Miranda (31,103) Líder do PSDB - 12 Aloysio Nunes Ferreira (7,68) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80) Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,77) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28,106)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSB/PPL) - 12 Líder Gim - Bloco (56,58,59) Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (19,51) Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59) Líder do PR - 5 Alfredo Nascimento (41,66) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,72)	Governo Líder Eduardo Braga - Governo (39) Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,82) Jorge Viana Vital do Rêgo	

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Ata Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA	
1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL E SUAS SUBCOMISSÕES	
1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE	
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de abril de 2013.....	5
Ata da 13ª Reunião, Ordinária, realizada em 9 de abril de 2013.....	22
Ata da 14ª Reunião, Ordinária, realizada em 16 de abril de 2013.....	38
Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de abril de 2013.....	62
Ata da 16ª Reunião, Ordinária, realizada em 23 de abril de 2013.....	80
Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de abril de 2013.....	124
Ata da 18ª Reunião, Ordinária, realizada em 30 de abril de 2013.....	147
1.1.2 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ	
Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de abril de 2013.....	167
Ata da 10ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 de abril de 2013.....	189
Ata da 11ª Reunião, Ordinária, realizada em 17 de abril de 2013.....	223
1.1.3 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE	
Ata da 5ª Reunião, Ordinária, realizada em 26 de março de 2013.....	284
Ata da 6ª Reunião, Ordinária, realizada em 2 de abril de 2013.....	296
Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de abril de 2013.....	301
Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de abril de 2013.....	327
Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de abril de 2013.....	350
Ata da 10ª Reunião, Ordinária, realizada em 16 de abril de 2013.....	365
Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2013.....	369
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2013.....	393
1.1.4 – Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA	
Ata da 8ª Reunião, Ordinária, realizada em 9 de abril de 2013.....	396
Ata da 9ª Reunião, Ordinária, realizada em 16 de abril de 2013.....	409
1.1.4.1 – Subcomissão Temporária destinada a acompanhar a execução das obras da Usina de Belo Monte	
Ata da 4ª Reunião, realizada em 23 de maio de 2012.....	420
Ata da 1ª Reunião, realizada em 12 de março de 2013.....	444
1.1.5 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH	
Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de março de 2013.....	449
Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de março de 2013.....	470
Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de março de 2013.....	501
Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de abril de 2013.....	530
Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de abril de 2013.....	557
Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de abril de 2013.....	571
Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2013.....	587
1.1.6 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE	
Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de abril de 2013.....	616
Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de abril de 2013.....	654
Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de abril de 2013.....	676

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada
em 12 de abril de 2013..... 699

**1.1.7 – Comissão de Desenvolvimento Re-
gional e Turismo – CDR**

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada
em 10 de abril de 2013..... 729

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada
em 17 de abril de 2013 749

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada
em 24 de abril de 2013..... 759

**1.1.8 – Comissão de Agricultura e Refor-
ma Agrária – CRA**

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada
em 18 de abril de 2013..... 773

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada
em 25 de abril de 2013..... 802

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO,
EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE
ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA,
REALIZADA EM 8 DE ABRIL DE 2013, ÀS
18 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE
REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA,
SENADO FEDERAL.**

Às dezoito horas e cinquenta e um minutos do dia oito de abril do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque e Armando Monteiro. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, José Pimentel, Humberto Costa, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Roberto Requião, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Alvaro Dias, José Agripino, Jayme Campos, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues. A Presidência declara aberta a Reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de Audiência Pública, a fim de debater a Substituição Tributária e as Micro e Pequenas Empresas, tendo como expositores o Sr. Cláudio José Trinchão Santos, Coordenador Nacional dos Secretários da Fazenda – Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz; o Sr. José Tarcísio da Silva, Presidente da Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Comicro; o Sr. Bruno Quick, Gerente da Unidade de Políticas Públicas do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae; o Sr. Silas Santiago, Secretário-Executivo do Comitê Gestor do Simples Nacional do Ministério da Fazenda – MF, representando o Sr. Carlos Alberto Freitas Barreto, Secretário da Receita Federal do Brasil – RFB; e o Sr. Fábio Santos Pereira Silva, Coordenador-Geral de Articulação Institucional, Crédito e Fomento às Micro, Pequenas e Médias Empresas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, representando o Sr. Humberto Luiz Ribeiro da Silva, Secretário de Comércio e Serviços do MDIC, em atendimento ao Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 4 de 2013, de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy e outros. Após a exposição dos convidados, usa da palavra o Senador Armando Monteiro. É concedida a palavra, ainda, ao Sr. Flávio Vital, Assessor de Projetos da Pequena e Média Indústria na Federação das Indústrias do Estado de São

Paulo. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Pauta: audiência pública.

Assunto, finalidade: debater a substituição tributária e as micro e pequenas empresas.

Requerimento de realização da audiência: Requerimento nº 4, de 2013, Senador Eduardo Suplicy e outros.

Convidados: Cláudio José Trinchão Santos, Coordenador Nacional dos Secretários de Fazenda no Confaz; Silas Santiago, Secretário-Executivo do Comitê Gestor do Simples Nacional, representando o Ministério da Fazenda; Fábio Santos Pereira Silva, Coordenador-Geral de Articulação Institucional, Crédito e Fomento às Micro, Pequenas e Médias Empresas, representando o MDIC; José Tarcísio da Silva, Presidente da Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Comicro) e Bruno Quick, Gerente da Unidade de Políticas Públicas do Sebrae.

Convido todos os senhores a tomarem seus assentos.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas. Os convidados farão suas exposições por 10 minutos e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos. A palavra dos Senadores e das Senadoras será concedida na ordem de inscrição.

Com a palavra o Sr. Silas Santiago, Secretário-Executivo do Comitê Gestor do Simples Nacional, representando o Ministério da Fazenda.

O SR. SILAS SANTIAGO – Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores convidados, todos aqui presentes, senhores e senhoras, é um prazer estar nesta audiência pública para falar sobre o Simples Nacional, sobre a substituição tributária, que está prevista na Lei Complementar nº 123.

Nunca é demais lembrar que as micro e pequenas empresas representam um grande instrumento de desenvolvimento do País, de fortalecimento no mercado interno dos arranjos produtivos locais e, por conta disso, o Brasil tem-se saído melhor nas últimas crises

econômicas por conta não só da parte tributária, mas de todos os mecanismos que foram trazidos pela Lei Complementar nº 123, que é chamada a Lei Geral da Micro e da Pequena Empresa. Esses resultados que o Brasil tem conseguido, que tem feito, inclusive, com que se gerem empregos, se mantenham empregos, tem até chamado a atenção e outros países, países vizinhos e nem tão vizinhos assim, na questão do que o Brasil está fazendo para conseguir esses resultados na questão de geração e manutenção de empregos. Temos estado em vários países e temos também sido visitados por alguns países que têm procurado conhecer a nossa lei e, mais do que conhecer a nossa lei, conhecer os mecanismos que o Brasil tem utilizado para o fortalecimento da micro e da pequena empresa.

A questão da substituição tributária está prevista na Lei Complementar nº 123, no art. 13, §1º, como um mecanismo de exclusão daquele fato tributário da base impositiva do Simples Nacional. Significa dizer que uma empresa que tenha o seu produto sujeito à substituição tributária não paga duas vezes o ICMS, por exemplo, ou outro tributo que esteja em substituição tributária, no caso desta audiência pública, se refere ao ICMS. Ela exclui da base de cálculo do Simples Nacional aquele valor sobre o qual já houve a substituição tributária ou o recolhimento antecipado do tributo. Então, ela acaba pagando, dentro do Simples Nacional, sobre aquela base, só os demais tributos – tributos federais, no caso – que são abrangidos pelo Simples Nacional. Então, em cima daquele valor sobre o qual já houve a cobrança da substituição tributária ou o recolhimento antecipado do ICMS não se cobra mais dentro do Simples Nacional.

O que nós temos recebido de informações das empresas, das entidades representativas, é que isso, em tese, pode trazer certo prejuízo para as microempresas e para as empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional, porque, na verdade, aquela pequena empresa que é optante, com relação ao ICMS e àquela base de cálculo específica que já foi objeto de substituição tributária, sofre incidência de alíquotas de percentuais normais no ICMS quanto àquela base tributária.

É uma previsão que está na lei complementar. Então, para que isso se modifique é necessário que haja a alteração na própria Lei Complementar nº 123.

Com relação a isso, o Secretário Cláudio Trinchão vai ter muito mais propriedade para falar, porque ele representa os Estados – o ICMS é um tributo dos Estados. A substituição tributária é um excelente mecanismo de administração tributária, porque ela, na verdade, concentra a tributação no início da cadeia produtiva, concentra a tributação basicamente na in-

dústria. E cobra-se aquele tributo, no caso o ICMS, só na indústria, desonerando as demais fases das etapas produtivas: a distribuição ou o comércio para o consumidor final.

Essa concentração faz com que fique muito mais fácil controlar essa cadeia produtiva, porque se cobra no início e, geralmente, se concentra essa cobrança em muito menos empresas do que se essa tributação estivesse em toda a cadeia. E chegaria a todas as empresas que vendem aqueles produtos no mercado nacional.

Então, esse é um excelente instrumento de administração tributária que traz facilitadores para o controle do Fisco, porque, se não fosse assim, o controle dessa cadeia produtiva teria que acontecer em todas as fases das comercializações, da distribuição, e ficaria muito mais complicado. E, no caso das pequenas empresas, que são em maior número, 76% das empresas em nível federal, hoje, são optantes pelo Simples Nacional. Então, é claro que existe uma dificuldade muito maior de se fazer o controle nessas empresas.

De qualquer forma, para que se modifique ou não essa situação, eu considero que o Senado Federal é um instrumento, uma instância importante de negociação, de deliberação; é a Casa dos Estados, principalmente. O Congresso Nacional é a Casa do povo brasileiro, mas especificamente o Senado Federal é a Casa que representa os Estados.

É preciso analisar duas coisas muito importantes: a primeira é a questão da adequação da política tributária. Isso é um fato. Deve-se verificar a questão da substituição tributária sob o aspecto da adequação de política tributária. Outro lado que deve ser verificado é a questão da situação fiscal dos Estados. Às vezes, propõe-se algo que está adequado, se for analisada a questão de política tributária, mas, de qualquer forma, deve-se observar a política, a situação fiscal dos Estados.

Uma coisa que temos primado no Simples Nacional, nos seis anos de existência, é a questão do respeito à autonomia. No caso, não existe hierarquia entre a União, os Estados e os Municípios na questão constitucional; cada um tem a sua competência, cada um gerencia os seus tributos. Existe um colegiado, onde tudo se decide de forma consensual, mas, de qualquer forma, é preciso observar sempre, nas negociações, a questão do respeito à autonomia dos Estados. Então, essa é uma coisa importante.

Considero que esta reunião é muito importante, assim como outras que vão vir por aí, patrocinadas pelo Senado da República, pela Frente Parlamentar das Micro e Pequenas Empresas, que tem composição mista entre Senado e Câmara dos Deputados.

Então, eu acho que é uma continuidade das tratativas que já vêm sendo empreendidas pelo Confaz e pelo Congresso Nacional. Considero que isso é muito importante na busca de soluções que satisfaçam as duas partes: as micro e pequenas empresas. Que se respeite a questão de adequação à política tributária, o que é adequado tributariamente; que se respeite a questão fiscal dos Estados que pode ser importante, muito delicada com relação à situação fiscal; e também que se respeite sempre a autonomia dos Estados com relação à gestão dos seus tributos.

Era isso que eu tinha a falar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)
– Sr. Presidente, eu poderia só aproveitar...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro, Senador.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)
– Eu gostaria que o Dr. Silas pudesse nos trazer uma palavra mais conclusiva.

Na sua avaliação, esse mecanismo está ou não anulando os benefícios do regime, comprometendo os benefícios do sistema simplificado de tributação? Ele é ou não penalizador das pequenas empresas?

Eu não percebi na sua exposição, ao final, uma posição clara – permita-me dizer isso.

O SR. SILAS SANTIAGO – Com relação ao pagamento em duplicidade do tributo, ele não acontece, porque se paga só fora do Simples Nacional. Aquele tributo que está na substituição tributária é pago uma vez só, e, quando a empresa faz o cálculo dentro do Simples Nacional, retira aquilo da base de cálculo. Então, sob esse aspecto, não há prejuízo. O prejuízo que pode acontecer é, como as alíquotas da substituição tributária incidem da mesma forma para qualquer porte de empresa, se um produto está em substituição tributária, a alíquota que incide sobre a substituição tributária ser a mesma para qualquer porte de empresa. Então, nesse aspecto, não há diferenciação entre a micro, a pequena, a média e a grande empresa. Portanto, se for olhar sob o aspecto de diferença tributária, prevista constitucionalmente entre a micro e a pequena empresa e as demais empresas, sob esse aspecto, isso não está acontecendo hoje com a substituição tributária. A carga tributária, pelo menos em tese da substituição tributária, tem sido a mesma.

Nós sabemos que, em alguns Estados...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)
– O senhor conclui que é penalizador, então?

O SR. SILAS SANTIAGO – Nós temos notícia de que alguns Estados da Federação estabeleceram

alguns mecanismos que trazem essa diferenciação. O Estado de Santa Catarina, por exemplo, instalou uma diferença na margem de valor agregado para as pequenas empresas. No Estado do Mato Grosso, por exemplo, eles estabeleceram uma coisa diferente da MVA na questão da alíquota em si na entrada do produto, porque o Mato Grosso cobra tudo na entrada – é diferente –; cobra tudo como antecipação do ICMS. E, para as pequenas empresas, eles fizeram um cronograma, inclusive, de redução da alíquota de substituição tributária que chegaria, em 2014, a uma alíquota próxima de 3%.

Na verdade, a gente tem notícia, na própria substituição tributária, de mecanismos de diferenciação entre as pequenas empresas e as demais empresas. O Dr. Cláudio Trinchão pode estabelecer melhor essas diferenças que existem nos Estados da Federação.

Se não houvesse essas diferenças, o que iria acontecer seria uma carga igual na substituição tributária para as pequenas empresas e para as demais que, então, não estariam de acordo com o mandamento constitucional de haver essa diferenciação.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Dr. Silas.

Eu passo a palavra ao Sr. Fábio Santos Pereira da Silva, Coordenador-Geral de Articulação Institucional, Crédito e Fomento às Micro, Pequenas e Médias Empresas, representando o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O SR. FÁBIO SANTOS PEREIRA DA SILVA – Boa noite a todos.

Hoje eu me ocupo da Coordenação-Geral de Articulação Institucional Crédito e Fomento às Micro, Pequenas e Médias Empresas.

Como todos sabem, o tema está previsto dentro da lei complementar. Eu só vou basicamente agregar-me às palavras do Dr. Silas, ressaltando a importância do segmento para a economia, para a sustentabilidade da economia brasileira, tendo em vista que o segmento é importante do ponto de vista de várias dimensões: a dimensão de geração de emprego, de geração de renda; a sua participação hoje no PIB; a sua forte geração de emprego. Grande parte da força de trabalho formal, hoje, no Brasil, está instalada dentro da micro e pequena empresa.

Como a própria lei geral estabelece e como nós da Coordenação-Geral do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte no Ministério entendemos, a questão de tributação, prevista na própria lei, é tratada pelo Dr. Silas na sua condução do Comitê Gestor do Simples Nacional. E nós do Ministério nos preocupamos com a micro e pequena empresa do ponto de vista da capacitação, do crédito,

da tecnologia, da inovação e também quanto à questão de mercado, de acesso a mercado internacional, e à questão de compras governamentais.

Agora, cabe apenas ressaltar um ponto. Eu gostaria de demonstrar que reflexo isso pode trazer para a micro e pequena empresa do ponto de vista de fluxo de caixa, de geração, de retirada de caixa de uma coisa por conta de uma antecipação. Quer dizer, hoje, a micro e a pequena empresa, como todos nós sabemos, têm uma necessidade muito forte de crédito, principalmente nas linhas de capital de giro. Eu acho que, no que diz respeito a esse instrumento, cabe um alerta para a micro e pequena empresa. Em relação a essa antecipação, qual é o reflexo que ela poderia trazer, tendo em vista que retira capital do seu dia a dia? E podemos encontrar um equilíbrio aí: de um lado, está o Estado arrecadador; do outro, a micro e a pequena empresa, como pagadoras. Os micro e pequenos empresários têm esse interesse de manter as suas obrigações. Agora, basta apenas encontrar esse equilíbrio do ponto de vista de arrecadação e pagamento para que não traga benefícios nevrálgicos para a micro e a pequena empresa.

Então, estamos à disposição no Ministério. Infelizmente, nessas questões tributárias, nós nos relacionamos muito com o Comitê Gestor do Simples Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço ao Sr. Fábio Santos Pereira da Silva.

Chamo o Sr. José Tarcísio da Silva, Presidente da Comico, para usar a palavra.

O SR. JOSE TARCÍSIO DA SILVA – Ex^{mo} Sr. Senador Lindbergh, Presidente da Mesa, na pessoa de V. Ex^a saúdo todos que estão na Mesa. Saúdo também o Senador Armando Monteiro, grande líder pernambucano; todos os que estão presentes aqui; os Parlamentares; os empresários; e as demais pessoas.

Reconhecemos o grande esforço do Governo para incentivar o segmento da micro e pequena empresa. A Lei Geral das Microempresas, estabelecida em 2006, foi um grande avanço e é muito importante, assim como as outras que a ajustaram.

O fato é que a tabela do Supersimples foi aprovada por uma lei complementar em 2006; nós estamos em 2013. Nada foi modificado a não ser a criação da substituição tributária nos Estados.

Eu fiz aqui uns cálculos – na realidade, eu tenho uma pequena empresa, há 32 anos, que está no Supersimples – e queria mostrar aqui, como parâmetro, um faturamento de R\$1,080 milhão, ou seja, R\$90 mil por mês. Com R\$90 mil por mês, ela está na alíquota de 8,36%. Então, subentende-se que, se fossem aplicados 8,33% em cima de R\$1,080 milhão, iríamos pagar apenas R\$90.288 por ano ao Supersimples.

Vindo a substituição tributária, aconteceu uma coisa inusitada. No caso das microempresas do comércio, por exemplo, o mínimo da sua compra, da sua aquisição de mercadoria, ou seja, 25% das suas compras são de produtos substituídos, para substituição tributária; 25%. Digamos que 25% dariam R\$270 mil. E você tem um valor agregado – a MVA – de um mínimo de 30%, o que significa que o Estado considera que você tem um lucro de 30%, mínimo. Para o Nordeste, para Pernambuco, por exemplo, em que o ICMS é de 17% e a MVA é 30%, você tem de pagar 5,1% do valor da nota, do valor da aquisição da mercadoria, mas, quando nos remetemos à tabela do Supersimples – 8,36% –, vemos que há uma série de inflações: há o IRPJ, que é 0,38%; há o CSLL, que é de 0,38%; temos o Cofins – e depois eu vou falar também sobre o Cofins –, que é de 1,16%; o PIS, 0,27%; a Previdência, 3,28%; e o ICMS, 2,82%.

Vejam bem, Senhores, eu paguei 5,1% na aquisição da mercadoria e vou me creditar 2,82% do ICMS, quando eu informar o Supersimples. Resta-me quanto de 5,1% menos 2%? Eu fiz aqui uns cálculos, ligeiramente. Uma MVA de 30%. Pago 5,1% em cima de R\$270 mil, o que daria R\$13.770,00; abato 2,64%, o que significa R\$3.910,68; e me restam R\$9.859,32. Em vez de eu pagar 90.288, acrescenta-se R\$9.859,32. Quer dizer, o Supersimples, em 2013, que foi uma coisa muito boa, começa a ser corroído.

Agora, quando chega ao máximo? Estou falando do comércio. E quando vai para a indústria? Porque existe MVA de 40%, de 50%. Nesse caso, começa a complicar a situação da microempresa.

Vamos falar também do Cofins.

Vamos falar da desoneração da cesta básica. É impressionante o tamanho do esforço que o Governo faz para reduzir o custo da cesta básica. Isso é muito bom, muito importante, mas a microempresa não se beneficia disso. Inclusive, eu agradeço muito a atenção do Dr. Silas, que estava em Santiago do Chile, quando eu liguei para ele e disse eufórico: “Ah, agora eu posso dizer às microempresas do comércio que elas vão se beneficiar também do Cofins.” Bom, a microempresa já pagava o Cofins reduzido na tabela? Sim, mas o fato é que tem 1,16% ainda do Cofins. Ele me falou: “Só através da lei complementar.” “Não tem nenhuma resolução a Receita? O Comitê gestor não pode, através de uma portaria, de uma resolução?” “Não, tem de ser uma lei complementar.” Logicamente que a lei do Supersimples foi por uma lei complementar.

A microempresa fica engessada em várias situações. Enquanto isso, vemos que as grandes empresas, os grandes atacados, têm incentivo fiscal nos Estados. Por exemplo, o ICMS de fronteira. Existe coisa

mais absurda do que o ICMS de fronteira? O Nordeste compra do Sul e se credita de 7; quando chega ao Estado paga 10. Como o ICMS é 17, ele vai pagar mais 10. Então, quando soma 10% do imposto de fronteira, quando soma a substituição tributária, quando soma a isenção do Cofins a que ele não tem direito, como fica o Supersimples para a microempresa? É complicado. Deixa de ser o Supersimples para ser uma complicação para o segmento da microempresa.

Então, qual é a nossa proposta? Eu acho que a substituição tributária nunca deveria ter havido. Eu acho isso até um desrespeito em uma lei complementar. Eu não sei. Não sou jurista, não sou advogado, sou apenas um empresário da microempresa. Mas é até uma falta de consciência. O segmento da microempresa é o que mais emprega, que mais distribui renda, mas, ao invés de desonerar, onerar ainda mais.

Eu acho que tem que se encontrar um meio para que a substituição tributária não exista para a microempresa, que seja a extinção da própria substituição, ou que seja a Receita, ou o comitê gestor encontrando um meio, para que seja abatida de uma vez por todas, na íntegra. Não é o do ICMS, é ser abatida na íntegra o que tiver de substituição nos Estados, se assim for impossível de acabar com ela.

E defendo também, Dr. Silas, senhores, a revisão das alíquotas do Supersimples, que são muito altas. Para o comércio, você começa com 4 e vai até 11.65%.

Agora, pergunta-se: a mercadoria que é estragada, a mercadoria que não vende, como é que fica a situação?

A microempresa corre todos os riscos. Você tem um custo fixo alto com energia, com funcionários, muitas vezes com aluguel, com uma série de coisas. O que vai para o Fisco é líquido, é o sócio majoritário sem nenhum risco. Os empresários da microempresa que estão aqui sabem disso, têm conhecimento disso. No final, o que acontece? O segmento vai para onde? Para a informalidade e para a sonegação, que é o que não queremos, em hipótese alguma. O que a gente quer é pagar nossos impostos, ser legal. Agora, pagar o que a gente pode pagar, o que o segmento pode pagar. A burocracia, na realidade, é muito alta.

Eu confio nesta Casa, eu confio na Câmara. Foi daqui, foi do Congresso que saiu a Lei Geral da Microempresa, foi do Congresso que saiu o Marco Regulatório da Microempresa e acredito que seja do Congresso que vai sair a revisão para o segmento da microempresa. Não acredito que o Governo vá fazer objeção, porque é um segmento muito importante. As estatísticas mostram.

Em 2008, por exemplo, quando estourou a crise nacional, todo mundo dizia que o mundo iria acabar,

e muitas vezes me perguntavam: e a microempresa? Será? É a última. No dia em que a microempresa for afetada com a crise, o País está no chão. Ela investe com a sobra, ela investe num puxadinho, ela investe contratando, ela investe diversificando o seu estoque e contratando mais gente. Ela não investe em capital de risco.

E foi o que aconteceu. Daí a pouco, estava aí o Ministério do Trabalho divulgando as estatísticas de que a microempresa estava contratando. Eu só queria para a microempresa uma terça parte do IPI que o setor automobilístico ganha, destinado à microempresa como incentivo, para que ela crescesse, para vocês verem o que ia acontecer depois de dez, doze anos com o segmento da microempresa.

Portanto, senhores, quero encerrar aqui as minhas palavras. Eu tenho muito que falar. Se eu for falar, vou falar o resto da tarde, mas sei que há outras pessoas também. Eu quero encerrar aqui minhas palavras, fazendo um apelo, em nome das microempresas brasileiras, em nome dos que estão aqui também, que gostariam de falar – e certamente irão.

Encerro minhas palavras. Vamos acabar com substituição tributária. Vamos rever as alíquotas do Simples, que estão muito altas para o segmento da microempresa. Queremos ser formais, queremos ser legais com nosso estabelecimento, queremos pagar impostos. Não estamos pedindo aqui isenção de impostos. Queremos pagar, mas pagar aquilo que é possível pagar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado.

Antes de passar para o próximo expositor, quero anunciar a presença aqui de Waldir Abreu, Diretor de Assuntos Econômicos da Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção; Dr. Flávio Vital, Assessor de Projetos para a Pequena e Média Indústria da Fiesp; Tiago Ferreira, Conselheiro do Conselho Nacional de Jovens Empreendedores; Antônio Gomes de Lima, Presidente, e Reginaldo Galvão Cavalcanti, Diretor Financeiro da Federação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado da Paraíba; Fernando Cabral, Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes; Rogério Tokarski, Diretor-Presidente do Sindicato dos Criadores de Ovinos e Caprinos do Distrito Federal; Antonio Chaves Barcellos, Superintendente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil; e Raimundo Batista, Presidente da Federação da Federação das Micro e Pequenas Empresas do Estado do Amapá.

Passo a palavra ao Sr. Bruno Quick, Gerente da Unidade de Políticas Públicas – Sebrae.

O SR. BRUNO QUICK – Boa noite, Sr. Presidente, Senador Lindbergh, Senador Armando Monteiro, ex-Presidente da CNI, antigo Presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae Nacional.

Gostaria, inicialmente, de dizer que o que nós vamos apresentar é uma síntese, um resumo muito grande de várias questões que vêm sendo estudadas. E, quando a gente aponta para a solução, na verdade, também sintetizamos um pouco do que foi trazido historicamente pelos empresários, pelas representações empresarias aqui presentes, em diálogo com a Frente Parlamentar da Pequena e Microempresa, presidida pelo Deputado Pedro Eugênio, atualmente, e também em diálogo com os fiscos, com o comitê gestor do Simples Nacional, mas também com técnicos do Confaz, não é isso, Secretário Trinchão?

A gente vem buscando construir uma solução para um problema que é real. Então, vamos apresentar aqui os contornos de um problema e algumas linhas de potencial solução desse problema. A solução, basicamente, são os conflitos gerados entre a substituição tributária e a antecipação tributária na fronteira do ICMS e o Simples Nacional.

Do que estamos falando? Estamos falando da micro e pequena empresa. E poderíamos trazer aqui os números: 99% dos empreendimentos brasileiros, 54% dos postos de trabalho. Mas, o mais importante desses números, na atualidade, é o comportamento, da micro e pequena empresa para a geração de postos de trabalho no nosso País. Este gráfico, que tem base no Caged, mostra qual foi a contribuição das pequenas, em azul, e qual foi a contribuição da média e grande empresa, ao longo dos últimos dez anos.

O resumo dessa década é que a micro e a pequena empresa brasileira foram responsáveis por 83,5% da ampliação de postos de trabalho no Brasil. Já que o meu antecessor, Tarcísio, falou de 2008, cuja crise internacional repercutiu em 2009, nós vemos que, em 2009, a grande e média empresa sentiram mais com a crise e o número de postos de trabalho encolheu. A pequena gerou 1,23 milhão de novos postos de trabalho e não só compensou aquilo que a grande encolheu, como permitiu que o Brasil tivesse uma ampliação do saldo final de postos de trabalho.

Chama a atenção que esse fenômeno se repetiu em 2003, 2009 e em 2012, anos de crise, encolhimento do emprego na média e na grande empresa, dada a maior exposição à concorrência internacional, e o crescimento do emprego se sustentando ainda na micro e pequena empresa. Mas nos chama a atenção que esse crescimento vem diminuindo nos três últimos

anos (2010, 2011 e 2012). Nós vamos mostrar que coincide com esse fenômeno da oneração dos pequenos.

Pode subir um, por favor. Próximo.

Esse resultado positivo da pequena empresa não acontece por acaso. No Brasil, não é um acaso que a pequena empresa tenha dado essa contribuição. O Congresso Nacional, em 1988, na Constituição, colocou um tratamento diferenciado para as pequenas e micro empresas. O art. 170, que trata da ordem econômica – por isso é muito importante, Senador Presidente, discutir isso aqui na Comissão de Assuntos Econômicos –, fala na pequena empresa ser um ator na redução de desigualdades, na busca do pleno emprego, e, para isso, o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido. E fala que União, Estados e Municípios dispensarão – então, é bastante afirmativo nesse sentido – incentivá-las pela simplificação, eliminação ou redução de obrigações. Então, isso é importante.

Próximo, por gentileza.

Mais recentemente, na Emenda Constitucional 42, que deu base à criação do Simples Nacional, previu esse sistema integrado que uma lei complementar (Lei Complementar nº 123) poderá instituir o regime único de arrecadação. E aí começam os problemas. A substituição tem um regime paralelo da arrecadação, quando, no caso, é substituta. E mais: o recolhimento será unificado e centralizado, ou seja, está muito clara a busca da simplificação, racionalização de processo, inclusive, não só a carga tributária como simplificar o cumprimento das obrigações.

Próximo, por gentileza.

E aí vem a questão da substituição, que o Dr. Silas explicou muito bem. Ela muda, é uma regra diferente do Simples. No Simples, a empresa passa a pagar até oito tributos sobre a receita bruta, de forma integrada e simplificada. A substituição trabalha dentro do regime normal. Ela pega as alíquotas normais e submete aqueles setores, sujeitos à substituição, que compõe a pauta – não é isso, Secretário? – a um regime que segue as alíquotas normais, não as do Simples. E, sobre esse segmento, estima-se uma margem de valor agregado e incidem-se essas alíquotas. Principalmente a indústria, que é substituta, o atacadista, que em muitos casos funciona como substituto, e na fronteira, alguns Estados também tributam a substituição.

Próximo, por favor.

O que nós observamos, então? O Simples tem vinte faixas. O Simples não previu construir uma escadinha, que a empresa menor pudesse ter uma carga tributária menor, e assim, dada a sua menor escala, sua menor margem líquida, pudesse ser competitiva em termos de preço final, porque quem coloca preço

é o mercado. A pequena empresa não consegue formar preço.

Quando a substituição pega uma alíquota normal, ela põe a perder aquela escada, que começaria em 1.25 e vai até 3.95, no caso do ICMS. Foi calculada uma média. Fizemos uma pesquisa, junto com o IOB e com a Fundação Getúlio Vargas, e nós chegamos a uma média nacional de 6.3% o ICM substituído para as empresas do Simples, quando deveria, para a menor delas ser um 1.25, ir até 3.95.

Aí nós temos outro agravante: a menor das empresas, a primeira faixa de microempresa, que seria 1.25, paga, na média, os mesmos 6.3%. Então, o tratamento diferenciado, segundo a capacidade contributiva e a regra de progressividade do tributo fica comprometido. Então, nós temos um adicional ao que seria a alíquota do Simples, ou seja, o Simples fica onerado.

Próximo, por gentileza.

O que acontece, para entender o tamanho desse problema, é que cerca de um terço da carga tributária do Simples é ICMS. Os demais tributos são tributos federais. No caso de a empresa ser de serviços, que não se aplica à substituição, não entra na discussão aqui, é o ISS. Então, há uma importância muito grande do ICMS dentro do Simples, ele é responsável por um terço do Simples. Os exemplos colocados ali, 31%, 33% e 34%. Um terço do Simples é substituição.

Se temos que o ICMS, no Simples, deixa de seguir a regra do Simples, temos a perda de efetividade de 33% desta política pública. Um terço do esforço que o País construiu para gerar mais emprego e renda e formalizar os negócios está perdido. E, pior, não dá para generalizar, como seguramente o Secretário vai pontuar. Mas existem casos de Estados que foram mais extremos e que o crescimento do IMVA e da pauta é tão grande que não só comprometeu a desoneração do ICMS, como também está comprometendo a desoneração do Governo Federal. Então, é um quadro muito grave.

Próximo, por gentileza.

Por outro lado, é importante resguardar o que Silas bem colocou – e o Secretário, seguramente, tratará disso –, que é a questão fiscal. Nesse caso, é muito importante mostrar que não houve queda de arrecadação no Simples. O Simples só faz crescer a arrecadação nos anos, consecutivamente.

Esse gráfico mostra que crescimento do Simples é consistente e contínuo, tanto o Governo Federal, que inclui, no caso, previdência e tributo do Tesouro, como também, no caso, os governos de Estado. E ali não está incluída a substituição tributária.

Próximo, por gentileza.

O que a gente vê que é muito preocupante – esse é um primeiro gráfico e começo a fazer alguns cruzamentos – é que, de 2008 a 2011, o número de empresas optantes pelo Simples, micro e pequenas, cresceu 15.9%. O número de empregados, o que é muito positivo, cresceu 17%. Portanto, acima do número de empresas.

A receita total declarada pelas empresas cresceu 47%. Ótimo! As empresas estão faturando mais até do que estão empregando mais. Mas, o preocupante: as receitas sujeitas à substituição tributária cresceram 74.6%. Então, começa a haver um descolamento de ritmo entre o crescimento da substituição e o crescimento da receita e o crescimento do número de empresas e o crescimento de empregos.

Próximo, por favor.

E aí o que temos? Em 2004, tivemos uma conta adicional para as micro e pequenas empresas. Elas abatem no Simples o que foi substituído; mas, além do que elas abateram, como colocou o Sr. Tarcísio, da Comicro, elas ainda pagaram quase R\$4 bilhões a mais. E aí, como bem observou o Dr. Fábio, do MDIC, esse quadrinho mostra que 58% das micro e pequenas empresas iniciam a sua vida com menos de R\$10 mil de capital de giro. São empresas que têm séria deficiência de capital de giro. E tirar delas essa política de desoneração, e no caso da indústria obrigá-la a recolher antes um tributo até o consumidor final é algo que compromete o desempenho.

Esse é o ponto, Secretário. Não é uma questão de estar contra a substituição.

Próximo, por gentileza.

E aí um gráfico que é um meio resumo de tudo.

Nós vemos que, no meio, temos na linha verde o número de pequenas empresas optantes pelo Simples. Nós temos, acima, a substituição tributária crescendo, arrecadação na substituição, arrecadação no Simples Nacional, a carga tributária Simples Nacional mais ST e, embaixo, um gráfico decrescente de ritmo de geração de empregos.

Próximo gráfico, por gentileza.

Deixando apenas dois desses gráficos, nós vemos que existe um movimento contrário que se espelha: no ritmo que cresce a substituição tributária, diminui o ritmo de geração de emprego nas micro e pequenas empresas. Esse é o ponto central num País que quer gerar emprego e renda.

Próximo, por gentileza.

E mais – aí é muito importante, Secretário, isso a gente tem discutido com o grupo de trabalho do Confaz – conseguimos identificar nesses trabalhos conjuntos que existe uma curva, uma mediana que nos permite afirmar que: a linha azul mostra a carga tributária

de ICMS Estado a Estado do Brasil; a linha vermelha mostra o ritmo do crescimento de empregos nesses mesmos Estados. E nós tiramos duas medianas, que mostram que há uma relação direta e inversa entre o crescimento da cobrança de ICMS e o ritmo de crescimento do emprego nesses Estados. E, mais ainda, podemos dizer que a cada 1% a mais de carga tributária de ICMS no Simples compromete 1.38% da geração de emprego nos Estados, o que é um problema então não só da pequena empresa, é um problema do nosso País e dos Estados que buscam se desenvolver nesse momento.

Próximo, por gentileza.

Para ter um tamanho do desafio, porque obviamente os Estados estão nesse momento discutindo a Unificação do ICMS, estão discutindo o Fundo de Compensação, do que estamos falando? Estamos falando de uma média de cerca de 2% do que se arrecada dentro do ICMS, para resgatar a política mais rigorosa de geração de emprego que este País já teve, e, como a gente viu, na década – o resultado está ali.

Próximo, por gentileza.

Quais são os problemas da ST, Sr. Secretário, Sr. Presidente? Nós temos um aumento da necessidade de capital de giro, um desestímulo à competitividade das empresas, por dois motivos: se a empresa que tem um preço mais baixo, tem uma margem menor, porque ela investiu em tecnologia e inovação, ela é tributada na mesma margem da outra que não investiu. Então esse é um desestímulo à competitividade, ao investimento à inovação; e, outro: as aduanas, que por motivos do sistema que vigora hoje têm que parar caminhão, reter mercadoria, por problemas diversos, é óbvio. Mas isso compromete a competitividade, os fluxos empresariais.

A multiplicidade e controles adicionais, arbitrariedade da pauta. Temos hoje, por exemplo, o caranguejo, a cuca na pauta. Parece-nos carecer de lógica, dentro do que a gente valida a lógica da substituição.

A perda da credibilidade e eficácia da própria substituição, porque, em tese, você substitui um setor que você pode fiscalizar; quando pulveriza demais, perde eficácia até a fiscalização.

O comprometimento do Simples Nacional, a geração de um passivo nas empresas que sequer sabe o tamanho dela, porque muitas não têm organização para fazer outro controle.

E, muito importante e mais importante, mais preocupante que se busca resolver, o comprometimento da geração de emprego e renda.

Próximo, por favor, caminhando para o final.

Soluções apontadas ou identificadas, mais do que apontadas, porque isso não é da cabeça do Sebrae, isso a gente ouviu e é uma espécie de resumo.

Primeiro, resgatar os princípios da ST e, segundo, resgatar o tratamento diferenciado. Basicamente, como? Resgatando a seletividade na pauta de produtos. Primeiro, pauta federal. Não há o que se discutir. Quando era só a pauta federal não tinha problema.

Autorizar-se, sim, Sr. Secretário, pautas regionais, com redução do MVA, como foi citado aqui. Santa Catarina já tem. Quando a operação é com uma pequena, a aplicação de um redutor de MVA.

Terceiro: uso intensivo da nota fiscal eletrônica com mecanismo de monitoramento das obrigações, para que se possam monitorar se as empresas estão cumprindo suas obrigações, o que é uma coisa fundamental.

O quarto: educação fiscal, porque o empresário sabe que o não cumprimento da obrigação é uma bomba relógio, é um tiro no pé. E quando uma empresa não paga, ela concorre predatoriamente com aquelas que pagam. Isso não é bom para ninguém.

Próximo, por gentileza.

Os critérios para seletividade. Concentração na produção – são os clássicos – e comercialização pulverizada; capacidade econômica no sujeito tributário que tem que pagar a conta adiantada; relevância na arrecadação e viabilidade de fiscalização. Princípios clássicos de solução. Resgatar isso aí.

Próximo, por gentileza.

E o que nos preocupa: é que vimos que está acontecendo o que aconteceu com o emprego até agora. Nós rodamos uma pesquisa que é o Índice de Confiança dos Pequenos Negócios, que o Sebrae roda mensalmente, e estamos vendo a curva de expectativa de contratação de empregados caindo. Então, temos um problema já identificado e temos um cenário que nos obriga a trabalhar para ajustar curso, porque a ideia é que as pequenas empresas possam continuar dando aquilo que elas dão de mais importante no nosso País, que é a geração de emprego e oportunidade.

Por favor.

É uma apresentação muito sucinta, mas que traz dados que apontam para a realidade de um problema e para a necessidade de buscar solução.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito bem. Agradeço ao representante do Sebrae, Bruno Quick, e passo agora ao Secretário Cláudio José Trinchão Santos, representando todos os Secretários de Fazenda do País, representando o Confaz.

O SR. CLÁUDIO JOSÉ TRINCHÃO SANTOS –

Boa noite a todos.

Estamos mais uma vez aqui. Sou sócio da Comissão, aqui toda semana.

Senhores, esse tema tem que ser analisado com muita parcimônia. Primeiro, estamos tratando do ICMS, que é o principal tributo dos Estados. Para alguns Estados, representa 80%, 90% de suas receitas. E vale a pena lembrar que o instituto da substituição tributária é antigo e foi ratificado através da Emenda Constitucional nº 3, ou seja, muito antes da criação do Simples Nacional.

Vamos fazer um comparativo inicialmente da tributação no Brasil em relação aos demais países do mundo.

O IVA, no Brasil, é fracionado no ICMS, no Estado, e no ISS, no nível municipal, o IPI, PIS/COFINS. Ou seja, temos um sistema tributário extremamente complexo, pelas competências que são divididas entre as três esferas de governo.

No Brasil, temos as microempresas, enquanto no mundo existe o modelo small unlimited enterprises.

No Brasil, temos o Simples Nacional, enquanto o padrão mundial é a taxa preventiva sobre o faturamento.

Por favor.

Esses são os países relacionados, da OCDE. Hoje temos implantados modelos diferenciados para micro e pequenas empresas. Mas há um detalhe que temos que olhar, que é a abrangência do nosso Simples Nacional. Se nós olharmos ali o país mais avançado, que é o Reino Unido, o limite/ano em dólares é de US\$119 mil, enquanto que os demais países que possuem um sistema avançado, como US\$83 mil para o Japão, US\$ 58 mil para Eslováquia, e por aí estamos vendo que a abrangência é pequena. Ou seja, o maior valor, o Reino Unido, é de US\$119 mil, enquanto que, no Brasil, é de US\$1.8 milhão o sublimite do Simples Nacional. Não existe nada igual. Aliás, de 2009 para 2010, foi aprovada a ampliação dos limites e os Estados sofreram um grande golpe porque o valor que estava sendo negociado era de um crescimento de 25% e fomos surpreendidos com 50%, e a inflação acumulada era inferior a 25%. Ou seja, ocorrer um over de 5%, sob o pretexto de uma projeção para os quatro, cinco anos seguintes. Nunca vi nada igual no Brasil. E o limite do Simples Nacional pulou de 2.400 para 3.600, em cima de uma projeção de possível correção monetária. Os Estados foram surpreendidos.

O limite do nosso MEI é maior do que as pequenas empresas da Alemanha e do Canadá.

Na Comunidade Europeia, onde o modelo é mais avançado e exitoso, o foco está na facilidade, como foi colocado aqui pelo representante do Ministério, na

facilidade de créditos, no investimento em pesquisa, inovação e transferência de tecnologia e produção ambientalmente equilibrada. Ou seja, o foco nos países em que há um modelo exitoso, avançado, não é a tributação. O nosso modelo está indo numa linha contrária.

Quero deixar claro que nós, especialmente eu, sou 100% favorável às micro e pequenas empresas; fui participante do comitê por alguns anos, juntamente com o Silas aqui, e Silas é testemunha da nossa posição sempre pró-micro e pequeno empreendedor. Mas precisamos avaliar aquilo que é possível fazer, e vamos mostrar na frente que a substituição tributária é um tema extremamente sensível, que desmonta, desmantela toda a estrutura tributária dos Estados.

Vamos avançar.

Os benefícios nos demais países estão na ênfase da geração do emprego, pela criação de bancos de desenvolvimento estatal e para fomentar as empresas.

A cumulatividade da substituição tributária. Só existe substituição tributária em tributos não-cumulativos. Como os tributos cumulativos fazem? Escondem a ST. No caso do ICMS, ela é explícita, mas, em outros tributos, não.

Por exemplo, qual a carga tributária de Imposto de Renda paga em uma cadeia produtiva para um carro e uma televisão? Isso não é explicitado. O IPI e os demais tributos estão lá embutidos em toda a cadeia, desde os fornecedores até o produto final.

É fácil fazer um sistema que não seja possível calcular a carga. Contudo, a carga tributária não é transparente; já a substituição tributária é totalmente transparente.

E aqui cabe uma observação. Quando foi colocado que MVA representa 30%, representa lucro: não, senhores. MVA é Margem de Valor Agregado, representa não só os tributos como todos os encargos, todos os custos operacionais da empresa: salários, encargos sociais, energia elétrica, telefone, IPTU, aluguel e, logicamente, a margem de lucro. Trinta por cento representam todos esses fatores que compõem o preço, e não meramente lucro. Na realidade, a margem de lucro, depois de abatidos todos esses tributos, encargos e despesas, acaba sendo uma parcela muito pequena dentro da Margem de Valor Agregado.

E qual o segredo do Brasil de ser a única economia do mundo que implantou um IVA, no caso ICMS, dentro de uma tributação preventiva sobre faturamento? É a substituição tributária.

Quais são as repercussões de uma supressão ou redução da substituição tributária no Simples Nacional?

O remetente da mercadoria, independente do Simples ou não, deverá aplicar duas modalidades de tributação, com ou sem a substituição tributária, a

depende do destinatário; terá que ter uma estrutura para reter e recolher, se a empresa destinatária for do Simples ou se a empresa destinatária não for do Simples Nacional.

E um detalhe que eu queria dar antes de avançar.

A substituição tributária tem, dentro do seu conceito, uma estrutura em que poucas empresas – ou um número limitado de empresas, ou de produtos que requerem um controle em função da sua especificidade, inclusive alto índice de sonegação e de simulação, – transferidas, vendidas para empresas pulverizadas do mercado, de forma que haja uma concentração do controle em poucas empresas ou em poucos produtos. Existe a substituição, conceitualmente, pelo produto e pelo segmento. Há dois tipos de conceito de substituição tributária.

A partir do momento em que se tira a substituição tributária na operação da indústria, por exemplo, para uma empresa do Simples Nacional, e se essa empresa do Simples Nacional for vender para uma empresa de tributação normal, ela vai ter que fazer a substituição tributária, ela vai ter que fazer o cálculo, a retenção na nota fiscal e o recolhimento. E, se for uma operação interestadual, inclusive o GNRE, Guia Nacional de Recolhimento Estadual, criando uma burocracia. Mas, um detalhe: a partir do momento que se pulverizam as vendas para as empresas do Simples Nacional e essas começam a praticar revendas para empresas do Simples ou não, o que era um número limitado de empresas passa a ser um universo enorme de empresas que começa a operar com substitutos tributários toda vez que venderem para empresas que não são do Simples Nacional.

E como controlar isso? Como controlar milhões de empresas espalhadas que poderão começar a emitir notas fiscais destacando substituição Tributária? Uma empresa pequena compra da indústria certo produto e vende – biscoito, pilha, refrigerante –, para outra empresa comercial ou até industrial, numa operação normal. Até porque, com um limite de 3.600 milhões existe empresa já de um porte razoável. Essas empresas começarão a ter que fazer substituição Tributária para as operações subsequentes, quando realizadas para não-contribuintes ou para contribuintes do regime normal, ampliando expressivamente os aspectos de fiscalização do Estado e da União inclusive.

A mercadoria destinada à empresa não optante terá que ser feita a retenção da nota e recolhimento do imposto.

Estou sendo um pouco repetitivo porque algumas especificidades do ICMS os senhores não tratam no dia a dia. Estou tentando ser o mais acadêmico possível.

Aumento dos custos operacionais da burocracia de controle do próprio contribuinte optante e dos fiscais, risco maior de evasão, porque o destinatário da distribuição adicional poderá revender a mercadoria para contribuinte fora do Simples Nacional. E como controlar?

E tem mais: hoje no Maranhão e certamente em todos os Estados, nós cancelamos 200, 300 empresas por mês, aquelas que nós detectamos empresas laranja, empresas fictícias que compram mercadorias como se do Simples Nacional fossem e elas municiam grandes empresas, inclusive atacadistas. E quando vamos identificar, procurar essa empresa, porque hoje, por tentar dar agilidade na abertura das empresas, hoje não se faz a vistoria, ou seja, vai hoje com um cadastro sincronizado e agora com o Rede Sim, você vai hoje à Junta Comercial e tira a inscrição em 24 horas. E muitas vezes a vistoria é feita dois, três meses depois. Quando vamos procurar, a empresa simplesmente não existe. E essas empresas são criadas meramente para suprir empresas maiores, empresas de porte.

Imaginem os senhores se mercadorias com alto valor agregado, que normalmente são os produtos da substituição tributária, forem retiradas da substituição tributária? Irão proliferar milhares e milhares de empresas no regime do Simples Nacional que irão suprir empresas de um porte maior, e essas empresas de porte maior irão competir no mesmo mercado com as empresas do Simples Nacional, com um poder de fogo muito maior, com capilaridade, estrutura muito maior. Nós já identificamos empresas com 20, 25, 30 empresas satélites do Simples Nacional, só para municiar seus estoques com benefícios do Simples Nacional. Imaginem se nós tirarmos a substituição tributária, que são os produtos com maior valor agregado.

Então, fragiliza totalmente a estrutura da substituição tributária, permitindo a evasão e a interposição de empresas do Simples Nacional de fachada. Isso já acontece hoje. São milhares e milhares de situações no dia a dia. Não estou falando de uma ou duas, mas de milhares de situações no dia a dia. A partir do momento em que se coloca uma empresa do Simples Nacional no meio da cadeia, o controle simplesmente é impossível porque nós estamos trabalhando com um potencial de milhões de empresas que atuam na condição de substitutos tributários ou aqueles que vão remeter a mercadoria e vão fazer a retenção, para operações subsequentes.

A alteração da estrutura da substituição tributária não pode ser feita no meio da cadeia. A substituição tributária não pode ter interrupção. Os efeitos são devastadores. Pode-se, se se quer reduzir, discutir como as nossas equipes vêm discutindo; agora, interpor o

Simples Nacional sem a substituição tributária no meio de uma cadeia, simplesmente é inaceitável, aliás, não é inaceitável, é impossível. Para quem conhece o mínimo de tributação, é impossível. Consequentemente, se proliferarmos as empresas laranja, prejudicaremos o bom contribuinte, trazendo, e trará, e já traz hoje, é fato, um problema sério para as pequenas empresas. O volume de empresas laranja é uma coisa simplesmente absurda.

Estima-se uma perda direta de R\$3 bilhões – esses são valores desatualizados, diga-se de passagem, porque foram do último estudo feito, em 2009 – de arrecadação para os Estados, pela eliminação da substituição tributária, pela falta de controle, e isso impactará, logicamente, os municípios, que, em tese, são sócios dos Estados, pois 25% do ICMS vão para os municípios. Seriam R\$750 milhões de perda para os municípios.

A perda de arrecadação decorrente obrigará os Estados a adotarem medidas compensatórias. Logicamente, na hora em que os Estados perdem receitas, e as despesas são crescentes, até pelas imposições constante na Lei de Responsabilidade Fiscal, você tem que ter um equilíbrio. Então, os Estados, automaticamente, terão que compensar de alguma forma para manter seus níveis de arrecadação, até para manter seus limites que são previstos na legislação fiscal, trazendo, consequentemente, repercussões no preço de outros produtos, energia elétrica, comunicação e outras mercadorias. Tem que compensar.

Os Estados têm um nível de despesa, aliás, nível de despesa crescente. O piso do Magistério cresce muito acima – não que eu seja contra, é justo – de qualquer correção monetária imaginável neste País. O nível de novas responsabilidades dos Estados, Municípios com, por exemplo, a obrigatoriedade de aplicação de 12% de toda a sua receita na saúde, toda a receita do Estado indexada e despesas crescentes. Assim, é inimaginável, é inadmissível que os Estados possam pensar em ter qualquer tipo de perda de receita.

Cito a simples desoneração, a redução da tarifa da energia elétrica. Nós tivemos, no Confaz, na última sexta-feira, e fizemos uma pesquisa rápida entre os 27 Secretários. Todos os 27 Estados tiveram perdas, muitos com crescimento negativo no mês de março, pela desoneração da energia elétrica.

Então, despesas crescentes e um horizonte de perda de receita, é isso que está acontecendo hoje com relação aos Estados, e muitos deles em uma situação extremamente delicada.

Sem a substituição tributária, que concentra o esforço de fiscalização em uma fase da cadeia, ou seja, na indústria, será necessário despende um ex-

pressivo esforço de controle para as empresas do Simples Nacional, ou seja, o foco da fiscalização, agora, são as empresas do Simples Nacional. Não tenho a menor dúvida. A partir do momento em que as empresas do Simples Nacional tornarem-se empresas substitutas, pulverizadas, nós teremos que aumentar o monitoramento e a fiscalização das empresas do Simples Nacional.

Esse número parece que está errado. Parece que não são 3 milhões, mas 7 milhões. O pessoal do Sebrae pode me corrigir. Mas vale lembrar que, em alguns Estados, mais de 90% das empresas, dos contribuintes estão no Simples Nacional. Por exemplo, no Maranhão, nós temos aproximadamente quase 50 mil empresas optantes do Simples e do MEI, que me trazem uma arrecadação mensal de 5%. Quarenta e oito mil empresas correspondem a 90%, mais ou menos, 91% dos meus contribuintes, e isso representa 1,42% da minha receita.

Os Estados precisarão, como consequência, pela pulverização da operação da substituição tributária, aumentar as suas estruturas de fiscalização das empresas do Simples Nacional. Hoje, a fiscalização do Simples Nacional é feita de forma controlada e muito mais eletrônica, com cruzamento de informações, porque é um valor fixo sobre o faturamento. É mais simples fiscalizar. A substituição tributária como opção de operações do Simples Nacional já acontece no caso de indústrias, mas na hora em que se pulverizar em várias fases da cadeia, nós teremos que aumentar a estrutura para fiscalizar.

O que os Estados já vêm fazendo para mitigar, reduzir e dar um diferencial para as empresas do Simples Nacional? Se o substituto tributário, remetente das mercadorias for empresa do Simples Nacional, já é permitido que essa empresa considere o imposto próprio na sua operação, como se fosse regime normal. As empresas que recolhem de 1,25% a aproximadamente 4% já podem se creditar, já é permitido, 7%, 12%, 17% e até 25%, conforme for a operação. Isso já é permitido.

E tem mais, ao contrário do que foi dito aqui, já existe, sim, uma diferenciação, conforme o Convênio nº 35, de 2011, na margem de valor agregada. Os fiscos estaduais tomaram a iniciativa, em 2011, e aprovaram um convênio que traz uma diferença significativa nas margens, quando realizadas operações pelas empresas do Simples Nacional em comparação às empresas de regime normal. Isso já está acontecendo. Isso já está publicado desde, salvo engano, abril de 2011, ou seja, estamos já com dois anos.

Alguns questionamentos. Será que queremos que os Estados percam importante sistema de controle de

arrecadação de ICMS? Vamos permitir que os Estados percam arrecadação enquanto as demandas por recursos para disponibilização de serviços públicos ou de infraestrutura são crescentes, e crescem exponencialmente? Vamos anular ou reduzir um eficiente sistema de arrecadação e de controle de operações de circulação de mercadorias, ampliando enormemente – disso aí não tenho a menor dúvida – a possibilidade de fraudes e simulações? Vamos impor ao contribuinte optante do Simples Nacional mais custos e burocracias?

Eu quero enfatizar que o Simples Nacional, sob a ótica dos fiscos, tem os seguintes objetivos: pagamento de tributos na medida da desigualdade dos contribuintes, e, por isso, tomamos a iniciativa de reduzir a MVA e permitimos a utilização de um crédito que não é o real, as empresas pagam um valor percentual pequeno, mas pode ser creditado de 7%, 12%, 17%, aumentando significativamente a vantagem comparativa das empresas do Simples Nacional; logicamente, e trabalhamos para isto, pagamento por todas as empresas, por todos os contribuintes do que está previsto na legislação, para que possamos reduzir inclusive a carga tributária – estamos avançando o Sped fiscal, a nota fiscal eletrônica, que tem essa visão de ampliar a base tributária; contribuição com a criação de ambiente propício para novos micro e pequenos negócios; ajuste, cada vez mais, do ICMS à realidade das micro e pequenas empresas, e, por isso, tomamos a iniciativa; ampliação da base tributária através da formalização, que, logicamente, interessa aos Estados – somos 100% favoráveis a ela e ao conceito do Simples Nacional –; e redução da burocracia e das obrigações acessórias.

Por isso, continuamos elaborando estudos para a simplificação da obrigação acessória, para reduzi-la ao máximo. O cadastro sincronizado é prova disso. O Redesim é a evolução do cadastro sincronizado. Estamos em fase piloto do desenvolvimento de nota fiscal do consumidor eletrônica, para redução brutal de custos. Hoje, sabemos que o SCF traz, impõe ao contribuinte um custo muito grande para a compra do equipamento e do software e, principalmente, para a manutenção. Nós vamos desenvolver um sistema que vai oferecer gratuitamente para o contribuinte, para o pequeno contribuinte inclusive. Cito também a manutenção da substituição tributária.

Na última reunião do Confaz – a reunião do pré-Confaz foi na quinta-feira e a do Confaz, na sexta –, foi deliberado que, nos próximos 15 dias, os Secretários de Fazenda, não os técnicos, vão se reunir com um representante da Frente Parlamentar justamente para aprofundamento dessas questões. Será uma reunião com os 27 Secretários e a Frente, que terá que definir quem irá representá-los, quais são os Deputados e os

Senadores que irão representá-los, para tentar achar um entendimento comum.

Senhores, em resumo, é o que tínhamos a falar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço ao Secretário Trinchão, representando o Confaz.

Agora eu passo a palavra ao Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Presidente, companheiros, eu me considero satisfeito com as exposições que foram feitas e que, de resto, evidenciam aquilo que justificou, que motivou o requerimento para esta audiência: o alargamento da utilização desse instrumento, que serve à Administração Fazendária, e isso é indiscutível, não serve, eu creio, a uma visão de política tributária. Temos primeiro que pensar em estimular a base econômica para depois pensar nessa coisa da extração fiscal. É como se tem pensado no Brasil. Cada um cumpre o seu papel nesse processo.

O que eu sei é que o Brasil vem sofrendo e padecendo de um processo de permanente aumento da carga tributária, a despeito até do baixo crescimento econômico. Nós engendramos, nós conseguimos com rara competência um sistema que consegue combinar elementos que são absolutamente dissociados no resto no mundo: fazer arrecadação crescer continuamente numa economia de baixo crescimento. O resultado disso é o que nós temos: um círculo vicioso em que o Estado extrai poupança do conjunto da sociedade, drena essa poupança para o setor público, que, via de regra, faz gastos de caráter pouco reprodutivo, e, por tudo isso, o Brasil está, por assim dizer, condenado a crescer pouco. Se essa imensa extração fiscal e tributária estivesse sendo feita para que o Brasil pudesse investir no capital físico, investir na infraestrutura, para melhorar a produtividade global da economia, nós ainda poderíamos admitir essa coisa, mas não! Nós nos condenamos a aplicar os recursos em gastos correntes, em gastos de custeio, para sustentar máquinas que são ineficientes, crescentemente. Cria-se, então, um sistema tributário absolutamente caótico, disfuncional para a economia.

Quando se verifica, meu caro Senador Lindbergh, que o Brasil se dá ao luxo de tributar insumos básicos, como telecomunicações, energia, como é que, na perspectiva dos próximos anos de acirramento da competição em escala global, ficará a economia brasileira? Qual a perspectiva para as próximas décadas, mantido esse quadro caótico?

Eu vi, aqui, o Secretário fazer uma comparação, aliás, curiosa comparação, entre o ambiente das micro

e pequenas empresas na Alemanha, no Canadá e no Brasil. Eu queria dizer ao Secretário que são economias de capitalismo maduro, de baixa mobilidade empresarial e nós, no Brasil, tivemos que fazer políticas mais afirmativas de apoio à micro e pequenas empresas porque exatamente vivemos num ambiente tributário caótico. Então, você só poderia ter um efeito minimamente propulsor dos pequenos e médios negócios se você pudesse livrá-los desse ambiente absolutamente complexo, disfuncional que prejudica o crescimento em grande medida das empresas no Brasil.

Foi, por assim dizer, uma forma que se encontrou, à brasileira, de fazer uma reforma tributária para os pequenos. É como se dissesse assim: “Olha, vamos construir aqui um micro sistema ou um sistema próprio para as empresas poderem viver”. Foi com esse espírito. Quando o Brasil construir um sistema tributário de classe mundial, nós não vamos precisar, meu aro Senador Lindbergh, de regimes tributários especiais como o que nós temos. Mas, enquanto isso não acontecer, nós temos, sim, que oferecer ao ambiente dos pequenos e micro negócios condições mínimas, por exemplo, que mitiguem essa taxa de mortalidade que ainda é elevadíssima nos pequenos negócios no Brasil.

Então, quero dizer que há essa visão meramente fiscalista. Há de se sobrepor, sobretudo no Congresso Nacional, uma visão do que é bom para a economia brasileira porque o tributo é algo que se extrai de uma base econômica. Se essa base for dinâmica haverá extração fiscal. Se essa base ficar condenada à estagnação nós não vamos extrair tributos de forma alguma.

Eu quero dizer que ficou claro nessa avaliação, por exemplo, quando a gente compara o ICMS e os impostos com o IVA. Nós não temos um IVA clássico aqui. O ICMS não é um imposto clássico de valor adicionado. O ICMS tem cumulatividade residual, não é um sistema que gere créditos amplamente. Lá, o IVA, há um conceito de crédito financeiro. Tudo o que uma empresa compra ela se credita e, aqui, temos um processo restritivo de crédito físico. Só o que se incorpora ao produto gera crédito e não o resto que a empresa compra. O ISS é cumulativo em grande medida. Então, temos um sistema que está muito longe de se assemelhar a um sistema como o do Imposto de Valor Adicionado classicamente onde se tem neutralidade, onde se credita amplamente de tudo o que se agrega à operação.

O que eu quero, ao final, concluir é que temos que fazer algo diante desse cenário. Ou vamos fazer algo do ponto de vista mais, diria, radical em relação à restrição. O Brasil precisa de construir um marco regulatório, um comando normativo para essa questão da substituição tributária. O alargamento, a arbitrarie-

dade com que se deu a ampliação da utilização desse instrumento é algo inaceitável. Ou nós vamos até mesmo imaginar um cenário em que o mecanismo da substituição tributária possa se ajustar minimamente às necessidades, às características dos pequenos negócios. Como está não dá para fazer.

Há seis efeitos e há estudos de empresas de consultoria internacional muito claros que apontam seis consequências da utilização da substituição tributária. É um mecanismo que normalmente concorre para aumentar preços. É um mecanismo que nega a essência da livre competição na medida em que as empresas não podem. Quer dizer, quando as margens efetivamente praticadas são menores do que as margens da pauta, como é que ficam? As empresas vão buscar essa diferença? Se o preço que efetivamente praticado é menor do que os preços que são arbitrados com a margem eu aí tenho, por assim dizer, um desestímulo a vender por menos. Isso é, na essência, a negação do sistema.

Outra questão que o Dr. Fábio reconhece amplamente: penaliza o capital de giro das empresas. Há um descasamento entre o prazo em que a empresa, quer dizer, a empresa paga e quando ela vai receber o seu ciclo de operação se completa porque ele vai receber o dinheiro, ficou aí um custo financeiro em um segmento que não tem capacidade para poder suportar esse processo. Penaliza o capital de giro das empresas fortemente. Não há dúvida nenhuma disso.

Houve uma ampliação injustificada, sem respeitar aquela seletividade da utilização do mecanismo. Há arbitrariedade na questão das pautas, não há um critério claro para definir como são as margens, como se dá o processo da substituição e, finalmente, a conclusão óbvia é a de que o sistema contribuiu para aumentar a carga tributária. De uma maneira geral, eu digo, e de modo muito mais drástico para as pequenas empresas.

Quero dizer então que a questão é complexa. Eu reconheço, mas o Congresso Nacional, meu caro Presidente, e me congratulo com a forma rápida com que V. Ex^a reagiu a essa sugestão da audiência. Nós não podemos deixar de nos debruçar sobre essa questão que exige que medidas possam ser adotadas para mitigar os efeitos deletérios da utilização desse instrumento no nosso ambiente econômico.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço ao Senador Armando Monteiro e, antes de passar às considerações finais, queria fazer uma consideração.

Eu acho que esse é um debate que esta Comissão tem que enfrentar, o impacto nas pequenas e médias empresas é grande. Eu queria destacar aqui a

apresentação feita pelo representante do Sebrae em relação aos empregos gerados entre 2003 e 2012, oito em cada dez empregos foram gerados por essas empresas; 83% entre 2003 e 2012.

Temos hoje sete milhões de micro e pequenas empresas. Pode falar de 15 milhões de postos de trabalho nessas condições e aqui há três gráficos na apresentação do Gerente de Unidade de Políticas Públicas do Sebrae, Bruno Quick que fazem cruzamentos da carga tributária e geração de emprego e tem um gráfico aqui que faz também a evolução do uso da substituição tributária em geração de emprego em impacto concreto e direto.

Se há empresas burlando, Secretário, eu acho que aqui o Estado tem que ter formas. Se há grandes empresas usando pequenas empresas para burlar...

(Intervenção fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Pois é, isso aqui tem que ter instrumentos claros de... (falha no som) Mas eu queria deixar uma pergunta e, vou passar para todos aqui, ao representante do Sebrae que fala em varias soluções.

Eu queria perguntar sobre soluções que esse Congresso Nacional pode apresentar em relação a sistemas. Tem questões aqui que vão ser definidas na reunião do Confaz, há algumas que estão ligadas a uma ação clara do Governo, mas eu faço uma pergunta em relação a que medidas legislativas o Sebrae, na verdade, sugere a esta Comissão?

O SR. BRUNO QUICK – Sr. Presidente, na verdade, a primeira questão é a seletividade. Não existe, nunca ouviu e não se discute acabar com a substituição tributária e, sim, estabelecimento de critérios.

Hoje, por exemplo, o CADE para dizer se existe concentração econômica ou não tem fórmulas matemáticas para isso. Então, ter um critério objetivo para definir setores que corroboram com a preocupação do Secretário. Ao colocar setores que não têm como fiscalizar porque são muito pulverizados está indo contra a substituição tributária. Nesse ponto estamos juntos com o Secretário, é fazer com que ela funcione.

Primeiro, critérios objetivos para a definição de pauta: que produtos são produzidos por tipo de empresas que se enquadram em sujeitos tributários capazes, eficazes do ponto de vista de recolher o tributo.

O outro é a questão das margens. Foi citado aqui, o Secretário falou de uma resolução do Confaz. Então, a questão, por exemplo, de reduzir margem para pequena. Santa Catarina está praticando. É um Estado, dentre as 27 unidades da Federação.

Foi dita também a questão de considerar crédito. Tem dois Estados, a Bahia e Santa Catarina que estão praticando e 25 que ainda não estão. Então,

nessa solução seria construir um marco regulatório, nesse marco regulatório dar clareza ao critério para se construir, para se definir produtos ou setores que podem ser sujeitos à substituição. Depois, definir um critério para aplicação da redução do MVA quando a pequena empresa for substituída e não substituta, que é a preocupação do Secretário, e fortalecer, na verdade, caminhar no sentido que o Secretário propõe: ter mecanismos de monitoramento para pegar empresas laranjas, falsas pequenas empresas.

Hoje existem sistemas de monitoramento em alguns Estados. O Estado do Rio Grande do Norte e Santa Catarina já estão operando com sistema de inteligência de cruzamento de dados que estão sendo capazes de pegar esses laranjas. Então, como o Senador falou, não se defende e os laranjas não foram convidados porque são empresas que querem desenvolver e empregar. Então, existem os critérios: a seletividade, redução no MVA, a construção de mecanismos nacionais de cruzamento de dados para acompanhamento do cumprimento das obrigações e a questão da educação fiscal.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Quando o Pedro entender e o nosso Senador Lindbergh: só dois Estados estão reconhecendo os créditos de ICMS quando a empresa é do Simples.

O SR. BRUNO QUICK – Para além do crédito, na operação própria já contida no Simples porque temos conhecimento, sim. Bahia e Santa Catarina. Os demais a lei já determina que as empresas que compram se apropriam do crédito da operação própria do Simples. Dos 25...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Mas só do Simples.

O SR. BRUNO QUICK – É.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Mas com as alíquotas cheia que elas estão sendo obrigadas a pagar, só dois Estados reconhecem. Isso significa, na prática, Senador Lindbergh, que quem comprar dessas empresas tem que exigir um desconto delas porque, ao comprar delas, elas perdem a vantagem. A consequência é essa, quer dizer, se ela comprar de outra empresa, ela tem o crédito cheio em qualquer lugar do Brasil. Se ela for uma empresa do Simples, só em dois Estados o adquirente pode ter o crédito cheio.

O SR. BRUNO QUICK – Então, só dizer...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Veja que situação nós temos. Quer dizer, o desincentivo à compra do que tem origem na pequena empresa.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. CLÁUDIO JOSÉ TRINCHÃO SANTOS –

Eu creio que apenas dois Estados porque muitos Estados não forma demandados. Por exemplo, o Maranhão nunca foi demandado para o setor para as empresas aprovarem esse crédito. Talvez até por desconhecimento. Eu acho que mais por desconhecimento do próprio empresariado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Bruno, quer fazer as considerações finais?

O SR. BRUNO QUICK – Sim, apenas dizer que não se discute aqui a importância da substituição, que não se quer acabar com a substituição e apenas colocar critérios. Que as soluções propostas já são testadas e aprovadas, ou mesmo, já são testadas em Estados por Secretarias de Fazenda. Então, se baseiam em experiências reais de Secretarias de Fazenda que encontraram uma boa forma de conciliar.

A última é a preocupação com o Serviço de Apoio à Pequena Empresa que não nos cabe representar o setor – estão aqui os representantes – mas de levantar a informação para mostrar a gravidade da situação e a necessidade de construir com os fiscos uma solução e a nossa experiência, última afirmação, à época do Simples Nacional, os fiscos ficaram muito preocupados com a queda na arrecadação. Então, isso foi colocado como um obstáculo.

O Congresso Nacional aprovou e hoje a gente pode afirmar que não houve perda de arrecadação. Nós estamos muito confiantes de que um bom trabalho em parceria com os Estados, educação fiscal, bons mecanismos de monitoramento, seremos capazes de conciliar a substituição tributária com desoneração de emprego e renda no País.

Quero agradecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Bruno, pela...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma observação. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Desculpe, é que eu vou passar para o próximo porque quero agradecer muito ao representante da sociedade, Bruno Quick.

Passo agora, para as considerações finais, para Fábio Santos Pereira Silva, que é o representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

O SR. FÁBIO SANTOS PEREIRA SILVA – Após as exposições aqui colocadas, a posição do Ministério também, e não só a do MDIC, mas como coordenador geral do fórum permanente da microempresa, é se avaliar e estabelecer critérios para que os impactos causados por um instrumento como esse não sejam

traumáticos do ponto de vista da micro e pequena empresa.

Então, nós também nos colocamos à disposição de vocês enquanto gestores desse tema dentro do governo, com um departamento de micro e pequena empresa, para estabelecer mais esse diálogo e nos aproximarmos. Estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vou passar aqui para o Flávio Vital, que é o representante da Fiesp para a pequena e média indústria.

O SR. FLÁVIO VITAL – Foi colocado, muito apropriado, o lado do Estado, um instrumento que realmente melhora a arrecadação. E, cá entre nós, quando melhora a arrecadação é bom para todos, porque você tem um custo operacional de arrecadação também melhor. Ótimo. Com modelos mais aprimorados, você supostamente consegue uma arrecadação mais direcionada e um modelo tributário preferencial ou melhorado.

Entendo também que na questão da burocracia para a pequena empresa foi bem colocada a questão do capital de giro. A pequena é a que tem um custo de captação de recurso mais elevado. Tem uma dificuldade considerável de crédito. Colocar para esse tipo de empresa todo o ônus do custeio do tributo para a cadeia inteira, eu acho um pouco complicado. Vai um pouquinho de encontro ao que está na Constituição prevendo tratamento facilitado e diferenciado.

Nós estamos fazendo exatamente o oposto. Fora que não temos prazo de pagamento para o tributo. O prazo continua sendo o mesmo.

Ao contrário, o prazo era longo e, no decorrer da história, fomos encurtando com a inflação e não voltamos mais aos patamares que nós tínhamos em momentos de inflação equiparáveis ao tempo histórico que estamos vivendo.

Uma provocação. Foi colocado que a questão da fiscalização é interessante. E aí o Estado vai ter que aumentar o custo para poder fazer fiscalização, porque a quantidade de empresas vai aumentar. Quer dizer, essa é uma questão a ser ponderada, no mínimo. E a provocação é: por que eu tenho que ter o substituto no Simples? A provocação são duas. No Simples e na pequena?

Porque na Constituição está previsto pequenas empresas e não quem é optante do Simples. Que é uma questão a ser dialogada e verificada. Nós não estamos fazendo o que está previsto na Constituição. Segundo, por que não... Quem está no Simples, não é substituto. Ponto. Quem compra e não está no Simples, é.

Quer dizer, você teria condições de monitorar isso eletronicamente sem muito drama, sem muito problema. Você tem condições de ter o substituto com uma

musculatura administrativa melhor; você tem condições de identificar essa pessoa e ela tem, necessariamente sabendo que vai comprar, condição de ser fiscalizada.

A quantidade de empresas vai ser bem menor, vai ser identificado muito melhor o substituto tributário e a questão burocrática e a questão do erro possível que você pode ter dentro de um sistema tributário, como diz o Senador, caótico. É muito mais fácil lidar com Deus do que lidar com tributo. Você tem condições muito melhores de localizar esse substituto. Se você não tem o substituto na micro e na pequena, o próximo que comprar você tem condição de localizar e fazer. Independente de ser indústria, aos moldes ou equiparável ao atacadista, etc. Você está no começo da cadeia.

A estruturação do Simples nacional prevê ou equipara a pequena empresa a um consumidor final. Então, se ele está transitando entre empresas do Simples nacional, é entre consumidores finais. Então, isso não afeta sua arrecadação. Ao contrário. No próximo, você tem a substituição tributária sempre fora do Simples. A quantidade de empresas é consideravelmente menor, independente de só cair em cima da indústria. Quando foi colocada pelo Bruno a quantidade de empresas e o emprego, ele utilizou a estatística de empresas. Porque se verificarmos a estatística de indústria, vai ser bem diferente.

A indústria não está competitiva. A indústria está levando uma quantidade de problemas para dentro de casa que ela não criou. Ela está sendo mais competitiva, ela está tecnicamente mais inovadora, mas ela está tendo problema de fora da indústria.

E aí é o contrário. Estamos trazendo mais problema para dentro da indústria, colocando mais burocracia, mais peso e mais tendência a erro. Uma pessoa que está dentro do Simples tem um impacto do erro muito grande. Qualquer coisa que eu fizer fora do Simples ou fora de qualquer tipo de atribuição do Simples, eu sou penalizado saindo do Simples, tendo minhas multas voltadas fora do sistema. Então, o meu peso no erro é muito grande. Eu não posso cometer nenhum tipo de equívoco. Eu sou muito penalizado com isso.

Trazar isso para dentro da indústria, para dentro da pequena também é um contra senso. Então, só essa colocação de não ter o substituto dentro do Simples, e sim no próximo. Ele sempre ser substituído. Acredito que é uma fórmula muito mais singela de conseguirmos controlar o problema.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado.

Secretário Trinchão, para as considerações finais.

O SR. CLÁUDIO JOSÉ TRINCHÃO SANTOS – Bem, eu ouvi aqui várias ponderações.

Nós temos que ter o equilíbrio de verificar aquilo de que a sociedade precisa, o segmento das pequenas e micro empresas e as necessidades dos Estados.

Retirada a substituição tributária da condição de substituta da pequena empresa, nós temos que estudar, aprofundar, porque traz algumas vulnerabilidades, até porque como nosso limite são 3,600 milhões por ano, já não é uma empresa tão pequena. Especialmente para os Estados. Por exemplo, para o Estado do Maranhão, uma empresa de 3,600 milhões é uma empresa de porte razoável. Para o Amapá, para o Acre. Mas traz vulnerabilidade, um volume de operações. Isso requer uma análise mais acurada.

E é isso que nós queremos, provocar um debate. Estamos agendando uma reunião nos próximos 15 dias, vamos trazer também a CNM, porque, queiram ou não, são sócios do ICMS, são sócios de 25% do ICMS. Nós vamos convidá-los, porque vivemos momento muito delicado para as finanças públicas dos Estados. Os senhores sabem disso. Os Estados estão com dificuldades enormes. E qualquer possibilidade de redução de receita cai como uma bomba, digamos assim, na cabeça principalmente do secretário de Fazenda e do governador.

Nós estamos assustados com a possibilidade de reduzir o controle. A substituição tributária mostrou-se um instrumento eficiente de controle, de arrecadação. Se precisa ser feito algum tipo de ajuste, vamos sentar para discutir, vamos aprofundar a discussão.

Mas nós temos que pensar também que todos nós, principalmente os Parlamentares, vivemos em um País, e mexer na substituição, alterar o controle da substituição tributária traz repercussões tanto para o Governo Federal quanto para Estados e Municípios. Altera os três. Porque reduz significativamente o controle e, conseqüentemente, também de vocês, da União. Com impactos que não podemos mensurar neste momento, mas que poderão ser fulminantes na cadeia como um todo e principalmente na repercussão no mercado.

Podemos trazer uma vantagem desleal para um grupo de empresas. Já é um *modus operandi* aplicado hoje por diversas e diversas empresas, só que nós vamos ampliar significativamente a amplitude da área de atuação desses fraudadores. Significativamente. Trazendo repercussões diretas, mais do que a qualquer segmento, para as pequenas empresas.

Vocês não têm ideia daquilo com que nós nos deparamos no dia a dia. Vocês não têm ideia. A criatividade, a ousadia de alguns – contribuintes não são – bandidos que atuam utilizando o benefício do Simples Nacional. Vocês não têm ideia daquilo com que nos

deparamos no dia a dia. E o fato de reduzir, ainda que seja em alguns segmentos, traz preocupações para nós.

Agora, vamos sentar, vamos discutir. Esse é o intuito. O Confaz, os Estados entendem a importância das micro e pequenas empresas. Nós não nos afastamos disso. Agora nós temos que ter o bom senso de ponderar e achar um equilíbrio entre as demandas e necessidades dos Estados, que são extremamente pressionados, com as necessidades da sociedade.

Nós não queremos matar a galinha dos ovos. Não é nossa intenção. Muito pelo contrário. Queremos fomentar. Agora, temos que achar um modelo híbrido, intermediário, ou contido. Vamos discutir. Estamos abertos a discussões.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Queria, Secretário Trinchão, agradecer e passar a palavra para o Sr. Silas Santiago, representante do Ministério da Fazenda.

O SR. SILAS SANTIAGO – Sr. Presidente, nós vemos com bons olhos esta audiência pública, em que todos os pontos de vista puderam ser expostos: dos Senadores, dos representantes das micro e pequenas empresas, do Sebrae, da Fiesp.

Vejo com muito otimismo também essas iniciativas, essas reuniões que já vêm sendo feitas pelo Confaz e pela Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, e a reunião que o Secretário Trinchão anunciou para os próximos quinze dias. Na verdade, a intenção é buscar uma solução para o problema da distribuição tributária, já que ela realmente afeta as operações das pequenas empresas.

E o Ministério da Fazenda se coloca à disposição para, sempre que for necessário, estarmos juntos para, dentro das nossas possibilidades, é um assunto que afeta os Estados, contribuir na busca de soluções para a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu queria passar a palavra para o último inscrito, representando a Comicro, seu Presidente José Tarcísio da Silva.

O SR. JOSÉ TARCÍSIO DA SILVA – Estava fazendo uns cálculos aqui, rapidamente. A microempresa, a empresa de pequeno porte, aliás, que tem o faturamento de R\$3,600 milhões, paga R\$417,960 mil de imposto, o Super Simples, dos quais R\$142,200 mil ficam com o ICMS. É muito dinheiro.

E outra questão. Parece-me que quando da aprovação da Lei Complementar 123 já havia um acordo entre o governo, a receita, as instituições representativas, o Congresso Nacional, e esse acordo resultou em partilha.

Para os Estados, ele iniciava com 1,25 do ICMS, por exemplo, do comércio. Da indústria e do serviço é bem mais. E terminava com 3,95%, que era o faturamento máximo, respeitando alguns produtos que estavam na substituição tributária, como o tabagismo, o álcool. E aí foi que se criou, na realidade, uma janelinha lá no Super Simples para abater do ICMS a substituição desses produtos sobre os quais havia um convênio nacionalmente e anteriormente já assinado.

E a questão da ampliação da substituição tributária foi posterior à Lei Complementar 123, por decreto dos Estados, e não foi nada acordado no momento da votação com o Congresso, com o governo. Então, eu acho que os Estados ultrapassaram a Lei Complementar 123 criando, ou seja, não criando a substituição, porque ela existia em função daqueles outros produtos, mas que teriam desconto no ICMS, mas ampliando o leque de produtos substituídos.

Então, acho que não há que falar que o Estado vai perder ICMS, porque quando foi aprovada a lei, já havia um acordo. E o ICMS permanece. Aqui não estamos pedindo para tirar a partilha do ICMS que já existia na lei complementar não. Nós estamos querendo é eliminar o excesso, o extra, aquilo que colocaram a mais nas costas das microempresas.

Veja, quando uma microempresa atrasa, é 10% que paga de multa. Eu não paguei o Super Simples hoje, amanhã eu já tenho 10% a mais para pagar. E aí como é que fica a situação? Aumenta o ICMS cada dia mais, a substituição vai aumentando. Daqui a pouco, as microempresas que estão no Super Simples trabalhando firmemente para se manter na legalidade vão terminar com uma bola de neve, não vão ter condições de pagar e vão para a informalidade.

Vão desempregar, inclusive a estatística do Sebrae, como o Bruno já citou aí, é real, é verdade. Ou, no mínimo, vão estagnar. Aquelas que ainda têm fôlego. Sei lá.

Eu ainda acho que a substituição tributária, esse extra, essa ampliação deve, na realidade, ser extinta. Ela não deve continuar para a microempresa. Há que encontrar um meio para que a carga não fique em cima das micro e pequenas empresas, porque a arrecadação dos Estados, do Fisco, é muito alta.

Só nós que estamos na ponta, trabalhando no dia a dia, é que sentimos isso, é que sabemos realmente onde é que o sapato aperta.

Para a questão do mau empresário, tem a Receita Federal, tem a secretaria de Fazenda, tem a Polícia Federal. O mau empresário, o cara que está querendo fraudar, tem que estar na cadeia. Agora, não pode meia dúzia de maus empresários fazer que mais de sete milhões de pequenos empresários paguem a conta. Isso

é impossível. Não é possível que sete milhões também pensem em ludibriar o Fisco.

Eu acho que os órgãos competentes estão aí para pegar os maus empresários e puni-los. Agora, os bons, na realidade, temos que incentivá-los e fazer que eles sobrevivam e empreguem no nosso País.

Era isso que eu queria falar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu agradeço os senhores, vamos fazer depois uma reunião administrativa aqui, com o Senador Armando Monteiro, com o Senador Pimentel, para discutir os nossos próximos passos.

Eu estou convencido também, Senador Armando Monteiro, que isso aqui afeta pesadamente a micro e pequena empresa, afeta fortemente a geração de empregos. Volto a dizer, 83% dos empregos gerados de 2003 para cá foram gerados pelas micro e pequenas empresas. E a arrecadação é pequena.

Parece haver uma fúria arrecadadora dos Estados em cima desses, sem olhar o outro lado. Entendemos que o Estado quer aumentar um pouco... Sem olhar o outro lado! Quer o impacto econômico, principalmente na geração de emprego.

Nós vamos fazer essa reunião administrativa aqui também para ver como proceder. Mas quero dizer aos senhores que representam as micros e pequenas empresas que o Senado Federal e esta Comissão de Assuntos Econômicos vão tentar encaminhar esse assunto da melhor forma possível.

Muito obrigado, agradeço a todos os senhores expositores e senhores Senadores que participaram desta audiência.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 18 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 39 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE ABRIL DE 2013, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quinze minutos do dia nove de abril do ano de dois mil e treze, na sala número dezoito da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humber-

to Costa, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Pedro Taques, Acir Gurgacz, Inácio Arruda, Vital do Rêgo, Ivo Cassol, Kátia Abreu, Casildo Maldaner, Ana Amélia, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Alvaro Dias, José Agripino, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Armando Monteiro e Gim. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Roberto Requião, Romero Jucá, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura das Atas da 11ª e 12ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 15 de 2013 (Aviso nº 44/2013-BCB), de 28 de março de 2013, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do Real referentes ao mês de fevereiro de 2013, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas; e Aviso nº 17 de 2013 (Aviso nº 97/GMF), de 2 de abril de 2013, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de fevereiro de 2013, tabela demonstrativa a posição de endividamento dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios. Encaminha, ainda, por meio do Anexo 5, comunicação das irregularidades constatadas no período, para atendimento ao art. 24, § 2º, da Resolução do Senado Federal nº 43/01. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. Os expedientes serão encaminhados aos membros por meio de ofício circular. **Item 1-** Projeto de Lei da Câmara nº 48 de 2012, não terminativo, de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que “obriga a construção e a manutenção de estações de apoio a condutores de veículo de transporte de carga ou de veículo de transporte público de passageiros, no âmbito das concessões rodoviárias federais”, tendo como relator o Senador Casildo Maldaner, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 2 e 3 que apresenta. Após a leitura do relatório, é solicitada vista pelo Senador Humberto Costa. O Presidente da Comissão, Senador Lindbergh Farias, concede Vista ao Senador Humberto Costa, nos termos regimentais. **Item 2-** Projeto de Lei do Senado nº 133 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que “altera a Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, para disciplinar a escolha do Secretário da Receita Federal do Brasil”, tendo como relator o Senador

Romero Jucá, que oferece relatório favorável ao Projeto. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Pedro Taques. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto. A Matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. **Item 3-** Projeto de Lei da Câmara nº 81 de 2011, não terminativo, de autoria do Deputado Fábio Souto, que “altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, prevendo aplicação de recursos na recomposição ambiental das áreas de preservação permanente que especifica”, tendo como relatora a Senadora Ana Amélia, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido da relatora, para reexame. **Item 4-** Projeto de Lei do Senado nº 629 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “altera os arts. 3º e 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir o apoio cultural ao Serviço de Radiodifusão Comunitária entre os projetos aptos a receber recursos incentivados”, tendo como relatora a Senadora Lúcia Vânia, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido da relatora. **Item 5-** Projeto de Lei da Câmara nº 117 de 2012, não terminativo, de autoria da Presidente da República, que “dá nova redação ao art. 9º da Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008”, tendo como relator o Senador Humberto Costa, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAE. Aprova, ainda, a apresentação de Requerimento de Urgência para a Matéria. **Item 6-** Projeto de Lei do Senado nº 348 de 2012, não terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia, que “altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para simplificar a constituição e o funcionamento da sociedade anônima de capital fechado que possua menos de vinte acionistas e patrimônio líquido inferior a cem milhões de reais”, tendo como relator o Senador José Agripino, que oferece relatório favorável ao Projeto. Após a leitura do relatório, usa da palavra a Senadora Ana Amélia. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto. A Matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. **Item 7-** Mensagem (SF) nº 1 de 2013, não terminativo, de autoria da Presidente da República, que “encaminha a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2013”, tendo como relator o Senador Eduardo Braga, que oferece

relatório favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresenta. O Presidente da Comissão designa o Senador Humberto Costa Relator “ad hoc” da Matéria. Após a leitura do relatório pelo relator “ad hoc”, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. **Item 8-** Projeto de Lei do Senado nº 86 de 2011 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Benedito de Lira, que “altera dispositivo da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para tratar das Transferências Voluntárias a Municípios com população de até 50.000 habitantes”, tendo como relator o Senador Vital do Rêgo, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **Item 9-** Projeto de Lei do Senado nº 22 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Lindbergh Farias, que “autoriza a União a conceder isenção fiscal, anistia e remissão, totais ou parciais, bem como a suspensão temporária do prazo para o pagamento de tributos, para pessoas físicas e jurídicas atingidas por desastres, na forma a ser regulamentada pela Receita Federal, e dá outras providências”, tendo como relator o Senador Alvaro Dias, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo (Emenda nº 1) que apresenta. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **Item 10-** Projeto de Lei do Senado nº 17 de 2004, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “dá nova redação ao inciso IV do artigo 1º da Lei nº 8989, de 24 de fevereiro de 1995, incluindo os deficientes auditivos na obtenção da isenção do IPI, na aquisição de automóveis”, tendo como relator Cyro Miranda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada. **Item 11-** Projeto de Lei do Senado nº 86 de 2004, terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que “dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Importação incidente sobre instrumentos musicais adquiridos por músicos”, tendo como relator o Senador Waldemir Moka, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE-CCJ nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada. **Item 12-** Projeto de Lei do Senado nº 206 de 2010, terminativo, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que “extingue débitos das fundações educacionais de origem estadual e municipal, originários da retenção do imposto de renda retido na fonte”, tendo como relator o Senador Romero Jucá, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **Item 13-** Projeto de Lei do Senado nº 604 de 2011, terminativo,

de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para permitir, no prazo de cinco anos, um segundo usufruto, agora parcial, da isenção do imposto de renda da pessoa física incidente sobre o ganho de capital auferido na venda de imóveis residenciais, quando o alienante aplicar o produto da venda na aquisição de imóvel residencial novo”, tendo como relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **Item 14-** Projeto de Lei do Senado nº 156 de 2012, terminativo, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que “reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/PASEP, incidentes sobre a receita de venda no mercado interno de produtos oriundos da piscicultura”, tendo como relator o Senador Fernando Collor, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 2 que apresenta, acolhendo, ainda, a Emenda nº 1-CRA na forma da Subemenda apresentada. A apreciação da Matéria é adiada. **Item 15-** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 20 de 2013, de iniciativa do Senador Pedro Taques, que “requer, nos termos regimentais, seja convidado o Sr. Marcel Souza de Cursi, Secretário de Fazenda de Mato Grosso, para participar de audiência pública a fim de tratar do tema ICMS e discutir o Projeto de Resolução nº 1 de 2013 e a Medida Provisória 599, de 2012”. Anunciada a Matéria, usa da palavra o Senador Pedro Taques, para solicitar a retirada do Requerimento. Colocado em votação, a Comissão aprova a retirada definitiva do Requerimento nº 20 de 2013. São lidos e serão apreciados posteriormente os Requerimentos nºs 21, 22 e 23 de 2013. O Requerimento nº 21 de 2013, de iniciativa do Senador Cristovam Buarque, requer a realização de audiência pública destinada a debater a solidez da política econômica brasileira, com os seguintes senhores convidados: economista Antônio Delfim Netto; economista Márcio Pochmann; economista Armínio Fraga; e Henrique de Campos Meirelles. O Requerimento nº 22 de 2013, de iniciativa do Senador Pedro Taques, requer seja convidado o senhor Ministro do Trabalho, Manoel Dias, para audiência pública, conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais – CAS, visando à discussão da regulamentação da aplicação dos direitos de empregados domésticos decorrentes da promulgação da Emenda Constitucional 72/2013. E o Requerimento nº 23 de 2013, de iniciativa dos Senadores Lindbergh Farias e Acir Gurgacz, requer a realização de audiência pública, conjunta com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, com o tema “Desoneração do Transporte Público”, bem como para instrução do

PLC 310 de 2009, que “institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros – REITUP, condicionado à implantação do bilhete único temporal ou rede integrada de transportes”, com a presença dos seguintes convidados: representante da Associação Nacional do Transporte Público (ANTP); representante da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU); representante da Frente Nacional de Prefeitos (FNP); representante do Ministério das Cidades; representante do Ministério da Fazenda; representante da Frente Parlamentar do Transporte Público (FPTP); e representante da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezenove minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas da 11ª e da 12ª Reuniões.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para o seu conhecimento:

– Aviso nº 15/2013, de 28 de março de 2013, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/1995, o demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de fevereiro de 2013, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

– Aviso nº 17 de 2013, de 2 de abril de 2013, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério, no mês de fevereiro de 2013, tabela demonstrativa da posição de endividamento dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios. Encaminha, ainda, por meio do anexo 5, comunicação das irregularidades constatadas no período, para atendimento ao art. 24, § 2º, da Resolução do Senado Federal nº 43/01.

Os Expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Antes de iniciarmos a pauta, o Senador Cristovam Buarque havia pedido a palavra pela ordem. Passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF)

– Sr. Presidente, depois da últimas audiências que nós tivemos aqui, com o Presidente Tombini e com o Ministro Mantega, eu refleti em cima dos textos das suas falas, juntando com algumas reflexões anteriores, e decidi escrever uma carta, que lhe entreguei ontem, sobre o que chamei de alertas sobre a economia brasileira.

Eu analiso, primeiro, o risco inflacionário, e sobre isso os jornais estão mostrando tudo. É a primeira página de O Globo. O Valor Econômico mostra um debate intenso. Fala da uma reunião da Presidenta Dilma com o ex-Ministro Delfim Netto, com Nakano, com Belluzzo – três economistas do primeiro time da história brasileira. Fala muito da necessidade ou não de aumentar a taxa de juros.

Eu não entrei nas propostas, mas fiz uma análise que chamei de alertas sobre o quadro. É o problema inflacionário, em que tomo o maior espaço; depois, uma preocupação com o balanço de pagamentos, a partir dos próprios relatórios do Banco Central. Não tomei dados de outras fontes. Finanças públicas, em que incluí também as desonerações, com o lado positivo que elas têm, do ponto de vista social, especialmente no caso da cesta básica, da tarifa de energia elétrica, mas com implicações arriscadas do ponto de vista econômico, pela redução que se pode ter das receitas do Estado. Inclusive, algo sobre o qual poucos estão falando – e eu confesso que o assunto me passou despercebido, até falar com pessoas do Governo de Pernambuco –: a redução nas receitas municipais, por conta de isenções de receitas federais.

Quando a gente fala em exoneração, sempre é de imposto federal. Eu imaginei que era um problema apenas federal, mas as transferências do Governo Federal para os Municípios dependem da Receita Federal. Então, os Estados e Municípios estão pagando um alto preço por causa das desonerações.

Falo também do problema do crescimento em investimento, porque a minha impressão, e já venho falando nisso há uns dois anos, é que o Governo fez a opção pelo consumo, reduzindo a importância da poupança. Isso traz crescimento, traz euforia na população, mas ameaça o futuro, por falta de poupança necessária. O Brasil tem uma das menores taxas de poupança entre todos os países da América Latina, por exemplo. E não está crescendo essa poupança.

Os incentivos todos têm sido ao consumo, o que mostra também uma coisa que me preocupa, que é a

preferência pelo curto prazo, pelo imediato, pelos impactos de já, sem levar em conta os próximos dez anos.

Aí eu trabalho também com um dos problemas do crescimento, que é a falta de um – como hoje se chama – nicho, um espaço de investimentos na área de alta tecnologia – não temos –, que é o grande setor dinâmico da economia hoje. Falo da infraestrutura, e a gente já está vendo, pelos noticiários, os problemas que a infraestrutura está provocando sobre o crescimento; falo da credibilidade, porque a perda de credibilidade hoje é algo fundamental. Sempre, na história, a economia dependeu da credibilidade dos agentes. Um grande comerciante, se não tiver credibilidade, não consegue comprar a prazo. Tudo depende de credibilidade, mas, hoje, muito mais ainda do que antes.

Hoje, com a volatilidade do mercado internacional, com a volatilidade, sobretudo, das finanças internacionais, com a abertura internacional, porque a gente não pode fechar as fronteiras na hora em que decidir... O Brasil está impedido. Aliás, o Brasil não, qualquer país hoje do mundo não tem como fechar suas fronteiras, salvo a Coreia do Norte, que, mesmo assim, está fazendo uma guerra para ver se permitem que ela abra suas fronteiras, do ponto de vista comercial, embora não queira abrir nada do ponto de vista político nem de repressão.

Então, nós vivemos um tempo de abertura de portos e de volatilidade do capital financeiro. Nessas condições, a credibilidade é determinante. Sem a credibilidade, os recursos não vêm, as compras não ocorrem, haja vista, agora, a redução na compra de soja por conta dos problemas dos portos.

E finalmente, Sr. Presidente, ao concluir, sugiro que façamos um debate em torno dessas questões. E gostaria de apresentar ao senhor o requerimento de que lhe falei ontem, convidando para que venham falar para nós sobre a solidez da política econômica os economistas Delfim Netto, Marcio Pochmann, Armínio Fraga e Henrique Meirelles, quatro grandes nomes, sobre os quais não pesa suspeita de parcialismo. A maioria, inclusive, faz parte do bloco de apoio.

Então, eu gostaria de convidá-los e, ao mesmo tempo, fazer uma sugestão que não sei se regimentalmente é possível: da próxima vez em que os ministros vierem depor aqui, eles nos enviem a nota técnica que serve de base à apresentação deles. Eu gostaria muito de ter tido acesso à fala do Ministro Mantega antes. Da mesma maneira que espero que isso chegue para ele também e que os técnicos dele analisem, até para ver onde é que eu estou errado aqui.

Então, era isso. Eu deixei a carta com o senhor ontem e me sinto livre, agora, para pedir permissão para distribuir a todos os colegas Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu já pedi à Secretaria da Comissão que distribuisse a todos os Senadores, os que estarão aqui hoje e os que não estarão também. Parabéns a V. Ex^a por ter se aprofundado nas duas audiências e apresentado a Comissão com essa publicação, essa pequena reflexão, pequena no tamanho, mas, com certeza, uma reflexão profunda.

Eu acho, Senador Cristovam, que nesta Comissão de Assuntos Econômicos nós temos que reservar um tempo para as grandes discussões sobre a economia do País. Eu vou ler o requerimento de V. Ex^a chamando o Ministro Delfim Netto, Armínio Fraga, Henrique Meirelles e Marcio Pochmann, e já hoje a Comissão tentará entrar em contato. Creio que a grande dificuldade é viabilizar a data, mas um debate desse nível eu quero colocar numa terça-feira. Acho que os Srs. Senadores concordam em abrir mão de uma pauta para haver uma discussão com quatro nomes com contribuições incontestáveis sobre os rumos da economia brasileira.

Vou colocar desde já, hoje ainda, a nossa Secretaria da Comissão tentando viabilizar a melhor data. Não dá para ter um debate como esse, com essas figuras, numa segunda-feira. Nós temos que fazer um debate como esse numa terça-feira. Eu acho que esse é o momento, e tentar fazer o mais breve possível esse encontro.

Parabenizo novamente V. Ex^a. Não sei se algum Senador quer fazer alguma consideração antes de entrarmos na pauta.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Senador Lindbergh, é para me congratular com essa Presidência pela audiência pública de ontem. Nós pudemos, ontem, discutir um tema da maior importância aqui, que é o alargamento, a ampliação da utilização do instituto da substituição tributária, que está na prática anulando todos os benefícios que tiveram origem naquela política do Simples Nacional de apoio às micro e pequenas empresas.

Os Estados, sobretudo as administrações fazendárias, no afã de arrecadarem, estenderam o mecanismo da substituição tributária penalizando as pequenas empresas.

O estudo do Sebrae que foi apresentado ontem evidencia que o crescimento da arrecadação nesse segmento se situa muito acima de qualquer parâmetro. E o que é mais grave: essa curva de crescimento da arrecadação está produzindo agora um desemprego nesses segmentos, ou um retrocesso que é novamente um movimento de informalidade.

Portanto, é fundamental estabelecer um marco que delimite, de forma clara, essa questão da utiliza-

ção da substituição tributária, que deve ser algo seletivo. A seletividade no uso desse instrumento é algo fundamental.

Então, ontem, esta Comissão, em boa hora, produziu um debate importante sobre esse tema. É importante destacar a presença da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa nesse debate, que é coordenada por um companheiro nosso, Senador Humberto Costa, o nosso companheiro Deputado Pedro Eugênio.

Portanto, eu tenho certeza de que esse debate de ontem se constitui em algo muito importante para orientar a ação do Congresso Nacional de modo a mitigarmos os efeitos deletérios que têm sido observados em decorrência da ampliação da utilização do mecanismo da substituição tributária, penalizando os pequenos negócios no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

Senador Humberto Costa, é impressionante entender que, de 2003 para cá, as micro e pequenas empresas foram responsáveis pela geração de 83% dos empregos, dos novos empregos. E como isso está impactando na geração de novos empregos, a forma como está acontecendo essa substituição tributária.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Presidente, como eu devo comparecer à audiência pública do Ministro Aldo, na Comissão de Educação, peço a V. Ex^a, desde já, a retirada do Projeto nº 22, de 2011, de autoria de V. Ex^a, para incorporar sugestões apresentadas pelo Senador Pedro Taques, que melhoram ainda mais o já bom projeto de V. Ex^a.

Se V. Ex^a me permitir, eu peço a retirada de pauta, para que fique para a próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro. V. Ex^a será atendido. Retiramos de pauta esse ponto.

Antes de passar para o primeiro ponto da pauta, quero ler o requerimento do Senador Cristovam Buarque:

REQUERIMENTO Nº 21, DE 2013

Requer a realização de audiência pública destinada a debater a solidez da política econômica brasileira, com os seguintes Srs. convidados: economista Antônio Delfim Netto; economista Márcio Pochmann; economista Armínio Fraga; e Henrique de Campos Meirelles.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Nós vamos começar pelo item 5, cujo Relator é o Senador Humberto Costa:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 117, de 2012

– Não Terminativo –

Dá nova redação ao art. 9º da Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Humberto Costa.

Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com Parecer favorável ao Projeto.

Com a palavra, o Relator.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, vem a esta Comissão para análise o Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2012 (Projeto de Lei nº 7.330, de 2010, na Casa de origem, de iniciativa da Presidência da República), que busca alterar o art. 9º da Lei nº 11.803, de 2008, para autorizar o Banco Central do Brasil (BCB) a abrir crédito, de até US\$ 40 milhões, ao Banco Central do Uruguai (BCU), sob a forma de margem de contingência reciprocamente concedida no âmbito do Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML). Atualmente, o art. 9º da Lei nº 11.803, de 2008, autoriza a concessão de crédito pelo BCB, no âmbito do SML e de forma recíproca, de até US\$ 120 milhões, apenas para o Banco Central da República da Argentina (BCA).

A alteração proposta visa a viabilizar a participação do Uruguai no Sistema de Pagamentos em Moeda Local. O funcionamento da margem de contingência deverá obedecer ao disposto em convênios bilaterais firmados entre o BCB e os respectivos bancos centrais da Argentina e do Uruguai.

O PLC prevê a vigência da lei na data de sua publicação.

Na Exposição de Motivos, Sr. Presidente, diz-se que tem sido verificado um aumento do acesso ao comércio bilateral por pequenos e médios exportadores e importadores de Brasil e Argentina, que utilizam o Sistema de Pagamentos em Moeda Local, possibilitando que não seja necessária a utilização do dólar americano, reduzindo os custos das transações comerciais.

Ainda conforme a Exposição de Motivos, há acordos para estender o SML ao Uruguai, e, para isso, será

preciso concessão de créditos recíprocos entre os dois bancos centrais.

Passo à análise.

O Sistema de Pagamentos em Moeda Local, o SML, permite operações de comércio exterior na moeda local, ou seja, o exportador brasileiro, por exemplo, pode fixar o preço de venda e receber os valores em reais, evitando os custos com operações de câmbio. Da mesma forma, o exportador argentino poderá vender em pesos, evitando os custos com a troca de moeda.

Ao fixar o valor das operações internacionais em moeda local, o exportador evita os riscos associados a variações das taxas de câmbio entre o momento do fechamento do contrato e o momento da liquidação da operação.

Atualmente, participam do SML apenas Brasil e Argentina, mas esse projeto busca incorporar o Uruguai a esse mesmo Sistema.

A operação do SML exige a participação dos bancos centrais dos países exportadores e importadores, em um sistema de compensação de fluxos, com liquidação das diferenças ao final do dia, em um formato semelhante ao das operações interbancárias.

Um dos princípios do SML é a não assunção de riscos pelos bancos centrais dos países participantes. Assim, para cobrir os saldos a descoberto devido aos problemas citados anteriormente, como feriados nos dois países ou nos próprios Estados Unidos, o sistema usa uma linha de crédito recíproca entre os bancos centrais. Quando um banco central devedor não repassa o saldo do dia passa a usar a linha de crédito contingencial, que poderá ser liquidada no dia seguinte, quando os depósitos na conta do banco central credor forem feitos.

Concordamos com a proposta por viabilizar a redução de custos operacionais e do risco cambial nas exportações do Brasil para o Uruguai, como já ocorre atualmente no comércio com a Argentina.

Só temos uma ressalva a fazer em relação ao PLC. Sua ementa, em que se diz “dá nova redação ao art. 9º da Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008”, não explica quais os objetivos da modificação proposta. Assim, apresentamos emenda de redação para fazê-lo.

Diante do exposto, votamos pela aprovação da matéria, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CAE

Dê-se à ementa do PLC nº 117, de 2012, a seguinte redação:

“Dá nova redação ao art. 9º da Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008, para abrir crédito ao Banco Central da República do Uruguai, sob a forma de margem de contingência reci-

procamente concedida no âmbito do Sistema de Pagamentos em Moeda Local – SML.”

É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria está em discussão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Tem a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, não tenho discordância em relação à matéria, ao projeto de lei que nós estamos examinando.

Eu apenas queria fazer uma observação, Senador Humberto Costa.

Veja V. Ex^a a displicência com que a Presidência da República trata a sua função legislativa. Manda para o Congresso um projeto de lei cuja ementa não dá a menor noção da matéria sobre a qual ele versa. Nós temos uma Casa Civil com assessores, com todo um aparato burocrático, gente competente, gente séria, e manda para o Congresso um projeto de lei cuja ementa não segue as determinações da lei complementar que disciplina a elaboração das leis.

Portanto, não é de se espantar que, quando edita medidas provisórias, o Governo também descumpra o preceito constitucional, uma vez que a lei complementar que trata da elaboração da matéria é uma lei complementar à Constituição, ao misturar temas diversos, numa espécie de combo legislativo, que é a rotina das medidas provisórias enviadas ao Congresso – as matérias mais díspares agrupadas na mesma proposição.

Então, louvo o zelo de V. Ex^a ao dar uma nova redação à ementa do projeto de lei, ao mesmo tempo em que reprovo e critico o desprezo do Governo às boas regras da elaboração legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do Senador Humberto Costa.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAE.

Vamos voltar agora ao Item...

O Senador Humberto Costa vai fazer o pedido de urgência.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sim.

Peço a V. Ex^a que seja votado o requerimento de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Em votação o requerimento de urgência proposto pelo Senador Humberto Costa.

Os Senadores que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria.

Voltamos ao item 1:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 48, de 2012

– Não Terminativo -

Obriga a construção e a manutenção de estações de apoio a condutores de veículo de transporte de carga ou de veículo de transporte público de passageiros, no âmbito das concessões rodoviárias federais.

Autoria: Deputado Onofre Santo Agostini

Relatoria: Senador Casildo Maldaner

Relatório: Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 2 e 3 que apresenta.

Observações:

1. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ;

2. A Matéria será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, caros colegas, à Comissão de Assuntos Econômicos chega, da Câmara dos Deputados, a proposta do Deputado Onofre Santo Agostini que “obriga a construção e a manutenção de estações de apoio a condutores de veículo de transporte de carga ou de veículo de transporte público de passageiros, no âmbito das concessões rodoviárias federais”.

Essa proposta, Sr. Presidente e caros colegas, tramitou não só na Câmara, mas também na Comissão de Constituição e Justiça, por onde passou e recebeu seu o.k. E aqui na Comissão de Assuntos Econômicos eu tenho a honra de ser seu Relator. Não é uma proposta terminativa aqui na Comissão; daqui, ela vai à Comissão de Infraestrutura para ser terminativa.

O projeto de lei obriga a construção e a manutenção de estações de apoio a condutores de veículo de transporte de carga ou de passageiros, no âmbito das concessões rodoviárias federais.

O Projeto contém cinco artigos. O art. 1º indica o objeto da lei proposta.

O art. 2º detalha as modificações a serem introduzidas na Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, especialmente no sentido de exigir a construção, a cada 150 quilômetros, de estações de parada para veículos de transporte de carga e público de passageiros nas rodovias concedidas.

O art. 3º estabelece que tal obrigação não se aplica aos contratos de concessão em vigor [...] o projeto obriga a construção de estações de descanso – que se constituam em uma alternativa à rede cada vez menos densa de postos de combustíveis – nas futuras concessões rodoviárias.

Já disse que foi analisado na CCJ.

Análise.

Nossa análise será centrada no mérito, em especial quanto aos aspectos econômicos da matéria, uma vez que a CCJ já examinou os aspectos de constitucionalidade e juridicidade.

Eu diria que esse assunto vem sendo debatido. O Governo já exigiu que a Polícia Rodoviária Federal colocasse em vigor. A cada x horas tem que haver um descanso dos motoristas. E eles alegaram que não há onde parar para ter segurança da carga. Houve um movimento muito grande. Aí o Governo suspendeu a medida para tentar entrar num acordo. E esse drama continua.

Muitos viajam dez, doze horas e vem o sono e, às vezes, os acidentes acontecem.

Então, a lei é interessante. Haver o descanso a cada x horas, parar uma ou duas horas. Mas eles alegam é que não há onde parar. No caso de cargas que oferecem grandes riscos, parar em qualquer lugar na hora de descansar e encostar os caminhões, não há segurança e fica muito difícil.

A proposta que a cada x quilômetros, haja lugares que possam estacionar com garantias. Isso a gente vê na Europa, no Primeiro Mundo. E a proposta, Senador Costa, é nesse sentido, de que, nas futuras concessões de rodovias, já esteja previsto no projeto que contemplem essa questão.

Nós queremos também que, nos atuais trechos de rodovias federais, também se encontre uma solução. O Governo Federal procure encaminhar uma solução, haja um prazo para que sejam oferecidas a esses transportadores as condições.

Em síntese, Sr. Presidente, caros colegas, o projeto prevê isso.

As duas emendas vêm aperfeiçoar.

Uma vez foi retirado e, mais uma vez, o Governo pretende retirar; a Casa Civil está interessada no assunto, mas, nesta Comissão, tendo em vista o mérito,

nada impede que nós aprovemos esta proposta, que vai à Comissão de Infraestrutura, não é terminativo aqui e segue tramitando. Nesse ínterim, o Governo está buscando também encontrar uma solução para as rodovias que existem hoje. Qual é o melhor encaminhamento para atendermos a legislação em vigor.

Para não lermos todo o relatório, que é de certo modo extenso, acho que os colegas entenderam e, se houver algum questionamento, coloco-me à disposição para responder dentro do possível, Sr. Presidente, caros colegas.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria está em discussão.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Senador Casildo Maldaner, quero, primeiramente, registrar a natureza importante do projeto e o trabalho de relatoria que V. Exª fez, com todo o mérito.

Mas gostaria de pedir vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Concedida vista ao Senador Humberto Costa. Passamos ao item 2 da pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 133, de 2007

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, para disciplinar a escolha do Secretário da Receita Federal do Brasil.

Autoria: Senador Francisco Dornelles

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este é um projeto do Senador Francisco Dornelles, extremamente meritório, que reconhece o trabalho e a capacidade dos auditores fiscais da receita Federal.

Já houve um tempo em que os auditores fiscais estavam menos aparelhados, tinham menos estrutura. Hoje, a Receita Federal do Brasil, com a uniformização do que foi feito junto com a Receita previdenciária, ganhou estatura, ganhou musculatura, ganhou competência e, sem dúvida nenhuma, e muito justa essa determinação de que o secretário da Receita Federal deverá ser um auditor de carreira. Nós já tivemos, no passado, chefes da Secretaria da Receita Federal que

não eram de carreira. Exerceram bem o trabalho, mas, no processo de avanço que nós estamos e na valorização dos servidores auditores da Receita Federal, daremos parecer favorável ao projeto, louvando o trabalho da Receita Federal.

Portanto, o parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria está em discussão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, eu concordo inteiramente com o mérito. Temos que valorizar sim o quadro da Receita Federal. Vamos deixar para discutir a constitucionalidade na Comissão de Constituição e Justiça, uma vez que esse projeto passará pela CCJ. Eu tenho dúvidas a respeito da constitucionalidade, tendo em conta o art. 61, §1º, mas cada um no seu quadrado. Vamos deixar para discutir a constitucionalidade lá na CCJ.

Parabenizo pelo mérito do projeto. Nós já tivemos casos em que servidores de outras áreas assumiam cargos na Receita Federal. Nós temos que valorizar a Receita Federal, os auditores de carreira. Eu concordo com o mérito. Só tenho dúvida a respeito da constitucionalidade, mas vou deixar para debater lá.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do Senador Romero Jucá.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

É apenas para registrar que eu vou ter que me ausentar para uma reunião exatamente sobre a questão da comissão que está tratando da regulamentação do serviço doméstico, e o item 12 da pauta é o item sobre o qual eu tinha apresentado relatório, mas há um pedido da SRI de ajustar o texto. Então, eu queria que fosse retirado de pauta o item 12 também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Exª será atendido. Retirado de pauta o item 12.

Sobre o item 3, a Senadora Ana Amélia, que era Relatora, também pediu para retirar de pauta.

O item 4, a Senadora Lúcia Vânia está a caminho e pediu para deixarmos para votar ao final.

Vamos ao item 6:

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 348, de 2012

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para simplificar a constituição e o funcionamento da sociedade anônima de capital fechado que possua menos de vinte acionistas e patrimônio líquido inferior a cem milhões de reais.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senador José Agripino

Relatório: Favorável ao Projeto.

A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Com a palavra, o Relator, Senador José Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a proposição, em seu art. 1º, altera o art. 294 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que trata especificamente das companhias fechadas com menos de 20 acionistas e patrimônio líquido inferior a R\$1 milhão. De acordo com o projeto, as sociedades anônimas com o citado número de acionistas, mas com patrimônio líquido inferior a R\$100 milhões, poderão:

i) armazenar e divulgar os atos constitutivos, as atas de suas assembléias gerais, os documentos da administração previstos no art. 133 da Lei nº 6.404, de 1976, e as atas do conselho de administração, se houver, em endereço eletrônico próprio, mantido na rede mundial de computadores;

ii) ser constituídas por um único acionista, pessoa natural ou jurídica;

iii) autorizar o acionista a participar e votar a distância nas assembléias gerais;

iv) ter suas diretorias compostas por um ou mais diretores, cujo prazo de gestão poderá ser por tempo indeterminado, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo conselho de administração ou, se inexistente, pelas assembléias gerais;

v) autorizar os acionistas a se retirar das companhias fechadas, mediante reembolso do valor de suas ações, na forma do art. 45 da Lei nº 6.404, e notificação às companhias fechadas com antecedência de 120 dias;

vi) autorizar a exclusão judicial dos acionistas que descumprirem gravemente suas obrigações so-

ciais, mediante iniciativa das companhias ou de qualquer acionista;

vii) ter prazo de gestão dos membros dos conselhos de administração por tempo indeterminado.

Para tanto, o PLS nº 348, de 2012, impõe as seguintes obrigações:

i) as companhias fechadas deverão guardar os recibos de entrega dos anúncios de convocação e arquivar cópias autenticadas no registro público de empresas mercantis;

ii) o armazenamento e a divulgação dos documentos dispensam a companhia fechada de proceder às publicações a que se refere o art. 289 da Lei nº 6.404, de 1976, desde que cópias autenticadas dos documentos sejam arquivadas no registro público de empresas mercantis;

iii) no caso de retirada de acionistas, os demais acionistas poderão, nos trinta dias seguintes ao do recebimento da notificação, optar pela dissolução da companhia, em assembleia geral especialmente convocada, na qual os acionistas retirantes não poderão votar.

O art. 2º traz a cláusula de vigência, que se dará em cento e oitenta dias após a publicação da norma.

A proposta objetiva introduzir na legislação o desenho jurídico das “sociedades anônimas simplificadas”, ideia defendida por diversos comercialistas e que visa facilitar a constituição de pequenas e médias empresas, e dar-lhes flexibilidade em seu funcionamento.

A inspiração da autora, conforme expressa em sua justificação, está na experiência de países como a França e a Colômbia, que adotaram, em seus ordenamentos jurídicos, legislação simplificadora da atividade comercial.

Após a manifestação desta Comissão, a matéria vai à apreciação, em caráter terminativo, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Nosso parecer, portanto, é favorável, com cumprimentos à autora, Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria está em discussão. (Pausa.)

A Senadora Ana Amélia deseja fazer uso da palavra, como autora?

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria só pedir o voto dos colegas e agradecer muito a dedicação e a qualidade do relatório do Senador Agripino Maia, que dá relevo a essa sugestão. E quero registrar que essa veio de um especialista que, vivendo o problema, decidiu mandá-la. Então, homenagem a Heitor Monteiro Lima, de Porto Alegre, que enviou

essa sugestão legislativa que eu acolhi e que agora foi aprimorada no relatório do Senador Agripino Maia.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do Senador José Agripino.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, eu estava preparado esta semana para uma tarefa talvez difícil, mas extremamente meritória. Um debate que esta Comissão vai ter que enfrentar, no âmbito municipalista, de um projeto da lavra do Senador Benedito de Lira, em 2011, talvez antevendo a eclosão dos fatos de hoje.

Em 2011, eu assumi, por um apelo do Senador Benedito, essa relatoria, com todas as dificuldades jurídicas a serem enfrentadas, sob o ponto de vista de Lei de Responsabilidade Fiscal, no Projeto de Lei nº 86, que altera a Lei Complementar nº 101.

Mas o Senador Benedito falava das dificuldades das transferências voluntárias a Municípios com população até 50 mil habitantes, e eu, de 2011 para cá, comecei a estudar essa matéria. Eu vi que o Governo quando quer, de lá para cá, flexibiliza. E nós precisávamos encontrar uma saída sem modificar o texto legal.

Mas esta semana, depois de várias tentativas, o Senador Líder Eduardo Braga me fez um apelo – é o meu Líder, em quem eu confio – para que eu retirasse a matéria de pauta. E ele iria criar um grupo de trabalho com o Senador Benedito para que a gente tentasse uma solução que pudesse chegar a um termo.

O jornal O Globo desta semana, me parece segunda ou final de semana, trouxe, exatamente, a evidência: quase 90% ou 96% dos Municípios brasileiros estão no CAUC. Há Estados inteiros em que não há nenhum Município com capacidade de receber transferências voluntárias. No Estado da Paraíba, por exemplo, só há quatro Municípios – no seu Estado da Paraíba, em que V. Exª nasceu, só há quatro Municípios com condições de receber transferências voluntárias. Municípios paupérrimos, que precisam efetivamente disso.

Nós temos que encontrar uma saída. Talvez esse projeto não seja a solução, mas o debate esta Comissão vai enfrentar, e na sua Presidência não há debates na gaveta. Por isso que eu havei de discutir esse assunto na Comissão de Assuntos Econômicos e atendi ao Senador Eduardo Braga, porque considero que, com a sua liderança, é capaz de montar um projeto ou um substitutivo à feliz iniciativa, à corajosa iniciativa do Senador Benedito de Lira.

Por isso que, antes de fazer esta participação, eu consultei o Senador autor e ele concordou com a retirada de pauta do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a tem todas as condições, Senador Vital do Rêgo, de conduzir esse processo de negociação. O Senador Benedito de Lira falou comigo que esse projeto estava há dois anos aqui e tinha que ser colocado em pauta. Eu, prontamente, eu atendi, porque eu acho que a gente tem que enfrentar os debates aqui, e eu acho que o Senador Vital do Rêgo tem todas as condições.

Com a palavra, o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Meu caro Presidente, Lindbergh, Sr^{as} Senadores, Srs. Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Só para dizer que esse é o Item nº 8 da pauta.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Eu gostaria de, em primeiro lugar, agradecer a V. Ex^a por ter pautado o projeto. É um projeto polêmico; eu já ouvi algumas manifestações de companheiros com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal: “O senhor quer acabar com a Lei de Responsabilidade Fiscal?”. Não! Porque o que há é o seguinte: quando há conveniência, a Lei de Responsabilidade Fiscal não serve, e, quando não há, serve. Então, quem é que está sendo penalizado hoje? Quem se penalizou, quem penaliza, nós estamos penalizando, o Governo penaliza os Municípios com população até 50 mil habitantes.

O Município do Rio de Janeiro, por exemplo, o Município de V. Ex^a... como disse o Senador Vital do Rêgo, o senhor nasceu na Paraíba, que é um Estado que, na verdade, está prejudicado. No meu Estado de Alagoas, o pequenino Estado de Alagoas, eu vou mostrar apenas um exemplo a V. Ex^{as}: no caso de algumas obras, algumas emendas, alguns convênios para serem assinados em dezembro, foi preciso a intervenção da Justiça, porque a Caixa Econômica tinha dito que não assinava os convênios.

No meu Estado, mais de 94% dos Municípios inadimplentes, estão incapacitados de fazer qualquer tipo de obra em benefício dos seus munícipes. As emendas parlamentares, que legalmente são apresentadas

por todos nós, não existem. Quando chega na hora de assinar os convênios, corta. Mais de R\$400 milhões um Estado como o de Alagoas perdeu entre 2011 e 2012.

Então, quando o Governo, por exemplo, anuncia um programa, nobre Senador Aloysio, independe de o Município estar adimplente ou não. É o PAC. Ora, então, o que é que nós estamos propondo? Que os Municípios com essa população – em que estão 90% dos Municípios brasileiros – não seja diferente, por exemplo, do Estado de São Paulo, que é o maior Estado e mais rico da Federação; não seja diferente do Rio de Janeiro; não seja diferente do Rio Grande do Sul; não seja diferente de nenhum Estado no Brasil. O Estado de São Paulo tem os grandes Municípios, mas também tem os pequenos Municípios. Os grandes fazem os convênios e realizam as obras, porque as transferências voluntárias do PAC vão independente de ele estar ou não adimplente. E por que esse tratamento com os pequenos? Nós não podemos ter esse tratamento com os pequenos.

E já há o dispositivo da Lei nº 11 mil e alguma coisa, em que, num determinado momento, a obra iniciada – até então não existia essa possibilidade – e se o Município entrasse no CAUC, os recursos não eram mais transferidos para a continuidade da obra.

Se a memória não me falha, em 2008 ou 2009, foi apresentada uma emenda a uma medida provisória dando essa flexibilidade – 2009! Iniciada a obra, mesmo o Município entrando na inadimplência, desde quando ele recebesse e prestasse conta, não havia solução de continuidade no desembolso, o que era absolutamente lógico. Então, aí há a exceção.

Nós não queremos acabar com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Muito pelo contrário, nós queremos apenas a flexibilização, para que os Municípios menores, de até 50 mil habitantes, possam assinar os convênios e contratos com os recursos que poderão ser repassados para ele. Vai ficar na dependência da apresentação do projeto, da aprovação do projeto para, então, a obra poder ser realizada.

Eu concordei com o Senador Vital do Rêgo, que foi um companheiro da primeira hora e se dispôs a dar o parecer, independentemente de qual era o parecer na sua consciência. Ele deu parecer favorável. Eu acho que esse parecer deveria ser discutido, mas acolhido pela maioria dos meus companheiros nesta Casa e nesta Comissão. É um projeto que não cria dificuldade para a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque as exceções são feitas quase que diariamente. A regra existe, mas as exceções são feitas diariamente, desde que haja conveniência por parte do Poder Executivo. Se não houver conveniência, não interessa o tamanho do Município.

Eu queria agradecer a V. Ex^a, sem dúvida nenhuma, e chamar a atenção para que cada um dos meus colegas com assento nesta Comissão e nesta Casa possa se debruçar em cima deste projeto, porque ele não traz malefício. Muito pelo contrário, ele vai beneficiar mais de 90% dos Municípios brasileiros. Com essas emendas parlamentares, com as transferências voluntárias, tem resolvido muitas e muitas questões que, muitas vezes, o Governo não conhece e não sabe se existe. O Parlamentar, que é o representante do povo – nós, particularmente, somos representantes dos Estados da Federação –, sabemos disso porque recebemos as solicitações, as reivindicações, os reclamos dos mais de cinco mil prefeitos distribuídos por este Brasil afora.

Nobre Senador Lindbergh, V. Ex^a abre o debate pautando este projeto, e eu concordei com o Senador porque há uma expectativa do Governo, que já fez aqui uma nota técnica, mandando pedir vista. E, quando pede vista, sai do espaço da Comissão, acabou. Ele já está há dois anos tramitando nesta Comissão, graças à valorosa decisão de V. Ex^a, veio para a pauta hoje.

Eram essas as considerações que desejava fazer. Agradeço a V. Ex^a e ao meu querido Senador Vital do Rêgo pelo parecer, que estava aqui disposto para que nós pudéssemos defender. Tenho certeza absoluta de que isso vai sensibilizar os Srs. Senadores que têm compromisso com as coisas boas que possam acontecer neste País.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Benedito de Lira.

O Senador Pedro Taques havia pedido a palavra, pela ordem. Depois, o Senador Agripino Maia.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero cumprimentar o Senador Benedito de Lira e o Senador Vital do Rêgo pela preocupação com os Municípios. Aliás, esse é um tema que merece ser agitado por esta Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito bem. Mas eu tenho receio, Sr. Presidente, de mudanças pontuais como essa, que podem inviabilizar uma das grandes conquistas do Direito brasileiro, que foi a Lei de Responsabilidade Fiscal. Mudanças como essa, Sr. Presidente, poderiam trazer um prêmio para aqueles Municípios que não cumpriram a lei, que são poucos – eu quero reconhecer aqui – e aqueles Municípios que estão atendendo às determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal serão penalizados, agora,

com a igualdade de tratamento. Isso não é bom para o futuro de um país.

Eu penso, Sr. Presidente, e esta Comissão tem esta obrigação, sob a Presidência de V. Ex^a, como vinha sendo feito sob a Presidência do Senador Delcídio, com mudanças pontuais. Nós temos de pensar um país de forma estrutural, temos de pensar um país para as futuras gerações, não para as próximas eleições.

Eu dou exemplos da pauta de hoje, desta Comissão: isenção fiscal para pessoas atingidas por desastres (item 9); isenção de IPI na aquisição de automóveis por pessoas portadoras de deficiências físicas (item 10); isenção de impostos de importação na aquisição de instrumentos musicais por músicos (item 11); isenção de Cofins e do PIS/Pasep, incidentes sobre a receita e venda do mercado interno (item 14).

Nós estamos tratando de temas significativos de forma pontual. Pontual. Vejam que há necessidade de isenções – reconheço isso –, mas esse tema também foi agitado nas últimas eleições, na França. Todos concordaram com isenções. Todos concordaram com isenções: a esquerda, a direita, o centro, e de repente a crise se abalou ali.

A minha preocupação não é com o mérito. Eu defendendo o mérito dessa proposta, mas temos de pensar de forma estrutural, sob pena de não pensarmos uma reforma tributária, uma reforma do Pacto Federativo. Vamos atacar de forma pontual.

Aí não é pensar um Estado de forma estrutural, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado.

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acho que a colocação do Senador Benedito de Lira reflete a realidade que nós sentimos. Se se vai à Paraíba, ao Rio Grande do Norte, ao interior do Rio de Janeiro, vê-se a penúria dos Municípios.

Não conheço – são raríssimas exceções – Município com até 50 mil habitantes que execute obras que não seja mediante destinação de verba de emenda parlamentar ou de empréstimo ou de doação de Ministério. Recurso próprio, nem pensar. Nem pensar!

Só que temos um problema: ao lado dessa constatação perversa, que o Senador Benedito de Lira procura acudir, nós temos a Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi, talvez, o instrumento que se produziu no Governo de Fernando Henrique Cardoso e que mais colocou ordem nas finanças públicas estaduais e municipais neste País.

Então, têm-se, por um lado, a falência dos Municípios e a estagnação em matéria de coisas novas nos

Municípios pequenos; por outro lado, a preservação de uma coisa, como o Senador Pedro Taques coloca, que é a ordem institucional e a perspectiva de futuro organizado do País.

Então, acho que o que se impõe neste momento... Veja bem, na Câmara dos Deputados, está em curso um projeto levado a efeito por iniciativa do Presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves, que propõe a compulsoriedade na liberação das emendas individuais dos Parlamentares. Feito isso, cada Parlamentar vai dispor de recursos para atender aos seus Municípios.

Se, no entanto, os Municípios estiverem inadimplentes no CAUC, de nada adiantou esse avanço congressional, porque se vai querer transferir os recursos, e os Municípios não vão poder receber. Ou seja, deu-se com uma mão, e retirou-se com a outra mão.

O que se impõe? Um estudo, não em audiência pública, que até poderia ajudar, mas um grupo de trabalho que se instale, para examinar esse assunto com a profundidade devida, examinando os prós e os contras e trazendo o assunto debatido para esta Comissão apreciar e votar.

A iniciativa do Senador Benedito de Lira é completamente meritória, totalmente meritória, agora não podemos dar com uma mão e tirar com a outra, como colocou o Senador Pedro Taques. Não se pode atender aos Municípios e desorganizar o País, ao mesmo tempo.

Então, o que proponho? Que se aprecie nesta Comissão a ideia de um grupo de trabalho de algumas pessoas com conhecimento do assunto, para trazer uma proposta consolidada, definitiva, para apreciação por esta Comissão. É a ideia que coloco para apreciação e discussão desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A minha sugestão, Senador Agripino Maia é a de que V. Ex^a, junto com o Senador Vital do Rêgo, ajude a construir um pouco uma saída nessas negociações que vamos ter, envolvendo diversos setores.

Então, minha sugestão ao Senador Vital do Rêgo é a de que convoque o Senador Agripino Maia, pelo interesse, por ser ex-Governador, por saber, por reconhecer essas dificuldades, a participar um pouco desse grupo de trabalho que vai buscar uma saída para esse tema.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Queria que V. Ex^a me permitisse mais uma intervenção rápida. Gostaria de dar alguns exemplos.

Como autor do projeto, já conversei com o Senador Vital do Rêgo. Não tenho nenhuma vaidade de ser

carimbado. Nós queremos uma solução que minimize as dificuldades dos Municípios, por uma razão muito interessante. Hoje, os Municípios brasileiros estão mais pobres a cada dia. O volume de desoneração e de incentivos dado pelo Governo para atender a outros segmentos da sociedade é meritório, mas quem está penalizado com isso é o Município, que vai buscar o IPI e o Imposto de Renda, base de formação das transferências constitucionais do FPE e do FPM. Esses estão arrasados.

Recentemente, o Congresso Nacional – está havendo até uma polêmica com o Supremo Tribunal Federal – aprovou, a toque de caixa, a criação de três tribunais regionais federais, que vão impactar recursos da ordem de mais de R\$9 bilhões/ano para o Governo. Isso não é absolutamente nada, é apenas uma honraria, e se vai impor à Nação um custo adicional de R\$9 bilhões. Isso, na verdade, é para bater palmas. Não tenho nada contra. Mas é preciso que se conciliem essas situações, Senador Armando. Não se pode dar muito a alguém e tirar tudo do todo. É o que está acontecendo hoje.

Se desejamos que os Municípios brasileiros continuem mais miseráveis do que já estão, não vamos encontrar uma solução. Mas espero que o bom senso possa prevalecer e encontremos uma solução para resolvermos essa dificuldade. Mas não uma solução a perder de vista, uma solução a mínimo prazo, porque já estamos com dois anos e os Municípios estão sofrendo essas dificuldades.

Eram essas as considerações que desejava fazer, nobre Senador Presidente Lindbergh. Mais uma vez agradeço a V. Ex^a pela determinação de pautar o assunto, porque somente assim pode gerar o debate nesta Comissão para encontrarmos os caminhos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Benedito de Lira:

ITEM 7

MENSAGEM (SF) Nº 1, de 2013 – Não Terminativo –

Encaminha a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2013.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Favorável nos termos do projeto de decreto legislativo que apresenta.

Na ausência do Senador Eduardo Braga, designo Relator ad hoc o Senador Humberto Costa.

Com a palavra o Relator.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em conformidade com o §1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que dispõe sobre o Plano Real, a Presidente da República encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2013.

Acompanha a Mensagem a Exposição de Motivos nº 63, de 2012, do Presidente do Banco Central, informando que a Programação foi aprovada pelo Conselho Monetário Nacional em sessão de 20 de dezembro de 2012.

O Banco Central do Brasil estima a evolução da base monetária restrita, composta do papel-moeda emitido e das reservas bancárias, da base monetária ampliada, constituída pela base monetária restrita e pelos títulos públicos federais fora da carteira do Banco Central, dos agregados monetários M1, que engloba o papel-moeda em poder do público e os depósitos à vista, e M4, que, além do M1, inclui depósitos a prazo e em títulos de alta liquidez.

Com efeito, após uma análise retrospectiva da conjuntura econômica até o terceiro trimestre de 2012, a Programação para o 1º trimestre de 2013 destaca, entre várias projeções, o aumento de 12% para o total dos meios de pagamento no conceito de M1 e de 12,4% no conceito de M4, bem como de 11,7% para a base monetária restrita e de 7,5% da base monetária ampliada na variação dos últimos doze meses.

Para o ano de 2013, a previsão é de aumento de 8,5% para o M1; de 8% para o M4; de 8,3% para a base monetária restrita; e também de 8,3% para a base monetária ampliada.

Análise.

Nos termos dos §§1º e 2º do art. 6º da lei acima citada, cabe a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) emitir parecer sobre a Programação Monetária encaminhada a esta Casa trimestralmente. O parecer servirá de base para a aprovação ou rejeição in totum da matéria pelo Congresso Nacional, sendo vedada qualquer alteração, consoante determinação contida no § 3º do artigo acima mencionado.

Já foi muito debatida nesta Comissão a caducidade do procedimento de aprovação de programação monetária pelo Senado Federal. Vários projetos foram objeto de análise nesta Comissão do Congresso Nacional alterando a forma de encaminhamento desse relatório. O Congresso Nacional passou a participar de forma mais ativa na definição de parâmetros e metas relativas à evolução da oferta de moeda e crédito na economia.

Contudo, do ponto de vista metodológico, cabe frisar que a programação monetária contém estimativas das faixas de variação dos principais agregados mo-

netários, metas indicativas de sua evolução trimestral e descrição sucinta das perspectivas da economia nacional para o trimestre e para o ano em curso. Conforme o Banco Central, as projeções são efetuadas com base em modelos econométricos, considerando-se a demanda por componentes dos meios de pagamentos, a evolução do PIB e a trajetória esperada da taxa básica de juros (Selic), da taxa de câmbio e de inflação, entre outros elementos.

Com a adoção do regime de metas de inflação, a partir de 1999, sabe-se que a programação da evolução dos agregados monetários deixou de ser instrumento prioritário na formulação e execução da política monetária. Esta visa alcançar e manter as metas de inflação, com intervalos de tolerância previamente estabelecidos e, para tanto, utiliza-se o nível da taxa de juros na economia como principal instrumento. Nesse sentido, a evolução dos agregados monetários, assim como a expansão do crédito na economia, constitui medida tão somente co-adjuvante no processo de controle do nível geral de preços.

Em que pesem as considerações acima, enfatiza-se que persiste em nosso ordenamento jurídico a determinação do envio da Programação Monetária ao Senado, para que esta Comissão sobre ela se manifeste e cujo parecer servirá de base para a aprovação ou rejeição in totum da referida programação pelo Congresso Nacional.

A expansão monetária, prevista na Programação Monetária em análise, demonstra consistência com as demais medidas monetárias de combate à inflação, particularmente com a variação da taxa básica de juros de curto prazo, base do sistema de metas para a inflação. Depreende-se, assim, que as taxas de expansão monetária projetadas são compatíveis com a meta de inflação estabelecida e com as perspectivas de crescimento real da economia.

Pelas razões expostas, voto pela aprovação da Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2013 nos termos do projeto de decreto legislativo a que todos têm acesso.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Humberto Costa. A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do Senador Humberto Costa.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado.

Nós não temos quórum para entrar nos itens terminativos, mas temos alguns requerimentos. Temos para votar o requerimento do item 15, do Senador Pedro Taques, sobre a convocação de Secretário de Mato Grosso.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, o direito não socorre a quem dorme: esse ficou para trás. O tempo já é outro, eu retiro o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Em votação a retirada do requerimento.

Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovada a retirada do requerimento.

(É o seguinte o requerimento retirado:

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 20, de 2013

Requer, nos termos regimentais, seja convidado o Sr. Marcel Souza de Cursi, Secretário de Fazenda de Mato Grosso, para participar de audiência pública a fim de tratar do tema ICMS e discutir o Projeto de Resolução nº 1 de 2013 e a Medida Provisória 599, de 2012. Autoria: Senador Pedro Taques e outros.)

Devo dizer aos Srs. Senadores que, na próxima terça-feira, o Senador Delcídio do Amaral vai apresentar o seu relatório sobre a reforma do ICMS. A apresentação será uma terça-feira em que faremos uma pauta mais enxuta, sei que pode haver pedido de vistas. Estou comunicando isso porque é um momento de os Srs. Senadores interessados na discussão e no debate do tema, conversarem com o Relator. O Relator está fazendo uma rodada de negociações com os Secretários de Fazenda, com o Ministério da Fazenda também, e as notícias que tenho é de que o processo está caminhando bem.

Há outro requerimento para ser lido, do Senador José Agripino, que também fala na convocação de Secretários de várias regiões para discutir o Projeto de Resolução nº 1.

Considero prejudicado, Senador, porque não teremos mais audiência pública em relação ao Projeto de Resolução nº 1. Estamos em um período, esperando a apresentação desse relatório pelo Senador Delcídio do Amaral, devemos votar esse; haverá a discussão, sim, dos fundos, na Medida Provisória nº 599. Sugiro a V. Ex^a que, como na MP 599 está havendo os debates, que V. Ex^a apresente esse requerimento...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Só para conhecer a ementa dessa Medida Provisória, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Ementa:

Requeiro, nos termos do arts. 90 e 93, do Regimento Interno do Senado, que sejam convidados o Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Desenvolvimento da Indústria e Comércio (Consedic), mais quatro secretários de Fazenda, que representam as Regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste, respectivamente, para participar da discussão e instrução do PRS nº 1, de 2013; e da Medida Provisória nº 599, de 2012, que tratam de unificação de ICMS.

Tudo bem, Senador José Agripino?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Só para esclarecer. Quer dizer que essa determinação de, na próxima terça-feira, entrar em pauta a questão do ICMS já está decidida? Estará em pauta, na próxima terça-feira, a questão do ICMS, então.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Exatamente.

Há mais dois requerimentos.

Requerimento do Senador Pedro Taques:

REQUERIMENTO Nº 22, DE 2013

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Sr. Ministro Manoel Dias, para audiência pública, visando à discussão da regulamentação da aplicação dos direitos de empregados domésticos, decorrentes da promulgação da Emenda Constitucional nº 72/2013, em especial a necessidade de desenho de procedimentos simplificados para permitir o cumprimento das novas obrigações acessórias, decorrentes da relação de trabalho por parte dos empregadores domésticos; requeiro, também, seja convidada a Comissão de Assuntos Econômicos para realização conjunta de audiência, tendo em vista tratar-se matéria que, a par do seu relevante conteúdo econômico, possui também reflexo no âmbito social e das relações de trabalho.

Está lido o requerimento, votaremos na próxima reunião e parabenizo V. Ex^a. Acho que, nesse debate, a participação do Ministro do Trabalho é fundamental.

Por fim, um requerimento que considero muito importante, Senador, apresentado por mim e pelo Senador Acir Gurgacz:

REQUERIMENTO Nº 23, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o tema Desoneração do Transporte Público [Já foi aprovado um projeto pela Câmara dos Deputa-

dos e está nessa Comissão de Assuntos Econômicos], bem como a instrução do PLC nº 310, de 2009, que institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros (Reitup), condicionando a implantação de bilhete único temporal ou rede integrada de transportes. De autoria do Deputado Fernando Fabinho, com a presença dos seguintes convidados: representante da Associação Nacional do Transporte Público (ANTP), representante da Associação Nacional de Empresas de Transportes Urbanos (ANTU), representante da Frente Nacional de Prefeitos [esse aqui é um pleito, talvez, o principal, senão o principal entre os principais da Federação Nacional dos Prefeitos], representantes do Ministério das Cidades, do Ministério da Fazenda, Frente Parlamentar sobre Transporte Público e Confederação dos Trabalhadores da Nova Central.

Estamos lendo este requerimento, queremos votá-lo na próxima terça...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – ...e queremos fazer essa audiência pública na outra segunda.

Vou passar a palavra, Senador Aloysio Nunes, ao Senador Vital do Rêgo, porque, aqui, há uma ideia de fazer uma instrução conjunta, CAE e CCJ, e este requerimento também ser aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que façamos o debate conjunto nas duas Casas.

Com a palavra o Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Amanhã, estaremos na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tentando, com o quórum necessário, votar o mesmo requerimento para que possamos fazer também, assim como fizemos noutras discussões do ICM e do Fundo de Participação, uma sessão conjunta para analisarmos essa matéria, que é de importância vital na ordem dos nossos trabalhos, tanto na CAE quanto na CCJ.

Na última reunião da Frente Nacional dos Prefeitos, houve uma reivindicação ao Governo Federal com relação a essa desoneração, e o Congresso Nacional não poderia ficar imune a essa nova expectativa dos Prefeitos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Vital do Rêgo.

Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – ...também a presença do Senador Vital do Rêgo e o tema suscitado por V. Ex^a para propor que seja incluído nessa assentada uma discussão a respeito de um projeto de lei que apresentei oriundo

da reunião dos Governadores e que tem também o assentimento dos Prefeitos, que é um projeto que visa reduzir a zero a alíquota do PIS/Pasep sobre as receitas dos Municípios e dos Estados.

É um projeto que conta com o assentimento, e foi uma das pautas, V. Ex^a sabe disso, um dos pontos consensuais entre os Governadores e também os Prefeitos. E essa matéria foi distribuída à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, depois, virá para esta nossa Comissão de Assuntos Econômicos. A minha sugestão é de que possamos fazer juntos também essa instrução.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Entendo que a matéria é de interesse consensual, tanto da Comissão de Assuntos Econômicos quanto da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e concordo, até porque, nesta Presidência, tanto eu quanto o Senador Lindbergh queremos pautar com uma celeridade necessária temas como esse que V. Ex^a apresentou, que são demandas importantes ou dos Prefeitos ou dos Governadores e que merecem a apreciação com real interesse de ambas as Comissões.

Poderemos ter o mesmo Relator, extrairíamos deste Plenário que possui membros comuns...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É, praticamente...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – ...poderemos eu e o Senador Lindbergh combinarmos um Relator comum para o projeto de V. Ex^a e pautarmos. Fica a missão destas Presidências.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Muito obrigado.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Peço apenas, Senador Aloysio...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O fato de ser dois Presidentes paraibanos...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – ...o número do projeto de V. Ex^a. V. Ex^a não se lembra mais?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não tenho de memória.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Como são muitos, V. Ex^a terá o dia de hoje para me comunicar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Comunico a V. Ex^a ainda hoje.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – E passo para o Senador Lindbergh.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O fato de ser dois Presidente paraibanos ajuda o tratamento em conjunto.

Hoje, nossa reunião foi curta; na próxima terça-feira, teremos o debate sobre reforma do ICMS.

Agradeço as presenças de V. Ex^{as}.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 19 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2013, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e três minutos do dia dezesesseis de abril do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Pedro Taques, Walter Pinheiro, Randolfe Rodrigues, Eduardo Braga, Sérgio Souza, Roberto Requião, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Alvaro Dias, José Agripino, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Paulo Bauer, Lúcia Vânia, Wilder Moraes, Armando Monteiro e Antonio Carlos Rodrigues e, ainda, da Senadora Angela Portela e dos Senadores Cássio Cunha Lima, Wellington Dias e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Francisco Dornelles, Kátia Abreu, Gim e Blairo Maggi. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 13ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, de acordo com o art. 89, IV, procede a designação de membros da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional, criada por meio do Requerimento nº 1 de 2011-CAE, da Subcomissão Permanente das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedor Individual, criada por meio do Requerimento nº 7 de 2011-CAE, da Subcomissão Permanente para Tratar dos Temas Estruturais e de Longo Prazo da Economia Brasileira, criada por meio do Requerimento nº 12 de 2013-CAE, e da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, criada por meio do Requerimento nº 7 de 2005-CAE. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta.

Item 1- Projeto de Resolução do Senado nº 1 de 2013,

não terminativo, de autoria da Presidente da República, que “estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, nas operações e prestações interestaduais”, tendo como relator o Senador Delcídio do Amaral, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo (Emenda nº 6) que apresenta e contrário às Emendas nºs 1 a 5. Em 11, 12, 19 e 21/3/2013, foram realizadas audiências públicas para instrução da Matéria. Em 12/3/2013, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Flexa Ribeiro. Em 11/4/2013, foram apresentadas as Emendas nºs 2, 3 e 4, de autoria da Senadora Lúcia Vânia. Em 12/4/2013, foi apresentada a Emenda nº 5, de autoria do Senador Romero Jucá. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Cássio Cunha Lima, Pedro Taques, Delcídio do Amaral, relator da matéria, Aloysio Nunes Ferreira, Jayme Campos, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Walter Pinheiro, Randolfe Rodrigues, Wilder Moraes, Armando Monteiro e Eduardo Suplicy. É solicitada vista pelos Senadores Ricardo Ferraço e Vanessa Grazziotin. O Presidente da Comissão, Senador Lindbergh Farias, concede Vista Coletiva, nos termos regimentais.

Item 2- Projeto de Lei do Senado nº 124 de 2013 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Wellington Dias, que “dispõe sobre o quórum de aprovação de convênio que conceda remissão dos créditos tributários constituídos em decorrência de benefícios, incentivos fiscais ou financeiros instituídos em desacordo com a deliberação prevista no art. 155, § 2º, inciso XII, alínea “g”, da Constituição, e para a reinstituição dos referidos benefícios nos termos da legislação aplicável; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal”, tendo como relator Senador Luiz Henrique, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo (Emenda nº 1) que apresenta. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do relator.

Item 3- Mensagem (SF) nº 23 de 2013, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VIII, da Constituição, seja autorizada a formalização do Acordo de Liquidação Antecipada de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República do Gabão, no valor equivalente a US\$ 24,085,115.78 (vinte e quatro milhões, oitenta e cinco mil, cento e quinze dólares dos Estados Unidos da América e setenta e oito centavos), para extinção da dívida oficial gabonesa para com o Brasil”, tendo como relator o Senador Humberto Costa, que oferece rela-

tório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 4-** Mensagem (SF) nº 24 de 2013, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, que seja autorizada a formalização do Contrato de Reestruturação de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República do Sudão, no valor equivalente a US\$ 43,581,141.68 (quarenta e três milhões, quinhentos e oitenta e um mil, cento e quarenta e um dólares dos Estados Unidos da América e sessenta e oito centavos), para reescalonamento da dívida oficial sudanesa com o Brasil, conforme Exposição de Motivos do Ministro de Estado, interino, da Fazenda”, tendo como relator o Senador Blairo Maggi, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 5-** Projeto de Lei do Senado nº 629 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “altera os arts. 3º e 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir o apoio cultural ao Serviço de Radiodifusão Comunitária entre os projetos aptos a receber recursos incentivados”, tendo como relatora a Senadora Lúcia Vânia, que oferece relatório favorável ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 6-** Projeto de Lei da Câmara nº 48 de 2012, não terminativo, de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que “obriga a construção e a manutenção de estações de apoio a condutores de veículo de transporte de carga ou de veículo de transporte público de passageiros, no âmbito das concessões rodoviárias federais”, tendo como relator o Senador Casildo Maldaner, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 2 e 3 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 7-** Projeto de Lei do Senado nº 254 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Blairo Maggi, que “acrescenta o art. 56-A e modifica o art. 92 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para exigir do contratado a apresentação de garantia, na forma de seguro garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a um mês de obrigações trabalhistas relativas ao contrato, e dá outras providências”, tendo como relator o Senador Roberto Requião, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo (Emenda nº 1) que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 8-** Projeto de Lei do Senado nº 120 de 2006 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Alvaro Dias, que “exclui os espetáculos circenses da incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer

Natureza”, tendo como relator o Senador Gim, que oferece relatório favorável ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 9-** Projeto de Lei do Senado nº 206 de 2010, terminativo, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que “extingue débitos das fundações educacionais de origem estadual e municipal, originários da retenção do imposto de renda retido na fonte”, tendo como relator o Senador Romero Jucá, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 10-** Projeto de Lei do Senado nº 604 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para permitir, no prazo de cinco anos, um segundo usufruto, agora parcial, da isenção do imposto de renda da pessoa física incidente sobre o ganho de capital auferido na venda de imóveis residenciais, quando o alienante aplicar o produto da venda na aquisição de imóvel residencial novo”, tendo como relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 11-** Projeto de Lei do Senado nº 86 de 2004, terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que “dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Importação incidente sobre instrumentos musicais adquiridos por músicos”, tendo como relator o Senador Waldemir Moka, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE-CCJ nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada. **Item 12-** Projeto de Lei do Senado nº 17 de 2004, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “dá nova redação ao inciso IV do artigo 1º da Lei nº 8989, de 24 de fevereiro de 1995, incluindo os deficientes auditivos na obtenção da isenção do IPI, na aquisição de automóveis”, tendo como relator Cyro Miranda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada. **Item 13-** Projeto de Lei do Senado nº 340 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Papaléo Paes, que “altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo de imposto de renda da pessoa física, dos pagamentos efetuados a profissionais e estabelecimentos de atividade física após recomendação médica”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 375 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir, aos aposentados de baixa renda, a dedução das despesas com medicamentos da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física”, e com o Projeto de Lei do Senado nº 92 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que “altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permi-

tir a dedução dos valores pagos a título de juros decorrentes de crédito imobiliário, no cálculo do imposto de renda da pessoa física”, tendo como relator o Senador Vital do Rêgo, que oferece relatório pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 375 de 2008, com a Emenda nº 1 que apresenta, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 340 de 2007 e 92 de 2010. A apreciação da matéria é adiada. **Item 14-** Projeto de Lei do Senado nº 395 de 2011, terminativo, de autoria da Senadora Ana Rita, que “concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas, veículos utilitários, tratores e caminhões novos destinados exclusivamente ao uso na agricultura familiar camponesa brasileira, quando adquiridos por agricultor familiar camponês ou empreendedor familiar rural”, tendo como relator o Senador Romero Jucá, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 a 4-CRA. A apreciação da matéria é adiada. **Item 15-** Projeto de Lei do Senado nº 145 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Neuto de Conto, que “altera o art. 35 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para elevar a idade dos dependentes para fins de Imposto de Renda da Pessoa Física”, tendo como relator o Senador Benedito de Lira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 16-** Projeto de Lei do Senado nº 549 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que “altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir, a pessoas físicas, a dedução de despesas com livros técnicos diretamente ligados à sua área profissional”, tendo como relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, da Emenda nº 1-CE e da Emenda nº 2-CE nos termos da Subemenda que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 17-** Requerimento nº 21 de 2013, de iniciativa do Senador Cristovam Buarque, que “requer a realização de audiência pública destinada a debater a solidez da política econômica brasileira, com os seguintes senhores convidados: economista Antônio Delfim Netto; economista Márcio Pochmann; economista Armínio Fraga; e Henrique de Campos Meirelles”. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 21 de 2013-CAE. **Item 18-** Requerimento nº 22 de 2013, de iniciativa do Senador Pedro Taques, que “requer seja convidado o senhor Ministro do Trabalho, Manoel Dias, para audiência pública, conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais – CAS, visando à discussão da regulamentação da aplicação dos direitos de empregados domésticos decorrentes da promulgação da Emenda Constitucional 72/2013”. Colocado em votação, a Comissão

aprova o Requerimento nº 22 de 2013-CAE. **Item 19-** Requerimento nº 23 de 2013, de iniciativa dos Senadores Lindbergh Farias e Acir Gurgacz, que “requer a realização de audiência pública, conjunta com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, com o tema ‘Desoneração do Transporte Público’, bem como para instrução do PLC 310 de 2009, que ‘institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros – REITUP, condicionado à implantação do bilhete único temporal ou rede integrada de transportes’, com a presença dos seguintes convidados: representante da Associação Nacional do Transporte Público (ANTP); representante da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU); representante da Frente Nacional de Prefeitos (FNP); representante do Ministério das Cidades; representante do Ministério da Fazenda; representante da Frente Parlamentar do Transporte Público (FPTP); e representante da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST). Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 23 de 2013-CAE. São lidos e serão apreciados posteriormente os Requerimentos nºs 24 e 25 de 2013. O Requerimento nº 24 de 2013, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, requer a realização de audiência pública, conjunta com a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para discutir aspectos relacionados com a aplicação da Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012, que, entre outras providências, “dispõe sobre o exercício da profissão de motorista”, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Jorge Luiz Macedo Bastos, Diretor-Geral em exercício da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); Sr. Adélio Justino Lucas, Procurador do Ministério Público do Trabalho no Distrito do Trabalho e no Estado do Tocantins (PRT da 10ª Região); Sra. Maria Alice Nascimento Souza, Diretora-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal do Ministério da Justiça; Sr. Newton Jerônimo Gibson Duarte Rodrigues, Presidente da Associação Brasileira de Logística e Transporte de Carga (ABTC); Sr. Diumar Cunha Bueno, Presidente da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA); e Sr. Renan Chieppe, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (ABRATI). E o Requerimento nº 25 de 2013, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, requer, em aditamento aos Requerimentos nºs 4 e 18 de 2013-CAE, que a audiência pública com a presença do Sr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômicos e Social, seja realizada em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e oito minutos, lavrando

eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 13ª Reunião.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal.

De acordo com o art. 89, inciso IV, designo os seguintes Senadores como membros da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional, criada por meio do Requerimento nº 1, de 2011 – CAE, de iniciativa do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Vou apresentar a sugestão desta Presidência. O Senador que quiser sair da Subcomissão depois informar a esta Presidência.

Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional. Titulares: Delcídio do Amaral, Francisco Dornelles, Luiz Henrique, Flexa Ribeiro, Armando Monteiro. Suplentes: Antonio Carlos Valadares, Sérgio Souza, Roberto Requião, Aloysio Nunes Ferreira, Antonio Carlos Rodrigues.

De acordo com art. 89, inciso IV, designo os seguintes Senadores como membros da Subcomissão Permanente das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedor Individual, criada por meio do Requerimento nº 7, de 2011 – CAE, de iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin. Titulares: José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza, Paulo Bauer, Armando Monteiro. Suplentes: Senador Rodrigo Rollemberg, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Wilder Moraes, Blairo Maggi.

De acordo com o art. 89, inciso IV, designo os seguintes Senadores como membros da Subcomissão Permanente para tratar dos Temas Estruturais e de Longo Prazo da Economia Brasileira, criada por meio do Requerimento nº 12, de 2013 – CAE, de iniciativa do Senador Cristovam Buarque. Titulares: Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque, Vital do Rêgo, Cyro Miranda, Alfredo Nascimento. Suplentes: Pedro Taques, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol, Jayme Campos, João Costa.

De acordo com o art. 89, inciso IV, designo os seguintes Senadores como membros da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, criada por meio

do Requerimento nº 7, de 2005 – CAE, de iniciativa do Senador Luiz Otávio. Titulares: Walter Pinheiro, Inácio Arruda, Randolfe Rodrigues, Ana Amélia, Casildo Maldaner, Waldemir Moka, Alvaro Dias, José Agripino, João Vicente Claudino. Suplentes: Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz, Eduardo Lopes, Benedito de Lira, Kátia Abreu, Jader Barbalho, Lúcia Vânia, Aloysio Nunes Ferreira, Eduardo Amorim.

ITEM 1

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Nº 1, de 2013

– Não Terminativo -

Estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, nas operações e prestações interestaduais.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Delcídio do Amaral

Observações:

1. Em 11, 12, 19 e 21/3/2013, foram realizadas audiências públicas para instrução da matéria;

2. Em 12/3/2013, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Flexa Ribeiro;

3. Em 11/4/2013, foram apresentadas as Emendas nºs 2, 3 e 4, de autoria da Senadora Lúcia Vânia;

4. Em 12/4/2013, foi apresentada a Emenda nº 5, de autoria do Senador Romero Jucá.

Eu quero desde já, antes de passar para o Relator, só dizer que o Relator vai apenas ler no dia de hoje. Vai haver pedido de vista coletiva, então não há nenhuma proposta de votação no dia de hoje. Nós queremos deixar para votar na próxima terça-feira, está bom?

Com a palavra, o Relator, Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, nós apresentamos hoje o relatório da Resolução nº 1 do Senado Federal, fruto de um trabalho intenso realizado ao longo dos últimos dois anos.

Agora, ao longo deste ano de 2013, nesses primeiros meses, num trabalho que envolveu Governadores, Secretários de Fazenda, Ministério da Fazenda, Senadores, o Senador Lindbergh Farias, entendo que, da proposta inicial, encaminhada pelo Governo, da Medida Provisória nº 599, do PLP nº 238 e da Resolução, tivemos avanços consideráveis, que estão refletidos não somente na Resolução nº 1, no presente relatório, como também serão refletidos na Medida Provisória nº 599, cujo Relator é o Senador Walter Pinheiro.

Portanto, começo a ler o meu relatório.

Vem à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Resolução do Senado Federal nº 1, de 2013, de iniciativa do Poder Executivo, cujo objetivo é o descrito em epígrafe.

A matéria se apresenta em quatro artigos. O art. 1º estabelece, em seu caput, o cronograma de redução das alíquotas de ICMS nas operações e prestações interestaduais. As alíquotas de 12% e 7% são reduzidas progressivamente até serem unificadas em 4%, ao longo de um processo de transição prevista para ocorrer entre 2014 e 2025.

O parágrafo único do mesmo artigo estipula que, nas operações de prestações interestaduais originadas na Zona Franca de Manaus e nas operações interestaduais com gás natural, a alíquota de ICMS será de 12%, permanecendo, pois, nos mesmos patamares atuais.

O art. 2º do Projeto de Resolução encaminhado pelo Governo estabelece que não se aplica o cronograma previsto no art. 1º às operações interestaduais com bens e mercadorias importadas do exterior, nos termos da Resolução de nº 13, de 25 de abril de 2012, que trata do problema conhecido por guerra dos portos.

O art. 3º revoga a Resolução nº 22, de 19 de maio de 1989.

O art. 4º estabelece a nova Resolução, que entrará em vigor em 1º de janeiro de 2014.

Ao justificar a sua iniciativa, o Poder Executivo assim se pronuncia na Exposição de Motivos do Ministro da Fazenda à Presidente da República: Tendo presentes os efeitos danosos desse procedimento à concessão de benefícios fiscais irregulares, mormente no que tange ao princípio federativo, faz-se necessário alteração da disciplina normativa ora vigente, com vistas a desestimular tais práticas.

Nessa perspectiva, na medida em que as alíquotas interestaduais sejam gradualmente reduzidas, desloca-se a tributação da origem para o destino – providência esta que, inequivocadamente, desestimulará a concessão de benefícios fiscais ensejadores da guerra fiscal.

O Projeto de Resolução e a Medida Provisória nº 599, de 29 de dezembro de 2012, são iniciativas legislativas complementares, por conta de duas ações contidas na mencionada Medida Provisória:

- Criação de auxílio financeiro com a finalidade de compensar as unidades da Federação que venham a ter perda efetiva de arrecadação decorrente da redução da alíquota interestadual de ICMS.
- Criação do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), com objetivo de estabelecer nova sistemática de promoção de política industrial

e desenvolvimento econômico dos Estados e do Distrito Federal, em substituição ao ICMS como instrumento de atração de empresas e negócios.

Foram apresentadas as Emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 5. A Emenda nº 1, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, tem como escopo evitar suposta desvantagem tributária para os demais Estados da Região Norte nas operações com o Estado do Amazonas.

Segundo essa proposta, nas operações interestaduais dentro da região seria mantida a aplicação da alíquota de 12%.

A Emendas nºs 2, 3 e 4 são de autoria da Senadora Lúcia Vânia.

A Emenda nº 2 tem como objetivo restringir a manutenção da alíquota de 12% às mercadorias produzidas na Zona Franca de Manaus que seguirem o processo produtivo básico e suprimir a menção ao gás natural, ambos no parágrafo único do art. 1º do PRS nº 1, de 2013; e acrescentar o § 2º ao art. 1º, dispondo que a alíquota nas operações interestaduais com gás natural será de 12% ou 7% de acordo com a localização dos Estados de origem e destino.

A Emenda nº 3 tem por objetivo incluir no art. 2º do PRS nº 1, de 2013, referências ao serviço de transporte aéreo de passageiro, carga e mala postal e à correspondente Resolução do Senado nº 95, de 1996, a fim de que não seja alterada a alíquota interestadual de ICMS de 4% hoje incidente sobre essas operações.

Já a Emenda nº 4 tem por objetivo condicionar a produção de efeitos das reduções de alíquotas do ICMS nas operações e prestações interestaduais à aprovação e entrada em vigor das demais medidas propostas pelo Poder Executivo da União. Diga-se a criação do Fundo de Compensação de Receitas, do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) e o acordo entre os Estados e o Distrito Federal com vistas a conceder remissão, extinção e anistia de créditos tributários, decorrentes de benefícios e incentivos fiscais e financeiros concedidos sem a prévia autorização do Confaz.

A Emenda nº 5, do Senador Romero Jucá, tem o intuito de estender às áreas de livre comércio a situação excepcional de manutenção da atual alíquota de 12% reservada à Zona Franca de Manaus.

O autor da emenda considera que as empresas interessadas em instalar-se nas áreas de livre comércio também terão necessidade de uma compensação para enfrentar e superar as dificuldades locais, as externalidades negativas e as distâncias dos principais mercados consumidores do País.

É o relatório, Sr. Presidente.

E, se V. Exª me permitir, Sr. Presidente, o relatório é longo e eu pergunto se é melhor eu fazer um resumo

rápido para dar mais velocidade aqui à exposição. Até porque, como pedido vista coletiva, os Senadores e Senadoras terão bastante tempo para analisar essa proposta que ora apresento.

Mas eu queria só registrar, Sr. Presidente, que não há dúvida com relação à constitucionalidade do projeto de resolução. A nossa Carta confere ao Senado Federal, em seu art. 155, § 2º, inciso IV, a prerrogativa de estabelecer as alíquotas de ICMS, a competência é da Comissão de Assuntos Econômicos e a proposição apresenta adequada redação, e nada há a reparar quanto à técnica legislativa.

Eu não poderia deixar de registrar que o mérito da iniciativa do Poder Executivo deve ser avaliado sob três abordagens: o contexto de modificações recentes na sistemática de administração do ICMS, a razão de ser da proposta de redução da alíquota interestadual e os desafios nos desdobramentos da implementação da resolução proposta. Por sua eficácia, depende do sucesso na superação das dificuldades previstas para as próximas etapas.

O PRS nº 1, de 2013, insere-se no contexto de modificações recentes na sistemática de administração do ICMS. O Congresso Nacional, com forte apoio do Poder Executivo Federal – é importante registrar isso – está conduzindo amplo conjunto de ações nesse sentido, cabendo destacar as seguintes iniciativas: o Projeto de Resolução nº 13, de 2012, é o famoso projeto de resolução que trata dos portos, aprovado aqui na Comissão de Assuntos Econômicos e no Plenário do Senado no ano passado; a Medida Provisória nº 599, de 2012, como já mencionei, com estreita complementaridade ao Projeto de Resolução em análise indicada pela MPV nº 599, de 2012, relatada pelo Senador Walter Pinheiro – o atento Senador Walter Pinheiro –, e o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 238, de 2013, de relatoria do Líder Eduardo Cunha, na Câmara dos Deputados.

E o Projeto de Lei nº 124, também do Senado, ao qual serão feitas as considerações aqui pela Mesa Diretora da Comissão de Assuntos Econômicos. É importante registrar também a Proposta de Emenda à Constituição, PEC nº 197 de 2012.

Portanto, todos esses projetos compõem essa série de medidas que, no nosso ponto de vista, serão fundamentais para o país. O Brasil não pode mais viver sob o impacto da guerra fiscal. O clima está se tornando absolutamente insustentável entre os Estados. Portanto, é absolutamente necessário esse Projeto de Resolução, com a Medida Provisória, com o PLP, no sentido de uma vez por todas conduzir o Brasil rumo a um grande futuro.

Nós aqui discutimos ao longo desse tempo as perdas, e que de certa maneira, ao longo de muitas e muitas discussões que incluíram Senadores e Senadoras aqui presentes, várias audiências públicas na Comissão de Assuntos Econômicos com Secretários de Fazenda – aqui representados pelo Secretário de Mato Grosso do Sul, Jader –, com Governadores. Depois das audiências públicas, houve continuidade de tudo aquilo que se discutiu para debates amplos no Ministério da Fazenda, com o Secretário Nelson Barbosa e com o Ministro da Fazenda Guido Mantega.

E eu não tenho dúvida nenhuma que esse projeto de resolução se não é o melhor, ele é o possível e considerou em diálogos com cada Secretário de Fazenda, com cada unidade da Federação as particularidades, as dificuldades para que efetivamente a gente apresentasse um projeto de resolução que efetivamente contribuísse para a competitividade e, acima de tudo, para o desenvolvimento econômico, social e alavancagem da nossa economia, o que é absolutamente necessário nos tempos que hoje vivemos.

Isso faz parte de uma série de medidas do Governo também, no sentido de estimular o crescimento brasileiro, gerar empregos e dar dignidade a toda nossa gente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, eu queria só fazer um registro muito rápido. Esse projeto evoluiu, primeiro, com o alongamento da redução das alíquotas. Nós temos alíquotas de 4%, de 12%, de 7%. Fizemos da proposta inicial um alongamento das alíquotas atendendo às ponderações dos Secretários de Fazenda e dos Governadores.

É importante registrar também que o objetivo inicial, inclusive o meu objetivo inicial, era de levar todas as alíquotas a 4%; fui convencido pelos Secretários de Fazenda. E aqui eu queria também registrar o trabalho do Secretário Trinchão, que coordena as atividades do Confaz – o Trinchão está aqui? Eu não vi. O meu querido Secretário Trinchão coordena as atividades no Confaz dos Secretários de Fazenda. E realmente me convenci que nós deveríamos adotar a alíquota 7% e 4%, estabelecendo, principalmente para os Estados do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste, essa alíquota 7% e 4%, e o 7% carimbado para a indústria. Essa, eu volto a repetir, é uma sugestão dos Secretários de Fazenda e do Secretário Trinchão, que apresentou essa proposta a duas semanas atrás numa reunião no Ministério da Fazenda.

Portanto, nós não só alongamos a transição das alíquotas, como também concordamos com essa relação 7% para 4%, em função das ponderações apresentadas pelos Secretários de Fazenda do Norte, do

Nordeste e do Centro-Oeste carimbando 7% para o setor industrial.

Eu não poderia também, Sr. Presidente, deixar de registrar, mas isso é um assunto que vai ser tratado pelo Senador Walter Pinheiro, porque, na verdade, nessa resolução, só cabem as alíquotas. Portanto, o aprofundamento dessas medidas vai estar refletido no relatório do Senador Walter Pinheiro, mas a verdade é que avançamos, podemos avançar fortemente no fundo de compensação, previsto inicialmente para 8 bilhões, podemos avançar, também na questão do Fundo de Desenvolvimento Regional, cuja proposta inicial era 25% de OGU (Orçamento Geral da União) e 75% de financiamento pelo BNDES. Agora, evidentemente, o Senador Walter Pinheiro é que vai refletir no seu relatório esses avanços também já promovidos na discussão com os Secretários de Fazenda.

Eu não poderia também deixar de destacar aos caros Senadores e Senadoras que o nosso relatório mantém as duas excepcionalidades, 12% da Zona Franca de Manaus, e 12% para o gás natural, mas fazendo alguns ajustes, inclusive fruto de negociações com os Secretários de Fazenda também. E acho que eles garantiram um aperfeiçoamento necessário para esse tema também que toca profundamente muitos Estados brasileiros, que não só importam gás, mas que também vão produzir gás natural futuramente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, nós, também, ao longo do tempo, discutimos fortemente a questão dos fundos de compensação e do Fundo de Desenvolvimento Regional – os dois instrumentos. O fundo de compensação para, na redução de alíquota, compensar através de medidas absolutamente razoáveis e simples, mês a mês, as perdas dos Estados, e, ao mesmo tempo, o Fundo de Desenvolvimento Regional, que será, sem dúvida nenhuma, o grande instrumento para diminuir as desigualdades regionais, levando investimentos para todas as unidades da Federação.

Eu não poderia deixar de registrar também, aqui, com relação à Zona Franca de Manaus, darmos um tratamento específico para as áreas de livre comércio. Isso é um pleito de muitos Estados da Região Norte. O Estado de Roraima, por exemplo, que levou esse pleito da Senadora Angela Portela, também contemplamos esse pleito dos Estados do Norte, mas numa vinculação específica da Região Norte com a Zona Franca de Manaus.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, eu não poderia deixar de destacar também, não só a tramitação do PLP, que trata do quórum no Confaz, e que, hoje, está tramitando na Câmara, sob a relatoria do Deputado, Líder do PMDB, Eduardo Cunha, sem o qual todo esse esforço pode ser prejudicado ou ser

em vão. Essa questão da unanimidade do Confaz é uma questão crucial para que a gente busque aquilo que é uma preocupação de todos os Estados da Federação: a convalidação dos incentivos. Incentivos que, em função da unanimidade no Confaz foram aprovados pelas Assembleias Legislativas. E, hoje, a realidade é que os investimentos estão paralisados, ninguém mais vai fazer nada em nenhuma unidade da Federação, se não houver uma convalidação, que pode ocorrer exatamente no momento em que aprovarmos esse pacote de leis fundamentais para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Como pano de fundo desta grande discussão, temos a convalidação dos incentivos e, portanto, isso passa pelo PLP nº 138, hoje relatado pelo Líder Deputado Eduardo Cunha, na Câmara dos Deputados.

Eu não poderia deixar aqui de registrar, mas, ao mesmo tempo também não perder esta oportunidade e, apesar disso, então, fazer parte do meu relatório. Mas eu gostaria de registrar aqui que o PLS nº 124, apresentado pelo Senador Wellington Dias e relatado pelo Senador Luiz Henrique, vem ao encontro dessas preocupações com relação ao Confaz e, ao mesmo tempo, vem ao encontro de uma discussão fundamental para os Estados da Federação, que é a questão da negociação das dívidas.

Eu não poderia deixar de destacar, porque, nesse assunto, sem dúvida nenhuma, no momento excepcional em que nós estamos buscando uma reforma que praticamente representa 70% da reforma tributária brasileira e, depois, com a reforma do PIS/Cofins, que vem de junho para frente, nós estaremos dando um grande avanço, incorporando também essa tese das dívidas dos Estados.

Eu não poderia deixar de destacar também – e isso é um pleito dos Governadores e de todos os Secretários de Fazenda que eu ouvi –, que nós ouvimos, ao longo desse tempo, que o PLP nº 106, se não me engano, de autoria do Senador Paulo Bauer e de relatoria do Senador Armando Monteiro, vem ao encontro do que os Governadores e Secretários de Fazenda desejam, ou seja, criar uma lei específica para o Fundo de Compensação e para o Fundo de Desenvolvimento Regional.

Acredito que esse quadro praticamente consolidado, no meu ponto de vista, uma das maiores reformas econômicas do Governo da Presidenta Dilma. Portanto, eu não tenho dúvida de que o Senador Lindbergh, competente como é, presidindo a Comissão de Assuntos Econômicos com determinação, com objetividade e com espírito público, trará esses assuntos à pauta, porque eles são fundamentais, para que concluamos

com sucesso e com êxito esse processo que se inicia hoje com a Resolução nº 1, de 2013, do Senado Federal.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu apresentei todo o detalhamento dos estudos relativos a essa proposta que está sendo apresentada. Não tenho dúvida nenhuma de que, como será concedida vista durante uma semana desse projeto de resolução, nós evidentemente estamos absolutamente abertos para discutir com os Senadores e Senadoras, como sempre fizemos, desde o início em que esse tema foi debatido aqui na Comissão de Assuntos Econômicos e debatido com os Secretários de Fazenda e com o Ministério da Fazenda, ao longo desses últimos meses, para que efetivamente nós venhamos a produzir uma resolução fundamental, importante para o País, num momento especial. E, quero registrar, muito aguardada por Governadores, por Secretários de Fazenda, por empresários e, eu não tenho dúvida nenhuma, pelo Congresso Nacional e pelo Governo Federal.

Dependendo de como caminhararmos nesses entendimentos, nós estaremos dando um grande passo por um Brasil moderno, um Brasil mais simples e um Brasil, acima de tudo, condizente com aquilo que todos nós esperamos para as nossas famílias, para os nossos filhos e para as futuras gerações.

Por último, quero registrar que fui procurado também, ao longo desses últimos dias, por vários empresários que fizeram investimentos em unidades federativas, preocupados com eventuais compensações que efetivamente poderão surgir, frutos dos contratos que assinaram com os governos estaduais. Esse tema também foi analisado intensamente, mas vai ser objeto de uma discussão mais ampla quando o Senador Walter Pinheiro trabalhará no seu relatório da Medida Provisória nº 599, fruto desse passo inicial dado através da Resolução nº 1 do Senado Federal.

Queria, mais do que nunca, Sr. Presidente, Senador Lindbergh, agradecer o empenho, a paciência de V. Ex^a comigo. Esse é um desafio difícil. Foi uma negociação extremamente complexa.

Nós teremos agora mais uma semana de trabalho intenso e espero que cheguemos a um porto seguro, a uma proposta importante para o País na próxima reunião de terça-feira da Comissão de Assuntos Econômicos.

Quero agradecer a V. Ex^a, aos Senadores e Senadoras e dizer que me encontro absolutamente à disposição, junto com a minha assessoria, junto com a minha equipe, para continuar trabalhando na busca de uma proposta de resolução que efetivamente seja importante para o País e que também reconheça as dificuldades que os Estados da Federação enfrentam ou enfrentarão, fruto dessa proposta apresentada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Esse é o meu relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr.

Presidente, em primeiro lugar, gostaria de pedir vistas.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB

– AM) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vista concedida.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Não, não, não!

Sr. Presidente, para uma questão de ordem antes de V. Ex^a deliberar sobre vista.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu já escutei.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Mas V. Ex^a não pode deliberar sobre vista, porque quero uma questão de ordem regimental.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro. Vou passar para V. Ex^a. Só estou querendo primeiro parabenizar o Senador Delcídio do Amaral, que demonstrou aqui toda a sua habilidade, a paciência, o tempo, a costura que foi feita envolvendo todos os Secretários de Fazenda do País, Ministério da Fazenda, abrindo mão de uma posição originária em relação à unificação das alíquotas de 4%, mas entendendo que era um pleito de Estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

Então eu queria, primeiro, Senador Delcídio, parabenizar V. Ex^a. Se não fosse um Senador com esse equilíbrio e com essa capacidade, talvez não tivéssemos conseguido um relatório como esse.

Dito isso, passo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço, para uma questão de ordem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Agradeço, Presidente Lindbergh, e faço das suas palavras as minhas também, pela enorme capacidade e habilidade de articulação que detém o nosso querido e estimado Senador Delcídio do Amaral, tão conhecido aqui, nosso ex-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

A questão de ordem que quero fazer a V. Ex^a, reconhecendo o esforço que foi feito na direção desse debate, Sr. Presidente, é de que este relatório não poderia ter sido lido, e o prazo de vista coletiva não pode passar a contar. Por quê? Em 5 de março, nós requeremos ao Plenário do Senado, à Presidência do Senado que, além da Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Desenvolvimento Regional e a Comissão de Constituição e Justiça pudessem e devessem opinar sobre este projeto. Em toda a fala e

fundamentação do Senador Delcídio do Amaral, ele tem o cuidado e a preocupação de enfatizar o quanto este projeto impacta em nossas regiões e no desenvolvimento de cada um dos nossos Estados.

Portanto, nós requeremos em plenário que, além da Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Desenvolvimento Regional pudesse apreciar este projeto, assim como a Comissão de Constituição e Justiça, tendo em vista ser imperativo avaliarmos a premissa da constitucionalidade deste importante projeto que muda profundamente toda a regra de distribuição de ICMS em nosso País.

O ICMS, Sr. Presidente, é a principal fonte de financiamento das políticas públicas em nossos Estados. Foi através desse espaço que os nossos Estados federados, na ausência histórica de uma política de desenvolvimento regional, buscaram caminhos que pudessem fazer melhorar a condição de vida dos seus cidadãos.

Muito bem. Consta para deliberação de V. Ex^a, desde o dia 12 de março, uma determinação do Presidente do Senado, que V. Ex^a não atendeu, que diz:

Sr. Presidente, comunico a V. Ex^a que foram protocolizados na Secretaria Geral da Mesa, requerimentos do Senador Ricardo Ferraço solicitando que o Projeto de Resolução nº 1, de 2013, seja encaminhado aos exames das Comissões de Constituição e Justiça e Cidadania, assim como à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Nesses termos, solicito a V. Ex^a a remessa do referido projeto que tramita na Comissão à Secretaria-Geral da Mesa para que se possa dar segmento à tramitação do mencionado requerimento, uma vez que sua leitura só poderá ocorrer com o processado sobre a mesa, nos termos do art. 266, do Regimento Interno do Senado Federal.

Portanto, Sr. Presidente, em que pese todo o esforço feito por V. Ex^a, que eu reconheço, e pelo eminente Senador Relator, cuidadoso e zeloso Senador Delcídio do Amaral, V. Ex^a deveria ter remetido esse processado à Mesa do Senado Federal para que ele deliberasse sobre esses requerimentos que apresentei, porque julgo ser imperativo que a Comissão de Assuntos Econômicos, evidentemente, opinasse e deliberasse sobre este projeto, meu eminente Senador Relator Delcídio do Amaral.

Mas não há como um projeto dessa dimensão, que impacta as regiões do nosso País, não ser apreciado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e pela Comissão de Constituição e Justiça.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero crer que antes de este processo ser deliberado, do prazo de vista coletiva, que será pedido seguramente aqui, que V. Ex^a, zeloso e obediente ao Regimento Interno da

Casa, deverá acatar a deliberação do Senador Renan Calheiros, nosso Presidente, até porque nós todos estamos obrigados aqui ao respeito e à civilidade ao nosso Regimento.

Portanto, a questão de ordem que faço a V. Ex^a é na direção de interromper a votação e a deliberação desse processo para que nós possamos apreciar primeiro em Plenário – primeiro em Plenário! – o requerimento, para que as Comissões de Constituição e Justiça e Desenvolvimento Regional possam opinar.

É como encaminho a V. Ex^a esta questão de ordem, evidentemente na expectativa de que V. Ex^a possa deferir, tendo em vista que é um Presidente cumpridor do Regimento Interno, que são as regras a que nós precisamos estar obedecidos aqui no Senado Federal.

É como encaminho a V. Ex^a, e é nessa expectativa que eu peço deferimento a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Romero Jucá, para contraditar.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, sem querer polemizar com o Senador Ricardo Ferraço, mas apenas para contraditar, eu entendo que essa é uma matéria que nós temos que discutir muito. Existem questões importantes, eu mesmo apresentei emendas, quero discutir essas emendas, mas gostaria de registrar que, pelo Regimento do Senado, a Resolução deve ser discutida na Comissão de Assuntos Econômicos. Não cabe a ida dessa matéria à Comissão de Desenvolvimento Regional. Isso não é um Projeto de Lei, é um Projeto de Resolução.

No caso da CCJ, nós até abrimos uma exceção em outra resolução, quando discutimos a questão da guerra dos portos. Eu era o autor da matéria, nós abrimos uma exceção para ela ir à CCJ por conta da constitucionalidade, foi votada a constitucionalidade, é uma matéria similar. Então, na verdade, eu acho que o foro para se discutir, efetivamente, esta matéria é a Comissão de Assuntos Econômicos. Eu entendo a preocupação do Senador Ricardo Ferraço, quer defender o seu Estado, eu quero defender o meu, a Região Amazônica, nós temos questões a colocar, mas entendo que este é o foro e, portanto, eu acho que fazer, paralisar essa discussão, encaminhar ao Plenário, fora do Regimento, para que o plenário diga que está fora do Regimento, e voltar?! Na verdade, seria um passo a mais que se daria, apenas para atrasar um debate que é urgente para a Casa.

Então, quero contraditar a colocação e pedir a V. Ex^a, de repente, para V. Ex^a não ficar na decisão individual dessa questão, que coloque para o plenário da Comissão discutir se deve dar prosseguimento ou não a essa questão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Espere aí, questão de ordem decidida pelo plenário nunca se viu isso!

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Desculpe, não vi quem pediu a palavra.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Senador Cássio.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Seu modesto conterrâneo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Depois, vou decidir a questão de ordem.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – É que gostaria de vê-lo... Deixe a Senadora Vanessa concluir o colóquio.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senadora Vanessa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Não, não, apenas esperaria o tempo que fosse necessário.

Sr. Presidente, o Senador Romero Jucá acaba de trazer o argumento que faltava para que a questão de ordem do Senador Ferraço seja acolhida. Se, numa questão muito menos polêmica, de igual gravidade, foi aberta uma exceção, para que a matéria fosse à CCJ...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Permita-me um aparte?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Claro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – O Senador Jucá está equivocado, não foi exceção, houve uma deliberação de plenário, para que a Resolução nº 13 fosse à Comissão de Constituição, Justiça. Então, o que o Senador Jucá fez foi expressar a sua opinião, com todo respeito.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Senador Ricardo Ferraço, estou apenas me socorrendo da expressão usada pelo próprio Senador Jucá. Que tenha sido exceção! Não estou nem me agarrando às normas regimentais ou ao que determina, neste instante, mais do que nunca, o bom senso, que é ampliar esta discussão. E, como já foi, mesmo que a título de exceção, na questão da guerra dos portos, remetida à CCJ, que se repita igual procedimento, porque o que está sendo discutido é algo de extrema relevância, para os Estados do Brasil, particularmente para os das Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, que são as regiões que, historicamente, possuem des-

vantagens econômicas e que não podem entrar numa aventura em que o principal instrumento de compensação que se anuncia é um fundo de desenvolvimento regional, o que me faz lembrar – e é inevitável a recordação – do fundo da Lei Kandir, que foi criado com o discurso de que os Estados que perderiam recursos com as exportação seriam compensados e, na prática, essas compensações nunca – nunca, em tempo algum – ocorreram!

Que venha, pelo menos, um erro novo! Vamos errar, mas vamos errar de forma diferente, pelo menos! Tenhamos mais criatividade, porque repetir o modelo, o diagnóstico, o discurso, desculpem-me a dureza da expressão, mas o engodo que foi o fundo da Lei Kandir não é tolerável, não é aceitável! É um tema importante, criou-se o estigma da guerra fiscal, há todo um trabalho em torno dessa questão, mas a pergunta que não quer calar é: o que será de um Estado como o da Paraíba – e estou, aqui, para representar os interesses do meu Estado, com olhar, claro, diante dos interesses do Brasil – no processo de atração de investimentos?

É óbvio que haverá uma concentração ainda mais absurda do que já existe no Brasil, nos grandes centros. Não é preciso ser economista, não é preciso ser especialista. É na Região Sudeste, notadamente em São Paulo, onde se encontra o mercado, onde se encontra a grande infraestrutura logística, onde está a matéria-prima, e ninguém vai para outras regiões do Brasil, se não for através de uma visão diferenciada do País, para que haja um crescimento minimamente equânime.

Portanto, o amadurecimento deste debate não custará nada para o Brasil. O que poderá custar muito é numa Comissão com uma visão restrita, parcial, aprovar-se algo que transforma profundamente as relações de Estados e a economia brasileira.

Para concluir, Sr. Presidente, agradecendo a tolerância de V. Ex^a, quero me acostar à questão de ordem do Senador Ferraço e me apegar à exceção que já foi defendida pelo Senador Jucá.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A Mesa quer tomar a decisão, mas, antes, passo à palavra ao Senador Pedro Taques, ao Senador Delcídio do Amaral. E vou, em seguida, tomar a decisão sobre a questão de ordem do Senador Ricardo Ferraço.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O Senador Aloysio levantou primeiro aqui, por honestidade parlamentar, depois sou eu.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não, V. Ex^a tem toda a precedência aqui.

Os argumentos de mérito já foram expendidos pelo Senador Cássio Cunha Lima e eu queria apenas me insurgir contra a hipótese de deliberação pelo Plenário de uma questão de ordem.

V. Ex^a já disse que vai decidir, então, me considero satisfeito.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu quero também apoiar a questão de ordem do Senador Ferraço, porque não há como essa matéria, apesar do trabalho excepcional feito pelo Senador Delcídio, que ouviu os Secretários de Fazenda, eu quero me somar aos elogios e ao trabalho feito pelo Relator, mas isso precisa ser debatido na Comissão de Constituição e Justiça também. Por que, Sr. Presidente? Porque não há tema mais caro à Federação do que o que faz com os Estados possam sobreviver, que é a principal exação dos Estados. Isso precisa, sim, ser debatido na Comissão de Constituição e Justiça.

Nós estamos, apesar da excelência do relatório do Senador Delcídio, pulando etapas. Isso precisa ser debatido, o seu ponto de vista, não só econômico, mas também constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Delcídio do Amaral, último inscrito antes da decisão.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, queria só fazer um registro.

Essa questão, a Resolução nº 13, dos portos, eu quero fazer coro às palavras do Senador Romero Jucá, absolutamente pertinente o posicionamento do Senador Romero Jucá, não só porque participou ativamente dessas discussões como também foi o relator da Resolução, aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. E eu era Presidente à época quando isso ocorreu, portanto, faço coro às palavras do Senador Romero Jucá.

E o segundo ponto, para também não haver nenhuma dúvida com relação a essa Resolução, é que uma eventual avaliação ou discussão de uma resolução de assunto específico da Comissão de Assuntos Econômicos só eventualmente prevalece se for votada em plenário. E essa Resolução foi fruto de um acordo à tramitação na CCJ, o que só confirmou o que já o Senador Romero Jucá havia colocado em seu relatório.

Para não haver nenhum tipo de dúvida, tramitar em outras comissões, regimentalmente, só passa pelo plenário do Senado, isso não é discutido internamente nas Comissões.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu vou decidir a questão de ordem.

Nós não vamos passar a manhã discutindo questão de ordem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não, não, é rapidamente, Presidente. Apenas para retificar, Senador Delcídio: o meu pleito não é que esta Comissão decida ... porque o Regimento determina que a decisão se haverá deliberação em outra comissão ou não, é o Plenário do Senado.

O requerimento que fiz foi ao Plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Então vou responder à questão de ordem. Eu vou responder à questão de ordem.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu compreendi o posicionamento de V. Ex^a, mas é que outros Senadores estão achando que foi votado e isso não Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Deixe-me responder à questão de ordem.

Primeiro, todos os senhores sabem que nós temos prazos. A Medida Provisória nº 599, a sua data final é dia 6 de junho, nós temos que votar aqui na CAE, temos que levar esse assunto ao plenário.

A matéria estava em instrução na Comissão de Assuntos Econômicos. Essa é uma matéria em que a competência regimental é da CAE, art. 99, inciso IV. A matéria está indo ao plenário, se aprovada aqui.

O Presidente do Senado, com certeza, vai colocar o requerimento do Senador Ricardo Ferraço em votação, quando chegar a matéria ao Senado. Antes de ser apreciada a matéria, o requerimento do Senador Ricardo Ferraço vai ser colocado em votação.

Por isso eu não acolho a questão de ordem e abro as inscrições.

O primeiro inscrito é o Senador Cyro Miranda.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Então, peço vista, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Vista, Sr. Presidente.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Em relação à decisão de V. Ex^a, cabe recurso ao plenário?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Está concedida vista coletiva ao Plenário.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, o recurso ao plenário da decisão de V. Ex^a, permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro, está concedido, V. Ex^a será atendido.

Mas, volto a dizer que o requerimento que o Senador Ricardo Ferraço fez ao plenário não está prejudicado; quando a matéria chegar ao plenário, antes de começar qualquer coisa, o Presidente Renan Calheiros vai ter que colocar o requerimento dele que pede

que seja escutada a CCJ e CDR, antes de qualquer apreciação, mas V. Ex^a...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Perfeito. Fica consignado o meu pedido de recurso ao Plenário à decisão de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro. V. Ex^a será atendido.

Concedida vista coletiva e passo a palavra para o Senador Cyro Miranda.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço inscrição, por favor.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, peço inscrição.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, caros colegas...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senhores, Foi concedida vista coletiva, mas esse tema é muito importante, essa matéria é muito importante, então queremos, aqui, abrir esse espaço, mesmo concedida vista coletiva, para discussão sobre a matéria, porque está aqui o Relator, serão apresentadas emendas. Nesse caso, acho importante que escutemos...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Presidente, quando se pede vista, essa matéria está encerrada, tem que voltar...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Suspende a discussão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Tem que voltar em discussão na próxima reunião.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Claro, vamos ouvir o parecer do Luiz Henrique agora.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Não há nenhuma justificativa plausível para discutirmos a matéria. Está com pedido de vista. Regimentalmente não permite, Sr. Presidente. Por favor, consulte o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu sei disso. O que estávamos querendo, aqui...Vários Senadores estavam inscritos pela importância do tema.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Antes das vistas.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A Mesa estava sendo tolerante em relação a isso para agilizar. Vamos ter votação na próxima terça-feira, mas já que há essa manifestação do Plenário, vou acolher essa posição e vamos passar direto ao segundo ponto de pauta.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Cyro Miranda, pela ordem.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Relator Delcídio do Amaral, colegas de Senado.

Senador Delcídio sabe do apreço que tenho por V. Ex^a, uma amizade inclusive pessoal, mas não posso aceitar alguns equívocos de argumentos.

É importante para o seu Estado o gás, é importante a Zona Franca para Manaus, por isso estão sendo preservadas. Como é de suma importância para o Centro-Oeste, Norte e Nordeste, o processo de industrialização.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Cyro, estava querendo que houvesse o debate, mas o Plenário se manifestou...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Mas só quero...É que me tiraram essa oportunidade e muitos já se colocaram. Então, com a vênua de V. Ex^a, só quero terminar, aqui. É muito simples.

Não entendo como vamos fazer o desenvolvimento econômico, dar empregos com dignidade se essa medida arrasa com qualquer iniciativa que o Centro-Oeste, Norte e Nordeste têm de empregabilidade. Não precisa ser nenhum expert para saber que, dentro de alguns anos, vamos desarmar os parques, os parques industriais e vão para os grandes centros. Isso é óbvio!

Também, como vamos garantir, juridicamente, o final desses contratos se, em menos de cinco anos, reduzirmos essas alíquotas? Os programas assistencialistas do Governo nem chegam perto do que é o emprego hoje gerado.

Lembro a V. Ex^a que, nisso a que chamamos de guerra fiscal, os Estados mais privilegiados foram os do Sul. Tiramos o êxodo do Norte e Nordeste, o pau-de-arara, o meu cariri, que vinham em busca dos eldorado dos empregos, onde as manchetes estampavam: "São Paulo tem mais nordestinos do que o próprio Nordeste". Isso devolveu, novamente, os empregos a essas regiões.

Sr. Presidente, da maneira como está sendo feito esse processo de transição, isso será um desastre. E aviso mais uma coisa, Sr. Relator: a partir deste ano ainda, começa o processo inflacionário, porque as empresas, ao perderem esses recursos, terão que repassar aos seus preços. Então, vai começar a ter uma onda desencadeada de preço.

É só para reflexão, porque, da maneira como está a dignidade aqui, e eu ouvi o senhor me dizer que o meu Estado está de acordo, na reunião, representada, inclusive, aqui, pelo Sr. Trinchão, que aqui está presente, ele dizia: "Não concordamos com essas medidas, nem com unanimidade do Confaz, que está incluso só

para esse caso.". Então, dizer que há consenso, não há consenso, não há consenso. O consenso é o rolo compressor.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Só gostaria de registrar, meu caro Senador Cyro Miranda, que é importante, primeiro, a leitura do relatório, porque é um relatório extenso e que aborda todos os pontos que V. Ex^a acabou de citar.

O meu Estado é um Estado do Centro-Oeste que, legitimamente, enxergou nos incentivos uma oportunidade de geração de emprego, de geração de riqueza, da mesma forma que Goiás e outros Estados do Centro-Oeste.

O que quero dizer a V. Ex^a – e falei aqui, muito rapidamente, na exposição – é que, primeiro, o fundo de compensação repassa os recursos, automaticamente, mês a mês, a cada Estado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – (Intervenção fora do microfone.)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Senador Cyro Miranda, eu ouvi V. Ex^a e pediria a V. Ex^a que me ouvisse também, porque não é esse só o discurso.

Primeiro, é a preocupação com os Estados, portanto, o ressarcimento. Segundo ponto: com a transição, que foi amplamente discutida com os secretários de Fazenda, com o tempo, o Fundo de Desenvolvimento Regional vai cumprir esse papel de geração de emprego e, ao mesmo tempo, de redução das desigualdades.

Não poderia deixar também de registrar a V. Ex^a – e fiz esse comentário no final da minha exposição – que, exatamente para não afugentar e não encarecer aquilo que é produzido em indústrias que foram incentivadas, no relatório do Senador Walter Pinheiro se discutirá, a partir de medidas compensatórias, que podem vir a ocorrer, inclusive, através do Fundo de Desenvolvimento Regional, porque ele é um fundo aberto, para exatamente evitar isso que V. Ex^a está dizendo, inclusive preocupados no cumprimento dos contratos dos governos estaduais com as indústrias que se instalaram. Portanto, é importante que nós façamos esse debate.

Aqui foi citado pelo Senador Cássio Cunha Lima, e eu não podia deixar de registrar, e falei aqui na apresentação do relatório... Ele falou sobre a Lei Kandir, que é uma preocupação de todos os governadores e secretários de Fazenda. E acho que o Senado, meu caro Senador Cunha Lima, tem uma oportunidade ímpar, que é o projeto do Senador Paulo Bauer, relatado

pelo Senador Armando Monteiro, de passar a questão dos fundos por um projeto de lei complementar, por uma lei maior, exatamente para garantir e dar segurança aos governadores e aos Estados da Federação.

Eram essas as observações, mas, é claro, teremos oportunidade de debater mais profundamente esses temas.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senhores, quero comunicar-lhes que foram vários os Senadores que pediram inscrição para discutir a matéria. Sei que já foi concedida vista coletiva, mas a matéria é de uma importância tal que, sem sombra de dúvida, se abrirmos esse espaço aqui, com a presença do relator, muitas dúvidas poderão ser sanadas. Então, pela importância do tema, vou manter as inscrições e vou chamar os oradores pela ordem de inscrição.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu pediria a palavra, pela ordem, relativamente ao item 2 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – V. Ex^a me designou para relatar o projeto do Senador Wellington Dias, e, como a matéria é da maior relevância e há urgência, da parte dos governadores, no sentido de que se convalidem os incentivos concedidos e no sentido de que se reduzam os juros e se modifique o indexador da dívida dos Estados, eu procurei agilizar a redação do meu parecer a respeito desse projeto.

Todavia, ponderou-me o Líder Wellington Dias que, na reunião de Líderes, houve uma solicitação no sentido de que pudéssemos retardar, pelo menos por uma semana, o oferecimento desse parecer para que se possa estabelecer uma simetria entre as ações da Câmara e do Senado – na Câmara está sendo relatado o projeto governamental.

Por outro lado, ponderou o ilustre Senador Ricardo Ferraço que há outras matérias semelhantes propostas por outros Srs. Senadores sobre o mesmo tema. Então, em função disso, com o objetivo de estabelecer rapidamente um consenso nas duas Casas sobre essas matérias relevantes, eu pediria a retirada de pauta desse Item 2.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a será atendido.

Para tratar do mesmo tema, Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Só para dizer, Sr. Presidente, na linha do Senador Luiz Henrique, em razão desse entendimento com as Lideranças. Na verdade, estamos retirando o projeto e estou encaminhando a V. Ex^a um requerimento nesse sentido. Apenas quero parabenizar pelo encaminha-

mento sobre o primeiro item, no sentido de ter esse debate aqui iniciado com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O primeiro inscrito é o Senador Flexa Ribeiro.

Senador Eduardo Braga, já foi atendido. Já tinha retirado de pauta o projeto a pedido do Senador Luiz Henrique.

Estamos discutindo. Já houve pedido de vista coletiva, mas, pela importância do tema, vamos abrir, discutir o projeto de resolução, tirar as dúvidas com relator.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Lindbergh Farias, Sr. Relator, Senador Delcídio, Senador Walter Pinheiro, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, quero primeiramente parabenizar o Senador Delcídio do Amaral pelo seu parecer. É um parecer feito com profundidade. S. Ex^a se debruçou sobre o tema, ouviu todos os segmentos interessados: secretários, governadores.

É uma matéria polêmica. E quero aqui também me juntar à questão de ordem levantada pelo Senador Ricardo Ferraço. Acho que temos que ampliar o debate. Não há como, de forma apressada, açodada, definir sobre um tema que é de primordial importância para todos os Estados e para os Municípios, porque parte desse ICMS também os abastece, 25% do arrecadado pelos Estados são transferidos a eles.

Então, no momento em que os Estados sofrem perdas importantes na sua arrecadação, pela necessidade de incentivo à economia, e a União lamentavelmente não dá esse incentivo de IPI, só na parte que cabe a ela, que deveria ser o correto, Senador Ferraço, nós temos que debater com maior cuidado essa matéria.

Quero dizer ao Senador Delcídio do Amaral que ouvi atentamente a leitura do seu parecer.

Apresentei uma emenda diferente da que está no seu relatório. Já conversei com o Senador Delcídio, com o Senador Walter Pinheiro para que possamos aprofundar o debate sobre a emenda. E conversei também com o Senador Eduardo Braga e lhe perguntei se havia alguma restrição por parte do Estado do Amazonas. E ele disse que não. E não havendo restrição ao Estado do Amazonas, que seria hipoteticamente o interessado direto e prejudicado nessa relação, o que não é, não há por que a emenda não ser atendida, pois dará o equilíbrio necessário aos Estados da Região Norte. Assim, que permaneça a alíquota de 12% nas trocas internas entre esses Estados, como permanece para o Estado do Amazonas. Externamente da região? Não. Os Estados terão a mesma alíquota definida pela legislação que V. Ex^a pretende em seu parecer aprovar.

Então, V. Ex^a, em seu parecer, dá a entender que não pode acatar pois “cabe ainda observar que as perdas significativas para o Amazonas se devem a uma característica básica: ser um Estado produtor, por abrigar a Zona Franca de Manaus”. Então os todos os Estados são produtores. Não é só meu querido Estado vizinho, o Amazonas. “Assim sendo, creio que não caberia estender a situação excepcional do Amazonas, consubstanciado na alíquota de 12%, para os demais Estados do Norte”.

Nós não pretendemos isso. Seria o ideal para nós. Mas nós não pretendemos estender a alíquota diferenciada, consubstanciada de 12% no Amazonas, para os Estados da Região Norte no âmbito do País. Nós queremos que, internamente, Senadora Vanessa, na Região Norte, as trocas entre os Estados permaneçam com a alíquota de 12%.

Já conversei com o Senador Delcídio e com o Senador Walter Pinheiro, vamos continuar conversando, e espero que, antes da votação, Senador Lindbergh Farias, na próxima terça-feira, possamos chegar a um entendimento, de tal forma que o Senador possa acatar, no seu parecer, o texto da emenda por mim apresentada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado. O próximo inscrito é o Senador Walter Pinheiro, que é o Relator da Medida Provisória 599.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Lindbergh, eu quero, além da discussão exclusiva da matéria, meu caro Senador Ricardo, falar muito mais até como Relator da Medida Provisória e chamar a atenção para a preocupação que os Senadores levantaram. Até acho que o Senador Luiz Henrique, de forma muito correta, veio ao encontro dessa preocupação, e não de encontro.

Portanto, é fundamental, Senador Pedro Taques, que nós entendamos que esta matéria, Senador Ricardo, é um tripé. Precisamos tratar da resolução, precisamos tratar da MP e precisamos tratar do projeto das dívidas. Logo, são três matérias que se entrelaçam, que se interligam, mas não podemos fazer isso, Senador Delcídio, sem a diretriz que V. Ex^a, aqui, tão brilhantemente, apontou. No esforço, no diálogo completamente abrangente, inclusive, V. Ex^a, que auscultou de forma ampla secretários, governadores, ou seja, conversou com todo o País, aponta o caminho. Agora é trilharmos nesse caminho a partir dos outros complementos. E o complemento que nos cabe nesse episódio é caminhar com três outros passos, Senadores e Senadoras.

O primeiro é o seguinte: a grande dúvida de todos aqui reside na garantia. Todos levantaram a minha

suspeita sobre fundos de compensação, a experiência com Lei Kandir e coisas do gênero. Então, quais as garantias que vamos consolidar nesta matéria para que o Fundo de Compensação e para que o Fundo de Desenvolvimento Econômico não tenham características que abandonem, meu caro Senador Armando Monteiro, essa possibilidade?

O segundo ponto, que é o da segurança de Estados nos que diz respeito a: qual vai ser o período de transição? Qual vai ser o caráter dessa aplicação do Fundo? E, como vou tratar dois temas importantes? Como enxergo a situação existente, o que Estados produziram, meu caro Senador Romero, o que Estados acordaram e o que Estados atraíram? Portanto, a situação existente precisa ser enxergada nessa matéria. Ela precisa ser incorporada.

O segundo aspecto para o qual eu chamo a atenção é: como vou encaixar, nessa questão da garantia da segurança e do tempo, as situações em curso? Vários Estados abriram uma série de negociações, meu caro Senador Agripino, com a atração de investimentos, e isso se encontra em stand by, ou pelo menos em compasso de dúvida, a partir do que vamos aprovar aqui.

Minha preocupação reside exatamente nestes três pontos: garantia, segurança e transição, para aplicarmos, seguir o caminho apontado pelo Senador Delcídio, permitindo que as diversas regiões possam ter a certeza de que vão, como Estados, ter a sua autonomia para o desenvolvimento econômico e não vão ficar engessadas.

Meu caro Senador Armando, eu conversava com os secretários do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e dizia que alguém vai chegar em cada Estado desses e falar: a esses Estados, só e somente só, a condição vai ser de atrair investimentos dessa ou daquela natureza. Os Estados vão perder a sua capacidade de atração. Vou dar um exemplo bem claro do que eu conversava nesse instante com um Senador aqui. Devemos ter cuidado, Senador Delcídio, principalmente quando você precisa ter uma relação que extrapola os limites das regiões.

Vamos dar o exemplo de Sergipe. Sergipe atraiu investimentos de uma unidade de produção de chuveiros elétricos de uma grande empresa do País. O mercado consumidor de Sergipe, meu caro Secretário Trinchão, não é um mercado que absorve essa produção, até porque o clima não permite se utilizar em larga escala chuveiro elétrico. Portanto, ele precisa extrapolar a sua região, até porque na fronteira, mesmo que seja com a Bahia, com Sergipe, com Alagoas, ou Bahia, Pernambuco, Alagoas, etc., ele precisa sair dessa região. Se a gente não enxergar essa transição, se a gente não enxergar as garantias, é natural que

essa empresa que se instalou em Sergipe – portanto eu estou falando de uma situação existente – migre para a região do mercado consumidor desse produto.

Consequentemente, eu não vou aplicar nenhuma regra que atenda à exigência para que Sergipe continue definindo qual o modelo de atração que pode fazer, ou vou impor a Sergipe e dizer o seguinte: “Você só poderá, só e somente só, atrair investimentos cujo mercado interno tenha a capacidade de consumir.” Portanto, isso é, não só interferir na decisão de política econômica e desenvolvimento de cada Estado, como condenar cada Estado numa região a um processo de submissão aos centros mais fortalecidos com a inovação tecnológica, com a infraestrutura e, principalmente, com a capacidade de mercado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Pois não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – A medida provisória que V. Ex^a está relatando anda em linha com o Projeto de Resolução nº 1 e com o projeto de lei complementar que está tramitando na Câmara e que define uma resposta efetiva para a Súmula Vinculante nº 69, do Supremo Tribunal Federal, qual seja, a convalidação desses benefícios financeiros e incentivos que foram concedidos.

Um dos aspectos importantes diz respeito ao Fundo de Desenvolvimento Regional. A proposta original do Poder Executivo do Governo Federal preconiza que esse Fundo será composto 75% com recursos de operação de crédito e 25% com recursos do Orçamento Geral da União.

Muito bem, qual é o entendimento que há por parte de V. Ex^a sobre um pleito que todos nós temos para inverter esses pesos e essas medidas? Porque me compensar ou compensar o meu Estado ou qualquer dos nossos Estados por operação de crédito, por financiamento, me parece risível, me parece...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu concluo o meu aparte, que V. Ex^a me concedeu com muita generosidade, para expressar a confiança que tenho em V. Ex^a, que foi vitorioso, na semana passada, quando ofereceu ao Plenário uma equação justa que permitiu que nós pudéssemos oferecer ao Supremo Tribunal Federal e ao País uma nova distribuição do FPE.

Eu tenho confiança de que V. Ex^a, pela origem que tem, pela militância que tem, pela história que tem, vai rever todas essas distorções.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)

– Sr. Presidente, essa intervenção do Senador Ferraço já o exclui da lista de inscrição? Ou é uma coisa...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Eu não estou entendendo. Eu pedi um aparte ao Senador Walter Pinheiro e estou sendo torpedeado pelo enorme e grande Senador Armando Monteiro. Assim não dá, Presidente! Eu quero só concluir.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)

– O que eu estou dizendo é o seguinte: nós gostamos de ouvir o Senador, mas eu queria só entender.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Eu quero só concluir o meu aparte para que o Senador Walter Pinheiro possa ouvir, se assim desejar, o Senador Armando Monteiro.

Pois bem, o que eu desejo é manifestar a minha confiança de que V. Ex^a vá corrigir para que esta medida provisória não se transforme na Lei Kandir 2.

Esse é o registro que eu quero fazer.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) –

Senador Ferraço, vou fazer uma brincadeira aqui com V. Ex^a. Parafraseando o Armando Monteiro, V. Ex^a fez uma ótima intervenção, mas antecipando-se à inscrição.

E acho que uma das coisas mais importantes aqui agora é darmos sequência a isso que o Senador Delcídio fez muito bem, ou seja, o processo de consulta. Agora é a hora de pegarmos o caminho que o Senador Delcídio traçou e entender como é que vamos caminhar nele.

Eu costumo usar uma expressão, Senador Ferraço, que é a seguinte: a medida provisória, efetivamente, vai ser o colchão. Então, nós temos que discutir qual é a capacidade que esse colchão vai ter para aguentar esse impacto. Portanto, não pode ser algo que tenha, inclusive, uma densidade muito pequena, porque o impacto a partir exatamente dessas mudanças da alíquota não será um impacto qualquer, e não pode ser suportado com uma regra tão inversa dessa que obrigue Estados a ter que fazer algo diferente. Ou seja, para eu pular nesse colchão, vou ter que arrumar, inclusive, outro tipo de vestes, para suportar o impacto. Só que esse suporte será bancado exclusivamente pelo Estado, ainda que através do Fundo de Compensação. Portanto, a discussão da inversão foi um pleito que nós ouvimos e acompanhamos, Senador Delcídio, de todos os Estados, porque ele é importante.

Deixe eu lhe dar um outro exemplo: a questão das dívidas que cada Estado tem. Quando falamos em R\$8 bilhões, se colocarmos São Paulo – nada contra São Paulo –, nós vamos encontrar, só em São Paulo, R\$6 bilhões, Senador Romero. E aí? Aí, essa diferença de R\$2 bilhões é suficiente para suportarmos o restante? Não. Não tem a menor condição. Então, é fundamental

que trabalhe com isso, enxergando o que eu citei aqui. Eu preciso ter um fundo de compensação, mas preciso ter outras garantias. Não basta repetir isso. Não só do ponto de vista da inversão, mas das garantias: como isso vai se processar, de que forma vai se processar. Não basta dizer: “isso não é contingenciável”. É pouco. Isso precisa ser garantido, Senador Romero, para não ficar na dependência, por exemplo, de todo ano, no Orçamento, os Parlamentares terem que aportar emendas ou a discussão na Comissão de Orçamento, como se faz na Lei Kandir, para tentar operar o fundo. Se tiver isso, nós vamos efetivamente enfrentar um período que vai depender da batalha, da conjuntura da economia, para se aplicar a compensação. E não é esse o espírito dessa mudança. A compensação, Senador Monteiro, tem que estar assegurada, garantida.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)

– (Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) –

Exatamente. E aí, quanto é esse seguro? Portanto, precisamos escrever isso.

Para encerrar, Senador Lindbergh. Tanto é verdade que inclusive – Senador Ferraço, era bom o senhor ouvir isso – chegamos a dialogar da possibilidade de, na volta da medida provisória da Câmara, apreciarmos em conjunto com a resolução em plenário, para você ter exatamente a “amarração”, que essas medidas seriam consagradas no texto. E há outra discussão em curso: se o instrumento para o fundo, para evitar uma repetição da Lei Kandir, não poderia ser uma lei complementar, Senador Armando Monteiro, para não correremos nenhum risco em relação às fragilidades.

Eram essas as ponderações muito rápidas que eu queria fazer, mas eu queria insistir: nós precisamos assegurar, dar essas garantias desse seguro. Nós precisamos ter a segurança, e a segurança extrapola esse Parlamento. Vai inclusive, Senador Wilder, para a questão do Judiciário. Então, nós precisamos nos antecipar. E eu estou me referindo à segurança jurídica desse aspecto. Nós precisamos também ter a certeza de que o processo de transição tem que enxergar o que acontece com os Estados hoje, e preparar para que os Estados possam caminhar nessa regra de transição sem ter que afastar os projetos em curso e muito menos abrir mão dos projetos já aplicados e, claro, nos colocar em condição de continuar atraindo projetos para os nossos Estados. Essa é a minha opinião. A medida vai ser difícil de fazer? Vai. Mas é impossível? Não.

Portanto, vamos encontrar essa equação com essas três partes. Volto a insistir: o Senador Delcídio já abriu o caminho para a primeira delas, que nós poderíamos chamar, inclusive, não só de resolução, mas de diretriz, Senador Delcídio. Agora, é encaixar-

mos as outras duas partes e completar esse tripé, e consequentemente entregar uma legislação que trate essa coisa do benefício fiscal, e não de guerra, com o instrumento com outra característica impulsionando o desenvolvimento em cada região, em cada Estado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – DF) – Muito obrigado, Senador Walter Pinheiro.

Antes de passar para o Senador Romero Jucá, eu só quero dizer que a gente vai ficar só nesse item da pauta, e vou votar apenas os requerimentos ao final, isso aqui está claro, pela importância do tema.

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu quero agradecer ao Senador Wilder a permuta na ordem de poder falar. Quero rapidamente fazer três observações, mas, primeiro, louvar o trabalho competente do Senador Delcídio do Amaral que conduziu com maestria e conseguiu fechar, eu diria, 95% do texto – porque a gente tem aqui ainda uma questão que a gente está querendo conversar –, e também a condução de V. Ex^a, que está procurando cumprir os prazos e tratar de uma questão é vital. Nós acabamos, o ano passado, com a guerra dos portos. Este ano, temos que equacionar essa questão da guerra fiscal. Há perda de receita em todos os Estados. O processo está disseminado. Então, essa é uma medida fundamental para todo o País.

Eu queria colocar três questões. A primeira, de caráter geral, que não diz respeito ao relatório do Senador Delcídio, mas tem que ficar pactuado com o Governo – já está se avançando, mas é importante que fique pactuado –, que é a questão da convalidação dos incentivos para trás e para frente nos prazos vigentes. Ou seja, tem que ser definido aquilo que foi autorizado em lei como incentivo, ser mantido para trás; e os prazos ainda consequentes para frente serem mantidos também, sob pena de haver desindustrialização e concentração de indústrias nas regiões mais ricas.

Então, esse é um ponto que nós vamos, efetivamente, não cobrar do texto, mas cobrar um posicionamento do acordo, porque isso fará parte da lei complementar que nós estamos discutindo na Câmara e também vamos discutir aqui.

O segundo ponto é um ponto que já está resolvido, que era o ponto da transação intrarregional entre Estados do Norte. Porque, como o Amazonas tem 12%, nós tínhamos que produtos para irem para Roraima ou para Macapá passassem pelo Amazonas e, a partir dali, iriam com 12%, a gente arrecadaria menos e haveria, de certa forma, um mascaramento da transferência de produto.

Mas, ao colocar a questão do PPB, ao colocar “restringir a produtos da Zona Franca que têm PPB”,

acaba-se com esse problema e, então, essa questão está equacionada.

Nós remanescemos, Senador Delcídio, em um ponto, que é exatamente uma questão emblemática para a região da Amazônia Ocidental.

O que nós temos na Amazônia Ocidental? Nós temos, em Manaus, a Zona Franca de Manaus com 12%; portanto, numa condição de dar crédito e buscar incentivos – nós não somos contra, somos favoráveis. Mas nós avançamos. Nós criamos, em cada Estado da Amazônia Ocidental, uma área de livre comércio.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – É, oriental e ocidental. (...) uma área de livre comércio. O que diz essa área de livre comércio? Ela tem as mesmas vantagens da Zona Franca de Manaus, desde que lá se produzam produtos só com origem local, ou seja, é uma restrição. O que nós queremos? Nós queremos – conversei com o Senador Eduardo Braga, o Estado do Amazonas não é contra – que, nessas áreas de livre comércio da Amazônia, uma por Estado, nós tenhamos os mesmos 12% de alíquota inicial que tem a Zona Franca de Manaus. Por que isso? Para podermos ter paridade no processo industrial e essas áreas de livre comércio funcionarem como satélites da Zona Franca. Se nós não tivermos isso, o que vai acontecer? A indústria, em vez de se instalar em Macapá, em Boa Vista, em Basiléia, no Acre, em Guajará-Mirim, Rondônia, ela vai migrar para a Zona Franca porque lá vai ter o incentivo e nos outros Estados nossos não vão ter incentivo.

Então, esse é um ponto que eu gostaria que o Senador Delcídio levasse em conta. Essa é uma posição que une os Estados da Amazônia, une todos nós, facilita a votação e faz justiça, e não há nenhum tipo de impacto porque a produção é muito pequena. O que nós queremos garantir? Nós queremos garantir só que os nossos Estados, as nossas cidades tenham condição de ter algum tipo de industrialização, porque hoje basicamente não têm. Nós somos Estados prestadores de serviços, nós somos Estados extrativistas, mas nós queremos ser, efetivamente, Estados agroindustriais, Estados que possam trabalhar na mineração. E isso vai acontecer com essa regra para a área de livre comércio.

Então, eu queria pedir ao Senador Delcídio que voltasse. Se for preciso, eu sento com o Nelson Barbosa, com o Ministério da Fazenda. Nós temos argumentos e nós queríamos, efetivamente, acatar a Emenda nº 5, de minha autoria.

Queria pedir a atenção de V. Ex^a para isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – É no mesmo sentido.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Romero Jucá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Senador Lindbergh, é no mesmo sentido do Senador Romero, só para completar.

Senador Delcídio, cumprimento V. Ex^a pelo belo trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Está inscrito o Senador Wilder Moraes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – É no mesmo sentido do Senador Romero. Apenas um minuto, porque serei bem breve.

Só quero cumprimentar V. Ex^a pelo trabalho e reiterar os termos apresentados da emenda do Senador Romero.

Existem oito áreas de livre comércio na Amazônia. A aprovação, a apreciação dessa emenda é fundamental para nós não criarmos uma superdependência da Zona Franca de Manaus. Na prática, se não acatada essa emenda, haverá um comprometimento dessas áreas de livre comércio.

Como já foi dito, há um acordo com a Bancada do Amazonas em relação a esse tema, e o não acatamento dessa emenda seria um prejuízo, em especial, para os Estados, porque, pelo que foi votado aqui no Senado, já saem com prejuízo na partilha do FPE os Estados de Roraima, Amapá, Rondônia e Acre, exatamente os quatro ex-Territórios.

É fundamental para incrementarmos a produção comercial e darmos o salto necessário à produção industrial nos nossos Estados a apreciação dessa emenda. E tem o nosso apoio o conjunto do parecer de V. Ex^a.

Queria somente reiterar a necessidade da apreciação e do acatamento por V. Ex^a da Emenda nº 5.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Randolfe.

Senador Wilder Moraes; depois, Senador Armandinho Monteiro e Senador Eduardo Suplicy.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente Lindbergh Farias; Sr. Relator, Senador Delcídio do Amaral; Senador Walter Pinheiro, observei o relatório do Senador Delcídio do Amaral e vi o seu esforço de tentar criar uma alternativa. Mas, conhecendo um pouco de Goiás e entendendo o processo de industrialização do Estado, acho muito difícil chegar a um consenso que não cause um prejuízo muito grande para os empresários.

Então, até agora se falou em secretário de Fazenda, em compensação de Estado, em fundo de desenvolvimento, mas, para Goiás se industrializar, os empresários acreditaram, principalmente quando

entraram as principais empresas, que, normalmente, por exemplo, são montadoras que estão começando agora. A empresa possui uma cadeia complementar enorme, mas só vem se houver os incentivos. Então, apesar desse investimento de bilhões, possivelmente não vai haver fornecedores para caminhar junto, porque o processo de industrialização é mais longo.

Não sou contra a unificação do ICMS, mas esse processo só não pode ser feito nessa velocidade que se imagina.

Então, é como não combinar com o adversário. Nós estamos falando do setor produtivo.

Para se ter uma ideia, Goiás foi um dos Estados que mais atraiu empresa, que mais gerou emprego com carteira assinada no ano passado e que cresceu acima da média nacional. Com os incentivos fiscais, foi possível fazer isso, inclusive porque não existe investimento em energia há muitos anos. Com os incentivos fiscais, até os empresários começaram a fazer linha de transmissão, investir em geração, em transformadores, para instalar as suas empresas.

Eu quero saber como ficam agora as empresas que vieram pela metade. Se criarmos um projeto desse nível, com certeza – hoje está aqui o Presidente da Adial – isso não vai combinar com o setor produtivo.

O nosso País foi o que menos cresceu em relação ao BRICS. Agora, nós vamos passar uma decisão de Governo, de Estado, que é uma decisão rápida, uma decisão local, que tem uma posição muito rápida com o setor produtivo. Imaginem se criarmos um fundo! Nós não precisamos criar fundo. Se as decisões estão lá, nós temos que criar, primeiro, infraestrutura, desenvolver os Estados que não têm condição de trazer nenhuma empresa para a sua região. Primeiro, não há matéria-prima; segundo, não há mão de obra qualificada; não há nenhum tipo de infraestrutura que possa atrair as empresas.

Então, eu acho, Senador Walter, que essa observação é muito importante, porque nós estamos falando daquilo que os Estados perdem na compensação do Estado, mas nós precisamos falar do setor produtivo. O que o setor produtivo vai perder com isso?

Eu tenho certeza... Está presente aqui hoje o Presidente Nacional da Adial. Quanto a isso, já há relatórios concretos de que nós vamos desindustrializar, não só o Estado de Goiás, mas o Norte e o Nordeste, porque não há motivo para essas empresas continuarem nesses locais, pois faltam condições.

Então, eu acho que esse é um tema relevante. O País precisa crescer. Quem paga a conta de tudo o que está acontecendo em termos de desenvolvimento é o setor produtivo. Então, penso que temos de inserir ainda mais o setor produtivo, Senador Delcídio, nes-

sa discussão, porque tenho certeza de que teremos um desemprego muito grande nesses Estados em desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Wilder Morais.

Concedo a palavra ao Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, companheiros Senadores, eu quero, primeiramente, dizer que reconheço que essa matéria é complexa, sensível ao Pacto Federativo, mas me tranquiliza o fato dessas relatorias terem sido confiadas a dois companheiros que são extremamente capazes e equilibrados para encaminhar esse processo. E, mais do que isso: ambos pertencem a Estados que integram regiões menos desenvolvidas do País. Portanto, têm, por assim dizer, uma absoluta isenção para poder tratar dessa matéria.

Eu queria fazer um exame dessa questão à luz do seguinte fato: o Brasil tem um sistema tributário caótico e, nesse sistema, o pior ambiente é o do ICMS. E por quê? Porque nós criamos, com o exercício da autonomia dos Estados, um exercício até certo ponto temerário, 27 legislações estaduais com bases de cálculo distintas, e, em todas as fases da chamada guerra fiscal, que foi assumindo aspectos cada vez mais predatórios, nós passamos a conceder incentivos ao talante dos Estados, traduzido na expressão guerra fiscal.

Assim, nesse ambiente do ICMS, nós temos grande parte da disfuncionalidade do sistema tributário nacional. Portanto, cogitar de fazer uma reforma tributária significa necessariamente enfrentar a questão do ICMS. Sem isso, não vamos poder avançar. E, nessa discussão, há algo que todo o Brasil reconhece: no sistema do ICMS, como um imposto de valor adicionado clássico, nós deveríamos ter a cobrança no destino. É isso o que nós desejamos, mas, para que isso aconteça, nós precisamos, dentro de uma visão realista, avançar, e a melhor forma de avançar em direção ao sistema de tributação no destino é ir reduzindo as alíquotas interestaduais. É isso o que se faz com o projeto.

Nós vamos dar um passo significativo na direção de reduzir as alíquotas interestaduais e, na impossibilidade de uniformizá-las, que seria o desejável, manter ainda um diferencial de alíquota que seja menor inclusive, isto é, a assimetria permanece, mas com uma alíquota menor, o que significa dizer que isso não vai conceder incentivos maiores ao que se poderia chamar de uma nova geração de incentivos predatórios.

Então, é um passo que nós precisamos dar, e eu tenho certeza de que, com isso, estaremos contribuindo para que o País tenha um sistema tributário, eu não diria ainda de classe mundial, mas um sistema

tributário que seja escoimado, em grande medida, das distorções que estão hoje presentes e que, de alguma maneira, comprometem o processo de desenvolvimento econômico.

Eu quero lembrar que o Brasil precisa de uma política nacional de desenvolvimento regional. E que, para essa política, nós precisamos de instrumentos federais e, portanto, de renúncia fiscal da União. Nós precisamos pensar um novo conceito de incentivos fiscais, a partir de uma visão nova da realidade dessas regiões. Algumas regiões estão, inclusive, ganhando algum dinamismo próprio e, por isso mesmo, nós teríamos de reavaliar esse repertório que está esgotado. E eu não diria que essas regiões prescindem de incentivos fiscais – não! –, mas acho que eles têm de mudar de conceito. Em vez de fazer o incentivo no imposto que não é vocacionado para o incentivo, que é o ICMS, em que você escolhe a empresa que vai ganhar e a que vai perder, distorcendo a própria concorrência e a competição interempresarial, eu acho que nós precisamos de uma nova geração de incentivo, que consagre a ideia de que nós devemos incentivar o investimento – repito: o investimento –, a formação de capital fixo nessas regiões. E isso não é nenhuma novidade, Senador Delcídio.

O que foram, na sua origem, a Sudene, a Sudam, etc.? Como é que se iniciou a industrialização do Nordeste se não pela via do imposto de renda da pessoa jurídica? Seja porque se oferecia a possibilidade de dedução do imposto de renda para um processo de capitalização direta nas empresas, seja porque as próprias empresas passavam a ter isenção de imposto de renda.

Então, eu acho que esse passo nós precisamos dar, precisamos começar. Acho que esta posição está equilibrada: reduzir as alíquotas de maneira global, diminuir essa assimetria e ainda conceder às regiões menos desenvolvidas um diferencial de alíquota, como está sendo proposto.

Quero também expressar aqui uma posição que é a seguinte: eu acho que, se o propósito é reduzir as alíquotas interestaduais globalmente, não me parece adequado manter a Zona Franca com 12%. Se é para fazer um movimento global de redução de alíquota e se, nesse processo, o que conta é o diferencial da alíquota, a vantagem, em última instância, que fica para essa região é o diferencial, não é o número absoluto em si mesmo.

Então, se há um movimento em que você reduz as do Sul de 7% para 4% e as das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste de 12% para 7%, por que não fazer também um movimento de redução da alíquota na Zona Franca? Mesmo, meu caro Senador Delcídio,

que ainda se admita uma alíquota um pouco superior a das outras regiões, tem que haver também um movimento de redução dessa alíquota interestadual. Não há por que não fazê-lo. O ideal é que a Zona Franca ficasse com 7% também. Se isso não for possível, mas que, pelo menos, se avance na redução da alíquota interestadual, porque, do contrário, nós estaremos introduzindo uma rigidez nesse sistema que, para o futuro, não aponta para a correção verdadeiramente dessa distorção em escala global.

Então, eu quero me congratular com V. Ex^a, com o Senador Walter Pinheiro. Acho que essas matérias estão nas melhores mãos, aqui nesta Casa, e creio que nós vamos poder construir algo que equilibre essa visão legítima do desenvolvimento regional, mas que não deixe de levar em conta a compreensão do que são os interesses nacionais.

Não adianta ter algum dinamismo, artificialmente estimulado em algumas regiões do País, a um preço de que continuemos a ter uma economia de baixo crescimento, que é o que caracteriza hoje a economia brasileira. E por que temos uma economia de baixo crescimento? Porque temos um sistema tributário disfuncional, porque temos um sistema tributário que não ajuda verdadeiramente a impulsão econômica.

Então, vamos iniciar esse processo, melhorando o ambiente na área do ICMS, porque, dessa forma, nós estaremos servindo aos interesses do País.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito bem.

Agradeço ao Senador Armando Monteiro, esse grande Parlamentar, grande Senador, sempre participando com contribuições de altíssimo nível, aqui nesta Comissão de Assuntos Econômicos.

Passo a palavra para o último inscrito, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero cumprimentá-lo, Senador Lindbergh Farias, pela condução desta difícil trajetória que estamos vivendo; e também o Senador Walter Pinheiro pelo trabalho realizado na Medida Provisória nº 599; e agora o Senador Delcídio do Amaral por este parecer relativamente ao projeto que modifica o ICMS e, sobretudo, com vistas à diminuição da guerra fiscal que vinha tornando cada vez mais difícil o processo de desenvolvimento econômico brasileiro.

E quero falar, como Senador por São Paulo, que São Paulo, obviamente, quer o desenvolvimento de todas as regiões do Brasil. Isso, certamente, é importantíssimo para o desenvolvimento, a continuidade do desenvolvimento de São Paulo, mas é importante que possamos diminuir estas distorções. Nesses próximos dias, hoje mesmo, estarei reunido com os responsáveis

pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Acredito que chegaremos a algumas sugestões, na forma de emendas, para apreciação do Relator, Senador Delcídio do Amaral, e de todos os demais Senadores, porque há uma certa preocupação de que o projeto, tal como está agora, ainda mantém certos aspectos da possibilidade de guerra fiscal que se quer extinguir.

Então, nós vamos estudar e apresentar as emendas e realizar o diálogo com V. Ex^a e com todos os demais Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra, o nosso Relator do Projeto de Resolução nº 1, Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Primeiro, Sr. Presidente, parabenizá-lo pela condução competente de uma resolução complexa, uma resolução que foi desenhada aí, ao longo dos últimos anos, e com tantas ponderações procedentes aqui apresentadas pelos Senadores e Senadoras. Nós teremos, ao longo dessa semana, como disse o Senador Eduardo Suplicy, outros debates, outras discussões no sentido de aperfeiçoar, de aprimorar o texto e, conseqüentemente, criando as condições para que venhamos a votar a Resolução nº 1, de 2013, que é o ponto de partida de um projeto ainda mais aprofundado, que é a MP 599, cujo Relator é o Senador Walter Pinheiro. E muitas coisas que foram aqui ditas, muitas ponderações que foram feitas, e mesmo críticas, ao longo da relatoria do Senador Walter Pinheiro, vão ficar muito claras, porque, evidentemente, meu caro Presidente, Senador Lindbergh, alguns assuntos que foram aqui abordados não estão na resolução. Eu, no meu relatório, eu falo rapidamente sobre temas que muitos aqui citaram, mas, na verdade, o detalhamento vai ser feito, ou seja, a praticidade da resolução vai ser incorporada pela Medida Provisória 599, com toda essa abordagem complexa que nos levou a essa proposta, depois de amplas discussões, não só aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, mas com cada um dos Secretários de Fazenda, com os Governadores e com o Ministério da Fazenda. Está aqui presente o Manoel, que participou ativamente de todos esses debates.

Portanto, eu acho que a gente ainda tem muito trabalho pela frente ao longo dessa semana. Quero deixar muito claro a todos que essa composição que nos levou a essa resolução considera as perdas dos Estados em função do Fundo de Compensação. Cria, volto a repetir, uma nova realidade para o fundo, para garantir que venha a acontecer no Brasil uma diminuição das desigualdades regionais em função do Fundo de Desenvolvimento Regional.

Não tenho dúvida nenhuma de que esses fundos, ao longo dos próximos dias, vão evoluir, exatamente fruto dessas rodadas de negociações que tivemos com o Senador Walter Pinheiro, com o Ministério Fazenda e também com secretários e governadores, além de muitos Senadores e Senadoras.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que algumas preocupações foram legitimamente externalizadas por Senadores que contaram com esses incentivos para a geração de emprego, para desenvolver os seus Estados. E houve uma preocupação intensa no sentido de mitigarem essas perdas e de criarem as condições necessárias para que os Estados continuem gerando emprego e continuem gerando riqueza.

Sem dúvida nenhuma, nós não podemos atender a todos, mas criamos instrumentos para mitigar essas questões, ao mesmo tempo também construindo um projeto que vai ser importante para o Brasil. Eu não tenho dúvida disso, Senador Eduardo Suplicy.

Fala-se muito em perdas, mas não se fala nos ganhos futuros que vão inevitavelmente acontecer. Muitas pessoas – eu acho – pediram, Manoel, para entender essa transição; daqui a pouco vão achar ótimo que esse tempo de transição venha a ser diminuído, porque vão constatar claramente os impactos econômicos dessas medidas nos seus Estados.

Para concluir – e o Senador Armando Monteiro disse aqui muito bem –, mesmo com a diferenciação de 7% para 4%, especialmente para a Região Nordeste, Região Norte e Região Centro-Oeste, isso é legítimo. Estão aqui o Secretário Trinchão e o Secretário Jader, que foram insistentes, bateram muito nessa tecla, legitimamente, carimbando 7% para industrializados. Portanto, nós estamos calibrando isso adequadamente.

E eu não podia deixar de registrar. A despeito desses 7% e 4%, 95% do País vão rodar em 4%. Quer dizer, vão ficar esses 5%, que vão proporcionar aos Estados do Centro-Oeste, do Norte e do Nordeste, as condições necessárias também para garantir novos investimentos.

Para concluir, Sr. Presidente, já me colocando à disposição de V. Ex^a, da sua equipe, da equipe da Comissão de Assuntos Econômicos – a valorosa equipe da Comissão de Assuntos Econômicos, comandada pela Adriana – e dos Senadores e Senadoras, para promover os aperfeiçoamentos necessários ao texto, para que nós tenhamos as condições de votar a resolução e o Senador Walter Pinheiro de concluir o seu trabalho, que hoje já é um trabalho bastante profundo e bastante discutido, o da Medida Provisória 599.

Por último, mas não menos importante, Senador Lindbergh Farias, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, reitero aqui o projeto que muito competen-

temente V. Ex^a trouxe à baila e que vai agregar muito a essa ampla discussão, que é o das dívidas dos Estados – importantíssimo projeto do Senador Luiz Henrique –, e o projeto que foi elaborado pelo Senador Paulo Bauer, cujo Relator é o Senador Armando Monteiro, o PLC nº 106, de 2013, que vem ao encontro do que os governadores esperam, exatamente para que evitemos qualquer tipo de insegurança aos governadores, pelo fato de se aprovar esses fundos via medida provisória. Esse PLC nº 106 dá a segurança necessária com relação a estes dois fundos: o Fundo de Compensação e o Fundo de Desenvolvimento Regional.

Portanto, são temas que V. Ex^a trouxe à baila, trouxe ao Plenário da CAE, que é o foro competente para fazer esse debate. Eu não tenho dúvida nenhuma de que isso aperfeiçoa ainda mais esse elenco de medidas. E inegavelmente, com a aprovação desses projetos, o Brasil avança. E, dentro de uma estratégia clara, fazer a reforma fatiada e fazer com que ela tenha sucesso, porque em outras ocasiões, lamentavelmente, tudo isso foi tentado, e os resultados foram absolutamente raquíticos, até pela complexidade de se fazer uma reforma tributária mais ampla, o que levou a vários fracassos anteriores.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero, mais uma vez, parabenizá-lo, abrir já a discussão no dia de hoje, mesmo com o pedido de vistas, demonstrando, mais uma vez, o espírito democrático de V. Ex^a e da Comissão de Assuntos Econômicos e, acima de tudo, a forma também clara, leal, sincera com que fizemos todo esse debate relativo à Resolução nº 1 e à Medida Provisória 599, brilhantemente relatada pelo Senador Walter Pinheiro.

Quero agradecer e estou absolutamente à disposição para que construamos, ao longo dos próximos dias, o texto final da Resolução nº 1, de 2013.

O SR PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu que agradeço a V. Ex^a e ao Senador Walter Pinheiro, que conduziram juntos esse processo de negociação com os Secretários, com o Ministério da Fazenda, e acho que, hoje, demos um grande passo para votarmos na próxima terça-feira.

E eu tinha sempre, Senador Delcídio do Amaral, uma preocupação com os prazos. Temos, aqui, uma grande oportunidade. Sabíamos que a medida provisória tinha um prazo final de 6 de junho, se não votássemos isso aqui, neste mês, porque tem que ir ao Plenário, voltar à Comissão, poderíamos estar perdendo uma oportunidade histórica. Então, acho que avançamos muito, ficou claro nas falas dos demais Senadores que o que existia de mais difícil nos outros debates foi superado. Acho que V. Ex^a conduziu muito bem com os Secretários de Fazenda dos Estados do

Norte, Nordeste, Centro-Oeste, essa alíquota de 7% para produtos industrializados, no caso, e chegamos num momento em que dá para avançar também em outros pontos.

Devo dizer que o Projeto de Lei Complementar do Senador Wellington Dias... Aqui ninguém quis atropelar a Câmara dos Deputados, sabemos que há um projeto de lei complementar enviado pelo Governo que está na Câmara dos Deputados, que tem um Relator, só que existia o desejo desta Comissão de Assuntos Econômicos, desde o início da discussão, de tratarmos em conjunto, até porque há a convalidação do Confaz. Acho que essa via de mão dupla pode ser importante, o que for aprovado primeiro: na Câmara, vem para o Senado, ou o contrário. Há que se ter também uma negociação agora com os membros da Comissão Mista da Medida Provisória, porque há o projeto do Senador Paulo Bauer, como bem falou o Senador Delcídio do Amaral, o Relator é o Senador Armando Monteiro, que é o preferido pelos Governadores, pelos Secretários de Fazenda, porque é um projeto de lei complementar. É claro que essa é uma saída que tem que ser negociada, ninguém quer atropelar a Comissão Mista da Medida Provisória. Mas estamos aqui com o Relator da Medida Provisória, tem que se conversar com o Presidente da Comissão porque, se for dado o start dessa negociação, poderemos colocar em votação aqui também com urgência, atendendo a um pedido dos Governadores de Estado que sentem mais segurança em um projeto de lei complementar e não em uma medida provisória.

Então, é esse o processo de negociação que tem que ser iniciado, para não passar a ideia de atropelo, para que coloquemos na pauta de votação. E disponho-me a colocar até na próxima terça-feira.

Mas encerro, aqui, a minha fala sobre esse tema, agradecendo. E volto a dizer a V. Ex^a, Senador Delcídio do Amaral, não é exagero, se não fosse essa capacidade de V. Ex^a, habilidade de escutar, não teríamos conseguido cumprir esses prazos. Então, V. Ex^a é merecedor de todas as homenagens por esta Comissão de Assuntos Econômicos.

Vou encerrar esta reunião, antes, votando rapidamente os requerimentos que faltam e lendo requerimentos também:

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 21, de 2013

Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública destinada

a debater a solidez da política econômica brasileira, com os seguintes senhores convidados: economista Antônio Delfim Netto; economista Márcio Pochmann; economista Armínio Fraga; e Henrique de Campos Meirelles.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Observações:

1. Em 9/4/2013, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o requerimento.

Em votação, o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 21, de 2013.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 22, de 2013

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o senhor Ministro do Trabalho, Manoel Dias, para audiência pública, conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais – CAS, visando à discussão da regulamentação da aplicação dos direitos de empregados domésticos decorrentes da promulgação da Emenda Constitucional nº 72/2013.

Autoria: Senador Pedro Taques

Observações:

1. Em 9/4/2013, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o requerimento.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 23, de 2013

Requer, nos termos do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, conjunta com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, com o tema “Desoneração

do Transporte Público”, bem como para instrução do PLC 310 de 2009, que “institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros – REITUP, condicionado à implantação do bilhete único temporal ou rede integrada de transportes”, com a presença dos seguintes convidados: representante da Associação Nacional do Transporte Público (ANTP); representante da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU); representante da Frente Nacional de Prefeitos (FNP); representante do Ministério das Cidades; representante do Ministério da Fazenda; representante da Frente Parlamentar do Transporte Público (FPTP); e representante da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST).

Autoria: Senador Lindbergh Farias e outros

Observações:

1. Em 9/4/2013, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o requerimento.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 23, de 2013.

Também aprovado o Requerimento nº 22, de 2013, da CAE.

Há dois requerimentos para serem lidos.

Requerimento do Senador Delcídio do Amaral:

Requer, nos termos do art. 58, §2º, incisos II, III e IV, da Constituição Federal, e dos arts. 90, incisos II e III, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, para discutir aspectos relacionados com a aplicação da Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012, que, entre outras providências, “dispõe sobre o exercício da profissão de motorista”. Para fornecer informações, expor opiniões e responder aos questionamentos dos Srs. Parlamentares, sugiro que para a mencionada audiência sejam convidadas as seguintes autoridades e representantes: Sr. Jorge Luiz Macedo Bastos, Diretor-Geral em exercício da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); Sr. Adélio Justino Lucas, Procurador do Ministério Público do Trabalho no Distrito do Trabalho e no Estado do Tocantins (PRT da 10ª Região); Srª Maria

Alice Nascimento Souza, Diretora-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal do Ministério da Justiça; Sr. Newton Jerônimo Gibson Duarte Rodrigues, Presidente da Associação Brasileira de Logística e Transporte de Carga (ABTC); Sr. Diumar Cunha Bueno, Presidente da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA); e Sr. Renan Chieppe, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (Abrati).

Agora, o outro requerimento, de minha autoria:

Requer, em aditamento aos Requerimentos nºs 4 e 18 de 2013-CAE, que a audiência pública com a presença do Sr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, seja realizada em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI.

Eu tinha, Senadora Ana Amélia, marcado para o próximo dia 23, estava aqui para ler no próximo dia 23. Só que vamos ter que ligar agora para o Presidente Luciano Coutinho, porque a gente vai votar a reforma no ICMS, e eu quero marcar outra data, mais breve possível, nesses primeiros dias de maio, para que o Presidente Luciano Coutinho venha a esta Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem.

Se eu entendi bem, a audiência será conjunta, será na mesma circunstância. É uma audiência pública com a presença dele, e ele virá, a convite, para falar em duas comissões.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Isso.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E V. Exª adiou em função da votação...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu já havia marcado e ainda não havia anunciado a esta Comissão de Assuntos de Econômicos. Eu estive visitando o Presidente do BNDES na semana passada, havia marcado para o próximo dia 23, mas como nós vamos ter votação da reforma do ICMS, vamos agora telefonar ao Presidente do BNDES para achar uma outra data o mais breve possível.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mas será de duas comissões?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Duas comissões.

Nós vamos votar isso na próxima...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu aproveito também, Sr. Presidente, agora ficou esclarecido, para perguntar a V. Exª, ao final da leitura desses requerimentos, a respeito do requerimento do convite para a Drª Graça Foster, Presidente da Petrobras. Se há uma previsão.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Sim. Nós já estamos também em entendimento em relação à data. Nós estamos querendo marcar para o começo de maio também a audiência com a Presidente Graça Foster.

Eu já devia ter informado aqui. Nós marcamos a data para o dia 21 de maio. Nós faríamos, às 10 horas, uma reunião deliberativa e, às 11 horas, começaríamos com a Presidente da Petrobras.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A Dr^a Graça.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Um requerimento de V. Ex^a.

Senador Cristovam Buarque, eu ainda tenho que ler duas coisinhas finais sobre a composição das subcomissões.

Atendendo a pedidos, vamos fazer uma pequena alteração na composição de duas subcomissões. O Senador Cyro Miranda passa a integrar, como membro titular, a Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional, na vaga antes ocupada pelo Senador Flexa Ribeiro. O Senador Flexa Ribeiro passa a integrar, também como membro titular, a Subcomissão Permanente para tratar dos Temas Estruturais e de Longo Prazo da Economia Brasileira, uma vaga antes ocupada pelo Senador Cyro Miranda.

Devo dizer, Senador Cristovam Buarque, que a minha sugestão é que V. Ex^a assuma essa Presidência da Subcomissão Permanente para tratar dos Temas Estruturais e de Longo Prazo da Economia Brasileira. Como à Senadora Ana Amélia, a nossa sugestão é que ela assuma a Subcomissão Permanente – Assuntos Municipais.

Então, já definimos hoje a composição dessas comissões e a nossa proposta...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu tenho certeza de que o ex-prefeito de Nova Iguaçu vai me ajudar muito nisso.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com certeza.

Só uma última comunicação aqui da Secretaria sobre o recurso oferecido pelo Senador Cássio Cunha Lima. Infelizmente, o Senador Cássio Cunha Lima não é membro da CAE, e só membro da CAE poderia oferecer proposições e requerimentos dessa forma. Então, ele não poderia ter apresentado o recurso naquela questão de ordem levantada pelo Senador Ricardo Ferraço. Eu já garanti ao Senador Ricardo Ferraço que ela vai ser apreciada pelo Plenário, pelo Presidente do Senado Renan Calheiros.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Recurso oferecido pelo Senador Cássio Cunha Lima, que não é membro da CAE. O recurso, nos termos do art. 405, precisa ser mediante requerimento, e só membro da CAE pode oferecer proposições, discutir votar e ser votado, art. 8º, inciso I. Como o Senador Cássio Cunha Lima não é membro da CAE, ele não pode apresentar recurso. Li isso aqui só para formalizar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, independente...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Outra coisa que eu quero falar. Independentemente do mérito de apoiá-lo ou não, eu posso subscrever no lugar dele? Porque como é um Senador, colega, eu subscrevo no lugar dele, se for possível, sem entrar no mérito de defender ou não o que ele quer.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador, neste caso, eu pediria, porque vamos ter essa questão em plenário, com certeza.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Está bom. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Como nós estamos com o quórum baixo, teríamos de ter votação aqui.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Está bom, mas eu tinha pedido a palavra para outras coisas. Primeiro, para felicitar por essa Subcomissão. Eu aceito, sim, esse trabalho, mas quero pedir permissão ao Presidente para que o nosso primeiro trabalho seja uma avaliação do impacto macroeconômico da LDO, que está entrando aqui a partir de hoje, se eu não me engano.

Então, nós convocaríamos os Senadores, usaríamos provavelmente consultores para tentarmos ver a LDO na ótica da macroeconomia brasileira. Só como estudo, não como propostas, não como emendas, porque isso cada um de nós tem que fazer sozinho.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro, concordo. V. Ex^a, inclusive, pode, como presidente dessa Subcomissão, convocar audiências públicas. É um espaço muito importante. Eu tenho certeza de que V. Ex^a vai trazer grandes debates. V. Ex^a podia marcar uma primeira reunião dessa Subcomissão, apresentar uma pauta de audiências, inclusive. Este Presidente da Comissão quer fazer parte, quando possível, de boa parte desses debates. Eu acho que é uma boa sugestão começar o trabalho dessa forma.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Desde que sempre, obviamente, coordenado com o Presidente, até para evitar superposição com os bons debates que o senhor tem feito.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – É, mas sabemos da capacidade de V. Ex^a. Até por ser um Senador de Brasília, V. Ex^a pode oferecer, inclusive outros temas, às sextas-feiras. Nós estamos fazendo audiências públicas às segundas-feiras, mas ocupar espaços às sextas-feiras, tanto V. Ex^a quanto a Senadora Ana Amélia, que é uma Senadora que eu escuto pela Rádio Senado e pela TV Senado, está presente aqui toda a semana.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É que a Senadora...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Isso enriquece a atuação da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – A Senadora Ana Amélia é a quarta Senadora de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu que agradeço V. Ex^a.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 38 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2013, ÀS 19 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dezenove horas e dezoito minutos do dia vinte e dois de abril do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Ana Amélia e Antonio Carlos Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Cristovam Buarque, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em desempenho de missão política no exterior, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Roberto Requião, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Alvaro Dias, José Agripino, Jayme Campos, Armando Monteiro, Gim e Blairo Maggi. A Presidência declara aberta a Reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de Audiência Pública, a fim de

discutir o tema “Desoneração do Transporte Público”, em atendimento ao Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 23 de 2013, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias e outros, e instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 310 de 2009, que “institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros – REITUP, condicionado à implantação do bilhete único temporal ou rede integrada de transportes”, tendo como expositores o Sr. Nazareno Afonso, Chefe do Escritório em Brasília da Associação Nacional dos Transportes Públicos – ANTP; o Sr. Marcos Bicalho dos Santos, Diretor Administrativo e Institucional da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos – NTU; o Sr. José Fortunati, Prefeito do Município de Porto Alegre, representante da Frente Nacional de Prefeitos – FNP; o Sr. Júlio Eduardo dos Santos, Secretário da Secretaria Nacional de Transportes e da Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades; o Sr. Nelson Barbosa, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda; o Sr. Carlos Zarattini, Deputado Federal, representante da Frente Parlamentar do Transporte Público; e o Sr. Luis Antonio Festino, Diretor de Assuntos Trabalhistas, Segurança e Saúde no Trabalho da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST. Após a exposição dos convidados, usam da palavra o Senador Antonio Carlos Rodrigues e a Senadora Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e uma horas e seis minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Pauta: audiência pública.

Assunto / Finalidade: discutir o tema “Desoneração do Transporte Público” e instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 310, de 2009, que institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros (REITUP), condicionado à implantação do bilhete único temporal ou rede integrada de transportes.

Requerimento de realização de audiência: Senador Lindbergh Farias e outros.

Reunião destinada a instruir a seguinte matéria: Projeto de Lei da Câmara nº 310, de 2009, de autoria do Deputado Fernando de Fabinho.

Convidados:

- Representante da Associação Nacional dos Transportes Públicos;
- Representante da Associação Nacional de Empresas de Transportes Urbanos;
- Representante da Frente Nacional de Prefeitos;
- Representante do Ministério das Cidades;
- Representante do Ministério da Fazenda;
- Representante da Frente Parlamentar do Transporte Público; e
- Representante da Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

Já tomaram assento à mesa o representante do Ministério da Fazenda, o Secretário Executivo daquela pasta, o Sr. Nelson Barbosa; e o nosso Prefeito de Porto Alegre, José Fortunati.

Convido, agora, para compor a mesa, o Sr. Nazareno Affonso, representante da ANTP; o Sr. Marcos Bicalho dos Santos, Diretor Administrativo e Institucional da Associação Nacional de Empresas de Transportes Urbanos; o Sr. Deputado Federal Carlos Zarattini, representante da Frente Parlamentar em Defesa do Transporte Público; o Sr. Julio Eduardo dos Santos, representante do Ministério das Cidades, Secretário Nacional de Transportes e Mobilidade Urbana; o Sr. Luiz Antônio Festino, Diretor de Assuntos Trabalhistas, Segurança e Saúde no Trabalho da Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

Vamos começar passando a palavra para o Prefeito de Porto Alegre, Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, José Fortunati.

Não tomou posse ainda, é presidente eleito.

O SR. JOSÉ FORTUNATI – Meu caro amigo, Senador Lindbergh Farias, cumprimentando a Senadora gaúcha Ana Amélia, cumprimento todos os Senadores integrantes desta importante Comissão, assim como o representante do Poder Executivo Federal, Nelson Barbosa, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda. E, ao cumprimentá-lo, cumprimento todos os meus parceiros de Mesa, especialmente o Deputado Carlos Zarattini, que tem, ao longo do tempo, se empenhado muito para que esta matéria se transforme em realidade, ou seja, na vida prática do cidadão.

Não tenho dúvida de que, cada vez mais, as cidades ganham importância, meus Senadores, no que diz respeito ao Pacto Federativo. Até 1988, todos sabemos, as cidades eram completamente desconsideradas nesse Pacto, que foi conquistado muito fortemente com o processo constituinte da Constituinte Cidadã de 88. Mas, mesmo assim, é importante observar – e digo isso com muita tranquilidade –, que os Municípios continuam sendo os patinhos feios do processo federativo. Porque a relação com os Municípios

normalmente ainda é em condições de desigualdade quando se trata das grandes discussões em âmbito nacional. Por isso, meu caro Senador Lindbergh, quero saudar a iniciativa da Comissão, ao trazer para cá a Frente Nacional de Prefeitos.

Entre os problemas, vários problemas, que no cotidiano os prefeitos enfrentam – são todos da maior importância, porque o cidadão vive, mora, trabalha e estuda nos Municípios –, um dos maiores diz respeito à mobilidade urbana. Nós temos que buscar, a cada dia que passa, soluções concretas, de um lado, pelo crescente número de automóveis privados que tomam conta das nossas cidades e, de outro lado, tentar atenuar isso com a oferta de um transporte público de qualidade. Não tenho dúvida de que essa não é uma equação fácil de ser buscada. Para tanto, entendemos ser fundamental o investimento no transporte público por todos os entes federados, especialmente por parte do Governo Federal, que tem buscado, ao longo dos últimos anos, melhorá-lo, com políticas públicas de aquecimento da economia e de manutenção e geração de emprego e renda. Mas agora é preciso mostrar claramente a importância da qualificação do transporte público, através de políticas que desonerem o sistema e permitam que, se de um lado os gestores públicos municipais podem ofertar um transporte público de qualidade, de outro lado, podemos ter o usuário pagando um preço de passagem que seja absolutamente acessível.

E quero citar aqui alguns dados importantes porque, em cima de dados, conseguimos refletir um pouco melhor sobre a importância do Reitup. Vou citar dados que são sempre referência, pois Porto Alegre é uma capital de tamanho médio, não está entre as maiores nem entre as menores metrópoles, por isso acaba sendo uma cidade que, entre as capitais brasileiras, serve como termômetro bastante importante. Hoje, nós temos uma passagem de R\$2,85, 1,26 milhão de viagens são realizadas diariamente na cidade de Porto Alegre. Ou seja, são 1,26 milhão de usuários. Eu falo do usuário que usa uma passagem e que, quando usar a segunda, é contado duas vezes. No mês, mais de 28 milhões de passageiros utilizam o transporte coletivo na cidade de Porto Alegre, o que, por si só, demonstra a importância desse setor.

Cito aqui a relevância de políticas públicas importantes para o setor, a desoneração que tivemos pela Lei nº 12.715, de 2012, a desoneração da folha de pagamento. Para dar uma ideia aos Senadores, até fevereiro de 2012, a folha de pagamento em Porto Alegre onerava o custo final da passagem em 48,5%. Quarenta e oito e meio por cento era o peso da folha de pagamento na tarifa do transporte coletivo. É bem

verdade que Porto Alegre tem, hoje, o maior salário dos rodoviários de todo o País, mas também ele não é tão superior aos demais, e isso serve como média. Com a implantação da Lei nº 12.715, de 2012, nós conseguimos reduzir o impacto da folha. Não reduzimos salários; ao contrário, aumentamos o salário dos rodoviários, com a redução de 48,5% para 42,1% de impacto.

Então, a desoneração da folha, Senador Lindbergh, significou um claro ganho para o usuário de transporte coletivo de Porto Alegre. Essa é uma referência importante, porque estamos discutindo aqui outros incentivos, outras isenções que, certamente, acabarão impactando de forma positiva sobre o valor final pago pelos trabalhadores do transporte coletivo.

Nós sabemos que várias cidades, na tentativa de buscar uma passagem mais barata, também colocam recursos seus. Por exemplo, no ano passado, a maior capital do País, a cidade de São Paulo, deu um subsídio de quase R\$1 bilhão para o sistema. O subsídio foi de R\$1 bilhão, que é um aporte fantástico de recursos, mas que as cidades, em geral, não têm condições de dar. Curitiba deu um forte aporte de recursos como subsídio. A cidade de Vitória, do meu Prefeito João Coser, que é Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, deu um aporte de R\$60 milhões de subsídios ao transporte coletivo. Mas essa não pode ser a lógica, porque, na medida em que a prefeitura municipal se obriga a dar subsídio, ela, obrigatoriamente, está retirando recursos orçamentários extremamente importantes para as áreas da saúde, da educação e da assistência social para outras ações extremamente vitais para a vida do cidadão.

Também é importante notar que, hoje, o impacto do preço da passagem do transporte coletivo sobre o bolso do trabalhador é muito forte, especialmente nas regiões onde o uso do transporte coletivo é uma obrigação.

Mais uma vez, meu caro Presidente Lindbergh, vou falar sobre Porto Alegre. O gasto médio do trabalhador em Porto Alegre está em torno de R\$142,00 mensais. Se pegarmos o exemplo de uma família pequena, com dois adultos, pai e mãe, e com um filho pequeno, um estudante que pague meia-passagem, esse impacto vai para R\$365,00. Naturalmente, para uma família de trabalhadores, esse é um impacto bastante importante, que nós precisamos atenuar.

Por isso, a Frente Nacional de Prefeitos defende a aprovação do PL que institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros (Reitup), com todas as suas condicionantes, especialmente com a condicionante que consideramos justa, cuja implantação é extrema-

mente importante, que é o bilhete único no sistema e sua integração com as regiões metropolitanas. Isso é fundamental, porque ajuda a qualificar o sistema de transporte coletivo e torna mais justa a tarifa para todos os usuários, não somente para uma parcela dos usuários.

Também quero aqui salientar a importância do Reitup numa composição agregada dos custos que, hoje, a planilha nos oferece. Em Porto Alegre, volto a citar – é um exemplo que molda Porto Alegre, mas que pode ser espelhado para o restante das cidades –, o custo da frota impacta em 28,8% na tarifa do transporte coletivo. Repito: o impacto é de 28,8%. Os combustíveis impactam em 16,11% no custo total da tarifa do transporte coletivo; os tributos, em 11,15% no custo da tarifa; e os pneus, que, normalmente, são relegados a uma segunda variação, acabam impactando em 1,7% no custo final da tarifa do transporte coletivo.

Com isso, nós queremos dizer que o Reitup aqui apresentado pode apresentar, sim; pode representar para o gestor público municipal uma oxigenação na busca de um preço de passagem muito mais condizente, na medida em que nós teríamos condições de fazer lá, já na etapa final, quando o sistema vier a comprar os chassis, carrocerias, os veículos, os pneus, realmente uma redução do custo final da passagem.

Esse é um tema que hoje preocupa todos os prefeitos de pequenas cidades que têm transporte coletivo, médias cidades, grandes cidades, metrópoles. Não é mais um tema de apenas alguns prefeitos. É um tema que realmente angustia todos nós.

Por isso, meu Senador, com toda tranquilidade, tenho certeza de que falo aqui em nome dos 5.565 prefeitos, que, mesmo não tendo, muitas vezes, transporte coletivo, também têm a preocupação de que os seus municípios, ao se deslocarem para uma cidade maior, vão usar o transporte coletivo e, naturalmente, vão acabar pagando uma passagem maior.

Mas, especialmente, cidades de médio e de grande porte precisam hoje de uma política mais ostensiva, mais propositiva, que permita que a gente continue qualificando o transporte coletivo em detrimento do transporte privado.

Nós temos a convicção e plenas condições de afirmar que não rebatemos, de forma alguma, as políticas empregadas pelo Governo Federal até o momento, para se contrapor à grave crise financeira internacional, a partir de 2008/2009, com a isenção de IPI para automóveis e outras tantas políticas. Somos absolutamente signatários das políticas de isenção da cesta básica. Temos plena e absoluta convicção de que outras medidas devem ser adotadas, mas, para os gestores públicos municipais, o incentivo ao trans-

porte público de massas passou a ser fundamental. Se entendemos que recursos para a saúde, para a educação, para assistência social norteiam as preocupações dos gestores públicos, com toda a certeza eu posso dizer que, no nosso cotidiano, a questão do transporte público ganhou também a primazia nas preocupações de todos os gestores públicos das médias e grandes cidades brasileiras.

Por isso, venho aqui, para finalizar, meu caro Senador, dizer, em nome da Frente Nacional de Prefeitos, que nós pedimos que o Senado Federal, com a maior rapidez possível, possa aprovar essa importante proposta, encaminhá-la ao Governo Federal. Naturalmente, faremos o pedido. Já fiz esse pedido há uma semana à Presidenta Dilma, quando nos visitou em Porto Alegre. Vamos continuar fazendo formalmente. Faremos isso certamente na abertura do nosso encontro, amanhã, à noite, para que a Presidenta Dilma, caso o projeto seja aprovado, possa sancioná-lo o mais rapidamente possível.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/ PT – RJ) – Muito obrigado, Prefeito José Fortunati, que representa aqui a Frente Nacional de Prefeitos.

Passo a palavra ao Deputado Federal, que foi Relator desse projeto na Câmara dos Deputados, Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Lindbergh Farias.

Eu queria cumprimentá-lo pela iniciativa desta audiência pública e pela sua relatoria; cumprimentar também o Sr. Nelson Barbosa, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda e, nesse momento, Ministro interino; cumprimentar o Prefeito de Porto Alegre, futuro Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, José Fortunati; também Marcos Bicalho; Julio Eduardo dos Santos, Secretário de Transporte do Ministério das Cidades; Festino e Nazareno, que estão aqui representando também o setor de transporte.

Cumprimento a nossa Senadora Ana Amélia e também o Senador, do meu Estado, Antonio Carlos Rodrigues, que também é uma pessoa dedicada ao transporte desde a sua época como Presidente da EMU, nos anos 90, se não estou enganado, e que conhece o problema.

Eu gostaria aqui, Senador Lindbergh, de colocar um pouco da nossa preocupação.

Nós temos assistido à questão da mobilidade se agravar nas cidades brasileiras, não só nas grandes cidades; nas médias cidades isso também vem ocorrendo. E evidentemente isso se deve a dois elementos: de um lado, a melhoria da renda do povo brasileiro, que foi muito forte nos últimos anos e que possibilitou às

pessoas comprar um carro, comprar uma motocicleta. Do outro lado, também a política que houve da parte do Governo Federal de desoneração desses veículos, por conta até, como disse aqui o Prefeito Fortunati, de enfrentar as questões relativas à crise econômica e garantir a manutenção dos empregos no Brasil.

Nós temos que pensar não só nesse aspecto, mas no aspecto mais geral das cidades brasileiras. E o projeto que estamos debatendo, o Reitup, buscou exatamente achar solução para um dos problemas relativos ao transporte, que é o custo da tarifa para os usuários do transporte, o qual, na maior parte das vezes – e o Prefeito aqui demonstrou claramente –, pesa excessivamente no bolso da população brasileira. Eu diria que tem um peso bastante grande. E a gente assiste. Não foi só o caso de Porto Alegre, onde houve um protesto contra o aumento de tarifa. Mesmo em São Paulo houve protestos, assim como em outras cidades brasileiras. Quer dizer, é um custo pesado para a população, como, aliás, o custo de morar nas cidades brasileiras tem sido cada vez maior. Não estou me referindo somente ao transporte, mas também à alimentação, à moradia. São custos que... Eu não estou falando em aumento da inflação; estou falando em custo em si de se morar nas cidades brasileiras.

E eu acho que essa medida que nós estamos debatendo, esse projeto tem condições de reduzir esse custo, de abaixar o custo do transporte, na medida em que leva à desoneração.

Em primeiro lugar, considero que o transporte é parte da cesta básica brasileira. Nós podemos dizer: bom, mas a cesta básica é só o alimento.

Não, a cesta básica é o alimento, é a energia elétrica, cujo custo a Presidenta Dilma já reduziu, é o transporte público, é a telefonia. São custos que estão no dia a dia da vida do povo.

A cesta básica não se limita a meia dúzia de produtos alimentícios. Obrigatoriamente, o trabalhador brasileiro tem que se utilizar do transporte público nas cidades em que mora. Então é um custo obrigatório. E é fundamental tomar medidas para se reduzir esse custo.

O projeto vai nessa direção. Ao adotar a política da desoneração e reduzir o custo da tarifa, por adesão dos Municípios e Estados...

É importante dizer que nós, em nível federal, não podemos obrigar o prefeito ou o governador do Estado a reduzir tarifas. Então o projeto criou um sistema de adesão pelo qual o prefeito e o governador, ao reduzir os seus impostos, aderem a isso. Evidentemente, pode ser que tenhamos prefeitos que não queiram aderir, mas acredito que todos vão chegar a essa adesão.

Exige que haja uma regulamentação do transporte. Muitas cidades até hoje não realizaram licitação no

sistema de transporte, não têm o seu sistema regulado e regulamentado.

Cria um processo de redução do custo da mão de obra. E o nosso Secretário do Ministério da Fazenda sabe bem disso. Um dos problemas da economia brasileira é o custo da mão de obra vis-à-vis outras economias que concorrem com a nossa. E, sem dúvida alguma, o vale-transporte é um elemento de encarecimento desse custo. Hoje em dia, em São Paulo, 48% das passagens são pagas com vale-transporte. Portanto, ao reduzir o custo da tarifa, nós também estamos reduzindo o custo da mão de obra, porque vai repercutir no vale-transporte.

Queria inclusive lembrar que em um dos pontos do projeto se coloca a adoção do bilhete único ou do sistema integrado de transporte.

Nós somos muito favoráveis à adoção do bilhete único, porque o vimos em São Paulo. Ele teve uma repercussão imediata no aumento do número de passageiros. E não foi só em São Paulo, mas em Campinas, em Guarulhos, em Fortaleza, onde também foi implantado, e imagino que no Rio de Janeiro também deva ter ocorrido isso.

Ele permite um deslocamento muito mais rápido das pessoas, sem a necessidade de implantação de terminais. Ele permite uma mobilidade maior. E também, no caso de São Paulo, onde assisti de perto, permitiu a redução do custo de contratação do trabalhador. Então, por exemplo, um trabalhador que morava mais distante do seu local de trabalho era discriminado na hora da contratação. Com a implantação do bilhete único, esse trabalhador passou a ser contratado em igualdade de condições para com um trabalhador que morasse mais perto. Então, há uma série de efeitos que me aparecem importantes. Nós colocamos essa questão também no projeto, e o Senado, até agora, em todas as Comissões, vem mantendo. Acharmos importante porque é uma política aprovada pela população e que levou a resultados benéficos para o sistema como um todo.

Eu considero que nós não vamos resolver o problema do transporte apenas com essa medida. Com a aprovação desse projeto, vai reduzir o custo do transporte, vai aumentar o número de passageiros. E, olhem bem, nós temos um caso criminoso no Brasil: o aumento do número de motocicletas tem feito com que o número de acidentes de trânsito e o número de mortes no trânsito aumentem. Já chegamos a 40 mil mortes por ano no Brasil. Há pouco tempo, esse número era de 35 mil. Nós já estamos em 40 mil. E podemos dizer com tranquilidade: isso se deve ao aumento do uso da motocicleta. E o aumento do uso da motocicleta é diretamente proporcional ao aumento das tarifas de ônibus, porque as pessoas fazem a conta: quanto

vou gastar na prestação de uma motocicleta e quanto vou gastar na tarifa de ônibus. O Prefeito falou aqui: “Em Porto Alegre, se gastam R\$148,00 por mês nas passagens de ônibus.” É o preço de uma prestação da motocicleta. E, ao deixar de utilizar o ônibus, se cria um círculo vicioso com a perda de passageiros que vai redundar em mais aumento na tarifa, porque todos sabem aqui que a tarifa é determinada pelo custo total dividido pelo número de passageiros. Ao reduzir o número de passageiros, diretamente se leva ao aumento da tarifa. Portanto, nós precisamos fazer essa política.

Eu acredito que, em termos de desoneração, o que estamos propondo é significativo para a tarifa e pouco significativo em termos das receitas municipais, estaduais e federais. Eu acredito que nós não vamos ter... Na época, em 2008, quando discutimos esse projeto na Câmara, nós chegamos à conclusão de que a desoneração de PIS e Cofins – naquela época, ainda era cobrada a CID – era uma desoneração que, se todos os Municípios brasileiros aderissem, nós não chegaríamos, naquele momento, a R\$1 bilhão, no valor total de desoneração, considerando PIS, Cofins e Cide. Nós não sabemos se todos os Municípios vão aderir. Vai levar um certo tempo para que isso ocorra. Então, nós consideramos que é um projeto que vai trazer benefícios a toda a população: mobilidade nas grandes cidades, redução do custo da mão de obra no Brasil. Portanto, consideramos importante que ele seja adotado.

Também consideramos muito importante que o Governo Federal adotou, nos últimos tempos, uma política firme de desoneração, uma política decidida, que vem trazendo resultados positivos ao povo brasileiro. Nós sabemos o quanto significou a redução da energia elétrica no bolso do povo brasileiro. Foi significativo e aplaudido. Eu tenho certeza de que, com essa medida, a Presidente Dilma, ao apoiar e ao sancionar um projeto como esse, vai também colher os frutos e os benefícios políticos de uma medida que vai interessar a todo o povo brasileiro.

Era isso que tínhamos a dizer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Deputado Carlos Zarattini.

Nós estamos aqui, nesta audiência pública, para discutir desoneração do transporte público.

Passo a palavra, agora, ao Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Sr. Nelson Barbosa.

O SR. NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO – Boa noite, Senador Lindbergh. Queria cumprimentar V. Ex^a, a Senadora Ana Amélia, o Senador Antonio Carlos, o Prefeito José Fortunati, o Deputado Zarattini e todos os demais participantes da Mesa e desta reunião.

Este projeto está sendo analisado pelo Governo Federal dentro da nossa lógica de desoneração tributária, focada, principalmente, em produtos de alta utilização popular. Como já foi colocado pelo Deputado Zarattini, o Governo tem, especialmente neste ano, adotado uma política de desoneração tributária voltada mais e mais para as classes de menor renda.

Nós tivemos a redução das tarifas de energia elétrica no início do ano e, há cerca de um mês e meio, a desoneração da cesta básica. E nós estamos analisando a proposta de desoneração do transporte urbano como um produto de uso popular. Essa medida faz parte da nossa estratégia de longo prazo de desoneração. A adoção dessa medida, como qualquer medida tributária, está condicionada à existência de espaço fiscal para essa desoneração. Ela está sendo analisada no âmbito do Orçamento deste ano para ver se é possível adotá-la.

O projeto do Deputado Zarattini, que agora se encontra em análise no Senado, é bem amplo, e vou me ater aqui, principalmente, às questões tributárias e quais são as considerações, preocupações e pontos positivos que o Ministério da Fazenda vê nesse projeto.

Em primeiro lugar, o projeto prevê algumas coisas que nós já fizemos.

Ele prevê, por exemplo, a desoneração da folha de pagamento do transporte urbano. Na sua versão original, que é de 2009, ele previa a substituição da contribuição patronal por uma alíquota, se não me engano, de 4 pontos percentuais sobre o faturamento. No início deste ano, como foi colocado pelo Prefeito Fortunati, nós fomos além disso. Nós estabelecemos uma alíquota de 2% sobre o faturamento. Uma política de estender a desoneração da folha de pagamento e também preocupada com o transporte urbano. Nós sabemos quão intensivo é o transporte urbano em trabalho. A folha de pagamento é um item importante da planilha de custo de qualquer companhia de transporte urbano. E nós já fizemos isso a partir de janeiro. Isso melhorou a margem, melhorou as condições de operação de várias companhias de transporte urbano e permitiu, em alguns casos, até que pudessem ser postergados alguns aumentos de tarifa de transporte urbano. Isso, obviamente, pode ser traduzido em várias iniciativas: pode ser transmitido para passagem, pode ser transmitido para maior investimento, melhoria do investimento. Então, o Governo já fez uma das partes do projeto.

Outro ponto do projeto é a desoneração da Cide-Combustíveis incidente sobre o óleo diesel utilizado em transporte urbano. Por outros motivos, por motivos de administração da Cide, que é um imposto regulatório utilizado para amenizar as flutuações nos preços dos

combustíveis no Brasil, a Cide hoje se encontra em zero, tanto a Cide gasolina quanto a Cide diesel. Então, na verdade, a desoneração da Cide, neste momento, já está valendo não só para o transporte urbano, mas para todo tipo de utilização de combustível.

No caso PIS/Cofins sobre bens de capital, que foi colocado aqui, desde meados do governo Lula e completado no Governo Dilma, o Governo vem agilizando a devolução de créditos tributários pagos quando se compra um bem de investimento. No Brasil há a alíquota de PIS/Cofins de 9,25% sobre bens de capital. Essa alíquota dá direito a você receber isso de volta. Você comprou um bem de capital e pode, depois, receber de volta esses 9,25%. Deram um crédito tributário. O prazo de apropriação desse crédito tributário era de 48 meses, que foi sendo reduzido, reduzido e, hoje, é zero. A empresa comprou um bem de capital, entra imediatamente com pedido de ressarcimento e, em até 90 dias, obtém aquele crédito ou para pagar outro imposto ou para ser monetizado.

Outro item importante, como o Prefeito Fortunati colocou, é o pneu. O pneu, realmente, é mais um insumo, um bem de capital. Nós estamos avaliando a adoção de um sistema para produção de pneus similar ao que hoje é adotado para o regime automotivo, porque está havendo uma importação muito grande de pneus no Brasil. E nós temos e devemos preservar a nossa indústria de pneus. Então, estamos estudando, neste momento, com o Ministro Pimentel e com a equipe do MDIC, a adoção de uma lógica parecida com aquela do regime Inovar-Auto, em que se dá um incentivo, uma desoneração para o pneu produzido no Brasil, contendo, como contrapartida, metas de investimento em P&D e metas de ampliação de capacidade produtiva. Entendemos a importância do custo do pneu para o transporte urbano, mas tem que ser parte de uma política também mais ampla, que pega o setor automotivo como um todo. Então, isso também está sendo endereçado.

Na questão da passagem, incide sobre a passagem no transporte urbano o ISS – em vários Municípios, ele é praticamente zerado, com alíquota de 00,1 ou, eventualmente, zero – e o PIS/Cofins de 3,65%. Essa é a medida que estamos avaliando neste momento, se é possível adotá-la na mesma lógica da cesta básica. Concordamos que o transporte urbano é um item de cesta básica, é um item de alta utilização popular. Então, essa desoneração está em análise. Estamos avaliando dentro de nossas perspectivas orçamentárias, lembrando que ainda vamos divulgar o decreto de programação orçamentária para este ano em que vai contar a previsão de receita e as desonerações que serão efetuadas.

Outro ponto do projeto é o sistema de adesão. Esse é um sistema proposto pelo Deputado, encampada também pelos Prefeitos, altamente inovador e positivo. Na maior parte dos regimes tributários que nós adotamos, há um sistema de adesão por parte das empresas. Por exemplo: no regime Inovar-Auto, a empresa, as montadoras podem aderir; o regime de incentivo à produção de semicondutores, as empresas podem aderir. Nesse caso, é um regime de adesão entre entes federativos.

Então, na verdade, ele dá uma boa oportunidade de colaboração de todos os governos, em uma colaboração positiva. Ele pode ser implementado gradualmente a critério de cada Prefeito e de cada Governador. Então, acho que esse é um ponto extremamente positivo. Congratulo-me com o Deputado Zarattini por essa iniciativa, não só pelo que ela representa em termo de impacto para a população, mas também de cooperação, ou seja, as três esferas de governo atuando conjuntamente.

Vamos, então, ao ponto principal, do ponto de vista tributário, que é a desoneração do combustível. O projeto também prevê que, instituído esse regime, havendo um convênio de adesão por parte do Estado, Município e União, ficariam desonerados todos os impostos, inclusive os impostos indiretos sobre combustíveis. PIS e Cofins, no caso Federal; ICMS, no caso Estadual. Sobre que combustível? Óleo diesel, no transporte urbano, e energia elétrica no metrô. Essa medida amplia a desoneração. Então, antes de entrar no seu mérito do ponto de vista social, há o impacto orçamentário. Estamos finalizando os cálculos de quanto custaria essa extensão, pois ela amplia e chega a dobrar o impacto da medida em relação ao que seria só o PIS e Cofins na passagem. Então, também por motivos orçamentários, temos que fechar a conta do resto do ano para saber se é possível adotá-la.

Além da questão do impacto orçamentário, há a questão de controle e incentivo. Primeiro, pelo controle. A tributação do diesel hoje é feita na refinaria. Há um sistema de substituição tributária em que toda a tributação do diesel, da gasolina e do etanol é concentrada na produção. No caso do diesel, da refinaria. Então, a refinaria vende para a distribuidora que, por sua vez, vende aos usuários. Então, as empresas de ônibus comprem das distribuidoras, e a tributação é paga na refinaria.

Ao se exonerar na refinaria, não há como saber, antecipadamente, para qual uso vai aquele litro de diesel, se ele vai para transporte urbano, se ele vai para o frete, se ele vai para camionete ou vai para outro uso, porque tem essa distribuição tributária e esse é um modelo exitoso. A distribuição tributária no diesel tem

de continuar assim, porque se concentra arrecadação, há mais eficiência e mais combate à sonegação.

Então, a primeira consideração, do ponto de vista da forma, é que, se, porventura, essa medida for adotada, ela deve ser adotada de uma maneira que se identifique uma quantidade de combustível a que cada companhia tem acesso e essa quantidade, então, a companhia possa dar a ordem à distribuidora que poderá comprar essa quantidade na refinaria. Isso é melhor... Isso permitiria maior controle para não haver desvio de função. Um dos princípios clássicos da tributação é que não se deve tributar diferentemente o bem pelo seu uso, mas se deve tributar diferentemente o bem, porque é muito difícil controlar seu uso. Nesse caso, deveria ser, na verdade, uma desoneração sobre certa quantidade de combustível a ser calculado de acordo com o volume da frota, com a quantidade de passageiros. Aí, entra outro ponto: eficiência energética. Também é uma preocupação cada vez maior, nos grandes centros urbanos, a poluição, aumento de eficiência energética, utilização de outras tecnologias, sejam ônibus elétricos, sejam ônibus híbridos, e isso pode ser compatibilizado na medida em que se dá uma meta de quanto combustível pode ser adquirido por companhia, associada a uma melhora de eficiência no tempo para que sejam utilizados cada vez mais ônibus e ônibus mais eficientes. Então, são essas as duas preocupações.

Quero ser bem franco com o Deputado, o Prefeito, os Senadores, mesmo que a desoneração seja meritória, a Presidente Dilma já colocou isso, o quando também é muito importante. Nós temos que adotá-la de maneira responsável para que ela seja compatível com o cumprimento das nossas metas orçamentárias. Na implementação, é importante fazer essa qualificação. Tem que haver um sistema de controle para que não haja desvio de função e, principalmente, para promover a eficiência energética.

O outro ponto que o sistema coloca, o Deputado Zarattini colocou, é a condicionalidade e a adoção ou do bilhete único ou do sistema integrado de transporte. Esse é um assunto muito mais sobre a regulação do Ministério das Cidades. Nós não temos opinião se o sistema integrado ou o bilhete único do transporte é o modelo único para o Brasil todo. Eu acho que é importante também condicionar um modelo que possa ser flexível. Um modelo de uma grande região metropolitana não vai ser necessariamente o melhor modelo para uma cidade média.

Só para concluir, a desoneração da passagem nós estamos analisando. Temos intenção de adotá-la à medida que o orçamento permitir. A desoneração do combustível tem um impacto grande. Não temos po-

sição ainda certa de que é possível adotá-la no curto prazo. Quando for possível adotá-la, é importante que ela venha associada a um controle quantitativo que leve em conta também metas de eficiência energética e de redução da emissão de gás do efeito estufa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Nelson Barbosa, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda.

Eu tinha feito um combinado com o Nelson Barbosa – eu quero agradecer muito a presença dele aqui nesta audiência pública – que iria liberá-lo às 20 horas, porque ele tem outra reunião no Ministério da Fazenda, mas eu acho que...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro, Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu só queria uma curiosidade. Qual é o peso do preço da passagem na composição da inflação?

O SR. NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO – Eu não tenho esse número de cabeça, Senadora. Eu posso passar...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mas ele é significativo?

O SR. NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO – Ele é significativo, mas eu não tenho esse número, eu posso levantar e passar para a senhora.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vamos ter agora o reajuste no Rio e em São Paulo.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Bom, essas ponderações feitas pelo senhor sobre a questão do controle da refinaria para o uso é natural, porque não podemos, digamos, criar um benefício que o uso específico será esse para baratear o transporte coletivo e até para estimular o aumento do número de passageiros com uma passagem mais barata.

No caso da eficiência energética, teremos alternativas para aumentar, por exemplo, a quantidade de biodiesel? Há diesel para isso? Porque hoje o preço do biodiesel de produção não é, digamos, economicamente ajustável. O biodiesel é para efeito de melhoria do clima ou do ambiente da cidade. O combustível fóssil é de má qualidade. Então, eu queria saber se há alguma incursão nesse campo, Dr. Nelson.

O SR. NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO – Na questão do biodiesel, a senhora mesma colocou, ele na composição acaba elevando o preço do diesel. Ele se justifica por outros critérios ambientais...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ...estratégicos.

O SR. NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO

– ...de desenvolvimento do setor.

Como eu coloquei, é uma proposta de iniciativa da Câmara dos Deputados. A colocação que fazemos é que deverão ser definidas, se eventualmente for adotado, metas de quantidade de diesel que vai ser utilizado e também de composição do diesel. Ele pode ser utilizado para melhorar a composição, mas, neste momento, acho que utilizar mais biodiesel, no curto prazo, pode aumentar o custo, se não houver um aumento de oferta.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Por isso que eu disse que é...

O SR. NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO

– Eu falo em eficiência, mas eu estou pensando em uma coisa análoga ao que colocamos no regime automotivo para os automóveis: andar tantos quilômetros por litro, e vai aumentando. Por exemplo, no regime automotivo, há uma meta, para aumentar a eficiência do automóvel, de 17%, em cinco anos.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Gastar menos energia, gastar menos combustível...

O SR. NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO

– Gastar menos combustível para...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Uma eficiência de desempenho, operacional.

O SR. NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO

– É isso que eu tenho em mente.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Está bom. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Sr. Nelson Barbosa. Agradecemos muito a participação nesta audiência pública.

Lembro que amanhã vamos votar a reforma do ICMS, nesta Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO

– Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu pretendo, com o apoio da Senadora Ana Amélia inclusive.

Passo a palavra, agora, para o Diretor Administrativo e Institucional da Associação Nacional de Empresas de Transportes Urbanos, Marcos Bicalho dos Santos.

O SR. MARCOS BICALHO DOS SANTOS – Boa noite, Sr. Presidente, Senador Lindbergh. Boa noite demais membros dessa Mesa, Srs. Senadores, membros dessa Comissão.

Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer o convite formulado à Associação Nacional das Empresas

de Transportes Urbanos para se fazer presente nessa audiência pública. Para nós, é uma satisfação estar presente para discutir essa questão tão importante que é a desoneração do transporte público.

Nossa entidade reúne as empresas operadoras de ônibus urbanos e metropolitanos de todo o País e busca, há mais de uma década, soluções para essa questão de desoneração dos custos no nosso setor.

Enfrentamos, desde muito tempo, uma questão seriíssima que é o custo, o preço da passagem do transporte público urbano. Todos nós sabemos que o serviço de transporte público urbano, nas cidades brasileiras, é dirigido basicamente às populações menos abonadas e que o preço da tarifa representa uma carga muito grande para o usuário que se faz presente no transporte público. Então, existe uma preocupação das empresas em poder trabalhar com uma tarifa que seja suportada pelos usuários, daí a nossa grande preocupação com outras questões que envolvem o desempenho do transporte público urbano, como a questão da prioridade no sistema viário.

Esse setor sofreu, e sofre muito, com o aumento da frota de veículos, principalmente os serviços de ônibus, que hoje são responsáveis por cerca de 90% do total da oferta de transporte público urbano no Brasil. Com o passar do tempo, o aumento da frota dos automóveis e os congestionamentos urbanos prejudicaram o desempenho desse serviço público a ponto de a gente ter, em um prazo de dez, quinze anos, uma redução à metade das velocidades comerciais desse serviço. Isso degrada a qualidade do serviço e, pior, aumenta custos de forma bastante assustadora e bastante séria.

Outro ponto importante que viemos trabalhando também é a questão das gratuidades. As gratuidades no transporte público urbano, na maioria das vezes, não têm fontes de custeio definida nos orçamentos públicos e são suportadas pelos demais usuários. Para se ter uma ideia, Sr. Presidente, hoje as gratuidades, na média brasileira, representam um custo adicional de 17% nas tarifas de transporte público. Esse custo adicional é suportado somente pelos usuários de transporte público, o que traz, em algumas situações, verdadeiras injustiças sociais: usuários de baixa renda, às vezes, desempregados, pagando a sua própria passagem e subsidiando um idoso de classe média, um estudante de classe média que, na realidade, não estaria precisando daquele benefício. É um problema sério do setor, e precisamos avançar na solução dessa questão das gratuidades.

Eu gostaria de abordar, também, que a questão do desempenho é muito importante do ponto de vista de desoneração dos custos do setor. O aumento dos congestionamentos e a falta de prioridade no sistema

viário trouxeram uma pesada carga sobre esses serviços públicos, principalmente porque nós tivemos, ao longo desses anos, como disse, uma redução pela metade das velocidades comerciais, o que acarreta a necessidade de mais veículos, a necessidade de mais motoristas, de mais cobradores para executar o mesmo serviço. Temos números que indicam que, em determinadas situações, esses custos se elevaram em mais de 30% ao longo desses últimos dez anos. Essa é uma situação que pode ser combatida com investimentos em infraestrutura, com a prioridade do transporte público coletivo no sistema viário. São pontos que auxiliam também a desoneração desse transporte público. À medida que se aumenta o desempenho e se busca, então, uma melhor produtividade para esse serviço, isso acontece.

Na prática, nós já temos uma série de desonerações em vigor, como já foi falado aqui, a desoneração da folha de pagamento, instituída a partir de janeiro deste ano, que trouxe, sim, um alívio para as tarifas de transporte, da ordem, na média nacional, de 4%. É claro que algumas cidades foram mais, e outras foram menos em função do peso da folha de pagamento nas tarifas de cada cidade, o que varia com os salários locais.

Temos, também, medidas já adotadas por Estados e Municípios. Citamos a isenção do ICMS sobre o diesel, que hoje é praticada no Estado do Amazonas, no Estado do Ceará, aqui no Distrito Federal e que, Sr. Presidente, hoje é controlada por regimes de quota. Hoje, os órgãos gestores têm um controle total sobre o consumo de óleo diesel das empresas, em função de que, como é um serviço público, as ordens de serviço são emanadas pelo órgão gestor público. Então, é ele que estabelece a quantidade de quilômetros que a frota vai produzir, e, nesse sentido, é muito fácil, ainda mais hoje com os sistemas sistematizados, controlar o consumo do óleo diesel por quota.

Esse mesmo consumo por quota já foi aplicado no Brasil, lá, há 20 anos, na crise do petróleo, quando tivemos um regime de quotas instituído para as empresas de transporte público por ônibus.

Então, são providências que podem ser facilmente tomadas – e, hoje, com um sistema, com um controle muito maior.

No campo do ISS, também há várias cidades já praticando desoneração. É o caso, por exemplo, da cidade do Rio de Janeiro, que tem um ISS de 0,01%; da cidade de Belo Horizonte, com 2%. Não há uniformidade, mas já existem iniciativas de várias cidades já desonerando.

O que o projeto do Reitup vem trazer é esse sistema de adesão, que é um sistema muito inteligente, na medida em que, através de um pacto federativo, ele

traz os três níveis de governo para essa contribuição a um serviço tão importante, que é considerado essencial pela própria Constituição Federal.

O PLC, como já foi dito aqui, traz algumas contrapartidas, algumas exigências de contrapartidas: do ponto de vista da empresa, exige que ela seja contratada de forma regular e que esteja quite com seus impostos, com seus tributos federais, estaduais e municipais; por outro lado, também faz a exigência da implantação do bilhete integrado temporal.

Nós vemos com bastante satisfação essa preocupação com a qualidade do serviço; apenas temos preocupações sobre se essa desoneração vai permitir realmente implantarmos sistemas integrados, com bilhete temporal, no volume que é necessário para melhorar a qualidade do serviço público no Brasil.

Falo isso, porque, no projeto, se considerarmos todos os tributos que estão relacionados, poderíamos chegar a uma desoneração da ordem de 20% do custo total de transporte.

Temos notícias de que, por exemplo, o sistema do bilhete único do Município de São Paulo provocou uma redução de receita, que hoje é coberta pela Prefeitura do Município de São Paulo, da ordem de 25% dos custos, que é hoje esse subsídio que existe e que foi adotado justamente para possibilitar a implantação do bilhete único, que lá tem a duração de três horas. Então, é uma característica da cidade em função do seu porte, do seu tamanho.

Existe a preocupação com o equilíbrio desses serviços quando da implantação dessa melhoria, que é muito significativa. Mas aplaudimos a necessidade de melhorar a qualidade dos serviços de transporte público urbano.

Eu gostaria de deixar, Sr. Presidente, para concluir, alguma observação sobre a questão da qualificação do serviço de transporte público. O Brasil sempre teve uma dificuldade muito grande de melhorar a qualidade de serviço, porque nós temos a regra de que a tarifa deve cobrir os custos do serviço. Então, principalmente nos serviços de ônibus, a subvenção pública praticamente inexistiu há até poucos anos. A primeira iniciativa de porte foi tomada pelo Município de São Paulo, e não faz mais de 8 anos que essa medida foi tomada.

(Soa a campanha.)

O SR. MARCOS BICALHO DOS SANTOS – O grande problema é que nós não conseguimos avançar na melhoria da qualidade do serviço porque, como temos que ter uma tarifa módica em função do perfil do usuário, fica difícil nós vencermos uma barreira da qualidade. Daí que nós precisamos procurar outros

meios para que cumpramos, inclusive, a Lei da Mobilidade Urbana, que estabelece uma distinção muito grande entre a tarifa paga pelo usuário e a tarifa de remuneração do operador. A Lei estabelece essa regra.

Essa Lei foi sancionada pela Presidenta Dilma, agora, no princípio do ano passado, e nós acreditamos que essa separação é um ponto fundamental para podermos avançar na qualidade do serviço. Somente a melhoria da qualidade do serviço de transporte público urbano vai nos fazer vencer essa crise de mobilidade que afeta as nossas grandes cidades.

Eu lembro, para finalizar, uma recente proposta do Prefeito Haddad, de São Paulo, que levantou a possibilidade da criação de um imposto regional sobre a gasolina, nos grandes centros urbanos, para, com esse imposto, criar uma subvenção ao transporte público coletivo. Esse procedimento já é adotado em várias cidades do mundo, através dos pedágios urbanos. Temos o exemplo de Londres, temos o exemplo na Colômbia, onde também foi adotada essa medida.

Então, acredito que poderíamos tentar avançar nessas políticas públicas de melhoria da qualidade do transporte público urbano e resolver de vez, porque, se continuarmos com essa ideia de desonerar somente para baratear, acredito que nós não vamos conseguir vencer essa crise e ofertar um serviço de qualidade que possa, realmente, vir ao encontro do anseio da população brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado.

Agradeço ao Dr. Marcos Bicalho dos Santos, diretor da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos, e passo, agora, a palavra para Luis Antonio Festino, diretor de Assuntos Trabalhistas, Segurança e Saúde no Trabalho, da Nova Central Sindical de Trabalhadores.

O SR. LUIS ANTÔNIO FESTINO – Boa noite. Gostaria de cumprimentar o Senador Lindbergh, a Senadora Ana Amélia e o Deputado Zarattini. Também o Antonio Carlos Rodrigues. Mas estou cumprimentando, especialmente, porque dia 30 vamos comemorar um ano da regulamentação da profissão de motorista, que, infelizmente, está sofrendo um ataque violento dos setores que não querem uma jornada de trabalho, não querem que o trabalhador tenha uma jornada decente, principalmente o motorista do setor de carga e também do setor de transporte.

Estou falando aqui em nome da Nova Central Sindical, que representa 60% dos sindicatos filiados a uma central sindical no setor de transporte, e também em nome da Confederação Nacional dos Trabalhadores

res em Transportes Terrestres, que representa todas as categorias do transporte.

Quando fui colocado pelo nosso presidente Calixto para representá-lo, fui resgatar a Agenda dos Trabalhadores, a Conferência da Classe Trabalhadora de 2010, que apresentou um programa pelo desenvolvimento, soberania, democracia e valorização do trabalho. Isso porque a desoneração vem de encontro à proposta das centrais sindicais – não estou falando aqui só sobre a Nova Central, mas sim sobre todas as centrais –, que aprovaram seis eixos de valorização do trabalho e de valorização do serviço público.

Esses seis eixos são: crescimento com distribuição de renda e fortalecimento do mercado interno; valorização do trabalho decente com igualdade e inclusão social; Estado como indutor do desenvolvimento sócio-econômico e ambiental; democracia com efetiva participação popular – aí seria a criação dos conselhos. E aí a primeira crítica: desde o Governo Lula até hoje não foi implementado o conselho de transporte. É um dos poucos conselhos que não foi implementado pelo Governo. O governo deu muito, através dos conselhos, mas o transporte não teve o seu conselho. E este é um dos pontos da legislação da lei, assim como a questão dos direitos sindicais e dos trabalhadores.

Nessa agenda, também foram tirados nove eixos quanto à questão da mobilidade e do transporte. O primeiro dele é investir da melhoria do sistema de transporte com planejamento estratégico. Essa é uma das grandes queixas que temos no setor de transporte, como o Bicalho falou, que é a redução da velocidade.

Vemos que as prefeituras não investem no planejamento estratégico. Não temos um programa de trânsito integrado entre todos os setores. O que acontece é o seguinte: o ônibus tem de circular, mas proíbe a circulação do caminhão, que também precisa circular.

Então, não há um planejamento em várias cidades. Isso está acontecendo em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, sem esse devido planejamento para a circulação do transporte público, que depende também dos demais setores de transporte.

Assim, um dos primeiros pontos dessa agenda das centrais sindicais é esse. E o segundo – não vou citar todos – é garantir o acesso universal às tarifas sociais e serviços de transporte público, que é o que está sendo colocado pelo Projeto de Lei.

Mas, eu gostaria que fosse estudada até a ampliação, porque sempre se esquece de que esse transporte não é só urbano. Há a população rural. Então, as centrais sindicais defendem que esses transportes também têm de ser repassados para os setores rurais, as regiões rurais, e o transporte escolar, que também

nunca entra na questão do incentivo ao transporte de passageiros.

Essa inclusão social defendida pelas centrais sindicais é pela valorização de um trabalho decente, que depende também do que está sendo investido. Quando falamos na redução dos incentivos do óleo diesel, chassis, carroceria, veículos, pneus, qual a discussão que está sendo feita para o tipo de chassis, para o tipo de veículo, para esse trabalhador que está lá no trânsito, sofrendo todo o estresse?

Nós temos um exemplo aqui, o Senador Antônio Carlos Rodrigues, se não me falha a memória, é autor de uma lei em São Paulo que proíbe a implantação de ônibus com motor dianteiro – ou ele era Presidente da Câmara, ou ele era Vereador –, com motores central ou traseiro, dependendo das condições técnicas. Infelizmente, 80% da frota em circulação continuam com o motor dianteiro.

O SR. ANTÔNIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – O senhor me daria um aparte. Há casos excepcionais em São Paulo. Não é com qualquer linha que se pode trabalhar com motor central e com motor traseiro. Então, deixamos que as diretrizes fossem feitas pela Secretaria.

Na oportunidade, o Secretário era o Deputado Zarattini.

O SR. LUIS ANTÔNIO FESTINO – Exatamente. Nós entendemos essa condição técnica, mas não justifica que 80% ainda continuem sendo os antigos chassis de caminhão.

O SR. ANTÔNIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Acho que é o contrário. São só 20%.

O SR. LUIS ANTÔNIO FESTINO – Continuam entrando 80% de veículos com motor dianteiro.

O SR. ANTÔNIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Vou levantar esses dados e passá-los para o senhor.

O SR. LUIS ANTÔNIO FESTINO – Tudo bem. Também há uma frota brasileira que continua com o antigo câmbio manual. Qual é o incentivo para esse veículo? No mundo inteiro, já se usa o câmbio automático, que é uma condição de trabalho. Reivindicamos aposentadoria especial para o motorista, porque, quando ele chega aos 40, 50, anos de idade, a sua condição de trabalho já está esgotada. Num trânsito como o de São Paulo, também nós temos essa condição piorada.

A valorização e a igualdade de direitos não vemos na maioria dos projetos que estão sendo apresentados. Na construção de ferrovias e de rodovias, não vemos a questão da valorização do trabalhador, do ser humano. Em licitações, não vemos lá condições de trabalho.

No recente acidente do Rio de Janeiro, em que o Senador também atua muito bem, do ônibus que caiu

do viaduto, esse motorista estava fazendo a dupla função. Não sei se o fato de haver ou não o cobrador teria evitado o acidente, mas foi o caso de um passageiro, que agrediu o motorista, exercendo dupla função, e este caiu. O primeiro acusado é o motorista.

Qual é a qualificação profissional que está sendo dada? A Lei nº 12.619 aprovou qualificação profissional gratuita. Então, ela vai completar um ano dia 30, e o Ministério do Trabalho e o Denatran não apresentaram nada dessa qualificação num momento em que estamos necessitando de 40 mil motoristas no País.

Há uma falta de motoristas qualificados, porque o equipamento se moderniza, e o motorista também tem de ser qualificado. Então, enquanto setor de trabalho, nós apoiamos todas as propostas que venham a reduzir tarifa, que venham a melhorar a condição do transporte, mas também há que se valorizar o trabalhador que está no dia a dia.

Por último, nessa questão do investimento, não se trata somente da questão do óleo diesel, do chassi e tudo o mais, mas também a condição das cidades, dos terminais. A situação dos terminais, hoje, em São Paulo – cito São Paulo, porque é onde atuo –, para vocês terem uma ideia, de todos os terminais, somente 30% têm água potável para os motoristas, sem contar a população. Não há sanitários. Não há local para refeição. Somente 30% dos terminais. Se formos contar pontos finais, pontos de parada, a situação é bem pior.

Então, nós aplaudimos. Nós vamos defender a desoneração, mas desde que haja o outro lado: o equipamento, o setor seja valorizado e também receba os incentivos e os benefícios que essa desoneração possa propiciar.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado.

Passo a palavra agora a Nazareno Affonso, representante da Associação Nacional dos Transportes Públicos, pelo prazo de 10 minutos.

O SR. NAZARENO STANISLAU AFFONSO – Senador Lindbergh Farias, é um prazer estar aqui ainda mais sob sua direção. Aos demais membros da Mesa, também é um prazer estar aqui, principalmente o companheiro Zarattini, que está comigo nesta briga há um bom tempo.

Queria resgatar, até com a presença do Prefeito, o fato de que a Frente Nacional de Prefeito começou essa briga em 1993. Lançou isso em Porto Alegre com a campanha pelo barateamento das tarifas. Naquela ocasião, chegamos a ter reuniões com o Presidente Itamar Franco. Chegamos a um conjunto de propostas; a coisa andou, andou, andou e terminou morrendo na praia.

Aí esse assunto parou, e, em 2004, o próprio Presidente da República reconhecia que essa era uma de suas prioridades. Para isso, ele até constituiu um grupo interministerial para estudar o barateamento das tarifas, da qual participei, e tivemos uma dificuldade muito grande com o Ministério da Fazenda, que não esteve presente. A Petrobras, que participou até certo momento, na linha final, também ficou fora, mas foi um trabalho intenso nosso de quase dois anos lá, discutindo, e, o assunto, mais uma vez, não teve consequência.

O setor, juntamente com os movimentos sociais, com os trabalhadores de transporte, constitui o movimento pelo direito ao transporte público de qualidade em 2003, junto com a Frente Parlamentar de Transporte Público.

Na ocasião, as duas grandes bandeiras era o barateamento das tarifas e recursos para o setor. Nós, então, fizemos um esforço grande no sentido de fazer uma grande campanha chamada “Tarifa Cidadã – Transporte Público com Inclusão Social”.

Levamos uma campanha publicitária a mais de 120 cidades no Brasil, mostrando o que era injustiça tributária e o que era injustiça social.

A injustiça social, como já foi colocada aqui, é o absurdo dos usuários fazerem filantropia. Todas as políticas sociais do Governo são pagas pelo usuário. Quer dizer, no mínimo, é um grande absurdo imaginarmos que as nossas tarifas – o Bicalho colocou 17%, que é até novidade para mim –, a gente trabalha sempre com um número entre 19 e 20%, sendo que, em algumas cidades como, por exemplo, Belém do Pará, as gratuidades chegavam a 35%, sendo pagas pelos usuários.

O SR. LUIS ANTÔNIO FESTINO – Ouvi falar em 32%.

O SR. NAZARENO STANISLAU AFFONSO – 32%? Olha aqui. Nós temos mais outro.

Como é que podemos imaginar? São leis muito claras. São leis federais. Elas colocam que é de responsabilidade do idoso a sociedade toda assumir a pessoa com deficiência e 50% o estudante. Nunca questionamos a legitimidade dessas gratuidades. O que achamos absurdo é elas serem pagas pelos usuários. Quer dizer, onerando, como já foi visto aqui, a própria inflação no País sabidamente durante muitos anos, como a Senadora questionou aqui o representante da Fazenda, e, mesmo assim, esse elemento não passa como uma questão importante.

O Governo também fez uma opção: dar subsídio à gasolina. Esse número é absolutamente desconhecido pela sociedade brasileira. Podemos, no mínimo, comparar quantos eram os barris e quanto era cobrado na bomba de gasolina para o usuário.

Eu estimo esse número, mas não tenho como provar, porque há uma conta escondida da Petrobras, que é quase impossível, mas, no mínimo, é muito gigantesco. Deve ser um dos elementos responsáveis pela atual crise da Petrobras. Gostaria muito que a Petrobras deixasse claro qual é o montante de subsídio à gasolina.

Em contrapartida, só no período de 2001 a 2004, foi tirado o subsídio do diesel e iniciado o da gasolina. Então, para se ter uma ideia, aumentou-se o diesel quatro vezes mais do que a gasolina, como política de governo. O Governo não parou nisso tudo. Gostamos de brincar que, no setor, na hora em que discutimos com a sociedade civil, o Ministério da Fazenda é a mãe dos privilégios do automóvel e é a madrastra do transporte público, porque, para o automóvel, só vemos benesses, ampliando as facilidades e pondo dinheiro diretamente no bolso daquele que tem o automóvel, numa política que está levando as nossas cidades a um grande caos.

O setor já dizia isso há muitos e muitos anos. Há mais de 15 anos, já falávamos dessa crise que ia acontecer. Costumo dizer que, no ano passado, começamos com duas boas notícias: a primeira, que nos espantou muito, depois de mais de quase 16, 17 anos de luta, foi que aprovamos a Lei de Mobilidade Sustentável (Lei nº 12.587), onde é explícito que a prioridade passa a ser do transporte não motorizado, e o transporte público, sobre o transporte individual.

Isso significa que, como estamos falando aqui do barateamento das tarifas, além de todos os elementos de que defendemos durante todos estes anos – o Reitup –, como uma política social séria e absolutamente coerente com a política de mobilidade, no sentido da defesa do bilhete único e do sistema integrado, vemos que é possível os prefeitos, hoje, com a nova lei da mobilidade, trabalharem para a redução dos custos da tarifa. Onde? Simplesmente, tirando os ônibus do congestionamento dos automóveis. Temos experiência, agora, no Rio. De quatro faixas, duas foram colocadas para o transporte público e duas para o automóvel. Houve uma redução de 25% no custo operacional. Se imaginarmos que, no Brasil, fosse proibido, em toda linha por onde passa ônibus, estacionamento de um automóvel, que é um estacionamento morto, principalmente nesse lugar, reduziríamos o custo do transporte no Brasil inteiro.

Outra coisa de que precisamos – e achamos que a lei deixa claro – é democratizar a apropriação da rua, essa rua que hoje é do automóvel, ocupada por mais de 90%, em praticamente todas as cidades brasileiras. Ela tem de ser democratizada, tem de se aumentar as calçadas, tem de se utilizar os estacio-

namentos para fazer ciclofaixas, vias preferenciais de transporte público. Objetivamente, hoje, basta pintar uma linha vermelha no asfalto e, em seguida, pôr o sistema de controle de invasão de faixa. O motorista aprende mais rápido com o bolso e, com isso, vamos aumentar a velocidade do sistema.

Então, perante o Senado, queremos dizer que estamos totalmente emparelhados e juntos na defesa do (ininteligível), mas achamos que, neste momento, com a nova lei de mobilidade, é a hora de democratizar a via. Ao democratizar, estamos tirando o que chamamos de pedágio do usuário, para aqueles que são contra o pedágio, o usuário paga entre 20% e 25%. Em São Paulo, com certeza, 25% do custo do transporte é devido ao congestionamento.

Com isso, esperamos ter qualidade em transporte e, ao mesmo tempo, inclusão social, porque quanto mais utilizarem o transporte público, mais teremos uma opção de transporte de qualidade para todos os brasileiros.

Era isso. Queria agradecer pela oportunidade de falar nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Nazareno Affonso.

Passo a palavra para o último expositor, o Secretário Nacional de Transportes e da Mobilidade Urbana, representando o Ministério das Cidades, o Sr. Julio Eduardo dos Santos.

O SR. JULIO EDUARDO DOS SANTOS – Boa noite, Presidente Lindbergh Farias, para mim é uma honra muito grande estar aqui nesta Casa, gostaria de saudar o senhor, juntamente com a Senadora Ana Amélia, o Senador de meu Estado, Antonio Carlos, é uma honra muito grande estar aqui perante um Senador do meu Estado. Gostaria de saudar o Deputado do meu Estado, Carlos Zarattini, um batalhador dessa causa há muito tempo, e saudar também o Prefeito Fortunati, um dos prefeitos que passei a admirar nesse pouco tempo que estou em Brasília, há um ano, um excelente prefeito. Então, em seu nome, gostaria de saudar também os demais membros da Mesa.

Presidente, pouco sobrou para mim, tudo que eu precisava falar já foi dito. Vou ser breve em alguns pontos que acho importantes para podermos abrir para o debate dos nossos Senadores que devem estar com vontade de perguntar.

A Lei nº 12.587, que é a Lei da Mobilidade Urbana, aprovada exatamente há um ano, estabelece, nos arts. 8º e 9º, algumas diretrizes para política tarifária. Entre essas diretrizes, consta, em um dos seus itens, a integração física tarifária operacional dos diferentes modos e das redes de transportes público e privado nas cidades. Essa diretriz estabelece tudo aquilo que

pode ser feito para a política tarifária. Esse projeto de lei vai ao encontro dessa diretriz. Então, tem tudo a ver. Essa política nacional de mobilidade estabelece que a prioridade para o sistema de transporte tem de ser em cima de um transporte individual não motorizado e em cima de um transporte motorizado coletivo.

Não basta simplesmente tentar conscientizar a população de que deve deixar o seu carro em sua casa para o lazer e utilizar o sistema de transporte coletivo ou um sistema de transporte individual não motorizado. Precisamos, além de conscientizá-los, oferecer alternativas. E essas alternativas só conseguimos através do melhoramento do sistema de transporte e, para isso, precisamos de recursos, e recursos só encontramos através de alguns índices, através do objetivo desse Projeto de Lei nº 310, que é a desoneração. E vou bater no outro ponto: a não retirada do subsídio. Não existe transporte de qualidade no mundo que não tenha subsídio dos órgãos públicos. Não existe. Para todo o sistema, não basta simplesmente o preço, a tarifa para bancá-lo. Ele precisa de subsídio do governo para se estabelecer.

Então, eu gostaria de colocar a posição do Ministério das Cidades, que é a favor desse projeto de desoneração, mas com um subsídio que seja real, dentro da possibilidade de cada Município, para que a gente possa melhorar, sim, o sistema de transporte coletivo e fazer uma redução de tarifa justa, inclusive, para poder bancar, como bem disse o Nazareno, a gratuidade. Hoje quem banca a gratuidade é o próprio usuário, e isso tem de ser bancado pelo próprio Município, no caso do transporte municipal, ou pelo Estado, nos sistemas metropolitanos. Então, eu acho que o subsídio tem de ser mantido dentro de um valor justo para todos os Municípios.

Foi dito aqui sobre os modelos optativos para a implantação dessa lei. Ele é optativo, então, isso pode ser feito através do bilhete único ou através do sistema de transporte – não necessariamente só através do bilhete único. Há cidades que hoje teriam que investir muito para montar um sistema de transporte através do bilhete único. Então, não há necessidade do bilhete único. Ela pode optar por outros sistemas.

Outra coisa que eu também queria destacar, Presidente, é que fossem colocados no projeto de lei os outros modais, porque aqui foram esquecidos os modais aquaviário, que são muito utilizados nas Regiões Norte e Nordeste, e o sistema através de cabos, que é uma coisa nova que está sendo utilizada no Brasil, principalmente na desoneração da energia elétrica.

Basicamente era isso que eu tinha que falar. Tudo foi dito aqui.

O Ministério das Cidades é a favor desse projeto de lei.

Estou aqui à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado.

Vamos passar aos Senadores. Começamos com o Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Primeiro, eu quero parabenizar o nobre Deputado Zarattini, que é o Relator desse projeto. É muito importante o Relator conhecer, como ele conhece, os transportes. O Zarattini é oriundo do metrô e da parte operacional do projeto. Vou lutar, quero ajudar nesse projeto e, se puder, acrescentar mais algumas coisas. Quero parabenizá-lo.

Sobre o que os expositores falaram, acho que temos que marcar uma audiência para discutir os transportes. Eu não quero inventar a roda.

São Paulo tem um corredor metropolitano que é o melhor da América do Sul. É o melhor corredor da América do Sul. Tive a oportunidade de presidir a EMTU. Vem gente do mundo inteiro conhecer o corredor. Não desfazendo de outros, afirmo que ele é bem superior aos corredores de Curitiba. Mas é um corredor que custa. Então, o transporte precisa ter remuneração, sim.

O prefeito falou da remuneração de quase 1 bilhão. Digo que é uma remuneração até pequena, porque nós temos quase 11 mil ônibus – é isso, Zarattini, hoje? – e temos um orçamento de 42 bilhões. Então, não é nada absurdo no percentual.

Para ter um transporte digno e um transporte perfeito, temos que ter os corredores. Infelizmente, após o governo da Marta, que o deixou em 2004, São Paulo parou. Pararam os corredores. Senão, hoje São Paulo estaria com todos os corredores funcionando e com as gratuidades e não precisaria desse grande aporte de dinheiro.

Quando larguei a EMTU, serei breve, vou só explicar, em 1994, deixei licitados sete corredores metropolitanos. Por motivos políticos, o PSDB entrou, cancelaram os sete corredores. Hoje nós teríamos mais sete corredores metropolitanos. O Nazareno deve se lembrar disso, porque, na época, estava em Santo André e depois foi a Porto Alegre.

Eu acho que, para discutir o transporte, deveria ser outro o tipo de audiência. Hoje nós queremos discutir o projeto. É um passo que nós estamos dando, favorecendo o usuário e os empresários de ônibus, porque as empresas de ônibus sempre foram um engodo. Se levantarmos o que eles devem ao fisco, veremos que é uma coisa absurda o que eles devem ao fisco. Então, o subsídio da tarifa foi sempre o Governo que deu. Você pode levantar dos empresários de São

Paulo, são fortunas que eles devem ao fisco. De um modo indireto, também houve subsídios quando a tarifa ficava nas mãos dos empresários.

Era só isso.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Rodrigues.

Passo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria cumprimentar o Presidente Lindbergh por ter promovido esta audiência pública.

A conclusão sinteticamente do que ouvi é de que todos são favoráveis ao Reitup, ao 310. O Deputado Zarattini foi muito feliz lembrando a selvageria do trânsito hoje. As dificuldades de mobilidade urbana decorrem exatamente de não termos um transporte coletivo de qualidade e em preços compatíveis. Quanto à referência que S. Ex^a faz sobre a questão das motos, aqui no Senado, Deputado Zarattini, fiz duas audiências públicas com mais de mil motociclistas do Brasil inteiro. Hoje, de cada dez internamentos em UTI, seis são de vítimas de acidentes com moto, com um agravante para o problema de previdência e de saúde pública. Os números são alarmantes, maiores do que se possa imaginar. Então, é outro gasto, e o Governo poderia trabalhar em relação a intensificar prioridades.

Todos favoráveis ao projeto, com a observação do Secretário Nelson Barbosa sobre o impacto disso ao Orçamento, que tem que ser calculado, uma restrição, e sobre a forma do controle do combustível direto para isso.

O Nazareno lembrou, e é a única pergunta que faço ao Prefeito Fortunati, porque todos disseram que são favoráveis. Em 1993, disse o Nazareno, lá em Porto Alegre, uma iniciativa semelhante foi feita. E lá os mesmos problemas foram as barreiras: Petrobras e a questão da desoneração. Em 2004, um outro grupo de trabalho – eu anotei tudo que foi dito aqui. Então, eu queria saber, Prefeito: dá para acreditar, mesmo tendo uma iniciativa do Congresso Nacional, que agora é pra valer esse processo? É a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Antes de passar a palavra ao Deputado Zarattini e ao Prefeito Fortunati, Senadora Ana Amélia, vou fazer uma consideração. Esse projeto está nesta Comissão de Assuntos Econômicos em caráter terminativo. Dada a relevância desse tema e por achar interessante começar um processo de negociação com o Governo Federal, até porque o Governo Federal está fazendo um estudo sobre essa desoneração – o Ministério da Fazenda está fazendo –, conversei com o Senador...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Santa inflação.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – ... Acir Gurgacz e assumi a relatoria deste caso.

Chamei o Deputado Zarattini, que foi o Relator na Câmara dos Deputados, e estamos em negociações com o Governo Federal. Hoje, antes de vir para cá, tivemos uma outra reunião com o Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda Nelson Barbosa e estamos querendo fazer esse processo andar.

Acho que temos uma oportunidade histórica. E qual o nosso esforço de convencimento? Acho que estamos tendo êxito no começo desse debate com o Governo. Uma desoneração apenas da parte federal do PIS/Cofins, nós estamos falando em 3,65% só. Desculpem-me os representantes das empresas de transportes urbanos, mas a desoneração da folha... Não sei dizer em quais cidades houve uma redução, uma diminuição do aumento na passagem do transporte coletivo, porque, concretamente, pelo menos no Rio de Janeiro, não senti isso em canto algum. Então uma desoneração apenas por parte do Governo Federal, um lançamento pela desoneração do PIS/Cofins, acho que podemos estar perdendo uma oportunidade histórica de amarrar melhor as coisas.

E tenho que parabenizar muito o Deputado Zarattini, porque às vezes muitos projetos que chegam a esta Casa são projetos que a gente diz: poxa! Mas esse é um projeto muito consistente, um projeto muito bem-articulado. O que o projeto faz? Nesse regime especial de adesão, o Estado e o Município têm que aderir, o Estado abrindo mão do ICMS, o Município, do ISS. Senadora Ana Amélia, V. Ex^a que conhece o Estado do Rio Grande do Sul, que conhece todo este Brasil, a pressão popular que vai existir para os prefeitos e governadores aderirem a esse regime é incrível! Vai sair todo mundo tendo que assinar, pela pressão popular que pode existir. O Deputado Zarattini fez um trabalho lá na Câmara amarrando muito bem, com a apresentação de um laudo técnico determinando as reduções a serem implementadas pelas empresas de transporte público. Isso tem que ter um laudo econômico que vai ter que ser apresentado. Será mais ou menos o seguinte: quando Estados e Municípios assinarem esse regime especial, fica já claro quanto vai haver de redução no preço da passagem ali.

Então, nosso esforço de convencimento com o Governo – e estou muito esperançoso disso – é porque, se formos por esse caminho, a Presidenta pode fazer o anúncio de uma coisa muito maior do que a desoneração de PIS/Cofins, do que uma desoneração que pouco efeito prático pode ter na vida real das pessoas que pagam passagem de transporte público hoje.

Quais são minhas dúvidas? E aproveito que são os dois que vão encerrar essa fala, fazendo essa pergunta para o Zarattini e para o Prefeito Fortunati. Em relação à implantação do bilhete único ou sistema de integração semelhante, eu acho a ideia fantástica, mas será que isso não limita, quando a gente vai discutir um Brasil com essas diferenças todas que temos? Esse é um questionamento.

Em relação à delegação de serviço em conformidade com a legislação de concessões, ou seja, licitação, a gente sabe também que são muitos os Municípios do Brasil que não têm um sistema ainda completamente licitado. Será que é o caso de dar um prazo? Em tanto tempo, quem não licitar ou quem não for licitado perde ou deixa... Estou colocando isso porque acho que esse é um projeto tão importante, que o ideal é, se a gente conseguir construir um consenso em cima desse projeto, que isso tenha um impacto imediato na vida das pessoas, um impacto imediato no preço da passagem, que a gente possa falar em redução do preço da passagem.

Então, encerro assim minha fala, Senadora Ana Amélia. A pergunta foi feita para o Prefeito José Fortunati, mas estou muito animado com as perspectivas e com a abertura do Governo nessa negociação. Se a gente olha a posição da Presidenta Dilma, desoneração, a discussão em relação ao preço da energia elétrica, a desoneração da cesta básica... E de fato V. Ex^a tem razão, a questão da inflação ajuda nisso. Vamos ter agora aumento do preço da passagem no Rio e em São Paulo, esses dois aumentos têm forte impacto na inflação...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Na mídia também...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – É, na inflação, na mídia, e é claro que é um tema também que interessa à vida das pessoas, no dia a dia.

Então, acho que temos aqui... E eu falava isso ao Presidente da Frente, Prefeito Fortunati, que vai assumir ainda, já foi eleito, no lugar do grande Prefeito João Coser, de Vitória. Os senhores vão ter o encontro da Frente Nacional de Prefeitos, mas eu queria dizer aos senhores que eu acho que nós temos uma oportunidade histórica: se trabalharmos direito, com uma boa articulação política, podemos conseguir aprovar esse projeto negociando com o Governo. Eu já poderia votar esse projeto nesta Comissão de Assuntos Econômicos a qualquer momento. Votou aqui, é terminativo, vai para sanção presidencial. Mas estamos tendo esse cuidado de fazer essa negociação com o Governo para que seja, de fato, apoiado pelo Governo e sancionado pela Presidenta Dilma.

Passo a palavra para o Deputado Carlos Zarattini e, para encerrar esta reunião, depois, para esse grande Prefeito de Porto Alegre, José Fortunati.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu só queria aproveitar rapidamente e colocar algumas questões que me parecem importantes no debate.

Uma diz respeito ao que o Secretário Nelson Barbosa colocou em relação a dois problemas. O primeiro é o controle da desoneração no óleo diesel. Estou convencido de que isso é muito fácil de ser resolvido hoje, primeiro, porque as empresas têm uma média de consumo, os itinerários são razoavelmente fixos, a variação é muito pequena ao longo do ano. Então, é possível chegar e estabelecer um sistema de cotas. Isso não me parece problemas. Várias cidades do Brasil, aqui o Marcos Bicalho citou, já praticam esse tipo de redução de acordo com governadores. Eu me lembro de Fortaleza, Manaus e Distrito Federal. Então, são três cidades em que existe essa questão.

A outra questão é energia elétrica.

A energia elétrica tem um peso enorme no transporte metro/ferroviário em algumas cidades onde existe trólebus e no corredor metropolitano a que o Senador Antonio Carlos se referiu, onde existe um número importante de trólebus. Só que a energia elétrica do transporte é cobrada pela tarifa horo-sazonal. É um tipo de tarifa que cobra mais no horário de pico, porque é uma tarifa industrial. É para que as indústrias diminuam a sua atividade no horário de pico, entre cinco e oito horas da noite, que é exatamente o horário em que se transportam mais passageiros. Então, se cria uma coisa extremamente prejudicial ao transporte por conta dessa cobrança. É um sistema em que a empresa de transporte contrata um valor “x”, paga a mais por esse valor; e, se ela ultrapassar esse valor, ela passa a pagar uma multa ainda sobre o valor que foi contratado. Então, é uma coisa cruel com o transporte urbano.

Já existe uma previsão numa outra lei do sistema elétrico de um desconto tanto para o transporte como para os sistemas de água. Nós aqui na lei só estamos reiterando o que já está numa outra lei – eu não me lembro o número agora – do sistema elétrico, que é o desconto de 75% na tarifa horo-sazonal, o que representaria mais ou menos um desconto de 30% a 40% no total da tarifa dos sistemas eletrificados. E o desconto do PIS/Cofins e do ICMS abateria violentamente esse custo de energia, que varia. Em São Paulo, o custo de energia do metrô é 6% do custo total. No metrô de Recife é 21%, Senador Lindbergh, porque lá o peso da energia é maior do que em São Paulo, até porque o custo da energia em Pernambuco é maior do

que o custo da energia em São Paulo, por incrível que pareça. Então, nós queremos colocar essa questão.

Por fim, também em relação ao bilhete único, eu queria só falar uma questão. Existem cidades, por exemplo, a cidade de Assis, no interior de São Paulo. É uma cidade de mais ou menos 50 mil habitantes. Lá existe o bilhete único. As linhas de ônibus geralmente se dirigem do bairro para o centro. Mas há pessoas que às vezes querem ir de um bairro para outro. É um numero pequeno de pessoas, mas são beneficiadas em não terem que pagar duas passagens para ir de um bairro para outro. Existem outras cidade em São Paulo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – Sorocaba também existe. É uma cidade maior. Mas há Francisco Morato, uma cidade pequena na Grande São Paulo, que tem um sistema municipal onde existe o bilhete único.

Nós estamos colocando aqui porque, quanto menor a cidade, menor vai ser a importância do peso do bilhete único, mas vai ser um benefício para a população local. E a forma como é aplicado o bilhete único pode ter “n” variações. Pode ser por tempo maior, por tempo menor, com algum adicional, sem adicional na ida e na volta. Quer dizer, a formulação disso pressupõe uma criatividade muito grande.

Então, quero dizer aqui que nós podemos avançar nesse debate. O Senador Lindbergh, como Relator no Senado, tem oportunidade de introduzir modificações no projeto. O projeto, sendo aprovado com modificações vai à Câmara novamente, onde nós vamos votar apenas as modificações do Senado e apenas na Comissão Especial, sem ter que passar pelo plenário, o que pressupõe um curto espaço de tempo para votação na Câmara.

Então, Presidente Lindbergh, Presidente da CAE, eu acho que nós temos que continuar negociando com o Governo para acharmos uma solução objetiva para aprovação desse projeto, que, eu tenho certeza, vai trazer muitos benefícios para a população urbana no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/ PT – RJ) – Muito obrigado, Deputado Carlos Zarattini. E, para encerrar esta audiência pública, o nosso Prefeito de Porto Alegre, José Fortunati.

O SR. JOSÉ FORTUNATI – Com muito prazer, respondendo à minha Senadora Ana Amélia, eu há pouco tempo lembrava um pouco de toda disputa, toda discussão e reflexão sobre transporte coletivo. Ao longo do tempo, desde a minha época de liderança estudantil, passando pelo movimento sindical e, naturalmente, com a vida pública como parlamentar, devo

reconhecer que, em momento algum, como o que estamos vivendo hoje, tratamos da passagem do transporte coletivo como elemento da cesta básica. Nunca na história, pelo menos mais recente deste País, dos últimos 40 anos, o preço da passagem do transporte coletivo ganhou relevância junto à sociedade.

Ao contrário, se formos buscar nos anais das nossas câmaras de vereadores, que normalmente disputam e discutem esse tema, o que normalmente vingava era um projeto de lei simplesmente para favorecer determinados segmentos, a famosa isenção ou gratuidade, e Porto Alegre é um exemplo disso. Não é por nada que, hoje, 32% dos usuários de transporte coletivo em ônibus de Porto Alegre não pagam passagem no transporte coletivo.

Se formos somar o número de leis aprovadas ao longo do tempo, realmente vamos ter um enorme receituário, que é extremamente assustador.

Então, o grande debate que se faz hoje é: como respondermos essa inquietação, que é de todos nós, na busca de um transporte coletivo de qualidade, que permita combater, no bom sentido, o bom combate, o uso do transporte privado, à medida em que uma das fórmulas – e não é uma fórmula mágica – de colocarmos pessoas para dentro do transporte público é ofertarmos um transporte público de qualidade com passagem de preço adequado?

Em primeiro lugar, não existe almoço grátis. Alguém paga a conta. Isso já foi dito e vou repetir. Alguém tem de pagar a conta. É muito fácil, com propostas populistas, mirabolantes, com demagogia, dizer: “Eu quero o melhor transporte coletivo do mundo”.

Porto Alegre, por exemplo, 30% da sua frota têm ar-condicionado. Curitiba optou por não colocar ar-condicionado nos seus ônibus. Nenhum ônibus tem ar-condicionado em Curitiba. Em Porto Alegre, 30% da sua frota, 50% da Carris, nossa empresa, têm ar-condicionado. Só que isso tem um custo. Todo mundo gostaria que 100% da frota de Porto Alegre tivessem ar-condicionado, pelo excessivo calor no verão, um calor senegalês, e pelo excessivo frio no inverno, mas isso tem um custo. Então, todos desejam ter ar-condicionado, mas não querem pagar uma passagem adequada, Senador Lindbergh.

Então, como fazer essa equação? Buscar um sistema que permita, naturalmente, termos qualidade, mobilidade, fluidez, atendimento a toda a população, com a passagem única, porque ela é justa.

Alguém em Porto Alegre, Senadora Ana Amélia, que pega ônibus no Lami – 40 quilômetros do centro da cidade – não pode ser penalizado por morar mais distante do centro da cidade do que alguém que more no Moinhos de Vento ou no bairro Menino Deus, andando

dois, três, quatro quilômetros no máximo. Nós temos de equalizar. Essa equalização significa naturalmente que, no frigar dos ovos, a busca de uma tarifa adequada possa ser colocada à disposição da população.

Pois bem, São Paulo optou – não está aqui nenhuma crítica à opção feita por São Paulo – por dar subsídio. É um subsídio importante, porque certamente, se hoje a cidade de São Paulo tem uma passagem de R\$3,00, isso é graças aos quase R\$1 bilhão de subsídios. Caso contrário, teríamos uma passagem, segundo cálculos da própria equipe do Fernando Haddad, em torno de R\$3,30 ou R\$3,40.

Eu não sei não chegará a isso em junho, na medida em que todos sabemos, Senador Lindbergh, que as passagens de ônibus tanto do Rio como de São Paulo se encontram nos atuais patamares por um pedido expresso, explícito, feito pela Presidenta Dilma, já que as duas cidades fariam reajuste no mês de fevereiro. Mas, como forma de controlar um pouco mais a inflação, a Presidenta fez esse apelo. No entanto, o apelo tem tempo de validade. O Prefeito Haddad já afirmou – conversei com ele ontem, por telefone – que em junho não tem como não aplicar esse reajuste.

Pois bem, como então não penalizar o bolso do trabalhador, que é quem exatamente usa o transporte coletivo? É o trabalhador, é a dona de casa, é o desempregado. São esses segmentos da população que precisam do transporte coletivo.

Então, não dá para simplesmente imaginarmos que a conta deva continuar indo para o bolso do contribuinte, ou seja, do usuário. Temos que buscar mecanismos. Posso garantir, Senador Lindbergh que, em Porto Alegre, agora que fizemos o reajuste, a desoneração da folha teve impacto, é claro. São 40 itens, no total, que compõem a planilha do custo da tarifa do transporte coletivo. E nós levamos em consideração a desoneração. Com certeza, o reajuste teria sido maior se a desoneração da folha não tivesse acontecido. Então, foi uma medida importante em Porto Alegre, posso garantir – aliás, já dei os dados anteriores.

Hoje, o trabalhador rodoviário de Porto Alegre é o que tem a maior remuneração do País, mais do que São Paulo, do que o Rio de Janeiro, do que Belo Horizonte, mais do que qualquer cidade brasileira. O nosso cobrador e o nosso motorista, Senadora Ana Amélia, em Porto Alegre, têm os maiores salários do País. Antes da desoneração da folha, até janeiro deste ano, o impacto dos salários dos rodoviários sobre o custo da nossa passagem era de 48,5%. Com a desoneração da folha, passou a ser 42%, ou seja, aconteceu o impacto positivo.

Então, medidas como essa devem ser saudadas porque elas têm que ser somadas a outras. E aí entra

o Reitup. Não tenho dúvidas de que o Regime Especial de Incentivo ao Transporte Urbano de Passageiros acaba sendo importante. Naturalmente, com todas as preocupações aqui colocadas, as medidas têm que ser implementadas. Eu também concordo plenamente com o Deputado Zarattini em que hoje é muito fácil controlar-se o óleo diesel que o sistema utiliza. É barbada. Aliás, é uma das coisas mais fáceis que existem em um sistema, como em Porto Alegre. Temos plena e absoluta condição de dizermos: “um volume x de litros de óleo diesel será colocado à disposição do sistema com os incentivos adequados para que este combustível, o óleo diesel, tenha um custo menor para o transporte público do que para o sistema como um todo”. Hoje é fácil, hoje é muito simples, os mecanismos existem, e existem com certa facilidade.

Entendo também, respondendo a essa bela provocação do Senador Lindbergh acerca da passagem única, que Porto Alegre já adotou há muito tempo... Aliás, temos um Secretário Municipal de Transporte aqui conosco, que foi de Porto Alegre, o Nazareno, que já adotou há bastante tempo, e funciona de forma fantástica. Com as novas tecnologias, há um barateamento muito forte da inclusão desse sistema no sistema de transporte público. Inclusive, estamos hoje tendo que fazer o casamento entre as duas linguagens: do sistema de transporte público de Porto Alegre com a região metropolitana. Pois bem, isso será feito com certa facilidade. É muito mais vontade política do que realmente custos para o sistema, e nós também estaremos fazendo.

Certamente, os Estados terão que aderir – e aí tem toda razão o Senador Lindbergh – porque a pressão que a população fará sobre os Governadores fará com que essa isenção de ICMS sobre o sistema ocorra. E também nos Municípios, que têm todo o interesse em que isso aconteça.

Para finalizar, quero aqui também lembrar daquilo que meu caro Marcos Bicalho lembrou, ou seja, de que não é apenas o Prefeito Fernando Haddad, mas a Frente Nacional de Prefeitos é que está levando a efeito, está levantando a bandeira de um imposto, seja a Cide ou um imposto específico sobre álcool e gasolina, nos Municípios para subsidiar a tarifa do transporte coletivo. Estou chamando de política Robin Hood. Já buscamos dupla placa. Londres tem pedágio eletrônico, as cidades estão fazendo o possível e o impossível para reduzir o número de veículos privados nas ruas da cidade.

Entendemos a incidência da Cide ou de um tributo específico, no álcool ou gasolina, para quem usa automóvel, financiando a tarifa do transporte coletivo, é mais do que correta. Ela é necessária. Quer utilizar

automóvel? Utiliza, mas vai bancar para quem quer usar o transporte público. A Frente Nacional dos Prefeitos levanta essa bandeira. Sei que isso causa calafrios na equipe econômica do Governo Federal – sei que causa, já tivemos esse retorno –, mas não vamos abrir mão dessa bandeira porque entendemos que ela é justa, que ela é legítima e que certamente trará um grande ganho ao transporte coletivo do País.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Prefeito José Fortunati. Quero agradecer a todos os senhores que fizeram parte desta Mesa, quero agradecer à Senadora Ana Amélia e ao Senador Antonio Carlos Rodrigues.

Antes de encerrar esta reunião, lembro aos Srs. Senadores e às Srs. Senadoras que amanhã, 23 de abril, 10 horas, teremos reunião deliberativa ordinária da CAE, quando, como bem falou a Senadora Ana Amélia, este Presidente pretende colocar em votação a reforma do ICMS.

Agradeço a todos os senhores...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Um aparte? Claro, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Tenho o Projeto de Lei nº 11, que está aqui na CAE, de minha autoria, que determina que 5% dos recursos da Cide sejam colocados no transporte municipal urbano.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O Prefeito já concordou e aplaudiu.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 19 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 21 horas e 6 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2013, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia vinte e três de abril do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Pedro Taques, Walter Pinheiro,

Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Randolfe Rodrigues, Eduardo Braga, Sérgio Souza, Roberto Requião, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Kátia Abreu, Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Waldemir Moka, Ana Amélia, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Alvaro Dias, José Agripino, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Paulo Bauer, Lúcia Vânia, Wilder Moraes, Armando Monteiro e Antonio Carlos Rodrigues e, ainda, dos Senadores Lobão Filho, Ângela Portela, Valdir Raupp, Wellington Dias e Cícero Lucena. Deixam de comparecer os Senadores Cristovam Buarque, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em missão política no exterior, Jader Barbalho, Gim e Blairo Maggi. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura das Atas da 14ª e 15ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 18 de 2013, de 27 de março de 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-032.990/2010-3, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, de acordo com a Resolução do Senado Federal nº 71 de 2012; e Aviso nº 19 de 2013, de 3 de abril de 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-032.343/2012-4, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 36 de 2012. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. **Item 1-** Projeto de Resolução do Senado nº 1 de 2013, não terminativo, de autoria da Presidente da República, que “estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, nas operações e prestações interestaduais”, tendo como relator o Senador Delcídio do Amaral, que oferece relatório favorável ao Projeto, acolhendo a Emenda nº 16 e, parcialmente, as Emendas nºs 2, 3, 4, 5, 13, 14, 18, 19, 20, 23, 25, 26, 29, 30 e 31 nos termos do Substitutivo (Emenda nº 33) que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1, 7, 9, 10, 11, 12, 15, 17, 21, 22, 24, 27, 28 e 32. Em 16/4/2013, foi concedida Vista Coletiva da Matéria. Em 23/4/2013, foram apresentados Voto em Separado de autoria do Senador Cyro Miranda, contrário às Emendas nºs 1, 5, 7 e 10, e favorável ao Projeto e às Emendas nºs 2, 3, 4, 8, 9 e 11 nos termos do

Substitutivo que apresenta, e Voto em Separado de autoria do Senador Wilder Moraes, contrário ao Projeto. Em 23/4/2013, foram apresentadas as Emendas nº 31, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, nº 32, de autoria do Senador Pedro Taques, e nº 33, de autoria do Senador Cyro Miranda. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Flexa Ribeiro, Humberto Costa, Aloysio Nunes Ferreira, Eduardo Braga, Luiz Henrique, Roberto Requião, Vanessa Grazziotin, Ricardo Ferraço, Armando Monteiro, Wilder Moraes, Inácio Arruda, Eunício Oliveira, Lúcia Vânia, Alvaro Dias, Eduardo Suplicy, Romero Jucá, Waldemir Moka, Sérgio Souza, José Agripino, José Pimentel, Cyro Miranda, Ana Rita, Randolfe Rodrigues e Francisco Dornelles. A reunião é suspensa às quatorze horas e vinte e cinco minutos e é reaberta às dezesseis horas e trinta e quatro minutos. É solicitada vista pelos Senadores Ricardo Ferraço e Eduardo Braga. O Presidente da Comissão, Senador Lindbergh Farias, concede Vista Coletiva, nos termos regimentais, até a próxima reunião da Comissão, agendada para o dia vinte e quatro de abril de dois mil e treze, às onze horas e trinta minutos. **Item 2-** Projeto de Lei do Senado nº 106 de 2013 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Bauer, que “altera a Lei Complementar no 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS, para disciplinar a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de compensar perdas resultantes de redução da alíquota interestadual incidente nas operações interestaduais com bens, mercadorias e serviços, conforme decisão do Senado Federal no exercício da atribuição prevista no art. 155, § 2º, IV, da Constituição Federal, e dá outras providências”, tendo como relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo (Emenda nº 1) que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 3-** Projeto de Lei do Senado nº 124 de 2013 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Wellington Dias, que “dispõe sobre o quórum de aprovação de convênio que conceda remissão dos créditos tributários constituídos em decorrência de benefícios, incentivos fiscais ou financeiros instituídos em desacordo com a deliberação prevista no art. 155, § 2º, inciso XII, alínea “g”, da Constituição, e para a reinstituição dos referidos benefícios nos termos da legislação aplicável; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal”, tendo como relator Senador Luiz Henrique, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo (Emenda nº 6) que apresenta e contrário às Emendas nºs 2,

3, 4 e 5. Em 23/4/2013, foram apresentadas as Emendas nºs 7 e 8, de autoria do Senador Cyro Miranda, e a Emenda nº 9, de autoria do Senador Eunício Oliveira. A apreciação da matéria é adiada. **Item 4-** Mensagem (SF) nº 23 de 2013, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VIII, da Constituição, seja autorizada a formalização do Acordo de Liquidação Antecipada de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República do Gabão, no valor equivalente a US\$ 24,085,115.78 (vinte e quatro milhões, oitenta e cinco mil, cento e quinze dólares dos Estados Unidos da América e sententa e oito centavos), para extinção da dívida oficial gabonesa para com o Brasil”, tendo como relator o Senador Humberto Costa, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. O Presidente da Comissão designa o Senador Cyro Miranda relator “ad hoc” da Matéria, em substituição ao Senador Humberto Costa. Após a leitura do relatório pelo relator “ad hoc”, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a Matéria. **Item 5-** Mensagem (SF) nº 24 de 2013, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, que seja autorizada a formalização do Contrato de Reestruturação de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República do Sudão, no valor equivalente a US\$ 43,581,141.68 (quarenta e três milhões, quinhentos e oitenta e um mil, cento e quarenta e um dólares dos Estados Unidos da América e sessenta e oito centavos), para reescalonamento da dívida oficial sudanesa com o Brasil, conforme Exposição de Motivos do Ministro de Estado, interino, da Fazenda”, tendo como relator o Senador Blairo Maggi, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. O Presidente da Comissão designa o Senador Cyro Miranda relator “ad hoc” da Matéria, em substituição ao Senador Blairo Maggi. Após a leitura do relatório pelo relator “ad hoc”, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a Matéria. **Item 6-** Projeto de Lei do Senado nº 629 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “altera os arts. 3º e 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir o apoio cultural ao Serviço

de Radiodifusão Comunitária entre os projetos aptos a receber recursos incentivados”, tendo como relatora a Senadora Lúcia Vânia, que oferece relatório favorável ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 7-** Projeto de Lei da Câmara nº 48 de 2012, não terminativo, de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que “obriga a construção e a manutenção de estações de apoio a condutores de veículo de transporte de carga ou de veículo de transporte público de passageiros, no âmbito das concessões rodoviárias federais”, tendo como relator o Senador Casildo Maldaner, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 2 e 3 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 8-** Projeto de Lei do Senado nº 254 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Blairo Maggi, que “acrescenta o art. 56-A e modifica o art. 92 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para exigir do contratado a apresentação de garantia, na forma de seguro garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a um mês de obrigações trabalhistas relativas ao contrato, e dá outras providências”, tendo como relator o Senador Roberto Requião, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo (Emenda nº 1) que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 9-** Projeto de Lei do Senado nº 120 de 2006 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Alvaro Dias, que “exclui os espetáculos circenses da incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza”, tendo como relator o Senador Gim, que oferece relatório favorável ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 10-** Projeto de Lei do Senado nº 604 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para permitir, no prazo de cinco anos, um segundo usufruto, agora parcial, da isenção do imposto de renda da pessoa física incidente sobre o ganho de capital auferido na venda de imóveis residenciais, quando o alienante aplicar o produto da venda na aquisição de imóvel residencial novo”, tendo como relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 11-** Projeto de Lei do Senado nº 86 de 2004, terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que “dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Importação incidente sobre instrumentos musicais adquiridos por músicos”, tendo como relator o Senador Waldemir Moka, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE-CCJ nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada. **Item 12-**

Projeto de Lei do Senado nº 17 de 2004, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “dá nova redação ao inciso IV do artigo 1º da Lei nº 8989, de 24 de fevereiro de 1995, incluindo os deficientes auditivos na obtenção da insenção do IPI, na aquisição de automóveis”, tendo como relator Cyro Miranda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada. **Item 13-** Projeto de Lei do Senado nº 340 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Papaléo Paes, que “altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo de imposto de renda da pessoa física, dos pagamentos efetuados a profissionais e estabelecimentos de atividade física após recomendação médica”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 375 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir, aos aposentados de baixa renda, a dedução das despesas com medicamentos da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física”, e com o Projeto de Lei do Senado nº 92 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que “altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução dos valores pagos a título de juros decorrentes de crédito imobiliário, no cálculo do imposto de renda da pessoa física”, tendo como relator o Senador Vital do Rêgo, que oferece relatório pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 375 de 2008, com a Emenda nº 1 que apresenta, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 340 de 2007 e 92 de 2010. A apreciação da matéria é adiada. **Item 14-** Projeto de Lei do Senado nº 395 de 2011, terminativo, de autoria da Senadora Ana Rita, que “concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas, veículos utilitários, tratores e caminhões novos destinados exclusivamente ao uso na agricultura familiar camponesa brasileira, quando adquiridos por agricultor familiar camponês ou empreendedor familiar rural”, tendo como relator o Senador Romero Jucá, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 a 4-CRA. A apreciação da matéria é adiada. **Item 15-** Projeto de Lei do Senado nº 145 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Neuto de Conto, que “altera o art. 35 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para elevar a idade dos dependentes para fins de Imposto de Renda da Pessoa Física”, tendo como relator o Senador Benedito de Lira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 16-** Projeto de Lei do Senado nº 549 de 2011, terminativo, de autoria do Senador

Randolfe Rodrigues, que “altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir, a pessoas físicas, a dedução de despesas com livros técnicos diretamente ligados à sua área profissional”, tendo como relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, da Emenda nº 1-CE e da Emenda nº 2-CE nos termos da Subemenda que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 17-** Requerimento nº 24 de 2013, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, que requer a realização de audiência pública, conjunta com a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para discutir aspectos relacionados com a aplicação da Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012, que, entre outras providências, ‘dispõe sobre o exercício da profissão de motorista’, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Jorge Luiz Macedo Bastos, Diretor-Geral em exercício da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); Sr. Adélio Justino Lucas, Procurador do Ministério Público do Trabalho no Distrito do Trabalho e no Estado do Tocantins (PRT da 10ª Região); Sra. Maria Alice Nascimento Souza, Diretora-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal do Ministério da Justiça; Sr. Newton Jerônimo Gibson Duarte Rodrigues, Presidente da Associação Brasileira de Logística e Transporte de Carga (ABTC); Sr. Diumar Cunha Bueno, Presidente da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA); e Sr. Renan Chieppe, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (Abrati). A apreciação da matéria é adiada. **Item 18-** Requerimento nº 25 de 2013, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, que requer, em aditamento aos Requerimentos nºs 4 e 18 de 2013-CAE, que a audiência pública com a presença do Sr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômicos e Social, seja realizada em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI. Anunciada a matéria, colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 25 de 2013-CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 14ª e da 15ª Reunião.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

As Atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos, para seu conhecimento.

Avisos do Tribunal de Contas da União.

1) Aviso nº 18, de 2013, de 27 de março de 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-032.990/2010-3, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, de acordo com a Resolução do Senado Federal nº 71, de 2012.

2) Aviso nº 19, de 2013, de 3 de abril de 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-032.343/2012-4, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 36, de 2012.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

ITEM 1

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Nº 1, de 2013

- Não Terminativo -

Estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, nas operações e prestações interestaduais.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Delcídio do Amaral

Relatório: Favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo (Emenda nº 6) que apresenta e contrário às Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 7, 9, 10 e 11.

O relatório já foi lido pelo Relator na 14ª Reunião, realizada em 11 de abril, ocasião em que foi concedida a vista coletiva.

Com a palavra, o Relator, Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje é mais um dia importante para a Comissão de Assuntos Econômicos, porque estamos discutindo o Projeto de Resolução nº 1, do Senado Federal, de 2013, um

projeto importante, porque ele faz parte de uma série de ações do Senado e da Câmara no sentido de efetivamente, guardadas as devidas exceções, praticar, considerando as exceções, 95% das transações no Brasil em 4%. E sem dúvida nenhuma, com essa redução, quem ganha é a população.

O ICMS, essa reforma proposta representa praticamente 70% da reforma tributária brasileira. Portanto, eu entendo que, a despeito das particularidades e especificidades de cada unidade da Federação, nós estamos num momento muito importante e essa é talvez a principal agenda econômica do Congresso Nacional e do Senado Federal, que representa a Federação.

Esses projetos que incluem a Medida Provisória 599, o projeto que está tramitando na Câmara dos Deputados relativo aos três quintos do Confaz e também o projeto de lei complementar do Senador Paulo Bauer relativo aos fundos de compensação e aos fundos de desenvolvimento regional, esse pacote de medidas, sem dúvida nenhuma, apesar das dificuldades, vai representar um grande avanço para a Federação brasileira.

Não podia deixar de destacar aqui projetos que correm em paralelo, mas que são muito importantes nesse debate, nessa discussão: a renegociação das dívidas dos Estados e a PEC do comércio eletrônico, que se encontra na Câmara dos Deputados.

É fundamental registrar que todas essas ações têm como pano de fundo aquilo que mais preocupa os Estados brasileiros: a convalidação dos incentivos dados. Como o Confaz deliberava os incentivos por unanimidade, os Estados os aprovavam através de suas assembleias legislativas. Portanto, nós precisamos convalidar esses incentivos, dar garantias para os Estados com relação à convalidação, porque isso tem preocupado boa parte dos Estados brasileiros e também dos investidores que acreditaram, e implementar projetos importantes para gerar emprego, para gerar desenvolvimento econômico e social em vários Estados brasileiros.

Portanto, Sr. Presidente, nós estamos num momento especial. Nós chegamos até aqui dialogando. E esse diálogo vem de dois anos atrás, aqui na própria Comissão de Assuntos Econômicos. Fizemos audiências públicas com governadores, com secretários de fazenda, várias reuniões do Confaz com o Dr. Nelson Barbosa e com o Secretário de Fazenda Trinchão. Foram negociações muito difíceis. Mas não deixamos de ouvir nenhum secretário de fazenda. Conversamos com cada secretário ou secretária de fazenda.

Acredito que nós avançamos muito se compararmos com o texto original do Governo. Avançamos bastante. E é importante registrar, mais uma vez, que

alguns governadores falam em perda, mas o projeto inclui a criação dos fundos de compensação, que são utilizados exatamente para mitigar as perdas dos Estados e, com essa unificação de alíquota, o Fundo de Desenvolvimento Regional passa a ter um papel preponderante.

Existem preocupações também com relação àquelas empresas que foram incentivadas e, pela redução das alíquotas, com as perdas que teriam. No meu relatório, porque não resolução não cabe, eu faço menção também a compensações exatamente para que a gente faça um pouso suave nessa transição até 4%, registrando que, para Norte, Nordeste, Centro-Oeste, fica a alíquota de 7% para o setor industrial e de 4% para as demais atividades.

Portanto, essas são as condições de contorno, mas volto a registrar que precisaremos dar uma resposta ágil a esses projetos não só pelo que eles representam para o País, mas porque eles nos levam à convalidação dos incentivos, o que é uma questão crucial para boa parte das Unidades da Federação brasileira.

Quero, Sr. Presidente, também aproveitar a oportunidade para registrar que esse projeto avança na redução da carga tributária, sonho de todos nós brasileiros, sem deixar de olhar com absoluta atenção para o desenvolvimento regional e criar mecanismos que o garantam e para a redução das desigualdades entre regiões brasileiras. Gostaria de registrar isto mais uma vez: a preocupação do Governo da Presidenta Dilma com essa questão, com um desenvolvimento sustentável e que se aplique a todos os Estados brasileiros.

Quero também registrar que recebemos, até o final de semana, pouquíssimas emendas.

(Soa a campanha.)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Portanto, nós tomaremos conhecimento dessas emendas agora, na reunião competentemente comandada pelo Senador Lindbergh Farias. Portanto, eu vou me esmerar para analisar o que for possível dessas emendas, mas, evidentemente, tendo a cautela e a prudência de não atropelar as coisas, porque entendo perfeitamente a complexidade desta matéria que hoje a Comissão de Assuntos Econômicos analisa.

Portanto, Presidente, são essas as minhas palavras.

O meu relatório já é do conhecimento de todos, porque eu o apresentei na terça-feira passada. E acredito que, não podendo colocar determinadas preocupações de Senadores e Senadoras na resolução, até por aquilo que sob o ponto de vista legislativo compete a uma resolução do Senado aprovada na CAE, o relatório é muito claro principalmente no que

se refere aos desafios que teremos pela frente não só na aprovação dos fundos, mas também na aprovação da Medida Provisória nº 599, relatada pelo Senador Walter Pinheiro, e do projeto de lei relatado pelo Líder Eduardo Cunha, na Câmara dos Deputados.

Por isso, Sr. Presidente, eu estou absolutamente à disposição para receber as emendas, analisá-las e ouvir também os Senadores e Senadoras, as ponderações de cada um com relação às emendas apresentadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade de falar mais uma vez sobre este projeto tão importante para o País.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Flexa Ribeiro, pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu pergunto a V. Ex^a se vamos debater as emendas agora, na discussão do parecer do nobre Senador Delcídio, pois eu gostaria de pedir destaque da emenda de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Está bom. Deixe-me falar aqui das emendas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – No dia 12 de março de 2013, foi apresentada a Emenda nº 1, do Senador Flexa Ribeiro. Em 11 de abril de 2013, foram apresentadas as Emendas nºs 2, 3 e 4, de autoria da Senadora Lúcia Vânia. Em 12 de abril, foi apresentada a Emenda nº 5, de autoria do Senador Romero Jucá. Em 18 de abril, foram apresentadas as Emendas nº 7, 8 e 9, de autoria do Senador Ricardo Ferraço – ele acaba de retirar a emenda nº 8. Em 19 de abril, foi apresentada a Emenda nº 10, de autoria do Senador Sérgio Souza. Em 19 de abril também, foi apresentada a Emenda nº 11, do Senador Ricardo Ferraço. Em 22 de abril, foram apresentadas as Emendas nº 12, 13 e 14, de autoria da Senadora Lúcia Vânia; e a emenda nº 15, de autoria da Senadora Ana Amélia; além da Emenda nº 16, de autoria do Senador Waldemir Moka. As Emendas nºs 17 e 18 também foram apresentadas e são de autoria do Senador Luiz Henrique.

Hoje, já foram apresentadas mais três emendas. São as Emendas nº 19 e 20, do Senador Cyro Miranda, e a Emenda nº 21, do Senador Roberto Requião. O Senador Suplicy apresentou mais três emendas. São as Emendas nº 22, 23 e 24.

Até o final desta discussão, estamos recebendo novas emendas. Esse período de discussão é justamente o período para debatermos. O Senador Ricardo Ferraço tem várias proposições, o Relator está aqui

para escutá-lo. Depois, ele vai dizer o que vai acolher ou não. A nossa ideia de votação desse relatório seria no dia de amanhã, mas faço esse encaminhamento mais tarde.

O primeiro orador inscrito é o Senador Roberto Requião, mas, antes...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – A intenção de V. Ex^a é votar hoje?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Não. Houve um apelo do Líder do PMDB, Eunício Oliveira, para que votássemos no dia de amanhã. Então, a ideia hoje aqui é receber todas as emendas. O Relator, ao final, vai dizer o que vai acolher, e a gente abre um pedido de vista, convocando a votação para amanhã, quarta-feira, às 9 horas da manhã.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, faço um apelo a V. Ex^a para que reveja o horário dessa reunião extraordinária de amanhã, por uma razão óbvia: quase todos aqui somos membros da Comissão de Constituição e Justiça. Ou se faz um entendimento com o Senador Vital do Rêgo para que a reunião da CCJ se faça em outro horário ou temos que fazer a nossa reunião na parte da tarde, a partir de 13 horas, 14 horas. Realmente, é impraticável. Temos matérias importantes que serão votadas amanhã e não poderemos nos dedicar com o afinho que os assuntos merecem, tanto os que vão ser tratados aqui quanto os que serão tratados na Comissão de Constituição e Justiça. Faço esse apelo a V. Ex^a para o bom andamento dos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito bem. Vou passar ao Senador Eduardo Braga e, depois, apresento uma proposta.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Presidente, pela ordem também. Primeiramente, peço à nossa querida secretária que me inscreva como um dos oradores. Em segundo lugar, digo a V. Ex^a que essa questão levantada pelo Senador Aloysio foi motivo, inclusive, de uma conversa nossa com V. Ex^a a respeito exatamente dessa preocupação. E veja que a preocupação não é apenas com relação à CCJ. Estamos, neste momento – o Líder Pimentel aqui está – com várias comissões mistas de MPs em reta final, com prazos caducando. Temos, inclusive, amanhã, às 14h30, a votação do relatório da MP dos Portos,

que será um relatório de bastante debate, bastante discussão. Será um debate polêmico. No entanto, Sr. Presidente, reconheço a necessidade da votação das matérias aqui elencadas e pertinentes.

Portanto, sugiro a V. Ex^a, quem sabe?, um acerto com o nosso Presidente da CCJ, para que a CAE pudesse funcionar amanhã a partir das 9 horas, que tivéssemos o funcionamento da CAE a partir das 9 horas, extraordinariamente, e que a CCJ comesse às 11 horas ou 11h30, para que garantíssemos entre duas horas e duas horas e meia para a votação, tendo em vista que a discussão das duas matérias seria obviamente feita hoje, tanto no que diz respeito à questão da Resolução nº 01 quanto no que diz respeito ao projeto de lei que está diretamente conectado com a votação desta resolução e que, creio, não poderá avançar sem que haja o debate.

Eram essas as sugestões que gostaria de apresentar ao Plenário da CAE sob a coordenação de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Obrigado.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as argumentações que foram aqui expendidas só reforçam a necessidade de alterarmos o Regimento desta Casa no sentido de estabelecer uma alternância, dedicando uma semana inteira, pela manhã e à tarde, às comissões e outra semana ao plenário, sem prejuízo de, em casos de urgência, o Plenário ser convocado naquela semana. Quero aqui reforçar o apelo aos Srs. Líderes e presidentes de comissão para que adotemos o mais rapidamente possível essa nova metodologia de funcionamento para esta Casa para que tenhamos uma semana inteiramente dedicada, de manhã, à tarde e à noite, aos trabalhos de comissões.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, perdoe-me por insistir...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – A que horas o senhor sugeriu a reunião amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu sugeri às 9 horas da manhã, mas eu queria fazer outro encaminhamento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu proponho que façamos na quinta-feira. É um assunto que interessa todos os Senadores. Façamos na quinta-feira, porque é um dia menos congestionado. Façamos na quinta-feira, é

mais tranquilo. Quórum haverá, porque isto aqui interessa profundamente a todos nós. Afinal de contas, nós somos pagos para isso.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Aloysio, na verdade, a nossa preocupação com os prazos decorre do fato de que na próxima semana vamos ter o feriado do dia 1º. Temos que votar esta semana.

Eu vou fazer o seguinte encaminhamento, Senador Aloysio. Estou chamando aqui o Senador Vital do Rêgo, que está vindo a esta Comissão para que combinemos os horários. Eu os apresento mais tarde, no decorrer dos trabalhos desta Comissão.

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, acho que o procedimento de V. Ex^a está correto, tendo em vista que, caso seja necessário estendermos a votação, teríamos ainda quinta-feira pela manhã como alternativa para que não perdêssemos o prazo. Iniciaríamos amanhã, conforme a orientação de V. Ex^a e, caso não concluíssemos a votação, ainda poderíamos convocar extraordinariamente para quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Então, o meu encaminhamento aqui é esperar o Senador Vital do Rêgo para combinarmos. Eu sei que vários Senadores aqui fazem parte desta Comissão e da CCJ. Decidiremos esse assunto mais à frente.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Presidente, é só para lembrar que, na quinta-feira, existem várias comissões também funcionando, comissões que são importantes também. É preciso levar isso em consideração.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vamos para a lista de oradores.

O Senador Cyro Miranda apresentou um voto em separado e tem prioridade para lê-lo aqui. Quando ele chegar, passo a palavra para ele.

Começo, então, passando a palavra ao primeiro orador inscrito, o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Presidente, eu peço a V. Ex^a que providencie o silêncio na Comissão.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Eu peço a V. Ex^a que solicite ao Plenário o silêncio na Comissão ou, alternativamente, mande evacuar a sala. Caso contrário, no meio desta algaravia, não vai haver discussão nem na quinta nem na sexta.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O Senador Roberto Requião tem razão. Eu peço a todos, assessores, pessoas que estão assistindo a esta reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, silêncio, porque está muito difícil conduzir os trabalhos desta forma.

Com a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senadores, Senador Delcídio, eu encomendei à minha assessoria uma análise, sob a perspectiva do Estado do Paraná, do seu projeto de resolução. Eu recebo esta análise assinada pelo Dr. Heron Arzua, que foi meu Secretário da Fazenda de 1991 a 1994 e de 2003 a 2010.

Ela é feita nos seguintes termos, que passam a ser os termos adotados pela minha intervenção.

O PRS nº 1 reduziu, progressivamente, as alíquotas de ICMS das operações e prestações interestaduais.

O relatório do Senador Delcídio do Amaral está baseado em inúmeras premissas que ainda precisam acontecer: emendas à Constituição, leis complementares etc. Por isso, sua execução fica na dependência de legislação futura. Todavia, atrevo-me a dizer que a referida resolução não vai resolver, em nada, os problemas atuais do ICMS, nem vai acabar com a denominada guerra fiscal.

Quando o ICMS foi aprovado no Brasil – Emenda Constitucional nº 18, de 1965 –, a comissão que elaborou a reforma tributária assentou que esse então novo imposto só funcionaria com alíquota única, como sói ocorrer na União Europeia. E parece que a mencionada comissão tinha razão! Hoje, temos inúmeras alíquotas do imposto nas operações internas de cada Estado, a maioria feita por meio de redução de base de cálculo, e, nas intrafederadas, uma distinção de 12% e 7%, dependendo do destino da mercadoria.

Quando assumi o governo, em 2003, propusemos que a alíquota de 12% valesse para as compras internas das indústrias e do comércio atacadista sediados no Paraná, à vista de que suas compras de São Paulo vinham com essa alíquota. Assim, como a alíquota interna era e é de 18%, havia um incentivo para que as compras fossem realizadas em outros Estados, principalmente em São Paulo e Santa Catarina. Daí, diferimos para a próxima etapa de circulação de mercadorias a diferença entre 18% e 12%, com o que as compras de nossa indústria e do atacado voltaram a crescer – funcionou muito bem esta medida!

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senador, acho que temos que suspender esta reunião, porque não tenho condição de fazer a minha

intervenção com essa conversa paralela. Vamos levar a sério a Comissão de economia do Senado!

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vou fazer o último apelo: quero dizer que, na sala 7, há um telão em que estão transmitindo a sessão. Então, este é o último apelo que faço, porque, senão, vou ter que, de fato, evacuar esta sala.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Que vão bater papo lá na sala 7!

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Já anuncio que, na sala 7, o telão está funcionando. Sei que há muita gente entrando para assistir a esta audiência pública, e esta é a última vez que faço esse tipo de consideração!

O Senador Roberto Requião tem direito à palavra.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Volto à exposição da situação do Paraná. Essa redução de 18% para 12% das compras internas reativou a nossa indústria e as compras do comércio local na indústria local. Mas, Senador Delcídio, imagine, com uma diferença de 4% para 18%, o que vai acontecer com a nossa economia, pois todos vão sempre querer adquirir mercadorias nos Estados vizinhos.

Ademais, quem comprar, no mercado interno, a uma alíquota de 18% e vender para fora do Estado a 4% vai sempre ficar com o crédito do imposto, porque, como acontece hoje nas exportações para fora do País, não consegue compensar. Resultado: como os Estados dificultam a autorização para compensar, e alguns nunca o fazem, o ICMS, cada vez mais, vai-se tornar um imposto cumulativo, com todos os danos que um tributo desta natureza faz à economia.

Era preciso colocar uma ressalva na legislação do ICMS, ou seria, talvez, na lei complementar. Que, nesta hipótese, a transferência do crédito resultante fosse sempre automática, sem depender de autorização administrativa, igualmente as situações específicas que a resolução não contempla e trazem distorções graves para os Estados que têm indústrias em seus territórios, à vista dos incentivos existentes na Zona Franca de Manaus. Veja o caso dos bens de informática, que o Amazonas vende a 12% e não paga nada de imposto e, assim, transfere um crédito de 12% para o comprador quando, se a compra for do Paraná, o imposto é de 4%, com crédito correspondente. Epílogo, todos vão ter que se mudar para Manaus. Não há outra alternativa para as empresas.

Aliás, penso que os Estados do Norte e do Nordeste não vão concordar com a referida resolução, que fica na dependência de criação de um fundo federal de compensação. Ora, todos conhecem o que aconteceu com a Lei Kandir e a conhecida, entre aspas,

“boa vontade da União” em transferir recursos para os demais entes federados.

Estou ciente de que os Estados do Sul e do Sudeste vão propor inúmeras mudanças no mencionado projeto de resolução.

Agora, a resolução contempla uma visão da economia no presente. Como os empresários não são ingênuos, eles vão procurar se acomodar da melhor maneira para enfrentar os novos problemas. Os paranaenses certamente vão preferir se mudar para o Paraguai, não para a Zona Franca de Manaus, o que para o Paraguai pode ser bom, onde a legislação tributária é extraordinariamente simples, sem a complexidade de um ICMS caótico, em que o instituto da substituição tributária, sendo alargado para quase todos os produtos, está matando as micro e pequenas empresas que, como as demais, têm que pagar o imposto adiantado e ainda sobre uma base de cálculo de varejo presumida pelas administrações estaduais. Por exemplo, o polo de Pinga, do litoral do Paraná, de Morretes, simplesmente será exterminado do dia para a noite.

Essas observações, e são observações apressadas que nos ocorrem, quero levá-las à consideração de V. Ex^a.

Acredito que, para o Estado do Paraná, essa resolução, apesar das emendas, será uma tragédia anunciada. Eu mesmo apresentei uma emenda sobre informática estabelecendo uma alíquota de 12% nas compras externas, mas, cá entre nós, isso não é suficiente. As pequenas empresas, que são objeto agora inclusive da criação de um ministério em nível federal, estarão simplesmente liquidadas pela substituição tributária e pelos impostos assim cobrados.

Era essa a observação que eu e a minha assessoria queríamos fazer ao Senador Delcídio sobre o seu projeto de resolução.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a é a próxima inscrita.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Antes quero usar da palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Ouvimos, com muita atenção, a fala do Senador Requião. Acho que é muito mais técnica do que política. Eu penso assim. Obviamente que todos nós, cada um de nós aqui, defendemos os interesses de nossos Estados e por eles falamos. Entretanto, estamos debatendo uma matéria que é técnica. E se iniciarmos o debate sob uma premissa equivocada, vamos prejudicar o

debate, inclusive a correta compreensão, não é a boa compreensão, é a correta compreensão da matéria.

Ouvi, com muita atenção, o Senador Roberto Requião, que fala da Zona Franca de Manaus como se fosse a grande beneficiada com isso e como se todos os Estados brasileiros, a partir da aprovação dessa matéria, passassem a ser credores do Estado do Amazonas e da Zona Franca de Manaus. As informações que tenho é que não é isso, Sr. Presidente, mesmo porque os Estados que comprem da Zona Franca de Manaus vão comprar, obviamente, Senador Requião, com um ICMS interestadual de 12%, mas o ICMS local, no que esse projeto não mexe, é superior a 12%. Então, não há crédito nessa transação, Sr. Presidente.

Solicito, antes da minha fala, que o nosso Relator, Senador Delcídio do Amaral, explique isto, deixe bem claro que essas transações não gerarão crédito à Zona Franca de Manaus, como está dito aqui. E o que é mais grave, S. Ex^a disse que a Zona Franca vai ficar igual ao Paraguai e que, então, para as nossas empresas, melhor do que ir para a Zona Franca é ir para o Paraguai. Isso não é verdade!

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senadora Vanessa...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Então, Senador, explique tecnicamente se é correto ou não o que o Senador Requião disse, que nós vamos gerar crédito e que todos os Estados passarão a ser devedores da Zona Franca.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senadora Vanessa...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu lhe peço compreensão. Não vou passar a palavra agora para o Relator, porque são muitos os inscritos, e o Relator falará ao final. Então, V. Ex^a pode continuar...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Creio que a gente não pode seguir no debate com um entendimento equivocado. O Senador Requião foi claro, dizendo o seguinte: “A Zona Franca de Manaus vai gerar um crédito”.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a tem inscrição para ajudar a esclarecer.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Mas por que o Relator não esclarece isso logo?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Porque há muitos inscritos, Senadora. Há muitos inscritos aqui, são mais de 15 Senadores inscritos. Isso alonga muito. O Relator falará na hora certa.

V. Ex^a ainda vai fazer uso da palavra?

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Vou, é claro!

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Então, tem V. Ex^a a palavra.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu gostaria até que o Relator...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Quem compra credita!

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É claro que quem compra credita! Então, vamos lá! Vamos às contas! Acho que é muito mais... Eu poderia aqui falar muito a respeito da importância da Zona Franca. Acho que não há a necessidade de eu falar aquilo que o Brasil inteiro conhece. Inclusive...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Depois, eu lhe concederei a palavra. A Senadora está no meio da fala, Senador Roberto Requião. Assim que a Senadora encerrar a sua fala, passarei a palavra, pela ordem, a V. Ex^a.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Veja o que era o Brasil antes e o que é o Brasil depois da Zona Franca. Falo da Amazônia, principalmente. Eu, que vivo em Manaus, sei que houve um período da história brasileira, no fim dos anos 1800, em que não só o Amazonas, mas também a Amazônia brasileira tinham uma importância fundamental para todo o País. Vinte e cinco por cento da pauta exportadora brasileira, no final dos anos 1800, saíam da Região Amazônica, com a exportação da borracha. Com a debacle da borracha, Sr. Presidente, aquela região virou uma região de nada, não havia como produzir, não havia desenvolvimento econômico. E foi a partir do decreto-lei que criou a Zona Franca de Manaus que nós pudemos retomar o desenvolvimento não só de Manaus, mas de toda a Região Amazônica. E o mais importante é que pudemos retomar o desenvolvimento com preservação ambiental.

Está aqui, entre nós, o Senador Eduardo Braga, que foi Governador daquele Estado por duas vezes.

Tenho dito, Senador Flexa Fibeiro, que os governadores do Amazonas, que é um Estado com um nível, um percentual de preservação muito maior do que o do Pará, conseguiram esse feito não pela competência. Não é que os governadores do Amazonas têm sido mais competentes do que os governadores do Pará. Não! É que, no Amazonas, temos, sim, uma alternativa de desenvolvimento econômico que não gera pressão sobre a floresta, e essa alternativa chama-se Zona Franca de Manaus.

Quero cumprimentar o Senador Delcídio pelo seu relatório, porque ele procurou não só manter a situação

da Zona Franca de Manaus, mas também atender os principais pleitos que estavam sobre a mesa.

Qual era a tônica do discurso nesta Comissão? Nordeste, Norte e Centro-Oeste não podem ter um tratamento igualitário, não podem ter o mesmo tratamento das Regiões mais desenvolvidas, Sul e Sudeste. Tratar diferentes de forma igual é promover a discriminação. Então, tratar diferentemente os que são diferentes, isso sim, é o que se busca, para garantir a igualdade entre os entes da Federação. Então, quando o Senador propõe 4% para as Regiões Sul e Sudeste e 7% para as demais, o Senador promove uma equidade. Nesse caso, a busca da equidade não está no número igual, está exatamente na diferença dos números, porque se levam em consideração as diferenças regionais.

O Senador Delcídio atendeu também – então, está aí atendida a reivindicação do Nordeste – às Áreas de Livre Comércio que fazem parte do sistema Zona Franca de Manaus e que interagem com a Zona Franca de Manaus, colocando de forma igualitária o tributo para essas regiões.

Sr. Presidente, em relação àquilo que vem sendo dito aqui, a não ser que eu tenha entendido isso de forma errada, nós estamos aqui tratando de ICMS interestadual. Nós não estamos tratando de ICMS estadual, aquele praticado nas transações locais.

Então, veja, Senador Requião, e posso estar equivocada...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – É claro!

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Mas veja V. Ex^a: se um produto sai da Zona Franca de Manaus com 12% de ICMS interestadual – se é uma Zona Franca, há, portanto, crédito de 12% – e chega ao Estado do Paraná, o seu Estado, qual será o ICMS lá? Não é 4%, porque 4% é o interestadual. Chegará ao Paraná com um ICMS de 17% ou de 18%, que é o valor que o Paraná pratica. É isso, Senador Requião. Então, ainda haverá um recolhimento de ICMS por parte do Estado do Paraná. Não há crédito, Sr. Presidente; não há crédito.

Para concluir minha intervenção, quero dizer o seguinte: o entendimento que tenho do projeto é que não há nenhum benefício a mais à Zona Franca de Manaus do que aquilo que ela já tem hoje. E, se eu estiver errada, Senador Delcídio, que V. Ex^a me corrija. Essa é a única questão que se relaciona com a Zona Franca de Manaus. Estamos mantendo as diferenças para a Zona Franca de Manaus. Como o próprio Senador Delcídio falou numa entrevista – e quero cumprimentá-lo pela entrevista, Senador Delcídio, publicada nos meios de comunicação no dia de ontem –, a Zona Franca de Manaus é uma exceção tributária do Brasil e, nesse

projeto, ou ela é tratada como tal, como uma exceção tributária, ou aqui vamos decretar o fim da Zona Franca de Manaus. Tenho certeza, tenho convicção absoluta de que nenhum Parlamentar, seja do Sul, do Nordeste, do Centro-Oeste, de onde for, é contra a Zona Franca de Manaus. São contra a Zona Franca ter vantagens tão grandes que prejudiquem as demais Unidades da Federação. E elas não prejudicam, não prejudicam as demais Unidades da Federação. Mantêm-se exatamente nesse projeto. O relatório do Senador Delcídio, o substitutivo do Senador mantém as vantagens da Zona Franca tal como ela está sem levar prejuízo financeiro e econômico adicional a qualquer Unidade da Federação, Sr. Presidente.

Então, por isso é que, tendo a convicção de que vamos encaminhar o debate tecnicamente de forma correta e, quando houver a percepção de que a proposta do Senador Delcídio não leva nenhum prejuízo a qualquer Estado por conta dos 12% da Zona Franca, tenho certeza de que votaremos de forma unânime aqui, nesta Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT-RJ) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

O Senador Requião pediu pela ordem.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senador Lindbergh, em primeiro lugar, proponho à Mesa que estabeleça um limite para as intervenções e pretendo, nesta resposta, ser muito breve.

Há crédito, sim. Se as vendas forem para o mercado interno são compensadas, se não forem, não o são, e todos nós aqui somos partidários de uma política diferenciada para a Amazônia e para a Zona Franca de Manaus. Não acredito que exista um Senador no Senado da República que se coloque contra esse processo, mas, em vez de estarmos prejudicando o desenvolvimento de unidades federadas, acredito que deveríamos estar pensando mais no Fundo de Participação dos Estados e Municípios, que, de 88 para cá, foi reduzido em 50%, de 80% para 40%, e continuamos agora nesta guerra tola em que, evidentemente, o objetivo maior não é prejudicar Manaus, mas favorecê-lo. Prejudica o Paraná, sim, torna impossível a existência de pequenas e microempresas, e o meu parecer deve ser respondido com mais detalhes pelo próprio Relator. A Senadora Vanessa está redondamente enganada na defesa legítima de seu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT-RJ) – O Senador Roberto Requião sugere que se estipule um tempo. Pergunto aos Srs. Senadores se concordam com isso. Poderíamos colocar o tempo de cinco minutos, com a Mesa sendo tolerante. Vou colocar ali para marcar...

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Três minutos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT-RJ) – Hein?

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Três minutos de prazo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT-RJ) – Três minutos é muito pouco, Senador Jarbas.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sugiro três com mais dois de tolerância. Se a pessoa estipula cinco, daqui a pouco, vai a dez.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT-RJ) – Três minutos é muito pouco. Vamos estipular cinco minutos e vou ter tolerância também, Senador Ricardo Ferraço, que é o próximo inscrito.

Peço para a Secretaria marcar ali cinco minutos.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Presidente, o que estamos, a meu juízo, determinando nesta votação é a capacidade e a autonomia que os nossos Estados terão para produzir políticas de atratividade para o desenvolvimento das nossas Regiões.

Os governos estaduais que, historicamente, adotaram parcelas do ICMS como margem de atratividade, fizeram-no na ausência de uma política de desenvolvimento regional nacional que pudesse assegurar a desconcentração econômica do nosso Estado, do nosso País.

O balanço é extremamente positivo dessas políticas ao longo dos últimos anos. Os incentivos fiscais associados à Lei de Responsabilidade Fiscal, Senador Delcídio, produziram, como efeito prático e objetivo, avanços muito importantes para o nosso País. Por que razão a Grendene iria para Sobral, no interior do Ceará, sem atrativos, se lá não há mercado de consumo? Um adicional de custo extraordinário sem uma compensação? Os efeitos da forma como esses investimentos se desconcentraram em nosso País foram muito positivos.

Reconheço que, entre a proposta original e o parecer do Senador Delcídio Amaral, houve avanços. Houve avanços. É preciso haver esse reconhecimento ao espírito e à capacidade de articulação e mobilização do nosso Relator. Mas a questão central é se os avanços são avanços conservadores ou ousados.

Acho que o nosso Relator poderia e poderá ousar mais se forem consideradas algumas emendas que ele tem sob sua avaliação. Porque, na prática, Sr. Presidente, colegas Senadores, este debate não pode ser desassociado da medida provisória que trata do assunto e da lei complementar que trata do assunto. São três medidas, mas a joia do tesouro é o projeto

de resolução. Uma vez aprovado o projeto de resolução, os nossos Estados poderão ficar e estarão muito vulneráveis, sempre lembrando...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Isso é que é insegurança jurídica.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – ... que nós temos um antecedente muito grave para os nossos Estados, que é a Lei Kandir. Quando decidiu o Congresso Nacional desonerar as exportações de semielaborados, os nossos Estados ficaram na expectativa de que seriam compensados pela União, e nós sabemos que essa compensação, na prática, não se realiza. E essas empresas exportadoras de semielaborados estão acumulando créditos que são impagáveis aos nossos Estados.

Por que eu digo isso, meu caro Relator Delcídio? Porque nós precisamos estabelecer na resolução uma premissa, uma condicionalidade. Por isso, peço a atenção de S. Ex^a para a Emenda nº 9, em que nós propomos que essa resolução entre em vigor em 1º de janeiro de 2014, produzindo efeitos após a plena vigência de norma legal dispendo sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, Distrito Federal e Municípios. A própria União reconhece essas perdas quando envia ao Congresso Nacional uma medida provisória para tratar da questão. Eu acho que essa premissa, essa condicionalidade, precisa estar ancorada na proposta de resolução, no projeto de resolução.

Outra sugestão que faço, outra emenda que estou defendendo, deliberando aqui e submetendo ao Relator e aos Senadores é que esses valores referentes à compensação sejam considerados transferências obrigatórias, para que a gente não caia na armadilha de uma Lei Kandir 2, aquela que foi sem nunca ter sido, aquela que compensou sem nunca ter compensado.

Portanto, Relator, o espaço que me parece adequado é que façamos essas premissas ou essas condicionalidades na própria resolução. Assim, peço deferência do nosso Relator, porque esta é uma decisão importante. Nós seremos responsáveis por aquilo que teremos como desdobramento desse debate.

A Emenda nº 9, entre outras questões, Relator, parece-me que apresentamos aqui como pré-condição.

A outra emenda, Sr. Relator, para a qual peço deferência é a Emenda nº 11, resgatando inclusive a proposta original do Poder Executivo, que não cria diferença de alíquotas em razão de a atividade ser industrial ou ser comercial.

Nós temos muitos arranjos, Brasil afora, que foram conduzidos como compensação para corrigir os extraordinários gargalos que temos, em nossos Estados, na infraestrutura. Veja o caso do arranjo atacadis-

ta em meu Estado, Relator Delcídio! Tenho certeza de que em outros Estados nós temos arranjos. Em tese, o meu Estado não deveria ter esse tipo de arranjo, porque estamos numa “interlândia” de consumo próxima ao Rio, próxima a Minas, próxima a São Paulo, por assim dizer, comparado com outros Estados. Mas isso foi necessário para que se compensasse a ausência de investimentos por parte do Governo Federal em nossa logística, porque temos uma logística em nosso Estado absolutamente deficitária. Os nossos portos são do século retrasado. A ferrovia foi construída ainda nos anos 60. As nossas rodovias, BR-101 e BR-262, estão todas carcomidas, não oferecendo não apenas condição de competitividade, mas sequer segurança e conforto a quem por lá transita. Quanto ao nosso aeroporto, Relator, sua inauguração foi prometida para 2008. Estamos em 2013, e não temos no horizonte qualquer perspectiva de investimentos. O nosso porto de águas profundas... E eu cito isso porque são atribuições do Governo Federal. Se ele delegasse para o Estado de alguma forma, nós talvez pudéssemos assumir essa responsabilidade, mas a União não faz e não permite que o Estado faça. Então preciso compensar uma falta de alinhamento em nossa infraestrutura.

Portanto, parece-me absolutamente não razoável manter a alíquota para a indústria em 7% e não manter para comércio em 7%.

Esse arranjo atacadista em meu Estado, por exemplo, proporciona 35 mil empregos. Ele proporcionou, no ano passado, aproximadamente R\$800 milhões de arrecadação.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador, já passaram treze minutos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – V. Ex^a falou que ia ser condescendente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Estou sendo muito tolerante. Eram cinco minutos, passaram treze. É que estou sendo cobrado pelos Senadores.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu preciso que V. Ex^a seja um pouquinho mais condescendente. Eu já vou encerrar, antes que o meu amigo querido Armando Monteiro me atropеле, como já está ensaiando ali.

A outra emenda que nós estamos propondo é a que condiciona ou cria o mesmo nível para o comércio e para a indústria. Aliás, a proposta indicada pelo Governo Federal não criava esse tipo de distinção. E no relatório, V. Ex^a cria uma condição somente para a indústria. É preciso que comércio e indústria tenham o mesmo tratamento, porque a atividade comercial e a de serviços têm uma relevância muito grande na economia brasileira.

E finalmente, Sr. Presidente, nós estamos apresentando uma outra emenda que revoga a Resolução 13 do Senado Federal, porque ela se transformou numa proposta inaplicável. Nós já temos contabilizadas nacionalmente, Relator Delcídio, mais de 300 liminares concedidas em vários Estados, dando conta de que o texto aprovado no Senado é inaplicável. Por isso, eu peço a revogação para que nós possamos escrever uma nova resolução, uma resolução que possa ter efetividade, uma resolução que possa sanar a judicialização que nós estamos observando na aplicação da Resolução 13. Nem o Confaz nem a Camex conseguiram dar uma solução para essa questão.

Portanto, são essas as emendas que por ora eu gostaria que merecessem a avaliação do meu estimadíssimo e competente Senador Relator Delcídio do Amaral, agradecendo a S. Ex^a, Senador Lindbergh, pela condescendência com o tempo. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Passo a palavra ...

Os senhores são bem-vindos. Quero só anunciar que as pessoas que estão aqui assistindo a esta audiência não podem se manifestar.

Passo a palavra para o Senador Humberto Costa.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Presidente, eu entendo agora essa extensão da fala do Senador Ferraço, que se poderia chamar o grand finale.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, eu queria inicialmente fazer um registro. Há muito tempo se discute no Brasil a necessidade de realização de reforma tributária. Há um consenso de que isso é importante e necessário. Mas antes deste momento que nós estamos vivendo agora, antes do atual Governo, nós não tivemos passos concretos para isso, mas agora estamos tendo passos concretos, dados pelo Governo Federal e pelo Parlamento brasileiro: resoluções, como a Resolução nº 13, que tratava do ICMS sobre produtos importados; a própria iniciativa do Governo de participar desse debate do ICMS e da Casa, o Senado Federal, de tocar esse debate para frente; e tantas outras questões nós estarmos discutindo neste momento, como a convalidação das decisões do Confaz, o Fundo de Desenvolvimento Regional e o Fundo de Compensação. Portanto, acho que é importante fazer esse primeiro registro.

O segundo ponto, em que há um consenso também, é de que a guerra fiscal, essa política de dar

estímulo, incentivos fiscais do ICMS para a atração de investimentos se esgotou plenamente. Ela hoje é contraproducente, até porque os próprios Estados mais ricos começam a usar também essa política, o que anula de forma absoluta as intenções que Estados não desenvolvidos tinham ao traçar essa política. Além do mais, isso gera hoje, como diz V. Ex^a no seu parecer, uma ameaça à Federação.

Então, eu queria, antes de mais nada, parabenizar o esforço que o Senador Delcídio do Amaral fez no sentido de buscar um equilíbrio nessa proposta.

E eu queria aqui também ressaltar alguns aspectos que eu considero importantes e algumas preocupações. Primeiro, é importante dizer que quem vai decidir, que vai dar a palavra final sobre as medidas provisórias, sobre a resolução ou sobre projeto de lei complementar é o próprio Congresso Nacional. Não há por que temer que mais à frente o tema da convalidação não venha a se concretizar, no sentido de se estabelecerem condicionantes para aprovação desta proposta. Não vejo necessidade de se fazer.

O que eu acho importante, em relação ao que hoje está tramitando nesta Casa – e para o que V. Ex^a chama a atenção –, é discutir, por exemplo, qual é o melhor caminho para nós aprovarmos esse fundo de compensação.

Concordo com V. Ex^a que uma lei complementar nos tiraria, digamos, da boa vontade da Comissão de Orçamento para, a cada ano, estabelecer essas compensações, definindo no orçamento recursos para isso.

Em segundo lugar, que o Fundo de Desenvolvimento Regional, que também vai ser objeto de discussão e de votação aqui, possa ter uma mudança na sua proposta original. Já defendi aqui a ideia de que nós deveríamos ter uma parte maior de recursos orçamentários que pudessem ser aplicados pelos Estados em processo de desenvolvimento mais lento, não somente para financiar investimentos e atrair indústrias, por exemplo, mas para utilizar livremente na área da infraestrutura.

E defendo aqui também essa proposta da convalidação, que ela possa acontecer nos termos do projeto apresentado pelo Senador Wellington Dias.

Portanto, eu me sinto perfeitamente representado no parecer que V. Ex^a deu. Eu seria até mais rigoroso no sentido de que essa alíquota dos 7% dos Estados mais pobres para os Estados mais ricos não contemplasse os produtos agropecuários. Eu acho que nós deveríamos caminhar mais fortemente para uma política de tributação no Estado de destino desses produtos, portanto.

Eu gostaria também de ressaltar aqui uma questão que me parece hoje, eu diria, um argumento sem

muito fundamento – sem aqui querer atingir o argumento de quem quer que seja. A gente falar, hoje, que a concessão de incentivos fiscais ainda é uma política exitosa na atração de investimentos eu acho que é um equívoco. É um equívoco até porque o Brasil, ao longo desse período, mudou muito.

Hoje, muitos Estados que só tinham isso como fator de atração têm o processo de qualificação profissional da sua população, o que dá um diferencial no mercado de trabalho importante. Nós temos as obras de infraestrutura que aconteceram e que continuam acontecendo no Brasil, em todos os Estados, que são, também, um diferencial importante. Temos um aumento do poder aquisitivo, inclusive nos Estados mais pobres, o que aconteceu ao longo desses anos, fortalecendo o surgimento dessa tal nova classe média.

Portanto, eu acho que nós temos que ser mais corajosos e incisivos para fazer com que, de fato, nós tenhamos uma política de desenvolvimento regional planejada, para, a partir daí, que nós possamos ter o fim dessa guerra fiscal, porque isso vai trazer aumento de arrecadação do ICMS para todos os Estados, e nós vamos ter, sem dúvida, uma maior harmonia na tributação no nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço ao Senador Humberto Costa e passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Lindbergh; Relatores, Senador Delcídio, Senador Walter Pinheiro; Sr^{as} e Srs. Senadores, Presidente, eu já encaminhei pedido de destaque, Senador Delcídio, à Emenda nº 1, de minha autoria.

Tive a oportunidade, na reunião da semana passada, de conversar com V. Ex^a e conversar também com o Senador Walter Pinheiro, Relator da medida provisória que trata do mesmo assunto. E quero ponderar que V. Ex^a não acatou a minha emenda, que dá um tratamento igualitário aos Estados da Região Norte em relação ao comércio entre eles. Então, V. Ex^a acatou a emenda do nobre Senador Jucá, que tem a mesmo objetivo, só que ela é uma emenda restritiva, porque ela atende todos os Estados que possuem zonas de livre comércio, retirando o Estado do Pará. E o Pará sempre é tratado pela União como o patinho feio, porque todos os Estados têm um tratamento diferenciado, menos o Pará, por não ter zona de livre comércio. E olhem que nós já fizemos vários projetos criando zonas de livre comércio, zona franca, e não somos atendidos.

Então, é preciso que o Pará não seja mais discriminado, pois o Pará contribui com parte importante do saldo da balança comercial brasileira, que é obtido pelas exportações do Estado do Pará, penalizado pela

não compensação da Lei Kandir, como foi falado por todos os Senadores.

Farei, inclusive, uma emenda ao projeto de lei do Senador Paulo Bauer, que cria também o fundo para que se possa fazer a compensação dessa perda de ICMS nesses Estados. E quero já pedir o apoio das Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras para que possamos fazer também nesse projeto de lei, incluída a compensação da Lei Kandir, pois lamentavelmente nós, Parlamentares, não fazemos o nosso dever, que é regulamentar a Lei Kandir, desde que ela foi criada, lá nos anos 90. E nós não a regulamentamos.

Então, quero chamar a atenção de V. Ex^a, já que V. Ex^a acatou a emenda do Senador Jucá, para que faça o acatamento da emenda de minha autoria, que abrange a do Senador Romero Jucá, pois ela é mais ampla que a do Senador, até porque o Senador Romero Jucá discriminou Municípios e muitos dos Estados que possuem zonas de livre comércio, mas não todos os Municípios.

Então, por exemplo, para o Estado do Senador Romero Jucá, zona de livre comércio é só Boa Vista e Bonfim. E os outros Municípios, quando eles fizerem troca? O Amapá, do Senador José Sarney, a zona de livre comércio é só Macapá e Santana.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – E Santana.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – E Santana. É bom, porque vão me corrigindo aqui. E os outros Municípios? Como eles ficam?

Então, emenda de minha autoria, Senador Delcídio, atende o Estado como um todo e inclui o Estado do Pará, que não tem por que ficar fora, mais uma vez discriminado, de um tratamento igualitário entre os Estados da Região.

E no seu brilhante parecer, V. Ex^a justifica com uma observação, em que acho que houve um erro – permita-me, Senador Delcídio – de interpretação da emenda por mim proposta.

Aqui diz V. Ex^a: “Cabe ainda observar que as perdas”, pág. 14, “significativas para o Amazonas se devem a uma característica básica: ser um Estado produtor por abrigar a Zona Franca de Manaus”.

Eu fiz referência, na semana passada, de que todos os Estados são produtores. Lamentavelmente, nem todos têm a zona franca, que gostaríamos de ter.

“Assim sendo, creio que não caberia estender a situação excepcional do Amazonas, consubstanciada na alíquota de 12%, para os demais Estados do Norte”. Não é isso o que a emenda propõe. A emenda, em nenhum momento, propôs estender, como V. Ex^a coloca “a situação excepcional do Amazonas” para os demais Estados da Região Norte. Não. A emenda apenas pede que, na relação de compras entre os

Estados da Região Norte, seja utilizada a alíquota de 12%. É só isso. E V. Ex^a atendeu ao Senador Jucá só para os Municípios que são áreas de livre comércio.

Eu fiz o destaque da emenda e pediria a V. Ex^a que pudesse rever a aceitação dessa emenda e que, caso não atenda ao pleito do seu amigo, quero pedir o apoio dos Senadores para que possamos votá-la.

Também já conversei com o Senador Walter Pínhireiro, que, como Relator da medida provisória, é favorável à emenda. Ele não entende por que deixar de fora o Estado do Pará numa relação entre os Estados da Região Norte.

Então, eu quero aqui, ao concluir, solicitar a V. Ex^a a revisão do parecer com o atendimento da emenda, cumprindo o prazo estabelecido pelo Presidente, Senador Lindbergh, dos cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra, o Senador e Líder do Governo no Senado, Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, primeiro cumprimentar o nosso Relator Delcídio do Amaral, que, de forma competente, apresentou um relatório difícil, porque trata de questões federativas e questões essas que estão hoje no topo da agenda do Senado da República e do Congresso Nacional, tendo em vista o grande debate sobre o compartilhamento e a redistribuição das receitas públicas no Brasil.

Agora, é importante destacar, Senador Lindbergh e Senador Delcídio, que o esforço estabelecido pelo Governo nessa resolução não pode ser analisado de uma forma isolada. Tanto é assim que se buscou, a partir do relatório do Senador Delcídio e de um acordo que nós estamos tratando de construir no Senado da República, estabelecer uma tramitação concomitante entre a resolução que trata do ICMS interestadual e que visa botar disciplina a uma questão que é vital para os Estados.

Eu fui Governador de Estado por duas vezes, com as bênçãos de Deus e pela generosidade do povo do Amazonas, e sei que não há um Estado que defenda publicamente a guerra fiscal. No entanto, a guerra fiscal se instalou no País. E se instalou, muitas vezes, com benefícios desproporcionais, que acabaram prejudicando receitas públicas dos Estados, seja de origem, seja de destino.

No entanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o acordo que estamos buscando estabelecer visa à consolidação desses benefícios através de um projeto de lei que tramita nesta Casa, que poderia obviamente ser acatado e mencionado na resolução, dizendo e vinculando, Senador Eunício Oliveira, que a resolu-

ção entraria em vigor a partir do momento em que o projeto de lei...

Sr. Presidente, sem querer ser tão veemente quanto o Senador Requião, eu pediria apenas...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pedir a todos, é. Nosso Líder do Governo está falando,...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Condições para poder...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Este é um assunto que interessa a todos. Pediria silêncio ao Plenário, para que todos possamos ouvi-lo. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Senador Sérgio Souza, é importante a atenção com relação a esse item.

Veja, se essa resolução entrasse em vigor a partir do momento em que o PL que garantirá a consolidação – inclusive com um quórum qualificado, diferenciado do Confaz, para que se possa garantir a consolidação desses benefícios –, isso significa manter a competitividade de todos os benefícios concedidos, que inclusive se encontram, neste momento, sub judice no Supremo Tribunal Federal.

Aqui não se trata de colocar um Estado membro da Federação contra outro Estado membro da Federação. Aqui não se trata de colocar a Zona Franca de Manaus ou o gás do Mato Grosso do Sul ou as políticas que sobrevivem em cada um desses Estados contra as políticas de outros Estados. Aqui se trata da construção de um consenso nacional em torno do desenvolvimento, em torno da legitimidade, da geração de emprego e renda em cada uma das unidades federativas.

Eu não posso crer aqui que qualquer Senador tenha a predisposição de votar contra o projeto de qualquer Estado. Recentemente, o Estado do Amazonas e o Estado do Pará deram uma demonstração nesse sentido e, a bem da verdade, o Estado de Minas Gerais, quando esses três Estados se somaram ao Nordeste e garantiram, muitas vezes até com pequenas perdas no seu FPE, que o Nordeste não fosse penalizado na distribuição do Fundo de Participação dos Estados. Por quê? Porque esses Estados compreenderam que essa partilha era uma partilha fundamental para o financiamento público daqueles Estados pobres do Nordeste.

Ora, neste momento, nós não podemos ter um entendimento diferente em relação à questão do ICMS. Esta resolução, se for analisada isoladamente, terá graves e sérios embates. No entanto, se esta resolução vier no bojo e no âmbito de uma discussão ampliada, em que se trata da convalidação dos benefícios já concedidos que se encontram sub judice no Supremo Tribunal Federal, correndo o risco, inclusive, de uma

súmula vinculante que possa trazer graves e sérios prejuízos à Federação e ao pacto federativo...

Ora, nós poderemos assegurar, portanto, aqui a segurança jurídica necessária não apenas para o Polo Industrial de Manaus, que gera 150 mil empregos diretos e mais de 600 mil empregos, o que representa a falência ou a sobrevivência do povo brasileiro que vive naquele Estado. Nós sabemos que está chegando a esta Casa o Código de Mineração, que diz respeito à sobrevivência e à vitalidade financeira do Estado do Pará, de Minas Gerais e de outros Estados brasileiros que podem se fortalecer com a questão mineral – nós temos vocação mineral. A questão agrícola do Centro-Oeste, que é absolutamente necessária, não pode ser esquecida.

Esta é uma Casa da Federação. Nós estamos no Congresso Nacional e no Senado da República. Portanto, quero aqui louvar e parabenizar o relatório apresentado pelo nosso Senador Delcídio do Amaral, dizendo que todos nós estamos nos esforçando no sentido da construção de um entendimento que possa fortalecer a Federação, possa fortalecer a geração de emprego e renda nos Estados brasileiros, possa trazer segurança jurídica aos investimentos e, possa, acima de tudo, apontar para um entendimento que passa pela renegociação da dívida pública, que passa pela convalidação dos benefícios fiscais adotados até a promulgação desta resolução e que possa, finalmente, restabelecer um diálogo federativo mais franco, mais cordial, sem que estejamos aqui discutindo a divisão de um pão que falta na mesa dos nossos Estados, discussão em que todo mundo briga, e ninguém tem razão.

Faço aqui, obviamente, a minha declaração ao meu Estado, ao Estado do Amazonas, ao Polo Industrial, mas defendo o desenvolvimento, a geração de emprego e renda e uma política que possa gerar justiça social para todos os Estados brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Lembro novamente que a plateia não pode se manifestar. Aliás, estou defendendo a plateia aqui: durante as discussões eu estava observando que o problema do barulho não está sendo ocasionado pela plateia, mas pelos Senadores e suas assessorias. De qualquer forma, peço que a plateia não se manifeste. O debate está transcorrendo da melhor forma possível.

Antes de passar para o próximo Senador inscrito, Senador Luiz Henrique, queria dizer que chamamos o Senador Vital do Rêgo aqui e que tive uma conversa com ele je com o Senador Aloysio Nunes. Ele vai começar a reunião da CCJ amanhã às 10 horas em ponto e vai diminuir a pauta, de forma que marcamos para amanhã, às 11h30min, sessão extraordinária

desta Comissão de Assuntos Econômicos. Fizemos um acordo de procedimentos com a CCJ.

Com a palavra, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Lindbergh Farias, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu quero estabelecer, no que tange ao meu Estado, de que fui Governador durante oito anos, que os novos investimentos empresariais, as novas empresas que lá se estabeleceram – e temos o caso mais recente da GM e da BMW –, não ocorreram simplesmente em razão de benefícios fiscais concedidos pelo governo. Ocorreram pela nossa infraestrutura, pela logística dos nossos cinco portos. Ocorreram pela qualidade da mão de obra. Ocorreram pelo cluster industrial, lá estabelecido. De modo que atribuir o desenvolvimento, o crescimento industrial de Santa Catarina simplesmente aos incentivos concedidos é uma falsa equação.

Quero dizer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o nobre Relator, Senador Delcídio do Amaral, realizou um trabalho paciente, ouvindo cada Estado nas suas reivindicações, e avançou significativamente em relação ao projeto original. Mas há necessidade de uma nova adequação, no sentido de que o processo de redução da alíquota do ICMS nas operações interestaduais coincida na mesma data para Estados do Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste, ou seja, no dia 1^a de janeiro de 2021, nos termos das emendas que apresentei nesta Comissão. E peço a elas a atenção devida de todas as Sr^{as} e Srs. Senadores e o acolhimento do Sr. Relator, para que se estabeleça um critério de absoluta justiça na equalização das alíquotas do ICMS como tal propostas pelo Governo, através da Resolução nº 1.

Colaborando com a Mesa, Sr. Presidente, faço esta manifestação sintética rigorosamente dentro do tempo que me é concedido.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço muito ao Senador Luiz Henrique.

Passo a palavra ao Senador Wilder Moraes, por cinco minutos.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente Lindbergh, Senador Delcídio do Amaral, também apresentei uma emenda que, na verdade, é para considerar as alíquotas que se mantêm hoje de 12% e 6%, tendo em vista que, para que o nosso Estado de Goiás possa se desenvolver. Usamos incentivos fiscais. Como foi citado por um colega Senador, não é equívoco. Nosso Estado teve metas, nossos governadores tiveram metas. Só para se ter uma ideia, de 1998 para cá, crescemos de um PIB de 17 bilhões para 117 bilhões, com uma meta de atrativos para novas indústrias em Goiás de 10 bilhões/ano. E a maioria dessas

metas vinha sendo cumprida. Então, Goiás, que era um Estado extremamente de agronegócio, teve oportunidade de se industrializar. Se essa alíquota for unificada, como se pretende, Sr. Relator, nosso Estado vai voltar, com certeza, nossas empresas vão todas embora, vão voltar para o Sul e Sudeste, em uma verdadeira correria.

Não é que sejamos contra a unificação. Acho que, para os Estados em desenvolvimento terem oportunidade para se desenvolver, deveria haver infraestrutura, coisa que não temos. O Governo não tem investido em infraestrutura. Para se ter uma ideia, não temos rodovias qualificadas, não temos ferrovia. A Ferrovia Norte-Sul está em construção há 20 anos, já inauguraram, algumas vezes, alguns trechos que nunca entraram efetivamente em operação. Não temos portos, não temos aeroportos. Nosso aeroporto tinha previsão de ser inaugurado em 2008. Estamos em 2013.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Peço silêncio. Há um Senador com a palavra, o Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – E até hoje é eleito um dos piores aeroportos do Brasil.

Não é justo com um Estado que tem feito sua política de incentivos fiscais para atrair empresas.

No momento, hoje, nós temos oportunidade de ter três montadoras: a Suzuki, a Hyundai e a Mitsubishi, empresas que se instalaram há pouco tempo, que têm uma cadeia complementar muito grande que tem de vir para o nosso Estado. Como nós vamos fazer? O Estado de Goiás vai ficar olhando para Brasília, pensando em fundos ou em outras coisas que possam atrair os investimentos no Estado?

Então, eu acho que o Governo Federal, em vez de centralizar o seu poder, tinha de continuar fazendo a reforma tributária, mas como um todo, mexendo também nos impostos federais, e não fazer uma pequena reforma tributária simplesmente no ICMS.

O Estado de Goiás, como o Norte, o Nordeste e o Espírito Santo, vai sentir o que vai acontecer muito rápido: as empresas saindo dos nossos Estados. Elas não têm motivo para estar no nosso Estado. Elas não têm matéria-prima local, elas não têm mão de obra qualificada.

Hoje, as empresas têm feito um esforço muito grande e investido muito para a formação de mão de obra. Então, isso seria um retrocesso. Nós estaríamos no caminho... Eu gostaria, sim, que estivessem unificados os impostos, mas quando os Estados em desenvolvimento tivessem condição de receber as empresas com naturalidade, o que não é o caso.

O Estado de Goiás, hoje, com certeza... Está, aqui, presente a maioria de vários empresários e a

Adial nacional, já fazendo um levantamento do que vai ser o desemprego em massa no nosso Estado.

Então, eu gostaria, Senador Delcídio, que avaliasse. Eu acho que esta é uma discussão que deveria ser mais ampla e que não deveria ser feito... Se se aprovar essa resolução, a PRS 01, praticamente nós estamos fadados à desindustrialização no nosso Estado.

Então, também a questão do comércio, porque não é só a da indústria. Hoje, também tivemos uma manobra, Senador, da mesma coisa, também dos centros atacadistas, que, por uma questão até de localização... Estamos no meio do País, o centro consumidor nosso não é o nosso Estado. Imagine se não houvesse os ganhos com incentivo fiscal: eles também não teriam se instalado em Goiás.

Se fala muito em guerra fiscal. Eu tenho um dado interessante para ser colocado: para se ter uma ideia, de 2002 a 2010, os Estados do Norte e Nordeste... Os Estados do Norte representavam 4,7% do PIB. Em oito anos, eles aumentaram para 5,3. Então, praticamente não houve nenhum ganho de PIB, nenhum, mas, com certeza, houve um ganho de mão de obra, desenvolvimento da qualidade de vida e geração de renda.

O Nordeste tinha 13% em relação ao PIB. Hoje, subiu para 13,5%. Também não teve nenhum crescimento e nenhuma guerra fiscal com os outros Estados.

O Sudeste tinha uma representação de 56,7%; baixou para 55,4%, uma perda muito pequena.

O Sul, a mesma coisa: tinha uma representação de 16,9%; baixou para 16,5%, perdendo 0,4%.

O Centro-Oeste tinha uma participação de 8,8% e, hoje, tem uma participação de 9,3%.

Isso é muito pequeno. Isso é muito pequeno em relação a se chamar de guerra fiscal. Agora, você tirar o único mecanismo que o Governo do Estado tem para atrair empresas, para depender de um fundo, para, mais uma vez, estarem centralizados os recursos em Brasília, eu acho que nós estamos indo pelo caminho errado.

Isso aconteceu com a saúde, aconteceu com a educação. A descentralização foi um ganho para os Estados e para os Municípios, especialmente para a população, mas não se repassaram os recursos que eram necessários, e ficaram os Estados e os Municípios com a carga.

A mesma coisa vai acontecer se essa resolução for aprovada juntamente com a medida, porque o Estado vai ficar, mais uma vez, refém e sujeito a lei sem segurança, como foi a Lei Kandir, e vai, mais uma vez, ficar nas mãos da União o crescimento do seu Estado.

Então, para o Estado de Goiás, a minha posição, como Senador, é que sou contra, porque nós vamos

caminhar no sentido contrário da industrialização do meu Estado.

Era isso, Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Novamente, eu peço à plateia que não se manifeste.

Obrigado, Senador Wilder Moraes.

Com a palavra, o representante do Ceará.

Senador Eunício, não é V. Ex^a ainda.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – É claro que é, mas eu estava falando do nosso grande Senador Inácio Arruda, Senador Eunício.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Representante máximo, era isso que ele queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Os três representantes do Ceará estão aqui na sala: o Senador Eunício, o Senador José Pimentel.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu caro Relator da matéria, Senador Delcídio, é uma matéria, digamos assim, espinhosa, que exigia um Relator mais que qualificado. Digo que a matéria está em boas mãos, independentemente da posição de cada Senador da nossa Comissão.

V. Ex^a tem feito um trabalho de ausculta. Aqui estão muitos Secretários de Fazenda. Nós ouvimos um conjunto grande deles. Não há unanimidade, nem há maioria expressiva de opiniões de um lado e de outro para demonstrar o que estamos discutindo, para ver que aqui o argumento diz respeito ao conjunto do País, embora cada um defenda, e eu tenho obrigação de defender o meu Estado. Olho para o meu País, vejo o meu País e me preocupo porque considero que a União, quando entra nesse debate, deve entrar olhando para as Regiões mais deprimidas do País, para as Regiões mais pobres do País.

Veja o caso nosso, já foi citado por Ferraço. A Grendene, que saiu do Rio Grande do Sul – e o Rio Grande do Sul buscou se defender evidentemente em relação a isso –, gera, só no Município de Sobral, cerca de 25 mil empregos e, no Ceará, mais de 30 mil empregos. É disso que estamos tratando, não é de outra coisa. É emprego para o povo do meu Estado do Ceará, do Nordeste e, digo, para Pernambuco, com todo o respeito aos argumentos tão nobres levantados aqui pelo Senador Humberto Costa.

Mas não fosse uma medida provisória, exclusiva para tratar da ida da Fiat para Pernambuco, com vantagens que vão muito além de ICMS, não haveria Fiat em Pernambuco.

Veja a necessidade. Eu imagino o meu Estado. Temos lutado. Nós fomos à Presidente Dilma

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) Presidente Lindbergh, poderia pedir só um minuto para fazer um pequeno reparo ao Senador Inácio Arruda, que é uma pessoa com quem eu sempre gosto muito de discutir, de debater os temas de interesse da Região. Só um pequeno reparo: a Fiat se insere no regime automotivo do Nordeste. Não é medida especial. Tanto que a Ford foi o primeiro projeto na Bahia.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Para Bahia.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Veja, não é para Bahia. É a MP do Regime Automotivo do Nordeste.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Foi para onde?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Para o Nordeste, eu pressuponho. Então, quero dizer a V. Ex^a...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Quero dizer, feito o reparo que acato...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Que nós não podemos, quer dizer, acentuar essas contradições, que de resto não existem.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Claro. Eu só estou pondo na mesa...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Essas coisas se reparam. Não foi uma Medida Provisória para Pernambuco.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Claro.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Presidente, vou pedir um segundo ao Senador Inácio Arruda para dizer, e vou convalidar o que ele está dizendo, que, lamentavelmente, com todo o respeito e a admiração pelo trabalho, pela competência, pela capacidade, que já demonstrou o Senador Armando Monteiro na CNI e aqui nesta Casa do Congresso Nacional, tenho que discordar do Senador Armando Monteiro, com o devido respeito..

A Medida Provisória atendeu ao Estado de Pernambuco, porque, se for estendido esse mesmo benefício, semana que vem, nós teremos o início de uma instalação de uma indústria automobilística, uma das maiores do mundo, sendo instalada no Estado do Ceará. Nós queremos apenas isto: a mesma igualdade de condição. Eu não queria levantar essa questão, eu estava quieto, mas, já que o Senador Armando Monteiro fez a ponderação ao Senador Inácio Arruda, deu-me o direito de dizer que eu estive mais de uma vez com o Ministro Fernando Pimentel, com o Governador Cid

Gomes, com os Senadores e os Deputados do Estado do Ceará reivindicando a mesma condição.

E há poucos dias, eu e o Senador Eduardo Braga estivemos em uma outra reunião importante também reivindicando a mesma condição. Não quero tirar nada de Pernambuco, mas queria a mesma condição para o Estado do Ceará. Dois Estados nordestinos, vizinhos, um tem esse benefício do sistema automobilístico pela medida provisória; o outro, vizinho, que é o Estado do Ceará, lamentavelmente, não alcançou esse mesmo objetivo.

Então, eu só queria deixar registro para restabelecer a verdade. (Palmas.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O tempo de V. Ex^a está acabando, Senador Inácio Arruda. V. Ex^a, com o seu espírito democrático, teve de conceder dois apartes. Mas devo dizer que o tempo de V. Ex^a acabou, mas eu estou dando mais dois minutos para V. Ex^a concluir.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Nesta matéria eu peço o tempo de Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Senador Inácio, concede-me um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Só para esclarecer. O aparte pode ser concedido pelo orador. Agora, o tempo é o tempo do orador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Inácio?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu concedo, Sr. Presidente, apartes.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Sr. Presidente, o que está em jogo?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Porque a matéria é grave.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – É se nós vamos conceber que o mercado vai corrigir as distorções, ou se o Estado brasileiro vai continuar olhando para regiões deprimidas com mais atenção.

Eu chamo a atenção, Senador Inácio Arruda, de V. Ex^a e do Senador Benedito de Lira para o fato de que, há pouquíssimos dias, o jornal O Globo trouxe, em primeira página, um balanço dos incentivos fiscais concedidos pelo Governo da Presidente Dilma, que chegam a R\$400 bilhões. E não está equivocada a Presidente Dilma ao fazer isso, porque isso é o preço que o País precisa pagar para corrigir as suas distorções. O Governo Federal se vale desses instrumentos adequadamente. O que não pode haver é o preconceito. A União pode; os Estados não podem.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Presidente, eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senhores, eu faço aqui... Nós temos que ir com moderação no uso dos apartes, senão isso acaba sendo utilizado como uma forma de passar na frente dos outros que já estão inscritos.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Está bem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O tempo de V. Ex^a já encerrou, e eu peço a conclusão, Senador.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – E eu peço a clemência.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O espírito democrático de V. Ex^a é tamanho.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Claro, claro! Eu peço a clemência do lado paraibano de V. Ex^a para que a gente possa concluir aqui alguns argumentos. Eu não quero levantar essa controvérsia de Estados versus Estados. Eu só estou pondo as coisas na mesa, porque se trata de discutir o único instrumento que os Estados dispõem, todos – não é só o Ceará, não é só Pernambuco, não é só a Paraíba, não é só o Espírito Santo, nem só o Estado de São Paulo, são os Estados –, para praticarem algum manejo fiscal no País. Se você engessar de tal maneira que eu não tenho nenhuma oportunidade, eu tenho que me socorrer desse artifício de uma medida provisória.

Eu e o Senador Eunício discutimos com a bancada toda do Ceará, junto com o Governador – o Senador Pimentel também tem nos acompanhado nesse debate –, para irmos até a Presidente Dilma discutir a ampliação de prazo nesse quesito da questão da indústria automotiva para o Nordeste. Infelizmente, nós não tivemos êxito, nós não tivemos êxito. Conversamos com o Ministro da Fazenda, com o Ministro Pimentel, dialogamos com todos, Integração, usamos tudo; e, no final, nós não tivemos êxito, porque sobreveio um veto, o que não permitiu que nós utilizássemos esse instrumento.

Então, Sr. Presidente, nós estamos de acordo em encontrarmos a maneira mais adequada de reduzir carga fiscal. Quem é que está a favor de aumentar carga fiscal? Nós estamos a favor de diminuí-la, é claro! Mas não é possível nós darmos uma carta branca, porque o fundo que nós estamos criando não é um fundo garantidor, não é um fundo chancelado. Os governadores... Eu peço a opinião dos governadores aqui. Sinceramente, nós ouvimos os secretários de Fazenda, e eu respeito todos, mas esse fundo não nos dá garantia. Esse fundo pode ser, hoje, bem gerido, bem cuidado e bem tratado por uma Presidenta que olha com todo o zelo para os mais pobres do País.

Mas, Sr. Presidente, eu preciso de algo muito mais seguro. Entregar a resolução, discutindo um fundo, no futuro, porque vai estar na justificativa da resolução? Mas não há justificativa da resolução, mas não há resolução nenhuma essa garantia. Esse é um problema grave, muito grave.

E mais: quem vai decidir o investimento lá no meu Estado do Ceará é um órgão gestor do fundo. Acabou a minha autonomia. Quem vai me dizer o que eu devo financiar lá é esse órgão. É um Confaz 2. Sinceramente, eu considero isso inaceitável. É inaceitável este debate, sinceramente. Mais um Confaz não dá. E, mais grave: aqui seguro por uma decisão exclusiva da União.

Então, eu considero, Sr. Presidente, que esta matéria é uma matéria complexa, sim, difícil, e nós temos que ir às últimas consequências no seu debate. Por isso, fiz um requerimento para ir à Comissão de Desenvolvimento Regional, porque trata das nossas regiões. Houve um alvoroço aqui: "Não, deve ser terminativa, e final e vai encerrar aqui". Sinceramente, nós pedimos para ir à Comissão de Desenvolvimento Regional, e acho que também deve ir à Comissão de Constituição e Justiça. Não é matéria fácil.

E, quando se argumenta insegurança jurídica, eu digo: insegurança jurídica é isto aqui; insegurança jurídica é esta resolução. É ela que vai causar insegurança jurídica, porque causa insegurança jurídica em todos os empreendimentos que não foram convalidados. Nem há resolução nenhuma, nem vai haver em lei nenhuma convalidação, porque eu não vi nenhuma lei que possa ser aprovada antes que a gente entregue a carta em branco. Eu, primeiro, vou ter que entregar essa carta em branco.

Sinceramente, Sr. Presidente, por essas razões, a minha opinião e o meu voto, até este instante – eu posso ser convencido porque aqui é a Casa do diálogo, do debate, nós podemos emendar, nós podemos argumentar e podemos convencer –, nos termos em que esta resolução está posta, é contrário.

Meu caro Senador Delcídio Amaral, V. Ex^a, que é o homem do diálogo, da discussão, do debate sempre, não é possível aprovar esta resolução, que prejudica muito, muito, muito o meu Estado e grande parte dos Estados do Nordeste. Sinceramente, votar isso aí é votar contra uma região que sempre buscou os meios para poder crescer, e ela vai...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Ser grandemente prejudicada, lamentavelmente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Inácio Arruda.

Pessoal, novamente, a plateia não pode se manifestar.

Olha, Senador Inácio Arruda, eu chamo a atenção do tempo. V. Ex^a superou, e muito, o Senador Ricardo Ferraço. E eu chamo a atenção para os cinco minutos. Nós ainda temos dez oradores inscritos. A grande arte aqui, como fez o Senador Luiz Henrique, é tentar utilizar seus argumentos dentro daquele tempo. O Senador Luiz Henrique conseguiu fazer isso, dando uma lição aqui a esta Casa.

Senador Eduardo Braga, uma questão de ordem.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu fui enriquecido pelos apartes.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Questão de ordem, Sr. Presidente. Apenas para esclarecer que esta resolução não é terminativa na CAE. Ela vai a Plenário. E, portanto, há, sim, como o Relator, assegurar uma tramitação que dê segurança aos Srs. Senadores entre a resolução e o projeto de lei que garantirá a questão do reconhecimento daqueles benefícios já concedidos. Ou seja, que nós possamos ter a convalidação no projeto de lei pertinente à matéria, sem que haja nenhum prejuízo com a votação da Comissão de Assuntos Econômicos.

Apenas esse esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero cumprimentar o Relator pelo brilhante trabalho que ele fez à frente deste projeto.

É um projeto da mais alta relevância para o País, com grandes e graves repercussões nos Estados; um projeto em que o Relator, com sua competência, sua experiência e sua paciência, ouviu todos, o que revela, Sr. Presidente, o acerto de V. Ex^a ao indicar o Senador Delcídio Amaral para relatar um projeto de tamanha importância.

Mas eu gostaria, Sr. Relator – e agora eu quero a atenção de V. Ex^a, porque V. Ex^a é do Centro-Oeste –, de dizer que V. Ex^a, mais do que ninguém, sabe, uma vez que é versado no assunto, a importância do Centro-Oeste para o equilíbrio da balança comercial, para o equilíbrio do crescimento do País. O Estado de Goiás, especialmente, tem participado da riqueza nacional com o aumento do seu Produto Interno Bruto.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu não estou ouvindo a nobre Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu peço silêncio.

Senadora Lúcia Vânia, com a palavra.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – O Estado de Goiás, bem como os Estados da Região Centro-Oeste, tem apresentado ganhos expressivos na riqueza do País com o aumento do seu Produto Interno Bruto.

Isso se deve, Sr. Presidente – V. Ex^a sabe –, à importância da nossa indústria e do nosso comércio, integrados a uma pecuária moderna e à agroindústria que nós desenvolvemos. Ao lado disso, com a atração dos incentivos fiscais, que trouxeram novas atividades para o Estado de Goiás e para a Região Centro-Oeste, nós temos hoje uma indústria em desenvolvimento em vários setores, além de processamento de grãos, de carnes, do setor sucroalcooleiro, do tomate, de uma presença expressiva de têxteis e do setor calçadista e, agora, dois polos importantes, o farmoquímico e de metal mecânico.

Todas as dificuldades que tivemos para atrair essas empresas se devem à nossa logística e à infraestrutura de maneira geral. V. Ex^a sabe que nós não usamos os incentivos fiscais apenas por querer usar ou por querer provocar a desregulação do mercado. Nós usamos o instrumento do incentivo fiscal para compensar a nossa diferença de infraestrutura em relação aos Estados do Sul e à ausência de uma política de desenvolvimento regional.

Portanto, se crescemos até hoje e equilibramos essa balança comercial com o esforço da nossa gente, é preciso que o Governo tenha em mente que mexer nessa estrutura, nessa política que deu certo significa um impacto muito grande, que não pode ser feito através de uma reforma tributária fatiada.

Nós tivemos o comércio eletrônico...

(Soa a campainha.)

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Em que o Estado de Goiás tem, praticamente, uma pequena perda. Nós tivemos o FPE: o Estado de Goiás perde no FPE. Nós tivemos a guerra dos portos: o Estado de Goiás perde na guerra dos portos. E agora nós temos a unificação da alíquota ou mesmo a diferenciação da alíquota de 7% e de 4%, que V. Ex^a propõe. Eu acredito que V. Ex^a tem a melhor das intenções e tem informações suficientes para sustentar o seu relatório, mas eu chamaria a atenção de V. Ex^a para a reforma fatiada. Não é só o relatório de V. Ex^a que está em julgamento. É uma medida provisória que vem reforçar o seu relatório, e, no entanto, nós não conhecemos os mecanismos de compensação. E por mais absurdo...

(Soa a campainha.)

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Que possa parecer, Sr. Presidente e Sr. Relator, na avaliação das perdas na medida provisória, sequer o Estado se

senta à mesa para fazer essa avaliação. Nós não podemos permitir que isso se dê dessa forma. Nós queremos o equilíbrio, mas não queremos o desacerto de desestruturar um Estado e uma região que deu certo.

Portanto, eu pediria a V. Ex^a que analisasse com atenção estas observações que faço. Nós já temos uma perda expressiva com a Lei Kandir, que nunca repõe as perdas que tivemos, e recebemos apenas 10% dos recursos que desoneramos dos nossos produtos.

Confiar em V. Ex^a nós confiamos, mas como votar este projeto sem saber se os incentivos fiscais serão revalidados até a conclusão dos contratos? Nós não podemos permitir, como Estado e como ente federado, que venham romper os contratos em nome do nosso Estado.

Nós precisamos dessa convalidação, Sr. Presidente.

E a V. Ex^a, que acatou três emendas de minha autoria, eu pediria que fizesse mais um esforço para acatar a convalidação dos benefícios, porque, sem essa convalidação, Sr. Presidente, nós não podemos votar este projeto, sob pena de colocar em risco a Região Centro-Oeste. Pediria a V. Ex^a atenção para isso.

E queria, ainda mais, Sr. Relator: V. Ex^a, que é da Região Centro-Oeste, sabe que nós temos um único recurso para fomento, o FCO. Este único fomento, hoje, destina R\$1,5 bilhão para a região...

(Soa a campainha.)

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – No entanto, nós já estamos com os recursos esgotados no mês de maio. Temos um estoque no Banco do Brasil da ordem de R\$20 bilhões desse dinheiro, que não é capaz de alavancar um bilhão a mais para a nossa região. Nós estamos aqui patinando com a criação de uma agência de fomento para a nossa região, pelo que somos, reiteradas vezes, combatidos.

Portanto, encerro as minhas palavras, primeiramente, agradecendo a V. Ex^a pela aprovação das emendas, algumas em parte, como a que condiciona a aplicação das alíquotas ao regulamento do fundo, a questão da dívida, bem como outras questões que poderiam favorecer a nossa região.

Agradeço a V. Ex^a e confio que haverá de atender as nossas reivindicações.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente. Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, é legítimo que cada um de nós defenda os interesses do seu Estado. Seria terrível se isso não ocorresse. Nós estaríamos descumprindo os nossos compromissos. Todavia, é evidente que as contradições e as dificul-

dades se avolumam diante de um país continente e de um sistema que nos coloca sob a égide de um presidencialismo forte, que exigiria sempre a presença da Presidência da República para a promoção das grandes reformas.

Nesse presidencialismo de força, as grandes reformas não ocorrerão sem o interesse direto e a contribuição decisiva na articulação e na busca do consenso por parte da Presidência da República, que tem se demonstrado ausente nas grandes decisões do Congresso Nacional, a exemplo do que ocorreu no episódio da redistribuição dos royalties do petróleo.

Portanto, Sr. Presidente, as nossas dificuldades são visíveis também, como disse a Senadora Lúcia Vânia, porque estamos tentando promover uma reforma no modelo tributário de forma fatiada, a prestações, e isso, obviamente, dificulta o entendimento, porque impossibilita concessões de um lado e benefícios de outro.

Sr. Presidente, essa história de que o Paraná é um Estado rico não reflete a realidade. Afirmar que o nosso Estado pode sofrer as consequências de uma legislação que apresente distorções é fugir à realidade. Não se defende os interesses de determinada região ou de determinado Estado comprometendo o futuro de outros Estados. Essa proposta é perversa para com o Paraná.

Em que pese o esforço do Relator, Senador Delcídio do Amaral, um querido companheiro e competente parlamentar, não há como ignorar o fato de que muitas empresas deixarão o nosso Estado – empresas de informática, por exemplo – se essa proposta prevalecer sem as emendas apresentadas por parlamentares do Sul e do Sudeste.

Não haverá espaço em Manaus! Certamente, empresas irão para outros países; pois não haverá espaço territorial em Manaus para abrigar todas essas empresas.

Quando se defende o emprego, quando se defende o trabalhador, defende-se também o emprego e o trabalhador no Paraná, em Santa Catarina, em São Paulo, no Rio Grande do Sul, em todos os Estados da Federação.

Não é de hoje que se busca a solução para esse impasse. Muitos de nós já tentamos fazê-lo desde os anos 70, mas nunca foi possível aprovar. Eu, por exemplo, apresentei, em 2000, o PRS nº 54. Foi uma das tentativas para que os Estados tributassem o consumo, para que só tributassem as operações e prestações dentro do Estado e para que o ICMS não fosse um imposto sobre a produção, sobre os negócios.

Não há a convicção de que quem suporta o ICMS é o consumidor final, de que as empresas são meras mandatárias do contribuinte de fato, o consumidor. Por

não haver essa percepção, a guerra fiscal encontra terreno fértil no balcão de negócios de qualquer uma das 27 federadas.

Este projeto de resolução é uma meia-sola na direção do princípio de destino e é caro para a sociedade: apenas para tratar do Fundo de Desenvolvimento Regional, são R\$296 bilhões no somatório de 2014 a 2033. E, na compensação das perdas decorrentes da redução das alíquotas interestaduais, serão gastos até R\$8 bilhões/ano durante 20 anos.

O objetivo de acabar com a guerra fiscal, utilizando o ICMS como instrumento, vai acontecer apenas para os Estados das Regiões Sul e Sudeste, exceto o Espírito Santo. Os demais Estados podem continuar guerreando, pois a alíquota de 7%, aplicada à sua saída para outros Estados, alimenta a guerra fiscal com a arma do crédito outorgado. O Estado de destino suporta o crédito integral do ICMS destacado na Nota Fiscal mesmo que o imposto tenha sido anulado total ou parcialmente no Estado de origem com a concessão de crédito outorgado.

O Paraná, em que pese o fato de afirmarem constantemente tratar-se de um Estado rico, tem a vigésima receita disponível per capita entre os Estados, segundo dados de 2010. Mas é considerado um Estado rico, de modo que, pelo projeto de resolução em discussão, venderá para outros Estados a 4% e suportará crédito de ICMS de 7% quando comprar e de 12% quando comprar gás natural importado ou produto produzido na Zona Franca de Manaus.

Ocorre que todo Estado tem um produto especial que deseja tributar a 12%. O Paraná, por exemplo, quer 12% na saída interestadual de energia elétrica, imune na operação interestadual por dispositivo constitucional. Não obstante, o Paraná apoia a redução das alíquotas interestaduais do ICMS.

Mas este projeto de resolução precisa ser ajustado, Sr. Presidente, razão pela qual os Estados do Sul e do Sudeste, exceto o Espírito Santo, propõem emendas ao projeto. Assinamos conjuntamente várias emendas e as submetemos ao Relator Delcídio do Amaral, na esperança de que essas emendas possam ser aproveitadas, a fim de que possamos aprovar este projeto de resolução, em que pesem as divergências regionais, naturais num País continente como o nosso.

Mas, ao final e ao cabo, como querem os cearenses, os paraibanos, os pernambucanos, todos nós aqui queremos a defesa do trabalho e do trabalhador.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Lindbergh Farias; prezado

Relator, Senador Delcídio do Amaral, a proposta de reforma do ICMS anunciada pelo Governo Federal tem por objetivo a simplificação do sistema tributário e o fim da guerra fiscal. Para tanto, ao torná-la pública, pela primeira vez em novembro de 2012, adotavam uma alíquota única e uniforme de 4% para as operações interestaduais, a ser alcançada após um período de transição, relativamente curto, de oito anos. Mas, ainda que estivesse sido tecnicamente recomendado, e por todos os especialistas em questões federativas, na verdade o substitutivo apresentado pelo Relator do PRS nº 01/2003, Senador Delcídio do Amaral, prevê a adoção de alíquotas interestaduais assimétricas, ao estabelecer que sejam aplicados 7% sobre as operações com produtos industrializados e agropecuários provenientes das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, bem como do Espírito Santo.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – A solução proposta permitiria a continuidade da guerra fiscal, uma vez que a alíquota de 7% ainda é suficientemente alta para permitir que a concessão do benefício do ICMS crie vantagem competitiva prejudicial ao ambiente concorrencial, que deve prevalecer no mercado de bens de serviços.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Adicionalmente, o substitutivo mantém exceções para operações interestaduais com gás importado e para operações com origem na Zona Franca de Manaus, que estariam sujeitas à alíquota de 12%.

Além dos impactos diretos na arrecadação, a eventual aceitação de alíquotas interestaduais assimétricas e exceções implicaria a necessidade de maior controle das operações interestaduais.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Ao contrário do pretendido, o sistema tributário tornar-se-ia ainda mais complexo com a provável ampliação das obrigações acessórias aos contribuintes, de modo a coibir-se a sonegação fiscal e a concorrência predatória.

Para superar esses graves inconvenientes, apresentei emendas que também foram assinadas pelos Senadores Aloysio Nunes, Antonio Carlos Rodrigues, Paulo Paim, Ana Amélia, no sentido de resgatar o objetivo da proposta original do Governo Federal e, assim, aprimorar o equilíbrio entre as unidades federativas.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Destaco a emenda que dá uma nova redação ao art. 1º do Projeto de Resolução nº 01/2003...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Há um orador, há um Senador com a palavra. Peço novamente silêncio.

Senador Eduardo Suplicy, pode prosseguir.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – ...que culmina com a unificação da alíquota interestadual de ICMS em 4% a partir de 2021. Um prazo adequado para que todos os Estados façam os seus ajustes sem prejuízo aos seus equilíbrios orçamentários.

Portanto, Sr. Presidente, encaminhei à Mesa, ao Relator três emendas para a sua consideração e a de todos nós.

Gostaria também de ressaltar: ainda há pouco, o Governador Geraldo Alckmin ponderou que, como nós iremos também votar os fundos de compensação, que seria razoável que essas matérias fossem votadas de maneira concomitante; e não esta aqui, antes das relativas aos fundos de compensação dos Estados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, raríssimas vezes eu me afastei do entendimento, sobre as questões econômicas, do Senador Delcídio do Amaral. Hoje será uma exceção a essa regra, meu caro Senador.

Eu discordo do seu substitutivo. E a raiz, o cerne da minha discordância é que o substitutivo de V. Ex^a mantém a simetria de alíquotas do ICMS, que eu entendo, que o Governo Federal entende, que a Presidente Dilma entende, que o Ministro Nelson Barbosa entendeu, quando veio aqui, à Comissão, que era o principal combustível da guerra fiscal. V. Ex^a manteve essa simetria. Esse é o centro da minha divergência com V. Ex^a.

É claro que comungo também das preocupações que já foram expressas por colegas nossos quanto ao tempo da tramitação de diferentes matérias que convergem para o mesmo objeto: a resolução, a disciplina dos fundos e também as regras das deliberações do Confaz.

Alguns dispositivos previstos por V. Ex^a, algumas regras mantidas por V. Ex^a no seu substitutivo... se as regras de deliberação do Confaz forem alteradas de modo a deixar brechas para que novos incentivos possam ser concedidos daqui para a frente, essa discrepância, que já é prejudicial para os Estados do Sul e

do Sudeste, será catastrófica. Igualmente em relação aos fundos.

Lei complementar? Ora, a lei complementar tem a mesma eficácia que a lei ordinária. Ela difere da lei ordinária apenas pela exigência de quórum de aprovação e por estar prevista a sua matéria na Constituição.

De modo que nós estamos, em grande parte, votando no escuro. É essa a observação que faço, para voltar à divergência com V. Ex^a.

Mas, nessa divergência, Senador Delcídio, quero apontar também uma ambiguidade do Governo Federal: na sua proposta original, ele prevê a unificação das alíquotas em 4%. Essa era a proposta do Governo Federal. E não fazia exceção, pelo menos no início da tramitação do projeto. Não abria exceções. Agora, o Líder do Governo vem e fala na direção contrária à proposta inicial da Presidente Dilma, defendendo a manutenção da simetria das alíquotas.

Isso vai gerar, sim, prejuízos para muitos Estados, não apenas para os Estados que se manifestaram aqui, mas também para os Estados do Sul e do Sudeste. E a Presidente Dilma pagará o preço desta ambiguidade política que foi manifestada nesta Comissão: o Governo propõe uma coisa, e o Líder do Governo fala outra. Essa ambiguidade vai ter um preço político que será cobrado oportunamente.

A manutenção dessa divergência de alíquotas, meu caro Senador Delcídio, no meu entender, vai perpetuar uma situação que todos consideram indesejável, que é a manutenção da guerra fiscal. Mais ainda. V. Ex^a prevê que, nas operações entre emergentes e avançados, a alíquota de 7% será aplicada para mercadorias e bens produzidos em conformidade com o PPB – Processo Produtivo Básico ou, quando inexistir o PPB, resultar na transformação e montagem. Ou seja: nós vamos enveredar para o mesmo inferno burocrático que está hoje obstaculizando a aplicação da Resolução nº 13. Nós vamos ter uma sobrecarga de trabalho burocrático por parte dos contribuintes, porque isso aumenta a complexidade da operação de recolhimento do imposto ao invés de simplificá-la e causará, evidentemente, um estresse enorme nas administrações fiscais para verificar o exato cumprimento da lei.

Além disso, V. Ex^a estende essa alíquota para produtos agropecuários. Ora, por que somente produtos agropecuários das operações dos emergentes para os avançados? Será que o Rio Grande do Sul não tem produção agropecuária? São Paulo não tem? Santa Catarina não tem? Eu não consigo entender essa diferença de tratamento.

Da mesma forma, não concordo com a isenção para as operações originárias da Zona Franca. A Zona Franca tem uma história de sucesso indiscutível, que

não quero colocar em questão, mas a Zona Franca já é hoje beneficiada por renúncias fiscais vultosíssimas. Basta verificar o site da Receita Federal para avaliarmos o volume dessas renúncias fiscais. São R\$22 bilhões por ano! É mais do que o Bolsa Família. Mais do que o Bolsa Família. E agora se amplia em benefício da Zona Franca um regime que já é, por si só, benéfico a ela. E mais, procura-se estender esse tratamento às Zonas de Processamento de Exportação, que deveriam se chamar Zonas de Processamento de Importação porque são enclaves neocoloniais, à semelhança das antigas feitorias do império colonial português, onde é promovida uma espécie de protecionismo às avessas, é o protecionismo de produtos vindos do exterior para serem internalizados no Brasil. Porque não nos esqueçamos de que o nosso querido Senador Jucá está propondo – está tramitando aqui no Senado um projeto de lei – ampliar o limite de internalização de produtos das ZPEs para 50%.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Senador Aloysio, peço um aparte apenas para corrigir uma informação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Por favor.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – O que nós estamos propondo...

(Soa a campainha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – ... é que sejam estendidos os 12% não para as ZPEs, mas para áreas de livre comércio que existem na Amazônia ocidental e em Macapá, uma por Estado, que são satélites da Zona Franca.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Então, elas funcionariam efetivamente como complementação do processo industrial da Zona Franca. As ZPEs são outra questão. Nós não estamos propondo nenhum tipo de isenção nem diferenciação de ICMS para ZPE.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, mas são zonas que já têm um tratamento fiscal privilegiado. Elas já têm tratamento fiscal privilegiado. V. Ex^a está acrescentando o tratamento fiscal privilegiado para ilhas...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Elas têm só comercial. Nós estamos querendo que tenham industrial, para a industrialização da Amazônia não ficar concentrada somente na Zona Franca de Manaus.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Claro. Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Eu queria agora também me referir à exceção que V. Ex^a faz, meu caro Senador Delcídio, para o gás. V. Ex^a faz essa exceção, mantendo a alíquota de 12%, com fundadas razões, uma vez que V. Ex^a está preocupado com a receita do Estado do Mato Grosso do Sul. Mas mudanças tributárias previstas nesse conjunto de projetos que estamos examinando também levarão à diminuição de receita de outros Estados. O minério, por exemplo. O minério de Minas Gerais. O arroz do Rio Grande do Sul.

Há também mercadorias importadas para outros Estados que seriam submetidas a um tratamento menos favorável do que o gás. De modo que eu não creio que haja necessidade de manutenção dessa diferença, ainda mais porque o Governo Federal se propôs a criar fundos de compensação.

(Soa a campanha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu creio que o nosso objetivo seria dar garantias de que esses fundos de compensação fossem efetivamente alimentados por recursos seguros, que o seu montante não pudesse variar ao sabor dos interesses e das vicissitudes orçamentárias dos governos, e que fosse num volume suficiente para compensar perdas porventura decorrentes da mudança tributária que o Governo Federal pretendia implantar com a unificação das alíquotas.

A ideia é que o ICMS deve ser neutro. Para compensar Estados que perderiam instrumentos de atração de investimentos é que foi prevista a criação de fundos de compensação, fundos para apoiar o desenvolvimento.

(Soa a campanha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu creio, então, que a nossa discussão deveria se centrar sobre a solidez desses fundos. E não mantermos, como V. Ex^a mantém, uma sistemática de divergência, assimetria de alíquotas, que, no meu entender, só fará perpetuar a guerra fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Com a palavra, o nosso Líder do PMDB, grande Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Presidente Lindbergh, meu querido companheiro Relator Delcídio Amaral, que pacientemente tem ouvido as nossas lamúrias, as nossas queixas a respeito do sofrimento dos nossos Estados, cumprimento-o pela paciência e pela lhanza no trato que tem demonstrado em toda essa discussão, que não é uma discussão dele, não é uma discussão de Mato Grosso do Sul,

mas uma discussão que mexe com todos os Estados brasileiros.

Eu ouvi atentamente muitos dos companheiros falando aqui sobre essa questão do ICMS, e eu, talvez, não tenha a inteligência suficiente para entender qual a motivação dessa Instrução nº 1 e a chamada unificação do ICMS. Porque, na conta de energia, o resultado da grande luta, do grande embate que nós fizemos aqui, Senador Walter Pinheiro, foi direto para o bolso do consumidor. Esse embate aqui, que não é saudável, no meu entendimento, colocando Estados pobres contra Estados ricos e, às vezes, Estados pobres contra Estados pobres, eu acho que não é construtivo. Por isso, eu disse que, talvez, a minha inteligência não alcance o desejo de que está imbuída a Resolução nº 1.

Como eu queria, Senador Lindbergh, Senador Delcídio, que o meu Estado tivesse as mesmas condições dos demais Estados brasileiros! Eu não estaria aqui fazendo nenhuma reivindicação. Mas, num Estado pobre, que passa, neste momento – ele e o Nordeste como um todo –, pela maior seca dos últimos 50 anos, imaginem V. Ex^{as} se essas indústrias não estivessem instaladas em cidades importantes, como, por exemplo, Sobral, Horizonte, Maracanaú e lá, na minha região do Cariri, no Crato, como não estaríamos vendo na televisão aquelas mesmas cenas dramáticas que a gente viu durante tantos anos, Senador José Agripino: irmãos nossos, com um saco nas costas, na beira das estradas, arrancando tocos para receber um mísero salário que não dava para dar comida sequer para os seus filhos.

Então, essas medidas todas eu compreendo, e compreendo que V. Ex^a fez um esforço extraordinário para que chegássemos até aqui, com um relatório que já avançou bastante, mas que precisa avançar um pouco mais, Senador Delcídio. E é preciso também que os outros instrumentos paralelos... Eu vi aqui, no final da última versão da resolução que V. Ex^a fez, onde diz que essa medida entrará em vigor a partir do dia 1º de janeiro de 2014.

Ora, se nós dependemos de outras medidas que convalidem, pelo menos, os incentivos já dados aos Estados mais pobres do Brasil... Porque não adianta, com todo o respeito aos demais Senadores – e não quero aqui polemizar com nenhum Estado –, não dá para comparar a infraestrutura, o mercado de um Estado rico e grande do Brasil, como, por exemplo, São Paulo – nada contra São Paulo, ainda porque tenho uma neta, inclusive, que é paulistana –, mas não dá para comparar os desiguais; não dá para comparar a infraestrutura de uma indústria... Eu sou de origem empresarial. Como é que eu instalaria uma indústria no Acre, no Piauí, no Maranhão, no Ceará ou na Pa-

raíba se eu tivesse as mesmas condições de instalar essa indústria em São Paulo?

Eu estou vendo o nosso esforço e o esforço do Governador Cid Gomes, no Ceará, para, de todas as formas, incentivar as médias indústrias a se mudarem da região metropolitana para pequenas ou médias cidades do interior do meu Estado. É tão difícil, Senador Delcídio, que essas empresas queiram se instalar, no mesmo Estado, com os mesmos incentivos, mas um pouco mais distante, a 200, 300 ou 400km da capital do Estado! Se isso acontece dentro do próprio Estado, imagine V. Ex^a quando nós igualarmos os desiguais. Porque só quem viu o que é o sofrimento de uma mãe carregando uma lata d'água na cabeça por três léguas, como nós dizemos no Nordeste – são 18km! –, com uma rodilha e uma lata d'água suja para fazer comida para os seus filhos, graças ao Bolsa-Família e a transferência de renda instituída pelo Presidente Lula e continuada pela Presidenta Dilma. Então, só quem conhece essa realidade pode saber o que vale um emprego numa cidade pobre do Nordeste brasileiro. Fazer essa equiparação, pura e simplesmente, como ela chegou aqui – já não falo mais da resolução com a evolução que V. Ex^a teve a sensibilidade de construir junto conosco e com os demais pares, já não falo mais disso –, Senador Delcídio, era uma verdadeira catástrofe.

Portanto, estou apresentando duas emendas e peço a compreensão de V. Ex^a. Eu procurei ter entendimentos nessas últimas horas com a área econômica, conversei com V. Ex^a, conversei com o Senador Lindbergh, a quem agradeço pela extensão dessa discussão, passando, inclusive, para amanhã, em atendimento a uma solicitação da Liderança do meu Partido, do Líder do meu Partido, que sou eu, por acaso, nessa ponderação, para que a gente não votasse enquanto o Senador Delcídio – concluo, Sr. Presidente – não analisasse essas emendas que estão sendo apresentadas.

Então, essa resolução não pode entrar, Senador Delcídio, em vigor a partir do dia 1º de janeiro de 2014, como está no final, porque nós não sabemos se teremos o projeto de lei complementar apresentado, o fundo constituído, efetivamente, para que as três matérias pelo menos entrem em vigor no mesmo instante. Se essa resolução for aprovada apenas como resolução para o Plenário, ela terá grandes problemas em relação aos demais itens.

Além do mais, há outra proposta que estou apresentando, outra emenda que não dá para a convalidação, por exemplo, quando se trata do chamado Confaz, ser a unanimidade. O Congresso Nacional faz por três quintos, porque o Confaz tem que ser unanimidade? Basta um Estado rico do Brasil dizer que não concorda, basta um que não terá convalidação.

Então, o apelo que faço é para que V. Ex^a analise as três emendas que apresentei, pelo menos as Emendas nº 25 e 26, que diz, no seu final – é o mesmo texto de V. Ex^a –, que as prestações interestaduais relativas ao ICMS e o Fundo de Desenvolvimento Regional entrem todos em vigor após a aprovação e entrada em vigor da lei que disponha sobre a convalidação e manutenção dos benefícios fiscais já em andamento, já autorizados pelos Estados brasileiros.

Sr. Presidente, meu querido Relator, é esse o apelo que faço a V. Ex^a, para que incorpore ao seu relatório essas emendas que estão sendo apresentadas por nós, porque elas pelo menos minoram e dão uma luz para o meu querido Estado do Ceará, que é um Estado pobre e que precisa muito da compreensão de V. Ex^a, como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Eunício. Eu, inclusive, ao iniciar esta sessão, comuniquei que havia uma solicitação de V. Ex^a para que não fosse votado hoje. Prontamente a mesa atendeu, comuniquei também ao Relator. Estamos fazendo esse grande esforço e tenho certeza de que vamos chegar amanhã a um clima mais favorável à votação desse projeto aqui.

Eu queria comunicar que o nosso Governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo, está prestigiando esta reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito obrigado pela presença.

Passo a palavra agora ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral, do meu Estado de Mato Grosso do Sul, quero cumprimentar o Governador Marconi Perillo e dizer que nós temos que chorar um no ombro do outro. Nós somos da mesma Região Centro-Oeste e sempre acham que no Centro-Oeste a per capita é muito alta, aquela história, e nós estamos nessa discussão. Eu vejo o Centro-Oeste sempre acumulando perdas e mais perdas.

Reconheço o esforço do Senador Delcídio. Somos adversários políticos no Estado, mas não há como não reconhecer o esforço, o trabalho, a dedicação do Senador Delcídio. E esse relatório só avançou em função do grande esforço, do talento, da dedicação de S. Ex^a. O Senador Delcídio está com a cabeça branca de tanta paciência em ouvir aqui!

Mas quero ser cirúrgico, até pela minha formação de médico. Para não repetir os mesmos argumentos, e tenho certeza de que tudo que eu falasse aqui, o Senador Relator, evidentemente, por ser do Mato Grosso do Sul, da Região Centro-Oeste, o que não fez, eu tenho certeza...

Este texto aqui não tem como não ser um grande equilíbrio de forças. Não há como. E aí, em que pese o respeito que eu tenho pelos Senadores dos chamados Estados desenvolvidos, mas não há como comparar isso!

Goiás só se industrializou, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, que está iniciando, em função do que foi concedido lá. Ou, então, nós estaríamos, simplesmente ainda, só dependendo de grãos e de carne. Deve-se entender isso!

Por exemplo, a Emenda nº 16, que apresentei, aqui nós estamos considerando indústria de transformação e montagem. Tudo bem. Acho importante. Mas não pode ficar de fora indústria de beneficiamento, Senadora Lúcia Vânia, Senador Cyro Miranda. A indústria que sobrou para o Centro-Oeste é a agroindústria. Se não abranger aí a chamada indústria de beneficiamento, nós vamos deixar de fora praticamente o maior número de indústrias do nosso Estado. Por exemplo, existe o algodão. Mas você tem que alvejar, branquear o algodão. Há uma indústria disso! Beneficiar o arroz, a soja, como é que nós não vamos considerar isso?

Então, eu faço, Senador Delcídio, apenas uma emenda cirúrgica, colocando, além das indústrias de montagem e de transformação, as de beneficiamento. Espero que V. Ex^a acolha, porque não estou nem entrando na discussão, porque entendo que V. Ex^a fez o maior esforço possível.

Voto com o relatório de V. Ex^a, na expectativa de que V. Ex^a coloque, além das indústrias de montagem e de transformação, também as indústrias de beneficiamento.

Paro por aqui, para economizar o tempo de V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Moka.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, meus caros Senadores, Senadora, Governador Marconi Perillo, discutir Pacto Federativo, realmente, tem sido uma experiência traumática para o Paraná nos últimos tempos. Começamos pelo FPE, em que o Paraná contribui, e muito, para a Federação, e fica com menos do que 10% do que contribui. E agora vai ser reduzido ainda; mais um pouquinho a partir de 2016. Em torno de 10% foi a proposta aprovada pelo Senado Federal.

Eu ouvi esses dias q a máxima de que o Sul tem que perder a vergonha de ser rico, porque, a partir desse momento, começa a perder cada vez mais.

Vou fazer aqui uma reflexão do que o Paraná tem perdido nos últimos tempos. Por exemplo, mar territorial. Nós acompanhamos, nas discussões dos royalties,

que no Paraná e no Piauí, diferentemente de todas as regras, o mar, as linhas se fecham a poucos quilômetros da costa. Só que isso foi feito em 1986, quando não se discutia petróleo em alto mar, e o Paraná perde bilhões por conta disso, Seria um grande produtor de petróleo, se levasse em consideração a regra geográfica mundial: linhas paralelas e linhas retas, que são as linhas básicas da utilização para a localização de qualquer cidadão no mundo, que são as coordenadas geográficas. Mas perde o Paraná – e perde muito.

Aí vem a questão do ICMS da energia. Em 1988, quando da Constituinte, o grande produtor de energia era Itaipu, que produzia metade da energia do Brasil.

Então, criou-se uma regra para o ICMS. O problema não era o petróleo naquele momento, porque nós éramos importadores de petróleo; era energia. E não era gás também, haja vista que hoje nós temos uma grande produção; era energia. Criou-se uma regra de que o ICMS teria uma exceção. A regra é o quê? A regra é que o ICMS é cobrado na origem, mas, no caso da energia, seria no destino.

O Paraná perde. E eu já vou dar os números para V. Ex^{as}.

E vem, na sequência, agora, a discussão da alíquota do ICMS único para interestadual. Mas começamos a criar regras diferentes. Então, não é único, porque nós temos, para o Norte e, especificamente, para a Zona Franca de Manaus, com algumas emendas a serem expandidas para as cidades satélites, como é o caso da emenda do Senador Romero Jucá, 12%. Seriam 7% para o Centro-Oeste e Nordeste, incluindo Espírito Santo, e 4% para os demais.

Sabem quanto é o estoque de crédito que o Paraná deve hoje aos empresários? Três bilhões e quinhentos milhões de reais. Sabem qual é a perda do Paraná em papel imune para imprensa e editoras, Lei Kandir e energia elétrica? Seis bilhões por ano, seis bilhões por ano. E vocês sabem o que vai acontecer agora com essa alíquota de 12%?

Senadora Vanessa, com todo o respeito que eu tenho ao povo amazonense, nós não queremos tirar nada do Amazonas, de ninguém. Nós queremos manter os empregos no Paraná.

O Paraná, hoje, juntamente com mais alguns Estados brasileiros, Senador Eunício, como o Ceará, que tem um investimento de mais de 40 milhões por ano para o incentivo ao desenvolvimento de tecnologias de informática; como a Bahia, do Senador Walter Pinheiro; como o Distrito Federal, como Pernambuco e mais algumas unidades federativas que têm investido em torno de 500 milhões ao ano em desenvolvimento de informática, nesses últimos anos, foi um dos grandes responsáveis por nós praticamente acabarmos

com o contrabando com o Paraguai de máquinas de informática que passavam pelo lago de Itaipu, pela Ponte da Amizade, em sacolas e em pedaços fatiados.

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – No Brasil inteiro, não havia a venda de máquinas de informática; eram construídas no fundo dos quintais, dentro das casas das pessoas. Hoje, não. Hoje, elas existem. Nós vamos às lojas de departamentos no Brasil inteiro e compramos máquinas fabricadas no Brasil, graças a uma lei nacional de incentivo à informática, que criou o processo produtivo básico, mantendo-o para que tivéssemos o conteúdo nacional e para que fizéssemos, aqui no Brasil, esses PCs, esses laptops, esses palms. É isso que aconteceu. Investimos, e muito, nesses últimos anos, em pesquisa e desenvolvimento e, hoje, temos uma indústria nacional competitiva mundialmente do ponto de vista de fabricantes de máquinas de informática: computadores e seus derivados.

E agora? Sabem o que vai acontecer? Vai voltar o contrabando com o Paraguai. Vocês não tenham dúvidas disso. Vai voltar o contrabando com o Paraguai; vão se gerar dezenas de milhares de desempregos no Paraná; e vai encarecer o custo Brasil. Por mais que haja incentivo no Norte, existe a logística. Quem paga isso? Todo cidadão brasileiro, de maneira direta – não é indireta, não; de maneira direta. É o cidadão brasileiro que paga isso.

E agora vai novamente o Paraná perder tudo isso? O Paraná foi aquele que contribuiu, e muito, para o parque de informática brasileiro, para haver empresas sólidas na produção de equipamentos de informática, de computadores. E agora vai perder? Ou vocês acham que nós vamos conseguir pagar 8% de diferença de crédito de informática? O nosso estoque vai para quantos bilhões no futuro? Já devemos, hoje, R\$3,5 bilhões ao empresariado brasileiro de crédito – deve o Governo do Estado. São dados. Acabei de falar com o Secretário da Fazenda do meu Estado que me passou isso. Como vamos conduzir a sequência disso?

Então, senhoras e senhores, o Paraná, sim, é um Estado rico, é um Estado rico. É o quinto ou o sexto mais rico da unidade federativa do ponto de vista da arrecadação nacional, mas ele é, em distribuição de renda per capita, o 21º no Brasil. E agora vai para quanto? Daqui a pouco nós vamos ser, não que eu queira que os Estados não cresçam, mas eu não quero que o meu Estado, o Paraná, tenha que empobrecer para causarmos a igualdade entre as unidades federativas. É basicamente isso, gente.

Então meu caro, Senador Delcídio do Amaral, nós temos que manter a regra que foi instituída, do

PPB, que é o processo básico de produção que gerou emprego e renda neste País inteiro. Temos que manter aqui parte da Resolução nº 13, que aprovamos no Senado ano passado porque, se aprovarmos da forma como está, vamos revogar parte da Resolução nº 13, de 2012, que aprovamos aqui no Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Só uma pergunta a V. Ex^a. A pauta, V. Ex^a vai dar sequência ao Item 2 da pauta ou nós vamos ficar só no Item 1, no debate?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Nós estamos querendo ler o Item 2 da pauta, Senador Armando Monteiro, só fazer a leitura, deixar toda a discussão para depois, só fazer a leitura,

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Só fazer a leitura sem discussão hoje?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Sem discussão.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Ok, então. ...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Delcídio, a notória habilidade de V. Ex^a vai ser posta agora à prova agora, no limite máximo, porque está visto que essa matéria é nitroglicerina pura porque aqui estão expostas as paixões, a responsabilidade de cada Estado em função de uma proposta que é de reforma tributária, mas que remete diretamente à guerra fiscal.

Eu queria, primeiro de tudo, fazer uma consideração. A guerra fiscal no Brasil existe porque nunca foi votado o PLS 240, de 2006, que muda a forma de deliberar do Confaz com relação à concessão de eventuais incentivos fiscais, que hoje é unanimidade, como é unanimidade e nenhuma concessão de benefício fiscal que facilite a alguém e que seguramente prejudique alguém, como está posto neste debate, nada é votado porque por unanimidade não se leva a votos o que não vai ser aprovado.

E existe um projeto de lei, Flexa Ribeiro com uma emenda de Lúcia Vânia, o PLS 240, de 2006, que muda a Constituição ou muda o quórum para deliberar ou para aprovar para três quintos. Se este projeto de Lei estivesse vigorando muitos acordos já teriam sido feitos e muito dessa discussão já estaria filtrada, estaria peneirada, por acordo, por diálogo, por entendimento, por contas feitas por quem de direito, que são

os secretários de fazenda, e este debate aqui estaria, na pior das hipóteses, na temperatura, metade do que ela vai assumir porque estamos só começando a discutir um assunto e vejam a divergência de Ceará com Pernambuco, dentro da própria Região.

E isso na medida em que o debate avance e chegue ao plenário, em que os números sejam expostos e que as dificuldades e o desemprego se esbocem, essa discussão vai para a temperatura máxima. Eu não tenho nenhuma dúvida.

Então quero chamar a atenção para a necessidade imperiosa de se votar o PLS 240, de 2006, que baixa o quórum para deliberação ou para aprovação de concessão de incentivos fiscais a serem decididos pelo Confaz, não para a unanimidade, por unanimidade, não se vai chegar nunca a entendimento nenhum e não se vai levar nenhuma de proposta de incentivo fiscal em que um Estado vote com o outro mediante compensações. Isso é da política. É o relacionamento, é o equilíbrio e esse PLS promove, abre a porta para esse equilíbrio, e essa porta está fechada.

Muito bem! Dito isso, quero fazer aqui uma constatação. O regime tributário brasileiro começou com o modelo francês, que era o da cobrança do imposto no destino e mudou para o IVC brasileiro, com a cobrança do imposto na origem. Dito isto, eu quero fazer

Dito isto, eu quero fazer uma primeira constatação: quando a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, na sua essência, começou, as alíquotas eram iguais: 15% e 16%. Quem mudou isso foi um fórum político, foi a Constituinte. A Constituinte é que criou as alíquotas 12% e 7%, através de um amplo debate político – 12% e 7%. Para fazer o quê? Para fazer o equilíbrio, para distribuir oportunidades, para fazer uma primeira justiça fiscal, para equilibrar oportunidades, que é uma coisa consagrada no mundo inteiro. A Itália fez o mezzogiorno, os Estados Unidos fizeram a sua compensação entre regiões favorecidas, e não através de favores fiscais, só que de forma legal, institucional.

Isso aconteceu. Como esse PLS a que me referi nunca foi votado, começaram a ocorrer... E eu mesmo fui Governador e criei o PROAD, e graças a Deus eu criei o PROAD; por conta do PROAD é que algumas dezenas de grandes empresas foram para o meu Estado. Só que esse imposto não fica com o Estado. O Estado troca imposto por emprego. Isso tem que ficar muito claro. Esse imposto não vem para os cofres do Estado, ele é reinvestido. Ao invés de ser pago pela empresa, ele é reinvestido na ampliação da oportunidade de negócios que geram empregos. Então, não se está falando aqui em riqueza de Estado. Está-se falando na renúncia fiscal para gerar emprego, que é o que é o objetivo de todos nós.

Dito isto, Sr. Presidente, Sr. Relator, confiando na sua capacidade de promover equilíbrio, eu apresentei uma proposta, uma emenda: hoje, qual é a relação? 12% e 7%. A proposta que eu faço é próxima da que V. Ex^a está se dispondo a colocar como a sua proposta, é a 7 e 4. Só que ela amplia para, além de indústria e agronegócio, também os demais segmentos da economia, a começar pelo comércio, transportes. Então, esta é a proposta que faço, mas batendo na tecla para a gente resolver de forma equilibrada, negociada, com as contas feitas por quem sabe fazer conta, que são os secretários de fazenda. Entre eles, urge que se baixe esse quórum de aprovação do Confaz de 100% para, no mínimo, três quintos. Aí, sim, você vai abrir a porta da negociação e aí, sim, você vai poder votar uma reforma tributária que equilibre oportunidades dentro do País e que seja justa para a maioria.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador José Agripino. Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu quero começar registrando a forma como Delcídio do Amaral, o nosso Relator, tem conduzido este debate; um debate muito difícil, que são os interesses legítimos do pacto federativo e a necessidade de resolver um grave problema, que são os incentivos fiscais que o Supremo Tribunal Federal já declarou inconstitucionais e que já está, agora, modulando o seu alcance.

E se nós não construirmos uma saída organizada para a questão dos incentivos fiscais, vamos assistir ao mesmo processo que tivemos no Fundo de Participação dos Estados, que nos trouxe um desgaste muito forte e a necessidade de uma aprovação num cenário muito desfavorável. E também a questão dos precatórios, em que hoje temos um conjunto de Estados com muita dificuldade para honrar a decisão do Supremo Tribunal Federal com os precatórios.

Portanto, nosso Senador Delcídio do Amaral, eu quero parabenizar V. Ex^a pela forma como conduziu, pela paciência em ouvir, construindo uma mediação para que possamos aprovar os três grandes instrumentos: a resolução, a criação dos Fundos de Compensação do ICMS, das perdas dos Estados, e da infraestrutura e, também, a lei complementar que vai tratar da renegociação das dívidas e o instrumento legal que precisamos construir para a convalidação dos incentivos fiscais concedidos, de 1989 para cá, e os seus efeitos para o futuro.

Eu tenho recebido, nobre Relator, um conjunto de informações do que isso representaria, a não convalidação dos incentivos concedidos. Na Região Nordeste há um grupo legítimo visitando os Estados, mostrando

o que isso representará. Eu sei da sensibilidade de V. Ex^a, a clareza do que isso representa, e nós precisamos de que, na resolução que V. Ex^a está relatando, na eficácia e na vigência dessa resolução, esteja incluída a convalidação dos incentivos concedidos e também a aprovação desse instrumento.

Nós trabalhávamos inicialmente para que esse item fosse aprovado junto com a lei complementar que está na Câmara e que tem o Deputado Eduardo Cunha como Relator. Tem sido levantada, nos últimos dias, uma preocupação: se é possível fazer a validação por lei complementar, ou se teria que ser quebrando a unanimidade do Confaz, ou por emenda constitucional. Esse é o debate em torno do qual deveríamos reunir os líderes desta Casa com os líderes da Câmara, sob a coordenação dos dois Presidentes.

Se nós caminharmos para a tese de que é preciso haver uma emenda constitucional, já que está em andamento a emenda do comércio eletrônico, poderíamos fazer ali, porque já foi feita a sua admissibilidade na CCJ da Câmara e está sendo construída a Comissão Especial, e nós podemos ter uma tramitação rápida na Câmara, para a sua vinda para o Senado, e, com um texto acordado, ser votado antes do final de 2013.

Portanto, eu acho que esse é um caminho que poderíamos trilhar, para que possamos dar toda a segurança aos 26 Estados e ao Distrito Federal, na convalidação dos incentivos fiscais.

Quero também adiantar os efeitos da Medida Provisória nº 599. Aquela medida provisória só pode andar, uma vez aprovada essa resolução, com essas condições, para que possamos modular tanto o Fundo de Compensação das Perdas do ICMS, como também o Fundo de Investimento.

E quero aqui registrar que, no Nordeste, nós temos algumas experiências no processo de industrialização e de diminuição das desigualdades. Nos anos 70, início dos anos 80, o incentivo era dado na infraestrutura das nossas indústrias e também no fortalecimento da sua tecnologia. Registro aqui o polo metalmeccânico do meu Estado, o Estado do Ceará, que está consolidado e com um desempenho significativo na nossa economia.

E, a partir da metade dos anos 80, com a fragilização da Sudene e da economia brasileira, o incentivo passou a ser feito na comercialização da produção. E, no início dos anos 90, quando o Estado do Ceará e outros Estados enfrentaram esse processo, nós passamos a ter a ida de algumas empresas.

Lembro muito bem da empresa Yamacom, que é coreana. Chegou ali em 1993. Nós comemoramos como uma grande empresa, e era uma grande empresa. Terminada a fase do incentivo fiscal na comercialização da produção, a empresa saiu do Ceará e pas-

samos todo esse período com aquela infraestrutura, com aqueles galpões abandonados e, só agora, com a universidade que nós instalamos naquela região, que trata da relação com os países de língua portuguesa, esses galpões estão sendo adaptados para serem salas de aula.

Portanto, essa experiência do incentivo na comercialização da produção não traz tecnologia e nem dá segurança na manutenção das empresas, mas nós precisamos trabalhar com essa realidade. O que foi feito precisamos manter, mas tenhamos clareza de que o que dá efetivamente segurança ao parque industrial é infraestrutura, investimento em tecnologia e, particularmente, a qualificação da mão de obra.

Por isso, quero parabenizar V. Ex^a pela condução, nos dá segurança na convalidação dos incentivos fiscais, e a validade dessa resolução seria após a complementação das votações no Congresso Nacional. Por isso, tenho certeza de que vamos chegar a bom termo e, amanhã, após o início da discussão e o seu encerramento, queremos votar e aprovar essa resolução, que é muito importante para todo o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O último Senador inscrito é o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Será que os últimos serão os primeiros?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Romero Jucá e Senador Randolfe vão falar depois do Senador Cyro Miranda por um breve... Roraima e Amapá.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Lindbergh, amigo dileto, Senador Delcídio do Amaral, a quem saúdo neste momento pelo esforço, pelo trabalho e pela dedicação. Entendo as pressões que V. Ex^a está sofrendo. Quero saldar o nosso ilustre Governador Marconi Perillo, que não está aqui por acaso; largou todos os seus compromissos, sei de sua agenda hoje, um dia pesado, várias audiências, decisões importantíssimas estão acontecendo no nosso Estado, e ele aqui veio para lutar pela sobrevivência, Senador.

Eu começo dizendo, Sr^{as} e Srs. Senadores, que todos são iguais perante a lei. Nós queremos manter essa igualdade. Hoje, ouvi o Senador Humberto Lucena dizer que os incentivos fiscais não atraem...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Vamos homenagear a memória de Humberto Lucena, saudoso Senador.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Mas também é do Nordeste, perdão.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O Senador Armando Monteiro está atento, não deixa passar uma.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – É porque ele sabe que eu estou chegando perto do Estado dele, estou chegando em Recife, estou chegando perto do Restaurante Leite...

Mas, ele nos disse, hoje, aqui, que os incentivos fiscais não atraem empregos. Em uma saída espetacular do governo federal do então Presidente Lula para atrair a Fiat, que usou um dispositivo de uma empresa que fabricava chicote – não o de bater em Chico e Francisco – de velocímetro, a Fiat se acoplou a esse instrumento, e somente em Pernambuco seria possível a instalação da Fiat. Aplauda essa medida, porque tinha visitado muito o Norte e o Nordeste e via Pernambuco ficando para trás. Porto de Sauípe é necessário, não adianta.

Agora, em detrimento do Ceará... Eu não mais nem defender o Centro-Oeste, vou defender o Ceará, vou defender as diferenças entre São Paulo e o interior do Piauí, o interior de Goiás. Vou comparar minha cidade, São José do Rio Preto, com uma cidadezinha lá do Cariri. Muito igual. Vou comparar Ribeirão Preto com uma cidadezinha lá no fim da Bahia, quase esquina com o quintal, Sergipe. Não podemos fazer isso, é desumano. Emprego é sinônimo de dignidade e vida. Não existe programa assistencialista melhor do que a dignidade. É a porta de entrada. Você faz assistencialismo e dá a entrada.

Senador Delcídio, nós temos divergências aqui nesta Casa. Concordo quando diz que ouviu todos os governadores e todos os secretários, mas o senhor está vendo aqui que não existe uma voz uníssona. Estamos aqui totalmente divergentes. A grande maioria não quer perder o pouco que tem. O nosso Estado, o Centro-Oeste, o seu Estado, o Norte e o Nordeste serão os grandes perdedores. Quem ganhou com os incentivos fiscais foram São Paulo e Paraná.

E eu explico. Abríamos os jornais na década – já falei isso para V. Ex^a – de 70 e 80 e víamos: “São Paulo tem mais nordestinos do que paulistas”. Era o êxodo. Agora eu desafio: se o senhor pegar e fizermos um levantamento dos últimos 15 anos, se São Paulo perdeu população, Paraná perdeu população, Rio Grande do Sul perdeu população? Não. Perdeu o ICM? Não. Todos cresceram dentro da média brasileira. Então, não está acontecendo nenhum desastre, não é um jogo em que alguém está perdendo.

Eu quero dizer o quão importante isso é na vida do brasileiro. O comércio está inserido nesse contexto; bobagem, querermos separar. Podemos, sim, ter

algum tipo de tratamento um pouco diferenciado, mas não deixar de lado, de maneira alguma.

Então, eu não entendo hoje, politicamente, o que o Governo Federal quer fazer com essa divisão. Ele vai descontentar 17 Estados da Federação. Nós estamos com uma inflação que já furou o centro da meta; estamos com o PIB do ano passado, que não chegou a 1%, e nós vamos desindustrializar o País; nós vamos inchar o ABCD – Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema, Municípios cuja arrecadação é maior do que a de muitos Estados do Norte e Nordeste. Apelo ao seu coração. Apelo para que o senhor fique atento ao que nós vamos reivindicar. E nós estamos aqui com duas emendas, a 19 e a 20, uma das quais faz uma ousadia, que acho que seria meio que salomônica, que é trazer a alíquota não de 7 para 4, mas de 9 para 4, e, daqui a dez anos, vamos examinar novamente a realidade brasileira. Hoje, ela não nos permite que tomemos esse... Mesmo convalidando, não aceito...

(Soa a campanha.)

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – ... votar 7 para 4 para o meu Estado, nunca.

Senador Delcídio do Amaral, o senhor é um homem inteligente, o senhor tem uma sabedoria acima da média. Olhe para os pobres...

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Senador Cyro...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Olhe para o seu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito acima...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – O gás tem que ter 12%.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Senador Cyro...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – A Zona Franca de Manaus tem 12%, mas o Centro-Oeste, Norte e Nordeste não podem ficar desassistidos.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Senador Cyro...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Lembro a V. Ex^a da necessidade da equalização da alíquota do comércio, que, para nós, significa perda de 40 mil empregos.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Falei, acabei de falar isso e também foi exaltado aqui por alguns Senadores que representavam o seu Estado, mais de 35 mil empregos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda.

Para uma breve consideração do Senador Romero Jucá; depois, o Senador Randolfe.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pode marcar os 30 segundos.

Quero elogiar o trabalho do Senador Delcídio e dizer que o debate é importante. Quero agradecer a atenção e o atendimento à Emenda nº 5, que descentraliza a industrialização na Amazônia, criando e efetivando os polos de industrialização nas áreas de livre comércio, e dizer ao Senador Delcídio que é fundamental o compromisso do Governo para votação em plenário da convalidação dos incentivos para trás e os prazos para frente, os prazos futuros. Nós vamos cobrar essa posição na votação em plenário para que a Liderança do Governo e o Governo possam confirmar essa votação.

Vamos votar favoravelmente ao relatório, Sr. Presidente.

Essa é a posição.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Romero Jucá. Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Procurarei ser tão objetivo quanto o foi o Senador Romero.

Quero cumprimentar o Senador Delcídio pelo conjunto do relatório, por acatar a emenda já citada, a Emenda nº 5, porque constitui uma equalização do desenvolvimento da Amazônia. Eu estava ouvindo anteriormente a exposição muito bem colocada da Senadora Vanessa sobre como surgiu a Zona Franca de Manaus. A ideia de Zona Franca de Manaus e de Áreas de Livre Comércio é que são polos regionais de desenvolvimento, em virtude de uma situação histórica e de uma necessidade que a Amazônia e que os Estados da Amazônia cumprem, que é a preservação ambiental. Por isso a necessidade desses institutos. E, em decorrência disso, a emenda do Senador Romero estende os mesmos princípios, os mesmos critérios em torno da Zona Franca de Manaus para as demais áreas de livre comércio.

Além do mais, não falando só como amazônida, mas como brasileiro, esse tema, Senador Delcídio – eu não queria estar na sua pele –, não é um tema simples, mas é necessário para o Brasil. Creio que V. Exª terá a sabedoria necessária para conseguir de hoje para amanhã na votação equalizar as diferentes reivindicações e temas que têm aqui. Mas queria cumprimentar V. Exª por ter a coragem de se dedicar e tentar ajustar um tema central para o nosso País.

Para concluir, Presidente Lindbergh, essa resolução não é também separada da MP 599, que tem a relatoria do Senador Walter Pinheiro. Por isso que é

fundamental, esse é um debate difícil, mas é fundamental ser por todos nós enfrentado, ressaltando as necessidades regionais e dando as garantias de que os Estados precisam, com eventuais perdas. Mas é preciso coragem para fazer esse debate, que deve ser enfrentado.

Eu quero cumprimentá-lo e colocar-me ao lado do relatório apontado por V. Exª e da condução que V. Exª com certeza dará, de hoje para amanhã, para resolver, equalizar os problemas que venham a ocorrer com o conjunto dos Estados da Federação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Randolfe.

Com a palavra, o nosso Relator, Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Meu Presidente, Senador Lindbergh, Senadores e Senadoras, há tanta coisa que eu não sei nem por onde começar.

Eu queria fazer algumas observações que anotei aqui. Ouvi atentamente cada Senador e Senadora. Eu queria fazer algumas observações que entendo como pertinentes e que, de certa maneira, vão pautar o meu posicionamento com relação às emendas apresentadas. Evidentemente, o fato de algumas emendas não terem sido acatadas pela minha relatoria não impede que os Senadores e as Senadoras façam destaques na reunião de amanhã, a partir das 11h30min.

Algumas emendas já foram incorporadas ao relatório; algumas emendas foram até rejeitadas porque já têm o seu contraponto no próprio substitutivo; outras foram aceitas, melhor dizendo, acatadas, porque vêm ao encontro do entendimento deste Relator, aperfeiçoam o texto e, de certa maneira, facilitam a discussão, o debate e a votação dessa resolução; e outras vão ser rejeitadas em função dos princípios que nortearam essa resolução.

A primeira observação que eu gostaria de fazer, seguindo aqui a sequência, é com relação ao Senador Requião, que, através dos seus comentários, manifestou a preocupação com as premissas de aprovação dessa resolução. Quero aqui registrar que esse comentário é absolutamente pertinente. Muitos aqui disseram das preocupações dos Estados, principalmente, em se aprovando a Resolução nº 1, sobre como ficariam as convalidações. O pano de fundo dessa grande discussão é principalmente a convalidação, que deu origem a essa guerra fiscal, que, hoje ou ao longo das próximas semanas, nós pretendemos encerrar com esse conjunto de medidas que já foram aqui listadas por vários Senadores e pelas Senadoras.

Com relação às observações do Senador Requião, eu não poderia deixar de registrar que aquilo

que S. Ex^a colocou diverge um pouco das discussões que fizemos com o Governo do Paraná.

Eu vou dar um exemplo específico. As medidas do Simples no Paraná, segundo o Secretário Haully, refletem perdas de mais de R\$2 bilhões. É importante registrar que estamos fazendo uma discussão da Federação. Às vezes, questões específicas dos Estados ou, eventualmente, até disputas políticas não podemos levar em consideração diante da possibilidade de distorcerem, por completo, aquilo que é um projeto de País, com todas as suas virtudes e os seus defeitos, como muitos Senadores e Senadoras aqui apontaram.

Eu queria também registrar a fala da Senadora Vanessa Grazziotin. A Zona Franca de Manaus é um projeto específico de um país, em que se optou por um modelo, vis-à-vis com um comprometimento de sustentabilidade, de conservação ambiental. Por isso, por ser uma modelagem ímpar, especialíssima, nós mantivemos no relatório os 12% da Zona Franca de Manaus.

É importante registrar também, aqui, a fala do Senador Ferraço. O Senador Ferraço apresentou várias emendas, que depois vou resumir aqui, mas, absolutamente, estou de acordo que, se não ocorrerem salvaguardas para aprovação dessa resolução e o atrelamento desses projetos a essa resolução, evidentemente nós não teremos êxito na aprovação da resolução. Como o próprio Senador Ferraço disse, essa é a joia do tesouro, talvez o start de todo esse processo, especialmente dos demais projetos que tramitam no Senado e na Câmara.

Concordo em absoluto com o problema da Lei Kandir. Fui relator do Orçamento Geral da União, que, todo ano, é um grande problema, especialmente na definição da Lei Kandir. Nós não podemos pestanejar com relação aos fundos, como disse o Senador Ferraço, tanto o Fundo de Compensação quanto o Fundo de Desenvolvimento Regional. E acho que o projeto abraçado, encaminhado pelo Senador Paulo Bauer, que será relatado aqui, logo após esta discussão – será lido pelo Senador Armando Monteiro após esta discussão – vem ao encontro das preocupações do Senador Ferraço. Ou seja, a segurança jurídica que, mais do que nunca, foi aqui manifestada.

É importante destacar, também, Senador Ferraço, com relação à Resolução nº 13, que ela não faz parte desta discussão. Portanto, não vou acatá-la, porque isso foi o resultado de uma série de audiências públicas, debates e votações aqui ocorridos na Comissão de Assuntos Econômicos, a despeito de concordar com V. Ex^a sobre dificuldades quanto à regulamentação e o que isso tem gerado nos Estados.

O Senador Humberto Costa também toca nessa preocupação que o Senador Ferraço apresentou, o

Senador Roberto Requião também, que são os condicionantes para aprovação dessa resolução.

É muito importante também essa questão dos fundos, que já foi abordada pelo Senador Ferraço. Ele fez um comentário, mas isso se reflete na Medida Provisória nº 599 ou no projeto de lei complementar, que é a diferenciação desse Fundo de Desenvolvimento Regional para aqueles Estados que, efetivamente, vão usar desse mecanismo para diminuir as desigualdades regionais.

Citou, também, a convalidação do Senador Wellington, e é importante registrar que projeto assemelhado é relatado pelo Deputado Eduardo Cunha, que já apresentou seu relatório na Comissão de Finanças e Tributação, e houve um pedido de vista, na semana passada, com relação a esse relatório.

E não podia deixar de destacar um comentário muito pertinente do Senador Humberto Costa, falando de muitos investimentos do Governo Federal nas unidades da Federação – não só os projetos de inclusão social, mas também os projetos de infraestrutura e, mais especificamente, o Programa de Aceleração do Crescimento.

Portanto, isso é muito pertinente.

Senador Flexa Ribeiro, não podia, aqui, deixar de destacar esta questão de um tratamento igualitário de 12% para toda a Região Norte – e ele fez as observações relativas à emenda, por mim acatada, do Senador Romero Jucá. Nós não poderíamos estender esses 12% para todos os Estados do Norte, mas abrir pequenas exceções, que foram as exceções dadas às emendas do Senador Romero Jucá, até porque nós não estamos num relatório para atender uma região ou outra. Este é um relatório complexo, porque, se você atende uma ponta, desatende a outra. Portanto, nós temos um relatório do possível, apesar de eu entender as razões absolutamente lúcidas e claras aqui apresentadas pelo Senador Flexa Ribeiro e as distorções relativas à Lei Kandir, que é um verdadeiro pesadelo para todos os Estados brasileiros, e especialmente para um Estado exportador, como é o Estado do Pará.

Senador Eduardo Braga, eu vou passar aqui muito...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Senador Delcídio...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – ... muito rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – V. Ex^a permite um comentário?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senador Flexa, acho que a gente...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)

– Senador Delcídio, eu estou desde cedo aqui, acompanhando o processo...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB

– PA) – Senador Armando...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Nós poderíamos...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)

– ...para ler o nosso relatório...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– ... não tendo sido acatado, Senador, aí amanhã V. Ex^a poderia pedir o destaque, para que nós votássemos, e aí nós faríamos as argumentações necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB

– PA) – O destaque está sobrestado, mas eu vou manter a palavra com V. Ex^a, para V. Ex^a continuar respondendo os questionamentos dos Srs. Senadores.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Muito obrigado, Senador Flexa.

É importante também, nas palavras do Senador Eduardo Braga, a defesa, muito pertinente e que embasou a manutenção do meu relatório com relação à Zona Franca de Manaus, e é importante essa preocupação com a convalidação, que é o pano de fundo de todo esse projeto que foi elaborado, que é a convalidação dos benefícios. Isso é motivo da maior preocupação pelos Estados da Federação, e nós temos uma espada de Dâmocles na cabeça, que é a vinculação; é esse efeito vinculante da decisão do Supremo Tribunal Federal para todos os Estados brasileiros.

E uma observação que o Senador Eduardo Braga aqui fez, que também é muito importante: esta discussão não se encerra aqui na CAE; ela vai ocorrer também no plenário do Senado.

Portanto, no plenário do Senado, também, nós teremos oportunidade, inclusive, de fazer valer muitas opiniões aqui que, não necessariamente, serão acrescentadas ao relatório, aceitas pelo Relator, na Comissão de Assuntos Econômicos. Nós não terminamos aqui este debate. Este debate vai a plenário.

E uma coisa importante também: a resolução aguardará os demais projetos, porque essa vinculação é fundamental – preocupação muito pertinente do Senador Eunício Oliveira, Líder do PMDB, ilustre Senador do Ceará –, porque senão ela fica sem efeito. Essas coisas todas se compartilham. Portanto, a resolução não avançará no plenário se as demais etapas não acontecerem.

O Senador Luiz Henrique propõe uma readequação no processo de transição, adotando a mesma data para todas as regiões e unificando em 4%, o que diverge do meu relatório, de se adotar 7% por 4% – 7% para a indústria. É importante registrar que, mesmo se

atendendo isso – e alguns Senadores aqui falaram que isso distorce a proposta e o objetivo maior de unificar as alíquotas –, esses 7% da indústria representam somente 5% das transações. O restante do Brasil, as demais transações, 95% das demais transações ficarão em 4%, caso se obedeça a esse regime de transição.

Com relação ao Senador Wilder Moraes, S. Ex^a propõe a manutenção das atuais políticas adotadas pelo Estado de Goiás. Acho pertinentes as alíquotas internas. As alíquotas interestaduais não caberiam a esse propósito. Portanto, não concordei com essa emenda.

É importante destacar também – e o Senador Wilder assim comentou, assim como outros Senadores – que essa diferenciação de alíquotas do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste, de certa maneira também, Senador Inácio, compensa a diferença logística que os Estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste têm. Ou seja, é um ganho levando em consideração as perdas que a logística promove na comercialização dos produtos produzidos nessa região.

Vi o Senador Aloysio falar de agropecuária. Uma coisa é logística no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, por mais que existam, também, deficiências. Outra coisa é nas nossas Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. As dificuldades são muito maiores. Não estou negando que ocorram dificuldades em outras regiões mais desenvolvidas.

Também queria registrar aqui os comentários do Senador Inácio Arruda. Esse é um tema complexo. Então, há divergências e há convergências. Nós já vivenciamos isso quando aprovamos a Resolução nº 72, dos portos. Foi uma resolução, relatada pelo Senador Romero Jucá, extremamente complexa, difícil. Esta é uma resolução difícil também. Portanto, mostra as disparidades e a importância de a gente ter uma cautela, uma prudência grande, para tentar chegar ao possível.

Não entro aqui na questão do sistema automotivo porque o Senador Eunício e o Senador Inácio Arruda foram bastante convincentes em suas argumentações.

Da Senadora Lúcia Vânia, também, acatei várias emendas, total ou parcialmente. Apenas não compreendi a questão do comércio eletrônico, que Goiás perde. Muito pelo contrário, a PEC do comércio eletrônico é exatamente para recuperar as perdas dos Estados. Esse projeto está lá na Câmara e faz parte, inclusive, desses projetos que vão tramitar conjuntamente para a gente fechar uma série de iniciativas fundamentais para a Federação brasileira. Ela também insiste com relação à MP nº 599, a maneira de funcionar dos fundos. Essa estratégia que foi aqui por muitas vezes citada com relação ao funcionamento, inclusive em função das preocupações que o Senador Ferraço apresentou

com relação ao Projeto de Resolução nº 72. O Senador Aloysio Nunes também falou sobre isso.

Quero só registrar o seguinte: o Projeto de Resolução nº 72 teve semanas para ser implantado, Senador Romero Jucá. Nós, para o fundo de compensação, para o Fundo de Desenvolvimento Regional, vamos ter cinco anos, cinco anos. Importante: com as notas fiscais eletrônicas absolutamente operando na sua totalidade e as inscrições fiscais digitalizadas.

Portanto, isso não é uma vulnerabilidade desse projeto. Nós teremos cinco anos para compor essa regulamentação, e não há nenhum risco com relação a nós definirmos uma estrutura madura de funcionamento.

É importante também aqui registrar, agora, do Senador Alvaro Dias, que foi feita uma defesa de uma alíquota de 12%, mas o Paraná sempre trabalhou com 7%. Então, talvez eu não tenha compreendido muito bem os argumentos do Senador Alvaro Dias.

Há outra coisa também, já em função dos meus comentários sobre a Zona Franca de Manaus. Eu queria deixar registrado que o gás natural é arrecadação; não é guerra fiscal. Precisamos separar muito bem o que é arrecadação e o que é guerra fiscal. O gás natural é arrecadação. Há um erro de avaliação e de conceito com o qual não concordo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – E já foi preservado na resolução da guerra dos portos, porque é um produto importado.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Inclusive, na resolução dos portos, muito bem lembrado, já foi preservada e aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos e pelo Plenário do Senado Federal.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Vamos deixar esse debate fora.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – É importante registrar os comentários do Senador Eduardo Suplicy. Eu concordo que o objetivo maior era unificar as alíquotas, e São Paulo não concorda. Essa é uma bandeira de São Paulo de há muito tempo, os 4%, mas esta proposta é a resolução do possível, para caminhar, efetivamente, para um novo cenário tributário no País, acabando, de uma vez por todas, com a guerra fiscal e contribuindo para baixar a carga tributária. Portanto, as chances de a economia rodar muito mais e de o Brasil se beneficiar desta proposta, ora em análise, é irrefutável. São indiscutíveis as consequências desse projeto.

Assim, eu até compreendo a posição do Senador Eduardo Suplicy, porque este é um desejo de São Paulo: reduzir tudo a 4%, como também foi o desejo de São Paulo não aprovar, usando a unanimidade do Confaz, os incentivos nos demais Estados da Federação, que

nos levaram a essa situação de absoluto desconforto com a inconstitucionalidade dos incentivos na maioria dos Estados brasileiros.

O Senador Aloysio Nunes também bate na mesma tecla. Eu já citei aqui os 7%, que representam 5% somente das transações; no restante, mantidos os 4%. Nós temos 95% das transações em 4%.

Sobre a modelagem da Zona Franca de Manaus, já falei.

Com relação ao Senador Eunício, é importante registrar a sua preocupação com a validade a partir de 1º de janeiro. Não há dúvida nenhuma de que são projetos que se complementam, e a própria resolução vai ficar atrelada aos demais projetos. Senador Eunício, V. Exª sugeriu isso, conversou, inclusive, com o Ministério da Fazenda, e nós já estamos incorporando – V. Exª apresentou algumas emendas, mas que já estão incorporadas ao relatório. E, por esta razão, por serem pertinentes, “rejeitamos”, entre aspas. Na verdade, há incorporação aqui das preocupações que V. Exª já havia externado.

Sobre a questão da unanimidade, os três quintos, Senador Eunício, estão sendo relatados pelo Deputado Eduardo Cunha, que já apresentou o seu relatório de três quintos, e, aqui no Senado Federal, há uma proposta do Senador Wellington Dias, que também propõe três quintos, para que tenhamos as condições necessárias de convalidar os incentivos.

Senador Moka. Concordo com ele: é um equilíbrio de forças. Não podemos comparar alguns Estados mais desenvolvidos com outros Estados. Muitos receberam, lá atrás, recursos do Governo Federal que garantiram essa situação muito mais progressista em que hoje se encontram do que outras unidades da Federação – São Paulo, Minas Gerais e assim por diante.

E também a questão do beneficiamento, a emenda do Senador Moka, que vem muito ao encontro, especialmente, de várias regiões do País.

O Senador Sérgio Souza também fala sobre os 7% e 4% e, mais uma vez, ressalta que o Paraná é um Estado pobre. Eu morei no sul do Brasil; pelo menos, na minha época, nunca o Estado do Paraná foi pobre. E novamente voltou essa história de que o Paraná é pobre.

Que diríamos nós da Região Centro-Oeste, do Norte e do Nordeste?

O Senador Agripino Maia cita o PLS nº 240, mas o PLS vem ao encontro dos três quintos que estão colocados na Câmara; também faz um comentário com relação aos 7% e 4%, estendendo 4% para o comércio. E eu vou cumprir aquilo que assumi em reuniões com os secretários de Fazenda, de manter os 7% para a indústria e os 4% para o restante das atividades.

Evidentemente, amanhã, o Senador Lindbergh, que é o Presidente da CAE, se os Senadores destacarem essa questão, isso vai ser votado também. Portanto essa discussão não se encerra por aqui.

Não podia deixar de destacar aqui os comentários – por isso a importância de nós aprovarmos, apesar de todas as dificuldades, esses projetos –, a dificuldade e o exercício que o Senador Walter Pinheiro fez para que, numa situação difícil, nós aprovássemos o FPE, uma vez que o Supremo também julgou o FPE inconstitucional.

É importante registrar aqui também os comentários do Senador Pimentel no que se refere aos três quintos e, eventualmente, até o aproveitamento da PEC do comércio eletrônico para ajustar de uma vez por todas essa convalidação dos incentivos.

E também, o Senador Cyro Miranda, com a sua proposta de 9% por 4%. Até pelas razões que acabei aqui de relatar, eu não teria condições de aceitar essa proposta do Senador Cyro Miranda.

Convém registrar aqui também como muito pertinente o posicionamento do Senador Romero com relação à convalidação para “trasmente” e para “frentemente” dos incentivos.

E, do Senador Randolfe, a Emenda nº 5 do Senador Romero que atende à Região Norte. Como essa emenda é mais ampla, ela torna prejudicada a própria emenda que os secretários de Fazenda dos Estados do Norte apresentaram; e também a defesa do Senador Randolfe com relação à Amazônia.

Portanto, vou fazer um resumo muito rápido aqui com relação às emendas.

Acato a Emenda de nº 2, que aperfeiçoa a redação da Zona Franca de Manaus, originadas mais PPB (Processo Produtivo Básico), e o gás já está no substitutivo.

A Emenda de nº 3 também, da Senadora Lúcia Vânia, acatada, já incorporada ao substitutivo menção à Resolução nº 95, de 96.

A Emenda de nº 5, do Senador Romero Jucá, acatada. Haverá ajuste de redação nos termos do substitutivo, que estende a alíquota de 12% para todas as operações realizadas somente nas áreas de livre comércio.

A Emenda de nº 13, da Senadora Lúcia Vânia, também acatada parcialmente, acatada na inclusão da modalidade de beneficiamento e rejeitada quanto à alteração que reduz o ritmo intrabloco de modo a chegar a 4% em 12 anos, em vez de 8 anos, que é o que diz o projeto, e no que elimina o parágrafo específico do gás importado.

A Emenda nº 14, da Senadora Lúcia Vânia, também foi acatada com ajuste da redação, nos termos

do substitutivo, de forma a vincular ao quórum de três quintos, já aqui citado, em vez de vincular ao Confaz. Nós não poderíamos vincular ao Confaz; o Senado não pode vincular uma decisão ao Confaz. Portanto, estamos vinculando aos três quintos, que é a votação necessária para se convalidarem os incentivos.

A Emenda nº 16, do Senador Moka, acatada com ajuste de redação, nos termos do substitutivo, para especificar “para fins desta resolução”, as operações alcançadas na modalidade de beneficiamento.

A Emenda nº 19, do Senador Cyro Miranda, acatada com ajuste da redação, nos termos do substitutivo de forma a vincular o quórum de três quintos, em vez de vincular ao Confaz, que é semelhante ao da Senadora Lúcia Vânia.

A Emenda nº 20, também acatada, idêntica à Emenda nº 14, será acatada com ajuste da redação, nos termos do substitutivo, de forma a vincular ao quórum de três quintos em vez de vincular ao Confaz.

Passo às emendas que foram rejeitadas. Aí, os Senadores que não se sentirem contemplados podem, inclusive, pedir destaques amanhã na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Algumas das emendas que foram rejeitadas já foram contempladas no relatório. O próprio Senador Eunício apresentou propostas pertinentes: a emenda foi rejeitada, mas está contemplada, no mérito, no relatório.

A Emenda nº 1, apesar da pertinência, é exatamente o exemplo que acabei de dar. Rejeita-se a emenda dos secretários do Norte, das áreas de livre comércio porque a Emenda nº 5, do Senador Romero, já foi contemplada.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE)

– V. Ex^a está rejeitando e incorporando?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Não, é porque já vinha incorporada, Senador. Mas, se V. Ex^a tiver dúvidas...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE)

– Na última redação que recebi de V. Ex^a, o final não contempla isso.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Nós teremos, Senador Eunício, oportunidade de discutir essa questão, porque...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE)

– Tudo bem, porque ela faz parte do entendimento e ficou acertado com a área econômica que se apresentaria emenda; e V. Ex^a rejeita a emenda ou a incorpora ao seu relatório...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Será incorporada, até atendendo as exigências de V. Ex^a.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE)

– Não tenho a vaidade de essa emenda ser aprovada.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Então, atende parcialmente, porque, na verdade, está sendo incorporada. Muda o conceito.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sim, mas para ser incorporada... Tem uma emenda. Romero, você não participou da reunião. O acordo foi esse.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sobre as emendas do Senador Eunício: as Emendas nºs 25 e 26 – concordo com o Senador Eunício – estão no relatório, mas, evidentemente, estão aceitas no mérito, com redações diferentes.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Senador, eu pergunto a S. Ex^a...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Só para entender.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Perfeitamente.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a, então, está acatando as duas emendas, porque elas só complementam o texto de V. Ex^a?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Aperfeiçoam.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Não, complementam.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Complementam.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Quem sou eu para aperfeiçoar um texto de V. Ex^a?
Estão incorporadas as duas emendas, então, acatadas por V. Ex^a?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Perfeito.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Obrigado.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Registrar que acatadas parcialmente.

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Senador Delcídio, peço até desculpas a V. Ex^a, mas eu estava relatando a Medida Provisória nº 595 e estou vendo que V. Ex^a está acatando parcialmente emendas que não estão apresentadas, obviamente, neste relatório de apresentação das emendas, porque são emendas que foram apresentadas no decorrer da discussão no dia de hoje.

No entanto, V. Ex^a sabe que esta é uma matéria que diz respeito ao interesse de toda Nação e da Federação, e eu não tenho conhecimento dessas emendas.

Eu pediria à Secretaria que, por favor, providenciasse, porque quero acompanhar o relatório que V. Ex^a faz com um esforço sobre-humano – diria –, até de forma oral e verbal, aqui. Mas não tenho como acom-

panhar o relatório de V. Ex^a se não tenho conhecimento das emendas que estão sendo relatadas.

E não está distribuída... Eu não estava presente. Não estou aqui protestando contra a conduta da Comissão, mas V. Ex^a está em andamento no relatório, e não me sinto em condições de acompanhar o relatório de V. Ex^a sem ter conhecimento de todas as emendas que V. Ex^a está acatando ou rejeitando parcialmente.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senador Eduardo Braga, 29 emendas foram apresentadas. Nós teremos, como foi dito aqui... V. Ex^a não estava, até porque estava na relatoria da medida provisória. Se, eventualmente, os Senadores quiserem destacar alguma emenda que não foi por mim acatada, isso vai ser destacado amanhã na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. EDUARDO BRAGA – (Intervenção fora do microfone.) A gente precisa ter conhecimento. V. Ex^a vai encerrar a discussão hoje?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vai haver um pedido de vista, nós vamos votar amanhã. Vamos distribuir imediatamente – a Secretaria da Comissão – a todos os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras todas as emendas, o que foi acatado e o que foi rejeitado. E, amanhã, vamos ter o espaço de destacar, de fazer o destaque de votação em separado. Tudo bem?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Eu reconheço o esforço e vou procurar conversar com o Relator ao cabo, para entender quais são as adequações às emendas parcialmente atendidas pelo Relator.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senador Eduardo Braga, nós compilamos aqui um documento muito simples, de fácil entendimento. Quer dizer, qualquer dúvida, Senador, estamos absolutamente à disposição.

Deixe-me retornar aqui.

Portanto, a Emenda nº 1, rejeitada, porque já está contemplada pela Emenda nº 5, inclusive do Senador Romero Jucá, que é muito mais ampla.

Emenda nº 1, rejeitada – do Flexa.

Emenda nº 4, também rejeitada, porque é o mesmo objeto da Emenda nº 14, que vai ser acatada. Nós aceitamos a 14, que é a dos três quintos...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Ela está prejudicada, então.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Fica prejudicada. Portanto, rejeitada.

A Emenda nº 7, do Senador Ricardo Ferraço, que é a revogação da Resolução nº 13 e que, portanto, é rejeitada. Essa discussão já foi feita aqui. O Projeto de Resolução nº 72 já foi aprovado aqui; não dá para confundir uma resolução com outra.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)

– Presidente, eu poderia interromper, por um minuto, o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Sim. Pois não.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)

– Não acha V. Ex^a que, diante da extensão da reunião, seria melhor fazer essa leitura amanhã, do PLS nº 106, do relatório?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Tudo bem.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)

– Eu sinto que não há mais nem...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Tudo bem.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB

– AM) – Eu só acho o seguinte, Presidente... Se V. Ex^a me permite também.

Vou pegar como exemplo a Emenda nº 5, Senador Delcídio. A Emenda nº 5, Senador Delcídio.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Antes, Senadora Vanessa, vou atender o Senador Armando Monteiro.

Acho que está perto de acabar, mas, Senador Armando Monteiro, peço desculpas por segurar V. Ex^a até agora. V. Ex^a é o Relator do próximo.

Podemos começar a fazer uma leitura do PLS nº 106.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, não.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Quero fazer uma proposta.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O 106 é outra coisa, Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Ele está falando do Item nº 2 da pauta, e estou respondendo, para liberar o Senador Armando Monteiro. E colocamos na pauta de amanhã, para fazer a leitura.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Por mim, está tudo bem.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu estava aqui participando desta reunião, quando fui informado de que a votação não ocorreria hoje.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Não, não vai haver votação alguma hoje.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Quero dizer o seguinte: tenho impressão, com todo o respeito, deque o Relator está aceitando emendas que não são compatíveis com a Resolução do Senado, como é o problema da unanimidade.

Eu pediria a V. Ex^a que, se possível, olhasse isso com carinho, porque não podemos colocar na resolução matéria que não é própria; ou seja, que é própria de lei complementar. Queria ponderar isso a V. Ex^a.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Senador, pela ordem, apenas para tentar...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu gostaria, Sr. Presidente. Já pedi a palavra.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – ... contribuir com o debate.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Eduardo e Senadora Vanessa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Apenas para tentar contribuir com o debate.

Veja, a Emenda nº 14, eu, ainda há pouco,...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – É importante registrar que é a cláusula de vigência da resolução. Por isso é que foram citados os três quintos. Nós não podíamos subordinar ao Confaz. Portanto, colocamos, para que haja a vigência da resolução, os três quintos, que é outra maneira de condicioná-la.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Mas eu queria apenas indagar...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – ... ao Relator, porque, veja, o entendimento de que tenho conhecimento, alcançado nesse exaustivo e importante diálogo em que o Relator vem tratando dessa matéria, era de que os três quintos do Confaz eram referentes à questão de convalidação. Ou seja, nós não estamos alterando o quórum qualificado do Confaz, e nem devemos fazê-lo, porque aí o Senador Dornelles tem absoluta razão. Apenas e exclusivamente para o acordo e o entendimento para a convalidação do ICMS, Não é o que está dito na Emenda nº 14.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Bom, o entendimento... Nós vamos aperfeiçoar o texto...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Esse é o problema.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – ...porque vários Senadores aqui manifestaram a preocupação de que deveria haver um instrumento que garantisse a validade a partir do momento em que os

incentivos fossem convalidados. E, como vai depender de decisão do Confaz, subordinando o Senado ao Confaz, nós vamos fazer um ajuste na redação, porque os três quintos é a maneira elegante de dizer a mesma coisa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Nobre Senador, permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Permita-me, nobre Senador. Eu entendo, compreendo perfeitamente o esforço de V. Ex^a. Apenas para dizer o seguinte: a resolução do Senado trata, por delegação da Constituição da República, de alíquotas interestaduais. A convalidação do Confaz tem lei própria, que trata da matéria específica. Portanto, o que havia sido entendido era que, na resolução, se faria referência à lei específica, que é lei complementar, que trata do fórum do Confaz. Portanto, não precisa estar explicitado dessa forma na resolução, sob pena de a resolução conter um problema grave. Ela não pode subordinar o Senado a esta questão e, por outro lado, fere uma lei complementar que estabelece quórum qualificado, e não é a pretensão desta Casa quebrar aquele quórum qualificado. A não ser criar uma exceção específica para um acordo feito, comandado pelo nobre Relator, para que tenhamos a convalidação dos benefícios através de três quintos do Confaz. Isso fará com que tenhamos clareza na aprovação do texto apresentado.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senador Eduardo Braga, eu só gostaria de registrar o seguinte: ninguém está querendo mudar nada e nem mexer na unanimidade do Confaz. O que estamos dizendo é que, nesta emenda, nós aperfeiçoaremos o texto para ele valha especificamente para a convalidação, para “trasmente” e para “frentemente”, como diz o Senador Romero Jucá, dos incentivos que hoje são julgados inconstitucionais pelo STF.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Meu caro Relator...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu estou pedindo pela ordem, Sr. Presidente, há um tempão.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senadora Vanessa e Senador Ricardo Ferraço.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Na realidade, o que o Senador Delcídio está fazendo é apresentando um novo relatório sem um texto final. E, sem um texto final, fica difícil a compreensão, porque vai mudar muito o substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Mas é por isso que daqui a pouco...
(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Ele vai distribuir para todos.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Perfeitamente. Porque ele coloca, por exemplo, a Emenda nº 14. Ela é acatada com ajuste na redação. A Emenda nº 5 é acatada e vai mudar completamente o §7º do projeto de lei. Então, nós precisamos do novo substitutivo com a...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Mas vai ter.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Exatamente. Ainda no dia de hoje, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – No dia de hoje.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – No dia de hoje. É isso mesmo, que é para podermos... Porque eu acho que muda muito, por exemplo, as áreas de livre comércio, com o acatamento da Emenda nº 5. Muda muito.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O último Senador inscrito é o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Muito rapidamente,...
(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, eu quero apenas chamar a atenção do nosso Relator para que tenhamos o mesmo nível de preocupação em que V. Ex^a sinaliza, ajustando o texto, não apenas na questão da convalidação. Há a questão das premissas, para a efetividade desta resolução, a aplicabilidade da compensação e do auxílio financeiro em relação às perdas, para não parecer que é só convalidação. A convalidação também. V. Ex^a, dedicado como é, vai encontrar uma razão, junto conosco, um caminho, mas há também a questão das garantias.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu inclusive fiz questão, Senador Ferraço, de aqui registrar as considerações que V. Ex^a fez com relação a esse assunto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu tenho uma emenda em que trato especificamente desse tema.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Aloysio Nunes, o último inscrito, porque vamos concluir aqui com o Relator, e sei que haverá pedido de vista.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Não, eu preciso terminar aqui.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu espero o Senador Delcídio terminar.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O Senador Aloysio espera.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – A Emenda nº 8, retirada, corrigida pela Emenda nº 11.

A Emenda nº 9, também contemplada parcialmente... Aliás, aceita parcialmente. É uma questão de texto, emenda do Senador Ferraço.

Senador Sérgio Souza, rejeição da Emenda nº 10, que estende a alíquota de 12% para todas as operações com produtos de informática, sem distinção de origem e destino.

A Emenda nº 11, do Senador Ferraço: 7% em todas as operações originadas no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Espírito Santo, pelas razões que eu aqui justifiquei anteriormente.

Emenda nº 12, idêntica à anterior, do Senador Ferraço, de autoria da Senadora Lúcia Vânia.

A Emenda nº 15, da Senadora Ana Amélia, implicaria aplicar a alíquota de 7% a produtos fundamentais da Zona Franca de Manaus em relação à área de livre comércio. O tema já foi contemplado na Emenda do Senador Romero Jucá.

Emenda nº 17, do Senador Luiz Henrique, que mantém 7% para todas as operações realizadas nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e reduz o ritmo dessas operações de modo a chegar em 7% só em 2021. Portanto, rejeitada.

Emenda nº 18, também do Senador Luiz Henrique, rejeitada, já incorporada ao texto do substitutivo a alíquota intrabloco em oito anos, em vez de três, como está no projeto original enviado para o Governo.

Emenda nº 21, também rejeitada, igual à Emenda nº 10, do Senador Requião, que estende alíquota de 12% para todas as operações de produtos de informática.

Emenda nº 22, do Senador Suplicy e outros Srs. Senadores, que estende a alíquota de 7% para 4%, também rejeitada.

A Emenda nº 23, do Senador Suplicy e outros, também rejeitada.

A Emenda nº 24 coloca alíquota de 7% para toda a Zona Franca de Manaus, também rejeitada.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Senador, V. Exª me perdoe. Quero só fazer uma colocação sobre a emenda a que V. Exª já deu parecer favorável. Eu conversei com o Senador Romero Jucá, porque ela tem uma filigrana importante de ser explicada a V. Exª. Eu me refiro...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Qual é o número da emenda?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PPMDB – AM) – É a Emenda nº 5, de autoria do Senador Romero Jucá, com a qual estamos de acordo, desde que haja aqui aquilo que está no relatório de V. Exª, respeitado o Processo Produtivo Básico.

Por quê?

Porque isso é basilar na lei federal que concede os incentivos para as áreas de livre comércio e para o Polo Industrial de Manaus, sem o que, esta emenda acaba nos tornando vulneráveis.

Portanto, eu conversei com o Senador Romero Jucá e peço a V. Exª, que está nesse esforço da construção, que mantenha apenas a parte do texto de V. Exª em que se refere a Processo Produtivo Básico, de acordo com lei estabelecida pela União, para que, aí sim, se estabeleça o critério de alíquota solicitado pela emenda do Senador Romero Jucá, que, assim, receberá todo o apoio do nosso Estado e creio que da maioria dos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Romero.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, é apenas para registrar que a produção nas áreas de livre comércio tem um regime próprio, e, na verdade, a vantagem, o diferencial de alíquota será somente para produtos originários do Estado. Não é nem como a Zona Franca de Manaus, que recebe produtos importados. Só que hoje a Suframa não faz produto PPB para Roraima. Então, nós vamos ter que ter uma certificação, na verdade, de que o produto é originário, mas, com isso, nós concordamos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – O Relator concorda com as ponderações do Senador Eduardo Braga e também com os comentários do Senador Romero Jucá.

Acatadas parcialmente as Emendas nºs 25 e 26, do Senador Eunício Oliveira, já discutidas anteriormente.

Rejeita a Emenda nº 27, do Senador Wilder Moraes, que propõe, nas operações entre emergentes e avançados, a previsão atual da Resolução nº 2.289, de 12% e 7%. Portanto, rejeitada.

A Emenda nº 28, do Senador José Agripino, propondo 7% para todas as regiões – Norte, Nordeste, Centro-Oeste – e Espírito Santo, quando destinadas ao Sul, Sudeste, pelas razões que eu também aqui enumerei.

E a última emenda, a Emenda de nº 29, do Senador Eunício, que também é, nesse caso, rejeitada, porque inclui mais um condicionante, que é a aprovação da PEC nº 197, que é a do comércio eletrônico.O

Senador Eunício foi bem nas outras, mas deu uma puxada a mais para o Estado do Ceará, e não dá para a gente incluir no relatório.

Agora, a Emenda nº 30 altera para 7% em todas as operações – e não só em indústria e agropecuária. Uma emenda apresentada pelo Senador Inácio Arruda e que, pelas razões que eu já expus, eu rejeito.

Há mais alguma emenda? (Pausa.)

Portanto, Sr. Presidente, ressalvadas essas observações pertinentes do Senador Eduardo Braga com relação à Zona Franca de Manaus e às áreas de livre comércio...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, inclusive o Senador Eduardo Braga vai explicitar qual lei faz referência aos procedimentos das áreas de livre comércio. Senador, é a Lei 11...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Apenas para deixar aqui registrado nos microfones e V. Exª ter esta informação: é a Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, que trata inclusive dos processos produtivos com peso de produto local, bem como a Lei de Processo Produtivo Básico, que resguarda todos os produtos industrializados no polo industrial, porque o parágrafo é único e trata tanto da Zona Franca quanto das áreas de livre comércio.

Portanto, têm de estar mencionados tanto a Lei nº 11.898 quanto o Processo Produtivo Básico, que alcança...

O Processo Produtivo Básico já está citado no relatório, mas a Lei nº 11.898 não está, ainda, citada no relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra, o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu entendo que deve haver hoje um pedido de vista, para que se delibere amanhã a respeito da última posição do Relator, Delcídio Amaral.

Eu indago a V. Exª: pedir vista do quê? Cadê o texto? Onde é que está o texto sobre o qual vai incidir o nosso pedido de vista? Porque o Senador Delcídio, agora há pouco, disse: “Olha, eu acatei parcialmente as Emendas nºs 25 e 26, do Senador Eunício Oliveira.”

O que resultou disso? O que resultou dessas observações feitas pelo Eduardo Braga, remissão à lei. Eu não posso pedir vista de um enunciado verbal. Eu tenho que pedir vista de um texto, e esse texto tem de ser distribuído. Senão, é impossível.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Aloysio Nunes, o Senador Delcí-

dio Amaral... V. Exª sabe que cada Parlamentar pode apresentar emenda até o final da discussão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Era pedir demais que o Senador Delcídio do Amaral...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não, é claro.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Ele fez o esforço e analisou emenda por emenda. Acatou umas, rejeitou outras.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não, veja, deixe-me esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – E hoje à tarde...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não pense... Claro que eu sei. O Delcídio do Amaral é capaz de falar e escrever ao mesmo tempo. Disso eu não tenho dúvida nenhuma. Mas o fato é o seguinte: se formos pedir vista, eu pergunto pedir vista do quê.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Pedir vista disso aqui.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Disso aqui o quê?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O relatório ele vai apresentar hoje à tarde. Ele vai consolidar tudo isso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Aí nós vamos pedir vista hoje à tarde?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não, não é possível. Eu só posso pedir vista de uma proposição.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Ele apresentou o voto dele. Foi uma apresentação oral. Ele apresentou o voto emenda a emenda.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu sei. Mas do que nós vamos pedir vista?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Desse voto.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Cadê o voto?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Ele fez o voto aqui oral.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não, não, não. Qual é a parte da emenda do Eunício Oliveira, da Emenda nº 25 e da Emenda nº 26 que foi acatada? Eu não sei.

Isso aqui, Senador – V. Ex^a vai me perdoar –, é um texto de tal gravidade que é preciso examiná-lo com todas as cautelas, nas linhas e nas entrelinhas. Uma simples menção a uma lei que trata de processo produtivo, local, e não sei o quê, pode dar uma interpretação errada do texto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)
– Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu preciso ver o texto. Para pedir vista, eu tenho que ver. Pedir vista significa ver. Eu não estou vendo. Só ouvi.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)
– Por que nós não suspendemos a reunião? A minha proposta é fazer a suspensão da reunião enquanto Delcídio do Amaral elabora, conclui. Aí, nós voltamos aqui à tarde. Tendo o relatório concluído, aí sim, nós podemos ter vista. A questão que o Senador Aloysio coloca é imprescindível. Nós estamos tratando de algo muito relevante.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu acato a sugestão do Senador Aloysio Nunes e do Senador Ricardo Ferraço. A gente suspende esta reunião por uma hora, voltamos aqui às 15h30min, quando o Senador Delcídio do Amaral apresentará esse relatório consolidado. Tudo bem? (Pausa.)

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a conseguirá, em uma hora, fazer isso, Senador Delcídio do Amaral?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)
– Vamos fazer em uma hora. Eu já sei esse relatório de cor e salteado, da frente para trás, do meio para trás, do meio para frente, parágrafo, tudo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Então fica suspensa a reunião por uma hora. Voltamos às 15h30.

(Iniciada às 10 horas e 28 minutos, suspensa às 14 horas e 25 minutos, a reunião é reaberta às 16 horas e 34 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senhores, como estamos reabrindo a reunião que foi suspensa, passo imediatamente a palavra ao Relator, Senador Delcídio do Amaral, para que apresente o seu substitutivo.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)
– Vou ser bastante resumido na minha fala e vou citar especificamente:

§3º Nas operações interestaduais com gás natural importado do exterior, a alíquota será de 12%.

§4º Nas operações interestaduais com gás natural, a alíquota será:

I – de 7% das operações originadas nas Regiões Sul e Sudeste, exceto no Estado do Espírito Santo, destinadas às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, inclusive ao Estado do Espírito Santo.

II – de 12% nas demais situações.

Com isso, estou atendendo a Emenda de nº 2. Depois:

§7º Nas operações e prestações interestaduais, originadas na Zona Franca de Manaus [Manaus, Senador Eduardo Braga] e nas áreas de livre comércio de Boa Vista e Bonfim, em Roraima, de Guajará-Mirim, em Rondônia, de Macapá e Santana, no Amapá, e de Basiléia, no Acre, com mercadorias e bens produzidos em conformidade com o processo produtivo básico, estabelecido em legislação federal e na Lei nº 11.898, de 2009, a alíquota será de 12%.

Atende as demandas de nºs 2 e 5.

Nas remessas provenientes da Zona Franca de Manaus, destinadas às áreas de livre comércio, mencionadas no §7º, serão aplicadas as alíquotas previstas nos incisos I a VIII do caput.

Aquilo tudo o que falei é do art. 1º, inciso II

Art. 2º, inciso II, “Prestações interestaduais e serviços de transporte aéreo de passageiros, carga e mala postal, disciplinadas pela Resolução nº 95, de 3 de dezembro de 1996”, atende as demandas de nºs 3 e 23.

Art. 4º

I Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de compensar perdas de arrecadação [Senador Ferraço] decorrentes da redução das alíquotas nas operações e prestações interestaduais relativas ao ICMS e institua o Fundo de Desenvolvimento Regional, que serão consideradas transferências obrigatórias.

Senador Ferraço, transferências obrigatórias. Atende a Emenda nº 9, de V. Ex^a.

Por último, defina em 3/5 (três quintos) o quórum necessário para fins de celebração no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), de convênio entre os Estados e o Distrito Federal, por meio do qual sejam disciplinados os efeitos e todos os incentivos e benefícios fiscais ou financeiros concedidos em todas as unidades federadas, sem aprovação daquele colegiado.

Atende as demandas de nºs 14 e 25 e efetivamente dá maior segurança e conforto, especialmente com relação à convalidação dos incentivos.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)
– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Ricardo Ferraço, pela ordem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Sr. Presidente, a consulta que faço a V. Ex^a, claro que manifestando a minha alegria por ter sido parcialmente contemplado pelo Senador Delcídio, é se os destaques serão feitos hoje ou amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Amanhã.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Todos amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Todos amanhã.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O Senador Ricardo Ferraço pede vista.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Vistas coletivas.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Concedido vistas coletivas.

Começamos a reunião amanhã, às 11h30, como combinado com o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

Muito obrigado.

Senador Cyro Miranda, o último requerimento.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 25, de 2013

Requer, em aditamento aos Requerimentos nºs 4 e 18 de 2013-CAE, que a audiência pública com a presença do Sr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômicos e Social-BNDES, seja realizada em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI.

Observações:

1. Em 16/4/2013, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.

Autoria: Senador Lindbergh Farias.

Está marcado para o dia 7, às 11 horas da manhã. Nós vamos ter reunião deliberativa antes. Depois, professor Luciano Coutinho.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o requerimento.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 25, de 2013.

Senador Cyro Miranda.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Sr. Presidente, eu poderia falar pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Sim, Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– É só registrar a emenda do Senador Moka, que eu, por um vacilo, não citei. Mas a emenda do Senador Moka é com relação ao §6º:

§6º Caso inexistir Processo Produtivo Básico estabelecido pela União, serão considerados produzidos na região os produtos resultantes de industrialização nas modalidades de transformação, montagem ou beneficiamento, assim definidas pelo Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, e de beneficiamento [a ser definido pelo Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz]. (NR)

Emenda do Senador Moka, lá do nosso Mato Grosso do Sul.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Eu agradeço a V. Ex^a, que sabe da importância que tem essa emenda para o conjunto das agroindústrias não só do Mato Grosso do Sul, mas de todo o País.

Muito obrigado, Senador.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Legítimo e pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Olha, está concedida vista até amanhã. Falta dizer que está convocada, até às 11h30.

Eu vou aproveitar, agora, e passar a palavra ao Senador Cyro Miranda, que tem duas mensagens, rapidamente. São mensagens importantes, das quais o Senador será o Relator ad hoc, já que nós não tínhamos encerrado a reunião.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 23, de 2013

- Não Terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VIII, da Constituição, seja autorizada a formalização do Acordo de Liquidação Antecipada de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República do Gabão, no valor equivalente a US\$24,085,115.78 (vinte e quatro milhões, oitenta e cinco mil, cento e quinze dólares dos Estados Unidos da América e setenta e oito centavos), para extinção da dívida oficial gabonesa para com o Brasil.

Autoria: Presidente da República

Relatoria Ad Hoc: Senador Cyro Miranda

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Relatório, Sr. Presidente.

A União seja autoriza a formalizar o Acordo de Liquidação Antecipada de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República do Gabão, no valor equivalente a US\$ 24.085.115,78 (vinte e quatro milhões, oitenta e cinco mil, cento e quinze dólares dos Estados Unidos da América e setenta e oito centavos).

A operação financeira tem como objetivo a extinção da dívida oficial gabonesa para com o Brasil.

Além da referida Mensagem, a matéria vem instruída com Exposição de Motivos do Ministro da Fazenda Análise.

Sobre o quadro normativo.

A Constituição Federal estabelece competência privativa para o Senado Federal.

Os valores devidos pelo país africano ao Brasil têm origem em operações de financiamento a exportações realizadas nas décadas de 70 e 80, no âmbito do extinto Fundo de Financiamento às Exportações (Finex), cujos recursos passaram a integrar o Programa de Financiamento às Exportações (Proex), nos termos da Lei nº 8.187, de 1991.

No aspecto infraconstitucional, a matéria sob exame encontra fundamento também na Resolução nº 50, de 1993, do Senado Federal.

O Acordo sob exame, em consonância com a referida lei, prevê a concessão de perdão parcial dos débitos, sob a forma de deságio aplicado para pré-pagamento no valor de US\$3.569.644,62.

Sr. Presidente, breve histórico.

Como visto, a dívida do Gabão para com o Brasil teve origem em operações de financiamento às exportações brasileiras para aquele país, realizadas nas décadas de 70 e 80.

A dívida externa daquele país foi objeto de várias negociações no âmbito do Clube de Paris, desde a primeira Ata de Entendimento de 21 de janeiro de 1987.

Do voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, voto favoravelmente à aprovação da operação financeira externa entre o Brasil e o Gabão, conforme a proposta contida na Mensagem nº 23, de 2013, submetida a esta Casa pela Presidente da República, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº , DE 2013

Autoriza a União a realizar operação financeira externa, mediante formalização do Acordo de Liquidação Antecipada de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República do Gabão, no valor

equivalente a US\$ 24.085.115,78 (vinte e quatro milhões, oitenta e cinco mil, cento e quinze dólares dos Estados Unidos da América e setenta e oito centavos), para extinção da dívida oficial gabonesa para com o Brasil.

O Senado Federal autoriza a realizar operação financeira externa mediante a formalização do Acordo de Liquidação Antecipada de Dívida, no valor equivalente a US\$ 24.085.115,78 (vinte e quatro milhões, oitenta e cinco mil, cento e quinze dólares dos Estados Unidos da América e setenta e oito centavos).

O prazo para o exercício da presente autorização é de 540 dias, contados a partir do início de sua vigência.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Cyro.

A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do Senador Cyro Miranda.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, gostaria de pedir urgência urgentíssima para votação deste relatório em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Em votação a apresentação do requerimento de urgência proposto pelo Senador Cyro Miranda.

Os Senadores que concordam com a apresentação do requerimento, permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria.

E vou ler só a última matéria, Senador Cyro Miranda – Se V. Ex^a puder, novamente –, o item 5: são duas mensagens que estão há tempos para serem votadas:

ITEM 5

MENSAGEM (SF) Nº 24, DE 2013 - Não Terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, que seja autorizada a formalização do Contrato de Reestruturação de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República do Sudão,

no valor equivalente a US\$ 43,581,141.68 (quarenta e três milhões, quinhentos e oitenta e um mil, cento e quarenta e um dólares dos Estados Unidos da América e sessenta e oito centavos), para reescalonamento da dívida oficial sudanesa com o Brasil, conforme Exposição de Motivos do Ministro de Estado, interino, da Fazenda.

Autoria: Presidente da República

Relatoria Ad Hoc: Senador Cyro Miranda

O Senador Cyro Miranda pode ir direto, já, ao voto. Com a palavra o Relator.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – A operação sob exame decorre de financiamentos à exportação de bens brasileiros realizados nas décadas de 70 e 80, no âmbito de Convênio de Crédito firmado entre o Banco do Brasil e o Governo do Sudão, com recursos provenientes do extinto Fundo de Financiamento às Exportações (Finex).

Ao voto, Sr. Presidente.

Em conclusão, o acordo firmado entre Brasil e a República do Sudão contempla redução da dívida que respeita e considera os procedimentos e as diretrizes definidas na legislação brasileira aplicável à matéria.

Assim sendo, somos a favor da concessão da autorização solicitada nos termos do seguinte:

Projeto de Resolução do Senado Federal. Autoriza a União a contratar operação financeira com a República do Sudão, no valor equivalente a US\$43.581.141,68 (quarenta e três milhões, quinhentos e oitenta e um mil, cento e quarenta e um dólares dos Estados Unidos da América e sessenta e oito centavos).

O Senado Federal resolve que a República Federativa do Brasil, nos termos do art. 52, do Senado Federal autorizada a celebrar contrato de reestruturação dessa dívida dos US\$43.581.141,68 (quarenta e três milhões, quinhentos e oitenta e um mil, cento e quarenta e um dólares dos Estados Unidos da América e sessenta e oito centavos).

Parágrafo único. A operação financeira externa no caput dar-se-á nos termos do resultado da lei.

O prazo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Cyro.

A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do Senador Cyro Miranda.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE favorável nos termos do PRS apresentado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

Peço urgência urgentíssima para votação dessa matéria em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito bem. Em votação a apresentação do requerimento de urgência proposto pelo Senador Cyro Miranda.

Os Senadores que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria.

Daqui a instantes, o substitutivo do Senador Delcídio Amaral estará no site desta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, convocando reunião extraordinária, amanhã, às 11h 30 da manhã.

(Iniciada às 10 horas e 28 minutos, suspensa às 14 horas e 25 minutos, reaberta às 16 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 47 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2013, ÀS 11 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e cinquenta e quatro minutos do dia vinte e quatro de abril do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Walter Pinheiro, Eduardo Lopes, Inácio Arruda, Eduardo Braga, Sérgio Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Waldemir Moka, Ana Amélia, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Alvaro Dias, José Agripino, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Paulo Bauer, Lúcia Vânia, Wilder Moraes, Armando Monteiro, Gim, Antonio Carlos Rodrigues e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores

Cristovam Buarque, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em missão política no exterior, Jader Barbalho, Kátia Abreu e Blairo Maggi. A Presidência declara aberta a Reunião, dando início à apreciação das Matérias constantes da pauta. **Item 1-** Projeto de Resolução do Senado nº 1 de 2013, não terminativo, de autoria da Presidente da República, que “estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, nas operações e prestações interestaduais”, tendo como relator o Senador Delcídio do Amaral, que oferece relatório favorável ao Projeto, acolhendo a Emenda nº 16 e, parcialmente, as Emendas nºs 2, 3, 4, 5, 13, 14, 18, 19, 20, 23, 25, 26, 29, 30 e 31 nos termos do Substitutivo (Emenda nº 33) que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1, 7, 9, 10, 11, 12, 15, 17, 21, 22, 24, 27, 28 e 32. Em 23/4/2013, foram apresentados Voto em Separado de autoria do Senador Cyro Miranda, contrário às Emendas nºs 1, 5, 7 e 10, e favorável ao Projeto e às Emendas nºs 2, 3, 4, 8, 9 e 11 nos termos do Substitutivo que apresenta, e Voto em Separado de autoria do Senador Wilder Moraes, contrário ao Projeto. Em 23/4/2013, foi concedida Vista Coletiva, nos termos regimentais. Em 24/4/2013, foram apresentadas a Emenda nº 35, de autoria do Senador Cyro Miranda, a nº 36, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, as nºs 37, 38 e 39, de autoria do Senador Francisco Dornelles, as nºs 40 e 41, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, e a nº 42, de autoria do Senador Francisco Dornelles. Os Senadores Wilder Moraes e Cyro Miranda fazem a leitura de seus respectivos Votos em Separado. Após a leitura do relatório, o relator da matéria, Senador Delcídio do Amaral, complementa seu voto, oferecendo parecer contrário às Emendas nºs 34 a 42 e acolhendo parcialmente a Emenda nº 9. Em seguida, usam da palavra os Senadores Romero Jucá, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Lúcia Vânia, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro, Rodrigo Rollemberg, Ana Amélia, Waldemir Moka, Ricardo Ferraço, Alvaro Dias, Eduardo Braga, Vanessa Grazziotin, José Agripino, Inácio Arruda e Eduardo Suplicy. Encerrada a discussão, colocados em votação, são aprovados os Requerimentos de Destaque para Votação em Separado das Emendas nºs 1, 9, 10, 11, 15, 17, 28, 30, 35, 36, 38, 40, 41 e 42. Colocado em votação ressaltadas as emendas destacadas, a Comissão aprova o relatório, favorável ao Projeto, acolhendo a Emenda nº 16 e, parcialmente, as Emendas nºs 2, 3, 4, 5, 9, 13, 14, 18, 19, 20, 23, 25, 26, 29, 30 e 31 nos termos da Emenda nº 33 (Substitutivo), e contrário às Emendas nºs 7, 12, 21, 22, 24, 27, 32, 34, 37 e 39. Votam vencidos os Se-

nadores Eduardo Suplicy, Inácio Arruda, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro. Fica adiada a votação das emendas destacadas, nºs 1, 9, 10, 11, 15, 17, 28, 30, 35, 36, 38, 40, 41 e 42. **Item 2-** Projeto de Lei do Senado nº 106 de 2013 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Bauer, que “altera a Lei Complementar no 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS, para disciplinar a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de compensar perdas resultantes de redução da alíquota interestadual incidente nas operações interestaduais com bens, mercadorias e serviços, conforme decisão do Senado Federal no exercício da atribuição prevista no art. 155, § 2º, IV, da Constituição Federal, e dá outras providências”, tendo como relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo (Emenda nº 1) que apresenta. Após a leitura do relatório, é solicitada vista pelos Senadores Ricardo Ferraço e Wilder Moraes. O Presidente da Comissão, Senador Lindbergh Farias, concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Nós temos dois itens na pauta: primeiro, o Projeto de Resolução do Senado nº 1, de 2013; e o Item nº 2, Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2013 – Complementar, que altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS, para disciplinar a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de compensar perdas resultantes de redução da alíquota interestadual incidente nas operações interestaduais com bens, mercadorias e serviços, conforme decisão do Senado Federal no exercício da atribuição prevista no art. 155, § 2º, inciso IV, da Constituição Federal, e dá outras providências.

Eu vou inverter a pauta e começar pelo Item nº 2. Este projeto de lei é de autoria do Senador Paulo Bauer, e o Relator é o Senador Armando Monteiro.

Com a palavra, o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a proposição em tela foi distribuída à Comissão de Assuntos Econômicos. Não foram apresentadas emendas.

Eu gostaria de, sobretudo, sublinhar o mérito da iniciativa do Senador Paulo Bauer, que deve ser avaliado sob duas abordagens: primeiro, a manutenção dos aspectos centrais da iniciativa do Poder Executivo quanto à essência das perdas a serem compensadas (art. 2º e art. 3º da MPV nº 599/2013), à participação dos Municípios (art. 5º) e quanto às condicionalidades relativas à eliminação das práticas denominadas por “guerra fiscal” (art. 8º); e, segundo, a introdução de dispositivos novos para fazer tramitar no Congresso Nacional a formalização anual do programa de trabalho para o exercício seguinte da compensação de perdas (parágrafo único do art. 31-D, que corresponde ao art. 4º original da Medida Provisória nº 599/2013).

Com o benefício de já encontrar o processo a meio caminho, trago à consideração desta Comissão algumas modificações adicionais à proposta original. A razão de ser dessas modificações reflete minha constatação de ser a sistemática de prestação de auxílio financeiro desprovida da institucionalidade necessária para transmitir segurança aos entes federativos que seriam perdedores em potencial com a reforma em curso.

Vejamos a redação do art. 1º da já referida Medida Provisória nº 599:

Art. 1º A prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de compensar perdas de arrecadação decorrentes da redução das alíquotas nas operações e prestações interestaduais relativas ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, decorrente de Resolução do Senado de que trata o inciso III do caput do art. 8º, ocorrerá de acordo com os critérios, prazos e condições previstos nesta medida provisória.

Sr. Presidente, a fragilidade dessa sistemática de compensação também é constatada no § 2º do art. 2º que assim estabelece: “A entrega dos recursos ocorrerá na forma fixada pelo Ministério da Fazenda”.

Tanto a denominação do exercício de compensação, como sendo “a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios”, como a formalização da sistemática ficando a cargo do Ministério da Fazenda são elementos que explicitam a vulnerabilidade dos Estados e Municípios perdedores com a reforma do ICMS ao se tornarem dependentes de transferência de recursos dentro de marco legal e institucional tão frágil.

Há um evidente conflito entre a importância da reforma do ICMS, como a melhor solução para a presente situação de generalizada ilegalidade e insegurança jurídica decorrente da denominada “guerra fiscal”, e a fragilidade da sistemática proposta para a compensação de perdas de receita para a minoria dos entes federativos.

A gradativa redução das alíquotas interestaduais de ICMS, deslocando-se a tributação da origem para o destino, o que diminuirá as vantagens da concessão de benefícios fiscais na origem do processo de produção e comercialização de bens, mercadorias e serviços, trará maior funcionalidade ao esforço arrecadatório de cerca de R\$300 bilhões, desde que saibamos estabelecer um adequado marco legal e institucional para a compensação das perdas estimadas em menos de 5% daquele montante, mas que são definitivos para o equilíbrio das finanças dos entes afetados pela reforma em discussão.

Caso estejamos convencidos da urgência e da necessidade de seguirmos em frente com o aperfeiçoamento proposto no Projeto de Resolução do Senado nº 1, de 2013, temos a obrigação de avançarmos na institucionalização da sistemática de compensação das perdas a serem impostas aos Estados e Municípios perdedores com a reforma.

Apresentada essa definição de compromisso com a manutenção do Pacto Federativo, passo a expor as minhas propostas, que têm como objetivo trazer segurança quanto ao equilíbrio das contas públicas dos entes federativos vocacionados para a exportação.

As principais modificações propostas consistem em:

- a)** a criação do Fundo de Compensação de Receitas (FCR), de natureza contábil, vinculado ao Ministério da Fazenda, com a finalidade de assegurar recursos para a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;
- b)** o estabelecimento de normas para o funcionamento do Fundo, sob a gestão de um Comitê Gestor, no âmbito do Confaz, sob as diretrizes do Ministério da Fazenda;
- c)** o Comitê Gestor do FCR (CGFCR), vinculado ao Ministério da Fazenda, com a atribuição de executar as atividades de compensação de perdas de receita conforme disposto nesta Lei Complementar;
- d)** o FCR terá como agente operador instituição financeira oficial federal definida em ato do Poder Executivo, com suas competências fixadas em regulamento;

e) a dotação inicial do FCR para prestação do auxílio financeiro de que trata esta Lei Complementar será no valor equivalente a R\$8.000.000.000,00 (oito bilhões de reais) no exercício de 2014; e

f) nos exercícios seguintes, o valor do montante da dotação do FCR referente a cada ano será igual à soma das perdas efetivamente constatadas, cujo valor será atualizado com base na variação média do Produto Interno Bruto (PIB) apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

Cabem duas observações finais, Sr. Presidente:

a) como já mencionado, não há alteração dos aspectos essenciais relativos às perdas efetivamente verificadas e à exigência de condicionadas relativas à eliminação das práticas denominadas por “guerra fiscal”; e

b) a redação final do art. 31-K do Substitutivo, equivalente ao art. 8º da MPV nº 599, de 2013, deverá ser ajustada ao texto final da resolução do Senado Federal que vier ser editada em decorrência da aprovação do PRS nº 1.

Com essa proposta de ajustes no PLS nº 106, de 2013, Complementar, de oportuna iniciativa do Senador Paulo Bauer, venho expressar meu apoio à aprovação das diversas proposições que visam, em conjunto, a dar maior funcionalidade à cobrança do ICMS, o que contribuirá, sem dúvida, à melhoria do ambiente favorável aos investimentos.

Finalmente, Sr. Presidente, o voto.

Pelo exposto, recomendo a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2013, Complementar, de iniciativa do nobre Senador Paulo Bauer, na forma do substitutivo apresentado a seguir.

Era esse, Sr. Presidente, o nosso voto.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Para pedir vista, Sr. Presidente; vista coletiva.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vista coletiva concedida.

Voltemos ao Item nº1 da pauta, relativo ao Projeto de Resolução do Senado nº 1.

E eu passo a palavra agora ao Senador Wilder Moraes, para ler o seu voto em separado.

O relatório já foi lido pelo Relator na 16ª Reunião, realizada no dia de ontem, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

Concedo a palavra ao Senador Wilder Moraes para ler o seu voto em separado.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Há dois votos em separado, o do Senador Wilder Moraes e o do Senador Cyro Miranda.

Já foi lido o relatório, quando houve pedido de vista. Então, o procedimento agora começa com a leitura do voto em separado do Senador Wilder.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O nosso Relator, Senador Delcídio...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Está a caminho.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Nós vamos entrar em discussão. Há destaque de emenda de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Ele está a caminho; está chegando em questão de um ou dois minutos.

Com a palavra, o Senador Wilder Moraes.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Lindbergh Farias, Sr. Relator, Delcídio Amaral, primeiro, eu gostaria de parabenizar o esforço do Senador Delcídio Amaral em buscar o consenso sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 1.

Mas o que a gente tem presenciado é que não depende só do esforço dele. Como o próprio Relator tem falado, a unificação do ICMS representa quase 70% da reforma tributária brasileira. Então, não pode ser feita dessa forma tão acelerada e simplesmente só no ICMS.

Pegando esse gancho, Sr. Relator, não podemos fazer uma reforma tributária somente do ICMS, e, sim, também dos tributos federais.

Não que o meu Estado de Goiás, o Norte, o Nordeste sejam contra a unificação, mas a única política que, na última década, teve real eficácia com o desenvolvimento dos Estados menos desenvolvidos – que não têm infraestrutura, não têm logística, e cito como exemplo portos, aeroportos, rodovias – foi a capacidade de atrair empresas.

Então, analisando essa linha, entendo que não podemos tirar o único mecanismo que os governadores dos Estados têm para atrair as suas empresas.

Vejam isto: mais uma vez uma concentração do poder na União. A maior parte de todos os recursos fica também aqui na União. Os Estados estão em dificuldade financeira. Então, para superar isso, precisam atrair empresas.

Cito como exemplo o meu Estado de Goiás, que desde 2010 tem como meta a atração de R\$10 bilhões de empresas por ano. Isso chega até a ser comemorado, porque na maioria das vezes isso foi atingido no mês de setembro, Presidente.

Para se ter uma ideia, os investimentos da iniciativa privada em meu Estado chegam a mais de 60% das receitas do próprio Estado. Então, esses incentivos são muito importantes para o nosso Estado.

E por que aconteceu isso, Presidente? Foi por conta dos incentivos fiscais que o nosso Estado conseguiu atrair as empresas. Os incentivos não são usados como guerra fiscal, mas como ferramenta para alavancar e atrair empresas para o nosso Estado. Os incentivos são feitos porque os Estados não têm infraestrutura. Isso não pode ser considerado como uma guerra fiscal, mas, sim, para fortalecer a política mais importante para o nosso Estado, que é a geração de emprego.

Maior prova disso é que, ontem, esta Comissão estava lotada de trabalhadores defendendo os incentivos fiscais e seus empregos. Hoje, como foi lançado em discussão, acho importante criar o Fundo de Desenvolvimento Regional, mas é preciso fazer diferente da proposta do Governo. Primeiro, precisamos investir maciçamente em infraestrutura nos Estados, e, assim, com o passar do tempo, podemos unificar os ICMS. Mas, iniciando o processo de unificação do ICMS para, depois, criar o Fundo, como vamos saber concretizar essas realizações, que está na mão simplesmente do Governo Federal, enfraquecendo ainda mais os Estados?

Com isso, não posso concordar, Presidente. Quem sabe do desenvolvimento dos Estados em dificuldade, a velocidade para superar esse problema são os governadores e, por isso, posso citar o meu Estado, que saiu de um PIB, em 1898, de R\$17 bilhões e que, hoje, é de R\$107 bilhões. Isso só teria acontecido se o próprio Estado tivesse incentivos fiscais, e Goiás teve...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ. Fazendo soar a campainha.) – Silêncio.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – ... e conseguiu superar esse crescimento através dos incentivos fiscais.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Peço silêncio a todos os senhores e senhoras. O Senador Wilder Moraes está com a palavra.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Não podemos tirar dos governadores o poder de decisão de como investir na infraestrutura, porque quem sabe das dificuldades do Estado, por onde tem que investir são os governadores locais.

Então, Presidente, a unificação do ICMS do ponto de vista do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Espírito Santo é tirar oportunidade, tirar o direito desse Estado de tomar a decisão em seu favor e em favor do desenvolvimento do seu Estado. Imagine os Estados que utilizam os incentivos fiscais, Estados que começaram a se industrializar, como é o caso de Goiás, que precisam das empresas complementares. Hoje, conseguimos atrair para o nosso Estado várias montadoras como a Hyundai, a Suzuki, a Mitsubishi, que estão se implantando agora. Imagine se os incentivos fiscais são tirados! E as empresas complementares, como vão fazer?

Com certeza, não virão para Goiás, e essas empresas, num futuro muito próximo, estarão mudando também do meu Estado.

Então, o que acontece com a unificação?

Não será mais possível pagar essas contas. Eles não vão dar o desconto maior do que a margem de lucro que eles têm, e as empresas não vão absorver esse custo.

Então, Presidente, quem vai pagar isso? É a população dos Estados em desenvolvimento. Não temos logística, não temos matéria-prima, não temos mão de obra qualificada. Então, com certeza, essas empresas, dentro de muito pouco tempo, vão voltar para onde? Vão voltar para os grandes centros, e retornaremos à romaria do Sul e do Sudeste, porque lá há maior concentração do mercado consumidor, da mão de obra qualificada e da matéria-prima. Por que, então, essas empresas ficarão no Estado de Goiás, ou ficarão no Norte, no Nordeste ou no Centro-Oeste? Não têm motivo, Presidente.

Voltaremos a ser o Estado da agricultura e da pecuária, como éramos há 10 anos, ficando na história, Senador Delcídio, talvez, como o Estado reconhecido pelos cantores sertanejos – em Goiás, temos vários e os apreciamos muito; e Mato Grosso do Sul, o Estado do Senador Delcídio, tem Luan Santana. Mas também precisamos desenvolver o nosso Estado através de geração de emprego, atraindo mais empresas, e o único mecanismo que os governadores desses Estados têm em mão, infelizmente, para desenvolver e gerar emprego, é o incentivo fiscal.

Então, o meu voto em separado é para manter as alíquotas como estão, já que não há um consenso. E, praticamente, está havendo uma briga entre os Estados pobres e os Estados em desenvolvimento.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Wilder Moraes, que apresentou seu voto em separado.

Passo a palavra ao Senador Cyro Miranda, que também vai apresentar um voto em separado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, vem à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 1, de 2013, de iniciativa do Poder Executivo. A matéria se apresenta em quatro artigos.

O art. 1º estabelece, em seu caput, o cronograma de redução das alíquotas do ICMS nas operações e prestações interestaduais. As alíquotas de 12% e 7% são reduzidas progressivamente, até serem unificadas em 4%, ao longo de um processo de transição previsto para ocorrer entre 2014 e 2025.

O parágrafo único do artigo estipula que, nas operações e prestações interestaduais originadas na Zona Franca de Manaus e nas operações interestaduais com gás natural, a alíquota do ICMS será de 12%, permanecendo, pois, nos mesmos patamares atuais.

O art. 2º excetua do cronograma previsto no art. 1º as operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior, nos termos da Resolução nº 13, de 25 de abril de 2012.

O art. 3º revoga a Resolução do Senado nº 22, de 19 de maio de 1989, que estabelece as atuais alíquotas interestaduais de ICMS.

O art. 4º, por fim, prevê que a nova resolução entrará em vigor em 1º de janeiro de 2014.

Ao justificar a sua iniciativa, o Poder Executivo assim se pronuncia na Exposição de Motivos do Ministro da Fazenda à Presidência da República: “Tendo presente os efeitos danosos deste procedimento [a concessão de benefícios fiscais] (...)”

O Projeto de Resolução e a Medida Provisória nº 599, de 27 de dezembro de 2012, são iniciativas legislativas complementares, pois a medida provisória rege o auxílio financeiro destinado a compensar os Estados que tenham perda efetiva de arrecadação decorrente da redução de alíquotas interestaduais de ICMS e cria o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), com o objetivo de substituir a alíquota interestadual pelo Fundo de Desenvolvimento Regional, como instrumento de desenvolvimento regional.

(Soa a campanha.)

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – No prazo regimental, foram apresentadas dez emendas ao PRS nº 1, de 2013, além da emenda substitutiva apresentada pelo Relator da matéria.

Foram também apresentados três requerimentos para que a matéria tramite nas Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Constituição, Justiça e Cidadania.

Da análise.

O art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal estabelece competência para a Comissão de Assuntos Econômicos analisar e emitir parecer, entre outras matérias, sobre tributos, finanças públicas, normas gerais sobre Direito tributário e financeiro e conflitos de competência em matéria tributária entre entes federados.

Como o projeto foi distribuído unicamente a esta Comissão, cabe-nos analisar preliminarmente os aspectos relativos à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

O seu objeto insere-se na órbita do Direito tributário e financeiro, que figura entre as matérias de competência da União, conforme o art. 24, I, da Constituição Federal.

Vale observar também que a nossa Carta confere ao Senado Federal, em seu art. 155, §2º, IV, a prerrogativa de estabelecer as alíquotas do ICMS aplicáveis às operações e prestações interestaduais, por intermédio de resolução de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros.

Assim, o projeto não apresenta vícios de inconstitucionalidade.

A proposição apresenta adequada redação e não há nada a reparar quanto à técnica legislativa.

A alíquota interestadual de ICMS de 12% atualmente vigente confere uma margem considerável de apropriação de receita no Estado de origem da transação interestadual. Essa margem pode ser utilizada como instrumento de desenvolvimento do respectivo território, mediante concessões de benefícios fiscais para atrair o investimento produtivo das empresas.

Quanto ao mérito, há um diagnóstico usual de que o uso generalizado desse instrumento pelos Estados, a chamada “guerra fiscal”, gera efeitos deletérios sobre a eficiência da economia a longo prazo, com prejuízos ao crescimento econômico, pois as empresas tomam as decisões de investimento com base em critérios tributários.

É preciso considerar também que esse instrumento perde eficiência quando todos os Estados o usam, já que a vantagem relativa desaparece. Sem o poder de atrair empresas, os incentivos resultariam tão somente na perda de arrecadação por parte dos Estados concedentes.

Ademais, esses incentivos são envoltos em incertezas jurídicas, ao não serem aprovados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária, conforme exige a lei.

Diante desse quadro, é louvável que se busque reduzir o espaço para a concessão de incentivos fiscais com base na alíquota interestadual de ICMS. Essa é a intenção básica do PRS nº 1, de 2013. Já a emenda substitutiva do Senador Delcídio do Amaral melhorou a redação inicial do projeto de resolução. E ocorre que, a despeito dos avanços, ainda cabem aprimoramentos, razão pela qual apresenta-se substitutivo em voto em separado, com as seguintes alterações:

1. Reduzir gradualmente – em 12 anos – as alíquotas para 4%, visando melhor adaptação dos Estados, principalmente os menos desenvolvidos, aos novos cenários impostos pela redução das alíquotas interestaduais, prazo quatro anos maior que o proposto pelo Relator, de 8 anos.

A redução de alíquotas dificultará enormemente a atração de novos investimentos por parte dos Estados menos desenvolvidos do País e a manutenção das empresas já neles instaladas. Cabe destacar que os efeitos dessas alterações não serão sentidos apenas nas operações e prestações interestaduais, mas em toda a economia dos Estados, aumentando ainda mais a desigualdade econômica existente entre as unidades da Federação.

Sr. Presidente, eu não consigo...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senhores, eu peço silêncio. O Senador Cyro Miranda está com a palavra, apresentando o seu voto em separado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Tal alteração exigirá várias adequações por parte das administrações públicas dos Estados mais afetados, tanto em relação à receita como à despesa, as quais irão requerer maior prazo que o proposto pelo Relator.

2. Dar tratamento igualitário ao gás natural sem distinguir entre nacional ou importado.

Fixar as alíquotas do ICMS nas operações interestaduais com gás natural importado em 12%, tal como proposto, resulta em majoração das alíquotas de 7% para a máxima de 12%, que é aquela que hoje se pratica apenas nas operações realizadas entre contribuintes estabelecidos nas Regiões Sul e Sudeste, exceto Espírito Santo. Nas operações e prestações praticadas por contribuintes desses Estados destinadas às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e ao Distrito Federal e ao Estado do Espírito Santo, a alíquota aplicável atualmente é de 7%.

A manutenção das alíquotas relativas ao gás natural visa a preservar a arrecadação de Estados onde a comercialização dessa mercadoria representa parcela importante da economia local. Com a redação do §4º

do art. 1º da emenda substitutiva do Relator Delcídio do Amaral, este objetivo já é atingido.

3. Dar maior abrangência ao conceito de industrialização utilizado para aplicação da alíquota de 9% às operações e prestações interestaduais com as mercadorias, bens produzidos nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e no Espírito Santo.

A intenção implícita no dispositivo ora alterado é a de que o processo de industrialização deve, de fato, agregar valor à mercadoria ou bem para se evitar a utilização de subterfúgios que possibilitem a obtenção de vantagens que possam advir da aplicação das alíquotas diferenciadas de 9%.

O Decreto nº 7.212, de 2010, que regulamenta a cobrança, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, traz no art. 4º a definição de industrialização, exemplificando e conceituando alguns processos assim entendidos, a saber: transformação, operação que, exercida sobre matérias-primas ou produtos intermediários, importe na obtenção de espécie nova; beneficiamento, operação que importe em modificar, aperfeiçoar ou, de qualquer forma, alterar o funcionamento, a utilização, o acabamento ou a aparência do produto; montagem, operação que consista na reunião de produtos, peças ou partes e de que resulte um novo produto ou unidade autônoma, ainda que sob a mesma classificação fiscal; acondicionamento ou reacondicionamento, operação que importe em alterar a apresentação do produto pela colocação da embalagem, ainda que em substituição da original, salvo quando a embalagem colocada se destine apenas ao transporte da mercadoria; e renovação ou recondicionamento, operação que, exercida sobre produto usado ou parte remanescente de produto deteriorado ou inutilizado, renove ou restaure o produto para utilização.

Ao enumerar apenas a transformação e a montagem, excluem-se processos como o beneficiamento. O beneficiamento é capaz de imprimir ao produto características como resistência, nos casos de metais e vidros; beleza e conforto, no caso dos tecidos; e, no caso dos cereais, como o arroz, é indispensável para sua utilização pelo consumidor.

Sr. Presidente, eu percebo que os Senadores estão em sintonia, estão prestando atenção, mas as assessorias parece que insistem na conversa. Eu aqui não vou continuar o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ. Fazendo soar a campainha.) – Novamente, peço silêncio para que o Senador Cyro Miranda termine seu voto separado.

Essa metodologia também exclui a renovação ou recondicionamento, que dá nova vida a produtos

que já não poderiam mais ser utilizados e não teriam, portanto, valor comercial, contribuindo ainda para o melhor aproveitamento dos recursos naturais e para a sustentabilidade do meio ambiente.

Já a exclusão da modalidade de acondicionamento ou reacondicionamento é mesmo justificada, uma vez que possibilitaria a “maquiagem” de produtos.

4. Restringir a aplicação da alíquota de 12% às operações e prestações interestaduais originadas na Zona Franca de Manaus.

Pela redação da emenda substitutiva, as operações e prestações com mercadorias e bens originadas em qualquer unidade da Federação, realizadas por qualquer contribuinte do ICMS, seriam taxadas em 12% desde que tenham sido produzidas na Zona Franca de Manaus. Essa previsão tornaria demasiadamente complexo o controle dessas operações e prestações, além de não ser consistente com a intenção de se estabelecer condição especial para a Zona Franca. Essa intenção está externada no relatório do Senador Delcídio do Amaral, transcrito parcialmente a seguir:

“É preciso considerar que o Amazonas, que abriga a Zona Franca de Manaus, foi excluído do cronograma de redução programada da alíquota interestadual de ICMS porque sua situação é peculiar. No caso de vigência da alíquota de 4%, o Amazonas perderia 77% de sua arrecadação com o ICMS. No caso de a alíquota ficar em 7%, a perda seria de 48,7%, ainda expressiva. Certamente, o Estado teria comprometida sua capacidade de ofertar serviços públicos aos seus cidadãos.”

Como se vê, a intenção é evitar perda desproporcional de receita para o Estado do Amazonas, não cabendo estender essa exceção às demais unidades da Federação.

Uma outra alteração prevista no substitutivo deste voto em separado diz respeito ao art. 4º. Ela tem por objetivo prever mais uma condicionante para a aplicação das alíquotas estabelecidas pela resolução: a celebração de convênio de ICMS que disponha sobre a convalidação e manutenção dos benefícios e incentivos fiscais e financeiros, conforme previsto no art. 8º, II, da Medida Provisória nº 599, de 2012, que estabelece como condicionante, entre outras, a celebração, até 31 de dezembro de 2013, de convênio de ICMS com vistas a disciplinar os efeitos dos benefícios e incentivos concedidos à revelia do Confaz e dos créditos a eles relativos.

A inserção de mais esta condicionante justifica-se em razão do acordo geral atualmente discutido para a reestruturação do Pacto Federativo, que tem como

objeto central a reformulação do ICMS e a sua mitigação como instrumento de desenvolvimento econômico e atração de investimento, prática há até pouco tempo amplamente adotada pelos Estados.

O pacote de normas encaminhado ao Congresso Nacional pelo Governo para a reformulação do Pacto Federativo contém três medidas principais: a Medida Provisória nº 599, de 2012, que cria o auxílio financeiro para compensar as perdas de receitas de ICMS e o Fundo de Desenvolvimento Regional; o Projeto de Resolução do Senado nº 1, de 2013, que dispõe sobre a redução gradual das alíquotas interestaduais de ICMS; e o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 238, de 2012, que altera o quórum previsto na Lei Complementar nº 24, de 1975, unanimidade, para resolver as concessões de benefícios e incentivos extra Confaz do passado e os seus efeitos para o futuro, além de dispor sobre a renegociação das dívidas dos Estados e do Distrito Federal.

A aprovação de resolução do Senado nos moldes do PRS nº 1, de 2013, é prevista no texto da Medida Provisória nº 599, de 2012, como condicionante à sua eficácia. Por essa razão, é razoável que, também no texto da Resolução, conste que a implementação do auxílio e do Fundo de Desenvolvimento Regional sejam condições para o início da queda das alíquotas interestaduais de ICMS, a fim de resguardar o equilíbrio financeiro dos Estados e do Distrito Federal.

A inclusão de condicionantes no texto da Resolução evitará que esses entes federativos percam receitas de ICMS, sem a adoção das medidas de compensação e manutenção de investimentos nas regiões menos desenvolvidas, caso a Resolução seja aprovada e publicada antes dos demais atos normativos. A aprovação das condições propostas garante a entrada em vigor, no tempo devido, das medidas necessárias, sem que as finanças estaduais sejam desestabilizadas pelo impacto negativo resultante de eventual atraso na aprovação das outras medidas.

Quanto às emendas apresentadas ao PRS nº 1, de 2013, foram dez no total, além da Emenda nº 6, que é o substitutivo do Senador Delcídio do Amaral.

As Emendas nºs 1 e 5 dizem respeito à Região Norte. A primeira estabelece que as transações entre os Estados dessa Região tenham alíquota de 12%, enquanto a segunda determina que as transações originadas nas Áreas de Livre Comércio da Região, assim como da Zona Franca de Manaus, também estejam sujeitas aos 12%.

A Emenda nº 2 restringe a alíquota de 12%, no caso da Zona Franca de Manaus, aos bens e mercadorias produzidas de acordo com o Processo Produtivo Básico. Ademais, reduz a 7% a alíquota do gás

natural quando originado das Regiões Sul e Sudeste, com destino às demais regiões.

A Emenda nº 3 determina a exclusão da Resolução nº 95, de 1996, juntamente com a Resolução nº 13, de 2012, do cronograma de redução da alíquota interestadual do ICMS.

As Emendas nºs 4 e 9 especificam as condições para que a resolução que reduzir a alíquota interestadual de ICMS produza efeitos. Incluem-se nessas condições diretrizes para o auxílio financeiro, o Fundo de Desenvolvimento Regional e o tratamento a ser dado aos benefícios fiscais concedidos sem a autorização do Confaz. A introdução de condições para que a resolução produza efeitos é justa e será atendida nos termos do substitutivo apresentado neste voto em separado.

A Emenda nº 7 revoga a Resolução nº 13, de 2012.

As Emendas nºs 8 e 11 promovem importantes alterações no art. 1º, a exemplo da retirada das referências ao Processo Produtivo Básico, considerado complexo para compor o texto da resolução, e da preservação da alíquota de 7% ao final do período de transição para as transações originadas de regiões menos desenvolvidas.

A Emenda nº 10 prevê alíquota interestadual de ICMS de 12% para os produtos de informática produzidos em conformidade com o Processo Produtivo Básico, de que trata a legislação vigente.

Do voto, Sr. Presidente.

Pelas razões apresentadas, o voto é pela rejeição das Emendas nºs 1, 5, 7 e 10, e pela aprovação das Emendas nºs 2, 3, 4, 8, 9 e 11 e do Projeto de Resolução do Senado nº 1, de 2013, nos termos da seguinte emenda substitutiva:

**EMENDA Nº – CAE (SUBSTITUTIVA)
(ao PRS nº1, de 2013)**

Estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), nas operações e prestações interestaduais.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º. A alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), nas operações e prestações interestaduais, será de:

I – onze por cento, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014;

II – dez por cento, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015;

III – nove por cento, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016;

IV – oito por cento, no período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2018;

V – sete por cento, no período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2020;

VI – seis por cento, no período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2022;

VII – cinco por cento, no período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2024;

VIII – quatro por cento, a partir de 1º de janeiro de 2025.

§1º Nas operações e prestações realizadas nas Regiões Sul e Sudeste, destinadas às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e ao Estado do Espírito Santo, a alíquota será de:

I – seis por cento, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014;

II – cinco por cento, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015;

III – quatro por cento, a partir de 1º de janeiro de 2016.

§2º Em se tratando de mercadorias e bens produzidos em conformidade com Processo Produtivo Básico nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e no Estado do Espírito Santo, bem como de produtos agropecuários, a alíquota nas operações e correspondentes prestações interestaduais realizadas nessas três regiões e no Estado do Espírito Santo e destinadas às Regiões Sul e Sudeste será de:

I – onze por cento, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014;

II – dez por cento, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015;

III – nove por cento, a partir de 1º de janeiro de 2018.

§3º Nas operações interestaduais com gás natural, a alíquota será:

I – de sete por cento, nas operações originadas nas Regiões Sul e Sudeste, exceto no Estado do Espírito Santo, destinadas às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, inclusive ao Estado do Espírito Santo;

II – de doze por cento, nas demais situações.

§4º O Processo Produtivo Básico de que trata o §2º será estabelecido pela União.

§5º Caso inexistir Processo Produtivo Básico estabelecido pela União, será considerado produzido na região o produto resultante de industrialização, assim definida pelo Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, excetuada a modalidade de acondicionamento ou reacondicionamento.

§6º Nas operações e prestações interestaduais originadas na Zona Franca de Manaus, com merca-

dorias e bens nela produzidos, em conformidade com Processo Produtivo Básico estabelecido pela União, a alíquota será de doze por cento, ressalvada a remessa para área de livre comércio situada em outra unidade da Federação, hipótese em que serão aplicadas as alíquotas nos termos previstos nos incisos I a VIII do caput.

Art. 2º O disposto no art. 1º não se aplica às:

I – operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior, disciplinados pela Resolução nº 13, de 25 de abril de 2012;

II – prestações interestaduais de serviço de transporte aéreo de passageiro, carga e mala postal, disciplinadas pela Resolução nº 95, de 13 de dezembro de 1996.

Art. 3º Fica revogada a Resolução do Senado nº 22, de 19 de maio de 1989.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2014, produzindo efeitos após:

I – aprovação de lei que disponha sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de compensar perdas de arrecadação decorrentes da redução das alíquotas nas operações e prestações interestaduais relativas ao ICMS e institua o Fundo de Desenvolvimento Regional; e

II – ratificação nacional de convênio de ICMS celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária, que conceda:

a) remissão, anistia e extinção dos créditos tributários do ICMS, constituídos ou não, relativos a operações e prestações correspondentes a benefícios ou incentivos fiscais ou financeiros vinculados ao ICMS, concedidos por legislações tributárias estaduais editadas até a data de publicação desta Resolução, sem observância do disposto no art. 155, §2º, XII, “g”, da Constituição Federal; e

b) manutenção dos benefícios e incentivos referidos na alínea “a”, pelos prazos previstos nos correspondentes atos concessivos, não podendo a manutenção ultrapassar 31 de dezembro de 2033.

Esse é o voto em separado, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senhores, depois da...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, foi distribuído cópia desses votos em separado dos dois?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A Mesa vai providenciar que sejam distribuídas para todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB) – Seria interessante.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Ontem, no dia 23 de abril, foi apresentada a Emenda nº 34, de autoria do Senador Cyro Miranda, e, hoje, 24/04/2013, foram apresentadas a Emenda nº 35, também de autoria do Senador Cyro Miranda; a Emenda nº 36, de autoria da Senadora Lúcia Vânia; as Emendas nºs 37, 38 e 39, de autoria do Senador Francisco Dornelles; e as Emendas nº 40 e 41, de autoria do Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra, o Senador Delcídio do Amaral, Relator da matéria.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pergunto se não seria próprio que os que apresentaram emendas – alguns já falaram – pudessem ponderar alguns argumentos ao Senador Delcídio, antes que ele profira... Então, pediria a atenção...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Exª tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Exª tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Prezado Presidente Lindbergh Farias, caro Senador Delcídio do Amaral, ontem eram 22h20min, e recebi um telefonema não usual – V. Exª pode imaginar de quem – de preocupação com o parecer, tal como foi ontem apresentado por V. Exª, tendo ele dialogado com os governadores de muitos Estados em função da mesma preocupação.

Refiro-me ao Governador Geraldo Alckmin, que me entende, caso seja aprovada a proposta tal como mencionada e exposta pelo Senador Delcídio do Amaral, praticamente não sobrará indústria em São Paulo; não sobrará indústria em outros Estados, inclusive nas Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, no resto do Norte e no Nordeste, inclusive no Estado de V. Exª, pela avaliação que fez o Secretário da Fazenda, Andrea Calabi, que se encontra presente entre nós, dada a relevância desta discussão.

Peço a atenção de V. Exª, porque aqui redigi alguns comentários. Apresentei emendas, as de nº 40 e 41, que justamente pondero a V. Exª.

Gostaria de lhe dizer que essas emendas foram também assinadas pelos Senadores Aloysio Nunes, Antonio Carlos Rodrigues, Paulo Paim, Ana Amélia, Alvaro Dias, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Paulo Bauer. E tenho a convicção de que mais e mais Senadores

estarão de acordo, na medida em que observarem os argumentos a serem apresentados.

A adoção de uma alíquota interestadual de ICMS de valor baixo e uniforme para todas as operações é o cenário ideal para o afastamento definitivo do nosso convívio da perturbadora guerra fiscal.

Estamos convictos de que, em algum momento da nossa história, as consciências dos representantes da Federação brasileira concordarão em tornar realidade o cenário ideal que acabamos de sintetizar para o incremento da competitividade em nosso parque industrial, para o estímulo aos investimentos e para o incremento da racionalidade do Sistema Tributário Nacional.

No momento, em face das paixões que o tema ainda suscita, distorcendo o caminho da melhor decisão, é possível admitir um quadro de assimetria de alíquotas, conforme preconiza o substitutivo apresentado por V. Ex^a, Senador Delcídio do Amaral. Porém, são necessários alguns ajustes sob o risco de perenizar os efeitos negativos da guerra fiscal – é aqui que peço a atenção de V. Ex^a.

Propomos, assim, que o tratamento diferenciado para as empresas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste em suas operações com os demais Estados seja direcionado exclusivamente às operações promovidas pelo estabelecimento fabricante...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ. Fazendo soar a campainha.) – Peço silêncio ao Plenário. Temos um Senador com a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – ...com o devido enquadramento em Processo Produtivo Básico definido pelo Governo Federal.

Na ausência desse último, a proposta estende esse tratamento às modalidades de transformação ou montagem, conforme disciplina a ser editada pelo Confaz com a finalidade de evitar controvérsias entre os Estados e para dar segurança jurídica aos contribuintes envolvidos. Prestigia-se, de qualquer modo, o empreendimento que, de fato, leva a produção e o emprego para o Estado localizado fora dos maiores centros de consumo, que ainda se concentram nas Regiões Sul e Sudeste.

A alíquota interestadual de 7%, nas condições propostas, é o diferencial possível. Seria extremamente danoso ao equilíbrio das relações federativas que houvesse segmentos ou nichos que recebessem tratamento ainda mais distante do padrão. Assim, propomos seja eliminada a diferenciação entre o gás nacional e o importado, conferindo tratamento isonômico ao produto e que, ao final da necessária transição, a esse produto também seja aplicada a alíquota de 7% nas operações interestaduais.

Sr. Presidente, segundo a mesma linha, em relação às mercadorias produzidas na Zona Franca de Manaus, a proposta estende as operações interestaduais à mesma disciplina aplicável à produção dos Estados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e ao Estado do Espírito Santo, aplicando-se também neste caso uma trajetória de redução gradual para a alíquota de 7%.

O impacto negativo provocado por alíquotas interestaduais elevadas nas saídas da Zona Franca de Manaus atinge dimensões insuportáveis aos Estados destinatários, como destaca relatório recente do Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado, de autoria de Ricardo Miranda, onde se aponta que, no setor industrial de Manaus em 2012, de um ICMS de R\$4,6 bilhões, R\$3,9 bilhões foram restituídos, e apenas R\$0,6 bilhão de fato foram recolhidos. Pode-se inferir, portanto, que o valor restituído em grande parte corresponde a créditos sem respaldo que os Estados destinatários resistem, com justiça, em reconhecer.

Em outra emenda, procuro disciplinar de forma coerente e realista as condicionantes necessárias para que a resolução do Senado ora em debate produza efeitos, garantindo aos Estados federados o ressarcimento de suas eventuais perdas, tal como preconizado pelo substitutivo do Senador Delcídio.

A redação proposta reconhece também, em harmonia com a diretriz constitucional, que cabe à lei complementar regular a forma como os Estados deliberarão a respeito dos benefícios fiscais já concedidos sem a aprovação do Confaz, não sendo adequado à resolução do Senado descer em pormenores que serão definidos pelas duas Casas do Congresso.

SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Eduardo Suplicy...

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever quando da votação específica das duas emendas que apresentei, porque já apresentei inclusive requerimento de destaque para as mesmas.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Está bem.

Eu vou passar a palavra imediatamente para o Relator, Senador Delcídio do Amaral, que vai falar sobre essas emendas que foram apresentadas de ontem para hoje também.

Com a palavra, o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem. Pela ordem, Sr. Presidente! Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Sim, Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – É só para constar que o Senador Eduardo Suplicy acabou de declinar vários nomes nessa emenda. Não sei se estou equivocado, são 40 ou 41. E nessa emenda, Senador Suplicy, eu só gostaria de informar a V. Ex^a que eu sou um dos subscritores.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço muito, porque eu tinha pedido para listar os nomes e, de fato, com o apoio de V. Ex^a, essa emenda ganha muito, para que possa ser devidamente considerada pelo nosso Relator, Senador Delcídio do Amaral.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – É só para deixar claro.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra, o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, depois de um grande esforço... Quero agradecer à consultoria do Senado, na pessoa do Márcio, à minha equipe também, à equipe do Senador Lindbergh, à equipe do Líder do Governo, Eduardo Braga, e também ao Ministério da Fazenda, através do Manoel. Quero agradecer por todo o empenho e trabalho que tivemos ao longo de todo esse tempo, em um projeto que se iniciou há dois anos, quando ainda presidia a Comissão de Assuntos Econômicos, e que nos levaram a este momento, o momento de se votar uma resolução, no meu ponto de vista, fundamental para o País.

Gostaria, se todos tiverem um pouquinho de paciência... Porque ontem nós fizemos aqui um apanhado de todas as emendas apresentadas. Apresentei o meu relatório no final da tarde. Houve pedido de vista, conforme orientado pelo Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Lindbergh Farias. Portanto, eu vou procurar ser bastante rápido na avaliação das emendas. Evidentemente, para aquelas emendas que foram rejeitadas, é natural e do Regimento que eventualmente algum Senador ou alguma Senadora venha a pedir destaque.

Portanto, no tocante às emendas apresentadas, a Emenda nº 1, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, objetiva manter a alíquota de 12% nas operações interestaduais dentro da Região Norte. É preciso considerar que o Amazonas, que abriga a Zona Franca de Manaus, foi excluído do cronograma de redução programada da alíquota interestadual de ICMS porque sua situação é peculiar. No caso de vigência da alíquota de 4%, o Amazonas perderia 77% de sua arrecadação por ICMS. No caso de a alíquota ficar em 7%, a perda seria de 48,7%, portanto ainda expressiva. Certamen-

te, o Estado teria comprometida a sua capacidade de ofertar serviços públicos aos seus cidadãos.

Cabe ainda observar que as perdas significativas para o Amazonas se devem a uma característica básica: por abrigar a Zona Franca de Manaus e ser um Estado exportador líquido, ou seja, que vende mais produtos às demais unidades da Federação do que delas adquire. Assim sendo, creio que não caberia estender a situação excepcional do Amazonas, consubstanciada na alíquota de 12%, para os demais Estados do Norte.

Ainda sobre o mesmo tema, a Emenda nº 5, de autoria do Senador Romero Jucá, visa estender às Áreas de Livre Comércio – porque o Pará, infelizmente, como o Senador Flexa Ribeiro aqui disse, não tem área de livre comércio –, a situação excepcional de manutenção da atual alíquota de 12%, hoje reservada à Zona Franca de Manaus. O objetivo é meritório, com ajustes, e foi incorporado ao substitutivo, com alguns ajustes de texto ontem discutidos com o Senador Romero Jucá, o Senador Eduardo Braga e a Senadora Vanessa Grazziotin.

A Emenda nº 2, de autoria da Senadora Lúcia Vânia...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – ... restringe a alíquota de 12%, no caso da Zona Franca de Manaus, aos bens e mercadorias produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico. Ademais, reduz a 7% a alíquota do gás natural quando originado das Regiões Sul e Sudeste, com destino às demais regiões. A primeira demanda introduz a complexidade já comentada anteriormente, no próprio relatório, enquanto a segunda é razoável e merece acolhimento.

Foi, portanto, incorporada ao substitutivo.

A Emenda nº 3, também de autoria da Senadora Lúcia Vânia, determina a exclusão da Resolução nº 95, de 1996, juntamente com a Resolução nº 13, de 2012, do cronograma de redução da alíquota interestadual do ICMS. O pleito é meritório, e o substitutivo contém dispositivo que atende à demanda da Senadora.

A Emenda nº 4, da mesma autora, especifica uma série de condições para que a resolução de reduzir a alíquota interestadual de ICMS produza efeitos. Incluem-se nessas condições diretrizes para o auxílio financeiro, o Fundo de Desenvolvimento Regional e o tratamento a ser dado aos benefícios fiscais concedidos sem a autorização do Confaz. A introdução de condições para que a resolução produza efeitos é justa e será atendida nos termos do substitutivo apresentado.

As Emendas nºs 7, 8 e 9 são de autoria do Senador Ricardo Ferraço.

A de nº 7 revoga a Resolução nº 13, de 2012. Por ser matéria estranha ao PRS – no caso, a Resolução nº 13 – sob análise, essa emenda deverá ser rejeitada.

A Emenda nº 8 foi retirada pelo autor e substituída pela Emenda nº 11. Ela propõe nova redação para o art. 1º do PRS com vistas a manter as alíquotas interestaduais diferenciadas regionalmente, em 7% e 4%, a despeito do setor de atividade. Trago ao conhecimento dos Senadores que a manutenção do diferencial de alíquotas foi amplamente negociada com os Estados, sendo que, nessa negociação, ficou decidido que o diferencial se restringiria à indústria e a produtos agropecuários. Assim sendo, não se justifica romper o acordo feito para expandir o diferencial para todas as operações, como prevê a Emenda.

Portanto, recomendo sua rejeição.

A Emenda nº 9, nós a acolhemos parcialmente, porque, efetivamente, corresponde à preocupação de vários governadores, vários secretários de Fazenda, com relação à compensação de perdas fiscais e para instituição do FDR.

Houve um pequeno erro no texto, falando que essa emenda foi rejeitada, mas ela foi acatada parcialmente.

A Emenda nº 10, de autoria do Senador Sérgio Souza, tem o objetivo de alterar o art. 1º do PRS para estabelecer a alíquota de 12% nas operações interestaduais com produtos de informática gravados com Processo Produtivo Básico, a que se referem as Leis nºs 8.248/91 e 8.387/91. Sugiro sua rejeição porque o PRS nº 1, de 2013, tem um escopo regional, relativo à unificação das alíquotas do ICMS nas operações interestaduais. Não cabe, então, discutir a tributação relacionada a certos produtos. Por isso, recomendo a rejeição da Emenda.

Nós procuramos criar uma resolução simplificada, uma resolução enxuta, para não criar qualquer tipo de interpretação equivocada ou abrir oportunidades para determinados produtos.

A Emenda nº 12, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, tem o mesmo teor da Emenda nº 11, já aqui comentada.

A Emenda nº 13, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, objetiva reduzir gradualmente as alíquotas para 4% em 12 anos; dar tratamento igualitário ao gás natural sem distinguir entre nacional ou importado; e dar maior abrangência ao conceito de industrialização. Os dois últimos objetivos são meritórios e serão contemplados no substitutivo, que elimina o tratamento diferenciado entre gás nacional e importado e inclui o beneficiamento entre as modalidades de industrialização.

A Emenda nº 14, de autoria da eminente Senadora, se propõe a vincular a vigência da resolução à convalidação dos incentivos no âmbito do Confaz. Con-

sideramos meritório o pleito, Senadora Lúcia Vânia, várias emendas atendidas, e o incluímos no substitutivo, embora com ajuste de redação para que o vínculo seja ao quórum de três quintos, que é outra preocupação, também, de vários Senadores e Senadoras, e não à decisão do Confaz – não sujeitar o Senado à decisão do Confaz.

A Emenda nº 15, de autoria da Senadora Ana Amélia, objetiva a aplicação da alíquota de 7% a partir de janeiro de 2018 para os bens de informática. Como já se argumentou anteriormente, o PRS nº 1, de 2013, tem um escopo regional, relativo à unificação das alíquotas do ICMS nas operações interestaduais. Não cabe, então, discutir a tributação relacionada a certos produtos, como já foi citado anteriormente numa emenda do Vice-Presidente da CAE, Senador Sérgio Souza, sempre muito preocupado com o Estado do Paraná.

Em relação às Áreas de Livre Comércio, o tema já foi contemplado na Emenda nº 5, do Senador Romero Jucá. Portanto, procedente, mas já contemplado na Emenda de nº 5, do Senador Romero Jucá. Por essas razões, recomendo a rejeição da emenda.

A Emenda nº 16, do Senador Waldemir Moka, meu companheiro de Senado no Mato Grosso do Sul, tem o objetivo de ampliar o escopo das operações industriais que serão sujeitas à alíquota de 7%, incluindo a modalidade de beneficiamento. Por ser meritória, a emenda do Senador Moka foi aceita e incorporada ao substitutivo.

A Emenda nº 17, proposta pelo Senador Luiz Henrique, propõe a manutenção da alíquota de 7% para todas as operações realizadas nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Como já foi observado, a manutenção do diferencial de alíquotas apenas para produtos industriais e agropecuários foi amplamente negociada com os Estados. Portanto, não se justifica romper o acordo feito para expandir o diferencial para todas as operações, como prevê a emenda. Por essa razão, recomendo sua rejeição.

O mesmo Senador apresentou a Emenda nº 18, sugerindo a convergência para todas as alíquotas de 4% em oito anos. A emenda já foi contemplada pelo substitutivo.

O Senador Cyro Miranda apresentou as Emendas nºs 19 e 20. A primeira tem teor semelhante ao da Emenda nº 13: reduzir gradualmente as alíquotas para 4% em 12 anos; dar tratamento igualitário ao gás natural sem distinguir entre nacional ou importado; e dar maior abrangência ao conceito de industrialização. Como já comentei na análise anterior, os dois últimos objetivos são meritórios e serão contemplados no substitutivo, que elimina o tratamento diferenciado entre gás

nacional e importado e inclui o beneficiamento entre as modalidades de industrialização.

A Emenda nº 20 tem o mesmo teor da Emenda nº 14. O pleito é meritório e será incorporado ao substitutivo, embora com ajuste de redação para que o vínculo seja ao quórum de três quintos, e não à decisão do Confaz, como já comentamos anteriormente.

A Emenda nº 21, proposta pelo Senador Roberto Requião, tem o mesmo objetivo da Emenda nº 10. Por isso, repito aqui as razões para sugerir sua rejeição: o PRS nº 1, de 2013, tem um escopo regional – é importante registrar, um escopo regional –, relativo à unificação das alíquotas do ICMS nas operações interestaduais. Não cabe, então, discutir a tributação relacionada a certos produtos, sendo esta a razão, mais uma vez, para sugerir a rejeição da emenda.

O Senador Eduardo Suplicy é o autor das Emendas nºs 22, 23 e 24.

A primeira emenda objetiva unificar as alíquotas estaduais em 4%. O diferencial de 7% e 4% foi negociado com os Estados. Não cabe descumprir o que foi acordado, razão pela qual sugiro a rejeição da emenda.

A Emenda nº 23 estabelece que o disposto no art. 1º do Projeto de Resolução do Senado não se aplica às operações e prestações interestaduais sujeitas a alíquotas fixadas em até 4% por resoluções do Senado Federal. O substitutivo já abrange o objetivo da emenda.

As Emendas nºs 25 e 26 foram propostas pelo Senador Eunício Oliveira. A primeira delas tem o objetivo de condicionar a vigência da resolução à aprovação de lei que regulamente a compensação aos Estados que perderem receitas e a instituição do Fundo de Desenvolvimento Regional. A proposta tem mérito e foi incorporada ao substitutivo. Emendas nºs 25 e 26 do Senador Eunício.

A Emenda nº 26 altera o art. 1º para determinar que o Processo Produtivo Básico seja estabelecido pelos Estados e o Distrito Federal e aprovado no âmbito do Confaz pelo quórum de três quintos; e que seja considerado produzido na região os produtos resultantes de industrialização nas modalidades de transformação ou montagem. O primeiro objetivo extrapola as competências do Confaz. O segundo já está incorporado ao substitutivo, razões pelas quais sugiro o acolhimento parcial da emenda.

A Emenda nº 27, de autoria do Senador Wilder Moraes, propõe a manutenção das atuais alíquotas de 12% e 7%. Tendo em vista que a redução das alíquotas foi negociada com os Estados e o Distrito Federal por mais de dois anos e que se trata de um objetivo que gerará ganhos em termos de eficiência econômica para todo o Brasil, voto pela rejeição da Emenda, mas entendendo o interesse e a importância que o Senador

Wilder Moraes destaca na apresentação dessa emenda para o seu Estado, Estado de Goiás.

A Emenda nº 28, proposta pelo Senador José Agripino, tem teor semelhante ao das Emendas nºs 11 e 17, propondo a manutenção da alíquota de 7% para todas as operações realizadas nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A manutenção do diferencial de alíquotas apenas para produtos industriais e agropecuários foi negociada com os Estados, não se justificando o rompimento do acordo feito para expandir o diferencial para todas as operações, como prevê a emenda. Assim sendo, recomendo sua rejeição.

O Senador Eunício Oliveira é autor, também, da Emenda nº 29, cujo objetivo é a imposição de condicionantes, com justa razão, para a vigência da resolução. Por oportuno, ressalto que o substitutivo já estabelece os condicionantes, sendo essa a razão do acolhimento parcial da emenda.

Por fim, a Emenda nº 30, do Senador Inácio Arruda, propõe que produtos resultantes de industrialização sejam aqueles definidos pelo Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, que já está também contemplado no substitutivo.

A Emenda nº 31, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, tem o objetivo de impor condicionalidades à vigência da resolução. Como já discutido, isso está contemplado no substitutivo. A ideia é meritória, e, portanto, acatada parcialmente, porque já constava do substitutivo.

O Senador Pedro Taques é autor da Emenda nº 32, propondo mudanças no art. 1º, que trata do cronograma de redução das alíquotas. O cronograma foi longamente negociado e após o início da tramitação do PRS sob nossa análise. Assim sendo, não cabe sua alteração, razão por que recomendo a rejeição da emenda.

Na emenda substitutiva que apresentarei, colocarei essas duas pré-condições, incorporando, portanto, parte das preocupações da Senadora Lúcia Vânia.

Passemos, então, aos ajustes que devem ser feitos, apesar do mérito já reconhecido da proposta enviada pelo Poder Executivo.

Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que ainda não há, no Brasil, a convergência do padrão de desenvolvimento econômico de suas diferentes regiões. Há consenso de que o Norte, Nordeste e Centro-Oeste permanecem em desvantagem em relação ao Sul e Sudeste. Para que haja a convergência de renda per capita entre as cinco macrorregiões brasileiras, é fundamental que as menos desenvolvidas cresçam acima da média nacional. O alcance dessa meta depende, por sua vez, da existência de políticas de desenvolvi-

mento regional, algumas levadas a cabo pelos próprios Estados, que conhecem bem sua respectiva realidade socioeconômica.

Assim sendo, e como não há a uniformidade do desenvolvimento, as alíquotas não devem convergir para 4%. Um diferencial deve ser mantido para os entes federados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e para o Espírito Santo. Propomos que seja mantida a alíquota de 7% para essas regiões, a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018, em suas operações com Estados do Sul e do Sudeste, para produtos industriais e agropecuários.

Outra modificação diz respeito à exceção prevista para a Zona Franca de Manaus, que estaria sujeita à alíquota de 12%. Quando a operação for feita com área de livre comércio, não haverá essa exceção, ou seja, a alíquota convergirá para 4% a partir de 1º de janeiro de 2021, já acordado com os demais Estados, emenda do Senador Romero Jucá.

Propomos também que a alíquota de 12% para operações interestaduais com gás natural importado do Exterior, mantendo-se as regras do gás natural nacional conforme se apresentam hoje, ou seja, de 7% (sete por cento), nas operações realizadas nas Regiões Sul e Sudeste, exceto no Estado do Espírito Santo, destinadas às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, inclusive ao Estado do Espírito Santo, e de 12% (doze por cento), nas demais situações entre contribuintes.

Por último, mas não menos importante, propomos que a entrada em vigor da resolução ocorra em 1º de janeiro de 2014, porém condicionada à aprovação do chamado Fundo de Compensação de Receitas, para compensar eventuais perdas de arrecadação decorrentes da redução das alíquotas nas operações e prestações interestaduais relativas ao ICMS, e a aprovação do Fundo de Desenvolvimento Regional, previstos na Medida Provisória nº 599, de 2012. Em outras palavras, propomos que a aprovação do Projeto de Resolução sob análise esteja condicionada à aprovação da referida Medida Provisória e do PLS nº 106, de 2013.

Estabelecer esses condicionantes também no texto da resolução evitará que, se por algum incidente na tramitação das propostas normativas que formam o “acordo para pôr fim à chamada guerra fiscal”, a resolução for aprovada e publicada antes dos demais normativos, os Estados e o Distrito Federal percam receitas do ICMS sem as correspondentes adoções de medidas de compensação e manutenção de investimentos nas regiões menos desenvolvidas, do que resultaria impacto negativo às finanças estaduais, inviabilizando a administração das unidades da Federação.

Nesta direção, é de suma importância, Srs. Senadores e Senadoras, a aprovação dos demais instru-

mentos normativos que tratam do pacto federativo. No bojo deste pacote de normas propostas encaminhadas ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo constam a MP nº 599, de 2012, que cria os fundos retromencionados, e o PLS Nº 106, de 2013, que tramita no Senado Federal, este PRS nº 01, de 2013, que dispõe sobre a redução gradual das alíquotas e o PLP 238 – fundamental –, relatado pelo Líder Eduardo Cunha, na Câmara dos Deputados, de 2012, ou o PLS nº 124, de 2013, que preveem:

- a) um quorum diferente daquele previstos na Lei Complementar nº 24/75 (unanimidade) para resolver as concessões de benefícios e incentivos concedidos à revelia do Confaz, até a data de aprovação do convênio de ratificação destes, e os seus efeitos para o futuro, Senador Ferraço. V. Exª teve uma participação fundamental com sua emenda para assegurar essas condições;
- b) a renegociação das dívidas dos Estados e do Distrito Federal, que é imprescindível para o fôlego financeiro dos Estados...

É importante lembrar esse tópico, avanços que foram promovidos na negociação dessa resolução; não é fácil, não. O que este Congresso, o que os Senadores e Senadoras alcançaram não foi pouco não.

A renegociação das dívidas dos Estados e do Distrito Federal, que é imprescindível para o fôlego financeiro dos Estados, com juros justos e a valores de mercado, e com comprometimento que permita investimentos pelos entes federados, tal qual colocado na Carta de Governadores entregue para os Presidentes da Câmara e do Senado no dia 13 de março de 2013.

Portanto, este é um relatório amplo, que dialoga com todos os Estados, que dialoga com todos os Secretários de Fazenda, comandados pelo Secretário Trinchão, que prestou um grande serviço em todo esse trabalho de articulação. Quero aqui agradecer ao Jader também, para fazer média com o meu Estado, Mato Grosso do Sul, competente Secretário de Fazenda do meu Estado.

É sobejamente importante não esquecer que, nesta negociação de âmbito nacional, centrada no fortalecimento da Federação, também se deve incluir a tramitação da PEC nº 197, de 2012, de sorte a não haver prejuízos relacionados ao comércio não presencial – é o comércio eletrônico –, evitando vários tipos de simulações e fraudes fiscais que serão perniciosas aos Estados – quem acompanha isso sabe o que estou dizendo –, mas com os ajustes necessários, que retornam o texto da PEC ao que fora discutido e

aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Essa PEC eu tive a honra de apresentar como autor e faz parte desse pacote que nós estamos discutindo, para que todos os Senadores vejam, Senadores e Senadoras, o que implica a votação dessa resolução no dia de hoje a convalidação, como disse aqui o Senador Romero Jucá, do “paratrasmente” e do “parafrentemente” dos incentivos que foram dados. Não é fácil se chegar a uma proposta como essa. Portanto, eu solicitaria aos Srs. Senadores e Senadoras que avaliassem muito bem o cardápio que está sendo apresentado e o quanto o Ministério da Fazenda e o Governo avançaram e o que representa essa pauta econômica para o Brasil, independentemente da Presidenta ou do Presidente que estiver comandando o nosso País.

Como argumento final a favor da proposição em análise, cabe comentar alguns números relativos – isto é importante – às perdas e ganhos dos Estados, extraídos de estimativas feitas pelo Ministério da Fazenda e também pelo Confaz.

Caso seja adotado o novo par de alíquotas de 7% (para Norte, Nordeste e Centro-Oeste) e 4% (para Sul e Sudeste), Senador Eduardo Braga, Líder do nosso Governo, seria possível diminuir as perdas dos Estados situados naquelas regiões que são vocacionados para a exportação e que não tenham a logística de outras regiões. Portanto e inclusive, é um fator competitivo os 7%. As perdas da Bahia passariam de 8,9% para 2,1%. No Mato Grosso do Sul, as perdas cairiam de 33,2%, para proposta inicial, para 17,7%; no Mato Grosso, de 14,4% para 5,2%; em Goiás, de 24,9% para 10,8%.

E eu queria registrar aqui que essas perdas vão ser compensadas pelo Fundo de Compensação que foi aqui citado.

No Norte, também ganhariam os Estados que têm maior grau de desenvolvimento. Por exemplo, em Rondônia, os ganhos passariam de 0% para 3,1%; no Tocantins, de 0,8% para 3,9%. No Nordeste, ganhariam os Estados com maior estrutura econômica, como Ceará (4% para 5,8%), Paraíba (-0,10% para 3,3%), Pernambuco (-0,5% para 3,2%), Alagoas (2,9% para 5,6%) e Sergipe (7% para 7,6%). E aqueles Estados que perderem serão reembolsados pelo Fundo de Compensação automaticamente, obrigatoriamente, como disse ontem o Senador Ricardo Ferraço.

Os Estados que ganhariam menos são aqueles de menor grau de desenvolvimento e pequeno contingente populacional no Norte: Roraima, cujo ganho cai de 9,9% para 7,3%; Acre, onde o ganho de 13,3% cairá para 11,1%; e Amapá, que terá seus ganhos reduzidos de 11,9% para 9,3%. No Nordeste, ganhariam menos

os Estados de menor vigor econômico e vocacionados para o consumo, como Maranhão, cujos ganhos cairiam de 18,2% para 15,4%; Piauí, de 16,6% para 13,3%; e Rio Grande do Norte, de 12,7% para 10,5%. Novamente registro que as perdas serão compensadas.

A situação do Amazonas é peculiar, já que a Zona Franca de Manaus ficaria fora da regra geral. No entanto, caso o Estado não fosse objeto de exceção, suas perdas – como eu disse aqui – cairiam de 77%, caso vigorasse a alíquota de 4%, para 48,7%, caso vigorasse a alíquota de 7%.

Não é diferente a situação do Mato Grosso do Sul, que, em caso de manutenção do gás natural importado na regra geral, teria uma perda, Senador Moka, de 33,2% em sua arrecadação de ICMS na alíquota de 4%, enquanto com a exceção diminui suas perdas para 24%.

Para o País, a soma das perdas seria reduzida de R\$15,3 bilhões para R\$9,2 bilhões, com uma diminuição de R\$6,1 bilhões. Os ganhos seriam reduzidos em R\$5,5 bilhões, passando de R\$13,3 bilhões para R\$7,8 bilhões – mais uma vez, com os instrumentos necessários de compensação e de desenvolvimento regional.

Para finalizar a análise, desejo afirmar meu decidido apoio ao Projeto de Resolução do Senado nº 1, de 2013. Considero que diversos aspectos da redução das alíquotas interestaduais do ICMS exigem discussão profunda, mas essa dificuldade não justifica a demora do Senado Federal na adoção imediata da resolução ora proposta.

Além de ser vigoroso início da saída organizada da situação de guerra fiscal, a redução das alíquotas interestaduais possibilitará um decisivo aumento da capacidade de investimentos dos governos estaduais cujas economias são, preponderantemente, consumidoras de bens e serviços produzidos nos demais Estados.

E, Sr. Presidente, por isso, pelas razões apresentadas, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado Federal nº 1, de 2013, pela rejeição das Emendas nºs 1, 7, 9, 10, 11 – perdão, a 9 é a do Senador Ricardo Ferraço, que foi acolhida parcialmente. Então, pela rejeição das Emendas nºs 1, 7, 10, 11, 12, 15, 17, 21, 22, 24, 27, 28 e 32; pelo acolhimento da Emenda nº 16 e pelo acatamento parcial das Emendas nºs 2, 3, 4, 5, 9, 13, 14, 18, 19, 20, 23, 25, 26, 29, 30 e 31, nos termos do substitutivo a seguir apresentado.

E também, Sr. Presidente, rejeito as emendas, e as minhas justificativas farão parte, serão complementadas no relatório. Rejeito também as Emendas nºs 35, 36, 37, 38, 39, 40 e 41, boa parte delas em função da mudança da regra de transição. E quanto às outras, a despeito da pertinácia de aperfeiçoamentos na reda-

ção, não mudando o mérito daquilo que foi discutido, entendendo como mais expedito iniciarmos já. Como não há nenhuma coisa nova e o mérito está absolutamente preservado, eu considero que não serão necessários... Eu já posso emitir o meu voto pela rejeição e esses votos farão parte do relatório final.

Gostaria também aqui de registrar que na resolução...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Relator Delcídio, só pela ordem.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu gostaria só de encerrar a minha...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Só para dizer que a 35 tem destaque.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Não, aqui foi citado já, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Já está destacado.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Isso não quer dizer que os Senadores e as Senadoras não destaquem aqui ou no plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Mas já está destacado aqui.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu gostaria só de fazer uma consideração sobre o que nós acrescentamos na redação de áreas de livre comércio. Estou sem o texto aqui, se alguém... Adriana, o texto só da resolução, só para eu citar aqui para os Senadores.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem. Logo após o Senador Delcídio eu queria fazer uma observação.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu só queria acrescentar aqui a emenda do Senador Romero Jucá. Nós acrescentamos Tabatinga, no Amazonas...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Cruzeiro do Sul.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Acrescentamos Cruzeiro do Sul, no Acre...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Porque são...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – E Ebitaciolândia, no Amazonas.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Exatamente.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – É só isso. Ebitaciolândia, perdão, no Acre.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Delcídio, pode-se acrescentar o Pará na emenda do Senador Romero Jucá?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senão, vira uma área de livre comércio o Pará por inteiro.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – V. Ex^a não pode tratar o Pará diferenciado dos outros Estados do Norte.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Nós só incluímos cidades que já são áreas de livre comércio, por isso que o Pará não entrou.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas isso é sofisma no parecer.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Bom, e queria por último ponderar que a reforma proposta é um grande avanço, porque nunca, em todas as tentativas anteriores, os governos dos Estados menos desenvolvidos abriram mão do ICMS em 12%. Hoje aceitam em 7% e 4% para as demais operações. É um pensamento e uma ação federativos. Gostaria de registrar que mais de 94% das operações do Brasil estarão em 4%, o que atende ao Estado de São Paulo, que sempre, ao longo de todos esses anos, se bateu pelos 4%; 94% do Brasil ou dessas operações já ficarão nos 4%. Portanto, São Paulo está muito bem atendido no seu pleito de 4%; 94%. É importante registrar também o aumento de arrecadação que São Paulo, como máquina motriz do Brasil, pulando em 2009 de R\$70 bilhões para R\$102 bilhões. Portanto, acho que essa é uma oportunidade ímpar para deixar que outros Estados brasileiros se desenvolvam, cresçam e, no futuro, sejam uma São Paulo também.

Brigar pelo gás e pela Zona Franca é um antagonismo, uma disparidade, uma ânsia de mais e mais, pois essas duas propostas juntas representam cerca de 2% – 1,2% da Zona Franca e 0,73% do gás – da arrecadação do ICMS de São Paulo em 2012. Ou seja, isso é essencial para os pequenos e representa quase nada para Estados que pleiteiam essas alterações. Portanto, a proposta é pela manutenção da Zona Franca de Manaus e pela manutenção do gás. Falar que gás natural é arrecadação, não concordamos...

(Soa a campanha.)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – ...porque não é guerra fiscal. E a Zona Franca é um projeto de Nação, soberania e modo de ocupar e preservar uma área enorme e inóspita.

Sr. Presidente, gostaria somente de registrar também a minha rejeição à Emenda nº 42, que não citei aqui.

Esse é o meu relatório.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, Senador Romero Jucá; depois, pela ordem, Senador Francisco Dornelles.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Eu gostaria da...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, eu estou inscrito desde o início.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu gostaria de falar pela ordem, então.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a está inscrito. Passarei a V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu também pedi pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Eu pediria a atenção do Senador Delcídio. Gostaria de colocar uma questão aqui para saber se isso está incluso, porque, na verdade, pode estar em aberto e gerar um problema.

No art. 4º, inciso II, nós estamos dizendo que essa resolução só vai valer no momento em que forem consolidados os incentivos. E consolidar os incentivos significa, para trás e para frente, o que ainda há de crédito.

Ao mesmo tempo, o art. 1º e os outros artigos fixam o valor específico da alíquota caindo. Quando nós formos convalidar os incentivos... Por exemplo, uma indústria em Pernambuco ou em Goiás com mais dez anos de incentivo em 12% e que recebe os 9% vai ficar, durante esses dez anos, com crédito de 9%. Ela vai ficar faturando em 12%, e os outros Estados vão precisar receptionar isso.

Eu não sei se seria importante colocarmos aqui uma observação dizendo que as alíquotas cairão nesse ritmo, respeitados os incentivos convalidados, como prevê o art. 4º, inciso II, exatamente para não dar problema no caso dos diversos Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que terão incentivos convalidados e que poderão entrar em choque com a regra, efetivamente, que estamos aprovando aqui.

Como essa regra vai para o Confaz, que não está participando deste debate, pode ficar aí um espaço em aberto, o que vai criar uma discussão que pode prejudicar a industrialização em andamento dos Estados em desenvolvimento.

Então, eu gostaria que o Senador Delcídio colocasse um parágrafo único em algum lugar, dizendo o

seguinte: as alíquotas cairão na forma como está prevista, respeitadas, no entanto, as convalidações dos incentivos a serem confirmados pelo Confaz, conforme o inciso II prevê.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu não posso colocar isso na resolução, mas no relatório. Eu vou ler aqui o texto:

É imprescindível a aprovação da lei de criação do fundo de prestação de auxílio financeiro aos Estados e ao Distrito Federal e Municípios, para compensar, mensalmente, as perdas decorrentes da redução das alíquotas interestaduais de que trata o Projeto de Resolução nº 1 do Senado, de 2013, com valores condizentes com as perdas e atualização de seu valor pela variação do PIB, apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e verificada no quadriênio imediatamente anterior ao exercício em que se fizer a apuração dos valores, de tal sorte que se ressarçam as perdas integralmente, podendo inclusive ser utilizado para a compensação, a interesse de cada unidade federada, das perdas de empresas de relevante interesse, quanto às perdas em decorrência da redução de alíquotas, em conformidade com os contratos firmados com os respectivos entes.

Nós registramos isso aqui, e, na verdade, esse tema vai para a Medida Provisória 599.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Então, é importante que, em algum lugar, ou na medida provisória, ou na lei complementar que nós estamos discutindo, conste...

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Faça-se essa ressalva.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – ... que, no período em que as alíquotas forem convalidadas, levará, por exemplo, a 12% ou a 7%, dependendo da região, nesse caso.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senador Romero, isso já foi discutido com o Senador Walter Pinheiro e também no Ministério da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Já há entendimento sobre esse assunto.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Está registrado em ata, está registrado aqui. Se houver alguma dúvida no futuro, essas questões serão dirimidas aqui...

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – ...e, se for preciso, nós faremos outra resolução para ajustar, se houver alguma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – É isso que eu quero deixar patente.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro, Senador Romero Jucá.

Com a palavra, o Senador Francisco Dornelles, pela ordem.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Senador Delcídio, eu queria me referir à Emenda 42, que eu considero de redação.

Senador Requião, Senador Requião, Senador Requião.

Senador Delcídio, a Emenda 42 eu considero de redação, porque só vamos convalidar aqueles incentivos que foram considerados irregulares; os que não foram considerados irregulares não precisam ser convalidados. E o problema – é preciso dizer – foram aqueles irregulares concedidos até 31 de dezembro de 2012. É uma emenda de redação porque o que foi regular não precisa ser convalidado; foram convalidados aqueles que ferem o disposto na decisão do Supremo e tem que dizer que são aqueles concedidos até 31 de dezembro de 201. Porque, do contrário, isso vai ser infinito.

São emendas de redação que apresento a V. Ex^a.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senador Dornelles, eu entendo, mas eu já aqui falei o meu voto e, a despeito de entender, até sob o ponto de vista de redação, mas eu já emiti meu parecer. Agora, V. Ex^a pode pedir destaque; aí nós votaremos a emenda.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu vou pedir destaque.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Já está destacada, Senador.

Senador Flexa Ribeiro, pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, eu quero aqui pedir a V. Ex^a... V. Ex^a teve um processo muito traumático há pouco tempo, quando se discutiram os royalties do petróleo. V. Ex^a inclusive se insurgiu na tribuna do Congresso Nacional, naquela sessão, se ausentou e tomou uma posição que é reconhecida por todos nós como correta, em defesa dos interesses do Estado que V. Ex^a tão bem representa aqui.

Então, eu lamento. A mídia de hoje traz em destaque declaração da Presidenta Dilma, quando

foi contestada se estava em campanha para a sua reeleição, e aqui o Senador Armando me auxilia, está aberto exatamente na página de que preciso fazer a leitura.

“A minha obrigação é dirigir o País”, diz a Presidenta Dilma. Que o faça, então! Que o faça! Ela não pode jogar a Federação brasileira, ser esgarçada, como está sendo permanentemente no Congresso Nacional, como está sendo hoje aqui. Não é possível nós votarmos esse projeto de resolução nesse clima. O Senador Delcídio é competente; o Senador Delcídio dá argumentos para justificar o atendimento a Mato Grosso do Sul, e o faz com competência. Justificar a Zona Franca; todos nós queremos manter a Zona Franca. Todos nós.

Então, V. Ex^a diz que a perda é de menos de 2% do que São Paulo arrecada de ICMS em nível nacional. Quanto representa a inclusão do Pará, o atendimento da emenda que eu apresentei, Senador Delcídio? V. Ex^a faz um voo de pássaro sobre a Amazônia e o Norte e fala o que ganham alguns Estados, o que ganham outros Estados e passa por cima do Pará. Só voa nas áreas de livre comércio, não voa no Norte como um todo.

Quanto representa isso no atendimento da emenda que apresentei e que atende o Pará? O Pará tem uma perda substancial tanto quanto o Estado de V. Ex^a. E, mais do que isso, o que nós queremos preservar, e é preocupação do Governador Simão Jatene, é a competitividade futura em relação aos Estados que nos rodeiam. O Pará é uma ilha. Os Estados todos têm tratamento diferenciado, menos o Estado do Pará. E não é possível; nós já temos perda substancial com a Lei Kandir. Por que os Estados que vão perder, e V. Ex^a repetiu diversas vezes... Não há como discutir, Senador Lindbergh. Não há clima para isso.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a pediu a palavra pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu sei, mas todos os Senadores, quando querem discutir...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Peço silêncio...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – ...pedem pela ordem também. Então, eu me vali do pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Não, aí teria que ser discussão. Tem que ser discussão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, não, não. Eu quero dizer a V. Ex^a que não há clima para a gente manter isso. Vamos suspender, vamos tentar um acordo. Eu tenho uma proposta para colocar:

por que não igualamos a alíquota da Região Norte, inclusive o Amazonas, em 9%? Hoje o diferencial de alíquota do Amazonas para o Sul são cinco pontos percentuais, de 12 para 7. Por que não fazemos de 9 para 4? E resolve o problema do Amazonas, resolve o problema do Sul, resolve o problema do Nordeste em 7%, e não há perda, porque essa perda, Senador Delcídio, que V. Ex^a, por diversas vezes, disse que será recomposta no fundo, por que os outros Estados não acreditam no fundo? Só tem que sobrar para aqueles que não estão sendo atendidos por V. Ex^a.

Então, eu queria, tenho o destaque da emenda, pedir o apoio dos Senadores para que nós possamos fazer aquilo que é de consenso. Não dá para tratar o Pará de forma diferenciada dos outros Estados da Região Norte que o cercam. Todos que têm tratamento diferenciado, ou são Zona Franca ou são Zona de Livre Comércio, menos o Pará. Então, nós não podemos perder, de imediato, na unificação e não podemos perder no futuro, Senadora Vanessa. Como nós vamos atrair outros? É preciso haver uma área de livre comércio no Pará. Só que este Governo é contra o Pará. Nunca aprovou projetos que estão em tramitação.

Como é que nós vamos ganhar competitividade, Senador Lindbergh, para atrair investimentos para o Pará, se os outros Estados têm uma alíquota diferenciada? Vão para os Estados vizinhos, não vão ficar no Pará.

Então, eu quero pedir ao Senador Delcídio que...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vai haver muitas emendas destacadas, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – ...possa rever isso, essa perda que a União está alegando, que V. Ex^a tão bem dispôs com relação ao seu Estado e ao Amazonas, inclua o Pará também e veja que não vai haver nem centésimos de casa após a vírgula, centésimos de perda para a União nisso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, Senadora Lúcia Vânia. Depois, Senador Aloysio Nunes, Senador Wilder, e, depois, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Relator, eu gostaria de hipotecar o meu apoio à sugestão do Senador Romero Jucá. Aproveito a oportunidade, Relator, para agradecer pelo relatório e cumprimentá-lo, principalmente pela paciência e competência com que V. Ex^a conduziu esse processo.

Quero acrescentar, além do Secretário do Maranhão e do Secretário de Mato Grosso do Sul, o Secretário de Goiás, também, que deu uma mão boa para nós.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigada, Senadora Lúcia Vânia.

Com a palavra, o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo a V. Ex^a e ao nosso estimado Relator.

O Relator, muito judiciosamente, acolheu uma emenda que condiciona a vigência desta resolução à aprovação de outras leis que integram esse conjunto, esse pacote, digamos assim, de reformas do ICMS. O próprio Relator insistiu, ontem, quando apresentou seu substitutivo, que esse é o coração da reforma, isso que estamos discutindo agora.

Então, a apelo que faço a V. Ex é o seguinte: votemos hoje o substitutivo do Relator Delcídio do Amaral, e deixemos a apresentação e o voto dos destaques para uma próxima sessão, já que essa resolução somente entrará em vigor, segundo reclamo unânime de todos nós, depois da aprovação de uma legislação à qual ela deva se harmonizar. Então, eu faço este apelo: deixemos para a próxima semana ou para uma próxima sessão, que V. Ex^a marcará quando for conveniente, para que nós possamos analisar exatamente as emendas que foram rejeitadas, emendas que foram rejeitadas parcialmente e acolhidas parcialmente, para que nós possamos fazer uma seleção dos destaques que serão, finalmente, levados a voto.

Eu creio que não há nenhum prejuízo nós votarmos hoje. Daremos um passo importante, um passo muito grande, e votarmos os destaques numa próxima reunião. É o tempo de examinarmos na minúcia tudo aquilo que foi aprovado, conversarmos com os governadores, fazermos as contas.

Faço esse apelo a V. Ex^a e aos colegas.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Gostaria de manifestar o meu integral apoio à proposta do Senador Aloysio Nunes. Acho que é uma proposta correta, equilibrada. Votamos o substitutivo e, depois, discutimos os destaques.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem. Também para manifestar a minha integral solidariedade à proposta apresentada pelo Senador Aloysio Nunes. Acho mais ponderado. Votamos agora o relatório do nobre Senador Delcídio e apreciaremos os destaques na próxima reunião.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Da mesma maneira como os demais Senadores, favoravelmente a essa ponderação, com muita racionalidade, objetividade e conteúdo político também, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, para tomar essa deliberação, depois de um estudo mais acurado dessas matérias, que são muito importantes para o processo federativo brasileiro.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Presidente, eu quero dizer, ouvindo aqui, eu acho que esta é a melhor proposta. Votamos o texto e, ressalvadas as emendas dos destaques, asseguramos uma votação mais tranquila com mais entendimento. Tenho certeza de que isso é o melhor para esta Comissão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Ferraço, Senador Agripino, Senador Alvaro e Senador Eduardo Braga.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, quero me ater ainda a alguns esclarecimentos em relação ao parecer...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Mas vamos decidir esse ponto logo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – ...do Senador Delcídio.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vamos decidir esse ponto logo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Nós não estamos debatendo o parecer do Senador?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – É que houve uma sugestão do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Pelo que entendo, o Senador José Agripino, talvez o Senador Alvaro Dias querem se somar a essa sugestão do Senador Aloysio Nunes...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Permita-me, Presidente, apenas uma complementação.

Os destaques seriam apresentados agora, para não ficarem prejudicados e, depois, até a próxima reunião, haveria a possibilidade de se retirar destaques, se convergir em torno de alguns destaques...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Quero acolher a sugestão do Senador Aloysio Nunes, que foi amplamente respaldada pelos

Senadores aqui presentes. Foram 16 requerimentos de destaque para 14 emendas. Nós votaríamos a apresentação desses requerimentos de destaques, acataríamos; votaríamos o parecer, encerraríamos a reunião e continuaríamos na próxima reunião desta Comissão de Assuntos Econômicos, inclusive ajudando a organizar o trabalho desta Comissão.

Tenho certeza de que, com esse trabalho, as 14 emendas destacadas vão se transformar em sete ou seis, e nós teríamos tempo na próxima reunião.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

E os votos em separado, como ficariam? Há dois votos em separado. Só para sabermos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Sendo aprovado o relatório, os votos em separado estão prejudicados.

Senador Ricardo Ferraço é o último que estava falando pela ordem.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – A não ser que haja preferência para o voto em separado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, V. Ex^a já resolveu a questão. Vamos votar a proposta, ressalvados os destaques. Muito bem.

Eu queria perguntar ao Senador Delcídio, nosso Relator, o entendimento que ele tem com base no art. 4º. Porque esse artigo, de certa forma, entra em conflito com a medida provisória que trata das compensações do auxílio financeiro do Fundo de Desenvolvimento Regional.

Na medida provisória está sinalizado que as fontes desse fundo, 75% são operações de crédito e 25% são transferências diretas do Orçamento Geral da União.

O entendimento que eu estou tendo é que as fontes que comporão esse fundo serão transferências obrigatórias. É isso? Porque há aí uma contradição entre o que estamos votando daqui a pouco e uma medida provisória que caminha de maneira paralela.

Qual é o entendimento que V. Ex^a tem?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senador Ferraço, é o entendimento que nós inclusive incluímos no projeto. Procuramos, na resolução, assegurar o repasse automático e obrigatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Está perfeito. É isso?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – É isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Está perfeito.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Até porque essa é uma das razões principais à segurança desse projeto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Está perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Os dois últimos inscritos, pela ordem, Senador Alvaro Dias e Senador Eduardo Braga. Depois vamos encerrar a discussão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, creio que cabe sempre um apelo a mais, ao Relator, especialmente.

Essa decisão de remetermos para uma próxima reunião a discussão das emendas é uma decisão lúcida, madura e responsável. Não podemos atropelar e decidir, precipitadamente, sobre o futuro de várias unidades da Federação. Se queremos resolver problemas regionais, solucionar deficiências que existem em alguns Estados que estão sobrecarregados financeiramente, não podemos destruir o futuro de outros Estados.

Uma proposta mal aprovada pode significar o prejuízo de milhares de empregos, de renda, de receita pública para Estados da Federação, como o meu Paraná.

A aprovação desse Projeto de Resolução da forma como está posto significará a destruição financeira, a destruição da receita pública do Estado do Paraná, que já está comprometida, com a sua capacidade de investimento limitadíssima. Perderemos, só de uma empresa de informática, a se manter esse texto, cinco mil empregos, na capital do Paraná. Portanto, nós não podemos nos calar diante dessa realidade perversa.

Esse adiamento vai permitir ao Relator refletir sobre as emendas propostas. E nós temos a convicção de que é esse o nosso dever: compatibilizar os interesses das unidades federativas. Não podemos destruir o sistema federativo, não podemos jogar para o ar o pacto federativo. Nós temos que ter maturidade na aprovação desta matéria.

Nós não somos favoráveis à lentidão. Nós não gostamos da morosidade. Mas nessa hora, a precipitação pode ser fatal.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O último inscrito é o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, primeiro, para destacar e parabenizar o trabalho do nosso Senador Delcídio.

Eu creio que ouvidos aqui todos os Senadores, é preciso, Senador Delcídio, reconhecer o esforço que V. Ex^a teve ao longo de semanas para a construção

de um relatório que pudesse trazer essa questão até o ponto em que possamos votar o texto apresentado por V. Ex^a, ressaltados os destaques.

Quero aqui dar um depoimento do esforço que V. Ex^a vem fazendo no sentido da construção de uma matéria difícil, complexa, que está dentro de um contexto federativo que precisa ser discutido, que envolve diversas matérias aqui nesta Casa e na Câmara dos Deputados, e V. Ex^a fez um trabalho como sempre talentoso, dedicado, democrático, paciente para a construção do texto. Portanto, cumprimento e antecipo desde já o nosso voto favorável ao texto de V. Ex^a.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Em segundo lugar, Sr. Presidente, apenas para encaminhar, porque acho que a decisão de V. Ex^a no sentido de votarmos o texto e ressaltados os destaques, para que tenhamos um diálogo ainda esta semana com o nosso Relator na busca de um entendimento naquilo que ainda for possível construir, creio ser prudente.

Portanto, nós também apoiamos a ideia de votarmos o texto de V. Ex^a, ressaltados os destaques, para que possamos dar um passo à frente e chegarmos a um bom termo na próxima reunião da nossa Comissão de Assuntos Econômicos.

Parabéns, Presidente. Parabéns.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu faço um apelo aos Senadores. Eu sei que a Senadora Vanessa...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu não vou fazer discurso, só quero fazer um questionamento a V. Ex^a.

Semana que vem, nós temos, na quarta-feira, um feriado. Então, V. Ex^a pretende marcar a próxima reunião para que dia, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Olha, a próxima reunião é terça-feira. É claro que nós vamos olhar o quórum, mas eu, sinceramente, tenho visto em várias reuniões...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu acho que essa matéria garantirá o quorum, os Senadores têm vindo. Eu sei que tem muitas... Às vezes a imprensa trata de uma forma, mas eu tenho visto aqui, sempre, quando há reuniões deliberativas, uma presença alta dos Srs. Senadores.

Então, nós estamos marcados para terça-feira. É claro que se tivermos um quórum que não seja con-

dizente, a gente transfere para o dia 7. Mas eu queria deixar marcado para a próxima terça-feira.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É bom, Sr. Presidente. Terça-feira é um dia ótimo. Estou de acordo.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Terça-feira, Presidente, é melhor.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Agripino, posso declarar encerrada?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Só para coonestar muito rapidamente, aqui, a proposta feita pelo Senador Aloysio e a economia processual que ela pode produzir.

Eu, por exemplo, tenho uma emenda, um destaque, 28, que está contemplado em dois destaques, em duas emendas, do Senador Ferraço e do Senador Luiz Henrique. Eu pretendo pedir a anexação deles, na medida em que se dê tempo para os entendimentos.

Então, assim como isso vai ocorrer com a minha proposta, isso pode ocorrer com a proposta de muitos. Ao invés de se ter 14, 15 votações nominais intermináveis, podem-se promover o entendimento, o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro, Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – E do acordo sempre resulta coisa boa.

Estou inteiramente de acordo com a proposta do Aloysio e acho que é o nosso caminho.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, só uma breve informação: como as Propostas 40 e 41 que eu apresentei têm a assinatura de todos os Senadores que eu rapidamente mencionarei – Eduardo Suplicy, Aloysio Nunes, Antonio Carlos Rodrigues, Paulo Paim, Ana Amélia, Alvaro Dias, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Paulo Bauer, Casildo Maldaner, Pedro Simon –, ainda não tive tempo de consultar todos os demais, mas eu gostaria, justamente com este prazo agora, de ter a possibilidade de convidar todos os Senadores que desejam também assiná-la, para melhor exame do Senador Delcídio do Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito bem, Senador.

A discussão foi encerrada.

Nós temos, na verdade, a Emenda nº 1 destacada; a Emenda nº 10, a Emenda nº 11, com dois requerimentos de destaque; a Emenda nº 15, também com dois requerimentos de destaque; a Emenda nº 17, a Emenda nº 30, a Emenda nº 35, a Emenda nº 36, a Emenda nº 38, a Emenda nº 40, nº 41 e nº 42 e, pelo jeito, também a Emenda nº 28.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – A Emenda nº 30, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A Emenda 30 está destacada.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – E a Emenda 11, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A Emenda 11 também está destacada. Os senhores querem que eu repita?

Vamos lá.

Emenda nº 1, Emenda nº 10, Emenda nº 11, Emenda nº 15, Emenda nº 17, Emenda nº 28, Emenda nº 30, Emenda nº 35, Emenda nº 36, Emenda nº 38, Emenda nº 40, Emenda nº 41, Emenda nº 42.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, faltou um destaque meu da Emenda nº 9.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – É que tinha sido retirada aqui.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mas eu revi minha posição e estou solicitando que seja reincluída, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Então, colocamos também a Emenda nº 9.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Nove.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Destaque da Emenda nº 9.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Alvaro Dias, a Mesa já tinha tomado...

Vamos votar agora os requerimentos. A admissibilidade destes requerimentos de destaque.

Os Srs. Senadores que concordam com estes requerimentos permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovados os requerimentos de destaque para votação em separado das Emendas nºs 1, 9, 10, 11, 15, 17, 28, 30, 35, 36, 38, 40, 41 e 42.

Vamos colocar em votação agora o relatório, ressaltados os destaques.

Em votação o relatório do Senador Delcídio do Amaral, ressaltados os destaques.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Aprovado o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – ... só para registrar que...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, registre meu voto contrário.

Meus parabéns à Bancada de São Paulo, que agiu conjuntamente, Senado e Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Aloysio com Senador Inácio Arruda, que aliança é essa?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – As razões são distintas, mas eu quero dar os parabéns à Bancada de São Paulo, que esteve aqui maciçamente, da Câmara e do Senado, demonstrando claramente a origem da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Suplicy também voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Voto contrário, mas no aguardo de um parecer favorável às emendas de destaque. Daí votarei inteiramente favorável.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Meu voto também é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Wilder Moraes também é contrário.

Senador Cyro Miranda também contrário.

Senador Flexa Ribeiro também contrário.

Aprovado o relatório, ressaltados os destaques.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 11 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 54 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2013, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quinze minutos do dia trinta de abril do ano de dois mil e treze, na sala número dezoito da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias e, eventualmente, do Senador Casildo Maldaner, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Delcídio do Amaral, José Pimentel, Humberto Costa, Rodrigo Rollemberg, Inácio Arruda, Roberto Requião, Romero Jucá, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Ana Amélia, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, José Agripino, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Armando

Monteiro, Blairo Maggi, Antonio Carlos Rodrigues e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque, Vanessa Grazziotin, Eduardo Braga, Sérgio Souza, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Ivo Cassol, Kátia Abreu, Cyro Miranda, Jayme Campos, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em missão política, e Gim. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura das Atas da 16ª e 17ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu, para seu conhecimento, o Aviso nº 20 de 2013, de 16 de abril de 2013, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 4º da Resolução do Senado Federal nº 20/04, relatório sobre o Programa de Recompras de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa dentro das Operações de Administração de Passivo realizadas no primeiro trimestre de 2013. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. De acordo com o art. 89, IV, designo, na vaga ocupada pelo Senador José Agripino, o Senador Wilder Moraes membro titular da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, criada por meio do Requerimento nº 7 de 2005-CAE. **Item 1-** Projeto de Resolução do Senado nº 1 de 2013, não terminativo, de autoria da Presidente da República, que “estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, nas operações e prestações interestaduais”, tendo como relator o Senador Delcídio do Amaral. Em 24/4/2013, a Comissão aprovou Requerimentos de Destaque para Votação em Separado das Emendas nºs 1, 9, 10, 11, 15, 17, 28, 30, 35, 36, 38, 40, 41 e 42. Em seguida, aprovou o relatório, ressaltados os destaques, favorável ao Projeto, acolhendo a Emenda nº 16 e, parcialmente, as Emendas nºs 2, 3, 4, 5, 9, 13, 14, 18, 19, 20, 23, 25, 26, 29, 30 e 31 nos termos da Emenda nº 33 (Substitutivo), e contrário às Emendas nºs 7, 12, 21, 22, 24, 27, 32, 34, 37 e 39. Serão apreciadas, nos termos regimentais, as Emendas destacadas, nºs 1, 9, 10, 11, 15, 17, 28, 30, 35, 36, 38, 40, 41 e 42. A apreciação da matéria é adiada. **Item 2-** Projeto de Lei do Senado nº 106 de 2013 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Bauer, que “altera a Lei Complementar no 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS, para disciplinar a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de compensar perdas resultantes de redução da alíquota interestadual inciden-

te nas operações interestaduais com bens, mercadorias e serviços, conforme decisão do Senado Federal no exercício da atribuição prevista no art. 155, § 2º, IV, da Constituição Federal, e dá outras providências”, tendo como relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo (Emenda nº 1) que apresenta. Em 24/4/2013, foi concedida vista coletiva. Em 29/4/2013, foram apresentadas as Emendas nºs 2, 3, 4 e 5, de autoria da Senadora Lúcia Vânia. Em 30/4/2013, foram apresentadas as Emendas nºs 6, 7 e 8, de autoria do Senador Ricardo Ferraço. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para análise das emendas nºs 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 apresentadas. **Item 3-** Projeto de Lei da Câmara nº 57 de 2010, não terminativo, de autoria do Deputado Gilmar Machado, que “altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o rateio entre empregados da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares”, tendo como relator Senador Lindbergh Farias, que oferece relatório favorável ao Projeto. Assume a Presidência o Senador Casildo Maldaner. Após a leitura do relatório pelo relator, Senador Lindbergh Farias, usam da palavra os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Blairo Maggi, Ana Amélia, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Alvaro Dias, Armando Monteiro, Inácio Arruda, José Pimentel e Rodrigo Rollemberg. Solicitam vista a Senadora Ana Amélia e o Senador Blairo Maggi. O Presidente Eventual, Senador Casildo Maldaner, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **Item 4-** Projeto de Lei da Câmara nº 48 de 2012, não terminativo, de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que “obriga a construção e a manutenção de estações de apoio a condutores de veículo de transporte de carga ou de veículo de transporte público de passageiros, no âmbito das concessões rodoviárias federais”, tendo como relator o Senador Casildo Maldaner, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 2 e 3 que apresenta. Lido o relatório, encerrada a discussão, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 2-CAE e 3-CAE. A Matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa. **Item 5-** Projeto de Lei do Senado nº 254 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Blairo Maggi, que “acrescenta o art. 56-A e modifica o art. 92 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para exigir do contratado a apresentação de garantia, na forma de seguro garan-

tia ou fiança bancária, em valor correspondente a um mês de obrigações trabalhistas relativas ao contrato, e dá outras providências”, tendo como relator o Senador Roberto Requião, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo (Emenda nº 1) que apresenta. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **Item 6-** Projeto de Lei do Senado nº 120 de 2006 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Alvaro Dias, que “exclui os espetáculos circenses da incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza”, tendo como relator o Senador Gim, que oferece relatório favorável ao Projeto. O Presidente da Comissão designa a Senadora Ana Amélia relatora ad hoc. Após a leitura do relatório pela relatora ad hoc, usam da palavra os Senadores Alvaro Dias, autor do projeto, Luiz Henrique e Casildo Maldaner. Encerrada a discussão, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto. **Item 7-** Projeto de Lei do Senado nº 604 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para permitir, no prazo de cinco anos, um segundo usufruto, agora parcial, da isenção do imposto de renda da pessoa física incidente sobre o ganho de capital auferido na venda de imóveis residenciais, quando o alienante aplicar o produto da venda na aquisição de imóvel residencial novo”, tendo como relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **Item 8-** Projeto de Lei do Senado nº 86 de 2004, terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que “dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Importação incidente sobre instrumentos musicais adquiridos por músicos”, tendo como relator o Senador Waldemir Moka, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE-CCJ nos termos do Substitutivo que apresenta. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Luiz Henrique, que solicita vista. O Presidente da Comissão concede vista ao Senador Luiz Henrique, nos termos regimentais. **Item 9-** Projeto de Lei do Senado nº 17 de 2004, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “dá nova redação ao inciso IV do artigo 1º da Lei nº 8989, de 24 de fevereiro de 1995, incluindo os deficientes auditivos na obtenção da isenção do IPI, na aquisição de automóveis”, tendo como relator Cyro Miranda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **Item 10-** Projeto de Lei do Senado nº 340 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Papaléo Paes, que “altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo de imposto de

renda da pessoa física, dos pagamentos efetuados a profissionais e estabelecimentos de atividade física após recomendação médica”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 375 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir, aos aposentados de baixa renda, a dedução das despesas com medicamentos da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física”, e com o Projeto de Lei do Senado nº 92 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que “altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução dos valores pagos a título de juros decorrentes de crédito imobiliário, no cálculo do imposto de renda da pessoa física”, tendo como relator o Senador Vital do Rêgo, que oferece relatório pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 375 de 2008, com a Emenda nº 1 que apresenta, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 340 de 2007 e 92 de 2010. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **Item 11-** Projeto de Lei do Senado nº 395 de 2011, terminativo, de autoria da Senadora Ana Rita, que “concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas, veículos utilitários, tratores e caminhões novos destinados exclusivamente ao uso na agricultura familiar camponesa brasileira, quando adquiridos por agricultor familiar camponês ou empreendedor familiar rural”, tendo como relator o Senador Romero Jucá, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 a 4-CRA. Após a leitura do relatório, usa da palavra a Senadora Ana Amélia. Encerrada a discussão, a Comissão aprova o Projeto e as Emendas nºs 1-CRA-CAE, 2-CRA-CAE, 3-CRA-CAE e 4-CRA-CAE por treze votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 12-** Projeto de Lei do Senado nº 145 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Neuto De Conto, que “altera o art. 35 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para elevar a idade dos dependentes para fins de Imposto de Renda da Pessoa Física”, tendo como relator o Senador Benedito de Lira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 13-** Projeto de Lei do Senado nº 549 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que “altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir, a pessoas físicas, a dedução de despesas com livros técnicos diretamente ligados à sua área profissional”, tendo como relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, da Emenda nº 1-CE e da Emenda nº 2-CE nos termos da Subemenda que apresenta. A matéria é retirada de

pauta, a pedido do relator. **Item 14-** Requerimento nº 24 de 2013, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, que “requer a realização de audiência pública, conjunta com a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para discutir aspectos relacionados com a aplicação da Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012, que, entre outras providências, ‘dispõe sobre o exercício da profissão de motorista’, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Jorge Luiz Macedo Bastos, Diretor-Geral em exercício da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); Sr. Adélio Justino Lucas, Procurador do Ministério Público do Trabalho no Distrito do Trabalho e no Estado do Tocantins (PRT da 10ª Região); Sra. Maria Alice Nascimento Souza, Diretora-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal do Ministério da Justiça; Sr. Newton Jerônimo Gibson Duarte Rodrigues, Presidente da Associação Brasileira de Logística e Transporte de Carga (ABTC); Sr. Diumar Cunha Bueno, Presidente da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA); e Sr. Renan Chieppe, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (Abrati)”. A Comissão aprova o Requerimento nº 24 de 2013-CAE. É lido o Requerimento nº 26 de 2013, de iniciativa do Senador Alvaro Dias, que requer seja convidado o senhor Aguinaldo Ribeiro, Ministro de Estado das Cidades, para prestar esclarecimentos sobre a existência de um esquema de empresas de fachada, controladas por ex-servidores do Ministério, que atuavam em contratos para construção de casas populares destinadas às faixas mais pobres da população no âmbito do Programa “Minha Casa Minha Vida”. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos – Senador **Casildo Maldaner**, Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 16ª e 17ª Reuniões.

Os Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado. As atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu o seguinte documento, para seu conhecimento:

Aviso nº 20, de 16 de abril de 2013, encaminhando, em cumprimento ao art. 4º da Resolução do Senado Federal nº 20/04, relatório sobre Programa de Recompras de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa, dentro das operações de administração de passivo realizadas no primeiro trimestre de 2013.

O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

De acordo com o art. 89, inciso IV, designo, na vaga ocupada pelo Senador José Agripino, o Senador Wilder Moraes, membro titular da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, que é presidida pela nobre Senadora Ana Amélia, criada por meio do Requerimento nº 7, de 2005 – CAE, de iniciativa do Senador Luiz Otavio.

Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais.

Titulares: Walter Pinheiro, Inácio Arruda, Raulo Rodrigues, Ana Amélia, Casildo Maldaner, Waldemir Moka, Alvaro Dias, Wilder Moraes, João Vicente Claudino.

Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Lindbergh Farias, essa Subcomissão chega numa hora extremamente relevante. Praticamente todas as matérias em que o Senado está envolvido neste momento tratam de Pacto Federativo, seja no caso do FPE, agora na unificação das alíquotas do ICMS, PRS nº1, na relatoria do Senador Delcídio do Amaral, o FPE com o Senador Walter Pinheiro e outras matérias, medidas provisórias que também têm impacto direto sobre a questão, como é o caso da MP nº 599.

É nessa medida, Senador, que eu fico muito à vontade e queria agradecer a confiança para que coordene essa Subcomissão, em vista da situação que os Municípios brasileiros enfrentam a partir da Constituição de 1988, quando tiveram um aumento de encargos e competências e, em contrapartida, uma redução das suas receitas.

A cada momento em que o Governo Federal, adequadamente, conforme o entendimento da área econômica, desonera setores, como o setor automobilístico, ou a linha branca, ou o material de construção, está, ao reduzir o IPI, impactando diretamente na receita do FPM, que é para a maioria dos mais de 5 mil Municípios brasileiros a principal fonte de receita.

Então, já existem até iniciativas nesta Casa, uma de minha autoria, que impedem que o Governo, ao fazer a redução do IPI, impacte negativamente sobre as receitas, porque um gestor sabe bem – e V. Ex^a

foi prefeito de Nova Iguaçu –, considerando também a Lei de Responsabilidade Fiscal, que com qualquer mexida que se faça na receita há um prejuízo grande para fechamento de contas.

Nós vivemos o mesmo drama, na virada das eleições de 2012 para este início de Legislatura, no fechamento de contas. A Lei de Responsabilidade Fiscal também implica penalizações e o gestor público acaba, não por sua, digamos, qualidade de gestão, mas por uma interferência de terceiros, no caso o Governo Federal, sendo inelegível pelo prazo de oito anos.

Então, eu estou à vontade e queria agradecer muito a iniciativa desta Comissão.

Vamos logo montar o esquema de trabalho da Subcomissão que vai tratar do municipalismo brasileiro. Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Nós vamos retirar o item nº 1 da pauta e voltaremos no dia 7. Houve um pedido de vários Senadores para que nós não começássemos a votação dos destaques no dia de hoje. Então, estou retirando o item nº 1 da pauta.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 1

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 1, de 2013 - Não Terminativo -

Estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, nas operações e prestações interestaduais.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Delcídio do Amaral

Observações:

1. Em 24/4/2013, a Comissão aprovou Requerimentos de Destaque para Votação em Separado das Emendas nºs 1, 9, 10, 11, 15, 17, 28, 30, 35, 36, 38, 40, 41 e 42. Em seguida, aprovou o relatório, ressaltados os destaques, favorável ao Projeto, acolhendo a Emenda nº 16 e, parcialmente, as Emendas nºs 2, 3, 4, 5, 9, 13, 14, 18, 19, 20, 23, 25, 26, 29, 30 e 31 nos termos da Emenda nº 33 (Substitutivo), e contrário às Emendas nºs 7, 12, 21, 22, 24, 27, 32, 34, 37 e 39;

2. Serão apreciadas, nos termos regimentais, as Emendas destacadas, nºs 1, 9, 10, 11, 15, 17, 28, 30, 35, 36, 38, 40, 41 e 42.)

Com a palavra, o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)

– É para falar sobre o item seguinte, o nosso Projeto de Lei Complementar nº 106, cujo relatório foi lido na última reunião. Eu quero, exatamente, sugerir a retirada de pauta, porque há algumas emendas que foram apresentadas e eu gostaria de analisá-las. O importante é que essa tramitação seja, mais ou menos, coincidente com a da Resolução nº 1. Por essa razão, eu peço a retirada de pauta desse item.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Por solicitação do Senador Armando Monteiro, sai de pauta o item nº 2 também.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 106, de 2013 – Complementar - Não Terminativo -

Altera a Lei Complementar no 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS, para disciplinar a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de compensar perdas resultantes de redução da alíquota interestadual incidente nas operações interestaduais com bens, mercadorias e serviços, conforme decisão do Senado Federal no exercício da atribuição prevista no art. 155, § 2º, IV, da Constituição Federal, e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Bauer

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo (Emenda nº 1) que apresenta.

Observações:

1. Em 24/4/2013, foi concedida Vista Coletiva;
2. Em 29/4/2013, foram apresentadas as Emendas nºs 2, 3, 4 e 5, de autoria da Senadora Lúcia Vânia.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Sr. Presidente, há previsão de retorno à pauta dessa matéria que o eminente Relator, Armando Monteiro, retira de pauta ou vai acontecer o que aconteceu, anteriormente, com a proposta do Senador Wellington Dias?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)

– Meu caro Senador Ricardo Ferraço, eu não posso falar pelo nobre Senador Wellington Dias, que não está aqui, mas a nossa pretensão é voltar na próxima reunião da CAE, que é exatamente na terça-feira dia 7 ou 8. Presidente é dia?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Dia 7.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Dia 7.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Ricardo Ferraço, temos 13 assinaturas aqui. V. Ex^a não vai assinar a lista de presença para dar 14? Qual é o objetivo dessa obstrução? (Risos.) Qual é o objetivo? Eu quero só entender qual é o objetivo. Na verdade, nós estamos precisando do quórum de 14.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – É que o silêncio fala mais, às vezes, do que a presença.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, o item nº 5 da pauta é de autoria do Senador Blairo Maggi e eu sou o Relator. O Senador acaba de tomar conhecimento do meu relatório e me sugeriu que nós não votássemos hoje, para podermos conversar depois, uma vez que o objetivo do projeto e do relatório é o mesmo. Então, eu solicitaria a retirada de pauta do item nº 5.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Retirado de pauta o item nº 5.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 254, de 2012 - Não Terminativo -

Acrescenta o art. 56-A e modifica o art. 92 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para exigir do contratado a apresentação de garantia, na forma de seguro garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a um mês de obrigações trabalhistas relativas ao contrato, e dá outras providências.

Autoria: Senador Blairo Maggi

Relatoria: Senador Roberto Requião

Relatório: Favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo (Emenda nº 1) que apresenta.

Observações:

1. A Matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

Eu queria começar a leitura do item nº 3, do qual eu sou Relator, mas nós estamos esperando a 14ª assinatura. Faço um apelo ao Senador Ricardo Ferraço para que repense essa tática. Na verdade, eu não entendi essa obstrução.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – O Senador Ricardo Ferraço não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu, sinceramente, não estou entendendo essa obstrução, porque não tem nenhum sentido para a reunião do ICMS estar na próxima semana. Mas...

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Enquanto aguarda mais um pouco sobre essa matéria, quem sabe não podemos avançar sobre o item 4, do qual sou Relator?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Não, mas agora houve, Senador Casildo Maldaner (Pausa.) O Senador Ricardo Ferraço assina, sensibilizado pelo apelo. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Mas eu ainda colocaria uma objeção. Eu indago à Mesa se o Supremo Tribunal Federal já autorizou a discussão dessa matéria?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Casildo Maldaner, V. Exª poderia assumir a Mesa para eu relatar o item nº 3? (Pausa.) Muito obrigado.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Item nº 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 57, de 2010

- Não Terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o rateio entre empregados da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares.

Autoria: Deputado Gilmar Machado

Relatoria: Senador Lindbergh Farias

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

A Matéria será apreciada pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; Constituição, Justiça e Cidadania; Desenvolvimento Regional e Turismo; e pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.)

Com a palavra o eminente Relator.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senhores, vou ler o relatório hoje, mas adianto que houve vários pedidos dos Srs. Senadores. Nós vamos depois conceder vista coletiva desse projeto. Mas quero adiantar a leitura desse projeto e a nossa ideia é tentar votar no plenário da Comissão até o dia 14, porque o dia 7 será dedicado totalmente à unificação das alíquotas do ICMS.

Explicando rapidamente antes da leitura desse relatório: esse projeto surge de uma modificação dos garçons de todo o Brasil. Com o pagamento das contas dos restaurantes e dos hotéis com cartão de crédito, 80% desses pagamentos são feitos por cartão de crédito, e não está bem regulamentado o que tem de ser repassado para os garçons. Há uma reclamação grande de que vários estabelecimentos não repassam os valores corretos aos garçons e afins.

Então, o projeto trata disso e coloca também os 10%, a gorjeta, dentro do salário, e isso irá incidir na aposentadoria. O projeto autoriza uma retenção de 20% dos recursos. Se forem pagos 10%, 20%; se forem pagos 15%, 3% também. Ou seja, 20% dos recursos ficam retidos pelo estabelecimento para o pagamento desses encargos.

E vou começar agora a leitura desse relatório.

Eu tenho conversado com todos os setores envolvidos nesse tema e espero que até o dia 14 apresentemos aqui uma proposta de acordo, envolvendo todos os atores que estão discutindo essa questão.

Da Comissão de Assuntos Econômicos sobre Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2010, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar rateio entre empregados da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares.

Relatório.

Nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal, foi enviado à consideração do Senado Federal o Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2010, de iniciativa do Senador Gilmar Machado, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.

Em virtude da aprovação do Requerimento nº 528, de 2010, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando a apreciação de matéria pela CAE, o Projeto em tela é submetido a exame por esta Comissão.

O art. 1º do projeto repete a ementa do projeto.

O art. 2º altera as normas que regulamentam a “gorjeta” recebida por garçons, ao alterar o §3º e acrescentar seis outros parágrafos do art. 457, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

A redação do §3º é modificada, incluindo-se o valor cobrado do cliente pela empresa a título de serviço, na definição de gorjeta.

O §4º estabelece a destinação da gorjeta integralmente aos trabalhadores de bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares, e prevê sua distribuição “segundo critérios de custeio laboral e de rateio, definidos em acordo ou convenção coletiva de trabalho”.

O §5º dispõe que, não havendo acordo ou convenção laboral, “poderá a assembleia geral do sindicato laboral, especificamente convocada para esse fim, definir os critérios de custeio e de rateio recebidas a título de gorjeta”.

O §6º determina o lançamento na nota fiscal do valor cobrado a título de gorjeta, autoriza o desconto de até 20% por parte do empregador para cobrir encargos sociais e previdenciários dos empregados, e exige a anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, além do salário, do percentual recebido a título de gorjeta.

O §7º estabelece a incorporação da média recebida a título de gorjetas, nos últimos 12 meses, ao salário do empregado, após um ano, caso a empresa cesse a cobrança de gorjetas, ressalvado o disposto em acordo ou convenção coletiva.

O §8º determina a constituição de comissão de empregados para acompanhamento e fiscalização da regularidade da cobrança e distribuição da gorjeta, cujos representantes eleitos em assembleia geral pelo sindicato laboral gozarão de estabilidade.

O §9º fixa multa a ser paga pelo empregador ao trabalhador prejudicado, no caso de descumprimento das determinações previstas no artigo, no valor de 2/30 da média da taxa de serviço por dia de atraso.

O art. 3º estabelece a vigência da lei, estipulada em 60 dias após a data da sua publicação.

Na justificativa à proposição original, o autor aponta que diversos empregadores cobram dos clientes o adicional sobre conta e não repassam as gorjetas aos empregados. Destaca-se também a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, que, em sua Súmula nº 359, afasta expressamente as gorjetas da incorporação ao salário base para fins de cálculo dos benefícios sociais, no que o autor considera um prejuízo aos trabalhadores.

O Projeto de Lei nº 560, de 2007, que também regula a matéria valendo-se de argumentos semelhantes, foi apensado à presente proposição na Câmara dos Deputados.

Após discussões das matérias nas Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e na de Constituição e Justiça e de Cidadania, da Câmara

dos Deputados, foi aprovado substitutivo na forma do PLC nº 57, de 2010, enviado ao Senado Federal como Casa revisora, ora em análise por esta Comissão.

A matéria será também apreciada pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor; Comissão de Constituição e Justiça; e Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Análise.

Em conformidade com os arts. 91, inciso I, e 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à presente Comissão opinar sobre os aspectos econômicos, financeiros e tributários da matéria. O posicionamento sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição caberá à CCJ. Todavia, fazemos aqui uma análise um pouco mais ampla, já que esta é a primeira Comissão a analisar o projeto de lei.

Em primeiro lugar, devo destacar a importância da classe dos trabalhadores de bares, restaurantes, hotéis e estabelecimentos similares para o turismo e para o desenvolvimento econômico do País. Com seu empenho diário, por vezes em jornadas extenuantes, contribuem para o setor de turismo, negócios e lazer, favorecendo o desenvolvimento econômico do País.

Com efeito, apenas o segmento de bares, restaurantes, hotéis e similares responde por 2,4% do PIB brasileiro, gerando aproximadamente 2 milhões de empregos, com base em dados do Caged. Segundo estimativa do setor, levando em consideração os vínculos informais e as contratações por temporada, esse número alcançaria 6 milhões de postos de trabalho. E, com a preparação para os grandes eventos internacionais que sediaremos nos próximos anos, a importância do setor fica cada vez mais evidente, bem como a necessidade de repartir de forma mais isonômica com a população trabalhadora os ganhos decorrentes dessa expansão. Assim, a nosso ver, a proposta é meritória, contribuindo para o aumento da renda dessa importante parcela da população.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, já considera como gorjeta não só a importância dada espontaneamente pelo cliente ao empregado, mas também aquela que for cobrada do cliente pelo estabelecimento, na forma de taxa adicional das contas, a qualquer título, cuja quantia é destinada à distribuição dos empregados. Entretanto, por não haver sanção prevista na lei, o repasse da gorjeta aos empregados acaba ficando a critério exclusivo do empregador, hoje em dia.

Além disso, como por vezes o recolhimento à Previdência Social sobre os valores recebidos a título de gorjeta deixa de ocorrer, os empregados de bares,

restaurantes e similares, uma vez aposentados, sofrem um decréscimo em seus rendimentos, o que é incompatível com a própria concepção de aposentadoria, que pretende garantir ao indivíduo economicamente inativo padrão de vida compatível com a época em que podia trabalhar.

Assim, em resumo, o PLC nº 57, de 2010, prevê as seguintes medidas:

- explicitar a definição de gorjeta como sendo o adicional ou taxa de serviço paga espontaneamente pelo cliente ao empregado ou cobrada diretamente pelo estabelecimento, inclusive a título de “serviço” cobrado do cliente. Quero esclarecer aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aqui não estamos tornando a gorjeta obrigatória, mas que, se for paga, ela tem de ser repassada aos trabalhadores. Só para esclarecer, a gorjeta não passa, com esse projeto, a ser obrigatória. É que, na verdade, como está hoje, é o empregador quem diz como ela é dividida. Existem estabelecimentos que passam 2% para serem divididos; outros, 4%; outros passam os 10%. Então, aqui estamos definindo só que se fizer a doação, se pagar a da taxa de serviço, se pagar a gorjeta, tem de se repassar para o garçom;
- estabelecer meios de garantir que essa remuneração adicional seja efetivamente destinada aos empregados e entre eles distribuída, segundo critérios justos e transparentes, debatidos pela própria categoria, por meio de acordo ou convenção coletiva;
- prevê que seja objeto de devida contribuição à Previdência Social.

Com isso, o projeto torna possível o controle e a fiscalização do repasse da gorjeta por parte dos empregados, além de viabilizar a cobrança de multa em caso de descumprimento do mandamento legal.

E para garantir o custeio dos encargos sociais e previdenciários, o projeto autoriza que o empregador desconte até 20% do valor da gorjeta, em linha com o art. 22, inciso I, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, Lei de Custeio da Previdência Social.

Por fim, cabe destacar a contribuição do projeto para o aumento da renda e valorização dos trabalhadores dos segmentos de restaurantes, bares e hotéis, fundamentais para o desenvolvimento do turismo no Brasil.

Voto.

Diante do exposto, o voto é favorável à aprovação do PLC nº 57, de 2010.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Presidente, para discutir também.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Bom, feito o relatório, a matéria está em discussão.

Pela ordem, o Senador Aloysio Nunes. Depois, o Senador Blairo Maggi e Senador Luiz Henrique.

O Senador Aloysio Nunes está com a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu acho que a ideia do projeto é boa e interessante. Eu mesmo sempre indago, quando dou uma gorjeta, se a gorjeta vai realmente para o garçom que me atendeu. Já deixei de ir a restaurante, briguei e nunca mais voltei, quando constatei prática de retenção da gorjeta por parte do dono do estabelecimento.

Agora, a gorjeta é uma retribuição que se dá espontaneamente, é verdade, mas para aquela pessoa, para aquele garçom ou aquele sommelier, enfim, para o empregado do restaurante que lhe atendeu. A ideia de ir tudo para um caixa único e depois ser dividido entre todos, como prática obrigatória, não me parece se coadunar com o espírito dessa instituição.

Isso deveria ser, no meu entender, objeto de uma deliberação entre os empregados dos estabelecimentos: se vai para cada um, se divide ou vai para um caixa único.

Estabelecer como regra que a gorjeta vai necessariamente para um caixa único, a ser depois rateado entre os demais, não me parece se coadunar com a natureza dessa prestação.

Por outro lado, fazer incidir a contribuição sobre o INSS, diminui o valor da gorjeta. Já aí eu creio que estamos dando com uma mão e retirando com a outra.

São essas observações que eu queria fazer ao Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu posso?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pois não. É claro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – V. Exª tem razão. Antigamente era assim. O pagamento da gorjeta era um pagamento que se dava na mão do garçom. Qual o problema? A instituição do cartão de crédito hoje. Esse virou o problema. Se a pessoa quiser pagar e dar o dinheiro na mão do garçom, está resolvido. Não tem esse problema. Você hoje pode chegar, com essa lei aprovada...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Está claro na lei?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Está claro na lei. Com essa lei aprovada, eu posso decidir o seguinte, vou dar os 10% na mão do garçom. Isso está garantido.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Isso está claro na lei?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Está claro na lei. Agora, qual é o problema hoje? Oitenta por cento das contas são cartão de crédito.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É verdade.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Aí ficou na mão do empregador, e esse projeto surgiu dos garçons, que têm uma federação organizada no Brasil inteiro, e eles mesmos sugeriram: 20%; tem um cálculo aqui, a maior parte dos bares e restaurantes pagam o Simples; as empresas não vão ter prejuízo. Estou tendo essa negociação também com a Confederação Nacional do Comércio. Estou conversando com esses setores; não impacta muito, e os garçons optam, então, por esse recurso. Eles sabem que não vão ser os 10%, vão ficar 8%, mas irem para a Previdência, porque essa passa uma segurança muito grande...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Também aumenta a contribuição.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a está correto, o problema são as mudanças a partir do cartão de crédito.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Também. Então, se eu continuo podendo dar, em homenagem a profissionais que tanto já me acudiram em horas difíceis, eu voto favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Na sequência, a palavra com o Senador Blairo Maggi. Depois, o Senador Luiz Henrique e o Senador Francisco Dornelles. Senador Alvaro Dias também está inscrito.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, eu quero indagar ao Relator, Senador Lindbergh, porque a minha preocupação é, mais ou menos, no rumo, no caminho que o Senador Aloysio colocou. Eu não gosto muito de dar gorjeta porque acho já que as pessoas trabalham por um salário que têm, mas entendo a necessidade e, quando sou bem atendido, eu até abro a mão para dar uma gorjeta: porque fui muito atendido a pessoa merece uma diferenciação dos demais trabalhadores que há ali.

A minha pergunta em parte já foi respondida aqui por V. Ex^a para o Senador Aloysio, mas é a seguinte: eu posso, em vez de, se não tenho dinheiro no bolso, obviamente, para pagar essa gorjeta, requerer a esse estabelecimento que eu emita duas vias ou, em dois momentos, em duas operações diferentes, no cartão

de crédito, sendo a segunda, que é a gorjeta, destinar para uma conta do garçom diretamente? Não sei se V. Ex^a me entendeu. Em vez de dar dinheiro, eu quero pagar esse garçom, mas quero colocar na conta dele o dinheiro, não quero misturar com os demais, não quero que vá para o rateio, porque acho que especificamente esse recurso é para quem me atendeu. Só que eu não tenho dinheiro no bolso, posso pagar com cartão de crédito. Eu gostaria de pagar diretamente na conta dele.

Essa é uma indagação que faço a V. Ex^a, se temos mecanismos nessa legislação para fazer isso.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não, não temos. Sendo muito franco, aqui o que se estabelece é uma regra geral. Quando se cobra gorjeta, geralmente vem escrito taxa de serviço. Tem os que cobram 10%, 15%, e você organiza como vai ser isso, você organiza como vai ser essa divisão. Eu queria até, aproveitando, Senador Blairo Maggi, respondendo já, dizer o seguinte: que temos aqui alguns cálculos que eu queria repassar para os Srs. Senadores, porque vai ter pedido de vista coletiva, por exemplo, uma empresa que é optante do Simples. A maior parte dessas empresas, bares, restaurantes, é do Simples Nacional. Se você tem uma gorjeta bruta mensal, vamos dar um valor de R\$1 mil, há uma retenção de R\$200,00 e a gorjeta líquida é de R\$800,00, que é distribuída entre todos, não só os garçons, o pessoal da cozinha, o pessoal que trabalha... Hoje já é assim. Aí tem o FGTS, faz os descontos e você dá, na verdade, R\$2 mil; a empresa que opta pelo Simples, nesse exemplo aqui, teria que entrar com R\$1,67. É um custo pequeno.

Conversando com os representantes das empresas e, na verdade, há detalhes que querem discutir até o dia 14, mas, realmente, quem perde com esse projeto é o estabelecimento que não repassa o que é devido aos garçons. Na verdade, quem vai perder são eles, porque existe isso, infelizmente, não são todos, são alguns estabelecimentos. Há muitos estabelecimentos que honram e têm uma relação com garçons. No dia a dia, ao visitar, estou tendo o cuidado de conversar com garçom em tudo que é restaurante. São muitos os restaurantes que dividem direito, mas alguns não o fazem. Na verdade, quem vai perder com esse projeto – e quero apresentar essas planilhas com esse estudo – são os estabelecimentos que, na verdade, não estão repassando o que deveriam repassar, e aquilo vira margem de lucro dos estabelecimentos.

Senador, desculpe-me por não ter dado uma resposta tão eficaz a V. Ex^a e ter entrado num outro ponto, mas...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Não, não por isso, Senador. Mas eu gostaria de deixar como

sugestão, já que vamos ter ainda vista coletiva, vou pensar também uma forma de apresentar uma alternativa a V. Ex^a e aos colegas. Seria interessante que pudéssemos ter este mecanismo também: muito bem, vou pagar a minha conta, que são R\$500,00 para o restaurante, com 10% de gorjeta, são R\$50,00, passa uma fatura para o estabelecimento e a segunda fatura passa para o garçom ou numa conta que ele indicar. Vamos pensar um pouco se é possível fazer isso, porque aí estaríamos livres, podendo dar a gorjeta pessoalmente, ou em dinheiro ou em uma transação eletrônica para esse garçom, a pessoa que prestou um excelente serviço e que merece uma gratificação.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)

– Sr. Presidente, pela ordem. Senador Inácio Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) –

Foi anunciado que vai ter pedido de vista. Se vai ter pedido de vista, talvez tenhamos também, porque acho muito correto o projeto, muito bom...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a, como cearense...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) –

Como cearense, então, estou eufórico, porque isso é para atender o Ceará, para compensar as perdas de ICMS que estão ocorrendo. É muito benfazejo. Se vai ter pedido de vista, eu me inscrevo no retorno.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Há uma inclinação para isso.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)

– Há uma inclinação... Eu me inscrevo para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, V. Ex^a. Em seguida, como inscrito, o Senador Luiz Henrique e o Senador Francisco Dornelles.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ainda discutindo, mesmo que tenhamos já acordado um pedido de vista coletivo, que voltará na próxima reunião, há uma discussão aqui... Hoje os restaurantes todos cobram 10% sobre tudo que você consumiu no restaurante, 10% à guisa de serviço. Esse serviço, 10% ao garçom, é o que estamos discutindo. Agora, aí está regulamentando a posição do patrão que, na visão do empregado, do garçom, não está repassando esses 10%. Então, há lei para isso.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – E para a Previdência também.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E para a Previdência.

Eu queria um esclarecimento, Relator Lindbergh, sobre o §7º, que fala sobre a incorporação ao salário

sobre a média recebida a título de gorjeta, porque aí já vem o aspecto da indenização trabalhista para o garçom.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Na verdade, é o seguinte: como vai ser feito no primeiro ano? Há tem uma variação de gorjeta mês a mês. Então, pode-se receber num mês R\$800,00 de gorjeta; no outro, R\$900,00; então, a ideia é fazer uma média do primeiro ano. Disso tudo vai haver contribuição para a Previdência.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Certo. Há uma outra dúvida também, porque o seu relatório está bem detalhado. No §4º, fala-se...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – O objetivo desse aqui é para a Previdência. Na verdade – desculpe-me, Senadora Ana Amélia –, é isso. É ter um valor, pois o grande problema dos garçons é quando há aposentadoria, em que ocorre um decréscimo muito grande...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Do valor do salário que recebe, o fator previdenciário...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Porque, às vezes, a gorjeta chega a ser a metade...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Do salário, exatamente. Está entendido.

Agora, o §4º, Senador Lindbergh, na verdade, abre um espaço, não é definitivo que está o projeto acertando em relação à destinação da gorjeta, porque abre um espaço para distribuição segundo um critério de rateio que vai ser definido por meio de convenção coletiva dos trabalhadores, se não houver consenso sobre a forma como o projeto está sendo desenhado e apresentado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Na verdade, aqui, o que acontece? Em vários restaurantes, haverá a definição de que 10%, 20% ficam de retenção, mas vai ter uma comissão de fiscalização, que pode existir no próprio restaurante ou um acordo de convenção coletiva. Se há um acordo...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Coletivo. (Intervenções fora do microfone.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Vamos continuar.

Pelo que eu vejo do tema, vai haver debates, vai haver pedido de vista. Ele enseja vários questionamentos em relação a essa proposta dos garçons.

Mas vamos na ordem. Então, Senador Luiz Henrique e depois o Senador Francisco Dornelles.

Em tese, era uma questão de ordem da Senadora Ana Amélia.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu vou explicar direito à Senadora Ana Amélia depois das falas.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Até seria bom em público para que todos escutassem.

Pois não, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto é altamente elogiável e, como assinalou S. Ex^a o Senador Relator, Lindbergh Farias, visa a atender uma nova realidade, que é o pagamento predominante com cartão de crédito e a cobrança quase compulsória pelos estabelecimentos da gorjeta deferida a seus empregados.

O trabalho prestado, nesses estabelecimentos, é cada vez mais coletivo, tem a participação do garçista, tem a participação dos cozinheiros, tem a participação do pessoal de limpeza, e, normalmente, não é um único garçom que atende à mesa: um pede o ordenamento da bebida, outro o da comida e outro vai levar os pratos à mesa do cliente. Por isso, é importante que toda a coletividade do estabelecimento seja beneficiada com essa gorjeta. Por isso, eu tenho até entusiasmo com esse projeto, porque faz justiça à classe trabalhadora dessa categoria.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Na sequência, nós temos agora o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu entendo que a gorjeta decorre de um relacionamento entre o cliente e aquele que presta um serviço que o cliente gosta.

O projeto que vem sendo relatado pelo Senador Lindbergh vai fazer uma distribuição da gorjeta que o cliente queria dar àquele que lhe presta bom serviço por todos aqueles que trabalham no estabelecimento. Eu acho que retira o sentido da gorjeta.

Em segundo lugar, o Supersimples foi votado por esta Casa com o objetivo de desburocratizar, estabelece-se um pagamento sobre a receita. Da maneira como está o projeto, nós vamos colocar dois órgãos de fiscalização dentro de pequenas e microempresas. Vai entrar a Previdência, vai entrar o Fisco estadual, vai entrar o Fisco municipal, vão entrar todos eles para verificar se a gorjeta realmente representa um imposto devido ao Fisco.

Desse modo, eu pediria ao Relator, que conhece profundamente o assunto, que examinasse isso com cautela, porque eu tenho a impressão de que isso vai criar grandes obrigações para os estabelecimentos e pode distorcer o conceito de gorjeta, que é aquele prê-

mio que o cliente bem atendido gostaria de dar àquele que bem o serve.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Na sequência, nós temos agora o Senador Alvaro Dias.

A Mesa informa que, até agora, oficialmente, ninguém pediu vista. Eu pelo menos não ouvi.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu entendi que estava implícito o pedido.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Há inclinação em pedir, mas não houve formalmente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Bem, Sr. Presidente, se houver o pedido de vista, nós teremos oportunidade de estudar melhor o projeto. A intenção é ótima e já se verificou aqui na palavra dos que me antecederam.

É evidente que está implícita, no ato de dar a gratificação, a espontaneidade do gesto como retribuição ao bom atendimento. Com esse conceito, tem razão o Senador Dornelles, mas ocorre que, infelizmente, há aqueles que não atendem o espírito dessa espontaneidade, dessa retribuição ao bom atendimento, aqueles empresários que desconhecem essa realidade, e, por isso, organizar, normatizar é evitar injustiça, em razão especialmente da existência do cartão de crédito, como muito bem focalizou o Relator Lindbergh Farias. Não fosse o cartão de crédito, obviamente nós estaríamos protegidos, e certamente essas gorjetas, essas gratificações entregues ao garçom ficariam, já num primeiro momento, no bolso dele, como retribuição ao trabalho dele.

Dessa forma, eu creio que o projeto tem de ser aprovado. Essa é a opinião geral, é quase consensual. Evidentemente, se possível, aprimorá-lo, em razão do que diz o Senador Dornelles, e, por isso, o pedido de vista pode ser oportuno.

Além do mais, é uma homenagem também a esses profissionais dedicados. Certamente dos profissionais que conhecemos na prestação de serviço diretamente ao usuário, são dos mais civilizados, dos mais dedicados, dos mais cordiais que conhecemos. Esse é um testemunho que eu gostaria de dar, porque me impressiona a forma como garçons, pelo Brasil afora, nos atendem nos restaurantes.

Portanto, Sr. Presidente e prezado Relator – o autor do projeto é o Deputado Gilmar Machado –, em boa hora, o projeto é oportuno e terá o nosso apoio.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senhores, para esclarecer antes do pedido de vista, viu, Senador Dornelles?

Na verdade, o projeto não acaba com a gorjeta que você pode dar para o garçom, nem torna obrigatória as gorjetas. Então, você está em um restaurante e foi bem atendido, você entrega os 10% para o garçom, e está resolvido. Agora, na hipótese de cobrança por parte do restaurante, volto a falar, principalmente em cima do cartão de crédito, se o restaurante cobrar taxa de serviço, ele tem de repassar não só para os garçons – é onde entra, Senadora Ana Amélia, para responder melhor a pergunta que V. Ex^a fez acerca do art. 4º. O art. 4º, no acordo ou convenção coletiva de trabalho, não mexe nestes 80, 20%, mas vai estabelecer direito o que vai ficar para a copa, o que vai ficar para o maître, o que vai ficar para o garçom. É uma forma de organizar esse rateio. Seria demais a gente querer dizer aqui como vai ser feito este rateio dentro do estabelecimento. Como bem falou o Senador Luiz Henrique, já há essa prática de fazer uma divisão coletiva. Então, isso eles vão decidir lá no acordo de convenção coletiva como será feita essa divisão.

Agora eu sei que vai haver pedido de vista coletivo. Acho que vamos ter um prazo de 15 dias para as discussões...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Já que o Senador Lindbergh vai examinar, eu queria perguntar, se fosse possível dentro desse contexto, examinar a situação de empresas que estão no Supersimples, e verificar se nós não estamos criando uma despesa burocrática para essas empresas que são geralmente pequenas e microempresas.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Claro que examinaremos isso.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Continua em discussão da matéria. (Pausa.)

Senador Inácio Arruda...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, rapidamente...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, então, eu faço a solicitação do pedido do vista, e os demais Senadores, vista coletiva.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Presidente, há algum disciplinador para a cobrança? Porque o que existe hoje na prática é o seguinte: muitos restaurantes já colocam a sobretaxa.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Hoje é prática comum.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Portanto, é uma sobremargem de que eles se apropriam. Além disso, como o garçom não tem a sua retribuição, vamos dizer, individual, nós somos onerados com o pagamento da gratificação. Então, se é verdade que, no Brasil, a alimentação já está muito cara,

imagina esse processo cumulativo de pagamento de taxa de serviço.

Então, eu queria saber se o projeto de V. Ex^a disciplina um pouco essa questão, porque a prática, hoje, é a seguinte: a cobrança dos 10% já é algo automático.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sendo muito direto, Senador Armando Monteiro, não, não disciplina. Só estabelece o seguinte: se cobrar taxa de serviço, tem de repassar. A média, segundo o Sindicato dos Garçons, a federação deles, a Federação do Sindicato dos Garçons diz ter uma média dos dez, repassam algo em torno de 40, são pequenos acordos que se vão estabelecendo, dentro de cada estabelecimento. Já escutei falarem em 20%, em 60%, já escutei 100%, mas eles trabalham com a média de 40%.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Deu para notar.

Vou passar a palavra ao Senador Inácio Arruda. Mas houve pedido de vista coletiva, e acho que é importante.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Há várias dúvidas, a Mesa assente nesse questionamento dos garçons, para ver como é que vamos legalizar. E o Relator terá até o dia 14, em sintonia com os que pediram vista, para tentar aperfeiçoar esta proposta, para tentar fazer com que se retirem possíveis dúvidas que aqui foram levantadas.

Então, vamos ouvir o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, é breve.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – E, aí, vamos acatar o pedido de vista, para que, no dia 14, essas dúvidas levantadas sejam resolvidas.

(Soa a campanha.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, o projeto do nosso colega Gilmar Machado, hoje já devidamente comandando uma das mais importantes cidades mineiras, num trabalho reconhecido pela população da sua comunidade, do seu Município, é muito meritório. O garçom tem essa intimidade de relações que estabelece com as pessoas, do acolhimento que tem com as pessoas, e por isso que se criou e se manteve para o caso dos garçons o mecanismo da gorjeta, que deve ser voluntária – o espírito é este, que ela seja voluntária –, por esse bom atendimento.

Além disso, como nos anunciou aqui o Senador Aloysio Nunes Ferreira, também, às vezes, exerce o

papel de socorrista, principalmente em tempos de Lei Seca. Então, pode atender a milhares de brasileiros neste País continental.

Mas a minha preocupação, acho que todos estão imbuídos do propósito de que devemos resolver esse problema, que perdura. Nós pagamos, compulsoriamente, os 10% e, praticamente, não há um estabelecimento que não cobre já os 10%; então, é compulsório. É apropriado, esse dinheiro é apropriado.

Mas como tratar? E o Senador Lindbergh tem habilidade suficiente e está dialogando com a categoria e também com os estabelecimentos – e acho que isso é muito correto. E o Rio permite isso, ajuda muito nesse sentido. Há muitos cearenses nisso, no Rio, em São Paulo e aqui em Brasília, especialmente, da cozinha do restaurante até o atendimento como garçom.

Então, ao fazer a regulamentação, temos ter um cuidado muito grande de não prejudicar o garçom. Esse que é o grande problema, porque as empresas podem, simplesmente, não mandar mais na fatura, tirar isso da fatura, para não correrem o risco de qualquer tipo de engessamento previdenciário ou trabalhista, de qualquer tipo de recurso que vá cair nos tribunais.

Assim, esse cuidado é muito importante, porque o que queremos é proteger o garçom e os seus auxiliares todos, porque do cozinheiro até o garagista, como nos disse aqui o nosso Senador Luiz Henrique, todo mundo está querendo ter uma participação nessa gorjeta, que é tão importante.

Para proteger a garçom e a gorjeta é que estamos travando esse debate aqui, não é o contrário. Então, acho que é muito importante o Senador Lindbergh ouvir os Senadores que estão todos sintonizados nessa ideia de proteger um profissional que cuida das pessoas que recebe no seu estabelecimento. Acho que é muito importante essa preocupação de não deixar que qualquer regulamentação diminua ainda mais os ganhos dos garçons e dos seus companheiros de trabalho.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Obrigado, Senador Inácio Arruda.

Vamos atender ao pedido de vista coletiva, há várias teses. Uma vez que o Líder do Governo no Congresso Nacional, não sei se é para pedir vista também, para se inscrever nesse rol de solicitantes ou é para deixar uma opinião, mas o tema é deveras palpitante. Alguns já estão levantando como se vai fazer com relação à previdência, quando não se puder trabalhar mais? Desde quando se começa a computar isso? Como é que se vai fazer essa computação da previdência para

ele ter um plus, um algo a mais? São cálculos e esclarecimentos, teses que estão aí colocadas.

Senador Pimentel, V. Ex^a é o último inscrito. Então, para deixarmos para o dia 14, com as dúvidas sanadas, e irmos tentar resolver esses diversos questionamentos aqui colocados.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, quero parabenizar o Relator pelo seu parecer e levantar duas preocupações para que ele possa...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Um momento de paz e de homenagem aos garçons do Brasil inteiro!

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – O primeiro item diz respeito à lei de custeio e benefício da Previdência Social.

Desde 1994, a Previdência concede o benefício sobre a média das 80 maiores contribuições. Portanto, essa contribuição precisa ser individualizada. Como fazer? Da forma como o projeto veio, ele trata de uma contribuição coletiva, principalmente para as micro e pequenas empresas, que contribuem sobre o faturamento. E agora temos a substituição da contribuição patronal sobre a folha por uma contribuição sobre a receita bruta.

Portanto, esta é a primeira grande preocupação: como fazer essa individualização e o seu repasse. Se não for assim, os benefícios previdenciários não serão melhorados.

A segunda grande preocupação é sobre a forma de controle, para que não tenhamos mais um item de custos dentro da micro e da pequena empresa, particularmente em termos de fiscalização.

O nosso Senador Dornelles levanta isso com muita precisão. Um dos grandes ganhos do Simples nacional foi a simplificação no recolhimento e na fiscalização. Com isso diminuíram os custos administrativos daquele grupo de empresas, que hoje somam mais de 7,3 milhões no setor de micro e pequenas empresas.

Portanto, seria muito mais para pedir ao nosso Relator que, no seu retorno, dia 14 de maio, nos ajudasse nesses dois desenhos.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Concluído o debate e atendendo ao pedido de vista, principalmente o Relator, os diversos questionamentos a partir de amanhã, dia 1º de maio...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – ...até o dia 14...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, o Senador Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Só para manifestar minha posição favorável ao projeto.

Terei oportunidade de estar aqui na reunião deliberativa.

Acompanhei a tramitação desse projeto na Câmara dos Deputados. Entendo que é um projeto equilibrado, que defende o interesse legítimo dos garçons.

Fico muito à vontade, porque tive oportunidade, ainda como Deputado Distrital, de ter sido autor da Lei do Corujão em Brasília. Nós não tínhamos ônibus aqui depois da meia-noite, e passamos a ter – embora estejam funcionando com muitas falhas, porque não há fiscalização do Governo do Distrito Federal –, para atender a essa categoria importantíssima dos garçons.

Portanto, parabenizo o Relator da matéria, Senador Lindbergh, que é um Senador de grande sensibilidade social. E estaremos aqui para apreciar e votar este projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Devolvo a presidência ao Senador Lindbergh Farias, cumprimentando-o também, porque amanhã será o Dia do Trabalho e tentar sanar esses questionamentos em homenagem aos garçons do Brasil, sem dúvida alguma, é importante.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Informo que, no próximo dia 14, vou tentar trazer respostas a essas importantes considerações feitas pelos mais diversos Senadores da Casa.

Como temos quórum, queria pular para o item 8.

O item 7 é terminativo. Temos quórum para votar projetos terminativos. Houve pedido de retirada de pauta. Então, vamos ao item 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 86, de 2004

- Terminativo -

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Importação incidente sobre instrumentos musicais adquiridos por músicos.

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Relatoria: Senador Waldemir Moka.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com parecer favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CE, rejeitando a emenda apresentada pelo Senador Hélio Costa;

2. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CE-CCJ.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra o Relator, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dispõe o Projeto de Lei do Senado PLS nº 86, de 2004, do Senador Mozarildo Cavalcanti, a respeito do qual esta Comissão deve deliberar em caráter terminativo, sobre a isenção do Imposto de Importação incidente sobre instrumentos musicais, observado que:

I – devem ser importados diretamente por orquestras ou entidades afins ou por músico profissional regularmente inscrito no Conselho de sua profissão há pelo menos dois anos;

II – em se tratando de pessoa física, a isenção abrange apenas um instrumento por pessoa e não pode ser concedida novamente antes de cinco anos;

III – a isenção será previamente reconhecida, em cada caso, pela repartição competente do Ministério da Fazenda;

IV – a destinação diversa do produto ou sua alienação, antes de cinco anos, a quem não satisfaça os requisitos para isenção, acarretam o pagamento do imposto dispensado, devidamente atualizado, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis;

V – o Poder Executivo regulamentará a lei no prazo de cento e oitenta dias da publicação;

VI – a lei entra em vigor no primeiro dia do exercício financeiro subsequente ao de sua publicação.

Na justificação, é mencionado que a iniciativa pretende facilitar a aquisição de instrumentos importados ainda não fabricados no País pelos músicos, que precisam de instrumentos mais sensíveis e sofisticados, para aprimorar sua arte e, assim, realizar trabalho em prol da cultura nacional.

Por requerimento do Senador Osmar Dias, o projeto foi submetido à apreciação da Comissão de Educação.

Pelo Senador Hélio Costa, foi apresentada, naquela Comissão, emenda em que se condiciona a isenção à inexistência de similares produzidos no País.

A Comissão de Educação rejeitou a emenda apresentada e aprovou a proposição com uma emenda, suprimindo os arts. 2º e 4º, ao fundamento de in-

constitucionalidade, pelo fato de que o art. 2º dispõe sobre a administração federal e o art. 4º estabelece prazo para que o Poder Executivo execute atribuições que lhe são inerentes – regulamentar a lei.

A matéria foi ainda submetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, por força da aprovação, em 9 de novembro de 2005, do Requerimento nº 943, de 2005, da Senadora Ana Júlia Carepa.

Na CCJ, em 1º de julho de 2009, foi aprovado o Relatório do Senador Osmar Dias, que passou a constituir o Parecer da Comissão, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1–CE–CCJ.

Por requerimento do Senador João Tenório, o projeto foi apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 345, de 2006, em razão do que voltou à Comissão de Educação, que novamente o aprovou, agora na forma de emenda substitutiva, fundindo os dois projetos.

Basicamente, a emenda substitutiva amplia o escopo do PLS nº 86, de 2004, que previa apenas a isenção do imposto de importação sobre os instrumentos musicais. A ampliação consistiu em isentar os mesmos instrumentos da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços – PIS/Pasep-Importação e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior – Cofins-Importação.

O substitutivo contemplou a Emenda nº 1–CE–CCJ, ao expurgar do seu texto os dispositivos que haviam sido considerados inconstitucionais.

No final da Legislatura, os dois projetos, que tramitavam apensados, foram ao arquivo. Sucedeu que, por força de requerimento, somente o PLS nº 86, de 2004, foi desarquivado, razão pela qual voltou a tramitar isoladamente.

ANÁLISE

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem. É impossível ouvir o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu peço silêncio a todos. O Senador Waldemir Moka está com a palavra, lendo o relatório. Muito obrigado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu gostaria de ser mais sucinto, mas este projeto tem um histórico de tramitação e ficaria em prejuízo dos Srs e Srs. Senadores se eu não lesse o relatório na íntegra.

Análise.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99, incisos I e IV, do Regimento Interno, opinar sobre matéria tributária, bem como sobre aspectos econômicos e financeiros em geral.

O PLS nº 86, de 2004, preenche todos os requisitos de constitucionalidade, especialmente quanto à exigência de lei específica e exclusiva para concessão de benefício fiscal, nos termos do art. 150, § 6º, da Constituição Federal.

A Comissão de Educação examinou, em dois momentos, com profundidade, diversos aspectos da matéria e seu impacto positivo para a área da cultura nacional.

Merece destaque o contraponto entre a inegável necessidade de um profissional músico, a partir de determinado estágio de sua carreira, adquirir um instrumento de alta qualidade – normalmente importado – para que possa aprimorar-se e progredir profissionalmente, e o fato de que a indústria nacional vem, nos últimos anos, crescendo significativamente, tanto quantitativa quanto qualitativamente.

Não obstante tenha a Comissão de Educação preferido transferir para este foro o exame da emenda de autoria do Senador Hélio Costa, de proteção do similar nacional, baseado expressamente na questão da competência de cada Comissão, ele foi bastante enfático ao dizer que:

Neste contexto, é importante cuidar para que o atendimento dos profissionais por maior facilidade de importação dos instrumentos necessários para seu aprimoramento profissional não promova o enfraquecimento da indústria nacional, que vem se esforçando para atingir o exigido padrão de qualidade internacional.

Realmente, esse parece ser o ponto sensível da proposição a merecer atenção especial desta Comissão.

Com exceção dos instrumentos elétricos de teclado, tais como os sintetizadores, que têm cominação de alíquota de 10%, os instrumentos musicais são taxados, no capítulo 92 da Tarifa Externa Comum (TEC), a 18%. As partes e peças separadas sofrem, na importação, a incidência da alíquota de 16%.

Incidem, também, sobre os bens importados, 1,65% a título de PIS/Pasep-Importação e 7,6% a título de Cofins-Importação.

Em contrapartida, a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) é zero para todos os instrumentos e para as partes e peças separadas.

Percebe-se, claramente, que a política em vigor visa ao estímulo e à proteção da indústria nacional. A barreira tarifária na importação, operando em conjunto com a desoneração da produção, é provavelmente responsável, em boa parte, pelo crescimento

que a Comissão de Educação vislumbrou na indústria nacional.

Tudo aponta no sentido de que a política deva ser mantida, para o que a emenda do Senador Hélio Costa contribui decisivamente, ao restringir a isenção apenas aos instrumentos que não tenham, ainda, similar nacional. Segundo o autor da Emenda, com quem concordamos, esta alteração não prejudica a natureza cultural contida na proposta inicial de incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais, pois além de conceder ao músico o benefício de importar instrumentos musicais isentos de tributos, ela permite ao produtor nacional continuar produzindo instrumentos musicais sem a concorrência predatória do importado isento de tributos.

A proteção da indústria local não deve ser tão exagerada que promova acomodação tendente à estagnação técnica. A concorrência tem se mostrado altamente salutar para estimular a busca da maior qualidade com o menor custo. No caso concreto, a abertura da importação para itens de alta qualidade deverá concorrer para emular o desenvolvimento técnico da produção nacional, mormente se considerada a condição de inexistência de similar.

Quanto à Emenda aprovada na Comissão de Educação, e também na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, supressiva dos arts. 2º e 4º, ela é correta e deve ser mantida. Com efeito, tais dispositivos estabelecem obrigações e prazos para o Poder Executivo, afrontando os arts. 61, §1º e 84, VI, a, da Constituição Federal.

O substitutivo aprovado na segunda apreciação da matéria pela Comissão de Educação, incorporando o conteúdo do PLS nº 345, de 2006, deve ser aproveitado pelo seu inegável mérito, não obstante o referido PLS ter sido arquivado.

Com efeito, a intenção perseguida pelo autor do PLS nº 86, de 2004, estaria prejudicada se não fosse considerada, junto com a isenção do imposto de importação, a isenção do PIS-Pasep-importação e da Cofins-importação, cuja instituição, aliás, deu-se após a apresentação do projeto.

Finalmente, em obediência ao disposto no §1º do art. 89 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012 (Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011) é necessário limitar a vigência da isenção ao máximo de cinco anos.

VOTO

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2004, e Emenda aprovada na Comissão de Educação e também na Comissão de Justiça e Cidadania, nos termos da seguinte emenda substitutiva:

A emenda substitutiva é exatamente essa que eu relatei, ou seja, só se dá a isenção para instrumentos musicais que não tenham similares na produção da indústria nacional.

Esse é o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Waldemir Moka. A matéria está em discussão.

Com a palavra, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, elogiando o relatório proferido pelo ilustre Senador Waldemir Moka, vou, no entanto, pedir vista do projeto, no sentido de verificar se ele faz o balanceamento adequado entre o interesse do produtor musical brasileiro, do autor musical brasileiro e o da indústria nacional, tendo em vista que já temos uma indústria local muito capaz, que exporta para vários países. Mesmo no meu Estado de Santa Catarina, a Gaitas Hering é uma empresa que tem grande respeitabilidade internacional pela qualidade de seus produtos.

Por isso, Sr. Presidente, para fazer uma análise mais aprofundada do projeto, peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Concedida vista ao Senador Luiz Henrique. Ninguém pediu vista coletiva.

Dos Itens 9 e 10, os relatores pediram retirada de pauta.

Vamos ao Item nº 11.

Senador Romero Jucá, que está ali atrás. V. Ex^a é o Relator do Item nº 11, que vai entrar, agora, em pauta.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 395, DE 2011.

– Terminativo –

Concede isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de insumos, máquinas, equipamentos agrícolas, veículos utilitários, tratores e caminhões novos destinados exclusivamente ao uso na agricultura familiar camponesa brasileira, quando adquiridos por agricultor familiar camponês ou empreendedor familiar rural.

Autoria: Senadora Ana Rita

Relatoria: Senador Romero Jucá

Com a palavra o Relator.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente. É terminativa essa matéria, e deve ter mais talvez...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Não, esse é o último item terminativo, aí eu voltaria ao item nº 4, do qual V. Ex^a é relator, e ao item nº 6, cujo relator é o Senador Alvaro Dias.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Obrigado a V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto da Senadora Ana Rita é autoexplicativo. O que ele pretende? Ele pretende diminuir o custo de implementos agrícolas, tratores, máquinas, exclusivamente para os plantadores e trabalhadores da agricultura familiar.

É um projeto meritório, que merece o nosso apoio e, portanto, o voto é favorável, pedindo a aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria está em discussão.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Para discutir, Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Queria, primeiro, cumprimentar o Senador Romero Jucá pela agilidade, pela rapidez, até porque, como ele disse, é muito singela, mas muito importante.

Sou de um Estado produtor de máquinas e implementos agrícolas, Senador Lindbergh Farias, e essa proposta da Senadora Ana Rita tem um valor também social relevante. Nós desoneramos automóveis, desoneramos uma série de bens para a zona urbana, esquecendo um pouco a área rural, que é tão carente desse apoio, desse incentivo.

Então, queria, ao apoiar não só a competente e sucinta relatoria do Senador Romero Jucá, também cumprimentar a autora da proposta, Senadora Ana Rita e apoiar integralmente esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria está em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar, em votação, o projeto e as Emendas nº 1 e 4, da CRA.

Votação nominal.

Consulto o Plenário se podemos fazer uma só votação.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Em votação as Emendas nº 1 e 4, da CRA.

Quem vota com o Relator vota “sim” ao projeto e às emendas.

Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Voto “sim”, Sr. Presidente, com o objetivo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Romero Jucá, voto conhecido. Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Cumprimentando o Relator pelo seu brilhante parecer, voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o sucinto Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Voto com o Relator e parabenizando a autora, Senadora Ana Rita.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator e com a autora, Senador Lindbergh.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Voto “sim”.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Voto “sim”.

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Voto “sim”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Voto “sim”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Aprovado.

A Comissão aprova o projeto com 13 votos favoráveis, o projeto e as Emendas nºs 1 a 4, da CRA e da CAE.

Vamos, agora, ao Item nº 4, que é relatado pelo Senador Casildo Maldaner. Não terminativo.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 48, de 2012

- Não Terminativo -

Obriga a construção e a manutenção de estações de apoio a condutores de veículo de transporte de carga ou de veículo de transporte público de passageiros, no âmbito das concessões rodoviárias federais.

Autoria: Deputado Onofre Santo Agostini

Relatoria: Senador Casildo Maldaner

Relatório: Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 2 e 3 que apresenta.

Observações:

1. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ;

2. A Matéria será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa;

3. Em 9/4/2013, foi concedida vista ao Senador Humberto Costa

O relatório já foi lido pelo Relator na 13ª Reunião realizada em 9 de abril, ocasião em que foi concedida vista ao Senador Humberto Costa.

Consulto o Relator se deseja fazer uso da palavra.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC)

– Sr. Presidente, caros colegas, apenas para enaltecer a proposta do Deputado Onofre Agostini, na Câmara dos Deputados, que aqui chega para nós apreciarmos.

Como disse V. Exª, inicialmente só foi feita a oitiva na CCJ, que aprovou a proposta. Aqui é quanto ao mérito, e o encaminhamento não é terminativo; o encaminhamento é para a infraestrutura. E o que prevê essa proposta? Que nas concessões de estradas federais, haja uma previsão para atender à ANTT em relação à nova legislação, para que os motoristas tenham onde descansar com as suas cargas, os caminhões, etc e tal. E apresentamos uma pequena emenda, para que não só os profissionais do volante, mas também outros motoristas possam ocupar – eventualmente também os ônibus coletivos – esses espaços.

Então, inicialmente, ele visa encontrar, como já existem nos países de primeiro mundo, locais devidamente adequados para que eles possam parar, ter o seu descanso com segurança.

Essa é a proposta em resumo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

A matéria está em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do Senador Casildo Maldaner.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, favorável ao projeto com as Emendas nº 2 – CAE e nº 3 Comissão de Assuntos Econômicos.

A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura em decisão terminativa.

O item nº 5 o Senador Requião pediu retirada de pauta.

O item nº6 é de autoria do Senador Alvaro Dias, e eu queria designar a Senadora Ana Amélia como Relatora ad hoc.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 120, de 2006 – Complementar

- Não Terminativo -

Exclui os espetáculos circenses da incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

1. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia, Relatora ad hoc.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, o Projeto de Lei Complementar (PLS) nº 120, de 2006, complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, exclui os espetáculos circenses da incidência sobre serviços de qualquer natureza.

Eu vou direto à análise, Presidente, a respeito dessa matéria.

Quanto ao mérito, como bem exposto na Comissão de Educação, o circo é uma atividade incorporada à tradição brasileira. Seu público anual é de aproximadamente 25 milhões de espectadores, localizado especialmente nas periferias, a maior parte proveniente da população de baixa renda.

Embora o circo esteja abrigado entre as artes cênicas e seja passível de receber apoio do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), o volume de re-

curiosos captados demonstra o quanto é desprestigiado entre outros setores das artes cênicas. Em 2006, menos de 3% dos recursos captados no aludido programa foram destinados à atividade circense.

Não bastasse o baixo volume de recursos para financiá-lo, o circo tem a sua sobrevivência dificultada, sobretudo por exigências municipais, como taxas de incêndio, luz, água e, logicamente, o pagamento do ISS, que é o serviço sobre qualquer natureza, o que vem levando ao esvaziamento dessa atividade pela evasão de talentos para o exterior.

Assim, entendemos que a exclusão das atividades circenses da referida lista de serviços pretendida no Projeto afigura-se justa e desejável.

Embora as alíquotas do ISS sejam relativamente baixas, a eliminação da incidência tributária, mais do que um incentivo à atividade circense, é a remoção de mais um grande entrave ao seu exercício, já bastante difícil por si mesmo.

Em relação à renúncia fiscal decorrente da exclusão, a repercussão sobre a arrecadação municipal é muito variável, sendo virtualmente impossível quantificá-la, uma vez que o tratamento dado pelos Municípios é bastante heterogêneo, variando da isenção, via leis municipais, à tributação pela alíquota máxima de 5%. Pode-se afirmar, entretanto, que o seu significado econômico é pouco significativo, sendo o tributo usado, no caso dos circos, muito mais para produção de efeitos extrafiscais do que para fins de arrecadação.

Quanto à técnica legislativa usada, a proposta apresenta-se irretocável.

VOTO

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2006 — Complementar.

É com prazer que apresento a justificativa e esse voto, caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT — RJ) — A matéria está em discussão.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB — PR) — Peço para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT — RJ) — Senador Alvaro Dias, que é o autor do projeto.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB — PR) — Sr. Presidente, para justificar.

Todos nós sabemos que o circo tem mais de cinco mil anos. Começou na China, acompanha a evolução da humanidade, é parte da nossa identidade cultural. Certamente leva alegria a comunidades carentes no interior do País e nós temos que contribuir para evitar

que o circo morra. Ele vive uma crise existencial nesse momento. Não há o apoio que deveria ocorrer para estimular a atividade circense no País.

Essa é uma contribuição simples, modesta, mas certamente trata-se de um estímulo e de uma manifestação de respeito do Congresso Nacional à atividade circense no País. Como o circo é itinerante, os Municípios arrecadam muito pouco, é uma arrecadação eventual. Eu imagino até que se gasta mais para proceder ao recolhimento desse tributo do que o resultado alcançado com esse recolhimento; mas, para os circos, tem uma importância uma vez que a atividade é permanente, se desloca de um Município ao outro, mas é uma atividade permanente.

É importante frisar que a receita dos Municípios proveniente da cobrança do ISS sobre espetáculos circenses, como disse, é mínima. E para o circo o imposto representa um fator extremamente oneroso. Certamente essa isenção será um estímulo importante para a continuidade dessa atividade.

Eu apenas aproveito esta oportunidade, Presidente, para prestar uma homenagem a uma família que se dedica ao circo incansavelmente, uma família lutadora, que defende o circo com todos os recursos disponíveis, uma família humilde. Refiro-me à família Zanchettini, do Paraná, que percorre o Brasil com seu circo, levando alegria e enfrentando as maiores dificuldades. A família Zanchettini é um exemplo de dedicação à arte circense e, ao aprovarmos este projeto, dedico a essa família.

Se eu pudesse dar um nome a esse projeto denominaria de Projeto Zanchettini.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB — SC) — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT — RJ) — com a palavra o Senador Luiz Henrique e, depois, a Senadora Ana Amélia.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB — SC) — O projeto é altamente meritório e nós sabemos quão dura é a vida do circo, quão pobres são em geral os circos que frequentam as cidades deste nosso País. E como é festiva a chegada do circo nos grotões mais esquecidos desta Pátria.

Por outro lado, o circo tem sido local de formação dos grandes artistas nacionais. Eu lembro que Procópio Ferreira, o grande Procópio Ferreira, era palhaço do circo Irmãos Queirolo. Sua filha, Abigail Izquierdo Ferreira se tornou a diva do Teatro Nacional, Bibi Ferreira. Enquanto Procópio Ferreira era palhaço do circo Irmãos Queirolo, Bibi, já com seis, sete anos, fazia espetáculo de equilíbrio no arame.

O circo é algo que frequenta as imagens da nossa infância, de todos nós. E eu lembro como Gabriel García Márquez o exalta, quando chegava, uma vez por ano, na esquecida Macondo.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, voto com entusiasmo nesse projeto e cumprimento o Senador Alvaro Dias por seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria reforçar também o aspecto social do projeto. Eu penso que ele é uma valiosa contribuição para evitar a morte do circo, porque as dificuldades que as famílias circenses, como essa do Paraná, Zanchettini, e milhares de outras famílias circenses também se sentem comprimidas por essas grandes dificuldades. Então, eu penso que ele tem um alcance social a uma arte cênica muito popular.

Como disse o Senador Luiz Henrique, quem de nós não lembra? Eu, lá na minha Lagoa Vermelha, há muito tempo, quando não havia televisão nem energia elétrica, e o circo era de fato o grande acontecimento naquele povoado, do interior de Lagoa Vermelha. Então, isso é uma coisa que fica na memória da gente. Qual é a alegria que nós não temos quando vemos no picadeiro entrar um palhaço? E um dos mais famosos, chamado o rei dos palhaços, o Piolin, já falecido, Abelardo Pinto, falava justamente sobre a relevância do circo, que não pode morrer.

E o dia 27 de março é o dia dedicado ao circo, recém-passado e isso representa uma homenagem a todos esses atores anonimamente levando alegria ao povo brasileiro.

E não só sobre o fato de serem pequenas companhias familiares, lutando com dificuldade, mas também levando essa arte às camadas mais pobres nas periferias brasileiras, de todos os rincões de nosso País.

Apenas para concluir, o projeto ficaria desta forma: O Congresso decreta:

.....
Art. 1º Fica excluído o subitem 1203 da lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2013. Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

O voto, claro, já favorável.

Obrigada, Senador.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, apenas para retificar, fazer justiça à Senadora Ana Amélia, que é a Relatora, e ao Senador Alvaro Dias, que é o autor do projeto. Parabéns a ambos!

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – O Senador Luiz Henrique recordou a infância, e eu nunca me esqueço do oeste catarinense, os pequenos lugares – a Senadora Ana Amélia falou do interior de Lagoa Vermelha – e eu diria lá em Modelo, Maravilha, aquela região, vinha o circo do Biriva. “Aí vem o Biriva! Aí o Circo do Biriva!” Era uma alegria nos fins de semana, à noite, aquilo mexia com todo mundo. O Circo do Biriva, eu nunca me esqueço disso, desde menino.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório da Senadora Ana Amélia.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, favorável ao projeto. Parabenizo, em nome da Comissão de Assuntos Econômicos, o Senador Alvaro Dias, que é o autor desse importante projeto.

Temos apenas um requerimento para votação, do Senador Delcídio do Amaral. Eu vou ler os outros requerimentos.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 24, de 2013

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, conjunta com a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para discutir aspectos relacionados com a aplicação da Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012, que, entre outras providências, “dispõe sobre o exercício da profissão de motorista”, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Jorge Luiz Macedo Bastos, Diretor-Geral em exercício da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); Sr. Adélio Justino Lucas, Procurador do Ministério Público do Trabalho no Distrito do Trabalho e no Estado do Tocantins (PRT da 10ª Região); Sra. Maria Alice Nascimento Souza, Diretora-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal do Ministério da Justiça; Sr. Newton Jerônimo Gibson Duarte Rodrigues, Presidente da Associação Brasileira de Logística e Transporte de

Carga (ABTC); Sr. Diumar Cunha Bueno, Presidente da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA); e Sr. Renan Chieppe, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (Abrati).

Autoria: Senador Delcídio do Amaral

Observações:

1. Em 16/4/2013, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o requerimento. (Pausa.)

Em votação o requerimento do Senador Delcídio do Amaral.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 24, de 2013, da CAE.

Há vários requerimentos para serem lidos, mas só tem um autor aqui presente, Senador Alvaro Dias:

REQUERIMENTO Nº26/2013

Requeiro, nos termos do inciso V, §2º da Constituição Federal, combinado com o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senador Federal, seja convidado o Sr. Aguinaldo Ribeiro, Ministro de Estado das Cidades, para, em audiência nesta Comissão de Assuntos Econômicos, prestar os devidos esclarecimentos sobre a existência de um esquema de empresas de fachada, controladas por ex-servidores do Ministério, que atuavam em contratos para construção de casas populares destinadas às faixas mais pobres da população no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Aqui tem a justificativa.

Então, está lido o Requerimento.

Na próxima reunião, nós colocaremos em votação.

Senhores, antes de encerrar a reunião, eu devo dizer que esta foi uma reunião produtiva. Muitos achavam que não daria quórum, mas conseguimos até votar projetos terminativos.

Então, acho que desempenhamos bem, a Comissão de Assuntos Econômicos está de parabéns, os Srs. Senadores, e nada havendo mais a tratar, declaro...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Parabéns, Presidente! Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senadora.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 46 minutos.)

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E CIDADANIA**

**ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E
CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA,
REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2013,
QUINTA-FEIRA, ÀS 14:00 HORAS, NA SALA DE
REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR
ALEXANDRE COSTA.**

Às quatorze horas e quarenta e seis minutos, do dia quatro de abril de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Anibal Diniz (Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no exercício da presidência), com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Eduardo Lopes, Vital do Rêgo, Sérgio Souza, Eunício Oliveira, Alvaro Dias, Sodrê Santoro, Antonio Carlos Rodrigues, Eduardo Suplicy, Ricardo Ferraço e Ataídes de Oliveira e das Senadoras Ana Rita, Lídice da Mata e Lúcia Vânia reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Braga, Pedro Simon, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Cássio Cunha Lima, José Agripino, Armando Monteiro e Magno Malta. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Anibal Diniz) declara aberta a Reunião. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública. Assunto/Finalidade: Discutir as Propostas de Emendas à Constituição de números 53 de 2007 e 56 de 2009, objetivando instruir para a conclusão do seu relatório. Requerimento(s) de realização de audiência: RQJ 3/2013, Senador Ricardo Ferraço. Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s): PEC 53/2007, de autoria do Senador Almeida Lima e outros; PEC 56/2009, de autoria do Senador Marcelo Crivella e outros. Participantes: Sra. Cassandra Maroni Nunes, Secretária – Secretaria de Patrimônio da União – SPU; Sr. José Carlos Machado, Vice-Prefeito – Prefeitura de Aracaju/SE; Sr. Carlos Fernando Mazzoco, Procurador da República – Ministério Público Federal no Estado do Espírito Santo; Dr. Obede Pereira Lima, Doutor em Engenharia; Sebastião Constantino Dadalto (representante de: Sr. Paulo Safady Simão) Resultado: Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às dezessete horas e doze minutos; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo

Senhor Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Senador Anibal Diniz) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Anibal Diniz**, Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no Exercício da Presidência

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 53, de 2007, que revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o §3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis e a Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2009, que acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para autorizar a transferência do domínio pleno dos terrenos de marinha e seus acrescidos aos foreiros, ocupantes, arrendatários e cessionários, conforme o Requerimento nº 3, de 2013 da Comissão de Constituição e Justiça de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço.

Para participar desta audiência foram convidados a Srª Cassandra Maroni Nunes, Secretária de Patrimônio da União – SPU, convidada e representante da Ministra de Estado do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Srª Ministra Miriam Aparecida Belchior. Então, Srª Cassandra Maroni, eu a convido para compor a Mesa aqui comigo. *(Pausa.)*

Também foi convidado o Sr. José Carlos Machado, Vice-Prefeito da Prefeitura de Aracaju. Sr. Vice-Prefeito, pode tomar assento do meu lado direito. O Sr. Carlos Fernando Mazzoko, Procurador da República do Ministério Público Federal do Estado do Espírito Santo. Dr. Carlos Fernando Mazzoko, pode sentar à esquerda da Srª Cassandra.

Convido também o Dr. Obéde Pereira de Lima, Doutor em Engenharia para sentar ao lado do Sr. José Carlos Machado e convido também o Sr. Sebastião Constantino Dadalto, Vice-Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – Cbic, representante do Presidente da Cbic, Sr. Paulo Safady Simão. Pode sentar nesta última cadeira à esquerda.

Lembrando que esta nossa audiência pública é gravada integralmente e que o seu conteúdo vai ser utilizado para instruir exatamente a orientação para a tomada de decisão em relação à Proposta de Emenda

à Constituição nº 53, de 2007 e à Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2009, que tem o Senador Ricardo Ferraço como Relator.

Quero cumprimentar também, fazendo parte desta audiência pública, o Deputado Federal Lelo Coimbra, do PMDB do Espírito Santo; o Deputado Federal Manato, do PDT do Espírito Santo; o Deputado Laercio Oliveira, que é Vice-Líder do PR e representa o Estado de Sergipe. Também está presente o Sr. Aurélio Cápua Dallapícula representante do Sr. João Teodoro da Silva, Presidente do Conselho Federal de Corretores de Imóveis, o Cofeci.

Então, daremos início às apresentações. Na realidade, as audiências não podem se estender além da Ordem do Dia, que normalmente começa às 16h. Como a gente tem tido uma flexibilidade em relação à Ordem do Dia, acredito que a gente possa passar um pouco das 16h, mas, mesmo assim, eu pediria que a gente se ativesse a um tempo inicial de dez minutos e a gente poderia ter um acréscimo caso fosse necessário para a conclusão de pelo menos mais uns dois minutos, e, assim, ouviríamos todos os participantes desta audiência pública.

Eu começaria, como primeiro expositor, com o Sr. José Carlos Machado, Vice-Prefeito da Prefeitura de Aracaju, Sergipe.

O SR. JOSÉ CARLOS MACHADO – Boa tarde a todos e a todas. Eu cumprimento de forma especial o Senador Anibal Diniz, Vice-Presidente desta Comissão; cumprimento a Srª Cassandra Maroni Nunes, representante da Ministra de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, a Srª Miriam Aparecida Belchior; cumprimento o Sr. Carlos Fernando Mazzoko, Procurador da República; Dr. Obéde Pereira de Lima; o Sr. Sebastião Constantino Dadalto, Vice-Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, representante do presidente da referida Câmara; cumprimento meus ex-colegas de Câmara, Dr. Lelo Coimbra – juntos realizamos em Aracaju uma grande audiência pública no prédio da Assembleia Legislativa para tratar exatamente dessa questão: terrenos de marinha e seus acrescidos –; cumprimento o Manato, que foi meu companheiro da Mesa Diretora da Câmara, no período de antes de 2010; cumprimento o Deputado Laercio Oliveira, de Sergipe. S. Exª é autor de um projeto que tramita na Câmara que trata dessa questão e, de forma muito especial, responsável por minha estada aqui, o Senador do Espírito Santo. Foi por iniciativa dele que a Comissão de Constituição e Justiça me convidou e me faço aqui presente, com muito orgulho, para tratar de um assunto que atinge, de forma até violenta, se não milhões, mas quase muitos milhares de brasileiros.

Eu não vou me prender a questões jurídicas, porque não sou especialista. Por formação, sou engenheiro. Essa legislação brasileira que trata da enfiteuse e aforamento, terrenos de marinha acrescidos, ocupação, etc. é extremamente complexa e a Secretaria de Patrimônio da União já percebeu isso e, na maioria das vezes, se faz valer desse emaranhado de leis que dificultam sobremaneira a vida de milhares de brasileiros.

Vou falar mais de experiências vividas ao longo de oito anos. Foram oito anos de luta aqui na Câmara e no meu Município de Aracaju. É uma cidade banhada pelo Oceano Atlântico, cortada por vários rios. No território de Aracaju existem várias lagoas e esse instituto terreno de marinha e acrescidos atinge de forma violenta milhares de aracajuanos e milhares de sergipanos começam a ser atingidos agora, porque a Secretaria de Patrimônio da União lá em Sergipe resolveu começar a fazer novas demarcações.

Eu vou resumir ligeiramente qual é a relação daquele ocupante ou foreiro dos terrenos de marinha com o Governo Federal. Se ele é foreiro, ele paga anualmente uma taxa, o foro, 0,8% do valor do terreno. Se ele ocupa desde antes da Constituição Federal, ele paga uma taxa de 2% do valor do terreno; se for depois da Constituição Federal, será de 5% do valor do terreno. Mas, além disso, vem o que há de mais esdrúxulo em termos de cobrança, que é o *laudêmio*. Sobre o *laudêmio* vamos tratar num capítulo especial no fim, porque tenho histórias pitorescas sobre essa questão e quero mostrar que não há nada mais vantajoso para o Governo do que essa questão do *laudêmio*.

Experiências que eu vivi em Aracaju. Recentemente, em 2011, a Secretaria do Patrimônio da União, no seu *site* e através de editais publicados em jornais, anuncia um reajuste – ao tentarem explicar eles disseram que não era um reajuste – dos valores da taxa de ocupação e foro, em alguns casos em até 1.500%. Ora, para se explicar isso ao grande público... O que 1.500% significam? Eu ia às emissoras de rádio e dizia o seguinte: Olhe, você que pagou R\$100,00 no mês passado ou no ano passado vai pagar neste ano R\$1.600,00. Ora, insistiu-se nisso depois de vários argumentos que nós usamos, contrariando a legislação federal, que dizia que essas taxas só podem e devem ser corrigidas com base na inflação, mas insistiam. Tivemos que ir à Justiça, fomos e ganhamos. A Secretaria de Patrimônio da União foi obrigada, por determinação da Justiça, a recolher todos os boletos que foram distribuídos e emitir novos boletos: “Reajusta com base na inflação”. Ora, é razoável que seja assim? Agora, as explicações que foram dadas a centenas de aracajuanos que procuravam os balcões da Secretaria para ouvir explicações: “Não, minha senhora, não estamos

reajustando nada, estamos apenas atualizando o valor do seu imóvel.” Ela meteu a mão no bolso, puxou a carteirinha de aposentada do INSS, o contracheque: “Atualiza a minha aposentadoria também. Eu me aposentei com seis salários e hoje só ganho quatro.” Respondeu: “Não tenho nada a ver.”

Eu sei que não tem nada a ver com isso, mas, ora, explique para o contribuinte, para o cidadão de classe média, para o cidadão de classe baixa que ele pagou R\$100,00 em 2010 e vai pagar em 2011 R\$1.600,00, e que isso não é um reajuste, que nisso não existe nada de razoável. Fomos à Justiça e ganhamos.

Faço questão de contar essa experiência, porque foi duro. Aí, você ganha através de uma liminar, a Secretaria recorre, a questão é lá em Aracaju, o Tribunal Superior está em Recife e isso perdura por não sei quantos anos a mais e fica essa discussão de que não estamos reajustando, viu, meu caro Senador? “Estamos apenas atualizando a planta de valores e seu imóvel está aqui, avaliado por um preço baixo.” Aí, o cidadão diz: “Que culpa tenho eu? Meu salário só foi reajustado em 6% ou 7%. Se vocês reajustarem, se eu pagar o que vocês querem, vai provocar um desequilíbrio nas minhas finanças.” Isso foi resolvido, mas não sei, pode ser que a SPU volte a querer promover coisas desse tipo.

Aí, vem o mais grave, foi a segunda experiência vivida no mesmo ano de 2011. A Secretaria insistindo com uma demarcação começada em 2009. Vocês vão ter oportunidade de ouvir de forma didática do Dr. Obéde, que hoje para mim é a maior autoridade no assunto no País, é um homem prático, um homem formado, sua tese de doutorado é exatamente sobre esse assunto e ele mostra claramente que tudo que a SPU fez até hoje, com base nessa legislação que define terrenos de marinha, está aqui. Linha de preamar de 1831... Isso foi definido em 1946. De lá para cá não mudou nada. O Decreto de 1946 define o que é terreno de marinha e seus acrescidos. Naquela época, já se fazia referência a uma linha de preamar de 1831. Parece brincadeira. Talvez até algo justificasse isso há 60 anos. Mas, em 60 anos muita coisa mudou, nós evoluímos, o País evoluiu e, nesse instituto, que é ímpar no mundo, só existe no Brasil, nada, absolutamente nada foi alterado. Insistiram com a demarcação lá em Aracaju e isso atingia pelo menos 20 mil imóveis ou um pouco mais, ou um pouco menos, depois a Secretaria pode até dizer: “Não, não eram 20 mil, Deputado, eram só 14 mil, e tal”, o número exato não sabemos. Insistimos, há uma decisão do Supremo Tribunal Federal em que as notificações têm que ser nominais. A Secretaria tem feito através de editais publicados em cantos de jornais. Fomos à Justiça, o juiz na senten-

ça, não é liminar, anulou tudo. Mas, até essa decisão muita coisa aconteceu, fatos pitorescos.

Imagine o senhor – eu trago isto porque eu ouvi de uma pessoa – que uma cidadã de classe média comprou, há 30 anos, uma casa num conjunto financiado pelo antigo Banco Nacional de Habitação, pagou durante 20 anos e, dez anos depois que ela terminou de fazer o pagamento, recebe uma notificação da SPU, mais ou menos nos seguintes termos – está aqui a cópia: “O imóvel em que a senhora reside encontra-se integralmente...”

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ CARLOS MACHADO – ... ou parcialmente em área de propriedade da União, conforme os termos da legislação vigente.” Que choque!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Dois minutos para concluir.

O SR. JOSÉ CARLOS MACHADO – Depois de muito esforço, de muito sacrifício, durante 20 ou 25 anos pagando aquela prestação... Antigamente, havia a tabela Price. Pagava-se, e, concluído o prazo de pagamento, ainda havia um saldo devedor; depois, completava-se.

Esclarece ainda que: “Toda e qualquer impugnação que V. S^a pretenda fazer deverá ser apresentada no prazo de dez dias.” Não é história, não, minha cara Secretária. São fatos. O cidadão de classe média vai impugnar o quê?

Há, em Aracaju, duas associações: uma com sede em Aracaju, e outra com sede na cidade de Recife, com representantes em Aracaju. Tentamos algumas impugnações. Quando a pessoa nos procurava, o prazo de dez dias já havia expirado, e todas as impugnações feitas foram recusadas, alegando a intempestividade, ou seja, recurso fora do prazo.

Ora, são conjuntos já construídos, habitados há mais de dois anos, financiados pelo Governo Federal, pelo programa PAR – Programa de Arrendamento Residencial do Governo Federal...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ CARLOS MACHADO – ... através da Caixa Econômica Federal. Todos foram notificados de que o imóvel em que residiam foi construído em terrenos da União de acordo com a legislação vigente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra, rapidamente, na condição de Relator desta matéria, porque julgo que, no encaminhamento do relatório do Dr. José Carlos Machado, Vice-Prefeito de Aracaju, seria importante que pudéssemos passar para além do diagnóstico – e temos o diagnóstico.

Na avaliação de V. S^a, qual deve ser o tratamento que o Senado da República deve dar objetivamente a essa questão, uma vez que o diagnóstico é uma perversidade? Não há nada parecido na história brasileira.

O SR. JOSÉ CARLOS MACHADO – Faço isso, meu caro Senador, com enorme prazer, mas vou terminar essa experiência vivida, porque são as consequências da forma de agir da Secretaria de Patrimônio.

No caso dessa senhora, são conjuntos em construção, empreendimentos em construção financiados pelo programa Minha Casa, Minha Vida que foram notificados. Não eram de Marinha, mas, agora, passaram a ser. Há casos de empresas no mercado imobiliário que têm três mil imóveis vendidos e entregues, mas não conseguem pagá-los nem transferi-los por conta do exagerado laudêmio, que é de 5%; atribuindo aí mais despesas de cartório e imposto de transmissão, são quase 10%.

Então, minha cara Secretária, a coisa é muito difícil. A senhora vai precisar de muita paciência para ouvir, muito tempo para pensar, porque eu não consigo. Realizamos audiências, ouvimos Parlamentares da Bancada do Governo. Isso interessa a quem? Agora, o que fazer?

Nós estamos tratando aqui da análise de duas PECs: uma do Senador, e outra, por sinal, do Senador Almeida Lima, do Estado de Sergipe. Eu li ambas e parece-me que a emenda do Senador Almeida Lima é mais abrangente.

Agora, há uma coisa que não fica clara. Acho que o seu relatório esclarece qual o destino que deve ser dado a quase todas as situações, mas eu entendi que o terreno de Marinha, propriedade da União, passa a ser propriedade do Município. Acho que isso não resolve e teria que ser corrigido.

Estou absolutamente certo de que, no relatório, V. Ex^a vai corrigir isso. É preciso resolver essa questão de alguma forma. Se não pode ser feito de súbito, se não pode ser feito a curto prazo, alguma coisa deve ser feita.

Lá, em Aracaju, o programa Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal, pode sofrer consequências sérias. Então, é necessário evoluirmos para aprovar o seu Substitutivo, que eu não conheço na íntegra. Tenho certeza de que pretende acabar com esse instituto, mas, se não for possível, há projetos que já retiram a benfeitoria do cálculo do laudêmio – parece-me que o Deputado Laercio Oliveira tem um projeto no sentido de retirar a benfeitoria. Nunca houve divergência com relação a isso; sempre houve concordância das partes – o Deputado Lelo Coimbra é testemunha disso –, mas não se evolui para resolver.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ CARLOS MACHADO – Eu quero terminar, acreditando, meu caro Senador,...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Por favor, concluindo mesmo agora, porque senão não vamos conseguir cumprir a audiência pública até o prazo da Ordem do Dia.

O SR. JOSÉ CARLOS MACHADO – Meu caro Senador, eu saio daqui absolutamente convencido. As informações que serão prestadas pelo Dr. Obéde vão modificar e até, acredito, abalar um pouco as convicções dos que fazem a Secretaria de Patrimônio da União, porque não há dúvidas – ele vai provar, de forma didática – de que essas demarcações da SPU, no passado e recentemente, são feitas de forma presumida; não há nenhum embasamento científico. (*Falha na gravação.*) ... é clara: linha de preamar de 1831.

E confio, meu caro Senador, no trabalho de V. Ex^a. O seu relatório, tenho absoluta convicção, vai ser aprovado nesta Comissão e vai resolver essas questões, tornando naturalmente a vida dos brasileiros que vivem com esse problema mais fácil, mais tranquila.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Vice-Prefeito José Carlos Machado, da Prefeitura de Aracaju.

Passamos imediatamente a palavra ao Sr. Sebastião Constantino Dadalto, Vice-Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

V. Ex^a dispõe de dez minutos para a exposição.

O SR. SEBASTIÃO CONSTANTINO DADALTO – Sr. Presidente, componentes da Mesa, muito boa tarde. Serei bastante objetivo.

É um prazer estar aqui.

Senador Ricardo, meu conterrâneo, muito prazer.

Deputado Lelo, Deputado Manato, Srs. Senadores, companheiro Aurélio, do Creci; Dr. Gilmar, da Ademi, demais participantes desta reunião, a CBIC vê isso com grande, grande, grande preocupação. É um problema brasileiro; não é um problema de Aracaju, do Maranhão, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, de Porto Alegre ou de Florianópolis. É um problema brasileiro.

A sociedade brasileira não aguenta mais esse instituto. E é muito importuno que, neste momento, nesta reunião, a gente leve isso com a maior seriedade e a maior objetividade para avançar na solução desse problema.

O Vice-Prefeito de Sergipe entrou em detalhes. Se ficarmos entrando em detalhes, essa história dá páginas, livros e mais livros. Não é o caso. Nós precisamos encontrar um caminho para a solução do problema que aflige todos os brasileiros. Centenas de milhões de famílias estão aí aguardando solução, e não se encontra uma solução. Será que somos tão

incompetentes para não encontrarmos uma solução? É um desafio nosso. Precisamos encontrar caminhos de solução, avançar nessa solução e dar exemplo à sociedade do cumprimento do nosso papel de líderes, de políticos, de governantes. Enfim, fomos indicados, eleitos, e estamos nos cargos para isso. Nós devemos satisfação à nossa sociedade.

A nossa fala é muito breve, curta, mas objetiva. Precisamos avançar e solucionar esse problema. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Sebastião Constantino Dadalto.

Agora, passamos imediatamente a palavra ao Dr. Obéde Pereira de Lima, Doutor em Engenharia.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, por gentileza.

O tempo que não foi consumido pelo Dr. Constantino eu gostaria que fosse creditado ao Dr. Obéde, porque estamos aqui diante da maior autoridade nacional. E, na minha condição de Relator, é muito importante a apresentação dele. A Ordem do Dia hoje está bastante flexível. Então, nós temos tempo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Vamos fazer o seguinte: vamos ouvir o Sr. Obéde Pereira de Lima...

Está pedindo que seja estendido o tempo?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – O tempo que não foi aproveitado pelo Dr. Constantino, que seja creditado para o Dr. Obéde.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Vamos iniciar com os dez minutos. Se, por acaso, ele precisar de um tempo a mais para concluir, a gente estende. Por favor.

O SR. OBÉDE PEREIRA DE LIMA – Ex^{mo} Sr. Senador Anibal Diniz, Vice-Presidente da CCJ, que preside esta reunião, cumprimentando V. Ex^a, cumprimento as demais autoridades da Mesa.

Ex^{mos} Srs. Senadores e Senadoras presentes neste plenário, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhoras e senhores, é com muita satisfação que trago aqui a minha contribuição para tentar solucionar essa questão de terrenos de marinha e seus acrescidos, apresentando aqui, de maneira muito rápida, porque o tempo é muito pouco. Os senhores anotarão aquilo que for importante e, depois, responderemos às questões que forem apontadas. Veremos, então, a demarcação dos terrenos de marinha por método técnico científico *versus* demarcação por critérios presumidos pela SPU. Quem precisar de alguma documentação posterior, por favor, queira anotar o meu e-mail, que ali está, e eu, com muita satisfação atenderei aqueles que me procurarem: obede@vetorial.net.com; ali está ponto

com.br, mas é só vetorialnet.com – ponto br, não tem o ponto com.

Vamos então avançar, já começando a definir o que são terrenos de marinha, para que todos falemos a nossa linguagem de forma por igual.

Define o art. 2º do Decreto-Lei 9.960, de 5 de setembro de 1946, o que são terrenos de marinha:

São terrenos de marinha, em uma profundidade de 33 (trinta e três) metros, medidos horizontalmente, para parte da terra, da posição da linha da preamar média (LPM de 1831):

- a) os situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagoas, até onde se faça sentir a influência das marés;
- b) os que contornam as ilhas situadas em zona onde se faça sentir a influência das marés.

Parágrafo único – Para os efeitos deste artigo, a influência das marés é caracterizada pela oscilação periódica de 5 (cinco) centímetros, pelo menos, do nível das águas, que ocorra em qualquer época do ano.

Vamos procurar traduzir isso que está escrito através de uma imagem. Partindo daquele princípio de que uma imagem vale mais do que mil palavras, vamos tentar visualizar isso, então.

Ali fala em linha da preamar média do ano de 1831. Eu apresento aqui para os senhores o maregrama do litoral de São Francisco do Sul, que eu pesquisei para a aplicação do estudo de caso da minha tese de doutoramento.

Ali temos o maregrama com retrovisão para o ano de 1831, baseado em observações feitas durante o ano de 1960. Portanto, durante todo o ano de 1960, os dados amostrados horários serviram para se calcular esse maregrama. Esse era o grande mistério que existia para a localização dos terrenos de marinha. Era o mistério. Hoje, isso não é mais mistério. Está aí o maregrama de São Francisco do Sul, e podemos fazer isso para qualquer parte do litoral brasileiro. Portanto, maregrama de 1831 já não é mais mistério. Podemos fazer, sim. E a tese está disponibilizada na Internet para quem quiser aplicar a metodologia.

Aqui está o parâmetro básico para medida de marés. É um nível de um plano horizontal chamado nível de redução. Todas as marés são medidas a partir de uma régua, onde nós temos o nível zero, o nível de redução, temos as baixa-mares, na parte inferior. Temos as preamares, na parte superior. O cálculo de todas essas preamares e baixa-mares vai nos dar o nível médio do mar, este nível que está aqui em cor sépia, em cor marrom.

A partir deste nível, nós podemos calcular também a linha da preamar medida do ano de 1831. Aí está a misteriosa linha que, antes, ninguém conseguia calcular.

Mas isso aí é suficiente para determinar os terrenos de marinha? Vamos ver, então, mais alguma coisa. Vamos superpor, então, sobre aquele maregrama uma parte do relevo emerso, para poder entender a definição do que são terrenos de marinha. Terrenos de marinha é exatamente uma faixa de 33 metros contados sobre o relevo terrestre, no prolongamento da linha da preamar média de 1831.

Ora, mas foi mostrada uma linha de preamar lá em cima? Como é que está sendo mostrada aqui embaixo? É porque ela foi exatamente transportada, transladada para o ano de 1831, considerando que, hoje, é do conhecimento mundial que o nível médio do mar, o nível médio dos oceanos vem subindo. Aqui, na costa brasileira, nós temos uma taxa de subida do nível médio do mar da ordem de 38 centímetros por século. Portanto, ali nós temos 142 anos, de 1831 até 1960. Temos, então, que fazer com que essa linha da preamar média de 1831 seja transladada para a parte mais baixa. A projeção desta linha no relevo terrestre nos mostra a faixa de terrenos de marinha, conforme definidos na lei, terrenos de marinha do ano de 1831.

Ali em cima, nós temos uma projeção como se fizéssemos a terrenos de marinha no ano de 1960, utilizando, então, a projeção da linha da preamar de 1960.

Há algumas pessoas que têm tendência de trazer a linha da preamar para o ano de 2000. Isso não vai beneficiar, absolutamente, em nada a população brasileira que está afeta a esse sistema porque, quanto mais subir a linha da preamar, mais para o lado de terra os terrenos serão avançados.

De modo que, cumprindo fielmente o que determina a legislação, a linha da preamar é esta que está aqui, do ano de 1831, e os terrenos de marinha estão ao longo da praia ou estirâncio.

Vejam todos os senhores que o terreno de marinha está coberto pelas águas. Se a maré está na parte mais baixa, o que vai acontecer? Terreno de marinha vai ficar sobre a praia. Praia é bem público de uso comum do povo, prevalece sobre terrenos de marinha. Consequentemente, terrenos de marinha deixam de existir. Essa é a grande verdade.

Como a SPU faz as suas demarcações?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – V. Sª pode repetir esse conceito, por gentileza?

O SR. OBÉDE PEREIRA DE LIMA – Terrenos de marinha, faixa de 33 metros contados horizontalmente para o lado de terra, a partir da linha da preamar média do ano de 1831, linha essa que, antes de 2002, não havia metodologia estabelecida, mas de 2002 para cá

já temos uma metodologia. É possível chegar a essa linha da preamar média do ano de 1831. Projetada no relevo terrestre, a partir dali são contados os 33 metros. Vai cair exatamente sobre a praia. Em 95% de todos os casos, terrenos de marinha, ou estão sobre uma parte submersa e a outra parte sobre a praia. Submersas ou sobre a praia, não são terrenos de marinha desqualificados, porque prevalece a lei que estabelece o que são praias, que são bens de uso público comum do povo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – *O.k.*

O SR. OBÉDE PEREIRA DE LIMA – Vou mostrar aos senhores como a SPU procede as suas demarcações e os senhores vão analisar se isso é científico ou se isso é presumido.

Aqui é um trecho da Praia do Cassino onde eu moro. Moro mais ou menos naquele pontinho. Praia do Cassino, cidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Muito bem. Qual o critério que a SPU utilizou para fazer demarcação de terreno nessa localidade?

Arbitrou, presumiu uma linha de preamar média, conforme aquela que está projetada ali naquela figura obtida do Google Earth. Vejam os senhores, sete quadras a partir da praia para o lado de terra. Isso tem apenas 765 metros de extensão. A lei não diz que são 33 metros, a partir da linha da preamar? E mesmo ali, contando a partir do nível da água, 765 metros.

Muito bem. Define a SPU que os terrenos de marinha, assim demarcados por aquela linha vermelha, a faixa de 33 metros, tudo que estiver daquela linha para o lado do mar são terrenos acrescidos de marinha, os famosos terrenos acrescidos de marinha. Cobra igualmente as taxas de ocupação, laudêmios e aforamentos.

Depois de homologada a “LPM/1831” – entre aspas, porque é a LPM da SPU, não é a LPM legal, não é a LPM definida pela lei –, diz a SPU que aquela demarcação foi um ato administrativo perfeito e acabado, para qualquer pessoa que recorrer daquela demarcação. Esse é um lema, uma resposta que a SPU já tem para dar: foi um ato administrativo perfeito e acabado.

Tema para reflexão: qual a sensação que acomete uma pessoa ao tomar conhecimento de que a sua propriedade foi tomada pelo governo?

Outro exemplo de demarcação presumida. Cidade de Aracaju, do nosso vice-prefeito aqui presente. Aquela zona que está ali, em azul, aquela área em azul é uma perícia que eu fiz recentemente na cidade de Aracaju, onde vemos que a SPU demarcou aquela área como sendo terreno de marinha, aquele par de linhas grossas; e aquela outra mais clara, aqueles pontos, são terrenos acrescidos de marinha. Baseou isso em quê? Vejam que aqui tem um riacho que deságua

através de um canaleta todas as águas drenadas para a parte mais baixa de um canaleta. A SPU utilizou um riacho, utilizou um córrego, utilizou uma valeta para, a partir dali, calcular uma cota de dois metros acima do nível médio oficial brasileiro, que somados com um metro e oito centímetros, que é a altura do nível médio acima do nível de redução, que já mencionei antes, a cota daquela preamar em Aracaju está com três metros e vinte e oito centímetros, a cota básica da Linha da Preamar Média de 1831.

Resultado: praticamente toda a área urbanizada da cidade de Aracaju está sob o domínio do Patrimônio da União, porque são consideradas ou terrenos de marinha ou terrenos acrescidos de marinha.

Outra forma de demarcação. A SPU determinou na Praia da Piedade, em Jaboatão dos Guararapes. Existe uma distância de 13 metros entre a linha d'água e a linha de costa. Terrenos de marinha, calculados pela preamar média de 1831 estariam sobre a praia. Mas isso não interessaria à SPU. Os demarcadores transportaram essa cota que seria de um 1.4m, cujo valor real, calculado cientificamente, seria de dez centímetros, fez com que essa cota fosse lançada a uma altitude de quatro metros, ali na Avenida Bernardo Vieira de Melo, e prolongando, ao longo da Avenida Bernardo Vieira de Melo, demarcou a Linha da Preamar Média de 1831. Consequência: tudo isso que está para o lado da água é terreno acrescido de marinha, e o terreno de marinha está sobre a Avenida Bernardo Vieira de Melo. Por quê? Porque, ficando sobre a praia, não interessa à SPU. Essa que é mais uma realidade.

As propriedades particulares confrontantes com os terrenos de marinha têm sido afetadas com as demarcações desses bens da União realizadas pela SPU, acarretando sérios problemas econômicos, sociais e jurídicos às partes envolvidas nessas questões.

Assim, a demarcação dos terrenos de marinha pela LPM presumida é um ato administrativo imperfeito, inacabado, equivocado, inadequado, impróprio e ilegal. Se não está cumprindo a lei, é ilegal.

Natureza e origem dos terrenos de marinha.

O senhor vai conceder mais algum avanço?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Na realidade, os seus dez minutos se esgotaram e concedemos mais cinco. Mais três minutos para concluir?

O SR. OBÉDE PEREIRA DE LIMA – Vou acelerar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Senador Anibal, eu queria fazer um apelo. Não temos ordem do dia hoje e, para mim, que sou relator, essa audiência pública é de uma riqueza excepcional.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – É porque haverá um momento seguinte em que

os questionamentos serão feitos. Eu gostaria que pudéssemos ouvir o conjunto da ópera para, depois, as perguntas serem especificadas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Mas é porque, Senador – apelo a V. Ex^a com muita humildade –, na condição de relator, preciso ouvir, preciso ficar rouco de tanto ouvir. E essas explicações dos técnicos são fundamentais para que eu possa firmar meu juízo de valor.

Apelo a V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC)

– Eu não tenho dúvida de que V. Ex^a vai ter toda a oportunidade de ouvi-lo e, depois, formulará suas dúvidas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Não aperte o Dr. Obéde, não; deixe-o falar. É importante.

A Dr^a Cassandra vai ter o tempo do mundo também para falar. Temos até meia-noite para discutir esse tema.

Então, eu queria apelar a V. Ex^a. Como relator, tenho a responsabilidade de conduzir esse parecer, e essa instrução é fundamental.

Com muita humildade, apelo para a generosidade de V. Ex^a como nosso Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC)

– Vamos fazer o seguinte: quanto tempo o Sr. Obéde precisa para falar?

O SR. OBÉDE PEREIRA DE LIMA – Mais dez minutos e eu concluo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC)

– Dez minutos. Então, serão concedidos dez minutos.

O SR. OBÉDE PEREIRA DE LIMA – Obrigado.

Natureza e origem dos terrenos de marinha. Vamos ver como surgiu isso.

Surgiu lá no descobrimento do Brasil, no ano de 1500, e tem origem nas lezírias, costumes portugueses, cujas terras eram consideradas bens reguengos, as lezírias. Portanto, quando o Brasil foi descoberto, trouxe para cá esse costume, a Coroa Portuguesa trouxe para cá esse costume, mau costume.

A Ordem Régia, de 4 de fevereiro de 1557 – vejam –, já estabelecia um regulamento para uso das lezírias, cujo objetivo era – vejam aí o objetivo fundamental dos terrenos de marinha – assegurar às populações e à defesa nacional o livre acesso ao mar e às áreas litorâneas.

Em janeiro de 1808, com a chegada da família real ao Brasil, houve a abertura dos portos brasileiros às nações amigas. Claro, a Coroa precisava faturar. Houve um aumento do fluxo de navios estrangeiros, e consequentemente exigindo melhoramento dos portos.

A ordem Régia de 18 de novembro de 1818 estabeleceu uma faixa territorial de 15 braças craveiras, contadas para o lado de terra a partir da borda do mar nas marés de água vivas. Ou seja, 15 braças craveiras: uma braça de um homem normal 2.20m, vezes 15 = 33 metros. Daí a origem dos 33 metros. Por que não 40? Por que não 50, ou um valor qualquer?

E também, vejam que a medição era a partir, para o lado de terra, do ponto em que chegavam às marés de águas vivas. O que são marés de águas vivas? São aquelas que ocorrem duas vezes por mês: lua cheia e lua nova, são marés de águas água vivas. Portanto, até onde chegassem aquelas águas, a partir dali seriam medidos os 33 metros. Mas vejam que isso não é de 1831, já é de 1818, bem mais de atrás.

Em 14 de novembro de 1832, houve uma modificação no art. 4º das instruções do Ministério da Fazenda, mudando as referências, que passaram a ser contadas desde o ponto a que chega o preamar médio do ano de 1831.

Por que essa mudança? O que aconteceu para essa mudança?

O fluxo, o aumento de navios nos portos fez com que a Coroa determinasse a construção do cais do Rio de Janeiro. Foi comprado um marégrafo na Inglaterra e instalado na Praça XV de Novembro e, durante todo o ano de 1831, esse marégrafo registrou a variação da maré, do dia 1º de janeiro até 31 de dezembro de 1831.

Esse documento está arquivado lá no Espaço da Memória Histórica da DHM, registro completo; contido em formulário de 38cm de largura e 65m de comprimento, registrando a maré ao longo de todo o ano de 1831.

Tirei uma fotografia daquela parte superior daquele documento que mostra que letra autêntica do operador do marégrafo. Foi ele quem escreveu na época da observação. E ali é do dia 27 de outubro de 1831, anotações do operador.

Vamos adiante.

A maré é um fenômeno exclusivamente da interação gravitacional entre o sol, a terra e a lua. Esse fenômeno é medido colocando-se na beira da água, no mar, uma régua vertical, de modo que o zero nunca fique descoberto e, na parte de terra, colocado o marco testemunho chamado de RN ou referência de nível. É o marco que fica materializando ali a referência de nível naquele local.

Observadas todas aquelas alturas e registradas, temos aí o fenômeno da maré, para todos os cálculos que se fizerem necessários.

A metodologia científica faz com que, portanto, sejam obtidos os dados de marés amostrados durante um ano; determinação das coordenadas geodésicas precisas de pontos de apoio na linha de costa; proces-

samento de dados amostrados de maré; localização geodésica da LPM e da respectiva LLM, considerando a taxa de elevação secular do nível local do estudo.

E, na cartografia, com a representação gráfica de mapas ou cartas cadastrais da localização da LPM e da LLM.

Então, tudo isso é baseado em dados matemáticos, expressões algébricas que foram desenvolvidas para fazer esses cálculos, através de computador. Então chegamos àquele maregrama que mostrei antes.

É preciso levar em consideração que um dos fatores que têm feito com que o nível médio das águas venha subindo, dos oceanos, é o aumento da temperatura, esse aquecimento global; é um dos fatores, fazendo com que, então, o nível médio do mar venha subindo. Isso foi feito por pesquisadores do IPCC no ano de 2005.

A partir então daí, dados vêm sendo estudados provando que o nível global dos oceanos vem subindo continuamente.

Aqui no Porto de Santos, aquele magráfico da parte de cima, durante 19 anos, mostrando ali uma tendência de subida, com uma taxa de 37cm por século; abaixo, no Porto de Cananéia; 38 anos de dados, mostrando uma subida do nível médio do mar de 38cm por século. Portanto, tendência da subida dos oceanos não é fantasia, é fato real.

As normas da SPU. De acordo com a legislação vigente, a SPU é a responsável pela demarcação dos terrenos de marinha e, por isso, estabeleceu uma orientação chamada Orientação Normativa ON-GEADE-002, de 2001. É por meio dessa orientação normativa que os demarcadores efetuam os seus trabalhos. Se não cumprirem o que está nessa orientação normativa, naturalmente serão punidos por desrespeitarem as normas da instituição. E, ao cumprir essas normas, vão, sem dúvida alguma, agredir o que está na lei, vão cometer atos ilegais.

Quantos são os demarcadores existentes na SPU para fazer esse trabalho? Há um ano e meio, eu fiz essa palestra lá na Secretaria do Patrimônio da União e a Dr^a Eliane Hirai, aqui presente, funcionária da SPU, confidenciou-me que, infelizmente, o Brasil tem apenas dez técnicos demarcadores em terrenos de Marinha e ela vem-se esforçando no sentido de multiplicar o número de demarcadores. Mas a resistência é muito grande: os demarcadores conhecedores da demarcação de terrenos de Marinha não querem passar essas informações adiante. São patrimônio deles. E continuam fazendo, seguindo as normas da SPU, conforme aí está.

Primeiro absurdo: a cota da Preamar média é a média aritmética das máximas marés mensais. É isto

que diz a lei? Não, a lei diz que a LPM – Linha da Preamar Média não é o mesmo que a média das máximas. Estatisticamente, todos nós que estudamos alguma coisa de Estatística sabemos disso. Média das máximas é um valor totalmente diferente de preamar média.

Outro absurdo: em locais onde, por ação da dinâmica das ondas, as águas atingirem um nível superior ao da cota básica, adotar-se-á esse nível como quantificador da cota básica efetiva. Ou seja, onde é que a lei diz que, para calcular a LPM de 1831, tem que considerar a altura das vagas? Então, vamos trazer um *tsunami* para cá e vamos ver onde é que vai cair essa altura das vagas.

Então, a ação dinâmica das ondas não está prevista na legislação. Na constatação da existência de acrescidos naturais ou artificiais, deve ser, então, feita a abstração dos referidos acrescidos.

Concluindo, então, a elevação do nível médio do Oceano Atlântico, que banha a costa marítima brasileira, resultou que, nesses últimos 182 anos, a LPM de 1831 encontra-se abaixo do nível médio do mar. Por isso, ela perdeu a sua eficácia, resultando que os terrenos de Marinha estejam situados sobre os ambientes praias. Como essas faixas ambientais são mutuamente excludentes, de acordo com a legislação em vigor, a faixa dos bens de uso comum do povo prevalece sobre a faixa de terrenos de Marinha, e esta deixa de existir.

A insistência dos critérios praticados pela SPU podem ser considerados ilegais, por contrariarem a legislação em vigor, exatamente porque a SPU acredita que os seus atos administrativos e técnicos foram praticados em fiel obediência ao contido nas suas normas legais em vigor, indeferindo todos os recursos administrativos que os demandantes ingressem em seu sistema.

E, por último, assim, a alternativa que resta é ingressar com ação contra a União na Justiça Federal, devidamente instrumentalizada, com laudo pericial extrajudicial comprovando, técnica e cientificamente, que as demarcações foram realizadas pela utilização de um LPM fictícia, presumida, inadequada e, consequentemente, ilegal.

Recomendação para o Relator: é conveniente incluir na PEC a revogação de todos os dispositivos legais existentes na legislação vigente e que conceituam os terrenos de Marinha como, por exemplo, o Código de Águas, o Decreto-Lei de 1946 e a Lei de 1998, que estabelece a administração sobre os bens da União.

Muito obrigado. Era só isso por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Dr. Obéde Pereira de Lima, que deu uma aula bastante esclarecedora sobre o tema.

E agora teremos a palavra do Procurador da República Dr. Carlos Fernando Mazzoco.

O SR. CARLOS FERNANDO MAZZOCO – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, Senador Ricardo Ferraço, Relator das duas Propostas de Emenda à Constituição. Cumprimento todos os integrantes da Mesa, os senhores e senhoras presentes nesta audiência pública, demais Deputados e Senadores, como tenho dez minutos, procurei sintetizar o meu trabalho envolvendo terreno de Marinha em dez pontos, que considero inapropriados na condução da administração desse patrimônio da União.

Começo dizendo da violação do direito de defesa ou do devido processo legal nos processos de demarcação, identificação dos terrenos de Marinha. Esse processo de cadastramento vem sendo feito, especialmente no Espírito Santo, ao longo de décadas, à margem do conhecimento do cidadão diretamente interessado naquele imóvel. A citação do indivíduo interessado se dá por edital e, por isso, ele não teve oportunidade de se defender e dizer que aquele imóvel não pertencia à União, aquele imóvel não era considerado terreno de Marinha, que aquele imóvel não estava a 33m da Linha Preamar Média de 1831, que aquele imóvel estava a quase 2km do mar.

Em razão dessa deficiência em permitir que o indivíduo tivesse o direito de defesa é que nós percebemos que há muitos abusos, e muitas pessoas se sentem extremamente injustiçadas, porque, décadas após ocuparem um imóvel, terem ocupado um imóvel, foram surpreendidas com uma cobrança da União relativa ao imóvel em terrenos de Marinha, seja o foro, o laudêmio ou a taxa de ocupação. Inclusive, houve manifestação recente do Supremo Tribunal Federal, considerando inconstitucional o dispositivo na legislação que não previa a citação pessoal do interessado. Primeiro ponto.

Segundo. Considero que seria uma grande evolução se a União, de fato, permitisse que o particular utilizasse uma previsão que já existe na Lei 9.636, de 1998, no que diz respeito à remissão do foro. A remissão consiste na possibilidade de o foreiro que já possui parcela do domínio do imóvel adquirir a parcela que pertence à União. E prevê, inclusive, que, por 17% do valor do terreno, é possível que seja feita essa remissão. Só que, para que essa remissão seja feita, é necessário que a SPU faça estudos para dizer onde é que pode ser feita essa remissão e onde remanesce interesse de ser mantido esse regime enfiteutico, além de haver também o impeditivo por parte do art. 49 da DCT, que estabelece que há impedimentos nos casos em que o terreno de Marinha se encontra situado em área de segurança nacional.

A gente entende que já há uma regulamentação não específica, expressa pós-Constituição de 1988, mas que, com a legislação anterior à Constituição de 1988, é possível delimitar quais são essas áreas de segurança nacional em que não pode ocorrer a remissão do foro e, nas outras áreas que não são de segurança nacional, poderia ocorrer a remissão já prevista nessa Lei de 1988. E, infelizmente, não foram feitos os estudos pela SPU e eu não tenho conhecimento de que alguém consiga fazer a remissão do foro.

Terceiro ponto. Também objeto de uma ação civil pública que diz respeito aos 5% do laudêmio. Esses 5% do laudêmio incidem, segundo as regras da Secretaria de Patrimônio da União, tanto sobre o terreno quanto sobre as benfeitorias. Só que as benfeitorias são alocadas num imóvel, num terreno, pelo particular. A União não contribui para a alocação de recursos materiais, financeiros, para a edificação.

Portanto, me parece que há aí uma espécie de enriquecimento ilícito da União, porque o proprietário tem o terreno, que também pertence à União, por ser terreno de Marinha, mas ele edifica com dinheiro e suor próprios. Na hora de transferir, a União de certo modo se apropria daquilo que foi investido pelo particular. Ao longo dos anos, isso gera uma consequência muito dramática, gera praticamente o confisco do patrimônio do particular.

O outro ponto – o quarto ponto – que considero abusivo por parte da União é a demora excessiva na apreciação dos mais diversos requerimentos feitos pelos cidadãos.

Há uma estrutura de pessoal que a gente reconhece que é deficitária. Há muitos imóveis para serem administrados, a legislação é complexa, mas o fato é que o cidadão fica extremamente prejudicado.

Lá no Espírito Santo, onde eu trabalho e recebo muitas reclamações, pude perceber que havia milhares de pedidos de pessoas que eram enquadradas como ocupantes, que pagavam um valor muito mais alto de taxa de ocupação e que, na verdade, deveriam ser foreiros, que pagariam um valor bem menor e que têm outro status jurídico, mas esses processos demoravam anos e mais anos para serem apreciados pela SPU.

Nós temos um caso lá do Parque Moscoso, em que a União transferiu o terreno para o Estado, salvo engano, que, por sua vez, transferiu para um particular, parece-me que no ano de 1918. Faz muito tempo, eu nem me lembro, eu nem era nascido, meu pai também não, e acho que o vovô também não. Em 1918 passou já para o particular de modo lícito, e foi feito um requerimento para regularizar essa situação, que só foi regularizada há poucos anos. Demoraram quase 90 anos para regularizar essa situação.

Outro caso é o do Clube Saldanha da Gama. Parece-me que foi pedido em 1941 o pedido de isenção, e até hoje não foi solucionado.

E essas questões a respeito de demora excessiva por parte da União não vêm de demanda só do particular. Elas são oriundas de constatações feitas pelos juízes federais que constataam esses abusos em ações individuais e nos remetem, dada a repercussão coletiva dessa conduta omissiva e abusiva da União. Então, aí mais um ponto que considero relevante na atuação da União.

O quinto ponto eu chamaria de insegurança jurídica. Por que insegurança jurídica? O indivíduo compra o imóvel. E estou dizendo aqui, para quem não conhece o problema do terreno de Marinha, que ele não compre um imóvel de frente para o mar; ele compra no Município de Vitória, de Vila Velha, do Rio de Janeiro, a dois, três, quatro quilômetros do mar, mas só que nunca vai passar pela cabeça dele que, a três quilômetros do mar, um dia, ele pode ser surpreendido e receber uma cobrança da União, porque ele teve a cautela de ir a um cartório e, no cartório, não havia nenhuma averbação de que aquele imóvel pertencia à União. Ele adquire o imóvel pensando que está adquirindo uma propriedade, uma residência para a família, e, alguns anos depois, ele é surpreendido com uma cobrança.

E a solução para esse particular é muito difícil, porque, mesmo ele conferindo nos cartórios, onde deve ser registrada a dominialidade desses imóveis, ele não tem a certeza de que está fazendo um negócio apropriado, seguro ou não.

Na sequência, temos uma incidência de IPTU em cima dos imóveis que estão sob regime de ocupação. No regime de ocupação, o imóvel é 100% da União, e um ente da Federação não pode cobrar tributo de outro ente da Federação. E é cobrado IPTU desses imóveis, mas isso é arcado pelo ocupante, que tem que pagar a taxa de ocupação e o IPTU em duplicidade, afrontando, inclusive, a Constituição Federal, que estabelece a impossibilidade de tributação entre os entes federativos.

Aqui diz respeito à antieconomicidade desse instituto. O foro traz um problema muito grande para quem é afetado por ele, mas não exatamente pelo valor elevado, porque ele é de apenas de 0,6% ao ano.

Eu acredito que os valores envolvidos na cobrança superam – e muito – o que a SPU, o que a União arrecada, porque a despesa da União não é somente com a estrutura de pessoal e custeio da SPU. Ela envolve inúmeros, centenas e milhares de processos judiciais que tramitam nas varas federais. Ela envolve ações de indenização de pessoas que foram cobradas

indevidamente, que têm prejuízo em relação a isso e procuram a indenização perante a União. Isso tudo deve ser considerado no momento de se avaliar a economicidade de esse bem pertencer à União.

Outra questão é a omissão da SPU em demarcar as áreas de terreno marinho. Porque, se ela demarcasse previamente onde não foi ocupado e urbanizado, ficaria muito mais transparente, muito mais claro que essa área pertenceria à União e, portanto, alguém que fosse adquirir uma área já estaria ciente de quais seriam os encargos cobrados pela União por aquela área e poderia optar se deseja ou não arcar com aqueles encargos.

Mas o que tem se percebido é que a União é omissa no processo de demarcação. Ela não demarca. A União espera que seja ocupado para, depois de ocupado, edificado, urbanizado, depois de o Município colocar as instalações de vias públicas, rede hidráulica e tudo o mais, ela se apresentar para cobrar, de um modo um tanto quanto sorrateiro e desleal.

Por fim, fica, como último ponto de questionamento, qual o interesse público nacional de se manter indiscriminadamente todos os imóveis que hoje pertencem à União com esse título de terreno de Marinha.

A gente acredita que, com a Lei nº 9.636, de 1998, já houve um indicativo de que esses bens não têm interesse público nacional – não todos esses bens, mas boa parte deles –, e de que a União poderia dar uma destinação mais adequada.

Em relação a essa destinação mais adequada, a gente encontra amparo em trabalho já realizado pelo Tribunal de Contas da União, que vem reiteradamente observando, em auditorias operacionais, a falta de demarcação dos terrenos, a falta de estrutura de pessoal para atender ao cidadão que necessita de atendimento do SPU e, também, questionando até a necessidade e conveniência de a União manter esses terrenos sob sua administração.

Eu acho que a SPU, a União, perde o foco ao manter esses terrenos em que não há interesse nacional, em detrimento de poder direcionar sua área de atuação, seu foco, seus recursos humanos para áreas que realmente interessariam à Nação, como reserva estratégica na área portuária, aeroportuária, desenvolvimento industrial, preservação ambiental, preservação para finalidade turística.

Bom, são esses os principais pontos. O tempo é limitado, e eu estou disponível para qualquer questionamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Dr. Carlos Fernando Mazzoco.

Eu passo, imediatamente, a palavra para a Sr^a Cassandra Maroni Nunes, que é Secretária de Patrimônio da União, SPU, convidada e representante da Ministra de Estado do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), a Sr^a Miriam Aparecida Belchior.

A SRA. CASSANDRA MARONI NUNES – Será que dá para falar em pé? O som é audível?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Acho que vai dar. O.k.

A SRA. CASSANDRA MARONI NUNES – Boa tarde, Sr. Presidente desta reunião, Senador Anibal Diniz. Através do senhor e do muito simpático Senador Ferraço, que foi bastante compreensivo com esta caloura chegando à SPU, nós ajustamos a data.

Cumprimento o Senado, todos os Senadores e suas equipes presentes; cumprimento meus colegas debatedores que de forma tão brilhante me antecederam.

Vai ser muito difícil abarcar todos os vastos aspectos que os senhores abordaram, mas eu gostaria de tentar aqui. E já peço a benemerência e a defesa do advogado do tempo de fala aqui, para que eu possa circunscrever a opinião, o ponto de vista da SPU sobre alguns aspectos, até chegarmos, Senador Ferraço, àquilo que eu considero uma contribuição, uma reflexão e um caminho para a construção da melhoria da legislação, que é, por fim, o objetivo dos senhores e do senhor, em particular, e de outros senadores que lutam há muito tempo em torno dessa questão.

Então, eu gostaria de fazer este debate de que muito se diz que a legislação de patrimônio nacional ou a própria SPU – Secretaria de Patrimônio da União, e o Instituto dos Terrenos de Marinha sejam algo anacrônico. E a reflexão é: será que é anacrônico ou será que é moderno?

Vamos lá, vamos ver. Eu fiz questão de colocar uma casa que não é nada moderna ali, mas, no fim, eu vou demonstrar a vocês que a agilidade com que a SPU vem chegando a essa população ribeirinha é bastante moderna. São apenas modos diferentes de se enxergar o que é anacrônico e o que é moderno.

Eu, particularmente, acho que os portugueses em 1500 trouxeram algumas coisas muito boas. A principal delas, que eu respeito com profundidade, é a nossa língua. Nem por ser velha, ela é descartável. E ela vem evoluindo e se modernizando, inclusive graças ao Brasil, embora os portugueses não gostem.

Mas vamos lá. Já foi sobejamente apresentada aqui, eu só estou usando outras cartas régias, professor, de que eu gosto mais. Eu gosto muito dessa ordem régia de 4 de outubro de 1678, porque, pela primeira vez, ela deixa claro por que quer deixar essa faixa da cota – ainda nada definida, não muito clara –, mas diz

bem claro que os terrenos de Marinha são de regalia real. O soberano usa na carta “Eu”, em letra maiúscula, quando se refere a si próprio. É uma área para regalia real. Isso choca, não é? Mas era o que ele definia.

Tudo bem, em outras ele vai definindo de forma diferente. Acho que a primeira definição... Aí vêm as Sesmarias. Vamos indo adiante.

Essa primeira definição, que já foi citada aqui: “Mera vez se fala nas quinze braças craveiras”, que dão os trinta e três metros. E aí os objetivos da Corte, que também já foram citados – eu vou passar rapidamente.

Obviamente, os interesses da Corte eram de natureza econômica, porque estavam arrancando o couro daqui com medo das invasões, e com a preocupação da proliferação de trapiches. Isso significa liberdade de comerciar, de circular, e era uma questão de controle e de defesa.

Vamos adiante.

Aí a evolução, que já foi amplamente e muito bem explicada pelo professor, como nós trabalhamos na demarcação. Depois, no debate, eu gostaria de entrar no mérito sobre algumas dessas questões que o professor criticou aqui.

Mas acho que isso é o ponto de vista do Império. O Brasil mudou. E na República a regalia do soberano passa a ser o soberano na República, que é o povo. Vocês são os representantes dessa soberania, que se expressa através do voto. Então, essa faixa hoje é a regalia do povo na República. E isso é uma modernização do conceito. Então, nós não estamos mais na época imperial. Sob a égide da República, o avanço é encarar essa faixa, como de regalia do povo brasileiro, como algo de que o povo brasileiro tem o direito de dispor. Por delegação de voto, o Executivo tem cuidado disso; e, por delegação de quem recebe o voto, o Ministério do Planejamento – abro um parêntese, Presidente, para transmitir uma calorosa saudação da nossa Ministra Miriam Belchior, que me encarregou de representar o Ministério aqui. Ela já esteve outras vezes, debatendo esse assunto, mas está lá debruçada sobre outros problemas também importantes como esse.

Eu fiz questão de frisar isso porque eu parto do meu conceito de a gente deixar de achar que proteger sob várias ópticas, sob o olhar do meio ambiente, sob o olhar da segurança, sob o olhar da urbanização e o olhar urbanístico, sob o olhar do patrimônio – o nosso é apenas o olhar do patrimônio –, o olhar da SPU; sob o olhar da legislação, que deve juntar isso; sob o olhar do zoneamento costeiro, do desenvolvimento de portos, marinas e de parque eólicos; enfim, do desenvolvimento econômico do País, nós temos outro olhar e um olhar moderno. E ainda bem que a regalia real nos legou isso até hoje.

Essa é a primeira posição que eu gostaria de estatuir de uma forma muito firme para depois discorrer sobre aquilo que nós compreendemos que são problemas; e em que nós temos que avançar; e vários deles já estão postos aqui hoje.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – V. S^a me permite uma observação para eu não perder o raciocínio, Doutora?

A SRA. CASSANDRA MARONI NUNES – Pois não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – A evolução...

A SRA. CASSANDRA MARONI NUNES – É só o começo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Claro. A evolução do termo e do conceito de regalia real para regalia do povo está muito clara. Mas o povo não é representado apenas pelo Governo Federal. O povo é representado pelos governos estaduais e pelos governos locais. Parece-me um tanto, não da parte da senhora, permita-me, nem do atual Governo... Essa questão não é uma questão de governo. Essa questão é uma questão de Estado. Todos os presidentes da República, todos os partidos que passaram pelo Governo Federal têm essa arrogância de achar que somente eles têm a capacidade de fazer a gestão desses bens que são do povo, quando mundo afora nós estamos percebendo que quanto mais você aproxima a decisão do povo, do poder local, maior é o controle social. Por que não admitir, na gestão dessas questões, o Estado e os Municípios como poder local? Entenda a minha reflexão como uma reflexão bem ampla.

A SRA. CASSANDRA MARONI NUNES – Eu entendo perfeitamente e vou repetir o que eu estatui.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Até porque a nossa Constituição estabelece que ente é o Estado, são os Municípios...

A SRA. CASSANDRA MARONI NUNES – Sem dúvida!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – ... e a União. Inclusive, a Constituição de 1988 incorpora o Município como ente federado.

A SRA. CASSANDRA MARONI NUNES – Longe de mim essa arrogância. Não avoquei a União. Eu simplesmente disse que, no caso, o voto, a soberania do povo, transmite ao Executivo, que delega. Isso tudo não é a Presidenta atual nem outros, mas a Constituição que delegou ao Executivo fazer isso e à União.

Parêntese: venho de uma cidade, de Santos, em que lá atrás, onde essa discussão de os Municípios poderem fazer a gestão do patrimônio, dessas áreas de Marinha foi muito debatida. Aliás, é debatida ao longo da história. Desde o começo o próprio rei tem

que falar “sou eu que mando”, porque não são as câmaras municipais... O Prof. Obéde deve ter chegado nisso. Então, essa polêmica não é nova e ela é saudável. Porém, eu estou defendendo isso com o conceito moderno – e não necessariamente da União – de que a regalia é do povo e, portanto, dos que os representam. E a nossa Constituição – não estou desdizendo ela – determinou isso. Em Santos, lá atrás, no século passado, rebelaram-se contra uma decisão do Supremo – não lembro nem se isso tinha o mesmo nome –, mas rebelaram-se e continuaram querendo desobedecer. Mas desde que o Supremo decidiu isso, agora, foi finalmente consagrado pela Constituição de 1988. Então, a arrogância não é minha. Eu estou apenas representando. É que meu lado Maroni, italiano, às vezes é um pouco enfático. Eu quero enfatizar isso para que nós tratemos isso sob uma óptica moderna, sob a óptica que é a missão a que a SPU se impõe hoje, que é uma missão de conhecer o patrimônio, zelar, garantir que cada imóvel da União cumpra a sua função socioambiental em harmonia com a função arrecadadora, em apoio aos programas estratégicos da Nação. Essa missão é muito diferente da visão que, infelizmente, se tem hoje da SPU e do papel que cumpriu no passado, com um forte viés arrecadatário, entendido e observado, muitas vezes, como algo escorchanto, arrancando o couro do povo brasileiro, etc. Não estou dizendo que foi, mas é a visão que se tem.

Então, há um tempo, nos últimos anos, notadamente na última década, o entendimento da tarefa da SPU, o entendimento de como deve se tratar o patrimônio, que é a regalia do povo, vem seguindo essa ótica, e isso é muito diferente de a gente tratar apenas de forma arrecadatária.

Então, vou mostrar alguns dados, rapidamente, para deixar claro quais as ações que vão em outro sentido. Aqui vocês usam palavras muito fortes, “que violentam o povo brasileiro”, “que faz o povo brasileiro sofrer”, e outras mais que recolhi. Então, vamos lá. Nossa missão é encarada como essa e nós tentamos, em cada programa, em cada diretoria, em cada Estado, cada uma das 27 superintendências, levar isso a cabo da melhor forma, inclusive prestando contas aos inúmeros órgãos que nos controlam, o que é muito saudável, a gente acaba errando menos para a frente.

Pegando a primeira tarefa – vou ter que correr –, cumprindo a função social da propriedade, que a nossa Constituição, muito claramente, estabelece: a inclusão socioterritorial. Não vou aborrecê-los com dados, mas vejam o volume: nós já entregamos títulos a 77 mil famílias – não é só terreno de Marinha. Imaginem o que significa isso para uma população ribeirinha, lá na Amazônia, que é espoliada de todas as formas: ter um

título pela primeira vez! E com um método moderno, que desburocratiza e reconhece o jeito que eles são: com uma foto na porta da casa deles fazendo parte do título de terra, que, pela primeira vez na vida, em gerações, eles terão.

Mas, só para ilustrar – vou arredondar –, nós temos 455 mil famílias em processos iniciados de regularização fundiária. Isso é o entendimento numa política nacional de regularização e de construção de moradias de interesse social, onde 33.633 famílias já foram beneficiadas. O que há de habitação de interesse social sendo construída neste País, inclusive em terrenos de Marinha, é um número grande, mas eu não quis aborrecer trazendo.

Relembrando o que já foi citado: no Minha Casa, Minha Vida e nesses programas, a população de interesse social não paga, é isenta. Nós vamos discutir isenção à frente. O problema, e aí poderia reclamar o Sr. Sebastião, que representa o setor, está no construtor, não no pobre que vai ocupar, no carente que vai ocupar o Minha Casa, Minha Vida. Mas essa é outra discussão, em que se pode pensar e avançar também. A realidade é que aquele carente já está resolvido pelos senhores, com legislação.

Vamos seguindo outros casos. População quilombola que mora em terreno de Marinha. São números que estão aí, transparência absoluta, ou estão no nosso *site*, ou estamos atualizando para colocar, estão à disposição de todo cidadão, em especial de quem representa o povo.

O Projeto Orla é uma síntese extremamente importante do que temos que fazer na nossa costa. Juntamos órgãos de níveis – viu, Senador Ferraço –, de esferas de poderes diferentes, órgãos do Estado, do Município, da União, meio ambiente, sociedade civil presente, representada, processo aberto, criando planos diretores para se fazer a gestão da orla e a proteção, especialmente, de ambientes frágeis. Isso está acontecendo em inúmeros Municípios.

Proteção ao meio ambiente. Isso tudo, as áreas da União estão sendo repassadas para os órgãos que cuidam disso. Então, a gestão não é mais da SPU. Eu quero desembolar um pouco a visão que vários dos senhores têm de uma SPU encarquilhada, arrecadando, tlim, tlim, tlim, fazendo conta. Não é mais verdade isso, já não é mais verdade, mas há uma longa estrada a ser percorrida.

Continuando, já citei rapidamente, mas, ilustrando um pouco o que a gente tem trabalhado, quando criou uma portaria para regulamentar espelho d'água, para entrar no clima da Presidenta Dilma de acelerar o crescimento do Brasil, e da nossa Ministra também, portos, parques eólicos, hidrelétricas, etc. Isso tudo

tem patrimônio da União envolvido, em vários casos, parques eólicos por excelência, terrenos de Marinha, que estão cumprindo esse papel no desenvolvimento.

Bom, eu quero, rapidamente, desculpem os números aqui, mas tenho que falar disso. Primeiro, saindo da sanha arrecadatória, mesmo assim, melhorando a gestão, cobrando melhor e mais justo, essa é a evolução da arrecadação, chegando a 2012 na ordem de 808 milhões. Fizemos questão de colocar porque já vi alguns em debate falando de 3 bilhões, isso, aquilo outro, e não é verdade. Esse é o máximo a que se chegou, por melhora na gestão, cobrando melhor, e não aumentando alíquotas, muito pelo contrário. Nós vamos demonstrar.

Vamos lá. Para ter uma ideia, mais ou menos metade dos ocupantes, temos esses milhares que foram citados aqui, vamos arredondar para 400 mil para pessoas físicas. Pessoa jurídica, muitas vezes as pessoas pensam que é o cidadão, mas é quase meio a meio. Estou falando só de taxa de ocupação, que foi o mais citado aqui.

Aforamento. Vamos lá.

Quero citar rapidamente as isenções, Vice-Prefeito. O senhor citou aquele caso da pensionista, o senhor pode orientá-la que, se está defasada a aposentadoria dela, infelizmente, para quatro salários, ela tem isenção, já está na faixa de isenção. Então, já temos há tempo a isenção, não só para a população carente, como para Estado ou distrito, porque, por incrível que pareça, isso era cobrado antes. Mas há avanços, nem tudo são espinhos.

Isso aqui é muito importante. Tem algum eslaide que tenha a separação só desses?

Eu queria que vocês prestassem atenção que, quando se fala, aqui, na violência, no sofrimento, nós estamos falando numa massa enorme que paga até R\$100,00 ao ano. Não acho que isso seja violência, com toda a sinceridade. São dados do nosso sistema: 40,8% de todos os contribuintes que pagam taxa de ocupação ou foro pagam R\$100,00 por ano, dá R\$8,3 por mês. Não acho que isso seja uma violência. Com essa faixa de até R\$500,00 por ano, que é R\$41,66 por mês, a gente completa basicamente a pizza quase inteira. Portanto, a realidade do que nós estamos falando, de taxa de ocupação de quem está morando lá, que todo ano tem que pagar, toda grande emissão tem que pagar aquilo, não é verdade que nós estamos escorrendo, matando, esfolando e arrancando. Esses são os números. Vamos falar em cima deles e desafio que apresentem outros. Podem estar incorretos, mas a realidade é que o nosso sistema, que emite e arrecada, confirma isso. É fresquinha a emissão disso aí.

Portanto, 40% é até R\$100,00. Vamos falar claro. O grosso da pizza vai até R\$500,00.

Próximo.

Está justo? Dá para melhorar? Dá para ser mais correto? Acho que sim, há estrada, mas vamos partir na estrada do ponto em que nós estamos, não vamos imaginar um ponto imaginário lá atrás, porque isso já não é mais verdade.

Bom, aí também há outros números, eu não quero aborrecê-los. Isso aí a gente pode colocar à disposição no *site* do Senado, no nosso *site*, essa apresentação para que todos tenham... Ainda assim, nós compreendemos e reconhecemos que a arrecadação não é justa, falando só de arrecadação. Vamos falar depois da contribuição, para sua reflexão, Senador Ferraço.

Esse projeto que a gente, carinhosamente, chama no SPU de Alíquotas mais Justas, eu recebi já encaminhado e fiquei agradavelmente surpresa, inclusive pela forma como foi construído. Foram ouvidos vários Parlamentares que trabalham na sua base com essa questão, que elaboram essa questão, foram ouvidos amplamente; mexemos em alguns pontos cruciais que a gente acha que estão injustos mesmo; já passou por esse longo processo; passou por um processo com a Fazenda, o que nunca é muito fácil; e agora está com a Casa Civil. A gente tem expectativa de que, em prazo muito curto, isso venha ao Congresso, e que os senhores deem um tratamento bastante generoso e célere. Tem contribuição do Senador Ferraço, me disse a equipe, me disse a nossa secretária-executiva. Vamos ver se o senhor reconhece alguma coisa aqui.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Isso vem em forma de que instrumento legal, viria, ou vem, virá, enfim?

A SRA. CASSANDRA MARONI NUNES – A nossa concepção é de projeto de lei, mas a definição disso não é nossa, obviamente. Nós somos apenas um órgão que recolheu, que discutiu junto com o Ministério – a participação do nosso Ministério foi decisiva e muito importante.

Mas, apresentando só o que contém: fim do pagamento retroativo da taxa de ocupação. Isso é proposta, gente, por favor, é a proposta que está na Casa Civil, depois de passar por várias instâncias de discussão, que a gente espera que se transforme em projeto de lei rapidamente. Bom, hoje, como é o pagamento da taxa de ocupação? Retroage até o início da ocupação. Fica muito difícil, para a gente, regularizar, porque, na hora em que a pessoa vai lá: “estou ocupando, quero regularizar”, “muito bem, agora é só pagar cinco anos para trás”. Então, o pagamento da taxa de ocupação não retroagirá. Isso, se aprovado.

Mudança do critério de cobrança da taxa de ocupação. O pagamento da taxa, hoje, é com base na data de inscrição do imóvel. Aí, tem aquela questão dos 2% antes de 1998 e 5% após 1988. Isso, em si, já é uma injustiça. Você trata cidadãos de forma diferente. A proposta é isenção de cinco salários mínimos e estender os 2% para todos. Ainda há outras isenções, programa habitacional, templos e entidades de interesse social. Isso aí é como foi para a Casa Civil. É nossa elaboração. Estou frisando isso, porque se não saem as pessoas divulgando: “O projeto do Governo é esse”. Pode sofrer algumas alterações, aqui também, obviamente, vocês é que tem mais liberdade, inclusive.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Pode inclusive melhorar.

A SRA. CASSANDRA MARONI NUNES – Pode melhorar, claro, espero que sempre.

Mudança na fórmula do cálculo do laudêmio. O Dr. Mazzoco, hoje, fez essa menção como algo injusto, e nós concordamos. Portanto, no cálculo do laudêmio, estamos propondo a cobrança apenas do valor do terreno.

Passa a ser só em cima do valor do terreno, não se lança o valor da benfeitoria.

Alteração dos valores aplicados em multa de mora. Atualmente são 10% em caso de atraso; 20% no mês seguinte; 30% no segundo mês. Passa a 33% de multa por dia de atraso e o limite máximo é de 20% por cerca de dois meses.

Parcelamento dos débitos. Isso aqui é muito importante. A SPU fazia antes, depois não pôde mais fazer. Se aprovado, agora, como lei, poderemos voltar a fazer em até 60 meses.

Incentivo à adimplência, fazendo a renegociação com isenção de multa. Estariam isentos de cobrança de multa aqueles que, em até 180 dias, comparecerem à SPU para renegociar suas dívidas, podendo pagar parcelado ou à vista. Só aqui a gente pode beneficiar 240 mil pessoas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Tipo um Refis.

A SRA. CASSANDRA MARONI NUNES – Tipo um Refis. É como um Refis mesmo.

Extinção da dívida de até 10 por pessoa. Caso o valor seja inferior a R\$10 mil, o devedor terá sua dívida extinta. Serão beneficiadas 140 mil pessoas físicas e 8 mil pessoas jurídicas. Aí, você consolida a dívida de cada devedor, até 31 de dezembro de 2013. Quer dizer, a data, também, depende de vir para cá, do tempo que fica, etc., etc.

Bem, então isso é um pouco dos caminhos que nós estamos trilhando, já estamos trilhando hoje. Os próximos passos essenciais, no nosso ponto de vista,

da instituição, da Secretaria de Patrimônio da União, em primeiro lugar – esse é o livro que estou carregando embaixo do braço, que ainda não está em Ipad nem nada, é a compilação que temos da legislação imobiliária da União e legislação correlata –, não é possível, no sistema que nós temos, em que nenhum cidadão pode alegar ignorância da lei, que uma criancinha que nasça hoje já tenha que saber que, sobre as costas dela, pesa toda essa legislação só sobre patrimônio da União. Então, também é um desafio.

Li com muita alegria que vocês criaram uma comissão mista, talvez, para fazer a consolidação. O Deputado Vaccarezza, em São Paulo...

(Soa a campanha.)

A SRA. CASSANDRA MARONI NUNES – ...fez uma consolidação fantástica na legislação do Estado de São Paulo. Uma simplificação decorrente disso vai ser muito importante.

Então, nós trabalharemos, de certa forma, nisso, mas é um desafio para que vocês também se integrem e avancem nessa tarefa.

Isso aqui está nos mobilizando e nos animando sobremaneira, Professor.

O Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio da União concentra o conjunto de desejos e sonhos de todos os servidores, em todos os Estados, que sofrem hoje com as agruras de cadastro, com as agruras de ter que seguir o que a lei fala de presunção. A gente inventa presunção da cabeça do homologador da linha, a gente segue a legislação, que tem fórmulas consagradas e bastante complexas.

Vou abrir um parêntese aqui, porque nós abriremos esse debate, já estamos a pleno vapor aglutinando o que há de melhor no conhecimento, no porte de estudiosos como V. S^a, professor, porque, a costa brasileira – desculpe-me por abrir um parêntese, como geóloga que sou, minha formação acadêmica é em Geologia –, a costa brasileira, se esticada, 9.200km, descontando as reentrâncias, tem comportamentos geodinâmicos, geomorfológicos, geológicos bastante diferenciados do Norte até o Chuí. Portanto, em média, podemos falar em 30cm, como diz o Professor Kenitiro Suguio, que é o maior especialista em avanço, em medição do nível relativo do mar, representa a América do Sul em todos esses fóruns, eminente sedimentologista. De fato, pode-se citar, no geral, esses 30cm. Entretanto, a costa brasileira tem comportamento de marés diferenciado, aquele trecho de megamaré, no Norte, média maré em setores do Nordeste, e, para baixo, micromarés, o que dá uma dinâmica bastante diferente. Por isso que se trabalha com o avanço do mar em média. Por outro lado, a gente tem um comporta-

mento de costa que está emergindo, ou imergindo, de acordo também com a circulação. Não quero aborrecê-los com isso, mas temos que ser muito cuidadosos quando trabalhamos com trechos do litoral que têm comportamentos geodinâmicos muito diferenciados. O avanço do mar, por um lado, medido em um século, média de 30cm; por outro lado, um comportamento de erosão da plataforma para cima, da antepraia para lá, comportamento de erosão em vários trechos, que dá um comportamento de imersão.

Portanto, é diferenciado, e os estudos até décadas recentes eram todos feitos no Hemisfério Norte, cujo comportamento dos mares e oceanos também é completamente diferente; estão perto das geleiras; a temperatura voga, e muito, no aumento, na expansão e na contração do volume das águas, e por aí vai. E fenômenos tectônicos que a gente observa bastante claramente, influenciando isso tudo.

Certo é que a costa, o nível relativo do mar, como a gente chama, vem migrando bastante. Os principais registros urbanísticos disso a gente tem, que são os sambaquis ao longo do litoral, que são resquícios da presença humana, que ficavam na beira do mar e hoje estão para dentro. Mas aí nós já estamos falando de cinco mil anos para cá, e não de 1831.

Digo isso para falar que, nesse programa de modernização, não só nós vamos conseguir usar o que há de melhor no conhecimento científico, em termos de dinâmica costeira, no Brasil e no mundo, que é recente. É importante frisar que o conhecimento da dinâmica da nossa costa é recente, se comparado com o Velho Mundo. Os principais trabalhos em que a gente pode se basear datam de 1970 para cá – ações do Governo brasileiro, Projeto Remac, e por aí vai. Então, isso é muito pouco em ciência, bastante recente, mas nós traremos para esse debate todo esse conhecimento. Já estamos trazendo o que há de melhor no conhecimento científico, o que há de melhor na tecnologia. Aí sim, esses 9.200km de costa, porque se formos falar da nossa tarefa das áreas de margem, aí nós vamos falar de muito mais. Provavelmente, muito mais, ou não. A gente ainda não tem esse dado, e ninguém tem.

A disputa pela Amazônia também foi uma das primeiras dos portugueses, porque o primeiro pensamento de Sesmarias dos portugueses foi exatamente para controlar e dominar a Amazônia, e até hoje a gente... Claro que há avanços muito grandes nesse sentido, mas eu não vim aqui para falar disso hoje, mas é um assunto também que me apaixona.

Então, esse programa de modernização tem um financiamento do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, e está pegando fogo dentro da SPU. Então, os senhores ouvirão falar em avanços, e serão

convidados para participar e crescer junto conosco nesse aspecto.

Senador Ferraço, acho que esse é um outro pleito. Eu queria fazer uma reflexão aqui. Ao invés de jogarmos fora a bacia com a água e com o neném junto, que é a disposição transitória, esqueça o aborrecimento com a enfiteuse. Ali, fala-se algo muito importante, que cita a faixa de segurança, porque aí não precisamos de PEC, pode ser regulamentado por lei. Seria isso. Porque aí nós podemos fazer a alienação dos bens, a remição de aforamento, junto a essas coisas todas, na faixa de segurança. Então, nós estamos trabalhando com todo esse conhecimento que está sendo e será aprofundado no plano de modernização.

Traça-se uma linha de segurança, que é necessária, ouvido e olhar da segurança nacional, o olhar ambiental, o olhar jurídico, o olhar urbanístico, o olhar das três esferas de poder, o olhar do cidadão – isso envolve audiências públicas, etc., etc. –, e um critério muito firme, consistente e robusto, em que se traça essa faixa de segurança, após a qual poderemos fazer alienação. Isso poderá ser feito por lei. Não sei. O meu conhecimento de legislação é mais no plano municipal, mas está aí o repto a vocês.

Lendo as várias observações na fundamentação do substitutivo que V. Ex^a oferece ao Brasil, me levou ao raciocínio. Eu falei: “Puxa, quase que o Senador Ferraço chega à conclusão de que se precisa regulamentar a faixa de segurança, porque ali, naquela sua compreensão – desculpe chamá-la de sua –, vossa compreensão, está justamente o raciocínio para fazer com segurança e com muita seriedade a definição dessa faixa de segurança e, depois, os critérios para remição de aforamento, etc., etc., sem jogar – desculpe a expressão, mas para ficar bem claro – a água e o bebê fora, com a bacia. Em algumas PECs, até a bacia. E, aí sim, Promotor, ficarmos com uma insegurança jurídica.

Essa explanação do aumento relativo do nível do mar é algo que pode ser polêmico no meio científico, sobre as causas e as origens do aquecimento global, etc., mas é certo que, em todo o litoral, as ressacas têm sido mais frequentes e mais intensas. E isso tende a se acentuar, assim como as tempestades também têm sido. Isso é conclusão de climatologistas, mesmo os que têm brigas sobre o aquecimento global, ou não, sobre quais as causas. Na geologia, nós lidamos com ciclos paleoclimáticos intensos. No Brasil, aqui mesmo onde nós estamos, já se passou por glaciação, já se passou por clima desértico. Agora, às vezes, dá para lembrar que é o desértico.

(Soa a campanha.)

A SRA. CASSANDRA MARONI NUNES – Enfim, esses ciclos climáticos são razoavelmente frequentes nos 4,5 bilhões de anos da Terra, e nós estamos num deles. Então, isso é sério, do ponto de vista urbanístico, ambiental, de todos os aspectos. A proteção dos ambientes mais frágeis, a proteção dessa área de regalia do povo tem que ser vista sob a ótica pública, e não só de entregar os terrenos e privatizar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Dr^a Cassandra, desculpe-me interrompê-la. Só para avançar para a conclusão mesmo.

A SRA. CASSANDRA MARONI NUNES – Não, eu concluo. Eu concluo por aí, dizendo que a regalia do povo é poder desfrutar. Quem mora atrás dos prédios da orla já consolidada poder desfrutar também da brisa, da luz do sol, enfim, da vista. Por que não?

Concluo usando uma expressão de Vicente de Carvalho, um poeta de Santos, que hoje virou nome de rua, paralela à do Presidente que ele abordou, Epitácio Pessoa, quando foi defender ao Presidente o direito que os cidadãos de Santos tinham de olhar o mar, o direito da contemplação. Às vezes, se a gente falar hoje, vão dizer: “Puxa vida, perante tantos prédios, a importância do setor dos empregos e tal, você vem falar no direito à contemplação.” Mas Vicente de Carvalho teve essa coragem e, graças a isso, a gente enxerga a Praia do Gonzaga e a Praia do Boqueirão, em Santos, até hoje, porque o Presidente falou: “É um absurdo. Não permitiremos prédios na areia.” Escapou um ou outro, mas já tinha sido antes disso.

Obrigada pela paciência, Presidente e audiência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Agora, eu concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço, que é o proponente dessa audiência e o Relator das duas matérias em apreciação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, Senador em exercício Anibal Diniz, Senadora Ana Rita, nossos convidados que nos honram muito aqui com as suas presenças, nesta fase de instrução, em que nós estamos caminhando para oferecer o nosso parecer da Comissão de Constituição e Justiça, para vermos esse tema ter desdobramento, ter consequência.

Faço, Sr. Presidente, um registro e uma homenagem a tantas e tantos Parlamentares, ou não, no exercício dos seus mandatos, ou não, que se envolveram, ao longo dos últimos anos, na busca de uma convergência para verem esse tema avançar. Seguramente não sou o primeiro. Tantos e tantos outros que passaram pelo Congresso Nacional e tantos que estão militando no movimento popular, no movimento comunitário, no dia a dia, empreendedores. Há um Brasil mobilizado, há um Brasil na militância pela discussão do tema.

Chegando ao Senador há pouco mais de um ano, enfim, dois anos, eu tenho insistido muito na possibilidade de nós estarmos, Sr. Presidente, criando um ambiente para um debate como esse que nós estamos fazendo aqui. Um debate, ainda que não seja uma proposta pronta e acabada, mas que é consequência de muitas reuniões que fizemos com a Dr^a Maria Paula – ou melhor, Dr^a Paula, perdão – que até bem pouco tempo antecedia a Dr^a Cassandra na Secretaria do Patrimônio da União. Fizemos muitas reuniões; reuniões boas, reuniões convergentes, reuniões divergentes, no bom sentido da palavra; muita briga, mas uma briga muito saudável porque era um encontro de convicções e pensamentos, sempre de maneira muito civilizada e muito respeitosa. Agora, a Dr^a Paula foi para a Prefeitura Municipal de São Paulo. Uma excepcional servidora pública, que eu quero testemunhar aqui todo o seu apoio. Não apenas dela, como também da Dr^a Eva, Secretária-Executiva do Ministério do Planejamento, que tem a gestão sobre esse tema. Chegamos a conversar, também, com a Ministra Miriam, sempre muito ocupada, sempre correndo, sempre concentrando grande parte do seu esforço, da sua energia ao PAC.

Então eu acho que nós estamos, Presidente, prontos para apresentar o nosso relatório. Eu vou, inclusive, socializar – gostaria que assessoria da Comissão me ajudasse – uma primeira versão desse meu substitutivo em função do apensamento dessas propostas de emenda à Constituição. É verdade, tenho que, depois, fazer alguma regulamentação da faixa de segurança – V. S^a identificou bem essa necessidade.

Mas o que desejo, Sr. Presidente, para não tomar mais tempo, e agradeço a V. Ex^a por estar aqui nos presidindo, pois o nosso querido Presidente Vital do Rêgo teve de retornar à Paraíba em razão de problemas pessoais – uma irmã do nosso Senador Vital está passando por uma cirurgia. Enfim, essa é a primeira versão do nosso substitutivo, que nós vamos, também, disponibilizar para as senhoras e para os senhores em formato eletrônico. Isso já consta do nosso *blog*, já consta, enfim, do nosso Face, está nas redes sociais.

A ideia é que nós, agora, pudéssemos, a partir dessa proposta, receber sugestões, contribuições, críticas para aperfeiçoarmos a legislação. Esse é o sentido, que, no máximo, quem sabe, em duas ou três semanas, ainda no mês de abril, possamos apresentar essa proposta aqui na Comissão de Constituição e Justiça.

Eu gostaria muito de receber a contribuição de V. S^{as}, pela luta, pela militância que têm tido nesse debate, e gostaria muito de continuar dialogando com a Dr^a Cassandra e também, agora, com a Casa Civil, com a Ministra Gleisi. Já estive conversando com ela algumas vezes sobre essa temática, que pode cau-

sar muitos problemas a inúmeros bons projetos do Governo Federal.

Então, nós vamos continuar mantendo a interlocução, mas eu gostaria muito que a equipe de V. S^a pudesse se debruçar, assim como os demais colegas que nos honram aqui com suas presenças, e que nós pudéssemos ter uma contribuição no campo dessa gestão ou da crítica para que eu possa apresentar finalmente o meu parecer na Comissão de Constituição e Justiça. O propósito é deixar esse documento disponibilizado nas redes para que ali a gente receba as contribuições, como faríamos aqui.

Sinceramente, não tenho muita coisa para acrescentar, Presidente. Apenas dizer que tudo que foi dito aqui está devidamente registrado, tudo que foi apresentado está arquivado e tudo isso será por mim considerado e pela equipe que está me ajudando na construção desse trabalho nessa linha de chegada. O que me resta é agradecer a V. Ex^a, Senador Anibal Diniz, agradecer ao Prof. Obéde, agradecer ao nosso sempre Deputado José Carlos Machado, nosso Vice-Prefeito de Aracaju, agradecer à Dr^a Cassandra Maroni, que, me permita, já chega dando um *show* de bola mostrando determinação, boa vontade, disposição para o diálogo, para a interlocução. É exatamente isso.

A natureza, enfim, das nossas ações são diferentes, mas são complementares à ação do Executivo, à ação do Legislativo. Entenda a minha consideração como alguém que acha que o poder local precisa ter mais responsabilidade. Os problemas e os desafios relacionados à ocupação do solo urbano passam por uma transferência de tarefas, mas, também, de responsabilidade.

Estou um pouco mais seguro com isso, hoje, porque nos temos o Ministério Público, nós temos organizações não governamentais, nós temos uma sociedade mais mobilizada. O fato objetivo é que, historicamente, temos muitas distorções. É preciso reconhecer isso no nível local, no nível estadual. Mas eu acho que o nível de cidadania do Brasil, o nível de engajamento da população, das nossas instituições – e homenagem aqui o Ministério Público Estadual e o Ministério Público Federal – são olhos muito vigilantes na defesa e na preservação dos mais elevados direitos da sociedade brasileira.

Eu acho que chegou o momento de nós termos um pouco menos de preocupação, ou um pouco menos de preconceito em achar que é aqui de Brasília – não as senhoras e os senhores do Executivo –, que nós teremos capacidade, aqui no Congresso, de resolver os enormes problemas do Brasil, porque são heterogêneos, são complexos. A realidade do Amazonas é

uma, do Maranhão é outra, do Rio Grande do Sul é outra e assim por diante.

Acho que precisamos avançar na distribuição dessas responsabilidades para os Estados e para os Municípios. Eu entendo que precisamos cuidar do patrimônio da União. Mas estamos cuidando bem? Temos estrutura, temos perna, temos orçamento? Os recursos que a Secretaria da União arrecada ficam na Secretaria da União para que ela possa reinvestir nos seus recursos humanos e nos seus recursos materiais para que as demarcações possam ser feitas com mais tempo, com menos tempo, com mais velocidade, com mais qualidade?

Então, nós temos um desafio grande nessa área. Eu acho que precisamos refletir. Essas propostas que a Dr^a Cassandra apresentou aqui são propostas interessantes. Eu queria reconhecer, Dr^a Cassandra, pois muitas delas são consequência das inúmeras reuniões que nós fizemos com a Dr^a Eva, com a Dr^a Paula, e, em algum momento, com a Ministra Miriam. Temos um ano e meio, dois anos de debate até essa proposta ser apresentada, mas essa é uma proposta que, na prática, desonera. Ela é uma proposta de desoneração.

Nós continuamos e vamos continuar com enormes desafios no patrimônio da União. E aí eu quero entender a União como a Constituição define, mas também a União através dos seus entes federados, que não concorrem, que se complementam e que podem se prevalecer das suas estruturas locais para se complementarem à atividade da Secretaria do Patrimônio da União.

Longe de mim deixar de reconhecer a importância da Secretaria de Patrimônio da União. Não é isso, mas é que eu estou, cada dia, mais convencido de que precisamos descentralizar este País, dar responsabilidade, cobrar responsabilidade e acreditar na capacidade da sociedade e das nossas instituições de cobrarem e de exercerem um controle social sobre essas responsabilidades. De modo que agradeço muito a V. S^a, também muito simpática. Parabéns.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Quero agradecer ao Dr. Carlos Mazzoco, Procurador da República, seguramente alguém que tem se dedicado a esse tema ao longo de uma trajetória e tem feito um trabalho extraordinário na Procuradoria da República do Espírito Santo; de igual forma, o Dr. Sebastião Constantino Dadalto, que é quem fala pelos empreendedores. É preciso que a gente faça um discernimento: há empreendedores e há empreendedores. Nem todo empreendedor é capitalista selvagem, não

tem preocupação nem sensibilidade ou responsabilidade com o coletivo. Há os que não têm, é verdade.

A Câmara Brasileira da Indústria tem tido sensibilidade para com esses temas, tem comprometimento com isso, e acho que a visão dos empreendedores é importante para que a gente possa, nesse ambiente de enfrentamento e de debate, continuar avançando e – quem sabe? – virar essa página com os avanços que a senhora apresentou aqui, que reconheço são bons e importantes. Mas quero ousar mais: quero ir adiante. E é para esse ir adiante que, além do nosso parecer, sobre o qual nós queremos conversar com o Poder Executivo, quero continuar mantendo com V. S^a e com a Ministra Miriam toda interlocução na construção de um objetivo comum.

Agradeço muito a todas as senhoras e a todos os senhores. Agradeço firmemente ao nosso Senador Anibal Diniz pela paciência, pela tolerância em permitir que nós chegássemos até as 17h com este debate aqui.

Muito obrigado a S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

Eu concedo a palavra agora à Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Inicialmente, eu quero cumprimentar toda a Mesa, o Dr. Obéde, o Sr. José Carlos; a Sr^a Cassandra, que está aqui representando o Ministério do Planejamento, como Secretária de Patrimônio da União; o Sr. Carlos Fernando e também o Sr. Constantino Dadalto, que é capixaba, lá do nosso Estado, assim como o Procurador da República.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Capixaba de Castelo, hein?

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – E de Castelo ainda, da minha região.

É um prazer recebê-los aqui, e esse tema trazido aqui hoje, nesta audiência pública promovida e solicitada pelo Senador Ricardo Ferraço, é de alta relevância para nós capixabas. Mas não é um problema só do Espírito Santo. Nós sabemos que essa questão dos terrenos de Marinha é importante para alguns outros Estados, como Santa Catarina e me parece que Pernambuco, onde essa questão é muito forte. Mas particularmente o Espírito Santo, porque ele tem um litoral imenso. Então, esse assunto tem um peso muito grande.

Eu acho que, assim como o Senador Ricardo tem essa preocupação, nós tivemos a possibilidade de tratar do tema já em 2011. E eu quero fazer um pouco esse resgate, que acho fundamental, pois considero que é preciso realmente ter agilidade no andamento desse processo.

Quando nós chegamos aqui em 2011, esse assunto nos preocupou e também tivemos a possibilidade

de fazer algumas reuniões na Secretaria de Patrimônio da União – na época ainda da Dr^a Alexandra, depois com a Dr^a Paula, com a Ministra Miriam Belchior – e tivemos a possibilidade também de conversar com alguns técnicos, como era o caso do Paulo, e tivemos reuniões no Estado onde nós já discutíamos o seguinte: existia uma proposta que já estava tramitando nesta Casa e que foi retirada de pauta porque havia um consenso, construiu-se um consenso entre os Senadores da época, e o Governo ficou, a partir desse consenso, de construir uma proposta e encaminhar novamente para o Congresso Nacional.

Quando nós chegamos aqui, a nossa intenção era oferecer uma contribuição a esse debate. Propusemo-nos inclusive a apresentar um projeto, mas que esse projeto estivesse em sintonia e articulado com o Governo, a partir desse histórico que já existia aqui no Congresso Nacional.

Chegamos à conclusão de que a proposta apresentada não poderia ser uma iniciativa do Legislativo: deveria ser uma iniciativa do Executivo, porque, se fosse uma iniciativa do Legislativo, poderia haver algumas questões de inconstitucionalidade, pelo fato de que havia questões ali que não poderiam ser propostas pelo Legislativo num primeiro momento.

Então, esse debate aconteceu naquele período.

É importante também ressaltar que nós aprendemos muito com esse debate. E uma coisa que realmente fica claro para nós é que uma propriedade da União é uma propriedade, de fato, de todos os brasileiros, e a União tem uma responsabilidade sobre esse fato.

Após isso, nós fizemos todo esse debate e percebemos, de fato, a preocupação da Secretaria de Patrimônio da União – e a Secretária hoje traz essa preocupação – de trabalhar esse tema do ponto de vista da justiça social, dentro de um conceito moderno, um conceito mais atualizado e adequado à realidade de hoje. Na verdade, a legislação existente não contempla mais a nossa realidade. Nós precisamos realmente adequar essa legislação à nossa realidade de hoje.

E, quando nós olhamos, por exemplo, a realidade do Espírito Santo, enfrentamos uma série de dificuldades. Por exemplo, eu trabalhei na Prefeitura de Vitória num programa que, entre outras ações, incluía a regularização fundiária de áreas de interesse social para construção de moradia popular. E uma das dificuldades de se fazer a regularização fundiária de determinadas áreas é que parte dessas áreas são áreas da União. Então, há todo um procedimento de repasse dessas áreas para o Governo estadual, para o Governo municipal, para que se possam fazer, de fato, os empreendimentos de interesse social.

Então, boa parte dessas áreas que são patrimônio da União estão completamente urbanizadas em áreas inclusive de famílias de poder aquisitivo muito pequeno. Boa parte de famílias ganham até um salário mínimo ou até dois salários mínimos. Essa é uma realidade particularmente de Vitória, da ilha de Vitória, que, por ser ilha, em todo o seu entorno, existem moradias.

Por outro lado, nós vimos também que a região litorânea, ao longo da história, foi sendo aterrada. E hoje existem grande empreendimentos, como o Shopping Vitória, por exemplo, a Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, em regiões que foram aterradas ao longo dos anos. E isso precisa ser resolvido, pois os empreendimentos estão em áreas de terrenos de Marinha.

Eu tenho o entendimento de que é preciso resolver essa questão. Mas também entendo que não podemos extinguir terrenos de Marinha e acabar com todos eles. Acho que não podemos fazer isso porque é muito ruim, porque nós deixaremos determinadas áreas do Estado vulneráveis para novas ocupações, que poderão ser, com certeza, irregulares, trazendo novos problemas para o Estado, para a União e para a própria população.

Pelo que eu sei, Dr^a Cassandra, a proposta de projeto que hoje está na Casa Civil – e que, lamentavelmente, está lá há muito tempo – redefine esses terrenos, além de definir, conforme a senhora já levantou aqui, outras questões que isentam devedores. Isso é muito bom. Por exemplo, numa área onde moram famílias que ganham até um salário mínimo, é muito justo que se isentem essas famílias, para que elas possam regularizar seu pequeno terreno, que, muitas vezes, são terrenos em que cabem apenas sua casa, e elas precisam regularizar e querem inclusive contribuir com o IPTU. As famílias fazem questão de contribuir com o IPTU, mas, se sua casa não está regularizada, elas ficam impedidas inclusive de exercer esses outros direitos e deveres.

Por outro lado, também não dá para isentar determinados empreendimentos que estão em áreas de terrenos de Marinha, mas que são empreendimentos grandes, de pessoas que têm muitas posses. Aí eu não acho justo não. Acho que é preciso fazer justiça social. Grandes empresas, grandes imobiliárias, grandes empreendimentos, ali não é justo que a União isente não. Acho que deve haver uma política específica para esses grandes “detentores” – entre aspas – dessas propriedades que são terrenos da União, que são patrimônio da União.

Então, eu entendo que a proposta que foi construída e sobre a qual me parece, lá atrás, na legislatura anterior, já teria havido certo consenso entre os Parla-

mentares – que depois, com certeza, foi aperfeiçoada e qualificada pelo Governo – contempla essas questões. E a senhora também disse de diminuir a taxa de inscrição de quem ganha 5 até 2%, diminuir a multa pelo não pagamento.

Então, há uma série de medidas que eu acho vai beneficiar a todos, fazendo justiça social, sem que alguns sejam beneficiados sem necessidade, altamente beneficiados, vamos dizer assim, e aqueles que merecem realmente ter o apoio do Estado para regularizarem seu terreno possam ser contemplados.

Então, a minha fala, Sr^a Secretária, vai nessa linha. Eu não sei como é que nós vamos tratar, o Senador Ricardo saiu, mas há essa PEC tramitando aqui no Senado e há a proposta no Governo para ser encaminhada para cá. Eu acho que nós ficamos com uma duplicidade, e o que está valendo é esta que está aqui, porque, oficialmente, ela já está tramitando na Casa, mas nós, eu particularmente tomei a iniciativa de aguardar o que vinha do Governo Federal, para que nós pudéssemos ter aqui um projeto de lei que tivesse amplo apoio por parte da sociedade, por parte dos Parlamentares e por parte do Governo.

Então, eu acho que nós ficamos agora com um problema para ser resolvido. Essa é a minha opinião. O Senador Ricardo saiu, mas esse é um debate que vamos precisar fazer. Eu imagino que esta é uma audiência pública altamente importante, acho que vamos ter de fazer novos momentos de debates, para que nós possamos inclusive aprofundar não só esta PEC que está aqui, mas também saber se o Governo vai ou não encaminhar o que está previsto para ser encaminhado.

Então, fica aí o meu questionamento, o meu pedido e a minha preocupação diante disso. Acho que é muito importante que nós possamos chegar a um bom termo, para que todos possam sair ganhando nesse processo. E eu digo que falo aqui em nome dos capixabas. Esse tema é um tema altamente importante para o Estado do Espírito Santo, em particular para a população que mora nos Municípios da região metropolitana e nos Municípios litorâneos do nosso Estado. Então, coloco isso como uma preocupação e, ao mesmo tempo, faço aqui este pedido.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senadora Ana Rita.

Na realidade, esse assunto é um assunto que interessa a todo o Brasil, porque, em todos os Estados, há pessoas ocupando áreas pertencentes à União e que passam por necessidade de regularização. E certamente esta audiência pública tem uma contribuição muito importante no sentido de orientar tanto a relatoria da matéria quanto a composição de novas proposições

legislativas que venham a contribuir para resolver ou dar uma saída para esse problema posto.

O Senador Ricardo Ferraço, que é o Relator da matéria, teve de se ausentar, mas deixou bem claro seu pensamento sobre a qualidade das contribuições trazidas ao longo desta audiência pública.

Então, antes de declarar encerrada esta reunião, eu gostaria de passar a palavra para as considerações finais, de maneira bem objetiva, ao Vice-Prefeito José Carlos Machado.

O SR. JOSÉ CARLOS MACHADO – Presidente, gostaria de agradecer e não deixar de fazer uma referência, porque eu ouvi, participei da várias reuniões.

Minha cara Senadora, eu fui testemunha daquele acordo, daquela tentativa de acordo que ocorreu antes de 2010. Era uma Comissão Senado e Câmara, presidida pelo Senador Romero Jucá, e eu quero frisar que, de forma muito ativa, participavam Senadores da Bancada do Espírito Santo.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Senador Casagrande.

O SR. JOSÉ CARLOS MACHADO – Renato Casagrande, que hoje é governador, e o Senador Camata. E evoluímos quase que para um entendimento, isso em 2009/2010. O que está sendo elaborado no planejamento de hoje é fruto daquele trabalho. Nós chegamos quase que a um entendimento em 2009, e já se passaram quase quatro anos. Então, a senhora cobra muito bem: o Governo precisa decidir o que é que quer, porque o parecer do Relator pode ser votado a qualquer momento, embora ele tenha dito: “Temos continuar o diálogo”, viu, minha cara Secretária? O diálogo é fundamental. E, pela primeira vez, depois de várias reuniões com técnicos e secretária da Secretaria do Patrimônio da União, eu vi a Secretaria admitir avanços. Nesse relacionamento entre ocupante, o foreiro e o SPU, o único avanço que ocorreu foi de iniciativa desta Casa, quando se incluiu numa medida provisória a isenção do pagamento de foros e de taxas para quem ganha até cinco salários mínimos. Portanto, um conselho a V. S^a: divulgue mais isso. Porque, quando eu fiz a referência quando a mulher chegou lá: “Por que estão me cobrando?” Cobram e a pessoa tem que se habilitar, tem que dizer que não ganha cinco, isso tem que ser mais divulgado. Quem ganha até cinco salários está isento do pagamento do foro e da taxa de laudêmio. Agora, temos que reconhecer que a SPU divulga isso pouco e mal.

Por fim, louvo a sua fala quando a senhora, de forma muito clara e precisa, embora transpareça que a preocupação da Secretaria é só de arrecadar, não é isso. Nós temos preocupação na área social, palavras de V. S^a, temos preocupação na área do meio ambiente,

temos preocupações na área urbanística e sou testemunha de que a minha Aracaju, em 1977, através de um decreto de doação assinado pelo Presidente da época, Ernesto Geisel, transferiu do domínio da União para o Município de Aracaju uma área de quase 6 milhões de metros quadrados, onde se permitiu construir hoje uma dos bairros mais modernos do Município de Aracaju, que cumpre uma função urbanística, uma função de meio ambiente, mas cumpre, sobretudo, uma função no aspecto social.

Fica, portanto, não um conselho, mas um apelo para que esse entendimento entre Congresso e a Secretaria, Ministério do Planejamento, se aprofunde, se acelere e tenhamos conclusões num menor espaço de tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Vice-Prefeito José Carlos.

Agora, vamos ouvir as considerações finais do Sr. Sebastião Constantino.

O SR. SEBASTIÃO CONSTANTINO DADALTO – Muito obrigado, Senador.

Senadora Ana Rita, não havia cumprimentado a senhora, boa tarde.

A minha conclusão é simples e objetiva, como de início: precisamos avançar. Conforme propôs a Senadora Ana Rita, o Governo precisa se posicionar relativamente quanto àquele projeto que está na Casa Civil e o Senador Ricardo precisa convergir numa proposta que resulte de forma objetiva, rápida e palatável na solução desse problema que aflige milhares de brasileiros.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Sr. Carlos Fernando Mazzoko, Procurador da República.

O SR. CARLOS FERNANDO MAZZOKO – Sr. Presidente, também gostaria de cumprimentar a Senadora capixaba, Ana Rita. Agradeço o convite do Senado para debater este assunto.

Como relatei previamente, a gente se depara com várias dificuldades no manejo desse instituto. É importante a proteção do patrimônio público, mas também, de outro lado, é importante o respeito ao direito do cidadão, à segurança jurídica e a todas as outras questões que permeiam as razões deste debate.

Realmente, são um avanço as propostas de proposta do Poder Executivo que está na Casa Civil, mas fica o temor de ficarem só em propostas, porque, em torno de cinco anos atrás, recebi também um anteprojeto, uma minuta de anteprojeto do Executivo com aperfeiçoamento do instituto, só que também não foi adiante e, de ano em ano, passam-se décadas e continuamos com o problema de que a linha preamar é de

1831 e estamos em 2013 e o problema permanece. A gente espera que possa haver uma solução para evitar as inúmeras demandas judiciais que ocorrem e que oneram os cofres públicos.

Agradeço o convite. Estou à disposição, tanto do Senado Federal, quanto do Poder Executivo Federal para discutir ou colaborar com algo que seja possível.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Sr. Obéde Pereira, suas considerações.

O SR. OBÉDE PEREIRA DE LIMA – Muito obrigado, Senador.

Como já citei anteriormente, eu fiquei muito satisfeito quando há um ano e meio compareci, a convite da Secretária do Patrimônio da União, para fazer uma palestra como essa que mostrei aqui. Aqui foi um tanto quanto corrida, não deu para assimilar bem, mas lá tivemos uma manhã inteira e depois uma tarde inteira para debater sobre este assunto.

Então, fiquei muito satisfeito em ver o quanto a Secretaria do Patrimônio da União vem avançando nessa abertura para resolver essas questões. Secretaria do Patrimônio da União não é só terreno de Marinha, tem uma quantidade muito grande de responsabilidade, sobretudo do que é patrimônio da União. Terreno de Marinha é apenas uma pequena fatia. Mas, fico muito satisfeito em ver que a Secretaria do Patrimônio da União está aberta a essas propostas de solução dos problemas.

E aqui, apenas para fazer um comentário a respeito de tudo que a Dr^a Cassandra falou, naturalmente, pelo lado dela ela tinha mais que falar mesmo, era de arrecadação. Falou e falou e as aplicações desses produtos arrecadados.

Mas, aqui, faço apenas uma questão para reflexão de todos. Para que essa tributação arrecadada seja legítima, é necessário que fique devidamente provado que os terrenos de Marinha são legítimos ou, se eles não existem mais, como fazer cobrança de terrenos que não existem mais?

Só isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Dr^a Cassandra.

A SRA. CASSANDRA MARONI NUNES – Prof. Obéde, seguramente muitas linhas estão afogadas. Eu mesma vi uma se afogando rapidamente em Pirambu, em Sergipe. É um processo erosivo que deixa o ser humano pequenininho quando se vê acontecer. Nessa linha, em poucas horas 1,5km de erosão, realmente impressionante. Então, estamos com muitas linhas afogadas, outras aterradas por aí fora. Mas acho que estamos empreendendo um esforço bastante grande, como eu disse, para trazer o melhor do conhecimento

científico e tecnológico para que a regalia do povo brasileiro seja feita à altura do que o povo brasileiro merece.

Senadora Ana Rita, eu gostaria, em primeiro lugar, de corrigir – uma deselegância da minha parte, mas alertada pela nossa eficiente equipe, que me relatou aqui por esses mecanismos – o papel importantíssimo que V. Ex^a teve quando da elaboração para que isso virasse de fato um projeto, ganhasse algumas pernas e andasse um pouco mais. Portanto, chegou a hora de ser convocada a cumprir esse papel de novo. Eu tenho convicção...

(Interrupção do som.)

A SRA. CASSANDRA MARONI NUNES – ... de que a Presidenta da República, ou a Ministra-Chefe da Casa Civil compartilha dessa angústia que virou quase que uma unanimidade aqui. Esse projeto vem aliviar, de certa forma, diminuir um pouco essas discrepâncias.

Portanto, queria ressaltar o papel importante que a Senadora tem num Estado que realmente é um dos símbolos, particularmente, a capital, de como fica difícil visualizar o caso das linhas aterradas. Mas, creio que desenvolvendo essa proposta de faixa de segurança a partir da qual se pode fazer a remissão do foro e alienar a área, nós contemplaremos o seu Estado de forma muito importante. Mas temos que fazer isso com mãos seguras pelo conhecimento técnico e tecnológico, respeitando a urbanização e a fragilidade do ambiente em determinados locais. Combinar isso vai ser a arte, a ciência, o olhar... Eu queria sugerir até a esta Comissão que trouxesse os outros olhares, como eu falei – o Exército e a Marinha têm um outro ponto de vista, somos apenas o ponto de vista patrimonial, o meio ambiente tem outro –, enfim, para compor, porque ficaria uma situação muito complicada se essa PEC voltasse a andar enquanto não entrasse o projeto. Seria melhor que a gente pudesse primeiro resolver esse alívio tributário para aí trabalhar a ideia da linha de segurança, que, no meu entendimento, é uma regulamentação da Constituição e é o que me parece correto fazer neste momento. Não sei se estou errada, queremos debater com vocês exaustivamente.

Então, gostaria de fazer esse debate com V. Ex^a, que me pareceu bastante ponderada e conhecedora da matéria, o que é raro no Brasil hoje em dia.

Eu agradeço ao Presidente Senador Anibal, Presidente desta audiência, Vice-Presidente da CCJ, pela disciplina e por permitir democraticamente que o debate fluísse. Agradeço, acima de tudo, o convite que nos foi feito e a oportunidade de externarmos os pontos de vista que estamos construindo coletivamente, com 27 superintendências e com uma equipe técnica

extremamente preparada que encontrei na SPU, que me surpreendeu positivamente, altíssimo nível.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado a todos os nossos convidados.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Senador, me permite?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Um minuto.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Só um segundo. Eu quero aqui fazer não só um agradecimento, mas também quero parabenizar a Dr^a Cassandra, porque eu não a conhecia, estou sabendo aqui agora que ela está na Secretaria apenas há um mês e faz uma belíssima apresentação. Então, quero dizer que confiamos na Secretaria do Patrimônio da União, sabemos da capacidade técnica do conjunto de profissionais de lá, sabemos do esforço que vocês estão fazendo e fizeram ao longo desses últimos anos. Acreditamos muito que a coisa possa caminhar, de fato, a partir da Casa Civil.

Então, quero parabenizá-la e agradecer pela presença aqui hoje.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 12 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e doze minutos, do dia dez de abril de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Anibal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Cássio Cunha Lima, Alvaro Dias, José Agripino, Armando Monteiro, Sodrê Santoro, Magno Malta, Antonio Carlos Rodrigues, Eduardo Suplicy, Jorge Viana, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Romero Jucá, Roberto Re-

quião, Ricardo Ferraço, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Ataídes Oliveira, Aloysio Nunes Ferreira, Paulo Bauer, Gim, Eduardo Amorim e Blairo Maggi, e das Senadoras Ana Rita e Lúcia Vânia reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga e Francisco Dornelles. Usa da palavra o Senador Ivo Cassol. A presidência registra a presença dos Senhores Agnaldo Fenelon, Procurador-Geral do Estado de Pernambuco; Paulo Roberto Jorge do Prado, Procurador do Estado de Mato Grosso; Lio Marcos Marin, Procurador do Estado de Santa Catarina; Alfredo Ricardo de Holanda, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará; Oswaldo Trigueiro, Procurador-Geral do Estado da Paraíba e Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça do Ministério Público dos Estados e da União; Francisco Cruz, Procurador-Geral do Estado do Amazonas; Antonio Sérgio Cordeiro Piedade, Secretário-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Fábio Bastos, Procurador do Estado de Roraima; Nedens Ulisses, Presidente da Associação Mineira do Ministério Público e Diretor da região Sudeste; Jeferson Luiz Pereira Coelho, Corregedor Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público; Jarbas Soares, do CNMP; Sammy Barbosa, do Ministério Público do Acre e Nelson Calandra, Presidente da AMB; e das Senhoras Norma Angélica Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Diva Malerbi, Desembargadora Federal e Eunice Carvalhido, Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal; além de juízes presentes. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 8ª Reunião Ordinária e da 9ª Reunião Extraordinária, que são dadas por aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **1ª PARTE: ITEM 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, de 2011.** Terminativo. Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, (Código Eleitoral), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para instituir o sistema eleitoral majoritário nas eleições para as câmaras municipais nos municípios com mais de 200 mil eleitores. **Autoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatoria:** Senador Pedro Taques. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto e, no mérito, por sua aprovação, com uma emenda que apresenta e contrário à Emenda nº 1. Em 10/04/2013, foi recebida a Emenda nº 1 de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que recebeu Parecer contrário. **Resultado:** Concedida vista aos Senadores Sérgio Souza e Cássio Cunha Lima, nos termos regimentais. **ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, de 2013.** Terminativo. Altera o pará-

grafo único da Lei nº 11.372, de 2006, que regulamenta o § 1º do art. 130-A da Constituição Federal, para dispor sobre a forma de indicação dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público oriundos do Ministério Público e criar sua estrutura organizacional e funcional, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatoria:** Senador Sérgio Souza. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Em 09/04/2013, foi recebido Relatório reformulado pelo Relator, Senador Sérgio Souza, com voto pela aprovação do Projeto com duas Emendas que apresenta. **Resultado:** Concedida vista aos Senadores Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Roberto Requião, nos termos regimentais. **ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, de 2010.** Terminativo. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para prever tipo penal para a autoridade policial que não adotar as medidas legais cabíveis para a proteção de mulher em situação de violência doméstica, se da omissão resultar lesão corporal ou morte. **Autoria:** Senadora Rosalba Ciarlini. **Relatoria:** Senador Anibal Diniz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Durante a discussão, o Relator, Senador Anibal Diniz, reformula o voto e conclui pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 508, de 2011.** Terminativo. Acrescenta os arts. 242-A e 258-C na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar crime a venda de bebidas alcoólicas a menores de dezoito anos, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutiva). **Resultado:** Aprovado o Substitutivo oferecido ao PLS nº 508, de 2011. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282 do RISF. **ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 757, de 2011.** Terminativo. Acrescenta o art. 229-A à Lei n. 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica – para inserir hipótese de restituição de quantia paga de bilhete aéreo em caso de cancelamento ou alteração da data da viagem pelo passageiro. **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Substitutivo oferecido ao PLS nº 757, de 2011. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282 do RISF. **ITEM 6) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, de 2011.** Não Terminativo Altera os arts. 14 e 32 da Constituição Federal, para estabelecer a elegibilidade dos cargos de Administrador Regional do Distri-

to Federal. **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg e outros. **Relatoria:** Senador Gim. **Relatório:** Favorável à Proposta. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 7) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 35, de 2011.** Não Terminativo. Revoga o inciso I do art. 49, acrescenta inciso ao art. 52 e altera a redação do inciso VIII do art. 84 da Constituição Federal, a fim de tornar privativa do Senado Federal a competência para decidir sobre tratados, acordos ou atos internacionais. **Autoria:** Senador Luiz Henrique e outros. **Relatoria:** Senador Jorge Viana. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, favorável à Proposta, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). Em 09/04/2013, foi recebido Voto em Separado do Senador Roberto Requião, que conclui pela aprovação da Proposta, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta; Em 10/04/2013, foi recebido Relatório reformulado pelo Senador Jorge Viana, com voto favorável à Proposta, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Concedida vista ao Senador Pedro Taques, nos termos regimentais. **ITEM 14) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, de 2009.** Não Terminativo. Assegura ao recém-nascido o direito de realização de exames de identificação de catarata congênita e dá outras providências. **Autoria:** Deputado Pompeo de Mattos, TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 240, de 2007. Não Terminativo. Altera o art. 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar obrigatório o teste do olhinho em todo o País. **Autoria:** Senador Paulo Paim, TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 510, de 2007. Não Terminativo. Altera o art. 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar obrigatórios o diagnóstico e a terapêutica de anormalidades na visão e na audição dos recém-nascidos em todo o território nacional. **Autoria:** Senador Edison Lobão, TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 142, de 2009. Não Terminativo. Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de exame oftalmológico em crianças recém-nascidas. **Autoria:** Deputado Gilmar Machado. **Relatoria:** Senador Gim. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2009, nos termos do substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 2009, do Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2007, e do Projeto de Lei do Senado nº 510, de 2007. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **2ª PARTE: ITEM 1) OFÍCIO “S” Nº 2, de 2013.** Não Termina-

tivo. Encaminha os documentos do Senhor Juiz Federal Alexandre Berzosa Saliba, indicado por este Tribunal para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público (CF, Art. 130-A, inciso IV), no biênio 2013-2015. **Autoria:** Superior Tribunal de Justiça. **Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Votação secreta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor Juiz Federal ALEXANDRE BERZOSA SALIBA, indicado para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público (CF, Art. 130-A, inciso IV), com onze (11) votos favoráveis e um (1) voto contrário. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às treze horas e trinta e cinco minutos, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 8) EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 2011; ITEM 9) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2012; ITEM 10) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2012; ITEM 11) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2012 – COMPLEMENTAR; ITEM 12) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 78, DE 2007; ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, DE 2007, TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317, DE 2008 e ITEM 15) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 2011, TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2011, TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 68, DE 2011; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 8ª Reunião Ordinária e da 9ª Reunião Extraordinária.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

As Atas estão aprovadas.

A presente reunião será dividida em duas partes. A primeira parte será destinada à deliberação dos itens

1 a 15, e a segunda parte será destinada à deliberação do Ofício “S” nº 2, de 2013, que indica o Juiz Federal Alexandre Saliba para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público.

Informo a V. Ex^{as} que repetiremos o procedimento observado na reunião de quarta-feira da semana passada. Conforme acabei de mencionar, os trabalhos serão divididos em duas partes: o exame de proposições, em caráter terminativo ou instrutório – este último para as matérias que já estão de competência deliberativa do Plenário ou de outras comissões permanentes –, e, na segunda parte, a arguição do juiz mencionado.

Na primeira parte, como também já vem sendo praxe em nossos trabalhos, foram pautadas matérias que já serão apreciadas em caráter terminativo, a fim de aproveitarmos o quórum tradicionalmente mais elevado deste momento da reunião.

Entre as matérias que serão examinadas, em caráter terminativo, chamo atenção de V. Ex^{as} para ao menos duas proposições: o Projeto de Lei do Senado nº 145, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que altera a Lei nº 4.737, de julho de 1965, o Código Eleitoral; a Lei nº 9.504, para instituir o sistema eleitoral majoritário nas eleições das Câmaras Municipais com mais de 200 mil eleitores; o PLS nº 508, de 2011, de autoria do Senador Humberto Costa, que acrescenta os arts. 242 e 258 à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente –, para tornar crime a venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos e dar outras providências.

Quanto às proposições para apreciação em caráter não terminativo, a Presidência destaca, pela importância do tema, o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de iniciativa da Presidência da República, que altera o dispositivo da Lei Complementar nº 93, que institui Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra – e dá outras providências.

São informações iniciais a V. Ex^{as}.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, V. Ex^a.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Presidente, eu fiquei devendo uma informação para a Comissão. Quando nós discutimos um projeto de reintegração de posse, na última reunião da Comissão, um dos Senadores afirmou que no meu governo não teria havido reintegrações de posse. E eu disse que traria, na reunião seguinte, as informações. Eu quero passar as informações aqui, então.

Durante o meu governo – e foram dois anos seguidos –, eu fiz nada mais nada menos do que 221 reintegrações de posse. Como é que nós fazíamos

a reintegração de posse? Quando não era possível um acordo... E em 66 dessas 221 reintegrações foi possível acordo, ou seja, foi feito sem reforço policial, porque, na negociação, os ocupantes abandonaram as propriedades. Quando não era possível isso, nós, primeiro, convocávamos o juiz que havia determinado a reintegração para estar presente; convocávamos o Ministério Público; convocávamos a imprensa escrita, falada e televisada. E jamais autorizávamos uma reintegração durante a noite ou de madrugada. Todas eram feitas à luz do dia, com a presença do juiz, do Ministério Público e da imprensa. Foram 221 reintegrações de posse.

Agora, eu fui comparado aqui com um governo do PSDB, do Beto Richa. Contra as 221 reintegrações que eu fiz, o governo do Beto Richa fez, com uso de força policial, quatro; e reintegração voluntária, uma. Eu acho que isso deixa bem claro e deixa bem clara também a desnecessidade de mudarmos uma legislação que bem cumprida é amplamente suficiente.

Então, são 221 reintegrações; 66 feitas com acordo, sem uso de força policial; e 155 com força policial, mas com a presença convocada do juiz, do Ministério Público e da imprensa; e durante o dia.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Informações importantes V. Ex^a traz à Comissão.

Abrimos espaço para manifestações de V. Ex^{as} sobre as pautas. *(Pausa.)*

O Senador Gim Argello solicita a retirada de pauta do item 6 para reexame.

Deferida.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 29, de 2011

- Não Terminativo -

Altera os arts. 14 e 32 da Constituição Federal, para estabelecer a elegibilidade dos cargos de Administrador Regional do Distrito Federal.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg e outros

Relatoria: Senador Gim

Relatório: Favorável à proposta.)

Não há nenhuma manifestação dos senhores autores ou relatores com relação à pauta.

Nós vamos para os itens não terminativos enquanto tomamos providências para o quórum necessário para os itens terminativos.

Item 9, Srs. Parlamentares. O item 9 está na página 152.

ITEM 9**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 3, de 2012****- Não Terminativo -**

Altera o § 6º do art. 39 da Constituição Federal, para estabelecer a obrigação dos órgãos e entidades públicas de divulgar a remuneração de seus servidores.

Autoria: Senador Roberto Requião e outros

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Favorável à proposta, com uma emenda que apresenta.

Com a palavra S. Ex^a para a manifestação do seu relatório.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, tendo em vista que o Senador Humberto Costa, que é o autor da emenda, não está presente, pediria a V. Ex^a que postergasse a apreciação dessa matéria até a chegada do ilustre Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Deferido o pedido de V. Ex^a.

Mais um item não terminativo. Vamos ao item 7 da pauta, p. 84 do avulso.

ITEM 7**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 35, de 2011****- Não Terminativo -**

Revoga o inciso I do art. 49, acrescenta inciso ao art. 52 e altera a redação do inciso VIII do art. 84 da Constituição Federal, a fim de tornar privativa do Senado Federal a competência para decidir sobre tratados, acordos ou atos internacionais.

Autoria: Senador Luiz Henrique e outros

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, favorável à proposta.

Observações:

- Em 03/04/2013, foi concedida vista aos Senadores Roberto Requião e Ataídes Oliveira, nos termos regimentais.

- Em 09/04/2013, foi recebido voto em separado do Senador Roberto Requião, que conclui pela aprovação da proposta, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.

Essa é matéria volta à pauta.

Passo a palavra, primeiro, ao Senador Requião, para proferir o seu voto em separado.

Imediatamente após.

Para a leitura do voto em separado de S. Ex^a.

Com a ajuda do Senador autor...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Já fui provido. Já fui provido pelo Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Interessado, portanto.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Voto em separado ao parecer do Senador Jorge Viana apresentado à Comissão de Constituição e Justiça à PEC nº 35, de 2011, que revoga o inciso I do art. 49, acrescenta inciso ao art. 52 e altera a redação do inciso VIII do art. 84 da Constituição Federal, a fim de tornar privativa do Senado Federal a competência para decidir sobre tratados, acordos ou atos internacionais.

Eu só estabeleço uma preliminar ao meu voto. À primeira vista, parece-me que a proposta é inconstitucional, porque nós não podemos suprimir a participação da Câmara desse processo.

Vamos ao voto.

A ideia de dar agilidade é muito oportuna, principalmente porque nós temos pela frente acordos, por exemplo, com o Mercosul, acordos econômicos e financeiros que devem entrar em vigência rapidamente e que, na atual sistemática, dormem nas gavetas do Congresso por 10, 15 ou até 20 anos.

Vamos ao relatório.

Foi submetida à apreciação desta Comissão a PEC nº 35, de 2011, destinada a revogar o inciso I do art. 49, acrescentar inciso ao art. 52 e alterar a redação do inciso VIII do art. 84 da Constituição Federal, a fim de tornar privativa do Senado Federal a competência para decidir sobre tratados, acordos ou atos internacionais.

A proposta pretendia transferir para o Senado a atual atribuição do Congresso Nacional de “resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional”.

Para tanto, propunha-se a transferência do inciso I do art. 49 (atribuições exclusivas do Congresso Nacional) para o art. 52 (competências do Senado Federal).

Por conseguinte, alterar-se-ia a redação do inciso VIII do art. 84, atribuições do Presidente da República, para adequar sua redação às alterações acima.

A justificativa da PEC baseia-se, fundamentalmente, na verificação do grande tempo que tem decorrido para a aprovação de tratados internacionais, hoje submetidos ao exame separado da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. E aí está o mérito fundamental da proposta.

Limitando-se sua aprovação apenas ao exame do Senado, a tramitação seria muito mais rápida, o que permitiria uma exposição positiva do Brasil no contexto do cenário diplomático.

Análise.

O regramento constitucional em vigor sobre tratados e convenções internacionais demonstra-se incoerente com a dinâmica econômica e social do mundo atual.

Eu faço aqui uma referência, fora do meu texto, ao *fast track* dos Estados Unidos da América, que faz com que as coisas andem muito rapidamente e dá agilidade, fundamentalmente, ao comércio dos Estados Unidos.

Todas as espécies de tratados e convenções estão, atualmente, submetidas às mesmas regras, o que tem causado grande descompasso entre as necessidades nacionais e a resposta que o Legislativo deveria dar, em termos de qualidade e devida presteza que a matéria merece.

Faz-se necessária uma real alteração do processo de aprovação legislativa de tais atos, de modo a considerar os dois tipos de tratados e convenções, dando-lhes os tratamentos correspondentes às necessidades que cada espécie apresenta.

Com vistas a resolver o problema da celeridade devida, o Senador Luiz Henrique elaborou a presente PEC, que, se, por um lado, daria maior rapidez à aprovação dos tratados, por outro, incorreria em inconstitucionalidade interna, na medida em que o §3º do art. 5º da Constituição Federal alçou à categoria de Norma Constitucional os tratados aprovados pelo Congresso Nacional, com quórum mínimo igual ao exigido para as emendas constitucionais.

Ao aprovar-se a PEC em seu texto original, produzir-se-ia a esdrúxula situação de não ser mais possível o acatamento com *status* constitucional de normas internacionais, por exemplo, sobre direitos humanos, o que feriria cláusula pétrea de nossa Constituição.

Assim é que proponho a segregação dos tratados e convenções internacionais em três grupos, dando a cada um o tratamento que lhe é devido.

1º Grupo:

Ao primeiro grupo, que chamaria tratados e convenções que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional ou que tratem de matéria de comércio internacional, aplicar-se-iam as normas de designação de comissão externa do Congresso, destinada a acompanhar e deliberar sobre a matéria, instituindo no Brasil o modelo que já vem sendo adotado em diversos países, o famoso *fast track*.

Tal se daria:

a) pela inserção do inciso XVIII e dos parágrafos 1º a 3º no art. 49 (atribuições exclusivas do Congresso Nacional), com a seguinte redação:

XVIII – acompanhar as negociações realizadas pelo Poder Executivo dos atos, acordos, convênios e tratados que versem sobre matéria de comércio internacional ou que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, desde o seu início até adoção do texto, para assinatura entre o Brasil e os países signatários ou organismos internacionais, por meio de comissão externa designada pelo Presidente do Congresso Nacional.

Eu gostaria de destacar aí o fato de que os tratados internacionais no sistema brasileiro republicano e presidencialista são da competência do Executivo. E, quando eles chegam ao Congresso, é apenas para aprovação, não nos dando a possibilidade sequer de realizarmos uma emenda. Nós podemos aprovar ou desaprovar, jamais emendar. Ou seja, na verdade, o Congresso brasileiro não participa da política externa do Brasil. O contrário disso é o comportamento do Congresso norte-americano, que é responsável pela política externa dos Estados Unidos.

Mas vamos lá.

§ 1º Antes de iniciar qualquer negociação de ato internacional de que trata o inciso XVIII, o Poder Executivo informará ao Congresso Nacional, que, de imediato, designará representantes das comissões de relações exteriores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que serão responsáveis pelo acompanhamento a que se refere o inciso XVIII.

§ 2º Os parlamentares designados na forma do § 1º serão informados previamente de todos os procedimentos destinados às negociações dos atos e terão prazo de 30 dias, após a assinatura dos respectivos atos, para emitir relatório autorizativo do ato, que será submetido à deliberação do Plenário do Congresso Nacional, em sessão conjunta a ser marcada de imediato, destinada à apreciação da matéria.

Então, o Congresso passa a participar da elaboração, através das suas comissões, dos tratados, tendo consciência de cada passo, que não ficará ao alvedrio absoluto dos funcionários do Itamaraty.

§ 3º Findo o prazo a que se refere o § 2º sem o pronunciamento dos respectivos parlamentares, será imediatamente marcada sessão conjunta do Congresso Nacional para deliberar sobre o ato internacional.

Então se estabelece um interstício necessário, obrigatório e, não havendo manifestação, havendo o engavetamento, vai direto para o Plenário, onde se dá a discussão, a aprovação ou a rejeição.

b) inserção do inciso XXIII no art. 84, com a seguinte redação:

XXVIII – submeter ao Congresso Nacional, para o acompanhamento de seu processo de elaboração desde o início de suas negociações até a fase de sua conclusão, para assinatura entre o Brasil e os países signatários ou organismos internacionais, os atos, acordos, convênios e tratados que versem sobre matéria de comércio internacional ou que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

2º Grupo:

Ao segundo grupo, os tratados e convenções que versem sobre direitos humanos manter-se-iam nas normas originais do art. 49, I, ou seja, seriam examinados pelo Congresso Nacional, pois tenderiam a formar norma de *status* constitucional, o que exigiria quórum qualificado (nova redação ao inciso I do art. 49).

Essa manutenção se daria a partir da alteração da atual redação do inciso I do art. 49, que atualmente reza:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

E que passaria, então, a ter a seguinte redação:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que tratem de direitos humanos, na forma prevista no § 3º do art. 5º;

Ao terceiro grupo, dos atos, acordos, convênios e tratados que não se enquadrem em qualquer das duas situações acima, ficaria constitucionalizada a prática atualmente já adotada de assinatura pelo Chefe do Poder Executivo, sem a participação do Congresso Nacional, podendo aplicar-se o poder de sustação pelo Congresso (inserção do inciso XXIX no art. 84, das atribuições do Presidente da República).

Essa alteração se daria por meio da inserção do inciso XXIX no art. 84, com a seguinte redação:

XXIX – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sem intervenção do Congresso Nacional, quando não enquadrados nas hipóteses do inciso XXVIII, podendo o Congresso Nacional sustar-lhes os efeitos, por meio de decreto legislativo, na forma do inciso V do art. 49.

Da relevância do *fast track*.

Presidente, na Legislatura anterior a esta, em que participei como Senador, eu redigi, com a participação, com o apoio do Ministro Samuel Pinheiro Guimarães, um tratado de *fast track*, que acabou dormindo nas prateleiras.

Como a legislação mudou no início desta Legislatura, há dois anos, portanto, eu apresentei uma proposta semelhante à Comissão de Relações Exteriores. Eu não quis ser autor da proposta. Eu apresentei como uma proposta a ser analisada e endossada ou não pela Comissão.

Então, o Senador Suplicy sugeriu a realização de uma audiência pública, para a qual ele indicaria os nomes. Ele nunca indicou os nomes. O Senador Suplicy tem um projeto semelhante na Câmara, e ele conseguiu, dessa forma, habilidosamente, a sustação da discussão.

Eu estou incorporando, nesse projeto do Senador Luiz Henrique, aquelas ideias, minhas, do Samuel, em relação à primeira e à segunda tentativa de emenda constitucional.

O objetivo da presente proposta, relativamente ao *fast track*, é o de aprimorar a ordem constitucional brasileira, em especial no que delimitam, de modo geral, o art. 49, em seu inciso I, e o art. 84, em seu inciso VIII, ambos tratando da participação do Congresso Nacional e do Presidente da República, respectivamente, em matéria pertinente às relações internacionais do Brasil.

A Constituição Federal brasileira de 1988 é bastante clara quanto às competências privativas do Congresso Nacional e do Presidente da República, em matéria de assinatura de tratados, acordos, convenções e atos internacionais.

Com a mesma intenção brasileira quanto às competências privativas do Parlamento e da Presidência da República, no que diz respeito à questão das ações externas do Estado, pronunciam-se as Cartas Magnas dos Estados Unidos, da Argentina, do México, do Paraguai, da Espanha, da Itália e do Uruguai, por exemplo.

O grande problema da relação entre o Poder Executivo e o Legislativo, em matéria de ação externa do Estado, consiste em equilibrar a necessária e primordial condução da política exterior do Governo, que exige unidade, rapidez e energia, com a participação e a influência do Parlamento, caixa de ressonância da opinião pública e representante do sentimento nacional em suas diversas manifestações, tendências e matizes.

Não é apenas a velocidade da aprovação que se faz necessária, mas é fundamentalmente a intensidade e a profundidade da participação congressual.

No mundo moderno, tal problema assume proporções cada vez mais determinantes do futuro da economia e da qualidade de vida das nações, em razão do denominado processo de globalização econômica, que tende a influenciar e dominar a formulação de políticas externas e a provocar grandes impactos no processo de formulação de políticas públicas internas em todos os setores econômicos e espaços geográficos nacionais.

Assim, hoje, justificam-se e multiplicam-se no mundo inteiro as ações políticas no sentido de não poder haver política exterior democrática, realmente nacional e participativa, sem a ação e a intervenção parlamentar no planejamento, na execução e no controle dessa política, em especial naqueles países poten-

cialmente habilitados ao desenvolvimento permanente e capacitados para estabelecer relações multipolares num mundo econômico marcado pelo chamado processo de globalização.

Essa nova tendência no processo de condução da política externa das nações contraria a tradicional posição daqueles que consideram que a definição da política exterior constitui um domínio reservado ao Governo e que o Parlamento deve se manter aliado do processo.

Nesse sentido, os Estados Unidos da América do Norte constituem o exemplo definitivo, no mundo moderno, da criação, pelo Legislativo, de legislação complementar ao texto constitucional, com destaque para os tratados, acordos, convênios e atos internacionais que abordem relações comerciais. Fundamentalmente, relações comerciais exigem velocidade.

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Presidente, seria interessante que o Plenário respeitasse a Comissão e deixasse que o relatório fosse ouvido, pelo menos, pelos Parlamentares. Caso contrário, eu sugiro a evacuação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Peço licença a V. Ex^a para pedir silêncio ao Plenário.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Imagine, Presidente, se nem os assessores respeitam o Senado, como respeitaria o Executivo na discussão dos tratados?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Por favor, conclua o seu voto em separado, Sr. Relator.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Aliás, foi Alexander Hamilton – um dos pais fundadores da Constituição norte-americana quando Secretário do Tesouro do Governo George Washington, o primeiro Presidente dos Estados Unidos – que encaminhou relatório ao Congresso, defendendo o protecionismo comercial como a base do desenvolvimento do país.

Na esteira do histórico relatório de Alexander Hamilton, o Congresso norte-americano aprovou atos por meio dos quais delegou poderes ao Executivo, com o fim de facilitar a implementação dos acordos de comércio internacional nos Estados Unidos da América. O primeiro deles foi Reciprocal Trade Agreements, de 1934. Seguiu-se o ato de 1974, depois o Ato de Tarifa, de 1984, o Omnibus Trade Competitiveness, de 1988 e o de 2002. A vigência deste último esgotou-se em junho de 2007, sendo que até o momento não houve edição de outro ato, o que evidentemente não invalida toda a atribuição de tais atos para o bom andamento

das relações de comércio internacional dos Estados Unidos da América.

O Trade Act de 2002 exigia que o Presidente notificasse o Congresso antes de iniciar as negociações, com o fim de que o acordo final negociado pudesse ser submetido ao procedimento simplificado nele previsto.

A importância disso, Senador Taques, Senador Aloysio, Senador Luiz Henrique, remanesce de forma mais energética quando nós ouvimos falar de empréstimos secretos do Brasil a alguns países, sem o conhecimento do Congresso e tratados como matéria absolutamente sigilosa. Isso realmente não é possível num país democrático!

E, para garantir que o Presidente seguiria as determinações estabelecidas pelo Congresso, o Trade Act de 2002 criou o grupo de acompanhamento do Congresso formado por membros da Comissão de Meios e Fins da Câmara dos Deputados, da Comissão de Finanças do Senado norte-americano e de outras comissões permanentes.

Essa lei de procedimentos comerciais e internacionais norte-americana chegava ao detalhe de exigir relatórios presidenciais permanentes e circunstanciados, dirigidos ao Congresso Nacional dos Estados Unidos desde o início das negociações bilaterais.

Além das comissões técnicas referenciadas, o Presidente norte-americano deve informar a uma comissão de informação sobre política e negociações comerciais, criada pela Lei de Comércio de 1974, das intenções de renovação de acordos comerciais em andamento. E esta, por sua vez, tem a obrigação de alimentar o Congresso Nacional com relatórios circunstanciados sobre o enquadramento dos acordos comerciais aos objetivos gerais de política comercial dos Estados Unidos, estabelecidas a reboque do objetivo maior da segurança nacional do país.

Enfim, nos Estados Unidos, a não observância pelo Executivo dos procedimentos para negociações comerciais e internacionais, estabelecidos pelo Legislativo por meio de legislação infraconstitucional pode levar a resoluções Parlamentares de desaprovação dos acordos comerciais exaradas pelas comissões da Câmara e do Senado.

Por fim, no caso norte-americano, deve-se ressaltar que o Presidente da República é obrigado a encaminhar para a poderosa Comissão de Comércio Internacional do Congresso norte-americano, operando desde 1916, composta por três Parlamentares democratas e três republicanos, os detalhes do acordo comercial que pretende assinar e requisitar-lhe que elabore uma avaliação do mesmo, observando em especial questões relativas a restrições ao comércio

exterior estabelecidas segundo as normas ditadas pelo Legislativo e sob a forma da lei.

Portanto, nos Estados Unidos, o governo dirige a política exterior e a comercial inclusive, porém os órgãos representativos da nação, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, ou melhor, o Legislativo e a Câmara dos Deputados, ou melhor, o Legislativo a controlam, respaldam, estimulam ou a censuram.

Quanto ao caso brasileiro, é imprescindível que se fortaleça de imediato o Legislativo em matéria de comércio internacional, para que o Brasil possa inserir-se no chamado processo de globalização econômica em condições favoráveis de apoio a uma política nacional do comércio exterior.

Nesse sentido, como legisladores eleitos, constitui-se dever dos Parlamentares brasileiros alertar os negociadores oficiais, nacionais e estrangeiros, para que entendam que os acordos comerciais que ameacem a democracia ou interfiram no papel constitucional da autoridade legislativa serão rechaçados sob o amparo do Texto Constitucional.

Assim, a agenda do comércio mundial para os próximos quatro anos não poderá transformar o Congresso Nacional brasileiro num mero fantoche, homologador de acordos comerciais decididos na esfera do Executivo, em especial se decorrentes da Rodada realizada em Doha, no Catar, a famosa Agenda para o Desenvolvimento, cujos desdobramentos poderão ser tão impeditivos do desenvolvimento potencial do Brasil quanto o foram alguns dos resultados alcançados na esteira das Rodadas Kennedy, nos anos 60, Tóquio, nos anos 70 e Uruguai, nos anos 90.

Por isso, até para se preparar para melhor enfrentar os desafios de uma nova ordem econômica globalizada, é de fundamental importância que o Congresso Nacional emende a Constituição brasileira em seus arts. 49 e 84, com o objetivo transparente de defesa dos interesses econômicos nacionais, pela via das relações comerciais internacionais, como o fazem os países do chamado Grupo dos Sete mais desenvolvidos do mundo, e cujo exemplo mais significativo é o da economia norte-americana, ou mesmo dos países em desenvolvimento, dentre os quais se destacam a Índia e a China.

Ademais, o Parlamento brasileiro terá pela frente o desafio da montagem, em um curto espaço de tempo, de uma estrutura leve, porém ágil, capaz de acelerar as negociações comerciais destinadas a fortalecer, ampliar e consolidar o Mercosul.

A propósito, vale registrar que, mesmo após a instalação do Parlamento do Mercosul, não se conseguiu implantar no bloco o mecanismo de consulta parlamentar, de modo que o Executivo ainda detém

hegemonia do processo de condução das negociações econômicas, comerciais, culturais e até políticas.

O Parlasul se transformou numa espécie de observador dos Executivos, assim como existem as associações de observadores de pássaros, de animais e de peixes nos rios e nas florestas.

É absolutamente inócuo, por força da legislação que o criou.

No Brasil de hoje prevalece a visão ultrapassada, mesmo na Constituição Federal de 1988, de que as questões de política exterior são de exclusiva competência do Executivo, cabendo ao Legislativo apenas a função homologatória dos seus atos internacionais.

No entanto, cresce no mundo inteiro a destacada importância da participação do Parlamento no processo de formulação, negociação e implantação da política exterior das nações, sempre dependente de fatores políticos e do equilíbrio interno do poder, hoje fortemente pressionados por realidades diversas e por inesperados momentos históricos.

Por último, mas não menos importante, vale lembrar que, no caso norte-americano, o instrumento da via rápida ou *fast track*, que passou a ser designado Trade Promotion Authority a partir do Trade Act of 2002, vigente na experiência do legislativo dos Estados Unidos desde 1931, mesmo autorizando o presidente norte-americano a negociar certos tipos de atos internacionais, não elimina a obrigatoriedade de toda a tramitação legal, ainda que simplificada, para a discussão e aprovação de atos comerciais internacionais no cenário do congresso norte-americano.

Da mesma forma, acreditamos que a velocidade dos negócios globalizados não podem se sobrepor ao aprofundamento da análise e discussão de atos, convênios, acordos e tratados de cunho comercial internacional pelo Congresso brasileiro.

Para atender a essa necessidade é que propomos o acréscimo dos incisos relacionados nesta proposta de emenda à constituição aos arts. 49 e 84, respectivamente.

Com certeza, a modificação do Texto Constitucional no capítulo das competências privativas do Congresso Nacional e da Presidência da República incentivará a rápida retomada da capacidade exportadora do País. Isto é fundamental: dar velocidade aos tratados, desde que acompanhados e permitidos pelo Parlamento.

A presente modificação no texto constitucional, com absoluta certeza, atrairá a sociedade civil brasileira e o empresariado nacional para o cenário do Congresso Nacional, com o objetivo de participar das oportunidades de negociação comercial no plano internacional.

Voto.

Pelo exposto, voto pela aprovação do seguinte substitutivo à proposta de emenda à Constituição nº 35/2011:

SUBSTITUTIVO À PEC Nº 35, DE 2011

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional.

Eu acho que já relatei essa emenda na descrição do relatório. Dessa forma, termino a apresentação deste substitutivo, que, no meu entender, valoriza a iniciativa do Deputado Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a, que fez mais do que um substitutivo, um próprio tratado.

O Senador Jorge Viana, dois minutos após a apresentação do voto de V. Ex^a, trouxe um novo relatório, exatamente às 10h24, reformulado e, por isso, na condição de Relator, tem primazia para apresentar o seu novo relatório.

E parabenizo V. Ex^a, que, com absoluta competência, trouxe o voto em separado.

Com a palavra, o Senador Jorge Viana, para a leitura do seu relatório. Depois, com a palavra, o autor, Senador Luiz Henrique.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vamos ouvir o Senador Jorge Viana, com o seu voto reformado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu queria, antes de mais nada, cumprimentar o meu colega, Senador Luiz Henrique, pela iniciativa, mais que meritória, de trazer à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça do Senado uma matéria que tenta apontar uma solução para um problema que se arrasta, há décadas, no País, que é a apreciação dos tratados e acordos.

Vários colegas aqui, inclusive o Senador Aloysio Nunes em outra oportunidade, que já foi Ministro, que já serviu ao governo do Presidente Fernando Henrique na condição de Ministro, atuando, também, dentro do Palácio, sabem o quanto é grave a situação das duas Casas legislativas, no que se refere à apreciação ou ao trâmite de acordos e tratados. Temos os mais diversos exemplos que diminuem o prestígio do País diante do mundo.

Na última reunião da CCJ, apresentei meu parecer favorável à PEC nº 35, de 2011, de autoria do Senador Luiz Henrique.

Na ocasião, o Senador Pedro Taques, o Senador Aloysio e outros colegas questionaram o conflito que

poderíamos ter, levantando a questão da constitucionalidade, tendo em vista que a proposta tem a intenção de agilizar a tramitação de tratados e estabelece o Senado como a Casa única a apreciar essas matérias.

Não vou entrar no mérito dessa discussão, porque o que fiz foi receber as preocupações apresentadas pelo nobre Senador Pedro Taques e tentar, com a ajuda da Consultoria da Casa e da minha assessoria, encontrar uma solução que possa de fato aproveitar, na íntegra, a intenção do nobre Senador Luiz Henrique e, ao mesmo tempo, uma maneira de sanar esse problema, que é a tramitação de tratados e acordos internacionais no Congresso Nacional.

No que diz respeito aos tratados internacionais em geral, o Supremo lhes dá *status* de lei.

Em razão desse entendimento, a retirada da Câmara do processo, de sua aprovação, pode gerar um impasse. Então, eu vou direto à proposta que fizemos, que tem a intenção de encontrar uma condução adequada para o que está sendo colocado. Então, diga-se que o objetivo concreto é tornar o processo legislativo mais ágil, essa é a intenção do nobre Senador Luiz Henrique, a fim de melhor atender à dinâmica das relações internacionais. Sabemos que o tempo para essa aprovação faz parte do jogo político, contudo, é razoável que acompanhe a celeridade das relações mantidas pelo Estado brasileiro no cenário internacional. Nesse sentido, compartilho da preocupação, como já falei, dos autores da presente proposição, especialmente o Senador Luiz Henrique. Assim, deve ser louvada a presente iniciativa do Senador Luiz Henrique e de outros colegas, por estar preocupada em preparar a nossa Nação para os desafios internacionais que se apresentam. A forma de obtê-la, todavia, deve ser distinta. Eu estou apresentando uma proposta: em vez de suprimirmos a Câmara dos Deputados, no trâmite da aprovação dos tratados, devemos criar mecanismos para acelerar o processo legislativo. É esse o objetivo, ele é claro. E aí temos que fazer isso através de emenda à Constituição, é fato. O art. 49, que dá essas competências, necessita ser acrescido, bastaria ser acrescido, de um parágrafo único ao art. 49 na Constituição Federal. *(Pausa.)*

O meu querido e nobre Senador Requião estava aqui fazendo um comentário absolutamente pertinente e, com a competência e com o conhecimento que tem das Casas, de que não é só acelerar o processo, é fazer a Câmara e o Senado participarem. Mas, óbvio, se o processo vai estar aqui, os acordos, eu penso que o debate é para ser feito, seja concordando ou discordando, cabe às Casas aprovarem, apreciarem essas matérias. Então, a minha proposição é de acrescentar um parágrafo único ao art. 49 da Constituição Federal,

a fim de definir regime de urgência para aprovação de tratados pelo Congresso Nacional. Assim sendo, caso a Câmara dos Deputados ou o Senado não decidam sobre os tratados em seis meses após o recebimento da matéria em cada Casa, o exame da matéria caberá ao Plenário respectivo de cada uma das Casas, em regime de urgência.

Ante o exposto, votamos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 35, de 2011, na forma da seguinte emenda substitutiva. Estou apresentando uma emenda substitutiva que incorpora as preocupações dos colegas Senadores e preserva a intenção do Senador Luiz Henrique, que é de dar celeridade à tramitação dessas matérias aqui no Congresso. O substitutivo, então, que trago acrescenta parágrafo único ao art. 49 da Constituição Federal, a fim de definir regime de urgência para decidir sobre tratados, acordos ou atos internacionais.

SUBSTITUTIVO

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 49 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único.

Parágrafo único. Nos casos previstos no inciso I, não havendo deliberação da matéria dentro do prazo de seis meses, contados da data do seu recebimento na Casa do Congresso Nacional, ela será submetida em regime de urgência ao respectivo Plenário.

É essa a minha proposta, Sr. Presidente, esse é o meu substitutivo. Peço a apreciação e o voto dos colegas da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Com a palavra, o autor da proposta de emenda à Constituição, Senador Luiz Henrique, depois, o Senador Aloysio e, em seguida, o Senador Pedro Taques.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, eu só queria mencionar uns nomes, com toda a compreensão do meu colega Senador Luiz Henrique. Na entrada, inclusive quando conversei um pouco com o Senador Pedro Taques, cumprimentando-o, pensei em algo. Hoje nós temos aqui, no plenário da CCJ, uma audiência que, como sempre, nos orgulha muito.

Nós temos aqui vários membros de Ministérios Públicos dos Estados, do Ministério Público Federal e também juízes. Eu pedi à assessoria que apresentasse uma lista pelo menos de alguns que pudéssemos citar – pedindo desculpa aos demais. É muito grande

o número de membros do Ministério Público que está presente. Está aqui o Sr. Aguinaldo Fenelon, Procurador-Geral do Estado de Pernambuco; Paulo Roberto Jorge do Prado, Procurador do Estado de Mato Grosso; Lio Marcos Marin, Procurador do Estado de Santa Catarina; Alfredo Ricardo de Holanda, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará; Oswaldo Trigueiro, Procurador-Geral do Estado da Paraíba, Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça do Ministério Público dos Estados e da União; Francisco Cruz, Procurador-Geral do Estado do Amazonas; Antonio Sérgio Cordeiro Piedade, Secretário-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Fábio Bastos, Procurador do Estado de Roraima; Nedens Ulisses, Presidente da Associação Mineira do Ministério Público e Diretor da Região Sudeste; Jeferson Luiz Pereira Coelho, Corregedor Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público; Jarbas Soares, do CNMP; Sammy Barbosa, do Ministério Público do Acre; Norma Angélica Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, além de juízes que estão aqui presentes.

Agradeço a presença de todos e cumprimento a todos por nos darem o privilégio da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Faço minhas as expressões e as palavras do Senador.

Em nome da Comissão, saúdo a todos os Procuradores que nos dão a honra de suas presenças na nossa reunião, na pessoa do Procurador conterrâneo, Oswaldo Trigueiro, Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça, caro e querido amigo.

Passo a palavra ao orador Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ilustres Procuradores e Juízes presentes a esta reunião, inicialmente, agradeço aos Senadores Jorge Viana e Roberto Requião, que acolheram, com sugestões modificativas, a ideia lançada pela proposta de emenda à Constituição que apresentei a esta Casa.

Com que objetivo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu propus esta matéria? Com o objetivo de abreviar a apreciação de acordos e tratados internacionais celebrados pelo Poder Executivo, pelo Chefe de Estado do País, muitos deles dormindo nas gavetas deste Congresso, por mais de dez anos. O objetivo principal é o de abreviar a tramitação dessas matérias.

Quero assinalar, Sr. Presidente, que não existe, no entanto, vulneração ao princípio de separação dos Poderes, como tal instituído no art. 60, §4º, inciso III, da Constituição Federal, pelo simples fato de que a minha proposta, a Proposta de Emenda à Constituição nº 35, de 2011, não retira do Legislativo a apreciação

de tratados internacionais; apenas prevê que essa manifestação do Legislativo será realizada unicameralmente, ou seja, apenas pelo Senado.

A PEC não retira, como já disse, a participação do Legislativo. Dessa forma, não há que se falar em inconstitucionalidade, porque simplesmente não interfere na separação dos Poderes, mas, sim, no funcionamento interno de um dos Poderes. Ademais, a solução de submeter os tratados internacionais a referendo apenas do Senado não seria inédita. No Direito comparado, são encontrados vários casos em que o ato internacional necessita de confirmação apenas na Câmara Alta.

É o caso, para citar apenas um exemplo, um exemplo tão exaltado no voto consistente do Senador Requião, da Constituição americana que, diga-se de passagem, foi a mais fiel ao espírito de separação dos Poderes propagado por Montesquieu, que, no Artigo II, Seção 3, disposição número dois, atribui ao Presidente dos Estados Unidos o poder de celebrar tratados sujeitos à confirmação de dois terços unicamente dos membros do Senado norte-americano.

Em outras palavras, é preciso que haja controle do Legislativo sobre os atos internacionais do Executivo, mas não necessariamente essa apreciação tem que ser realizada de forma bicameral, mesmo porque os atos são assumidos em nome da Federação brasileira, da República Federativa do Brasil, e o órgão legislativo que representa a Federação é o Senado Federal.

Outra linha de raciocínio para combater os argumentos de inconstitucionalidade da PEC diz respeito à força de lei de que dispõe os tratados, o que obrigaria, na visão dos que entendem inconstitucional da matéria, a que sua apreciação ocorresse de forma bicameral. Ora, sabe-se que, no direito brasileiro, diversos atos têm força de lei, nem todos, porém, submetem-se à tramitação bicameral. É o caso, por exemplo, de diversas resoluções da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que possuem hierarquia legal, mas são de competência privativa de cada Casa isoladamente.

É claro, é cristalino, Sr. Presidente, que se fosse atribuído ao Senado a competência exclusiva de apreciar os atos internacionais, não incorreria esta Casa na prática de elaborar uma norma inconstitucional. Todavia, prevendo-se que essa matéria possa vir a ser alvo de suscitação de inconstitucionalidade, eu votarei de acordo com a proposta, que, também, é uma proposta de *fast track* do ilustre Relator Jorge Viana, que socorreu a proposição de forma lúcida e inteligente.

Votarei, pois, com o parecer do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Do Senador Jorge Viana.

Agradeço a V. Ex^a, Senador Luiz Henrique.

Com a palavra, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, existem acordos e acordos; tratados e tratados. Alguns são muito simples. Nós, da Comissão de Relações Exteriores, rotineiramente, decidimos, homologamos negociações feitas pelo Poder Executivo e que acabam por se materializar em instrumento jurídico com cláusulas uniformes, rotineiras.

Se alguém, um Senador quiser questionar, quiser maiores informações, pode fazê-lo no âmbito da Comissão de Relações Exteriores, que pode, inclusive, convocar o Ministro de Relações Exteriores para prestar informações a respeito de uma negociação em curso.

A Comissão de Relações Exteriores e o Plenário do Senado podem rejeitar a proposta do Executivo, não podem emendá-la, porque, se pudessem emendá-la, nós estaríamos transferindo a competência exclusiva do Executivo de negociar no plano internacional para o Legislativo. Mas não há nada que impeça o Poder Legislativo de examinar a fundo os atos internacionais, inclusive na fase de sua preparação e negociação. Repito: podemos convocar o Ministro de Relações Exteriores para vir aqui a qualquer tempo. Podemos enviar ao Executivo pedidos de informação sobre essa matéria, que, se não forem respondidos no prazo regimental, darão ensejo, inclusive, à abertura de processos por crime de responsabilidade. De modo que nada, rigorosamente nada, nos obriga a ser meros homologadores dos atos do Executivo. Nada! Basta que nós exerçamos nossas prerrogativas constitucionais.

Há tratados e tratados. Por exemplo, eu me lembro quando tramitou na Comissão de Relações Exteriores, eu era Senador recém-chegado, no início da legislatura, e foi submetida à Comissão de Relações Exteriores uma proposta de ratificação de um acordo internacional mediante o qual o Brasil concordava em aumentar, mediante adoção de um novo indexador, o preço da energia excedente e comprada do Paraguai, produzida por Itaipu. Isso redundou em um aumento da tarifa de energia no Centro-Sul. Talvez aqui eu tenha alguns colegas que participaram dessa reunião. Sabem V. Ex^{as} quanto tempo eu tive quando pedi vista da matéria para me pronunciar sobre ela? Meia hora! Foi o tempo que a maioria governamental me deu para examinar essa matéria, que teve uma repercussão grande sobre a tarifa de energia no Centro-Sul, no meu Estado, inclusive. Qual era o argumento? A Presidenta Dilma vai ao Paraguai visitar o Presidente Lugo e ela precisa levar isso em sua bagagem: esse presente ao Presidente Lugo – às custas do consumidor de energia brasileiro, evidentemente.

Acontece que a viagem foi frustrada, porque o Presidente Lugo deixou de ser Presidente. Mas isso tramitou

durante... Aqui foi fulminante! Eu tive meia hora – meia hora – de vista, e o projeto foi aprovado na Comissão de Relações Exteriores com urgência regimental e submetido ao Plenário e aprovado na tarde daquele dia. Significa o seguinte: quando você tem uma maioria parlamentar e uma decisão política consolidada, as coisas andam e andam depressa; em outros casos, não é assim.

Um exemplo antigo, que lembra minha mocidade: a ratificação, pelo Brasil, de uma convenção internacional sobre não proliferação de armas atômicas. Eu entendia... À época, eu era estudante da Faculdade de Direito em São Paulo. Eu entendia que havia cláusulas nesse tratado que feriam a soberania brasileira – feriam a soberania brasileira no sentido de criar restrições ao desenvolvimento de nossa tecnologia nuclear para fins pacíficos. E esse entendimento não era apenas meu, mas também do Secretário-Geral do Itamaraty, Sérgio Corrêa da Costa, na época.

O Deputado Euzébio Rocha, que foi um dos lutadores pela criação da Petrobras, foi ao Centro Acadêmico XI de Agosto, numa reunião promovida por mim, para se manifestar contra isso.

Estou falando de um episódio que ocorreu no mundo estudantil, mas que tinha repercussões, ressonância. Nós fomos apenas a ressonância de resistência que havia em outros setores da sociedade brasileira. E esse tratado demorou anos para ser ratificado; anos!

Querem outro exemplo? A ratificação da Convenção 151 da OIT. Foi negociada e aprovada em 1978. Foi enviada pela Presidência da República ao Congresso em 2008, 30 anos depois. Aprovada pela Câmara, depois de 2 anos de tramitação na Câmara e um ano de tramitação no Senado. E a Presidência da República demorou 3 anos para editar o decreto integrador dessas normas. Por quê? Porque havia questões políticas delicadas envolvidas nesse assunto. Questões políticas delicadas! Resistências que era preciso vencer.

Outro exemplo: tratados de bitributação. São comuns. Nós aprovamos rotineiramente. No entanto, um acordo de bitributação com os Estados Unidos foi objeto de resistências tenazes, especialmente no Senado, conduzidas pelo Ministro Dornelles.

Então, vejam V. Ex^{as} que nós não podemos impor regras que engessem questões de natureza política. Nós não somos obrigados a homologar coisa nenhuma! Mas também precisamos reconhecer que existe uma dinâmica do Executivo que nem sempre é a mesma dinâmica política do Legislativo. Há resistências fundadas que merecem ser respeitadas aqui no Legislativo.

Eu compreendo a preocupação do Senador Luiz Henrique, do Senador Requião, na linha de que acordos que tratem de questões comerciais, de questões que regem a nossa inserção no fluxo de comércio e de finan-

ças internacionais tenham uma tramitação mais rápida. Mas nós temos já na Constituição, meu caro Senador Jorge Viana, no art. 64 § 1º, a prerrogativa, que está consagrada nesse dispositivo, de o Presidente da República solicitar urgência para projetos de sua iniciativa.

Eu entendo que, embora os atos internacionais venham ao conhecimento do Plenário e das Comissões sob a forma de projeto de uma Comissão da Câmara, ele é encaminhado por uma mensagem que é uma iniciativa do Executivo. Então, nada impediria, no meu entender, a interpretação de que esse dispositivo constante do § 1º do art. 64 pudesse ser aplicado também aos atos internacionais, porque eles surgem de uma iniciativa do Executivo.

Iniciativa quer dizer o quê? Que o Executivo apresenta ao Legislativo uma pretensão: a pretensão de ver ratificado um ato internacional. De modo que nada impede, no meu entender, que esse dispositivo seja aplicado também aos atos internacionais.

Para que não haja dúvida, seria perfeitamente possível, na minha opinião – e eu peço ao Relator que examine essa hipótese –, se dar uma nova redação a esse § 1º do art. 64, que diz o seguinte: “O Presidente da República poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.”

Eu entendo que também abranja os projetos de decreto legislativo, mas para deixar claro, diria o seguinte: o Presidente da República poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa, inclusive para matérias constantes do art. 49, I, da Constituição Federal. Com isso, nós teríamos uma solução simples e já consagrada na nossa prática; na prática da vida das instituições brasileiras.

É a solicitação que faço ao Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço ao Senador Aloysio pela disciplina

Com a palavra o Senador Pedro Taques, próximo orador inscrito para discussão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, eu quero elogiar o voto em separado do Senador Requião, que traz uma nova sistemática para o tratado, para recepção de tratados internacionais.

No tocante ao novo parecer do Relator Jorge Viana, a proposta como foi apresentada anteriormente, com todo o respeito, era absolutamente inconstitucional. Essa mudança trazida pelo Senador Jorge Viana já apresenta um caminho, apresenta um novo caminho. O Senador Aloysio fez referência ao art. 64, § 1º, da Constituição: quando ali está dito “os projetos de sua iniciativa”, não fala de que espécie de projeto. Portanto, se a Constituição não exclui, não cabe ao intérprete fazê-lo.

Dessa forma, esses tratados internacionais, já assinados pelo Presidente como chefe de Estado, nos

termos do art. 84, se ele pedir urgência, seria até 45 dias na Câmara, até 45 dias no Senado da República, com o procedimento de decreto legislativo.

Sr. Presidente, eu vou pedir vista do projeto e me comprometo ... Não cabe vista? Mudou o relatório?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Mudou o relatório, cabe vista sim.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – E me comprometo com o Senador Jorge e com o Senador Luiz Henrique a apresentar na quarta-feira que vem, porque o tema é muito importante notadamente em relação aos tratados que têm por objeto questões de ordem econômica. É muito importante.

A Constituição da Argentina, a Constituição do Uruguai trazem previsões diversas para tratados que tenham por objeto questões econômicas ligadas ao Mercosul. Quem sabe, a partir daí, Senador Jorge, poderíamos criar algo intermediário ao que foi trazido pelo Senador Requião, e atendendo ao prazo, ao tempo, que é a preocupação do Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vistas ao Senador Pedro Taques.

Não vamos discutir mais a matéria, está em vista. Não vamos discutir a matéria, vamos aos terminativos agora.

V. Ex^a traz na quarta-feira, primeiro ponto de pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 145, DE 2011

-Terminativo-

Projeto de Lei do Senado 145 Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, (Código Eleitoral), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para instituir o sistema eleitoral majoritário nas eleições para as câmaras municipais nos municípios com mais de 200 mil eleitores.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatoria: Senador Pedro Taques

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto e, no mérito, por sua aprovação, com uma emenda que apresenta.

É importante colocar essas observações. A votação será nominal e, em 10/04 de 2013, foi recebida a Emenda de nº 1, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que está dependendo inclusive do relatório do Senador Pedro Taques, a quem foi entregue hoje, nesta manhã.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Taques para proferir o seu relatório, inclusive com a apreciação da Emenda.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vem ao exame desta Comissão a proposição ementada, que propõe a instituição do voto distrital nas eleições para o cargo de vereador nas cidades com mais de duzentos mil eleitores.

Para viabilizar a proposta, é alterado o Código Eleitoral em suas disposições relativas ao sistema eleitoral brasileiro. Como é da natureza do sistema majoritário, serão constituídos no município tantos distritos quantas vagas existam na câmara municipal, e cada partido lançará um único candidato em cada distrito.

As diretrizes legais para a constituição dos distritos são definidas conforme os critérios que são em regra adotados nos países que adotam esse sistema eleitoral, entre eles, os distritos que se encontram contíguos e a igualdade do voto. Ou seja, os distritos serão contínuos geograficamente e a diferença numérica entre o contingente eleitoral dos distritos será sempre inferior a dez por cento. Esses critérios balizarão a definição formal dos distritos, que será realizada com observância de regulamento expedido pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Outra mudança respectiva é proposta à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que é alterada para contemplar uma norma sobre a propaganda eleitoral nos municípios com mais de duzentos mil eleitores, aquele nos quais o sistema eleitoral distrital seria adotado. Por ela, é assegurada a todos os candidatos a participação na propaganda eleitoral de seu partido.

Não foram oferecidas emendas à proposição até a data de hoje.

Hoje, Sr. Presidente, o Senador Suplicy apresenta esta emenda de que, mais abaixo, falarei.

A matéria é constitucional e jurídica, seja no plano formal, seja no plano material. No plano formal, cabe o registro de que a competência para legislar sobre direito eleitoral pertence, de forma exclusiva, ao Congresso Nacional, conforme o expressa determinação constitucional, inscrita no art. 22, I, da Carta Magna.

Ainda quanto a esse aspecto, cumpre registrar, como faz o autor da proposta, Senador Aloysio Nunes Ferreira, em sua justificação, que o sistema eleitoral de quase todos os cargos legislativos da República está inscrito na Constituição, que manda aplicar às eleições de deputados estaduais e distritais o sistema que adota para as eleições de deputado federal. É o que consta do § 1º do art. 27, sobre os deputados estaduais, e do § 3º do art. 32, sobre os deputados distritais.

Isso impõe a necessidade da aprovação de uma emenda à Constituição caso se pretenda realizar a “experimentação democrática”, como ora se propõe.

Não é esse o caso do sistema eleitoral adotado para o cargo de vereador, cuja disciplina se encontra unicamente no Código Eleitoral, e, por isso, pode ser alterado mediante lei ordinária. Quanto ao mérito da matéria cabe considerar que cada sistema eleitoral tem méritos e aspectos criticáveis. O sistema proporcional tem o mérito de propiciar a representação parlamentar das minorias, enquanto o sistema distrital vincula, de um modo preciso, o representante aos seus representados, fortalecendo a representatividade das casas legislativas.

Cumpra aduzir, em defesa da iniciativa, que a representação parlamentar das minorias parece ser uma exigência mais adequada à Casa legislativa que detém a incumbência constitucional de representar a sociedade brasileira, a Câmara dos Deputados. Tanto que é majoritário o sistema eleitoral usado para as eleições para o cargo de Senador, integrante da Casa legislativa que representa, como todos sabemos, as unidades federadas.

Por outro lado, se há uma eleição na qual a dispersão do voto do eleitor, característica do voto proporcional, não parece ser o modo mais adequado de representação da sociedade é precisamente o pleito municipal. Um vereador pode defender bem os interesses da cidade ao defender a população, por exemplo, do bairro em que reside. Esse seria, certamente, o pleito no qual a adoção do sistema eleitoral majoritário, ou distrital, caberia com maior pertinência, à diferença e em oposição, no caso do pleito para deputado federal. Ademais disso, a proposição tem o mérito de ser matizada pela restrição aos Municípios com mais de 200 mil eleitores, aqueles nos quais hoje já se vivencia a peculiaridade dos dois turnos nas eleições para prefeito. Embora sejam os maiores Municípios do País, onde residem milhões de brasileiros, são por outro lado, menos de uma centena deles, Sr. Presidente, o que torna razoável a adoção de um sistema eleitoral diverso, como forma de praticar uma pedagogia cívica e eleitoral.

A adoção do sistema eleitoral distrital pode ser importante para tornar claro, para a cidadania, o método e os procedimentos do sistema eleitoral proporcional, adotado no Brasil desde 1932 sem que a cidadania tenha verdadeira consciência de seu significado.

Cumpra, entretanto, suprir uma lacuna da proposição, pois esta não determina o ente legalmente qualificado para a difícil e árdua incumbência de definir os limites de cada um dos distritos, embora seja feliz ao determinar os princípios gerais aplicáveis, como o de que os Municípios devem ser contíguos fisicamente, e a igualdade do voto, esta última imposta de forma inequívoca, ao limitar a dez por cento o teto da diferença numérica de eleitores entre um e outro distrito.

Igualmente feliz é a determinação de que o Tribunal Superior Eleitoral, no exercício da competência

regulamentar a que se refere o Código Eleitoral em seu art. 1º, Parágrafo Único (sujeita à Constituição e às leis, portanto), expedirá regulamento a esse respeito.

Omitida a competência para a definição de cada distrito esta caberia, em princípio, às próprias câmaras municipais. Ocorre que não nos parece prudente conferir aos próprios senhores vereadores a competência para definir a composição de cada distrito, por mais honrados que sejam. Essa situação, ademais, poderá ensejar um ambiente de conflito em cada câmara, em prejuízo de suas competências regulares.

Assim, proponho uma emenda ao Projeto de Lei, definindo que a competência para a definição dos distritos pertence ao respectivo Tribunal Regional Eleitoral.

Em atenção à emenda apresentada por S. Exª o Senador Eduardo Suplicy, que tem a seguinte redação: Ele acresce um parágrafo 5º.

Ele diz assim:

Acresce-se ao art. 84, "a", da Lei 4.737, de 65, o Código Eleitoral, proposto na forma do Projeto de Lei 145, de 2011, os §§ 5º e 6º, com a seguinte redação:

§ 5º A escolha de candidato de cada partido dar-se-á mediante prévia eleição direta pelos eleitores filiados ao partido e simpatizantes no âmbito de cada distrito.

§ 6º Para a escolha de candidatos no âmbito dos partidos políticos, além do disposto no parágrafo anterior, da opção de cada filiado ou simpatizante deverão constar, na mesma proporção, votos para homens e mulheres residentes no distrito.

Eu quero expressar ao Senador Eduardo Suplicy meu respeito, e com toda a licença que ele merece, a proposta me parece inconstitucional. Eu dou o voto, o parecer pela inconstitucionalidade, porque os §§ 5º e 6º ofenderiam o art. 17 da Constituição, que trata da autonomia dos partidos políticos.

Penso que esse tema já tenha sido debatido na Comissão Especial da Reforma Política. V. Exª participou dos debates.

Assim, expressando meu respeito ao Senador Eduardo Suplicy, para mim, os dois parágrafos por ele aqui apresentados encontram incompatibilidade com o art. 17 da Constituição.

O voto.

Em face do exposto, opino pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei do Senado e voto por sua aprovação, adotada a emenda a que eu já fiz referência.

Sr. Presidente, me permita apenas trazer mais um argumento e ressaltar: em nenhum artigo da Constituição existe nenhuma previsão sobre o sistema eleitoral adotado nas eleições para vereadores.

A Constituição da República trata de dois sistemas eleitorais, como nós todos sabemos, o majoritário, no art. 46, e o proporcional, no art. 45, mandando aplicar, conforme o art. 27, aos deputados estaduais.

Desta feita, o projeto se apresenta, ao menos ao meu juízo, como constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Registro ainda algumas autoridades que a Secretaria acabou de passar. O Presidente da AMB, Dr. Nelson Calandra, a Dr^a Diva Malerbi, Desembargadora Federal, a Dr^a Eunice Carvalhido, Procuradora Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – A todos a nossa homenagem de boas vindas.

Em discussão o projeto.

V. Ex^a quer discutir, Senador?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Por favor, Sr. Presidente. Eu vou pedir vista desse projeto, porque eu entendo que há algumas cidades com duzentos mil habitantes. Então eu quero analisar com um pouco mais de calma, para ver se o voto distrital é o mais...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vista concedida.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Vista coletiva, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vista coletiva.

Será o segundo ponto de pauta na reunião da próxima quarta-feira.

Item 2 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2013.

Eu peço ao Senador Aloysio para presidir, já que sou autor do projeto e não gostaria de presidir, por razões óbvias.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Qualquer que seja o lugar que V. Ex^a ocupe no plenário, V. Ex^a será sempre presidente, por todos os títulos.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 90, de 2013

- Terminativo -

Altera o parágrafo único da Lei nº 11.372, de 2006, que regulamenta o § 1º do art. 130-A da Constituição Federal, para dispor sobre a forma de indicação dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público

oriundos do Ministério Público e criar sua estrutura organizacional e funcional, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – O autor é o ilustre Presidente, Vital do Rêgo, e o relator é o Senador Sérgio Souza, a quem passo a palavra para ler o seu relatório.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente, primeiramente eu gostaria de saudar a todos os representantes do Ministério Público que se fazem presentes em nome do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná, Gilberto Giacoia, que não está presente mas se faz representado.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 90, de 2013, de autoria do Senador VITAL DO RÊGO, que altera o parágrafo único [do art. 2º] da Lei nº 11.372, de 2006, que “regulamenta o § 1º do art. 130-A da Constituição Federal, para dispor sobre a forma de indicação dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público e criar sua estrutura organizacional e funcional, e dá outras providências”.

A proposição objetiva modificar o parágrafo único do art. 2º da referida Lei, a fim de explicitar que compete ao Conselho Nacional de Procuradores Gerais – CNPG, em reunião ordinária, a escolha dos três membros do Ministério Público dos Estados que, após aprovação do Senado, integrarão o Conselho Nacional do Ministério Público, nas vagas previstas no inciso III do art. 130-A da Constituição Federal.

A redação do dispositivo que se pretende modificar estabelece que a mencionada escolha compete aos Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados, em reunião conjunta especialmente convocada e realizada para esse fim.

Sucedendo que o Conselho Nacional de Procuradores Gerais é integrado pelos Procuradores Gerais de Justiça dos Estados. Por isso, na justificativa o autor sustenta que, na prática, a escolha já acontece junto ao CNPG, órgão que congrega todos os Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados.

À matéria não foram apresentadas emendas. Passamos à análise.

Análise.

Quanto aos aspectos jurídicos da proposição, preliminarmente há uma matéria a examinar sob o ângulo da constitucionalidade formal: a proposição que visa alterar a Lei nº 11.372, de 2006, embora de autoria parlamentar, não padece de vício de iniciativa legislativa.

Com efeito, não obstante o Projeto de Lei nº 5.049, de 2005, na Câmara dos Deputados, do qual se originou a mencionada Lei ordinária, tenha sido de iniciativa do Procurador-Geral da República, não se

tratava de matéria concernente à organização, atribuições e estatuto do Ministério Público da União, a ponto de se legitimar uma reserva da iniciativa legislativa ao Procurador-Geral da República (Constituição Federal, art. 128, § 5º), sobretudo no que diz respeito especificamente ao objeto em foco no parágrafo único do art. 2º, isto é, o processo de indicação de membros do Ministério Público dos Estados para a composição do Conselho Nacional do Ministério Público.

Sobre a questão da iniciativa, é importante considerar, em primeiro lugar, que não houve pronunciamento decisivo e definitivo do Supremo Tribunal Federal sobre a inserção institucional do CNMP, sendo certo que, no julgamento da Pet 3.674-QO, o entendimento manifestado pelo eminente Ministro Sepúlveda Pertence no sentido de que o CNMP integraria o Ministério Público da União consistiu em mero *obiter dictum*, que, inclusive, não aprofundou a nítida diversidade de tratamento normativo constitucional em relação ao órgão homólogo, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), este, sim, expressamente situado entre os órgãos do Poder Judiciário (CF, art. 92, I-A).

Em segundo lugar, ainda que superada tal premissa, é de se considerar que a Lei nº 11.372, de 2006, em que se converteu o Projeto de Lei nº 5.049, de 2005 (numeração na Câmara), é de natureza ordinária, o que demonstra que o seu objeto de regulação não se enquadra nas matérias versadas na norma do art. 128, § 5º, da Constituição, que expressamente preconiza a lei complementar, quando se tratar de organização, estatuto e atribuições do Ministério Público.

Já quanto à constitucionalidade material, também há uma importante questão a enfrentar.

Cumpra-se inicialmente que a Lei em vigor determina a legitimação para a escolha dos três nomes a serem indicados, atribuindo-a ao colegiado dos Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados, mas não define o respectivo procedimento, limitando-se a preconizar uma “*reunião conjunta especialmente convocada*”. É importante frisar: “*reunião conjunta especialmente convocada*”.

Em âmbito nacional, o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais é a entidade associativa integrada por todos os Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados, os quais se reúnem periodicamente, em caráter ordinário e extraordinário, para a discussão dos assuntos institucionais de interesse comum do Ministério Público brasileiro, sendo certo que a reunião especificamente voltada para a escolha dos três membros dos Ministérios Públicos dos Estados a serem indicados para a composição do CNMP já é convocada e realizada pelo CNPG, entidade criada em 1981 e que, consoante seu próprio Estatuto (artigo 2º, VII), já

possui dentre os seus objetivos *formar a lista tríplice com os três nomes indicados para as vagas destinadas a membros do Ministério Público dos Estados, a ser submetida à aprovação do Senado Federal, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, observados os requisitos constitucionais (mais de 35 anos de idade, que já tenham completado mais de 10 anos na respectiva Carreira)*, prevendo, também, no capítulo V de seu Estatuto, as formas de reuniões ordinárias e extraordinárias.

Portanto, a proposta constante no PLS nº 90, de 2013, que altera o parágrafo único do artigo 2º da mencionada Lei nº 11.372, de 2006, ao estabelecer que “*O Conselho Nacional de Procuradores Gerais – CNPG, em reunião ordinária, formará lista com os 3 (três) nomes indicados para as vagas destinadas a membros dos Ministérios Públicos dos Estados, a ser submetida à aprovação do Senado Federal*”, além de favorecer a melhor disciplina e regulamentação da matéria, vem ao encontro da própria realidade, compatibilizando-se com o atual processo de escolha dos membros dos Ministérios Públicos Estaduais indicados ao Conselho Nacional do Ministério Público.

Não obstante isso, cumpre reconhecer que o texto normativo proposto pelo Projeto, do modo como se encontra redigido, induz à interpretação de que o próprio CNPG, entidade privada de natureza associativa, converter-se-ia no órgão deliberativo no processo de escolha e indicação dos três nomes apresentados pelos diversos Ministérios Públicos dos Estados, o que poderia suscetibilizar a proposição a questionamento sobre a sua constitucionalidade material.

É que, devido à natureza associativa do CNPG, a inerente liberdade constitucional de filiação e de não filiação resultaria enfraquecida, se imposta a integração do Procurador-Geral de Justiça na entidade como condição para que o respectivo Ministério Público estivesse representado e, nessa condição, participasse da escolha.

Não se pode desconsiderar que cada Ministério Público dos Estados, por expressa disposição no art. 130-A, §1º, da Constituição Federal, detém habilitação constitucional imediata para participar da escolha dos integrantes do Conselho Nacional do Ministério Público, independentemente de estar ou não representado pelo respectivo Procurador-Geral na entidade associativa nacional.

Por outro lado, a filiação à entidade associativa não é e não pode ser constitutiva de tal habilitação, porque isso significaria converter a associação-liberdade em associação-condição, desvirtuando-a perante o paradigma normativo constitucional previsto na Cons-

tuição Federal, art. 5º, inciso XX: Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.

Em tal perspectiva, ao Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça, considerado seu caráter de entidade no âmbito nacional, a congregar livremente todos os Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e estando em atividade continuamente há mais de três décadas, não se podendo atribuir a função do órgão deliberativo, é lícito e recomendável, todavia, que se lhe confira legalmente a função de intervir para conduzir a reunião de Procuradores-Gerais de Justiça, o que favorecerá as condições materiais necessárias e suficientes para que se forme a decisão visada pela norma constitucional, art. 130-A, § 1º, da Constituição Federal.

Tal intervenção do CNPG, ainda que sem interferência de conteúdo, respeita-lhe o papel histórico de propiciar o ambiente de discussão e encaminhamento dos temas e questões institucionais mais relevantes do Ministério Público nacional.

Por último, cumpre frisar que inexistente qualquer impedimento quanto ao reconhecimento do CNPG, associação de âmbito nacional e sem fins lucrativos, como entidade interveniente no processo conducente à indicação da lista tríplice a ser submetida ao Senado Federal.

Cabe lembrar que, em matérias de alta relevância institucional, a própria Constituição confere importantes legitimações a entidades associativas no âmbito nacional, como, por exemplo, a iniciativa para que o processo objetivo de controle jurisdicional de constitucionalidade das leis (art. 103, inciso IX, da Constituição Federal).

Ademais, servem ainda como paralelo as diversas legitimações constitucionais e legais conferidas à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), valendo o registro de que o próprio Supremo Tribunal Federal, quando da apreciação da ADIN nº 3.026, ajuizada pelo Procurador-Geral da República, posicionou-se pela sua improcedência, sob o argumento de que a OAB não poderia ser considerada pessoa jurídica de direito público, nem mesmo autarquia ou autarquia de regime especial, como os demais conselhos profissionais, não tendo qualquer vinculação com a Administração Pública direta, nem indireta.

De tal arte, inexistindo qualquer óbice constitucional ou legal ao reconhecimento do CNPG como entidade legítima para intervir no processo de indicação dos membros dos Ministérios Públicos estaduais para a composição do Conselho Nacional do Ministério Público, a ser submetida ao Senado Federal, consideram-se atendidos os pressupostos jurídicos para a aprovação do Projeto, com a emenda de adequação

apresentada ao final, de modo a se evitar quaisquer questionamentos sobre a menção ao CNPG.

No que tange ao mérito, Sr. Presidente, não é demais reiterar, conforme já expresso na análise da constitucionalidade material, que a proposição possui a grande vantagem de vir ao encontro da própria vantagem de vir ao encontro da própria realidade, transformando em texto legal o atual processo de escolha dos membros dos Ministérios Públicos Estaduais indicados ao Conselho Nacional do Ministério Público. Por isso, merece acolhida.

Quanto à técnica legislativa, há que se observar um lapso contido na ementa, que não indica que o parágrafo único a ser modificado é o do art. 2º da Lei.

O voto, então, Sr. Presidente, é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2013, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se à ementa do PLS nº 90, de 2013, a seguinte redação:

Altera o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 11.372, de 2006, que regulamenta o § 1º do art. 130-A da Constituição Federal, para dispor sobre a forma de indicação dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público oriundos do Ministério Público e criar sua estrutura organizacional e funcional, e dá outras providências.

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se ao parágrafo único do art. 2º da Lei nº 11.372, de 2006, objeto do art. 1º do PLS nº 90, de 2013, a seguinte redação:

“Art. 2º

Parágrafo único. Os Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados, em reunião conjunta especialmente convocada e realizada pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG), formarão lista com os 3 (três) nomes indicados para as vagas destinadas a membros do Ministério Público dos Estados, a ser submetida à aprovação do Senado Federal.”

Esse é o relatório, Sr. Presidente, e o voto pela aprovação do presente Projeto de Lei do Senado nº 90, com as emendas apresentadas.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, quero encaminhar meu voto favorável ao Projeto, da forma como foi relatado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Está em discussão a matéria. (Pausa.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Apesar dos apelos que recebo aqui do Senador Vital e do Senador Cássio Cunha Lima, está muito confuso esse processo para mim. Tomei conhecimento do Projeto agora e pedirei vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira.

Bloco/PSDB – SP) – Vista concedida, vista coletiva.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE)

– Vista coletiva, Sr. Presidente, vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. Bloco/PMDB

– PB) – Vista coletiva concedida. A matéria será o item 3 na próxima quarta-feira.

Item 3, p. 38, Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2010. O Relator, Senador Anibal Diniz, não está presente.

Vamos retirar.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 508, de 2011

- Terminativo -

Acrescenta os arts. 242-A e 258-C na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar crime a venda de bebidas alcoólicas a menores de dezoito anos, e dá outras providências.

Autoria: Senador Humberto Costa

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-

Observações: a matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, nos termos do art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal. Se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

Com a palavra V. Ex^a.

A votação será nominal.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado Nº 508, de 2011, do Senador Humberto Costa, acrescenta os art. 242-A e 258-C da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para definir como crime, punido por reclusão de 3 a 6 anos a conduta de vender, fornecer, ainda que gratuitamente, servir ou entregar bebida alcoólica a pessoas com menos de 18 anos e, ainda, fixar multa de R\$30 mil a R\$100 mil para os estabelecimentos comerciais que venderem bebidas alcoólicas a crianças e a adolescentes.

Além disso, o art. 3º revoga o inc. 1º, do art. 63, do Decreto Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 40, ex-

cluindo a matéria do rol das contravenções penais lá estabelecidas.

Na justificção, o Senador Humberto Costa afirma que a iniciativa irá resolver controvérsia jurídica acerca de qual procedimento aplicar nos casos de venda de bebidas alcoólicas à criança e adolescente, se o ato deve ser tratado como contravenção ou como crime.

A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sob a relatoria do ilustre Senador Vicentinho Alves, tendo aquele colegiado emitido parecer pela sua aprovação, nos termos da Emenda nº 1 da Comissão de Direitos Humanos-Substitutivo apresentado, que, ao argumento de manter a proporcionalidade da reprimenda em relação à outra conduta tipificada, insere a conduta que quer se incriminar no art. 243 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que comina pena de detenção de 2 a 4 anos e multa.

Além disso, alteramos a sanção administrativa estabelecida no art. 258-C,-- que se pretende inserir no Estatuto da Criança e do Adolescente tornando-a coerente com outras medidas semelhantes aplicadas no Estatuto, de forma que a multa aplicada teria valor máximo de R\$10 mil.

A matéria trata de Direito Penal, inserindo-se na competência legislativa privativa da União, delineada no art. 22, item I, assegurada a iniciativa parlamentar, nos termos dos arts. 48 e 61, todos da Constituição Federal.

Não vislumbramos vício de natureza regimental, juridicidade ou constitucionalidade. A iniciativa é meritória, pois retira o assunto do âmbito da Lei das Contravenções Penais possibilitando a aplicação de medidas mais rigorosas para coibir essa prática nefasta. Cuida, também, de impor multas elevadas para os estabelecimentos que cometem ou toleram a ocorrência em suas dependências.

Ficamos persuadidos, todavia, com os argumentos contidos no parecer da Comissão de Direitos Humanos fundados no princípio da proporcionalidade. A pena e a medida administrativa proposta pelo projeto de lei do Senado afiguram-se demasiadamente rigorosas quando comparadas a reprimendas mais brandas estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente para condutas inegavelmente mais graves. A título de exemplo, a venda de bebidas alcoólicas seria punida mais severamente do que a venda de produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, art. 243.

Em vista disso, consideramos que o substitutivo da Comissão de Direitos Humanos representa um aperfeiçoamento do texto original do Projeto de Lei nº 508/2011.

Voto.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 508/2011, na forma da Emenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos, substitutivo, aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB - PB) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

A votação será nominal.

Senador Pedro Taques, como vota V. Ex^a?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB - PB) – Senador Pedro Simon, como vota V. Ex^a?

Com o Relator.

Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB - PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB - PB) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB - PB) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB - PB) – Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB - PB) – O Senador Benedito de Lira é voto conhecido.

Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB - PB) – Senador Alvaro Dias (*Pausa.*)

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB - PB) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB - PB) – Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB - PB) – Senador Aloysio (*Pausa.*) Com o Relator.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB - PB) – Senador Sodré Santoro.

O SR. SODRÉ SANTORO (Bloco/PTB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB - PB) – Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB - PB) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB - PB) – A matéria foi aprovada à unanimidade.

O Substitutivo é aprovado e será submetido a segundo turno, suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 757, de 2011

- Terminativo -

Acrescenta o art. 229-A à Lei n. 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica – para inserir hipótese de restituição de quantia paga de bilhete aéreo em caso de cancelamento ou alteração da data da viagem pelo passageiro.

Autoria: Senador Pedro Taques.

Relatoria: Senador Sérgio Petecão.

Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar; A votação será nominal.

Concedo a palavra o Senador Sérgio Petecão para proferir o seu relatório.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB - PB) – Ouço V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Sr. Presidente, primeiramente, parabéns o autor do

projeto, o nobre Senador Pedro Taques. Realmente é um projeto que corrige algumas injustiças, e eu tive o prazer de relatar.

Da Comissão de Justiça e Cidadania, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 757, de 2011, do nobre Senador Pedro Taques, que acrescenta o art. 229-A à Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para inserir hipótese de restituição da garantia paga de bilhete aéreo em caso de cancelamento ou alteração da data da viagem pelo passageiro.

Relatório.

Submete-se ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 757, de 2011, de autoria do Senador Pedro Taques, que objetiva reger a hipótese de restituição da garantia paga de bilhete aéreo em caso de cancelamento ou alteração da data da viagem pelo passageiro.

Análise

De acordo com o disposto no art. 101, inciso I e II, alínea d, do Regimento do Senado Federal, constitui prerrogativa desta Comissão pronunciar-se sobre a constitucionalidade, jurisdição, regimentalidade, devendo ainda emitir parecer quanto ao mérito da proposição sob exame.

Os requisitos formais e materiais da constitucionalidade encontram-se atendidos, uma vez que, nos termos do art. 22, inciso I, da Constituição Federal, compete privativamente legislar sobre o direito aeronáutico.

De outra parte, por força do *caput* da art. 48 da Lei Maior, a matéria encontra-se no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, não incidindo na reserva de iniciativa de que trata o § 1º do art. 61.

No mérito, consideramos pertinente a iniciativa. Voto.

Em face do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 757, de 2011, na forma do seguinte substitutivo...

Há uma emenda de minha autoria: o art. 1º da Lei 7.535, de 19 de dezembro de 1986 passa a vigorar acrescida do seguinte art. 229-A

Art 229-A

a) O passageiro que vier a requerer o cancelamento do bilhete de viagem ou alteração do voo dentro do prazo da validade do bilhete terá direito à restituição da quantia efetivamente paga, descontada uma taxa de serviço correspondente a, no máximo,

1) 5% do valor pago para os pedidos formulados com antecedência de pelo menos cinco dias da data prevista para a viagem;

2) 10% do valor pago nos demais casos.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data da publicação

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passamos à votação nominal.

Temos mais um projeto para iniciar a segunda fase da nossa reunião.

Senador Pedro Taques.

Com o Relator. É voto conhecido porque V. Ex^a é o autor, desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Aníbal Diniz.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Sérgio Petecão. O voto é conhecido. Senado Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Com o Relator, sendo que antes possa saudar tanto o Relator como o Senador Pedro Taques pela belíssima iniciativa de grande alcance para inúmeros brasileiros

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Ataídes. (Pausa.)

Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Sodrê Santoro.

O SR. SODRÊ SANTORO (Bloco/PTB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Antonio Carlos.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sim. Com o Relator, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O substitutivo foi aprovado e será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral para as providências cabíveis.

Mais um projeto.

Vamos retornar ao Item 3 em homenagem ao Senador Aníbal Diniz.

Está na página 38. Será o último para iniciarmos a segunda fase de nossa reunião e, então, suspender os nossos trabalhos, dando-lhes continuidade na reunião de amanhã.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 14, DE 2010

- Terminativo -

Altera a Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, para prever tipo penal para autoridade policial que não adotar as medidas legais cabíveis para a proteção de mulher em situação de violência doméstica, se da omissão resultar lesão corporal ou morte.

Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini

Relatoria: Senador Aníbal Diniz

Relatório: Pelo arquivamento.

A votação será nominal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Para emitir parecer.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo.

Antes de tudo, peço-lhes desculpas, Senador Vital do Rêgo e demais integrantes da Comissão de Constituição e Justiça, porque esse sistema de sobreposição dos horários aqui no Senado tem feito a gente ter de se desdobrar.

Eu estava em uma audiência pública para instruir uma matéria da qual sou Relator na Comissão de Educação e Esporte.

Estou aqui presente para fazer esse relatório.

Vem a esta Comissão, para análise em caráter a esta Comissão, para análise em caráter terminativo, nos termos do art. 101, inciso II, alínea “d”, do Regimento Interno do Senado Federal, Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2010, que altera Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para prever tipo penal para autoridade policial que não adotar as medidas legais cabíveis para proteção da mulher em situação de violência doméstica, se, da omissão, resultar lesão corporal ou morte, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini.

Acerca desse projeto, Sr. Presidente, por se tratar de um assunto que já está devidamente previsto na legislação nacional, nós votamos pelo arquivamento. Em que pese a iniciativa louvável da ilustre autora da matéria, nós fazemos o relatório, apresentamos o relatório pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2010.

É como voto, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Desculpe-me, qual é a razão do arquivamento?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Para discutir, Sr. Presidente. Para discutir.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Para discutir...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Arquivamento por quê? Desculpe-me.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu peço vista do processo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não. Qual é a razão do arquivamento?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vista concedida.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Só um minutinho, eu queria, só para eu entender, se V. Exª me permitir...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Eu acho que, em respeito ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, vou fazer a exposição, então, do motivo na integralidade.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É. Qual é o motivo.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Perfeitamente.

A proposição legislativa em exame altera a chamada “Lei Maria da Penha” para instituir novo tipo penal aplicável aos agentes públicos, em caso de negligência, na adoção das medidas previstas em seus arts. 10, 11 e 12 da mesma lei, quando do fato resultar morte ou lesão corporal.

Da justificação do PLS, destacamos: A Lei Maria da Penha impõe à autoridade policial certas providências legais, que devem ser executadas com o fim de proteger a mulher em iminência de sofrer ou de já ter sofrido violência doméstica.

No entanto, há casos em que a autoridade policial não observa tais medidas de forma diligente e a vítima acaba sofrendo novos males, muitas vezes de forma fatal.

Mostra-se premente, portanto, punir os maus policiais que, uma vez conhecedores da violência ou da ameaça, não envidam os esforços necessários para a pacificação social, sua função primária.

Não foram oferecidas emendas até o momento.

ANÁLISE

Preliminarmente, registramos que a matéria sob exame não apresenta vícios de constitucionalidade, porque o direito penal está compreendido no campo da competência legislativa privativa da União, consoante dispõe o art. 22, I, da Constituição Federal. Também a sua autora possui legitimidade para iniciar o processo legislativo, nos termos do art. 61, *caput*, da Carta Magna.

No entanto, já foi lido perante o Congresso Nacional o Requerimento nº 4, de 2011, com o objetivo de criar Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência, de autoria da Senadora Ana Rita e outras parlamentares.

Essa CPMI, que é um dos maiores anseios da bancada feminina no Congresso Nacional, também se ocupará de denúncias de omissão de autoridades policiais na aplicação da Lei nº 11.340, de 2006, *verbis*:

Não bastarão leis para proteger as mulheres se suas vozes não forem ouvidas e se houver reiterada omissão do Estado. A omissão e desídia dos agentes são defeitos que maculam a atividade pública. O Estado tem de ser responsabilizado por suas ações, para evitar que mais mulheres sejam brutalmente assassinadas após buscar amparo e proteção legal e o Legislativo Brasileiro não pode quedar inerte ante o tamanho descaso e flagelo a que as mulheres brasileiras têm sido submetidas.

Pelo exposto, entendemos que existem fatores a serem investigados sobre as falhas em proteger as mulheres da violência e que uma CPMI é o instrumento ideal para proceder a esta investigação.

Acreditamos que os trabalhos dessa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito resultarão em proposições mais completas e bem estruturadas para fazer frente à negligência das autoridades no cumprimento da Lei Maria da Penha.

Por essa razão, Srs. Senadores, ainda que louvando a iniciativa da ilustre autora da matéria, opinamos pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2010.

É como voto, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Já foi lido o relatório, vamos, então, iniciar o processo de discussão.

Vou acolher os Srs. Senadores que estão querendo discutir a matéria.

Pela ordem, Senador Aloysio...

Quem mais quer discutir a matéria? O Senador Sérgio, a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Pedro.

Vamos lá, iniciando pelo Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, vamos nos lembrar dos dramas humanos mais clamorosos, que mereceram maior destaque na mídia, mas que se repetem sem igual evidência pelos meios de comunicação.

O caso de Eliza Samudio, que sofreu ameaças do seu companheiro, ameaça de morte, foi à polícia, a polícia não tomou providências, e ela foi assassinada.

Ainda recentemente, aqui em Brasília, uma funcionária de um *shopping*, nas mesmas condições, ameaçada pelo companheiro, pediu providências, a polícia permaneceu inativa, e ela foi assassinada.

O Relator Anibal Diniz, na argumentação constante do seu voto, dá todas as razões para aprovarmos esse projeto. Todas! Ouvindo o parecer do meu querido amigo Senador Anibal Diniz, eu me convenci, mais que já estava, de que era preciso aprovar o projeto. No entanto, no final do seu relatório, o Senador Anibal Diniz faz uma pirueta intelectual e argumenta, para rejeitar o projeto – porque prejudicar é rejeitar, mandar para o arquivo –, o fato de que o Senado aprovou a criação de uma comissão de inquérito para examinar essa questão.

Então, eu faço um apelo ao querido amigo Senador Anibal Diniz, que é um homem extremamente sensível a esse tipo de questão. É claro que essa comissão a que V. Ex^a se refere vai funcionar e provavelmente vai trazer ainda outras sugestões, mas essa não pode ser uma razão para rejeitarmos um projeto que, como V. Ex^a diz, é meritório, é oportuno, não sofre vício algum de iniciativa, vício algum de juridicidade. Então, por que rejeitá-lo? Só porque nós iremos cons-

tituir uma comissão, segundo requerimento aprovado? Vamos adiantar o serviço.

Eu faço um apelo a V. Ex^a, Senador Anibal Diniz: vamos aprovar o projeto. É um projeto bom, um projeto importante, um projeto meritório, como V. Ex^a diz. Não há por que esperar o resultado da conclusão dessa comissão que, com toda certeza, com toda certeza, não tenho dúvida alguma, vai concluir pela necessidade de se ter a criminalização da omissão policial nos casos que prevê a Senadora Rosalba.

Por isso, é um apelo que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O Relator, em qualquer momento da discussão, pode intervir. É prerrogativa dele.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O Senador Agripino quer discutir.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (Bloco/DEM – RN) – Só para reiterar a argumentação utilizada, aqui, pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que endosso por inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O.k.

Já discuti o Senador Agripino com o poder extraordinário da sua inteligência e a síntese da sua experiência.

Sérgio Souza, com a palavra para discutir.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, esse projeto é terminativo aqui na CCJ.

O art. 12 da Lei Maria da Penha determina que as medidas relacionadas nesse artigo sejam tomadas pela autoridade policial imediatamente em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

O projeto acrescenta mais o art. 12-A, esclarecendo que constitui crime, em caso de iminência ou prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, a não adoção de medidas legais cabíveis, estabelecendo pena de seis meses a dois anos.

Recentemente, o DataSenado fez uma pesquisa, divulgada no último dia 26 de março, que revelou que 700 mil brasileiras com 16 anos ou mais continuam sendo alvo de agressões.

A mesma pesquisa apontou que, em um *ranking* de 84 países, o Brasil é o sétimo país onde mais se matam mulheres, pior do que todos os países da América do Sul, exceto Colômbia; pior do que todos os países europeus, exceto Rússia, pior do que todos os países africanos e os países árabes.

A pesquisa DataSenado registrou ainda, Sr. Presidente, que o principal motivo para as mulheres escolherem vias alternativas para a busca de ajuda contra a violência ao invés de denúncia formal é o medo do agressor, fator apontado por 74% das entrevistadas.

Então, Sr. Presidente, fica evidente que, neste caso, o medo do agressor, que inibe as denúncias formais, pode decorrer da percepção clara de que as autoridades policiais não tenham sido ágeis ou eficientes no cumprimento da Lei Maria da Penha. É a sensação de impunidade e a violência que pode sofrer como repressão por ter denunciado pode ser ainda mais grave.

Então, com todo respeito que tenho ao Senador Aníbal Diniz, que tem uma sensibilidade enorme para essas questões, esse projeto que já está no Congresso Nacional, está aqui no Senado há mais de três anos ou há quase três anos, foi analisado, foi gerenciado, está pronto para ser votado. Esperarmos a conclusão dos trabalhos de uma CPMI que já foi instalada, já viajou o Brasil inteiro – inclusive, faço parte desta; é mista, estão Deputadas e Deputados também integrantes – para, depois, suas sugestões virar projeto de lei que, depois, será novamente gerenciado, trabalhado nas Comissões do Senado para tão somente promover alteração. Acho um pouco temeroso, dado o conhecimento dos fatos como esses que ocorreram, do estupro da estrangeira lá, no Rio de Janeiro, dentro de um *van*. E parece-me que o autor, o estuprador, segundo me disse agora a Senadora Lúcia Vânia, já é reincidente. E casos como esse acontecem no Brasil a todo tempo.

Senador Pedro Taques até sugere que, numa outra hipótese, alternativa, que remetamos, então, à Comissão que está analisando o Código Penal. É uma solução alternativa, mas a minha primeira opinião é de que devíamos aprovar, já encaminhar à Câmara para agilizar a regulamentação desse dispositivo, que é crucial para levarmos justiça às mulheres – e não só às mulheres, porque a lei não fica só no âmbito das mulheres, mas às pessoas que sofrem violência doméstica ou familiar.

É a minha posição, Sr. Presidente.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, como ficou bem claro no relatório, e foi muito bem ponderado pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, não há óbice de ordem jurídica ou de técnica legislativa. Na verdade, foi feito um apelo da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito para que, como eles estarão concluindo o trabalho nos próximos 30 dias e tinham um projeto já específico abrangendo todos esses aspectos, houve um apelo nesse sentido. Mas, considerando as pertinentes ponderações do Senador Aloysio Nunes e demais debatedores, mudo o meu voto diante dos Srs. Senadores e passo a defender o relatório pela aprovação da matéria.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito bem.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Cumprimentos ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Continua em discussão, já com o relatório reformulado pela aprovação. A Presidência cumprimenta o Sr. Relator, manifestando o que já é de conhecimento dos seus pares: a sua sensibilidade com relação à matéria e, principalmente, em atenção às ponderações dos seus colegas.

Parabéns, Senador Aníbal Diniz.

Continua em discussão.

Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadoras, eu gostaria de cumprimentar o Relator pela sensibilidade. Acho que, sem dúvida nenhuma, dá aqui uma demonstração de sensibilidade, de humildade e, acima de tudo, de reconhecimento de que um tema dessa natureza não pode ser postergado. Portanto, o arquivamento significaria a rejeição do projeto.

E esperar a CPML significa que teremos outras mortes aí, nesse período todo, até o término desta CPI.

Portanto, quero cumprimentar, pela sensibilidade, os Srs. Senadores e, especialmente, pelo gesto significativo, o nosso Relator.

Parabéns, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Grande Aníbal.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, quanto ao mérito do projeto, eu concordo com ele. Existem pesquisas que revelam que quando alguém é ameaçado, se a providência não for tomada, no próximo crime existe uma escala, uma escada: vai para homicídio; antes, ofensa à integridade física. Existem dados que revelam isso.

A Comissão Parlamentar que está tratando deste tema conversou com a Comissão Especial que está tratando do Projeto do Código Penal para que tivesse um tipo penal próprio para isso. Porque, se não, nós estaríamos incorrendo no mesmo tipo, o da prevaricação. O delegado, ou outra autoridade, poderia cometer o crime de prevaricação: deixar de praticar ato de ofício, descumprir a lei em razão de sentimento pessoal ou de corrupção, se ele receber o dinheiro para não tomar providência.

Então, eu concordo com o mérito, mas só queria argumentar que o Regimento Interno determina a junta da quando existe comissão tratando de um código, não é isso? Esse projeto poderia ser juntado na Comissão, para que a comissão especial de 11 Senadores, que

está fazendo audiência pública sobre isso, pudesse debatê-lo. Ela vai apresentar os resultados; nós teríamos prazo para emenda a partir de 1º de agosto, para votar aqui na CCJ no semestre que vem.

Eu concordo com o mérito do projeto, no entanto nós precisamos discutir o Código, o Direito Penal como um sistema e não esse caso em particular.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Presidente, eu declino da inscrição. Eu apenas ia dirigir um apelo ao Relator para que ele pudesse perceber o sentimento médio da Comissão e rever o parecer, coisa que, de forma telepática, ele atendeu.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Presidente Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, caros colegas, Senadoras e Senadores, eu inicialmente quero me apresentar à Comissão, já que o meu Partido finalmente fez a minha indicação para esta Comissão, a mais importante da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Seja bem-vindo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Muito obrigado.

E me coloco à disposição do Presidente e dos colegas também para os trabalhos que aqui são realizados.

Também cumprimento o Senador Diniz, que mudou seu posicionamento. Os argumentos são fortes, e nós vimos, de fato, muitas coisas acontecerem por as autoridades não tomarem as providências devidas. Acho que está na hora, realmente, de aqueles que têm o poder de decidir, de fazer, de investigar, também serem responsabilizados pelas suas falhas ou pela não tomada de decisão na hora certa. Então, parabéns ao Relator. Obviamente, na hora de votar, nós vamos votar com o Relator.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vamos à votação nominal.

Está encerrado...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. Apenas uma indagação...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Eduardo Suplicy. Com a palavra, pela ordem, V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Farei apenas uma indagação, tendo em vista os argumentos que foram expressos pelos diversos Senadores. Como se fala aqui em eminência ou prática de violência doméstica familiar contra a mulher, e foi aqui dado o exemplo do estupro realizado em uma *van* no Rio

de Janeiro, que causou uma reação tão forte em toda sociedade – obviamente é um episódio muito triste –, mas, se está escrito aqui apenas violência doméstica e familiar, não deveria – eu pergunto ao Relator, Senador Anibal, à luz das expressões – ser ampliado de uma maneira tal que fique a violência contra mulher e não apenas no lar ou familiar? Então é a indagação que eu formulo.

O SR PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Sr. Relator, com a palavra.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Senador Eduardo Suplicy, eu entendo que a proposição está devidamente autoexplicativa no que diz respeito, porque ela tem como objeto central a punição dos policiais ou dos agentes que não tomam as atitudes diante das denúncias.

O SR PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – A omissão da autoridade.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – A omissão da autoridade é o que está sendo punido com esse projeto. Portanto eu acho que a preocupação de V. Ex^a se encaixa, mas ela está devidamente contemplada pela matéria.

O SR PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques, como vota V. Ex^a?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, em razão do mérito do projeto, com o Relator.

O SR PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Anibal, voto conhecido.

Senador Pedro Simon, como vota V. Ex^a? (*Pausa.*) Com o Relator.

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Agradecendo a sensibilidade do Relator, voto com o Relator.

O SR PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Com o Relator, Presidente.

O SR PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Cássio.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Com o Relator.

O SR PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Com o Relator.

O SR PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Sodré.

O SR. SODRÉ SANTORO (Bloco/PTB – RR. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Antonio Carlos.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Com o Relator.

O SR PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o Relator.

O SR PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Benedito.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Aloysio.

Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Com o Relator.

O SR PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Renovo a expressão de boas-vindas a V. Ex^a.

Aprovado o projeto por unanimidade.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

Está encerrada a primeira parte da nossa reunião. Iniciamos a segunda parte.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Presidente, pela ordem.

O SR PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Tem a palavra V. Ex^a, pela ordem. Só para organizar os nossos trabalhos, pela ordem, Senador Humberto Costa, com a palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Obrigado.

Eu apresentei uma emenda, fiz um pedido de vistas de um projeto do Senador Roberto Requião, relatado pelo Senador Luiz Henrique, e formulei uma emenda que vou submeter à apreciação da Comissão. Como esse projeto não vai ser votado no dia de hoje e, amanhã, como V. Ex^a sabe, eu estou lá naquela comissão do financiamento da saúde, eu pergunto se haveria algum problema se, em vez de votarmos amanhã, votarmos na próxima quarta.

O SR PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Não há problema. Nós não teremos reunião amanhã. Só na outra quinta-feira.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Amanhã não vai haver. Então, está bom.

O SR PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Não há projetos não terminativos para, na sessão de amanhã, serem apreciados. Por isso, não haverá sessão amanhã, informa a Secretaria.

Só para informação oficial a V. Ex^a, ontem V. Ex^a me pediu a inclusão em pauta do projeto que define a Lei de Responsabilidade Sanitária. Já está pautado para a próxima sessão.

ITEM 1

OFÍCIO “S” Nº 2, DE 2013

- Não Terminativo -

Encaminha os documentos do Senhor Juiz Federal Alexandre Berzosa Saliba, indicado por este Tribunal para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público (CF, Art. 130-A, inciso IV), no biênio 2013-2015.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Votação secreta.

Em 03/04/2013, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação da escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º, do Ato nº 1, de 2007-CCJ.

A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Na presente reunião, procederemos à arguição do indicado, em cumprimento à alínea “b”, do art. 2º, do ato supracitado, referente à segunda etapa do processo de apreciação da escolha das autoridades, no âmbito da CCJ.

Convido o Sr. Alexandre Saliba, para tomar assento à Mesa.

Seja bem-vindo.

Concedo a palavra ao Sr. Alexandre Saliba, para a sua exposição livre. Aí, passaremos à fase de arguição.

O SR. ALEXANDRE BERZOSA SALIBA – Boa tarde a todos.

Ex^{mo} Sr. Presidente Vital do Rêgo, Senador que preside esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; Ex^{mo} Sr. Senador Relator do meu processo, Aloysio Nunes Ferreira; Ex^{mas} Sr^{as} Senadoras, Ex^{mos} Srs. Senadores; meus colegas juízes federais aqui presentes, representados pelo Presidente da Associação dos Juízes Federais; senhores e senhoras; Dr^a Diva, Presidente do nosso Tribunal quando eu lá ingressei, vindo da 2ª Região, em 2006, de que faço parte com

muito orgulho, gostaria de inicialmente pedir desculpas em relação a só ter conseguido vir ontem para Brasília e a não ter conseguido visitar todos os gabinetes dos Srs. Senadores, consegui visitar apenas alguns, mas justifico essa minha falha.

Assim que foi indicado meu nome pelo STJ, para me submeter aos senhores para compor o CNMP, o meu juiz substituto entrou em férias, na mesma semana. Fiquei sozinho na jurisdição da 2ª Vara de São Carlos, por praticamente o tempo todo, e não pude me ausentar em razão de audiências, enfim, do serviço forense de uma vara com um número expressivo de processos, cinco mil aproximadamente.

Então, peço desculpas quanto a essa minha falha de não ter vindo antes, para falar com os senhores, mas espero que, com o currículo que distribuo nesta ocasião, eu possa suprir, de alguma maneira, isso.

Aproveitando o ensejo do currículo, que repasso aos senhores, gostaria de traçar algumas breves palavras sobre a minha trajetória profissional.

Eu me formei em 1992, pela Universidade de Santos; de 1993 a 1996, fui Advogado; em 1996, aprovado para o cargo de Juiz do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, onde exerci a jurisdição em varas criminais de fronteira, notadamente Corumbá e Naviraí. Então, iniciei minha carreira nessas localidades. Depois de quatro anos e meio, aproximadamente, prestei concurso para a Justiça Federal e ingressei junto ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região e lá permaneci por cerca de cinco anos, atuando sempre em vara criminal.

Em 2006, como disse, no início, acabei realizando uma permuta e voltei para o meu Estado natal, São Paulo, sendo lotado na 2ª Vara Federal de São Carlos, em que me encontro até hoje. Então, são quase sete anos titularizando a 2ª Vara Federal de São Carlos.

Em 2009, recebi um convite da Ministra Ellen Gracie, do Supremo Tribunal Federal, para auxiliá-la na condução da parte criminal dos processos que estavam sob os cuidados de S. Ex^a. E fui incumbido de cuidar de toda a parte das ações penais originárias, inquéritos, extradições, *habeas corpus*, recursos extraordinários, todos ligados à matéria criminal.

Fui convidado, alguns meses depois que ingressei no gabinete, em 2010, pela Ministra Ellen Gracie para exercer a função de magistrado instrutor. Essa função, por uma iniciativa do Congresso Nacional, foi através de uma lei, a Lei nº 2.019, que criou a figura do juiz instrutor.

Tive a felicidade de ser o primeiro juiz a realizar as instruções nas ações penais originárias e tive uma experiência bastante enriquecedora, conhecendo as realidades dos Estados, do Poder Judiciário federal

de cada localidade, do Poder Judiciário local estadual, realizando também interrogatórios nas extradições. Conseguimos reduzir em praticamente um terço do tempo o procedimento das extradições.

Trazendo aqui um dado importante, um dos extraditados, ao ser preso pelo mandado de prisão preventiva, em menos de seis meses, teve seu processo julgado, e ele já estava encaminhado para o Estado requerente, sendo que a média normalmente era de dois anos, dois anos e meio. Então, ganhamos uma efetividade muito grande nessa matéria, nessa disciplina.

Em razão disso, a Ministra Ellen resolveu me indicar para compor uma comissão que visava aprimorar os procedimentos de extradição. Estive no Ministério da Justiça levando algumas ideias ao então Ministro Luiz Paulo sobre como acelerar o procedimento das extradições, fornecendo cartilhas aos Estados requerentes para que o processo corresse com maior celeridade e isso foi uma ideia de todos nós do Supremo Tribunal Federal, na época em que eu auxiliava lá, no Ministério da Justiça. De modo que acabamos, inclusive, conversando sobre a possibilidade de retirar as decisões das extradições do Tribunal Pleno e deixar sob a atribuição das Turmas do Supremo, o que também imprimiu muita celeridade nesse tema.

Depois dessa experiência bastante saudável e bastante enriquecedora, fui convidado também pelo Ministro Noronha a participar da comissão de administração de bens apreendidos pela Justiça Federal e lá pudemos perceber que ainda existe uma grande dificuldade na alienação dos bens que são presos com os acusados. É necessária realmente uma revisão. Já temos a Lei Antidrogas, Lei nº 11.343, que trata da antecipação alienada dos bens apreendidos. Mas me parece que o futuro nos reserva boas expectativas em relação a esse tipo de providência, visando preservar o valor daquele bem que é apreendido e, no caso de uma absolvição no final, o dinheiro é devolvido ao acusado, mas, mais importante do que isso, dando celeridade a toda essa trajetória que o processo penal no Brasil enfrenta. Nós sabemos que há uma morosidade muito grande no processo penal, há uma insatisfação da sociedade quanto a resultados efetivos dentro da esfera penal e essa é uma das medidas que vêm ao encontro da política de celeridade processual.

Depois desse período de Brasília, de dois anos, de 2010 a 2011, retornei à jurisdição e lá permaneci. Até o presente momento, continuo na minha jurisdição, na 2ª Vara.

Em relação às minhas ideias para o Conselho Nacional do Ministério Público, caso meu nome seja aprovado, receba o apoio de V. Ex^{as}, são relacionadas

a dois pontos: à questão administrativa do Conselho e à questão disciplinar.

Quanto à questão administrativa do Conselho, parece-me que as políticas que já vêm sendo implementadas, a estratégia nacional do Ministério Público para poder modernizar e melhorar o nosso Ministério Público, têm que continuar a ser fomentadas através de reuniões e discussões. Parece-me que as metas que o CNJ já estabeleceu para o Judiciário podem ser trabalhadas em relação ao Ministério Público também, essas metas de produtividade. Quando falo meta de produtividade, quero deixar claro aqui aos Srs. Senadores que não se trata de números para que as denúncias sejam oferecidas de maneira açodada, não é isso, mas os procedimentos investigatórios criminais que muitas vezes ficam parados durante muito tempo merecem um prazo para encerramento da investigação, por exemplo, para que não fique aquela espada de Dâmoques indefinidamente sobre a cabeça do investigado. Ou seja, a Polícia, o Ministério Público, os órgãos de investigação precisam realmente ter celeridade para decidirem se vão ou não denunciar aquele investigado, aquela pessoa, aquela organização criminosa, sob o risco de criar uma perenização dessa situação que configura, inclusive, uma afronta à dignidade da pessoa humana, essa indefinição das investigações e das ações penais.

As tabelas unificadas também são outra medida que vem dando muito resultado. Todas as classes processuais do Ministério Público são colocadas de maneira unificada para que haja uma melhor inteligência, uma melhor compreensão para que aqueles membros do Ministério Público do Acre e do Rio Grande do Sul saibam o que estão falando. Muitas vezes encontramos – com essa função que exerci de juiz instrutor – situações em que, por exemplo, em Itaituba, realizando instrução de ações penais, o promotor me relatava que havia ali mais de mil ações e eram dois servidores para ajudá-lo. As prefeituras é que cediam, não existia um quadro próprio do Ministério Público do Pará, por exemplo, para poder ajudar, às vezes, esse promotor. Ao passo que em outros Estados a relação do promotor com a sua equipe administrativa era muito diferente.

Então, me parece que o Conselho Nacional do Ministério Público tem que focar em cima dessa uniformização para melhor, desse incremento de condições para que o promotor possa exercer o seu múnus, o procurador também, no 1º grau e, obviamente, no 2º grau, na Subprocuradoria e em todas as outras instâncias do Ministério Público brasileiro.

Outro ponto interessante diz respeito à Enasp – Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública. É uma estratégia que vem dando resultados dignos

de destaque. A Dr^a Taís Ferraz, atual conselheira do CNMP, Juíza Federal da 4^o Região, vem trabalhando incessantemente, visando ao enfrentamento dos inquéritos policiais que envolvam os crimes de homicídio, para que haja uma resposta, para que cheguem a bom termo essas investigações. Acompanhamos na mídia, pouco tempo atrás, no Pará, a questão da quantidade de assassinatos e do número reduzido de identificação de autorias e mais reduzido ainda daqueles que vão a efetivo julgamento.

Então, me parece que essa Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública precisa ser bastante considerada e bastante observada por todos os membros do Conselho Nacional do Ministério Público.

Outra questão interessante, parece-me, é a efetiva implementação do processo judicial eletrônico. Nós estamos numa era em que não há mais como fugir da digitalização de toda essa espécie de comunicação virtual. Nós podemos realizar hoje audiências precatórias, interrogatórios, videoconferência em qualquer ponto do Estado brasileiro e não há como fugir dessa tendência mundial, que é o processo judicial eletrônico. É uma situação inexorável. Precisamos mudar a mentalidade dos operadores do Direito. Muitas pessoas ainda resistem a essas inovações, mas me parece que é um caminho sem volta.

Queria fazer também um depoimento aqui sobre a experiência no Supremo Tribunal Federal, que serve também para os colegas juízes, procuradores que atuam, como eu, no 1^o grau de jurisdição. Muitas vezes, o instrumental das audiências pelo sistema do audiovisual dá muita celeridade na hora da colheita da prova, só que, quando essa prova chega ao tribunal de apelação ou ao tribunal superior, ao Supremo, muitas vezes é necessária a transcrição. O Ministério Público Federal, a Procuradoria Geral da República, pelo menos na experiência que eu tive, pediam sempre a transcrição. Isto levava mais tempo: a transcrição do que era feito no audiovisual. Então, me parece que existem alternativas para melhorar isso, não excluindo a tomada do depoimento pelo audiovisual, mas sim, como houve uma iniciativa na 4^a Região, selecionando deficientes visuais para que façam a transcrição em alguns determinados tipos de ações penais, em algumas questões de improbidade, por exemplo, em que são tomados depoimentos no audiovisual e o juiz destinatário da prova muitas vezes não vai ter condição de acompanhar aquilo ali só no audiovisual. O documento também é importante.

Trago aqui um exemplo que eu estou aplicando lá na minha 2^a Vara de São Carlos. Um estagiário deficiente visual participa das audiências criminais, nos dias em que as temos, e acaba transcrevendo tudo o

que é colhido no audiovisual. Então, temos uma situação que, a meu ver, é muito ideal. Temos a parte da mídia e o que está escrito, o que a pessoa falou no papel. Então, isso é importante para o juiz, mas mais importante quando o processo for aos tribunais superiores, tribunais de apelação. Com isso, ganhamos tempo não mandando para a transcrição, para a taquigrafia. São medidas que constatamos no dia a dia, na judicatura de 1^o grau, em que há o primeiro enfrentamento das questões.

São essas questões interessantes, e muitas outras, que eu gostaria de implementar, se, por acaso, conseguir o apoio e o voto de V. Ex^{as}.

Eu me coloco à inteira disposição, Senador Vital do Rêgo, Presidente, para que possa esclarecer qualquer tipo de dúvida, de indagação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço ao eminente Juiz, Dr. Saliba, pelas suas considerações iniciais, que demonstram experiência, embora jovem, conhecimento da judicatura e absoluto senso de responsabilidade no seu dever, no exercício de suas atividades.

Passo a colher a manifestação de V. Ex^{as}.

O primeiro orador inscrito para arguir o Dr. Saliba é o eminente e querido colega Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Bom dia, Senador Vital. Bom dia, Senadores. Bom dia, Doutor.

Que opinião o senhor tem em relação aos membros dos Ministérios Públicos de diversas cidades e Estados da Federação que, em processos que envolvem autoridades, proclamam perante a mídia falada e escrita sua opinião pessoal em relação ao resultado do processo, mesmo antes de sua conclusão final perante o Poder Judiciário? O senhor acha que é necessário estabelecer uma política interna no Ministério Público no sentido de coibir e, eventualmente, punir de maneira exemplar essas posições que geram, perante a opinião pública, um desfavor aos envolvidos no processo?

Tive oportunidade de presidir a Câmara Municipal de São Paulo por quatro vezes. Era impressionante. O oficial de justiça podia ser abolido pelo Ministério Público, porque quem dava as notícias era a *Folha de S. Paulo*, o *Estado* e o *Diário de S. Paulo*. É um abuso do Ministério Público, perante Parlamentares, a notícia sair antes de chegar às varas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Aloysio com a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eminente Juiz Alexandre

Berzosa Saliba, reitero, subscrevo a indagação feita pelo meu ilustre colega, Senador Antonio Carlos Rodrigues, porque é algo que realmente gera uma situação muitas vezes de condenação prévia, de execração prévia da pessoa, antes do pronunciamento da Justiça.

A esse respeito, Dr. Saliba, lembraria ao senhor, não sei se o senhor teve conhecimento disso, que o Dr. Gurgel, quando esteve aqui na Comissão, e creio que foi na sua sabatina, falou da necessidade da elaboração de um código de ética do Ministério Público, e até hoje não temos esse instrumento, esse código de ética. Uma sugestão que faço a V. Ex^a é que, quando integrar, caso seja aprovado seu nome, o Conselho Nacional do Ministério Público, entre as iniciativas importantes a que V. Ex^a se referiu em seu programa de ação, inclua esta também: diligenciar para que esse código de ética seja elaborado e seja seguido, para evitar, inclusive, situações como essa a que o Senador Antonio Carlos Rodrigues se referiu.

No mais, queria dizer a V. Ex^a o seguinte. V. Ex^a não precisava ter feito o périplo pelos gabinetes, como um candidato da Academia Brasileira de Letras. É sempre uma deferência, mas V. Ex^a tem um currículo muito bom. Eu examinei o seu currículo, que retrata a vida de um jurista culto, preparado, que reflete, que publica, que pesquisa, que leciona, que já exerceu funções importantes junto ao Supremo Tribunal Federal e também ao STJ e que é um bom juiz. Eu tenho depoimentos dos seus jurisdicionados. Tenho muitos amigos na cidade de São Carlos, e a opinião unânime que colhi, em vários setores da sociedade são-carlense, é das mais favoráveis ao senhor: um bom juiz, um juiz dedicado ao seu trabalho, um juiz correto, um juiz justo. E foi por isto que o senhor não teve condição de fazer o périplo: estava trabalhando!

Tive ocasião de conversar com o senhor anteontem, se não me engano, e recolhi dessa conversa a sugestão de uma iniciativa legislativa a respeito de um tema que o senhor acaba de abordar, ou mencionar, que é a necessidade de termos um prazo para a conclusão dos procedimentos investigativos levados a efeito pelo Ministério Público. A polícia tem. Os inquéritos policiais têm prazo para serem concluídos. Já os inquéritos que o Ministério Público promove com vista à instalação de ações judiciais, como ação civil pública, não têm prazo para serem concluídos. E aí o sujeito fica eternamente na condição de investigado: fulano de tal está sendo investigado pelo Ministério Público. O senhor se referiu a isso como uma necessidade que depende de nós, do Poder Legislativo, porque, evidentemente, isso tem que ser matéria de lei, e, a partir da conversa que tivemos anteontem, no meu gabinete, já

pedi para a minha assessoria elaborar um projeto de lei para submeter à deliberação do Senado.

No mais, quero reiterar a minha manifestação de apreço e de admiração por V. S^a.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy para arguição.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo; prezado Sr. Juiz Federal Alexandre Berzosa Saliba, também avalio que a sua formação e carreira são muito positivas para que possa exercer as funções de membro do Conselho do Ministério Público. E avaliei como positivas as suas observações a respeito, pelo que entendi, de se prover oportunidades para aquelas pessoas que têm alguma limitação, alguma deficiência trabalharem, inclusive em órgãos da Justiça.

No caso que aqui nos relatou, há pouco, isso decorreu da legislação que prevê que cada empresa precisa ter algumas vagas destinadas a essas pessoas ou, no caso do órgão de Justiça pelo qual o senhor foi responsável em São Carlos, foi uma iniciativa sua. Acho que é um exemplo muito positivo para abrir oportunidade. Acho que, quando V. S^a aqui nos relatou isso, teve como propósito dizer: “São muitas as situações em que nós podemos aproveitar pessoas que, embora tenham limitações, deficiências, podem muito contribuir para a realização de trabalhos profícuos”.

Então, quero cumprimentá-lo por essa iniciativa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu gostaria de questionar o Dr. Saliba.

Peço uma avaliação de V. Ex^a sobre o desempenho do Conselho Nacional do Ministério Público nos dias atuais e sobre quais, dentre as atribuições, considera as mais relevantes.

Com relação à preocupação, hoje motivo de um debate nacional, que diz respeito à autonomia dos promotores de justiça e procuradores da República, quando exacerbam as suas prerrogativas e promovem denúncias ou ação civil pública para satisfazer interesses pessoais ou por questões ideológicas, como pode o CNMP inibir esse tipo de conduta?

Com relação ao sistema prisional – a crise é pública, inclusive com manifestações corajosas do nosso Ministro da Justiça –, ineficiente e ineficaz, como o Conselho pode contribuir para que o sistema carcerário seja aprimorado?

São questionamentos que se unem às arguições já feitas pelos Srs. Senadores que me antecederam, e quero fazer minhas as manifestações dos outros colegas.

O currículo de V. Ex^a dispensa maiores comentários. A riqueza do seu trabalho, a manifestação dos seus colegas de magistratura e, principalmente, da sociedade, que lhe tem como magistrado, falam por si só. Tenho absoluta convicção do belo desempenho que V. Ex^a haverá de fazer, tendo a aprovação e a confiança deste Senado.

Com a palavra, V. Ex^a para suas manifestações.

Peço para que a nossa Secretaria inicie o convite aos Srs. Senadores, para que venham a plenário. Temos um sistema de televisão direto, ao vivo, estamos transmitindo para seus gabinetes e, certamente, os Srs. Senadores estão nos vendo ou ouvindo. Nós estamos quase iniciando o processo de votação. Precisamos de quórum aqui para a manifestação democrática dos Srs. Senadores.

Com a palavra, meu Vice-Presidente, Anibal Diniz, antes de devolver a palavra ao nosso sabatinado.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Presidente Vital do Rêgo. Quero, antes de tudo, cumprimentar o Juiz Federal Alexandre Saliba pela qualidade do seu currículo, pela qualidade da exposição, pela qualidade do seu Relator, porque teve o privilégio de ter como Relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Ocorre-me aqui uma única curiosidade, que eu gostaria de esclarecer, me somando a todas as perguntas feitas. Caso V. Ex^a, como juiz federal, estivesse naquela reunião das entidades representativas dos operadores jurídicos com o Presidente do Supremo Tribunal Federal e recebesse aquela ordem expressa, imperial, de que se mantivesse calado, a não ser que lhe fosse autorizado dirigir a palavra a ele, qual teria sido a sua reação?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, o nosso sabatinado, para suas considerações.

Renovo o apelo aos Srs. Senadores para providenciar suas respectivas vindas ao plenário.

O SR. ALEXANDRE BERZOSA SALIBA – Iniciando as respostas pela ordem das indagações, o Senador Antonio Carlos Rodrigues me perguntou sobre a situação dos membros do Ministério Público das cidades e Estados, que proclamam perante a mídia o resultado antecipado do processo.

Eu sou radicalmente contra esse tipo de atitude. Como juiz, minha carreira inteira é pautada na parcimônia, na serenidade e na tranquilidade na minha atuação. Não podemos esquecer que o Ministério Público é parte, como a defesa. Agora, parece-me perfeitamente conciliável a informação à sociedade de maneira objetiva, sem tecer considerações do que a pessoa, do que o membro do Ministério Público entende que vai

acontecer com aquilo, porque esse tipo de atitude gera uma série de situações constrangedoras. Uma vez que a pessoa é absolvida, ao final do processo penal, ou de uma ação de improbidade, sua honra fica irreversível.

Então, parece-me que é dever de informação. A gente vive hoje em uma era em que o acesso à informação, a transparência é algo também inexorável, irreversível. Só que a responsabilidade anda *pari passu* com o dever de informar. Passou do limite, exacerbou-se na manifestação, parece-me que a punição tem de ser implementada, sob pena de fomentar outras atitudes parecidas.

Pegando carona na arguição do Senador Aloysio Nunes, código de ética é perfeitamente aplicável. Nós temos um código de ética. Nós temos o código de ética de Bangalore, que são princípios éticos em que os juízes têm de se pautar para poderem atuar.

Eu sempre digo que essas funções – magistratura e Ministério Público – devem ser exercidas com absoluta tranquilidade espiritual. As posições são colocadas no papel. Se há pronunciamento oral, que o Relator ou que membro do Ministério Público o faça. Isso é natural. Ele tem de defender a posição dele, a parte, no caso. Mas o juiz tem de se manifestar, tem de pronunciar o direito, dar a cada um o que é de direito, o que é certo, de uma maneira tranquila, de uma maneira bem calma, para passar para a sociedade que ele é a última barreira da civilidade. Porque, se o juiz, a boca do juiz falar com agressividade, com destempero, a sociedade vai pensar o que do Poder Judiciário? Acho que é necessária essa manifestação calma e sossegada sempre.

E, no caso do Ministério Público, a antecipação, parece-me, é algo extremamente condenável. Não dá para antecipar, porque não se sabe o que vai acontecer no final do processo. Às vezes, as provas indicam num sentido e, no resultado final, no veredicto... Ou então, no primeiro grau é condenado, no segundo grau é condenado, e a situação vira no Supremo Tribunal Federal. Eu tive essa experiência de assistir a situações como essa. E, às vezes, a honra da pessoa não é recuperada mais, ou do grupo de pessoas.

Quanto à política interna de coibir, de punir, parece-me que, se eu receber o apoio de V. Ex^{as}... Eu tenho isso em mente; eu sou oriundo do Poder Judiciário. Não tenho ligação com o Ministério Público. Respeito todos os membros do Ministério Público. Durante quase 17 anos de magistratura, atuei com promotores e com procuradores e nunca tive nenhum tipo de problema com nenhum deles. E foram dezenas. Parece-me que é necessário punir e coibir para que haja realmente essa percepção do limite, do ponto que vai além. O que for além tem de ser coibido. É o que eu penso em

relação a essa questão, Senador. E acho que respondendo a questão também do código de ética. Parece-me uma necessidade premente também.

O Senador Suplicy me questionou sobre a questão do deficiente visual, que nós temos lá em São Carlos. Só para fazer justiça aqui com a minha colega Salise Sanchotene, uma Juíza que para mim é um dos exemplos, uma das maiores Juízas que nós temos no País, ela ganhou o Prêmio Inovare, em 2011, pela inclusão dos deficientes visuais nesse sistema de transcrição.

No meu caso concreto, eu resolvi ir além. Eu tive sorte. Sorte minha e sorte também do deficiente, porque ele é um acadêmico do direito e está no terceiro ano da faculdade lá de São Carlos. Então, a impressão que eu tive, pela conversa que eu tive com ele, foi a melhor possível, porque ele vai conseguir desenvolver o que ele está aprendendo na faculdade com a prática, com as ações penais concretas, com as situações reais do dia a dia.

Acho que a inclusão de todo e qualquer deficiente é importante, e nós precisamos ter essa visão. O juiz precisa ter essa visão social. O juiz não é só aquele que prolata a sentença e atende o advogado. O juiz hoje é um administrador, um gestor. Isso, muitas vezes, no concurso de ingresso, não é ensinado e não é pedido. Mas, hoje, o juiz tem de ter condições de se comunicar com a mídia, com os outros Poderes – com o Poder Legislativo local, com o Poder Executivo. Parece-me importante a função, hoje, do juiz, que não é mais aquela do passado, quando ele ficava no gabinete trancado e não atendia ninguém. Hoje o juiz tem que atender, ele tem que prestar contas do serviço dele.

As metas estão aí, o CNJ está aí para poder observar qualquer tipo de falta de comunicação e transparência. Então, essa é a minha posição sobre o papel que o Ministério Público tem que ter também; de atendimento, como vem fazendo.

Na verdade, nós temos um Ministério Público excelente. Parece-me que são poucos os problemas – disciplinares, principalmente – em um universo aí de mais de 8 mil promotores, se não me engano. Segundo dados do CNMP, o número é reduzido; é reduzido o percentual de pessoas que acabam se envolvendo em desvios de conduta.

Quanto às questões do Senador Vital do Rêgo, Presidente desta Comissão: o desempenho do CNMP, as atribuições mais relevantes – ah, ele participa da Enccla também, eu esqueci de comentar agora há pouco, Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Ativos, e da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública, a Enasp –, esse desempenho é muito importante, porque traça diretrizes. Parece-me que algumas outras questões podem ser implemen-

tadas, como, por exemplo, as metas. E aí eu pego um gancho do início da minha fala em relação a prazos para o Ministério Público encerrar investigações. A pessoa precisa saber, o investigado, o indiciado: e aí, vou ser denunciado ou não vou? Precisa saber a situação. Não se pode prolongar indefinidamente.

O poder disciplinar também em relação aos desvios constatados deve ser pronto, deve ser rápido, não deve demorar uma eternidade. Tem que ser pautado com rapidez e apreciado porque também confere uma credibilidade muito grande para o órgão que está punindo, que está fazendo o controle interno de seus membros.

Bom, sistema prisional: ineficiência e ineficácia. Isso é uma verdade sabida, é um fato público e notório. O sistema carcerário está realmente falido. Existem políticas de implementação e aprimoramento de penas alternativas. Existe um projeto de lei do Senado que traz a figura do *guilty plea* do Direito americano, canadense para a nossa realidade. Naqueles crimes em que a pena cominada máxima é de até oito anos, poderá haver um acordo entre acusação e defesa; e esse acordo requer, necessariamente, a confissão do acusado – já há um processo penal aí. Então, com essa medida, se aprovada, existe esse projeto de lei por parte do Senado, parece-me que desafogaria bastante o sistema penal, porque é uma tendência. Como temos o processo judicial eletrônico, institutos do Direito americano no futuro vão ser aplicados aqui – essa situação do acordo entre a acusação e a defesa. Agora tudo com muita cautela, com muita calma para não privilegiar, às vezes, um acusado com alto poder aquisitivo, beneficiar o rico, que tem condições de contratar bons advogados, e prejudicar o pobre.

Mas é uma ideia interessante que os Srs. Senadores, que V. Ex^{as} trouxeram à baila, essa discussão, como também o juiz das garantias, que está no projeto de lei do Senado.

Eu acho que existem maneiras de desafogar o sistema prisional: através da via legislativa, soluções legislativas, e soluções também práticas. Os mutirões carcerários funcionaram bastante, não sei se vai ser repetida essa ideia. O Ministro Beneti está chefiando uma comissão para tratar da reformulação da Lei de Execução Penal (LEP) e tem outras ideias aí. Enfim, eu acho que devemos aguardar um pouco.

Senador, V. Ex^a perguntou sobre a PEC 37, o poder de investigação, alguma coisa nesse sentido, não é?

Bom, rapidamente. Em relação a esse tema, parece-me que o poder de investigação do Ministério Público está cada vez mais cristalizado na nossa Corte Suprema. Em dezembro passado, nós tivemos um julgamento, e o Ministro Fux trouxe o voto – está sendo

juulgado um RE e um HC – em que ele estabelece a possibilidade, ele dá sinal verde para as investigações criminais – não podemos confundir com inquérito –; ele autoriza o Ministério Público a realizar investigações criminais que possam dar ensejo a uma ação penal, que possam encetar uma demanda penal. Agora ele coloca ali situações, ele baliza essa posição, modula lá na frente, quando ele termina o voto, porque, dali para frente, num efeito *ex nunc*, são tomadas todas as decisões com base naquele voto. Quando digo que ele baliza, ele diz que essa iniciativa do Ministério Público tem que ser fundamentada para investigar, tem que ter um prazo certo, tem que garantir todos os direitos do indiciado no inquérito policial tradicional. E me parece que aqui, quando se fala em investigação, eu não consigo visualizar a retirada do delegado da cadeira dele e o promotor sentando ali. Não é isso. É uma investigação que venha complementar aqueles elementos coligidos através do caderno investigativo.

Acho que a gente tem que fazer uma análise um pouco mais tranquila em relação a isso.

Sou favorável ao poder de investigação, desde que balizado, desde que na moldura que possa garantir os direitos aos investigados.

A respeito da indagação do Senador Anibal Diniz sobre a reunião de segunda-feira, me parece, com o Ministro Joaquim Barbosa, da ordem expressa, em relação ao que aconteceu ali, eu vou responder ao senhor com a minha alma de juiz: eu procuraria sempre apaziguar os ânimos. Eu me considero um pacificador. Eu, como juiz, tenho que pacificar, eu tenho que tranquilizar. Então, eu acho que qualquer excesso, qualquer discussão, qualquer bate-boca, não é benéfico. Eu agiria como pacificador. Então, essa é a minha posição sobre esse tipo de situação. Não acho que ganhamos nada com esse tipo de situação.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Eu também, se estivesse lá.

O SR. ALEXANDRE BERZOSA SALIBA – Senador, eu queria fazer um último, mas não menos importante, registro – deixei para o final – para agradecer a todos integrantes do Superior Tribunal de Justiça, representados pelo Ministro Félix Fischer, pela confiança que depositaram no meu nome. Saibam que fiquei muito honrado e me senti muito feliz com essa indicação.

Saibam os Srs. Senadores, como também todos os membros daquele Tribunal, o tribunal da cidadania, tão importante para o nosso País, que, uma vez aprovado o meu nome, eu farei de tudo, com muito amor e com muita dedicação, para aprimorar o Conselho Nacional do Ministério Público e reforçar tudo que já vem sendo feito.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço e parabeno V. Ex^a e os nossos companheiros pela excelente sabatina, com a participação ativa dos Srs. Senadores.

Vamos iniciar o processo de votação.

Peço à assessoria dos Srs. Senadores que comuniquem aos respectivos colegas que vamos iniciar o processo de votação.

Senador Inácio Arruda.

Senador Benedito de Lira.

Senador Anibal Diniz.

Senador Eduardo Suplicy.

Senador Antonio Carlos Rodrigues.

Senador Sodré Santoro.

Senador Aloysio Nunes.

Senador Vital do Rêgo.

Senador Ivo Cassol. Agradeço a V. Ex^a, sempre atencioso com esta Comissão.

Em atenção ao Senador Ivo Cassol, tão atencioso com esta Comissão, estou abrindo aqui uma exceção, até porque há Senadores que estão chegando para também sufragarem o seu voto. Eu gostaria de ouvir o Senador Cassol, Dr. Alexandre, que quer lhe fazer uma pergunta.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Está certo.

Eu quero, aqui, agradecer ao Presidente Vital do Rêgo e dizer para o nosso sabatinado que, se Deus quiser, daqui a pouquinho...

Eu estava acompanhando no meu gabinete, Dr. Alexandre, e como não faço parte desta Comissão, pois faço parte de outras Comissões, quando tomei conhecimento de que se estava discutindo e debatendo aqui sobre o Conselho Nacional do Ministério Público...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Só um instante.

O Senador José Pimentel vai sufragar.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Ao mesmo tempo, eu queria aproveitar. Trouxe um documento em mãos. Eu sou vítima, ou melhor, eu sou cobaia, Ivo Cassol, ex-prefeito, ex-governador, de um procurador federal que era promotor no meu Estado.

Eu fiz uma denúncia na Corregedoria do Ministério Público Federal, na época em que o Arco de Fogo esteve no meu Estado, com o Governador do Estado de Rondônia, e o Estado de Rondônia apareceu na mídia nacional como se fosse o Estado que mais derrubasse, mais desmatasse e mais tirasse madeira ilegal de dentro de área indígena.

Todo mundo sabe que qualquer um dos políticos e o próprio Presidente se, de repente, autorizar alguém a tirar madeira de área indígena, comete crime. Se uma dona de casa for dentro de uma área in-

dígena tirar castanha, é crime. Se um madeireiro tirar madeira, é crime.

Portanto, veio em minhas mãos uma denúncia, uma filmagem em que o procurador participou de uma reunião com os indígenas, com membro do Ibama, com membro da Funai e autorizou tirar madeira de área indígena. Após autorizar tirar madeira de área indígena, o funcionário da Funai fez um documento perguntando para o seu superior se continuava ou não tirando a madeira ilegal. Se o senhor permitir, até a votação fechar, leio, pois eu o tenho aqui:

Ministério da Justiça. Fundação Nacional do Índio. Memorando nº 108. Rondônia.

Cacoal, 15 de Setembro de 2005.

Ao Sr. Trajano Azevedo Fonseca.

Senhor Administrador, como já é de conhecimento de todos...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu vou pedir só um instante ao Senador Cassol, antes que conclua, para chamar o Senador Humberto Costa e o Senador Eunício Oliveira, porque com os respectivos Senadores nós concluímos o processo de votação.

Senador Humberto Costa.

Senador Eunício Oliveira.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Só para continuar aqui, vem o memorando.

Como já é de conhecimento de todos que participaram de reunião realizada em dia 19/08/2005, onde estiveram presentes lideranças indígenas e demais membros das comunidades indígenas de etnia Suruí, representantes do Ibama, Funai, e do Sr. Reginaldo Pereira da Trindade, MD. Procurador-Geral da República do Estado de Rondônia, para tratarem assunto relacionado à exploração ilegal de madeira de lei, no interior das terras indígenas Sete de Setembro, jurisdicionada a esta regional, decidido o consentimento verbal pelo Sr. Procurador às comunidades indígenas ali presentes, a continuidade da retirada de madeira da área, em atendimento à solicitação das lideranças indígenas, da necessidade de se dar continuidade da retirada de madeira, para que pudessem assim saudar seus débitos perante as partes interessadas na ilegalidade, para com seus credores.

No entanto, solicito de V. S^a ver possibilidade de consultar ao nobre Procurador se o prazo concedido aos silvícolas já foi expirado. Caso positivo, sugiro que sejam oficializados os órgãos repressores (Ibama e DPF) para a realização de possíveis operações de repressão ao redor da reserva, com finalidade de inibir as explorações ilegais de sua flora, uma vez que o fluxo de madeireiro vem causando grande impacto ambiental na referida reserva indígena.

O que fiz com isso? Quando era governador, fui à mídia nacional, ao Minc, na época, à Marina Silva, como se eu fosse o depredador que autorizava a retirar a madeira ilegal. Saía a madeira ilegal e, depois, alguém lá fora esquentava a nota. Peguei a documentação. Denunciei para a Corregedoria do Ministério Público, que respondeu que estava tudo certo, que o fez em nome da lei.

O ofício, o cara não negou porque foi ouvido. Na época, denunciávamos para o Ministro da Justiça. Da fita, ninguém comprovou a veracidade. Lá se abriu, em Rondônia, um procedimento para saber quem foi que apurou essas provas contra o procurador. Fiz uma denúncia também ao Conselho Nacional do Ministério Público que está tramitando aqui. Sei que na área administrativa já se expirou, mas tem ainda a área criminal, porque, se fôssemos nós, lá fora, além de responder o processo criminal e tudo... O pior disso tudo, nosso futuro Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, é que, pelas denúncias que fiz, hoje, respondo por processo crime e por improbidade administrativa.

Hoje estou aqui como Senador, mas, mesmo assim, vejo que a categoria, além de, vamos dizer, corporativista, e falo como Senador da República aqui, se autoprotege. O Conselho vem ao encontro para que possa ter autonomia para coibir, independentemente de ser um Senador que está aqui no cargo, o usufruto da ilegalidade, independente de ser um procurador ou promotor.

Por isso, queria só colocar essa questão.

Vou deixar essa cópia com o Dr. Alexandre, se me permitir. Fiz várias denúncias. É uma situação que veio desde quando eu era prefeito da cidade de Rolim de Moura. A história se prolongou e continua com várias ações e processos. Eles podem tudo, mas nós não podemos nada contra eles. Só busco uma coisa: justiça para todos. O Conselho Nacional vem ao encontro. O senhor terá condições de colocar sangue novo e mudar muita coisa. Se precisar mudar alguma coisa aqui no Senado, temos que nos colocar à disposição.

Desculpe-me vir aqui, colocar isso e ocupar a área, mas estou falando porque fui vítima desse sistema e, hoje, estou gastando com advogado e com tudo para poder me defender de uma denúncia que fiz como governador lá atrás.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Ivo Cassol, V. Ex^a está no seu legítimo direito de representante do povo de Rondônia.

Agradeço, Senadora Ana Rita. Com o voto da Senadora Ana Rita, encerramos o processo de votação.

Passo a palavra a V. Ex^a, Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Obrigada, Sr. Presidente. Eu estava presidindo a Comissão de Direitos Humanos e, felizmente, cheguei a tempo.

Quero parabenizar o Dr. Alexandre. Sabemos que, com certeza, a apuração vai ser positiva. Desejamos um bom trabalho para V. Ex^a.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço, Senador Ana Rita.

Está encerrado o processo de votação.

Passo a palavra ao Dr. Alexandre para as suas considerações acerca da intervenção do Senador Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Senador Ivo Cassol, como dizia agora há pouco, vou atuar com firmeza, mas com responsabilidade. O código de ética a que nós, juízes, já nos submetemos nos indica essa vertente a ser seguida.

Qualquer membro do Ministério Público tem que agir com veemência, com proatividade, com garra, mas com responsabilidade. Parece-me que são compatíveis estas duas situações: a garra, a tenacidade, mas a responsabilidade. Como juiz, me pauto por dois princípios. Atuo, como entendo que devo atuar, seguindo a Constituição e as leis da República, com o meu convencimento, mas com muita responsabilidade, sempre mantendo o alto nível nas minhas manifestações escritas, verbais. Acredito que o caminho é esse.

E, como representante do Superior Tribunal de Justiça, caso aprovado o meu nome por V. Ex^{as}, continuarei agindo dessa mesma forma, uma vez que sou oriundo do Poder Judiciário, que integro há quase 17 anos. Essa é a minha formação, é a minha linha de pensamento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço ao Dr. Alexandre.

Solicito à Senadora Ana Rita e ao Senador Sodrê Santoro que iniciem o escrutínio, o processo de conferência, apuração e proclamação do resultado.

Votaram SIM 11 Srs. Senadores; NÃO, 01.

Total: 12 votos.

Está aprovada a escolha do nome do Sr. Alexandre Saliba.

A matéria vai ao plenário.

Por solicitação da Senadora Ana Rita, do Senador Sodrê Santoro e do Senador Ivo Cassol, a matéria vai em regime de urgência.

Passo à discussão da solicitação. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

A matéria, em regime de urgência, está aprovada e vai ao plenário.

Tenham todos um feliz resto de dia.

Fiquem com Deus.

Nada mais havendo a tratar, convoco reunião para a próxima quarta-feira, de forma ordinária.

(Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 35 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 11^a REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, E EM 18 DE ABRIL DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e cinco minutos, do dia dezessete de abril de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Anibal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Eduardo Braga, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Aécio Neves, Cássio Cunha Lima, Alvaro Dias, José Agripino, Armando Monteiro, Mozarildo Cavalcanti, Magno Malta, Antonio Carlos Rodrigues, Eduardo Suplicy, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka, Aloysio Nunes Ferreira, Paulo Bauer, Gim, Eduardo Amorim e Alfredo Nascimento, e das Senadoras Ana Rita, Lídice da Mata e Lúcia Vânia reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Pedro Simon, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão. A presidência registra a presença dos Senhores Oswaldo Trigueiro, Procurador-Geral da Paraíba; Marfan Martins Vieira, Procurador-Geral do Rio de Janeiro; Paulo Prado, Procurador-Geral do Mato Grosso; Fábio Stica, Procurador-Geral de Roraima; Aguinaldo Fenelon, Procurador-Geral de Pernambuco; Orlando Rochadel, Procurador-Geral de Sergipe; Lio Marin, Procurador-Geral de Santa Catarina; Gilberto Giacóia, Procurador-Geral do Paraná. Ricardo Machado, Procurador-Geral do Ceará; Francisco Cruz, Procurador-Geral do Amazonas; e da Senhora Patrícia Rêgo, Procuradora-Geral do Acre. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião Anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: 1^a PARTE: ITEM 1) PROPOS-

TA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 35, de 2011. Não Terminativo. **Autoria:** Senador Luiz Henrique e outros. Revoga o inciso I do art. 49, acrescenta inciso ao art. 52 e altera a redação do inciso VIII do art. 84 da Constituição Federal, a fim de tornar privativa do Senado Federal a competência para decidir sobre tratados, acordos ou atos internacionais.

Relatório: Favorável à Proposta, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Em 09/04/2013, foi recebido Voto em Separado do Senador Roberto Requião, que conclui pela aprovação da Proposta, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta; Em 10/04/2013, foi recebido Relatório reformulado pelo Senador Jorge Viana, com voto favorável à Proposta, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Em 17/04/2013, foi recebido novo relatório reformulado do Senador Jorge Viana. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). **Relatoria:** Senador Jorge Viana. ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 90, de 2013. Terminativo. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. Altera o parágrafo único da Lei nº 11.372, de 2006, que regulamenta o § 1º do art. 130-A da Constituição Federal, para dispor sobre a forma de indicação dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público oriundos do Ministério Público e criar sua estrutura organizacional e funcional, e dá outras providências. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Em 09/04/2013, foi recebido Relatório reformulado pelo Relator, Senador Sérgio Souza, com voto pela aprovação do Projeto com duas Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1 e 2-CCJ. Votam vencidos os Senadores Pedro Taques e José Agripino. **Relatoria:** Senador Sérgio Souza. ITEM 4) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 508, de 2011. Terminativo. **Autoria:** do Projeto: Senador Humberto Costa. Ementa do Projeto: Acrescenta os arts. 242-A e 258-C na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar crime a venda de bebidas alcoólicas a menores de dezoito anos, e dá outras providências. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutiva). Resultado: O Substitutivo oferecido ao PLS nº 508, de 2011, é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF. **Relatoria:** do Projeto: Senador Benedito de Lira. ITEM 5) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 757, de 2011. Terminativo. **Autoria:** do Projeto: Senador Pedro Taques. Ementa do Projeto: Acrescenta

o art. 229-A à Lei n. 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica – para inserir hipótese de restituição de quantia paga de bilhete aéreo em caso de cancelamento ou alteração da data da viagem pelo passageiro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 17/04/2013, foram recebidas três Emendas de autoria Aloysio Nunes Ferreira, apresentadas em turno suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Resultado: Retirado de Pauta para análise das Emendas. **Relatoria:** do Projeto: Senador Sérgio Petecão. ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 76, de 2013. Terminativo. **Autoria:** Senador José Pimentel Concede anistia aos policiais militares e bombeiros militares do Estado do Ceará, submetidos a processos penais militares e disciplinares, por participarem de movimentos reivindicatórios. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Em 18/04/2013, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Pedro Taques (dependendo de relatório). Resultado: Concedida vista ao Senador Cássio Cunha Lima, nos termos regimentais. **Relatoria:** Senador Inácio Arruda. ITEM 8) TRAMITAÇÃO CONJUNTA. PROPOSTA DE EMENDA À

CONSTITUIÇÃO Nº 2, de 2011. Não Terminativo. **Autoria:** Senador Gilvam Borges e outros. Restabelece o adicional por tempo de serviço, como componente da remuneração das carreiras da magistratura e do ministério público e dá outras providências pertinentes. Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. TRAMITA EM CONJUNTO COM PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 5, de 2011. Não Terminativo. Restabelece o adicional por tempo de serviço, como componente da remuneração das carreiras da magistratura, do ministério público, da advocacia e da defensoria públicas e dá outras providências pertinentes. **Autoria:** Senador Gilvam Borges e outros. TRAMITA EM CONJUNTO COM PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 68, de 2011. Não Terminativo. **Autoria:** Senador Humberto Costa e outros. Altera o art. 37 da Constituição Federal, para restabelecer o adicional por tempo de serviço como componente da remuneração das carreiras que especifica. **Relatório:** Pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 68, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição, por prejudicialidade, das Propostas de Emenda à Constituição nº 2 e nº 5, ambas de 2011. **Relatoria:** Senador Gim. ITEM 9) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 78, de 2007. Não Terminativo. **Autoria:** Senador Papaléo Paes. Altera o Regimento Interno do Senado Federal para impedir a retirada de as-

sinatura de proposição após a sua apresentação ao órgão competente. **Relatório:** Pela constitucionalidade e juridicidade, e, quanto ao mérito, por sua aprovação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **Relatoria:** Senador Pedro Taques. ITEM 12) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, de 2012. Não Terminativo. **Autoria:** Deputado Dr. Ubiali. Regula o exercício da atividade de condução de veículos de emergência. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ e 2- CCJ. **Relatoria:** Senador Paulo Bauer. ITEM 19) OFICIO “S” Nº 12, de 2013. Não Terminativo. **Autoria:** Ordem dos Advogados do Brasil – OAB Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ESDRAS DANTAS DE SOUZA, para a composição do Conselho Nacional do Ministério Público. **Relatório:** Votação secreta. Resultado: Concedida vista coletiva, automaticamente, conforme o disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão. **Relatoria:** Senador Cássio Cunha Lima. ITEM 20) OFICIO “S” Nº 13, de 2013. Não Terminativo. **Autoria:** Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor WALTER DE AGRA JÚNIOR, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. **Relatório:** Votação secreta. Resultado: Concedida vista coletiva, automaticamente, conforme o disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. ITEM 22) OFICIO “S” Nº 15, de 2013. Não Terminativo. **Autoria:** Procurador-Geral da República Submete ao Senado Federal a indicação do Senhor ANTONIO PEREIRA DUARTE, para a composição do Conselho Nacional do Ministério Público. **Relatório:** Votação secreta. Resultado: Concedida vista coletiva, automaticamente, conforme o disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão. **Relatoria:** Senador Francisco Dornelles (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senador Benedito de Lira. ITEM 24) OFICIO “S” Nº 17, de 2013. Não Terminativo. **Autoria:** Procurador-Geral da República. Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ALESSANDRO. TRAMUJAS ASSAD, para a composição do Conselho Nacional do Ministério Público. **Relatório:** Votação secreta. Resultado: Concedida vista coletiva, automaticamente, conforme o disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão. **Relatoria:** Senador

Romero Jucá. ITEM 25) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, de 2013. Não Terminativo. **Autoria:** Presidente da República Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Sul da Bahia – UFESBA, e dá outras providências. **Relatório:** Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer, favorável ao Projeto. **Relatoria:** Senador Walter Pinheiro. ITEM 27) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, de 2012. Terminativo. **Autoria:** Deputado Arnaldo Faria de Sá. Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Resultado: Concedida vista aos Senadores Pedro Taques e Ricardo Ferraço, nos termos regimentais. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. A Presidência suspende a Reunião às doze horas e quarenta e quatro minutos e reabre às quatorze horas e vinte e sete minutos. 2ª PARTE: ITEM 1) OFICIO “S” Nº 5, de 2013. Não Terminativo. **Autoria:** Superior Tribunal de Justiça. Encaminha, nos termos do art. 103-B, inciso VII da Constituição Federal, os documentos originais do Senhor Juiz Federal SAULO JOSÉ CASALI BAHIA, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça para integrar o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2013-2015. **Relatório:** Votação secreta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor Juiz Federal. SAULO JOSÉ CASALI BAHIA, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça para integrar o Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade, com doze (12) votos favoráveis. A Presidência suspende a Reunião às quinze horas e cinquenta e quatro minutos e reabre às dez horas e onze minutos do dia dezoito de abril de 2013. ITEM 10) TRAMITAÇÃO CONJUNTA. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, de 2007. Não Terminativo. **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o imposto de renda das pessoas físicas, para permitir a dedução de despesas com pagamento de aluguel residencial. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao PLS nº 316, de 2007, com as Emendas nº 1 e 2-CCJ, restando prejudicada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, e pela prejudicialidade do PLS nº 317, de 2008. TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317, de 2008. Não Terminativo. **Autoria:** Senador Expedito Júnior. Altera o inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, de despesa com aluguel de imóvel residencial, do Imposto de Renda da Pessoa Física. **Relatório:** Favorável ao PLS nº 316, de 2007, com duas emendas que apresenta e restando prejudicada a Emenda nº 1, e pela prejudicialidade do PLS nº 317, de 2008. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. ITEM 11) PROJETO

DE LEI DA CÂMARA Nº 42, de 2012 – Complementar. Não Terminativo. **Autoria:** Presidente da República. Altera dispositivo da Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra – e dá outras providências. **Relatoria:** Senador Luiz Henrique. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 a 2-CCJ. ITEM 15) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, de 2012. Não Terminativo. **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. Dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO) e dá outras providências. **Relatório:** Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado o Requerimento nº 8, de 2013-CCJ, de URGÊNCIA, para a matéria. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. ITEM 16) OFICIO “S” Nº 7, de 2013. Não Terminativo. **Autoria:** Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. Comunica ao Senado Federal, nos termos do art. 103-B, XII, da Constituição Federal, e de acordo com as exigências previstas na Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação da advogada GISELA GONDIN RAMOS, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, para a composição do Conselho Nacional de Justiça, quanto ao mandato que terá início no ano de 2013. **Relatório:** Votação secreta. Resultado: Concedida vista coletiva, automaticamente, conforme o disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão. **Relatoria:** Senador Inácio Arruda. ITEM 17) OFICIO “S” Nº 9, de 2013. Não Terminativo. **Autoria:** Procuradoria-Geral da República. Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO, para a composição do Conselho Nacional do Ministério Público. **Relatório:** Votação secreta. Resultado: Concedida vista coletiva, automaticamente, conforme o disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão. **Relatoria:** Senador Jorge Viana. ITEM 18) OFICIO “S” Nº 10, de 2013. Não Terminativo. **Autoria:** Procuradoria-Geral da República. Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JARBAS SOARES JÚNIOR, para a composição do Conselho Nacional do Ministério Público. **Relatório:** Votação secreta. Resultado: Concedida vista coletiva, automaticamente, conforme o disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. ITEM 21) OFICIO “S” Nº 14,

de 2013. Não Terminativo. **Autoria:** Procuradoria-Geral da República. Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor VLADIMIR BARROS ARAS, para a composição do Conselho Nacional do Ministério Público. **Relatório:** Votação secreta. Resultado: Concedida vista coletiva, automaticamente, conforme o disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão. **Relatoria:** Senador Magno Malta. ITEM 23) OFICIO “S” Nº 16, de 2013. Não Terminativo. **Autoria:** Procurador-Geral da República. Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO, para a composição do Conselho Nacional do Ministério Público. **Relatório:** Votação secreta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, automaticamente, conforme o disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão. **Relatoria:** Senador Eunício Oliveira. ITEM 26) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 126, de 2012. Não Terminativo. **Autoria:** Presidente da República. Altera as Leis nºs 8.691, de 28 de julho de 1993, 11.539, de 8 de novembro de 2007; cria cargos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, da Carreira de Analista de Infraestrutura, de que trata a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, do Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, dos Planos de Carreiras e Cargos do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia e do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, dos cargos da Agência Nacional de Saúde Suplementar, de que trata a Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; e dá outras providências. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa e, no mérito, favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado o Requerimento nº 9, de 2013-CCJ, de URGÊNCIA, para a matéria. **Relatoria:** Senador Gim. EXTRAPAUTA: ITEM 28) REQUERIMENTO Nº 316, de 2012. **Autoria:** Senador Jorge Viana. Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso à Comissão Pró-Índio do Acre, instituição criada em fevereiro de 1979, pelo exemplo de trabalho na defesa da cidadania dos povos indígenas nas áreas de educação, saúde, cultura e meio ambiente. **Relatório:** Favorável ao Requerimento. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Requerimento. **Relatoria:** Senador Anibal Diniz (Substituído por Ad Hoc) Relatoria Ad Hoc: Senador Vital do

Rêgo. ITEM 29) OFÍCIO “S” Nº 8, de 2013. Não Terminativo. **Autoria:** Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil. Comunica, nos termos do art. 103-B, XII, da Constituição da República, e de acordo as exigências previstas na Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do nome do advogado PAULO EDUARDO PINHEIRO TEIXEIRA para a composição do Conselho Nacional de Justiça quanto ao mandato que terá início em 2013. **Relatório:** Votação secreta. Resultado: Concedida vista coletiva, automaticamente, conforme o disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão. **Relatoria:** Senador Anibal Diniz (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senador Jorge Viana. ITEM 30) OFÍCIO “S” Nº 11, de 2013. Não Terminativo. **Autoria:** Procurador-Geral da República. Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor MARCELO FERRA DE CARVALHO, para composição do Conselho Nacional do Ministério Público. **Relatório:** Votação secreta. Resultado: Concedida vista coletiva, automaticamente, conforme o disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão. **Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senador Mozarildo Cavalcanti. ITEM 31) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 8, de 2013. **Autoria:** Senador Waldemir Moka. Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o PLC nº 51, de 2012. Resultado: Aprovado. ITEM 32) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 10, de 2013. **Autoria:** Senador José Pimentel. Requeiro, nos termos do art. 90, V, c/c art. 93, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, e tendo em vista a aprovação do Requerimento nº 7 de 2013, de iniciativa do Senador Pedro Taques, que propõe a realização de Audiências Públicas para instrução do PLS 207, de 2009, que “Institui o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 173 da Constituição Federal”, e em especial para a discussão do conteúdo do Relatório já apresentado pelo Sen. Relator à essa Comissão, que seja convidado para participar também da 1ª Audiência Pública, o seguinte senhor: Sr. Antonio Pedro da Silva Machado – Diretor Jurídico do Banco do Brasil S.A. Resultado: Aprovado. ITEM 33) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDA-

DANIA Nº 9, de 2013. **Autoria:** Senador José Pimentel. Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o PLC nº 126, de 2012. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às onze horas e cinquenta minutos do dia dezoito de abril de dois mil e treze, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, DE 2011; ITEM 7) EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 2011; ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2011 e ITEM 14) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2012; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Muito bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Em discussão. (Pausa.)

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovada por unanimidade.

A presente reunião será dividida em duas partes. A primeira parte será destinada à deliberação dos itens 1 a 27, e a segunda parte será destinada à deliberação do Ofício “S” nº 5, de 2013, que indica o Juiz Federal Saulo José Casali Bahia para integrar o Conselho Nacional de Justiça.

Sr^{as} e Srs. Senadores, esta Presidência relembra a V. Ex^{as} que os cinco itens iniciais da pauta de hoje já foram tratados na reunião da última quarta-feira, dia 10. Os três primeiros itens retornam à pauta, em decorrência do interesse e da discussão que as matérias ocasionaram, o que culminou com pedidos de vista para que as proposições continuassem sendo analisadas no dia de hoje. Na sequência, outros dois itens que voltam à pauta são proposições que esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, sob forma de substitutivo.

Desse modo, as seguintes matérias serão hoje examinadas em turno suplementar:

– Projeto de Lei nº 508, de 2011, do Senador Humberto Costa, que acrescenta os arts. 242-A e 258-C ao Estatuto da Criança e Adolescente (Lei nº 8.069), para tornar crime a venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos, e dá outras providências;

– Projeto de Lei do Senado nº 757, de 2011, de autoria do Senador Pedro Taques, que acrescenta o art. 229 à Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que cria o Código Brasileiro de Aeronáutica, para inserir hipótese de restituição de quantia paga de bilhete aéreo em caso de cancelamento ou alteração da data da viagem pelo passageiro.

Essas duas matérias estão em turno suplementar.

Ainda, na primeira parte dos trabalhos, serão proferidos os relatórios sobre diversas indicações para o Conselho Nacional de Justiça e para o Conselho Nacional do Ministério Público.

A segunda parte, como já tratei, será destinada a arguição do Juiz Federal Saulo José Casali Bahia.

Vamos à pauta: item 4, na página 76, Senadores Cássio e Sérgio Souza.

ITEM 4

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 508, de 2011 - Terminativo -

Acrescenta os arts. 242-A e 258-C na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar crime a venda de bebidas alcoólicas a menores de dezoito anos, e dá outras providências.

Autoria do Projeto: Senador Humberto Costa

Relatoria do Projeto: Senador Benedito de Lira

Observações:

Em 10/04/2013, foi aprovado o Substitutivo oferecido ao PLS nº 508, de 2011, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do nosso Regimento Interno.

Coloco em discussão a matéria, esclarecendo que poderão ser oferecidas emendas ao Substitutivo até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo Substitutivo.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas, o Substitutivo é dado como definitivamente adotado em votação.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal.

ITEM 19

OFÍCIO “S” Nº 12, de 2013 - Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. ESDRAS DANTAS DE SOUZA, para a composição do Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil - OAB

Relatoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatório: Votação secreta.

Observações:

A avaliação do indicado será feita em duas etapas, nos termos do art.2º, do Ato nº 1, de 2007-CCJ. Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB)

– Sr. Presidente, Srs. Senadores, mediante o Ofício S nº 12, de 2013, o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinícius Furtado Coêlho, encaminha ao Senado Federal o currículo do Sr. Esdras Dantas de Souza, indicado pelo referido Conselho para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos do disposto no art. 130-A, inciso V, da Constituição Federal.

Dentre os 14 membros que compõem o Conselho Nacional do Ministério Público (art.130-A, no seu *caput*, CF), dois são advogados indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, no inciso V.

Ainda de acordo com o *caput* do artigo, os membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Os membros do Conselho têm por atribuição constitucional, proceder ao controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais dos seus membros, cabendo a esta Comissão proceder à sabatina dos cidadãos indicados.

Resumimos abaixo o currículo encaminhado a esta Comissão pelo advogado indicado.

O Sr. Esdras Dantas de Souza é bacharel em Direito pelo Ceub, faculdade do Distrito Federal e pós-graduado em Direito Público Interno, pelo Centro Universitário do Distrito Federal.

É professor de Direito Administrativo e Constitucional da Faculdade de Direito da Upis, de 2004 até a presente data. Foi professor da Faculdade de Direito

UDF, da Fundação Santo Ivo, de 1992 a 1996. E da Faculdade de Direito do Distrito Federal (UniCeub), de 2000 a 2003. Foi servidor público do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios; assistente da Procuradoria Jurídica da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal; conselheiro do Conselho de Entorpecentes do Distrito Federal; advogado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Coordenador de Estudos e Pareceres e Coordenador de Atos Judiciais da Consultoria Jurídica do Ministério da Ciência e Tecnologia; juiz titular do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal; e é advogado atuante junto ao Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Regional Federal da 1ª e 5ª Regiões e Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Atuou em bancas examinadoras de concursos públicos e prestou serviços à Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal, notadamente como Presidente da OAB-DF nas gestões de 1991 a 1993 e de 1993 a 1995. Exerceu quatro mandatos consecutivos como Conselheiro do Conselho Federal da OAB durante os períodos de 1998 a 2001, 2001 a 2004, 2004 a 2007, 2007 a 2010, dentre outros.

É autor de vários artigos publicados em periódicos e de palestras ministradas, dentre as quais destacamos “A Arbitragem no Brasil”, em evento promovido pelo Superior Tribunal de Justiça Arbitral do Brasil, em São Paulo, no ano de 2010.

No tocante às exigências constantes do art. 5º, inciso II, da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, o indicado informa que não é cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral até terceiro grau, inclusive, de membro ou servidor da Ordem dos Advogados do Brasil, instituição responsável por sua indicação ao Conselho Nacional do Ministério Público, no biênio de 2013-2015.

Declara, nos termos do inciso III do dispositivo acima, a inexistência de sanções criminais ou administrativo-disciplinares, bem como a inexistência de procedimentos dessa natureza instaurados contra a sua pessoa.

Declara ainda, consorte o inciso IV do mesmo dispositivo, que não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral até terceiro grau, inclusive, de membros deste Poder.

Finalmente, nos termos do parágrafo único do art. 5º do Provimento nº 113, de 2006, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, firma compromisso no sentido de que não postulará a nomeação ou a designação para cargos em comissão e

funções de confiança, nas áreas do Poder Judiciário ou do Ministério Público, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, inclusive, e observará, irrestritamente, os princípios firmados no art. 3º da Resolução nº 7, de 2005, do Conselho Nacional de Justiça.

Diante o exposto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, pensamos que os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de todas as informações e elementos para deliberar sobre a indicação do nome do Sr. Esdras Dantas de Souza para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Em discussão o relatório do Senador Cássio Cunha Lima. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente.

Quero comunicar aos Srs. Relatores dos dois órgãos de indicações ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público que esta Presidência, ao chegar toda a instrução completa, haverá de ler ainda na reunião de hoje. E, durante o dia, nós divulgaremos, na nossa página na Internet, o calendário respectivo das sabatinas.

O item nº 5 da pauta está retirado por força da inserção de três emendas de S. Exª o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que deveria ser relatada pelo Senador Sérgio Petecão ainda na reunião de hoje, e esta Presidência foi informada de que o Senador Petecão não se encontra em Brasília em virtude de viagem justificada. Por isso, nós estamos retirando de pauta.

Item 9 da pauta, página 196 do avulso.

ITEM 9

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Nº 78, de 2007

- Não Terminativo -

Altera o Regimento Interno do Senado Federal para impedir a retirada de assinatura de proposição após sua apresentação ao órgão competente.

Autoria: Senador Papaléo Paes.

Relatoria: Senador Pedro Taques.

Relatório: Pela constitucionalidade e juridicidade, e, quanto ao mérito, por sua aprovação.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão Diretora.

Com a palavra o Senador Pedro Taques para proferir seu relatório.

Depois desse relatório, voltaremos aos itens terminativos da pauta.

Apenas peço silêncio, pois vamos iniciar o relatório do Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se do Projeto de Resolução do Senado nº 78, de 2007, que altera o Regimento Interno desta Casa para impedir a retirada de assinatura de proposição após sua apresentação ao órgão competente. A autoria é do Senador Papaléo Paes.

A proposição altera o art. 243 do Regimento Interno desta Casa, dispositivo que trata da autoria das proposições, para definir que as assinaturas de apoio são admissíveis apenas em matérias de autoria coletiva, sendo computadas, para todos os fins regimentais e constitucionais, como autoria nos casos em que se exija número mínimo de subscritores. E altera também, Sr. Presidente, o art. 244, que trata do mesmo assunto, para definir que ao Senador signatário de uma proposição só é lícito dela retirar a sua assinatura até o momento de sua apresentação à Secretaria-Geral da Mesa.

Ao fundamentar a sua iniciativa, o Senador Papaléo Paes argumenta que a prática parlamentar tem propiciado situações que expõem negativamente o Senado Federal, consubstanciadas na apresentação de proposições sujeitas a número mínimo de subscritores, como requerimento de criação de comissão parlamentar de inquérito ou de proposta de emenda à Constituição, em relação aos quais, nos dias que se seguem à sua apresentação e divulgação pelos meios oficiais e de mídia, Senadores delas signatários anunciam a retirada de suas assinaturas, dando margem a ilações as mais variadas acerca das inspirações e dos motivos condutores desse recuo.

E conclui com o fundamento de que a permanência dessa situação é demeritória para o Senado. Ademais, o membro do Senado deve pesar as consequências políticas e legislativas de seus atos no momento em que demandado a firmar cada proposição, erigindo-se uma linha clara e definitiva para decisões de retirada de assinatura que impeçam a exposição pública de movimentos de idas e vindas.

Não foram apresentadas emendas, Sr. Presidente. Análise.

Inexistem obstáculos de natureza constitucional, jurídica ou regimental que possam obstar o exame do mérito da iniciativa pelo Senado Federal. Com efeito, a matéria se encontra vazada em termos que respeitam a ordem jurídico-constitucional e as regras pertinentes à elaboração legislativa vigente.

Quanto ao mérito, Sr. Presidente, cabe notar a importância política, jurídica e legislativa de se estabelecer uma regra clara e defensável, para definir o

marco temporal durante o qual um Senador pode retirar a sua assinatura de uma proposição cuja iniciativa é coletiva, ou mesmo na hipótese em que tal firma é realizada apenas para o efeito de apoiar uma matéria cuja iniciativa pode competir a um único Senador.

Cabe assinalar, em defesa da aprovação do Projeto, que a Constituição, a ordem jurídica, as disposições regimentais são concordes em estabelecer, como princípios básicos do Estatuto dos Congressistas, os de zelar pelo aprimoramento das instituições democráticas e representativas e pelas prerrogativas do Poder Legislativo, e exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular, como definem, de forma expressa, os incisos II e III do art. 2º da Resolução nº 20, de 1993, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa.

No mesmo sentido, impõe-se notar que a norma que ora se propõe acrescer ao Regimento Interno é aquele que mais bem protege não apenas a imagem da instituição, como também a de cada um dos seus integrantes, quando evita o constrangimento a que um membro do Senado Federal pode ser exposto durante o período que vai da firma de sua assinatura em uma iniciativa de autoria coletiva até a publicação dessa proposição.

Nesse passo, a proposição sobre exame contribui para o fortalecimento do Senado Federal, e, assim, do Poder Legislativo, e da própria democracia representativa, ao instituir medida que, por sua natureza, dispõe de amplo acatamento social.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade e juridicidade do projeto e votamos, quanto ao mérito, por sua aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão.

Senador Alvaro Dias e Senador Luiz Henrique.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, o ex-Senador Papaléo Paes, em boa hora, apresentou esta propositura, inspirado por fatos que ocorriam como rotina no Congresso Nacional: a ausência de respeito à própria assinatura, que era oferecida, por exemplo, para instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, e que, diante de uma pressão do Executivo, era prontamente retirada. Tivemos, e não faz muito tempo, um episódio que, evidentemente, entristece o Parlamento. Quando dos escândalos que envolveram o Poder Executivo federal com a queda sucessiva de ministros alcançados por denúncias, propusemos uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que obteve o número regimental para a sua instalação: 27 assinaturas. E, na calada da noite, a própria Pre-

sidente da República, pessoalmente, incumbiu-se de convencer dois Senadores a retirar as suas assinaturas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Permita-me um aparte, Senador?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pois não, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Certas assinaturas são gratuitas; certas retiradas, nem tanto.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – É verdade. O preço da retirada é o da desmoralização acima de tudo, é o da descrença em relação ao Parlamento.

Nós permitimos que se descaracterizasse um instituto essencial na democracia, que é o instituto da Comissão Parlamentar de Inquérito, no cumprimento de uma das atribuições essenciais do Legislativo. E, sem dúvida, a retirada de assinaturas tem contribuído para essa desmoralização.

Nesse caso, a CPI foi anunciada pela imprensa como um fato consumado e, na manhã do dia seguinte, ela não prevalecia, em razão da iniciativa da própria Presidente da República de convencer Parlamentares a retirarem suas assinaturas.

E, como diz o Relator Pedro Taques, no seu parecer competente, fica a suspeição. Quando se retira a assinatura, permanece a suspeição. Por que houve a retirada de assinaturas? Obviamente, nós ficamos autorizados a suspeitar dessa retirada surpreendente de assinaturas. Já não vale mais o fio do bigode, como nos velhos tempos dos nossos pais, e, hoje, não vale mais a própria assinatura. Bigode, poucos possuem. Os nossos Benedito de Lira e Luiz Henrique são raridades do bigode. Então, não podemos mais contar com o fio do bigode, temos que contar com a assinatura.

Por isso, além de constitucional e jurídica a proposta do ex-Senador Papaléo Paes, a quem homenageamos nesta hora, ela é adequada, ela é oportuna e tem o nosso apoio.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço ao Senador Alvaro Dias.

Efetivamente, temos uma pauta extensa hoje. Peço o poder de síntese, sem privar da discussão nenhum dos companheiros e colegas.

Com a palavra, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Basta dizer o seguinte, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: o capital político do homem público é a sua credibilidade. A credibilidade do homem público se firma no cumprimento exemplar da sua palavra. Se é exigível do homem público o cumprimento da palavra, quanto mais do documento assinado; por isso, eu voto com entusiasmo neste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a, a inteligência iluminada do Senador Luiz Henrique.

Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Rodrigues, último orador inscrito para discutir.

Senador Valadares, acabei de inscrevê-lo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Serei rápido.

Faço minhas as palavras do Senador Luiz Henrique e quero dizer que, no Parlamento paulistano, por várias legislaturas, eu nunca tirei a minha assinatura, e jamais vou retirar a minha assinatura de um documento.

Então, eu voto com muito prazer nesse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, eu acho que nenhum cidadão, notadamente um Parlamentar que representa o povo, pode assinar um documento sem ler, ou sem saber a sua finalidade, o seu objetivo.

Então, é pensar e refletir antes de fazer, e depois de assinado o documento, o requerimento, a retirada, a meu ver, é uma vergonha para o Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Em discussão...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permita, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O Relator tem precedência, tem prevalência.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu falo ao final.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Não há mais nenhum orador inscrito para discutir.

O Senador Ferraço vai colaborar e concluir a votação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Na linha dos colegas que me antecederam, e cumprimentando V. Ex^a, eu acho, de certa forma, até surreal que nós tenhamos que debater, deliberar e votar uma proposta como essa. Mas assim é a vida. A vida não é como a gente gostaria que ela fosse. A vida é como ela é. Mas eu acho que tornar isso explícito é uma coisa absolutamente inadiável, porque acima dos nossos mandatos, e de qualquer circunstância, está o caráter das pessoas que se apresentam à sociedade para lhes representar.

Portanto, a minha manifestação vai na direção da manifestação dos Senadores que me antecederam, e o meu entusiasmado voto em relação a essa questão, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, era para dar sequência. Eu estou absolutamente de acordo com a matéria, mas queria registrar aqui a minha posição, e pedir a V. Ex^a, se não for muito esforço, que depois a gente volte para o item 6, se V. Ex^a permitir, dando preferência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço ao Senador Inácio Arruda pela manifestação.

Como último orador na condição de precedência que tem, o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, ao relatar esse projeto, e eu já ouvi a posição de todos aqui, há ponderação entre a discricionariedade política de mudar a opinião e a necessidade de que essa opinião não possa ser mudada, tendo em conta argumentos outros não republicanos. Essa ponderação foi feita ao relatar esse projeto, e entre permitir essa discricionariedade política, que é legítima, mudar de opinião... A vida pode ser uma metamorfose, mas algumas opiniões mudam do dia para a noite, de madrugada, e isso não se apresenta como republicano. E Parlamentar que não aguenta pressão não pode ser Parlamentar. A pressão é muito boa para tornar o carvão diamante, mas não é boa para o Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu vou encerrar a discussão.

Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Apenas para, na linha da argumentação do Senador Pedro Taques, fazer essa distinção. Eu acho perfeitamente plausível que um Parlamentar aponha a sua assinatura a um requerimento que exija um número regimental de assinaturas. Mas que, no decorrer da discussão da matéria, ele possa mudar de opinião, assim como, às vezes, o próprio autor de um projeto, de uma proposição, pode mudar de opinião e modificar ou mesmo retirar o seu projeto. Mas o que é reprovável é, depois de iniciada, depois de formalizada a proposição, o subscritor retirar sua assinatura.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o projeto de Resolução nº 78, por unanimidade.

Vamos ao item 1 da pauta, por força regimental, querido companheiro, Senador Inácio Arruda.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – A assinatura não pode ser risco n'água, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – É verdade, Senador.

ITEM 1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 35, de 2011

- Não Terminativo -

Revoga o inciso I do art. 49, acrescenta inciso ao art. 52 e altera a redação do inciso VIII do art. 84 da Constituição Federal, a fim de tornar privativa do Senado Federal a competência para decidir sobre tratados, acordos ou atos internacionais.

Autoria: Senador Luiz Henrique e outros

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Favorável à Proposta, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.

Observações:

- Em 09/04/2013, foi recebido Voto em Separado do Senador Roberto Requião, que conclui pela aprovação da Proposta, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta;

- Em 10/04/2013, a Presidência concedeu vista ao Senador Pedro Taques, nos termos regimentais.

Proposta importantíssima do Senador Luiz Henrique, terceiro relatório apresentado pelo competente Senador Jorge Viana, numa tentativa, depois de inúmeras discussões na Casa, de dar uma feição, cada vez mais democrática e eficiente, ao relatório de V. Ex^a a essa proposta, que merece toda a importância devida, por força da sua autoria e, principalmente, dos seus efeitos.

Com a palavra, o Senador Jorge Viana, para sintetizar a última apresentação do seu relatório.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, colegas Senadoras, Senadores, todos que nos acompanham aqui na CCJ, eu penso que o esforço que nós estamos fazendo, apesar de consumir tempo já em três sessões, é adequado, tendo em vista a importância do tema que o Senador Luiz Henrique traz. O Senador Luiz Henrique tenta modernizar o nosso processo legislativo, especialmente vinculado à assinatura dos tratados.

Todos ou quase todos nós aqui já fizemos discursos questionando, quando relatamos, tratados e acordos internacionais que demoram décadas. Alguns demoram, porque tem que demorar décadas, como bem

colocou o Senador Aloysio Nunes. São temas complexos que envolvem organizações multinacionais. Mas o fato é que há algo que necessita ser aperfeiçoado. A intenção do Senador Luiz Henrique, então, é meritória, mas foi questionada aqui pelo Senador Pedro Taques e pelo Senador Aloysio.

Eu busquei uma melhor formulação, na sessão passada, e V. Ex^a nos permitiu trazer a formulação que apresento agora de maneira objetiva, tendo em vista – espero que todos os colegas saibam – que nós estamos tratando de criar um mecanismo de celeridade ou que permita celeridade dependendo do tratado que o País esteja analisando.

Com a contribuição do Senador Aloysio Nunes, nós conseguimos fazer uma formulação que tenta atender àquilo que é a essência do projeto do Senador Luiz Henrique, para dar uma dinâmica nas relações internacionais, do ponto de vista do trâmite desses tratados, aqui no Legislativo.

Eu não vou repetir os argumentos da análise, como V. Ex^a pediu. O meu voto também é um voto conhecido, mas a essência da proposta está colocada no substitutivo que apresento. Então, vou ler o substitutivo.

Nós tínhamos pensado em pôr um parágrafo único. O Senador Aloysio alertou que o parágrafo único criaria uma inconsistência no artigo, por conta do *caput* do artigo. A sugestão apresentada, como o Senador Aloysio apresentou, é que nós fizéssemos o art. 64-A:

Acrescenta o art. 64-A à Constituição Federal, a fim de prever a tramitação, em regime de urgência, dos tratados, acordos ou atos internacionais, se requerido pelo Presidente da República ou por deliberação da Casa em que se encontra, na forma do Regimento.

Nós também estamos fazendo – eu sou da Comissão – uma mudança no Regimento Comum. Certamente, eu vou levar essa sugestão do Senador Luiz Henrique, para que lá também criemos algum mecanismo que facilite a tramitação, nas duas Casas, dessa matéria.

A Mesa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nos termos do §3º do art. 60 da Constituição Federal promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional.

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar acrescida do seguinte art. 64-A:

Art. 64-A. Os tratados, acordos e atos internacionais submetidos ao Congresso Nacional, para o fim previsto no inciso I do art. 49, poderão tramitar, em regime de urgência, se requeridos pela Presidência da República ou por deliberação da Casa em que se encontra na forma do Regimento.

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Então, Sr. Presidente, é atender, no mérito, à intenção do nobre Senador Luiz Henrique e, ao mesmo tempo, não sair uma matéria deliberada na CCJ com conflito de entendimento sobre sua constitucionalidade.

Então, esse é o meu relatório. E apelo para os colegas, pelo exposto, que possamos deliberar sobre esta matéria imediatamente votando o Substitutivo que apresento, atendendo à ideia e à proposição do Senador Luiz Henrique.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Parabenizo V. Ex^a, Senador Jorge Viana, pelo trabalho na construção desse relatório.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Graças a minha equipe a à do Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com certeza.

Coloco em discussão a matéria. Há três oradores inscritos. Primeiro o autor da matéria, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Relator, Senador Jorge Viana, deu o tratamento mais adequado, mais imune a qualquer discussão judicial, o tratamento que oferece maior segurança jurídica à proposição. E agasalha a ideia original. Qual era a nossa ideia original, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador Luiz Henrique, permita-me.

O Senador Luiz Henrique está num exercício sobre-humano tentando falar mais alto do que o barulho que nós estamos ouvindo. Eu peço, por favor, silêncio à audiência.

Nós estamos com a nossa Comissão superlotada pela importância da nossa pauta – é isso que nós queremos, é isso que esta Presidência procura fazer nas três sessões semanalmente: ter sempre e permanentemente esta Comissão lotada – e exigimos absoluto silêncio em atenção aos Srs. Senadores.

Por favor, Senador Luiz Henrique, com a palavra; peço desculpas a V. Ex^a.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu agradeço a V. Ex^a mais uma vez pela forma eficiente como preside esta reunião.

E gostaria de dizer que a forma encontrada pelo ilustre Relator atende ao objetivo fundamental do nosso projeto. Qual é esse objetivo? É o de evitar que tratados, acordos internacionais, atos internacionais celebrados pelo Chefe de Estado fiquem dormitando nas gavetas do Congresso Nacional durante 10, 15 anos, como projetos que eu já relatei na Comissão de Relações Exteriores.

Então, o objetivo é este: o de buscar a maior rapidez possível, embora sem deixar de atender às questões políticas, tão bem enunciadas pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, a quem eu quero cumprimentar, porque S. Ex^a é que deu a chave para que nós pudéssemos evitar discussão sobre constitucionalidade ou inconstitucionalidade do projeto; inconstitucionalidade levantada pelo Senador Pedro Taques, de quem divergi, mas acho que o melhor caminho é este: uma forma em que o Poder Executivo seja juiz da urgência ou não do tratado que celebra lá fora.

Por isso, cumprimento o ilustre Relator e voto pelo Substitutivo oferecido por S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apenas para cumprimentar o Senador Luiz Henrique e o Relator, Senador Jorge Viana, e dizer que resolve a constitucionalidade, atende à Constituição e ao objetivo da proposta de S. Ex^a o Senador Luiz Henrique.

Vou votar favoravelmente ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Parabenizo V. Ex^a.

Com a palavra o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, cumprimentar, naturalmente, o Senador Luiz Henrique, pela iniciativa. Quero também cumprimentar o Senador Jorge Viana, na qualidade de Relator, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, pela engenhosidade em não comprometerem essa que é uma necessidade, Sr. Presidente.

Na condição de Presidente da Comissão de Relações Exteriores, o que vemos acontecer efetivamente é que o Congresso Nacional, o Senado da República, tem exercido meramente um papel homologador. E na maior parte dos casos, Senador Walter Pinheiro, quando chegamos a deliberar sobre os acordos bilaterais ou multilaterais, eles já perderam o seu objeto, não fazem mais nenhum sentido. O nosso papel se torna irrelevante.

E com essa adequação, com esse aperfeiçoamento da Comissão de Constituição e Justiça, estamos dando condição à Presidência da República, ao Poder Executivo, que, no caso da Constituição brasileira, tem a hegemonia e a primazia desse tipo de política. É atribuição do Poder Executivo. Mas, da forma como foi colocado, permite que possamos trabalhar no Brasil com uma ferramenta que é trabalhada em muitos Estados, em muitos governos, que é o *fast track*, que é possibilitar um trabalho veloz, ligeiro em razão da relevância e importância do tema.

Portanto, não poderia faltar à minha manifestação, na condição de Presidente da Comissão de Relações Exteriores, o agradecimento à Comissão de Constituição e Justiça, porque, dessa forma, vai valorizar o trabalho não apenas do Congresso Nacional, como também o papel do Senado e da Comissão de Relações Exteriores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Esta Comissão entende a importância da Comissão de Relações Exteriores e, principalmente, o trabalho que V. Ex^a desempenha na sua presidência.

Encerrada a discussão, coloco em votação o relatório do Senador Jorge Viana.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório por unanimidade.

Quero novamente cumprimentar o Sr. Relator pela construção democrática do seu relatório e todos os oradores que participaram.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão favorável à proposta, nos termos da Emenda nº 1, da CCJ – Substitutivo.

A matéria vai a Plenário.

Antes de passar a palavra, pela ordem, ao Líder Eduardo Braga, quero registrar a presença de inúmeros delegados de Polícia Civil, Polícia Federal, profissionais da área, de representações sindicais, aqui na luta por projetos de iniciativa parlamentar.

Quero cumprimentar o Procurador-Geral da Paraíba, o Dr. Oswaldo Trigueiro; o Procurador-Geral do Rio de Janeiro, Marfan Martins Vieira; Procurador-Geral de Mato Grosso, Paulo Prado; Procurador-Geral de Roraima, Fábio Stica; Procurador-Geral de Pernambuco, Aguinaldo Fenelon; Procurador-Geral de Sergipe, Orlando Rochadel; Procurador-Geral de Santa Catarina, Lio Marin; Procurador-Geral do Paraná, Gilberto Giacoia; Procuradora-Geral do Acre, Patrícia Rêgo; Procurador-Geral do Ceará, Alfredo Ricardo Machado; Procurador-Geral do Amazonas, Francisco Cruz.

E, por falar em Amazonas, com a palavra o Sr. Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a, Presidente Vital do Rêgo.

Cumprimentando as Sr^{as} e os Srs. Senadores, queria fazer uma solicitação à Mesa, tendo em vista que sou relator do Item 20 da pauta e tendo em vista também que terei que apresentar um relatório de suma importância no MP nº 595, que trata da modernização dos portos, às 14h30, peço e faço um apelo

aos colegas Senadores para que V. Ex^a fizesse uma inversão da pauta. Assim, poderíamos ler o relatório do item 20 e dar prosseguimento a um compromisso importante, hoje, às 14h30, tão importante quanto a nossa CCJ, Sr. Presidente.

Aproveito para cumprimentar todos os Procuradores e Delegados aqui presentes, na figura dos representantes do Estado do Amazonas.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, aproveito também para solicitar, na mesma linha do Senador Eduardo Braga...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Só para aproveitar e pedir a inversão de pauta, também, dos itens 25 e 27, se possível, ou somente do item 25, até porque nós temos, hoje à tarde ainda, a apreciação desse item por parte da Comissão de Educação, que é a criação da Universidade Federal do Sul da Bahia.

Portanto, ainda poderemos aproveitar essa matéria hoje.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vamos organizar a nossa pauta.

Eu gostaria de pedir a anuência do Plenário, em razão, todos sabem, da importante e difícil missão do Líder Eduardo Braga na elaboração do relatório da Medida Provisória dos Portos. Já que é apenas um ofício, um relatório de que o Senador Eduardo Braga vai proferir a leitura, vamos conferir vista coletiva e automática, como vamos fazer em todos os ofícios que serão lidos hoje, desde que a instrução esteja pronta.

Vamos permitir a inversão de pauta para a leitura do ofício do Sr. Senador Eduardo Braga, para liberar o Sr. Senador da reunião; retornaremos à pauta originária, com os itens terminativos, até o item 3 da pauta; depois, voltaremos aos itens 25 e 27 da pauta...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – E eu pediria, Sr. Presidente, em seguida, o item 6.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – E o item 6, do Senador Inácio Arruda e do Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Já havia solicitado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Você já pediu?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – ... o 27, do Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Eu vi que o Senador Walter Pinheiro fez essa solicitação, mas eu queria apresentar a V. Ex^a uma questão que acho relevante.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Pois não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Temos hoje aqui na pauta dois projetos extremamente polêmicos de autoria do Senador Roberto Requião, que não está presente aqui; S. Ex^a hoje está no Paraguai em uma missão parlamentar. Então, eu gostaria que V. Ex^a consultasse os relatores sobre a possibilidade de deixá-los para a semana seguinte, com a presença dele.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Farei isso imediatamente.

Consulto a Secretaria para saber quais são os relatores do projeto de autoria do Senador Requião.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Um desses projetos refere-se ao direito de resposta.

Ontem, combinei com S. Ex^a, o Senador Requião, sabedor da importância da sua ida a terras alienígenas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Alienígena, de fora; aqui, é indígena. Alienígena, do estrangeiro.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É o valente povo Guarani, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Concordo inteiramente. Inclusive, falo...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Fica retirado o item 8.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – E, concordando com o Senador Humberto, peço para retirar esse item da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – E o outro, qual é? *(Pausa.)*

Vamos saber qual é o outro item cuja autoria é do Senador Requião, sabendo quem é o Relator.

Senador Luiz Henrique, V. Ex^a concorda? *(Pausa.)*

De acordo. Retirados de pauta, com a concordância dos Srs. Relatores.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Em respeito ao Senador Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em respeito ao Senador Roberto Requião, concordando com as respectivas relatorias.

Com a palavra, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, agradecendo a V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Item 14, página... *(Pausa.)*

Item 20, página 361.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a V. Ex^a, Sr. Presidente, e aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras, passo ao relatório.

Mediante o Ofício “S” nº 13, de 2013, o Sr. Dr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, encaminha ao Senado Federal o currículo do Sr. Walter de Agra Júnior para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos do disposto no art. 130-A da Constituição Federal.

O Conselho Pleno escolheu o nome do mencionado advogado em sessão extraordinária realizada no dia 8 do corrente mês.

De acordo com o art. 130-A, *caput*, o Conselho compõe-se de 14 membros, dentre os quais 2 advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (inciso V).

Ainda de acordo com o *caput* do artigo, os membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Ao Conselho compete, de acordo com o §2º do art. 130-A, o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo a esta Comissão a sabatina dos cidadãos indicados.

Resumimos abaixo o *curriculum vitae* encaminhado a esta Comissão pelo advogado indicado. O Sr. Walter de Agra Júnior é graduado em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba – Paraíba esta representada brilhantemente nesta Casa pelo nobre Senador Vital do Rêgo, entre outros companheiros Senadores que aqui representam aquele importante Estado –, e possui mestrado... Nosso Cássio Cunha Lima aqui presente, companheiro Governador da Paraíba quando estive governando o Estado do Amazonas. Por isso é que é importante sempre abrir uma vírgula nas nossas considerações.

O indicado é mestre em Direito Processual pela Universidade Católica de Pernambuco, outro Estado aqui brilhantemente representado pelos seus membros, inclusive o Senador Armando Monteiro.

Foi Conselheiro Seccional na Paraíba por três triênios, de 1997 a 2006, e é Conselheiro Federal da OAB, com mandato até 2016. É professor titular da Faculdade de Ensino Superior da Paraíba, professor assistente da Universidade Federal da Paraíba e atua como advogado da Solon Benevides & Walter Agra Advogados Associados. Atua principalmente nos seguintes temas do Direito: Direito Privado, Eleitoral e Administrativo, tendo também lecionado nas mesmas áreas. Da sua formação complementar, destacamos a sua especialização em Direito Processual Civil, nos

anos de 1996 e 1997, na entidade Institutos Paraibanos de Educação, e o curso de Processo Eleitoral feito em 1996 no Instituto de Estudos Jurídicos do Rio Grande do Norte. Como professor, atuou em outras atividades de magistério na Universidade Federal da Paraíba, em 2008; na Faculdade de Ensino Superior da Paraíba, em 2006; no Centro Universitário de João Pessoa, de 1996 a 2006; e no Instituto de Educação Superior da Paraíba, de 2003 a 2006.

Possui bons conhecimentos de inglês, espanhol e italiano e publicou o artigo *Da responsabilidade civil do advogado e a perda de uma chance: possibilidades, normas aplicáveis e consequências no Brasil e na Argentina*. Participou de várias bancas de trabalhos de conclusão de curso de graduação, e também em comissões julgadoras de concursos públicos, além de sua participação em vários eventos, congressos, exposições e feiras. Orientou e supervisionou ainda diversos trabalhos de curso de graduação.

No tocante às exigências constantes do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, e do Ato nº 1, de 2007, da CCJ do Senado, o indicado informa que não é cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral até terceiro grau de membro ou servidor da Ordem dos Advogados do Brasil; que inexistem sanções criminais ou administrativas instauradas contra si e que não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, nem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, de membros desses Poderes.

Finalmente, o advogado indicado firma compromisso de não postular a nomeação ou designação para cargos em comissão e funções de comissão nas áreas do Poder Judiciário ou do Ministério Público de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive.

Ante o exposto, pensamos que os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de todas as informações e elementos para deliberar sobre a indicação do Sr. Walter de Agra Júnior para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão o relatório. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, agradecendo o Sr. Senador Eduardo Braga pela presteza do seu relatório.

Vamos voltar, na forma como foi deliberado pelo Plenário, à nossa ordem de pauta. Nós temos os itens 2, 3, 6, 27 e 25. O primeiro não terminativo é o item 25.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Pela ordem, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, em conversa com o Senador Pedro Taques, que é o Relator do item 2, que trata da questão do voto distrital...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Sistema eleitoral majoritário.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Isso. Eu apresentei uma emenda sugerindo o distrital misto...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu permitiria V. Ex^a. Deixe-me anunciar o item 2, e aí passo a palavra, pela ordem, a V. Ex^a.

Item 2 da pauta, página 49.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 145, de 2011

- Terminativo -

Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, (Código Eleitoral), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para instituir o sistema eleitoral majoritário nas eleições para as câmaras municipais nos municípios com mais de 200 mil eleitores.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatoria: Senador Pedro Taques

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto e, no mérito, por sua aprovação, com uma emenda que apresenta e contrário à Emenda nº 1.

Observações:

- Em 10/04/2013, foi recebida a Emenda nº 1 de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que recebeu Parecer contrário;

- Em 10/04/2013, a Presidência concedeu vista aos Senadores Sérgio Souza e Cássio Cunha Lima, nos termos regimentais;

- *Votação nominal.*

Passo a palavra ao Sr. Relator Pedro Taques, para proferir o seu relatório, que já foi dado, sobre a Emenda 2.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Ex^a se é possível retirar este item de pauta para que eu possa fazer uma maior reflexão a respeito dessa emenda. Já apresentei o relatório, conversei com o Senador Aloysio, que é o autor do projeto, com o Senador Sérgio

Souza e, em sendo possível regimentalmente, gostaria de retirar de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Consulto V. Ex^a se posso deixar para a pauta da próxima reunião.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Já marca para a pauta da próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Manter o assunto quente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Quente. E eu quero cumprimentar o movimento da sociedade civil chamado Eu Voto Distrital, que aqui se encontra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Retirado de pauta regimentalmente a pedido do Relator. V. Ex^a tem todas as condições de fazê-lo, mas com o compromisso de estar na pauta da próxima reunião como primeiro item.

Item 3.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Gostaria de solicitar de V. Ex^a, considerando que o item anterior a este que foi lido agora foi, sobre o relatório para sabatina, estou aqui com um parecer do Senador Dornelles, que me pediu para fazê-lo, que também é uma indicação do Ministério Público para ser sabatinado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Oportunamente, vamos colocar de forma prioritária...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Prioritariamente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – ... o do Senador Dornelles, que será muito bem executado por V. Ex^a.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Muito obrigado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Só para facilitar os trabalhos, Sr. Presidente. Eu tenho, agora, reunião da Mesa Diretora, às 11 horas, e sou Relator do item 17. Queria solicitar de V. Ex^a que tirasse da pauta de hoje e incluísse na reunião de terça-feira: item 17, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Ele é terminativo?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – É não terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Ele será lido na reunião de quinta-feira. Nós temos, amanhã, a leitura.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – A leitura pode ser feita.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Amanhã, nós lemos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – É não terminativo. A reunião continuará amanhã. Vamos ao item 3.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Eduardo Braga, para organizar a reunião aqui.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, é apenas para fazer, mais uma vez, o apelo a V. Ex^a e ao Senador Humberto Costa, bem como ao Senador Jorge Viana, que é, inclusive, Relator da matéria.

Eu havia conversado com o Senador Humberto Costa e com o Senador Jorge Viana para que nós retirássemos da pauta de hoje o item 14 – aliás não é o item 14, é o item 13 –, que trata da questão da Lei de Responsabilidade Sanitária, para que nós pudéssemos aprofundar um pouco mais o debate antes da discussão, evitando, assim, obviamente, que votássemos de uma maneira diferente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu consulto o Senador Jorge Viana se concorda com a solicitação do Líder para a próxima semana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. *Fora do microfone.*) – Acabei de fazer um requerimento com o autor da proposta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Fica para a próxima semana, já que o assunto é importante para esta Comissão. Não é isso, Senador Humberto? Atendido sempre o Líder Eduardo Braga.

Item 3, página 64, que é o Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2013, que é terminativo nesta Comissão.

E volto a pedir a especial mercê da ajuda do Senador Aloysio, como fiz na reunião passada, para ele presidir a reunião, já que o projeto é de nossa autoria. Repetindo-me como na reunião passada, por favor. Se V. Ex^a me der a honra.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Agradeço ao Senador Vital do Rêgo essa glória fugaz e interina de presidir a CCJ, no exame do item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 90, de 2013

- Terminativo -

Altera o parágrafo único da Lei nº 11.372, de 2006, que regulamenta o § 1º do art. 130-A da Constituição Federal, para dispor sobre a forma de indicação dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público oriundos do Ministério Público e criar sua estrutura organizacional e funcional, e dá outras providências.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

- Em 10/04/2013, a Presidência concedeu vista aos Senadores Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Roberto Requião, nos termos regimentais;
- *Votação nominal.*

- *No dia 16 de abril foi recebido o voto em separado do Senador Roberto Requião, contrário ao projeto.*

O Sr. Senador Roberto Requião não está presente, pelas razões já expostas, de modo que ele não terá a palavra nesta reunião.

Consulto os Srs. Senadores sobre uma eventual manifestação decorrente do pedido de vista e coloco em discussão a matéria.

Senador Luiz Henrique, com a palavra.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu quero cumprimentar o nobre Relator, Senador Sérgio Souza, pela forma encontrada no sentido de reduzir qualquer polêmica ao enunciar emenda substitutiva, nos seguintes termos:

Os Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados, em reunião conjunta especialmente convocada e realizada pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, formarão a lista com os três nomes indicados para as vagas destinadas a membros dos Ministérios Públicos dos Estados, a ser submetida à aprovação do Senado Federal.

Com essa redação, Sr. Presidente, exalta-se a competência do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais no sentido de ordenador da lista e, ao mesmo tempo, o princípio democrático de participação de todos os senhores 27 Procuradores-Gerais.

De modo que quero, mais uma vez, cumprimentar o Senador Sérgio Souza pela forma como resolveu o impasse. E voto pela aprovação, nos termos de sua emenda substitutiva.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Com a palavra, o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cumprimentando aqui todos os representantes do Ministério Público de vários Estados e fazendo uma referência ao Procurador-Geral de Justiça do meu Estado, Dr. Gilberto Giacoia, que não pôde estar presente por motivos de trabalho no Estado.

Só para reafirmar o meu parecer de que, na verdade, hoje, na prática, já é feito assim. É o Conselho de Procuradores-Gerais de Justiça que faz a escolha dos nomes para representar os Procuradores-Gerais de Justiça no Conselho Nacional do Ministério Público.

Então, Sr. Presidente, nada mais estamos fazendo que normatizando aquilo que já existe na prática. A alteração consiste em que o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, em reunião ordinária – ordinária: essa é a alteração –, formará a lista com três nomes indicados para as vagas destinadas aos membros do Ministério Público dos Estados, a serem submetidos à apreciação do Senado Federal. Além de favorecer a melhor disciplina, a regulamentação da matéria vem ao encontro da própria realidade que acontece hoje.

Então, peço aos meus pares o voto no relatório inicial e a rejeição do voto em separado do Senador Requião.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Está inscrito para discutir o Senador Ricardo Ferraço.

Com a palavra S. Ex^a.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, apenas para, de maneira muito breve, por economia processual, manifestar a minha concordância com a iniciativa do Senador Vital do Rêgo e com o voto do Relator, Senador Sérgio Souza, que apenas regulamenta e define que as indicações para o Conselho Nacional do Ministério Público serão definidas em reunião ordinária do Conselho que reúne os Procuradores-Gerais de Justiça do Estado.

Eu acho que, dessa forma, Sr. Presidente, nós estamos valorizando, fortalecendo o papel do Ministério Público, que representa hoje uma instituição em defesa da cidadania brasileira.

Portanto, é oportuno, é tempestiva, é meritória a iniciativa do autor da matéria, o Senador Vital do Rêgo,

e a relatoria do Senador Sérgio Souza, confirmando, de maneira sintética, a minha manifestação de voto na direção desta proposta.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Pois não.

Mais algum Sr. Senador deseja discutir a matéria? Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, as minhas homenagens também ao Dr. Gilberto Giacoia, que realizou, recentemente, em Curitiba, um significativo ato contra a aprovação da PEC 37, reunindo promotores, procuradores e representantes de entidades da sociedade paranaense num evento monumental na sede do Ministério Público do Paraná.

Eu gostaria de destacar o parecer do Senador Sérgio Souza, cumprimentando-o pela forma com que sanou eventual vício de origem desta proposta, com uma emenda que elucida qualquer dúvida em relação à constitucionalidade, destacando, sobretudo, que não se pode desconsiderar que cada um dos Ministérios Públicos dos Estados, por expressa disposição do art. 130-A, §1º, da Constituição Federal, detém habilitação constitucional imediata para participar da escolha dos membros a integrar o Conselho, independentemente de estar ou não representado pelo respectivo Procurador-Geral na entidade associativa nacional.

E, por outro lado, a filiação à entidade associativa não é e não pode ser constitutiva de tal habilitação, porque isso significaria converter a associação-liberdade em associação-condição, desvirtuando-a perante o paradigma normativo constitucional. Ante tal perspectiva do Conselho, considerando o seu caráter de entidade de âmbito nacional, a congregar, livremente, todos os procuradores-gerais de justiça dos Estados, e estando em atividade, continuamente, há mais de três décadas, não se podendo atribuir a função de órgão deliberativo, é lícito e recomendável, todavia, que se lhe confira, legalmente, a função de intervir no processo de escolha, podendo-se reservar-lhe as legitimações para convocar e para conduzir a reunião de procuradores-gerais de justiça, o que favorecerá as condições materiais necessárias e suficientes para que se forme a decisão visada pela norma constitucional.

Portanto, a emenda apresentada ao final de seu relatório, e já lida aqui, recomenda a aprovação da matéria, a exemplo das afirmações do Senador Luiz Henrique e do Senador Ferraço, que me antecederam.

Assim, Sr. Presidente, louvando a iniciativa do nosso Presidente, Senador Vital do Rêgo, em nome da Paraíba e do Brasil, o nosso voto é favorável a essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Com a palavra o Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não posso deixar de trazer, também, a minha palavra de felicitações ao Senador Vital do Rêgo, pela iniciativa que recebe a acolhida majoritária do Plenário, sequenciado, claro, pelo belíssimo trabalho do Senador Sérgio, que assegurou a supressão de quaisquer dúvidas, no que diz respeito ao vício de iniciativa e, naturalmente, à autonomia que deve ser concedida, respeitado o direito de associação. Até porque é expresso, na proposta, que a reunião conjunta será convocada, especificamente, para aquela finalidade. E isso dirime, também, qualquer dúvida quanto a esse aspecto, para que possamos, mais uma vez, demonstrar o compromisso que este Senado da República e que o Congresso Nacional têm com as nossas instituições e com o fortalecimento da própria democracia.

Quero saudar a presença do Procurador-Geral da de Justiça do meu Estado, no nosso Estado, Senador Vital, Dr. Oswaldo Trigueiro, que também preside o Colegiado Nacional dos Procuradores de Justiça, os procuradores-chefes.

E quero registrar que, na última sexta-feira, em João Pessoa, foi realizado mais um ato de mobilização contra a PEC 37, para que todos nós possamos entender o fortalecimento das nossas instituições, sem confundir eventuais erros, abusos, equívocos que possam ter sido cometidos.

Minha saudação ao Senador Magno: bom dia, Senador!

Tenho a certeza de que vamos, neste instante, acolher, com o nosso voto em favor do relatório do Senador Sérgio, a iniciativa de preservar a instituição e, naturalmente, fortalecer as suas decisões internas de democracia.

Quero, com isso, manifestar, mais uma vez, a minha palavra de louvor ao sempre brilhante a atuante Senador Vital do Rêgo e cumprimentar igualmente o Relator, o Senador Sérgio Souza.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Muito bem.

A matéria continua em discussão. *(Pausa.)*

O Sr. Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, existe uma dúvida, e quero expressá-la, a respeito da legitimidade para apresentar proposições legislativas que alterem a Lei nº 11.372. Vejamos que esta lei resultou de um projeto de lei apresentado pelo então Procurador-Geral da República, Dr. Fonteles.

Por ocasião do debate do projeto da Lei nº 11.372, de 2006, este tema foi agitado aqui na Comissão de Constituição e Justiça, à época presidida pelo Senador Antonio Carlos Magalhães.

Muito bem. Ali foi rejeitada a possibilidade de o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça ter ingerência nessa indicação dos membros para o Conselho Nacional do MP. Portanto, nessa interpretação histórica da análise do projeto de lei que resultou na Lei nº 11.372, aqui existiria uma dúvida.

Existe também uma dúvida, Sr. Presidente, sobre se o Procurador-Geral da República teria a capacidade legislativa privativa para apresentar proposições para alterar essa lei. Eu tenho dúvidas sobre se é privativa dele. Tenho dúvidas sobre se é privativa dele, porque a competência privativa, a competência reservada, deve ser expressa na Constituição.

O art. 128 da Constituição fala que ele tem competência privativa concorrente com o Presidente para apresentação daquela lei complementar do projeto que resultou na Lei Complementar nº 75, de 1993.

Muito bem. Como a competência privativa deve ser expressa na Constituição, eu afasto a inconstitucionalidade no tocante à capacidade legiferante, à iniciativa, à proposição. Deve ser expressa na Constituição, e não está. Isso, em homenagem, Senador Aloysio, Presidente da Comissão neste instante, à função típica, à função primária, à função básica do Parlamento nacional, que é apresentar proposições legislativas, desde que não exista vedação expressa, como é o caso da criação de tribunais, ou do art. 61, § 1º, da Lei Fundamental, em que é expresso: Presidente, Poder Judiciário.

Agora, no mérito, parece-me que o §4º da Lei nº 11.372 já resolve essa situação. Diz o art. 4º: “Compete ao Conselho Superior de cada Ministério Público estabelecer o procedimento para elaboração das listas mencionadas nos arts. 1º e 2º desta lei”. O § 4º já estabelece essa regra.

Assim, vou manter a minha posição no tocante à constitucionalidade parlamentar para apresentar a proposição legislativa, mas, no mérito, entendo que não há necessidade desse projeto de lei.

Vou votar contra o mérito, respeitando a posição do autor.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Pois não, Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Só para me manifestar em agradecimento a todos os companheiros que comungaram com o espírito da apresentação do projeto na harmonia do relatório do

Senador Sérgio de Souza, inclusive com todas as colaborações tidas e havidas no curso dessas últimas semanas, quando consultamos diversos constitucionalistas, e, agora, com a manifestação última do Senador Pedro Taques, eximindo a matéria de qualquer vício de constitucionalidade na sua apresentação, respeitando a posição de mérito de S. Ex^a.

A minha grande preocupação era na discussão da constitucionalidade dessa matéria, que toma a termo a manifestação de V. Ex^a.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, agradecendo a manifestação dos Srs. Senadores e o seu voto.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Presidente, permite-me só um breve comentário?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Perfeitamente.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Quem sou eu para contestar o Senador Pedro Taques em matérias dessa natureza, mas quero apenas lembrar ao Senador que essa é uma iniciativa concorrente e que, portanto, não há o conflito que S. Ex^a enxerga.

O que se pretende é apenas a atribuição da indicação. No passado não era esse o caminho que estava sendo trilhado, mas acredito que a Comissão já tenha um juízo formado sobre a matéria.

É apenas para deixar – quem sou eu –, máxima vênua solicitada, esse esclarecimento ao Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – *Concessa maxima venia*, concedo a palavra ao Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente, é só para dizer a V. Ex^a e ao autor do projeto, Senador Vital do Rêgo, que, na semana passada, quando foi pedido vista a esse projeto, eu pedi vista coletiva, porque também suscitava na minha cabeça dúvida em relação a esse projeto. Obviamente, ouvi consultorias e ouvi juristas renomados, inclusive no mérito, no sentido de que não há qualquer inconstitucionalidade – e quem sou eu para discutir matéria constitucional com o Senador Pedro Taques! Mas eu tive o cuidado e a preocupação.

Agora, venho aqui apoiar o projeto do Senador Vital do Rêgo e, também, votar favoravelmente ao relatório feito pelo Senador Sérgio Souza, porque, nas análises feitas, não encontramos quaisquer atos que não pudessem ser efetivados na manhã de hoje por esta Comissão.

Portanto, aproveito para parabenizar o Senador Vital do Rêgo pela iniciativa e ao Senador Sérgio Souza, pela forma como conduziu o seu relatório.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Senador Valadares, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, eu gostaria de me manifestar favoravelmente à proposta do Senador Vital do Rêgo, que foi adequadamente melhorada com as emendas do Senador Sérgio Souza, e de dizer que as prerrogativas conferidas aos Procuradores dos Estados ou ao Ministério Público dos Estados são justas e têm de ser reconhecidas pelo Senado Federal.

Quero parabenizar o Senador Vital do Rêgo e o Senador Sérgio Souza por este brilhante relatório e dizer que se encontra presente, como já anunciando, um representante do nosso Estado, do Ministério Público, Orlando Rochadel, que vem fazendo uma grande gestão. Aliás, ele foi reeleito com méritos pelo grande trabalho que vem fazendo, pelo fortalecimento desta instituição, o Ministério Público, que é, sem dúvida, um dos grandes sustentáculos da democracia em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Srs. Senadores, vou passar a Presidência ao Senador Walter Pinheiro, porque sou suplente nesta Comissão e o quórum do PSDB já está completo, e muito bem completo.

Então, assume a Presidência o Senador Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Não havendo mais quem queira discutir, vou colocar em votação a matéria.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Como vota a Senadora Ana Rita? (*Pausa.*) S. Ex^a não está presente.

Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Expressando o meu respeito ao Autor, ao Relator e aos Procuradores-Gerais de Justiça que aqui se encontram, no mérito, entendo que o art. 4º já regulamenta isso. Vou votar “não”.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Senador Aníbal Diniz.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Voto com o Autor e com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Com o Autor e o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Senador Eduardo Braga. (*Pausa.*)

Senador Vital do Rêgo.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – V. Ex^a saltou a sequência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – V. Ex^a será chamado na sequência. Aguarde sentado ao lado do Senador Eunício Oliveira, que V. Ex^a será chamado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Do contrário, chamarei o Senador Aloysio Nunes Ferreira para presidir.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu voto com o Autor. As ressalvas do nosso colega Pedro Taques são importantes, mas não tiram, digamos, o mérito da iniciativa do Senador Vital do Rêgo. Portanto, vou votar favoravelmente, Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – O Senador Sérgio Souza é voto conhecido, é o Relator da matéria. Portanto, seu voto já é consagrado. Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, quero dedicar esse voto a Vital do Rêgo pai, que foi meu colega, grande advogado, grande Deputado, grande constitucionalista, exaltando a Paraíba, que teve o pai, tem o filho e o espírito cívico. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente, esse lado do nosso Governador e Senador Luiz Henrique eu não conhecia ainda não. Talvez inspirado na Paraíba ele fez esse verso agora, a Paraíba que tem tantos ronaldos cunhas lima da vida.

Então, meu voto é favorável ao autor e ao relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Muito bem. Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, é sempre muito difícil para este Senador votar contra as orientações do Senador Pedro Taques. Seguindo o voto salomônico do Senador Inácio Arruda, concordo com os argumentos do Senador Pedro Taques, mas sigo o relator e o autor do projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Senador Cássio Cunha Lima, nobre paraibano.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Eu já me manifestei e jamais poderia me colocar em posição contrária a uma iniciativa do meu colega e meu conterrâneo, Senador Vital, sobretudo contra o trabalho do Senador Sérgio Souza, e pelo conteúdo da proposta, é claro, voto “sim”, com o relator e o autor.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, da mesma forma, voto com o autor do projeto, Senador Vital do Rêgo, e o relator, Senador Sérgio Souza.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Senador José Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Eu lamento, Sr. Presidente, discordar da posição do meu amigo e competente Senador Vital do Rêgo, mas eu acompanho o raciocínio do Senador Pedro Taques, que é oriundo do Ministério Público e que aqui colocou com muito clareza seu posicionamento.

Portanto, acompanho o raciocínio do Senador Pedro Taques e voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Senador Armando Monteiro. (*Pausa.*)

Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Voto com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Senador Humberto Costa. (*Pausa.*)

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, sem a ansiedade do Senador Inácio Arruda, eu voto na forma e no conteúdo relatado pelo Senador Sérgio Souza, e reiterando meus cumprimentos pela iniciativa ao Senador Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Presidente, eu gostaria de cumprimentar o autor da matéria e, ao mesmo tempo, cumprimentar o Sérgio Souza.

Voto com o relator e cumprimento o autor.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Senador Eduardo Amorim. (*Pausa.*)

Não está.

Aprovado o projeto.

Em votação, agora, as emendas.

Se as Sr^{as} e os Srs. Senadores concordam, podemos repetir a votação do projeto para as emendas. (Pausa.)

Nesse sentido, aprovado o projeto e as emendas da CCJ, Emenda nº 1, da CCJ, e Emenda nº 2.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Portanto, queremos também aqui parabenizar o Senador Presidente desta Comissão Vital do Rêgo, que tão bem soube confluir as ideias com esse projeto, obviamente acompanhado pelo Senador Sérgio Souza com uma brilhante relatoria.

Passo a Presidência desta Comissão ao nobre Senador Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^{as}.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, o Item 6.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço o apoio de V. Ex^{as}. Eu queria, na forma da expressão do voto do Senador Luiz Henrique, engrandecer a cada um dos apoios que V. Ex^{as} afirmaram ao sufragar seus votos a esse projeto e também respeitar as manifestações dos meus queridíssimos companheiros e colegas Senadores José Agripino e Pedro Taques.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 76, de 2013

- Terminativo -

Concede anistia aos policiais militares e bombeiros militares do Estado do Ceará, submetidos a processos penais militares e disciplinares, por participarem de movimentos reivindicatórios.

Autoria: Senador José Pimentel

Relatoria: Senador Inácio Arruda

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda para proferir seu relatório.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se de matéria já sobejamente analisada pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado e também pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, frente aos conflitos reivindicatórios de policiais militares e de bombeiros em todo o território nacional, restando sempre algumas dificuldades a serem superadas, e elas só tem acontecido com o advento da anistia, pa-

trocinado pelo Congresso Nacional, seja de iniciativa na Câmara ou no Senado.

A matéria é de iniciativa, corretamente, do Senador José Pimentel, atendendo a pleito dos policiais militares, bombeiros, do Estado do Ceará.

Quero agregar ao nosso relatório favorável também a posição do Governo do Estado, que já promoveu, no que lhe cabe, a anistia administrativa a policiais militares bombeiros que participaram de movimentos reivindicatórios no final do ano de 2011, encerrando-se no início do ano de 2012.

Portanto, Sr. Presidente, acho que é correta a iniciativa do Senador Pimentel, que faz justiça ao que já foi resolvido do ponto de vista do Estado, administrativamente, pois restaram penalidades que necessitam da anistia patrocinada pelo Congresso Nacional. Como a iniciativa se deu, na Câmara, pelo Senador Pimentel, cabe a nós, aqui, na Comissão de Justiça, terminativamente, tratar da questão.

Por isso, peço o apoio de todos os Pares para a aprovação do projeto do Senador Pimentel.

É o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço ao Senador Inácio Arruda pelo relatório.

Em discussão os inscritos, Senador José Pimentel e Senador Eunício Oliveira.

Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar o Senador Inácio Arruda pelo seu brilhante parecer e registrar que a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará aprovou a Lei nº 15.114, de fevereiro de 2002, em que o homologou o acordo firmado entre o Governo do Estado do Ceará e as entidades representativas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiro para anistiar todos os crimes, todos os delitos de natureza administrativa e de competência do Governo do Estado do Ceará, nos seguintes termos:

Art. 2º Fica autorizado o Controlador Geral de Disciplina dos órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário a não instaurar e a extinguir sindicâncias ou processos administrativos disciplinares (processos regulares) de que trata a Lei nº 13.407, de 21 de novembro de 2003, e que tenham por fundamento atos relacionados às manifestações de paralisação funcional praticadas a partir de 1º de novembro de 2011, na fórmula da Cláusula Primeira do Termo de Acordo e Compromisso firmado entre os representantes do Estado do Ceará e os representantes dos militares estaduais, em 3 de janeiro de 2012.

Portanto, Sr. Presidente, o que estamos fazendo hoje, com esse projeto de lei, é assegurar as anistias

aos delitos previstos no Código de Conduta Penal Militar, o chamado Decreto nº 1.001, de 1969 – e V. Ex^a, como advogado, acompanhou de perto esses procedimentos no anos 70 e nos anos 80. A Constituição Federal, no art. 48, diz que há competência do Congresso Nacional legislar sobre a anistia, nos termos do art. 8º. O Código de Conduta, também, do Código Penal Militar, no seu art. 123, diz que a punibilidade extingue-se pela anistia no inciso II. O que nós estamos fazendo aqui, Sr. Presidente, é dar cumprimento, na globalidade, do acordo firmado com o Governo do Estado do Ceará, para resolver esse conflito que ali se instaurou, mas que, em seguida, foi feito um acordo.

Quero parabenizar a delegação do Estado do Ceará que está presente, na pessoa do Vereador Capitão Wágner, que é um dos coordenadores desse movimento. Ele foi o vereador mais bem votado da história para vereador de Fortaleza. Isso foi nas eleições de 2012.

Portanto, Sr. Presidente, eu peço aos meus Pares o apoio a esse projeto, que é o cumprimento de um acordo firmado entre o Governo do Estado do Ceará e as entidades representativas dos militares daquele Estado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Cumprimento V. Ex^a.

Com a palavra, meu Líder, Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vem aqui esta matéria de autoria do Senador Pimentel, relatada pelo Senador Inácio Arruda, que complementa algo que já foi feito pelo Governador do Estado quando encaminhou à Assembleia Legislativa, no que lhe cabia, nessa questão do entendimento entre o Governo e a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiro. Nós já fizemos isso aqui, nesta Comissão, com o Estado do Rio de Janeiro. Portanto, Sr. Presidente, aqui é a complementação daquilo que já foi feito, à unanimidade, na Assembleia Legislativa, no que lhe cabia, por uma iniciativa do Governador do Estado do Ceará.

Portanto, meu voto é favorável ao projeto, ao Autor e ao Relator da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Nós temos ainda inscritos: Senador Pedro Taques, Senador Aloysio e Senador Cássio.

Com a palavra Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no tocante aos crimes militares, como bem definido pelo Senador Pimentel, previstos no Decreto nº 1.001, de 1969, já existe precedente de aprovação, no caso do Rio de Janeiro e de outros Estados. Agora, no tocante aos atos disciplinares conexos, Sr. Presidente, se me apresenta como inconstitucional, porque não cabe à União legislar sobre

faltas funcionais de servidores públicos estaduais. Isso seria inconstitucional, inclusive existe uma ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo Governador de Santa Catarina, outra ajuizada pelo Procurador-Geral da República, discutindo a constitucionalidade de leis federais, como esta – e esse projeto, em sendo convolado, será uma lei federal por óbvio –, que tratam de faltas funcionais de servidores públicos estaduais. Isso é inconstitucional. O Supremo já decidiu sobre isso.

Consulto o Relator e o Autor se o projeto vai manter os atos disciplinares conexos. Em sendo assim, vou votar contra porque seria inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Passo a palavra para...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Só um segundo.

...primeiro para o Autor, depois para o Relator, para manifestações a respeito da consulta do Sr. Senador Taques.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, os atos disciplinares conexos de âmbito estadual foram anistiados na Lei nº 15.114, aprovada por unanimidade na Assembleia Legislativa. Portanto, está resolvido no que diz respeito. O que nós fizemos foi pegar a redação da última lei aqui aprovada, que vem nesse sentido e que foi em 2011, sem qualquer questionamento, no Supremo Tribunal Federal.

Portanto, o nosso objetivo aqui são os delitos de natureza previstos no Código Penal Militar. Esse é o nosso objetivo, porque os outros já foram resolvidos no âmbito do Governo do Estado do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Inácio, para manifestação da relatoria.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Presidente, nos mesmos termos, porque nós participamos do debate dessas matérias, especialmente em relação ao Rio de Janeiro. Nessa questão é que restam punições que não são da competência do Estado resolver, porque elas estão inseridas no Código Penal Militar. Elas são conexas, mas não são resolvidas no âmbito administrativo local. Ou nós resolvemos aqui ou não tem solução, do ponto de vista administrativo.

Por isso, na lei relativa à última que nós tratamos, efusivamente, porque ensejou um grande debate, que foi a questão do Rio de Janeiro, tivemos que tratar desse assunto aqui na Comissão de Justiça. Essa foi a razão de trazermos também as penalidades para os crimes conexos para discussão na Comissão de Justiça, porque não restará outra solução se nós não tratarmos aqui.

E digo, no âmbito do Estado, tudo o que foi acordado foi alvo de matéria enviada pelo Governador do Estado e aprovado, como bem disse o Senador Pimentel, por unanimidade. Não houve uma dissensão na Assembleia Legislativa, porque foi fruto de um acordo resolvido entre o Governo do Estado e os policiais militares e bombeiros do Estado do Ceará

Então, se foi resolvido desse ponto de vista, cabe a nós as questões que estão inseridas no âmbito militar, porque assim são as Polícias Militares do Brasil, elas são polícias que têm o mesmo ordenamento; é como se fossem do Exército, da Marinha, da Aeronáutica. Então, restam essas questões que são insuperáveis, se nós não tratarmos aqui.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vou convocar V. Ex^a para discutir.

Conclua, Senador Taques. V. Ex^a fez uma arguição a...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, o art. 2º do projeto, a minha dúvida é porque ele fala em infrações disciplinares conexas. Já existe uma ADI no Supremo, a nº 104, que diz que a anistia de infrações disciplinares de servidores estaduais é da competência do Estado. Já foi feito, mas nós não podemos trazer isso para uma lei federal. É só a redação. Competência do Estado mesmo.

Só quando se cuidar de anistia de crimes – que se caracteriza como abolitio criminis de defeito temporário e só retroativo – a competência exclusiva da União se harmoniza com a competência federal privativa (...)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vamos ouvir o relator.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, como Relator da matéria, e penso assim, Senador Pedro Taques, há concordância do Autor para que a gente possa retirar essa expressão, viabilizando o que pode, digamos assim, confrontar com a decisão do Supremo. Deixo apenas uma advertência, porque muitas das questões disciplinares não têm solução nos Estados. Então, nós ficamos com essa pendência. Mas eu admito a sugestão de V. Ex^a, acolho como emenda ao projeto e peço, então, que seja aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O relator reforma seu voto...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Ou simplesmente retiro da...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vamos por economia processual. O Relator reforma seu voto.

O Senador Cássio está inscrito para discutir.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem, pedindo a anuência ao meu Líder...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a já está discutindo.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Eu vou antecipar, desde já, o meu ponto de vista sobre esse aspecto, e falo também na condição de ex-governador de um Estado.

É muito difícil você imaginar que, em um país que tem procurado avançar no fortalecimento de suas instituições e no respeito às leis, possa ser alvo, qualquer que seja o movimento, qualquer que seja o delito, de uma anistia por parte do Congresso Nacional. O Brasil já venceu essa etapa; o Brasil já superou este período.

Acredito que o governador de Estado, comandante e chefe, portanto, das suas polícias, deveria ser ouvido muito abertamente em uma questão como essa. Os argumentos trazidos pelo Senador Pedro Taques são absolutamente pertinentes em relação às competências da União, às competências do Estado em episódios como esse.

Portanto, peço compreensão ao Senador Pimentel e ao Senador Inácio, que foram os responsáveis por essa matéria. Como há uma sugestão que, pela observação dos contatos feitos aqui no plenário, poderá ser acolhida, eu estou pedindo vista do processo para que nós possamos, com calma e com prudência, reexaminar. Vou ouvir o Governador do Ceará, com quem tenho relações pessoais.

Lembro, por fim, que este Senado existe para representar os Estados. Nós estamos aqui como representantes dos Estados – por isso é que somos três, de forma igualitária, qualquer que seja a unidade da Federação.

Peço vista para que, quem sabe, possamos evoluir dentro da proposta do Senador Pedro Taques e farei a consulta formal ao Governador do Ceará.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, sugiro a vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vista coletiva concedida. A matéria volta à pauta, por força da vista coletiva, na próxima reunião.

Eu peço ao Senador Taques para oficializar a sua emenda; peço ao Senador Arruda já para emitir o parecer à sua emenda, que já foi feito verbalmente, para que, na próxima sessão, tenhamos já a matéria completa e instruída.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Pela ordem, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Sr. Presidente, quero levar ao conhecimento de V. Ex^a e chamar a atenção do Senador Aloysio Nunes Ferreira: há uma matéria hoje, no jornal *Folha de S. Paulo*, dando conta de que 93% dos paulistanos querem a redução da maioridade penal.

Chama a atenção nessa pesquisa que 35% dos entrevistados desejam uma redução para a faixa etária entre 13 e 15 anos.

Sr. Presidente, há uma iniciativa do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que encontra um caminho absolutamente pelo meio, para quebrar esse radicalismo entre aqueles que querem manter tudo como está e aqueles que querem reduzir a maioridade a todo e qualquer custo.

Essa é uma matéria que tive o prazer de relatar e que está sobre a mesa de V. Ex^a. O apelo que faço a V. Ex^a é o de que possamos trazer esse debate para a Comissão. Não há mais como esta Comissão não fazer o enfrentamento desse debate.

Em que pesem a sua polêmica, as divergências que existem em relação ao tema, quero apelar a V. Ex^a, que tem sido um Senador diligente na condição de nosso Presidente, que defina uma data, para que possamos debater e deliberar sobre esse tema, tendo em vista que o meu parecer já está à disposição de V. Ex^a, para que possa pautar.

É o apelo que faço a V. Ex^a, antes que o radicalismo ultrapasse a necessária racionalidade no debate de um tema como esse.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Esta Presidência entende as sobradas razões do apelo de V. Ex^a e vai ultimar junto à Secretaria a manifestação para colocar em pauta a matéria.

V. Ex^a está com três PECs que tratam da mesma matéria de forma concorrente e tem tido já a diligência no relatório. V. Ex^a tem sido um Relator de grande eficiência para os trabalhos desta Comissão de Justiça.

Eu ouço o Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente, o Item 23 da pauta é um ofício de leitura da indicação para o CNMP do Dr. Cláudio Henrique Portela do Rego.

Como ainda estamos no Item 6 da pauta e tenho uma audiência, agora, com o Governador do meu Estado, para tratar de assunto de interesse do Estado, consulto V. Ex^a sobre se esse ofício pode ser lido amanhã, já que não é terminativo, já que se pode dar sequência a isso amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Poderá ser lido amanhã.

Nós vamos sequenciar os não terminativos amanhã. Ele será lido amanhã com toda certeza e com a presença sempre muito brilhante de V. Ex^a aqui, como um Presidente que nos dá saudade, Senador Eunício Oliveira.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Item 27.

Com a palavra, pela ordem...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Na mesma linha, gostaria de pedir a V. Ex^a que eu pudesse relatar rapidamente o Item 24, assim que fosse possível. Também é uma indicação do Conselho Nacional do Ministério Público.

É um relatório simples e rápido, é só para dar conhecimento à Casa. A sabatina será posteriormente. Gostaria de pedir a V. Ex^a que pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Faremos isso ainda hoje. Tenho uma preferência já solicitada, do Senador Benedito de Lira, depois, imediatamente...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – O Senador Bio tem prioridade sempre.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com certeza.

ITEM 27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 132, de 2012

- Terminativo -

Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia.

Autoria: Deputado Arnaldo Faria de Sá

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

A votação será nominal. É o item 27, está no avulso, Senador.

Concedo a palavra ao Relator da matéria, o Senador Humberto Costa, para proferir o seu relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, passo a ler o relatório.

Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2012, que dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia.

O projeto dispõe no seu art. 2º:

Art. 2º As funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais exercidas pelo delegado de polícia são de natureza jurídica, essenciais e exclusivas de Estado.

§1º Ao delegado de polícia, na qualidade de autoridade policial, cabe a condução da investigação criminal por meio de inquérito policial ou outro procedimento previsto em lei, que tem como objetivo a apuração das circunstâncias, materialidade e autoria das infrações penais.

§2º Durante a investigação criminal, cabe ao delegado de polícia a requisição de perícia, informações, documentos e dados que interessam à apuração dos fatos.

§3º O delegado de polícia conduzirá a investigação criminal de acordo com seu livre convencimento técnico jurídico, com isenção e imparcialidade.

§4º O inquérito policial ou outro procedimento previsto em lei em curso somente poderá ser avocado ou redistribuído por superior hierárquico, mediante despacho fundamentado, por motivo de interesse público ou nas hipóteses de inobservância dos procedimentos previstos em regulamento da corporação que prejudiquem a eficácia da investigação.

§5º A remoção do delegado de polícia dar-se-á somente por ato fundamentado.

§6º O indiciamento, privativo do delegado de polícia, dar-se-á por ato fundamentado, mediante análise técnico-jurídica do fato, que deverá indicar a autoria, materialidade e suas circunstâncias.

Art. 3º O cargo de delegado de polícia é privativo de bacharel em Direito, devendo-lhe ser dispensado o mesmo tratamento dos magistrados, membros da Defensoria Pública, do Ministério Público e advogados.

O projeto foi analisado, na Câmara dos Deputados, tendo pareceres da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pela sua aprovação com emendas, e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e das emendas da referida Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, com emenda, e pela rejeição da apresentada na Comissão.

Nesta Casa, no prazo regimental, não foram oferecidas emendas.

Sr. Presidente, passo à análise.

A matéria circunscreve-se à competência privativa da União para legislar sobre Direito Processual Penal, sendo de livre iniciativa de qualquer um dos membros do Congresso Nacional, conforme preceituam o art. 22, inciso I, o art. 48, *caput*, e o art. 61, *caput*, da Constituição Federal.

No mérito, cumpre assinalar que o art. 144, §4º, da Constituição Federal, determina que às polícias civis, dirigidas pelos delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as

funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

É de ressaltar que a polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições, de acordo com o art. 4º do Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941).

Desde a promulgação da Constituição, as regras processuais penais vêm-se modificando, para se adequarem às garantias constitucionais. Diante desse panorama, verificamos que as leis recentemente promulgadas trouxeram diversos institutos que visam ampliar a paridade de armas das partes dentro do processo penal.

Assim, o inquérito policial, ainda que visto como procedimento administrativo pré-processual, é um instrumento prévio e de triagem contra acusações levianas e precipitadas, uma verdadeira garantia do cidadão e da sociedade, tendo dentro dele uma significativa parcela de procedimento jurídico, vez que poderá ensejar prisão e outras providências cautelares que afetam os direitos individuais. Um inquérito policial bem elaborado presta-se tanto à justa causa para a subsequente ação penal, quanto à absolvição do inocente.

Outrossim, estar expressamente disposto em lei que a investigação será conduzida com isenção e imparcialidade apresenta-se como uma garantia do cidadão e um passo significativo para que as polícias judiciárias se sedimentem como instituições democráticas.

Cabe ao delegado de polícia, na condução do inquérito policial, colher os elementos de prova da autoria e da materialidade, reunindo subsídios para que o sistema de justiça criminal, na busca de um resultado justo, esteja dotado de substrato idôneo, adequado e suficiente.

É de se notar ainda que o projeto de lei avança no sentido de conferir ao cidadão a segurança de que, em caso de indiciamento, o ato praticado seja necessariamente fundamentado, com base no conjunto probatório existente nos autos.

O delegado de polícia não é um mero aplicador da lei, mas um operador do direito, que faz análise dos fatos apresentados e das normas vigentes, para então extrair as circunstâncias que lhe permitam agir dentro da lei, colhendo as provas que se apresentarem importantes, trazendo a verdade à tona.

Entendemos que, com o fortalecimento da nossa democracia, urge que se promova um trato respeitoso aos atores envolvidos no sistema de persecução criminal (art. 3º).

A atividade do delegado de polícia, por lidar diretamente com a proteção de direitos individuais especialmente tutelados pelo Estado, demanda profis-

sionais qualificados e o seu reconhecimento em sede de legislação federal.

Voto.

Por conseguinte, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2012.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB

– PB) – Em discussão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Vista coletiva, peço também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB

– PB) – Vista coletiva. A matéria está...

Cumprimento o Senador Humberto Costa pelo seu relatório.

ITEM 25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 12, de 2013

- Não Terminativo -

Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Sul da Bahia – UFESBA, e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Dependendo de relatório.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero muito breve aqui salientar...

Senador Valadares, V. Ex^a é um árduo defensor inclusive dessa expansão do nosso ensino superior para o nosso Nordeste. Com certeza, teremos parcerias importantes com a Universidade do Vale do São Francisco, que abrirá seu *campus* na cidade de Paulo Afonso, com possibilidade de estendermos ao Estado de Sergipe.

Vamos relatando aqui a constitucionalidade desta matéria que tem a ver com a instalação da Universidade do Sul da Bahia, que nascerá inicialmente com a sede na cidade de Itabuna e *campi* nas cidades de Porto Seguro e Teixeira de Freitas, portanto, integrando, Senador Aloysio, o nosso sul e extremo sul, numa política de expansão do ensino superior no Estado da Bahia, que, durante 60 anos, ficou com uma única universidade federal. É, portanto, um avanço significativo.

Então, a exposição de motivos que apresento a esta Comissão já é uma exposição de motivos oriun-

da de projeto já tramitado na Câmara Federal – aqui ao meu lado, está o Deputado Geraldo Simões, que foi o Relator da matéria –, na Comissão de Justiça e, ainda no dia de hoje, esperamos a possibilidade de apreciação desta matéria na Comissão de Educação aqui no Senado, que terá a relatoria da nossa brilhante Senadora Lídice da Mata. Portanto, é uma conquista importante para toda a microrregião, para a mesorregião do sul da Bahia. Apresento aqui a exposição de motivos e também o nosso voto.

Primeiro, eu diria, o voto de alegria de por haver mais uma universidade federal no Estado da Bahia. Essa nova universidade cuja implantação total deverá atender mais de 11 mil alunos, em 36 cursos, com 3 *campi* – e volto a repetir –, nos Municípios de Itabuna, Porto Seguro e Teixeira de Freitas, representando um grande instrumento de inclusão social, mas o principal fator de desenvolvimento e integração para todo o sul e extremo sul da Bahia.

Portanto, é importante a gente agradecer, mais uma vez, à Presidência da República, na figura da nossa Presidenta Dilma, pelo projeto de continuidade de expansão do ensino superior, do ensino universitário no nosso País, tendo sido iniciado ainda na gestão do nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. É um importante trabalho.

E faço questão de destacar, Senador Aloysio, que este debate, inclusive, eu tive a oportunidade de fazer ainda à época com o então Ministro da Educação, que era o Ministro Paulo Renato – hoje falecido e que foi nosso colega aqui no Congresso Nacional –, quando da primeira universidade para a Bahia, que foi a Universidade do Vale do São Francisco, Senadora Lídice. Depois da UFBA, foi a primeira universidade que nós ganhamos.

E ganhamos, Senador Taques, uma universidade com experiência sem igual, Senador Luiz Henrique. Ela hoje é uma universidade que está instalada em três Estados, no Estado de Pernambuco, no Estado do Piauí e no Estado da Bahia. E nós estamos num trabalho com os nossos companheiros de Sergipe, para inovarmos mais ainda, instalando a Universidade do Vale do São Francisco em quatro Estados brasileiros.

Portanto, é nessa política de inovação, nessa política de expansão, que, no dia de hoje, nós aqui apresentamos o nosso voto favorável para a instalação da universidade do sul e extremo sul da Bahia.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão a matéria.

Vou passar a palavra a esta baiana tão comprometida com a universidade que haveremos de votar daqui a pouco, mas sem deixar de dizer, Senador Walter Pinhei-

ro, que conheço a sua luta, que não é de hoje. V. Ex^a é um protagonista desde quando era Deputado Federal, por ser conhecedor da aridez da vida daquela gente do sul da Bahia, como também bem conhece a Senadora Lídice. E o maior presente que se pode dar àquele povo do sul da Bahia, que vive em situação tão difícil, é uma universidade desse porte, Deputado Geraldo Simões, e com essa grandeza, já com instalações previstas para Teixeira de Freitas e para nossa belíssima Porto Seguro.

Com a palavra a Senadora Lídice.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, apenas para saudar o brilhante relatório do nosso Senador Walter Pinheiro e de apelar para a sensibilidade, que eu sei que é grande, de todos os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras desta Comissão, para que nós possamos aprovar o mais rápido possível essa universidade.

À tarde, nós teremos reunião extraordinária da Comissão de Educação. Já fiz o meu requerimento de urgência para que a gente possa votar rapidamente, para permitir que, ainda em 2014, possamos ter os primeiros cursos sendo realizados nessa universidade.

Não preciso dizer da importância de uma universidade dessas para a região e para a Bahia como um todo. É um apelo da nossa juventude, a Bahia tem a segunda pior relação entre a demanda e a oferta de ensino de nível superior público do Brasil, e, para nós, é extremamente importante para a juventude da nossa terra a aprovação dessa universidade, especialmente essa Universidade do Sul, que tem um modelo pedagógico diferenciado. Esse modelo teremos a oportunidade de debater aqui no Senado, porque eu combinei, lá na nossa Comissão, que, para não atrasar o processo de votação, nós vamos votar e, depois, vamos fazer uma audiência pública com a presença do ex-reitor da Universidade Federal da Bahia, agora organizador da nova universidade, sobre o modelo pedagógico, organizacional e de gestão dessa nova universidade, que creio vai ser uma referência para as universidades brasileiras, em inovação e em organização.

Portanto, eu quero parabenizar o nosso companheiro Pinheiro, que participou de todo o esforço de surgimento de novas universidades na Bahia, desde a Universidade Federal do Vale do São Francisco, até a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, que é fruto da luta de todos nós. E quero pedir aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras – que desejam, sem dúvida, cada um desses, mais universidades no seu Estado e o fortalecimento do ensino público e gratuito para o povo brasileiro, para a juventude brasileira – que possam votar rapidamente nessa proposta de universidade para a Bahia.

Parabenizo o Deputado Geraldo Simões, que aqui trouxe o seu relatório.

Estive ontem em Porto Seguro, Pinheiro, e tive a oportunidade de ir até a Ordem dos Advogados do Brasil, representando o Governo da Bahia, para lutar para que o próximo congresso de juristas do Brasil, o maior congresso jurídico do mundo, possa se realizar nas terras de Porto Seguro, fortalecendo esse nosso sul da Bahia.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu tenho, para discussão, o Senador Ricardo Ferraço, o Senador Luiz Henrique e o Senador Valadares; eu comunico que nós temos ainda diversos projetos – há dois ofícios que serão lidos ainda do Senador Benedito e do Senador Romero, além de não terminativos do Senador Paulo Bauer – e, hoje à tarde, nós teremos a realização da sabatina do Juiz Saulo Bahia, às 14 horas.

Vamos à discussão da Universidade do Sul da Bahia.

Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, eu tenho o prazer e digo que até mesmo o privilégio de representar o Estado do Espírito Santo aqui no Senado da República, Estado vizinho do Estado da Bahia. Fazemos divisa com o sul da Bahia, e essa relação é uma relação absolutamente fraterna que o meu Estado estabelece com o Estado da Bahia, sobretudo com o sul da Bahia; um intercâmbio não apenas político, econômico, mas também social. Somos uma região homogênea, por assim dizer e compartilhamos de políticas públicas comuns. Em alguns momentos, o sul da Bahia acolhe capixabas; em outros momentos, o Espírito Santo acolhe baianos, em atividades relacionadas às políticas sociais, na área da saúde sobretudo, políticas comuns para enfrentamento da seca e convivência com ela.

O sul da Bahia, Sr. Presidente, está sendo refundado, porque foi uma região que passou por crises muito agudas. Talvez a crise mais agonizante tenha sido a crise do cacau, que já foi uma atividade econômica que representou, hegemonicamente, aquilo que havia de importante na região. E a região sul evoluiu no tempo com o turismo, diversificando para a atividade da rocha ornamental, da industrialização, polo de informação, celulose.

Enfim, Sr. Presidente, quero dar esse testemunho, porque nós, capixabas, apoiamos com muito entusiasmo essa iniciativa na região, por tudo o que pode representar não apenas para a Bahia, mas também para o meu Espírito Santo.

Quero cumprimentar o Senador Walter Pinheiro, quero cumprimentar a Senadora Lídice, quero cumprimentar o Deputado Geraldo e dizer que nós precisamos aprofundar, cada vez mais, esse espírito de co-

operação entre nossos Estados, que, na prática, são Estados que dialogam como se fronteira não houvesse.

Cumprimento o Senador Walter Pinheiro e manifesto aqui, Sr. Presidente, minha entusiasmada votação nessa matéria, por tudo o que, seguramente, ela representa e representará de impacto na região do sul da Bahia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Obrigado, Senador Ricardo.

Antes de passar a palavra ao Senador Luiz Henrique, comunico a V. Ex^a e ao Plenário da Comissão que, na próxima quinta-feira, atendendo a requerimento de S. Ex^{as} o Senador Luiz Henrique e o Senador Aloysio Nunes, estaremos aqui, em audiência pública, ouvindo diversas autoridades quanto à questão...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Dos precatórios.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – ...dos precatórios.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Gravíssima questão!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desde os tempos em que exerci cinco mandatos de Deputado Federal, exaltei o desenvolvimento do Nordeste como a mais importante questão nacional.

Desta região aqui, há milhares de baianos que tiveram de migrar para o Rio, para São Paulo e para o Paraná e que, hoje, estão em Joinville, por falta de oportunidades.

Essa universidade, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é fundamental, como é fundamental a expansão da educação em todo o Nordeste, para que nós reequilibremos o desenvolvimento neste País.

Eu só queria fazer uma sugestão ao nobre Relator, o Senador Walter Pinheiro: por que não denominamos essa universidade Universidade Jorge Amado? Se V. Ex^a pudesse fazer uma emenda aditiva nesse sentido, creio que essa universidade ganharia mais ressonância, inclusive internacional.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senador Luiz Henrique, há poucos instantes, V. Ex^a falou do espírito público. V. Ex^a está em espírito com o povo do sul da Bahia, porque o *campus* de Itabuna, onde, inclusive, ficará localizada a reitoria, chamar-se-á Jorge Amado. Portanto, parece que V. Ex^a já está com esse mesmo espírito. É o que me informa aqui o Deputado Geraldo Simões.

Portanto, isso demonstra o carinho de V. Ex^a pela Bahia. E V. Ex^a demonstra ter visitado as letras do São Jorge de Ilhéus e, conseqüentemente, os contos do *Mar Morto*, do nosso grande Capitão de Areia Jorge Amado. V. Ex^a está em sintonia...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – É motivo de orgulho o fato de um catarinense ilustre, o Arcebispo Primaz do Brasil, Dom Murilo Krieger, ter virado um baiano entusiasmado.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Inclusive, na inauguração do nosso novo estádio da Fonte Nova, tive a oportunidade de sentar ao lado de Dom Murilo, que revelou, inclusive, que é amante do futebol. Até brinquei com o Senador Casildo, porque ele fez referência a V. Ex^a, Senador Luiz Henrique, e ao Senado Casildo no dia da conversa amistosa que tivemos na inauguração do nosso estádio de futebol. Então, hoje, Santa Catarina tem a Bahia como também a sua pátria.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Todas são muito belas.

Senador Valadares, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu gostaria de enaltecer o povo baiano através desses dois grandes representantes.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Parabéns por essa conquista magnífica!

Então, eu queria fazer uma homenagem ao povo baiano, aqui muito bem representado por esses dois valorosos Senadores, Walter Pinheiro e Lídice da Mata, que naturalmente vibram com mais essa conquista, na área da educação, para o Estado que representam com muita dignidade nesta Casa. Mais de 11 mil alunos serão beneficiados; mais de 30 cursos serão ministrados.

É, sem dúvida alguma, uma meta de inclusão social que está sendo atingida pelo Governo Federal, no sentido de proporcionar às populações do interior a oportunidade de participar de curso universitário, tal como aconteceu no Estado de Sergipe.

Eu estive presente e falei em nome da Bancada Federal na inauguração do primeiro curso de extensão universitária no Estado de Sergipe, na cidade de Itabaiana, com a presença do então Presidente Lula. E pude ver de perto, depois da instalação desse curso de extensão da Universidade Federal de Sergipe, o quanto a região de Itabaiana se beneficiou. Quantos milhares de alunos puderam ingressar nessa universidade, impossibilitados que estavam de obter um diploma de nível universitário, porque a situação econômica adversa não permitia que eles alcançassem esse objetivo.

Agora, temos certeza absoluta de que o sul e o sudeste da Bahia, com a implantação desse curso universitário, com a extensão que será feita pela Universidade Federal da Bahia, terão um grande impacto regional. E essa região tão sofrida, como disse o Senador Ferraço, por crises econômicas, agora vai, sem dúvida alguma, ser beneficiada com essa obra magistral da nossa Universidade da Bahia, no sul e no sudeste.

Quero também agradecer a V. Ex^a o esforço pela Universidade do São Francisco, que vai integrar mais ainda os nossos Estados; e agora com a construção da Ponte Gilberto Amado, pelo Governador Marcelo Déda, facilitando a ligação, o intercâmbio entre o Estado da Bahia e o Estado de Sergipe. Consequentemente, com todo o Sul do País, passando pela Bahia, o Estado de Sergipe muito se beneficiou com o turismo. Mais de 50% dos baianos fazem turismo em Aracaju e nas nossas praias do Estado de Sergipe.

Portanto, Presidente, meus parabéns!

Voto favoravelmente a esse projeto do Governo Federal, da Presidenta Dilma, que demonstra sensibilidade para o interior do Estado da Bahia, interior do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito rápido. Apenas para cumprimentar o Senador Walter e dizer que vou votar favoravelmente.

Essa universidade, muito mais do que tudo que aqui foi dito, Senadora Lídice, vai concretizar a democracia, trazer oportunidade para aquele cidadão mais simples, uma política de ação afirmativa para essa região.

Durante um tempo, ministrei aulas na Universidade Federal da Bahia, numa fundação, num bairro chamado Canela.

É uma honra participar deste momento histórico do sul da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Encerrada a discussão, em votação a matéria.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai, com o apoio e a urgência necessária, à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Parabenizo o Senador Walter...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – ...o Deputado Geraldo, a Senadora Lídice...

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – ...e todos os companheiros.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vamos aos ofícios, Senador Benedito de Lira, Senador Jucá e aos projetos do Senador Paulo Bauer, antes de encerrarmos a primeira parte da reunião.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Pela ordem, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, apenas para cobrar a constituição da Subcomissão de Segurança. Vejo que existem projetos significativos nesta área que poderiam ser mais bem analisados na Subcomissão. E V. Ex^a já se prontificou a fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Fiz, Senador Pedro Taques, com a necessária observância à importância da matéria. Estamos num País em que essa Subcomissão de Segurança precisa ser criada com urgência necessária. Inclusive, indiquei, com a discricionariedade que a Presidência tem, os membros. Houve certa reclamação de algumas Lideranças a respeito das indicações e hoje mesmo vou oficializar as Lideranças para confirmarem as indicações feitas por esta Presidência para a Subcomissão, para que de posse da confirmação das Lideranças façamos a eleição.

Senador Paulo Bauer, V. Ex^a será atendido. Após as duas leituras, do Ofício “S”, do Senador Benedito, e do ofício do Senador Romero Jucá, nós vamos enveredar pelos projetos para que V. Ex^a pediu prioridade.

ITEM 22

OFÍCIO “S” Nº 15, de 2013

- Não Terminativo -

Submete ao Senado Federal a indicação do Senhor ANTÔNIO PEREIRA DUARTE para a composição do Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Procurador-Geral da República

Relatoria: Senador Francisco Dornelles

Relatório: Votação secreta.

Observações:

A avaliação do indicado será feita em duas etapas, nos termos do art. 2º, do Ato nº 1, de 2007-CCJ.

Devido à ausência justificada do Senador Dornelles, indico o Relator *ad hoc* da matéria, o Senador Benedito de Lira, para leitura do seu relatório.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, V. Ex^a já justificou a ausência do eminente Senador Francisco Dornelles e por impossibilidade de

S. Ex^a estar no Senado, eu tenho alegria e prazer em fazer a leitura do seu relatório, no encaminhamento feito pelo Sr. Procurador-Geral da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos, do nome do Sr. Antonio Pereira Duarte para ser sabatinado nesta Casa e nesta Comissão – melhor dizendo –, devido à sua indicação para a composição do Conselho Nacional do Ministério Público.

Sr. Presidente, esta Comissão irá proceder à sabatina do indicados.

Resumimos, abaixo, o currículo encaminhado a esta Comissão pelo Procurador indicado.

O Sr. Antônio Pereira Duarte é graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1992), e pós-graduado pelo Instituto Metodista Bennett (1994). Em 2001, fez o curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra/RJ, e de 2005 a 2012 foi professor da Universidade Salgado de Oliveira, na cadeira de Direito Penal, além de já ter exercido outras atividades no campo do magistério.

Atualmente, integra o Corpo Docente do Curso de Especialização em Direito Militar da Universidade Cândido Mendes/RJ. É membro do Ministério Público da União desde 1995, como Procurador da Justiça Militar.

É autor do livro *Direito Administrativo Militar*, publicado pela Editora Forense em 1995, e sua experiência em Direito tem ênfase no Direito Penal, sobretudo no campo do direito penal militar. Também foi pesquisador, em 2008, da Escola Superior do Ministério Público da União.

Participou de projeto desenvolvido pela Escola Superior do Ministério Público da União e pela Assessoria de Cooperação Jurídica Internacional – ASCJI, que teve por objetivo arrecadar material e coletar dados sobre o Ministério Público Militar nos demais países de língua portuguesa.

Possui bons conhecimentos dos idiomas espanhol e italiano, e vários prêmios e títulos, dos quais citamos o Diploma de Agradecimento pela Escola de Alto Comando e Estado-Maior do Exército (2004) e Diploma de Amigo do Colégio Militar de Juiz de Fora/MG (2004).

Possui cinco artigos publicados em periódicos, entre os quais *A Construção Científica do Ordenamento Jurídico Militar*, (Revista do Direito Público Militar, v. 22, p. 83 a 112). No evento Anais do I Encontro do Ministério Público da União, em 2000, publicou o trabalho *Ministério Público e Técnicas de Investigação Criminal*.

Publicou ainda o trabalho técnico *Planejamento Estratégico do Ministério Público Militar Brasileiro*, em 2010, e participou de vários eventos como conferencista ou organizador.

No tocante às exigências constantes do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, o Indicado informa que não é cônjuge, companheiro ou parente de que exerça ou exerceu atividades públicas ou privadas vinculadas ao Ministério Público da União, e que, desde 2005, sua consorte Monalisa Alexandra Fonseca Presotti Duarte é Analista Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Informa ainda que foi sócio do Instituto Mineiro de Ensino Jurídico e Educação Continuada Ltda. (IMR-JUR), com sede em Juiz de Fora/MG, cujas atividades foram encerradas em 2012, conforme documentação anexa apresentada pelo postulante.

Quanto às exigências relativas ao Ato nº 1 de 2007 (CCJ), informa que está em dia com suas obrigações tributárias, e não integra, seja na condição de litisconsorte ativo ou passivo, qualquer ação judicial.

Apresenta, anexos ao currículo, certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União e do Estado de Minas Gerais, e certidão negativa de débitos (ampla) emitida pela Prefeitura de Juiz de Fora.

Ante o exposto, pensamos que os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de todas as informações e elementos para deliberar sobre a indicação do nome do Senhor Antônio Pereira Duarte para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Este é o relatório pelo eminente Senador Francisco Dornelles.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente.

Mais um ofício do Item 24.

Nós temos mais esse ofício e encerramos os ofícios.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, só o Item 21 também. Eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – É amanhã.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Ficou para amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Ficou para amanhã.

O restante dos ofícios...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, o Item 10 também ficou para amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Amanhã.

O restante dos ofícios será lido na sessão de amanhã, a partir das 10 horas.

Comunico que os Srs. Relatores, Senador Ricardo Ferraço, Senador Vital do Rêgo e Senador Magno Malta farão a leitura dos seus ofícios na sessão de amanhã. Senador Romero Jucá, item 24, página 481.

ITEM 24

OFÍCIO “S” Nº 17, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD para a composição do Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Procurador-Geral da República

Relatoria: Senador Romero Jucá

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com muito orgulho que sou Relator da recondução do Ofício “S” nº 17, de 2013, que indica o Dr. Alessandro Tramuja Assad para o Conselho Nacional do Ministério Público.

O Dr. Alessandro tem mestrado e doutorado, já está desempenhando função no Conselho Nacional do Ministério Público de 2011 a 2013, portanto é uma recondução, foi Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Roraima, tem amplo conhecimento jurídico, tem reputação ilibada e preenche todos os requisitos.

Portanto o parecer é favorável, pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – A experiência do Senador Romero Jucá é o seu maior patrimônio parlamentar.

Em discussão o parecer. *(Pausa)*

Não havendo quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente.

Pernambucano de Roraima.

Em homenagem ao meu querido Senador Paulo Bauer, o último item desta sessão.

À tarde nós teremos a sabatina e amanhã vamos continuar esta sessão com a leitura de todos os ofícios restantes. Comunico aos senhores que vamos continuar com todo o restante da pauta dos não terminativos e a leitura de todos os ofícios restantes.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 105, de 2012

- Não Terminativo -

Regula o exercício da atividade de condução de veículos de emergência.

Autoria: Deputado Dr. Ubiali

Relatoria: Senador Paulo Bauer

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Relator para proferir o seu relatório.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Antes de me manifestar como Relator, queria dizer a V. Ex^a e aos Srs. Senadores que aceitei apresentar o relatório atendendo a um pedido do eminente Deputado Federal Onofre Santo Agostini, de Santa Catarina, que é um lutador, é um defensor daqueles que trabalham exatamente na atividade de condução de veículos de emergência. E também, hoje, aqui, apresento este relatório como uma homenagem ao Presidente do Sindicato Nacional dos Condutores de Ambulâncias, Sr. Alex Douglas, e a todos os demais dirigentes de instituições desse setor aqui presentes nesta reunião.

Trata-se de projeto de lei de autoria do Deputado Dr. Ubiali, que regulamenta a atividade de condução de veículos de emergência.

Analisando a matéria, concluímos que ela não fere, não afronta nenhum dispositivo legal, não está conflitando com nenhuma competência, seja do Poder Executivo, seja do Poder Judiciário. É efetivamente uma matéria que deve ser tratada no âmbito do Poder Legislativo.

Devo dizer a V. Ex^a que o relatório está completo nos anexos e no material distribuído a todos os Srs. Senadores, que dele podem ter conhecimento.

Assim, em nome da brevidade e da celeridade, menciono apenas que, no mérito, a matéria pode ser aprovada, pode ter parecer favorável e ela não somente confirma dispositivos do Código de Trânsito Brasileiro como também da legislação trabalhista, mas amplia algumas ações que devem ser feitas pelos contratantes, principalmente pelo Poder Público em relação àqueles que têm essa incumbência da condução de veículos de emergência, como, por exemplo, passarem a cada cinco anos por um curso de reciclagem e de aprimoramento profissional, o que é efetivamente necessário para quem cuida da vida humana.

Temos que reconhecer que quem trabalha na área de emergência não pode atuar sempre com os conhecimentos que adquiriu apenas no início da sua formação profissional. Deve ter seus conhecimentos atualizados.

Também é preciso estabelecer que esses cursos tenham um determinado momento para serem reali-

zados, porque quem é motorista, quem é condutor de veículos para atendimento a pessoas em situação de emergência não pode ser chamado para outras atividades, deve efetivamente atender às emergências. Por isso o projeto tem mérito, tem sustentação, tem justificativa.

E devo dizer a V. Ex^{as} que o meu voto, tecidas essas considerações, é pela aprovação do projeto de lei, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº - CCJ

Suprimam-se os arts. 2º e 3º do PLC nº 105, de 2012.

EMENDA Nº - CCJ

Dê-se ao inciso I do art. 4º do PLC nº 105, de 2012, a seguinte redação:

Art. 4º
I – treinamentos especializados e reciclagem em cursos específicos, a cada cinco anos, em cursos de condução de veículos de emergência;
..... (NR)

Esse é o meu voto e o meu parecer, Sr. Presidente, para apreciação de todos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Parabenizo V. Ex^a.

Essa concessão a V. Ex^a não foi apenas pelos méritos que V. Ex^a tem, que estão sobrando, mas foi principalmente ao mérito do projeto que V. Ex^a defende. (Palmas.)

Em discussão a matéria.

Passo a palavra ao Sr. Deputado... (Pausa.)

...Senador, e sempre Deputado, Walter Pinheiro, e futuro governador da Bahia

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Olhe. Esse cabra foi Deputado comigo durante muitos anos e a gente não perde a mania, não é?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – É.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Mas, Senador Paulo Bauer, eu quero dizer a V. Ex^a que esta é uma matéria de suma importância. Tenho mergulhado neste tema da emergência há muito tempo no País, inclusive, sou um árduo defensor da instalação dos centros de emergência no País. Vamos experimentar agora, por conta da Copa do Mundo, pelo menos nas cidades-sede, mas é importante que nós estendamos isso.

E aí onde é que entra a figura do condutor de veículos de emergência? O mundo inteiro, Senador Paulo Bauer, disponibiliza número único para as emergências. O fundamental na emergência é exatamente

o deslocamento. É chegar ao ponto ou de socorro ou de estrangulamento de trânsito, enfim, de diversas ordens. Isso vai desde a área de saúde até a área, por exemplo, que nós aprovamos neste instante, de anistia para bombeiros.

Portanto, a formação, a capacitação e um certo grau de acuidade por parte de quem dirige um veículo desses são condições necessárias. Não é que nós vamos ter um condutor que vai ter que ser bombeiro, paramédico, mecânico, operador de GPS, operador de outros equipamentos; não é isso. Mas nós precisamos que essas pessoas tenham conhecimento desses equipamentos, dessa estrutura e dessa importância, inclusive a relação de comunicação com o centro de emergência.

Hoje nós estamos implantando nesses centros que vão servir à Copa, Senador Paulo Bauer, uma medida em que, por exemplo, todas as unidades serão georreferenciadas. Por exemplo, na entrada de uma ambulância em uma cidade, deve estar sinalizado o centro de emergência, para essa ambulância que está adentrando uma cidade. Há discussão do deslocamento dessa ambulância, para qual hospital correto deve ser levado o paciente. Portanto, são técnicas com que, obrigatoriamente, um condutor tem que estar familiarizado. O reconhecimento dessa profissão para, na sequência, disponibilizar todas essas ferramentas para capacitação desse profissional, que são coisas essenciais num momento como hoje.

Parabenizo V. Ex^a e, claro, o nosso Relator, Deputado Dr. Ubiali, que, obviamente, a partir de sua própria atuação profissional, já pensou nisso em tempos bem atrás, falando de algo que aconteceria adiante. Portanto, é importante a aprovação desta matéria no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Para discutir, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, em rápidas palavras, quero dizer também do nosso apoio à categoria, nosso apoio ao projeto. E quero registrar a importância e a justeza dessa providência. Quero saudar o Senador Paulo Bauer, que relatou tão bem a matéria, e dizer que nós vamos acompanhar o andamento da matéria porque é uma questão de justiça e todo o Brasil precisa do trabalho de vocês, reconhecidamente, da forma correta.

Meus parabéns pelo projeto!

Somos a favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Não havendo mais quem queria discutir, em votação a matéria.

Os Srs. senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a matéria por unanimidade.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão. Com as Emendas apresentadas nºs 1 e 2, a matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, com a urgência necessária.

O Item 8 da pauta, por solicitação do Senador Gim Argello está retirado para um reexame rápido da matéria. Vai ser pautado na próxima semana – já combinei isso com o Senador Gim Argello. Trata-se da PEC 68.

Daqui a pouco, nós haveremos de estar, às 14h, e eu convido os Srs. Senadores e as Sras Senadoras para a sabatina do Juiz Federal Saulo José Casali Bahia. E, amanhã, retomaremos a segunda parte desta reunião, às 10 horas da manhã.

Tenham todos um bom almoço.

Está suspensa a nossa reunião.

(Iniciada às 10 horas e 05 minutos, a reunião é suspensa às 12 horas e 44 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Declaro reaberta a 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Segunda fase da reunião.

ITEM 1

OFÍCIO “S” Nº 5, de 2013

- Não Terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 103-B, inciso VII da Constituição Federal, os documentos originais do Senhor Juiz Federal SAULO JOSÉ CASALI BAHIA, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça para integrar o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2013-2015.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça

Relatoria: Senador Pedro Taques

Relatório: Votação secreta.

Observações:

- Em 03/04/2013, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Na presente reunião, procederemos à arguição do indicado, em cumprimento à alínea “b” do art. 2º do ato supracitado, referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça. Dessa forma, convido o Sr. Saulo José Bahia ao recinto e à mesa desta Comissão. *(Pausa.)*

De pronto, concedo a palavra ao Dr. Saulo José para sua livre exposição, antes de iniciarmos as devidas arguições.

O SR. SAULO JOSÉ CASALI BAHIA – Ex^{mo} Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Vital do Rêgo; Ex^{mo} Sr. Senador Pedro Taques, Relator do Ofício “S” nº 5, acredito que o quórum neste momento seja mais virtual do que físico, então, cumprimento as Senadoras e Senadores que estejam, porventura, no circuito interno, assistindo a esse início de reunião. Neste horário, também de intensa atividade judiciária, puderam se fazer presentes aqui dois colegas, César Fonseca e Alexandre Buck, também o Procurador da República Vladimir Aras, que deverá ser sabatinado para o CNMP brevemente, e cabe-me, então, fazer uma pequena exposição, o que farei da forma mais breve possível.

Inicialmente, registro minha satisfação, minha alegria de ter merecido, da parte do STJ – Superior Tribunal de Justiça, a indicação para compor o CNJ – Conselho Nacional de Justiça, por aclamação. Agradeço, então, a todos os ministros que confiaram em meu nome para essa indicação, ao Presidente Felix Fischer; ao Corregedor Nacional de Justiça, Francisco Falcão, por esse apoio que recebi, à Ministra Eliana, entre os vários ministros também.

Esta reunião nesta Comissão de Constituição e Justiça me deixa... Fui professor de Direito Constitucional por 20 anos na Universidade Federal da Bahia e sempre ensinei acerca da importância desta Comissão dentro do processo legislativo brasileiro. Essa fase inicial de controle de constitucionalidade que ela realiza é importantíssima, e ela também é um órgão de controle dentro do sistema de freios e contrapesos da República brasileira, na medida em que essas audiências públicas visam justamente controlar as indicações de membros dos Tribunais Superiores, Embaixadores, membros de Conselhos, como o Nacional de Justiça e o do Ministério Público. Se nada fosse perguntado aqui, o simples fato de haver uma audiência pública já regula um pouco a iniciativa da Presidência da República e dos Tribunais Superiores, que vão sempre tentar indicar pessoas que possam corresponder às expectativas do Senado Federal.

Então, já é importante; ainda que nada se perguntasse, seria importante somente pela existência dessa instância deliberativa sobre a indicação feita.

E eu devo aqui manifestar a minha afinidade ao exercício deste cargo de Conselheiro, que mereceu essa indicação do STJ. Eu me graduei em 1988, em Direito, na Universidade Federal da Bahia. Realizei Mestrado na Universidade Federal da Bahia, iniciei em 1990, concluí em 1994. Posteriormente, eu fiz Douto-

rado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, concluí em 1999. Fiz alguns cursos de especialização em Direito Internacional no exterior e me tornei Professor Associado da Universidade Federal da Bahia, onde leciono há mais de 20 anos Direito Constitucional e Direito Internacional Público, Hermenêutica Jurídica. E essa minha vida acadêmica me levou a me tornar Professor visitante na França, Estados Unidos, publicar artigos, capítulos de livro, livros, algumas dezenas, acho que mais de cinquenta. E essas experiências fora do País me levaram também ou me permitiram obter experiência ou obter informação sobre o sistema jurídico e judiciário desses países.

E essa comparação é sempre útil quando se pensa no desenvolvimento dos sistemas próprios, dos nossos sistemas indígenas, nacionais. Também me tornei membro da Academia de Letras Jurídicas da Bahia e da Academia Mundial de Artes e Ciências também.

Na área profissional, além desse exercício do magistério, que tenho tentado fazer com que se desenvolva ao lado de toda a atividade minha na magistratura, eu atuei inicialmente como advogado, depois atuei como Juiz de Direito Estadual no Estado da Bahia, por três anos, de 1990 a 1993, depois como Procurador da República no Ministério Público Federal no ano de 1993. Fui do 12º concurso. E depois como Juiz Federal, desde 1993.

Então, eu tenho atuação como magistrado há 23 anos e passei, ainda que curtas as experiências na advocacia e no Ministério Público, algum tempo, quer dizer, passando por praticamente todos os três ângulos do tripé judiciário.

Senador Walter Pinheiro, que é do meu Estado, agradeço a presença.

Na área da magistratura, atuei na Justiça estadual também em praticamente todas as áreas, cível, criminal, eleitoral, fui juiz zonal eleitoral, até juiz trabalhista eu fui também quando não existia jurisdição de junta de conciliação e julgamento sobre determinados Municípios no sul da Bahia, assim atuei. Na área Federal eu também atuei na área cível, criminal, eleitoral, fui membro suplente do TRE, hoje eu sou membro titular do TRE da Bahia. Atuei em juizados também, fui coordenador das turmas recursais na Bahia, dos juizados federais e participei também da Turma Regional de Uniformização.

Eu só não atuei realmente na Justiça Militar. E atuei também convocado por vários anos em turmas suplementares do meu Tribunal Regional Eleitoral, como auxiliar, como substituto.

O que me impõe dizer é que, nós últimos anos, atuei como Juiz Auxiliar da Corregedoria Regional do meu Tribunal e da Presidência do meu Tribunal. E essa

experiência foi bastante rica. Eu pude contar com a confiança, com a estima dos pares do meu tribunal, do Presidente Olindo Menezes, enfim, de todos os corregedores que me convidaram sempre como juiz auxiliar. Fui também auxiliar permanente por dois anos e pude atuar ali fazendo correições em praticamente todos os Estados da 1ª Região: Bahia, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Amazonas, Pará, Maranhão, Amapá, Rondônia, Roraima, Distrito Federal. Essa atividade me levou a imergir, digamos assim, a mergulhar no universo da regulamentação, da gestão, da busca de melhoramento, eficiência, desenvolvimento dos serviços judiciários. Por exemplo, por essa experiência que acumulei no Regional ao Conselho da Justiça Federal, Corregedoria Federal na época, o Ministro Falcão me convidou para acompanhá-lo como juiz auxiliar nas correições que fez nos Tribunais Regionais Federais de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Porto Alegre. E eu acredito que esse conjunto de coisas terminou sendo como que um estágio para o Conselho Nacional de Justiça. Ou me credencia ou pelo menos me traz alguma experiência.

Fui Diretor do Foro na Bahia de 2002 a 2003. Participei de comissões para a redação da Lei dos Juizados Especiais Federais. Participei dessa comissão vários anos atrás. Fui membro, de 2006 a 2008, do comitê que elaborou o Plano Nacional de Aperfeiçoamento e Pesquisa para Juizes Federais. De 2008 a 2009, eu participei da Comissão que elaborou a reconstrução do Provimento Geral da Corregedoria, que consolidou todas as normas que regeriam a atividade dos juizes dos 13 Estados e Distrito Federal, da minha Região Federal. Em 2009, participei da comissão para elaborar estratégia de desempenho para o JEFs, de Minas Gerais.

Em 2009, participei da comissão de instalação de novas varas, criadas pela Lei nº 2.011, de 2009.

Fui Gestor de Metas de Nivelamento do TRF da 1ª Região, em 2009.

Em 2009 também, eu fui membro do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Sistema Processual Único da 1ª Região, o eJud.

Entre 2011 e 2012, eu coordenei o mutirão Judiciário em Dia da 1ª Região, que visava alcançar o cumprimento integral da meta 2 do CNJ, o julgamento de todos os processos distribuídos até o ano de 2006, no Tribunal. Eu coordenei, por indicação da Presidência, esse mutirão.

De 2010 a 2011, também participei do Grupo de Trabalho para a Regulamentação da Atividade do Oficial de Justiça.

Em 2010, eu passei a integrar a Comissão de Acompanhamento de Reformas da Legislação Penal

e Processual Penal da Associação de Juízes Federais, acompanhamento legislativo também.

Mereci, em 2011, a indicação do Pleno do meu Tribunal para, pela primeira vez, um juiz integrar a Comissão para Concurso de Juiz Federal Substituto.

A última indicação que recebi foi como Juiz de Cooperação Jurisdicional para o Estado da Bahia, na área federal.

Então, todas essas atividades eu confio que me credenciem para, sem nenhum vitupério, uma atividade ainda mais intensa e mais desafiadora que é aquela a ser desempenhada no Conselho Nacional de Justiça, agora já alcançando não somente a Justiça Federal, mas também a Justiça Estadual, também a Justiça Trabalhista, também a Justiça Militar em suas diferentes instâncias. Foram 23 anos de dedicação à magistratura. Eu tenho hoje 45.

Colaborar. Essa é a minha grande intenção para que o CNJ se consolide cada vez mais em seu papel. É essencial, desde que foi criado pela Emenda 45, no sentido da correção dos atos do Poder Judiciário e da melhoria da *performance* dos órgãos do Poder Judiciário, da busca pela eficiência do Judiciário, papel esse que ele vem cumprindo com a ação e colaboração de tantos desde a primeira formação. Eu espero ser mais um desses Conselheiros, obtendo a aprovação de V. Ex^{as}, que trabalharão para que esse perfil se fortaleça.

Ao dizer isso, agradeço a atenção de todos os senhores. Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Muito salutar... Não quero me antecipar ao resultado da definição dos senhores Senadores, mas me permito dizer que é muito salutar receber um indicado com esse currículo e com essa formação.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – “Saulutar” ou salutar? Está ao seu lado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – “Saulutar” e salutar.

Eu estava folheando a intensa atividade acadêmica do MM. Juiz Federal, do advogado, do Procurador, do Juiz Estadual, do Juiz Federal, do professor, quase que me cansei em ver tantas e tão grandes referências acadêmicas, com fluências em quatro ou cinco idiomas, com formação em Direito Internacional. Isso nos dá a tranquilidade de que esta Casa tem e deve ter para manifestar seu voto.

Eu quero registrar a presença do Dr. Alexandre Buck Medrado, Juiz Federal, acompanhado do Dr. César Fonseca, também Juiz Federal, e do Dr. Vladimir Aras, Procurador da República, que também será sabatinado, proximamente, por esta Comissão.

Com a palavra...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, se o Senador Pedro Taques me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em sinfonia baiana, o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Além da sinfonia, a gente tem a agonia. Estamos com quatro medidas provisórias, além da Comissão de Orçamento e além da Comissão de Educação. Quer dizer: tudo ao mesmo tempo, agora.

Mas fiz questão até de vir a esta sabatina, meu caro Senador Vital do Rêgo. Óbvio que a baianidade é, por excelência, o caminho natural para que nós façamos a defesa. Mas o mais importante – não que isso não seja importante – para esta questão é exatamente o que V. Ex^a levantou: Dr. Saulo é um quadro preparado, que buscou, inclusive, esse nível de preparação. A experiência do Dr. Saulo na esfera do Judiciário, meu caro Senador Pedro Taques, eu acho que é a parcela mais importante. Portanto, essa é uma das coisas para as quais chamo a atenção. Às vezes, temos a qualificação, a pós-graduação ou até o que é importante, salutar e enriquecedor, que é o doutorado, mas eu diria que o exercício da atividade – e digo muito isso até pelas nossas atividades, por minha profissão –, às vezes, é muito mais consistente na formação, no acumular do que, efetivamente, só a busca de uma pós-graduação ou elemento teórico, que se juntam e se somam, mas essa experiência é muito importante na vida do Dr. Saulo, porque levará, sem dúvida nenhuma... Essa bagagem será o elemento importante, inclusive, nos seus posicionamentos, até porque isso é o que faz o acumulado

Aliás, a jurisprudência termina tendo muito mais força, tanto é que, passando por cima de todas as etapas, termina virando lei, é exatamente o resultado, é o colher do chamado da ação prática, do dia a dia, é o reconhecimento da realidade, consagrado em jurisprudência. Portanto, o exercício da atividade é exatamente muito próximo disso. Vai acumulando, acumulando, ao ponto, inclusive, de consolidar uma jurisprudência, de consolidar um acumulado fundamental para o exercício da atividade.

O Dr. Saulo é uma pessoa, podemos analisar a partir disso, mesmo com todo esse tempo – o que demonstra seu empenho; o fato de ter entrado muito cedo, o fato de ter se dedicado bastante, portanto –, mesmo analisando a sua idade, podemos dizer que é alguém que viveu intensamente esse período em todas as etapas que ele teve a oportunidade de participar.

Mais do que as indicações, meu caro Vital – e aí acho que essa é uma coisa importante de nossa parte, é aí que eu acho que vale, sem dúvida nenhuma, Senador Pedro Taques, o testemunho de quem vive

no Estado. Não sou uma pessoa da relação, digamos assim, pessoal do Dr. Saulo, portanto, posso dar o testemunho de alguém que, independentemente da minha atuação, mas como cidadão baiano, acompanha os resultados, o desempenho, como a Justiça Federal na Bahia atua, posso dar o testemunho não só da lisura, da retidão, mas também da capacidade e do trabalho que desenvolve o Dr. Saulo, na esfera da Justiça Federal na Bahia. Sendo também, eu diria até, uma peça importante para essa ligação entre o que se processa no Estado e todo esse movimento que o Judiciário nacional, de certa, forma produz.

O Dr. Saulo é uma figura completamente envolvida nesse contexto. Portanto, não é – eu poderia usar essa expressão de forma mais pesada –, não é o juiz parquiano, é o juiz que trabalha e muito bem na paróquia do nosso Estado, mas soube, ao longo, inclusive, da sua história no Estado da Bahia, estabelecer uma relação com o que acontece em nível nacional, em outras instâncias, inclusive, em outras esferas do Judiciário.

É o que nos conforta, Senador Vital, ter a oportunidade de saber que estamos aqui prestes a aprovar a indicação de alguém que, sem dúvida nenhuma, nos dará a certeza... Inclusive, a PEC que estamos apresentando aqui, que exige o caminho de volta dos sabatinados, posso assegurar aqui tranquilamente que o Dr. Saulo, fazendo um caminho de volta na sabatina, não nos trará nenhum tipo de constrangimento, nenhum tipo de aborrecimento pelo momento de hoje; pelo contrário, o fará confirmando, essa é uma certeza que podemos extrair da sua vida, da sua atuação, confirmando o que ele tem feito na sua vida pública ao longo desses anos todos.

Então, quero aqui, Dr. Saulo, não só em meu nome, mas falo também em nome da Senadora Lídice, que está relatando uma matéria na Comissão de Educação, e, com certeza, em nome do Senador João Durval, da Bahia, porque não temos motivo nenhum que possa ser colocado neste momento como senão; pelo contrário, nós temos muitos motivos para aqui pedir o apoio de todos os Senadores desta Casa. Além de tudo a que me referi aqui, da nossa baianidade, da nossa relação com a paróquia, mas muito e muito mais pelo que o senhor representa como servidor público, como alguém de carreira do Judiciário, o que nos deixa até muito orgulhosos. São importantes essas coisas, porque vemos uma pessoa que, ainda numa faixa... Como o Senador Aloysio defendeu ontem, e nós ficamos até brincando com essa história do tempo da juventude, e alguns pleiteavam que a juventude chegasse até os 35 anos, não é, Senador Aloysio? Então...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu estou pleiteando 70 atualmente. Eu acho que do jeito que a coisa vai...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Se for nessa relação, eu posso dizer, tranquilamente, que o Dr. Saulo é um jovem que carrega consigo uma bagagem expressiva. E nos dá muita alegria ver alguém que, ainda numa idade de iniciantes, já carrega uma bagagem imensa na sua carreira, e uma brilhante carreira. Então, tem de nossa parte o total apoio.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

E só para dar uma informação e mencionar o que V. Ex^a acabou de citar, além das justas referências ao sabatinado, a PEC dos sabatinados, o caminho da volta, está na pauta para apreciação do Plenário. Informe-me a Mesa que deverá estar para efetiva deliberação na próxima semana.

O Sr. Relator com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, serei muito econômico.

Dizem que o baiano não nasce, estreia. Outros dizem que o baiano já nasce pronto. Acho que o Dr. Saulo, além de nascer pronto e ser baiano até no nome, ele se preparou mais ainda. E, mesmo como Relator, eu me reservo o direito de também perguntar. Porque o Relator não é só para amaciar aquele que ele está a relatar.

Dr. Saulo, o senhor é doutor em Constitucional e professor de Hermenêutica. Interpretar, para V. Ex^a, é retirar sentido ou é dar sentido? E qual é o limite desse dar sentido? Essa é a primeira indagação.

Se, na interpretação de Hermenêutica de V. Ex^a, interpretar for dar sentido, qual é o limite desse dar sentido para evitar voluntarismo, alternativismo?

Uma vez aprovado, aqui nesta Comissão e no plenário do Senado, quais as medidas que o senhor tomará, por entender cabíveis, para conferir maior celeridade processual e eficácia na prestação jurisdicional?

A depender da resposta de V. Ex^a a respeito da interpretação, como se interpreta um Ato das Disposições Constitucionais Transitórias? O ADCT pode ser igual a uma unha, igual a um cabelo, que se regenera, vai crescendo? Qual é o limite a emenda do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias?

Tendo em conta essa pergunta, uma consequente dela é: seria constitucional a criação de tribunais através de emenda modificando o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias?

Quais são os efeitos da coisa julgada administrativa de uma decisão do Plenário do Conselho Nacional de Justiça?

Havendo lacunas – e V. Ex^a é um professor de Hermenêutica – nos instrumentos processuais previstos no Regimento Interno do Conselho, como elas podem ser supridas, na opinião de V. Ex^a? Através do Código de Processo Civil ou da Lei dos Procedimentos, a nº 9.784, de 1999. Qual é a posição do senhor?

Qual é a sua posição a respeito do poder de quebra do sigilo bancário e fiscal por parte do Conselho Nacional? Isso é possível via Corregedoria?

Qual é a opinião de V. Ex^a a respeito da necessidade da Justiça Militar?

E uma última indagação: é ético, no sentido aristotélico, entidades privadas pagarem congressos para magistrados? Qual é o limite da ética, na opinião de V. Ex^a? Esse limite pode ser 30%, 70%? A ética possui limites?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Sem nenhuma transferência telepática, duas das minhas perguntas foram indagadas pelo Senador Pedro Taques. E eu vou suprimi-las do meu texto aqui.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Só por curiosidade: o que V. Ex^a tinha para perguntar?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – (*Risos.*)

A questão do sigilo bancário, fiscal e telefônico por parte do CNJ, e a constituição de direitos, até onde vai a criação e a constituição de direitos.

A primeira pergunta do Pedro Taques seria a minha primeira pergunta também, mas Pedro fez melhor do que eu, porque faz com muito mais profundidade, muito mais experiência, com todo o cabedal de informações que tem.

Mas eu também perguntaria o seguinte: no entendimento de V. Ex^a, o CNJ teria competência para, no bojo de uma investigação, decretar a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico do magistrado investigado? Ou somente uma ordem judicial legitimaria essa providência?

Outro assunto – que é o último assunto das minhas indagações –, que já deve ter suscitado uma curiosidade dentro dessa enorme e vasta aptidão que V. Ex^a tem no exercício de seus diversos ramos de atividade da Justiça: como V. Ex^a vê a adoção, em larga escala, do processo judicial eletrônico? Há contribuição para celeridade efetiva da prestação jurisdicional? Na opinião de V. Ex^a, deve permanecer a possibilidade de petição deduzida pelo meio tradicional, ou seja, em papel, como forma de garantir o amplo acesso à Justiça e de contornar eventuais panes nos sistemas informáticos? Como V. Ex^a vê a adoção do processo judicial eletrônico?

Senador Aloysio com a palavra, para sabatiná-lo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu não diria que as minhas perguntas coincidem telepaticamente com as perguntas feitas com o Senador Pedro Taques, nem com as de V. Ex^a, porque eu não tenho essa competência jurídica que os caracteriza.

A minha... (*Falha na gravação.*)... meio ético... Isso me lembra o imortal Vicente Mateus, que foi, durante muito tempo, presidente do Corinthians. Uma vez um atacante do Corinthians marcou um gol com a mão. Ele deu um murro e jogou a bola para dentro do gol. E o Vicente Mateus, comentando o lance, disse: “Não, o gol não foi inteiramente regular.” Mas a minha pergunta envolve esse tema momentoso sobre criação de tribunais regionais, quer dizer, criação de tribunais inferiores da Justiça Federal por emenda constitucional. V. Ex^a entende que a regra de vedação de iniciativa dessa matéria se aplica também a emendas constitucionais.

E faço outra pergunta correlata a essa, a respeito do que está fazendo hoje, o que tem feito o CNJ, e o que se poderia fazer para, digamos assim, fornecer dados, subsídios, propostas às instâncias competentes para atender a esse objetivo, que é o objetivo visado por essas propostas de emendas constitucionais – no meu entender, mediante um instrumento inadequado –, de descentralização da Justiça Federal, de torná-la mais acessível ao cidadão.

Estatisticamente, que tipo de ação, que tipo de feito é mais frequente na Justiça Federal? Seriam ações previdenciárias – eu imagino. Será que essas ações previdenciárias não poderiam ser julgadas em segundo grau por turmas recursais, como essas que julgam, em segundo grau, as ações decididas, as causas decididas pelos juizados especiais? Não seria uma providência prática a criação, digamos, de órgãos descentralizados dos tribunais regionais, que está prevista na Constituição? A Emenda 45 previu essa possibilidade. No entanto, essa possibilidade permanece inexplorada. O Poder Judiciário me parece que não se dá conta, ou não avalia que seja oportuna a criação desses órgãos descentralizados dos Tribunais Regionais Federais. Qual é a opinião de V. Ex^a sobre isso e como V. Ex^a pretende atuar nessa matéria, sendo nomeado – como seguramente o será, pelos méritos que tem – membro do Conselho Nacional de Justiça?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Continua em discussão. Continuam abertas as arguições ao Dr. Saulo.

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Cumprimento-o, prezado Presidente, Senador Vital do Rêgo.

Prezado Sr. Juiz Saulo José Casali Bahia, o senhor está designado para o Conselho Nacional de Justiça, que, hoje, tem uma importância crescente. Nesses últimos tempos, os olhos e ouvidos da Nação se encontram muito voltados para o que acontece com a Justiça, especialmente com o Supremo Tribunal Federal e com o próprio Conselho Nacional de Justiça, que é presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.

É natural que, tendo em conta o que está na imprensa hoje, o senhor receba uma pergunta tal como a que vou formular.

Hipoteticamente, se um escritório tem como advogado... Vamos supor que o senhor tivesse um filho que trabalhasse num escritório e que o senhor fosse Ministro de Estado. Poderia o senhor julgar ou se declarar não impedido se, por acaso, a questão fosse colocada para o Plenário de Ministros e se fosse o senhor um Ministro? Essa é uma questão que está nos jornais de hoje e que é importante ser colocada para a nossa reflexão e para a reflexão de todos aqueles que, inclusive, estão no Conselho Nacional de Justiça ou no Supremo Tribunal Federal.

Eu gostaria de lhe perguntar: como colaborar para que o Brasil avance ainda mais na direção de se tornar uma sociedade justa e civilizada? Para isso, acredito que será importante empregarmos aqueles instrumentos de política econômica e social que signifiquem a aplicação dos princípios de justiça, tais como, por exemplo, os desenvolvidos por John Rawls, de igual liberdade, de diferença, de igualdade de oportunidades. John Rawls, em *Uma Teoria da Justiça*, em 1971, observa que um possível instrumento para dar exemplo disso seria a instituição da garantia de uma renda mínima através de um Imposto de Renda negativo. Outro filósofo, entretanto, Philippe Van Parijs, em *Liberdade Real para Todos*, se é que existe alguma coisa que possa justificar o capitalismo, observa que, para atender os princípios de justiça de John Rawls de forma ainda mais eficaz e completa, mais adequado será instituir uma renda básica de cidadania incondicional.

Eu lhe agradeço se puder comentar a respeito dessa proposição.

Muito obrigado.

Meus cumprimentos!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Encerrada a lista de oradores, vamos passar a palavra ao nosso sabatinado, registrando, antes, a presença do querido Conselheiro, egresso da Casa, Bruno Dantas, do Conselho Nacional de Justiça. Seja muito bem-vindo!

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, pela precedência baiana e também por ser mulher...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)

– Sem dúvida alguma, a Senadora tem precedência!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – ... a Senadora Lídice da Mata.

Desculpe-me, Senador Armando Monteiro.

Com a palavra, a Senadora Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Presidente, quero saudar todos os Senadores presentes, saudar o Dr. Saulo e V. Ex^a.

Faço esta intervenção, Sr. Presidente, para justificar a minha ausência até então. V. Ex^a sabe que, hoje, nós aprovamos aqui, pela manhã, a Universidade do Sul da Bahia. E agora à tarde, neste horário, nós tínhamos que aprová-la na Comissão de Educação. Por isso, não pude acompanhar, desde o início, a sabatina do Dr. Saulo.

Mas quero dar o nosso testemunho, o testemunho da Bahia, como já ressaltou o Senador Walter Pinheiro, da atuação do Prof. Dr. Saulo José Casali Bahia como Juiz Federal no nosso Estado, e dizer que nós nos sentimos muito representados na sua atuação no Estado, na sua atuação aqui. Respeitamos muito a sua carreira jurídica. Nós queremos participar dessa aprovação como contribuição, marcando a posição da Bahia em favor do Dr. Saulo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Hoje a Bahia está em festa, com a votação...

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Em festa porque, além de todas as festas que nós promovemos, Sr. Presidente, que fazem parte da nossa forma de gerar emprego e renda, nós aprovamos hoje, aqui, no Senado, nas duas Comissões, a Universidade Federal do Sul da Bahia; e acabou de ser votada, na Câmara, a Universidade Federal do Oeste da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Que bom!

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Então, a Bahia está em festa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Muito justo.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)

– Presidente, sobre a nossa sabatina, eu tenho todas as razões para não fazer maiores questionamentos, porque, tendo em vista que o nosso Saulo José Casali é portador de amplas credenciais, que estão evidenciadas no seu currículo e na sua trajetória, acho que

é uma pessoa que está inteiramente qualificada para essa tarefa.

Mas eu gostaria de rapidamente só indagar dele: qual a sua opinião sobre a criação de novos tribunais federais? Isso é algo que está aí na pauta. Inclusive, a meu ver, tem sido discutido aqui, no Congresso, e foi objeto já de votação e de aprovação nas comissões.

De outro lado, Presidente, quero saber se é possível já abrir a votação, tendo em vista que nós temos uma agenda hoje, aqui, absolutamente...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não é uma agenda. É uma gincana.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – É uma gincana.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Quatro medidas provisórias.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Quatro medidas provisórias, inclusive a MP nº 595.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Armando, a regra é após a palavra do sabatinado, mas eu sou refém e disciplinado à decisão da maioria do Plenário. Acho que a regra que temos mantido sempre é após a palavra final do sabatinado, para não haver nenhuma dúvida, mas consulto o Plenário. Se houver unanimidade do Plenário, eu posso abrir a votação, porque sei que a gincana a que se refere V. Ex^a, Senador Walter Pinheiro, é de conhecimento de todos. E é uma manifestação e uma vontade expressa de muitos Parlamentares já sufragar o seu voto.

Consulto V. Ex^{as}.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Relator.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Até em respeito ao indicado, ao Juiz Federal, ao baiano, a Constituição, no 52, exige dois momentos, e eu entendo a argumentação do Senador Armando, no sentido de que isso nos desassossega a todos. É quase um carnaval baiano o que nós fazemos aqui todos os dias, de corre para lá, corre para cá.

Agora, a Constituição, expressamente, divide em dois momentos. Eu peço escusas, mas minha opinião é essa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a já se manifestou e, sem unanimidade, eu não tomarei nenhuma posição.

Concordo com V. Ex^a.

Com a palavra o Dr. Saulo.

O SR. SAULO JOSÉ CASALI BAHIA – Eu sei que o tempo não para e vou tentar responder da forma mais objetiva possível, porque sei da concomitância de trabalhos com que vivem os membros do Parlamento.

Senador Walter, eu tento conciliar bastante a atividade acadêmica com a atividade judicante da magistratura e evitar todo o risco que acontece e pelo qual alguns colegas magistrados são apanhados pelo problema de dedicar até mais tempo ao magistério do que à magistratura. E o Código de Ética da Magistratura nacional recomenda que se dê o inverso. A Magistratura deve ser a atividade principal.

Eu procuro, por exemplo, em sentenças, decisões, nunca fazer citações estrangeiras, trabalhar da forma mais objetiva possível. Nós temos que conciliar a celeridade com a eficiência.

E concordo plenamente com V. Ex^a. Toda pós-graduação, os estudos, o aperfeiçoamento só têm uma finalidade: contribuir para a prática e permitir que se descortine o caminho do meio, o caminho da prudência, da forma mais rápida e clara possível e só serve a isso; não pode servir à vaidade, à teoria por si mesma e à aplicação. É isso que o Código de Ética da Magistratura nacional recomenda que se faça. Mas eu concordo perfeitamente com V. Ex^a. Estamos de acordo quanto a isso. A teoria serve, ou deve servir, à prática, sempre.

Avanço, então. Agora, perguntas teóricas me faz o Senador Pedro Taques com relação à postura hermenêutica. Classicamente, se tinha o juiz como neutro em relação à lei. O juiz deveria ser um neutro. Havia uma diferenciação entre sujeito e objeto: o juiz como aplicador da lei, o juiz *bouche de la loi*, boca da lei, que aplica a lei, que é um agente do Estado e aplica a vontade presente na lei, uma vontade distinta da sua vontade.

Essa concepção foi sendo modificada aos poucos, na teoria jurídica, até se chegar ao ponto de se entender que não existe essa suposta neutralidade do intérprete no sentido de que o juiz efetivamente atende a uma decisão, um reclamo de prestação jurisdicional e vai levar para essa decisão os seus valores, a sua construção teórica.

Só que não se pode conceber – aí é onde se encaixa a pergunta de V. Ex^a – que as preferências pessoais do julgador prevaleçam e preponderem. Não se quer um alternativismo. Não se pode desejar um alternativismo, porque a legitimidade do julgador – há um artigo de Robert Alexy, um professor alemão da Universidade de Göttingen, que fala muito sobre isso – é uma legitimação argumentativa. A decisão judiciária se legitima pela capacidade que tem de ser compreendida e absorvida pela comunidade, senão vai faltar legitimidade a essa decisão.

Então, o julgador atua para a comunidade. O seu auditório é a comunidade e ele vai justamente buscar uma solução que pareça justa a todos, ou, como

diria Aristóteles, pareça justa a todos ou à maioria e aos sábios. E Aristóteles ainda dizia que dentre os sábios, àqueles que sejam os melhores. E é isso que se pretende.

Eu, inclusive, tenho escrito muito e principalmente agido com muita ponderação no tocante à judicialização da política, ou politização judiciária, as decisões judiciárias que determinam prestação de medicamentos etc., invadindo a ceara da gestão pública, das políticas públicas. Eu tenho uma posição muito crítica como relação a isso, porque acredito que o juiz não é um administrador, um gestor.

E o próprio CNJ tem recomendação específica, resolução específica sobre políticas de saúde, determinando que o juiz passe a conhecer melhor o problema, entrar em contato com as autoridades de saúde municipais e do Estado, conhecendo quais são os recursos efetivamente destinados, quais são os programas efetivamente em andamento, não promova ações experimentais de saúde. Porque há Estados no Brasil onde se compromete mais de 50% do orçamento estadual de saúde com decisões judiciais. É o caso do Rio Grande do Sul, por exemplo.

Então, isso tem que ser visto com muita ponderação. E as soluções que a doutrina aponta para esse problema são as seguintes: é necessário que se compreenda que é ética a participação popular na gestão dos orçamentos e que essas ações deixem de ser individuais, para que se busque implementar, na maior medida possível, a coletivização de ações, porque, quando há ações coletivas e não individuais, há uma visão mais ampla do problema e há condições de interagir com menos chance de desequilibrar o sistema.

O Brasil tem sido muito pródigo, e isso não acontece em outros países da Europa nem nos Estados Unidos. Falar, fora do Brasil, o que se faz no Brasil, para um juiz americano ou europeu, em termos de judicialização da política, espantaria todos eles, que não conhecem, no nível que se faz aqui no Brasil, esse tipo de prestação.

A outra pergunta de V. Ex^a é sobre a celeridade processual. E é uma pergunta que o Senador Vital do Rêgo também, de certo modo, provoca.

Eu confio muito na informatização, no processo eletrônico. Acredito que ele vai tornar mais racional. Hoje nós temos processos físicos com vistas pessoais. Isso tudo atrasa demasiadamente o processo. Confio muito em que a racionalização do processo eletrônico vai contribuir bastante. O processo eletrônico ainda está em uma fase não tão avançada no Brasil. Há diversos sistemas. A primeira instância possui um, a primeira instância do Trabalho possui outro, o juizado possui outro, o segundo grau possui outro, o terceiro grau

possui outro, às vezes, se confunde processo virtual com digitalização. E, obviamente – quero responder ao Senador Vital do Rêgo –, deve haver sistemas que previnam panes. O papel pode ser apresentado, mas vai ser imediatamente digitalizado, como hoje acontece nas varas de primeiro grau: é apresentado em papel, mas é digitalizado e, a partir daí, se transforma em eletrônico.

Vou prosseguir na ordem, com a questão dos Tribunais Regionais Federais. Vários Senadores me perguntaram a esse respeito. O Senador Armando Monteiro e o Senador Aloysio também me perguntaram a respeito dessa tormentosa e atual questão dos Tribunais Regionais Federais.

O art. 96 da Constituição diz que compete privativamente ao Supremo e aos Tribunais Superiores propor a criação e extinção de tribunais inferiores. Só que eles não têm legitimação para propor emenda constitucional.

Estou me posicionando como constitucionalista, talvez, nessa matéria. Não é uma questão judicial, então não estou me manifestando sobre algo...

E, quando se faz uma análise sistemática da Constituição, o art. 66 menciona as propostas dos tribunais, que tomam efetivamente a forma de projeto de lei. Então, se a proposta parte do Judiciário, juridicamente haveria a capacidade do Legislativo, através de uma PEC, de promover a criação ou extinção de tribunais inferiores?

Nós sabemos da posição declarada do Ministro Joaquim Barbosa, Presidente do Supremo e do Conselho Nacional de Justiça, que entende que haveria inconstitucionalidade. E conheço a posição de alguns Parlamentares que já se manifestaram a respeito dessa questão.

Eu tenho o posicionamento de que não há qualquer inconstitucionalidade em relação a essa PEC, porque os limites de uma PEC estão no § 4º do art. 60 e, entre eles, não aparece essa limitação.

O ex-Ministro e ex-Presidente do Supremo Carlos Ayres Britto também pensa assim. Acabou de fazer uma declaração para a *Folha de S. Paulo* externando esse entendimento. O próprio CNJ, em 2010, deliberou, por nove votos a doze, acelerar o processo de criação dos TRFs através de uma nota técnica que terminou não sendo expedida porque dependia do plenário do CNJ.

O STF apreciou uma medida cautelar numa ação direta de inconstitucionalidade, 2011, em que vários dos votos consideraram a possibilidade de PEC regular a respeito.

E há uma circunstância também. A PEC que originou a Emenda 45 foi proposta – ela extinguiu os tribunais de alçada – por Parlamentares. Ela não foi

proposta por tribunais superiores nem pelo Supremo, e foi proposta, sim, por Parlamentares e extinguiu o tribunal de alçada. E não foi considerada inconstitucional na parte em que extinguiu os tribunais de alçada.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Poderia extinguir os tribunais de alçada, doutor, não eram tribunais inferiores da Justiça Federal tampouco da justiça estadual, tinham o mesmo nível hierárquico dos tribunais de justiça, dos tribunais de apelação, apenas com alçada diferente.

O SR. SAULO JOSÉ CASALI BAHIA – O Supremo. Compete ao Supremo, pelo art. 96, compete ao Supremo e tribunais superiores. E é um Tribunal Superior, o STJ, poderia propor.

Bem, para mim, essa questão, juridicamente, é tratada dessa forma. Eu não vejo inconstitucionalidade, inclusive eu conheço pareceres da Consultoria Legislativa aqui do Congresso no sentido da não inconstitucionalidade. Eu também defendo a não inconstitucionalidade, eu não vejo, sinceramente, essa inconstitucionalidade. Mas não duvido de que ela possa vir a ser decidida. Afinal de contas, as palavras têm certa plasticidade e podem ser interpretadas das mais variadas formas. Mas eu vejo a questão hoje, Senador Pedro Taques, Senador Aloysio, como uma questão política. Essa questão se tornou política.

Aquela discussão que Ronald Dworkin suscita no *Levando os princípios a sério*, argumentos de política, argumentos de princípio, talvez nós estejamos aqui utilizando argumentos de política numa decisão judiciária, e a discussão se confunde nesse momento. Houve um grande dissenso entre os órgãos de cúpula do Judiciário e os órgãos de base do Judiciário no tocante à criação dos TRFs. Os órgãos de base, as associações de magistrados ...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – (*Intervenção fora do microfone*) O pessoal quer subir.

O SR. SAULO JOSÉ CASALI BAHIA – O pessoal que subir isso. O pessoal da cúpula diz que o pessoal de baixo quer subir e minimiza essa questão dessa forma.

Até agora, o STJ foi suficiente para conter essa pretensão. A proposta de criação não saiu do Conselho da Justiça Federal. Quando a PEC seria votada em 2002, chegou ofício ao Congresso, desaconselhando a aprovação, mas o STJ se dividiu a respeito. Há Ministros que defendem abertamente, por exemplo, o Tribunal de Minas Gerais ser criado. E defenderam a PEC. E aí passou ao Supremo, à Presidência do Supremo essa tarefa de tentar, digamos assim, fazer o contraponto a esse dissenso. Terminou o Congresso – isso nós podemos dizer, foram dois turnos em cada

Casa – aprovando a criação dos tribunais regionais federais por três quintos. Houve maioria no Congresso a respeito da implantação desses tribunais.

O que acontece é que faço uma analogia com a reforma política, com o capítulo da fidelidade partidária. O Congresso, principalmente o Senado, vários Senadores reclamaram bastante que o Supremo fez uma reforma política à revelia da Casa no capítulo da fidelidade. E talvez a Casa agora, o Congresso, fez uma reforma no campo do Judiciário um pouco à revelia dos órgãos de cúpula. É uma questão que se tornou política naquela época e se tornou política aqui de novo, neste momento.

Justificar politicamente essa criação não é difícil. Entre 1987 e 2013 os juízes de primeiro grau passaram de 227 para 2.221, com os cargos das Leis nºs 12.011 e 12.665. Tiveram um aumento de 668%. Os desembargadores aumentaram de 74 para apenas 139, um aumento de 89%. Todo o primeiro grau recebe 940 mil ações por ano; todo o segundo, 525 mil. Então, a proporção, o congestionamento na Justiça Federal é o maior entre todos os ramos do Judiciário. Congestionamento na Justiça Federal é de 66%, no segundo grau, contra 24% em tribunais do trabalho e 49% em Tribunal de Justiça.

Carga de trabalho. Cada desembargador tem, em média, 13.605 processos – dados de 2011 –, contra 2.036 da Justiça do Trabalho e 2.410 do Tribunal de Justiça. Relação primeiro e segundo graus é de 9,12 para a Justiça Federal; 5 para a Justiça do Trabalho; e 5 para a Justiça estadual. Quanto a processos novos, um desembargador recebe por ano 3.919; um desembargador de TRT 1.200; um desembargador do TJ 1.164.

Entram praticamente 20 processos novos por dia em cada gabinete de desembargador. É uma situação que exige uma intervenção. A intervenção pensada foi esta: criação de novos tribunais. Afinal de contas, imaginemos por analogia: qual seria o sentido do Tribunal Regional do Trabalho do Goiás ou do Distrito Federal processar todos os recursos trabalhistas de Minas Gerais, da Bahia, do Amazonas, do Mato Grosso? Concentrar tudo ali?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O senhor defende um Tribunal Regional Federal por Estado, é isso?

O SR. SAULO JOSÉ CASALI BAHIA – Não. Não no primeiro momento, porque tudo depende de volume de trabalho. A introdução deve ser lenta, porque há impactos orçamentários, não se pode criar de uma vez. Da mesma forma que os TRTs não foram criados de uma única vez. Mas, se nós pensarmos que alguma intervenção deve ser feita...

Por exemplo, ontem houve uma reunião para tratar do assunto com os cinco Presidentes dos Tribunais Regionais Federais, Presidente do Supremo e do Conselho Nacional de Justiça. Quais foram as propostas apresentadas? Criar turmas descentralizadas; tornar as turmas recursais de juizados competentes para apreciar recursos.

Bom, eu vejo, sinceramente, como soluções um tanto quanto paliativas, porque, na hora de criar uma turma descentralizada, você precisou ampliar o seu tribunal, porque com o quadro atual você não consegue descentralizar tanto. Então, você já criou os cargos; já criou os gabinetes; você vai precisar de um prédio para hospedar; você vai precisar de uma estrutura administrativa. Ou seja, você não quer criar o tribunal, mas, na prática, está criando. Pode ser feito, mas, dentro de poucos anos, aquilo não se sustentará. Aquilo vai se tornar naturalmente um tribunal. Se se transformarem as turmas recursais, que hoje estão abarrotadas julgando recursos de varas de juizados, em pouco tempo, você está criando minitribunais, também, em todos os Estados simultaneamente.

Eu acredito que os próprios desembargadores do meu tribunal, o TRF da 1ª Região, consideram a criação inevitável em algum momento. Só não se sabe quando. Mas em algum momento vai ser. Será que o momento já chegou? Ou não chegou? As soluções paliativas não são quase que correspondentes a criar tribunais? Vão ser ampliar tribunais?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Mas cadê o CNJ exatamente para conduzir essa reflexão, formular uma política judiciária para o País, doutor? Essa que é a minha objeção. Não é o problema da iniciativa inicialmente. O problema é o seguinte: se se admite que, por emenda à Constituição, se possa criar um Tribunal Regional Federal, admite-se também que eles poderão criar um por Estado, por emenda à Constituição.

O SR. SAULO JOSÉ CASALI BAHIA – Teoricamente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E poderão extinguir também. Com isso, esse tipo de emenda tende a abolir a independência do Poder Judiciário. Não é o problema de iniciativa, mas é uma cláusula pétrea que está sendo ofendida.

O SR. SAULO JOSÉ CASALI BAHIA – V. Exª está certo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Poderá, inclusive, criar varas na Justiça Federal por emenda à Constituição. Admitida essa hipótese de contornar uma regra de iniciativa, não há limite.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Já que o Senador Aloysio interrompeu o saba-

tinado, e nós estamos num... Eu vou passar também ao Relator e vou pedir licença ao Dr. Saulo, até porque o debate fica mais interessante nesse momento, porque é um tema que o sabatinado demonstra também total conhecimento.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Esse tema é de suma importância, Sr. Presidente. E penso que esta sabatina tem de ser conduzida dessa forma. Eu quero parabenizar V. Exª por permitir isso. Nós todos somos uníssomos na necessidade de criação de tribunais, tendo em conta o volume de processos. Esse é um ponto. A criação de tribunais tendo em conta o volume de processos. Esse é um ponto. O volume de processos, isso é fato. Precisamos, sim, de novos tribunais regionais federais. Agora, pela porteira que passa um boi passa uma boiada. Daí existirem limites na Constituição.

V. Exª afirmou que não ofenderia nenhuma cláusula pétrea. Respeito essa posição, mas só queria argumentar no seguinte sentido: a Constituição estabelece como uma das qualidades da independência do Judiciário, como um dos predicativos, o seu autogoverno, o autogoverno dos tribunais. Como se faz possível retirarmos o autogoverno dos tribunais sem ofender a independência do Poder Judiciário? Seria possível votarmos aqui um regimento interno para um tribunal? Seria possível aqui nós decidirmos férias de juízes, criação de tribunais? Existe a necessidade de criação de tribunais, sim, tendo em conta o estudo que é feito. Daí eu concordo inteiramente. Agora, o CNJ, o Conselho de Justiça Federal... Agora, criar tribunais... E já encerro, Sr. Presidente. Penso que o autogoverno dos tribunais seja uma consequência de sua independência, o que tende a violar o art. 2º da Constituição. Respeitando a posição do senhor, que é uma posição abalizada, eu quero expressar isso, mas a preocupação, através do instrumento, é na defesa do Poder Judiciário. Isso porque logo, logo cada um vai ter um tribunal para chamar de seu. Eu vou querer uma vara na minha base eleitoral. Eu vou querer um tribunal. É possível. Já que existem dois TRTs em São Paulo, eu vou querer um TRF no sul da Bahia; outro no oeste da Bahia. Não estou dizendo que não mereça ...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Nada contra a Bahia.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu vou devolver a palavra ao sabatinado para as suas considerações.

O SR. SAULO JOSÉ CASALI – Srs. Senadores, eu acredito que a questão ficou bastante clara: é um problema político; agora é um problema político. Se

convém, à revelia da cúpula do Judiciário, concluir esse processo ... Até mesmo a discussão hoje que se tem sobre se o Senador Renan promulga ou não promulga a Emenda é uma questão política. Não há prazo que o obrigue a fazê-lo em 24 horas, em 48 horas, em 5 dias, em 30 dias.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SAULO JOSÉ CASALI – No Regimento. O.k, o.k. Já é outra questão. Por exemplo, nada proíbe que o Congresso aprove uma PEC qualquer que interfira na Previdência. Nada proíbe. Mas, na medida em que causa impacto financeiro tal qual uma inadmissibilidade para o Executivo, vamos ter um impasse, vamos ter uma oposição do Executivo; o Congresso vai insistir, não vai insistir, e ele pode. O que eu quero concluir apenas é que o Congresso, juridicamente, pode. Agora se, politicamente, vai comprar, vai insistir, é uma avaliação política que temos aí. O problema hoje, a meu ver, é notadamente político. Não se teve esse impasse quando se extinguiu os tribunais de alçada por PEC, de iniciativa parlamentar. Ninguém do Supremo se manifestou contra a extinção dos alçadas.

Nós estamos agora com uma proposição até que pode ser quase que recriar os alçadas. Na medida em que se diz que as turmas descentralizadas ou as turmas recursais até 60 etc, vamos recriar os alçadas.

Então, a meu ver, é uma questão, hoje, notadamente política e podem ser encontradas soluções políticas também diversas. O universo político é enorme para isso.

Então, deixando essa questão tormentosa, há a questão “o plenário do CNJ pode rever coisas julgadas administrativas.” Há essa previsão, no Regimento do CNJ, da revisão administrativa de decisões de tribunais, quando essas decisões forem ilegais. Da mesma forma, as disciplinares, com até um ano de proferidas, também podem ser revistas. E isso faz parte do controle. Se não pudesse a decisão ser revista pelo órgão de fiscalização administrativa, qual o sentido do CNJ?

Outra questão: Lacunas do Regimento Interno do Conselho, como podem ser preenchidas? CPC 9.784.

Senador Pedro Taques, eu acredito que lacunas em lei, as soluções vão depender de cada caso aí. Pode-se invocar o CPC; pode-se invocar a lei do processo administrativo; pode-se invocar até o CPP. Quer dizer, isso vai depender de cada caso. E o aplicador do Direito sabe dessa realidade.

Outra questão: Quebra de sigilo bancário e fiscal, se é possível fazer no âmbito do CNJ. O Regimento do CNJ também prevê, tanto para o Corregedor, quando atua administrativamente, quanto no Capítulo dos Conselheiros. Lá também existe essa previsão. Isso é feito,

já houve apreciação judicial sobre isso, por conta de que o CNJ é um órgão do Poder Judiciário. Por isso o faz.

Necessidade de Justiça Militar? Senador Pedro Taques, nós temos em evidência a questão da extinção da Justiça Militar. Os números já foram abertos: Superior Tribunal Militar, 54 processos em tramitação. Há alguns anos a 6ª Região Militar, na Bahia, tinha 42 processos em tramitação para seis promotores e dois juízes tomarem conta. O rei está nu, e alguém resolveu mostrar isso. Com isso, a dificuldade da Justiça Militar de lidar com uma jurisdição exclusivamente civil, porque tudo na Justiça Militar passa pelos princípios de disciplina e hierarquia. Não sei a solução que o CNJ pretende. Ele acabou de instituir um grupo de trabalho, e eu não sei se vou alcançar ainda a atividade desse grupo de trabalho quando ingressar no CNJ ou se vai ter sido concluído o trabalho, mas talvez pudéssemos imaginar algumas soluções intermediárias. Por exemplo, na Justiça Militar, o juiz militar atua em toda a instrução do processo individualmente, monocraticamente. Somente por ocasião do julgamento é que se convoca aquele colegiado militar. Talvez pudéssemos ter os feitos processados por um juiz federal criminal e, no momento do julgamento, se convocaria sem ônus, sem despesas; é uma solução intermediária. É algo em que se tentará pensar de modo a compatibilizar, a conciliar os interesses da organização.

A última pergunta: é ético entidades privadas pagarem atividades para encontros da Magistratura, etc.. O CNJ deparou-se com isso, recentemente. Procurando regulamentar, a proposta era abolir o patrocínio das empresas privadas. Essa proposta acabou sendo vencida, houve uma proposta intermediária sendo apresentada, que limitou em 30%, assim entendendo que esse seria um limite ético. Eu logo pensei em como uma associação que é privada vai declarar em sua contabilidade essas coisas, porque ela pode dizer que 30% foram os gastos que ela teve. Quer dizer, ela arrecada como 30%, que são suficientes para tudo. A resolução fala que as associações deverão prestar contas, abrir a contabilidade, que tem de haver um controle.

Acho que essa resolução começou agora a ser aplicada, e nada impede que ela seja revista mais adiante, se descobrirem que os mecanismos de controle não estão sendo suficientes ou eficientes para o que se quer. Não há, realmente, necessidade desse patrocínio. Eu sou a favor de não ter patrocínio algum. Acho que, quando se coloca algum dinheiro, já começa a haver o risco daquela contaminação, e 30% já contaminam.

Essas são as perguntas. Espero tê-las respondido, Senador Pedro Taques.

O Senador Vital do Rêgo me pergunta sobre a quebra do sigilo, já falamos sobre o processo eletrônico. O Senador Aloysio me perguntou sobre a CNJ, descentralização da Justiça Federal. Um dos argumentos que se usa contra o TRF é de que ele não pode ficar em cada esquina. Mas, por que, então, aquelas duas leis criaram tantas subseções? A Bahia tinha duas subseções, hoje tem dez, onze. A Justiça se interiorizou, principalmente na 4ª Região, se capilarizou bastante, e foi, realmente, para todas as cidades médias de alguns Estados. As cidades médias da Bahia, praticamente todas, já têm Vara Federal, e assim todos os Estados da Federação.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – E não foram os Parlamentares que propuseram, Senador Aloysio.

O SR. SAULO JOSÉ CASALI – Foi o próprio CJP que propôs.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu sei disso. A minha visão difere da visão do Dr. Saulo, eu acho que nós não temos iniciativa para isso, e acho mais ainda, Dr. Saulo, que uma das soluções mais nobres...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Em que pese termos apoiado.

O SR. SAULO JOSÉ CASALI BAHIA – Eu concluo em um minuto. Eu concluo em um minuto.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – ... mais nobre do órgão que o senhor vai integrar é exatamente ser uma espécie de cabeça pensante dessa estrutura administrativa.

O SR. SAULO JOSÉ CASALI BAHIA – Então, retomar esse papel.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Exato, é isso.

O SR. SAULO JOSÉ CASALI BAHIA – Compartilho com V. Ex^a. E quando a coisa é feita de modo consensual, não há crise institucional, não há essa discussão política.

O Senador Suplicy me pergunta agora sobre a questão do filhotismo e a questão da sociedade justa, lembrou as lições de John Rawls, a ideia de justiça.

Senador Suplicy, esse problema do filhotismo é um problema grave e de uma solução difícil, porque existe impedimento, existe a suspeição. O impedimento é muito claro, as hipóteses são objetivas; a suspeição, nem tanto. E é evidente que o filho ou a filha não é quem irá figurar na procuração, será o escritório, porque, se afigurar, cria o impedimento. O escritório poderia suscitar uma suspeição, mas nem sempre é muito claro isso, a pessoa pode entender que não há suspeição que ele deva declarar. E o exercício da profissão, o exercício legal da profissão por parte do...

O Ministro se afasta, algum mecanismo que exigisse que o Ministro se afastasse. Eu acho que é por aí o caminho. E isso deve ser regulamentado no CNJ. Algo que vá mais duro do que as regras atuais de suspeição estabelecem.

E, finalmente, a última pergunta que V. Ex^a me fez sobre a sociedade mais justa e civilizada. Senador, o Brasil avançou muito nos últimos anos, não quero dizer nos dois últimos governos, avançou muito nos dois últimos governos, avançou muito desde que nós mudamos a política econômica da substituição de importações da década de 80, entramos na década de 90, nova Constituição. E os resultados da política de distribuição de renda são evidentes. O Brasil tinha, nas classes D e E, 52% da população; hoje, as classes D e E, eu li uma estatística há pouco tempo, só montam 18%, parece. Nós já conseguimos colocar as classes A, B e C com 60 e poucos por cento da população. A classe média emerge, e isso se reflete no nível de educação. E tudo vai ter de perpassar uma transformação também de nossa mentalidade, de nossa cultura. A cultura do brasileiro, a cabeça do brasileiro não aceitar certas práticas, em atuar de certo modo, em atender a certos valores, isso não se faz em uma geração e, talvez, nem em duas. Essa transformação precisa acontecer no Brasil. E as políticas econômicas eu acho que estão no caminho adequado há muito tempo, com essa redistribuição de renda, e cabe a cada um de nós fazer a nossa parte para esse Brasil que nós queremos no futuro.

E, obrigado, Srs. Senadores. Eu acho que atendi.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Obrigado, Dr. Saulo.

Senador, vamos iniciar o processo de votação agora, já terminamos a nossa etapa de arguições. Senador Armando Monteiro, agradeço a V. Ex^a, sei das suas múltiplas atribuições.

Por favor, Senador Armando, Senador Walter Pinheiro, Senadora Lídice, Senador Eduardo, Senador Pedro Taques.

Está iniciado o processo de votação.

Senador Walter Pinheiro. (*Pausa.*)

Senadora Lídice da Mata. (*Pausa.*)

Senador Eduardo Lopes. (*Pausa.*)

Senador Eduardo Suplicy. (*Pausa.*)

Senador Aloysio Nunes. (*Pausa.*)

Senador Pedro Taques. (*Pausa.*)

Senador Vital do Rego. (*Pausa.*)

Vamos lá. Estamos convidando os Srs. Senadores que estejam no circuito interno de televisão, estejam nos seus gabinetes, nós estamos iniciando o processo

de votação do Sr. Saulo José Casali Bahia para integrar o Conselho Nacional de Justiça.

(Procede-se à votação secreta.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Luiz Henrique. *(Pausa.)*
Senador José Pimentel. *(Pausa.)*
Senador Humberto Costa. *(Pausa.)*

(Continua a votação secreta.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senadora ouvidora Lúcia Vânia. *(Pausa.)*
Agradeço a sua presença.

(Continua a votação secreta.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Concluído o quórum mínimo, encerro a votação. Peço ao Senador Walter Pinheiro e ao Senador Eduardo Suplicy que procedam à apuração dos votos. *(Pausa.)*

Foram 12 votos “sim”.

A escolha do nome do Sr. Saulo José Casali Bahia foi aprovada pela Comissão por unanimidade. O nome do Sr. Saulo José Casali Bahia vai ao Plenário.

O Sr. Senador Walter Pinheiro faz uma solicitação – e consulto o Plenário –, juntamente com o Senador Pedro Taques, pelo PT e pelo PDT, e esta Presidência, pelo PMDB, para que a matéria entre em regime de urgência e vá a Plenário ainda na sessão de hoje.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – É o pedido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – É o pedido.

Consulto os Srs. Senadores.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado o pedido de urgência, a matéria vai a Plenário.

Nada mais havendo a tratar, declaro suspensa a presente sessão, que será reaberta amanhã às 10 horas – não esqueçam V. Ex^{as} –, para deliberação dos demais itens não terminativos da pauta.

Tenham todos um bom-dia. Fiquem com Deus.

(Iniciada às 10 horas e 05 minutos, a reunião é suspensa às 12 horas e 44 minutos; reaberta às 14 horas e 27 minutos, a reunião é suspensa às 15 horas e 54 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Declaro reaberta a 11ª Reunião Ordinária da

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião será destinada à deliberação dos itens não terminativos.

Com a presença dos Srs. Relatores na Comissão, atendendo novamente a uma prioridade do Senador Inácio Arruda, encaminho o item 16 para deliberação.

ITEM 16

OFÍCIO “S” Nº 7, de 2013

- Não Terminativo -

Comunica ao Senado Federal, nos termos do art. 103-B, XII, da Constituição Federal, e de acordo com as exigências previstas na Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação da advogada GISELA GONDIN RAMOS, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, para a composição do Conselho Nacional de Justiça, quanto ao mandato que terá início no ano de 2013.

Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil - OAB

Relatoria: Senador Inácio Arruda

Relatório: Votação secreta.

Observações:

A avaliação do indicado será feita em duas etapas, nos termos do art. 2º, do Ato nº 1, de 2007-CCJ.

Nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, em conformidade com o nosso Ato nº 1, esta Presidência comunica às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que o processo de apreciação da escolha de autoridades nesta Comissão será feito em duas etapas.

Na primeira, o Relator apresentará o seu relatório, com recomendações, se for o caso, para que a indicada apresente informações adicionais, ocasião em que não será exigida a sua presença. Após a apresentação e discussão do relatório, será concedida vista coletiva e automática.

Na segunda etapa, prevista para realização na reunião seguinte, a indicada será submetida à arguição dos membros da Comissão e, em seguida, será realizada a votação em escrutínio secreto.

Neste momento, concedo a palavra ao Sr. Senador Inácio Arruda para proferir o seu relatório.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de mais nada, gostaria de pedir desculpas a V. Ex^a porque gostaria muito de estar presente amanhã em viagem que será realizada pela Subcomissão do São Francisco, na Comissão de Infraestrutura, porque aqui nós temos que ter atividades múltiplas. V. Ex^a e mais um conjunto

de Senadores e também de Deputados, assessores, Ministro da Integração Nacional têm feito um trabalho extraordinário de visita às obras da interligação de bacias, que foi apelidada, no Brasil, erroneamente, de transposição, porque é uma coisa estúpida chamar aquela obra de transposição. Porque transposição é você pegar uma coisa que está em lugar e passar para outro. Nós apenas estamos, como disse o nosso ex-Presidente Lula, tomando uma cuia d'água do São Francisco para o Nordeste setentrional.

Essa data foi alterada de 5 de abril para 19 de abril. É uma data também muito importante para o Brasil, porque é um dia em que comemoramos a presença dos nossos nativos, das nossas tribos originárias, portanto tem grande significado para todos nós. Mas nessa data eu tinha uma agenda marcada com as universidades estaduais de todo o Brasil, que vão se reunir em São Luís, no Maranhão. Eles que estão numa campanha também muito importante para que as universidades estaduais sejam inseridas no processo de formação de responsabilidade também do Governo Federal. Porque o Governo Federal tem programa para educação infantil, tem programa para ensino fundamental, tem programa para formação profissional de nível médio, de nível superior, as universidades, a pesquisa, mas não oferece nenhuma atenção às universidades estaduais.

Então, em face dessa agenda previamente marcada e que não pôde ser alterada, amanhã eu estarei em São Luís do Maranhão, representando o Senado brasileiro. Infelizmente não vou poder acompanhar essa visita, que eu gostaria tanto de realizar com V. Ex^a e demais membros da Subcomissão que acompanha as obras do São Francisco, que é muito importante para nós no Nordeste setentrional.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a me permite só uma interrupção antes da leitura oficial do seu relatório?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Primeiro para dizer que vamos sentir falta da companhia de V. Ex^a. Uma companhia que agrada, uma companhia que enriquece o debate pela experiência que V. Ex^a tem.

Fiquei entusiasmado com a primeira viagem que fizemos, e a companhia de V. Ex^a realmente foi muito gratificante. Além da amizade franca, sincera e cordial que temos, a experiência de um sertanejo, de um cearense, de um homem que saiu das ruas, do campo, que conhece a sofreguidão do nordestino, fala muito alto na hora de propor e exigir para o Nordeste. E V. Ex^a vai-nos fazer falta nesta viagem.

Mas a sua presença, Senador Arruda, nesta reunião, me traz um sentimento de participação nela. E eu diria a V. Ex^a: se não tivéssemos mudado a data do dia 5 para o dia 19, eu estaria com V. Ex^a em São Luís, porque é muito importante a missão que o Senado confia a V. Ex^a de representá-lo numa reunião com todas as universidades estaduais do Brasil. Nós que temos talvez uma das maiores universidades estaduais do Nordeste, a Universidade Estadual da Paraíba, que vem de um processo de estadualização histórico no meu Estado, com autonomia hoje lamentavelmente questionada pelo Governo, mas com a autonomia conseguida em gestões passadas, com força de grandes avanços democráticos, lamentamos o fosso abismal que existe entre as políticas do Ministério e do Governo Federal com as universidades.

Para o senhor ter uma ideia, Senador Arruda, leve esse depoimento do seu colega – e faço essa rápida digressão para adentrarmos a nossa pauta –, o orçamento que presidi no ano de 2011 tinha para a rubrica universidade estadual apenas R\$15 milhões – para todas as universidades estaduais. Nós, na Comissão de Educação, presidida pelo Senador Cyro Miranda, colocamos R\$100 milhões numa emenda de bancada, com o intuito de fortalecer as universidades estaduais. E não alcançamos esse objetivo, Senador Arruda, porque não havia espaço orçamentário, lastro orçamentário para receber a emenda da Bancada de Educação do Senado, por força de que a rubrica primária orçamentariamente era de apenas R\$15 milhões para atender durante um ano todas as universidades estaduais.

Esse é o depoimento que eu queria que fosse V. Ex^a o meu porta-voz, meu representante em nome do Estado que represento, a Paraíba.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Levarei com o maior prazer. E, por favor, se precisar deliberar alguma coisa nessa viagem, V. Ex^a, por favor, vote em meu nome nessa grande missão onde V. Ex^a vai estar presente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Terei o prazer.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, vem aqui a nossa relatoria o nome da Dr^a Gisela Gondin Ramos, indicada pela Ordem dos Advogados do Brasil. V. Ex^a, além de ser membro da Ordem, também é membro do Conselho Federal de Medicina, mas aqui trata-se da questão da Ordem e do nome indicado pela Ordem dos Advogados.

A Dr^a Gisela atende todos os mandamentos legais, constitucionais, infraconstitucionais. O seu processo está devidamente instruído.

Diante dessas indicações oferecidas pela Ordem e pela própria Dr^a Gisela Ramos com documentação instruindo o processo, consideramos – e é o nosso entendimento – que os Srs. Senadores integrantes da Comissão dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional de Justiça.

Então, Sr. Presidente, estando devidamente instruídos, os Senadores, na minha modesta opinião, estão prontos para deliberar sobre a indicação da Sr^a Gisela, após, evidentemente, a sabatina que faremos aqui, na próxima semana.

Esse é o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, na forma do Ato desta Mesa Diretora e do Senado Federal.

ITEM 17

OFÍCIO “S” Nº 9, de 2013 - Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO, para a composição do Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Procuradoria-Geral da República
Relatoria: Senador Jorge Viana

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, para darmos sequência aos trabalhos da Comissão de Constituição e Justiça, que V. Ex^a agora tem que fazer em etapas para dar conta da extensa pauta, faço hoje, conforme entendimento do Plenário na primeira parte desta reunião, que ocorreu quarta-feira, ontem, faço a leitura para que possamos dar sequência à sabatina de indicados para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 9, de 2013 (Ofício nº 380, de 26/03/2013 na origem), do Procurador-Geral da República, Senhor Roberto Monteiro Gurgel Santos, que encaminha ao Senado Federal o currículo do Senhor Jeferson Luiz Pereira Coelho para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos do disposto no art. 130-A da Constituição Federal.

O eminente Subprocurador-Geral do Trabalho, indicado para recondução... E é bom que se diga, caro Presidente Gim, que é uma apreciação de uma recondução do Dr. Jeferson Luiz Pereira Coelho, que inclusi-

ve hoje é Corregedor Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público Federal para o biênio 2011/2013.

De acordo com o art. 130-A, *caput*, o Conselho compõe-se de catorze membros, dentre os quais quatro membros do Ministério Público da União (inciso II). Ainda de acordo com o *caput* do artigo, os membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para mandato de dois anos, admitida uma recondução, que é o caso. Estamos aqui apreciando a recondução do indicado.

Ao Conselho compete, de acordo com o § 2º do art. 130-A, o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros. Seus integrantes devem ser aprovados pelo Senado, cabendo a esta Comissão proceder à sua sabatina.

Resumo abaixo o *curriculum vitae* encaminhado a esta Comissão pelo promotor indicado.

O Senhor Jeferson Luiz Pereira Coelho é Subprocurador-Geral do Trabalho, tendo concluído o curso de Direito na Faculdade de Direito do Distrito Federal (Uniceub), em 1979. É, ainda, especialista em Direito Tributário pela Universidade Católica de Brasília (2002), e em 2005 diplomou-se em Estudos avançados pela Universidade Pablo de Olavide, em Sevilha, Espanha, onde também é hoje mestrando e doutorando.

Possui Curso de Pós-graduação *Lato sensu* pelo Instituto Brasileiro de Estudo e Pesquisa, curso de especialização em Problemas do Trabalho e Relações Laborais.

Da sua experiência profissional, destacamos sua atuação como Advogado Trabalhista e, também, como Procurador do Trabalho de Segunda Categoria, aprovado em concurso público de provas e títulos em 1985, e Procurador do Trabalho em Primeira Categoria, promovido por merecimento na carreira do Ministério Público do Trabalho, em 1986.

Foi Procurador-Geral do Trabalho entre 1995 e 1999 e Presidente do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho no mesmo período.

Participou de várias comissões técnicas. Além de sua participação em bancas examinadoras, é professor de Direito no Uniceub, nas cadeiras de Filosofia do Direito e Direito do Trabalho II e Prática Judicial Supervisionada.

Participou de vários seminários e congressos, recebeu várias condecorações.

No tocante às exigências constantes no art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, o Ato nº 1, de 2007, desta Comissão, o indicado informa que não cumpre, nem jamais cumpriu, sanções criminais ou administrativas disciplinares e que inexistem quaisquer procedimentos

dessa natureza contra a sua pessoa. E faz as declarações também necessárias para se apresentar como habilitado à sabatina.

Afirma que renuncia ao direito de integrar listas para ingressos em qualquer tribunal durante o mandato e até dois anos após seu término. E declara, por fim, que não é cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, até o terceiro grau inclusive, de membro ou servidor do Ministério Público do Trabalho.

Ante o exposto, Sr. Presidente, pensamos que os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de todas as informações e elementos para deliberar sobre a indicação do nome do Sr. Jeferson Luiz Pereira Coelho para ser reconduzido ao Conselho Nacional do Ministério Público.

É esse o meu relatório, Sr. Presidente, cumprindo a resolução desta Comissão, fazendo a leitura na reunião de hoje da indicação do Dr. Jeferson Luiz Pereira Coelho.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco/PTB – DF) – Muito obrigado, Sr. Relator, nobre Vice-Presidente do Senado, Senador Jorge Viana.

Coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente.

Passo ao item 18 da Ordem do Dia de hoje.

ITEM 18

OFÍCIO “S” Nº 10, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JARBAS SOARES JÚNIOR, para a composição do Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Procuradoria-Geral da República.

Relatoria: Nobre Senador Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado da República, Senador Vital do Rêgo.

V. Ex^a tem a palavra, nobre Senador.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Senador Presidente Gim Argello, é com extrema alegria e satisfação e tendo o sentimento do dever cumprido, que deve nortear agora o indicado, o Sr. Jarbas Soares Júnior, por estarmos, como agora há pouco o Senador Jorge Viana relatava igualmente, reconduzindo um membro a um conselho, ora ao Conselho Nacional de Justiça, ora ao Conselho Nacional do Ministério Público.

No caso, por meio do Ofício S nº 10, de 2013, o Procurador-Geral da República encaminha ao Senado o nome do Sr. Jarbas Soares Júnior, Procurador de Justiça do Estado de Minas Gerais. Trata-se, neste

caso, de recondução, pois o mesmo já exerce função em primeiro mandato.

Nos termos constitucionais, os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, instituição incumbida do controle externo do Ministério Público, são nomeados pela Presidência da República e aprovados, após escolha pela maioria absoluta dos membros do Senado, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução – no caso, é esta recondução.

O currículo fornecido pelo Dr. Jarbas é extremamente rico.

Nascido em Montes Claros, bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG). Recebeu a Medalha do Mérito por ter sido um dos três melhores alunos do Curso de Direito (Prática Forense).

Jarbas Soares Júnior foi, na condição de servidor, Chefe de Gabinete da Procuradoria da República em Minas Gerais, de agosto de 1989 a maio de 1990.

Ingressou no Ministério Público em 1990, aprovado no XXV Concurso de Ingresso na Carreira. Exerceu a função nas Comarcas de Januária, Manga, Ouro Preto, Mariana e Itabirito – rodou o interior de Minas todo, Dr. Jarbas.

Foi promovido ao cargo de Procurador de Justiça em maio de 2001, e então nomeado para atuar perante a 5ª Câmara do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

No ano de 2001, foi eleito para compor o Conselho Superior do Ministério Público de Minas Gerais, com mais de 84% (oitenta e quatro por cento) dos votos.

Em 2005, foi nomeado Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas, reconduzido em 2007.

No campo corporativo, foi eleito Presidente da Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente (Abramp), em três gestões, de 2003 a 2011.

É autor de diversas obras jurídicas, entre as quais destaco o *Manual de Atuação do Promotor de Justiça* (2004), e foi coordenador da elaboração de outras, tais como *O Meio Ambiente na Visão do Ministério Público e da Magistratura*.

Foi eleito com 95,74% dos votos válidos pelo colégio eleitoral integrado por procuradores e promotores de Justiça de Minas Gerais para participar da eleição que escolheu os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, em 2011. Foi igualmente eleito no plano nacional – o que mostra a liderança do Dr. Jarbas Soares Júnior na sua categoria.

Em cumprimento ao disposto no inciso II do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, que trata do processo de indicações nesta Casa, Jarbas Soares Júnior encaminha as informações pertinentes, como a de que não é cônjuge, companheiro ou parente,

em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro ou servidor do Ministério Público Federal.

S. S^a tampouco sofreu qualquer sanção criminal ou administrativo-disciplinar, e não responde a qualquer processo dessa natureza. Informa, ademais, não ser membro do Congresso Nacional ou de qualquer casa legislativa.

Por isso, a instrução está completa, perfeita e acabada.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras desta Comissão dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação. É um candidato que merece todo o nosso apoio.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco/PTB – DF) – Vou colocar em discussão o relatório feito pelo Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado da República, nobre Senador Vital do Rêgo.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, parabenizando tanto o Sr. Relator, quanto o senhor indicado.

Parabéns, Dr. Jarbas. Sua história no Senado todos já conhecem, o Brasil já conhece.

Parabéns! Parabéns ao nobre Senador Vital do Rêgo.

Requerimento extrapauta.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO Nº 316, DE 2012

- Não Terminativo -

Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso à Comissão Pró-Índio do Acre, instituição criada em fevereiro de 1979, pelo exemplo de trabalho na defesa da cidadania dos povos indígenas nas áreas de educação, saúde, cultura e meio ambiente.

Autoria: nobre Senador 1º Vice-Presidente do Senado da República, Senador Jorge Viana.

Relatoria ad hoc: indico o Senador Vital do Rêgo.

Concedo a palavra ao nobre Senador Vital do Rêgo, para proferir o seu relatório.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Primeiro, Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer a V. Ex^a pela inclusão extrapauta deste requerimento, haja vista que S. Ex^a o Senador Jorge Viana, nosso 1º Vice-Presidente, dada a proximidade da data comemorativa do Dia do Índio, como faz anualmente, por força das suas atividades – foi um governador profundamente envolvido com as questões indígenas no seu Estado

e, na condição de Senador, tem um trabalho voltado para a atenção às demandas da população indígena brasileira –, ele apresenta este requerimento, e, oportunamente, a Comissão de Constituição e Justiça tem, na presidência de V. Ex^a, a condição de votar um voto de aplauso à Comissão Pró-Índio do Acre.

O Relator seria o Senador Anibal Diniz, nosso Vice-Presidente, que, por motivo plenamente justificado, encontra-se agora no Acre, participando de missão, representando o Senado Federal em missão importante.

Ontem, assumi esse compromisso com o Senador Anibal Diniz, para ter a honra de relatar esse requerimento do Senador Jorge Viana.

O requerimento sob exame, de autoria do Senador Jorge Viana, tem por objetivo apresentar voto de aplauso à Comissão Pró-Índio do Acre, instituição criada em fevereiro de 1979, pelo seu exemplo de trabalho na defesa da cidadania dos povos indígenas nas áreas de educação, saúde, cultura e meio ambiente.

Na justificativa do requerimento, ressalta-se que a mencionada Comissão faz parte de uma rede de instituições não governamentais que participou da regularização das terras indígenas no Acre, tendo apoiado a organização das primeiras cooperativas de produção extrativista entre os índios da região.

Assinala ainda que a Comissão contribui decisivamente para formular um novo modelo de política indigenista e, como parceira do Governo do Estado, atua na formação de agentes de saúde e agroflorestais. Seu projeto de educação, adotado pelo Governo desde 1999, serve de referência para todo o País, e a entidade trabalha, hoje, com oito povos em 17 terras indígenas no Estado.

O requerimento, na sua análise, mostra-se louvável e digno de acolhida, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal.

O trabalho fecundo realizado pela Comissão Pró-Índio do Acre não deixa dúvida quanto à sua grande significação nacional. A importância das áreas que são objeto dos trabalhos da Comissão para a melhora das condições dos povos indígenas justifica o louvor que se pretende dispensar por meio do presente requerimento, que merece todo o nosso respeito e consideração.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 316, de 2012.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco/PTB – DF) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Está aprovado, portanto, o relatório.

Parabenizo o nobre Senador Jorge Viana.

Comunico que estão aqui, na nossa Comissão, o nobre Senador Aloysio Nunes e o nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

A matéria, portanto, vai ao plenário no dia de hoje ainda.

Tem a palavra o nobre Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu pedi a palavra pela ordem apenas para agradecer a presteza da Presidência de V. Ex^a, Senador Gim, e a gentileza e o espírito de colaboração, sempre presente, do nosso Presidente Vital do Rêgo, que faz a leitura de uma proposição minha, tendo em vista que o Vice-Presidente desta Comissão, meu colega de bancada e do Acre, o Senador Anibal Diniz, está no Acre e não pôde fazê-lo. E isso era muito importante, tendo em vista que estamos na semana em que se comemora o Dia do Índio.

Nós temos essa posição. A Comissão Pró-Índio do Acre tem uma história muito bonita de fortalecimento da cultura do povo indígena. Talvez, seja a entidade que, no Brasil inteiro, mais conseguiu avançar e desenvolver atividades vinculadas à educação, mas sempre ligada à cultura indígena. E é a entidade que mais colaborou com o meu Governo no sentido de resgatar os direitos e a importância desse povo, que é parte viva da história do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – É muito justa a manifestação de V. Ex^a.

Fica feito o registro desta Comissão.

Há um ofício também extrapauta encaminhado pelo Presidente em exercício, o Senador Gim, para a Mesa, o Ofício S nº 8, que também é não terminativo.

OFÍCIO S Nº 8, DE 2013

- Não terminativo -

Comunica, nos termos do art. 103-B, inciso XII, da Constituição da República, e de acordo com as exigências previstas na Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do nome do advogado Paulo Eduardo Pinheiro Teixeira para a composição do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) quanto ao mandato que terá início em 2013. Autoria: Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).
Relatoria: Senador Anibal Diniz.

Nomeio como Relator *ad hoc* o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Passo à leitura do relatório, como Senador *ad hoc*, substituindo ou tentando substituir o Senador o Anibal.

Mediante o Ofício “S” nº 8/2013, o Sr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), encaminha ao Senado Federal a indicação do nome do advogado Paulo Eduardo Pinheiro Teixeira para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nos termos do disposto no art. 103-B, inciso XII, da Constituição Federal.

O Conselho Pleno escolheu o nome do mencionado advogado em sessão extraordinária, realizada no dia 8 do corrente mês.

De acordo com o art. 103-B, *caput*, o CNJ compõe-se de 15 membros, entre os quais dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, inciso XII, com mandato de dois anos, admitida uma recondução. Ao CNJ compete, de acordo com o § 4º do mesmo artigo 103-B, o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e pelo cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.

Ainda de acordo com o § 2º do referido art. 103-B, os membros do CNJ serão nomeados pelo Presidente da República depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, cabendo, inicialmente, a esta Comissão, proceder à sabatina dos cidadãos indicados.

Resumimos abaixo o currículo do advogado indicado pela OAB.

O Sr. Paulo Eduardo Pinheiro Teixeira é graduado em Direito pela Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Norte e é especialista em Direito do Trabalho pela mesma universidade. Foi Conselheiro Titular da OAB, seccional do Estado do Rio Grande do Norte, nos biênios 1995/1997 e 1998/2000, e Presidente na mesma seccional no triênio 2010 a 2012, tendo exercido ainda a presidência de comissões e entidades no âmbito dessa organização de representação dos advogados, sendo, atualmente, Conselheiro Federal pela OAB na mencionada seccional para o triênio 2013/2015.

É Professor de graduação e pós-graduação nas disciplinas Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho na Universidade Potiguar – que V. Ex^a conhece tão bem e é parte da história dela –, tendo também lecionado na Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte.

Foi membro da Comissão de Concurso Público para o cargo de Juiz do Trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região e para Promotor de Justi-

ça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte; e Assessor e Consultor Jurídico de algumas instituições do mesmo Estado.

No tocante às exigências constantes no art. 5^a da Resolução nº 7, de 2005, e do Ato nº 1, de 2007, da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, o indicado informa que não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até terceiro grau, inclusive, de membros ou servidores da Ordem dos Advogados do Brasil; que inexistem sanções criminais ou administrativas, disciplinares, instauradas contra si e que não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, nem cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membros desses Poderes.

Finalmente, Sr. Presidente, o advogado indicado firma compromisso de não postular a nomeação ou a designação para cargos em comissão em funções de confiança nas áreas do Poder Judiciário ou do Ministério Público, de cônjuge, companheiro ou parente, na linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive.

Ante o exposto, Sr. Presidente, acreditamos que os membros desta Comissão dispõem de todas as informações e elementos para deliberar sobre a indicação do nome do advogado Paulo Eduardo Pinheiro Teixeira para compor o Conselho Nacional de Justiça.

É esse o meu parecer, Sr. Presidente, *ad hoc*, tentando substituir, designado que fui, o Senador Anibal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O que faz com brilho, Sr. Relator.

Em discussão o presente relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva e automática.

Item 15 da pauta, depois é o item do Senador Gim Argello, imediatamente após.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 51, de 2012

- Não Terminativo -

Dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18^a Região (GO) e dá outras providências. Autoria: Tribunal Superior do Trabalho.

Relatoria: S. Ex^a o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Waldemir Moka.

Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao eminente Senador para proferir o seu relatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, é claro que, se os Srs. Senadores tiverem alguma dúvida, eu estou à disposição.

Trata-se de um parecer extremamente técnico e eu vou exatamente à parte da análise que me parece dar uma compreensão melhor.

O projeto não apresenta nenhum vício de inconstitucionalidade ou injuridicidade, e seus termos se apóiam nos preceitos constitucionais que tratam do funcionamento do Poder Judiciário, especialmente naquele contido no art. 96 da Lei Maior, cujo inciso II atribui aos tribunais superiores a competência para a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver (álínea 'b').

A proposta não faz mais que atender aos ditames das novas imposições legais, prescritas pela Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União, e pelos Atos e Resoluções citados na justificativa e erigidos em consonância com os mandamentos da citada Lei.

Como bem ressalta o parecer – e aí eu chamo a atenção para o fato de este projeto ter um parecer – do Conselho Nacional de Justiça, não há irregularidade na ratificação, por via legal, das funções criadas por ato administrativo na época em que prevalecia o entendimento de que tal era possível sem necessidade de edição de lei. Com as novas exigências, essencial se torna a legalização das funções instituídas por resolução administrativa. A regularização não acarretará gastos, e o projeto teve o cuidado de declarar convalidados os atos praticados até a publicação da Lei resultante da sua possível aprovação, bem como os efeitos financeiros decorrentes do exercício das citadas funções, em benefício da continuidade dos trabalhos judiciais confiados ao Tribunal.

Sr. Presidente, ante o exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2012.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Cumprimento V. Ex^a pelo relatório e pelo estudo apurado que V. Ex^a fez da matéria.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Moka.

Os Srs. Senadores que ao aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Sr. Presidente, quero registrar e agradecer à Desembargadora Elza Cândida da Silveira, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho de Goiás, que se colocou à disposição. Queria, inclusive, se fosse o caso, vir à Comissão de Constituição e Justiça para dar todas as explicações, o que absolutamente eu achei desnecessário, uma vez que os atos, como já disse no relatório, são muito transparentes.

Enfim, quero agradecer à desembargadora por sua disposição de nos ajudar neste relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB

– PB) – Depois desse estudo, V. Ex^a fica com a formação jurídica muito boa, além da formação excepcional de médico que tem.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai a Plenário.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Eu queria pedir urgência, se os nobres pares assim concordarem, uma vez que essa é uma situação...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB

– PB) – Em votação o pedido de urgência do Senador Moka, com o apoio dos Líderes do Bloco União e Força, que já mencionou sua aprovação, e do PT, na pessoa do Senador Pimentel.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado o regime de urgência.

Antes de anunciar o Item 26 da pauta, p. 502, eu gostaria de fazer um registro neste momento, sobre a presteza do relator.

Esta matéria é uma matéria complexa, o Senador Gim estudou a matéria e estava em viagem no dia de hoje, mas eu fiz uma solicitação pessoal ao Senador Gim, já que é uma matéria importante, há diversas categorias esperando essa deliberação da Comissão de Constituição e Justiça e do Plenário, e o Senador Gim – e quero tornar público este testemunho – cancelou todos os seus compromissos que tinha, inclusive fora do Distrito Federal, para atender a Comissão de Constituição e Justiça hoje, cumprindo notadamente suas responsabilidades públicas.

Isso enaltece o exercício do mandato de V. Ex^a. Por isso, anuncio o Item 26 da pauta, p. 502.

ITEM 26**PROJETO DE LEI DA CÂMARA**

Nº 126, de 2012

- Não Terminativo -

Altera as Leis nºs 8.691, de 28 de julho de 1993, 11.539, de 8 de novembro de 2007; cria

cargos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, da Carreira de Analista de Infraestrutura, de que trata a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, do Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, dos Planos de Carreiras e Cargos do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia e do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, dos cargos da Agência Nacional de Saúde Suplementar, de que trata a Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Gim.

Relatório: pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa e, no mérito, favorável ao projeto.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF) – Agradeço ao nobre Presidente da CCJ, Senador Vital do Rêgo, e a todas as Sr^{as} Senadoras e a todos os Srs. Senadores.

Passo, então, ao relatório.

Vem à análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com base no disposto no art. 101, incisos I e II, alínea f, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 126, de 2012 (nº 4.365, de 2012, na origem), que altera as Leis nºs 8.691, de 28 de julho de 1993, 11.539, de 8 de novembro de 2007; cria cargos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, da Carreira de Analista de Infraestrutura, de que trata a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, do Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, dos Planos de Carreiras e Cargos do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia e do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, dos cargos da Agência Nacional de Saúde Suplementar, de que trata a Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; e dá outras providências.

O referido projeto de lei, de iniciativa da Presidente da República, é composto de dez artigos.

O art. 1º prevê a criação de diversos cargos de provimento efetivo do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 11.357, de 2006, tais

como: analista em tecnologia da informação, administrador, agente administrativo, analista técnico-administrativo, contador, economista, engenheiro agrimensor, engenheiro agrônomo, engenheiro civil, engenheiro florestal, estatístico, e médico-veterinário.

Destacam-se, entre esses cargos a serem criados, os 500 cargos de analista em tecnologia da informação e os 120 cargos de engenheiro agrônomo.

O art. 2º cria 250 cargos de analista de infraestrutura, da carreira de mesma denominação, de que trata a Lei nº 11.359, de 2007.

O art. 3º cria 510 cargos do Plano de Carreiras do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), distribuídos entre os cargos de analista executivo em metrologia e qualidade, pesquisador-tecnologista em metrologia e qualidade, assistente executivo, especialista e técnico em metrologia e qualidade.

O art. 4º cria 475 cargos no quadro de pessoal do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi), dentre pesquisadores e tecnologistas.

O art. 5º cria 3.594 cargos do plano de carreiras para a área de ciência e tecnologia, dentre pesquisadores, técnicos e assistentes.

O art. 6º cria 755 cargos da carreira da previdência, da saúde e do trabalho, dentre analista de sistemas, arquiteto, contador, engenheiro, estatístico, geólogo e auxiliar de saneamento.

O art. 7º, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cria 143 cargos no quadro de pessoal da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), dentre técnico em regulação de saúde suplementar e técnico administrativo.

O art. 8º promove alterações na Lei nº 8.691, de 1993, de modo a inserir no rol de órgãos que integram a área de ciência e tecnologia a Agência Espacial Brasileira (AEB); a Secretaria de Atenção à Saúde (SAS); a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE); e a Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), do Ministério da Saúde.

O art. 9º amplia de 800 para 1.050 os cargos de analista de infraestrutura, de que trata a Lei nº 11.359, de 2007.

O art. 10 estabelece que o provimento dos cargos criados será realizado de forma gradual e será condicionado à expressa autorização em anexo próprio da Lei Orçamentária Anual (LOA), com dotação suficiente.

Por fim, o art. 11 estabelece a vigência a contar da publicação.

No total, o PLC cria 6.818 cargos efetivos na Administração Pública.

Vamos à análise, Sr. Presidente.

O PLC sob análise preenche todos os requisitos de natureza constitucional, jurídica, regimental e de técnica legislativa para sua aprovação.

É de iniciativa da Senhora Presidente da República e, nesse sentido, respeita a cláusula de reserva de iniciativa prevista no art. 61, § 1º, inciso II, alínea a, da Constituição Federal (CF), no que concerne à criação de cargos na administração direta e autárquica da União.

O PLC, ao prever o provimento gradual dos cargos criados e condicioná-lo à expressa autorização em anexo próprio da LOA, acolhe as prescrições constitucionais relativas à necessidade de existência de prévia dotação orçamentária suficiente para fazer frente às projeções de despesa com pessoal, bem como à obediência dos limites de gastos estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, previstas no art. 169, *caput* e § 1º da CF.

No mérito, é louvável a iniciativa do PLC de criar cargos de modo a tornar viável a formulação, a implementação e a avaliação de relevantes políticas públicas, por meio da reestruturação e do redimensionamento da força de trabalho na Administração Pública.

É digna de registro a circunstância de que a imensa maioria dos cargos criados destina-se à área de ciência e tecnologia, de infraestrutura e de regulamentação. São áreas carentes e estratégicas que indicam a prioridade do Estado com vista ao incremento do conhecimento, da inovação e do desenvolvimento econômico.

A despeito de críticas infundadas sobre um suposto inchaço ao aparelho estatal, a relação servidor público/população do Brasil é uma das menores, se comparada a de países com mesmo superior grau de desenvolvimento. Sublinhe-se o fato de que todos os cargos que estão sendo criados são efetivos, a serem providos por concurso público, o que faculta acesso universal e igualdade de condição a todos, em homenagem ao mérito daqueles que logram ser aprovados em certames cada vez mais competitivos e difíceis.

Essa reestruturação da força de trabalho na área pública vai ainda ao encontro de todas as orientações advindas dos órgãos de controle interno e externo, que pugnam pela minimização daquelas situações funcionais em que não estão caracterizados o vínculo efetivo com o Estado, como é o caso das terceirizações, das contratações temporárias por relevante interesse público e das contratações para cargos de livre provimento.

Vamos ao voto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Pelo exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e de boa técnica legisla-

tiva do Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2012. E, no mérito, Sr. Presidente, pela sua aprovação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório por unanimidade, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai ao plenário com a urgência solicitada pelo Líder José Pimentel, do Congresso, pelo Líder Gim Argello e pelos Líderes representativos da Casa.

Em discussão o regime de urgência. (*Pausa.*)

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar o Senador Gim Argello pelo competente parecer aqui apresentado e dizer que essa matéria é fundamental para que possamos estruturar a máquina pública federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Ofício nº 14, de 2013.

OFÍCIO “S” Nº 14, DE 2013

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Vladimir Barros Aras, para a composição do Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Procuradoria Geral da República.

Relator: Senador Magno Malta.

Com a palavra S. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, passo a ler o meu relatório sobre a indicação do Sr. Vladimir Barros Aras para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Vem ao exame do Senado Federal a indicação do Procurador-Geral da República, do Sr. Procurador Vladimir Barros Aras, para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada ao Ministério Público Federal, nos termos do inciso II do art. 130-A da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, à reforma do Judiciário, da Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005.

Consoante o dispositivo constitucional, acima referido, os membros daquele Conselho, a quem cabe o controle externo do Ministério Público, serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprova-

da a escolha pela maioria absoluta desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Cabe a esta Comissão, de acordo com a citada resolução, de 2005, 17 de outubro de 2007, proceder à sabatina dos indicados.

Em obediência aos ditames dos mesmos diplomas legais, o Sr. Vladimir Aras encaminhou seu currículo, quem passamos a resumir.

O Sr. Vladimir Aras nasceu em Salvador. Bacharelou-se em Direito pela Universidade Católica de Salvador em 1992 e concluiu o Mestrado em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco em 2003, com a dissertação *O tratado europeu contra a cibercriminalidade e os crimes de informática no Brasil*.

Procurador da República desde 2003, Sua Excelência também integrou os quadros do Ministério Público do Estado da Bahia de 1993 a 2003.

O ilustre membro do Parquet tem vasta experiência docente, sendo, atualmente, Professor Assistente de Direito Processual Penal da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. Anteriormente, lecionou na Universidade Estadual de Feira de Santana, na Faculdade de Tecnologia e Ciências de Feira de Santana, no Centro Universitário Jorge Amado, em Salvador, nas Faculdades Unificadas de Foz do Iguaçu e nas Faculdades Integradas do Brasil, em Curitiba.

Além disso, foi também professor em diversos cursos de especialização e pós-graduação.

O Procurador Vladimir Aras realizou diversos cursos e é autor de inúmeros textos técnicos e científicos, nas áreas Direito e Processo Penal, Crime Organizado, Lavagem de Dinheiro, Corrupção e Execução Penal, tendo, também, proferido diversas palestras em eventos dessas áreas.

O indicado apresentou as declarações exigidas pelo art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, e pelo Ato nº 1, de 2007.

Sua Excelência anexou, também, certidões que demonstram regularidade fiscal, no âmbito federal, estadual e municipal.

Na mesma direção, apresentou argumentação escrita, apresentada de forma sucinta, em que demonstrou ter experiência profissional, formação técnica adequada, afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade.

Encontram-se, assim, atendidas todas as exigências dos dois diplomas legais para a instrução do processo.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Para tanto, assino como Relator.

Sala das Comissões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão, o relatório do Senador Magno Malta. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva e automática.

OFÍCIO Nº 11, DE 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Marcelo Ferra de Carvalho para a composição do Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Procurador-Geral da República

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço.

S. Ex^a está presidindo a Comissão de Relações Exteriores e com muita honra nomeio o Senador Mozarildo Cavalcanti para funcionar como Relator *ad hoc*.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta Comissão recebeu expediente do Exm^o Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos, formalizando a indicação de Membros do Ministério Público da União e de representantes dos Ministérios Públicos Estaduais, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, como determinam os incisos II e III do art. 139-A da Constituição.

O ofício citado nos chega instruído com a documentação exigida pela Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005, do Senado Federal. Entre os três representantes do Parquet estadual nominados no referido expediente está o do Promotor de Justiça do Estado do Mato Grosso, Marcelo Ferra de Carvalho, cuja indicação nos incumbe relatar.

O ilustre Promotor de Justiça ostenta especialização em Ciências Criminais, Direito Civil e Processual Civil e Mestrado em Direito Obrigacional Público e Privado.

No âmbito do Ministério Público do Estado do Mato Grosso, exerceu por dois mandatos o cargo de Procurador-Geral de Justiça. Ocupou também os cargos de Secretário-Geral do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional e de Coordenador da Área Criminal do Centro de Apoio Operacional.

No que toca diretamente às atribuições constitucionais do Conselho Nacional do Ministério Público, é fundamental a constatação da experiência no controle administrativo, institucional e correcional angariada pelos dois mandatos exercidos na elevada posição de Procurador-Geral de Justiça do Estado do Mato Grosso, qualificação que certamente será de grande

valia não só para o desempenho de suas funções junto ao referido órgão do controle interno da instituição como também para conferir densidade e eficiência à sua atuação.

Ante o exposto, entendemos que os membros integrantes desta Comissão dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação do Promotor de Justiça Marcelo Ferra de Carvalho, para ocupar o cargo de membro do Conselho Nacional do Ministério Público.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mozarildo.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva e automática.

Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero fazer um apelo a V. Ex^a, com a importância do cargo que exerce como Presidente desta Comissão e, aproveitando a presença do Líder do Governo, ilustre Senador José Pimentel, para reiterar, mais uma vez, uma mudança no funcionamento dos trabalhos desta Casa, Sr. Presidente.

Cheguei agora a esta Comissão porque estava exercendo o meu mandato, relatando projeto na Comissão de Relações Exteriores. Antes, deixei de participar inteiramente de um debate com a Senadora Kátia Abreu, que apresentou o Plano Agrícola e Pecuário. Tive que sair de lá no meio da reunião para atender a minha obrigação na Comissão de Relações Exteriores. Então, não é possível que continuemos assim, Sr. Presidente.

Eu queria, mais uma vez, corroborar a necessidade de ser atendida a proposta de resolução do Senador Mozarildo Cavalcante no sentido de que uma semana inteira seja dedicada aos trabalhos de comissões e outra semana, aos trabalhos de plenário, Sr. Presidente.

As comissões técnicas têm uma importância fundamental para o funcionamento desta Casa. No entanto, nós estamos sendo prejudicados na necessidade de nos aprofundarmos nas questões, de debatermos as questões.

Agora mesmo, aqui na Comissão de Relações Exteriores, estão sendo sabatinados dois Embaixadores que estão sendo designados para missão em Genebra e na República Helênica. No entanto, há lá dois, três Senadores presentes. Não é possível que isso continue acontecendo.

Então, eu peço a V. Ex^a, pela importância que tem, pelo peso que tem como Presidente da Comissão de Justiça, que apele ao Presidente Renan para

que esse projeto de resolução seja aprovado o mais rápido possível. Ou, enquanto não o for, que a própria Mesa, disciplinando o funcionamento da Casa, possa estabelecer essa norma provisoriamente.

Sr. Presidente, é o apelo que eu faço.

Quero...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Luiz Henrique, interrompendo V. Ex^a, eu vou liberar o Senador Magno Malta para ir à Comissão de Relações Exteriores agora, até porque há uma...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – E a presença do Senador Magno Malta é sempre fundamental e importante. Mas ele tem que se deslocar para outra comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – É verdade. E assim somos todos nós. Isso aqui virou o tico-tico no fubá.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – É uma verdadeira gincana.

Senador Luiz Henrique, eu gostaria de me posicionar a respeito da fala de V. Ex^a, dizendo que esta Comissão de Justiça, pela força que tem, que V. Ex^a mencionou agora há pouco, pela sua história e pela responsabilidade que ela tem, a cada 15, nós estamos nos reunindo com o Senador Renan Calheiros e a Mesa, para encaminharmos proposições que possam aperfeiçoar o nosso trabalho.

Nós não conseguimos chegar ainda a esse marco importantíssimo no Senado, que é a ruptura com os padrões atuais de funcionamento que nós temos para um novo modelo, este proposto pelo Senador Mozarildo em um projeto de resolução já antigo e agora renovado pelo Senador Cyro Miranda, também no mesmo teor. Essa ruptura seria necessária em virtude do aumento vertiginoso do número de comissões, e, acumulado a esse número de comissões, a nova formulação das comissões mistas para tratar as medidas provisórias que necessitam, e mais as subcomissões, estas das medidas provisórias necessitam de 14 Senadores, porque são iguais. O Senador Pimentel conhece isso, e vou até pedir a S. Ex^a para saber quantas, por exemplo, na semana passada, nós tivemos funcionando ao mesmo tempo, quantas comissões especiais, comissões mistas.

Então, chega um momento em que nós criamos um nível de desconhecimento das matérias e passamos a colocar o nosso voto, a nossa assinatura e a nossa manifestação muitas vezes pelo que não sabemos.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Presidente, e com o risco de sermos chamados de desidiosos por não estarmos naquela comissão, naquele momento importante, naquela hora, porque estávamos presentes, relatando projetos em outra comissão.

Não é possível que nós continuemos com essa insanidade, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Então, o senhor veja quantas comissões estão funcionando agora na Casa, por exemplo, ao mesmo tempo, numa quinta-feira: cinco comissões. Agora, neste momento, estamos com cinco comissões funcionando. E nós temos uma infinidade de comissões para uma distribuição, notadamente entre terça-feira e quinta-feira.

Senador Luiz Henrique, com a liderança que V. Ex^a tem e a experiência parlamentar que V. Ex^a tem, além da autoridade que V. Ex^a tem, eu convido V. Ex^a a aumentar o número de apoios a esta tese, para que eu possa, em nome da Presidência da Comissão de Justiça, ter a maioria necessária para enfrentar essa ruptura de funcionamento e adequá-la a esse novo modelo.

Eu acho que todos nós somos sensíveis, todos nós que queremos trabalhar e que estamos distribuídos em sete ou oito comissões, como nós somos distribuídos, entre titulares e suplentes, e ficamos nessa verdadeira gincana de presença quase que aleatória, ou escolhendo a comissão de que vamos participar com mais tempo do debate.

Mas eu convidaria V. Ex^a, porque entendo que a minha responsabilidade na Presidência desta Comissão é formular uma saída. E aí só quero levar essa saída quando granjear um apoio considerável, para dizer: “É preciso romper o modelo tradicional, de anos e anos, para este novo modelo”.

E, quando fizermos assim, teremos que adequar a nossa realidade.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – E, dentro disso, Sr. Presidente, dentro desse seu espírito de buscar uma ruptura para melhoria das condições de trabalho desta Casa, eu quero erguer isto aqui. Isto aqui é um verdadeiro absurdo! É jogar dinheiro fora todos os dias, em todas as comissões. A Casa disponibilizou para todos nós o iPad. Basta que nós tragamos o nosso iPad onde está a pauta de cada reunião de comissões. É preciso que o Senado Federal economize a fortuna que está sendo jogada fora para imprimir a pauta todos os dias.

E eu pedira a V. Ex^a também, com o peso que V. Ex^a tem como Presidente da Comissão de Justiça, para que a Mesa adote uma nova providência: os Senadores trazem para a sessão o seu iPad, e ali acessam a pauta e as matérias que estão sendo deliberadas.

É outro apelo que eu faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Farei isso porque, em relação à transição entre a tecnologia que nos foi dada e o modelo conservador

ainda existente, o tempo já passou. Nós devemos ter a responsabilidade de usar o que nos foi oferecido, para acessar essas matérias que estão à disposição na Internet.

Entendo que é o momento de enfrentarmos essa segunda questão o mais rapidamente possível, Senador Luiz Henrique, e vou fazê-lo.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – É preciso revogar a era do papelório e do “carimbório”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – É verdade!

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Pimentel.

Depois, voltaremos a conceder a palavra ao Senador Luiz Henrique, para que ele possa ler o relatório referente ao item 11.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, quero me somar às preocupações do Senador Luiz Henrique no que diz respeito ao funcionamento das comissões, apoiar a iniciativa do Senador Mozarildo e registrar que, na Casa, há uma comissão especial que trata do Regimento Comum da Câmara e do Senado.

A nossa Secretária, Dr^a Cláudia Lyra, foi uma das primeiras a participar da instrução dessa comissão especial e registra que, neste mês de abril, no Senado Federal, há 81 colegiados, exatamente a quantidade de Senadores, em funcionamento ou para serem instalados. E, desses 81 colegiados, 43 encontram-se em funcionamento, que são as comissões permanentes, as comissões especiais e as comissões mistas. As demais estão pendentes de instalação. Quero registrar que esse número só existe porque cada Senador, a critério de suas demandas e preocupações, que são legítimas, solicita a criação de comissão especial, de subcomissão, de um conjunto de iniciativas que sobrecarregam os trabalhos da Casa. Se nós tivéssemos a racionalidade de propor iniciativas coletivas, para que houvesse uma diminuição das subcomissões, já diminuiríamos bastante esse índice que aqui se verifica. As comissões externas poderiam ter um prazo menor, ao invés de ter um prazo tão elástico, como, muitas vezes, a gente concede.

Portanto, um conjunto de ações pode simplificar o processo. Se o Congresso Nacional, particularmente a Câmara Federal, aprovasse o novo rito das medidas provisórias, só agora em abril, a gente diminuiria 27 comissões mistas especiais no trâmite das medidas provisórias, porque – e V. Ex^a ajudou muito nesta cons-

trução – a tramitação das medidas provisórias se daria pelas Comissões de Constituição e Justiça da Câmara e do Senado. Com isso, já resolveríamos o caso de 27 comissões, dessas 81 comissões, mais ou menos um terço do que aqui está.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – As palavras de V. Ex^a instruem o debate de forma bastante sintomática. Nós devemos aproveitar essas expressões de irresignabilidade laboral, para fazer a tentativa de aperfeiçoamento do Regimento Comum e do Regimento Interno do Senado, que estão em pleno andamento.

Com a palavra, o Senador Luiz Henrique.
Trata-se do item 11, à pág. 225.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2012 – COMPLEMENTAR - Não Terminativo -

Altera dispositivo da Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra –, e dá outras providências.

Autoria: Presidência da República.

Relator: Senador Luiz Henrique.

Relatório: favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observação:

- A matéria será apreciada também pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Neste momento, concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique, para proferir seu relatório.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse projeto é da maior importância, tem origem no Poder Executivo e visa a uma alteração no sentido de permitir que os herdeiros, desde que atendam às regras do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), possam se valer do Fundo de Terras para financiar a aquisição da fração ideal de outros herdeiros, de forma a manter a propriedade como unidade familiar de produção.

Os agricultores familiares herdeiros que desejam permanecer no imóvel com dignidade e com o objetivo de prosperar na terra adquirida devem receber subsídios e incentivo por parte do Governo Federal para que possam permanecer na terra, nos termos da política pública. É projeto da maior importância, o Avulso é do conhecimento de todos os Srs. e Sr^{as}. Senadoras, por isso opino pela aprovação do projeto com as emendas que propõe.

Relativamente à ementa, proponho a seguinte redação:

Altera a redação do inciso VII, do art. 8º, da Lei nº 93, de 04 de fevereiro de 1998, que institui o Fundo de Terras e de Reforma Agrária, Banco da Terra, e dá outras providências, para permitir a utilização de recursos do Fundo de Financiamento de Aquisição de Fração Ideal do imóvel objeto da herança.

A outra emenda é ao art. 1º, inciso VII.

“O promitente comprador ou possuidor de direito de ação ou herança sobre imóvel rural, salvo se se tratar de negociação entre beneficiários de imóvel rural objeto da partilha decorrente de direito de herança.”

Salvo melhor juízo, Sr. Presidente, é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Luiz Henrique. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

Item 23 da pauta.

ITEM 23

OFÍCIO “S” Nº 16, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO, para a composição do Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Procurador-Geral da República

Relatoria: Senador Eunício Oliveira

Com a palavra Vª Exª.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Presidente Vital.

Srs. e Sras Senadoras, mediante o Ofício “S” nº 16, de 2013, o Sr. Roberto Monteiro Gurgel dos Santos, Procurador-Geral da República, encaminha ao Senado Federal o currículo do Sr. Cláudio Henrique Portela do Rego, Promotor de Justiça cearense, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos do disposto no art. 130 A, da Constituição Federal.

De acordo com o art. 130 A, o Conselho compõe-se de 14 membros, dentre os quais três membros do Ministério Público dos Estados, inciso III.

Ainda de acordo com o artigo, os membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovação e escolha pela maioria

absoluta do Senado Federal, para mandato de dois anos, admitida a recondução.

Ao Conselho compete, de acordo com o § 2º do art. 130 A, o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais dos seus membros, cabendo a esta Comissão proceder à sabatina dos cidadãos indicados.

Resumimos abaixo o *curriculum vitae* encaminhado a esta Comissão pelo promotor indicado, que passo a ler.

O Sr. Cláudio Henrique Portela do Rego é bacharel em Direito pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília – Ceub, e possui Curso de Pós-graduação *Lato sensu* na ordem jurídica do Ministério Público, promovido pela Fundação Escola Superior do Ministério Público, do Distrito Federal e Territórios, tendo sido concluído em 1999.

Na sua expectativa por experiência profissional, destacamos sua atuação no Ministério Público da União, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, como assistente da atividade meio, de 1993 a 2002, e como promotor de justiça, desde 2002.

É membro do Comitê de Avaliação e Estruturação da atividade fim do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, desde 2011, e Conselheiro do Conselho Fiscal da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, no biênio abril/2011 a abril/2013.

No tocante às exigências constantes do art. 5ª da Resolução nº 7, de 2005, do Ato nº 1, de 2007 (CCJ), o indicado informa que não é cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, até terceiro grau inclusive, de membro ou servidor do Poder Judiciário, com exceção de seu cunhado Izahilton Mendes Guia, ocupante de cargo de provimento efetivo da Procuradoria da República do Estado de Pernambuco, que, no entanto, não serve junto à autoridade responsável por sua indicação. Declara, ainda, que sua esposa Rita de Cássia Barros Guia Portela é advogada inscrita da Ordem dos Advogados do Brasil desde 2008.

Declara, ainda, que não participa nem participou, como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não-governamentais; que nunca sofreu sanções criminais ou administrativo-disciplinares; que não há ações judiciais individuais em tramitação contra ele, seja como autor ou réu, nem ações criminais, cíveis ou de execução, e que está em situação de regularidade perante o fisco.

Apresenta, anexas ao currículo, certidão positiva de débitos com efeito de negativa e certidão de dívida ativa negativa, emitidas pela Subsecretaria da Receita

da Secretaria de Estado da Fazenda do Governo do Distrito Federal, e certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

Anexou, ainda, certidão criminal de 1ª e 2ª Instâncias, emitida pelo Cartório de Distribuição do Distrito Federal, informando que nada consta contra o nome do promotor indicado, assim como certidão de ações cíveis de 1ª e 2ª Instâncias e certidão de execuções de 1ª e 2ª Instâncias, todas com a mesma informação.

Anexa, também, certidão de distribuição de ações criminais emitida pela Justiça Militar da União, informando que nada consta contra o seu nome.

Não há, ainda, registro de condenação por crime eleitoral, segundo certidão emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral, juntada ao relatório.

Por fim, a Corregedoria do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios certifica que o postulante não sofreu nenhuma sanção disciplinar desde seu ingresso no Ministério Público até a presente data, e não responde a sindicância, inquérito ou processo administrativo disciplinar.

Ante o exposto, pensamos que os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de todas as informações e elementos para deliberar sobre a indicação do nome do Senhor Cláudio Henrique Portela do Rego para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Sr. Presidente, é esse o relatório pedindo a aprovação dos demais membros desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão o relatório do eminente Senador Eunício Oliveira. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva e automática.

O item seguinte é o último da pauta. Item 10, pag. 203.

ITEM 10

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 316, DE 2007

- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o imposto de renda das pessoas físicas, para permitir a dedução de despesas com pagamento de aluguel residencial.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 317, DE 2008

- Não Terminativo -

Altera o inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, de despesa com aluguel de imóvel residencial, do Imposto de Renda da Pessoa Física.

Autoria: Senador Expedito Júnior

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Favorável ao PLS nº 316, de 2007, com duas emendas que apresenta e restando prejudicada a Emenda nº 1, e pela prejudicialidade do PLS nº 317, de 2008.

Observações:

- Em 25/11/2010, foi recebida a Emenda nº 1 ao PLS nº 317/2008, de iniciativa do Senador Antonio Carlos Valadares;

- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais e, posteriormente, pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao eminente Senador Benedito de Lira para leitura do seu relatório.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, V. Ex^a já fez a leitura da ementa do projeto. Em busca desse objetivo comum, diferem basicamente na redação do dispositivo proposto.

O PLS nº 316/07 especifica a dedução relativa aos pagamentos efetuados, no ano-calendário, a título de aluguel de imóvel residencial, limitados ao valor total de R\$10 mil.

O PLS nº 317/08 refere-se, singelamente, às despesas relativas a aluguel residencial. Todavia, manda acrescentar ao mesmo art. 8º o § 4º, estabelecendo que o disposto na alínea “h” do inciso II limita-se a pagamentos especificados e comprovados, com indicação de nome, endereço e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Geral de Contribuintes – CGC de quem os recebeu, podendo, na falta de documentação, ser feita indicação do cheque nominativo pelo qual foi efetuado o pagamento.

Segundo a justificativa que acompanha o PLS nº 316, de 2007, o direito à moradia tem status constitucional, apesar de ser notório que o Brasil apresenta grandes carências nessa área. Informa-nos, ainda, que a deficiência habitacional seria da ordem de dezenas de milhões, o que levaria as famílias a viver em con-

dições subumanas. A situação econômico-social do País, ademais, dificultaria sobremaneira a aquisição de casa própria, motivo pelo qual o mercado de aluguéis assume relevante papel, suprimindo as necessidades de moradia. Além disso, os locatários de baixa renda pagariam proporcionalmente aluguéis mais altos que os de maior renda.

Quanto ao PLS nº 317, de 2008, o ilustre autor lembra que a moradia é um dos direitos sociais (art. 6º da Constituição Federal) e que há determinação constitucional de personalização e de aferição da capacidade contributiva dos cidadãos.

Em 25 de novembro de 2010, foi registrada a Emenda nº 1 da CCJ, do Senador Antonio Carlos Valadares, ao PLS nº 317/08, propondo a alteração da ementa e da redação do que fora originalmente proposto, para acrescentar ao inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 1995, uma alínea “h” com o seguinte teor:

“Art. 8º

 II –

h) às despesas efetivamente pagas no ano-base, até o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), relativas a financiamento para aquisição da casa própria pelo Sistema Financeiro da Habitação ou aluguel de um único imóvel residencial, ocupado pelo próprio contribuinte.”
” (NR)

Na sequência, o projeto irá à deliberação da Comissão de Assuntos Sociais e, em caráter terminativo, da Comissão de Assuntos Econômicos.

Da análise, Sr. Presidente.

O aspecto de juridicidade estrita pertinente à observância da Lei de Responsabilidade Fiscal também está suficientemente equacionado nos projetos, ao determinar, no art. 2º, que o Poder Executivo adote as providências de cálculo da renúncia de receita e que a considere nos projetos de lei orçamentária futuros. Note-se que, conforme os projetos, a dedução de que trata essa lei só terá efeitos no exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 2º.

Todavia, há um aspecto que, sem tisonar os projetos de inconstitucionalidade, finda por fazê-los caminhar no sentido inverso do disposto em dispositivos da Carta Magna, que tratam da progressividade.

O art. 153, § 2º, I, da Constituição preconiza que o Imposto de Renda será informado pelos critérios de generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei.

É imperioso cuidar para que a dedução não venha a beneficiar, principalmente, os declarantes de mais alta renda, não apenas porque eles normalmente se utilizam do modelo completo de declaração, mas porque estão sujeitos a maiores alíquotas.

Para ilustrar, um mesmo aluguel anual de R\$30 mil proporcionaria zero de redução de imposto a pagar. Para quem? Para os que estão na faixa de isenção de R\$4.500,00 para os que estão na faixa de 15%, e de R\$8.250,00 para aqueles situados na faixa de 27,5%. Por isso, diz-se que a medida seria regressiva, na medida em que possibilitaria que menos imposto fosse pago, quanto menor fosse a renda do declarante que vá abater o valor do aluguel pago. Cumpre lembrar ainda que há clara correlação entre o valor do aluguel e o nível de renda das pessoas. Pessoas com maior nível de renda tendem a buscar, para aluguel, imóveis de melhor padrão, maiores e situados em bairros melhores.

Outro fator de regressividade pode ser identificado no fato de que, em nenhum dos projetos sob exame, o abatimento é limitado à despesa com um único imóvel de residência. Abre-se, assim, margem para a inclusão, por exemplo, de despesas com imóvel de veraneio. Podem-se mencionar, ainda, as possibilidades de fraude que se descortinam – por exemplo, a de um contribuinte de alta renda assumir formalmente o contrato de aluguel de outras pessoas da família que declaram pelo formulário simplificado.

Assim, com as necessárias alterações para espantar esses aspectos negativos, a proposta constante dos projetos deve ser aprovada.

A Emenda CCJ – nº 1, a propósito, já oferece uma boa redação para sanar os aspectos apontados. No mérito, ela abre uma alternativa, segundo a qual o contribuinte poderá fazer uma única dedução conforme seja o seu caso: do aluguel, obviamente, de um imóvel de terceiros ou da prestação da casa própria, quando decorrente de financiamento pelo Sistema Financeiro da Habitação. Essa iniciativa será acolhida em emenda nossa, que adotará a mesma sistemática, porém com valor de dedução maior, além de alguns ajustes redacionais.

A proposta é interessante, na medida em que premia o cidadão que se esforça para adquirir o patrimônio familiar. Permitir a dedução do aluguel e não da prestação significaria, ao contrário, estimular a utilização da margem de renda em outros gastos, permanecendo em imóvel de terceiros.

VOTO

Em face de todo o exposto, o voto é pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 317, de 2008, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado

nº 316, de 2007, com as seguintes emendas, restando prejudicada a Emenda nº 1 – CCJ:

EMENDA – CCJ

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2007, a seguinte redação:

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o imposto de renda das pessoas físicas, para permitir a dedução de despesas com o pagamento de prestações de aquisição da casa própria ou de despesas com aluguel residencial.

A outra emenda:

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2007, a seguinte redação:

“Art. 1º O art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º

II –

h) às despesas efetivamente pagas no ano-base, até o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), relativas a prestações decorrentes de financiamento pelo Sistema Financeiro da Habitação ou relativas a aluguel, tratando-se, em qualquer hipótese, de um único imóvel residencial ocupado pelo próprio contribuinte.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão o voto de V. Ex^a, Senador Benedito de Lira.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Para discutir, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, aqui trata de isenção fiscal. Vamos aprová-la na CCJ, porque cuida muito mais da constitucionalidade. Mas, na CAE, que é a comissão terminativa, vamos fazer uma análise mais aprofundada dos seus efeitos. Queria registrar que R\$20 mil correspondem a mais ou menos 300 salários mínimos por ano. Se dividirmos por 12, dá mais ou menos 23 salários mínimos por mês de renda. E 70% dos trabalhadores das famílias brasileiras têm renda de até quatro salários mínimos.

Temos também outra preocupação que são os efeitos sobre as receitas dos Municípios e dos Estados. Como todos sabemos, o FPE – Fundo de Participação dos Estados e o FPM – Fundo de Participação dos Municípios são constituídos a partir de um per-

centual sobre o Imposto de Renda e do IPI. Ao fazer a isenção, vamos reduzir as receitas dos Municípios e dos Estados, sem esquecer a repercussão nos fundos constitucionais.

Portanto, acho que a política da casa própria do Minha Casa Minha Vida, que foi desenhada, já tem um subsídio significativo. Quando o projeto foi apresentado, não tínhamos ainda uma política habitacional, vivíamos sob os efeitos da extinção do BNH e também das dificuldades da aquisição da casa própria. Lembro muito bem da atuação da Encol, que montou um esquema para tomar dinheiro da classe média brasileira. Aprovamos, em 2005, a lei de desafetação imobiliária para proteger aqueles que compram imóveis, como dizemos no jargão popular, na planta, ou seja, compram antecipadamente. Com aquela legislação, cada bloco de empreendimento é uma empresa, é uma sociedade de propósito específico para que o seu patrimônio não se contamine com a outra empresa que o próprio incorporador pode também colocar em execução. Assim, há um conjunto de medidas que, após a apresentação do projeto de lei, em 2007, foi implementado.

Mas esse debate, Senador Benedito de Lira, vamos fazer na Comissão de Assuntos Econômicos, para encontrarmos o meio termo do que V. Ex^a está colocando.

Sr. Presidente, vamos aprovar nesta Comissão, mas fazendo a ressalva de que, na Comissão de Assuntos Econômicos, vamos aprofundar o debate com anuência do meu amigo, do meu Líder Benedito de Lira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Feitas as ressalvas de V. Ex^a, inclusive ressalvas próprias, tendo em vista a missão desta Comissão no aprofundamento das questões constitucionais, jurídicas, regimentais da matéria. Mas a matéria também irá para a Comissão de Assuntos Sociais. Após esta Comissão, o assunto será debatido na Comissão de Assuntos Sociais e, por fim, na Comissão de Assuntos Econômicos, que V. Ex^a tão bem posicionou com relação aos arranjos que devem ser observados.

Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Quero também colocar em apreciação o requerimento de adendo do Senador José Pimentel.

REQUERIMENTO Nº 10, DE 2013 - CCJ

Requeiro, nos termos do art. 90, V, c/c art. 93, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, e tendo em vista a aprovação do Requerimento nº 7 de 2013, de iniciativa do Senador Pedro Taques, que propõe a realização de Audiências Públicas para instrução do PLS 207, de 2009, que “Institui o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 173 da Constituição Federal”, e em especial para a discussão do conteúdo do Relatório já apresentado pelo Sen. Relator à essa Comissão, que seja convidado para participar também da 1ª Audiência Pública, o seguinte senhor: Sr. Antonio Pedro da Silva Machado – Diretor Jurídico do Banco do Brasil S.A.

Autor: Senador José Pimentel

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento do Sr. José Pimentel.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Tenham todos um bom dia. Fiquem com Deus.

(Iniciada às 10 horas e 05 minutos e suspensa às 12 horas e 44 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 27 minutos e suspensa às 15 horas e 54 minutos do dia 17/04/2013; reaberta às 10 horas e 11 minutos do dia 18/04/2013, a reunião é encerrada às 11 horas e 50 minutos.)

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTE****ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO
DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE
MARÇO DE 2013.**

Às onze horas e dezesseis minutos do dia vinte e seis de março de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Se-

nadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Romero Jucá, Ana Amélia, Kátia Abreu, Alvaro Dias, José Agripino, Armando Monteiro, Sodré Santoro, Lindbergh Farias, Anibal Diniz, Vanessa Graziotin, João Capiberibe, Vital do Rêgo, Luiz Henrique, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira, Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Inácio Arruda, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, João Alberto Souza, Pedro Simon, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Paulo Bauer e Maria do Carmo Alves. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, a Presidência passa à leitura do seguinte comunicado: **Item 15: Comunicado da Presidência:** “Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento do Aviso nº 184-Seses-TCU-Plenário, de autoria do Presidente do Tribunal de Contas da União, Excelentíssimo Senhor Ministro Augusto Nardes, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 026.062/2011-9, na Sessão Ordinária de 13/03/2012, juntamente com Relatório e Voto que fundamentaram aquela deliberação, com a intenção de manter informada a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal acerca dos desdobramentos do Acórdão nº 506/2013-TCU-Plenário, que tem como enfoque as ações de estruturação e expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Os Senadores que desejarem uma cópia da correspondência poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão”. A Matéria vai ao arquivo. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2010**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Duque, que “Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para estabelecer prazo de validade do Exame da Ordem”, **que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 397, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Eduardo Amorim, que “Altera o § 1º do art. 8º do Estatuto da Advocacia, a fim de estender por três anos a validade da aprovação na primeira etapa do Exame de Ordem”. O relator designado é o Senador João Vicente Claudino e o parecer é pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 188, de 2010 e nº 397, de 2011, que tramitam em conjunto. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação do autor. **Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora

Marinor Brito, que “Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil o programa radiofônico A Voz do Brasil e dá outras providências”. A relatora designada é a Senadora Ana Rita e o parecer é pela rejeição do projeto. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. Neste momento, a Senhora Senadora Ana Amélia, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 12**). Logo após, a Senhora Senadora Ângela Portela requer, oralmente, pela ordem, a inversão de pauta para deliberação do item 5, o que é aprovado. **Item 5: Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria dos Deputados Paulo Rocha e Professor Luizinho, que “Dispõe sobre informações a serem prestadas pelas instituições de ensino superior aos candidatos, no ato de inscrição para o processo seletivo de seus cursos superiores”. A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o parecer favorável é aprovado, na forma da emenda substitutiva nº 1-CE. **Item 8: Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que “Inscreve o nome de Sórora JOANA ANGÉLICA DE JESUS, no Livro dos Heróis da Pátria”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Paulo Paim e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cyro Miranda, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a orientação vocacional como diretriz curricular no ensino médio”. O relator designado é o Senador Alvaro Dias e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 7: Projeto de Lei do Senado nº 99, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda, que “Institui a Semana Nacional da Doação de Cordão Umbilical”. O relator designado é o Senador Vital do Rêgo e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. Prosseguindo, o Senhor Senador

Cristovam Buarque, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 13**). Logo após, o Senhor Senador Paulo Paim, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 14**). Prosseguindo, a Presidência passa à deliberação dos itens incluídos extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 12: Requerimento nº 5/2013-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia, que requer “... nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, o comparecimento do Ministro de Estado da Justiça, JOSÉ EDUARDO CARDOZO, para prestar os devidos esclarecimentos sobre as denúncias de má conservação do prédio do Arquivo Histórico Nacional, o que coloca em risco a preservação de documentos históricos”. O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 13: Requerimento nº 6/2013-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer “... nos termos regimentais, a realização de enquête pelo Serviço de Pesquisa de Opinião - Data Senado, sobre o tema “federalização da educação básica”, debatido por essa Comissão ao longo do ano de 2012, com a realização de sete Audiências Públicas e a publicação da revista Em Discussão!, produzida pela Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado Federal, sobre o tema “Educação: salto de qualidade é urgente”. Além de verificar a opinião da população brasileira acerca do tema, a pesquisa induzirá a uma reflexão sobre a necessidade de debater um novo modelo de financiamento para a educação”. O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 14: Requerimento nº 7/2013-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer “Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater ‘a situação dos vereadores no Brasil na Ótica da Educação’”. O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 569, de 2009; Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2007; Item 9: Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2011; Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2011 e Requerimento, de autoria do Senador Wellington Dias**. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda**, encerra a reunião às doze horas e dezenove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presiden-

te e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cyro Miranda**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa da leitura da ata da reunião anterior e de sua aprovação.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Comunicado.

Comunico aos Srs. e Sr^{as} Senadoras o recebimento do Aviso nº 184, do TCU-Plenário, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ex^{mo} Sr. Ministro Augusto Nardes, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº TC, de 2011, na sessão ordinária de 13/03/2012, juntamente com o relatório e o voto que fundamentaram aquela deliberação, com a intenção de manter informada a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal acerca dos desdobramentos do Acórdão nº 506/2013 TCU-Plenário, que tem como enfoque as ações de estruturação e expansão da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica.

Os Srs. Senadores que desejarem uma cópia da correspondência poderão dirigir-se à Secretaria nesta Comissão.

A matéria vai para o Arquivo.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não, Senador.

Pela ordem, o Senador...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Gostaria de pedir para tirar de pauta o item 4, já que o Relator não está presente, o Senador João Vicente Claudino. É um assunto de extrema relevância, e sou o autor do projeto.

Como o Relator não está presente, Sr. Presidente, estou pedindo para que o projeto seja colocado na próxima pauta, para que ele possa relatar.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não, Senador Eduardo Amorim.

V. Ex^a será atendido. O Projeto de Lei nº 397, de 2011, não terminativo, será retirado de pauta e também o de nº 188, de 2010 – os dois, porque a tramitação

é conjunta. O de nº 188, de 2010, também, porque o Relator não está presente e por acordo entre V. Ex^a e o Relator.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 4

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 188, de 2010

- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para estabelecer prazo de validade do Exame da Ordem.

Autoria: Senador Paulo Duque

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 397, de 2011

- Não Terminativo -

Altera o § 1º do art. 8º do Estatuto da Advocacia, a fim de estender por três anos a validade da aprovação na primeira etapa do Exame de Ordem.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria: Senador João Vicente Claudino

Relatório: Pela rejeição do PLS nº 188, de 2010 e do PLS nº 397, de 2011 que tramita em conjunto

Observações:

1- Matéria terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

Passamos agora ao item 6.

O Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2011, é terminativo. Vamos fazer apenas a leitura.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 19, DE 2011

- Terminativo -

Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil o programa radiofônico A Voz do Brasil e dá outras providências.

Autoria: Senadora Marinor Brito

Relatoria: Senadora Ana Rita

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1- A matéria constou na pauta da reunião do dia 19/03/13.

Com a palavra, a Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT– ES) – Obrigada, Sr. Presidente.

O Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito, tem como propósito declarar como patrimônio cultural imaterial do Brasil o programa radiofônico A Voz do Brasil e determinar outras providências correlatas a esse propósito.

Em seu art. 1º, a proposição declara como patrimônio cultural imaterial do Brasil o programa informativo radiofônico A Voz do Brasil, produzido e difundido sob responsabilidade dos Três Poderes da República.

Em seguida, o art. 2º trata da obrigatoriedade de sua transmissão, que deverá ser realizada de segunda-feira a sexta-feira, das 19h às 20h, pelo horário oficial de Brasília, em cadeia nacional formada por todas as emissoras de rádio brasileiras, públicas e privadas, independentemente da frequência utilizada.

Já o art. 3º determina que cabe aos entes do Poder Público, nos termos do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, instituído pelo Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, zelar pela manutenção da integridade do programa A Voz do Brasil e pela preservação de sua memória, para fins históricos e de pesquisa da memória nacional.

Os arts. 4º e 5º, respectivamente, contêm as cláusulas de vigência e de revogação das disposições em contrário.

Em sua justificção, a autora alega que A Voz do Brasil, cuja transmissão foi iniciada em 1935, é o programa radiofônico mais antigo do mundo. É também o de maior alcance no Brasil, envolvendo, em sua transmissão, 7.691 emissoras. Do ponto de vista do conhecimento, as pesquisas apontam que a quase totalidade dos brasileiros com mais de 16 anos o conhecem e mais da metade destes aprova o conteúdo da programação.

À proposição foram apresentadas três emendas, pelo Senador Mário Couto: a primeira, para suprimir, no art. 1º, a expressão “produzido e difundido sob responsabilidade dos Três Poderes da República”; a segunda, para suprimir o art. 2º; e a terceira, para dar nova redação ao art. 3º, retirando a expressão “zelar pela integridade do programa A Voz do Brasil.”

Análise.

À Comissão de Educação, Cultura e Esporte compete examinar proposições que versem sobre cultura, nos termos do art. 102, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Inicialmente, cabe esclarecer que o reconhecimento de patrimônio imaterial não pode ser feito por intermédio de projeto de lei. Em respeito à legislação sobre patrimônio, cuja lei inaugural é o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, deve-se considerar uma série de requisitos de natureza técnica, científica e legal.

Para o patrimônio imaterial, especificamente, o reconhecimento é feito por intermédio das regras constantes do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

Nos termos do citado decreto, o registro poderá ser feito em um dos quatro livros criados, a saber:

- a)** Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
- b)** Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;
- c)** Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;
- d)** Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas (art. 1º, §1º do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000).

Os procedimentos para registro de algum bem, por sua vez, estão descritos na Resolução nº 1, de 3 de agosto de 2006, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), publicada no Diário Oficial da União em 23 de março de 2007.

De acordo com a citada norma, o requerimento para instauração do processo administrativo de Registro poderá ser apresentado pelo Ministro de Estado da Cultura, pelas instituições vinculadas ao Ministério da Cultura, pelas Secretarias Estaduais, Municipais e do Distrito Federal e por associações da sociedade civil. Tal requerimento será sempre dirigido ao Presidente do IPHAN, podendo ser encaminhado diretamente a este ou por intermédio das demais unidades da instituição.

Esse requerimento inicial, por seu turno, deverá fornecer algumas informações e documentos, a saber:

- a)** identificação do proponente;
- b)** justificativa do pedido;
- c)** denominação e descrição sumária do bem proposto para registro, com indicação da participação e/ou atuação dos grupos sociais

envolvidos, de onde ocorre ou se situa, do período e da forma em que ocorre;

d) informações históricas básicas sobre o bem e documentação mínima disponível, adequada à natureza do bem, tais como fotografias, desenhos, vídeos, gravações sonoras ou filme;

f) referências documentais e bibliografias disponíveis;

g) declaração formal de representante de comunidade produtora do bem ou de seus membros, expressando interesse e anuência com instauração do processo de registro.

Caso o requerimento não contenha a documentação mínima necessária, o IPHAN oficiará ao proponente para que a complemente no prazo de 30 dias, prorrogável mediante solicitação justificada, sob pena de arquivamento do pedido.

Uma vez apresentado, o requerimento será apreciado pela Câmara do

Patrimônio Imaterial, criada no âmbito do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Em seguida, são cumpridas algumas fases e passos: o processo administrativo de registro, acompanhado de avaliação técnica preliminar do IPHAN e indicação da instituição externa ou de unidade do próprio instituto será submetido à Câmara do Patrimônio Imaterial para apreciação quanto à pertinência do pedido e quanto à indicação encaminhada. No caso de o pedido ser julgado pertinente, a Câmara do Patrimônio Imaterial dará conhecimento ao Conselho Consultivo, e o IPHAN informará e notificará o proponente para que proceda à instrução do processo. Essa instrução técnica do processo, por sua vez, é de responsabilidade do Departamento de Patrimônio Imaterial, o qual poderá delegá-la ao proponente, desde que tenha competência técnica para tanto ou a uma ou mais instituições públicas ou privadas, também desde que detenham competência para tal procedimento. Essa deve conter, além da documentação mencionada no art. 4º da citada resolução, uma série de descrições e referências.

Em seguida, finalizada a fase de pesquisa e documentação, o material produzido na instrução do processo administrativo de registro será sistematizado na forma de um dossiê que apresente o bem, composto de texto, impresso e em meio digital, contendo a descrição e contextualização do bem, aspectos históricos e culturais relevantes, justificativa do registro, recomendações para sua salvaguarda e referências bibliográficas. Acompanharão o dossiê, também, fotos, vídeos e outros documentos que sintetizem os aspectos culturalmente relevantes do bem por meio da edição dos registros audiovisuais realizados e/ou coletados.

Cumpridas todas as formalidades, será registrado o bem. O Iphan promoverá as ações necessárias à conservação, guarda e acesso à documentação produzida nos processos de registro.

Assim sendo, mesmo que o programa A Voz do Brasil preencha os requisitos para reconhecimento como patrimônio imaterial, não seria por intermédio de uma lei ordinária o seu reconhecimento. Se tal acontecesse, estaríamos diante de uma potencial desmoralização dos conceitos e preceitos legais sobre patrimônio, inclusive da autoridade competente para atestar a natureza patrimonial do bem, que é o IPHAN. Mais do que a vontade do legislador e mais do que a força do órgão legiferante, não se pode desconhecer que a noção de patrimônio imaterial precisa ser observada em cada caso concreto.

Assim sendo, revela-se injurídico o Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2011, razão pela qual não deve ser admitido.

O voto, Sr. Presidente.

Avaliado o mérito, a constitucionalidade e a juridicidade, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2011.

É esse, Sr. Presidente, o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer, aqui, uma observação. Na verdade, é esse o nosso parecer, porque nós precisamos zelar pela nossa legislação e pelas regras colocadas. Mas a gente lamenta muito que A Voz do Brasil não possa ser declarada, neste momento, patrimônio da humanidade. Então, é só para esclarecer que só o será por iniciativa do Poder Executivo. Não nos cabe, como Poder Legislativo, fazer essa declaração. Então, eu gostaria de enfatizar isso neste final.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Ana Rita.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Como não há quórum e é uma matéria terminativa, eu vou sobrestar a discussão.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senadora Angela Portela.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Eu gostaria de pedir a inversão de pauta do item 5. É não terminativo.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É que eu tinha pedido, também, para a leitura de um requerimento, pelo menos, extrapauta, porque a Senadora Angela Portela e, imagino, a Senadora Ana Rita, a Senadora Lídice e eu queremos ir à questão da Pro-

curadoria da Mulher, que está sendo agora. Como o meu é apenas um requerimento, eu queria saber se os colegas Senadores e Senadoras concordam que seja feita apenas a leitura, porque a votação, em seguida, seria extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – É com muito pesar que eu vou fazer isso, porque vou perder a presença das quatro jovens Senadoras. Mas concedo a palavra, se houver a concordância da Senadora.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr^{as} e Srs. Senadores, obrigada, meus caros colegas.

Eu estou requerendo, com base no inciso V do art. 90 do Regimento, combinado com o art. 52, §2º, da Constituição, a presença do Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para prestar alguns esclarecimentos sobre uma denúncia de má conservação do prédio do Arquivo Histórico Nacional, que coloca em risco a preservação de documentos históricos.

Agora, há pouco, a Senadora falou aqui de um grande relatório sobre o Patrimônio Histórico, que nós temos que preservar.

Houve, recentemente, uma grande enchente, no Rio de Janeiro, e houve dano material ao Arquivo Histórico Nacional. Então, é exatamente para ver quais são as condições de preservação dessas documentações; se houve algum risco; como está a situação do Patrimônio; o que nós, aqui no Senado, poderemos fazer para ajudar a resolver esses graves problemas. Afinal, ali está a história do Brasil. Então, por isso, o convite ao Ministro da Justiça, a quem está subordinado o Arquivo Histórico Nacional, para estar aqui presente, prestando as informações.

Este é o meu requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

Como nós pulamos uma etapa, eu gostaria de perguntar aos nobres pares do Plenário se estão de acordo que seja incluído extrapauta. (*Pausa.*)

Como não há objeção, aprovado.

Como já foi apresentado, eu coloco em votação o requerimento da Senadora Ana Amélia, que, a propósito, foi motivo de dois editoriais, um do jornal *O Globo* e outro da *Folha de S. Paulo*, sobre essa matéria. Realmente, é preocupante e precisamos nos embasar.

Com a palavra, o Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sem nenhuma discordância, Sr. Presidente, é um convite ao Ministro, não é?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – É um convite ao Ministro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Isso, muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Para que a gente saiba de perto o que está acontecendo e para nos atualizarmos também.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Claro, claro. Eu tenho certeza de que ele virá.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Ele já falou que estaria à disposição. Já antecipei.

Como estão todos de acordo, está aprovado o requerimento da Senadora.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada a todas as meninas e aos Senadores também.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Primeiro, submeto a inversão de pauta às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, a pedido da Senadora Angela Portela.

Se estão todos de acordo, passo a palavra, então, para o item 5, não terminativo.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 15, de 2012

- Não Terminativo -

Dispõe sobre informações a serem prestadas pelas instituições de ensino superior aos candidatos, no ato de inscrição para o processo seletivo de seus cursos superiores.

Autoria: Deputado Paulo Rocha e outros

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido

Observações:

1- Matéria terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A nobre Senadora Angela Portela está com a palavra.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vamos à análise do projeto.

Segundo o art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, têm prazos limitados, que devem ser renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação. A matéria é regulamentada pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Segundo o regulamento, a supervisão será realizada a fim de zelar pela conformidade da oferta de educação superior no sistema federal de ensino com

a legislação aplicável, enquanto a avaliação terá por fim a melhoria na qualidade da educação superior.

O art. 10, §9º, do mencionado decreto garante que todos os processos administrativos nele previstos observarão o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que dispõe sobre um processo administrativo no âmbito da administração federal e que, cabe enfatizar, não atribui a sanção de advertência para pessoa jurídica. O Decreto nº 3.860, de 2001, vigente à época da proposição original, tampouco mencionava termo semelhante. Daí acreditarmos que a menção do PLC nº 15, de 2012, à sanção de advertência, conforme o inciso I do art. 2º, resulte obscura e inadequada. A advertência a pessoas jurídicas é exceção dentro da normatização brasileira.

Com efeito, o poder coercitivo de uma advertência perpetrada a uma pessoa jurídica é virtualmente nulo e mesmo os valores propostos como multa são irrisórios e de *per se* certamente nada produziram de efetivo quanto à regularização das instituições. Também reputamos inerte aplicar tal advertência a uma pessoa física empregada em instituição de direito privado, como os diretores e gerentes das instituições de ensino que descumprissem o estabelecido na proposição.

Vale mencionar que o normativo também prevê diversos requisitos para o funcionamento regular das instituições de ensino, incluindo desempenho satisfatório nas avaliações e higidez empresarial, bem como mecanismos de representação e instauração de processos administrativos e representações junto aos órgãos supervisores.

É nesse sentido que o art. 46, § 1º, da LDB, estabelece as seguintes penalidades possíveis para as instituições de ensino que descumprirem os dispositivos do regulamento: a) desativação de cursos e habilitações; b) intervenção; c) suspensão temporária de prerrogativas da autonomia; ou d) descredenciamento.

Então, a LDB já prevê sanção para esse tipo de situação.

Cabe ressaltar que este projeto complementa o conteúdo do PLC nº 67, de 2011, que determina que as instituições de ensino superior devem informar aos interessados, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, recursos disponíveis, critérios de avaliação, qualificação dos professores por cursos e disciplinas, bem como os períodos de seu efetivo exercício profissional na instituição, obrigando-se a cumprir as respectivas condições.

Voto.

Em vista do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2012, na forma da seguinte emenda substitutiva.

Art. 46.

§3º *As instituições de educação superior ficam obrigadas a informar aos candidatos, no ato de inscrição para o processo seletivo de seus cursos superiores, a situação destes com relação à autorização e ao reconhecimento pelo órgão competente do respectivo sistema de ensino.* (NR)

Então, Sr. Presidente, tendo em vista que a LDB já prevê sanção para os cursos que não estiverem devidamente reconhecidos, autorizados, nós suprimimos essa condição de punição que já está prevista na LDB, mas nós aprovamos o projeto, reconhecendo que há necessidade de o estudante, de o aluno que se credencia em um dos cursos superiores terem as informações necessárias para o seu interesse pessoal em relação aos cursos.

Então, nós votamos pela aprovação com essa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Angela Portela. Muito justo que o candidato tenha as informações necessárias para que ele desenvolva e saiba o que vai encontrar pela frente.

Essa matéria é terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Coloco em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, a matéria está aprovada.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 102, de 2011

- Terminativo -

Inscribe o nome de Sórór JOANA ANGÉLICA DE JESUS, no Livro dos Heróis da Pátria.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas

Observações:

- 1 – Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para as emendas.
- 2 – A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 13/11/12, 20/11/12, 04/12/12, 05/03/13, 12/03/13 e 19/03/13.

Em virtude da saída do Senador Walter Pinheiro da Comissão, nomeamos o Senador Paulo Paim como Relator *ad hoc*.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Cyro Miranda, Presidente desta importante Comissão de Educação, Cultura e Esporte, é com satisfação que eu passo, então, a fazer a leitura do parecer do nobre Líder Walter Pinheiro sobre um projeto da Senadora Lídice da Mata.

O Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2011, da Senadora Lídice da Mata, propõe a inscrição do nome de Sórora Joana Angélica de Jesus no Livro dos Heróis da Pátria e vem ao exame, em caráter terminativo, a esta Comissão.

Eu vou para a análise, se V. Ex^a me permitir, por complemento.

Análise.

Compete à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, de acordo com o art. 102, II, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições que tratem de homenagens cívicas, como a que presentemente analisamos.

No que se refere ao mérito, Sórora Joana Angélica sempre representou, junto aos baianos e a todo o povo brasileiro, o espírito de sacrifício e dedicação ao bem de seus semelhantes. Seu martírio a vincula, de modo perene, à causa da luta pela independência nacional, que tão árdua e heroica se mostrou na Bahia. Por tão simples quanto irrecusáveis razões, deve o nome de Sórora Joana Angélica de Jesus ser inscrito no Livro dos Heróis da Pátria.

Julgamos, contudo, não ser adequado que se defina uma data para a inscrição, mesmo que portadora de tão relevante significado histórico como o 2 de julho. Seja qual for a razão, há um número considerável de leis que determinam inscrições de nomes no Livro dos Heróis da Pátria que não foram ainda cumpridas. Mostra-se, assim, improdutivo adicionar uma condição para que se efetive a inscrição de que trata o presente projeto, sendo indicada a supressão do parágrafo único do art. 1º, mediante essa argumentação.

No que tange à constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e adequação ao Regimento da Casa, não há reparos a fazer ao Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2011.

Há, contudo, pequenas correções a serem implementadas, na redação da ementa, assim como no art. 1º, *caput*. Por um lado, não se justifica o emprego do itálico em Livro dos Heróis da Pátria, uma vez que ele não designa uma obra escrita, mas um instrumento simbólico e institucional para a efetivação de homenagens cívicas. De fato, o seu nome não é gravado com itálico na Lei nº 11.597, de 2007, que “dispõe sobre a inscrição de nomes no Livro dos Heróis da Pátria”, nem nas leis que determinam tal inscrição. Por outro lado,

deve-se eliminar a vírgula entre o nome da homenageada e a expressão “no Livro dos Heróis da Pátria”.
Voto.

Consoante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2011, com as emendas a seguir apresentadas.

EMENDA Nº - CE

(ao PLS nº 102, de 2011)

Suprima-se o parágrafo único do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2011.

EMENDA Nº – CE (DE REDAÇÃO)

(ao PLS nº 102, de 2011)

Suprima-se da ementa e do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2011, a vírgula posta entre as expressões “o nome de Sórora Joana Angélica de Jesus” e “*no Livro dos Heróis da Pátria*”.

EMENDA Nº – CE (DE REDAÇÃO)

(ao PLS nº 102, de 2011)

Suprima-se da ementa e do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2011, o itálico empregado na grafia do nome “Livro dos Heróis da Pátria”.

É esse o relatório, Sr. Presidente, pela aprovação do projeto com as emendas que aqui acabei de ler.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim, pela sua presteza.

Coloco a matéria em discussão.

Como é terminativa, declaro sobrestada, então, essa discussão, lembrando que serão realizadas depois duas votações nominais, uma para o projeto e outra para a emenda.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, eu creio que está na hora de debatermos não só nomes, Senador, mas quais são os verdadeiros critérios para termos o Livro dos Heróis.

Aqui estão chegando muitos nomes que perguntamos até quem foi. Um dos critérios seria não poder ir para o livro pessoas que os Senadores perguntem quem foi, porque, se perguntamos quem foi, deveria haver outro livro, o Livro das Personalidades Brasileiras, muito mais amplo. O Livro dos Heróis, e eu me lembro de quando foi criado, era, com um rigor muito grande, para que ali estivessem os nomes de que ninguém tivesse dúvida. E eu pergunto, com o todo respeito, se o nome apresentado neste projeto, pela Senadora Lídice, faz parte desse pequeno grupo, como Tiradentes.

É um grupo que tem que ser muito seletivo. Fico em dúvida na hora de votar nesse nome.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Bem lembrado.

Está sobrestada a discussão e V. Ex^a tem toda a razão. Existe um projeto, uma lei já aprovada, me informaram aqui da assessoria, disciplinando essa matéria, o que realmente leva a ser inscrito no Livro dos Heróis da Pátria. Vamos buscá-la.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Basicamente, quer dizer que já morreu.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – É, basicamente quem morreu.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – E tem mais, que tenha morrido há tantos anos.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Vou pegar essa lei. Eu que, sinceramente, Senador Cristovam, não o conheço. Vou enviar a seu gabinete e vou também ler, porque precisamos ver também se está de acordo. Se existe uma lei, precisamos saber se está de acordo com que essa lei dizia. Acredito que essa lei deve lembrar que são os grandes heróis, quer dizer, pessoas que realmente precisamos perguntar: mas quem foi? Então, acho que alguma coisa está errada.

A discussão está sobrestada, muito bem lembrado, e vou pedir a V. Ex^a que, na próxima reunião, esteja presente, porque vamos suscitar novamente a questão antes da votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Comprometo-me, Sr. Presidente, na próxima reunião, dialogar com o Senador Walter Pinheiro e com a Senadora Lídice da Mata, para que ambos estejam aqui para fazer a defesa do seu projeto.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 228, de 2012

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a orientação vocacional como diretriz curricular no ensino médio.

Autoria: Senador Cyro Miranda

Relatoria: Senador Alvaro Dias

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas

Observações:

1 – Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para as emendas.

Com a palavra, o nobre Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, o projeto do ilustre Presidente desta Comissão, Senador Cyro Miranda, quer, por meio de acréscimo de dois novos incisos. O ensino médio passa a contar, desde o primeiro ano, com orientação vocacional, a cargo de profissionais especializados e, quando for oferecido em jornada integral, parte dela será dedicada à formação profissional.

A justificação do projeto toma como ponto de partida a mudança do objetivo do ensino médio em razão de sua universalização e da necessidade de que ele não só sirva de ponte para a educação superior, mas também prepare, efetivamente, os adolescentes, os jovens, para o mundo do trabalho, cada vez mais complexo e competitivo. A maioria dos estudantes, além de não contar com serviço de orientação vocacional e profissional, acaba se submetendo a um currículo humanístico e científico que os desmotiva para o estudo e não tem o condão de incluí-los nos cursos superiores de graduação.

Os argumentos desenvolvidos pelo Senador Cyro Miranda, autor do projeto, são, por si só, suficientes para justificar o acolhimento de suas duas intenções centrais: prover os estudantes com orientação vocacional e compor os currículos do ensino médio – quando oferecido em jornada integral – com uma parte de qualificação profissional. Adicionamos mais dois. Primeiro: a complexidade do mundo do trabalho e a pluralidade da oferta de cursos profissionais de nível médio e superior chegaram a tal ponto que se torna imprescindível uma orientação vocacional, não somente na etapa do ensino médio, mas também no final do ensino fundamental, como instrução básica para as escolhas do itinerário formativo adequado às aptidões e desejos dos adolescentes. Segundo: os turnos reduzidos, matutinos e vespertinos, tornaram-se obsoletos, diante da necessidade de enriquecimento do currículo com componentes profissionais, a ponto de serem complementados com cursos concomitantes ou subsequentes, que geram problemas de uso de mais espaço e tempo para os estudantes, e de mais gastos para os agentes públicos.

Assim, é chegado o tempo de, ao lado da qualidade seletiva das escolas de ensino médio – a maioria de redes privadas –, vocacionadas para o preparo de estudantes para cursos nobres nas universidades, alavancarmos a oferta de cursos públicos estaduais de ensino médio integrados em jornada integral, à semelhança de alguns já existentes nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Nada mais adequado do que incorporar essa possibilidade ao texto da Lei de Diretrizes e Bases.

Diante da tarefa terminativa desta Comissão, cabe-lhe ainda a análise de constitucionalidade, juridicidade e exame da técnica legislativa. Em relação a esses aspectos, existe apenas um reparo que merece ser feito, relativamente ao conteúdo da ementa, para a qual oferecemos nova redação, em razão, também, da emenda sugerida para a extensão da orientação vocacional para o ensino fundamental.

Portanto, são duas emendas que estamos propondo, e, com a aprovação dessas emendas, corrige-se a questão da constitucionalidade, da juridicidade e acrescenta-se aquilo que propusemos já no relatório apresentado.

Pelo exposto, nosso voto é pela aprovação do projeto, felicitando o Senador Cyro Miranda pela iniciativa, uma iniciativa inspirada, adequada para este momento, em que se deseja valorizar a educação como caminho para as mudanças que os novos tempos estão a exigir. E nós apostamos na nossa juventude.

Parabéns ao Senador Cyro Miranda pela proposição.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias, não só pelo seu relatório, como também pelas referências que fez à minha pessoa.

Eu quero louvar, inclusive, a emenda, quando se trata do ensino fundamental, que também no último ano precisa de uma orientação.

Hoje, o jovem chega à escolha da sua profissão totalmente sem saber o que vai fazer. Então, achamos oportuno colocarmos este projeto de lei para auxiliar. É uma ferramenta a mais para o jovem, que hoje está numa situação muito perdida. As ofertas são muito grandes. As profissões hoje se tornaram especialidades de especialidades. Então, ele não tem, muitas vezes, a noção daquilo que realmente representa aquela profissão.

Pela ordem, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Cyro Miranda, eu podia deixar de falar para cumprimentar V. Ex^a pela grandeza do projeto.

Eu me lembro aqui dos meus próprios filhos: “Aí, pai, para o que eu faço vestibular?”. Porque não tinham de fato a instrução adequada da vocação que eles gostariam de fazer quando estivessem na universidade. Então, às vezes ficam dialogando com a gente. Eu acho que não compete a nós dizer qual o caminho. Tem que ser, de fato, a vocação dele. Se dependesse de mim, todos fariam curso de Direito. E pior que eles sabem disso: “O senhor já vai dizer que todo mundo tem que ir para o Direito.” Porque eu adoro o Direito, mesmo, e não fiz o curso de Direito, mas adoro o Direito, a arte de advogar. V. Ex^a, com certeza, quando

foi por esse caminho, Senador Vital do Rêgo, foi por inspiração, por vocação. Se eu pudesse retornar aos bancos escolares, iria fazer o curso de Direito. Quando ele me pergunta, eu falo: faça Direito. Resultado: dos três formados, o que é que os três foram fazer? Curso de Direito. Serão bons advogados? Não sei, mas eu acho que estão no bom caminho.

O seu projeto vem responder a essa angústia dos jovens quando se formam de qual é o caminho que deverão traçar. Quero só cumprimentar V. Ex^a, cumprimentar o Senador Alvaro Dias, pela grandeza do projeto.

Eu agora estou relatando o Estatuto da Juventude, e o seu projeto vem nesta linha: fortalecer a juventude brasileira. Que bom que a gente tem a alegria de votar projetos como esse aqui, na nossa Casa.

Aos meus filhos, que estão ouvindo lá, eu digo: vocês optaram pelo Direito porque quiseram. Eu apenas sugeri, mas seria muito melhor se tivessem – todos da nossa juventude – escolhido por vocação, como V. Ex^a está propondo a partir da preparação.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Senador Cyro.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, Senador Vital.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Só para me juntar ao Senador Paim, na expressão espontânea desse Senador que marca a sua história e o seu compromisso com a educação, enaltecendo a V. Ex^a, Senador Alvaro, que tão bem proferiu esse relatório, falando aos jovens, àquelas pessoas que estão hoje absolutamente preocupadas com o seu destino e a sua sensibilidade vocacional, que não encontram, muitas vezes, respostas para aquilo que vão procurar do mundo, do amanhã. E muitas frustrações do profissional do amanhã são exatamente por falta dessas respostas do hoje.

Esses jovens precisam ser orientados. V. Ex^a soluciona, com esse projeto, essa lacuna, esse vazio entre o ensino médio e o ensino superior; entre o destino que esses jovens esperam encontrar para o seu futuro. A sua graduação, mais do que um horizonte de vida, é um planejamento de vida, um planejamento profissional, um planejamento familiar.

Por isso, todas as alvíssaras para um projeto tão bem planejado por V. Ex^a, que preside a nossa Comissão de Educação e certamente, em boa hora, apresenta esse projeto que merece todo o entusiasmo daqueles que estão aqui discutindo para, no momento certo, com o quórum desejado, podermos votar à unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda/Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Vital do Rêgo, pelas palavras carinhosas.

Mas também me chamou muito a atenção o fato de que, hoje, há um grande número de filhos e filhas que seguem a profissão dos pais, porque se alimentam, durante a vida toda, do conhecimento e às vezes não têm a oportunidade de discernir uma outra profissão que até gostariam de ter. A gente vê muita gente – o Senador Vital colocou uma coisa importante – que às vezes se frustra ou às vezes se sente na obrigação de dar continuidade. Quando dá certo, é ótimo. Eu tenho uma filha psicanalista que seguiu a mãe; e um filho administrador de empresas que me seguiu. Mas eu fiz tudo, no meu caso, para que não me seguisse. Mostrei-lhe todas as dificuldades, justamente para que ele tivesse certeza.

Há duas coisas na vida que é muito difícil a gente carregar: são dois casamentos – o casamento marido e mulher e o casamento com a profissão. Esse, se você levar de uma maneira que não é satisfatória, que não é aquilo, é realmente um desastre.

Então, calcado nisso, nós colocamos para apreciação...

Essa matéria vai continuar em discussão. É terminativo. Fica sobrestado. E eu vou contar muito com os nobres pares para que, na próxima reunião, na terça-feira, nós tenhamos quórum, porque nós estamos com a maioria dos itens terminativos já lidos.

Então, Senador Randolfe, que nos abrilhanta com a sua presença, na terça-feira próxima, seria muito importante o quórum, porque, assim, nós andaríamos rápido com a nossa pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO DE Nº 99, DE 2010 - Terminativo -

Institui a Semana Nacional de Doação de Cordão Umbilical

Autoria: Senador Inácio Arruda

Relatoria: Senador Vital do Rêgo

Relatório: Favorável na forma do substitutivo oferecido.

Observações:

- 1 – *Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída na pauta da próxima reunião para apreciação em turno complementar, nos termos no disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.*
- 2 – A matéria já constou na pauta das reuniões de 07/02/2012 e 14/02/2012 e 19/03/2013.

Provavelmente, como não temos quórum, o substitutivo também será discutido e votado na próxima reunião.

Com a palavra o querido Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Senador Paim, essa matéria veio, certamente pela distribuição, para esta relatoria não pela minha condição de advogado, mas pela minha condição de médico, por força do seu mérito indiscutível.

Institui a Semana Nacional de Doação do Cordão Umbilical. É um esforço do Senador Inácio Arruda, com muita justiça, para complementar um trabalho que vem sendo direcionado pelo Ministério da Saúde, tendo em vista o baixo número de transplantes de medula óssea realizados no Brasil, em decorrência de limitações, como o alto custo de procedimentos e baixa disponibilidade de doadores. Como o sangue do cordão umbilical constitui importante fonte de células-tronco e pode substituir a medula óssea para pacientes que dela necessitam, o estímulo à sua doação contribuirá para aumentar a disponibilidade de doadores e o número de procedimentos.

Não foram apresentadas emendas, como bem colocou o Senador Cyro, e essa proposição será apresentada, apreciada, em caráter terminativo, por esta Comissão.

Nos termos do Regimento Interno do Senado, compete a esta Comissão apreciar essas matérias que versam sobre datas comemorativas, como esta em análise. Concordamos, integralmente, com o Senador Inácio Arruda e louvamos a sua iniciativa. E entendemos que a constituição de um evento para a mobilização e a informação da sociedade, por meio de gestores do SUS, associações científicas e interessados, favorecerá o aparecimento de novos doadores.

No entanto, ouvido o Ministério da Saúde e ouvido também o autor, percebemos que a instituição de um Dia Nacional, em substituição a uma Semana Nacional, da Doação de Cordão Umbilical constitui uma estratégia melhor. E já foram feitas outras ações nesse sentido. A constituição de um Dia Nacional, em vez da instituição de uma Semana Nacional, estrategicamente, para o próprio Ministério tem uma resolutividade muito maior.

Em relação à Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que fixa critério para instituição de datas comemorativas, a instituição do Dia Nacional da Doação de Cordão Umbilical cumpre o critério de alta significação nela fixado. Ademais, em conformidade com a decisão exarada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em resposta à consulta formulada pela CE, ressaltamos que a apreciação do PLS nº 299,

de 2010, dispensa o cumprimento das determinações contidas no art. 2º ao art. 4º da Lei nº 12.345.

Pelo exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2010, na forma da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº – CE (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 299, DE 2010

Institui o Dia Nacional da Doação de Cordão Umbilical.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Fica instituído o Dia Nacional da Doação de Cordão Umbilical, a ser comemorado anualmente no dia oito de outubro com o objetivo de estimular a doação.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Vital do Rêgo, como sempre competentíssimo e brilhante o Presidente da Comissão mais importante do Senado Federal, a Comissão de Constituição, Justiça. E temos a satisfação de vê-lo presidi-la! Sabemos que o destino dessa Comissão continua sempre em mãos bastante habilidosas, porque é uma Comissão polêmica, é uma Comissão de muito trabalho, e V. Exª tem o gabarito mais do que suficiente para administrá-la.

Coloco em discussão o Projeto nº 299, relatado pelo Senador Vital do Rêgo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, quero só cumprimentar o Senador Vital do Rêgo, a iniciativa do Senador Inácio Arruda. E, com a mudança proposta pelo nosso Presidente, repito também os argumentos de V. Exª, Sr. Presidente, seus elogios para a Comissão mais importante desta Casa. Senador Vital do Rêgo, quero dizer, de público, que tenho acompanhado – estou há quase três décadas na Casa –, e tenho acompanhado o seu trabalho: um jovem Senador que pode ter certeza de que, na minha concepção, é um dos Senadores mais brilhantes da República!

E não é de graça que V. Exª já passou por diversos postos na Casa, em tão pouco tempo. V. Exª é aclamado, é chamado para que assuma essas responsabilidades e de V. Exª é exigido isso. Por esse motivo, voto com enorme alegria no seu relatório, no Projeto

do Senador. Mas serve este momento, para lhe fazer esta pequena homenagem, que V. Exª merece.

V. Exª não é Senador só do seu Estado. V. Exª é Senador do Brasil, e o seu Estado, São Paulo, tem orgulho disso! Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Paim.

A matéria continua em discussão, fica sobrestada, até a próxima reunião.

Tenho um requerimento extrapauta que submeto às Srªs e Srs. Senadores. (*Pausa.*)

Se não há nenhuma oposição, está aceito este requerimento do Senador Cristovam Buarque, a quem passo a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, é um requerimento que não exige nada de nós, é apenas para pedir à DataSenado que, no seu serviço de pesquisa, esse serviço em que a gente suscita um tema e as pessoas dizem se são a favor ou não, inclua o tema da federalização da educação de base. Esse tema foi muito debatido nesta Comissão ao longo de 2012, com a realização de sete audiências públicas, publicação da revista *Em Discussão*, produzida pela Secretaria Especial da Comunicação Social do Senado Federal, com o tema Educação: Salto de Qualidade é Urgente.

Antes de verificar a opinião da população brasileira acerca do tema, a pesquisa induzirá a uma reflexão sobre a decisão de debater um novo modelo de financiamento para a educação.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento, a fim de ser levado ao DataSenado e solicito que, num serviço de pesquisa de opinião, inclua esta pergunta: a favor da federalização da educação de base ou contra a federalização.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Extremamente oportuno. Submeto o requerimento à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado.

Senador Cristovam, eu passei a V. Exª a Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, que dispõe sobre a inscrição do nome do *Livro Dos Heróis da Pátria*. Eu creio que já chegou.

Só para fazer a leitura rápida:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O *Livro Dos Heróis da Pátria*, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, destina-se ao registro perpétuo do nome dos brasileiros

ou de grupo de brasileiros que tinham oferecido a vida à Pátria para sua defesa e construção com excepcional dedicação e heroísmo.

Art. 2º A distinção será prestada mediante a edição da lei, decorridos 50 (cinquenta) anos da morte ou da presunção de morte do homenageado.

Parágrafo Único. Excetua-se da necessidade de observância de prazo a homenagem aos brasileiros mortos ou presumidamente mortos em campo de batalha.

Art. 3º O registro levará em consideração o transcurso de data representativa de feito memorável da vida do laureado.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de novembro de 2007; 186º da Independência da República e 119ª da República. – Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente.

Nós sabemos, então, antes de tudo, que precisa ser enquadrada qualquer pretensão de escrever no livro. Então, fica mais fácil até para o debate na próxima reunião.

Também submeto o requerimento extrapauta do Senador Paulo Paim à votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Se todos estão de acordo, está aprovado.

Passo a palavra ao nobre Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, elogio V. Ex^a. Nos dias 18, 19 e 20, nós vamos ter uma grande concentração de vereadores aqui, em Brasília, quando se realizará um evento deles. Eles me pediram se seria possível eu fazer uma audiência pública na ótica da educação, para debaterem essa questão toda da amplitude, as emendas que estão na Casa. E eu disse-lhes: “Olhem, a melhor comissão será a do Cyro Miranda, porque é o Presidente da Comissão de Educação e até porque ele tem uma PEC que vocês pensam que é polêmica, mas já conversei com o Senador e estamos construindo tranquilamente uma solução.” Então, para mim, vai ser mais que uma audiência pública. Tenho certeza de que, neste dia, os vereadores de todo o Brasil farão homenagem a V. Ex^a.

Só por isso eu peço aprovação e V. Ex^a merecerá a homenagem que lhe será feita.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado. Eu farei o possível para estar aqui. Eu vou mudar uma agenda do dia 18, até para dar uma satisfação para eles sobre a PEC 35.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bom! Muito bom!

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Nada mais havendo a tratar, agradeço a pre-

sença de todos, encerro a presente reunião e convoco, para a próxima terça-feira, neste mesmo horário, outra reunião dos nossos trabalhos.

Muito obrigado. Bom dia a todos!

(Iniciada às 11 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 19 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE ABRIL DE 2013.

Às onze horas e quarenta e quatro minutos do dia dois de abril de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Ana Rita, Cristovam Buarque, Roberto Requião, João Alberto Souza, Ana Amélia, Benedito de Lira, Alvaro Dias, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, Anibal Diniz, João Capiberibe, Valdir Raupp, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Pedro Simon, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Paulo Bauer e Sodrê Santoro. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, o Senhor Senador Cyro Miranda, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado **(ver Extra-Pauta: Item 11). Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 61, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Bauer, que “Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para isentar do pagamento de direitos autorais a utilização de obras artísticas e culturais por entidades que especifica, em eventos beneficentes destinados a angariar fundos para manutenção e funcionamento próprios”. O relator designado é o Senador João Capiberibe e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação do relator. **Item 5: Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador José Jorge, que “Altera o art. 56 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”. O rela-

tor designado é o Senador Anibal Diniz e o parecer favorável, com a Emenda nº 1-CE, é aprovado. Prosseguindo, a Presidência passa à deliberação do item incluído extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 11: Requerimento nº 8/2013-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cyro Miranda, que requer "... nos termos regimentais e em aditamento ao Requerimento nº 17/2012-CE, que trata da realização de audiência pública para instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2010, que dispõe sobre a regulamentação do exercício de psicopedagogia, que seja incluído no rol de convidados a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia – ABEP". O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 569, de 2009; Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2012; Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2007; Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2011; Item 7: Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2010; Item 8: Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2011; Item 9: Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2011; Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2011**. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda**, encerra a reunião às onze horas e cinquenta e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cyro Miranda**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a aprovação dela.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Hoje, 2 de abril, é o Dia Internacional do Livro Infantojuvenil.

Um dinamarquês, que nasceu no dia 2 de abril de 1805, transformou a literatura, ao ser o primeiro a escrever livros para as crianças: Hans Christian Andersen. É um escritor de contos mundialmente conhe-

cidos e já traduzidos para diversas línguas, como *O Patinho Feio*, *O Soldadinho de Chumbo* ou *A Roupa Nova do Imperador*.

A origem humilde do escritor não o impediu que criasse histórias que encantaram gerações por todo o mundo. Na verdade, o contato com diferentes níveis sociais o ajudou a construir o contraste percebido em várias de suas narrativas.

O Brasil também tem o seu Hans: José Bento Renato Monteiro Lobato. Grande parte das histórias infantis de Lobato é ambientada no Sítio do Picapau Amarelo. Os personagens, na maioria, crianças.

Reproduzo aqui uma frase célebre desse inesquecível escritor: "De escrever para marmanjos já estou enjoado. Bichos sem graça. Mas para crianças um livro é todo um mundo.", teria dito o escritor Monteiro Lobato.

Estamos aguardando o primeiro relator, Senador Anibal Diniz.

Enquanto isso, quero submeter ao Plenário um requerimento extrapauta.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Perdão, eu pensei que já o tivesse lido.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 8, de 2013

Requeiro, nos termos regimentais e em aditamento ao Requerimento nº 17/2012-CE, que trata da realização de audiência pública para instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2010, que dispõe sobre a regulamentação do exercício de psicopedagogia, que seja incluído no rol de convidados a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia – ABEP.

Autoria: Senador Cyro Miranda

Eu me equivoquei, achei que o requerimento já havia sido lido na vez do anterior.

Então, eu submeto o requerimento extrapauta à apreciação das Sr^{as} e dos Srs. Senadores. (Pausa.)

Aprovado.

Comunico às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, inclusive ao meu querido amigo, Presidente Lira, que amanhã nós teremos a reunião com o Senador Renan e os Presidentes de comissão, às 15 horas. Passou para amanhã. Será muito importante porque, hoje, por exemplo, já começamos atrasados em função de a CAE ter começado atrasada. Há uma sobreposição de horários que não existia. Então, nós visamos, amanhã, Presidente Lira,...

Há um problema de sintonia do celular com a audiência. Larguíssima esta.

Mas, Senador Benedito de Lira e Senadora Ana Rita, Presidentes de comissão, nós temos de pedir um auxílio ao Presidente, primeiro, para que o tempo de televisão seja equiparado para todas as comissões, que cada comissão tenha uma hora, uma hora e meia de transmissão. Dizer que a Comissão de Educação é menos importante do que a de Assuntos Econômicos é uma brincadeira; dizer que a Comissão de Agricultura é mais importante do que a CCJ também é uma brincadeira. Eu acho que, amanhã, nós temos que nos sentar... O Presidente Paim, que no ano passado presidiu a Comissão de Direitos Humanos, sofreu várias vezes com isso. Então, está começando aqui...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ex-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Ex-Presidente, mas eterno Presidente.

Já temos aqui uma briga de horário, com comissão começando às 7h30, para garantir o horário de televisão.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, só um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não, com prazer.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sabendo disso, eu disse que começaria às 5 horas da manhã a Comissão de Agricultura. Porque não é possível uma coisa dessas. É preciso que haja...

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Até porque agricultor é tirador de leite. Mas essa é uma verdade.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Aí, V. Ex^a há de convir que, se por acaso fosse possível, é apenas uma brincadeira, às 5 horas, alguém marcaria para as 4h30. Não é possível isso.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Num dia como hoje, terça-feira, não é plausível que se comece...

Vamos afogar esse celular? Tem condições de desligar?

Mas, Senador Benedito de Lira, hoje, por exemplo, uma terça-feira, a primeira comissão perto da nossa começou às 10h30. Quer dizer, hoje é uma terça-feira, por que não começa essa comissão às 9 horas? Nós precisamos trazer isso para mais cedo, para dar oportunidade a todos. Aí nós brigamos por quórum para a deliberação dos itens terminativos, e uma série de outras coisas. Eu acho que é o momento exato de disciplinarmos essas coisas. E amanhã é um dia...

Existe uma orientação do Presidente Renan que precisa ser discutida também, pois altera algumas regras e, a nosso ver, enfraquece as comissões. Precisamos discutir isso, porque se quer colocar, em uma semana comissão, em outra semana votação em plenário, desde a parte da manhã. Quer dizer, nós vamos acumular as nossas pautas aqui de uma maneira... É uma proposta que eu recebi agora, e nós vamos ter que analisar isso direitinho, senão nós vamos esvaziar as comissões, que são subsídios para o plenário. Não adianta nada estar no plenário se não foi discutido aqui, aprovado.

Nós estamos aguardando quórum, já foi lida, Senador Capiberibe...

O item 2, Senador Capiberibe, eu gostaria que o senhor relatasse hoje. Já é a segunda... perdão, é a primeira vez.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, na verdade, eu gostaria realmente de relatar este projeto hoje, projeto de autoria do Senador Paulo Bauer, no entanto, há algumas dúvidas que precisamos esclarecer. Há algumas demandas, alguns pedidos para que discutamos um pouco mais antes de apresentar a relatoria.

Então, em função disso, solicitaria a V. Ex^a a retirada de pauta deste projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado. O senhor gostaria de subsidiar para discussão, sem ler o relatório, somente o tema ou não precisa?

O senhor está retirando de pauta?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Estou retirando de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Está bem.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 61, de 2012

- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para isentar do pagamento de direitos autorais a utilização de obras artísticas e culturais por entidades que especifica, em eventos beneficentes destinados a angariar fundos para manutenção e funcionamento próprios.

Autoria: Senador Paulo Bauer

Relatoria: Senador João Capiberibe

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas

Observações:

Matéria terminativa na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.)

Então, com a presença do Senador Anibal Diniz, passamos para o item 5, não terminativo, portanto, podemos votá-lo hoje.

ITEM 5**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
AO PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 147, de 2004****- Não Terminativo -**

Altera o art. 56 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Autoria: Senador José Jorge.

Relatoria: Senador Anibal Diniz.

Relatório: Favorável, com a emenda oferecida.

Observações:

1 – Matéria terminativa no Plenário.

2 – Na reunião do dia 16/11/2004, o PLS 147/2004 foi aprovado na Comissão em caráter terminativo.

Com a palavra o Relator.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigada, Sr. Presidente.

Esta proposição original inserida encontra-se sob exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2004 (Projeto de Lei nº 4.646, de 2004, na Câmara dos Deputados).

De autoria do Senador José Jorge, o PLS nº 147, de 2004, objetiva disciplinar a gestão democrática no âmbito da educação superior pública.

Para tanto, a proposição original inseria novo dispositivo no art. 56 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira (LDB), com vistas a estabelecer que, na composição do colegiado superior deliberativo das universidades públicas, dois terços dos respectivos assentos caberiam à comunidade acadêmica e a terça parte restante a representantes da sociedade civil.

Aprovada no Senado, a proposição seguiu à Câmara dos Deputados, onde foi aprovada por meio de emenda substitutiva. Com as modificações da Câmara, a proposição passou a abranger, em adição às universidades, o conjunto de instituições públicas de educação superior. Além disso, o projeto foi acrescido de novo dispositivo (§3º do art. 56 da LDB), mediante o qual se institui o processo eleitoral direto para a escolha dos ocupantes dos cargos/funções de Reitor, Vice-Reitor e

Diretor das instituições públicas de educação superior, com a participação de toda a comunidade acadêmica (docentes, discentes e servidores), nos termos do que se dispuser nos respectivos estatutos e regimentos.

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que versem, entre outros assuntos, a respeito de normas gerais sobre educação, instituições educativas e diretrizes e bases da educação nacional. Dessa maneira, a apreciação do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 147, de 2004, respeita a competência regimentalmente atribuída a esta Comissão.

No que concerne à constitucionalidade, a proposição não apresenta qualquer vício. A matéria tratada no projeto se inclui entre aquelas reservadas à competência legislativa da União, nos termos do art. 22, XXIV, da Constituição Federal, caso em que é legítima a iniciativa exercida por membros do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da CF). No mais, a espécie normativa escolhida também é adequada, razão por que não cabe falar em injuridicidade.

Em relação ao mérito, o projeto é relevante e remanesce oportuno. O postulado da gestão democrática, inscrito como princípio norteador do ensino público no art. 206, VI, da Constituição Federal, deve ser aplicado a todos os níveis de ensino, tal é sua importância no concerto das práticas institucionais que fortalecem a democratização da sociedade brasileira como um todo. No entanto, trata-se de uma norma inconclusa, a padecer de eficácia por falta de disciplinamento na legislação ordinária.

À ocasião da discussão em torno da LDB vigente, ocorrida ao longo do período de 1989 a 1996, o legislador até tentou trazer o assunto à baila. Todavia, nos termos em que a matéria foi tratada na LDB, como diretriz aberta, a aplicação da gestão democrática nas instituições de educação superior ficou à mercê da boa vontade dos colegiados das instituições de ensino. Em consequência, não se tem conhecimento de medidas de cunho institucional com o fito de implantar um modelo democrático de gestão nas universidades brasileiras, ao menos nos termos da proposta em análise.

A presente avaliação é extensiva à reformulação sugerida para a matéria pela douta Câmara dos Deputados, que a aprimorou também na questão da técnica legislativa. Particularmente em relação ao estabelecimento da eleição direta como meio de escolha dos dirigentes máximos das instituições públicas de educação superior, entendemos tratar-se de solução ainda controversa. Contudo, não se pode olvidar que esse processo é o que mais se coaduna com a democracia representativa em vigor no País. Não bastasse

isso, trata-se de um critério objetivo que mitiga o desvirtuamento da norma constitucional com o recurso a modelos alternativos aplicáveis a qualquer propósito.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, a despeito das contribuições tanto desta Casa quanto da Câmara dos Deputados, a ementa da proposição permanece pouco esclarecedora. Por esse motivo, propomos emenda de redação a essa parte do texto, apenas para deixar patente o objetivo da norma a ser gerada, qual seja disciplinar a gestão democrática no âmbito das instituições públicas de educação superior.

Desse modo, nossa posição não pode ser outra que não o acolhimento do Substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD) nº 147, de 2004, com o reparo apresentado.

Voto.

Em face do exposto, nosso voto é pela constitucionalidade e juridicidade do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2004, e, no mérito, por sua aprovação, com a emenda de redação apresentada a seguir.

EMENDA Nº – CE

(ao SCD nº 147, de 2004)

Dê-se à ementa do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2004, a seguinte redação:

‘Altera o art. 56 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a gestão democrática nas instituições públicas de educação superior.’

É como voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Anibal Diniz.

Coloco em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu gostaria, Sr. Presidente, de me manifestar. Quero aqui parabenizar o Senador Anibal pelo relatório apresentado. Vejo que a proposta, apesar de, talvez, gerar alguma polêmica, é altamente importante, porque ela também democratiza o processo eleitoral nas universidades públicas. Então, quero aqui manifestar todo o meu apoio a essa iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora. Realmente, ele introduz os representantes da sociedade civil, democratizando esse conselho.

Alguém mais quer discutir a matéria?

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Apenas quero dizer que, no Rio Grande do Sul, no ensino

fundamental e no ensino médio, já é feita a escolha do diretor da escola livremente pela comunidade escolar e pela comunidade do bairro onde estudam as crianças, onde moram os pais das crianças. Esse é um avanço também no nível do ensino superior. Quero cumprimentar o autor e o Relator pelo projeto.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – O Nobre Senador Benedito de Lira está apresentando um questionamento importante, e eu gostaria de fazer um esclarecimento adicional. No Estado do Acre, foi instituída a eleição direta nas escolas. Passadas algumas eleições, percebeu-se que aquele professor mais bonzinho, que passava a mão na cabeça dos funcionários, que abonava falta, era, normalmente, o que contava com o maior número de votos e virava diretor.

Então, o Secretário Binho Marques instituiu um aprimoramento da lei que foi o seguinte: só seriam candidatos a diretor aqueles que se submetessem a um curso de gestão e fossem aprovados nele. Foi um aprimoramento interessante nesse sentido.

Com relação a essa matéria, verdadeiramente, num país democrático como o nosso, que se propõe a fortalecer as instituições democráticas, não faz sentido a gente eleger uma lista tríplice para levar à nomeação ministerial. Acho que é melhor que aquele mais votado pela comunidade acadêmica seja o reitor das universidades. É este o sentido da matéria. Acho que, ainda que seja um assunto polêmico, vale a pena aprofundarmos a democracia na gestão das universidades com eleição direta para reitores.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Anibal Diniz.

Muito oportuno este esclarecimento. Foi uma saída para que esses candidatos, vamos dizer assim, mais oportunistas, que fazem, assim, um *marketing* da sua gestão, agora fiquem engessados com essa medida que o Secretário do seu Estado tomou.

Muito obrigado.

Está encerrada, então, a discussão.

A matéria está em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A matéria está aprovada.

Eu queria comunicar que amanhã nós teremos uma audiência pública às 10 horas. A finalidade é instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2010, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de psicopedagogia.

Observações.

Autoria do Requerimento: Senador Randolfe Rodrigues.

Reunião destinada a instruir as seguintes matérias: PLC nº 31, de 2010, da Deputada Professora Raquel Teixeira.

Convidados: Quézia Bombonato, Presidente Nacional da Associação Brasileira de Psicopedagogia; Celso Francisco Tondin, Conselheiro Federal do Conselho Federal de Psicopedagogia; e Bianca Manchester Queiroga, Presidente do Conselho Federal de Fonoaudiologia.

Há também um requerimento extrapauta, que foi aprovado, no qual incluímos a Associação Brasileira de Ensino de Psicopedagogia.

Convidamos também representantes dos Ministérios da Educação e da Saúde, mas não tivemos nenhuma resposta, nem para mandar representante.

Então, agradecemos a satisfação...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A desatenção.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – É, a satisfação que eles nos deram de não... Registramos essa insatisfação.

Como nós precisamos de 14 para quórum, nós estamos represados. Todos os terminativos já foram lidos. Temos seis terminativos lidos só faltando serem votados. As discussões estão sobrestadas.

Então, vamos fazer um esforço concentrado. Vou conversar com meu colega da CAE para começar no horário e a gente, então, dividir as atenções, para que possamos ter quórum e limpar essa pauta.

Agradecemos a presença de todos e convocamos para a reunião extraordinária de amanhã, de audiência pública, marcada para as 10 horas.

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 59 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE ABRIL DE 2013.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta e seis minutos do dia três de abril de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda,

João Alberto Souza, Ana Amélia, Benedito de Lira, Paulo Bauer, Sodré Santoro, João Capiberibe, Cícero Lucena e Eduardo Amorim, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ângela Portela, Ana Rita, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Pedro Simon, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Alvaro Dias, Maria do Carmo Alves, José Agripino e Armando Monteiro. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e da Ata da 62ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 12 de dezembro de 2012, e a aprovação das mesmas, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 17 e nº 28/2012-CE, de autoria do Senhor Senador Randolfe Rodrigues e ao Requerimento nº 8/2013-CE, de autoria do Senhor Senador Cyro Miranda, destinados a **“Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2010, de autoria da Deputada Federal Professora Raquel Teixeira, que ‘Dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de Psicopedagogia’”**. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública da Senhora Marilda Gonçalves Dias Facci, Presidente da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional; Senhora Carla Monteiro Girodo, Vice-Presidente do Conselho Federal de Fonoaudiologia; Senhora Luciana Barros de Almeida, Vice-Presidente Nacional da Associação Brasileira de Psicopedagogia; Senhora Iara Caierão, Presidente da Associação Brasileira de Psicopedagogia do Estado do Rio Grande do Sul; Senhora Marli Lourdes da Silva Campos, Presidente da Associação Brasileira de Psicopedagogia do Distrito Federal; Senhora Nazaré do Vale Soares, Presidente da Associação Brasileira de Psicopedagogia do Estado do Pará; Senhora Denise Araújo Santos Baiocchi, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Psicopedagogia do Estado de Goiás; Senhora Gilca Maria Lucena Kortmann, coordenadora do curso de Graduação de Psicopedagogia do Centro Universitário La Salle do Estado do Rio Grande do Sul; Senhora Glaucia Eli da Silva, coordenadora do curso de Psicopedagogia da Universidade de Uberaba – UNIUBE e Senhoras Diretoras, Associadas e Conselheiras da Associação Brasileira de Psicopedagogia do Estado de Goiás, Rio Grande do Sul, Pará, São Paulo e Distrito Federal. Como expositores, comparecem à Audiência Pública a **Senhora Quézia Bombonato, Presidente Nacional da Associação Brasileira de Psicopedagogia – ABPP; Senhora Bianca A. Manchester de Queiroga, Presidente do Conselho Federal de Fonoaudiologia – CFF; Senhor Celso Francisco Tondim, Conselheiro Federal do Conselho Federal**

de Psicologia – CFP; Senhora Alayde Maria Pinto Digiovanni, Diretora da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia – ABEP. Neste momento, a Presidência informa ao Plenário que o Conselho Nacional de Educação e Conselho Nacional de Saúde, convidados para a presente Audiência Pública, justificaram ausência em razão de compromissos anteriormente assumidos e não indicaram representantes. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Cyro Miranda e Randolfe Rodrigues, autores dos Requerimentos e os Senhores Senadores Ana Amélia, Cristovam Buarque e Inácio Arruda. Logo após, a presidência aceita sugestão do Senhor Senador Randolfe Rodrigues e determina que a Secretaria da Comissão oficie os Ministérios da Educação, da Saúde e do Trabalho e Emprego, para que se posicionem com relação à matéria em debate com vistas a melhor subsidiar o relator e o plenário desta Comissão no debate e deliberação de tema tão importante. Após as considerações finais dos expositores, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e quarenta e quatro minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cyro Miranda**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura, e submeto à apreciação do Plenário a proposta da dispensa da leitura das atas das reuniões anteriores, da 62ª Reunião Extraordinária de 12 de dezembro de 2012 e a aprovação da mesma. *(Pausa.)*

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

A presente reunião atende aos Requerimentos de nºs 17 e 28/2012 da Comissão da Educação, de autoria do Sr. Senador Randolfe Rodrigues ao Requerimento nº 08, de 2013, de minha autoria, para a realização de audiência pública destinada a instruir o

Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2010, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de Psicopedagogia.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à Mesa.

Para esta audiência pública temos como convidados são Quézia Bombonato, Presidente da Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp); Celso Francisco Tondin, representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP); e Bianca A. Manchester de Queiroga, Presidente do Conselho Federal de Fonoaudiologia e Alayde Maria Pinto Digiovanni, Diretora da Associação Brasileira de Ensino de Psicopedagogia. *(Pausa.)*

Gostaria de salientar que também foram convidados os Ministérios da Saúde e o da Educação, mas até agora de manhã não se pronunciaram nem mandaram representantes. Aliás, quero retificar que o Conselho Nacional de Comunicação se pronunciou: “De ordem do Sr. Presidente José Fernandes de Lima agradece o convite, mas não poderá aparecer, tendo em vista compromissos já agendados para essa data.” Mas, como também não mandou nenhum representante, damos o nosso dever como cumprido ao convidá-los.

Também o Conselho de Saúde está justificando sua ausência agora, porque vai participar do Fórum Nacional Social. Eu também não aceito isso, porque foi feito com muita antecedência, muitíssima antecedência e teríamos pelo menos uma segunda pessoa nesses Ministérios que poderiam estar aqui.

De forma que as ausências deles não invalidam, de maneira nenhuma, essa nossa audiência, à qual daremos prosseguimento. E, após esta audiência, volta então ao Relator, Senador Randolfe Rodrigues, para proferir o seu relatório, que será oportunamente apresentado em uma das reuniões de nossa Comissão para aprovação.

Gostaria de dar a palavra a Srª Quézia Bombonato, Presidente da Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp), pelo tempo de 15 minutos; se necessário, o prorrogaremos.

Obrigado.

A SRA. QUÉZIA BOMBONATTO – Bom dia!

Eu cumprimento a Mesa, constituída na pessoa do Ex^{mo} Sr. Senador Cyro Miranda.

Agradeço a oportunidade de poder dialogar com os nossos pares, Prof. Celso Francisco, representante do Conselho Federal de Psicologia; Drª Bianca Queiroga, do Conselho Federal de Fonoaudiologia e a Drª Alayde Maria Pinto Digiovanni, Diretora da Associação Brasileira de Ensino de Psicopedagogia

É um prazer poder dialogar com áreas que, em nossa práxis, dialogamos diariamente. O nosso tra-

balho inclui esse diálogo com a Psicologia, com a Fonoaudiologia. E nesse momento em que estamos lutando pela regulamentação da profissão, do exercício da atividade de Psicopedagogia, nada mais justo que possamos fazer esse diálogo publicamente.

Nosso projeto de lei teve início em 2008, de autoria da Deputada Federal Raquel Teixeira. O projeto passou por todas as comissões e teve o relatório final aprovado por unanimidade. Agora, então, passa pelo olhar do Senado Federal, tendo sido enviado para esta Casa em 2010, sob o nº 031/2010. Estamos, agora, diante desta Comissão para dizer da importância da regulamentação da profissão. Uma profissão que já é legitimada pela sociedade, e que agora nós buscamos sua legalidade.

Temos parecer favorável do MEC, por parte da Diretora de Currículos e Educação Integral, Jaqueline Moll, que, em 2012, emitiu parecer dizendo-se a favor da Psicopedagogia. No parecer encaminhado aos Srs. Senadores, ela reconhece a importância do exercício da atividade de Psicopedagogia no ambiente escolar. Por isso ela recomenda a aprovação do referido projeto.

Os psicopedagogos já se encontram na classe brasileira de ocupação. Nós já somos reconhecidos pelo Estado, através da família (2.594/95), nos profissionais da educação.

Então, o que nós estamos aqui defendendo é a importância desse profissional na área da educação, o que já está sendo legitimado pelo próprio Estado, pela própria Casa, além da aprovação do MEC, que deu parecer favorável, em que reconhece a importância desse profissional dentro da instituição escolar.

A Psicopedagogia, há 35 anos no Brasil, tem produção própria, tem um corpo teórico que foi se constituindo e hoje temos um arcabouço com mais de mil títulos na área da Psicopedagogia. Nós temos ferramentas próprias que foram desenvolvidas, visando sempre ao processo da aprendizagem. Somos, hoje, aproximadamente, 150 mil psicopedagogos.

A Associação Brasileira de Psicopedagogia existe há 33 anos. Por que existe esta Associação? Por que é importante termos um órgão que representa a classe dos psicopedagogos? Exatamente para podermos, nacionalmente, ter um amparo para esse profissional, que já está atuando na área.

A Psicopedagogia enfoca o processo da aprendizagem. Ela considera o aprendiz, a família, a escola e a sociedade. Ela aplica métodos e estratégias adaptados ao sujeito "aprendente". Ela vai intervir no sujeito, na diversidade do aprender. Vamos olhar as questões da diversidade: o quanto ela é importante na aprendizagem. A Psicopedagogia tem um olhar voltado para esse processo da aprendizagem.

Temos aqui colocadas duas questões importantes.

A Psicopedagogia não invade competências de outras profissões. Isso nós temos muita segurança em falar. Embora a Psicopedagogia tenha uma nomenclatura que causa um estado confusional por parecer ser "psico" de Psicologia: metade Psicologia e metade Pedagogia. Não. Ela, de fato, se apropria de conhecimentos vindos não só da Psicologia como de outras áreas – como da Neurologia, áreas da Psicanálise –, como toda área que se forma. Então, nós fomos nos apropriando de conhecimentos anteriores para podermos entender os processos da aprendizagem.

Usar elementos de outras áreas é legítimo. Isso é um processo que se constitui em qualquer construção de uma nova área. Temos de pensar, por exemplo, o quanto a Engenharia se apropria da Matemática, da Física; o quanto a Medicina se apropria de elementos da Biologia e de outros. Assim também a Psicopedagogia, para poder construir os seus argumentos, construir o seu corpo teórico, partiu do que já era conhecido. E, a partir desse conhecimento, ficou-se uma lacuna. E esta lacuna pode ser preenchida por hoje o que nós chamamos de Psicopedagogia.

O nosso substrato epistemológico tem na sua origem conhecimentos de outras áreas. Sim. E isso é legítimo. Toda área se apropria mesmo do que existe e amplia. Nós estamos ocupando um lugar, uma lacuna que fica nessa intersecção onde a Psicologia por si só não daria conta; a Pedagogia por si só não daria conta. Então, a Psicopedagogia vem para preencher, com conhecimento, com essa estrutura de se apropriar do processo da aprendizagem. Nosso foco é sempre voltado, única e exclusivamente, para a questão da aprendizagem.

Por que, então, é importante a profissionalização? Por que é importante essa regulamentação? Em outros países, como Espanha, França, Canadá, Alemanha, Argentina, Chile, Uruguai, Peru, Colômbia, a Psicopedagogia já é uma profissão. E eles não entendem que seja uma invasão de competências. Se há essa profissão já em outros países, não há porque nós também não termos no nosso País a Psicopedagogia como uma profissão legalizada.

Ora, a Psicopedagogia entende que para aprender não basta ensinar; que aprende-se o que é possível, quando nós olhamos para esse sujeito "aprendente"; e que tem de haver o desejo de aprender.

Quando nós olhamos a questão do ensino, nós olhamos como ensino no coletivo. Então a Pedagogia ao tratar – e trata isso muito bem – olha o ensino no coletivo. A aprendizagem é individual. Cada indivíduo tem o seu processo de aprendizagem. E, por isso,

esse processo de inclusão é muito importante, quando nós lidamos hoje com a diversidade nos diferentes aprenderes. E, aqui, cabe lembrar o que Paulo Freire dizia: “Não há saber mais, não há saber menos. Há saberes diferentes.”

E é essa nossa proposta, quando nós trazemos aqui a importância da Psicopedagogia. A especificidade da Psicopedagogia é, então, a aprendizagem. O Psicopedagogo é um especialista em aprendizagem. A aprendizagem, que é esse exercício particular e pessoal, não acontece para todos ao mesmo momento. E ele acontece durante toda a fase da vida.

Ora, a Psicopedagogia olha não só para as fraturas da aprendizagem, mas ela olha para as potencialidades. Ela olha para esse processo da aprendizagem, para que as fraturas sejam evitadas. Então, quando olhamos para o sujeito “aprendente”, nós vamos olhar não para o que ele traz da dificuldade, mas olhamos para a dificuldade.

Exemplo para vocês entenderem: quando nós recebemos uma criança com síndrome, nós não vamos tratar a síndrome daquela criança. Nós vamos trabalhar com como aquela criança com síndrome aprende. Qual é a especificidade que eu tenho de ter na aprendizagem para aquele sujeito?

Ora, por que é importante a regulamentação? É uma questão de disciplinamento. Se já existem mais de 150 mil profissionais atuando na área, exercendo a área de Psicopedagogia, é importante que se tenha um disciplinamento. Esse disciplinamento inclui a questão ética. Nós temos um código de ética. E, para podermos disciplinar esse código de ética, é importante que nós tenhamos o respaldo da lei. É importante que tenhamos nesse disciplinamento a autorização. Que nós possamos nos apropriar desta legitimidade que temos para poder olhar a ética, a conduta de profissionais. Temos, vez ou outra, recebido denúncias e não podemos agir porque não somos legalizados.

Também é importante olhar o disciplinamento do exercício da atividade. Quem é que está exercendo? Quem é esse psicopedagogo? Qual é o perfil desse profissional que está se formando?

Temos também de atender às demandas, inclusive, de órgãos públicos que estão... Temos mais de cem concursos na área de Psicopedagogia. Nós já temos instituições públicas colocando o psicopedagogo no mercado de trabalho. É importante que também haja esse disciplinamento e que esse disciplinamento seja feito apoiado em uma lei.

É importante também esse disciplinamento quando olhamos a formação. Como é que vai se formar esse psicopedagogo? Como é que está sendo formado esse psicopedagogo? A partir daí, nós podemos ter a

apropriação da lei da nossa profissão para podermos ter esse controle.

A regulamentação da profissão é importante, também, nessa legalização desses atuais graduados. Hoje, nós já temos vários cursos de graduação em Psicopedagogia. Esse aluno que se formou em Psicopedagogia vai se formar e vai ser um profissional. Se nós não legalizarmos, que profissionais vão ser esses que já se formaram e que estão se formando em Psicopedagogia? Além da especialização, nós já temos cursos de mestrado *stricto sensu*. Então, essa legitimação é importante para que todos esses aspectos sejam contemplados.

Melhoria do cenário educacional do País. Nós precisamos muito cuidar desta educação. Precisamos – juntamente com os pedagogos, com os psicólogos, com os fonoaudiólogos – juntar o nosso saber nessa intersecção, nessa interdisciplinaridade, para que a melhoria do ensino educacional do nosso País seja realmente algo concreto. Que os nossos índices sejam mais elevados.

Temos também de reconhecer aquilo, oficializar aquilo que já está legitimado pela sociedade. Se a sociedade legitima, nós temos de legalizar aquilo que, há mais de 35 anos, vem sendo legitimado.

Ora, temos, então, de debater que uma só área do conhecimento não tem soluções definitivas para o problema da aprendizagem, para as questões da aprendizagem, para olhar tudo que está envolvido na aprendizagem. Temos de olhar também que a dificuldade do “aprendente” e do aprendiz ao aprender: quais as possibilidades que ele apresenta para uma mudança. E distinguir entre aquilo que é o esperado e aquilo que não é esperado. E poder distinguir. E fazer o devido encaminhamento para os profissionais que lhe são devidos, quando a questão foge da normalidade.

Então, urge a necessidade de diferentes abordagens. E é em cima dessas diferentes abordagens que nós estamos aqui lutando.

A garantia da melhoria da qualidade de educação, pensando na universalização da educação básica, para redução das desigualdades. Para isso, é preciso que a história de mais de 35 anos em serviços à sociedade não se perca no interesse de grupos isolados, nem no egoísmo, nem na vaidade e, muito menos ainda, no temor que se apresenta diante do novo.

Lutamos para uma qualidade de uma educação que está premente, visando a um País mais democrático, igual, equânime, e que possamos lutar pela diversidade também do aprender.

Eu agradeço a atenção e conto com os Srs. Senadores para a compreensão da nossa luta, que é justa, quando nós visamos a uma melhoria não só da

educação, mas vendo a educação como base. Nós sabemos que, se nós tivermos um País que tenha a educação como direito de todos, o que é constitucional, esse direito de todos deve ser de uma qualidade que vai prover a sociedade não só na área de educação, mas na área de segurança, pois tudo isso é reflexo da nossa educação.

Muito obrigada pela atenção.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB

– GO) – Muito obrigado, Senhora Quézia. (*Palmas.*)

Pela ordem, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Sr. Presidente, queria primeiro só externar – desta audiência pública, com certeza, e essa intenção, inclusive, desta audiência pública – que eu tenho a honra de tê-la proposto, subscrevendo o requerimento de V. Ex^a, ainda nesta Comissão, para instruir o projeto do qual temos a honra de sermos Relatores.

Fundamentalmente, tenho procurado nesta audiência pública, construir uma mediação para atender à demanda, à reivindicação desse importante segmento profissional – os psicopedagogos –, e, ao mesmo tempo, encontrar um consenso com as demais categorias profissionais.

Eu faço esse pela ordem, Sr. Presidente – como é do conhecimento de V. Ex^a –, porque tanto eu quanto o Senador Paulo Paim somos Relatores de uma outra matéria, o Estatuto da Juventude, que acabou de ser aprovado na Comissão de Assuntos Sociais. E nós temos um encontro agora às 11 horas com o Presidente Renan para levar a ele o pedido de urgência para a votação desta matéria em plenário. Então, só queria esclarecer a V. Ex^a e a todos os convidados para esta nossa audiência pública que nós deveremos sair rapidamente, a partir das 11 horas, ir até o Presidente Renan, e voltaremos aqui, obviamente, para, já no debate, encontrarmos a mediação necessária que instrua esse projeto, e consigamos a sua apreciação aqui na Comissão.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB

– GO) – Obrigado pela participação. E vou torcer para o Presidente Renan atrasar, como de vez em quando ele o faz. Então V. Ex^a vai ser monitorado pelo celular, e eu acho que vai dar tempo aqui de nós cumprirmos aqui a nossa agenda.

Agradeço muito a presença e a colaboração do Senador Randolfe Rodrigues, pela disponibilidade, pelo seu relatório e por ser requerente aqui também. Como agradeço a presença e a participação da Senadora Ana Amélia. Ela é a Vice-Presidente da Comissão, com

quem compartilho todos os trabalhos. Senadora Ana Amélia é uma batalhadora, do lado da educação, conhecedora profunda, já que a sua formação jornalística tem esse viés também muito grande com a educação, com a cultura e com o esporte.

Eu informo também que essa audiência será transmitida na íntegra pela TV Senado e tem cobertura da Agência Senado, *Jornal do Senado*, Rádio Senado, Instituto Legislativo Brasileiro, que retransmitem para todas as assembleias legislativas e outras entidades.

E aproveito, também, para registrar as presenças da Sr^a Marilda Gonçalves Dias Facci, Presidente da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional⁷; Carla Monteiro Girodo, Vice-Presidente do Conselho Federal de Fonoaudiologia; Luciana Barros de Almeida, Vice-Presidente Nacional da Associação Brasileira de Psicopedagogia; Iara Caierão, Presidente Associação Brasileira de Psicopedagogia do Rio Grande do Sul, Estado dos meus queridos Senadores Ana Amélia e Paim; Marli Lourdes da Silva Campos, Presidente da Associação Brasileira de Psicopedagogia aqui de Brasília; Nazaré do Vale Soares, da Associação Brasileira de Psicopedagogia do Pará; Denise Araújo Santos Baiocchi, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Psicopedagogia do meu Estado de Goiás; Diretoras, associadas e Conselheiras da Associação Brasileira de Psicopedagogia do Estado de Goiás, Rio Grande do Sul, Pará, São Paulo e Distrito Federal; Gilca Maria Lucena Kortmann, coordenadora do curso de Graduação de Psicopedagogia da Unilasalle, do Rio Grande do Sul; Gláucia Silvia, coordenadora do curso de Pós-Graduação de Psicopedagogia da Fac Ceub de Uberlândia, Minas Gerais.

Concedo a palavra, com muito prazer, para fazermos um contraponto aqui com a Presidente do Conselho Federal de Fonoaudiologia, à Sr^a Bianca de Queiroga.

Tem o prazo também de quinze minutos, prorrogados se houver necessidade.

A SRA. BIANCA A. MANCHESTER DE QUEIROGA – Bom dia a todos e a todas, eu gostaria, inicialmente, de agradecer o Senador Randolfe Rodrigues pela apresentação do Requerimento nº 28, de 2012, que nos deu a condição de estar aqui hoje, nesta audiência pública, representando a categoria dos fonoaudiólogos brasileiros.

Gostaria de agradecer o Senador Cyro Miranda, Presidente desta Comissão, pelo convite realizado. Gostaria de saudar as autoridades que compõem a Mesa e as demais autoridades aqui presentes.

Senhoras e senhores, antes de qualquer coisa somos parceiros, profissionais, na atuação profissional, e as considerações que vou fazer aqui são de ordem

técnica, legal, teórica, e eu espero que isso não abale as nossas relações, não é esse o objetivo, ao contrário.

Antes de fazer considerações sobre o projeto de lei, eu gostaria de falar um pouco sobre a profissão do fonoaudiólogo no Brasil. O início da atividade profissional da Fonoaudiologia, no Brasil, data do começo do século passado. Na década de 50, de 60, do século passado, surgiram os primeiros cursos de graduação em Fonoaudiologia no nosso País. A profissão foi regulamentada no ano de 1981, através da Lei 6.965. Então, nós temos 31 anos, estamos caminhando para o 32º aniversário de profissão regulamentada no País.

Nós temos, atualmente, 76 cursos de graduação em todos os Estados e no Distrito Federal. Nós temos pós-graduações *lato sensu* em áreas reconhecidas pelo Conselho Federal de Fonoaudiologia em praticamente todos os Estados e todas as regiões brasileiras; nós temos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, mestrado e doutorado, com área de concentração, área Capes em Fonoaudiologia nas regiões Nordeste, que é a minha região, na região Sudeste, na região Sul; grande produção acadêmica. Nós temos algumas sociedades científicas e associações científicas que têm nos dado um destaque internacional de produção acadêmica e científica, especialmente entre os países do Mercosul.

Por que estou falando um pouco da Fonoaudiologia? É importante falar um pouco da Fonoaudiologia para que possamos delimitar a interface da Fonoaudiologia com a atuação do especialista em Psicopedagogia.

Desde 2010, o Conselho reconhece sete áreas de especialização na Fonoaudiologia. Entre essas áreas, eu gostaria de destacar duas pela proximidade com a atuação do psicopedagogo, a área de linguagem e a área da Fonoaudiologia educacional.

Na área de linguagem, o profissional especialista em linguagem é aquele que vai cuidar dos processos de desenvolvimento da linguagem oral e escrita. Portanto, envolve uma intersecção com o processo de aprendizagem e dos transtornos dos processos de natureza biológica, psicológica e social, que poderão interferir nesse desenvolvimento e nessa aprendizagem.

Nós temos resoluções específicas detalhando toda essa área de atuação. Então o fonoaudiólogo especialista em linguagem tem interface direta com a atuação clínica do psicopedagogo e, por vezes, essa atuação é um pouco tranquila, por vezes é problemática, pelos aspectos que passarei a expor.

No lado educacional, o objetivo do fonoaudiólogo educacional é compor a equipe escolar, educacional, juntamente com os demais profissionais que devem integrar esse quadro. Entendemos que o fenômeno da aprendizagem, o objeto de estudo da aprendizagem é

interdisciplinar, ele não pode fazer parte de uma profissão, especificamente, pela própria natureza.

Para isso nós poderíamos trazer argumentos teóricos. Então poderíamos trazer, por exemplo, a estreita relação e conexão que existem entre linguagem e aprendizagem. Vários teóricos da aprendizagem reforçam a importância do desenvolvimento linguístico da criança para que essa criança logre êxito no seu processo de aprendizagem.

E também poderíamos trazer argumentos práticos, como documentos e programas que nós temos hoje vigorando – há investimento maciço do Ministério da Educação, juntamente com os Estados, os Municípios de todo o território nacional, por exemplo o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Esse pacto defende alguns direitos de aprendizagem.

Os direitos de aprendizagem são pautados em alguns eixos, e um eixo central é a oralidade. Então, toda criança, na fase, no período de alfabetização, tem o direito a se desenvolver linguisticamente, a se desenvolver oralmente, porque se entende que isso dará subsídios para que ela possa aprender a ler e escrever, a se alfabetizar na perspectiva do letramento, que é o posicionamento defendido hoje pelo Ministério da Educação e que está pautado em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases, com o Plano Nacional de Educação. Então não é uma coisa que vem do nada.

Eu faço esse preâmbulo então para mostrar que, na verdade, temos um objeto de estudo, aprendizagem, que ele é interdisciplinar por sua natureza, e que nenhum profissional, sozinho, dá conta de todas as nuances e de todas as interfaces. E o fonoaudiólogo é um desses profissionais que tem interesse, que estuda e desenvolve, que procura se aprimorar nessa área de atuação, seja no plano clínico, da intervenção clínica, nos consultórios, nos ambulatorios, nos serviços de saúde, seja no plano educacional.

Com base nisso, eu gostaria então de, demonstrando a natureza interdisciplinar do tema que está sendo proposto no PLC 31, de 2010, tecer algumas considerações sobre a atuação em Psicopedagogia e sobre alguns termos do projeto.

A Psicopedagogia consolidou-se, no Brasil, como uma área de especialização e não como uma profissão, sendo necessária uma graduação de base, quase sempre nas áreas da Psicologia, da Pedagogia, da Fonoaudiologia. Nós temos muitos fonoaudiólogos que são especialistas em Psicopedagogia ou também em licenciatura ou em áreas mais diversas.

Infelizmente, nós sabemos, isso é de domínio público, nem todos os cursos de especialização têm um critério de seleção de graduação de base. E esse é um problema que não pode ser desconsiderado pe-

los senhores que vão decidir o caminho desse projeto. Esse é um ponto crucial, uma vez que nem todos os cursos de especialização oferecem, por exemplo, a supervisão clínica.

De fato, alguns desses profissionais saem sem uma habilitação e uma formação que permita a atuação clínica. Para ilustrar esse problema, eu consultei o *site* da Associação Brasileira de Psicopedagogia e eu vi lá um dos critérios para ser um profissional reconhecido – ele passa de associado contribuinte para associado titular. Há uma série de critérios que eu acho muito pertinentes como mecanismos de proteção da sociedade, porque na hora que a Associação referencia um profissional, ela está prestando um serviço para a sociedade, há um compromisso com a ética e com a saúde pública; na hora que referencia ela tem que ter critérios. E um dos critérios, eu gostaria de chamar a atenção dos senhores e das senhoras, é a necessidade de supervisão psicopedagógica por pelo menos cinco anos. É necessária uma formação clínica para realizar avaliação, diagnóstico, intervenção. Isso é uma atuação do profissional de saúde.

E aí o projeto tem um paradoxo. Ele está propondo a regulamentação de uma profissão no campo da educação. Isso precisa ficar muito bem esclarecido. A atuação clínica deve ser do profissional de saúde. É quem solicita exames, quem faz exames, avalia e diagnostica questões e problemas que vão acometer a aprendizagem. Esse é um ponto que eu acredito, que nós acreditamos que merece muita atenção e muito cuidado.

Para abordar pontos específicos do projeto, eu vou fazer aqui alguns pontos. De um modo geral, não ficou claro se o objetivo é criar uma nova profissão ou regulamentar a atividade do profissional especialista em Psicopedagogia. Pelos motivos já apontados e principalmente pela forma como o projeto está sendo apresentado, o sistema de Conselhos de Fonoaudiologia não é favorável à criação de uma nova profissão. Tentarei explicar por quê.

O art. 2º, inciso III, propõe que portadores de diploma de curso superior, aparentemente qualquer um porque não há nenhuma especificação, que já venham exercendo ou tenham exercido comprovadamente atividades profissionais de Psicopedagogia em entidade pública ou privada até a data de publicação da lei poderão exercer a atividade de psicopedagogia no País, sem especificar como e o que será necessário comprovar.

Assim, da forma como está, o projeto dá aval para que profissionais que não têm formação na área de saúde possam, por exemplo, realizar avaliações diagnósticas e intervenções clínicas. E, como eu falei, no

nosso entendimento isso representa um grave risco à saúde da população.

O *caput* do art. 4º não resguarda as atividades e atribuições das profissões regulamentadas da saúde. Ele faz menção apenas a resguardar as profissões regulamentadas na educação.

Na sequência, o inciso I propõe que o profissional está habilitado a realizar intervenção psicopedagógica visando a solução dos problemas de aprendizagem, tendo por enfoque o indivíduo ou a instituição. Ora, nenhum profissional de saúde pode assegurar a cura ou a solução de qualquer problema que afete a vida do indivíduo.

Então me parece uma redação extremamente pretensiosa, uma vez que, como já foi dito aqui, apontado aqui, trata-se de um objeto de estudo eminentemente pela sua natureza interdisciplinar. Então não há que se pensar em propor soluções para os problemas de aprendizagem, principalmente aquele que afeta o indivíduo.

Um exemplo da natureza interdisciplinar no campo dos problemas de aprendizagem pode ser observado em uma outra entidade, a Associação Brasileira de Dislexia, que defende, por exemplo, que para se chegar a um diagnóstico de dislexia, é necessário que a criança, a família consulte, passe por uma avaliação diagnóstica interdisciplinar, uma avaliação diagnóstica interdisciplinar.

Então é como se fossem peças de um quebra cabeças que vão esclarecer o quadro que se apresenta ali para que se chegue à melhor conduta em termos de tratamento para essa criança. Isso se aplica também aos problemas que não são considerados trans-tornos, que vão acontecer num ambiente escolar, que se enquadram como as dificuldades comuns à aprendizagem da criança, de toda e qualquer criança, num ambiente educacional. Há necessidade aí do trabalho interdisciplinar.

Os incisos II e III do art. 4º falam de métodos, técnicas e instrumentos próprios da Psicopedagogia. De acordo com nosso conhecimento, a maior parte desses métodos e técnicas e instrumentos derivam da Psicologia e da Psicanálise. Isso também já foi reportado aqui pela Drª Quêzia, que explicou. A Fonoaudiologia também usa instrumentos da Psicologia, da Linguística, e isso não necessariamente constitui um problema.

Mas também temos sido frequentemente reportados, enquanto órgão disciplinador do exercício da Fonoaudiologia no Brasil, do uso indevido de métodos e recursos próprios da Fonoaudiologia por alguns profissionais da Psicopedagogia. Isso tem sido uma queixa frequente, denúncia, na nossa entidade, que é a entidade de fiscalização do exercício da profissão de

Fonoaudiologia, como, por exemplo, as intervenções na área do processamento auditivo central. Isso tem sido um problema frequente na nossa área.

Os demais artigos vão explorar as questões éticas e deixam dúvida em relação a uma entidade que seria um órgão competente que iria fiscalizar esse exercício profissional, sem assumir que se trata de um conselho, ou de conselhos regionais. E aí há um paradoxo, no final, porque o projeto inicial previa a criação dos conselhos federal e regionais de Psicopedagogia, que foram retirados na versão apresentada pela Deputada Professora Raquel Teixeira, conforme justificativa da página 9, uma vez que, por se tratarem, de autarquias públicas, a iniciativa para a criação de conselhos deve ser do Poder Executivo. Portanto, há uma grande incoerência no texto e cabe um esclarecimento nesse sentido.

Diante desses problemas de mérito, nós gostaríamos de sugerir uma consulta à Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde, do Ministério da Saúde, e reiteramos que o Sistema de Conselho de Fonoaudiologia é de opinião que o projeto não pode ser aprovado no formato que está sendo apresentado agora.

Ficamos a disposição para qualquer esclarecimento que se faça necessário. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado. Agradeço a Sr^a Bianca de Queiroga.

Só para talvez esclarecer a sua pergunta se se tratava de uma nova profissão. O PLC nº 31 dispõe da regulamentação do exercício da atividade de Psicopedagogia.

A SRA. BIANCA A. MANCHESTER DE QUEIROGA – Mas o conteúdo dá margem a dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Tudo bem. É só o escopo. A ementa vem pela regulamentação.

A SRA. BIANCA A. MANCHESTER DE QUEIROGA – Mas o conteúdo nos leva a pensar em outra coisa.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Aí os Srs. Senadores e relator vão fazer a interpretação usando justamente a argumentação que a senhora colocou.

Eu vou pedir à Secretaria que tire cópias do posicionamento da Presidente da Associação Brasileira de Psicopedagogia Escolar e Educacional, Dr^a Marilda Gonçalves Dias Facci. Esse é o posicionamento, que vou passar à mão das Sr^{as} e Srs. Senadores, dessa entidade.

De Psicopedagogia, não, de Psicologia. Presidente da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, porque tem o ensino de Psicologia.

Dr. Celso Francisco Tondim, Conselheiro Federal do Conselho Federal de Psicologia, CFP, com a palavra.

O SR. CELSO FRANCISCO TONDIM – Bom dia, gostaria de saudar o Senador Cyro Miranda, coordenador desta audiência, de agradecer a iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues, que solicitou esta audiência para instruir a discussão desse PL, de saudar a presença da minha conterrânea, Senadora Ana Amélia Lemos, do Professor Senador Cristovam Buarque, que sempre acompanha de perto as questões da educação,...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Nosso eterno ministro.

O SR. CELSO FRANCISCO TONDIM – Eu sempre olho dessa forma. Não queria falar, mas...

E também os Senadores Paulo Paim, meu conterrâneo, e o Senador Randolfe, que sei que estão acompanhando bastante, principalmente o Senador Paim, a questão do Estatuto da Juventude. Estiveram aqui neste momento e lá acompanhar, como já foi anunciado antes.

Quero saudar minhas companheiras de Mesa, a Professora Quézia, o Conselho Federal de Fonoaudiologia e a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, e, como já referi também, a Presidente da Abrapee, que é a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, Marilda Facci, que está na audiência.

Estou falando de um lugar institucional, em nome do Presidente do Conselho Federal de Psicologia, Humberto Verona, mas gostaria, se me permite meu Presidente, depois eu digo a ele que me permiti isso, de falar que é muito tranquilo falar deste lugar, porque eu, desde a minha graduação em Psicologia, na Unisinos, no Rio Grande do Sul, em São Leopoldo, fiz meu estágio de Psicologia Escolar numa equipe psicopedagógica orientada pela Professora Esther Grossi, que já foi inclusive Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, da qual inclusive o senhor participava, Senador, de todas as capacitações pela democratização da educação na rede municipal de ensino, também ali na orientação da Alicia Fernández, psicopedagoga argentina. Fiz uma especialização em Psicopedagogia no Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, o CEPENG, em Belo Horizonte, e o meu mestrado e doutorado em Psicologia e em educação estudando temas das políticas públicas de educação. Então, trabalhei e trabalho tanto como psicólogo escolar, e hoje como professor de --- escolar, com fonoaudiólogos, com pedagogos e com pessoas que fizeram especialização em Psicopedagogia e que atuam também com essa função. Porque aí eu tenho uma posição de que existe o pedagogo, o fonoaudiólogo e o psicólogo que fazem especialização em Psicopedagogia.

Então, acho que é por aí que começa uma questão em que talvez comece a haver uma divergência, mas ela é não uma discussão corporativista, mas uma discussão de que nós estamos tratando de um problema que é interdisciplinar, uma problemática que é a questão da aprendizagem, que é multideterminada, e que, desde sempre – a Mesa já está bem tranquila nisso – se compreende que não se resolve com a atuação de um profissional só.

A minha fala está estruturada em cima de um parecer que eu peço a licença de ir, didaticamente, expondo aqui, não de uma forma lida exatamente, mas estruturada nesse sentido. E para não ficar enfadonho, vou comentando o parecer.

O PLC em questão, o 31/2010, que visa, como lembrou o Senador, a regulamentar o exercício da atividade de Psicopedagogia, ele é uma reformulação do PL 3124/1997, de autoria do Deputado Barbosa Neto, de Goiás, que visou regulamentar a profissão de psicopedagogo e, na ocasião, criar também o Conselho Federal de Psicopedagogia e os conselhos regionais, mas não foi aprovado.

Então, o PLC em questão atualmente, o PLC 31/2010 – vou resgatar um pouco do texto para poder justificar a minha fala – no art. 2º diz:

Art. 2º Poderão exercer a atividade de Psicopedagogia no País:

I – os portadores de diploma em cursos de graduação em Psicopedagogia expedido por escolas ou instituições devidamente autorizadas ou credenciadas nos termos da legislação pertinente;

II – os portadores de diploma em Psicologia, Pedagogia ou Licenciatura que tenham concluído cursos de especialização em Psicopedagogia com duração mínima de 600 horas e carga horária de 80% na especialidade;

III – os portadores de diploma de curso superior que já venham exercendo ou tenham exercido comprovadamente atividades profissionais de Psicopedagogia em entidade pública ou privada até a data da publicação da lei.

Sabe-se que a Psicopedagogia tem como objeto de estudo a aprendizagem humana, como já foi dito aqui. Então, como se aprende; como a aprendizagem varia evolutivamente; os fatores que a condicionam; como se produzem alterações de aprendizagem e, finalmente, então, como reconhecê-las, tratá-las e preveni-las. Assim, estamos falando de como se aprende, das dificuldades que surgem nesse processo e de como podemos intervir nessas dificuldades.

Portanto, a Psicopedagogia é aplicada geralmente em escolas, em hospitais, empresas, sendo que alguns de seus grandes campos de atuação são na área

clínica e institucional com os objetivos exatamente de diminuir a frequência dos problemas de aprendizagem; tratar esses problemas e atuar nas questões didáticas e metodológicas; e também contribuir na formação e orientação de professores e pais.

Porém, a Psicopedagogia não é uma profissão, é uma área de interseção entre a Psicologia e a Pedagogia. Um saber constituído a partir das intervenções na educação dessas duas áreas em conjunto, envolvendo atividades que são da competência do psicólogo, do pedagogo e do fonoaudiólogo. Ou seja, é uma especialidade no âmbito de três áreas, e que, portanto, exige a formação geral e básica em uma delas. A atividade da Psicopedagogia pode ser exercida, como eu já disse antes, por psicólogos, pedagogos e fonoaudiólogos que estão plenamente habilitados, pelas suas formações graduadas, para exercê-la.

Os cursos de Psicologia, Pedagogia e Fonoaudiologia possuem em seus currículos conteúdos que dão base para esse exercício, e não se justifica, em vista disso, a exigência da especialização como condição para o exercício ou a necessidade da individualização como ramo profissional. Ou seja, é muito bem-vinda a especialização em nível de pós-graduação, mas ela não é condição para o exercício, visto que nas três formações aqui referidas há conhecimentos que sustentam o trabalho neste campo.

Não obstante isso, na própria justificativa do PL – e eu vou ler em seguida a justificativa porque geralmente a gente lê só o PL e não lê a justificativa –, a autora reconhece que o conhecimento científico do psicopedagogo deve ser trabalhado por um conjunto de disciplinas que são do campo científico, repito, da Psicologia, Pedagogia e da Fonoaudiologia. Vou resgatar então um trecho da justificativa:

Dessa forma, justifica-se a necessidade de um novo profissional com formação psicopedagógica, a partir de um curso de especialização em nível de pós-graduação universitária, capaz de desempenhar um papel específico nas dificuldades do processo de aprendizagem, com uma sólida fundamentação centrada [Friso!] no conhecimento científico, o qual deve ser trabalhado por um conjunto de disciplinas que possibilitem a compreensão dos problemas do processo de aprendizagem de forma global e não fragmentada, constituindo uma estrutura com programação interrelacionada e com processo conjunto de avaliação.

Então, nessa perspectiva a profissão de psicopedagogo ainda não foi regulamentada e não há razões, acreditamos, fáticas, jurídicas, econômicas ou sociais que justifiquem a regulamentação de uma nova profissão. Inclusive a Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 3/ 2007, que institui a consolidação das

resoluções relativas ao título profissional de Especialista em Psicologia, estabelece a Psicopedagogia como uma especialização da Psicologia, cuja titulação pode ser obtida por cursos de especialização ou por provas de conteúdos e títulos, a critério e responsabilidade do Conselho Federal de Psicologia.

O PL em questão também determina no art. 4º o que são atividades e atribuições da Psicopedagogia. Acho que seria talvez enfadonho ler todas as atividades e atribuições, isso eu acho que é do conhecimento de todos aqui, e os que estão nos assistindo podem recorrer ao texto; no entanto, essas atividades e atribuições – cabe destacar que a Psicopedagogia não é um campo científico próprio, e acho que isso foi dito inclusive pela própria Associação Brasileira de Psicopedagogia –, essas atividades desrespeitam a Lei nº 4119/62 – nossa profissão é regulamentada há 50 anos –, que estabelece no art. 13 da regulamentação da Psicologia que constitui função privativa do psicólogo a utilização de métodos e técnicas psicológicas com o objetivo de orientação psicopedagógica. Comprova-se, portanto, que os psicólogos são profissionais então formados e habilitados para atendimento psicopedagógico porque, como disse, em todos os cursos de graduação, inclusive previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ministério da Educação, esses conhecimentos são ensinados aos futuros psicólogos.

O psicólogo nessa área trabalha para articular o significado dos conteúdos veiculados no processo de ensino com o sujeito que aprende na sua singularidade e na sua inserção no mundo cultural e social concreto. Na relação com o aluno, o profissional estabelece a investigação que permite levantar uma série de hipóteses indicadoras das estratégias capazes de criar a intervenção que facilite uma vinculação satisfatória e mais adequada para a aprendizagem. Diante disso, não existe qualquer justificativa para a abertura de um curso de graduação em Psicopedagogia, uma vez que há educadores e psicólogos graduados reconhecidamente tanto na sociedade quanto habilitados para essa atividade.

O processo de ensino-aprendizagem, quando realizado com qualidade, permite que todas as crianças aprendam – acho que isso é comum a todas as profissões aqui; nós queremos que todas as crianças aprendam. Lutamos, enquanto Conselho Federal de Psicologia, sistematicamente pela qualificação do ensino em nosso País. Assim, o PL em questão também é um equívoco, porque esvazia a função do docente, criando mais uma atividade para remendar o ensino desqualificado e tornando-a como um simples saber técnico. Regulamento que em parte já está regulamentado não caminha na direção de melhorar o nosso sis-

tema educacional, e, ademais, trata da aprendizagem, e não do processo em si na aprendizagem, como citado na própria justificativa do PL.

E de novo vou trazer uma parte da justificativa, que diz o seguinte – prestem atenção!:

Apesar de muito que se tem estudado e discutido sobre educação brasileira, o fracasso escolar impõe-se de forma alarmante e persistente em nossas estatísticas, mostrando que o sistema ampliou o número de vagas [com o que concordamos], mas não desenvolveu uma política que o tornasse eficiente na garantia do bom desempenho do processo de aprendizagem, possibilitando aos aprendizes o acesso à cidadania.

Onde está aqui o ensino envolvido e reduzindo o fracasso escolar à simples constatação de que – e o projeto diz mais adiante na justificativa – essa profissão criada resolveria os problemas da educação brasileira. Eu acho que é simplificar os problemas da educação brasileira e ter uma solução muito reducionista.

Além disso, a política expressa em nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB, não incentiva formações que sejam estendidas ou prolongadas, afastando os jovens do mercado de trabalho por muitos anos. Ao contrário, busca-se qualidade em tempos reduzidos. Exigir dos psicólogos, dos fonoaudiólogos e dos pedagogos uma formação posterior à graduação como condição – é importante, mas não como condição – para o exercício da atividade para a qual já se encontram habilitados é, no mínimo, sem sentido e caminha no sentido inverso das concepções mais modernas de formação e trabalho, como lembram os professores da área de Psicologia e Educação da PUC de São Paulo em documento em que se manifestam contrários a respeito desse PL.

Em que pese a importância da especialização para uma melhor qualificação profissional, entendemos que a exigência dela como requisito obrigatório para a prática da Psicopedagogia para psicólogos, fonoaudiólogos e pedagogos nos parece abusiva.

(Soa a campanha.)

O SR. CELSO FRANCISCO TONDIM – Tenho uns dois minutos a mais? *(Pausa.)*

Parece-nos abusiva essa exigência, principalmente se considerarmos os custos dos cursos de especialização e o reduzido acesso a eles pelos profissionais. Nesse sentido, tal exigência parece mais favorecer à nova profissão que se pretende do que garantir a educação na prática. Acrescente-se ainda o fato de que a prática da Psicopedagogia por profissionais formados em Psicologia, Pedagogia e Fonoaudiologia sustenta-se em uma formação mais ampla e fundamental na qual uma prática mais específica como essa apoia-se,

como explicam também os professores da PUC da São Paulo nesse documento a que eu me referi e também nesse sentido falou a Presidente do Conselho Federal de Fonoaudiologia.

Agregue-se, por oportuno, que o referido projeto também prevê no seu art. 5º que para o exercício da atividade de Psicopedagogia é obrigatória a inscrição do profissional junto ao órgão competente. Sobre o assunto observa-se que o PL não cria o conselho profissional, e nem poderia, porque isso é uma iniciativa do Estado, do Executivo, da Presidência da República, mas tão somente prevê como condição ao exercício da profissão a inscrição profissional. Bom, será necessário outro PL que crie o respectivo conselho. Tal PL necessariamente deverá ser, como disse, de iniciativa da Presidência da República, e não de parlamentar, conforme preconiza o art. 61, § 1º, da Constituição Federal.

Com efeito, os conselhos profissionais possuem natureza jurídica de direito público. Assim, forçoso concluir que este fato constitui um dos óbices à regulamentação da profissão de psicopedagogo, isso porque se cria uma profissão por projeto parlamentar, mas a condição *sine qua non* para o seu exercício, ou seja, a criação do órgão profissional competente para ensinar então a inscrição profissional depende do envio de um PL pela Presidência da República.

Portanto, se uma profissão deve ser regulamentada, a iniciativa terá que ser do Estado, ao qual compete zelar pela integridade física e patrimonial da população. Só há motivo para a regulamentação nos raros casos de defesa do interesse público – isso diz a regulamentação profissional e diploma universitário da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, a fonte dessa informação.

Então, nesse contexto a profissão a ser regulamentada também deve atender, avaliamos, ao Verbete nº 1, de 26 de novembro de 2001, do DIAP, o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, que diz que, para se criar uma profissão deve-se atender às seguintes questões: que a atividade exija conhecimentos teóricos e técnicos; que seja fornecido por profissionais de curso reconhecido pelo Ministério da Educação, quando for o caso; que o exercício da profissão possa trazer riscos de dano social no tocante à saúde, ao bem-estar, à liberdade, à educação, ao patrimônio e à segurança da coletividade ou do cidadão individual; que não proponha a reserva de mercado para um segmento em detrimento de outras profissões com formação idêntica ou equivalente; que haja garantia de fiscalização do exercício profissional; que se estabeleçam os deveres e a responsabilidades pelo exercício profissional; que a regulamentação seja considerada de interesse social.

Então, por fim, como já foi relatado, a Psicopedagogia não tem um campo científico próprio; não há garantia de fiscalização do exercício profissional, uma vez que os conselhos não foram criados; não há uma justificativa de ordem pública nem de ordem legal para regulamentar a atividade da Psicopedagogia que atualmente pode ser exercida por profissionais qualificados.

No tocante a isso, a regulamentação da Psicopedagogia invade o campo, sim, consideramos, de atuação de profissões já regulamentadas e de profissionais já em exercício no mercado, causando grave insegurança jurídica e fragilidade não somente entre os profissionais, mas principalmente perante a sociedade brasileira usuária de tão relevante atividade.

Então, assim, nós consideramos que temos razões para sermos contrários à ampliação das exigências para que fonoaudiólogos, psicólogos e pedagogos possam fazer aquilo que já fazem com qualidade, a atividade da Psicopedagogia; somos contrários então à criação de uma nova profissão que iria se sobrepor às profissões já existentes sem favorecer o que mais prezamos: o atendimento qualificado das demandas sociais. Por isso nós trabalhamos pela rejeição e o arquivamento desse PL.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço a participação do Sr. Celso Francisco Tondim, do Conselho Federal de Psicologia.

A seguir, por último, passo a palavra à Srª Alayde Maria Pinto Digiovanni, Diretora da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia.

A SRA. ALAYDE MARIA PINTO DIGIOVANNI – Obrigada; agradecer ao Senador Cyro por nos proporcionar a possibilidade desse debate; aos companheiros da Mesa, às Senadoras e aos Senadores que aqui estão; a todos e todas que se fazem presentes aqui e àquelas pessoas que vão nos ouvir também posteriormente.

Eu gostaria de – por ser a última, a gente fica em uma situação interessante, porque a gente pode eliminar algumas questões e comentar algumas outras que surgiram aqui –, eu gostaria de lembrar que algumas coisas que foram mencionadas, que, por ser uma Associação de Ensino, a gente vive também no ensino da Psicologia, embora seja um ensino, uma graduação regulamentada, com diretrizes próprias, em que há uma fiscalização; o Conselho Nacional exara os seus pareceres, tudo isso a gente, na Associação, vive regularmente e constantemente questionamentos tanto de alunos quanto da sociedade a respeito de formas diferenciadas e às vezes até irregulares de funcionamento.

Nós não somos um órgão regulador, nós somos uma Associação, mas a gente funciona como

um controle social, sim. A gente funciona como um controle social quando a gente reivindica respostas junto ao Conselho Nacional, junto ao Conselho Federal, quando for o caso, quando é o caso de profissão, quando é caso de determinadas regulamentações a gente procura organizar, além de dar suporte para a qualidade dos cursos que estão em funcionamento no País. E também tentamos evitar aqueles cursos que a gente sabe que vão, conseqüentemente, gerar baixa qualidade. E a gente tem tido – ontem ainda a gente teve uma denúncia de um curso que está funcionando com oito semestres, e não há como funcionar – então a gente acompanha isso buscando a qualidade; como Associação a gente tem essa...

Eu comecei falando isso porque foi falado que existiam há muitos anos já alguns cursos de formação de Psicopedagogia, e não há uma regulamentação. A gente vive em nosso País, embora a gente tenha uma avançada tecnologia de regulação do sistema de ensino; nós temos, eu não sei se todo mundo aqui sabe, mas o nosso sistema de educação superior, de educação básica no nosso País é muito avançado; na maioria dos países da América Latina não há um sistema de ensino organizado como nós temos, de regulação, de criação de cursos, com um conselho nacional funcionando, inclusive a gente, eu mesma já participei diversas vezes com o CNPQ em palestras em outros países para reitores de outros países, para contar a nossa tecnologia de organização do nosso sistema de educação superior e da forma de produção da nossa pesquisa e da qualificação que o Brasil teve nas últimas décadas com relação à pesquisa internacionalmente.

Quando a nossa companheira da Fonoaudiologia, do Conselho Federal, menciona os feitos, digamos assim, da Fonoaudiologia e da parte das pesquisas, a gente de fato está falando, a Psicologia também e a Pedagogia, nós estamos falando de um lugar privilegiado internacionalmente. Não são todos os países, inclusive alguns dos citados, que têm a complexidade que nós atingimos no Brasil. De forma recorrente, nós somos chamados para expor a nossa tecnologia. E falo com bastante tranquilidade, estou na associação de ensino, a minha área de pesquisa é a área da educação, venho da educação, participei das políticas públicas, elaborando políticas públicas no nosso País, no Estado do Paraná, por vários anos, com o ex-Governador Roberto Requião, atual Senador. Então, a gente fala de um lugar bastante tranquilo, também na elaboração das políticas nacionais. E, ao discutir o papel de cada atividade profissional que já existe dentro da educação, a gente já toma muito cuidado para realmente diferenciar qual é o papel do psicólogo escolar dentro da educação, qual é o papel do fonoaudiólogo escolar

na educação, qual é o papel do psicólogo clínico, do fonoaudiólogo clínico nas intervenções que fazem uma interface com a educação, qual é o papel do psicólogo dentro da atuação do Sistema Único de Assistência Social no País atualmente, que também nos centros de referência de assistência social fazem uma interface com a educação.

Então, essas conversas todas, essa discussão toda a gente vem acumulando há mais de uma década, justamente para, cada vez mais, afinar e qualificar a educação pública brasileira.

E eu diria que, historicamente, a gente já tem um embate. E aí eu vou dizer para vocês, porque eu acho que talvez os Senadores possam até se dispor, se for necessário, para mais discussões ou não, se as pessoas se interessarem, mas é um debate que eu diria de fundo epistemológico, de fundamentação filosófica do que está por trás daquilo que está escrito.

Quando a gente remeteu à leitura do PL, pela escrita, como está colocada, houve a sensação de um debate já superado inclusive dentro da psicologia escolar. A Psicologia é uma profissão que tem 50 anos; ela nasce fundamentalmente atrelada a uma atividade da Medicina, da Fisiologia, das áreas das ciências naturais, e ela vem com um caráter muito prescritivo, curativo para dentro das áreas que nós temos na Psicologia hoje. Então, na própria psicologia escolar, particularmente, algumas pesquisadoras, a partir da Maria Helena Souza Patto, que foi uma das primeiras no Brasil a fazer esse questionamento, na década de 80, a gente fez um questionamento duro às tendências pedagógicas que assolavam o País em toda a nossa produção de políticas públicas, desde que nos tornamos República até a década de 90 inclusive, que eram políticas públicas pautadas num sujeito individual, pautadas numa perspectiva de sociedade que tem um entendimento de que a aprendizagem é individual. E essas nossas políticas públicas deram no que deram: o objetivo das políticas públicas atrelado aos organismos internacionais que pautaram essas políticas públicas para o Brasil até a década de 90 vem atrelado a uma perspectiva individual da aprendizagem.

E aí a Maria Helena Souza Patto, junto com outros pesquisadores atuais – nós temos muitos pesquisadores dentro das universidades públicas, com grupos de pesquisa especificamente na psicologia escolar, que são grupos de pesquisadores que falam a partir do olhar da psicologia histórico-cultural – vêm dizer que não, junto com a pedagogia histórico-crítica. E os pedagogos têm um acúmulo muito grande nessa questão também. Nessa interlocução que fazemos com a Pedagogia, aprendemos muito e temos bebido muito também nas leituras dos aspectos fundantes das teo-

rias pedagógicas. E nós assistimos a um embate, que é o embate de conceitos. De fato, existe um embate que até hoje é tensionado e que vai balizar qual é a política pública que vai ser desenhada, se é esta ou aquela, que diz que a aprendizagem é coletiva. Nós somos sujeitos históricos e sociais. Esse entendimento não pressupõe a aprendizagem como individual.

Então, ao ler o PL, nos veio à mente essa discussão já superada na Psicologia. Apesar de ela ser ainda tencionada, por conta das correntes, mas já é superada no sentido da aplicabilidade das políticas públicas contemporâneas. Nós conseguimos espaço, sim, de entendimento de que é no coletivo que vão se produzir soluções para os problemas de ensino, e que é conjuntural, é estruturante. A gente escuta muito os próprios Senadores, a própria Presidente dizer que exige uma atitude política, uma atitude de compromisso com a educação. Não é uma profissão, nem nós da Psicologia, nem a Fonoaudiologia, nem a Pedagogia isoladamente. Tampouco seria outra profissão derivada dessas de que estamos falando, como já foi dito, que teria uma solução, mas uma solução que é complexa, conjuntural e estrutural, inclusive de dizer não às teorias internacionais que pautaram nossas políticas até a década de 90 e que resultaram na educação que temos hoje.

Então, nesse sentido, o embate... A gente não tem o tempo todo que poderia ter, eu não vou entrar no mérito, acho que todos os que me antecederam conseguiram colocar. A gente não falou da formação em Pedagogia, mas, se fôssemos destacar a formação em Pedagogia, ela é uma formação sólida, é uma formação que prevê esses conhecimentos todos que elencamos em relação à educação. Eu diria até que o pedagogo é a pessoa que domina a ciência da educação de fato. Inclusive, a conquista imediata que temos no País é um pedagogo em cada escola. Fazia parte do Plano Nacional de Educação, do PDE, ter um pedagogo em cada escola. Foi uma luta, pois ainda não temos isso no Brasil inteiro.

Mas por quê? Porque entendemos que esse é o profissional que primeiro estaria ali. Temos uma discussão da psicologia escolar de um profissional que não sei se seria um em cada escola, ou por equipe, mas a gente entende que contribui, sim, para a discussão do que acontece pedagogicamente no interior das escolas, na produção de políticas. Diferentemente de um pedagogo em cada escola, em cada turno. É uma outra relação.

A fonoaudiologia escolar também, de fato, com os instrumentos atuais que fazem uso da linguística para discutir alfabetização, tem contribuído muito na discussão atual, inclusive para fazer os enfrentamen-

tos necessários a uma onda também que vem a partir das relações econômicas, a partir das relações com a indústria farmacêutica, de medicalização da educação. E medicalização excessiva de crianças, às vezes. Medicalização de processos psíquicos que são naturais da vida humana. Processo psíquicos naturais na história da humanidade passam a ser medicalizados. Então, esses conhecimentos têm nos permitido fazer o enfrentamento e marcar nossas posições, inclusive em defesa da qualidade da vida dos brasileiros e brasileiras neste País.

Nesse sentido, a gente atuar para as questões da escola – até coloquei – implica um conhecimento amplo e profundo, como todo mundo diz, quer na perspectiva do planejamento, quer na atuação dos processos de ensino e aprendizagem, regência, gestão, avaliação educacional, que cabem ao pedagogo; quer na perspectiva da intervenção nos espaços escolares, da promoção dos processos de ensino e aprendizagem, do enfrentamento de problemas, do auxílio ao professor, ao aluno e ao gestor, nas relações intra e extraescolares – professor/aluno, aluno/aluno, escola/família; assessoria à escola em vários processos cotidianos que caberiam também ao psicólogo escolar.

Os processos de alfabetização e alguns outros processos concernentes a questões da linguagem que surgem ou aparecem ali naquele ambiente escolar cabem também à fonoaudiologia escolar.

A atuação complexa dessas relações da escola demanda um diálogo entre essas áreas que a gente está colocando. E essas áreas têm os conhecimentos, como foi dito até agora, que dão subsídio a essa atuação.

Diante dessa amplitude de conhecimentos e necessidade de profundidade de olhares, não é possível conceber que uma nova profissão, como parece o PL ter apresentado, como parece pretender, possa promover agilizar e particularizar questões e problemas da escola focados no aluno. Vamos cair de novo naquilo que fizemos todos os anos desde a República até a década de 90 no nosso País.

Que possa isso dar conta do conjunto de conhecimentos e argumentos contemplados nas áreas e que são campos já debatidos, discutidos, pesquisados. Inclusive é uma coisa que temos como desafio, nós a sociedade que produz conhecimento, a sociedade de pesquisa.

Nós temos um compromisso que é trazer isso para a base do cotidiano da vida humana. A gente está lá na ponta – isso também é muito dito pelos presidentes, pelos Senadores; nós temos um *ranking* internacional excelente, e ainda não conseguimos traduzir em tecnologias, embora tenhamos trabalhado nesse sentido e tenhamos trabalhado na elaboração de políticas na

educação de formação de professores, ou plano de ações articulados, porque o PDL nacional desencadeou. Nós temos uma série de propostas nacionais de políticas públicas que a gente defende, que são coletivas e que a gente está lá discutindo como psicologia, como segmentos específicos da escolar, da psicologia da educação. Como Conselho Federal, nós estamos lá na discussão, pensando nessa qualidade da política.

Então, a tendência que já se anuncia, já evidenciada na prática, é de simplificação de processos implicados na relação de ensino e aprendizagem, aluno e professor, e localização no aluno como sujeito individual dos problemas que vivencia e apresenta na escola.

É claro que nenhuma teoria vai dizer: “Não, a família não é importante; a sociedade não é importante”. Mas as teorias que predizem que a aprendizagem é individual vão privilegiar, em última instância, o indivíduo. Isso, na educação brasileira, trouxe um desserviço, porque acabou culpabilizando o aluno do fracasso escolar. Na década de 80, quando a Maria Helena Souza Patto publica as primeiras pesquisas a respeito da produção do fracasso escolar, é isso que ela vai denunciar, que são as desigualdades estruturantes que vivíamos naquela época e que promovem o fracasso. E o pior, na época – ela dizia isso –, era evidenciado por índices indicativos de que os fracassados tinha cor, eram pobres e tinham localização geográfica neste País. E, até hoje, se pegarmos os dados de 2008 das diferenças regionais entre negros e brancos, se pegarmos no Inep os dados das diferenças regionais, nós vamos ver que nós avançamos. Nós passamos, em número de anos de frequência à escola, de 6 anos para 9 anos neste País, em 20 anos de políticas públicas. Só que, nesses anos de políticas públicas, se olharmos entre negros e brancos, os negros agora chegaram aos 6 anos de mínimo de escolaridade. Os brancos já ultrapassaram de longe. E, se olharmos o gráfico, se tivéssemos tempo de discutir, o fosso da desigualdade continua igual.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ALAYDE MARIA PINTO DIGIOVANNI

– Os dois aumentaram, mas o fosso da desigualdade não veio... Em 2008, a gente passou a elaborar as políticas de cotas, políticas de inserção.

Então, a gente não está desatenta para as questões. A gente tem de estar atenta com uma série de fundamentos que nos possam dar subsídios para que possamos alcançar nossa prática profissional, para encontrarmos o que cabe à Psicologia, dentro dessa nossa condição social, econômica, política, fazer para mudar esse quadro.

Então, é nesse sentido que a gente tem trabalhado. E, desde esses estudos, a gente já sabe que o fracasso do aluno na escola é produzido por uma complexa rede de relações sociais. E qualquer reducionismo resulta em estigmatização, culpabilização e sequestro do direito de aprender.

Não precisamos de uma profissão que tenha como mote a queixa escolar e, como meta, a solução individual de problemas que, de fato, são coletivos.

A história e a prática nos ensinaram. Que a memória nos oriente, e que o direito do aluno e da sociedade a uma melhor educação e atendimento seja respeitado.

Acho que essa é a contribuição, e ficamos à disposição para aprofundar qualquer questão que se faça necessária para a Comissão do Senado, que sabemos tem buscado essa discussão. Então, a gente fica à disposição. Bateu o sino para a gente terminar o tempo; então, agradeço a oportunidade de colocar um pouco algumas questões. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr^a Alayde Maria Pinto Digiovanni, pela sua colaboração.

Passo a palavra à primeira inscrita, Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, estou aqui nesta audiência pública a seu convite, porque a audiência foi requerida pelo Senador Randolfe Rodrigues, relator do projeto que trata de regulamentar a profissão. E sempre a gente tem a oportunidade de aprender muito. E aprendi muito aqui.

Os representantes da Fonoaudiologia e a Prof^a Alayde não foram tão claros quanto o meu conterrâneo Celso, com relação à visão que tenho sobre isso. A Prof^a Alayde fez um apanhado geral sobre questões políticas, sociais, não focando especificamente sobre o projeto, que é a questão da recomendação. De qualquer maneira, entendi e aprendi muita coisa aí. A mesma coisa com a Dr^a Bianca.

Mas o Celso foi com todas as letras.

Eu só queria lhe dizer, Celso, que você falou da inconstitucionalidade, que não cabe competência ao Congresso legislar sobre a questão, que a criação do conselho federal da categoria... Nós aqui já regulamentamos várias profissões, inclusive a de historiador, que deu uma polêmica no plenário, e eu requeri, porque o autor foi o Senador Paim, e foi regulamentada e aprovada. Portanto, se houvesse vício de inconstitucionalidade, nós temos uma assessoria técnica muito competente no Senado que nos orienta sobre o que é e o que não é constitucional. Apenas como lembrete. Pode ser que até a criação do conselho federal, sim.

Mas eu quero perguntar especificamente à Dr^a Quézia, que é representante – ela está sozinha entre

três – se a posição do Conselho Federal de Psicologia tem um caráter de defesa corporativa da categoria dos psicólogos para não recomendar o reconhecimento desta profissão, ou se ele tem razões científicas para a chamada multidisciplinaridade na relação com as outras áreas citadas aqui.

Essa é a minha única questão para a senhora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Passo a palavra à Quêzia, para resposta.

A SRA. QUÊZIA BOMBONATTO – Obrigada.

Eu agradeço pela pergunta, bem pertinente.

Eu posso começar falando de uma referência pessoal. Eu sou fonoaudióloga, sou licenciada em Matemática, estive na rede pública e privada durante 42 anos dentro da escola e fiz Psicologia da Educação. Então, eu me aproprio dessas áreas. E por que eu fui buscar a Psicopedagogia? Eu acho que a Psicopedagogia vem complementar algo, porque essas formações anteriores que tive não me deram subsídios para atuar dentro dos processos de aprendizagem.

Então, eu acredito que, se olharmos a questão do exercício da atividade de Psicopedagogia como sendo um exercício, uma prática, uma práxis diferenciada do psicólogo educacional, diferenciada do fonoaudiólogo ou mesmo do psicólogo, eu não estou excluindo, em momento algum, a importância dessas áreas. Mas, por si só, essas áreas não contemplam a complexidade da aprendizagem, que só encontrei na Psicopedagogia.

Então, como tenho uma experiência de 42 anos nessas diferentes áreas, falo com muita propriedade que a Psicopedagogia é uma área de conhecimento que se estruturou para vir preencher uma lacuna que, isoladamente, cada uma dessas áreas não proporciona.

Eu acredito, sim, na equipe interdisciplinar, e trabalhamos muito com essas equipes. O psicopedagogo tem essa visão transdisciplinar. Ele é o profissional apto a lidar com o processo de aprendizagem de um outro lugar, com mais propriedade.

Penso, se olharmos dessa forma, pode ser um corporativismo, sim.

Na hora que a gente pensa nesses profissionais que já estão no mercado e que precisam ser disciplinados, como a própria colega Bianca falou, vem a questão de algumas inadequações de profissionais que às vezes se intitulam psicopedagogos e que não têm competência, não estão capacitados e que acabam invadindo, sim.

Então, a legalização da atividade do psicopedagogo nos permitirá o disciplinamento. E é esta a necessidade que nós temos e que urge, para impedir que profissionais que não são éticos acabem interferindo no processo de forma inadequada.

Muito obrigada pela pergunta. Foi bem pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Senadora Ana Amélia, satisfeita com a resposta? Quer fazer algum adendo?

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ela respondeu à minha questão, e eu fico aguardando as outras questões dos Senadores, para ver se eu ainda avanço nesse tema.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Antes de passar a palavra ao Senador Cristovam, o Celso, como foi citado na parte de constitucionalidade, acho que ele queria dar uma palavra.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sim, ele pode. O regime democrático da Comissão permite a ele fazer, e eu até iria perguntar se ele queria, não porque foi citado, porque normalmente a citação é quando há uma situação inadequada. Eu fiz uma citação adequada ao posicionamento dele, porque ele foi muito claro no que argumentou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Também achei.

O SR. CELSO FRANCISCO TONDIM – Na verdade, entendi, sim, que eu podia falar, mas, por uma questão de protocolo, solicitei ao coordenador da Mesa e entendi que a senhora, mesmo não me dirigindo uma pergunta, talvez gostaria de ouvir minhas considerações.

Como estava mais para o final da minha fala, acho que fiquei preocupado com o tempo e talvez, na leitura e na fala, tenha ficado confuso.

É exatamente isto que V. Ex^a está dizendo: é a criação do conselho profissional. Por ser uma autarquia pública, é prerrogativa da Presidência da República; não a regulamentação de profissão.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É, mas nós estamos tratando aqui da regulamentação, e isso é da nossa competência.

O SR. CELSO FRANCISCO TONDIM – Isso, mas o que eu coloquei foi que, como uma das condições para o exercício de uma profissão é a inscrição no conselho profissional, então, esse conselho, *a priori*, não existe. Ele terá de ser criado, e será exigida uma iniciativa da Presidência da República.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É a segunda etapa.

O SR. CELSO FRANCISCO TONDIM – Estamos de acordo, mas, de qualquer forma, a gente sempre aprende também com essas considerações. (*Palmas.*)

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. CELSO FRANCISCO TONDIM – Inclusive está escrito aqui no...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E os psicólogos vieram aqui para dar força ao representante

do Conselho Federal de Psicologia, assim como fizeram no exame do ato médico.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Exatamente, e isso acho que é salutar, é democrático.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A categoria está muito organizada, e mobilizada também.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Eu tenho certeza de que esta audiência pública vai contribuir muito, porque é justamente do contraditório que vamos tirar uma linha. É impossível ouvir um lado só. Mas estão organizados os três lados aqui, pelo que eu vi.

O SR. CELSO FRANCISCO TONDIM – Se me permite mais uma observação, esse material que expus aqui já foi solicitado pela assessoria da Mesa. Nós vamos expor, mas não neste momento, porque há algumas questões que acrescentei na fala e que serão incorporadas e, aí, apresentaremos para todos os Senadores e toda a sociedade. Vamos expor *no site* do Conselho Federal.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Perfeito.

Pois não, Alayde.

A SRA. ALAYDE MARIA PINTO DIGIOVANNI – (*Inaudível.*) ...fazer uma repetição daquilo que foi dito e procurei explicar o que é painel de fundo.

O que é de fundo nessas questões? Quando a gente discute uma profissão, uma perspectiva de intervenção numa sociedade, uma criação de uma política pública, nada é neutro. Esse mito da neutralidade a gente já superou há muito tempo.

Então, foi no sentido de explicitar e, em nenhum momento, deixamos de entender, na Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, que é uma especialidade de fato, que é uma especialidade reconhecida. E trabalhamos também com ele. Só que, nesse entendimento que está colocado na escrita, inclusive do termo desse PL, foi uma questão de pensarmos na associação e alertarmos para o que vem de fundo nessa produção apresentada nesse texto do PL.

Então, este momento de discussão, como eu disse, Senador, é um momento de... É na contradição que a gente precisa superar para poder chegar a um ponto de consenso. Em nenhum momento, a gente se coloca negativamente a ponto de consenso.

Eu sou uma pessoa que me empolgo apaixonadamente, porque acredito de fundo. E queria colocar que nós, de fato, na psicologia, vivemos bastante tensão nas discussões com a categoria, nacionalmente. Estamos até vivendo um momento agora de eleição, e temos um processo de eleição bastante democrá-

tico de discussão nos Municípios, nos Estados e que pauta a atuação do Conselho Federal.

O Conselho Federal faz aquilo que nós pautamos na discussão da categoria, e não é tão fácil. De fato, esse tensionamento da base acaba nos colocando em posições de condição de qualificar o nosso discurso de forma coletiva. E aí acho que vocês percebem isso no Ato Médico, nessa questão em que realmente temos um afinamento teórico, conceitual em cima das questões.

Eu acho que seria isso.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Passo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque, nosso eterno ministro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, senhores e senhoras, o Senador Cyro, há pouco, falou que aqui estão os três lados. Está faltando o quarto: a criança. A visão das profissões em função do propósito que elas têm. E creio que aí deveríamos ter uma audiência anterior a toda essa, Senador. Uma audiência que perguntasse duas coisas: o que é escola daqui para frente? O que está aí não dá mais para ser chamado de escola contemporânea com a cabeça, as exigências e a cultura de uma criança de hoje. E o que é ser professor?

Hoje nós temos professor com as mesmas características de dois e quinhentos anos atrás – Sócrates. Obviamente, nenhum de nós com aquela competência. A única coisa que se avançou depois de Sócrates, além de algumas técnicas pedagógicas, foi o quadro negro. No tempo dele não havia quadro negro. Só tem 250 anos o quadro negro. Mas, nos últimos trinta anos, mudou tudo do ponto de vista da forma de aprendizagem – e alguns até não gostam que se eu a expressão aprendizagem.

Mas nós não mudamos ainda. Por exemplo, o professor continua sendo aquela pessoa que tem conhecimento de uma disciplina e que é capaz de pegar um giz e, na frente de um quadro negro, transmitir o seu conhecimento para o aluno. Aí há dois problemas. Primeiro, é que o conhecimento que ele aprendeu para ensinar, provavelmente, já está superado. Se o menino assistiu à televisão na véspera, é capaz de saber coisas que o professor não tinha aprendido.

Na área de astronomia, a cada dia surge uma coisa; geografia, gente! O número de países que nós temos hoje não tem nada a ver com que havia no tempo em que o professor de hoje estudou geografia política. Basta ver que a cada Copa do Mundo, há países que não existiam na Copa anterior. Mas isso vale para todas as áreas.

O conhecimento, a partir de agora, evolui numa velocidade que não acontecia trinta, quarenta anos

atrás. E o nosso professor continua sendo o professor do estoque de conhecimento e não o professor do fluxo de conhecimento. O conhecimento é um fluxo. Se eu tivesse que comparar professor com alguma coisa, eu compararia com uma antena. O professor é aquele que é capaz de fazer a antena ser dirigida para onde existe conhecimento e fazer chegar isso à antena da cabeça da criança. Porque o conhecimento não está dentro da cabeça dele. Até porque nós não usamos mais a cabeça da gente como sendo o lugar da memória; o lugar da memória é a cabeça, mas é isto aqui também, é o telefone e são todos esses instrumentos novos.

Então, a gente precisava debater aqui, Senador Cyro, o que é ser professor. Eu tenho dito, simplificando – depois vou falar de outros, inclusive incluir psicólogos e psicopedagogos –, ele é hoje o professor, ele vai deixar de ser um trabalho artesanal. O trabalho do professor vai ser coletivo, como fazer um automóvel é um trabalho coletivo. Ninguém faz um automóvel. Não é mais um artesão. Vou citar pelo menos três, mas depois vou dizer outro. Ele, o professor na sua forma tradicional de quem sabe da disciplina – geografia, matemática –, deverá ser alguém que saiba fazer com que esse matemático use os equipamentos modernos de computação. E vai ser difícil de a gente conseguir que todo professor seja capaz de utilizar todos os recursos da computação. Uma coisa é fazer com que todo professor use o recurso do quadro negro – e há uns que não sabem até hoje –, mas a outra é que o professor saiba usar os recursos que o computador oferece. E terceiro, alguém que saiba pegar a aula, com esses equipamentos novos, e levar para a rede, para que o aluno, em casa, assista à aula outra vez, ou não vá à aula, no segundo grau; no primeiro, tem que ir, não para aprender, mas para conviver com as outras crianças.

Então, o que é ser professor? Agora, aí a gente tem que botar os psicólogos, os psicopedagogos, chamando diferentemente, poderíamos até chamar psicólogos e achar que é uma área próxima.

Os oculistas: há 200 anos, não se precisavam de oculistas para ir à escola. Hoje se você não tiver um oculista, você não aprende, porque a gente identificou que a capacidade de aprendizagem depende da visão.

Não vai demorar, embora vá ser muito polêmico, que a gente precise de nutricionista. Não por causa da merenda, mas por causa das vitaminas que estimulam o cérebro. É questão de mais uma década, duas, vai haver, sim – alguns dizem que já existe, mas parecer que há muito de pirataria nisso – a pílula da memória, a pílula do aprendizado mais rápido, substituindo uma vergonha que há hoje, Senador, que é a pílula para corrigir crianças que são hiperativas.

Eu tenho uma filha que é psicopedagoga, trabalha como tal; é psicóloga, na verdade. Ela estava um dia me contando sobre – ela diz horrorizada – os alunos laudados. Eu não sabia o que era laudados. São os que têm um laudo de um psicólogo para ficar numa sala diferente, para não fazer a prova igual a dos outros. Laudados! E não é um, não são dois nem três, não! Virou quase uma indústria dos laudados.

Eu até brinquei com ela, dizendo que dá para escrever um artigo com o título: Os Dois Laudos. Todos vão achar que está errado. Mas é que existe o lado dos laudados e o lado dos que não têm laudo. Então, a escola está mudando. A escola pode ser em casa hoje. Não diria que todos os três anos do ensino médio, nem todos os dias de uma semana, mas, de vez em quando, o aluno ficando em casa, pode aprender sim.

A escola é o dia em que você vê televisão séria neste País. É você estar com a antena ligada.

Então, esse professor antena e estimulador, porque não basta ser antena; se fosse antena, bastaria a televisão e o professor ali dentro, dando aula, presencialmente ou não, na televisão. Mas ele precisa ser um estimulador. Estimulador, em geral, tem que ser presencial. É muito difícil ser um bom estimulador só pela televisão. Você pode ser um estimulador pela televisão, mas não é bom, é restrito, até porque o diálogo fica interrompido, embora já seja possível você dialogar com quem está na televisão através desses instrumentos todos aqui. Mas há uma quebra de olhar olho no olho, que eu acho que nunca vai desaparecer.

Então, a grande pergunta a meu ver de esta comissão discutir: o que será a escola do futuro e como será o professor? O professor, que será um corpo de profissionais, não um só, para chegar à cabeça dos alunos e para levar à cabeça dos alunos ao mundo do conhecimento, que muda todos os dias, de tal forma que o que a gente tem mais que ensinar hoje a uma criança é como usar a antena, e com uma preocupação – essa, sim, me preocupa muito –, de que o uso exagerado da antena, computação, Internet, acabe com a capacidade de formação plena. Ele fica bem informado, mas ele esquece tudo que é clássico, tudo que é substancial da formação de uma personalidade e de um profissional também. E isso a gente está vendo na universidade também. É o Google substituindo o professor e substituindo os clássicos.

Eu não falo em livro. Eu acho que o livro digital substitui perfeitamente bem, para mim, o livro em papel. Mas eu falo do conteúdo do livro que vem pelo digital, de um tipo ou de outro. Se eles lessem Sócrates digitalmente, estaria ótimo para mim. Se eles lessem Sócrates em um livro moderno, em que não há só texto, mas texto, imagem, dinâmica, filme, melhor ainda.

Um livro de Sócrates traduzido para o presente numa multimídia, mas que seja o clássico, que não sejam só as informações curtinhas em que nós todos estamos viciados – nós todos.

Então, Senador, a primeira coisa é esta: como é que a gente debate aqui o que vai ser a escola; na verdade, já é em muitos lugares, menos aqui. Fala-se muito – e é uma área que vocês trabalham bem – sobre a violência na escola.

As pessoas estão esquecendo que não é só violência na escola; existe a escola violenta. A escola hoje é uma violência. Ensinar astronomia num quadro negro para criança que nasceu vendo televisão, com acesso a Discovery e outras coisas, é uma violência. Eu não sei como esses meninos ainda aceitam assistir a essas aulas. Aí, de vez em quando, um se revolta. E a gente acha que ele é estranho. Não, estranhos são os outros que não se revoltam e ficam aceitando aquela linguagem superada. A linguagem. No fundo, o problema é de linguagem no processo de comunicação para haver uma elevação de cada ser do processo de formação.

Fiz questão de usar uma frase para não usar a palavra ensino nem aprendizagem. Na verdade, é elevação. Como fazer essa elevação na mente de uma pessoa?

Eu quero deixar aqui a sugestão de a gente fazer um debate sobre isso, ou mais de um debate.

Dito isso, eu quero falar sobre a regulamentação. Eu não tenho posição formada sobre a ideia da regulamentação, sinceramente. É uma coisa que eu vou precisar de debater mais, porque, ao regulamentar, nós estamos segmentando de tal forma que, daqui a pouco, a gente não vai ter diálogo. Você vai perguntar: esse menino vai ao psicólogo ou ao psicopedagogo? Então, está faltando aí alguma coisa que costure essas profissões de tal maneira que a gente tenha não um profissional, mas uma “profissão” – entre aspas – capaz de ter toda a complexidade.

Nós tivemos aqui um debate sobre o Ato Médico, que foi um debate tremendo – não sei se estão a par –, que é o que regulamenta a profissão de médico, na verdade. E mais: regulamenta o doente. Quem é que vai dar o remédio para ele? Quem é que vai consertar a perna dele quando quebra? E nós esquecemos, naquele debate, eu dizia, de fazer o ato do paciente, o ato dos direitos de um paciente para ter um sistema de saúde melhor, que exige médico, mas exige, sim, fisioterapeuta, exige fonoaudiólogo, exige psicólogo. Nós nos perdemos ali. E está para ser aprovado o Ato Médico no plenário. Nós nos perdemos, porque eu acho que o que saiu não é exatamente o que melhor serve ao paciente, embora evite problemas de não existir o Ato Médico também, que é uma certa levian-

dade profissional de cada um estar receitando coisas de uma área de que não tem conhecimento. Então, o esforço é correto.

Na área de vocês, eu também tenho essa dificuldade. Como é que a gente regulamenta?

Eu quero fazer aqui uma confissão de penitência. Eu fui o relator da regulamentação da profissão de historiador e fiz um relatório que não satisfaz, para o que a gente precisa, porque não ficou claro se a gente vai exigir esse diploma de historiador para o exercício da profissão em todos os exemplos.

Aqui está um cidadão que não é historiador mas que pode fazer trabalho de historiador melhor que muitos historiadores. O Presidente Sarney me chamou a atenção; ele disse: “Com esse ato agora, eu estou com medo de publicar um livro sobre a história do Maranhão”. Nós amarramos. Nenhum dos grandes historiadores foi historiador do ponto de vista da regulamentação. Sérgio Buarque de Holanda não era historiador do ponto de vista profissional, até porque a profissão só surgiu, de fato... A profissão já existia, no caso dele, desde Heródoto. Mas algumas profissões não existiam, como vocês mesmos estão deixando: será reconhecido como profissional quem tiver um diploma superior de qualquer área e que já vem exercendo a atividade. Então, não havia naquela época; são profissões que vão surgindo.

Do historiador, a gente precisa cuidar melhor de como é a regulamentação. Óbvio, o que a gente pensou quando eu fiz o relatório é: regulamentar e exigir diploma para quem exerce a profissão de professor de história. É diferente. Você pode escrever um livro de história sem ser profissionalmente historiador. Mas dar aula, realmente, talvez não seja conveniente. De repente até que é: o notório saber. O notório saber pode ser usado em muitas profissões.

Celso Furtado não era economista. E posso citar uma série de outros profissionais. Paulo Freire não era pedagogo e foi o pai.... Aliás, o pai da pedagogia não era pedagogo, porque ele teve que vir antes da pedagogia; não sei se foi Paulo Freire ou se foi outro.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – O caso dos jornalistas também.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – O caso dos jornalistas eu acho um absurdo completo, e eu não posso falar isso porque eu sou vítima disso. Eu fui processado pelo Sindicato dos Jornalistas de Brasília porque fui ver a seca do Nordeste e escrevi um artigo sobre a seca do Nordeste. Eles me processaram. No fim, como são amigos, eles retiraram o processo.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Pela nova legislação, V. Ex^a está protegido, pode fazer artigo à vontade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É. Não, mas não é artigo. Não, por artigo nunca me criticaram. Foi uma reportagem.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Aí é outra coisa.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É, foi uma reportagem que eu fiz. Viajei com um fotógrafo ao lado e escrevi uma reportagem sobre a seca. Não essa.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Se fosse uma reportagem especializada sobre a questão econômica do Nordeste, V. Ex^a também estaria protegido.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Mas se fosse sobre a tragédia por que passam as vítimas da seca?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Aí já é outra coisa.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Está vendo?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Aí V Ex^a pode fazer um livro, e não precisa ser historiador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Pois é. Mas por que eu posso fazer um livro e não posso publicar uma matéria no jornal que vai ter muito mais leitores? Porque livro ninguém lê. É complicado!

Nós estamos amarrando o potencial. Eu sou a favor de liberar. Eu sempre fui a favor da reforma de base. Por quê? Porque a gente queria liberar a terra, o que os latifundiários não deixavam, e o trabalhador, que, sem terra, não podia produzir. Esta é a finalidade: liberar a capacidade produtiva de cada um. E é isto que a gente deve querer com a educação: liberar o potencial latente, intelectual na cabeça de cada criança no dia em que ela nasce. E que precisa da escola, precisa da antena, precisa do psicólogo, precisa do psicopedagogo e dos equipamentos todos.

Então, eu não tenho uma posição decidida. E confesso que saio daqui sem ter ainda a minha posição decidida sobre a regulamentação do psicopedagogo como profissão separada das outras. Eu continuo achando que vou precisar de mais audiências e mais conversas e mais estudo, mais pesquisa, para aprofundar qual é a posição que defenderei na hora que chegar aqui. Seria muito mais fácil eu defender uma ou outra posição, mas confesso que não me sinto capaz ainda.

Eu temo hoje que estamos caminhando para um momento de confluir profissão umas com as outras para surgir uma nova. De repente, daqui a pouco tempo, não vai ser chamado nem de psicólogo nem de psicopedagogo, mas de um outro nome para falar de quem usa psicologia a serviço da formação das pessoas.

Nós estamos muito atrasados. Nossos discursos, todos esses, inclusive de regulamentação de profissão, estão surgindo em um tempo em que está havendo mutação. A profissão mesmo de jornalista, se fosse 50 anos atrás, mas agora, quando todo mundo é um pouquinho jornalista com o seu *blog*. Todo mundo pode ter um *blog*, então, todo mundo pode ser um jornalista. Mas aí se diz: “Mas não pode ser contratado por uma empresa. Pode ter a sua empresa.”

Não está claro que esse seja o caminho mais certo. Nós estamos num processo de mutação e estamos fazendo leis amarradas com o passado e não sintonizadas com o futuro, até porque a gente não conhece bem e é difícil saber como vai ser o futuro. A gente pode até saber como não vai ser o futuro, mas como ele vai ser é difícil de saber, porque é tudo muito rápido.

Fico muito feliz que haja uma audiência. Assisti aqui a falas muito boas. Lamento não ter chegado antes, porque eu estava em outra reunião. Mas vou precisar de outras reuniões como esta e de outras conversas individualmente com vocês, para poder formar a minha cabeça. Ou seja, estou precisando de um psicopedagogo para me ensinar e para me ajudar a formar uma posição. (*Palmas.*)

Vejam bem, para concluir: eu não precisaria disso se eu fosse agir apenas como político. Como político, eu ia usar o meu nariz e saber onde é que eu ganho mais voto: sendo a favor ou contra a regulamentação? Mas eu não quero me submeter a essa profissão de político. Quero ser mais aberto no sentido de votar sabendo o que é melhor para o País, o que é melhor para a nossa criança, o que é melhor para liberar esse potencial intelectual latente que ela tem e que depende de vocês, depende dos professores, depende de muita gente hoje. Não é mais só aquele professor no sentido tradicional: uma pessoa na frente de crianças transmitindo aquilo que sabe.

Dou aula, é claro, para universitários e, a cada dia, aprendo uma coisa com meus alunos. Trinta anos atrás – eu já dava aula –, eu não aprendia muito, não. Era muito raro um aluno em sala de aula me ensinar alguma coisa. Hoje é muito raro haver um que não me ensine alguma coisa, porque ele entra no Google na véspera da aula, porque ele assistiu à televisão, enquanto eu estava distraído ao ver televisão. E o conhecimento está aí, avançando, avançando, avançando. O professor tem de ter consciência da sua limitação de saber tudo. Ele tem de ser uma antena, para ajudar o aluno a se sintonizar e a saber onde está o mundo do conhecimento. E aí ele é um estimulador. É na hora do estímulo que vocês entram, para corrigir o que impede o estímulo e para saber o que ajuda o estímulo.

Então, vocês vão me dar mais tempo, para que eu encontre o meu psicopedagogo que me ajude a tomar uma posição.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Realmente, V. Ex^a colocou aqui uma coisa que é muito clara para nós. Nós não estamos aqui para usar isso na política. Estamos no *status* de políticos para fazer o que é melhor para o País, independentemente se isso agrada a A ou a B. Temos de procurar a imparcialidade.

Antes de passar a palavra ao requerente, que vai fechar esta reunião, quero dizer que nós fizemos o inverso. Como ele teve de sair daqui, agradecendo-lhe a boa vontade – ele teve uma reunião importantíssima, que é de urgência urgentíssima, em que se vai tratar hoje do Estatuto da Juventude –, passo a palavra ao Senador Inácio Arruda, a quem agradeço a presença.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu é que agradeço a todos vocês.

Eu não pude acompanhar a audiência no seu início, porque eu estava presidindo a Comissão de Desenvolvimento Regional e não podia dela me ausentar de forma alguma, porque era uma audiência pública para tratar da questão emergencial da seca no Nordeste. Então, não havia a hipótese de que eu pudesse dela sair antes.

Mas eu quero dar uma opinião, embora não tenha conseguido ouvir os senhores que foram convidados para dar a sua opinião e para formar a nossa opinião. A primeira diz respeito ao problema de aprendizado. Fica sempre a ideia de que político é uma coisa ruim. Uê! Puxa vida! A Mesa toda é política! Essa Mesa toda que está aí é política. Sinceramente, todos são políticos. A diferença entre nós e a Quézia, o Celso, a Bianca e a Alayde é que vocês estão no exercício de outro mandato, um mandato sindical, um mandato de categoria, um mandato de associação de classe, e nós estamos no exercício de um mandato parlamentar, numa representação, no nosso caso, dos nossos Estados. E, na Câmara, de onde o projeto é oriundo, os parlamentares representam o povo brasileiro. É um mandato conseguido dentro de um sistema eleitoral do *status* de poder do nosso País.

A gente tem de tirar esse negócio que sempre fica aparecendo: eu sou político ou não sou político? Eu decido como político ou não decido como político? Eu decido sempre como político em qualquer circunstância?

Agora, aqui, além de discutir como político, também tenho um mandato para decidir sobre a questão. E como a vejo? Eu a vejo do ponto de vista do traba-

lhador. Como encarar a questão do trabalho? Por que se regulamentaram as profissões?

Nem existia curso para formar médico – todos vocês sabem disso –, muito menos engenheiro! Os incas não construíram Machu Picchu com um curso de Engenharia, e muito menos os egípcios tiveram curso de Arquitetura e de Engenharia para fazer as pirâmides. E, na grande civilização helênica, da qual somos herdeiros, quando chegou o seu apogeu, nem havia escrita.

Então, não existiam essas regulamentações. Quem impôs a regulamentação? O que impôs a regulamentação foi o desenvolvimento econômico da sociedade e o sistema capitalista. Foi isso que impôs a regulamentação. Por quê? Porque as nossas aptidões, desde o trabalho dos artesãos até aquilo a que nós assistimos agora, transformaram-se em mercadorias. As nossas atividades foram transformadas em mercadorias, que são vendidas, oferecidas no mercado.

Então, foi preciso haver a regulamentação das várias atividades como profissões. Qual foi o objetivo disso? Vejo que foi o de proteger o trabalhador, porque senão ele seria aniquilado nesse mercado. A questão é a do mercado, e o mercado o aniquilaria. Foi isso que transformou todas essas áreas em especializações, que exigiram uma regulamentação mínima para poder funcionar. É assim!

Por isso, teve de haver regulamentação da atividade de jornalista para o profissional. Quem quiser escrever o que quiser a qualquer hora é livre para fazê-lo. A Constituição garante isso. Você pode escrever a qualquer hora, mas, para trabalhar como contratado numa empresa jornalística, a pessoa tem de ser jornalista. Para dar opinião especializada, aí pode haver o fonoaudiólogo, o psicólogo, o engenheiro, o arquiteto. Eles poderão dar opinião. Eles poderão escrever no jornal. Ele vai escrever no jornal, porque ali é uma opinião especializada, é um artigo de um profissional daquela categoria.

Então, esse é o problema da especialização. Por isso, em princípio, faço o contrário; em princípio, eu sou a favor. Está certo? No debate, eu posso me convencer do contrário, de que não há a necessidade nessas circunstâncias de regulamentar tal ou qual atividade, porque não há pressão suficiente de mercado para isso. Então, qualquer um pode exercê-la livremente.

Agora, em princípio, o que defendemos aqui, no Congresso Nacional, há muito tempo? Há muito tempo, nós regulamentamos a profissão de psicólogo, de fonoaudiólogo e de um conjunto enorme de profissionais, inclusive a de historiador e a de garçom, com os nossos relatórios. Todas essas atividades estão regulamentadas, pela necessidade de protegê-las.

Quem vai exercer essa atividade? Quem vai exercê-la? No caso da Psicopedagogia, quem vai exercer? Psicólogo, fonoaudiólogo, pedagogo! (*Palmas.*)

Acho que esse é o problema. Nós não temos que criar uma situação de dificuldade. E o futuro? No futuro, talvez, não existam essas atividades nem as antigas atividades que foram regulamentadas.

O irmão de Ariano Suassuna, uma figura extraordinária nossa, disse para o Ariano: “Olhe, se você não for engenheiro agrônomo, se você não for médico ou advogado, você não é nada!” Ele ficou estarelecido, porque ele não era nada disso. Ele já tinha terminado o curso superior dele. Ele disse: “Então, não sou nada?” “É, meu irmão, você não é nada, você vai sucumbir.” “O que é que eu faço?” Naquela circunstância, ele, que achava a profissão dele muito importante – e ela tinha de ser regulamentada –, chegou à conclusão de que tinha de comprar algumas cabras. Então, ele terminou comprando algumas cabras e foi ser pecuarista. E disse: “Agora, eu sou alguma coisa”.

Então, vejo isso nesse sentido, Sr. Presidente. Agradeço a oportunidade deste debate, para que eu possa dar a minha opinião. Isso é o que tenho sustentado desde quando eu era Deputado Federal, para defender as profissões que ajudei a regulamentar ainda como Deputado Federal, e foram muitas. E achei que não ficou ruim, não.

Vejo que isso é igual à discussão sobre a separação de alguns territórios gigantescos do Brasil. Dá-se uma opinião preconcebida de que não se podem separar esses territórios. Eu, por exemplo, acho que foi um êxito separar o Mato Grosso, pois se alcançou um resultado positivo. Em Goiás também, houve um resultado positivo. Hoje, há Goiás e Tocantins, e os dois Estados são muito importantes. Isso ajudou aqueles Estados.

Acho que regulamentar essas atividades não gera grandes prejuízos para outras atividades, mesmo porque a Psicopedagogia, nos moldes em que a conhecemos hoje, é muito importante. Conheço muitos profissionais e muitas profissionais da área. É um trabalho muito importante exercido nas escolas. E é multidisciplinar, porque pode haver um psicopedagogo que é psicólogo ou fonoaudiólogo ou pedagogo. Então, isso não está amarrado de tal sorte que você só pode exercer a profissão se você tiver uma faculdade de Psicopedagogia. Isso não existe. Regulamenta-se aquela atividade, que pode ser exercida por múltiplos profissionais. Vamos examinar! Pode ser que estejamos errados e que, daqui a 15 anos, nem existirá mais a Psicopedagogia, ou pode ser que estejamos certos e que seja preciso reforçar ainda mais a atividade.

Vejo isso um pouco nesse rumo, sem prejuízo de nenhuma outra atividade. Sempre que regulamentamos uma profissão – eu tive três mandatos de Deputado Federal; então, já é um bom tempo, e nós regulamentamos muitas profissões –, no debate, havia conflitos com outras atividades. Sempre ou o médico achava que o psicólogo, o fonoaudiólogo ou o fisioterapeuta estavam entrando na sua atividade, ou ocorria o inverso. Cada vez, era um dilema.

As atividades foram regulamentadas e, sinceramente, estão funcionando bem. O resultado foi positivo. Até agora, nenhuma delas, nem a de historiador – o Cristovam levantou isto aqui –, apresentou qualquer reclamação. Ao Congresso Nacional, não chegou reclamação de que essa atividade está impedindo qualquer um que seja de escrever a história de qualquer Estado, de qualquer distrito, de qualquer Município do nosso País. Quem quiser ser escritor pode escrever à vontade. Agora, historiador é outra coisa.

Era nesse sentido, Sr. Presidente, que eu queria dar a minha opinião, com minhas escusas, porque não pude participar do debate. As minhas desculpas são seguidas da informação de que eu estava num debate do qual eu não poderia me ausentar, porque, aí sim, eu seria colocado como irresponsável. Era o debate sobre a seca, e o Estado mais atingido é o meu Estado, o Ceará.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Está plenamente justificado. Agradeço a contribuição de V. Ex^a, como sempre bem pontuada.

Quero também aqui registrar a presença da ex-Presidente da Associação de Psicopedagogia da Seção de Goiás, a minha querida amiga Marilene. É um prazer revê-la aqui!

Passo a palavra finalmente ao nosso autor do requerimento e também a principal peça dessa matéria, o Senador Relator Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, primeiramente, quero dizer que sou uma espécie de subautor desse requerimento, porque, primeiro, fui provocado por V. Ex^a. E V. Ex^a dá a importância necessária a esse tema, a esse debate. Uma das suas primeiras ações à frente da Comissão de Educação foi a de marcar esta audiência pública, necessária para termos esses esclarecimentos.

Aqui, ao mesmo tempo, quero pedir aos convidados, a todos, a V. Ex^a desculpas. Já expliquei que estávamos na Presidência, com o Senador Renan Calheiros. Lá estávamos eu, o Senador Paulo Paim, o Senador Wellington Dias, a Senadora Ana Rita. Entregamos o pedido de urgência do Estatuto da Juventude, que foi votado, ainda há pouco, na Comissão de Assuntos So-

ciais. Esperamos que, hoje, à tarde, nós consigamos, no plenário do Senado, aprovar esse diploma legal, importante e fundamental para a juventude brasileira. Em decorrência disso, tive de me ausentar. A nossa assessoria acompanhou e me passou as exposições dos nossos convidados.

Chama-me a atenção o fato de que o PLC da Juventude, Senador Cyro Miranda, é o PLC nº 30, para o qual conseguimos a urgência agora, e de que o PLC que está sendo apreciado é o de nº 31.

Eu queria destacar dois aspectos que me chamam a atenção. O primeiro é o que foi apresentado aqui pelo Senador Inácio e que é uma verdade: não há tema sobre o qual seja debatida a regulamentação no Congresso Nacional que não cause alguma polêmica.

Uma das minhas profissões, a de historiador, é uma das mais antigas profissões da humanidade. É a profissão, inclusive...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Nasceu antes da escrita.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Exatamente, é anterior à própria escrita.

Pois bem, nós a regulamentamos no Congresso Nacional agora. E foi tema de polêmica a regulamentação. Isso foi tema de editoriais que foram contrários à regulamentação. Houve editoriais nos grandes jornais do País contrários à regulamentação. E reitero: talvez, seja a mais antiga profissão existente no Planeta. E foi tema de polêmica. O mesmo ocorreu no debate sobre a profissão de jornalista.

O Senador Cristovam, na sua reflexão, fez uma pergunta para nós: no futuro, haverá a necessidade de regulamentação de profissão, já que estamos caminhando para um mundo de transversalidade, de interdisciplinaridade?

É verdade, essa é uma reflexão para o futuro, mas o problema é aquela história de viver o hoje, o presente. Não regulamentar hoje prejudica aquele que não foi regulamentado. Esse é o problema do presente. Temos uma reflexão para o futuro, mas temos a situação do presente. Alguns têm regulamentação; outros, não. Os que não a têm não estão a aguardar o futuro, querem uma resposta no presente, hoje. É isso.

Não temos marco legal para o futuro. Podemos construir um marco legal que diga que não necessita regulamentação para nenhuma profissão. Mas não o temos. Então, hoje, como existe a necessidade de regulamentação...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Será um futuro sem data.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Exatamente, o futuro, falando como historiador, é algo que ainda não aconteceu. Por isso, no momento, este debate é fundamental.

Outro aspecto que me chama a atenção é o seguinte: esta audiência poderia ser feita com outro tema e poderia ter os mesmos personagens, com exceção da Quézia, Presidente da Associação Brasileira de Psicopedagogia. Esta audiência de hoje poderia ser uma audiência sobre o ato médico, e, talvez, estivesse aqui o Presidente do Conselho Federal de Medicina, no lugar da Quézia. Vejam: os atores iam mudar de posição, iam ter posições invertidas, porque, no ato médico, o debate é justamente o inverso do debate que está sendo questionado aqui, neste momento.

Então, por isso, parece-me que, respeitando a transversalidade necessária, respeitando e ouvindo as ponderações importantes de psicólogos, de fonoaudiólogos e de outros que poderiam estar aqui também, como, por exemplo, os pedagogos, a ideia desta audiência é encontrar uma mediação, encontrar um meio-termo que atenda a esse reclame justo. Digo que é um reclame justo, porque sou historiador, e, desde a época em que eu era estudante de História, era pauta dos nossos Encontros Nacionais de Estudantes de História a regulamentação da profissão. Disso distam 16 anos, e, somente agora, no Senado, isso foi apreciado e ainda carece de apreciação por parte da Câmara, com várias reclamações.

Então, faço uma indagação. Parece que é um pouco apontado, mas é o caminho que quero propor que nós sigamos. Como fazer a regulamentação da profissão, garantindo que não se invadam as competências das outras profissões? Como aqui podemos construir um bom termo? Eu acho que isso é possível.

Vejam, meus queridos psicólogos e fonoaudiólogos: parece-me que as contradições que existem em relação aos psicopedagogos não são tão antagônicas quanto as contradições que existem em relação ao Conselho Federal de Medicina no debate do ato médico. Parece-me que ali, inclusive, há contradições mais antagônicas, mais inconciliáveis, tanto é que o ato médico já tramita há um bom tempo aqui.

Parece-me, até pelo que eu soube, pelo que eu ouvi do que foi aqui apontado, que estamos mais próximos de encontrar um meio termo que garanta a reivindicação – e este é o apelo que faço – aqui apresentada e que, de fato, não invada as competências dos outros segmentos profissionais.

Por exemplo, parece-me que a Bianca fez uma ressalva que considero importante, que acho que é

um caminho para encontrarmos um meio termo, uma mediação. A Bianca ressaltou a preservação dos aspectos que forem relativos à saúde. Acredito que temos aí uma ponderação justificável, razoável, e que poderemos, daí, construir uma mediação.

Desta audiência, sai um convencimento. Não existe aqui, mesmo porque acho que não existe, mesmo porque V. Ex^{as}, representantes da psicologia e da fonoaudiologia, têm sido vítimas, no debate do ato médico, da intransigência de construir uma mediação. Então, até pela experiência que vocês têm, parece-me aqui haver uma disposição para construirmos um bom termo.

No mais, quero reiterar, Senador Cyro Miranda, o que V. Ex^a destacou aqui no começo desta audiência pública, que é a ausência do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde. Seria importante a presença dessas instituições nessa audiência pública.

Não creio que seja necessária uma nova audiência pública para – aí já seria redundante – ouvirmos essas instituições do Governo, mas acho que seria de bom tom ser subscrita pela Comissão de Educação uma provocação ao Ministério da Educação e ao Ministério da Saúde – e eu queria incluir o Ministério do Trabalho – para que nós possamos ter uma manifestação dessas instituições governamentais sobre o tema que está sendo aqui debatido.

É importante ouvirmos a opinião, que era para estar nesta Mesa, reitero, mas, como não está, acredito que seria de bom tom a Comissão de Educação, Senador Cyro, através de V. Ex^a, fazer essa provocação.

Por fim, é isto. Creio que, daqui, nós não tivemos, pelo que ouvi da Quêzia, pelo que eu ainda consegui ouvir da apresentação da Bianca e pelo que me informaram da apresentação de Celso e de Alayde, não encontrei contradições antagônicas, como, por exemplo, reitero, o antagonismo que existe no debate sobre o ato médico.

Então, portanto, eu considero importante, aqui, nós encontrarmos a mediação necessária para apreciação, não tendo e eu não estando enganado que não existem contradições antagônicas, e é o que me parece, nós encontrarmos a mediação necessária para apreciação dessa matéria, ressaltado o que foi apresentado aqui e, quero aqui insistir, o que foi apresentado em especial pela representante do Conselho Federal de Fonoaudiologia, preservando o que for da área de Saúde, mas considerando que, diante dos marcos legais que temos hoje, considero fundamental termos profissões regulamentadas e considerando, em especial...

Eu estava dialogando aqui sobre um caso concreto. Uma pessoa ou uma criança que sofre de disle-

xia, por exemplo. Ela vai procurar um psicopedagogo. Pelo menos, ele deverá procurar um psicólogo, deverá procurar um fonoaudiólogo. Ao procurar esses profissionais, ele não perguntará quais dessas áreas são regulamentadas. Ele precisará de cada um desses profissionais. Haverá uma necessidade de ele passar por esses profissionais. Talvez seja essa a reflexão que o Senador Cristovam nos faz, a reflexão sobre o futuro. Será que teremos regulamentação de profissão? Mas o problema é o presente: a regulamentação e não regulamentação de outra acaba criando um prejuízo para aquelas que não são regulamentadas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Senador Randolfe, muito obrigado pela sua colocação, lúcida, procurando delimitar os campos de trabalho para que não haja sobreposição e que não se invada a titularidade de um e de outro. Essa vai ser a sua grande missão. V. Ex^a tem um quebra-cabeça e vai ver se é possível. Sendo possível, vai ver como deixar que essa regulamentação possa ou não, sem nenhuma influência, mas, sim, do que já tirou, extraiu, do que ouviu e do que estudou.

Levo também muito em consideração e determino a consulta para saber a posição dos Ministérios da Saúde, da Educação e do Trabalho. É importante. Nós vamos fazer essa provocação, vamos emitir um expediente para que eles se coloquem. Afinal de contar, tudo passa também lá dentro.

Vou passar agora – vou inverter, da minha esquerda para a minha direita, em homenagem ao Senador Inácio Arruda – às considerações finais concedendo três minutos para cada um dos senhores.

Por gentileza.

A SRA. ALAYDE MARIA PINTO DIGIOVANNI – ...ficar à esquerda. É mais confortável, talvez.

Eu penso que acho que a audiência traz isso. Acho que o Senador faz uma ponderação. De fato, a gente tem, inclusive, um diálogo de trabalho na ponta que ocorre no cotidiano com a especialidade da psicopedagogia. Então, se houver uma necessidade, eu penso que talvez o termo da escrita, vejo as colocações que estão dadas ali possam ser pensadas no conjunto para que possamos chegar a uma mediação.

Vamos ver como seria levar isso para a Associação também, porque essa discussão, eu gostaria de deixar claro, passa dentro da Associação também, que não é uma discussão só... Eu estou aqui como representante da Associação. A pergunta talvez fosse “você, Alayde...” A questão não é essa. Assim como vocês são representantes legítimos, eleitos nos seus Estados, para estarem representando aqui alguns ide-

ais, alguns interesses ou alguns projetos da sociedade para construção.

Então, o que são temas polêmicos. V. Ex^a abordou temas polêmicos. A própria dislexia é um tema polêmico hoje em dia, se ela existe ou não, se ela é uma construção da indústria farmacêutica ou não... Isso tudo é uma discussão polêmica e tensionada nos campos de atuação da fonoaudiologia, da psicologia, da medicina, e eu acho que, quanto mais a gente trazer a público...

O Senador Cristovam Buarque dizia que temos que discutir que escola a gente quer. É primeiro passo. Quando a gente pensou a nossa proposta, o que nós temos bem claro na nossa cabeça é que escola a gente quer, que sociedade a gente pretende e qual o papel da escola na sociedade. Ele mesmo foi muito claro em dizer que há conhecimentos que são clássicos e que não são adquiridos no cotidiano simplesmente. A escola tem um papel que é legítimo ainda na nossa sociedade desigual. Inclusive, ela dá acesso aos instrumentos tecnológicos para que essa criança tenha acesso a todos esses outros canais que uma parte da população acessa.

Então, nesse sentido, a gente tem muito claro e eu penso que é muito bom se a gente pudesse, de fato, dentro do Senado, dentro da Câmara Federal, estabelecer uma boa discussão de que escola queremos, até para evitar, futuramente, problemas com algumas criações de disciplinas, ideias que ficam pensando em colocar no ensino médio, isso ou aquilo, que às vezes não corresponde àquilo de que a escola necessita e que, por uma demanda de um grupo da sociedade, às vezes vem mas sem uma discussão mais coletiva de que projeto de sociedade nós temos para o nosso País hoje, que perpassa pela discussão política, sim, que perpassa pela atuação dentro desta Casa, que perpassa pelas forças políticas que compõem esta Casa e que sustentam ou não determinado governo ou determinada política.

Esperamos, sim, e ficamos felizes quando somos convidados para um debate numa audiência pública, porque, cada vez mais, prescindimos e precisamos ver transparência mesmo nas ações políticas, porque nós acreditamos na política institucional, na forma com que se organiza uma república e queremos que essa forma seja cada vez mais qualificada e que a nossa população saiba, cada vez mais, participar ativamente desses processos.

Então, nós da psicologia, na perspectiva do ensino, a gente pensa numa psicologia social, sim, comprometida com a sociedade em que a gente está inserido. Então, como a gente trabalha com o ser humano e com a produção da existência a partir do

entendimento histórico, do sujeito histórico, a gente acredita também que é possível transformar essa sociedade porque esse sujeito histórico não é um sujeito dado geneticamente ou biologicamente, mas uma produção histórica.

Então, de fato, a escola tem que ser repensada sempre, os procedimentos têm que ser pensados sempre, para que a gente possa acompanhar, mas sempre fazendo uso daquele conhecimento acumulado anteriormente, do que a unidade produziu e dos instrumentos de que nós precisamos para viver plenamente o nosso processo de humanização, dando uma qualidade de vida e uma condição melhor para a existência com uma população que não tenha um sofrimento psíquico, que é a nossa parte de fato, que tenha uma qualidade no sentido de poder atingir essa nossa democracia tão esperada e com a questão da igualdade que a gente luta para atingir.

Acho que seria isto. Agradecemos e ficamos à disposição na Abep para quaisquer esclarecimentos e para outros debates que envolvam questões afetas à nossa atuação profissional.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Alayde.

Passo, em seguida, para suas considerações finais, por três minutos, à Sr^a Bianca Queiroga.

A SRA. BIANCA A. MANCHESTER DE QUEIROGA – Bem, eu gostaria de agradecer a oportunidade. Foi muito bom ouvir os colegas, ouvir a opinião, os pontos de vista diferentes do nosso, nós crescemos e aprendemos também ouvindo coisas diferentes.

Eu queria só fazer uma consideração em relação a coisas que ouvi aqui sobre a criação de novas profissões e novas especialidades.

No que se refere à psicopedagogia, todos os profissionais que exercem hoje a psicopedagogia têm uma profissão de base. Não se trata de não ter uma profissão regulamentada. Todos têm uma profissão já regulamentada. São psicólogos, são fonoaudiólogos, são pedagogos...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Pedagogo não é regulamentado.

A SRA. BIANCA A. MANCHESTER DE QUEIROGA – Mas tem uma graduação de base.

Então, vamos discutir a regulação da pedagogia antes da psicopedagogia.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. BIANCA A. MANCHESTER DE QUEIROGA – Pois é. Eu estou trazendo essa questão para a gente refletir também nessa hiperespecialização, porque, daqui a alguns anos, se nós continuarmos

assim, vamos ter o ato da ginecologia, o ato da otorinolaringologia, o ato da psiquiatria, para discutir a regulamentação de cada uma das especialidades médicas. Parece-me que esse é um debate também muito importante.

Então, evidentemente, eu reconheço o lugar da psicopedagogia, a importância do estudo na área da psicopedagogia, mas eu vejo a psicopedagogia como um tema interdisciplinar, como um tema transversal a várias outras áreas de estudo e de profissões já regulamentadas.

Vejam que não se trata de um ato fonoaudiológico, porque não estamos defendendo aqui que a psicopedagogia é uma área exclusiva da fonoaudiologia. Não estamos falando disso. Estamos falando que precisamos, sim, desses outros profissionais e da nossa preocupação, enquanto profissional representante da categoria profissional que transita nos campos da educação e da saúde, com essas distorções que vêm acontecendo na prática, especialmente na prática clínica. Nós temos acompanhado profissionais que não têm formação de graduação que lhes permita uma atuação clínica concluir uma especialização em psicopedagogia e montar um consultório. Isso é um desserviço à saúde pública brasileira e precisa ser considerado, precisa ser revisto nesse projeto. Eu queria pontuar muito isso. Respeito profundamente os profissionais que exercem a psicopedagogia com ética, com seriedade e competência, tenho várias amigas, com quem divido a minha prática de trabalho, que exercem a psicopedagogia com essa responsabilidade, com essa ética e com essa competência.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr^a Bianca.

Em seguida, passo a palavra à Sr^a Quêzia para suas considerações finais, por três minutos.

O SR. CELSO FRANCISCO TONDIN – Seria para mim. Se for no inverso, é para mim.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – É verdade.

Vamos deixar, então, quem ficou mais sozinha na Mesa por último, para sua defesa.

Então, passo ao Celso.

O SR. CELSO FRANCISCO TONDIN – É justo.

Então, acho que acabou que o ato médico veio aqui como um assunto em que se fizeram considerações em relação a comparações...

Este é um assunto muito caro para todas as profissões da área da Saúde e a nossa luta não terminou. De jeito nenhum. Nós ainda temos questões de mérito muito importantes. E aí, fazendo uma comparação, o ato médico... Nós temos aí que cada profissão da área

da Saúde, das 14 profissões, tem seu campo específico de conhecimento e de intervenção na sociedade. Tem. O que o ato médico fere é justamente o respeito a essas especificidades de cada profissão e fere ainda mais o princípio da integralidade em saúde e todas as políticas vigentes no Sistema Único de Saúde como a maior conquista histórica deste País.

Justamente concordando com V. Ex^a, Senador Inácio Arruda, de fato toda regulamentação preserva os direitos dos trabalhadores que não podem ficar a revelia do mercado, porque o capital não tem limites, ele explora. E principalmente esse é o papel de um conselho profissional, porque o do trabalhador é o sindicato. Nós temos uma Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi), que cuida especificamente disso. Nós do conselho profissional cuidamos do outro aspecto que é a regulamentação, tanto a que vocês fazem quanto a que as nossas profissões fazem internamente, por meio de suas resoluções, que é cuidar da garantia dos bons serviços prestados à população, do direito de a população ter profissionais qualificados e éticos no exercício profissional.

Então, nesse sentido, a regulamentação é bem-vinda, sim. Inclusive, nós defendemos que a regulamentação da medicina seja feita para preservar os direitos dos médicos e para garantir os bons serviços à população, mas a forma como até agora o Senado e a Câmara dos Deputados têm tratado não garante isso. Por isso, acabei reagindo à sua fala, embora... Infelizmente, foi em relação à sua fala, porque é justamente o Senador que tem falado coisas muito interessantes, mas nesse aspecto eu tive que pontuar, porque talvez tenhamos que discutir mais o ato médico.

Então, passando um pouquinho do tempo, se me permitem, em relação à psicopedagogia é diferente, Senador Inácio Arruda, porque é interface. É diferente, porque é interface. Nós não temos um campo específico da psicopedagogia, ele é formado justamente na interface de várias áreas de conhecimento. Aí, seria torná-lo uma profissão e não uma atividade, e acho que é uma questão na qual não entramos aqui, mas sobre a qual eu até cochichei um pouco com a colega Quêzia: atividade e profissão. Isso daria outra discussão para o relatório.

Estamos falando que quando se cria um conselho profissional que regulamenta a ética e faz cobrança de tributo, de imposto, porque a anuidade é um imposto, porque é uma autarquia pública, é um preposto do Ministério do Trabalho, nós estamos falando de uma profissão e não de uma atividade. Se nós nos referirmos – como vocês se referiram na sua fala, nos eslaides – ao catálogo brasileiro de ocupações, estamos falando de ocupações e não de profissões. Algumas

delas vêm a se constituir, sim, como profissão, que é o caso do garçom; era uma ocupação e virou uma profissão. Mas não existe conflito de interesses e adentramento de outra área, ou tomar uma especialização como uma profissão, no caso do garçom; no caso da psicopedagogia existe.

Já foi comprovado que todas as legislações das duas profissões e as três formações da pedagogia também pressupõem o exercício da psicopedagogia. E ainda defendemos mais. Diz-se que não é condição para exercer a psicopedagogia. Defendemos, sim, que é importante ter a formação continuada, como em qualquer área, mas eu não posso dizer que um administrador que faz uma especialização em psicologia organizacional passa a ser psicólogo organizacional. Então, não posso dizer que alguém que faça psicopedagogia como especialização se torne psicopedagogo, ele continua pedagogo, continua fonoaudiólogo, continua psicólogo com especialização em psicopedagogia. Isso já está tranquilo.

O problema que se traz de como se vai cuidar da parte da ética, que a colega Bianca também colocou, é o maior problema de vocês da Associação Brasileira, porque ela não tem poder de polícia. Não, eu que inventei essa palavra. Os conselhos têm poder de polícia, foram criados na época da Ditadura Vargas. Enfim. Então, a Associação não tem. Mas aí todos esses profissionais, tirando os pedagogos, já são ligados a um conselho.

Eu coloco mais uma questão para outro debate: como você vai se inscrever em dois conselhos? O de psicologia e o de fonoaudiologia? Vai pagar dois impostos para exercer a mesma profissão? Eu não pago dois impostos da mesma casa, eu não pago dois impostos do mesmo carro, como vou pagar dois impostos para exercer a mesma atividade? Porque vou continuar podendo exercer a psicopedagogia sendo psicólogo. Então, estou talvez trazendo um elemento novo aqui, não muito amadurecido na minha exposição, mas que fica como um sinal para sua inteligência, que eu sei que é bem grande, poder tratar, o.k?

(Soa a campanha.)

O SR. CELSO FRANCISCO TONDIN – Agradeço muito as considerações de todos e foi bem produtivo estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, meu amigo Celso.

Passo, finalmente, a palavra, para defender sua tese final, à Dr^a Quézia.

A SRA. QUÉZIA BOMBONATTO – Minha palavra final é de gratidão ao Senador Cyro, que tem acreditado na nossa luta. A nossa gratidão especial também ao Senador Randolfe Rodrigues. Temos acompanhado a

sua trajetória, o quanto luta pela educação, a sua proposta de trabalho; e sendo o Senador mais jovem da Casa, está de parabéns pelo seu percurso, pelo que tem feito até agora.

Agradeço também, Senador Inácio Arruda, pelo seu posicionamento de entender a importância da psicopedagogia, a necessidade de regulamentação da psicopedagogia.

Agradeço a atenção de todos.

Considerando, atualmente, as exigências impostas aos seres humanos pelos avanços científicos e tecnológicos, acreditamos que a regulamentação da atividade do profissional psicopedagogo contribuirá substancialmente para melhorar o cenário educacional do País, mas por meio do trabalho coletivo e interdisciplinar, que promove a integração e transformação do conhecimento. Por tudo isso, a valorização e o reconhecimento do psicopedagogo, da atividade do psicopedagogo se torna imperativo plenamente justificado.

De qual lado havemos de ficar? Como disse o Senador Cristovam Buarque. Do lado do aluno, que grita por ajuda? Ou do lado do profissional, que alega invasão de competências, levando a um corporativismo que não mais tem sentido em nossa sociedade, entendido como útil para a democratização e a universalização da educação?

Assim, eu penso que urge a aprovação da regulamentação da atividade do psicopedagogo.

Muito obrigada pela participação das colegas aqui. Muito obrigada pela presença e pelo apoio que a sociedade nos tem dado e pela legitimação que nós já temos da sociedade. Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Agradecendo a presença de todos e em nome dos meus colegas Senadores, digo que não tem agradecimento nenhum, é nossa obrigação exercer o processo democrático de ouvi-los; e ouvi-los a todos, para que, então, tomemos a decisão mais acertada.

Eu assim encerro, agradecendo a presença de Quézia, Celso, Bianca e Alayde, pela participação brilhante que todos tiveram.

Convoco também para a Reunião Extraordinária do dia 9 de abril, terça-feira, às 10 horas, quando iremos ouvir o Ministro de Estado do Esporte Aldo Rebelo. S. Ex^a é convidado de honra.

Assim, eu encerro a presente reunião, que realizou audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2010, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de psicopedagogia.

Uma boa tarde a todos e o meu muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 44 minutos.)

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTE****ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E
ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA
EM 9 DE ABRIL DE 2013.**

Às dez horas e trinta e um minutos do dia nove de abril de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Ana Amélia, Benedito de Lira, Kátia Abreu, Alvaro Dias, José Agripino, Armando Monteiro, Sodrê Santoro, Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin, Zeze Perella, João Capiberibe, Vital do Rêgo, Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Ana Rita, Randolfe Rodrigues, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ciro Nogueira, Paulo Bauer e Maria do Carmo Alves. O Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 1/2013-CE, de autoria dos Senhores Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, destinada a ouvir o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Esporte, Aldo Rebelo, sobre os “Planos e Diretrizes do Ministério do Esporte para os próximos anos”. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Ricardo Leyser, Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento; Senhor Toninho Nascimento, Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor; Senhor Vicente Neto, Secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social; Senhor João Luiz dos Santos Santos, Chefe de Gabinete do Ministro; Senhor Weber Magalhães, Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Futebol da Região Centro-Oeste; Senhor Antônio Aquino Lopes, Presidente da Federação de Futebol do Estado do Acre e Senhor Joaquim Beltrão, Prefeito de Coruripe - AL. Prosseguindo, a Presidência passa a palavra ao Excelentíssimo Ministro de Estado do Esporte, Aldo Rebelo. Finda a exposição do Ministro, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros desta Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, autores do Requerimento, e os Senhores Senadores

Alvaro Dias, Vanessa Grazziotin, Sodrê Santoro, Sérgio Petecão, Zezé Perrela, Inácio Arruda, Cristovam Buarque e Anibal Diniz. Após as considerações finais do Senhor Ministro, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos da sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, encerra a reunião às treze horas e nove minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cyro Miranda**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião, na forma de audiência pública, atende ao Requerimento nº 01, de 2013, da Comissão de Educação, de minha autoria e da Vice-Presidente desta Comissão, Senadora Ana Amélia. Ela é destinada a ouvir o Ex^{mo} Sr. Ministro de Estado do Esporte, Aldo Rebelo, sobre as diretrizes e prioridades do Ministério para o ano de 2013.

Dando início à audiência pública, solicito à Senadora, Vice-Presidente desta Comissão, que acompanhe o Ex^{mo} Sr. Ministro para tomar assento à mesa. *(Pausa.)*

Agradeço também a presença do Senador Sodrê Santoro e da Senadora Vanessa Grazziotin. Também registro a presença do Senador Alvaro Dias, eterno Líder do meu Partido.

Registro também a presença dos Srs. Ricardo Leyser, Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento; do Sr. Toninho Nascimento, Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor; do Sr. Vicente Neto, Secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social; do Sr. João Luiz dos Santos, Chefe de Gabinete do Ministro; e do Sr. Weber Magalhães, Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Futebol da Região Centro-Oeste.

Informo que esta audiência será transmitida na íntegra pela TV Senado e tem cobertura da Agência Senado, *Jornal do Senado*, Rádio Senado e Instituto Legislativo Brasileiro, que retransmite para todas as Assembleias Legislativas e outras entidades.

Dando início à audiência pública, passo a palavra ao Ministro Aldo Rebelo para fazer sua exposição pelo tempo que se fizer necessário.

O SR. ALDO REBELO – Bom dia, senhoras e senhores!

Prezado Senador Cyro Miranda, que preside a reunião da nossa Comissão de Educação, Cultura e Esporte; Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o Brasil vive, nos dias que correm, o 10º aniversário da criação do Ministério do Esporte. Tratado anteriormente como disciplina, ora ligada ao Ministério da Educação, depois como parte do Ministério do Turismo, o Ministério do Esporte passou a ganhar fisionomia, autonomia com a criação do Ministério, pelo Presidente Lula, em 2003.

Creio que, quando o Brasil se avizinha dos dois maiores eventos esportivos do Planeta, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, o tema do esporte no País ganha destaque, relevância não apenas na agenda institucional do Poder Executivo, do Poder Legislativo, mas também para a sociedade.

Além das suas tarefas ordinárias de conduzir os programas, as políticas públicas para o esporte, executar os avanços acumulados ao longo dos últimos anos, desde a aprovação da Lei Agnelo/Piva, passando pela Lei de Incentivo ao Esporte, a ampliação dos programas, visando à universalização da prática da atividade física e do esporte. O Ministério acumula também o desafio de conduzir a preparação do País para estes dois grandes eventos do esporte: a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

A Copa do Mundo e as Olimpíadas não são apenas dois grandes eventos do esporte. Copa do Mundo e Olimpíadas são também duas grandes oportunidades com as quais o País se depara para melhorar as ações e o desempenho nas áreas em que tem ou procura alcançar excelência e também uma grande oportunidade para superar deficiências e procurar melhorar o desempenho em áreas importantes para o seu desenvolvimento social, econômico e político.

A Copa do Mundo, que é o evento mais próximo, trata de organizar o campeonato mundial de seleções da FIFA no esporte mais popular e mais universal do Planeta. Esta será a vigésima Copa do Mundo e a segunda que se realiza no Brasil. O Brasil é o único país a participar de todas as edições da Copa. O Brasil, Senador Benedito de Lira – muito bom dia –, é o único país a conquistar cinco vezes o campeonato mundial de futebol da FIFA. O Brasil é o país a ter o maior ar-

tilheiro, o maior goleador de Copas do Mundo, que é o jogador Ronaldo Fenômeno. E o Brasil também ofereceu ao mundo do futebol o mais destacado, o mais completo de seus astros, que é o nosso Pelé.

O Brasil, portanto, acolhe a Copa do Mundo com a legitimidade do país que ajudou o futebol a se tornar esse esporte universal. Talvez o futebol estivesse destinado a ser um esporte como alguns dos esportes anglo-saxônicos, a ter popularidade em algumas nações, a ser conhecido e praticado em alguns países. Talvez a presença do Brasil tenha ajudado o futebol a se tornar um esporte universal, praticado, admirado, acompanhado em todos os continentes e em quase todas as nações.

As Olimpíadas constituem a retomada de uma prática da antiga Grécia, retomada no final do século XIX, orientada pelo princípio de valorização do esporte como instrumento de paz e de convivência entre as nações, motivações que levaram o Barão de Coubertin a reorganizar e criar as regras que orientam as atuais Olimpíadas.

Mas as Olimpíadas e a Copa do Mundo não são apenas os dois maiores eventos do Planeta. A Copa do Mundo e as Olimpíadas constituem, como já disse, a grande oportunidade para a nação que tem a felicidade de acolher esses dois grandes acontecimentos. Estudos de consultorias independentes projetam que, juntas, a Copa do Mundo e as Olimpíadas podem gerar no Brasil algo como 3,6 milhões empregos. Ou seja, nós teríamos, só a partir desses dois grandes eventos, mais que um Uruguai de novos empregos gerados no Brasil. Alguns milhares desses empregos já são realidade na construção dos estádios, nos investimentos públicos e privados, pois, para cada dólar investido pelo setor público, calculam também essas consultorias que US\$3,4 são investidos pelo setor privado.

Uma área muito visível de impacto na realização desses grandes eventos é o turismo. Amplia-se a curiosidade pela visita e pelo conhecimento do nosso País.

Recentemente, em pesquisa que fizemos pelo Ministério do Esporte, com jornalistas e editores de todo o mundo, também descobrimos, ou redescobrimos, que não são apenas as nossas grandes metrópoles que geram lá fora curiosidade. Além de Rio de Janeiro e São Paulo, as outras capitais que são também cidades-sede ou capitais-sede da Copa do Mundo geram também a curiosidade em todo o mundo: as cidades do Nordeste, e Manaus, a nossa capital do Amazonas, ficou em terceiro lugar como o destino turístico que os jornalistas gostariam de visitar depois do Rio de Janeiro e de São Paulo, ao chegarem ao Brasil.

O Governo organizou uma visita de jornalistas por todas as sedes da Copa das Confederações. E também o impacto da culinária, da cultura das cidades brasileiras gerou, nesses jornalistas, uma impressão que modifica a percepção que eles tinham do País.

O Brasil aproveita o ensejo dos grandes eventos também para ampliar os investimentos em hotelaria; apenas uma rede francesa anuncia a disposição de investir mais de R\$2 bilhões na ampliação da sua própria rede até o ano de 2015. Em todas as capitais, em todas as cidades-sede da Copa, nós acompanhamos o investimento na ampliação da capacidade hoteleira. E o investimento em hotelaria é também um compromisso e uma promessa de desenvolvimento futuro, porque ninguém investe em um hotel para um evento de dois meses. Um investimento em hotelaria é uma aposta na sustentabilidade da economia e do desenvolvimento da cidade ou da região onde esse investimento acontece. O treinamento, o aperfeiçoamento e a formação da mão de obra ligada à preparação dos grandes eventos, uma ação conduzida pelo Ministério do Trabalho, pelo Ministério do Turismo, para preparar a mão de obra do Brasil em todos os setores ligados a esses eventos.

A preparação das empresas brasileiras, desde a área de engenharia civil, responsável pela construção dos estádios, credencia essas empresas, as maiores do Brasil, a participarem da construção de estádios em outros países onde a Copa do Mundo será realizada no futuro.

Os estádios, segundo depoimento da própria FIFA, estão sendo construídos com o que existe de mais avançado na engenharia mundial. Os estádios têm alcançado prêmios referentes à sustentabilidade, ao aproveitamento de energia alternativa, ao reaproveitamento da água e dos resíduos. Muitos deles estão poupando a energia da rede pública disponível, estão criando sua própria energia e estão fornecendo o excedente para o consumo da rede, seja ela pública ou privada.

Há um arranjo de administração quanto ao fornecimento dessa energia alternativa. No caso do Atlético do Paraná, o estádio receberá energia gratuitamente, e o excedente colhido pelas placas de energia solar será aproveitado pela empresa que fez o acordo com os proprietários do estádio. Esse exemplo se generaliza pelo País inteiro.

Há a criação de uma infraestrutura que apoiará a modernização do futebol brasileiro. É preciso, além da construção desses estádios, que não são apenas os destinados à Copa do Mundo... No Rio Grande do Sul, além do estádio do Internacional, que está destinado à Copa do Mundo, também já foi inaugurado o

estádio do Grêmio, que não servirá à Copa do Mundo, mas que é um estádio tão moderno quanto os que estão sendo construídos para a Copa.

Em São Paulo, além do estádio do Corinthians, também o Palmeiras constrói o seu estádio. O São Paulo Futebol Clube moderniza o seu estádio, o do Morumbi, cobrindo-o, e constrói, ao lado do Morumbi, um centro de convenções e um hotel, o que, com outras medidas que possam ser adotadas, como a modernização da gestão e a limitação de mandatos e de tempo nos mandatos dos dirigentes, ajudará a dar nova fisionomia ao futebol brasileiro.

A Copa do Mundo é um evento basicamente privado. O Governo não cuida da preparação nem do treinamento dos atletas. O dinheiro público, no caso dos estádios, aparece sob a forma de empréstimo, com todas as garantias que são exigidas de qualquer outro tomador do banco público, no caso do BNDES. Os investimentos são destinados para as obras de mobilidade urbana, para os aeroportos. São obras e investimentos que aconteceriam independentemente da Copa do Mundo, pois se destinam a melhorar as condições de vida e de mobilidade de todo o País e, no caso, das capitais que acolhem a Copa do Mundo.

Os estádios estão sendo construídos. Três deles já foram entregues: o de Salvador, o de Fortaleza e o de Belo Horizonte. Outros três serão entregues até este mês, para servirem à Copa das Confederações: o de Recife, o de Brasília e o do Rio de Janeiro. E a nossa ideia é a de que os outros seis estádios sejam construídos até dezembro de 2013.

As Olimpíadas são um evento que conta com mais investimento público, tanto na construção da infraestrutura quanto na preparação dos atletas.

É bom destacar que o Congresso Nacional contribuiu para essa preparação ao aprovar a Lei Agnelo/Piva, ao aprovar a Lei de Incentivo ao Esporte e ao ajudar também com a votação do Orçamento às políticas públicas e de preparação dos nossos atletas.

O que nós queremos destacar é que as olimpíadas ajudam a criar no país uma mentalidade de valorização da prática do esporte e da prática da atividade física. O esporte como uma atividade que tem caráter educativo serve ao lazer e ao entretenimento e também à preparação dos atletas de alto rendimento.

O Governo está construindo cinco mil quadras em escolas públicas do País, cobrindo cinco mil quadras já existentes e não cobertas, ampliando os programas de acesso à prática do esporte e da atividade física e preparando, naturalmente, a herança, o legado para o pós-Olimpíadas, porque o importante é saber o que ficará para o País depois das Olimpíadas. Claro que o Rio de Janeiro ficará com uma estrutura esportiva

muito importante que o Ministério da Educação pensa em herdar, implantando uma universidade multidisciplinar para o esporte.

O Governo, através do Ministério do Esporte, vai construir, nos próximos anos, já a partir deste ano, trezentos centros de iniciação ao esporte, distribuídos por todo o País. O Governo também adota o programa de nacionalização dos benefícios da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos, porque todos nós sabemos que, para além das nossas virtudes, das qualidades civilizatórias do Brasil, nós somos também um País marcado por muitas desigualdades, desigualdades sociais, desigualdades regionais. Mais da metade dos Estados brasileiros não dispõe sequer de uma pista oficial de atletismo. Uma cidade, uma metrópole como Salvador, por exemplo, não dispõe de uma única piscina olímpica, nem pública, nem privada. E o Brasil precisa, ao ensejo desses grandes eventos, adotar políticas de redução das desigualdades e dos desequilíbrios regionais e sociais.

Portanto, é preciso que as políticas públicas protejam Estados formadores de atletas de alto rendimento, como é o caso do Estado que eu represento, que é o Estado de São Paulo, que dispõe de centros avançados de preparação de atletas de alto rendimento tanto públicos quanto privados, mas também alcancem o Estado da Senadora Ângela Portela, o querido Estado de Roraima, e do Estado do Senador Petecão também, o Estado do Acre, que alcancem esses Estados, que a mão do Poder Público do Estado brasileiro ajude na construção dessa infraestrutura também no Estado de Roraima. Eu tenho dito aqui aos Secretários que trabalham comigo no Ministério que só haverá Olimpíada verdadeiramente nacional se houver uma infraestrutura básica para a prática do esporte educacional de lazer e de alto rendimento. Eu tomo o exemplo do Estado de Roraima. Eu digo que, enquanto Roraima não figurar no mapa do Brasil com uma infraestrutura básica, mínima, nós não teremos Olimpíadas no Brasil gerando benefícios para todo o País. Esse é o nosso objetivo.

Ajudar a financiar os centros de treinamento das cidades que se inscreveram para acolher alguma seleção classificada para a Copa do Mundo de 2014. E isso só funciona se houver o papel e a ação do Estado.

O mercado espontaneamente caminha no sentido de aprofundar o desequilíbrio. São Paulo, com um sistema de saúde mais avançado, um sistema educacional mais avançado, uma infraestrutura melhor equipada, aeroportos, portos, estradas, centros de treinamento, é claro que espontaneamente os recursos irão mais para São Paulo ou para o Rio de Janeiro ou para o Rio Grande do Sul ou para Minas.

Equilibrar no Brasil, tão marcado por desequilíbrios e desigualdades, isso exige a ação e a presença do Estado.

E mesmo dentro dos Estados mais ricos há também o desequilíbrio entre a capital e o interior. Fui, essa semana, sábado, à cidade de Itu e à cidade de Botucatu, ali na rota da Rodovia Castelo Branco. Se nós não prestarmos atenção, a tendência é de que tudo passe a se concentrar mais na capital do que no interior. O Brasil é mais litorâneo e urbano. O Brasil profundo, Senador Zeze Perrella, só é olhado por aqueles que têm a sua atenção voltada para a necessidade de um desenvolvimento mais harmônico, mais equilibrado do nosso País.

Tudo isso são ações orientadas para que o Brasil tenha da Copa do Mundo e das Olimpíadas não apenas o momento sublime do esporte universal, não apenas o momento que desperta a fantasia de todo o mundo por aquilo que representa o esporte, em termos de esperança e de confraternização. Que o Brasil também aproveite para dar um salto no seu desenvolvimento, melhorar a sua infraestrutura de telecomunicações, de segurança pública, de aeroportos e portos, de esporte, de turismo, melhorar os serviços que pode oferecer à própria população, porque nada disso será levado pelas seleções que visitarão o Brasil, 31 no caso da Copa do Mundo, nem por mais de 200 países que estarão presentes nas Olimpíadas em mais de 20 modalidades esportivas.

Creio, portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Brasil tem condições, com muito trabalho, de cumprir o dever de casa e fazer uma Copa e as Olimpíadas à altura da expectativa do mundo e do Brasil. E quero aqui manifestar a minha gratidão pelo apoio que esses dois grandes eventos têm recebido do Congresso Nacional.

A aprovação da Lei Geral da Copa destacadamente foi um momento importante da preparação desses eventos. E o Congresso, o Senado Federal não contribuiu apenas aprovando, discutindo, emendando, sugerindo, criticando, fiscalizando, como é a tradição e a atribuição do Poder Legislativo e, no caso, do Senado Federal.

Quero deixar registrado o meu agradecimento e o reconhecimento do papel que tem tido o Senado no acompanhamento e no apoio à realização desses dois grandes eventos que não são do Governo, são eventos do País, são eventos do povo brasileiro. Então quero deixar aqui destacado.

E dizer, por fim, Presidente, Senador Cyro Miranda, que, como integrante também desta Casa, estou permanentemente e plenamente à disposição do Congresso, à disposição do Senado, para prestar esclarecimentos, submeter o meu trabalho e o trabalho

do Ministério ao escrutínio, ao debate e à fiscalização do Poder Legislativo do meu País.

Não acredito em democracia profunda, verdadeira e duradoura sem a participação e sem o papel de protagonista do Poder Legislativo e dos representantes do povo brasileiro.

Então, à disposição das senhoras e dos senhores, mais uma vez, muito obrigado. Bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Ministro Aldo Rebelo, pela sua explanação.

A responsabilidade é grande. O senhor explanou aqui para a gente muitos pontos importantes, mas nós temos algumas outras preocupações, também, que gostaríamos de expor a V. Ex^a.

Primeiro, nós temos aqui uma preocupação regional. A imprensa noticiou, recentemente, que o Governo do Distrito Federal assinou um acordo de R\$35 milhões com duas agências da ONU para que elas adquiram serviços e itens como barracas, geradores e câmaras de segurança. O contrato é um dos mais claros sinais de que o Brasil está atrasado na construção dos estádios para eventos esportivos que vai sediar.

V. Ex^a pode nos esclarecer melhor o porquê desse apelo de urgência à ONU? Estaremos de fato prontos para a Copa das Confederações? Este é um item.

Segundo: A Lei Geral da Copa determina que as férias escolares compreendam todo o período entre a abertura de 12 de junho e o encerramento mundial de 13 de julho. Recentemente, o Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, homologou o parecer do Conselho Nacional de Educação que autoriza escolas públicas e privadas de todo o País a manter atividades escolares durante a realização da Copa de 2014.

Sr. Ministro, quem prevalecerá, o Parecer do Conselho Nacional de Educação ou a Lei Geral da Copa?

Foi noticiado ainda hoje, pelo *O Globo*, que o Aeroporto Internacional Tom Jobim é reprovado em acessibilidade. Na semana passada, o Rio de Janeiro recebeu uma delegação de especialistas vindos de Chicago. No desembarque, os quatro cadeirantes do grupo se depararam com um elevador que comportava apenas uma cadeira de rodas por vez, poucos banheiros adaptados e falta de sinalização.

Em 2016, desembarcarão no Aeroporto Internacional Tom Jobim cerca de 4.200 atletas paralímpicos, dos quais metade é usuária de cadeira de rodas, são cadeirantes. O problema foi detectado no Rio de Janeiro. E Cumbica? E Brasília? A acessibilidade será mais um problema a resolver?

Por último, Sr. Ministro, nas linhas de transmissão de energia elétrica das 80 obras em andamento de 2015, 53 extrapolaram o prazo previsto, ou seja,

66% do total. A pouco mais de um ano do início da Copa do Mundo, atrasos em série em obras de geração e transmissão de energia elétrica elevam o risco de racionamento para até 9% no próximo ano, quase o dobro da média histórica do setor, que é de 5%. Na área de geração, o problema é ainda maior em usinas eólicas e térmicas, de biomassa, que sofrem com a falta de linha de transmissão.

Considerando esses dados, como V. Ex^a analisa essa situação e quais as providências que estão sendo tomadas?

Em seguida, eu passo também para a nossa requerente, também minha colega e Vice-Presidente, Ana Amélia. Eu passo também às suas perguntas, que nós vamos fazer em blocos, de três em três, para dinamizarmos.

Com a palavra, a Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Ministro Aldo Rebelo, eu queria cumprimentá-lo pela exposição trazendo informações relevantes.

Existem muitas dúvidas, Ministro. O senhor é questionado todo dia que faz uma viagem para o Rio Grande, para o Norte, o Nordeste, onde devem acontecer...

O senhor tem sido muito otimista em relação às obras. À exceção de Manaus, da nossa Senadora Vanessa, aparentemente, estão as obras em situação de regularidade.

Mas nós estamos, ainda, com algumas pendências de eventos que foram realizados, porque o grande argumento sobre uma Copa do Mundo é o legado que ela deixa para a população, porque é um investimento enorme. Ontem, até um jornalista, Paulo Santana, que tem uma coluna muito lida, faz um comentário. O Senhor já deve ter lido o que disse o Paulo Santana, que é um pouco recorrente no pensamento médio das pessoas que não enxergam um pouco essa questão. Ele é inteligente, enxergou, mas a questão do tal legado que fica.

Ocorre que nós estamos... Aí, o Senador Cyro Miranda, o nosso Presidente, falou da questão das escolas, e eu vou entrar no outro tema, que é polêmico, que, na Lei Geral da Copa, eu tive grande dificuldade, quando fiz apresentação aqui, na questão do consumo da bebida alcoólica. E a gente consertou. O Ministério Público que fez com a CBF no Brasil um acordo, porque a violência nos estádios, e o Senhor que gosta muito de futebol, antes mesmo de chegar a esse Ministério, ela estava flagrantemente vinculada ao excessivo consumo de bebida alcoólica.

Houve um termo de ajuste de conduta, por assim dizer, entre os vários times, nascido lá em Belo Horizonte, do Conselho Nacional do Ministério Público dos

Estados, para evitar o consumo de bebida alcoólica. Foi feito esse termo, a CBF apoiou, e houve uma redução, claro, com outras ações paralelas a isso.

Agora, recentemente, a Federação de Futebol do Rio de Janeiro, unilateralmente, decidiu, simplesmente, voltar ao consumo de bebida alcoólica. Prontamente, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro veio contestando a decisão, e a Juíza já deu uma liminar suspendendo aquela decisão.

Então, essa é uma preocupação. Afinal, o Governo já tem uma posição sobre isso pós Copa do Mundo? Porque a grande preocupação do Ministério Público é exatamente essa. E nós fizemos uma audiência pública aqui sobre o assunto. Como é uma fonte de renda significativa para os clubes, terminada a Copa, volta-se ao que era, ou seja, a liberação do consumo de bebida alcoólica.

Há, também, uma questão de evento passado que foi o Pan no Rio de Janeiro. E não há, até agora, Ministro – e eu gostaria, sinceramente, de saber alguma informação da sua parte –, um relatório conclusivo sobre o Pan do Rio de Janeiro. E as notícias que a gente eventualmente usa são: deterioração de tais áreas e outros setores. Então, isso preocupa, também, porque nós vamos fazer um investimento muito grande. E, após o evento, nós não teremos uma avaliação adequada do dinheiro público. Porque na grande parte vai ser usado dinheiro público, fora os estádios do Internacional e do Grêmio que são privados, mas a outra parte é pública.

Queria, também, fazer uma referência rápida para V. Ex^a na questão do esporte, especialmente o olímpico. Entre 1982 e 1983, o Governo Federal retirou o polo aquático, os saltos ornamentais e o nado sincronizado dos Jogos Estudantis Brasileiros, os JEBs. A existência desses esportes nos JEBs gerava a formação de atletas infantis em cada Estado. Sem esses atletas infantis, não há os atletas adultos nas Olimpíadas.

Em 1984, o Brasil mandou sua última masculina de polo aquático para as Olimpíadas. A quantidade de atletas não aumentou e, gradativamente, os centros de formação foram reduzidos. A China, a Grécia e a Espanha, para dar exemplos olímpicos, antes de se tornarem sedes dos Jogos Olímpicos, investiram por doze anos na formação de uma geração para disputar os jogos nos seus países.

No Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, que vai ser sede dos Jogos Olímpicos, os dois maiores parques aquáticos foram fechados. O Conjunto Maria Lenk, que foi construído para o Pan-Americano, está abandonado, sem manutenção, em processo de degradação e sem ser utilizado para qualquer atividade esportiva.

As equipes de nado sincronizado e saltos ornamentais não vão ter onde treinar para as Olimpíadas. Os alunos dos projetos de formação de novos atletas também vão ficar sem onde treinar.

A Confederação da área de natação é omissa completamente em relação aos fatos que se sucederam. Sua única preocupação é com a natação. Os outros três esportes olímpicos são relegados a meras migalhas. A Confederação deveria representar todos esses esportes aquáticos brasileiros. A situação não teria chegado a esse nível de abandono em algumas áreas que são importantes, como a questão do polo aquático. Essa situação está ocorrendo no atletismo, com o fechamento também do conjunto Célio de Barros, que é vizinho ao Maracanã.

Então, o que se pode fazer? Já se conversou até com o Senador Lindbergh Farias, Presidente da CAE, que foi um praticante do polo aquático e foi entusiasta disso, para evitar que haja a demolição do conjunto esportivo Júlio Delamare e Célio de Barros e também a abertura do conjunto Maria Lenk. Isso é uma questão a ser considerada. Eu queria saber a opinião do senhor.

E queria exatamente uma palavra sobre a falta desse relatório geral sobre o Pan. O próprio Tribunal de Contas, a quem temos solicitado algumas informações, alega não ter recebido ainda dados para fazer o fechamento, digamos, desse relatório final sobre o tal legado que nós temos em relação ao patrimônio.

As minhas questões, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Para fechar o primeiro bloco, eu convido o Senador Alvaro Dias para as suas considerações.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, Cyro Miranda, Ministro Aldo Rebelo. Primeiramente, Ministro, a manifestação do meu respeito e admiração por V. Ex^a. Eu o escalo entre os homens sérios, os homens de bem da atividade pública do nosso País, mas isso não me impede de exercer aqui o papel de oposição, estabelecendo o contraditório e fazendo as indagações necessárias, até com certo conforto, porque V. Ex^a chegou com o bonde andando, assumiu com o bonde andando. Portanto, não é responsável por questões relevantes que foram consagradas em razão de decisões que antecederam a posse de V. Ex^a à frente do Ministério dos Esportes.

Eu começaria com uma indagação que considero essencial, porque o povo brasileiro está pagando uma conta salgada. Falou-se que seria a Copa da iniciativa privada. E nós temos aqui várias declarações, inclusive do Ministro que o antecedeu, em 2008, na *Folha de S. Paulo*, que disse que não seria gasto nenhum centavo de dinheiro público com estádios de futebol.

Até este momento, o balanço é o seguinte: o preço total das reformas e construções chega a 7 bilhões. Esse valor deve crescer. Desse valor, 97,3% são oriundos dos cofres públicos, por investimento direto ou financiamento. O BNDES é responsável por financiar 3,6 bilhões, 51,7% do total. Os Estados e Municípios sedes arcam com 3,2 bilhões, 45,5%.

Na verdade, os recursos oriundos do BNDES são eminentemente recursos públicos e certamente serão pagos pelo Poder Público, com o aval dos Estados, dos Municípios.

Há até uma gravação, que foi revelada na mídia nacional, de um secretário de Estado que dizia que é evidente que o clube não vai pagar. Quem vai pagar é o povo.

Números que não se comparam com o que a iniciativa privada aporta – apenas 2,7% do total, cerca de R\$192 milhões. E V. Ex^a não considera que houve um desvirtuamento completo e a difusão de informações que não condizem com a verdade em torno dos preparativos da Copa? A sociedade brasileira não deveria ter sido informada sobre o verdadeiro custo desse evento?

E nós temos que considerar que, em razão das imposições da FIFA, facilitamos tudo. Nós flexibilizamos a legislação de licitações. Não se estabeleceu, em nenhum momento, a relação custo-benefício para a concretização desses investimentos. E estamos assistindo a um festival de superfaturamento de obras.

V. Ex^a citou dois estádios que estão sendo construídos com o dinheiro dos clubes: o do Grêmio de Porto Alegre e o do Palmeiras. E nós compararmos o custo desses dois estádios com o custo, por exemplo, do Estádio Mané Garrincha, em Brasília, que, aliás, não se chamará Mané Garrincha, porque a FIFA não quer. A FIFA não gosta desse nome e impõe que se mude o nome. Isso é simbólico. Alguém pode considerar isso de menor importância, mas é simbólica a imposição que a FIFA exerce, submetendo o nosso País à submissão de ter de aceitar sempre as suas imposições.

Então, estabelecemos privilégios, legislação alterada; facilitamos tudo, para que a FIFA possa obter o maior lucro possível. Fala-se num lucro de mais de US\$5 bilhões. O Brasil fica com o déficit. A herança nossa será um déficit público monumental, com a realização da Copa do Mundo, e a FIFA leva um lucro fantástico.

O custo da Copa foi transformado numa verdadeira caixa-preta. Nós falamos alguns números aqui, mas não temos ideia do que ocorrerá.

O custo envolvendo a organização da Copa já atinge 26,5 bilhões. A cifra já é 2,7 bilhões maior do que o previsto no primeiro balanço orçamentário da União, em janeiro de 2011. O Governo Federal admi-

te que essa conta não foi concluída. A previsão é a de que os investimentos atinjam 33 bilhões.

Nós não temos uma auditoria desses bilhões, uma prestação de contas à sociedade que demonstre de que forma os recursos públicos estão irrigando os preparativos da Copa.

V. Ex^a tem a exata noção da responsabilidade que pesa sobre o Governo e das implicações advindas da farta utilização dos cofres públicos nessa Copa. Gostaria da apreciação de V. Ex^a sobre esse fato.

As garantias oferecidas pelo Governo brasileiro à FIFA, para conquistar o direito de sediar a Copa, tanto a das Confederações, quanto a do Mundo, foram mantidas em sigilo absoluto pelo Governo. O acesso às normas estabelecidas, impostas pela FIFA, só foi possível ser conhecido quando do debate, na Câmara dos Deputados, da Lei Geral da Copa.

No dia 15 de junho de 2007, o então Presidente, na condição de Chefe de Estado, assinou, em nome do Brasil, um documento que vai de encontro à soberania nacional. Assumiu um compromisso perante a FIFA de adotar todas as medidas, de aprovar o que fosse necessário, tanto no Congresso Nacional quanto nos Estados e Municípios – aprovação de todas as leis, decretos, portarias, regulamentos nacionais, estaduais, municipais, que pudessem assegurar o cumprimento de todas as garantias governamentais impostas pela FIFA.

Ou seja, um chefe de Estado pactuou, em nome do Poder Executivo, em nome do Parlamento brasileiro, com uma entidade privada internacional, compromissos rigorosamente inadequados. E V. Ex^a não concorda que a submissão do Executivo e do Legislativo aos ditames da FIFA é uma nódoa? Eu entendo que seja.

Há uma crise permanente na CBF. É outra questão. Não vou focalizar o atraso nas obras, porque a confirmação do atraso das obras se deu, há poucos dias, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, quando se aprovou um projeto de resolução, com o objetivo de alargar os benefícios, de estender benefícios além da Copa do Mundo, já que as obras não serão concluídas até a Copa do Mundo. Ou seja, é a confirmação de que benefícios foram concedidos sob condição de que as obras fossem entregues antes da realização da Copa do Mundo. Elas não serão entregues, mas os benefícios serão mantidos. Isso foi aprovado.

Mas eu me refiro agora a essa crise permanente da CBF.

É evidente que não cabe ao Ministério dos Esportes ou ao Governo eleger presidente da CBF. Nós tivemos uma crise de mais de dez anos, desde a CPI do Futebol – V. Ex^a participou de uma CPI na Câmara

e eu presidi uma CPI no Senado. O que se revelou na CPI foi importante até para que se substituísse o presidente da CBF. O Sr. Ricardo Teixeira caiu exatamente em função de fatos que começaram a ser revelados durante os trabalhos daquelas duas CPIs, mas ele estava sendo parceiro do Poder Executivo na organização da Copa do Mundo. Com a queda de Ricardo Teixeira – não sei se V. Ex^a entende assim, mas eu entendo que sim –, o Governo deveria influir na eleição do novo presidente, direta ou indiretamente. Já que os recursos são públicos e dependem em boa parte do comportamento dos dirigentes nacionais do futebol brasileiro, certamente o Governo, como parceiro, deveria ter um grau de influência na indicação do presidente da CBF.

Ocorre que já se fala na queda do novo presidente, que a FIFA estaria, inclusive, trabalhando para substituir o presidente Marin. Não quero discutir mérito, mas é uma questão que, eu imagino, deva preocupar o Ministro e o Governo brasileiro. Acho que o Governo deveria se impor um pouco com relação ao comportamento da CBF, que tem responsabilidade, é parceira do poder público na organização da Copa do Mundo.

Em relação à Olimpíada, Ministro, eu fui relator aqui das alterações à Lei Pelé e conseguimos aprovar a inclusão de um dispositivo que possibilita aos clubes sociais formadores de atletas olímpicos participarem do bolo dos benefícios da Lei de Incentivo ao Esporte com origem nos recursos das loterias da Caixa Econômica Federal. Fui informado que esses clubes ainda não puderam partilhar desses recursos, que cerca de R\$70 milhões estariam depositados aguardando a regulamentação da lei para que os clubes deles pudessem se beneficiar.

O tempo está passando, nós estamos nos aproximando da Olimpíada de 2016, e esses clubes estão privados desses recursos e, portanto, sem condições adequadas para a formação de atletas olímpicos. Eu gostaria de saber de V. Ex^a em que pé está a regulamentação da legislação para que os clubes possam se beneficiar dela.

Finalmente, Ministro, a *Folha de S. Paulo*, no dia 7 de fevereiro, traz a seguinte manchete: “TCU vê fraude em programas esportivos. Mais de 150 milhões gastos em projetos estão sob suspeita de terem sofrido desvios”. Esse é um assunto recorrente. Dele nós tratamos em ocasiões anteriores, mas ele remanesce e, diante da divulgação dessa revelação do Tribunal de Contas da União, eu gostaria de saber de V. Ex^a quais foram as providências adotadas pelo atual Ministro em relação a esses desvios que ainda não foram necessariamente esclarecidos e muito menos restituídos aos cofres públicos, pelo menos não se sabe disso.

Portanto, essa é a última indagação que faço a V. Ex^a, agradecendo, desde já, por sua presença e pelo respeito que V. Ex^a devota a esta Casa, até por ser Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Aproveito para registrar a presença também do Sr. Antônio Aquino Lopes, presidente da Federação de Futebol do Estado do Acre.

Ministro, V. Ex^a tem a palavra para responder o primeiro bloco de três Senadores. Obrigado.

O SR. ALDO REBELO – Bom dia mais uma vez, Sr^{as} e Srs. Senadores, prezado Presidente Cyro Miranda.

Eu creio que a pergunta sobre o GDF que o senhor formula deve ser relacionada com a contratação de equipamentos e material do que se chama de estruturas temporárias para a Copa das Confederações. Além do estádio, que é o principal equipamento para o jogo de futebol, no caso dos eventos da FIFA, há também nos compromissos subscritos entre os organizadores e as cidades-sede aquele de estruturação ou de montagem de uma estrutura fora do estádio, nas imediações do estádio, capaz de acolher a mídia, ou seja, os funcionários de rádios, jornais e TV, um equipamento capaz de acolher um serviço médico, para as urgências e emergências desses eventos, um outro de segurança, um outro para os convidados da FIFA, e assim uma série de equipamentos que constituem o que se chama de estruturas temporárias. E as cidades que assinaram, os organizadores locais, assumiram o compromisso de construir essas estruturas.

No primeiro levantamento de preços, nós constatamos, juntamente com os governadores, um preço muito elevado. O Ministério tomou providências. Reuniu os representantes de todos os seis Estados – cinco Estados mais o Distrito Federal –, de todas as capitais, as principais empresas com capacidade chancelada de organizar essas estruturas, e eu sei que, depois de um amplo processo de negociação e do corte de algumas dessas exigências, nós chegamos a um preço médio, que foi acordado entre os organizadores e os fornecedores. O GDF – Governo do Distrito Federal, naturalmente, foi um dos que teve que contratar, ou licitar, ou dispensar licitação para construção dessas estruturas.

Portanto, não é uma área sob responsabilidade, jurisdição ou atribuição direta ou indireta do Governo Federal. Essa é uma responsabilidade apenas dos governos locais, e eles é que naturalmente teriam como prestar os esclarecimentos sobre as razões, as motivações ou as causas das decisões administrativas adotadas na contratação desses serviços.

A legislação prevê a possibilidade da alteração do calendário escolar em relação a esses grandes eventos, mas é apenas uma previsão. Não necessariamente a posição será adotada, porque isso também dependerá da análise, da avaliação e da decisão dos governos locais, que têm também autonomia para definir e decidir sobre feriado escolar. Não é apenas uma decisão da esfera da União, do Governo Federal. Não vejo os governos locais – nem os governos estaduais nem as prefeituras – trabalhando prioritariamente com essa hipótese.

A possibilidade é de que a recomendação, já que não se sobrepõe a uma lei do Conselho Federal de Educação, seja levada em conta. Não vejo nenhum conflito. Além do que, naturalmente, o Conselho fiscaliza, vigia, principalmente pela execução do calendário escolar. Embora fique como reserva, creio que muito menos para a União e muito mais para as cidades e os Estados, há a possibilidade de alteração do calendário em um período, porque as partidas de futebol não são eventos de dia inteiro, usam apenas um período. Que essa alteração seja realizada para que também a atividade escolar não seja prejudicada por outras razões. Mas isso também é uma atribuição muito mais dos governos locais.

A questão da acessibilidade no aeroporto Tom Jobim é conhecida, mas há também a previsão de que, não só no caso do Aeroporto Tom Jobim, mas em todos os aeroportos, como já feito nos estádios, nas arenas, a questão da acessibilidade também seja resolvida.

O Brasil é um País que tem uma legislação avançada sobre a proteção das pessoas com deficiência. No caso do esporte, o Congresso e o Governo ajudaram a destinar para o esporte paralímpico uma parte dos recursos das transferências obrigatórias para o esporte. A Presidente Dilma decidiu construir, na cidade de São Paulo – isso no ano passado – ainda o maior centro de preparação paralímpico no mundo. O maior, hoje, é na Ucrânia, mas teremos, no Brasil, na cidade de São Paulo, o maior centro paralímpico do mundo, no convênio com o governo do Estado de São Paulo, em terreno cedido pelo Governador Geraldo Alckmin.

A acessibilidade nos estádios foi assegurada pela Lei Geral da Copa, em condições de maior proteção para as pessoas com deficiência do que, por exemplo, na legislação de outros países. E acho que, também, na questão dos aeroportos, a Secretaria de Aviação Civil e os órgãos responsáveis pela administração e pela gestão dos aeroportos adotarão as providências para que não só os visitantes, as seleções, mas também os brasileiros, passageiros, desportistas ou não, com deficiência, tenham aeroportos condizentes com as suas necessidades.

Com relação à segurança para o fornecimento de energia elétrica para os grandes eventos, o Governo Federal fez inclusive uma licitação nacional, embora essa responsabilidade seja dos governos locais, de contratar para a Copa das Confederações e para a Copa do Mundo geradores que assegurem a tranquilidade, não só para iluminação dos estádios, mas para transmissão desses eventos, durante as partidas; ou seja, geradores estarão disponíveis em cada estádio. O Governo Federal fez uma licitação para redução de preços e disponibilizou esse preço geral para que cada Estado pudesse contratar. Houve uma grande redução dos custos para a contratação desses geradores. Isso como medida especial relacionada com a Copa das Confederações e que, também, será adotada com a Copa do Mundo.

No mais, o Brasil vem enfrentando, por causa do crescimento da sua economia, do desenvolvimento de todas as atividades que exigem o consumo de eletricidade. Isso exige a ampliação do fornecimento de energia. Hoje, sabemos que a alternativa energética envolve um debate multidisciplinar que vai do meio ambiente com todas as questões de licenciamento, principalmente no Brasil, onde temos uma burocracia que é muito atenta, para dizer o mínimo, a essa questão. Mas temos empreendimentos como Belo Monte, Jirau, Santo Antônio, que ajudarão o Brasil a reduzir os riscos decorrentes da exigência do fornecimento de eletricidade, além de outras providências que também não são exclusivas do atual Governo, nem do governo anterior. São vários, no Brasil, governos que têm procurado adotar medidas para reduzir os riscos e, portanto, os danos causados pela insuficiência de geração de eletricidade para o conforto, para o bem-estar e, também, para o desenvolvimento do País.

Querida Senadora Ana Amélia, a Senhora é testemunha, mas quero reafirmar o carinho, o respeito e a admiração pela sua trajetória de jornalista, de editora, de mulher da imprensa e da TV e, agora, como uma brilhante Senadora do nosso glorioso Estado do Rio Grande do Sul.

Eu, de fato, adoto sempre uma atitude de otimismo em relação ao meu País. Eu sou um otimista crítico, eu diria assim. Um otimista que tem consciência das nossas deficiências e das nossas limitações, mas um apreciador do projeto civilizatório brasileiro. Não deixo de olhar com admiração um País que tem tanta unidade – o patriotismo do gaúcho, do amazonense – e, ao mesmo tempo, tanta diversidade – o regionalismo do gaúcho, sua culinária, sua cultura, sua psicologia, seu jeito de ser –, e a natureza também distinta das nossas populações de fronteira lá no extremo norte do Brasil.

Um país que tem 16 mil quilômetros de fronteira, mais de 8 mil quilômetros de litoral, 200 milhões de habitantes, que estava destinado a ser uma América portuguesa fracionada, quem sabe em cinco, seis, oito, nove Estados nacionais distintos, como foi a América espanhola, e que consegue o milagre de manter a sua unidade territorial, a unidade linguística e a unidade nacional.

Então, sou, de fato, um otimista.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Os gaúchos ajudaram para isso, não é Ministro?

O SR. ALDO REBELO – Muito, Senadora. Muito. E ali ajudaram com armas nas mãos, porque era uma área de disputa com os castelhanos, como se dizia antigamente.

Então, eu creio que o Brasil, quando se depara com esses dois grandes eventos, tem que encarar com otimismo, mas, acima de tudo, com muito trabalho e muita determinação. Porque, de fato, organizar uma Copa do Mundo de Manaus ao Rio Grande do Sul, não apenas para a construção dos estádios, da infraestrutura, da mobilidade urbana, levar banda larga 4G para Manaus – atravessando aquilo que um conterrâneo meu chamou de deserto ocidental, que é a Amazônia, com toda a sua cobertura de florestas, de rios, onde a logística e infraestrutura são difíceis de chegar – e lá no Rio Grande do Sul, onde temos também, pela segunda vez, a sede da Copa do Mundo – no mesmo estádio não, porque antigamente era o dos Eucaliptos, mas com o mesmo clube, que é o Internacional –, é preciso muito trabalho, muita disciplina, muito rigor, muito arrojo.

Mas acho que é possível nos desincumbirmos dessas tarefas.

O consumo de bebida, no caso da cerveja, ou seja, a comercialização de cerveja era uma das exigências dos organizadores da Copa para todos os candidatos a sediar a Copa do Mundo, não era uma coisa para o Brasil. Foi para a África do sul, foi para a Alemanha – na Alemanha, deu até problema, porque o patrocinador é uma cervejaria americana, e os alemães não admitiam que no berço da cerveja se impusesse restrição ao que eles consideram...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Patrimônio nacional. (*Risos.*)

O SR. ALDO REBELO – Patrimônio nacional. E, senão a melhor, uma das melhores do mundo. Chegaram a um acordo e fizeram isso.

Eu estive em Londres durante as Olimpíadas, e o que mais se vende no estádio de Wembley é a cerveja. São muitos bares, as pessoas chegam mais cedo e ficam lá nos grandes bares em Wembley.

Aqui, no Brasil, o jornalista Mário Filho conta no seu livro, que é um clássico da sociologia do futebol, *O Negro no Futebol Brasileiro*, que, quando no início do século passado técnicos ingleses que trabalhavam numa fábrica de Bangu foram construir o estádio chamado de Moça Bonita, o primeiro equipamento no estádio que eles construíram foi o bar. A partir do bar, eles passaram a construir o resto do estádio. Ou seja, no Brasil, houve esse termo assinado entre a CBF e o Ministério Público, ou seja, é uma decisão da CBF, no TAC assinado com o Ministério Público, restringir a bebida nos bares. Isso permaneceu, porque, como é uma legislação concorrente – os Estados e os Municípios também podem legislar –, permaneceu com certa ambiguidade.

O que o Congresso fez foi votar uma exceção para esse evento. Ou seja, quando os países, não só o nosso, atraem esses grandes eventos, atraem também compromissos com os organizadores. Quando o Brasil realiza, em São Paulo, a corrida da Fórmula Indy, que, no ano passado, foi uma corrida de rua, na Avenida Marginal Tietê, está embutido que os carros ali terão permissão de usar velocidade muito acima daquela permitida pela legislação brasileira. Então, são exceções para os grandes eventos.

Quanto à permissão ou não do consumo de bebida (cerveja ou outra bebida qualquer) nos estádios, isso é uma decisão que o Congresso Nacional pode continuar mantendo a que já adotou, a que está no Estatuto do Torcedor, ou alterar de acordo com estudos ou informações que venham do setor de segurança.

Eu não sei se a proibição foi orientada por uma pesquisa rigorosa sobre as causas da violência. Às vezes, a impressão que fico, observando a violência em torno dos estádios, é que aqueles que vão praticar a violência não bebem; eles se preservam para a prática da violência, concentram-se para a violência. Ou seja, que parte da violência está associada ao consumo de álcool dentro do estádio ou fora do estádio?

E outra alternativa, como os europeus adotam e os Estados Unidos, é fazer com que haja restrições, ou seja, você pode beber antes e depois e durante o intervalo, mas não pode beber durante os jogos – essas coisas que, naturalmente, o Congresso tem muito melhores condições de decidir, de avaliar.

Quanto ao Pan, há um relatório que já foi entregue ao Tribunal de Contas da União sobre o resultado dos Jogos Pan-Americanos. A outra parte, o próprio Tribunal de Contas ainda analisa e investiga. O conjunto Maria Lenk não está fechado, e ele vai sediar o polo aquático.

Aliás, o Brasil tem procurado e o Ministério do Esporte valorizar todas as atividades esportivas. Não

há atividade esportiva estranha ao Brasil, nem deverá haver. Porque o próprio futebol, que hoje é o mais universal e o mais popular esporte brasileiro, também era um esporte alienígena, estranho. O escritor Graciliano Ramos chegou a escrever, em uma crônica para um jornal de Palmeira dos Índios, que o futebol não vingaria; era uma coisa muito estranha, 22 homens correndo atrás de uma bola. Vingou, e Palmeira dos Índios tem o glorioso Centro Social Esportivo de Palmeira dos Índios, que é um dos clubes mais tradicionais das Alagoas.

Portanto, não há por que discriminar qualquer esporte. E acho que o polo aquático, entre outros, também é um esporte que deva ser valorizado.

Fizemos, agora, com a Argentina e com o Uruguai, acordos de cooperação, porque eles têm uma evolução maior em hóquei sobre grama – principalmente as argentinas, com uma seleção já campeã olímpica ou vice-campeã na última Olimpíada – e em rúgbi, por exemplo, para que prestem também assistência técnica ao Brasil, porque hoje são esportes olímpicos, e o Brasil precisa se preparar em todos eles.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Ministro, com licença, apenas para fazer uma observação. Há três semanas, eu estive no Parque Aquático, e ele estava abandonado. Fiz uma visita, e ele estava totalmente abandonado, piscina sem tratamento e não havia nenhum vestígio de que se tivesse sido usado recentemente. Então, dizer que ele não está...

O SR. ALDO REBELO – Não está fechado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Não está fechado, abandonado?

O SR. ALDO REBELO – Há, inclusive, uma controvérsia envolvendo o Comitê Olímpico Brasileiro e a Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos, essa polêmica veio a público. Mas o Governo e o Ministério do Esporte acompanham de perto a destinação e o uso, mesmo que não seja para todas as modalidades olímpicas e de alto rendimento, como foram no Pan, porque as especificações mudam também. Dos Jogos Pan-Americanos para os Jogos Olímpicos a especificação e as exigências dos equipamentos a serem usados também são alteradas, mas isso não significa que o Maria Lenk não tenha um destino importante.

No caso do Rio de Janeiro, o Governo Federal construiu duas novas pistas de atletismo e vamos finalizar a terceira lá em Deodoro, através da Lei de Incentivo ao Esporte. Além disso, também estamos construindo pistas de atletismo oficiais em Estados que não têm uma pista oficial de atletismo, o que, infelizmente, é a realidade da maioria dos Estados brasileiros.

Os JEBs, Senadora Ana Amélia, os Jogos Estudantis Brasileiros construídos com uma grande tra-

dição, que era antecedida pelos jogos estaduais, no caso, os jogos estudantis, estaduais, eram escolares, depois dos jogos escolares, cada Estado fazia a sua seleção e aí eram realizados os Jogos Estudantis Brasileiros. Há alguns anos o Ministério do Esporte fez um convênio com o COB – Comitê Olímpico Brasileiro, e a Rede Globo para transformar esses jogos em Olimpíadas Escolares, e eles vêm sendo realizados nessa modalidade com o número muito menor de atividade, de participantes e de modalidades. Esse convênio esgotou neste ano. Nós estamos retomando, queremos o espírito dos jogos estudantis brasileiros com o número maior de modalidades, feito por seleções estaduais e não por escolas. Porque quando ele é feito por escola no Estado e você leva uma escola de um Estado como Alagoas ou como o Acre para concorrer com escolas de São Paulo que recrutam, inclusive, atletas de alto rendimento, via bolsa, você estabelece um desequilíbrio muito grande. Quando é por seleções, você permite que os Estados mais frágeis tenham melhor capacidade de competir em jogos dessa natureza.

Então, nós queremos a massificação, a retomada do espírito dos antigos JEBs, ou seja, massivos, com maior número de modalidades; a reintrodução de modalidades que foram excluídas, principalmente modalidades relacionadas com a prática do esporte para mulheres, do esporte feminino. E acho que nesse sentido eu tenho profunda sintonia com a preocupação de V. Ex^a, mesmo porque, quando estudante secundarista, acompanhei o espírito desses jogos e acho que eles precisam ser retomados.

Senador Alvaro Dias, muito obrigado pelas suas...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. ALDO REBELO – Senhora.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria agradecer as respostas, sobretudo essa alentada notícia sobre os JEBs, ou essa mudança de enfoque, ou reforço.

Apenas para concluir, queria cumprimentá-lo, sinceramente, pelo artigo que V. Ex^a escreveu hoje no jornal *O Estado de S. Paulo*, não sobre a Copa do Mundo, sobre o Código Florestal.

Obrigada, Ministro.

O SR. ALDO REBELO – Muito obrigado, Senadora, mais uma vez.

Bem, Senador Alvaro Dias, muito obrigado.

A Copa é, rigorosamente, uma ação, um evento predominantemente privado. Por quê? Eu explico. Primeiro, o Governo não tem responsabilidade na preparação dos atletas, ao contrário do que ocorre com os esportes olímpicos. Os clubes, como o Cruzeiro, o Ceará, o Esporte Clube, o Fortaleza, o Palmeiras, o

Corinthians, o Santos, os clubes de todo o Brasil preparam os atletas, são os responsáveis pela administração da preparação dos talentos que depois integram a Seleção Brasileira. Tanto que havia uma decisão da própria CBF de não receber recursos públicos. Creio que não era apenas por generosidade, era também para escapar à fiscalização, porque onde há dinheiro público tem de haver fiscalização. Mas a CBF declarava que tinha orgulho disso.

Recentemente, nós tentamos, inclusive, com o patrocínio da Caixa Econômica Federal, patrocinar o futebol feminino e tivemos dificuldade. A CBF resistiu em aceitar esse patrocínio exatamente porque talvez não deseje a consequência do recurso público, que é a fiscalização.

A construção dos estádios é uma responsabilidade, em alguns casos, dos proprietários privados, como é o caso do Atlético Paranaense, o Internacional e o Corinthians; em outros, é de PPP, como é o caso do Recife, de Natal, de Salvador, ou, no caso do Governo Federal, a presença do Governo se dá com empréstimos concedidos pelo BNDES mediante todas as garantias que qualquer tomador tem de apresentar. Nem todos os Estados...

O Governo Federal disponibilizou, via BNDES, até R\$400 milhões. Alguns tomaram os R\$400 milhões; outros não tomaram nada, como foi o caso do GDF, que não quis tomar empréstimos ao Governo Federal. O Atlético Paranaense, creio, tomou pouco menos do que R\$200 milhões, menos da metade; o Inter, um pouco mais da metade, mas são empréstimos não aos clubes, os empréstimos são concedidos às construtoras. Remanesce ainda o entendimento final entre o Corinthians e o Banco do Brasil, que é o repassador dos recursos do BNDES, por conta das garantias que têm de ser apresentadas, e o banco público não empresta o dinheiro ao clube, empresta a quem possa oferecer essas garantias.

Onde há mais recurso público? Nas obras de infraestrutura. Essas obras não constam do caderno de encargos assinado entre o Governo Federal e a FIFA. São obras que chamamos de matriz de responsabilidade. Essas obras, retiradas do PAC, do Programa de Aceleração do Crescimento, estavam previstas para serem realizadas independentemente de a Copa do Mundo ser realizada no Brasil ou não, já eram obras previstas.

A ampliação dos aeroportos não dependia da Copa do Mundo. Teremos, em 2014, quase que o dobro da capacidade aeroportuária em relação à demanda projetada para 2014. Mas isso porque o País estava se preparando para crescer. A ampliação da rede hoteleira também. As vias de acesso, o metrô, o VLT, o BRT,

tudo isso estava previsto, independentemente da Copa do Mundo, assim como as obras de Belo Horizonte, de Recife, de Cuiabá, de Natal, de Fortaleza, do Rio, todas elas. Algumas já foram inauguradas.

Em dezembro de 2011, nós inauguramos, com o Governador Anastasia e o prefeito Márcio Lacerda, um anel viário, um complexo viário que recebe o nome do vice-presidente José Alencar, lá em Belo Horizonte. As outras obras também. Estive agora em Recife, só uma obra está prevista para ser entregue em 2014. Todas as demais estão previstas para serem entregues em 2013, ainda.

Então, são recursos públicos? São. Cada obra que sai da matriz de responsabilidade não significa que ela não vá ser construída. Significa que ela poderá não ser entregue em junho de 2014, mas a obra continuará sendo feita e será entregue à população.

Os equipamentos de segurança pública serão doados aos governos estaduais para ampliar a segurança pública de São Paulo e de todas as capitais. A banda larga, o 4G, é também instrumento para melhorar a comunicação para a população, para a sociedade, para os empresários, para os comerciantes, para os setores de serviços.

Quanto aos gastos dos Estados, ou seja, o que Governo do GDF, o que os Governos do Rio de Janeiro, de Pernambuco ou de Minas... Eu recebi de todos eles, do Governador de Minas Gerais, do Governador Anastasia, informações precisas sobre os custos do Mineirão. Eu sei que há ações contra o Governo de Minas, do Ministério Público de Minas Gerais, mas eu o vi e confio que o estádio do Mineirão tenha sido construído com todo o rigor pelos responsáveis pela administração do estádio. Aliás é um belo estádio.

Então, eu creio que, desse ponto de vista, podemos dizer que de fato a Copa é um evento prioritariamente privado, apesar dos investimentos públicos que se voltam para obras de interesse público e de interesse nacional.

Sobre as imposições da Fifa, a Fifa é uma entidade que organiza o futebol e as Copas do Mundo e tem mais membros filiados do que a ONU, do que a Organização das Nações Unidas. Tem mais de 200, 206, 207 integrantes a Fifa. A Fifa é uma entidade que consegue resolver questões que a própria ONU não consegue. A ONU até hoje debate sobre dar ou não direitos plenos à representação do Estado Palestino. A Fifa já deu direitos plenos à Palestina. A Palestina já disputa, como Israel, que disputa as eliminatórias da Copa do Mundo. Aliás, a primeira a Palestina disputou ainda em 1938 e disputou também as últimas eliminatórias, juntamente com Israel.

Então, é uma entidade que tem capacidade de gerir os conflitos e as relações internacionais. Quando apresenta o seu caderno de encargos, naturalmente, pensa em seus interesses de entidade privada e se relaciona com patrocinadores privados.

A Copa do Mundo, como sabemos, além da grande e bela festa que é, que gera paixão, expectativa e fantasia em todo mundo – todos querem ver os astros do futebol mundial jogando por suas seleções –, além disso, a Copa do Mundo também é um grande negócio.

O Governo brasileiro não tem interesse e nem participação nos negócios da Copa do Mundo. O Governo tem interesse na preservação do interesse nacional e do interesse público. Quando assinou os encargos, eram encargos que condicionavam a candidatura para todo o mundo, para todos os países, para o Brasil, para a Alemanha, para a França, para todos os que queriam a Copa do Mundo, como também as Olimpíadas.

Aliás, no caso das Olimpíadas, que o Rio de Janeiro concorreu com a cidade do Presidente Obama, com Chicago, e o Presidente Obama compareceu, foi lá disputar com o Presidente Lula a indicação do país para as Olimpíadas, os encargos são também muito rigorosos, talvez mais até do que os da Fifa. Então, essa foi uma escolha do Brasil na época, uma escolha de todos nós.

O Congresso votou aqui a Lei Geral da Copa. Acho que V. Ex^a, naturalmente, pode e deve ter a suas razões para ver as questões dessa forma, mas eu não julgaria imposição, porque o Brasil candidatou-se, o Brasil pretendeu, o Brasil concorreu para sediar a Copa do Mundo.

Creio que a Copa do Mundo talvez seja no Brasil aquilo que tem mais fiscalização dos órgãos de controle.

Por experiência própria, eu falo: quando assumi, uma das primeiras visitas que fiz foi ao Presidente do Tribunal de Contas da União, com o Presidente e com o Ministro – essa é uma das áreas que tem um Ministro para acompanhamento exclusivo, o Ministro Valmir Campelo, cuja missão é acompanhar Copa do Mundo. Aliás, estivemos juntos no Ceará quando da inauguração do estádio, porque o Ministro Valmir Campelo é cearense.

Então, há um Ministro exclusivo para acompanhar; há um grupo do Ministério Público Federal para acompanhar, além dos auditores, da CGU.

Eu fui ao Maracanã, e o Vice-Governador Luiz Fernando Pezão disse: “Aldo, aqui há treze órgãos de controle dentro do estádio”. São treze órgãos de controle: CGU, TCU, Tribunal de Contas da União, do Município e do Estado; Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado, Defensoria Pública da União e Defensoria Pública do Estado. Órgãos relacionados

ao meio ambiente são três: Ibama, o órgão ambiental do Estado e mais o do Município. Todos eles legislando de forma concorrente, todos autônomos para tomar iniciativa, interromper, recorrer. Temos o Iphan, para você mexer num paralelepípedo, numa pedra. Ou seja, lá em Manaus, para o Governador e o Prefeito, em áreas tombadas, é uma dificuldade.

Então, é, de fato, uma ação muito fiscalizada, e o Ministério tem procurado, inclusive, essa fiscalização. Além da fiscalização do Congresso, Senado e Câmaras, sempre atentos, há a imprensa. O Presidente do Tribunal Superior do Trabalho fez assembleia em todos os estádios, comparecendo pessoalmente. O Ministério Público do Trabalho – não é apenas o Ministério Público Federal –, as delegacias regionais do trabalho.

Então, são, de fato, obras que tem grande interesse público, repercussão e fiscalização, e acho bom que seja assim.

V. Ex^a, que é um fiscal atento, resoluto das ações do Governo Federal também tem um protagonismo importante nessa área. Como Ministro, naturalmente, elogio o comportamento de V. Ex^a, mas o Governo Federal está atento a tudo isso.

Quanto à CBF, V. Ex^a sabe. É um órgão privado, ou seja, a Confederação Brasileira de Futebol... Embora criado pelo Poder Público, o antigo CND, que foi criado pelo Presidente Vargas, quando não havia, inclusive... Nem as seleções brasileiras tinham todos os jogadores, porque quando São Paulo convocava, o Rio não comparecia. E quando o Rio convocava, São Paulo não comparecia. A seleção de 30, no Uruguai, foi quase só de jogadores do Rio de Janeiro, porque São Paulo não participou, porque a convocação foi carioca.

Então, criaram-se esses órgãos, mas, depois, o Governo foi praticamente excluído. Isso tudo foi considerado de interesse privado.

Eu não acho isso completamente certo, acho que o esporte guarda grande interesse público e nacional. Portanto, o Estado não deve de fato escolher dirigente, presidente de federação e de confederação, mas deve ter um poder mediador. E acho que o Congresso também deve ter um papel importante.

Felizmente, a ação e a emenda de V. Ex^a para distribuir para os clubes parte dos recursos de transferência obrigatória, a regulamentação saiu hoje. Então, V. Ex^a pode também celebrar. Eu celebro como Ministro e V. Ex^a, como legislador, porque hoje foi publicado no *Diário Oficial* a regulamentação. E esses recursos que, de fato, estão parados, terão de ser transferidos para os clubes, porque, de fato, eles têm uma responsabilidade na formação dos atletas.

Então, cumprimento V. Ex^a também por esse dia e pela regulamentação desse projeto.

Não sei se deixei alguma pergunta do Senador Alvaro Dias, mas, de qualquer forma, agradeço mais uma vez por tê-las formulado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – É claro, eu estou contemplado com as respostas, principalmente com a última, já que é um benefício para os clubes formadores. E tenho que festejar realmente a publicação dessa regulamentação, que vai beneficiar os clubes formadores de atletas olímpicos.

Apenas quero registrar minha discordância em relação à questão de Copa da iniciativa privada – nós apresentamos aqui os números – e também em relação ao superfaturamento, porque é tão fácil estabelecer parâmetros de comparação entre arenas construídas não só no Brasil também no exterior. Podemos ir até Itália. O estádio Velha Senhora, doa Juventus, é um belíssimo estádio. Se nós compararmos os preços, ficaremos pasmos. A diferença é monumental. Nós sabemos que essa celeridade que se exige agora para conclusão das obras dificulta inclusive a própria fiscalização. Mas o tempo dirá. O tempo dirá qual é a herança que restará dessa Copa do Mundo, qual o seu legado. É evidente que nós, como brasileiros, desejamos que seja uma belíssimo legado, mas há preocupações em relação ao legado. Há preocupações em relação à conta que ficará para o povo brasileiro pagar.

Em relação à CBF, também alguma discordância. Inclusive, nós discutimos até no Supremo Tribunal Federal, quando da instalação da CPI. A CBF tem um vínculo muito forte, porque ela administra um patrimônio cultural do povo brasileiro, que é a seleção de futebol do nosso País. Ela é uma espécie de para-estatal. A meu ver, inclusive, ela deveria ser submetida a fiscalização da parte do Tribunal de Contas da União. Direta ou indiretamente, trabalha com recursos de natureza pública.

Então, é apenas para fazer esse registro, V. Ex^a tem muitas questões a responder, e eu não quero tomar o seu tempo.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ ALDO REBELO FIGUEIREDO – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias. Com relação à CBF, eu concordo com as observações de V. Ex^a também.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Uma outra questão, o Ministro deve ter esquecido. Eu indaguei sobre os desvios de 150 milhões que foram destaque da *Folha de S. Paulo* do dia 17 de fevereiro. Qual a providência?

O SR. JOSÉ ALDO REBELO FIGUEIREDO – Naturalmente, essas investigações estão relacionadas

a fatos anteriores à minha indicação para o Ministério. Quando eu cheguei ao Ministério, criei um grupo de trabalho juntamente com a CGU para investigar todos os convênios, todos os processos pendentes. Suspendi todos os convênios com organizações não governamentais. Passei a fazê-lo somente com entes públicos, com Estado, prefeitura, Forças Armadas, universidades não por desconfiança das ONGs em geral, mas para prevenir e encontrar formas mais adequadas para que esses convênios não resultassem os mesmos problemas com os quais nós deparamos. Todas essas investigações do Ministério foram encaminhadas à CGU, que, naturalmente, adotou as providências que julgou necessárias, e também ao Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Ex^a Sr. Ministro. Passo, agora, ao segundo e último bloco, que serão quatro. Agora, a Senadora Vanessa Grazziotin, primeiro. Depois, o próximo inscrito, Senador Sodrê Santoro, Senador Zezé Perrela e, por último, o Senador Sérgio Petecão, que não está presente. O Senador Inácio Arruda no lugar do Sérgio Petecão.

Senadora.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Presidente. Eu vou, até por economia de tempo, ser rápida. Mas quero, primeiro, Ministro Deputado Aldo, não é porque faça parte do seu partido que as minhas observações elogiosas não sejam tão consistentes como as anteriores. Ainda bem que todos que falaram fizeram bem mais elogios do que eu farei aqui.

Mas, primeiro quero cumprimentá-lo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Vou dispensar você dos elogios.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Fica o consenso. Assino embaixo, Senador Alvaro, não das perguntas, mas dos elogios.

Quero cumprimentar o Ministro Aldo pela postura que está tendo, de defesa do Brasil. Eu não assisti ao Programa Roda Viva, de que V. Ex^a participou, mas li a respeito.

Quando abrimos o *site* do Governo Federal sobre a Copa, a primeira arena que vemos, Senador Cyro, é exatamente a Arena da Amazônia. Aqui há um belo artigo – sintético, mas belo, – escrito pelo Ministro Aldo falando sobre a Copa do Mundo na Amazônia.

Eu fico triste ao ver algumas observações que são feitas. Tenho falado, não só eu, mas também vários Parlamentares, da nossa alegria de ver que a Copa, de fato, é do Brasil. É no Brasil, efetivamente, porque não é a Copa do Sul e do Sudeste; é a Copa que vai acontecer lá no Estado do Ceará, no Nordeste brasileiro, no seu Nordeste; do Rio Grande do Sul ao Amazonas. O

Acre também participará, assim como toda a região. Não tenho dúvida. Talvez as pessoas não tenham entendido a dimensão do que isso realmente representa. Não estou aqui para defender, porque acho que tudo o que o senhor disse já explica a importância de ter uma Copa do Mundo na Amazônia, que é o terceiro principal destino. Em algumas pesquisas, Ministro Aldo, aparece como o segundo principal destino. Em algumas pesquisas aparece não como o terceiro, mas como o segundo principal destino, principalmente dos turistas.

Isto é que é muito importante: se o Brasil era conhecido como o país do futebol, hoje ele é mais conhecido como país da Amazônia. O Brasil é o país que tem a maior floresta tropical do Planeta e que tem um papel muito importante, portanto, para o Planeta.

Como o senhor disse, falar da Copa da Amazônia não é falar de qualquer coisa; é falar de um Estado a que não se chega por estrada. Nós vamos para a América do Norte por estrada, nós vamos para a América Central. Nós vamos para o Norte da América do Sul, passando pelo Estado da Senadora Angela, que estava aqui até há pouco. Vamos por estrada, passamos pela Venezuela e vamos para a América Central, mas por estrada para o resto do Brasil a gente não vem; para São Paulo não vamos.

E alguém ainda ser contra isso?! Dizer que não tem tradição de futebol?

A Arena, primeiro, além de ser a mais bonita do Brasil, seguida – acho – da arena do Rio Grande do Sul, ou seja, os dois extremos, é uma arena multiuso. Do lado, nós temos um sambódromo, onde nós fazemos a segunda maior festa popular do Brasil, que é feita no interior, mas também é muito difundida em Manaus, que é a festa do Boi-Bumbá e que vai ser administrada pela iniciativa privada.

Eu gostaria de destacar, primeiro, a importância disso e, segundo, dizer da importância que a Copa do Mundo tem tido para essas cidades. E não é só na infraestrutura, mas em tudo, principalmente na capacitação da mão de obra. O aeroporto lá está em obra. Se não fosse a Copa do Mundo, nós não teríamos obra.

A Internet banda larga vai chegar agora por meio do Linhão de Tucuruí. Está chegando agora, como também deverá chegar ao Acre.

Então, isto tudo são conquistas: a capacitação da mão de obra, a excelência na arquitetura. É um projeto extremamente ousado esse da Arena da Amazônia. É extremamente ousado. Eu diria até: ousadíssimo, o que o diferencia dos demais.

Enfim, acho que a Copa e as Olimpíadas foram as grandes conquistas. Eu vejo isso como as grandes conquistas deste Governo, que soube, principalmente na Copa, aproveitá-las de forma corretíssima, porque,

concretamente poderiam, repito, estar divididos os jogos em alguns Estados mais populosos, de maior tradição. Mas não, eles estão divididos.

Quero cumprimentar V. Ex^a pela sua disposição em viver isso.

V. Ex^a não acompanha aqui do Ministério; está viajando pelos Estados brasileiros, está vivendo de perto, muitas vezes compartilhando com os governos locais. Se muita coisa não puder ser feita até a Copa não é por causa do Governo Federal, mas por causa de toda uma estrutura burocrática do Estado brasileiro, que assim não permite. Por isso que não vamos ter, por exemplo, o BRT e o monotrilho até a Copa, por conta da estrutura do Estado brasileiro.

Eu me refiro não só à estrutura federal, mas também à estadual e à municipal também, que fazem com que as decisões, uma vez tomadas, demorem muito tempo para serem praticadas.

No mais, é isto: cumprimentar por esse trabalho e desejar que siga da mesma forma, ajudando o desenvolvimento não só do esporte, mas, por meio do desenvolvimento do esporte, o desenvolvimento do próprio Brasil e da cidadania brasileira, o que é mais importante.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não. O senhor está reinscrito sim, na mesma posição.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Qual a posição, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – O Senhor é o sétimo. Há mais dois Senadores depois do senhor. *Ok?*

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – *Ok. Obrigado, Presidente.*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Passo a seguir a palavra ao nobre Senador Sodrê Santoro.

O SR. SODRÊ SANTORO (Bloco/PTB – RR) – Prezado Ministro Aldo Rebelo, a história tem nos mostrado que, depois de qualquer campeonato, qualquer atividade esportiva que tenha a mídia nacional divulgando, seja natação, terminou o campeonato de natação, aparecem uma série de adeptos à natação; o basquete da mesma forma, o atletismo. Qual é o plano que o Governo está fazendo para não perder essa oportunidade de novos atletas pós-Olimpíadas, para que possam todos os esportes olímpicos ser desenvolvidos no Brasil inteiro, de uma forma mais harmônica?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Sodrê Santoro.

O próximo inscrito seria o Senador Zezé Perrella, que, no momento, não se encontra. Então, ganhando uma posição, está o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Sr. Presidente, queria parabenizar o convite ao Ministro Aldo e já agradecer ao Ministro Aldo Rebelo. E gostaria, se o senhor me permitir, Presidente, de fazer aqui um agradecimento, até para que fique registrado aqui nos Anais desta Comissão. Com certeza, esta reunião irá ao ar através da TV Senado, e eu não poderia perder essa oportunidade de fazer um agradecimento ao Ministro Aldo, até porque, lá no meu Estado, dificilmente ele recebe agradecimento. E eu acho que nós não podemos perder a oportunidade da gratidão.

Então, eu queria aqui agradecer ao Ministro Aldo pelos pleitos que nós temos feito ao Ministério, principalmente no que se trata da construção de alguns projetos de quadra de grama sintética. Lá no meu Estado, eu foquei uma boa parte do meu mandato para construir essas quadras, por entender que, por conta do alto índice de jovens que hoje não têm espaço para praticar esportes. Graças a Deus, têm tido uma aceitação muito grande por conta da população.

Então, eu queria aqui, em meu nome, em nome do povo do Acre, principalmente dos prefeitos, alguns reconhecem e agradecem, mas outros nem sequer têm coragem de agradecer ao Ministério do Esporte, que é o caso da capital.

Agradeço também aqui a presença ao Presidente Antonio Aquino, que é o Presidente da Federação Acreana de Esporte, que vai participar, amanhã, de uma audiência aqui nesta Comissão. Como há no Acre as dificuldades de voo, ele já veio hoje para amanhã não ter perigo de perder a audiência. Então, esse é o nosso famoso Toniquinho. Toniquinho está construindo um estádio há dez anos, Presidente Aldo, com recurso da Federação Acreana, sem R\$1 de recurso público. Não é a Arena da Floresta não, porque lá há a Arena da Floresta. Refiro-me ao Florestão, um belo estádio, que eu conheço. É uma pessoa que orgulha muito o nosso Estado, o Presidente Antonio Aquino.

Lá no meu Estado, Ministro Aldo, falou-se muito da possibilidade de levar uma chave da Copa do Mundo. Inclusive, se gastou muito dinheiro com projeto, com divulgação, e não foi possível. O Governo do Estado fez um esforço grande, mas não foi possível. Fala-se agora na possibilidade de levar uma subsede, porque nós temos uma sede lá no Amazonas.

O senhor, no começo, disse que quem banca é o Estado. Trata-se de papel e ação do Estado. Eu queria saber o que é papel e ação do Estado. O que é isso. O Estado deve bancar toda a estrutura? Porque o nosso Estado é pobre, mas é um Estado que está na

Amazônia, que está na área de fronteira com o Peru e a Bolívia. Com certeza, esse é um sonho de toda acriano, até porque se criou – esse negócio foi muito forte lá no Acre – de que nós iríamos ter uma chave da Copa do Mundo.

Eu lembro que, na época, eu era candidato a prefeito de Rio Branco, disputando a eleição contra o candidato do PT, e criou-se a ideia de que, se o candidato do PT perdesse, não iria ter a sede da Copa do Mundo no Acre. Isso foi dito em um programa de televisão. O candidato do PT ganhou, e a sede da Copa foi-se. Agora, criou-se a expectativa de uma subsede.

O que tem de verdadeiro nisso, para não criar uma expectativa na população? Se há alguma coisa de verdadeiro, de concreto. E o que o Governo do Estado poderia fazer – os políticos, a bancada federal, os Senadores – para que pudéssemos ter esta subsede no nosso Estado?

Mais uma vez, Ministro Aldo, quero lhe agradecer, de coração, em nome dos prefeitos, a atenção que o senhor tem dado, a gentileza com que o senhor nos recebe lá no Ministério do Esporte, com todo o respeito a todos os Ministros, mas o Ministério onde sou mais bem recebido, onde sinto que meus pleitos são respeitados é no Ministério do Esporte. Então, eu queria agradecer por isso.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Sérgio Petecão.

O SR. JOSÉ ALDO REBELO FIGUEIREDO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Como nós tivemos três inscritos, que são muito rápidos, eu ainda passo, para mais agradecimentos, a palavra ao Senador Zeze Perrella, para que este bloco seja fechado.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Mas o Zeze Perrella não abriu mão da fala dele?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Ele abriu mão para o Petecão. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Não, ele fez permuta com o Senador Petecão. V. Ex^a achou que tinha sido esquecido, então o Senador Perrella me pediu que trocasse para que o senhor fizesse a sua...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente, uma questão de ordem. Faltam muitos ainda?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Não. Faltam só o Senador Inácio Arruda e o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Então, eu queria observar. Não seria melhor

reunir todos? Porque já são 12 horas e 30 minutos, e liberaríamos o Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Perfeito.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Eu gostaria de me inscrever, também, para, neste bloco final, poder dar conta de todas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não, Senador Anibal, com muito prazer. Senador Zeze Perrella.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Primeiro, eu queria cumprimentar o Ministro Aldo Rebelo, por quem tenho um carinho muito especial. Tive a honra de ser Deputado com ele de 1999 a 2002. Para mim, é uma das cabeças brilhantes deste Congresso. Obviamente, aqui, não estou... Acho que maioria das pessoas que conhecem o Aldo sabe como ele é preparado. Fiquei muito feliz quando o Aldo foi para o Ministério dos Esportes, porque o único defeito que ele tem é ser palmeirense, e o time dele está na segunda, mas...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Mas ninguém é perfeito.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Ele conhece de esporte como poucos. Então, quando me falaram “mas o Aldo não é do esporte”, então eu falei: ele conhece muito de esporte. É apaixonado por esporte, apaixonado por futebol e está fazendo, realmente, um trabalho muito legal.

Mas eu quero te dizer, Ministro, que eu me preocupo muito.

Com relação à venda de bebidas alcoólicas, vou discordar de V. Ex^a, porque nós temos estudos mostrando que, no Mineirão, depois que se proibiu a venda de bebidas alcoólicas, a violência diminuiu em 30%. E são dados concretos, que estão lá para quem quiser ver. Aqui, no Senado, votei a favor de bebidas alcoólicas durante a Copa do Mundo, somente durante a Copa do Mundo, porque entendo que é um evento diferente.

A Seleção Brasileira com a Seleção da Argentina não tem a rivalidade que a do Palmeiras com São Paulo, de um Cruzeiro com Atlético. A Seleção da França com a da Inglaterra não têm essa rivalidade. Você não vê brigas em estádios em função de seleções. Nós torcemos muito mais para os nossos clubes do que para a Seleção Brasileira. Tenho certeza de que, se a Seleção estiver com o seu Palmeiras, você vai torcer para o seu Palmeiras, com todo o respeito que temos à Seleção.

O Senador Alvaro não está aqui, mas ele está dizendo de superfaturamento, eu não quero entrar nesse mérito, até porque nós temos órgãos de fiscalização para fiscalizar tudo isso. O Mineirão, por exemplo, foi construído sob a supervisão e a responsabilidade do Governo de Minas, que é do PSDB; o Maracanã, com o Governo do PMDB. E nós sabemos que essas obras foram feitas por consórcios, se construíram vários consórcios que ganharam essas licitações.

O que me preocupa é que esses consórcios, obviamente, não entraram nisso sem uma garantia real do Governo estadual de recebimento. No caso do Mineirão, se esse projeto não se pagar em 20 anos, o Governo tem a sua responsabilidade de cobrir esses gastos. Acredito eu que foi assim no resto do Brasil, porque empreiteiro não coloca dinheiro em lugar nenhum se não tiver garantia real de recebimento. E eu temo, sim, que isso, algum dia, vá custar dinheiro para a gente pagar.

E eu sou o primeiro, deveria ser o primeiro a defender a Copa do Mundo, mas eu tenho algumas preocupações com relação ao legado negativo. O legado positivo todos nós conhecemos, são as infraestruturas, são as melhorias que estão sendo feitas, o metrô e tudo mais – não vamos discutir isso –, a projeção do Brasil internacionalmente. Nós sabemos a importância de uma Copa do Mundo, mas me preocupa muito a construção de um estádio – com todo o respeito. Com exceção da Região Sudeste, pois nenhum desses estádios se paga.

Em Brasília, nós temos um clube profissional; na primeira divisão, nenhum. Nós temos o Brasiliense. Com todo o respeito a nossa querida Deputada Vanessa, no Estado do Amazonas, onde o futebol não tem a projeção, obviamente, que tem nos Estados do Sul, esses estádios não se pagam. Essa é uma realidade sobre a qual o tempo vai mostrar que eu tenho razão. Eu acho que os únicos estádios que podem se pagar, que são economicamente viáveis, são os estádios das Regiões Sul e Sudeste. O resto não se paga. Então, para mim...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O Estado vai pagar.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Sim, o Estado vai pagar, é o que vai acontecer.

Eu não sou, Senadora Vanessa, contra a Copa do Mundo. A minha militância, a vida inteira, foi no esporte, mas me preocupa esse legado negativo. Obviamente, eu não estou responsabilizando o Governo por isso. Mas que essa conta vai ser paga pela sociedade brasileira, eu não tenho a menor dúvida. E, de repente, vale a pena pagar essa conta, porque a Copa é importante.

Na Espanha, aconteceu, quando fizeram a Copa da Espanha. O governo emprestou dinheiro para os clubes reformarem seus estádios. Os clubes não conseguiram pagar essa dívida. O governo fez uma proposta para os clubes da Espanha, com exceção de Real Madrid e Barcelona, se não me falha a memória. Aqueles clubes que se transformassem em empresa seriam anistiados dessa dívida. Assim foi feito, e a maioria deles se transformou em empresa.

Nós fizemos um projeto aqui de clube-empresa. A princípio, seriam obrigados, depois não foram mais. A sugestão, quando eu vejo o Governo preocupado com Copa do Mundo – e todos nós nos preocupamos aqui, não vai nenhuma crítica, eu estou dizendo –, mas não se fez nenhuma ação para ajudar os clubes brasileiros, que, na grande maioria deles, estão endividados.

Fala-se que a Copa do Mundo é importante para o Brasil, mas os clubes de futebol são patrimônio também do povo brasileiro. Então, eu sugeriria a V. Ex^a que, juntos, nós pudéssemos brigar, porque são dívidas impagáveis. São R\$200 milhões para um clube, e eles não vão conseguir pagar. Eu duvido que amanhã o Governo, a Receita Federal o qualquer órgão vai fechar um clube de futebol porque não pagou a dívida. Eles sabem que isso é a paixão do povo brasileiro. Nós tínhamos que arrumar uma forma de anistiar esses clubes, para que eles conseguissem sobreviver, porque existe uma dívida que é para inglês ver. Elas não são pagas, e eles não vão pagar.

Eu acho que o senhor poderia ajudar os clubes nesse sentido, o senhor, que conhece bem toda essa situação. A preocupação que o Governo teve com a Copa do Mundo deveria ter também com os clubes, que são patrimônio do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Zeze Perrella, V. Ex^a, que é um profundo conhecedor desta área, certamente fez colocações aqui importantíssimas.

Eu só, aqui, pelo Ministro, responderia, se ele torceria pela Seleção ou pelo Palmeiras, ele me disse que ele não teria problema nenhum, porque a Seleção se confunde com o Palmeiras. Não é isso, Ministro?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Pelo menos numa parte das cores da Seleção.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Com muito prazer, passo, então, a palavra ao Senador Inácio Arruda, nosso cearense amigo.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Senador Cyro Miranda, Presidente, Senadora Ana Amélia, que foram os autores do Requerimento que permitiu a vinda do Ministro aqui, para discutir, pois a Copa do Mundo e as Olimpíadas tomam todo o espaço

hoje do Ministério do Esporte. Acho que tem sentido, está correto discutirmos Olimpíadas e Copa.

Há um dado importante para compreendermos o que está acontecendo. Quando realizamos a Copa do Mundo em 1950, o meu Estado, Ceará, tinha um pouco mais de um milhão de habitantes. Hoje tem mais de oito milhões de habitantes. Então, o potencial do esporte, a capacidade não é para ser grande clube de expressão nacional. O esporte de lá mesmo, daquele local, tem um peso muito significativo e pode ter um peso ainda maior.

Então, regiões como o Ceará, Pernambuco, Bahia, Maranhão, Pará, Amazonas tiveram um crescimento exponencial da sua população, crescimento demográfico. Então, em 70 eram 90 milhões, hoje são 200 milhões. E criou-se uma situação nova no País. Essa população também quer consumir produtos de maior qualidade. Talvez para jogar futebol não precisasse ter nenhum estádio novo, era só para jogar futebol, Copa do Mundo. Mas há exigências. Quando se visualiza as Olimpíadas realizadas na China, Olimpíada realizada em Londres, outra nos Estados Unidos, outra na Espanha, ao visualizar uma Olimpíada com aquela qualidade, você não vai dizer “eu vou fazer com menor qualidade porque é só esporte, não precisa, não vai correr”...

Não, vai ter qualidade também no Brasil. Acho que é isso que o Governo examinou. Nós disputamos, foi uma conquista. Nós fomos brigar pela Copa. Depois, fomos brigar pela Olimpíada e ganhamos. Envolveu-se ali o Presidente da República. O senhor deve ir lá. Se não for, perde. Se não for o Presidente, perde. É isso mesmo. O Obama não foi para lá passear, ele foi para ganhar as Olimpíadas para eles. Por sorte, nós levamos, porque estava lá o nosso Presidente também.

Eu acho que foi uma grande conquista e acho que tem um grande legado.

Veja, agora. Há pouco o Aldo, juntamente com o Governador do Ceará, e a Presidente da República, num trabalho conjunto, deixam mais um legado ao Estado do Ceará. Além do estádio de futebol, o Castelão, que é uma parceria público-privada, que vai se pagar totalmente, totalmente, não vai sobrar nada, vai pagar e vai pagar bem, porque tem muita coisa a se fazer além de jogar futebol naquele estádio, pode ser feito muito mais coisa... Grandes eventos, grandes shows, que vamos realizar lá no Estádio Castelão. Acabamos de ganhar um centro olímpico, para formar atletas para o Brasil todo e para o mundo. É isso que vamos tentar fazer no Ceará, num Estado que, até cinco, seis anos atrás, não imaginávamos que isso fosse possível.

Na última viagem que Aldo fez ao Ceará, deu essa notícia ao povo cearense. Vamos ter, e agora consagrada com a palavra da Presidente, vamos fazer um

centro olímpico, que vai custar uns 230 milhões para o Governo do Estado e que vai ser uma parceria do Governo do Estado com o Governo Federal.

Então, vejo assim como grandes conquistas.

Os órgãos de controle, digamos, eles cumprem o seu papel. Quer dizer, no Brasil, às vezes, há uns problemas, umas paranoias nesse sentido. Não me preocupo com isso. Que fiscalizem, que cumprem com suas obrigações. Nenhum órgão de controle pode estabelecer uma regra preventiva. Olha, vai ter uma obra, então, deverá ter desvio. Já vamos, antes de começar a obra, antes de licitar etc. já começa uma série de investigações, que, às vezes, retarda o início da obra em um ano, um ano e meio. São coisas terríveis que acontecem por aqui. Então, nós temos que ter esse zelo, esse cuidado, mas os órgãos cumprem seu papel. Cumprem seu papel, como o Aldo disse, não têm receio. Vão lá vasculham, examinem etc. e tal. E o que tem de errado, vamos consertar; e o que estiver certo, vamos bater palmas ao que está certo.

Mas eu queria examinar, Aldo, porque a minha cidade, assim como a cidade de V. Ex^a e aqui de Perrella, da nossa Amazonas, Petecão, Anibal, todas as regiões nossa no Brasil inteiro, do Presidente, nós tínhamos muitos estádios, campos de futebol, tínhamos centenas de campos de futebol, e isso acabou. Em Fortaleza, acabou porque foi tomado pela construção civil. Eram todos campos privados. Então, ergueram-se prédios nesses lugares.

E nós temos alguns espaços. Por exemplo, só o Exército Brasileiro tem em Fortaleza mais de 20 campos de futebol; a Aeronáutica tem dois; a Marinha tem um grande campo. A Universidade Federal do Ceará tem um complexo construído nos anos 70, e quase todas as capitais têm um *campus* universitário federal que começou fora da área urbana praticamente, hoje a cidade já cercou essas regiões. Há estruturas grandiosas.

Eu ouvi V. Ex^a dizendo que Salvador não tinha uma piscina olímpica. Fortaleza, por sorte, tem três: uma privada, do Clube Náutico Atlético Cearense; outra do Sesi e uma da universidade federal. Mas está lá, meio que largada, meio que abandonada. O Ministério do Esporte está recuperando agora a pista olímpica. Há duas pistas olímpicas agora no Ceará: uma na universidade de Fortaleza, que é privada, mas é uma grande pista olímpica, um grande centro esportivo que eles têm atualmente na universidade de Fortaleza; e essa outra que é da universidade federal, que está sendo recuperada pelo Ministério do Esporte. Mas há ali, colado, um campo de futebol, além de três quadras, todas descobertas, e a piscina olímpica. A melhor piscina olímpica do Estado do Ceará é aquela que está na universidade federal, praticamente sem funcionar.

Então, vejo que temos ali, nós temos uma estrutura que pode ainda nos ajudar a formar atletas, preparar atletas, criar um programa nesse sentido, avançar nesse sentido, aproveitando tudo isso que a gente já tem. E esses do Exército, da Aeronáutica, eu acho que a gente tem que botar tudo no bolo, puxar esses campos de futebol. Há 20 campos de futebol, e a gente não tem mais onde jogar futebol. As pessoas têm que buscar outro tipo de esporte: *skate* e outros, que ocupam um espaço menor.

E uma outra questão que sempre vejo: nós temos a rede pública de televisão, e nós temos que criar um programa de apoio – não sei se é possível, se a gente consegue fazer isso –, para podermos transmitir o nosso futebol. Eu me lembro de que a quarta divisão uma vez... A gente ficou de fora, e a terceira divisão ninguém queria transmitir, porque não estava dando rendimento. Agora eu acho que até está dando. Mas a quarta divisão de futebol ainda não dá. O Perrella pode até dizer para nós os números atualmente. Os clubes estão falidos, e não davam lucro, não davam nada; então, não havia quem quisesse transmitir.

Mas há uma rede pública de televisão. Não é pequena, não: é razoável. Dia de domingo, dia de sábado, a gente podia abrir um espaço nessa rede pública, criar um programa na rede pública, para pegar futebol, mas também pegar o voleibol, o basquete, as outras modalidades esportivas, o atletismo. A rede pública pode transmitir. É claro que eles precisam melhorar as equipes, mas eu acho que é um caminho que a gente poderia... Não sei se é possível a gente convencer o Governo de que a gente pode, combinado com os Estados – porque parte dessa rede pública está na mão dos Estados –, fazer um trabalho de transmissão de partidas de futebol e de modalidades esportivas importantes que vão estar nas Olimpíadas e que precisam ter esse incentivo. É preciso criar esse clima favorável no Brasil. E isso transforma a Olimpíada realmente numa Olimpíada nacional.

Então, são programas que eu acho a gente pode examinar. E eu pediria ao Sr. Ministro, já que nós vamos ter um centro olímpico, que a gente recuperasse o centro olímpico da universidade federal, que é um grande espaço de prática de esporte onde a gente pode envolver a comunidade.

Agora, é possível, Ministro, a gente fazer uma combinação de que as universidades, ao ganharem a recuperação de seus centros olímpicos desportivos, façam um trabalho de extensão mais forte com a comunidade, com as escolas públicas? Porque, se não, a gente forma e fica só lá para dentro, e não consegue sair. Como é que a gente pode fazer? É possível? Dá para fazer? E, se der, vamos fazer, pois é muito im-

portante para o Brasil, para nós, especialmente, no Ceará e no Acre.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Inácio Arruda, pela sua exposição.

Registro também a presença do ex-Deputado Federal Joaquim Beltrão, hoje prefeito de Coruripe, Alagoas. Obrigado pela presença.

O senhor prefere responder aos outros dois? Então, vamos ao Senador...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu tinha pedido a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Então, vamos ao Senador Inácio Arruda, com muito prazer.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu estava inscrito ou não? Eu havia pedido para me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – O senhor está inscrito, e é a sua hora e vez.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Está bom, Sr. Presidente.

Ministro, é um prazer tê-lo aqui, como sempre, encontrá-lo, ouvi-lo. Creio que, nesta altura, precisamos fazer as perguntas mais rápidas possíveis. Quero fazer duas perguntas e depois de ouvir sua opinião sobre outro assunto.

A primeira é se diz respeito ao Ministério do Esporte e ao Governo o que será feito das arenas – como se chama hoje – depois da Copa, ou se isso é um problema com que cada Estado se vire. Porque, no caso das arenas feitas pela iniciativa privada, como no caso de Recife, esse não é um problema. Os empresários que arcaram com os custos, que busquem ter lucro. Mas e aqui em Brasília, onde estamos gastando – fala-se – R\$1,5 bilhão do dinheiro público, para fazer uma arena de 70 mil, sendo que nunca chegamos à metade do anterior Estádio Mané Garrincha, que tinha 40 mil e temos mais um de 40 mil no Gama? Quem vai se preocupar com o que fazer com essas quadras depois da Copa?

Minha pergunta é se o Ministério do Esporte está preocupado com isso ou não. Eu li recentemente que, na África do Sul, estão derrubando estádios – não sei se é verdade – usados na Copa, pelo custo de manutenção dessas arenas. Faço a seguinte pergunta: se há uma preocupação nesse sentido por parte do Poder Público.

A segunda: se é fato que vão suspender as aulas durante o período da Copa. Temo alguém já ter perguntado. O senhor já perguntou. A primeira mantenho, a segunda retiro. Está bom.

A outra é uma consideração. Quando vamos dar a importância devida ao esporte direto, ao futebol de pelada? Não sei se alguém perguntou isso. Assusta-me quando assisto no final de semana a jogos na periferia, mesmo dentro do Distrito Federal, e comparo a poeira que os nossos jovens enfrentam com o estádio em que só faltará o ar-condicionado, a única coisa que faltará será o ar-condicionado. Felizmente, não tínhamos o pré-sal, porque se tivessem o pré-sal, iriam gastar ar condicionado nos Estados, como no Catar devem fazer, porque lá há mais do que pré-sal. Preocupa-me o dinheiro que a gente gastou na Copa, mas está decidido, deve-se fazer essa Copa, tem que dar certo, e todo brasileiro tem que torcer por isso.

Mas, então, se a gente gastou tanto dinheiro com a Copa, quando vamos iluminar as quadras dos campos de pelada das periferias de nossas cidades? Colocar grama ou outra forma, para evitar aquela poeira tremenda? Na seca daqui de Brasília, eu costumo ir e confesso que fico pensando se a saúde pública não deveria impedir que se jogasse pelada ali.

A terceira coisa, simplesmente sua opinião, se o senhor acha que a Seleção Brasileira está indo bem ou não. Temo que a gente faça uma festa para os outros e que tenhamos que assistir à Argentina, talvez, outra vez repetindo 1950, carregando o troféu de volta para Buenos Aires, e nós chorando. Como é que o senhor acha que está indo a nossa Seleção e o que se pode fazer para melhorar?

Eram essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Senador Inácio Arruda. *(Pausa.)*

Passo a palavra agora, para encerrarmos as perguntas, para que depois S. Ex^a o Ministro as responda. Senador Anibal Diniz, com a palavra.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Ministro Aldo Rebelo, em primeiro lugar, eu quero manifestar aqui meu mais absoluto respeito, consideração e agradecimento pela forma gentil e solidária com que o senhor nos tem recebido todas as vezes em que temos trazido os pleitos do Acre. Recentemente, tivemos uma reunião muito produtiva com o Prefeito Marcus Alexandre no seu gabinete, justamente para falar sobre, tão logo tivéssemos aprovado o Orçamento 2013, já podermos fazer os empenhos para nossas quadras cobertas lá, que estão empenhadas. Há emendas apostas, inclusive o Senador Petecão também após. Temos todo um esforço no sentido de fazer com que o esporte aconteça também no Acre. E V. Ex^a tem sido

muito solidário no sentido de fazer com que o esporte aconteça nos rincões, nos lugares mais distantes, mais isolados, fora dos grandes centros.

Em relação à Copa do Mundo, eu vejo como um grande acerto o esforço do Presidente Lula em ter trazido a Copa do Mundo para o Brasil, em que pese todo o investimento que o Governo tenha que fazer para esse grande evento.

Eu acho que o legado vai ser positivo, e vamos ter que construir esse legado coletivamente. Os estádios não podem virar elefantes brancos; eles devem ser um elemento de atração para que haja futebol em todos os lugares. Por exemplo, o Estado do Amazonas está hoje fora até da série C, não está nem na série C.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Tem o maior campo de pelada do Brasil.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Mas é muito importante que haja um esforço no sentido de fazer com que o esporte do Amazonas, o futebol do Amazonas tenha um *upgrade* a partir deste momento que vai acontecer em 2014: a Copa do Mundo. Eu acredito muito nisso. A mesma coisa vale para os Estados que estão nas proximidades.

O Governo do Acre, acertadamente, com o Governador Binho, depois de construída a Arena da Floresta... A nossa Arena da Floresta foi inaugurada no dia 17 de dezembro de 2006. E aqui já dou uma resposta ao Senador Petecão. No dia da inauguração, a Seleção Sub-20 foi para lá e perdeu de 2 a 1 para o Rio Branco. A passagem pela Arena da Floresta foi tão frutífera para a nossa Seleção Sub-20, que ela foi campeã sul-americana logo em seguida. A renda desse jogo, um jogo doado pela CBF à Federação de Futebol, foi destinada à Federação de Futebol, inclusive para ajudar a construir parte do Florestão, estádio que está sendo conduzido pelo Toniquinho. Então, também houve essa contribuição, com a presença da Seleção Brasileira Sub-20, cuja renda foi convertida em ajuda para a construção do estádio Florestão.

Outro aspecto que eu gostaria de lembrar, Sr. Ministro, é o fato de o Acre ter sido candidato à sede da Copa do Mundo. Nós ficamos entre as 17 candidatas para a escolha de 12 cidades. Não ficamos entre as 12, é fato, mas acho que foi muito interessante termos participado, porque colocou o Acre no mapa do futebol e dos estádios de futebol. Pudemos receber grandes veículos de comunicação. Nós ganhamos reportagens de até seis páginas na revista do futebol, coisas que não aconteceriam se não tivéssemos mostrado a cara e enfrentado esse desafio. Então, acho que foi algo muito positivo.

E eu não gosto daquela postura de dizer: “Ah, está disputando, mas não tem a menor chance”. Eu acho

que, uma vez aberta a inscrição e se preenchemos os requisitos, temos chance; ainda que seja 1%, temos chance. E foi isso que aconteceu. A Fifa apresentou o seu caderno de encargos, um caderno de encargos difícil de ser cumprido, mas, ainda assim, nós nos submetemos a ele. E, à medida que aceitamos as condições postas, não há por que reclamar. Eu acho que é um discurso fora de tempo ficarmos aqui reclamando das exigências da Fifa. Ora, a Fifa apresentou, desde o início, o seu caderno de encargos. Nós assinamos embaixo dizendo que nos submetíamos a todas as suas exigências. Nós, no Acre, estávamos cientes. Se a Arena da Floresta fosse sede da Copa do Mundo, nós sabíamos que, no mês da Copa, entregaríamos a chave da Arena para a Fifa, e o estádio seria dela. O preço de ingresso quem define é ela; tudo. Foram condições postas no caderno de encargos. Isso foi aceito pelo Brasil, e nós comemoramos que o Brasil tenha aceitado isso e tenha ido lá conquistar a Copa para o Brasil.

Então, eu quero dizer aqui que não tenho dúvida de que o legado vai ser positivo. O nosso futebol precisava desse momento. Nós só realizamos uma Copa no Brasil, em 1950. Não tivemos sucesso, porque o Uruguai nos tomou o título naquele ano. Esperamos que, agora, o medo do Senador Cristovam Buarque não se concretize. Eu acho que a nossa Seleção vai ter que fazer valer o envolvimento da torcida brasileira, e vamos ter que superar as dificuldades. Ainda que o Felipão tenha contribuído para rebaixar o Palmeiras, eu acho que ele vai exaltar o Brasil. E eu estou muito confiante de que, assim como o Duda Mendonça, do fundo do poço, saiu para ajudar a eleger o Lula, o Felipão, depois de ter rebaixado o Palmeiras, vai nos ajudar a elevar o Brasil em 2014.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Anibal Diniz.

Para as respostas, S. Ex^a o Ministro Aldo Rebelo, que o fará, contemplando os Senadores que aqui fizeram suas perguntas.

O SR. JOSÉ ALDO REBELO FIGUEIREDO – Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado pelas palavras gentis e generosas da Senadora Vanessa Grazziotin, amazônida e representante desse glorioso Estado, que tem acompanhado o esforço do Amazonas em realizar uma Copa do Mundo digna das expectativas do próprio povo do Amazonas, do Brasil e de todo o mundo. Muito obrigado à senhora pelo apoio que nos tem oferecido.

Senador Sodrê Santoro, muito obrigado pelas suas palavras. O Governo tem um programa voltado para os atletas, que é a bolsa que é destinada às várias categorias de atletas – escolar, nacional ou internacio-

nal. Para o atleta que obtém classificação em pódio, nós também criamos uma bolsa para assegurar todas as condições de treinamento, e isso tem sido o maior programa do mundo de bolsa individual para atletas. Tem ajudado o Brasil a manter e a revelar atletas de todo o País. Hoje é um programa nacional. Nós integramos o Estado que ficou fora da última edição, que era o Estado do Acre. Hoje o Estado do Acre também tem atletas com bolsa dentro desse nosso programa.

E creio também que a outra forma de proteger os atletas é integrar a atividade esportiva escolar com a atividade dos clubes, porque algumas modalidades, como, por exemplo, o handebol, que é um esporte muito praticado nas escolas, tanto o masculino quanto o feminino, não tem uma estrutura pós-escolar para acolher os talentos e os atletas que podem seguir praticando esse esporte no alto rendimento. Boa parte da nossa seleção feminina que participou das Olimpíadas, por exemplo, acho que todas elas jogam na Europa, só uma atleta joga no Brasil.

Então, essa também é uma das nossas preocupações.

Senador Sérgio Petecão, muito obrigado pelas suas perguntas. Como as preocupações de V. Ex^a são mais ou menos as mesmas do Senador Anibal Diniz, quero primeiro cumprimentá-los porque o Estado do Acre tem sorte em ter dois representantes tão agueridos, tão destacados e tão preocupados com o destino do Estado e, principalmente, com a questão do esporte no Estado.

Já recebi V. Ex^a várias vezes lá no Ministério, para tratar de assuntos do interesse do Estado do Acre, ligados ao esporte; já recebi também o Senador Anibal Diniz, como recebi também o Senador Jorge Viana. E já visitei o Estado por outras razões e acho que o Acre, de fato, precisa ocupar um espaço de maior protagonismo no cenário esportivo do nosso País. E a Copa do Mundo é um momento propício para o Estado tomar iniciativas e para o Governo Federal apoiá-lo. Creio que, independentemente de a Arena da Floresta vir a acolher uma seleção, porque isso não é uma escolha do Estado, nem do Governo Federal, isso é uma opção da seleção que vai ser classificada, que nós não sabemos... Aproveito também para cumprimentar o Antonio Aquino, que é o Presidente da Federação do Acre, e o Prefeito Joaquim Beltrão, da bela cidade de Coruripe, lá nas Alagoas.

O Governo Federal tem interesse em apoiar, independentemente de o Estado vir ou não vir a ser escolhido por uma seleção, porque a única seleção indicada para a Copa do Mundo, até agora, é o Brasil, como país-sede. Todas as outras 31 seleções estão disputando as eliminatórias. Provavelmente, só serão

conhecidas lá para dezembro, embora saibamos que Argentina, Inglaterra, França, Alemanha, entre outras, serão qualificadas.

O Governo Federal tem um programa que nós chamamos de nacionalização da Copa do Mundo. O que é nacionalizar a Copa do Mundo? É estender os benefícios da Copa para além dos Estados que têm cidades-sedes. O Governo disponibiliza recursos até o volume de R\$5 milhões para a modernização de equipamentos públicos nas cidades selecionadas como centros de treinamento.

Não é o Governo que seleciona a cidade, mas a Fifa e o Comitê organizador local. Seleciona como? A partir do exame da rede hoteleira, da capacidade da rede hoteleira, um hotel ou mais, de receber a seleção, de receber a delegação do país. Além da rede hoteleira, um equipamento público, um estádio, um campo de futebol com as exigências mínimas da Fifa e do comitê organizador local.

Desses centros de treinamento, 80%, 90% são públicos. Há alguns privados. Nos centros públicos, o Governo Federal vai apoiar os Estados, porque, às vezes, o Estado é escolhido, a cidade é escolhida, mas a Fifa faz indicações de melhorias, de adequações. Às vezes, há um campo de futebol, mas é preciso construir outro, às vezes é preciso melhorar o vestiário do local. O Governo vai apoiar esses programas e, naturalmente, vai apoiar o do Estado do Acre nesse caminho. Porque mesmo que não venha...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Ministro, só para reforçar o que V. Ex^a está dizendo, quando nós estivemos lá com o Governador Tião Viana e levamos para o senhor o projeto de transformar a Arena da Floresta em centro de treinamento, que é um projeto que está em curso e, nos próximos dias, será apresentado ao Ministério, é justamente nesse sentido. É um centro de treinamento que estará a serviço da formação da base no Acre, mas, se estiver pronto em 2014, a gente espera que ele possa receber uma seleção que queira ir lá treinar, porque vamos ter todas as condições para oferecer uma boa acolhida à seleção que porventura se dispuser a ir passar sua temporada de preparação para a Copa na Arena da Floresta, no caso. E isso o Ministério já está nos ajudando. Já temos emenda. Inclusive, o Governo do Estado está colocando recursos do BNDES para a construção desse centro de treinamento, justamente por acreditar no potencial da formação de base no futebol.

O SR. JOSÉ ALDO REBELO FIGUEIREDO – Então, eu creio que, com o esforço do Governo Federal, com o empenho de três grandes Senadores – Senador Petecão, Senador Anibal, Senador Jorge Viana –, do Governador Tião Viana, com o apoio da Federação,

que constrói lá também o seu Florestão, e com o meu modesto apoio, nós poderemos contribuir para que o Acre reencontre o seu papel, a sua função. O futebol do Acre é importante por causa da fronteira. É uma fronteira muito próxima da Bolívia e do Peru. Não sei se as duas rodovias já estão prontas, ligando o Brasil...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – A BR-317, Ministro, que dá acesso ao Peru e à Bolívia.

O SR. JOSÉ ALDO REBELO FIGUEIREDO – Então, nós temos todo o interesse. Eu acho que o Rio Branco e outros clubes do Acre poderão galgar, no calendário esportivo do Brasil, posições mais destacadas. Quase chegou à Série B o Rio Branco, e acho que chegará em breve.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Só um pedido, Ministro – com certeza, o senhor vai ajudar e já está ajudando, como o Senador Anibal diz –, que dê atenção à Federação. Eu sei das dificuldades que o Presidente atravessa lá para que ele chegasse aonde chegou com esse Florestão. Que a ajuda chegasse também à Federação Acreana.

Obrigado.

O SR. JOSÉ ALDO REBELO FIGUEIREDO – Pode contar, Senador Petecão.

Senador Zeze Perrella, muito obrigado por suas palavras. Não vou comentar as convicções de V. Ex^a sobre a questão da bebida. Respeito, naturalmente.

Quanto aos estádios, eu diria que pelo menos é controversa a ideia de que eles não se financiarão, porque os estádios, hoje, para dar um exemplo, só o de Pernambuco, que é a cidade da Copa, não é apenas um campo de futebol. O estádio é dentro de uma área onde, integrados ao estádio, há: um conjunto habitacional de dois ou três mil apartamentos; uma universidade; um centro de compras, ou como alguns denominam *shopping center*; centro de convenções; bares; restaurantes; cinemas; tudo isso dentro do mesmo espaço, na cidade de São Lourenço da Mata.

O direito ao estádio, o *name rights* já foi comercializado por um valor muito elevado, o que ajuda a financiar e a pagar o próprio estádio.

No caso da Arena do Pantanal e da Arena do Amazonas, o Estado do Amazonas já tinha lá um grande estádio, que acolheu jogos da Seleção Brasileira, o Vivaldo Lima, chamado de Vivaldão ou Tartarugão. Era também um grande estádio.

Eu acho que Manaus, como uma metrópole encravada no coração da selva, vai encontrar os caminhos para sustentar o seu estádio, porque o estádio hoje não é apenas o campo de futebol.

Wembley, um dos templos do futebol mundial, tem oito jogos de futebol por ano, no máximo. Como se sustenta? Financiado pelos bares existentes no lo-

cal, restaurantes, museus, casamentos, eventos, feiras, congressos, seminários, tudo isso em Wembley.

Portanto, eu acho que, no caso do Estádio Nacional Mané Garrincha, daqui, está dentro do Plano Piloto, do Distrito Federal. É uma administração própria, não é uma concessão como está acontecendo lá em Natal, em Pernambuco e em Salvador. Não sei como o Governador ou o Governo do Distrito Federal pretende gerir o estádio, se vai fazer concessão, ou o que vai fazer. Eu sei que é um estádio que, além de grande, bonito, está também integrado a outros serviços no entorno, que, segundo os construtores, darão ao estádio condições de se sustentar. Mas eu não posso discutir isso com o Senador Cristovam que, naturalmente, conhece com muito mais propriedade, porque, além de Senador, também governou o Distrito Federal com maestria.

Ao Senador Inácio Arruda, agradeço pelas palavras generosas.

Ao Senador Perrella, eu gostaria de dizer o seguinte: V. Ex^a sabe da minha preocupação com o futebol, com os clubes. Considero-os, como V. Ex^a, patrimônio do Brasil. São instituições nacionais. O Cruzeiro, que V. Ex^a presidiu, é um clube vitorioso, bicampeão da Libertadores, uma delas sob a presidência de V. Ex^a. Foi isso? Em 1997, gol do Elivelton. Foi isso?

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Foi.

O SR. JOSÉ ALDO REBELO FIGUEIREDO – Muito bem. E o Cruzeiro é um patrimônio do Brasil, ou seja, é uma instituição nacional, como todos os grandes clubes, o Atlético e os grandes clubes brasileiros.

Acho que apoiar esses clubes é uma necessidade, um desafio do Governo e do Congresso. Essa preocupação está no nosso horizonte. Nós estamos discutindo num grupo de trabalho exatamente as formas de viabilizar a reestruturação das dívidas dos nossos clubes. Compromissos que possam advir dessa reestruturação estão sendo também discutidos; uma maior profissionalização desses clubes. Hoje não são apenas negócios semiamadores e artesanais, como era nos anos 50 e 60. Hoje são contratos sofisticados de patrocínio, direitos de transmissão, de contratação de atletas, que exigem uma sofisticação na gestão desses clubes, e nem sempre ela acontece – V. Ex^a sabe disso. Então, nós estamos preocupados, e V. Ex^a será um interlocutor importante na busca de solução para essa questão.

Creio que devo ainda outras explicações à Casa e me disponho a fazê-lo numa próxima oportunidade.

Quero agradecer, mais uma vez, o convite aos senhores e agradecer, mais uma vez, ao Senado Federal. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Sr. Ministro.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Sr. Ministro, eu poderia lhe dar uma notícia ruim?

É que o Chico Corrente faleceu, aquele que o senhor foi visitar abaixo de Boca do Acre um dia, quando o senhor era relator da Medida Provisória do Código Florestal.

O SR. JOSÉ ALDO REBELO FIGUEIREDO – Eu soube. Lamentável o desaparecimento do nosso companheiro Chico Corrente.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Sr. Ministro, nós é que agradecemos a presença de V. Ex^a, e, pelos elogios que o senhor hoje recebeu, o senhor tenha a certeza de que o seu conceito é de um Parlamentar, de homem probo, que tem uma atitude republicana quando desempenha as funções, principalmente de Ministro. Suas atitudes suprapartidárias já eram conhecidas na discussão do Código Florestal. E nós temos certeza de que o senhor está fazendo um bem muito grande para o nosso esporte. Nós ficamos confortáveis, sabendo que essa Copa, não só a Copa das Confederações, mas a Copa do Mundo e as Olimpíadas estão sob a sua batuta.

Os problemas são muitos. Isso é com uma empresa gigante. É difícil administrar tantos conflitos e também perceber algumas coisas que fogem ao controle, por serem de uma sofisticação muito grande. Mas eu tenho certeza, e saímos daqui confiantes, e quero dizer a V. Ex^a que esta Comissão quer ser parceira do seu Ministério, não só crítica. Lógico que nós vamos criticar para ajudá-lo, mas nós queremos ser parceiros. Tudo o que estiver ao nosso alcance para que a gente realize junto com o Ministério um evento dessa magnitude, em que a imagem do País está exposta, o senhor vai contar conosco.

Parabenizo V. Ex^a, agradeço-lhe mais uma vez, e tenha a certeza de que o senhor foi extremamente prestigiado, porque, nesta reunião, passaram mais de 16 Senadores, o que não é comum nas audiências públicas deste horário de terça-feira. Então, vejo que o senhor tem um prestígio muito grande nesta Casa. Vamos contar em tê-lo novamente aqui, para que a gente desenvolva esses temas que são recorrentes, porque nós estamos na iminência de vários eventos.

Ministro, mais uma vez, muito obrigado.

Eu agradeço a presença a todos os Senadores e Senadoras, aos senhores visitantes e convoco-os também para uma audiência pública amanhã, às 10 horas, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 531, que altera o art. 45 da Lei 9.615, de 24 de março de 1998 (Lei Pelé), para exigir a comprovação e contratação

de seguro como condição de participação de atletas e treinadores de futebol nas competições específicas.

Trata-se de requerimento do Senador Anibal Diniz e do Senador Zeze Perrella.

Muito obrigado, e encerro a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 09 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2013.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta e três minutos do dia dez de abril de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senhora Senadora Ana Amélia, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Ana Rita, Lídice da Mata, Roberto Requião, João Alberto Souza, Ana Amélia, Benedito de Lira, Sodré Santoro, Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin, Zeze Perrella, João Capiberibe e Cícero Lucena, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Pedro Simon, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Cyro Miranda, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino e Armando Monteiro. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 41/2012-CE, de autoria do Senhor Senador Anibal Diniz, destinado a “**Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2011, de autoria do Senador Zeze Perrella, que ‘Altera o art. 45 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (Lei Pelé), para exigir a comprovação de contratação de seguro como condição para participação de atletas e treinadores de futebol nas competições que especifica’**”. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Alexi Portela Júnior, Presidente da Liga dos Clubes de Futebol do Nordeste – LCFN; Senhor João Guilherme B. Maffia, Diretor Jurídico do Sindicato dos Treinadores Profissionais de Futebol do Estado de São Paulo – Sitrefesp; Senhor Eduardo**

Santos Novaes, Advogado e Consultor Jurídico da Federação Nacional dos Atletas Profissionais de Futebol – Fenapaf; Senhor Amilar Fernandes Alves, Advogado da Confederação Brasileira de Futebol – CBF e Senhor Antônio Aquino Lopes, Presidente da Federação de Futebol do Estado do Acre. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra o Senhor Senador Anibal Diniz, autor do Requerimento e os Senhores Senadores Zeze Perrella e Ana Amélia. Após as considerações finais dos expositores, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Ana Amélia, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às onze horas e cinquenta e um minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senadora **Ana Amélia**, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário, proposta de dispensa da leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada.

A presente reunião, na forma de audiência pública, atende ao Requerimento nº 41, de autoria do Senador Anibal Diniz, para realização da audiência pública destinada a debater o Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2011, que altera o art. 45 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (Lei Pelé), para exigir a comprovação de contratação de seguro como condição para participação de atletas e treinadores de futebol nas competições que especifica.”

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Informo também que esta audiência será transmitida na íntegra pela TV Senado e tem cobertura da Agência Senado, Jornal do Senado, Rádio Senado e

Instituto Legislativo Brasileiro, que retransmite para todas as assembleias legislativas e outras entidades.

Eu convido o Presidente da Liga dos Clubes de Futebol do Nordeste (LCFN), Alexi Portela Júnior; também o Dr. João Guilherme B. Maffia, Diretor Jurídico do Sindicato dos Treinadores Profissionais de Futebol do Estado de São Paulo (Sitrefesp); Dr. Eduardo Santos Novaes, Advogado e Consultor Jurídico da Federação Nacional dos Atletas Profissionais de Futebol (Fenapaf); Amilar Fernandes Alves, Advogado da Confederação Brasileira de Futebol (CBF); e Dr. Antônio Aquino Lopes, Presidente da Federação de Futebol do Estado do Acre.

Muito obrigada pela presença de todos.

Nós faremos esta audiência com uma exposição de cada um dos senhores convidados pelo nosso proponente, Senador Anibal Diniz.

Eu convido para fazer uso da palavra o Dr. Alexi Portela Júnior, Presidente da Liga dos Clubes de Futebol do Nordeste (LCFN), pelo tempo de dez minutos.

O SR. ALEXI PORTELA JÚNIOR – Bom dia, Senadora Amélia; bom dia, senhores da Mesa; bom dia, Senador.

É com muita honra que eu fui convidado para participar dessa palestra aqui e dessa audiência pública.

Na realidade, eu seria mais um ouvinte, Senadora, mas tenho alguns pontos a colocar com relação a essa lei.

Primeiro, com relação ao nosso ilustríssimo advogado Dr. João, que está aqui, do Sindicato dos Treinadores, acho que nós estamos aumentando um custo para os clubes de futebol colocando esse seguro para os treinadores.

Agora, eu queria falar antes sobre o seguro para o jogador de futebol. Não existe, no Brasil, ainda... Existe a lei, mas não existe nenhuma seguradora, hoje, que faça esse seguro. Desde que eu entrei no clube, tento fazer um seguro completo como manda a lei e não existe nenhuma corretora, nenhuma seguradora que aceite e tenha essa modalidade de seguro. Então, a gente precisa primeiro realmente regulamentar; e que haja as condições.

Eu tentei, até de fora do País, trazer essa condição e não consegui. Isso é uma carência muito grande, porque ficam prejudicados os atletas e os clubes.

Os clubes por quê? Se há algum jogador que tenha alguma contusão, alguma lesão mais séria que passe mais de 15 dias e se queira encostá-lo pelo INSS, praticamente se é obrigado a complementar o valor que ele ganha, porque depois ele pode questionar isso e às vezes se perde para o jogador, na justiça.

Então, a primeira coisa que nós precisamos fazer é que exista uma corretora, uma seguradora que faça esse seguro, porque não há.

Com relação à inclusão dos treinadores, nós somos contra. Diz-se: há, o estresse é muito grande! Acho que não existe estresse maior do que o do presidente de um clube, que está tratando com o clube e com a torcida, com a paixão. Então, se for para fazer o seguro, teria de ser feito para todos os profissionais na área, desde o Presidente até o massagista, o preparador físico, porque há um estresse muito grande. Ah, é o treinador que está ali! Mas o treinador...

No Brasil, hoje, os salários dos treinadores são maiores do que a média nacional dos de outras profissões; portanto, eles têm condição de fazer um seguro para si. E essa obrigação oneraria muito o clube. E acho que teria de se fazer o seguro também para o preparador físico, para o auxiliar, que de igual modo sofrem grande pressão. Tudo bem, é um pouco menor, mas com certeza o Presidente sofre muito mais pressão e estresse do que o treinador.

Eu sou Presidente de um clube e nunca tinha passado por isso. Resolvi entrar no clube para mudar a sua história. Graças a Deus, nós conseguimos. E veja o estresse que é isso? Não se tem família, dia, hora, para se tratar do clube com seriedade, como se quer tratar.

Primeiro, temos de regulamentar para se ter esse tipo de seguro no Brasil, o que não conseguimos fazer até hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Alexi Portela Júnior deu sua visão.

Com a palavra o Senador...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Dr. Alexi... Pela ordem, Srª Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pois não, Senador. Pela ordem.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – O senhor está dirigindo, hoje, qual clube?

O SR. ALEXI PORTELA JÚNIOR – Eu sou Presidente do Esporte Clube Vitória, na Bahia.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Esporte Clube Vitória.

O SR. ALEXI PORTELA JÚNIOR – E sou o Presidente da Liga do Nordeste.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – O.k. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu convido, então, para fazer uso da palavra, o Diretor Jurídico do Sindicato dos Treinadores Profissionais de Futebol do Estado de São Paulo, Dr. João Guilherme B. Maffia.

O SR. JOÃO GUILHERME B. MAFFIA – Muito bom dia. Muito obrigado pelo convite, Senadora. Senador presente e os demais componentes da Mesa.

Essa é uma matéria sobre a qual, com certeza, nós vamos estender uma longa discussão.

Eu concordo com o Presidente Alexi quando mencionou que nós vamos enfrentar uma dificuldade na execução, caso haja essa obrigatoriedade do seguro, porque, realmente, no Brasil hoje não existem empresas... seguradoras não fazem esses serviços, esse tipo de seguro num valor, num montante de uma remuneração anual, tanto dos atletas quanto dos técnicos de futebol.

Nós tivemos um caso que vem em consonância com o que o senhor estava dizendo a respeito das seguradoras. Um atleta da seleção brasileira de basquete... Primeiro, é preciso fazer uma ressalva de que a Lei Pelé já exigia esse seguro para os atletas. Nós tivemos o caso da atleta que pertencia à seleção brasileira: Alessandra Pivô, da Seleção Brasileira de Basquete, que no Mundial de 2011, que ocorreu aqui no Brasil, teve uma lesão. Depois que ocorreu a lesão – ela ficou fora da semifinal e da final – se foi verificar que apesar de ter sido assinado o contrato entre a Confederação Brasileira de *Basketball* e as atletas que estavam disputando o mundial, não havia nenhum seguro contratado, mesmo o contrato dizendo que havia. Ela entrou com uma ação, em face do que dizia a CBB. E em reflexo a isso, no nosso pré-olímpico, os brasileiros que atuam na NBA, no basquete americano, não foram liberados pelos seus clubes de origem por conta de não haver uma empresa, no Brasil, que fizesse esse serviço. Então, essa é a realidade.

Eu quis fazer essa ilustração aqui porque é um caso que se encontra no Judiciário, real e que reflete bem qual é a realidade do nosso dia a dia em relação a esse tipo de seguro.

Outro ponto. Eu agora trato especificamente do técnico de futebol. Acho que nós até – se me permite a liberdade, Senadora – antes de tratarmos do seguro, deveríamos tratar de uma regulamentação mais adequada ao técnico de futebol. Hoje, o técnico de futebol tem uma lei própria que necessita de uma nova redação, porque deixa livre a interpretação e gera muita dúvida no nosso dia a dia.

Os técnicos de futebol, hoje, passam por um problema que vem sendo discutido inclusive pelas associações que representam a categoria, que são diversas pelo País, que é a inexistência de um contrato mínimo de trabalho.

Sei que o presidente aqui do meu lado pode ficar um pouco bravo com isso porque deve onerar o clube, mas esse tema foi discutido recentemente no Rio de Janeiro. Pela inexistência desse mínimo de contrato exigido para os técnicos de futebol, havia uma falta de ética entre os técnicos ou clubes, com um queren-

do roubar o outro, se oferecendo ao clube e gerando uma situação muito desconfortável para o técnico que estava no clube, para o clube que perdia o técnico. Então, acho que antes de mais nada, até antes de tratar da questão do seguro, teríamos que tratar do técnico de futebol.

O técnico de futebol tem uma lei específica, a Lei nº 8.650, de 1993. É uma lei curta que merece um cuidado, uma alteração para que possamos ter o técnico com o devido respeito como profissional que é. Então, a nossa conversa teria que iniciar um pouco antes do seguro, na relação do técnico com o clube.

Nós temos, na legislação, hoje, uma obrigatoriedade do registro do contrato do técnico nas federações regionais, mas isso não é cumprido. Existe uma resistência das federações, porque a federação não quer mais responsabilidade e ônus para si. Então, é necessário rever essa legislação.

A questão do seguro é válida, mas poderia estar inclusa nessa legislação, quando sofrer uma alteração, se sofrer uma alteração. O nosso futebol tem tanto valor para os brasileiros e para o mundo todo! Então, precisamos tratar quem o dirige dentro de campo da forma como temos cuidado com os nossos atletas. Então, faço essa ressalva para que antes de tratarmos de qualquer seguro, iniciemos uma revisão nessa legislação para adequá-la à nossa realidade.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada (*falha na gravação*).

É interessante que uma audiência pública sempre – não é, Senador Anibal Diniz? – tenha oportunidade de oferecer para os Senadores essa contribuição. Nós estamos tratando de um assunto e o representante dos treinadores traz outro assunto que eu considero extremamente pertinente. Isso para dar garantia não só aos treinadores, mas também aos clubes que os contratam. E espero que os nossos torcedores também acompanhem, para verem os dilemas que as agremiações esportivas enfrentam no seu dia a dia, que nem sempre são entendidos pelo torcedor apaixonado. E que são questões subjetivas.

Esta audiência tem a transmissão da TV Senado e vai posteriormente ser apresentada.

Eu convido, agora, para fazer uso da palavra, o advogado e Consultor Jurídico da Federação Nacional dos Atletas Profissionais de Futebol (Fenapaf), Dr. Eduardo Santos Novaes.

O SR. EDUARDO SANTOS NOVAES – Bom dia a todos. É uma honra participar desta audiência pública. Eu gostaria de agradecer, Senadora Ana Amélia, pela oportunidade.

Existem duas questões com as quais eu gostaria de iniciar. Esse seguro trata do atleta profissional

apenas, sendo que na verdade o principal motivo pelo qual haveria necessidade de mudança da norma seria para os atletas não profissionais.

Os atletas profissionais, principalmente dos grandes clubes, já têm a garantia da previdência social, porque obrigatoriamente eles são empregados celetistas, por questão da própria norma que chamamos de Lei Pelé. Então, todo atleta profissional tem um contrato CLT.

Esse atleta já tem garantias previdenciárias, além do art. 45 da própria lei específica, que garante o seguro de 12 meses, no caso de acidente de trabalho. Por que essa indenização referente a 12 meses de salário? Porque o atleta também, por força de lei, firma contratos por prazo determinado. Sendo contratos por prazo determinado, não gera a estabilidade que o empregado celetista detém. Então, por isso o legislador compensou a falta de estabilidade na questão do acidente de trabalho o remunerando na questão do seguro de 12 meses.

Como bem disse o Presidente do Vitória e da liga do Nordeste, a esse seguro realmente é muito difícil ter acesso, no Brasil. Então, os clubes acabam ficando de alguma maneira descobertos em relação a isso.

Os clubes grandes – volto a dizer – têm condição de recuperar o atleta, porque têm médicos, acesso à medicina mais avançada. Eu chamo atenção para os clubes menores, que não têm condições de arcar não só com os seguros, mas nem com os salários. Enfim, a situação desses clubes é péssima. E existe uma incongruência nesse sentido.

Em São Paulo, por exemplo, para se filiar a um clube ou se profissionalizar em um clube, chega a ser cobrado de joia R\$1 milhão desses clubes, para se profissionalizar. A federação cobra isso. Então, muitas vezes a alegação desses clubes pequenos de não existirem verbas para pagar o seguro ou as questões salariais, as questões básicas da CLT acaba sendo um ponto controvertido.

Eu proponho que essa lei... Essa proposta é boa, de dar como condição do registro do contrato do atleta profissional, porque o clube deveria registrar. Para ter o registro e também para ficar claro, o atleta só pode ter condição de jogo, atuar profissionalmente, se o contrato profissional dele for registrado na Federação do Estado e na CBF.

Existem algumas condições para isso. Uma poderia ser a contratação de seguro, se houvesse o seguro a ser contratado. Seria um desses motivos.

Pois bem, eu acredito que a solução para isso quem poderia dar melhor seria a própria CBF, através de uma apólice coletiva angariando todos os jogadores, não só os dos clubes grandes. Ela teria força, porque

são milhares de jogadores registrados. O preço da apólice poderia cair.

Outro ponto. Existe dinheiro para se bancar a dignidade dos jogadores. O dinheiro que é pago pela transmissão do televisionamento é algo milionário que vai para poucos clubes. Deveria haver uma divisão melhor desse dinheiro, para que os clubes menores, com dificuldade financeira, pudessem tratar minimamente melhor o jogador com o qual ele tem contrato.

Então, essas questões deveriam... Parte da CBF, como organizadora do campeonato, pois ela quem registra os contratos, teria força para trazer essas apólices para o Brasil e os jogadores contarem com maior segurança.

Para finalizar, eu gostaria de voltar aos atletas amadores. Esses jogadores não têm direito a nada. Não existe contrato de trabalho. Eles têm subordinação muito maior do que quaisquer outras atividades. A subordinação é maior do que a de um advogado, um pedreiro... A situação do atleta olímpico, por exemplo, por ser de alto rendimento, é de subordinação. Mas tal situação deveria ser profissional.

Da mesma maneira, existe dinheiro público e privado dentro dos esportes olímpicos, desses esportes chamados amadores, e também não há nenhum tipo de garantia desses atletas.

Tivemos um caso de um atleta olímpico, um ginasta, que atuou por muitos anos, desde os 13 anos de idade, com as equipes que representaram o Brasil nos mundiais. E quando ele chegou aos 18, 19 anos, por algumas dores no quadril ele não conseguiu atuar mais; e desde os 12, 13 anos ele atuava. Aí, o técnico da seleção, que era o mesmo técnico do clube, disse para ele: olha, agora não dá mais.

Tudo bem. Isso pode acontecer em qualquer profissão. Mas qual a garantia do atleta? Nenhuma. Ele fica no limbo. Ele não teve um recolhimento previdenciário, a família passou todos os finais de semana... A questão social que é envolvida nisso, um atleta abandonado ou que não aparece mais na mídia, isso é de muita relevância, ainda mais em um País que vai sediar as Olimpíadas.

Então, eu faço essa ressalva de que os atletas amadores estão numa situação muito pior do que a dos atletas profissionais, que já têm os benefícios da questão previdenciária. E agradeço a oportunidade da palavra.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, caro Eduardo Santos Novaes. É a inovação que trazemos ao conhecimento dos Senadores.

Como vamos ter, depois das exposições, as perguntas dos Senadores, eu passo já a palavra ao Amilar

Fernandes Alves, que é advogado da Confederação Brasileira de Futebol.

AMILAR FERNANDES ALVES – Bom dia a todos. Bom dia, Senadora.

Primeiramente, eu gostaria até de defender a CBF com relação à contratação de seguros.

A CBF é uma entidade privada. Então, apesar da aparente força que ela tem sobre o futebol, ela não tem condições de negociar com empresas privadas do exterior para fazer a inclusão desse modelo de seguro aqui no Brasil. E seria extremamente arriscado e delicado, porque ela atrairia para si todas as responsabilidades do negócio. Ela intermediaria a contratação do seguro. Então, esse não é o foco, o objetivo da empresa, da entidade CBF.

Primeiramente, eu gostaria de defender a CBF e considero que seja praticamente impossível, para não dizer totalmente, que a CBF tenha a possibilidade de contratar esse tipo de seguro ou buscar esse tipo de seguro para oferecer aos clubes e – caso seja aprovado – aos treinadores também.

Eu começo com uma indagação. Nunca entendi por que apenas para o futebol tem essa exigência do seguro? Só o futebol oferece riscos para os seus atletas e empregados? Os outros esportes não têm risco nenhum? E, apesar de ninguém ter citado aqui, dizem que o clube pode ter riscos... da não contratação do clube, não tem riscos se não contratar. Não é verdade. O jogador pode ter o contrato rescindido caso o clube não contrate. É obrigação do clube contratar o seguro. Mesmo que não tenha a obrigação de registrar o seguro, ou registrar o contrato com o seguro contratado, se pudesse ser contratado, porque já foi observado por todos aqui que é impossível a contratação, se pudesse ser contratado, ele não... Se o clube pudesse e tivesse como contratar e não o fizesse, geraria o risco de o atleta rescindir o contrato por inobservância de cumprimento contratual do empregador. Então, quer dizer, ele seria demitido e receberia todas as verbas devidas.

Outra indagação: Por que a inclusão do treinador? Eu até entendo que houve o caso notório do Ricardo Gomes no Vasco da Gama e provavelmente esse fato deu origem à reivindicação da inclusão do treinador, mas, como foi dito anteriormente, acho que pelo Dr. Alexi, se nós partirmos para incluir o treinador, daqui a pouco virá gandula, árbitro, bandeirinha. Todo mundo vai querer ter o seguro também, porque está participando do espetáculo.

A parte financeira eu não sei nem se tenho condições de abordar, porque o custo que isso vai gerar para os clubes, para a CBF e também para as federações... porque tem toda uma modificação de sistema. O contrato de trabalho do jogador, hoje, é registrado

nas federações para diminuir o custo e não é nem remetido à CBF. É um sistema *on-line* em que apenas as informações são repassadas à CBF: o prazo do contrato, o valor e se tem intermediário ou não. Então, nós não temos o contrato físico; nós, CBF. Quem tem é a federação.

E como falou o Dr. Eduardo, não é verdade que o jogador estaria desamparado no caso da não contratação do seguro. Ele está amparado pela Previdência Social. Então, mesmo que o clube não faça contratação do seguro obrigatório, como diz a lei, o jogador não estará desamparado. A Previdência Social vai ampará-lo. Talvez não nas mesmas condições, mas não vai deixar totalmente desamparado.

Por isso, eu acredito, em nome da CBF – claro –, que a lei como está deveria permanecer. É o mais correto, já que as alterações propostas vão onerar muito e abrir um precedente para que outros grupos, outras categorias também peçam, reivindiquem seu direito ao seguro obrigatório.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço-lhe muito. Eu já estava entusiasmada com a proposta, mas com o nosso João Guilherme vejo que a CBF joga um balde de água fria aqui nessa sugestão. Eu entendo as preocupações do Amilar, mas me surpreendi quando o Eduardo falou que para uma federação – no caso de São Paulo – registrar um clube, cobra R\$ 1 milhão. E para transferência de sede também.

O SR. JOÃO GUILHERME B. MAFFIA – Eu posso fazer uso da palavra?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Sim. Pois não.

O SR. JOÃO GUILHERME B. MAFFIA – É importante ressaltar – não estou aqui em defesa da federação – que o que levou a isso? Nós tivemos um número de clubes de empresários que apareciam para determinadas competições e depois de terminada a competição, sumiam deixando dívidas e desemprego. E essa medida foi uma forma que a federação – não tenho procuração da federação, hein! Estou fazendo uma ressalva. – encontrou...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A de São Paulo?

O SR. JOÃO GUILHERME B. MAFFIA – É. De São Paulo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Sim.

O SR. JOÃO GUILHERME B. MAFFIA – ... para dificultar esse registro desses clubes. Mas também nós temos conhecimento de que se o clube for um cujas características não sejam de um clube temporário, há uma diferenciação nesse valor de transferência.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço-lhe, João Guilherme. Eu até fiz uma interrupção porque fiquei muito impressionada com as posições da CBF. Mas agora também chegou um especialista nosso. Para vocês entenderem, o Senador Anibal Diniz é um especialista em futebol. Ele é um jornalista e conhece acho que tanto quanto se fosse um dirigente de futebol. Não sei se foi lá no Acre, mas ele é um especialista.

O Senador Zeze Perrella é Presidente de um grande clube. Para os mineiros torcedores do Cruzeiro acharão que é o maior. Não entro em brigas mineiras. E eu queria também registrar a presença do Alexandre Guimarães, que é o nosso Consultor Legislativo do Senado Federal especializado na área de esportes. Foi o Alexandre que me orientou, porque fui Relatora da Lei Geral da Copa. Então, tivemos uma grande assessoria.

Para encerrar, convido Antônio Aquino Lopes, Presidente da Federação de Futebol do Estado do Acre, o Estado do Senador Anibal Diniz, para que faça sua exposição e depois partiremos para os questionamentos, porque estamos debatendo exatamente a proposta do Senador Anibal Diniz em relação a esse projeto de lei que trata do seguro para os atletas.

O SR. ANTÔNIO AQUINO LOPES – Bom dia a todos. Eu agradeço a deferência da Senadora. Senador Anibal Diniz, Senador Zeze Perrella e demais, eu, ao ouvir a posição de cada um, penso que estamos discutindo algo que não tem ainda uma sustentação, por não encontrarmos uma empresa que faça esse tipo de seguro.

Eu, quando li um pouco da minuta a respeito do seguro, inclusive tinha uma proposta que seria dentro, se fosse feito o seguro. A proposta feita pelo Senador eu acho importante, como dirigente. E aqueles que já dirigiram algum clube sabem que é muito difícil dirigir um clube pequeno e arcar com os custos.

As colocações feitas de que vai onerar a gente entende. E onera. Hoje, talvez, os grandes clubes do Brasil tenham essas dívidas astronômicas também em função da carga, que é muito alta. É lógico que existem outros problemas administrativos, a gente não desconhece. Mas o seguro para o atleta é importante no que diz respeito ao amador, como foi levantado, que realmente não tem nenhuma assistência, nada!

Seria necessária alguma lei que pudesse incluir o atleta amador. Nós temos casos de atletas que prematuramente deixaram de praticar o esporte – falando em termos gerais, mas a minha especialidade é futebol –, como já foi citado aqui. Então, é preciso termos essa visão de amparar a todos.

O amador, na realidade, como já foi colocado, não tem nenhum amparo. Então, entendo que talvez seja a

classe de atleta menos protegida na área esportiva. E quando eu li um pouco do projeto, preocupou-me um dos itens. Mesmo que tivéssemos a seguradora para fazer o seguro, a primeira etapa do acidentado seria bancada pelo clube.

Eu diria aos senhores que nós conhecemos o Brasil afora, conversamos anteriormente, aqui na antessala, com o pessoal de São Paulo e do Vitória, sobre os custos que trazem e da disputa de competições em que grande parte do Brasil só trabalha quatro meses no ano, em função das precariedades e das dificuldades que existem no futebol.

Então, tudo isso nós precisamos levantar, porque um clube que participa de competições durante quatro meses no ano como vai se sustentar, numa eventualidade de acidentes de trabalho, para bancar esse primeiro momento? Então, eu me preocupei com essa parte. O primeiro momento do segurado seria bancado pelo clube, porque todos nós sabemos que seguro não se resolve da noite para o dia. Há clubes, com certeza, que não teriam condições de bancar. Estou falando em nível nacional.

Fazemos leis em nível nacional que a maioria do Brasil não tem como cumprir. É por isso que existe aquela história de que tem lei que pega e lei que não pega, em função de como isso é colocado. Eu vivencio isso no dia a dia e sinto na pele. Vejo perfeitamente pelo lado do dirigente essa criação do seguro, porque você tiraria a responsabilidade do dirigente diretamente em relação ao atleta.

Seriam essas as minhas colocações.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Presidente da Federação de Futebol do Estado do Acre, Antônio Aquino Lopes, que também deu a sua contribuição.

Eu vou, imediatamente passar a palavra.

Esta audiência pública foi requerida pelo Senador Anibal Diniz, que a requereu para discutir o projeto de autoria do Senador Zeze Perrella. Então, passo a palavra ao Senador Anibal Diniz para fazer seus questionamentos e em seguida ao Senador Perrella.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, que preside esta audiência pública.

Meu cumprimento ao Presidente da Federação de Futebol do Estado do Acre, Dr. Antônio Aquino Lopes; ao Sr. Eduardo Santos Novaes, advogado e Consultor Jurídico da Federação Nacional dos Atletas Profissionais de Futebol; ao Amilar Fernandes Alves, advogado da Confederação Brasileira de Futebol (CBF); ao Sr. João Guilherme B. Maffia, Diretor Jurídico do Sindicato dos Treinadores Profissionais de Futebol do Estado de

São Paulo; e ao Sr. Alexi Portela, Presidente do Vitória, que atuou como coelhinho da Páscoa, no último domingo, dando chocolate aos torcedores do Bahia, com uma vitória digna do tamanho da inauguração daquela nova Arena Fonte Nova.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – E pelo jeito que ele diz isso, é torcedor. *(Risos.)*

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Na realidade, eu estava querendo fazer essa brincadeira com o Senador Walter Pinheiro, que é doente torcedor do Bahia, mas ontem, na correria da votação do FPE, não teve momento para tratarmos disso.

O futebol tem uma importância transcendental na vida do povo brasileiro. A gente às vezes se pergunta por que fazer futebol se é uma atividade extremamente dispendiosa e que dá tantas complicações, seja no pequeno, no médio ou no grande clube? Onde se abre, é... A gente não entende como pode ter grandes clubes brasileiros tão endividados, tão cheios de problema para arcar com suas responsabilidades, mesmo tendo contratos milionários de publicidade e atletas cujo contrato individual daria para bancar vários anos de pequenos clubes do Brasil.

A gente percebe que no futebol os problemas são proporcionais ao tamanho do clube. Quer dizer, independentemente do tamanho tem problema. Mas ainda assim, é uma atividade feita e bancada exclusivamente por paixão. Acho que ninguém se envolve com futebol se não for apaixonado. Se alguém se envolver com futebol e não tiver paixão, deve ser um masoquista porque sofre muito. Todos que estão fazendo isso sofrem muito.

Eu posso dar testemunho, aqui, da própria federação dentro do futebol. Nós temos clubes, no Acre – o Dr. Aquino aqui presente pode testemunhar isso –, em que jogadores não têm o vale-transporte para ir ao treino e recebem salário mínimo, que é exatamente a exigência mínima a ser cumprida: ter um contrato com o salário mínimo. Mas ainda assim com atraso na folha de pagamento e com todo tipo de dificuldade que se possa imaginar.

A proposição do Senador Zeze Perrella, que é também um conhecedor profundo do futebol e que tem uma vivência de muitas datas nessa atividade como dirigente de um grande clube brasileiro, é uma proposta meritória porque traz uma preocupação com o centro das atenções do futebol que é o jogador. O atleta é o artista, é o centro das atenções! E como a gente pode imaginar que um atleta que está em campo, em perfeitas condições, pode sair de campo com a perna quebrada e não ter nenhuma garantia de que terá o sustento da sua família?

Eu digo isso com certo quê de emoção, porque em alguns momentos cheguei a acompanhar o Rio Branco viajando nessa batalha de Série C, a gente jogando em lugares distantes, nos rincões do Brasil. E eu vi o quanto é difícil. Às vezes, um atleta sai de um Estado para cumprir um contrato em outro Estado, fica longe da família; não tem possibilidade de trazê-la porque o contrato não banca isso de trazer a família, então tem que ficar longe durante o período de contrato.

Então, é uma família que fica segregada e muitas vezes isso não é levado em conta, porque não são todos os jogadores... aliás, são raros os jogadores cujo contrato permite – digamos assim – o privilégio de para onde for levar a família. São poucos os que têm essa possibilidade.

De um modo geral, os dirigentes são abnegados e os profissionais são também apaixonados que cultivam um sonho de virar um grande atleta, virar notoriedade nacional e continuar essa simbologia tão forte que há no futebol, criada pelos nossos ídolos.

Eu sou defensor de que um país, para fortalecer o seu sentimento pátrio, precisa ter os seus ídolos. Ele precisa ter seus ídolos na política, no Judiciário, na música, nas artes de um modo geral; e precisa ter também seus ídolos no futebol. É tão bom a gente poder dizer que o Brasil tem o melhor futebol do mundo, independentemente do *ranking* atual que não traduz essa verdade. Mas querendo ou não, o mundo nos respeita como o melhor futebol. Acho que o *ranking* é o que menos pesa na hora em que qualquer seleção do mundo joga com a seleção do Brasil, ainda que esta não esteja treinada e não tenha técnico. Outra seleção respeitaria o Brasil porque é o País que tem historicamente o melhor futebol do mundo. Foi o primeiro a conquistar um tricampeonato e isso o fez ser respeitado no mundo.

Então, essa simbologia toda posta nos impõe também responsabilidades. Como pode o País do futebol, o País respeitado internacionalmente por suas conquistas, por sua força no futebol ter uma legislação tão frágil no que diz respeito à assistência à sua comissão técnica, aos seus técnicos, aos seus juizes de futebol? Juiz de futebol é uma profissão. Vocês fazem ideia o quanto esses profissionais precisam se dedicar para estarem em forma e atualizados na legislação?

Aí, Senadora Ana Amélia, a gente pode fazer um comparativo. Imagine só um tribunal composto de sete ou nove membros, todos com suas consultorias jurídicas ali, com suas Constituições e regimentos para dar suporte em todas as tomadas de decisão e ainda as decisões são polemizadas? E eu imagino a precisão milimétrica de um juiz de futebol, um árbitro de futebol ao ter um ato e ele num apito sentenciar e

ter que sustentar aquela decisão, com toda polêmica que pode causar? Foi pênalti, não foi. Foi impedimento, não foi. Foi gol, não foi. Ali a decisão é tomada num passe de mágica. E esse profissional às vezes não recebe o suficiente para bancar o mínimo necessário para sustentação da sua família.

Isso vale para árbitros de todo Brasil, porque são poucos os convocados para os grandes jogos. A grande maioria fica na periferia do futebol nacional e não tem nenhum tipo de assistência. Eu mesmo, lá no Acre, de vez em quando sou chamado para reunião com equipes de árbitros, porque eles falam assim: “Puxa, busca-se patrocínio para o clube, busca-se algum tipo de ajuda para a federação, mas a equipe de árbitros como vai sobreviver?” Às vezes, eles têm dificuldade de bancar o próprio uniforme deles. Dizem: “Puxa, fica feio o espetáculo se está o uniforme do time A bonitinho, o uniforme do time B bonitinho, e o juiz entrar em campo com o uniforme que não esteja condizente com a beleza do espetáculo.” Então, isso tudo deve estar presente.

O projeto do Senador Zeze Perrella tem mérito exatamente porque tenta dar uma resposta a essa situação do profissional de futebol. E ouvindo todos os expositores, Senadora Ana Amélia, faço minhas suas palavras. A audiência pública tem uma contribuição muito elevada nas nossas tomadas de decisão, porque se, por exemplo, eu estava completamente ganho para um parecer favorável à proposição do Senador Perrella, diante desse quadro aqui a gente vai ter que estudar novamente o assunto. Por quê? Porque nós temos uma posição unânime de que é muito complicado se aplicar o seguro.

Por quê? Primeiro, não tem nenhuma empresa interessada em receber um valor percentual mínimo de um contrato de três ou quatro meses de um jogador, porque não faz sentido que o pagamento do seguro seja maior do que o valor do contrato. Certamente é um percentual desse contrato. E como essa empresa vai construir o seu ponto de equilíbrio se o que ela vai receber é muito menor do que o risco que ela vai correr diante da iminência da possibilidade de ter acidente em qualquer partida de futebol? Então, é natural que não haja empresa de seguro interessada, porque as empresas de um modo geral primam pela sua possibilidade de ter lucro. Se não têm lucro, elas não participam. Então, a posição unânime, aqui, é de que não tem seguradora no Brasil disposta a entrar nesse mercado. É um mercado – digamos assim – não atrativo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – E inseguro.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – É um mercado inseguro, não atrativo e exatamente por isso

não há empresas interessadas. Como a gente responde a essa lacuna? Quer dizer, tem uma proposta de seguro, mas só que nós estamos propondo algo que ninguém está interessado em operar; ninguém está interessado nessa atividade empresarial. E aí a gente teria que dar uma resposta. Se nós temos que votar a favor da obrigatoriedade, como está aqui no inciso II da proposição...

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Já é obrigado.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – ... como a gente compatibilizar isso? Porque vamos obrigar a federação a exigir que o clube, ao inscrever um jogador, esteja com seu seguro contratado, mas ao mesmo tempo não existe nenhuma empresa no mercado interessada em fazer esse contrato. Vão parar as competições enquanto isso não se resolver? Se parar as competições, terá um clamor nacional e não vai ser bom para o futebol. Então, a gente tem que já, também, ponderar um pouco isso.

Em que momento deverá ser feito esse seguro? Por que o benefício se limita ao futebol, se aqui foi tratado que os profissionais amadores, os nossos atletas olímpicos que também são símbolo nacional...

Nós tivemos, agora, os paralímpicos. Vocês viram que *show* de conquista de medalhas nós tivemos? Inclusive, teve um atleta paralímpico... Eu fui numa solenidade com a Presidenta Dilma em que ela praticamente não fazia esforço para carregar o número de medalhas que tinha conquistado. Era justamente uma atleta de altíssima *performance*, uma atleta paralímpica.

Como será garantida a indenização do atleta, do técnico e do beneficiário indicado? Então, há esses aspectos todos, se isso já tem possibilidade, com todas essas dificuldades, de entrar em vigor para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Essas perguntas todas eu estou colocando e não estou a exigir resposta não, porque imagino que essas perguntas estão vindo mais ou menos no tom daquele comercial da TV Futura: Não são as respostas que movem o mundo, mas são as perguntas. A gente precisa fazer muitas e muitas perguntas, para ver se a nossa legislação não fica uma legislação para inglês ver. A gente precisa pensar numa legislação que tenha aplicabilidade, que seja uma proposição – digamos assim – consistente e que vá ter garantia de aplicabilidade.

Eu, sinceramente, tenho todo interesse do mundo em contribuir para que tenhamos uma legislação que dê mais segurança para o futebol, que dê mais segurança para os atores principais, para os centros das atenções que são os jogadores, comissão técnica e clubes de um modo geral, porque os clubes prestam serviços fantásticos em todos os lugares do Brasil.

Imaginem só que ainda com dívidas, ainda com todos os percalços que enfrentam eles estão lá formando, revelando talentos, contribuindo para a força do nosso futebol. Então tenho todo interesse em contribuir com isso, e gostaria que a gente, a partir dessas contribuições que vieram dessa audiência pública, possa desenhar um caminho para também não só fazer a proposição solta, mas fazer a proposição e tentar ir preenchendo as lacunas postas, como foi colocado de maneira muito eloquente aqui, que é o fato de não ter nenhuma empresa do ramo interessada em – digamos assim – operacionalizar o sistema do seguro do futebol.

Então, estou muito interessado em a gente buscar o melhor caminho, Senador Perrella. E o cumprimento pela sua preocupação, porque acho que é um ponto de partida muito importante. E a gente pode, a partir de agora, tentar desenhar um relatório que seja compatível com a grandeza dessa proposição de V. Ex^a.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu queria agradecer muito a contribuição do Senador Anibal Diniz, que foi o autor desse requerimento. E como ele praticamente se impressionou tanto quanto eu com as exposições feitas, penso que o ideal agora é o Senador Zeze Perrella falar, porque ele é o autor e muitas das dúvidas suscitadas, não só pelos expositores mas também pelo próprio Senador Anibal Diniz, S. Ex^a poderá tratar, com a competência que tem. Então, com a palavra o Senador Zeze Perrella.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Obrigado, Presidente; Sr. Amilar Fernandes; Sr. Eduardo Santos; Sr. Antônio Aquino; meu amigo Alexi Portela, parceiro de sofrimento; João Guilherme Maffia. Máfia ou Maffia?

O SR. JOÃO GUILHERME MAFFIA – Maffia.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Maffia. Máfia é complicado. Se bem que tem uma torcida organizada lá que se chama Máfia, então...

Presidente, a preocupação do Senador Anibal é pertinente. Eu vou contar um pouquinho, agora, da minha experiência como Presidente de clube e o que me levou a fazer esse projeto.

Eu, quando fiz esse projeto, ainda era presidente do Cruzeiro. Ou seja, pode-se perguntar: “Você estava buscando mais despesa para você?” Eu diria: não. O que há, na verdade, hoje? A Lei Pelé, no seu art. 45, já exige que os clubes façam o seguro. O meu projeto é apenas para que as federações e a CBF, das competições exija esse comprovante, porque os clubes não o fazem. E sabe o que está acontecendo hoje? O jogador se contunde, vai à justiça e o clube tem que pagar uma indenização milionária.

Vou citar agora também o meu caso. Um jogador sofreu um acidente de trabalho no Mineirão, teve um ataque cardíaco lá, foi salvo, porque nós tínhamos toda estrutura, desfibrilador, essas coisas todas. Ele foi salvo, entrou na justiça e levou R\$ 6 milhões, porque eu tinha obrigação de fazer seguro e não fiz. Não fiz por quê? Aí entra o que ele falou.

Na época, no Brasil, nós teríamos que buscar esse seguro lá fora. Ninguém fazia esse seguro aqui. Quando eu pegava um jogador emprestado de algum clube do exterior, esses clubes exigiam essa contratação de seguro e eu tinha que buscar uma empresa da Inglaterra, ou da Europa para fazer esse seguro. Isso a gente fazia com certa facilidade.

Segundo caso. Um goleiro do Cruzeiro – esqueci agora o nome dele –, André! Ficou no Cruzeiro seis, sete anos. Ele se contundiu. Eu paguei o salário dele integral como se ele estivesse jogando, durante todo o tempo em que ele ficou contundido; ficou um ano contundido. Saiu do Cruzeiro e entrou na justiça, porque eu tinha obrigação de fazer o seguro dele e não fiz. Mesmo pagando o salário dele, eu fui condenado a R\$ 2 milhões, porque não fiz esse seguro.

Então, na verdade eu não estou inventando a roda. A lei já exige que se faça o seguro. O meu projeto é que apenas a CBF, na hora de registrar o contrato, exija dos clubes isso. Fiz para proteger o meu clube também. Eu não vou entrar no mérito sobre se o jogador merece o seguro, ou se ele tem dinheiro para pagar esse seguro. Não é essa a questão.

Agora, a segunda parte. Hoje, já há empresas no Brasil que fazem esse seguro. Antes de fazer o projeto, eu consultei. Então, vou pedir aqui uma audiência pública para convocarmos as seguradoras e vou trazer pelo menos quatro que fazem esse seguro. Uma delas que se propôs a fazer é o BMG, a outra é o Itaú; e várias outras, Alexi. Então, eu não vou discutir isso aí. Nós vamos convocar essas empresas aqui e colocar isso para eles.

Eu tenho até mais: o custo disso. Isso vai onerar em 10% no máximo a folha de pagamento dos clubes. Pode-se dizer: isso é muito. Mas é aquela história: hoje tem poucos advogados especialistas em legislação esportiva no Brasil. O dia em que esse negócio se propagar e esse pessoal começar a correr atrás de jogador para entrar na justiça, os clubes brasileiros quebram, Alexi. Eu já perdi duas ações para os advogados de plantão, que ficam lá esperando o jogador se contundir porque nós não estamos cumprindo a Lei Pelé. Só isso.

Eu estou querendo, no meu projeto, que a CBF nos ajude para que esse cumprimento aconteça. É simples. E se for onerar a folha de pagamento, será em 10% no máximo.

E outra coisa, hoje, Senadora Ana Amélia, Presidente, a maioria dos clubes do Brasil paga o salário dos jogadores com 50% na carteira e 50% direito de imagem. Esse seguro, obviamente, será cobrado só em cima do que está registrado na carteira.

Consultando as seguradoras, o projeto é: se o jogador se contundir, durante todo o período que ele ficar contundido, se não se estiver utilizando esse jogador, o seguro vai ter que pagar o salário dele na integralidade daquilo que está posto na carteira.

Essa discussão é como se discutir, agora, se vale a pena fazer seguro de carro ou não. É uma opção. O carro você tem opção de querer ou não segurar. Nos nossos clubes – eu me incluo como presidente de clube – não temos essa opção, porque já está na lei. Eu estou buscando um caminho somente para fazer com que a CBF e as federações nos ajudem a cumprir essa lei. Simples assim.

Óbvio, se não tivermos condição... O que me revoltava antes era que a Lei Pelé obrigava e realmente não tinha seguradora no Brasil para fazer isso aqui. Hoje, eu afirmo que tem e podemos convocar uma audiência pública para que se traga esse pessoal aqui, inclusive para discutir o valor, em que isso iria onerar em cima dos clubes.

Eu só digo para você que estou muito à vontade com esse projeto, Senador Anibal, apesar de entender que a maioria dos clubes pequenos já tem casos de sobra, não é? Mas não é essa questão. Eu não vou entrar no mérito. Se a Lei Pelé, no seu art. 45, não obrigasse, esse meu projeto não existiria.

Era o que eu tinha a dizer, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu agradeço muito. Veja, foi relevante. E penso que essa iniciativa do Senador Zeze Perrella de trazer as seguradoras é fundamental, porque elas vão dizer de fato, tendo em vista a realidade e a própria exigência da Lei Pelé, que não é cumprida... E lei boa, Senador Anibal é a lei aplicada. Nós temos muitas leis que são boas, mas não são aplicadas. Então, essa lei penso ser extremamente relevante, porque o significado do futebol para o Brasil transcende a questão esportiva; pega questões econômicas, comerciais, culturais; questões de toda ordem. Históricas, até.

O futebol tem um papel que ultrapassa aquilo que convencionamos do jogo de futebol em si, uma torcida que está ali, organizada ou não, e os patrocínios dos clubes, enfim, o campeonato. Ele tem muito mais além do que isso. Portanto, o Senador Zeze Perrella trouxe dois casos emblemáticos ocorridos no clube Cruzeiro, com duas milionárias indenizações trabalhistas provocadas pelo não cumprimento de uma lei que já está escrita: é a Lei Pelé, no seu art. 45.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Só uma colocação, Presidente.

Quando eu digo que acho louvável que se queira estender isso para as outras... Inclusive, no relatório do Senador Valdir Raupp, ele sugere que se estenda isso para as outras modalidades. Mas as outras categorias de atletas, que eu também respeito e precisam, são competições que não têm um clube por trás. São os atletas paralímpicos, é o pessoal que mexe com ciclismo. São competições que eventualmente se organizam para uma competição X. Eles não têm um “patrão”. E outra coisa, a Lei Pelé não prevê essas outras categorias. Por isso, o meu projeto só contempla os jogadores profissionais, porque a Lei Pelé só fala disso.

Se nós quisermos ampliar para outras categorias, obviamente teremos de criar outro projeto de lei.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Então, não apenas para o futebol, mas também para o vôlei, que é profissional.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Sim, mas teríamos de criar, na verdade – entendo eu – outro projeto. Estou me baseando somente nessa obrigatoriedade da Lei Pelé.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Na Lei Pelé, que é específica para futebol. Certo.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Por isso eu fiz um projeto específico.

Podem me perguntar por que você, como desportista, não está pensando em outras categorias? Se eu disser que estou pensando somente no bem-estar do atleta, também não estarei falando a verdade. Entendeu? Porque eu também me preocupo com o que o clube vai gastar com isso.

Eu estou me preocupando, na verdade, com o que acho louvável, porque quantos atletas aí também se machucam e às vezes ganham 40 mil por mês, 50 mil e de repente se contundem para sempre e saem de 50 mil para zero?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Ou para a Previdência Social, que é um salário mínimo.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – É. Que é um salário mínimo.

Então, já que nós temos essa obrigatoriedade, isso eu queria explicar. Já me perguntaram: por que não estender isso às outras categorias? É preciso tratar disso em outro projeto.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A explicação está bastante clara e eu gostaria de saber se os expositores aqui têm algum comentário?

Alexi, por favor, tem a palavra. O João Guilherme também. Então, primeiro, o Presidente do Vitória e da Liga dos Clubes de Futebol do Nordeste.

O SR. ALEXI PORTELA JÚNIOR – Bom dia, meu amigo, Senador Zeze Perrella, companheiro de longas datas, que é uma pessoa vitoriosa no futebol e que eu aprendi a admirar, pela sua competência e maneira de tratar. Hoje, não é à toa que o Cruzeiro é um dos grandes times do Brasil, graças ao nosso Senador. Não é querendo elogiar, mas ele sabe disso, porque mudou totalmente a história do clube.

Senador, acho muito importante essa audiência pública, porque há 15 dias... desde que eu entrei no Vitória procuro uma seguradora para fazer o seguro e há 15 dias falei com Bradesco, Itaú, SulAmérica, mas nenhuma das três faz o seguro. Então, isso é muito importante.

Há um mês teve um congresso de tributaristas, na Bahia, e também foi levantado esse problema, por vários advogados, de que não existe... O que o senhor está trazendo para mim agora é novo e eu acho que nenhum clube... O que o senhor falou de o jogador ficar um ano e os clubes bancarem, exatamente por isso eu procurei. Vocês sabem que isso existe muito. Os jogadores ficam e têm... Então, nós temos uma lei, hoje, que não é cumprida. Eu concordo com o senhor. E essa audiência seria muito importante para alertar, porque eu desconheço e nós procuramos isso. Acho importantíssimo, apesar de aumentar o custo, que todos os jogadores sejam regulares. Eu acho isso muito importante e realmente não consigo fazer esse seguro.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Desculpe, Alexi. Acho que estamos aqui num debate e gostaria de explicar que antes de fazer, eu consultei algumas pessoas. O próprio pessoal do BMG disse que tinha interesse. Há empresas hoje.

O SR. ALEXI PORTELA JÚNIOR – Sim, interesse, algumas têm.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Tem algumas corretoras da Europa que se instalaram recentemente no Brasil...

O SR. ALEXI PORTELA JÚNIOR – Não fazem. Eu tentei pela Liga do Nordeste, agora...

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Se não for viável... Acho que nós poderíamos colocar...

O SR. ALEXI PORTELA JÚNIOR – Eu acho importantíssimo isso. Vamos levar...

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – ... no projeto que a CBF tem que buscar uma corretora brasileira, entendeu?

O SR. ALEXI PORTELA JÚNIOR – Tudo bem. Agora, hoje eu quero que o senhor...

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Nós temos que buscar caminhos, não é?

O SR. ALEXI PORTELA JÚNIOR – Entendeu, Senador? Hoje eu acho o seguinte, que o senhor poderia dar uma ajuda importantíssima aos clubes e principalmente ao meu clube de arranjar essa seguradora para fazer. Eu estou disposto a fazer. E disposto todo mundo está. Agora, fazer, ninguém faz.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Obviamente, eu não estou defendendo aqui seguradoras. Não tem nada de pessoal.

O SR. ALEXI PORTELA JÚNIOR – Não é defender. Eu acho importante...

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Mas eu conversei especificamente com o Presidente do BMG na época, juntamente com a corretora de Portugal que estava se instalando aqui, entendeu, que se propôs a uma parceria com eles para fazer esses seguros. Mas eu acho que a partir do momento que uma começar a fazer...

O SR. ALEXI PORTELA JÚNIOR – Concordo.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Porque fica parecendo aqui que eu estou defendendo a seguradora.

O SR. ALEXI PORTELA JÚNIOR – Não. De jeito nenhum. Em momento algum, Senador.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Então, vamos convidar esse pessoal. Se não tiver quem faça, vamos continuar na ilegalidade.

O SR. ALEXI PORTELA JÚNIOR – Concordo. Eu concordo. Acho que a gente tem uma lei hoje que não é cumprida no País.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Zeze Perrella, eu, agora, com a posição do Alexi, passo a palavra ao João Guilherme para também fazer comentários a respeito disso e já sugiro ao Senador fazer o requerimento para essa audiência, nesta Comissão.

Com a palavra, João Guilherme.

O SR. JOÃO GUILHERME B. MAFFIA – Bom dia, Senador Zeze Perrella.

Eu queria fazer algumas considerações. Primeiro precisa ser ressaltado que teve uma mudança na Lei Pelé, em outubro de 2011, que restringiu ao futebol essa obrigatoriedade, porque antes, em todas as modalidades tinha obrigatoriedade de se fazer o seguro. Então, é recente. Foi na última mudança... não sei se última ou penúltima mudança de alteração na Lei Pelé que nós restringimos ao futebol essa... acho que o art. 94, nessa alteração de 2011, trouxe essa restrição ao futebol, salvo engano.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – *(Fora do microfone)* – Está aqui. Art. 94.

O SR. JOÃO GUILHERME B. MAFFIA – De 2011?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Com a palavra o Senador Zeze Perrella.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – É o art. 94. Realmente, restringe apenas aos profissionais da modalidade do futebol.

“Parágrafo único. É facultado às demais modalidades desportivas adotar os preceitos constantes dos dispositivos referidos no caput deste artigo. (Incluído pela L-009.981-2000).” Que é a Lei Pelé. Então, realmente tem razão. Aí é obrigatório somente para entidades de classe de profissionais da modalidade de futebol.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Com esse esclarecimento, João Guilherme, eu queria lhe passar a palavra, se tiver mais algum acréscimo.

O SR. JOÃO GUILHERME B. MAFFIA – Para finalizar, então passou a ser faculdade.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Facultativo.

O SR. JOÃO GUILHERME B. MAFFIA – É uma faculdade do dirigente fazer ou não. Antes, era uma obrigatoriedade. Foi com essa mudança de 2011. Agora...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Não. Foi facultativo apenas para as outras modalidades.

O SR. JOÃO GUILHERME B. MAFFIA – Às outras modalidades. É o que estou dizendo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Para o futebol continua obrigatório.

O SR. JOÃO GUILHERME B. MAFFIA – A obrigatoriedade sim. Desculpe.

Quando o senhor, Senador, diz que fez esse contato com essas seguradoras, o senhor fez uma menção a um formato de contrato de imagem e contrato de trabalho nos 50%. Essa autorização ou essa possibilidade do seguro está vinculada a esse formato? Porque esse formato é discutível. O senhor sabe...

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – O clube, obviamente, pode escolher, mas eu acho que sobre o direito de imagem...

O SR. JOÃO GUILHERME B. MAFFIA – Porque isso reduz bem o valor.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Sobre o direito de imagem eu discuto, porque a partir do momento que o jogador tem uma contusão, não se está mais usando a imagem dele. Seria só o que está na carteira.

O SR. JOÃO GUILHERME B. MAFFIA – Não, não. Desculpe. A minha colocação é a seguinte: Num formato de 50% no contrato de trabalho e 50% na imagem, o senhor reduz esse valor de seguro...

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Pela a metade.

O SR. JOÃO GUILHERME B. MAFFIA – Sim.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Pela metade.

O SR. JOÃO GUILHERME B. MAFFIA – Aí pode ser o motivo de se aceitar essa possibilidade de seguro.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Eu fiz na época um levantamento, Alexi, do Cruzeiro. Eu tinha uma folha de pagamento no Cruzeiro da ordem de 4 milhões. Eu iria passar... Um jogador que ganha 200 mil por mês, que já é um absurdo, custaria para mim 220 mil, entendeu? Um jogador cujo salário médio não passa às vezes de 50 mil, nos grandes clubes – médio, que eu estou dizendo –, custaria R\$5 mil reais a mais; para cada atleta. É uma coisa irrisória.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu queria passar a palavra ao Eduardo Santos Novaes, que é o representante do sindicato dos atletas profissionais.

Com a palavra, Eduardo.

O SR. EDUARDO SANTOS NOVAES – Eu gostaria de dizer que é fundamental essa nova audiência pública com as empresas, ou com o órgão que regula o seguro no Brasil, para verificar.

Eu renovo aqui – acho que o Senador não estava ainda – a colocação de que a CBF deve participar ativamente desse processo. Por quê? Os contratos do atleta profissional de futebol podem ser realizados com duração de três meses a cinco anos. Então, fazer um seguro de um contrato de dois anos e cinco anos é possível. E um contrato de três meses? Um contrato de quatro meses? Como funciona?

Então, a minha proposta – e o Senador Zeze Perrella não estava no momento – é para agregar, porque todos, tanto o clube pequeno quanto o grande, têm a mesma formalidade do registro. O clube grande tem condições de registrar um contrato com um seguro realizado. O clube pequeno, pela realidade que se vê, nesse momento não tem.

Eu acredito que a democratização da cota de televisão, por exemplo... Tem que haver uma verba para que isso seja realizado. Tenho um dado: no campeonato brasileiro de 2012, mais de 50% dos jogadores inscritos foram profissionalizados por equipes que nunca participaram do campeonato da Série A. Ou seja, existe realmente esse celeiro dos clubes pequenos que não têm condições de arcar com toda essa engenharia dos contratos, porque de fato o clube não vem cumprindo a norma e esses processos são indenizatórios por conta do não cumprimento.

Mas acho que a estrutura inteira tem que ser pensada, não apenas para o clube grande ter condições. E nesse ponto, há responsabilidade da CBF como organizadora e detentora de vários direitos, inclusive porque tem benefícios econômicos em relação ao campeonato, e justos, porque organiza, tem despesas, tudo passa por ela. Todos os clubes, dos pequenos aos grandes, são obrigatoriamente filiados à CBF para poder jogar, Senadora.

Era isso.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Eduardo.

Eu queria saber se o Senador Perrella quer fazer algum comentário?

Não tendo comentários sobre a palavra do Eduardo Santos, passo para o representante da CBF.

O SR. AMILAR FERNANDES ALVES – Eu gostaria, Sr. Presidente, de pedir desculpas. Nós estamos fazendo, aqui, hoje, mais um debate do que ouvindo os nossos... Não é praxe isso, aqui? Porque às vezes...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Não, isso é a prática. A audiência pública é para isso mesmo.

O SR. AMILAR FERNANDES ALVES – Às vezes deveríamos ouvir toda explanação para depois perguntar, toda aquela coisa! Acredito eu que estamos fazendo a coisa bem informal. Uma discussão bem informal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – É porque o Senador Perrella chegou atrasado e as exposições já foram feitas.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É. Foram feitas.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Todos eles fizeram as exposições.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Eu estava defendendo o... Eu era Relator e inclusive estava lá com a Senadora Ana Amélia, em outra Comissão.

Ocorre que aqui as Comissões acontecem todas ao mesmo tempo e a gente não tem como estar em todos os lugares.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador, então vou passar o...

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Só uma observação, Eduardo. Há como se fazer isso em bloco, ou seja, a folha de pagamento do clube é X, cobra-se X e estão cobertos todos. Então, isso já é possível. Eu também tive a preocupação de olhar.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É um contrato coletivo. Então, a resposta do Senador Perrella e a colocação do Eduardo.

Agora, passo a palavra ao Amilar Fernandes Alves, que é o representante da CBF, porque acho que

já tinha dito na sua exposição que a CBF não pode, não deve e não vai entrar nisso.

O SR. AMILAR FERNANDES ALVES – É. Exatamente. Não é tão taxativo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. AMILAR FERNANDES ALVES – Exato. Não é sendo tão taxativo e dizendo que a gente está acima da lei e que não vai cumprir. Agora, hoje...

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Aliás, é tanta coisa que a CBF já deixa de cumprir, não é, meu caro advogado? Com todo respeito.

O SR. AMILAR FERNANDES ALVES – Hoje, os contratos são registrados nas federações. São repassadas as informações para a CBF. Os contratos não vão para a CBF.

Ratificando a minha fala anterior – o Senador Zeze Perrella não estava no momento –, a CBF não tem... A proposta inicial do Dr. Eduardo era de que a CBF buscasse meios, com as seguradoras, de que estas abrissem esse mercado para os clubes. E a CBF não tem como...

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – De todo contrato a cópia vai para a CBF, meu irmão. Você sabe muito bem disso.

O SR. AMILAR FERNANDES ALVES – Não.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Ô, não vai!

O SR. AMILAR FERNANDES ALVES – Não.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Pelo amor de Deus!

O SR. AMILAR FERNANDES ALVES – Não vai, Senador.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Como a CBF fica sabendo se o jogador está jogando irregular, se tem contrato, se não tem?

O SR. AMILAR FERNANDES ALVES – Nós temos as informações.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Sim, é baseado nas informações que vocês vão cumprir a lei. É só isso.

O SR. AMILAR FERNANDES ALVES – Mas nós não temos o contrato, Senador.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Ah, hoje não precisa ter o contrato na gaveta. Existem informações *on-line*, existem...

O SR. AMILAR FERNANDES ALVES – Exato.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Óbvio. É a mesma coisa.

O SR. AMILAR FERNANDES ALVES – Exato.

Agora, a CBF não tem, por obrigação estatutária, – o senhor deve conhecer um pouco o estatuto da

CBF – de buscar as seguradoras para que forneçam esse serviço para os clubes. A minha posição era exatamente essa. Nós, CBF, não temos como ajudar o clube. A única coisa que nós podemos fazer, caso a lei seja aprovada, é cumprir a lei. Alterar o sistema de registro; obrigar as federações, quando do registro do contrato, que encaminhem também à CBF o número da apólice do seguro, a vigência e tudo mais.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Óbvio. Agora, a CBF sabe quando o jogador está irregular; ela cobra uma taxa de inscrição de cada atleta. Esse controle ela tem todo. Então, vai exigir também o seguro. É só isso.

Porque às vezes se falam as coisas aqui, sabe meu prezado Amilar, e a quem está fora do negócio é fácil de convencer. E muita gente. Só que o negócio é que eu nasci nisso e sei o que é possível e o que não é.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pela ordem... Eu acho que ele queria somente complementar...

O SR. AMILAR FERNANDES ALVES – É. Só para finalizar mesmo, a gente não está dizendo que a CBF não tem informação nenhuma do contrato, nós temos as informações, nós não temos o contrato. Ou seja, se o clube, hoje, conseguir de alguma forma fazer a contratação do seguro e incluir nas cláusulas extras do contrato, essa informação hoje não é repassada para a CBF. A gente poderia exigir que o clube repassasse essa informação, mas essa...

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – É onde o trabalho é feito.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Na regulamentação...

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Pode ser no formulário da CBF.

Como a CBF não tem o contrato, se é feito no próprio formulário da CBF? Nesse mesmo contrato existirá o número da apólice. Simples.

O SR. AMILAR FERNANDES ALVES – Esse formulário da CBF fica registrado na federação.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Sim.

O SR. AMILAR FERNANDES ALVES – Esse mesmo formulário não é encaminhado à CBF.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Mas é um papel, um formulário da CBF.

O SR. AMILAR FERNANDES ALVES – Sim.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – É só nesse formulário constar, entre várias cláusulas que tem ali, o número da apólice.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador, penso que eventualmente – quero apenas aqui falar como Presidente da audiência –, na regulamentação da lei esses detalhes podem ser esclarecidos especialmente com o Relator, Senador Anibal Diniz, que está com a palavra.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Senadora Ana Amélia e participantes dessa audiência, o objetivo da convocação dessa audiência pública foi justamente para instruir esse relatório ao PLS 531, do Senador Zeze Perrella.

As questões levantadas aqui são muito enriquecedoras para a gente ter o norte. Eu acredito que a partir do momento em que já existe a comprovação de que há empresas seguradoras interessadas no mercado, é fundamental que convoquemos essas empresas seguradoras para termos essa garantia.

Segundo. Visto que a CBF, que é exploradora dessa atividade fantástica chamada futebol, é quem vende o seu direito de imagem para as televisões e administra os recursos, talvez, Senador Perrella, tenhamos que emendar a sua matéria no sentido de que uma parte dos recursos arrecadados com direito de imagem seja destinado a um fundo específico, para dar inclusive suporte – quem sabe – à viabilização desse negócio.

Eu quero cumprimentar o Amilar, porque a CBF é um ambiente de pessoas bem próximas ou passando da terceira idade e ver um jovem advogado brilhante atuando nesse espaço é motivo de grande alegria para a gente, porque a CBF precisa ser rejuvenescida e é muito bom que tenhamos um jovem advogado ali para levar novos ares para a CBF.

Então, eu diria que me sinto absolutamente contemplado, nessa fase inicial, com essa audiência pública não porque a gente obteve respostas, mas porque muitas perguntas foram suscitadas e acho que a gente vai continuar essas perguntas com as empresas seguradoras, no sentido de construirmos um amaro dessas possibilidades e de fazermos cumprir a Lei Pelé.

O Senador Perrella está certíssimo nisso, quando reafirma que a sua proposição não é algo que surgiu de nada, é simplesmente uma proposição para fazer cumprir uma lei que já existe e nós temos que encontrar meios de viabilizar esse cumprimento. E acredito que muitas idéias, muitos *insights* começam a surgir a partir dessa nossa audiência pública. Portanto, vejo que é uma audiência pública de altíssimo resultado para a instrução dessa matéria.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Anibal Diniz.

Com a palavra o Senador Zeze Perrella.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Quando foi regulamentada a Lei Pelé, se alguém tivesse tido o cuidado de ter regulamentado isso colocando a CBF como parceira na fiscalização ou na obrigatoriedade, essa lei também não precisava ter existido, não é, Senadora Ana Amélia?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Ah, não há dúvida! O nosso problema no Brasil é exatamente esse, Senador Zeze Perrella.

Eu queria dar uma explicação e um agradecimento especial ao Alexi Portela Júnior, Presidente da Liga dos Clubes de Futebol do Nordeste; ao João Guilherme B. Maffia, Diretor Jurídico do Sindicato dos Treinadores Profissionais de Futebol do Estado de São Paulo; ao Eduardo Santos Novaes, Advogado e Consultor Jurídico da Federação Nacional dos Atletas Profissionais de Futebol; ao Amilar Fernandes Alves, Advogado da Confederação Brasileira de Futebol (CBF); e ao nosso Presidente da Federação de Futebol do Estado do Acre, Antônio Aquino Lopes.

Agradeço aos senhores e peço desculpas, em meu nome e da Comissão, porque como explicou o Senador Zeze Perrella, nós aqui vivemos superposições. E eu aqui cheguei fora do horário porque estávamos presentes numa outra matéria tão relevante quanto esta da discussão de um projeto de que o Senador Zeze Perrella é Relator. Casualmente, nós dois estávamos envolvidos e eu era requerente de pessoas para tratar de perícias em inspeção em edificações, em prédios, para evitar desmoronamentos, incêndios e essas coisas todas. Então, vejam que nós aqui temos que fazer clínica geral. Nós tratamos de muitas coisas. Apesar de o Senador Perrella ser um *expert* na área do futebol, aqui a gente tem que fazer todas as coisas. E esta é a Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Então, eu queria renovar o agradecimento a todos os senhores pelo brilho das exposições feitas e pela valiosa contribuição, porque não vai se limitar, seguramente, à questão relacionada à proteção dos treinadores e jogadores de futebol profissionais, mas também dos atletas olímpicos para os que temos de olhar com bastante atenção.

Eu encerro a audiência pública agradecendo aos prezados senhores e sugerindo ao Senador Perrella e à sua assessoria que na próxima terça-feira encaminhe a sugestão da audiência pública com as seguradoras para tratar do mesmo projeto.

Muito obrigada.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 51 minutos.)

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTE****ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E
ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA
EM 16 DE ABRIL DE 2013.**

Às onze horas e quarenta e cinco minutos do dia dezesseis de abril de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Roberto Requião, Ana Amélia, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, Vanessa Grazziotin, Vital do Rêgo, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Cássio Cunha Lima, Lúcia Vânia e Ataídes Oliveira, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu e Mozarildo Cavalcanti. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 5: Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de homenagem permanente a Santos Dumont, o Pai da Aviação, nos aeroportos, bases aéreas e similares”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o parecer favorável é aprovado. **Item 8: Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Ana Rita, que “Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil o programa radiofônico A Voz do Brasil e dá outras providências”. A relatora designada é a Senadora Ana Rita e o parecer é pela rejeição. É concedida vista ao Senador Roberto Requião, pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. **Item 13: Requerimento nº 9/2013-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cyro Miranda, que requer “... nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e artigo 102 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, para debater sobre o Programa de Prevenção do Uso de Drogas para Edu-

cadores de Escolas Públicas e seus fins. Para tanto, solicito que seja convidado (a) Secretário (a) Nacional Anti Drogas – SENAD”. O Requerimento é aprovado. Logo após, o Senhor Senador Cyro Miranda, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado. **Extra-Pauta: Item 15: Requerimento nº 9/2013-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cyro Miranda, que requer “... nos termos regimentais, o apoio desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal para a divulgação do 6º Concurso de Redação do Senado Federal e do Programa Jovem Senador”. O Requerimento é aprovado. Logo após, a Presidência passa à leitura dos seguintes comunicados: **Item 16: Comunicados da Presidência: Comunicado 1:** “Comunico a(o)s Senhores(as) Senadores(as) o recebimento de convite do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Aloizio Mercadante, para a solenidade de posse dos Professores José Bispo Barbosa, Eduardo Antonio Modena e Marcelo Bender Machado nos cargos de Reitor dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso, de São Paulo e do Sul-rio-grandense, respectivamente, a ser realizada no dia 17 de abril, quarta-feira, às 11:30h, no Auditório, Térreo, Edifício-sede do Ministério da Educação, em Brasília. Os Senadores que desejarem uma cópia do Convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão”. O comunicado vai ao arquivo. **Comunicado 2:** “Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento da publicação ‘Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e Gastos em Educação - IDEB: Contribuições para a Análise das Contas Municipais do Estado do Mato Grosso do Sul’ do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, no qual são expostas as relações do IDEB, com os gastos com educação nos 78 municípios do Estado, enviado pela Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul e Ex-Senadora Marisa Serrano. Os Senadores que desejarem uma cópia do documento poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão”. O comunicado vai ao arquivo. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2012; Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2007; Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2009; Item 4: Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2011; Item 6: Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2012; Item 7: Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2010; Item 9: Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2011; Item 10: Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2011; Item 11: Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2011; Item 12: Requerimento, de autoria do Senador Paulo Paim e Item 14: Requerimento, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues. Prosseguindo, a Presidência**

determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda**, encerra a reunião às onze horas e cinquenta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cyro Miranda**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Pediria a gentileza do Senador Cristovam Buarque. Nós temos um item não terminativo, e há um apelo aqui do Ministro Crivella, que é o autor desse requerimento. Como o Senador Benedito de Lira disse que não haveria problema nenhum em nomear um Senador para a relatoria *ad hoc*.

ITEM 5

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 402, de 2005

- Não Terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de homenagem permanente a Santos Dumont, o Pai da Aviação, nos aeroportos, bases aéreas e similares.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Passo a palavra a V. Ex^a para a relatoria *ad hoc*. A matéria será terminativa no Plenário.

Na reunião de 11/11/2009, o PLS nº 402/2005 foi aprovado na Comissão em caráter terminativo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, trata-se de um projeto do Senador Marcelo Crivella que dispõe sobre a obrigatoriedade de homenagem

permanente a Santos Dumont, o Pai da Aviação, nos aeroportos, bases aéreas e similares.

O Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2005, contém dois artigos, dos quais o primeiro determina que aeroportos, bases aéreas e similares ficam obrigados a manter, em caráter permanente, em local visível, a imagem de Santos Dumont, acompanhada da inscrição “Pai da Aviação”.

O art. 2º, por sua vez, estabelece o prazo de 180 dias para a vigência da lei, a contar da sua data de publicação. A alteração introduzida pelo substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei recebido do Senado resume-se a uma restituição à forma original, que fora modificada pela emenda aprovada na Comissão de Constituição e Justiça. De tal sorte efetuou-se, por meio de substitutivo, a reinclusão das bases aéreas e similares, ao lado dos aeroportos, entre os locais que ficam obrigados a prestar a referida homenagem.

Retornando a esta Casa e sendo uma vez apreciada, a proposição foi aprovada, nos termos do SCD nº 402.

Da análise, Sr. Presidente.

A presente proposição consiste em homenagem cívica que deve ser apresentada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Ao passar pelas Comissões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, não houve discordância quanto ao mérito e relevância da proposição. Cumpre lembrar ainda a grande importância para a cultura nacional da difusão e valorização de um exemplo como o de Santos Dumont.

Julgaram as diversas Comissões que se debruçaram sobre o projeto oriundo do Senado que os meios propostos eram adequados à consecução do fim almejado, surgindo tão somente a divergência a respeito de a homenagem restringir-se aos aeroportos ou abranger igualmente as bases aéreas e similares.

Ao analisar o substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa considerou, em seu parecer, que o fato mesmo de Santos Dumont já ter recebido, de modo pioneiro, diversas honras militares pode ser alegado em favor de que sejam também as bases aéreas incluídas neste projeto de lei.

Entendemos, da mesma sorte, que se justifica plenamente a homenagem permanente nas bases da Força Aérea Brasileira àquele que recebeu o posto honorífico de Marechal do Ar e foi proclamado Patrono da Aeronáutica Brasileira.

Por isso, Sr. Presidente, conforme o exposto, o voto é pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2005.

Esse é o parecer, Senador.

Só quero – e é bom que esteja aqui, ao meu lado, o Senador Requião – lembrar que este projeto foi elaborado antes das privatizações de aeroportos. Não sei até que ponto, sendo agora entidades privadas, vamos poder cumprir com o que o projeto de lei recomenda, que acho extremamente positivo.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Ele é terminativo no Plenário.

Em discussão o Projeto. (*Pausa.*)

Para discutir, Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Só tentando esclarecer essa preocupação do Senador Cristovam, nós temos concessões de aeroportos, não são privatizações. Logo eles continuam sendo públicos. Portanto, acho que não há impedimento algum. É uma medida cívica de perenização da memória do inventor do avião. E manter a presença da imagem do Santos Dumont é interessante.

Portanto o meu voto também é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Concordo plenamente com V. Ex^a.

A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, encerro a discussão.

A matéria está em votação. (*Pausa.*)

Aprovada.

Há o Item 8, que já foi lido, e vou só lembrar, porque me parece que V. Ex^a... O Item 8 é sobre *A Voz do Brasil*.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – No item 8, Presidente, há um relatório da Senadora Ana Rita. E eu queria pedir vista desse processo.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

Para lembrar:

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 19, de 2011

- Terminativo -

Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil o programa radiofônico A Voz do Brasil e dá outras providências.

Autoria: Senadora Marinor Brito

Relatoria: Senadora Ana Rita

Na reunião do dia 26 de março de 2013, a matéria foi lida e iniciada a discussão.

Portanto, concedida vista a V. Ex^a.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Explico-me, Senador. A minha dúvida é a seguinte: o relatório da Senadora diz que, havendo um organismo que estabelece os critérios para a declaração de

patrimônio não material ou imaterial, nós não poderíamos fazê-lo.

Ainda acho que quem pode o mais pode o menos. Não há o menor sentido que não possamos declarar patrimônio imaterial simplesmente pelo fato de haver uma repartição pública regulamentando o assunto. Foi uma delegação do Congresso.

Então quero fazer um estudo mais apurado deste processo.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Vistas concedidas.

Temos aqui um comunicado às Sr^{as} e aos Srs. Senadores.

Houve o recebimento do convite do Ex^{mo} Sr. Ministro de Estado da Educação Aloizio Mercadante para a solenidade de posse dos Professores José Bispo Barbosa, Eduardo Antonio Modena e Marcelo Machado nos cargos de Reitor dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso, de São Paulo e sul-rio-grandense, respectivamente, a ser realizada no dia 17 de abril, quarta-feira, às 11h30, no auditório térreo do edifício sede do Ministério da Educação em Brasília.

Os Srs. Senadores e Senadoras que desejarem uma cópia do convite poderão se dirigir à Secretaria da Comunicação.

O comunicado vai ao arquivo.

Segundo Comunicado às Sr^{as} e aos Srs. Senadores.

Recebimento da publicação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e Gastos em Educação, Ideb. Contribuições para a análise das contas municipais do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul, no qual são expostas as relações do Ideb com os gastos com educação nos 78 Municípios do Estado, enviado pela Conselheira do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul, a ex-Senadora Marisa Serrano.

Senador Cristovam, nós não temos a pauta dos terminativos. Eles já foram lidos, e nós estamos aguardando quorum.

Eu gostaria de saber se V. Ex^a tem alguma... Parece-me que gostaria de colocar alguma coisa em nossa Comissão (*Pausa.*) Não.

Por excesso de economia, nós não estamos conseguindo o nosso quorum.

Essa é uma matéria extremamente polêmica, que semana que vem terá algum tipo de desfecho para que possa ser dada continuidade a esta pauta.

Nas reuniões que estamos sistematizando com o Presidente da Casa sobre as comissões, estamos pedindo que se coloque ordem nas comissões. Primeiro porque a comissão das 11h começa às 11h ou

11h30min. E assim vai uma atrás da outra. Na terça-feira, ninguém começa uma reunião às 9h da manhã. Eu não sei qual é o problema no Senado. As comissões deveriam começar religiosamente às 8h30min. Acho que todo mortal às 8h30min está em seu local de trabalho, mas aqui nós temos uma dificuldade muito grande.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB - PR)

– Talvez, Sr. Presidente, porque alguns Senadores se considerem imortais. Então não seguem essa regra dos comuns.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB

– GO) – É verdade. Poderíamos oficializar aqui um projeto de imortalidade.

Há um requerimento de minha autoria:

ITEM 13

REQUERIMENTO Nº , DE 2013

Requeiro, nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 93, inciso II, e artigo 102 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, para debater sobre o Programa de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas e seus fins. Para tanto, solicito que seja convidado (a) Secretário (a) Nacional Anti Drogas – SENAD.

Autoria: Senador Cyro Miranda

Vamos fazer em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, porque o tema é o mesmo e com isso teríamos economia de tempo.

Em discussão do requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, aprovado.

Gostaria de submeter a V. Ex^{as} um requerimento para esta pauta.

REQUERIMENTO Nº

Requeiro, nos termos regimentais, o apoio desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal para a divulgação do 6º Concurso de Redação do Senado Federal e do Programa Jovem.

Os Senadores que concordarem permaneçam como se encontram *(Pausa.)*

Aprovado.

Justificativa.

“Buscar a voz para ter cidadania, democracia e participação.”

Esse será o tema a ser desenvolvido pelos estudantes do 6º Concurso de Redação do Senado Federal, que mobiliza e estimula os jovens de 16 a 19 anos de escolas públicas de todo o País a apresentarem redações sobre assuntos relacionados aos tópicos civismo e patriotismo que convidem à reflexão sobre o exercício da cidadania.

Os finalistas do concurso participarão da cerimônia a ser realizada na sede do Senado Federal, ocasião em que receberão prêmios e participação do Projeto Jovem Senador, uma simulação de como é o processo legislativo em nosso País.

As escolas dos três primeiros colocados na etapa nacional também serão premiadas e receberão computadores para uso coletivo.

Diante do exposto, solicito apoio dos nobres pares no sentido de apoiar divulgação do 6º Concurso de Redação do Senado Federal e do Programa Jovem Senador, por tratarem de iniciativas relevantes à educação brasileira.

Assina Senador Cyro Miranda.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão *(Pausa.)*

Aprovado.

Não havendo mais pauta para o dia de hoje, convoco uma reunião extraordinária para amanhã, às 14 horas, nesta mesma sala, como também para audiência pública com a Senadora Marta Suplicy, Ministra da Cultura, às 10 horas, quando serão questionados os programas do seu Ministério e dúvidas que temos aqui nesta Comissão.

Então os senhores todos estão convidados...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Só uma consulta, Sr. Presidente.

Nessa reunião extraordinária de amanhã, ela não colocará em pauta o processo de que eu pedi vista hoje?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Não. Aliás, a vista foi concedida somente a V. Ex^a., não é vista coletiva.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Ah, sim. Então fica a meu critério.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – A seu critério.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Obrigado.

Não tendo mais nada a tratar, agradecemos aos nobres Senadores e Senadoras e contamos com a sua presença amanhã, às 10 horas da manhã.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 58 minutos.)

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTE****ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E
ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA
EM 17 DE ABRIL DE 2013.**

Às dez horas e onze minutos do dia dezessete de abril de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Romero Jucá, João Alberto Souza, Ana Amélia, Kátia Abreu, Maria do Carmo Alves, João Capiberibe, Cícero Lucena e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Pedro Simon, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Alvaro Dias, Paulo Bauer, José Agripino, Armando Monteiro e Mozarildo Cavalcanti. O Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 1/2013-CE, de autoria dos Senhores Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, destinada a ouvir a Excelentíssima Senhora Ministra de Estado da Cultura, Marta Suplicy, sobre os “Planos e Diretrizes do Ministério da Cultura para os próximos anos”. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Henilton Menezes, Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura; Senhor Bernardo Novaes, Diretor da Secretaria de Articulação Institucional e Participação Social; Senhora Claudia Leitão, Secretária de Economia Criativa; Senhora Márcia Rollemberg, Secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural; Senhor Hilton Cobra, Presidente da Fundação Cultural Palmares; Senhor Antonio Alves, Diretor de Relações Internacionais; Senhor Manoel Rangel, Presidente da Agência Nacional do Cinema e Senhora Selma Virginia Gonzaga da Silva, Assessora Especial da Ministra. Prosseguindo, a Presidência passa a palavra à Excelentíssima Senhora Ministra de Estado da Cultura, Marta Suplicy. Antes de iniciar a exposição, a Ministra sugere que o Plenário faça um minuto de silêncio pelo falecimento da atriz Cleyde Yáconis, o que é atendido. Finda a exposição, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros desta Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores

Cyro Miranda e Ana Amélia, autores do Requerimento, e os Senhores Senadores Ana Rita, Ângela Portela, Kátia Abreu, Eduardo Suplicy (não membro), Romero Jucá, Lídice da Mata e Randolfe Rodrigues. Após as considerações finais da Ministra, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, faz a entrega de uma carta de autoria dos Senhores Eduardo Barata e Maria Siman, presidente e diretora da Associação dos Produtores de Teatro do Rio de Janeiro – APTR, respectivamente, em agradecimento ao empenho da Ministra na aprovação do Estatuto da Juventude no que se refere ao assunto da meia-entrada. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos da sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, encerra a reunião às doze horas e quarenta minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cyro Miranda**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e a sua aprovação.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião, convocada na forma da audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2013, da Comissão de Educação, de autoria da Vice-Presidente desta Comissão, Senadora Ana Amélia, e minha, é destinada a ouvir a Ex^{ma} Sr^a Ministra de Estado da Cultura, ex-Senadora e Ministra Marta Suplicy, sobre as diretrizes e prioridades do Ministério da Cultura para o ano de 2013.

Dando início à audiência pública, solicito à Senadora Ana Amélia que acompanhe a Ex^{ma} Sr^a Ministra para tomar assento à mesa.

Gostaria de agradecer e registrar a presença do Sr. Henilton Menezes, Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura; Bernardo Novaes, Diretor da Secretaria de Articulação Institucional e Participação Social; Sr^a

Claudia Leitão, Secretária de Economia Criativa; Sr^a Márcia Rollemberg, Secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural; Sr. Hilton Cobra, Presidente da Fundação Cultural Palmares; Sr. Antonio Alves, Diretor de Relações Internacionais; Sr. Manoel Rangel, Presidente da Agência Nacional do Cinema; e Sr^a Selma Virginia Gonzaga da Silva, Assessora Especial da Ministra.

Ministra, é um prazer muito grande recebê-la aqui. Ao mesmo tempo, quero dizer da saudade que temos da Senadora atuante, participando, com Ana Amélia e eu, na Subcomissão do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, em que a relatoria está pronta. Estamos aguardando, talvez, a sua volta, nem que seja com uma licença de uma semana, para que a gente feche esse relatório. Não é justo que não tenha a sua chancela – aliás, vai ter sempre a sua chancela.

Ministra, em primeiro lugar, eu queria salientar – como já é sabido, ontem foi aprovado o Estatuto da Juventude – o papel muito importante da Senadora Ana Amélia nesse contexto e da Senadora Ana Rita também, aqui presente. Depois de muito debate, muito diálogo, muita exposição, nós chegamos a um consenso e fizemos, desde a semana passada e nesta semana, um agradecimento especial, tanto Ana Amélia como eu, à Ministra Marta Suplicy pelo empenho. Não fosse a dedicação e a mão do Ministério da Cultura, provavelmente, mais nove anos iríamos levar para esse estatuto. Realmente, há uma briga, no bom sentido, mas de interesses conflitantes. A Ministra foi uma mediadora das mais importantes. Chegou-se realmente a um consenso, e eu diria que há um peso muito grande do Ministério, na pessoa da Ministra.

Então, mais uma vez, de público, como havia ressaltado a Ana Amélia nas duas últimas reuniões, o nosso muito obrigado. Esta Comissão, em nosso nome, está à inteira disposição para os debates, para melhorar a cultura, que a gente hoje entende que ainda é o patinho feio do Governo.

Sei que num governo de muitas prioridades – e não é só neste Governo, isso vem de vários e vários governos –, as nossas necessidades no País são tão grandes que, de repente, esquecemos a cultura, e a cultura é preponderante na formação da educação do nosso País. Sem cultura, nós não vamos ter, jamais, um povo equilibrado, um povo com educação, um povo realmente politizado. É o que nós almejamos.

Vamos aqui ajudá-la a pedir um olhar ao Governo. Eu sei das dificuldades, mas tem que haver um olhar maior para a cultura. E nós estamos dispostos aqui, juntos, a ver o que é possível; não o que queremos, mas o que for possível.

Então, dando início à audiência, passo a palavra à Ministra Marta Suplicy.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não, Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Desculpe-me ter de interrompê-los, mas estou presidindo, na Comissão de Direitos Humanos, uma audiência pública importante que trata da questão agrária e dos conflitos no campo, e preciso retornar, até para concluir os trabalhos. Então, vim aqui, rapidamente, cumprimentar a nossa Ministra querida, Senadora desta Casa, que muito contribuiu e, com certeza, irá contribuir para que possamos avançar nas políticas públicas. Então, quero me justificar. Temporariamente, vou sair para continuar os meus trabalhos, mas retorno para acompanhar a discussão aqui e prestigiar a nossa Ministra.

Obrigada, Senadora Marta, pela presença. É uma alegria muito grande tê-la aqui. Voltarei em seguida.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Ana Rita.

Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria tão somente ratificar suas palavras, Senador Cyro Miranda, com quem compartilhamos o comando desta Comissão, e fazer uma saudação especial à Ministra Marta Suplicy e à equipe que assessora a Ministra, a Secretária Janine e a Selma. Janine esteve, na semana passada, no início da votação do Estatuto da Juventude, e a Selma, durante todo o dia de ontem, que foi, digamos, o dia em que finalizou e, acho, com um final que atende os interesses da sociedade brasileira, mas, particularmente, os dos trabalhadores na área cultural.

Eu queria destacar, como fiz ontem, publicamente, na tribuna e nos microfones do Senado, ao final da votação do estatuto, comemorado por todos, porque foi fruto de um enorme e amplo entendimento, o seu protagonismo pessoal, defendendo a causa da cultura brasileira. A senhora, ontem, demonstrou que realmente assumiu esse compromisso, e nós reconhecemos a sua relevância no protagonismo do resultado a que chegamos.

Nós Senadores, o Senador Cyro Miranda e eu, fomos autores da emenda que manteve a cota de 40% nas entradas dos espetáculos, especialmente no teatro, atendendo a uma demanda dos líderes da área das artes, o Eduardo Barata, o Odilon Wagner, a própria dama do teatro brasileiro, senhora que nós todos respeitamos, Fernanda Montenegro, em homenagem a eles. Ontem, seu colega Aloysio Nunes Ferreira justamente disse que aquela votação era em homenagem à Cleyde Yáconis, que faleceu. Portanto, naquela votação, estávamos homenageando a memó-

ria de uma figura também notável da cultura e da arte em nosso País. Assim, eu queria fazer este registro, porque é uma questão de justiça o reconhecimento que precisamos ter.

Agradeço também a todas as Lideranças do Congresso Nacional, particularmente do Senado. Ontem, durante todas as votações, tivemos a presença física da Beatriz Segall, que, do alto dos seus 86 anos, parecia uma jovem defendendo uma causa de que ela, talvez, nem necessite pessoalmente, pela posição que tem, tal qual Fernanda Montenegro. Mas estavam defendendo uma causa para trabalhadores do setor que a senhora representa, com muita qualidade, com muita dedicação e com muito comprometimento.

Então eu preciso, em nome do Senador Cyro Miranda, fazer este registro, e em nome também, eu imagino, dos produtores culturais, dos atores e atrizes que honram a produção artística brasileira.

Esse era o meu registro, meu reconhecimento, caro Presidente, Ministra Marta Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Passo a palavra à Ministra Marta Suplicy.

A SRA. MARTA SUPLICY – Antes de iniciar os trabalhos, eu gostaria de pedir um minuto de silêncio pelo falecimento da nossa grande atriz Cleyde Yáconis. *(Pausa.)*

(Faz-se um minuto de silêncio.)

A SRA. MARTA SUPLICY – Muito obrigada pelas palavras, Senador Cyro, Senadora Ana Rita, Senadora Ana Amélia. Sempre que eu volto à Casa, sinto-me recebida com muito carinho. Então, é muito bom estar aqui de novo.

Em relação ao Estatuto da Juventude e aos 40% e 60% para a classe produtora e 40% para estudantes carentes etc., acredito que foi uma conquista muito grande a que tivemos. Foi um dia histórico ontem, que contou com o empenho de V. Ex^a, Ana Amélia, do Senador Cyro e de todos os outros e das atrizes, importantes nessas horas também, porque mudam a opinião, ajudam. Acho que tudo isso anima muito, porque realmente a cultura, às vezes, é o patinho feio mesmo. De vez em quando, a gente põe a cabecinha para fora e vira cisne, mas, na maior parte das vezes, é muito suado tudo. Mas vamos estar juntos de novo na batalha para o aumento do Fundo Nacional da Cultura, porque dele vai depender a cultura muito fortemente.

Quero fazer um comentário engraçado aqui. Estou vendo que estão aqui a Senadora Ana Amélia, a Senadora Kátia, a Senadora Angela, a Senadora Ana Rita. É só mulher que gosta da cultura? Eu estou impressionadíssima! Nós estamos aqui numa audiência da cultura. Estou achando interessante, porque tanto

tempo aqui na Casa e isso nunca vi acontecer. Estou achando superinteressante.

Bom, os caros companheiros, certamente, chegarão, não é Senador?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO. *Fora do microfone.*) – Estão aqui do lado, em uma votação. Logo, logo chegarão.

A SRA. MARTA SUPLICY – Bom, eu vou começar dizendo quais são os eixos estruturantes do nosso Ministério.

Quando lá cheguei, algumas coisas ficaram bem claras. Tínhamos que ter algumas posições que seriam de estrutura do Ministério: o Sistema Nacional de Cultura, que tinha sido aprovado aqui, do qual fui até Relatora e as companheiras e os companheiros votaram a favor, mas precisava ser implantado; o vale-cultura e o ProCultura e alguns outros projetos também importantes – esses três estruturantes do Ministério –, assim como a Câmara de Gestão, para viabilizar, agilizar, modernizar a gestão do MinC, que precisa realmente de um choque ali. A tudo isso vi com clareza que teria que me dedicar.

As outras questões foram também os CEUs das Artes e do Esporte, as antigas praças, que tinham um conceito de uma determinada forma, o que, na minha avaliação, seria muito difícil implantar, ou seja, alguma coisa sólida que resultasse para a cultura em algo mais interessante – vou explicar quando eu entrar nesse assunto.

E ainda algumas outras ações eu achei que tínhamos que resgatar para a cultura, como o terreno da Fundação Palmares, que havia sido perdido para a construção do museu afro brasileiro, afrodescendente, aqui em Brasília, que foi recuperado. Já tínhamos uma colaboração dos Senadores de Brasília. Depois, vamos ter de nos empenhar para esse museu sair – vou falar um pouco também sobre ele, pois nos interessa muito.

Há uma novidade interessante. A Presidenta passou para a Cultura o Museu de Brasília e o Teatro Nacional de Brasília. Estamos em fase de receber as duas obras para investimento grande em reforma como for necessário.

Pensando tudo isso que temos que fazer, temos sete coligadas que são muito importantes: Ancine, Fundação Cultural Palmares, Fundação Casa de Rui Barbosa, Funart, Iphan, Ibram e Cinemateca. A isso tudo também temos nos dedicado, assim como todas as secretarias do Ministério, que também são sete.

A ideia, desde o começo, é a de que toda ação que eu fosse fazer tinha que ter a parte estruturante, que mencionei, mas também um alinhavo. Não se faz vale-cultura sozinho. É preciso formar gente fomentando cultura, para usufruir cultura e ampliar a visão

do que seja cultura, para haver interesse em outras coisas na cultura.

O vale-cultura atua em duas pontas: dando acesso à cultura à população de baixa renda e fortalecendo a produção cultural, que passa a ter mais consumidores. O valor é de R\$50,00, fornecido, prioritariamente, ao trabalhador que recebe até cinco salários mínimos. Por que prioritariamente? Depois que a empresa atingir todos os trabalhadores com cinco salários, se ela quiser, pode ampliar para quem ganha mais. Aí, a dedução é um pouco maior para o trabalhador. Em vez de R\$5,00, um pouco mais.

O que conquistamos na última semana e que me pareceu extremamente importante é o lucro presumido, que estava mais difícil de entrar. Nós achávamos que se fossem só empresas com 1% do lucro real iriam entrar apenas as grandes, e eu pensava, por exemplo, Senadora Ana Amélia: um cabeleireiro, um padeiro que resolva dar para o seu funcionário, como poderá fazer? Ele não pode, ele não tem o lucro real de 1% para poder fazer isso, não é, Senador Cyro? Mas como fazer? Porque também é difícil no lucro presumido. Mas a Fazenda aceitou que eles poderão dar R\$50,00, mas não terão incentivo fiscal.

Esqueci a Biblioteca Nacional. Agora não tem motivo mais para eu esquecer; ela está indo muito bem. Então, a Biblioteca Nacional é uma coligada.

Do lucro presumido, ele não vai ter incentivo dos R\$50,00, mas vai ter não tributação daqueles R\$50,00. Não entra como salário, e não é tributado. Então, ele pode dar para o seu funcionário os R\$50,00 e ele vai ficar satisfeito. Acho que o mesmo benefício que usufrui o outro do lucro real, que tem um funcionário satisfeito, ele vai usufruir sem o incentivo, mas com um funcionário que terá uma qualidade de vida um pouco mais rica do que tem possibilidade de ter.

Pode passar.

O potencial de beneficiários por região. Isso tudo, Senador Cyro e Senadoras, são os beneficiários por região. Sempre há um susto quanto a gente olha. Aí estão dois fatores: o número de pessoas que habitam essas regiões e o número de empresas nessas regiões. Quer dizer, está escrito aí que os beneficiários são os que ganham até cinco salários mínimos. Divide-se assim no Brasil, como V. Ex^{as} estão vendo.

Próximo.

Aí estão as empresas beneficiárias por região. Também são muito diminutas, como estamos vendo, sempre na Região Norte, mais carente, e Centro-Oeste, mais difícil. É algo da realidade brasileira e, no Ministério, temos tido essa preocupação em reverter. Não se faz milagre, mas temos ações concretas, como tivemos nos editais para os criadores negros. Estamos tendo

um papel forte agora, na Lei Rouanet, que está em elaboração no ProCultura, para que a pontuação da Lei Rouanet caminhe. Para que tenham 100%? Ninguém mais vai ter 100%, ou porque tem 100% ou porque é X ou Y. Para atingir 100%, só ganharão alguns pontos a mais para atingir, se houver investimento nessas Regiões. Então, na minha avaliação, essa é uma preocupação constante do Ministério, como sei também que é uma preocupação constante do Governo levar investimentos para essas regiões.

Próximo.

Vamos mudar agora para o Sistema Nacional de Cultura. Votamos nesta Casa o Sistema Nacional de Cultura, mas ele vai dar, pela primeira vez, organicidade, Senadora Angela, para todos os Municípios e Estados. Isso também vai influir na questão Norte e Nordeste, porque vamos ter formas de repassar recurso, obrigatoriamente, da União para Estados e Municípios. Como isso acontece? Na medida em que há uma adesão. Hoje já temos 1.688 Municípios, mais de 30% dos Municípios brasileiros, mais que a metade da meta prevista para o ano de 2013. A meta prevista era, até 2020, termos o sistema implantado. Acho que – bem-vindo, Senador Suplicy! – até o final do ano que vem é capaz de termos implantado tudo. Mas temos a adesão dos Municípios.

Pode mudar.

Vejam como está caminhando. São duas coisas diferentes. Aí as Senadoras e os Senadores podem ajudar. O Município, o Estado, primeiro, faz a adesão. É só assinar, dizer: “Eu quero”. Depois, ele tem que cumprir algumas coisas para poder receber. O que ele tem que cumprir? Primeiro, tem que ter uma secretaria de cultura. Aí podem dizer: como vai criar uma secretaria de cultura? Se você tem 18 mil habitantes, não tem secretaria de cultura, mas pode ter uma fundação, pode ter uma instituição, pode ter alguma coisa. Tem que ter, porque vai receber se ele tiver.

Aí, ele tem que ter um fundo e, nesse caso, não precisa ter mínimo para enviar os recursos. Ele tem que ter um conselho composto por parte da sociedade civil e parte da prefeitura ou o Estado vai indicar e, depois, ele terá um plano de cultura. Isso é muito bom, porque o resultado vai ser uma dinamização da cultura, porque, para ter tudo isso, a sociedade vai se agitar, a prefeitura vai ter que conversar, o Estado vai ter que conversar com o povo da cultura para instalar tudo isso. E quando estiver tudo instalado, a Presidente assinar e tal, vamos poder repassar – poder, não; vamos ter, por lei, de repassar – parte do Fundo Nacional para os Estados e parte para os Municípios. Do que for passado para o Estado, metade tem que ir

para os Municípios e metade fica para ele. Nós temos que passar diretamente para os Municípios.

No momento, o recurso é muito baixo. Então, para uma cidade de 50 mil habitantes, isso não vai fazer diferença, para São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro. Mas vou ter que batalhar muito e precisar da ajuda daqui para aumentar esse fundo nacional, porque isso vai dar a capilaridade que nós queremos para o Brasil e vai permitir aos prefeitos fazerem a política que eles querem – cerca de R\$300 milhões, se não me engano, não é isso?, R\$260 milhões. Veja que é uma piada, Senadora Kátia.

E ainda tem mais. O orçamento que temos no Ministério para atender todas as reivindicações de Deputado e de Senadora, se não me engano, está por volta de R\$40 milhões, porque tem que sair do Fundo Nacional. Então, não é que seja o Ministério, como estávamos falando, o patinho feio. É um patinho feio e pobre. É um Ministério que realmente pode melhorar se a gente melhorar o Fundo Nacional.

Vamos ver a classe de população dos Municípios, quantidade de Municípios, acordos com os Municípios. Isso é interessante porque mostra quantos Municípios nós temos com até 5 mil habitantes, a quantidade de Municípios e como eles estão aderindo a isso, os que estão aderindo mais ou menos e quais terão essa possibilidade de receber.

Estamos trabalhando bastante. Agora, os Senadores sempre podem ajudar a falar com as suas bases para fazerem essa adesão, porque é algo que vai permitir que possam depois usufruir disso que vamos poder enviar.

Próximo, por favor.

Total da população brasileira.

Temos aí os que já estão integrados. Três Estados somente não estão integrados: São Paulo, do Marcelo Araújo, Secretário – e a cidade de São Paulo também não está, mas o Secretário Juca já falou que está entrando; Pernambuco não está e Amazonas ainda não está – precisamos falar com a Senadora Vanessa, que ainda não chegou, para que consiga a adesão do seu Estado e da capital Manaus.

Agora vamos passar para os CEUs. Vou explicar o que é. Como aconteceu isso? Os CEUs eram as praças das artes e dos esportes. Quando assumi, fui analisar o projeto, que é muito bom no que diz respeito à localização. É Brasil inteiro, 360. É muito bom. Está nos lugares mais carentes, pobres, difíceis. Então isso me pareceu muito adequado.

CEU da cultura. Cultura vai de artesanato a dança, ao que você quiser, e aí não vai nada. Achei que isso não daria o fruto que deveria. Então, pensamos em focar em artes e selecionamos algumas: teatro,

cinema, música, dança, literatura – isso é o que me lembro. E como vai ser? Eles podem ser de três tamanhos, depende do prefeito a adesão.

Pode passar para o eslaide seguinte.

Aí vocês podem ver que os projetos selecionados são 388, mas foi indeferido um. Projetos que não foram entregues até agora são dez; desistência de dois. As desistências geralmente são de prefeitos que não querem, porque vamos fazer tudo, mas eles terão que arcar com o custo, e esse prefeito diz que não quer arcar com o custo e desiste unilateralmente.

Situação dos contratados. São 360 até agora e vamos gastar R\$800 milhões. São 59% de obras iniciadas. Até o final do ano nós vamos entregar 100. E nós padecemos de tudo o que se padece quando se constrói: atraso, queda de licitação, atraso da Caixa, prefeitos que assumiram... Chegou num ponto que eu estava tão angustiada com os prefeitos quanto às coisas paradas que nós dividimos a tarefa, Senador Cyro, entre mim, a Janine que é a Secretária Executiva e mais três pessoas, para ligarmos pessoalmente para os prefeitos. Ligávamos para o prefeito. Depois de um pouco, eu percebi que, fora o espanto, eles não sabiam do que eu estava falando; eles não sabiam, não tinham ideia, tinham acabado de assumir. Um outro prefeito não tinha... Aí nós conseguimos começar a ativar e já inauguramos dois. Depois vou mostrar.

Esse CEU das Artes já está feito. Os prefeitos escolheram, eles podiam escolher, esses três tipos de tamanho. E vejam que são diferentes. A maioria escolheu um CEU de três mil metros, que são dois edifícios multiuso, dispostos com uma praça de esporte e lazer; tem o CRAS que é para assistência, tem sala multiuso, biblioteca, telecentro, cine. Todos têm cinema.

Vou contar como ficou o início das obras. Esses são os que já começaram. Esse foi o primeiro que eu inaugurei. Pode colocar o primeiro? Esse foi em Toledo, no Paraná. Foi a primeira inauguração. Isso é bonito e mostra para vocês o acerto da mudança. Põe lá na bandeira.

Como vai ser? Todo CEU vai ter um cinema. No cinema a gente deu uma melhoria para ter projeção digital, coisa melhor. E terá filmes da Ancine, não é? O Manoel Rangel fez um capricho. A cinemateca será a filmoteca do CEU. Depois, nós temos o telecentro com a biblioteca, que só tem livros de arte. Por quê? Porque será um centro de artes. Então, se aquela pessoa quer saber sobre dança, qual a nossa ideia? Que ela possa ler livros, ver fotos, ter uma informação sobre dança e, ao mesmo tempo, DVD de grandes companhias de dança. É um lugar de arte mesmo, aonde ela vai se debruçar e ter acesso.

Quando a gente mudou para CEU, nós mudamos o conceito. Ali será um lugar de formação artística – Senadora Lídice, seja bem-vinda! – e de descobrimento de talentos, porque, na medida em que você descobre o talento, pode pinçar um mais extraordinário e dar encaminhamento diferenciado. Mas a formação artística é para todos os que procurarem. Não é para criança necessariamente; é para a comunidade. Se tiver alguma escola interessada em mandar as crianças, pode ser. Não é proibido. Mas não pode ser pensado como um centro infantil.

Depois de pensado isso, nós mudamos o nome de praça para CEU. Tínhamos que inaugurar o de Toledo, mas não estava bem constituído o nome, não se sabia se iria mudar ou não. E eu mandei o nome para lá dizendo que provavelmente iria mudar para CEU, então não poderiam colocar nada de placa. Aí, cheguei lá. Essa é a imagem. Eu cheguei e, do lado de fora, vi isso, a proporção é essa. Essa bandeira é parte do prédio, é toda a parte de cima do prédio. Eu olhei isso e falei: mas que coisa linda! O que é isso? Disseram: “Um grafiteiro local, quando a senhora disse que poderia ser CEU, fez isso”. Aí, eu achei uma maravilha! A gente ainda não chegou na marca, mas estou tentando fazer com que seja a logo, porque é muito bonito! Foi um rapaz que fez. Eu achei criativo e é exatamente a ideia do CEU. Fui conhecer a história dele. É um rapaz que nasceu em São Paulo, mora há 20 anos em Toledo e trabalhava como grafiteiro. Pintava capacete, moto, essas coisas, mas, como não tinha muito dinheiro, estava trabalhando de pedreiro. Aí ele vai ter uma função, até de ensinar, de fazer. Essa é a ideia do CEU.

Pode colocar o próximo.

Esse é um modelo menor. Vocês estão vendo que é um modelo que não tem dois andares. Vou parar um pouco nesse modelo, porque pode ser que algum Senador ou Senadora queira ter um CEU.

Quando o CEU começou a ser discutido, eu fui à Câmara dos Deputados. Acho que não cheguei a vir ao Senado, mas aqui o Senador Randolfe fez uma emenda. Ele queria um CEU lá no Amapá. Eu não tenho como fazer isso. Desses CEUs do PAC, que estou mostrando, não posso pôr nenhum. E mesmo que alguém desista, eu não posso colocar outro. É fechado. Aí pensei: bom, vou ver se nesses 40 milhões que a gente tem, consigo. Com 40 milhões, se muita gente pedir, não vai dar. Eu falei: faça uma emenda, que nós faremos um CEU para os Senadores e Deputados. E ele fez a emenda. É de R\$1,650 milhão o custo desse daí, que não tem área de esporte, é área só de CEU. E agora têm vindo prefeitos pedir também, por exemplo, um CEU de música.

Estou tão encantada com esse projeto que, dos 40 milhões, vou tirar esse do prefeito para fazer um CEU só de música. Para os Senadores que quiserem, vocês podem ter certeza de que vou suar a camisa para liberar, porque acredito que isso faça um diferencial para as cidades.

Essa é a divisão. Estão vendo a parte maiorzinha? A parte maiorzinha é o cinema-teatro. Aí está sem a bancada. Acho que foi o outro ângulo que eu vi. Tem a bancadinha, que é o palquinho. A biblioteca é aquele segundo maior. Ah, não; agora está mostrando. Depois, tem uma sala multiuso e uma sala meio aberta no final, que é para circo. Se quiserem atividades de circo, poderão ter.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO. *Fora do microfone.*) – São 48 lugares?

A SRA. MARTA SUPPLY – Qual?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO. *Fora do microfone.*) – Aquele.

A SRA. MARTA SUPPLY – É. O menorzinho só tem 48 lugares, o maior acho que chega a 120 e tem um médio que chega a 80. Mas são lugares...

Eu estava me lembrando da pesquisa do IPEA. Isso aí é referente à dificuldade que nós teremos com o vale-cultura, porque há cidades que não têm teatro, cinema, museu, livraria, não têm nada! A pessoa vai gastar como? Por isso eu tenho feito em encontro com os prefeitos, dizendo: olha, se você quer que o vale fique na sua cidade, comece a ajudar a produção cultural, ajudar livraria, senão não vai ficar. E tente ver formas de as pessoas poderem consumir a cultura na sua cidade.

Próximo, próximo, próximo.

Volte àquele que está muito bonitinho. Antes. Esse.

Esse é de um andar só. O pessoal dá risada, porque eu brinco que é o CEU dos Deputados, porque depois disso sabe quantas emendas a gente teve este ano para CEU? Trinta e oito emendas dos Deputados. Então, vamos fazer muito CEU.

Bom, continuamos.

Esses são os CÉUS.

Acho que os projetos mais importantes eu coloquei.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – O CEU tem contrapartida...

A SRA. MARTA SUPPLY – Não. Só manutenção. Nós tínhamos uma emenda que os Senadores ajudaram a aprovar, bem como o Senador Jucá, para conseguirmos um dinheiro a mais porque, quando focamos em arte, esse projeto do CEU entrega para a prefeitura, mas capacita um gestor e duas pessoas da prefeitura, líderes comunitários. Isso está sendo feito.

Já foram capacitadas mais de 3.200 pessoas. Isso está andando. Como depende mais da gente, está indo.

Eu fiquei pensando: capacitar, por exemplo, em música ou em dança, será difícil para uma cidade pequena e até para a grande. Então, ontem, mandei uma carta para todos os prefeitos dizendo: informe a vocação do seu CEU. Tem cidade que tem dois CEUs, três CEUs. Para o Estado de São Paulo, colocaram 77 CEUs. Bahia tem mais de 20; Minas Gerais tem mais de vinte e poucos; Porto Alegre tem mais de vinte e poucos. Então, pedimos que eles digam a vocação, porque aí nós podemos investir, a partir desse aumento no orçamento, que é só para CEU, na capacitação. Por exemplo, o João Carlos Martins e a própria orquestra da Venezuela que esteve aqui, todos têm condição de fazer, em termos de Brasil...

Então, estamos agora pedindo orçamentos para colocar, por exemplo, dança. Nós podemos chamar os nomes mais notáveis de dança e pedir projetos. Eu não vou pedir projeto para 360 CEUs; tenho que saber o que os prefeitos querem. Então, tem 40 prefeitos que querem dança como sua especialidade. Não é que não possam fazer outros, mas esses eles vão tocar. Nós podemos capacitar na dança, e contratamos e acompanhamos um tempinho para qualificar os multiplicadores deles. Depois, nós saímos e os prefeitos têm que arcar com a responsabilidade do custo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Ministra Marta Suplicy.

Antes de passar para a Senadora Ana Amélia...

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Pela ordem.

Eu gostaria, uma vez que vou participar às 11 horas da reunião da Mesa Diretora, de parabenizar a Ministra da Cultura, Marta Suplicy, grande companheira que deu, sem dúvida nenhuma, um destaque ao Ministério da Cultura. Quero parabenizá-la pelos projetos que tem priorizado no Ministério: o vale-cultura, que sem dúvida nenhuma vai possibilitar que pessoas de baixa renda tenham acesso à cultura; o Sistema Nacional de Cultura, para o qual S. Ex^a usou o seu prestígio aqui no Congresso Nacional, a fim de aprovar com maior rapidez; o CEU – vejo o seu entusiasmo para implantação desse projeto nos Municípios brasileiros. Num segundo momento, eu poderei ir ao Ministério para a gente conversar, para ver a possibilidade de instalar um CEU também em Roraima.

A nossa capital Boa Vista tem um único teatro que está sendo construído com emenda parlamentar minha. É um teatro que deverá ser concluído no ano que vem, um teatro bonito, um projeto belíssimo. Digo isso só para V. Ex^a ter ideia da carência do nosso Estado no âmbito cultural, principalmente da nossa capital, Boa Vista.

Em função disso, eu gostaria de pedir a V. Ex^a para explanar um pouco sobre como anda o projeto Rede Pontos de Cultura, do seu Ministério. Esse projeto tem tido um destaque, uma relevância muito grande principalmente nos Estados da Região Norte. Eu queria destacar que, em Roraima, temos alguns pontos de cultura na capital Boa Vista, principalmente executados por uma organização chamada A Bruxa Tá Solta, que já foi premiada por diversas vezes pelo Ministério da Cultura. Alguns Municípios do interior também já têm o ponto de cultura, assim como algumas comunidades indígenas. E eu observo que esse projeto tem mobilizado a população mais pobre desses pequenos Municípios do interior para a atividade cultural, principalmente para o teatro. Já tive oportunidade de participar, de visitar esses pontos de cultura e sei o quanto são importantes para a vivência cultural dessas comunidades mais pobres dos Municípios do Norte do Brasil e das comunidades indígenas. Então, na verdade, eu gostaria que V. Ex^a pudesse falar um pouco sobre como andam os pontos de cultura, porque eu também tenho disposição de, no ano que vem, sentar com V. Ex^a para ver a possibilidade de colocar emendas parlamentares para a ampliação desse projeto no meu Estado.

Era isso. Muito obrigada.

Agradeço ao Presidente Cyro Miranda por ter permitido que falasse logo, para que possa ir participar da reunião da Mesa. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – É um prazer, Senadora Angela Portela.

Ministra, por favor.

A SRA. MARTA SUPLICY – Bom, eu fico contente com a notícia do teatro. Nós vamos ajudar a acabar o teatro. Desses 40 milhões, nós vamos gastar o que é necessário para acabar esse teatro, exatamente nesse esforço de Norte e Nordeste terem mais possibilidades culturais.

Senadora Angela, agradeço também as palavras de estímulo. Somos aqui muito parceiras.

Sobre os pontos de cultura, eu acredito que os pontos de cultura foram uma inovação muito brilhante e interessante do Ministro Gil, porque permitem que grupos que não teriam possibilidade de sobrevivência se estruturarem. Nós temos feito um esforço grande para aumentá-los.

Em 2010, o índice de efetividade da execução orçamentária medido pelo percentual de pagamento em relação à despesa empenhada com o ponto de cultura subiu 15%. Desculpa. Não subiu. Em 2010, esse índice foi de 15% em relação à despesa empenhada. Subiu para 22% em 2011. E eu posso dizer, com alegria que, em 2012, já foi a 45%. Então, nós estamos tendo muito mais agilidade. E também podemos apresentar um decréscimo dos restos a pagar. Em 2011, fruto da gestão de 2010, registrou-se aumento de 42% em relação ao ano anterior. Já em 2012, houve um decréscimo de 37% e, em 2013, um decréscimo de 27%, como resultado dos esforços da gestão operada em 2011 e 2012.

Bom, nós temos todo o interesse em aumentar os pontos de cultura porque, como eu disse antes, eles são parte da capilaridade, da possibilidade de acesso à cultura, que é um dos eixos do Ministério e, ao mesmo tempo, nós não vamos tentar e sim colocar nos pontos de cultura – isso é muito importante porque estamos sendo televisionados e os pontos de cultura que têm o acesso podem já se preparar – o vale-cultura. Isso vai dar possibilidade de quem já tenha uma pequena estrutura se habilitar a ter mais gente. Isso pode ajudar também. Então, da nossa parte, no Ministério, nós temos isso como uma das prioridades. Estamos ampliando também os recursos de investimentos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Ministra, Ana Amélia e eu somos requerentes, e eu vou apenas fazer a explanação de uma matéria que saiu no jornal *O Globo* em 04/04, informando que é preciso investimento no nosso patrimônio cultural. A matéria diz que se noticiou recentemente na imprensa que uma peça de ouro, uma caneta que pertenceu a Afonso Pena foi furtada do Museu da República do Rio de Janeiro e que outros danos ao patrimônio cultural brasileiro também aconteceram em 2005, quando foram levadas mais de 900 peças, incluindo 751 fotografias raras dos séculos XIX e XX, além de 56 desenhos e 22 gravuras da Biblioteca Nacional. Em 2006, uma quadri-lha levou quatro telas, um livro de gravuras e talheres de prata portuguesa. O crime foi considerado o oitavo maior roubo de arte do mundo pelo FBI, permaneceu um mistério, e os quadros, assim como os ladrões, nunca foram encontrados. Os quadros *O Lavrador de Café*, de 1939, de Cândido Portinari, e *Retrato de Suzanne Bloch*, de 1904, de Pablo Picasso, foram furtados do Museu de Arte de São Paulo (Masp) em 2007.

Quero deixar uma reflexão aos nobres Senadoras e Senadores. O Brasil, em breve, vai sediar grandes eventos e a tendência é esta: a ocorrência de furtos se agravarem. Está se olhando muito para infraestrutura de aeroportos e transporte público, mas quero deixar

meu apelo para a Ministra Marta Suplicy: não podemos nos esquecer do nosso legado cultural, de onde estão nossas raízes, nossos acervos.

Tendo em vista a notícia em torno da precariedade da conservação da Biblioteca Nacional com sede no Rio de Janeiro e o prejuízo da memória nacional, eu pergunto: que recursos efetivamente serão colocados à disposição da Fundação Biblioteca Nacional para a preservação da memória, seu funcionamento como biblioteca, ou seja, organismo vivo de pulsação da cultura literária técnica e científica do País?

A SRA. MARTA SUPLICY – Senador Cyro e Senadora Ana Amélia, em relação aos museus, essa tem sido uma das grandes preocupações não só minha, mas, espero, também dos Estados, porque o que está ocorrendo no patrimônio nacional de museus, em todos, é sério. Nós estamos muito atrasados, não só na segurança, mas na digitalização dos acervos. Então, nós temos que digitalizar os acervos até para saber o que temos, porque nós não sabemos o que temos.

Ontem mesmo, eu me debrucei novamente na questão. Nós estamos estudando a melhor forma, o meio, o tipo de processo, licitação ou não, para a digitalização dos acervos, porque isso também propicia uma possibilidade de conhecimento do que nós temos e nem isso hoje temos acuradamente.

A segurança é fundamental. Como é que nós vamos ter mais gente nos museus, e eu espero que o vale-cultura também propicie mais gente, como é que nós vamos ter mais gente na Copa e nas Olimpíadas com os museus sem segurança? Essa é uma das questões mais difíceis com que eu me deparei. E confesso que foi tanta coisa para eu me debruçar que sobre isso só agora nós estamos nos debruçando, para ver qual a melhor forma de licitação para uma digitalização e qual a melhor forma para fazer um sistema de segurança. Nós temos 26, desdobrando alguns dá 30, responsáveis pelo Ibram, que é da nossa alçada. Mas eu me preocupo com outros também, porque na semana passada acho que ocorreu um roubo importante também em São Paulo.

Então, isso tem ocorrido. O patinho feio, eu adorei isso, fica lá e todo mundo reclamando. Na hora de executar, não só o Ministério, mas as secretarias de cultura são muito pobres também, não têm recurso para investir na proteção dos patrimônios.

Bom, agora vamos para a Biblioteca Nacional. Sobre isso nós temos boas notícias. A Biblioteca Nacional entrou no PAC. E esta semana mesmo, nós já conversamos com a Ministra Miriam sobre o Capaneia, que também tem uma situação difícil e é um monumento histórico, e sobre a Biblioteca Nacional, a fim de que tenham o recurso liberado mais rapidamente.

O recurso do BNDES são 30 milhões. Já foi liberada uma parcela grande e já começou o investimento na biblioteca. Principalmente aqueles acervos e jornais que estão no meio da biblioteca já podem ser removidos. Ficarão no porto que está sendo construído. Estão arrumando armazéns. Isso está encaminhado. Os 30 milhões outros que vêm do PAC, que estão sendo liberados com mais rapidez, fazem parte, então é interessante até contar. E tem o PAC das cidades históricas.

O PAC das Cidades Históricas começou por uma decisão da Presidenta de liberar o recurso para patrimônio da humanidade. Nós não temos tantos patrimônios da humanidade; só temos onze. Quando eu percebi isso, nós agilizamos, porque nós tínhamos que ter muito mais. A China manda dois pedidos por mês e nós só temos onze. De repente, para chamar gente para o turismo, isso é importante.

Outro dia eu estava vendo um *tour* meio ridículo, porque era de dois anos viajando, visitando todos os monumentos da humanidade – acho que não vai ninguém nisso –, mas era um enorme atrativo. Eu estava lendo uma pesquisa que diz que, se você tem um monumento da humanidade na sua cidade, a chance de visita aumenta não sei quanto em porcentagem, porque as pessoas que não conhecem falam: “Bom, eu quero ir lá ver o que é.”

Então nós temos pouquíssimos monumentos da humanidade no Brasil, onze. Isso não tem nada a ver com a Presidenta, tem a ver com o nosso Ministério. E nós vamos ativar para que a gente consiga ter mais patrimônios aprovados. Temos vários já na lista da Unesco.

Em relação aos monumentos históricos, primeiro, a Presidenta aprovou os onze que nós temos. Aí ela achou pouco e pediu para aumentar para 22. Aí entraram outras coisas importantes que não eram monumentos da Unesco. Ela achou pouco. Bom, chegamos, no pouco a pouco, a 44.

A verba era um bilhão. Chegamos a 4 bilhões. Antes de ontem, começamos a passar o pente fino para a primeira leva, para que seja de 1,5 bilhão. E aí, claro, teremos que cortar, mas o empenho do Ministério é de que a verba da Biblioteca Nacional não seja cortada nunca, porque a Presidenta tem uma preocupação grande com ela. Deve ser liberada rápido, porque nós queremos que seja realmente rapidamente começada essa parte das obras para as quais a verba é destinada, porque muita coisa tem que ser feita lá.

Eu acho que o novo comandante da Biblioteca, o Presidente Lessa, tem todas as condições de fazê-la entrar nos trilhos, de recuperá-la. E nós teremos um processo de reconstrução da biblioteca, porque é quase uma reconstrução. Eu não me iludo que vai

ser de um ano ou dois. Não será. E custa mais do que 70 milhões. Mais. Tendo 70 liberados, começando as obras e colocando num bom caminho, ela chegará a termo. O importante é que o plano é bom, nós vamos fazer e já vai haver recurso pelo menos para esse *start*. Eu acho que a biblioteca é tão importante que não há problema nisso.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Ministra.

Passo então a palavra à Senadora Ana Amélia, co-autora do requerimento.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Cara Ministra, obrigada pela exposição e pelo seu entusiasmo pelos projetos, especialmente esse dos CEUs. Eu quero estar dentro, mas não lá, no céu, porque o nome é muito... Para chegar lá vai ser...

A SRA. MARTA SUPLICY – Mas ao primeiro que inaugurar nós vamos juntas, no Rio Grande.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Vai ser bom.

Eu queria lhe perguntar: a senhora, ao explicar o projeto, quer dizer, já está em execução – eu fico contente que Porto Alegre já tenha mais de vinte –, mostrou-se empenhada. Inclusive, a sua equipe está entrando em contato direto com as Prefeituras. Terá que estimular isso, porque a senhora pegou uma transição das administrações municipais.

A minha cidade, Lagoa Vermelha, onde eu nasci, lá no Rio Grande do Sul, tem 40 mil habitantes. Pergunto primeiro: o Ministério está fazendo isso diretamente com a Prefeitura? Qual é a participação do Senador ou do Deputado, como pode ajudar, digamos, num projeto dessa natureza? Esta é a primeira questão: como nós fazemos isso?

A senhora falou que dará atenção na liberação dos projetos. Eu tenho que pedir ao prefeito que elabore o projeto, que faça conforme o plano? Eu queria um esclarecimento, porque já vou entrar também nessa programação.

E quais os valores, o limite, não é? Porque ali tem pelo menos três tamanhos: 700m², tem 3.000m², 7.000m², conforme o tipo do projeto. É muito interessante isso.

Eu queria entrar também, Senadora, bem sucinatamente, porque outros Senadores também querem fazer indagações à senhora, em um dos projetos que foi, digamos, de maior relevância: o vale-cultura, que a senhora anunciou. Eu queria uma repercussão disso, porque uma pesquisa feita pelo Ibope mostrou um percentual, eu diria, preocupante até de pessoas que não têm acesso à cultura: 87% dos brasileiros não frequentam salas de cinema, 92% nunca foram a um museu, 90% dos Municípios não tinham sala de cinema

e 78% nunca foram a um espetáculo de dança. Esses dados são conhecidos e discutidos e deram origem ao Plano Nacional de Cultura.

Eu pergunto para a senhora se nós podemos esperar, com o vale-cultura, uma melhora desses números, que as pessoas visitem mais museus, como aconteceu no Rio de Janeiro agora com esse museu que foi feito integrando a comunidade lá na favela – e as informações são extremamente otimistas. Então, fale sobre o fortalecimento das cadeias produtivas da cultura também através do vale-cultura.

A outra questão diz respeito à Lei Rouanet. Essa é uma lei de incentivos muito importante. Cada vez que a gente quer fazer uma coisa na área da saúde ou na área da educação dá como referência a Lei Rouanet. Ela é de 1991. De lá para cá muita coisa aconteceu, muita coisa mudou, é preciso uma atualização. Eu queria saber, Ministra, se está entre as prioridades do seu Ministério para este ano a aprovação do PL Nº 6.722, de 2010, conhecido como projeto de lei do ProCultura. Em relação ao marco legal existente, que avanços a senhora identifica na nova lei?

Recentemente o seu Ministério divulgou a decisão de apoiar a realização dos grandes eventos esportivos já mencionados pelo Senador Cyro Miranda, que serão, a partir deste ano, a Copa das Confederações, no ano que vem, a Copa da FIFA e depois as Olimpíadas. De que forma esse apoio do MinC será dado a esses eventos? Há uma agenda cultural paralela aos jogos, aproveitando essa visibilidade, até nesse contexto aí referido pelo Senador, em relação à Biblioteca Nacional, para valorizar inclusive a cultura?

É um item final. Eu me lembro muito bem de que, ainda aqui no Senado, me chamou atenção o seu interesse para uma questão que é a economia criativa. O seu Ministério tem cuidado disso. Acho que nós fizemos até uma audiência pública sobre isso aqui. É um tema extremamente importante. Tem um espaço enorme, pela diversidade cultural, o Brasil, e a gente vê tantas coisas, como a festa de Carnaval do Amazonas, coisas do criador dos bonecos de Olinda e Recife, os eventos do meu Estado, que focalizam a questão do tradicionalismo, os grandes rodeios, mais voltados à cultura, à música, à gastronomia. Então, peço mais uma palavrinha sobre a economia criativa e fico grata.

A SRA. MARTA SUPLICY – Tenho que ficar grata, porque a todas as perguntas eu adorarei responder. Por algumas eu tinha passado batido pelo entusiasmo em falar de outras coisas.

Primeiro, falo dos CEUs. Houve um problema na transição dos prefeitos. Muitos não sabiam sequer do que estava ali feito. Gostaria, a senhora é Senadora do Rio Grande do Sul, de mandar para o seu gabinete

te a lista dos CEUs, e para todos os Senadores que tiverem interesse – seria uma boa ideia – para que tenham acesso ao endereço e possam me ajudar, informar, ligar para o prefeito.

O que o Ministério faz? Ele envia a planta. O prefeito não tem que gastar com projeto executivo. Agora, tem que fazer um projetinho, uma licitação e mandar para a Caixa Econômica, mas algumas cidades não têm condições de fazer isso, e é aí que emperra. Nesse ponto, alguns Senadores podem ajudar. Se algumas das cidades não têm condição, temos assessoria nesta Casa que pode ajudá-lo a fazer aquele projeto. A partir disso, tramita na Caixa. Se estiver muito atrasado, um telefonema de Senador na Caixa ajuda a saber qual é o problema. Às vezes, eu telefono, mas não dá para telefonar para 360. Quando começa a emperrar um que a gente acha muito importante, o prefeito tenta e não vai, a gente vê o que está acontecendo para ajudar a solucionar. A ideia é solucionar e ajudar o prefeito a construir. Acho que é mais isso, porque, depois, ele vai ver qual é a vocação da cidade dele e vai tocar do jeito que achar melhor. Os Senadores podem ajudar para ver se está indo bem, se está sendo bem conduzido, podem ajudar a fazer uma emenda, se o prefeito não tiver condição de fazer alguma coisa.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O terreno é...

A SRA. MARTA SUPLICY – O terreno é a prefeitura que dá. Por isso, pode ser 700m², 500m² ou 800m². É ele que determina o tamanho. Geralmente, o faz de acordo com as próprias pernas, porque depois vão ter que arcar com isso.

Algo muito bom aconteceu há três semanas. Mencionei isso para o Ministro Aldo Rebelo, mas ainda não sentei para ver como agilizar. O Ministro Padilha concordou em colocar um centro de saúde esportiva, que não é para dar remédio, nem para atender saúde nos centros esportivos. Isso pode ser muito bom, porque o Ministério ajuda o prefeito. Ele pode talvez arcar com algumas despesas para ter um professor de fisioterapia, disso ou daquilo por exemplo. Tem que alinhar, mas o Padilha concordou com o Ministro Aldo, que é quem vai tocar.

A outra questão era do vale-cultura. Senadora, não temos apenas a pesquisa do Ibope, mas também uma pesquisa do Ipea tão séria quanto. Eu sabia disso porque, como Prefeita de São Paulo, fizemos os CEUs, que não são iguais aos CEUs das artes, mas tinham uma área de cultura muito maior do que a que estamos construindo. Pude ver situações, por exemplo, com o teatro. Vimos que 100% das pessoas na nossa pesquisa – o primeiro foi inaugurado na Zona Leste, pelo Presidente Lula – nunca tinham entrado no teatro

e 98% nunca tinham entrado no cinema. Foram a duas ou três peças. A quarta peça era da Denise Stoklos. Quando a Denise Stoklos começou, o pessoal começou a se cutucar, porque não estava entendendo o que estava acontecendo. Começou um agito, porque acharam que ela tinha esquecido o texto, ou sei lá o que eles acharam. De repente, depois de alguns minutos, descobriram o que ela estava fazendo. Você não via uma mosca voar. Foi uma maravilha. Muito aplauso. Eles queriam mais daquilo que eles não conheciam.

Então, o grande desafio do vale-cultura é que as pessoas possam experimentar outras linguagens que elas não conheçam. Por isso eu tirei a televisão. Não que eu ache que a TV a cabo não seja algo importante; é superimportante, porque passa muitos filmes, muitas entrevistas boas, muita coisa boa. Mas a gente quer que as pessoas tenham possibilidade...

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – De sair de casa.

A SRA. MARTA SUPLICY – Eu não posso dizer essa palavra porque alguém, um dia, disse: “Fica fazendo vale-cultura para as pessoas saírem de casa?” Mais ou menos. Para as pessoas experimentarem. Elas têm que experimentar. As pessoas nunca entram em um museu.

Estamos fazendo testes para propaganda – isso vai ser uma coisa importante. Em julho, vai haver uma campanha muito forte na televisão para usar o vale-cultura: “Use no cinema, use no museu, entre nas livrarias.” Nós estamos falando com as editoras e com as livrarias para que coloquem cartazes: “Aqui se aceita o vale-cultura”, porque as pessoas têm receio de entrar num lugar em que elas nunca entraram. Tudo isso nós vamos ter que trabalhar. Não tenho nenhuma ilusão de que isso vai ser fácil. Primeiro, vamos precisar da adesão das grandes empresas, dos lucros presumidos. Depois, precisamos que o povo saia e use.

Ao mesmo tempo, tenho tido surpresas boas. Logo que saiu o vale-cultura, eu dei uma entrevista, a primeira, quando entrei no Ministério, e uma pessoa muito simples, da portaria, me perguntou: “Eu posso usar o vale-cultura? Quando sai?” E eu respondi: pode; e você quer usar em quê? Ela: “Teatro de rico.” E eu perguntei: você vai ver o quê? Ela respondeu: “Queria ver Raimunda, da Regina Duarte, que custava R\$70,00 e eu não pude ir.” Passaram umas semanas e, na rua, um rapaz me perguntou se podia juntar o vale-cultura. Eu respondi: pode, você pode acumular. E o que você vai ver? Ele respondeu: “As bandas do final do ano.” Então, Senador Cyro, tem de tudo. E o povo é informado, já sabe que existe o vale-cultura. Os interessados em *shows* já estão querendo saber a que tipo de evento podem ir. Querem ir a danceterias.

Digo: em danceterias, não; mas, se tiver *show*, podem usar o vale-cultura.

A portaria vai sair. E por que estamos escolhendo fazer isso por portaria? Porque é novo, nós sabemos que não vamos acertar em tudo. Então, a gente vai ter que ir ajustando para ver o que falta, como melhorar. Mas acredito que ...

A senhora percebeu que há um ciclo? O CEU vai propiciar uma formação artística que nós achamos que, dentro de um tempo, um ou dois anos, vai propiciar outra visão de possibilidades: acesso a um cinema em cidades em que não existia e coisas desse tipo. Então, vai criar alguma coisa diferente nos desejos. Sobre o desejo do povo, nós não temos a menor ideia. Então, isso vai ser muito interessante.

Ao mesmo tempo, o fortalecimento das cadeias foi muito bem lembrado por V. Ex^a, porque, de um lado, há o povo com R\$50,00, mas, de outro lado, há também a produção cultural que vai ser ativada. Se eu tinha 40 pessoas de público, eu posso ter 60 com o vale. E isso a gente espera que ocorra.

Eu coloco tudo como um grande desafio, que nós vamos ter que acompanhar e ir arrumando o tempo todo para dar um caminho. Mas acredito que essa foi uma das melhores ações do governo Lula – acho que foi ainda na gestão do Juca que isso foi proposto ao Senado – e que vai ser muito importante para o povo brasileiro.

A outra questão, da Lei Rouanet, eu acho prioridade e vou batalhar para ser aprovada este ano aqui no Senado. Os senhores me desculpem, mas tenho conversado com o Senador Sarney, insistindo muito para ele ser o relator. Por quê? Porque foi ele que fez a lei. Ele a fez, depois virou Lei Rouanet. Fiquei até na dúvida, porque vai tratar também de direito autoral. Nós já acabamos, já está na Casa Civil, mas a Lei Rouanet é devida, como disse a Senadora. E foi o Senador Sarney que fez.

Está na Câmara, com o Deputado Pedro Eugênio. Eu queria dizer que tenho feito inúmeras reuniões com o S. Ex^a. Um projeto desse porte é do Deputado, não é do Ministério, mas o Deputado tem se reunido com a gente, tem se reunido na Casa Civil e a gente tem aparado as arestas. Acredito que chegou a um bom termo. Ele está recebendo emendas. Nós estamos sugerindo emendas também, pois depois podemos descobrir que outras coisas não foram pensadas e têm que ser melhoradas. Ele está sendo muito receptivo e sempre com a preocupação de os 100% não poderem ser por nada. Quer dizer, o que eu acharia ideal é que não tivesse esse valor.

Certas coisas estão muito estabelecidas, por exemplo, o percentual de captação, o percentual de

administração. Eu tentei diminuir, porque, é uma pena, se a pessoa ganha um projeto de um milhão, 20% vão para captação de recurso. Ao mesmo tempo, eu pensei um pouquinho, Senador Cyro, o povo que faz teatro não tem a menor experiência em captar, não sabe para onde ir, não sabe nada. Então, não adianta ficar achando que tem que ser de outro jeito. Eu falei: vamos tentar baixar o valor, porque baixa o mercado, que também vai ficando importante, empoderando-se na medida em que os atores precisam. Então, vamos baixar o mercado um pouquinho. Essas conversas a gente tem tido com o Deputado e ele tem sido bem acolhedor.

Nós distribuímos para eles a Lei Rouanet, a cópia? Eu trouxe a cópia de tudo que foi aprovado da Lei Rouanet em termos de recursos. Um assunto que nós temos conversado com o Deputado, e ele tem essa sensibilidade, é o Norte e o Nordeste. Agora, para se conseguir 100%, não é mais automático nada. Por exemplo, no Norte, se for itinerante, ganha não sei quantos pontos. Para conseguir chegar aos 100%, tem que acumular umas determinadas contrapartidas, que são pontos. Então, por exemplo, itinerância de um espetáculo ganha um monte de pontos. Agora, não se pode fazer isso para museus. Então, a gente fez esses adendos.

Agora, nós vamos colocar a possibilidade de 100% facilitada na Rouanet para museus, bibliotecas e recuperação de prédios tombados pela dificuldade que a gente tem de recursos, para quem quiser doar para isso. Nós vamos tentar.

Estamos tentando também, está sendo marcada uma reunião agora com a Petrobras, eu gostaria muito de conseguir uma chancela da Petrobras para isso, a recuperação dos museus, que era o tema de que falávamos. Nós não temos recursos para recuperar os museus do Ibram, e são os grandes museus nacionais. Por exemplo, a Petrobras dá um recurso fixo, por exemplo, para o Grupo Corpo ou para orquestras. Aliás, eu acho que esses recursos são os mais interessantes. Escolhem orquestras importantes que não têm como se manter e dão. Mas eu acho que, nesse investimento para recuperação dos museus, se nós tivéssemos a chancela deles para recuperar todos, depois arrumá-ramos outra forma de manter.

Eu acho que nós teríamos condição de ter tudo isso pronto, não para o ano que vem, pois eu acho que não dá, mas pelo menos parte para o ano que vem e todos prontos para as Olimpíadas, que é o que a gente precisa. E o povo brasileiro, agora com o vale-cultura, vai querer.

Quanto à última questão que a Senadora colocou, a penúltima, dos eventos esportivos, com isso estou

bastante animada, porque nós conseguimos, nas seis cidades de agora e nas doze seguintes, uma conversa muito boa com a FIFA e com a Globo, que nós permitirá entrar na Fan Fest. O que é a Fan Fest? É onde as coisas acontecem. Haverá o festival de música, que é feito pela Globo, e nós estamos entrando nisso, aliás, não é de música, é de cultura. A Globo está arcando com os grandes espetáculos, os grandes palcos e nós vamos entrar com a parte cultural pelo Ministério.

Nas doze cidades-sedes, nós oferecemos o projeto executivo pronto para as cidades e um auxílio para a execução. Se não me engano, quatro ou seis cidades exclusivas de São Paulo aceitaram. Vai ser no Vale do Anhangabaú, serão grandes lonas. Então, quem vai montar as arenas somos nós. E aí nós estamos fazendo, isso é importante falar aqui, os editais pelo Ministério da Cultura para quem quiser se apresentar, porque temos que escolher, e vamos escolher, pelos editais as pessoas, as bandas, os grupos teatrais, os interessados em apresentar seu projeto cultural. Estamos também vendo onde vamos pôr as lojas, porque acho importantíssimo ter lojas que vendam produtos do artesanato brasileiro. E isso também vai ser feito por edital. As pessoas têm que dizer onde querem estar e nós vamos viabilizar.

Outra coisa importante que estamos tentando fazer é uma itinerância desses projetos, porque é importante, por exemplo, que uma sede da Bahia que vá apresentar alguma coisa possa fazê-lo em outro Estado, porque é uma oportunidade única não só para o exterior nos ver, mas para nós nos conhecermos, porque a gente conhece muito pouco do que a gente tem.

Por último, Senadora, falo da economia criativa. Ontem mesmo estava conversando com a Secretária Claudia Leitão e acho que demos alguns passos, dois passos importantes. Primeiro, não temos informação sobre o que temos no Brasil de economia criativa. Então, a Secretaria está desenvolvendo várias parcerias com universidades, SEBRAEs e outras instituições para fazer um mapeamento do que nós temos em economia criativa, porque sem um diagnóstico do que temos não conseguiremos ter ações corretas. E, na outra parte, para não ficarmos só em mapeamento, estamos fazendo alguns editais de fomento em algumas áreas em que temos algum conhecimento.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada Ministra Marta Suplicy.

A Senadora Ana Amélia se satisfaz.

Eu gostaria de fazer agora as perguntas, se fosse da conveniência e aprovado por V. Ex^{as}, em bloco de pelo menos três Senadores. A próxima seria a Senadora Kátia Abreu. Depois, o Senador Cristovam e

o Senador Suplicy. E o último bloco com a Senadora Lídice da Mata e o Senador Paulo Davim.

Aproveito também para parabenizar pela flexibilidade do vale-cultura. Eu não havia entendido que ele pode ser cumulativo. Se não usarmos no mês, podemos juntar dois, três meses e, com isso, ir a um espetáculo mais importante.

A SRA. MARTA SUP LIC Y – Eu esqueci de falar que vão poder comprar também instrumento musical.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Ótimo. Parabéns.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Eu queria, Presidente, porque não somos muitos, propor que, em vez de três, cinco fizessem pergunta e ela responderia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Perfeito.

A SRA. MARTA SUP LIC Y – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar a Ministra, Senadora Marta Suplicy, e aqui também deixar minha admiração pelo seu empenho, pela sua determinação em transformar esse quadro no Brasil.

Acho da maior importância garantir a todas as capitais um teatro. O meu Estado tem o teatro Fernanda Montenegro, mas ainda temos capitais que não têm, como a que foi mencionada por uma colega. Temos grandes cidades metropolitanas que podem também absorver esses teatros, o que já seria um grande passo.

Eu queria falar um pouco sobre o interior do Brasil, da minha experiência nas comunidades rurais que são consideradas cidades do interior. Não são as fazendas. Quando eu digo comunidades rurais são as cidades com poucos habitantes e que vivem em função do campo, são totalmente isoladas.

Nós sabemos que uma das principais diferenças entre nós e os animais irracionais é justamente a necessidade e a sede da cultura, de poder crescer intelectualmente, de acrescentar, enriquecer.

Como Presidente da CNA, eu também presido um órgão do sistema S, que é o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Nós temos que fazer 80% de formação profissional e podemos usar 20% dos recursos com promoção social nos mais variados temas, desde saúde, educação, cultura, lazer. Tudo o que se pode criar, imaginar, nós podemos fazer e todos os demais S da mesma forma. E como o meu S não é tão rico, eu resolvi dar um foco, especializar em uma área de promoção social, exatamente na área de cultura. Assim, nós criamos o Ciranda da Cultura. Já participamos de

chamada pública no Ministério, estamos com convênio, com contrapartida, assinado, para fazer a Ciranda da Cultura em todo o Brasil. É um valor pequeno, mas é um início importante: R\$430 mil da Lei Rouanet, que já estamos providenciando. É uma dificuldade enorme!

Se a CNA tem dificuldade de contato com empresários, imagine as pessoas que não têm esse contato, a dificuldade de fazê-lo, com R\$140 mil de contrapartida do Senar.

No que consiste principalmente a Ciranda da Cultura? Além de ser a Ciranda da Cultura, nós focamos principalmente – não exclusivamente – em cinema, e nós fazemos Cinema na Praça, uma coisa simples, criada da nossa cabeça, e não somos especialistas, mas pela necessidade e vontade das pessoas, que não têm sequer um cinema. De teatro eu não vou nem falar.

Então, o programa custa, em média, por cidade, por comunidade, de R\$6 a R\$7 mil, e compõe-se de um carro de som, para fazer a chamada durante o dia; de 200 a 400 cadeiras; um telão e um filme acertado – nós compramos no Ecad, para ter o direito de reproduzi-lo. É uma pequena despesa. Estamos agora passando o filme sobre o Luiz Gonzaga. Nós fazemos por série, um de cada vez no Brasil inteiro, e vamos passando, para facilitar a produtividade, mais eficiência. Cadeira, carro de som, telão, e a prefeitura local gosta de dar a pipoca e o guaraná, e nós ajudamos também nisso.

Então, esse é o Ciranda da Cultura, nosso Cinema na Praça. Então, eu acho que esses equipamentos são tão baratos e tão eficientes, que poderíamos estar levando não só o cinema, mas *shows*. O Ministério poderia, junto com as secretarias de Cultura estaduais, acertar essa possibilidade de usar dos artistas o *show*, o cinema, para facilitar a vida do interior. Um prefeito não sabe como fazer isso, por incrível que pareça. Ele pode pegar um filme pirata e, de repente, passar, sem saber que é ilegal. Então, toda essa combinação ajudaria muito.

Nós patrocinamos alguns eventos também musicais. Em Mato Grosso do Sul, vale a pena o seu Ministério conhecer, temos a Revoada Pantaneira. São jovens adolescentes, e todos tocam violino, músicas do Pantanal, músicas típicas da região, a Revoada Pantaneira. No Tocantins, temos a Orquestra Sanfônica, extraordinária. Tocou para a Presidente Dilma no dia em que ela esteve lá, entregando a diplomação dos meninos do Pronatec.

Então, são cases interessantíssimos no interior, e eles precisam de instrumentos musicais, precisam de custeio para pagar um professor. Poucas coisas podem ser elaboradas e que dão grande efeito. Então, as bandas, seja a Sanfônica, seja a Pantaneira, seja uma banda comum...

Os corais são uma coisa de uma cultura muito forte no interior do Brasil – os pais, as famílias, a prefeitura local ter esse coral. Isso tudo significa um professor, significa uma roupa, para que as crianças possam estar bem trajadas.

Gostaria, então, que o Ministério pudesse ter cada vez mais esse olhar para as comunidades rurais, com coisas simples, porque jamais poderemos ter um prédio como esse. Não seria possível construir tantos. Nas grandes cidades, sim; nas capitais, sim.

Então, gosto muito quando a senhora fala da itinerância, e nós fazemos também, com os caminhões, com as carretas Scania. Assim como fazemos a qualificação profissional, fazemos trabalho de saúde, de prevenção ao câncer de colo de útero, e podemos também ter os caminhões móveis que vão levar cultura, teatro, música, circo. Atenderíamos muito mais pessoas, inclusive com as bibliotecas. Se pudéssemos fazer tudo itinerante...

A SRA. MARTA SUPLICY – Posso fazer uma pergunta?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Sim.

A SRA. MARTA SUPLICY – Como são escolhidas as comunidades?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Por tamanho, por habitantes.

No Tocantins, por exemplo, que é o meu Estado, dos 139 Municípios... Isso é uma coisa curiosa. Os programas, normalmente, acima de 50 mil habitantes. Meu Estado só tem três cidades com mais de 50 mil habitantes. Roraima, Amapá, que só tem uma, Acre, então, ficam excluídos. O próprio Maranhão, o Piauí.

Então, nesses programas, não sei bem como se determina o número de habitantes.

Então, comunidades rurais são comunidades com menos de 10 mil; com 7 mil habitantes; com 5 mil habitantes. Nós temos comunidades com mil habitantes; nós temos comunidades que são formadas por assentamentos da reforma agrária, em que se criam as vilas enormes em que a gente vai até lá levar essa cultura. Assim, eu acho que um programa, Ministra – eu não quero demonstrar aqui que as pessoas das comunidades rurais são especiais, são diferentes; são pessoas que vivem de forma diferente; menos privilegiadas do que outras que moram em cidades maiores –; então, se nós pudéssemos elaborar um programa que, talvez, politicamente pudesse chamar a atenção especificamente para as comunidades rurais, eu acho que seria um grande avanço. Eu fiz uma proposta ao Ministro Aldo Rebelo, e já vai acontecer este ano a 1ª Olimpíada Esportiva Rural do Brasil...

A SRA. MARTA SUPLICY – Cavalgada.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Não, cavalgada é o de menos.

A SRA. MARTA SUPLICY – Não, eu estou brincando; é porque é do que ele gosta.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Não, nós vamos ter jogos de fincas; levantamos, fizemos com as federações de agricultura e os “S” do Brasil, levantamos todos os esportes rurais. Este primeiro vai ser ainda pequeno, vai ser em Barretos, escolhido pelo Ministro. Acho que é interessante, é um centro interessante para chamar a atenção, mas, no ano que vem, nós já queremos fazer uma olimpíada concorrendo em todos os Estados só com os esportes rurais, porque isso é cultura nossa também que está se esvaindo. Os jovens vão para as cidades, começam a estudar nas universidades, nas escolas técnicas, e isso vai ficando para trás apenas com os pais. É o laço, é o tambor, é a baliza, é finca; são jogos interessantíssimos para o campo.

Assim, eu queria deixar essa reflexão para que, quem sabe, nós pudéssemos fazer alguma coisa para as comunidades rurais, pensando nos caminhões, pensando na itinerância. E que toda essa itinerância, com esse material e equipamento, porque eu tenho medo de tudo isso se perder, porque é tão fácil entregar essa gestão para os conselhos, para as entidades privadas, mistas, com a sociedade civil e o Governo para administrar todo esse equipamento.

Eram essas as minhas contribuições. E o Ciranda da Cultura – eu pedi lá na CNA agora – está na Lei do Mecenato; o nosso programa Ciranda da Cultura está reconhecido no Ministério pela Lei do Mecenato.

Muito obrigada e, mais uma vez, parabéns pelo trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB –GO) – Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu, e parabéns pela criatividade. A gente que está longe dos grandes centros – eu também venho do Estado de Goiás – a gente tem que improvisar. E, desses improvisos, a gente, nem porque não tem, não deixa de criar uma maneira.

Ministra.

A SRA. MARTA SUPLICY – (Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB –GO) – Ah, perdão. O Senador Cristovam não está; ele seria o próximo. Senador Eduardo Suplicy e, depois, Senadora Lídice da Mata.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Cyro Miranda. Quero cumprimentar V. Ex^a, Senadora Ana Amélia, pela convocação da Ministra Marta Suplicy.

Prezada Ministra, quero cumprimentá-la pelo entusiasmo com que vem conduzindo o seu trabalho à frente do Ministério da Cultura; a maneira como V. Ex^a tem percebido que o povo brasileiro tem algo tão especial na sua forma de se expressar através, seja da música, do carnaval, do teatro, do cinema, das formas mais significativas que fazem com que o Brasil possa ter uma marca muito especial dentre todas as nações do mundo, inclusive em ocasiões como esta, em que o Brasil vai promover a Copa do Mundo de Futebol e logo depois as Olimpíadas. Será uma oportunidade formidável para que o Brasil inclusive mostre a sua marca tão significativa no campo da cultura. E que, inclusive, em momentos em que o mundo se preocupa, a humanidade se preocupa com eventos de eventual guerra nuclear, ou, às vezes, como a tragédia ocorrida em Boston há poucos dias, então, uma Nação que tem tido uma vocação de paz, de harmonização, e o sentido de solidariedade maior isto é tão significativo.

Mas quero também agradecer a atenção que V. Ex^a teve ainda ontem para com a Sr^a Niède Guidon, responsável pela Serra da Capivara e pelo museu especial que existe ali, no Piauí. O Deputado Paes Landim me disse que foi tão produtivo o diálogo de V. Ex^a com essa senhora que veio da França, abraçou o Brasil com entusiasmo formidável para o desenvolvimento ali. Ela inclusive tem a intenção de convidar a Presidente Dilma Rousseff, V. Ex^a e outros ministros, do Meio Ambiente, para estarem presentes quando for inaugurado em agosto próximo o aeroporto internacional junto ao Município de Raimundo Nonato, que está nas proximidades daquela área.

Também quero cumprimentá-la pelas ações e diálogos havidos com o Município de São Paulo, com o Secretário da Cultura Juca Ferreira, com o diretor do Teatro Oficina, José Celso Martinez Corrêa. Felizmente, pelas notícias que obtive, há um entendimento agora com o empresário Sílvio Santos, o que poderá significar um passo muito importante para a revitalização do Bixiga e de toda a área do Teatro Oficina.

Então, acredito que o apoio de V. Ex^a também para esses projetos é muito significativo.

Achei muito importante aqui a apresentação dessas proposições, de diversos CEUs (Centro das Artes e Esportes Unificados) da cultura para os Municípios em todo o Brasil, possibilitando a interação dos parlamentares, Deputados Federais e Senadores, para apresentarmos proposições.

Tenho acompanhado algumas das ações de V. Ex^a em diversos lugares, em especial no Brasil, mas agradeceria se pudesse nos trazer informações, até para que possamos eu e outros Senadores ficarmos

mais conscientes. São 645 Municípios no Estado de São Paulo.

Então, fico pensando se os prefeitos vão sugerir a este e a todos os Senadores aqui, quem sabe, formularem a proposta dos CEUs culturais – eu presenciei desde o primeiro CEU na área da educação. São CEUs educacionais e culturais. Fico pensando no seu entusiasmo para que possa haver a multiplicação desses CEUs de cultura, eventualmente até combinados com os CEUs culturais, como os que, originalmente, V. Ex^a inaugurou em São Paulo e que constituem uma marca formidável.

O Prefeito, hoje, Fernando Haddad tem por propósito construir mais 20 daqueles CEUs, e mais, na perspectiva e na forma como V. Ex^a os colocou em prática e trazendo um entusiasmo para toda a população, sobretudo dos bairros carentes de São Paulo, que foram os primeiros beneficiados.

Então, se V. Ex^a fosse recomendar um critério por onde iniciar os CEUs culturais nos 645 Municípios de São Paulo, que critérios deveríamos levar em conta, além, obviamente, do entusiasmo do prefeito, da prefeita? Mas acho que uma reflexão a respeito poderá ser útil para todos nós.

Meus parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Em seguida, concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Eu sou Relator de uma matéria na CCJ, e estão me chamando.

Eu queria só registrar, com o beneplácito da Senadora Lídice da Mata...

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Claro.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – ...o importante trabalho que está sendo feito pela Ministra Marta Suplicy, registrar o nosso compromisso com a cultura, dizer que é muito importante – sei que a Ministra está trabalhando nisto – a interiorização da cultura no País, nas regiões mais distantes, nas regiões de fronteiras, nas regiões – por exemplo, no meu Estado de Roraima, no Estado de Tocantins, que a Senadora Kátia citou aqui, em pequenas localidades – onde, efetivamente, é fundamental levar a condição de formação de cultura e formação do nosso povo.

Então, eu queria parabenizar a Ministra e, novamente, me colocar à disposição – sou um admirador do trabalho que ela está fazendo no Ministério. Para nós, aqui, no Senado Federal, é motivo de orgulho acompanhar uma colega Senadora fazer esse trabalho.

Conte com o nosso apoio, Ministra, que nós vamos trabalhar em conjunto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Romero Jucá.

Senadora Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Caros Senadores, companheiros, Ministra Marta Suplicy, quero parabenizar os dois Senadores, Cyro Miranda e Ana Amélia, por nos terem dado a oportunidade de sua presença aqui, hoje. Quero parabenizá-la pelo desempenho que vem tendo à frente desse Ministério. Sou uma fã de V. Ex^a e confesso isso publicamente, pelo trabalho desenvolvido na sua gestão como prefeita, pelo trabalho desenvolvido na sua gestão como Ministra do Turismo, e pela serenidade e força política que V. Ex^a tem colocado como marca no Ministério da Cultura.

Por isso, eu queria aproveitar para colocar algumas poucas questões. Primeiro, eu acredito que essa pesquisa do Ipea, do Ibope, seja qual for, tem registrado essa dificuldade do acesso do povo à cultura. Por outro lado, também, quando fazemos essas pesquisas – e o DataSenado fez uma pesquisa a pedido desta Comissão no ano passado –, identificamos que o povo deseja ter cultura. Esse é o outro lado da moeda. Deseja e necessita, porque nós, como seres humanos, necessitamos mais da alimentação além da comida, da sobrevivência. Aliás, os Titãs já transformaram isso num hino: “A gente não quer só comida (...) quer diversão e arte”.

A luta, portanto, nossa, toda vez que vem um ministro da Cultura, é sobre a importância de lutarmos para aumentar o orçamento da cultura; para que esta Comissão se dedique a isso; para que nós possamos ter isso como centro; para que possamos deixar de ter a cultura como um elemento supérfluo.

Eu tenho também uma atuação nessa área, e fico buscando, pelo meu Estado, fazer contato com as empresas para, através da Lei Rouanet, sensibilizá-las para o apoio aos nossos projetos, etc.. E a gente percebe que, à primeira dificuldade, o que se corta é a cultura. As grandes empresas estatais de energia, a Petrobras, a Eletrobrás, etc., agora todas estão cortando no seu... Com a Petrobras, eu fiz contato semana passada, discutindo isso.

Então, isso nos assusta, nos deixa preocupados, porque precisamos do movimento inverso. Nós precisamos ter a compreensão de que a cultura é indispensável à nossa sobrevivência como cidadãos, como povo e como nação.

Não vou discutir a questão da Lei Rouanet e a sua distribuição, que esse quadro mostra e é tão sintomático que não precisa nem de discussão. Está aqui

dito, comprovado. A captação do Sudeste é de 81%; a captação do Centro-Oeste é 12,1%; a do Nordeste, 4,4%; a do Norte, 0,7%; e a do Sul, 12%. Esse quadro demonstra a desigualdade crua e fria dos números, sem que nós precisemos debater aqui a questão. Eu não vou transformar, portanto, sua vinda aqui nesse debate. Em outra oportunidade, quando vier a discussão do projeto da Lei Rouanet, nós vamos ter oportunidade de discutir essa realidade

Quero, portanto, fortalecer, primeiro, a ideia dos CEUs, que eu acho muito boa. No entanto, tenho uma preocupação, minha cara Ministra: o modelo que os CEUs têm atualmente é um projeto para as grandes e médias cidades no máximo, até pelo valor.

Nós, como Senadores, o projeto menor começa por dois milhões, o que já ficaria...

A SRA. MARTA SUPLICY – Quem paga é o Ministério.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Eu sei. Eu sei que é um programa direto do Ministério, mas ele poderia ter um aporte nosso. O mais problemático disso, Ministra, V. Ex^a que foi prefeita, é que a situação das nossas prefeituras hoje, se formos ao Nordeste agora com essa seca, é desastrosa.

Então, vamos dizer que eu intermedeie, leve o prefeito, consigamos colocar o CEU na cidade. No dia seguinte, ele não vai poder funcionar, por falta de custeio. Esta é a questão que eu acho que precisaríamos começar a discutir, o custeio. Como manter os programas de cultura do País? Nessa área estão colocadas as principais dificuldades.

Hoje tudo o que significar um custeio permanente do prefeito, ele cai fora; ele já entra desesperado. Estão entregando hospitais na Bahia, para o Estado. Em qualquer lugar dos Nordeste brasileiro, os hospitais municipais, os prefeitos estão pedindo pelo amor de Deus aos Estados para segurarem em função dessa situação.

Então, eu gostaria de propor que nós pensássemos num modelo, num sistema que pudesse dar sustentação aos CEUs, que acho que é um grande projeto, para que ele possa se manter, se sustentar.

Na linha do pronunciamento da Senadora Kátia lembro que, na Bahia, em 1985, quando foi prefeito o atual radialista, comentarista, Mário Kertész, ele criou um programa, sob a coordenação do Waly Salomão, na Fundação Cultural, um programa chamado Boca de Brasa. Era uma referência a Gregório de Mattos: um caminhão fechado, que, cortado, transformava-se num palco, a parte de dentro e a parte de fora. Ia para todos os bairros. Essa foi a grande marca do Governo de Mário, e foi uma marca cultural, na minha opinião.

Na nossa administração, nós tentamos recuperar esses caminhões, mas não existiam mais; só existiam dois.

Eu creio que seria preciso algo assim, e V. Ex^a tem a força e a criatividade de pensar um instrumento desses, que pudesse ser um instrumento itinerante do Ministério da Cultura, com financiamento, para correr num determinado período uma caravana de cultura em diversos Estados brasileiros, dando essa pegada da chegada da cultura naquele momento. Isso num financiamento direto, com grupos culturais, que pudesse nos dar essa possibilidade de acesso. Pode ser com *shows*, peças de teatro e diversas maneiras.

O Ministério, na Secretaria de Audiovisual, tinha um programa de apoio ao cineclubismo, para o qual poderíamos inclusive contribuir com emendas parlamentares. Agora já não é possível ser por emenda, porque os cineclubes, como não são entidades, estão fora da lei. Eu acho que V. Ex^a tem toda a força política para convencer o Ministério do Planejamento e tentar uma regulamentação que permita o recurso público chegar ao pequeno produtor e chegar às organizações.

Todos os nossos projetos passam pela prefeitura, pelo Governo ou pelo Sesc/Senai, que é uma grande organização. Nós precisamos empoderar quem faz cultura, como antes já aconteceu nos pontos de cultura. O cineclubismo é extremamente positivo para a sociedade brasileira, assim como para o fortalecimento da cultura. Então, essas pessoas hoje estão impedidas de receber o apoio do Ministério da Cultura ou do Orçamento da União, em função dessas restrições que vieram após os escândalos nas organizações não governamentais, etc. São elas que dão sustentação, lá na ponta, para fazer chegar à pequenas realidades rurais também esse tipo de contribuição.

Também tive essa experiência, como prefeita, do Cinema na Praça: tínhamos um dia na semana em que fazíamos isso. Hoje é onde é o Cine Unibanco. Era a parede que nós usávamos para isso.

Finalmente, Ministra, falarei de uma coisa que se tornou uma mantra para mim. Não é uma cobrança para V. Ex^a. Também fiz assim com a outra Ministra, permanentemente. Falo do Museu Afro da Bahia. V. Ex^a criou o Museu Nacional, já era um projeto da Fundação Palmares. V. Ex^a o acolheu com sua sensibilidade – para nós, um extraordinário feito. Mas nós temos um Museu Afro na Bahia, com enorme esforço para ser viabilizado. Nós acabamos de entregar a Arena da Fonte Nova, o terceiro estádio pronto, o primeiro que foi realmente construído do zero, porque foi demolido. Fica num centro tradicional da cidade, no centro histórico. A Copa do Mundo e o Pelourinho, para nós.... Estou falando de temas que V. Ex^a conhece profundamente, porque, como Ministra da Cultura, já esteve lá. Já es-

teve até na minha terra. Conhece até a Festa da Boa Morte, quanto mais as outras manifestações culturais da Bahia. E sabe da importância disso. Nosso Museu Afro fica no centro histórico, em um prédio tombado, em um prédio antigo. Relaciona-se com todas as nossas...

A SRA. MARTA SUPLICY – Uma pergunta, Senadora. V. Ex^a está falando...

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Estamos pedindo uma audiência com V. Ex^a para tratar desse assunto.

A SRA. MARTA SUPLICY – Tenho todo o interesse. Só quero fazer uma pergunta. V. Ex^a está falando da estrutura do museu? V. Ex^a falou que é tombado. É para a recuperação da estrutura?

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Não, já recuperamos tudo.

A SRA. MARTA SUPLICY – Então, está falando de quê?

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – O Ministério já investiu mais de R\$3 milhões. Já há uma parte das obras feita. Precisamos terminar a obra e federalizar aquele museu. É o processo de federalização que nós temos em discussão no Ibram (Instituto Brasileiro de Museus), agora, e para o qual queríamos o seu apoio. Nós estamos solicitando uma audiência com V. Ex^a, com grande participação, com o Secretário de Cultura da Bahia, comigo, com Deputados Federais, e com Capinan, que hoje é o representante da Associação...

A SRA. MARTA SUPLICY – Só uma pergunta. Ele hoje é da Prefeitura ou do Estado?

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Não, ele não é nem da Prefeitura nem do Estado.

A SRA. MARTA SUPLICY – É particular?

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – É da Sociedade de Amigos...

A SRA. MARTA SUPLICY – É da Universidade?

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – É da Sociedade de Amigos que fez o projeto, mas ele tem a participação do Estado, porque os prédios foram cedidos pelo Estado e pela Prefeitura. São dois prédios cedidos pelo Estado e pela Prefeitura para que lá se instalasse.

A Presidenta conhece o projeto e deu força para que ele fosse realizado. V. Ex^a vai ter oportunidade de conhecer mais detalhadamente esse projeto, para o qual peço total apoio. Trata-se, realmente, de combinarmos. Estamos precisando de museus no Brasil. Sei do seu empenho para isso. Acho que é uma grande necessidade. Que cada um dos Senadores possa, no seu Estado, verificar um museu, para que possamos fortalecer esse aspecto até a chegada da Copa – brigar por ele e lhe dar força.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Sr^a Presidente, pela ordem. Por gentileza, apenas um pequeno detalhe.

Ministra, temos centenas de rádios comunitária por este País afora, que são administradas, como o próprio nome já diz, por associações. São rádios comunitárias muito pobres e que não têm estrutura, inclusive, para fazer programas.

Então, imagino, como sugestão, que, talvez, o Ministério pudesse criar o momento da cultura e dar gratuitamente esses programas para as rádios comunitárias. Quem foi Machado de Assis? Qual sua principal obra? Carlos Drummond de Andrade, Jorge Amado. Que pudessem falar de nossos autores. É uma coisa que vai atingir todo mundo: pobres, ricos, médios, crianças, idosos.

Quer dizer, o rádio é... Nas comunidades rurais, Ministra, é a única rádio que existe. Não tem outra. Às vezes, eles ligam, pelo amor de Deus, pedindo matérias para a CNA, para colocar no ar. Acho que seria um momento fantástico da cultura se pudesse mandar isso pela rádio, um *release*, pela Internet.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito bem colocado, Senadora Kátia Abreu, até porque eles muitas vezes não sabem sequer como usar essas rádios comunitárias. Às vezes, desviam, inclusive, o foco.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, pela ordem. Apenas para acrescentar à sugestão interessante da Senadora Kátia Abreu que a TV Senado tem documentários da melhor qualidade sobre Machado de Assis, sobre Érico Veríssimo, sobre Getúlio Vargas e sobre algumas outras áreas também. Inclusive, sobre música também.

Então, penso que poderia haver uma parceria da própria área do Senado, para fornecer esses conteúdos para as rádios comunitárias, como propôs a Senadora Kátia Abreu.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito bem lembrado.

Passo, então, a palavra à Sr^a. Ministra, para as respostas aos Srs. Senadores.

A SRA. MARTA SUPLICY – Acho que foi muito produtivo, Senador Cyro Miranda, ouvir os Senadores e as Senadoras.

Senadora Kátia, essa história do rádio eu adorei. Nós vamos correr atrás para ver como fazer. Vamos usar também a sugestão da Senadora Ana Amélia. É uma ideia extraordinária que, penso, pode beneficiar mesmo, mas terá de sair dos 40 milhões, daqueles poucos recursos. Mas essa eu acho que poderia ser uma prioridade importantíssima de disseminação.

Em relação à zona rural, às comunidades rurais, é muito importante o que V. Ex^a colocou, e o programa que hoje já se tem da Ciranda da Cultura, Cinema na Praça. Eu acho tão interessante levar mesmo isso.

E é de se falar que o MinC já tem uma pareceria com o MDA, que é o Agente Jovem de Cultura, no qual são premiados 500 jovens com R\$7 mil, reconhecendo o jovem que faz cultura em sua comunidade.

E também, na expansão do programa Cultura Viva, nós temos um recorte prioritário de inclusão social. E a área rural tem o Ponto de Cultura Rural. Essa questão do Ponto de Cultura Rural é muito importante, porque pode ajudar os que já estão fazendo alguma coisa a se estruturarem. Isso é importante.

E, agora, nós estamos refazendo os critérios no processo atual de renovação dos convênios. Então, é um momento importante de essas comunidades estarem sabendo, terem essa informação. Elas podem entrar no Ministério, nos editais, e tentar concorrer a pontos também.

A outra questão é que, quanto à interiorização e itinerância, esse é um caminho do programa Cultura Viva, que é um instrumento também eficaz para a capilaridade e interioridade da política de base comunitária, que também tem inclusão social. Quer dizer, ele simplifica o Cultura Viva e os instrumentos, por exemplo, com adoção de prêmios, reconhecimentos, e nós estamos tentando fazer isso de modo mais simples.

Está tramitando na Câmara esse projeto, que é da autoria da Deputada Jandira Feghali, e vai ajudar muito a simplificar a burocracia de convênios do Ponto de Cultura. Agora, esse projeto já está na Comissão de Justiça – é o último lugar lá – e deve estar vindo para cá. Seria muito importante que um Senador ou uma Senadora se habilitasse a ajudar a tocar, porque eu tenho todo o interesse de que isso tramite da forma mais rápida possível.

Outra coisa é isso que V. Ex^a colocou sobre os Municípios: se são 89% dos Municípios que têm menos de 50 mil habitantes, nós temos de lhes dar uma atenção muito grande. Ao mesmo tempo, eles acabam não tendo atenção, porque, apesar de serem os mais numerosos, são os que têm menos gente. Aí, acabam indo para as metrópoles onde há muito mais gente. Mas isso é algo de que temos consciência, e estamos tentando ajudar.

Eles podem ter uma preocupação – e isso não é uma provocação –, mas o MST nesta semana pediu uma audiência para falar também sobre cultura em suas comunidades, em suas bases.

Eu vejo isso com muita alegria, porque todos estão preocupados, todos querem, e isso falou a Se-

nadora Lídice. É um desejo do povo de ter mais isso, não importa onde.

As suas sugestões são muito boas. Eu gostaria de dizer que nós vamos olhar, porque concordamos com elas totalmente.

Com relação ao Senador Suplicy, realmente V. Ex^a colocou, e a Senadora Lídice também o fez de forma muito adequada, que o povo deseja cultura – e têm sido nesse sentido todas as manifestações. Eu tenho brincado que nós já tivemos as três refeições diárias, com o Bolsa Família, e que agora está na hora do alimento da alma. As pessoas estão querendo mais, estão querendo ter outro tipo de acesso. Fora que as classes C e D realmente ascenderam e querem participar. Têm essa fome.

Não sei se os governos têm consciência disso, dessa necessidade. Mesmo esses prefeitos que não quiseram os CEUs, por problema de custeio e tal, talvez não tenham a dimensão disso. Alguns porque não têm como manter mesmo; outros, porque “Ah, tem uma coisa mais importante”.

Não! Acho que hoje é realmente uma prioridade na cabeça das pessoas.

Em relação à Sr^a Niède, que considero uma pessoa... Até sugeri que ela fosse também premiada com a Ordem do Mérito, porque o trabalho que essa senhora, antropóloga, faz há tantos anos no Piauí, nos sítios arqueológicos mais importantes do Planeta, ele é reconhecido internacionalmente. No Brasil, todos sabemos, mas a dimensão dessa importância é muito vagarosa. Aquilo existe pelo trabalho dessa senhora extraordinária.

Ontem, ela estava contando – posso me enganar em relação ao número –, mas, se não me engano, ela já arrumou 40 sítios, iluminou, fez trilhas para as pessoas, e briga por esse aeroporto internacional, que acho que, se muitos de nós ajudássemos o Governador... Tem tudo, os recursos, está tudo lá.

A única chance de sobrevivência ali – e eu falava dos monumentos da humanidade – é ter um aeroporto internacional, porque, de carro, fica a quase duas horas – uma hora e meia – da capital. Para um estrangeiro, pegar uma hora e meia daquela estrada, no Piauí, para chegar, não vai!

Agora, vai direto se tiver aeroporto internacional. E a gente sabe que vai mesmo. E pode mudar a cidade, pode principalmente colocar o Brasil com um ponto de chamativo cultural enorme, porque o número de pessoas, por exemplo, que vão a Petra e a outros lugares arqueológicos famosíssimos é enorme, e o Brasil tem isso que é considerado pelos arqueólogos e antropólogos algo raríssimo e que realmente está vivo e sobrevive por causa dessa senhora excepcional

Em relação ao José Celso...

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Permita-me apenas... Acho que V. Ex^a deve ter sido informada de que a rede de hotéis Hyatt...

A SRA. MARTA SUP LIC Y – Vai para lá com o aeroporto só.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Está disposta a construir ali um hotel logo que ficar pronto o aeroporto.

A SRA. MARTA SUP LIC Y – Não sabia. Mas eu tenho certeza. Muito bom.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – É a informação que me foi dada pelo irmão da Sr^a Niède, o Sr. Ernesto Guidon, que escreveu uma carta. Vai chegar a V. Ex^a com essa informação.

A SRA. MARTA SUP LIC Y – Eu estou empenhada. Vou ligar para o Governador, vou tentar. Espero que vocês ajudem, porque, para o Brasil, vai fazer diferença.

Eles vão para lá, mas depois vão para o resto do Brasil.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. MARTA SUP LIC Y – Também, temos todos de estar juntos nisso.

Em relação ao José Celso e o Oficina, há quantos anos estamos em negociação com o Sílvio Santos? Chega a 10 ou 15 que V. Ex^a vai lá semana sim, semana não, tentar fazer...

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Uns dez anos, pelo menos. Mas acho que agora as coisas estão caminhando.

A SRA. MARTA SUP LIC Y – É um grande mérito de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Não, mas pela sua força e porque conversei nesta semana com Juca Ferreira, que me disse que as coisas estão caminhando, e de forma entrosada.

A SRA. MARTA SUP LIC Y – O que foi feito é que o Ministério da Cultura entrou, achamos uma área que não era achada, para o Sílvio Santos aceitar, ele adorou a área...

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Que bom!

A SRA. MARTA SUP LIC Y – Agora, parece que vai ter essa tramitação.

Para quem não está entendendo, o Teatro Oficina, em São Paulo, fica no Bixiga, e lá o Sílvio Santos gostaria...

Oi, Wellington, estávamos falando do seu Estado e da Sr^a Niède.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Oba!

A SRA. MARTA SUP LIC Y – Uma área do Bixiga, onde o Sílvio Santos tinha um planejamento de fazer

um centro cultural, um *shopping*, uma coisa grande, e sempre foi pensado pelo José Celso, esse nosso grande artista, de lá ser mais uma área de teatros, ou uma área que existe em tantos países do mundo, áreas teatrais, e não conseguíamos fazer.

Agora, vai sair e, e, aí, o Juca Ferreira, o Secretário, e o Marcelo Araujo, Secretário de Estado, e o Ministério, nós estamos começando a pensar. Como esse terreno do Sílvio Santos vai para o Estado, não vai para o José Celso, Senador Suplicy, aí, nós vamos fazer um convênio, porque o Estado não pode doar para o José Celso. Mas não importa, porque vai sair exatamente o que ele quer, porque a ideia é, com parceria tripartite dos três entes federativos, transformar o Bixiga num centro de teatro. É isso o que eu acho que nós vamos começar a fazer, e isso vai ser muito bom.

Depois, quero dizer que os próximos CEUs que estão sendo inaugurados... Há um em São Paulo; os próximos em Sertãozinho, Matão; os outros eu não tenho de cabeça, mas há uns 30 para inaugurar nos próximos 40 dias. Cada CEU, nós vamos avisar, obviamente, os Senadores e Deputados para estarem juntos nas inaugurações.

V. Ex^a perguntou do critério na cidade de São Paulo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – No Estado, sim.

A SRA. MARTA SUPLICY – Vocês sabem que São Paulo não teve nenhum CEU das artes, porque o Prefeito Kassab não se interessou. É aquela coisa de dizer que São Paulo é tão rica que não quer nada. É mentira. Eu fui Prefeita de São Paulo e eu sei que os problemas são deste tamanho, e precisa de ajuda.

Mas eu tenho conversado com Juca Oliveira, e parece que temos dois terrenos: um na Zona Sul e um na Zona Leste. Agora, eu não teria recurso do PAC para pôr lá, porque isso quem foi foi; quem não quis não quis.

Então, teria que tirar desse recurso que nós temos, dos R\$40 milhões, que os senhores já viram que cada minutinho há uma coisa. Esses R\$40 milhões vão ter que virar...

Mas eu tenho interesse todo e estou conversando porque eu acho que tem que haver um CEU das artes diferenciado, porque nós temos outros, mas lá temos que ter um CEU bem diferenciado. Então, há todo o interesse, e vai depender do interesse do Prefeito e do Secretário também.

Em relação à Senadora Lídice, eu comentei já um pouco da captação da Rouanet. A Lei Rouanet funcionou bem num determinado momento. Hoje, ela não tem mais sentido. O Procultura está avançando, como eu expliquei. Para fazer alguma coisa, enquanto o Procultura não sair, a partir desses dados, nós fize-

mos uma coisa que já está acontecendo, que foi uma surpresa grande. Não foi surpresa, mas foi um pouco. Quando nós começamos a verificar – obviamente não se declina a raça quando você faz a Rouanet –, percebemos que projetos para negros ou, até onde conseguimos entender, com criadores negros, praticamente não existiam na Rouanet; e, quando existiam e eram aprovados, eles não conseguiam captar, porque depois é preciso ir atrás. A Lei Rouanet aprova, depois você precisa ter quem patrocine, e eles não conseguiam.

Então, a partir disso, nós fizemos os editais para negros, que foi um sucesso retumbante, porque, primeiro, não havia gente se inscrevendo. Até eu lembro que eu falei com o Grassi lá da Funarte, e perguntei: “Quantos há inscritos?”. Ele ficou muito animado e falou assim: “3.800 bandas para se apresentarem no ano Brasil em Portugal”. Eu falei: “Ah, ótimo. Quanto há de editais dos negros?” “18 pessoas.” E, aí, eu falei que havia algo errado.

Depois, até percebermos que tínhamos de criar seminários em todos os Estados. Houve Estados que fizeram 24 seminários, Estados fizeram nas regionais para que, primeiro, chegassem às comunidades instituições afro-brasileiras; depois, que ajudassem a elaborar os projetos.

Bom, sabe quantos há agora?

No audiovisual: só há dez prêmios, e existem 296 projetos; na Funarte, 1.800 projetos; e, na literatura, na Biblioteca Nacional, mais cerca de 600 e poucos projetos.

Então, havia muita vontade de fazer, mas não havia jeito. E, aí, tem que fazer edital, porque você tem que dar o recurso. Não adianta mandar captar que não vai conseguir. Então, nós estamos tentando ver as brechas e, na Lei Rouanet, nós temos certeza de que o Procultura vai conseguir superar esse problema histórico.

Em relação à itinerância, aí também falando um pouco para a Senadora Kátia, que falou muito – a Lídice, também – que as coisas não chegam. Também há essa percepção de que não chegam, a partir dos dados que V. Ex^{as} viram. Foi gozado, pois tenho feito audiências públicas nos Estados, com as federações das indústrias, para sensibilizá-las para o Vale, e, nas câmaras, eu faço para o povo da cultura, colocando a minha preocupação de o Vale-Cultura ser usado nos lugares mais distantes. E a Presidenta da Associação do Circo falou assim: “Não, mas nós podemos ajudar. Nós podemos levar o circo, mas o circo pode ter um teatro; o circo pode ter filme.”

E nós ficamos animadíssimos!

Então, agora, pedimos para a Funarte fazer um edital especial para circo, para que eles possam com-

prar novas lonas, tablado, iluminação para teatro. Isso vai ajudar um pouco nessa questão da itinerância também, que pode mudar. Então, vamos tentando ver como suprir essas brechas que vamos encontrando.

Em relação aos CEUs, a Senadora Lídice levantou a questão de que as cidades menores, que são as que precisariam disso, não têm o recurso. Ela tem toda a razão. É uma preocupação.

O que eu tenho feito? E os Senadores podem ajudar – o Senador Suplicy, de São Paulo, que tem seiscentos e poucos municípios e muitos são pequeninhos; o Senador Cyro, o Senador Wellington também presente e o Senador Randolfe, que também chegou. Falo do consórcio, como tenho dito, para as cidades.

Se vocês não forem muito distante....

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Senadora, Ministra.

A SRA. MARTA SUPLICY – ...façam um CEU, e todos pagam o custeio.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Se me permite, eu dei um dado: 89% dos Municípios brasileiros têm menos de 50 mil habitantes. Até 50 mil habitantes representam 89,4%. Então, pode-se fazer um trabalho.

A SRA. MARTA SUPLICY – Pode. Eu não sei como é nos outros Estados. No Estado de São Paulo, eu conheço um pouco melhor. Mas sabemos que, às vezes, temos várias cidadezinhas juntas, e nenhuma delas pode ter um CEU. Agora, você faz um no meio e consegue que todos possam ir àquele cinema, que, em vez de funcionar nos sábados, pode funcionar todos os dias. É possível fazer um consórcio de manutenção, porque não fica tão caro.

É claro que não estamos falando de lugares que estão agora acometidos pela seca. Eu sei que a situação está terrível. Mas isso não é perene, não é Senador Wellington? Isso está sendo uma efeméride, que esperamos...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sofremos, mas queremos cultura e esporte.

A SRA. MARTA SUPLICY – É. Ele está fazendo um comentário bom: "Sofremos, mas queremos cultura e esporte." É isso mesmo.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sofre menos, não é?

A SRA. MARTA SUPLICY – É, mas sofre menos. Nós vamos tentar.

Ao mesmo tempo, estou pensando também – isto não sei como fazer; talvez eu possa e vou tentar descobrir como – nas cidades menores. Só que existe o problema de que elas são 89%. Mas podemos diminuir o teto ou fazer algo para as consorciadas, para conseguirmos que o Ministério pague; fazer algum outro

com esses tais R\$40 milhões. E espero que consigamos aumentá-lo do Fundo Nacional. Que possamos pagar a manutenção deles, porque nessas realmente acho que haverá dificuldades. Mas, já pensando nisso, a escolha feita pela minha antecessora foi uma escolha junto com o Ministério da Justiça – eram cinco ministérios. Foi uma escolha que privilegiou as cidades que teriam condição de pagamento.

Bom, para terminar, eu queria falar do Museu Afro.

Vou ver como fazer essa federalização, se ela é possível, porque nós temos dificuldades também.

Agora, do museu que vai ser construído em Brasília, eu gostaria de falar para vocês que foi uma das experiências mais extraordinárias que nós vivemos. Acompanhou-me o Presidente da Palmares, porque, no momento em que tínhamos o terreno, nós tínhamos de fazê-lo: "Senão vamos perdê-lo de novo", porque ele foi perdido, já que ficou muitos anos lá sem fazer nada, e a Capital Federal recuperou o terreno. Agora, ele voltou.

Então, fomos ver como é um museu que possa contar história, porque não queremos tanto um museu só com objetos, que certamente terá de haver, mas temos de contar a história do povo brasileiro.

O povo brasileiro tem 53% de negros ou afro-descendentes. Fomos visitar alguns museus a partir da ideia de visita do Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, que é um museu mais tecnológico.

Como é que se conta uma história?

A partir de quem fez o da Língua Portuguesa, que se chama Appelbaum, e que fez também o Museu do Holocausto, em Washington, e o Museu New Media, que é de tecnologia. Nós começamos por aí.

A primeira coisa que a gente aprendeu é que a maquete que existia – graças a Deus, não tinha projeto executivo – tinha que ir para o lixo. Quando você faz um museu da dor, você tem que ter um respiro. Quem já visitou esses museus em Jerusalém, ou outro, sabe. Auschwitz não é um museu, mas o Museu de Jerusalém, sim. Você tem que ter um respiro, Senadora, porque não aguenta a dor.

Então, nós percebemos com clareza, nesse de Washington, porque você saía daquela dificuldade e aí, de repente, você tinha um vidro, com um verde. Conscientemente, você não percebia o que era, mas aí fomos instruídos dos porquês da arquitetura. Então, a arquitetura é algo muito importante nesse museu.

Quando visitamos o New Media, o que percebemos? Que é muito rico, junto ao do Holocausto, o depoimento. No Museu do Holocausto, temos os depoimentos dos sobreviventes, gravados e de alguns que ainda ficam lá. E é muito contundente.

E, no New Media, para mostrar como funciona a mídia, eles gravaram os depoimentos do 11 de setembro – das pessoas que estavam, das que acudiam, dos bombeiros, de tudo –, para mostrar como a mídia se portou, como é que era, tal. Isso deu muita vivacidade aos depoimentos.

Então, aqui, nós percebemos que teríamos de ter os nossos quilombos. Há muita gente ainda para dar esse depoimento. A Palmares tem gravações, mas nós temos brechas nessas gravações que precisam ser rapidamente guardadas, recompostas e gravadas para que possamos ter isso no nosso museu.

Como agora vamos ter uma parceria com a Nigéria, eles estavam falando que queriam muito que, nos eventos, fossem chamados os “retornados”, que são os afrodescendentes que vieram como escravos para o Brasil e, depois, retornaram à África. Aí eu acho que nós temos depoimentos, também, muito importantes para tudo isso, porque esse é um museu que vai contar a história não contada.

A visita mais importante foi no Harlem, que não é um museu dessas grandiosidades; é um museu de acervo, com 300 mil livros, onde eles mostraram – esse é o dado mais importante – que, da África, saíram 10 milhões de escravos; 5 milhões vieram para o Brasil; entre 1700 e 1800, vieram 2,5 milhões para a lavoura.

Agora, o dado é que, para os Estados Unidos, foram 380 mil. Então lá, eles têm 13% de negros, e nós temos 53%. Então, se você for pensar, nós somos 53% de afrodescendentes no Brasil. A nossa cultura, o nosso Brasil foi construído com mãos africanas – fora as nossas descendências européias e indígenas. Ou seja, mais que tudo, a nossa cultura é negra. O que a gente gosta de comer na gastronomia vem da cultura negra; a dança é negra; a música é de influência negra.

Então nós somos um País negro!

E a capital da República tem que ter o mais completo e interessante museu que conte a história do negro aqui no Brasil.

Por isso, meu empenho em realmente tentar fazer esse museu, começando com essa fundação, projeto executivo, tudo, até o final do mandato da Presidenta de forma irreversível. Eu tenho perfeita consciência de que isso é algo de que precisamos aqui, com todos os eventos que vamos ter, ou sem eventos, porque não é nem para fora. É para nós mesmos esse reconhecimento.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Ministra, obrigado.

Antes de encerrar, o Senador Randolfe pediu a palavra.

Eu só queria lembrar uma coisa à Ministra. A senhora, quando prefeita de São Paulo, teve um projeto do teatro de rua e fez um apoio, que volta, agora, para o Ministério. Foi belíssimo. Eu tive oportunidade, uma vez, de confessar que me emocionei, na zona leste de São Paulo, com o que eu vi. Mas, realmente, aquilo é um apoio que V. Exª pode dar, uma contribuição a esses que têm muita dificuldade.

Por favor, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Senador Cyro, Presidente de nossa Comissão. Primeiro, pedir desculpas à Ministra Marta e, depois, ao senhor. A Ministra sabe muito bem que aqui, às quartas-feiras, nós temos de ser mil e uma utilidades. E a concorrência... Neste momento, estávamos tendo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Exatamente, tinha uma audiência na Comissão de Direitos Humanos, proposta por mim, sobre o aniversário do Massacre de Eldorado dos Carajás. Estávamos lá, eu e o Senador Eduardo Suplicy, havia ainda a Comissão de Constituição e Justiça com uma audiência com Governador, mas ainda cheguei a tempo, graças a Deus, de vê-la e acompanhar... E eu não quero ser estraga prazer de final de festa, porque já é horário de almoço. Primeiramente, minha tarefa é a de não me alongar aqui.

Eu tenho de, primeiro, fazer um registro, Ministra Marta, sobre sua gestão. Há um problema. Considero que uma pasta da Cultura em nosso País tem três dimensões centrais e fundamentais. A primeira delas: pela diversidade que a senhora mesmo agora destacou ter nosso País, compreender a cultura como um direito fundamental, aquele que tem de ser inscrito no art. 6º da Constituição, que proclama direitos sociais fundamentais a educação e a saúde. Está incompleto ali, porque cultura também tem de ser tratado como um direito tão importante quanto educação e saúde. Nenhuma das grandes nações do mundo é grande sem dar a importância devida que a pasta da Cultura merece e recebe.

No Ministério da Cultura, por ser V. Exª, em especial, um agente político e uma das principais lideranças políticas de nosso País, dá à pasta da Cultura esta dimensão: a de compreender cultura como direito fundamental. E dá essa dimensão por quê? Por ser Senadora da República, por ser uma liderança política, tem as condições, em torno de V. Exª, de fazer a pressão – entendam pressão no bom sentido da expressão – necessária junto à Presidente da República para ter esse olhar para a pasta da Cultura.

A segunda dimensão é que cultura, ainda mais em um País como o nosso – e V. Ex^a entende isso muito bem –, retrata o espelho de um povo. Qualquer Estado-Nação, ao colonizar e dominar outro, a primeira coisa que faz para subjugar um povo é destruir suas referências culturais. É assim.

O primeiro passo, o primeiro ato da ocupação branca-portuguesa sobre os negros africanos foi destruir seus valores culturais, tanto que é o principal padrão de resistência. Eu sempre insisto em dizer, e Marta conhece muito bem, uma manifestação cultural no meu Amapá, que é o marabaixo, retrato da resistência cultural negra. Assim foram os nazistas sobre os judeus; assim foram os brancos portugueses, como os demais europeus, com os africanos; assim foram os europeus com os indígenas: é preciso destruir seus valores culturais. Ao se destruir isso, subjuga-se.

Então, cultura é o retrato de um povo, é o retrato e o espelho de uma nação.

Eu me sinto contemplado com relação a isso, porque V. Ex^a falou, ainda há pouco, sobre a necessidade... V. Ex^a falou, com propriedade, sobre o quanto negro nós somos. V. Ex^a falou com muita propriedade, inclusive fazendo um paralelo. Veja a sociedade americana! V. Ex^a destaca que os negros foram levados para lá em quantidade menor do que os que vieram para cá.

A SRA. MARTA SUPLICY – Infinitamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Infinitamente menor.

E nós sabemos o quanto a sociedade americana tem influência negra, devido, inclusive, à luta negra.

Então, V. Ex^a traz aqui um símbolo fundamental: construir uma referência dessa nossa identidade onde tem de estar, ou seja, na sede da República, na capital da República. Mostra que essa dimensão está muito bem compreendida hoje.

E, terceiro, é compreender que cultura, como dizem nossos amigos comuns do Teatro Mágico, Fernando Anitelli, Gustavo Anitelli e outros, “cultura nunca pode ser mercadoria; mas cultura é um ativo econômico que mobiliza a economia”. Compreender essas três dimensões me parece central. Essas dimensões foram muito bem compreendidas no início do governo do Presidente Lula, na gestão do Ministro Gil, mas, lamentavelmente, há um período, essas dimensões – me parece – não foram tratadas como centro.

Eu quero fazer um registro, Ministra Marta. Desde a sua ascensão... Eu quero fazer um registro, Presidente Cyro, aqui a esta Comissão, do primeiro ato da Ministra Marta.

O primeiro ato da Ministra Marta, ao ascender ao Ministério, foi chamar os atores da Cultura e aqueles agentes culturais do protagonismo da cultura, que são

marginalizados, que participam das redes sociais, que se inserem em movimentos fantásticos como o Circuito Fora do Eixo, que participam de um dos melhores programas dos últimos anos da cultura nacional, que são os Pontos de Cultura – se V. Ex^a puder, peço para discorrer um pouco sobre como está a mobilização em relação a eles. E chamou todos eles para mesa, para discutir com eles quais seriam os próximos passos da cultura. Não existe uma construção de uma política nacional de cultura se não for com esses agentes. E V. Ex^a tem restaurado o diálogo com esses agentes. E, ao mesmo tempo em que tem restaurado o diálogo com esses agentes, apontar para cumprir o que foi decidido nas históricas conferências nacionais de cultura mostra que a sua gestão à frente do Ministério está recuperando um tempo que, lamentavelmente, foi perdido. Mais que isso, está disposta a construir o Ministério da Cultura a partir dessas três dimensões que considero centrais e fundamentais.

Eu queria aqui só fazer esse registro, Senador Cyro. Vim correndo atabalhado, para chegar à audiência, para, mais que perguntar – enfim, já está na hora do almoço e a sessão de perguntas já foi concluída –, para registrar aqui a decisão da Ministra Marta em retomar a política nacional de cultura baseada nessas dimensões. Isso seria nada se fosse somente baseado nessas dimensões. Além de baseada nessas dimensões, ela está buscando fazer o que é fundamental: conversar e dialogar com os agentes que produzem, que realizam o protagonismo cultural, que são os militantes da cultura nacional espalhados por todo o País. E o fato de, ao assumir o Ministério, ter sido esta uma das suas primeiras iniciativas demonstra a compreensão de que a política nacional de cultura pode ser feita, principalmente democraticamente, com aqueles que no dia a dia produzem e constroem a cultura nacional.

Meus cumprimentos a V. Ex^a e à Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Randolfe. E obrigado pela sua correria e por estar aqui presente e dignificar esta audiência.

Passo então a palavra para a Ministra.

A SRA. MARTA SUPLICY – Eu quero agradecer o convite, Senador e Senadora Ana Amélia, e as palavras do Senador Randolfe, que também tem sido um grande parceiro das questões da cultura.

E queria lembrar que nós temos – e aí vou pedir seu apoio, Senador, porque V. Ex^a tem uma importância muito grande nisso; conheço a posição da Senadora Ana Amélia e do Senador Randolfe – a questão do Ecad, que está aqui para ser votada. E é uma questão de enorme importância para nós, que entra em urgência, sai da urgência, entra em urgência, sai da urgência.

Ao contrário do que tem sido colocado por alguns visitantes na Casa, não é um projeto de acabar com o Ecad, que é quem arrecada. É um projeto que vai permitir a fiscalização do Ecad. E isso me parece muito importante – e foi bom ter colocado agora –, porque eu sinto que há uma má compreensão, na Casa, da questão. A questão não é sobre a competência no recolhimento, etc. A questão é na distribuição do que é arrecadado; na falta de transparência do que é arrecadado.

Nós tivemos nesta Casa uma CPI que apresentou resultados, e o projeto de lei resultante é o projeto que a Casa está com dificuldade de votar. E é um projeto fundamental. Não é um projeto de interesse do Ministério, no sentido do Ministério; é o interesse dos músicos deste País. E, como o Ecad realmente paga os grandes músicos, as pessoas de maior importância, muito bem, e outros são contratados nas suas organizações, nós temos uma dificuldade imensa de conseguir levar o que ocorre para os Senadores e até para a própria população. Não se trata de acabar com o Ecad; trata-se de dar transparência ao Ecad.

Com isso, eu encerro aqui a minha fala, agradecendo a presença de todos os Senadores e Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Um minutinho. Nós é que agradecemos.

A SRA. MARTA SUPLICY – Espera aí. Havia um bilhete do Senador Cristovam que eu esqueci. Ele lamentou porque, como disse o Senador Randolfe, hoje está uma loucura aqui. Ele quer fazer uma pergunta que é sobre a Cultura na Escola, e eu quero responder.

A Cultura na Escola é um projeto que foi assinado, quando eu ainda não estava aqui, pelo Ministério da Educação e pelo Ministério da Cultura, no ano passado, e leva para cinco mil escolas a cultura, com uma verba de R\$20 mil para cada escola. Ele foi assinado, depois houve a mudança na pasta, e, agora, vai ser lançado nesta semana que vai entrar – lançado, no sentido de que vai começar. Então, as escolas, como isso vai para o Brasil inteiro, podem começar a se engajar, olhar os editais, etc., para se inscreverem. Não é edital, é para se inscreverem.

Eu quero que esse recurso possa chegar, e elas terão R\$20 mil para contratarem. E também essa é uma fala para os produtores culturais. Eles vão ter que se cadastrar, para dizer “Nós nos oferecemos”, para as escolas poderem ter a possibilidade de escolher o que elas querem.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Ministra Marta, um último apelo aqui, inclusive, desta Comissão. É que tramita na CCJ da Câmara dos Deputados, a última comissão a deliberar, o PL nº

4.571, que disciplina a meia-entrada e a emissão de carteiras estudantis. Esse projeto, originário do Senado, teve origem nesta Comissão, há cinco anos, fruto de profícuos debates e reuniões com o setor cultural brasileiro – teatro, cinema, música, produção de *shows* – e o setor estudantil.

Dessa proposição, foi importado o texto aprovado ontem via emenda de autoria da Senadora Ana Amélia e minha, para o Estatuto da Juventude. Seria de extrema importância a aprovação dessa lei específica para a meia-entrada e emissão de carteiras, para não termos duas legislações diferentes sobre o mesmo tema, porque o Estatuto da Juventude voltou para a Câmara.

Espero, então, que V. Ex^a continue apoiando, agora, na Câmara dos Deputados, com o mesmo empenho, esse tema que tanto nos aflige e a vários setores.

A SRA. MARTA SUPLICY – Senador, eu estou acompanhando a luta árdua que ontem aconteceu, para que se saíssem os 40%, que é o que vai sair lá; se saísse diferente, nós não chegaríamos a lugar algum. Pode ter certeza de que nós vamos aprovar o 40% e 60%, porque foram cinco anos de enorme esforço das entidades estudantis, junto com a classe produtora, para chegar a um consenso. Então, finalmente, o consenso aconteceu. O Senado ontem reconheceu, e – tenho certeza – a Câmara também vai reconhecer. Mas nós estaremos lá o tempo todo, porque isso vai ser um salto extraordinário.

Só para o Senador Randolfe. Senador Randolfe, na Semana do Índio, que é no dia 19, nós vamos... Espera aí... Nós estávamos na Semana do Índio, mas amanhã, nós vamos ter uma Comissão Nacional de Pontos de Cultura, e eu fico contente. Vai ser a primeira vez que um ministro vai a uma Comissão de Pontos de Cultura. Amanhã eu recebo as lideranças indígenas, porque os índios já têm ponto de cultura também. Então, isso é algo muito importante que está sendo incentivado também pelo Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Ministra, eu quero passar às mãos de V. Ex^a um agradecimento feito pelo senhor Eduardo Barata, Presidente da APTR (Associação dos Produtores de Teatro do Rio), e pela Maria Siman, Diretora também da APTR. Eles fazem questão de agradecer pelo empenho na aprovação de ontem da Juventude.

Eu quero agradecer bastante, nesta audiência pública, à Ministra Marta, porque, com certeza, nós vamos sair daqui já pintando esse patinho; ele já começa a não ser tão feio. A cultura, provavelmente, daqui para a frente, não vai ser um patinho tão feio. Nós vamos até o final da sua gestão no Ministério transformá-la num cisne bonito, branco. Agradeço os esclarecimentos. Esta Comissão estará à sua inteira disposição. Esse

projeto mencionado está em tramitação e, assim que chegar, nomeamos a relatoria e vamos dar celeridade.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Só para auxiliá-lo, fazendo um apelo pessoal, em nome da Bancada da Bahia, a todos os Senadores aqui presentes, porque vamos ter hoje uma reunião extraordinária, às 14h30min, para votarmos o projeto de criação da Universidade do Sul da Bahia. V. Ex^a tem tido toda a disposição, disponibilidade, persistência, dando apoio e solidariedade a todos nós, baianos. Por isso, eu peço aos membros desta Comissão para estarem aqui presentes para garantir essa votação.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Atendendo ao pedido da nobre Senadora, convoco para as 14h30min uma reunião extraordinária e deliberativa para aprovarmos o projeto da criação da Universidade do Sul da Bahia.

Agradecemos a presença de todos, esperando vê-los às 14h30min, e à Ministra, mais uma vez, o nosso apreço, o nosso carinho. Continuamos enfileirados. Seremos soldados do Ministério da Cultura.

Muito obrigado, Ministra.

(Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 40 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2013.

Às quatorze horas e trinta e oito minutos do dia dezessete de abril de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Romero Jucá, João Alberto Souza, Ana Amélia, Benedito de Lira, Kátia Abreu, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, João Capiberibe, Valdir Raupp e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ângela Portela, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Pedro Simon, Ciro Nogueira, Alvaro Dias, Paulo Bauer, José Agripino e Mozarildo Cavalcanti. Neste momento, a Presidência submete à Comissão

a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria da Presidência da República, que “Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Sul da Bahia – UFESBA, e dá outras providências”. A relatora designada é a Senadora Lídice da Mata e o parecer favorável é aprovado. Logo após, a Senhora Senadora Lídice da Mata, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento de Urgência ao PLC nº 12, de 2013, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 3**). **Item 2: Requerimento nº 11/2013-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cyro Miranda, que requer “... nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência, para o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2005, que ‘Dispõe sobre a obrigatoriedade de homenagem permanente a Santos Dumont, o Pai da Aviação, nos aeroportos, bases aéreas e similares’, de autoria do Senador Marcelo Crivella”. O Requerimento é aprovado. Prosseguindo, a Presidência passa à deliberação do item incluído extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 3: Requerimento nº 12/2013-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que requer “... nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2013, que ‘Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Sul da Bahia – UFESBA, e dá outras providências’, de autoria da Presidente da República”. O Requerimento é aprovado. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda**, encerra a reunião às quatorze horas e cinquenta e quatro minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cyro Miranda**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário, proposta de dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Temos em pauta, nesta reunião extraordinária deliberativa, o item 1 da pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 12, de 2013

- Não Terminativo -

Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Sul da Bahia – UFESBA, e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Favorável

Observações:

Matéria terminativa no Plenário.

Com a palavra, a Relatora.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para mim é uma grande honra poder relatar, nesta tarde, esse projeto, que foi relatado, pela manhã, na Comissão de Constituição e Justiça, pelo competente Senador Walter Pinheiro. Ontem, foi motivo de pronunciamento do Senador João Durval Carneiro.

Foi aprovado na Câmara e veio para o Senado o Projeto de Lei nº 12, de 2013, que dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Sul da Bahia – Ufesba, e dá outras providências.

Vem à análise desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 12, de 2013, de autoria da Presidenta da República, que dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Sul da Bahia – Ufesba, e dá outras providências.

O PLC visa a criar a Universidade Federal do Sul da Bahia (Ufesba), com natureza jurídica de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro no Município de Itabuna e *campi* nas cidades de Porto Seguro e Teixeira de Freitas. Segundo o projeto, a Ufesba terá o objetivo de ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional por meio de uma atuação *multicampi*. A proposição dispõe sobre o patrimônio e os recursos financeiros da instituição e autoriza o Poder Executivo a transferir para a nova universidade bens móveis e imóveis integrantes do patrimônio da União necessários ao seu funcionamento.

Nos termos do PLC, a implantação da autarquia ficará sujeita à existência de dotação específica no orçamento geral da União. A administração superior da

Ufesba, conforme o PLC nº 12, de 2013, será exercida pelo Reitor e pelo Conselho Universitário no âmbito das respectivas competências, a serem definidas no estatuto e no regimento geral da entidade.

Para compor o quadro de pessoal da Ufesba, o projeto prevê a criação de 617 cargos de Professor da Carreira de Magistério Superior e 623 cargos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação previsto pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Desses últimos, 242 correspondem a cargos de nível superior Classe E e 381 de nível intermediário Classe D, na forma descrita no Anexo do PLC.

Portanto, Sr. Presidente, vou direto à análise, ressaltando que a proposição não recebeu nenhuma emenda na Câmara dos Deputados e também aqui, na Comissão de Constituição e Justiça. Também não faço nenhuma emenda.

Análise:

Nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que digam respeito a instituições educativas e formação e aperfeiçoamento de recursos humanos, entre outros assuntos. Assim, a análise do PLC nº 12, de 2013, conforma-se às competências regimentalmente atribuídas a este colegiado.

O PLC tem como objetivo a implantação da terceira universidade federal no Estado da Bahia, com início das atividades previstas para 2014. A instituição materializará a oferta de educação pública superior de qualidade em uma região ainda carente de vagas em cursos universitários, sem descuidar da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

As atividades da Ufesba atingirão uma região composta por 48 Municípios, cobrindo uma área de mais de 40 mil km². A população total da região é superior a 1,5 milhão de habitantes. Conforme dados de 2010, existem hoje cerca de 66 mil alunos do ensino médio na rede pública nesses Municípios, e a oferta de vagas nas instituições públicas de ensino superior não passa de 1.500.

Fica patente, assim, a importância desta iniciativa. A previsão do Governo Federal é de que a nova universidade esteja plenamente implantada até o ano de 2020, oferecendo mais de dez mil novas vagas no ensino superior.

Vale mencionar, ainda, que o projeto da Ufesba, construído e debatido em audiências públicas realizadas em toda a região meridional do Estado, traz várias inovações importantes não só no que se refere à estrutura curricular adotada, mas também no tocante à articulação com a educação básica e com as vocações econômicas regionais.

De certo modo, as inovações remontam ao projeto original concebido por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro para a Universidade de Brasília (UnB). Entre essas inovações, destacamos a organização de bacharelados e licenciaturas interdisciplinares, fundamentados em grandes áreas do conhecimento e eixos de formação. Também ganham relevo as parcerias com entidades privadas de serviço social e formação profissional vinculadas ao sistema sindical (Sistema “S”) e com os institutos da rede federal de educação profissional para a oferta de cursos superiores tecnológicos.

A arquitetura curricular da Ufesba seguirá o esquema de Ciclos de Formação, com modularidade progressiva e certificações independentes a cada ciclo. O regime letivo será quadrimestral e o uso de tecnologias de informação e comunicação será intensivo, de modo a superar o ambiente escolar tradicional.

Deve-se dar destaque, também, à articulação com a Secretaria Estadual de Educação, com vistas a criar uma Rede de Colégios Universitários (CUNI), situados em escolas públicas de ensino médio dos maiores municípios da região, que, juntamente com o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), constituirá o principal mecanismo de ingresso na Ufesba. Os primeiros períodos do bacharelado interdisciplinar, por exemplo, poderão ser cursados nos próprios colégios da Rede Cuni, integrados aos *campi* da universidade via rede digital de alta velocidade.

Em suma, o PLC nº 12, de 2013, dá concretude à política de expansão e interiorização do acesso à educação superior pública, mediante a implantação de uma universidade cujo projeto tem como principais características a inovação, a excelência e o compromisso com a inclusão social.

No mérito, não temos dúvidas sobre a importância da matéria, para o Estado da Bahia e para a educação brasileira, o que recomenda a acolhida desta Comissão.

Aliás, Sr. Presidente, eu aqui acrescentaria não apenas para o Estado da Bahia, mas também para o Estado do Espírito Santo, já se trata de uma região de fronteira com o Estado do Espírito Santo e uma fronteira que, em muitas situações, não existe. No Município de Teixeira de Freitas, que é quase Espírito Santo, eu não tenho dúvidas de que essa nova universidade abrirá oportunidades também para parte da juventude do Espírito Santo.

Pelas razões apresentadas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2013 (Projeto de Lei nº 2.207, de 2011, na origem).

É o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Lídice da Mata.

A matéria está em discussão.

Senadora, que quero parabenizá-la não só pelo relatório, mas pelo esforço que toda bancada, capitaneada por V. Ex^a, conseguiu com esse feito. Nós que temos Estados de dimensões muito grandes sabemos o quanto é importante mantermos aquele aluno, aquele futuro profissional nas suas bases. V. Ex^a está criando uma universidade onde há uma população de 1,5 milhão de habitantes. Aqui não diz, mas a distância para Salvador deve ser de aproximadamente...

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Seiscentos quilômetros. São dez horas de viagem rodoviária.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Dez horas de viagem. Quer dizer, impossível. Então, com isso, está fixando, diminuindo os problemas das grandes metrópoles, porque estão mantendo aquele profissional, e provavelmente ele fixe ainda como profissional no futuro na região.

Estão de parabéns todos os Parlamentares.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Senador Cyro Miranda, além disso, a Bahia é o segundo Estado na pior relação entre a demanda por universidade, pelo ensino superior, e a oferta de vagas. Então, nós só estamos atrás de São Paulo em nível superior público, gratuito.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pelo que sei, essa situação vai melhorar, porque já há outro projeto na Câmara vindo para cá, de instalação de mais uma, se não me engano, no...

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Trata-se da Universidade Federal do Oeste, que acaba de ser aprovada na Câmara. Esperamos que, imediatamente, venha para aqui, até em condição de votação terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Parabenizo V. Ex^a e todos os baianos que se incumbiram dessa missão.

A matéria continua em discussão.

Não havendo quem queira discutir, colocamos em votação.

Como esta matéria não é terminativa, é terminativa no plenário, não precisando de quórum qualificado, a matéria está aprovada.

Nós temos um requerimento já lido.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Só para solicitar a V. Ex^a a inclusão, como extrapauta, de requerimento de urgência para que este Projeto de Lei possa ir ao plenário em regime de urgência, após, é claro, a votação do requerimento já incluído na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/ PSDB – GO) – Primeiro, vamos colocar em votação o requerimento extrapauta, a pedido da Senadora Lídice da Mata.

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão.

Aprovada inclusão de requerimento extrapauta. Item 2.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 11, de 2013

Requeiro, nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência, para o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2005, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de homenagem permanente a Santos Dumont, o Pai da Aviação, nos aeroportos, bases aéreas e similares”, de autoria do Senador Marcelo Crivella.

Autoria: Senador Cyro Miranda

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passa-se agora ao requerimento extrapauta de autoria da Senadora Lídice da Mata.

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 12, de 2013

Requeiro, nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2013, que “Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Sul da Bahia – UFESBA, e dá outras providências”, de autoria da Presidente da República.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Submeto a apreciação e votação das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O requerimento está aprovado.

Agradeço a presença de todos e encerro a presente reunião, convocando para dia 18 de abril, quinta-feira, às 10h na manhã, a 13ª Reunião Extraordinária

da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com audiência pública, com a finalidade de situação dos vereadores do Brasil na ótica da educação. A autoria do Requerimento nº 7, de 2013, é do Senador Paulo Paim.

Ficam, então, todos convidados para quinta-feira, às 10h, no Auditório Antonio Carlos Magalhães, Interlegis, no Anexo “E” do Senador Federal.

Agradecendo mais uma vez a presença de todos, encerro a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 54 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE ABRIL DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 11H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA Nº 6.

Às onze horas e cinquenta e dois minutos do dia nove de abril de dois mil e treze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador BLAIRO MAGGI, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores ANIBAL DINIZ, JORGE VIANA, IVO CASSOL, KÁTIA ABREU, ATAÍDES OLIVEIRA, JOSÉ AGRIPINO, BLAIRO MAGGI, EDUARDO AMORIM, FERNANDO COLLOR, VANESSA GRAZZIOTIN, JOÃO CAPIBERIBE, FLEXA RIBEIRO e ARMANDO MONTEIRO. Deixam de comparecer os Senhores Senadores ACIR GURGACZ, ANA RITA, RODRIGO ROLLEMBERG, ROMERO JUCÁ, LUIZ HENRIQUE, GARIBALDI ALVES, VALDIR RAUPP e CÍCERO LUCENA. A Presidência declara abertos os trabalhos e, após a leitura de um resumo da última reunião, submete a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes documentos: Convite do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviços Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil) para o lançamento da Agenda Legislativa das Telecomunicações 2013, a ser realizada no dia 9 de abril, às 10 horas, na Bottarga Ristorante, no Espaço Maria Tereza. O convite se encontra à disposição para consulta na secretaria da comissão; Mensagem nº 21, de 2013, que submete à consideração do Senado Fe-

deral o nome do Sr. Paulo Lopes Varella Neto para ser reconduzido ao cargo de diretor da Agência Nacional de Águas (ANA). A matéria é distribuída ao Senador Ivo Cassol para relatar e é convocada para a terça-feira seguinte a sabatina do indicado. LEITURA DE AVISOS, em conformidade ao Ato nº 02, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. Conforme análise prévia, os seguintes avisos serão distribuídos para relatoria: Aviso nº 14, de 2013, que encaminha o Aviso nº 264, do TCU, de 20 de março de 2013. Cuida da tomada de conta especial instaurada pela ECTC em decorrência de representação oriunda da CPI dos Bingos, enquadrado no inciso V, do art. 2º, do Ato nº 2/2009–CMA; e Aviso nº 280, do TCU, de 03 de abril de 2013, que cuida de levantamento com objetivo de conhecer a organização e o funcionamento da estrutura de governança e operacionalização da segurança pública da Copa do Mundo, enquadrado no inciso III, do art. 2º, do Ato nº 2/2009–CMA. Conforme análise prévia, o aviso seguinte está à disposição dos Senadores membros para consulta na Secretaria da Comissão por sete dias: Aviso nº 267, do TCU, de 27 de março de 2013, que trata de relatório anual de atividades do TCU relativo ao ano de 2012, enquadrados no inciso IV, do art. 2º, do Ato nº 2/2009–CMA. Passa-se à PAUTA. ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 14, de 2013, que “Requer nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e artigo 102-A, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para debater a suspensão e a extinção de vôos nos Estados de Mato Grosso do Sul, Acre e Espírito Santos. Para tanto, solicita a convocação das autoridades e dirigentes nominados abaixo: Dr. Marcelo Pacheco dos Guarany – Diretor–Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; Dr. Marco Antônio Bologna – Presidente da TAM Airlines; e - Dr. Paulo Sérgio Kakinoff – Presidente da GOL Linhas Aéreas Inteligentes”. **Autoria:** Senadores Jorge Viana, Waldemir Moka (não membro) e Ricardo Ferreira (não membro). Resultado: Retirado pelo autor. ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 15, de 2013, que “Requer, nos termos do art. 71, incisos IV e VII, da Constituição Federal e dos arts. 215 e 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Tribunal de Contas da União informações constantes dos quesitos abaixo relacionados, relativamente a cada uma das seguintes entidades: a) Con-

federação Nacional da Indústria (CNI); b) Confederação Nacional do Comércio (CNC); c) Confederação Nacional da Agricultura (CNA); d) Confederação Nacional do Transporte (CNT); e e) Organização das Cooperativas Brasileiras. Os quesitos são os seguintes: 1) Arrecadação dos exercícios de 2010, 2011 e 2012; 2) Disponibilidade financeira dos exercícios findos, 2010, 2011 e 2012; 3) Valor total da folha de pagamento, exercício 2012; 4) Total de gastos com publicidade e eventos, exercício de 2012; e 5) Relação dos 10 (dez) maiores fornecedores”. **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. Resultado: Rejeitado. ITEM 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 16, de 2013, que “Com base no art. 71, VII, da Constituição Federal combinado com o art. 215, I, a, do Regimento Interno do Senado Federal, solicita-se as seguintes informações ao Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União: - salário mensal fixo, gratificações, ajuda de custo e outros proventos, em novembro e dezembro de 2012 e janeiro de 2013, dos presidentes e diretores das seguintes entidades: (1) Confederação Nacional da Indústria – CNI; (2) Confederação Nacional do Comércio – CNC; (3) Confederação Nacional do Transporte – CNT; (4) Confederação Nacional da Agricultura – CNA; (5) Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB”. **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. Resultado: Rejeitado. ITEM 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 17, de 2013, que “Com fulcro nos art. 71, IV, da Constituição Federal (CF), e nos termos do art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja encaminhado ao Tribunal de Contas da União (TCU) pedido de realização de auditoria de natureza contábil e financeira nas seguintes entidades que recebem contribuições para-fiscais de interesse de categorias econômicas, conforme estabelecido no art. 149 da CF, e que, por força do disposto no art. 71, II, da CF, estão sob a jurisdição daquela Corte de Contas: a) Confederação Nacional da Indústria (CNI); b) Confederação Nacional do Comércio (CNC); c) Confederação Nacional da Agricultura (CNA); d) Confederação Nacional do Transporte (CNT); e e) Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). As auditorias devem abranger a análise dos seguintes itens: 1) balanços patrimoniais, em âmbito nacional e regional; 2) disponibilidades financeiras dos anos findos, 2010, 2011 e 2012; 3) receitas efetivamente arrecadadas nos anos de 2010, 2011 e 2012; 4) despesas, principalmente as classificadas nas rubrica publicidade e eventos, no ano de 2012; 5) folha de pagamento do exercício de 2012; e 6) contratos dos dez maiores fornecedores, no que se refere a licitações e contratos”. **Autoria:** Senador Ata-

ídes Oliveira. Resultado: Retirado pelo autor. ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 488, de 2011 - Terminativo, que “Dispõe sobre a coleta e a destinação final de equipamentos eletroeletrônicos descartados e seus componentes”. **Autoria:** Senador Blairo Maggi. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena. **Relatório:** Pela rejeição. Resultado: Rejeitado o projeto, por 8 votos favoráveis à rejeição, 1 voto contrário e nenhuma abstenção. ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 582, de 2011 - Terminativo, que “Altera a Lei nº 11.337, de 26 de julho de 2006, que determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica, para obrigar que todos os equipamentos elétricos e eletrônicos de baixa tensão para uso doméstico comercializados no Brasil sejam bivolt”. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Luiz Henrique. **Relatório:** Pela rejeição. Resultado: Rejeitado por unanimidade. É aprovada a inclusão EXTRAPAUTA da seguinte matéria, em substituição ao Requerimento da Comissão Meio Ambiente, Defesa do Cons., Fisc. e Contr Nº 14, de 2013 (item 1): ITEM 11) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 18, de 2013, que “Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para debater sobre a qualidade dos serviços aéreos ofertados aos brasileiros e se os direitos dos consumidores estão sendo observados nos casos de suspensão e extinção de voos, de fixação dos preços de passagens (inclusive variação entre os preços mínimo e máximo) e de cobrança das elevadas multas por remarcação. Para tanto, solicito que sejam convidados: - Dr. Marcelo Pacheco dos Guaranys – Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; - Representante da Associação Brasileira das Empresas Aéreas; - Representante de entidade de defesa dos direitos do usuário de transporte aéreo”. **Autoria:** Senador Jorge Viana. Resultado: Aprovado. As demais matérias ficam adiadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, Estevão Hagel Ledur, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Blairo Maggi**, Presidente da Comissão de

Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DA TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 09/04/2013

(*Texto com revisão*).

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa, da 54ª Legislatura.

Pela ordem, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Só para esclarecer a V. Exª que, em relação ao item 1 da pauta, um requerimento de minha autoria, reformulei o requerimento e pediria que a mesa redistribuísse aos colegas.

O item 1 passaria a ser, então, o mesmo requerimento com a alteração que fiz. O que está na separata não é o requerimento que vai ser apreciado.

Por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana. Nós vamos, depois, ler o novo requerimento de V. Exª.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 14, de 2013

Requerem nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e artigo 102-A, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para debater a suspensão e a extinção de vôos nos Estados de Mato Grosso do Sul, Acre e Espírito Santos. Para tanto, solicitam a convocação das autoridades e dirigentes nominados abaixo:

– Dr. Marcelo Pacheco dos Guaranys – Diretor – Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC;

– Dr. Marco Antônio Bologna – Presidente da TAM Airlines;

– Dr. Paulo Sérgio Kakinoff – Presidente da GOL Linhas Aéreas Inteligentes.

Autoria: Senador Jorge Viana e outros.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – O resumo da reunião anterior, uma audiência pública para discutir as denúncias vinculadas pelo programa Fantástico da Rede Globo sobre as condições dos abatedouros de bovino no Brasil.

Submeto aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata será publicada no *Diário do Senado Federal*. Comunicados da Presidência

Comunico o recebimento dos seguintes documentos:

– Convite do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviços Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil) para o lançamento da Agenda Legislativa das Telecomunicações 2013, a ser realizada hoje, dia 9 de abril, às 10 horas, na Bottarga Ristorante, no Espaço Maria Tereza.

O convite encontra-se à disposição dos membros na Secretaria desta Comissão.

– Mensagem nº 21, de 2013, que submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Paulo Lopes Varella Neto, para ser reconduzido ao cargo de diretor da Agência Nacional de Águas (ANA).

A matéria será distribuída para relatoria. O Relator será o Senador Ivo Cassol.

Convoco, então, para terça-feira da semana que vem, a sabatina do Sr. Paulo Lopes Varella Neto e, desde já, designo o Senador Ivo Cassol como Relator da Mensagem nº 21, de 2013.

Leitura de Aviso:

Em conformidade com o Ato nº 2, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, do Senado Federal, informo que todos os avisos estão relacionados na pauta da reunião.

– Aviso nº 14, de 2013: encaminha o Aviso nº 264, do TCU, de 20 de março de 2013, que cuida da tomada de conta especial instaurada pela ECTC em decorrência de representação oriunda da CPI dos Bingos, enquadrado no inciso V, do art. 2º, do Ato nº 2/2009–CMA.

– Aviso nº 280, do TCU, de 03 de abril de 2013, que cuida de levantamento com objetivo de conhecer a organização e o funcionamento da estrutura de governança e operacionaliza-

ção da segurança pública da Copa do Mundo, enquadrado no inciso III, do art. 2º, do Ato nº 2/2009–CMA.

Conforme análise prévia, esses avisos serão distribuídos para relatoria.

Aviso nº 267, do TCU, de 27 de março de 2013, trata de relatório anual de atividades do TCU relativo ao ano de 2012, enquadrados no inciso IV, do art. 2º, do Ato nº 2/2009–CMA.

O Aviso está à disposição dos Senadores e das Senadoras membros para consulta na Secretaria da Comissão por sete dias.

Passamos à pauta.

Vou aproveitar que temos quórum para deliberar e vamos direto à pauta dos itens terminativos.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 488, de 2011

- Terminativo -

Dispõe sobre a coleta e a destinação final de equipamentos eletroeletrônicos descartados e seus componentes.

Autoria: Senador Blairo Maggi

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela rejeição.

Como o relatório do Senador Cícero Lucena foi lido na reunião do dia 05/03/2013, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o projeto.

Quem vota com o Relator vota pela rejeição e vota “não”.

Vamos, então, ao voto.

O Senador Anibal Diniz não está presente. (*Pausa.*)

Senador Gurgacz. (*Pausa.*)

Senador Jorge Viana, como vota?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com o Relator, “não”.

Senadora Ana Rita. (*Pausa.*)

Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com o Relator.

Senador Luiz Henrique, Romero Jucá, Garibaldi, Valdir Raupp, Ivo Cassol. (*Pausa.*)

Ivo Cassol estava aqui agora. (*Pausa.*)

Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – “Não”, com o Relator.

Senador Ataídes Oliveira. (*Pausa.*)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – “Não”, com o Relator.

O Senador Cícero Lucena não está presente.

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – “Não”, com o Relator.

Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sim, Presidente.

Senador Presidente Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com o Relator. Vota “não”.

Senador Delcídio, Senadora Vanessa, Senador Cristovam, Senador João Capiberibe, Senador Sérgio Souza, Senador Eduardo Braga, Senador Eunício, Senador Aloysio Nunes. (*Pausa.*)

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com o Relator. Vota “não”.

Senador Gim, Senador João Costa. (*Pausa.*)

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Vota com o Relator.

Vamos ao voto.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Oito votos “NÃO”; um voto “SIM”.

O projeto foi rejeitado.

Agradeço o voto do meu Vice-Presidente, Senador Eduardo Amorim.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 582, de 2011

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.337, de 26 de julho de 2006, que determina a obrigatoriedade de as edi-

ficações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica, para obrigar que todos os equipamentos elétricos e eletrônicos de baixa tensão para uso doméstico comercializados no Brasil sejam bivolt.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Pela rejeição.

O Senador Luiz Henrique não está presente.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o projeto.

Quem vota com o Relator, vota pela rejeição e vota “não”.

Como vota o Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Vota “não”.

Senador Rodrigo Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com o Relator, vota “não”.

Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com o Relator, vota não.

Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com o Relator, vota não.

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Não, com o Relator.

Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Não, com o Relator.

Senador Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com o Relator, vota não.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com o Relator, vota não.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – O projeto está rejeitado por unanimidade.

Vamos ao item 1, que é um requerimento do Senador Jorge Viana, que diz o seguinte...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Pois não, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu não sei se regimentalmente... Esse item 10, eu acho que é da maior importância. É um projeto de autoria do Senador Pedro Taques, e eu gostaria, queria pedir vista, tendo em vista a importância dele, que é regulamentar artigo da Constituição sobre os reservatórios que temos, para ouvir a ANA. Se nós deixarmos para a outra semana, vamos ter um atraso maior, mas eu não sei se regimentalmente...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador, regimentalmente, pedir vista só depois da leitura. Ainda não foi lido.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Foi lido. Ele é terminativo hoje.

Ah, não foi lido. Ele é novo, desculpe. Está bem. Então, quando for feita a leitura, eu faço a minha intervenção. Desculpe e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Então, vamos lá ao requerimento de autoria do Senador Jorge Viana:

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 18, de 2013

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para debater sobre a qualidade dos serviços aéreos ofertados aos brasileiros e se os direitos dos consumidores estão sendo observados nos casos de suspensão e extinção de voos, de fixação dos preços de passagens (inclusive variação entre os

preços mínimo e máximo) e de cobrança das elevadas multas por remarcação. Para tanto, solicito que sejam convidados: Dr. Marcelo Pacheco dos Guaranys – Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; Representante da Associação Brasileira das Empresas Aéreas; Representante de entidade de defesa dos direitos do usuário de transporte aéreo.

Autoria: Senador Jorge Viana

Observações:

Incluído em substituição ao Requerimento nº 14, de 2013 – CMA (Item 1)

Em votação o requerimento, então, do Senador Jorge Viana.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Os itens 2, 3 e 4, de autoria do Senador Ataídes Oliveira, serão votados em globo, já que são do mesmo assunto e da mesma referência.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Presidente. Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Pela ordem, Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Gostaria que V. Ex^a me concedesse alguns poucos minutos para eu fazer um breve relato sobre o porquê dos meus requerimentos.

E a princípio, Presidente, eu gostaria já, *a priori*, de solicitar a exclusão do Requerimento do item 4, Presidente, em que eu peço uma auditoria. Eu gostaria então de excluí-lo neste momento. Ficariam então os itens 3 e 2 da pauta, em que peço informações.

Pois bem, Presidente. Meus nobres pares, Senadores e Senadoras aqui presentes, hoje pela manhã, eu fui buscar informação, junto ao TCU, sobre as confederações que compõem o Sistema S – CNI, CNA, CNT, OCB...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, há uma impropriedade aí já logo no início da exposição.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Estou com a palavra, Presidente.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – As confederações não integram o Sistema S.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Presidente?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Olha que impropriedade!

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Armando, eu vou garantir a fala do Senador Ataídes. Depois, eu passo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO)

– Muito obrigado, Presidente.

Então, fui buscar informação sobre as confederações dessas entidades que compõem o Sistema S. E tive a informação, meus pares, de que as confederações que eu relatei aqui não são fiscalizadas por órgão nenhum deste País. Essas confederações...

Eu quero ler o art. 70 da nossa Carta Maior, Presidente. O art. 70, para não perdermos muito tempo, no seu Parágrafo Único diz o seguinte:

Art. 70.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

É importante, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras: art. 70, parágrafo Único. Vamos lá, Presidente.

As confederações foram criadas por lei. Eu aqui serei o mais breve possível. A CNI tem uma arrecadação de 4% do Senai. De toda arrecadação do Senai, repassam-se 4% dessas contribuições à CNI. E 2% o Senai passa, de toda sua arrecadação, para a CNI. Isso significa que, de acordo com a arrecadação que essas duas entidades obtiveram no ano de 2012, segundo o TCU, acredito que a CNI deve ter tido uma receita em torno de R\$320 milhões a R\$350 milhões, em 2012.

A CNC, também criada por lei, tem uma arrecadação anual de 3% de toda arrecadação do Sesc e Senac. Eu não tenho esse valor, mas é uma quantia exorbitante.

A CNA, também criada por lei, tem uma arrecadação do Senar e de suas federações de 2%.

A OCB, que é do SESCOOP, tem uma arrecadação de 2% sobre toda arrecadação do SESCOOP.

E a CNT – Confederação Nacional do Transporte tem uma arrecadação de 10% de toda arrecadação do Sest Senat.

Pois bem, Presidente, aqui se percebe, com todos os meus estudos há quase 2 anos, que as confederações hoje devem receber algo muito próximo a R\$1 bilhão, de dinheiro público. São contribuições sociais. Não se trata de contribuição sindical. Contribuição sindical é outra coisa.

Essa contribuição social é determinada no art. 149 da nossa Constituição Federal, no seu § 2º, que trata de contribuições sociais, ou seja, esse dinheiro que vai para as confederações é tributo. Eu não tenho dúvida, porque o próprio Tribunal de Contas disse isso. É tributo.

Pois bem, Presidente, em se tratando de tributos, este Parlamento, em especial esta douta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – salvo melhor juízo – tem a atribuição de buscar informações. E o que eu quero aqui, nesses nossos requerimentos, nos itens 2 e 3, é exatamente isso, é buscar informações junto a essas confederações.

Presidente, mais um detalhe importante que vale a pena a gente ressaltar. A CNC – estou aqui com a nota do *Jornal do Brasil* e estou com notas de todas as confederações, mas prefiro me ater tão somente a esta, até porque aqui há companheiros nossos...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Para finalizar, por favor.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Estou quase finalizando, Presidente. Prefiro mencionar somente a CNC, só para que se tenha uma noção do que são as federações hoje no nosso País.

A Confederação Nacional do Comércio (CNC), cujo objetivo deveria ser o de zelar pelos interesses do trabalhador, qualificação da mão de obra – que tanto tenho dito –, decidiu entrar firme no mercado imobiliário de Brasília, com a construção de dez edifícios, com um custo estimado em R\$700 milhões. Uma etapa de quatro torres já está em construção no valorizado Setor de Autarquias Norte, em uma área que fica praticamente sobre a quadra residencial 402 norte. O mais interessante aqui, Sr. Presidente: sem concorrência.

Para estrear no mercado imobiliário – o Sesi e o Senai já estão no mercado imobiliário há anos –, a CNC escolheu como parceria a construtora Via Engenharia do Distrito Federal, mas não explicou como a escolheu.

Ou seja, Presidente, não é possível que esta Casa, que os nossos pares, com todo respeito, com toda vênia, não se sensibilizem com esse meu requerimento. Estou, simplesmente, Senador Flexa Ribeiro, Senador Ivo Cassol, buscando informações, que é um dever que acho desta Comissão e das atribuições que me conferem.

Então eu queria deixar isso muito claro, Presidente. Não se trata de contribuição sindical. É quase R\$1 bilhão de dinheiro do povo, e não há fiscalização, e não há informações nenhuma, e são blindadas, literalmente, por este Parlamento.

Por isso, conclamo aos nossos companheiros aqui que votem, porque precisamos dessas informações.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senador Ataídes.

Com a palavra, o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)

– Sr. Presidente, alguém já disse, com propriedade, que é mais fácil desintegrar o átomo que quebrar um preconceito. E verifico isso a cada dia nesse debate que está sendo travado aqui sobre o Sistema S.

Muitas informações são jogadas ao ar, de maneira absolutamente desconectada, em vez de induzirem a uma boa compreensão do tema. E volto a dizer: o debate é altamente salutar, ninguém tem o direito de interditar o debate nesta Casa. E não há entidade ou instituição que não esteja submetida ao controle social.

Portanto, quero, de logo, transmitir esse entendimento. Tudo deve ser discutido. Agora, é evidente que, em respeito ao Congresso Nacional, as discussões têm que ser pautadas por um mínimo de consistência do ponto de vista das informações.

O Senador Ataídes tem, com muita frequência, ido à tribuna, apresenta números distorcidos, faz ilações, promove cálculos sem nenhum amparo na realidade. Veja, por exemplo: ele começou aqui com uma impropriedade, dizendo que as entidades integram o Sistema S.

Eu quero dizer ao Senador Ataídes que a CNI, a CNC e a CNA são entidades sindicais de grau superior que integram a organização sindical do País, que tem uma dupla face: uma face do lado da representação empresarial, em que temos, na base, os sindicatos de representação; as federações, que são as entidades de segundo grau; e as confederações, que são as entidades de grau superior. E do mesmo modo, simetricamente, desde que foram, ao tempo do Estado Novo, constituídas, as organizações que representam a estrutura e a organização sindical dos trabalhadores, que, de igual modo, também estão representadas por sindicatos, federações e confederações.

Os serviços sociais autônomos, aí sim, os chamados Sistema S, foram criados algum tempo depois, por iniciativa dessas confederações que ofereceram, à época, ao Presidente Getúlio – e aí temos que lembrar brasileiros ilustres como Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi – ofereceram, meu caro Senador Agripino, um modelo de autotributação. Diziam: “Presidente, o Brasil está nascendo em termos industriais. O Brasil só poderá se industrializar se pudermos ter programas sustentáveis e com modelo próprio de financiamento na área da educação para o trabalho e da formação profissional.”

Por isso, em um país cuja marca, ao longo desse tempo, foi a instabilidade macroeconômica, a descontinuidade dos programas, pudemos ter um sistema que, ao longo de 70 anos, de forma continuada e com foco, voltou-se para o desafio de preparar o Brasil para que

o Brasil pudesse se transformar na maior plataforma industrial da América Latina.

Isso não foi feito sem causa. O Brasil industrial de hoje teve muito a ação dessas entidades que treinaram, capacitaram e formaram brasileiros ao longo desse tempo: Só no Sistema Senai, 53 milhões de brasileiros ao longo desses 65 anos.

Portanto, essas instituições que são longevas podem ser aperfeiçoadas? Podem, mas é preciso respeitar esse acervo.

Quando digo que os pronunciamentos do Senador Ataídes nem sempre são consistentes... Na semana passada, ele dizia que as confederações recebiam 4% para fazer a administração superior dos “S”. Agora, ele retifica dizendo que é 4% do Sesi e 2% do Senai. Ele já mudou. Na semana passada, ela recebia linearmente 4%. Agora ele diz que é 4% e 2%.

Quero dizer, e o Senador Presidente Blairo Maggi sabe, que qualquer taxa de administração de um fundo de investimento de um banco de desenvolvimento regional, qualquer taxa minimamente razoável, significa 3%, 2%. Essas entidades promovem a administração superior do Sistema. Toda definição de suas diretrizes, os controles operacionais. Queria dizer que a Receita Federal, para os senhores terem ideia de que essa taxa de administração é algo razoável, apenas para arrecadar as contribuições do Sistema, cobra 3,5%.

Quero dizer, eu caro Senador Blairo Maggi, que tudo pode ser mudado, mas quem consagra imunidade às organizações sindicais é a Constituição Federal vigente, que consagrou o princípio da autonomia sindical. É o art. 8º da Constituição Federal, que diz o seguinte:

Art. 8º. É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I – a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro (...)

E está dito mais: as mencionadas garantias constitucionais têm por objetivo preservar a organização sindical de todas e quaisquer ingerências externas, quaisquer que sejam os instrumentos ou meios utilizados, inclusive norma legal ou ato administrativo que condicione ou regule sua criação, que interfira na sua gestão ou que restrinja o seu funcionamento.

Portanto, esse é um princípio constitucional. Não se pode violar esse princípio da autonomia sindical.

Por outro lado, a nossa Comissão de Fiscalização e Controle tem uma regra rígida de competência. A fiscalização só pode fiscalizar órgãos da Administração Direta, e ninguém pode supor que uma entidade sindical é órgão da Administração Direta ou da Administração Indireta, em que se incluem empresas públicas, autarquias e fundações. Portanto, isso não alcança as entidades sindicais.

Esses requerimentos, e me permitam insistir, pois já pude dizer isso em plenário, não se destinam propriamente a buscar informações. Não são um meio. São um fim em si mesmos. No conjunto de ações que têm sido aqui deflagradas, a notícia é o requerimento. Porque, se o nobre Senador Ataídes tivesse real interesse em obter essas informações, a primeira coisa que ele deveria ter feito era ter se dirigido a essas entidades. Eu tenho certeza, meu caro Senador Agripino, porque tive a honra de presidir a Confederação Nacional da Indústria durante oito anos, que quaisquer informações de que o Senador Ataídes necessite a Confederação Nacional da Indústria não se furtará a oferecê-las, mas, evidentemente, o que nós percebemos é que há, sobretudo, um *animus*, uma disposição que não me parece construtiva na discussão dessa matéria.

Portanto, eu quero reafirmar aqui a impertinência dos requerimentos, tendo em vista que eles não se ajustam à competência desta Comissão, por não serem entes jurisdicionados do Tribunal de Contas essas entidades sindicais. Não são entes jurisdicionados do Tribunal de Contas. O sistema S o é, mas as entidades sindicais não o são. E, de outro modo, porque os requerimentos ferem o princípio da autonomia sindical.

Era isso, Sr. Presidente. Portanto, nossa posição é claramente contrária aos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado ao Senador Armando Monteiro. Passo a palavra à Senadora Kátia Abreu.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Depois eu lhe concedo a palavra, até por ter sido citado, pelo art. 14. Como o Senhor vai ser citado de novo, vamos fazer uma vez só.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Sr. Presidente, complementando aqui a palavra do Senador Armando Monteiro, que até dispensaria o meu comentário, de tão completa que aqui foi colocada, mas eu gostaria ainda de fazer essa complementação.

As contribuições dirigidas ao sistema sindical, ainda que tributos, são pagas por uma categoria econômica em favor da representação dessa categoria econômica, não constituindo assunto de interesse do Estado ou objeto de fiscalização do Poder Legislativo.

A competência para pedir a prestação de contas dos recursos arrecadados e destinados à representação sindical é somente da própria categoria, que o exerce nos termos dos estatutos das diferentes entidades, as quais, por força de lei, sempre contam com um conselho fiscal.

Essa fiscalização seria inconstitucional, como reconhecido pelo Presidente da República, ao vetar

projeto de lei que impunha ao TCU essa competência, dizendo:

(...) porque a Constituição veda ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical em face ao princípio da autonomia sindical, o qual sustenta a garantia de autogestão às organizações associativas e sindicais.

Sr. Presidente, isso significaria uma intervenção nociva ao sistema sindical patronal e dos trabalhadores. É justamente essa autonomia que nos dá a independência para agir contra a ou a favor de governos, em favor dos nossos representados, que são, no meu caso, os produtores rurais.

Com relação ao S Senar, eu quero dizer que, no mundo rural, nós temos 16 milhões de trabalhadores, e que os recursos do Senar, infelizmente, atingem apenas um milhão de produtores por ano. Nós somos 16 milhões, e o dinheiro só dá para fazer um milhão. E as pesquisas do IBGE demonstram que apenas 3% desses trabalhadores responderam já que tiveram qualificação.

Então, isso é para a gente ver o tamanho do universo e da ausência do Estado, para fazer esse tipo de treinamento. Então, se o Senar treina um milhão de pessoas, alguém mais – entidades variadas, prefeituras, governos, Governo Federal, provavelmente – deve treinar em torno de mais dois milhões de pessoas. Mas são 16 milhões de pessoas. Eu teria que, no mínimo, treinar, anualmente, para acompanhar o desenvolvimento do agro, seis milhões de pessoas por ano, e eu não tenho os recursos suficientes para isso.

No Senar, a arrecadação é da comercialização dos produtos agropecuários. Como disse Armando Monteiro, nós não estamos submetidos à questão de ser uma entidade da administração direta ou indireta. O Sistema S não integra a administração direta ou indireta; portanto, Sr. Presidente, a Constituição proíbe esta fiscalização pela independência dos setor.

Outra coisa que aqui requer o Senador é o salário dos representantes dessa categoria. E eu quero dizer a esse senhor é que essas informações inexistem, porque a legislação veda a remuneração dos dirigentes sindicais em qualquer nível. Não existe salário. Por isso, não temos a informação para dar aos Srs. Senadores e Senadoras. É proibido; como é que eu vou mostrar e apresentar contas inexistentes.

Sr. Presidente, encerro aqui as minhas palavras dizendo, e lembrando Armando Monteiro, que também o Banco do Nordeste, que também o Banco da Amazônia recebem pela administração dos seus fundos. Na verdade, o Sistema age interagindo. Nós fazemos a defesa sindical, a defesa classista, a defesa política e fazemos o treinamento dos nossos trabalhadores. Tem assento no Conselho do Senar a Contag. Além

de órgãos governamentais, ainda a Contag, que é a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, tem assento no Conselho do Senar e no Conselho Fiscal do Senar. As nossas contas na CNA, no Senar nacional, foram aprovadas na íntegra por essas entidades que legitimamente devem fiscalizar o Sistema por ser uma entidade independente.

E repito: nós estamos à disposição de todos, porque nós estamos cansados de receber o TCU e a CGU todos os dias. Pelo menos no Senar é assim. Entra um, sai o outro; entra um, sai o outro, fiscalizando na mesma semana os mesmos processos, até desperdiçando dinheiro público, mas não sou eu que vou mudar isso; isso tem que ser mudado na administração do Estado. Mesmas entidades fiscalizando os mesmos processos sempre. Não há um dia na semana que não haja uma dessas entidades dentro dos nossos S. Pelo menos no S – Senar eu posso aqui testemunhar.

Então, está tudo transparente na Internet; inclusive todos os salários dos servidores dos Senar, dos trabalhadores do Senar nacional. Estão todos na internet com o salário de cada um. Nós temos planos de cargos e salários, nós temos que fazer chamada pública, nós temos que fazer seleção pública dos nossos funcionários. É assim que funciona. Então, acerca de distorções, sempre que ocorreram no S Senar, a intervenção foi feita prontamente; prontamente quando houve a menor acusação de um Ministério Público ou do TCU em alguma federação do País. V. Ex^a, Presidente, sabe disso, porque no Mato Grosso aconteceu recentemente. E nós fizemos a intervenção até que tudo fosse esclarecido. Não precisou de ninguém me pedir a intervenção, eu fiz imediatamente com a aquiescência da federação local, que queria que os atos fossem fiscalizados e que o Ministério Público tivesse toda a abertura para ver a documentação daquela federação.

E assim em outras durante anos e anos. Dizer que não teremos distorções no futuro é o mesmo que dizer que também no Senado não haverá; na Câmara dos Deputados; entre os empreiteiros do País. É difícil dizer e negar que um dia poderá haver uma distorção, e nós estaremos atentos, como responsáveis que somos, para abrir as portas e averiguar e cortar na própria carne assim que necessário for.

Ato específico; causa específica; onde é; em que lugar é; em qual cenário é, fato determinado. Essas coisas não há como esconder, está tudo aí para todo mundo ver. Agora, Sr. Presidente, tratar esse Sistema como um máfia; tratar isso como caixa preta, uma coisa generalizada, eu acho que não é justo com esse Sistema.

Nós fomos procurados pelo Governo Federal – não fomos nós que pedimos não –, que criou o Pronatec

exclusivamente com uma parceria com o Sistema S. O Pronatec brasileiro hoje se apoia no Sistema S. Foi a primeira vez que nós tivemos, pelo menos o Senar, um convênio dessa grandeza com o serviço público, com recursos públicos. Nós fomos convocados para isso pela desqualificação da mão de obra brasileira hoje. Só a CNI comprou agora, licitou e comprou, 86 carretas Scania escolas móveis para distribuir em todo o País. Inveja tenho eu de não ter isto: escolas extraordinárias de panificação, de corte e costura, espalhadas nas mais diferentes ações do Brasil.

A CNC está agindo correto quando constroi seus prédios. Sabe por quê? Porque ela não quer depender de nada, nem de contribuição sindical. O que a CNC quer é, no futuro, – o que todos nós queremos – a independência total e absoluta para o caso de, um dia, nem a contribuição sindical existir. E nós vamos viver do quê? Nós temos que nos organizar.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)

– Não é proibido ter renda patrimonial.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Não

é proibido ter renda patrimonial. Ele economizou. Faz bem a sua representação. É eleito pelos seus representados. Quisera eu ter esses recursos, para ter os prédios – a CNA –, que eu teria também, para ter aluguél e independência.

Então, Sr. Presidência, máfia, não. Máfia é outra coisa, outra coisa, que esta Casa conhece bem.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)

– Conhece bem!

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Como

nas CPIs que aqui já houve! Máfia é Carlinhos Cachoeira, são relacionamentos obscuros, transferências negras de recursos que o Ministério Público está fiscalizando, que a Polícia Federal já divulgou nesta Casa!

Aquilo é máfia, Sr. Presidente. Máfia é roubalheira. É tráfico de influência. É contravenção. Isso é máfia! O Sistema S, não, Sr. Presidente! Por favor! Se houver alguma degeneração, algum problema específico, estamos prontos para corrigir e dar a mão à palmatória! Agora, chamar o Sistema S de máfia e de caixa-preta não é saber o que é máfia. Precisa aprender direito o que é máfia. Aliás, às vezes, até conhece o que é, mas não está sabendo dar nome aos bois.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Kátia Abreu.

Com a palavra, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr.

Presidente, Senador Blairo Maggi, Sr. Vice-Presidente, Senador Eduardo Amorim, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, não precisava aditar mais nada ao que foi explicado pelo Senador Armando Monteiro e pela Kátia

Abreu. Só quero, meu nobre amigo Senador Ataídes Oliveira, colaborar, no sentido de esclarecer as suas dúvidas.

Tenho tentado viabilizar todas as possibilidades de acesso às informações que V. Ex^a solicita. Algumas delas, como já foi aqui colocado pela Senadora Kátia Abreu e pelo Senador Armando Monteiro, são que V. Ex^a busca saber os proventos dos diretores das confederações. Já foi explicado que eles não existem.

Tive a honra de presidir a Federação das Indústrias do Estado do Pará e, como Presidente, ser Vice-Presidente da CNI. Quero aqui afirmar e testemunhar que não há, dentro da representação confederativa, seja da indústria, seja do comércio, seja da agricultura, seja do transporte, seja do sistema financeiro, nenhum recebimento por parte dos diretores.

Aqui, todos nós somos apoiadores da sua intenção de ter as informações que busca. As do Sistema S são todas já colocadas à disposição pelo Portal da Transparência. Estão lá todas as informações que V. Ex^a busca colher.

Também, como não poderia deixar de ser, e já foi dito pelos Senadores que me antecederam, todas as contas do Sistema S são fiscalizadas pelo TCU e pela AGU.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – TCU e CGU.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Ou melhor, desculpe, TCU e CGU. Então, esse trabalho é feito permanentemente. Não poderia deixar de sê-lo. Todos nós queremos aprimorar essa fiscalização. V. Ex^a busca informações de forma equivocada, através de requerimento, encaminhado à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal.

A própria Constituição Federal nega o acesso a esse tipo de informações, até pela formação da representação sindical, seja do setor empresarial, seja dos trabalhadores. É a mesma regra para todos os setores: tanto o empresarial, quanto o laboral. Quer dizer, a representação sindical e a associação profissional têm autonomia, e não poderia deixar de sê-lo. Tanto é assim, que os Constituintes, lá em 88, consagram isso, no art. 8º da Constituição. Quer dizer, ser for para ter a companhia, V. Ex^a vai ter que propor uma PEC para alterar o art. 8º no sentido de que essas representações de nível superior passem também a ter a fiscalização.

Conheço a CNI e quero aqui testemunhar o trabalho que o Sistema S desenvolve em benefício do nosso País. O Senador Armando Monteiro colocou aqui com propriedade, acerca da formação, da qualificação profissional dos trabalhadores brasileiros feita pelo Sistema S, no caso da indústria, o Senai, mas todas elas,

o Senac, o Senat, todas as que fazem a qualificação do trabalhador brasileiro. O próprio Governo Federal vem buscar o auxílio do Sistema S, para que possa implementar os seus programas, porque ele não tem, em face da mudança de governos, uma diretriz que não sofra mutações ao longo do caminho. Já o Sistema S está aí há 70 anos no mesmo propósito, que é dar à indústria brasileira, no caso do Senai, o trabalhador qualificado, para que ela possa ter competitividade junto ao mercado globalizado.

Então, quero deixar aqui – e já o fiz particularmente a V. Ex^a – o convite, para que V. Ex^a vá até a CNI com o Presidente Robson Andrade, para ter essas informações que V. Ex^a busca, a fim de que elas sejam acessíveis a todos os brasileiros, não só aos Senadores.

Eram esses os aditamentos que queria fazer ao que já foi exposto pelos Senadores que me antecederam.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Pela ordem, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, estamos, já há algum tempo, discutindo apenas o requerimento. Gostaria de sugerir que fosse encerrada a discussão e que pudéssemos passar imediatamente à apreciação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado. Senador.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Vou conceder cinco minutos ao Senador Ataídes Oliveira, porque ele foi citado. Pelo art. 14, ele tem todo o direito de fazer a sua defesa.

Por cinco minutos, concedo a palavra ao Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Sr. Presidente, por cinco minutos!

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – É para V. Ex^a fazer a defesa do que foi dito de V. Ex^a. Não é para abrir nova discussão.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Fui citado de três Senadores. Fui chamado de “este senhor”. Não fui nem chamado de Senador da República, mas é peculiar da Senadora Kátia Abreu.

Sr. Presidente, o Senador Monteiro, por quem tenho admiração e respeito, disse que os meus números estão distorcidos. Ninguém escreve um livro, um Senador da República tem o atrevimento de escrever um livro, sem estar respaldado, sem estar sob a égide de alguma lei ou alguma proteção maior.

Tudo o que eu disse até hoje foi baseado na auditoria procedida pelo TCU e pela nossa CJU. Pois bem, mas o Senador está correto, quando eu disse que a arrecadação, o repasse feito pelo Sesi/Senai à CNI era de 4%. Ele está correto.

Quero fazer uma retificação: 4% passa o Senai; 2% passa o Sesi, se não me falha a memória. Desculpe-me, é o contrário: 4%, o Sesi; 2%, o Senai.

Então, ele está perfeito. Faço essa correção, porque foi um lapso. Aqui, no meu livro, está exatamente o que o Senador diz.

Pois bem, Sr. Presidente, o art. 8º a que se referiu o Senador da nossa Carta Maior trata de contribuição sindical. O art. 70 é claro. Senador Rollemberg, Senador Jorge Viana, Senador Eduardo Amorim, este artigo é claro: se administra dinheiro público, tem de ser fiscalizado.

O que eu quero, Sr. Presidente, é só fiscalizar; eu não quero intervenção. É uma atribuição que me é de direito. Só quero fiscalizar. Eu só quero números.

Pois bem. E esse R\$1 bilhão, que está hoje nas confederações, se fosse para atividades-fins – não quero discutir o mérito das entidades –, imagine o quanto isso seria maravilhoso!

Sr. Presidente, é inaceitável para mim ouvir de Senadores – é claro que respeito, porque são representantes legais do sistema – que as confederações não podem ser fiscalizadas. Elas não podem dar informações. Isso me deixa muito triste.

E é de conhecimento de todo o povo brasileiro, e da imprensa principalmente, a balburdia e a brincadeira que essas confederações fazem com o dinheiro público. É só abrir os jornais, é só clicar na Internet, que vemos horrores. Por exemplo, não vou abrir aqui agora, Sr. Presidente, a caixa dessas federações, até em respeito aos nossos companheiros aqui, mas, se eu abrir aqui agora, a coisa fica feia. Mas eu não vou abrir.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Então, mostra, já que V. Exª tem as informações.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Não. As informações que estou buscando são as que eu tenho aqui.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – O Senador Ataídes Oliveira está com a palavra.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Sr. Presidente, a Senadora Kátia Abreu disse que é proibido prestar contas. É lamentável! E repito: eu só quero fiscalizar; não quero intervenção no sistema. Não é essa a minha intenção. Até digo mais, que é do conhecimento de poucos: os presidentes das confederações, Sr. Presidente, são presidentes natos. Eles são presidentes da confederação, da federação, do serviço,

do conselho, ou seja, são fiscais de si próprios. É uma coisa interessante.

Foi falado sobre Pronatec. Outra ideia maravilhosa. Eu sou um defensor do sistema. Agora, o Pronatec está botando um rio de dinheiro em cima do Sistema S, que já tem R\$8 bilhões aplicados em banco, meus caros Senadores. Eu disse ao Ministro da Educação que olhasse para isso com mais carinho, e ele disse que, sim, que olharia com mais carinho com mais carinho sim. Se o Sistema S já tem R\$8 bilhões, por que colocar mais bilhões em cima? Por que esse dinheiro não vai para atividades-fins, Sr. Presidente?

Sr. Presidente, volto a repetir que essas contribuições são sociais; é dinheiro público, que essas entidades repassam às confederações. Pelo menos, esta Comissão tem de saber que tanto de dinheiro é este.

Para finalizar, eu admiro muito a Senadora Kátia Abreu pela coragem que lhe é peculiar, pelo fato de ela dizer que máfia é Cachoeira! Ela tem muita coragem de dizer isso! E ela sabe por que estou dizendo isso!

Sr. Presidente, era só o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Ataídes Oliveira.

Então, estes Requerimentos, da CMA, de nºs 15 e 16, já que o de nº 17 foi retirado pelo Senador Ataídes de Oliveira.

(É o seguinte o requerimento retirado:

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO
AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E
CONTR Nº 17, de 2013**

Com fulcro nos art. 71, IV, da Constituição Federal (CF), e nos termos do art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja encaminhado ao Tribunal de Contas da União (TCU) pedido de realização de auditoria de natureza contábil e financeira nas seguintes entidades que recebem contribuições parafiscais de interesse de categorias econômicas, conforme estabelecido no art. 149 da CF, e que, por força do disposto no art. 71, II, da CF, estão sob a jurisdição daquela Corte de Contas:

- a)** Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- b)** Confederação Nacional do Comércio (CNC);
- c)** Confederação Nacional da Agricultura (CNA);
- d)** Confederação Nacional do Transporte (CNT); e
- e)** Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

As auditorias devem abranger a análise dos seguintes itens:

- 1) balanços patrimoniais, em âmbito nacional e regional;
- 2) disponibilidades financeiras dos anos findos, 2010, 2011 e 2012;
- 3) receitas efetivamente arrecadadas nos anos de 2010, 2011 e 2012;
- 4) despesas, principalmente as classificadas nas rubrica publicidade e eventos, no ano de 2012;
- 5) folha de pagamento do exercício de 2012; e
- 6) contratos dos dez maiores fornecedores, no que se refere a licitações e contratos.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Esses requerimentos, de autoria do Senador Ataídes de Oliveira, foram lidos na última reunião da Comissão e têm por objetivo solicitar ao Tribunal de Contas da União informações sobre os seguintes órgãos: Confederação Nacional da Indústria (CNI), Confederação Nacional do Comércio (CNC), Confederação Nacional do Transporte (CNT), Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Organização das Cooperativas do Brasil (OCB).

Antes de passarmos à apreciação dos requerimentos, informo às Sras e aos Srs. Senadores que houve um questionamento acerca da legalidade desses requerimentos.

Por essa razão, solicitei à Consultoria Legislativa do Senado Federal um estudo técnico sobre o assunto. Como os dois requerimentos tratam do mesmo assunto, a orientação da consultoria é pela rejeição.

Farei, então, a votação em globo.

Antes, gostaria de dizer também que esta Comissão pediu um parecer ao TCU, e este também recomendou que não deveríamos aceitar esses requerimentos.

Em votação os requerimentos do Senador Ataídes Oliveira.

Aqueles que rejeitam os requerimentos do Senador Ataídes Oliveira, levantem a mão, por gentileza. *(Pausa.)*

Rejeitados os Requerimentos nºs 15 e 16.

(São os seguintes os requerimentos rejeitados:

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 15, de 2013

Requer, nos termos do art. 71, incisos IV e VII, da Constituição Federal e dos arts. 215

e 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Tribunal de Contas da União informações constantes dos quesitos abaixo relacionados, relativamente a cada uma das seguintes entidades:

- a)** Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- b)** Confederação Nacional do Comércio (CNC);
- c)** Confederação Nacional da Agricultura (CNA);
- d)** Confederação Nacional do Transporte (CNT); e
- e)** Organização das Cooperativas Brasileiras.

Os quesitos são os seguintes:

- 1) Arrecadação dos exercícios de 2010, 2011 e 2012;
- 2) Disponibilidade financeira dos exercícios findos, 2010, 2011 e 2012;
- 3) Valor total da folha de pagamento, exercício 2012;
- 4) Total de gastos com publicidade e eventos, exercício de 2012; e
- 5) Relação dos 10 (dez) maiores fornecedores.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 16, de 2013

Com base no art. 71, VII, da Constituição Federal combinado com o art. 215, I, a, do Regimento Interno do Senado Federal, solicita-se as seguintes informações ao Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União:

- salário mensal fixo, gratificações, ajuda de custo e outros proventos, em novembro e dezembro de 2012 e janeiro de 2013, dos presidentes e diretores das seguintes entidades:
- (1) Confederação Nacional da Indústria – CNI;
 - (2) Confederação Nacional do Comércio – CNC;
 - (3) Confederação Nacional do Transporte – CNT;
 - (4) Confederação Nacional da Agricultura – CNA;
 - (5) Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 47 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS
COMISSÕES PERMANENTES****ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO
DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR
E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA,
REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2013,
TERÇA-FEIRA, ÀS 11H30, NA ALA
SENADOR NILO COELHO, SALA Nº 6.**

Às onze horas e quarenta e oito minutos do dia dezesseis de abril de dois mil e treze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Vice-Presidente da Comissão, Senhor Senador EDUARDO AMORIM, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores ANIBAL DINIZ, ACIR GURGACZ, JORGE VIANA, ANA RITA, RODRIGO ROLLEMBERG, ROMERO JUCÁ, LUIZ HENRIQUE, VALDIR RAUPP, IVO CASSOL, ATAÍDES OLIVEIRA, CÍCERO LUCENA, JOSÉ AGRIPINO, EDUARDO AMORIM, FERNANDO COLLOR, VANESSA GRAZZIOTIN, SÉRGIO SOUZA, EDUARDO BRAGA, ALOYSIO NUNES FERREIRA, FLEXA RIBEIRO e ARMANDO MONTEIRO. Deixam de comparecer os Senhores Senadores GARIBALDI ALVES, KÁTIA ABREU e BLAIRO MAGGI. A Presidência declara abertos os trabalhos e, após a leitura de um resumo da última reunião, submete a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Passa-se à PAUTA. ITEM ÚNICO) MENSAGEM (SF), Nº 21 de 2013 – Não Terminativo, que “Submete à consideração do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 9º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e art. 3º do Anexo I do Decreto nº 3.692, de 19 de dezembro de 2000, o nome do Senhor PAULO LOPES VARELLA NETO para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas - ANA”. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador IVO CASSOL. **Relatório:** Pronto para deliberação. Após a leitura do relatório, o Senhor Presidente, Senador EDUARDO AMORIM, passa a palavra ao sabatinado. Apresentam seus questionamentos e observações ao indicado os Senhores Senadores JOSÉ AGRIPINO, ATAÍDES OLIVEIRA, PAULO DAVIM (não membro), SÉRGIO SOUZA, VANESSA GRAZZIOTIN, ANIBAL DINIZ, JORGE VIANA, ALOYSIO NUNES FERREIRA e ANA RITA. A Presidência passa a palavra ao indicado para que este possa responder às interpelações dos

Senhores Senadores e convida a Senadora VANESSA GRAZZIOTIN e o Senador SÉRGIO SOUZA para servirem como escrutinadores. A Presidência registra a presença do Sr. Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA) e do Senhor Nárcio Rodrigues, Secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado de Minas Gerais e Deputado Federal licenciado. É anunciada a aprovação da indicação do Senhor PAULO LOPES VARELLA NETO por 14 votos favoráveis, 1 voto contrário e nenhuma abstenção para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA. Assina sem voto a Senadora VANESSA GRAZZIOTIN. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, Estevão Hagel Ledur, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Eduardo Amorim**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

REGISTRO DA TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO
DE 16/04/2013

(Texto com revisão).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/ PSC – SE) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle da 3ª Sessão Legislativa ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores e Srs. Senadoras a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Seguindo o rito da nossa Comissão e esclarecendo sobre a audiência pública com o objetivo de discutir as denúncias veiculadas pelo Programa Fantástico, da TV Globo, no dia 10/03/2113, sobre as condições dos abatedouros bovinos no Brasil:

A audiência pública realizada na CMA, nesta Comissão, em atendimento ao RMA nº 09/2013, de autoria do Senador Blairo Maggi, PR, Mato Grosso, foi motivada por denúncias veiculadas no dia 10 de março, pelo Programa Fantástico, da TV Globo, sobre a falta de higiene e crueldade no abate do gado em abatedouros. Participaram nove convidados: seis Secretários de Estado ligados à agropecuária, diretoras da defesa

sanitária e da inspeção produtora de origem vegetal e animal, Presidente da ONG Amigos da Terra e Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

Durante a reunião, a atuação empresarial do Senador Blairo Maggi foi lembrada pelo Sr. Roberto Smeraldi, Presidente da ONG Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, que elogiou a atuação da empresa de agronegócios do Senador em relação à cadeia de transparência, construída em 2002 e 2004, que levou ao prêmio Melhor Relatório no Mundo da Transparência, dado no ano passado, em Londres.

A audiência mostrou a necessidade de unificação dos padrões para abate de animais, já que a carne bovina vendida em pequenos municípios nem sempre segue os padrões sanitários presentes no produto comercializado por grandes redes de supermercados ou destinados à exportação. Segundo a legislação, os abatedouros que comercializam apenas dentro do município são autorizados e fiscalizados pela prefeitura. Cabe à União a responsabilidade pelo produto comercializado entre os Estados e os produtos exportados.

O Governo Federal está trabalhando para implementar regras mínimas comuns às três esferas. Para o Presidente da Comissão, o Senador Blairo Maggi, é necessário ampliar os repasses da União para as prefeituras contratarem, através de concursos, veterinários que fiscalizem permanentemente os abatedouros municipais.

Segundo os Secretários Estaduais de Agricultura o problema está nos custos das instalações, nos equipamentos para atendimento às regras de higiene e no grande número de pequenos abatedouros a serem fiscalizados.

Uma das soluções para evitar que esse problema continue é a Agrodefesa, um sistema eletrônico que agiliza as operações e dá mais segurança aos consumidores, devido à rastreabilidade da carne bovina.

Outras alternativas propostas pelos Secretários seriam a implementação de consórcios intermunicipais em abatedouros com atuação regional, a obrigatoriedade em todo o País de um sistema de rastreamento do rebanho, a integração do trabalho de fiscalização dos abatedouros com o da vigilância sanitária e campanhas para os consumidores.

O Presidente da ONG Amigos da Terra – Amazônia Brasileira disse que são frequentes os casos de abatedouros fora dos padrões, mas com a documentação em dia assinadas por veterinários. Em resposta a essa declaração, o Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária disse que essas irregularidades são exceções e contou que muitos veterinários sofrem pressão por seguirem as normas e contrariarem interesses e autoridades locais.

Alguns Estados já fizeram adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção (Sisbi), que padroniza e harmoniza os procedimentos de inspeções de produtos de origem animal para garantir a inocuidade e a segurança alimentar. Esse ano, o Sisbi conta com o apoio do PPA 2012/2015, que já mostra inovações da direção aos dispor de uma coordenadoria-geral para cuidar desse assunto.

Na reunião deliberativa da CMA, dentre outras matérias, foi aprovado o RMA nº 18, de 2013, de autoria do Senador Jorge Viana, para a realização de audiência pública com a finalidade de debater sobre a qualidade dos serviços aéreos também ofertados aos brasileiros e se os direitos dos consumidores estão sendo observados nos casos da suspensão e extinção de voos, fixação de preços de passagens e de cobrança das multas por remarcação. Os dois requerimentos são do Senador Ataídes de Oliveira, que solicita ao TCU apresentação das operações financeiras das entidades sindicais do Sistema S, e foram rejeitados por unanimidade.

Esse é um simples relato do que ocorreu na audiência pública, na última reunião.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 21, de 2013 - Não Terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 9º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e art. 3º do Anexo I do Decreto nº 3.692, de 19 de dezembro de 2000, o nome do Senhor PAULO LOPES VARELLA NETO para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas - ANA.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Ivo Cassol

Relatório: Pronto para deliberação

Passo a palavra ao Relator, Senador Ivo Cassol, para leitura do seu relatório.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, Relatório da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre a Mensagem (SF) nº 21, de 2013 (Mensagem nº 108, de 1º de abril de 2013, na origem), da Senhora Presidenta da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Paulo Lopes Varella Neto para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA.

Relator: Senador Ivo Cassol.

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 9º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e do art. 3º do Anexo I do Decreto nº 3.692, de 19 de dezembro de 2000, a Senhora Presidenta da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Sr. Paulo Lopes Varella Neto para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas (ANA), encaminhando, para tanto, a Mensagem nº 21, de 2013 (Mensagem nº 108, de 1º de abril de 2013, na origem).

O referido dispositivo constitucional confere competência privativa ao Senado Federal para, após arguição pública, aprovar, por voto secreto, a escolha de titulares de cargos que a lei determinar.

O *curriculum vitae* do Sr. Paulo Lopes Varella Neto, anexado à mensagem presidencial, demonstra que sua formação técnica e acadêmica e sua experiência profissional são compatíveis com o cargo para o qual está sendo reconduzido.

O Sr. Paulo Lopes Varella Neto cursou a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e formou-se geólogo em 1980. Subsequentemente, concluiu o curso de especialização em hidrologia subterrânea, na Universidade Politécnica de Barcelona.

Sua experiência profissional é muito ampla, tendo exercido vários cargos de direção em órgãos relacionados à gestão de recursos hídricos. Em âmbito estadual, foi Diretor de Recursos Hídricos da Companhia de Desenvolvimento de Recursos Minerais do Rio Grande do Norte (CDM/RN), Diretor-Geral do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Norte (IDEMA/RN), Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN/RN) e Secretário de Estado dos Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte (SERHID/RN).

Em âmbito federal, foi Coordenador da Unidade de Gestão do Programa de Desenvolvimento de Recursos Hídricos - PROÁGUA Nacional, e, na ANA, ocupou os cargos de Superintendente de Implementação de Programas e Projetos e, desde 2009, o de Diretor da Agência. Ademais, em âmbito internacional, é, desde outubro de 2009, Governador do Conselho Mundial da Água.

Em face do histórico pessoal e profissional apresentado e aqui resumido, entendemos dispor esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle dos elementos necessários para deliberar sobre a recondução do Sr. Paulo Lopes Varella Neto ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas.

Sala das Comissões, – Relator **Ivo Cassol**.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/ PSC – SE) – Convido para participar da Mesa o Sr. Paulo Lopes Varella Neto, ao mesmo tempo em que, se não houver objeção do Plenário, abro a votação aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras. Ao meu lado estão aqui as cédulas já rubricadas. (*Pausa.*)

Não havendo nenhuma objeção, passo a palavra ao Sr. Paulo Lopes Varella, que terá 20 minutos para fazer sua exposição, sua apresentação, e, após, abrirei a palavra para os nobres colegas Senadores e Senadoras para fazerem os devidos questionamentos.

Com a palavra o Dr. Paulo.

E digo que as cédulas já estão aqui à disposição dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras.

V. S^a tem a palavra.

O SR. PAULO LOPES VARELLA NETO – Ex^{mo} Sr. Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Senador Eduardo Amorim, que preside esta reunião; Ex^{mas} Sr^{as} e Srs. Senadores:

Antes de tudo, gostaria de expressar a extremada honra de, pela segunda vez, estar aqui nesta Casa e ter meu nome submetido à avaliação de V. Ex^{as} para ocupar uma diretoria da Agência Nacional de Águas.

Gostaria de agradecer à Ministra Izabella Teixeira e à Presidenta Dilma Rousseff a confiança em mim depositada; de agradecer a presença de tantos amigos que aqui estão, companheiros da ANA – isso muito me engrandece e me envaidece –; e de agradecer à minha família: à Mayse, minha companheira, e ao meu filho Sérgio, que aqui estão, e à Larissa e à Cecília, que aqui não puderam estar, minhas filhas. Vocês são a inspiração e a razão da caminhada.

Há 4 anos, apresentei à elevada consideração desta Comissão, frente à vivência de 3 décadas devotadas ao tema dos recursos hídricos, nos âmbitos estadual, federal e internacional, a minha visão e o meu compromisso referentes aos desafios inerentes ao mandato de diretor da ANA. Esta Comissão me aprovou, e o Senado da República me confiou um mandato para compor a diretoria colegiada da Agência Nacional de Águas.

Agora, perante a indicação para o segundo mandato, o momento é de prestar contas aos senhores e ao povo brasileiro dessa trajetória, das dificuldades, avanços e conquistas obtidas pela ANA frente ao desafio da regulação e da implementação do Sistema de Gerenciamento Integrado dos Recursos Hídricos Nacionais, onde, como parte de um colegiado, procurei contribuir na fração que me cabia, no limite das minhas competências.

Quero aqui expressar que vou falar um pouco da ANA como um todo e da minha participação especifi-

ca, mas, evidentemente, de tudo o que eu falar aqui, falo de uma fração. Nós fazemos parte de um colegiado, da diretoria colegiada, sob a presidência criativa e inspiradora do Dr. Vicente Andreu, que aqui está e a quem agradeço a presença, sempre nos incitando a que possamos superar o mais do mesmo e dar sempre um passo além.

A Agência que deixo, ao final do meu primeiro mandato, é, certamente, uma entidade mais forte e melhor estruturada do que aquela em 2009.

Durante esse período, a ANA teve sua missão institucional ampliada, recebendo a atribuição de regular e fiscalizar a prestação de serviços públicos de irrigação e adução de água bruta e, mais recentemente, a importante responsabilidade de implementar a Política Nacional de Segurança de Barragens.

Para fazer frente a esses novos desafios, a Agência reestruturou-se, reinventou-se, estabeleceu novas parcerias, concluiu o seu planejamento estratégico, incrementou seus canais de comunicação com a sociedade civil e ampliou sua força de trabalho.

Avançou, significativamente, no que diz respeito aos mecanismos de regulação e fiscalização e foram estabelecidos marcos regulatórios inéditos em bacias, como a dos Rios Piranhas-Açu e a do Verde Grande. Ampliou-se mais de 30% o número de usuários outorgados e multiplicou-se por três o universo de usuários cadastrados e fiscalizados. Foram, ainda, concluídos planos de recursos hídricos do Araguaia-Tocantins e dos afluentes da margem direita do Rio Amazonas.

Nesse mesmo período, foram arrecadados e repassados aos comitês de bacia valores superiores a R\$150 milhões, a partir da cobrança pelo uso da água nas bacias no Rio Paraíba do Sul; Piracicaba, Capivari, Jundiaí; Doce; e São Francisco.

Ressalto, ainda, o papel que a Agência tem desempenhado para prevenir ou minimizar os efeitos da seca e inundações. Nesse momento, quando se enfrenta uma seca de proporções históricas no Nordeste brasileiro, a ANA tem atuado junto à Presidência da República, no sentido de dar suporte à definição de medidas mitigadoras para essa crise. Nesse contexto, foi constituída uma força-tarefa que está percorrendo todos os Estados brasileiros atingidos. No outro extremo, nos desastres hidrológicos naturais, a ANA integra a estrutura institucional do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais, participando, diretamente, da implantação de dois dos seus eixos principais: mapeamento e monitoramento. No eixo mapeamento, a ANA, recentemente, concluiu importante trabalho denominado *Atlas de Vulnerabilidade às Inundações*, pelo meio do qual, de modo inédito, foram mapeados os trechos inundáveis dos principais

rios em escala nacional e foi feita uma avaliação do grau de risco para as populações residentes nas áreas vulneráveis.

Já no eixo monitoramento, é importante mencionar a integração da ANA com os Centros Nacionais de Monitoramento e Alerta a Desastres Naturais (Cemaden) e o Centro Nacional de Gerenciamento de Risco e Desastres (Cenad), com a atuação destacada da Agência, seja na prestação das informações hidrológicas necessárias ao processo decisório, seja na implementação das chamadas salas de situação, até o momento presente em 19 Estados brasileiros, com previsão para atender a todas as unidades da Federação, as quais já se configuram como importante centro de referência para gestão da situação de crise e apoio de tomada de decisão.

No tocante à minha atuação pessoal, em áreas sob a minha supervisão específica, desde o primeiro momento do meu mandato, dediquei especial atenção ao tema da cooperação federativa e da integração dos processos de gestão e regulação do uso das águas em nosso País. Fiz isso por entender ser este o pilar fundamental do modelo brasileiro de governança das águas, uma vez que, por determinação constitucional, a União, os Estados, têm responsabilidades compartilhadas no gerenciamento das nossas riquezas hídricas interiores. Por consequência, gerir esse patrimônio nacional – invejável em sua dimensão, mas já escasso em algumas regiões do nosso País – é um desafio que não pode ser superado sem envolvimento e atuação qualificada por parte dos Estados.

Sinto-me, portanto, especialmente gratificado de estar novamente, diante de V. Ex^{as}, justamente no momento em que a Agência Nacional de Águas anuncia o Pacto Nacional pela Gestão das Águas, uma iniciativa ímpar para o fortalecimento do pacto federativo, no campo da gestão ambiental e de recursos hídricos.

Digo isso, porque o Pacto Nacional, recentemente anunciado pela ANA e pelo Ministério do Meio Ambiente, em comemoração ao ano internacional da cooperação pela água, foi fruto de um longo e árduo processo de esforço administrativo e de convencimento político que, ao longo de todo o tempo, contou com o apoio e a participação do Senado Federal.

É justo destacar a atuação desta Casa Legislativa no acompanhamento das políticas públicas, seja no trabalho de suas Comissões, seja nas audiências públicas aqui realizadas. O espaço institucional oferecido por este Senado tem permitido um constante aprimoramento das ações governamentais. Por diversas vezes, atendendo à convocação dos Senhores, tive a oportunidade, aqui, de apresentar e debater as iniciativas e proposições da ANA, relativas ao tema da

cooperação pela água, entre elas, a do próprio Pacto Nacional.

Tenho plena convicção de que o desenvolvimento vigoroso e sustentável da economia brasileira, da agricultura à indústria, do campo à cidade, depende da boa governança das águas. Essa governança, por sua vez, depende e dependerá, cada vez mais, do fortalecimento dos sistemas estaduais de gestão de recursos hídricos.

Esse convencimento, para mais além de uma reflexão teórica do tema, decorre de minha vivência profissional como gestor público, em nível estadual e nacional, ao longo de 30 anos de carreira.

Atuando no meu Estado de origem, o Rio Grande do Norte, na condição de Diretor de Recursos Hídricos da Companhia de Desenvolvimento de Recursos Minerais, de Diretor-geral do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente e, posteriormente, como Secretário de Estado de Recursos Hídricos, vivenciei eventos de cheias e o flagelo da seca no semiárido brasileiro, percebendo, então, as dificuldades enfrentadas pelos Gestores Públicos Estaduais.

Aprendi, contudo, que tais desafios e dificuldades podem ser muito mais facilmente superados quando União e Estados trabalham de forma conjunta e harmônica em prol do bem-estar social.

Foi, portanto, com firme determinação de fortalecer os laços federativos que, ao assumir a missão de integrar a Diretoria Colegiada da ANA, solicitei aos meus pares especial atenção com a questão da articulação entre entes federados, solicitação essa que foi prontamente compreendida, tendo sido a mim incumbida a tarefa de organizar e supervisionar diretamente importantes agendas e programas estruturantes, tais como a Agenda de Águas Subterrâneas, o Proágua Nacional, o Programa Interáguas e, mais recentemente, o Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas (PNQA).

No âmbito do Proágua Nacional, foram executados recursos da ordem de R\$65 milhões em ação de gestão, o que permitiu o desenvolvimento de importantes estudos, projetos e planos, com destaque para o Atlas Brasil, que realizou um inventário completo sobre o sistema de abastecimento de água em todos os municípios brasileiros, indicando as soluções e as necessidades de investimento para o setor até 2025.

O Programa Interáguas, por sua vez, foi outro esforço para a consolidação da visão da água como elemento integrador das políticas públicas. A partir da celebração de um novo acordo de empréstimo com o Banco Mundial, em 2011, a ANA tem atuado conjuntamente com diversos Ministérios na formatação de uma agenda de desenvolvimento sustentável. Cito

aqui, por exemplo, o Plano Nacional de Segurança Hídrica, viabilizado com recursos do programa e que está sendo elaborado pela ANA em estreita articulação com o Ministério de Integração Nacional. Esse plano será uma peça fundamental e importante para orientar os investimentos futuros em obras hidráulicas de grande porte.

Coube-me, ainda, a responsabilidade de coordenar o processo de estruturação de uma Agenda Nacional de Águas Subterrâneas, que tem promovido importantes ações de apoio e gestão estadual, com recursos comprometidos da ordem de R\$20 milhões. Nesse intervalo de tempo no contexto do Plano Nacional de Recursos Hídricos, foi dada forma ao Programa Nacional de Águas Subterrâneas, com ampla participação dos órgãos gestores estaduais de recursos hídricos e da sociedade, a qual tem na ANA um dos seus executores federais. Vinte e um Estados têm participado ativamente das ações de desenvolvimento pela ANA, com vistas à gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos subterrâneos do nosso País.

O Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas (PNQA), lançado em 2010, é uma das mais importantes iniciativas de cooperação federativa para gerenciamento dos recursos hídricos. O Programa dará ao País, pela primeira vez, uma rede de monitoramento de qualidade de água de alcance nacional. Ao todo, serão feitos investimentos iniciais da ordem de R\$15 milhões para o aparelhamento dos órgãos gestores estaduais. Igual montante será transferido anualmente pela ANA para apoiar as despesas incorridas pelos Estados na operação e logística de suas redes de monitoramento e informação de qualidade da água.

Ainda durante esse período, foi dado prosseguimento às ações de caráter continuado e ampliadas aquelas consideradas essenciais à consolidação da gestão participativa e descentralizada, com diversas medidas de apoio aos agentes setoriais e aos organismos de bacia. No período do meu mandato, foram criados 31 novos comitês de bacia, sendo dois em rios de domínios da União, os Comitês do Paranaíba e do Rio Grande, e assinados dois novos contratos de gestão para a estruturação das agências de água nas bacias do Rio Doce e São Francisco.

Ao mesmo tempo, foram estruturados o Portal de Capacitação e o Portal dos Comitês de Bacia para ampla divulgação e informação à sociedade.

Especial destaque merece ser dirigido ao Programa de Educação e Capacitação que beneficiou mais de 19 mil pessoas, visando ao desenvolvimento de conhecimentos gerais e habilidades específicas de interesse para a gestão de recursos hídricos no País.

Também programas indutores de conservação de água e solo, tais como o Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (Prodes) e o Programa do Produtor de Água, que tiveram suas ações significativamente ampliadas.

De 2009 a 2012, esses programas tiveram assegurados uma execução orçamentária no montante total de R\$110 milhões, para promoção de ações de controle de poluição hídrica e manejo sustentável do solo em áreas rurais, adotando-se, como estratégia de ação, práticas modernas de pagamento por serviços ambientais.

Dediquei, ainda, no meu espectro de atuação, especial energia à área internacional, onde inequivocamente o Brasil, por tudo que significa neste campo, ocupa o lugar de crescente liderança.

Nesse tema, merecem realce as ações junto ao Conselho Mundial da Água, onde, representando a ANA, com muito orgulho, fui eleito um dos governadores daquela importante instituição e, a partir daí, pude levar e debater os temas do interesse do Brasil naquela instância.

Ressalto, nesse âmbito, sob a liderança da ANA, a presença brasileira no 6º Fórum Mundial da Água, ocorrido em Marseille, na França, com uma delegação sem precedentes, inclusive com vários membros do Congresso Nacional, e uma atuação de grande destaque, consolidando, definitivamente, a presença brasileira no cenário mundial.

Ainda referente à área internacional, a gestão de recursos hídricos, fronteiriços e transfronteiriços foi um tema ao qual dediquei redobrada atenção. Não poderia ser diferente. O Brasil possui cerca de 54 rios fronteiriços e transfronteiriços na Bacia Amazônica e outros 29 na Bacia do Prata. Nesse contexto, merece destaque a parceria da ANA com a Agência Brasileira de Cooperação, com o Ministério das Relações Exteriores e com a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, no Projeto Amazonas, que propõe uma articulação institucional que busca a diminuição das assimetrias regionais na gestão de recursos hídricos.

Ex^{mos} Srs. Senadores e Ex^{mas} Sr^{as} Senadoras, trago comigo a consciência leve pela certeza do dever cumprido e, após tantos anos dedicados à vida pública, a mesma paixão pela água, paixão esta que tem norteado a minha vida desde o momento de minha escolha profissional.

Transportando-me ao passado, vejo como adequado o caminho que o Brasil trilhou na consolidação de um modelo descentralizado de governança das águas, tão exaltado afora pelo caráter democrático de envolvimento de diferentes atores sociais.

Olhando a frente, contudo, reconheço de imediato os grandes desafios postos ao desenvolvimento, uma vez que, no plano nacional, o acesso à água em quantidade e qualidade adequadas ao consumo e à produção é ainda desigual, seja na dimensão territorial, seja nos diferentes estratos da população, com os mais pobres frequentemente penalizados.

É verdade que muito foi feito, mas também é certo que teremos muito mais por fazer. O crescimento demográfico muitas vezes desordenado e cada vez mais concentrado em torno dos grandes centros urbanos, a expansão da fronteira agrícola e da pecuária no Centro-Oeste e na Bacia Amazônica, a convivência com a seca na região semiárida, buscando suprir as demandas por abastecimento de água e garantir o desenvolvimento do Nordeste, o aproveitamento sustentável do potencial da geração hidrelétrica na Região Norte, o uso intensivo de água nos arrozais do extremo sul do País, as incertezas quanto aos impactos das mudanças climáticas, inclusive quanto ao agravamento dos eventos ideológicos críticos, são exemplos da dimensão dos problemas a serem enfrentados.

Todos esses são grandes desafios para o desenvolvimento do Brasil. Requerem modelo de governança sofisticado que responda à expressão da diversidade de um país de dimensão continental, que se reflete também nos recursos hídricos, exigindo soluções diferentes para problemas específicos em regiões singulares.

Acredito firmemente que o pacto nacional será um fator decisivo para alcançarmos esse modelo de governança descentralizado, participativo, integrado, nos termos previstos pela própria Constituição e pela Lei das Águas, de 1997, proporcionando eficiência, efetividade e eficácia requeridas pela sociedade brasileira.

Os recursos hídricos são sim recursos naturais com características peculiares, cada vez mais estratégicos e que têm sua dinâmica própria. As águas não reconhecem fronteiras, nem pedem licença para transitar entre os domínios artificiais criado pela atuação da União e dos Estados.

As águas que hoje escoam pelos cursos d'água menores e pelo subsolo, ainda que sob o cuidado dos Estados, são as mesmas águas que, em momento seguinte, formam as grandes correntes hídricas e a fronteira do nosso Brasil, ficando, então, sob a responsabilidade da União. As águas que precipitam sobre solo urbano de municípios carentes em serviços de infraestrutura sanitária são as mesmas águas que afetam a saúde pública nos municípios vizinhos. As águas que erodem o solo exposto pelo desmatamento ilegal em área de proteção são as mesmas águas que causam inundações nas áreas urbanas e perda de colheita em área de mais baixa altitude.

Por essa razão, fortalecer as instâncias estaduais de gestão e os organismos de bacia é, a meu ver, uma prioridade da Agência Nacional de Águas nos próximos anos. Sei que os desafios que mencionei não podem ser superados com simples ato de ofício ou com ações isoladas, a partir de uma visão fragmentada das políticas públicas.

Quero expressar, entretanto, às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que visualizo os caminhos do futuro com incontido otimismo, não obstante as muitas dificuldades, o porte dos obstáculos e os imensos desafios que terão que ser transpostos.

Continuar a minha trajetória na área dos recursos hídricos como Diretor da Agência Nacional de Água, se assim os senhores entenderem, será uma tarefa que me desafia no íntimo, que muito me honrará e a qual me dedicarei no limite da exaustão.

Por fim, com humildade, responsabilidade e compromisso de me dedicar à tarefa de ajudar a conduzir a ANA nos próximos quatro anos com vigor e interesse que dedicamos às causas que nos são próprias, me coloco a julgamento de V. Ex^{as}.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Agradeço a palavra do Dr. Paulo Varela.

Com a palavra os nobres Senadores para possíveis questionamentos.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (Bloco/DEM – RN) – É mais do que um questionamento. Quero prestar um depoimento sobre o Dr. Paulo Varela, porque ele é potiguar, como eu, e eu o conheço. É importante que, ele, que está sendo sabatinado para a recondução a uma diretoria da ANA, é importante que alguém que o conheça, de algum tempo, preste depoimento sobre o exercício de S. S^a ao longo da vida pública.

Ele foi meu auxiliar, quando fui governador. Ele foi diretor da CDM. A CDM era a Companhia de Desenvolvimento Mineral, que, enquanto existiu, prestou grandes serviços ao processo minerário do Rio Grande do Norte, com a perfuração de poços, com a identificação de minérios, com o fomento da exploração de minérios.

O Rio Grande do Norte é muito rico em minérios, desde turmalina até tantalita, columbita, xilita, minérios de ferro e o Dr. Paulo Varela foi, lá atrás, um dos incentivadores da prospecção, da exploração e da valorização mineral do Estado do Rio Grande do Norte, inclusive com a perfuração de poços. Depois dessa função, quando fui governador, ele foi, creio que no

governo de Garibaldi, Secretário de Recurso Hídricos do Estado, e teve uma atuação muito importante.

Em toda a trajetória de S. S^a, a marca singular de sua atuação foi a da dedicação como técnico de qualidade e da probidade como profissional – profissional probo, descente, equilibrado, dedicado, com espírito público e probo; técnico de qualidade, com atuação de probidade. Acho que isso é fundamental para o exercício da missão.

Com essas credenciais, fundamentalmente, ele se submete à sabatina do Senado, na recondução posta pelo Governo Federal, para as elevadas funções de Diretor da ANA.

Esse é o depoimento que presto em relação ao Dr. Paulo Varela. Vou votar favoravelmente a ele, já votei, e peço o endosso dos companheiros da Comissão de Meio Ambiente, para a indicação de um potiguar de qualidade!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Muito obrigado, Senador Agripino.

Passo a palavra ao Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento o Sr. Paulo Lopes.

Já tinha visto a biografia e o currículo do Sr. Paulo e, agora, com as palavras do nosso brilhante Senador Agripino, não há dúvida nenhuma.

Sr. Paulo, para mandar, tem que saber fazer; para saber, tem que fazer; e é só fazendo que se aprende. V. S^a fez e, portanto, V. S^a sabe! A meu ver, não tenho dúvida, V. S^a está habilitado a permanecer no cargo. Mas queria, Sr. Presidente, fazer só duas perguntas ao nosso sabatinado, o Sr. Paulo.

É sabido por todos nós que temos a maior bacia de água doce do mundo, detemos 12% de toda a água doce do mundo, mas sabemos que, também, somos grandes desperdiçadores dessa preciosa fortuna que temos. Gostaria de saber de V. S^a, Sr. Paulo, quais são os projetos que V. S^a tem para diminuir esse absurdo desse desperdício de água no nosso País.

A segunda pergunta é com relação ao Pacto Nacional pela Gestão das Águas. Gostaria que V. S^a fizesse, também, alguns comentários sobre os objetivos com referência a esse aludido Pacto.

Infelizmente, vou ter que me ausentar, mas vou, logo depois, ter conhecimento da sua resposta. E já adianto o meu voto que será “sim”, pela permanência de V. S^a.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Registro que, mesmo com as manifestações de voto, vamos excluí-las dos registros, segundo a ordem do Regimento, como está previsto no art. 383,

inciso VI: “A reunião será pública, sendo a votação procedida por escrutínio secreto, vedadas declarações ou justificações, exceto com referência ao aspecto legal”.

Agradeço a participação de cada um e paço a palavra ao Senador Davim e, em seguida, ao Senador Sérgio.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, eu não sou dessa Comissão. Já fui, mas eu não poderia deixar de vir aqui, no momento em que o Dr. Paulo Varella está sendo sabatinado, para, da mesma forma do Senador José Agripino, dar o meu testemunho a respeito do saber e da pessoa do Dr. Paulo Varella.

O Dr. Paulo Varella, como todos tiveram já oportunidade de ler em seu currículo, tem uma vida dedicada à gestão desse recurso estratégico, a água. Ele tem uma história exitosa em todos os cargos que ocupou e tem uma visão, uma preocupação de futuro. E não é à toa, Sr. Presidente, que a ANA tem se destacado nos últimos anos, exatamente porque em seus quadros há profissionais de elevado nível e que conhecem a temática como ninguém.

O meu Partido, o Partido Verde, tem pela figura do Dr. Paulo um profundo respeito e admiração pelo seu trabalho. Da mesma, eu, em conhecendo o trabalho que ele desenvolveu em meu Estado, o Rio Grande do Norte; em conhecendo o homem, a pessoa do Dr. Paulo Varella, eu não poderia, mesmo não participando desta Comissão, deixar de passar por aqui.

Já que não posso votar – e se pudesse, votaria, confirmando a sua presença, reconduzindo-o ao cargo –, vim aqui trazer a minha palavra, o meu testemunho, o meu depoimento e dizer que me alegra muito, e também ao meu Partido, a recondução do Dr. Paulo Varella para a Agência Nacional de Águas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Obrigado, Senador Davim.

Passo a palavra ao Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Amorim; meu amigo Paulo Varella, estivemos juntos por vários momentos, inclusive, com Vicente Andreu, que nos acompanha, Presidente da ANA, no Fórum Mundial da Água, que aconteceu no ano passado na cidade de Marselha, na França. No ano passado, tive o privilégio de presidir a Subcomissão da Água aqui no Senado Federal e, por vezes, a ANA foi quem mais trouxe informações sobre as angústias e os temas debatidos pelos senhores e senhoras.

A Agência tem um papel estratégico para o Brasil. A Agência, parece-me, muito mais do que hoje temos, do ponto de vista da valoração da água, o nosso de-

safio é para o futuro. O papel da Agência é muito mais preventivo hoje do que de fato operativo.

Pergunto a V. S^a, Sr. Paulo Varella, qual é a metodologia, a ação que a Agência Nacional de Água está pensando para não contaminarmos o nosso lençol freático... *(Pausa.)*

Meu caro Senador Jorge, é sempre um prazer tê-lo aqui.

...para não o contaminarmos e cuidarmos das nossas águas de superfície, porque, em muitos lugares no Brasil, vivem os rios momento de assoreamento e até mesmo de diminuição das águas. Vejo rios que, quando eu era criança, tinham uma vazão muito maior do que têm hoje, principalmente em meu Estado, o Paraná.

No mais, parablenzo V. S^a por este importante cargo que deve continuar a ocupar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Não havendo mais nenhum inscrito... A Senadora Vanessa...

Passo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Mas eu serei breve, Presidente, Senador Eduardo. Da mesma forma como os Senadores que me antecederam, não vou aqui declinar meu voto, porque o voto é secreto. Mas o meu total apoio e respeito à Agência de Águas deste País.

Acho que, quando o Dr. Paulo coloca os números que são números robustos, nenhum país no mundo tem números tão expressivos a falar em relação à presença da água, sobretudo água doce, que é um bem muito raro no Planeta, e não há dúvida nenhuma de que os próximos conflitos, isso não sou eu que digo, são os próprios pesquisadores, cientistas, que preveem que um dos conflitos futuros deverá ser possivelmente por conta de domínio da água, esse que é um insumo fundamental e necessário à vida.

Então, Dr. Paulo, neste momento que é importante para o senhor e não só para o senhor, mas para todo o conjunto de servidores e servidoras que atuam na Agência Nacional de Águas, quero dizer do nosso reconhecimento. E sei que, se V. S^a não tivesse a capacidade não somente política, mas técnica, principalmente, para continuar ocupando um cargo tão importante, dificilmente seu nome seria enviado ou apresentado para ser reconduzido à Agência Nacional de Águas.

Então, quero cumprimentar V. S^a e, cumprimentando V. S^a, cumprimento todos os integrantes da ANA que aqui estão.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – A votação está encerrada, e convido, para fazer a apuração dos votos – enquanto alguns outros

Senadores terão a palavra, darei a palavra a todos –, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Sérgio Souza, enquanto passo a palavra ao Senador Aníbal Diniz e, depois, à Senadora Ana Rita e Jorge Viana. Depois, o senhor responde a todos os questionamentos e vamos ao resultado da apuração.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Bom, eu queria fazer um cumprimento especial ao Sr. Presidente, Senador Eduardo Amorim, e também ao Sr. Paulo Lopes Varela Neto, que está sendo reconduzido à Agência Nacional de Águas.

O Brasil, por força da imensa potencialidade em água doce no mundo, tem certamente uma preocupação toda especial tanto com a preservação desses mananciais quanto com a potencialização desses mananciais. E a água é sinônimo de uma infinidade de possibilidades: água potável, água para navegação, água para piscicultura, água para geração de energia. Então, nada melhor do que uma pessoa com um currículo tão vasto quanto o de V. Ex^a para conduzir essa discussão. Certamente, vamos ter muitos outros desafios pela frente.

Nós temos, lá na Região Amazônica, uma situação muito peculiar no que diz respeito à água, porque nós temos a água como a nossa fonte maior de riqueza e, ao mesmo tempo, também a causa maior de um imenso transtorno durante o inverno com as alagações. E, certa feita, surgiu em alguns pontos uma discussão sobre a possibilidade de encontrar caminhos para esse problema de alagação. E todas as vezes os Governos são acusados: ah, mas sempre se repete alagação e nunca se tem uma política definitiva!

Eu perguntaria a V. Ex^a se existe algum mecanismo ou algum estudo realizado ou alguma encomenda de estudo sobre o problema de alagação, que é um ciclo natural: durante o inverno, os rios vão encher e vão atingir um nível muito, muito maior do que durante o verão. Haveria alguma possibilidade de uma prevenção, de forma que as famílias não utilizem as áreas alagadiças? Há algum mecanismo, alguma possibilidade de se construir eclusas, que possam manter o nível da água tal que não permita a entrada de famílias ou a construção de moradias em áreas que venham a ser alagadas?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Passo a palavra ao Senador Jorge Viana e, em seguida, à Senadora Ana Rita.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu só queria, Presidente Eduardo Amorim, Senador que preside esta reunião, primeiro me desculpar. Quem chega do Acre e passa essas horas todas de voo tem a justificativa do fato de não estar aqui desde o início, tendo em vista a importância de nós estarmos aqui

decidindo a indicação de mais um dirigente para a Agência Nacional de Águas do País.

Quero, antes de mais nada, cumprimentar o Presidente da ANA, que está aqui do meu lado, que é uma referência do trabalho bem conduzido da ANA no País, e dizer que a experiência vivida pelo Paulo, que agora busca a recondução nesta Comissão, no Senado Federal, é meritória. Ele serviu a vários governos, tem uma experiência acumulada. A indicação de V. S^a é suprapartidária. Eu não tenho dúvidas que o Senador Aloysio, como já fez o Senador Agripino, fez uma indicação suprapartidária.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pode estar certo. Eu vim aqui... Me permite um aparte, Senador?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Claro.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Como V. Ex^a, eu estava em outra comissão e tenho que correr para outra agora, mas vim aqui apenas para sufragar o nome do nosso querido Dr. Paulo Lopes Varella Neto, cujo trabalho eu conheço e admiro, assim como seus colegas da ANA.

Muito obrigado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Está vendo? Então, o que eu estou falando aqui tem todo o sentido. O Senador Aloysio tem um compromisso com esse tema.

Aliás, eu parabeno... Vi ontem o Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, falando que está assumindo um compromisso público de trabalhar definitivamente a despoluição de rios. É o Estado mais rico do País, está a 20 anos investindo e não consegue. E agora tem uma data, um prazo, e eu penso que essa é uma ótima notícia para o País. Falei para o Senador Aloysio agora, dei os parabéns, como representante de São Paulo. Tomara que, de fato, isso se concretize, porque nós temos que ver isso acontecendo nos outros Estados também. Faço questão de registrar, pela importância dessa decisão do Governo do Estado de São Paulo.

Aliás, é quase injustificável termos uma situação daquela. Eu, como parte do Governo Federal, ou pelo menos apoiador, sempre coloquei que a Baía da Guanabara e os rios, pelo menos os dois que cortam a cidade de São Paulo – os abertos ainda, porque desapareceram alguns rios que hoje estão canalizados... Mas não existe justificativa para o Brasil virar o milênio, virar o século, com os compromissos que assumiu, e não ter datas para despoluir essas áreas, que foram poluídas pelos equívocos do nosso processo de ocupação e industrialização. Imaginem como fica o resto do País. Para mim, esses dois compromissos deveriam ter sido conduzidos pelo Governo Federal. Falei várias vezes quando a Marina foi assumir.

Eu falei: se fosse eu o Ministro do Meio Ambiente, eu estabelecer data, prazo, e o tamanho dos investimentos para alcançar isso. E depois iria atrás, obviamente, dos parceiros. E não há problema se demorar 20 anos, 10 anos, 15 anos, 30 anos, se começar com data marcada para concluir. Quando eu vi ontem o Governador de São Paulo estabelecendo a data, fiquei muito contente de ver essa possibilidade chegando.

Mas eu queria, mais uma vez, voltando, parabenizar o Paulo Lopes, dizer que tive o privilégio da convivência com ele nesse período, e não tenho nenhuma dúvida de que, graças ao trabalho de profissionais como ele é que a gente tem na ANA uma referência de agência.

Nós, agora, no Senado, estamos regulamentando a vinda obrigatória, anualmente, de diretores das agências sabatinados aqui, anualmente, porque acho que isso vai aproximar as agências do Parlamento e, mais ainda, dar visibilidade para aqueles que estão cumprindo bem suas missões e executando bem as decisões tomadas no colegiado. É com esse propósito.

Vim e fiz questão de estar também aqui nesta reunião para dar meu voto de confiança na recondução do Paulo Lopes Varella Neto que, pela história profissional que desenvolveu na Agência, merece a recondução.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com a palavra a nossa Senadora Ana Rita e a gente encerra os questionamentos e, depois, vamos direto à apuração.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu vou ser breve, Sr. Presidente, até porque os colegas que me antecederam já disseram as qualidades, os valores, os méritos do Dr. Paulo Varella frente à ANA.

Eu quero, aqui, apenas manifestar a minha satisfação, a minha alegria de poder contribuir para que o Dr. Paulo possa ser reconduzido à Agência Nacional de Águas.

Dr. Paulo, todas as pessoas que se manifestaram aqui foi de forma bastante positiva. Portanto, quero parabenizá-lo, pois, com certeza, o senhor será reconduzido, assim a gente espera.

Um bom trabalho à frente da Agência Nacional de Águas!

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigada, Senadora Ana Rita.

Dr. Paulo, mesmo o Regimento não permitindo, é difícil que não se manifeste o voto e o voto de confiança.

Com a palavra o Dr. Paulo Lopes Varella para responder a todos os questionamentos.

O SR. PAULO LOPES VARELLA NETO – A primeira participação, mesmo levando em conta o potencial

de água no Brasil, principalmente na bacia Amazônica, é para trazer junto a preocupação com o desperdício.

É verdade que nós temos o maior potencial hídrico de água doce disponível, porque a água, às vezes, pode existir, mas não estar disponível por variadas razões, do mundo. É gerada em território nacional cerca de 12% dessa água, mas, se contarmos a água que entra de países a montante, pode chegar a 18%. Quase 20% da água do mundo circula em território nacional. São cerca de 260 mil metros cúbicos por segundo. Poderíamos aproveitar para uso 91 mil metros cúbicos por segundo. A retirada, segundo relatório de conjuntura da ANA, está na faixa de 2,3 m³/s e o uso efetivo na faixa de 1,2 m³/s. Portanto, ainda temos, digamos assim, uma grande folga. Isso são médias. Evidentemente, se a gente olha com a lupa menor, vamos ver que, em algumas regiões do País, esse fato realmente não se traduz como realidade local. No Nordeste setentrional apenas 3% dessa água está presente e na bacia do São Francisco, 70%. Portanto, a água tem um valor muito diferente. É um país fantástico. Enquanto se mede água por milhares de metros cúbicos na bacia Amazônica, no meu Nordeste, a gente usa a cabaça, usa o copo, às vezes, a gota. Então, é preciso efetivamente usar isso com muito cuidado.

Eu acho que o caminho para isso é uma gestão correta dessas águas. Nós precisamos melhorar na área, por exemplo, da irrigação, Deputado Márcio. O pouco que a gente avance melhora muito porque 70% da água é usada nessa irrigação. Estamos caminhando, estamos melhorando. Nós precisamos melhorar na área de tratamento e saneamento porque, na hora em que a gente deixa de poluir a água, a mesma água se torna mais disponível. Portanto, aumentamos a água. A gestão correta, me parece, encadeada com a questão do pacto é que vai, realmente, fazer a gente avançar.

O pacto é, na verdade, um esforço para fazer avançar o que já preconiza a nossa lei, que traz avanços imensos, que traz propostas fantásticas, mas também traz, digamos assim, questões complexas, como a dominialidade dupla da água, em que o Estado e a Nação têm que compartilhar harmonicamente e desenvolver esse processo.

A ANA tratou de, junto com os Estados, criar uma métrica para ver, frente à dificuldade de gestão e à potencialidade das águas, que tipo de estrutura de gestão deveríamos ter. Evidentemente, em uma bacia que está pouco ocupada, que tem poucos problemas, não se precisa de uma estrutura de gestão tão forte, quanto em uma bacia que já está muito ocupada, que já temos muitos conflitos e muitas disputas. Tratamos de ver uma métrica e dividimos em algumas categorias para ver, por um lado, o tamanho do desafio e, por

outro lado, o tamanho da disponibilidade. Juntamente com os Estados, estamos tentando criar um caminho em que a ANA possa fortalecer, na medida de suas possibilidades, até financeiramente, os Estados, para que, estruturando seus órgãos gestores estaduais e trabalhando de forma mais harmônica, possamos avançar com essa gestão efetivamente federativa.

Centrei a fala do meu discurso nisso, porque, sinceramente, acredito que esse é o caminho para conseguirmos caminhar.

Posta como está a dominialidade dupla das águas, se não houver, efetivamente, uma articulação próxima entre a União e os Estados, os Estados entre si, teremos dificuldades, porque, conforme falei, essas águas ora estão no subsolo, ora estão nos rios, enfim, são duas expressões ou muitas expressões da mesma essência. Acho que, com o pacto como um instrumento para fortalecer esses órgãos estaduais, estabelecer qual é o nível de estrutura que precisamos ter em cada uma dessas unidades, poderemos, efetivamente, avançar.

A ANA dedicou muito esforço a isso. A diretoria colegiada, sob a liderança do Dr. Vicente, realmente dedicou muitas horas de esforço nessa direção, e acreditamos seja realmente o caminho para conseguirmos, efetivamente, aplicar o que já prevê a nossa própria lei. Discutimos com o Senado, esta Casa não se negou participar e estamos com grande esperança de que este ano consigamos deslanchar nisso.

Também houve um questionamento sobre as águas subterrâneas. Acho que essa é uma questão também fundamental, porque, na verdade, estão subterrâneas, mas são elas mesmas que alimentam nossos rios que, quando não chove, estão aí. No Nordeste, como não temos esse substrato sedimentar, temos que fazer açude, senão fica sem água. Lá, são os açudes que chovem; na área sedimentar, são os aquíferos que repõem as águas dos nossos rios. Então, não há como se fazer uma gestão desintegrada. Na verdade, desintegramos isso na cabeça, mas são duas expressões de uma mesmíssima essência: ela está subterrânea, ela está superficial, mas uma depende da outra. Nesse processo de gestão, inclusive, se não tivermos cuidado, vamos outorgar a água duas vezes, a mesma, o que seria passar um cheque sem fundo.

Nesse particular, a ANA dedicou-se com muito esforço. Criou uma agenda nacional de águas, junto com os Estados da Federação, que vai desde um diagnóstico de como estava isso naquele momento até um pilar que tratou de ver toda uma área de capacitação, de geração de conhecimento para o Brasil, da aplicação dos instrumentos da política, de maneira que, hoje, temos uma agenda nacional, inclusive, em obediência

ao que pede o Plano Nacional de Recursos Hídricos. Grandes estudos têm sido feitos.

Nesse momento, está sendo feito um estudo para o aquífero da Bacia Amazônica para que possamos trazer maior conhecimento dali; da área do Urucuia, um rio importantíssimo, inclusive, de recarga para o Rio São Francisco; na área do Guarani, aplicando o que foi previsto no Projeto Guarani – foi feito em quatro países. Temos aquíferos na área do Rio Grande do Norte, do Ceará, aquífero conjunto, propondo modelo de gestão. Mais que isso, temos trabalhado também, em regiões metropolitanas, uma gestão bem específica que envolve muito a participação do Município, do Governo, das pessoas, enfim, em área metropolitana. Já foram feitos estudos importantes, como em Natal, como em Maceió. Então, realmente é uma agenda que está, digamos assim, bastante desenvolvida.

A questão dos alagamentos. Existem ciclos naturais que são próprios de algumas regiões. Manter o Amazonas em seu leito, e grandes rios, realmente é impossível, mas não só lá. Lá, às vezes, até conseguimos prever isso com bem mais antecedência. Mesmo lá, no Nordeste, quando chove, e às vezes chove de uma vez, a inundação é impressionante, como foi em Alagoas, como foi em Pernambuco, em 2010. O que temos que fazer é ter realmente um monitoramento efetivo, uma prevenção efetiva e um caminho de contingência que seja eficaz.

A ANA fez um trabalho, a meu ver, muito interessante de mapear todos esses trechos inundáveis, exatamente, porque o País é muito grande, as dimensões são imensas e, se não focamos essas questões, fica difícil de podermos agir. Então, a ANA levantou um mapa de vulnerabilidade de trechos inundáveis, para, a partir daí, sim, preventivamente, conseguir inclusive convencer as pessoas, porque algumas estão em locais... Essa história de que a água invadiu as casas é um pouco meio ao avesso, não é verdade? No fundo, no fundo, foram as casas que ocuparam caminhos que, não frequentemente, têm água, mas, de vez em quando, têm porque os ciclos voltam.

Então, a Agência está bem preocupada com isso, criou “salas de situações”, como nós as chamamos, e a está levando a cada um dos Estados brasileiros. Inclusive, aportando financeiramente essas “salas de situações”, levando *softwares*, computadores, inclusive estações.

Cada sala dessas são na faixa de 130 mil reais, mas somando as estações, estamos levando cerca de 500 mil reais para cada um desses Estados, de modo que telemetricamente possamos acompanhar tudo isso, tendo muito mais tempo e condição de prevenir.

Em alguns casos, é possível, principalmente, porque no Nordeste temos barragens para contenção de cheias. Agora, quando se levanta o Amazonas, não

há como segurá-lo, temos exatamente que saber exatamente. Já está, inclusive, prevista – não será como a do ano passado, mas já sabemos que teremos um aumento bom no nível das águas aí.

Tenho a impressão de que foi isso tudo que foi perguntado. Não sei faltou alguma coisa, ou se os senhores ainda querem...

Se não, fica respondida, então.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Nenhum questionamento a mais? *(Pausa.)*

Registro a presença entre nós do Sr. Vicente Andreu Guilo, Diretor- Presidente da ANA e do Deputado Inácio.

Deputado Inácio, é um prazer tê-lo aqui conosco.

Digo que antes de proclamar o resultado, Senadora Ana Rita, eu já fiz duas graduações em minha vida, em Medicina e em Direito e várias pós-graduações. Se eu fosse fazer outra graduação, eu faria em Geologia. Isso só para comprovar o quanto Deus, para quantos acreditam nele, e eu sei que muitos aqui acreditam Nele, foi e é generoso com nós brasileiros.

Sei que se Deus não é brasileiro, ele tem uma preferência por nós, brasileiros.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Presidente, não é à toa que a Presidente Dilma disse que se o Papa é argentino, Deus é brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Está tudo na América Latina.

O que se precisa fazer, Senadora Vanessa Grazziotin, é a nossa parte. Se este País ainda convive com muitas mazelas, com muito sofrimento, isso não é porque Deus não fez a parte dele, e sim porque nós falhamos em nossa condução.

Com certeza, as penúrias, as mazelas que nós, nordestinos, Dr. Paulo, ainda vivemos é porque deixamos de fazer os canais. Vemos em muitos cantos do mundo, serem produzidos os melhores vinhos, as melhores frutas, e aqui, mesmo tendo todo esse sol e essa água a nosso favor, vemos irmãos sofrendo, morrendo, assim como o padecimento dos nossos rebanhos.

O que falta não são os grandes canais. Afinal, poucos cantos do planeta têm canais como o Rio São Francisco ou o Rio Amazonas. O que falta é fazermos a nossa parte.

Copa do Mundo é prioridade? Sim, é prioridade. Mas fazer os canais que levam água para todos os irmãos sertanejos também é prioridade. Isso tem que ser prioridade, sim, por parte dos governos, em todas as suas esferas, seja a municipal, a estadual ou a federal.

É incompreensível, é inconcebível entender que, ao lado do Rio São Francisco haja irmãos padecendo, sofrendo com uma seca que não vê há muitas e muitas décadas. Não dá para se compreender isso, em pleno

século XXI, com tanta tecnologia, com tantos recursos, com tanta riqueza econômica. Isso é incompreensível.

Até os insetos sabem que existem inverno e verão, que existe o inverno e também o período da seca. É, portanto, incompreensível que nos convivamos, em pleno século XXI como as que vemos em nosso País.

Mas a nossa missão é fazer a nossa parte, não é isso, Senadora Ana Rita, conduzindo o Congresso da melhor maneira possível e sonhando com um País melhor.

Deus fez a parte dele, precisamos fazer a nossa. Vamos proclamar o resultado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Está aprovada a indicação do Sr. Paulo Lopes Varella Neto por 15 votos favoráveis; um voto contrário e nenhuma abstenção.

Aprovada a indicação do Sr. Paulo Varella Neto. *(Palmas.)*

Agradeço o trabalho dos escrutinadores, Senadora Vanessa Grazziotin e Senador Sérgio.

O nome do Dr. Paulo Lopes Varella irá agora para a votação em plenário.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 54 minutos.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

ATA DA 4ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2012, ÀS 10H, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e três de maio de dois mil e doze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, sob a Presidência do Senhor Senador **FLEXA RIBEIRO**, reúne-se a Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da usina de Belo Monte. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **DELÍCIO DO AMARAL**, **VALDIR RAUPP**, **FLEXA**

RIBEIRO E IVO CASSOL. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **JORGE VIANA, RODRIGO ROLLEMBERG, SÉRGIO SOUZA E BLAIRO MAGGI.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à deliberação da pauta destinada a discutir a importância de Belo Monte para o Setor Elétrico Brasileiro e debater a evolução da experiência brasileira na construção de empreendimentos hidrelétricos na Amazônia, conforme o plano de trabalho da Subcomissão. Participaram como convidados os senhores: Maurício Tolmasquim, Presidente - Empresa de Pesquisa Energética - EPE; Hélyvio Neves Guerra, Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração - Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel; Thomaz Miazaki de Toledo, Coordenador-Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; István Gárdos, Diretor - Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. Usam da palavra os Senhores Senadores **DELICÍDIO DO AMARAL, IVO CASSOL E FLEXA RIBEIRO.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e quatro minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Flexa Ribeiro**, Presidente da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte
REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DE 23/05/2012

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Declaro aberta a 4ª Reunião da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura. Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente audiência pública busca discutir a importância de Belo Monte para o setor elétrico brasileiro e debater a evolução da experiência brasileira na construção de empreendimentos hidrelétricos na Amazônia, em atendimento ao plano de trabalho da Subcomissão.

Convido os senhores expositores a tomarem assento à Mesa: Dr. Maurício Tolmasquim, Presidente da EPE – Empresa de Pesquisa Energética; Dr. István Gár-

dos, Diretor do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); Dr. Hélyvio Neves Guerra, Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); Dr. Thomaz Miazaki de Toledo, Coordenador-Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Estamos aguardando o Dr. Abel Holtz, representante do Centro Brasileiro de Infraestrutura.

Quero agradecer o atendimento do convite e dizer que o nosso Relator, Senador Delcídio do Amaral, no momento, preside uma reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, que submete à apreciação três novos integrantes do Cade. Tão logo termine lá a votação, ele vai estar aqui conosco. E os Senadores membros da Subcomissão, tão logo abra a votação na CAE, exercerão o direito do voto e virão até aqui. Também terei que ir até lá para votar e, então, retomarei a presidência da Subcomissão nesta audiência pública.

Quero justificar e pedir desculpas por ter atrasado o início da nossa audiência, mas também estava presidindo uma reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal. As atividades são coincidentes e temos que nos dividir para atender a todos os chamamentos.

Mas vamos dar início à audiência pública da Subcomissão de acompanhamento da implantação da Usina de Belo Monte.

Quero passar a palavra ao nosso convidado, o Presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Dr. Maurício Tolmasquim. Com a palavra o Dr. Maurício. V. Sª terá 15 minutos, prorrogáveis pelo tempo necessário para fazer a sua apresentação.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Obrigado, Senador. Eu tinha uma apresentação. Não sei se... (Falha na gravação.)

Antes de mais nada, gostaria de agradecer à Comissão pela oportunidade de falar sobre o setor elétrico, especificamente sobre Belo Monte, e discorrer sobre a importância de Belo Monte para o setor elétrico brasileiro.

Próximo, por favor.

Primeiramente, vou me ater sobre o papel da hidroeletricidade na matriz elétrica do Brasil.

Próximo, por favor.

Nós, brasileiros, temos de ter um grande orgulho da nossa matriz elétrica.

Quando a gente vai para fora é um prazer mostrar que enquanto, no mundo, apenas 20% da geração de energia elétrica vem de fontes renováveis, no Brasil, quase 90% de geração de energia elétrica decorre de fontes renováveis. A principal fonte que abastece o

mundo de energia elétrica é o carvão mineral, que é uma das fontes mais poluidoras e emissoras de gás de efeito estufa. Uma térmica a carvão emite duas vezes mais do que uma térmica, por exemplo, a gás natural. Enquanto que, no Brasil, a principal fonte que abastece o setor elétrico brasileiro é a hidroelétrica, responsável por mais de 80% de geração de energia elétrica. A hidrelétrica praticamente não emite gás de efeito estufa, é uma fonte renovável, é uma fonte que, 100%, a gente pode produzir no Brasil e que tem baixo custo.

Próximo, por favor.

Graças ao fato de a hidrelétrica ter um grande peso na nossa matriz, o Brasil, apesar de ser a sexta economia do mundo, o setor elétrico brasileiro é responsável por apenas 0,3% das emissões de gases de efeito estufa de todo o setor elétrico no mundo. Ou seja, nós somos a sexta economia mundial, e o nosso setor elétrico responde apenas por 0,3% das emissões de gases de efeito estufa. Isso é possível graças ao fato dessa característica de termos uma matriz hídrica.

Próximo, por favor.

Como estamos vendo a expansão do setor elétrico no futuro, nos próximos 10 anos?

Próximo, por favor.

Nós estamos trabalhando com o crescimento do Brasil nos próximos anos a uma taxa de 5% ao ano, uma taxa superior à taxa de crescimento do mundo. Isso seria uma reversão em relação ao que aconteceu em décadas passadas.

Mas, se o Brasil crescer 5% ao ano, nós temos de expandir o setor elétrico, a oferta de energia, de 4,7% ao ano para atender essa necessidade do Brasil de energia para um crescimento de 5% ao ano.

Próximo, por favor.

Nessa necessidade de oferta já estão incluídas hipóteses de aumentos da eficiência elétrica no uso da energia. Então, nas nossas projeções, estamos considerando que o País fará ações de conservação de energia elétrica que resultará em uma economia de 34 terawatts-hora até 2020. Para produzir estes 34 terawatts-hora nós precisaríamos do equivalente a sete mil megawatts de potência. Ou seja, às usinas do Madeira. Na hipótese que está sendo adotada no Plano Decenal de Expansão de Energia, nós estamos tirando o equivalente a uma usina do rio Madeira, duas plantas do rio Madeira – Santo Antônio e Jirau – do Plano, considerando que a eficiência elétrica vai ser adotada. Então, estamos, sim, considerando ações de eficiência.

Próximo, por favor.

Alguém pode falar: “Puxa, não dá para fazer mais eficiência e não expandir a oferta de energia?” Não é possível. Por quê? Porque o consumo *per capita*, no

Brasil, ainda é muito baixo. Para se ter uma ideia, cada brasileiro consome cerca de sete vezes menos do que cada americano. Nós, no Brasil, consumimos menos do que o Chile, consumimos menos do que a Argentina, em termos de consumo *per capita*. É claro que nós temos uma classe média que pode e tem condições de mudar padrões de consumo.

Mas nós temos uma grande classe pobre que está ascendendo à classe média e que vai aumentar o consumo, e tem todo o direito de assim fazê-lo. Porque nós não temos o direito de, agora, nesse momento em que eles estão ascendendo à classe média falar para eles pararem de consumir porque temos de reduzir o consumo de energia elétrica.

Então, mesmo fazendo ações de eficiência, o Brasil precisará aumentar a oferta de energia. Pelas nossas projeções, em 2020, o Brasil chegará, em termos de consumo *per capita*, a mais ou menos o nível do Chile hoje, não do Chile daqui a 10 anos.

Então, nós não estamos falando nada de absurdo em termos da expansão da oferta de energia. É o mínimo necessário para o Brasil crescer e criar bem-estar.

Próximo, por favor.

Com, então, vamos atender a essa necessidade de energia elétrica que foi detectada?

Próximo.

Nós precisaremos, em 10 anos, expandir o sistema em 61 mil megawatts, lembrando que nós temos hoje uma capacidade instalada de cerca de 115 mil megawatts. Ou seja, é quase aumentar em 50% tudo que tem instalado no Brasil.

A notícia boa é que nós, graças aos leilões e à retomada do planejamento, já contratamos 77% de tudo o que nós precisaremos nos próximos 10 anos e, nestes 77%, estão incluídas, por exemplo, as usinas.

Próximo.

Em termos de expansão do setor elétrico, nós já contratamos para os próximos 10 anos, 24 mil megawatts, estão incluídas aí as usinas do Madeira, Belo Monte, elas vão entrar até 2019, e a cor azul, 8.400 megawatts, é aquilo que ainda falta ser licitado, que ainda falta ser contratado. Isso, em termo de hidrelétrica.

Próximo.

Em termos de fontes renováveis novas, que são as pequenas centrais hidrelétricas, as usinas da bioeletricidade e eólica, nós estamos considerando quase 19 mil megawatts nos próximos 10 anos, sendo que nós já contratamos 57% do total, 43% ainda a ser contratado.

Próximo.

Entre estas, o destaque é para as eólicas, que nós tínhamos apenas 29 megawatts instalados em 2005 e, graças ao que já foi contratado, nós teremos, em 2016, cerca de oito mil megawatts instalados no País.

Próximo.

Uma coisa interessante é que a energia eólica – isso tem de ficar claro – não é uma substituta da energia hidráulica, mas ela é uma complementação à energia hidráulica. As duas fontes, eólica e hidráulica, não são competidoras; elas são complementares.

É interessante notar que, segundo a hidrologia, nos períodos secos venta mais, então, os reservatórios estão mais baixos quando se tem mais vento. Então, existe uma complementação entre a energia hidráulica e a energia eólica, e não uma disputa entre elas.

Próximo.

Da mesma forma, em relação à bioeletricidade, é interessante notar que os meses de maio a novembro são os meses secos nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, e é nos meses de maio a novembro que se tem a safra da cana, de onde se extrai o bagaço, e pode gerar bioeletricidade. Então, da mesma forma, a bioeletricidade é complementar à hidroeletricidade e não a substituta da hidroeletricidade.

Próximo.

E mais: os reservatórios. Os reservatórios da hidrelétrica são uma grande riqueza que o Brasil tem. Por quê? Porque a energia eólica nos países desenvolvidos, quando não está ventando, o que se faz? Tem-se de ligar uma térmica, que é cara ou que polui.

No Brasil, o que é o reservatório? O reservatório é uma grande pilha que o Brasil tem. Quando está ventando ou a quando a biomassa, a safra da cana ocorre, você está gerando energia elétrica com seus aerogeradores, com sua térmica a biomassa. E você está estocando água no reservatório. Quando não está ventando ou não tem a safra da cana, você usa aquela água estocada para gerar energia elétrica. Então, o reservatório é uma bateria natural do setor elétrico.

A Dinamarca, o país que tem a maior quantidade eólica que eu conheço, 25%, consegue administrar o seu sistema porque está ligada à Noruega, que é um país hidrelétrico. Ela, de noite, compra energia eólica da Dinamarca e, de manhã, vende a energia hidráulica. É claro que, como a Noruega faz esse papel de pilha para a Dinamarca, ela compra baratinho a energia eólica e vende caro sua energia hidrelétrica.

Qual é a nossa vantagem? Como somos um país continental, a Noruega e a Dinamarca estão dentro do Brasil. Temos uma Noruega e uma Dinamarca aqui. Temos o potencial eólico e o potencial hidráulico e, portanto, podemos fazer essa complementação dentro do País. E o reservatório é um ativo importante que nós temos, até para introduzir essas fontes.

Próximo.

As térmicas a gás têm papel importante. Estamos em um período em que temos pouco gás, mas, a partir de 2017/2018, pode ser que volte a ter.

Próximo.

Voltando especificamente ao tema desta reunião, Belo Monte, é importante entender que, se tivéssemos que substituir Belo Monte por térmicas a gás, que é até uma hipótese otimista, e tivéssemos gás para isso, precisaríamos de 19 usinas termoeletricas a gás de 500 megawatts cada, para gerar a mesma energia que Belo Monte gera. Essas 19 termoeletricas emitiriam 19 milhões de toneladas de CO². Dezenove milhões de toneladas de CO² é tudo o que o setor elétrico emitiu, por exemplo, no ano de 2007, ou seja, não ter Belo Monte significaria, pelo menos, dobrar a emissão do setor elétrico. Isso se considerar térmica a gás. É claro que, se considerasse térmica a carvão, significaria aumentar por quatro esse valor.

Próximo.

Então, a nossa matriz continuará, nos próximos dez anos, a nos orgulhar. Nós continuaremos com 83% de renováveis. A hidrelétrica vai cair um pouco em participação com o aumento das novas renováveis, mas, em termos absolutos, ela será o carro-chefe da nossa matriz.

Próximo.

Em termos de preço, é importante notar que o que permite termos um custo da energia na área de geração menos cara é justamente a energia hidráulica, que é a fonte mais barata. Se pegarmos os grandes empreendimentos... Então, enquanto o custo médio de tudo que foi contratado é em torno de R\$133,00, a energia hidráulica foi contratada a R\$110,00. Isso a preço de dezembro de 2011. Sendo que, dentro da hidráulica, enquanto a hidráulica está R\$110,00, as grandes usinas – Santo Antônio, Jirau e Belo Monte – estão em torno de R\$76,00 a R\$98,00 por megawatt-hora, ou seja, as hidráulicas são as fontes mais baixas, e as grandes usinas dentro das hidráulicas têm o custo mais baixo ainda.

Próximo, por favor.

Rapidamente, sobre o aproveitamento do rio Xingu.

Próximo.

Talvez Belo Monte seja o empreendimento mais estudado da história brasileira. O primeiro inventário data dos anos 80 e previa grandes reservatórios. Então, tinha Kararaô, Babaquara, Ipixuna, Caiapó, usinas com grandes reservatórios.

Próximo.

Dado o impacto ambiental, o grande alagamento, esse inventário foi refeito e foram pensadas usinas com reservatórios muito pequenos. É o caso de Belo

Monte, Altamira, Pombal e São Félix. Mesmo assim, considerou-se que dado que as usinas a montante de Belo Monte teriam impacto, o CNPE, Conselho Nacional de Política Energética, tomou a decisão de não aproveitar as usinas a montante de Belo Monte, ou seja, o Brasil estaria abrindo mão desse potencial justamente para não ter impactos, eventualmente, sobre áreas indígenas.

Próximo.

Então, essa é a resolução do CNPE nesse sentido.

Próximo.

E mesmo Belo Monte... O projeto de Belo Monte, que já era um projeto de reservatório pequeno em relação à usina inicial, que era Babaquara, teve seu reservatório reduzido ainda mais.

As áreas verdes são áreas indígenas.

O projeto original de Belo Monte atingia três áreas indígenas e tinha um reservatório de 1.225 quilômetros quadrados. Então, esse projeto foi refeito e reduzido o reservatório para 503 e, para não haver inundações nessa área, que é chamada Volta Grande do Xingu, foi bolado um canal, que é um canal muito caro, mas um canal que... Do ponto de vista da engenharia, o projeto anterior seria o mais interessante; do ponto de vista ambiental, este que foi adotado é o melhor e, por isso, foi adotado este.

Esse canal foi orçado em algo entre R\$ 2 bilhões e R\$ 3 bilhões, que é o custo adicional para evitar impacto sobre essa comunidade indígena.

Próximo.

Aí é importante o seguinte. Nessa área de Volta Grande vai ser mantida a água para os índios. A vazão mínima obrigatória para essa usina funcionar é de 700 metros cúbicos por segundo. A vazão mínima registrada nos últimos 80 anos é de 400 metros cúbicos por segundo. Então, a usina vai propiciar à comunidade indígena mais água naquela Volta Grande no período de seca do que ela teve em média durante os 80 anos que foram medidos. Então, não é verdade que vai ser reduzida a água no período seco; vai, inclusive, aumentar. No período úmido, aí sim, há uma diminuição, mas como havia muita água mesmo... A vazão mínima é de 4 mil metros cúbicos por segundo, sendo que não pode haver dois anos seguidos de 4 mil metros cúbicos por segundo. Se houver um segundo ano, você tem de aumentar a vazão para 8 mil metros cúbicos por segundo.

Próximo.

Então, essa Volta Grande do Xingu... Aquele canal, que é o canal do Panamá, foi feito justamente para evitar o impacto sobre essas três comunidades indígenas: Arara da Volta Grande do Xingu, que tem 107 índios; Paquichamba, que tem 81 índios; e Juruna,

que tem 37 índios. Então, eu acho que é uma grande injustiça considerar que não se está fazendo o máximo possível para atender as comunidades indígenas. Esse projeto foi encarecido em pelo menos R\$2 bilhões a R\$3 bilhões para atender 225 brasileiros. Então, foi um esforço que foi feito porque consideramos que é justo, é meritório, e eles têm o direito de manter o seu modo de vida. Foi feito isso justamente, bolado esse canal, para preservar as condições de vida desses 225 indivíduos.

Próximo.

Em contrapartida, a energia dessa usina vai atender 60 milhões de brasileiros. A energia gerada atende 60 milhões de brasileiros. Então, mesmo que... Fizemos o máximo possível para que esses 225 índios não fossem afetados, mas a usina tem de ser construída, porque ela beneficiará 60 milhões de pessoas.

Próximo.

Aí vem a seguinte questão. Essa usina, apesar de ter uma potência de 11 mil megawatts, vai gerar em média 4,571 megawatts médios ao ano. Por que isso? São três razões.

Primeiro: para a usina poder gerar durante o ano todo, nós teríamos de construir usinas a montante de Belo Monte, mas decidiu-se não construir justamente para não impactar as comunidades indígenas a montante. Então, primeiro: não haverá reservatórios a montante e, portanto, a usina vai funcionar a fio d'água.

Segunda razão: você reduziu a área alagada para não afetar as três terras indígenas ali; a quarta razão: a questão da manutenção do hidrográfico ecológico, que também reduz a geração.

Portanto, a usina, sim, gera menos do que ela poderia gerar; mas, para ela gerar mais, teria de ter um impacto ambiental que não seria condizente com os desejos da sociedade.

Algumas pessoas serão deslocadas, cerca de quatro mil a cinco mil famílias, não tenho o número exato, mas a grande parte delas vive em condições muito precárias, em palafitas. Elas pessoas sairão dessas condições degradantes de vida e vão poder optar se terão reembolso em dinheiro e vão escolher onde vão viver ou se terão casas – este é o projeto de casas – e serão realocadas. Então, as pessoas que vão ser deslocadas terão um *upgrade* em suas condições atuais de vida.

Próximo.

Esta é uma foto de uma escola que existia antes e o de uma escola inaugurada, depois da reforma feita, onde se fez postos de saúde etc. Por quê? A ideia é a de que essa usina hidrelétrica, mais do que uma fábrica de eletricidade, seja um vetor de desenvolvimento regional e traga... Ou seja, a energia hidrelétrica vai

permitir que o Brasil tenha uma energia barata; que o Brasil continue a ser um líder em termos de baixa emissão de gases de efeito estufa e, ao mesmo tempo, trazer benefícios para a região.

Era isso o que eu tinha a dizer e estou à disposição para...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Aquela vila habitacional já está sendo construída, Dr. Tolmasquim?

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – É... Nessa fotografia...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – A escola, sim... Mas falo daquela vila habitacional que o senhor mostrou um pouquinho antes...

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Não, não... A vila ainda não; mas já tem... Dos postos de saúde, vários já estão em funcionamento... É porque eu trouxe todas as fotos. Nós temos vários postos de saúde em funcionamento, temos várias escolas construídas, estradas... Já se começou o sistema de construção de esgoto... É muito interessante que esses cinco Municípios terão 100% de água tratada e esgotos tratados. Isso não tem em nenhum lugar do Brasil. Vai ser um lugar que... Eu costumo dizer que essa comunidade ganhou o bilhete já sorteado da lota, porque o que vai de recursos para lá é algo que não seria feito se não tivesse esse empreendimento.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – A cidade Nova Mutum, lá em Rondônia, vila que foi alagada pela usina de Jirau, foi feita uma cidade com 1.500 casas, com asfalto, saneamento, rodoviária, telefone, telefone celular. Está quase melhor morar nessa vila do que em Porto Velho, em nossa capital, que carece muito de infraestrutura ainda.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Eu estive lá, Senador, até com o senhor... E realmente... Na época, fomos com o Governador também. Realmente, foi uma mudança monumental na qualidade de vida da população. Existem estudos que indicam que o IDH das regiões que têm hidrelétrica é melhor do que o de outras regiões. Então, você tem... E eu acho que isso é correto. A hidroeletricidade tem de trazer benefícios para o País, mas tem de trazer benefícios para a comunidade local também.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – O senhor me permite um aparte, só para concluir?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Com a palavra, o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente. Quero aproveitar o Maurício Tolmasquim, que é o esperto, o inteligente que cuida dessa área... De tamanho e tudo... É o mais alto. Mas eu também tenho a preocupação de termos os dois empreendi-

mentos em Rondônia e que, infelizmente, nos foram colocados goela abaixo os dois juntos, pois eu queria um e, depois, o outro. Fui voto vencido à época. E nós já estamos com um problema social grande dentro de Porto Velho e dentro de Jaci-Paraná. Então, vejo que nós vamos ter muitas dificuldades. Depois de as usinas prontas, todo mundo sabe que o ICMS é pago lá no consumo e os *royalties* são muito pequenos em cima do retorno que tem. Então, eu tenho uma preocupação grande... A região amazônica que está ajudando o Brasil na energia que precisa... E, nesse projeto da Belo Monte, em que sou Vice-Presidente, juntamente com o Senador Flexa e com o Senador Raupp, eu estive lá presente no empreendimento e quero dizer que a mudança que houve, com certeza, não causou custo maior. Fazer uma barragem de 90 metros de altura é muito mais caro do que fazer um canal de adução, com a experiência que eu tenho, por mais que alguns digam... Eu sei que você tem de defender essa tese para mostrar, mas, com conhecimento, o impacto ambiental hoje no projeto é menor.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Não, sem dúvida.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Mesmo que as comunidades tenham 200 e poucos índios, eu vejo o seguinte: enquanto se mostra a preocupação – e aí é importante, Hêlvio Neves, superintendente de Concessões e Autorizações da Aneel –, quando dizem a média de geração para manter naquelas máquinas bulbo de 13 metros de altura e deixando de produzir a energia que o Brasil precisa em 94 metros... Para nós não deixarmos aquelas cidades vizinhas, no futuro, carentes de recursos, e, Presidente Flexa, os indígenas que estão lá, os índios que estão lá, é muito melhor negociar com os índios, pegar 10%, 20% do valor que a Belo Monte vai faturar a mais jogando em 94 metros e não em 13 metros, porque só há as duas comunidades indígenas. É o segredo que tem aquela usina. Então, portanto, eu sou defensor de que se negocie com os índios, de que se repasse parte do faturamento para os Municípios – há Municípios que não foram beneficiados ao longo e os outros mesmos – para depois continuar investindo nessa parte social de infraestrutura e também na compensação dos índios, do que você botar a água, ou parte dela. Já são 400 metros cúbicos por segundo. Se você mantiver 70%... Qual é o mínimo necessário para manter no tempo da seca?

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Eram 400 metros cúbicos por segundo e estamos passando para 700.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – São 700, mas aí o reservatório não é tão grande para isso, para a quantidade de água por segundo que passa. Quer dizer, isso aí é...

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Senador, do ponto de vista da engenharia, da otimização, nós estamos “desotimizando” o empreendimento, mas em prol de um acordo com a área ambiental. Isso que foi o que...

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Mas nós precisamos fazer outra coisa. Nós temos que deixar aqueles índios andando de carro novo – entendeu? – sombra e água fresca para eles, com parte do dinheiro. E compensa, gente, compensa. Melhor do que deixar a água só descer o rio e deixar os índios na miséria, como hoje a Funai mantém os índios no Brasil.

Então, é uma sugestão, Presidente, que eu quero que conste aí. É uma sugestão para o futuro. Porque não adianta deixar a água passar no leito natural do rio do jeito que é proposto aí, quando, na verdade, se colocasse em 94 metros de queda produziria quantas vezes mais? De 13 metros de queda para 94, vamos produzir quantas vezes mais? Quase dez vezes mais. Onde vai dar 200 e poucos mega, nós vamos passar a produzir mil e poucos a mais. Então, a sugestão... Eu sei que é polêmico, algum ambientalista, mas vamos perguntar para os índios e para os ribeirinhos se eles topam ou não a ideia. Eles vão topar.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço, Senador Ivo Cassol e ao Dr. Maurício Tolmasquim por sua palestra.

Nós vamos, ao final de todos os palestrantes, ter oportunidade de abrimos os questionamentos. Inclusive, o nosso Relator, Senador Delcídio do Amaral, lá na Comissão de Infraestrutura já levantou essa questão de que o Governo brasileiro precisa reavaliar, Dr. Tolmasquim, essa decisão que tomou de fazer a geração nas usinas hidrelétricas a fio d'água e não pôr reservatórios para que possa atender na geração a um volume maior, já que Belo Monte teria capacidade de geração muito maior. Porque dessa forma – e o Senador Delcídio é um *expert* na matéria, barrageiro, engenheiro e ex-ministro – ele sabe, assim como V. S^{as} também, que, da forma como está, o Brasil vai ter que ter geração térmica para poder suprir, no momento de diminuição do volume de água, a demanda por geração de energia.

Então, é uma opção de governo. É preciso que o Brasil tome essa decisão, se vai manter a política como está ou se vai rever essa geração. Mas isso nós vamos discutir ao final, inclusive com a presença do Senador Delcídio, que levantou esse questionamento e vai, com certeza absoluta, manter a discussão aqui.

Vamos passar agora a palavra ao Dr. István Gárdos, Diretor da ONS.

V. S^a terá também 15 minutos, prorrogáveis pelo tempo necessário para sua palestra.

O SR. ISTVÁN GÁRDOS – Bom dia a todos, Senador.

O ONS agradece o convite, sente-se honrado por participar desta Comissão.

Em primeiro lugar, gostaria de pedir desculpas. O nosso Diretor-Geral, por questões de saúde, não pôde comparecer e pediu, então, que eu viesse representá-lo.

No que tange às questões mais relevantes, é claro, o operador, todos conhecem, na realidade, Belo Monte ainda não chegou ao horizonte do operador, nós apenas operamos, pela própria natureza, é nossa missão, operar as instalações existentes.

Mas o que nos preocupa, e que eu poderia complementar em relação à apresentação do Maurício, que foi bastante completa e elucidativa, é a questão da perda de regularização, que também já é do conhecimento de todos, que o senhor acabou de citar. Esta é preocupação do operador, situação que nós já vivemos hoje.

A título ilustrativo, eu gostaria de dizer que, quando nós dizemos que perdemos regularização, só para os senhores terem um ideia, em 2001, a nossa relação entre a capacidade de armazenamento e a carga era da ordem de seis. Ou seja, uma figura apenas ilustrativa: se eu enchesse os reservatórios e dali em diante não chovesse, não caísse um pinga d'água no reservatório, eu seria capaz de atender a carga durante seis meses. Hoje, nós estamos, aproximadamente, em 4,5. Em 2019, estaremos a 3,5. Ou seja, o que mostra aí, essa figura que nós usamos, é que nós estamos cada vez mais perdendo a capacidade, o pulmão que a natureza nos deu. Isso vai se traduzir em Belo Monte e está se traduzindo em todos os aproveitamentos da Amazônia, não só por uma questão de relevo, mas pelas dificuldades ambientais com que vimos nos deparando.

Qual é a consequência disto? É inexorável: gerar térmica. Então, essa é uma decisão que a sociedade tem de tomar. O que nós fazemos? O impacto ambiental das hidrelétricas com capacidade de regularização, mas sem pensar que lá na frente nós vamos ter de gerar térmicas com emissão de gases e toda a poluição que possa advir desse tipo de geração.

Então, acho que a única contribuição, neste momento, mais importante que podemos dar é a de repensar essa questão, é a sociedade pensar essa questão, ou seja, o que efetivamente a sociedade quer: o impacto decorrente dos reservatórios ou a geração térmica e também os impactos de emissão de poluentes.

Então, esta seria, neste momento, a nossa contribuição e, na medida em que as perguntas surgirem, nós as responderemos.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço a V. S^a, Dr. István Gárdos, Diretor-Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Passo a palavra ao Dr. Hélyio Neves Guerra, Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração da Aneel.

O SR. HÉLVIO NEVES GUERRA – Bom dia, Senador Flexa Ribeiro.

Eu queria agradecer também o convite para que a Aneel participasse desta reunião; cumprimento meus colegas de Mesa: Dr. Thomaz, Dr. István e Dr. Maurício.

Também queria me valer de alguns eláides para apoiar esta apresentação.

Eu gostaria de falar um pouco sobre a importância da usina de Belo Monte também, talvez repetindo alguns pontos que o Dr. Maurício já apresentou, mas acho importante que isso seja feito.

Quando falamos da usina de Belo Monte não estamos falando de uma usina comum, nós estamos falando de uma usina estratégica, o que já foi muito bem apontado pelo Maurício.

Esta usina, que foi licitada em abril de 2010, tem um reservatório de 516 km². Este reservatório, eu também fiz questão de apontar ali qual a dimensão do reservatório quando este projeto foi iniciado, quando os estudos foram iniciados. Na verdade, eu acho que talvez a usina de Belo Monte, aí eu me alinho também com o Maurício, tenha sido a usina hidrelétrica que mais foi debatida na sociedade brasileira. Então, o resultado que se atingiu quando da licitação desta usina, com o projeto atual de 516 km², é o resultado de um pacto social. Ali, nós sacrificamos determinados benefícios que a usina poderia gerar – a geração própria da usina – para compensar outras demandas sociais. Então, este é resultado de um pacto da sociedade. Nós chegamos a um projeto que é o projeto viável, é o projeto que pode ser construído, ainda que haja ali alguns resultados que poderiam ser, do ponto de vista elétrico, melhores. Poderíamos ter uma usina melhor do que a que existe hoje.

A capacidade instalada de 11.233 para 4.571 megawatts médios de geração.

Quando nós falamos isso, nós estamos falando de aproximadamente – o próximo eslaide vai mostrar isto, mas eu queria manter este por enquanto – 40% de capacidade de geração, quer dizer, o fator de capacidade da usina é em torno de 40%.

Mas eu sempre estranho um pouco quando isso é apresentado como um problema. De fato, é um problema, quando nós pensamos na possibilidade de gerar mais. Porém, diante do resultado do pacto social, eu acho que é o melhor que nós poderíamos ter conseguido.

Do ponto de vista de importância, eu também queria colocar duas questões: uma delas é o valor que é recolhido a título de pagamento pelo Uso de Bem Público (UBP). A estimativa é de que seja um valor de 16 milhões, quase 17 milhões por ano, que é esse recolhimento, que é esse encargo, pago pela concessão, e a compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos para essa finalidade de geração, que é aproximadamente de 196 milhões por ano.

A compensação financeira tem um impacto imediato, um impacto direto sobre as comunidades, porque é esse o valor recolhido. Grande parte desse valor, na verdade, 90% desse valor – aproximadamente 90% – são distribuídos para o Estado, onde a usina está localizada, e para os Municípios. São 45% para um e 45% para outro.

Aí nós temos três Municípios que são atingidos pelo reservatório, e eles receberão, na proporção da área que vai ser inundada, esses R\$196 milhões por ano.

O próximo, por favor.

Eu fiz aqui um quadro com o qual procurei comparar a situação de cada uma das grandes usinas. Peguei quatro; na verdade, comparando com Belo Monte, cinco usinas, olhando a capacidade instalada de cada uma delas: Santo Antônio, Jirau, Tucuruí, Itaipu e Belo Monte.

Então, nós temos ali a capacidade instalada. Está o valor de Itaipu ali. Na verdade, está o valor da parte brasileira da usina. Portanto, 7 mil megawatts. Na verdade, são 14. Então, a capacidade instalada de Santo Antônio, de Jirau, de Tucuruí, de Belo Monte e de Itaipu, com essa observação.

A garantia física está na segunda coluna de cada uma delas, assim como o fator de capacidade. Nós podemos ver, então, que o fator de capacidade de Santo Antônio, de Jirau é acima de 50%; Tucuruí, 50%; Itaipu, 62%; e Belo Monte, 41%, mas como resultado desse pacto social sobre o qual acabei de falar, e que o Maurício também citou.

A área do reservatório, por sua vez, tem 516 quilômetros quadrados. Depois eu vou ajustar esse número que o Maurício apresentou, que é um pouquinho menor. Ele falou 508, se não me engano.

Se nós pegarmos a relação área/capacidade instalada, a usina de Belo Monte é, nessa comparação, a melhor das cinco. Ela tem 0,05 quilômetros quadrados para cada megawatt instalado. Então, ela é sete vezes melhor do que Tucuruí, por exemplo, que tem 0,36. A média brasileira é 0,5, o Maurício está informando.

Então, temos uma usina que é dez vezes melhor do que a média nacional. Realmente, é uma usina, nesse aspecto, muito boa. Claro, mais uma vez: a redução

do reservatório, a redução do tamanho do reservatório comprometeu, claro, a capacidade de geração.

Um detalhe: nesta apresentação, vou tentar abordar alguns pontos que foram solicitados pela Comissão.

O fato de já não termos acumulação.

Em relação ao reservatório de Tucuruí, dessas cinco usinas, Tucuruí é a única que tem acumulação, ou seja, que tem capacidade de regularização anual. Todas as demais são usinas a fio d'água.

O próximo, por favor.

Eu fiz uma comparação. Sempre gosto de fazer comparação com Itaipu. Se olharmos Itaipu, ainda que não seja a usina com a maior capacidade instalada no mundo – a usina de Três Gargantas, na China, tem uma capacidade instalada maior –, veremos que, por outro lado, a usina de Itaipu tem uma capacidade de geração muito boa. É uma usina muito boa do ponto de vista de geração.

Então, fiz um levantamento das usinas que fazem parte da chamada bacia do Paraná, onde está localizada a usina de Itaipu, que está no final do rio Paraná. Há todo tipo de regularização na bacia. Cada usina tem alguma forma de regularização, como regularização de área, que não é o que se pretende. Mas, se olharmos toda a bacia do rio Paraná, veremos que, por exemplo, a usina de Furnas contribui com 16% da regularização da vazão que chega à usina de Itaipu. A usina de Itaipu, por conta dessa regularização que existe no rio Paraná, que é proveniente das usinas hidrelétricas que foram construídas ao longo da bacia, recebe uma vazão praticamente constante, uma vazão praticamente *flat*. Furnas, por exemplo, contribui com 16% disso; Emborcação e Itumbiara, em torno de 12%; Nova Ponte, em torno de 10%. Então, é a contribuição que essas usinas estão dando para que o nível de geração numa usina hidrelétrica possa ocorrer.

Próximo, por favor.

Peguei esses dados do ONS. Tentei colocar algumas informações sobre o efeito, sobre o impacto, sobre a sensibilidade que o sistema tem devido à ausência de regularização.

Em determinados momentos, o sistema tem de operar usinas térmicas, usinas termoeletricas. Isso se reflete em preço, porque precisamos reservar água. Não há acúmulo de água. Não há caixas d'água no sistema que permitam o acúmulo de água. Se houvesse acumulação, mesmo na estiagem, mesmo na ausência de vazão, na ausência de condições de clima adequadas, poderíamos gerar com a hidroelétrica. Não é o caso do Brasil hoje, porque temos uma sensibilidade muito grande à ausência de regularização.

Peguei o Programa Mensal de Operação (PMO) que foi realizado em dezembro de 2011, que é realizado

pelo ONS, para fazer uma prospecção da capacidade de geração. Olhando toda a capacidade de geração, vemos como isso se refletiria no Custo Marginal de Operação.

Esse é o PMO realizado em novembro de 2011 para os 12 meses seguintes. Ali estão os Custos Marginais de Operação por região de dezembro de 2011 até novembro de 2012. Gira ali em torno de R\$25,00 por megawatt-hora o Custo Marginal de Operação.

O próximo é o mesmo Programa Mensal de Operação já feito em março de 2012. É a previsão de abril de 2012 a março de 2013. Também é uma projeção de 12 meses. O problema de estiagem, a ocorrência menor de chuvas do que o que estava previsto elevou os Custos Marginais de Operação para algo em torno de R\$190,00 por megawatt-hora.

Eu quis colocar esses dois quadros, e acho que tenho mais um.

Na programação feita em abril, na programação do PMO de maio, com prospecção também de 12 meses, de maio de 2012 a abril de 2013, o Custo Marginal de Operação gira em torno de R\$210,00 a R\$220,00 por megawatt-hora.

O que eu quis mostrar com isso? A sensibilidade de que o sistema tem à ausência de chuva. Estamos falando de um período que vai de novembro de 2011 a abril de 2012, com uma diferença de aproximadamente quatro meses, que faz com que o Custo Marginal de Operação do sistema reflita imediatamente essa situação. Então, nós estamos falando de quê? De bolso. Nós estamos falando de preço. Nós estamos falando de custo da energia, aquilo que nós pagamos pela energia. Então, a ausência da regularização vai impactar no bolso de cada um de nós, obviamente.

O próximo, por favor.

Eu também quis fazer uma pequena abordagem aí sobre a questão da repotenciação. É claro que é possível e nós temos condições de repotenciar um conjunto de usinas. E eu coloquei isso em um trabalho realizado pela Aneel, pela área de regulação da geração da Aneel, em conjunto com a Abrage e em conjunto com o ONS. Na verdade, os dados vieram da Abrage e do ONS. Não que foi feito em conjunto com eles, mas os dados vieram dessas duas instituições. E nós mostramos ali todas as usinas que hoje têm capacidade de ampliar sua potência instalada. Nós estamos falando de usinas que foram construídas com espaço para a instalação de outras máquinas.

Então, aqui nós temos uma capacidade hoje, se nós implantássemos todas as máquinas nas usinas que foram já construídas com espaço para essas novas máquinas, nós agregaríamos ao sistema – é a última linha que está no quadro – 5.214 megawat-

ts. É claro que esses 5.214 megawatts nós estamos olhando só do ponto de vista de máquinas, mas não de possibilidade. Porque, na realidade, se pegarmos Luiz Gonzaga, por exemplo, que tem uma capacidade de 1.000 megawatts que poderiam ser instalados, ela não tem vertimento. Quer dizer, o vertimento dela é praticamente irrisório. Isso significaria dizer que nós teríamos 1.000 megawatts instalados, mas que isso representaria praticamente zero em termos de nova capacidade de geração.

Além disso, nós não podemos nos descuidar, não podemos desconhecer que isso significa potência no sistema, não significa necessariamente mais energia assegurada, mais garantia física injetada no sistema. Nós teríamos apenas potência. Essa é uma questão que envolve muito regulação e eu acho que, em parte, legislação. E, hoje, nós não temos critérios, nós não temos procedimentos para remuneração de investimentos em capacidade de potência, em potência instalada. Na verdade, nós remuneramos geração. Isso é algo que precisa ser resolvido, ainda que façamos uma ampliação de potência.

Vou dar um exemplo: a usina hidrelétrica de Três Irmãos, que tem uma capacidade, que pode instalar três máquinas adicionais, que correspondem a 485 megawatts no sistema. Só que essa usina não tem nenhuma capacidade... Essa potência não agrega um megawatt médio sequer em termos de capacidade de geração, em termos de garantia física. Isso significa dizer que esse investimento não tem a previsão de remuneração pela potência. É preciso encontrar uma forma de remuneração do investimento que precisa ser realizado.

O próximo, por favor.

Coloquei a questão do UBP. Vou passar rapidamente. Aqui eu só coloquei algumas questões da legislação, como o uso do bem público está estabelecido nas regras atuais, mas, hoje, 45 usinas hidrelétricas pagam pelo uso do bem público. Ou seja, pagam pelo potencial, pelo uso do potencial hidráulico. E seis usinas começarão a pagar entre janeiro de 2013 e abril de 2015. Entre elas, Belo Monte, que tem uma previsão de início de operação comercial da primeira unidade em fevereiro de 2015. E aí eu também fiz uma observação que não consideramos as usinas que foram licitadas e ainda não iniciaram construção. Tem várias delas.

Próximo, por favor.

Eu coloquei aqui o montante de UBP que é recolhido. Entre janeiro de 2011 e maio de 2012, essas usinas, as 45 usinas que já recolhem, recolheram R\$401 milhões para os cofres públicos. Com a entrada em operação das usinas em construção, esse valor vai subir a R\$454 milhões. E aí eu coloquei Belo Monte. Destaquei Belo Monte porque Belo Monte, quando

operando, recolherá R\$18 milhões, aproximadamente R\$19 milhões por ano, o que representa... A participação dela, no total recolhido, a título de UBP, em torno de 4%. Esses dados estão atualizados até maio de 2012.

Próximo, por favor.

E a compensação financeira. Então, eu estou tentando destacar aqui, além da questão energética, também a questão dos demais benefícios que as usinas hidrelétricas propiciam para a sociedade brasileira. A compensação financeira então, se nós pegarmos a usina de Jirau, ela recolherá para Porto Velho, porque a usina de Jirau só atinge o município de Porto Velho, quer dizer, o reservatório dela está totalmente localizado no município de Porto Velho. Ele receberá R\$34 milhões por ano... Tem um dado errado ali, mas... Não, é isso mesmo. Então, R\$95 milhões é o que ela recolhe de compensação financeira e, para o Município de Porto Velho, R\$34 milhões. O mesmo número, o mesmo valor, o mesmo montante é destinado ao Estado de Rondônia. Então, R\$34 milhões para o Município de Porto Velho e outros 34 para o Estado de Rondônia.

A usina de Santo Antônio, por sua vez, recolherá R\$73 milhões por ano, com R\$38 milhões para o Estado de Rondônia e R\$38 milhões também para o Município de Porto Velho. A usina de Belo Monte, quando operando, recolherá 196, quase R\$200 milhões por ano, sendo que a distribuição para o Estado – no caso de Belo Monte, ela atinge três Municípios; então, está ali a previsão. Isso é uma estimativa, considerando os valores de tarifa que estabelece o valor da compensação financeira. A tarifa hoje está em torno de R\$70 reais por megawatt-hora. Então, são R\$40 milhões para o Município de Altamira; R\$37 milhões para o Município de Vitória do Xingu e R\$78 milhões...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Em tera...

O SR. HÉLVIO NEVES GUERRA – Não, ali tem um erro. Na verdade, é 0,1%; então, tem um valor aí que está equivocado. Eu vou corrigir e depois enca-minho para o Senador. Mas os valores de Altamira e Vitória do Xingu estão corretos.

Próximo.

Também para comparar os benefícios da compensação financeira, eu peguei a usina Tucuruí. Tucuruí recolhe R\$178 milhões por ano, já é um valor recolhido porque ela está em operação plena, também com a distribuição entre os Municípios que o reservatório atinge.

E aqui uma observação que faço, também importante, penso eu ser importante, que é o fato de que nós já fizemos alguns estudos, na Aneel, em relação ao impacto que a compensação financeira tem sobre os índices sociais dos Municípios que recebem a compensação financeira. Todos os índices, a grande

maioria dos índices, melhoraram nos casos em que os Municípios recebem a compensação financeira. Há um estudo, que depois vou passar para o Senador Flexa Ribeiro, um estudo que foi feito, embora antigo, foi feito em 2006, olhando toda a evolução de índices desses Municípios ao longo da década de 90 – 1990 até 2000 –, em que nós mostramos como evoluíram os índices sociais nesses Municípios. Vai ser atualizado pela Aneel, mas eu acho que já é uma boa referência em relação ao impacto que tem a compensação financeira sobre esses Municípios.

Próximo, por favor.

Esse aqui é um detalhe de como que a lei estabelece a distribuição; coloquei mais para enfatizar que os Estados e Municípios recebem 45%.

Próximo.

Aqui, na verdade, eu já antecipei o que disse sobre o impacto positivo nos índices socioeconômicos nos Municípios afetados.

Próximo, por favor.

Só o detalhe do que a compensação financeira recolhe: todas as usinas em conjunto no País recolhem R\$1,6 bilhão por ano. Isso, agregado aos *royalties* de Itaipu, chega quase aos R\$2 bilhões por ano, porque os *royalties* de Itaipu são calculados de forma separada da compensação financeira.

Próximo, por favor.

Aqui, a forma do cálculo da arrecadação de *royalties* de Itaipu, que tem uma metodologia diferente, definida na lei de criação da Itaipu Binacional. E aí os valores que são recolhidos por Itaipu, R\$370 milhões por ano. Esses R\$370 milhões, agregados a R\$1,6 milhão da compensação financeira, chegam a R\$2 milhões.

Próximo, por favor.

Eu vou pular isso aí. Se houver necessidade, nos debates, eu vou falar um pouco sobre a declaração de utilidade pública. Esse, a meu ver, é um dos benefícios também que aconteceram em Belo Monte, porque lá nós declaramos de utilidade pública uma área, uma grande área, que corresponde ao reassentamento das populações. É um pouco aquilo que o Dr. Maurício apresentou em termos do deslocamento das populações para áreas muito mais adequadas para se viver. Então, a declaração de utilidade pública levou em consideração isso também.

Eu acho que terminei aqui.

O próximo. Ok, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço ao Dr. Hêlvio Neves Guerra, da Aneel.

Passo a palavra ao nosso convidado Dr. Thomaz Miazaki de Toledo, Coordenador-Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica do Ibama.

O SR. THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO – Primeiramente, eu gostaria de, mais uma vez, agradecer o convite feito ao Ibama, a oportunidade de contribuir para os trabalhos desta Subcomissão.

O Dr. Maurício Tolmasquim apresentou, com propriedade, alguns aspectos até ambientais do projeto de Belo Monte, complementados aqui pelo Dr. Hêlvio também. O Ibama, também, em outras audiências que precederam esta audiência de hoje, já teve oportunidade de apresentar as condicionantes, as exigências feitas no licenciamento ambiental do projeto de Belo Monte e também a estrutura de acompanhamento que o Ibama tem trabalhado em cima do projeto de Belo Monte. De forma que eu vou me centrar mais em relação à pauta que nos foi encaminhada, por meio do Ofício nº 26, de 2012, pela Presidência da Subcomissão.

Podemos passar.

O licenciamento de hidrelétricas, como todo licenciamento de projetos de infraestrutura, é precedido por uma fase de planejamento setorial. Dentro do setor elétrico, nós temos então a formulação da política energética, a elaboração e discussão do plano decenal de expansão de energia, alguns programas que consolidam um conjunto de projetos e preveem a implantação desses projetos dentro de um espaço de tempo, finalmente chegando à escala dos projetos.

Próximo.

Eu gostaria de trazer esta apresentação mais especificamente porque uma das perguntas feitas ao Ibama é: quais são as oportunidades de melhoria sobre o processo de licenciamento ambiental.

Eu acho que a primeira medida de aperfeiçoamento é a gente definir bem qual é o foco do processo de licenciamento ambiental, quais são as limitações dessa ferramenta da Política Nacional de Meio Ambiente, para a gente alcançar depois bons resultados com essa ferramenta.

Pois bem, o planejamento do setor elétrico é feito pela EPE, tem o plano decenal, tem um processo já bem estabelecido de elaboração, do ponto de vista técnico, discussão, também, inclusive prevendo discussão pública e aprovação do plano decenal. De forma que essa carteira de projetos, prevista pelo setor elétrico para oferecer a energia necessária para o desenvolvimento do País, chega ao licenciamento ambiental já de uma forma planejada. Então, uma carteira de projetos é definida no plano decenal e esses projetos vão então sendo submetidos ao licenciamento, para obtenção da licença prévia e implantação do projeto, conforme previsto na legislação.

Licenciamento ambiental é uma ferramenta de avaliação de impactos ambientais, que atende muito bem às expectativas quando ela é debruçada sobre a

escala do projeto. Então, algumas discussões são feitas na etapa de planejamento. De forma que, quando o projeto chega ao licenciamento já é um momento avançado, um momento não adequado para tratar alguns assuntos. Por exemplo, a questão se os reservatórios daquele projeto vão ser de acumulação ou no regime a fio d'água.

O projeto que é submetido a licenciamento já tem um regime proposto, e o licenciamento é feito sob esse regime. Claro que, dentro do licenciamento ambiental, o papel do licenciamento ambiental é aperfeiçoar o desempenho ambiental daquele projeto proposto. Eventualmente, alguma alteração sobre o projeto ainda temos espaço para fazer dentro do licenciamento, em relação à cota, preservar algumas áreas sensíveis do ponto de vista ecológico, algum pedral específico, que é um ambiente, um *habitat* de vida de determinadas espécies endêmicas ou ameaçadas de extinção. Esses ajustes no projeto são possíveis dentro do licenciamento e visam sempre a melhorar o desempenho daquele projeto, reduzir os impactos ambientais causados por aquele projeto e também fazer a gestão dos impactos ambientais previstos para o projeto.

Então, muitas vezes, no âmbito do licenciamento ambiental, retornam algumas questões que já não é mais o momento de se tratar no licenciamento ambiental. Isso, muitas vezes, acaba dando ensejo a algumas ações civis públicas para discussão, por exemplo, de matriz energética, que não é o momento adequado. Licenciamento ambiental não é o momento adequado para tratarmos matriz energética. Nas próprias ações civis públicas que discutem o projeto de Belo Monte, o Ministério Público Federal manifestou, mais de uma vez, nessas ações por que não suprir o sistema integrado nacional não por meio da usina hidrelétrica de Belo Monte, mas por um projeto de repotenciação ou por um projeto de captação de energia solar ou eólica.

O que manifestamos tanto nessas ações e defendemos em todos os ambientes é que o licenciamento ambiental não é o momento adequado para se fazer essa discussão, inclusive, porque não temos todas as ferramentas para fazer essa discussão. Não tem um interessado com a proposta de instalar um parque eólico. Foge das atribuições do órgão licenciador e da relação órgão licenciador/proponente do projeto essa questão de definição de matriz energética. Isso vem na etapa de planejamento do setor elétrico.

Há todo um trabalho sendo feito em conjunto o Ministério de Minas e Energia, com a participação da IPE e do Ministério do Meio Ambiente, participação da Agência Nacional de Águas e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, com colaboração do Ibama também, para inserir a questão ambiental

na etapa de planejamento setorial. Isso vem sendo feito, cada vez numa escala mais profunda. Temos trabalhado nisso. São ferramentas complementares ao licenciamento ambiental.

Atender essa expectativa de fazer uma avaliação de impactos ambientais também é uma questão mais a médio prazo em relação à política de expansão de energia. Fazer avaliação em relação à matriz, mas fazer isso num momento adequado e com as ferramentas adequadas. Tirar isso do licenciamento ambiental, que não é o momento adequado.

Próximo.

Algumas práticas, nesse sentido, que estamos trabalhando em parceria do Ministério de Minas e Energia com o Ministério do Meio Ambiente, as ferramentas complementares ao licenciamento, avaliação ambiental integrada. A própria EPE tem feito algumas avaliações ambientais integradas para diversas bacias e também alguns estudos ambientais prévios ao licenciamento ambiental.

Antigamente, tínhamos o Estudo de Impacto Ambiental, o EIA/Rima, como primeiro estudo de impacto ambiental realizado para determinado projeto. Hoje já temos antecipado alguns estudos para estudar possíveis interferências em unidades de conservação, algumas espécies estratégicas para serem conservadas. Então, isso já tem vem feito, por exemplo, na bacia do Teles Pires e do Tapajós.

Próximo.

Um bom exemplo também que eu trago no sentido de aperfeiçoamento do processo de licenciamento é a definição do papel do órgão licenciador na aprovação do projeto e a divisão de responsabilidades. Como nós sabemos, na legislação, do ponto de vista ambiental, o principal instrumento exigido para o leilão do aproveitamento hidrelétrico é a licença prévia, mas, dentro da licença prévia, estão pendurados diversos procedimentos de diversas instituições. São as instituições envolvidas no processo de licenciamento.

Então, por exemplo, no caso de Belo Monte, houve uma participação intensa da Funai (Fundação Nacional do Índio), inclusive realizando as consultas, as reuniões prévias com as comunidades indígenas, para apresentação do projeto; depois, houve uma apresentação da equipe dos antropólogos que desenvolveram os estudos específicos para o componente indígena; e, depois, definição das medidas de mitigação específicas para as comunidades indígenas. Então, todo esse processo é feito pela Funai, e o resultado, trazido para o Ibama, para o processo de licenciamento ambiental do Ibama.

Mesma coisa para a Secretaria de Vigilância em Saúde, em relação ao controle das doenças endêmicas, principalmente malária.

O Incra também teve uma participação no processo de Belo Monte, em relação a projetos de reforma agrária da região de implantação do empreendimento; o Iphan, em relação a possíveis impactos sobre o patrimônio histórico e artístico nacional; e a Secretaria do Estado do Pará também teve participação. Claro, no caso de Belo Monte, também houve uma participação – e aí, mais por ser um projeto de destaque nacional e de grande relevância para o País – do Congresso Nacional na aprovação do Decreto Legislativo nº 788, de 2005; e do próprio Conselho Nacional de Política Energética, por meio da Resolução nº 6, de 2008.

Então, acho que todo esse arcabouço institucional foi fundamental para que a gente mantivesse o foco do licenciamento ambiental na gestão, no controle e na mitigação de impactos ambientais previstos para o projeto de Belo Monte – especificamente para o projeto de Belo Monte.

Muitas vezes, a discussão, na mídia, na sociedade, foge de uma pauta objetiva, de forma que, inclusive, um dos temas questionados pela Subcomissão ao Ibama diz respeito ao subjetivismo da pauta do licenciamento ambiental. Acho que esse é o objeto da minha próxima transparência.

Próximo.

O roteiro técnico do licenciamento ambiental é um roteiro sempre bastante objetivo. É um roteiro de, primeiro, elaborar um diagnóstico ambiental da região de implantação do empreendimento, seguido por um prognóstico dos impactos ambientais – aquela atividade que está sendo proposta para aquela região, que tipo de impactos ela vai trazer para aquela região. Após essa previsão dos impactos, uma análise de risco de ocorrência desses impactos. Existem impactos que são certos, existem impactos que são incertos. Há um risco de ocorrência desses impactos. Então, a gente vai trabalhar com soluções para esses impactos, conforme os riscos; a definição dessas medidas para a gestão ambiental dos impactos.

Até aqui, é o papel do estudo de impacto ambiental, o principal instrumento do licenciamento, e a avaliação, o parecer de viabilidade, que precede a licença prévia pelo órgão licenciador.

Esgotada a fase de aprovação do projeto da licença prévia, que, em Belo Monte, ocorreu lá em 2010, a gente vai para a fase de implantação, monitoramento e avaliação dos resultados, uma fase também bastante objetiva. Então, aqueles programas que foram propostos pelo EIA/RIMA e exigidos pela licença prévia serão detalhados e acompanhados – questão de cronogra-

ma executivo –, se vêm sendo cumpridos ou não, e também é feita uma avaliação de resultados para ver se os resultados esperados para essas medidas estão se verificando.

Esse roteiro é bastante objetivo. Então, acredito que as questões mais subjetivas levadas, Senador, trazidas na discussão, muitas vezes, do licenciamento ambiental não dizem respeito à pauta do processo de licenciamento. São algumas questões externas que, muitas vezes, vêm à tona até por não termos bem definido o foco da ferramenta de licenciamento ambiental. Então, é uma expectativa além dos resultados para os quais a ferramenta foi desenhada.

Acho que essas são as contribuições que eu tinha para trazer hoje e fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Quero agradecer ao Dr. Thomaz Miazaki de Toledo, Coordenador-Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica do Ibama, e registrar agora a presença do Relator da Subcomissão de acompanhamento da implantação da usina de Belo Monte, Senador Delcídio do Amaral.

Passa a palavra ao nosso Relator para que ele possa coordenar, a partir de agora, os questionamentos, inclusive os encaminhamentos das respostas às perguntas feitas aos convidados.

Com a palavra o nosso Relator, Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Quero cumprimentar o Presidente Senador Flexa e pedir desculpas aos convidados, porque nós estávamos na sabatina dos novos dirigentes do Cade, que só terminou agora. Foram três sabatinados. O Senador Cassol estava lá, e o Senador Flexa também passou por lá. Como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, eu tive que segurar o rojão lá até agora. Por isso, só cheguei à Subcomissão de Belo Monte neste momento.

Quero cumprimentar o István e, em nome dele, cumprimentar toda a Diretoria do ONS e especialmente o Hermes Chipp, companheiro do setor elétrico de muitos anos; o nosso querido Maurício Tolmasquim da EPE, que nos dá a honra da sua presença; o Hélio, da Aneel, profissional competente e também com larga experiência no setor; e o Miazaki, que já está virando... Toda semana ele está aqui conosco. Acho que ele vai se candidatar lá no Pará, lá em Belo Monte, lá em Altamira.

Além de cumprimentá-los, quero fazer umas perguntas, rapidamente, com base no programa de trabalho que aprovamos aqui na Subcomissão, tão bem comandada pelo Senador Flexa Ribeiro. Talvez algumas

perguntas já tenham sido respondidas. Desculpem-me se eu for repetitivo, mas eu não estava aqui.

Algumas coisas preocupam a mim e a todos nós, especialmente no que se refere a esses projetos que estão sendo implantados e que, no meu ponto de vista, são fundamentais para a segurança energética do País. Evidentemente, essas usinas vão entrar, como é o caso de Jirau, Santo Antônio, Belo Monte, e estarão interligadas ao sistema elétrico brasileiro.

Eu ouvi um pouco do ONS sobre a visão com relação à operação integrada dessas usinas e à otimização energética possível em função dessa interligação ou de regimes hidrológicos diferenciados. Enfim, a inserção dessas usinas no Sistema Interligado brasileiro. Gostaria de saber o que isso representa efetivamente e se isso pode nos garantir a segurança energética, que é e sempre foi o objetivo do Governo, especialmente dentro de uma matriz energética limpa.

A outra questão refere-se, Tolmasquim, a uma coisa que nós temos discutido bastante. Acho que essa é uma pergunta para você e para o Hêlvio também, que é o Superintendente de Concessões e Autorizações da Aneel.

Por restrições ambientais – evidentemente, o motivo é legítimo, a razão é legítima, e ninguém duvida disso –, todos os grandes projetos que estão entrando em operação são a fio d'água. Por isso, a minha pergunta é também ao Itsván, especialmente para que tratemos desse assunto. Mesmo com usinas a fio d'água, como é o impacto disso no Sistema Interligado e como garantimos a segurança energética? Essa é a pergunta.

Entramos, assim, nessa questão das usinas a fio d'água. Evidentemente, a partir do momento em que as usinas começarem a ser a fio d'água, o País vai ter que ter outra fonte. O que se aponta é a energia eólica, que, não tenho dúvida nenhuma, vai ter um papel muito importante no Sistema Interligado brasileiro. Mas como fazer otimização sem reservatório? Aí faço outra pergunta, que vale também para o Miazaki: será que é importante abrir uma discussão de usinas com bacia de acumulação? Será que não temos que ousar mais nesse debate? Será que, se a Aneel, por exemplo, ao conceder, ao colocar o seu jamegão na concessão de uma hidrelétrica, daqui a pouco alguém não pode questionar, Hêlvio, que havia um aproveitamento melhor de um bem da União, mas acabou se promovendo a má utilização de um bem da União? Eu não sei. Hoje eu estou enferrujado o suficiente para não entender bem se isso é possível ou não, mas que preocupa, preocupa, porque sempre há alguém para questionar. Será que esse foi um aproveitamento ótimo? Será que a decisão da Agência Nacional de Energia Elétrica ou

mesmo da EPE efetivamente vem ao encontro dos interesses do País? Eu não sei.

O que me preocupa é que, como a construção de usinas a fio d'água, você vai ter que ter... Mesmo se as eólicas entrarem na nossa matriz – eu tenho absoluta convicção disso, e a decisão é correta –, se eu não consigo otimizar, sob o ponto de vista de armazenamento, sob o ponto de vista de reservatórios, quem vai complementar essa energia?

Acho que é importante fazermos uma discussão sobre o papel da energia térmica no Brasil. Energia térmica a partir de quê? A partir do gás natural? A partir das nucleares? A partir do carvão, agregando tecnologia, até pelos impactos que o nosso carvão traz, um carvão de poder calorífico baixo, com muita cinza, muito enxofre? Quer dizer, essa discussão é importante, e o Ibama tem um papel preponderante nisso aí também.

A outra questão é a seguinte: os próximos aproveitamentos seguem o mesmo perfil? Eles são aproveitamentos alinhados com esse tipo de procedimento que nós temos efetivamente adotado ao longo dos últimos anos?

Eu queria aproveitar a oportunidade para, após ter feito as perguntas aos convidados, Senador Flexa, dizer que realizaremos mais uma audiência pública até o próximo mês e que, depois, faremos uma nova visita ao canteiro, Senador Cassol. Como nós vamos fazer outra visita, não posso me esquecer de perguntar para o Ibama se as tais condicionantes avançaram ou não, porque só falta chegarmos lá em julho e as coisas estarem do mesmo jeito que nós deixamos há quase dois meses.

Eram essas as perguntas que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço ao nosso Relator, Senador Delcídio do Amaral.

Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente. É uma alegria participar desta Subcomissão de Belo Monte.

Quero cumprimentar também os convidados. Já debatemos com o Presidente da Empresa de Pesquisa Energética, Tolmasquim, que todo mundo conhece pelo trabalho que faz – também é uma alegria tê-lo aqui conosco –; com o nosso Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração da Aneel, Dr. Hêlvio Neves Guerra, que também é uma alegria estar aqui com um representante da infraestrutura; também o Diretor do Operador Nacional, Itsván; e o Miazaki, do Ibama.

Começo aqui pelo Coordenador-Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica e do Ibama. Como disse agora há pouco o nosso Relator, cumprimento o Delcídio do Amaral; deixo também o nosso abraço.

Estivemos, há poucos dias, na Belo Monte. E já com a experiência do setor energético, em que vivo, dentro da família, e ao mesmo tempo como ex-Governador do Estado de Rondônia, nós precisamos que o Governo Federal, que as nossas instituições estejam afinadas e ao mesmo tempo juntas.

Muitas vezes, eu vejo o Ministério de Minas e Energia proporcionando, trabalhando para poder atender à demanda do futuro, que é a energia – se nós quisermos crescer, precisamos da energia, não há outro caminho –, e a gente vê de repente algumas instituições, algum órgão, especialmente ambiental, não acompanhando passo a passo. Quando dou esse exemplo, Miazaki, refiro-me à questão dos resíduos, a exemplo dos dois lagos, de Jirau e de Santo Antônio. Infelizmente, a matéria-prima daqueles lagos foi deteriorada, foi enterrada, tem que ser queimada, tem que ser jogada fora, porque, infelizmente, o Ibama não acompanhou com o mesmo trabalho, com a mesma agilidade da...

Outra coisa, lembro que quem ganha um consórcio para fazer uma usina não está preocupado se vai tirar pedra, se vai tirar lixo, se vai tirar madeira. Os órgãos responsáveis precisam dar continuidade. E, quando o Ibama liberava as madeiras de Porto Velho, infelizmente já estava tudo podre.

Eu percebi essa falha na Belo Monte novamente e eu gostaria que o Senador Flexa, nosso Presidente, já fizesse uma solicitação para o Consórcio Belo Monte, para ver como estão aqueles resíduos, aquelas madeiras tiradas da supressão do canal. Porque, o que acontece? São perecíveis, e o Ibama demora para ir lá, demora para decidir. E, até discutir o sexo dos anjos, desculpem-me a expressão, já apodreceu, já perdeu.

No Pará, nós acompanhamos o trabalho, em âmbito nacional, e observamos que o sistema siderúrgico precisa do carvão para poder produzir a liga do ferro. E, muitas vezes, o carvão é tirado da onde? De áreas proibidas. Nós cansamos de assistir a isso na mídia nacional. Então, não dá para concordar, não dá para aceitar, nesses empreendimentos, o Ibama só chegar tarde. Precisa chegar depois.

Nós temos que andar juntos. Está-se dando ordem para fazer e tem que haver a ordem já, em seguida, para poder aproveitar essa matéria-prima. Com isso, gera-se mais emprego, mais renda e se arrecadam mais impostos também para a região. Então, esse é um dado importante.

Senador Flexa, eu gostaria que o senhor já fizesse essa consulta, para que a gente tivesse essa resposta antes de a gente chegar lá, porque, no dia em que a gente chegar lá, essa madeira já foi. E lá há quinhentos metros quadrados. Muitos lugares são áreas

já degradadas. São áreas que já foram desmatadas. Mas há áreas que têm reservas. A própria legislação deixou parte dessa área para trás.

Essa é uma das áreas que eu cobraria do Ibama, no sentido de que pudesse acompanhar e facilitar a liberação, para que o povo do Pará e as usinas possam usar esse carvão. Além de usá-lo para assar um bom churrasco, que é gostoso, também produzir ferro, para não mandar só matéria-prima bruta (*falha na gravação*).

Além disso, acompanhei aqui a demonstração do nosso Superintendente de Concessões, quando o Dr. Hélvio mostra o aproveitamento que nós podemos ter em empreendimentos já prontos. Isso é importante, porque, quando eu fui Governador do Estado de Rondônia, na época, partiu de mim uma ideia. Estavam lá o Tolmasquim e o Presidente Lula. Eu falei: “Gente, se nós temos potencialidade, porque vai haver aproximadamente três mil gigas aqui, instaladas, se nós pudermos aproveitar as águas e instalar mais quatro, cinco, oito máquinas, por que não instalar? Por que não aproveitar?” Especialmente, quando o sistema está interligado. Quando não está interligado, é diferente. Você não tem para onde jogar energia. Mas já que o pessoal ia fazer a barragem, ia fazer vertedor de crista, vertedor de fundo, quer dizer, não custa botar mais oito máquinas.

Então, eu queria saber quantas máquinas foram aprovadas a mais e qual é a potência que vai ser tirada do Madeira, tanto de Jirau quanto de Santo Antônio, porque é uma quantidade a mais, mesmo nesse período das águas. Mas, como no Brasil, eu vi uma demonstração, aqui nós temos vários países: no Nordeste, enquanto lá está seco, temos o São Francisco, de onde se pode tirar água; enquanto em São Paulo está chovendo, em outro Estado é seca. Com isso, a gente vai conseguir aproveitar nessa pergunta que o próprio Delcídio fez, como vão ficar as nossas usinas sem reservatório? Enquanto nós podemos segurar no reservatório e aproveitar no momento que temos o fio d’água para não perdê-lo.

Na questão desses empreendimentos, quantas vezes por ano esses cinco mil novos negócios podem entrar em geração? Seria esse mesmo sistema? Seria um aproveitamento nesse período de cheias? Provavelmente, seria isso aí, no meu entendimento. Porque isso tem que ser aproveitado, não podemos desperdiçar nada neste País. Por mais que alguns de fora venham dar palpite na nossa soberania, para eles é muito fácil, porque eles querem que vivamos com um pires na mão pedindo esmola para americano, para europeu, para não sei quem. E temos que aproveitar essas riquezas naturais que temos aí para poder produzir energia limpa.

Eu vi um dado importante de que a energia hidráulica é a mais barata que existe. Se estamos com um sistema interligado que foi fundamental, porque, infelizmente, nós assistimos a um apagão: o Rio Grande do Sul tinha energia de sobra, Santa Catarina tinha energia de sobra e no resto do País estava faltando energia, estava o caos, estava no apagão. Então, é fundamental essa interligação de todo o sistema, aproveitar a capacidade que temos de gerar nacionalmente.

São essas as perguntas. Nós estamos aqui para ajudar o Brasil a crescer, a se desenvolver. Se não tiver energia, minha gente, esquece, porque ninguém vai colocar uma indústria, porque, para poder gerar energia para dentro da indústria, fica muito caro.

Nós já estamos perdendo indústrias para outros países. Nós ainda temos uma geração cara. Estamos revendo a questão das concessões que estão vendendo. A minha sugestão, como Senador, é a de que essa revisão das concessões que vamos fazer repasse para o setor industrial, para que a gente possa ser competitivo e não perder mais emprego da maneira que estão perdendo.

Outro fator importante que precisamos rever nesta Casa é a contrapartida das compensações. Eu vi as compensações, e há muitas compensações que são imediatas, mas, infelizmente, ficamos com uma resaca posterior que não tem quem cure, que é o caso que vai acontecer com Rondônia.

Não tem jeito. A situação de Jaci-Paraná é grave. Temos ainda a situação de Jirau, que, infelizmente, para eles, complica as compensações, é só na espora. Eles são ruins, eles atropelam todo mundo, não querem cumprir com todo mundo.

Nós fizemos um acordo no Palácio do Planalto com a ex-Ministra e atual Presidenta Dilma que seria de 95 milhões a compensação da usina de Jirau a mais do que estava escrito. Resultado, só botaram 67 e estão fazendo de conta que fica por isso, esquece e acabou. Então, é uma situação grave.

O desemprego está acontecendo em Rondônia, a criminalidade aumentou. A demanda que teve, mesmo com as compensações, não cobriu o ônus para cobrir o bônus que teria do outro lado. Mesmo com essa situação vivida no Estado de Rondônia, no nosso Estado, nós precisamos, no meu ponto de vista, aqui nesta Casa, dar suporte para que lá não fique mau exemplo para o País, especialmente em todas essas outras situações de compensação.

Esta é a sugestão que tenho: fortalecer para que possamos adotar medidas para que a Belo Monte como a usina de Jirau e de Santo Antônio possam ser corrigidas.

Já no caso de Santo Antônio, o consórcio construtor tem que ser preocupado, e aqui é importante, Dr. Hélios, Superintendente de Concessões, eles têm de se preocupar em resolver o problema das compensações. Não estou aqui bajulando nem jogando pedra em ninguém porque, se não estiver funcionando, eu falo. Mas eles sempre correram na frente, junto com a construção. Se facilitar a usina de Jirau, vai ficar pronta a obra e ainda vai faltar parte da compensação para concluir. Então, são demandas graves que existem.

Ao mesmo tempo, no Pará, todo mundo sabe a situação de pobreza em que se vive no interior do Estado do Pará, falta de estradas, falta de rodovias, falta de infraestrutura. Por mais que essa compensação venha ao encontro, precisávamos, Sr. Presidente Flexa, nosso Senador, e Senador Delcídio, que é doutor, especialista na área energética, precisávamos urgentemente criar para a Região Norte um ICMS verde, para compensar os Estados produtores de energia; caso contrário, vamos ser meros produtores de energia, a rede vai passar por cima da nossa cabeça e vai gerar emprego em São Paulo, vai gerar emprego no Rio, vai gerar emprego nos grandes centros, especialmente porque, com a Reforma Tributária, amanhã não vai mais ter guerra fiscal. Teria de haver algum mecanismo... Outro ponto fundamental, e as compensações... Teria de ter uma parte dessa energia à disposição para o Pará e à disposição para Rondônia, para colocar preço baixo, a custo quase zero, para os Estados, para poder investir e, em contrapartida, dar, como incentivo, para as indústrias que fossem se instalar nessa região. Infelizmente, não foi colocada nenhuma reserva nesse projeto para isso.

Então, para pensarmos de que maneira a gente pode aproveitar e agregar mais valor com a energia, ficando uma parte para os Estados que produzem, para gerar esse emprego lá. Esse é o meu posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço ao Senador Ivo Cassol.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, vou agregar também alguns questionamentos para que possam ser respondidos junto com os do nosso relator, Senador Delcídio do Amaral, e com os do nosso Senador Ivo Cassol.

Primeiro, que é preocupação permanente de todos nós, repetida sempre por membros da Subcomissão, com relação ao cumprimento das condicionantes. Nenhum de nós, e até pela visita que fizemos no sítio de implantação da usina de Belo Monte, e pelo acompanhamento que fazemos, nenhum de nós tem dúvida do desenvolvimento das obras da barragem, da usina.

Preocupa-nos, sobremaneira, a velocidade de execução das condicionantes. O Dr. Tolmasquim mos-

trou na sua exposição a perspectiva da vila residencial, das famílias que serão deslocadas das áreas, o que é correto. As áreas hoje habitadas são insalubres. Também dos postos de saúde, alguns em execução, muito poucos já executados.

A minha pergunta, que já fiz em audiências anteriores, mas insisto nisso, até porque foi mostrada aqui também a projeção de novas usinas a serem implantadas no nosso país, a grande maioria delas na Amazônia brasileira e no Estado do Pará. Não seria melhor que essas condicionantes antecipassem a implantação do projeto de tal forma que as áreas impactadas fossem preparadas antecipadamente para receber esse fluxo migratório? Ou seja, que as cidades estivessem prontas para suportarem as demandas de serviço de saúde, de educação, de segurança, ao invés de serem cobradas, como está acontecendo hoje, especialmente em Altamira?

Todos nós sabíamos que Belo Monte iria acontecer. É um projeto que se discute há décadas. Era questão de mais tempo ou menos tempo, ele é importante para o Brasil, como todos nós sabemos que São Luiz do Tapajós vai sair, já tem até data definida para o leilão. Se não me engano, julho de 2013. Programado, programado. Alguma coisa, para o ano que vem, deve sair o leilão para São Luiz do Tapajós, que vai, novamente, impactar outra área, lá para o oeste do Estado do Pará, em Itaituba. Então, não seria o caso, já que se sabe que vai sair o leilão de Itaituba e que vai ter a mesma situação que temos hoje em Altamira, de o Governo Federal já iniciar essas ações preparatórias para o impacto que haverá nessa região? Essa é a lógica, é um raciocínio lógico.

Eu perguntaria, então, principalmente à Empresa de Pesquisa Energética e à Aneel, se não seria o caso de se preparar para o futuro.

O Senador Ivo Cassol se preocupa, como todos nós, o Senador Delcídio também, com essa questão da compensação financeira para os Estados e Municípios geradores de energia. Nós vemos que, na produção de petróleo, os Estados têm, através dos *royalties*, um retorno econômico e financeiro importante. Nós vimos aqui, na apresentação, que, pelo *royalty* de energia, Belo Monte vai deixar aqui alguma coisa em torno de R\$200 milhões ao ano.

No caso – aí é uma segunda pergunta –, que depende muito de nós, Senador Delcídio e Senador Ivo, de nós mudarmos aqui, através de uma PEC, no Congresso Nacional, mas depende da vontade política do Governo, mudarmos a questão da cobrança do ICMS na geração de energia, e não na distribuição, como é feito hoje. Aí os Estados geradores de energia teriam, sim, um aumento de receita em função da contribuição

que têm para o País. Passariam a ter, como têm os Estados produtores de outros produtos, participação no partilhamento do ICMS. No caso da energia, lamentavelmente, o ICMS fica todo com o Estado onde ela é consumida, na distribuição e não na geração. Também seria algo que poderia, aí sim, Senador Ivo Cassol... Porque eu sou a favor do ICMS verde também, que é uma forma de contribuir para a questão do meio ambiente, mas outra questão que a gente tem que corrigir antes é a questão do ICMS na geração.

O Senador Delcídio... Eu tinha me referido, Senador Delcídio, que V. Ex^a tem colocado, com propriedade, na Comissão de Infraestrutura, essa questão da opção que o Governo brasileiro fez na geração de hidroenergia a fio d'água. Como V. Ex^a já colocou aqui, vamos ouvir os nossos convidados sobre se, no futuro, nós não vamos ter um arrependimento por uma opção que foi feita. Eu concordo com V. Ex^a que nós temos que fazer o equilíbrio de forma ambientalmente correta, mas, com a geração térmica que terá que ser produzida para que haja a energia necessária para o desenvolvimento do País, qual o custo ambiental que isso vai trazer ao País? Será maior ou menor do que nós estamos desperdiçando hoje na geração hídrica, opção que o Brasil está fazendo? Essa questão, tão bem levantada por V. Ex^a não só aqui, na Subcomissão, mas na Comissão de Infraestrutura, que V. Ex^a tem levantado sempre, é um alerta de que o Governo tem que aprofundar esse questionamento, e a questão ambiental tem que ser resolvida não por paixão, mas de forma técnica, de forma científica, para que possa fazer essa resposta. Aí o Dr. Thomaz Miazaki, como bem disse o Senador Delcídio, já é um membro quase que permanente aqui da Subcomissão, vai nos ajudar para que possamos fazer, até porque, Dr. Miasaki, nós já estamos desenvolvendo essa geração hídrica na Amazônia há décadas. Tucuruí já tem lá mais de 30 anos, desde que começou a implantação; Belo Monte, também já se discute também quase isso.

Então, eu queria perguntar aos nossos convidados, que foi uma das questões que o nosso Relator colocou aqui, quais as lições que o setor elétrico tirou de todo esse aprendizado, ao longo dessas décadas, em relação à implantação desses projetos na Amazônia?

Lá, atrás, eu lembro, quando o Senador Delcídio atuou na construção, na implantação de Tucuruí, que se fez um terrorismo no caso quando se foi fechar a barragem, que ia salinizar os mananciais de água potável de Belém, que Belém não teria mais água potável para servir à população, ia ser água salobra. Isso foi uma questão que extrapolou inclusive o Estado, foi nacional, um movimento para que não se fechassem as comportas de Tucuruí, porque senão não teria água

potável em Belém. As comportas foram fechadas, e nenhum sinal de água salobra teve no manancial do Utinga, que abastece a cidade de Belém. Então, são essas questões que se criam e viram, anos após, folclore; hoje, é contado como folclore, mas aconteceu efetivamente.

Então, eu queria deixar esses questionamentos e dizer que nenhum de nós, paraenses, tem dúvida com relação à importância da hidrelétrica de Belo Monte para o Brasil; nós apenas nos preocupamos. Como ela está instalada no Estado do Pará, a preocupação nossa é que o Pará seja respeitado nas suas necessidades para que a nossa população seja atendida no impacto que vai receber. Nós queremos contribuir, mas queremos que o Brasil possa atender ao Pará e aos paraenses, não aqueles somente que nasceram lá, porque hoje o fluxo migratório é enorme, e aí eles todos terão que ser – e têm que ser – atendidos nas suas necessidades.

É importante que o Governo Federal esteja atento a isso, e é isso que nós aqui, da Subcomissão – e quero agradecer aos Senadores que acompanham e participam desta Subcomissão: o nosso Relator Delcídio do Amaral, com a sua experiência na área de geração de energia, nos auxilia bastante, e o Senador Ivo Cassol, porque passam, como ele colocou ainda há pouco, as usinas de Jirau e Santo Antônio estão já gerando energia, e as condicionantes de Jirau não ficaram prontas. O que vai acontecer é que ele fica aqui todo o tempo dizendo isso, Senador Delcídio, para que não ocorra a mesma coisa lá, em Altamira, como, lamentavelmente...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Parece que vai acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Eu nem quero dizer que pareça, mas, como aconteceu lá atrás, em Tucuruí, que até hoje existe o movimento dos atingidos pela barragem de Tucuruí – passadas já décadas e até hoje esse movimento é ativo. Nós vamos acompanhar e tenho certeza absoluta de que lá – e é o que todos nós queremos e eu repito isso sempre –, que Belo Monte seja um exemplo de como implantar um projeto dessa magnitude na Amazônia que seja correto ambiental e socialmente.

Então, vamos ouvir agora os nossos convidados para que possam responder aos questionamentos.

Primeiro, o Dr. Mauricio Tolmasquim, Presidente da EPE.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Obrigado, Senador.

Vou tentar aqui juntar, pois foram colocadas muitas questões relevantes. Vou tentar respondê-las, contextualizando.

O Brasil tem o terceiro maior potencial hidrelétrico do mundo, depois da Rússia e da China. E nós utilizamos apenas um terço desse potencial, dois terços não foram utilizados. Ora, 60% desse potencial está localizado na região Norte, especificamente no bioma Amazônico. E aí a gente tem a questão: o bioma Amazônico, todos nós sabemos, é rico em biodiversidade e é um bioma onde temos uma grande concentração das nossas comunidades indígenas.

Então, nós temos dois desafios, duas questões: de um lado, a nossa fronteira hidrelétrica está na região Norte e, por outro lado, temos um dever, claro, com brasileiros de preservar esse ecossistema, a biodiversidade Amazônica e preservar nossas comunidades indígenas, é claro. Então, alguns acham que esses são objetivos contraditórios e impossíveis. E eu acho que não. Dá para aproveitar parte do nosso potencial hidrelétrico, talvez não todo. E a gente preservar a nossa biodiversidade, respeitar as nossas comunidades indígenas. Acho que não são objetivos antagônicos.

E aí a gente tem que tratar as questões das hidrelétricas; há dois conjuntos de hidrelétricas. Há hidrelétricas que estão em áreas já antropizadas na Amazônia, como é o caso de Jirau, Santo Antônio, Belo Monte. Se pegarmos a área de Belo Monte, 60% dela já é antropizada. Eu não trouxe aqui os eslaides, mas você tem grandes áreas de pecuária. São áreas em o homem já está lá. Essa é a realidade.

E há outras áreas não antropizadas, que é o caso, por exemplo, do Tapajós. E aí o nosso desafio é diferente.

Na área já antropizada, a usina hidrelétrica tem que ser também um vetor de desenvolvimento regional. Não tenho dúvida. Por quê? Porque aquela hidreletricidade; no passado, a gente tinha um olhar, antes da hidrelétrica, essa energia elétrica é boa para o País porque é barata, renovável, não emite gás de efeito estufa, cria emprego, vamos construir.

Eu acho que, além disso, tem que ter outro fator: ela tem que ajudar o desenvolvimento regional. Senão não dá para ela ser boa para o país e não ser boa também para a região.

Então, é nesse caso é que estão as usinas que estamos discutindo, inclusive a de Belo Monte. E aí as compensações têm que ser atendidas. As preocupações colocadas pelos Senadores Cassol e Flexa são totalmente pertinentes; têm que ser identificadas essas compensações. As compensações estão lá e têm que ser atendidas.

Felizmente, a geração de energia hidrelétrica é barata o suficiente para poder caber uma parte de compensação sem torná-la proibitiva. O problema é não

exagerar, porque senão fica muito cara e você matou a usina. Mas tem espaço.

Acho que a preocupação é legítima e cabe aos órgãos de fiscalização fazer esse acompanhamento. Esta Comissão tem o mérito disso também, de o Senado acompanhar. Acho muito meritória a preocupação desta Subcomissão.

Então, com relação a essas compensações, acho que deve ser seguida.

Com relação à preocupação do Senador Flexa em relação à usina de Tapajós, devo esclarecer que, talvez, não seja pertinente, porque, na área de Tapajós, não há pessoas. Lá a preocupação não é criar escola, vilas, mas, ao contrário, é preservar, ao máximo, a região intocada. Então, foi pensado o conceito de usina plataforma. A ideia é a de que, da mesma forma que se tem uma plataforma de petróleo no meio do mar, ter-se-ia um usina hidrelétrica no meio da floresta. Buscaríamos desmatar o mínimo possível. Construiríamos instalação para os trabalhadores ficarem, mas, uma vez construída a usina, desmontaríamos tudo, reflorestaríamos e o deslocamento dos trabalhadores se daria de helicópteros ou por controle remoto.

É uma visão diferente das usinas em áreas antropizadas. O que se quer nas áreas antropizadas? Levar o desenvolvimento para a população que está lá, que tem uma realidade, que vive em condição de pobreza. Na área antropizada, quer-se evitar a antropização. São visões diversas e, por isso, nesse caso, não caiba a compensação.

Outra questão colocada pelo Senador Delcídio foi quanto aos reservatórios. Os reservatórios têm uma importância enorme para o setor elétrico. O reservatório é a poupança de água do setor. Como a água é um recurso natural, varia não só conforme o ano, mas também de um ano para o outro. Quando há períodos de boa hidrologia, tudo bem, mas há períodos com hidrologia ruim. O que é um reservatório? É uma poupança de água. Para que serve essa poupança? Nesse reservatório, estoca-se água para, no ano ruim, ter água para uso, para gerar energia.

Quanto a essa poupança, tínhamos, na história do setor elétrico, água estocada suficiente para passar três, quatro anos até, com hidrologia ruim. O ONS, o operador nem piscava, não ficava nervoso, ficava tranquilo, porque havia água estocada. Naquele reservatório, havia aquela poupança guardada para os dias secos, para os anos secos.

O que aconteceu? Como a carga do sistema foi crescendo e não foram construídos novos reservatórios, a cada ano os reservatórios eram esvaziados e, como no início do período ficava úmido, torcia-se para que chovesse. Até que, em 2008, levamos um susto,

pois a chuva atrasou e a coisa ficou complicada. Assim, notamos que não podíamos mais operar o sistema dessa maneira, porque nenhum país sobrevive esperando, torcendo, rezando para que chova no início do período úmido. Então, decidimos que não iríamos mais operar dessa forma e resolvemos antecipar, operar as termelétricas e não deixar o reservatório baixar até o nível estipulado pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico. Então, antecipa-se.

É claro que isso gera um custo para o sistema e um impacto ambiental. Essas térmicas utilizam combustível fóssil que emite gás. Portanto, há um custo e, é claro que, eventualmente, opera-se, queima-se, mas não se acerta sempre esse despacho antecipado. Eventualmente, na operação de uma termelétrica, há anos de chuva abundante e se joga água fora, verte-se a água. Então, se dispuséssemos de um reservatório, só dispararíamos as térmicas quando preciso. Mas, como não há reservatórios em número suficiente, tem-se que adivinhar e, às vezes, se acerta, às vezes, não. Usa-se o seguro antes. A térmica é o seguro. Utiliza-se o seguro e, às vezes, chove – aquilo que eu falo – e aquele gás vai parar no Atlântico, quer dizer, usou-se o gás, mas a água foi vertida e ela vai para o Atlântico sem gerar energia elétrica.

Essa é a consequência de não haver reservatório. Então, o reservatório é algo importante para o sistema.

O debate que existe é quanto a termos ainda ou se há ou não condição de construir novos reservatórios. Então, há duas questões. Uma diz respeito ao problema físico. A Amazônia, em grande parte, é plana. Então, para se construir reservatório na Amazônia, em algumas áreas, significa a opção de alagar áreas muito grandes e fazer diques. É difícil imaginar essa opção em algumas áreas. Então, fisicamente, estão escasseando aquelas áreas mais apropriadas para que se faça um reservatório. Mas é claro que há outras, ou seja, ainda existem, como Belo Monte, a montante. Aí foi tomada a decisão – sobre a qual o Hélio falou muito bem – que é a questão do pacto social que foi construído. Então, nesse pacto é aquela história do copo meio cheio, meio vazio. Geralmente, as duas partes acham que saíram perdendo. O setor elétrico, com razão, tem esse sentimento de perda, porque as obras estão saindo mais caras, estão gerando menos energia e estão se vendo obrigados a despachar mais termelétricas.

Por outro lado, grupos ambientalistas acham que, mesmo com essa redução – estamos olhando o outro lado do copo –, acham que não deveriam construir nada. Então, apesar de todas as concessões que foram feitas, há abaixo-assinados por milhares de pessoas.

Há manifestações da OEA, questionando quanto aos direitos humanos.

O Senador não estava aqui quando mostrei que o novo projeto de Belo Monte está construindo um canal maior que o do Panamá, orçado em mais de R\$2 bilhões, para evitar que três comunidades indígenas de 225 pessoas sejam afetadas. Eu considero legítimo. Não estou questionando isso, acho que é legítimo, mas dói saber que, apesar de colocar esse dinheiro para 225 brasileiros, ainda somos acusados de não estar olhando a questão indígena.

Eu acho que faz parte, no processo democrático, o respeito às minorias, e é um custo que temos de pagar. Mas, depois de pagar, ainda ser acusado de não estar considerando, eu acho que aí caímos em um desrespeito e em uma falta com a verdade. Nenhum engenheiro faria um projeto da maneira que foi se olhasse apenas a questão energética. Ele é o projeto que é porque fazemos parte de uma sociedade e temos de construir as soluções com o consenso da sociedade. E é isso que se tenta fazer.

É claro que, olhando do ponto de vista da energia, dá um pouco de dor no coração, porque sabemos que estamos abrindo mão de um potencial que faz falta. A questão é que qualquer solução faz parte desse debate democrático e acho que o Senado é um lugar excelente para que esse debate ocorra e ajude a construir esse consenso. O Governo, no fundo, tenta conciliar esses lados. Ele tenta achar uma solução em que as duas partes fiquem menos descontentes. Mas, ao final, é claro que há descontentamentos dos dois lados, porque as duas partes, eventualmente, queriam uma solução que não é possível, como uma não querer a usina e a outra querer a usina ideal, do ponto de vista energético, mas não é possível.

Espero que eu tenha tocado nas questões principais aqui apresentadas, mas estou à disposição caso, depois, surja algum questionamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Muito obrigado, Dr. Maurício Tolmasquim, Presidente da EPE.

Passo a palavra ao Dr. István Gárdos, Diretor da ONS.

O SR. ISTVÁN GÁRDOS – Gostaria de reiterar a informação de que Dr. Hermes, por uma questão de saúde, não pôde comparecer. Por isso, estou aqui representando o Operador. É muito importante e honroso estar aqui.

Acho que o Dr. Maurício já tocou em quase todos os aspectos, mas não poderia deixar de mencionar o que o operador vem se defrontando, exatamente pelas razões expostas, qual seja, a perda de regularização.

Isso tem nos deixado, de certa forma, não digo sobressaltados, mas sempre de olhos abertos, para que não haja qualquer risco no abastecimento de energia elétrica no País. Isso, infelizmente, tem ocorrido cada vez com maior frequência, porque, como o Maurício já mencionou, a carga e o consumo crescem e a nossa capacidade de armazenamento, de regularização diminuem. Consequentemente, cada vez mais, teremos de recorrer à complementação de outras fontes, no caso, a térmica, muito mais cara que a energia hidráulica.

Então, essa é a nossa preocupação maior. Devemos nos preparar para operar para isso e a sociedade precisa saber que isso está acontecendo e vai acontecer com maior frequência, e que decisões tomar. Porque o custo operacional disso é muito elevado.

O Maurício falou da dificuldade de que não adianta inventar muito porque o relevo de lá não permite fazer grandes reservatórios. Qual será esse ponto de equilíbrio que a sociedade, com o Ibama e com todos os condicionantes, para que possamos construir e ter uma melhor ponto de equilíbrio do que temos hoje? Como fazer isso? Esse, talvez, seja o nosso desafio. E o custo térmico é muito alto.

Ai surge a segunda pergunta: se vamos ter o parque térmico, como fazer com que esses térmicos, efetivamente, participem? Vem a pergunta: o gás não foge? Aparece o carvão. Como fazer isso? Já que é inexorável que tenhamos os térmicos, como fazer com que os leilões apareçam?

É claro que a energia eólica é uma fonte muito importante. Não há dúvida. E o operador quer todas as fontes, mas não se pode operar com fontes intermitentes. De intermitência, basta a água. Então, adicionar isso também à eólica, que é uma fonte importante, limpa, mas não garante. Apostar todas as fichas nessa força é muito pouco. Vamos, realmente, precisar fazer uma complementação térmica. Ai surge a segunda questão: como fazer com que essas térmicas sejam competitivas e possam aparecer? Ela vai ser a carvão? Vamos falar de gás? Vamos falar – algumas vezes é proibitiva, mas os países estão reconsiderando – em energia nuclear, o programa nuclear? O que vamos fazer? Um país não pode só ficar nas mãos da hidrologia, rezando todo o ano para São Pedro para garantir o crescimento do país.

Então, essa é a questão relevante com a qual precisamos nos defrontar e creio que a Comissão vai abordar isso, discutir e dar essas respostas.

O PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço ao Dr. István Gárdos, Presidente da ONS.

Passo a palavra ao Dr. Hêlvio Neves Guerra, Superintendente da Aneel.

O SR. HÉLVIO NEVES GUERRA – Muito obrigado, Senador. Quero cumprimentar também o Senador Delcídio, o Senador Ivo Cassol, que também nos acompanha.

Eu acompanho quase que totalmente as questões que foram apresentadas pelo Maurício e pelo István. A questão da regularização é um fato com o qual estamos convivendo sempre.

O emblemático me parece ser Belo Monte. O projeto de Belo Monte foi discutido pela sociedade por quase 30 anos e chegou-se à conclusão de que o projeto era viável, dentro daquilo que gosto sempre de chamar de pacto social. Houve ali um pacto e comprometeu-se a geração para satisfazer determinadas demandas lícitas da sociedade, sejam ambientais, sejam de qualquer ordem. Foi o projeto que pôde ser construído.

Eu nunca havia me preocupado com a questão que o Senador Delcídio colocou de que eu poderia ser, depois, acionado judicialmente. Comecei a me preocupar hoje, Senador.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Só quero falar que foi gente da Aneel que me disse isso.

O SR. HÉLVIO NEVES GUERRA – Então, vou procurar saber quem foi, para me ajudar nisso.

Se a discussão caminha no bom sentido, se houve a discussão e chegou-se à conclusão de que deveria ser aquele aproveitamento, é claro que vamos ter o nível de arrependimento já dito. Quer dizer, lá na frente, provavelmente, vamos nos arrepender de não ter aproveitado melhor cada um dos potenciais hidráulicos.

De qualquer forma, do ponto de vista da legislação brasileira, quando falamos em aproveitamento ótimo, estamos falando, não necessariamente, do máximo que aquele rio pode oferecer em termos de capacidade a ser instalada. Mas é o aproveitamento ótimo, observando todas essas variáveis. Quer dizer, observando a variável ambiental, observando as variáveis sociais, de modo geral.

É claro que, em alguns momentos, nós ficamos com uma sensação de certos exageros, seja de uma parte, seja de outra. Seja do setor elétrico, algumas vezes tentando estabelecer o máximo do potencial. E, em alguns momentos, as demandas ambientais parecem não ser as que foram observadas objetivamente ou cientificamente.

É claro que esta é uma discussão importante. Eu acho que esta Comissão tem um papel fundamental, porque, algumas vezes, é o momento em que as instituições se reúnem para discutir os problemas. É um dos momentos em que elas se reúnem. É a discussão de como estabelecer o melhor pacto. Eu acho que essa é a questão.

Quando nós despachamos as termoeletricas, nós estamos pagando por isso. Existe um custo, que é social. Todos nós estamos pagando pelo despacho das termoeletricas quando nós temos uma fonte... Eu até anotei aqui a expressão que o Maurício utilizou. O potencial hidráulico é uma riqueza nacional. Nós temos um pote de ouro e, em determinados momentos, estamos jogando fora esse pote de ouro. É como se nós tivéssemos um poço de petróleo e fechássemos o poço de petróleo. Nós temos que trabalhar com aquilo que – é claro, olhando todas essas variáveis – melhor atende ao interesse público.

Na questão do aproveitamento ótimo, a legislação estabelece dessa forma, que devem ser observadas todas as variáveis, mas nós precisamos que todas as instituições tenham como perspectiva, como ponto de convergência, o interesse público. Essa é a questão.

Quando eu falo das questões que são exageradas, eu me reporto e tenho uma experiência não na mesma proporção talvez de Tucuruí, mas eu morei na Amazônia durante alguns anos, em Manaus. Eu cheguei a Manaus no início da década de 80. Quando cheguei lá, praticamente recém-formado, fiquei bastante assustado com o que vi em relação a um movimento que existia, chamado MDA (Movimento de Defesa da Amazônia), que tinha espalhado cartazes pela cidade em que aparecia Manaus coberta de fumaça, numa visão bastante tenebrosa. Eles combatiam a implantação da usina de Balbina. Então, a relação não era muito diferente. O mau cheiro provocado pelo metano que seria jogado na atmosfera pelo reservatório de Balbina iria tornar a cidade de Manaus inviável para a habitação. Quer dizer, as pessoas não poderiam mais viver em Manaus. Era uma coisa catastrófica.

É claro que Balbina, certamente, não é o melhor exemplo em termos ambientais. Mas Manaus não tem mau cheiro por causa de Balbina. Pode ter por outras razões, mas não tem por causa de Balbina. Aliás, é uma usina que tem a sua importância do ponto de vista elétrico, do ponto de vista energético, para a cidade de Manaus.

Essa visão catastrófica, às vezes, pode comprometer a decisão, comprometer aquilo que é estabelecido. A gente fala desse pacto social. O exagero pode fazer com que o pacto social vá num caminho equivocado. Esse é um debate importante não só com o meio ambiente, mas com todas as relações que se estabelecem com as populações. A participação das populações é também fundamental.

Sobre a questão que foi colocada pelo Senador Ivo Cassol em relação à repotenciação de usinas, eu fiz aqui uma observação na minha apresentação sobre as usinas, na verdade, mostrando as usinas que têm

espaço para a instalação de máquinas adicionais, de ampliação de capacidade instalada, nós convivemos com um problema também nesse aspecto.

Eu não tenho o dado, talvez o István tenha alguma informação, ou o Maurício, mas eu não tenho o dado em termos de capacidade de geração, quando a gente instala a ampliação de energia assegurada, quando a gente instala mais potência nessas usinas que têm espaço para novas máquinas.

Eu tenho uma informação segura no caso de Três Irmãos, porque estamos trabalhando com isso na Aneel. Três Irmãos pode instalar mais quase 500 megawatts, porque tem espaço para três máquinas adicionais. Mas não tem capacidade nenhuma. Isso não agrega absolutamente nada em termos de energia assegurada.

É claro que Três Irmãos funciona de forma interligada com Ilha Solteira e poderia haver uma ampliação de garantia física dessa usina se houvesse ali uma retirada de pedras, um derrocamento do leito que está a jusante de Nova Avanhandava. Então, essa retirada poderia ampliar um pouco a garantia física da usina, mas é um investimento que não envolve só o setor elétrico. Existem inclusive convênios do Governo Federal com o Governo do Estado de São Paulo para realizar isso, por conta da hidrovía do Paraná–Tietê.

Então, essa questão envolve a remuneração do investimento, a meu ver; como remunerar o investimento quando um gerador faz um investimento necessário para a implantação de novas unidades geradoras, porque tem espaço. Tucuruí eu acho que também tem espaço, se eu não estiver enganado. Itaparica tem espaço para mais máquinas. Há uma série de usinas que teriam espaço, já inclusive com os poços para instalação das máquinas já construídos. Mas nós precisamos resolver outra questão que é como remunerar esse investimento.

Eu não sei se em todos os casos a gente, como no caso de Três Irmãos, não agrega garantia física. Parece-me que, em todos os casos, nós não temos agregação de garantia física, nesses casos que têm essa possibilidade de ampliação. Então, eu acho que é uma questão importante, porque algumas vezes nós ficamos com a percepção de que, como no caso de Belo Monte, muitas vezes se discutiu: “Bom, tudo bem, nós temos uma relação potência-energia assegurada, garantia física, baixa, porque estamos falando lá de 40%”.

Bom, às vezes, eu fico com a impressão de que algumas coisas me ensinaram errado, porque uma variável importante para o sistema é potência. A potência também é importante para o sistema. Nós temos potên-

cia e energia, as duas coisas são importantes. É lógico que, quanto melhor a relação, melhor para o sistema.

Mas, por exemplo, voltando ao caso de Três Irmãos, o sistema São Paulo, o sistema Sudeste, a usina de Três Irmãos, mesmo com a agregação só de potência, seria importante para o sistema, porque, em determinados momentos, você precisa atender à demanda naquele momento, naquela hora. Então essa é a questão.

Outra é a questão de vertimento. Na maioria dos casos, essas usinas têm baixo vertimento, que é exatamente aquilo que poderia ser aproveitado com a instalação de máquinas adicionais. Então é uma questão importante, que precisa ser debatida, mas não é uma questão que já tenha uma solução pronta. Eu acho que precisa ser mais bem discutida essa questão.

Na geração, eu tentei mostrar também qual é o impacto que outras fontes vão trazer para o sistema, para os custos de operação no sistema, quando nós despachamos outras fontes. É claro que esse é um fato também. Na medida em que você não tem regularização, você tem que segurar água e vai ter que despachar térmicas, e isso vai ter o seu impacto lá na geração.

Em fontes alternativas, a gente tem problemas em várias delas. Por exemplo, fala-se de energia solar. A energia solar hoje tem um valor que você não consegue implantar, embora haja uma evolução considerável no mundo. Mas, ainda assim, quando você pensa não na fotovoltaica, mas na termosolar, por exemplo, a gente está falando de algo em torno de R\$800 o megawatt-hora, que é custo Europa hoje. Então ainda é algo que não tem viabilidade econômica para o País. Nós estamos falando de óleo, de gás; então os custos também são elevados.

Enfim, eu acho que passei pelas questões que foram colocadas.

Agradeço mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço ao Dr. Hélió Neves Guerra, da Aneel.

Antes de passar a palavra ao Dr. Thomaz Miazaki, vou retornar ao Dr. Maurício Tolmasquim, que quer fazer uma observação.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – É muito rápido, só talvez para esclarecer, Hélió, porque há uma tese que tenta falar que não precisaria haver – parece que não é a sua, mas é bom a gente esclarecer aqui – expansão da oferta, porque, com a repotenciação, a gente resolveria o problema energético do Brasil. Eu sei que não é isso, mas é bom a gente esclarecer.

Há até uma nota técnica da EPE que a gente fez justamente para explicar isso. A gente fez uma hipótese: se pegasse todas as usinas mais antigas, de mais de vinte anos, e repotenciasse, você daria, em termos de

energia, muito pouco. Daria meio ano talvez de crescimento do Brasil, se fizesse tudo. Então, em termos de energia – não querendo desprezar a potência –, a repotenciação – só para esclarecer e ficar fixo – não resolve o problema energético do Brasil. Nós precisamos de usinas novas. É só para a gente fixar.

Com relação...

O SR. HÉLVIO NEVES GUERRA – (*Fora do microfone.*)

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Eu só estou fixando aqui, para não ficar nenhum mal-entendido, porque há uma corrente que acha: “Bom, não vamos construir mais usinas”. É claro que modernizar as usinas novas, sempre que possível, a gente deve fazer etc.

A outra questão rápida que acho que foi colocada pelo Senador e que a gente não respondeu: Jirau já colocou mais máquinas. Quer dizer, colocou não, propôs o projeto, já foi aceito, e Santo Antônio tem uma proposta. Há uma disputa entre Jirau e Santo Antônio sobre colocar mais algumas máquinas além daquelas que já foram aprovadas para Jirau. Está sendo resolvida aí com a Aneel, com o MME etc.

O SR. HÉLVIO NEVES GUERRA – Maurício, se me permite, no caso de Jirau, havia 44 máquinas originalmente e já foi aprovada uma ampliação para 50 máquinas. Inclusive, as seis máquinas adicionais, da ampliação, foram vendidas em um leilão já, da energia correspondente.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – E a última coisa é só um comentário. Hoje, no leilão de que participaram geradoras, elas venderam energia e potência associada. E havia uma previsão de a gente cobrar não só a energia, mas também a potência gerada, e isso foi transferido para 2014.

Eu tenho uma ideia de que – posso estar errado –, na hora em que a gente começar a cobrar essa potência que elas teriam que estar fornecendo, algumas não vão cumprir. Isso vai abrir um espaço para eventualmente essas próprias geradoras irem contratar potência adicional de alguma outra hidrelétrica. Então, pode ser que a gente não tenha que passar essa conta para o consumidor. Pode ser – estou aqui só especulando – que na hora em que a gente introduzir isso que está no contrato de venda de energia... Porque elas vendiam energia em uma potência associada, e, por uma série de questões, a gente postergou a cobrança da potência para 2014. Na hora em que a gente começar a cobrar, algumas geradoras que participaram do leilão vão ver que não têm potência para fornecer e vão procurar, eventualmente, alguma outra hidrelétrica que tem o espaço para aumentar a capacidade, e pode comprar dela. Aí, de repente, a gente vai viabilizar parte desse potencial.

É só uma ideia que a gente talvez tenha que explorar ou acelerar essa cobrança da potência da geradora.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço, Dr. Tolmasquim.

Passo a palavra agora ao nosso convidado Dr. Thomaz Miazaki de Toledo, do Ibama.

O SR. THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO – Vou aqui responder primeiro às perguntas apresentadas pelo Senador Ivo Cassol.

Na realidade, o Senador já havia manifestado essa preocupação em relação à madeira que vai ser retirada por conta do projeto de Belo Monte, tanto para a instalação de canteiros quanto no local onde vai ser localizado o reservatório, em outras oportunidades. Não é, Senador? Muito em função da experiência lá das usinas do Madeira.

Bom, Senador, a preocupação básica é que não desperdicemos os recursos ambientais com a retirada da madeira; é uma medida ambiental necessária para a qualidade ambiental da água do reservatório não se perder nos pátios este recurso ambiental, este potencial madeireiro que vai ser retirado.

Para não perdermos esse material, temos duas necessidades: primeiro tem uma parte do IBAMA, que é fazer o romaneio do material, dentro do controle madeireiro, fazer o romaneio, a cubagem da madeira que está nos pátios e emitir um documento para permitir a saída dessa madeira para um destino final. E aí, com certeza, dado o volume do material retirado, a experiência do Madeira agregou ao Ibama a necessidade de montar uma operação específica para atender a essa demanda. Então, num primeiro momento, para a usina de Santo Antônio, o Ibama teve um tempo maior para fazer estes dois procedimentos, a cubagem e a emissão do DOF, mas isso já foi resolvido para as usinas do Madeira, já está bem equacionado, de forma que, se os empreendedores manifestaram essa dificuldade em relação ao projeto de Santo Antônio e de Jirau, isso não é mais verdadeiro, mas há uma segunda parte que é importante que seja mais bem trabalhada, que é a destinação dessa madeira. Então, o Senador aqui apontou uma das possibilidades, que seria transformar essa madeira em carvão.

Para o projeto de Jirau, foram estudadas diversas possibilidades, e o empreendedor tem documentado para nós a dificuldade de se doar essa madeira, o interesse de alguém para ir lá só para receber essa madeira em regime de doação, a custo zero, muito porque o volume de material já oferecido por Santo Antônio é grande e está mais acessível, está mais próximo do polo consumidor, mais próximo de Porto Velho. Então, esse é um desafio que ainda está mantido para Belo Monte. A gente demandou a empresa Norte Energia

para desenvolver propostas de destinação da madeira para que essa madeira não se perca nos pátios. Mas, na parte que cabe ao Ibama, de a gente dar uma resposta administrativa rápida para cubagem de material e emissão de DOF, também já houve uma reunião de planejamento no dia 17 de abril com a Norte Energia. Isso envolve não só a Diretoria de Licenciamento Ambiental, onde trabalho, mas envolve também outras duas diretorias do Ibama, a Diretoria de Proteção, que é responsável pelas atividades de fiscalização, e a Diretoria de Biodiversidade de Floresta, que faz esta parte de cubagem da madeira nos pátios.

A gente fez essa reunião ampliada no dia 17 de abril e já tem um planejamento feito para fiscalização e emissão de DOF para que essa madeira não se perca nos pátios em função das atribuições do Ibama.

Aqui, um esclarecimento: há um cronograma previsto para esta supressão de vegetação durante a implantação e o empreendimento. Por enquanto, para Belo Monte só foi feita a supressão de vegetação necessária para abertura dos acessos e implantação dos canteiros. A área é grande; Belo Monte é uma obra bastante extensa, mas não foram feitos 10% da supressão de vegetação que será feita para todo o projeto. Para este primeiro momento, foi definida a destinação da madeira prioritariamente para as obras, para os canteiros de obras, para ser consumida nos canteiros de obras, e também para as obras sociais que a Norte Energia, por exigência do licenciamento, precisa implementar na região. Altamira, Vitória do Xingu, Anapú, todas as obras sociais de educação, reforço de educação e saúde usarão essa madeira. E, para os 90% restantes que ainda vão ser suprimidos, falta esta discussão quanto à destinação.

Em relação à discussão de regime de operação, a fio d'água ou de acumulação, conforme recolocado pelo Senador Delcídio, eu acho que essa discussão é realmente importante, o Ibama concorda com que ela deva ser feita. Sob o aspecto ambiental, não é uma discussão simples; é difícil de fazer, primeiro porque a gente está tratando de gerações distintas. Então, as opções das gerações atuais podem implicar impacto maior para gerações futuras em relação às usinas que hoje estão sendo implantadas com regime a fio d'água e também porque é um impacto de abrangência diferente. O impacto sobre mudanças climáticas é um impacto difuso, global, que afeta a humanidade, além dos brasileiros. Já a diferença do impacto de uma usina a fio d'água para uma usina de acumulação é que há um impacto ambiental mais regional.

Concordo com o Senador Flexa Ribeiro que essa discussão tem que ser feita muito mais levada pelas contribuições técnicas e científicas do que pela emoção

e, nesse sentido, a gente até precisa destrinchar melhor quais seriam realmente as restrições ambientais para a implantação de projetos de acumulação. Porque muita gente ouve falar que seria em função de maior área de inundação, mas precisamos ver qual é a diferença entre as áreas, se realmente é uma diferença significativa, mas eu penso que nem seja o ponto principal de avaliação de impactos. Provavelmente, teremos que estudar muito mais os impactos da alteração sobre o regime hídrico – um regime hídrico natural, que é conservado com as usinas a fio d'água, passar para um regime controlado das usinas de acumulação –, então, os impactos causados por essa alteração nos ecossistemas aquáticos, principalmente nos recursos pesqueiros.

Acho que esse será o principal foco da nossa avaliação técnica de impactos. É claro que, nesta reavaliação, surgirão algumas restrições ambientais, precisamos estudar quais são, mas também algumas restrições técnicas e econômicas, conforme o Dr. Hélio colocou aqui pela Aneel.

Acho que são essas as contribuições, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Eu agradeço ao Dr. Thomaz Miazaki de Toledo, do Ibama, e quero, antes de encerrar esta nossa audiência de hoje da Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da Usina de Belo Monte, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, agradecer o atendimento ao convite da Subcomissão pelos nossos convidados de hoje, Dr. Mauricio Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE); Dr. István Gárdos, Diretor do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); Dr. Hélio Neves Guerra, Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração da Aneel, e Dr. Thomaz Miazaki de Toledo, Coordenador-Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica do Ibama.

Pergunto ao nosso Relator, Senador Delcídio do Amaral, se ainda há alguma consideração a fazer.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Apenas uma consideração de 30 minutos, mais ou menos...

Não, só para cumprimentar aqui a Mesa, cuja maioria é de amigos. Acho que esta audiência foi muito importante para que a gente fizesse uma discussão forte sobre esta questão energética: a matriz energética brasileira e os desafios que temos pela frente.

Thomaz, você foi muito cuidadoso na sua resposta, mas acho que, inexoravelmente, vamos ter que pensar em energia térmica no Brasil. Dito pelo nosso Operador Nacional do Sistema Elétrico, até em função das dificuldades muito bem colocadas não só por você, mas também pelo Hélio, e, acima de tudo, esse com-

promisso, essa solução ótima, que nem sempre, sob o ponto de vista energético, é a melhor, especialmente para atender a esses quesitos ambientais.

Faço um registro, Tolmasquim: eu sou de origem barrageira, não falo de barragem porque li em algum lugar; eu vivi dentro de usina e sei como o negócio é. Passei por Tucuruí; depois, como diretor já da Eletro-norte, nós colocamos em operação Balbina, que foi citada aqui pelo Hélivio. Samuel. Samuel é uma grande banheira porque são vários diques exatamente em função dos problemas de topografia, da planície, que é a Amazônia em algumas regiões; não é tão fácil achar usinas encaixadas. Mas a realidade, a despeito de todas as críticas, é que Belo Monte é um grande avanço. Eu, que vivi em muitas usinas, digo que Belo Monte é um grande avanço porque é quase o reflexo de toda uma experiência com mais pontos positivos do que negativos, não tenho dúvida nenhuma, fruto de uma experiência das primeiras barragens na Amazônia. Belo Monte incorpora muitas melhorias.

Por isso vejo que a maneira como criticam Belo Monte é, no mínimo, desconhecer o avanço ocorrido. Não quero dizer que Belo Monte é a solução ótima, mas avançamos muito, exatamente considerando etnias indígenas, questões ambientais, e o compromisso social, como o Senador Flexa Ribeiro aqui disse, com as comunidades diretamente atingidas. Belo Monte é um avanço. Eu vi Belo Monte, já disse isso aqui, quando chamava Kararaô. Existiam duas usinas, Kararaô e Babaquara. Kararaô devia ter uns dois mil quilômetros quadrados em reservatório e Babaquara, o dobro. E eu acompanhei esse processo desde o zero. Andei na crista da barragem lá em Volta Grande do Xingu várias vezes com o José Antonio Muniz, que hoje é Diretor da Eletrobrás e, sem dúvida nenhuma, Belo Monte incorpora uma experiência ímpar e é um grande avanço. Podemos estar errando, temos dificuldades, condicionantes, tudo aquilo que foi citado, mas Belo Monte, inegavelmente, do ponto de vista de um projeto dentro de uma leitura maior, de uma inserção regional forte, de um plano de desenvolvimento para toda uma região, é inegável. Eu posso falar isso porque eu vivi, eu vi o outro lado. Não vou dar uma de Darth Vader aqui, chamar de o lado escuro, mas convivi com o pioneirismo das primeiras usinas e depois vi o avanço que representam não só Jirau e Santo Antônio, mas especialmente Belo Monte.

Eu queria fazer o registro, até para fazer justiça ao Tolmasquim, aos técnicos todos, à Aneel, pessoas que trabalham diretamente nesse projeto.

Agora, continuo mantendo, Hélivio, aquela ameaça: você fique velhaco porque essa conversa do Mi-

nistério Público quem me passou é gente da Aneel, é gente forte, não é mané, não, viu?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a 4ª Reunião da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

(Iniciada às 10 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 24 minutos.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

ATA DA 1ª REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO, DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2013, TERÇA-FEIRA, NO PLENÁRIO Nº 13, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às dezoito horas e nove minutos do dia doze de março de dois mil e treze, no Plenário nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência em exercício do Senhor Senador FLEXA RIBEIRO, reúne-se a Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da usina de Belo Monte. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores JORGE VIANA, RODRIGO ROLLEMBERG, DELCÍDIO DO AMARAL, FLEXA RIBEIRO, BLAIRO MAGGI, VANESSA GRAZZIOTIN e IVO CASSOL. Deixam de comparecer os Senhores Senadores SÉRGIO SOUZA e VALDIR RAUPP. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos. A seguir, passa-se à deliberação da pauta destinada à eleição do Presidente e do Vice-Presidente. São eleitos por aclamação os Senadores Delcídio do Amaral e Flexa Ribeiro, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão. Dando prosseguimento à reunião, o Senhor Senador Flexa Ribeiro passa a direção dos trabalhos, às dezoito horas e treze minutos, ao Presidente eleito, Senhor Senador DELCÍDIO DO AMARAL, que designa o Senador IVO CASSOL

como Relator da Subcomissão. É aprovada a inclusão EXTRAPAUTA da seguinte matéria: 1) REQUERIMENTO DA SUBCOMISSÃO PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE Nº 01, DE 2013, que “Requer, em cumprimento ao Plano de Trabalho aprovado por esta Comissão, nos termos regimentais, que seja realizada, nos dias 4 e 5 de abril de 2013, a diligência a Altamira e Vitória do Xingu (PA) programada originalmente para 5 e 6 de julho de 2012”. **Autoria:** Senador FLEXA RIBEIRO. Resultado: Aprovado. Na ocasião, o convite para a diligência aprovada no requerimento foi estendido aos membros da Comissão de Infraestrutura (CI) e da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado Federal (CMA). Usam da palavra os Senhores Senadores Ivo Cassol, Jorge Viana e Blairo Maggi. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, Estevão Hagel Ledur, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 12/3/2013

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da Usina de Belo Monte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a eleição do Presidente, do Vice-Presidente e do Relator desta Subcomissão para o biênio 2013/2014.

Eu quero, primeiro, agradecer a presença dos Srs. Senadores membros da Subcomissão.

Cumprindo o Regimento, nós temos que fazer, como eu disse, a eleição dos novos Presidente e Vice-Presidente e a escolha do novo Relator. A sessão legislativa mudou, e não podemos manter a mesma Presidência e Vice-Presidência da sessão anterior. Então, é preciso que haja essa alternância.

Não há ainda uma chapa inscrita, mas eu gostaria de sugerir que pudéssemos indicar o Senador Delcídio do Amaral para presidir a Subcomissão no biênio 2013/2014. Eu ficaria como Vice-Presidente, dando apoio ao meu Presidente, que conhece como ninguém as questões do setor de energia, pelo “barraqueiro” que foi e que é até hoje, com raízes profundas no meu Estado do Pará, que começaram em Tucuruí e se estenderão, tenho certeza absoluta, para a região

do Rio Xingu – Altamira, Vitórias do Xingu – e todos os Municípios.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Estendem-se até o Acre.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Vai até o Acre. Também tem raízes profundas no Acre.

O Senador Delcídio, onde coloca a sua inteligência e a sua competência, deixa a marca registrada. Ele tem o reconhecimento de todos os paraenses por tudo aquilo que já fez em benefício do Estado e pelo trabalho na implantação da hoje Usina de Tucuruí.

Temos dificuldades ainda hoje, Senador Delcídio. Não conseguimos tornar realidade a navegabilidade de parte da hidrovia do Araguaia-Tocantins, em função da não execução do derrocamento do Pedral do Lourenço. Havia aquele sonho de todos os paraenses de ver a eclusa de Tucuruí concluída, e ela o foi, em 2010. E não foi por falta de aviso de todos os Parlamentares do Estado do Pará de que era necessário fazer o derrocamento, senão a eclusa ficaria subutilizada ou não utilizada, porque só pode ser usada em uma parte do ano em função da hidrologia. Mas isso nós queremos que não aconteça em outros projetos de barragens necessárias para a geração de energia em nosso País.

Existem diversos projetos tramitando no Congresso Nacional que não permitem a execução de barragens nem que se façam, ao mesmo tempo, as eclusas. Lamentavelmente, esses projetos não andam, não caminham no Congresso Nacional.

Então, eu queria colocar em votação a chapa para a gestão da Subcomissão de Acompanhamento das Obras de Belo Monte para o biênio 2013/2014.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Eu sugiro a V. Exª que nós façamos a eleição por aclamação. Essa tem sido uma prática já nas comissões. Se os demais colegas estiverem de acordo, sugiro que façamos por aclamação.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Consulto os Srs. Senadores se podemos fazer a escolha do Presidente e do Vice-Presidente por aclamação.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – E do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – O Relator é o Presidente que escolhe.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Se na CCJ, na CAE e em outras isso já aconteceu,...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Regimentalmente...

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Não é aqui que vamos fazer diferente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – O Presidente escolhe o Relator. Ele o fará tão logo eu lhe passe a Presidência, desde que seja aclamado por V. Ex^{as} que compõem a Subcomissão de acompanhamento de Belo Monte.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Para Presidente e Vice, a eleição deve ser por aclamação.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Sim.

Então, em votação.

Senador Delcídio do Amaral para Presidente, e Senador Flexa Ribeiro para Vice.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Os que concordam podem aplaudir. (*Palmas.*) Muito obrigado.

Eu passo, com muita honra e alegria, à Presidência da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras de Implantação da Usina de Belo Monte ao Senador Delcídio do Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Primeiro, eu queria agradecer a mais esta oportunidade que meus companheiros Senadores e Senadoras me proporcionam, junto com o Senador Flexa Ribeiro, que desenvolveu os trabalhos desta Subcomissão com muita competência, com determinação, com espírito público.

Acho que Belo Monte, sem dúvida nenhuma, agora, pelo andamento das obras, pelas dificuldades que Belo Monte enfrentou e tem enfrentado, pela experiência que ela representa não só na construção de barragens na Amazônia, mas também em função de novos projetos que o Governo, sem dúvida nenhuma, vai implementar nas usinas do Tapajós, é um desafio muito grande. Eu conheço bem a região. Não vai ser simples a implantação desses projetos lá na região do Tapajós.

Ao mesmo tempo também, a experiência enfrentada por Rondônia na construção de Jirau, de Santo Antônio, uma experiência impar, não só com os naturais desafios que projetos como esses trazem, mas sob um novo contexto, sob o ponto de vista trabalhista, sob o ponto de vista de canteiro, sob o ponto de vista ambiental, sem dúvida nenhuma, vai pautar os próximos projetos que o Governo vai desenvolver.

A nossa intenção, em conversa com o Senador Flexa, é nós apresentarmos um cronograma de atividades até o final do ano, incluindo visitas. Está sendo,

inclusive, programada uma visita agora. Eu só estou fazendo um resumo. Nós já vínhamos conversando sobre a ideia de fazer uma visita agora, nos primeiros dias de abril, se não me engano, à Usina de Belo Monte, onde nós já vamos olhar um quadro muito diferente do quadro que encontramos na última vez em que visitamos a região de Belo Monte.

Então, para mim é uma honra, meu caro Senador Flexa, principalmente nesse momento que Belo Monte vivencia, um momento importante que vai exigir um acompanhamento ainda mais acurado, porque agora as obras efetivamente embalaram, a despeito dos problemas que os investidores ou as companhias têm enfrentado.

Eu também quero, uma vez nós dois eleitos, meu caro Senador Flexa, indicar como Relator o Senador de Rondônia Ivo Cassol. Que o Senador Ivo Cassol atue como Relator desta Subcomissão. (*Palmas.*)

Acredito que o Senador Ivo Cassol rapidamente já vai apresentar todo um programa de trabalho, que vai pautar as ações desta Subcomissão.

Eu quero, o Senador Flexa já falou, eu já falei também, passar a palavra ao nosso caríssimo Relator, Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigada, Presidente.

Presidente, nós vamos trabalhar nos próximos dias com esse cronograma para o começo de abril e já efetuarmos novas visitas no canteiro de obras.

O conhecimento do Presidente Delcídio, com certeza, vai facilitar o trabalho do Relator. De resto, vamos trabalhar, acompanhar e, ao mesmo tempo, decidir o que é melhor para o País.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol, desejo muito sucesso.

Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu queria parabenizar os Senadores Delcídio, Flexa e o Cassol e dizer que, por mais que seja penoso para nós aqui, e às vezes só acontece por conta da determinação de alguns, como no caso aqui do Senador Flexa, que tem persistido com esta Subcomissão, e outros colegas, acho que é muito importante que haja esse acompanhamento permanente do Senado nesses empreendimentos que o Brasil está experimentando. São conflituosos, têm demandas sociais da maior importância. Ao mesmo tempo, são investimentos estratégicos para um país como o nosso.

Acho que só não tivemos problema maior de energia no ano passado porque o crescimento foi pequeno, mas é um desafio grande que o Brasil tem. O Brasil tem um potencial enorme de solar, eólica, hidrelétrica

– todas, pois a gente tem um potencial enorme –, biomassa. E a retomada das duas usinas de Rondônia e essa de Belo Monte deve deixar lições para o País e, se possível, deixar um legado que abra caminho para que, consertando e fazendo ajustes, o Brasil possa melhor explorar o potencial hidrelétrico que nós temos.

Nós paramos muito tempo e não podemos retomar a construção de hidrelétrica do jeito errado. Nós temos que estar sempre olhando para Balbina. Mas também a utilização de tecnologias atuais, modernas, como também uma visão estratégica para o País, somado a um cuidado pelo aspecto socioambiental, eu acho que a receita para que o País possa seguir avançando e não aumentando os seus problemas, principalmente na Amazônia. Nós já temos problemas demais nas nossas cidades, problema demais na nossa região, que vai do Acre ao Pará, e esses empreendimentos não podem agravar os nossos problemas. Ao contrário, ele devem vir como parte da solução e não como parte do problema.

E penso que nós que representamos a sociedade, num dos Poderes da República, temos a obrigação de estar...

Eu queria só parabenizar os colegas pela iniciativa e acho que, mesmo que dependa da persistência de um ou de outro, vale a pena esse tipo de iniciativa que a gente vê nesta Subcomissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Eu submeto a inclusão extrapauta de requerimento de autoria do Senador Flexa Ribeiro para a realização de diligência no sítio das obras da usina de Belo Monte, em cumprimento ao plano de trabalho desta Subcomissão, aprovado no ano de 2012.

Aqueles que concordam com a inclusão extrapauta do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a inclusão.

Vamos ao mérito.

REQUERIMENTO EXTRAPAUTA Nº 1 – CMABMONTE

Requer, nos termos regimentais, seja realizado nos dias 4 e 5 de abril de 2013 diligência em Altamira e Vitória do Xingu (PA), programada originalmente para 5 e 6 de julho de 2012.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

Justificação: *As diligências requeridas são fundamentais para a verificarmos in loco o andamento das obras e o cumprimento das condicionantes socioambientais.*

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento apresentado pelo Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, o Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Bom, quero agradecer a aprovação do requerimento e reiterar o convite para que os membros da Comissão, tanto titulares quanto suplentes, pois aqui não há distinção, possam fazer essa visita.

Como bem disse o Senador Delcídio, nós já estamos há mais de ano iniciada a implantação, e nós estivemos no sítio das obras em março do ano passado. De lá para cá, lamentavelmente, como foi um ano – 2012 – de processo eleitoral, em que tivemos dificuldades, pela mobilização de cada um dos Srs. Senadores, compromissos nas suas bases, não tivemos condições de voltar ao sítio.

Havíamos programado fazer a visita a cada quatro meses, ou seja, três visitas por ano. E vamos ver se, agora, com a Presidência do Senador Delcídio, nós podemos, em 2013, fazer efetivamente essas três visitas, iniciando agora por essa em abril.

Na ocasião, eu fiz, em uma reunião da Comissão de Infraestrutura – e gostaria que pudéssemos aprovar isso pelos Srs. Senadores membros –, um convite para que os membros da Comissão de Infraestrutura pudessem ir até Belo Monte, até Altamira e Vitória do Xingu, já nessa visita.

O Presidente da Comissão, o Senador Fernando Collor, confirmou a presença nessas datas de 4 e 5. Espero que outros Senadores também possam ir junto com o grupo, como os membros da Comissão, Senador Blairo Maggi, tão bem presidida por V. Ex^a, que é a Comissão de Meio Ambiente, de que a Subcomissão faz parte. Os membros da Comissão de Meio Ambiente que quiserem visitar o canteiro e tomar conhecimento dessa obra, que é a maior obra do PAC em andamento em nosso País, podem realmente fazê-lo nessa ocasião.

Então, eu queria agradecer. O nosso Presidente, junto com o nosso Relator, Senador Ivo Cassol, vão tomar as providências junto à secretaria para que esteja tudo pronto para irmos, no dia 4 e 5, até Altamira e Vitória do Xingu.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A palavra está aberta. Se algum Senador ou Senadora...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, só para cumprimentá-lo pela eleição, pela Presidência que V. Ex^a assume desta Subcomissão importante. Também ao Senador Flexa, pela Vice-Presidência; e pela escolha do Senador Ivo Cassol para ser o Relator dessa Subcomissão.

Como foi dito aqui, são duas obras importantes, Belo Monte, Jirau e Santo Antônio, lá em Rondônia, que esta Subcomissão tem por objetivo olhar como as coisas estão indo.

Acho que uma das coisas que poderíamos olhar nesta Subcomissão é trazer para o Senado uma informação no sentido de as condicionantes que são colocadas nessas obras, ou para a construção dessas obras, terem ficado em segundo plano. Primeiro, faz-se a obra e, depois, vão-se resolvendo as condicionantes. As condicionantes deve ser resolvidas antes, e não depois. Até nem sei qual é o nome para o “condicionante depois”.

Mas eu já vi em Mato Grosso, V. Ex^a conhece bem, aquela usina de Manso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Manso.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Uma usina próxima de Cuiabá, que gerou um problema sério lá. O que a usina trouxe de bom é superior aos problemas, mas os problemas estão lá. E lá se vão 15 anos ou mais de construção dessa barragem, e vira e mexe nós temos barrageiros lá, pessoal que foi afetado pela barragem fazendo protestos, ocupando estrada, porque Furnas, que ficou de resolver as coisas, não resolveu. Então, o empreendimento foi feito, está gerando riqueza, divisa etc., mas os problemas lá ficaram.

E acho que os problemas que ficarão em Porto Velho, o Senador Ivo já foi Governador, pretende voltar a ser Governador daquele Estado, e com toda a certeza vencerá as eleições lá em 2014, ele vai ter que enfrentar os problemas que ele não poderá resolver lá. Talvez o campo para se resolver seja aqui, porque os problemas que uma barragem desse tamanho, que duas lá em Rondônia deixam e deixará Belo Monte são muito grandes. E lá ficam os Municípios sem condições, sem como resolver os problemas que deveriam ter sido resolvidos antes, pelas condicionantes que foram colocadas nessa obra.

Então, eu estarei presente, Senador Flexa, a essa visita, até como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, mas também como curioso, como alguém que gosta e adora obra. Estarei presente e, no que puder ajudá-los nesse sentido, estarei à disposição.

Acho que uma outra providência – até apresentei um projeto de lei, e não porque parece que é inconstitucional, eu vou me informar para propor as mudanças necessárias... Os grandes projetos de energia que

estão acontecendo na Amazônia poderiam muito bem ter uma diferenciação na questão do ICMS. Não quero mexer em ICMS de quem já está recebendo, Senador Delcídio, porque ICMS é no consumo, mas, nos novos investimentos que estão sendo feitos, não há dificuldade nenhuma em repartir isso, em deixar 50% para o Estado de origem, o Município de origem, e os 50% no destino. Acho que é justo, não há nada demais nisso.

Acho que também pode ser outra proposição desta Subcomissão nós assinarmos juntos e trabalharmos. Emenda constitucional é mais difícil de passar, mas o entendimento é de que é possível fazer isso. Acho que faríamos justiça com Rondônia, com Pará, com o Estado do Mato Grosso e com outros Estados que ainda têm grandes potenciais que não estão sendo utilizados neste momento. Então, ficam essas sugestões.

Quero dizer ao Presidente, ao Vice-Presidente e ao Relator que a Comissão de Meio Ambiente estará pronta para atuar junto com V. Ex^{as} nessa lida e nesta Subcomissão. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Blairo. Aliás, nessa questão do ICMS, o nosso Senador Flexa fica flinando. Essa é uma das teses que ele defende, até porque o Estado do Pará é, hoje, um dos grandes geradores do Brasil e, sem dúvida nenhuma, vai ampliar mais ainda essa capacidade de geração.

Essa questão do ICMS no consumo penaliza quem gera porque, normalmente, com essas transmissões a longas distâncias, esses grandes potenciais, essa energia vai ser consumida em outros Estados brasileiros e em outras regiões também.

Basta dizer que Rondônia, Jirau e Santo Antônio vão ter um bipolo que vai chegar a São Paulo. Ou seja, está sendo gerada energia em Rondônia e com bipolo em corrente contínua que vai parar no Sudeste.

Então, eu acho que esse tema que o Senador Blairo levantou é absolutamente procedente. O Senador Flexa tem insistido muito nessa tese.

Senador Blairo, V. Ex^a levantou uma coisa importante. Infelizmente, V. Ex^a não pôde estar presente, mas, a última vez em que fomos a Belo Monte, o Senador Flexa comandou lá uma audiência pública difícil, porque houve uma mobilização muito grande. Foram ouvidas todas as partes, não só os empreendedores, mas especialmente a população diretamente impactada pelo projeto de Belo Monte.

Com Belo Monte, está acontecendo o que V. Ex^a acabou de dizer. Existem aqueles compromissos que fazem parte até dos licenciamentos ambientais. No caso de Belo Monte, por exemplo, é saneamento, é habitação, uma série de programas que teriam que ser implantados antes da implantação da usina, da en-

trada em operação da usina. Hoje, esses programas estão muito atrasados. Daqui a pouco, a barragem está pronta. Estão motorizando já as máquinas, e as obras que vão trazer conforto e dignidade para aquelas pessoas atingidas pela barragem de Belo Monte não foram concluídas.

Por isso, esse foco. E V. Ex^a, sendo Presidente da Comissão de Meio Ambiente, é muito importante. Talvez, da visita que nós fizemos, o ponto que mais nos chamou a atenção foram os condicionantes ambientais, razão dos problemas e dificuldades que Belo Monte tem enfrentado e que têm sido amplamente divulgados pela imprensa.

Então, eu acho que essa visita é fundamental, o Senador Fernando Collor indo, o Senador Blairo Maggi também. Eu acho que, gradualmente, a gente vai dando cada vez mais densidade e aprofundando esse debate, que não vai ser só bom para o Parlamento, mas vai ser bom também para o próprio projeto, para a transparência, para um acompanhamento adequado e para que o Parlamento conheça os impactos desse projeto e como podemos aprender com mais esse projeto grandioso, talvez a maior obra do PAC, como diz o Senador Flexa, no Brasil.

Então, eu acho que esta Subcomissão terá, sem dúvida nenhuma, muito trabalho ao longo deste ano.

Não havendo mais quem queira fazer qualquer tipo de observação, dou por encerrada a presente reunião.

Já vou ajustar com o Senador Ivo Cassol a agenda de trabalho.

E também tomaremos as providências para o cumprimento desse requerimento apresentado pelo Senador Flexa, para que façamos uma diligência nos dias 4 e 5 de abril de 2013 a Altamira e a Vitória do Xingu.

Muito obrigado. Uma boa noite a todos.

(Iniciada às 18 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 34 minutos.)

**ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA
COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS
HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 5 DE
MARÇO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 10 HORAS,
NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR
NILO COELHO, SENADO FEDERAL.**

Às dez horas e cinquenta minutos do dia cinco de março de dois mil e treze, na sala número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora Ana Rita, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, João Capiberibe, Paulo Paim, Wellington Dias, Cristovam Buarque, Eduardo Lopes, Ângela Portela, Eduardo Suplicy, Aníbal

Diniz, Lídice da Mata, Paulo Davim, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Ataídes Oliveira e Randolfe Rodrigues. Registra-se a presença das Deputadas Federais Janete Capiberibe, Janete Rocha Pietá e Iara Bernardi, e da Deputada Estadual Conceição Vieira, de Sergipe. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se à apreciação da seguinte Pauta, em duas partes. Primeira parte: Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 1 de 2013 – CDH, aprovado em 5/3/2013, de autoria da Senadora Ana Rita, para “discutir ações do governo federal em defesa dos Direitos Humanos, especialmente os das mulheres, como marco inaugural dos trabalhos legislativos da Comissão em 2013, aproveitando-se a oportunidade da semana em que se comemora o Dia Internacional da Mulher”. Convidadas: Eleonora Menicucci, Ministra de Estado da Secretaria de Políticas para as Mulheres; Luiza Bairos, Ministra de Estado da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR; Maria do Rosário Nunes, Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. A Senhora Presidenta convida as Ministras para tomarem lugar à mesa e, em ato contínuo, faz pronunciamento acerca da semana do Dia Internacional da Mulher. Ao final de seu pronunciamento agradece a presença de diversas lideranças do movimento em defesa das mulheres e passa a palavra às convidadas. Ao final da explanação das Senhoras Ministras, a Senhora Presidenta passa a palavra aos Senadores e, em seguida, concede a palavra às convidadas para proferirem suas considerações finais. A Senhora Presidenta suspende os trabalhos, a fim de cumprimentar as convidadas. Reaberta a Reunião, passa-se à Segunda parte: Deliberativa. Item 1 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 1, de 2013, que requer a realização de audiência pública para “Discutir ações do governo federal em defesa dos Direitos Humanos, especialmente os das mulheres, como marco inaugural dos trabalhos legislativos da Comissão em 2013, aproveitando-se a oportunidade da semana em que se comemora o Dia Internacional da Mulher”. **Autoria:** Senadora Ana Rita. Resultado: Aprovado. Item 2 Extrapauta - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 2, de 2013, que requer a realização de audiência pública para “debater a ‘situação dos aposentados e pensionistas das forças armadas’”. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão”. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 3 Extrapauta - Requerimento da Comissão

de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 3, de 2013, que requer a realização de audiência pública para “debater ‘Segurança e Saúde no Trabalho’. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão”. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 5 Extrapauta - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 4, de 2013, que requer a realização de audiência pública com a finalidade de “discutir o tema feminicídio, por ocasião da reabertura dos trabalhos da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher. Indico os seguintes convidados: Eleonora Menicucci de Oliveira, Ministra de Estado da Secretaria de Políticas para as Mulheres; Dra. Lourdes Maria Bandeira, Secretária Executiva da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República; Professor Emílio Ginés, Jurista, Presidente da Federação de Associações de Direitos Humanos - Espanha, Membro do Subcomitê de Prevenção da Tortura das Nações Unidas (SPT); Dra. Adriana Ramos de Mello, Juíza Titular do I Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; Dra. Magnólia de Souza Monteiro Rocha, Presidenta da Liga Roraimense de combate ao câncer”. **Autoria:** Senadora Ângela Portela. Resultado: Aprovado. A Senhora Presidenta convoca os Senhores Senadores para uma reunião administrativa a se realizar no dia 7 de março de 2013, às nove horas. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, Aníbal Diniz, Paulo Paim, João Capiberibe, Ângela Portela, Wellington Dias e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião, às doze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, Altair Gonçalves Soares, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **Senadora Ana Rita**, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Faço aqui uma observação aos colegas Senadores e Senadoras: ainda não temos o quórum regimental. Falta apenas a presença de um Parlamentar para que possamos abrir os trabalhos da Comissão. Então, faço um apelo aos Senadores presentes na Casa para que venham até aqui assinar presença e assim obtermos o quórum necessário para a abertura dos trabalhos.

Aproveito para registrar que já estamos com as três Ministras presentes: Ministra Eleonora Menicucci, Ministra Maria do Rosário e Ministra Luiza Bairros.

Pedimos desculpas às nossas Ministras, mas nós não podemos abrir os trabalhos sem o quórum regimental.

Então, faço um apelo aqui aos Senadores que ainda não chegaram: Senador Casildo Maldaner, Senador Pedro Simon, Senador Roberto Requião, Senador Ricardo Ferraço, Senador Ataídes Oliveira, Senador Eduardo Amorim, Senador Magno Malta, Senador Gim e Senador Randolfe Rodrigues. Pelo menos mais um desses Senadores deve estar presente para que possamos obter o quórum mínimo para a abertura dos trabalhos.

E aproveito para informar que os Blocos não preencheram as vagas a que têm direito nesta Comissão. Por isso essa dificuldade de quórum. O Bloco Parlamentar da Maioria ainda tem uma vaga de titular e quatro de suplentes, o Bloco Parlamentar da Minoria tem dois titulares e dois suplentes para serem indicados. O Bloco Parlamentar União e Força tem um titular e dois suplentes, e o Bloco do PSOL tem o Senador Randolfe e precisa indicar outro Senador para ser seu suplente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora Ana Rita, V. Exª me permite? Não é nenhuma questão de ordem, é pela ordem. Como já estamos aqui com as três Ministras, que é um fato quase inédito – e meus cumprimentos a V. Exª, na primeira reunião que V. Exª abre! –, só faltando uma assinatura, não sei se não há entendimento do Plenário, como fizemos recentemente... *(Falha na gravação.)* ...aplausos, e não houve nenhuma discordância, se for unanimidade do Plenário, convidamos as Ministras e iniciamos. Com certeza, teremos assinaturas suficientes para votarmos os requerimentos, inclusive desta reunião.

É apenas uma sugestão, mas V. Exª é que toma a decisão.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Acho que podemos encaminhar dessa forma, até porque temos o número de assinaturas além do necessário do Bloco de Apoio ao Governo. Temos o número suficiente, além do que precisamos. O problema são os demais blocos, que não estão presentes.

Poderemos, sim, começar a audiência pública e, no decorrer da audiência, aprovarmos o requerimento. Não acho muito prudente isso porque nós vamos abrir um precedente, mas penso que é uma audiência pública...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas V. Exª fique bem à vontade, se quiser aguardar, eu aguardo aqui até o fim da audiência.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Não, mas se houver concordância dos demais colegas Senadores e Senadoras, com certeza esta Presidência fará esse encaminhamento. Gostaria de ouvir a opinião dos demais Senadores aqui presentes.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Senadora Ana Rita, em primeiro lugar, quero cumprimentá-la pela

forma feliz como dá início aos trabalhos da Comissão de Direitos Humanos na condição de presidenta, já com uma audiência tão qualificada, com a presença de três Ministras do Governo da nossa Presidenta Dilma. A senhora já começa com louvor o seu trabalho como presidenta.

Quero aqui me somar ao Senador Paim. Acho que o grande acontecimento do dia é a presença das nossas três Ministras. Então, a gente poderia começar com a audiência pública e, ao término, a gente faria a reunião deliberativa, com a chegada dos demais integrantes da Comissão. Dessa maneira, a gente não vai tomar o tempo das Ministras, aguardando a chegada de quórum. E ficaria até mais elegante de nossa parte não fazer que as Ministras passem tempo desnecessário esperando quórum da Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Solicito também opinião do nosso Vice-Presidente, Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) –

Sr^a Presidenta, Sr^{as} Ministras, meus caros Senadores e Senadoras, vou dizer simplesmente sim, que a gente deve começar, porque há uma expectativa enorme de ouvir as Sr^{as} Ministras em relação a esse tema, que nos diz respeito a todos. Acho que podemos, sim, começar a reunião.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Obrigada, Senador Capiberibe.

Os demais Senadores, Senadora Angela, Senador Paulo Davim, podemos encaminhar dessa forma? *(Pausa.)*

Então, enquanto isso, a assessoria... Porque há Senadores na Casa, que estão em outras comissões, mas é possível que eles venham aqui fazer o registro.

Então, declaro aberta a 2^a Reunião da Comissão Parlamentar de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 30^a Sessão Legislativa Ordinária, da 54^a Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior.

Não vou poder colocar em votação; posteriormente a colocarei em votação, para que possamos prosseguir.

Teremos uma reunião aqui, hoje, dividida em duas partes. A primeira parte seria deliberativa, por ser de poucos itens, são alguns requerimentos – um de minha autoria e dois de autoria do Senador Paim –, para que possamos fazer a deliberação, assim que obtivermos o quórum necessário. Vamos encaminhar, então, a segunda parte da nossa audiência pública, a segunda parte da nossa reunião.

Considerando que esta semana é a Semana da Mulher, é necessário que possamos refletir aqui, hoje,

sobre as políticas públicas desenvolvidas pelo nosso Governo, pelo Governo Federal, para as mulheres brasileiras. Então, solicitei a realização de audiência pública para discutir ações do Governo Federal em defesa dos direitos humanos, especialmente os das mulheres, como marco inaugural dos trabalhos legislativos da Comissão em 2013. Posteriormente, aprovaremos este requerimento.

Então, passo agora para a

2^a PARTE

Audiência Pública

Assunto/Finalidade:

Discutir ações do governo federal em defesa dos Direitos Humanos, especialmente os das mulheres, como marco inaugural dos Trabalhos Legislativos da Comissão em 2013, aproveitando-se a oportunidade da semana em que se comemora o Dia Internacional da Mulher.

Participantes:

• Eleonora Menicucci

Ministra de Estado - Secretaria de Políticas para as Mulheres

• **Maria do Rosário Nunes**

Ministra de Estado Chefe - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

• **Luiza Bairros**

Ministra de Estado - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR

A audiência pública foi solicitada nos termos do Requerimento nº 1, da CDH, de 2013 – aprovado em 5 de março; na verdade, ainda não foi aprovado –, de autoria da Senadora Ana Rita.

REQUERIMENTO Nº 1, DE 2013

Discutir ações do governo federal em defesa dos Direitos Humanos, especialmente os das mulheres, como marco inaugural dos trabalhos legislativos da Comissão em 2013, aproveitando-se a oportunidade da semana em que se comemora o Dia Internacional da Mulher.

Autoria: Senadora Ana Rita

E é com alegria que acolhemos as nossas Ministras e as convidamos para compor aqui a nossa Mesa.

Convido, então, a Sr^a Eleonora Menicucci, Ministra de Estado da SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres, para que esteja presente aqui conosco. *(Palmas.)*

Convido também a Sr^a Luiza Bairos, Ministra de Estado da Seppir – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. (*Palmas.*)

Convido a Sr^a Maria do Rosário Nunes, Ministra de Estado, Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. (*Palmas.*)

Sabemos também que as Ministras têm as suas atividades, não vamos nos estender muito nesta audiência pública, mas eu gostaria, antes de passar a palavra para as nossas convidadas, fazer também um rápido pronunciamento a respeito do Dia da Mulher e também dos trabalhos da Comissão de Direitos Humanos.

Aproveito para registrar a presença, aqui, também do Senador Petecão, além da Senadora Angela Portela, do Senador Anibal, do Senador Paulo Paim, que muito nos ajudou, durante o período em que esteve à frente desta Comissão, e do Senador Paulo Davim.

Deputada Janete Capiberibe, é com alegria que nós a recebemos aqui, hoje, prestigiando a realização desta audiência pública.

Posteriormente, farei um registro também das entidades que foram convidadas e que se fazem presentes aqui, hoje.

É, com enorme satisfação, que abrimos os trabalhos deste Ano Legislativo da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, realizando esta 1^a Audiência Pública, que tem o objetivo de discutir ações do Governo Federal em defesa dos direitos humanos, em especial os direitos das mulheres.

Penso que não poderíamos ter iniciado os nossos trabalhos em uma semana mais adequada e oportuna, semana em que celebramos o 8 de março, semana do Dia Internacional da Mulher, quando, de forma especial, ressaltamos as nossas lutas, as nossas conquistas e reafirmamos a nossa convicção de continuarmos nos organizando e defendendo as nossas bandeiras como condição essencial para ampliar o nível de consciência na sociedade e aprofundar em ritmo cada vez mais intenso as mudanças necessárias.

Também faço questão de registrar a nossa felicidade de poder compartilhar a Mesa desta Comissão no dia de hoje com nossas três Ministras, grandes lutadoras dos direitos humanos, dos direitos das mulheres, das negras e negros de nosso País.

Aproveito a oportunidade para carinhosamente cumprimentar e agradecer a presença das companheiras Ministras: Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos; Luisa Bairos, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; e Eleonora Menicucci, da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Nossas Ministras irão expor as políticas públicas do Governo Federal para ampliação da cidadania e dos direitos de nossas mulheres brasileiras. Muito obriga-

da pela presença, nossas Ministras! Tenho certeza de que esta audiência será muito proveitosa para todas e todos nós. Tenho certeza também de que a exposição que farão contribuirá muito para a elaboração do plano de trabalho de nossa Comissão. Em nome desta Presidência e dos demais Senadores e Senadoras que compõem esta Comissão, sejam bem-vindas! É um prazer recebê-las aqui no Senado da República.

Como já destaquei, este é um momento especial, marcante e simbólico, dada a proximidade do 8 de março, comemorado na próxima sexta-feira. Considero a data extremamente importante por cumprir o papel de visibilizar a luta histórica das mulheres em todo o mundo com vistas a garantir melhores condições de vida e de trabalho, maior participação feminina nos espaços de poder entre muitas outras lutas que travamos cotidianamente.

Reconheço os inúmeros avanços que nós mulheres obtivemos e sei que ainda temos muito por fazer para que as mulheres conquistem cidadania plena para que possamos alcançar uma sociedade mais justa e igualitária, com equidade entre homens e mulheres, sem opressão de gênero e sem as atuais desigualdades sociais, econômicas, culturais e raciais, todas elas inaceitáveis para uma sociedade que se autointitula moderna e democrática.

Aos poucos, estamos ampliando nossos espaços e nossas conquistas. E aqui cito o exemplo e a importância simbólica do fato de esta Senadora ser a primeira mulher a presidir a Comissão de Direitos Humanos do Senado, um espaço muito relevante para a discussão de temas de interesse do conjunto da sociedade brasileira. (*Palmas.*)

Destaco a importância desta Comissão, principalmente pelo papel social que ela cumpre, tendo em vista que é a porta de entrada das demandas sociais e das principais reivindicações dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada, além de ser onde se ampliam as vozes de parcelas da sociedade que ainda hoje se encontram em vulnerabilidade ou que ainda não tiveram seus direitos plenamente respeitados e reconhecidos, a exemplo das mulheres, dos jovens, das pessoas com deficiência, dos negros e negras, das crianças e adolescentes, da comunidade LGBT, entre tantos outros.

Destaco ainda o importante trabalho que realizamos no ano passado, com a CPMI da violência contra as mulheres. Estivemos com a CPMI em 17 Estados do Brasil e no Distrito Federal, investigando a omissão dos Poderes Públicos em relação à violência contra as mulheres e o motivo pelo qual, mesmo tendo uma das legislações mais importantes do mundo, reconhecida internacionalmente, refiro-me aqui à Lei Maria da Pe-

nha, contraditoriamente a isso, o Brasil ainda figura na sétima posição mundial em homicídio de mulheres. Essa é uma situação que consideramos inaceitável e que nos envergonha profundamente, tendo em vista a respeitabilidade cada vez mais acentuada do Brasil no mundo.

Por fim, quero agradecer imensamente às representantes e aos representantes dos movimentos sociais, dos movimentos feministas de mulheres, às representantes do movimento negro e às entidades da sociedade civil que aqui se fazem presentes.

Ainda não estou com a lista das entidades presentes, mas, durante a audiência pública, faço questão de registrar todas as pessoas e entidades que estiverem aqui hoje. *(Pausa.)*

Estou com a lista aqui.

Quero registrar, então, a presença do Movimento de Mulheres Camponesas, na pessoa de Rosângela Piovizani.

Também registro a presença de Olgamir Amanca, Secretária de Políticas para as Mulheres do GDF. É um prazer recebê-la aqui.

Maria Amélia Diniz, da Aspar, assessora parlamentar do Ministério da Saúde.

Gerson Scheid, assessor da Deputada Rosane Ferreira.

Também a Mariza Helena Ferreira, da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, e o Sr. Augustino Pedro, que também faz parte da referida Comissão.

Sr. Alexandre Drummond, do Ministério da Justiça.

Rosali Scalabrin, Conselheira da Mulher e ex-Secretária Municipal da Prefeitura de Rio Branco, Acre.

Também a Deputada Federal Janete Capiberibe, cuja presença já havíamos registrado.

Por enquanto é isso. Posteriormente, registraremos a presença dos demais.

Quero agradecer a todos.

Vamos à nossa audiência pública. Tenho certeza de que todos estão ansiosos para ouvir a fala das nossas Ministras.

Vamos combinar um tempo para que todas possam se manifestar com muita alegria, mas sem ocupar o tempo de todas, porque sabemos que as demandas exigem a presença de vocês nos ministérios.

Convido a Ministra Eleonora Menicucci, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, para que, no prazo de 15 minutos, possa se colocar.

A SRA. ELEONORA MENICUCCI – Bom dia a todas e todos. Quero cumprimentar a Senadora Ana Rita, na pessoa de quem saúdo o Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, e a Senadora Angela Portela, 2ª Secretária da Mesa Diretora

do Senado Federal e única mulher membro da Mesa diretiva nas Casas legislativas.

Cumprimento também as Senadoras Vanessa Grazziotin, Vice-Presidenta da Comissão de Assuntos Sociais, e a Senadora Ana Amélia, Vice-Presidenta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, nas pessoas de quem saúdo todos os presidentes eleitos para a nova Sessão Legislativa.

Cumprimento o Vice-Presidente desta Comissão, Senador João Capiberibe, e, na pessoa de S. Ex^a e da Senadora Ana Rita, saúdo todos os Senadores e Senadoras aqui presentes.

Quero cumprimentar também todas as Parlamentares aqui presentes da Câmara dos Deputados, na pessoa da Janete Capiberibe; cumprimento minhas colegas de ministério, Ministra Luiza Barrios, Ministra Maria do Rosário, e a todos e todas que estão nesta audiência.

Quero, Senadora Ana Rita, cumprimentá-la do fundo do meu coração por ter assumido a presidência desta importante Comissão. É uma comissão que tem uma robustez enorme ao tratar de temas tão importantes e tão caros para todos nós, homens e mulheres deste País, que são os direitos humanos, no meu caso específico, como Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, os direitos humanos das mulheres.

Eu não farei aqui, de maneira nenhuma, um relato detalhado das políticas de nosso governo voltadas para a consolidação dos direitos das mulheres e da consolidação das políticas públicas nos marcos de todos os direitos, não só porque são extensos, são inúmeras as políticas, são grandes, mas pelo tempo e para não cansar os senhores e as senhoras. Vou me ater a dizer o que para as mulheres são considerados direitos humanos, basicamente. E quando eu digo basicamente é porque se dá no anonimato do cotidiano das mulheres, nos lugares onde as mulheres vivem e onde dificilmente o Poder Público chega, dificilmente a imprensa chega, que é o básico daquela mulher anônima, que vive o cotidiano para se sustentar e sustentar a sua família. Essa mulher representa todas as mulheres brasileiras. Quero aqui homenagear todas as mulheres brasileiras homenageando essas mulheres.

Falar dos direitos humanos das mulheres é pausar a vida das mulheres por uma vida sem violência, sem discriminação e sem preconceito, em todas as fases de sua vida: na infância, na adolescência, na maturidade, na idade adulta e na velhice. Para todas as mulheres e em todas as suas particularidades. As mulheres negras, as mulheres brancas, as mulheres deficientes, as mulheres indígenas, as mulheres idosas, as mulheres jovens.

Então, nessa linha, o que eu quero dizer para os senhores e as senhoras é que o nosso governo tem enfrentado essa violência, tem enfrentado com uma política forte, consolidada, de enfrentamento a todas essas formas de violência, com base na violência de gênero, que é a violência doméstica e a violência sexual.

Como se enfrenta isso?

Até este ano nós enfrentamos com um pacto assinado com todos os governadores da Federação e repactuado com cinco, que é para que esses governadores criem com os prefeitos de Municípios polos rede de atendimento às mulheres em situação de violência.

A Ana Rita sabe da precariedade dessas redes pelo Brasil afora. Essa rede envolve o sistema judiciário, o sistema de segurança pública, o sistema da assistência social e o sistema de inclusão produtiva, que é trabalho, emprego e renda, porque para a mulher sair do ciclo da violência é fundamental e necessário que ela tenha perspectivas de autonomia econômica, para que ela possa se sentir em condições de sujeito político para enfrentar uma vida após um ciclo enorme de violência, e um ciclo que se reproduz. E como ele se reproduz? Crianças que assistem ao pai bater na mãe, seguramente, poderão reproduzir essa violência quando adultos.

Temos uma das três leis, como disse a Senadora, mais avançadas para enfrentamento da violência contra as mulheres. Essa lei, construída por um consórcio de mulheres operadoras do Direito, ligadas aos movimentos de mulheres, aos movimentos feministas, ligadas ao Governo, construíram essa lei. Essa lei substitui a Lei 9.099, que não punia o agressor. Então, se o marco legal nosso é a Lei Maria da Penha, mas se ela não está implantada ainda em todo o território nacional, é porque os somos uma federação, nós somos um país continental. Nós dependemos, para implantar a Lei Maria da Penha, dos governos estaduais, dos governos municipais, do sistema da Justiça, do sistema de segurança pública e do sistema de assistência.

O que diz respeito à responsabilidade da Secretaria de Políticas para as Mulheres, que é a criação de núcleos especializados, nós estamos fazendo, em parceria. Esse pacto é uma demonstração disso. E o que sensibilizou os governadores, os Municípios e também o Judiciário, a segurança pública e a defesa é o enorme número de denúncias de violência e o imenso número de processos que ficam parados, sem julgamento.

Então, eu posso garantir às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que nós estamos num processo de parceria com todos esses entes para a celeridade dos processos. Uma das questões fortes da Lei Maria da Penha é acabar com a impunidade. Esta é a nossa meta: punir

os agressores. Agora, além da punição aos agressores, porque bater em mulher é crime e dá cadeia, ela também mexe no bolso do agressor.

No ano passado, nós assinamos com o Ministério da Previdência Social uma ação chamada indenização regressiva, em que os agressores têm que indenizar o INSS pelo valor que este paga à sequelada ou aos dependentes dela, no caso, se ela vai a óbito.

Nós temos também o Ligue, a central de atendimento 180, com mais de 4 milhões de registros de denúncias e de pedidos de informação. Isso não é pouca coisa. Mais de 30% desses registros são denúncias de que as mulheres estão em situação de risco de morte. O que nós não queremos é que a mulher denuncie e, dois dias depois, apareça morta. Então, a celeridade no seguimento da denúncia é fundamental e nós temos batalhado para torná-lo cada dia mais rápido.

Me perguntaram hoje por que, mesmo com a Lei Maria da Penha, há tanta violência ainda. Porque nós vivemos no sistema patriarcal ainda. E, se não mudar a cultura e a mentalidade de homens e mulheres de que bater em mulher não é brincadeira e que aquela frase “a mulher sabe por que está apanhando e homem sabe por que está batendo”, isso tem que acabar. A mentalidade tem que ser mudada. E só se muda com informação e com campanha.

Então, nós temos no ar a campanha Compromisso e Atitude, que sensibilizou os juizes, o sistema judiciário, e também a população de uma maneira geral.

Para iniciar o meu fim, eu quero dizer que, recentemente, a Presidenta Dilma lançou o segundo plano... nós lançamos o segundo Plano de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que é coordenado pelo Ministro José Eduardo Cardozo, pela Ministra Maria do Rosário e por mim, por quê? Porque entre as pessoas em situação de tráfico mais de 60% são mulheres. E isso nos levou a desbaratar, a quebrar duas situações de tráfico com duas quadrilhas este ano: uma em Ibiza, na Espanha, e outra em Salamanca, recentemente. Pela Convenção de Palermo, as mulheres ou pessoas maiores de idade podem ficar no lugar, permanecer, mas nós resgatamos.

E há outra questão: nós temos núcleos de atendimento especializado nas delegacias de fronteiras. Temos núcleos muito fortes em Pacaraima, em Rondônia, na fronteira com a Venezuela, em Foz do Iguaçu, a tríplice fronteira e no Oiapoque, na fronteira do Amapá com a Guiana. Esse núcleo é fundamental porque atende as mulheres em situação de violência, de vulnerabilidade e de tráfico.

Para terminar, quero dizer que o 180 atende mulheres em situação de violência em três países: em Portugal, na Espanha e na Itália. Essa foi uma das

situações que contribuíram fortemente para o desbaratamento das quadrilhas na Espanha.

Não são apenas internacionais essas quadrilhas. Nós temos quadrilhas nacionais que traficam mulheres de um Estado para outros Estados. Nós também as desbaratamos, Maria do Rosário, o Ministro José Eduardo e eu, uma quadrilha no norte do País que tinha crianças, travestis e mulheres. Nós os resgatamos e devolvemos para os seus Estados de origem.

Quero terminar fazendo um apelo. Eu sei que não diz respeito especificamente a esta Comissão, mas diz respeito a direitos humanos das mulheres e, no caso, às mulheres trabalhadoras domésticas. Para que o Senado aprove o mais rapidamente possível a PEC das trabalhadoras domésticas, porque, sem dúvida alguma, nós estamos dando, como País, um passo larguíssimo para retirar do sistema de escravidão milhares de mulheres negras, trabalhadoras, decentes deste País.

Então, faço um apelo, como Ministra de Estado e como mulher, porque só está faltando o Senado aprovar e sancionar. E eu peço que faça isso no mês de março. Não é só o 8 de março; o mês de março é o mês da mulher.

Nesse sentido, esse apelo está feito muito fortemente, para que o Senado aprove e sancione, porque isso são direitos humanos das trabalhadoras domésticas e isso concorre para um trabalho descente e para a autonomia econômica desse significativo número de mulheres trabalhadoras no Brasil.

Muito obrigada a todos os senhores. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Sr^a Ministra. Que bom que a senhora colocou para esta Comissão, nos chamando à responsabilidade também com a PEC das domésticas.

Quero aqui lembrar que por ocasião da reunião realizada na quinta-feira, onde eu e o Senador Capiberibe fomos eleitos para presidir esta Comissão, o Senador Capiberibe como Vice-Presidente, nós apresentamos algumas diretrizes do nosso trabalho para a elaboração do plano de trabalho e apresentamos, também, alguns temas a respeito dos quais esta Comissão deverá se debruçar durante este ano, e entre estes temas a PEC das domésticas, além da PEC do trabalho escravo e outros projetos que estão em tramitação nesta Casa.

Então, quero agradecer muito à senhora, a nossa Ministra Eleonora, por estar aqui, fazendo também este apelo, reforçando e respaldando a importância desta PEC para as mulheres trabalhadoras domésticas. Muito obrigada, Sr^a Ministra pelas suas palavras e pela sua presença aqui, hoje, no nosso meio.

Antes de passarmos a palavra à próxima Ministra, eu quero aqui fazer alguns registros e aproveitar, já que temos quórum, para fazer as devidas aprovações.

Registro aqui a presença da Deputada Estadual de Sergipe, a Deputada Conceição Vieira, da Secretaria de Mulheres da União Nacional dos Legisladores. *(Palmas.)*

Também registrar a presença da Rosane Silva, da Central Única dos Trabalhadores. *(Palmas.)*

E a presença da Deputada Janete Pietá, deputada pelo PT do Estado de São Paulo, que ainda é Coordenadora da Bancada Feminina no Congresso Nacional. Eu digo ainda, porque em breve haverá nova eleição para escolher quem vai coordenar a Bancada Feminina no Congresso Nacional. *(Palmas.)*

E a Deputada Iara Bernardi, que acabou de chegar, obrigada pela presença e seja sempre muito bem-vinda. *(Palmas.)*

E registrar a presença do Senador Randolfe. O Senador Randolfe foi quem deu quórum. Obrigada pela presença, Senador Randolfe. Que bom que V. Ex^a está aqui no meio de nós, sempre muito parceiro, companheiro e sempre muito atuante aqui na Comissão de Direitos Humanos. Obrigada pela presença de V. Ex^a.

Quero, então, solicitar a dispensa da ata da reunião anterior e colocá-la em votação.

Aqueles que a aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Também quero colocar em votação

1^a PARTE

PAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA Nº 1, DE 2013

Discutir ações do governo federal em defesa dos Direitos Humanos, especialmente os das mulheres, como marco inaugural dos trabalhos legislativos da Comissão em 2013, aproveitando-se a oportunidade da semana em que se comemora o Dia Internacional da Mulher.

Autoria: Senadora Ana Rita

Coloco, então, à apreciação.

Aqueles que o aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr^a Presidente, eu tenho dois requerimentos que eu gostaria de ver a aprovação. Se V. Ex^a pudesse colocar em votação neste momento, ganharíamos tempo...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Sim, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ...para que a gente volte a ouvir as Ministras.

Os dois foram encaminhados à Mesa, eu rapidamente explico.

São dois compromissos que assumi ainda antes, na legislatura passada, de realizar essas audiências no início deste ano legislativo.

Como atrasou tudo aqui na Casa, infelizmente, durante todo o mês de fevereiro não tivemos nenhuma audiência pública, porque não havia entendimento, e é natural, na composição das comissões. Eu acabei ficando com essa responsabilidade, ainda.

Então, eu queria fazer um apelo para que a gente aprove o requerimento que visa discutir a situação, na visão dos direitos humanos, dos aposentados e pensionistas; e outro é uma sugestão da Anamatra, que tem um belo trabalho na visão Direitos Humanos, Saúde e Segurança no Trabalho. São dois compromissos que assumi. Como o prazo está terminando, proponho 11 e 25 de março; e os outros, que eu teria para apresentar, deixaríamos para a reunião de 5^a feira, com V. Ex^a, onde iremos discutir todos os encaminhamentos.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Senador Paim, poderíamos deixar para retomar a aprovação desse Relatório, assim que ouvíssemos os Ministros, até porque quero debater com V. Ex^a as datas. Precisamos primeiro aprovar o nosso plano de trabalho. Após aprová-lo, vamos discutir a realização dessas audiências públicas.

Então, para não interromper o andamento dos trabalhos aqui, fica registrado o pedido de V. Ex^a.

Está sobre a Mesa apenas um requerimento, que é o que pede audiência pública para debater segurança e saúde no trabalho. Enquanto isso, outro requerimento pode chegar aqui sobre a Mesa, e, em seguida, vamos colocar em apreciação e votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sem problema algum, só que os dois requerimentos estão entregues à Mesa. Os dois. Mas não vejo problema algum em ouvirmos primeiro as Ministras e, posteriormente, continuarmos com a aprovação dos requerimentos.

V. Ex^a sabe a minha posição. Acho que buscamos um espaço privilegiado às segundas-feiras pela manhã. Não gostaria de entregar para outro setor este espaço privilegiado neste dia. Até entendia que iríamos discutir esses requerimentos, todos, na reunião de 5^a feira, mas, mediante o fato, e eu entendo, da Sema-

na das Mulheres, do mês das mulheres, da vida das mulheres, é mais do que adequado que houvesse a reunião do dia de hoje.

Por isso, então, discutimos depois de ouvir as Ministras, com a concordância de minha parte.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador Paulo Paim, nosso companheiro, que está sempre conosco aqui.

Passo, então, a palavra para a Ministra Luiza Bairos, Ministra de Estado da Segurança de Política de Promoção da Igualdade Racial – Seppir, por um tempo de 15 minutos. Se houver necessidade, vamos ampliar esse tempo para cinco minutos.

A SRA. LUIZA BAIROS – Muito obrigada, Senadora. Começo cumprimentando a todos os Senadores e a todas as Senadoras nas pessoas da Presidenta desta Comissão, Senadora Ana Rita, e do seu Vice-Presidente, Senador João Capiberibe. Cumprimento também as Deputadas Federais Janete Pietá e Janete Capiberibe e mando um abraço especial para a nossa Deputada Estadual de Sergipe, Sr^a Conceição Vieira. Cumprimento as Ministras que estão na Mesa comigo, ao tempo em que agradeço o convite da CDH para participar da abertura dos trabalhos.

Acho muito importante destacarmos o papel desta Comissão no debate de vários temas de interesse da sociedade, especialmente de interesse da população negra no Brasil, sendo que o grande marco dos debates ocorridos no Senado, com grande participação de Senadoras e Senadores aqui presentes, a exemplo da própria Senadora Ana Rita e do próprio Senador Paulo Paim, que foi a aprovação da Lei de Cotas para Democratização do Acesso às Instituições Públicas Federais, de uma extrema importância para o trabalho que realizamos na Seppir, sem dúvida alguma, criou as bases para que o Governo Federal pudesse, este ano, através do nosso Ministério e do Ministério da Educação, dar um salto extremamente significativo no processo de inclusão de negros na sociedade brasileiro.

Queria também registrar esse período no qual o Senador Paulo Paim atuou na Presidência desta Comissão, onde tivemos várias audiências públicas, tratando dos mais variados temas: comunidades quilombolas, saúde da população negra, mudanças do Código Penal da perspectiva dos operadores de Direito e do Movimento Negro Brasileiro. Acho que foram momentos extremamente positivos, alguns deles extremamente tensos também, mas que foram, como eu disse, produtivos do ponto de vista de fazer avançar essa agenda de igualdade racial no Brasil.

E saudar, obviamente, a Senadora Ana Rita, que agora assume a presidência desta Comissão. Nós vamos finalmente fazer uma mudança na composição de

gênero nessa galeria de presidentes. Para nós mulheres isso é muito importante, porque nós sabemos que é algo que tem um valor para além do valor prático da presença das mulheres em um cargo de tanta importância no Senado Federal, o valor simbólico que isso representa para todas nós mulheres, na medida em que percebemos que as oportunidades vão sendo, ainda que lentamente, conquistadas de maneira firme e com a competência necessária.

Bom, eu gostaria também aproveitar para dizer que nessa relação da Seppir com o Senado Federal, para além dos trabalhos na área legislativa, nós temos uma cooperação estabelecida com o Senado no âmbito da campanha Igualdade Racial é para Valer, que produziu entre outros resultados, ao longo do ano passado, a realização de um curso à distância, por meio do Instituto Legislativo aqui do Senado, um curso sobre orçamento dirigido a gestores estaduais de promoção da igualdade racial em todo o Brasil. Fizemos com o Senado uma pesquisa de opinião sobre homicídios entre jovens negros, uma pesquisa numa abordagem absolutamente inédita, que eu considero que deu um reforço extremamente importante do ponto de vista de opinião pública para execução desse Plano Juventude Viva, que vem sendo realizado por vários Ministérios no Governo Federal, sob a coordenação da Secretaria Geral e da Seppir.

E também, dentro desse nosso acordo com o Senado, reeditamos um livro sobre todos os discursos que foram aqui pronunciados durante o período abolicionista, que é um material extremamente importante não apenas para os parlamentares, os historiadores, mas para o público em geral, considerando esse momento que nós vivemos hoje na sociedade brasileira, que é um momento de inclusão, de ampliação da inclusão, em particular da população negra, e também um momento que gera nos setores conservadores da sociedade reações bastante fortes, contrárias a esse impulso no sentido da inclusão dos negros nos lugares de poder e riqueza da sociedade brasileira.

Fizemos, também junto com o Senado, oficinas com os funcionários sobre a questão do racismo institucional e eu ressalto esses aspectos para dar uma dimensão da importância que na Seppir, assim como em outros Ministérios, nós atribuímos a esta Casa, e do poder de alcance daquilo que é possível fazer aqui no âmbito dessas parcerias que são estabelecidas.

A Ministra Eleonora descreveu o panorama da política para as mulheres dentro do Governo, ressaltando, inclusive, o processo de consolidação em que essas políticas se encontram, especialmente na área do combate à violência doméstica.

Eu não vou aqui me deter naquilo que diz respeito a uma pauta mais específica das mulheres negras, mas apenas salientar que nós, na Seppir, temos trabalhado, obviamente, com a SPM, dentro desse conjunto de pautas e estabelecemos no âmbito do nosso Ministério um conjunto de ações integradas que deverão também contar com a participação da SPM e de outros órgãos federais e que têm como centro a questão do fortalecimento da organização das mulheres negras, na perspectiva, obviamente, de seu empoderamento político. Com isso, quero dizer que ainda que essas ações integradas, pensadas pela Seppir, numa oficina que também teve a participação da SPM, podem não produzir um resultado imediato do ponto de vista do que é hoje a participação política das mulheres, e das mulheres negras, em particular, mas é algo que aponta como possibilidade nessa direção.

Parece-me que, tendo consolidado essas intervenções do Governo nas ações de autonomia econômica, nas ações de combate à violência doméstica, nós teremos que, num período muito próximo, retomar à centralidade a questão da participação política das mulheres, porque, sem dúvida alguma, uma grande parte dessas questões que são fundamentais e que são enfrentadas por nós na sociedade brasileira diz respeito ou reflete em algum nível a nossa presença, ainda que crescente, mas pequena, nos espaços de decisão. Acho que isso é da maior importância e existe aqui hoje, tramitando no Congresso, mais especificamente na Câmara dos Deputados, um projeto de lei que tem um valor novamente prático, mas, principalmente, simbólico muito grande e que tem a ver com a questão participação das parlamentares nas Mesas Diretoras, tanto da Câmara quanto do Senado.

Todos nós aqui sabemos o quanto do ano passado para cá perdemos do ponto de vista dessa representação. Felizmente, hoje, temos a Senadora Ana Rita aqui como 2ª Secretária da Mesa do Senado...

Desculpa, gente, desculpa.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. LUIZA BAIROS – Estou falando da Mesa Diretora. Desculpa, Angela, desculpa.

A nossa Senadora Angela Portela, que representa nós todas nessa posição, mas nós teríamos de ter conseguido minimamente, como já aconteceu com as mulheres na União Europeia, que, de um ano para outro, você nunca consiga perder as posições que já foram conquistadas. As que já foram conquistadas você considera aquilo como uma plataforma definida para que, dali para diante, então, se possa seguir nessa direção, que é a direção que todas nós queremos, que é a paridade.

A pedido da Presidenta da Comissão, eu queria muito rapidamente apontar algumas questões que são de interesse e de importância para nós no Governo Federal e na Seppir, mais especificamente naquilo que se refere ao Senado Federal. Em primeiro lugar, fazer coro à manifestação da Ministra Menicucci em relação ao fato de que o Senado dê prioridade e aprove a PEC das trabalhadoras domésticas, que considero um compromisso extremamente importante não apenas da sociedade, mas do Estado brasileiro, porque é sempre muito bom lembrar que no processo da Conferência Internacional da OIT que discutiu especificamente a convenção do trabalho decente para trabalhadores e trabalhadoras domésticas, o Brasil, o Governo brasileiro e os setores organizados, o sindicalismo nessa área, tiveram um papel fundamental na aprovação dessa convenção. Portanto, aprovando essa PEC, nós estaremos fazendo nada mais que honrar o grande investimento que o País fez para que, não apenas aqui no Brasil, mas em todo o mundo, essa categoria de trabalhadores passe a ocupar um outro lugar.

No que se refere aos projetos em pauta aqui na CDH, Senadora, eu queria destacar o fato de que existe um projeto que altera a Lei nº 8.666, de 1993, que é a lei que trata da questão das licitações, dos contratos públicos, e dentro dessa proposta existem mecanismos de contratação de mulheres em serviços em obras públicas. Eu não sei exatamente em que ponto essa proposta se encontra, mas, para além da questão da contratação das mulheres, nós tínhamos que também considerar a possibilidade de, em mexendo na Lei nº 8.666, nós introduzirmos alguns mecanismos que assegurem a questão da inclusão dos negros, discutindo, por exemplo, a possibilidade de determinadas condicionalidades, critérios ou requisitos para empresas que participam de licitações no Governo Federal, do ponto de vista da presença de trabalhadores e trabalhadoras negras em todos os níveis hierárquicos dessas empresas.

Destaco também um projeto de lei de autoria do Senador Paulo Paim, que modifica o Estatuto da Igualdade Racial, inserindo no Estatuto todas as questões relativas à regularização das terras quilombolas. Acho que é da maior importância que esse debate volte ao Senado com a força que ele merece, seguindo um acúmulo criado no processo de discussão que tivemos ao longo do ano passado. Esse é um momento da maior importância, porque também deverá ser pautado pelo STF o debate sobre essa questão e é preciso que nós criemos uma sinergia nesse processo de discussão entre os três Poderes.

Eu chamo também a atenção – o Paulo Paim saiu da Presidência, mas vai ter mais trabalho ainda

agora, eu acho ótimo – em relação ao projeto de lei que altera a Lei nº 7.716, de 1989, que foi a primeira lei infraconstitucional a falar sobre os crimes resultantes do racismo. É uma lei que tem uma importância muito grande para a população negra no País e ela vem sendo agora alterada, há uma proposta de alteração para que nela também se incluam os crimes de homofobia. Todos nós sabemos que isso foi motivo de um debate bastante acirrado, mas, de uma certa forma, as coisas foram esfriadas e esse debate não progrediu. É preciso que nós tenhamos essa consciência de que temos que retomar essa discussão, principalmente criando possibilidades e oportunidades para que todas as partes envolvidas, os movimentos anti-homofóbicos, os movimentos antirracistas, possam sentar-se e discutir formas de trabalhar essa matéria, considerando, inclusive, o fato de que a Lei nº 7.716 tem um valor simbólico extremamente grande para a população negra brasileira e pode, obviamente, servir como um ponto de partida para criar uma lei semelhante, com a mesma força, criminalizando os crimes, a prática da homofobia.

Finalmente, Senadora, eu queria também sugerir que nós pudéssemos, ao longo desta Legislatura, promover uma audiência pública, para tratar da defesa da ancestralidade africana no Brasil, tendo como ponto de partida todos esses crimes de racismo que se dirigem às comunidades de matriz africana, que também são conhecidas como terreiros. Houve – e a Ministra Maria do Rosário pode testemunhar, pelos dados que são levantados na SDH – um crescimento muito grande desses crimes de racismo nesse formato no Brasil. É preciso que nós aproveitemos todas as possibilidades, para demonstrar o nosso repúdio a esse tipo de tentativa de impedir que as diversas matrizes que formaram o Brasil se manifestem em toda a sua plenitude e com a dignidade que elas merecem.

Peço desculpas por ter me exercido no tempo, mas eram essas as sugestões que gostaria de trazer à Comissão de Direitos Humanos; nos colocando à disposição, como sempre, para construir esse trabalho. Cumprimento mais uma vez a Senadora Ana Rita pela conquista dessa posição, que é um motivo de orgulho para todas nós. É uma responsabilidade para todas nós fazer com que sua gestão seja uma gestão muito exitosa. Isso vai ser bom para nós, mulheres, vai ser bom para os direitos humanos no Brasil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)
– Obrigada, Ministra.

Queremos aqui agradecer muito a presença da senhora, nesta manhã de hoje. Esta Comissão quer ter uma relação bastante estreita com as Secretarias,

com os Ministérios que tratam da questão dos direitos humanos. Queremos que, de fato, a Comissão de Direitos Humanos possa apreciar as matérias que se referem aos direitos humanos, em especial aquelas que já estão tramitando há algum tempo nesta Casa e que ainda não tiveram a oportunidade de serem aprovadas. Que se possa, de fato, assegurar às pessoas, aos brasileiros e brasileiras políticas públicas e que os direitos, de fato, sejam garantidos!

Então, Sr^a Ministra, muito obrigada.

Quero agora passar a palavra para a Ministra Maria do Rosário Nunes, Ministra de Estado da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, por um tempo também de 15 minutos e, Sr^a Ministra, se houver necessidade, mais 5 minutos.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO NUNES – Mas vai tocar.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Aviso, sim. Faltando um minutinho, aviso. Depois, tem mais cinco minutos.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO NUNES – Eu quero cumprimentar a Senadora Ana Rita e agradecer o convite para este momento de instalação de início dos trabalhos de 2013 da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, cumprimentá-la porque a sua trajetória é uma trajetória de defesa de direitos daqueles segmentos mais vulneráveis. Acredito que a senhora, à frente desta Comissão, fará um excelente trabalho. Esta Mesa Diretora conta também com alguém que é a própria história de direitos humanos neste País, a quem cumprimento, Senador João Capiberibe.

Quero também, ao cumprimentar a senhora e o Senador João Capiberibe, antes mesmo de abraçar as minhas colegas Ministras, abraçar o Senador Paulo Paim, que presidiu esta Comissão até bem pouco tempo e que também ofereceu uma contribuição singular aos direitos humanos no País. É um orgulho muito grande tê-lo como Senador do Brasil, neste caso, me permitam, um Senador também vindo do Rio Grande. É uma contribuição muito importante, desde o período constituinte até este momento.

Eu cumprimento as queridas Senadoras. Quero cumprimentar as Senadoras, mas antes, neste momento, as Ministras. A Ministra Eleonora Menicucci nos lidera na temática por que estamos aqui, na temática de gênero, ao mobilizar a nossa atuação em torno do 8 de março, nos lidera junto com a Presidenta Dilma, nas ações de gênero e de igualdade. Cumprimento, portanto, a Ministra Eleonora Menicucci e a SPM. Igualmente, a Ministra Luiza Bairros, que nos apresentou um conjunto de relatos e de ações para desenvolvermos. Todas as ações aqui desenvolvidas e destacadas como importantes pelas Ministras são relevantes para

o conjunto do Governo, nas quais nós nos inserimos sob a liderança das Ministras na SPM e na Seppir.

Igualmente, tenho uma grande admiração pela Senadora Ângela Portela, colega que foi Deputada e Senadora, hoje na Mesa Diretora do Senado Federal, a cumprimento; pelo Senador Sérgio Petecão; pelo Senador Paulo Davim. Há trabalhos muitos significativos dos senhores e das senhoras. Tenho admiração também pelo Senador Anibal Diniz, pelo Senador Randolfe Rodrigues que esteve conosco aqui, pelas Deputadas Janete Pietá, com belíssimo trabalho sempre no Brasil a partir do norte do País, a partir de São Paulo, e Janete Capiberibe, a partir, no caso, do Norte do País, ambas...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO NUNES – Sem dúvida.

E a Iara Bernardi, a quem quero cumprimentar também.

Agradeço também à Deputada Estadual Conceição Vieira a possibilidade de estarmos juntos sempre dialogando com os Parlamentares de todo o País, através das assembleias legislativas.

Meus amigos e minhas amigas, a agenda de Direitos Humanos no Brasil necessariamente passa pela agenda de gênero, que foi aqui apresentada pela Ministra Eleonora.

Em verdade, neste ano, Senadora Ana Rita, começamos o nosso trabalho destacando que em 2013 completamos 20 anos da Convenção de Viena, que é um marco por sua disposição de reunir toda a temática de direitos humanos no mundo. Foi, em 1993, em Viena, que afirmamos, pela primeira vez, os direitos das mulheres como direitos humanos. A Convenção de Viena tem um grande impacto dentro do Brasil.

Em toda normativa internacional de direitos humanos, se há um país que procura, a cada ano, a cada trabalho cumprir os seus compromissos no ambiente internacional, com as Nações Unidas, esse país é o Brasil, que está trazendo a normativa internacional de direitos humanos para dentro da norma nacional, a começar pela Constituição de 1988.

É importante um encontro como esse, porque é raro, Senadora Ana Rita, que possamos as três estarmos reunidas, em um mesmo ambiente, destacando os trabalhos que são realizados sobre a temática de gênero, a temática da igualdade racial, o combate ao racismo e o conjunto das ações de direitos humanos, mas o mais importante é que a Presidenta Dilma determina, em cada uma das suas ações, o trabalho articulado. Na Seppir, ou na SPM, ou em cada Ministério, assim como na SDH, as questões de direitos humanos

têm que estar como fundamento de todas as políticas públicas. Então, sem dúvida, nós não temos uma pasta no enfrentamento ao racismo, uma pasta para a igualdade de gênero e uma pasta para os direitos humanos. A determinação da Presidenta Dilma é que o Governo por inteiro esteja atento à temática de gênero, atento ao tema da igualdade racial e atento ao fundamento de tudo isso, que é a Constituição Federal e, nela, a cláusula pétrea dos direitos humanos como guarda-chuva de todas as políticas públicas a serem implementadas no Brasil.

Quero referir-me esse tema e a esse pano de fundo porque, na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, temos que cumprir essas metas, articulando políticas públicas no conjunto do Governo, a partir de uma relação prioritária com a SPM e com a Seppir, mas pensando a relação com o Governo como um todo.

Entreguei aos senhores e senhoras, através da nossa assessoria um relato do conjunto de iniciativas que nós realizamos e que organizam as iniciativas do plano de trabalho da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República à luz do Programa Nacional de Direitos Humanos na sua terceira versão, o chamado PNDH-3, que não é, nada mais, nada menos, do que estarmos organizados para cumprir uma premissa de que os direitos humanos dizem respeito a todas as pessoas.

No 8 de março, sem dúvida, destacando que sobretudo nós devemos nos mobilizar para repetir o que em Viena foi estabelecido, que as mulheres têm direitos humanos, que os direitos humanos das mulheres e das meninas são parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais. Ou ainda aquilo que os movimentos sociais destacavam há vinte anos: que sem as mulheres os direitos não são humanos.

Direitos humanos das mulheres, direitos humanos no enfrentamento às desigualdades raciais e étnicas no Brasil, com a nossa própria história, é aquilo que temos que produzir para chegar às comunidades e às populações mais vulneráveis dentro do Brasil.

A Secretaria de Direitos Humanos atua, Senador Capiberibe, Senadora Ana Rita, com duas linhas mestras, integradas essas linhas ao próprio Parlamento, ao Ministério Público no âmbito dos Estados e da União, e a todos os parceiros de defesa de direitos, constituindo redes de promoção, igualdade e defesa de direitos.

Em primeiro lugar, cabe à Secretaria de Direitos Humanos ser articuladora de políticas públicas para os segmentos mais vulneráveis, em uma série de linhas. Irmã na temática de gênero e da igualdade racial, como já citei, das demais secretarias, mas com protagonismo e responsabilidade primeira quan-

do tratamos de direitos humanos de crianças e adolescentes, quando tratamos de direitos humanos das pessoas com deficiência no Brasil, quando tratamos dos direitos humanos das pessoas idosas, no Brasil, e daqueles especialmente vulneráveis à violência, coordenando políticas de proteção e de direitos, no âmbito, por exemplo, dos programas de proteção a pessoas, o Provita, o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos ameaçados de morte, estejam nos quilombos, minha querida Ministra Luiza Bairros, nas florestas, na luta pela terra, ou estejam nas cidades, nas periferias urbanas.

Aqueles que enfrentam o crime e denunciam a violência encontram proteção num programa articulado coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em parceria e atuação conjunta com o Ministério da Justiça, em parceria e atuação conjunta com o Ministério da Justiça, no âmbito também de um programa muito duro que temos, que sempre digo que é muito difícil, que é o PPCAAM, o programa voltado a crianças e adolescentes ameaçados de morte no Brasil. Justamente o programa para o qual dirigimos a menina que, no Norte do País, denunciando uma rede de tráfico de pessoas, uma rede criminosa, com a coragem possível, com o ímpeto de uma menina, pega uma carona no meio da estrada, entra no Conselho Tutelar e diz: Me ajudem. E com aquele pedido de ajuda ela contribui para debelar uma rede criminosa atuante de Sul a Norte do Brasil, de Norte a Sul do Brasil, e move, com seu gesto e com sua coragem uma rede de proteção.

A missão dessas secretarias e, igualmente, a da Secretaria de Direitos Humanos é articular redes no território nacional, é conseguir, a partir da missão e da meta que Presidenta Dilma ofereceu ao Brasil e que está cumprindo.

A Presidenta Dilma, recentemente, conseguiu dizer ao Brasil algo que precisa ser percebido à luz dos direitos humanos. O Brasil no âmbito do cadastro único e do bolsa família está erradicando a situação de pobreza extrema. O Brasil, portanto, é um novo Brasil, que conjuga economia e política social. O Brasil mudou a lógica. Hoje, os senhores e as senhoras, como Senadores e Senadoras da República, terão um legado, a partir dos seus mandatos, de um País que tem outra relação com o direito: a inclusão como o direito humano, como o direito de não viver na miséria, como o direito de estar incluído, a partir das políticas de renda e de direitos que a Presidenta Dilma desenvolveu no Brasil e desenvolve no Brasil baseada naquilo que foi inicialmente produzido no período de Governo do Presidente Lula.

Mas por que me refiro a isso? Porque viver sem miséria, assim como viver sem violência, é um direito humano essencial – é um direito humano essencial –; porque viver sem fome é um direito humano essencial; mas, sobretudo, porque nós, aqui... (*Palmas.*)

...como Comissão de Direitos Humanos e como Ministras de Pastas de direitos humanos, sabemos que devemos fazer a outra parte. Se nos direitos sociais, se na inclusão econômica, o Brasil está dando saltos surpreendentes com a mudança do perfil econômico e social da Nação, cabe a essas Pastas, a esta Comissão e a todos, brasileiros e brasileiras, trabalharmos o enfrentamento à violência como uma prioridade idêntica, forte, porque precisamos mudar – o que muito bem disse a Ministra Eleonora e a Ministra Luiza Bairros – a dimensão do enfrentamento à violência como uma questão essencial na nossa época, na nossa era e que se conjuga, portanto, com as demais ações.

Por isso, passo a vocês um relato das nossas prioridades, na Secretaria de Direitos da Criança e do Adolescente, uma das nossas três Secretarias, para o enfrentamento do tráfico de pessoas, que já foi apresentado pela Ministra Eleonora, com decreto recentemente assinado pela Presidenta Dilma: Programa Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual; o sistema de garantias e fortalecimento dos conselhos tutelares; o Sinase, o programa socioeducativo, que também virou lei com o apoio desta Casa e que, agora, transforma-se em uma possibilidade real de proteção às crianças e aos adolescentes, aqui, em conflito com a lei; a rede nacional sobre crianças e adolescentes desaparecidos.

Passo aos senhores um relato sobre a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, com nosso Viver sem Limite, na expectativa de que, nessa Legislatura, aprovemos o Estatuto da Pessoa com Deficiência, um estatuto de direitos humanos das pessoas com deficiência, à luz da Convenção das Nações Unidas, com a missão da inclusão social, da acessibilidade.

Passo aos senhores a promoção dos direitos da pessoa idosa, como uma missão comum, no Brasil que muda rapidamente o seu perfil, em termos populacionais; o desafio de fortalecermos a política nacional de direitos da pessoa idosa, de erradicarmos o sub-registro de nascimento e de termos, no País, uma política integrada, onde o primeiro documento de identidade, o registro de nascimento, seja assegurado a todos, brasileiros e brasileiras. O IBGE indica que, há dez anos, 20% dos brasileiros não tinham registro civil, não tinham qualquer documento; mas, hoje, ainda temos 6,6% dos brasileiros.

Relato, ainda que rapidamente, a necessidade do apoio deste Parlamento para a votação da chama-

da PEC do trabalho escravo, para que tenhamos o fim dessa violência absurda. (*Palmas.*)

Esta PEC dá um impulso essencial para o enfrentamento do trabalho escravo. Tenhamos juntos a aprovação do Fundo Nacional de Apoio à Pessoa com Deficiência, projeto de lei da Senadora Lídice da Mata. Tenhamos, enfim, a PEC das trabalhadoras domésticas, que foi citada. Estamos analisando projetos de lei sobre o tráfico de pessoas, que são oriundos da CPI sobre o tráfico de pessoas. Por último, tenhamos a afirmação de que todos, brasileiros e brasileiras, são detentores de direitos humanos.

Por isso, pediria a vocês que tirássemos os brasileiros que estão na invisibilidade da lei. O Parlamento brasileiro, a Nação brasileira, precisa perceber direitos de todas as pessoas. Nesse caso, dirijo-me a vocês com a abertura daqueles que compreendem que este Plenário e este Parlamento, certamente, não se move por discriminações de qualquer natureza. Por isso, aqueles que sofrem a homofobia, aqueles que vivenciam os preconceitos homofóbicos precisam ter uma lei. (*Palmas.*)

Quando o Brasil enfrentou o racismo, assegurando a essa condição o que verdadeiramente ela é, um crime, tivemos um instrumento na mão de todos os brasileiros e tivemos um instrumento que criou uma nova cultura, em que não é tolerável, não é aceito o racismo de nenhuma medida. E estamos aqui com a Seppir, com movimentos tão vigorosos como os que foram relatados a partir do trabalho do próprio Senador Paim. Mas o Brasil não conta com nenhuma lei. Em nenhum lugar, está escrito o direito dos homossexuais brasileiros. Em nenhum lugar, nós olhamos para os homossexuais como pessoas com idêntico direito. A Declaração Universal inicia dizendo da dignidade de direitos iguais e a Constituição da República exige de nós o cumprimento e o estabelecimento de normas que possam assegurar essa igualdade de direitos a todas as pessoas.

Eu pediria a vocês que votássemos uma matéria. Há um projeto de lei que tramita sob o nº de PLC 122. Essa é uma base importante, é um trabalho relevante. O Parlamento tem condições. O Parlamento é um lugar de escuta, de diálogo, de mediação, de busca de consensos. Só não há um patamar que poderá ser transposto: o patamar da dignidade humana. Para ela, contra a violência, todos devemos estar. Tenho certeza absoluta, olhando para os senhores e para as senhoras, de que nós estamos unidos já contra a violência. Tenho certeza de que não há um Senador, de que não há um Deputado, de que não há um brasileiro que se filie, efetivamente, a defender qualquer legitimidade na violência contra qualquer ser humano.

Se nós queremos enfrentar a violência totalmente no Brasil, devemos constituir um instrumento real que observe e que assegure a esses brasileiros um patamar de igualdade a todos os demais, retirando-os da condição de invisibilidade.

Há poucos dias, uma menina teve os dedos decepados, numa ação policial, porque ela tinha uma identidade homossexual. Há poucos meses, tivemos um irmão e outro, um pai e um filho, passeando de mãos dadas e abraçados, em meio a uma rua, que foram atacados violentamente – Violentamente! –, diante de uma manifestação de carinho entre dois homens.

Até quando nós teremos essa condição? Podemos dar um basta nisso com caráter humanitário, com caráter respeitoso e com a possibilidade de darmos um passo à altura do Brasil, que deve reconhecer, para todos os brasileiros, a mesma bandeira nacional, o mesmo hino nacional, os mesmos direitos, a mesma Constituição.

Por isso, eu pediria a vocês uma atenção especial neste ano a esta matéria que é tão relevante para o Brasil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Ministra Maria do Rosário. As importantes contribuições de todas as Ministras, aqui, vão ajudar, com certeza, a qualificar o nosso plano de trabalho.

E eu quero fazer um registro que nos orgulha muito. Temos aqui a presença da Deputada Federal Iara Bernardi, que é do PT de São Paulo, autora do PLC 122. Temos aqui o Senador Paulo Paim, que foi Presidente desta Comissão e que hoje é o relator desta matéria. Então, contamos com a contribuição de vocês para que possamos aprovar, ainda neste ano, esta importante matéria, que, certamente, Sr^a Ministra, vai assegurar e garantir os direitos humanos de muitas pessoas que ainda estão, possivelmente, na invisibilidade, porque não têm os seus direitos assegurados. Acho que nós temos esse compromisso e essa responsabilidade.

Agradeço muito a nossa Ministra Maria do Rosário.

Antes de passar a palavra aos nossos colegas Senadores e Senadoras, aqui presentes, passar também para o nosso Vice-Presidente, o Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Muitíssimo obrigado, Sr^a Presidenta. Quero saudá-la e cumprimentar as Sr^{as} Ministras que nos visitam e que trazem um tema que nos angustia. A violência, seja qualquer tipo de violência, nos angustia, e a violência contra a mulher ainda mais.

Eu queria cumprimentar a nossa Senadora Angela Portela – nós temos duas Senadoras aqui, de oito Senadoras, apenas, num Senado de homens –; as Deputadas Federais Janete Pietá e a minha companheira de vida e de luta, Janete Capiberibe; a De-

putada Iara Bernardes; a Deputada Estadual que eu conheci lá em Sergipe, Conceição Vieira – estivemos lá, juntos, em algum momento de luta; e os Senadores aqui presentes, Paulo Paim, Paulo Davim, Randolfe Rodrigues, meu companheiro de Bancada, Ataídes Oliveira e Anibal Diniz, que estava por aqui.

Queria colocar duas questões que me parecem muito importantes. É a participação da mulher na constituição do poder político.

Como a gente pode observar, nós temos oito Senadoras, que eu faço questão de, nesse dia, citar o nome: a nossa Presidenta Ana Rita, uma outra Ana, que é Ana Amélia, e que eu costumo trocar um pouco, a Senadora Angela Portela, que já citei, e as Senadoras Kátia Abreu, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Lúcia Vânia e Maria do Carmo Alves. Temos também 45 Deputadas Federais no universo de 513.

Agora, vamos ao Judiciário. No STJ, de onze, que agora são dez, temos duas mulheres. Aliás, no STF, duas mulheres. No STJ é pior ainda: de um universo de 33 nós temos cinco, e eu queria fazer uma referência muito especial a uma dessas mulheres, que é a Ministra Eliana Calmon, que, na sua passagem pelo CNJ, nos deu uma lição de justiça, que é o que falta muito no nosso País. Nos Tribunais Estaduais, no meu Tribunal, depois de uma luta difícil, uma mulher ascendeu ao desembargo pela primeira vez. Uma mulher ascendeu ao desembargo no Amapá e terminou deixando o Tribunal por uma medida liminar do Ministro Fux, ou seja, o meu Tribunal é feito de homens.

A Justiça é simbolizada por uma mulher vendada. Não é possível haver justiça num Tribunal, nos Tribunais compostos exclusivamente de homens, principalmente em relação à mulher. Não acredito que se faça justiça com a mulher com essa concepção cultural que nós temos da dominação do homem sobre a mulher. Não cabe na minha cabeça que a gente não consiga avançar um pouco mais, que as mulheres se mobilizem mais para conquistar espaços de poder no nosso País e também nas outras instituições, porque nós tivemos a felicidade de, pela primeira vez na história do País, conquistado o direito do voto em 1932, menos de um século depois, elegermos uma mulher para Presidenta da República, e isso é uma coisa fascinante e fantástica. Não são todos os países que tiveram essa grande conquista.

Por último, eu gostaria de dizer-lhes que a ONU está alertando, e eu estava vendo uma matéria, que, de cada dez mulheres, pelo menos sete vão sofrer algum tipo de violência ao longo de suas vidas e que a gente precisa mudar. Para mudar isso, eu acho que a gente precisaria mudar a concepção, a filosofia da construção do conhecimento, da educação do nosso País. Nós precisamos de uma educação para o desenvolvimento

humano, uma educação que nos integre ao ambiente em que vivemos, uma educação que nos forme como cidadãos e cidadãs antenados nos seus espaços ambientais e, sobretudo, uma educação que ajude a construir mais respeito na sociedade em que vivemos.

Acho que as Ministras que estão aqui e que são muito responsáveis por temas que atingem os direitos humanos poderiam convocar o Ministro da Educação para repensar os conteúdos dados nas nossas escolas. É preciso que a nossa educação respeite aquilo que as crianças trazem de suas casas e da sua experiência na sociedade, fazer uma educação bem mais democrática do que temos hoje. Acho que a educação pode sim superar bem mais rápido através de uma mudança completa, diria, na educação brasileira, na educação pública para poder permitir um avanço e reduzir essa violência em todos os sentidos, mas, sobretudo, a violência contra a mulher, que, como foi dito aqui, parte desse conceito de que ao homem lhe é dado todos os direitos, muitas das vezes garantidos pelo sistema judiciário que temos, em que a presença da mulher é mínima.

Acho que a educação e a conquista de mais espaço de poder podem sim nos ajudar a avanços significativos na redução da violência contra mulher.

Era isso, Sr^a Presidenta.

Muitíssimo obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Parabéns, Senador João Capiberibe, pelas suas palavras, apresentando um quadro sobre a situação da mulher hoje nos espaços de poder.

Obrigada pela sua intervenção.

Senadora Angela Portela, Senador Paim, logo em seguida.

Senadora Angela Portela.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) –

Senadora Ana Rita, quero lhe parabenizar por estar iniciando as atividades da Comissão de Direitos Humanos junto com o nosso Senador João Capiberibe, nesta importante audiência pública, com a presença de três grandes Ministras do Governo da Presidenta Dilma: A Ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário; a Ministra das Políticas Públicas para as Mulheres, Eleonora Menicucci; a Ministra Luiza Bairros, Secretária de Políticas de Promoção de Igualdade Racial.

São todas Ministras extremamente comprometidas com os direitos humanos das mulheres, com os direitos humanos das mulheres negras, idosas, das crianças, dos adolescentes.

Enfim, queria parabenizá-las pela exposição que fizeram aqui.

Queria, inclusive, Ministra Eleonora, acrescentar ao leque de projetos que foram colocados aqui como prioridades, que são de interesse das mulheres, além da PEC

da Empregada Doméstica, que é de fundamental importância, – inclusive já demonstrei interesse em ser relatora desta PEC, dentre outras Senadoras –, queria que fosse acrescentada também a PEC da Licença Maternidade de seis meses, que é de minha autoria, que está pronta para ser colocada em pauta na Câmara dos Deputados.

E nossa Deputada Janete Pietá, que é Coordenadora da Bancada Feminina, tem feito um grande esforço para tentar incluir na pauta, porque é uma PEC que vai ampliar a licença maternidade para seis meses para todas as mulheres trabalhadoras do setor público, do setor privado. Ela universaliza o direito à licença maternidade de seis meses.

Queria também incluir um projeto de lei da nossa companheira Senadora Marta Suplicy, que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal para permitir que os Estados e os Municípios, mesmo inadimplentes, possam receber recursos do orçamento da União direcionado ao combate à violência contra a mulher, porque desta forma estaremos fortalecendo o pacto nacional de enfrentamento à violência contra a mulher. E assim estaremos também tentando ampliar redes de serviços no atendimento às mulheres vitimizadas.

Considerando que, entre os 5.665 Municípios brasileiros, nós temos apenas 475 delegacias especializadas, 68 casas-abrigo, 146 centros de referência, 147 juizados especializados no atendimento à mulher vítima de violência, 56 núcleos nas defensorias públicas, 19 núcleos nos ministérios públicos estaduais.

Então, é preciso que possamos realizar um trabalho conjunto, Governo Federal, Congresso Nacional, para que avancemos na aprovação desses projetos de lei que contribuirão efetivamente para implementação da Lei Maria da Penha, porque esses instrumentos, essa rede de serviços especializados no atendimento à mulher precisam ser ampliados, sem dúvida nenhuma, para que a gente possa diminuir os índices de violência contra a mulher em nosso País.

O Brasil está em uma posição vergonhosa no que diz respeito à violência contra a mulher. Há um número muito elevado de homicídios em nosso País. No meu Estado, de Roraima, para cada 100 mil mulheres, são cinco homicídios. Os números também são assustadores. Nós tivemos a oportunidade, junto com a Senadora Ana Rita, que é Relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga a omissão do Poder Público na violência contra a mulher, de participar de uma diligência no meu Estado, de Roraima, e a situação lá é extremamente precária. Nós temos duas Especializadas. Uma delas só funciona de 7h30 da manhã às 13h30 da tarde. Não tem telefone fixo, não tem internet. Não tem internet, quando nós sabemos

que as ocorrências de violência acontecem mais nos finais de semana, à noite, quando voltam do trabalho.

Então, esse diagnóstico da violência contra a mulher em nosso País está muito bem retratado neste Relatório que a nossa Senadora Ana Rita tem para apresentar até o final de março aqui no Congresso Nacional. Então, eu queria enfatizar a importância de tomarmos medidas concretas, objetivas, para dar condições aos nossos Estados e Municípios de, efetivamente, implementarem a Lei Maria da Penha para que a gente possa reduzir esses índices tão agravantes de violência contra as nossas mulheres.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Obrigada, Senadora Angela. Eu digo que nós somos muito companheiras, não é, Angela? Sempre conosco, nos apoiando, nos ajudando, sempre muito presente e atenta às demandas que vem dos movimentos de mulheres. E foi uma grande parceira também durante as nossas audiências públicas e nas diligências que realizamos pela CPMI da Violência Contra a Mulher. Então, obrigada, Senadora Ângela, contamos, com certeza, que durante os trabalhos aqui na Comissão de Direitos Humanos, possamos trabalhar cada vez mais juntas no sentido de encaminhar todas essas demandas que aqui foram colocadas.

Passo agora a palavra para o nosso companheiro, Senador Paulo Paim, que foi o Presidente desta Comissão, altamente comprometido e muito atuante, e que desenvolveu um belíssimo trabalho. Então, parabéns para V. Exª. Com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Me permita, Senadora, já ao me referir a V. Exª, me referir somente como Senadora Ana; me referir ao meu querido amigo Senador somente como Senador João; me referir a minha querida amiga gaúcha, Ministra, somente como Maria; me referir à Eleonora, somente como Eleonora, a Ministra; e me referir à Luiza, Ministra, somente como Luiza. Todas as Ministras, Senadores, Senadoras, lembrando de todas as Paulas, Marias, Joanas, que neste momento acompanham esta audiência pública e, de fato, estão muito, muito, muito preocupadas, não só pela violência. Não só pela violência.

Eu quero ser muito breve, e dou aqui um depoimento que me preocupou muito.

Há um projetinho – eu chamo projetinho – do Deputado Marçal Filho, em que ele simplesmente pede que a mulher, na mesma função, na mesma atividade, na mesma idade, todos os quesitos, receba o mesmo salário que o homem. Veio para cá. Nós assumimos, claro, esse projeto, pela grandeza. É pequeno, mas grande. Resultado? No último momento, acertado e dialogado para votar em plenário, entraram com recurso

e jogaram de novo para as Comissões, e não se vota. O projetinho só pede que tratem a mulher da forma que tratam o homem. É isso que diz o projeto. E esta Casa não vota. O projeto está pronto para ser votado.

Faço um apelo às Ministras, faço um apelo a esta Comissão, para que a gente visite, inclusive, o Presidente Renan e coloque o projeto na pauta. Eu duvido de qual é o vagabundo que vai votar contra, duvido de qual é o vagabundo que vai votar contra. *(Palmas.)*

Desculpem-me a expressão, mas estou entendendo que não tem vagabundo no Senado naturalmente. Se for votar contra, desculpem-me a expressão, mas, para mim, sério não é. Como não tem vagabundo no Senado, vai ser unanimidade. É só coragem de botar na pauta.

O projeto já passou por esta Comissão, todos nós trabalhamos pelo projeto. Vou repetir de novo, só diz isso: deem à mulher, com a mesma capacidade, com a mesma profundidade, enfim, até com a mesma idade... Se quiserem, podem botar. Tudo foi colocado lá. Não deixaram votar, porque, na sua atividade de trabalho, poderia ser que alguém protestasse exigindo que a mulher, na mesma atividade, até com o mesmo tempo de casa ou de empresa, tivesse o direito a receber o mesmo salário.

Então, esse é o apelo que faço neste momento a todos os que estão nessa audiência pública. Repito, não sei nem qual é o partido, só sei que é um projeto do Marçal Filho, do PMDB. É um projeto simples, mas de grandeza. Esse é o apelo que faço nessa minha pequena fala.

Quero dizer que entendo também... Duvido também que... Se alguém perguntar “Você é homofóbico?”, todo mundo vai dizer que não é. “Eu não!” Se não são homofóbicos, como todos dizem que não são, vamos acertar essa bendita redação e vamos votar o 122 neste ano. *(Palmas.)*

Sou o relator da matéria. Já conversei neste período de um mês com diversos grupos. Vou conversar com outro grupo amanhã. Quero conversar com a minha querida Presidenta naturalmente e com os Ministros e Ministras, se for necessário, para buscar essa saída e votar. Se falo com os Evangélicos, eles dizem “Paim, pode dizer que não somos homofóbicos”; se falo com os Católicos Apostólicos Romanos, também não são homofóbicos. Não encontro ninguém que seja homofóbico. Se ninguém é, vamos fazer uma lei que combata o ódio, a violência e a homofobia. Qual é problema de ter essa lei, se todo mundo concorda que essa redação pode ser construída?

Prometi ser breve e acabei falando demais.

Viva as mulheres e viva os homens, em segundo lugar! *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Obrigada, Senador Paim.

Chegou aqui o Senador Wellington Dias. Também esteve aqui o Senador Ataídes de Oliveira, que teve que se ausentar para atender outras demandas, mas participou de uma parte significativa dessa audiência pública.

Quero fazer um registro importante: hoje é o aniversário do nosso Líder, do Senador Wellington Dias.

Então, parabéns, Senador! Que Deus lhe dê muita saúde e muitos anos de vida! (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora, sem querer ser chato, mas já sendo, podemos pelo menos ensaiar: “Parabéns pra você, nesta data querida, muitas felicidades, muitos anos de vida.”

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Cantada pelo Paim fica na História. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Estou franqueando a palavra aos Senadores presentes. Senadores Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Senadora Ana Rita, primeiramente, quero parabenizar V. Ex^a. Fiquei muito contente ao vê-la após o brilhante trabalho do nosso querido Senador Paulo Paim, que já é a própria cara do Congresso Nacional na área dos direitos humanos. Acho que qualquer debate que se tenha nesta Casa, em qualquer tema vinculado aos direitos humanos, vai ter sempre na memória o brilhante e destacado trabalho do Senador Paulo Paim. Não só como seu amigo, seu correligionário, companheiro de partido, eu não poderia deixar de externar essa homenagem. É uma alegria vê-lo sucedido também por uma mulher brilhante, que já atuava aqui, uma mulher fortemente presente, sempre nos debates, não só nas causas vinculadas às mulheres, mas em todos os temas relacionados aos direitos humanos, aos direitos sociais, que é a Senadora Ana Rita, que também é um orgulho para todos nós. S. Ex^a tem a confiança do partido, do povo sergipano, enfim, para as missões aqui trabalhadas.

Então, eu queria saudar nossas Ministras: a Ministra Eleonora, a Ministra Luiza Bairros e a Ministra Maria do Rosário. Meu querido Capiberibe, quero dizer que é um prazer muito grande tê-lo aqui, também na condução desse trabalho na Comissão, uma liderança que se destaca pelas causas do Brasil e, sempre com todo o respeito do povo brasileiro, uma liderança respeitada nacionalmente. Todos nós o temos como um grande espelho na vida pública.

Mas eu queria aqui, Senadora, dizer da importância de abrir os trabalhos com a presença das mulheres que nos honram e nos orgulham, no Governo, em três pastas fundamentais para os direitos humanos.

Eu queria aqui só me somar e dizer que vamos estar aqui, como membros, no dia a dia, acompanhando, com todo o carinho, para que tenhamos bons resultados.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador Wellington Dias. É importante a presença de V. Ex^a aqui, neste momento, e o parabênz, mais uma vez, pelo seu aniversário.

Vou passar a palavra, então, para as nossas Ministras, para que façam as considerações finais, e assim encerrarmos a audiência pública para que possamos retomar a discussão e aprovação dos requerimentos apresentados pelo Senador Paim.

A SRA. ELEONORA MENICUCCI – Eu quero reafirmar e reforçar o agradecimento à Senadora Ana Rita, pelo convite que nos foi feito e prontamente atendido, pela importância desta Comissão para a consolidação dos direitos humanos, no nosso País.

Eu tenho certeza de que é uma matéria das mais caras a nossa querida Presidenta Dilma a questão da consolidação plena dos direitos humanos, no nosso País. Plena, eu digo, em todos os seus sentidos, em todos os seus marcos de direitos.

Foram colocadas aqui questões extremamente importantes, todas elas. Concordamos as três Ministras aqui que trabalhamos, transversalmente, para a implantação e implementação das nossas políticas, tanto aquelas que são específicas quanto as que dizem respeito às políticas de direitos humanos do nosso Governo.

Então, eu quero colocar a Secretaria de Políticas para as Mulheres inteiramente à disposição da Comissão, Senadora Ana Rita, para tudo o que a senhora e o Senador João Capiberibe precisarem. Estaremos sempre disponíveis, não só com material, com dados, com subsídios, mas com a nossa presença, pela importância que ela se coloca, neste momento histórico do nosso País, dirigido por uma mulher.

E, nesta Comissão, a senhora sucede a uma presidência tão importante e tão bem desempenhada pelo Senador Paim. A senhora, como mulher, uma das poucas nesta Casa, sucede a um grande líder, que é o Senador Paulo Paim, a quem eu cumprimento também pelo trabalho desenvolvido.

Finalmente, termino dizendo para vocês que eu torço e batalho a minha vida inteira pela ampliação e consolidação dos direitos das mulheres, para que nós saíamos do protagonismo de segunda categoria e passemos, efetivamente, para o primeiro nível, porque nós já estamos nele. O que nós precisamos é, como o Senador Paim falou, em todas as esferas, sermos reconhecidos com equidade de oportunidade, de acesso, de direitos.

Cumprimento minhas queridas colegas Ministras, cumprimento toda a equipe da SPM pelo trabalho que tem desenvolvido.

E digo que o dia da mulher tem que acabar. (*Palmas.*)

Por quê? Ele tem que acabar, porque olhar para nós, mulheres, fica confinado ao dia 8 de março, que tem lendas e mais lendas de como esse dia foi instituído. As lendas são sempre pautadas pela luta das mulheres.

Então, eu tenho muita vontade de viver para participar e comemorar, celebrar, no marco dos direitos humanos, a existência de 365 dias no ano de mulheres e homens em plena igualdade de todos os direitos. *(Palmas.)*

Com isso, eu agradeço e digo que tenho um orgulho muito grande de servir ao Governo da minha querida amiga, companheira e hoje chefe Dilma Rousseff na Presidência do nosso País. Coloco toda a SPM à disposição não só da Sr^a Senadora Ana Rita, mas de todo o Senado Federal, para que nós possamos avançar em todos esses projetos de lei que estão a serem votados, todos eles ditos aqui.

Tenho muito prazer, muito orgulho de estar aqui com vocês.

Muito obrigada e um abraço a todos. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)
– Obrigada, Ministra.

Eu acho que eu posso, através da senhora, em nome da Comissão de Direitos Humanos, fazer uma saudação à nossa Presidenta pelo Dia Internacional da Mulher... *(Palmas.)*

...levando nosso abraço e desejando a ela toda saúde para que ela possa continuar administrando nosso País com tanta competência, com tanta disposição e com muita coragem. Que Deus a ilumine e lhe dê toda a força e toda a saúde de que ela precisa e merece.

Então, através de V. Ex^{as}, em especial da senhora, como Ministra das mulheres, da Secretaria de Política para as Mulheres, leve o nosso abraço para ela. Ministra Luiza Bairros.

A SRA. LUIZA BAIRROS – Eu, na verdade, gostaria de me limitar aqui a agradecer mais esta oportunidade que a Comissão abre para que nós possamos aqui colocar as questões afetas aos nossos Ministérios que dizem respeito, obviamente, a toda a sociedade brasileira.

Quero desejar tanto à Senadora Presidenta quanto ao Vice-Presidente da Comissão todo o sucesso na condução dos trabalhos ao longo deste ano e, mais uma vez, também cumprimentar a Senadora Ângela Portela pela conquista da Secretaria na Mesa Diretora do Senado.

Nós, da Seppir, continuamos no nosso caminho por um Brasil que inclua mais da metade da população, que é a população negra, por um Brasil que afirme esses valores todos que foram hoje levantados aqui e que são, eu acredito, responsáveis pela grande transformação, na verdade, sofrida pela sociedade brasilei-

ra nos últimos anos, que pode ser medida em termos econômicos, em termos sociais, mas que eu acho que tem que ser celebrada principalmente pelos avanços de mentalidade, de consciência social, em relação à importância dos direitos humanos para o desenvolvimento do País.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)
– Obrigada, Ministra.

Ministra Maria do Rosário.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO NUNES – Eu também agradeço, Senadora Ana Rita, e quero destacar que, no pronunciamento dos Srs. Senadores e Senadora, nós tivemos uma abertura inclusive de novas matérias e projetos que já tramitam, que têm que ser priorizados também pelo Governo. Então, nós anotamos essas propostas de forma que o Governo também intensifique o seu trabalho nas medidas e nas proposições igualitárias que foram aqui destacadas.

Além disso, quero dizer a vocês que nós contamos com esta Comissão e com o Senado Federal com o objetivo de afirmarmos os direitos humanos como direitos de todos os brasileiros e brasileiras, indistintamente. Nós estamos fazendo uma grande transição no Brasil, de ordem econômica, social e também política. Mas nós fizemos uma transição também, estamos fazendo, de ordem cultural. Isso significa rompermos com qualquer preconceito que exista sobre a expressão “direitos humanos”. Lamentavelmente, ao longo dos últimos anos, tivemos a afirmação de preconceitos em torno da expressão “direitos humanos” que afastaram aqueles segmentos mais vulneráveis do que verdadeiramente são os seus direitos. Portanto, ao nos dirigirmos a todos os brasileiros e as brasileiras através desta Comissão, queremos resgatar também a expressão “direitos humanos” como aquela base de igualdade fundamental, base de liberdade fundamental, de solidariedade, de valores fundamentais na sociedade brasileira, sem o que nós não afirmamos plenamente a missão da Constituição de 1988, a missão democrática.

Por isso, eu agradeço e coloco a Secretaria de Direitos Humanos plenamente à disposição em todos os temas de que, inicialmente, tratei aqui, sempre com o sentido de que um projeto de lei quando ingressa no Parlamento e uma ideia quando chega ao Parlamento são sempre melhorados. Uma proposta nunca é concluída da mesma forma com que nós pensamos, mas isso é a democracia, é assim que se faz o fortalecimento de instituições que contribuem tanto, como o Parlamento brasileiro, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e a sociedade civil também, com a sua contribuição. E o Governo tem este entendimento: as

matérias são trabalhadas, são modificadas e as contribuições do Parlamento são essenciais para que elas reflitam a posição da sociedade brasileira que aqui está instituída no mandato soberano de cada um e de cada uma que compõem esta Casa.

Parabéns, Senadora Ana Rita, Presidenta. Parabéns, Senador João Capiberibe. Muito obrigada pela oportunidade. À disposição todos os dias do ano. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Obrigada, Ministra Maria do Rosário.

Agradecemos a presença de todas as Ministras. Agradecemos a contribuição que elas trouxeram, para que possamos qualificar o nosso plano de trabalho. Tudo está registrado e gravado aqui, pela Secretaria. Vamos, com certeza, priorizar o que foi sugerido aqui pelas nossas Ministras. Então, agradeço em nome de todos os membros desta Comissão, em nome também do nosso Vice-Presidente, João Capiberibe, pela importância da presença de vocês.

Deixo vocês à vontade, se quiserem permanecer. Nós vamos continuar, porque temos ainda alguns requerimentos para serem apreciados.

Agradecemos muito. Muito obrigada.

Dessa forma, declaro encerrada a audiência pública realizada na manhã de hoje. *(Pausa.)*

Nós suspendemos, temporariamente, a presente reunião, para as despedidas das Ministras.

(Iniciada às 10 horas e 50 minutos, a reunião é suspensa às 12 horas e 43 minutos.)

(A reunião é reaberta às 12 horas e 47 minutos.)

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR)

– Pela ordem, Senadora. Pela ordem, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos, Senadora Ana Rita.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Pois não, Senadora Angela.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) –

Já está sobre a mesa um requerimento que apresento por ocasião da reabertura dos trabalhos da Subcomissão dos Direitos da Mulher para discutir o feminicídio. Eu gostaria de que fosse colocado em pauta para aprovação.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Feminicídio. Essa é a pauta da discussão.

Parabéns, Senadora Angela. Já está acolhido o seu requerimento. Vamos colocá-lo em apreciação para ser discutido no âmbito da Subcomissão da Mulher.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Presidente, pela ordem, como havíamos combinado.

Na verdade, tenho duas dívidas com os movimentos sociais e organizados em relação ao mandato

passado. Uma delas é com os aposentados. Havíamos até aprovado a data, 4 de fevereiro, mas é claro que a Comissão não foi instalada. Consequentemente, o requerimento, embora aprovado, segundo a Assessoria da Comissão, caiu. É isso, Canindé? Caiu porque havia uma data fixa.

Então, o que nós fizemos? Embora já houvesse todo um movimento para esse dia, nós trocamos a data. Mudamos, então, para o dia 25 de março.

O outro requerimento, na verdade, é da Anamatra. Eu tinha um compromisso com eles e eles comigo, naturalmente. Eles queriam mostrar todo o trabalho deles na linha de combate ao acidente no trabalho na filosofia dos direitos humanos.

Como o prazo, digamos, está mais do que vencido, sem nenhum prejuízo da nossa reunião de quinta, que faremos para discutir as subcomissões e todo um organograma de trabalho durante o ano – creio eu, sob a orientação de V. Ex^a –, queria pelo menos assegurar que eu pudesse pagar essa minha dívida nestas duas datas: 11 de março e 25 de março. Com isso, nós iniciaremos para os nossos trabalhos, conforme a sua orientação.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Pois não, Senador Paim. Na verdade, não estava previsto aprovarmos requerimentos nesta audiência pública de hoje, nesta reunião ordinária de hoje, considerando que nós precisamos aprovar o plano de trabalho desta Comissão.

Eu apresentei, na reunião passada, algumas diretrizes como Presidenta desta Comissão, mas quero construir um plano de trabalho em comum acordo com os nossos colegas Senadores e Senadoras.

Eu entendo que esse plano de trabalho deverá conter temas. Nós deveremos aqui discutir os temas prioritários desta Comissão, para que não haja conflito com as atribuições de outras comissões desta Casa nem com as subcomissões aqui existentes. Por isso, eu acho que é importante aprofundarmos essa conversa, esse debate entre nós, Senadores, para que possamos construir um plano de trabalho que seja específico da Comissão de Direitos Humanos, sem que entremos na área de outras comissões.

Com relação também às datas, porque vejo alguns Senadores preocupados com relação às datas e nós precisamos fazer reuniões que, de fato, deem quórum, que tenham a presença dos parlamentares, para que o debate possa ser profundo. E eu acredito que os debates deverão também definir encaminhamentos que esta comissão deverá também acompanhar e monitorar esses encaminhamentos. Por isso, acho que precisamos fazer uma conversa para que, em comum acordo, a gente possa definir isso.

Mas também entendo que o Senador Paim foi um Senador altamente atuante durante a Legislatura passada e que, com certeza, ficaram alguns temas pendentes e que a sociedade espera desta comissão o debate e os devidos encaminhamentos.

Então, não vejo nenhum problema, nenhuma dificuldade para que possamos aprovar os requerimentos de V. Ex^a, desde que não conflita também com datas, considerando que a Senadora Angela Portela também apresenta um requerimento aqui hoje, e ela também tem interesse em viabilizar a Subcomissão da Mulher, que até então não foi possível dar um tratamento mais intenso a essa subcomissão porque nós estávamos com a CPMI que investiga a violência contra a mulher. A Senadora Angela já conversou comigo, disse do seu desejo em priorizar, este ano, a Subcomissão da Mulher, coisa que ela não conseguiu fazer no ano passado, porque ela priorizou a CPMI para não ter trabalhos simultaneamente e um prejudicar o outro.

Então, nós precisamos construir em comum acordo essas datas, para que não tenhamos nenhuma dificuldade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu tenho certeza que eu e a Senadora Angela não teremos nenhum atrito de datas, a gente vai combinar as datas. Eu apenas estou encaminhando esses dois requerimentos, repito, porque é uma dívida que eu fiquei com os movimentos sociais. Entendo que, a não ser esses dois, o outro processo que faremos será a partir da reunião da próxima quinta-feira, até porque também já comuniquei a V. Ex^a que me propus a ficar com uma subcomissão, naturalmente que sempre a referendo da comissão principal.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Senadora Ana Rita, Senador João Capiberibe, infelizmente só agora eu pude deixar a Comissão de Assuntos Econômicos, que já havia terminado a reunião na hora em que cheguei. Mas conversei com a Ministra Maria do Rosário a respeito da questão de mães com filhos no exterior que têm solicitado ajuda do Governo brasileiro para poder tê-los consigo. Inclusive este assunto foi objeto de requerimento de minha autoria na Comissão de Relações Exteriores e ficou pendente e ainda vai ser realizado ali. Mas como esse tema também muitas vezes é trazido aqui, eu combinei com ela e ela diz que quer sim comparecer à Comissão de Relações Exteriores. Mas eu queria propor que, dada a afinidade deste assunto com esta comissão, quando ali houver a audiência com a presença da Ministra Maria do Rosário, se realize uma reunião conjunta com a Comissão de Direitos Humanos.

Então, vou apresentar sugestão nesse sentido. Eu queria informá-la a respeito, porque eu até ia trazer o assunto aqui na minha arguição à Ministra Maria do Rosário, mas ela disse que poderá ser feita numa audiência especial e proximamente. Eu queria também informar a V. Ex^a e aos membros desta comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Muito obrigada.

Em votação a inclusão extrapauta do requerimento apresentado pelo Senador Paulo Paim. São dois requerimentos, vou fazer a leitura deste requerimento.

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA Nº 2, DE 2013

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater “a situação dos aposentados e pensionistas das forças armadas”. Os convidados serão enviados posteriormente para a Secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O outro requerimento, também do Senador Paulo Paim, diz:

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA Nº 3, DE 2013

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater “Segurança e Saúde no Trabalho”. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim

Em votação a inclusão extrapauta do requerimento apresentado pelo Senador Paulo Paim.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento apresentado pela Senadora Angela Portela.

**REQUERIMENTO COMISSÃO DE
DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA Nº 4, de 2013**

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com a finalidade de discutir o tema “feminicídio”, por ocasião da reabertura dos trabalhos da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher. Indico os convidados expositores abaixo: Eleonora Menicucci de Oliveira - Ministra de Estado da Secretaria de Políticas para as Mulheres; Dra. Lourdes Maria Bandeira - Secretária Executiva da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República; Professor Emílio Ginés - Jurista, Presidente da Federação de Associações de Direitos Humanos - Espanha, Membro do Subcomitê de Prevenção da Tortura das Nações Unidas (SPT); Dra. Adriana Ramos de Mello - Juíza Titular do I Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; Dra. Magnólia de Souza Monteiro Rocha - Presidente da Liga Roraimense de Combate ao Câncer.

Autoria: Senadora Angela Portela

Em votação a inclusão extrapauta do requerimento apresentado pela Senadora Angela Portela.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

(São os seguintes os itens aprovados:

EXTRAPAUTA

ITEM 2

**REQUERIMENTO COMISSÃO DE
DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO**

PARTICIPATIVA Nº 2, DE 2013

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater “a situação dos aposentados e pensionistas das forças armadas”. Os convidados serão enviados posteriormente para a Secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim

ITEM 3

**REQUERIMENTO COMISSÃO DE
DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO**

PARTICIPATIVA Nº 3, DE 2013

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater “Segurança e Saúde no Trabalho”. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim

ITEM 4

**REQUERIMENTO COMISSÃO DE
DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO**

PARTICIPATIVA Nº 4, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com a finalidade de discutir o tema “feminicídio”, por ocasião da reabertura dos trabalhos da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher. Indico os convidados expositores abaixo: Eleonora Menicucci de Oliveira - Ministra de Estado da Secretaria de Políticas para as Mulheres; Dra. Lourdes Maria Bandeira - Secretária Executiva da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República; Professor Emílio Ginés - Jurista, Presidente da Federação de Associações de Direitos Humanos - Espanha, Membro do Subcomitê de Prevenção da Tortura das Nações Unidas (SPT); Dra. Adriana Ramos de Mello - Juíza Titular do I Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; Dra. Magnólia de Souza Monteiro Rocha - Presidente da Liga Roraimense de Combate ao Câncer.

Autoria: Senadora Angela Portela.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Permita-me, Sr^a Presidenta, para uma orientação.

Na próxima quinta-feira, teremos uma reunião para discutir o nosso plano de trabalho, não é isso?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita Bloco/PT – ES) – Na próxima quinta-feira, Senador Paim, não faremos uma reunião oficial ordinária. Faremos uma reunião com os Senadores, extraoficialmente, para que possamos conversar sobre o plano de trabalho. A próxima reunião

ordinária será para apresentar o plano de trabalho, que será debatido e votado por esta Comissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita Bloco/PT – ES)

– Então, convocamos a todos para que possamos nos reunir na próxima quinta-feira, às 9 horas da manhã, extraoficialmente, aqui, nesta sala, para conversarmos sobre o plano de trabalho. *(Pausa.)*

Será, de fato, uma reunião administrativa. Estou sendo corrigida aqui pelo nosso Secretário.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

**ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA
COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS
HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE
MARÇO DE 2013, SEGUNDA-FEIRA, ÀS
9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR
NILO COELHO, SENADO FEDERAL.**

Às nove horas e treze minutos do dia onze de março de dois mil e treze, na sala número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senhor Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se à apreciação da seguinte Pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 3 de 2013, que requer a realização de audiência pública para debater “segurança e saúde no trabalho”. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Convidados: Renato Henry Sant’anna, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA; Jeferson Seidler, Médico e Auditor Fiscal do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego – TEM, representante de Antônio Pereira do Nascimento; Carlos Augusto Vaz de Souza, Coordenador Geral da Coordenação Geral de Saúde do Trabalhador, do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, da Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde, representante de Guilherme Franco Netto; Philippe Gomes Jardim, Coordenador Nacional da Coordenadoria de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho, representante de Luiz Antônio Camargo de Melo; Luiz Eduardo Alcântara de Melo, Coordenador-Geral de Política de Seguro Contra Acidentes do Trabalho e Relaciona-

mento Interinstitucional do Ministério da Previdência Social - MPS; Francisco Luís Lima, Diretor de Segurança e Medicina do Trabalho do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, SINAIT; Sebastião Geraldo de Oliveira, Desembargador do TRT 3ª Região-MG, representante de Carlos Alberto Reis de Paula; Carlos Eduardo Azevedo Lima, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT. É realizada a entrega simbólica da “Cartilha do Trabalho Seguro e Saudável”, em quadrinhos, de autoria da Anamatra. O Senhor Presidente franqueia a palavra para diversas lideranças ligadas à segurança do trabalho, presentes no plenário da Comissão. Em ato contínuo, pede a palavra e o Senhor Presidente a concede à Juíza do Trabalho Sandra Miguel Abou Assali Bertelli, da 2ª Região-SP, Diretora de Cidadania e Direitos Humanos da Anamatra. O Senhor Presidente recebe em mãos, do Senhor Sebastião Geraldo de Oliveira, Desembargador do TRT da 3ª Região-MG, livro de sua autoria. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim e Ataídes Oliveira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião, às doze horas e sete minutos, lavrando eu, Altair Gonçalves Soares, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **Senador Paulo Paim**, Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Audiência pública, nos termos do Requerimento nº 3, da CDH, de 2013, de autoria deste Senador e de outros, com o objetivo de discutir segurança e saúde no trabalho.

Convidados para esta audiência pública: Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Dr. Renato Henry Sant’Anna. Cumprimento a Anamatra, que é a grande articuladora desta reunião do dia de hoje. Convido já o Dr. Renato para vir para a mesa. *(Palmas.)*

Convido também o Dr. Jeferson Seidler, médico e Auditor Fiscal do Trabalho, em representação ao Sr. Antonio Pereira do Nascimento, Auditor Fiscal do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego. *(Palmas.)*

Seja bem-vindo, Dr. Jeferson.

Convidamos também o Dr. Carlos Augusto Vaz de Souza, coordenador geral da Coordenação Geral de Saúde do Trabalhador do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador da Secretaria de Vigilância e Saúde, representando o Sr. Guilherme Franco Netto. (*Palmas.*)

Seja bem-vindo.

Por fim, já que faremos duas Mesas, convidamos para esta primeira Mesa o Dr. Philippe Gomes Jardim, coordenador nacional da Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho, em representação ao Sr. Luís Antônio Camargo de Melo, Procurador-Geral do Trabalho do Ministério Público do Trabalho. (*Palmas.*)

Primeiro, quero cumprimentar a Anamatra pela iniciativa de realizarmos este evento, a equipe que articulou, que assessorou para que, nesta audiência pública, a primeira do ano na segunda-feira pela manhã, fizéssemos o debate de um tema tão importante como este, como é a segurança e a saúde do trabalhador.

Fiz um discurso na tribuna do Senado na sexta, falando, com os dados que me foram fornecidos pelas entidades, sobre o número alarmante de acidentes do trabalho no Brasil. Então, vem numa boa hora essa iniciativa.

E é minha primeira audiência já como homem da planície. Agora já não sou mais presidente da Comissão. Quero deixar bem claro isso. A Senadora Ana Rita é a Presidenta, o Vice-Presidente da Comissão é o Senador Capiberibe, mas estou conversando com eles para mantermos esse espaço da segunda-feira pela manhã, claro, não só para mim, para que todos aqueles que quiserem audiências públicas, para que consigamos fazer com que, na segunda pela manhã, mantenhamos o espaço aberto para a sociedade organizada, para que possamos discutir o trabalho das subcomissões ou mesmo da comissão, porque entendo eu que esse é um espaço importante da segunda pela manhã, e que nós devemos mantê-lo.

Vamos iniciar, de imediato, o nosso debate. Só peço desculpas pelo atraso. Todos sabem que sou muito pontual, 9h em ponto começo, e hoje acho que iniciamos 9h14. É que eu estava recebendo uma delegação dos Estados Unidos, de líderes daquele país, que estão acompanhando aqui a nossa Copa. O assunto foi Copa do Mundo, e fizeram questão de ter um diálogo comigo sobre esse tema. Me reuni com eles das 8h até agora. Por isso atrasei um pouco.

Mas nosso primeiro convidado a usar a palavra, e sei que neste momento ele vai me dar a alegria de receber um livro, é o Dr. Renato Henry Sant'Anna. Fa-

remos esse ato simbólico e, já em seguida, V. Ex^a faz a sua fala nessa nossa audiência pública.

O Dr. Renato tem a palavra por dez minutos prorrogáveis por mais cinco.

O SR. RENATO HENRY SANT'ANNA – Senador Paulo Paim; Srs. Parlamentares; colegas magistrados; colega Carlos Eduardo, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; demais integrantes da Mesa; senhoras e senhores, em especial, jovens convidados da escola São Sebastião que estão aqui presentes, Senador Paim, e nos honram.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sejam bem-vindos! (*Palmas.*)

O SR. RENATO HENRY SANT'ANNA – Senhoras e senhores, bom dia!

É com grande satisfação que a Anamatra participa hoje, mais uma vez, de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, espaço institucional que por tantas vezes foi oferecido à Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho na luta pela efetivação dos direitos sociais em nosso Brasil, em especial, pela atenção que sempre nos dispensou o Senador Paulo Paim.

Hoje nos reunimos aqui para lançar um instrumento que é fruto de uma bandeira importante da Anamatra, que é a redução do número de acidentes do trabalho em nosso País. A Cartilha do Trabalho Seguro e Saudável, publicada em linguagem didática e de forma ilustrada, visa a promover a cultura da prevenção de acidentes do trabalho. Ela será distribuída para trabalhadores, empregadores e estudantes que estão se preparando para entrar no mercado de trabalho por meio do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania, ação solidária do juízo do trabalho criada pela Anamatra em 2005, com o objetivo de aproximar o Poder Judiciário da sociedade e de difundir o conhecimento de direitos e deveres.

O objetivo do juízo do trabalho com a Cartilha do Trabalho Seguro e Saudável é despertar para uma realidade que envergonha o Brasil e a justiça: estamos falando de mais de 700 mil acidentes e quase 3 mil mortes anuais. Como sempre diz o Ministro Dalazen, responsável pelo Programa Trabalho Seguro no Tribunal Superior do Trabalho, é quase como um 11 de setembro a cada ano repetido no Brasil. Morrem no País, senhoras e senhores, em média, nove trabalhadores por dia, uma pessoa a cada hora. São estatísticas que colocam o nosso País na vergonhosa quarta colocação mundial no número de acidentes de trabalho fatais. E estamos aqui apenas falando de trabalhadores formais, o que denota que o cenário possui proporções ainda maiores e de difícil mensuração. São ocorrências que não afetam apenas os trabalhadores, mas seus fami-

liares, empregados e a própria coletividade quando nos vemos frente a grandes tragédias.

Comprovadamente esses acidentes acontecem pela não observância das condições de segurança e trabalho e a cartilha é uma contribuição da Anamatra, ainda que singela, oferecendo noções básicas de prevenção de acidentes e doenças do trabalho, orientação sobre o uso dos equipamentos de proteção individual e coletiva, esclarecimento da responsabilidade do empregador, da relevância da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes dos órgãos de fiscalização, do Ministério Público do Trabalho, da previdência social e da justiça do trabalho.

E não há como se falar em acidente de trabalho sem fazer um alerta para o tema que está sendo discutido no Congresso Nacional, que é a regulamentação da terceirização, Senador. Sabemos que os trabalhadores terceirizados, estatisticamente e comprovadamente, sofrem mais acidentes. Alguma coisa tem que estar errada nesse modelo. O Congresso Nacional, tenho certeza de que o Senador Paim está atento a isso, já demonstrou estar atento a isso, precisa cuidar desse assunto. Não é só uma questão de se...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sr. Renato, se me permitir, temos tempo aqui para fazer uma conversa sobre isso. Nós já fizemos duas ou três audiências públicas nesse sentido, com a presença da Anamatra, inclusive, e de outras entidades e eles teimam em dizer que não há nada errado. Pois bem. Nós teimamos em dizer, como V. Ex^a disse muito bem, que há algo errado. Vocês me passaram um dado segundo o qual, de cada 10 acidentes, 8 são de empresas terceirizadas. Então, você está com toda razão de, mais uma vez, levantar esse debate.

O SR. RENATO HENRY SANT'ANNA – É verdade. E o argumento, Senador, é que, volta e meia – permita-me esse diálogo, já que sou sempre franco com o senhor – se diz: é uma realidade. Veja, existem realidades muito perversas no Brasil, e ninguém quer regulamentá-las. Vamos, então, regulamentar a pobreza, a miséria, a violência urbana? Não existe isso. A nossa argumentação, Senador Paim – volto à minha manifestação – é que a Constituição já nos dá o caminho.

Então, não se trata de inovar na questão da terceirização. A Constituição nos dá noções de que a legislação tem que seguir pela dignidade da pessoa humana, a valorização do emprego, a busca do bem de todos. E, lá no art. 7º da Constituição – o Senador foi Constituinte, não? –, no *caput*, falou-se “sem prejuízo de outros que visem à melhoria da condição social do trabalhador. Esse é o norte que o legislador tem que seguir, e, às vezes, por interesses outros, al-

guns razoáveis, alguns até, eu ousaria dizer, dando o benefício da dúvida, bem-intencionados, desvirtuam esse caminho.

Há pesquisas que mostram elevados índices de acidentes de trabalho envolvendo os terceirizados. O cenário é claro para nós, juízes do trabalho. A terceirização malfeita bate às portas da Justiça do Trabalho diariamente e contribui para o elevado número de acidentes de trabalho.

Outro tema, Senador, que teve a participação de V. Ex^a é a questão das ações regressivas acidentárias, iniciativa de V. Ex^a aprovada em uma das Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Iniciativa minha, mas a contribuição da elaboração da Anamatra.

O SR. RENATO HENRY SANT'ANNA – Que vai trazer para a Justiça do Trabalho a apreciação dessa matéria.

Eu não poderia deixar de mencionar que a preocupação com a prevenção de acidentes não é apenas da Anamatra, mas de toda a Justiça do Trabalho. Exemplo disso é a política nacional de segurança e saúde do trabalho, lançada pelo Tribunal Superior do Trabalho na gestão do Ministro João Oreste Dalazen e que conta com o apoio de diversas instituições, entre elas a Anamatra.

Acreditamos que a efetivação dos direitos humanos é um papel de todos. Batalhas existem para serem lutadas e vencidas. Queremos educar para prevenir. E a cartilha do trabalho seguro e saudável que tenho a honra de entregar ao Brasil hoje é apenas uma pequena semente daquilo que costumamos chamar de boa prática. Trata-se de uma contribuição do Juízo do Trabalho, fruto de recursos financeiros da Anamatra, e do trabalho duro de vários colaboradores, tudo isso para que o nosso Brasil caminhe rumo ao mundo do trabalho mais digno, justo e solidário, uma realidade onde o ser humano seja o pilar da relação entre o capital e o trabalho.

Já terminando, reconheço e agradeço o trabalho da Diretora de Direitos Humanos da Anamatra, Juíza Sandra Assali, dos membros da Comissão do Trabalho, Justiça e Cidadania, do Tribunal Superior do Trabalho. (*Palmas.*)

Em especial, agradeço alguns juízes do trabalho que dão muitas horas do seu tempo e da sua dedicação, com amor, sem obter nada em troca a não ser a satisfação de estar fazendo o bem. Agradeço a Eliete Teles, que está aqui presente, juíza; Beatriz Pereira, Gustavo Vieira, Rosemary Fernandes, Cláudio Brandão, Sebastião Geraldo de Oliveira, Desembargador do Tribunal de Minas Gerais. (*Palmas.*)

Agradeço, ainda, ao José Fernando, professor da Universidade Federal de Santa Maria, que nos ajudou no trabalho, e ao Auditor Fiscal do Trabalho Antonio Pereira do Nascimento, e o nosso artista Marcos Vaz. (*Palmas.*)

Ainda agradeço ao colega, aqui da 10ª Região, Leador Machado. (*Palmas.*)

Finalizo dizendo, Senador, que existem objetivos que só podem ser alcançados pelo Parlamento Brasileiro; outros que dependem do Poder Executivo; outros ainda que dependem do Poder Judiciário ou do Ministério Público; outros, como esse agora apresentado, que dependiam da iniciativa da Associação dos Juízes do Trabalho.

Se é verdade que cada um pode e deve fazer a sua parte, mais verdade ainda é que não existe limite para aquilo que nós, brasileiros e brasileiras, podemos fazer juntos.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! O Dr. Renato Henry Sant’Anna é o Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). Ele nos deixou essa cartilha, e tive a satisfação de dar uma olhada nela. Percebo, primeiro, que é de extrema qualidade. E eu sou do tempo do gibi. Alguém é do tempo do gibi aqui, ou só eu? (*Risos.*) Alguns vão perguntar: “Mas o que é gibi?” Gibi é a revistinha, pessoal. Eu trocava na frente do cinema o gibi, naquele período. E desde a minha primeira campanha eu sempre lanço um gibizinho, porque entendo que é um canal fundamental de comunicação, e a população lê, a moçada lê, as crianças leem, os adultos leem. Então, a moçada, os estudantes já estão recebendo um gibi aí. Se alguém perguntar: “Mas o que é gibi?” Digam: “Foi o Senador que disse lá!” É essa revistinha aqui, muito interessante, é uma história que tem enredo, tem início, meio e fim, falando da segurança no trabalho. Meus cumprimentos ao Renato!

Vamos avançando agora.

Convidamos o médico e Auditor Fiscal do Trabalho, que representa aqui o Sr. Antonio Pereira do Nascimento, o Dr. Jeferson Seidler.

O SR. RENATO HENRY SANT’ANNA (*Fora do microfone.*) – Posso só fazer um...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não.

O SR. RENATO HENRY SANT’ANNA – Eu não poderia deixar de reconhecer o trabalho das nossas funcionárias da Anamatra. Temos que reconhecer o trabalho humano. O trabalho humano é muito lindo. Quero agradecer à Milena e à Adriana, que trabalha-

ram bastante nesse evento, e também às nossas jornalistas, Mariana e Viviane. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Eu me somo a esse cumprimento, porque quando me procuraram, a Drª Sandra e toda a equipe, queriam que fosse dia 18, se eu não me engano. Eu disse: “Não dá, dia 18 eu estou em Santa Catarina, porque vai haver um grande evento estadual lá, que vai tratar do mundo do trabalho.” E eu vou levar a cartilha para lá, para mostrar como exemplo. Não dá. Na última hora, eu disse: só dia 11. Ela disse: “Para nós, não há tempo ruim, é dia 11.” Então, parabéns a toda a equipe! (*Palmas.*)

Dr. Jeferson.

O SR. JEFERSON SEIDLER – Obrigado.

Cumprimento o Ex^{mo} Sr. Senador Paulo Paim, cumprimentos extensivos aos demais integrantes da Mesa, senhores e senhoras presentes.

É realmente uma satisfação ver esta Casa abrir esse espaço tão importante para discussão de um tema como é o de saúde e segurança no trabalho.

Venho aqui representando o Ministério do Trabalho e, mais especificamente, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Projetos, que é parte da estrutura do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, que, por sua vez, compõe a Secretaria de Inspeção do Trabalho.

Então, nós vamos tratar um pouco sobre a questão da inspeção e da fiscalização.

Um marco para nós, motivo de bastante luta e que nos tomou bastante tempo de trabalho, foi a publicação desse Decreto nº 7.602, em 7 de novembro de 2011, que dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalho (PNSST), que tem, em seus princípios, a universalidade; a prevenção; a precedência das ações de promoção, proteção e prevenção sobre as de assistência, reabilitação e reparação, tentando modificar um pouco do histórico da saúde, de uma forma geral, mas também o histórico da saúde de segurança o trabalho, que, em geral, apenas trata e tenta reabilitar ou reparar, monetariamente, os acidentados, os adoecidos no trabalho. Ainda, como princípios, o diálogo social e a integralidade.

Mais do que princípios, a gente pode perceber que são enormes desafios, como já foi comentado aqui. Esses dados que foram colocados aqui, de mais de 700 mil acidentes por ano, aproximadamente 3 mil mortes, tratam de pessoas com carteira assinada ou, pelo menos, com um vínculo formal, então, a universalidade é um enorme desafio que a gente tem, alcançar todos os trabalhadores, sejam servidores públicos, autônomos e outros.

A mesma coisa em relação à prevenção, como já comentado, e à questão da integralidade, que passa

pelo atendimento de todas as fases da prevenção ao adoecimento e aos acidentes do trabalho.

As diretrizes da política nacional vão ao encontro desses princípios colocados. Vou ler todos aqui, peço que os senhores leiam, mas eu queria fazer um destaque para: primeiro, a inclusão de todos os trabalhadores, que é a questão da universalidade, a harmonização da legislação, que tem sido um entrave muitas vezes, porque existem sobreposições de atribuições e confusão na hora de fazer interpretação das legislações – é muito importante que elas falem a mesma língua e caminhem na mesma direção – e a estruturação de rede integrada de informações em saúde do trabalhador, que é outro calcanhar de Aquiles. Nós temos sempre muita dificuldade em saber o que os números realmente representam, visto que nós temos vários bancos de dados que muitas vezes não têm os mesmos critérios de inclusão ou de classificação de caso. Então, é muito importante que isso evolua no País.

Destaco também a promoção da implantação de sistemas de programas de gestão de segurança de saúde nos locais de trabalho. Muitas vezes as empresas fazem isso de maneira bastante bagunçada. Mesmo com os programas já previstos nas normas regulamentadoras, colocar um sistema de gestão torna a administração e a gestão dos riscos ocupacionais muito mais eficiente. Nesse sentido, temos feito estudos para propor uma redação de norma regulamentadora sobre gestão preventiva de riscos ocupacionais e também a reestruturação da formação em saúde do trabalhador para a melhor formação dos profissionais preventivistas e manutenção do estado da arte, a atualização desses profissionais e também o estímulo à capacitação e educação continuada de trabalhadores – a cartilha agora é um exemplo louvável de uma iniciativa nesse sentido – e também a promoção de uma agenda integrada de estudos e pesquisa, de forma que os diversos órgãos de pesquisa, seja a Fundacentro, Fiocruz e diversas universidades, tenham uma agenda, distribuindo os temas de maneira racional, de maneira produtiva para que as informações de conhecimento científico nessa área sejam realmente cada vez mais relevantes.

Em relação ao Ministério do Trabalho, a principal atribuição do órgão que represento aqui é realmente a inspeção do trabalho, que é quando os auditores fiscais têm a oportunidade de ir até o local de trabalho, conhecer a realidade e ali tentar um esforço para mudar essa realidade naquele local específico, aumentando as condições de saúde e segurança dos trabalhadores que ali executam as suas funções.

Outra função muito importante é a elaboração e revisão das normas regulamentadoras. Um exemplo

foi esse que acabei de citar: um estudo que realizamos para uma norma de gestão preventiva mais abrangente que vá auxiliar na interpretação também das outras normas, porém o Ministério do Trabalho executa revisões e criações de normas a partir da demanda das necessidades verificadas nas inspeções e também da demanda na sociedade, visto que isso é feito de forma tripartite, com representantes do governo, representantes dos trabalhadores e dos empregadores. No ano passado, 2012, foram revisadas sete normas regulamentadoras, sendo que, dessas sete, uma não foi mais revisão, mas a publicação da norma sobre trabalho em altura, que tantos casos de acidentes gravíssimos tem causado no País.

A publicação da política nacional redundou na publicação também do Plano Nacional de Segurança e Saúde, que detalha as ações em relação à política. Então, cada uma daquelas diretrizes se torna um objetivo e gera uma série de ações que serão acompanhadas, ao longo do tempo, para o alcance daquelas diretrizes, desses objetivos colocados na política. Esse plano é acompanhado pela Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho, que tem feito um trabalho bastante abrangente nesse sentido.

Então, para finalizar, gostaria de mostrar alguns resultados da fiscalização no ano de 2012, específicos em relação à segurança e saúde no trabalho. Foram realizadas 361 mil ações. Nessas ações, o auditor vai, verifica o local de trabalho e pode fazer autuações, emitindo os autos de infração que redundarão em multas, regularizações quando existe a notificação e o acompanhamento para consertar aquilo que, segundo ele, está irregular. Há também notificação de alguns assuntos que podem ter maior prazo. Então, pode-se encerrar a fiscalização com notificação para posterior retorno. Ainda: interdições e embargos, nos casos de riscos graves e iminentes, aqueles riscos de acidente de maior monta; e análise dos acidentes ocorridos.

Então, cada inspeção pode ter vários itens registrados. Nessas 154.361 ações, tivemos 91.404 autuações, e grande maioria resultou em multas para as empresas. Tivemos também 376.780 regularizações, o que demonstra que ainda encontramos, com frequência muito alta, situações irregulares. É raríssimo entrarmos em uma empresa para uma inspeção de saúde e segurança e encontrar tudo bem organizado e bem feito nessa área. Normalmente, há muito a evoluir em praticamente todos os estabelecimentos que inspecionamos.

Chamo a atenção para os 5.108 embargos de interdição, quando a atividade tem que ser paralisada porque a continuidade dela pode gerar morte ou acidente grave ou incapacitante. E a análise de aci-

dentes, com 1.902 análises, quando verificamos que, além das causas subjacentes, há causas latentes do acidente de trabalho.

Essas ações alcançaram 18.810.932 trabalhadores, seja de modo direto ou de modo indireto. Muitas vezes, as ações não conseguem trabalhar com todos os terceirizados, porque, às vezes, o volume é muito grande e há poucos fiscais, mas aquelas notificações e aquelas regularizações que fazemos na empresa principal redundam muitas vezes, também, em melhoria no trabalho de algumas empresas terceirizadas.

Ainda como resultados, colocamos a origem da ordem de serviço apenas para destacar que ultimamente temos feito um esforço grande para trabalhar em cima de diagnóstico e não em mero atendimento de denúncias. Então, 73,34% das ações fiscais estão sendo feitas a partir de um diagnóstico feito pelas superintendências ou aqui pela sede. E ainda temos grande número de denúncias – parte delas é atendida – geralmente colocadas dentro do planejamento dos diagnósticos previamente feitos, com 15%.

Aqui temos ilustração da distribuição dessas ações fiscais nos diversos setores econômicos.

Com essa breve explanação, queremos ainda parabenizar e falar da grande satisfação com a Anamatra. Parabenizamos também o Tribunal Superior do Trabalho, com suas ações nacionais, encampando essa luta junto conosco e com todas as outras instituições que trabalham nesse sentido. Entendemos que uma das grandes necessidades é realmente a criação de uma verdadeira cultura de prevenção bem como de uma cultura de segurança e saúde no trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Antes que tu termines, quero fazer uma pergunta no meio da tua fala, porque é uma curiosidade: quando estive nessa delegação, um dos assuntos que me perguntaram foi acerca de se houve muitos acidentes, nesse momento da construção dos estádios. Houve um número, digamos, desproporcional, ao número de trabalhadores?

O SR. JEFERSON SEIDLER – Desproporcional, não. Ficou mais ou menos dentro da rotina que já tínhamos. Exatamente.

Existe um grupo especial de fiscalização para grandes obras de infraestrutura, que tem acompanhado essas ações. Percebemos que, apesar de serem obras mais estruturadas, quando a equipe vai lá, encontra muita irregularidade ainda. Mas não houve um aumento em relação à média histórica, mas também, como se esperava uma obra desse tamanho, com empresas muito grandes e mais organizadas em capacidade econômica, esperava-se que houvesse uma redução.

Já se sabe que uma obra dessas envolve riscos muito acentuados e isso não tem acontecido.

Finalizando, eu ia dizer da satisfação e da questão da cultura de saúde e segurança. Iniciativas como essas são extremamente importantes porque falam a linguagem da população, uma linguagem divertida, que não cansa, e entregam uma informação de extrema valia, tanto para jovens e adolescentes, como para adultos já envolvidos no mundo do trabalho. E também a necessidade que nós temos de entrar na educação formal, ou seja, desde o pré-primário, ensino fundamental, ensino secundário, até a pós-graduação, defendemos que, em qualquer curso, tenha pelo menos uma disciplina de saúde e segurança. E naqueles cursos em que as pessoas tendem a se tornar gerentes, gestores, tomadores de decisão nas empresas, que essas disciplinas tenham uma carga horária mais significativa e sejam obrigatórias.

Muito obrigado. Aqui estão meus dados para posteriores contatos, se forem necessários. Agradecemos a oportunidade dessa exposição. **(Palmas.)**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dr. Jeferson Seidler, médico e Auditor Fiscal do Trabalho, faz aqui uma bela apresentação, dando informações inclusive sobre a Copa e a construção dos estádios.

Passamos a palavra, agora, ao Dr. Carlos Augusto Vaz de Souza, **coordenador geral da Coordenação Geral de Saúde do Trabalhador** do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador da Secretaria de Vigilância e Saúde.

O SR. CARLOS AUGUSTO VAZ DE SOUZA – Bom dia a todos. Estão me ouvindo? *(Pausa.)* Sim.

Em primeiro lugar, o Ministério da Saúde agradece a oportunidade, o convite da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal para participar deste debate.

Temos o desafio concreto de aperfeiçoar o processo de gestão da saúde de segurança e da saúde do trabalhador, e aqui, neste momento, o desafio de falar só dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dez, com mais cinco e mais cinco, se for necessário.

O SR. CARLOS AUGUSTO VAZ DE SOUZA – Vou tentar.

Minha apresentação teve dois focos. Estamos juntos nesse processo de articulação intersetorial, que a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho representa muito bem, de que o Jeferson falou com toda propriedade. Meu foco é falar um pouco mais da contribuição do Sistema Único de Saúde para esse processo e também, como nosso Diretor, Guilherme Franco Netto, esteve aqui numa audiência

pública nesta Comissão, ano passado, dia 28 de abril, foi também trazer atualizações e novidades em relação ao que ele apresentou para evitar que repetíssemos a apresentação.

Você pode passar para mim? Porque tenho extrema dificuldade de falar e usar isso aqui ao mesmo tempo. Não consigo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Pode saber que não és só tu. (Risos.) Eu também.

O SR. CARLOS AUGUSTO VAZ DE SOUZA –

Pode clicar, por favor.

O primeiro eslaide é só para dizer que passa a ser uma competência do Sistema Único de Saúde atuar também nesse campo ao qual chamamos de saúde do trabalhador a partir da Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, a nossa grande regulamentação do SUS é a Lei Orgânica da Saúde, de 1990. É aí que esse setor de saúde passa a estar junto com outros atores governamentais, atuando nessa questão.

Pode passar, por favor.

Outro conjunto de normatizações importantes é o que a gente chamada de Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador, que a gente entende como a estratégia de implementação das ações do Sistema Único de Saúde nesse campo de saúde do trabalhador, de saúde e segurança no trabalho.

Essa rede é composta por uma série de serviços e instâncias nas três esferas do SUS. Acho que é importante destacar que o Sistema Único de Saúde é descentralizado, então, temos o Ministério da Saúde, as secretarias estaduais de saúde e as secretarias municipais de saúde, cabendo às secretarias estaduais e municipais essa ação mais direta nos ambientes de trabalho.

Então, aí são as séries de normatizações que tratam da rede, e eu vou falar, em especial, de dois componentes da rede.

Pode passar, por favor. Então, essa rede, entre seus diversos elementos, tem um elemento nuclear, como chamamos, que são os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador, que são serviços que estão nas secretarias estaduais de saúde. Das 27 unidades da Federação, temos 26 Centros de Referência Estaduais, porque Sergipe foi um Estado que tomou a decisão de não ter um centro estadual, mas ele tem outros tipos de centros, e os centros regionais. Então, ali embaixo nós temos hoje 210 centros habilitados em todo o País, com essa distribuição por Estados e por região, sendo 26 estaduais e 184 regionais. Esses regionais estão localizados em determinado Município, mas sua área de atuação abrange um determinado conjunto de Municípios. E o Ministério da Saúde disponibiliza, então, recurso de R\$40 mil mensais para os centros

estaduais e R\$30 mil mensais para os centros regionais para que eles desenvolvam e fomentem ações de saúde do trabalhador no seu território de abrangência.

Pode passar, por favor.

A outra unidade, outra instância importante que nós temos na rede são as unidades sentinelas, ou seja, são unidades, são serviços de assistência à saúde que estão capacitados para fazer o atendimento, o diagnóstico e a notificação dos agravos relacionados à saúde do trabalhador na perspectiva de que a gente também possa contribuir para que o País tenha um quadro mais fidedigno dos agravos relacionados ao trabalho, abrangendo não só os trabalhadores regidos pela CLT, mas todos os trabalhadores. Aquele diagrama em vermelho mostra que, de 2010 para 2011, a gente teve um aumento dessa rede, quase que dobrou e essa é uma rede organizada principalmente pela secretarias estaduais de saúde, que dão a capacitação para esses serviços e que posteriormente vão resultar num aumento da capacidade do Sistema Único de Saúde de identificar os agravos relacionados ao trabalho.

Pode passar.

Outro marco muito importante que a gente teve no ano passado, além da Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalho em 2011, foi finalmente também a gente ter um grande instrumento para dar as diretrizes de atuação do Sistema Único de Saúde nesse campo. Então, depois de várias iniciativas, desde 1988, finalmente a gente conseguiu a formalização para uma portaria do Ministro Alexandre Padilha da Política Nacional de Segurança e Saúde do trabalhador e da trabalhadora, que foi publicada então em 24 de agosto de 2012. Então, essa política vai fazer tanto a conexão com as iniciativas dos outros fatores governamentais quanto vai dar instrumentos mais claros para a atuação do SUS nesse campo. Tem essa estrutura e eu queria destacar, vou tratar de algumas questões mais rapidamente, mas destacar o item que trata das responsabilidades dos gestores do SUS, ou seja, tem que haver uma responsabilização em todos os âmbitos, do Ministro da Saúde na esfera federal, Secretários de Saúde nas esferas estaduais e municipais para que essa política possa se desenvolver.

Pode passar.

Ela tem uma finalidade, mas podemos passar adiante para abordar melhor outras questões.

Ela tem também um conjunto de objetivos. Eu queria destacar essa perspectiva da vigilância e saúde do trabalhador, ou seja, entendendo que a saúde tem que dar atenção integral, desde a promoção até à recuperação da saúde. Mas a gente entende que esse componente da vigilância, ou seja, o tratamento da informação, a intervenção nos ambientes de trabalho, é

o elemento que é realmente transformador das condições de trabalho para que as pessoas não adoçam, não se acidentem. Esse tem sido o nosso foco. Trabalhar no sentido de que os ambientes de processo de trabalho sejam promotores de saúde, não promotores de adoecimento e em geral também trabalhar com que esse entendimento da relação saúde e trabalho seja compreendido em todos os momentos em que existe um contato da população com os atores do Sistema Único de Saúde – é isso que diz mais ou menos os objetivos abaixo.

Pode passar, por favor.

Ela tem também um conjunto de estratégias e vocês vão poder lembrar que várias delas estão refletidas na nossa política intersectorial de segurança e saúde no trabalho nas suas diretrizes. Então, aqui eu queria destacar duas que não estão exatamente lá, mas é essa ideia também de se trabalhar Renast, a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador como sendo aquela rede de serviços que vai dar operacionalização à política, é a nossa terceira estratégia, a segunda que fala que para você fazer um adequado planejamento das ações nesse campo é fundamental que se faça uma análise do perfil produtivo em cada território da situação de saúde dos trabalhadores – aí faço até uma conexão com a fala do Jeferson, que a nossa ação passa a ser planejada a partir do perfil produtivo que existe no nosso território, fazendo mais qualificada – e uma questão que é muito cara para a gente também no SUS, que é desde a sua origem foi uma área criada em estreita articulação com os movimentos sociais de trabalhadores. Então, não é à toa que há uma estratégia que destaca essa questão do estímulo à participação da comunidade dos trabalhadores e do controle social para que essas ações possam ser desenvolvidas. São esses atores, os trabalhadores que, em seus ambientes de trabalho, dia a dia cuidam das questões relativas à segurança e exercem a verdadeira vigilância sobre os fatores de risco nos ambientes de trabalho.

Pode passar.

Vou encaminhando para o final para tratar um pouco desse tema da informação, que já pincelamos aqui nas outras apresentações. Nós temos, dentre as centenas de agravos relacionados ao trabalho que constam da lista de doenças relacionadas ao trabalho, 11 foram selecionadas para serem acompanhadas ou terem induções em nível nacional. São esses 11 agravos que estão aí na lista. O primeiro, que são as intoxicações exógenas, intoxicações por produtos químicos, abrangem não somente os trabalhadores, mas também toda a população quando impactada por esses produtos químicos.

Próximo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Há cinco e mais cinco, se preciso for. Lembre-se disso.

O SR. CARLOS AUGUSTO VAZ DE SOUZA –

Perfeito.

Então, eu trouxe, rapidamente, um quadro de 2006 a 2012 das notificações feitas pelo Sistema Único de Saúde desses 11 agravos relacionados ao trabalho. Eu queria destacar uma questão: se você pensar que anualmente os agravos relacionados ao trabalho na Previdência Social são 700 mil, estamos distantes levando em conta que o Sistema Único de Saúde é universal e teria que estar com uma quantidade maior de informações. O que podemos dizer é que, desde que iniciamos esse trabalho, principalmente de 2007 para cá, os números têm sido crescentes, o que indica que tem aumentado a capacidade do Sistema Único de Saúde fazer essa identificação. Assim, chegaremos um dia a ter um patamar de um quadro mais real da acidentalidade do nosso País.

Pode parecer estranho querermos que esses números aumentem. Não se trata de querermos que mais pessoas sofram acidentes e adoçam, mas que aumente a capacidade de a gente fazer essa conexão com o trabalho, principalmente no que se refere aos trabalhadores que estão fora do setor formal.

Por exemplo, temos 16.500 acidentes com trabalhadores menores de 18 anos, ou seja, com crianças de 16 a 18 anos. Há, nesse caso, o trabalho do aprendiz, o trabalho formal, mas muitos desses acidentes estão acontecendo com crianças que não deveriam estar trabalhando, que deveriam estar tendo outra forma de trabalhar seu desenvolvimento.

Próximo.

O último comentário que eu queria fazer sobre a questão da informação da própria fragmentação refere-se a um dado que trago apenas dos óbitos relacionados ao trabalho em três sistemas de informação diferentes.

O verde é o Sistema Nacional de Agravos de Notificação, que mostrei para vocês. Então, temos aqui os acidentes de trabalho fatais, que estão na ordem de 1.800, identificados no ano de 2011 por esse sistema.

Temos, nos dados oficiais da Previdência Social, por volta de 2.700, 2.800 óbitos relacionados ao trabalho e, no Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde, que abrange todas as pessoas – na ficha, há um campo em que se pode identificar se é relacionado ao trabalho – um número superior aos números da Previdência Social. Pode-se ter um óbito que está nos três sistemas, um óbito que está em apenas um sistema. Então, há o desafio de se organizar uma única informação consolidada. É um desafio grande, temos algumas iniciativas, uma das quais é um projeto muito interessante, da Fundacentro com o Ipea, de

trabalhar informações desses diferentes sistemas de informação e de buscar as suas conexões.

Próximo.

Vou para o meu último eslaide. São mais três iniciativas interessantes que podemos trazer para vocês. Uma delas é o manual de gestão para a nossa Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador. O manual atual é de 2002, em cujo processo de atualização estamos trabalhando. Pretendemos, este ano, estabelecer um processo de consulta pública desse manual e sua publicação, ainda este ano também, por uma portaria do nosso Ministro. Então, gostaríamos de que, acontecendo a consulta pública, os senhores e as senhoras pudessem participar do processo de aperfeiçoamento desse instrumento.

A segunda questão é que foi impresso, na semana passada, o protocolo que trata de um dos 11 agravos prioritários para nós, que são as lesões por esforço repetitivo, distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho. Esse manual visa a orientar os profissionais de saúde para identificação, notificação e posteriormente ação de vigilância relacionada a esse agravo, que é um dos mais importantes que acometem a população trabalhadora brasileira.

Finalmente, a última iniciativa, também muito recente: no final do ano passado, publicamos, por meio de uma portaria do Ministro, um repasse do Ministério da Saúde para as Secretarias Estaduais de Saúde, para todos os Estados do Brasil. São recursos para que se estabeleça um processo de fortalecimento da vigilância em saúde de populações expostas a agrotóxicos, que é uma problemática muito importante para o trabalhador rural, mas que afeta toda a população, quando esta consome alimentos contaminados com agrotóxicos, ou a própria água de consumo humano.

Então, esses recursos têm uma gradação para os Estados de um milhão até 600 mil reais, e esse dinheiro foi repassado no final do ano passado. Os Estados estão trabalhando em planos de ação para desenvolver essa ação de vigilância, que envolve também articulação com vários atores governamentais – saúde, trabalho, previdência, meio ambiente, agricultura e por aí vai.

Pode passar o último.

Tive que adentrar no tempo. Aí estão os meus contatos. Ali embaixo, naquele *site*, é o espaço onde se colocam as principais informações que trabalhamos, no âmbito do Ministério da Saúde, nesse campo da saúde do trabalhador: (www.saude.gov.br/svs/pisast).

Como última mensagem, gostaria de dizer que o enfrentamento dessa questão da saúde e segurança do trabalho, da saúde do trabalhador, depende da participação de todos os atores governamentais, de todos os Poderes: Executivo, Judiciário – muito bem

representado pelo TST e pela Anamatra – e pelo Legislativo. Também depende da participação dos atores nos três âmbitos – federal, estadual e municipal – e da sociedade, pois somos aliados nessa luta permanente e diária, no sentido de enfrentar essa problemática.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Dr. Carlos Augusto Vaz de Souza, Coordenador-Geral da Coordenação-Geral da Saúde do Trabalhador.

Dr. Carlos, gostaria de fazer uma pergunta, no geral. Recebi, há um período, da Comissão, numa audiência pública, um cidadão, que agora não me vem à memória o nome, me entrega um livro e me diz que o Brasil é o nº 1, embora dados oficiais mostrem que ele seja o 4º ou o 3º, em acidentes do trabalho no mundo. A pergunta que faço – e depois o próximo painalista pode, inclusive, falar – é: o número de acidentes vem aumentando, ou, como V. Sª colocou bem, não relativamente, vem aumentando a fiscalização e, consequentemente, conseguimos verificar que um número maior de denúncias vem chegando aos pontos de informação, ou vêm aumentando os acidentes de trabalho?

O SR. CARLOS AUGUSTO VAZ DE SOUZA – A minha avaliação é a de que temos de avançar muito até termos um patamar, para que, então, a partir deste, possamos dizer se as nossas ações estão impactando positiva ou negativamente.

Diria que ainda teríamos que chegar lá e avançar nessa possibilidade de estar fazendo com que a informação gerada pela saúde, pelo trabalho, pela previdência, se conecte.

Hoje, também temos a problemática importante, que são dos acidentes de trânsito. Muitos destes acontecem com os próprios trabalhadores – motoristas, motoqueiros –, no trajeto. Também é insuficiente a identificação desses agravos nessa relação com o trabalho.

Quem pode falar mais é o Luiz Eduardo. Os dados oficiais têm uma certa estabilidade na previdência social. Houve esse aumento pelo Emetep, pela possibilidade de se estar identificando agravos relacionados ao trabalho, sem a CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho), mas acho que temos avançar ainda, para chegar a um patamar em que, a partir daí, possamos ter um quadro fidedigno.

E essas comparações mundiais são complexas, porque os critérios não são necessariamente os mesmos usados para coletar essa informação nos diferentes países. Então, é difícil fazer essa afirmação para “z”, ou 1º, ou 5º, ou 10º. É complexo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Bem. Dr. Philippe Gomes Jardim, Coordenador

Nacional da Coordenadoria da Defesa do Meio Ambiente do Trabalho, em representação ao Sr. Luiz Antônio Camargo de Melo, Procurador-Geral do Trabalho do Ministério Público do Trabalho.

O SR. PHELIPPE GOMES JARDIM – Bom dia a todas e a todos, quero, em nome do Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Luiz Camargo, agradecer ao Senador Paulo Paim pelo convite, endereçado ao Ministério Público do Trabalho, e mais do que pelo convite, pela iniciativa. O Ministério Público do Trabalho, já de algum tempo, vem ocupando espaços, e, quando falo dessa forma, é exatamente aceitar esse tipo de oportunidade para falar um pouco da atuação do Ministério Público do Trabalho, o que o MPT vem fazendo nos últimos anos na área de saúde e de segurança do trabalho. O fato é, Senador, que vivemos num mundo contraditório, vivemos num mundo recheado de ambivalências e de contradições. O trabalhador busca, no seu ambiente de trabalho, o espaço para readquirir a sua cidadania, para constituir a sua dignidade. Ele vai, através do seu trabalho, conseguir os bens materiais e imateriais, que fazem com que a vida seja digna de ser vivida. Mas também é, Senador, no ambiente de trabalho, onde o trabalhador adocece, se incapacita e morre.

O trabalhador tem de buscar no trabalho um meio de vida e, muitas vezes, acaba encontrando um meio de morte. No meio dessas ambivalências, no meio dessas contradições é que surge a necessidade de todas as instituições públicas e privadas atuarem de forma efetiva para uma proteção do meio ambiente do trabalho.

É isso que o Ministério Público do Trabalho vem fazendo já há algum tempo; de forma coordenada, sistematizada e articulada, há quase dez anos. A Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho, da qual tenho a honra de ser o coordenador nacional, completa, neste ano de 2013, dez anos de atuação.

Precisamente em outubro de 2013, o MPT decidiu que atuar na área de saúde e segurança é uma das suas prioridades, e não somente no discurso, mas estabelecer articulações com todos os seus colegas, com todos os procuradores do trabalho, no Brasil inteiro, e orientar a atuação de cada procurador do trabalho de forma articulada, por intermédio das ações instituídas por esta coordenadoria nacional.

Isso revela essa prioridade da atuação do Ministério Público do Trabalho na gestão dos riscos e na proteção de um meio ambiente do trabalho seguro e saudável.

O Ministério Público do Trabalho tem outras atuações prioritárias: trabalho escravo, trabalho infantil, discriminação, fraudes nas relações de trabalho. E a

proteção do meio ambiente do trabalho é uma dessas atuações prioritárias.

A partir de 2007/2008, o Ministério Público do Trabalho passou por um processo de planejamento estratégico, que buscou basicamente responder à seguinte pergunta: o que quer o Ministério Público do Trabalho nos próximos anos? Qual o melhor meio de atingir esses objetivos?

A partir daí se fez uma rediscussão interna muito forte para ultrapassar a forma de atuação, até então convencional, que o Ministério Público do Trabalho fazia, de receber denúncias pontuais individuais, coisa que continuamos fazendo, através dos trabalhadores, das famílias dos trabalhadores, dos sindicatos, de uma sentença judicial, denunciando determinada irregularidade, de uma fiscalização do Ministério do Trabalho. Isso se constituía numa multiplicidade de atuações individuais, sem um pensamento coletivo e coordenado de uma atuação efetiva.

O Ministério Público do Trabalho continua fazendo essa atuação e não poderia deixar de fazer, mas, a partir de 2007/2008, redefiniram-se as estratégias de prioridade em relação à atuação – e falo concretamente na área de saúde e segurança. Desde então, o Ministério Público do Trabalho decidiu que são cinco as áreas de atuação prioritárias em que o referido Ministério deve concentrar-se.

Na verdade, essas cinco áreas, que são cinco projetos de atuação prioritários totalizam quatro ramos de atividades econômicas, na medida em que o ramo da atividade da construção civil é dividido em dois projetos para melhor estruturar o trabalho.

É sobre esses cinco projetos, Senador Paulo Paim, que gostaria de ter a oportunidade de falar rapidamente, como forma de expor a atuação, de maneira incisiva e concreta, do MPT nos últimos tempos.

O primeiro projeto que definimos como atuação prioritária é o que chamamos de adequação das situações verificadas na construção civil. É o que denominamos de construção civil urbana. O Brasil vem experimentando um crescimento bastante grande nessa área de atividade econômica. Não é incomum ouvirmos que o Brasil se transformou num grande canteiro de obras. A partir daí, verificou-se que, através de dados estatísticos, um aumento do número de acidentes de trabalho, fatais ou não, na área de atividade econômica do setor da construção civil.

As três grandes causas de acidente de trabalho são: soterramento, queda de altura e choques elétricos. Pensando nisso, a atividade da construção civil se tornou prioritária, por intermédio da execução desse projeto para o Ministério Público do Trabalho. Um conjunto de ações foi sendo realizado nos últimos

anos. Destaco basicamente duas formas de atuação: primeiro, essa atuação que podemos convencionar de ordinária, que é a fiscalização pelos colegas do Brasil inteiro, realizando forças-tarefas, inclusive com a participação do Ministério do Trabalho e Emprego, resultando, muitas vezes, em ações judiciais de embargo ou de interdição, que é uma atividade administrativa do Ministério do Trabalho, mas é também uma atividade judicial que cabe ao MPT em situações de grave risco iminente para evitar situações que possam causar acidentes fatais.

Foi realizado também, já pelo quarto ano seguido, o que chamamos de Semana Nacional da Construção Civil, quando, durante uma semana, mobilizamos colegas procuradores do trabalho, do Brasil inteiro, em contato com vários outros órgãos, sindicatos, Ministério do Trabalho, para fazer uma grande semana de fiscalização.

Neste último ano de 2012, essa Semana da Fiscalização na Construção Civil foi realizada na última semana de setembro de 2012. A data não foi coincidente. Foi a data em que entrou em vigor a NR nº 35, a última norma regulamentadora editada pelo Ministério do Trabalho que trata da queda de altura.

Então, foi feita uma grande mobilização nacional em mais de 17 Estados da nossa Federação, com resultados bastante significativos, atingindo trabalhadores, beneficiando, por intermédio dessas ações, um conjunto de quase 250 mil trabalhadores.

O segundo projeto, ainda na área da construção civil, que merece ser destacado, é o que chamamos “Construir com Dignidade”, que trata das grandes obras da Copa do Mundo de 2014, não só estádios, mas também os seus entornos, das Olimpíadas do Rio de Janeiro, de 2016, e das grandes obras do PAC – infraestrutura logística, energética, social e urbana.

Foram feitas também forças-tarefas em conjunto com a Polícia Federal, com o Ministério do Trabalho, em grandes obras que o Brasil está desenvolvendo, por intermédio do Poder Executivo Federal. Foram feitas forças-tarefas na Usina Hidrelétrica de Jirau, Belo Monte, Ferrovia Transnordestina e Transposição do Rio São Francisco.

Aqui merece ser destacada também uma conversa que está, já há algum tempo, sendo executada junto ao Departamento de Saúde e Segurança do Trabalho, no Ministério do Trabalho, para o Ministério Público do Trabalho ser parceiro do Ministério do Trabalho no GMAI (Grupo Móvel de Auditoria das Condições de Trabalho em Obras de Infraestrutura), que foi citado aqui pelo colega Jeferson, a exemplo do que ocorre, de forma bastante eficiente, com os grupos móveis de erradicação de trabalho escravo, se forma uma equipe

interinstitucional – Ministério do Trabalho, Ministério Público do Trabalho, eventualmente com o apoio logístico da Polícia Federal –, para fazer a fiscalização dessas grandes obras.

O Ministério do Trabalho tem uma atuação bastante eficiente, mas se limita à impossibilidade de ajuizamento de ações judiciais. É aí entra a figura do Ministério Público do Trabalho. Na medida em que essas duas instituições caminhem lado a lado, de forma partícipe e colaborativa, o resultado se torna muito mais efetivo.

O terceiro projeto que gostaria de destacar é o da adequação de situação de trabalho no setor dos frigoríficos. Isso já foi citado aqui, inclusive, nesta Comissão, Senador. Há um filme que foi patrocinado pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, participação também do Desembargador Sebastião Geraldo, que se chama “Carne e Osso”, que faz um retrato bastante fidedigno das condições de trabalho das plantas frigoríficas.

Essa é uma preocupação também urgente do Ministério Público do Trabalho. Só quem teve a oportunidade de visitar uma câmara frigorífica sabe da realidade que tem os três setores de abatimento de carne. Esse é um projeto também prioritário do Ministério Público do Trabalho, como forma de articular as ações e dar uma resposta positiva à sociedade e ao conjunto de trabalhadores vinculados a essa atividade econômica.

Destaco, Senador, para além dessas atividades rotineiras de fiscalização que o MPT tem nessa área, duas atividades que resultaram num sucesso bastante positivo do que podemos falar numa articulação política dos colegas Heiler Natali e Sandro Sardá, gerentes do Projeto dos Frigoríficos. O primeiro foi a edição da Súmula nº 438, do Tribunal Superior do Trabalho.

No ano passado, o Tribunal Superior do Trabalho fez uma semana de jurisprudência, no qual revisou algumas súmulas de jurisprudência e editou outras, e esta Súmula nº 438, que prevê a aplicação de intervalo de 20 minutos a cada 1h40 para ambientes artificialmente frios, numa incrível sensibilidade positiva do Tribunal Superior do Trabalho em editar tal enunciado, partiu de uma proposição do Ministério Público do Trabalho.

E a outra atuação, que eu posso dizer política, foi a participação do MPT no grupo de trabalho do Ministério do Trabalho, durante quase dois anos de discussão, que concluiu no final do ano passado com a edição de uma nova norma regulamentadora no setor de frigoríficos. Possivelmente, essa NR deve ser publicada agora em março – é a informação que nós temos –; deve ser a NR 36 e, sem dúvida, vai ser um grande avanço com o sentido de aplicar um conceito

de dignidade, de gestão de riscos na área de saúde e segurança desse setor econômico.

O quarto projeto que eu quero destacar, Senador, é a atuação do sucroalcooleiro, hoje, do sucroenergético. Nós temos um grande problema para essa atividade econômica, que é a forma de remuneração. Os trabalhadores são pagos por produção. Quanto mais eles trabalham, mais eles recebem, e o limite, em algumas circunstâncias, é a própria vida desse trabalhador.

Nós verificamos, quando nós saímos a campo, que não é absurdo encontrar situações de trabalhadores que produzem oito toneladas de cana-de-açúcar num dia de trabalho – oito toneladas! É possível perceber o que isso, num calor de 35°, 40°, em situações de dias seguidos, sem descanso, causa de desgaste físico a esse trabalhador. E é contra isso e a favor da regularização das condições de trabalho que o Ministério Público do Trabalho tem como prioridade atuar no campo do setor sucroenergético.

Também há grandes situações de trabalho escravo na área do sucroenergético e, portanto, esse projeto é um projeto articulado internamente no MPT junto com a Conaete, que é a Coordenadoria Nacional de Erradicação de Trabalho Escravo. Então, quando se vai a campo, quando se faz uma força tarefa nesse setor, não se busca simplesmente – o que já não é pouco – regularizar as condições de trabalho nas normas de saúde e segurança, mas, muitas vezes, é necessário fazer a libertação de trabalhadores, como em situações análogas à de escravidão contemporânea.

E o último projeto, Senador, que eu gostaria de destacar é o denominado Banimento do Amianto no Brasil. O amianto ou a fibra do asbesto é uma fibra de que nós defendemos a impossibilidade do uso controlado. É uma fibra proibida em mais de 45 países no mundo e que pode causar sérias doenças aos trabalhadores, como a asbestose, que é uma doença pulmonar, e o mesotelioma, que é um câncer que faz com que o trabalhador morra no prazo máximo de sete meses após o contato com essa fibra.

Há uma lei, a Lei 9.099, de 1995, que prevê a possibilidade do uso, no Brasil inteiro, do uso controlado do amianto, ação essa que foi objeto de ação direta de inconstitucionalidade pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

(Soa a campanha.)

O SR. PHILIPPE GOMES JARDIM – Já encerro aqui, Senador.

No ano passado, houve audiência pública no Supremo Tribunal Federal em que se discutiu, tecnicamente, essa questão, e o Ministério Público do Trabalho defende a extinção do uso dessa fibra no Brasil.

A forma de atuar desse projeto se dá também quase como uma atuação política. Nós temos cinco Estados da Federação que proibem o uso do amianto nos seus ambientes estaduais. Todas essas leis estaduais sofreram impugnação em termo de constitucionalidade por parte desses sindicatos, não só da atividade econômica, mas sindicatos de trabalhadores também, Senador. E esse é um embate que nós estamos tendo já de algum tempo.

Esses são, de forma bastante resumida, os cinco projetos prioritários de atuação do Ministério Público do Trabalho na área de saúde e segurança.

E eu gostaria de encerrar, Senador Paulo Paim, contrerrâneo Senador Paulo Paim, com o poeta que me traz bastante emoção. Existe um poema dele que parece que foi feito, foi construído, foi pensado exatamente para quem atua na área de saúde e segurança. Chama-se Thiago de Mello, o amazonense Thiago de Mello, que foi nacionalmente conhecido com o poema Estatutos do Homem, mas é um outro poema que eu gostaria de trazer uma pequena parte para encerrar esta minha breve fala. E, como já disse, parece que ele foi pensado para todo mundo que milita na área da dignidade do trabalhador, com os olhos voltados à segurança no trabalho.

Diz ele mais ou menos o seguinte: “Não somos melhores nem piores. Somos iguais. Melhor é a nossa causa.”

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Philippe Gomes Jardim, Coordenador Nacional da Coordenadoria de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho, aqui representou o Sr. Luís Antônio Camargo de Melo, Procurador-Geral do Trabalho do Ministério Público do Trabalho.

Deixe-me só fazer uma perguntinha, e nós encerramos esta Mesa.

Nós fizemos um grande trabalho aqui, na Comissão, sobre aquele acidente que aconteceu em Mato Grosso ou em Mato Grosso do Sul, dentro de um ambiente de trabalho onde usavam um produto químico para curtir o couro, para trabalhar o couro. É mais ou menos isso, não é?

Fizemos audiência, e veio aqui o representante da empresa. Vieram aqui diversas entidades, representando os trabalhadores. O Ministério Público esteve presente. E eu entrei com um projeto no Congresso para proibir o uso daquele produto químico, que, em três minutos, mata as pessoas. Se houver um defeito no setor, quem estiver naquele ambiente fechado morrerá em três minutos. Morreram quatro ou cinco, se não me engano, na época. E uma ou duas dezenas, mais de vinte pessoas foram parar no hospital.

Esse produto químico fica numa área semelhante à do amianto, calculo eu, quanto à gravidade do fato. O Ministério Público tem alguma posição sobre isso, sobre esse caso específico, ou não?

O SR. PHILIPPE GOMES JARDIM – Tenho informação sobre uma mistura...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parece que ligaram as bombas erradas, e, conseqüentemente, acabou havendo...

O SR. PHILIPPE GOMES JARDIM – Eu não tenho conhecimento concreto sobre essa situação, Senador, mas já faço solicitação a V. Ex^a para que encaminhe à Codemat...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu lhe encaminho o projeto.

O SR. PHILIPPE GOMES JARDIM – Com certeza, V. Ex^a terá no Ministério Público do Trabalho um parceiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O setor empresarial dessa área está pedindo uma reunião comigo. É claro que me vou reunir com eles, vou debater, vou discutir.

Parece que, na Alemanha, já há outro produto. Nem foi a mistura. Parece que eles abriram, digamos, a bomba errada. O caminhão foi lá, e o cara que o operava abriu uma e tinha de abrir a outra.

Dizem que, em três minutos, mata. É o que disseram os especialistas que estiveram nesta Comissão.

Vou encaminhar, mas, naturalmente, vou discutir também com o setor empresarial se está sendo construída alternativa para evitar que se opere com esse produto que mata, no máximo, em três minutos. Mata, no máximo, em três minutos; mata até antes desse período.

Muito obrigado.

Tivemos um problema no início da transmissão, e vou pedir para o Dr. Renato que ele encerre esta nossa Mesa, para irmos para a segunda Mesa. No início, ele perguntava para mim – e eu só estava prevendo: “Faço a minha apresentação no encerramento da Mesa ou na abertura?”. Vai ter de fazê-la de novo agora.

O SR. RENATO HENRY SANT’ANNA – Pois não, Senador. Melhor que apresentar a cartilha uma vez é apresentá-la duas vezes, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Acho que o Brasil todo nos está assistindo. É importante que eles saibam.

O SR. RENATO HENRY SANT’ANNA – Senador, aproveito esta oportunidade novamente para lhe entregar oficialmente este trabalho dos juízes do trabalho brasileiros, realizado pela Comissão do Trabalho, Justiça e Cidadania – vários membros estão aqui presentes –, com recursos da Anamatra, com recursos

absolutamente privados dos juízes. Não há um centavo de dinheiro público aqui. Achamos que esta é nossa obrigação, é nossa contribuição. Como falei ao final da minha manifestação, acho que cada um pode fazer a sua parte, mas, quando fazemos juntos, não há limites para o trabalho humano.

Eu teria a ousadia, Senador, de convidar a Desembargadora Beatriz, ex-Presidente da Anamatra, que é da comissão que elaborou essa cartilha...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

O SR. RENATO HENRY SANT’ANNA – Para que eu não me aproprie do trabalho alheio, peço que ela a entregue oficialmente ao senhor, em nome da Anamatra. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Seja bem-vinda à Mesa! (*Palmas.*)

O SR. RENATO HENRY SANT’ANNA (*Fora do microfone.*) – Obrigado, Senador, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço aos participantes desta Mesa, ao Dr. Renato, ao Dr. Jeferson, ao Dr. Carlos e ao Dr. Philippe.

De imediato, vamos para a segunda Mesa. Convidamos o Dr. Luiz Eduardo Alcântara de Melo, Coordenador-Geral de Política de Seguro Contra Acidentes do Trabalho e Relacionamento Interinstitucional do Ministério da Previdência Social (MPS).

Seja bem-vindo à Mesa! (*Palmas.*)

Convidamos Francisco Luís Lima, que é médico do trabalho, auditor fiscal do trabalho e Diretor de Segurança da Medicina do Trabalho e que representa aqui a Sr^a Rosângela Silva Rassy, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

Seja bem-vindo, Dr. Francisco. (*Palmas.*)

Convidamos também o Dr. Sebastião Geraldo de Oliveira, Desembargador do TRT da 3^a Região, Minas Gerais, representante do Tribunal Superior do Trabalho.

Bem-vindo, Dr. Sebastião! (*Palmas.*)

E convido também Paulo Sérgio de Almeida. O Dr. Paulo Sérgio de Almeida é Diretor de Fiscalização do Departamento de Fiscalização do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

O Dr. Paulo Sérgio de Almeida não veio. No lugar dele, veio o Dr. Carlos Eduardo Azevedo de Lima.

Dr. Carlos, faça o favor, nosso parceiro de inúmeras vezes aqui, sempre dando uma grande contribuição. (*Palmas.*)

Permitam que, na abertura desta Mesa, eu me dirija neste momento ao Dr. Sebastião Geraldo de Oliveira, Desembargador do TRT da 3^a Região, em Minas Gerais, que representa aqui o Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Houve a posse, recentemente, do Presidente do TST. Quero, de público, que V. Ex^a mande um grande abraço ao Presidente do TST. Eu só não fui porque, naquela noite, havia aquela discussão dos *royalties* do pré-sal, do petróleo, e estávamos reunidos dia e noite para chegarmos a um entendimento. Não chegamos, e a votação ocorreu no outro dia.

Não por ser o primeiro negro a chegar à Presidência do TST, mas, por toda a sua história, por toda a sua caminhada, eu estava com dois corações: o Rio Grande exigindo que eu estivesse aqui, porque todo mundo sabe o embate que é, e eu louco para ir lá dar um abraço no Presidente. Então, transmita a ele um abraço muito carinhoso deste Senador.

Então, vamos, de imediato, à Mesa. Depois da Mesa eu vou citando entre um e outro o nome das pessoas que encaminharam para nós representando líderes desse movimento tão importante.

De imediato, passo a palavra ao Dr. Luiz Eduardo Alcântara de Melo, Coordenador-Geral de Política de Seguro Contra Acidentes do Trabalho e Relacionamento Interinstitucional do Ministério da Previdência Social (MPS).

O SR. LUIZ EDUARDO ALCÂNTARA DE MELO

– Bom dia a todos e a todas; cumprimento os colegas da Mesa, em especial o Senador Paulo Paim.

Agradeço a oportunidade da participação neste importante debate sobre saúde e segurança no trabalho, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos desta Casa.

Bom, o tema Saúde e Segurança no Trabalho, no Ministério da Previdência Social, é tratado há bastante tempo, mas, somente a partir de 2007, com a criação na estrutura regimental de um órgão especializado nesse tema é que nós tivemos, então, a focalização das ações. Inicialmente, em 2007, foi estabelecida e, em 2008, foi consolidada a sua formação junto à Secretaria de Políticas de Previdência Social.

A experiência brasileira em relação às ações governamentais básicas de saúde e segurança no trabalho, como já foi colocado pelos colegas, Ministério da Saúde, através da Secretaria de Vigilância Sanitária e do CEREST-ES, a parte de atenção à saúde do trabalhador, ou seja, atenção física dos agravos relacionados à saúde e segurança no trabalho; o Ministério do Trabalho e Emprego, através da Secretaria de Inspeção do Trabalho, com ações de fiscalização direta aos ambientes de trabalho nas empresas; e o Ministério da Previdência com programas e ações com inserções diretas e indiretas em saúde e segurança do trabalho através do seu Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional.

Bom, esse quadro de proteção social nós apresentamos para poder evidenciar que a Previdência Social, ou seja, o que lida com a parte desse seguro social, faz um recorte em relação à saúde e segurança do trabalhador em termos quantitativos. Por quê? O Seguro de Acidente de Trabalho, o seguro contra acidentes e doenças do trabalho, ampara, cobre especialmente os trabalhadores empregados, os trabalhadores rurais e os denominados trabalhadores avulsos. Os demais trabalhadores, se vitimizados por agravos que ensejem incapacidade temporária, parcial ou total, ou mesmo permanente, serão cobertos pela Previdência Social, mas com outra caracterização. Dizemos que são benefícios previdenciários, e não de natureza acidentária.

O Ministério da Previdência Social tem em sua estrutura uma secretaria finalística, que é a Secretaria de Políticas de Previdência Social, que conta com três departamentos – um departamento que trata do Regime Geral de Previdência Social; um departamento que trata dos Regimes Próprios de Previdência Social, dos Estados e Municípios e da própria União; e, perpassando todos esses departamentos, o Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional –, que vão tratar de seguros contra acidentes e doenças do trabalho, que é a chamada alíquota RAT, e o Fator Acidentário de Prevenção (FAP), o envelhecimento ativo, a questão dos deficientes, a reabilitação profissional, ações regressivas, convênios, parcerias e o monitoramento da acidentalidade nacional.

O Departamento, como dito, é uma experiência nova no âmbito da Previdência Social, porque é datado de 2008. Em termos de saúde e de segurança, podemos dizer que é novíssimo, não é? E ele tem um desafio. Qual é? Fortalecimento da cultura de prevenção de acidentes e doenças no País. Como ele operacionaliza isso? Ele promove ações no âmbito das políticas, trazendo relação direta com a saúde ocupacional nas atualizações dos estudos sobre as relações de trabalho e agravos. Ou seja, as listas que permitem a caracterização dos Nexos Técnicos Previdenciários. Através de um Nexo Técnico Previdenciário é que é reconhecida a relação entre um trabalho e o adoecimento do trabalhador, o agravos à saúde do trabalhador. Ainda mediante reabilitação profissional, a inclusão dos deficientes e o envelhecimento ativo.

De forma indireta, o Departamento de Saúde e Segurança Ocupacional atua através do Seguro Contra Acidente do Trabalho, a alíquota RAT – RAT significa Riscos Ambientais do Trabalho –, do Fator Acidentário de Prevenção (FAP), das ações regressivas, das parcerias com, por exemplo, Tribunal Superior do Trabalho, Ministério Público, Ministério do Trabalho e Emprego, INSS, Ministério da Saúde, entre outros. E ainda atra-

vés da Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho. As parcerias se dão no âmbito da cooperação, pesquisa e ensino, tudo isso com foco na saúde e segurança do trabalhador.

A Política Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho, como já colocado aqui – é muito importante reforçar porque é um ganho inestimável para o trabalhador brasileiro, para a Nação brasileira –, foi instituída pelo Decreto nº 7.602 e foi gestada no âmbito da Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho, composta, como o próprio nome diz, de três partes: governo, representante dos trabalhadores e representante dos empregadores. A coordenação é da parte do governo. Então, o Ministério do Trabalho, o da Previdência e o da Saúde se revezam na coordenação dessa Comissão. A primeira coordenação coube ao Ministério da Previdência Social; em seguida, no ano seguinte, passou ao Ministério do Trabalho e Emprego; depois, ao Ministério da Saúde. No ano passado, retornou ao Ministério da Previdência. Já estamos finalizando o nosso mandato e passando para o Ministério do Trabalho e Emprego novamente.

Plano Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho. A partir da Política Nacional, foi construído o Plansat. E de que forma esse Plano foi construído? A partir do diálogo e da cooperação entre órgãos governamentais e representantes dos trabalhadores e dos empregadores. Para esse Plano houve articulações dos mais diferentes atores sociais em busca da aplicação prática da Política Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho.

O PlanSat (Plano Nacional de Segurança e Saúde no trabalho) começou a ser discutido no âmbito da comissão tripartite a partir da 13ª reunião ordinária, lá, ainda em novembro de 2010. É constituído de oito macro-objetivos, e a comissão tripartite o divulgou em 27 de abril do ano passado, juntamente com as solenidades relativas ao Dia Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho.

Monitoramento da acidentalidade no Brasil. Quando a Previdência é convidada a participar de algum fórum sobre saúde e segurança no trabalho, nós somos muito requisitados a apresentar os números da acidentalidade. Eu volto a afirmar que o nosso número é um recorte, como já bem colocado pelo Carlos Vaz na mesa anterior, porque somente apresenta os dados relativos aos trabalhadores empregados, trabalhadores avulsos e segurados especiais, o que muita gente entende como segurado rural. É óbvio que, se ele é um recorte, ele vai ser menor do que aqueles números que apresentam o conhecimento dos agravos relacionados a saúde e segurança no trabalho, de caráter universal, como, por exemplo, o Sistema

Nacional de Informações de Mortalidade, o SIM, que vai trazer não só esse recorte desses trabalhadores que citei, mas também dos contribuintes individuais, dos microempresários, e assim por diante, ou seja, de todos aqueles trabalhadores que são acometidos pelos agravos, pelos acidentes e doenças do trabalho.

Bom, registros de acidentes e doenças do trabalho. Esse quadro ilustra bem o que aconteceu a partir de 2007. Até 2007, nós tínhamos os registros captados exclusivamente pela chamada CAT, que é um formulário de Comunicação de Acidente do Trabalho. Então, essa CAT é obrigada por lei a ser registrada pelo empregador em qualquer caso de acidente e doença do trabalho conhecida e ela, por si só, levava a uma alegação da sociedade de que esses números estavam subavaliados. Havia uma grande subnotificação. Então, a partir de abril de 2007, a Previdência implementa o nexo técnico-epidemiológico previdenciário e altera as várias regras de interpretação sobre os acidentes e doenças do trabalho em relação aos benefícios. Aí, então, a gente passa a ter um cômputo dos registros indiretos de acidentes e doenças do trabalho e, como vocês veem, é bastante expressivo. Em termos numéricos, a gente pode afirmar que cerca de 25% das subnotificações foram esvaziadas com essa nova contagem. Por quê? Todas as vezes que a Previdência reconhece um benefício como acidentário e ela não identifica uma CAT, obviamente, aí existiu um agravamento à saúde do trabalhador. Então, nós podemos contar, de uma forma indireta, um acidente ou uma doença do trabalho.

Bom, as liquidações, que são as consequências de cada acidente ou doença do trabalho para aquelas três categorias que nós informamos, levam à contagem, por exemplo, de óbito muito expressiva – aí, da ordem de quase 3 mil trabalhadores no ano de 2011, uma média de 48 trabalhadores por dia que não retornam ao trabalho devido a um acidente grave ou a um acidente fatal; a uma morte ou a uma invalidez permanente. Isso no ano de 2011. Esse número é por si só assustador e requer uma atenção muito especial dos gestores que tratam com a saúde e segurança do trabalho.

Bom, aqui, o que aconteceu a partir de abril de 2007, com essa mudança de postura da Previdência Social no reconhecimento dos benefícios de natureza acidentário, a gente vê caracterizado pelos números de auxílios-doença acidentários concedidos. Pulamos da quantidade de cerca de 141 mil em 2006 para um reconhecimento da ordem de praticamente 275 mil benefícios. Um crescimento muito, muito expressivo.

Ainda, como ação indireta, a Previdência trabalha com alguns mecanismos. Entre eles, a tarifação para formação do custeio do seguro contra acidentes e do-

enças do trabalho, que é aquela contribuição que toda empresa faz em cima da folha de salário de 1%, 2% ou 3%, para financiar o pagamento dos benefícios acidentários e das chamadas aposentadorias especiais, que são decorrentes do trabalho, com exposição a agentes nocivos químicos, físicos, biológicos, ergonômicos, e a associação desses.

Então, essa parte do Seguro de Acidente de Trabalho é o SAT, que é embasado na alíquota de contribuição *ratio* 1%, 2%, 3%.

Adicionalmente à tarificação coletiva, foi estabelecida a tarificação individual lá em 2003, através da Lei nº 10.666, e somente em 2009 a Previdência teve a felicidade de disponibilizar o cálculo para cada empresa no País de um fator que incide sobre essa alíquota RAT de 1%, 2%, 3%, que vai flexibilizá-la, reduzindo em até 50%, ou aumentando em até 100%.

E o que isso tem a ver com a saúde e a segurança no trabalho? Tem a ver com a perspectiva da distribuição do bônus, da bonificação, e do *malus*, que é a majoração do tributo. A empresa que investe adequadamente em gerenciamento dos riscos ambientais do trabalho vai ter seu nível de acidentalidade cada vez mais baixo; seu fator acidentário de prevenção será, conseqüentemente, cada vez mais baixo; incidindo, como multiplicador, sobre a alíquota RAT, vai derrubar aquela alíquota RAT.

Por exemplo, se a empresa contribui em 3% de alíquota RAT e ela tem uma baixíssima acidentalidade, que leva a um fator acidentário de prevenção da ordem de 0,5%, a sua alíquota final de contribuição passa a ser 1,5%; ao passo que aquela empresa que tem uma acidentalidade altíssima, que contribuiria, na ótica da tarificação coletiva, em 3%, passa a contribuir em até 6%.

Obviamente que, ao se fazer essa distribuição de bônus e *malus*, você provoca o segmento empresarial na busca do aperfeiçoamento da gestão dos riscos ambientais do trabalho, e, conseqüentemente, você, indiretamente, tem um efeito sobre a saúde e segurança do trabalho, no sentido de abaixar os níveis de acidentalidade em cada empresa.

O primeiro FAP (Fator Acidentário de Prevenção) calculado e disponibilizado foi em 2009, para vigor ao longo do ano de 2010; o último foi o de 2012, para vigor durante todo o ano de 2013, e ele foi calculado para um pouco mais de um milhão de empresas no País, que são aquelas que têm a obrigatoriedade da contribuição do RAT de 1%, 2%, 3%; entre essas, 77,97% tiveram FAP 0,5%, ou seja, tiveram sua alíquota reduzida pela metade porque possuem níveis baixos de acidentalidade, enquanto somente 90 mil dessas empresas tiveram acréscimo na sua alíquota RAT.

Como eu já disse, a empresa é sujeita à tarificação coletiva, e, para ela, é calculado um fato acidentário de prevenção próprio, e esse fator é calculado mediante aferição do nível de acidentalidade da empresa, e esse nível é comparado com o das demais empresas que atuam no mesmo ramo, na mesma atividade econômica. E aí ele é um fator que varia de 0,5% a 2, 50% a 100%: 50% de redução ou até 100% de majoração, incidindo sobre a alíquota de 1%, 2% a 3%, pode flexibilizá-la. No grau leve, o FAP pode reduzir a alíquota de 1% até 0,5%, ou subi-la até 2%; no grau médio, de 2% cair até 1% ou subi-la até 4%; e, de 3%, cair até 1,5% ou subir até 6%.

Com toda essa discussão, nós não podemos, na gestão da Previdência Social, perder de vista a questão do equilíbrio entre receita e despesa. Nós precisamos ter uma Previdência sustentável. E os números mostram que ainda o Seguro contra Acidentes e Doenças do Trabalho é deficitário. Em 2011, tivemos uma arrecadação de cerca de R\$13,6 bilhões para uma despesa de R\$15,9 bilhões.

Então, nós precisamos também trabalhar nesse sentido da sustentabilidade da Previdência Social, na perspectiva de reduzir a despesa com acidentes e doenças do trabalho, o que provoca, naturalmente, um movimento no sentido da redução dos riscos ambientais do trabalho, o que é muito positivo para a saúde e segurança do trabalhador.

É essa a nossa participação, e agradeço aqui a oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Luiz Eduardo Alcântara de Melo, representante do Ministério da Previdência.

Eu queria só avisar que os alunos do Centro Educacional São Francisco, por motivo de deslocamento e almoço, eles estiveram conosco e alguns vão ter que sair. Mas quero agradecer muito a todos os alunos, em nome do Prof. Benedito Machado. (*Palmas.*)

Muito obrigado pela presença. Tenho certeza que vocês vão dialogar com seus colegas sobre o tema.

Passamos a palavra ao Dr. Francisco Luiz Lima, médico do trabalho, auditor-fiscal do trabalho e diretor de segurança e medicina do trabalho, que aqui representa a Srª Rosângela Silva Rassy, Presidente do Sinait.

O SR. FRANCISCO LUIS LIMA – Bom dia, Senador Paulo Paim,

Em nome do Sinait, em nome dos auditores fiscais do Trabalho do Brasil, queremos agradecer por mais uma participação em audiência pública. Acredito que seja a terceira em que estamos discutindo a questão de segurança e saúde do trabalhador. A última foi em dezembro, quando o senhor se despedia, dia 17 de setembro, mas ainda bem que o senhor continua nas

segundas-feiras. Acho que isso é de grande valia para os trabalhadores e para toda a categoria que vivencia o mundo do trabalho.

Eu vou direto ao ponto, que é a questão do acidente de trabalho. Na verdade, qualquer dado que a gente cite é subnotificado. No mundo inteiro, consideram-se 317 milhões de acidentes. Isso é subnotificação. A China cita 14 milhões de acidentes somente. Então, os dados são, inclusive, muito antigos; esses dados que chegam para a OIT. O Brasil não tem comunicado esses dados anualmente. Mesmo assim, são assustadores: 2,3 milhões de óbitos; 37 mil acidentes, com 266 mortes a cada hora, no mundo; a cada minuto, morrem mais de quatro trabalhadores, no mundo, por acidente de doença ocupacional. E o custo disso é 4% do PIB mundial. Então, nós estamos jogando dinheiro fora e matando nossos trabalhadores.

Quando se diz que o Brasil continua sendo campeão, não está errado. Nós continuamos com mais de um milhão de acidentes de trabalho. Os dados notificados, e aí aumentou um pouco por conta do NTEP, quando os peritos decidem que aqueles trabalhadores estão doentes ou sofreram acidentes realmente, isso representa, no ano de 2011, 172 mil casos. Então, são muitos os casos que foram encaminhados para a Previdência Social sem notificação, sem a CAT.

A Prof^a Vilma, da Universidade da Bahia – encerrou o ano passado –, fez um trabalho, uma amostra procurando a informalidade, as urgências de Salvador. E ela atribui nesses cálculos – não precisou muita dificuldade para fazer os cálculos – ela acredita que, no País, 20 mil pessoas morrem por acidente de trabalho – 20 mil, por ano, por acidente de trabalho; são os dados da Prof^a Vilma, da Universidade da Bahia.

No Piauí – eu sou de Teresina, sou auditor fiscal lá – tenho um grupo de acompanhamento do acidente de trabalho desde o ano 2000. Eu tenho 3,6 mil casos acompanhados e, destes, 85% não tinham o CAT fornecido. São trabalhadores que buscam a superintendência por não ter os seus direitos respeitados. Então, são assustadores esses dados.

O custo, os economistas arredondam para 70 bilhões/ano, no Brasil.

A regulamentação nossa está excelente, a teoria está ótima. Desde 1978, estão regulamentadas as normas regulamentadoras. Em número de 35 e, em breve, sairá a 36^a, 37^a, 38^a. E o que ocorre? Pasmem. Essas normas têm grande benefício se conseguissem ser aplicadas, a cada dia, em todos os setores econômicos do País. Teria o benefício de garantir trabalho decente, evitar trabalho degradante, garantir condições de segurança e saúde do trabalhador.

A Constituição Federal de 1988 – isso aqui é uma cronologia de tempo, 1978, 1988 –, no art. 7º: “Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança”.

Em 1991, meio ambiente de trabalho, art. 19: “A empresa é responsável pela adoção e uso de medidas coletivas e individuais de proteção e segurança da saúde do trabalhador”.

Trabalho decente, a OIT faz uma campanha a partir de 1999, e não conseguimos ainda, no mundo inteiro, implementar o trabalho decente.

No Brasil, ano passado, tivemos a primeira conferência nacional. Foi um fracasso, onde os três segmentos representados pelo Governo, trabalhadores e classe empresarial não concluíram absolutamente nada. A plenária final foi horrível. A classe empresarial recusou-se a fazer qualquer pacto pelo trabalho decente no País.

A inspeção do trabalho. Nós vivemos em momento muito ruim. Quando os vínculos de emprego aumentam no País – na última década, aumentou cerca de 85% –, a quantidade de auditores do trabalho diminui – nós éramos com 3 mil, hoje nós somos 2,9 mil –, e o mais grave: havia concurso para médico e engenheiro, hoje não ocorre mais isso. Hoje nós somos menos de 160 médicos – 156 médicos – e 250 engenheiros. E são esses profissionais que terão que qualificar os demais auditores que entram na fiscalização do trabalho, para ver ambiente de trabalho. É um dimensionamento inadequado.

Nós estávamos com a previsão de, no ano passado, um concurso para 690 auditores; o concurso foi liberado para 100 auditores. Esses auditores terão que trabalhar no combate ao trabalho infantil, que é uma chaga nacional; no trabalho escravo, que continua e, agora, mais evidentemente a partir do ano passado, não só na zona rural, mas também nas capitais – na Avenida Paulista, se resgatam trabalhadores em construção civil na situação idêntica ao trabalho escravo.

A terceirização ilícita, que foi abordada aqui, é um problema enorme, e a construção civil piora por conta disso. Hoje se terceiriza tudo dentro da construção civil.

Também há papel nosso em atuações em medidas coletivas, verificações das fraudes, jornadas e cooperativas, seção de PCDs e o ambiente de trabalho, o que faz uma responsabilidade maior nossa.

O que ocorreu com a auditoria fiscal do trabalho? O aumento da carga de trabalho, a diminuição do número de auditores e aumento do número de acidentes. A análise dos acidentes se torna muito mais complexa e, agora, temos que atender todos os outros órgãos, tanto nas ações regressivas quanto nas requisições do Ministério Público do Trabalho e Justiça do Trabalho.

Pasmem: nós fiscalizamos, muitas vezes sozinho, um ambiente de trabalho; em dupla é raro. Sozinho em grande trabalho escravo é que vai grupo. Nós fiscalizamos sozinhos.

Na semana passada, uma colega ficou assustada quando interditou os andaimes de uma construtora e, duas horas depois, o mestre de obras ligou para ela dizendo: "Doutora, a ordem é subir e trabalhar." Isso é o que ocorre no dia a dia nos ambientes de trabalho da construção civil.

Lamentavelmente, quatro servidores foram assassinados – isso, em 2004 – no ambiente de trabalho, sem nenhuma proteção. Nós fiscalizamos sem proteção e isso é um negócio assustador. Isso ocorreu com colegas e, até hoje, não houve julgamento.

A construção civil foi o foco que eu priorizei...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Não houve julgamento até hoje?

O SR. FRANCISCO LUIS LIMA – Até hoje, não houve julgamento.

Essa resistência à efetivação dos direitos sociais é muito facilmente observável na indústria da construção civil, onde inúmeras vezes o trabalhador é submetido a condições degradantes de trabalho.

Esse aí era um canteiro de obras de um grande prédio do Ministério Público Federal no Estado do Piauí. Nós o interditamos e, aí, regularizou-se a situação.

Hoje são 120 mil empresas, mais de 3 milhões de trabalhadores formais na construção civil. Houve esse crescimento terrível na construção civil. Hoje você não encontra carpinteiro, ferreiro, pedreiro; todos estão trabalhando, mas continua não se respeitando o mínimo, que é a saúde daquele trabalhador. Poucas empresas fazem, por exemplo, uma audiometria no trabalhador carpinteiro ou ferreiro. Precisa que a fiscalização esteja presente...

Diga, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Faz o quê?

O SR. FRANCISCO LUÍS LIMA – Audiometria, um exame para avaliar se ele já entra doente ou se terá risco de perder a audição naquele trabalho com ruídos acima de 85 decibéis. Normalmente, precisa-se que a fiscalização compareça e notifique a empresa. Prática que não deveria mais ocorrer, porque, quando foi publicada a NR 18, já tinha havido uma discussão tripartite. Então, todo empresário sabe muito bem da necessidade, no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, de regulamentar todos os exames necessários e adequados à função.

A meta, no Brasil, é de construção de dois milhões de moradias entre 2011 e 2014. Os eventos esportivos crescentes, já abordados aqui.

O que ocorreu com os trabalhadores? Eles hoje trabalham mais rápido. O tempo de construção de 1m² era de 42 horas na década de 90; hoje é de 36 horas.

(Soa a campanha.)

O SR. FRANCISCO LUÍS LIMA – E as causas dos acidentes é a coisa mais banal possível, é a improvisação, queda, choque elétrico e soterramento.

Aqui, são obras de casas, onde colocam adolescentes para fazerem serviço de pintura. Essas são as crianças e os adolescentes após o resgate.

Essa é a obra da Transnordestina, onde dois trabalhadores foram a óbito. Saiu o óbito. Eles foram soterrados.

Há o risco de choque elétrico, porque trabalham sem calçado, sem luva. É dada uma luva no início da obra, e não há reposição.

Essa é a situação dos andaimes que encontramos em qualquer local deste País.

Esse é o transporte também em obras do Minha Casa, Minha Vida.

Há tragédias referentes a elevadores. Os elevadores, no Brasil, são a cabo, e não é feita manutenção. Isso custou a vida de nove trabalhadores em Salvador.

Então, a auditoria solicita que haja uma preocupação do Governo no sentido de que aumente o número de auditores fiscais do trabalho. É impossível fiscalizarmos todos os setores econômicos de maneira crescente quanto ao número de acidentes no Brasil. E há ausência de auditores nesses setores. Isso não ocorre só na zona rural, mas ocorre, inclusive, na zona urbana. Nós não temos como atender à demanda das classes trabalhadoras.

Vocês viram, nos dados oficiais do Governo, o número de denúncias, e o atendimento é muito pequeno. Basicamente, estamos fazendo os planejamentos. As denúncias estão sendo reduzidas. É impossível atendermos as denúncias dos trabalhadores, as denúncias do sindicato das classes trabalhadoras.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Francisco Luís Lima, médico do trabalho, auditor fiscal do trabalho, que aqui representou a Presidenta do Sindicato Nacional dos Auditores, Dr^a Rosângela Silva Rassy!

Passamos a palavra, agora, ao Dr. Sebastião Geraldo de Oliveira, Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) 3^a Região/MG, representante do Tribunal Superior do Trabalho.

O SR. SEBASTIÃO GERALDO DE OLIVEIRA – Bom dia a todos!

Cumprimento o Senador Paulo Paim pela iniciativa tão importante.

Cumprimento também a Anamatra pelo lançamento histórico dessa cartilha.

Senador, até poucos anos, o juiz só falava nos autos. E, nos últimos anos, os juízes perceberam que eles também podem contribuir. Por isso, o Tribunal Superior do Trabalho, que aqui estou representando, juntamente com outros parceiros, está desenvolvendo o Programa Trabalho Seguro, para que o juiz também possa dar sua colaboração nesse sentido.

Fiz um estudo para apresentar aqui, hoje, em uma exposição em três partes. A primeira diz respeito ao diagnóstico do problema. Os dados de acidentes foram aqui relatados e não vão demandar muito tempo.

Relacionei dez causas principais de acidentalidade no Brasil e dez propostas de soluções. Esta é uma Casa legislativa, e o principal propósito, certamente, da audiência pública é o encaminhamento de proposições no sentido de formulações legais que possam trazer resultados para, pelo menos, atenuar o problema da acidentalidade.

Quanto ao primeiro tópico referente aos dados de acidentes, não vou gastar tempo com eles. Eles já foram aqui bem mencionados e dispensam maiores comentários. Vale mencionar que, atualmente, o número de acidentes de trabalho sem registro de CAT representa 24% dos dados mencionados, que foram aqui colocados pelo colega. Essa foi uma grande conquista especialmente por este fato: antes da aprovação do NTEP, os trabalhadores não tinham nenhum daqueles oito direitos, que eles só tinham como benefício acidentário – como benefício previdenciário, eles não recebiam estabilidade, depósito de Fundo de Garantia e outros efeitos que, neste momento, dispensam aprofundamento.

Também ainda dentro do diagnóstico, por volta de 50 pessoas, a cada dia, dão adeus definitivamente ao mundo do trabalho, e, certamente, não nos podemos conformar com isso. É certo que a situação já foi pior, mas não está bem e precisa melhorar, certamente, muito.

Vamos colocar aqui as causas principais da acidentalidade. Dessas causas, segundo estudos internacionais e de acordo com estudiosos no Brasil, a principal causa mencionada pela OIT e por outros institutos é a falta da cultura da prevenção. Nós imaginamos que o acidente faz parte da produção, que o acidente é obra do acaso. Não, Sr. Senador, o acidente é principalmente obra do descaso, da falta de diligência e de cuidados. Falta uma cultura de prevenção.

Parece que o Brasil... Até o nosso Hino menciona isto: “Verás que um filho teu não foge à luta; nem teme, quem te adora, a própria morte”. Isso mostra que é um País desbravador. Hoje, não. Somos um País

que não foge à luta do trabalho, sim, mas tememos a morte. Queremos trabalhar, mas com direito de voltar para casa, com direito de preservar nossa integridade psicobiofísica.

Eu vou relacionar as dez causas e, depois, voltar às propostas.

O segundo ponto importante: o nível insuficiente de treinamento e informação. Depois vou trabalhar nas propostas para superar essa causalidade.

Falta de conscientização dos trabalhadores dos sindicatos. Ainda há muita carência no meio sindical de formulação de propostas, de ações, de demandas, de negociação coletiva para combater esse desconhecimento tanto do trabalhador quanto do meio sindical.

Ainda há uma postura antiga, retrógrada, de centralizar a prevenção no combate aos atos inseguros, de culpabilizar a própria vítima, quando sabemos que importante é a cultura preventiva, instituída, elaborada pelo empregador para disseminar ali a ideia da prevenção.

E ainda percebemos hoje que o trabalho é cada vez mais denso, mais tenso e mais intenso. Os estudos demonstram que o número de microdecisões por minuto disparou. Há mais tensão no local de trabalho, e, naturalmente, não conseguimos colocar *upgrade* no cérebro humano. Por isso, vem a vulnerabilidade, o acidente.

Ainda das causas principais, há o paradoxo da hora extra habitual. É um paradoxo científico. Por ser extraordinário não pode ser ordinário. E até falamos sem muito rigor científico: hora extra habitual. Vou também propor isso nas propostas de soluções.

A terceirização é excessiva e precarizante. É outro fato já mencionado aqui.

As normas legais dispersas e desatualizadas. Há normas de prevenção de acidentes na CLT, na norma da 8.213, nas normas ambientais, no Código Civil. Falta centralização sobre isso, e, ao próprio Estado, falta maior entrosamento entre os diversos Ministérios, diversos órgãos para centralizar as atuações.

Finalmente, a inspeção do trabalho é insuficiente no Brasil.

São as causas principais nesse olhar. Não são as únicas, mas estou elegendo-as como principais. Vamos propor agora as propostas legislativas, propostas de solução.

Primeira delas: ação para a falta de cultura de prevenção. Um dos primeiros problemas.

Lamentamos, Senador, que essa convenção, aprovada em 1991, promulgada em 1994, das mais fundamentais... Há uma previsão expressa de que as questões envolvendo segurança ao trabalhador deveriam compor todos os níveis de ensino do País. É uma

convenção. O Supremo já decidiu que ela tem *status* supralegal, derroga a lei ordinária, e isso não tem sido colocado em prática.

Na área jurídica, por exemplo, quando estudei Direito, aprendi a calcular insalubridade, periculosidade, adicional noturno, mas não aprendi a saúde do trabalhador. O advogado hoje está com dificuldade de ajuizar uma ação indenizatória para doença ocupacional por acidente porque o que ele aprendeu foi calcular hora extra, adicional de insalubridade e periculosidade. Os currículos estão desatualizados.

Então, nós estamos conclamando que essa medida, que é lei no Brasil, superior à lei ordinária – é uma convenção ratificada e promulgada –, seja implementada o mais rápido possível em todos os níveis de ensino e treinamento.

Também a Convenção nº 87, a última convenção aprovada pela OIT, precisa ser ratificada rapidamente no nosso País, porque ela estrutura a ordenação adequada para ser o marco promocional da prevenção. Essa convenção está tramitando no Governo Federal, precisa ser rapidamente ratificada, porque ela é o último documento mais importante da OIT sobre o tema de promoção da saúde.

E também divulgar ostensivamente a Política Nacional 7.602, que o Governo aprovou, atendendo à Convenção nº 105, que traz uma mudança de paradigma importante.

Vejam bem o que diz a política: a política coloca como princípio a prevenção. Nós estávamos no Brasil ainda trabalhando na proteção só. Proteção é usar EPI. Essa é a primeira medida, a mais singela. O Direito Ambiental já fala da precaução, cuidados antecipados, mas a política fala da prevenção. E a própria palavra “prevenção”, na sua etimologia, vem de “prever”, ver antes. Ver antes para tomar medidas adequadas: prevenção. Ver antes para depois promover. E a palavra promoção, na sua etimologia, é para frente, mover-se para frente. Então, precisamos centralizar ações na prevenção, ver antes, e na promoção, e não ficar simplesmente na proteção, que era a nossa ideia antiga, na “epeiização” da saúde do trabalhador.

Também achamos, para o segundo tópico que apontei, a segunda causa, níveis suficientes de treinamento, que precisamos habilitar os gestores, treinamento mínimo obrigatório dos gestores da empresa. Lá em Portugal, uma lei recente, de 2009 – Lei nº 102, de 2009 –, que diz respeito a educação formal, estabelece, por exemplo, que o Estado deve prosseguir integrando conteúdo sobre segurança e saúde do trabalhador. É fundamental, portanto, que o Brasil adote normas mais diretas e incisivas no sentido do treinamento e da informação.

Eu acho também que deveria... Aqui, aliás, uma ideia interessante, Sr. Senador Paim,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SEBASTIÃO GERALDO DE OLIVEIRA

– ... da chamada tutela preventiva, e não só sancionatória. Sanção premial, e não sanção punitiva. Por que não criar adicional remuneratório para o trabalhador que tem habilitação em prevenção de acidentes? Como fez o serviço público. O serviço público criou o seguinte: o servidor público que tem pós-graduação, que tem mestrado, ganha mais. Por que não criar, facultativamente, cursos e colocar na Carteira de Trabalho? Por exemplo, quem tiver curso mínimo de cem horas – sei lá o número – de formação em prevenção de acidente tem direito a um adicional de 5% a 10%. É um incentivo. Não é obrigatório, mas seria um incentivo. Ele poderia ganhar um adicional porque está preparado. Da mesma forma que exigimos que para conduzir um veículo a pessoa tem que ter habilitação, se o trabalhador vai atuar numa fábrica, poderia ter uma habilitação em prevenção de acidentes e ganhar um adicional por isso, como medida de incentivo, para criar mais consciência.

Também defendemos a reparação do dano moral *in natura*. Não só aquela ideia de criar uma indenização para enriquecer a vítima. Isso não acontece, mas alguns dizem que sim. Poderia criar o dano moral o seguinte: “Olha, toda vez em que vem uma condenação, por um descumprimento de norma, condenem a empresa à obrigação de fazer, de administrar um curso, distribuir uma cartilha, fazer um seminário uma vez por semestre, na empresa, no horário de trabalho”. Medidas chamadas de reparação do dano moral *in natura*, e não só reparação pecuniária. Naturalmente, não tiraria a reparação pecuniária, mas aumentaria a reparação do dano moral *in natura*.

Também achamos que essa ideia da evolução da...

Combate ao ato inseguro. No Brasil, é um atraso culpabilizar a vítima. Estudos demonstram... O estudioso americano Frank Bird Jr. criou a equação 1:10:30:600. Isso é comprovado em mais de 30 milhões de acidentes. Disse ele: “Para cada acidente humano grave ocorrem 10 acidentes humanos leves, 30 acidentes com danos materiais e 600 quase acidentes”. O que faz uma empresa que tem cultura de prevenção? Se existe o quase acidente, também chamado incidente, já faz o estudo da prevenção, não espera acontecer uma morte para adotar medidas reativas. Então, a grande maioria de acidentes é previsível, e por isso também prevenível.

Ainda como ação, estou sugerindo aqui, para essa ideia do trabalho cada vez mais tenso e intenso,

que precisamos disciplinar o assédio moral. Porque o assédio moral da exigência de produtividade, de cada vez mais bater metas, precisamos tipificar isso como uma conduta que caracteriza assédio moral. A exigência abusiva de horas extras poderia ser caracterizada como assédio moral.

Outra questão importante: a Súmula nº 437, que o TST adotou, também deveria ser elevada para previsão de lei ordinária. Por quê? Ela obriga concessão do intervalo integral. Diz essa súmula que o TST adotou há pouco tempo que, se não conceder o intervalo total para o almoço, de uma hora, a empresa paga o intervalo. É como se não houvesse concedido. E diz mais a súmula: que é inválida cláusula de acordo ou convenção coletiva estabelecendo supressão ou redução do intervalo, porque se o trabalho é tenso e intenso, e a pessoa com mais tensão e sem descanso gera mais acidente, precisamos exigir rigorosamente a concessão do intervalo. Se isso passar para lei, naturalmente, o status é diferente de uma súmula do TST, e passaria a ter mais aceitação.

Achamos também que, para combater hora extra habitual, precisamos agravar o adicional de hora extra. Fica muito mais barato exigir hora extra do que treinar um novo empregado, que vai ter um novo vale-transporte, vai ter um novo afastamento, um novo treinamento. Por isso, precisa gravar mais e mais hora extra, ou então restringi-la, como fizeram alguns países só para casos fortuitos ou de força maior. Vedar a hora extra, porque a hora extra aqui não pode mais ser a hora extra habitual. Aí, para alguns países há, inclusive, vedação de hora extra para trabalho insalubre e perigoso, porque, se o trabalho já é insalubre e perigoso, trabalhando hora extra há mais vulnerabilidade de sofrer acidente.

Por exemplo, os limites de tolerância são fixados para jornada de oito horas. Não há uma adequação na NR quando se trabalha mais de oito horas para reduzir os limites de tolerância, porque a jornada real no Brasil não é de oito horas. Ela é de nove, nove e meia, dez horas. Os limites de tolerância que foram fixados para a jornada normal deveriam ser adaptados. Então, deveremos agravar a hora extra para vedar com mais intensidade a sua realização. Ainda para terceirização, delimitar onde é possível terceirizar. É uma carência que sentimos no momento, e deixar muito claro que o tomador é um avalista do prestador.

(Soa a campanha.)

O SR. SEBASTIÃO GERALDO DE OLIVEIRA

– Posso?

O tomador é o avalista da prestadora de serviço. Se ela não pagar, ele vai indenizar. Por quê? Para não

ter aquela ideia do incentivo financeiro da terceirização. Amarrar claramente na lei responsabilidade solidária do tomador do serviço, colocar para ele a responsabilidade e implementar as normas de segurança e saúde do trabalhador.

Também para as normas legais de espécies desatualizadas, o nosso marco legal, apesar de já bem avançado, está ultrapassado. O que falta fazer no Brasil? Incorporar os avanços de Direito ambiental. E por que isso? Quando veio o Direito ambiental nos anos 80, já havia a NR de 78. Não avançaram os institutos de Direito ambiental para a saúde do trabalhador. Parece que as normas ambientais param no portão da fábrica. É mais importante proteger mico-leão dourado, a fauna e a flora do que a ecologia do local de trabalho. Falta incorporar isso. Falta incorporar também as convenções da OIT. Vou colocar no quadro o seguinte: muitas foram ratificadas e não foram internalizadas aqui no Brasil. Falta também incorporar os princípios da Constituição nas NRs que não trataram disso. As NRs são de 78.

Então, o que eu acho ideal a longo prazo?

Criar o Estatuto Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador. Para quê? Reunir essas normas dispersas, dar um estatuto legal diferenciado a elas, ter nas faculdades de Direito uma disciplina própria de meio ambiente do trabalho, formação e doutrina, densificação doutrinária sobre isso, e ainda podemos trabalhar nesse estatuto as tutelas de urgência, as medidas criminais e as sanções cabíveis. Então, seria ideal ter um estatuto nacional como alguns países já vêm fazendo, abrangendo todos os trabalhadores, não só os celetistas.

Vejam exemplos de normas que nós ratificamos e não foram regulamentadas. Permite essa Convenção nº 148 que o dirigente sindical acompanhe o fiscal do trabalho. Isso não está regulamentado. Há uma NR tratando disso, mas seria bom estar na lei, porque tem muito mandado de segurança para impedir que o dirigente sindical acompanhe o fiscal trabalhista. E o dirigente sindical é que sabe onde está acontecendo o problema dentro da empresa.

Vejam aqui um outro exemplo importante, Senador. Diz a norma, em mais de um local, que se deveria considerar a exposição simultânea de vários agentes nocivos. Aqui no Brasil, as NRs tratam de ruído, de calor, de poeira, mas não consideram a interação dos três. É claro que, se a pessoa estiver exposta no mesmo momento, a todos os agentes nocivos, a sua resistência é menor. Então, deveria haver redução dos limites de tolerância quando houvesse exposição simultânea. Foi aprovada pelo Brasil, e não há uma norma disciplinando isso.

Veja aqui este outro ponto, aprovado na convenção: se, por razões médicas, alguém não puder trabalhar em razão da perda auditiva, o que o país deveria fazer? Ou manter seus rendimentos, ou arranjar outro emprego, ou a Previdência pagar. Não foi regulamentado no Brasil, e há mais de 20 anos essa convenção foi aprovada.

Veja aqui outro exemplo: a exposição simultânea volta. A Convenção nº 55 também fala que não consideramos interromper o trabalho se estiver correndo perigo. Está previsto na convenção que o Brasil ratificou, e a norma ordinária não disciplina. Também, como já falei, a inclusão em todos os currículos, o que não foi disciplinado.

Olha essa outra questão importante, da Convenção nº 61, também ratificada. Os órgãos de prevenção de acidente deveriam planejar assessoria de toda obra nova, de manutenção, de maquinário novo; e diz mais – isso aqui é importante – que...

E diz mais – isto aqui é importante: que o pessoal do SESMED deveria gozar de independência profissional completa em relação a empregador e a trabalhadores. O que é gozar de independência profissional completa, segundo essa norma da OIT, que é a Convenção ratificada? É ter a garantia de emprego! Eu dou aula para médico do trabalho e digo: “Doutor, se for aplicar isso que o senhor está dizendo, eu vou ser dispensado!”. Por isso é que a OIT recomendou que deveria ter independência completa; essa norma é de 1991, o Brasil ratificou, e não há lei ordinária disciplinando a sua internalização no País.

Já estou me encaminhando para o final. Ainda sobre a dispersão das responsabilidades, a Convenção 187 recomenda que haja um órgão centralizador para disciplinar isso, para dar conta de prestar contas.

Também com relação à questão da deficiência da inspeção, Sr. Senador, veja bem: a Convenção 81 exige que o País tenha especialistas. Eu acho lamentável que não tenha havido concurso ultimamente para médico do trabalho e engenheiro de segurança, porque eles é que sabem fazer inspeção do trabalho. Nada contra os demais, que são importantes também, mas é preciso que haja concurso próprio para médico do trabalho e engenheiro de segurança, porque isso é exigência da Convenção 81, que o Brasil ratificou.

Bem, isto aqui não vai dar tempo de falar.... (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode falar. (Fora do microfone.)

O SR. SEBASTIÃO GERALDO DE OLIVEIRA – Posso falar?

Nós estamos num momento importante – é o penúltimo quadro. Vejam bem: nós estamos passando da visão tradicional do risco monetizado de criar adicionais

– e, nessa época, foi preciso criar a infelizmente, para amparar os lesados, e parecia que o importante era proteger o trabalho, pois o trabalho não pode parar –, e a tendência atual internacional é outra: o risco que era monetizado agora deve ser eliminado. O direito é ao ambiente de trabalho saudável.

Para isso, o foco é na prevenção, na saúde do trabalhador. E isso é importante para criar o direito ambiental do trabalho. É a tendência atual e a internacional sinalização.

Nós estamos muito apegados ainda à ideia da monetização do risco, como se criar adicionais fosse resolver. Não! Estamos é aumentando o número de vítimas. Na realidade, é isso.

Então, eu agradeço pela oportunidade e me coloco à disposição para qualquer esclarecimento. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Dr. Sebastião Geraldo de Oliveira, desembargador do TRT 3ª Região – Minas Gerais, representante do Tribunal Superior do Trabalho.

V. Exª começou dizendo que os juízes deveriam falar mais. Depois de sua palestra, eu vou dizer “falem, falem, falem, falem muito mais!”, porque V. Exª me trouxe aqui uma contribuição importantíssima, que mostra uma visão do TST. Só que o legislador tem que ajudar.

Eu pediria... Claro, vou pedir a palestra de todos, mas pediria que V. Exª nos deixasse as suas contribuições, para a gente poder avançar e cobrar da Casa e do próprio Executivo e, quem sabe, até caminhar nessa linha da formulação de uma lei única nessa área.

Então, meus cumprimentos por sua fala. (Palmas.)

Eu vou me dedicar a essa construção.

O SR. SEBASTIÃO GERALDO DE OLIVEIRA – Vou deixar o livro meu. (Fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso, deixe o seu livro também, e provavelmente, depois desta audiência – e serão todos convidados –, a gente faça também um debate lá na comissão do trabalho e da Previdência, que é a Comissão de Assuntos Sociais, pela importância do tema.

Passo a palavra, neste momento, ao Dr. Carlos Eduardo Azevedo Lima, presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT).

O SR. CARLOS EDUARDO AZEVEDO LIMA – Bom dia a todos.

Senador Paulo Paim, saudando V. Exª na condição – peço licença para me valer de uma expressão corriqueira aqui em Brasília – de presidente de hoje, de ontem e de sempre desta Comissão, hoje muito bem presidida também pela Senadora Ana Rita, que certamente continuará esse brilhante trabalho que vem sendo desempenhado no âmbito da Comissão de Direitos Humanos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ela foi minha vice e, com certeza, fará aqui um grande trabalho. Não tenho nenhuma dúvida.

O SR. CARLOS EDUARDO AZEVEDO LIMA – Sem dúvida. Já acompanhamos também o trabalho da Senadora, inclusive em temas como o combate ao trabalho escravo, lá no Espírito Santo. Já participamos juntos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Das mulheres...

O SR. CARLOS EDUARDO AZEVEDO LIMA – Das mulheres. Enfim, temas da maior relevância no que tange à defesa dos direitos sociais, no que tange à luta em defesa dos direitos humanos, que é o objetivo maior, certamente, desta Comissão temática e de todos os que participam de audiências públicas como esta de hoje.

Para nós é sempre motivo de grande satisfação e de grande honra para a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), a entidade que congrega os membros do Ministério Público do Trabalho de todo o País, participar dos relevantes debates que são travados aqui nesta Comissão. E hoje minha função ficou, por um lado, muito fácil, já que falar depois de tão nobres palestrantes, expositores, especialistas na matéria facilita por um lado, porque tudo o que há de mais relevante certamente já foi dito. Mas, por outro lado, me deixa numa situação difícil porque não resta muito a falar.

Então, procurarei ser breve, mas destacar, como não poderíamos deixar de fazer, a relevância desse tema da saúde e da segurança do trabalho. E os dados que já foram apresentados aqui à exaustão demonstram muito claramente a relevância da situação, em que nos deparamos com mais de 6 mil mortes por dia por acidente de trabalho e doença relacionada ao trabalho no mundo todo, segundo dados da OIT – que já tem alguns anos e certamente esses dados, na realidade, ainda são mais preocupantes do que esses que a estatística nos demonstra e nos trazem.

Na realidade brasileira, a situação infelizmente não é diferente – e também já foi muito bem apresentado aqui. Nós temos dados, os dados oficiais nos falam de algo de 3 mil mortes por ano de acidentes de trabalho, que dá uma média de... Há dados que falam, para dias úteis de trabalho, de algo em torno de nove, dez mortes, mas o Dr. Sebastião já trouxe aqui um número maior, de 50 mortes por dia de acidentes de trabalho e doenças relacionadas ao trabalho. E certamente esses dados ainda nos levam à conclusão, e até ao desencontro dessas informações, de que a situação é ainda infinitamente pior. E realmente é até intuitivo que a situação seja pior, porque esses dados levam

em consideração os dados oficiais, as informações, as estatísticas que nos são repassadas de maneira oficial.

E evidentemente que, no setor informal, por exemplo, acerca do qual não temos estatísticas, o número é muito grande, até porque, como regra, no setor informal as condições de trabalho são ainda piores e, como piores, estão os trabalhadores mais propícios, mais expostos, mais vulneráveis a acidentes de trabalho. Dados também no setor público não existem de maneira mais adequada, mais completa, mais concreta. Enfim, a realidade demonstra que a situação verificada, na prática, é muito pior ainda do que esses gravíssimos dados estatísticos que já nos são apresentados, de centenas de milhões de acidentes de trabalho, ainda considerados os não fatais, a cada ano, no mundo todo e, numa realidade nacional, também não menos preocupante.

Só para termos uma ideia do quão distante está a realidade desses dados – que, reitero, se fossem considerados só os dados, a situação já seria extremamente preocupante, mas a realidade efetiva é ainda pior –, em um estudo, um levantamento feito na Região Sudeste, salvo engano no Município de Botucatu, observou-se que, com base naquele levantamento que se fez naquele determinado período, o sub-registro – e justamente levando-se em consideração que a sistemática das informações levam em conta os dados trazidos unilateralmente pelo empregador, na maioria das vezes – abrangia cerca de 80% dos casos de acidente de trabalho. Então, só por aí, nós já ficamos realmente cientes de que a situação é muito grave. E os estudiosos fizeram esse levantamento e deixaram claro que, até pela forma com que os dados foram levantados por eles, a situação não deveria ser muito diferente em todo o resto do Território Nacional. E isso também leva em consideração os acidentes de trabalho, mas como estamos falando em saúde e segurança, não podemos olvidar, em momento algum – e aqui já foi dito com bastante propriedade –, questões como, cada vez mais presente, lamentavelmente, na nossa realidade, a questão do assédio moral, que trata da saúde mental e que leva a consequências gravíssimas, inclusive a situações extremas de suicídios, depressões, trabalhadores aí ultimados e até incapacitados para o trabalho também pelas ofensas à sua saúde mental.

E justamente faz parte – o Dr. Sebastião mencionava há pouco – desse cenário de metas inatingíveis. Nós temos ações, no âmbito do Ministério Público do Trabalho, envolvendo situações gravíssimas de empresas enormes, multinacionais, com faturamentos bilionários que exploram seus trabalhadores com afronta, com assédio moral, de condições realmente aviltantes, o que não seria admissível sequer – permita-me usar

uma expressão popular – numa bodega da esquina – e nós observamos isso em grandes empresas.

E é importante, eu diria mais, é imprescindível que tenhamos esses dados de maneira muito concreta, que tenhamos esse levantamento de maneira mais adequada também no que tange à saúde mental dos trabalhadores, que normalmente não se leva em consideração essa questão para as estatísticas, talvez até levando em consideração o levantamento estatístico desses casos, mas que, evidentemente, não pode ser utilizado como pretensa justificativa para que não tenhamos essas informações de maneira mais concreta, mais adequada.

E é evidente que toda a situação leva a um prejuízo social imenso, seja com trabalhadores adoecendo, sendo acometidos por invalidez permanente ou provisória, como for, seja com trabalhadores falecendo, vindo a óbito no exercício de suas funções, no exercício de seu labor, e vitimando também as famílias, que, evidentemente, participam lamentavelmente dessa situação e são vítimas, assim como esses trabalhadores. Mas ainda que não levássemos isso em consideração, ainda que não estivéssemos voltados, como temos que estar, é claro, para questões relativas às causas voltadas para o respeito à dignidade da pessoa humana e para a própria vida humana e para a saúde do trabalhador, ainda que pensássemos aqui num exercício de reflexão ou que algum empresário assim pensasse ou que levasse em conta a questão unicamente sob o prisma, sob a ótica da questão financeira, dos prejuízos financeiros ou não, ainda assim, veríamos que vale – e vale muito – a pena cuidar da prevenção, cuidar da saúde e da segurança do trabalho.

Para se ter uma ideia – e já foi mencionado também aqui, salvo engano, na apresentação do Dr. Francisco –, os dados da Organização Internacional do Trabalho, levando em consideração que esses dados nunca são completos, porque sempre a realidade, infelizmente, é pródiga nesses casos muito mais do que a estatística nos demonstra, de que 4% do PIB mundial, Senador Paim, são gastos com esses casos, seja por falta de trabalhadores em razão das doenças ou dos acidentes de trabalho em seu ambiente de trabalho, seja por mortes, seja pelo tratamento no sistema de saúde, enfim, 4% do PIB mundial, levando em conta que no ano passado, para pegarmos só o exemplo de 2011, tivemos um PIB de mais de US\$60 trilhões, nós teríamos quase US\$3 trilhões. Se pegarmos a lista de várias dezenas e dezenas dos maiores bilionários da *Forbes*, somadas essas fortunas todas, ainda não será suficiente para os custos com o tratamento e com as causas trazidas pelos acidentes e pelas doenças do trabalho.

Então, sem sombra de dúvida, vale muito mais a pena, até sob esse aspecto financeiro, prevenir. Vale muito mais a pena tratar dessa questão sob esse enfoque, e precisamos, evidentemente, ter também a questão ligada às ações regressivas – e aqui faço, de público, o registro, o reconhecimento, os elogios da ANPT a medidas como o projeto que foi aprovado na semana passada, de autoria de V. Ex^a, o Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2012, que trata justamente da competência da Justiça do Trabalho para o julgamento das ações regressivas, que certamente muito beneficiará esse trabalho, mas também a outras ações, que têm um cunho também pedagógico.

E é nesse sentido que volta, no mais das vezes, e muitas vezes, melhor dizendo, a atuação do Ministério Público do Trabalho, que, como já foi exposto aqui pelo Dr. Philippe Jardim, tem uma coordenadoria nacional para tratar dessa matéria, entre outras que são prioritárias também, como trabalho escravo, trabalho infantil, e algumas outras, fraudes trabalhistas, dentre outras...

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS EDUARDO AZEVEDO LIMA –

... que têm uma atuação concatenada, coordenada, justamente visando à otimização dos resultados na defesa do meio ambiente do trabalho seguro, na defesa e na promoção da saúde e da segurança do trabalho. E muitas dessas ações – o Dr. Phillipe já mencionou aqui os projetos da coordenadoria, da Codemat, mas temos muitas dessas ações que são emblemáticas, que têm, inclusive...

Os senhores devem estar acompanhando nos últimos dias, nas últimas semanas, um caso envolvendo uma grande multinacional, na realidade duas, uma que adquiriu o parque fabril de outra, o caso Shell/Basf, que está muito comentado na imprensa. O acordo está praticamente fechado, salvo engano, hoje, dia 11, haverá outra reunião no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, porque é um caso que envolve agrotóxicos, um caso típico de meio ambiente do trabalho, que vitimou alguns milhares de pessoas, mais de mil trabalhadores, mas algo em torno de 6 mil pessoas, envolvendo os moradores do entorno, e que está gerando, além da atuação da própria promoção da saúde, da própria concessão – não é bem concessão, mas restabelecimento da saúde desses trabalhadores e a concessão de um plano de saúde ou de tratamento médico vitalício para todos eles –, indenizações individuais para esses trabalhadores da ordem de quase duas centenas de milhares de reais em média, algo em torno de R\$180 mil para cada um deles, e uma indenização por dano moral coletivo, pleiteada pelo Ministério Público do Trabalho, de algo em torno de R\$200 milhões. Na

realidade, a condenação era bem superior a isso, mas, no acordo, se está chegando a esse valor, até para viabilizar esse acordo e para se conseguir o objetivo maior, que é o tratamento médico dos trabalhadores e das vítimas em geral. Entendemos que uma ação como essa, para além dos resultados no caso concreto, no caso efetivo de que a lei trata, uma atuação como essa tem também um efeito pedagógico, um efeito emblemático inegável porque outras empresas certamente verão que tem consequência, não pode deixar de ter consequência a transgressão do ordenamento jurídico em questões tão caras como são a saúde e a segurança do trabalho, que tantas vidas têm ceifado, tantos trabalhadores tem vitimado nos últimos tempos.

Então, atuações como essa dos membros do Ministério Público do Trabalho, sem dúvida nenhuma, trazem repercussão social inegável e, evidentemente, a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, que congrega esses membros do Ministério Público do Trabalho, não poderia ficar alheia a essa situação, não poderia deixar de participar, como faz sempre, e agradecemos mais uma vez o convite, de inúmeros fóruns em que se discutem questões relevantes como essa, seja aqui no Parlamento brasileiro, seja no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, em parlamentos estaduais, em diversas outras reuniões em que isso se mostra imprescindível, em coordenadorias, em comissões como a do trabalho escravo, a da erradicação do trabalho infantil e evidentemente também daquelas voltadas para as questões inerentes ao meio ambiente do trabalho.

Temos também atuações de efeito mais concreto também, para além evidentemente da discussão que tem relevância inegável, uma vez que permite justamente disseminar essa cultura da prevenção e, acima de tudo, a obtenção do maior número possível de informações. Como já foi muito bem posto aqui na mesa, só com as informações, só com o conhecimento se poderá avançar para a promoção das condições necessárias para que se previna que situações como essa não ocorram e para se remediar aquelas em que já ocorreram.

Nessa linha temos, além do que já foi mencionado pelo Dr. Philippe aqui, da promoção da questão dos frigoríficos, um documentário produzido pela ANPT, junto com outras entidades, que inclusive foi premiado internacionalmente, retratando as condições absurdas de trabalho no que tange, inclusive, a lesões por esforços repetitivos, doenças osteomusculares relacionadas ao trabalho, entre outras, além da pressão ou o próprio assédio moral e outras questões não menos preocupantes relacionadas ao setor de frigoríficos e outras.

A própria ANPT muitas vezes é autora de ações diretas de inconstitucionalidade, a exemplo da que trata do banimento do amianto. E essa é uma questão, Senador, que nos é muito cara, tendo em vista os inúmeros malefícios, e dizer isso é dizer muito pouco, causados pela exposição à fibra do amianto, que aqui já foram postos na mesa também de maneira didática, de modo que não seria preciso maior aprofundamento.

Gostaria só de frisar, de relatar o cerne da discussão que nós travamos no âmbito do Supremo Tribunal Federal. Imaginávamos que teríamos esse julgamento no ano passado, e infelizmente não foi possível. O Relator, inclusive, veio a se aposentar, e agora estamos mais ou menos sem previsão, prejulgamento, mas continuamos trabalhando e acompanhando essa questão, tendo em vista que o cerne, repito, da nossa discussão são justamente dois fatores primordiais a nosso ver: a questão inerente à inexistência de fibra do amianto que seja segura, já que a lei atualmente em vigor no Brasil permite a exposição ao uso continuado do amianto tipo crisotila – nós entendemos que não há modalidade da fibra que seja segura com base em dados da Organização Mundial de Saúde e inúmeros estudos técnicos demonstram isso –, e também levando em consideração que não há qualquer nível de exposição ao amianto, seja controlado ou não, que seja seguro, que torne essa fibra não cancerígena, como, de fato, o é. Por isso já é proibido o seu uso em mais de 50 países tanto do chamado Primeiro Mundo quanto do Terceiro Mundo, da Ásia, da Europa, das Américas, o que demonstra que é uma realidade mais do que reconhecida sob o ponto de vista técnico. E ao nosso ver, também deveria o nosso ordenamento jurídico avançar para essa situação, reconhecendo, por inúmeros argumentos relacionados ao próprio ambiente de trabalho, à dignidade da pessoa humana, saúde e segurança do trabalho, que o amianto precisa, certamente, ser banido do nosso ordenamento, porque não mais se justifica uma situação como essa, para que passemos, aí, sim, para a realidade posterior em que já estão esses países que mencionei a título ilustrativo, vivenciando a desamiantização desses ambientes.

Então precisamos, sem sombra de dúvida – já agradecendo o tempo concedido, caminho já para a conclusão, Senador Paim –, aprimorar cada vez mais essas informações, porque, sem sombra de dúvida, poderemos avançar cada vez mais na prevenção e também na adoção das medidas para os casos já verificados que, em relação a isso, evidentemente não teremos como prevenir, mas que eles sirvam de exemplo para que outros casos não se repitam, não ocorram.

Tomando por base, ouvi há pouco a apresentação do Dr. Francisco, falando que em outro mundo é

possível, de fato é – e precisamos realmente unir esforços para mudar essa realidade, lembrando aquela máxima de que o trabalho, muitas vezes, é chamado como meio de vida –, e precisa ser assim. Não pode ser uma causa de adoecimento, uma causa de seqüela de trabalhadores e, muito menos, de morte, por exemplo, no caso de trabalhadores em situações de agrotóxico ou amianto, que causam vitimização de outras pessoas que convivam no entorno e não apenas dos trabalhadores.

Então, Sr. Francisco, outro mundo é possível. Precisamos unir estes esforços: Poder Legislativo, Poder Executivo, Ministério do Trabalho e Emprego, Poder Judiciário, Ministério da Previdência, Ministério da Saúde, Ministério Público do Trabalho, entidades de classe, enfim, sociedade civil organizada, para modificar essa realidade. Enquanto tivermos um trabalhador sendo vítima dessas condições ou tendo sua família vitimada, isso significa que muito ainda temos que fazer. E, diante dessa realidade, sem sombra de dúvida, precisamos arregaçar nossas mangas. Se o mundo é possível, esse novo mundo, precisamos adotar todas as providências, ainda que isso pareça, às vezes, um pouco utópico. E, nessa linha, Senador, para concluir, eu lembrava, há pouco, quando ouvi a frase de que um novo mundo é possível, de Monteiro Lobato, que ressaltava que tudo é loucura ou sonho no começo e nada do que o homem fez até hoje na Terra teve início de outra forma. Mas tantos sonhos já se realizaram que não temos direito de duvidar de nenhum. Sonhemos juntos, portanto, mas avancemos para a erradicação dessa realidade extremamente lamentável dos acidentes de trabalho, das vítimas desses acidentes e das doenças relacionadas ao trabalho.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Dr. Carlos Eduardo Azevedo Lima, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, ANPT.

Está conosco o Senador Ataídes Oliveira.

Para situá-los, registro que o Senador Ataídes Oliveira é um empresário muito bem-sucedido, mas toda vez que há debate nesta Comissão ele participa ativamente e normalmente me acompanha nas votações. Eu gostaria de passar a palavra a S. Ex^a. O assunto é acidentes no trabalho, uma cartilha que a Anamatra lançou. Há inúmeras contribuições de todos os painelistas sobre o tema. É intenção nossa fazer, mediante as propostas, eu sugiro, uma subcomissão informal para discutir a importância de termos uma legislação unificada sobre esse tema, na linha que propôs aqui o representante do TST, Dr. Sebastião Geraldo de Oliveira.

Está com a palavra o Senador.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Sr. Presidente Paim, nosso Senador, brilhante Senador, é sempre um enorme prazer estar nesta Comissão. Pude acompanhar, nesses últimos dois anos, esse seu trabalho. O Brasil inteiro acompanhou o trabalho deste nobre e competente Senador Paim, que sempre chamo de Presidente. Às vezes, estou no plenário e, ao me referir ao Senador Paim, chamo-o de Presidente, tamanho o respeito e admiração que tenho por V. Ex^a.

A nossa Senadora Ana Rita acaba de assumir esta Comissão. Sabemos da competência da nossa companheira, mas não é fácil substituir o Senador Paim. Eu não queria estar na pele da nossa Senadora Ana Rita.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foi por isso que ela aceitou o desafio, e tenho certeza de que fará uma grande gestão aqui.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Não tenho dúvidas. Ela é muito competente.

Pois bem, Presidente, cheguei aqui de surpresa porque não peguei a pauta de hoje e me deparei com esse tema. Essa audiência só poderia ser requerida por V. Ex^a. É um tema de extrema importância para este País e para o povo brasileiro, para os nossos trabalhadores. E isso tem tudo a ver com o crescimento que tivemos no último ano. Se o nosso trabalhador não tiver segurança, saúde etc – estou indo mais além – isso compromete o nosso crescimento, sim. Estou me referindo à nossa economia.

Mas indo à finalidade desta audiência, Presidente Paim e nossos ilustres convidados, a responsabilidade aqui é de todos. Eu vejo que é de todos. Eu, como empresário, vejo o tamanho de minha responsabilidade diante de nossos colaboradores, das pessoas que fazem acontecer este País.

Mas, em 2011, eu fui buscar informações sobre um Sistema muito importante e que diz respeito exclusivamente à segurança do trabalhador e à saúde – o Sistema S. Sesi, Senai, Sesc, Senac, Sest, Senat, Senar e aí... SESCOOP, Apex, ABDI, e o próprio Sebrae que dá respaldo às pequenas e médias empresas.

Eu fui procurar informação, Presidente, porque já era de meu conhecimento que a finalidade dessas entidades é a qualificação da mão de obra do trabalhador, o lazer e a saúde. Fui buscar informações na Internet, não encontrei absolutamente nada.

Eu busquei na Internet porque se trata de dinheiro público, de tributo. Não encontrei nada! Busquei, então... Fiz um requerimento a um dos órgãos de fiscalização, o TCU. Deram-me informação de que realmente o sistema não dava publicidade de seus atos e fatos. Estou contando essa ligeira história para chegar lá... Diante dessas informações, não vi outra alternati-

va senão requerer auditoria no Sistema S, porque eu queria informações.

Essa auditoria, Presidente, resultou este livro escrito por mim, com base nessas auditorias no Sistema S junto aos órgãos fiscalizadores CGU e TCU. Este livro chama-se: *Caixa Preta do Sistema S*. Eu quero deixar um para nosso Presidente e nossos convidados. O que eu quero dizer com isso? Que o Sistema S arrecadou, em 2012, R\$15 bilhões. Somente R\$15 bilhões! Para executar esta tarefa: qualificar mão de obra... E, quando você fala de qualificação, você está falando de segurança. No meu entendimento, fala-se de segurança do trabalhador e saúde do trabalhador. E onde foi aplicado, Presidente Paim, esses R\$15 bilhões do ano passado nesse segmento que hoje está tão carente e que, lamentavelmente, não me foi possível chegar a tempo para ouvir cada um dos senhores. E eu sei da tamanha carência.

V. Ex^a, com toda sua sabedoria, que lhe é peculiar, faz uma audiência desta natureza. Então, o livro está aqui. É uma parte dessa fiscalização que ainda não foi concluída. Mas, nosso interesse maior no estudo feito foi que eles apliquem esse dinheiro, esse rio de dinheiro, essa montanha de dinheiro, na atividade fim, que é a qualificação desse trabalhador e levar lazer e saúde a esse trabalhador. Este é nosso objetivo: levar lazer e saúde a esse trabalhador. O segundo objetivo... Ou o primeiro objetivo, aprimorar esse sistema que nasceu de uma ideia extraordinária; mas que, ao longo desse tempo, perdeu. Então, eu acho... Eu acho, não; acredito, Presidente Paim, que esta Casa, este Congresso não pode se calar – eu apresentei um projeto para aprimorar o Sistema S –, nós não podemos nos calar – e eu tenho certeza de que V. Ex^a já comprou e vai comprar essa ideia de que nós não podemos calar. Esse rio de dinheiro que o Sistema S arrecada, eles têm, por obrigação, de levar a nosso trabalhador brasileiro, além da saúde e lazer, segurança e qualificar essa mão de obra.

Era só isso o que eu queria passar.

Presidente, trouxe, aqui, cinco exemplares e vou deixar com os senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Ataídes Oliveira.

Ele vai entregar, depois, uma cópia aos convidados.

Se a sua assessoria estiver aí, nós tivemos outros quatro painelistas, então, seria bom se tivéssemos oito. Se eles puderem conseguir oito... Para que cada um dos painelistas tivesse acesso ao livro, que, com certeza, vai gerar muito debate.

Sabemos que o tema é polêmico, sabemos, e não tem por que não dizer aqui, porque ele tem assumido,

da posição do Senador Monteiro no plenário e esse livro vai ter de ser debatido. No momento adequado, eu tenho certeza de que V. Ex^a vai encaminhar para que isso aconteça.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – É muito dinheiro, não é, Presidente Paim? É muito dinheiro do povo, que tem de ser aplicado na atividade. É somente isso o que nós queremos, ouviu?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Eu queria dizer, também, antes de nós irmos para o finalmente e de permitirmos que cada um dos nossos convidados use pelo menos três minutos para as considerações finais, que eu recebi inúmeras correspondências e já me sinalizaram, aqui, que vão na linha de que os técnicos de segurança no trabalho queriam ter sido convidados.

Eu quero dizer que não faltará oportunidades.

Que bom que eles reclamaram. Isso é bom. Reclamaram no bom sentido: “Paim, queríamos sair, também, para ajudar nessa discussão.”

Nós faremos outra audiência pública lá na Comissão de Assuntos Sociais, naquela Comissão que coordeno, que é de trabalho e previdência, sobre o mesmo tema, pela importância e pela abrangência.

Eu tenho aqui... Eu sei que ele é um dos líderes do movimento, o Paulo Wilson Pedrosa: “Paim, fala, aí, do que eu estou descrevendo.”

Eu vou falar, não há problema nenhum.

Quero dizer, Paulo, que você faz, aqui, uma série de denúncias de por que tem tanto acidente no trabalho no Brasil. Você questiona, inclusive, a questão da Fundacentro.

É um direito dele questionar, bom. Ele acha que a Fundacentro não está correspondendo.

A Fundacentro já esteve aqui e o que a Fundacentro me disse, numa oportunidade, é que não tem um mínimo de estrutura, que está totalmente desmontada e por isso não consegue responder à altura. Foi o que, na época, eles nos disseram aqui. Nós fizemos até um apelo para ver se isso é possível.

Ele fala muito, aqui, da valorização dos técnicos em segurança do trabalho, o que vai na linha do que os senhores falaram.

Se o técnico de segurança no trabalho não ficar sob a pressão permanente e tiver o mínimo de garantia de que não será demitido por agir em defesa do trabalhador, ou seja, contra o acidente, numa posição, como aqui foi dito muito bem pelo juiz, não só de prevenção. Antes da prevenção, teria de ter a... Um termo que V. Ex^a usou...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Precaução! Isso. A palavra é “precaução”.

Eu sou da área também, ouviu? Eu fui técnico de segurança do trabalho. Na época, não era nem técnico que se usava, era um outro termo que se usava: supervisor. Eu era supervisor de segurança no trabalho, lá atrás.

Essa palavra precaução, eu achei interessante, como achei interessante todas que colocaram.

Enfim, está colocado aqui, ouviu Pedrosa?

O Zé Augusto também, que é o líder sindical que é oriundo e é técnico em segurança do trabalho. Ele também disse que quer participar.

Tudo que você colocou aqui seria bom que você colocasse pessoalmente.

Na Comissão, todos falam, expõem e assumem, naturalmente, a responsabilidade de cada fato ou denúncia que faça.

Mas ele está dizendo, ele chega a dizer que, conforme a OIT... Segundo a OIT, diz o Pedrosa, nós continuamos sendo o primeiro lugar em acidente no trabalho e é preciso que se vá a fundo nessa questão de por que esse quadro não muda.

Ele fala dos técnicos, fala de uma situação do Rio de Janeiro, fala, enfim, da pressão do empregador para que eles não ajam como deveriam agir. Quando eles denunciam, não há a fiscalização devida.

Aí, foi dito, aqui, que, pela falta de profissionais, também não dá para fiscalizar tudo, mas teremos essa oportunidade.

Eu queria ainda, registrar, rapidamente, que estão presentes, aqui na nossa audiência, Terezinha Célia de Oliveira, Desembargadora do Trabalho, aposentada, 10ª Região; diretora de aposentados, Anamatra; Artur de Camargo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins – CNTA; Carla Verdade, Executora do Programa TJC na Secretaria de Estado de Educação; Leandro Machado, Coordenação do TJC, da Associação dos Magistrados do Trabalho da 10ª Região, Anamatra; alunos e professores do Centro Educacional São Francisco; Juíza Patrícia Almeida Ramos, Presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 2ª Região; Desembargadora Léa Nunes, Gestora do Trabalho Seguro da 5ª Região, Bahia; Sandra Bertelli, Juíza do Trabalho da 2ª Região, São Paulo, Diretora de Cidadania e Direitos Humanos da Anamatra, 2ª Região; representante do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, do Programa Trabalho Seguro, Marcos Vaz, Instituto Brasilzinho – Educar para Transformar, que foi cartunista da cartilha, pelo que aqui está escrito.

Se houver alguma coisa que não ficou bem colocada aqui, devido à leitura rápida, vocês podem, em seguida, fazer a devida correção.

Gustavo Vieira, TRT 4ª Região, 1ª Vara do Trabalho de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Toda a nossa solidariedade ao povo de Santa Maria. Todos sabem, infelizmente, o que aconteceu naquela boate, no show. Se não me engano, parece que o dado atual registra 241 mortos, não é?

Eliete da Silva Telles, Juíza aposentada do TRT 1ª Região, coordenadora nacional do programa Trabalho, Justiça e Cidadania; Rosemeire Lopes Fernandes, Juíza do Trabalho do TRT5, membro da comissão do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania da Anamatra; Beatriz Pereira, Desembargadora Federal do Trabalho da 2ª Região, São Paulo, integrante do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania.

Acho que fiz aqui a leitura e a apresentação dos nomes.

Como é de praxe nesta Comissão, antes mesmo de passar às considerações finais aqui dos nossos convidados, se uma, duas ou três pessoas do plenário quiserem fazer uma consideração rápida, eu abro a palavra. Se não houver, passarei para as considerações finais.

Identifique-se. Pode pegar o microfone e falar o seu nome, senhora, que esteve conosco desde o início e foi uma das organizadoras do evento.

A SRA. SANDRA – Exatamente.

Bom dia a todos. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer e parabenizar o Senador Paim por esta iniciativa, por ter abraçado tão calorosamente essa causa, que é tão nobre, que atinge a todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Drª Sandra.

A SRA. SANDRA ASSALI BERTELLI – Desculpe-me não me apresentar. Sandra Assali Bertelli. Eu sou juíza do trabalho da 2ª Região e Diretora de Cidadania e Direitos Humanos da Anamatra.

Eu gostaria de, novamente voltando o olhar aqui para a cartilha, externar a nossa preocupação – minha e de todos os membros da Comissão Nacional e da Diretoria da Anamatra – com esse tema de segurança e saúde no trabalho.

Foi falado aqui por vários expositores a respeito da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho. Eu gostaria de destacar aqui a meta 7. Eu me dedeei sobre esse plano no sábado, no domingo, além de em outras ocasiões, mas, novamente, voltei o olhar para ele e me chamou muita a atenção a meta 7 desse plano. Acho importante aqui fazer essa colocação.

A meta 7 é justamente implementação de políticas de educação com capacitação de professores do

ensino fundamental e médio da rede pública e privada para divulgação de conhecimentos básicos em prevenção de acidentes. E é esse o nosso olhar.

A nossa maior preocupação na implementação do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania é a educação para valorização e qualificação da cidadania. Aqui é o juiz falando além dos autos, como o Desembargador Sebastião Geraldo bem ponderou. É o juiz fazendo a interlocução direta com a sociedade. Nós só vamos conseguir atingir essa meta de prevenção e extirpar essa chaga social se o nosso olhar estiver voltado para a educação. É por meio da educação que nós conseguimos prevenir e extirpar essa chaga social. Todo o material que nós trabalhamos, todas as cartilhas do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania, em especial essa nova edição são justamente voltados para isso. É o juiz saindo dos seus gabinetes, falando além dos autos, indo até à escola e usando a educação como um instrumento de transformação social.

Era essa a consideração importante. E todos os temas abordados aqui que foram bem colocados aqui por todos os expositores, foram objeto da nossa preocupação em cada um dos capítulos da cartilha. Quando foi falado aqui da asbestose, de todos os acidentes de trabalho, de todas as doenças do trabalho, doenças profissionais, a importância da Cipa, a importância do diálogo entre órgãos governamentais, empregadores, trabalhadores. Sem esse diálogo efetivo e usando a educação como um instrumento de prevenção, como um instrumento de transformação, de fato, nós nunca vamos conseguir chegar a lugar nenhum.

Só para encerrar, sem falar demais, sem me estender demais, gostaria de relembrar uma frase de Marx, que pontua muito tudo aquilo de que tratamos aqui: “Quanto mais o trabalhador se esgota a si mesmo, tanto mais poderoso se torna o mundo dos objetos que ele cria perante si; tanto mais pobre ele fica na sua vida interior, tanto menos pertence a si próprio”.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Sandra. Parabéns.

Vou guardar essa meta nº 7. Guardei isso. E a intenção, claro, vai ser... Poderíamos fazer nesta Comissão um grupo informal, para discutir o resultado desta audiência, que considere de suma importância – entre elas, como a gente traz o Ministério da Educação... Pelo que vi, é unânime aqui que se tem de começar lá na escola. Se efetivamente não começar lá, não vai acontecer, pelo que percebi. Só como exemplo, não é? Mas vamos trabalhar na linha do que a Dr^a Sandra colocou muito bem.

Alguém mais do Plenário gostaria de fazer alguma consideração? Então, vamos diretamente para os nossos convidados.

Vou começar aqui com a segunda mesa. Não, está aqui. Eu ia começar com a segunda, porque não achava a primeira, só isso. Então, se a segunda mesa falou agora, vai falar a primeira mesa.

Peço as considerações finais. O Dr. Renato saiu, porque me avisou que tinha compromisso. Não, está aqui o Dr. Renato. Que lapso da minha parte, Dr. Renato! Ficou de plantão, aí, firme!

Então, as considerações finais do Dr. Renato Henry Sant’Anna, Presidente da Anamatra.

Em seguida, o Jeferson.

O SR. RENATO HENRY SANT’ANNA – Senador, só quero, realmente, agradecer, mais uma vez, a abertura de V. Ex^a para as pautas que são comuns à Anamatra.

Esse é um espaço que nós não deixaremos de ocupar. Use e abuse da Anamatra naquilo que for necessário. Sempre que as nossas pautas forem comuns e a luta for boa, aqui estaremos.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Renato. *(Palmas.)*

Dr. Jeferson, representante aqui, na verdade, dos Auditores Fiscais do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

O SR. JEFERSON SEIDLER – Quero reforçar também o agradecimento pela oportunidade, pela abertura desse tema nesta Casa e destacar novamente esses dois assuntos que foram repetidos por quase todos os palestrantes, que é a questão da necessidade de uma legislação realmente inclusiva, que não fique limitada às exigências das questões de saúde e segurança aos celetistas, porque os não celetistas não são feitos de aço nem de titânio, são de carne e osso como todos os outros. Que possamos adentrar todos os ambientes de trabalho e ter o mesmo tipo de exigência sem nenhum tipo de discriminação.

Em segundo lugar, esse tema tão abrangente da educação. E sabemos que a transformação social vem por aí. A transformação de qualquer sociedade, de qualquer país, tem demonstrado que é a educação do início ao fim, desde a básica, da criança, que faz a transformação cultural e o real desenvolvimento de uma nação.

É nesse sentido que a gente também aproveita para solicitar o apoio no fortalecimento da área de segurança e saúde no trabalho, no Ministério do Trabalho e em especial na Inspeção.

Muito obrigado. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Jeferson Seidler, que falou, representando o Ministério do Trabalho e Emprego, na área correspondente.

Dr. Carlos Augusto Vaz de Souza, Coordenador Geral da Coordenação Geral de Saúde do Trabalhador junto ao Ministério da Saúde.

O SR. CARLOS AUGUSTO VAZ DE SOUZA – O.k. Obrigado, Senador.

Acho que a mensagem é a de que o Ministério da Saúde está à disposição para trabalhar nesses diversos fóruns. Estamos na discussão da PNSST, temos um outro fórum muito importante, que é o acordo de cooperação com o TST, a AGU, o Ministério Público do Trabalho. E acho que, em relação ao fórum NO Legislativo, estamos à disposição para a continuidade desse processo, para trabalhar as propostas, por exemplo, que o Sebastião trouxe. Com algumas eu concordo, com outras nem tanto, mas para participar desse processo de debate...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com o debate, vamos construindo.

O SR. CARLOS AUGUSTO VAZ DE SOUZA – ...desse encaminhamento, estamos à disposição. Acho que de novo essa é uma área que só avança com o compromisso e com o trabalho de todos os atores sociais. E estamos aí para dar nossa parcela de contribuição nesse esforço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Carlos Augusto Vaz de Souza, que representou aqui o Ministério da Saúde. (*Palmas.*)

Dr. Philippe Gomes Jardim, Coordenador Nacional que aqui representa o Procurador-Geral do Trabalho do Ministério Público do Trabalho.

O SR. PHILIPPE GOMES JARDIM – Senador Paulo Paim, acho que a palavra final é de agradecimento. São esses espaços que fazem com que a nossa luta se legitime. Temos uma tradição bastante forte na atuação na área de saúde e segurança e é preciso que esses momentos se reproduzam para que cada vez mais possamos incentivar essa discussão, que é fundamental para dar legitimidade à prática.

Não coincidentemente hoje está sendo feita esta audiência pública e hoje à tarde, foi mencionado pelo Dr. Carlos Eduardo, será feita a 5ª audiência de tentativa de conciliação envolvendo a Shell e a Basf, que, caso chegue a um acordo final, não tenho dúvida de que será um caso paradigmático na história da Justiça do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho em termos de atuação efetiva na área de saúde e segurança.

Está se discutindo um acordo na ordem de R\$200 milhões. Não tenho notícia de nenhum acordo na Justiça do Trabalho com um volume tão grande de repercussão

financeira. Isso sem falar das indenizações individuais que os trabalhadores, mais de mil trabalhadores, terão direito. E principalmente o acompanhamento médico vitalício de todos esses trabalhadores que foram atingidos.

Acho que o momento é bastante propício para esse tipo de discussão. Assim, quero renovar os agradecimentos. E que não se esgote aqui, mas que cada vez mais se tenham esses momentos, esses espaços de discussão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Philippe Gomes Jardim, que aqui representou o Ministério Público do Trabalho.

Agora vamos ao Dr. Luiz Eduardo Alcântara de Melo, que, na verdade, representa aqui o Ministério da Previdência Social.

O SR. LUIZ EDUARDO ALCÂNTARA DE MELO – Novamente, quero agradecer a oportunidade de participar. Além disso, também quero agradecer pelo aprendizado que consegui adquirir nessas mesas de debate. Quero ainda reforçar um convite a todos os segmentos sociais no sentido de unir forças no trabalho de parceria, como já estamos experimentando especialmente no âmbito governamental, na luta para promoção da saúde e segurança do nosso trabalhador. É isto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Dr. Luiz Eduardo Alcântara de Melo, que aqui falou em nome do Ministério da Previdência Social.

Antes de conceder a palavra ao Dr. Francisco, queria registrar, pois acabei não lendo, que também está conosco a Drª Silvana Abramo, Coordenadora do TJC 2ª Região. Seja bem-vinda. É uma alegria estar com a senhora aqui.

Dr. Francisco Luis Lima, que aqui representa a Presidenta do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – Sinait, Srª Rosângela Silva Rassy, que já esteve conosco por diversas vezes.

O SR. FRANCISCO LUIS LIMA – Senador Paulo Paim, estou nesta audiência pública representando o Sinait. Estou há 30 anos no Ministério do Trabalho fazendo Medicina do Trabalho e, infelizmente, o rumo que o Ministério do Trabalho toma é o de acabar com médicos e engenheiros.

Quero agradecer ao Deputado... Promovendo já o Desembargador, mas quero agradecer o Desembargador Sebastião Oliveira pela reivindicação de um número maior de médicos e engenheiros no Ministério do Trabalho.

É inadmissível para qualquer outra pessoa que fiquem extintos os cargos de médico e engenheiro do trabalho na inspeção do trabalho.

Acredito que o outro mundo é possível e mantenho o meu tempero da esperança. Sempre quando as coisas estão sendo banalizadas, desvalorizadas, precisamos acreditar e manter o tempero da esperança de que algo de novo certamente acontecerá. E é isso que mantém, inclusive, minha sanidade mental. E é preocupação nossa, como Diretor de Inspeção do Departamento de Segurança e Saúde dos Trabalhadores, que os inspetores do trabalho mantenham a sua sanidade mental.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Sr. Francisco Luis Lima, que falou pelo Sinait.

Passamos a palavra, pela ordem, ao Dr. Sebastião Geraldo de Oliveira, Desembargador do TRT 3ª Região/MG, falando em nome do TST.

O SR. SEBASTIÃO GERALDO DE OLIVEIRA – Prezado Senador, queremos agradecer muito. Estamos realmente muito satisfeitos com o resultado desta audiência pública. Esperamos que ela tenha continuidade, porque diante desse número tão elevado de acidentes e doenças – e todos nós estamos aqui envolvidos com a causa – não agir parece até que é cumplicidade. Então, é como se fosse um anestésico social diante da realidade não fazermos nada.

Talvez, o grande desafio hoje possa se traduzir numa frase: tornar real o que já é legal. Temos várias normas boas e importantes que não são aplicadas. Então, é preciso fiscalização, educação e é preciso reivindicação. E aqui lamento muito, pois há 26 anos que sou juiz. Julgo raríssimas causas veiculadas por trabalhadores de sindicato postulando a melhoria. O nosso sistema jurídico permite a tutela cautelar, a tutela inibitória, pode permitir em uma ação melhor ambiente sob pena de multa diária até normalizar. Isso não aparece. Só aparece para buscar a indenização, os adicionais. Queremos mudar a cultura, buscar a prevenção. E isso também nas faculdades de Direito. Precisamos fazer seminários. É possível a tutela inibitória, é possível a tutela cautelar, é possível exigir que melhore o ambiente. Essa mudança de cultura é que estamos pregando. Em vez de passarmos tanto tempo socorrendo vítimas e acidentados, tirar um pouco de tempo para preservar a saúde e a vida.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Sebastião Geraldo de Oliveira, Desembargador do TRT da 3ª Região, representando o TST.

Por fim, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT.

O SR. CARLOS EDUARDO DE AZEVEDO LIMA

– Gostaria de, em nome da ANPT, agradecer por mais esta oportunidade de discutir um tema da relevância das questões atinentes ao meio ambiente de trabalho, mais especificamente a saúde e segurança do trabalho.

Também na linha do que o Dr. Sebastião mencionava há pouco de tornar real o que é legal, e realmente temos inúmeros dispositivos legais que certamente nos socorrem nessa atuação de cada um dos órgãos, de cada uma das entidades aqui representadas, mas também a nossa preocupação, que eu gostaria de frisar, de não termos retrocesso. O retrocesso vem não apenas de forma direta nesta questão do meio ambiente do trabalho em projetos de lei que tratam especificamente disso, mas também em projetos, proposições legislativas que tramitam em ambas as Casas do Congresso Nacional. Atualmente, eu arriscaria dizer que mais na Câmara dos Deputados. Mas que certamente chegarão aqui, se ao conseguirmos barrar na primeira Casa, onde estão em tramitação, que tem um cunho nitidamente precarizante. E aqui já se mencionou a questão da terceirização e aquela estatística que V. Exª tão bem lembrava 80% dos casos de acidente de trabalho envolvendo trabalhadores terceirizados. Naquele projeto, a ANPT, assim como outras entidades certamente também o fizeram, ressalta uma série de questões a serem observadas, a nosso ver, voltadas para responsabilidade solidária nos casos de acidente de trabalho, voltadas para uma série de questões que visam fazer com que cesse ou, pelo menos, no mínimo, amenize ao máximo este cunho precarizante desses projetos, que certamente trazem consequências diretas que se sentem de imediato nas questões atinentes à saúde e à segurança do trabalho.

Então, mais uma vez, agradeço não apenas pela oportunidade de falar, mas também pelo apoio nesses projetos para evitar que venham a ser aprovados, para evitar que a situação de precarização se torne ainda mais grave e, com isso, com reflexos em acidentes fatais, com doenças relacionadas ao trabalho e com todas essas problemáticas que conhecemos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Carlos Eduardo Azevedo Lima, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT. Pode ter certeza de que vamos estar aqui na trincheira, entrincheirado, como diz o gaúcho. Se a bala vier por cima, a gente se abaixa; se vier por baixo, a gente pula; se vier no meio, a gente mata no peito, mas não recua.

Neste momento, antes de ir para o encerramento, quero ter a alegria de receber do Desembargador do TRT da 3ª Região o seu livro, que fala muito daqui-

lo que ele expôs aqui em matéria da importância de implementarmos e aprimorarmos a legislação, quem sabe até reunirmos tudo em um único instrumento.

Antes de encerrar, por favor. Essa já é a sexta edição. Então, neste dia, recebi dois presentes: a cartilha de trabalho Seguro Saudável e o livro do desembargador. Uma salva de palmas para ambos. *(Palmas.)*

Assim vamos encerrar a nossa audiência pública com o compromisso de não terminar esse debate, essa discussão, a elaboração e a construção de um instrumento que talvez seja o grande instrumento que vai garantir a aplicação da legislação e ampliação da legislação para proteção, como foi dito aqui, da vida do trabalhador. Só isso. Da vida do trabalhador.

Muito obrigado a todos os convidados do plenário, os painelistas. Voltaremos, com certeza, espero eu, no mês de março ou abril, com uma outra audiência para aprofundar o debate. Vou convidá-los informalmente para um grupo de trabalho que pode ser aqui, pode ser em um dos tribunais ou na Anamatra ou no Ministério, enfim, o que vocês entenderem ser adequado para avançarmos nessa discussão.

Parabéns a todos. Muito obrigado e até a próxima. Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 7 minutos.)

**ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA
COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS
HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 25 DE
MARÇO DE 2013, SEGUNDA-FEIRA, ÀS
9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR
NILO COELHO, SENADO FEDERAL.**

Às nove horas e quatro minutos do dia vinte e cinco de março de dois mil e treze, na sala número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senhor Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senhor Senador Paulo Paim. Registra-se a presença do Senador Rodrigo Rollemberg. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se à apreciação da seguinte Pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, RDH, nº 2 de 2013, aprovado em 5 de março de 2013, para “debater a situação dos aposentados e pensionistas das forças armadas”. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Convidados: Waldemar da Mouta Cam-

pello Filho, Capitão de Mar e Guerra e Presidente da Confederação Nacional da Família Militar - CONFAMIL; Genivaldo da Silva, Presidente da Associação dos Militares da Reserva, Reformados e Pensionistas das Forças Armadas; Cantídio Rosa Dantas, Coronel e Presidente da Federação da Família Militar do DF - FAMIL/DF; Rita S. Dienstmann, Presidente da Federação da Família Militar - Mulher/DF; Coronel Soares, Presidente da FAMIL/MT; Sebastião Pinheiro Duarte, 3º Sargento do quadro especial e Vereador da Câmara Municipal de Cáceres/MT; Ivone Luzardo, Presidente da União Nacional de Esposas de Militares das Forças Armadas - UNEMFA; Miriam Cristina Dienstmann Stein, esposa de militar do Exército; Antonio Vicente da Silva Neto, Assessor Parlamentar, Associação de Praças das Forças Armadas - APRAFA; Eduardo Souza Silva, Presidente da Comissão QESA Brasil; Floriano de Sá Peixoto, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil e Diretor da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social - ANFIP; João Florêncio Pimenta, Presidente da Federação dos Aposentados e Pensionistas do DF. A Presidência franqueia a palavra para as diversas lideranças presentes no Plenário da Comissão. O Senhor Presidente eventual, Senador Paulo Paim, encaminha a realização de uma reunião administrativa, em seu gabinete parlamentar, com a finalidade de definir um único documento a ser remetido a diversas autoridades federais acerca do tema tratado nesta Audiência Pública. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim e Rodrigo Rollemberg. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião, às doze horas e vinte e quatro minutos, lavrando eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **Senador Paulo Paim**, Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Audiência Pública. Nos termos do Requerimento nº 2, de 2013, da CDH, aprovado em 05/03/2013, de

autoria deste Senador, para debater a situação dos aposentados e pensionistas das Forças Armadas.

Nós vamos ter, pelo número de convidados, quatro Mesas. De imediato, vamos formatar a primeira Mesa, dizendo a todos que esta audiência pública ainda é fruto de um compromisso que eu havia assumido no ano passado, numa conversa que tive com os líderes dos militares, principalmente aposentados e pensionistas; mas também havia ali naquela reunião pessoas que se identificavam com a caminhada e com a vida de homens e mulheres que defendem a Pátria e ainda estão na ativa.

Eu me comprometi a realizar a audiência e assim o faço no dia de hoje. Aprovamos o requerimento aqui na Comissão, e a Presidenta, Senadora Ana Rita, entendeu que era um compromisso que eu tinha assumido e respaldou para que eu fizesse a reunião em data que foi marcada e remarcada, porque apenas dependia de oportunidade adequada, com a posse da nova direção desta Comissão.

Então, sejam todos bem-vindos. Agradeço àquele grande grupo que me surpreendeu, porque me convidou para o almoço. O Pimenta me convidou para o almoço com ele, e, ao chegar ali, havia quase 30 pessoas, devido ao meu aniversário, que foi dia 15 de março. Agradeço a todos.

Vamos ao nosso debate. Faremos um debate tranquilo, equilibrado, onde vocês possam, naturalmente, colocar os seus pleitos, as suas dúvidas, os questionamentos, de modo que possamos sair desta reunião com algum encaminhamento positivo que atenda à demanda das senhoras e dos senhores, lembrando a todos que, quando olho para os servidores públicos, eu não faço diferença entre servidor público ativo e aposentado nem entre militar e civil. Todos são servidores da pátria. Por isso, esta reunião tem esta linha de conduta: a defesa dos servidores, principalmente daqueles que atuam na área militar, sejam aposentados, pensionistas ou não.

De imediato, vamos à primeira Mesa. Nós formaremos, no mínimo, três Mesas devido ao número de pessoas que foram indicadas. Todos que pediram para falar vão falar. Aqui é democracia plena. E no final darei oportunidade no mínimo a dois ou três do plenário, se assim entenderem os componentes da mesa, para que façam algum questionamento.

Primeira Mesa, Genivaldo da Silva, Presidente da Associação dos Militares da Reserva, Reformados e Pensionistas das Forças Armadas. Seja bem-vindo como nosso convidado.

Repito: aqui não importa quem é da primeira Mesa, da segunda Mesa ou da terceira Mesa. Chego a dizer que a terceira Mesa é a melhor, porque são

aqueles que ficam à Mesa até o final dos debates. Todas as Mesas são importantes.

Convidamos a Sr^a Miriam Cristina Deinstmann Stein – não sei se pronunciei corretamente –, que é esposa de militar do Exército e também pediu para fazer o seu depoimento.

Convidamos também Rita Deinstmann, que é Presidente da Federação da Família Militar do DF, e Waldemar da Mouta Campello Filho, Capitão de Mar e Guerra e Presidente da Confederação Nacional da Família Militar.

Depois passaremos para os outros convidados. Posso até fazer uma leitura rápida, já para situar, na abertura dos trabalhos.

Teremos, então, independente dos que eu já chamei, Genivaldo da Silva, que está aqui, Miriam, que já está, a Rita também já está. Já chamamos o Waldemar também.

Antonio Vicente da Silva Neto, Assessor Parlamentar da Associação de Praças das Forças Armadas, Ivone Luzardo, Presidente da União Nacional de Esposas de Militares das Forças Armadas, Coronel Soares, Presidente da Famil/MT, Sebastião Pinheiro Duarte, Terceiro-Sargento do Quadro Especial e Vereador de Cáceres – Mato Grosso, Cantídio Rosa Dantas, Coronel e Presidente da Federação da Família Militar do DF (FAMIL), Eduardo Souza Silva, Presidente da Comissão Qesa Brasil, Floriano de Sá Peixoto, Auditor Fiscal da Receita Federal e da Direção da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (Anfip). Esses são os convidados que farão parte das outras Mesas.

De imediato, passamos a palavra ao Sr. Genivaldo da Silva, Presidente da Associação dos Militares da Reserva, Reformados e Pensionistas das Forças Armadas.

O SR. GENIVALDO DA SILVA – Bom dia a todos. Bom dia à Mesa, especialmente ao Senador Paulo Paim, que, em 17 de dezembro de 2012, aprovou nesta mesma Casa o requerimento para que nós pudéssemos estar presentes nesta audiência pública, trazendo as nossas reivindicações.

Bom dia aos senhores militares e familiares, autoridades competentes governamentais, Senadores da República e Deputados Federais presentes para que possamos aqui discutir essa questão.

Primeiramente quero agradecer a oportunidade de estar presente nesta Comissão de Direitos Humanos para trazer as nossas reivindicações.

Quero falar inicial...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só um pouquinho. Para efeito de gravação, o seu microfone não está funcionando. Está com pro-

blema. E me informaram inclusive que quemalaria em primeiro lugar...

(Intervenção fora do microfone.)

Então permita. Já que o seu microfone está com problemas, enquanto eles ajustam, o senhor vai começar de novo.

Vamos começar então... Fiquei sabendo somente agora que é o Comandante Campello que vai fazer a primeira fala. Então, Comandante Campello, o senhor faz a abertura e já fica no seu tempo. Depois nós seguiremos na sequência.

O SR. WALDEMAR DA MOUTA CAMPELLO FILHO – Ex^{mo} Sr. Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul, Presidente desta reunião, Ex^{mas} autoridades presentes ou aqui representadas, senhores integrantes da Mesa, senhores líderes das entidades representativas da Família Militar, minhas senhoras, meus senhores, amigos da Família Militar, preliminarmente, desejo agradecer a oportunidade que nos está sendo proporcionada pelo Ex^{mo} Sr. Senador Paulo Paim ao nos conceder este espaço para colocar as apreensões que afligem a Família Militar, que incansavelmente tem buscado uma solução para as suas vicissitudes ante a descontinuada e pouca atenção que nos tem sido dada pelos agentes públicos do Governo Federal.

É verdadeiramente decepcionante constatar que, no trato das questões militares, ainda se tenha a inexplicável obstinação de colocá-las sob a égide ideológica, como parâmetro definidor da opção de respostas às suas necessidades essenciais que objetivam permitir que cumpram suas destinações constitucionais. Por sua vez, os Poderes da República, especificamente o Judiciário, têm se esmerado em agir preconceituosamente nas demandas judiciais que envolvem interesses dos militares, numa inequívoca demonstração de relativização de direitos reclamados, para apenas citarmos informações que nos têm sido dadas ao conhecimento, procedentes das entidades que compõem o sistema Confamil. Parece-nos que para os agentes oficiais o estamento militar só tem uma única destinação: a de ser considerado como objeto de uso pessoal e episódico, uma guarda pretoriana em permanente disponibilidade de emprego, conforme os humores dos detentores do poder na ocasião, para a qual bastasse apenas a atenção pontual e imediata. É nosso entendimento que, como Forças Armadas, somos constitucionalmente consideradas instituições permanentes, o que significa não estarmos sujeitos à solução de continuidade, em que pese a alternância de poder dentro do regime democrático em que vivemos. Não há, portanto, transitoriedade de permanência, o que nos permite concluir que seja qual for o governo constituído cabe ao Estado

a responsabilidade pela manutenção de suas Forças Armadas em meios materiais e humanos, para que elas possam exercer em plenitude e com proficiência as suas missões constitucionais. Trata-se, portanto, de um ato de responsabilidade para com o País, aí se incluindo a defesa do Território nacional e do povo que nele habita. Isso pressupõe a integralidade e não a particularidade do seu emprego. É paradigma institucional do conhecimento de todos que as FFAA se destinam a servir ao Estado e não a governos. E talvez aí resida a raiz de todos os problemas que afrontam e agridem as nossas instituições permanentes, numa insistência sem fim em confundir-se o coletivo com o particular e colocar a ideologia como parâmetro definidor de conduta.

Essas divagações são necessárias para mostrar a tantos quantos nos ouvem que todos os problemas que aqui serão expostos pelos nossos especialistas nada mais são do que consequência dessa consciência oficial equivocada sobre o que representam as FFAA para o País, que induz a sociedade a vislumbrá-las como um estigma pernicioso a ser evitado. Isso não se coaduna com o inconcebível sucateamento dos seus meios operacionais, além da irresponsável política de desestimular os profissionais, contribuindo para o incremento na evasão de militares com sérios prejuízos para o exercício da missão de defesa não só em termos numéricos, como em termos de qualidade do elemento humano, responsável que é pelo manuseio de equipamentos de elevada sofisticação tecnológica e custo.

Ignorar essas características que tornam a vida militar com especificidades inigualáveis às de outras carreiras é não entender ou manter-se indiferente às razões pelas quais cobramos mais atenção do Estado, pois, até agora, e isso já se prolonga por pelo menos 52 anos ininterruptos, nada tem sido provado como uma inverdade. O comum é a permanente alegação da não existência de recursos em decorrência de persistentes crises financeiras, o que sugere estarmos continuamente vivendo num Estado em franca insolvência ou então que tem na cronicidade do uso de hipocrisias e mentiras seus grandes recursos de persuasão.

O fato é que hoje sofremos as consequências disso, que se tornou um verdadeiro estado de espírito que perdura teimosamente ao longo do tempo e que não sabemos até quando irá assim permanecer. Que me perdoem os senhores e tantos quantos estiverem nos ouvindo, principalmente aqueles que abraçaram como ideal de suas vidas a carreira militar, mas a continuarmos a ser tratados como até então temos sido melhor seria que se decidisse pela ousadia e a coragem de propor-se uma reforma constitucional na qual fosse

sugerida a extinção das Forças Armadas. É inadmissível assistir-se a manobras dissimuladas e por vezes até mesmo ostensivas de responder às carências de recursos programando arranjos financeiros paliativos e injustos como solução emergencial, o que para nós representa tão somente um incontido desejo de dividir os militares em atividade dos inativos. Por outro lado, a argumentação rançosa de que os recursos são limitados para atender às necessidades das instituições militares não tem guarida racional, a não ser a pretensa tentativa de fragilizar as Forças Armadas atendendo a interesses subalternos ou mesmo escusos, próprios de quem não tem qualquer compromisso com o País.

Senhoras e senhores, insistentemente tenho procurado buscar uma explicação racional e definida do momento em que estamos vivendo e creio tê-la encontrado numa colocação feita por Sua Eminência o Sr. Cardeal D. Vicente Scherer, Arcebispo de São Paulo. Neste momento peço perdão e permissão a Sua Eminência para usar um trecho de sua entrevista a um periódico de grande circulação nacional, quando, por cristalina inspiração, definiu de forma soberba a cultura que hoje vivenciamos e que responde aos mais atentos a tudo o que expusemos anteriormente, colocando a meditação de todos nós sobre o caminho que estamos trilhando.

Assim disse Sua Eminência ao falar sobre os desafios da pós-modernidade. Início da citação:

Refiro-me à nova cultura, que poderia ser definida como cultura líquida, sem valores sólidos e consistentes. É a cultura do subjetivismo absoluto. Tal cultura leva ao relativismo todos os valores, sejam éticos, antropológicos ou até mesmo religiosos.

Fim da citação.

É essa modalidade cultural que, com perplexidade, nos deparamos nos dias de hoje, pois chegamos até ao absurdo de relativizar a moral e a ética na vida do nosso povo, tornando-as uma prática usual. Isso sem contar com a prática já consagrada da aplicação da presunção de direitos, que, no nosso entendimento, mais se aplica a regimes autoritários nos quais o agente que define o direito é conduzido ao endeusamento. A responsabilidade como um de nossos importantes valores que definem a forma com que nos comportamos diante da dinâmica das relações particulares e institucionais em nossas vidas pode também ser relativizada e, como tal, passível de ser manipulada conforme a subjetividade do entendimento que se possa ter sobre os encargos que nos são confiados.

Não há como negar que isso se constitui em um grande desafio a ser combatido, pois os nossos valores não podem continuar a ser relativizados indefinidamente, com o risco de podermos estar caminhando

para uma ruptura do tecido social de consequências imprevisíveis. Impõe-se, pois, à sociedade reagir contra esse quadro lesivo ao País. E nós aqui estamos, como parte dessa sociedade que somos, nos propondo a começar essa reação cobrando a responsabilidade que cabe aos agentes públicos de gerir com proficiência e justeza as carências das FFAA, para que elas cumpram em plenitude aquilo que lhes foi constitucionalmente conferido como sendo da sua responsabilidade para com os superiores interesses do País.

A Família Militar, através dos segmentos aqui presentes e representados, espera com grande expectativa que seus anseios e aspirações encontrem nesta Casa do Povo a responsabilidade de lhe oferecer as respostas que venham a atenuar suas dificuldades, ante o entendimento de que o militar sempre foi e sempre será o povo fardado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Esse foi o Capitão de Mar e Guerra e Presidente da Confederação Nacional da Família Militar, Sr. Waldeimar de Mouta Campello Filho.

Na sequência, vamos voltar então ao Presidente da Associação dos Militares da Reserva, Reformados e Pensionistas das Forças Armadas, dizendo que, mediante o entendimento feito com todos, a Miriam vai entrar na segunda Mesa e o Sr. Cantidio Rosa Dantas, Presidente da Federação da Família Militar do DF (FAMIL/DF) fica nesta primeira Mesa.

Quero também registrar que estamos recebendo telegramas, *e-mails*, mensagens pelo celular, por isso eu o pego de vez em quando.

Registro que recebemos do Sr. Roberto Rodrigues Ramos, Suboficial reformado da FAB, que está nos ouvindo em Guaratinguetá – São Paulo, parabenizando o evento e a todos aqueles que o organizaram.

Também recebemos do Sr. Paulo Roberto Wiltes, Cabo Especializado da FAMIL, reformado por invalidez, que nos ouve do Rio de Janeiro. Ele gostaria que alguém falasse sobre o reajuste de 28%.

Com a palavra agora, como havíamos combinado no início, o Sr. Genivaldo da Silva, Presidente da Associação dos Militares da Reserva, Reformados e Pensionistas das Forças Armadas.

O SR. GENIVALDO DA SILVA – Bom dia a todos, bom dia à Mesa. Gostaria de parabenizar especialmente V. Ex^a, Senador Paulo Paim. Bom dia a todos os presentes, familiares de militares, senhoras e senhores; bom dia aos nossos Senadores da República, aos nossos Deputados Federais e às nossas autoridades competentes.

Primeiramente, quero agradecer a oportunidade de estar nesta Comissão de Direitos Humanos, apresentando nossas reivindicações.

Quero falar, inicialmente, sobre as significativas perdas sofridas pela Família Militar, com a edição da Medida Provisória 2.215-10/2001, que há 13 anos encontrava-se no Senado Federal.

Em 17 de dezembro de 2012, às 15h45, aqui nesta mesma Casa, o Senador Paim aprovou o requerimento para que pudesse estar aqui presente toda a Família Militar, trazendo suas reivindicações. Parabéns a V. Ex^a!

Quero falar também sobre as perdas sofridas com essa MP 2.215. Ela nos tirou, em 2001, algumas gratificações que tínhamos, a exemplo da 160 e o adicional de inatividade – quando o militar passava para a reserva, ele ganhava esse adicional, que também foi retirado. Tirou a G7, tirou o posto acima – o militar passava para a reserva, automaticamente, seria promovido a um posto acima. São significativas essas perdas, porque se deixou de receber uma importância para sua sobrevivência na reserva.

Auxílio moradia, que também tínhamos, foi retirado. Licença-prêmio: completava o militar dez anos de serviço, ele tinha uma licença-prêmio. Cinco por cento ao completar dez anos de serviço, também foi retirado.

Então, todas essas questões especificamente citadas foram retiradas. Por isso estamos hoje com um salário superdefasado.

Além dessas questões aqui citadas, ficamos dez anos sem R\$1,00 de aumento.

Quero informar aqui também que não foi no governo anterior nem no Governo atual. Foi um presente que nos deixou FHC. Tem que ser falado, sim, porque a sociedade brasileira realmente talvez não conheça. Sempre cito aqui: o governo anterior deu aumento para nós, agora, de 30%. Não resolve a nossa questão. Dez por cento agora em março, 10% em 2014 e 10% em 2015. Não vai resolver o problema do salário das Forças Armadas. É importante que haja um estudo para fazer uma equiparação salarial com as outras categorias.

Quero informar aqui também que um 2º Sargento das Forças Armadas brasileiras ganha R\$2.700, com 30 anos de serviço. Um 3º Sargento ganha R\$2.600. Um Capitão das Forças Armadas brasileiras, R\$5.300. Ganha menos do que um Soldado da Polícia Militar do DF, dos Bombeiros, que são excelentes profissionais! Nós tiramos o chapéu para eles! Mas não podemos ganhar menos do que eles! Isso é importante para todos nós.

Faço um apelo aqui aos nossos Senadores da República, aos nossos representantes governamentais para que possam aprovar essa MP com as emendas que nos interessam. Ela tem hoje, no contexto, 867

emendas. A maioria nos beneficia. Só falta fazer uma seleção dessas emendas para que possa o Senado Federal aprovar as emendas que possam nos devolver direitos adquiridos. É isso que a Família Militar deseja.

Nesta audiência pública, temos a confiança de que o Governo Federal vai nos ouvir, a Presidente Dilma Rousseff vai olhar para nosso salário das Forças Armadas, porque, quando há necessidade, estamos presentes em todos os momentos, nas pacificadoras, em Manaus, defendendo a soberania nacional; em todas as funções que forem citadas, estão as Forças Armadas brasileiras.

Gostaria de fazer aqui uma referência a V. Ex^a, Senador Paim, que abraçou esta causa. (*Palmas.*) Fizemos um trabalho de articulação aqui no Senado Federal, e V. Ex^a foi o Senador da República que abraçou esta causa e disse não só para mim, mas para todos os nossos segmentos: “Nós vamos fazer uma audiência pública para que possamos trazer as reivindicações para o Senado Federal.”

Quero fazer uma referência a V. Ex^a, em setembro de 2012. Foi o Senador da República do nosso Brasil que foi à tribuna do Senado Federal já para falar das perdas salariais das Forças Armadas brasileiras e também citou o papel das Forças Armadas. É importante para a sociedade brasileira, é importante para nós, militares, que fazemos parte desse segmento que são as nossas Forças Armadas brasileiras.

Faço referência também a V. Ex^a com respeito a todas as questões aqui citadas, em meu nome, como Presidente da Associação dos Militares da Reserva, Reformados e Pensionistas das Forças Armadas, Sargento Genivaldo, uma referência a V. Ex^a por tudo que fez pela sociedade brasileira e para as nossas Forças Armadas também.

Faço referência em nome de 5 milhões de militares neste País e familiares, que estão neste momento nos assistindo pela TV Senado e torcendo para que nós possamos resolver essas questões salariais das Forças Armadas brasileiras. Não poderia deixar de citar o nome do Senador Paim, que vai ficar na história deste Senado Federal, vai ficar na história do Brasil. É a primeira vez que estamos aqui presentes, a Família Militar das Forças Armadas, porque somos brasileiros como todos aqui presentes, fazendo aqui hoje, neste momento, uma audiência pública para que nós possamos trazer todas as nossas reivindicações salariais e outras questões também.

Parabenizo a todos e muito obrigado a todos aqui presentes por ouvirem minhas palavras. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse foi o Sr. Genivaldo da Silva, Presidente da Associação dos Militares da Reserva, Reformados e Pensionistas das Forças Armadas.

Antes de passar a palavra para o Coronel Cantidio, faço a leitura de outro documento que nos chegou aqui.

“Servi na Marinha do Brasil por 31 anos e 6 meses.” Durante esse tempo, ele serviu durante 13 anos embarcado, ou seja, a bordo de navio, somando os dias em que esteve viajando, em exercício, com navio de esquadra brasileiro e de nações estrangeiras. Ele passou, em resumo, mais de um ano no mar, o que lhe rendeu medalha de reconhecimento por tal feito. Hoje, com mais de 70 anos, acometido de todos os males que a velhice proporciona, é obrigado a sobreviver com salário de miséria e roga a Deus para que se consiga, via imprensa, enfim, sensibilizar os governantes para mudar a situação degradante, humilhante daqueles que dormem conscientes de terem cumprido seu dever de defender a Pátria com o sacrifício da própria vida.

Está lido o documento que fala da situação desse homem, após 31 anos e 6 meses na Marinha.

Tudo que está chegando aqui estou lendo. Comigo não tem censura, tudo que chega, é leitura imediata. (*Palmas.*)

Sr. Cantidio Rosa Dantas, Coronel e Presidente da Federação da Família Militar do DF (FAMIL/DF).

O SR. CANTIDIO ROSA DANTAS – Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores representantes dos Ministérios da Defesa, Marinha, Exército e Aeronáutica, autoridades aqui presentes, entidades que compõem a Família Militar, a política salarial adotada para os militares ao longo dos tempos tem sido objeto de grandes preocupações e intranquilidades para a Família Militar, principalmente nos últimos dez anos.

As distorções ocorridas em relação às demais categorias do serviço público federal alcançaram níveis inaceitáveis de comprometimento da renda das famílias, a ponto de não só impedir o atendimento das obrigações com seus dependentes como também contribuir para uma grande inadimplência no cumprimento dos deveres contratados com bancos, financeiras e outros.

Será fácil conferir o que estamos afirmando, bastando consultar os contracheques da grande maioria da Família Militar, ativos, inativos e pensionistas, eivados de empréstimos, consignações e abatimentos de dívidas, que vêm conduzindo a todos para um desastroso abismo anunciado, haja vista o que o Senador acaba de mostrar: um Sargento com 31 anos de serviço recebendo R\$2.000 de salário.

Este quadro nos faz sentir como cidadãos marginalizados sem aspiração no futuro.

Muito se tem falado sobre as distorções salariais, porém nada, absolutamente nada foi feito pelos agentes

públicos do Governo para adotar uma solução definitiva, capaz de interromper esse processo continuado de degradação salarial.

Senhoras e senhores, estamos nos referindo ao grande problema que se abate sobre toda a Família Militar: ativos, inativos, pensionistas e familiares. As nossas preocupações são tão maiores quando sabemos que as famílias afetadas por esse descalabro salarial atingem também os militares em atividade, que não podem se manifestar, mas são alcançados por conta da inobservância dos princípios da integralidade e paridade, que nos mantêm a todos solidamente ligados.

É preciso ressaltar aqui, mais uma vez, que os militares em atividade, em futuro muito próximo, irão integrar o contingente dos inativos e pensionistas. Daí a reciprocidade de interesse e a razão das nossas preocupações.

Os contingentes afetados pela política salarial aplicada aos militares, os militares da ativa, inativos e pensionistas das três Forças Armadas, Marinha, Exército e Aeronáutica, somamos um contingente de 660 mil pessoas, homens que correspondem a um tamanho da área de influência que é atingida pela dureza dessa política salarial nefasta.

Esses números atingem um montante de 5,2 milhões de pessoas, se nós considerarmos que cada militar tem em torno de si oito pessoas, entre dependentes e familiares, todos, em uníssono, assistindo ao sofrimento dos fardados, que calados continuam, por força de imposição de seus respectivos regulamentos.

Assim sendo, passa ao Poder constituído que tudo está correndo às mil maravilhas. Ledo engano, pois a Família Militar atravessa uma das mais graves crises financeiras de sua história. Não é possível mais ignorar tanta injustiça para com aqueles que estão sempre prontos a defender a Pátria com o sacrifício da própria vida, a todo momento, em qualquer local do Território brasileiro, 24 horas por dia mobilizados, e receber como salário-família, senhores, 16 centavos *per capita* mensal. Isto é um desrespeito, uma afronta ao ser humano! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quanto?

O SR. CANTIDIO ROSA DANTAS – Dezesseis centavos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para ficar claro: não são R\$16,00, são centavos.

O SR. CANTIDIO ROSA DANTAS – Dezesseis centavos por dependente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E R\$16,00 já seriam muito pouco, naturalmente.

O SR. CANTIDIO ROSA DANTAS – São 16 centavos por dependente, filho e esposa. Aqui no contracheque que V. Ex^a acaba de receber está escrito isso.

É por esses cidadãos e cidadãs brasileiros que a Confamil, a Famil/DF, a Amarp-DF, a Qesa, Unemfa e mais de 50 associações da Família Militar espalhadas em diferentes localidades do Território brasileiro vêm clamar aos Srs. Parlamentares para que, juntos, possamos dar termo a essa ignomínia.

É no Legislativo onde se encontram os representantes do povo, a quem ora recorremos na busca de uma solução para os nossos problemas, pois o militar nada mais é do que o povo fardado.

Quanto às distorções salariais, há muitos anos que os militares das Forças Armadas vêm tendo um tratamento salarial desfavorável. Porém, esse quadro se agravou a partir do ano de 2001, com a edição da Medida Provisória 2.215-10, que se encontra no Senado Federal, contendo mais de 800 emendas e que até o presente não foi apreciada.

A Medida Provisória 2.215, que visava substituir a Lei de Remuneração dos Militares, excedeu-se em sua formulação, revogando direitos adquiridos previstos por lei – previstos por lei – tais como o adicional de inatividade, o adicional de tempo de serviço e percepção de proventos do posto imediato aos militares com mais de 30 anos ao passar para a inatividade.

Na ocasião, foi alegado como justificativa que tais supressões de direitos estariam compensadas com o aumento ilusório do vencimento base, que incluía as vantagens que desapareceram da grade remuneratória dos militares federais.

Já em 2004, por ocasião de um novo reajuste concedido com base na tabela de 2001, as perdas se agigantaram de tal forma, que seus efeitos nefastos se agravaram ainda mais, com o detalhe de que a medida provisória não foi votada, não se transformou em lei e permanece até hoje, 13 anos depois, trazendo insegurança jurídica em tudo o que se vota e que a ela se relaciona.

Há que se acrescentar que os militares que serão transferidos para a reserva após a vigência da Medida Provisória 2.215 estarão sendo atingidos com uma redução nos seus proventos em relação aos vencimentos da atividade de aproximadamente 45%. Deixa-se de observar o dispositivo da integralidade e da paridade previsto pela Lei de Remuneração dos Militares.

Vejamos os quadros que vão elucidar tudo isso que acabamos de falar.

Por favor.

Aí está.

Esse primeiro quadro mostra as distorções salariais da renda média *per capita* bruta por ministérios.

Os senhores verificam o seguinte. Colocamos 100% para os militares. Agora os senhores vão caminhando da Administração Direta para lá. Na diferença para a Administração Direta, em relação à remuneração mais baixa, a diferença nossa é 35%, média. E aí não estão incluídos os soldados mobilizados, porque esses entram e vão embora, aí são os profissionais só.

Ali está o Legislativo...

(Soa a campanha.)

O SR. CANTIDIO ROSA DANTAS – Não vai dar tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vai dar, sim. Não te preocupe. Tens mais cinco e mais cinco.

O SR. CANTIDIO ROSA DANTAS – Ali está o Legislativo, Banco Central, Judiciário e o Ministério Público. Olhem a diferença violenta que existe ali.

O próximo quadro, por favor, é apenas uma visualização do que acabei de falar, e essa visualização é característica e sensível.

No próximo quadro eu faço uma comparação do salário do topo da carreira, general de Exército, almirante e tenente-brigadeiro. Vejam a diferença para um topo de carreira, sendo que aquele cidadão tem aproximadamente 40 anos de serviço, e o outro, com 15 anos de serviço, ganha mais 15%.

O próximo quadro é o caso do capitão de mar e guerra e coronel, que é o topo dos oficiais superiores. A diferença ainda fica maior: 25%.

Vamos para o outro quadro: o capitão-tenente, capitão do Exército e da Aeronáutica. A disfunção aí é 34%. Isso sem falar da preparação de cada um.

O próximo quadro é o caso do segundo-tenente, que é o início da carreira militar, seis anos cada um, a disfunção é de 136%, Senador! Cento e trinta e seis por cento!

O próximo quadro, por favor.

Aí é o nível técnico, é o primeiro-sargento, suboficial, 30 anos de serviço, vejam a diferença para um camarada que está iniciando a carreira... Não estamos dizendo que os outros estão ganhando muito, nós é que estamos ganhando mal! *(Palmas.)* Nós queremos que os outros continuem...

(Palmas.) Nós não queremos que os outros ganhem menos, não. Queremos que eles continuem ganhando, mas que nós também façamos a nossa percepção decentemente.

Próximo quadro, por favor.

Inicia agora o nível técnico. Terceiro-sargento é a base da nossa vida, da nossa pirâmide de salários. Terceiro-sargento, olhem lá, cinco anos, R\$3,6 mil, en-

quanto o mesmo agente operacional ganha R\$7 mil, 96% de diferença.

Vamos para o próximo quadro, que é o nível operacional inicial, o nosso soldado engajado, o técnico. Olhem aqui: 291%, senhores. Não é possível uma coisa dessas.

Meus senhores, eu queria mostrar que, no próximo, nós temos vários pontos que mostramos. Após a análise comparativa dos quadros acima, fica caracterizado que as distorções maiores atingem 90% do efetivo constituído pelos intermediários superiores: capitães, tenentes e subtenentes. Esses são a base da nossa pirâmide. A base da nossa pirâmide está totalmente distorcida.

Por fim, veio a Lei nº 12.775 e a Lei nº 12.778, ambas de 28 de dezembro de 2012. Reajustaram subsídios, vencimentos básicos, gratificações de diversas categorias federais, porém, aos militares só reajustaram o soldo de 9,14%. As outras categorias tiveram um ajuste vertical nos seus vencimentos, e nós não.

Então, a análise desses diplomas legais permite constatar que seus efeitos acentuarão a atual disfunção salarial que situa os militares federais muito abaixo da Administração direta, categoria mais mal remunerada em todo o serviço público federal. Ao contrário do que foi amplamente divulgado, não foram os militares federais os maiores beneficiados pelas leis referidas. O aumento de 9,14% previsto para os militares de longe não se iguala aos reajustes e escalonamentos concedidos às diversas categorias dos servidores civis que, em algumas vezes, vão de 50% a 800% de diferença. Repito: é de 50% a 800% a diferença. É o caso do Inmetro e do IBGE.

Acrescentem-se ainda os efeitos anteriores à Lei 12.702, de 7 de agosto de 2012, que converteu a Medida Provisória 568, de 2012. Esses efeitos serviram de base para novos reajustes previstos para algumas categorias do servidor civil, na Lei 12.778, a partir de janeiro de 2013. O nosso reajuste, o pequeno reajuste de 9,17%, foi a partir de março, e o dos demais foi janeiro. Nós somos diferentes.

De modo que a situação iníqua dos militares sob o ponto de vista salarial se agravará como resultado das recentes propostas transformadas em lei e enviadas pelo Executivo ao Congresso Nacional.

Aqui vem o final, que são as sugestões.

Sugestões para amenizar as distorções e buscar o nivelamento salarial para os militares federais. Enquanto não se promover um nivelamento salarial dos militares federais com o funcionalismo público federal, qualquer reajuste, como o ora concedido de 9,14%, e não 10%, em três parcelas, nos próximos anos, só acentuará ainda mais o desnível alarmante que, no

momento, atinge a 150% para a maioria dos postos e graduações, como foi apontado nos quadros anteriores.

Como é do conhecimento de V. Ex^{as}, os militares federais não podem ser sindicalizados por força de lei e regulamentos. Assim, não podem exercer qualquer movimento reivindicatório, o que é assegurado aos civis pela Constituição Federal de 1988 e com isso permite aos sindicatos exercer o poder de negociação de direitos salariais. A nós militares, resta-nos buscar a atenção dos Parlamentares que, como representantes do povo fardado, encaminham ao Poder Executivo as nossas expectativas de solução para os nossos problemas.

As propostas abaixo elencadas, que julgamos pertinentes, se defendidas por V. Ex^{as}, serão capazes de reduzir ou mesmo eliminar os desníveis que acabamos de apontar. Eis elas:

- conceder ajustes salariais diferenciados e acrescidos de 15% nos próximos três anos, a fim de eliminar paulatinamente a distância salarial entre servidores militares e civis;
- incidir a alíquota de imposto de renda somente no vencimento básico, soldo, pois as demais verbas indenizatórias, curso, tropa, representação em localidades especiais estão diretamente ligadas ao desempenho específico da atividade militar (o que está sendo proposto é adotado pelas demais categorias do funcionalismo público federal);
- aplicar cumulativamente as verbas indenizatórias de graduação, formação, especialização, estado-maior e altos estudos estratégicos em igualdade ao que se pratica para as demais carreiras do serviço público federal (não se trata de inovação, mas de aplicação de um princípio consagrado em todas as tabelas remuneratórias. Mais bem explicando: não é possível um militar chegar ao doutorado, estado-maior, sem passar pela graduação, especialização, pós-graduação, aperfeiçoamento e mestrado para alcançar o final. Aqui eu queria mostrar e explicar que os militares que fazem o curso de graduação ganham 5%; se fazem especialização, ganham 10% e perdem aqueles 5%; se fazem o curso de aperfeiçoamento, ganham 15% e perdem os 5% ou 15%; se fazem curso EsAO e Eceme, perdem os outros anteriores. Não existe isso em nenhuma carreira nacional, mas na dos militares existe. Não é possível);
- retornar a concessão da verba indenizatória de tempo de serviço retirada das tabelas remuneratórias das Forças Armadas inexplicavelmente pela Medida Provisória 2.215 (essa indenização reflete a experiência adquirida no

decorrer da carreira com dedicação exclusiva pelo militar, nas mais diversas condições de perigo inerente à profissão nos quartéis, navios, aeronaves, no Brasil e no exterior, em cumprimento de missão. De forma comparativa com os servidores públicos civis, quando expostos a atividades profissionais insalubres ou de risco, estes fazem jus à redução do tempo de serviço para aposentadoria, além de verbas indenizatórias de compensação);

- retornar a concessão da verba indenizatória da inatividade também retirada da tabela remuneratórias dos militares, LRM, arbitrariamente, pois direitos adquiridos por lei anterior foram desrespeitados e extintos com o argumento inverídico de que o aumento momentâneo que a encetada Medida Provisória 2.215 apresentou contemplava todas as indenizações que foram acabadas. Logo em seguida, esse argumento caiu por terra ao se comparar os novos salários, em 2004, e a permanência da medida provisória sem se tornar lei e até a presente data. Essa verba indenizatória tem a finalidade de compensar os militares, quando da passagem para a reserva, das perdas salariais);
- retornar a verba indenizatória do posto graduação imediatamente superior aos militares de forma que, ao passar para a inatividade, contando mais de 30 anos de serviço, essa indenização cobre as demais indenizações que um militar não pode passar para a inatividade, restabelecendo a integralidade e a paridade.

Por derradeiro, permitam os Srs. Senadores, autoridades, dizer que os militares, quando passam para a reserva, com a égide dessa medida provisória, perdem 45% do que ganham.

Gostaria também de colocar que esses equívocos apontados são resultado de uma política salarial injusta e confusa para com os servidores militares e suas famílias, em que direitos adquiridos por lei vêm sendo suprimidos administrativamente pelo gestor do momento sem que possamos exercer o direito do contraditório.

Vale a pena pontuar nessa prática, mais uma vez, o vergonhoso salário-família que se paga aos militares de R\$0,16 e também a não concessão, até hoje, dos 28,86% da correção salarial concedida a todo funcionalismo exceto aos militares do posto de Capitão até soldado engajado, base da pirâmide salarial das Forças Armadas. Precisamos ressaltar que os tribunais já reconheceram o direito de percepção dessa dada correção.

Concluindo a nossa participação, queremos deixar aqui a sugestão para, após o imprescindível e inadiável nivelamento salarial que estamos propondo, para que seja pensada, somente numa segunda etapa, a criação de uma comissão paritária integrada pelos representantes das três Forças ativas, inativas, Ministério da Defesa e Ministério do Planejamento para elaboração de uma nova lei de remuneração dos militares, a ser enviada ao Congresso Nacional para apreciação, votação e sanção da Presidência da República.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Sr. Cantídio Rosa Dantas, Coronel e presidente da Federação da Família Militar (Famfil).

Mais uma vez, explico a todos que isto é bom: este debate mostra que temos um Estado pleno, democrático de direito, em que todos podem expressar o seu ponto de vista. Para aqueles que sempre ficam na dúvida, aqui nós estamos discutindo causas, apresentando sugestões, apresentando reivindicações. Isso não é contra ninguém. É a favor da Família Militar. *(Palmas.)*

Passamos a palavra, neste momento, à presidente da Federação da Família Militar, Sr^a Rita Deinstmann.

A SRA. RITA DEINSTMANN – Bom dia, Senador Paulo Paim, bom dia às autoridades aqui presentes e bom dia à Família Militar, de que faço parte. *(Palmas.)*

Bom, estou aqui mostrando a vocês que não pude pôr as três armas ali, mas o Exército está sendo representado muito bem ali, e a nossa bandeira se faz presente. É uma das bandeiras que eu mais amo, e o brasileiro também deve amar muito, porque este Brasil é nosso. Nós queremos nosso Brasil, viu?

Então, baseados nisso, nós temos três grandes homens – Exército, Marinha e Aeronáutica – que, neste exato momento, estão guardando as nossas fronteiras, homens bravos homens que têm como lema hierarquia a disciplina. Quando esse homem chega em casa, ele deve encontrar uma família satisfeita e harmoniosa e uma família também em que a mulher, querendo ou não, torna-se militar, porque ela leva, junto com ela, todos os problemas da carreira militar.

Então, o nosso diferencial de casamento, se vocês olharem a tirinha, é que o padre diz tudo aquilo, mas ele diz uma coisa a mais: a senhora está consciente de que a senhora vai abandonar sua família, seus amigos, sua cidade? E nós dizemos com todo o carinho: sim, porque eu vou casar com amor e vou seguir o meu marido, que é um guardião das Forças Armadas. Assim nós vamos juntos. *(Palmas.)*

Sabemos nós que os militares andam muito, são transferidos constantemente por necessidade de serviço. Não que eles queiram. E a mulher passa a ser o homem, o responsável pela casa. Fica muitas das vezes

dois meses sozinha cuidando daquela família. Quando ele volta, ele tem aquela mulher de braços abertos para recebê-lo, sabendo ela que a vida é difícil, que a vida não está fácil para os militares.

Agora, quero dizer, com toda essa dificuldade, do orgulho que eu tenho de ser mulher de militar, porque eu acho que somos tão guerreiras quanto eles. E os familiares dos militares são pessoas extremamente inteligentes, porque suportam tudo isso. E nós sabemos que os filhos dos militares atualmente são conhecidos como “filho do não”. Por quê? Porque ele pede: pai, eu preciso de um sapato. Eu não posso. Pai, eu preciso de um caderno. Eu não posso. Por quê? Eu agora vou dizer para os senhores.

Bom, então, como o nosso Coronel Cantidio já citou, eu vou citar mais indignada ainda, com relação ao salário-família. O salário-família é para custear, para nos ajudar com a educação dos dependentes da Família Militar. Mas como é que alguém vai representar, custear os gastos de um filho com R\$0,16? Está ali para todos vocês verem, senhores: está aí.

Agora, uma pergunta que eu faço: por que, na reclusão, um dependente presidiário recebe R\$915,00 e nós recebemos R\$0,16? (*Palmas.*)

É uma vergonha. É uma vergonha isso. Então, para vocês terem uma ideia, eu tentei procurar R\$0,16. Um centavo eu não achei, porque acho que nem existe mais. Está aqui na minha mão. O que eu faço com aquela vergonha, gente? O que eu faço? Nenhum lápis para o meu filho, nenhum xérox eu consigo tirar. É uma vergonha.

Então, eu peço encarecidamente que as autoridades que estejam nos assistindo agora, do outro lado da telinha, se comovam e nos deem então, por cada dependente, R\$300,00 ou R\$350,00. E não é muito, não. É o que nós merecemos, porque o custo de vida está batendo na nossa porta o tempo todo. E o militar é homem. É homem de fibra. O militar é quem cuida deste nosso Brasil, porque todo país que se preza precisa ter as Forças Armadas de pé, confiante e com qualidade de vida.

Chega de ganharmos miséria. Isso não pode continuar.

Gostaria de falar para vocês também que a sociedade nos vê como a esposa de militar que vai para o *shopping*, que cuida do seu cachorrinho, que vive no salão, quando a nossa realidade é outra. A nossa realidade é aquilo ali: é tomando conta da casa, é cuidando de filho, é preparando almoço, sem falar da dificuldade que nós encontramos financeiramente, porque não são justos R\$0,16. Parece mentira, gente. Eu tenho vergonha disso.

E tenho certeza de que a nossa Presidente Dilma, onde ela estiver, vai ouvir o meu pedido e o clamor da Família Militar. Que atenda esse salário mínimo! (*Palmas.*)

Minha Presidente, minha Presidente Dilma, eu tenho muito orgulho da senhora, mas aqui, neste exato momento, eu gostaria que a senhora abrisse uma exceção e recebesse a Família Militar, para que nós possamos levar pessoalmente as nossas reivindicações, porque eu sei que só a senhora pode resolver esta situação.

Muito obrigada.

Agora, eu quero dizer o seguinte. A nossa jornada é longa, mas ela vale a pena. Ela é longa, mas vale a pena. Gostaria de falar também o seguinte: agradecer às mulheres de militar que por aqui já passaram, desbravando fronteiras, as que estão presentes e aquelas que ainda virão, porque é um orgulho ser mulher de militar.

Eu gostaria de levantar uma outra situação, até porque ganhei diversos *e-mails* e acho justo. Foram muitos *e-mails*, mas eu não posso falar de todos. Mas vou falar de um *e-mail* que me comoveu muito.

A esposa de um militar, quando está em determinado Estado, faz um concurso estadual e fica ali ganhando aquele dinheiro dela, que incorpora a esse miserável salário dos militares. E, em determinado período, o marido é transferido por necessidade de serviço, e ela, por ser uma mulher amiga, companheira e guerreira, acompanha o marido carregando os filhos. E, quando vai para outros Estados, ela perde aquele vínculo com aquele Estado. Não é justo isso.

Então, nós gostaríamos que fosse criada a lei, porque eu sou funcionária federal e tive 28 mudanças. E acompanhei o meu marido por *ex officio*, porque, para o federal, nós temos essa lei. Mas o estadual não tem. Então, não é justo que a mulher de militar, por necessidade de serviço, diferente do civil, que quando ele quer ser transferido, ele pensa duas vezes, nós não... Nós somos obrigados a acompanhar o marido e deixamos para trás o nosso serviço, o nosso trabalho, que nos glorifica.

Então, que sejam justos. Que, quando ela chegar em outro Estado, ela leve esse emprego, ela leve esse conhecimento para lá.

Então, esta é uma reivindicação que eu faço às autoridades presentes: revejam essas leis. Amparemos, por favor.

Gostaria também de falar, sei que não dá tempo, pois eu falo demais e falo com o coração magoado mesmo. Gostaria de falar um pouco mais da saúde. Gente, pelo amor de Deus. O FUSEx está aí, é ótimo, é maravilhoso. Mas vamos olhar um pouquinho mais

para os nossos familiares, porque vejam: os praças são os mais sacrificados, gente. *(Palmas.)*

Os praças ganham miséria, ganham miséria. E não é justo com o praça, que também está ali brigando junto com os oficiais, porque os oficiais, não que eles não mereçam... Eles merecem, sim. Porque eu também sou esposa de oficial. Agora, os praças, gente! Pelo amor de Deus! Pelo amor de Deus! Vamos olhar para esse povo. Há o “filho do não” o tempo todo dentro de casa: papai, eu preciso disso. Não. Mamãe, eu preciso disso. Não. Simplesmente, porque R\$0,16 é o dinheiro que nós ganhamos para custear o estudo dos nossos filhos. É uma vergonha.

Então, eu gostaria de agradecer a todos vocês. E tenho certeza de que a nossa Presidente Dilma, uma mulher coerente, inteligente, vai escutar e vai ouvir o pedido das mulheres esposas de militares. Não queremos ser melhores do que ninguém. Queremos simplesmente ser igual a todas. Muito obrigada. *(Palmas.)*

Agora, espera ainda. Eu vou quebra o protocolo aqui e vou fazer um cumprimento ao Senador Paulo Paim em nome da Família Militar, porque ele fez aniversário este mês. Dá licença. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Uma caneta personalizada. *(Palmas.)*

A SRA. RITA DEINSTMANN – Ele merece.

O SR. GENIVALDO DA SILVA – *(Intervenção fora do microfone.)* Gostaria que V. Ex^a levantasse esta faixa, pois a Família Militar brasileira agradece a V. Ex tudo o que fez pelo Brasil, pela sociedade e pelas nossas Forças Armadas brasileiras. E o fará muito mais. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço. Obrigada.

Muito obrigado a todos pelo mimo que fizeram da caneta personalizada e também desse *banner* que levarei com muito orgulho.

Neste momento, vamos para a segunda Mesa.

Antes, aviso que o sistema de comunicação do Senado informa que esta audiência pública está sendo transmitida para todo o Brasil via satélite por meio da NET, da Sky e também ao vivo pela TV Senado em todos os Estados em que a TV Senado tem canal aberto. E todas as fotos e documentos estão sendo colocados já para as redes sociais, pelas informações que nos chegaram até o momento.

Então, vamos à segunda Mesa.

Agradeço a esta Mesa. *(Palmas.)*

Para a segunda Mesa, convidamos o Coronel Soares. O Coronel Soares é Presidente da Família Militar. Convidamos o Terceiro-Sargento do Quadro Especial e Vereador de Cáceres, Mato Grosso, Sr Sebastião Piniheiro Duarte. Convidamos Ivone Luzardo, Presidente

da União Nacional de Esposas de Militares das Forças Armadas. Convidamos Miriam Cristina Deinstmann Stein, esposa de militar do Exército.

Então, vamos de imediato à nossa segunda Mesa, passando de imediato a palavra ao Coronel Soares. Em seguida, o Terceiro-Sargento Sebastião. Depois, a Presidente da Unemfa, Sr^a Ivone. E, por final, a Sr^a Miriam.

Coronel Soares, com a palavra.

Aviso a todos que o tempo são dez minutos, com mais cinco. Pedimos a todos, porque teremos muitos a ouvir, que se puderem ficar dentro do tempo, agradeço.

Coronel Soares, com a palavra.

O SR. CORONEL SOARES – Senador Paim, bom dia. Cumprimento a Mesa na pessoa de V. Ex^a, Srs. Congressistas, a emoção toma conta de mim neste momento, profundamente, Senador, primeiro, por V. Ex^a mostrar a nós militares que nós não somos cidadãos de segunda classe, por V. Ex^a mostrar para nós que a decisão nossa passa por esta Casa também. Muito obrigado do fundo da minha alma, do fundo do meu coração. Sinto orgulho de ter iniciado a minha carreira política lá no Alegrete, que eu falo ser a minha segunda terra depois do meu querido Mato Grosso. Lá, eu aprendi o valor que o gaúcho dá às amizades. E hoje, Senador, V. Ex^a é um dos maiores amigos que a Família Militar tem. Muito obrigado mesmo, do fundo da minha alma. *(Palmas.)*

Senhores, aqui falou-se de tudo. Aqui apenas eu vou falar de uma coisa importantíssima. Primeiro, de Deus, que nos faz irmãos, e da Constituição Federal, que V. Ex^a ajudou a construir e que diz que todos nós somos iguais perante a lei. *(Palmas.)*

O que é o militar? Qual é a nossa matriz? É o nosso querido povo. Permitam-me, todas as autoridades aqui presentes, falar “meus irmãos”, porque assim eu me sinto na presença de qualquer brasileiro. E assim nós temos que ser tratados. Nós não somos diferentes. A nossa matriz novamente é o povo brasileiro.

Eu vim lá das barrancas do Rio Paraguai, da minha querida Cáceres, para dizer aos senhores que o Brasil passou por diversos momentos, mas em todos eles as Forças Armadas, de uma maneira ou de outra, esteve. Por quê? Pelo papel que Deus e a Constituição nos proporcionaram, que é a defesa da Pátria. E cabe aos Srs. Congressistas aqui presentes mostrarem a quem quer que seja, como nossos representantes, porque os senhores também são nossos representantes... Os senhores são nossos representantes. *(Palmas.)*

Uma nação será grande por meio do valor que ela dá às Forças Armadas, para defender as suas riquezas e seu povo nós. Não podemos nos esquecer disso jamais, porque estaríamos cometendo um cri-

me de lesa-pátria. Agora, não adianta falar em Forças Armadas poderosas se não há lugar para sua gente.

Eu estou aqui, Senador Paulo Paim, em nome dos meus associados de Mato Grosso, em nome de Dona Benedita Pedrosa, que nos deixou recentemente, em nome dos cabos e soldados, em nome dos oficiais, de todos, porque, não podemos esquecer, nós somos um único tecido. Um grão de areia que entra no olho de um oficial deve doer no olho do cabo e soldado lá embaixo e vice-versa, porque a alma de soldado nos une.

Eu vim aqui, Senador, dizer a V. Ex^a muito obrigado pelo senhor estar recuperando a dignidade dos praças das Forças Armadas, que há algum tempo foram esquecidas. Nós temos aí um projeto do Deputado Paulo Pimenta, outro gaúcho que nos tem honrado com a sua amizade. Nós temos o projeto de V. Ex^a tramitando aqui, que vai possibilitar aos nossos queridos QE chegarem à graduação de Subtenente. Não é favor. Não é favor. É algo que foi dado em 61 para os companheiros da Aeronáutica e simplesmente foi esquecido para o pessoal do Exército e outros companheiros. Não se pode esquecer. A sombra constitucional deve cobrir a todos. É preferível que ela seja alargada a fechada. Nós não somos periféricos. Nós não temos que ficar brigando para entrar debaixo dessa sombra.

E justiça seja feita. Há dois cidadãos – porque aqui nós estamos tratando de igualdade, de igualdade perante esta Constituição –, o Presidente Lula e a Presidenta Dilma. Concordando ou não com eles, admito que eles sempre foram leais. Todos os meus ofícios, lá da Famil Mato Grosso, que chegaram até eles foram respondidos. Todos, sem a mínima exceção. Responderam “sim” ou “não”. Demonstraram que sabem o papel que desempenham como chefes supremos das Forças Armadas. Tenho certeza de que a Presidenta Dilma tem consciência do seu papel.

Estou aqui em memória do soldado de 85 anos que morreu, o Sr. Gabriel Inaães, lá na minha Cáceres. Então, vamos começar falando sobre a saúde, que é a base de todos. Senador, imploramos a V. Ex^a para conscientizar as autoridades de que é impossível tratar a saúde dos militares, mais uma vez, como se fôssemos cidadãos de segunda classe.

A Constituição Federal universalizou a saúde para todos os brasileiros, mas quando se trata de nós, militares, aquilo que é obrigação ser colocado no Orçamento para nós está 45% menor do que a verba *per capita* que o SUS disponibiliza para todos os brasileiros de norte a sul deste País. Alguém tem que nos responder o porquê. Isso quando comparamos conosco, militares. Quanto vai para a nossa base, nosso porto seguro, que é a nossa família, essa diferença, Senador, aumenta para 280%.

Onde está a Constituição que V. Ex^a ajudou a construir? Onde está? Porque temos que ficar na periferia desta Constituição? Nós todos somos brasileiros, e, no momento, a realidade nua e crua é que estão esquecendo de que os militares também são brasileiros. A partir do momento em que não respeitam os nossos direitos constitucionais, não nos estão tratando como brasileiros. Esperamos de coração e alma aberta que comecem a os tratar como brasileiros que o somos. Neste momento em que estou aqui falando, em todas as fronteiras, há um soldado de plantão para dizer: “Este solo é brasileiro, respeite!” Não queremos nada mais, nada menos do que ser tratados como brasileiros. Hoje, no Brasil, militar é tratado como uma casta inferior como no sistema indiano. E a Constituição Federal não permite isso. Cadê a Carta Cidadã de Ulysses Guimarães? Repito: cadê a Carta Cidadã de Ulysses Guimarães? A cidadania é construída no respeito mútuo de todos, porque todos nós somos iguais perante a lei.

A minha única mensagem é essa! Muito obrigado, Senador Paim, mais uma vez, V. Ex^a mostrou que a solução para os nossos problemas também está na Casa do povo, porque nossa matriz é o povo, e nós somos povo também. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Coronel Soares, Presidente da Famil, fazendo o seu pronunciamento.

Vamos passar a palavra agora ao 3º Sargento do Quadro Especial e Vereador de Cáceres, Mato Grosso, do PRTB, Sebastião Pinheiro Duarte. Eu dizia aqui – sei que o Sebastião poderá até repetir – que é importante lembrar também que o militar vota e é votado. (*Palmas.*)

Como ele vota e é votado, como foi feito aqui, trata-se de uma força política democrática que, segundo disse aqui o Cantídio, envolve mais de cinco milhões de pessoas. É bom sempre lembrarmos disso.

O SR. SEBASTIÃO PINHEIRO DUARTE – Bom dia, Senador Paim, todos os presentes aqui e os que estão nos vendo pela TV Senado.

Eu vi no painel um salário de R\$3.600,00 para sargento. Sou sargento do quadro especial e ganho R\$2.600,00! É uma vergonha isso, gente! (*Palmas.*) Depois de 30 anos de serviços prestados, os nossos militares, principalmente os de fronteira, depois de 48, 50 anos de idade, Genivaldo, têm que fazer currículo e sair de porta em porta das empresas, batendo palmas, pedindo emprego de novo, porque não têm suporte financeiro para uma boa escola para os filhos. A sua família fica precisando de recursos, e ele tem que – desculpa a palavra –, mais uma vez, ralar o peito depois de mais de 30 anos de serviço prestado. Nós servimos no 2º Batalhão de Fronteira. Temos lá 750 quilômetros de fronteira seca, lugares de difícil acesso, perigoso,

por se tratar de divisa com nosso país vizinho. E, mais uma vez, depois de 30 anos de serviço prestado, 48 a 50 anos de idade, temos que protocolar currículo em empresas para melhorar o nosso salário. Isso não pode acontecer mais. Temos que equiparar os salários com muitos órgãos militares e civis, porque nós, nesses últimos anos, só vimos perdendo salário. Quando eu era soldado engajado, eu ganhava oito salários, Genivaldo. Hoje, eu sou o Terceiro-Sargento e ganho menos de quatro salários nacionais. Isso é uma brincadeira.

Eu não vou falar muito. Eu quero falar pouco, mas quero que os nossos Senadores, os nossos Deputados, principalmente os nossos do Mato Grosso, abracem esta causa junto com o Senador Paim, que deem força, deem apoio a ele para que ele venha a nos ajudar, ajudar a classe que não está sendo vista, não está sendo merecedora, aparentemente, Genivaldo. *(Palmas.)*. Nós temos que ver isso.

O movimento é grande. Em Cáceres, Senador, esses dias, a Assembleia Legislativa votou uma lei da pesca lá, à noite, e prejudicou muitos de nós pescadores da região. Eles fizeram um movimento, fecharam a BR. No outro dia, eles foram lá e mudaram a lei de novo, votaram de novo, para beneficiar aqueles pobres da beira dos rios, para ter o seu alimento na mesa de volta. Isso é importante.

Quero dizer ao senhor que, se precisar que Cáceres, Mato Grosso, feche cinco, seis ônibus lá, com militares da reserva, esposas e filhos, e venha fazer um grande movimento aqui em Brasília, prestar apoio aos senhores, pode ter certeza de que vimos. *(Palmas.)* Se Deus quiser, nós estaremos aqui.

E quero também, com a sua permissão, mandar um abraço a todos os militares do 2º Batalhão de Fronteira, do Comandante, Coronel Marinho, o nosso muito obrigado a todos os militares da reserva, que me apoiaram inclusive. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Terceiro-Sargento do Quadro Especial e Vereador de Cáceres, Sr. Sebastião Pinheiro Duarte.

Passamos a palavra, agora, à Presidenta da União Nacional das Esposas de Militares das Forças Armadas, Sr^a Ivone Luzardo.

A SRA. IVONE LUZARDO – Não poderia iniciar minha fala sem antes agradecer ao Deus eterno, em nome do Senhor Jesus, por esta porta que o Senhor abriu. E Ele é o nosso general de guerra. Eu peço que venha o Espírito Santo de Deus e ilumine esta audiência, que toque no coração das autoridades constituídas deste País e que faça valer a nossa voz neste local.

Prezados senhores e senhoras, militares, familiares, simpatizantes e telespectadores, cumprimento a

todos e a Mesa, na honrosa pessoa do Senador Paulo Paim, PT do Rio Grande do Sul, o promotor e o feitor desta audiência, com gratidão à Senadora Ana Rita, PT do Espírito Santo, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, e do Vice-Presidente João Capiberibe, que tão gentilmente concedeu que esta audiência fosse realizada, mesmo tendo sido agendada no final do mandato do Senador Paulo Paim, quando Presidente desta Comissão. Isso, Senador, prova o bom trânsito que o senhor tem nesta Casa. Especialmente, cumprimento a Excelentíssima Senhora Dilma Rousseff, Presidente do Brasil e Comandante-Chefe das Forças Armadas do Brasil, bem como todas as autoridades constituídas no nosso País.

Quero aqui deixar registrado nosso especial agradecimento ao Sr. João Pimenta pela idealização e interlocução junto ao Senador Paulo Paim, nosso grande mentor, para que esta audiência se concretizasse. Numa conversa informal com sua assistente jurídica Miriam Stein, em quem quero dar um abraço agora... *(Palmas.)*

Foi ela que, numa conversa informal, falou do salário-família e das mazelas em que vivem os militares. Foi a Miriam que, numa conversa informal com o Sr. João Pimenta, colocou a nossa situação. E ele, então, disse que o Senador Paulo Paim poderia nos ouvir, que ele poderia resolver os nossos problemas. E confiantes no Senador estamos aqui.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

Não foi nenhuma associação de militar que conseguiu essa dívida, mas sim um homem preocupado com a situação dos militares e dos idosos deste País.

Obrigada, Dr. João Pimenta. *(Palmas.)*

O tema que apresentaremos a seguir refere-se à diferença remuneratória devida aos militares das Forças Armadas do Brasil. E faço aqui aspas: também aos militares e bombeiros do Distrito Federal, que estão na mesma situação.

Sr. Senador, eles tiveram seus vencimentos ajustados conforme a inflação no período, quando o Governo brasileiro ainda cumpria o que prevê o art. 37 da Constituição Federal, promulgada em 1988.

Bons tempos aqueles, Sr. Presidente. Bons tempos aqueles, porque hoje os servidores públicos civis e militares não podem mais contar com sua data-base. Hoje vivem os militares à margem de um salário cada vez mais insuficiente para honrar a sua despesa, a sua sobrevivência e a de seus familiares.

De acordo com a Lei nº 8.622, de 1993, foi concedido o reajuste aos servidores federais civis e militares. Os servidores civis conseguiram acréscimo dos 28,86% na sua integralidade judicialmente.

A reposição da inflação daquele período, compreendido no interstício de 1992 a 1993, foi paga da seguinte forma aos militares: as patentes superiores de tenente-coronel, coronel, generais, brigadeiros e almirantes receberam o percentual integralmente, Senador, sendo que as patentes de major a taifeiro receberam o índice conforme a tabela que depois pretendo apresentar, se meu *pen drive* abrir, sendo que o menor índice foi concedido aos cabos e taifeiros.

Quem mais precisa é que recebeu menos. Quem menos ganha é que recebeu menos. (*Palmas.*) Essa situação gerou um grande desconforto na tropa, no Brasil todo, conduzindo milhares de militares a entrarem contra a União, para reaver judicialmente suas perdas salariais.

Essas ações, então, foram reconhecidas pela Justiça brasileira como legítimas, mas – pasme o senhor, caro Presidente – alguns militares que foram vitoriosos em suas ações foram chamados nas suas organizações militares, para assinar um acordo por meio do qual receberam menos de dois décimos da restituição devida, e outros, até o momento, ainda aguardam que se cumpra o direito de receber. Isso é inadmissível!

Perceba, Sr. Presidente, que a extensão dos 28,86% passou a ser pleiteada por todos os servidores públicos. E aqui nós temos: em 2001, a Mesa da Câmara dos Deputados concedeu aos servidores daquela Casa o citado reajuste. Aliás, em 20 de janeiro de 1993, no mesmo ano, a Câmara, aqui, já pagou os seus servidores com esse reajuste – integralmente e com inserção no contracheque.

Mais à frente, em 2 de março de 1993, a Comissão Diretora do Senado Federal resolveu determinar a aplicação desse reajuste à remuneração dos Senadores. Então, o senhor também já ganha, não é? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – Eu não vou dizer que não.

A SRA. IVONE LUZARDO – Ganha, Senador. Ganha – nós sabemos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – E todos os funcionários.

A SRA. IVONE LUZARDO – E todos os funcionários. Parabéns para eles. Eles merecem. São trabalhadores. (*Palmas.*)

Mas nós também queremos. Não é mesmo gente? (*Palmas.*)

Em consequência dessa medida do Poder Legislativo, o Supremo Tribunal Federal decidiu conceder administrativamente o reajuste de 28,86% aos seus ministros – olha aí! Até o Joaquim Barbosa ganha, e nós não. Não é possível um negócio desses. Cadê a isonomia?

Aí, vem:

Com base nisso, os demais órgãos do Poder Judiciário acompanharam a providência quanto aos seus magistrados. Aos demais servidores não contemplados por essas medidas, restou recorrer ao Judiciário, que não teve como lhes negar o direito à isonomia.

Vamos lá. É muita coisa.

(*Soa a campanha.*)

A SRA. IVONE LUZARDO – Diante do número de ações impetradas em dezembro de 1998, o STF concedeu a extensão desse índice a todos os servidores civis, por entender que se trata da revisão geral da remuneração. Determinou, entretanto, a compensação do reajuste deferido com outros concedidos pela Lei nº 8.627/93, mas os militares, penalizados mais uma vez, ficaram de fora e deram início a milhares de ações contra a União em 24 de setembro de 2009.

A Advocacia-Geral da União emitiu a Súmula nº 47, dizendo que os representantes judiciais da União estão autorizados a não contestar mais e não recorrer nos casos de ações relativas aos 28,86%. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – Uma ótima notícia.

A SRA. IVONE LUZARDO – Foi uma boa notícia, mas não se cumpriu ainda, Senador, porque não pode mais...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. IVONE LUZARDO – Uma boa notícia.

Senador, vou precisar de mais tempo. O negócio aqui é grande.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – Fique tranquila.

A SRA. IVONE LUZARDO – Esse documento originou-se do fato de os tribunais superiores, inclusive o Supremo Tribunal Federal, reconhecerem o direito às diferenças para os militares do reajuste de 28,86%, conforme previsto na Lei nº 8.627, de 16 de fevereiro de 1993 e nº 8.622, de 1993.

Cabe salientar que essa medida não determina que a Administração Pública tome providências para efetuar qualquer pagamento sobre o assunto, pois, para isso, é necessário que haja algum documento emitido pelo Poder Legislativo ou decisão judicial favorável nas ações relativas a esse percentual, missão essa, Senador Paulo Paim, que, agora, nós todos aqui passamos às suas mãos. Certo? (*Palmas.*)

É importante esclarecer que o direito, na esfera judicial, ficou limitado ao ano de 2000, pois a partir de 1º de janeiro de 2001, a estrutura remuneratória dos militares foi modificada pela Medida Provisória nº 2231-100, que é a atual 2.215, essa famigerada medida provisória que tirou dos militares todos os direitos! (*Palmas.*)

Os direitos daqueles militares que não tenham ingressado com ação judicial estão prescritos. Eles não podem mais entrar. Isso tudo, dentro da legislação, visto que já se passaram mais de 15 anos da edição da lei, bem como 12 anos da edição da medida provisória, que é a atual lei de remuneração dos militares.

O projeto de lei tem o fim de viabilizar o pagamento do reajuste de 28,86% pela Lei nº 8.627, de 1993. Porém, Presidente, eu gostaria que o senhor soubesse que, em 2009, o Ministério da Defesa deu entrada, no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em um projeto de lei para o pagamento desse percentual. Senador, o senhor acredita – e todos aqui – que já andou por todas as secretarias? Todas, meu caro Coronel; todas, meu caro Vereador, minha amiga Miriam, minhas amadas esposas de militares, guerreiras.

Passou, e hoje já passou por consultoria técnica. Só falta pagar. Está atualmente às portas da Ministra Miriam Belchior – parado! –, porque falta vontade política de fazer. *(Palmas.)*

Eu não vou entrar em detalhes, mas vou colocar aqui que o percentual de 28,86% deve incidir sobre o vencimento básico dos servidores públicos civis ou do soldo no caso dos militares. Isso, gente, é a Súmula nº 58.

São, Sr. Presidente, 13 anos sem reposição da inflação do período, porque a data-base foi suspensa pelo Governo. É extremamente necessário o retorno da data-base para retomarmos o poder de superar parte da inflação galopante a cada dia.

Assim, vemos que todo serviço público federal foi beneficiado e que apenas os militares não foram contemplados, por força da hierarquia e da disciplina. Quem deveria defendê-lo não o fez. Até hoje, seria o chefe supremo das Forças Armadas, o Presidente da República em exercício, pois esperam os militares que a cadeia de comando volva seu olhar em defesa de homens e mulheres que estão de prontidão 24 horas de todos os seus dias de serviço em defesa da Pátria, incluindo muita honra e segurança pessoal à família da Presidente da República em exercício.

Neste momento, eu vou fazer um clamor e quero que todos pensem junto comigo: Presidenta Dilma, a senhora não está aqui, mas eu sei que, de alguma forma, a senhora vai tomar conhecimento desta audiência, se é que, neste momento, a senhora não está assistindo a esta reunião.

Por isso, eu peço, Presidenta Dilma: aprove este projeto de lei que aguarda tão apenas o “sim” do Executivo para sua finalização, pois tenho certeza de que, nesta Casa, o Congresso Nacional, que representa o povo brasileiro, não cometeria tamanha injustiça contra tão abnegados e patriotas brasileiros.

Nossos militares das Forças Armadas, que brilhantes serviços têm prestado ao nosso País e ao seu povo, não é mais tempo de olhar para trás e justificar um revanchismo num período da História de toda a humanidade. Na Guerra Fria entre as duas maiores potências mundiais, muitos países atuaram como atores coadjuvantes. Nosso País foi um deles. Não se pode mais usar e efetivar um discurso revanchista como argumento para o desprezo, o descaso e o desrespeito! *(Palmas.)*

É tempo de olhar para a frente e preparar o Brasil que queremos, alicerçado em sólidas bases na educação e na segurança. Segurança, sim, Sr. Presidente, pois é dela que advém a sustentabilidade socioeconômica de um país, atraindo investidores de grandes empresas nacionais e internacionais. Cito apenas, para lembrança de todos, a pacificação do Alemão e tantas outras no meu amado Estado do Rio de Janeiro.

Lembro-lhes que foram eles, os militares das Forças Armadas, que foram para o *front* enfrentar traficantes e toda sorte de adversidade. Em momento algum fizeram greve, como as demais categorias da área, pressionando o Estado por recomposição salarial. *(Palmas.)*

Estão prontos e operantes onde e quando forem solicitados. Prontos para promover a limpeza urbana de grandes capitais, como o Rio e Natal, porque seus governantes desviaram por meio desse câncer maldito, a corrupção ativa, as verbas que eram destinadas para esse fim. Inaceitável! Inadmissível, vergonhoso para o País todo, governantes e governados. Saibam todos que se mede a soberania de um país pela excelência de suas Forças Armadas. *(Palmas.)*

Precisamos, sim, de Forças Armadas bem equipadas. Homens e mulheres que integram suas fileiras, pagos com decência, sem correrem risco de vida com equipamentos obsoletos. Os militares são órfãos – não têm pai. Mas têm mães. Olhem elas aqui! *(Palmas.)* Suas esposas, suas filhas e toda parentela.

Neste momento, quero fazer uma homenagem, com profunda gratidão, a Marina Bavaresco. Fique de pé, Marina! *(Palmas.)*

Na sua pessoa, Marina, iniciou-se esse movimento em 1993, junto com Anita Takaiassu e Elizeth. Cumprimento todas as mulheres guerreiras da Unemfa e da Famil Mulher, aqui presentes, na pessoa da D. Rita. *(Palmas.)*

Tem mais, Senador.

Por tudo isso, pedimos à Presidente Dilma: faça cumprir ainda neste ano o pagamento da diferença remuneratória dos 28,86%, com efeito retroativo e inserção no contracheque. É assim que queremos! Inserção no contracheque, sim!

Nossa Família Militar não suporta mais viver à margem da procrastinação dos nossos comandos, como se não precisássemos suprir nossas necessidades primárias, como se não tivéssemos filhos para criar e educar.

(Soa a campanha.)

A SRA. IVONE LUZARDO – Somos totalmente dependentes de sua atitude, Ex^{ma} Sr^a Presidente, pois, ao contrário dos demais servidores, não é permitido ao militar sindicalizar-se e, muito menos, sustentar os sindicatos com recursos públicos. Para repor suas perdas, esses lançam mão de artifícios, engordando ano após anos seus vencimentos com a estruturação dos planos de carreira. E os militares nem isso podem fazer. São reféns da hierarquia e da disciplina, sem direito a reivindicar. Por isso, deles o Governo não faz caso, mas eles, militares, têm acima de tudo a Deus, suas esposas, seus filhos, sua família sua parentela e simpatizantes. Humildemente, procuramos ser os seus porta-vozes, empreendendo ações pacíficas e ordeiras para cobrar das autoridades constituídas seus direitos, nossos direitos.

(Soa a campanha.)

A SRA. IVONE LUZARDO – Mas tudo isso tem tido pouco resultado, porque os cegos olhos do Governo fazem questão de não perceber isso, até o dia em que a situação se tornar totalmente insustentável e nos rebelarmos. Isso não queremos fazer. Isso é tudo o que não queremos fazer.

Muito obrigada a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Essa foi Ivone Luzardo, Presidente da União Nacional de Esposas de Militares das Forças Armadas, que expôs aqui o seu ponto de vista, representando as esposas de militares das Forças Armadas.

Quero, com alegria, registrar a presença conosco aqui do meu querido amigo, Senador atuante, que fez questão de vir aqui, apesar de estar com uma série de compromissos, o Senador Rodrigo Rollemberg, a quem concedo a palavra neste momento, para que possa expressar o seu ponto de vista.

Senador, essa é uma agenda ainda do ano passado, em que eu estava em dívida. Você sabe – é meu parceiro nessa caminhada – que ouvimos todos, seja servidor público ou militar, seja aposentado, seja pensionista. Todos nesta Comissão são ouvidos.

Por isso, estamos hoje respondendo a um compromisso assumido ainda no ano passado.

Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Quero cumprimentar S. Ex^a e dar, mais uma vez, um testemunho do compromisso público do Senador Paulo Paim na defesa do interesse público. Nós sempre vemos o Senador Paulo Paim na defesa dos servidores públicos, civis ou militares, na defesa dos aposentados e pensionistas, na defesa dos menos favorecidos, e isso faz do Senador Paulo Paim essa referência para todos nós. Deu e dá a esta Comissão de Direitos Humanos a projeção de uma das comissões – se não a mais atuante – mais atuantes do Senado Federal.

Quero cumprimentar o Coronel Soares, Presidente da Famil; o Sebastião Pinheiro Duarte, Terceiro-Sargento do Quadro Especial e Vereador de Cáceres, em Mato Grosso; a minha amiga Ivone Luzardo, Presidente da União Nacional de Esposas de Militares nas Forças Armadas; a Miriam Cristina Stein, esposa também de militar. E não poderia deixar aqui também de registrar a presença do Coronel Cantidio, Presidente da Federação da Família Militar no Distrito Federal e, de forma muito especial, de três pessoas que sempre lutaram muito pelos militares aqui do Distrito Federal – inclusive participaram do processo eleitoral com essa bandeira: a própria Ivone Luzardo, que está na mesa; o Coronel Mauro Rogério, aqui presente; e meu amigo também Henrique Oliveira, companheiro que disputou eleição pelo nosso Partido, PSB, e é suplente de deputado distrital.

Quero registrar a todos que estão aqui presentes que não faço parte da Comissão de Direitos Humanos, mas fiz questão, Senador Paulo Paim, de vir aqui manifestar o meu apoio, o meu interesse nessa questão. *(Palmas.)* E o apoio à causa dos militares.

Eu tive a honra, no meu segundo ano de mandato de Deputado Federal, de ser relator do Orçamento na área setorial que cabia à área de justiça e defesa nacional. E tive a oportunidade de me aprofundar um pouco mais na questão militar do nosso País.

Primeiro, é muito importante reconhecer as contribuições que os militares têm dado ao nosso País em diversas áreas, mas gostaria de citar a questão do desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro. Grande parte, como o próprio CNPq, foi criada graças à ação de um militar.

Hoje, há o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, que forma os nossos maiores cientistas. Existe uma contribuição muito grande por parte dos militares no Brasil no que se refere ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Tive a oportunidade de visitar algumas vezes a Amazônia, a convite do Exército brasileiro, por exemplo, e percebemos que a presença do Estado em regiões remotas do nosso País dá-se graças às Forças Armadas – Exército, Aeronáutica e Marinha. Ali, por exemplo,

vemos hospitais móveis na região da Amazônia e que são mantidos por navios da Marinha; o trabalho que a Aeronáutica faz na defesa das nossas fronteiras; o trabalho em terra que o Exército faz, enfim.

Graças a Deus, vivemos um momento em que o País consolidou a sua democracia, e a sociedade civil percebe a importância de uma integração cada vez maior entre civis e militares, como parte de uma coisa só. (*Palmas.*)

Então, nesse sentido, é fundamental compreender o papel estratégico e, na construção do presente, mas a responsabilidade futura de um País que hoje já é a sexta potência mundial, país que vem pleiteando um espaço cada vez maior no cenário internacional, que vem conquistando a cada dia mais respeito no cenário internacional e tem imensos desafios. Nós temos a maior fronteira seca em toda a Amazônia, nós temos a riqueza do pré-sal ocupando grande parte da nossa plataforma continental. Apesar de vivermos hoje num ambiente de paz que todos torcemos para perdurar, nós sabemos que não podemos nos descuidar para uma eventualidade de o Brasil ter que defender o seu território, as suas riquezas.

Portanto a questão militar não é uma questão apenas dos militares. A valorização do servidor militar, do militar do Exército, da Marinha ou da Aeronáutica é uma questão de interesse nacional. (*Palmas.*) E todos aqueles que querem construir um país melhor, um país justo, solidário, generoso, um país respeitado têm que valorizar o segmento militar.

Portanto a minha presença aqui, Senador Paulo Paim, é para me solidarizar com o gesto de V. Ex^a, com todas as pessoas que estão aqui (*Palmas.*), colocar o meu gabinete à disposição para que possamos encontrar as alternativas para fazer justiça e para valorizar o servidor militar.

Nós tivemos uma grande experiência aqui, enquanto eu ainda era Deputado, no final de 2010, quando ajudamos a resolver a questão dos taifeiros. O Henrique teve um papel fundamental naquela articulação. E quero mais uma vez colocar o nosso gabinete à disposição para encontrar as alternativas que façam justiça aos militares de todo o Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço muito a fala do Senador Rodrigo Rollemberg, que, podem ter certeza, representa a visão da maioria – poderia dizer, se assim o Senador me permitir – dos Senadores desta Casa. V. Ex^a expressou muito bem a nossa posição. E é exatamente isso: a questão dos taifeiros que agora precisamos ampliar para os outros que não foram contemplados.

Então meus cumprimentos mais uma vez, Senador Rodrigo Rollemberg. (*Palmas.*)

Queria passar a palavra neste momento – não sei se o Rodrigo quer usar a palavra de novo...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você usa a palavra no momento em que entender, viu?

Passamos a palavra agora para a Sr^a Miriam Cristina Deinstmann Stein, esposa de militar do Exército.

Meu problema é essa pronúncia.

A SRA. MIRIAM CRISTINA DEINSTMAN STEIN

– Bom dia, Senador, bom dia, Família Militar. É assim que nós nos tratamos. Nós somos uma família. Quando ocorrem essas movimentações, essas transferências, você chega a um local em que não conhece ninguém. Naquele momento, o seu vizinho do lado é a sua família, é aquela pessoa com a qual você vai poder contar. Por isso nós somos realmente a Família Militar e mexeu com um, mexeu com todos, não é? (*Palmas.*) É uma grande Família Militar.

Eu gostaria de dizer o que todos já ouvimos aqui.

Nós estamos espalhados em todos os cantos do Brasil: céu, ar, mar. Exército, Marinha e Aeronáutica tomam conta do nosso Brasil, um Brasil lindo, um Brasil forte. E eles tomam conta das fronteiras e não só daquilo que é função típica dos militares, mas de muitas outras coisas.

Aqui estou mostrando a foto de um soldado. É um jovem de 19 anos. Esse rapaz, subindo o Morro do Alemão, foi atingido por uma bala e está sofrendo, está sentindo dor. Na verdade, gente, esse soldado não recebeu o preparo específico para subir aquele morro. Ele foi acreditando no bem que estava fazendo pela pátria, no bem que estava fazendo pelo seu Estado. E ali a gente tem a união de outra família também, que são os policiais que estão apoiando esse rapaz, que é uma criança. Com 19 anos, ele é uma criança.

Fico profundamente orgulhosa com relação às obras de transposição do Rio São Francisco. A única parte inaugurada foi a parte feita pelos militares do Exército. (*Palmas.*) Que bacana, não é? Acho que eles não receberam recurso algum ali, trabalharam como os outros empreiteiros e terminaram essas obras. Estão ali, trabalhando, mesmo ganhando salários que não são dignos das funções que eles ocupam, eles estão lá, acordam cedo e vão levar essa transposição.

E os militares também não ficam só dentro do quartel. Graças a Deus, nós podemos contar com eles a todo instante. Na Região Nordeste, por conta da seca, existem diversos carros-pipas dos quartéis que levam água, e não só água, mas esperança para essas pessoas que estão cansadas, sofridas. E esses

jovens soldados, muitas vezes, nas suas casas também não têm essa água, que é um recurso necessário para a vida.

Outra coisa, a dengue. A dengue é uma coisa que está aí, no nosso Brasil. E hoje, exatamente neste momento, há muitos soldados do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ajudando nesse trabalho para combater esse mal.

Então o que nós vemos é que o militar, além de estar no quartel, está nos quatro cantos, literalmente, do Brasil. Hoje em dia, a confiança que nós temos nas Forças Armadas é muito grande. Na hora de crise, na hora em que o bicho aperta, que as coisas pegam, quem vocês chamam? Exército, Marinha e Aeronáutica. (Palmas.) E eles estarão sempre dispostos a atender e vão cumprir a missão, porque para o militar missão dada é missão cumprida.

Também na Amazônia, lá estão os nossos militares carregando, ajudando a retirar as pessoas que estão alagadas.

Então, eu acho que nós temos que enaltecer esses soldados que são soldados de muitas brigas, que além de ter dificuldades financeiras dentro de casa, porque essa é uma realidade, estão lá, cumprindo horário, tirando serviço sem receber hora-extra, sem receber nada. Eles estão ali, firmes nessa jornada, que é uma jornada muito bonita.

Aqui nós temos a FAB. No momento daquela tragédia em Santa Maria, eles colocaram aqueles hospitais de campanha e agiram muito bem. Eu acho que hoje em dia muitas pessoas sobreviveram a essa tragédia graças a esses bravos homens. Por isso é extremamente importante nós sempre lembrarmos que eles estão lá, quietinhos no cantinho deles, mas na hora em que nós precisarmos eles estarão ao nosso lado, ao lado do povo brasileiro.

Com relação aos controladores de voo, com a Copa no Brasil, falando em aeroportos, esses bravos homens estão fazendo um trabalho que em outros países é extremamente bem pago, valorizado. Esses homens deveriam receber muito mais pela função, porque é uma função de responsabilidade. E mesmo assim, sabendo que estão usando empréstimo consignado e cheque ouro, eles acordam todo dia de manhã cedo e vão para lá, fazer o seu trabalho. E fazer o trabalho deles com dignidade e responsabilidade.

Como a Ivone já mencionou, nas fronteiras nós temos missões. Marinha e Aeronáutica vão às localidades que não são muitas vezes atendidas pelo nosso governo brasileiro, que acaba esquecendo essas pessoas. Essas pessoas existem, estão lá e precisam de apoio, precisam de amparo. E os nossos militares estão lá, apoiando essas pessoas.

Missão de paz. Além de proteger as nossas confusões dentro do Brasil, esses militares estão no Haiti, no Timor, eles estão espalhados aí. E agora, nesse momento, enquanto esses militares estão nessas cidades, as suas esposas, que são mulheres guerreiras, estão em casa, tentando administrar um baixo soldo, um baixo salário e escola, material escolar, alimentação, vestuário. Elas estão lá, firmes, e acreditam nesses homens.

Agora vou mostrar a minha total indignação. Esse é o contracheque de um soldado. E olhem, pasmem. Esse soldado tem diversos empréstimos. E ele não faz empréstimos porque quer comprar uma moto nova ou alguma coisa nova. Ele faz isso para a manutenção da sua família. Tirando esses empréstimos, olhem o valor que esse soldado recebe: R\$368,40. Isso é menos do que um salário-mínimo. "Ah, então está bom. E se ele não recebesse esses valores?". Ele estaria recebendo R\$1.200,00 para subir o Morro do Alemão, para ter a possibilidade de levar um tiro, para estar numa fronteira agora, como nós temos muitos militares em destacamentos espalhados por todo o Brasil. E isso prova que esses homens, além de soldados, são heróis, heróis da nossa nação, heróis da nossa realidade, heróis do momento em que nós vivemos, porque para um homem conseguir, com R\$368,40, manter uma família isso é vergonhoso, não pode ser aceito.

O que acontece? A nossa Família Militar, antes de mais nada, está precisando de união. Nós temos grandes associações de militares que estão hoje em dia na reserva e a nossa união tem que ser muito grande, para começarmos a mostrar que nós não fazemos baderna, muito pelo contrário. Nós agimos corretamente, nós queremos esse reconhecimento por essas ações corretas. (Palmas.)

Então eu gostaria de parabenizar todos os soldados espalhados em todas as fronteiras. Eu não falo em patentes, mas em soldados, porque são eles que estão ali, firmes, na batalha.

Eu sou esposa de militar, meu marido é capitão do Exército, eu sou filha de militar, andei por quase todo o Brasil. Quando morei em Roraima, eu me lembro de que às vezes avisavam: "Olha, chegou arroz no supermercado, chegou açúcar no supermercado.", e nós saímos para comprar o açúcar, para comprar o arroz, que naquela ocasião não tinha. Quantas vezes eu me lembro de o meu pai chegar em casa e dizer para a minha mãe: "Olha, Rita, nós fomos transferidos". Aquilo me doía no coração, porque, quando saía, eu deixava os meus amigos, eu deixava uma faculdade para trás. E, quando chegava numa nova faculdade, aquelas matérias que eu havia cursado na anterior, não eram reconhecidas. Então era sempre um futuro

recomeço. E todos os militares são acostumados a recomeçar constantemente. *(Palmas)*

Peço que as autoridades que estão nos ouvindo agora, que os amigos que estão nos assistindo em todos os cantos do Brasil, em nome dessas pessoas, que o Governo nos olhe com dignidade, que nos dê um tratamento justo e queira nos ouvir.

Graças a Deus o Senador Paim foi a primeira pessoa que possibilitou aos militares terem voz. E essa voz...

Vamos pedir uma salva de palmas. *(Palmas.)*

E essa voz que o Senador Paim nos proporcionou é uma voz que vem do coração dele e dos nossos corações, porque ele sente que nós queremos um Brasil melhor, nós lutamos por um Brasil melhor.

Em nome de todas as pessoas, de todos os militares nos quatro cantos do Brasil, eu gostaria de dar um abraço também no Senador Paim, como fez a minha mãe, e dizer muito obrigada pelo apoio do senhor.

E mais uma vez, gente, um canto que todo mundo sabe: "Brasil acima de tudo!"

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Miriam Deinstmann Stein, esposa de militar, que fez aqui também um belo pronunciamento.

Neste momento nós desfazemos esta Mesa e vamos para a terceira e última Mesa.

Uma salva de palmas à Mesa que sai. *(Palmas.)*

Chamamos Antônio Vicente da Silva Neto. O Sr. Antônio é assessor parlamentar da Associação de Praças das Forças Armadas (Aprafa). Chamamos também o Presidente da Qesa Brasil, Sr. Eduardo Souza Silva e, por fim, chamamos o Sr. Floriano de Sá Peixoto, auditor fiscal da Receita Federal e diretor da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (Anfip).

Vamos, de imediato, passar a palavra para o Sr. Antônio Vicente da Silva Neto, assessor parlamentar da Associação de Praças das Forças Armadas (Aprafa).

O SR. ANTÔNIO VICENTE DA SILVA NETO – Inicialmente, quero cumprimentar a todos, agradecendo à pessoa do Sr. Senador Paulo Paim.

Vou colocar aqui, para uma reflexão, uma frase que me veio à cabeça: "Sou responsável por tudo o que falo e faço". Porém a reflexão que eu peço a todos é: onde se encontram aqueles que massacram psicologicamente a minha família?

Estou aqui para falar do Projeto nº 4.373/2012, oriundo do Poder Executivo.

Foi criado o quadro especial exatamente em 81, pelo Decreto nº 86.289. Eu faço parte, apesar de estar na reserva, do quadro de taifeiros, também criado em 81. Acontece que o quadro de taifeiros veio através

da Portaria ministerial de nº 201, também de 81, com base na Lei nº 3.953, de setembro de 61.

Ocorre que o Exército copiou todas as obrigações, fielmente todas as obrigações, diga-se, da Lei nº 3.953, que regulamentou o quadro de taifeiros, menos as vantagens.

A Lei nº 3.953 diz: "Fica assegurado aos taifeiros da Marinha e da Aeronáutica promoção até suboficial com vencimentos e vantagens relativas às devidas graduações."

Vejam, naquela hora, não havia, nas fileiras do Exército, o quadro de taifeiros. Vinte anos depois é que se criou, através de uma portaria ministerial, o quadro de taifeiros, buscando, como eu já disse, todas as obrigações, menos as vantagens.

Aqueles taifeiros da Marinha e da Aeronáutica, senhoras e senhores, nobre Senador, chegam até suboficial enquanto, graças à sanção da Lei nº 10.951, de 2010... Depois de uma luta terrível, a gente conseguiu a aprovação dessa lei, que nos trouxe uma promoção de taifeiro-mor para terceiro-sargento do quadro especial, porque até então, até 2004, nem a isso a gente conseguia chegar.

Sr. Presidente, minhas senhoras e meus senhores, isso aconteceu depois de vinte anos, haja vista já existirem duas leis dispendo sobre a matéria, sendo que a primeira assegura estabilidade às referidas praças, que é a Lei nº 3.865-A. E nós tivemos ainda que passar por uma questão de reengajamento, de sorte que a administração do Exército não reparou a determinação legal. Aliás, não reparar a determinação legal, minhas senhoras e meus senhores, é praxe nessa administração, infelizmente, muito lamentavelmente.

Essa lei dava direito aos taifeiros das Forças Armadas de chegar à estabilidade logo no início da sua carreira. O que não aconteceu, porque muitos dos nossos colegas foram embora, pois deixaram de gozar da – como eu diria – afeição do seu comandante, e ele, então, dava-lhe a sua expulsão, vamos assim dizer. Então, passou por cima de uma determinação legal a Lei nº 3.865-A.

A Aeronáutica reconheceu, juntamente com a Marinha, através da Lei nº 3.953, o direito de fazer daqueles componentes do seu quadro suboficiais; direito a nós, componentes do referido quadro, de acordo com a Lei nº 3.953.

De acordo com o princípio da legalidade, apenas a lei regulamentada pelo Poder Legislativo e sancionada pelo Poder Executivo é capaz de criar direitos e deveres. Decretos, portarias, instruções, resoluções, não podem fazê-lo. E, quando uma lei cria direitos e deveres, ela tem que atentar para o art. 5º da Constitui-

ção Federal, sem ferir o seu *caput* que afirma: “Todos são iguais perante a lei”.

Temos estudos que mostram: quando o Exército, através de portaria ministerial, criou o respectivo quadro, não observou esse princípio. É por isso que insistimos em dizer que é de praxe, dentro desta administração, ignorar completamente uma lei federal, o que lamentamos muito.

Quanto a essa discriminação, Sr. Presidente e demais presentes, todos nós, pertencentes a círculos de militares segregados do Exército, sentimos juntos aos nossos irmãos de Marinha e Aeronáutica, nos deixa diminuídos e rebaixados. Não são coincidências de postos e graduações. São igualdades que existem entre as três Forças Armadas, desde o soldado até o oficial general.

Assim sendo, diferenciar os taifeiros do Exército de seus assemelhados da Marinha e da Aeronáutica, considerando ainda que as funções e responsabilidades são idênticas nas três Forças, além de injusto, é um ato, repito, inconstitucional, imoral e ilegal.

A Lei nº 6.980, Estatuto dos Militares, apresenta, em seu art. 5º, o seguinte: “A carreira do militar é caracterizada por atividade continuada e inteiramente devotada às finalidades precípuas das Forças Armadas.”

E o art. 15 diz:

Círculos hierárquicos são de convivência entre os militares de mesma categoria e têm a finalidade de desenvolver o espírito de camaradagem em ambiente de estima e confiança sem prejuízo do respeito mútuo.

Nós detemos o Ofício nº 9.547, de 11 de outubro de 2009, que afirma – Isso é terrível! – que os militares de mesmo quadro da Marinha e da Aeronáutica prestam concurso a nível nacional para ingressar como taifeiro.

Desculpem-me, mas a nossa Força, que nos ensina, quando entramos, que é a verdade, acima de tudo, é a que falta com a verdade descaradamente, infelizmente. Eles podem até prestar hoje, mas muito depois da nossa Constituição ser promulgada no nosso País. Temos colegas que não eram admitidos, enfrentando um concurso público, e fazem parte de um mesmo quadro que nós no Exército.

É dito também que nós, taifeiros do Exército, não prestamos serviço operacional. Outra vez, faltam com a verdade. O que é, então, ir para o Haiti? O que é, então, ir para a fronteira? O que é, então – tenho, aqui, nesta pasta –, um elogio do comandante do CMP, dirigido a mim, pelos bons serviços prestados operacionais? Será que aquele comandante não sabe, ou não sabia, um general, o que é serviço operacional?

(*Soa a campanha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O senhor tem mais cinco minutos.

O SR. ANTONIO VICENTE DA SILVA NETO – Obrigado. Por isso, Sr. Presidente, diferenciar os taifeiros do Exército dos da Marinha e da Aeronáutica, cujas funções e responsabilidades são idênticas, é totalmente injusto.

Para exemplificar, os mesmos atuam na Escola Superior de Guerra (ESG), Ministério da Defesa (MD), Presidência da República e Vice-Presidência da República, Superior Tribunal Militar (STM). Então, eles foram admitidos da mesma maneira que os seus pares das forças coirmãs, desempenham as mesmas funções, estão sob o mesmo Estatuto (Lei nº 6.980), recebem do mesmo órgão pagador (União Federal), concorrem à mesma escala de serviço. É impossível que isso aconteça, mas acontece.

A nosso ver, não se justifica tal discriminação.

Sr. Presidente, depois de tanta insistência de nossos Parlamentares, entre 2002 e 2003, chegou a esta Casa a MSC nº 366/2004, assinada pelo Presidente Lula, que culminou com a sanção da Lei nº 10.951, que aí, então, passamos a galgar à graduação de 3º Sargento. Aí nos equiparamos aos cabos, dos quais éramos oriundos, que veio com o Decreto nº 86.289, de 81. Só então, o taifeiro passou a também participar dessa promoção.

O Projeto nº 4.373 é o que vamos apresentar aqui. Ele, hoje, transita na Câmara. Ele se encontra na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Foi enviado, de boa vontade, pelo Poder Executivo, mas, no seu original, ele não nos traz *nenhuma* melhoria. Não conseguimos ser beneficiados por esse projeto por uma questão muito simples: já existe um estudo que aponta um interstício de 86 meses que equivale 7 anos e 2 meses.

O que acontece? Acontece que eu, para chegar a 3º Sargento do quadro especial, para ganhar R\$2.600,00, como já apresentado aqui, levei exatos 27 anos. Aí se coloca um interstício de 86 meses. É impossível que se vá alcançar qualquer colega na ativa. Ainda não sabemos por que não nos querem dar. É impressionante essa perseguição conosco!

O PL nº 4.373, Sr. Presidente, conta com 14 emendas. O Relator é o Deputado Cláudio Cajado (DEM – BA). Portanto, é um companheiro da Bahia, é um companheiro de luta no Parlamento. O Deputado Paulo Pimenta é do mesmo Estado que V. Exª, Sr. Presidente.

Então, o que acontece? Conseguimos, a duras penas, impingir nesse projeto 14 emendas; emendas estas que vão ajudar-nos, não somente a nós do Exército, mas ao quadro Qesa, que também se encontra na

mesma situação, que é o Quadro Especial de Sargentos da Aeronáutica. Está estagnado! É impressionante – milhares de famílias aqui, com o pires da mão, com a cuia, pedindo, implorando, porque carecem de um olhar humano, precisam que os senhores e as senhoras olhem para essa questão.

Sr. Presidente, somos conhecedores do PLS nº 204, de sua autoria, pelo qual o parabenizamos. Agradecemos a todos os Parlamentares que conhecem essa causa. Podemos garantir, sem medo de errar, aos Srs. e às Srs. Parlamentares que não é preciso ser santo para salvar milhares de pessoas em todo o Brasil, carentes de um aceno humano, que necessitam ter seus direitos reconhecidos.

Queremos muitíssimo agradecer por estarmos aqui, hoje, expondo aos senhores e às senhoras essa questão. Nós observamos – e eu vou ler rapidamente – a estagnação que enfrentamos.

Apenas as leis, já foi dito, podem criar direitos e deveres, mas infelizmente a nossa administração atropela a lei, quando aquela se impõe a nós, através de um ato administrativo, de uma portaria, criando-se interstícios, para não nos dar o que é de direito. Temos aqui uma discriminação a toda prova.

Estudos mostram que o Exército copiou, como disse no início, da Lei nº 3.953 todas as obrigações menos as vantagens, e já disse também, todos aqueles itens ali.

Olhem só, nós podemos observar ali, quando terceiros-sargentos, estamos alinhados com a Marinha e a Aeronáutica: nós paramos ali – uma promoção apenas – terceiro-sargento – e ficamos para trás. Carecemos, Sr. Senador, destas três promoções: segundo-sargento, primeiro-sargento e suboficial. Não conseguimos entender por que tamanha discriminação, se estamos lotados no mesmo Ministério. Isso não se justifica. Acho que só bastava isso.

Então, pedimos encarecidamente a gentileza de que se observem todas essas nossas reivindicações.

Acabou o meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Acabou, mas sempre podemos conceder mais dois minutos.

O SR. ANTONIO VICENTE DA SILVA NETO – Eu agradeço. Então, é isso. Finalizamos, agradecendo a esta Casa, a esta Mesa, a simpatia e a atenção de todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Quem falou agora foi o Antônio Vicente da Silva Neto, que trabalha aqui no Parlamento, como assessor da Associação de Praça das Forças Armadas.

Antes de passar para o próximo orador, normalmente concedemos a palavra a duas ou três pessoas do plenário, mas percebemos que há aqui nove inscritos. Precisamos ter o cuidado de que cada um fale, no máximo, dois minutos, porque, depois da fala, temos os encaminhamentos, porque a tendência, numa audiência como esta, é a de sermos repetitivos no final. Com todo o respeito aos que vão falar, é difícil não repetir o que já foi dito, e aí acabamos por não fazer os encaminhamentos. E é muito importante darmos encaminhamento para esta audiência.

Vou fazer um apelo aqui. Vou dar a palavra aos nove oradores, mas que cada um fale dois minutos, de forma bem disciplinada, como aprendemos a ser. Depois que a Mesa terminar de falar, iremos, então, aos encaminhamentos, no sentido do que vamos efetivamente fazer.

Passamos a palavra agora ao Sr. Eduardo Souza Silva, Presidente da Comissão Reza Brasil.

O SR. EDUARDO SOUZA SILVA – Cumprimento o nobre Senador Paulo Paim e demais autoridades aqui presentes, companheiros da Confederação Família Militar Associações, por essa grande união e iniciativa, em busca desse pleito e da carência da Família Militar, principalmente aos cabos e sargentos do quadro especial, o único quadro esquecido, que não tem carreira nas Forças Armadas.

Para começar, Sr. Presidente, gostaria de dar continuidade, depois do nosso nobre companheiro do Exército, representando também a Marinha, sobre o tema “Reestruturação do Quadro Especial de Sargento das Forças Armadas” e falando também um pouco da nossa criação, como foram criados o Qesa e o QTA.

Em 2001, foi criado para os cabos e os taifeiros o estágio de adaptação e graduação em terceiro-sargento (Qesa e QTA), através do Decreto nº 3.690, de 19 de dezembro de 2000. Esse estágio, Sr. Presidente, exigiu para os dois quadros a mesma formação curricular – sala, curso, formação, tudo –, e, ao término do mesmo, os Qesa e QTA chegariam ao final da carreira somente com a graduação de terceiro-sargento.

Vale ressaltar que, após realização do estágio, a promoção ocorreria, seguindo os seguintes critérios: para os cabos, teriam 20 anos na mesma graduação – já começou com discriminação, Sr. Presidente – e para os taifeiros, apenas 14 anos de efetivo serviço. Faço uma observação, Sr. Presidente, no sentido de que alguns cabos só alcançaram 20 anos na graduação somente após 20 anos de efetivo serviço.

Portanto, Sr. Presidente, diante de 36 anos de injustiça, resolvemos enumerar o nosso quadro de justiça. Vamos para o quadro de injustiça I, que foi a criação do quadro complementar. O Decreto nº 68.951, de 19

de julho de 1971, aprova o regulamento para o Corpo Pessoal Graduado da Aeronáutica e dá providências.

No seu parágrafo único do art. 2º:

O aproveitamento dos cabos de que trata esse artigo será efetivado por promoção a graduação de terceiro-sargento, na forma estabelecida no regulamento, para o corpo de pessoal da graduação da Aeronáutica.

Senhores, esse decreto somente beneficiou 100 cabos, que, ao completar 10 anos, adquiriram estabilidade e seriam matriculados na Escola Especialista da Aeronáutica.

Estava perfeito, Sr. Presidente, porém este decreto foi revogado pelo Decreto nº 89.394, de 1984, provocando, com isso, a estagnação dos quadros de cabos.

Passamos, Sr. Presidente, para o quadro de injustiça II, que foi a criação do corpo feminino. Nada contra as nossas companheiras, que foi uma grande força da mão de obra feminina para a Aeronáutica e as demais coirmãs. Mas, quando foi criado o quadro feminino da Aeronáutica, foi perfeito para Força Aérea Brasileira com a criação com os quadros de oficiais, sargentos e cabo feminino.

Porém o problema começou em 1984, quando o quadro de cabos masculinos foi surpreendido com a promoção, através de um decreto do ministro da época, do quadro de cabos femininos da graduação de terceiro-sargento de um dia para a noite, ainda com direito ao acesso à última graduação do ciclo hierárquico de suboficial, sendo concedida a promoção à graduação de terceiro-sargento somente aos cabos integrantes do quadro feminino da Aeronáutica, não sendo dado esse mesmo tratamento aos cabos do quadro masculino, ferindo assim o art. 5º da Constituição, conforme consta dos termos dos Decretos nºs 880 e 881, de 1993.

Por oportuno, é necessário dizer que já existia, naquela época, o quadro de cabos masculino, e muitos deles já estavam atingindo a estabilidade de 10 anos de serviço e, atualmente, todos os cabos femininos daquela época são suboficiais e algumas, até oficiais. Os homens, os ex-cabos, mal chegam à graduação de terceiro-sargento.

Sr. Presidente, isso não termina por aí. São 36 anos de injustiça. Vamos para o quadro de injustiça III, que foi a Lei nº 12.158, referente à promoção dos taifeiros.

Como se não bastasse, em 2009, os taifeiros, que hierarquicamente são mais modernos que os cabos, foram contemplados com o direito de serem promovidos à graduação de suboficial na reserva remunerada, tudo de acordo com a Lei nº 12.158, de 28 de dezembro de 2009, sancionada pelo nosso Presidente Lula.

Inclusive, Sr. Presidente, alguns Parlamentares acham um absurdo somente duas especialidades... Nada contra nossos irmãos Taifeiros, que têm seu merecimento, mas somente duas especialidades, arrumador e cozinheiro... Repito, senhores: arrumador e cozinheiro. E podem ir à promoção de até suboficial, enquanto que os quadros de Cabos e Sargentos, com 24 especialidades, Sr. Presidente... Vinte e quatro especialidades, que vou citar agora: Mecânico de Aeronaves; Estrutura e Pintura; Eletrônica; Eletricidade e Instrumentos; Equipamento de Voo; Material Bélico; Suprimento Técnico; Fotointeligência; Comunicações, que é a minha especialidade; Informações Aeronáuticas; Enfermagem; Auxiliar Odontológico; Subsistência; Administração; Desenho; Obras; Cartografia; Eletricidade; Metalurgia; Eletromecânica; Música; Guarda e Segurança, Sr. Presidente. E não têm a mesma igualdade e condições de serem suboficiais. E gostaria de fazer uma denúncia grave: atualmente, isso está causando um mal-estar entre os militares da ativa e da reserva.

Agora, gostaria, Sr. Presidente, depois de tanta injustiça, de falar um pouco dos nossos méritos. Tivemos méritos sim. E agradeço muito às nossas associações por essa união, e vamos juntar forças. Gostaria de citar o nosso mérito, em 2005, no governo, em que tramitou, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 4.991, de 2005, de autoria do nosso nobre, já falecido, Vice-Presidente e Ministro da Defesa José Alencar Gomes da Silva, que versava sobre a reestruturação do Corpo de Oficiais e Praças da Aeronáutica, para a superior aprovação e sanção pelo Presidente da República.

Inclusive, Sr. Presidente, no projeto de lei estava escrito: "Dispõe sobre a estrutura e a composição dos Corpos dos Quadros de Oficiais e de Praças da Aeronáutica e dá outras providências", destacando a justificativa que o Comando hoje esquece, mas que eles mesmos fizeram, dizendo que passou pelo Comando da Aeronáutica, Ministério da Defesa, Casa Civil, até o Congresso Nacional. Olhem só a justificativa:

Esta proposta de lei revoga a Lei nº 3.953/1961, que permite que a carreira do Taifeiro da Marinha do Brasil e da Aeronáutica vá até a graduação de Suboficial, sem exigência de qualquer processo seletivo com vistas à promoção à graduação de Terceiro-Sargento. Cumpre salientar que foi realizada consulta à Marinha [dizia a justificativa], e esta se manifestou favorável à revogação dessa Lei, pois o acesso das Praças daquela Força, até a graduação de Suboficial, já está assegurado na Lei nº 9.519/1997. Esta medida, para a Aeronáutica, visa a possibilitar um tratamento equânime, com igualdade de oportunidade para as carreiras de Cabos e Taifeiros, integrantes de um mesmo círculo hierárquico.

Foi a justificativa daquela época.

Porém, Sr. Presidente, esse projeto de lei tramitou durante dois anos na Câmara Federal, e a Aeronáutica o retirou para melhor estudo. Esse melhor estudo, senhoras e senhores, foi até 2010, quando mandaram o PL nº 7.521, de 2010, beneficiando somente o quadro de Oficiais, que foi o QOAp, fazendo a promoção de Tenente a Coronel. Aí está o resumo: os Taifeiros foram resolvidos com o Presidente Lula, e, mais uma vez, foi esquecido o Quadro de Cabo e QESA da Aeronáutica.

Senhores, Sr. Presidente, vamos agora ao mérito na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para lembrar o tempo, o senhor tem quatro minutos ainda.

O SR. EDUARDO SOUZA SILVA – Só para lembrar, Sr. Presidente, na Câmara dos Deputados, em 2010, de maneira muito responsável e ordeira, os sargentos do Quadro Especial de Sargentos da Aeronáutica (Qesa), ex-integrantes do Quadro de Cabos (QCB), se organizaram e se estruturaram nacionalmente, buscando uma solução para a correção dessa situação na Casa do Povo, que é o Congresso Nacional, através da apresentação de emenda a um Projeto de Lei do Executivo, visando à correção desse injusto e cruel tratamento que eles até o presente estão recebendo.

Atualmente, Sr. Presidente, existe um grande número de Parlamentares conhecedores da causa que já se manifestaram em apoio, sendo até solidários, por entenderem que é uma questão de justiça. Tanto é que, o PL 7.521, de 2010, os Parlamentares da Comissão mais importante da Câmara Federal, que é a Comissão de Constituição e Justiça, aprovaram, por unanimidade, no dia 26 de outubro de 2011, que foi uma data histórica, reconhecendo o mérito dos cabos e sargentos do Qesa. Porém, infelizmente, não pôde entrar na redação final, pelo fato de a CCJC não ser comissão de mérito.

Sr. Presidente, devido ao tempo, tivemos também, aqui no Senado, o reconhecimento do mérito do Projeto 7.521, de 2010, depois transformado no PLC 104, de 2012.

Sr. Presidente, é devido ainda, para a manutenção desse quadro de justiça, que todos os integrantes do Quadro Especial de Sargentos e do Quadro de Cabos da Aeronáutica conte com a sensibilidade de V. Ex^a e de todas as autoridades, todos os Senadores e Deputados, em prol do apoio da causa dos sargentos QESA.

Gostaria, por último, Sr. Presidente, para concluir, de fazer um pedido a todos os Senadores e também a V. Ex^a, e peço que a Comissão de Direitos Humanos faça também esse pedido via assessoria parlamentar. O pedido é o seguinte, Excelência: solicitamos que

o comandante da aeronáutica envie, o mais urgente possível, um projeto de lei nos mesmos moldes do dos taifeiros, a fim de que possa permitir que os 9.522 militares do Quadro Especial de Sargentos, integrantes do mesmo círculo hierárquico, sejam também promovidos à graduação de suboficial, quando da passagem para a reserva remunerada.

Dessa maneira, Sr. Presidente, fica garantido tratamento justo e equânime, digno de uma sociedade eminentemente democrática.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Sr. Eduardo Souza Silva, Presidente da Comissão da QESA Brasil. Eu o cumprimento porque ficou exatamente no tempo. Ajudou a Mesa. Quando eu o avisei, ficou exatamente no tempo. Parabéns. (*Palmas.*)

Gostaria de convidar à Mesa o representante da Cobap neste evento, o Pimenta, que trabalhou muito, desde o início, para que esse evento pudesse acontecer, demonstrando que temos de estar juntos: tanto a área civil, como a militar, como aqui foi dito, quando a causa é justa. E essa é uma causa justa. Venha à mesa, por favor. (*Palmas.*)

A Cobap – Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas do Brasil cuida do interesse dos aposentados e pensionistas e também de quem está na ativa, porque quem está na ativa hoje é o aposentado de amanhã, não é, Pimenta?

Passamos a palavra, neste momento, ao Dr. Floriano de Sá Neto, Auditor Fiscal da Receita Federal e Diretor da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social, a nossa Anfip.

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO – Bom dia a todos.

Quero saudar o Senador Paim, o Pimenta, os nossos dois companheiros que nos antecederam, todos os outros palestrantes que compuseram a Mesa. E dizer que a vantagem de chegar cedo, no início, é poder ouvir e se inteirar mais a fundo da situação do segmento dos militares e ler um pouquinho a Constituição para me... Gostaria de tentar verificar no que eu poderia contribuir – com informação, rememorar lá atrás algumas coisas, pois estou nessa seara há algum tempo –, ser útil; ou seja, pragmaticamente, contribuir para que as reivindicações que aqui ouvi hoje possam ser traduzidas em vitórias, pois é isso o que estamos querendo aqui. Queremos contribuir para a sociedade representada aqui no Senado, na pessoa do nosso Senador Paulo Paim, homem compromissado – comprometido até o último talo, do fio do cabelo até o dedão do pé – com essas causas, que são o melhor que esperamos de um homem público.

Estava me lembrando, Senador Paulo Paim, do início da nossa luta, nos anos de 1990, quando o senhor ainda estava na Câmara, Casa do povo, lembrando a nossa Frente Parlamentar e de entidades civis e militares em defesa da Previdência Social pública. *(Palmas.)*

E gostaria de lembrar desse início da Frente, que congregava civis e militares. Tínhamos um problema seriíssimo pela frente. Tivemos o emendão do Collor, depois a revisão constitucional; depois a PEC nº 33, que liquidava a Previdência Social, e foi muito importante naquele momento – nas audiências públicas, nas mobilizações da sociedade. Aqui, o movimento dos aposentados. Naquela época, os trabalhadores da ativa, juntos, os servidores públicos, todos juntos, e nós conseguimos naquele momento uma vitória, não digo total, porque acabou acontecendo a reforma da Previdência, mas lembro que ficamos quatro anos discutindo uma proposta de emenda à Constituição. E, recentemente, em apenas um ano, se aprovou uma emenda à Constituição bastante danosa para os servidores públicos civis.

Então, retomar isso – e a minha fala vai ater-se basicamente à questão previdenciária, das pensões e dos proventos de aposentadoria. Não vou falar das demais, porque realmente não tenho condição de falar. Aqui, fiquei ouvindo realmente, para me inteirar melhor sobre o que está acontecendo na ativa.

E dizer da importância que é essa luta do militar. Ela tem de ser mais bem conhecida pela sociedade, que desconhece isso. Eu vou dar um pequeno exemplo: nessa questão do reajuste, que foi falado aqui, de 9% – escutei que o reajuste foi só de uma parcela, da parcela do soldo. Isso pareceu para a sociedade – eu mesmo lendo, e trabalho na Câmara, conheço – que tinha sido sobre a remuneração, 9%, enquanto os demais servidores públicos, inclusive, ficaram com 5%, mas foi sobre a remuneração.

Então, vejam como há necessidade de que essas coisas sejam realmente debatidas na Casa do povo, no Senado Federal e também nos demais, onde houver condição, nos Estados, para que se coloque realmente o papel; ou seja, a necessidade, o que faz o militar e essa questão da carreira. Antes de entrar na questão previdência, vimos aqui se falar em 20 anos, 25 anos para cumprir uma etapa da carreira, no caso do taifeiro. Gente, eu me lembro da minha situação como servidor público: em sete ou oito anos, cheguei ao fim de carreira.

Portanto, existe realmente um tratamento muito diferente e que dá a essa luta de vocês realmente muita legitimidade. Continuem à frente.

Basicamente, vou falar da questão financeira, porque, com certeza, toda vez que vocês vão levar o

pleito, que alguém vai falar, dizem que custa muito, que estamos vivendo... Agora, é a crise da Europa, que é de 2007/2008, mas parece que não termina. Daqui a pouco, vem outra crise, e nunca há espaço fiscal, ou espaço orçamentário, para que demandas justíssimas como essa de R\$0,16. Gente, é mais caro a linha do Siape do que os R\$0,16 que são pagos. É tão absurdo! *(Palmas.)* É melhor que tirem a linha porque a União economizaria mais. Então, sob o ponto de vista financeiro, tivemos agora, apesar da crise econômica... O Governo vem fazendo uma série de desonerações, e o Paulo Paim, o nosso Senador, conhece bem o nosso ponto de vista, a nossa preocupação acerca das desonerações. As desonerações estão vindo sob a desculpa da crise econômica, mas estão abrangendo apenas um segmento. Estamos vendo desonerações apenas para as empresas, para os empresários, sem contrapartida; desonerações bilionárias, por exemplo, na indústria automobilística, e, por incrível que pareça, através dessas desonerações aqui, no Brasil, estamos salvando a Ford, a GM, a Volkswagen lá nas suas matrizes, porque o dinheiro que desonera aqui vai diretamente para eles. E não vemos nenhuma contrapartida em emprego, melhores salários. Parece que automaticamente a desoneração está virando lucro para os empresários. E, quando vem a demanda da sociedade, dizem “Ah, não tem, não tem.”

Então, é importante deixarmos claro que estamos vivendo hoje esse paradigma do Governo que temos, do presidente Lula, que é muito honrado, da Presidenta Dilma, muito honrada. Mas a impressão que temos, Senador Paulo Paim, é de que a política econômica ainda é a mesma lá dos anos 90, em que todas as demandas sociais entram sempre no final da fila, da fila, da fila. Parece, voltando mais atrás ainda, que tem que crescer o bolo. Mas o bolo não cresce. A verdade é que o bolo está crescendo pouco, e temos que verificar e colocar os pingos nos is.

No que tange à seguridade social, que é o orçamento em que entram as despesas de saúde, previdência social, assistência social, temos tido – e a nossa entidade comprova isso ano após ano – sobra de recursos. No ano passado, foram mais de R\$70 bilhões. O termo é este: setenta bilhões de reais que sobraram no orçamento da seguridade social. Quer dizer, não sobraram porque esse dinheiro acabou sendo gasto, mas infelizmente a maior parte dele é gasto com pagamento de juros.

O que esperávamos – e temos que dizer da Presidenta Dilma como realmente um feito muito grande na questão do pagamento de juros menores aos rentistas – é que sobrasse um pouco mais, ou seja, já que o dinheiro da seguridade social é desviado, na

sua imensa maioria, para o pagamento de juros, que, em se pagando menos juros, aumentassem as outras despesas. E infelizmente isso não vem acontecendo.

Pessoal, é isso. É chamar a atenção para a questão das pensões, das aposentadorias, ou seja, na hora em que mais se precisa, que é quando estamos lá, na hora de curtir e aproveitar a vida no ócio, ou seja, o ócio com vida, é a hora em que, az vezes, precisamos de um auxílio para a saúde, principalmente, é a hora em que vemos muitas famílias acudindo seus filhos, seus netos porque eles estão com problemas ou não conseguem. E, nessa hora, verificamos que não há uma política pública eficiente, eficaz, que trate com integralidade todas essas questões inerentes ao processo natural de envelhecimento.

É muito triste verificarmos o que está acontecendo hoje. Acompanhamos isso mais de perto junto à Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, a questão financeira, a questão de que hoje os aposentados acabam se endividando e comprometendo o pouco que têm para atender às questões familiares ou até um pouco piores, sendo exploradas às vezes por algumas situações.

Então, fica aqui a nossa contribuição no sentido de dizer que os recursos existem, que a discussão se trata aqui mesmo e na Comissão Mista de Orçamento, quando se vai definir para o ano que vem o que vai ser dado de reajuste. Então, essa luta e essa batalha começam neste momento. Não adianta chegar ao final, porque deve ser agora. Para 2014, a gente precisa começar a levantar as demandas, levantar o que se quer, o que se pretende melhorar e fazer uma atuação muito firme aqui na Casa do Povo, na casa em que nossos representantes estão. A gente os elege a cada quatro anos e se esquece deles. Eles se lembram da gente também só de quatro em quatro anos.

Então, vamos ter uma questão bastante ativa nessa questão financeira, porque os recursos existem. Eles estão aí. E, infelizmente, o que há é uma disputa, e nós, por meio das entidades representativas, temos de estar atentos aqui dentro para conseguir transformar as demandas que aparecem aqui em realidade. Eu acredito que esse trabalho pode ser feito, porque existem homens sérios, homens competentes aqui dentro que nós elegemos e que são os nossos dignos representantes.

Muito obrigado. E um bom dia a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi Floriano de Sá Peixoto, auditor fiscal da Receita Federal e diretor da Associação Nacional de Auditores fiscais da Previdência Social, Anfip, que deu um depoimento mostrando que recursos existem.

É preciso que nós, mobilizados, articulemos para que as demandas sejam atendidas.

Eu vou incluir o Pimenta naqueles oradores que falarão agora na versão final. Mas quero, antes, registrar a presença. Já registrei de inúmeras entidades. Mais uma vez, quero dizer que aqui há representantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Mandaram-me aqui uma segunda lista para Mesa, só para registro: Amarp/DF; Sebastião Pinheiro, Vereador, já foi citado; Unemfa; Confamil; Asaprev; CNQB; Comissão Qesa Brasil; Conarfa; Confamil; Associação dos Militares da Reserva, Reformados e Pensionistas das Forças Armadas; militares do quadro especial das Forças; Associação de Praças das Forças Armadas, Aprafa; Cooperativa Binacional dos Militares. Sejam todos bem-vindos. *(Palmas.)*

Pessoal, agora, eu vou fazer um apelo para a história dos dois minutos. Eu vou marcar lá. Um minuto, toca a campanha; tem mais um para concluir, para a gente poder ir para os “finalmentes” e para os encaminhamentos.

Então, passo a palavra ao Sr. José Henrique Oliveira de Souza, que é Sargento da Aeronáutica.

O SR. JOSÉ HENRIQUE OLIVEIRA DE SOUZA – Meu cordial bom dia, Ex^a. Em seu nome, quero cumprimentar toda a Mesa e todas as federações que estão aqui presentes. Eu sou da ativa. Acho que sou e o Coronel Mauro Rogério estamos na ativa aqui hoje.

Venho somar a minha esperança, Ex^a, com a esperança de todos neste dia, nesta audiência pública, nesta MP 2.215, que tramita desde 2001. Pertencemos a uma geração, Ex^a, que nasceu embalada pelo sonho de um Brasil mais democrático, mais livre e justo. Este momento nos aquece a alma, nos faz acreditar no impossível tornar-se realidade, nos faz devolver o que nós militares perdemos no passado. Ex^a, eu sou pai, eu sou filho, eu sou avô e sou militar da ativa. Mas, acima de tudo isso, Ex^a, sou um cidadão comum, que pago meus impostos com dedicação.

Hoje vivemos um regime assistencialista, bolsa de tudo. Mas eu quero mesmo é uma bolsa para nós, uma bolsa dignidade, uma bolsa de respeito, uma bolsa que possa nos olhar com dignidade e respeito. Nós militares precisamos ser ouvidos. O que reivindicamos aqui hoje é pelo direito que perdemos, Sr. Senador, pois temos fome, temos pressa, temos fome de cultura, temos fome de educação para os nossos filhos. Pedimos que possam nos dar condição de igualdade.

Sr. Senador, tenho 27 anos de serviços prestados. Tive e tenho orgulho de ser militar, mas este sentimento está ficando esquecido, sendo superado pela desigualdade salarial que vivemos hoje. Tivemos momentos bem marcantes de orgulho de ser militar, um

deles quando eu estive em Quito, na Angola, onde vi as nossas Forças defendendo os interesses daquela cidade. Outro, Excelência, quando vi uma tropa embarcar aqui, indo para o Haiti, defender os interesses dos cidadãos daquele local. E o último, Excelência, foi quando eu vi as tropas subir no Morro do Alemão; tive orgulho de ser militar naquele momento. *(Palmas.)*

Essa MP, Excelência, tem o poder de trazer de volta um pouco dos nossos sonhos perdidos. Precisamos melhorar é agora. É uma chance, uma esperança para os nossos familiares.

Termino com duas frases bem atuais. Posso até sofrer represália por estar falando aqui hoje, porque sou da ativa. Mas, como disse Pe. Antônio Vieira há quase 500 anos: “Somos o que fazemos. Nos dias em que fazemos, realmente existimos; apenas duramos quando não fazemos.”

“Nossa vida começa a terminar no dia em que nos silenciamos para as coisas que realmente importam.” Martin Luther King.

Muito obrigado pela oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! O Sr. José Henrique Oliveira ficou no tempo, passou no máximo 30 segundos. Meus cumprimentos! Se todos passarem só 30 segundos, fico bem faceiro aqui, na direção dos trabalhos! Foi muito bem!

Passamos a palavra agora ao Sr. Mauro Rogerio Gomes Pessanha, suplente do Deputado Federal Luiz Pitiman, do PMDB.

O SR. MAURO ROGERIO GOMES PESSANHA

– Bom dia a todos.

Ex^{mo} Sr. Senador Paulo Paim, senhores e senhoras, cumprindo o desafio dos dois minutos e completando aqueles que me precederam na fala, que brilhantemente falaram praticamente tudo o que tem que ser dito, complemento da seguinte forma. Foi mencionada aqui a distorção salarial na base da pirâmide, muito bem apresentada pelo Coronel da reserva Cantidio da Rosa Dantas, Presidente da Famil. Existe uma forma de corrigir essa distorção na base da pirâmide, que é a adotada pela maior potência militar do planeta, que é a dos Estados Unidos. Lá existe um plano de carreira bem definido para os oficiais e um plano de carreira bem definido para os praças e graduados, onde a hierarquia e a disciplina não se confundem com a hierarquia remuneratória. Por quê? Um Tenente recém-formado na Aman, por exemplo, na escala hierárquica e remuneratória, ganha mais que um suboficial em fim de carreira, com 30 anos de serviço.

(Soa a campanha.)

O SR. MAURO ROGERIO GOMES PESSANHA

– Nos Estados Unidos não é assim, senhores. Lá, um

suboficial, que é a carreira de graduado, ganha aproximadamente em torno do que um capitão ou major ganha, ele navega nisso. Isso não quer dizer que ele ganhar mais implique em desrespeito à hierarquia e disciplina funcional dentro dos quartéis, isso quer dizer um respeito à experiência de um homem pelos serviços prestados, etc., etc., é aquilo tudo que foi dito aqui.

Então, coloco, humildemente, essa questão para ser apreciada e para ser encaminhada, para que as autoridades competentes analisem essa questão, porque não vejo, e falo humildemente, outra forma de corrigir essa distorção salarial na base da pirâmide que não essa.

E se as Forças Armadas americanas são inegavelmente uma referência, que também sejam nesse aspecto para nós, para fazermos um plano de carreira conjunto. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O.k. Terminou no tempo.

O SR. MAURO ROGERIO GOMES PESSANHA

– Só complementando, tenho orgulho de pertencer a uma instituição que goza da maior credibilidade na sociedade, que é 75% da credibilidade, só equiparável à da nossa Presidente Dilma Rousseff, e por quê? Porque, para as Forças Armadas do Brasil, missão dada é missão cumprida. Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Eu estava preocupado, te confesso, Mauro, mas tu ficastes também exatamente no tempo do José Henrique.

Parabéns ao Mauro Rogerio Gomes Pessanha. Até agora estamos certinhos no tempo.

Sr^a Ivone Cunha, esposa de militar.

A SRA. IVONE CUNHA – Bom dia a todos.

Vim aqui apenas complementar: uma grande preocupação das esposas dos militares – do Exército, principalmente – é o Plano nº 9, que tenho em mão, de movimentação por necessidade de serviço. Mais uma vez, o Exército Brasileiro quer transferir os militares, não levando em consideração as esposas, que seguiram o conselho do Ministro da Defesa de que deveriam ir trabalhar. Nós fomos à luta, fizemos um concurso público, conseguimos vencer, conseguimos nosso trabalho e agora simplesmente o Exército brasileiro quer transferir o militar, ignorando que a esposa trabalha e não tem como levar esse trabalho junto dela, querendo que a esposa volte a ser Amélia.

Aconteceu, algum tempo atrás, em 2010, esse tipo de transferência no Exército. Nós procuramos então o ministro general do Comando Militar do Planalto. Ele me perguntou o seguinte: “Quando você casou com ele você sabia que ele servia ao Brasil?” Eu respondi a ele que, quando eu casei, meu marido não

passava fome com o salário de miséria. O salário dele sustentava uma família. Isso fez com que as esposas largassem os filhos para poderem procurar uma renda para melhorar sua qualidade de vida. E hoje o Exército simplesmente manda um plano B dizendo que vai transferir todos os militares que têm mais de três anos de OM, simplesmente ignorando o esforço que a esposa teve para correr atrás do seu trabalho. *(Palmas.)*

Outra coisa que eu queria colocar e dá tempo é que nós temos um problema sério. O militar hoje não consegue comprar o lugar de morar quando está na ativa, porque se encontra endividado; e não consegue fazer parte de nenhum programa do governo, porque a renda passa. Então, ele está numa linha em que não consegue comprar nem consegue ganhar. Está indo para a reserva sem conseguir ter o seu teto, que é a coisa mais importante para o sustento de uma família. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns, D. Ivone Cunha, esposa de militar. Foi objetiva e deixou já os pleitos junto a esta Comissão.

Paulo Roberto, blogueiro dos militares do Quadro Especial.

O SR. PAULO ROBERTO SANTOS – Bom dia, Senador. Bom dia a todos os presentes.

Vou fazer um resumo de tudo o que já foi falado sobre a necessidade da Família Militar.

As Forças Armadas precisam de uma atenção bem especial dos Senadores, dos Deputados, do Executivo, da nossa Presidente, porque nós passamos por necessidades tremendas. Há uma defasagem salarial de mais de 100%. É só abrir o contracheque de um praça que verá a realidade de grande necessidade dos militares.

Existe dentro das Forças Armadas os militares do Quadro Especial. A gente está, por necessidade, pedindo o apoio de todos para a aprovação das emendas que existem na Câmara dos Deputados, que logo chegarão a esta Casa.

Lembro também, Senador, de um dia em que o senhor falou no plenário sobre o emprego da Força. A PM não consegue subir no morro? Chamem as Forças Armadas? O Ibama não consegue fazer seu trabalho? Chamem as Forças Armadas. Isso não é uma realidade lógica, igual a um mais um, dois. Não há o que se falar sobre esse assunto.

Deixo aqui a esta Casa a seguinte afirmação: as Forças Armadas são uma instituição de exemplo e de confiança para a população. São os militares que honram o nosso País, honram a cada um que esta nesta Casa e a todos lá fora, sem esquecer da nossa família, que é a Família Militar, que necessita demais de um aumento salarial, porque não existiu um aumento

salarial. Existiu uma reposição salarial. Se falam que foi aumento, estão enganados.

Um abraço ao Senador e a todos os presentes.

Eu também sou da ativa, sou do Quadro Especial e estou aqui como cidadão, vindo à minha Casa.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento o Paulo Roberto, que ficou no tempo, blogueiro dos militares do Quadro Especial.

Tiago Pereira da Silva, Presidente da COOHAMFA.

O SR. TIAGO PEREIRA DA SILVA – Bom dia a todos, em especial ao Senador que buscou dar essa atenção à nossa questão, à questão militar.

Sou da Cooperativa Habitacional dos Militares das Forças Armadas. Temos mais de 2 mil integrantes na COOHAMFA. Indicamos esses integrantes aos programas habitacionais do DF. Uma situação muito triste é que muitos deles acabam não podendo participar do programa habitacional do DF. Sabemos que a Aeronáutica fez, na década de 90, um bom programa habitacional para o seu militar, que foi o sítio do Gama. Até pouco tempo, o Deputado Magela, que é Secretário de Habitação, destinou áreas, e foram desafetadas áreas próximas ao Hospital das Forças Armadas para habitação.

(Soa a campanha.)

O SR. TIAGO PEREIRA DA SILVA – Houve audiência pública e tudo.

Temos área atrás da rododferroviária, temos área da Marinha, na área alfa, e sabemos que essas áreas podem ser bem utilizadas para moradia.

É isto o que pedimos ao Senador: veja a questão da moradia, porque é uma questão justa ao militar que vai para a inatividade e precisa ter o seu lugar para morar.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Tiago Pereira da Silva, Presidente da Coohamfa. Ficou exatamente no tempo.

Passamos a palavra ao Sr. Frederico Araújo, advogado da assessoria jurídica da Federação de Aposentados e Pensionistas do DF.

Eu sei que o senhor traz uma série de dados e números, mas o critério é o mesmo para todos: são dois minutos.

O SR. FREDERICO ARAÚJO – Senador, eu gostaria de agradecer. Gostaria de cumprimentar V. Ex^a, em especial, e a todos os presentes; ao Dr. João Florêncio Pimenta, que na verdade é o Presidente da Federação dos Aposentados, vinculada à Cobap.

Na verdade, eu tinha um discurso amplo para apresentar, sobre a visão jurídica atual e os problemas que a AMP nº 2215 trouxe para...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se quiser encaminhar por escrito à Presidência. Depois, acatarei e vou encaixando nos documentos finais.

O SR. FREDERICO ARAÚJO – Na verdade, a minha ideia era abordar todos os aspectos do assunto relativo aos 28,86%. O senhor até recebeu um *email* para tratar desse assunto e também de um reajuste que ficou lá atrás: um reajuste de 81% concedido aos almirantes de esquadra e aos ministros do STM, mas acho que o tempo é curto.

(Soa a campanha.)

O SR. FREDERICO ARAÚJO – Gostaria de agradecer a presença de todos aqui. Acho que essa união é superimportante. Também dizer que a Federação dos Aposentados não só trabalha em defesa dos aposentados e pensionistas do regime geral, mas também está à disposição para dar apoio a todos os militares da ativa e aos inativos. E a todos os servidores públicos em geral.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Frederico Araújo. Se puder remeter por escrito, vai ser anexado aos demais documentos entregues à Mesa.

Francisco Eduardo Ribeiro, Comissão Nacional da Qesa.

Dr. Francisco, por favor.

O SR. FRANCISCO EDUARDO RIBEIRO – Bom dia, Senador. É um prazer estar aqui. Agradeço a presença de todos e coloco aqui a situação. Não são só os problemas, mas também dar solução, para que tenha êxito em tudo o que foi falado aqui.

Coloco a situação, aqui falada, da saúde pública. Todo o mundo sabe, mas os hospitais militares também estão um caos. Por que digo isso?

A maioria dos pilotos – muitos aqui não sabem –, comissários e comissários de bordo fazem inspeção de saúde dentro do nosso Hospital da Aeronáutica. Temos dependentes, filhos e filhas, e, quando completam 21 anos, são excluídos do sistema de atendimento. Então, gostaria de colocar aqui que só os filhos que estão em faculdades, em curso superior, até 24 anos, ainda podem exercer o uso do hospital militar. Após isso, são excluídos. Então, isso tem de ser banido, porque nós ganhamos o que foi apresentado aqui...

(Soa a campanha.)

O SR. FRANCISCO EDUARDO RIBEIRO – São R\$0,16 de salário-família, e não temos condição de pagar uma consulta particular. Temos de cair no SUS.

Não estamos aqui discriminando o SUS, cujo atendimento, às vezes, está até melhor do que o nosso hospital militar.

Gostaria de agradecer a oportunidade, como gaúcho de Canoas – sua cidade, onde é muito bem votado.

Conto com a sua presença na nossa próxima reunião.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estarei lá, Sr. Francisco Eduardo Ribeiro. Há o compromisso de ir lá visitá-los, e irei com certeza.

Olha, eu tinha aqui fechado questão quanto à disciplina: se eu abrisse para um, teria de abrir para todos. Eu sei que todos gostariam de falar, até porque percebi isso. É bom! As pessoas querem falar, querem manifestar-se, querem questionar, e a democracia é isso. Que bom que podemos abrir essa oportunidade.

O Sr. Celso de Carvalho Filho fez um apelo à nossa secretária-geral da Comissão, jurou que não ultrapassaria os dois minutos, embora ele tivesse uma série de questões. Se vocês concordarem, eu vou abrir essa exceção antes do Pimenta, que vai ser o último a falar, ao Sr. Celso de Carvalho Filho, que é primeiro-sargento reformado do Exército brasileiro.

Podemos passar para o Celso? É uma exceção. Então, vá lá Celso, você tem dois minutos.

O SR. CELSO DE CARVALHO FILHO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ele está aí, firme.

O SR. CELSO DE CARVALHO FILHO – Sr. Senador, como falou o Coronel Soares, eu também iniciei minha carreira em Bagé, no Rio Grande do Sul, alistado aos 16 anos como voluntário no Exército brasileiro.

Muito bem.

Por ter um filho deficiente, aos 27 anos e meio fui reformado. Esse filho está hoje em casa, hospitalizado, com sangue alterado mais de mil por cento. Tenho outro filho, de 19 anos, que foi internado ontem por dependência química, e a família, a princípio, está toda doente. Não vou mais tecer comentários, porque muitos aqui me conhecem e sabem da situação e do caso. Também sou acadêmico de Direito. Fui reformado porque pude comprovar a situação de saúde, fui colocado na dependência de reformado do Exército. Estive em 1995 em Angola, representando o Brasil, onde peguei malária, que tenho até hoje. A malária fica incubada.

Estou muito satisfeito e agradecido pelo tempo que aqui me foi dado.

(Soa a campanha.)

O SR. CELSO DE CARVALHO FILHO – Tenho mais um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Tem mais um minuto, com tolerância de 30 segundos.

O SR. CELSO DE CARVALHO FILHO – Obrigado. Já remeti, desde 2009, ao Presidente Lula, *e-mails* sobre o tema do meu filho. Aqui, em Brasília, há dois anos, quando cheguei, recorri desde ao filho do Bisol, de Porto Alegre, à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, com a Ministra dos direitos humanos. É uma situação muito delicada porque meu filho a qualquer momento pode partir, e não tem problema nenhum.

O FUSEx, como está na pauta – recebi o *e-mail* – paga muito bem.

O meu contracheque, como 1º Sargento... fui soldado, fiz curso de cabo, fui temporário cinco anos e não fui promovido subtenente e fui reformado para não vir para Brasília. A princípio, é isso que tenho na cabeça, não sei se é o contrário. A FUSEx paga muito bem para o meu filho estar em casa: R\$45 mil reais por mês. Dentro de um hospital, é muito mais caro. Por isso, devido ao seu quadro, ele fica hospitalizado em casa.

Aqui, diante do salário, esses R\$0,16, coloco a minha condição de não ver esse aumento de 28%, mas aqueles que aqui estão possam ajudar o meu filho, e não a mim. Era o que eu tinha a falar, Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Celso de Carvalho Filho, 1º Sargento reformado do Exército brasileiro.

Passamos a palavra ao Pimenta, pelo prazo de dois minutos, na lista de exceção que abrimos. O Pimenta, embora não tenha pedido a palavra, entrou, porque foi um dos que se mobilizou para que este evento acontecesse, claro, junto com todas as entidades da Família Militar.

O SR. JOÃO FLORÊNCIO PIMENTA – Bom dia a todos, especialmente ao Senador Paulo Paim, a toda a mesa, quero dizer, companheiros e companheiras, amigas e amigos, que a historinha para que esta audiência nascesse foi uma concessão que o Senador Paim nos fez. Todos sabem que o Senador Paim é o defensor das causas das minorias. Então, hoje, o Senador defende o salário mínimo, o Estatuto do Idoso, o Estatuto do Índio, o Estatuto da Síndrome de Down. Esse homem, para nós, é o que representa a nossa única salvação. Se temos 513 Deputados e...

(*Soa a capinha.*)

O SR. JOÃO FLORÊNCIO PIMENTA – ...81 Senadores da República e somente um defende, só um levantou a mão e atendeu ao nosso pedido, devemos

esse agradecimento todo especial ao Senador Paulo Paim. (*Palmas.*)

A nossa amiga Miriam e a nossa amiga Drª Rita disseram “olhem, os militares brasileiros estão sofrendo na carne todo o desprezo do Governos, eles estão ganhando uma mixaria. E elas sabem do que estão falando, porque o dinheiro que entra no bolso do marido delas é o mesmo que elas têm no bolso. Então, elas sabem com quantos paus se fazem uma canoa, motivo pelo qual eu fui ao Senador e falei: Senador, nos ajude. E ele falou: “Pimenta, eu nunca tive problema para defender quem quer que seja; os militares são trabalhadores da mesma forma que os civis.” (*Palmas.*)

“Os militares são trabalhadores da mesma forma que os funcionários públicos. Então, eu não tenho discriminação nenhuma. Vamos lá, vamos fazer audiência pública”.

Assim nasceu esta audiência pública, e eu acho até, Senador, que o senhor deveria fazer outras, porque o assunto não acabou. (*Palmas.*)

Muito militares gostaria de estar aqui hoje. Por quê? Quando se fala militar da ativa e militar da reserva, são todos militares, gente. O pessoal da reserva tirou a farda, mas continua batendo continência todas as vezes que vão cumprimentar um civil. Então, é assim que eles continuam, e o sofrimento deles é uma coisa condenável.

(*Soa a campanha.*)

O SR. JOÃO FLORÊNCIO PIMENTA – As nossas autoridades brasileiras precisam ver o sofrimento dos militares. Hoje a dignidade dos militares está no chão. Por quê? Um cidadão que usou uma farda – e a gente vai retroagir um pouquinho – no governo militar, gente, e os militares eram respeitados, eram admirados. Hoje, se o militar tem um filho doente, ele deve ir para a fila do hospital público.

Então, isso, Senador, é condenável. Mas vamos deixar para discutir isso numa segunda ou terceira audiência. (*Palmas.*)

Nossos agradecimentos ao senhor, Senador, este homem preocupado com as causas sociais. Nossos agradecimentos ao Senador Rodrigo Rollemberg, ao Deputado Pitiman também, que certamente vão estar com a gente nesta causa. E a todos os brasileiros que desejaram compartilhar deste momento para a gente ajudar os militares brasileiros da ativa e da reserva, nosso muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Muito bem. Vamos para os encaminhamentos finais.

Vou dialogar com vocês de forma bem rápida sobre o que entendo que poderíamos fazer. A proposta nº 1 é a mais fácil e, para mim, a mais prática, mas

podemos caminhar para a segunda. Todos os documentos que recebi vou encaminhar à Presidência da República, à Casa Civil, ao Chefe das Forças Armadas e aos Ministros do Planejamento e da Fazenda. Todos os documentos que a mim chegaram. Ou, se vocês assim entenderem, podemos fazer uma reunião de trabalho e vocês formularem um documento resumido do que foi a reunião, porque vai neste princípio: de se dar isonomia. Vocês querem ter os mesmo valores e um plano de carreira dos servidores chamados civis. Vocês querem que seja revisto naturalmente o contracheque. Eu nem vou entrar aqui em detalhe, mas só como símbolo, pois é de fato uma vergonha nacional essa história de R\$0,16. isso já é uma referência.

Que a gente possa, então, encaminhar os documentos sobre a preocupação aqui demonstrada com a saúde, a preocupação com as transferências, as preocupações da habitação, enfim, o que compete inclusive ao DF, o que não compete ao DF e que é para União.

O que nós podemos acertar com o Pimenta e com todos os que participaram de forma direta, o Cantídio e tantos outros: ou fazemos esse encaminhamento ou fazemos uma reunião de trabalho e compilamos num único documento. Qual vocês preferem?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A segunda é mais objetiva. Eu recebi muitos documentos, e pode ficar meio confuso o encaminhamento. Então, eu proponho àqueles que ajudaram a organizar a reunião, principalmente os painelistas, que, ao terminar, combinem o dia para fazermos outra reunião de trabalho, pode ser no meu gabinete, para formular o documento que vou encaminhar a todas as autoridades.

Com esse encaminhamento, a gente conclui essa nossa audiência pública.

Faço questão de dizer a vocês que estou muito tranquilo. Por tudo aquilo que aqui foi dito, eu reafirmo que tenho pautado minha vida pela seguinte frase: minha vida é a defesa dos trabalhadores da área privada, da área pública, civil e militar, e de todos os aposentados e pensionistas e todos os discriminados. Essa é uma frase que usei quando fui escolhido para ser Deputado Federal Constituinte. Por isso que, corretamente, alguém aqui falou “Constituição que o senhor ajudou a escrever, Senador”. E foi muito bem lembrado. E desde a Constituinte até hoje estou aqui no Parlamento. *(Palmas.)*

Mas essa é minha área de atuação, então, estou muito tranquilo. Eu estava com essa dívida com os senhores. É uma dívida que pago de forma parcial, mas quero lembrar a todos: claro que consigo, com uma audiência pública como esta, com a visibilidade que

deu a essa questão em todo o Brasil, ajudar para que avancem as negociações, mas eu não tenho a caneta na mão. Quem tem a caneta é a Presidenta, quem tem a caneta é o governador, no caso dos pleitos do DF, e os ministérios correspondentes. Mas farei de tudo para ajudar para que os pleitos cheguem lá. E oxalá sejam efetivamente atendidos!

E termino com uma frase que ouvi há muito tempo, e escrevi até um livro com o título: *Pátria Somos Todos*. E aí estão todos os homens e mulheres do Brasil, sejam civis, sejam militares. Viva a democracia! Viva a integração! *(Palmas.)* Que a audiência caminhe para um bom final, atendendo à reivindicação dos senhores.

Está encerrada nossa audiência pública.

Convido para que venham à mesa para que tiremos nossa foto, que será distribuída para todos os meios de comunicação e para as redes sociais.

(Iniciada às 9 horas e 4 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 24 minutos.)

**ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA
COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS
HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 3 DE
ABRIL DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS
11 HORAS, NA SALA Nº 6, DA ALA
SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.**

Às doze horas do dia três de abril de dois mil e treze, na sala número seis, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora Senadora Ana Rita, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras Ana Rita, João Capiberibe, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Eduardo Lopes, Angela Portela, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Aníbal Diniz, Lídice da Mata, Paulo Davim, Sérgio Petecão, Ricardo Ferraço, Ataídes Oliveira e Magno Malta. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência faz pronunciamento acerca dos problemas políticos por que passa a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Em seguida, a Presidenta requer inversão de Pauta, a fim de que a segunda parte, reunião de trabalho, seja iniciada antes da Pauta deliberativa. A inversão de Pauta é aprovada. Primeira Parte: Reunião de trabalho. Pauta - Deliberar o Plano de Trabalho desta Comissão, e o Ato nº 1 de 2013-CDH, que disciplina aspectos organizativos e de funcionamento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal. A Senho-

ra Presidenta faz a leitura, coloca em discussão, e posteriormente, submete o Plano de Trabalho à votação, que é aprovado pela CDH para o biênio 2013-2014. A seguir, a Presidência designa membros para compor as Subcomissões criadas no âmbito desta Comissão. Dando prosseguimento à Pauta, a Senhora Presidenta faz a leitura, coloca em discussão e submete à votação o Ato nº 1 de 2013 da CDH, que é aprovado pela Comissão. Segunda Parte: Pauta Deliberativa, Item 1 - Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 5, de 2013, que requer a realização de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, “para debater o tema ‘Mulher nas eleições 2010’, com os convidados abaixo. Requeiro ainda que ao final da Audiência seja providenciado o lançamento do livro de mesmo nome”. Convidados: Sra. Professora Clara Araújo, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ e Coordenação do NUDERG/UERJ; Eleonora Menicucci, Ministra-chefe da Secretaria de Política para as Mulheres – SPM; Jandira Feghalli, Deputada Federal; e Representante do Consórcio Bertha Lutz. **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. Resultado: Aprovado. Item 2 - Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 8, de 2013, que requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o tema “Campanha do Milênio da ONU”, levada a cabo pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, com a participação de crianças e adolescentes das escolas públicas do Distrito Federal, e dos seguintes convidados: Senhora Corinne Woods, UN Millennium Campaign Director; Senhor Gary Stahl, Representante do UNICEF no Brasil; Jean Wyllys Deputado Federal (PSOL/RJ); e Érika Kokay, Deputada Federal”. **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. Resultado: Aprovado. Item 3 - Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 9, de 2013, “com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, com vistas a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2012, que Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, com a participação dos seguintes convidados: Exma. Senhora Ministra da Secretaria de Direitos Humanos

da Presidência da República, Maria do Rosário Nunes; Senhora Coordenadora da Área Técnica de Saúde do Adolescente e do Jovem do Ministério da Saúde, Thereza de Lamare Franco Netto; Senhora Coordenadora Geral de Medidas Socioeducativas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Nadia Campos; Senhora Presidente da Associação de Magistrados, Defensores Públicos e Promotores da Infância e Juventude – ABMP, Hélia Barbosa; Senhora Presidente do Fórum de Dirigentes Governamentais de Entidades Executoras das Medidas Socioeducativas, Ludmila Ávila Pacheco; Senhora Representante da Associação Nacional de Centros de Defesa da Criança e do Adolescente, Perla Ribeiro; e Senhor Representante do UNICEF no Brasil, Gary Stahl. **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. Resultado: Aprovado. Item 4 - Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 6, de 2013, que requer “nos termos regimentais a extinção da SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO, criada através do Requerimento RDH 80 de 2011”. **Autoria:** Senador Paulo Davim. Resultado: Aprovado. Item 5 - Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 7, de 2013, que requer, “nos termos do art. 73, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação da SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, composta de cinco membros titulares e igual número de suplentes”. **Autoria:** Senador Paulo Davim. Resultado: Aprovado. Item 6 - Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 10, de 2013, que requer, “nos termos do art. 73, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação da SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa”. **Autoria:** Senador João Capiberibe. Resultado: Aprovado. Às treze horas e trinta e um minutos a Senhora Presidenta, Senadora Ana Rita, passa a Presidência para o Senador João Capiberibe, Vice-Presidente da Comissão. Item 7 - Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 14, de 2013, que requer, “nos termos do artigo 90, inciso III, e do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a finalidade de discutir a situação das famílias vítimas do Massacre de Felisburgo, ocorrido na fazenda Nova Alegria, no estado de Minas Gerais, com a presença dos seguintes convidados: Sra. Maria do Rosário, Ministra da Secretaria de

Direitos Humanos; Sr. Carlos Guedes, Presidente do INCRA; Dr. Afonso Henrique de Miranda - Procurador do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Dirigente Nacional do MST; Dr. Aton Fon – Advogado das famílias; Representante das famílias vitimadas”. **Autoria:** Senadora Ana Rita. Resultado: Aprovado. Às treze horas e trinta e três minutos o Senhor Vice-Presidente, Senador João Capiberibe, devolve a Presidência para a Senadora Ana Rita. Item 8 - Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2009 - Não Terminativo - que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e as Leis nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989 (Lei de Prisão Temporária), nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para agravar a pena dos crimes de estupro e atentado violento ao pudor, quando cometidos contra criança, e dá outras providências. **Autoria:** CPI da Pedofilia - 2008. **Relatoria:** Senador Magno Malta. **Relatório:** Pela aprovação da matéria, com as 5 Emendas que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta, a pedido do Relator. Item 9 - Projeto de Lei do Senado nº 71, de 2010 - Não Terminativo - que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer pena de prisão aos maiores de 18 (dezoito) anos condenados pela prática de ato infracional equivalente a crime hediondo. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Magno Malta. **Relatório:** Pela aprovação da matéria. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator. Item 10 - Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2012 - Complementar - Não Terminativo - Acrescenta o inciso XV e o § 5º ao art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Fundo Penitenciário Nacional -FUNPEN e dá outras providências. **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação da matéria. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. A matéria segue para análise da CCJ, em decisão terminativa. Item 11 - Projeto de Lei do Senado nº 391, de 2012 - Não Terminativo – que altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica de direito privado, que empregue pessoa portadora de necessidades especiais e dá outras providências. **Autoria:** Senador Mário Couto. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação da matéria, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). A matéria segue para análise da CCJ em decisão terminativa. Item 12 - Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2009

-Terminativo - que dispõe sobre a reserva de recursos públicos destinados à habitação, em benefício da mulher responsável pelo sustento da família, e dá outras providências. **Autoria:** Deputado Pompeo de Mattos. **Relatoria:** Senador Magno Malta. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 13 - Projeto de Lei da Câmara nº 305, de 2009 -Terminativo – que dá nova redação ao inciso V do art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. **Autoria:** Deputado Neilton Mulim. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues (Substituído por ad hoc). Relatoria ad hoc: Senador Paulo Davim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 01-CE, e uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item 14 - Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2010 - Terminativo - Proíbe a fabricação, a comercialização, a distribuição e a propaganda de produtos nacionais e importados, de qualquer natureza, bem como embalagens, destinados ao público infantojuvenil, reproduzindo a forma de cigarros e similares. **Autoria:** Deputado Clodovil Hernandes. **Relatoria:** Senadora Ana Rita. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 1 – CAE, suprimindo o hífen do vocábulo “infanto-juvenil” nele contido, e uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item 15 - Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2011 -Terminativo - que dispõe sobre a obrigatoriedade de cardápio em Método Braille nos restaurantes, bares e lanchonetes. **Autoria:** Deputada Luiza Erundina. **Relatoria:** Senadora Ana Rita. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. Resultado: Adiado. Item 16 - Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2011 - Terminativo – que autoriza a entrada de pessoas ostomizadas pela porta dianteira dos veículos de transporte público coletivo e dá outras providências. **Autoria:** Deputado Enio Bacci. **Relatoria:** Senador Paulo Davim. **Relatório:** Pela aprovação da matéria nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta, ficando prejudicadas as Emendas nºs 1, 2 e 3 - CAS. Resultado: Adiado. Item 17 - Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2012 -Terminativo – que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, obrigando os hospitais de todo o País a manter, em local visível de suas dependências, aviso informando sobre o direito da parturiente a acompanhante. **Autoria:** Deputado Carlos Bezerra. **Relatoria:** Senador Paulo Davim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. Resultado: Adiado. Item 18 - Projeto de Lei do Senado nº 700, de 2007 - Terminativo – que modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para caracterizar o abandono moral como ilícito civil e penal, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Eduardo Lopes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com as Emendas

nº 2 a 6 aprovadas na CCJ, e pela rejeição da Emenda nº 1-CCJ. Resultado: Adiado. Item 19 - Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2008 - Terminativo – que altera a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, para incluir os jovens de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, em situação de morador de rua, entre os beneficiários do Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo. **Autoria:** Senador Expedito Júnior. **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item 20 - Projeto de Lei do Senado nº 338, de 2009 - Terminativo – que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever o direito de acesso público a informações sobre condenados por crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente, e dá outras providências. **Autoria:** Senadora Marisa Serrano. **Relatoria:** Senador Magno Malta. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com as três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 21 - Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2009 - Terminativo - Estende os benefícios financeiros do “Programa Bolsa Família” para os casos de adoção de criança desvalida, asilada ou abrigada, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Humberto Costa (Substituído por ad hoc). Relatoria ad hoc: Senador Eduardo Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação da matéria, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. Item 22 - Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2011 - Terminativo – que altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que “dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências”, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”, para dispor sobre o direito à moradia das pessoas com deficiência. **Autoria:** Senadora Angela Portela. **Relatoria:** Senadora Ana Rita (Substituída por ad hoc). Relatoria ad hoc: Senador Eduardo Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com as 5 Emendas aprovadas na CDR. Resultado: Adiado. Item 23 - Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2011 - Terminativo – que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990-Estatuto da Criança e do Adolescente -, para ampliar as atribuições do Conselho Tutelar. **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatoria:** Senador João Durval (Substituído por ad hoc). Relatoria ad hoc: Senador Roberto Re-

quião. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 24 - Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2011 - Terminativo – que altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com as 2 Emendas aprovadas na CE. Resultado: Adiado. Item 25 - Projeto de Lei do Senado nº 482, de 2011 - Terminativo – que altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para determinar a abrangência dos benefícios relativos ao transporte coletivo. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 26 - Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2011 - Terminativo – que altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência. **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 27 - Projeto de Lei do Senado nº 667, de 2011 - Terminativo – que altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatoria:** Senador Paulo Davim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item 28 - Projeto de Lei do Senado nº 680, de 2011 – Terminativo – que altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar entre os critérios de prioridade de compra de produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, e estabelecer que pelo menos 50% da venda da família sejam comercializados no nome da mulher. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria:** Senadora Angela Portela. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 29 Extrapauta - Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 11, de 2013, que requer, “nos termos do Art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão para debater o tema ‘Conflitos agrários e os 17 anos do massacre de Eldorado dos Carajás’, com a presença dos seguintes convidados: Dom Tomás Balduino: representante da Comissão Pastoral da Terra; Sérgio Sauer: Relator do Direito Humano à Terra, ao Território e à Alimentação da Plataforma Dhesca Brasil; Darci Frigo: Coordenador da Terra de Direitos

– Organização de Direitos Humanos; Alexandre Conceição: Membro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST”. **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Aprovado. Item 30 Extrapauta - Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 12, de 2013, que requer, com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, a realização de audiência pública para debater “a discriminação sofrida pelos portadores de HIV”. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 31 Extrapauta - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 13, de 2013, que requer a realização de Audiência Pública para debater a “situação da pessoa idosa na luta pela cidadania”. Ademais, como participantes desta referida audiência, solicito que sejam convidadas os seguintes representantes do Brasil do segmento dos idosos: Serafim Fortes Paz - Fórum Permanente da Política Nacional e Estadual no Estado do RJ; José Araújo da Silva, Representante do Fórum Paranaense da Pessoa Idosa – FPPI – PR; Maria José Ponciano Sena Silvestre, do Fórum Permanente da Política Nacional e Estadual do Idoso do Estado do Rio de Janeiro; Marjorie Araújo Carvalho Albuquerque, do Fórum Cearense da Política para o Idoso – FOCEPI-CE; Roberto Loyola Monte da Silva, do Fórum Permanente de Defesa do Idoso da Bahia; Terezinha de Jesus Amaral Torres, do Fórum Metropolitano da Pessoa Idosa - Pará; Maria do Rosário, Ministra da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos; Tereza Campelo, Ministra do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome; Gabriel Alves Filho, Ministro da Previdência Social; Gabriel Rocha, do Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos – CNDI. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, Paulo Paim, Paulo Davim, Angela Portela, João Capiberibe, Eduardo Suplicy, Lídice da Mata, Magno Malta e Randolfe Rodrigues. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – **Senadora Ana Rita**, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Srs. Senadores e Srªs Senadoras, antes de iniciar os trabalhos, de acordo com a nossa pauta, eu quero aqui fazer uma fala inicial, porque acho que é necessário neste momento em que nós estamos abrindo os trabalhos e considerando a conjuntura que estamos vivendo, hoje, na Câmara dos Deputados, com relação à Comissão de Direitos Humanos. Assim, gostaria de fazer uma referência a isso.

O Senador João Capiberibe está aqui presente, é nosso Vice-Presidente.

Eu quero, na abertura desta reunião, antes de iniciarmos os trabalhos deliberativos desta Comissão de Direitos Humanos do Senado da República, dirigir algumas palavras sobre um tema que se encontra, há alguns dias, em bastante evidência com considerável polêmica. Estou me referindo à atual Presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, exercida pelo Deputado Marco Feliciano; aliás, mais precisamente vou me ater a respeito de suas declarações.

Até o momento, busquei evitar comentários públicos, mesmo quando fui tomada por perplexidade. Optei cautelosamente por manter a discrição, evitando ser imputada como alguém que estaria se intrometendo em outra instituição, que é a Câmara Federal.

De toda forma, tudo tem limites. As declarações do atual Presidente têm-se tornado cada vez mais graves, destrutivas e dissociadas dos direitos humanos, mérito do colegiado que ora lhe cabe presidir. São declarações e atitudes eu instigam o preconceito, o racismo, a homofobia, a intolerância; todas absolutamente incompatíveis e inadequadas para a finalidade do Poder Legislativo.

Considero o quadro atual da Comissão de Direitos Humanos da Câmara é de extrema gravidade, pois coloca em sérios riscos a ação de uma instituição de alta importância para os avanços da democracia brasileira e dos direitos humanos.

De nossa parte, como Presidenta da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, daremos todo o apoio às mobilizações, protestos por parte de toda liderança, toda entidade, todo segmento e cidadão que se sentir agredido, posto que sejam sentimentos legítimos.

Afirmo e repito, as portas desta Comissão do Senado estão abertas a todos aqueles que se sintam agredidos pela situação ora posta.

Reafirmo aqui o compromisso desta Comissão – com certeza, com todos os colegas, Senadoras e Senadores –, com as minorias discriminadas, com os

movimentos sociais, com a defesa intransigente da democracia e das liberdades individuais, duramente conquistadas por anos de luta e dor.

Por fim, reafirmo que esta Comissão permanecerá aberta para a sociedade brasileira, defendendo a pessoa humana de forma universal, o respeito à diversidade e à pluralidade e combatendo toda e qualquer violação dos seus direitos humanos.

Era isso que eu gostaria de colocar neste momento, porque considero importante à Comissão de Direitos Humanos reafirmar o seu compromisso com todos os segmentos que hoje não encontram espaço na Câmara Federal. Esperamos que aquela realidade possa ser alterada, no espaço mais curto de tempo, para que tenhamos a Câmara dos Deputados como uma grande aliada do Senado Federal na nossa luta em defesa dos direitos humanos.

Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, consulto se podemos inverter o andamento dos trabalhos para iniciarmos a reunião pela segunda parte, em que discutiremos o Plano de Trabalho para o biênio 2013/2014, e o Ato nº 1, de 2013, da Comissão de Direitos Humanos, que já se encontra disponibilizado na mesa de cada um.

Coloco em apreciação a inversão da pauta, para que nós possamos iniciar pela segunda parte da nossa pauta. (*Pausa.*)

Como ninguém se manifestou, considero aprovada a inversão.

O Plano de Trabalho também está disponibilizado para os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras. Vou fazer a leitura de uma síntese do Plano de Trabalho para que nós possamos aqui aprová-lo.

Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, é com muita satisfação que apresento a V. Ex^{as} o Plano de Trabalho da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, biênio 2013/2014. Ele é produto das contribuições que recolhi de V. Ex^{as} às quais acrescentei algumas propostas de minha autoria. Não é um plano estanque; ao contrário, é uma proposta flexível, de modo a incorporar novas sugestões no decorrer dos nossos trabalhos.

Na parte introdutória, refiro-me às diferentes visões que os direitos humanos comportam. Digo que cada setor, cada força política e cada governo compreendem de maneira distinta o que são os direitos humanos e como promovê-los. Falo também da nossa compreensão sobre o tema. Defendemos a concepção que engloba toda a gama de direitos sociais, econômicos, culturais, ambientais, com uma escala de valores, visando à construção de uma verdadeira cultura de respeito à dignidade das pessoas.

Na segunda parte, tratamos das diretrizes que orientarão as nossas ações, numa tentativa de contem-

plar a amplitude que os direitos humanos abrangem. Em seguida, arrolamos um elenco de temas que podem ser objeto de discussões em audiências públicas.

Evidentemente, não teremos tempo hábil e condições de abordar tudo que elencamos. Temos que estabelecer prioridades. V. Ex^{as} poderão requerer as audiências para debater os temas que julgarem de maior relevância.

Por fim, apresentamos as subcomissões que ainda vigoram desde a gestão passada, e os requerimentos apresentados para aprovação e instalação de novas. Também aqui temos que fazer opções, pois o Regimento Interno permite tão somente o funcionamento de quatro subcomissões.

As subcomissões existentes: Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo; Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia, Direitos da Criança, Adolescente, Juventude e Idoso; e Subcomissão Permanente de Defesa da Mulher.

Os requerimentos apresentados para novas subcomissões:

- Subcomissão da Criança, do Adolescente, da Juventude, do Idoso e Pessoas com Deficiência, requerimento apresentado pelo Senador Paulo Paim.
- Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça, requerimento apresentado pelo Senador João Capiberibe.
- Subcomissão Permanente para Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo, requerimento apresentado pelo Senador Paulo Davim.
- Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher permanece.

Nós temos hoje a Senadora Angela Portela e a Senadora Lídice da Mata que farão uma discussão para ver quem é que vai presidir essa subcomissão.

Disponibilizei a minuta do Plano de Trabalho para que V. Ex^{as} possam fazer as sugestões que julgarem pertinentes.

E coloco em discussão o Plano de Trabalho. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Para me situar, Sr^a Presidenta. Nós vamos discutir o Ato nº 1 ou a ideia do Plano de Trabalho?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Nós vamos discutir o Plano de Trabalho agora.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Depois virá o Ato nº 1?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Virá o Ato nº 1.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quanto ao Plano de Trabalho, está dentro de uma visão geral desta Comissão.

Meus cumprimentos a toda a equipe.

Quanto ao encaminhamento do Ato, eu gostaria de dar uma sugestão.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr^a Presidente, eu li, antes mesmo de a reunião ter início, a proposta do Plano de Trabalho. Eu, sinceramente, gostei muito do que foi proposto no tocante aos trabalhos desta Comissão.

Portanto, eu não tenho nenhum reparo a fazer nessa proposta.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco o Plano de Trabalho da CDH em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Disponibilizei também a minuta do Ato nº 1, de 2013, da CDH, que estabelece regras para o recebimento e tramitação das sugestões legislativas e demais assuntos de competência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a fim de que V. Ex^{as} possam fazer as sugestões que julgarem pertinentes.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr^a Presidenta, eu só queria, contribuindo para o bom andamento da Comissão, ver se é possível adaptarmos aqui no Ato nº 1... o que percebi aqui, no art. 5º, em que se diz que “as reuniões das subcomissões acontecerão nas segundas-feiras, e as audiências públicas da Comissão acontecerão preferencialmente às segundas-feiras”, é que nós vamos embolar o meio de campo, se todo mundo quiser na segunda-feira.

Até porque nós sabemos que, nas segundas-feiras pela manhã, não são todos que se dispõem a estarem aqui. Sabemos que são poucos que se dispõem. Eu me disponho. Mas não é o problema. Eu chego até a dizer que se se embolar na segunda, porque vai haver muita gente querendo na segunda, pelo número de proposições, pelo número de Comissões, eu acho que nós teríamos que deixar em aberto, no meu entendimento, para todos e não só para a Comissão que eu presido, a terça-feira pela manhã. A terça-feira pela manhã é um espaço, no meu entendimento, nobre. Se se iniciar às 9 horas, até as 11 horas, provavelmente, não haverá nenhuma Comissão funcionando na terça – a história aqui na Casa mostra isso.

Então, eu gostaria, como uma contribuição ao debate, de sugerir que nós deixássemos para a segunda-

-feira, preferencialmente, sem problema nenhum, e a terça de manhã, para que a gente pudesse ter elasticidade de opção.

E que nós ajustássemos isso aqui para que as Comissões não ficassem muito engessadas. Eu tenho a preocupação de que, de repente, com a maior boa vontade, a gente deixe as Comissões engessadas. Isso não é bom. Por exemplo, nós vamos aprovar hoje o requerimento para uma audiência amanhã, se não me engano. Isso é supercorreto e superjusto. Então, nós temos que ter o cuidado de que, de repente, eu tenha que mandar para cá, um mês antes, o nome da Comissão, a data, e às vezes não é assim. A dinâmica da política nos obriga a fazer o que a senhora vai fazer amanhã, e tem o total aval, digamos, o total apoio de todos os Senadores.

Eu queria só que se deixasse um pouco mais aberta a possibilidade, como está “preferencialmente”, das Subcomissões e da Comissão fazerem as audiências públicas ou segunda pela manhã ou terça pela manhã.

Digamos que há um assunto ligado à área da Comissão da Verdade, que vai fazer um grande trabalho, ou à área do tráfico de pessoas, e essa audiência vai ser na segunda. Pode ser que as mulheres queiram fazer uma audiência na terça-feira pela manhã.

Eu queria fazer só essa sugestão. No mais, não tenho nada a discordar; mas, numa linha de me somar, o critério para todos seria segunda-feira e terça-feira pela manhã e na quinta, deliberativa. Era só uma contribuição ao debate.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Senadora Angela.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr^a Presidenta, eu gostaria de concordar com o Senador Paim, porque, principalmente, no art. 5º, § 1º, se diz que “as reuniões das subcomissões acontecerão às segundas-feiras”. Obviamente que a segunda-feira aqui é um dia bem esvaziado. Nós temos um número reduzido de Parlamentares na Casa, porque os Parlamentares normalmente, na segunda e na quinta-feira, vão aos seus Estados, envolvem-se em outras atividades.

Então, para dar maior dinamismo, maior participação a essas subcomissões, para que o trabalho dessas subcomissões tenha maior visibilidade na Casa, é necessário flexibilizar para que se possam realizar também audiências públicas, reuniões das subcomissões nas terças-feiras, em outros dias em que a gente tenha absoluta certeza de que vai haver uma participação maior dos Senadores e Senadoras.

Então, eu queria concordar com o Senador Paim e pedir que fosse dada uma flexibilizada nos dias e nos horários das atividades das subcomissões. Isso porque,

na Subcomissão da Mulher, da qual sou a Presidente e a Senadora Lídice da Mata é a Vice-Presidente –, na impossibilidade de eu continuar Presidente, a Senadora Lídice deverá assumir, a gente pretende realizar inúmeras reuniões, considerando que nós agora temos uma ampla discussão dos temas que ficaram pendentes da PEC das Domésticas. Mesmo já existindo uma Comissão preparada para discutir essa questão, eu acho que a nossa Subcomissão tem toda a condição de ampliar o debate sobre o tema.

Nós temos a Procuradoria da Mulher, que foi criada recentemente pelo Presidente do Senado, Renan Calheiros, da qual a Senadora Vanessa Grazziotin é Presidente.

Então, há toda uma movimentação, uma sintonia das atividades dos Parlamentares, aqui no Senado Federal, voltada para as questões das mulheres brasileiras. Eu penso que restringir às segundas-feiras as reuniões das subcomissões vai esvaziá-las e não vai se dar importância ao trabalho que essas subcomissões têm para a Comissão de Direitos Humanos.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Continua a discussão. *(Pausa.)*

Eu estou entendendo, então, que as observações feitas pelo Senador Paim e ratificadas pela Senadora Angela têm a concordância dos demais membros da Comissão. É isso?

Então, a redação poderia ficar a seguinte: "Preferencialmente às segundas e terças-feiras". Preferencialmente, mas nada impede que a Comissão se reúna na quarta ou na quinta, não é? Pode ser assim? Está certo? *(Pausa.)*

Nós estamos falando aqui das audiências públicas, preferencialmente nas segundas e terças; mas também as reuniões das subcomissões acontecerão preferencialmente às segundas e terças.

Então, quando não houver audiência pública, pode haver reunião da subcomissão. E ordinariamente... Isso é o que nós não colocamos aqui em discussão e que eu acho que é importante nós nos manifestarmos; ou seja, a reunião da Comissão de Direitos Humanos. É importante a gente também definir esse ponto, porque a quarta-feira foi uma alternativa encontrada, mas que é possível de ser reavaliada, porque na quinta nós estávamos com dificuldade de garantir quórum pela manhã, porque uma boa parte dos Parlamentares também viaja na quinta pela manhã. Nós trouxemos para a quarta-feira; mas, hoje, nós sentimos uma grande dificuldade, porque a reunião da Comissão de Constituição e Justiça, que tem uma pauta sempre muito extensa e que demanda um debate maior e de que a maioria de nós da CDH também faz parte, não sei se é prudente mantermos a quarta-feira pela manhã.

Eu gostaria que os Srs. Senadores se manifestassem também sobre esse ponto, para que possamos aprovar conjuntamente com as datas das reuniões das audiências públicas e das subcomissões.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – E a possibilidade de ser na terça-feira, às 9 horas da manhã?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Na terça, às 9 horas da manhã, vai coincidir com qual comissão? Vamos verificar aqui.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor.

Eu acho o seguinte: na terça-feira, vai diminuir, vai haver problema com as subcomissões, porque, no art. 5º, colocamos como...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas, se for a alternativa, pode-se jogar a subcomissão para quinta de manhã. Inverte. Estamos tentando achar um caminho para a situação, se assim V. Ex^{as} entenderem.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Às 9 horas, há a CCT. Não sei se parte dos membros aqui faz parte.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu não faço parte.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Você faz parte da CCT? *(Pausa.)*

A Comissão de Assuntos Econômicos é às 10 horas. Há a Comissão de Educação, às 11 horas... aí daria tempo. Se começarmos aqui às 9 horas...

O problema é que boa parte dos Parlamentares está chegando também na terça, pela manhã, e não consegue chegar aqui às 9 horas. Essa é a Comissão de Meio Ambiente, que começa às 11h30. Então, também há essa dificuldade, porque uma parcela dos Senadores viaja dos seus Estados para Brasília na terça pela manhã e não consegue chegar aqui às 9 horas, porque nossos voos são muito complicados.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Estou recebendo aqui uma proposta: a possibilidade de a reunião ser na quarta-feira, às 14h30. Há possibilidade?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Coincide com as medidas provisórias. As medidas provisórias, que são muitas, acontecem nas terças e quartas-feiras à tarde.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ainda há o plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – É. Acho que à tarde é mais complicado.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Deixe-me fazer uma proposta aqui. Vamos fazer o seguinte: percebe-se que não é fácil organizar essa agenda. Então, proponho que comecemos os nossos traba-

lhos nesse horário, na quarta-feira, para uma posterior avaliação. Se, realmente, não estivermos conseguindo levar a cabo e com sucesso as nossas reuniões, nós discutimos uma mudança. Mas estamos partindo do pressuposto que não vai dar, que vai ser sempre cheio e que, às 11 horas, ninguém vai poder estar aqui. Então, vamos, primeiro, analisar. Vamos fazer um estágio probatório. Se percebermos que está difícil, aí vamos discutir mudanças.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Então, vamos manter às quartas, às 11 horas da manhã.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Eu concordo com o Senador Paulo Davim. Acho bom tentarmos.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Então, diante do que nós discutimos, podemos colocar em votação o Plano de Trabalho, a minuta, o Ato nº 1.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu só queria refletir com vocês.

É de praxe nas outras Comissões – pelo menos tem sido assim, porque isso facilita o nosso trabalho e até facilita o dos membros da subcomissão, porque nós não temos nenhum funcionário liberado para correr atrás do trabalho da subcomissão; temos que usar o do nosso gabinete –, é comum nas outras comissões, e sempre adotamos esse critério, fazermos o requerimento, mas sem a obrigação de mandar o nome de todos os convidados.

Acho que o limite, tudo bem. Tem que ser no máximo seis, mas às vezes aprovamos o requerimento e corremos atrás: esse pode, esse não pode, como é que a gente faz? Pelo menos nós temos aprovado historicamente nesta Casa, nas audiências públicas, com o seguinte teor: “Os convidados serão encaminhados à secretaria posteriormente”. Isso tem sido acatado. Agora, se não pode mais, eu me submeto, tranquilamente.

Eu quero apenas facilitar a vida das subcomissões dentro do limite, sempre sob a liderança de V. Ex^a. Se nós adotássemos que serão no máximo seis convidados; segundo, que o requerimento será encaminhado com prazo x de antecedência, mas não necessariamente quando chega a proposta... Como aconteceu no caso de Santa Maria e temos que fazer uma audiência urgente. Em uma audiência, no momento em que a CDH estiver reunida, reunião deliberativa, eu aprovo o requerimento. Daí, vou atrás do bombeiro, do guarda, do segurança, do Secretário de Estado, para ver quais convidados poderão estar presentes naquela reunião de urgência.

Por isso que eu reflito apenas, mas, se a vontade da maioria for que tem que remeter, não há problema nenhum. A gente se vira e remete.

Fica para reflexão.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Porque, inclusive, Sr^a Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Senador Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Muitas vezes a confirmação dos convidados demanda um certo tempo, e, se for mantido o § 3º do art. 7º, isso vai, de certa forma, forçar o solicitante a colocar nomes sem confirmação e, depois, substituí-lo. Para se cumprir o que está determinado, coloca-se qualquer nome. Coloca lá o nome do presidente de alguma instituição a ser convidada, sabendo que ele não vai poder vir, mas, depois, promove-se a substituição.

Corroboro com o pensamento de Paim. Ter uma certa flexibilidade, até porque ele não depende muito de quem apresenta o requerimento. Depende da agenda dos convidados, e, às vezes, a confirmação só vem *a posteriori*.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – A preocupação que a Comissão teve nesse momento de elaborar o critério ocorreu por dois motivos: primeiro porque, se o convidado não for apresentado com certa antecedência, o convite acaba indo muito em cima da hora, e muitas vezes as pessoas recebem e têm que vir muito em cima da hora, o que causa constrangimento também para o convidado.

Uma outra coisa é que, ao votar o requerimento, pela orientação que recebo da assessoria, é importante votar o requerimento juntamente com os convidados, para que nós possamos saber quem são as pessoas que são convidadas. Nunca aconteceu isto aqui – claro que não –, mas pode ser que algum convidado, um ou outro, não tenha a concordância de uma parcela da Comissão, dependendo do tema, dependendo do assunto. Isso poderá ocorrer.

Por isso, uma forma de nós nos precavermos é a proposta para que votemos o requerimento juntamente com os nomes, mas, se houver aqui uma concordância, o que nós podemos fazer também? Dar um prazo para que...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Um prazo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – ...nós não sejamos pegos de surpresa no dia da audiência pública com alguns convidados que nós não conhecemos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – De, no mínimo, uma antecedência x, aprova-se o requerimento...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr^a Presidente, uma sugestão é indicar a instituição a ser convidada. Exemplo: representantes do Corpo de Bombeiros do Rio Grande do Sul.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Ótimo. Acho que é interessante.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Ou representantes do Ministério Público do Estado tal.

Poderíamos apontar as instituições a serem convidadas.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Sim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Porque, se você convida o Procurador-Geral, muitas vezes ele não poderá vir.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não vem.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – E delega a alguém do Ministério Público.

Um exemplo de uma instituição: eu convido o Presidente do Conselho Federal de Medicina. Ele não pode vir, mas delega um conselheiro. Então, coloca-se “a serem convidados representantes das seguintes instituições: Ministério Público, Bombeiros”, enfim.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Eu acho que a proposta do Senador Paulo Davim contempla a maioria.

Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – É que, em alguns casos, nós temos que convidar indivíduos. Aí não tem como. Num conflito. Nós vamos trazer parte do conflito. Então, tem que estar o nome.

Eu acho que a prática que vinha acontecendo é interessante porque dar-se-ia um prazo para poder entregar os nomes. Aprova-se o requerimento...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Aprova-se o requerimento, mas os que aprovaram o requerimento, o que propôs teria que ter um prazo para apresentar os nomes. Aí resolve.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – É. Acho que é razoável.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – No mínimo tantos dias de prazo para apresentar os nomes. Acho que é o caminho mais prático para nós.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Se a redação ficar desta forma, vejam bem: “§ 1º. Somente será aceito pela Secretaria da CDH caso inclua em seu teor a lista de convidados ou os representantes do órgão”. A lista de convidados ou o representante dos órgãos. O que não dá é para, no requerimento, não haver citação do órgão ou das pessoas. O requerimento é apresentado, apresenta-se a lista de entidades ou, em alguns casos, pode-se indicar o nome da pessoa convidada e, em outros casos, indica-se o nome do órgão a ser convidado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não precisa constar do artigo, então, que a substituição eventual não será contestada. Fica aqui constando em ata.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Tudo bem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Porque eu posso substituir o órgão por um motivo ou por outro, ou o até o nome, como foi dito. “Fulano não veio, mas veio beltrano”. Que alguém não me diga, como às vezes acontece: “Esse não foi aprovado; então, não pode”. Como não pode?!

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – E pode também haver impedimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Aí vamos ter que rodar a baiana, no bom sentido!

Claro que aqui nunca aconteceu, nem vai acontecer, mas meu medo é que fique na letra fria da lei, e que nós fiquemos sem movimento para fazer aquilo que é o objetivo do trabalho de V. Ex^a.

Isso é só receio.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Então, fazemos esta ressalva aqui. Deixe-me pegar a redação, para ver como ficou.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sem prejuízo dos eventuais substitutos.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Então, ficamos com esta redação: “Somente será aceito pela Secretaria da CDH caso inclua em seu teor a lista de convidados ou os representantes do órgão”. Aí tem que acrescentar algo que diga isto: eventualmente, em caso de necessidade.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Se é representante do órgão, é representante do órgão. É o órgão que vai designar...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Fica uma janela. Nomes.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – O nome é da pessoa, e não do órgão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu estou convidando lá o João Pedro Stédile. Ele não pode vir. Estou convidando ele.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Por uma razão ou outra, ficou doente... Entendido.

Dessa forma, há concordância dos demais Senadores?

Então, coloco o Ato nº 1...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só mais uma pergunta, mas é esclarecimento para mim. Não é nem posição minha. É quanto ao Regimento. Eu até perguntei para um assessor meu, e ele ficou na dúvida.

A pergunta que eu faço é a seguinte: a subcomissão X ou Y reuniu-se. Ela pode aprovar, no âmbito da subcomissão, uma audiência pública ou não?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Eu quero aqui fazer uma defesa. Eu penso que a subcomissão pode propor uma audiência pública,

mas a votação para a realização da audiência pública tem que ser votada neste plenário, se não nós vamos transferir para a subcomissão uma função, uma tarefa que é desta Comissão. A subcomissão propõe, traz para o plenário da Comissão de Direitos Humanos, e aqui nós votamos o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vamos só ver aqui o Regimento, o que ele estabelece, só para vermos o encaminhamento correto. E vamos atender à Presidenta, com certeza. Só vamos ver como fazer.

A subcomissão tem que procurar a Presidência, no meu entendimento, para ver o calendário da agenda. Aprova e remete à Presidenta o calendário. Ela vai dizer: “No mês de maio não dá. Só em junho. Está tudo preenchido”. Aí, sim. Aprovamos, mas canalizamos para a Presidenta ordenar a data adequada para aquele trabalho.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Há um problema: nós temos quatro subcomissões.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois é!

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Mas e se nós aprovarmos quatro audiências públicas, então...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Daí remetemos à Presidenta para ela fazer o calendário.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – E há temas que interessam a todos os Senadores que gostariam de participar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Exato. Por isso tem que haver uma ordenação no calendário. Aí a Presidenta gerencia isso, digamos.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Na verdade, o Regimento não é tão explícito assim, porque o que fala aqui com relação às subcomissões? Está no § 1º do art. 73: “Ao funcionamento das subcomissões, aplicar-se-ão, no que couber, as disposições deste Regimento relativas ao funcionamento das comissões permanentes”.

A minha pergunta, que é a pergunta que V. Ex^a faz com relação às audiências públicas. Art. 93:

“A audiência pública será realizada pela comissão para:

I – instruir matéria sob sua apreciação;

II – tratar de assunto de interesse público relevante.

§ 1º A audiência pública poderá ser realizada por solicitação de entidade da sociedade civil.

§ 2º A audiência prevista para o disposto no inciso I poderá ser dispensada por deliberação da comissão”.

Então, o Regimento aqui é omissivo. Na minha opinião, é omissivo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu proporia o seguinte: uma proposta intermediária. Eu estava aqui até refletindo, pensando alto com os Senadores.

A subcomissão tem que ter o direito de aprovar uma proposta de realização de audiência pública no âmbito da subcomissão, mas remete à Presidenta, para que a ela ordene o dia, a hora e quando vai acontecer. Ela diz: “Pelo calendário, nós temos quatro subcomissões; temos a comissão principal, e essa aqui, aprovada na subcomissão, só é possível fazer no mês de junho, devido ao calendário”. E a subcomissão vai se submeter.

Então, quem fica com a direção da organização dos trabalhos e com a data em que vai acontecer é a Presidenta. Isso não fere, no meu entendimento, a Comissão principal.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Eu penso que talvez nós tenhamos, no Ato nº 1, que disciplinar isso também. Eu sugiro que, depois, nós façamos uma redação que possa contemplar todos.

O que o Senador Paim está dizendo é que, no âmbito da subcomissão, se aprova o requerimento para se fazer audiência pública, e a subcomissão faz a audiência pública. Mas, antes de realizar a audiência pública, tem que remeter a este Plenário, para que este Plenário tome conhecimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com certeza. Do dia e da hora.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Dia e hora.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Isso. Meio termo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Eu só faço uma ressalva, Senador Paim, porque eu quero preservar esta Comissão. Eu tenho a preocupação de que os trabalhos possam ser remetidos, de modo geral, para as subcomissões e que isso possa enfraquecer a Comissão de Direitos Humanos e fragilizar esta Comissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Isso, não.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – É claro que não é intencional, não é o nosso desejo, não é o nosso propósito, mas a dinâmica do trabalho pode nos levar a isso. Então, esse cuidado nós precisamos ter, para que esta Comissão, realmente, possa ter o valor que ela merece, que ela precisa ter diante da sociedade brasileira.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Presidente, eu vou além ainda, se me permitir.

A subcomissão aprova; se a Comissão principal entender, eu vou ter toda a satisfação em que a Comissão principal assuma inclusive aquela audiência pública. Se nós todos aqui queremos – e é isto que nós

queremos – o bem da Comissão principal, tudo aquilo que a subcomissão aprovar, se a Comissão principal entender que o ideal é no âmbito da Comissão principal, joga para a Comissão principal. Nós todos, que somos autores e relatores, estaríamos mais do que contemplados.

Por exemplo, foi aprovado lá o Dia Nacional da Liberdade. Aí vem para a Comissão principal, e a Presidenta diz: “Acho que esse assunto deve ser tratado na Comissão principal”. É um prestígio para a subcomissão, que trouxe a sugestão, e faríamos no âmbito da Comissão principal.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr^a Presidenta, eu gostaria só de lembrar que, como Presidente da Subcomissão da Mulher, no período em que o Senador Paim era o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, nós sempre submetíamos os nossos requerimentos de audiências públicas a serem realizadas nas subcomissões à Comissão de Direitos Humanos. A Comissão de Direitos Humanos é que aprovava o requerimento de audiências públicas para as subcomissões. Era assim que acontecia. Todos os requerimentos de aprovação de audiências públicas apresentados pela subcomissão eram aprovados na Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu não vejo problema nenhum, Sr^a Presidente. Acho que é esse o caminho. Mas a subcomissão tem que ter o direito, senão a subcomissão vai fazer o quê? Eu decido lá na subcomissão que tenho que fazer uma audiência pública. Faço o quê? Levo para casa? Não! Eu não posso ficar lá sem nada. O que eu faço? De lá, eu proponho à Comissão principal: “Nossa subcomissão aprovou que quer uma audiência pública”. A Presidenta pode chegar aqui é dizer: “Vou submeter ao Plenário tal dia e tal hora essa proposta”. Acho que podemos costurar algo sem problema nenhum. Senão a subcomissão aprova e faz o quê com aquilo que ela aprovou? Até uma audiência pública?

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – A subcomissão encaminha uma solicitação, um requerimento de audiência pública para ser avaliado, apreciado na Comissão. Se, de repente, a Comissão entender que o tema é relevante e interessa a todos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Joga para a principal.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Joga para a principal.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É isso que estou dizendo.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Deixa ele ser da Comissão. Esse crivo, essa avaliação é feita na Comissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pela Presidenta.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Aí a Presidenta puxa.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Senadora Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Presidente, eu estou tentando, pegando aqui pela metade, para ver se eu consigo ajudar de alguma forma. O que estou entendendo, pelo que fui noticiada, é que foram formadas quatro subcomissões. Estou entendendo a preocupação da Presidente que essas quatro subcomissões, funcionando normalmente, pudessem esvaziar a temática da Comissão geral. É isso o que estou compreendendo.

Eu acho que a gente podia fazer, portanto, um acordo em relação a esse funcionamento. Podíamos propor, já que existe essa proposta de formação das quatro subcomissões, que as quatro subcomissões fizessem uma proposta de trabalho já buscando destacar pontos centrais que pudessem compor a pauta geral da Comissão e, a partir daí... Vou dar um exemplo: a Subcomissão da Verdade – Capi me falou que propôs que aqui fosse realizada –, pegássemos um tema que pudesse ser discutido na Comissão, uma audiência pública feita na Comissão de Direitos Humanos e, a partir dessa Comissão, se estruturasse um trabalho em que a Comissão fosse mais fundo naquela discussão, pudesse apresentar até um resultado posterior à Comissão geral desse trabalho que foi investigado. A de Paim, não sei qual é. Qual é, Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Idoso, criança...

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Ah, sei. Então, essa Comissão teria que fazer uma proposta, apresentando audiências gerais e tratando, de forma mais específica, alguns temas dentro desse processo. Porque, realmente, a gente precisa fazer com que a Comissão, como um todo, tenha a possibilidade de funcionamento.

Nós tivemos, na Comissão de Desenvolvimento Regional, no ano passado, o primeiro ano, um desdobramento de comissão, de Subcomissão de Nordeste, Subcomissão de Norte, Subcomissão de Sul, e isso terminou esvaziando, de fato, a Comissão geral. Como a maior parte dos membros – mas ali era uma situação específica – da Comissão era do Nordeste, terminou que a Subcomissão foi para o Nordeste inteiro, funcionou lá e se esvaziou a temática e as reuniões do dia a dia da Comissão.

Mas eu acho que dá para a gente fazer isto: fazer as duas coisas, ter um projeto que possa incorporar, definir, até numa reunião administrativa, Presidente, que nós fizéssemos, que não fosse no dia de hoje, a senhora chamaria os Presidentes de cada subcomissão e proporia uma pauta mínima para a Comissão de Direitos Humanos funcionar – obviamente, como ela açambarca todos esses temas, que ela pudesse funcionar – e, essa pauta detalhada, cada comissão faria.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Senador Paim, Senadora Lídice, as subcomissões já apresentaram – e vamos apreciar daqui a pouco – um plano de trabalho, que é geral, com seus objetivos, os temas, que depois será, com certeza, detalhado, a partir do momento em que as subcomissões forem compostas. É isso o que vamos fazer daqui a pouco, aprovar os nomes de quem vai compor cada subcomissão. Mas eu quero ler aqui o artigo. Na verdade, já li o parágrafo primeiro do art. 73, que diz: “*Ao funcionamento das subcomissões aplicar-se-ão, no que couber, as disposições deste Regimento relativas ao funcionamento das comissões permanentes.*”

E o § 2º diz o seguinte: “*Os relatórios aprovados nas subcomissões serão submetidos à apreciação do Plenário da respectiva comissão, sendo a decisão final, para todos os efeitos, proferida em nome desta.*”

Então, cabe à Comissão, se aos trabalhos das subcomissões aplicar-se-ão no que couber as disposições deste Regimento, e o Regimento está dizendo, nesse caso dos relatórios, que cabe a esta Comissão aprovar, eu estou entendendo que as demais matérias também cabe a esta Comissão aprovar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Presidente, deixe-me ajudar, então, para dar um final nisso. Eu só não quero que proibam a subcomissão de aprovar, no âmbito da subcomissão, até relatórios. Aprovado, no âmbito da subcomissão, seja audiência pública, seja relatório, a gente encaminha, conforme V. Exª leu agora no requerimento. Mas não pode tirar toda a liberdade, quase que uma censura à subcomissão.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Não é isso, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não é isso que ninguém está propondo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Claro que não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu só quero que a subcomissão – eu estou muito tranquilo, porque vou trabalhar muito mais nos relatórios e nos projetos, nem vou poder estar muito tempo, como eu gostaria, na subcomissão –, mas eu quero que essa ideia seja geral para todos. Vamos na linha que a senhora propôs, estou concordando com a senhora. A

subcomissão tem toda a liberdade de aprovar audiência pública, encaminha a V. Exª e V. Exª, se entender, deve remeter ao Plenário para votação e acabou.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Mas é esse entendimento, Senador Paim. Nós não queremos tirar...porque, veja bem: esta Presidência aqui responde por tudo o que acontece nesta Comissão. Então, eu não posso, também, abrir mão do meu papel aqui porque, se algo acontecer, quem responde oficialmente por esta Comissão sou eu, como Presidenta desta Comissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas acredito que todos os Senadores aqui são responsáveis.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Nós somos companheiros aqui, vamos trabalhar conjuntamente.

Então, a proposta de redação, Senador Paim, acho que contempla o que V. Exª coloca. Nós acrescentaríamos um § 7º no nosso Ato dizendo o seguinte: “As subcomissões enviarão proposta com o cronograma de audiências públicas a serem realizadas durante a Sessão Legislativa.”

O § 8º diz assim: “No âmbito das subcomissões, poderá ser realizada audiência pública, que será aprovada *ad referendum* da Comissão.”

O § 9º: “A Comissão decidirá se é o caso de realizar audiência pública no âmbito da subcomissão ou da comissão.”

O § 10 diz assim: “A subcomissão deverá indicar a data, horário e participantes da audiência pública à Presidência da CDH para que esta possa verificar sua compatibilidade com a realização dos trabalhos da Comissão.”

Fecha?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Viu como a gente se entende rápido?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Muito bem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pronto, ficou costuradinha. Mas tem que complicar para descomplicar depois.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – A democracia é isso, não é, Senador Paim? Que bom! E esta Comissão é participativa, não podemos esquecer que um dos seus méritos é esse.

Então, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco o Ato nº 1, de 2013, da CDH em votação. (*Pausa.*)

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Quero tratar de um tema fundamental desta Comissão e peço a compreensão dos colegas Senadores pois precisamos ter uma atenção especial para o que vou informar agora.

Tenho dito que a CDH, pelo seu dinamismo e pluralidade, transformou-se em referência e na principal porta de entrada das demandas populares no Senado Federal, sendo muito utilizada pelas diversas entidades da sociedade civil, movimentos sociais e entes governamentais para divulgar, debater e encaminhar políticas, ações e programas que dizem respeito à defesa, à ampliação e à consolidação dos direitos humanos em nosso País.

Da mesma forma, a CDH passou a constituir-se em espaço aberto para o recebimento de denúncias, que chegam através de cartas, ofícios e *e-mails*. São pessoas individualmente, movimentos sociais e autoridades que buscam a CDH para denunciar violações de direitos humanos e pedir as providências cabíveis.

Pretendo dar prioridade às denúncias coletivas, isto é, àquelas advindas de grupos, movimentos e outros segmentos da sociedade civil organizada. Todavia, há certas violações que, pela sua gravidade, ainda que digam respeito a apenas uma pessoa, não podem ser desprezadas. Refiro-me, especialmente, aos crimes de tortura, trabalho análogo ao de escravo, violência contra mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência.

Nosso Regimento traz algumas dificuldades para o tratamento que entendemos deva ser dado às demandas. O art. 411, por exemplo, proíbe o envio de documentos a outros órgãos públicos. Nesse sentido, já encaminhei algumas propostas de mudanças no Regimento Interno, para melhor adequação às necessidades desta Comissão. O art. 409 do Regimento determina que se dê publicidade às denúncias que chegam à CDH. Daí porque pretendo, a cada reunião, trazê-las para dar conhecimento às Senadoras e aos Senadores. Darei início a esta prática hoje, divulgando algumas delas.

De outra parte, verifiquei que a maioria das denúncias vem acompanhada de pedidos de informações sobre as providências que serão adotadas no âmbito deste colegiado parlamentar, com base na Lei de Acesso à Informação.

Estou, portanto, diante de imperativo legal, que me obriga a acusar o recebimento das denúncias e informar aos demandantes as providências que adotei. Por essa razão, estamos ultimando um ato normativo para dispensar o melhor tratamento possível aos que procuram a nossa Comissão.

Iniciando, então, nossa prática de divulgação das denúncias recebidas, em dezembro de 2012 e fevereiro de 2013, trago ao conhecimento das Sras Senadoras e Srs. Senadores a situação a que foram submetidos

presos dos estabelecimentos penais do meu Estado, o Espírito Santo, e do Estado de Santa Catarina.

No caso do Estado do Espírito Santo, o Presidente do Tribunal de Justiça, o Desembargador Pedro Valls Feu Rosa, enviou ofício relatando que, no dia 2 de fevereiro de 2013, por volta das 12 horas, no presídio de Vila Velha III, no Complexo Prisional de Xuri, supostamente após o início de tumulto provocado pelos internos, por falta de água, a Diretoria de Segurança Prisional retirou 52 internos das alas D e E, levou-os à quadra descoberta, onde permaneceram, por cerca de duas horas, sentados, nus, sobre o chão quente, o que provocou queimaduras em suas nádegas. Já oficieei o Secretário de Segurança Pública, solicitando informações sobre as medidas adotadas no âmbito daquela Secretaria para apuração dos fatos.

De Santa Catarina, chegaram relatos dando conta de afogamentos em vasos sanitários; transferência de presos sem comunicação a familiares, defensores e juízes; espancamentos, castigos cruéis e degradantes; tiros de balas de borracha; exposição ao sol por três, quatro horas sem roupa; entre outros métodos que são utilizados para reprimir os detentos. Os estabelecimentos citados pelos denunciante são: Penitenciária Pedro de Alcântara, Presídio Masculino de Florianópolis, Presídio de Canhanduba, de Itajaí.

Além das práticas de torturas, há denúncias graves que dizem respeito a doenças decorrentes da falta de higiene, ventilação, superlotação e da péssima qualidade da alimentação. Neste caso, solicitei ao Ministério da Justiça que determine uma inspeção nos presídios referidos e adote medidas para coibir as práticas criminosas.

Também trago ao conhecimento denúncia relativa à situação do povo indígena Pukobyê-Gavião, do Estado do Maranhão, Terra Indígena Governador, localizada no Município de Amarante do Maranhão, que noticia invasão recorrente de seu território por madeireiros. Encaminhei ofício ao Ministro da Justiça, solicitando que a Funai, juntamente com a Polícia Federal, investigue as denúncias.

Outra denúncia versa sobre possíveis violações de direitos humanos, do Sr. Valdir de Oliveira Cordeiro. Os fatos teriam ocorrido na Pousada Nosso Canto, Município de Pedreira, São Paulo, no dia 26 de janeiro de 2013, por volta das 10h25, quando teria sofrido espancamento e tratamento degradante por parte de policiais militares e não lhe teria sido permitida a assistência por advogado. O denunciante informa, ainda, ter gravado parte dos fatos em vídeo. Dei conhecimento desses fatos à Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania, solicitando que determine à Corregedoria a instauração de inquérito para apuração do caso.

Por fim, quero dar conhecimento às senhoras e senhores que a Comissão de Direitos Humanos e Legis-

lação Participativa do Senado Federal recebeu do Ex^{mo}. Sr. Juiz de Direito André Melo Gomes Pereira, da 1ª Vara Cível da Comarca de Caicó, Rio Grande do Norte, ofício encaminhando cópia de sentença proferida nos autos de ação civil pública proposta pelo Ministério Público, por violação aos direitos fundamentais sociais de presos, reclusos na Penitenciária Estadual do Seridó, Rio Grande do Norte. Na sentença, o Magistrado determina a imediata aquisição de alimentos para os detentos.

Encaminhei as determinações do juiz ao Sr. Júlio César Queiroz, Secretário da Justiça e da Cidadania do Estado do Rio Grande do Norte, solicitando informações sobre o cumprimento da determinação judicial.

Esclareço que essas denúncias foram recebidas ainda na gestão passada da Comissão de Direitos Humanos e que nós estamos dando os devidos encaminhamentos.

Conforme aprovamos no início desta reunião, passo agora, então, aos itens referentes à primeira parte da nossa reunião. Item 1...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Presidente, pela ordem. Eu só queria fazer um requerimento verbal e, em seguida, vou colocá-lo no papel e protocolá-lo.

Há dois projetos aqui da CPI da Pedofilia. Um é absolutamente grave, pois trata de estupro de vulnerável, algo absolutamente inegociável, pois é estupro de vulnerável e de pessoas com deficiência mental e qualquer tipo de doença que não lhes dê o poder da reação, ainda que estivessem abaixo de 13 anos. E é o mesmo projeto que altera artigo penal criando o crime de lascívia, ou seja, de manipulação. O sujeito toca sexualmente uma criança, mexe na sensualidade da criança, faz sexo oral, põe a criança para fazer sexo oral com ele e depois, quando preso, o advogado alega que não houve conjunção carnal por não existir esse tipo penal. Então, nós estamos propondo aqui – já é da época da CPI da Pedofilia – alteração do Código Penal e, uma vez que nós temos uma comissão estudando a alteração do Código Penal, eu requeiro a V. Ex^a que estes meus dois projetos sejam remetidos a esta Comissão, de maneira que entrem já nos estudos, para que venham na alteração geral.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT - ES) – Ficaremos, então, aguardando o requerimento de V. Ex^a. Item 1...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Mas eu gostaria que aprovasse o meu requerimento oral e eu o formalizo. Poderia submetê-lo à votação, Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT - ES) – Em votação o requerimento do Senador Magno Malta. Aprovado.

Em seguida, ficaremos aguardando o requerimento por escrito, Senador.

ITEM 1

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA Nº 5, DE 2013

Nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para debater o tema “Mulher nas eleições 2010”, com os convidados abaixo. Requeiro ainda que ao final da Audiência seja providenciado o lançamento do livro de mesmo nome.

Convidados: Senhora Prof^a Clara Araújo – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/ UERJ Coordenação do NUDERG/ UERJ; Senhora Eleonora Menicucci, MD Ministra chefe da Secretaria de Política para as Mulheres – SPM; Senhora Deputada Federal, Jandira Feghalli; e Representante do Consórcio Bertha Lutz.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Concedo a palavra à requerente para encaminhar.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr^a Presidenta, caros Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se de uma pesquisa realizada pelo Consórcio Bertha Lutz, que foi, na verdade, promovida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e diz respeito a um tema central da nossa luta, que é a participação da mulher no poder político, na estrutura de poder. E esta pesquisa traz resultados importantes para serem avaliados por nós, das últimas eleições de 2010 – portanto, quente eu diria –, a fim de que nos debruçemos sobre essa temática da participação feminina.

Nós também até conversamos com o Presidente do Senado, vendo o melhor modelo, porque a ideia inicial era de que fizéssemos um seminário sobre isso, mas teríamos dificuldade de trazer as debatedoras formalmente para esse fim, porque a ideia era de que fosse uma coisa da Câmara e do Senado, do Congresso Nacional. Mas, em função de ser impossível haver uma comissão das duas Casas, nós optamos por fazer uma audiência pública, enriquecendo com esse trabalho, na minha opinião, os trabalhos desta Comissão, trazendo a Deputada Jandira Feghalli, porque, além de acompanhar a pesquisa, ela estava tentando organizar esse seminário a partir da Câmara dos Deputados.

Então, nós unimos esforços e peço o apoio de todos, porque considero que vai ser uma importante contribuição para o Congresso Nacional conhecer esse trabalho realizado, que foi exclusivamente sobre a participação política da mulher.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT - ES)

– Em votação o requerimento.

Senador Paim, gostaria de falar?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Srª Presidenta, eu vou falar porque, como diz o outro, “pronto, falei”. Mas falo ou não falo?

Eu quero dizer que sou totalmente favorável ao requerimento, mas totalmente mesmo, elogiando a nobre Senadora, que vai falar da mulher na política. Esta é a questão.

Eu encaminhei um requerimento dias atrás para esta Comissão, com o seguinte tema: Os Vereadores e os Direitos Humanos. Simplesmente foi rejeitado o requerimento.

Eu quero apenas dizer que não é correto, no meu entendimento. Não sei quem disse que não aceitaria de jeito nenhum. Mandei um requerimento, mandei dois, mandei três, mandei quatro, mandei cinco... Uma hora diziam que era falta de data, outra hora era falta de nome, uma parafernália. Não sei quem fez isso. Falei o que eu não queria falar.

Quero só dizer que isto aqui está mais do que correto. Como é que não vou discutir a mulher na política do País?! Isto é questão de direitos humanos. Meu Deus do céu, como que não é?! Sou totalmente favorável, como penso que é favorável discutir vereadores e direitos humanos até na comissão principal.

O que eu tive que fazer? Sou sincero. É bom resolver logo isto no início para depois, no caminho, não haver outros problemas. Encaminhei para a Comissão de Educação. O que fez o Senador Cyro Miranda? Aprovou de imediato. Vamos fazer lá, porque não deu para fazer aqui. Não quero nem discutir este tema mais. Ressalto que sou totalmente favorável. Parabéns pela iniciativa! Nesta comissão, sim, é questão de direitos humanos a mulher na política. Só isso. Meu voto é totalmente favorável.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Srª Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Eu gostaria de saber se haveria possibilidade de apreciar dois

requerimentos, em havendo permissão dos presentes, porque eu tenho um compromisso agora...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Sim...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – E eu gostaria de ver dois requerimentos meus apreciados, porque eu não queria abandonar a Comissão sem vê-los discutidos e aprovados, se for o caso, pois realmente eu tenho um compromisso agora inadiável. São os itens 4 e 5.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Presidente, queria também requerer a V. Exª, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno, a apreciação, como tema extrapauta, do requerimento que acabei de protocolizar nesta Comissão. Trata-se da solicitação para realização de audiência pública sobre os 17 anos do conflito de Eldorado dos Carajás.

Solicito esta audiência pública e requeiro, nos termos regimentais, seja convidado para a audiência Dom Tomás Balduino, representante da Comissão Pastoral da Terra; Sérgio Sauer, Relator do Direito Humano à Terra, Território e Alimentação, da Plataforma Dhesca Brasil; Darci Frigo, coordenador da Terra de Direitos, da conhecida Organização de Direitos Humanos; e Alexandre Conceição, membro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Na conveniência de V. Exª, peço que inclua este requerimento como tema extrapauta, para ser apreciado na reunião de hoje, conforme prevê o Regimento Interno.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Em discussão o pedido de extrapauta. *(Pausa.)* Aprovado.

ITEM 29

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA Nº 11, DE 2013

Requeiro, nos termos do Art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão para debater o tema “Conflitos agrários e os 17 anos do massacre de Eldorado dos Carajás”, com a presença dos seguintes convidados: Dom Tomás Balduino: representante da Comissão Pastoral da Terra; Sérgio Sauer: Relator do Direito

Humano à Terra, ao Território e à Alimentação da Plataforma Dhesca Brasil; Darci Frigo: Coordenador da Terra de Direitos – Organização de Direitos Humanos; Alexandre Conceição: Membro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Em votação o requerimento do Senador Randolfe. Aprovado.

Nós aguardamos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu também aprovo. Eu também tenho dois requerimentos extrapautas. Pergunto se eu posso propor. Se eu não puder, eu não proponho.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Eu gostaria de seguir a pauta, porque senão o Senador Paulo Davim vai ficar prejudicado. São dois requerimentos dele.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Randolfe, no dia em que eu tiver a sua idade, jovem, eu vou ter preferência, porque o seu foi acatado. O meu vai ficar para o final, por causa da idade. É por causa da idade!

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Senador Paulo Paim...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Senador Paulo Paim, Mário Lago já dizia que “o Comunismo é a juventude do mundo”. V. Ex^a é mais jovem do que eu.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Senador, é porque era um requerimento. Não sei... É possível aguardar um pouquinho, Paulo Davim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Os meus são requerimentos por escrito. Estão prontos. Mas tudo bem, eu espero os meus para o final.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Pelo menos os dois do Paulo Davim, que ele está precisando retirar-se.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E o dele também já foi aprovado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Então, para não ser injusta com o Senador Paulo Davim.

ITEM 4

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA Nº 6, DE 2013

Requeiro nos termos regimentais a extinção da SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO, criada através do Requerimento RDH 80 de 2011. Autoria: Senador Paulo Davim

Em votação o requerimento.

Concedo a palavra ao requerente para fazer os encaminhamentos.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr^a Presidente, é o seguinte: existia, nesta Comissão, uma Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo. Essa Subcomissão, nos dois anos, não foi implantada, não funcionou, não chegou a ser implantada. Houve apenas a solicitação, o requerimento.

Como eu e a Senadora Lídice somos oriundos da CPI do Tráfico de Pessoas, eu propus a extinção dessa Subcomissão e a criação de outra Subcomissão Permanente que vai tratar do enfrentamento do tráfico nacional e internacional de pessoas e o combate ao trabalho escravo. Quer dizer, contempla. Eu apenas, na verdade, estou adicionando mais uma tarefa a essa Subcomissão. Por isso, eu encaminhei esse requerimento e o segundo requerimento criando a Subcomissão Permanente para Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo, que contempla a Subcomissão que já existia.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM 5

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA Nº 7, DE 2013

Requeiro nos termos do art. 73, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação da SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, composta de cinco membros titulares e igual número de suplentes.

Autoria: Senador Paulo Davim

Concedo a palavra também ao requerente.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Conforme eu já disse há pouco, a nossa ideia é que esta Subcomissão dê segmento ao belíssimo trabalho feito nos dois anos pela CPI do Tráfico de Pessoas, em que tivemos a satisfação de ter como Relatora a Senadora Lídice da Mata.

Então, o trabalho daquele nível, com aquele teor, com as propostas que foram elencadas não se pode perder. Então, esta Subcomissão tem este objetivo:

dar segmento a muitas coisas e muitas ações que a CPI do Tráfico de Pessoas iniciou. Além de ser um problema sério.

Um crime com todas as características do tráfico de pessoas no Brasil e no mundo merece a atenção desta Subcomissão.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Vamos passar, então, aos requerimentos extra-pauta.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Eu gostaria até de agradecer a gentileza de V. Ex^a e pedir permissão. Desculpe-me, Paim, mas infelizmente vou ter que me ausentar agora, porque tenho um compromisso inadiável, meu caro Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr^a Presidente, poderíamos seguir a sequência aqui, porque eu tenho...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ok, ok!

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Eu vou...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não, não. Ok! Ok!

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – É porque há outros requerimentos para serem aprovados aqui à mesa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vamos seguir a sequência.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Vamos seguir a sequência?

Vamos seguir a pauta, que está bem extensa hoje.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Por uma razão: eu sei que o nosso horário é complicado, todos têm compromisso. Eu mesma tenho reunião da Comissão de Orçamento às 14 horas. Já é 1h10min.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Então, rapidamente, só para informar, que eu acabei não informando, o requerimento do Senador Paulo Davim de criação da Subcomissão Permanente para Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo foi aprovado.

Outro requerimento.

ITEM 2

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA Nº 8, DE 2013

Nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal,

requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para debater o tema “Campanha do Milênio” levada a cabo pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, com a participação de crianças e adolescentes das escolas públicas do Distrito Federal, e dos seguintes convidados: Senhora Corinne Woods – UN Millennium Campaign Director; Senhor Gary Sathal – Representante do UNICEF no Brasil; Exmo. Senhor Deputado Federal Jean Wyllys (PSOL/RJ); e Exma. Senhora Deputada Federal Érika Kokay (PT/DF).

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Concedo a palavra à requerente, para fazer os devidos encaminhamentos.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Presidente, a importância deste tema, para que sejam generalizados os desafios do milênio, é a participação de pessoas que estão voltadas para isso, no Brasil, como a Sr^a Corinne, que vai estar aqui neste período. Considero autoexplicativo. Vou reduzir a minha fala e pedir o apoio dos meus companheiros para aprovação.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Em votação, o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Esta audiência pública será realizada amanhã. Não é isso, Senadora?

Então, aproveito a oportunidade para convidar todos os Senadores e Senadoras para que amanhã estejamos aqui, às 9h, para que possamos receber os convidados, as crianças. Será uma atividade altamente importante. Esperamos contar com a presença e o apoio de todos os colegas Senadores.

ITEM 3

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA Nº 9, DE 2013

Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, com vistas a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2012, que Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Es-

tatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, com a participação dos seguintes convidados: Exma. Senhora Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário Nunes; Senhora Coordenadora da Área Técnica de Saúde do Adolescente e do Jovem do Ministério da Saúde, Thereza de Lamare Franco Netto; Senhora Coordenadora Geral de Medidas Socioeducativas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Nadia Campos; Senhora Presidente da Associação de Magistrados, Defensores Públicos e Promotores da Infância e Juventude – ABMP, Hélia Barbosa; Senhora Presidente do Fórum de Dirigentes Governamentais de Entidades Executoras das Medidas Socioeducativas, Ludmila Ávila Pacheco; Senhora Representante da Associação Nacional de Centros de Defesa da Criança e do Adolescente, Perla Ribeiro; e Senhor Representante do UNICEF no Brasil, Gary Stahl.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Concedo a palavra à requerente, para encaminhar.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Este requerimento tem a inspiração de nós debatermos um projeto já existente na Casa, que modifica o Sinase e o Estatuto da Criança, que institui o Sinase, e que nós consideramos importante para prever nova modalidade de medidas socioeducativas. Como nós aprovamos o Sinase ano passado e este projeto já propõe modificações a ele, eu considero que é importante que possa passar por aqui um debate mais profundo a respeito deste assunto.

É um projeto do Senador Aloysio Nunes.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Esta Presidência informa, ainda, que será estabelecido um cronograma de audiências públicas que dará prioridade à ordem de chegada dos requerimentos e à igualdade de participação entre os membros da CDH. Nós queremos que as audiências públicas possam contemplar a todos os Senadores e Senadoras, mas, também, considerando a ordem de chega-

da dos requerimentos, compatibilizando a ordem de chegada e também atendendo a todos os Senadores e Senadoras.

ITEM 6

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA Nº 10, DE 2013

Requeiro nos termos do art. 73, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Autoria: Senador João Capiberibe

Concedo a palavra ao requerente para encaminhar.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr^a Presidente, a história do Brasil é marcada por ditaduras. Eu acho que o verão democrático mais prolongado que estamos tendo é o que nós estamos vivendo hoje. Meus netos nasceram em um País respirando a liberdade. Meu filho cresceu, o Senador Randolfe também, em um País democrático. No entanto, nos foi negado conhecer o que aconteceu ao longo dessas ditaduras todas.

Eu, há três dias, tive uma surpresa: uma moça, no *twitter*, Marília Shibayama, um dia depois que o Governo de São Paulo colocou os arquivos da ditadura na Internet, pesquisou nos arquivos e encontrou o meu prontuário, onde eu era procurado, com uma condenação a 6 anos de prisão.

A sociedade não sabe o que aconteceu ao longo do período da ditadura. Fala-se dos desaparecidos políticos, das pessoas torturadas, dos exilados, dos mortos pela ditadura, e, finalmente, criamos a Comissão de Anistia, depois veio a Comissão da Verdade e seria fundamental que pudéssemos acompanhar o trabalho da Comissão Nacional aqui no Senado, em conjunto com a Subcomissão da Câmara, a Subcomissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça, a fim de trazermos para essas gerações, para os jovens do presente, as gerações que não tiveram acesso à informação, o conhecimento do que nos ocorreu, para que nunca mais volte a ocorrer.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr^a Presidente, eu queria cumprimentar o Senador Capiberibe, que, no meu entender, por razões óbvias, assim que aprovamos a criação desta Subcomissão, deverá,

pelas razões óbvias – reitero –, presidir essa Subcomissão. É um privilégio, para nós da Comissão de Direitos Humanos, termos, entre os membros da comissão, alguém que sofreu com o mais triste e longo período da história brasileira, a ditadura militar, instaurada em 1964.

Reitero que a experiência do Senador Capiberibe será fundamental para a condução dessa Comissão. E eu diria, Senador Capiberibe e Presidente, que essa Subcomissão criada aqui, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, pode e deve cumprir um papel de acompanhar os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade e de com ela contribuir.

Eu queria, ao mesmo tempo, saudar a decisão de que tive conhecimento, ontem, do governador do meu Estado, o Governador Camilo Capiberibe, de também criar, no âmbito do Estado do Amapá, uma Comissão Estadual da Verdade.

Nosso País, Presidente, é o único da América Latina que passou por ditaduras e não teve seu processo – alguns chamam de conciliação –, eu diria, de passar a limpo a sua história. Ainda temos dados obscuros sobre o que ocorreu no âmbito do dia 1º de abril – e foi 1º de abril; vamos acabar com essa história de que foi 31 de março – de 1964 até a abertura política, o início da transição democrática, em 15 de março de 1985. Ainda é completamente obscuro.

Nesta semana, foi lançado um documentário, um importante documentário, O dia que Durou 21 Anos, que fala da participação do governo norte-americano na arquitetura do golpe de Estado em 1964. Esses são fatos de nossa história que têm de ser esclarecidos não só pelo aspecto histórico, porque uma Nação que não se encontra com a sua história, uma Nação que não se encontra com a sua verdade não terá como olhar para frente. Esses 21 anos têm que ser esclarecidos, é preciso esclarecer tudo que aconteceu, tudo que se passou.

O trabalho da nossa Comissão Nacional da Verdade, só da Comissão Nacional da Verdade... É um dever de todas as instituições brasileiras, em especial do Parlamento contribuir com o trabalho da Comissão Nacional da Verdade. Somente a Comissão Nacional da Verdade é insuficiente para as necessidades que se têm para sabermos o que se passou nesse triste período da história brasileira, para concluirmos a transição democrática.

Sr^a Presidente, a transição democrática só se concluirá em nosso País quando nós concluirmos o trabalho da nossa Comissão Nacional da Verdade e tivermos o seu devido acompanhamento. Então, permita-me acrescentar que, além de acompanhar a Comissão Nacional da Verdade, parece-me que cabe a esta comissão com ela contribuir.

Permita-me sugerir, Sr^a Presidente, por fim, já como primeira tarefa desta nossa Subcomissão, em

conjunto com o colegiado da Comissão, chamarmos aqui para uma audiência pública os representantes da Comissão Nacional da Verdade, para termos informações de até onde avança o trabalho da Comissão Nacional da Verdade, para traçarmos uma linha de trabalho desta nossa Subcomissão.

Quero saudar e parabenizar o Senador Capiberibe pela iniciativa, que, indiscutivelmente, deve ser, entre os Senadores do quadro desta Comissão, aquele de deverá dirigir a instalação e os trabalhos dessa fundamental Subcomissão da Comissão de Direitos Humanos.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Se me permite, Senador João Capiberibe, eu quero aqui também fazer menção de que essa Subcomissão terá um papel altamente importante.

Só no Estado do Espírito Santo, foram criadas diversas comissões, para contribuir com a Comissão Nacional, no âmbito da Universidade Federal, no Sindicato dos Jornalistas, na Assembléia Legislativa e no Governo do Estado. Foram criadas quatro comissões, que vão fazer um trabalho integrado no sentido de contribuir com a Comissão Nacional da Verdade. Portanto, V. Ex^a terá um papel muito importante, juntamente com os demais membros, nessa tarefa.

Em votação o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só para dar os meus cumprimentos ao nobre Senador. Conte comigo, pelo convite que foi feito. Estarei lá na suplência.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovada a criação das Subcomissões propostas pelos Senadores João Capiberibe, que foi o item nº 5, e Paulo Davim, item nº 6, consulto V. Ex^{as} acerca da concordância dos membros indicados para cada colegiado.

O Senador Paulo Davim sugeriu a seguinte composição: como titular, pelo Bloco de Apoio ao Governo, o Senador Paulo Paim e a Senadora Lídice da Mata, e como suplente do Senador Randolfe Rodrigues. O outro cargo ainda está em aberto. Pelo Bloco Parlamentar da Maioria, Paulo Davim, e pelo Bloco Parlamentar da Minoria, Ataídes Oliveira.

O Senador João Capiberibe sugeriu os seguintes membros: como titular, o Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco de Apoio ao Governo, e o próprio Senador João Capiberibe; como suplentes, o Senador Paulo Paim e o Senador Eduardo Suplicy; pelo Bloco Parlamentar da Maioria, o Senador Paulo Davim; e pelo Bloco Parlamentar da Minoria não foi indicado ninguém.

Consulto, também, sobre o interesse de alguma Senadora ou algum Senador que não tenha sido indicado de integrar alguma dessas subcomissões.

Senadora Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Não, Sr^a Presidente, só para dizer que eu tenho o maior interesse em acompanhar esse tema, mas é impossível participar de todas as subcomissões. Eu já terei a Subcomissão da Mulher, que é quase obrigatório, porque a Senadora Ângela não pode repetir a Presidência, pelo Regimento. Talvez, até depois eu possa trocar a saída de tráfico de pessoas para essa, se for necessário, mas me coloco à disposição de todos os que precisarem de quórum.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Como nós não contamos com a presença de mais Parlamentares aqui, porque os que estão aqui já estão todos incluídos, talvez, na próxima semana, possamos, então, aprovar definitivamente a composição dessas subcomissões.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Podia aprovar com quem tem.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Aprova com quem tem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É só entrar. Vai matando...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Não havendo discordância sobre as indicações, designo, nos termos do art. 89, IV, do Regimento Interno, para compor a Subcomissão Permanente para Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo e para a Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça os Senadores sugeridos pelos proponentes.

Gostaria, ainda, de convocar as reuniões de instalação, a eleição dos presidentes e vice-presidentes das subcomissões. Então, nós precisamos aqui definir essas datas. Acho que, talvez, agora seja difícil, mas proponho que, para a próxima reunião, as subcomissões digam quem serão os presidentes de cada subcomissão e qual será o dia e horário de reunião de cada subcomissão. Se porventura, outro Parlamentar, Senador ou Senadora, também se integrar, que nós sejamos informados sobre isso, para que possamos apreciar aqui.

Aprovado?

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Aprovado. Muitos projetos já foram retirados de pauta.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Como sou autora deste requerimento, passo...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr^a Presidente, pela ordem. Como é que ficam as outras subcomissões?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Elas permanecem como estão. A composição...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas qual é a composição que fica das subcomissões? Não foram lidos aqui os nomes.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Não foi lido porque houve alteração.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Por exemplo, a Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia, Direitos da Criança, Adolescente, Juventude e Idoso, e a das Pessoas com Deficiência?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Ficaria com o senhor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas quem são os membros? Já foram indicados os membros. Não vamos fazer a leitura? Fica meio assim...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Olha, no entendimento da nossa assessoria e nosso, os membros permanecem os mesmos. O que faltaria fazer é eleição de quem vai presidir a subcomissão, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas as indicações que chegaram à Mesa...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Chegaram indicações à Mesa de novos membros para a subcomissão?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Novos membros, porque eles foram consultados. Uns não estão mais aqui, outros não fazem parte.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr^a Presidente, me permita.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Então, eu vou verificar, Senador Paim, porque não estou com essas novas indicações em mãos. Vou verificar e informaremos posteriormente. Não está aqui conosco.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu só queria assegurar que no mesmo dia em que fossem eleitos os membros da Subcomissão da Mulher, da Subcomissão da Memória, do Enfrentamento do Tráfico Nacional, também fosse eleito o presidente, o vice e os membros da subcomissão que eu estou propondo. É um mínimo de... É lógico.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – É porque não chegou à Mesa o requerimento de V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Foi entregue por escrito à Mesa, sim. Chegou. Sei que a responsabilidade não é sua, é da assessoria. Foi entregue, temos cópia protocolada, inclusive propondo o nome do presidente e do vice. Tudo foi entregue. Se não está na mesa, eu entendo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Então, deixe chegar. Chegou.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu entendo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)
– É que não veio para nós aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu sei que não é má vontade. Sei que é muita confusão sempre que iniciamos os trabalhos. Entendo isso.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)
– Então, os membros propostos para a Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia, Direitos da Criança, Adolescente, Juventude e Idoso. Os membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo são o Senador Paulo Paim e o Senador João Capiberibe. O Suplente, o Senador Aníbal Diniz. Pelo Bloco Parlamentar da Maioria, o Senador Paulo Davim como titular, e o Senador Casildo Maldaner como Suplente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Casildo Maldaner, se não me engano, não está mais membro desta Comissão. Eu queria propor o meu amigo Randolfe com a gente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)
– Senador Randolfe?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Se ele aceitar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)
– Com o maior prazer.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – E pelo Bloco Parlamentar da Minoria o Senador Ataídes Oliveira.

Pergunto se alguém mais gostaria de se manifestar a respeito desta Subcomissão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira se manifestar, em votação.

Aprovado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)
– Sr^a Presidente, me permite?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)
– Só um minuto, por favor, Senador Randolfe.

O encaminhamento é o mesmo. As subcomissões vão se reunir, vão decidir quem serão os presidentes de cada subcomissão. Se houver, também, outros Senadores interessados em compor essas subcomissões, porque existe espaço para isso, na próxima reunião nós vamos apreciar aqui. Mas é importante que sejamos informados oficialmente, por ofício.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)
– Sr^a Presidente, o Senador Paulo Paim e V. Ex^a já contemplaram. Eu acho que seria por bem nós definirmos uma data unificada. No mesmo dia faríamos a eleição de todos os presidentes e vices de todas as subcomissões e instalaríamos todas as subcomissões.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)
– Encaminhamento acatado, Senador Randolfe.

Como sou autora desse requerimento, passo a Presidência ao Senador João Capiberibe, que é Vice-Presidente desta Comissão, para fazer a leitura do requerimento e os devidos encaminhamentos.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) –

ITEM 7

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA Nº 14, DE 2013

Requeiro, nos termos do artigo 90, inciso III, e do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a finalidade de discutir a situação das famílias vítimas do Massacre de Felisburgo, ocorrido na fazenda Nova Alegria, no Estado de Minas Gerais, com a presença dos seguintes convidados: Sra. Maria do Rosário – Ministra da Secretaria de Direito Humanos; Sr. Carlos Guedes – Presidente do INCRA; Dr. Afonso Henrique de Miranda – Procurador do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Dirigente Nacional do MST; Dr. Aton Fon – Advogado das famílias; Representante das famílias vitimadas. Autoria: Senadora Ana Rita

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. Quem for favorável permaneça como está. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento, devolvo a Presidência à Senadora Ana Rita e peço permissão para me retirar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Presidente em exercício.

Sr^a Presidente, eu queria lembrar que tenho dois requerimentos extrapauta. No momento em que V. Ex^a entender adequado, eu gostaria de submeter à sua apreciação.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)
– Então, vamos colocar neste momento.

Passo a palavra ao Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Na verdade, são duas solicitações, Sr^a Presidenta, que, se a senhora assim entender, pode ser no âmbito da comissão principal. Eu apenas apresento a pedido de setores do movimento social.

Primeiro, a situação da pessoa idosa na luta pela cidadania. Aqui eu tenho a indicação de todos aque-

les que vão compor a Mesa. Como percebi aqui que existem um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, me proponho a seguir os critérios acordados por nós e reduzir a seis, aí a gente vê quais os que não seriam cortados. Mas seriam: Serafim Fortes Paz, Fórum Permanente da Política Nacional e Estadual do Idoso do Rio de Janeiro; José Araújo da Silva, representando o Fórum Paranaense da Pessoa Idosa; Maria José Ponciano Sena Silvestre, Fórum Permanente da Política Nacional e Estadual do Idoso, também do Rio; Marjorie Araújo Carvalho Albuquerque, Fórum Cearense da Política para o Idoso; Roberto Loyola Monte da Silva, Fórum Permanente da Defesa do Idoso da Bahia; Terezinha de Jesus Amaral Torres, Fórum Metropolitano da Pessoa Idosa do Pará; Maria do Rosário, Ministra da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, ou sua representante; Tereza Campello, Ministra do Ministério do Desenvolvimento e Cidadania, ou também a sua representante.

Esse seria o requerimento.

O outro requerimento que tenho aqui diz respeito a uma sugestão de data para o dia 20 de maio. Naturalmente, V. Ex^a verá, dentro do calendário, se é possível ou não, e a gente avisa àqueles que me solicitaram.

O outro diz o seguinte:

Sr^a Presidente, requeiro, com fundamento no art. 93, II, a realização de audiência pública para debater a discriminação sofrida pelos portadores de HIV. Uma audiência semelhante foi feita lá na Câmara dos Deputados, na respectiva Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – não, lá é só direitos humanos; legislação participativa é outra –, e pediram também que a gente realizasse, pela repercussão, pela importância de esse setor ser tão discriminado, uma audiência aqui.

Eu não estou com os nomes aqui, mas eu me proponho a repetir – e consigo de imediato – a mesma relação daqueles que se apresentaram para fazer a exposição na Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Então, eu coloco em votação o pedido de extrapauta. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 31

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA Nº 13, DE 2013

REQUEIRO a realização de Audiência Pública para debater a “situação da pessoa idosa na luta pela cidadania”. Ademais, como participantes desta referida audiência, solicito

que sejam convidadas os seguintes representantes do Brasil do segmento dos idosos: Serafim Fortes Paz - Fórum Permanente da Política Nacional e Estadual no estado do RJ; José Araújo da Silva - Representante do Fórum Paranaense da Pessoa Idosa – FPPI – PR; Maria José Ponciano Sena Silvestre - Fórum Permanente da Política Nacional e Estadual do Idoso do estado do RJ; Marjorie Araújo Carvalho Albuquerque - Fórum Cearense da Política para o Idoso – FOCEPI - CE; Roberto Loyola Monte da Silva - Fórum Permanente de Defesa do Idoso da Bahia; Terezinha de Jesus Amaral Torres - Fórum Metropolitano da Pessoa Idosa - Pará; Maria do Rosário - Ministra da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos; Tereza Campello - Ministra do Ministério de desenvolvimento Social e Combate a Fome; Garibaldi Alves Filho – Ministro do Ministério da Previdência Social; Gabriel Rocha - Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos - CNDI.

Autoria: Senador Paulo Paim

Coloco em votação o primeiro requerimento apresentado pelo Senador Paim sobre a realização de audiência pública para debater a situação da pessoa idosa na luta pela cidadania.

Em discussão. *(Pausa.)*

Como ninguém se manifestou, aprovado.

ITEM 30

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA Nº 12, DE 2013

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater “a discriminação sofrida pelos portadores de HIV”.

Autoria: Senador Paulo Paim

Coloco em discussão o segundo requerimento de audiência pública sobre a discriminação sofrida pelos portadores de HIV. *(Pausa.)*

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – O item nº 10 da pauta.

ITEM 10**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 374, de 2012 - Complementar
- Não Terminativo -**

Acrescenta o inciso XV e o § 5º ao art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN e dá outras providências.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Observações:

O projeto segue para análise da CCJ em decisão terminativa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Srª Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Com a palavra, o Relator.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu vou direto na análise do Projeto da nobre e querida Senadora Lídice da Mata.

Nos termos do art. 102-E, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proposições referentes à garantia e à promoção dos direitos humanos.

Reconhecemos mérito na proposição, pois a aplicação dos valores obtidos com multas impostas em casos de corrupção em favor da reparação de danos causados pela exploração sexual e pelo tráfico de pessoas atende ao nosso senso de justiça: da punição aos corruptos, poderá resultar mais esse benefício social relevante.

Observamos que a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que o projeto pretende alterar, não atende a qualquer determinação constitucional de que seu conteúdo seja disciplinado em ato normativo dessa espécie. Poderíamos, então, cogitar a sua alteração mediante lei ordinária. Contudo, no intuito de evitar possíveis questionamentos sobre a juridicidade dessa alteração, consideramos prudente mantê-la na forma que foi proposta pela Senadora Lídice da Mata.

Em razão do que foi exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2012 – Complementar.

É uma lei complementar e aqui não será terminativo.

É este o voto: pela aprovação, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

O Projeto segue para análise da CCJ.

ITEM 11**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 391, de 2012
- Não Terminativo -**

Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica de direito privado, que empregue pessoa portadora de necessidades especiais e dá outras providências.

Autoria: Senador Mário Couto

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação da matéria, nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

O projeto segue para análise da CCJ em decisão terminativa.

Com a palavra, o Relator.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Srª Presidenta, Senadora Ana Rita, o Projeto do nobre Senador Mário Couto, que trata desse tema tão importante, faz com que eu entre direto na análise, para ser conciso no meu relatório.

De acordo com o art. 102-E, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, a CDH é competente para examinar matéria concernente à “proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência”, de modo que é perfeitamente regimental o exame do PLS nº 391, de 2012, por este Colegiado.

De fato, o cumprimento das cotas para pessoas com deficiência por parte das empresas tem-se revelado bastante difícil.

É questionado por muitos. Eu não questiono. Quero dizer que tem mais que preencher as cotas e a própria empresa deveria dar formação adequada, quando dizem que há dificuldade para contratar esses homens e mulheres que têm algum tipo de deficiência. Eu fiz um aparte. Comentário meu.

É grande o número de empresas que se queixam da exigência, por diversas razões. Pode-se mesmo argumentar que os melhores instrumentos já foram mobilizados para o cumprimento da determinação da mencionada Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991: criaram-se escolas para capacitar pessoas com deficiência; as próprias empresas também o fizeram – e

podem fazer muito mais; foram criadas funções; e muitas outras pequenas soluções, sempre respeitando o campo de possibilidades fixado pelos termos da referida lei. Todas essas medidas desencadeadas pela reserva legal de vagas para pessoas com deficiência, contudo, não se mostraram suficientes para resolver nem os problemas dessa parcela da população, que continua enfrentando dificuldades de vagas, nem as dificuldades das empresas, que seguem se queixando dos efeitos paradoxais gerados pela lei.

O autor da proposição aborda o problema por outro lado: ao invés de punir os empresários que têm dificuldades para cumprir as cotas, cria mecanismos de incentivo econômico (no caso, fiscal), de modo que o empresário possa pensar na empregabilidade das pessoas com deficiência como algo lucrativo, e não como uma constante fonte de multas aplicadas pela fiscalização trabalhista. Com o incentivo, a disposição do empresário tende a mudar, abrindo a perspectiva de vermos a lei de cotas efetivamente cumprida.

Se o mérito da proposição é louvável, podemos, contudo, aprimorá-la ainda mais, adequando seu texto aos termos dos acordos internacionais, dos quais o Brasil é signatário, e que buscam uniformizar o uso da expressão “pessoa com deficiência”, no lugar de “pessoa portadora de deficiência”. Outrossim, dentro do espírito da mencionada Lei nº 8.213, de 1991, o projeto deve referir-se às pessoas com qualquer deficiência, e não apenas àquelas com deficiência física, conforme consta no final do § 3º que se propõe acrescentar ao art. 13 da Lei nº 9.249, de 1995.

Também é imperativo que se promova alteração no texto do projeto, de maneira a adequá-lo à técnica legislativa e explicitar concisa e claramente o objeto da lei.

VOTO

Em razão do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 391, de 2012, nos termos da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº – CDH (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 391, DE 2012

Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a redução da alíquota do imposto de renda da pessoa jurídica que empregue pessoas com deficiência.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º O art. 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 13.

.....
§ 3º A pessoa jurídica que mantiver em seu quadro de empregados pessoas com deficiência em número igual ou superior a dez por cento do total terá a alíquota a que se refere o art. 3º reduzida em dois por cento.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro do ano subsequente.

É um projeto que incentiva os empresários que, infelizmente, resistem contratar pessoas com deficiência e, com isso, acabam não cumprindo a chamada política de cotas, o que cria multas e uma série de penalidades, corretamente adequadas pela justiça.

Eu entendo, Srª Presidenta, e estive, recentemente, a convite da Federação dos Banqueiros de São Paulo – ou dos Bancos, poderíamos dizer –, vendo uma experiência interessante que eles fizeram lá. Eles contrataram dez mil jovens deficientes e passaram a dar cursos para esses dez mil. Eles disseram que o resultado foi muito, muito positivo e, efetivamente, como diz aqui, eles passaram a ter lucro, porque entenderam que não tem que só exigir que o deficiente já chegue lá preparado, pode muito bem o empresário facilitar o aprendizado dele. E o Projeto do Senador Mário Couto vai nesse sentido: incentivando para que o próprio empresário dê cursos de formação com esse incentivo fiscal.

Era isso, obrigado, Srª Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)
– Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao Projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1, da CDH, que é o substitutivo.

O Projeto segue para análise da CAE, em decisão terminativa.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 177, de 2009 - Não Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e as Leis nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989 (Lei de Prisão Temporária), nº 8.072, de 25 de

julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para agravar a pena dos crimes de estupro e atentado violento ao pudor, quando cometidos contra criança, e dá outras providências.

Autoria: CPI - Pedofilia - 2008 (CPI)

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Pela aprovação da matéria, com as 5 Emendas que apresenta

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 71, de 2010

- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer pena de prisão aos maiores de 18 (dezoito) anos condenados pela prática de ato infracional equivalente a crime hediondo.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Pela aprovação da matéria.)

(São os seguintes os itens adiados:

ITEM 12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 47, de 2009

- Terminativo -

Dispõe sobre a reserva de recursos públicos destinados à habitação, em benefício da mulher responsável pelo sustento da família, e dá outras providências.

Autoria: Deputado Pompeo de Mattos

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Pela aprovação do projeto

ITEM 13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 305, de 2009

- Terminativo -

Dá nova redação ao inciso V do art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Autoria: Deputado Neilton Mulim

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Paulo Davim

Relatório: Pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 01-CE, e 1 Emenda que apresenta

ITEM 14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 17, de 2010

- Terminativo -

Proíbe a fabricação, a comercialização, a distribuição e a propaganda de produtos nacionais e importados, de qualquer natureza, bem como embalagens, destinados ao público infantojuvenil, reproduzindo a forma de cigarros e similares.

Autoria: Deputado Clodovil Hernandez

Relatoria: Senadora Ana Rita

Relatório: Pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 1 – CAE, suprimindo o hífen do vocábulo “infanto-juvenil” nele contido, e uma emenda que apresenta

ITEM 15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 48, de 2011

- Terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de cardápio em Método Braille nos restaurantes, bares e lanchonetes.

Autoria: Deputada Luiza Erundina

Relatoria: Senadora Ana Rita

Relatório: Pela aprovação do projeto

ITEM 16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 64, de 2011

- Terminativo -

Autoriza a entrada de pessoas ostomizadas pela porta dianteira dos veículos de transporte público coletivo e dá outras providências.

Autoria: Deputado Enio Bacci

Relatoria: Senador Paulo Davim

Relatório: Pela aprovação da matéria nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta, ficando prejudicadas as Emendas nºs 1, 2 e 3 - CAS

ITEM 17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 21, de 2012

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, obrigando os hospitais de todo o País a manter, em local visível de suas depen-

dências, aviso informando sobre o direito da parturiente a acompanhante.

Autoria: Deputado Carlos Bezerra

Relatoria: Senador Paulo Davim

Relatório: Pela aprovação do projeto

ITEM 18

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 700, de 2007

- Terminativo -

Modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para caracterizar o abandono moral como ilícito civil e penal, e dá outras providências.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Eduardo Lopes

Relatório: Pela aprovação do projeto, com as Emendas nºs 2 a 6 aprovadas na CCJ, e pela rejeição da Emenda nº 1-CCJ

ITEM 19

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 241, de 2008

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, para incluir os jovens de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, em situação de morador de rua, entre os beneficiários do Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo.

Autoria: Senador Expedito Júnior

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do projeto, com 1 Emenda que apresenta

ITEM 20

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 338, de 2009

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever o direito de acesso público a informações sobre condenados por crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Marisa Serrano

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Pela aprovação com as 3 Emendas que apresenta

ITEM 21

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 504, de 2009

- Terminativo -

Estende os benefícios financeiros do “Programa Bolsa Família” para os casos de adoção de criança desvalida, asilada ou abrigada, e dá outras providências.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Humberto Costa (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Pela aprovação da matéria, nos termos do substitutivo que apresenta

ITEM 22

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 78, de 2011

- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que “dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências”, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”, para dispor sobre o direito à moradia das pessoas com deficiência.

Autoria: Senadora Angela Portela

Relatoria: Senadora Ana Rita (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Pela aprovação do projeto, com as 5 Emendas aprovadas na CDR

ITEM 23

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 110, de 2011

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente -, para ampliar as atribuições do Conselho Tutelar.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatoria: Senador João Durval (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Roberto Requião

Relatório: Pela aprovação do projeto

ITEM 24

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 263, de 2011

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do projeto, com as 2 Emendas aprovadas na CE

ITEM 25

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 482, de 2011

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para determinar a abrangência dos benefícios relativos ao transporte coletivo.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do projeto

ITEM 26

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 650, de 2011

- Terminativo -

Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência.

Autoria: Senador Humberto Costa

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do projeto

ITEM 27

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 667, de 2011

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crian-

ças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Paulo Davim

Relatório: Pela aprovação do projeto, com uma Emenda que apresenta

ITEM 28

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 680, de 2011

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar entre os critérios de prioridade de compra de produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, e estabelecer que pelo menos 50% da venda da família sejam comercializados no nome da mulher.

Autoria: Senadora Ana Rita

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Pela aprovação do projeto.)

Pelo adiantado da hora e porque também na pauta os demais projetos são terminativos, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião, lembrando, mais uma vez, que haverá audiência pública amanhã, às 9h da manhã, no Plenário 2, aqui no início do corredor.

Muito obrigada e uma boa tarde para todos.

(Iniciada às 12 horas, a reunião é encerrada às 13 horas e 45 minutos.)

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 4 DE ABRIL DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dois minutos do dia quatro de abril de dois mil e treze, na sala número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora Senadora Ana Rita, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Aníbal Diniz, Lídice da Mata e Wilder Moraes. Justifica ausência o Senador João Capiberibe. Deixam de comparecer os demais Senadores. A presente Reunião destina-se à seguinte Pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento

da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa RDH, nº 8 de 2013, que requer a realização de audiência pública para debater o tema Campanha do Milênio da ONU. **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. Convidados: Corinne Woods, Diretora da Campanha do Milênio da ONU - intérprete Cristiane Feitosa; Mário Volpi, Coordenador do Programa Cidadania dos Adolescentes da UNICEF, em representação ao Senhor Gary Stahl, representante do UNICEF no Brasil; Jean Wyllys, Deputado Federal; Érika Kokay, Deputada Federal. Também participam da audiência adolescentes das escolas públicas do Distrito Federal, que integram o Projeto Onda Adolescentes em Movimento pelos Direitos. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Dando prosseguimento à Reunião, a Senhora Presidenta convida os palestrantes a tomarem lugar à mesa e faz suas considerações iniciais. Em seguida, a Senhora Presidenta concede a palavra à Senadora Lídice da Mata, proponente do requerimento que originou esta Audiência Pública, para proferir suas considerações acerca do tema em debate. A seguir, a Senhora Presidenta concede a palavra aos convidados, que expõem suas considerações acerca do tema tratado nesta audiência pública. Após as explanações dos convidados, a Senhora Presidenta passa a palavra para os seguintes adolescentes integrantes do Projeto Onda: Beatriz Nery, Wallison Lopes, Walissis Braga, Paulo Henrique Alves, Paula Gabriela Castilho, Lucas Daniel, Leiliane Vieira Miranda, Danielly Cunha, Allef Renan Ferreira, Israel Victor de Mello. Por fim, a Senhora Presidenta concede a palavra aos convidados para suas considerações finais. Às onze horas e trinta e seis minutos a Senadora Ana Rita passa a Presidência para a Senadora Lídice da Mata. Fazem uso da palavra as Senhoras Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às onze horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **Senadora Ana Rita**, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 8 da CDH, de 2013, aprovado em 3 de abril de 2013, de autoria da Senadora Lídice da Mata, para debater o tema Campanha do Milênio, levada a cabo pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF.

Essa campanha está sendo levada também pela ONU.

Convido então para compor a Mesa a Srª Corinne Woods, Diretora da Campanha do Milênio, da ONU. *(Pausa)*

A Srª Cristiane Feitosa, intérprete.

Convido também para compor a mesa o Sr. Mário Volpi, Coordenador do Programa Cidadania dos Adolescentes, representando o Sr. Gary Stahl, representante da Unicef no Brasil; o Deputado Federal Jean Wyllys, do PSOL do Rio de Janeiro; a Deputada Federal Érika Kokay, que já esteve aqui, mas retorna daqui a pouco; e a Senadora Lídice da Mata, requerente desta audiência pública.

Gostaria também de registrar a presença do Sr. Vittorio Chimienti, representante do Comitê Internacional para o Desenvolvimento dos Povos.

Atendendo ao requerimento da Senadora Lídice da Mata, recebemos hoje, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a Diretora da Campanha do Milênio da ONU, Srª Corinne Woods, o representante do Sr. Gary Stahl, Sr. Mário Volpi, a Deputada Érika Kokay e o Deputado Jean Wyllys, com a finalidade de debater a Campanha do Milênio.

Os países-membros das nações Unidas se comprometeram a atingir oito objetivos de desenvolvimento do Milênio até 31 de dezembro de 2015. Após essa data, os desafios continuarão e uma nova agenda está sendo formulada. A base para essa formulação será a consulta pública pós 2015, feita em mais de 50 países, entre eles o Brasil, a fim de mapear as demandas prioritárias dos mais variados segmentos da sociedade.

É exatamente essa consulta que a Srª Corinne Woods, diretora da Campanha do Milênio da ONU, veio fazer no Brasil. O objetivo da viagem é estabelecer contatos com membros do Governo e da sociedade civil, visando à criação da agenda de desenvolvimento pós 2015. Durante sua estadia no País, entre os dias 2 e 5 de abril, Woods se encontrará com jovens meninas, moradores de favelas e comunidades indígenas para ouvir suas reivindicações no processo de consulta nacional pós 2015, que a ONU está realizando no Brasil.

Os resultados dessa pesquisa serão submetidos ao painel de alto nível, que elaborará um relatório para o Secretário-Geral da ONU, para aconselhá-lo sobre a agenda de desenvolvimento mundial pós 2015. Daí por que a participação dos jovens que se fazem presentes.

Feita esta introdução, concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata, requerente desta audiência pública.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr^a Presidenta, Sr^a Corinne, Woods, Sr. Mário Volpi, Sr^a Cristiane Feitosa, que nos ajudará no trabalho aqui, no dia de hoje, caríssimo Deputado federal Jean Wyllys, a nossa intenção, cara Presidente e convidados, ao solicitar a realização desta audiência foi justamente esse aspecto já destacado por V. Ex^a: a Campanha do Milênio.

A Campanha do Milênio chega dois anos antes de seu término e precisaríamos reavaliar aquelas metas: como elas estão sendo desenvolvidas, se já alcançamos os objetivos dessas metas e quais são aqueles que estão distantes de ser alcançados. Qual é o balanço que nós temos sobre as metas do milênio no Brasil?

Sabemos que as metas do milênio são universais, são metas a ser aplicadas e alcançadas no mundo inteiro, mas cada país, cada território tem sua singularidade. Apesar de termos avançado em muitas metas no Brasil – e o Pacto da Infância no Semiárido brasileiro persegue também alguns desses objetivos que têm dado demonstração de conquistas sociais para a infância nessa que é a Região, digamos assim, mais pobre do nosso País –, por outro lado, nós temos ainda grandes desafios. E eu destacaria a violência que assola a juventude negra em nosso País, com o assassinato de adolescentes e jovens que permanece quase na impunidade total, como um grande desafio a ser superado.

Que medidas podemos tomar? Que ações sociais, que medidas de segurança podem ser adotadas para uma campanha de proteção à vida do jovem brasileiro. As vítimas principais são os moradores jovens das periferias das grandes cidades e, em sua maioria esmagadora, negros. Nós estamos convivendo com uma verdadeira guerra contra a juventude negra do nosso País, guerra silenciosa, terrível e permanente. Esse é um dos grandes desafios que, creio, precisamos incorporar, compreender e debater. Precisamos encará-lo como um desafio do nosso milênio.

Então, quero agradecer a todos que aqui compareceram. Na verdade, a nossa proposta vem da existência e da articulação da Frente em Defesa da Infância e da Adolescência no Congresso Nacional, que é composta por mim, como uma das coordenadoras da ação dentro do Senado, pela Deputada Érika Kokay e pelo Deputado Jean Wyllys, na Câmara dos

Deputados. Foi essa nossa parceria com a Unicef, que é permanente e orientadora das ações da Frente Parlamentar no Congresso Nacional, que fez com que nós, em articulação com a Unicef, pudéssemos propor este debate aqui, hoje.

Creio, Sr^a Presidente, que a Comissão de Direitos Humanos, ao tratar da questão da infância, da adolescência e da juventude em nosso País, não pode deixar de ter uma parceria tão importante quanto a que a nossa Frente tem com a Unicef no Brasil.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Nós agradecemos à Senadora Lídice da Mata pela Comissão de Direitos Humanos. V. Ex^a ajudou a intermediar esta audiência pública, solicitando que fosse realizado este momento importante de debate sobre os objetivos do milênio. Quero agradecer em nome de todos os colegas Senadores que compõem a nossa Comissão.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Sim, Senadora.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Gostaria de acrescentar um aspecto.

Esta audiência, como todas as outras, é aberta ao público. Por isso é uma audiência pública. Tem a participação e a interação com o público que aqui vem. Mas esta, em especial, tem a possibilidade de fazer com que a senhora Corinne, que é diretora da Campanha do Milênio na ONU, possa ouvir os jovens que estão aqui presentes. A representação desses jovens será indispensável para que a Comissão, a Frente Parlamentar e a Dr^a Corinne possam analisar os resultados dos objetivos do milênio em nosso País.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Nós queremos também agradecer a presença de tantos adolescentes, jovens, e à Márcia, que está aqui e foi a responsável pela presença de tantas jovens, daqueles que fazem parte do projeto Onda, do Inesc. São alunos de escolas públicas aqui do Distrito Federal.

Muito obrigada pela presença de vocês. No momento oportuno vocês também terão oportunidade de falar.

Passo, então, a palavra a Sr^a Corinne Woods, que apresentará os objetivos da Campanha Meu Mundo, realizada pela ONU no mundo inteiro. Vamos saber quais devem ser os objetivos globais para depois de 2015.

A SRA. CORINNE WOODS (Tradução da Sr^a Cristiane Feitosa) – Senhoras e senhores, representantes da Casa, demais convidados, gostaria de agradecer a vocês por me receber aqui no Brasil e em Brasília.

Gostaria de começar parabenizando o Brasil em duas dimensões: primeiro, com relação ODMs e, segundo, quanto ao progresso que o Brasil realizou em relação aos ODMs, aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Nós vemos não apenas bastante progresso, como a redução da mortalidade materna, a redução da mortalidade infantil, programas muito poderosos de combate ao HIV/Aids e a redução pela metade da pobreza extrema. Nós também vemos os esforços realizados para que aqueles mais marginalizados possam receber transformações em suas vidas. Não estamos falando apenas de uma média nacional, mas vemos essas grandes mudanças em comunidades onde antes não havia água, não havia hospitais e outros serviços básicos. Essas áreas onde há maior desigualdade, nos próximos dois anos e meio, serão a chave para a realização e a definição das propostas para o futuro. Então, há um trabalho a ser realizado agora, ou seja, focar na realização dessa visão. Esse foi o primeiro parabéns.

O segundo é que chegar ao Brasil e ver que o Senado está realizando audiências públicas nesse sentido é um sinal de uma grande democracia. E um sinal de que a democracia não vive apenas no dia em que se vota, mas em todos os dias, em como as pessoas vivem as suas vidas.

E estou aqui hoje para ouvir de vocês o que é importante para esse novo quadro de desenvolvimento, para essa nova agenda de desenvolvimento. Os ODMs foram realizados, foram formulados por uns cinco ou dez especialistas sentados em uma sala de reuniões em Nova Iorque, mas não por pessoas como vocês, cujas vidas são afetadas por essas decisões.

Do Secretário-Geral das Nações Unidas, nós recebemos um pedido para começar uma conversa global ouvindo o que é importante para cada um de vocês em suas vidas. Então, nós formulamos as novas metas de desenvolvimento com base na sua realidade e não apenas na minha realidade ou na realidade daqueles oito ou dez especialistas sentados em uma sala de reuniões.

Quero ser muito clara a respeito de uma coisa. Ao mesmo tempo em que temos esse impulso de ouvir as pessoas e entender o que é importante para cada uma delas dentro de suas realidades e países, é extremamente importante que haja um espaço em que essas vozes possam ser ouvidas. Essas coisas serão discutidas dentro das Nações Unidas com o conhecimento do que é importante para os jovens no Brasil. Então gostaria de perguntar a vocês. Temos dezesseis questões que estão sendo discutidas por especialistas. Essas dezesseis questões nasceram, já vieram como contribuição de pessoas jovens. Hoje, gostaria de ou-

vir de vocês: dessas questões que estão listadas aqui, quais seriam as mais importantes? O que vocês me diriam para eu levar ao Secretário-Geral da ONU? O que vocês diriam para a Senadora levar adiante? O que seria mais importante para vocês, para as suas famílias, para o seu dia a dia? O que é importante em termos de Planeta e de pessoas?

Nós já levamos essa lista para muitas pessoas. Duzentos e cinquenta mil jovens já disseram o que é mais importante para eles. Aqui vocês podem ver que, para muitos, a educação é o mais importante, saúde e um governo honesto. Mas também é importante saber a realidade da vida das pessoas. Até agora 12 mil pessoas no Brasil já nos disseram: educação, governado honesto, saúde e proteção de rios e florestas.

Então vemos um equilíbrio entre as necessidades das pessoas e do Planeta. E eu gostaria de saber o que vocês acham importante aqui e o que acham que precisa ser feito para que essa visão seja concretizada.

Quando saírem daqui, eu vou pedir que vocês também votem de modo que unam as suas vozes às desses doze mil que já votaram. E solicito que vocês peçam aos seus amigos que façam o mesmo, seus pais, sua família, de modo que a voz do Brasil seja forte e ouvida. Na Nigéria, 145 mil jovens votaram. E o Brasil é um grande país grande, onde há uma população muito grande de jovens e de adolescentes. Então, precisamos ouvir isso de vocês.

Nós vamos levar isso para a Assembleia-Geral e, assim, quando os chefes de países, quando a sua Presidente estiver lá na Assembleia-Geral, que ela possa então carregar as suas vozes e as suas visões. E eu farei o mesmo, como diretora da Campanha do Milênio, para apoiar os esforços para que a voz de vocês seja ouvida. Assim, vocês terão um assento à mesa quando essas discussões fundamentais estiverem sendo realizadas para definir as pessoas, o Planeta e o futuro, porque eu já serei uma senhora, mas vocês vão carregar o futuro. Então vocês devem fazer isso.

Muito obrigada pela atenção (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)
– Agradecemos à Sr^a Corinne Woods.

Eu gostaria de solicitar à Sr^a Corinne que, se fosse possível, fizesse uma leitura das prioridades, para que todos que estão aqui possam... A visualização para quem está lá atrás não é tão fácil.

Acho que seria bom ler as prioridades.

O Mário pode fazer isso? (*Pausa.*)

O SR. MÁRIO VOLPI – Como resultado da consulta realizada e, principalmente, das discussões realizadas na Rio+20, surgiram 16 itens que estão em discussão:

- Melhores oportunidades de trabalho;
- Educação de qualidade;
- Melhoria dos serviços de saúde;
- Acesso a alimentos de qualidade;
- Apoio a pessoas que não podem trabalhar;
- Acesso a telefone e internet;
- Acesso a água potável e saneamento;
- Acesso a energia em sua casa;
- Proteção a florestas, rios e oceanos;
- Combater as mudanças climáticas;
- Governo honesto e atuante;
- Liberdades políticas;
- Proteção contra o crime e a violência;
- Igualdade entre homens e mulheres;
- Eliminação do preconceito e discriminação e
- Melhoria nos transportes e estradas.

É importante dizer também que, quando entrar no site para fazer a votação, vai ter um 17º item no qual você poderá acrescentar alguma prioridade que considere que não está representada nesses dezesseis itens. Então novos temas também podem ser sugeridos, além dessa lista de dezesseis.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Concedo a palavra agora ao Sr. Mário Volpi, Coordenador do Programa Cidadania dos Adolescentes, para que possa fazer também a sua exposição.

O SR. MÁRIO VOLPI – Muito obrigado, Senadora Ana Rita, Presidente desta reunião, Senadora Lídice da Mata, que fez o requerimento para realizar esta audiência pública, Deputado Jean Wyllys, a nossa querida Corinne, que está coordenando essa Campanha do Milênio. Obrigado pela presença de vocês, adolescentes. Sei que há adolescentes aqui das escolas públicas do Distrito Federal, de diversas comunidades, de diversas cidades.

Os adolescentes do Quilombo Mesquita estão aqui? *(Pausa.)* Quero registrar a presença de vocês. A sua participação é muito importante, porque o grande objetivo desta escuta, desta consulta é dar voz àqueles que, muitas vezes, são discriminados, excluídos, não estão presentes nos grandes debates.

Então o objetivo é trazer a esse debate vozes que possam dar uma noção, dar uma representação da diversidade das sociedades, da diversidade dos pontos de vista, dessa riqueza cultural que temos em nosso País, dessa riqueza cultural que representa o mundo inteiro.

Se esta pergunta fosse feita somente à Unicef: qual deveria ser a prioridade depois de 2015? A resposta seria quase automática: a prioridade deveria ser os direitos da criança e do adolescente.

Se essa pergunta fosse feita para mim, que sou coordenador de um programa chamado Cidadania dos

Adolescentes, eu diria que a prioridade devem ser os adolescentes, que representam esse grande contingente da nossa população. Só no Brasil são 21 milhões de adolescentes que têm uma energia, uma criatividade, uma força transformadora importante para o País.

Mas a discussão que estamos fazendo implica produzir um consenso em torno dos diferentes pontos de vista das diferentes instituições, das diferentes pessoas, dos diferentes grupos.

Essa ideia de transformar o compromisso conjunto em um grande debate antes de assumir o compromisso vem reforçar a perspectiva de que os processos democráticos são mais importantes do que decisões técnicas tomadas isoladamente.

É nesse sentido que queremos agradecer o trabalho das Senadoras aqui presentes, Ana Rita e Lídice, e também do Jean Wyllys, que faz um trabalho importante na Câmara dos Deputados, especialmente – a Deputada Érika Kokay chegou agora. Seja bem-vinda, Deputada –, esse trabalho que tem enfrentado uma verdadeira guerra pela diversidade, pelo direito à diversidade, pelo direito daqueles que historicamente ficaram excluídos na sociedade brasileira.

No momento em que a gente respirava um pouco de alívio por estar presente nos diferentes espaços, o processo político vai colocando obstáculos na nossa vida que não serão difíceis de ser enfrentados. Estamos acostumados nessa luta e não será isso que vai nos assustar para continuar na defesa dos direitos humanos, especialmente das crianças e adolescentes, especialmente dos mais excluídos.

Então, para a Unicef é uma alegria participar disso, especialmente na presença dos adolescentes que, para nós, são a principal voz a ser ouvida nesse processo, para garantir que o nosso futuro seja representado pelos nossos desejos e sonhos, que não tenhamos de sonhar ou realizar os sonhos dos outros. Que realizemos os nossos próprios sonhos e desejos com a nossa luta e participação.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Obrigada, Sr. Mário Volpi, Coordenador do programa Cidadania dos Adolescentes, da Unicef. Muito obrigada pela sua presença.

Concedo a palavra agora ao Deputado Federal Jean Wyllys, do PSOL do Rio de Janeiro.

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL – RJ) – Muito obrigado, Senadora Ana Rita, Presidente desta reunião e desta Comissão de Direitos Humanos que realiza esta audiência. Parabenizo não só a Presidenta Ana Rita, mas também a Senadora Lídice da Mata pela construção desta audiência pública e saúdo os demais

companheiros de mesa, a Sr^a Corinne Woods, a minha colega Deputada Érika Kokay e o Sr. Mário Volpi.

Também quero saudar com muito entusiasmo a presença dos adolescentes no plenário da Câmara, porque para mim não interessa falar em nome dos adolescentes. Interessa-me muito mais ouvir os adolescentes. É importante dar a voz, torná-los sujeitos da sua condição. Que eles possam dizer mesmo o que pensam do mundo, o que esperam do mundo em termos de melhorias para a sua vida.

É claro que podemos dar a nossa contribuição, como adolescentes que já fomos, não é isso, Érika? Nós, recém-saídos da adolescência e nos relacionando com adolescentes.

Sou professor universitário e, como dou aula nos primeiros semestres do ensino superior, recebo muitos alunos recém-saídos da adolescência. Então, como pessoas que lidam com adolescentes, podemos dar a nossa contribuição nesta discussão, nesta audiência.

A contribuição que eu quero dar é no sentido de pensar em que medida o Brasil está empenhado para cumprir as Metas do Milênio.

Eu vou destacar, em especial, quatro metas que, para mim, são importantes. Todas as descritas são importantes, mas essas quatro dizem respeito ao meu trabalho na Câmara dos Deputados.

Sou coordenador, junto com a Deputada Érika Kokay, da Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT, a cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, e somos membros coordenadores da Frente pelos Direitos Humanos, além de integrarmos outras frentes que também atuam nos direitos humanos, como a que trabalha pela erradicação do trabalho escravo e a Frente pelos Direitos da Criança e do Adolescente. E a Deputada Érika Kokay preside uma CPI, uma Comissão Parlamentar de Inquérito que trata da exploração sexual de crianças e adolescentes. Nessa CPI tenho atuação como 2º Vice-Presidente.

Então quatro dessas Metas do Milênio interessam-me discutir com vocês neste momento. A primeira é educação de qualidade; a segunda diz respeito às liberdades políticas; a terceira diz respeito à proteção contra o crime e a violência e a quarta, à eliminação do preconceito e da discriminação.

Então, vamos exatamente nessa ordem. Educação.

A gente costuma dizer muito que educação é o que vai resolver o problema do Brasil. Se perguntarmos a qualquer pessoa qual é o problema do Brasil dirão que é a educação.

Em tese, todo mundo defende educação para o Brasil. Mas, quando o plano de educação aparece concretamente, aí começam os problemas. O que quer

dizer que a educação não é neutra. A educação pode ser educação para o progresso ou para o regresso, digamos assim. A educação pode estar a serviço da regressão, não necessariamente do progresso.

O que queremos quando defendemos educação de qualidade é defender uma educação inclusiva e para a cidadania que dê aos alunos habilidades e competências necessárias para se colocar no mercado de trabalho, mas também para se colocar na vida, respeitando o outro em sua diferença. E é fundamental que a educação de qualidade leve em conta o *bullying*, por exemplo, essa violência praticada no ambiente escolar. É uma violência praticada, sobretudo, por conta da diferença.

Portanto essa Meta do Milênio, a educação, articula-se com outra meta: a eliminação do preconceito e da discriminação.

Alunos, no Brasil, sobretudo nas escolas públicas, vêm sendo discriminados pela sua etnia, por serem negros; vêm sendo discriminados pela sua classe social, ou seja, por serem pobres; vêm sendo discriminados por sua expressão de gênero e por sua orientação sexual. E é importante, já que eu estou falando para adolescentes, que façamos uma distinção entre essas duas coisas.

A expressão gênero diz respeito à maneira como a pessoa se percebe e se coloca no mundo e a orientação sexual tem a ver com o desejo e com o afeto.

Sobretudo, por conta da orientação sexual, o *bullying* é bastante praticado e tem levado os nossos alunos à depressão, à evasão escolar e ao suicídio.

Também os alunos são discriminados nas escolas pela sua religião. Alunos adeptos do Espiritismo kardecista, alunos adeptos da Umbanda, do Candomblé e de outras religiões minoritárias são discriminados não só pelos pares, pelos colegas que os chamam de “feiticeiros”, de “filhos do demônio” e de outras denominações ofensivas. Eles são discriminados também pelos professores e até por diretores de escolas.

Então essa é uma Meta do Milênio importantíssima de ser alcançada: a eliminação do preconceito e da discriminação, garantindo que os alunos, os adolescentes possam se expressar livremente, inclusive no seu afeto!

Outra Meta do Milênio: a proteção contra o crime e a violência.

A Senadora Lídice tocou no ponto e falou sobre os assassinatos de jovens negros nas periferias das grandes cidades. Esse não é um fenômeno restrito a São Paulo ou a Salvador, que é uma cidade majoritariamente negra, afrodescendente, nem a Recife ou Brasília. Esse é um fenômeno que se estende por todos os centros urbanos brasileiros. Ou seja, o posicio-

namento étnico, como a gente pode dizer, a diferença étnica tem intensificado, vulnerabilizado muito mais os nossos jovens, sobretudo na relação com os agentes da segurança pública. Muitas vezes, ou melhor, quase sempre, essa violência contra os jovens negros da periferia é praticada pelos agentes da segurança pública, ou seja, os agentes que deveriam manter a segurança da população.

É claro que, se levarmos em conta que a pessoa está posicionada não só pela sua etnia, por ser negra ou afrodescendente, mas também pela sua orientação sexual, percebemos que a pessoa é tanto mais vulnerável quanto mais ela é gay, lésbica, travesti, quanto mais ela é pobre. Então, essa situação fragiliza e vulnerabiliza muito mais os jovens brasileiros à violência. Essa é uma meta que precisa ser enfrentada.

O nosso trabalho aqui vem sendo feito, o trabalho legislativo, mas ele padece do próprio tempo da democracia. Tanto aqui no Senado quanto na Câmara dos Deputados, os projetos de lei que propomos dependem de ampla discussão, de duradoura direção entre as diferentes representações do povo nesta Casa. Isso é típico da democracia.

Outra função que nós cumprimos é a de fiscal do Poder Executivo, ou seja, da Presidência da República, dos seus ministérios e secretarias. Essa função de fiscal faz com que a gente cobre do Governo Federal e dos seus ministérios políticas públicas para cumprir essas metas, sobretudo a meta da educação de qualidade, educação para a cidadania inclusiva, que leve em conta as pessoas nas suas diferenças, garantindo a expressão da sua diferença, mas combatendo a desigualdade.

Quero lembrar também a juventude com deficiência, todos os nossos jovens e adolescentes que têm deficiências e que precisam estar em escolas que lhes garantam acesso à educação de qualidade.

Estamos cobrando, portanto, o Governo Federal no sentido de fazer com que se cumpram essas metas, as metas da educação de qualidade, a meta da eliminação do preconceito, por meio da implementação, por exemplo, da Lei nº 10.639, que já foi aprovada nesta Casa. Ela já deveria estar em vigor, mas tem uma dificuldade enorme de ser implementada.

Essa lei obriga – não há outra palavra –, essa lei deveria levar as escolas a contemplar em seu currículo o ensino da história da África e dos valores culturais africanos para a nossa identidade. Isso não vem sendo implementado exatamente por conta de algo que tem ver com esse item da Meta do Milênio, que é a eliminação do preconceito e da discriminação. O preconceito e a discriminação contra as religiões de matriz africana e o racismo institucionalizado no Brasil

têm impedido que as escolas implementem a Lei nº 10.639, que leva ao ensino da história da África e dos valores culturais africanos.

Muito obrigado, Sr^a Presidenta. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Deputado Jean Wyllys. É muito bom poder ouvi-lo hoje. É um prazer muito grande.

Concedo a palavra a Deputada Federal Érika Kokay, do PT do Distrito Federal.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT – DF) – Eu queria saudar os componentes da Mesa e o faço por meio da figura da nossa Senadora Ana Rita, que tem contribuído de forma tão significativa para que possamos fazer do Parlamento um espaço onde tenhamos a construção de uma sociedade com igualdade de direitos.

Eu queria cumprimentar a todos que estão aqui, no dia de hoje, fazendo o exercício que mais nos caracteriza enquanto seres humanos, que é o exercício do protagonismo. Penso que só nos reconhecemos como ser humano se nos reconhecemos na condição de sujeitos e como protagonistas das nossas próprias vidas.

Nós, seres humanos, não somos donos da vida, posto que fazemos parte de uma trama que tem várias expressões diversas, mas temos peculiaridades, entre elas a de ter consciência da nossa própria vida, pegá-la pelas mãos e transformá-la quando ela é doída e potencializá-la no que ela nos traz alegrias.

Essa condição de protagonismo infanto-juvenil é um desafio que nós, da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, temos que efetivar e vencer. É fundamental criar espaços de fala. A liberdade política não é apenas a liberdade das expressões que se estabelecem a partir dos partidos ou do Parlamento; a liberdade de ser. A liberdade política envolve a construção do ser político, ela envolve a possibilidade de falar, modificar e de interferir no nosso próprio dia a dia.

O elemento mais desumanizante é a retirada da condição de sujeito – é desumanizante. Isso aconteceu com as mulheres durante muito tempo, pois elas não eram donas do seu corpo, do seu desejo. Portanto, elas foram desumanizadas quando se retirou das mulheres a condição de ser sujeito. Quando se impede o direito de amar e a liberdade de expressar o afeto também se desumaniza, porque o ser humano é faltante, é um ser que se identifica e que precisa do outro para se reconhecer como ser humano. Portanto nós somos seres faltantes e querentes. Quando se impede a liberdade de amar, a liberdade de expressão do afeto, nós estamos desumanizando. Esse processo de desumanização vai se expressar em vários desafios que estão colocados nas Metas do Milênio.

O enfrentamento à discriminação e ao preconceito, sem nenhuma dúvida, é o enfrentamento à desumanização. A humanidade tem uma diversidade. Ao ser negada essa diversidade, essa diferença, nós negamos a própria humanidade.

Portanto, todas as vezes que se enfrenta o preconceito, todas as vezes que se enfrenta a discriminação, nós estamos reafirmando a humanidade e reconhecendo que fazemos parte de uma única humanidade que tem várias formas de ser, várias formas de amar, composta de homens, mulheres e crianças.

Isso tem que ter uma centralidade. A eliminação do preconceito e da discriminação tem que figurar como tema central da agenda nacional, porque significa reconhecer o outro com igualdade de direitos, significa respeitá-lo e reconhecer, portanto, a sua humanidade, estabelecendo aquilo que é previsto na Declaração Universal dos Direitos da Pessoa Humana, que todos nós nascemos iguais em direitos e em dignidade e todos nós nascemos livres. E as cadeias e as amarras não são só as amarras que se consegue ver e tocar; são as amarras impostas por um País que tem muitas dificuldades de fazer o luto do colonialismo, da escravidão e da ditadura militar, que são três períodos de aguda desumanização do povo brasileiro. O colonialismo, que arrancou o Brasil e o transformou em tiras e deu essas tiras para os amigos do rei, que se sentiam donos das terras, das crianças e das mulheres, donos dos trabalhadores; a escravidão, que desumanizou de forma muito literal, para justificar os seus horrores e crueldade. Houve um processo de desumanização, como há um processo de desumanização todas as vezes que se comete qualquer violência, seja aquela que deixa marcas na pele ou aquela que deixa marca apenas na alma, que é igualmente profunda e devastadora. E a ditadura, que arrancou o Brasil do próprio povo brasileiro.

Então ou a gente coloca com centralidade a discussão, a agenda para uma política para crianças e adolescentes e para o conjunto da sociedade, visando a eliminar a discriminação e o preconceito, ou nós não vamos conseguir enfrentar uma violência que leva por volta de 50 mil pessoas embora da terra todos os anos. E nós temos um recorte dessa violência: uma população jovem, masculina e negra. Nós estamos vivendo um extermínio. E, por isso, não me digam que a escravidão acabou. Não me digam que a escravidão acabou, porque, como não se fechou o ciclo da escravidão, a gente convive com pedaços dela na nossa contemporaneidade e, via de regra, a gente tropeça neles para a construção de um País realmente democrático e cidadão.

Portanto, esta discussão, que vai envolver um conjunto de políticas públicas para assegurar uma sociedade de paz, onde nós tenhamos saciada não apenas a fome de pão... Porque várias dessas metas o Brasil tem atingido. Estamos deixando a fome para trás. Daqui a alguns anos, nós vamos contar para os nossos meninos que houve uma etapa no Brasil em que havia a fome. Nós estamos deixando a fome de pão para trás. E o ser humano tem muito mais do que fome de pão. Nós temos fome de beleza, nós temos fome de amor, nós temos fome de justiça, nós temos fome de paz.

Então ou nós consideramos a centralidade da agenda em defesa dos direitos do ser humano, que não é um assunto colateral, que não é a cereja do bolo, que não é o chantilly do café, mas que é estruturante para conseguirmos ver o outro com igualdade de direitos e construir uma sociedade onde todos tenham o direito à própria vida ou, então, nós vamos ficar tropeçando na construção da nossa democracia e de um País realmente livre.

Portanto, das Metas do Milênio, penso que é preciso que nós consideremos a diversidade como uma riqueza da humanidade e que possamos desconstruir a relação que há entre a diversidade que foi construída neste País e a desigualdade de direitos, para que possamos superar todos os desafios que estão postos e atingir o conjunto das metas, que passam – e tem razão o Jean Wyllys – de forma absolutamente crucial por uma educação de qualidade.

Eu penso que as políticas públicas são todas enganchadas uma na outra, assim como os direitos são enganchados. Os direitos são indivisíveis. Eu não posso assegurar um direito se não assegurar outro direito humano. Eles são enganchados, inter-relacionados e indivisíveis. E as políticas públicas que asseguram os direitos só são eficazes se forem articuladas uma com as outras. Mas, de todas as políticas públicas, penso que a educação, se não for de qualidade, não permite que nenhuma outra política tenha qualidade. A educação de qualidade não significa apenas o acesso. Isso nós superamos, o acesso nós superamos. Mas o acesso à educação de qualidade significa não apenas a educação conteudista de qualidade, e sim a educação que nos prepare para que possamos ter uma sociedade com igualdade de direitos, reconhecendo as nossas diferenças e as nossas singularidades.

Por isso penso que a educação e o conjunto das políticas públicas têm que ser articulados e, ao mesmo tempo, nós precisamos assegurar que as políticas públicas discutam e deem visibilidade às singularidades.

Não é possível mais pensar em uma política de educação sem considerar que nós temos uma popula-

ção majoritariamente negra e feminina e que nós não podemos subalternizar a condição de sermos mulheres e sentirmos dor por sermos mulheres nem permitir naturalizar a dor que ainda existe em ser criança, em ser negro, em ser homossexual neste País, e que não deveria existir.

Portanto, a educação de que nós falamos é uma educação que constroi para uma lógica de não invisibilizar as pessoas, porque nós vivemos um processo intenso, cruel e destruidor de desumanização, onde as pessoas não são vistas como são e não têm espaço para ser como são. Mas são, em verdade, colocadas dentro de rótulos e de garrafas para que possam ser valorizadas e são identificadas no seu valor pelo o que possuem e não pelas condições que têm de ser o que são.

Encerro dizendo que estas metas com educação de qualidade e eliminação da discriminação, eliminação do preconceito na nossa sociedade são absolutamente fundamentais. Nós não podemos bater no peito e dizer que “ora bolas, estamos eliminando a desigualdade social” com as nossas cadeias lotadas de jovens negros, lotadas de jovens negros. Nas cadeias, sempre estive a população de baixa renda, de baixa escolaridade, mas nunca tivemos tantos jovens aprisionados nas nossas cadeias. Nós não podemos dizer que estamos construindo uma democracia e vemos que são os jovens negros que são assassinados na sua grande maioria todos os dias, todos os dias; que não há o direito de ser criança, porque também não há o direito de se viver a magia que tem a adolescência – porque é mágica a adolescência. Ela não pode ser considerada como um perigo, um risco – e tem sido, em grande medida, considerada como um perigo e um risco neste País. E nós dizemos: a magia e a beleza da adolescência têm que ter espaço para se realizar, e só o terá se o Brasil considerar central uma agenda em defesa dos direitos do ser humano e os espaços para universalizar as políticas, mas abrindo as condições e oportunizando a vivência das singularidades.

Encerro dizendo que nada disso será possível sem um Estado laico. Sem um Estado laico, nada disso será possível. De todos os desafios que nós enfrentamos hoje e de todos os riscos que nós temos hoje, um dos mais profundos e invisíveis, em grande medida, em função da sua naturalização é o risco de nós rompermos com a laicidade do Estado, porque é impossível construir democracia e é impossível admitirmos qualquer projeto de poder que seja construído e urdido, ou seja, alçado aos ambientes do Estado que não passe pela laicidade do Estado, se não estaremos alimentando ovos de serpente para a construção de

uma sociedade fascista e de profunda intolerância. Há muito risco.

Por isso dou voz a Pasolini quando digo que o momento é muito grave.

Dizia Pasolini, uma semana antes de ser assassinado num assassinato possivelmente homofóbico: “Antes, os nossos camponeses seguiam Mussolini e, quando chegavam às aldeias, colocavam as armas no chão, tiravam as fardas e voltavam a ser camponeses. O risco que corremos hoje é porque existe uma captura de almas”. E digo eu: uma captura de desejos, de comportamentos e de atitudes pelo próprio mercado. E dizia Pasolini: “Quando as armas e as fardas tomam conta da alma, o risco é absolutamente intenso”.

Eu me calo para dar voz a Pasolini. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Deputada Érika. É um prazer muito grande poder ouvi-la. Toda vez que participo de alguma atividade onde V. Ex^a está presente, é sempre um prazer muito grande, uma riqueza enorme a sua fala.

Mas agora nós vamos ouvir os nossos adolescentes. É importante este momento, porque os adolescentes vão falar das Metas do Milênio a partir do seu lugar, do seu olhar, da sua experiência de vida, das suas expectativas, do que esperam deste País, do que esperam das autoridades públicas, do que esperam de nós para que as suas vidas possam melhorar não só nos dias de hoje, mas no futuro, nos próximos meses, nos próximos anos, nas próximas gerações.

Então, é com muita alegria que nós acolhemos os jovens aqui, hoje. Eles fazem parte do Projeto Onda do Inesc e estão aqui sob a responsabilidade da Márcia, que, de forma muito dedicada, atua neste trabalho, neste projeto, e são todos alunos das escolas públicas aqui do Distrito Federal.

Quero agradecer a presença de vocês e convidá-los para fazer as suas manifestações.

Convido agora a Beatriz Neri.

Beatriz, você poderá usar este microfone. Fique à vontade, tranquila. Pode ficar um pouquinho mais à frente.

A SRA. BEATRIZ NERI – Bom dia, primeiramente.

Meu nome é Beatriz Neri, eu tenho 14 anos e estudo no Centro de Ensino Médio Paulo Freire, aqui na Asa Norte.

Tivemos algumas discussões e algumas conversas entre nós, adolescentes, sobre todos esses nossos objetivos do milênio e, pessoalmente, cheguei à conclusão de que um objetivo que nós devemos considerar mais importante é do governo honesto e atuante.

Nós temos uma necessidade muito grande, aqui no Brasil, de termos um governo – como eu posso colocar isso numa frase – que se preocupe mesmo,

realmente, com as necessidades que o povo tem, não só os adolescentes e as crianças, mas os adultos e os idosos também. Várias pessoas precisam desse tipo de atenção.

E eu acho que, com esse objetivo, nós podemos – desculpa, eu estou um pouco nervosa – atingir vários outros. A resolução de vários outros objetivos pode chegar até nós através desse, porque, com um governo honesto, transparente, que vai realmente nos ajudar no que todos precisamos, nós podemos chegar à resolução de vários problemas, como a educação, como o acesso à água potável e à energia elétrica, que são coisas básicas no Século XXI, são coisas básicas para a sobrevivência dos seres humanos.

E eu acho que grande parte dessa lista de objetivos pode ser atingida através deste mesmo, deste um objetivo que eu considero mais importante.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Obrigada, Beatriz. Parabéns pela sua fala.

Convido agora Wallison Lopes.

O SR. WALLISON LOPES – Bom dia.

Meu nome é Wallison, tenho 17 anos, moro numa comunidade chamada Estrutural, aqui no DF, e estudo no CED 4.

Todos os pontos dessa lista são importantes, mas um que eu achei bem importante foi apoio às pessoas que não podem trabalhar.

Penso eu que o governo brasileiro ou qualquer outro governo deve oferecer a essas pessoas uma certa estabilidade financeira. Isso – como é que se diz – ajudaria para que não houvesse vários outros problemas, como trabalho infantil, em que alguns pais, por falta de emprego ou por falta de dinheiro, acabam colocando seus filhos para trabalhar, pais que tiram seus filhos da escola e até mesmo, em casos mais extremos, a fome.

Outro ponto que eu achei bem importante foi a proteção contra o crime e a violência. Eu moro numa comunidade que é bem... Toda comunidade é violenta, qualquer lugar é violento aqui no Brasil, como fora, mas eu convivo num lugar que é bem violento. Por exemplo, na minha escola mesmo, esse ano, já morreram dois alunos, dois adolescentes por motivos banais, e isso é triste, muito triste. Eu penso que esse é um ponto bem importante.

Só isso. Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Obrigada, Wallison Lopes.

Eu convido agora Walissis Braga.

O SR. WALISSIS BRAGA DA COSTA – Bom dia.

Meu nome é Walissis Braga da Costa, sou da comunidade Quilombola do Mesquita, próximo à Ci-

dade Ocidental. É o quilombo mais próximo da Capital Federal.

Eu sou um quilombola e moro na comunidade desde que nasci. Lá, a gente tem várias culturas diversificadas, como a dança da catira e a festa de Nossa Senhora da Abadia. Lá é um lugar muito importante para a gente assim. Um tema que eu escolhi foi a eliminação do preconceito e da discriminação, porque, para a gente jovem quilombola, não é fácil estudar aqui em Brasília. Quando a gente vem para cá, tem sempre aquela discriminação. Às vezes, não é visível, mas, assim, deixa marcado na gente, porque a gente é tratado como macaco, pé de Toddy. Isso deixa a gente triste, mas eu vejo que ser quilombola hoje em dia é importante. A gente tem que se respeitar para depois respeitar o próximo. E ser quilombola hoje, no Brasil, a gente é um sistema muito importante.

E outro tema que eu escolhi foi proteger as florestas e os oceanos. No Mesquita, a gente tem um problema sério. A nossa comunidade foi reconhecida, em 2006, como comunidade quilombola mais próxima da Capital Federal. E lá a gente tem um problema com as terras, como desmatamento, porque tem nascentes que banham até o próprio Rio São Bartolomeu, não é? Temos esse problema lá, porque vem gente de fora querendo acabar com as nossas riquezas, e a gente não pode deixar isso acontecer. Por isso eu busco a preservação.

E eu vejo também que a educação de qualidade no quilombo tem falhas, porque a gente lá só tem o ensino fundamental; a gente não tem o ensino médio. A gente tem que buscar fora. E também não tem uma faculdade próxima. A gente tem que vir para Brasília. Por isso a Capital Federal tem que ter um reconhecimento pelo Mesquita, porque o Mesquita ajudou até mesmo a fundar Brasília. E a gente não pode sofrer por isso.

É isso mesmo. Obrigada. (*Palmas.*)

E eu queria agradecer. Eu queria pedir uma salva de palmas para (*inaudível*) – levanta! –, porque, se não fosse ela, hoje a gente não teria a comunidade sustentável, em pé, que a gente tem hoje. (*Palmas.*) Até a Deputada Érika Kokay teve a oportunidade de conhecer o Mesquita, e ela sabe da luta dela para que aquela comunidade continue em pé. Sandra Pereira Braga.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Muito bem, Walissis, parabéns para você.

Convido agora o Paulo Henrique Alves.

O SR. PAULO HENRIQUE ALVES – Bom dia.

Meu nome é Paulo Henrique Alves Fonseca, tenho 16 anos, estudo no Centro de Ensino Médio Paulo Freire, na Asa Norte, e os temas que eu escolhi como

os mais importantes foram dois: educação de qualidade e liberdade política.

Eu escolhi esses temas, especialmente educação de qualidade, porque um se liga ao outro. Não é possível ter realmente liberdade política sem uma educação de qualidade. Auxilia muito as pessoas poderem dialogar, poderem construir uma sociedade melhor.

Para liberdade política, eu acho importante também ter financiamento democrático, o que, atualmente, no Brasil, não ocorre, e grandes empresas se beneficiam disso. Há direitos desiguais nas escolas, porque, atualmente, em outros Estados, como Goiás... Eu moro em Jardim ABC e estudo aqui na Asa Norte. Não há escolas de qualidade lá. Temos que nos deslocar grandes distâncias para buscar escolas melhores, lugares melhores para poder estudar. E fica difícil, muitas vezes, deslocar-se por 40 quilômetros com congestionamento, etc. Dificulta muito a vida das pessoas.

Outro ponto que gostaria de tocar é que a educação liberta, é uma liberdade que dá possibilidade de a pessoa poder ascender na sociedade, poder ter um bom emprego, poder ser feliz, basicamente.

Muito obrigado, pessoal. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Paulo. Parabéns para você também. Convido agora a Paula, Paula Gabriela Castilho.

A SRA. PAULA GABRIELA CASTILHO – Bom dia a todos.

Eu sou Paula, tenho 17 anos e venho representando a comunidade do Lago Oeste, que é uma comunidade rural de Brasília. A Érika Kokay já nos visitou algumas vezes.

Um dos tópicos que me chamaram mais a atenção foi a questão da comunicação, o direito à Internet, ao telefone. No Lago Oeste, por ser uma área rural, nós não temos acesso à Internet nem ao telefone. Só quem tem acesso à Internet e ao telefone, posso dizer que é metade do núcleo rural. Para a outra metade, nem sequer chega linha até lá. Só por meio de celular mesmo.

Eu queria lembrar que a Internet é um meio de comunicação muito importante. E quero lembrar também sobre a onda de manifestações de organizações de movimento, organizações de protesto, inclusive pelos adolescentes do Egito, porque foi através da Internet, através do uso das redes sociais que eles conseguiram derrubar a ditadura. Então, a comunicação tem um papel muito importante na nossa vida, inclusive na vida dos adolescentes. Lá no Lago Oeste, os jovens são quase abandonados. Nós não temos acesso por ser uma área rural. A minha escola ficava a 18 quilômetros da minha casa. E lá só existe essa escola, é uma única escola para a região inteira. E é uma região muito longa. Para chegar até a minha escola,

eu tinha que andar 2 quilômetros de estrada de chão e esperar um ônibus que muitas vezes não passava. Então, nós enfrentamos muita dificuldade.

E o que eu digo mais da questão da comunicação é porque nós, adolescentes, muitas vezes perdemos o direito à voz. A mídia, muitas vezes, é comprada, não mostra a realidade do adolescente. Ela nos mostra com a visão de rebeldia, como se nós fôssemos vilões, e não somos. A juventude trabalha, a juventude estuda, a juventude está na cidade, a juventude está no campo. E nós do Inesc já fomos censurados algumas vezes. Fomos convidados para fazer entrevista e ficamos sabendo que a nossa entrevista seria capa do jornal do *Correio Braziliense*, só que ela foi censurada.

Então, nós, adolescentes, lutamos por voz e queremos voz, queremos ser reconhecidos, queremos ser vistos, precisamos mostrar a nossa realidade, porque a juventude não é uma juventude rebelde, não é uma juventude má. Nós somos bons. Eu tenho certeza disso. (Palmas.)

Outro ponto que eu gostaria de ressaltar é a questão da violência sexual. Sobre igualdade entre homens e mulheres, eu queria ressaltar a questão do direito à sexualidade. Há uns dois anos, nós do Inesc fomos convidados para participar de um seminário do Comitê de Enfrentamento à Exploração Sexual em Goiânia. Não sei se todos sabem, o Inesc produz uma revista feita por nós. A revista se chama *Descolados* e trata de direitos da criança, adolescente e orçamento público. Então, como peguei uma matéria para falar sobre violação de direitos sexuais de crianças e de adolescentes, eu fui participar de um encontro em Goiânia para tratar sobre esses assuntos e vi alguns depoimentos.

Geralmente, as crianças e adolescentes são abusados por parentes ou por pessoas muito próximas. E acredito que, em vários lugares isolados, inclusive lá no Lago Oeste, há abuso sexual de crianças e adolescentes.

Eu tenho uma amiga que foi abusada duas vezes: uma, aos 9 anos, e outra, no fim do ano passado, com 16 anos. É uma realidade escondida. Acho que tem que haver um incentivo à denúncia, para a criança não ficar no silêncio. Eu acho que as pessoas têm que ir à escola, têm que falar. Na minha escola, eu tive muito pouco acesso à política, como funciona a política. Eu acho que esses assuntos deviam ser mais discutidos na escola, porque, se não tem tanto adolescente protagonista, como a Dr^a Érika Kokay ressaltou, é porque eles não têm acesso, entendeu? Eu acredito que o acesso à informação é muito importante.

É basicamente isso que eu queria falar. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Muito bem, Paula. Muito obrigada. Que bom que você se lembrou dessa questão de gênero. Que bom. Muito obrigada.

Lucas Daniel, próximo a falar.

O SR. LUCAS DANIEL – Bom dia.

Eu sou Lucas Daniel, tenho 17 anos e moro no Paranoá. Quem mora no Paranoá sabe que lá as escolas são muito ruins, o ensino é ruim, a estrutura é ruim, então a gente procura se deslocar para áreas como Asa Norte, Asa Sul, Lago Norte, atrás de um ensino melhor. E a gente, muitas vezes, enfrenta problemas no transporte. Além desses problemas no transporte, a gente ainda, ao chegar à escola, enfrenta irregularidades na estrutura, o ensino, às vezes, também não é tão bom quanto o do Paranoá e, muitas vezes, digamos, não temos uma informação sobre isso. Então, eu acho que educação de qualidade é um ponto que tem que ser visto como muito importante porque educação de qualidade não é só ensinar Matemática ou Português, mas também respeito por todas as pessoas, seja qual característica ela tenha.

Só isso. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Obrigada, Lucas.

Leiliane Vieira Miranda.

Vamos ouvi-la atentamente.

A SRA. LEILIANE VIEIRA MIRANDA – Oi, bom dia.

Chamo-me Leiliane, tenho 18 anos e sou ex-aluna do Ceam.

Uma das metas que me chamaram muito a atenção foi a melhoria na saúde. Eu moro no Paranoá e temos um hospital público lá. Esse hospital atende ao Paranoá, São Sebastião, Itapuã, aos condomínios e mais ao redor, portanto há uma superlotação. Com essa superlotação, pessoas ficam horas lá para ser atendidas. E, quando conseguem ser atendidas, às vezes não têm um bom atendimento, ou seja, tem que mudar isso, não é? (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Obrigada, Leiliane.

Danielly Cunha.

A SRA. DANIELLY CUNHA – Bom dia a todos.

Meu nome é Daniele, eu tenho 14 anos, sou de São Bartolomeu, no Município de Cristalina.

Uma das coisas que mais me chamaram a atenção, em primeiro lugar, foi a saúde. A minha comunidade é pequena, mas não é sempre que tem atendimento médico. Tem atendimento médico duas vezes por semana e com o total de pessoas que têm que ser atendidas. Você não sabe o dia em que vai passar mal para estar lá nem a hora. Se não chegar lá cedo, não vai conseguir ser atendido.

E, segundo, é educação. Uma escola de qualidade. Lá não há ensino médio, então os adolescentes

têm que acordar às 5 horas da manhã para andar 36 quilômetros e conseguir ter uma educação de qualidade.

E, terceiro, a importância dos rios para os moradores. Os moradores não têm consciência de que o rio é importante para a comunidade. Como eles podem ter essa consciência? Através das escolas. Se for falado isso nas escolas, desde pequenos, eles vão ter consciência de que o rio pode ser muito importante para a gente.

Essas comunidades pequenas, como a que moro, não são reconhecidas pelo Estado. Ninguém se lembra dos adolescentes que estão lá; ninguém vai saber do que eles precisam, qual é a necessidade deles.

Só isso. Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Danielly. Passo a palavra agora para o Allef Renan Ferreira.

O SR. ALLEF RENAN FERREIRA – Primeiramente, bom dia aos membros da Mesa, à Comissão, aos adolescentes.

Eu me chamo Allef Renan, tenho 17 anos, sou estudante do Centro Educacional nº 2 do Guará, porém vivencio a realidade de adolescentes da comunidade de Samambaia, que faz parte da periferia do Distrito Federal.

Eu vou falar aqui sobre uma situação que é bem ampla e envolve bastante a situação das propostas para o Milênio, que é a melhoria do sistema de garantia de direitos.

A realidade que eu vivencio – tanto na minha comunidade, quanto na comunidade da Samambaia, da Ceilândia – é a violação dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Os adolescentes possuem direitos que não são efetivados: direito à educação, direito à dignidade, direito a uma vida comunitária, direito de jogar futebol na rua. Os adolescentes não possuem esse direito. Mas o Estado quer que os adolescentes cumpram os seus deveres. O Estado quer que o adolescente faça um papel bonito, mas não garante o direito dele. Como o adolescente vai respeitar, sendo que ele, primeiramente, não é respeitado?

Pela Constituição, o direito do adolescente vem primeiro, é primado. Mas isso não tem acontecido. Daí vem a marginalização. A mídia mostra adolescentes problemáticos, adolescentes marginais, adolescentes que roubam demais, adolescentes que cometem atos infracionais muito sérios, sendo que não é dessa forma. Das situações de conflito com a lei, é uma minoria a quantidade que foi praticada por adolescentes.

E hoje vivemos no País uma situação que volta à pauta do Congresso Nacional mais uma vez: a redução da maioridade penal. É uma situação proposta no calor do momento. Não existe um estudo prévio dentro do Parlamento sobre a problematização dessa situa-

ção para saber se os adolescentes estão sendo bem vistos, se estão sendo bem atendidos, se o sistema de garantia dos seus direitos está sendo bem visto.

Por exemplo, nós temos um estatuto específico para a garantia de direitos da criança e do adolescente. Esse estatuto tem 20 anos, mas até hoje não entrou em vigor. No entanto, nesta Casa, foi criado um projeto de lei, que é a Lei do Sinase, para fazer valer, entrar em vigor o Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo que faz 20 anos que ele foi proposto e era para ter entrado em vigor.

Então, como eu vou mudar de novo uma lei, sendo que ela não foi efetivada? Como eu vou cobrar do adolescente, sendo que o direito dele não é garantido? Como eu vou proteger? É dever do Estado, da família, da comunidade, e da escola primar os direitos do adolescente e da criança. Isso não tem acontecido. Os nossos direitos têm sido violados. E nós exigimos que os nossos direitos sejam garantidos, para que os nossos deveres sejam também efetivados.

É essa a minha fala. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Allef. Convido agora o Israel Victor de Mello.

O SR. ISRAEL VICTOR DE MELLO – Bom dia a todos. Queremos agradecer o espaço, mas antes eu quero fazer uma ressalva à Senadora Ana Rita. O nosso projeto é Onda: Adolescentes em Movimento pelos Direitos. Acho que isso é um ponto importante de a gente esclarecer aqui, porque é uma luta que a gente sempre busca. Onda: Adolescentes em Movimento pelos Direitos.

A minha fala é em relação aos direitos e à plenitude dos mesmos.

Nós entendemos que nenhum direito é menor ou maior do que o outro, mas todos devem ser garantidos da mesma forma e na plenitude de toda diversidade.

Como nós percebemos aqui, há adolescentes de diferentes realidades. Eu venho de uma comunidade, que é a Estrutural, que fica a poucos quilômetros daqui – uns oito, cinco quilômetros, mais ou menos. E tem uma realidade de... A economia da cidade se baseia em torno do lixo, que é o aterro sanitário da Estrutural, do DF em específico. Então, todos os resíduos sólidos vão para a Estrutural. E nós vivemos uma realidade de calamidade pública. Do Orçamento do DF, 0,03% é destinado para essa cidade, e disso 0,018% é cumprido. Essa é a realidade que eu vivo, que todos nós vivemos. Nós precisamos lutar e combater essas violações.

Então a minha fala é realmente direcionada à plenitude dos direitos e à garantia de que todos sejam cumpridos. Eu não venho aqui para dizer que um é mais importante que o outro, porque todos são importantes. Quando pensamos em educação, saúde, diversidade,

acesso à saúde, enfim, a tudo, nós estamos dizendo que tudo isso é fundamental. Mas, por exemplo, a cultura também é importante. Eu quero, inclusive, propor e incluir o acesso à cultura. Isso é fundamental. A gente percebe a diversidade que... (*Palmas.*) Percebemos a diversidade do Brasil, do mundo. Entretanto a cultura é vista como algo lúdico, esporádico, que não é um direito. Mas cultura também é um direito.

Então nós pedimos encarecidamente que todos cumpram os acordos internacionais e nacionais. Como o Allef mesmo disse, nós temos um estatuto específico para a criança e o adolescente. Inclusive o Senado aprovou o projeto de lei com o Estatuto da Juventude recentemente.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Vai aprovar.

O SR. ISRAEL VICTOR DE MELLO – Vai aprovar.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Vai aprovar terça-feira.

O SR. ISRAEL VICTOR DE MELLO – Então isso é um avanço para a gente. Mas esse talvez seja um ponto importante de se ressaltar: nós temos, mas nem sempre essa aprovação é esclarecida e visualizada na realidade de cada um. Então nós precisamos combater as violações dos direitos e garantir e fortalecer o sistema de garantia dos direitos.

É isso. Obrigado pelo espaço. (*Palmas.*)

Eu queria convidar todos os adolescentes do projeto Onda a ficarem de pé para uma manifestação para deixar bem claro que Marco Feliciano não representa o projeto Onda. (*Palmas.*)

(*Manifestação na Comissão.*)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada a todos os adolescentes que aqui estão. Parabéns pelas falas e manifestação.

Nós estamos agora com o tempo bastante escasso. Vamos passar a palavra para a Mesa, para que os convidados façam as suas considerações finais. Estava previsto para a Juliana fazer uma síntese, mas foi nos solicitado que deixássemos, em função do tempo, em função, inclusive, de uma audiência que a Srª Corinne tem.

Então eu vou passar a palavra para a Srª Corinne para que ela faça as considerações finais.

A SRA. CORINNE WOODS (*Tradução da Srª Cristiane Feitosa.*) – Foi extremamente inspirante, porque o que eu ouvi aqui não foi apenas a superfície, não foi apenas superficial, mas foram depoimentos profundos a respeito de que às vezes as palavras bonitas nem sempre tornam realidade.

Entre essas palavras bonitas e a realidade que vocês trouxeram aqui sobre a saúde, a educação, o

transporte, a chegada à escola... Ouvir essas diferenças é extremamente importante para que a gente possa fazer alguma coisa a respeito, porque a combinação daquilo que vocês pensam da realidade e a vontade política dessas pessoas que estão sentadas hoje conosco, a união de tudo isso é mais importante do que qualquer contribuição técnica. É extremamente importante.

Eu vou levar tudo que ouvi hoje e acabei de filmar, embora muito mal. Eu anotei os nomes de vocês, tenho a filmagem. Vou levar tudo isso de volta e colocar no meu relatório, quando voltar para Nova Iorque, para as Nações Unidas. E também vou levar para as reuniões que vou ter agora com oficiais do governo, funcionários do governo, essas reuniões que acontecerão nos próximos dois dias em que eu estarei aqui.

Então gostaria de agradecer a todos vocês, aos membros da Casa e ao Unicef por nos receber. Muito obrigada.

Eu vou a muitos países ouvir os jovens, eu vou a Ruanda, Vietnã, Indonésia, e talvez até para meu próprio país, a Inglaterra, mas vocês foram o primeiro país que eu visitei, então, muito obrigada. *(Palmas.)*

Não se esqueçam de entrar e votar e incentivem seus colegas. A voz de vocês é muito importante.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. JULIANA – Gente, o endereço da página é www.myworld.org – meu mundo. Se vocês puderem votar e estimular todos os seus familiares e seus amigos a votar também, é muito importante que o Brasil seja bem representado nessa votação. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Obrigada, Juliana.

Quero agradecer a sistematização desta reunião, feita pela Dr^a Corinne, e quero passar a palavra aos Deputados Jean Wyllys e Erika Kokay.

Devo explicar uma coisa a vocês: temos aqui diversas atividades funcionando ao mesmo tempo, diversas comissões. O trabalho dos Senadores e Deputados é muito dinâmico. Quero agradecer a cada um de vocês pela presença aqui e dizer o quanto vocês enriqueceram o trabalho da Comissão de Direitos Humanos do Senado. Vai ficar gravada na nossa mente e no nosso coração a presença de vocês, mas nós precisamos finalizar esta reunião.

Vou passar a palavra para que esses dois Deputados, que já têm outro compromisso, possam encerrar suas participações na nossa audiência.

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL – RJ) – Obrigada, Senadora Lídice da Mata. Mais uma vez, quero parabenizá-las pela realização desta audiência.

Agradeço à Corinne por nos ouvir. Que, de fato, essas palavras possam ser transformadas em instrumentos políticos de pressão para que o Brasil alcance essas metas, se não todas, ao menos boa parte delas. Como a própria Corinne falou, não bastam palavras bonitas, é preciso que essas palavras se materializem em ação. Isso é fundamental.

Quero agradecer, sobretudo, aos adolescentes que falaram. É muito bom, como eu disse desde o início, ouvir dos próprios adolescentes o que eles imaginam para um mundo melhor.

Eu teria muitas considerações a fazer sobre cada uma das falas. Não tenho tempo porque vamos agora para outro evento, eu e Erika, mas quero dizer que fiquei emocionado, em muitos momentos, com muitas falas, e eu acabei me vendo no passado. Eu, que venho do Movimento Pastoral da Igreja Católica, da Pastoral da Juventude Estudantil e do Meio Popular, que sempre participei, desde muito cedo, dessas organizações adolescentes e juvenis, me vi aí e posso dizer para vocês que essa participação política é muito importante para a transformação da nossa vida pessoal também.

Muito obrigado a todos vocês. Valeu! *(Palmas.)*

A SRA. ERIKA KOKAY (PT – DF) – Eu queria apenas dizer da minha alegria de ter tido oportunidade de escutar vocês, ouvir vocês reproduzirem ou relatarem uma realidade que, em grande monta, eu conheço pessoalmente porque sou daqui. O espaço que temos que construir é esse, o caminho é esse, é o protagonismo, é estabelecer a condição de sujeitos, de as pessoas poderem falar, de ninguém falar pelos jovens, mas que os jovens possam abrir os espaços e falar sobre eles mesmos, suas angústias, suas percepções, e que nós possamos construir a condição, as condições necessárias para a transformação de uma realidade que ainda é muito doída.

Fico pensando muitas vezes que uma sociedade em que temos medo que os nossos meninos não voltem para casa, em que temos medo de não voltar para casa ou em que temos medo das noites e medo das ruas é uma sociedade que precisa ser repensada e que precisa da participação de todos e todas para sua transformação.

Muitas vezes as pessoas falam que é preciso tirar os jovens da rua. Eu digo que não, é o contrário: precisamos dar as ruas para os jovens, que os jovens se sintam participantes e pertencentes à rua e que as ruas lhes pertencem, ou seja, que a gente possa ter nas ruas os espaços públicos de construção de uma sociedade diferente, que começa a partir da participação de cada um, em cada um de vocês.

Um abraço grande, para que possamos continuar nessa construção que envolve tanta superação de tantos obstáculos no dia de hoje. Um beijo. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Quero agradecer a participação dos dois que integram a Frente Parlamentar de Apoio à Criança e ao Adolescente, justificar a saída deles, assim como a saída da nossa Presidenta, a Senadora Ana Rita, que teve que se ausentar um pouco antes.

Quero dizer também a vocês da minha alegria de poder contar com a presença de vocês. Eu tive a iniciativa de propor esta audiência pública, articulada justamente com a Unicef, com o Dr. Mário Volpi – não se preocupe, eles estão se despedindo.

Agradeço também a presença da Dr^a Corinne, que nos permitiu viver este momento de contribuição, com a Campanha do Milênio, da ONU.

Eu preciso dizer também que, assim como Jean, eu me vi um pouco aqui com vocês. Todos nós fomos o que vocês são hoje e nós queremos que um dia, quem sabe, alguns desses que falaram aqui possam também estar sentados aqui, no meu lugar, no lugar de Jean, no lugar de Érika, representando o povo brasileiro.

Eu tive possibilidade, como Prefeita da minha cidade, Salvador, capital do meu Estado, a Bahia, iniciar um projeto muito importante chamado Fundação Cidade Mãe, um trabalho absolutamente novo, naquele momento, no Brasil e na Bahia, de atuação com crianças e adolescentes nas ruas e nas comunidades consideradas de risco social. Esse projeto foi absolutamente vitorioso, obteve algumas premiações internacionais da Unesco, Unicef, ONU, e se tornou uma realidade importante para a vida daqueles adolescentes do meu Município.

Desde aquele momento, firmei esse compromisso com as crianças, adolescentes e jovens do meu País. E, hoje, a presença de vocês aqui só nos alegra e permite que possamos compreender que esta semente, que o Onda e tantas outras organizações de adolescentes e de jovens representam no nosso País, forme uma grande onda, uma grande rede de defesa, de autodefesa social da juventude brasileira e dos adolescentes brasileiros.

Nós não vamos alcançar os desafios do milênio sem a participação protagonista dos adolescentes e dos jovens do nosso País.

Um grande abraço. *(Palmas.)*

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(Iniciada às 10 horas e 2 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 43 minutos.)

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 10 DE ABRIL DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e treze minutos do dia dez de abril de dois mil e treze, na sala número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora Senadora Ana Rita, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras Ana Rita, João Capiberibe, Paulo Paim, Eduardo Lopes, Angela Portela, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Pedro Simon, Paulo Davim, Sérgio Petecão, Ataídes Oliveira, Wilder Moraes, Magno Malta e Gim. Registra-se a presença da Deputada Federal Iara Bernardi. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa: Item 1 - Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 15, de 2013, que “requer a realização de audiência pública para apresentação do ‘Projeto de acessibilidade para pessoas com restrição de mobilidade e deficiência’, do Ministério das Cidades”. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Resultado: aprovado. Às onze horas e dezoito minutos a Senhora Presidenta passa a Presidência para a Senhora Senadora Ângela Portela. Item 3 - Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 16, de 2013, que requer “a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal, para discutir a situação dos povos indígenas, e os principais problemas que afetam essas comunidades, por ocasião da semana em que se comemora o Dia Nacional do Índio. Serão convidados: - O Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo; - Representante do Conselho Indigenista Missionário; - Coordenadora da 6ª Câmara da Procuradoria Federal da República, Deborah Macedo Duprat de Brito Pereira; - Deputado Federal, Padre Ton, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas; Dois Representantes de Comunidades Indígenas”. **Autoria:** Senadora Ana Rita. Resultado: aprovado. Às onze horas e vinte e nove minutos a Senadora Ângela Portela devolve a Presidência para a Senadora Ana Rita. Em seguida, a Senhora Presidenta consulta o Plenário e a Comissão aprova a inclusão extrapauta de Requerimento. Em ato contínuo, a Senhora Presi-

denta solicita e a Comissão aprova a inversão de Pauta para a votação do referido Requerimento. Às onze horas e trinta minutos a Senhora Presidenta passa a presidência para o Senhor Senador João Capiberibe, Vice-Presidente da Comissão. Item 11 - Extrapauta - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 17, de 2013, que requer “o aditamento ao RDH nº 11, de 2003, de iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues, para alterar o objeto do RDH para que onde se lê a expressão: ‘Conflitos Agrários e os 17 anos do massacre de Eldorado dos Carajás’, seja alterada para a seguinte redação ‘Conflitos Agrários e Impunidade no Campo’, bem como sugerir que sejam os seguintes convidados os indicados para participarem da audiência: representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; representante da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; representante da Comissão Pastoral da Terra – CPT; representante da Terra de Direitos – Organização de Direitos Humanos; representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar; Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA”. **Autoria:** Senadora Ana Rita. Resultado: aprovado. Às onze horas e trinta e três minutos o Senhor Vice-Presidente devolve a Presidência para a Senhora Senadora Ana Rita. Item 2 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 18, de 2013, que requer “a realização de audiência pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, tendo como convidado o Presidente do Conselho Federal de Medicina, Roberto Luiz d’Ávila, para expor e debater sobre decisão daquela Entidade de praticar a interrupção da gravidez mais precisamente, da prática do aborto com 12 semanas de gravidez”. **Autoria:** Senador Magno Malta. Resultado: aprovado. Às onze horas e trinta e seis minutos a Senadora Ana Rita passa a Presidência para o Senador João Capiberibe, Vice-Presidente da Comissão. Item 4 - Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2013 - Não Terminativo – que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual. **Autoria:** Deputada Iara Bernardi. **Relatoria:** Senadora Ana Rita. **Relatório:** Favorável ao Projeto. Resultado: aprovado. Às doze horas o Senador João Capiberibe devolve a Presidência para a Senadora Ana Rita. Item 5 - Sugestão nº 7, de 2012 - Não Terminativo - que dispõe sobre as relações de trabalho, o tratamento de conflitos, o direito de greve e regulamenta a Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, estabelecendo as diretrizes da negociação coletiva no âmbito da Administração Pública dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. **Au-**

toria: Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado – FONACATE. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável à Sugestão, nos termos do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: retirado de pauta a pedido do Relator. Item 6 - Sugestão nº 8, de 2012 - Não Terminativo - que apresenta sugestão de projeto de lei, a fim de minimizar os problemas que os Funcionários Locais contratados pelo Governo brasileiro no exterior enfrentam. **Autoria:** Associação dos Funcionários Locais no Exterior – AFLEX. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável à Sugestão, nos termos do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, nos termos do Projeto de Lei do Senado, para que passe a tramitar como proposição desta Comissão. Item 7 - Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2012 - Não Terminativo – que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para possibilitar a aplicação de pena prevista no Código Penal para o adolescente infrator no caso de reincidência na prática de infração grave. **Autoria:** Senador Sérgio Souza. **Relatoria:** Senador Eduardo Suplicy. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. Resultado: aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, contrário ao Projeto. Item 8 - Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2011 - Terminativo – que dispõe sobre a obrigatoriedade de cardápio em Método Braille nos restaurantes, bares e lanchonetes. **Autoria:** Deputada Luiza Erundina. **Relatoria:** Senadora Ana Rita. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Resultado: adiado. Item 9 - Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2011 - Terminativo – que autoriza a entrada de pessoas ostomizadas pela porta dianteira dos veículos de transporte público coletivo e dá outras providências. **Autoria:** Deputado Enio Bacci. **Relatoria:** Senador Paulo Davim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, ficando prejudicadas as Emendas nºs 1, 2 e 3 - CAS. Resultado: adiado. Item 10 - Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2011 - Terminativo – que altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência. **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Resultado: retirado de Pauta, a pedido do Autor. Às doze horas e dezoito minutos o Senhor Vice-Presidente, Senador João Capiberibe solicita e a Comissão aprova a inclusão extrapauta de dois requerimentos que se seguem. Item 12 - Extrapauta - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Le-

gislação Participativa nº 19, de 2013, que requer a realização de “audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH, para tratar da titulação dos lotes do Programa Terra Legal no Sul do Amazonas, prioritariamente na Gleba Iquiri, Município de Lábrea - AM. O município de Lábrea, na mesorregião do Sul do Amazonas, com 69 mil quilômetros quadrados e 40 mil habitantes, é área de intenso conflito pela ocupação e posse da terra e da madeira entre assentados da reforma agrária, extrativistas e seringueiros, de um lado, e grileiros, fazendeiros, madeireiros e pistoleiros, de outro. Este conflito já resultou em mais de 10 mortes de trabalhadores nos últimos sete anos, crimes estes do conhecimento da Ouvidoria Agrária Nacional, da Polícia Civil do Amazonas, da Secretaria de Defesa dos Direitos Humanos, do Ministério da Justiça, mas ainda sem nenhum julgamento ou prisão. Denúncia recente aponta que áreas do programa Terra Legal, na gleba Iquiri, município de Lábrea, estado do Amazonas, estariam sendo tituladas para grileiros. Os técnicos que executaram o georreferenciamento daquela gleba o teriam feito sob a ameaça de grupos paramilitares armados por fazendeiros e grileiros. Assim, os grileiros pretenderiam receber para si os títulos dos lotes que teriam sido ‘comprados’, sob ameaça, de famílias de assentados e de seringueiros e tomados de trabalhadores e de lideranças assassinados ou expulsos. A denúncia foi feita ano passado, em Manaus, no lançamento do Relatório da Violência no Campo – 2010/11 e foi ouvido pelo procurador do Ministério Público Federal Alexandre Serra, além de lideranças ligadas aos movimentos sociais do campo, mas não houve nenhuma alteração nos procedimentos de georeferenciamento e nem no cronograma da titulação, pelo qual os títulos estariam sendo entregues aos ‘proprietários’ dos lotes pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário entre os dias 20 e 23. Em 2012, em episódio semelhante, técnicos da Secretaria do Patrimônio da União tiveram suas vidas ameaçadas e foram expulsos por pistoleiros armados quando iniciariam o cadastro dos lotes de lavradores e ribeirinhos nos municípios de Manicoré e Humaitá. Sugiro que sejam convidadas as seguintes autoridades: Senhor Sérgio Lopes, Coordenador do Programa Terra Legal; Senhor Márcio Guedes de Guedes, Presidente do INCRA Nacional; Senhora Marta Valéria Andrade Cunha Spontan, Coordenadora da Comissão Pastoral da Terra – CPT”. **Autoria:** Senador João Capiberibe. Resultado: aprovado, com o acréscimo do Ouvidor Agrário Nacional, Desembargador Gercino José da Silva Filho, como convidado. Item 13 - Extrapauta - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 20, de 2013, que requer a realização de

“audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH, para tratar da reivindicação judicial, pelo Exército Brasileiro, de área adjacente ao Centro de Instrução de Guerra na Selva – CIGS, em Manaus - Amazonas, que provocará o desalojamento de 5 mil famílias ribeirinhas e agricultoras tradicionais. Criado em 02 de Março de 1964, o Centro de Instrução de Guerra na Selva está instalado em Manaus - Amazonas, numa área de um milhão de metros quadrados. A área foi transferida pelo Governo do Estado do Amazonas ao Exército Brasileiro na década de 1970, sem que fossem indenizados, realocados ou recebessem novos títulos os moradores tradicionais centenários daquelas terras onde vivem de economia extrativista, lavoura de subsistência e pesca artesanal. Hoje, essa população soma 5 mil pessoas distribuídas em mil famílias que formam 20 comunidades tradicionais. Durante décadas, as famílias conviveram mais ou menos próximas das operações de treinamento na selva realizadas pelo Exército Brasileiro. Muitas vezes, os treinamentos ocorrem dentro das comunidades e já foi registrada a morte de um morador decorrente dessas operações. Os treinamentos nas comunidades só foram suspensos após denúncias dos movimentos sociais ao Ministério Público Federal. Ano passado, o Exército Brasileiro considerou a possibilidade de expulsar os moradores das suas comunidades para apropriar-se na área ocupada secularmente pelas famílias ribeirinhas. No início deste ano, as famílias de pelo menos três áreas foram notificadas no processo judicial de extrusão. Por se tratarem de pessoas de baixa renda, não possuem recursos financeiros suficientes para acionar advogados contra o Estado Brasileiro. Ameaçadas anteriormente pelas armas, agora o são judicialmente. A força continua sendo empregada. Recentemente, soldados derrubaram a casa do morador Ilson, que agora está sendo processado para ser retirado da área. Os ribeirinhos também foram proibidos pelo Comando do CIGS de cultivarem suas roças e foram impedidos de acessar o Programa Luz para Todos. Sugiro que sejam convidadas as seguintes autoridades: Sr. General Enzo Martins Peri - Comandante do Exército Brasileiro; Sra. Cassandra Maroni Nunes – Secretária de Patrimônio da União; Sra. Marta Valéria Andrade Cunha Spontan - Coordenadora da Comissão Pastoral da Terra – CPT. **Autoria:** Senador João Capiberibe. Resultado: aprovado, com a inclusão do representante do Ministério Público Federal como convidado. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, Angela Portela, Paulo Paim, João Capiberibe, Magno Malta, Eduardo Suplicy e Paulo Davim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta minutos, lavrando eu,

Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – **Senadora Ana Rita**, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Declaro aberta a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Passemos aos itens da nossa pauta.

Item 1, página 12. É um requerimento.

ITEM 1

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 15, de 2013

Requeiro a realização de audiência pública para apresentação do “Projeto de acessibilidade para pessoas com restrição de mobilidade e deficiência”, do Ministério das Cidades.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Srª Presidenta, esse é o requerimento que apresentei a pedido do Ministério respectivo, porque há um belo trabalho nessa área e eles querem apresentar aqui o seu projeto de acessibilidade e de mobilidade para pessoas com deficiência.

Entendo que é um momento privilegiado e, se possível, conforme o entendimento com V. Exª, naquela ideia de ocuparmos mais ainda as segundas-feiras. Se pudesse ser numa segunda-feira, seria bom, com aquele calendário que V. Exª colocou muito bem, de forma que todas as comissões possam definir em que dia poderão atuar e ocupar o espaço da segunda-feira, que V. Exª mais ou menos organizou.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Srª Presidenta...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Sim, Senadora Angela Portela.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR)

– Eu gostaria de valorizar o fato de o Senador Paim

trazer para a discussão aqui na Comissão de Direitos Humanos esse projeto de acessibilidade, porque inclusive nós temos um projeto de lei que esteve na pauta da Comissão de Direitos Humanos semana passada, e deverá retornar em outro momento, que propõe que as pessoas portadoras de deficiência e com mobilidade reduzida, que não são mais portadoras – agora são pessoas com deficiência, conforme a nova nomenclatura, eu queria corrigir –, pudessem ter, nos programas habitacionais como o Minha Casa, Minha Vida, nos quais se utilizem recursos públicos, que pudessem ser destinadas 3% dessas unidades habitacionais para as pessoas portadoras de deficiência e de mobilidade reduzida.

É um projeto muito importante. Inclusive eu queria destacar que na capital do meu Estado, Boa Vista, nós aprovamos com o Prefeito Iradilson Sampaio, na época, que das mil casas do Minha Casa, Minha Vida ele destinasse 10%, a pedido nosso, com projeto aprovado na Câmara de Vereadores, às pessoas portadoras de deficiência. Essas unidades habitacionais foram devidamente adaptadas para atender a cadeirantes e a outros tipos de deficiência.

Então eu considero muito importante a aprovação desse requerimento para que possamos ampliar o debate sobre o projeto de acessibilidade para pessoas com restrições de mobilidade e deficiência.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Obrigada, Senadora Angela.

Quero também manifestar minha opinião a respeito da solicitação do requerimento do Senador Paulo Paim, dizendo que esse tema é altamente importante. Essa audiência pública vem no momento adequado, porque os Municípios estão iniciando as suas administrações municipais. Recentemente, recebi no meu gabinete o Prefeito de Vargem Alta, do meu Estado, Prefeito João Bosco, que é cadeirante, também preocupado com esse assunto. E eu lhe dizia: Prefeito, o senhor, que é cadeirante, com certeza dará o exemplo para outros Municípios, no sentido de realizar e implementar políticas públicas direcionadas para pessoas com deficiência e, em particular, acessibilidade.

Infelizmente, nas nossas cidades, convivemos com calçadas em que até nós, que não temos nenhuma deficiência física, temos dificuldade para caminhar, imagine para as pessoas com deficiência o tanto que é difícil. E não só para pessoas com deficiência, mas para a pessoa idosa, para as mães gestantes, para mães que têm que caminhar com seus bebês nos carrinhos. Há muita dificuldade de acessibilidade.

Então quero parabenizar a iniciativa do Senador Paulo Paim.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos passar para o Item nº 3, porque o autor do Item nº 2 ainda não se encontra presente.

O Item nº 3, na página 16.

Pelo fato de eu ser a autora deste item, vou prestigiar a Senadora Angela Portela, pedindo-lhe que venha presidir, neste momento, para que eu possa me manifestar como autora do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Aceite meus protestos: três mulheres na Mesa.

Só para descontrair, viu, moçada? Não vão me xingar, hein?

Muito bem, parabéns.

Grande Senadora Angela Portela, alegria estar aqui também na sua presidência.

A SRA. PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Obrigada, Senador.

Vamos ler o requerimento de autoria da Senadora Ana Rita.

ITEM 3

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 16, de 2013

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal, para discutir a situação dos povos indígenas e os principais problemas que afetam essas comunidades, por ocasião da semana em que se comemora o Dia Nacional do Índio.

Serão convidados:

- O Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo;
- Representante do Conselho Indigenista Missionário;
- Coordenadora da 6ª Câmara da Procuradoria Federal da República, Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira;
- Deputado Federal, Padre Ton, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas;
- Dois Representantes de Comunidades Indígenas.

Autoria: Senadora Ana Rita

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita, para encaminhar.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Srª Presidente, Srs. Senadores aqui presentes, o objetivo dessa audiência pública, por ocasião do Dia Nacional do Índio, é debater as principais dificuldades que as comunidades indígenas enfrentam. Podemos citar aqui problemas como a miséria, o alcoolismo, o suicídio, que acontece muito nas aldeias indígenas, e a violência interpessoal, que afeta consideravelmente a autoestima dos seres humanos indígenas.

Queremos também discutir as dificuldades vividas pelas mulheres indígenas. E eu lembro que, no ano passado, nós estivemos numa audiência pública em função da CPMI que investiga a violência contra a mulher no Estado de Mato Grosso do Sul e pudemos ver como as mulheres indígenas também sofrem violência nas aldeias pelos seus companheiros índios.

Então é importante fazermos esse debate, porque elas também são vítimas de violência e de abusos praticados pelos seus companheiros, pelos próprios índios.

Além do processo de colonização, o Brasil enfrentou a neocolonização, período em que o interior do País foi ocupado sem o respeito às inúmeras formas de viver das comunidades indígenas. Esse processo perdurou até meados do século passado.

Houve, na verdade, uma invasão por parte de inúmeros segmentos, tais como: madeireiros, garimpeiros, latifundiários, mineradores, hidrelétricas e construtoras de estradas. Esta intromissão culminou com o desmatamento, a poluição ambiental, o assoreamento de rios e a diminuição da diversidade local, trazendo as enfermidades, a fome e também o empobrecimento compulsório da população indígena.

O Poder Legislativo tem uma dívida considerável para com os povos indígenas, em virtude do atraso na aprovação de uma legislação que proteja os direitos indígenas. E quero lembrar que, na semana passada, Senador Paim, Senador João Capiberibe e Senadora Angela, eu estive numa reunião na CNBB, a convite dos padres, dos membros da CNBB, para que pudéssemos falar sobre a Comissão de Direitos Humanos, e a CNBB levantou essa temática dos índios com uma grande preocupação, porque somos um país continental com diversas aldeias indígenas, diversos povos indígenas com as suas especificidades, com as suas características próprias e precisamos ter um olhar preferencial para com essa população que carece de políticas públicas tão importantes.

Essas são algumas das razões que justificam o presente requerimento para debater os inúmeros problemas que as comunidades indígenas enfrentam.

A SRA. PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Em votação o requerimento da Senadora.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Deixe-me só fazer uma pergunta. Não sei se seria para a Senadora autora do requerimento.

Senadora Ana Rita, acharam que não seria bom, neste momento, convidar a Funai?

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Desculpe-me, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não é uma proposta, é apenas uma pergunta. A Funai não foi convidada porque acharam que não seria bom neste momento? Vindo o Ministro não precisa vir a Funai. Foi isso?

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Nós avaliamos que seria importante, sim, a presença da Funai. Entendemos que esse é um primeiro debate e nós faremos uma sequência de outros debates. Por ocasião do Dia do Índio, eu acho que, neste momento, seriam essas entidades.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Viria o Ministro da Justiça aqui.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ok.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Que fala também pela Funai. O debate, com certeza, vai suscitar os problemas. A intenção é que, a partir do debate, nós possamos definir alguns encaminhamentos. Se for necessário, faremos novas audiências públicas, inclusive com a Funai.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Mas, no momento, entendemos que essas são as entidades necessárias para que possamos fazer o debate proposto no momento atual.

A SRA. PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Bem, eu gostaria de destacar a importância da aprovação deste requerimento para discutir os problemas que afetam as comunidades indígenas.

Eu sou de um Estado que tem 12% da sua população indígena. Nós temos lá nove etnias indígenas. E há, nas comunidades indígenas, sérios problemas de alcoolismo e de pobreza. É realmente necessário trazer essa discussão para o Congresso Nacional, para o Senado Federal.

Quero dizer que tivemos a oportunidade de, numa audiência pública no âmbito da Subcomissão dos Direitos da Mulher, da Comissão de Direitos Humanos, discutir a saúde da mulher indígena. Eu acho muito interessante que possamos retomar essa discussão, incluindo a mulher indígena, porque ela também passa

por sérios problemas em decorrência do alto índice de alcoolismo nessas comunidades indígenas.

Então eu considero isso muito importante e quero participar ativamente dessa discussão, considerando os 30 mil indígenas que vivem no Estado de Roraima, o meu Estado.

Retorno a Presidência à Senadora Ana Rita.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr^a Presidente, Senadora Angela, eu queria fazer uma solicitação.

No ano passado, nós fizemos uma audiência pública para ouvir as lideranças indígenas do Mato Grosso do Sul. Naquele momento, eu pedi para a Secretaria da Comissão fazer um levantamento sobre os inquéritos que apuram assassinatos de lideranças indígenas e de lideranças do campo, o andamento desses inquéritos e também dos processos judiciais.

Nós temos um grave problema: esses processos não andam. Essa é a grande verdade, até porque essas populações não têm recursos para pagar advogados e, sem recursos, sabe-se que a nossa Justiça tem um lado da balança torto. Quem tem recurso navega na impunidade e quem não tem não consegue fazer valer os seus direitos.

Então, seria possível à Comissão levantar estes processos? Primeiro os inquéritos policiais abertos: quantos são e em que fase eles se encontram. Segundo, os processos judiciais envolvendo inclusive terras indígenas. Talvez fosse um momento importante para a Comissão fazer um balanço, nesse dia, da situação que se eles encontram. Eu sei que em Roraima ela está toda equacionada. Houve um conflito muito grande envolvendo Raposa Serra do Sol, que atravessou décadas até que fosse homologada. No meu Estado também está equacionada. No entanto, há várias regiões no nosso País em que os conflitos estão aí e há muitos crimes cometidos, inclusive alguns muito recentemente. Seria importante nós tomarmos conhecimento se já fosse possível apresentar esse relatório nessa audiência pública.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr^a Presidente, se me permite, acho que o Senador João Capiberibe realmente levantou uma questão altamente importante. É uma preocupação da Comissão de Direitos Humanos ter um olhar preferencial também para a população indígena. Se não for possível por ocasião da audiência pública, com certeza nós pautaremos isso na Comissão, para que possamos, de fato, levantar pelo menos aqueles casos que são mais emergenciais, que exijam uma ação do Poder Legislativo no sentido de que possamos definir ou dar algum encaminhamento para contribuir no andamento dos processos.

Então fica aqui registrada essa solicitação de V. Ex^a para cuidarmos com a devida atenção desse tema.

A SRA. PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Retorno a Presidência à Senadora Ana Rita.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Consulto as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores se podemos incluir o referido requerimento como extrapauta.

Consulto os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras se é possível incluir outro requerimento como extrapauta.

Os que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Consulto se podemos inverter a pauta para apreciar este requerimento.

Os que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item extrapauta.

Pelo fato de eu ser autora deste requerimento, passo a Presidência ao Senador João Capiberibe para conduzir a reunião.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Bom dia a todos, Sr^{as} e Srs. Senadores. Em discussão seguinte requerimento:

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 17, de 2013

Requeremos aditamento ao Requerimento nº 11 de 2013-CDH, de iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues, para que onde se lê a expressão “Conflitos Agrários e os 17 anos do massacre de Eldorado dos Carajás” seja alterada para a seguinte redação “Conflitos Agrários e Impunidade no Campo”, bem como sugerir que sejam os seguintes convidados os indicados para participar da audiência: Representante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST; Representante da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; Representante da Comissão Pastoral da Terra – CPT; Representante da Terra de Direitos – Organização de Direitos Humanos; Representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar; Presidente do Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária – INCRA.

Autoria: Senadora Ana Rita e Senador Randolfe Rodrigues

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita para encaminhar o requerimento.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Na verdade, este requerimento, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, foi uma solicitação do Senador Randolfe Rodrigues, mas, atendendo a pedido das lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, fizemos uma alteração na temática da audiência pública. Portanto estou agora, juntamente com o Senador Randolfe Rodrigues, também sendo signatária do referido requerimento para ajustar o tema da audiência pública, que antes se referia a conflitos agrários e aos 17 anos do massacre de Eldorado dos Carajás. De fato, o nome da audiência pública será “Conflitos Agrários e Impunidade no Campo”, porque fica mais abrangente e poderemos, assim, debater melhor e com mais profundidade também este tema.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os que concordam com o requerimento permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Devolvo a Presidência à Senadora Ana Rita.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador João Capiberibe.

Passamos agora ao Item nº 2, página 14, que é um requerimento.

ITEM 2

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 18, de 2013

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, tendo como convidado o Presidente do Conselho Federal de Medicina, Roberto Luiz d’Ávila, para expor e debater sobre decisão daquela entidade de praticar a interrupção da gravidez, mais precisamente da prática do aborto com 12 semanas de gravidez.

Autoria: Senador Magno Malta

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta para encaminhar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr^a Presidente, a razão do meu requerimento é que esse tema está sendo discutido na Comissão de Estudo e Alteração do Código Penal Brasileiro.

Na verdade, ele faz referência à proposta já existente, feita pelos chamados notáveis ao Código Penal – Comissão de que V. Ex^a tem participado.

Eu já comuniquei também ao Presidente da Comissão, Eunício, e ao Relator Pedro Taques que, na ocasião dessa audiência pública, a Comissão também esteja aqui, para que não tenhamos que convidá-los duas vezes, para ir à Subcomissão e para vir a essa Comissão. De maneira que a Comissão que estuda o Código se juntaria à Comissão de Direitos Humanos para ouvir as razões pelas quais o Conselho Federal de Medicina tomou essa posição.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item nº 4, página 18.

Como sou relatora dessa proposição, passo a Presidência ao Senador João Capiberibe para conduzir os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 3, de 2013

- Não Terminativo -

Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.

Autoria: Deputada Iara Bernardi

Relatoria: Senadora Ana Rita

Relatório: Favorável ao Projeto.

Com a palavra, a Deputada Iara Bernardi, para discussão da matéria.

A SRA. IARA BERNARDI (PT – SP) – Bom dia, Senador. Eu pensei que a Senadora Ana Rita ia...

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Eu entendo tanto do Regimento da Comissão quanto de Astronomia.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Na verdade a Deputada Iara Bernardi está aqui também e quer fazer uma defesa, mas, como sou Relatora da matéria, vou fazer também a minha colocação.

Deputada Iara, é um prazer recebê-la aqui. Sabemos da importância do projeto de V. Ex^a, sabemos do empenho que V. Ex^a teve durante todo esse mês de

março para que nós pudéssemos apreciar esta matéria no mês dedicado à mulher. Mas estamos fazendo no tempo que foi possível. Com certeza as mulheres brasileiras ficarão muito satisfeitas com a aprovação do projeto e as possibilidades que ele trará.

Esse é um tema que realmente me sensibiliza bastante. O projeto de lei em debate é um avanço em relação à instituição de serviços e políticas públicas de atendimento integral às mulheres em situação de violência e envolve as áreas da saúde, da Justiça, da segurança e da assistência social. Os profissionais dessas áreas de atendimento devem estar capacitados para ouvir a mulher e compreender que ela nem sempre faz o que deve ou o que quer, mas sim o que pode fazer.

Essa visão mais ampla de atendimento pode facilitar a recuperação física e psicológica, com o desenvolvimento da autoestima e da autoconfiança da mulher. Isso quer dizer que o atendimento à mulher em situação de violência deve ter o seu foco na saúde integral da mulher, garantindo-lhe, Srs. Senadores – e aqui o Senador Paulo Davim, que é médico, com certeza tem uma avaliação muito precisa sobre isso –, o atendimento na rede de saúde pública, sem, contudo, perder de vista que a violência contra a mulher é uma questão de violação de direitos humanos e da cidadania.

A violência doméstica, por exemplo – e nós tivemos a oportunidade de trabalhar muito esse tema durante todos os trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito –, não tem sido devidamente registrada, principalmente nas estatísticas de saúde. Nós sabemos da importância disso. Em geral, as mulheres não encontram respaldo no serviço de saúde pública para explicar os verdadeiros motivos dos seus hematomas, braços quebrados, angústia, ansiedade e outras questões que são oriundas, muitas vezes, da violência doméstica. Então, quando falam dos maus tratos, os serviços não registram as suas queixas. Dessa forma, os casos de violência doméstica ficam invisíveis nas estatísticas oficiais. Portanto, o projeto de lei que passo a relatar constitui um passo importante em favor da garantia dos direitos das mulheres.

Quero finalizar a minha fala parabenizando a Deputada Iara Bernardi, que, em total sintonia com todas as discussões que nós fizemos durante os trabalhos da CPMI, apresenta esse projeto de lei muito importante. Então, parabenizo a Sr^a Deputada pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Obrigado, Sr^a Relatora.

Agora, vamos ouvir a Deputada Iara Bernardi, autora desse projeto importantíssimo que dá uma proteção maior em caso de violência contra a mulher.

A SRA. IARA BERNARDI (PT – SP) – Agradeço a possibilidade de expor o nosso pensamento, Senador Capiberibe. Agradeço também à relatoria tão fundamentada da Senadora Ana Rita.

Esse projeto de lei vem regulamentar uma das formas de violência que já está prevista na Lei Maria da Penha. Esse projeto é anterior a ela, quando nós fazíamos, Senadora Ana Rita, a discussão sobre a implantação do PAISM – Programa de Atendimento Integral à Saúde da Mulher, na década de 90, em que essa forma de atendimento não estava sistematizada, a não ser como uma resolução, uma portaria do Ministério da Saúde.

Hoje ele combina com a Lei Maria da Penha e a sua forma de atendimento às mulheres. Mulheres, não; pessoas vítimas de atendimento sexual, que podem ser inclusive crianças, meninas. Infelizmente, o maior número de casos é com meninas. Vem ao encontro agora de todas as ações que a Presidenta Dilma lançou na semana do dia 8 de março, ações do Executivo no combate à violência contra a mulher, criando nas capitais brasileiras – depois isso vai se estender, com certeza – a Casa da Mulher Brasileira, onde a mulher também receberia esse tipo de assistência, e o atendimento em rede, para as mulheres vítimas de violência sexual.

Isso precisa acontecer – a gente fala de mulheres, mas são as pessoas vítimas de violência sexual – em 72 horas. E nenhum dos pontos do programa – e já víamos isso no País – deve deixar de acontecer. Muitas vezes, a rede das cidades da região onde a mulher está não funciona. E o número de casos de violência sexual tem aumentado, ou o número de denúncias tem aumentado, sendo alguns de repercussão mundial, como é o caso do Rio de Janeiro, em que a turista estrangeira foi estuprada e mulheres brasileiras também e não foi dada na época a devida atenção, sequer a investigação policial aconteceu de forma devida, o que poderia ter evitado outros casos. E os casos da Índia e outros que estão acontecendo.

Então, nós queremos, com este projeto, combinar inclusive com o Ministério da Saúde as ações que dão esse atendimento em rede integral às pessoas vítimas de violência sexual na região onde elas moram. Inclui o atendimento hospitalar, psicológico, policial e que eles aconteçam em rede e que a mulher se sinta protegida e sejam incentivadas as denúncias; claro, que as pessoas não fiquem com vergonha ou não se inibam quando forem vítimas desse tipo de violência.

Agradeço o empenho do Senado nessa aprovação, e ele faz parte, sim, como disse a Senadora Ana Rita, de um dos projetos prioritários para a semana do dia 8 de março, que a gente continue com essa discus-

são dos projetos de lei prioritários para as mulheres brasileiras no Dia Internacional da Mulher, 8 de março.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Muito obrigado, Senadora.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Vou solicitar à Senadora Ana Rita que faça a leitura do seu relatório. Em seguida, colocamos em discussão o projeto.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Na verdade, nós fizemos uma fala inicial, mas, quanto ao relatório, vou ser breve, lendo apenas a análise do projeto.

De acordo com os incisos III e IV do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Direitos Humanos opinar sobre garantia e promoção dos direitos humanos e sobre direitos da mulher, o que torna perfeitamente regimental o exame do PLC nº 3, de 2013, por este Colegiado.

A exemplo da visão da Câmara dos Deputados, não se vislumbra conteúdo que confronte diploma legal em vigor ou princípio geral de direito, o que caracteriza a perfeita juridicidade do projeto.

No mesmo sentido, a proposição não apenas não contém óbices constitucionais, como está mesmo a serviço da promoção dos direitos individuais e coletivos, conforme estatuídos em diversos incisos do art. 5º da Carta Magna.

A sociedade brasileira contemporânea tem ganhado consciência lenta, mas seguramente, do absurdo que são as nossas taxas de criminalidade e de violência de natureza sexual. E esse ganho de consciência tem-se materializado na feitura de leis avançadas, que tratam de modo contemporâneo e esclarecido os direitos da mulher. Assim, diversos diplomas legais foram aprovados nos últimos quarenta anos, com interesse especial para aqueles postos em vigor sob a égide da Constituição Federal de 1988. O exemplo maior é o da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006), que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

O PLC nº 3, de 2013, inscreve-se na mesma linha da mencionada Lei Maria da Penha: trata-se de instrumento oportuno para combater as agudas violações de direitos de que são vítimas, com infeliz frequência, as mulheres em nosso País.

Por oportuno, cabe observar aqui que está em atividade nesta Casa, ao tempo da elaboração deste parecer, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a Violência contra a Mulher (CPMIVCM), que reuniu dados sobre o assunto junto a diversos Estados da Federação. Os resultados preliminares das

investigações da CPMIVCM evidenciam, à exaustão, o acerto e mesmo a urgência das medidas propostas.

Isso dito, cumpre apontar a propriedade da redação da iniciativa, que trata de incluir igualmente na sua proteção todo um universo de vítimas que não são do sexo feminino. Sabemos que não são raros os casos de violência sexual contra crianças, jovens e idosos, do sexo masculino, bem como contra transexuais, travestis e homossexuais de qualquer sexo. O projeto trata de não fazer distinção de gênero entre as vítimas. Só podemos louvar esse posicionamento.

Voto.

Em virtude de todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2013.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Obrigado, Senadora Ana Rita.

Em discussão o projeto.

Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Senadora Ana Rita, Relatora neste momento, Senador João Capiberibe, Vice-Presidente no exercício da Presidência, peço a palavra por dois motivos: para elogiar o projeto, mas também para elogiar a nossa querida Deputada Iara Bernardi, corajosa, valente, muito corajosa. E digo minha querida Deputada Iara Bernardi, principalmente porque, quando apresentou o PL nº 122, suscitou, a partir de sua iniciativa, este grande debate em nível nacional, do qual, no momento, estou tendo a alegria de ser o relator. Inspirado no seu projeto, tentar construir uma redação que voltará, naturalmente, para a Câmara dos Deputados. V. Ex^a, naquele momento, já mostrou a sua grandeza, na linha da liberdade plena de orientação sexual para todo o nosso povo e toda a nossa gente. E esse projeto vai no mesmo sentido e caminha também na mesma visão que tem a Presidenta Dilma, e recebi aqui da assessoria da Comissão, o material, por exemplo, desta frase da Presidenta Dilma, dizendo: “Tolerância abaixo do zero”, para essa situação. Queremos que este seja um País com tolerância abaixo de zero, porque esse crime envergonha a sociedade, esse crime envergonha as famílias, esse crime envergonha homens e mulheres. Tolerância zero significa combater e erradicar todas as formas de violência, afirmou a Presidenta Dilma.

Então, só posso cumprimentar a iniciativa, cumprimentar a Relatora pela forma como rapidamente deu o seu parecer, que vem na linha daquilo que todos nós queremos. É um projeto singelo. O mínimo que nós podemos fazer é dar atendimento imediato às mulheres vítimas de violência e dizer que lamentamos muito essa situação. Infelizmente, a agressão contra a mulher vem crescendo e muito no Brasil e no mundo.

E eu lembro aqui um Deputado Estadual do PT lá do meu Rio Grande, Senador Capiberibe, o Edegar Pretto, que é filho do Adão Pretto, que nós todos conhecemos e, infelizmente, o perdemos jovem ainda. E ele criou a Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres, e está se espalhando pelo Brasil todo, inclusive, aqui no Senado, ele esteve aqui, vou trazê-lo aqui na Comissão, Senadora, no momento que V. Ex^a entender adequado. Estamos lançando a Frente Parlamentar aqui no Senado e, oxalá, também com a Câmara, dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres, para estar nessa linha de frente, combatendo a violência. Quem sabe podemos lançar essa frente aqui na Comissão no momento em que a Comissão entender mais adequado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Já estou inscrito nessa frente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, muito bem.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Também quero, Sr. Presidente, Senador João Capiberibe, e Senadora Ana Rita, Relatora, elogiar a iniciativa da Deputada Iara Bernardi, que, conforme o Senador Paulo Paim observa, tem uma atitude muito consistente com as declarações recentes da Presidenta Dilma Rousseff, que disse que o Brasil precisa ser um defensor intransigente dos direitos humanos, das mulheres. É triste vermos declarações tais como as que resultaram do francês, cuja namorada foi objeto de estupro na *van* no Rio de Janeiro, que ainda hoje diz que ele quer sair o mais rápido do Brasil. Então, é preciso tomar todas as providências para prevenirmos o não acontecimento de ações violentas contra quaisquer seres humanos, sobretudo as mulheres.

Meus cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Obrigado, Senador Suplicy.

Com a palavra, o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Presidenta Ana Rita, Senador João Capiberibe, eu quero me somar a essa manifestação de todos, essa manifestação coletiva da Comissão em favor do bellissimo projeto da Deputada Iara Bernardi. Eu quero de antemão dizer ao Senador Paulo Paim que estou inscrito também, a exemplo do Senador Capiberibe, nessa frente. Eu acho que essa frente é civilizante. Não tem como nós, Parlamentares do Senado Federal, não estarmos inscritos nessa frente parlamentar.

Eu acho esse projeto extremamente importante. Até onde os senhores já sabem, eu sou médico, trabalho no serviço público, trabalho na urgência, sou inten-

sivista e cardiologista, trabalho no serviço público na urgência, também há muito tempo, no pronto-socorro do maior hospital público do meu Estado. E todas as vezes – e tive oportunidade de testemunhar algumas – em que atendíamos pacientes vítimas de violência, elas chegavam constrangidas no pronto-socorro, e aí compreendi que era uma segunda violência que se estava impondo àquela mulher. Porque não existia essa preocupação de um bom acolhimento a uma vítima de uma violência descabida, inaceitável. Toda violência é inaceitável, mas aquela era muito mais agressiva, porque não se concebe mais, no dia de hoje, haver essa imposição, sobrepujança de gêneros. Não existe mais, não se concebe de bom senso nada disso. E a gente percebia isso. Pior ainda é quando essa violência sofrida era uma violência sexual. Porque aí os serviços, em geral, não estão preparados para atender a mulher vítima desse tipo de violência, não há estrutura para isso, muito menos os servidores estavam, pelo menos até o período em que eu trabalhava naquele hospital, preparados, não estavam sensibilizados para a gravidade do problema que estavam recebendo lá. Muitas vezes, minimizavam; muitas vezes, banalizavam o problema: “aguarda um pouquinho”. E, naquele ambiente absolutamente inóspito, do ponto de vista de apoio psicológico. Um pronto-socorro de trauma não é um ambiente adequado para se atender um paciente vítima desse tipo de violência. E ficavam por ali mesmo...

Graças a Deus, a visão começou a mudar, está mudando aceleradamente. Temos que ressaltar a importância da mobilização feminina. A própria mulher resolveu levantar a sua própria bandeira e foi à luta, e vem convencendo a sociedade por inteiro. Quando vejo o Senador Paim dar o exemplo da Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra a Mulher, o mérito não é dos parlamentares homens, o mérito é das mulheres, que souberam se organizar, que souberam cobrar e se impor, apresentando instrumentos como o que agora apreciamos, de autoria da Deputada.

Então, é assim que se constrói uma sociedade verdadeiramente cidadã, uma sociedade justa, uma sociedade igualitária, do ponto de vista de valores, de respeito, de oportunidade. É assim que se constrói uma sociedade verdadeiramente cidadã, com o esforço de todos.

Mas fica aqui a minha congratulação à iniciativa da Deputada e a observação do extremo valor que a mulher tem, sobretudo nessa questão.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Bom, não havendo mais Senador que queira discutir a matéria, eu gostaria de fazer um comentário. Eu ouço falar do mau atendimento às mulheres vítimas de violência também nas delegacias especializadas da

mulher. Aliás as delegacias especializadas da mulher são raríssimas no País, são pouquíssimas. E ainda assim não há uma preparação, digamos, adequada.

Em geral, nas delegacias que atendem a ocorrências de violência contra a mulher, as mulheres se veem constrangidas. Não sei se a Lei Maria da Penha já contempla punição para o servidor público que atenda mal. Não conheço em profundidade a lei. Claro que a lei penaliza o servidor público por prevaricação, mas, quem sabe, não seria o caso de especificar a prevaricação no atendimento à mulher.

A SRA. IARA BERNARDI (PT – SP) – O senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Pois não.

A SRA. IARA BERNARDI (PT – SP) – Como o Senador já colocava, a Lei Maria da Penha prevê a formação dos profissionais e, muitas vezes, é uma questão de sensibilização mesmo do setor para se montar a rede de atendimento. Muitas vezes nas delegacias especializadas da mulher o atendimento é semelhante ou até pior que o de uma delegacia comum, porque não há preocupação com a formação e a sensibilização desses profissionais. Não existem sanções na Lei Maria da Penha com relação ao mau atendimento.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Talvez fosse o caso de pensar, porque uma lei sem previsão de pena fica difícil. Já prevendo pena, o cumprimento da lei no nosso País é complicado, uma sem previsão de pena praticamente não se cumpre.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão de Direitos Humanos favorável ao projeto.

Era isso.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

Devolvo a Presidência à Senadora Ana Rita.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Item 5 da pauta.

ITEM 5

SUGESTÃO Nº 7, de 2012

- Não Terminativo -

Dispõe sobre as relações de trabalho, o tratamento de conflitos, o direito de greve e regulamenta a Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, estabelecendo as diretrizes da negociação

coletiva no âmbito da Administração Pública dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Autoria: Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado - FONACATE

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável à Sugestão do Projeto.

Com a palavra, o Senador Paulo Paim, para leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr^a Presidenta, este é um tema que tem tudo a ver com a Convenção 151 da OIT.

Os servidores públicos me procuraram há um tempo e eu sugeri a eles o encaminhamento dessa sugestão, dizendo que, uma vez encaminhado esse projeto à Comissão de Direitos Humanos, usando o espaço que temos aqui, de direitos humanos e legislação participativa, nós poderíamos assumir a relatoria e regulamentar a Convenção 151, tanto na questão sindical como na negociação coletiva e também no direito de greve.

Assim foi feito. Eles, depois de uma série de seminários no País, apresentaram a esta Comissão esta proposta, de que sou Relator.

Acontece que nesse período, Sr^a Presidenta, a Presidenta Dilma baixou o decreto sobre a Convenção 151, na linha de garantir a todos os servidores públicos a liberdade de organização e de negociação. E naturalmente aí entra a questão do direito de greve.

Mediante o decreto, fui procurado pelas centrais, pelas confederações e sindicatos, em nível nacional, que englobam os servidores públicos para realizarmos lá na Comissão de Assuntos Sociais, porque lá é a comissão que trata dessa questão do trabalho e das relações, inclusive dos servidores públicos. Realizamos, há uma semana, uma grande audiência pública com a presença de todas as centrais, todas as confederações e todas as entidades vinculadas ao serviço público municipal, estadual e federal.

Quando essa reunião estava para terminar, eu, como proponente da audiência pública, fiz o seguinte encaminhamento, e, por isso, estou trazendo aqui antes de ler o relatório. Disse a eles que aquela reunião havia sido muito, muito produtiva, que eu era relator desse projeto aqui, na Comissão de Direitos Humanos, e pedi a eles, às centrais, às confederações, e este foi apresentado a mim pela Fonacate, que é o fórum das carreiras típicas de Estado, que me apresentassem também o seu ponto de vista sobre a regulamentação da Convenção nº 151, que é o que esse projeto faz – no fundo, é isso. Esse entendimento proposto por mim foi aprovado por unanimidade, por todas as centrais, confederações, enfim, pelo mundo todo sindical.

Mediante esse fato, pediria a retirada do projeto da Ordem do Dia para que não o votássemos, para que eu, de posse de toda essa documentação, pudesse apresentar outro substitutivo na própria Comissão. Nesse substitutivo é minha intenção, como é uma SUG, que ele seja precedido de uma audiência pública no momento adequado – sou relator e V. Ex^a naturalmente vai presidir a reunião – para ver se todos concordam com o substitutivo que eu estaria elaborando. Uma vez concordando, poderíamos até aprovar no mesmo dia em uma grande festa aqui – festa, no bom sentido –, em uma grande audiência pública e o remetermos para as comissões competentes.

Seria o pedido, então, que retirássemos de pauta o projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Boco/PT – ES)

– A pedido do relator, Senador Paim, o Item 5 fica retirado da pauta, com encaminhamento para a realização de uma audiência pública para fazer o debate do substitutivo.

ITEM 6

SUGESTÃO Nº 8, de 2012

- Não Terminativo -

Apresenta sugestão de projeto de lei, a fim de minimizar os problemas que os Funcionários Locais contratados pelo Governo brasileiro no exterior enfrentam.

Autoria: Associação dos Funcionários Locais no Exterior - Aflex

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável à Sugestão do Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH (Única).

Com a palavra o Senador Paulo Paim para leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr^a Presidenta, vou comentar já o relatório para podermos votar.

De fato, é um problema que enfrentamos aqui na Comissão durante um ou dois anos. Foram inúmeras denúncias sobre a situação dos trabalhadores, no exterior, das nossas embaixadas. Isso ocorre há muitos e muitos anos. Não é de agora isso. As últimas denúncias que estão chegando falam inclusive de assédio moral. Considero isso da maior gravidade. Esse projeto antecedeu o assédio moral e visa garantir a esses trabalhadores brasileiros no exterior o mesmo direito que os trabalhadores brasileiros. Para mim, o princípio maior seria sempre a legislação que mais trouxesse vantagens para o trabalhador, mas eles entenderam que só queriam garantir os direitos consagrados na CLT, que, dizem, não teriam. Recomendei a eles que

fizessem este procedimento na época: apresentassem uma SUG. Nós a receberíamos e o projeto passaria a tramitar na Casa. Aqui, na Casa, as comissões diriam se procede ou não, no caso, aqui, principalmente a Comissão de Assuntos Sociais vai se debruçar sobre o mundo do trabalho.

Então, o meu parecer é pelo acatamento dessa proposta no sentido de que o projeto passe a tramitar na Casa para que nossos funcionários no exterior tenham assegurados todos os direitos que são assegurados aos outros trabalhadores, seja no caso da área pública ou privada. Em alguns casos são concursados da área pública; em alguns casos, celetistas, que não são concursados.

Esse é o objetivo dessa proposta que eles encaminharam. A lavra é deles. Foi construída com assessores, com juristas que estão tratando dessa questão.

Quero dizer que fiz audiência aqui com o Itamaraty. Foram uma, duas ou três audiências. Fiz reunião de trabalho do Itamaraty também junto com eles, e não resultou no que gostaríamos – e ficaria só com esse termo –, mas resultou, com essa iniciativa, e todos concordaram em apresentar um projeto e, em cima do projeto, debater a matéria nas comissões correspondentes.

Por isso meu parecer é favorável ao projeto, para que ele tramite e se faça um debate profundo sobre essa situação.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Acho que é importante também, Senador Paim, esclarecer que esta Comissão é uma comissão de legislação participativa. Então, acolher sugestões da sociedade, de trabalhadores e trabalhadores é fundamental. Quero, assim, parabenizar inclusive a Associação dos Funcionários Locais no Exterior pela proposta apresentada, inclusive, Senador Paim, alguns desses funcionários estiveram ontem aqui conversando conosco, relatando a situação em que vivem. Então, o encaminhamento dado há época por V. Ex^a foi importante porque agora esse tema passa a ser pauta de debate aqui nas comissões do Senado.

Não avendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável à sugestão, nos termos do projeto de lei do Senado que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da CDH favorável à sugestão, nos termos do projeto de lei do

Senado, para que passe a tramitar como proposição desta Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É sobre o mesmo tema.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Sim, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Devo ter encaminhado ou vou encaminhar para debatermos sobre a questão do assédio moral. Chegaram ao meu gabinete inúmeras denúncias em diversas áreas, na área pública e na área privada. Queria que eu encaminhasse um pedido especificamente sobre um setor. Eu disse que não e que encaminharia um pedido sobre a questão do assédio moral para que fizéssemos um debate na visão dos direitos humanos, aqui, na nossa Comissão.

O que a gente discute aqui, pela força da TV Senado, repercute no exterior. Eles estavam esperando a votação desse projeto e devem também estar esperando a questão do assédio moral. Sobre o assédio moral, a minha proposta à Comissão, é que a gente faça um debate, sob a orientação de V. Ex^a, na comissão principal, focando o tema no seu todo, e não somente em um ou em outro setor. Na verdade, vai pegar também a questão dos funcionários no exterior.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Muito bem.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 190, de 2012

- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para possibilitar a aplicação de pena prevista no Código Penal para o adolescente infrator no caso de reincidência na prática de infração grave.

Autoria: Senador Sérgio Souza

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ em decisão terminativa.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy para leitura do relatório.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr^a Presidenta, Senadora Ana Rita, a iniciativa do Senador Sérgio Souza visa sujeitar o adolescente infrator, no caso de reincidência na prática de infração grave, às penas previstas no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e ao cumprimento das sanções, conforme estabelecido no Estatuto da

Criança e do Adolescente (ECA), enquanto menor, e na Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), quando atingir a maioridade.

Embora busque apenas diferenciar o local de cumprimento de prazos de internação do menor reincidente em infração grave, o projeto trata, efetivamente, da redução da maioridade penal, e sob essa perspectiva deverá ser analisado.

Com efeito, a internação, nos termos do ECA, se insere como medida socioeducativa, em que se consideram três princípios: “brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento”. Isso, como garantia de que receba, com toda prioridade, “a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”, como preceituado no art. 4º do Estatuto.

O projeto almeja o cumprimento parcelado da decisão judicial: uma parte até o agente atingir os 18 anos, em unidade de internação específica; outra parte, atingida a maioridade, em estabelecimento penal.

O ECA, quando dispôs sobre a internação, entendeu a especificidade da condição do adolescente responsabilizado por cometimento de ato ilícito. Isto está claro em seu art. 123: “a internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração”.

Nem mesmo a legislação penal conhece o cumprimento itinerante de penas. Quando muito, a execução da sentença em regimes diversos (fechado, semi-aberto ou aberto), mas não por etapas, em locais diversos, por razões diversas, sejam elas de que natureza forem.

Embora seja legítimo e prudente atualizar a legislação por força de circunstâncias coerentes com suas finalidades, propostas de normas advindas não têm o poder de descaracterizar os princípios básicos da lei mãe.

No caso em exame, isso significaria desrespeitar a natureza não punitiva e o dever de conferir proteção integral do adolescente, considerada sua faixa etária, e sua condição de imputável perante a lei penal.

O ECA estabeleceu, no parágrafo único de seu art. 104, que, “para os efeitos desta Lei, deve ser considerada a idade do adolescente à data do fato”.

Ou seja, a ele, adolescente quando do cometimento da infração, aplicam-se apenas as medidas estabelecidas pelo ECA. Alterar tal procedimento, por meio da aplicação de leis absolutamente distintas a um único sujeito, em decorrência da prática de um ato infracional indivisível, constitui afronta não só aos

princípios fundamentais do Estatuto (a preservação da integridade do menor infrator e sua efetiva ressocialização), quanto à própria segurança da medida imposta.

Ademais, o ECA já prevê, em seu art. 122, incisos I, II e III, a separação, por grupos, dos próprios adolescentes internados, mediante a utilização dos critérios idade, compleição física, gravidade e reincidência do ato infracional. Observe-se tratar-se de regimes de internação específicos, destinados a efetivar as finalidades sociopedagógicas que o cumprimento da medida legalmente impõe.

Ao adolescente para quem foi decidida a internação até que alcance a maioridade, e diante da perspectiva de ver-se transferido para outro estabelecimento, para que cumpra, agora sim, sua pena, não lhe resta melhor destino se não o de impor-se como marginal já em seu grupo, desde o início do período de internação, pois que haverá de obter o respeito dos demais internos e o conhecimento necessário para poder conviver em igualdade de condições com os detentos reclusos em estabelecimento penal.

Assim, entendo que a proposição em análise carece de substância para que prospere.

Por todo o exposto, com todo respeito ao Senador Sérgio Souza, o voto é, quanto ao mérito, pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2012.

É o parecer.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

É bom esclarecer que quem for votar a favor do relatório estará votando pela rejeição do projeto.

Coloco em votação o relatório, que conclui pela rejeição do projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Direitos Humanos contrário ao projeto.

O projeto segue para análise da Comissão de Constituição e Justiça, em decisão terminativa.

A nossa pauta, agora, ainda tem três itens, mas são terminativos, que precisam do quórum presencial porque a votação é nominal. Como nós não temos o quórum suficiente, deixaremos esses três itens para... Como?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – O 9 é terminativo. O Item 8, o Item 9 e o Item 10, todos os três são terminativos nesta Comissão. A relatoria da Senadora Ana Rita é do Item 8, do Senador

Paulo Davim é do Item 9 e do Senador Paulo Paim é do Item 10.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu só quero informar, inclusive, que é bom por outro aspecto, porque o Item 10, o Senador Humberto Costa havia me solicitado que retirasse de pauta, uma vez que ele está tentando ainda construir um entendimento junto ao Executivo. Só para registro. Mas como não vai votar mesmo!

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Tudo bem.

Então, esses três itens ficam constando na pauta para a próxima reunião.

(São os seguintes os itens adiados:

ITEM 8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 48, de 2011

- Terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de cardápio em Método Braille nos restaurantes, bares e lanchonetes.

Autoria: Deputada Luiza Erundina

Relatoria: Senadora Ana Rita

Relatório: Pela aprovação do Projeto

ITEM 9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 64, de 2011

- Terminativo -

Autoriza a entrada de pessoas ostomizadas pela porta dianteira dos veículos de transporte público coletivo e dá outras providências.

Autoria: Deputado Enio Bacci

Relatoria: Senador Paulo Davim

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, ficando prejudicadas as Emendas nºs 1, 2 e 3 - CAS

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 650, de 2011

- Terminativo -

Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência.

Autoria: Senador Humberto Costa

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto.)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Srª Presidenta, uma vez encerrada a pauta, solicito a V. Exª a inclusão de dois requerimentos de minha autoria.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Pedimos a atenção dos Srs. Senadores.

O Senador João Capiberibe está solicitando a inclusão extrapauta de dois requerimentos. Então, consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se podemos incluir os dois requerimentos solicitados pelo Senador João Capiberibe como extrapauta.

Os que aprovam permaneçam como se encontravam. *(Pausa.)*

Aprovado.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 19, de 2013

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requero audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH, para tratar da titulação dos lotes do Programa Terra Legal no Sul do Amazonas, prioritariamente na Gleba Iquiri, Município de Lábrea - AM. O Município de Lábrea, na mesorregião do sul do Amazonas, com 69 mil quilômetros quadrados e 40 mil habitantes, é área de intenso conflito pela ocupação e posse da terra e da madeira entre assentados da reforma agrária, extrativistas e seringueiros, de um lado, e grileiros, fazendeiros, madeireiros e pistoleiros, de outro.

Este conflito já resultou em mais de 10 mortes de trabalhadores nos últimos sete anos, crimes estes do conhecimento da Ouvidoria Agrária Nacional, da Polícia Civil do Amazonas, da Secretaria de Defesa dos Direitos Humanos, do Ministério da Justiça, mas ainda sem nenhum julgamento ou prisão.

Denúncia recente aponta que áreas do programa Terra Legal, na Gleba Iquiri, Município de Lábrea, estado do Amazonas, estariam sendo tituladas para grileiros. Os técnicos que executaram o georreferenciamento daquela gleba o teriam feito sob a ameaça de grupos paramilitares armados por fazendeiros e grileiros. Assim, os grileiros pretenderiam receber para

si os títulos dos lotes que teriam sido “comprados”, sob ameaça, de famílias de assentados e de seringueiros e tomados de trabalhadores e de lideranças assassinados ou expulsos. A denúncia foi feita ano passado, em Manaus, no lançamento do Relatório da Violência no Campo – 2010/11 e foi ouvido pelo procurador do Ministério Público Federal Alexandre Serra, além de lideranças ligadas aos movimentos sociais do campo, mas não houve nenhuma alteração nos procedimentos de georreferenciamento e nem no cronograma da titulação, pelo qual os títulos estariam sendo entregues aos “proprietários” dos lotes pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário entre os dias 20 e 23. Em 2012, em episódio semelhante, técnicos da Secretaria do Patrimônio da União tiveram suas vidas ameaçadas e foram expulsos por pistoleiros armados quando iniciariam o cadastro dos lotes de lavradores e ribeirinhos nos municípios de Manicoré e Humaitá. Sugiro que sejam convidadas as seguintes autoridades: - Sr. Sérgio Lopes - Coordenador do Programa Terra Legal; Sr. Márcio Guedes de Guedes – Presidente do INCRA Nacional; Sra. Marta Valéria Andrade Cunha Spontan - Coordenadora da Comissão Pastoral da Terra – CPT.

Autoria: Senador João Capiberibe

Observações:

Acréscimo de convidado: Ouvidor Agrário. Solicitação feita durante a reunião. Aprovada a inclusão.

Com a palavra o Senador João Capiberibe, para encaminhar.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr^a Presidente, Srs. Senadores, a situação nessa região é explosiva, gravíssima e de conhecimento da opinião pública nacional. Algumas redes de televisão já trouxeram estes acontecimentos, como a violência praticada contra famílias de posseiros que estão na área há séculos, e que hoje estão sendo expulsas. O conflito está instalado, e é necessário que ouçamos essas autoridades e demos encaminhamento para buscar uma maneira de solucionar o problema.

Ocorreram vários casos de assassinatos, são dez já. A própria polícia nacional esteve na área, mas terminou expulsa – essa é a grande verdade – e teve que recuar. Então, praticamente é um faroeste ali, uma área sem autoridade, com o domínio de grileiros e de pistoleiros.

Portanto solicito apoio para que possamos ouvir essas pessoas.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Primeiro, cumprimento V. Ex^a pela iniciativa. De fato, a situação é da maior gravidade.

A Assessoria da Comissão me lembrou se não seria importante colocarmos também o Ouvidor Agrário como convidado. Eu entendi que é uma boa sugestão. Depende, naturalmente, da Mesa.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Senador João Capiberibe, eu acho que é interessante.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Com certeza. Está acatada a sugestão.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Então, vamos incluir também o ouvidor agrário. Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Próximo requerimento.

ITEM 13

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 20, de 2013

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH, para tratar da reivindicação judicial, pelo Exército Brasileiro, de área adjacente ao Centro de Instrução de Guerra na Selva – CIGS, em Manaus – Amazonas, que provocará o desalojamento de 5 mil famílias ribeirinhas e agricultoras tradicionais.

Criado em 02 de Março de 1964, o Centro de Instrução de Guerra na Selva está instalado em Manaus - Amazonas, numa área de um milhão de metros quadrados. A área foi transferida pelo Governo do Estado do Amazonas ao Exército Brasileiro na década de 1970, sem que fossem indenizados, realocados ou recebessem novos títulos os moradores tradicionais centenários daquelas terras onde vivem de economia extrativista, lavoura de subsistência e pesca artesanal. Hoje, essa população soma 5 mil pessoas distribuídas em mil famílias que formam 20 comunidades tradicionais.

Durante décadas, as famílias conviveram mais ou menos próximas das operações de treinamento na selva realizadas pelo Exército Brasileiro. Muitas vezes, os treinamentos ocorrem dentro das comunidades e já foi registrada a morte de um morador decorrente dessas ope-

rações. Os treinamentos nas comunidades só foram suspensos após denúncias dos movimentos sociais ao Ministério Público Federal. Ano passado, o Exército Brasileiro considerou a possibilidade de expulsar os moradores das suas comunidades para apropriar-se na área ocupada secularmente pelas famílias ribeirinhas. No início deste ano, as famílias de pelo menos três áreas foram notificadas no processo judicial de extrusão. Por se tratarem de pessoas de baixa renda, não possuem recursos financeiros suficientes para acionar advogados contra o Estado Brasileiro. Ameaçadas anteriormente pelas armas, agora o são judicialmente.

A força continua sendo empregada. Recentemente, soldados derrubaram a casa do morador Ilson, que agora está sendo processado para ser retirado da área. Os ribeirinhos também foram proibidos pelo Comando do CIGS de cultivar suas roças e foram impedidos de acessar o Programa Luz para Todos.

Sugiro que sejam convidadas as seguintes autoridades: 1. Sr. General Enzo Martins Peri – Comandante do Exército Brasileiro; 2. Sra. Cassandra Maroni Nunes – Secretária de Patrimônio da União; 3. Sra. Marta Valéria Andrade Cunha Spontan – Coordenadora da Comissão Pastoral da Terra – CPT.

Autoria: Senador João Capiberibe.

Com a palavra o Senador João Capiberibe, para os devidos encaminhamentos.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se de uma ocupação autoritária, de muitas décadas, no passado. Os posseiros vivem ali, naquela região, secularmente. O Exército ocupou. Inicialmente, tentou tirar à força e, agora, entra na Justiça para expulsar esses posseiros.

Eu acho que é um assunto que nós devemos trazer à Comissão, ouvir as autoridades da área e buscar uma alternativa, já que está havendo violência contra o direito dessas pessoas que vivem ali há muitos anos. Portanto, eu pediria o apoio para que possamos aprovar esse requerimento.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Com a palavra o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – É só para fazer uma sugestão. Sugiro convidar o Ministério Público Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Muito bem, Senador Paulo Davim. Eu também ia fazer

esta mesma sugestão: que seja incluído o Ministério Público Federal para fazer esse debate.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Aceito a sugestão.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião e convido os colegas Senadores e colegas Senadoras para a próxima quarta-feira, dia 17, às 8 horas da manhã, para uma audiência pública, com o tema: conflitos agrários e impunidade no campo.

O Requerimento foi aprovado nesta reunião de hoje.

Muito obrigada.

**ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA
COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS
HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA
17 DE ABRIL DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS
8 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA
SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.**

Às oito horas e quarenta e cinco minutos do dia dezessete de abril de dois mil e treze, na sala número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora Senadora Ana Rita, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e das Senhoras Senadoras Ana Rita, João Capiberibe, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Ângela Portela, Eduardo Suplicy, João Durval, Paulo Davim e Wilder Moraes. Registra-se a presença do Senador Wellington Dias e dos Deputados Federais Marcon, Fernando Ferro, Anselmo de Jesus e Padre João. Deixam de comparecer os demais Senadores. A presente Reunião destina-se à seguinte Pauta: Audiência Pública, nos termos dos Requerimentos da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - RDH nº 11 e 17, ambos de 2013, que requerem a realização de audiência pública para debater o tema Conflitos Agrários e Impunidade no Campo. **Autoria:** Senadores Randolfe Rodrigues e Ana Rita, respectivamente. Convidados: Antonio Escrivão Filho, Coordenador Executivo da Terra de Direitos - Organização de Direitos Humanos; Alessandra Lunas, Vice-Presidenta da Confederação Nacional dos Traba-

lhadores na Agricultura - CONTAG, em representação de Alberto Ercílio Brock, Presidente da CONTAG; Elisângela dos Santos Araújo, Coordenadora da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - FETRAF; Alexandre Conceição, Diretor da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST; Antônio Canuto, Secretário da Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra - CPT; Cláudio Rodrigues Braga, integrante da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, em representação ao Senhor Mário Guedes de Guedes, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é colocada em votação e aprovada. A Senhora Presidenta convida os palestrantes a tomarem lugar à mesa e faz suas considerações iniciais. A seguir, a Senhora Presidenta passa a palavra para os convidados, que fazem suas exposições acerca do tema da audiência pública. Às nove horas e cinquenta e cinco minutos a Senadora Ana Rita passa a Presidência para o Senador Randolfe Rodrigues. Às dez horas e dezesseis minutos o Senador Randolfe Rodrigues passa a Presidência para o Senador Eduardo Suplicy. Às dez horas e vinte e três minutos o Senador Eduardo Suplicy devolve a presidência para a Senadora Ana Rita. O Senhor Cláudio Rodrigues Braga entrega à Senhora Presidenta um dossiê completo acerca dos conflitos agrários e violência no campo, elaborado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário e Ouvidoria Nacional Agrária. A Senhora Presidenta faz os seguintes encaminhamentos como resposta deste Colegiado às reivindicações apresentadas em audiência pública: 1) requerer informações à Polícia Federal sobre empresas de segurança que atuam na repressão contra lideranças, trabalhadoras e trabalhadores no campo; 2) oficiar aos governadores apelando para que implantem o maior número possível de Delegacias Especializadas em violência contra mulheres, nos municípios de maior incidência; 3) realizar uma audiência com o Presidente do CNJ – Conselho Nacional de Justiça para que acompanhe os 7 (sete) julgamentos de acusados por mortes de trabalhadoras e trabalhadores, marcados para este ano; 4) encaminhar o relatório da CPT para os Ministros do Executivo Federal, para o CNMP - Conselho Nacional do Ministério Público, para o CNJ - Conselho Nacional de Justiça e para o STF - Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de solicitar providências no âmbito de cada órgão; e 5) pedir informações ao Presidente do INCRA sobre a perspectiva de assentamento das 180 mil famílias acampadas no Brasil, atualmente. A Presidência concede a palavra aos convidados para

suas considerações finais. Em ato contínuo, a Senhora Presidenta concede a palavra aos Senhores Senadores. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, João Capiberibe, Wellington Dias. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião, às onze horas e cinquenta e três minutos, lavrando eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **Senadora Ana Rita**, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos dos Requerimentos nºs 11, da CDH, de 2013, aprovado em 03 de abril de 2013, e 17, da CDH, de 2013, aprovado em 10 de abril de 2013, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues e da Senadora Ana Rita, respectivamente, para debater o tema “Conflitos Agrários e Impunidade no Campo”.

Convido para compor a Mesa o Sr. Antonio Escrivão Filho, Coordenador Executivo da Organização de Direitos Humanos Terra de Direitos. *(Pausa.)*

Seja bem-vindo, Sr. Antonio.

Srª Alessandra Lunas, Vice-Presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Contag. *(Pausa.)*

Srª Elisângela dos Santos Araújo, Coordenadora-Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar, Fetraf. *(Pausa.)*

Sr. Alexandre Conceição, Diretor da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST. *(Pausa.)*

Dr. Cláudio Rodrigues Braga, integrante da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, em representação do Sr. Carlos Mário Guedes de Guedes, Presidente do Instituto de Colonização e Reforma Agrária, Incra. *(Pausa.)*

A presente audiência pública tem a finalidade de discutir com os nossos convidados e convidadas os conflitos agrários e a impunidade no campo.

Desde logo, quero lembrar que, há exatamente 17 anos, ocorreu no Estado do Pará uma das mais graves violações de direitos humanos da nossa história: o massacre de trabalhadoras e trabalhadores rurais conhecido como “o massacre de Eldorado dos Carajás”. A esses assassinatos...

Queiram perdoar, mas esqueci de um convidado.

Quero convidar o Sr. Antônio Canuto, Secretário da Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra, CPT.

Sr. Antônio, me desculpe. Acho que já é a idade. Meu olho não o viu.

Obrigada.

Seja bem-vindo, Sr. Antônio.

Aproveito também a oportunidade para registrar a presença de várias lideranças do Acampamento Nacional Hugo Chávez, do Distrito Federal. Sejam todos bem-vindos a esta audiência pública. *(Palmas.)*

Como eu disse, uma das mais graves violações de direitos humanos da nossa história, é o massacre de trabalhadoras e trabalhadores conhecido como “massacre de Eldorado dos Carajás”. A esses assassinatos somam-se milhares de outros como o massacre de Felisburgo, em Minas Gerais; o assassinato dos extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo, do Pará; o assassinato de Sebastião Camargo, trabalhador rural do Paraná; o assassinato de Iraguiar Ferreira da Silva, Miguel José dos Santos, Juvenal Jorge da Silva, Francisco Ferreira Nascimento e Joaquim José dos Santos; o assassinato de Manoel Mattos, advogado da Paraíba; a chacina da fazenda Princesa, no Pará, que vitimou seis trabalhadores rurais; o assassinato de José Dutra da Costa, o Dezinho, sindicalista, no Pará; o assassinato da Irmã Dorothy, também no Pará.

Em homenagem a todas e a todos que tombaram na luta por justiça e pelo direito ao acesso à Mãe Terra, por meio de uma autêntica reforma agrária, quero pedir um minuto de silêncio.

Fiquemos todos de pé.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Os conflitos, a violência e a impunidade, lamentavelmente, ainda são recorrentes na vida das trabalhadoras e dos trabalhadores do campo.

Hoje, ouviremos aqui representantes de diversas entidades que apresentarão os principais problemas enfrentados por esses trabalhadores e trabalhadoras. A Organização de Direitos Humanos Terra de Direitos certamente nos falará sobre os julgamentos que ocorrerão no decorrer deste ano e das esperanças de que

mandantes e assassinos sejam condenados pelos atos criminosos que cometeram.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Contag, abordará as violações a direitos trabalhistas praticadas por empresas nacionais e estrangeiras que atuam no agronegócio, nas longínquas matas e fazendas onde pessoas são submetidas ao trabalho escravo.

A Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar, Fetraf, nos relatará as dificuldades e violências enfrentadas pelas mulheres camponesas, seja na inserção do trabalho, seja em suas relações interpessoais.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, por certo nos apresentará um panorama dos milhares de trabalhadores, crianças, jovens e trabalhadoras que vivem debaixo de lonas, à beira de estradas, esperando por um pedaço de chão para plantar seus alimentos. Pode também abordar a questão da violência de Estado, que, por meio de suas corporações policiais e de Tribunais de Justiça, reprime, violenta e, não raras vezes, mata.

A Comissão Pastoral da Terra, CPT, apresentará o relatório com dados dos conflitos que ocorreram em 2012.

Por fim, do nosso respeitável representante do ouvidor, Sr. Cláudio Rodrigues Braga, certamente, poderemos esperar a apresentação de um conjunto de medidas governamentais que possam contribuir na construção da verdadeira paz no campo.

De nossa parte, da parte desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, quero lhes dizer do compromisso que temos com a luta do povo camponês.

Quero ainda destacar e dar-lhes conhecimento da recente instalação da Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça, proposta pelo nosso Vice-Presidente, Senador João Capiberibe. Nós sabemos da rede que está sendo construída pelas entidades que vocês integram com a finalidade de promover o resgate e a memória das lutas no campo e, assim, contribuir com o trabalho da Comissão Nacional da Memória e Verdade.

O certo é que o capitalismo mundial, em conluio com o capitalismo nativo local, desde a implantação da ditadura militar em 1964, impôs um modelo ao campo brasileiro tendo como eixos a chamada modernização capitalista dos latifúndios e a expulsão das grandes massas de trabalhadores dos campos para as cidades. Por um lado, conformou o exército de trabalho barato, especialmente nas grandes cidades, e, por outro, com uma mão agressiva desumana do Estado autoritário, perseguiu, violentou e assassinou diversas lideranças de trabalhadores e trabalhadoras do campo.

O Professor Aloísio Ruscheinsky, em recente publicação, destacou que, nas reivindicações dos camponeses em luta, está representado o passado próximo das transformações ocorridas no campo pela instauração da política de desenvolvimento agropecuário do regime militar às custas de muitas vidas.

Sempre é bom recordar que os camponeses e suas organizações foram duplamente vitimados. Primeiro, pelas repressões da ditadura militar; segundo, pelos governos e, de certa forma, por todos nós que deixamos as vítimas no esquecimento. Sempre falamos muito das vítimas das cidades e pouco nos lembramos do camponês e do índio, também vítimas do regime militar. Por isso, queremos nos engajar nesta luta pelo resgate da memória, da verdade e da justiça.

Sim, eu disse: da memória, da verdade e da justiça, pois nossa Subcomissão não pretende restringir seu objetivo ao resgate da memória e da verdade. Inclui também a perspectiva da justiça de transição, conceito fundado em tratados internacionais e presente nos processos de restauração democrática de outros países que também superaram regimes ditatoriais.

Queremos que o Brasil, a exemplo de países vizinhos e tantos outros, reveja o conceito de anistia. Anistia não pode constituir um manto de impunidade, tampouco pode significar esquecimento de um período sangrento. Ao contrário, a anistia deve levar ao reconhecimento de que o Estado brasileiro autorizou, por um período, a tortura e o assassinato de pessoas que se opunham ao regime então estabelecido. Por isso, o restabelecimento do Estado democrático de direito pleno implica a revisão conceitual da anistia e deve incluir, como disse, a perspectiva da justiça de transição.

Por derradeiro, quero informar que não trouxemos para esta Mesa a representação indígena porque, amanhã, neste mesmo auditório, realizaremos uma audiência pública dedicada exclusivamente aos povos indígenas, para marcar o Dia Nacional do Índio, que ocorrerá em 19 de abril, próxima sexta-feira.

Dessa forma, concedo a palavra ao Sr. Antonio Escrivão Filho, Coordenador Executivo da Organização de Direitos Humanos Terra de Direitos.

Sr. Antonio, eu lhe concedo a palavra por um prazo de 15 minutos. Se houver necessidade, poderemos prorrogar por mais cinco minutos.

O SR. ANTONIO ESCRIVÃO FILHO – Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Quero cumprimentar a Senadora por esta iniciativa de, em parceria da voz, de ouvir os movimentos sociais, as organizações que lutam pelo direito à terra e ao território no País; cumprimentar, especialmente, todos os companheiros aqui da Mesa e os nossos companheiros que estão ali no plenário, provenientes

do acampamento Hugo Chávez. É sempre uma alegria muito grande o preenchimento desta Casa, quando passamos por aqui e vemos os bonés vermelhos, às vezes os bonés verdes. Enfim, é sempre uma coloração necessária para este ambiente.

Falar de conflitos agrários nesta data de 17 de abril é sempre uma responsabilidade muito grande. A Terra de Direitos vem atuando há dez anos com os movimentos sociais do campo e os povos da terra, justamente trabalhando na perspectiva da assessoria jurídica popular, no sentido de combater a violência realizada contra trabalhadores e trabalhadoras rurais, indígenas, quilombolas e povos tradicionais; e combater, sobretudo, essa impunidade, que vamos ver que, infelizmente, se apresenta como padrão institucional de trato das violações dos direitos humanos dos povos da terra no Brasil. O padrão institucional do Estado brasileiro de lidar com a violência realizada contra os povos da terra é o padrão de impunidade em relação aos responsáveis por essas violações.

Primeiro, é preciso ressaltar a necessidade de o Estado como um todo e de suas instituições encarar os conflitos fundiários a partir da perspectiva dos sujeitos coletivos de direito. Começo dizendo isso porque está em votação, nas Casas aqui – e certamente a Senadora, em breve, terá em suas mãos –, de novo, o Código de Processo Civil, que regulamenta os despejos.

Estamos tentando, com muita luta, e já vimos manifestações contrárias nesta Casa, da Bancada Ruralista, no sentido de fazer com que o Judiciário finalmente entenda que o Brasil, a partir de 1988, reconhece a legitimidade da sociedade civil organizada, a legitimidade dos movimentos sociais de reivindicar os seus direitos, de reivindicar a transformação social, começando pela transformação da estrutura fundiária brasileira.

Nesse sentido, o Poder Judiciário precisa reconhecer que as ações coletivas que denunciam o descumprimento da função social da terra devem ter um tratamento especial, devem ter um tratamento dialógico com as instituições públicas e com a sociedade, para resolver o problema da questão agrária e finalizar, encerrar, de uma vez por todas, os despejos forçados e violentos que acabam gerando, muitas vezes, os conflitos fundiários.

Muitos dos casos de assassinatos de trabalhadores rurais que nós conhecemos – e alguns deles que já foram mencionados aqui pela Senadora – ocorreram por ocasião dessa cultura institucional de despejo forçado. Essa cultura também gera o despejo ilegal, o despejo por milícias contratadas por fazendeiros. Antigamente, há dez, quinze anos, eram milícias de jagunços. Hoje em dia, nós vemos empresas de se-

gurança – não é, Canuto? – atuando, muitas vezes de forma ilegal, sem a devida fiscalização da Polícia Federal. Inclusive, nós vimos assassinatos realizados por seguranças, novos jagunços, modernos jagunços, e, quando se vai verificar a situação na empresa, ela não está regularizada, ela não está sendo fiscalizada pela Polícia Federal. Um caso muito grave, que também já foi denunciado, muitas vezes, pela CPT e pelo MST e que vem ocorrendo nos dias de hoje em todo o Estado do Pará, especialmente na região de Marabá.

Os conflitos fundiários dizem respeito aos sujeitos coletivos de direito reivindicando políticas públicas. E é isso que o Estado brasileiro deve, finalmente, reconhecer, movimentando-se. Desse padrão de trato do Poder Público em relação à questão agrária e aos movimentos sociais, a gente observa a geração de conflitos e a decorrente de violência. Mas violência de quem?

Bom, os conflitos fundiários, certamente, surgem do descumprimento da função social da propriedade – função ambiental, função do trabalho, função econômica, inclusive. Os movimentos sociais se movimentam em defesa da terra, em defesa dos seus direitos, em defesa das águas, das florestas. E, certamente, os conflitos são gerados por aqueles que descumprem esses direitos humanos, esses direitos de dignidade, esses direitos constitucionais.

Mas o Estado brasileiro enxerga essa violência a partir de onde? Se fôssemos olhar, por exemplo, para o sistema de Justiça – e é uma dimensão importante no debate sobre a violência e a impunidade no campo, porque, certamente, é quem vai conduzir os processos e julgar essas questões de conflitos fundiários –, nós vamos observar que, lá no ano de 2010, o Conselho Nacional de Justiça, que à época era presidido pelo Ministro Gilmar Ferreira Mendes, assinou um convênio de parceria com a CNA, Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária, para que a CNA funcionasse junto ao Sistema de Justiça Brasileiro como um órgão consultivo sobre questões agrárias.

Imaginem, então, como a Justiça vai entender, como a Justiça vai olhar para os conflitos fundiários tendo a CNA... E de onde há legitimidade para reivindicar esse peso, um peso sem chamar também os movimentos sociais, sem chamar a sociedade para poder dialogar sobre a questão agrária?

Então nós, da Terra de Direitos, compreendemos que é um fato emblemático ver como a Justiça, como o Estado vem olhando e lidando com a questão agrária.

Mas a violência, certamente, vem de outro lado. Estou aqui com um dossiê recentemente publicado pelo MST, pela CPT do sul do Pará, que aponta que, de 1980 até 2011, foram 38 assassinatos de lideranças de trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra

no sul do Pará, apenas naquela região. Nesse prazo, a CPT chega a contabilizar cerca de 914 assassinatos no Estado do Pará. Acontece que apenas 18 casos chegaram a julgamento e apenas 11 mandantes e três executores foram condenados. O Canuto, certamente, vai trazer dados mais atualizados para a gente. Essa é a situação do sul do Pará, que é emblemática. É apenas para visualizar como o sistema de Justiça e o sistema de segurança lidam com os conflitos fundiários e a violência no campo.

A violência tem sido recorrente, e podemos observar a impunidade em relação a essa violência contra os trabalhadores. Ocorre que a gente sabe que a impunidade alimenta a violência. Na medida em que mandantes, sobretudo, e executores observam que o Estado não tem vontade política de investigar e solucionar esses crimes, eles percebem, então, a possibilidade de continuar com essas práticas. Então, um círculo vicioso de violência e impunidade, que gera mais violência, vem arrasando – hoje, nós percebemos que também essa questão chega aos companheiros indígenas e quilombolas – os povos da terra no Brasil.

E de quem é a responsabilidade por esse cenário? Grande parte dessa responsabilidade, certamente, deve ser apontada para o sistema de segurança pública e para o sistema de Justiça, que são os responsáveis por um padrão de impunidade e criminalização nos conflitos fundiários. Primeiro, é a impunidade em relação aos crimes cometidos contra trabalhadores e trabalhadoras rurais, os crimes das violações cometidas contra defensores e defensoras de direitos humanos. De outro lado, a criminalização desses mesmos trabalhadores e trabalhadoras e desses mesmos defensores e defensoras. É um padrão institucional, podemos dizer, é uma cultura institucional que vem se perpetuando em nosso País, infelizmente, e que os movimentos sociais vêm denunciando e combatendo com muita força.

A impunidade é seletiva certamente; a impunidade conta com a morosidade dos órgãos do sistema de Justiça. É uma impunidade em que a Polícia não se movimenta para investigar, o Ministério Público não fiscaliza essa investigação policial e também não oferece as denúncias contra executores e mandantes. De outro lado, a Justiça, quando ali chegam alguns processos, conduz o processo judicial já indicando para onde vai levar aquele processo e de que modo encara aquele processo.

Isso tudo ficou muito evidente, agora, no caso do julgamento dos assassinos e do mandante do casal José Cláudio e Maria do Espírito Santo, em Marabá. A CPT denuncia que a condução do processo judicial pelo magistrado já indicava a postura que ele estava tomando em relação ao ocorrido. Para surpresa de todos

nós que estávamos lá acompanhando o júri, mesmo em se tratando de um processo judicial em que não havia qualquer furo em relação às teses de acusação, inclusive porque estava muito clara a ligação biológica entre o mandante e o executor – e este, inclusive, foi reconhecido na cena do crime: eles são irmãos. O mandante era o grileiro do assentamento. Ele grilava lotes no assentamento, pelo que era combatido pelo casal, combatido com denúncias ao Incra, à polícia e ao Judiciário. O grileiro, então, acionou o seu irmão para executar o casal. Esse pistoleiro e outro rapaz contratado foram os executores. E como a Justiça conduziu esse processo? Conduziu de uma forma a que o júri chega ao veredicto de que o mandante, irmão do executor, não deveria ser condenado.

A análise das organizações e dos movimentos sociais que estavam presentes ao julgamento foi no sentido de que esse fato, certamente, deve ser atribuído à forma como o processo foi conduzido. E isso é importante, porque, quando nós olhamos para a Justiça, nós não devemos olhar, simplesmente, para a decisão, que é o fim, é o resultado de um processo. Mas o magistrado, o sistema de Justiça já vêm atuando em toda a condução do processo: na inquirição das testemunhas, na definição de diligências. E é importante também a gente ter muita atenção para isso. É por isso também que temos de ter um olhar especial e uma cobrança especial em relação ao próprio Conselho Nacional de Justiça nesses casos.

Nós vínhamos trabalhando, desde o início do ano, com uma perspectiva de que o ano de 2013 seria o ano de combate à impunidade e contra a violência a defensoras e defensores de direitos humanos e aos povos da terra. Por quê? Exatamente porque, neste ano de 2013, nós temos a expectativa, se não forem adiados obviamente, de sete julgamentos, de sete júris referentes a assassinatos de defensoras e defensores de direitos humanos. E, desses sete, seis deles em decorrência de conflitos fundiários.

Seriam os júris, justamente, dos assassinos do casal José Cláudio e Maria do Espírito Santo; o júri que está para ser realizado e, agora, foi marcado para maio, o júri da chacina de Felisburgo, em Minas Gerais; o júri também dos Fiscais do Trabalho, que estavam em diligência para combater o trabalho escravo na cidade de Unaí, em Minas Gerais; o júri do trabalhador rural sem terra Sebastião Camargo Filho, assassinado pelo Presidente da União Democrática Ruralista à época dos fatos; o júri de Manoel Matos; a chacina da Fazenda Princesa; e o do sindicalista rural Dezinho.

(Soa a campanha.)

O SR. ANTONIO ESCRIVÃO FILHO – O tempo se encerrou ou ainda tenho mais cinco minutos?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – V. S^a ainda dispõe de cinco minutos.

O SR. ANTONIO ESCRIVÃO FILHO – O.k.

Nós iniciamos o ano com essa informação, com essa expectativa.

Os movimentos sociais atentos à Justiça – não é, Alexandre? –, como nós estamos percebendo, e atentos à sua legitimidade para cobrar da Justiça um papel de responsabilização de violações e, principalmente, de efetivação dos direitos humanos dos povos da terra, de efetivação dos direitos humanos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Ao movimento social cabe também ensinar ao sistema de Justiça brasileiro o que é a questão agrária brasileira, abrindo os olhos da Magistratura e dos Promotores de Justiça, que não conhecem a realidade a partir dos direitos dos trabalhadores. Talvez conheçam essa realidade a partir de outros olhares, a partir de outras informações.

Então, o movimento social deve, sim, continuar nessa sua trajetória de mobilização e de pressão junto a um poder pouco afeito ao diálogo social, pouco afeito a ouvir a sociedade.

Iniciamos este ano com essa expectativa, mas, infelizmente, já o primeiro dos sete júris marcados para este ano jogou um balde de água fria nas nossas expectativas. O júri jogou um balde de água fria, mas os movimentos sociais, certamente, não se calarão.

Nesse júri, então, como eu disse, foi mantido um padrão institucional de lida com os conflitos fundiários. Nesse júri, foram condenados os executores do assassinato, mas foi absolvido o mandante. A gente observa que esse é o padrão institucional do sistema de Justiça e do sistema de segurança pública brasileiros para lidar com os conflitos fundiários, para lidar com a violência no campo e para lidar, sobretudo, com a violência contra trabalhadoras e trabalhadores rurais.

Então, nesse sentido e em oposição a um outro padrão de criminalização em que a gente percebe tempos distintos no processamento dessas ações, em que a impunidade conta com a morosidade seletiva, em que a criminalização conta, então, com a celeridade no trato, a celeridade no despejo, a celeridade na acusação de lideranças, para criminalizar, para tirar da luta, esse é o cenário que está colocado no sistema de segurança e no sistema de Justiça brasileiros em relação aos conflitos fundiários. Esse é o cenário, então, que os movimentos sociais e toda a sociedade vêm combatendo e que, certamente, com muita garra, continuarão a combater neste dia de hoje, em memória aos 21 mortos do massacre de Eldorado dos Carajás.

Senadora, muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Antonio, pelas informações, que são muito importantes.

Eu quero, agora, antes de passar a palavra à próxima oradora inscrita, fazer um convite aos membros do MST que estão aqui para que ocupem as cadeiras aqui da frente, deixando apenas as primeiras cadeiras disponíveis. *(Pausa.)*

O fotógrafo pediu que também fossem trazidas algumas bandeiras para cá, porque ele quer fazer uma foto bem bonita. Então, quem está com as bandeiras fique aqui atrás um pouquinho só para ele tirar uma foto, antes de prosseguirmos. *(Pausa.)*

Podem ocupar essas cadeiras todas aqui. *(Pausa.)*
Muito obrigada.

Vocês podem se sentar. Se quiserem colocar uma bandeira aqui na frente, também podem colocar. É importante.

Obrigada.

Concedo a palavra à Sr^a Alessandra Lunas, Vice-Presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Contag.

V. S^a dispõe do mesmo tempo de 15 minutos. Se for necessário, concederei mais cinco minutos.

A SRA. ALESSANDRA LUNAS – Bom dia a todos os companheiros e a todas as companheiras que, hoje, juntamente conosco aqui, se fazem presentes.

Quero saudar aqui, de maneira especial, a nossa companheira Senadora Ana Rita, a quem já parablenizo pela importante pauta que está sendo colocada aqui nesta Casa, espaço onde esse é um dos temas que dificilmente consegue caminhar. Há dificuldade de, no Congresso Nacional, olharmos com olhares merecidos a agenda do campo e, em especial, os conflitos agrários.

Também quero saudar aqui meus companheiros e minhas companheiras de luta, os companheiros da Terra de Direitos, da CPT, da Fetraf e do MST e também o nosso representante do Governo, do Incra.

Eu queria aproveitar este momento para dizer que foi feita uma encomenda à Contag para que pudéssemos trazer aqui também um olhar com relação aos conflitos no campo e à questão dos assalariados rurais.

Senadora, eu queria aproveitar esta oportunidade para dizer que não há como nós conversarmos sobre os conflitos agrários sem olharmos quais são as causas desse processo e o que tem levado hoje a uma situação extremamente preocupante de conflitos no campo, de violação de direitos humanos, tanto na luta pela reforma agrária, na luta pela terra, quanto na luta pela garantia de direitos de quem hoje trabalha no campo.

Hoje, diríamos que nos desafia um contexto trazido por um modelo de desenvolvimento extremamente

concentrador. Hoje, trabalho e também represento a Contag na área de relações internacionais. Reunindo movimentos sociais e organizações no mundo todo, temos refletido e conversado pessoalmente sobre onde está o nosso maior problema neste momento, que leva, inclusive, a esses conflitos agrários, uma vez que, hoje, a América Latina, em nível mundial, é o continente com o maior índice de conflitos no campo. Nós e a África, infelizmente, figuramos no cenário mundial como os dois continentes com alto índice de violência no campo, com alto índice de violência na luta pela terra, com alto índice de violência no despejo, na retirada de famílias do campo, com alto índice de violência contra dirigentes sindicais.

Em alguns países, ainda não se garante sequer o direito de pelo menos se organizar e se defender. Há o exemplo da Colômbia, em que há conflito contra dirigentes sindicais, com assassinatos de dirigentes sindicais. Ali tentam se organizar em sindicatos, principalmente em trabalhos de empresas que atuam no campo.

Então, esses índices têm trazido uma necessidade urgente de nós olharmos o que está acontecendo no campo na América Latina e no mundo, quais são os desafios colocados nesse processo, que está interligado a um mesmo problema na corrida colocada hoje, infelizmente, num mundo concentrador, na corrida colocada hoje por um espaço. Diríamos que é matemática básica. Em 2050, seremos nove bilhões de pessoas no mundo. Então, o mercado mais rentável no mundo hoje é a produção de alimentos. Os números têm mostrado, inclusive, o alto índice de fusões de empresas de 2010 para cá, e ela só perde para o setor de tecnologias. O segundo setor em que há maior fusão é o setor da alimentação.

Esse índice de mercado mais rentável no mundo, na nossa opinião, no diálogo que temos feito com várias organizações, coloca a América Latina e a África nesse alvo, na linha de frente da disputa pela terra. Exatamente, pela procura pela terra, temos legislações extremamente frágeis. Se olharmos para a legislação brasileira, inclusive, veremos que há legislações extremamente frágeis. Há um parecer da AGU que garante a não compra de terra por estrangeiros. Hoje, há esse parecer, mas, amanhã, pode não haver mais.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Alessandra, peço-lhe só um minutinho. Quero aqui registrar a presença do Deputado Marcon, do PT do Rio Grande do Sul.

Obrigada pela presença, Deputado.

A SRA. ALESSANDRA LUNAS – O.k.! Então, olhando para esse desafio colocado, vemos que talvez isso explique o porquê do alto índice de violência

no campo na América Latina e na África: essa disputa desenfreada pela terra e, inclusive, a busca por grandes empresas por esse espaço de produção, num mercado que hoje é totalmente desregulado em nível mundial. A falta de regulação de mercado tem propiciado a alta dos preços dos alimentos, fazendo com que ninguém dê conta mais de segurar a inflação dos preços dos alimentos.

Não podemos deixar de afirmar que hoje essas questões são o cerne da situação, para que possamos conversar sobre os conflitos no campo. Quando falo hoje do despejo de famílias no Maranhão – inclusive, neste momento, a Contag está reunida com o Ministro Pepe Vargas para tratar deste tema –, situação que vivemos nos últimos meses do ano passado, vemos que há o despejo de 400 famílias numa área onde, no conflito agrário, a Justiça dá ganho de causa para uma empresa que vai plantar cana.

Então, de que desenvolvimento estamos falando no campo? Há esses interesses de grandes empresas, que, inclusive, hoje, mudaram a forma de ocupação da terra através de arrendamentos por 50 anos, por tempos indeterminados. É o que nós estamos vendo no Brasil. Elas têm impulsionado, inclusive, o processo de violência no campo. Nós precisamos olhar com muito carinho como é que, de fato, nós vamos fazer uma... Desafia-nos o Governo brasileiro, hoje, a efetivamente olhar para o que está acontecendo no campo e para os reflexos disso, nesse modelo de desenvolvimento de que, infelizmente, o Brasil é alvo. E, no momento em que nossa economia nos dá certa segurança, o Brasil é mais alvo ainda desse modelo.

Então, nós olhamos para essa situação de conflitos no campo. E, na luta pela terra, é isso que temos enfrentado. É uma luta contra esse capital, muitas vezes, estrangeiro. Como a gente costuma chamar no nosso português, “os laranjas” são a linha de frente na ocupação dessa terra. Violam-se direitos humanos.

Hoje, com todas essas situações colocadas, exatamente por chamar a atenção essa situação desenfreada, nós conseguimos aprovar na FAO, em nível mundial, as diretrizes operacionais do acesso à terra e aos recursos naturais, recentemente, há um ano. E aí se reconhece o acesso à terra como direito humano. O que é que o Brasil vai fazer para, efetivamente, essas diretrizes passarem a valer no nosso território?

Essa mesma empresa que hoje disputa essa terra, essa mesma empresa que está querendo concentrar mercado, colocando-se para o mundo como grande garantidora da segurança alimentar mundial, disputa um lugar que é da agricultura familiar, que, hoje, é provedora de alimentos. Hoje, 70% dos alimentos que vão para a mesa dos brasileiros vêm da mão da agri-

cultura familiar. Esse lugar é um lugar que é nosso e que está também em disputa neste momento, quando os camponeses, quando nós não conseguimos ter acesso à terra, quando nós não conseguimos fazer com que a reforma agrária esteja na pauta número um das nossas políticas.

O problema é o mesmo, porque, nessa mesma disputa colocada em torno da terra, também há o crescimento do capital estrangeiro, e o crescimento dos lucros desse capital não necessariamente reflete na vida dos nossos assalariados no campo. Está interligado, inclusive, esse processo, porque, ao mesmo tempo em que crescem os conflitos na luta pelo acesso à terra, também crescem, infelizmente, no Brasil, os índices do trabalho escravo no campo. E não deveríamos mais falar de trabalho escravo no campo!

Houve um congresso da Contag no início de março, e, nas 92 plenárias que nós fizemos, ouvindo a base pelo Brasil inteiro, preocupou-nos a saída, a expulsão do nosso povo do campo por diversas razões, seja pelo conflito armado, seja pela disputa, seja pela expulsão à força. Muitas vezes, no entorno de um assentamento em que há apenas a grande produção é impossível produzir, é impossível concorrer com o índice de agrotóxico aplicado, às vezes até aéreo. Mato Grosso, inclusive, é uma das grandes denúncias dos nossos assentamentos.

Infelizmente, chama-nos a atenção o índice, hoje, de trabalhadores, de agricultores familiares que passam a virar assalariados nessas regiões, exatamente por essa expulsão, pela falta de condição de estar no campo, não encontrando outra forma, tendo que se submeter a virar assalariado no campo sem ter nem sequer seus direitos garantidos.

Então, essa pauta está muito relacionada. Nós, a Contag, fizemos, inclusive, um grande seminário internacional sobre a violência no campo, agora no nosso congresso. Contamos com a presença de companheiros de vários países.

Na agenda, não está colocado um desafio só para o Brasil. É uma agenda de enfrentamento do modelo de desenvolvimento por que passa também a América Latina nesse momento. E é o reflexo exatamente da falta de condições de a gente conseguir, efetivamente, políticas que consigam colocar, de fato, a mão nesse processo. “Aqui, nós vamos garantir. Este é o lugar: Brasil”. Nós entendemos também que, no Brasil, é importante a agricultura que garanta a exportação, o PIB, etc., mas precisa garantir o lugar da agricultura familiar no nosso País, como questão de soberania alimentar nacional – nacional e internacional.

Então, esse é um debate muito mais amplo. A sociedade precisa compreender que, quando nós vemos

a violência do campo, não é a violência contra trabalhadores no campo, a violência contra os agricultores; não é um problema somente de quem tece o seu pedaço de terra como se fosse uma questão pessoal. É um problema de sociedade, e a sociedade precisa compreender que, quanto mais terra está concentrada no campo, quanto mais produção concentrada no campo, mais vai doer no seu bolso, inclusive começando pelo nosso direito humano maior, que é o de se alimentar. E a gente precisa conversar sobre isso.

Então, eu queria aproveitar este momento para trazer essas questões, porque eu acho que, ao olhar hoje, como o nosso companheiro da Terra de Direitos já colocou, a impunidade no campo, observa-se que ela é o maior instrumento, inclusive, que hoje impulsiona essa situação. Hoje os crimes que têm ocorrido no campo contra os nossos companheiros e companheiras não conseguem nem sequer ser federalizados. Nós vamos esperar que uma polícia local consiga fazer, de fato, as investigações necessárias, quando elas, muitas vezes, estão relacionadas com essa situação, como eu digo, que, muitas vezes, envolve até empresas internacionais.

Então, como lidar com esse tema efetivamente? Acho que esse é um desafio para nós, desafio este que o Brasil enfrenta há alguns anos, porque só agora que a gente consegue ter aí instalada a comissão camponesa da memória e da verdade, que luta contra a impunidade no campo. Há quantos anos?! Eu acho que esse é um calcanhar de aquiles nosso de muitos anos. E nós precisamos mais do que nunca, a exemplo do que o Brasil tem sido para diversas políticas...

(Soa a campanha.)

A SRA. ALESSANDRA LUNAS – Quando a gente diz que o Brasil é exemplo para o mundo todo em democracia participativa, nós precisamos também dar o exemplo, inclusive fazer essa diferença no combate à violência no campo. O Brasil precisa ser referência com relação a fazer a diferença. É preciso, de fato, passar esse compromisso com a reforma agrária de forma muito maior do que tem sido hoje. Infelizmente, os passos são muito lentos na reforma agrária.

É com esse viés de um outro modelo que nós defendemos, e temos certeza de que o Governo brasileiro, com o seu compromisso de fazer essa diferença no campo... Essa dívida, mesmo ainda com estes doze anos de Governo, é o maior desafio. Olhar, de fato, para o campo é colocar a agenda da reforma agrária como estratégia de modelo de desenvolvimento, com o qual este Governo tem compromisso, e efetivamente nós fazemos essa diferença no campo.

Para combater a violência no campo, esses são os instrumentos de solução que estão colocados para nós.

Então, da mesma forma, acreditamos que é possível fazer essa diferença e conseguir que a gente tenha efetivamente outro olhar também para o que vive do assalariamento no campo, porque ele está interligado com esse modelo de desenvolvimento que concentra a terra, com esse modelo de desenvolvimento que, infelizmente, não consegue, hoje, também, dar melhores condições para quem está assalariado no campo. Então, é interligado.

Esse é o recado que nós aqui da Contag queremos trazer para este momento.

Acreditamos que é possível fazer a diferença. O Brasil tem todas as condições para isso. Basta uma tomada de decisão efetiva, para que a gente possa, inclusive, tomar a frente e tirar a América Latina desse índice de violência no campo, dessa condição, infelizmente desumana, que é colocada para o desenvolvimento e para a sobrevivência no campo no nosso continente.

Obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Alessandra. Parabéns pela sua fala, pelas informações que você traz para nós aqui hoje, pela reflexão que você faz com relação à importância da agricultura familiar no enfrentamento da violência no campo também, mostrando a importância que a agricultura familiar tem no desenvolvimento do nosso País, na segurança alimentar.

Concedo agora a palavra à Sr^a Elisângela dos Santos Araújo, Coordenadora-Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar, Fetrat.

Antes de a Sr^a Elisângela iniciar sua fala, eu quero aqui registrar a presença do Senador Eduardo Suplicy, que é membro desta Comissão de Direitos Humanos.

A SRA. ELISÂNGELA DOS SANTOS ARAÚJO – Bom dia a todos e a todas. Quero saudar aqui a Senadora Ana Rita, pela iniciativa da Comissão de Direitos Humanos. Vamos debater um assunto tão relevante, principalmente para nós, do campo, para as trabalhadoras e os trabalhadores rurais, para as agricultoras e os agricultores familiares deste País.

Também quero saudar os Parlamentares aqui presentes, os Deputados, também o Senador Suplicy, e saudar os companheiros dos movimentos da Contag, Alessandra; o Alexandre, do MST; saudar também os companheiros da CPT e da Terra de Direitos e o representante do Incra.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Só um minutinho, por favor, Elisângela. Quero aqui também registrar a presença do Deputado Padre João, do PT de Minas Gerais.

Obrigada pela presença, Deputado.

Convido-o a ocupar as primeiras cadeiras. Esteja aqui junto conosco. *(Pausa.)*

Por favor, Elisângela.

A SRA. ELISÂNGELA DOS SANTOS ARAÚJO

– Falar de conflitos agrários, de impunidade no campo não dá, como a companheira Alessandra colocou, sem falar sobre o nosso modelo de desenvolvimento deste País.

Desde a ocupação, a colonização deste território, há mais de 500 anos, a gente vem sendo vítima, principalmente os trabalhadores, as populações mais pobres deste País, a gente vem sofrendo várias consequências. E quem vive no campo tem muitos problemas, conflitos e desafios.

Essas formas de violência hoje, em pleno século XXI, a gente ainda vivencia. São situações de impunidade, de morte, nesse processo, principalmente em relação ao acesso à terra, à luta por uma vida digna no campo.

Eu quero dizer que falar da violência, dos conflitos, de um modelo que sempre trouxe o privilégio para a concentração fundiária do País, para os grandes grupos econômicos, para o agronegócio, como se diz, que sempre privilegiou isso, é claro que a gente tem aí o resultado de um processo de desenvolvimento que está posto no mundo rural brasileiro com muitos problemas, desde a violência como também a pobreza, o empobrecimento dos trabalhadores, as relações de trabalho. Então, a gente traz algumas formas de violência que acontecem realmente hoje no campo.

A questão da violência trabalhista e das formas de trabalho, das condições de trabalho, como já foi colocada aqui hoje pelos trabalhadores assalariados, pelos empregados rurais deste País, mostra que, no País, ainda há trabalho escravo. Então, é violência também contra as pessoas, contra o ser humano. Há violência física direta, contra o direito à vida, e mortes nas várias regiões do País. E hoje a gente sabe que, principalmente na Região Norte do Brasil, no sul do Pará, há uma consequência muito grande, porque também há uma outra forma de violência: a violência contra a natureza, que é o desmatamento, a busca pelas riquezas naturais que existem na floresta. Trata-se de uma forma de violência muito grande não só pela concentração de terra em si, pelo acesso à terra, mas também pelas riquezas que existem na terra, no território brasileiro. Essa tem sido uma forma de violência que tem se alastrado cada vez mais. E, em outras regiões do País, ainda acontecem muitas violências, como o conflito, a luta pela terra, a exemplo do Nordeste: Bahia e Maranhão. Recentemente houve assassinato, no sul da Bahia e na região do sertão da

Bahia, de companheiros, de lideranças do Movimento Sem Terra, de lideranças do movimento sindical que estão lutando em busca da terra para uma condição de sobrevivência e de produção.

Essas formas de violência ocorrem em nosso País, principalmente no setor rural, e muitas vezes a gente não se dá conta. São situações não divulgadas, que não são vistas pela sociedade e que não têm de fato um tratamento nem pela política, nem pelo Estado, nem pela Justiça.

Essas formas de violência que acontecem no setor rural brasileiro, com as populações rurais este País – e todas as populações do campo são atingidas: os ribeirinhos, o povo da floresta, os quilombolas, os agricultores familiares e camponeses –, também têm endereço. A gente sabe quem são os mais atingidos por essas formas de violência e de conflitos: são os negros e as mulheres.

Principalmente hoje nós temos uma realidade no campo das condições de trabalho, de remuneração das mulheres – das mulheres trabalhadoras, das mulheres agricultoras, das mulheres assentadas da reforma agrária –, que, além de sofrerem violência na condição de trabalho, no direito de acesso à terra, na condição de sobrevivência digna e de renda para sobreviver com a sua família, também sofrem com outras formas de violência, como a doméstica, a violência externa, quando ela é agredida em todos os aspectos sociais.

Esses conflitos e essas formas de violência para nós, no debate de uma organização sindical que tem a responsabilidade de organizar e representar principalmente os trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar, tudo isso tem um sentido: é o modelo de desenvolvimento que existe neste País, que não trata o rural brasileiro como algo importante para o desenvolvimento social, econômico e produtivo deste País. O modelo de produção do País, que destrói a natureza, não preserva as nossas riquezas naturais, é também um modelo que gera formas de violência e de trabalho escravo. É um modelo que permite a concentração fundiária. O Brasil continua sendo um dos países de maior concentração fundiária, que hoje não pertence apenas aos grandes grupos da burguesia nacional, mas também às grandes empresas estrangeiras. A estrangeirização das terras no Brasil é um tema que a gente está enfrentando, é uma situação conflituosa neste País.

Está difícil para o conjunto das organizações que atuam no campo trazer o debate da reforma agrária, do acesso à terra, para dialogar com o Governo e encontrar saídas e condições de fato para um País que quer acabar com a miséria, com a fome não. Este País não tem claro qual é a sua política no sentido de acesso e

distribuição de terra para aqueles que têm pouca ou não têm terra.

As pessoas que migram, que vão para os grandes centros urbanos também estarão expostas à violência urbana. Sabemos que muitos jovens que hoje estão expostos à violência, que estão no mundo da criminalidade e das drogas são oriundos do mundo rural e sofrem de falta de perspectiva. Então, se a gente não trabalhar essa questão da perspectiva de vida no campo, com dignidade, com renda, com condições de educação, com um conjunto de políticas públicas, teremos cada vez mais violência e impunidade no campo.

Quando a gente traz à pauta as questões de violência, os conflitos que ainda hoje acontecem no campo, a morte, os conflitos físicos de vários companheiros e companheiras, lideranças do conjunto das organizações sociais do campo, a gente sente uma dificuldade muito grande para tratar isso numa pauta relevante junto ao Governo, no sentido de ter ações concretas de políticas públicas e de acesso ao Poder Judiciário deste País.

Como a gente vai achar caminhos?

Acho que há uma importante contribuição do Parlamento brasileiro sobre essa questão da violência, dos conflitos e desse modelo de desenvolvimento que está em curso em nosso País.

Não é possível que ainda tenhamos hoje esse tipo de conflitos em um País que, nos últimos dez anos, tem buscado avançar com um conjunto de políticas, principalmente para o rural, no sentido de ter políticas de fortalecimento da agricultura familiar ou até mesmo dos assentados da reforma agrária, mas não consegue de fato trazer para o debate ações concretas para as políticas estruturais, para uma reforma que é extremamente importante para o desenvolvimento do País, uma reforma estrutural que precisa ser enfrentada neste País, que é a reforma agrária, que é a distribuição de terras.

Então, se nesse próximo período o Governo brasileiro não conseguir trazer um mecanismo de debate de ações concretas para o problema fundiário do País, da concentração e falta de distribuição de terras e da regularização fundiária, porque ainda temos outro problema que é mais grave... Temos pouca terra, falta de terra e falta regularização. Quem tem a terra não tem o seu título de terra para ter condições de acessar políticas e programas para sobreviver e produzir na terra.

Esses são grandes desafios e dilemas que estamos enfrentando hoje no que diz respeito a pensar o Brasil e o seu mundo rural para as próximas décadas, para o próximo período. Como tratar um debate para termos condição de produção na terra, acesso à ter-

ra e condições de vida digna no campo se não temos como trazer o debate da reforma agrária?

Há dois anos nós não conseguimos – não é, Alexandre – avançar no processo de negociação das nossas pautas no que diz respeito à reforma agrária, tanto no sentido de avançar na reestruturação dos assentamentos que já existem como também no sentido de novos assentamentos, de novas oportunidades de acesso à terra.

Então, se a gente não consegue evoluir nessa pauta hoje, a gente não consegue de fato ações concretas, políticas concretas nesse sentido, políticas estruturantes para que a gente possa vencer isso, a gente vai continuar realmente tendo grandes conflitos no setor rural brasileiro, vendo a morte de companheiros e de companheiras, tanto em termos de conflito agrário mesmo, pela posse da terra, na busca de acesso à terra, como também nesse grande enfrentamento da violência contra a natureza, a questão dos desmatamentos e da riqueza natural que existe hoje no Brasil.

E a Região Norte vai continuar. A gente sabe dos interesses dos grandes. Se a gente for olhar o conflito mesmo, nestes últimos dois anos temos a morte de quase dez companheiros, lideranças do movimento sindical da Fetrat. E são mortes que não são nem divulgadas de companheiros que estão nos assentamentos, onde há conflito com madeireiros, com grandes empresas que estão desmatando.

(Soa a campanha.)

A SRA. ELISÂNGELA DOS SANTOS ARAÚJO

– E acaba-se tendo conflito entre os próprios grupos de trabalhadores, entre os próprios trabalhadores. E são formas de violências que não estão sendo divulgadas, que não têm sido tratadas pela Justiça e tampouco por iniciativas concretas, políticas concretas do Governo no sentido de a gente enfrentar esses problemas que estão existindo.

Por outro lado, há também hoje, no rural brasileiro, outras formas de violência, em que a juventude, a população como um todo está enfrentando com relação às drogas que estão chegando, mortes. E são questões extremamente complicadas para a gente lidar, de como a gente vai tratar o processo.

E, para finalizar, a Fetrat fala um pouco mais da violência com relação às mulheres do campo. Hoje a gente tem uma grande conquista que é a Lei Maria da Penha, mas a gente não tem os mecanismos, as condições reais de que essa lei seja de fato implementada. A impunidade continua. Há falta de condições de as mulheres denunciarem. Há o medo dessa violência. Às vezes, nas pequenas cidades, não existe nenhuma delegacia com profissionais preparados para que

a mulher possa chegar e denunciar essas formas de violência que ela sofre, seja a violência física, seja violência no local de trabalho, seja violência doméstica.

Então, hoje, estamos vivendo uma dimensão muito grande de problemas e de conflitos, que, para mim, merecem um debate que vai muito além do debate específico, nosso, da nossa ação, dos movimentos sociais no enfrentamento tanto do conjunto das ações, das políticas públicas, para de fato a gente ter condição de produção e vida digna no campo, como também vai além dessa relação com o Poder Judiciário, de como o Judiciário trata essas questões do campo, que é também uma concepção de desenvolvimento que está posta neste País, que não tem esse olhar para o rural brasileiro como um espaço econômico e produtivo, que pode de fato gerar condições de vida digna no campo, para acabar com a miséria e a fome que ainda existem neste País. Essa pobreza ainda existe muito mais no meio rural – 49% – e nas Regiões Norte e Nordeste do País.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Elisângela.

Queremos agradecer as suas palavras sobre a importância de avançarmos no País com relação à reforma agrária, à reestruturação dos assentamentos, sobre ser preciso uma atenção e um cuidado com a natureza, com o meio ambiente. Os desmatamentos feitos muitas vezes geram conflitos não só entre os trabalhadores e latifundiários, como também entre os próprios trabalhadores.

Enfim, quero agradecer, inclusive, pela lembrança da Lei Maria da Penha, que realmente precisa chegar a todas as cidades, a todos os cantos de nosso País e, em particular, ao meio rural.

Eu vou ter que sair pouco para participar de uma votação na Comissão de Assuntos Sociais e solicito ao Sr. Randolfe, que está presente entre nós e que foi um dos que solicitou a audiência pública nesta manhã de hoje, que presida esta reunião.

Antes de passar a palavra ao Senador Randolfe, quero registrar a presença do Deputado Fernando Ferro, do PT de Pernambuco, do Senador Eduardo Suplicy e do Deputado João, do PT de Minas Gerais. Então, brevemente retornarei.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco/PSOL – AP) – Concedo a palavra agora ao Sr. Alexandre Conceição, diretor da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

O senhor tem o tempo regimental estabelecido para todos os expositores.

O SR. ALEXANDRE CONCEIÇÃO – Bom dia a todos e a todas.

Quero, primeiro, agradecer a esta Comissão, que é tão importante para fazer este debate sobre a violência no campo; agradecer à Senadora Ana Rita; ao Senador Randolfe; agradecer a presença ao Deputado Fernando Ferro; ao Deputado Padre João, que tem sempre nos acompanhado nas grandes batalhas dos conflitos agrários e nas conquistas que tivemos até agora; e ao Senador Eduardo Suplicy. Cumprimento a Mesa; a companheira Alessandra, da Contag; o Canuto, da CPT; o companheiro do Incra; a Elisângela, da Fetraf; e, em especial, o Acampamento Hugo Chávez, que também está aqui presente neste debate sobre a violência no campo, violência no campo que, em outros momentos, a gente também tratava na Câmara Federal. Mas, infelizmente, por um “infeliciano” que há lá, a gente não pôde fazer também naquela Casa este debate. Dizem que é Casa do povo, mas, neste momento, aquele departamento está fechado para esse debate com o povo.

Eu gostaria de dizer exatamente por que estamos aqui.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Permita-me esclarecer bem este ponto, prezado Alexandre Conceição. Foi requerida também uma audiência de natureza semelhante à CDH da Câmara, e isso acabou sendo negado. Foi isso?

O SR. ALEXANDRE CONCEIÇÃO – Não chegamos a solicitar porque o debate lá não está podendo ser travado no que se refere aos direitos humanos em geral, como a gente tinha, em outros momentos, na história daquela Casa.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Está bem. Esclarecido.

O SR. ALEXANDRE CONCEIÇÃO – Então, prosseguindo, por que é que estamos hoje aqui? Estamos por Eldorado dos Carajás. Hoje são decorridos 17 anos do massacre, onde, na Curva do S, no Pará, o Governador daquele Estado, Almir Gabriel, já falecido, mandou sua Polícia Militar, um dia anterior, negociar com as famílias que estavam em marcha para a capital. Foi feita a negociação; as famílias e as lideranças do MST naquele momento tinham feito a negociação com a Polícia, naquele dia 16; e, no dia 17, às 11 horas da manhã, achando nós que a negociação ia avançar, mas o que avançou para cima das famílias foi o chumbo do latifúndio e da Polícia Militar, a mando daquele Governador, já falecido.

Então, Eldorado dos Carajás teve 21 companheiros e companheiras executados, numa execução bem armada e bem preparada pela Polícia Militar para disseminar as lideranças do movimento naquela região. Das 19 mortes, no primeiro momento – depois três vieram a falecer em seguida –, 13 eram lideranças po-

líticas do MST, coordenadores de base, coordenadores regionais. Então, foi uma execução bem preparada e estabelecida pela Polícia Militar. Que aquela história não se repita, a gente dizia lá em 1996, salvo engano. A história vem-se repetindo com mais massacres, com mais violência e com mais impunidade.

Conseguimos denunciar ao mundo inteiro, e foi reconhecido pela FAO que o dia 17 seria o Dia Internacional da Luta pela Terra. No Brasil, também reconhecido como Dia de Luta pela Terra.

E, por isso, estamos hoje aqui, para denunciar, mas também para lutar. Neste exato momento, há vários companheiros, em todo o Brasil, fazendo trancaamentos de ruas, ocupando latifúndios e denunciando a impunidade – neste exato momento, no Brasil inteiro!

Gostaria de refletir, com os Srs. Senadores, os Srs. Deputados e os demais companheiros que estão aqui, sobre a violência no campo.

Nessa violência no campo, desde Carajás – aliás, desde a nossa trajetória histórica do Brasil, mas, quanto à luta pela terra e tendo Carajás como exemplo –, o que alimenta a violência no campo, Senador Randolfe, é justamente a impunidade. Essa impunidade que hoje impera no campo ocorre pela falta da desapropriação de terra. Nos últimos dois anos, temos os piores índices de desapropriação de terra dos últimos 20 anos. É o Poder Judiciário responsável também por essa impunidade. Diga-se de passagem, um Poder Judiciário classista, que defende o latifúndio, que é muito rápido e muito ágil para dar ação de despejo às famílias, mas é lento e covarde para punir os assassinos, para colocar na cadeia os assassinos do crime do latifúndio. E é um Poder Judiciário que criminaliza a luta social, que criminaliza a luta pela terra. Mas, principalmente, Srs. Senadores e Srs. Deputados – já que fazem parte da política do Brasil –, hoje o Poder Judiciário tem criminalizado mais dos que os movimentos, tem criminalizado a política.

Hoje, se seguirmos as normativas do que está naquela Casa do STF, são justamente a condenação da política e a condenação do protesto, numa verdadeira democracia. Portanto, o Poder Judiciário também é um dos principais responsáveis pela violência no campo, violência no campo essa, senhores, companheiros e companheiras, que tem a concentração da terra como um pilar da violência, o agronegócio, o trabalho escravo e, principalmente, a exploração do meio ambiente para a produção de *commodities* agrícolas e minerais para os capitais internacionais.

Esse é o momento histórico que estamos vivendo hoje. Por exemplo, a Vale do Rio Doce, quando passa arrancando minérios, em todas as nossas regiões, desde o Pará até o Rio de Janeiro, tem-nos deixado de

herança apenas o chumbo, a contaminação do chumbo, a expulsão dos trabalhadores daquelas regiões e a contaminação do nosso meio ambiente.

Srs. Senadores e Srs. Deputados, também há um pilar dentro desta Casa, o Senado brasileiro, que dá sustentação a essa política de violência no campo. Há setores dentro desta Casa, representantes da CNA, que, inclusive para criminalizar e para aumentar a violência no campo, estão tentando criar um PL para que os governadores de imediato, em 15 dias, deem despejo às famílias sem terra, que lutam pela terra.

Então, gostaria de aproveitar este momento aqui no Senado para denunciar que setores e representantes da CNA, nesta Casa, para proteger as suas fazendas com trabalho escravo, para proteger o agronegócio e para proteger a violência no campo, têm-se utilizado do Senado para construir essas medidas antipopulares, essas medidas inclusive anticonstitucionais. Porque a Constituição é bem clara: ela diz que terras e fazendas que não cumpram a sua função social devem ser desapropriadas para fim da reforma agrária e que trabalho escravo não é função social da terra, a exploração do meio ambiente e do trabalhador não são função social da terra. Portanto, aproveito este momento para denunciar.

Hoje somos 90 mil famílias acampadas em todo o Brasil do MST, mais de 180 mil famílias, contando com todos os outros movimentos, que estão há 15, 12, 10 anos à espera da desapropriação de terra que não chega. E o que é que tem chegado para nós? A violência e o crime. Alguns casos atuais, eu gostaria de relatar aqui para os senhores. Cambaíba, no Rio de Janeiro, o assassinato do companheiro Cícero. Cambaíba – quem é do Rio de Janeiro sabe – era a usina utilizada durante o golpe militar, durante a ditadura militar para queimar corpos de militantes que defendiam a redemocratização deste País.

Nós tivemos agora, vergonhosamente, o julgamento do casal Cláudio, lá no Pará, em que o mais pobre, que é o executor, foi condenado, mas o mandante está impune, inclusive ameaçando as famílias rurais sem terra e outras lideranças locais.

Nós tivemos recentemente o brutal assassinato do companheiro Fábio, na Bahia, com 15 tiros na cabeça, um crime de execução. Não precisa ser nenhum legista nem ser da Polícia para saber que esse é um crime de execução. Com 15 tiros ceifaram a vida do companheiro Fábio.

Em Rondônia, no Norte do Brasil, só este ano nove casos de novos assassinatos da luta pela terra.

Felisburgo está aí, adiado várias vezes. O mandante e participante do crime da chacina de Felisburgo, réu confesso, continua vivendo sua vida como se nada

tivesse acontecido, no sul da Bahia. E, infelizmente, até agora, as famílias sequer tiveram direito a serem assentadas pela desapropriação de terra.

Fiscais de Unaí também estão aí. Os companheiros de Minas sabem como foi a brutal morte dos fiscais do trabalho em Unaí.

A ameaça segue no Pará, principalmente do grupo da família Dantas, porque tem áreas negociadas com o Incra, que é mais lento que uma tartaruga para fazer a reforma agrária, para desapropriar terra, para cumprir a sua função como órgão federal para desapropriação de terra. Está lá e não consegue desapropriar as três fazendas do grupo Dantas, que deve centenas de reais aos cofres públicos do Brasil.

No Nordeste continua a concentração dos maiores conflitos agrários do Brasil. Quarenta por cento se concentram na nossa Região Nordeste.

E a impunidade, senhores, segue firme, cada vez mais forte. De 1985 a 2011, foram 1.616 assassinatos na luta pela terra, em 1.200 casos.

Quanto à desapropriação de terra, estou criticando aqui o Incra e também fiz uma crítica ao Judiciário. Mas eu quero deixar presente aqui também uma coisa fundamental: das áreas, Deputado Fernando Ferro, que estão colocadas no Incra para serem desapropriadas, 193 estão impedidas pela Justiça de ter a posse emitida, inclusive a Cambaíba. O Incra fez o pagamento das TDAs, mas o Judiciário impediu até agora de a Cambaíba ser desapropriada, de ser emitida a posse, ajudando ainda mais a concentração de terra, protegendo o latifúndio e impedindo que as famílias possam ter o seu pedaço de chão. Pedaço de chão esse, senhores, para produzir alimentos para combater a inflação.

Reforma agrária não é um programa de combate à miséria, não é um programa compensatório.

(Soa a campanha.)

O SR. ALEXANDRE CONCEIÇÃO – Reforma agrária é um programa de desenvolvimento econômico do interior deste País; é um programa de desenvolvimento econômico do campo brasileiro, para construir e produzir alimento, alimento saudável e alimento que custar mais barato para as nossas famílias em todo Município brasileiro, inclusive ajudando a combater a inflação, já que o agronegócio, Deputado Fernando Ferro, produz apenas *commodities* agrícolas para exportação, entre eles a soja e a cana-de-açúcar lá no nosso Nordeste, agora expandindo para a Região Norte e para a Região Centro-Oeste do Brasil.

Essa produção do agronegócio traz consigo a produção e o consumo cada vez mais desenfreado do veneno, causando, segundo a própria Anvisa, no próximo período, mais de um milhão de novos casos

de câncer no Brasil, justamente pela alta contaminação do veneno utilizado na agricultura do agronegócio hoje. O Brasil é campeão mundial em utilização de veneno. É por isso que estamos hoje, aqui, com duas palavras fundamentais para encerrarmos esta nossa participação: a primeira para recordar os nossos mártires de Carajás, seguir a luta pela Reforma Agrária e dizer ao Governo e ao Estado brasileiro que está mais do que na hora de a gente debater e construir um novo modelo agrícola de produção de alimentos para este País, que não é o agronegócio sempre defendido nesta Casa pela representante do CNA.

Portanto, companheiros e companheiras, a impunidade do latifúndio, a impunidade dos crimes acontecidos no campo brasileiro tem a proteção de setores desta Casa, tem a proteção de setores do Poder Judiciário e dos meios de comunicação, que criminalizam cada vez mais a luta, mas não conta com o nosso medo, porque o que tem conseguido fazer conosco é cada vez mais nos indignarmos e continuarmos a luta pela terra até que a gente consiga uma plena reforma agrária com grande produção de alimentos e de culturas para o povo brasileiro.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco/PSOL – AP) – Obrigado, Alexandre. Na sequência, concedo a palavra ao Sr. Antônio Canuto, que é Secretário da Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra. O senhor fique à vontade.

O SR. ANTÔNIO CANUTO – Bom dia a todas e a todos! É uma satisfação estar aqui com representantes da Contag, da Fetraf, do MST, da Terra de Direitos e com todos esses companheiros do Acampamento Hugo Chávez. Queria saudar também os Senadores e Deputados aqui presentes.

A CPT, Comissão Pastoral da Terra, publica a cada ano um relatório dos conflitos no campo no Brasil. Na próxima segunda-feira, lá no Acampamento Hugo Chávez, nós vamos proceder ao lançamento da edição de 2012. Então, já aproveito para convidar os Deputados e Senadores e outros que estão presentes aqui a estarem juntos com a gente lá nesse lançamento dos dados dos conflitos de 2012.

Hoje é uma data muito especial. Um poeta salvadorenho diz que os mortos estão cada dia mais indóceis. E essa indocilidade a gente vê aqui hoje. São aqueles 21 que tombaram em Eldorado dos Carajás que nos trazem aqui. Essa indocilidade dessa vida que eles entregaram na luta pela terra eles provocam na presença e atuação de muita gente neste País.

Eu sempre penso, por exemplo, no assassinato do Pe. Josimo, que era da CPT, e também da Irmã Dorothy. Eles tinham uma ação muito localizada. Pe.

Josimo, lá do Bico do Papagaio, no Tocantins; a Irmã Dorothy, naquela região de Anapu, lá do Pará. A morte deles fez a ação deles propagar-se, espalhar-se pelo Brasil todo e provocou muita gente para agir em outros lugares e em outros pontos e se engajar na luta por melhores condições, pelos direitos dos trabalhadores.

Dois mil e doze foi um ano em que a violência, sobretudo os assassinatos, cresceu. Houve um aumento de 24% no número de assassinatos. Em 2011, foram 29 trabalhadores assassinados; em 2012, 36. Vinte e quatro por cento a mais de trabalhadores assassinados. E os trabalhadores assassinados: um, em Alagoas; dois, no Amazonas; três, no Maranhão; um, no Mato Grosso; três, em Minas Gerais; seis, no Pará; três, na Paraíba; três, em Pernambuco; quatro, no Rio de Janeiro; e 9, em Rondônia. A terra da Alessandra foi campeã de assassinatos de trabalhadores em 2012.

Quer dizer, o pessoal sabe que matar um trabalhador não custa nada, porque isso fica impune, fica para lá. A CPT, desde 1985, é que vem publicando esse relatório, todo ano. De lá para cá, a gente tem registrado que foram assassinados 1.645 trabalhadores, em 1218 casos, porque, em muitos casos, há mais de um trabalhador, como Eldorado, que foram 21.

De 1218 casos, foram a julgamento, foram julgados somente 100. De 1218 casos, só foram julgados 100.

Quer dizer, eu mato, mando matar e pronto. Quando há a condenação, em geral condena-se quem praticou, não se condena quem mandou. A última prova mais clara é essa do julgamento do casal José Cláudio e Maria do Espírito Santo, lá de Nova Ipixuna. Quer dizer, o mandante sobra, os executores vão. Daqui uns dias, conseguem, possivelmente, até fugir da cadeia.

Esses assassinatos no campo, até eu queria falar com o Cláudio que o Gercino andou dizendo à *Folha*, numa entrevista, que os números da Ouvidoria não batem com os números que a CPT divulga. A CPT registra todos os assassinatos no campo. Não. A CPT registra, com muito critério, os assassinatos dos trabalhadores envolvidos em conflitos no campo, que são conflitos pela terra, alguns conflitos pela água. Por exemplo, no Rio de Janeiro, dois pescadores foram assassinados. Quer dizer, são conflitos mais pela disputa da água, da pesca. E conflitos trabalhistas também. Mas há critérios muito sérios nessa lista. Acontece que a Ouvidoria espera que a Polícia venha dizer. A Polícia, muitas vezes, joga na vala comum de crimes passionais, qualquer coisa assim, e diz: pronto, não é um conflito pela terra.

Mas, aí, você pode dar o recado para o Gercino dizendo que não é bem assim não, que há um cuidado muito grande no registro dos assassinatos no campo.

Outro elemento importante a destacar nos assassinatos que a gente registra: em 2012, de 36 trabalhadores assassinados, sete já tinham sido ameaçados antes. Quer dizer, praticamente, um em cada cinco já tinha recebido ameaças. Praticamente 20% já tinham recebido ameaça.

Então, não é um processo assim, chegou, matou. Não. Já vem todo, vem ameaçando e vem matando.

Eu sei que, depois que foi assassinado o José Cláudio e a Maria do Espírito Santo, em 2011, a CPT esteve com a Ministra Maria do Rosário e levou uma relação dos ameaçados de morte. E, entre esses ameaçados de morte, havia, naquele momento, 42 pessoas que tinham morrido, tinham sido mortas e que há haviam recebido ameaças de morte. De 2000 para cá, 54 pessoas que foram assassinadas já tinham recebido ameaças de morte. José Cláudio e Maria do Espírito Santo já vinham recebendo ameaças havia vários anos consecutivos.

O que a gente também pode destacar é que, nos conflitos no campo hoje... Antigamente os conflitos, o foco maior era o sem-terra. O maior número de conflitos era com os sem-terra. Hoje o capital avança e avança, sobretudo, sobre os territórios indígenas, sobre os territórios de quilombolas, sobre os territórios dessas comunidades tradicionais, que têm o uso coletivo da terra, que não estão preocupadas tanto com o lote individual.

Se a gente for ver, nos conflitos de 2012, 15% dos conflitos envolvem índios; 12% envolvem quilombolas; 9%, outras comunidades. Se a gente juntar a isso aí os posseiros, que também não têm o título da terra, vamos dizer que 60% dos conflitos estão envolvendo grupos humanos que não se enquadram dentro dos parâmetros do capitalismo, que quer que a terra seja uma mercadoria negociável.

Por isso, os quilombolas, os indígenas, as comunidades tradicionais sofrem uma pressão muito maior. Elas têm que abrir caminho para que o desenvolvimento capitalista avance. É essa a lógica.

E esse desenvolvimento capitalista avança e vai com o mesmo esquema do tempo do Brasil Colônia. Hoje há um novo colonialismo avançando para a Amazônia afora, para as áreas novas. E é um modelo predador, que vai destruindo o patrimônio natural, vai destruindo a natureza, vai eliminando a biodiversidade. É um elemento espoliador. Retira a terra de quem está, quer espoliar as comunidades de suas culturas, dos seus saberes. Ele é concentrador da propriedade da terra e é um violador dos direitos humanos.

Até há o Eduardo Godinas, que diz que as violações de direitos humanos não são consequência do processo de desenvolvimento capitalista; são condição

da lógica capitalista. A violação dos direitos humanos é condição para o avanço do desenvolvimento capitalista.

Agora eu queria levantar aqui mais uma questão. Hoje em dia, a pressão sobre as comunidades do campo é violenta. Nós temos uma pressão que é dentro destas Casas, o Senado e a Câmara, uma pressão do Judiciário que sempre olha as questões do trabalhador do campo como questões de criminalização (de crimes), e o próprio Poder Executivo muitas vezes senta. Não é? Ah, os assentamentos estão caindo assim vertiginosamente de seu número. Não se fazem mais assentamentos, os sem-terra ficam por aí nos acampamentos, indefinidamente.

Eu queria chamar a atenção! O Congresso Nacional tem aqui dentro uma Frente Parlamentar da Agropecuária, e o *site* deles, do dia 20 de março de 2013, registrava que essa Frente Parlamentar era composta por 214 Deputados e 14 Senadores. Vocês vejam só, Duzentos e quatorze Deputados significam 40%, praticamente, da Casa. São 41,7%. Não é? A população rural brasileira é 14%, e há 41% de Deputados! Como é que é isso? E esses Deputados representam uma população rural, representam os acampados, os assentados, o pequeno agricultor? Quem eles representam?

(Soa a campanha.)

O SR. ANTÔNIO CANUTO – Se a gente for ver pelo... Como se chama aquele levantamento do IBGE? O censo agropecuário... Os estabelecimentos rurais com mais de 100 hectares eram 471.888; entre 5.175.471.000 teriam menos de 100 hectares. Então, esses Deputados, no máximo, representam esses 500 mil proprietários. Quinhentos mil proprietários têm 40% de representação dentro do Congresso. Por isso, eles impõem o que querem e seguram tudo o que seja avanço social para que os interesses do agronegócio vão para frente e os interesses dos sem-terra, dos quilombolas, dos indígenas fiquem parados. Tudo é feito para impedir o avanço da luta dos camponeses e dos trabalhadores.

Para encerrar, eu queria voltar àquele início de que os “mortos estão cada vez mais indóceis”. Sim, estão cada vez mais indóceis e cada vez mais rebeldes, e nós temos de compartilhar dessa rebeldia. Eu acho que, ontem, essa ação dos índios que ocuparam o plenário da Câmara é sinal dessa rebeldia que nós todos temos de assumir, para mudar esta Nação. Se não houver essa rebeldia, nós vamos ser aplastados, cada vez mais, por esse grupo dominante mínimo, mas que tem força e capital e tem a força da imprensa ao seu lado para defender o que eles querem.

Assim como o inimigo não deixou de vencer, os povos não deixam de resistir e de criar novos espa-

ços e possibilidades para viver os sonhos de mudar o mundo. Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. FERNANDO FERRO (Bloco/PT – PE) – Senadora Ana Rita.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Sim, Deputado Fernando Ferro.

O SR. FERNANDO FERRO (Bloco/PT – PE) – Eu queria pedir desculpas aos demais expositores. É que eu tenho uma atividade na Câmara, na Comissão em que eu sou responsável por relatar um projeto. Mas eu queria parabenizar a iniciativa e me solidarizar com este momento político de celebração da resistência e de lembrar aqueles que tombaram na luta pela reforma agrária e por um País mais justo.

A fala do nosso companheiro Canuto é emblemática. Aqui, nesta Frente, a grande maioria não é latifundiária, mas é por uma questão de compromisso de classe. Eles fazem parte de uma classe hegemônica, no terreno do capital. Essa aliança, exatamente, faz com que o capital urbano e o rural se encontrem e façam parte dessa estrutura de repressão e de violência.

Cabe a nós todos tirar lições disso e fazer as lutas, nos diversos campos: nós aqui no Parlamento, o trabalhador e o operário na fábrica, o camponês na luta pela terra, o trabalhador rural, cada um tem um papel para construir outra sociedade.

Então, é sobre isto que nós temos que refletir: a importância da presença do movimento popular, da luta dos trabalhadores, aqui nesta Casa, que é um ambiente majoritariamente hegemonizado pelos interesses do capital e da burguesia deste País.

Mas aqui também é um espaço de resistência. Aquela manifestação dos indígenas que aconteceu, ontem, no plenário do Congresso, que foi considerada um pecado, e muitos disseram que foi uma agressão, um transbordamento das agressões do povo contra o Congresso, eu vi como algo extremamente salutar, sinal de vida na sociedade, porque, ontem, nós arrancamos, primeiro, o compromisso de que a PEC que discute a responsabilidade para autorizar as alterações sobre territórios indígenas não venha para a Câmara dos Deputados, porque esse é um espaço, mais do que nunca, hegemonizado por esses interesses. Imagina o que vai acontecer com quilombolas, com indígenas, com assentamentos se essa onda pegar. Então, o gesto das populações indígenas teve essa vitória política.

O Presidente da Câmara dos Deputados, ontem, assumiu que essa matéria não entra em pauta no primeiro semestre e criou uma comissão para discutir com os Deputados e as lideranças indígenas os encaminhamentos sobre isso, mas isso é fruto da luta. Como se diz, a luta faz a lei. Então, vale para todos nós em todos os momentos.

Eu peço desculpas, mas parabeno os companheiros e as companheiras aqui presentes e digo da nossa solidariedade e do nosso estar junto nessa luta por um País mais justo.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Obrigada, Deputado Fernando Ferro, um grande companheiro, que muito nos engrandece na Câmara dos Deputados, sempre muito presente e comprometido com a luta do nosso povo.

Eu quero agradecer, então, ao Sr. Antônio Canuto, Secretário da Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra – obrigada, Deputado, um abraço – pelas informações aqui trazidas.

Eu concedo agora a palavra ao Sr. Cláudio Rodrigues Braga, integrante da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, em representação ao Sr. Mário Guedes, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

SR. CLÁUDIO RODRIGUES BRAGA – Bom dia a todos.

Eu sou Cláudio Braga e estou aqui representando o Desembargador Gercino. Para apenas aviventar as lembranças do Dr. Gercino, ele trabalhou naquele processo no Acre, onde foi preso Hildebrando Pascoal.

À frente da nossa Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, ele que nos preside, estamos há mais de dez anos. Justamente em função de Eldorado dos Carajás e de outros conflitos no Brasil, nós fizemos o levantamento de todas as situações que justificam a criação da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, que, na verdade, vem atuando no sentido de criar um amortecedor do trabalho do Estado e, justamente, de levantar a prioridade no trabalho dos movimentos sociais.

Eu gostaria que o Neomar fosse passando as lâminas, enquanto eu explico para vocês, em geral, porque a matéria, durante esses dez anos, evoluiu muito, tanto quanto a nossa ideia e a do Governo Federal quando criou essa Comissão, composta de quatro Ministérios – O Ministério da Justiça, o MDA, o de Meio Ambiente e a Secretaria Nacional de Direitos Humanos – e mais algumas secretarias. Essa comissão tem atuado principalmente no combate à grilagem das terras públicas, que é praticamente o fomentador de todo o processo, digamos assim, de conflito.

Eu diria até uma frase de um canção popular, que falava que o dinheiro não é tudo, é só 100%. No conflito social, a terra não é tudo, é só 100%. Então, verifiquem vocês que a grilagem das terras públicas, o despejo sem ordem judicial, a impunidade, a extração ilegal de madeira, a reconcentração de lotes em projetos do Incra, o porte ilegal de arma de fogo,

justamente na utilização dessas contendas e dessas limitações aos movimentos sociais, a presença dos pistoleiros inibindo toda atuação do trabalhador rural, a ocupação de terras públicas e particulares têm sido as causas principais dos conflitos que esta Comissão tem trabalhado neste tempo. E temos agido de uma maneira muito mais rápida porque sabemos que, em muito dos casos, fica a dever o trabalho mais rápido dos órgãos que trabalham, inclusive o do Incra.

Pode ir passando.

Na causa das impunidades, o processo principal da nossa Comissão é o processo da legalidade. Não podemos falar sem ter uma prova, não podemos falar se não houver um documento e, a partir justamente da instalação desses processos, começa o trabalho da Comissão.

Então, há deficiências de recursos materiais nas polícias civis, deficiências de recursos humanos nas polícias civis, deficiência de recursos científicos nas polícias civis. Imaginem, vou citar apenas um caso do Ceará, do agrotóxico, em que mataram um trabalhador rural e demorou quase que dois anos para fazer um exame, por exemplo, de balística, só para saber se aquele projétil era de uma arma que veio das Forças Armadas. Levou justamente dois anos, tivemos que levar esse exame para fora do Estado do Ceará, para saber os indícios que levaram a se conseguir a materialidade e autoria desse crime, e há demora no julgamento dos processos.

Então, a Comissão, normalmente, quando recebe essas notícias, a exemplo da morte do José Cláudio e da Maria do Espírito Santo, da Irmã Dorothy e de outros crimes que acontecem no interior do País, chega lá imediatamente para que o Estado, através desta Comissão, possa verificar, possa atuar até mesmo em atenção à inércia que, às vezes, acontece naquelas regiões, para que o Governo Federal possa chegar e obrigar que esses resultados venham o mais rapidamente possível.

Sobre todos esses tipos de crimes que acontecem, acompanhamos inquéritos policiais, verificamos como estão instalados, o que falta, cobramos do Governo Estadual, cobramos dos órgãos técnicos, vamos ao Poder Judiciário, fazemos visitas aos juízes, fazemos visitas à Promotoria, fazemos visita à Defensoria Pública, enfim, a todos os entes que trabalham na busca dos assaltantes, dos matadores, das pessoas que fomentam os conflitos agrários. Uma briga constante da Comissão é a especialização de todas as justiças agrárias do País. Vamos chegar lá na frente e vamos explicar a necessidade que um promotor agrário tem de que se analisem os inquéritos.

Então, vocês veem pelos números onde estão as áreas quentes e onde acontecem, em maiores números, inquéritos e mortes. Olha lá o Pará com 59, Rondônia com 30, o Mato Grosso com 13, e Pernambuco com 13 inquéritos, que estão aqui todos os andamentos com processo montado.

Vamos à próxima, vamos passando aí.

Então, no Pará, estamos com 85 processos, em Rondônia, com 4, Mato Grosso e Pernambuco. A causa principal desses acompanhamentos é não deixar que fiquem parados. Muitas das vezes, chega-se ao Estado onde há mortes e nem sequer foram abertos inquéritos pela autoria daqueles crimes.

Pode passar.

Por aqui, num espaço de dez anos, a Ouvidoria vem acompanhando todos os crimes no País, todos os assassinatos no campo e, principalmente, aqueles que têm uma formação do trabalhador rural, que têm na parte principal a reforma agrária.

Então, vocês vejam: o Pará, não é novidade para ninguém, é o recordista com 65 anos, e o Mato Grosso com 24 e Rondônia com 30. Resta apenas comentar, para que o Senado possa ter uma visão mais moderna, mais atualizada, que o trato do capital estrangeiro, principalmente em áreas de mineração e áreas de exploração, tem fomentado áreas que antes não tinham nem conflito e que hoje já apresentam os primeiros indícios dessa disputa, desse interesse, porque o capital vem chegando e, com isso, os conflitos vão aumentando.

Aqui dá para vermos onde estão os conflitos. O Pará, para variar, é o recordista, digamos assim, em conflitos agrários, porque a omissão do Estado, é bom que se diga, faz com que a disputa seja acirrada. E aí tem a madeira, tem a mineração, tem o tráfico de drogas, tem o roubo de banco, há muitas situações que, junto com a reforma agrária e com a regularização das terras, com a falta de desapropriação, com a falta de outras atitudes que o Governo deve fazer em termos de políticas públicas nessas regiões, faz com que os conflitos, na verdade, aumentem.

É interesse desta Comissão, a Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, tentar fazer, principalmente, o papel mais rápido do Estado, ou seja, a presença do Estado brasileiro ali, até mesmo para diagnosticar para os outros órgãos, para a Presidência da República, para o movimento social, já que eles nos cobram e, às vezes, ficamos até inertes, digamos assim, de saber que as colocações que eles fazem são corretas, porque o Estado demora. É o recurso, é trabalho, é pessoal, para você atuar na velocidade que isso acontece.

O capital no trabalho de desenvolvimento conflita, muitas vezes, com a parte da reforma agrária, e isso a

gente tem que ter muita habilidade para que o Estado possa atuar de forma, dentro da legalidade, harmônica.

Vejam, aí, que o Estado do Pará tem até Municípios, como São Félix do Xingu, com onze mortes. Marabá sempre era, digamos assim, o recordista nesse tipo de coisa, até porque, fazendo uma comparação rápida, onde tem dinheiro, tem conflito. Correto? Lembra-se da frase que eu falei: "O dinheiro não é tudo, é só 100%". E o conflito com a terra é a mesma coisa. Onde você tem esse conflito, onde você tem essa má distribuição de renda, há uma disputa muito grande pela madeira, por tudo aquilo que gere dinheiro. Aquilo que gera dinheiro naturalmente dá o conflito, e o Estado nessa hora tem que atuar forte, atuar com políticas públicas, atuar em termos de processo, de segurança e garantindo sua presença nessas áreas como fomentador de todas as políticas sociais. E, na verdade, os movimentos sociais, quando fazem suas manifestações, elas representam o conflito pela insensibilidade do Governo, que, muitas vezes, não resolve. Então, essa insensibilidade faz com que a atuação da nossa Comissão seja muito mais forte e a gente tenha que estar atuando em tudo quanto é lugar. Semana passada, estivemos em Goiânia, visitando dois trabalhadores rurais que estão presos há 150 dias. Hoje eu estou viajando para Imperatriz por outro problema que tem lá.

Então, quer dizer, em termos de Comissão, eu não paro, em conjunto com o Dr. Gercino e todos os membros da Comissão, para atender a todo esse tipo de conflito, porque, na verdade, o Estado está correndo atrás.

O Estado de Rondônia, essas áreas vermelhas são as áreas quentes, e normalmente estão sendo fomentadas de acordo com a necessidade dessas populações, que não têm as políticas públicas e, muitas vezes, pela disputa da terra mesmo.

Esse é um visual, só para vocês verem, as áreas quentes de cada Estado como estão, lembrando, sempre, que nossa atuação é toda formal e é toda dentro da legalidade. Nós não podemos atuar de forma informal. Então, sempre temos que ter a documentação para que essa Comissão possa estar junto.

Quais são as medidas que nós estamos tomando para combater a violência no campo? Primeiro, as reintegrações, como já foi dito aqui pelo Alexandre, pela Elisângela, pelo Antonio, da Terra de Direitos, pelo Fernando, pelo Sr. Canuto, pelo Alexandre Conceição. Todas aquelas falas são coerentes e são corretas, porque nós militamos, digamos assim, nessa área há dez anos e verificamos que, nas reintegrações de posse, há uma tendência muito forte que o Estado capital atue muito mais rápido que o Estado social.

Veja só: para isso nós criamos um manual de diretrizes nacionais para a execução de mandatos judiciais, de manutenção de reintegração de posse, que foi a maneira da especialização na Polícia Militar, na Promotoria, no Juiz Agrário. Nós temos juiz agrário tanto na área federal quanto na área estadual, que melhor entende uma reintegração e sabe entender a briga pela terra como um movimento legítimo de democracia e de cidadania.

Nós temos o programa Paz no Campo, da Ouvidoria Agrária Nacional, o Plano Nacional de Combate à Violência no Campo e reuniões públicas da Comissão Nacional. Hoje nós estamos chegando a 500 audiências, onde se atendem inúmeros casos, justamente tentando fazer com que os movimentos sejam melhor assistidos junto ao Ibama, Incra, Funai, enfim, todos os órgãos envolvidos no processo da reforma agrária. Há agilização também do programa Terra Legal, o mutirão para julgar os processos criminais, feito até pelo CNJ, o mutirão para o andamento de inquéritos policiais, a fiscalização do Ibama e Sema para acabar com a extração ilegal de madeira, que é a grande fomentação, porque esses conflitos estão aliados ao dinheiro, no sentido de que as pessoas precisam, digamos assim, ter recursos para sobreviver, para trabalhar. Então, se o Estado demora, há conflito na área de madeira; se o Estado demora, há conflito nas drogas; se o Estado demora na área fundiária, há venda de parcelas e ocupação ilegal. Enfim, todas essas medidas que estamos colocando ali, a retomada de lotes irregularmente ocupados em projetos do Incra, agilizar a retomada de áreas públicas, porque há um *turnover*, que seria uma velocidade muito grande na busca, digamos assim, dessas trocas de terra visando justamente esse tempo.

(*Soa a campanha.*)

O SR. CLÁUDIO RODRIGUES BRAGA – Vamos fazer um mapa agrário que representa, na verdade, todos os Estados onde temos algum representante da Comissão Nacional de Reforma Agrária, com formação na parte de conflitos agrários e na parte da Justiça agrária, da Promotoria Agrária e da Defensoria Agrária. Então, todos esses mapas mostram como vem sendo atuado.

O Estado onde há o maior número de conflitos é o Estado do Pará, o Estado mais representativo em termos do que conseguimos, tanto na área federal, na área estadual. Então, nós temos conseguido bastante. De 300 óbitos ou assassinatos, há uns 15 anos, hoje estamos com 30, 40 no ano todo, mas, mesmo assim, ainda buscamos zerar, que é a meta da Comissão.

Estou aqui à disposição. Estou aqui para responder.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Dr. Cláudio Rodrigues Braga, pelas...

O SR. CLÁUDIO RODRIGUES BRAGA – (*Fora do microfone.*) Senadora, eu quero lhe entregar o dossiê completo da Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Que bom!

O SR. CLÁUDIO RODRIGUES BRAGA – (*Fora do microfone.*) Se a senhora quiser, também tem em arquivo eletrônico para entregarmos tanto para a senhora como para os Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada.

O SR. CLÁUDIO RODRIGUES BRAGA – (*Fora do microfone.*) É um apanhado geral para a senhora ter todo o material desta Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – O senhor se antecipou, Dr. Cláudio, porque nós íamos solicitar isso formalmente. Muito obrigada pelas informações prestadas à Comissão de Direitos Humanos. Muito obrigada.

Nós estamos aqui recebendo, nesta audiência pública, uma legislação...

O SR. CLÁUDIO RODRIGUES BRAGA – Toda a legislação, todo o manual, todos os mapas, inclusive por casos individualizados. Todos esses casos que foram separados pela Mesa, estamos informando (*fora do microfone.*) qual é a situação em que se encontra, como se encontra, os casos que foram falados aqui do José Cláudio, a condenação, em que pé está a apelação, enfim, dando uma situação real de cada caso, para o Senado Federal e sua Presidência terem conhecimento e poderem, daqui a algum tempo, dizer: “Olha, queremos saber como está esse caso que vocês disseram aqui”.

Estamos aqui, com o máximo prazer, para prestar essas informações, porque a reforma agrária hoje existe por causa dos movimentos sociais. Os movimentos sociais são a luta, a briga, pela insensibilidade que o Governo tem no trato dessas questões.

Nós não somos iracundos, não somos assim desanimados. Tenho 38 anos no Incra, dez de Comissão e – digamos assim – vou, com o mesmo intuito, trabalhar, fazer esse trabalho na área de conflito. E sinto, realmente, que o Estado está andando atrás.

O Estado precisa correr mais, atuar mais. É este o recado que a gente pede ao Senado Federal: para ele atuar mais. Às vezes, o órgão, o Incra, é muito pequeno para traduzir a reforma agrária, que é uma questão nacional. O campo grita, o campo chora, o campo precisa de uma solução.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Muito obrigada, Dr. Cláudio.

Parabéns ao senhor! Parabéns pelo empenho! Parabéns pela dedicação! Dá para perceber que o senhor é um profissional altamente comprometido com a luta dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Nós queremos aqui agradecer ao senhor e ao Dr. Gercino.

Quero agradecer também os processos... São processos em curso, inquéritos em curso, que serão analisados por esta Comissão. E faremos os devidos encaminhamentos.

Concedo, agora, a palavra ao nosso Deputado Federal, que está aqui presente, Anselmo de Jesus, do PT de Rondônia. Sabemos que é um Deputado, um parlamentar que vem da agricultura e que também tem compromisso com essa causa.

Com a palavra, o Sr. Deputado.

O SR. ANSELMO DE JESUS (PT – RO) – Quero cumprimentar a nossa Presidente, Senadora Ana Rita, e, ao mesmo tempo, parabenizá-lo.

Neste espaço aqui, estamos precisando de gente com essa iniciativa, para poder defender, realmente, essa bandeira, que nesta Casa está um pouco fracasada. Se pegarmos hoje a articulação que se tem aqui dentro, muitas vezes ela não é muito propensa para nós.

Mas quero cumprimentar aqui, também, a Alessandra, da Contag, a Elisângela, da Fetraf, o nosso companheiro do MST. Em nome deles cumprimento todos aqui presentes.

Quando falo da nossa posição aqui, como Parlamento, hoje, principalmente, na Câmara dos Deputados, há uma Bancada Ruralista muito grande, que tem como eixo central a Comissão de Agricultura, mas que se articula através da Comissão de Meio Ambiente, da Comissão da Amazônia. E temos conhecido de perto quanto temos sofrido para fazer esse debate.

A Comissão de Direitos Humanos lá dos Deputados é diferente da Comissão do Senado. Há, hoje, lá, pessoas que realmente estão do outro lado; pessoa que discrimina, principalmente quando se trata da questão indígena, da questão dos negros. Então, estamos, no momento, em desigualdade e com uma diferença muito grande. Principalmente na Câmara dos Deputados, temos enfrentado isso e visto isso muito claramente.

Tenho acompanhado. Voltei a ser... Fiquei dois anos como Secretário da Agricultura no meu Estado e assumi, agora em janeiro, e tenho visto, através da Frente Parlamentar da Agricultura, reuniões que passam toda a semana – cedo, meio-dia, tarde. Ora, Supremo, ora Ministro da Justiça, convocação da Ministra Gleisi, hoje, da Casa Civil, e assim é contínuo. São dois meses de ataque muito violento com relação principalmente à questão indígena.

Ontem tivemos a presença dos indígenas e vimos lá dentro quantos Deputados poderiam, talvez, naquele momento, ali, buscar o consenso. E até eu dizia, no momento em que fui entrevistado, que a democracia brasileira ainda não deu oportunidade a que os índios pudessem também ter uma carteira de parlamentar. Eu dizia assim: acho que entrou no momento certo, porque, como eles não têm uma carteira de parlamentar para poder representá-los lá dentro, eles têm muitas vezes de chegar àquilo que aconteceu ali.

Aí acho que há o momento que estamos vivendo agora, que é muito difícil. A questão do Judiciário hoje é muito cruel. Se pegarmos hoje, acho que deveríamos descentralizar o Incra e ir para o Poder Judiciário. Se pegarmos hoje quantas áreas já foram definidas, em relação às quais já foram emitidos os TDs, só faltando o Poder Judiciário emitir o Incra na posse, veremos que isso já aconteceu há anos. Hoje o próprio Poder Judiciário é um dos que mais comprometem a distribuição de terra no Brasil. Isso sem contar os pedaços de terra nos quais as pessoas entraram, tiveram filhos, os filhos já estão se casando: isso está no Poder Judiciário sem ser julgado até hoje. Então, temos um entrave muito grande hoje na própria Justiça, em sua morosidade, em seu comprometimento com o latifúndio. Isso tem sido muito comprometedor e, automaticamente, vai se desdobrar em violência no campo.

Nós temos uma realidade em Rondônia. Ainda quando Secretário de Agricultura em meu Estado, através da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagro), recebi uma denúncia envolvendo a fazenda dos Bordanese, em Vilhena, segundo a qual havia lá um arsenal de armas. De imediato fui ao Secretário de Segurança Pública, e ele foi atrás do fato. Chegou lá, encontrou o arsenal e pegou os pistoleiros. Só que, logo em seguida, isso desapareceu da mídia, ninguém foi preso. Depois, esse pessoal ligado ao sindicato patronal de lá, que é ligado à Federação da Agricultura, que é ligada aos grandes produtores, fez essa mesma denúncia ao nosso governo, e o nosso governo deu o mesmo encaminhamento que eu dei à questão: levou ao Secretário de Segurança Pública, e ele foi lá e fez a averiguação. Infelizmente, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais lá de Vilhena, o Udo, estava sendo perseguido por pistoleiros. Ele estava dentro de uma reunião do Conselho de Desenvolvimento Rural, numa câmara de vereadores, onde foi apanhado pela Polícia e levou oito meses de cana. Acharam lá um arsenal de armas, na fazenda em relação à qual houve a denúncia, pegaram os pistoleiros, mas os caras não levaram um dia sequer de cana. O Udo, por outro lado, levou oito meses em função de uma única acusação, a de que ele estava portando uma arma.

Quer dizer que, então, é um ataque muito frontal essa questão dos trabalhadores, principalmente dos trabalhadores sem terra, que estão aí pleiteando um espaço, um pedaço de terra. É uma situação muito complicada.

Queira ou não queira, hoje essa articulação através da Câmara dos Deputados tem tido um peso muito grande – só da bancada ruralista, nós temos mais de 200 Deputados lá dentro. Queira ou não queira, qualquer decisão aqui nesta Casa é pelo voto. Nós, que defendemos esse outro lado, somos sete com mais dois padres que há lá, somamos nove para fazer o enfrentamento na discussão do voto lá dentro. Lá, por mais que você possa fazer o discurso, fazer o enfrentamento, depois vão ser contadas as garrafinhas mesmo, vão ser contados quantos votos há aqui e quantos votos há ali.

Então, partindo desse princípio, ainda que saibamos da aceitação do Governo Dilma, quando se trata da base aliada nesse setor, nós temos uma boa parte da base aliada da Presidente Dilma também jogando nesse outro time aí. Isso tem nos prejudicado e, realmente, muitas vezes ficamos até angustiados diante da decisão de como conduzir esse processo lá dentro.

Quando esses dois meses de ataque frontal, essa questão indígena... Houve a ocupação do plenário, no qual acho que ninguém nunca conseguiu entrar, e os indígenas conseguiram entrar pela primeira vez ali. Isso reflete o fato de que o próprio Presidente já deveria ter tomado uma decisão, ter tirado de pauta e jogado para o segundo semestre essa PEC. Hoje os ruralistas querem tomar uma decisão através do Parlamento com relação à questão indígena e outras questões relacionadas, o que cria toda condição para a ocorrência desses crimes no campo – estamos lá e sabemos. Estamos muito angustiados, mas, ao mesmo tempo, quando vemos uma ação daquelas ali, nós nos emocionamos, ficamos mais tranquilos, acreditando que vale a pena lutar.

Estamos vivendo agora no Parlamento brasileiro coisas que, realmente, estão dando rumo à política. Com essas mobilizações e com esses debates através das comissões, criam-se condições muito melhores para promover mudanças.

Hoje a lei do ficha suja dá um novo rumo para a política brasileira. Se nós pegarmos a próxima eleição, quantas pessoas que a lei da ficha suja vai deixar fora? E boa parte desse pessoal faz parte desses aí. Então, vemos o que é uma ação popular hoje, através do Parlamento, e que cria uma condição muito favorável a esse debate que estamos fazendo aqui. Eu quero acreditar que o próximo Parlamento virá diferente, em função de sair muita gente desses antigos. Talvez

venham uns novos, mas também temos que nos cuidar em quem escolher, porque não adianta nada ficar meia dúzia aqui enfrentando duzentos, porque vamos sempre perder. Então, acho que temos que ter esse cuidado também. Já tivemos o cuidado através dessa grande mobilização de massa, que deu condição de a ficha suja acontecer nesse Parlamento. Agora temos também que nos cuidar sobre como escolher, para que possamos ter talvez minoria, mas que seja uma minoria mais próxima dessa maioria hoje, que é muito desigual e temos muita dificuldade.

Então, Presidente, eu quero parabenizá-la. Daria graças se nós tivéssemos lá, no Parlamento da Câmara dos Deputados, a Presidente da Comissão de Direitos Humanos igual a sua pessoa aqui no Senado, que dá essa condição. Hoje, nós estamos até proibidos, talvez, de entrar na Comissão de Direitos Humanos lá, porque põem até seguranças na porta. Então veja que situação nós estamos lá encontrando. Quero aqui parabenizá-la, e também a todos os movimentos que estão aqui.

Eu sempre digo aquela frase do Presidente Lula, que ninguém melhor do que a mãe para gostar do filho, mas tem hora em que ela está lavando roupa e se esquece de dar de mamar para ele, e ele chora. E o que vocês estão fazendo aqui nada mais é do que gritar, porque o cão precisa de socorro.

Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Deputado Anselmo de Jesus. É um prazer tê-lo aqui. E quero parabenizá-lo também pela sua luta. Sabemos que você é oriundo da luta também, dos movimentos sociais, e que representa tão bem os setores que representam os trabalhadores e as trabalhadoras do nosso País aqui no Congresso Nacional.

O SR. ANSELMO DE JESUS (PT – RO) – Eu só queria pedir licença para me retirar, porque neste momento estão debatendo a própria ocupação dos povos indígenas lá na Comissão de Agricultura, e temos também a questão da Comissão da Amazônia e de Meio Ambiente. Neste momento estão todos reunidos lá. Queira ou não queira, nós somos poucos, mas muitas vezes o grito da gente lá representa alguma coisa.

Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Com certeza. Obrigada, Deputado, pela sua presença.

Eu quero aproveitar esse momento também para dizer que foi muito importante esta Mesa hoje, com integrantes altamente qualificados, que vivenciam a experiência no campo e trazem informações, trazem dados que muito contribuem para o debate e para também chamar a atenção da sociedade e do nosso Governo para as questões do campo. Então, acho que vocês estão aqui cumprindo uma importante tarefa,

uma importante missão, no sentido de subsidiar esta Comissão de Direitos Humanos, subsidiar o Senado Federal com essas informações.

Vocês levantam questões como a da impunidade, que alimenta a violência, conforme foi dito aqui pelo Antônio. Há uma perspectiva de que, neste ano, nós possamos realmente dar um basta à impunidade ao fazer o julgamento de sete casos importantes do nosso País, para que de fato esse julgamento seja justo e que a justiça seja feita.

Vocês trazem também um olhar da questão do campo, da questão agrária, da questão da impunidade brasileira à luz da realidade da América Latina e do mundo, conforme a Alessandra nos trouxe aqui. A segurança alimentar do nosso País é fruto do trabalho da agricultura familiar. Na verdade, quem coloca o alimento na mesa dos trabalhadores, das famílias brasileiras e de todas as pessoas, de fato, é a agricultura familiar, que produz o alimento que nós temos.

Vocês trazem também informações importantes no sentido de avançarmos na reforma agrária, sobre a reestruturação dos assentamentos de trabalhadores rurais. É preciso ter políticas estruturantes para solucionar de fato os conflitos no campo, conforme foi dito aqui pela Elisângela. A Lei Maria da Penha também precisa chegar através de mecanismos de sua implementação em todas as comunidades, em todos os Municípios rurais, nos Municípios do interior do nosso campo.

Também foi dito aqui que a violação dos direitos humanos é condição para o avanço do capitalismo. Foi dito aqui pelo Antônio, da CPT, que é preciso, de fato, ter políticas públicas de enfrentamento ao capitalismo. Nós precisamos ter uma sociedade, de fato, de igualdade de direitos, em que as pessoas possam ser respeitadas, em que todos possam ser tratados com a devida dignidade, conforme está contido na nossa Constituição Federal.

Também se tratou aqui da impunidade, dos massacres, dos agrotóxicos. É preciso, realmente, enfrentar isso no campo – foi dito aqui pelo nosso representante do MST. É preciso dar um basta a isso. Precisamos, de fato, ter políticas e ter comprometimento das instituições públicas do nosso País, tanto por parte de todo o sistema de Justiça, do sistema de segurança, dos nossos governos, do Governo Federal, dos governos estaduais e dos governos municipais, para que possamos, realmente, ter paz no campo. É preciso políticas públicas importantes.

Por último, o Sr. Cláudio Rodrigues nos traz o mapa dos conflitos agrários do País, chamando-nos a atenção para a realidade, em particular, do Estado do Pará, que é uma realidade que nos chama muito a

atenção, onde diversos assassinatos têm acontecido. E é preciso, realmente, ter um olhar, não só para todos os Estados brasileiros, mas um olhar preferencial para essas localidades onde os conflitos são mais gritantes.

Quero, agora, já caminhar para o encerramento desta audiência pública. Antes de passar a palavra para os nossos convidados e as nossas convidadas para fazerem seu pronunciamento final, quero aqui apresentar algumas propostas de encaminhamento.

O nosso compromisso com as audiências públicas – tenho refletido isso com os nossos colegas Parlamentares e também com a assessoria desta Comissão. As audiências públicas são altamente importantes, porque trazem para o debate temas da sociedade. Mas o debate, por si só, não é suficiente; ele é importante, porque nos conscientiza, nos capacita, nos chama a atenção para os problemas, mas é necessário que a Comissão também tome algumas providências. Diante disso, vou aqui apresentar algumas propostas de encaminhamento que, na minha opinião e na opinião da nossa assessoria, neste momento, são importantes.

Primeiro, vamos requerer informações à Polícia Federal sobre as empresas de segurança que atuam na repressão contra lideranças e trabalhadoras e trabalhadores do campo.

Vamos também oficializar aos governadores, principalmente dos Estados onde os conflitos são mais gritantes, apelando para que implantem o maior número possível de delegacias especializadas em violência contra as mulheres nos Municípios de maior incidência, conforme foi solicitado aqui.

Realizaremos uma audiência com o presidente do Conselho Nacional de Justiça para que acompanhe os sete julgamentos de acusados por mortes de trabalhadoras e trabalhadores marcados para este ano – ouviu, Antônio? Nós queremos acompanhar isso mais de perto.

Encaminharemos o relatório da CPT para os Ministros do Executivo Federal, para o Conselho Nacional do Ministério Público, para o Conselho Nacional de Justiça e para o Supremo Tribunal Federal, cobrando providências no âmbito de cada órgão. Então, quero dizer ao nosso querido Antônio Canuto que vamos fazer também esse encaminhamento.

Pediremos informações ao presidente do Inkra sobre as perspectivas de assentamento das 180 mil famílias acampadas no Brasil nos dias atuais. Então, vamos também solicitar ao presidente Guedes que nos passe informações sobre quais são as perspectivas de assentamento para as famílias que hoje se encontram acampadas.

E, com relação aos documentos aqui deixados pelo Sr. Cláudio Rodrigues Braga, nós vamos também

fazer os devidos encaminhamentos, e eu quero aqui agradecer muito por essa documentação que foi entregue. Esta Comissão tem um papel importante de ouvir os clamores da sociedade, mas de fazer a defesa dos direitos humanos de todas as pessoas e, em particular, daqueles que mais sofrem perseguição, que estão dando sua vida na luta deste País, para que possamos construir um País justo, um País onde haja igualdade entre todas as pessoas.

Eu passo agora a palavra aos integrantes da Mesa para as considerações finais.

Eu vou começar pelo último a falar, pelo seu Cláudio Rodrigues Braga. Em seguida, nós vamos fazer o caminho inverso.

O SR. CLÁUDIO RODRIGUES BRAGA – Senadora, primeiro eu gostaria de agradecer bastante por este espaço, porque a atuação da comissão sequer, digamos assim, resolve 10% ou 5% dos casos que são trazidos para ela. Nós temos tentado, de todas as formas, fazer com que o Estado atue. Então, eu acho que esse movimento e os movimentos sociais sabem da responsabilidade deles em pressionar. Tem que pressionar o Estado mesmo, porque o Estado está lento. E aí a nossa comissão age justamente para fotografar a situação real, para que vocês possam ter, sempre sob o princípio da legalidade, as forças com as quais vocês precisam chegar a atender os sonhos de vocês. Nós temos que ter sonhos, nós temos que os realizar.

Então, essa é a nossa passagem, e quero agradecer bastante, Senadora, por este espaço aqui no Senado Federal, que é um espaço digno de uma questão agrária e um espaço digno de acender uma chama de esperança e de mudança para o nosso País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – O Alexandre Conceição, diretor da Coordenação Nacional do MST.

O SR. ALEXANDRE CONCEIÇÃO – Senadora Ana Rita, em nome do Movimento Sem Terra, gostaríamos de agradecer a oportunidade de debater um tema tão fundamental para o desenvolvimento deste País, para a dignidade do povo brasileiro e, principalmente, para a dignidade dos povos do campo, da floresta, das áreas de ribeirinhos, dos pescadores, que hoje, com o avanço do capital, encontram-se ameaçados.

Esta é uma oportunidade de a gente fazer esta lembrança, esta denúncia. Como disse o Canuto, de fato, são os 21 mártires nossos de Carajás que nos empurram, cada vez mais, para fazer a luta com a nossa indignação, com a nossa determinação, mas com a certeza de construir um mundo justo, um mundo soberano. Mas um mundo justo e soberano só é possível, Senadora, com a desconcentração da terra,

com o fim do latifúndio e com o fim do trabalho escravo, que ainda impera neste País.

Para finalizar, três elementos fundamentais desta audiência: que a gente possa também cobrar as desapropriações para as famílias; isso vai estar sempre na nossa pauta. Não é possível que a gente tenha de passar 15 anos debaixo da lona preta. Crianças já nasceram, já estão indo para a escola, já têm 15 anos de idade e ainda não viram o sonho de terem a casa rural, de terem sua escola, de terem seu sonho construído na luta do povo.

Também cobrar, a partir desta audiência, Senadora, que esta Comissão possa cerrar fileiras junto com os trabalhadores rurais para que não permita que a CNA, junto com seus representantes, passe por dentro do Senado a medida provisória, o PL que eles estão querendo passar para criar os despejos em 15 dias. Essa é uma vergonha dessa representação, e nós pedimos o apoio desta Comissão para que isso não seja aprovado, e a nossa luta vai seguir cada vez mais firme nesse sentido.

Por último, Senadora, é preciso pedir ao Judiciário que deixe de ser capacho do latifúndio e comece a dar imissão de posse, porque, como eu disse anteriormente, há 193 processos no Poder Judiciário, mais de 900 mil hectares de terra que poderiam hoje estar combatendo a violência, que poderiam hoje estar sendo assentamento rural, mas isso está sendo impedido pela Justiça deste País.

Então, Senadora e demais companheiros e companheiras, estamos no dia 17 de abril, 17 anos de impunidade de Carajás, mas também 30 anos de MST de luta pela reforma agrária e com muitas ocupações.

Para se ter uma ideia, hoje já fizemos mais de dez ocupações neste Brasil. Vários pontos de BR estão sendo fechados neste momento para comemorar e lembrar esta data tão importante para a luta dos trabalhadores. E seguiremos também aqui em Brasília com o Acampamento Hugo Chávez, permanentemente, durante este período, para cobrar do Governo, do Poder Judiciário e do Congresso Nacional uma reforma agrária justa, ampla e cada vez mais digna para o povo brasileiro.

Muito obrigado, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Alexandre.

Elisângela dos Santos Araújo, coordenadora-geral da Fetraf – Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar.

A SRA. ELISÂNGELA DOS SANTOS ARAÚJO – Também quero agradecer muito pela oportunidade deste momento aqui, em que podemos fazer um de-

bate desta amplitude, e também pela importância que tem esta temática.

E aqui há a presença desses movimentos, desta Comissão que tem tentado fazer uma papel de acompanhamento dos conflitos. A riqueza com que a CPT tem contribuído, ao longo desses anos, de trazer presente para a sociedade e para o Governo os conflitos que existem no campo.

E, para nós da Fetraf, este momento é muito oportuno porque a gente reafirma, cada vez mais, a necessidade de nos fortalecer para enfrentar esses desafios que estão hoje no rural, no campo brasileiro, principalmente com o conjunto das políticas públicas que possam trazer clara essa questão de como a gente enfrentar esses desafios da disputa dos recursos naturais que causam a violência, a questão da terra, da reforma agrária, de novos assentamentos, da reestruturação dos assentamentos que temos hoje.

Enfim, se a gente não tiver de fato acesso à terra, à distribuição de terra, se a reforma agrária não acontecer neste País, não vamos ter o fim da violência e o fim da impunidade.

E também esse enfrentamento ao Judiciário, porque acho que o papel do Judiciário hoje tem sido muito ruim e tem contribuído muito para esses conflitos, para a impunidade neste País. Essa é que é a verdade.

E também é preciso levar em conta as outras formas de violência que acontecem no campo, Senadora. É preciso a gente ter espaço para debater isso, principalmente para as mulheres. As crianças também sofrem violência no campo. São muitas formas de violência que às vezes é impossível a gente saber que elas existem, mas elas existem na vida das pessoas, na vida nossa dos trabalhadores, dos agricultores e das agricultoras familiares, camponesas, de todas as populações do campo. E é preciso que esse debate tenha visibilidade para a sociedade, para o Governo. E este espaço aqui do Parlamento, desta Comissão é muito importante para trazer, para criar mais oportunidade para a gente fazer o debate das outras violências e dos conflitos que existem na vida dessa população hoje, das populações do campo. Então, nós esperamos um debate, uma continuação.

Espero que estes encaminhamentos aqui também colocados pela Senadora sejam encaminhamentos que, de fato, se concretizem o quanto antes, e estamos solidários aos companheiros do MST neste mês, juntos, porque também estamos numa jornada de luta nossa, nos Estados e Municípios, e também vamos estar aqui no mês de maio, fazendo mobilizações nacionais, tanto para o fortalecimento da agri-

cultura familiar, quanto da reforma agrária, enfim, por uma vida digna no campo.

O SR. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Elisângela.

Alessandra Lunas, vice-presidenta da Contag.

A SRA. ALESSANDRA LUNAS – Obrigada, Senadora Ana Rita.

Eu queria só aqui reiterar – acho que o último mapa do nosso companheiro mostrou – a análise que a gente tinha feito. Quando a gente olha aquele mapa e vê o destino da expansão agrícola do nosso País, é o mesmo destino dos maiores conflitos agrários. Acho que o mapa confirma essa preocupação e confirma o real problema e onde precisamos enfrentar a saída pacífica nos Estados onde o aumento do conflito agrário está colocado.

Então, é fato que aí é que está o nosso problema e como nós devemos enfrentá-lo. E, com certeza, esta Casa tem muito a contribuir, inclusive com esta reflexão e com este diálogo em torno das inúmeras outras questões ligadas a esse processo dessa expansão do modelo de desenvolvimento insustentável que inclusive é responsável por esse grande aumento da violência no campo.

E queria também me somar aos companheiros que me antecederam, Senadora. Creio que a Comissão de Direitos Humanos, o Senado pode muito contribuir conosco se somando a essa cobrança junto ao Judiciário para o andamento dos processos que se encontram ali represados, alguns deles com mais de dez anos aguardando a liberação para imissão de posse. Se a gente conseguisse pelo menos dar celeridade àquele processo, acho que nós já conseguiríamos dar um grande passo num diferencial na reforma agrária do acesso à terra aqui no Brasil.

Então, acho que precisamos nos somar todos a essa situação, além de que o Judiciário possa também dar maiores respostas inclusive ao que diz respeito à impunidade no campo. Gostaríamos de contar inclusive com esse esforço conjunto para que sejam federalizados os crimes que são cometidos no campo hoje contra os nossos dirigentes de sindicatos, contra dirigentes sindicais, lideranças que hoje ficam aí vítimas da impunidade, por essa ausência. Então, precisamos juntos nos somar. Quem sabe com esta Casa também, conjuntamente com a Câmara dos Deputados, possamos fazer essa diferença. E começar a tratar. Acho que a própria Comissão da Verdade já mostra que os crimes no campo, historicamente, estiveram ligados a uma situação nacional e continuam sendo. Então, a federalização dos crimes para nós hoje é fundamental no sentido de conseguir combater efetivamente essa violência no campo.

Por último, quero também conclamar aqui o Senado, a Comissão de Direitos Humanos para estarem conosco, somarem-se a essa campanha latino-americana contra a violência no campo. Com certeza, precisamos dos esforços de todos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Obrigada, Alessandra.

Passo agora para o Antônio Canuto, da Coordenação Nacional da CPT, para as considerações finais.

O SR. ANTÔNIO CANUTO – Senadora, quero passar aqui o *Pastoral da Terra*, um jornalzinho que a gente tem e que mostra que, em 2013, a violência continua. Já são nove assassinatos que nós temos registrados no nosso banco de dados, em 2013 – faz três meses e pouco.

Outra coisa que eu queria dizer: eu gostei muito dos mapas e dos gráficos que o Cláudio apresentou, porque são muito didáticos e mostram, de fato, o que legalmente existe. Agora, os números da CPT são muito maiores porque muitíssimo dos crimes que se cometem contra os trabalhadores nem sequer o inquérito se faz! Sequer se toma conhecimento! Jogam para lá! Quer dizer, uma coisa é o que caminha um pouco; outra coisa é o que realmente acontece. O que nós registramos aqui eu acho que não é nem 10% do que realmente acontece. É aquilo de que se tem conhecimento. Mas o que acontece de barbaridade por aí nesse mundão, de que ninguém toma conhecimento... Gente que morre, gente que perde a terra, gente que perde tudo o que tem e não chega nem ao conhecimento do povo. Então, é outra coisa.

Agora, um último ponto: o Alexandre lembrou-se do projeto de lei de fazer o despejo em 15 dias. Naquele bate-boca que a Senadora Kátia Abreu teve com o Requião, ela disse: “Não, o direito humano à propriedade é o direito de uma minoria”. É aí que o bicho pega. Só tem direito aquela minoria que tem dinheiro e que ocupou as terras, que espoliou as terras dos outros e se tornou dona daquilo!

O direito à terra é um direito universal! Deus não fez a terra para uma minoria, Deus fez a terra para todos, não é? Por isso que volto a convocar: é preciso nos rebelarmos, a rebeldia tem que ser parte da nossa Constituição para que este mundo seja diferente.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Obrigada, Sr. Antônio.

Passo a palavra agora para o Antonio Filho, que é o Coordenador Executivo da Terra de Direitos.

O SR. ANTONIO ESCRIVÃO FILHO – Obrigada, Senadora.

Em nome da Terra de Direitos agradeço novamente o convite e saúdo esta importante iniciativa da Comissão de Direitos Humanos, a presença e as falas de todos os companheiros aqui.

Bom, vou focar em alguns pontos só para encerrar, Senadora, e talvez fazer algumas sugestões para engrossar esse caldo de encaminhamentos, instrumento muito importante nestas Casas legislativas, já que é tão difícil a correlação de forças internamente.

Bom, ficou bem claro aqui que a solução dos conflitos fundiários parte da efetivação dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e dos povos da terra e do cumprimento da função social da propriedade. E também foi colocado que o Poder Judiciário, o Sistema de Justiça, tem grande responsabilidade justamente nisso, no cumprimento da função social e no cumprimento desses direitos dos povos da terra. Nós precisamos informar, a Magistratura e os agentes do Sistema de Justiça às vezes têm uma posição de se colocarem acima dos problemas sociais, acima da sociedade e de outras instituições. Nós temos que informar, eles têm que aprender realmente a lidar, a conhecer, compreender os direitos humanos, compreender a realidade dos direitos humanos no Brasil. A responsabilidade do Ministério Público Federal é de cobrar a realização das políticas públicas do Poder Judiciário, de destravar esses processos de desapropriação para fins de reforma agrária, de retomada de terras públicas em áreas indígenas ou de assentamentos que estão grillados, demarcação de terras indígenas e titulação em territórios quilombolas. Então, são quatro frentes de atuação fundiária em que o Poder Judiciário e o Sistema de Justiça podem e devem atuar para solucionar os conflitos fundiários. É justamente essa frente que está paralisada. Por outro lado, temos a frente da criminalização. Peguei aqui, junto com o Canuto, no ano passado foram 39 prisões de lideranças de trabalhadores rurais e, de modo contrário, a violência cresce, são 347 ameaças e 29 assassinatos. Quer dizer, funciona de um lado, a criminalização está acontecendo, as prisões vêm ocorrendo. A prisão decorre da atuação integrada da Polícia, do Ministério Público e do Poder Judiciário.

Bom, só para elucidar um número, quanto a esse número que o Alexandre traz para a gente, 193 ações de desapropriação para fins de reforma agrária travadas na Justiça. Em todas essas ações, o ato inicial é o depósito do Incra das benfeitorias e é em dinheiro, a TDA vem depois, o depósito é em dinheiro. Então, são

193 ações em que há dinheiro público emperrado dentro do Sistema de Justiça e não é mera coincidência, a gente sabe quais são os fatores de pressão também do poder econômico do campo sobre o Poder Judiciário. Por isso a pressão social, por isso que o movimento social é legítimo também para fazer essa pressão, porque ele não vai pressionar dentro do gabinete, ele não vai pressionar na conversa no cafezinho, ele faz a pressão de outra forma.

Bom, eu compreendo que esta Comissão, Senadora, tem um papel muito importante justamente para a gente levar, pressionar o Poder Judiciário para compreender e incorporar sua cultura institucional à realidade e à efetivação dos direitos humanos, pressionar para que ele assuma sua responsabilidade em relação aos direitos humanos. Nesse sentido, teríamos diversas medidas, talvez tentar de alguma forma atuar junto ao Conselho Nacional de Justiça, à Escola Superior da Magistratura para verificarmos como eles vêm trabalhando a questão de direitos humanos na formação e na seleção dos nossos Magistrados. Nós temos que pressionar quem já está aí, também temos que contribuir com a mudança da mentalidade da cultura de quem entra nesse Sistema de Justiça e de quem vem julgando os processos referentes a acesso a direitos ou à violação de direitos humanos. Nós temos, por exemplo, no CNJ sendo discutida uma política de ações afirmativas para o processo seletivo de Magistrados. Como dizem, já demorou para que a nossa Magistratura também incorpore políticas afirmativas de gênero, de raça, de etnia e de orientação sexual também, porque são todos padrões de filtragem no momento da seleção, temos processos subjetivos de seleção também.

Bom, na formação também. Qual é o currículo de direitos humanos que está colocado para formação desses juízes? Há pesquisa da primeira instância do Rio de Janeiro na qual 40% de todos os Magistrados que estavam em atuação em 2010, no Rio de Janeiro, 40% deles nunca haviam tido qualquer curso, qualquer formação em direitos humanos, que é o núcleo hoje da nossa Constituição, o núcleo dos nossos direitos. Então, também trabalhar essa questão da formação em direitos humanos para toda essa gama de juízes e de promotores que estão decidindo as vidas, decidindo os rumos nesse processo de judicialização da política pública, de judicialização da luta social.

Outro elemento muito importante para assumir essa responsabilidade na efetivação de direitos humanos. Talvez este seja também o momento de instituir as ouvidorias externas no Poder Judiciário. As defensorias públicas já fizeram isso com a Lei Orgânica, o Ministro Joaquim Barbosa está chamando para a

discussão da Lei Orgânica da Magistratura Nacional. Quer dizer, o nosso Poder Judiciário, cuja lei que o institui é da ditadura militar, esta querendo fazer uma revisão e depende de nós, da sociedade civil, da Comissão de Direitos Humanos do Senado – na Câmara estamos com um debate difícil –, depende de nós fazer com que a reforma da estrutura do Sistema Judiciário seja orientada para efetivação dos direitos humanos. Se não nos movimentarmos, ela certamente não virá nesse sentido. Também já coloco aqui uma agenda junto à Comissão e à Senadora para trabalhar a instituição de ouvidorias externas junto a todas instituições do Sistema de Justiça e, em especial, ao Poder Judiciário, num processo certamente de longo e médio prazo para vermos se conseguimos reverter este cenário da Justiça em relação aos direitos dos povos da terra no Brasil.

Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Antônio, pelas contribuições. Com certeza, serão todas acolhidas por esta nossa Comissão. Vamos avaliar como fazer os devidos encaminhamentos.

Nós já estamos finalizando a audiência pública, estamos aqui recebendo o nosso Vice-Presidente, o Senador João Capiberibe, do PSB do Amapá e o Senador Randolfe. Passo a palavra para que vocês possam fazer também os comentários finais e, assim, prosseguirmos para o encerramento.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr^a Presidenta, Sr. Senador Randolfe, representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, da CPT, enfim, os que estão participando desta audiência pública relativa à violência no campo, nós daqui do Senado temos uma agenda complicada, são vários eventos, todos começando na mesma hora, em alguns deles terminamos nos atrasando muito, ou os eventos atrasam e terminam provocando esse desequilíbrio na nossa agenda.

Mas nós aprovamos esta audiência pública exatamente numa proposta do Senador Randolfe que foi ampliada pela Senadora Ana Rita. Nós vivemos num País que resiste à reforma agrária. Na América Latina, o único País que não fez reforma agrária. Alguns países latino-americanos fizeram mais de uma reforma agrária. O Brasil é um país muito conservador em vários aspectos. A elite econômica resiste a qualquer mudança e ampliação de direitos sociais, de direitos econômicos. É fundamental que o Parlamento, que nós daqui do Senado tenhamos um olhar diferenciado para as questões prementes da sociedade brasileira. Não dá para aceitar que no nosso País nós tenhamos milhares de pessoas vivendo em acampamentos, nas

margens de estrada, num país da dimensão do Brasil, da superfície do Brasil, um país controlado pelos enormes latifúndios. Hoje, temos regiões inteiras praticamente desabitadas, regiões controladas pelo latifúndio, em que quase não se tem presença humana, na verdade, encontram-se somente máquinas. Tive oportunidade de visitar uma região em São Paulo, no Pontal, e eu via campos e campos sem absolutamente nada, algumas cercas, mas nenhum tipo de plantação. Ou seja, com terras sobrando, no entanto, milhares de trabalhadores sem terra vivendo nas beiras de estrada em acampamentos.

Essa situação da reforma agrária já ensejou retrocessos políticos no nosso País. Em 1964, o Presidente na época, na hora em que ele anunciou a reforma agrária precipitou-se o golpe de Estado. Não só no Brasil, em outros países da América Latina. Precisamos trazer definitivamente para a agenda do Parlamento essa discussão da reforma agrária e como fazê-la, porque os custos são, da forma como está a proposta, praticamente impeditivos para que se avance o processo de reforma agrária de redistribuição da terra no Brasil.

Temos outra questão que é agravante neste momento. O Brasil depende das chamadas *commodities*, ou seja, nós viramos exportadores de natureza, nós exportamos soja, nós exportamos carne, nós estamos exportando nossa natureza, degradando os nossos solos em função dos impactos provocados por esse tipo de agricultura. E isso, claro, garante o equilíbrio na balança de pagamentos comercial, dá um destaque gigantesco desse setor, que é o setor do agronegócio e reduz a importância dos produtores de alimentos, que são fundamentais até para nossa sobrevivência. O alimento básico do povo brasileiro é produzido pela agricultura familiar. No entanto, não tem merecido o mesmo destaque. Nos últimos anos, no Governo do Presidente Lula e agora, sempre se ampliou muito para o crédito para a agricultura familiar, vários programas e políticas públicas foram implementadas, mas, do ponto de vista da economia, o destaque ainda está para o agronegócio, que tem uma representação enorme nesta Casa, uma representação poderosa. É claro, neste debate há certo desequilíbrio aqui dentro, mas temos que trazer informação. Com informação, a gente consegue, digamos, equilibrar o jogo, pelo menos as decisões serão tomadas com um pouco mais de equilíbrio. Mas, a verdade é que o Brasil está vivendo um momento muito delicado em função dessa hegemonia do setor agrário, fundamentada na exportação, viraram os grandes heróis e aí fica muito difícil a agente debater com eles.

Mas, enfim, eu acho que a nossa Comissão muito bem conduzida pela Senadora Ana Rita pode ser um espaço importante para que a gente... O que estão em jogo mesmo não são os direitos daqueles que querem trabalhar, que querem produzir no campo e que não dispõem de terra, quando está sobrando terra improdutiva, inclusive, não só nas regiões menos habitadas, mas no centro-sul brasileiro. O grande problema não está na Amazônia. Fazer reforma agrária na Amazônia não é nada difícil, porque temos áreas em abundância, o problema está exatamente nas grandes concentrações populacionais.

Enfim, eu queria, em nome dos Senadores, agradecer a presença de todos e estimular que possamos continuar nessa linha, trazendo os problemas mais graves do País para dentro. Esta é a Casa que toma grandes decisões e, para podermos tomar decisões, temos que ter o ouvido amplo para a sociedade brasileira, não ouvir apenas um segmento. Se formos dar um balanço dentro desta Casa, de acordo com quem frequenta e quem nos informa, tenho certeza de que os trabalhadores rurais, os pequenos, os agricultores familiares perdem de longe para os setores da economia da exportação, os produtores de *commodities*.

Portanto, parabéns à Senadora Ana Rita que está começando neste ano muito bem a sua gestão à frente da Comissão de Direitos Humanos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador João Capiberibe, nosso grande companheiro, Vice-Presidente desta Comissão.

Passo a palavra, então, ao Senador Randolfe, requerente desta audiência pública, para que também faça as suas considerações, e, em seguida, ao Senador Wellington Dias – faço questão de registrar –, do PT do Piauí, Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores nesta Casa.

Em seguida, passarei a palavra ao senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Presidente Ana Rita, fiz algumas constatações. Em que pese o conflito aqui de nossa agenda para acompanhar esta audiência – no mesmo momento em que realizávamos a audiência, a Ministra Marta está na Comissão de Educação –, estava acompanhando o Senador Capiberibe e o Governador Camilo Capiberibe em audiência no Ministério dos Transportes para um tema importantíssimo para o Amapá. Em que pese o conflito dessa importante e fundamental agenda com essas outras, pelo que acompanhamos, saio daqui com algumas constatações, minha querida Presidenta.

A primeira delas é que, em decorrência da entrega da Comissão de Direitos Humanos da nossa Casa congênere, da Câmara dos Deputados, para o conservadorismo fundamentalista e para o antônimo dos direitos humanos, parece-me – oxalá isso seja bem-vindo – que a senhora e nós da Comissão de Direitos Humanos vamos ter mais trabalho.

Vi isso no depoimento do Alexandre, que testemunhou para nós a impossibilidade de ter ocorrido essa audiência na Comissão de Direitos Humanos da nossa outra Casa. É uma pena, porque seria bom, Senador Wellington, que as duas Comissões de Direitos Humanos funcionassem, mas esta aqui, está claro, sob a condução da Senadora Ana Rita, vai receber, com todo o carinho, todos os reclames que lamentavelmente não encontrarão espaço na Comissão da Casa vizinha.

E esse é o papel da Comissão de Direitos Humanos. Comissão de Direitos Humanos não deve ser entregue a fundamentalismos conservadores, porque fundamentalismos conservadores são antônimos de direitos humanos. Comissão de Direitos Humanos é espaço de negro, índio, sem-terra, oprimido. É para isso que existe direitos humanos, humanos direitos.

Então, fico feliz por acolher esta audiência nesta data de hoje, que não é data para celebrar; é para lembrar. Foi dito aqui pelo Alexandre, pelo Cláudio, pela Elisângela, pela Alessandra e pelos Antônio aqui presentes que a mesma causa do que lamentavelmente ocorreu há 17 anos, no fatídico 17 de abril de 1996, está presente.

Há duas causas diretas de violência no campo que existem lamentavelmente ainda hoje. A primeira delas é a concentração da terra. Enquanto houve latifúndio no Brasil; enquanto nós continuarmos a ser um dos poucos países das três Américas que não tiveram coragem de fazer reforma agrária radical e profunda; enquanto houver concentração da terra; enquanto o latifúndio criminoso continuar matando e Judiciário continuar acobertando com a impunidade os assassinatos que ocorrem no campo; enquanto houver essas duas razões, nós teremos violência.

Nós ainda somos, lamentavelmente, um País que ainda pensa com a cabeça escravocrata do século XIX, do período da colônia. Ainda somos um País de concentração da terra. Ainda temos, lamentavelmente, a mesma concentração da terra do século XIX, cumpliciada essa concentração, meus queridos do acampamento Hugo Chávez – que bela denominação vocês realmente encontraram para esse acampamento; o nome de uma liderança heroica de toda a América Latina, Comandante Hugo Chávez...

Há alguns números aqui que retratam essa realidade, números que tirei inclusive do *site* – permitam-me citar – do Movimento dos Sem Terra; aliás, os números são da Comissão Pastoral da Terra, que diz o seguinte: em 2011 – acho que o Antônio deve ter detalhado isto, mas eu quero reiterar esses números, se foram citados aqui, porque são impactantes –, 1.186 casos foram acompanhados pela Comissão Pastoral da Terra. Desses 1.186 casos monitorados, 94 pessoas foram condenadas em primeira instância, com todos os direitos de recurso que possibilitam o nosso amplíssimo Direito Processual Civil e o Direito Penal brasileiro, entre elas 21 mandantes e 73 executores. Vou repetir o número: 1.186 acompanhados; mandantes condenados, só 21. Isso dá menos, muito menos de 1% dos casos; dá um pouco mais: um por cento e alguma coisa. É lamentável.

Então, está aí a razão direta. Aas razões que levaram à tragédia de Eldorado dos Carajás estão presentes. E, mesmo que nós tenhamos o impacto desses números, o impacto dessa realidade, mesmo que nós tenhamos tudo isso, mesmo que ainda tenhamos uma elite política escravocrata, que somente agora, há duas semanas, aprovou uma proposta de emenda à Constituição, igualando o direito das domésticas ao direito dos trabalhadores – ou seja, até duas semanas atrás, nenhum diploma legal em nosso País considerava um absurdo haver dois tipos de trabalhadores: um com menos direitos e outro com mais direitos –, esse padrão de sociedade, o Estado escravocrata ainda vê a reforma agrária como um caso que deve ser tratado como polícia do ponto de vista daquele que luta pelos direitos.

E esse padrão quer propor – eu ouvi... Eu considereei imaginável, há pouco tempo, na Comissão de Constituição e Justiça, alguém propor uma legislação que, na prática, criminalizasse de vez a luta pela terra, dando aos governadores de Estado quase o poder *manu militari*. É uma clara legislação de exceção. Se, por acaso, houvesse o desatino de ser aprovada pelo Senado e pela Câmara uma legislação desse tipo, ela não prosperaria por flagrante inconstitucionalidade. Mas ela serve para refletirmos o quanto a mente escravocrata conservadora é atrasada, porque há pouca preocupação com os casos que não são julgados, e toda a preocupação com a ocupação e com a luta pelo direito da terra, ao ponto de se propor uma legislação quase que determinando que governadores, com *manu militari*, possam impedir o direito à luta pela terra.

Que esta data e, em especial, esta audiência pública sirvam como reflexão para nós, Senadora Ana Rita, sobre a manutenção, a continuação das razões

que levaram aos trágicos acontecimentos de 17 de abril em Eldorado dos Carajás.

Permita-me, Senadora Ana Rita. As quatro Subcomissões da nossa Comissão de Direitos Humanos já foram constituídas. Parece-me que há uma necessidade de a nossa Comissão constituir um grupo, uma subcomissão. Regimentalmente, isso não é possível, mas acho que, com a nossa criatividade regimental, com a criatividade de V. Ex^a, poderemos encontrar uma solução. Seria importante instituímos, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, uma subcomissão ou um grupo que ficasse encarregado do acompanhamento dos conflitos agrários.

Os números da Comissão Pastoral da Terra nos demonstram a necessidade pertinente de nós, da Comissão de Direitos Humanos, acompanharmos esse tema.

Parabéns à senhora, Senadora Ana Rita, pela Presidência. Haverá uma sobrecarga de trabalho em razão dos temas aqui tratados, mas diz uma poesia, diz um filósofo que felicidade consiste em fazer do seu dever o seu prazer. Quanto mais o nosso dever é com aquilo que fazemos, ou seja, lutar e abrir espaço para a luta por justiça e por dignidade, eu acho que mais prazer nós temos naquilo que fazemos. Eu sei que a senhora vai ficar sobrecarregada, mas ficará sobrecarregada de bom grado por receber aqui todos aqueles que lutam e clamam por humanos direitos, por direitos humanos.

À CPT e ao MST a minha saudação pela firmeza na luta para superarmos este Estado e esta sociedade lamentavelmente ainda escravocratas.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador Randolfe.

Com certeza, contarei também com a ajuda de vocês nessa tarefa.

Eu quero aqui passar a palavra para o Senador Wellington Dias, para as suas considerações.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu serei breve, Presidenta.

Primeiro, quero apenas saudar também. Eu não pude participar desde o início, mas não poderia deixar de vir. Nesse período, a gente fica como beija-flor, porque há várias atividades ocorrendo aqui ao mesmo tempo.

Eu queria saudar aqui todas as lideranças vinculadas às lutas do campo, da terra, e saudar também a representação governamental.

Senadora Ana Rita, eu queria destacar um ponto. Há uma compreensão da própria Presidenta Dilma, conforme fez questão de mencionar recentemente, num encontro com as centrais sindicais e com alguns movimentos, de que há a necessidade de se fazer um

conjunto de novas medidas em duas direções: uma – que ela já reconhece – é no sentido de acelerar solução para vários assentamentos; e outra pretende viabilizar condições para garantir não só qualidade de vida, mas também renda nos assentamentos já existentes e nos novos.

A previsão do grupo de trabalho é apresentar ainda neste semestre. Certamente, o MST, a CPT, a Contag, enfim, todos os movimentos que estão no dia a dia nessa luta têm buscado contribuir e vão participar desse trabalho.

Então, eu queria mais me somar ao esforço da Comissão, colocando-me à disposição.

Nesses dias, o Alexandre Conceição nos deu o prazer de uma visita. Estamos aqui acompanhando a agenda do Abril Vermelho, e quero dizer que ontem acertamos com a Bancada que faremos, provavelmente amanhã, a combinação de uma visita ao assentamento. Estamos sempre atentos à importante pauta que está sendo tratada com as diferentes áreas do Governo.

Era isso.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador Wellington Dias.

Eu quero aqui fazer um agradecimento a todos os nossos convidados e às convidadas: Alessandra Luna, Alexandre Conceição, Antônio Canuto, Antonio Escrivão Filho, Elisângela dos Santos Araújo e Sr. Cláudio Rodrigues Braga.

Quero também agradecer ao Acampamento Nacional Hugo Chávez, do Distrito Federal, que esteve o tempo todo aqui presente, acompanhando essa discussão, esse debate.

Um agradecimento também aos colegas Senadores e Deputados que por aqui passaram: Senador Randolfe, Senador Wellington, Senador João Capiberibe, Senador Eduardo Suplicy, Deputado Fernando Ferro, Deputado Padre João, Deputado Marcon e Deputado Anselmo de Jesus.

Eu quero lembrar que, amanhã, às 8h30, realizaremos uma audiência pública neste plenário para discutir a situação dos povos indígenas e os principais problemas que afetam essas comunidades por ocasião da semana em que se comemora o Dia Nacional do Índio. Então, queremos contar aqui com a presença não só dos colegas Senadores e das Senadoras, mas também das entidades e do movimento, do acampamento.

Também informo aos colegas Senadores que, a seguir, assim que encerrarmos esta audiência, vamos receber um documento de algumas entidades do Conselho Nacional LGBT, que está presente aqui para nos

entregar um projeto de lei. Então, gostaria de contar com a presença dos colegas Senadores que estão aqui presentes.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

Muito obrigada.

Um abraço a todos e a todas!

(Iniciada às 08 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 53 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE ABRIL DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 9:30 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO 7.

Às nove horas e trinta e sete minutos do dia quatro de abril de dois mil e treze, no plenário sete, sob a Presidência do Senhor Senador **Ricardo Ferraço**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Jorge Viana, Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Anibal Diniz, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Alvaro Dias, José Agripino, Sodrê Santoro, Fernando Collor, Lindbergh Farias, Pedro Taques, Roberto Requião, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Eduardo Amorim**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justificam ausência os Senadores João Capiberibe e Sérgio Souza. O Presidente declara aberta a reunião e faz leitura de comunicados. O Presidente concede a palavra à Senadora Ana Amélia, que solicita a apreciação do Requerimento nº 14, de 2013 – CRE. O Presidente submete à discussão este Requerimento, que é aprovado. Após solicitação da Senadora Vanessa Grazziotin, o Presidente coloca-se em discussão o Requerimento nº 16, de 2013-CRE. Usam a palavra para discutir este Requerimento o Senador Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Vanessa Grazziotin, Jarbas Vasconcelos, Sodrê Santoro, Francisco Dornelles, Pedro Taques, Ana Amélia. O Requerimento nº 14, de 2013 – CRE, é retirado pela autora. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento à Resolução do Senado Federal nº 4, de 2013. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer sua exposição o Embaixador

Antonio de Aguiar Patriota, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Às onze horas e quarenta e seis minutos, assume a presidência o Senador Jarbas Vasconcelos. E às onze horas e cinquenta e nove minutos o Senador Ricardo Ferraço reassume a presidência. O Senador Francisco Dornelles solicita que esta Comissão seja informada de toda e qualquer negociação sobre o problema do câmbio dentro do quadro das práticas desleais de comércio. O Chanceler compromete-se a atendê-la. Usam a palavra as Senhoras Senadoras Ana Amélia e Vanessa Grazziotin, e os Senhores Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Francisco Dornelles, Cristovam Buarque, Sérgio Petecão, Eduardo Suplicy, Fernando Collor e Jorge Viana. O Ministro das Relações Exteriores responde aos questionamentos e faz suas considerações finais. Registra-se a presença dos estudantes do curso de Relações Internacionais da Universidade de Uberlândia–MG.

Nada havendo mais a tratar, a Reunião é encerrada às treze horas e trinta e seis minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Ricardo Ferraço**, Presidente

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. PMDB – ES) – Declaro aberta a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura. Comunicado:

A Assembleia Geral das Nações Unidas tomou, nesta terça-feira, uma decisão histórica, aplaudida por organizações de direitos humanos e de controle de armas no mundo inteiro: aprovou por maioria esmagadora de votos o primeiro tratado para regular o comércio internacional de armas convencionais – isso inclui desde armas leves, de pequeno porte, até mísseis, navios e tanques de guerra.

O objetivo é dar mais transparência a um mercado poderoso – e perigoso –, estimado em US\$70 bilhões anuais, um mercado que não obedece hoje a qualquer regulação internacional.

Para ter ideia do que isso significa, vale repetir aqui expressão usada recentemente pelo coordenador do Instituto Sou da Paz, Daniel Mack: é mais fácil exportar mísseis do que vender mandioca no mercado internacional.

O documento aprovado na ONU por 154 votos a favor, três contrários e 23 abstenções, coloca o dedo direto na ferida, ao proibir a venda de armas a países que possam usá-las em genocídios, crimes contra a humanidade, alvos civis, crime organizado e outras

violações à Convenção de Genebra, a convenção que regula as leis de guerra desde 1949.

A aprovação do Tratado de Comércio de Armas põe fim a sete anos de negociação no âmbito das Nações Unidas. Também responde às pressões crescentes de entidades não governamentais e de parcela expressiva da opinião pública mundial, que desde a primeira Guerra do Golfo, em 91, vêm cobrando dos governos a adoção de regime regulatório para o comércio de armas e munições.

O Brasil, que desempenhou papel de reconhecido protagonismo durante as negociações, se juntou à maioria que aprovou o Tratado. Os Estados Unidos, maior exportador mundial de armas, comemorou a aprovação. Outros grandes exportadores como China, Índia e Rússia se abstiveram na votação.

Os votos contrários vieram – por motivos óbvios – da Coreia do Norte, do Irã e da Síria, três países envolvidos em sérios conflitos internacionais. Os três haviam impedido a aprovação da medida por aclamação, na semana passada; foi por isso que a matéria acabou submetida a voto, nesta terça-feira.

Chega a ser assustador o fato de o comércio de armas letais convencionais não estar submetido a algum tipo de regulação internacional. Afinal, há muito tempo a comunidade internacional vem procurando avançar na construção de uma ordem mundial pautada por regras e limites que nos afastem da barbárie, ampliando o processo civilizatório da humanidade, promovendo a paz e a segurança, os direitos humanos e o desenvolvimento.

Apesar de ainda convivermos, em tantas regiões, com a força bruta das guerras, dos conflitos e do terrorismo, a realidade é que temos progredido nessa desafiadora obra de ordenação jurídico-política internacional, passando pelo direito humanitário, pelo direito da guerra, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, pela própria constituição de organismos internacionais como a ONU, até chegar aos regimes de não proliferação de armas de destruição em massa – as armas nucleares, químicas e biológicas.

Certo é que os armamentos convencionais são responsáveis por centenas de milhares de mortes todos os anos – em guerras civis e conflitos de todo gênero, em ações terroristas e na criminalidade comum que destrói vidas e propriedades em nossos centros urbanos.

Mesmo assim, foi necessária uma longa negociação para que o tratado de comércio de armas fosse enfim aprovado na ONU. E o texto final, embora considerado histórico, já é alvo de críticas, particularmente por não prever punições aos países que não cumprirem o novo acordo.

Cabe ressaltar, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossos convidados, que nos acompanham nesta sessão, que é responsabilidade de cada país exportador identificar os riscos da utilização dos armamentos vendidos.

É também generalizada a preocupação com as dificuldades que os EUA deverão enfrentar no processo de autorização do Congresso para ratificar o tratado que ajudaram a aprovar. Afinal, é notória a influência do *lobby* da arma naquele país, cuja constituição assegura o direito ao porte de arma a seus cidadãos, o que é objeto de grandes debates que dividem a sociedade norte-americana. Será uma difícil batalha política a aprovação legislativa, Senador Requião, do Tratado de Comércio de Armas nos EUA.

Vale observar que o tratado precisa ser ratificado por pelo menos 50 membros da ONU. Uma vez em vigor, constituirá norma universal de direito internacional público, a ser respeitada por todos os países.

Embora se imponha o reconhecimento de que o direito internacional público, por se aplicar a Estados soberanos, não raro enfrente dificuldades para se efetivar, a verdade é que, já a partir de sua aprovação, anteontem, por margem tão expressiva, os padrões que o novo tratado introduz, minha cara Senador Ana Amélia, já servirão para que a sociedade e a opinião pública internacionais passem a se engajar na cobrança de uma nova postura por parte dos Governos nacionais. Na prática, alguns dos elementos mais significativos do novo tratado, Senador Pedro Taques, particularmente a exigência de transparência e de responsabilização pelas implicações das vendas de armas e munições, poderá começar a ser cobrada imediatamente, antes mesmo da entrada em vigor formal do novo instrumento multilateral. Entre os mecanismos inovadores que o tratado estabelece destaca-se a necessidade de que as exportações de armamentos e munições sejam objeto de relatórios circunstanciados que serão regularmente submetidos a instâncias próprias da ONU, que, por sua vez, divulgará o resultado de suas análises, a veracidade dos relatos, tornando públicas listagens com os eventuais violadores. Governos e empresas serão responsáveis pelas informações prestadas, que terão caráter público, e que ensejarão responsabilização direta, caso se descumpra o mandamento de que produtores/vendedores possam determinar o destino exato e o uso final a ser dado aos produtos vendidos, assim limitando a possibilidade de que armas e munições caiam em poder de criminosos, terroristas, bandidos em geral.

Para o Brasil, que é assolado por crescente onda de violência, que choca nossa sociedade, causando perdas em vidas humanas, sofrimentos, prejuízos e devastações, além de muito macular nossa imagem

mundo aforam, o tratado anteontem aprovado pela ONU deve ser saudado como uma grande conquista.

O tratado sobre o comércio de armas, que abrange desde mísseis, tanques e aviões de combate, até pistolas e outras armas de pequeno porte, deve ser saudado pelo Brasil como um instrumento elevado, de conteúdo civilizatório. Trata-se de oportunidade sem precedentes para afirmarmos nossa índole pacífica, nossas melhores tradições num País que prestigia o Direito, na construção de um mundo melhor, na construção, enfim, da cultura da paz.

Nesse sentido, parece-me fundamental que o Senado da República se mostre à altura, sendo diligente neste momento singular, pelo que proponho que, em articulação inclusive com a Câmara dos Deputados, assim como o Poder Executivo, possamos assegurar que a tramitação legislativa do tratado, anteontem aprovado na ONU com o nosso apoio, seja efetuada em ritmo acelerado e que possibilite ao nosso País, ao Brasil, Senador Alvaro Dias, ser um dos primeiros cinquenta países a ratificar o novo instrumento multilateral, assim contribuindo para que entre em plena vigência, sem injustificáveis e cínicas postergações.

É o comunicado que faço acerca desse importante tratado multilateral que foi aprovado, meu caro Senador Dornelles, na ONU, que propõe e estabelece regras e diretrizes para a comercialização internacional de armas.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria, primeiro, cumprimentá-lo pela iniciativa do convite ao Chanceler Antonio Patriota, mas gostaria de propor, com a anuência dos demais colegas Senadores e Senadoras, a votação de requerimento. No dia 12 teremos aquela audiência pública para tratar do projeto do reconhecimento – casualmente projeto do Senador Requião –, que já está marcado. Como há um convite e há o tempo em que tem de ser enviado o convite para ele, se V. Ex^a puder, seria muito conveniente e, então, eu agradeceria a gentileza.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – No mesmo sentido da Senadora Ana Amélia, há um requerimento, que acho que foi apresentado há duas semanas, pedindo a constituição de uma pequeníssima comissão para acompanhar as eleições

também na Venezuela. Se pudéssemos, votaríamos o requerimento hoje também.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Se os Srs. Senadores e Senadoras estiverem de acordo, antes do início da nossa reunião com o Ex^{mo} Sr. Ministro Antonio Patriota, nós passaríamos a essas breves deliberações.

REQUERIMENTO

Em aditamento ao Requerimento nº 42, da Comissão de Relações Exteriores, que trata da realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Relações Exteriores destinada a instruir o PLS nº 399, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento automático de diplomas oriundos de cursos de instituições de ensino superior estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica, requeiro que seja incluído o nome do Sr. Paulo Cesar Duque Estrada, Presidente do Fórum de Pró-Reitores de Pós-Graduação e Pesquisa. Esse é o requerimento que submete à Comissão a Senadora Ana Amélia.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a discussão.

Nós o submetemos à votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

REQUERIMENTO

Requerimento de autoria de S. Ex^a a Senadora Vanessa Grazziotin, que requer, nos termos dos arts. 67 e 68 do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de uma representação externa do Senado Federal, composta por três Senadores designados pelo Presidente, para representar a Casa como observadores nas eleições da República da Venezuela, que ocorrerá na data provável de 14 de abril de 2013.

A matéria está em discussão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu lamento muito me afastar da minha querida colega Vanessa Grazziotin, mas digo a V. Ex^a e à Comissão que não vou aprovar – eu, pessoalmente, votarei contra – o requerimento.

Voto contra, porque, em primeiro lugar, nós não fomos convidados para ir à Venezuela; nós estamos nos autoconvidando para ir à Venezuela para acom-

panhar o desenrolar das eleições. Não vejo o menor sentido nisso. Acompanhar como? Fazer o quê? De que meios nós disporíamos para verificar se o pleito decorre com a lisura própria dos países democráticos? Que condições teremos nós, três Senadores, para, de alguma forma, emitir alguma opinião sobre uma eleição que se desenrola num país onde há nítidas, claras, evidentes restrições às liberdades democráticas? Especialmente as liberdades de imprensa estão manietadas nesse país. Então, não vejo o que a Comissão faria, a não ser legitimar o resultado de uma eleição, qualquer que seja ele, sobre a qual nós não teremos nenhum, rigorosamente nenhum, poder e nenhum instrumento para aferir a sua lisura.

Por essa razão, Sr. Presidente, lamentando muito divergir da minha querida colega, eu vou votar contra o requerimento.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – É apenas para indagar se houve um convite oficial para que o Congresso brasileiro se faça representar.

No caso do Paraguai, em que o Senador Requião foi já designado para acompanhar as eleições, houve um convite. Houve uma delegação do Paraguai que veio ao Brasil fazer o convite ao Congresso Nacional.

Agora, no caso da Venezuela...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Delegação de quê? Do Paraguai? Que delegação é essa?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Para acompanhar as eleições no Paraguai.

Por isso, Sr. Presidente, a indagação é se houve o convite. Se não há o convite, fica a impressão de se tratar de uma interferência indevida até de certa forma afrontosa à soberania de outro país.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. PMDB – ES) – Sr. Senador, não há registro de convite formal e oficial por parte desta Comissão.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

A seguir, ao Senador Jarbas Vasconcelos.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Primeiro, para alguns esclarecimentos: é praxe, não só em eleição na Venezuela, mas também no Paraguai, porque já há um grupo de Parlamentares indicados não pela Comissão, mas pela própria Presidência do Senado.

Este seria outro caminho também: ir direto à Presidência do Senado. Já há um grupo de Parlamen-

tes indicados. É uma praxe, do Parlamento Brasileiro, acompanhar eleições em países do mundo. Convites há de parte a parte. Convites há tanto por parte de um candidato quanto por parte de outro candidato, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Apenas para informar – Senadora, permita-me um aparte –, eu consultei inclusive a quem caberia a consulta sobre uma eventual constituição de comissão para acompanhar as eleições no Paraguai, e não a propus, porque não havia o convite.

O Senador Requião propôs ao receber o convite. Veio um convite oficial do Paraguai para o acompanhamento das eleições. No caso da Venezuela, não há esse convite. Não é praxe. Não é praxe. Pela consulta que fiz, não há essa prática aqui de se imiscuir em assuntos da política de outra nação sem que ocorra o convite precedente.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu estava com a palavra, não é Sr. Presidente?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – (*Fora do microfone.*) Perdão.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Imagina, imagina. Eu até agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. PMDB – ES) – V. Ex^a não só estava como está com a palavra.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Agradeço a colaboração.

E conversei, inclusive, ontem com essa preocupação, Senador Alvaro Dias, com o Presidente da nossa Comissão. O que existe – repito – são convites partidários de ambas as partes, de um candidato e de outro candidato. Lá nós sabemos que há uma eleição polarizada.

O que eu sugeri ao Presidente, Senador Alvaro Dias, é que aprovássemos essa possibilidade, vez que a eleição já é na próxima semana, e aguardássemos um convite oficial imparcial, que não fosse nem de parte A nem de parte B. Foi esse o encaminhamento que eu tive com o Presidente desta Comissão, inclusive, para colocarmos isso em votação apenas nessa condição.

Há pouco, me ligava o Embaixador, Sr. Presidente, do Brasil na Venezuela. Não pude atendê-lo, pois foi exatamente no momento em que V. Ex^a fazia a leitura do requerimento. Então, a preocupação que o Senador Alvaro Dias levanta é a preocupação que nós temos também.

Senador Alvaro Dias, não tenha dúvida nenhuma V. Ex^a de que não vamos nos intrometer em assuntos que não dizem respeito ao Brasil.

Estamos apresentando um requerimento, porque recebemos um convite, mas dissemos: convite partidário não cabe. O que cabe é um convite para isso.

Já há outros Paramentos também, como sabemos, de outros países que acompanharão, inclusive, alguns organismos internacionais. E com a chegada desse convite, a Comissão já está preparada para mandar uma comitiva até lá.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Presidente, eu considero o episódio eleitoral da Venezuela uma farsa grotesca.

Eu acompanho a colocação, a opinião e o voto do Senador Aloysio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. PMDB – ES) – A matéria continua em discussão. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Senador Sodré.

Em seguida, ao Senador Pedro Taques.

Ao Senador Francisco Dornelles antes do Senador Pedro Taques.

O SR. SODRÉ SONTORO (Bloco/PTB – RO) – Sr. Presidente, eu acho que seria interessante, sim, enviar uma comissão, até porque o ex-Presidente Lula está fazendo propaganda para o candidato.

Acho que seria interessante que o Senado enviasse uma comissão sim.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Sodré.

Senador Francisco Dorneles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, no que pese o meu maior respeito e admiração profunda pela Senadora Vanessa, eu acho que aqui não nos cabe designar uma comissão para acompanhar as eleições na Venezuela sem ter recebido convite. Por esse motivo, acompanho aqui as palavras do Senador Aloysio.

O meu voto é contrário à constituição desta comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. PMDB – ES) – Senador Pedro Taques, a palavra é de V. Ex^a

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu sou suplente nesta comissão, mas, se tiver a possibilidade de votar, votarei contra porque também concordo que a eleição da Venezuela é uma farsa. O Presidente candidato não poderia se candidatar, de acordo com a Constituição da Venezuela. Não nos cabe fazer essa interpretação nesse momento, mas, a meu juízo, é uma farsa e é uma eleição tão esdrúxula que até morto está participando. Morto está participando da eleição, e não cabe a um Congresso Nacional...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O morto é o ex-Presidente Chávez.

Não cabe ao Congresso Nacional de um país que se diz democrático, por mais que tenhamos uma relação com a Venezuela, legitimar processos que Senadores, no voto, possam entender na Comissão como não legítimos. E sem o convite fica mais esdrúxulo ainda. Parece-me que estamos na porta de uma festa, loucos para sermos convidados a participar dessa festa, e aguardando o convite para entrar nela.

Expresso meu respeito à Senadora Vanessa, mas o Congresso Nacional faz parte do nosso Estado democrático de direito.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, Presidente, é pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Antes, pela ordem, vou conceder a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Mas eu já havia dito à Senadora Ana Amélia, até para evitar esse tipo de discussão, que não está em discussão o mérito das eleições na Venezuela. Isto, sim, seria interferência indevida em outros países: chegar aqui e dizer se a eleição é democrática ou não é, Sr. Presidente.

Existem candidatos que representam as diferentes opiniões na Venezuela, e não nos cabe, como País amigo, vizinho, companheiro de bloco econômico – inclusive está aqui o Senador Requião que é o nosso grande militante do Mercosul – avaliar isso aqui e agora.

Eu trouxe aqui o debate tão somente de uma comissão para ir acompanhar as eleições. Repito, convite, recebemos, sim, de partidos políticos como todos os partidos estão fazendo. Entretanto, dialogando inclusive com a Embaixada do Brasil na Venezuela e com a Embaixada da Venezuela no Brasil, porque é de interesse que vá uma comissão. Mas retiro o requerimento, Sr. Presidente, do debate e, portanto, da votação e, assim que tudo for resolvido, encaminharemos o pleito ao Plenário. E o debate, portanto, será encaminhado ao Plenário.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – V. Ex^a, na condição de autora, dispõe dessa prerrogativa.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Apenas para expressar o meu respeito à Senadora Vanessa, Sr. Presidente, e dizer que não existe lei no Brasil, muito menos a Constituição, que censure um Senador de falar a sua opinião a respeito do que está a ocorrer em outro País, no Estado, juridicamente falando.

Cabe ao Executivo não se imiscuir em questões constitucionais de outros Estados – Estado no sentido técnico-jurídico do termo. Agora, Parlamentar tem, sim, a obrigação de falar, e vou continuar a falar sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Senadora Ana Amélia, a palavra é de V. Ex^a.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não, eu penso que está esgotado o tema, mas penso que o fato de ser um convite individual, haveria aqui a formalidade, e concordo com as argumentações apresentadas.

A Senadora Vanessa recebeu um convite do partido do governo venezuelano para o partido dela. Então, acho que é uma questão particular. O partido dela pode ir a hora em que quiser, acertar com todos, com o Governo brasileiro para dar o apoio logístico, eventualmente, da Embaixada, mas é algo particular. Podem ir quantos partidos forem convidados, mas não é uma questão formal da Comissão de Relações Exteriores porque, aí, se cria uma formalização que não é o desejado como se viu pela maioria das manifestações aqui. Eu quis falar apenas acerca desse detalhe da questão que foi levantada com o requerimento da Senadora, solicitando uma comissão. Então, penso que a iniciativa dela foi absolutamente correta e dispensa até de submeter-se ao Plenário do Senado porque é um convite ao partido da Senadora Vanessa; os outros partidos que receberem poderão tomar a mesma atitude independentemente de fazer uma solicitação formal para isso.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Eu desejo consultar as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores. Nós aprovamos nesta Comissão a iniciativa de iniciarmos aqui um ciclo de debates, que sejam, evidentemente, o foco desta Comissão: política externa, ameaças e oportunidades, Mercosul, aliança para o Pacífico, as escolhas que o nosso País está fazendo em relação a sua política externa. E nós recebemos confirmação, ontem, de dois Srs. ex-embaixadores que se disponibilizaram a fazer esse debate conosco aqui, na próxima segunda-feira, às 18h. Nós conseguimos a confirmação do Embaixador Rubens Barbosa e do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. A ideia e o

propósito é que nós possamos fazer aqui um debate aprofundado a respeito da nossa política externa.

Eu consulto os Srs. Senadores se estarão aqui em Brasília na segunda-feira, às 18h, para que pudéssemos fazer essa primeira reunião desse ciclo de debates. Se pudermos contar com as Sr^{as} Senadoras e Senadores, vamos confirmar. E quero crer que essa é uma primeira iniciativa que tomaremos para colocar luz nos vários aspectos conjunturais e estruturais das relações do nosso País com o mundo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Presidente. Eu estarei aqui, sem dúvida. Mas pergunto a V. Ex^a: essa primeira audiência será com os dois embaixadores? Haverá um debate? É interessantíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – A ideia será com os dois embaixadores, porque são dois embaixadores com personalidades e identidades bastante específicas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Interessantíssimo. Imperdível!

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – E a ideia é que nós pudéssemos fazer um confronto dessas ideias, até porque nós estaremos transmitindo pela TV Senado, e há possibilidade de chegarmos às universidades, às entidades, para que essas visões contraditórias e diferentes possam ser apresentadas.

Se for da concordância de V. Ex^{as}, eu confirmarei com os nossos embaixadores, dois dos melhores do quadro da diplomacia brasileira, o Embaixador Rubem Barbosa e o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. Então, segunda-feira, às 18h.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – À noite?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Às 18h, à noite.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria apenas cumprimentá-lo por essa iniciativa. É um horário de debates. Lamento apenas já ter agenda no Rio Grande do Sul nesse dia, mas estaria presente aqui.

Mas queria registrar publicamente nesta Comissão a iniciativa tomada por V. Ex^a na decisão de ir pessoalmente à Bolívia para verificar em Oruro a situação dos brasileiros que estão lá ainda presos na

penitenciária. Então, eu penso que a iniciativa de V. Ex^a foi oportuna, foi necessária para avaliar de perto. Os chineses dizem que ver uma vez vale mais do que ler mil vezes. Então, V. Ex^a cumpriu essa sabedoria oriental verificando lá a situação desses brasileiros. Queria cumprimentá-lo pela iniciativa. Penso que esta Comissão teve um papel relevante nesse processo. Esperamos um desfecho favorável para esse caso, que está incomodando muito o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Agradeço a S. Ex^a.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública com a presença do Ex^{mo} Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, o Sr. Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, para prestar informações sobre o Ministério, os projetos e iniciativas desenvolvidas em atendimento à Resolução nº 4 do Senado, que estabeleceu obrigatoriedade para que, todo princípio de ano, possamos ter na Comissão a presença dos Srs. Ministros de Relações Exteriores e Defesa. Receberemos, em algumas poucas semanas, o Ministro Celso Amorim, mas temos a honra de receber o Sr. Ministro Antonio de Aguiar Patriota, que eu tenho o prazer e a satisfação de convidar para estar conosco no plenário.

(Falha na gravação.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – ... Regimento Interno do Senado, apresentamos às Sr^{as} e aos Srs. Senadores os critérios que deverão presidir a nossa reunião.

S. Ex^a, o Sr. Ministro Antonio Patriota, terá 30 minutos para fazer sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de interpelação por parte das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

A palavra é de V. Ex^a, Sr. Ministro Antonio Patriota.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

Eu queria, antes de tudo, expressar a minha satisfação por estar de volta a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa do Senado Federal. Essa é minha quarta participação em uma audiência pública.

Eu queria aproveitar para agradecer ao Senador Fernando Collor pela excelente relação que travamos entre o Itamaraty e a Comissão, durante os dois anos em que ele presidiu a Comissão, uma relação de transparência, cooperação e diálogo permanente. Saúdo também a sua eleição para esta Comissão, com a certeza de que essa relação não só se manterá, mas aprimorar-se-á. Aliás, já começamos a sua Presidência com encontros frequentes. Eu queria agradecer, em particular, a sua presença no Itamaraty, durante a posse do novo Secretário-Geral das Relações Exterio-

res, recentemente. Está aqui presente o Embaixador Eduardo dos Santos, que assumiu há um mês, mais ou menos, as suas funções.

Reitero que esse exercício é a comprovação de que a política externa do Brasil é a política externa de uma democracia, uma política externa cuja formulação e execução se fazem em meio a um processo permanente de contato com a sociedade, muito especialmente com o Congresso Nacional.

Eu terei ocasião também de comentar os crescentes contatos que mantemos com a sociedade civil, de maneira ampla, o setor privado, as organizações não governamentais...

(Soa a campanha.)

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – ... diferentes setores. Isso ficou, particularmente, bem ilustrado durante os preparativos para a Rio+20, em 2012. Mas estou, inclusive, examinando formas de dar um formato mais sistemático e formal a essa cooperação com a sociedade civil.

Aproveito, então, essa oportunidade para apresentar a V. Ex^{as} uma visão de conjunto das linhas de atuação da diplomacia brasileira nos últimos dois anos e três meses, procurando, ao mesmo tempo, fazer um balanço e indicar algumas perspectivas para a continuação de nosso trabalho. Claro que também respondendo às eventuais perguntas e às áreas de interesse que eu já tomei o cuidado de identificar, que eu sei que são áreas de interesse especiais também do Senador Ferraço, como é o caso dos torcedores corintianos que estão presos na Bolívia, brasileiros exatamente.

O contexto atual de nossa ação externa é caracterizado, em primeiro lugar, por uma mais forte presença do Brasil no cenário internacional. E isso é em função de dois fatores principais. Em primeiro lugar, o êxito do Brasil em superar desafios, superando problemas que antes nos limitavam em nossa projeção externa. Eu acho que, para resumir, citaria o enraizamento da democracia no nosso País, a estabilidade macroeconômica, os avanços no desenvolvimento com justiça social. Em segundo lugar, o contexto em que trabalhamos se caracteriza por transformações da própria cena internacional, caracterizada por uma tendência de maior difusão de poder, com a afirmação de novos atores, novos polos, mas novos polos que convivem com os polos estabelecidos e que exigem uma atenção especial.

Nesse contexto, a diplomacia brasileira vem consolidando a presença externa em distintos planos. Eu salientaria pelo menos três: o aprofundamento da integração regional e a atenção diferenciada, como não poderia deixar de ser, à América do Sul, em particular;

o diálogo e cooperação com parceiros em todas as regiões. Aí incluo os polos novos e os consolidados, as diferentes regiões do mundo em desenvolvimento, lembrando que hoje o Brasil tem relações diplomáticas com absolutamente todos os membros da comunidade internacional, todos os membros das Nações Unidas, inclusive um que ainda não é membro: o Estado da Palestina.

Em terceiro lugar, a afirmação crescente da presença do Brasil nos grandes debates da agenda global: os debates sobre desenvolvimento sustentável, direitos humanos, temas sociais, comércio, finanças, paz e segurança internacionais. E acrescentaria uma quarta dimensão: a da atenção prioritária que nós atribuímos à assistência a brasileiros no exterior.

Esses eixos se refletem no ritmo intenso de atividades que a Presidenta Dilma Rousseff tem mantido desde o início do seu Governo, com atividades tanto no exterior como no Brasil. A título de ilustração, lembraria que a Presidenta Dilma Rousseff já realizou 29 visitas bilaterais, participou de 17 eventos multilaterais no exterior, o último dos quais foi a cúpula dos BRICS, em Durban, na África do Sul, recebeu 38 visitas de Chefes de Estado e Governo – e aqui não estou contando os Chefes de Estado e Governo que vieram para a cerimônia de posse ou os que participaram da Rio+20.

É interessante notar que a Presidenta Dilma Rousseff já visitou todos os BRICS e também os outros polos da ordem multipolar que eu chamo de polos consolidados ou tradicionais, como Estados Unidos, Bruxelas – como sede da União Europeia.

Eu próprio já realizei quase 70 visitas bilaterais, participei de 40 eventos multilaterais no exterior, recebi 73 visitas de chanceleres estrangeiros. Tenho mantido, de modo geral, a prática de encontrar-me pelo menos duas vezes por ano com meus colegas sul-americanos. No caso de alguns países como Argentina sobe para quatro a cinco vezes por ano esse padrão.

Lembro também que Brasília é hoje uma das capitais com maior intensidade de vida diplomática em termos de número de embaixadas estrangeiras e frequência de visitas de autoridades. Até pouco tempo atrás não era assim.

Então, ilustrando essas três ou quatro áreas de atuação, começarei falando um pouquinho da integração regional, o Mercosul que já comemorou 20 anos e agora se dedica à incorporação plena da Venezuela, que é um passo de grande importância na história do Mercosul. Os dados são conhecidos. A Venezuela é a quarta maior economia da América do Sul, o quarto país mais populoso da região, e com o ingresso da Venezuela no Mercosul, ele se estende da Patagônia ao Caribe.

De grande relevância também foi a assinatura do protocolo de adesão da Bolívia ao Mercosul durante a última cúpula, em dezembro de 2012, que permite antever a perspectiva de a Bolívia estar plenamente integrada dentro de um prazo em torno de quatro anos.

Além dessa manifestação, são novos também os indícios de que Guiana e Suriname, além de se tornarem Estados associados do Mercosul, estarão tomando as providências internas para uma participação mais plena. E, como sabem os senhores, em função dos acordos realizados ao abrigo da Aladi, que o Brasil negociou com todos os países da América do Sul, até o fim desta década, estará, na prática, configurada uma zona de livre comércio na América do Sul associando todos os países. Aí, nesse caso, Guiana e Suriname precisariam também se associar de maneira mais direta.

A Unasul continua a se consolidar, com algumas novas frentes de trabalho, por exemplo, a criação de um conselho de observação eleitoral, que observou as eleições na Venezuela em outubro do ano passado e deverá observar agora, novamente, as eleições na Venezuela e no Paraguai. Este ano, temos também eleições no Chile, no fim do ano, e se abre uma nova frente para a consolidação do compromisso com a democracia entre os países sul-americanos.

Além de todas as demais áreas de trabalho e infraestrutura, em que se completam alguns corredores bioceânicos, são iniciadas discussões sobre novos corredores. Enfim, também há o conselho de defesa, do qual meu colega e antecessor, Ministro Celso Amorim, tem participado com muito empenho e tem contribuído para a transparência nos gastos militares dos países sul-americanos e que tem contribuído também para a criação de confiança entre os estamentos militares dos diferentes países. Já parecem estar longe na memória aqueles momentos de tensão, por exemplo, entre Colômbia e Venezuela em função, na época, do projeto de instalação de bases norte-americanas na Colômbia. Isso aí, em grande parte, está sendo superado. Enfim, estão sendo superadas essas dificuldades, esses focos de tensão, graças também à criação desse Conselho de Defesa.

O comércio na América do Sul continua crescendo. As exportações brasileiras para a região como um todo registraram US\$40 bilhões em 2012, 17% do total das exportações brasileiras, o que respondeu por uma grande parcela do nosso saldo comercial, aliás. Também há uma qualidade interessante, porque a nossa pauta exportadora para a América do Sul é predominantemente de alto valor agregado, composta por 84% de bens manufaturados.

Na Unasul e no Mercosul, fortalecemos os mecanismos de defesa da democracia, como sabem os senhores, e isso aí ficou ilustrado. Tive a oportunidade de me dirigir a esta Comissão no ano passado, em resposta à ruptura da ordem democrática no Paraguai, ruptura esta que esperamos seja superada com esse processo eleitoral. E acho que vale a pena ser dito também que foi plenamente observada a política de que a suspensão do Paraguai não deveria afetar as relações comerciais, as relações com o povo paraguaio. E um indício disso foi o comércio que cresceu nos dois sentidos, a taxas muito significativas, tanto nas exportações paraguaias para o Brasil nesse período como nas exportações do Brasil para o Paraguai.

Ainda na região, além dos mecanismos de integração, a diplomacia brasileira tem dedicado seus esforços ao aprofundamento das relações com cada um dos seus vizinhos. Eu não vou falar de cada vizinho individualmente. Eventualmente, poderei responder a alguma pergunta depois. Mas um tema que acho que merece ser salientado, pela importância histórica de que ele se reveste, são as negociações de paz entre as autoridades colombianas e as Farc, que permitem antever a perspectiva de que, ao cabo de quase cinco décadas, tenhamos aqui, na nossa vizinhança, o último foco de luta armada debelado, com uma Colômbia plenamente pacificada. Esse não é um desenvolvimento de menor importância. Acho que ele tem impacto estruturante para toda a nossa região.

A Colômbia é um país com extraordinário potencial econômico, com desenvolvimento. E nós apoiamos, obviamente, desde o primeiro momento, esse processo, não só com declarações de apoio político, mas também com manifestações concretas. Em particular, o governo colombiano pediu uma assistência específica ao Brasil em termos de políticas de gestão no campo, de desenvolvimento agrário. Nós deslocamos até Bogotá, até num prazo que foi muito exíguo, meio a toque de caixa, peritos nesse assunto. E tenho entendido que as informações compartilhadas, as sugestões transmitidas foram consideradas de grande utilidade nas discussões em Havana entre o governo colombiano e as Farc sobre o capítulo da reforma agrária na Colômbia.

Lembro também que o Equador realizou eleições neste ano e que o Presidente Rafael Correa, em breve, tomará posse para um novo mandato. Comentei o ingresso da Bolívia no Mercosul e, mais adiante, comentarei um pouco mais as relações com a Bolívia de forma mais específica.

Em relação à Argentina, nosso principal parceiro, eu diria que os contatos entre o chanceler Timerman e eu têm sido extremamente frequentes. Mantemos um

diálogo político de alto nível, o que permite que avancemos em áreas estratégicas, como a cooperação na área espacial. Estamos construindo conjuntamente um satélite, o Sabiá-Mar. Na área nuclear, avança o projeto do Reator Multipropósito Brasil-Argentina.

Sem diminuir o significado de dificuldades que têm surgido no plano comercial, eu queria também enfatizar muito aqui a importância de um encontro que foi organizado no ano passado, perto de Buenos Aires, em Los Cardales, promovido pela UIA, que é a União Industrial Argentina, a principal agremiação do setor privado argentino, e pela CNI, da parte brasileira, com a participação também da Fiesp. Esse encontro foi voltado para uma análise do potencial na relação Brasil-Argentina de médio e longo prazo e produziu análises muito convergentes, um entusiasmo mesmo pela parceria bilateral, um sentimento de que não há plano B para essa integração regional e de que há uma relação muito estreita Brasil-Argentina que comporta um forte capítulo de associação entre os dois setores privados.

Depois disso, a Presidenta Cristina Kirchner e a Presidenta Dilma Rousseff voltaram a se reunir aqui, à margem da cúpula do Mercosul. Tinham um encontro marcado para o início deste ano, que foi postergado em função da morte do Presidente Hugo Chávez, na Venezuela, que também foi um acontecimento de primeira relevância aqui, no nosso entorno regional. Mas entendo que será marcado muito em breve um novo encontro entre as duas Presidentas, para levarem adiante esse diálogo muito franco, direto e aberto, sem tabus, sobre o conjunto da relação bilateral.

Passando um pouco para o plano global ou não regional, eu volto a mencionar essa transição operada pelo ordenamento internacional em direção a um mundo mais multipolar, não um mundo multipolar de polos iguais e equilibrados, pois sabemos que ainda persistem grandes diferenças entre esses diferentes polos. Os Estados Unidos mantêm uma preponderância econômica e militar incontestável, sem dúvida. A União Europeia, como bloco, também tem sua relevância, que não é diminuída a despeito das dificuldades que enfrentam vários países e o conjunto da União Europeia em função da crise na zona do euro.

Costumo dizer do engajamento do Brasil na formação de uma multipolaridade da cooperação, ou seja, uma multipolaridade em que os diferentes atores conversam, dialogam e buscam soluções comuns para os grandes desafios internacionais na área do meio ambiente, do desenvolvimento sustentável, da paz e da segurança, das finanças e das economias. Esse não é um desenvolvimento que vai acontecer espontaneamente. Nós poderíamos muito bem ter uma

multipolaridade da confrontação, da falta de diálogo, da incompreensão mútua. O que motiva o Brasil nessa nova ordem é não só a possibilidade de inserção mais positiva do Brasil na comunidade internacional, para a defesa de seus interesses de desenvolvimento econômico, social e ambiental na nossa região, mas também a previsibilidade, a estabilidade, melhores condições de construção de uma ordem internacional de paz e de prosperidade.

Além desse engajamento com os polos estabelecidos, obviamente, os novos polos merecem a atenção detida do Brasil. Mencionei a recente cúpula dos BRICS em Durban, que, em si mesma, teve uma relevância especial, na medida em que alguns projetos concretos começam a tomar forma, como a criação de um banco de desenvolvimento dos BRICS ou a negociação de um arranjo contingente de reservas.

A cúpula também se revelou útil na medida em que possibilitou encontros bilaterais. Eu sublinharia, em particular, o encontro mantido entre a Presidenta e o novo Presidente da China, Xi Jinping, que acaba de tomar posse há poucas semanas em Pequim. Foi uma longa reunião de mais de uma hora, com uma agenda muito abrangente, substantiva, que permitiu que avaliássemos o Plano Decenal de Desenvolvimento, assinado no ano passado, à margem da Rio+20, entre a Presidenta e o então Primeiro-Ministro Wen Jiabao, olhando também para os desafios nesse relacionamento que envolvem uma melhora na qualidade do comércio.

Nós continuamos com significativos superávits no comércio com a China, o que poucos países do mundo têm – aliás, essa é uma característica desse comércio que não pode ser ignorada –, mas, ao mesmo tempo, há concentração das exportações brasileiras em muito poucos produtos, em produtos primários, e um desejo, um interesse em diversificar essa pauta, desejo e interesse esse que é compreendido por Pequim, e que eu acho que dará lugar a iniciativas de maior cooperação no futuro. Assim esperamos e trabalhamos por ela. Inclusive, uma das decisões tomadas em Durban foi a de antecipar para este ano o encontro que, normalmente, se realizaria a cada dois anos, que é o da Comissão de Alto Nível China-Brasil, presidida pelo primeiro-ministro chinês, do lado chinês, e pelo Vice-Presidente Michel Temer, do lado brasileiro, para que possamos retomar, no mais breve prazo, com a nova liderança chinesa, essa pauta de cooperação.

Houve também uma reunião bilateral com o Primeiro-Ministro Manmohan Singh, da Índia, país que sediará, em breve, mais uma cúpula de um subgrupo, na verdade, o Ibas, que celebrará, este ano, dez anos de existência, enquanto que o BRICS está no seu quinto ano de cúpulas.

O Ibas existe desde 2003, que é o grupo reunindo as três grandes democracias do mundo em desenvolvimento, três grandes democracias multiétnicas, que são Brasil, Índia e África do Sul.

Uma palavra sobre as relações com os Estados Unidos, um pouquinho mais detidas. Os Estados Unidos continuam sendo o país que detém o maior estoque de investimentos estrangeiros no Brasil, hoje em dia é o segundo parceiro comercial, mas um parceiro comercial de alta relevância.

Há poucas semanas, realizou-se em Brasília, no Brasil, e o Secretário-Geral Eduardo Santos participou do encontro do Fórum de Altos Executivos, que reúne doze chefes de grandes empresas de lado a lado, também com participação governamental – do lado brasileiro, a Ministra Gleisi Hoffmann; do lado americano, o assessor da Casa Branca, Michael Froman, que alguns dizem que pode ser o próximo USTR, ministro do comércio –, e que tem contribuído para estimular não só investimentos, comércio, conhecimento recíproco.

Agora há um apoio, inclusive, ao programa Ciência sem Fronteiras, nos Estados Unidos, sendo este o país para onde se dirige o maior número de estudantes brasileiros nesse programa e também com a possibilidade de estágios em diferentes empresas.

Temos dado muita ênfase à cooperação em ciência e tecnologia, e existem novas áreas que também estão sendo abertas para o comércio, para a cooperação, como agora ficou claro com a manifestação norte-americana de intenção de adquirir aviões brasileiros para a força aérea norte-americana. Essa foi uma vitória.

Creio que os senhores tenham acompanhado pela imprensa, porque houve toda uma dificuldade em função de recursos interpostos por outras companhias que não tinham sido selecionadas numa primeira fase, pelo processo de licitação. Além disso, como os senhores têm acompanhado, voltamos a ter um diálogo em matéria de defesa com os Estados Unidos. O Ministro Amorim, no ano passado, se reuniu com o Secretário de Defesa, Leon Panetta, e esses encontros continuarão a acontecer.

Hoje mesmo, eu devo receber um telefonema do Secretário de Estado John Kerry, com quem eu tenho estado em contato telefônico, para marcarmos um encontro bilateral entre as duas chancelarias; se possível, creio que ainda neste mês de abril.

Menciono brevemente a relação com a União Europeia, que, neste ano de 2013, se beneficiou de um encontro bilateral da parceria estratégica. Estiveram aqui o presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, e o presidente do Conselho da União Europeia, Van Rompuy, e, na ocasião, foi criado um grupo de trabalho, uma coisa rara de acontecer nesse tipo

de parceria estratégica que a União Europeia mantém com alguns poucos países, mas um grupo de trabalho para examinar questões relacionadas a investimentos, a comércio, a competitividade. E esperamos que esse grupo produza novas iniciativas mutuamente benéficas.

Com o Japão, com o Canadá, temos também mantido contatos frequentes. Há possibilidade de uma visita da Presidenta Dilma ao Japão este ano, o que faz com que fique configurado um mapa de contatos do mais alto nível, com todos esses atores, que eu chamo de integrantes dos diferentes polos da nova multipolaridade.

Quero comentar também que, ao mesmo que dedicamos uma atenção diferenciada aos principais atores da nova cena internacional, não há descuido em relação ao mundo em desenvolvimento de maneira geral, nossos vizinhos africanos, ao Oriente Médio, que passa por um momento de novas esperanças e perspectivas de desenvolvimento, mas também de desafios grandes em matéria de paz e segurança, e alguns desenvolvimentos muito preocupantes, como no caso da Síria, e que, além dos relacionamentos que nós mantemos bilateralmente com essas regiões, existem mecanismos que têm demonstrado seu vigor em matéria de articulação da América do Sul como um todo com outras regiões.

Tivemos no ano passado, em Lima, no Peru, a Cúpula Países Árabes-América do Sul, à qual compareceram várias lideranças do mundo árabe – aliás, foi muito interessante ver como há um despertar de interesse do mundo árabe, que passa por grandes transformações, pelas experiências políticas, econômicas e sociais da América do Sul e um desejo de aproximação muito grande. Isso ficou patente, por exemplo, nos encontros bilaterais que a Presidenta manteve com o Presidente da Tunísia, o Rei da Jordânia, entre outros.

E agora, mais recentemente, em fevereiro, a Presidenta Dilma também compareceu a outro desses mecanismos, o ASA, Cúpula América do Sul-África. Além de ter comparecido à Cúpula em si, onde ela se encontrou com um grande número de líderes bilateralmente, houve uma visita específica à Nigéria, a Abuja, também com resultados significativos, inclusive a criação de um novo mecanismo abrangente a ser presidido, como no caso da China, pelos dois Vice-Presidentes, o nigeriano e o brasileiro, para acompanhamento contínuo do conjunto da relação bilateral.

E mencionaria também, como mais uma iniciativa no contexto dessa aproximação do Brasil com atores do mundo em desenvolvimento, a assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação entre o Brasil e os membros da Asean, em novembro de 2012. A Asean, como os senhores sabem, é um agrupamento do Sudeste

Asiático que inclui economias de alto desempenho, elevadas taxas de crescimento, grande disposição ao comércio internacional, como a Indonésia, a Malásia, a Tailândia. Com alguns desses países, nós mantemos relacionamento comercial até mais intenso do que com alguns vizinhos imediatos aqui da América do Sul.

Comento brevemente o fortalecimento da cooperação prestada pelo Brasil por intermédio da Agência Brasileira de Cooperação, uma cooperação que nós gostamos de sublinhar que é feita no sentido de benefício mútuo, sem imposições, sem condicionalidades e que é extremamente valorizada. O único problema é que às vezes a demanda é maior do que nossos recursos em matéria de oferta. Mas continuaremos a desenvolver com criatividade e imaginação, para maximizar os recursos relativamente limitados de que dispomos e beneficiar o maior número possível de países, em particular países de menor desenvolvimento relativo, como o Haiti, aqui nas Américas, os africanos. Há um projeto muito interessante que foi tornado possível em função de uma vitória brasileira na Organização Mundial do Comércio, naquele painel envolvendo uma disputa sobre subsídios ao algodão concedidos pelos norte-americanos, em que nós ganhamos uma compensação, e parte desse dinheiro pôde ser canalizado para projetos de desenvolvimento da cotonicultura – os *cotton for* – como eles são conhecidos – no Chade, no Benim, no Mali, em Burkina Faso e agora também em Togo e em alguns outros países.

Quase desnecessário dizer que a projeção do País ganhará um impulso ainda maior com a realização de grandes eventos esportivos – a Copa do Mundo, os Jogos Olímpicos. Este ano ainda teremos a Jornada Mundial da Juventude, que reunirá a juventude católica do mundo inteiro no Rio de Janeiro, e a visita do Papa Francisco. Será um evento em que a Secretaria-Geral da Presidência tomará a dianteira nos preparativos, em coordenação, obviamente, com a Casa Civil da Presidência da República.

E trabalhamos ativamente pela candidatura da cidade de São Paulo para sediar a Exposição Universal de 2020.

Para concluir um pouco esta apresentação geral, eu não poderia deixar de falar um pouco sobre a participação do Brasil nos principais fóruns de debate multilateral, tanto os de caráter econômico, como o G20 ou a OMC, lembrando que também apresentamos uma candidatura a Diretor-Geral da OMC. Esta semana mesmo, já se desencadeou o processo seletivo, um processo que alguns consideram até menos transparente que o de seleção do Papa, mas esperamos que ele produza um resultado dentro do prazo previsto, que seria até 6 de maio, confiantes nas credenciais

técnicas, na habilidade política do nosso candidato, o Embaixador Roberto Azevedo.

Obviamente, a Presidenta tem dado grande importância à relação com as Nações Unidas de modo geral. Ela participou dos dois debates gerais de abertura das Assembleias Gerais da ONU em 2011 e 2012 e do grande evento que foi o Rio+20, que produziu não só resultados significativos em si mesmo, mas o documento *O Futuro que Queremos*, que coloca a erradicação da pobreza no centro das atenções do desenvolvimento. Pode parecer algo óbvio, mas é algo até mesmo revolucionário se lembramos a mentalidade e as posições que predominavam há poucas décadas, em que a erradicação da pobreza, o desenvolvimento social era visto mais como um subproduto da ênfase no crescimento econômico.

Essa já não é mais a visão consensual no âmbito das Nações Unidas, e acho que o Brasil contribuiu muito para essa transformação. Obviamente, o seguimento da Rio+20 vai exigir muita atenção, e tenho certeza de que o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo, que foi o nosso negociador durante a Rio+20 e agora será o titular da missão do Brasil junto à ONU, estará especialmente bem capacitado para assegurar a negociação correta, atendendo aos interesses brasileiros dos objetivos de desenvolvimento sustentável, a prorrogação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, o fortalecimento institucional do sistema ONU em matéria de desenvolvimento sustentável, com a criação de um fórum de alto nível e com o fortalecimento, também, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente em Nairóbi.

Menciono rapidamente direitos humanos e temas sociais, que figuram com crescente proeminência na nossa agenda internacional. Fomos reeleitos com a maior votação, em nossa região, para o Conselho de Direitos Humanos. Eu mesmo estive presente na abertura dessa nova sessão do Conselho no início de 2013. Lutamos muito para ser instaurado no Conselho o processo da revisão periódica universal. É uma espécie de análise, de exame individualizado de cada membro das Nações Unidas, na sua *performance*, no seu desempenho em matéria de direitos humanos, e acho que o Brasil deu um grande exemplo não só apoiando esse processo, submetendo-se a uma revisão periódica universal, mas acatando a virtual totalidade das recomendações que emanaram desse exame.

Não posso deixar de comentar brevemente a atenção com que seguimos os grandes debates econômicos, tanto aqueles no âmbito do G20, em que, obviamente, o Ministério da Fazenda, o Ministro Mantega tem a responsabilidade primordial, com muito interesse

nos desdobramentos da crise na zona do euro, agora atingindo o Chipre e com novos desenvolvimentos.

Também estamos ativamente envolvidos nos preparativos para o G20 de São Petersburgo.

Em matéria de comércio internacional, a Rodada Doha permanece num impasse, mas o Brasil trabalha ativamente em Genebra, com um grupo de países mais engajados nesse processo, para que a Ministerial de Bali, no fim do ano, na Indonésia, da Organização Mundial do Comércio, seja capaz de obter alguns resultados parciais do processo iniciado com a Rodada Doha e, com isso, reativar as negociações para que elas cheguem a bom termo.

Acredito, inclusive, que a plataforma eleitoral, digamos assim, do nosso candidato à OMC é muito calcada nesse objetivo específico.

Lembro também, na área comercial, que as negociações entre Mercosul e União Europeia prosseguem. Em Santiago, por ocasião da Cúpula União Europeia/Celac, que é o novo grupo institucionalizado, constituído pelos países da América Latina e do Caribe, sob coordenação cubana neste momento, à margem desse encontro foi realizado um encontro entre os negociadores do Mercosul e da União Europeia, que estabeleceram o fim de 2013 como um marco para a troca de ofertas melhoradas, é um sinal de compromisso, de engajamento político, com a conclusão desse processo negociador que esperamos possa produzir resultados num prazo relativamente curto.

Prosseguem os contatos com o Canadá em relação a um possível acordo de livre comércio e também com outros parceiros internacionais, para que entrem em vigor ou sejam realizadas novas negociações, tendo em vista contatos já realizados à margem de cúpulas com o Mercosul, como aqueles com a Turquia, a comunidade aduaneira do Sul da África, a Índia, etc.

Para falar brevemente da paz e segurança internacional, é importante lembrar o engajamento do Brasil na busca de soluções pacíficas para os grandes desafios que se apresentam. Eu tenho dito que enquanto – Senador Fernando Collor, como vai? – não se concretiza a reforma do Conselho de Segurança e este não se abre a novos membros permanentes do mundo em desenvolvimento, como é o nosso objetivo, o Brasil estará permanentemente engajado já a partir de agora com a agenda da paz e segurança internacional, conforme elaborada pelo Conselho de Segurança. E assim é em relação aos temas Síria, Israel, Palestina, Mali, Guiné-Bissau, a presença do Brasil no Haiti e outros temas mais conceituais, como esse da responsabilidade de proteger, em que o Brasil contribuiu com um documento que tem gerado muito interesse.

Ontem mesmo, recebi uma delegação de parlamentares da União Europeia que comentou que num documento a ser elaborado por eles, no Parlamento Europeu, eles incluirão as teses defendidas pelo Brasil de que não basta apenas proteger civis como um objetivo da comunidade internacional, mas velar para que essa proteção seja exercida da forma mais responsável – ela mesma – e não gere efeitos colaterais daninhos e mais instabilidade do que estabilidade. E para a diplomacia brasileira, sem dúvida é gratificante ver como essas teses estão recebendo aceitação amplamente disseminada.

Eu queria comentar que pela primeira vez um chanceler brasileiro foi convidado para participar da conferência sobre segurança, de Munique. Isso permitiu também que eu estabelecesse contatos interessantes, importantes com colegas de diferentes procedências e defendesse algumas teses como essas que eu acabo de mencionar sobre a necessidade de uma ação responsável da comunidade internacional, sobretudo quando se contempla o uso da força para lidar com alguns desafios em zonas de alta instabilidade.

Bem, concluo lembrando que em um mundo marcado por crise e desemprego, o Brasil hoje em dia dá um exemplo de um modelo de desenvolvimento inclusivo, ambientalmente saudável, gerador de emprego, que nos dá muita autoridade na defesa de nossos interesses.

No plano internacional, estamos ativamente comprometidos com uma série de eventos que estão previstos para os próximos meses. Eu assinalaria aqui alguns deles. Além das cúpulas do Mercosul, da Unasul, do Ibas, que já mencionei, há intenção da Presidenta Dilma Rousseff de comparecer à comemoração dos 50 anos da criação da União Africana, em Addis Abeba, na Etiópia. Isso será no fim do mês de maio. Há o convite apresentado a S. Ex^a para participar da cúpula dos países centro-americanos, na Costa Rica; do G-20, em São Petesburgo; da Ministerial da OMC, em Mali.

Enfim, e outros eventos que nós sediaríamos, como os 50 anos da Organização Internacional do Café, em Belo Horizonte; a reunião da Organização Internacional do Trabalho sobre o combate ao trabalho infantil, aqui em Brasília.

(Soa a campanha.)

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – A reunião dos Estados Partes do Tratado da Antártida. E lembrando também que em 2014 caberá ao Brasil ser sede da próxima Cúpula dos BRICS, ocasião em que poderão ser finalizados os entendimentos para a criação do Banco dos BRICS e do acordo Contingente de Reservas em particular.

Eu tinha me comprometido a falar um pouco mais detalhadamente sobre a situação dos brasileiros na Bolívia-. Eu queria, em primeiro lugar, lamentar a tragédia da morte do jovem boliviano Kevin Espada, de 14 anos, que, sem dúvida, introduz uma nota extremamente sombria naquilo que é um elemento de celebração da nossa identidade no Brasil e na América do Sul, o esporte, o futebol. Isso só pode nos enlutar a todos.

Mas, ao mesmo tempo, deixo muito claro o empenho do Governo brasileiro e do Itamaraty, em particular, em seu conjunto, em Brasília; da Embaixada do Brasil em La Paz; e do Consulado do Brasil em Cochabamba, que é o mais próximo da cidade de Oruro, em garantir pleno apoio consular aos 12 brasileiros detidos em Oruro e em manter contatos políticos no mais alto nível, para que o encaminhamento da questão seja feito, em primeiro lugar, com respeito aos direitos humanos e aos plenos direitos desses brasileiros, com a preservação da sua dignidade, para que eles estejam em condições dignas de detenção. E esperamos o encaminhamento mais célere possível.

A Presidente Dilma Rousseff se encontrou com o Presidente Morales poucos dias depois do ocorrido, em Malabo, na Guiné Equatorial, e determinou que eu fosse à Bolívia, onde eu estive no dia 2 de março e onde tratei do assunto pessoalmente com o Presidente Evo Morales e com o Chanceler Choquehuanca. Na ocasião, transmiti, com muita firmeza, não só o propósito, a intenção do Governo brasileiro de exigir um tratamento digno e o respeito aos direitos dos nossos compatriotas, assim como um encaminhamento judiciário mais célere, uma vez comprovada a inocência, que é o que acreditamos que poderá ser o desenlace. É preciso garantir a liberação, no mais breve prazo, dos nossos concidadãos. Isso aí eu fiz, e até há registro numa conferência de imprensa que, depois, nós celebramos na cidade de Cochabamba.

A Embaixada em La Paz tem mantido contato permanente com os detentos. Mais de 20 visitas já foram realizadas, para minimizar o sofrimento. As condições carcerárias são precárias. O que pode ser feito tem sido feito, para evitar, inclusive, que elas piores, como houve ameaça em certo momento, o que exigiu longa negociação do nosso encarregado de negócios com as autoridades da prisão em Oruro.

Há poucos dias, foi deslocada uma médica, que examinou todos os detentos e que está cuidando da saúde deles. Enfim, eles estão tendo a assistência de um advogado. E, aqui, em parceria com o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que é o responsável por uma convenção que rege a cooperação judiciária entre os nossos países, entre a Bolívia e o Brasil, em particular, e pela transmissão de elementos para

informar o julgamento do caso, já proporcionamos à Justiça boliviana elementos que poderão contribuir – estou confiante – para também o equacionamento, no mais breve prazo, dessa questão.

Ontem, recebi o Presidente do Corinthians, o Dr. Mário Gobbi Filho, com quem conversei longamente. Ele agradeceu muito o apoio do Itamaraty, da Embaixada em La Paz. Comentou que ele saia reconfortado da conversa, pois tudo que podia ser feito estava sendo feito e está sendo feito.

Mantenho contatos regulares com o governo boliviano e, embora seja ainda um pouco prematuro assinalar algum desenvolvimento mais relevante para o encaminhamento do caso, tenho sentido sensibilidade do lado das autoridades bolivianas para a importância que está sendo atribuída ao caso pela opinião pública brasileira, pelo Legislativo, pela sociedade brasileira como um todo.

Há outro caso envolvendo Brasil e Bolívia que tem exigido um acompanhamento atento, e acho que é preferível que ele permaneça ainda confidencial, para que se produzam os resultados desejados, que é a situação do exilado boliviano na Embaixada do Brasil desde meados do ano passado. Mas posso compartilhar com os senhores que aqui também eu tive conversas bastante pormenorizadas com as autoridades bolivianas. Criamos um grupo de trabalho dedicado a examinar diferentes aspectos jurídicos e políticos da questão. Esse grupo de trabalho já se reuniu uma vez; deverá reunir-se agora em breve, dentro de dez ou quinze dias novamente, e, uma vez mais, sem entrar em grandes detalhes, até mesmo para que os resultados sejam aqueles que nós desejamos, um salvo-conduto, ou algo equivalente a um salvo-conduto que possa ser concedido ao Senador, para que ele deixe o país. Eu tenho sentido uma disposição negociadora ao diálogo da parte das autoridades bolivianas que merece registro.

Enfim, era esta a apresentação. Não sei se usei um pouco mais de meia hora, mas estou aqui inteiramente à disposição para as perguntas dos senhores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Ministro.

Vou fazer algumas observações e, em seguida, vou passar a palavra, por ordem de inscrição, à Senadora Ana Amélia, ao Senador Alvaro Dias e assim por diante.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Presidente, eu gostaria de me inscrever

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pois não. Vamos aqui determinar a ins-

crição das Sras Senadoras e dos Srs. Senadores na ordem. A do Senador Eduardo Suplicy também.

Sr. Ministro, vou começar por onde V. Ex^a está concluindo. Eu estive em La Paz, em nome da Comissão de Relações Exteriores, na última semana. Fiz-me acompanhado do Sr. Embaixador Sérgio Danese, Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras, e lá, em La Paz, fui assistido pelo Ministro Eduardo Saboia.

Devo testemunhar todo o esforço da nossa missão diplomática local em relação à assistência. Muito mais do que corintianos, são cidadãos brasileiros.

Retornei de lá com algumas constatações com base em todo o diálogo que, inclusive, estabeleci com a nossa missão diplomática. A primeira delas é que esses brasileiros são inocentes. Não há nos autos qualquer tipo de evidência objetiva de participação direta ou indireta desses brasileiros.

Também pude observar que a integridade física, a vida desses brasileiros corre risco. Eles estão detidos numa prisão primitiva, uma prisão que suporta 200 internos, e estão com 1.500 internos. Eles estão detidos com traficantes, assassinos e estupradores.

A outra constatação que faço é que, na verdade, há uma má vontade muito grande do governo boliviano com os brasileiros. Há manifestações públicas na Bolívia de desconforto com a nossa Embaixada e com o nosso Embaixador em razão do asilo político concedido ao Sr. Senador Roger Pinto, o que me leva à convicção de que há uma tentativa de determinada barganha política. O asilo foi concedido há quase doze meses, sem ainda um salvo-conduto. Esse Senador é um perseguido político na Bolívia.

Saúdo de maneira extraordinária a ousadia do nosso Governo em conceder esse asilo político ao Senador boliviano. Asilo que não foi concedido pelo Embaixador. Foi concedido pelo Estado brasileiro. Foi uma decisão de Governo, de Estado. Portanto, a demora desse salvo-conduto chama a atenção.

Há episódios na região de tempos difíceis, de ditaduras, de regimes fechados. Ainda esta semana o Senador Aloysio Nunes Ferreira lembrava do governo Pinochet, concedendo salvo-conduto num momento absolutamente difícil da vida democrática institucional do Chile.

Evidentemente, Sr. Ministro, que o Brasil, por ser o principal país, o maior, o mais importante, precisa ter, não apenas com a Bolívia, mas com os países da América do Sul, uma relação de excepcional generosidade, porque são desafios comuns e conjuntos. Quem, como nós, tem com a Bolívia uma fronteira de 3,5 mil quilômetros, tem enormes desafios comuns, sobretudo no campo do combate ao narcotráfico, no assentamento de brasileiros na fronteira; há muitos

brasileiros presos adequadamente, por envolvimento em tráfico de drogas, roubo de carros e outros delitos transnacionais. E fico a imaginar – e esta é a pergunta que quero dirigir a V. Ex^a – se não estaria havendo, de certa forma, uma partidarização na nossa relação diplomática. Porque, em que pese à generosidade, patrimônio brasileiro foi estatizado na Bolívia, a Petrobras, a refinaria. Eu pude ver lá que construção de estradas de empresas brasileiras foram confiscadas e, sinceramente, eu acho que está correta a afirmação de que não dá para falar grosso com quem é frágil e falar fino com quem é forte. Não se trata disso. Mas me parece que se trata de premissas, princípios que nós, talvez, precisamos observar.

Gostaria que V. Ex^a considerasse essas minhas manifestações e que levasse ao conhecimento de Sua Excelência que estive com o Sr. Ministro Carlos Romero, Ministro de Governo da Bolívia, chamando a atenção dele para o fato de que o Estado boliviano tem a custódia desses brasileiros e que esses brasileiros estão detidos em condição absolutamente sub-humana, na penitenciária de San Pedro, na cidade de Oruro.

Eu queria fazer essas observações e gostaria que V. Ex^a, mais adiante, pudesse comentá-las.

Um outro fato – já passo a palavra a S. Ex^a a Senadora Ana Amélia – é, com base num ofício que encaminhamos a V. Ex^a, solicitando apuração para os fatos relacionados à participação do embaixador brasileiro em Cingapura, no caso do Estaleiro Jurong e sua eventual movimentação para outro Estado – do Estado do Espírito Santo para o Estado do Rio de Janeiro.

Gostaria que V. Ex^a pudesse abordar a apuração que V. Ex^a fez desse fato, por julgar absolutamente necessário que nós possamos fazer o enfrentamento desses dois temas, por enquanto.

Passo a palavra à eminente Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Agradeço, Presidente Ricardo Ferraço.

Eu queria endossar as manifestações de V. Ex^a a respeito desse caso, envolvendo a relação com a Bolívia, cumprimentando o Embaixador Chanceler Antonio Patriota pela exposição feita.

Eu queria mencionar apenas que, na reunião da União Interparlamentar realizada em Quito, por iniciativa do Senador Sérgio Petecão, nós tivemos uma reunião com Senadores bolivianos, que deram uma informação preocupante nesse aspecto, em relação ao Senador Roger Pinto Molina, que está asilado na Embaixada do Brasil – como V. Ex^a, também cumprimento o Governo brasileiro por esse asilo –, dizendo que foi feita uma lei, com efeito retroativo em questão penal, para ter, eu diria, uma lei casuística, para que tivesse a cobertura “legal” – entre aspas –, para justifi-

car a criminalização e a denúncia pelo Poder Judiciário; e lá também, suspeita-se que haja uma interferência do Executivo sobre esses Poderes, seja Ministério Público, seja Poder Judiciário. Foi o que deduzimos da audiência que tivemos com os Senadores em Quito.

Mas eu gostaria, Embaixador Chanceler, de pontuar a questão regional a que V. Ex^a deu grande enfoque, perguntando para o senhor: teremos eleições no Paraguai, do dia 16 a 21, o que representa essa eleição? Isso pode apressar o retorno do Paraguai ao Mercosul? Porque a retirada do Mercosul se deu num momento em que o Brasil e os países do Mercosul entraram numa questão interna do Paraguai, por conta do *impeachment* de Fernando Lugo, para que a Venezuela pudesse entrar no bloco. A partir dessa eleição, qual é o clima e o que o Governo brasileiro está fazendo para o retorno do Paraguai ao Mercosul?

O senhor mencionou as relações permanentes com o Chanceler Sr. Héctor Timerman, da Argentina, mas o que isso tem representado do ponto de vista comercial? Porque eu, como sou do Rio Grande do Sul, tenho tido informações de que continuam ainda com dificuldades as barreiras comerciais a produtos brasileiros na relação com a Argentina.

Ainda sobre essa questão comercial, nós temos notícia de que a União Europeia e os Estados Unidos estão buscando um acordo comercial que criaria, se viabilizado e materializado, o maior bloco comercial e econômico do mundo. Nesse caso, quais as chances desse acordo Mercosul e União Europeia, que sempre foi defendido, tentado e nunca conseguido, em função dos problemas relacionados ao protecionismo na área que mais nos interessa ao Mercosul, que é o setor agropecuário?

Duas mais questões ao Sr. Chanceler.

Desde 2001, o Brasil tem relações com a Coreia do Norte. Todos os dias, o noticiário dá informações preocupantes sobre conflitos na região. Quais são as informações que a nossa Embaixada tem repassado ao Itamaraty sobre essa situação e quais os reflexos que nessa região, que é a nossa região, pode estar havendo?

Também queria saber do senhor qual é a possibilidade de o Embaixador Roberto Azevedo ir para a Diretoria-Geral da OMC; que gestões o Governo brasileiro está fazendo em relação a isso? Porque esse é um cargo estratégico.

Finalmente, caro Chanceler, uma questão bem prática: recebi um *e-mail* da Sr^a Elma, da cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, que está acompanhando a transmissão pela TV Senado; ela pergunta se o senhor tem alguma palavra para dizer sobre vagas nas diversas carreiras para o Itamaraty, se serão abertas,

se serão abertos novos concursos públicos, porque se sabe que muitos embaixadores, muitos diplomatas estão se aposentando, pergunta sobre o preenchimento dessas novas vagas também. Essa é uma questão prática, que eu levo ao conhecimento de V. Ex^a.

Muito obrigada, Sr. Chanceler.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Aproveito a manifestação da Sr^a Senadora para perguntar a V. Ex^a, Sr. Ministro: há informações de que talvez seja esta a primeira vez que podemos chegar ao mês de abril ou maio sem que o Itamaraty tenha sido autorizado a publicar edital para realização de concurso público de ingresso no Instituto Rio Branco, para fazer justificar as necessidades de novos quadros na diplomacia. Essa é uma tradição na diplomacia brasileira desde os anos 40. Em 2013, teremos concurso? Eu gostaria que V. Ex^a falasse sobre isso, pela importância de aparelharmos nossas Embaixadas mundo afora. Como estão esses entendimentos no Poder Executivo?

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Obrigado, Presidente Ricardo Ferraço.

Ministro Antonio Patriota, V. Ex^a passou ao largo de alguns temas que foram objeto de requerimento de nossa autoria, certamente aguardando as indagações. E eu pretendo iniciar exatamente por essas questões.

Do meu ponto de vista modesto, dois embaixadores, em pouco tempo, rasgaram a Convenção de Viena e, de certa forma, afrontaram a soberania do nosso País. Refiro-me a dois episódios.

O Embaixador da Venezuela, Sánchez, num evento patrocinado por partidos políticos no Brasil, teve presença e justificou, confirmando, confessando a sua participação política. Em nota, o chefe da missão diplomática da Venezuela no Brasil disse o seguinte: “É absolutamente despropositado atribuir a minha presença entre os convidados de um evento público sobre realizações do Governo Federal do Brasil.” Portanto, ele próprio confirma que participou de um evento público que diz respeito, segundo ele, a realizações do Governo Federal. No entanto, o noticiário diz respeito a esse evento, tratando-se de um evento de solidariedade àqueles que foram condenados pelo Supremo Tribunal Federal no processo referente ao escândalo do mensalão. Portanto, houve a participação de um embaixador em ato eminentemente político interno no nosso País.

Da mesma forma, o Embaixador de Cuba, que participou de uma reunião com militantes de partidos políticos no Brasil organizando uma recepção hostil a uma jornalista e blogueira de Cuba, Yoani Sánchez, com a participação, inclusive, de um integrante da

equipe do Ministro Gilberto Carvalho, Secretário da Presidência da República.

Parece-me que, nos dois casos... No primeiro, inclusive, houve uma afronta ao Supremo Tribunal Federal e nesse caso, houve comprometimento do art. 41 do decreto que diz respeito à Convenção de Viena, que trata do dever dos diplomatas de não se imiscuírem em assuntos internos da política da nação onde representam o seu país.

São essas duas questões.

Houve, no entendimento do Itamaraty, afronta à Convenção de Viena, houve afronta à soberania do nosso País? Porque o Itamaraty não tomou nenhuma providência? O Governo brasileiro não foi condescendente diante desses fatos? Não deveria ter adotado providências? O art. 9º, inclusive, prescreve que é possível, nesses casos, considerar-se *persona non grata*, e a consequência seria o afastamento imediato do embaixador.

Essas duas primeiras questões referentes ao episódio Bolívia... O Senador Ricardo Ferraço expõe muito bem – esteve na Bolívia – e há uma questão que eu quero aduzir para que V. Ex^a possa esclarecer. Diz respeito à visita que V. Ex^a fez. Segundo o Panorama Holofote, da revista *Veja*, o Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, reuniu-se com o Ministro da Presidência da Bolívia, Juan Ramón Quintana, no último dia 2 de março, em Cochabamba.

Como *Veja* publicou, Quintana é suspeito de ter relações com o narcotráfico e visitou o traficante brasileiro Maximiliano Dourado em Santa Cruz de la Sierra em 18 de novembro de 2010. O efeito prático do encontro com Patriota foi que as visitas ao Senador oposicionista Roger Pinto, que denunciou casos de corrupção na Bolívia e está asilado na Embaixada brasileira em La Paz, foram restringidas a seus familiares e ao advogado. Foi a consequência dessa visita de V. Ex^a.

E está também no noticiário – o jornal *Valor* faz referência a isso – que, depois dessa visita, houve o afastamento do Embaixador Marcel Biato, que tinha uma forte atuação contra o narcotráfico. E a razão do asilo desse Senador é exatamente a denúncia que faz quanto ao envolvimento de autoridades bolivianas com o narcotráfico. É evidente que o que se noticiou é que o Embaixador Marcel Biato está de férias. Uma coincidência as férias neste momento, um momento crítico, em que há essa questão do Senador e há a questão dos brasileiros presos, referência já feita pelo Presidente da Comissão.

Portanto, nesta hora, a Embaixada fica desalojada do seu Embaixador, que exercia um papel preponderante, por estar de férias. E consta que, inclusive, não

deve retornar à função. Pelo menos é esse o noticiário. V. Ex^a poderá confirmar.

Em relação à restrição de visitas, há uma solicitação feita a V. Ex^a pelo cineasta Dado Galvão, baiano, que hoje embarcou para a Bolívia. Ele fez uma solicitação ao Itamaraty e segue, a pedido do próprio Senador Roger Pinto, para gravar uma entrevista com ele. A indagação que se faz é se ele poderá realmente, se foi autorizado pelo Embaixador ou pelo Itamaraty, fazer o seu trabalho na Bolívia.

São estas as questões essenciais.

Em relação aos brasileiros presos, parece-me, Ministro, respeitosamente – quero lhe afirmar que é um ponto de vista pessoal –, creio que o Governo brasileiro está afrouxando, não está se impondo diante de determinados fatos que ocorrem presentemente na Bolívia.

É visível, e o próprio Presidente desta Comissão constatou, que há uma espécie de revide pelo fato de o Governo brasileiro ter acolhido o Senador de oposição em sua Embaixada de La Paz. E o tratamento que está se oferecendo aos brasileiros presos é uma resposta a esse acolhimento. V. Ex^a não entende que é o caso de o Governo brasileiro agir com maior rigor, impor-se mais? Afinal, passa-se a impressão de que estamos tratando desse assunto, que diz respeito a direitos humanos – porque é visível também que estão em precárias condições, detidos na Bolívia, esses brasileiros –, sem entrar na questão de mérito, de que a prisão é injusta. E tudo indica que seja, há brasileiros que sequer estavam no estádio no momento em que ocorreu o fato e estão detidos como criminosos. Houve uma confissão no Brasil, esta confissão está sendo desconsiderada.

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Mas é claro que esse não é o tema para o Itamaraty e para o Governo brasileiro. Creio que o que está faltando é uma autoridade se impondo para exigir que o País seja respeitado. De certa forma, mesmo que à distância, ou indiretamente, trata-se de uma afronta à nossa soberania, trata-se de uma forma de desrespeito ao Brasil o tratamento que estão oferecendo nesses dois casos: tanto no que diz respeito ao Senador acolhido pelo Brasil, que deveria ter um tratamento civilizado, adequado, quanto aos brasileiros que estão detidos em prisões precárias da Bolívia, com condições comprometedoras, inclusive, para a saúde deles. Portanto, esta é a indagação: não seria obrigação do Governo brasileiro, dever do Governo brasileiro agir com maior rigor em relação a essas questões?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador.

Passo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, em seguida ao Senador Francisco Dornelles, para que o nosso Ministro possa responder ao primeiro bloco de cinco intervenções, para que, em seguida, possamos acessar...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Quantos estão inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Nós temos o Senador Aloysio Nunes, o Senador Francisco Dornelles, o Senador Cristovam Buarque, a Senadora Vanessa, o Senador Sérgio Petecão e o Senador Eduardo Suplicy.

A palavra é do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, eu tenho duas ordens de indagações para fazer a V. Ex^a, cumprimentando e saudando, mais uma vez, a sua presença na Comissão de Relações Exteriores do Senado.

A primeira diz respeito a uma reportagem publicada pela revista *Época*, do dia 18/3/2013, em que se dá conta de que o Ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, teria trabalhado para convencer uma empresa estrangeira a transferir um investimento de R\$500 milhões do Espírito Santo para um empreendimento do empresário Eike Batista, no Rio de Janeiro. Esse assunto foi, aliás, tema de comentários acerbos por parte do nosso Presidente Ricardo Ferraço.

Segundo a reportagem, o Ministro Pimentel e um lobista de Eike pressionaram o Embaixador do Brasil em Cingapura, o Sr. Luís Fernando Serra, para conseguir um encontro de Pimentel com executivos da Sembcorp Marine, sediada nesse país asiático.

Pergunto a V. Ex^a se o Itamaraty recebeu algum tipo de pedido por parte do Ministro Pimentel ou se essa requisição foi feita diretamente pelo Ministro Pimentel ao Embaixador Serra, uma vez que penso que não seja comum que um ministro de uma área se dirija a quadros do ministério de outra área sem passar pelo titular do ministério demandado.

A segunda pergunta, Sr. Presidente, diz respeito exatamente ao tema dos direitos humanos, sobre o qual V. Ex^a enfatizou, com justificado orgulho, a posição brasileira de defesa dos direitos humanos nas instâncias internacionais. Ocorre que, durante o 44º período de sessões extraordinárias da Assembleia Geral da OEA, realizado no dia 22 de março de 2013, a aprovação da resolução que garante a legitimidade do sistema interamericano de direitos humanos foi ameaçada pela tentativa de países da Alba – Aliança Bolivariana das Américas – eu uso “bolivariana” sempre entre aspas, porque eu penso que se trata de uma usurpação do nome de Simón Bolívar – de aprovar propostas contróvertidas que colocariam em risco a estabilidade e

a atuação desse sistema interamericano de direitos humanos.

Entre os aspectos polêmicos, estão o enrijecimento de procedimentos para adoção de medidas cautelares em casos graves e urgentes, por parte da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a proibição de financiamento desse sistema, por parte de países que não integram a OEA.

Há também a modificação e o desvirtuamento do Capítulo IV do relatório anual da comissão, que divulga lista de países nos quais as práticas relacionadas aos direitos humanos merecem atenção especial.

Pergunto a V. Ex^a qual foi a posição do Governo brasileiro sobre este tema delicado, qual o interesse que Equador, Venezuela, Nicarágua e Bolívia tinham e têm em enfraquecer a Comissão de Direitos Humanos da OEA. Esta basicamente é a pergunta que faço a V. Ex^a: qual é a posição do Governo brasileiro diante dessa iniciativa da chamada Alba?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Senador Francisco Dornelles, a palavra é de V. Ex^a.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Ministro, o Brasil levantou – aliás, com muita competência – a inclusão do problema câmbio dentro do quadro das práticas resiliais de comércio. Eu perguntaria a V. Ex^a como se encontram essas discussões.

Segundo ponto: a Senadora Ana Amélia mostrou a importância para o Brasil da eleição do Embaixador Roberto Azevêdo para Secretário-Geral da OMC. Eu pergunto a V. Ex^a – se é que V. Ex^a pode abordar este assunto – se o Brasil já conseguiu para a candidatura de Roberto Azevêdo o apoio dos BRICS e dos outros países da América do Sul e qual é a posição dos BRICS em relação à candidatura brasileira da OMC.

Terceiro e último: eu considero extremamente problemático para o Brasil a assinatura de um acordo preliminar de dupla tributação com os Estados Unidos, nos termos que vem sendo anunciado pela imprensa. Eu penso que isso traria enormes dificuldades para empresas brasileiras subsidiárias de empresas domiciliadas na União Europeia, no Japão e no Canadá.

No momento em que V. Ex^a anuncia e informa que terá um encontro com autoridades dos Estados Unidos, para tratamento bilateral, o que eu faço é um apelo no instante em que o Brasil negocia um acordo preliminar de dupla tributação com os Estados Unidos: leve em consideração os acordos já firmados com a União Europeia, o Japão e o Canadá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Sr. Ministro, na linha dessas intervenções do sempre eminente Prof. Senador Francisco Dornelles,

eu indagaria a V. Ex^a como andam as negociações do Mercosul com a União Europeia. Há anos – há anos – que essas negociações estão sendo tratadas. Ontem nós recebemos no Senado Federal Parlamentares do Parlamento europeu, e esse tema foi debatido. Há incertezas, há incógnitas em relação a esse tema. Eu gostaria que V. Ex^a pudesse falar sobre esse tema e não apenas isso, também sobre esse giro que nós estamos percebendo em direção ao Pacífico, a Parceria Transpacífico, essa aliança do Chile, Colômbia, Peru, México. Qual o grau de impacto dessa aliança para o Brasil, para o nosso Mercosul e ainda o impacto para as relações comerciais do nosso País e do Mercosul do anúncio, por parte do Sr. Presidente Barack Obama, do bloco entre os Estados Unidos e a União Europeia?

A palavra é de V. Ex^a.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Muito obrigado. Espero ter anotado todas as perguntas, que foram muitas.

Começando pelo seu comentário, pergunta sobre a situação dos brasileiros detidos em Oruro, quando o senhor se refere a problemas como ameaça de integridade física, considero importante ter presente aqui que tudo está sendo feito para que a integridade física dos detentos seja protegida. E o advogado dos brasileiros está negociando um *habeas corpus* e a possibilidade de prisão domiciliar enquanto o julgamento avança.

Aqui, como vários outros perguntaram sobre essa situação, eu acredito que vale a pena dizer, desde o início, que a firmeza do Governo brasileira é a mais completa, não há afrouxamento; o que, sim, pode haver, é uma certa reserva em compartilhar publicamente, ou em afirmar publicamente certas coisas que são ditas pelos canais diplomáticos aos interlocutores que precisam ser mobilizados, porque isso em nada contribuiria para proteger os brasileiros, ou para acelerar o desenlace que todos nós desejamos. Então aqui é aquela velha máxima de firmeza no propósito, mas, também, propriedade no veículo e na manifestação das comunicações que devem sempre presidir.

Eu considero, inclusive, que as manifestações dos Srs. Senadores, Parlamentares, da opinião pública, exigindo condições dignas de detenção e respeito aos direitos dos brasileiros são positivas. Elas contribuem para, de certa maneira, criar um contexto favorável para que as autoridades bolivianas se sensibilizem em relação à importância desse caso.

Aqui acho que o objetivo que nós devemos perseguir é que as nossas manifestações, cada uma segundo a competência e o estilo e a forma de atuar de cada Poder, do Legislativo, do Executivo, inclusive do presidente do Corinthians, nesse caso, se reforcem mutuamente e não atuem de maneira a enfraquecer

as estratégias que possam ser desenvolvidas para o desenlace dessa questão.

Eu creio, também, que devemos tomar certo cuidado aqui em não associar a situação do Senador ao qual foi concedido asilo na Embaixada à questão dos detentos porque isso em nada contribuirá, tampouco, para acelerar o bom encaminhamento das duas questões. Então, por uma razão muito pragmática, considero que é desejável nós continuarmos a tratar dos dois assuntos por canais separados, ainda que eles possam se comunicar de alguma maneira e acabem sendo tratados, às vezes, em uma mesma reunião.

Houve a pergunta sobre a situação da Jurong, Senador, do investimento da companhia de Cingapura no Brasil e, por coincidência, estará aqui amanhã o Chanceler de Cingapura, com quem vou me entrevistar. Não pairam dúvidas sobre a manutenção do investimento de Cingapura no Espírito Santo, e eu acho que esse que é o objetivo desses questionamentos estarem mantidos. Não há dúvida nem há qualquer evidência. Eu, assim que as dúvidas foram levantadas pelo senhor, Senador Ferraço – na verdade, foram canalizadas por seu intermédio – determinei uma apuração dos fatos, eu chamei a serviço o Embaixador Luís Fernando Serra a Brasília. O Secretário-Geral, aqui presente, se entrevistou longamente com ele e eu também e posso afirmar, com muita convicção, que não há evidência qualquer de que o Embaixador tenha favorecido o investimento de Cingapura em um Estado em detrimento do outro.

O que, sim, acontece, e isso faz parte das atribuições normais de qualquer setor de promoção comercial do Brasil no exterior, é que o endereço, os números de telefone da Sembcorp e da Jurong foram transmitidos à EBX. Isso aí não representa o descumprimento de qualquer preceito ético ou favorecimento de uma região do Brasil em detrimento da outra. Pelo contrário, isso é feito no espírito de maximizar os investimentos produtivos de um país que, como Cingapura, detém tecnologia avançada, conhecimento avançado em áreas de prospecção de petróleo, de vendas de plataformas, de aprimoramento de instalações portuárias. Assim é que posso afirmar isso, realmente, com muita convicção. Aliás, foi nesse sentido que lhe mandei uma correspondência em resposta à sua própria correspondência.

A Senadora Ana Amélia mencionou as eleições no Paraguai e a perspectiva de retorno do Paraguai ao Mercosul. Ela não se encontra mais aqui, mas eu queria esclarecer que trabalhamos no âmbito do Mercosul e da Unasul, em particular. Na Unasul, foi criado um grupo de trabalho para acompanhamento da situação no Paraguai, sob a liderança do ex-Primeiro-Ministro peruano Salomon Lerner, que integrou um grupo constituído por representantes de cinco ou seis países. E

esse grupo acompanhou de perto e também estabeleceu contato com as autoridades eleitorais paraguaias, para que possa haver um acompanhamento eleitoral, pela Unasul, do pleito no Paraguai, neste mês de abril.

O objetivo, obviamente, desse acompanhamento é verificar as condições em que se realizam a eleição paraguaia, condições que esperamos sejam de liberdade, transparência, vigência da democracia e que, é lícito esperar, abrirão caminho para a reincorporação do Paraguai no Mercosul, pelo menos é nesse espírito que nós estamos trabalhando, e é nesse espírito que participará a missão de observação eleitoral do Mercosul no Paraguai. Haverá outras missões de observação eleitoral, inclusive da União Europeia, enfim, da OEA, entre outros.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/ PMDB – ES) – Os mesmos procedimentos serão adotados em relação à eleição na Venezuela?

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Sim. A resposta é sim, e até isso me permite dizer que eu mencionei que há um conselho inovador na Unasul, que é Conselho Eleitoral, criado no ano passado. O primeiro acompanhamento eleitoral realizado, se não me engano, foi justamente da eleição de outubro último na Venezuela, a comando do Secretário-Geral da Aladi, o argentino Chacho Alvarez. Na época, outros observadores também estiveram na Venezuela: o Centro Carter. O Centro Carter observou que considerou a eleição venezuelana de outubro último como uma das mais transparentes e democráticas que eles tinham observado ultimamente. E, novamente, o Conselho Eleitoral Sul-Americano deverá se fazer presente nas eleições na Venezuela, durante este mês.

A Senadora Ana Amélia regressou e, com isso, eu posso falar um pouquinho também do comércio com a Argentina.

Bem, eu comentei brevemente a situação de Cingapura... Não preciso voltar. Está bem, obrigado.

E, de fato, aí temos talvez que esclarecer que meus encontros com o Chanceler Timerman não se concentram em temas comerciais, mesmo porque a negociação e o tratamento de questões comerciais do lado argentino estão sob comando de outras áreas de Governo, e a interlocução privilegiada é com meu colega, o Ministro Fernando Pimentel, da Indústria e Comércio, embora eu participe frequentemente, ou o Subsecretário Antonio Simões, aqui presente, também participe frequentemente dessas discussões.

Mas a verdade é que há, efetivamente, um desempenho que podemos considerar bem menos do que satisfatório do comércio bilateral com a Argentina, embora eu comece aqui lembrando que o desempenho de 2012 foi o segundo maior desempenho histó-

rico no comércio bilateral Brasil-Argentina. Então, não estamos tão mal assim, mas um exame mais detido revela áreas problemáticas efetivamente.

As exportações brasileiras para a Argentina se reduziram em 20% em 2012, e as importações provenientes da Argentina se reduziram numa taxa muito menor: 2,7%. E o superávit brasileiro, que chegou a um patamar histórico de R\$5,8 bilhões em 2011, também não é desejável, digamos, numa relação com um vizinho próximo com superávits estruturais tão elevados – isso aí pode criar uma distorção – mas ele retrocedeu numa forma muito acentuada em 2012, para R\$1,5 bilhão, ou seja, uma queda de 74%. As exportações brasileiras, sobretudo de setores sensíveis, como calçados, têxteis e outros, têm sido particularmente afetadas por medidas restritivas, as chamadas DJAIs, licenças não automáticas, a chamada política de um para um, e eu entendo que o Rio Grande do Sul esteja sendo realmente afetado por algumas dessas medidas.

E, mais recentemente, passaram a ser fonte especial de preocupação alguns sinais de possível desvio de comércio na Argentina em benefício de terceiros países, o que seria na contramão do nosso empenho em fortalecer o comércio entre o Mercosul, e isso aí precisa ser examinado.

O Ministro Pimentel esteve este ano, se não me engano em fevereiro, em uma reunião regular do Mecanismo de Monitoramento de Comércio. Essas questões estão sendo todas levantadas. Há perspectiva, num horizonte relativamente próximo, de encontro entre as duas Presidentas, e essa questão será efetivamente examinada com muito cuidado, porque, em particular, se estiver comprovado desvio de comércio em benefício de países não membros do Mercosul, é uma questão que tem de ser examinada com toda a seriedade.

A senhora perguntou também sobre a Coreia do Norte, Senadora. Efetivamente, aqui, o que aconteceu na Coreia do Norte, com a mudança de liderança, com a morte do Presidente Kim Jong-il e a elevação do seu filho Kim Jong-un, em vez de a preocupação da comunidade internacional diminuir, como era expectativa anterior, porque, enfim, havia todo tipo de especulação, ele havia estudado em colégio interno na Suíça, considerava-se que ele era mais “ocidentalizado” – entre aspas –, não que ocidentalizado signifique necessariamente uma atitude mais pacifista diante dos temas, da realidade internacional, mas a verdade é que aumentaram as tensões na península coreana, isso em função do lançamento, com sucesso, de um foguete multiestágio em fins de 2012, que colocou em órbita um satélite, e de um terceiro teste nuclear em dezembro... não, em fevereiro deste ano, em contravenção a resoluções do Conselho de Segurança. Nesse caso,

é interessante notar que há um consenso internacional no sentido de condenar e sancionar a Coreia do Norte por sua atitude no desenvolvimento de energia nuclear para fins não pacíficos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Inclusive a China.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Inclusive a China. A China se soma às resoluções do Conselho de Segurança e, muito recentemente, mais um exemplo disso foi dado porque um reforço das sanções contra a Coreia do Norte foi adotado pelo Conselho de Segurança com participação chinesa.

A China tem papel de liderança a exercer, é um dos membros de um grupo chamado hexapartite, de seis países, que normalmente se reúnem com as autoridades norte-coreanas, e as últimas informações de que dispomos, inclusive da nossa Embaixada em Pyongyang, com a qual estamos em contato, é de que os chineses estão conseguindo retomar um pouco o debate com vistas a uma diminuição das tensões que foram agora exacerbadas, em função também dos exercícios militares anuais que os Estados Unidos realizam no mar entre a China e a Coreia, entre a Coreia e o Japão, e que costumam ser acompanhados de uma elevação da retórica norte-coreana. O que esperamos é que, como em situações anteriores, essa retórica se revele nada mais do que retórica e que não desencadeie um conflito armado, que seria efetivamente altamente preocupante.

A presença do Brasil na Coreia do Norte é recente e relativamente pouco significativa. Há um Embaixador, com um funcionário do quadro do Itamaraty. Ele, inclusive, tem que fazer viagens frequentes a Pequim por questões de limitação de câmbio e logística, mas é muito valioso e importante, sobretudo para um país como o Brasil – eu comentava antes que nós estamos permanentemente engajados com os temas que fazem parte da agenda do Conselho de Segurança –, nós temos informação de primeira mão, não dependermos apenas das análises que possam surgir na imprensa especializada de uma potência regional ou da imprensa ocidentalizada para entendermos melhor o que se está passando. E aqui dispomos de informações, e me coloco à sua disposição até para compartilhar algumas das análises mais confidenciais que têm sido transmitidas por nossa Embaixada na Coreia do Norte pelo Embaixador Roberto Colin, aliás, um excelente profissional.

Houve perguntas sobre os acordos que estão sendo anunciados entre União Europeia e Estados Unidos, outros acordos no Pacífico e também as negociações Mercosul/União Europeia. Vou juntar um pouco os três em uma resposta só.

Em relação ao Mercosul/União Europeia, como eu pude informar, houve um período de interrupção das negociações, porque a verdade é que se havia avaliado, entre os países do Mercosul, inclusive no Brasil, que o bloco de maior interesse, como mencionou a Senadora, para os exportadores brasileiros, que seria o agrícola, não sofreria uma alteração significativa no processo negociador enquanto não se realizasse, não se concluísse a Rodada de Doha. Naquele momento ainda havia a expectativa da conclusão da Rodada de Doha, até 2008, mais ou menos. As negociações foram interrompidas.

Em função de um renascimento de interesses por parte da Espanha e da Argentina – e o interessante é que esses dois países estão tendo um momento de dificuldade no relacionamento bilateral –, em 2010, decidiu-se pela retomada do processo negociador, retomada essa em função de certo ceticismo em relação às perspectivas de conclusão da Rodada de Doha, e que, do lado sul-americano, do Mercosul, já parecia interessante na medida em que, na verdade, as nossas economias têm crescido a taxas relativamente altas e as economias europeias a taxas relativamente baixas, há uma clara melhoria da posição negociadora sul-americana e mercosulina, e na expectativa de que se pudesse retomar em bases mais favoráveis. É nesse estágio que estamos.

No ano passado defendi, inclusive, na reunião da Camex, a ideia de que valia à pena retomar essa negociação em função de várias considerações. Uma delas eu já mencionei, é o impasse na Rodada de Doha. A outra é de que o Brasil deixará de se beneficiar, em 2014, do Sistema Geral de Preferências da União Europeia, assim como outros países de renda média. Isso afeta certo percentual das nossas exportações, algo em torno de 13%. E uma vez mais, essa circunstância de que hoje estamos em condições negociadoras talvez mais fortes do que no início do milênio. E não só isso, mas decidimos fazer uma consulta ao setor privado no ano passado, uma consulta pública, que revelou, antes do fim do ano, um interesse maior do que na consulta anterior. Então, aqui também houve, digamos assim, uma convergência entre o que era a percepção governamental e a própria percepção do setor privado, o que nos levou a transmitir, já na reunião realizada no início deste ano, da Parceria Estratégica Brasil/União Europeia, aqui em Brasília, um propósito, a determinação de proceder naquilo que chamamos de intercâmbio de ofertas melhoradas.

O desafio seguinte foi conseguir um compromisso de todos os membros do Mercosul, uma subscrição desse compromisso, em negociação com os europeus, mas conseguimos isso na reunião em Santiago, como

eu comentava um pouco antes, e agora o entendimento bilateral ou birregional é de que, antes de dezembro, até mesmo em função da situação do Paraguai, que esperamos esteja normalizada após o mês de agosto, possamos proceder a essa troca de ofertas melhoradas.

O futuro do acordo depende muito também de uma sensibilidade, por parte dos nossos parceiros europeus, em relação às nossas áreas de interesse prioritário e de uma certa moderação das demandas europeias em relação a áreas que sejam mais sensíveis para o Brasil, em particular a área industrial, a área automotiva. Em certas áreas estamos dedicados a melhorar a nossa competitividade, mas não competimos em condições tão paritárias com a Europa como em outras.

As manifestações que temos ouvido da alta cúpula da União Europeia, do Presidente da Comissão, Durão Barroso, e dos negociadores europeus é no sentido, sim, de um interesse político, comercial, um desejo de concluir, no mais breve prazo, o acordo. Então, veremos como é que avança essa negociação até o fim do ano. Essa negociação já está muito mais avançada, já está mais do que na metade do caminho em relação ao anúncio de uma negociação que poderá ocorrer, que deverá ocorrer – a expectativa é de que, de fato, mandar negociador seja anunciado – entre a União Europeia e os Estados Unidos, o que não deixa de ser um processo eivado de grandes desafios e dificuldades, porque aqui também, digamos, não há necessariamente uma complementaridade natural entre as economias. Os setores em que... Os Estados Unidos são competitivos em agricultura, a Europa é protecionista em agricultura, as tarifas industriais já são extremamente baixas, não haverá ganho incremental de especial relevância.

Agora, o que, sim, acende uma luz de alerta, não só para o Brasil, mas para os demais membros do sistema internacional de comércio, é que, quando dois gigantes começam a negociar – e isso aqui também se aplica ao processo negociador com os países da Orla do Pacífico –, sempre surge aquela possibilidade de busca de novas disciplinas multilaterais em temas sensíveis, como propriedade intelectual, como investimentos, como até mesmo defesa comercial, e outras.

Uma das razões, então – isso também, obviamente, voltando ao tema da candidatura do Roberto Azevêdo à OMC –, por que nós precisamos de liderança na OMC que ajude a preservar a autoridade da OMC é porque uma coisa é todo mundo se sentar num processo negociador em que há um, digamos, toma lá dá cá natural, uma barganha que vai se construindo em torno de objetivos comuns, e que poderá inclusive envolver novas disciplinas em determinadas áreas; outra coisa

é um grupo de países negociar – acho que pode se dizer aqui – plurilateralmente ou unilateralmente certos parâmetros e, depois, tentar impor esses parâmetros ao restante da comunidade internacional.

Eu acho que aqui é bom lembrar o seguinte: a atual evolução do cenário internacional me leva a crer que não seja mais possível, como o foi no passado – o Senador Dornelles acompanhou muito o antigo GATT, por exemplo –, que os países desenvolvidos, como era na época do Quad – União Europeia, Canadá, Estados Unidos e Japão –, por exemplo, imponham a sua vontade à comunidade internacional como um todo.

Não esqueçamos que, segundo relatórios da OMC, da UNCTAD e outros, o maior dinamismo do comércio internacional, hoje em dia, é no sentido sul-sul, é entre países em desenvolvimento, é entre os povos emergentes, é entre os BRICS. E os BRICS, não fazendo parte de um acordo desse tipo, têm um poder de barganha muito maior hoje em dia do que, há 10 anos, 15 anos, 20 anos, poderia ter sido o caso. Então, acho que aqui também, embora a luz amarela possa acender, devemos reconhecer que há um cenário internacional diferente. E isso aí terá o seu papel a desempenhar.

Bem, creio que respondi as perguntas da Senadora Ana Amélia. Havia a pergunta sobre o concurso do Rio Branco. Eu estou em contato com o Ministério do Planejamento. Acredito que o Secretário-Geral Eduardo Santos tem conversado regularmente com a sua contraparte, a Secretária Executiva do MPOG e outras autoridades do MPOG, para que possamos, muito em breve, anunciar o edital do concurso para o Rio Branco este ano. Houve um pequeno atraso, de fato, em função até de atrasos na aprovação do Orçamento, mas esperamos que seja sanado. Não acredito que haja uma interrupção naquilo que é uma fonte de provimento fundamental para o Itamaraty, para o Brasil, de recursos humanos, inclusive, para preencher, hoje em dia, uma rede de embaixadas e escritórios crescente, em função dos interesses também cada vez mais globais do Brasil no exterior.

Eu passaria aos comentários do Senador Alvaro Dias sobre a Bolívia. E aqui eu queria... Bem, em parte, já respondi a alguns aspectos. Na questão das visitas ao Senador Roger Pinto, é muito importante que, até mesmo para garantirmos a plena defesa dos direitos humanos do Senador Roger Pinto e da aplicação correta do direito de asilo, que não haja um número de visitas injustificável. E o que o Direito Internacional, a Convenção de Caracas, a prática em matéria de asilo recomendam é que as visitas sejam restringidas a familiares imediatos e advogado. Caso necessário, havendo algum problema de saúde, também há médico

e apoio para questões de saúde. E, exatamente, nós estamos cumprindo à risca, até mesmo para garantir que as condições de asilo sejam aplicadas dentro do rigor dos entendimentos internacionais sobre a matéria, e não possa haver qualquer questionamento pelas autoridades bolivianas da forma como nós estamos aplicando esse direito. Esse é o espírito.

Eu já respondi, creio, a questão da interligação entre os dois assuntos. Na minha opinião, é muito importante que mantenhamos esses canais separados.

O Senador Aloysio Nunes mencionou a entrevista à revista *Época*. Eu li com cuidado essa entrevista. Em momento algum é dito, afirmado que o Embaixador do Brasil favoreceu um Estado em detrimento do outro. O Embaixador do Brasil... Como acontece hoje em dia, cada vez mais Ministros viajam pelo mundo, Parlamentares também, outras autoridades. Pode haver, não é impossível, um contato direto entre um ministro de outra pasta ou de embaixador, e o que acontece? Ele reporta, automaticamente, para a chancelaria o que aconteceu naquele contato, se houve manifestação de interesse, para que um contato especial seja estabelecido entre duas empresas, por exemplo, coisa que o Embaixador Luís Fernando Serra fez. Eu disponho desses documentos, que demonstram a comunicação fluida dele com a secretaria de Estado.

E mais uma vez afirmo com todas as letras de que não houve qualquer favorecimento a uma região em detrimento de outra. O que sim, houve, foi apenas uma facilitação de contato entre uma empresa brasileira e uma empresa de Cingapura, nesse espírito de maximizar possíveis investimentos no Brasil.

A área de direitos humanos e o processo de fortalecimento do sistema interamericano de direitos humanos é uma proposta que o Brasil liderou desde o seu surgimento. Isso tem a ver com um sentimento brasileiro, mas amplamente disseminado. É muito interessante aqui, eu vi que o senhor mencionou “entre aspas ‘bolivarianos’”, etc., mas disseminado entre todos os membros do sistema interamericano de direitos humanos de que o sistema estava precisando de uma reforma.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu falei “entre aspas” porque Simón Bolívar era um filho espiritual do iluminismo.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Sim. Sim, eu entendi, mas o que eu queria dizer aqui é que não foi uma reforma cuja origem se prenda à agenda de um grupo de países do sistema interamericano.

Como o senhor sabe, existem no sistema países que assinaram e ratificaram o Pacto de São José e que, logo, estão comprometidos por uma série de direitos, mas também de obrigações dentro do sistema.

E existem alguns países que participam da Comissão Interamericana, que assinaram, mas não ratificaram.

Então, isso introduz certa distorção, porque são países que têm direitos, mas não têm obrigações. Se são determinadas medidas cautelares ou outras manifestações da Comissão que poderiam resultar numa submissão à Corte Interamericana, em São José, de um caso específico, aqueles países não se veem obrigados a ter que lidar com essa situação.

Esse é um dos aspectos que faz com que muitos países militem pela universalização do sistema. Essa foi uma das bandeiras desse processo todo de fortalecimento; houve várias outras; foi um sentimento, mais uma vez, amplamente disseminado.

Conversei com a chanceler da Colômbia, do Peru, de outros países aqui da região, que tinham essa mesma percepção, de que medidas cautelares às vezes eram determinadas sem um aprofundamento suficiente das circunstâncias, de um caso específico e que era necessário introduzir maior previsibilidade, disciplina, menos arbitrariedade. Enfim, uma série de temas foram debatidos ao longo de um período de dois ou três anos.

Interessante notar que um pacote de recomendações consensuais foi alcançado, isso já desde a Assembleia Geral da OEA, em Cochabamba, ano passado, e que voltou a ser debatido simplesmente porque houve uma divergência sobre como encaminhar esse pacote de recomendações, se deveria ser transmitido diretamente à Comissão ou se a Comissão deveria apenas se inspirar naquilo e continuar trabalhando de maneira mais independente. E foi isso que agora, no dia 22 de março, com uma ativa participação do Brasil... Quem estava lá era o Embaixador Antonio Simões, aqui presente. Trabalhamos para que se chegasse a um consenso, e o Brasil, acho, foi um dos atores fundamentais nesse processo, juntamente com a Argentina, para que se preservasse todo o trabalho desses anos, consensual, e que isso não fosse colocado a perder em função de divergências sobre como encaminhar as recomendações.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E o tema do financiamento?

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Sobre o tema do financiamento não se chegou a um consenso.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Ficou como está.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Ficou como está, basicamente, agora, o que sim, permitiu um consenso final, à meia-noite do dia 22, foi a ideia de que o processo de reforma continuará. Ele não está encerrado. Então, com base até mesmo em propostas que já foram submetidas, por diferentes países, de

todo tipo, à OEA, ele poderá ser retomado para uma próxima etapa de novas considerações.

Há outra proposta, por exemplo, de mudança de sede da Comissão Interamericana de Washington para Buenos Aires ou outra capital latino-americana. Isso ainda desperta alguma controvérsia, mas até, por exemplo, o Presidente da Corte de São José, na Costa Rica, é favorável: se a corte está na Costa Rica, por que a Comissão não pode estar em outro país, sobretudo porque os Estados Unidos não são ratificantes? Eles são desses países que eu comentei, que têm direitos, mas não as mesmas obrigações.

Então, continuaremos trabalhando. O senhor pode ter certeza de que estamos muito ativos. Inclusive, em função desse relativo protagonismo à frente desse processo, decidimos apresentar a candidatura do Dr. Paulo Vannuchi, ex-Secretário de Direitos Humanos durante o governo Lula. Há uma vaga na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, eleições que se realizarão na Guatemala durante a próxima assembleia da OEA.

Obrigado, Senador.

O Senador Francisco Dornelles perguntou...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Presidente, apenas...

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Por favor.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Como já respondeu as minhas indagações, parece-me que ficaram três indagações sem resposta, referentes aos Embaixadores de Cuba e Venezuela...

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Sim. O senhor tem toda a razão.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – ... e também a essa coincidência das férias do Embaixador da Bolívia depois do seu encontro com o Ministro Quintana, que teria solicitado o afastamento.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Eu peço desculpas, porque não consegui reler a minha própria letra aqui. Eu escrevi meio rápido.

Queria dizer, em primeiro lugar, que levamos muito a sério as manifestações do Congresso Nacional – eu sei que houve uma manifestação sua em relação a esses casos –, que foram transmitidas aos respectivos Embaixadores.

Em segundo lugar, eu estive, poucos dias depois do episódio envolvendo o Embaixador Maximilien Sánchez, em Caracas, onde me encontrei com o meu colega venezuelano Elias Jaua e lhe transmiti a sua manifestação tal como ela havia sido feita ao governo venezuelano. De modo que eles registraram. Acho que é importante saber que essas manifestações não deixam de ter algum seguimento. Foi o que ocorreu nesse caso.

Sobre as férias do Embaixador Biato, o senhor mesmo disse que há uma situação crítica envolvendo um Senador na Embaixada, mas essa situação crítica já dura quase oito meses – não sei. É natural que ele peça férias. Ele tem direito a elas. E o pedido havia sido feito até antes, se não me engano, do episódio envolvendo os brasileiros no jogo do Corinthians. Eu sei que foi um procedimento puramente burocrático, habitual. Ele vai voltar a La Paz, reassumir suas funções. E não há outra consideração a ser feita em relação a isso.

Eu queria me referir à questão do câmbio na OMC, que sei que é de interesse especial do Senador Francisco Dornelles. De fato, o Brasil exerceu papel de liderança neste caso, em função da forte pressão de políticas cambiais e monetárias adotadas por diferentes países, que resultaram em apreciação do real e em desvantagens comerciais para o Brasil – não só o Brasil, mas muito outros países consideraram que era um fenômeno suficientemente significativo para que houvesse um debate. A questão é encontrar o foro adequado para esse debate. Alguns defendem que deveria ser no FMI, mas se aceitou que, pelo menos, uma conversa preliminar exploratória ocorresse no âmbito da OMC – e o Brasil foi quem conseguiu que isso acontecesse.

Em abril de 2011, a relação entre câmbio e comércio foi examinada no seio de um grupo de trabalho preexistente na OMC, que é o grupo de trabalho sobre comércio, dívidas e finanças. Em março de 2012, foi realizado um seminário – isso foi o máximo que se conseguiu na época – sobre a relação entre o desalinhamento cambial e o equilíbrio de compromissos e concessões negociados na OMC ao longo do tempo.

Existem análises, até mesmo de uma ex-consultora nossa na missão junto à OMC, em Genebra, Vera Thorstensen – talvez o senhor conheça –, que demonstram de fato que esse desalinhamento cambial acaba anulando vantagens comerciais negociadas em termos de tarifas e outras facilidades.

Infelizmente, desde a realização desse seminário para cá, o consenso sobre o prosseguimento do debate não tem sido possível. Nós continuamos atentos, tentando, defendendo, e a ideia é a de que pelo menos se organize um segundo seminário e que se volte a debater o tema no Grupo de Trabalho sobre Comércio, Dívida e Finanças. Mas parece ter momentaneamente chegado – digamos – ao seu limite a nossa iniciativa, ou seja, a aceitabilidade de uma discussão mais aprofundada desse fenômeno no âmbito da OMC, o que não impede que ele seja levantado em outras instâncias. O G20, por exemplo, acho que poderia ser o fórum apropriado.

A candidatura do Embaixador Roberto Azevêdo à Direção-Geral foi decidida assim: um pouco ao apagar das luzes do prazo que tinha sido estabelecido para a apresentação de candidaturas em fins de 2012 e em função – devo dizer aqui – de manifestações múltiplas e diversificadas de todo tipo de país – país altamente desenvolvido, países aqui da nossa região, de outros continentes, pequenas economias, países de menor desenvolvimento relativo. Isso nos estimulou a decidir ir em frente, porque já não eram poucas as candidaturas. Havia oito, e a brasileira foi a nona. E, também, por uma avaliação nossa, em coordenação com os nossos parceiros do Mercosul e outros, de que no fundo as demais candidaturas não atendiam aos nossos interesses. Foi por essa razão que a Presidenta Dilma decidiu, um pouquinho antes do Natal, oficializar a candidatura.

De lá para cá, acho que não seria apropriado, nem favorecer a chances de êxito da candidatura eu entrar em detalhes sobre quem apoia e quem não apoia. Há um apoio explícito e muito vocal do Mercosul, de primeira hora, que acho que é um apoio importante de se comentar. Mas o que posso dizer é que a candidatura está crescendo. Está crescendo, e a nossa expectativa é a de que ela continue a crescer. Espero poder dar notícias mais precisas numa ocasião futura.

Enfim, toquei já, um pouco, nesta questão do acordo entre Estados Unidos e União Europeia.

Ah, a questão da Aliança do Pacífico. A Aliança do Pacífico é um diálogo que foi iniciado entre países que têm características semelhantes em termos de comércio internacional, em particular, acordos de livre comércio com os Estados Unidos, o que facilita um diálogo para a intensificação das suas relações comerciais. Eles já têm uma tarifa média comum mais baixa, por exemplo, do que os países do Mercosul.

Acho que, no mundo de hoje, multiplicam-se as alianças, as interações. Assim como um país pode fazer parte de um agrupamento como a Unasul, que é o caso de Colômbia e Chile, que estão praticamente zerando suas tarifas com os demais membros do Mercosul – eu estava comentando que em 2019, na prática, já haverá um acordo de livre comércio sul-americano –, nada impede que Chile e Colômbia busquem também associação mais profunda com o México.

O próprio Brasil estava negociando até 2011 – houve uma breve interrupção, mas poderá ser retomada – um acordo de integração econômica com o México, individualmente – uma coisa que é permitida pela Aladi. O Brasil também participa de agrupamentos de geometria variável, ou seja, Mercosul e Unasul. Nós participamos dos BRICS, do Ibas, ou seja, isso é

um pouco uma característica, que acho que veio para ficar, do ordenamento nacional.

O importante aqui... Acho que é até boa a pergunta; ela é oportuna para esclarecer ou pelo menos trazer uma outra dimensão em relação a análises que surgem, às vezes, na imprensa, em que tentam contrapor os dois blocos, como se eles fossem rivais e estivessem competindo.

A verdade é que há uma convergência entre esses agrupamentos que estão tentando realizar, e uma das melhores provas disso foi o pedido oficializado durante a última cúpula do Mercosul para que o Alto Representante do Mercosul participe como observador nas reuniões da Aliança do Pacífico, assim como nós convidamos para as reuniões de cúpula do Mercosul a maior parte desses países também – o México tem se representado nas cúpulas do Mercosul frequentemente; Chile é membro associado; o governo colombiano costuma participar também.

Acho que cheguei ao fim das perguntas. Se alguém entender que esqueci de alguma coisa, eu retomo. Ah, há algo sobre dupla tributação...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com a autorização do Presidente, eu queria apenas solicitar a V. Ex^a que esta Comissão pudesse ser mantida informada de toda e qualquer negociação sobre o problema do câmbio dentro do quadro das práticas desleais de comércio.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Eu me comprometo a fazê-lo e também aproveito para abordar outro aspecto que o senhor levantou: acordos de dupla tributação com os Estados Unidos.

Houve um primeiro acordo, que foi sobre intercâmbio de informações – sei que o senhor tinha uma posição pessoal forte sobre ele –, que acabou sendo ratificado e entrou em vigor. Em função da entrada em vigor desse acordo sobre intercâmbio de informações Brasil-Estados Unidos, alguns fóruns – como o Fórum de Altos Executivos, ao qual me referi um pouco mais cedo hoje e que teve sua última reunião no mês de março – militam muito por avanços na área da negociação de acordos de dupla tributação. Eu não creio que essa negociação vá avançar de forma acelerada num futuro previsível, mas – e sem dúvida o senhor terá conhecimento – hoje em dia existe, do lado brasileiro também, um número significativo de empresários, de representantes de grandes empresas com investimentos nos Estados Unidos, várias delas representadas no Fórum de Altos Executivos, que começam a reivindicar também esse acordo. Então, há – digamos assim – um eleitorado grande que está defendendo essa negociação, mas não estamos a ponto de iniciá-la ou muito menos perto de concluí-la.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Ministro, ninguém pode ser contra ou a favor de um acordo sem conseguir conhecer o conteúdo. O importante é o exame profundo do conteúdo dentro do quadro de acordos que nós fizemos com a União Europeia.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Muito bem, essa sua mensagem foi muito bem recebida.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – O nosso Senador Dornelles nunca pede autorização, muito ao contrário: sempre autoriza. V. Ex^a é o nosso decano e, por isso mesmo, sempre autoriza, nunca pede autorização.

Concedo a palavra ao Ex^{mo} Sr. Senador Cristovam Buarque e, em seguida, à Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, mais uma vez é um grande prazer tê-lo aqui.

Eu vou começar por algo que talvez já tenha sido comentado, mas é que eu gostaria de aprofundar um ponto. Refiro-me ao risco, ou não, de que esse novo bloco comercial que se forma, do Atlântico Norte, juntando-se ainda mais ao bloco do Pacífico... se, diante disso, os BRICS vão ser capazes de enfrentar essa realidade. Mas gostaria especialmente de saber – sobre isso o senhor já falou um pouco – o seguinte: como é que neste momento em que surgem blocos tão fortes nós não estamos priorizando o Mercosul, que aparentemente está num clima de paralisação? Isso, pelo menos, é o que observamos no Parlamento do Mercosul.

Gostaria também de saber se o Governo considera ainda que a posição tomada em relação ao Paraguai foi uma posição correta ou se já estamos pagando um preço alto por aquela decisão relativa à mudança de governo.

Outro aspecto dentro da reunião dos BRICS: quero parabenizar o sucesso, inclusive a criação do banco, e perguntar até onde estão indo as negociações entre os BRICS relativamente ao trabalho de cooperação na ciência e na tecnologia. Gostaria também de saber até que ponto podemos criar, entre aspas, um “banco de ciência e tecnologia” dos países do BRICS, de tal maneira que possamos, inclusive, usar descobertas, desenvolvimentos e patentes, digamos, entre os nossos países sem custos adicionais, especialmente, por exemplo, na pesquisa espacial, já que dois países dos BRICS são muito fortes nesse campo – refiro-me à Rússia e à China.

Outra pergunta relaciona-se ao recente mal-estar que houve por conta da publicação, pelo PNUD, das Nações Unidas, do IDH. Houve uma reação do Gover-

no brasileiro de que não estaria sendo correto aquele índice. E, aqui, eu quero dizer que eu tenho um pouco de parte interessada, porque eu faço parte do painel das Nações Unidas que cuida do IDH. Eu queria saber se esse mal-estar foi superado ou não. Ou, de repente, nem chegou a ser mal-estar diplomático, apenas ficou entre manifestações de pessoas.

Eu quero perguntar também, a pedido de um senhor – chegou aqui pelo Twitter – chamado Fabrício Henriques: qual é a posição que nós temos hoje diante da medida cautelar da Comissão de Direitos Humanos da OEA sobre a hidrelétrica Belo Monte? Qual é a posição que nós temos em relação a essa situação que está incomodando a imagem do Brasil no cenário internacional?

Mais uma pergunta. Nós falamos muito em desarmamento nuclear e, quando falamos de energia nuclear relacionada à situação do Irã, eu quero saber até onde anda a participação do Brasil na preocupação com os riscos da energia nuclear nos diversos reatores que existem no mundo; se o Brasil tem levantado esse assunto nos fóruns internacionais ou não.

Finalmente, uma curiosidade para usar o potencial imenso que nós sabemos que tem o Itamaraty. É uma coisa que eu me pergunto todo dia: como é que um país tão pequenininho como a gente vê ali naquele mapa, que é a Coreia do Norte, cujo PIB – vocês sabiam? – é 1% do Brasil, com 24 milhões de habitantes, consegue assustar o mundo inteiro? Qual é o milagre que faz com que esse paisinho de nada tenha vetores para transportar ogivas nucleares? Que produza ogivas nucleares? Que fale tão alto? E diante da China, por exemplo, que é um país vizinho dele. Por ali, pelo mapa, ele deve ser 2% do território da China. Então qual é a explicação que a gente pode ter para isso, aproveitando o grande potencial que tem o pessoal do Itamaraty?

E, finalmente, eu vou transmitir para o senhor uma série de perguntas. Eu até acho, de certa maneira, graça, porque são 37 perguntas que eu recebi de uma organização não governamental chamada Conectas. Eu passarei para o senhor as perguntas. Não há tempo para fazer, e não daria, aqui, para fazer.

Era isso, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Senadora Vanessa Grazziotin, a palavra é de V. Ex^a. Em seguida, concederei ao Senador Sérgio Petecão.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Acho que nós entramos na segunda fase da reunião, que é a de economia de perguntas e de respos-

tas, porque a maior parte delas já foram feitas, assim como as respostas devidas foram dadas.

Mas também, seguindo a mesma linha do Senador Cristovam, acho que a nossa maior preocupação no momento é com o desenvolvimento e o fortalecimento do Mercosul.

O Brasil, há alguns anos, adotou uma postura, com medo de diversificar as suas relações externas, não só comerciais, mas principalmente comerciais, com o mundo e com diversos países, no sentido de fortalecer a aliança do Mercosul. Repito: entendo isso como extremamente acertado, porque, a partir desse fortalecimento é que nós deveremos manter essas relações. Ontem mesmo, como falou o nosso Presidente, estivemos com um grupo de Parlamentares europeus que questionavam acerca da demora neste acordo entre Mercosul e União Europeia. É óbvio que um acordo entre o Mercosul e outro bloco é muito mais vantajoso que um acordo de um país isoladamente com outro bloco econômico.

Entretanto, essas alianças que foram citadas aqui – principalmente a Aliança do Pacífico –, problemas comerciais com a Argentina, a questão do Paraguai, que questiona se foi acertada ou não a posição brasileira... Mas foi a partir daí que a Venezuela entrou. Acho que o que nós devemos questionar é porque demorou tanto tempo para a Venezuela, um também importante parceiro econômico com o Brasil... O senhor deu números aí preocupantes em relação à Argentina. Eu não conhecia esses números, Embaixador, que o superávit havia caído de forma tão drástica em um ano: de R\$5 bilhões e pouco para R\$1 bilhão.

Mas as nossas relações comerciais com a Venezuela são de grande importância também. Têm um significado muito importante para a indústria e para a produção brasileira. E, desde 2006, se tentava incluir a Venezuela no Mercosul. Primeiro, era o Senado brasileiro que impedia; depois, o parlamento paraguaio.

Mas, enfim, com a entrada da Venezuela, problemas políticos no Paraguai e a criação de novos blocos, o que de emergente tem que ser feito, Ministro, para que possamos dar uma solidez maior ao Mercosul?

Eu não participo do Parlamento do Mercosul, mas me preocupam muito comentários, que têm sido frequentes aqui, sobre a paralisia do próprio Parlamento do Mercosul. E eu vejo esse bloco como muito importante para o nosso Brasil e para todo o continente.

Outra questão é sobre os BRICS, a expectativa do Brasil. Acho que foi histórica, foi um marco a última reunião dos BRICS, ocorrida na África do Sul, com a decisão de criar esse banco. Em quanto tempo o senhor imagina que veremos esse banco importante não apenas prestar socorro em momentos difíceis, de cri-

se? Ultrapassamos uma crise séria já há algum tempo, uma crise do capitalismo, que é uma crise internacional. Em quanto tempo o senhor acha que podemos ter isso como algo real?

E, por fim, o senhor falou, na primeira parte da sua exposição, sobre a questão da paz e da segurança, e citou a questão da Palestina. O mundo inteiro assistiu à visita recente do Presidente Obama a Israel e à Palestina. E, lá na Palestina, o presidente norte-americano criticou a evolução dos assentamentos de Israel dentro do território palestino. Nós sabemos que a luta pela criação do Estado palestino é fundamental dentro dessa luta pela paz no mundo.

Como o senhor vê essa luta, no momento, e como o Brasil poderia ajudar mais ainda na criação do Estado palestino? Porque lá se vão 65 anos. Em 1947, houve uma decisão das Nações Unidas de criar dois Estados. Em 1948, um Estado é criado. Estamos em 2013, e nada do outro Estado. Essa é uma luta muito cara, não só para o povo palestino, mas para os democratas, os povos de todo o mundo.

Como o Brasil, que é um exemplo na luta pela paz – inclusive nas relações, nós temos um convívio muito mais do que harmonioso entre judeus, árabes, no nosso País –, pode seguir ajudando na busca da paz, que passa, necessariamente, pela construção do Estado de Israel?

No mais, quero cumprimentá-los. Estivemos com V. Ex^a recentemente, eu e a Senadora Lídice, para tratar da questão do tráfico de pessoas, e eu cumprimento aqui as iniciativas que o Itamaraty vem adotando no enfrentamento desse problema. Sem dúvida alguma, elas ajudarão muito, não só no combate a esse crime, que não atinge apenas o Brasil, mas vários países do mundo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Bom dia, Embaixador Patriota, quero agradecer sua vinda a esta Comissão. Queria, mais uma vez, parabenizar o Senador Ricardo Ferraço pela sua iniciativa, pela sua coragem de ter se dirigido à Bolívia para ver *in loco* a situação daqueles brasileiros que estão ali acusados pelo governo boliviano. E também parabenizá-lo por sua sensibilidade por ter feito uma visita ao Senador Roger Pinto Molina na Embaixada brasileira em La Paz.

Embaixador, eu sou do Acre, eu sou um acriano do pé rachado. Eu nasci e me criei em Rio Branco. O Acre faz divisa com Pando, e os dois países, Brasil e Bolívia, sempre tiveram uma boa relação, uma relação muito respeitosa, mas, depois da chegada do governo Evo Morales ao poder, tivemos problemas.

Tenho certeza de que o Governo brasileiro... E o senhor também têm acompanhado a situação dos brasileiros que, na fronteira, moravam em território boliviano e vice-versa, bolivianos que moram em território brasileiro naquela área de fronteira. Por conta de decisões do governo Evo Morales, aqueles brasileiros que ali moravam há muitos anos foram expulsos de suas propriedades. Eram brasileiras que já tinham filhos bolivianos, casadas com bolivianos que estavam em território brasileiro.

Sempre houve essa boa relação. E essas decisões do governo boliviano têm nos trazido uma relação muito difícil. Eu, por exemplo, não teria coragem de fazer o que o Senador Ricardo Ferraço fez: dirigir-se até o território boliviano e fazer uma visita tanto à Embaixada como também ao Presidente. Eu, que sempre tive um bom trânsito na Bolívia, sempre fiz questão, sempre estive ali visitando amigos... Por exemplo, eu conheço o Senador Roger Pinto.

Fui deputado estadual por três mandatos, fui presidente da Assembleia do meu Estado por quatro mandatos, e sempre tive uma boa relação com os políticos e os parlamentares da região de Pando. Já tive aqui o prazer de receber comitivas de parlamentares bolivianos – Senadores, Deputados Federais – em meu gabinete. Tive oportunidade de receber alguns membros da imprensa boliviana, sejam aliados de Evo, sejam pessoas da imprensa independente, que me visitaram aqui para saber...

Estou acompanhando essa situação do Senador Roger Pinto desde que ele procurou a Embaixada brasileira e pediu asilo. Queria agradecer, em meu nome, em nome das pessoas que estão acompanhando esse episódio, a sensibilidade do Governo brasileiro em conceder o asilo político.

Agora, o que não consigo conceber, Embaixador, é que são 312 dias que esse Senador está ali asilado na Embaixada brasileira em La Paz...

Queria lhe pedir desculpas, porque, por várias vezes, estive procurando o Embaixador Marcel Biato. Acho que tenho sido até chato, porque já o procurei muitas vezes pedindo explicações, e ele, sempre, da forma como o Itamaraty age, com muita habilidade... Já tive oportunidade de fazer uso da tribuna pedindo que o Governo brasileiro tome providências.

Não consigo entender essa relação do Governo brasileiro com o governo Evo. Não consigo – confesso!

Temos o problema dos estudantes na fronteira. O senhor sabe que um número grande de brasileiros hoje estudam em território boliviano, e o tratamento destinado aos nossos estudantes ali, principalmente na região da fronteira, é da pior qualidade. Eles não tinham mais o que inventar, mas agora inventaram que

os brasileiros que estudam na Bolívia precisam ter um documento de domicílio. As pessoas têm de morar em território boliviano, e a maioria daquelas pessoas moram na fronteira, em território brasileiro. Todos os dias eles criam dificuldades nessa relação do governo boliviano com os brasileiros que procuram o território boliviano.

Recebi uma informação, Embaixador, e algum colega aqui já fez a pergunta. Se o senhor já respondeu, por favor, me desculpe, mas gostaria de fazê-la de novo.

Eu tenho uma informação de que o Senador Roger Pinto poderá ser moeda de troca nessa negociação para libertação dos brasileiros que estão lá detidos em Oruro, os corintianos. O Senador Roger Pinto poderá ser moeda de troca entre o governo boliviano e o Brasil na negociação dos brasileiros detidos.

Eu gostaria de saber se isso tem fundamento. O cancelamento do asilo eu não sei nem se existe, não é da minha área, mas quero saber se existe essa negociação brasileira com a Bolívia. Essa é uma pergunta minha.

A segunda pergunta, Embaixador. Eu queria saber quanto tempo nós vamos ter – se há limite, se não há limite –, qual o tempo que o Governo brasileiro vai dar para que o governo boliviano possa fazer cumprir essa decisão do Governo brasileiro. Já estamos com 312 dias. Vão ser cinco anos, dez anos, dois anos, cem anos? É preciso que se estabeleça um prazo.

Eu não sei mais o que dizer aos jornalistas, às pessoas que nos têm procurado para saber informação, porque, sendo um Senador, temos uma relação com pessoas que estão na fronteira boliviana e brasileira. Hoje, na fronteira, há muitos bolivianos que estão ali morando em território brasileiro por conta dessa relação difícil que temos com o governo boliviano.

Eu estive agora, Embaixador, nesse encontro interparlamentar em Quito, e fiz questão inclusive de procurar a Comissão de Direitos Humanos para que eu pudesse fazer um relato. A Senadora Ana Amélia já disse, e nós nos reunimos com os Parlamentares, Senadores e Deputados Federais, que estavam ali naquele encontro e pedimos uma justificativa. E uma das justificativas que eles deram é que eles tinham acabado de aprovar uma lei que tinha poderes retroativos para ir atrás de crimes que o Senador poderia ter cometido. Era a única lei existente no país que permitiria vasculhar a vida do Senador.

Inclusive eu falei para um colega Senador boliviano que nós tínhamos de tentar fortalecer a democracia, porque hoje ele era um Senador da base de apoio do Governo Evo, mas amanhã ele poderia estar na oposição. Ele deveria nos ajudar, para que pudéssemos fortalecer a democracia na América Latina.

Era mais ou menos isso. Sinceramente me desculpe. Eu estou acompanhando essa situação há muitos dias e estou muito preocupado.

Na gestão do Presidente Collor, eu o procurei aqui na Comissão, e já fiz um relato com alguns colegas Senadores também sobre aquela lei que legalizava a situação dos carros, que foi aprovada. Nós temos lá na região um índice de roubo de automóveis muito grande. Eles cruzam a fronteira e, depois que a cruzam, é praticamente impossível a possibilidade de os proprietários resgatarem seus automóveis. Eles aprovaram uma lei que legaliza aqueles automóveis que estão ali.

É verdade que o Governo brasileiro fez algumas negociações com o governo boliviano, e sabemos que foram devolvidos alguns automóveis desses, numa negociação com as seguradoras.

Há outra coisa que me preocupou, Ministro, e eu gostaria que o senhor fizesse um relato, dentro do seu entendimento, sobre o assunto. Nesse encontro com Parlamentares, de que estávamos participando em Quito, o Presidente Rafael Correa – lá estavam presentes representantes de mais de 150 países – fez um pronunciamento em que disse, explicitamente, que era contra a imunidade parlamentar. Isso me deixou muito preocupado.

Eu queria que o senhor me dissesse como está a nossa relação hoje com o governo equatoriano.

E também lhe agradecer pela hospitalidade e gentileza com que a Embaixada brasileira nos atendeu em Quito. O embaixador, cujo nome agora me foge...

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Fernando Simas.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Foi uma pessoa que nos recebeu muito bem juntamente com sua equipe. Eu já queria fazer esse agradecimento.

Por enquanto era isso, Embaixador. Desculpe-me, porque, na verdade, há um outro episódio – acho que o senhor acompanhou – ali na fronteira, mais precisamente na Villa Busch, onde houve uma chacina em que um brasileiro foi assassinado, e vários outros ficaram bem machucados. Isso, dentro de um presídio boliviano, na fronteira. O senhor deve ter acompanhado a situação. Eu queria que o senhor fizesse um relato.

Esses são alguns fatos que me vêm à memória agora, mas todos os dias nós nos deparamos com situações como essa.

Então, eu gostaria que o senhor me fizesse um relato de como está essa relação com o governo boliviano.

Lembrei-me agora que o que culminou com essa pressão ao Senador Roger Pinto foi uma denúncia que ele fez ao General Sanabria. Naquele momento, era como se esse General Sanabria fosse o nosso

superintendente da Polícia Federal. Ele fez uma denúncia contra ele, que, logo em seguida, foi preso no Panamá por tráfico de drogas e, hoje, está preso nos Estados Unidos.

Isso foi o que culminou com a pressão, porque inclusive ele tinha feito uma denúncia ao Presidente Evo sobre a situação desse General, do envolvimento dele com o tráfico internacional de drogas. Foi o que culminou com a perseguição, e, hoje, está lá o senador boliviano.

A última pergunta: nessa sua última ida a La Paz, o senhor teve uma reunião com o Ministro Quintana e que não teve a participação de nenhum membro das autoridades brasileiras. Foi uma reunião secreta? O senhor teve essa reunião com ele? Porque a imprensa boliviana fez questão de dar uma divulgação muito grande disso, e eu gostaria de saber se esse encontro aconteceu.

Obrigado, Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador.

Antes de passar a palavra ao próximo inscrito, o Senador Eduardo Suplicy, eu queria registrar, com enorme alegria, a presença de professores e alunos da Universidade Federal de Uberlândia, do curso de Relações Internacionais. Sejam todos e todas muito bem-vindos e bem-vindas a esta Comissão!

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, permita-me rapidamente uma palavra diante dessa observação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pois não.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – A Senadora Ana Amélia fez uma pergunta, que já foi respondida pelo nosso Ministro, acerca do concurso público, mas eu também fui instada a fazer o mesmo questionamento, não por *email*, mas aqui nós temos a presença de muitos jovens brasileiros que dedicam toda a vida a estudar, esperando esse concurso, Ministro. Então, é para eles, não só para os que estão longe, que não fazem outra coisa na vida a não ser se prepararem para a carreira diplomática brasileira.

Então, é bom destacar a presença de muitos deles aqui, já aprendendo também, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Senador Eduardo Suplicy, a palavra está com V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero solidarizar-me à saudação que a Senadora Vanessa Grazziotin faz aos jovens aqui, inspirados na carreira tão brilhante do Ministro Antonio Patriota e quero cumprimentá-lo pela maneira como vem con-

duzindo os interesses maiores da Nação brasileira nas suas relações internacionais.

Primeiro, gostaria de pedir para que detalhe um pouco melhor as metas de efetiva integração do Mercosul, porque V. Ex^a mencionou as metas, inclusive de um dia chegarmos a uma integração, a uma área efetiva de livre comércio em todos os países do Mercosul. Gostaria de dizer aqui como isso é importante. Se puder, peço para detalhar melhor como serão dados esses passos e em que medida isso poderá abranger a América do Sul e até mesmo toda a América Latina e o Caribe.

Gostaria de perguntar se há a consideração de que, a longo prazo, haja a integração efetiva até mesmo das três Américas, para que possamos um dia pensar que, tal como hoje na União Europeia, haja uma integração de tal maneira a se praticar a liberdade de movimento de bens e serviços, de capitais e até de seres humanos. Quando isso acontecer, quando os direitos sociais forem mais homogêneos nas três Américas, certamente não teremos mais a necessidade da existência de quaisquer muros que separem, por exemplo, os Estados Unidos do México e do restante da América Latina.

V. Ex^a esteve presente em Durban e nos mencionou os passos tão importantes que ali foram considerados pela Presidenta Dilma Rousseff e pelos demais chefes de Estado do grupo BRICS.

V. Ex^a mencionou dois temas, sendo o primeiro a constituição de um banco do BRICS para primordialmente financiar os projetos de infraestrutura nos BRICS e em outros países em desenvolvimento. Isso poderia se estender, então, a propostas de apoio a investimentos em países como os da África e da América Latina?

Sobre o arranjo contingente de reservas, estabeleceu-se um tamanho inicial da ordem de R\$100 bilhões. Isso significará, acredito, que qualquer país desses do BRICS que eventualmente tenha um problema sério de balanço de pagamentos, possa, então, recorrer não apenas ao FMI, mas a esse contingente de reservas da nova instituição que se formará a partir de 2014.

Agradeço se puder também nos informar como está a qualidade da relação do Governo brasileiro com o governo dos Estados Unidos e também com a União Europeia.

Em relação aos Estados Unidos da América, há um tema que é caro ao Brasil, porque manifestado não apenas em reuniões da OEA e da própria ONU. Refiro-me ao apelo para que os Estados Unidos possam efetivamente acabar com o embargo ou bloqueio em relação a Cuba depois de mais de 50 anos da existência desse embargo.

Em especial, em que medida V. Ex^a considera que a nova lei migratória cubana, que permitiu a viagem, dentre outras pessoas, da Sr^a Yoani Sánchez ao Brasil e a outros países, constitui um sinal – na minha avaliação, é sem dúvida um sinal muito positivo – do governo cubano, das autoridades cubanas, tanto o poder executivo quanto a assembleia nacional de Cuba, no sentido de justamente caminhar naquela direção que, por vezes, a então Secretária de Estado Hillary Clinton e o próprio Presidente Barack Obama mencionaram, de que, na medida em que houver passos na direção de maior liberdade, de reconhecimento dessas liberdades, isso contribuiria para motivar o fim do bloqueio e do embargo?

Agradeço, porque acredito que, tipicamente pela amizade que tem o Governo brasileiro com ambos os países, poderia haver uma influência muito positiva do Governo brasileiro em relação aos Estados Unidos, com respeito a Cuba.

Aproveito aqui a oportunidade... V. Ex^a sabe que eu estive presente quando a Sr^a Yoani Sánchez participou de diálogos tanto lá em Feira de Santana quanto aqui no Congresso Nacional. Houve pessoas que avaliaram que era importante protestar contra a presença dela, mas eu procurei transmitir a essas pessoas que tanto defendem o fim do embargo e do bloqueio, que este era um sinal muito positivo, que poderia assim ser visto.

Algumas pessoas que insistem em fazer críticas, às vezes até a mim por ter procurado garantir o direito de livre expressão dela, há poucos dias, colocaram nos *blogs* uma notícia que aqui registro que não é verdadeira, ou seja, de que a Sr^a Yoani Sánchez iria encontrar-se nos Estados Unidos com o Sr. Felix Rodriguez, que teria sido um dos responsáveis pela morte de Che Guevara. E aqui trago a informação precisa de pessoas que conversaram com ela, com o marido dela, dizendo que não há fundamento algum nessa notícia que foi transmitida por alguns *blogs*, inclusive o *Blog* do Altamiro, que quis novamente dizer: imagine o Senador Suplicy está querendo contribuir para algo que não é senão o sentido de colaborar para que as relações dos Estados Unidos e de Cuba sejam normalizadas.

Com respeito aos esforços do Brasil para que haja paz entre Israel e a Palestina, e neste ponto quero também me solidarizar com as observações da Senadora Vanessa Grazziotin, eu prestei muita atenção. Acho que foram corajosas as manifestações do Presidente Barack Obama, que, com muita sinceridade, ali na Palestina, observou que achava inadequada a forma como, por vezes, Israel tem agido, insistindo ali nos assentamentos na área palestina.

E, tanto para a promoção da paz entre a Palestina e Israel e também para a promoção da paz entre a

Coreia do Norte e a do Sul, quem sabe possa o Brasil efetivar – deixo a sugestão, mais uma vez – um passo que pode ser muito alvissareiro para este objetivo, tanto num lugar quanto no outro. Ainda na última semana, nós tivemos aqui a presença de um embaixador que disse que uma das formas de superar as grandes dificuldades que havia entre a Armênia e a Turquia foi a promoção de um jogo de futebol entre os dois países, o que começou a abrir as portas para a realização de acordos que antes estavam sendo impossibilitados.

Pois bem, eu assisti à participação do jogo do Brasil ali no Haiti, com o objetivo de promover a paz e o melhor entendimento, e isso foi uma coisa muito positiva para que o próprio Brasil pudesse estar na missão de paz da ONU, coordenando aqueles esforços. Agora, eu reitero que, quem sabe, um dia, possa o Brasil organizar um jogo de futebol entre as seleções do Brasil *versus* as da Palestina e de Israel.

A primeira ideia, quem sabe, um jogo na Palestina, outro em Israel.

E a segunda sugestão é de que, até por causa da extraordinária admiração que eu mesmo observei quando visitei a Coreia do Sul, que os coreanos têm em relação aos jogadores do Brasil que foram campeões do mundo na Copa do Mundo da Coreia do Sul e do Japão, quem sabe possa o Brasil realizar um jogo com as seleções mistas da Coreia do Norte e do Sul. Isso poderia desanuviar completamente aquelas manifestações que pudemos ver no último mês, seja na Coreia do Norte, depois na Coreia do Sul, de estarem se preparando eventualmente para um esforço de guerra. Então, como o futebol é algo tão significativo para a aproximação dos povos, aqui coloco essa sugestão.

Finalmente, Presidente Ricardo Ferraço, sei que todos aqui tiveram tantas perguntas ao Ministro, mas eu tenho uma última. Quero passar às mãos de V. Ex^a, prezado Ministro Antonio Patriota, para sua apreciação, um projeto de lei que elaborei aqui desde 1999. Tramitou no Senado, foi aprovado por consenso em todas as comissões e foi para a Câmara dos Deputados, onde tramita acho que desde 2004, mas ainda não foi inteiramente apreciado. Trata-se de um projeto sobre o assim chamado mandato negociador. Foi um projeto elaborado com a participação do então economista Paulo Nogueira Batista Jr., hoje diretor que representa o Brasil no FMI, e com a anuência e colaboração do então Secretário Executivo Samuel Pinheiro Guimarães, ao tempo do Ministro Celso Amorim. Foi aprovado por consenso no Senado, foi para a Câmara dos Deputados, já aprovado em diversas comissões, mas falta a comissão conclusiva.

O Relator ali hoje é o Deputado e ex-Senador Esperidião Amin, que consultou o Itamaraty para apre-

sentar as sugestões de aperfeiçoamento e as acatou. Consultou depois o próprio atual diretor do FMI, que também considerou-as positivas. No entanto, parece que há dúvidas, seja no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, seja no da Fazenda e não mais do Itamaraty, a respeito. Gostaria de passar às suas mãos o projeto para pedir a sua colaboração. Quem sabe possa dirimir as dúvidas que a Fazenda, seja o Ministro Guido Mantega ou o Ministro Pimentel, tenha a respeito. Se pudermos chegar a uma boa solução para esse assunto, eu agradeço muito, até porque há projetos outros tramitando no Senado e na Câmara a respeito do tema. Se houver um esforço da parte do Itamaraty, quem sabe cheguemos a um bom termo.

Muito obrigado e meus cumprimentos por seu desempenho.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Concedo a palavra, encerrando a lista de inscrições, ao Senador Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Ex^{mo} Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Ricardo Ferraço, Ex^{mo} Sr. Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Patriota, inicialmente, eu gostaria, com a permissão de S. Ex^a, o Sr. Presidente, e dos demais integrantes desta Comissão, agradecer a V. Ex^a, Ministro, pelas palavras generosas de V. Ex^a quando do início desta audiência pública em relação ao trabalho que pudemos, juntos, desenvolver em favor do Estado brasileiro e do nosso País.

Teria algumas perguntas a lhe dirigir, fundamentalmente em relação à última reunião dos BRICS. No momento que nós estamos passando e com essas dificuldades de mercados que estamos vendo, os BRICS terão condições de se fortalecer daqui por diante. Explico. Por exemplo, Brasil e África do Sul, nós somos exportadores de *commodities* e, portanto, torcemos para que o preço das *commodities* se elevem. Do lado de lá, a China e a Índia, os dois maiores mercados do mundo, são os maiores demandadores de *commodities* e torcem para que o preço das mesmas caiam. Em que ponto haveria uma linha que pudesse aproximar essas duas posições?

Por outro lado, do ponto de vista geopolítico, nós temos também a questão da China com a Índia e da Rússia com a China, o que também cria alguns contrangimentos dentro de uma visão geopolítica.

A minha pergunta se reporta a todos esses ingredientes num momento em que a economia do Planeta passa por essas crises sucessivas. Essa última

do Chipre também é algo que nos preocupa, porque ainda não ficou muito claro como isso vai desaguar. Houve um período de calma depois daquela quinta-feira, não houve corrida aos bancos como se poderia imaginar no primeiro momento, mas fatalmente haverá uma segunda onda, que a gente não sabe até que ponto poderá novamente atingir mercados internacionais. Então, a minha pergunta seria objetivamente essa, em relação à questão dos BRICS.

E também quando o Banco de Desenvolvimento será estabelecido, será fundado? E a escolha da sede, porque fui informado de que havia uma discussão em torno de qual país dos BRICS sediaria o banco. E a partilha – quanto caberia a cada um dos países contribuir com esse Banco de Desenvolvimento?

Também em relação à questão desse acordo de *swap* cambial com a China, no valor de US\$30 bilhões, se V. Ex^a acredita que nós realmente poderemos ter... Se já foi assinado esse acordo e se já poderemos alimentar esperanças de que na próxima reunião, no ano que vem, isso será efetivado.

Muito obrigado pela sua presença, que é sempre muito honrosa para esta Comissão, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Collor.

Sr. Ministro, de forma derradeira, antes de passarmos a palavra ao nosso Senador Jorge Viana, há uma questão que fizemos relacionada à tradição de termos concurso para o nosso Instituto Rio Branco todos os anos. Não sei se V. Ex^a chegou a abordar esse tema. Eu reforço.

Outra questão: o governo do ex-Presidente Lula submeteu ao Congresso Nacional projeto de lei, agora em vigor, no qual já foram ampliados os quadros do Serviço Exterior Brasileiro, das carreiras de diplomatas e de oficiais de chancelaria. Tenho informações de que a concretização dessa expansão ainda depende de decreto presidencial e encaminhamentos burocráticos por parte do Poder Executivo.

Pergunto a V. Ex^a qual é o andamento para essa questão, tendo em vista que nós deliberamos, votamos, decidimos por entendermos a necessidade da ampliação do nosso quadro do Serviço Exterior Brasileiro, mas a efetividade dessa questão que foi deliberada aqui pelo Senado parece-me absolutamente necessária e fundamental.

Passo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Antes de mais nada, queria pedir desculpas ao nosso convidado Ministro Patriota e ao Presidente da Comissão, mas eu estava numa audiência com o Ministro Gilmar Mendes. Peço também desculpas aos colegas, porque sou membro titular e um dos momentos mais impor-

tantes desta Comissão é quando temos o privilégio de conversar com o Ministro de Relações Exteriores do nosso País.

Sob a presidência do Presidente Collor, tivemos um trabalho muito dedicado, que foi exemplo aqui no Senado, e, agora, com o Senador Ricardo Ferraço, estamos começando da melhor maneira.

Na condição de Vice-Presidente do Senado, antes de mais nada, queria dar o meu testemunho de que, no período ainda antes mesmo de instalarmos a Comissão, nós tínhamos um conjunto de preocupações levantadas pelos colegas, seja no plenário através da imprensa. Nesse ínterim, antes dessa vinda, o Ministro Patriota, em todo o momento, colocava-se à disposição de esclarecer e de poder dialogar com os colegas Senadores. E faço questão de começar trazendo essa situação que certamente não é do conhecimento de toda a Casa.

A vinda de V. Ex^a aqui hoje é a materialização da sua vontade, inclusive de estar aqui, e quantas vezes for necessário, no Senado Federal, para tratarmos daquilo que é interesse do nosso País.

Sr. Ministro, V. Ex^a já deve ter falado, mas, se pudesse complementar um pouco mais, gostaria de ouvi-lo. Nós tivemos uma mudança. Eu tenho até a obrigação de ser um admirador dos profissionais do Itamaraty, porque o Acre deve ao Barão do Rio Branco, que é o patrono da Casa, a sua existência, com o Tratado de Petrópolis. Tanto é assim que na Vice-Presidência está uma fotografia de quando o Barão conseguiu, numa engenharia que até hoje não consigo compreender, com a sua capacidade, sem as informações, sem o tempo necessário, pôr fim a um conflito que o Acre tinha com o Peru e Bolívia, fazendo o Acre parte do Território nacional.

Para nós, somos um Estado que deve a sua existência aos heróis, à luta dos seringueiros, mas à engenhosidade do patrono da diplomacia brasileira.

Eu identifiquei, do governo do Presidente Lula para cá, uma mudança radical até da presença do Itamaraty no mundo, ou dos nossos diplomatas no mundo. Se V. Ex^a pudesse comentar um pouco, até quem sabe passando alguns números das mudanças, do fortalecimento do Itamaraty, porque nos últimos dez anos o nosso PIB saiu de US\$500 bilhões para US\$2,6 trilhões – e esse PIB graças à relação comercial nova que o Brasil estabeleceu.

Sempre ouvi – e pude acompanhar o Presidente Lula em muitas viagens – esse desejo dele de estabelecer representação do nosso Governo nos mais diferentes continentes e nos mais diferentes países. Gostaria que V. Ex^a pudesse falar um pouco sobre quão grande e importante foi essa decisão política

do Brasil, e também do Senado, porque todos os embaixadores passam aqui, e é praticamente mensal o trabalho que temos de ouvir embaixadores indicados, inaugurando a presença do Brasil em muitos países do mundo.

Por último, sou do Acre, tenho aqui representação, como o Senador Sérgio Petecão e o Senador Anibal, e fazemos uma extensa fronteira com o Peru e outra com a Bolívia. Sempre temos problemas, mas conseguimos grandes avanços. Acho que de uma agenda com os países vizinhos, a mais emblemática delas é o fim do uso do passaporte, por exemplo. Até o governo do Presidente Lula, isso era uma exigência. Eu era governador e tinha uma lei no Acre que proibia o governador de sair sem autorização da Assembleia. Isso também foi mudado. Vivíamos de costas uns para os outros, apesar de sermos vizinhos.

Hoje temos a Estrada do Pacífico, temos interação comercial em Cobija, capital do Pando, um dos mais importantes estados, cuja economia foi a que mais cresceu na Bolívia, graças à presença brasileira. Com essa interação comercial, inclusive a economia do Acre cresceu e ajudou no crescimento forte que a capital do Pando vive.

Mas, junto com essas conquistas, chegaram os problemas, problemas que são desafiadores e merecem uma ação presente. O Senador Anibal há pouco tempo foi lá. Houve conflito na fronteira, e está havendo, em relação a presos brasileiros que estão hoje sob a guarda do sistema jurisdicional boliviano e que requerem um trabalho quase que diário.

Queria fazer um registro aqui e um agradecimento do papel que a Embaixada do Brasil tem cumprido, talvez o mais difícil hoje, por conta das circunstâncias postas. O Embaixador e os profissionais da Embaixada têm cumprido, têm feito um trabalho elogiável diante do tamanho dos problemas que têm. Envolvem os torcedores de um lado e de outro, famílias sentidas de um lado e de outro, enfim. Imagino as dificuldades por que V. Ex^a passa tendo que conciliar essa agenda com outros enormes desafios, que são decorrentes do gigantismo do Brasil hoje.

Concluo a minha fala também talvez fazendo uma justificativa para os colegas. Há a discussão do Senador que recebeu asilo na embaixada. Acho que foi a melhor medida que o Brasil poderia ter adotado, por mais que alguns possam discordar.

A Bolívia está vivendo hoje, por conta da chegada de um índio, de uma pessoa que vem de movimentos legítimos e históricos do povo boliviano, um momento de muitas mudanças. Não estou aqui fazendo nenhuma ilação ideológica nem para um lado nem para o outro, mas, como vizinho que convive ali, sei que

é uma conquista a própria presença de um índio na presidência, o Presidente Evo Morales. Obviamente, e não é de hoje, a Bolívia vive contradições internas enormes, conflitos. Agora, vive esses conflitos em democracia, na democracia. Isso é desafiador, mas expõe problemas que antes eram escondidos nas ditaduras que se revezavam na Bolívia. Era o país que mais tinha presidente da república por ano no mundo, mas, agora, experimenta ares democráticos. Dentro disso, o papel do Brasil é muito importante. E acho que ainda precisa avançar.

Tenho visto o posicionamento de V. Ex^a no sentido de estar mais presente, mas acho que temos de estar mais presentes, para que esse gigantismo do Brasil não possa ser transformado em problema junto ao nosso vizinho Bolívia. A frase do Chico Buarque é fantástica e assino embaixo dela; foi uma reprodução do que a gente já ouviu do Presidente Lula há muito tempo: conversar é falar baixo com os mais fracos e ter força para gritar com os fortes. Isso é o que eu acho que o Brasil tenta fazer. Agora isso também não pode nos colocar em uma condição de sermos um país onde alguns limites da boa convivência e da amizade não sejam mantidos.

Concluo só pedindo a V. Ex^a que dê uma atenção ainda maior, e não sei se posso pedir isso tendo em vista a dedicação da Embaixada, mas temos sérios problemas de fronteira. A nossa agenda é ampla – vai desde tirar brasileiros do lado da Bolívia, fazer assentamentos –, e isso precisa estar mais bem coordenado, entendo, com as autoridades bolivianas. Eles não podem ver o Brasil como um gigante que quer criar dificuldades, mas têm de ver o Brasil como um bom amigo. Se somos um pouquinho maiores ou um pouco mais gordinhos que eles, somos irmãos do mesmo jeito e queremos o melhor para aquele povo que é o nosso irmão. Sem uma mais intensiva mediação, não vamos resolver algumas situações.

O problema da morte de um torcedor boliviano e da suspeição sobre torcedores brasileiros, isso não pode ficar a cargo da Justiça do Brasil e da Bolívia. Tem que também ter uma mediação da diplomacia da Bolívia e do Brasil, como, entendo, V. Ex^a já tem procurado fazer. Mas reforço a necessidade, por tudo o que já conquistamos na relação Bolívia-Brasil, de uma maior e melhor interlocução entre nossos povos e nossos governos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Meu caro Ministro, a palavra é de V. Ex^a.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Muito obrigado, Senador. V. Ex^a me pediu para tentar ser o mais sintético possível, dado o avançado da hora, mas

não queria deixar de comentar, ainda que brevemente, os diferentes pontos levantados.

O Senador Cristovam Buarque falou, por exemplo, da importância da ciência e tecnologia na cooperação entre os BRICS. Existem iniciativas. Entretanto, eu deveria dizer, que o Brasil tem concentrado mais sua busca de cooperação adicional pela via bilateral com cada BRIC individualmente. Com a Rússia, durante a visita da Presidenta Dilma a Moscou, ciência e tecnologia fizeram parte da agenda de maneira muito proeminente, assim como nas relações com a China, com a Índia. Com a África do Sul, estamos desenvolvendo um míssil ar-ar de forma conjunta. Há inúmeras iniciativas, mas, como dizia, refletem-se de forma mais visível na via bilateral.

Ele comentou o índice IDH. É verdade que o Brasil poderia ter subido mais no índice do que foi o caso. A questão é que outros países também subiram. Em particular, parece-me que os índices de educação não foram refletidos adequadamente. Há um diálogo permanentemente com o PNUD para que essas distorções sejam corrigidas. Devo dizer, não obstante o posicionamento do Brasil no índice, o documento que apresenta os novos resultados é extremamente elogioso às políticas sociais brasileiras, às políticas públicas brasileiras. É interessante notar também que a repercussão na imprensa internacional em relação ao desempenho do Brasil foi extremamente positiva.

O Senador Cristovam Buarque falou do impacto de Belo Monte sobre o sistema interamericano. De fato, o reconhecimento pelos próprios membros da Comissão Interamericana de que talvez tivesse havido uma precipitação, de que todos os elementos não tivessem sido examinados com o devido cuidado, levou ao que, na prática, foi o arquivamento da questão e desencadeou esse processo de fortalecimento do sistema interamericano, apoiado consensualmente pelos países-membros da OEA, algo em que o Brasil pode desempenhar um papel de liderança e que agora culmina com essa última reunião do dia 22 de março.

Ele falou da questão da energia nuclear com o Irã, em que medida temos trabalhado para garantir o uso pacífico da energia nuclear.

Como os senhores sabem, o Brasil é um país-membro do TNP (Tratado de Não-Proliferação Nuclear) e se coordena com um grupo que se chama Nova Agenda pelo desarmamento e não-proliferação. A atuação se concentra, para simplificar e sintetizar, na reivindicação de um tratamento equilibrado entre os diferentes aspectos do TNP: a cooperação para usos pacíficos; o desarmamento em si mesmo, onde

os progressos têm sido muito insatisfatórios – o que vemos são arsenais nucleares mantidos nos níveis em que se encontravam praticamente ao final da Guerra Fria; e a não-proliferação, obviamente, como outra vertente.

Parte do nosso trabalho tem sido, por exemplo, no que se refere à segurança nuclear, trazer os debates de volta à Agência Internacional de Energia Atômica, onde o Embaixador Laercio Vinhas – aliás, é o único embaixador brasileiro hoje em dia que não é de carreira no exterior, mas é um físico nuclear de comprovada experiência – tem desempenhado excelente papel. Esperamos que esse debate volte à AIEA.

Receberei com muito interesse as perguntas formuladas pela Conectas e reitero aqui o compromisso do Itamaraty de manter contato permanente com a sociedade civil, com as organizações não governamentais, inclusive com a Conectas, que é uma interlocutora frequente.

A Senadora Vanessa Grazziotin mencionou conversa com os parlamentares europeus sobre o Mercosul. Acho um pouco curioso que os parlamentares europeus falem da sua frustração com a falta de celeridade no processo de negociação Mercosul-União Europeia, porque também existe uma responsabilidade do lado europeu, de muitos países que são menos do que entusiastas, sobretudo aqueles mais protecionistas na área agrícola, aqueles que continuam subvencionando sua agricultura com subsídios altamente “distorcidos”.

Também devo dizer o seguinte. Foi mencionado aqui o estado de saúde do Mercosul. Acho que o Mercosul está dando uma demonstração de grande vigor não só com a entrada da Venezuela e o interesse da Bolívia em entrar; Guiana e Suriname se transformando em membros associados; o Mercosul hoje em dia representa 72% do território da América do Sul e 83% do PIB. O comércio, da criação do Mercosul para hoje, subiu de 4 bilhões para 58 bilhões, em 20 anos.

Isso significa que devemos nos considerar satisfeitos com esse desempenho. A presidência *Pro Tempore* brasileira, em particular, durante o semestre passado, enfatizou muito diferentes áreas, na verdade: o apoio às pequenas e médias empresas, a criação de um Fórum Empresarial – pela primeira vez, houve uma reunião do setor privado à margem da cúpula do Mercosul. Agora, o Fórum Social também se reunirá anualmente, e foi muito bom o comparecimento.

A rede de agricultura familiar do Mercosul é um sucesso na conjugação de esforços de governos e representantes da sociedade civil. Eu estive em Caxias

do Sul, ano passado, numa reunião da REAF (Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul) – como é conhecida – e pude comprovar como o Mercosul se alimenta de propostas que vêm dos agricultores – eles mesmos – dos diferentes países para elaborar propostas que em momento subsequente são adotadas pelos governos.

De modo que, enquanto vemos alguns países ameaçando sair da União Europeia, como indica o discurso do Primeiro-Ministro David Cameron, que pretende realizar um referendo sobre a permanência ou não do Reino Unido na União Europeia, o que vemos aqui é o Mercosul com boa saúde e se ampliando. Pelo contrário, ninguém pede para sair, e tem gente querendo entrar.

Eu agradeço muito o comentário, também...

Ah! Quanto tempo o banco dos BRICS vai levar? A nossa expectativa é de que, por ocasião da Cúpula dos BRICS, a ser realizada no Brasil em 2014, possa ser já assinado o acordo de constituição do banco dos BRICS. Houve um avanço bem considerável, agora em Durban, e a ideia é trabalhar de forma intensificada entre agora e a próxima cúpula, que deve realizar-se mais ou menos no mesmo período, enfim, em torno da Semana Santa, em 2014, numa cidade a ser ainda identificada no Brasil.

Eu queria agradecer a menção à Palestina e Israel/Palestina e dizer que organizei um seminário – aqui houve outro comentário sobre Israel/Palestina, acho que foi do Senador Suplicy –, no ano passado, chamado Lado a Lado, justamente atraindo representantes das duas diásporas, judia e de origem árabe-palestina, no Brasil, que, como sabemos, não só vivem em harmonia, mas às vezes trabalham juntas. Um dos melhores exemplos que gosto de citar é o Hospital Albert Einstein, que tem médicos de origem libanesa, síria, árabe; e o Sírio Libanês, de São Paulo, tem médicos judeus. Enfim, no Itamaraty, tivemos um chanceler de origem judaica e o seu número dois, o secretário-geral, era descendente de sírios. Isso também chamava muita atenção na época. Foi o Ministro Celso Lafer e o Embaixador Osmar Chohfi.

Essa mobilização das diásporas no Brasil nos estimula a procurar formas de interagir com as sociedades israelense e palestina de maneira inovadora. Nós já estamos aqui apoiando os programas de estudantes, aproveitando até esquemas que já existem. Para visitarem a região, apoiamos uma visita em particular, há uns poucos meses, de que os nossos embaixadores em Ramallah e em Tel Aviv participaram, facilitando contatos com representantes de diferentes setores da sociedade.

E uma vez mais lembro – aliás, aproveito para saudar os alunos de Uberlândia que estão nos acompanhando, garantindo-lhes que espero anunciar em breve o edital do concurso – que, assim como o Itamaraty reflete cada vez mais a diversidade do povo brasileiro em termos geográficos e de extração social, cada vez mais diplomatas que passam no concurso são egressos do ensino público no Brasil. Há um número crescente de afrodescendentes. É isso que nós queremos: um Itamaraty que reflita o povo brasileiro.

Ao mesmo tempo, o Itamaraty interage não só com a sociedade civil brasileira, mas com outras sociedades civis de maneira como não fazia no passado. E uma das experiências mais gratificantes da minha visita a Israel e à Palestina, no ano passado, foi o contato com a sociedade civil, dos dois lados. Em particular do lado israelense, nós vemos a continuação dessa política de assentamentos e pouco progresso na disposição de retomar o processo de paz.

Quando conversamos com a sociedade civil, descobrimos grupos realmente surpreendentes e que inspiram muito. Grupos de familiares que perderam seus filhos e parentes em atentados terroristas, mas, em vez de virarem antipalestinos, eles estendem a mão a famílias palestinas que também perderam familiares. Um grupo chamado Family Circle, em particular, é um exemplo nesse sentido, e gostaríamos de poder trabalhar com esse tipo de iniciativa.

Um órgão em que eu gostaria de desenvolver uma atuação seria, talvez, um pequeno trio que está se formando para dialogar sobre temas de paz e segurança, que é Brasil, Turquia e Suécia. Já tivemos duas reuniões desse grupo, o TSB. Aproveitar o fato de que a Palestina já é um membro pleno da Unesco e tentar desenvolver, no âmbito da Unesco, iniciativas que promovam, por exemplo, livros didáticos sobre a história da região que não anulem a perspectiva do outro lado, como é o caso hoje em dia dos livros didáticos escolares de História em Israel, que têm uma narrativa; e os livros da Palestina têm outra narrativa totalmente divergente.

Se continuar assim por muito tempo, não vemos perspectiva de, algum dia, a população dos dois lados da linha divisória conseguir conciliar suas aspirações por um mundo mais pacífico e de cooperação.

O Senador Petecão falou longamente sobre a situação do Senador Roger Pinto. É, de fato, uma situação complexa, que exige um acompanhamento cuidadoso. Como eu comentei um pouco mais cedo, eu considero que tenha havido progressos. Podem parecer muito longos 300 dias, mas, na verdade, nós recém conseguimos criar um grupo de trabalho

para debater esse assunto com as autoridades bolivianas. Esse grupo de trabalho está examinando a situação de uma maneira que considero encorajadora, esclarecendo, inclusive para o lado boliviano, certos aspectos que acho eram mal compreendidos sobre a motivação da concessão do asilo, que foi a carta do Senador à Presidenta Dilma, indicando que ele corria perigo de vida, em função de ameaças de grupos paramilitares.

É importante que eu reafirme aqui que a concessão do asilo não implica juízo de valor sobre as instituições bolivianas e é também importante que eu reafirme que, por mais que seja frustrante a longa permanência do Senador na Embaixada brasileira, o Brasil não soltará esse Senador; não permitirá que ele deixe a Embaixada em condições que não sejam da mais total segurança. Ou seja, não colocará em risco a sua integridade pessoal física. Isso é um compromisso pessoal da Presidenta Dilma Rousseff.

E, assim, continuaremos nesse grupo de trabalho, que tem uma reunião marcada para muito em breve.

Essa questão de moeda de troca eu rejeito. Inclusive acho que não devemos usar essa expressão, porque nenhum cidadão brasileiro pode ser moeda de troca para coisa alguma. Como eu afirmei mais cedo, temos todo interesse em manter os canais separados em relação ao assunto dos brasileiros em Oruro, presos em função da morte de um jovem boliviano num jogo de futebol; e o assunto do Senador.

Não ganharemos nada em termos de equacionamento desses dois assuntos aproximando o debate sobre os dois. E é nesse espírito que continuamos trabalhando com as autoridades bolivianas.

Acho que os comentários do Senador Jorge Viana foram muito apropriados sobre o que está ocorrendo na Bolívia – sem dúvida, carências enormes. A Bolívia tem um PIB que é 1% do PIB brasileiro, a mais baixa renda *per capita* da região, mas hoje vive um momento de transformações que não deixam de ser significativas, com representantes da maioria indígena pela primeira vez assumindo o controle da sociedade e as rédeas da economia, com até bons resultados em termos de conquistas para os objetivos de desenvolvimento do milênio. A Bolívia tem sido elogiada, as taxas de crescimentos têm sido elevadas, a inflação é baixa. É interessante notar que até a gestão da economia boliviana tem sido elogiada por entidades econômicas internacionais.

Dificuldades existem sempre entre países vizinhos, limítrofes, e nós continuaremos a aparelhar a nossa Embaixada e os nossos consulados. Foi criado um novo consulado recentemente em Cochabamba, consegui lotar finalmente o consulado em Cobija – o

Senador Jorge Viana mencionava a importância dessa fronteira.

E devo dizer que agradeço os comentários sobre a Embaixada em La Paz e os nossos diplomatas na Bolívia, porque, na minha avaliação, por mais que a minha expectativa seja sempre que os diplomatas brasileiros demonstrem o mais elevado padrão de profissionalismo, nesses casos, os diplomatas têm sido particularmente ativos e com inúmeras visitas aos detentos em Oruro, um empenho pessoal, uma abnegação mesmo que eu acho que é digna de nota, sob o comando do Embaixador Marcel Biato. Queria mencionar aqui também o Ministro Conselheiro Eduardo Saboia.

Tivemos aqui outras perguntas relacionadas ao entendimento entre diferentes partes das Américas. O Senador Suplicy indagou se é possível imaginar o Mercosul, a Unasul e outros exercícios de integração convergindo. Eu acho que é possível imaginar. Sobretudo na nossa parte, ao sul do continente, já é uma realidade essa interação em um padrão sem precedentes.

Para os senhores terem uma ideia, além de eu me reunir pelo menos duas vezes com todos os ministros sul-americanos, sem exceção, nós temos reuniões bienais com todos os embaixadores brasileiros na América do Sul.

Comentei a rede de acordos comerciais que criará uma zona de livre comércio até o ano 2020; os contatos de mais alto nível se multiplicam; o setor privado hoje em dia tem a noção do quão valioso é o mercado sul-americano, quão importantes são os investimentos nessa região. É uma realidade essa efervescência de iniciativas que levam à integração.

No plano hemisférico como um todo, existem alguns obstáculos – devo dizer. Sem querer entrar em muitos detalhes, eu mencionaria que a Cúpula das Américas no ano passado em Cartagena, de que participaram todos os líderes das Américas, do Canadá à Argentina, revelou pelo menos duas áreas em que não havia entendimento, comprometendo até mesmo a adoção de uma declaração final. O tema foi Cuba precisamente, tema que o senhor levantou, Senador. Os Estados Unidos e o Canadá têm uma posição singular em relação ao levantamento do embargo, enquanto todo o resto da América Latina e do Caribe, sem exceção, tem uma atitude diferente. Esse é um fenômeno novo, porque até poucos anos alguns países centro-americanos não tinham relação diplomática com Cuba, mas todos os demais, hoje em dia, têm relação diplomática com Cuba e votam a favor da resolução da Nações Unidas chamando pelo fim do embargo contra Cuba.

É muito significativa a reforma migratória, sim. Como os senhores sabem, o Brasil sempre concedeu visto de entrada à blogueira Yoani Sánchez. Ela agora tem liberdade de vir ao Brasil, algo que nós saudamos. Hoje mesmo vou jantar com o Vice-Presidente de Cuba, Marino Murillo, que é o encarregado do que eles chamam de atualização do modelo econômico. Há um enorme interesse cubano até por compartilhar experiências e obter informação em relação a políticas públicas desenvolvidas no Brasil, desenvolvimento agrário, industrial. Eles precisam criar um setor privado a partir de uma economia planificada e centralizada. Não é um desafio pequeno, mas os ventos de mudança sopram sobre Cuba, sim. E é uma sociedade com elevadíssimo nível de educação, como nós sabemos, e com a qual nós queremos continuar a aprofundar a nossa cooperação nos mais diferentes aspectos.

Comentei já a cúpula dos BRICS. De fato, o banco e esse arranjo contingente de reservas são passos importantes. O banco poderá ser criado até o ano que vem. O arranjo contingente é virtual e é destinado a auxiliar apenas os próprios membros dos BRICS, enquanto o banco poderá financiar projetos de infraestrutura nos BRICS e no mundo em desenvolvimento. E foi nesse espírito que o Presidente da África do Sul, Jacob Zuma, convidou um grupo grande de líderes africanos para dialogar com os países dos BRICS em Durban, durante uma reunião à tarde, que foi considerada muito proveitosa por todos.

Comentei já Israel/Palestina um pouco.

O Senador Fernando Collor falava das dificuldades às vezes de conciliar certos aspectos no âmbito do grupo BRICS, contradições internas do grupo, em função de características das economias, das sociedades. Isso não deixa de ser verdade. É absolutamente correto identificá-las. O Brasil, de certa maneira, é um país muito singular dentro dos BRICS, porque talvez seja o único a um só tempo autossuficiente em energia, em alimento, em recursos hídricos, junto com a África do Sul, mas ainda com características singulares. É o único que está numa zona desnuclearizada, sem conflito algum com a vizinhança. Nós sabemos que, tanto a Rússia, como a China têm acordo com a Península coreana; há o Cáucaso, no caso russo; há, no caso da Índia, o Paquistão e o Afeganistão. Eles estão situados em zonas mais conflagradas. Existem diferenças muito significativas.

Outra diferença que eu acho interessante apontar é a seguinte: por mais que nós descrevamos os BRICS como potências emergentes, a verdade é que duas delas já emergiram há muito tempo. Duas delas são membros permanentes do Conselho de Seguran-

ça – Rússia e China –, e três – Brasil, Índia e África do Sul – são postulantes, ou seja, países que trabalham ativamente pela reforma da governança internacional, até mesmo na área da paz e da segurança.

Já no que se refere à reforma de cotas do FMI, reforma da governança financeira e econômica, aí sim, há uma convergência grande entre os cinco membros dos BRICS. E uma atuação conjunta dos cinco tem sido muito importante para garantir que essa reforma, no âmbito das instituições de Bretton Woods, avance.

Hoje em dia, com o ingresso da Rússia na Organização Mundial do Comércio, é possível haver uma coordenação BRICS até mesmo no âmbito da OMC. Se bem que aí, uma vez mais, existem diferenças e singularidades, sendo que a Rússia é o único, entre os cinco, que se autodefine perante a OMC como país desenvolvido. Os quatro demais estão participando dos trabalhos como países em desenvolvimento.

O acordo de *swap* cambial foi assinado efetivamente, sim, em Durban.

E, finalmente, eu comentaria muito brevemente a intervenção do Senador Jorge Viana. Ele falou do preenchimento... Ah, foi o Senador Ricardo Ferraço que falou sobre preenchimento de cargos. De fato, nós agradecemos o apoio do Congresso Nacional a esse aumento de cargos para diplomatas. Sem dúvida alguma, o aumento do número de embaixadas e de repartições brasileiras no exterior exige que tenhamos mais recursos humanos e financeiros, idealmente, também. Até para levar adiante cooperação.

Hoje em dia, o Brasil está entre os dez ou onze países com maior número de embaixadas na África. Até maior número do que o Reino Unido, por exemplo. E, até entre os próprios africanos, seríamos o terceiro ou quarto em número de embaixadas na África. Mas não é só na África que abrimos novas repartições. Na Ásia Central, na Ásia, no Oriente Médio. Temos embaixada em todo país independente das Américas, inclusive em todas as ilhas do Caribe, o que nos permite não só desenvolver agendas bilaterais, mas também, na hora de promover para cargos importantes nos organismos multilaterais, é muito importante termos esse apoio todo para conseguirmos os votos necessários. Existe até um estudo sobre isso que identificou que os dois países que mais ampliaram sua rede internacional, governamental de representações consulares e de embaixadas, nos últimos dez anos, foram Brasil e Turquia. Não por acaso, dois países emergentes que se comunicam sobre uma agenda cada vez mais ampla. E eu tenho contato muito frequente com meu colega Davutoglu, da Turquia, sobre uma variedade de temas.

Eu pude comentar já um pouquinho a Bolívia.

E garantir, enfim, aos alunos que estamos em conversas, sim, com o Ministério do Planejamento para que haja esse concurso neste ano. Queremos diversificar. O Itamaraty está cada vez mais aberto ao diálogo com a sociedade civil. Eu tenho mantido contato, também, com alunos de uma variedade de procedências. Neste ano, já dei quatro palestras, pelo menos, em uma variedade de países. Na Turquia, em particular, foi muito gratificante o contato que eu tive com uma universidade em Istambul. E, para aqueles que se apresentam ao concurso ou mesmo para aqueles que não se apresentam, mas que estudam em cursos de Relações Internacionais, tenham a certeza de que vocês têm no Itamaraty uma interlocução à disposição.

Eu, sempre que tenho tempo, tenho muito prazer em receber alunos também no meu gabinete.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Como V. Ex^a e diversos outros fizeram diversas perguntas e apelos sobre a Bolívia, eu quero dizer que, sobretudo, a viagem do nosso Presidente Ricardo Ferraço à Bolívia teve o apoio de todos nós. Então, é o apelo que diversos Senadores, inclusive S. Ex^a, fizeram para que possam ser bem resolvidos os problemas dos brasileiros presos lá, que já demonstraram a sua inocência, bem como a questão relativa ao Senador Roger Pinto.

O senhor nos deu a notícia importante de que, logo, o nosso Embaixador estará de volta à Bolívia. Esperamos que a boa relação que o Governo brasileiro tem com o Presidente Evo Morales possa contribuir para que todos os passos sejam bem agora resolvidos.

V. Ex^a, Ministro Antonio Patriota, disse que, com a maior boa vontade, responderia as perguntas que foram elaboradas pela Conectas. Das 34 que foram encaminhadas, permita-me selecionar apenas uma que me pareceu muito interessante para, brevemente, V. Ex^a poder responder, feita pela Sr^a Laura:

“Em 2012, o Ministério da Defesa publicou o Livro Branco de Defesa Nacional, anunciado pela Presidente Dilma como um marco de transparência nos assuntos de defesa, por meio do qual nossas cidadãs e cidadãos poderão conhecer as ações do Estado nessa área bem como os desafios do País para aprimorar sua defesa nas próximas décadas. Existe um esforço no seio dos Ministérios de Relações Exteriores de produzir um documento de natureza semelhante, apresentando à sociedade brasileira as prioridades da política externa

brasileira para os próximos anos e abrindo um caminho a um diálogo com a sociedade em torno das mesmas?”

Achei que isso era uma pergunta, sobre a qual, talvez, V. Ex^a possa nos dar uma breve palavra em atenção às perguntas que nos foram encaminhadas pela Conectas.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – A palavra é de V. Ex^a, Sr. Ministro.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Estarão disponíveis muito em breve, por exemplo, todos os pronunciamentos do chanceler, artigos, discursos da Presidenta Dilma sobre política externa realizados até agora. Esperamos publicar dentro de um breve prazo.

No contexto dos contatos que já venho mantendo com a sociedade civil – acho, por exemplo, que a Comissão Preparatória da Rio+20 foi um bom exemplo; havia todos os setores ali representados, além, obviamente, do Legislativo, Judiciário e diferentes ministérios –, eu estou estudando a possibilidade de criação de um conselho de contato com a sociedade civil, que se reuniria em intervalos regulares, onde discutiríamos. Haveria, então, essa possibilidade de diálogo permanente em torno dos objetivos, das linhas gerais de execução e planejamento da política externa. De modo que a Conectas pode ter certeza de que só aumentará daqui para frente a oportunidade de um diálogo mais frequente com atores como ela.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Sr. Ministro Antonio Patriota...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Permita-me só encaminhar duas correspondências que acabaram de chegar a mim, de assunto importante para o Itamaraty. Apenas entrego em suas mãos.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Eduardo Supply, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores.

Agradeço ao Sr. Ministro Antonio Patriota a presença de V. Ex^a na Comissão de Relações Exteriores, assim como a presença do nosso Embaixador Eduardo dos Santos, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores. Agradeço, ainda, ao Embaixador Bório, que está conosco aqui no dia a dia, cuidando dos assuntos cotidianos do Ministério, da boa interlocução com esta Comissão, Sr. Ministro.

Por fim, encerrando, não ficou muito claro: o chanceler argentino, na Cúpula de Mendoza, teria dito que o retorno de Assunção às deliberações do Mercosul se daria até o pleno restabelecimento da ordem democrática no Paraguai. V. Ex^a, Ministro, teria declarado:

“A suspensão do Paraguai do Mercosul será mantida até as eleições gerais no país”.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Posso esclarecer?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pode, claro.

No Paraguai, o Presidente da República e os novos governadores serão eleitos agora, no dia 21 de abril, e tomarão posse no dia 15 de agosto, ao passo que os novos Deputados e Senadores assumem suas cadeiras em 1º de julho. Enfim, não estão muito claras essas datas.

Como é que V. Ex^a imagina que esse desfecho se dará, para que nós possamos restabelecer também com o Paraguai essas relações, que são de muita importância para o nosso País?

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Agradeço esse comentário, porque inclusive me permite fazer uma observação que deixei de fazer, mas tinha intenção de fazer um pouco antes, quando a Senadora Vanessa perguntou a avaliação da posição do Brasil sobre a suspensão do Paraguai.

Aqui, o comentário que acho importante fazer é que a suspensão do Paraguai ocorreu em função de uma avaliação coletiva do Mercosul e dos membros da Unasul, e ela se mantém coletivamente também. Ou seja, não é uma avaliação individual. Através até mesmo desse grupo de trabalho presidido pelo Salomão Lerner, do Peru, que se reúne regularmente, em Lima, e que agora negociou a participação da Unasul como observadora eleitoral, a ideia é de que foi absolutamente correta a decisão.

De fato, existe essa circunstância que V. Ex^a comentou, porque, segundo o Protocolo de Ushuaia ou a cláusula democrática da Unasul, o termo utilizado é plena vigência democrática. Então, assim como a decisão de suspender foi coletiva, a decisão de reintegrar será coletiva e exigirá uma avaliação sobre a plena vigência democrática no Paraguai.

Agora, o que todos consideram – e acho que não há divergência em relação a isso – é que a realização das eleições é um passo fundamental, importante, para que se possa decretar a plena vigência democrática e a reincorporação plena do Paraguai ao Mercosul, que será objeto de uma avaliação pelos membros do Mercosul e da Unasul nas suas cúpulas deste ano.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Agradeço a V. Ex^a e desejo, não apenas a V. Ex^a, mas a toda a sua equipe, os melhores êxitos à frente do nosso Ministério das Relações Exteriores. Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 36 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E
DEFESA NACIONAL****ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E
DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA,
REALIZADA EM 8 DE ABRIL DE 2013,
SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA S
ENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO 7.**

Às dezoito horas e dez minutos do dia oito de abril de dois mil e treze, no plenário sete, sob a Presidência do Senhor Senador **Ricardo Ferraço**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Jorge Viana, Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Jarbas Vasconcelos, José Agripino, Fernando Collor e Aloysio Nunes Ferreira**. Registra-se a presença dos Senadores não membro **Blairo Maggi e Ruben Figueiró**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião destinada à realização de Audiência Pública para debater o comércio internacional do Brasil, analisando a evolução da economia brasileira, desde o momento da nova abertura comercial, em 1990, até os dias de hoje, em período caracterizado por intensas e profundas transformações no mundo, em atendimento ao Requerimento nº 6, de 2013 – CRE, de autoria do Senador **Ricardo Ferraço**, inaugurando, portanto, novo ciclo de debates sobre os principais temas tratados no âmbito da CRE. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições os Embaixadores **Rubens Barbosa e Samuel Pinheiro Guimarães**. Usam da palavra os Senadores **Jorge Viana, Fernando Collor, José Agripino e Eduardo Suplicy**. Os expositores respondem aos questionamentos. Nada havendo mais a tratar, a Reunião é encerrada às vinte horas e quarenta e cinco minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Ricardo Ferraço**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Havendo numero regimental, declaro aberta a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Muito boa noite a todos, senhoras e senhores, que nos acompanham aqui, a todos os brasileiros que nos acompanham pela TV Senado.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, a primeira de um novo ciclo sobre o comércio internacional do Brasil, que pretende analisar a evolução da economia brasileira desde o momento da nova abertura comercial em 1990.

Na inauguração deste primeiro ciclo de debates sobre os principais temas tratados da Comissão de Relações Exteriores, estamos recebendo, nesta noite, dois dos mais renomados profissionais da diplomacia brasileira. A nossa convicção é a de que esses debates darão, na verdade, sequência ao esforço empreendido por esta Comissão no último biênio, darão contribuição fundamental para que possamos estar mais bem preparados para entender as mudanças no cenário internacional e melhor cumprir nossa missão constitucional.

Esta primeira audiência é sobre o comércio internacional. O objetivo é discutir o assunto, tendo como premissa as profundas transformações atravessadas pelo mundo ao longo das últimas décadas, não apenas em termos econômicos, mas também na dimensão política. Nesse aspecto, é preciso levar em conta a dispersão do poder que se seguiu ao fim do sistema bipolar que caracterizou a guerra fria, a emergência de novos polos de poder e de novas coalizões e alianças, com estruturas de geometria variável e com novas exigências quanto à legitimidade e atualidade das instituições de governança global.

Em face dessa realidade em mutação, no âmbito da qual o Brasil tem potencial para exercer crescente protagonismo em variadas dimensões, é necessário discutir se realmente temos feito as melhores opções diante dos riscos e das oportunidades que se nos apresentam, maximizando nossos ganhos e reduzindo prejuízos.

A resposta que devemos buscar deve levar em consideração nossa evolução recente, onde estávamos no início da década de 90, como era mundo em que, então, nos inseríamos, quando consolidamos nossa redemocratização, abrimos a nossa economia, até então, muito protegida, e finalmente, logramos alcançar a tão perseguida estabilidade macroeconômica.

Transcorridos mais de 20 anos, como estamos hoje e quais as características do mundo que nos cerca? Tendo presente a relevância do ciclo de debates realizado no biênio anterior, quando esta Presidência era ocupada pelo Senador Fernando Collor, permito-me assinalar que o novo ciclo de discussões que hoje inauguramos insistirá na ambição de consolidar a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República como espaço relevante da reflexão sobre toda a ampla temática de que cuida este Colegiado.

Embora caiba ao Poder Executivo a responsabilidade direta sobre a definição e a condução da política externa e da política de defesa nacional, o Senado Nacional, que desempenha papel constitucional específico nessa seara, deve estar permanentemente habilitado a cumprir seu dever, respaldado nas melhores e mais atualizadas reflexões em informações sobre esses temas.

Para referendar e fazer críticas construtivas à atuação brasileira no mundo, seja em política externa, seja nos temas da defesa nacional, esta Comissão será, cada vez mais, caixa de ressonância, antena para captação de vozes dissonantes e tribuna para o Executivo dialogar com a sociedade sobre iniciativas e decisões que o Brasil haverá de adotar no cenário internacional, tendo em vista seu papel no mundo globalizado.

Essas iniciativas e decisões, que, agora, a nossa geração estuda e escolhe, terão implicações profundas no futuro. Estão muito além do curto prazo ou de qualquer contingência conjuntural, razão pela qual o efêmero precisa dar lugar ao que vai durar. Nesse sentido, nossas discussões e debates procurarão sempre promover aquilo que for plural, pois nos cabe aqui pensar adiante, sem preocupações imediatistas.

À guisa dessas preocupações, estamos recebendo aqui, e gostaria de convidar, para que pudesse estar conosco, os Srs. Embaixadores Rubens Barbosa e Samuel Pinheiro Guimarães. (*Pausa.*)

Quanto à apresentação, que julgo talvez desnecessária, dada a trajetória de ambos os nossos palestrantes, limito-me a sintetizar dados biográficos sobre ambos, quando nada, para que nossos telespectadores da TV Senado, e os que não acompanham pela Internet, que eventualmente tenham menos familiaridade com essas personalidades, compreendam a motivação e a honra de tê-los conosco nesta noite.

Cada qual, ao seu tempo e a sua maneira, contribuiu, de maneira muito expressiva para projetar o Brasil no mundo, assim trabalhando para o desenvolvimento socioeconômico de nosso País.

O Embaixador Rubens Antônio Barbosa cumpriu longa carreira no Itamaraty, depois de se graduar no Instituto Rio Branco e de fazer mestrado no London School of Economics.

No Itamaraty, como Subsecretário de Integração Regional e de Assuntos Econômicos e Comerciais, foi um dos principais negociadores do processo que lançou e depois consolidou o Mercosul. Antes disso, foi também Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda e Chefe de Gabinete do Ministro das Relações Exteriores. Foi Embaixador do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração, Embaixador em Londres e Embaixador em Washington.

Nosso convidado tem larga experiência em negociações internacionais e foi Presidente da Associação dos Países Produtores de Café. Depois de deixar o serviço público, iniciou intensa atividade, como consultor, como Presidente do Alto Conselho do Comércio Exterior da Fiesp e como membro do Conselho Empresarial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, além de ser membro de diversos conselhos de empresas e entidades culturais, entre os quais a Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo.

Autor de vários livros e artigos publicados na imprensa do Brasil e de outros países, o Embaixador Rubens Barbosa é membro do Grupo de Análise da Conjuntura Internacional da USP e Presidente Emérito do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos, além de ser editor da revista *Interesse Nacional*.

O Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães também cumpriu longa trajetória como Diplomata no Brasil e no exterior. Bacharel em Direito pela Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, fez mestrado em economia na Boston University.

Depois de diversas funções nas áreas de economia, comércio e finanças do Itamaraty, foi Secretário-Geral das Relações Exteriores de 2003 a 2009, quando se aposentou da carreira diplomática por limite de idade, mas ainda muito jovem e com muita energia.

Lembro-me de que Secretário-Geral é o cargo mais alto a que um diplomata pode chegar em sua carreira. É o chamado “Chefe da Casa”, já que o cargo de Ministro, como sabemos, não é privativo de diplomatas, mas, para ser Secretário-Geral, necessariamente é necessário que seja diplomata.

Samuel Pinheiro Guimarães foi um Secretário-Geral especialmente ativo e influente, com acesso direto ao Ex^{mo} Sr Presidente Lula. Depois da Secretaria-Geral, em 2009, foi nomeado, em 2009, Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Em janeiro de 2011, já no Governo da Presidente Dilma Rousseff, foi designado alto representante geral do Mercosul, função na qual tinha responsabilidade sobre articulação política, formulação de propostas e representação das posições comuns do Bloco.

O Embaixador Samuel é autor de vários livros e de artigos publicados no Brasil e no exterior. É também professor do Instituto Rio Branco e foi agraciado, em 2006, com o troféu Juca Pato, prestigiosa honraria concedida pela União Brasileira de Escritores.

Agradeço aos nossos ilustres convidados pela presença, esperando que seja a primeira de uma série de outras contribuições com a Comissão de Relações Exteriores.

Portanto, vou conceder a palavras aos nossos Embaixadores pelo tempo que julgarem necessário, mas, em princípio, imaginamos algo em torno de 25 minutos, para que, em seguida, possamos abrir para um debate com os Srs. Senadores.

Portanto, é com muita honra que concedo a palavra ao Senador Samuel Pinheiro Guimarães, para que V. Ex^a nos brinde com sua inteligência e sua experiência aqui na Comissão de Relações Exteriores.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Muito obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

Agradeço o convite para participar dessa audiência pública. É uma honra muito grande estar mais uma vez aqui, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, e também é um prazer e estar aqui com meu colega e antigo amigo de muitos anos Rubens Barbosa. Agradeço também as suas palavras muito generosas a meu respeito, Sr. Presidente.

Bem, entendo que o tema da nossa audiência seja comércio internacional e as transformações da economia mundial. Acho que é muito adequado abordar sob esse ângulo.

Começo, dizendo que vivemos, nos últimos anos, principalmente –talvez pudéssemos colocar essa data muito no passado – a partir de 1979, com as transformações que começaram a ocorrer na China, que viriam a transformar a China na segunda maior economia do mundo, com grandes efeitos sobre o Brasil. Esse é um ponto, no passado, importante das transformações mundiais.

O segundo ponto que gostaria de mencionar, não necessariamente na ordem cronológica, é a desintegração da União Soviética, quer dizer, o fim, praticamente, dos regimes de economia socialista no mundo. Há algumas exceções hoje em dia, mas a própria China, hoje, não se pode chamar de um regime socialista, não é? Está longe disso.

Muito bem. Então, essas duas transformações alteraram de forma muito significativa a economia e a própria política mundial a partir desse ponto.

Do ponto de vista mais próximo, talvez, mas entra depois dele, vem o acordo que levou à criação da Organização Mundial do Comércio, porque esse acordo criou, na realidade, não uma organização mundial do comércio, mas quase que uma organização econômica internacional, pois ele trata de muitos outros temas que não são diretamente vinculados ao comércio, por exemplo: investimentos, propriedade intelectual e assim por diante. São vários temas que foram abordados nesse acordo e que viriam a, digamos, limitar muito a possibilidade de política econômica por parte dos Estados que participam da Organização Mundial do Comércio. É algo que limita.

Outro tema, não no âmbito mundial, já no âmbito regional, mas de grande importância para o comércio internacional brasileiro foi a criação do Nafta e, mais tarde, a sequência de acordos que os Estados Unidos celebraram com países da América Latina e, antes disso, com o Canadá. Aliás, foi antes do Nafta, foi em 1988. Depois, o Nafta, Canadá, México e Estados Unidos, e depois acordos com o Chile, com o Peru, com a Colômbia, com os países centro-americanos e que viriam a, digamos, estabelecer certo modelo de inserção na economia internacional e modelo de desenvolvimento econômico que parte de certos princípios, de certas premissas. Inclusive, esses acordos que esses países celebraram com os Estados Unidos iriam levar esses países a celebrar acordos com muitos outros países, acordos também de livre comércio, mas com características diferentes, porque os acordos celebrados com os Estados Unidos não são apenas acordos de livre comércio, são também acordos econômicos, que estabelecem uma série de regras na área de serviços, de investimentos, compras governamentais, propriedade intelectual e assim por diante. São acordos econômicos, na realidade, mais do que apenas de livre comércio. Também são de livre comércio. E isso faz com que esses acordos afetem, naturalmente, o comércio exterior brasileiro.

E outro tema também de transformação regional foi a criação do Mercosul, em 1991, na sequência dos acordos que haviam sido celebrados com a Argentina. Vem a ser celebrado o acordo, em 1991, chamado Tratado de Assunção, que hoje em dia é integrado por cinco países, e mais um sexto país, a Bolívia, cujo protocolo de adesão já foi assinado e que está em processo de negociação.

Então, trata-se de uma série de parâmetros, digamos, em nível de transformações da economia mundial e regional, que afetam profundamente a economia e o comércio internacional brasileiro.

Eu queria aproveitar, a partir daqui, para fazer algumas observações sobre a questão do comércio internacional. O comércio internacional só tem interesse se ele é um processo de impulsão do desenvolvimento econômico. O desenvolvimento econômico é o grande objetivo da sociedade brasileira, deixar a situação de país subdesenvolvido, que nós somos – obviamente que por vários critérios que se possa examinar –, e eventualmente chegarmos à posição de um país desenvolvido.

E eu queria fazer esta observação: o desenvolvimento é uma questão relativa, o desenvolvimento não é uma questão absoluta, o país é desenvolvido em relação a outros países, e não isoladamente. Claro que ele pode ter circunstâncias de plena utilização

dos seus fatores produtivos de forma adequada, mas é sempre uma situação comparativa. Se o país é desenvolvido ou subdesenvolvido – aliás, para ser subdesenvolvido é preciso que haja um desenvolvido –, se é desenvolvido, é porque está mais adiante no seu processo econômico.

Então, o comércio exterior é, digamos, um fator extremamente importante no processo de desenvolvimento econômico, porque desenvolvimento econômico, se pensarmos, em certo ângulo, é um processo de transformação da economia, de aprendizado para produzir novos bens que antes não se sabia produzir, e passa a produzir. Mas para produzir novos bens, normalmente, é preciso capital, é preciso equipamento. E o equipamento normalmente ou é produzido dentro do País ou é importado. E para importar só há duas hipóteses: ou se gera receita cambial com exportações, ou são feitos empréstimos para permitir as importações, ou ainda pela combinação dos dois.

O que ocorre? É que, em longo prazo, somente a expansão das exportações pode garantir um processo de desenvolvimento sustentado, porque todo fluxo de capitais que entra como empréstimo terá que ser pago. E terá que ser pago eventualmente, um dia, com receitas cambiais. Não há outra solução. É claro que se podem tomar novos empréstimos. Mas eventualmente é preciso a expansão das receitas de exportação para poder, digamos, impulsionar esse processo de uma forma mais sustentada.

Naturalmente que, para isso, é necessário um comércio exterior que tenha certas características. É necessário, por várias razões, diversificar a pauta exportadora, porque uma pauta exportadora muito concentrada é sujeita a flutuações de preços e, ao mesmo tempo, se for concentrada também em termos de mercados, também estará sujeita à situação econômica daqueles países que são os principais mercados.

Então, é absolutamente estratégico, do ponto de vista do comércio exterior, e, portanto, do desenvolvimento, a diversificação da pauta. E diria mais: também a diversificação da pauta de importações; não só da pauta de exportações, mas também de importações.

Essa questão é extremamente vinculada a uma questão que é bom mencionar por dever: a competitividade. Mas à competitividade não do Brasil apenas, porque o Brasil, os senhores me perdoem, não exporta nada. Quem exporta são as empresas. O Brasil não exporta. O Brasil, como Brasil, não exporta. Até mesmo quem exporta, do ponto de vista das empresas estatais, são as empresas. O País não exporta. Então, o Brasil não é competitivo.

É claro que podemos alegar a questão dos impostos, a questão da logística e assim por diante, mas, de

certo ângulo, poderíamos dizer que é importante que as empresas sejam competitivas e essa é uma questão muito importante hoje em dia, porque uma grande parte do parque industrial... Não vou tratar da parte agrícola. Vou tratar da parte agrícola depois, porque a parte agrícola brasileira é extremamente competitiva, tanto que o Brasil, hoje em dia, é um dos maiores produtores e exportadores de uma série de produtos. A parte industrial é de grande importância, porque é ela que pode dar estabilidade ao balanço comercial. A questão agrícola é sujeita a flutuação de preços, a todo tipo de restrições por razões fitossanitárias e assim por diante, a novos competidores. Hoje, por exemplo, o Vietnã, que não produzia café, é um dos maiores produtores do mundo. A produção agrícola é relativamente fácil de ser iniciada por qualquer país que tenha terras razoáveis. A produção industrial, não.

A produção industrial é algo muito mais complexo. O Brasil conseguiu criar o maior parque industrial do mundo no hemisfério sul, algo extraordinário.

É preciso lembrar que, quando foi criada a Companhia Siderúrgica Nacional, alguns julgavam que o Brasil não deveria produzir aço. Alguns diziam que isso era algo para os países desenvolvidos, não para o Brasil. E houve um ministro da Fazenda que declarou o seguinte: “O Brasil é um país essencialmente agrícola”.

Obviamente, hoje em dia, sabemos que o Brasil não é um país essencialmente agrícola. É um grande país agrícola e é um grande país industrial.

Então, a questão que se coloca, de grande importância, é que a indústria brasileira é competitiva na América Latina. Sabemos que 90% das exportações brasileiras são de produtos industriais. E, nesses países da América Latina, o Brasil compete com a China, compete com os Estados Unidos, compete com os países europeus.

Por que o Brasil também não exporta produtos industriais para outros países, já que é competitivo nesse, e é competitivo também nos Estados Unidos, que são um grande cliente de produtos manufaturados brasileiros?

É algo interessante e que tem a ver com a estrutura empresarial da economia industrial brasileira. Tem a ver com isso.

Hoje em dia, na economia industrial brasileira, há uma presença extraordinária, não somente industrial, mas na economia de serviços também, cada vez crescente, de grandes empresas multinacionais. Essas empresas multinacionais, naturalmente, são muito competitivas. Não é possível imaginar que uma grande empresa que produz, por exemplo, automóveis no Brasil não conheça as técnicas mais avançadas. Claro que conhece. Não é possível que não conheça. Qualquer

grande empresa multinacional instalada no Brasil conhece a tecnologia mais avançada, mais competitiva, mas ela não é utilizada aqui.

Isso é uma questão extremamente delicada. É extremamente importante que o sistema industrial brasileiro passe a exportar mais, que ele diversifique não só para a América Latina – hoje 90% do que exportamos vai para a América Latina. São produtos manufaturados; 90% das exportações para a América Latina são produtos manufaturados. Que possamos também exportar para a Europa, para os Estados Unidos. É importante também a participação de produtos manufaturados para os Estados Unidos, mas para a China.

Para a China, hoje em dia, sabemos que isso é um problema crescente. Na pauta do comércio exterior, há grande predominância de produtos primários – para a China e para a Europa, principalmente.

Então, isso é algo que é preciso enfrentar. Como enfrentar isso é extremamente difícil. Não é uma tarefa fácil, tendo em vista as regras da Organização Mundial do Comércio.

Como estimular as empresas multinacionais instaladas no Brasil a participarem desse esforço de exportação? Aliás, isso já se faz em relação à América Latina. Devem fazê-lo em relação à Europa e à China.

Um tema que não mencionei, mas que afeta muito o comércio exterior brasileiro é – não é uma transformação, mas é um momento – a crise internacional. Quer dizer, a crise econômica internacional leva as políticas dos países altamente desenvolvidos na área monetária no sentido de expandir a sua oferta monetária. Agora, depois dos Estados Unidos, que anunciaram que vão injetar US\$85 bilhões por mês no mercado, em moeda, o Japão também acaba declarar que vai começar uma política de expansão monetária muito forte, para vencer a situação de estagnação que estão há tantos anos.

Tudo isso afeta o comércio exterior brasileiro, porque leva a uma valorização da moeda brasileira e faz com que as exportações fiquem menos competitivas. Naturalmente, há um problema de logística, de tributos e assim por diante, nessa área. Mas é preciso, na minha opinião, que, mesmo que tudo isso seja resolvido, haja uma política em relação ao capital multinacional investido na indústria brasileira para que ele participe desse esforço de exportação, como a China o faz, sem nenhum protesto das grandes empresas multinacionais lá instaladas. Não há nenhum protesto. É uma política de indução das exportações, e há várias outras medidas, como transferências de tecnologia e assim por diante.

Então, pensamos que, para promover o desenvolvimento, é necessário aumentar os investimentos não só na agricultura como nos serviços e também na

indústria, para a sua diversificação e integração da cadeia industrial. Para isso, há necessidade de maiores importações, inclusive de bens de capital; é necessário um fortalecimento do comércio exterior, diante de uma situação muito complexa, em todos os mercados, para as exportações brasileiras.

Acho que já lancei uma ideia bastante heterodoxa, para dizer o mínimo, mas que é preciso ser considerada. Foi uma política nesse sentido que iniciou o processo de diversificação das exportações brasileiras no passado. Se levarmos – não quero estender-me mais porque já tomei muito tempo – em consideração a grande presença, e crescente presença, de empresas multinacionais na indústria brasileira e nos serviços, em todos os setores, é necessário que essas empresas não produzam apenas para o mercado interno porque sua produção para o mercado interno leva naturalmente, porque é óbvio, a eventuais remessas de lucros, o que é perfeitamente – quero dizer com bastante clareza – normal. Nenhuma empresa vai investir no Brasil para ter prejuízo. E ninguém vai investir no Brasil para, depois, não poder remeter os lucros. Para remeter os lucros, tem que ir ao mercado de câmbio, e, para isso, é necessário que haja receita cambial que não seja apenas de fluxos de capital. Para isso, é necessário expandir as exportações e, mais do que isso, gerar um superávit comercial que permita enfrentar, como sabemos, os déficits do balanço de transações correntes, com remessas de lucros, viagens, *royalties* e assim por diante.

Agradeço muito a atenção de todos para as minhas observações. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. Passo a palavra ao Sr. Embaixador Rubens Barbosa.

O SR. RUBENS BARBOSA. – Obrigado, Senador Ferraço.

Cumprimento o Samuel, amigo de longa data. Vou tratar do tema que foi proposto pela Presidência desta Comissão: o comércio exterior brasileiro em face das grandes transformações do processo de globalização e revolução do comércio internacional – os erros e acertos, riscos e oportunidades.

A apresentação terá quatro aspectos, que procurarei manter dentro da meia hora. Primeiramente, rápidos comentários iniciais; depois, uma descrição das dificuldades internas para expansão do comércio exterior; depois, as dificuldades externas; e, para concluir, o que fazer?

Dadas as limitações de tempo, vou tratar apenas dos principais aspectos. Há outros aspectos que,

talvez, possam ser discutidos no debate. Vou procurar ser, como foi o Samuel, provocativo.

Nos comentários iniciais, eu queria ressaltar a importância, como o Samuel fez, do comércio exterior brasileiro dentro da política econômica do Brasil.

Como ele disse, durante muitos anos, até recentemente, o crescimento e o desenvolvimento brasileiro foram baseados no comércio exterior. É o que os economistas chamam de *export-led growth*. Isso foi durante muitos anos até recentemente, quando o crescimento econômico está sendo puxado pelo mercado interno, pela expansão do consumo interno. Isso está hoje tendo uma influência no crescimento econômico. Quer dizer, um dos fatores do crescimento econômico na minha visão é justamente a queda no comércio exterior, além evidentemente do investimento, da inovação e tal.

O crescimento do comércio exterior brasileiro, nos últimos anos, foi notável. De 2002 até 2012, o comércio exterior brasileiro quadruplicou, o que não é uma coisa simples. Quadruplicou. Agora, esse comércio exterior quadruplicou e escondeu, na minha visão, os problemas estruturais e as vulnerabilidades do comércio exterior brasileiro. E o comércio, como nós sabemos, foi puxado, sobretudo, por causa da China e das *commodities*.

Não vou cansar os senhores com números. Os senhores sabem que nós estamos chegando a quase US\$0,5 trilhão nas importações e exportações. Mas, nestes últimos dois ou três anos e do ano passado para cá, houve uma queda de 5% nas nossas exportações e um aumento de 1% nas importações. E o saldo da balança de comércio, que tem muita importância, como vou mencionar, caiu de quarenta e tantos bilhões de dólares para dezenove bilhões de dólares.

E este ano as perspectivas são de um saldo ainda menor. O primeiro trimestre deste ano mostrou também um déficit na balança comercial de US\$5 bilhões e uma exportação menor 3% e também uma importação menor de 1%.

Eu gosto de dizer que o comércio exterior brasileiro é o primo pobre da política econômica. E não é só neste Governo. Tradicionalmente, o comércio exterior brasileiro é uma parte complementar das decisões de política econômica que são tomadas pelo Governo. Há uma baixa prioridade no comércio exterior brasileiro dentro do contexto da política econômica.

Qual é a situação atual? Eu vou referir-me a isso e passar rapidamente para os senhores terem uma visão do que está acontecendo no comércio exterior brasileiro hoje. Primeiro: a rentabilidade das exportações, do ponto de vista empresarial, tanto de manufaturas como de produtos agrícolas, está caindo. Em 2009, foi a menor da história, da série histórica de rentabilidade. Houve,

este ano passado, uma redução de 4,9% dos preços dos produtos brasileiros. A crise econômica propiciou a mudança do perfil das exportações brasileiras. Pela primeira vez, desde 1978, a exportação de *commodities* em valor supera a de produtos manufaturados. Com a perda da competitividade dos produtos manufaturados, nossas exportações em 2012 caíram 5%, como mencionei, e as exportações subiram 1%.

As perspectivas para 2013, a começar deste primeiro trimestre, das estatísticas do primeiro trimestre, não são diferentes, prevendo-se uma significativa queda do superávit na balança de comércio.

As metas fixadas pelo Governo nos últimos anos não foram alcançadas, e o Brasil está perdendo mercado no contexto global do comércio exterior, voltando a ser responsável apenas por 1% do total do nosso intercâmbio. Este ano, o Governo resolveu não colocar nenhuma meta para exportação dos produtos brasileiros.

Um número muito significativo, que eu gosto de repetir também, a partir da minha experiência na Fiesp, é que, nos últimos anos, houve uma queda significativa no número de empresas exportadoras e um aumento significativo das empresas importadoras. Até três, quatro anos atrás, o número das empresas exportadoras era maior do que o das importadoras. Hoje, as empresas exportadoras são 18,6 mil e as empresas importadoras são 35 mil.

Houve uma "reprimarização" das exportações brasileiras com a concentração em poucos produtos e poucas empresas. O crescimento das exportações, nos últimos dois, três anos, foi baseado em dois, três produtos: o petróleo, a soja e o minério de ferro.

O quantum, o volume das exportações também não aumentou e as exportações industriais estão regredindo. Nós estamos com um déficit na balança de comércio de manufatura e produtos industriais que, este ano, deve chegar a US\$100 bilhões.

O setor industrial, deficitário em 2012, como eu disse, de cerca de US\$100 bilhões, deve piorar este ano.

O crescimento das importações, que tem se mantido em nível baixo, mas constante, fez com que a indústria brasileira sofresse muito. Há quinze, vinte anos, a indústria brasileira representava 25% do PIB nacional. Hoje representa 13,5%, dado de 2012.

O consumo interno, até quatro, cinco anos atrás, era atendido 85% pela indústria nacional. Hoje o consumo interno, que está expandindo, é atendido 65% pela indústria nacional. Daí esse processo de desindustrialização que está sendo muito discutido. Muitas empresas brasileiras resolveram ir ao exterior. Mais de 200 empresas estão exportando emprego, estão exportando mão de obra, estão exportando tecnologia e deixando de produzir aqui no Brasil pelo chamado

custo Brasil. E há ainda o efeito China. Quer dizer, todo mundo está-se ajustando à China. Nós ainda estamos por ajustar a nossa situação.

Um efeito que aqui no Brasil ainda é pouco examinado, pouco discutido, a China pode acarretar nos próximos anos. Nós sabemos da importância do setor agrícola nas exportações brasileiras. Como eu mencionei, os principais produtos de exportação são *commodities*, inclusive produtos agrícolas. A China está investindo pesadamente na produção de produtos agrícolas na África, como nós sabemos. Em alguns países, como o Sudão, um terço do país é plantado por empresas chinesas. Recentemente, no ano passado, a China investiu US\$160 bilhões para aumentar a produção interna de produtos agrícolas, o que fez com que sua safra agrícola de grãos aumentasse em mais 120 milhões de toneladas. Isso quer dizer, com a perspectiva de médio e longo prazo, que a China vai ser uma grande concorrente do Brasil no setor agrícola. E ninguém está falando isso aqui no Brasil.

Esses são os comentários gerais.

Rapidamente falo das dificuldades internas. O Samuel mencionou que a coisa mais importante hoje aqui no Brasil, na parte econômica, é a perda da competitividade dos produtos industriais. Quer dizer, não é só a perda da competitividade para a indústria e para o comércio exterior; é a perda da competitividade da economia brasileira. Isso é sistêmico. Eu acho que esse é o maior problema que o Brasil, que a política econômica tem hoje: a perda da competitividade sistêmica da economia brasileira. Eu não vou entrar em detalhes aqui.

Rapidamente digo que o principal problema que resulta na perda da competitividade é o custo Brasil. Os senhores, todo mundo já ouviu falar nisso. A Fiesp acabou de divulgar um estudo mostrando que 34% do custo final dos produtos brasileiros vêm do chamado custo Brasil, que é alta carga tributária, logística, burocracia, o custo do dinheiro, mão de obra, os portos – estamos vendo nesses dias notícias de jornal sobre o apagão dos portos –, a energia e, até recentemente, o aumento dos fretes. Tudo isso impede que a empresa brasileira se torne competitiva. Até recentemente – acho que o Governo atuou corretamente –, a taxa de câmbio, a taxa de juros tornava impossível a produção aqui no Brasil. E a valorização da taxa de câmbio é, talvez até, o principal fator de preocupação do setor empresarial e da exportação.

O esforço que devemos fazer na área de inovação e de facilitar a presença de pequenas e médias empresas é outro fator que vai concorrer para a diminuição da perda da competitividade. Depois, acho que

também há um problema sério de perda de produtividade, como números recentes demonstram.

Por quê? Porque, apesar da reformulação que as empresas fizeram, melhorando muito a eficiência do *management*, do gerenciamento, há um dado importante: o salário na indústria cresceu mais do que a inflação. Aí, é impossível ter-se um aumento de produtividade quando ocorre essa distorção do ponto de vista econômico. Isso tudo contribui para a perda da competitividade, sem falar da questão de monopólios, ausência de competição em vários setores, e o protecionismo comercial também.

Como o Governo reagiu?

O Governo fez uma série de planos – estou falando só da parte de comércio exterior – de 2008 até aqui. Eu não vou entrar em detalhes. Foi anunciada a Política de Desenvolvimento Produtivo, em 2008, que visava o apoio à política industrial em áreas estratégicas: saúde, energia, tecnologia, e tal. Depois, foi feita, no final de 2008, a chamada estratégia brasileira de exportação. Identificou ações que deveriam ser desenvolvidas pelo Governo, com maior impacto no setor externo.

Pasmem os senhores que, em 2008, os pontos mencionados foram infraestrutura, crédito e simplificação do comércio.

Em 2011, um terceiro plano, que está em vigor, que é o Programa Brasil Maior – medidas de apoio aos exportadores, anunciadas em dezembro de 2012, e foram positivas. Eu acho que estão no caminho correto.

São medidas pontuais, específicas, que visam à facilitação do comércio, isenção tributária, devolução de crédito, algumas com alguns condicionantes, como limitação de tempo. São medidas corretas, mas não são suficientes para atender a recuperação da competitividade. Essas medidas, cuja discussão estamos vendo agora – os senhores discutiram isso, foi feito agora um veto da Presidente... A desoneração da folha salarial é muito importante, mas foi eliminado um dispositivo que não deixa margem para as empresas optarem se preferem a desoneração da folha de pagamento ou pagar o imposto sobre a receita. Isso está criando muito problema no âmbito da indústria, como os senhores devem estar acompanhando.

Então, essas medidas, como eu disse, são medidas positivas. Vão no caminho correto, mas são insuficientes para atender a exigência da recuperação da competitividade.

Há um risco, que não está previsto ainda, mas temos de acompanhar, monitorar de perto. O setor privado já está atento a isso, mas não acho que a sociedade em geral esteja atenta. Estamos com um problema crescente nas transações correntes. Como os senhores sabem, o ano passado fechou com mais de

US\$68 bilhões de déficit de transações correntes. Há estimativas que estariam na base de US\$72 bilhões.

Se somarmos o déficit crescente de transações correntes à diminuição do superávit na balança comercial – este ano, segundo estimativas do Banco Central, será de aproximadamente 15 bilhões, caindo de 20 bilhões para 15 bilhões, mas outras consultorias estimam que será de apenas 7 bilhões – e o endividamento corporativo em dólar das empresas nesses últimos anos, mais o crescente déficit na rubrica de serviços, mais a queda do investimento estrangeiro devido à crise e da situação aqui no Brasil – no ano passado, recebemos mais de US\$60 bilhões, mas este ano as estimativas são de US\$55 bilhões – e ainda algumas ginásticas contábeis e orçamentárias que foram feitas recentemente, se somarmos tudo isso, deixo a conclusão para os senhores. Hoje, a situação está confortável. Estamos com 2,3% do PIB nas transações correntes. Há um déficit de 2,3. Se os senhores somarem tudo isso, vamos ter talvez, ou seja, há o risco de termos, no curto prazo, dois ou três anos, um problema maior.

O terceiro ponto que eu queria mencionar são as dificuldades externas que limitam o comércio exterior brasileiro. Primeiro, como foi mencionado aqui, a crise global, a desaceleração do crescimento econômico, a desaceleração do comércio, que vai ter – já está tendo – efeito no comércio exterior brasileiro. Na época áurea da primeira década, antes da crise de 2008, o comércio exterior crescia 20%, 25%. O ano passado cresceu 2,5%, o comércio global. Este ano prevê-se um crescimento ao redor desse ou um pouco maior.

Então, crise econômica, medidas protecionistas sofisticadas. Não vou entrar em detalhes, mas na Europa passou uma medida agora para controlar a entrada de produtos químicos, *reach* (r, e, a, c, h), que já está afetando o mundo inteiro, inclusive o Brasil. São medidas ultrassofisticadas, não se trata de barreira tributária, barreira tarifária, São barreiras ultrassofisticadas, barreiras técnicas. O terceiro aspecto são as grandes transformações do processo de globalização: a criação do eixo da Ásia, a emergência da China não só como um grande importador-exportador, mas como um produtor global. Temos que prestar atenção nisso. Hoje, temos três ou quatro países que vão ser grandes produtores industriais. A China é um deles, a Alemanha, os Estados Unidos e nano muito mais países. Em 2008, o governo brasileiro prometeu, segundo se noticiou na época, fazer o acordo do Mercosul com a Asean, mas isso não aconteceu. E teria sido importante por causa desse grande desenvolvimento da China e da Ásia.

O quarto aspecto é a revolução no comércio exterior. Isso é um acontecimento dos últimos dez anos com a propagação – o Samuel mencionou isso – dos

acordos de livre comércio regional e bilateral. São acordos de livre comércio que estão sendo feitos na Ásia, os chamados Trans-pacific Partnership, dos Estados Unidos com 15 ou 16 países da Ásia. A China está fora. E, agora, foi anunciado um grande acordo, que terá grande influência se chegar a ser negociado, entre os Estados Unidos e Europa: metade do comércio três quartos do PIB. Enfim, é uma coisa gigantesca. Isso nós estamos vendo acontecer, e houve uma reação do Governo brasileiro quando o Obama anunciou esse mega-acordo com a União Europeia. O Governo brasileiro reagiu com cautela e disse publicamente que não mudaria modelo de desenvolvimento e que não iria – é textual – se engajar na discussão de acordos desse tipo, de integração produtiva, porque isso geraria uma especialização, e, como Brasil tem um parque industrial muito diversificado, a gente iria negociar esse tipo de acordo.

Com isso, se isso prevalecer, na minha visão, o Brasil vai ficar fora da cadeia produtiva global. O Brasil só tem uma empresa que está dentro desse modelo da integração da cadeia produtiva, que é a Embraer. A Embraer é a única empresa brasileira que está integrada à cadeia produtiva global.

A OMC está paralisada. Eu fui convidado agora, participei de uma reunião e vou participar agora em junho de outra reunião com um perito internacional, para discutirmos em Genebra o funcionamento da OMC. E esse assunto é um dos temas da agenda. Por quê? Porque esses mega-acordos regionais e acordos bilaterais dos Estados Unidos com o mundo inteiro, inclusive com quatro países aqui da região, como foi mencionado, esses acordos estão produzindo regras novas, que vão além da OMC. São regras, como foi mencionado, sobre investimento, propriedade intelectual, serviços e algumas regras que nem existem na OMC, mas que estão sendo discutidas e que já existem.

Enquanto nós estamos meio paralisados, foram negociados, nestes últimos anos, 550 acordos. Trezentos e oitenta e tantos estão notificados na OMC. E o Brasil assinou três acordos. Eu vou mencionar isso depois. Então, essa questão das regras é um assunto da maior importância. E esses acordos de integração produtiva, a gente goste ou não, vão acontecer. Já aconteceram. Então, nós temos que ter uma posição em relação a isso.

Quais são os efeitos sobre o Brasil? Primeiro: essa questão das novas regras. Quer dizer, a fragmentação da produção e a exclusão do Brasil de negociações externas já estão tendo efeitos sobre a economia brasileira. Esse é um dos fatores da queda da exportação de manufaturas, como eu vou mencionar. Quer dizer, o mundo não para. Se o Brasil quiser parar, ele para.

Mas o mundo não para. Ele se modifica, se transforma. E muitos países estão avançando nisso.

Outro fator importante – e teve efeito brutal sobre a competitividade brasileira – é a questão da manipulação cambial. Depois, nos debates, a gente pode entrar em mais detalhes, porque há um impacto sobre a tarifa externa. O Brasil hoje é acusado de ser protecionista, de ser isso, de ser aquilo, mas, na realidade, o Brasil hoje é um país aberto, porque, mesmo os 35%, que são o teto das tarifas que são discutidas na OMC e que o Brasil aprovou, essas tarifas desapareceram com a valorização cambial dos últimos anos. Então, isso é uma coisa importante. Depois, a gente pode voltar a tratar sobre isso.

Então, essas novas regras, com a fragmentação da produção e a exclusão da negociação externa, estão criando uma situação de isolamento do Brasil. E, se essas medidas que estão sendo tomadas agora, que são como eu disse positivas, vão no caminho correto, se essas medidas derem certo, na minha visão, o que vai acontecer é que a produção industrial brasileira vai se limitar. Estou falando de uma projeção de médio prazo, não é agora, mas daqui a 5, 10, 15 anos. O que vai acontecer é que o que sobreviver desse parque industrial brasileiro se limitará ao mercado interno brasileiro, que é muito grande; e, assim mesmo, nós vamos precisar de proteção, porque, com essa perda de competitividade, se não houver uma correção nisso, nós não vamos competir nem para preservar o mercado interno.

Então, qual foi a estratégia do Brasil nos últimos 12 anos? E esta é a parte mais provocativa do que eu vou falar. Em primeiro lugar, na minha visão, o governo brasileiro cometeu um grave equívoco na política de comércio exterior. Primeiro, nós jogamos todas as nossas fichas na negociação multilateral da Rodada de Doha, que fracassou, e nós esquecemos as negociações dos acordos bilaterais. Segundo, houve uma politização da negociação comercial – e aí entrou um viés ideológico.

A gente se lembra do que se dizia, com muita frequência, sobre a política brasileira levando a uma nova geografia do comércio mundial, o que acabaria com a nossa dependência dos países desenvolvidos, que mudaria o eixo do comércio exterior brasileiro; enfim, havia toda uma retórica que estava se dissociando da realidade. Dentro dessa retórica, foi desenvolvida a teoria Sul-Sul, que valeu tanto para a política externa quanto para a política comercial. Eu não vou tratar da política externa, que teve desdobramentos muito positivos; estou só tratando da parte comercial. E, aí, nessa política Sul-Sul, deu-se grande importância à África e ao Oriente Médio. Ocorre que, se a gente

for olhar as estatísticas, o resultado, do ponto de vista comercial, foi pífio, foi muito pequeno. Se a gente pegar os dados e verificar a participação do comércio exterior brasileiro no Oriente Médio e na África, constatamos que pouco variou nesses 12 anos; se pegar de 2003 a 2012, pouco variou. E, por outro lado, ficaram em segundo plano os países desenvolvidos. Não houve promoção comercial, não houve incentivo, não houve nada, e o resultado é que, hoje – 2012, 2013 –, se considerarmos os países em relação aos quais o Brasil era superavitário, veremos que, hoje, o Brasil se tornou deficitário. Nós temos um déficit na balança comercial com os Estados Unidos; um déficit na balança comercial com a Europa.

(Soa a campanha.)

O SR. RUBENS BARBOSA – Na América do Sul, a ideia era criar um polo alternativo, político e econômico, aos Estados Unidos. Contudo, o comércio, neste ano passado, aqui na região, caiu 10%. As manufaturas, aqui na região, caíram 18%. A integração regional está, como os senhores sabem, muito complicada, e o Mercosul está, na minha visão, estagnado.

Para concluir, já que o tempo está se esgotando. O que fazer?

Serei aqui muito telegráfico, mas, depois, se os senhores quiserem, a gente pode debater os detalhes.

Primeiro, na frente interna, na política comercial interna, eu acho que os empresários e o governo têm de atacar de frente o problema da competitividade, com as mudanças necessárias: a reforma tributária, a reforma trabalhista, a infraestrutura, enfim, O protecionismo, na minha visão, hoje – e não digo no passado, para se criar indústria e tal –, é contraio ao interesse da indústria, porque isola, não defende mais, pelas razões que eu mencionei aqui. Então, a gente tem que ver como fazer para atacar o problema da competitividade.

Segundo, políticas públicas, em médio e longo prazo, de apoio à indústria da exportação. E, ainda, termos uma política industrial, haja vista que nós não a temos. Temos uma série de medidas que passam por política industrial.

Terceiro, fortalecer a Camex e modificar o processo decisório de comércio exterior. Essa proposta já foi endossada pela CNI e pelo Conselho que eu presido na Fiesp.

Falta ao setor de comércio exterior um grupo de pressão. O setor de comércio exterior não tem peso político, e nós precisamos de uma nova estrutura institucional. Essa nova estrutura institucional passa pelo fortalecimento da Camex, vinculada diretamente à Presidência da República, não à Presidência, mas ao Presidente da República – e podemos depois discutir

como fazer isso e o que isso significa –, para dar peso político às decisões de comércio exterior.

Na frente externa, também telegraficamente, nós temos de ter uma nova estratégia de negociação comercial, que, de uma maneira ou de outra, atribua prioridade a negociações de acordos de integração produtiva. Na minha visão, se não fizermos isso, nós vamos cometer mais um erro estratégico de negociação comercial.

Segundo, temos de abrir uma ampla discussão interna sobre os acordos bilaterais e regionais, bem como sobre essas novas regras. Ninguém sabe... Nós vamos ter agora, semana que vem, na Fiesp, uma primeira reunião com o Ipea e a Fundação Getúlio Vargas para examinar essas regras. Eu não sei o que está nesses acordos, ninguém sabe. Os senhores também não sabem. Agora, muita gente é contra isso sem saber o que está lá. E nós vamos começar a discutir isso na Fiesp.

O terceiro ponto é rever a estratégia aqui na América Latina. Nós não temos nenhum acordo de integração produtiva aqui na região. Dentro do Mercosul, não há integração produtiva. Nós tínhamos de começar a integração produtiva aqui no continente, na América do Sul.

O quarto ponto é rever a política em relação ao Mercosul. E estou à vontade para falar isso porque eu sempre, desde 1986, trato de temas de comércio exterior e de temas regionais. Eu acho que a América Latina é fundamental na estratégia para o Brasil. Eu fui um dos que ajudou a criar o Mercosul e continuo acreditando no Mercosul, mas os tempos mudaram. Nós temos, por tudo que discutimos aqui, que rever a política no Mercosul. Por exemplo: concretamente, estamos negociando um acordo com a União Europeia. Se a gente não conseguir negociar esse acordo porque outros países impedem, como a Argentina, o Brasil tem que negociar sozinho com a União Europeia.

O quinto e último ponto é examinar a perspectiva de acordos com países relevantes, como a Coreia, o México, para não falar desse com a Europa que estamos negociando, e examinar, talvez, acordos setoriais com outros grandes países. Não acordos de livre comércio, mas acordos setoriais.

Em síntese, é urgente uma nova atitude em relação ao comércio exterior, tanto internamente quanto na negociação externa, pragmática e sem preconceitos ideológicos.

Como estamos chegando ao período de eleição, os candidatos já estão à vista, eu penso que os candidatos deveriam dedicar algum tempo para verificar como está o comércio exterior e discutir essas opções todas que estamos discutindo aqui. É um assunto de

extrema relevância, e eu acho que, nos próximos anos, se não tomarmos medidas concretas para diminuir a perda da competitividade aqui no Brasil, nós vamos entrar num problema sério para o crescimento do comércio exterior brasileiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Embaixador Rubens Barbosa.

Temos aqui alguns Senadores inscritos. O Senador Jorge Viana; em seguida, o Senador Fernando Collor, o Senador José Agripino e o Senador Eduardo Suplicy.

Senador Jorge Viana, a palavra é de V. Ex^a.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, queria cumprimentar V. Ex^a, os nossos colegas e os nossos convidados por trazerem um tema como esse.

Como o tempo é curto, quero entrar direto no debate, pedindo desculpas aos dois expositores, por quem tenho a maior consideração e até admiração pelos profissionais que foram, quando estavam em plena atividade, e pelas figuras que são hoje ainda em nosso País.

Esse é um tema que, felizmente, diante das opiniões políticas colocadas, o que é muito salutar para a nossa democracia, pode ser mais facilmente entendido quando a gente coloca os fatos diante das versões ou das opiniões.

Eu vi que a posição do Embaixador Rubens Barbosa, que tenho lido e acompanhado, são bastante críticas às opções que o Brasil adotou nos últimos anos em relação ao comércio exterior. E vi, de maneira até surpreendente, o querido Samuel falando da ortodoxia do modelo brasileiro, resumindo a sua posição em uma frase: “o País tem que ser fortemente exportador para que ele possa sustentar o seu crescimento”. É importante ouvir isso aqui!

Mas eu não consegui entender muito bem, Embaixador Rubens Barbosa. Pelo que pude ver, o senhor analisou os últimos vinte anos do País, para ficarmos nesse período, porque a referência são sempre os últimos vinte anos. E eu também tenho dados aqui, desse período muito crítico dos últimos 10, 12 anos, e quero trazer alguns números para os colegas.

Eu fiz umas continhas aqui; não são números oficiais. De 1990 até 2000, um período de dez anos – isso para compararmos com o outro período de dez anos, que vai de 2001 até o que estamos agora –, o saldo comercial do Brasil, que não mereceu muita crítica do nobre Embaixador Rubens Barbosa – e fui somando tudo, uma década inteira –, foi de US\$25 bilhões. Parece que o Brasil estava no caminho certo

nessa década. E, aí, eu somei também o saldo comercial da outra década – e são números, fatos concretos: US\$300 bilhões! Nessa última década em que o Brasil está andando errado, em que está dando tudo errado. Mas nós aumentamos o saldo para US\$300 bilhões!

E, como o Embaixador falou no conjunto, importações e exportações, nós estamos trabalhando, hoje, com quase meio trilhão de dólares. Quando começou, há vinte anos, eram US\$50 bilhões. Desses US\$50 bilhões, no começo dos anos 90, dez anos depois, já eram US\$100 bilhões; agora, é quase US\$0,5 trilhão na relação comercial. É uma diferença grande a que os números apontam.

Vou passar um pouco para outros números. Eu também fiz um apanhado dos destinos das exportações, uma vez que eu mesmo tive o privilégio de acompanhar o Presidente Lula em algumas viagens. Ele atuava meio que um mascote, andando, tentando colocar os nossos produtos, quando, inclusive, contou com uma ajuda extraordinária do Embaixador Rubens Barbosa e de outros, do Itamaraty, enfim. Essa ajuda foi fundamental nesse processo, e os números que eu vejo aqui talvez, mereçam um comentário de ambos os convidados.

Por exemplo: em 1990, o nosso País exportava para a China US\$300 milhões e, para os Estados Unidos, US\$7,5 bilhões. Aí, eu fiz outra conta: em dez anos, até 2000, o Brasil alcançou, saindo de quase US\$400 milhões, US\$1 bilhão nas suas exportações para a China – dez anos depois! E, aí, depois desse período que vem sofrendo muitas críticas, saímos de US\$1 bilhão, Senadora Vanessa, para US\$44 bilhões – veja: nesse período em que o Brasil fez tudo errado com a China.

Essas são as coisas que eu não compreendo muito bem, já que fica mais fácil a gente lidar com números.

Então, aumentou 40 vezes, nos últimos dez anos, o comércio do Brasil com a China – 40 vezes! E com os Estados Unidos, que era de US\$7,5 bilhões, em dez anos dobrou, passando para US\$13 bilhões. E, nesses últimos dez anos, dobrou de novo! Então, houve uma mudança muito forte nos destinos das nossas exportações. E eu acho que há um componente que pode ter pesado: o grande comprador do mundo passou a ser China e não mais os Estados Unidos. E, aí, a gente tem que ver se a gente vende ou se a gente não vende, já que temos um comprador. Numa relação comercial, a melhor situação é aquela em que se tem um comprador querendo comprar algo que a gente está vendendo. E foi mais ou menos isso que aconteceu com o Brasil, por isso o preço das *commodities* subiram fortemente nos anos 2000, como bem colocou o Embaixador Rubens Barbosa.

Agora, eu também fiz outra continha rápida. Fui à África, ao Oriente Médio e vi alguns países que não tinham praticamente nenhuma relação comercial, não foi pouco significativo, Embaixador.

Eu posso pegar o Egito. Com o Egito, tínhamos uma relação comercial que, de 1990 até 2000, ficou praticamente a mesma, na casa dos US\$200 milhões por ano. Durante dez anos, Presidente Collor. E, nos últimos dez, ela aumentou dez vezes. Então, foi significativa essa opção política de fazer uma opção por novos mercados. Mas eu posso pegar a África do Sul também ou outro. Vamos pegar a Angola. A Angola tinha uma relação comercial de US\$100 milhões, que ficou dez anos assim. Depois, nos últimos dez anos ela aumentou dez vezes. Na Nigéria, se manteve nos primeiros dez anos igual, e, nos últimos dez anos, aumentou seis vezes. Mas há a Rússia, que, em dez anos, aumentou duas vezes e, agora, aumentou dez vezes nos últimos dez anos – nesse período que está dando tudo errado.

Aí, quero avançar um pouquinho mais e dizer que, com a Venezuela, nem se avançou tanto assim. Dobrou nos primeiros dez anos e, nos últimos dez, aumentou cinco vezes só. Na Coreia, manteve-se exatamente a mesma durante dez anos. Eu poderia dizer que foi uma década perdida. Que tal? Mas aumentou em oito vezes na última década. São números reais, concretos e oficiais. E, quanto aos países de destino da exportação, houve uma inversão grande. Eram os Estados Unidos, disparados, naquela época, e, agora já é a China, com 17%, depois Estados Unidos com 10%, depois a Argentina com 8%, a Holanda com 5%, o Japão com 3%.

E concluo, colocando também a origem as importações. Importávamos tudo dos Estados Unidos, doze vezes mais do que as importações da China em 2000. Antes, era tão insignificante e agora, na China, aumentou trinta vezes. As nossas exportações aumentaram quarenta vezes e as importações da China aumentaram trinta vezes. Dos Estados Unidos, aumentaram três vezes as importações.

Então, eu sei que os colegas têm outros questionamentos a fazer, mas o que eu queria, só concluindo, é dizer que acho que foi muito positiva essa inversão que o Brasil fez. O Brasil começou a pensar e a trabalhar o mundo inteiro. Eu falei: da África, Angola, Rússia, Egito, Coreia do Sul, China. Eu pude acompanhar o Presidente Lula em muitas viagens, e, se quisermos mesmo analisar o País por esse aspecto da estratégia do País de exportação, acho que temos que ver como é que estávamos indo e, depois, quando começamos a fazer uma política de exportação e nos colocamos como opção de compra e de venda em outros conti-

nentes, quanto o País ganhou com isso. É óbvio que o Embaixador trouxe preocupações importantes, porque estamos vivendo um ano muito difícil. O ano passado foi um ano muito difícil, muito difícil para o País e, se neste ano não acertarmos o passo, começaremos a ter, como o Embaixador colocou, sérios problemas pela frente. Mas sou bastante otimista sobre as possibilidades que o Brasil tem de seguir como boa opção de compra para o mundo. Estamos pegando um baque muito grande por conta da crise que a Europa está vivendo, é fato.

Concluo, dizendo que, mesmo que esteja sendo ventilado todo o tempo – e aqui nesta sessão também está – a proximidade, a antecipação da eleição, acho que este País dos últimos dez anos, do ponto de vista da sua política de exportação, mesmo com o problema seriíssimo de câmbio que enfrentamos, mesmo com o custo Brasil, que ainda é perverso, mesmo com a baixa competitividade que temos por conta de uma série de fatores ainda não solucionados, está certo. Certamente quero, ao final, um comentário, do Embaixador Samuel e do nosso Embaixador Rubens Barbosa sobre se, de fato, a primeira década estava certa e a segunda errada ou, ao contrário, a segunda década é que está certa e a primeira errada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Senador Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Sr. Presidente, primeiramente, gostaria de cumprimentar V. Ex^a pela iniciativa da realização desses debates, sobretudo iniciando-se esse ciclo de debates com a presença de dois embaixadores do quilate do Embaixador Rubens Barbosa e do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, sobre um tema que está na ordem do dia, a questão do comércio internacional.

Inicialmente... E aí vão as perguntas que são para ambos os palestrantes na noite de hoje. Em primeiro lugar em relação à Rodada Doha, o que nós poderemos fazer para destravar a Rodada Doha? Nessa fase que estamos vivendo, isso foi tocado pelo Embaixador Rubens Barbosa, não sei se o Embaixador Samuel havia falado antes, não tive oportunidade de assistir a toda sua exposição, a criação da Trans-Pacific Partnership, eu acredito que seja um fator de encolhimento do mercado internacional em prejuízo de países emergentes como o próprio Brasil.

Nós temos problemas no nosso comércio internacional, concordo também com ambos os palestrantes, em função da nossa baixa competitividade. Enquanto nós não resolvermos a questão da nossa competitividade, que, fundamentalmente, está centrada na falta de investimentos necessários a melhorar a nossa competitividade na questão da gestão e também da inova-

ção, nós teremos dificuldades em relação a isso. No meu entender, salvo melhor entendimento e juízo dos prezados palestrantes e dos Senadores e Senadoras aqui presentes, nós estamos vivendo um momento diferente daquele de quatro anos atrás, ou de cinco anos atrás. O mundo está correndo atrás do “prejuízo”, entre aspas, causado por esse grande cataclismo da crise norte-americana e europeia, que ainda hoje persiste. Mas precisamos, em função disso, estar preparados. Como vamos nos preparar? Os outros países estão tomando a dianteira, estão tomando providências. Há essa questão de o governo americano de ter tomado essas medidas que, como aqui foi dito, são extremamente sofisticadas, absolutamente sofisticadas, porque passam pela lupa da OMC. Não há como se dizer que as medidas que estão sendo tomadas são medidas protecionistas, que são medidas que interferem no justo mercado de intercâmbio comercial, porque são extremamente sofisticadas. E o Brasil, como ficaria nisso?

Quanto à questão da Rodada Doha, é uma grande verdade também que nós nos fixamos muito nesses entendimentos multilaterais e perdemos o foco das nossas relações bilaterais do ponto de vista comercial. E, com isso, talvez tenhamos perdido um pouco o *momentum* importante nesse processo.

No que diz respeito à necessidade de termos um organismo de comércio exterior vinculado diretamente à Presidência, acredito seja de fundamental importância. Nós temos o Itamaraty realizando sempre um grande trabalho, prestando um grande serviço à Nação brasileira e ao Governo brasileiro, se desdobrando em poder atender às demandas comerciais brasileiras, aos interesses comerciais do Brasil no exterior, mas é necessário que concentremos isso numa instituição diretamente vinculada à Presidência da República para que se dê exatamente o peso político que isso necessita para realizarmos esses entendimentos.

Na oportunidade que tive ao presidir o País, pude perceber como os presidentes de países, chefes de governo de países mais avançados, se dedicavam nos encontros que tinham com o então Presidente do Brasil a defender os interesses comerciais das suas empresas e das suas indústrias. E colocavam muita força nessas suas solicitações, porque entendiam – como eu também entendo – que a participação dos chefes de Estado ou de ex-chefes de Estado que tenham prestígio e que tenham relacionamento fora do Brasil com os países com quem mantemos relações comerciais é de fundamental importância. O fato de o Presidente Lula, que é um exemplo que eu gostaria de puxar agora, que vem fazendo essa série de viagens tratando de viabilizar negócios de empresas privadas ou de empresas estatais em países estrangeiros, eu

acho extremamente importante e não se deve encobrir isso, como se fosse uma atividade clandestina. Ao contrário, isso é algo absolutamente necessário e devemos incentivar, devemos até achar positivo termos um ex-Presidente com o prestígio que ele detém para poder encaminhar questões comerciais que estejam na pauta do Brasil com os países com os quais mantemos nossas relações comerciais.

Sobre as novas regras. Bom, a questão do Mercosul em relação à União Europeia é algo que nos preocupa. Eu vejo o campo de ação do Mercosul se restringindo bastante em função, em alguma monta, da nossa relação com um país que nos é muito querido, que é próximo de nós e historicamente, cujas relações comerciais sempre foram e têm sido muito trepidantes, que é a Argentina. Então, precisamos ter uma solução em relação a isso para que não fiquemos isolados dentro do Mercosul na nossa relação comercial com a União Europeia.

E, finalmente, uma indagação que faria, porque tenho – parece-me – alguma discordância entre o que afirmou certa vez o Embaixador Rubens Barbosa numa audiência aqui, na Comissão de Relações Exteriores e o que disse o Embaixador Samuel Guimarães numa entrevista à Revista *Carta Maior*. Não sei se encontro aqui alguma discordância, mas, caso haja, gostaria que V. Ex^{as} nos explicasse.

Na entrevista que o Embaixador Samuel Pedro Guimarães concedeu à Revista *Carta Maior*, no dia 30 de agosto deste ano, S. Ex^a o Embaixador Samuel, afirma que “é de grande relevância a constituição de um bloco de Estados na América do Sul, tanto para aqueles de menor como para aqueles de maior dimensão, como a Argentina e o Brasil”.

Em outro trecho ele reafirmou: “Para o Brasil a construção de um bloco sul-americano é um objetivo estratégico mais do que fundamental: é essencial. Muitos são os desafios a enfrentar para tornar realidade este projeto.”

De outro lado, na audiência a que me referi, aqui na Comissão de Relações Exteriores, no dia 23 de maio de 2011 – ou seja, separam uma declaração da outra nove meses – o Embaixador Rubens Barbosa, ao falar da crise institucional do Mercosul, que persiste, opinou que outro aspecto que pode agravar a crise institucional é o aumento do número de membros do Mercosul e a crítica que se faz nesse aspecto é que se: “[...] não [...] [se conseguiu] resolver os problemas com quatro membros, [...] [que dirá com] a inclusão de mais um membro, que é a Venezuela [...]” Em outro momento da audiência, afirmou o Embaixador Rubens Barbosa que não faz sentido a proposta de ampliação do Mercosul, já que: “O Brasil não tem capacidade de

atração [de países como a] Colômbia, do Peru... [...] Eles estão fazendo acordos entre [...] [sic].” Isso é uma realidade. Hoje, os acordos Colômbia-Peru estão de vento em popa.

Diante dessas opiniões, até certo ponto antagônicas, como disse no início, como V. Ex^{as} hoje veem essas perspectivas de ampliação ou não do Mercosul e de acordos bilaterais ou multilaterais do Brasil com países de outros continentes ou com outros blocos econômicos?

Seriam essas as indagações e comentários que faria pela oportunidade que me foi dada pelo Presidente desta Comissão, Senador Ricardo Ferraço. Agradeço a V. Ex^{as} os comentários que puderem fazer em relação a elas.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Collor.

De imediato, passo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Obrigado, Presidente.

Eu gostaria, inicialmente, de cumprimentar tanto o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães quanto o Embaixador Rubens Barbosa, que, na verdade, são dois cardeais do Itamaraty, dois talentos especiais, com visões diferentes, mas com argumentos muito apropriados para defender seus pontos de vista, e que possibilitaram, por iniciativa de V. Ex^a, Presidente Ricardo Ferraço, o debate nesta segunda-feira, um dia no Senado meio morno. Mas, com o brilho das suas opiniões, trouxeram a oportunidade de um debate, em que, na minha opinião, está contido o futuro do Brasil de ser ou não ser a quinta, sexta, sétima economia. Do contrário, se esse comércio exterior não der certo, nós vamos pautar para o tamanho do nosso mercado interno e vamos ser a 15^a, 20^a, 25^a economia do mundo.

O Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, com muita propriedade e com muita singeleza, disse muita claramente que um país se desenvolve na medida em que pode tomar capitais emprestados e pagá-los. O Brasil paga com o imposto que recolhe da produção e transforma tudo em dólar, produzido pela exportação de empresas. É assim que se financia desenvolvimento. Ele colocou isso com muita propriedade. E aí fez uma consideração, que é importante se apreciar: a participação das indústrias estrangeiras, das multinacionais, as Fords do Brasil. A indústria química de medicamentos pode ser maravilhosamente competitiva na Alemanha ou nos Estados Unidos, e não ser aqui; pode produzir superávit comercial para a Alemanha ou para os Estados Unidos, onde está a matriz, e não produzir aqui. É um fato a atacar? É claro que é um fato a atacar.

Agora, eu quero confessar a V. Ex^{as} que estou deste tamanhinho com o quadro pintado pelo Embaixador Rubens Barbosa e reconheço muita competência e muita seriedade nos dados que apresentou.

Senador Fernando Collor, V. Ex^a, que foi Presidente da República, haverá de concordar comigo em relação ao seguinte: eu tenho medo de estarmos vivendo o período que viveram Portugal, Espanha, Irlanda, Grécia, dez anos atrás, quando receberam dinheiro da União Europeia. As estradas da Espanha, de Portugal ficaram maravilhosas; o El Corte Inglés instalou-se em Portugal e vivia cheio de compradores; mas, de repente, caíram numa realidade, porque o dinheiro investido não produziu receita suficiente. O atual Presidente de Portugal ganhou a última eleição pregando na campanha que ia ter que cortar na própria carne para recuperar o País. Ganhou a eleição e está tendo que cumprir, agora, aquilo que prometeu na campanha com o voto dos portugueses. E eu tenho receio de que estejamos entrando numa quadra de encaramento dessa realidade dura.

Eu não tenho dúvida de que, pelo quadro que está posto... Veja bem: qual é opinião que eu tenho? Eu posso estar errado, mas deixem-me expor aqui a minha opinião. Nós temos, em matéria de comércio exterior, de robustez da economia brasileira, um trunfo que é a agricultura. Aí o Embaixador Rubens Barbosa nos coloca os dados, que são reais: a China está investindo maciçamente na África para produzir aquilo que o Brasil exporta competitivamente. Eles podem exportar a partir da produção da África para competirem conosco e tirarem de nós grande parte daquilo que conseguimos fazer de superávit comercial ou, pior, pode ocorrer aquilo que acabou de acontecer: nós fomos capazes de produzir soja em Sorriso e jogar no Porto de Paranaguá, formando-se 20km de fila de caminhão, e a China cancelou o contrato. Isso é desastre completo. Chama-se perda de competitividade. Isso é irresponsabilidade com a provisão da infraestrutura. Nós não estamos aqui para discutir quem acertou e quem não acertou. Nós estamos aqui para discutir o que deve ser feito daqui para frente para que o Brasil seja, sim, a quinta, a sexta, a sétima economia do mundo.

Agricultura. Eu tenho medo do que o Embaixador Rubens Barbosa acabou de colocar. “Não. O petróleo, o pré-sal vai-nos salvar.” Pelo amor de Deus, eu li agora, Fernando Collor, Suplicy, Senador Ricardo Ferraço, que os Estados Unidos, que são o cão jaraguá do mundo, lamentavelmente para nós, descobriram uma tecnologia capaz de tirar gás de rocha porosa na extensão monumental do território americano. Isso acaba com a nossa perspectiva de pré-sal. O trunfo que a gente exibiu vira brincadeira. As empresas estão voltando do

México, do Chile para os Estados Unidos em função dessa realidade nova. E aí o trunfo que a gente tinha do pré-sal vira pó.

“Não. Ainda há algumas perspectivas mais. O minério ainda vai dar muito que falar.” Está ali atrás o Embaixador Samuel Guimarães. A Austrália está em cima do mercado consumidor, cheia de minério de ferro. Eu tenho medo disso tudo. Agora, ou a gente corta na própria carne, a começar pela pedra de toque – a pedra de toque, na minha opinião, Embaixador Samuel, Embaixador Rubens Barbosa, chama-se déficit público –, ou seja, ou a gente ataca o déficit público, o gasto de má qualidade no Brasil, ou a gente não vai nunca ser capaz de combater o pior dos males, o que mais compromete a nossa produtividade, que é a carga tributária. A gente precisa diminuir a despesa, deixar sobrar um pouco de dinheiro para diminuir a carga tributária. E aí o telefone, o iPhone 5 pode custar aqui o que custa na Espanha, porque aqui ele custa o dobro do preço nos Estados Unidos; na Espanha, ele custa 10%, 15% mais do que nos Estados Unidos – estou falando da Espanha, que é um país que está em crise. Ou a gente faz isso ou, na minha opinião, a gente não vai ter saída, e é preciso que a gente entenda agora qual é o nosso problema.

A perda da competitividade da indústria brasileira, que é o maior parque industrial do hemisfério sul, é uma coisa atemorizante. A indústria era uma coisa na formação do PIB e, hoje, é a metade. A agricultura e os minérios são a substituição, só que haverá uma competição violentíssima, os países vão competir pesado conosco. Ou nós nos mostramos competitivos ou não vamos ser a quinta economia nem a sexta nem a sétima. Vamos nos voltar para dentro de nós próprios no mercado interno, no mercado equivalente àquilo que o brasileiro é capaz de comprar.

Então, era isso que eu queria aos dois perguntar – acho que me delonguei muito.

Outra coisa que me preocupa é o Mercosul. O Mercosul foi uma coisa muito boa lá atrás, mas há um detalhe: o Mercosul, hoje, é o Mercosul de Cristina Kirchner, de Chávez, de Evo Morales e do Paraguai, que está escanteado. Quem está crescendo na América do Sul é o Chile, que é o campeão, o *hors-concours*; a Colômbia e o Peru.

Os acordos bilaterais que o Brasil poderia fazer estão atrelados, estão ancorados à opinião ideológica de Chávez, de Cristina Kirchner, de Evo Morales, e o País não pode fazê-los porque tem que fazer com o Mercosul. Até nisso nós estamos com a âncora puxando para baixo. Enquanto isso, coisas de eficácia de longo prazo estão acontecendo nas nossas barbas. Eu não tenho nenhuma dúvida, Senador Ricardo Ferraço, de que a Europa vai

se tornar, com essa crise que está vivendo, muito mais competitiva, até porque os padrões educacionais deles são seculares. Eles vão sair competitivíssimos. Existe aí um acordo bilateral Estados Unidos-Europa; daqui a pouco, vem China-Europa, e a gente está atrás. Nem acordo com Colômbia, Peru e Chile nós somos capazes de fazer. Então, eu acho que há muita coisa errada.

Eu acho que esse encontro que a Comissão de Relações Exteriores proporciona é soberbo, porque aqui há duas inteligências experimentadas, que vêm trazer a sua opinião, que vêm suscitar os problemas e que trazem ao Senado, que é a Casa da Federação brasileira, a oportunidade de debater e de manter esse assunto permanentemente vivo.

Era a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador José Agripino.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. Em seguida, vamos devolver a palavra aos nossos convidados para que eles possam expor as suas opiniões acerca das diversas manifestações que ouvimos aqui.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu quero cumprimentá-lo também, Senador e Presidente Ricardo Ferraço, pela iniciativa de trazer aqui o Secretário-Executivo e, por algumas vezes, Ministro de Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, e o Embaixador Rubens Barbosa. Com ambos eu tive a oportunidade de muito conviver e colaborar, inclusive quando estavam em postos de governo. O Embaixador Rubens Barbosa, em Londres e em Washington, inclusive teve a gentileza de hospedar-me. Agradeço muito a atenção.

Eu gostaria de fazer, primeiro, duas perguntas pontuais sobre fatos que nesses dias estão preocupando, de um lado, todos nós.

Primeiro, se ambos puderem, haja vista a experiência acumulada de V. Ex^{as}, o conhecimento e tudo, pediria que nos dissessem uma palavra sobre o que poderá acontecer na Coreia do Norte, Coreia do Sul, tendo em conta a preocupação de todos os países com a eventual deflagração de um conflito, até de natureza nuclear, e sobre as recomendações que têm ao próprio Governo brasileiro. Na semana passada, o Ministro Patriota aqui nos falou um pouco a respeito.

Ainda hoje li uma entrevista do Embaixador Roberto Colin para a *Folha de S. Paulo*, dizendo que tudo parece estar tranquilo na capital da Coreia do Norte, mas acho que seria importante a palavra de pessoas com a experiência de ambos sobre o que pode ocorrer e o que deveria ser feito para evitar que haja a deflagração de um processo. Até o Presidente da China advertiu a Coreia do Norte sobre um possível agravamento e um início de conflito. Então, agradeço

se puderem, aproveitando essa oportunidade, nos dar uma palavra a respeito.

Segundo, faço uma pergunta sobre o Mercosul, tendo em conta o fato de que tanto no Paraguai como na Venezuela haverá eleições próximas. V. Ex^{as} podem nos dizer qual é a perspectiva, haja vista a realização das eleições nesses dois países, para o Mercosul? Que possíveis desdobramentos poderão acontecer e que recomendações fazem ao Governo brasileiro com respeito a esses desenvolvimentos?

Gostaria de aproveitar a presença do ex-Secretário-Executivo e Ministro das Relações Exteriores por algumas vezes no governo do Presidente Lula, Samuel Pinheiro Guimarães, porque foi justamente durante a gestão do Ministro Celso Amorim que, também com a colaboração de um economista que hoje é representante do Brasil no Fundo Monetário Internacional, Paulo Nogueira Batista Jr., ele muito colaborou comigo para que eu apresentasse aqui no Senado o Projeto de Lei que hoje tem o nº 4.291, de 2004, que define os objetivos, métodos e modalidades de participação do Governo brasileiro em negociações comerciais multilaterais, regionais ou bilaterais.

Trata-se de algo semelhante ao denominado mandato negociador. Esse projeto foi aprovado por consenso aqui no Senado no início dos anos 2000, , foi para a Câmara e está lá desde 2004. O Deputado Esperidião Amim, ex-Senador, que aqui até participou da sua votação, hoje é o Relator e, para que pudesse ser contemplado todo o interesse do Itamaraty, dialogou com o Itamaraty para chegar a um aperfeiçoamento do mesmo, e, entretanto, até hoje o projeto aguarda sua votação. Vou encaminhar ao ex-Secretário Executivo, o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, quem sabe possa até dizer uma palavra.

Mas me parece que os Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior estão com dúvidas sobre o projeto, ainda que o Itamaraty tenha dado o seu sinal verde. E como sei que esse é um tema relacionado ao que nós estamos conversando hoje e de interesse do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, agradeço muito se puder nos dizer uma palavra a respeito.

E há um último tema que eu gostaria de falar, e ambos os embaixadores acompanharam meu interesse sobre isso, inclusive o Embaixador Rubens Barbosa, quando foi embaixador nos Estados Unidos, mas certamente também o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, quando ambos falam do tema da competitividade. Eu considero muito importante que nós, brasileiros, o Governo, o Congresso, empresários, a Fiesp, os trabalhadores – ainda hoje estive dialogando com o presidente estadual da CUT a respeito – tenhamos consciência dos métodos de transferência de renda que existem nos países desenvolvidos e que afetam

sobremaneira o seu grau de competitividade. E, se nós não tivermos a devida consciência sobre isso, nós não estamos atuando bem, porque muitas vezes se fala muito em questões de competitividade, mas nem sempre se refere a isso.

Os Estados Unidos da América desenvolveram, desde 1975, um instrumento que se denomina Earned Income Tax Credit (EITC), uma forma de imposto de renda negativo. Por exemplo, um trabalhador que ganha um salário mínimo, nos Estados Unidos, de US\$7,25 obtém cerca de US\$14.500 por ano. Mas digamos, se este trabalhador for casado, tiver uma esposa, e eles tiverem duas crianças e tiverem uma remuneração, digamos, de US\$18 mil, eles passam a ter o direito ao crédito fiscal de US\$5.236, com os quais ultrapassam a barreira, o limite de US\$23 mil anuais, e com mais de US\$23 mil anuais, eles estão acima da linha de pobreza.

Ora, isso significa que é o conjunto da sociedade norte-americana que pagou, por exemplo, em 2010, para mais de 27 milhões de famílias e de trabalhadores, um complemento de ingresso de renda. Quem pagou foi o conjunto da sociedade, não propriamente as empresas, mas isso certamente tornou as suas empresas mais competitivas em relação às nossas, se não tivermos um instrumento equivalente. Outros países que competem diretamente com os Estados Unidos também o fizeram, como o Reino Unido, por exemplo, que criou o Family Tax Credit, que tem um objetivo semelhante, e outros países da União Europeia também o fizeram.

Ora, eu pediria, Presidente Ricardo Ferraço, que a Secretaria encaminhasse aos membros da Comissão e a ambos os expositores, se possível, uma cópia. Aqui, há dois estudos que o Center on Budget and Policy Priorities realizou, recentemente, sobre este instrumento, sobre o qual acredito que precisamos estar conscientes, e precisamos, inclusive, pensar qual o instrumento que poderemos utilizar para agir ou de forma semelhante ou ainda de forma mais eficaz. Não vou, aqui, desenvolver o pensamento que tenho, mas ambos conhecem qual é o instrumento ainda mais eficaz que o EITC para fazer a economia brasileira ser competitiva e, ainda, prover dignidade e liberdade real para todos e, ainda, erradicar, como deseja a Presidenta Dilma, da forma a mais eficaz possível, a pobreza absoluta em nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Passo a palavra ao Sr. Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães e ao Sr. Embaixador Rubens Barbosa.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Muito obrigado, Senador.

Acho que seria de nosso interesse examinar a seguinte questão, que tem a ver com muitas das perguntas que foram colocadas, perguntas e observações sempre muito interessantes e muito pertinentes. Primeiro: todo o comércio agrícola internacional é regulamentado e afetado por subsídios, normas, etc. Isso é um aspecto. O Brasil é um grande exportador e um grande produtor agrícola com alta competitividade e ameaçado, no futuro, pelo eventual surgimento de competidores, por ação da China ou não, não importa, o fato é que surgem com relativa facilidade – isso de outro lado.

Quando falamos dos acordos que não celebramos, deveríamos celebrar ou que estão em negociação, esses acordos, em geral, do lado brasileiro, envolvem um interesse na abertura de mercados na área agrícola e na superação de políticas de subsídios, na União Europeia, nos Estados Unidos. Não que fôssemos exportar soja para os Estados Unidos, os Estados Unidos são grandes exportadores de soja, o que reduz a sua capacidade de competir em outros mercados. Esses países, de uma forma geral – a União Europeia, e outros –, têm grande dificuldade, nem vou entrar aqui no porquê, mas, enfim, têm grande dificuldade, inclusive por razões políticas, de remover essas políticas de subsídios; nos Estados Unidos, a cada ano, é aprovada a lei agrícola, com vastíssimos subsídios, e nada indica que conseguiríamos, em qualquer negociação, mexer nisso.

Do ponto de vista de acesso aos mercados para os nossos produtos industriais, as tarifas nesses países, a média tarifária é muito baixa; a média tarifária, nos Estados Unidos e na Europa, é muito baixa! Há muito pouco o que ganhar, e eles têm muito o que ganhar aqui, esta que é a história dos acordos. Eles têm muito a ganhar, porque a nossa média tarifária aplicada já é cerca de 11%, 12%, mas existe a consolidada, que chega a 30%, sei lá, o nível máximo é 35%, mas varia.

Então, eles têm muito a ganhar com esses acordos, porque, naturalmente, a União Europeia e outros países têm interesse em reduzir as tarifas industriais brasileiras, e dão muito pouco, dão cotas ínfimas, ínfimas! Então, é algo até interessante de se observar, porque, na primeira rodada, nós concederíamos as reduções tarifárias e conseguiríamos umas pequenas cotas, na segunda rodada, não teríamos mais nada a oferecer porque eles já teriam obtido as reduções tarifárias. Essa é a realidade desses acordos. Essa é a realidade desses acordos. Não é outra.

Quando se fala em integração produtiva em nível internacional, então, nesses acordos todos, o que está em jogo é isso. As grandes taxas de desenvolvimento do Chile, da Colômbia e do Peru têm a ver com a sua estrutura de produção. São países relativamente pequenos, com uma grande estrutura de produção mineral,

com uma enorme demanda chinesa, como a demanda chinesa se verifica em relação a nós também. E como o Embaixador Rubens Barbosa mencionou, há um risco de desaceleração, redução ou de substituição mesmo.

Então isso é algo que, digamos, está aí nisso. Quer dizer, nós somos apresentados às vezes como protecionistas, mas, na realidade, como foi mencionado aqui, somos um País muito aberto hoje em dia.

E eu queria fazer uma ponderação aos senhores. Somos tão pouco competitivos e é tudo tão desorganizado dentro do Brasil, no entanto, todo ano, US\$60 bilhões em investimentos entram no Brasil. Talvez seja para perder dinheiro porque é muito ruim aqui! Então entram esses dólares, esses bilhões de dólares para perder, para ter prejuízo! Não é assim!

Quando examinamos as margens de lucro e as realizações de lucros das empresas no Brasil, são extremamente elevados, apesar de toda a carga tributária, depois da carga. Apesar da falta de competitividade, apesar de tudo, as margens de lucro são extremamente altas, extremamente significativas. E é tudo tão ruim! Claro que menos impostos, melhor ainda.

Eu até faço um pequeno comentário. Se eu pudesse, também reduziria meu imposto de renda. Todos desejam a redução dos impostos.

Então, a realidade é um pouco diferente. Todos os anos... Este ano talvez entre menos, entrem apenas US\$50 bilhões, que vêm para o Brasil porque aqui tudo é muito ruim! Que coisa curiosa! Esses investidores mal-informados sobre o Brasil, que vêm para cá para ter prejuízo! E todo ano remetem, como nós sabemos... Por exemplo, o Banco Santander, no exercício anterior, no outro, anterior, só não teve prejuízo em nível mundial por causa dos lucros gerados na economia brasileira. É verdade isso? Creio que sim. Houve esse episódio. E assim por diante.

Então, eu queria de novo dizer o seguinte, nós temos... E naturalmente a economia agrícola é extremamente importante, toda a área de mineração é extremamente importante e muito sujeita à competição, acho que foi o Senador Agripino que apontou aqui para a Austrália, aqui atrás, Austrália é um competidor importante para o Brasil, para fornecer à China. Mas o fato é que, além disso, além do esforço que deve ser feito, se nós não diversificarmos a nossa produção industrial, as nossas exportações industriais, nós não teremos receitas estáveis, porque os preços dos produtos primários são negociados em bolsa, há oscilações de preços. Então, de repente os resultados são bons, eles podem piorar. Os produtos industriais não são negociados assim. É necessário diversificar.

Aí, se nós formos examinar com objetividade, como foi mencionado aqui, e verificarmos na indústria automobilística quais são as empresas brasileiras? Na indústria

farmacêutica? Na indústria de bens de consumo não duráveis, quais são as empresas brasileiras? O que nós temos que pedir às empresas multinacionais que estão aqui no Brasil é que invistam aqui no Brasil porque a tecnologia, a competitividade depende do equipamento – claro que depende do operário também, mas depende do equipamento. Não há como um equipamento fazer algo para o qual ele não esteja preparado, aquele equipamento produz um certo tipo de bem com certas características que o mercado demanda.

Para melhorar e reduzir o custo de produção e produzir bens novos, é necessário outro tipo de equipamento. Normalmente, o mais avançado, o mais competitivo é aquele que se usa na Alemanha, nos Estados Unidos e, hoje em dia, crescentemente, na China. Então, se não houver uma preocupação com o que fazer com o setor industrial brasileiro... Além da simplificação, há toda a questão da política cambial que afeta isso, e essa é uma questão importante hoje em dia, sempre foi, aliás, que afeta o comércio exterior brasileiro: como fazer com que aquelas empresas, que hoje em dia são – e é preciso reconhecer isso, qualquer estatística mostra isso – maioria do parque industrial brasileiro...

E o fato, Senador Fernando Collor, é que essas empresas conhecem a tecnologia mais moderna. Não é que elas desconheçam. Nós não vamos ensinar a elas o que é inovação, o que é tecnologia. Seria muito curioso ensinar à Volkswagen do Brasil qual é a melhor tecnologia na área de automóveis. Eles sabem perfeitamente, conhecem a tecnologia mais avançada, que está embutida na máquina. A tecnologia não está no espaço, ela está dentro da máquina. É a máquina que é a tecnologia.

É preciso fazer com que essas empresas participem do esforço exportador. E nós sabemos, vou complementar, que as grandes empresas multinacionais trabalham em nível mundial, organizam a sua produção, organizam os seus programas de investimento, seus programas de exportação em nível mundial.

Temos uma coisa curiosa: empresas, aqui no Brasil, que exportam produtos manufaturados, sofisticados, para certos países, mas não exportam para outros. Por que será? Porque, naturalmente, o que é perfeitamente razoável – aliás, eu não estou dizendo que não deva ser assim não –, as empresas multinacionais fazem seu planejamento em nível mundial. Então, decidem o que exportam aqui, o que produzem acolá, e assim por diante.

Então, é preciso levar em conta a realidade do setor, como é o setor industrial brasileiro e como fazer para que ele se engaje nesse esforço exportador, que é absolutamente essencial. Nós não podemos nos iludir.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães.

Passo a palavra ao Sr. Embaixador Rubens Barbosa.

O SR. RUBENS BARBOSA – Vou tentar responder aos pontos levantados pelo Senador Viana, que tinha saído. Primeiro, vou procurar explicar rapidamente um pouco o que ele mencionou.

Eu acho que essa comparação dessas duas décadas é como comparar laranja com maçã: não tem nada a ver uma coisa com a outra. O que ocorreu na década de 90 foi uma sucessão de crises internacionais que prejudicou o comércio internacional e afetou o comércio em todo o mundo. O crescimento era muito baixo. Na década seguinte, nós tivemos a explosão. Eu mencionei aqui durante a conversa que, nesse período, o comércio internacional cresceu 25%. Então, é normal que, numa época de crise, o comércio seja pequeno. Ele mencionou que agora estamos entrando num período difícil. Na década de 90 foi isto: era a crise, que tinha que ser superada. Todos os países estavam em crise, aqui, na América Latina, que é o principal mercado nosso, na Europa, em todo lugar. Era normal que, com o crescimento de comércio baixo, com o crescimento da economia baixo, o crescimento do nosso comércio fosse baixo também. Está dentro da regra.

Na década seguinte, com a explosão do comércio internacional e da economia internacional, o comércio se desenvolveu. E eu fui o primeiro a reconhecer aqui que o comércio brasileiro, em dez anos, quadruplicou. Foi um salto gigantesco.

Agora, eu também fiz o meu dever de casa e mencionei aqui a questão dos resultados que ele mencionou da África, Oriente Médio, Egito. Eu fui cauteloso com o que falei aqui porque eu sabia que vinha essa observação. O que eu falei aqui é que, do ponto de vista do comércio total do Brasil, a posição relativa dessas áreas que foram muita prioridade... E o Governo brasileiro gastou muito dinheiro com o esforço para aumentar as embaixadas, para emprestar dinheiro para países da África, enfim, para fazer tudo o que foi feito. O que aconteceu foi o seguinte: se a gente pegar as exportações do Brasil para a África em 2003 e 2012, do ponto de vista do valor global, claro que aumentaram. O comércio exterior brasileiro quadruplicou, claro que iria aumentar o comércio com cada país. Saiu de cinco, passou para cem. A Líbia passou de mil para um milhão. É normal. Agora, o que eu falei aqui foi que, em termos relativos, dentro do comércio exterior brasileiro, em 2002/2003, a participação das exportações brasileiras para a África era 4% do comércio exterior brasileiro. Em 2012, no ano passado, foi 5%. Nas importações, em 2002/2003, percentualmente, a gente importava 6,8% da África. Agora, nós estamos importando 6,4%. Caiu.

Na questão do Oriente Médio, as exportações brasileiras, em 2002/2003, eram 3,8% do comércio exterior brasileiro. Dez anos depois, com todo esse crescimento que houve nos valores absolutos, em termos relativos passaram de 3,8% para 4,8%. E, nas importações, de 3,4% para 3,3%.

O que eu quis mostrar é que, do ponto de vista do comércio exterior brasileiro – não tivemos tempo de discutir, mas não estou falando do ponto de vista de política externa, que é diferente e que causou bons resultados e tal –, essas duas áreas, África e Oriente Médio, continuaram a ser marginais, e essa porcentagem de um ponto percentual do aumento no comércio com os dois foi durante a década de grande expansão. Se tivesse havido realmente resultados positivos, a participação relativa dessas áreas teria aumentado muito. Então, foi isso que ocorreu. Quer dizer, se você pegar os números absolutos, claro que houve uma grande expansão. Agora, o que interessa para nós é a posição relativa dentro do comércio exterior brasileiro, e que mudou muito pouco. Esse é um ponto.

Mesmo na década de 90, quando o comércio era baixo, eu era subsecretário lá no Itamaraty e a gente gostava de ser chamado de *global trader*. Essa coisa do *global trader* não é uma coisa recente. No fim da década de 80, a gente já queria se ver como um *global trader*.

O Senador Collor me pede uma informação sobre a Rodada de Doha. Eu, pessoalmente, sou muito cético desde o começo. Por isso eu disse que um dos grandes equívocos da política comercial externa foi jogar todas as fichas na Rodada de Doha. Eu nunca acreditei – e falei publicamente isso – na conclusão satisfatória da Rodada de Doha. Por quê? Porque já havia um problema sério na Europa e nos Estados Unidos e, politicamente, era muito complicado as reivindicações dos países em desenvolvimento serem atendidas. A gente não deve esquecer que a Rodada de Doha se chama Agenda para o Desenvolvimento, e os países em desenvolvimento não estavam dispostos a fazer o que deveriam fazer nessa negociação. Então, eu acho que, agora, em dezembro, vai haver uma reunião ministerial, vai-se fazer outro esforço para se chegar a um entendimento. Pessoalmente, vou aplaudir se houver algum entendimento, mas eu acho difícil que ocorra.

Em relação à Camex – e eu fico satisfeito que o Senador Collor esteja de acordo –, eu não vejo outra saída para o comércio exterior brasileiro. A Camex, hoje, é terceiro escalão do MDIC, essa é a realidade. Ninguém sabe o nome do secretário executivo da Camex. E a Camex é um fórum adequado para se discutir, intergovernamentalmente, esse assunto com os ministérios interessados, para haver um ponto focal para os empresários. Enfim, eu só vejo vantagens. E

isso só pode sair num começo de governo, evidentemente, com uma reforma da administração, para que a gente possa aprovar, o Governo possa tomar a iniciativa de fazer essa mudança. Sem isso, o comércio exterior vai continuar a ser, como eu disse, o primo pobre da política econômica: não tem força para implementar medidas e não tem força para impedir que outros órgãos legislem. Os senhores sabem que há três mil decretos-leis do comércio exterior. Todo dia sai uma resolução da Receita Federal, do Banco Central, interferindo no comércio exterior. Você não consegue acompanhar. É um cipoal isso. Tem que haver alguém, um ponto focal para controlar essa questão da Camex.

Eu acho também que a diplomacia presidencial, que não é novidade, vem desde o Fernando Henrique, é muito boa coisa. Acho que é importante para a promoção dos interesses brasileiros.

Em relação ao Mercosul, eu disse aqui, eu acho, pelas mesmas razões que a Rodada de Doha não vai avançar, que é muito difícil esse acordo com a União Europeia. Tomara que saia porque, se a União Europeia fizer um acordo com os Estados Unidos, pelo menos estamos pendurados, de alguma maneira, na União Europeia. Porque, Senador, além do problema da competição com a China, na África e tal, o senhor imagine se houver esse acordo, daqui a quatro, cinco anos, da União Europeia com os Estados Unidos. Os Estados Unidos são o principal produtor de produtos agrícolas, a principal potência do mundo, o principal exportador de industrializados, que vão entrar no mercado europeu, que é o principal mercado nosso para produtos agrícolas, e vão entrar com preferências. Então, vai ser muito mais difícil o Brasil exportar se um dia esse acordo sair. Eu acho difícil, por uma série de razões, mas, se sair, vai encurtar o espaço também das exportações agrícolas.

O Samuel insiste muito nessa questão da diversificação. Claro, estou totalmente de acordo em fortalecer a indústria. Acontece que, hoje – a gente tem que ser realista –, 50% ou mais das exportações são de produtos agrícolas, são de *commodities*. Então, o que está havendo hoje é justamente o contrário. Está havendo uma concentração em poucos produtos agrícolas, minerais, que estão ganhando espaço porque a China está comprando. Quem salvou o Brasil na área de comércio exterior, nesses últimos anos, foi a China. Se não fosse a China, o Brasil já estaria com déficit há muito tempo, na minha visão. A China e os preços das *commodities* estão salvando o Brasil nesses últimos anos. Uma boa parte dos superávits vem da exportação. Temos um superávit na balança agrícola de US\$70 bilhões, US\$80 bilhões, contra um déficit, na balança industrial, de US\$100 bilhões. Essa é a realidade. Então, está havendo o contrário do desejo

nosso. O desejo nosso é fortalecer a indústria, diversificar a pauta de exportação. Mas não é isso que está efetivamente acontecendo.

Em relação a outro comentário, em relação aos investimentos, foi mencionado aqui também, esses US\$50 bilhões estão vindo não para a produção. Esse é que é o problema, Samuel. Esses investimentos estão vindo para o serviço. Se você olhar, os últimos investimentos aqui no Brasil foram para comprar farmácia, para comprar serviço – hotel, por exemplo. Eu vejo isso pelos dados da Fiesp. Não estou falando aqui no vazio. O investimento externo que vem para o Brasil, ou é para a bolsa ou é para serviço. Só. Não vem para a indústria. O pouco investimento que está sendo feito aqui vem de reinvestimento das subsidiárias aqui no Brasil. O pouco que se faz é isso. Não é investimento. Esses 60 bilhões, 50 bilhões, são outro tipo de investimento. Não é um investimento produtivo, é um investimento de serviços – a Amil, a Onofre. É isso aí, se a gente for olhar direito o que está acontecendo. Esse ponto é importante.

Senador, com relação ao último ponto seu, desse bloco de Estados, essa aparente contradição.

O Samuel talvez tenha sido o formulador disso. A ideia do governo era, desde o começo do governo Lula, criar um bloco de Estados na América do Sul para poder enfrentar a competição dos países desenvolvidos, sobretudo os Estados Unidos. Agora, isso era um desejo. Não aconteceu porque foi criada a Unasul. O próprio Embaixador Samuel, quando se despediu do cargo que tinha no Mercosul chamou a atenção disso, ou seja, de que a Unasul seria o fórum. A Unasul é instrumento político que foi criado, mas tem competência, um pouco se sobrepondo ao Mercosul, para fazer a integração econômica. Está lá no tratado que a constituiu. O Embaixador Samuel disse, na carta que enviou aos presidentes, que a Unasul não é mais o fórum para discutir a integração regional, esse bloco que o governo queria fazer, porque a Unasul, hoje, é constituída por três países que hoje fizeram acordos de integração da cadeia produtiva. Então, não pode fazer parte desse processo de integração, porque esses acordos são contra os interesses aqui da região.

Referi-me, quando testemunhei aqui no momento que V. Ex^a me convidou, a outra coisa. Eu estava falando da ampliação do Mercosul. Esse bloco era uma coisa que o Brasil oferecia, e continua oferecendo, a opção entre “sigam-nos ou não”. Quer dizer, nós ficamos com os que seguiram: Venezuela, Bolívia, Equador, Argentina, Uruguai e Brasil. Esse é o bloco que foi criado aqui, os outros fizeram acordos: Chile, Colômbia e Peru. Eles não têm só acordo com os Estados Unidos, têm acordo com a China, com a Europa, com a Coreia, acordos com todo mundo. É verdade que

são economias pequenas, economias menores que não têm o impacto que haveria sobre a gente – isso a gente tem que descontar também.

No caso do Mercosul, pela experiência que lá tive como seu coordenador, é muito difícil obter-se um acordo entre os quatro países, como eu falei. Ampliar os países, com a Venezuela, agora com a Bolívia, vai ser impossível chegar-se a um acordo, porque esse pessoal vai se reunir contra a gente. E é um mínimo denominador comum; não se vai chegar a nenhum acordo. Eu acho, eu defendo essa posição de que o Brasil, hoje, tem que ter esses acordos, porque senão nós vamos ficar isolados no mundo. Vai se negociar o que com a Bolívia, com a Argentina do jeito que está?

Esse é um ponto fundamental, e eu acho que a entrada da Bolívia vai complicar mais, a entrada da Guiana, do Suriname, mesmo como membro associado vai complicar, do ponto de vista do Brasil. Estou defendendo o interesse brasileiro, olhando essas negociações do ponto de vista do interesse nacional. Não estou discutindo em tese. Em tese é sempre bom ampliar. Vimos o que aconteceu na Europa, a confusão que está dando lá até hoje.

Senador José Agripino, eu já mencionei essa questão da produção agrícola, a competição com a África, e a competição eventualmente com os próprios Estados Unidos. Em relação ao petróleo, o senhor veja, essa revolução da energia nos Estados Unidos está causando a volta da competitividade e a reindustrialização dos Estados Unidos – não temos tempo de tratar isso aqui. Isso vai nos afetar profundamente aqui, na produção de petróleo. E sabe que hoje, uma das razões da diminuição do superávit é que o Brasil, apesar de tudo, está importando 300 mil barris de petróleo e que estão pesando na balança de comércio. Não é que nós estejamos autossuficientes, que era o objetivo. Nós perdemos isso, e pelos números que andei lendo, essa importação vai continuar até 2020. Aí, sim, quando entrar uma produção maior.

Então, havendo essa competição dos americanos com a Shell Oil, e uma grande produção. Eles vão ser maior produtor que a Arábia Saudita, e, daqui a quatro ou cinco anos, grande exportador de petróleo. Então, aquela ideia que tínhamos de que o pré-sal serviria para suprir o mercado americano é zero. Vamos ter que encontrar outros mercados, para a China, para outros mercados. Para os Estados Unidos não vamos exportar nada. E o petróleo vai continuar a pesar na balança de comércio por muito e muito tempo ainda.

A questão das indústrias, que também foi mencionada, nós vivemos na Fiesp, diariamente, esse problema de ver as pessoas desesperadas querendo fechar fábrica, desempregadas. A indústria de transformação

no Brasil, no ano passado, desempregou 60 mil pessoas, e quando conversamos com o Governo sobre isso ele vem com o número mais baixo da história: 4,5% de desemprego. Acontece que esse desemprego está baixo porque o pessoal da indústria está indo para os serviços. Então, está havendo, sim, um desemprego na indústria que vai aparecer, e se medidas rápidas não forem tomadas vai haver um problema grande de emprego no Brasil nos próximos quatro, cinco anos.

Para concluir, eu queria fazer um comentário sobre esse projeto que foi feito. Acompanhei esse projeto do *fast track*, do Trade Promotion Authority aqui no Brasil. Essa questão, do ponto de vista do Congresso, aqui é muito complicada. Andei estudando isso. A competência primária para comércio exterior, nos Estados Unidos, é do Congresso. Aqui no Brasil não é. Aqui, a competência primária é do Executivo.

Então, a Comissão de Constituição e Justiça vai inquirir de inconstitucional esse tipo de projeto, porque a competência primária é do Executivo. Assim, para fazer essa medida que limita a atuação do Executivo é difícil.

Agora, se o Senado, o Congresso aqui aprovar, vou gostar muito, porque daí a gente pode fazer essa reforma da estrutura aqui pelo Congresso também, que seria uma boa causa para advogar. Então, se passar esse projeto, em seguida, eu mesmo vou ajudar a fazer o projeto para mudar a estrutura do processo decisório aqui no Brasil.

Obrigado, Presidente.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – No âmbito do Senado, na Comissão de Constituição e Justiça, foi considerado constitucional. Falta agora concluir a votação na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferrado. Bloco/PMDB – ES) – Agradeço ao Sr. Embaixador Rubens Barbosa.

E o nosso querido e estimado Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães pede a palavra para algumas observações finais.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Bem, eu queria só fazer alguns comentários, porque Rubens fez referência a várias observações que eu havia feito e eu gostaria de, digamos, comentar sobre o comentário.

Em primeiro lugar, a ideia de que os acordos de livre comércio que foram celebrados contribuirão para a expansão e diversificação das exportações brasileiras não me parece uma posição muito correta. Primeiro porque, ao exportar, na área agrícola, os problemas são os que conhecemos: exportamos para onde podemos e não exportamos mais para a Europa – já exportamos para a Europa – e para os Estados Unidos devido às políticas agrícolas nesses países. Então, nesse tema não vai ser resolvido.

Na parte industrial, como eu já havia dito, as tarifas nesses países são muito baixas, a média tarifária é muito baixa. Então, não há muito o que ganhar. Essa que é a realidade. A não ser que me digam... Aliás, na época, só para mencionar também, mandei fazer estudos sobre o que aconteceria no caso do acordo, o exame das ofertas da União Europeia, por isso, acho que, no caso do projeto do Senador Suplicy, seria muito útil. A Constituição diz que a competência para negociar é do Executivo, mas a competência final para aprovar é do Legislativo. Um acordo só entra em vigor com a aprovação do Legislativo. Se o Legislativo recebe o acordo pronto e, na última hora, já com, digamos, a posição do Brasil... Do Brasil não, vamos deixar claro, do Executivo; o Brasil não é só representado pelo Executivo, são três Poderes, por enquanto; está se tentando trazer um Poder acima dos outros, mas tudo bem. Não é verdade? Então, é preciso que o Legislativo acompanhe esse processo e estabeleça certos limites, porque esses acordos, hoje em dia, na realidade, usurpam muitas competências do Legislativo brasileiro. Ou não é verdade? Esses acordos vão muito além do comércio, muito além. E muitas das competências que são do Legislativo são usurpadas, e quando se chega ao final se diz: não, mas o Brasil já se comprometeu; fica mal, fica desagradável. Então, é importante, em minha opinião, que o Legislativo acompanhe e estabeleça os limites. Acho eu.

Quando se fala na questão do Mercosul, e fazemos as comparações entre a *performance* brasileira e a do Chile, o Chile é um país de dimensões muito pequenas, um país de mineração e que hoje em dia tem sua pauta comercial toda reduzida a três ou quatro produtos; o Peru é a mesma coisa; Colômbia é um pouco diferente, um país um pouco mais industrializado.

As comparações com o Brasil não são muito apropriadas. Nós teríamos – vou ser claro nisso – um caso de redução a zero das tarifas industriais brasileiras. Teríamos um impacto fortíssimo sobre a indústria, sem nenhuma garantia de integração produtiva, não. Não há essa garantia, porque na hora que a tarifa passa a ser zero pode ser mais interessante exportar de lá para cá. Isso não existe, porque não há indústria de dimensões semelhantes à brasileira nem no Chile, nem no Peru, nem nos outros países da América do Sul, com exceção da Argentina, que já tem uma indústria mais desenvolvida. Então, o impacto disso seria gigantesco. Gigantesco.

Para esses outros países que se concentraram em poucos produtos, economias pequenas, populações pequenas, muito bem, não é necessário ter indústria. Vamos exportar alguns produtos e importamos todo o resto. Qual seria a receita tarifária necessária para im-

portar 3,5 milhões de automóveis? Se nós não produzíssemos aqui, certamente teríamos que importá-los, porque há uma demanda para isso. Qual seria a receita de exportações necessária para isso? Seria gigantesca.

Acho que é uma questão – digo isso com sinceridade – muito delicada a dos acordos de livre comércio, principalmente porque muito pedem a nós e muito pouco nos oferecem, muito pouco. Essa que é a realidade. Isso está lá.

Se o Congresso quisesse, podia, por exemplo, pedir as ofertas da União Europeia para serem examinadas. Não passa pelo Congresso, não passa, porque é tão desequilibrado, tão desequilibrado, que não passa pelo Congresso. Mas, isso está à parte. Talvez a Lei de Transparência, de Acesso à Informação ajudasse a obter essas informações e a conhecer melhor a realidade do que está em jogo.

Eu queria dizer isso.

Voltando à questão que o Rubens falou – ele tem razão em parte –, uma grande parte dos recursos que entram no Brasil, hoje em dia, está mais destinada ao setor de serviço e claro que há recursos voltados para a especulação. Estamos falando de *foreign direct investment*, que é aquele cálculo feito lá pela UNCTAD, pelo secretariado. Isso é para investimento, uma parte pelo menos. Pelo que se pode acompanhar pelo jornal especializado principal, que é o *Valor Econômico*, vemos diversas iniciativas de investimentos produtivos, como na área automobilística, com investimentos novos no Nordeste e assim por diante, que são significativos.

Mas é verdade que uma grande parte, hoje em dia... E isso também é preocupante do ponto de vista de balanço de transações correntes, porque o investimento em áreas que não levam à exportação, em áreas de serviços, vai gerar depois uma demanda para remessa de lucros. Natural isso, não há dúvida. É uma situação muito difícil, muito complexa, enfim.

Mas ao Senador Fernando Collor eu peço desculpas por não ter abordado aqui, na minha exposição, a questão do bloco. Acho que dei certa resposta, mas não o suficiente.

É extremamente importante para o Brasil a América do Sul como seu principal mercado. É muito importante o desenvolvimento dos países vizinhos. Como agora o estudo da Fiesp, o Embaixador Rubens Barbosa deu declarações recentemente no *Valor* sobre a importância de utilizar o Mercosul para instalação de indústrias no Paraguai para exportar para o Brasil. E isso é, digamos, importante para a constituição de um espaço econômico maior para o Brasil.

Enfim, já me estendi muito. Mas acho, digamos, que a estratégia, politicamente, é muito importante, e economicamente também é. E é preciso lembrar o

superávit que temos com a Argentina, a Argentina é um país difícil e tudo, mas um superávit de 4 bilhões. Diminuiu um pouco, mas vinha sendo sistemático, de alguns bilhões. Agora diminuiu para 2 bilhões, qualquer coisa assim. Assim como o superávit com a Venezuela, um superávit, não sei qual o último ano, 4 bilhões.

Enfim, então, é algo que é extremamente importante para a indústria brasileira, tendo em vista que esse superávit é gerado principalmente por exportação de produtos industriais, não pela exportação de produtos agrícolas ou de minérios. Nós não exportamos minérios para... Para a Argentina, acho que exportamos um pouco de minério de ferro, ainda.

Mas, enfim, eu acho que é extremamente importante, do ponto de vista estratégico-político e também do ponto de vista econômico e social porque, se o Brasil se desenvolver e os países de sua região não se desenvolverem, isso gerará um desequilíbrio e fluxos de imigração muito importante. Então, é importante para nós promovermos o desenvolvimento dos países vizinhos, como está sendo feito, inclusive, em relação ao Paraguai, com a construção da linha de transmissão de Itaipu até Assunção, que vai permitir a instalação de indústrias, porque sem energia elétrica não há possibilidade de se instalar indústrias. É óbvio.

Enfim, mas eu acho que o Rubens tem razão. É uma tarefa extraordinária devido às assimetrias entre os países, que são muito grandes, muito grandes. E isso é uma tarefa que cabe a nós, como País maior, procurar superar.

Desculpe-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Imagine, é um prazer, Embaixador.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – O Senador Fernando Collor pede a palavra, em seguida, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Muito brevemente.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Eu gostaria, Sr. Presidente, agradecendo a V. Ex^a a concessão desse tempo pela ordem, eu acho que ficou faltando aqui na nossa discussão o tema BRICS.

Tivemos uma reunião agora no final de março, em Durban, e muitas novidades vieram à tona, mas, dentro dessas assimetrias a que se referiu S. Ex^a o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, que existem aqui no nosso subcontinente, assimetria maior existe dentro do próprio BRICS, inclusive algumas contradições do ponto de vista comercial.

Nós temos dois grandes exportadores de *commodities*, o Brasil e a África do Sul, e temos dois grandes

consumidores de *commodities*, que são a China e a Índia. Então, esses dois blocos, um querendo que o preço das *commodities* suba, o outro bloco querendo que o preço das *commodities* baixe.

No momento em que o mundo procura por mercados e que procura por acordos bilaterais que sejam vantajosos reciprocamente e no momento em que, também do ponto de vista geopolítico, é importante redimensionarmos o mundo e sabendo que, do ponto de vista geopolítico, há problemas da China com a Índia e da Rússia com a China, como V. Ex^{as}, Srs. Embaixadores Rubens Barbosa e Samuel Pinheiro Guimarães, entendem deva ou possa vir a ser o futuro dos BRICS diante desses dois *tracks* que são conflitantes entre si e se isso é possível se resolver dentro do próprio sistema de organização do BRICS.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Eu desejo agradecer muito a presença dos nossos Senadores, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. JOSÉ AGRIPIANO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pediu a palavra?

O SR. JOSÉ AGRIPIANO (Bloco/DEM – RN) – Não, é um complemento só. Sou veterano, tenho quatro mandatos de Senador e nunca vi um debate tão sereno e de tão bom nível como o que a gente fez nessa segunda-feira e acho que isso é mérito muito do Presidente e do ex-Presidente da Comissão de Relações Exteriores, um preside e o outro abrilhanta.

Se isso pudesse se repetir às segundas-feiras seria bom porque é uma coisa tão importante: comércio exterior no rumo de o Brasil vir a ser uma potência, e o Senado tem um papel tão importante na indicação de caminhos, no debate e discussão, que acho vale a pena repetir, até com outros protagonistas, com ministros de Estado porque a Comissão de Relações Exteriores tem, tranquilamente, direito. Até para dar às autoridades a opinião que a gente recolhe deles e que é nossa obrigação dar aos executivos do País, para que haja o bom encaminhamento no rumo do interesse nacional.

Essa é a sugestão que queria fazer, sem tomar o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Tendo em conta os diversos números que o Ministro Rubens Barbosa colocou, queria aqui salientar que, do ponto de vista do intercâmbio comercial brasileiro com os países em desenvolvimento, tivemos uma evolução bastante saudável, pois, em 2002, eram R\$22,818 bilhões de exportação, correspondia a 37,8%, e, em 2012,

era R\$136,872 bilhões, correspondendo a 56,42%, ou seja, uma evolução significativa e, sobretudo, tendo em conta até o que o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães mencionou há pouco.

As exportações sul-sul, muitas vezes, para o Brasil, são proporcionalmente mais de produtos manufaturados, pelo menos para os países da América do Sul, salvo engano, da ordem de 93%. Então, só um registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/ PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy, Senador Fernando Collor.

Muito obrigado aos nossos convidados, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães e Embaixador Rubens Barbosa, pela contribuição, pela presença. É nosso desejo manter esse ritmo aqui na Comissão de Relações Exteriores, que foi iniciado pelo nosso Senador Presidente Collor, para que esta Comissão possa, de fato, ter essa ambição, a ambição de ser protagonista de comércio internacional, de relações exteriores e defesa nacional.

Muito obrigado, muito boa noite.

(Iniciada às 18 horas e 8 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 45 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 09:30 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e quarenta e dois minutos do dia onze de abril de dois mil e treze, no plenário sete, sob a Presidência do Senhor Senador **Ricardo Ferraço** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, Anibal Diniz, Cristovam Buarque, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Luiz Henrique, Paulo Bauer, Cyro Miranda, Sodrê Santoro, Delcídio do Amaral, Sérgio Souza, Romero Jucá, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Jayme Campos**. Assina a lista de presença o Senhor Senador não membro desta Comissão Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação de Atas de Reuniões anteriores, que são dadas como lidas e

aprovadas. O Presidente faz leitura de Comunicado. Tem início a apreciação dos itens 1 e 2 da Pauta: **ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 8, de 2013**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor **Santiago Luis Bento Fernández Alcázar**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão.” Relator “*ad hoc*” Senador Aloysio Nunes Ferreira. Sabatina Realizada. **ITEM 2 – MENSAGEM (SF) Nº 9, de 2013**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora **Maria Elisa de Bittencourt Berenguer**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Colômbia.” Relator “*ad hoc*” Senador Luiz Henrique. Sabatina realizada. A Embaixadora **Maria Elisa de Bittencourt Berenguer** e o Embaixador **Santiago Luis Bento Fernández Alcázar** são convidados a compor a Mesa e fazer suas exposições. Usa da palavra a Senhora Senadora Vanessa Grazziotin. Após a exposição dos embaixadores, o Presidente submete à apreciação o item Extrapauta - **ITEM 4 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 17, de 2013**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “requeiro nos termos do § 2º do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para debater a situação comercial entre Brasil e Argentina bem como as negociações extrarregionais do MERCOSUL. Considerando a motivação da Audiência Pública requerida, recomendo a presença do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o senhor Fernando Pimentel. Aprovado. Às onze horas e seis minutos assume a presidência o Senhor Senador Jarbas Vasconcelos. Usam da palavra, pela ordem de inscrição, as Senhoras Senadoras Ana Amélia e Vanessa Grazziotin, e os Senhores Senadores Luiz Henrique, Sérgio Souza, Jarbas Vasconcelos, Cristovam Buarque, Sodrê Santoro e Anibal Diniz. Os Embaixadores respondem aos questionamentos. A reunião é tornada secreta às onze horas e cinquenta e cinco minutos e reaberta às onze horas e cinquenta e nove minutos. Atua como secretário o Senhor Senador Anibal Diniz e como escrutinadores os Senhores Senadores Cristovam Buarque e Sodrê Santoro. O Presidente comunica a aprovação, pela Comissão, dos Embaixadores indicados. **ITEM 3 – MENSAGEM (SF) Nº 5, de 2013**, de autoria da Presidente

da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor EDGARD ANTONIO CASCIANO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Helênic.” Relator Senador Cristovam Buarque. Lido o Relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 01, de 2011 – CRE. Item Extrapauta - **ITEM 5 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 32, de 2013**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (PERMANENTE), que “Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Berlim, em 8 de novembro de 2010.” O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Anibal Diniz, que profere o Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da matéria. O Presidente registra a presença do Ministro Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas e quinze minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Ricardo Ferraço**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/ PMDB – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Desejo comunicar às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que, na condição de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nós temos à disposição, meu caro Senador Luiz Henrique, Senadora Vanessa Grazziotin, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, algumas disponibilidades funcionais na estrutura da Comissão. E esta Comissão trata especificamente de dois temas muito caros ao Brasil. Ela trata de defesa nacional e de relações exteriores.

Para relações exteriores, nós já tínhamos e temos aqui a assessoria do nosso Ministro, o Diplomata Eduardo Carvalho, que nos auxilia na interlocução com o Ministério das Relações Exteriores.

E nós ontem convidamos, para que possa atuar nesta Comissão, o Sr. General-de-Divisão Antonio Sergio Geromel, que funcionará em nossa Comissão fazendo a interlocução da Comissão com as nossas Forças Armadas, com a nossa Defesa Nacional. O Gen. Geromel muito cedo foi para a reserva. Foi Secretário-Executivo do Gabinete de Segurança Institucional e foi para a reserva recentemente.

Nós o convidamos para que atuasse aqui na nossa Comissão. Ele aceitou e eu quero apresentar às Sr^{as} e aos Srs. Senadores o Gen. Geromel, que passará a nos ajudar aqui na interlocução e no entendimento com as nossas Forças Armadas, na dimensão de nós trazermos para esta Comissão ou darmos a esta Comissão um protagonismo no debate e no encaminhamento desses que são temas que precisam ser apropriados pelo conjunto da sociedade brasileira, pela importância estratégica que a nova defesa, que os novos conceitos, que os novos princípios regem, e movimentam a necessidade de o País ter uma defesa atendida com o século XXI, pensando 50 anos à frente, para proteger os nossos recursos naturais, enfim, todo o ativo da sociedade brasileira.

Portanto, é com muita alegria que nós comunicamos oficialmente a chegada entre nós do Gen. Geromel, para nos ajudar na nossa atividade com a Defesa Nacional. Seja muito bem vindo, general. Muito obrigado.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 8, DE 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor SANTIAGO LUIS BENTO FERNÁNDEZ ALCÁZAR, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Lídice da Mata (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para a deliberação sobre a indicação presidencial.

Observações:

1) Em 21/03/2013, foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE.

2) A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta Reunião.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 9, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora MARIA ELISA DE BITTENCOURT BERENGUER, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Colômbia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Luiz Henrique

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

- 1) A matéria constou na Pauta da Reunião do dia 07/03/2013.
- 2) Em 21/03/2013, foi lido o relatório e concedida vista coletiva aos Senadores, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE;
- 3) A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta Reunião.

Convido, portanto, para que tome assento à Mesa a Srª Embaixadora Maria Elisa de Bittencourt Berenguer.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, V. Exª me permite... Eu estava ao telefone e não consegui fazer a...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Com muita alegria e com muita satisfação, ouço a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É tão somente para cumprimentá-lo pela medida de trazer para a nossa convivência e para o seu auxílio, e, portanto, de toda esta Comissão, o General Geromel, que, sem dúvida alguma, fará com que melhore ainda mais o relacionamento desta Comissão e de V. Exª, que é o nosso Presidente e tão bem nos representa, com a Defesa, as Forças Armadas brasileiras, o setor de Defesa.

Então, cumprimento-o por essa importantíssima decisão, cujo reflexo, tenho certeza absoluta, Sr. Presidente, veremos no dia a dia da nossa Comissão. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – É exatamente na direção de ampliar a interlocução e na direção de trazermos para esta Comissão o aprofundamento dos debates relacionados aos estratégicos projetos que são desenvolvidos pelo Ministério da Defesa e pelas Forças Armadas.

V. Exª, na condição de Senadora brasileira, mas Senadora pelo Estado do Amazonas, sabe o que representa a presença necessária das Forças Armadas e a alocação de instrumentos científicos, tecnológicos que possam nos ajudar, não apenas no monitoramento, mas na movimentação e na nossa presença em todas as linhas e fronteiras do Brasil.

Então, o sentido é de dar a esta Comissão, de dar a todos nós a capacidade de fazer desta Comissão uma protagonista efetiva deste que é um debate imprescindível para o nosso País: entender a Defesa Nacional, entender as Forças Armadas, e entender, sobretudo, os instrumentos de modernidade para que os programas e projetos das Forças Armadas e da Defesa possam ser apropriados pela sociedade brasileira por tudo o que representam de relevante.

Portanto, a chegada aqui do General, seguramente, vai nos ajudar muito. Esse é o sentido. Agradeço a contribuição de V. Exª.

Já temos aqui a honra e a satisfação de contar com a presença da Embaixadora Maria Elisa de Bittencourt e gostaríamos também de convidar o Embaixador Santiago Luis Bento Fernández Alcázar para estar conosco aqui.

Informo aos senhores indicados que o tempo destinado à exposição será de 20 minutos. Ao final da exposição, será concedida a palavra às Srªs e aos Srs. Senadores que desejarem fazer questionamentos, enfim, sabatar os nossos indicados.

Concedo, portanto, a palavra – sempre elas em primeiro lugar – à Srª Embaixadora Maria Elisa de Bittencourt, indicada para a República da Colômbia.

Com a palavra V. Exª.

A SRA. MARIA ELISA DE BITTENCOURT BERENGUER – Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Ricardo Ferraço; Srª Senadora Vanessa Grazziotin, Relatora; Senador Luiz Henrique, Relator *ad hoc*; Srs. Senadores, meus colegas, senhoras e senhores, estou muito agradecida por esta convocação em virtude de haver sido indicada pela Srª Presidenta da República para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Governo da Colômbia.

É uma indicação que muito me honra, e, a contar com a aprovação desta Casa, essa indicação se constituirá na minha segunda chefia de missão diplomática, após servir como Embaixadora junto ao Governo do

Estado de Israel, que foi e ainda é uma experiência extremamente enriquecedora e que ora se encerra.

Confesso que é com grande entusiasmo que estou encarando essa perspectiva de servir em Bogotá. Vejo, na Colômbia, um grande país em todos os sentidos. São 46 milhões de habitantes, o segundo país em população da América do Sul, o quarto maior país desta nossa área em extensão territorial e com uma situação geoestratégica invejável.

Temos, por um lado, a dimensão caribenha da Colômbia, o seu olhar também para o Pacífico, sua vocação histórica setentrional. Esses fatores, por vezes, foram, e ainda são vistos, como contrapostos, como arredios ao entorno regional sul-americano. Vê-se aí uma oposição. Não vejo assim. Na verdade, vejo aqui uma oportunidade para enriquecer e ampliar a projeção desta nossa América do Sul, em termos latino-americanos, em termos mundiais até, numa configuração de poder mundial, configuração esta ainda emergente, onde as alianças se multiplicam, onde os interesses interagem, se entrecruzam e onde não há mais espaços excludentes, a menos que haja vontade política para tanto, que não é o caso do Brasil, não é o caso da Colômbia. Então, vejo essa posição geográfica da Colômbia como um fator que muito contribui para a projeção da nossa América do Sul.

Igualmente invejáveis são as riquezas naturais da Colômbia, a começar pelos minérios, mas não é só isso. A Colômbia é rica em recursos naturais também nos reinos animal e vegetal. E – fato que eu não sabia, mas descobri me preparando para esta sabatina hoje – é o segundo país em termos de megadiversidade, com uma tremenda concentração de espécies inigualada no mundo inteiro. Em suma, um país grande, um grande país. Um país empreendedor, dinâmico, com uma economia sólida, saudável. É o país que, historicamente, não sofreu de hiperinflação, como sofremos, ou de crises da dívida.

A Colômbia conseguiu se manter, até hoje, infensa a maiores perturbações macroeconômicas. Manteve-se atraente ao investimento estrangeiro. Hoje, temos, na Colômbia, o 3º PIB da América do Sul, um país que cresceu 4% entre 2011 e 2012, ou seja, um crescimento superior à média mundial, que foi de 3% mais ou menos, e ainda por cima superior à média da América Latina, de 3,4%. São resultados surpreendentes em termos de adverso clima global econômico, às crises por que o mundo está passando, mas surpreendente a meu ver, sobretudo à luz da problemática doméstica: o conflito interno que assola o país há mais de cinco décadas.

Aqui me refiro, obviamente, à situação da guerrilha, da insurgência e contra insurgência imbricada com o narcotráfico e a influência desses fatores na

vida interna do país, no próprio dia a dia das pessoas. Claro que esta situação não surgiu do narcotráfico, mas dele se alimentou.

Aqui não seria o lugar para – embora seja um tema muito interessante – discutir como surgiu, mas no meu entender essa situação surgiu da inconformidade de segmentos do campo tolhidos, sufocados pelos acertos políticos das elites partidárias e que não permitiram a expressão política, como ocorreu em outros países da América Latina, desses segmentos.

Agora, temos que reconhecer que houve, ao longo da história, tentativas diversas, seja pela negociação, seja até por métodos um pouco... Vamos falar a verdade: por repressão, para pôr fim a essa situação, que gerou até mesmo ausência do Estado em alguns setores, em alguns momentos.

Em tempos mais recentes... Aqui não haveria tempo, Senador, para eu passar por todo o histórico, mas estou às ordens para qualquer esclarecimento. E não posso deixar de me referir à gestão do Presidente Uribe, com a sua política de *mano dura*, de segurança democrática, que, de fato – temos de reconhecer –, produziu resultados bons. Produziu resultados. E a população reconhece.

Hoje em dia, em termos de segurança cidadã, enfraquecimento do poder da guerrilha, de fazer com que a sociedade vivesse num clima de total medo, total insegurança, houve a desmobilização dos paramilitares. A situação não é mais a mesma que era há oito anos.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Desculpe-me, Embaixadora.

A SRA. MARIA ELISA DE BITTENCOURT BE-RENGUER – Não! Imagine! Por favor.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu fiz um sinalzinho, mas o Presidente estava embevecido com a sua explicação e não prestou atenção à Senadora.

A SRA. MARIA ELISA DE BITTENCOURT BE-RENGUER – (*Risos*.)

Enfim, dizia eu que esses resultados...

Adoro interrupção, porque dá tempo de eu me recompor nas ideias.

Esse resultados são palpáveis e a sociedade reconhece esses resultados.

Já com o Presidente Juan Manuel Santos, o tom mudou um pouco: não mais voltado tanto para a repressão, mas também para o desenvolvimento. Inclusive a política dele é chamada de prosperidade democrática. Se o Presidente Uribe falava em segurança democrática, o tom atual, com o Presidente Santos, é de prosperidade democrática.

Então, nesse sentido, ele acrescentou um conteúdo social, acrescentou outros elementos de desenvolvimento, para fazer face à situação da guerrilha. E o que

está nas manchetes diárias é a questão do processo de paz, iniciado no segundo semestre do ano passado. E, com muita satisfação, vejo que está indo bem, que foi objeto inclusive de referência do Sr. Ministro de Estado há uma semana, aqui mesmo. Ele vê uma perspectiva de que, ao cabo de quase cinco décadas, tenhamos aqui, na nossa vizinhança, o último foco de luta armada debelado, com uma Colômbia plenamente pacificada. E uma frase dele me impressionou muito, quando disse que isso terá impacto estruturante para toda a nossa região.

Srs. Senadores, podemos então estar diante de um momento histórico de tomada de curso irreversível, espero, da paz, da plena pacificação da Colômbia. Não será rápido, não pode ser. Algo que surgiu em cinco décadas não se resolve em um ano. Mas a irreversibilidade realmente desponta nesse processo.

Em termos de relações com o Brasil, a Colômbia tem claro...

Antes de entrar nas relações com o Brasil, eu gostaria de assinalar um ponto aqui: quando se fala em Colômbia, as pessoas pensam em narcotráfico, guerrilha e tal. Mas temos que ver que estamos diante de um país com 200 anos de história e que não conheceu ruptura duradoura da institucionalidade. Isso é uma coisa rara na nossa América Latina. É um país com profunda tradição legalista. Por isso mesmo, a sentença da Corte Internacional de Justiça que concedeu ganho à Nicarágua numa disputa territorial com a Colômbia teve um impacto muito forte na opinião pública. E isso foi um choque que inclusive está sendo explorado em termos políticos.

Contudo, há que se lembrar, conforme assinalou a Chanceler colombiana, numa entrevista, recente, que essa sentença da Corte ocorreu há pouco tempo, mas já vinha desde 2002 – de 2002 a 2010. Na gestão do Presidente Juan Manuel Santos é que surgiu essa decisão, mas já não havia participação deste governo, pelo menos.

O que as manchetes, então, ocultam às vezes, ou não deixam entrever, é a solidez da Colômbia como Estado, porque em meio à violência, ao narcotráfico, à guerrilha, aos paramilitares, a toda essa luta há uma sociedade forte, uma sociedade empreendedora, uma sociedade que ali se manteve. Inclusive, pelos resultados econômicos se vê. E, nesse sentido, o Brasil tem que ver a Colômbia, como acho que vê, com profundo respeito, para não dizer admiração. Muito respeito pelo processo pelo qual esse país está passando e muito apoio a esse processo.

Ao longo da nossa história, da história dos dois países, quicá tenhamos traçado caminhos paralelos. Não conflituosos, mas quicá a Colômbia com um olhar

voltado mais para o norte, nós, historicamente, mais concentrados na Região do Prata. Mas, hoje em dia, tanto os processos internos dos nossos países quanto a configuração mundial mudou o panorama. Mudou bastante.

Então, hoje em dia, já não se sente mais aquela desconfiança. Se nós falamos, há cinco, dez anos: “Temos Brasil com Venezuela, Colômbia com os Estados Unidos”. Isso levava a um clima que não permitia, talvez, explorar o pleno potencial do relacionamento dos dois países. Essa é uma simplificação. A meu ver, essa é uma simplificação que em nada ajuda e que hoje em dia está superada. E deveria estar pelos dois lados.

O Presidente Santos, logo ao inaugurar sua gestão, imediatamente já tranquilizou o relacionamento com o Equador e com a Venezuela, que estava bastante tumultuado. O Brasil foi o primeiro País que ele visitou como Presidente eleito.

Então, para mim, claramente, esses são sinais de novos tempos, sinal de um novo clima.

O Brasil apoia plenamente o processo de negociação que se está desenvolvendo em Cuba, com as Farc. Houve, inclusive, uma declaração pública, política muito importante à Senhora Presidenta da República.

Estamos também apoiando em outras áreas, conforme o Ministro de Estado, Patriota, assinalou aqui. Estamos compartilhando, por exemplo, nossa experiência, vasta, em gestão no campo e desenvolvimento agrário, que é justamente o primeiro ponto que está sendo tratado entre Governo e as Farc e que será crucial para que se possa chegar a um entendimento final.

Nós, o Brasil, demos nosso apoio físico, em quatro ocasiões, no resgate de reféns libertados pelas Farc, e fomos muito elogiados com expressões de reconhecimento e gratidão da Colômbia. Aliás, devo deixar claro aqui que tudo o que fizemos foi a pedido da Colômbia, nós correspondemos e isso foi reconhecido.

Então, esse momento, o momento em que algumas tensões foram superadas, o momento em que o Brasil se lança plenamente na área externa é o momento para se aproveitar e adensar as relações com a Colômbia. Nossas relações com a Colômbia sempre se sustentaram em termos econômicos, se não eram tão fortes em termos políticos.

O comércio, nos últimos quatro anos, Brasil–Colômbia, quadruplicou. O Brasil, hoje em dia, é o quarto fornecedor da Colômbia, depois Estados Unidos, China e México.

Em termos de investimentos, temos um estoque de US\$2,5 bilhões. O Brasil é o quarto investidor na Colômbia, sobretudo em mineração e infraestrutura – e aqui estou citando dados recentes, de janeiro e setembro de 2012.

O fluxo de capitais brasileiros também quadruplicou neste ano. Enfim, temos lá quase 50 empresas de grande porte, importantes.

Então, aqui, nós temos já um sustento de relacionamento para adensar outras áreas.

Em termos de cultura também, a Colômbia é o país que mais se beneficia de bolsas de estudos estrangeiras que o Brasil manda em programas oficiais.

O Instituto de Cultura Brasil Colômbia (Ibraco) é o maior de todos os que o Itamaraty mantém lá fora, de língua portuguesa.

O Brasil foi convidado de honra na Feira de Bogotá este ano e vai ser convidado para o próximo Festival Internacional de Teatro de Bogotá como o país principal. E este festival é o maior do mundo inteiro. Talvez não seja tão conhecido com deveria ser aqui no Brasil, mas é absolutamente fantástico.

Juntamos isso com uma coincidência de pontos de vista em várias áreas, e aqui eu só sinalizaria uma, que é a do meio ambiente.

Colômbia foi nossa grande parceira na Rio+20, em termos de desenvolvimento sustentável; nos objetivos do desenvolvimento sustentável, a Colômbia estava ao lado do Brasil, como continua a estar.

Temos, Srs. Senadores, vários mecanismos para operacionalizar esses interesses no dia a dia. Isso é muito importante, porque uma coisa é ter o entendimento político, ter boa vontade, mas isso tem que funcionar no dia a dia.

E aqui temos a Comissão de Vizinhança, que se reúne agora a cada seis meses; temos uma Comissão Bilateral, dos Ministros de Estado; em breve, teremos um foro de dinamização do comércio, para levá-lo a um patamar mais alto ainda.

Eu vejo aqui o trabalho da Embaixada como um trabalho prático, um trabalho de acionar mecanismos que talvez estejam ali, além desses outros entendimentos do dia a dia.

Temos que recuperar algum tempo que foi perdido, por essa percepção de caminhos diferentes. Então, que o entendimento político que hoje existe se traduza em ações concretas em benefício de ambos os povos, seja na ciência e tecnologia, seja no meio ambiente, no que for.

E para encerrar, eu gostaria de aqui fazer uma... Eu não poderia citar todos os fatores de aproximação, mas aqui há um elemento que eu gostaria de citar especificamente, claro que em função da minha relatora, mas que é inegável se olharmos o mapa: a Amazônia.

A Amazônia, que era vista como fator de separação... "Aqui temos uma floresta; não há um contato, não há fronteira viva." Primeiro, há uma fronteira viva: Letícia Tabatinga. Inclusive, assinamos um acordo im-

portante para mercadorias; trânsito de mercadorias entre as duas cidades e temos que trabalhar junto ao governo da Colômbia para implementar esse acordo.

Agora, o que nós víamos como uma separação pela Amazônia, a rigor deve ser um fator de aproximação. Eu apenas citaria nossas posições em termos de biodiversidade, posições coincidentes de meio ambiente e o que nós podemos fazer de projetos de exploração benéficos para ambos os países. Quer dizer, as mais diversas áreas, energia, manejo florestal, é um leque imenso que se abre, que eu ainda não tive a oportunidade de estudar, mas que eu quero, inclusive, com a ajuda de todos os setores aqui e da minha relatora, ver tudo o que nós podemos fazer por lá.

E dentro da própria OTCA – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, nós temos aqui uma agenda importante a cumprir e que pode também adensar a cooperação Brasil-Colômbia com os demais países da OTCA, claro.

Srs. Senadores, repito, é com entusiasmo, com muita expectativa que encaro este momento, até com certa emoção de estar aqui com os senhores. Eu acho que o tempo é chegado para a grandeza da Colômbia se manifestar com a grandeza do Brasil, os dois países caminhando juntos. É uma indicação que muito me honra e eu espero contar com o apoio dos senhores.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Srª Embaixadora.

Antes de passarmos a palavra ao Sr. Embaixador Santiago Luis Bento, eu devo socializar e compartilhar, com as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores, um convite do Comando da Aeronáutica para fazermos uma imersão no Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, em São José dos Campos, a fim de conhecermos em detalhes todos os projetos que estão sendo desenvolvidos por essa importantíssima e estratégica instituição.

Seria também uma viagem para uma imersão junto à nossa Empresa Brasileira de Aeronáutica, a nossa Embraer, líder em dinamismo, em ciência, em inovação e em tecnologia, sobretudo para se ter um conhecimento mais aprofundado em relação ao projeto do KC-390, um projeto em que a Embraer está investindo R\$2 bilhões e que está em fase já bastante adiantada.

O nosso General Geromel está encarregado de articular os detalhes, a consulta ao gabinete das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores que desejarem, para que possamos fazer essa missão de intercâmbio de informações, visando a conhecer os projetos desenvolvidos pela Embraer, assim como pelo Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que desejarem serão procurados pela assessoria da Comissão, para que possamos ajustar os detalhes da nossa missão. Evidentemente, serão procurados aqueles que o desejarem.

Concedo a palavra ao Sr. Embaixador Santiago Luis Bento Fernandez Alcázar, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos para fazer sua apresentação.

O SR. SANTIAGO LUIS BENTO FERNANDEZ ALCÁZAR – Sr. Presidente, muito obrigado.

Que minhas primeiras palavras sejam de agradecimento ao Ministro Antônio Patriota por ter proposto meu nome à Presidente Dilma Rousseff; à Presidente, por ter aceitado meu nome e o submetido a esta Comissão; e, naturalmente, a esta Comissão, por ter acolhido o meu nome.

Agradeço também aos Relatores.

Eu gostaria de apresentar aos senhores o Azerbaijão, que está aí no mapa. É um país de tamanho comparável ao de Portugal, um pouquinho menor, tanto em território quanto em população.

O Azerbaijão tem uma particularidade: parte do seu território, que é a província autônoma de Nakhchivan, está a 450Km a oeste de Baku, a capital, que fica em frente ao Mar Cáspio, mas é separada do território por um corredor armênio que corre ao sul. Essa província autônoma tem mais ou menos cinco mil quilômetros quadrados, com uma população entre 75 mil e 76 mil habitantes.

Outra particularidade do Azerbaijão é que dentro do seu território corrido existe também a região de Nagorno-Karabakh, com aproximadamente oito mil quilômetros quadrados, com uma população de 135 mil habitantes.

Digo isso porque, normalmente, ao olharmos o mapa de um país, sempre vemos o país em seu território contínuo. Este, aqui, é um caso semelhante ao dos Estados Unidos, que contêm o Alaska, separado da parte continental pelo Canadá.

Quanto à economia, o PIB nominal do Azerbaijão é de mais ou menos US\$60 bilhões, e o PIB PPP é de US\$96 bilhões, US\$97 bilhões. Isso dá um *per capita* de US\$6,4 mil, US\$6,5 mil de PIB nominal e de US\$10,2 mil de PIB PPP.

O Azerbaijão é um país riquíssimo em petróleo, com reservas de sete bilhões de barris. A produção atual é da ordem de um milhão de barris por dia. Isso representaria... enfim, basta um pequeno cálculo. Se a produção ficar nessa faixa, eles terão petróleo para 19 ou 20 anos. Mas eles têm reservas muito grandes

de gás natural. E talvez essas reservas de gás natural sejam ainda mais importantes do que as reservas conhecidas de petróleo.

Existem vários gasodutos que ligam a região exploradora tanto de gás quanto de petróleo, que passa pela Geórgia, um pouquinho ao noroeste do Azerbaijão, e entra na Turquia. Isto porque existem dificuldades políticas com a Armênia. Essa particularidade define todo o ponto estratégico da política do Azerbaijão com seus vizinhos. O Azerbaijão é próximo da Turquia. Inclusive, sua língua, o azeri, a língua do Azerbaijão, é muito próxima ao turco, é uma língua túrquica. Com o Irã, eles têm vinte milhões de azeris morando na parte noroeste do Irã.

Chegou o momento de falar do grande Azerbaijão, que incluiria essa população que está no Irã atualmente. Naturalmente, não preciso dizer aos senhores que isso é um discurso altamente explosivo, mais ainda hoje. Mas, historicamente, houve essa chamada de atenção. Então, com o Irã eles têm um pouco de dificuldade, porque no conflito de Nagorno-Karabakh criaram-se dois campos: o campo do Azerbaijão, apoiado pela Turquia, pela Rússia e pela Geórgia, e o campo da Armênia, que, naturalmente, apoia Nagorno-Karabakh, com apoio do Irã. Isso é uma situação tremendamente complicada.

Em 1991, o Azerbaijão se declarou independente da extinta União Soviética e a região de Nagorno-Karabakh surgiu como território um pouco disputado. A disputa já vinha anteriormente, ainda na época da União Soviética. É uma questão étnica e as nacionalidades que estavam na pauta naquele momento. O conflito só terminou praticamente em 1994.

Em 1993, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou quatro resoluções sobre o tema, todas elas centradas, sobretudo, no fim do conflito, na resolução do conflito. O Brasil, na época, fazia parte do Conselho de Segurança e essas quatro resoluções foram todas aprovadas por consenso.

Em 2008, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou uma resolução por 37 votos, sem abstenções. O Brasil não fez parte do grupo de países que apoiou essa resolução, porque o texto da resolução era considerado na época um pouco desequilibrado. Então, por essa razão, existe ainda de ambos os lados certa dificuldade em avançar nessa questão.

Eu queria dar alguns números sobre o tamanho da economia do Azerbaijão.

A composição do PIB por setores é fortemente concentrada na indústria – como era de se esperar por conta do petróleo e do gás –, em alguma atividade extrativa e de transformação primária. Então, 60% da composição do PIB são ligados à indústria. A agricul-

tura só responde por 5,7%. Os serviços ficam com o resto, 34% ou 34,5%. Mas a distribuição de empregos é diferente. Há muito mais dependentes da agricultura, 38,3% da população, e a indústria somente contribui com 12%. Então, isso dá uma ideia da capacidade de absorção dessa indústria.

Eles herdaram da antiga União Soviética indústrias pesadas, pouco eficientes; e eles estão numa fase de transição, agora, de transformação. Por recomendação do FMI, por recomendação do Banco Mundial, eles estão querendo modernizar toda essa parte da indústria.

Na parte da agricultura, um dado interessante é que mais da metade do território do Azerbaijão é de terras aráveis. Isso é muito interessante na medida em que o Azerbaijão pode se tornar um país autossuficiente em termos de alimentação.

Eles estão criando agora com os argentinos, que acabam de chegar – nós abrimos a Embaixada em 2009, e os argentinos abriram agora, em 2012, então é uma novidade –, uma cooperação para utilizar gado, e eles têm boas pastagens. Então, eles podem melhorar toda essa parte agrícola, sobretudo na parte de horticultura. Então, há grande potencial de cooperação com a Embrapa. Inclusive já houve alguns contatos nesse sentido.

Eles não têm problema de energia; eles têm uma capacidade instalada de 5,2 GW, que é uma coisa bastante grande para uma população de somente nove milhões de habitantes. O sistema de distribuição é um pouco deficiente, na medida em que é tudo herdado da antiga União Soviética.

Eles têm um total de exportações de US\$35 bilhões, praticamente tudo do petróleo e derivados, e importam US\$10 bilhões.

Com o Brasil o comércio é pequeno, da ordem de US\$40, US\$45 milhões, em que o Brasil importa e exporta mais ou menos uma coisa equivalente – eu tenho dados de 2012 –: US\$47 milhões.

Em 2012, a Embraer vendeu quatro E190 novos para a Companhia Aérea Nacional e dois E170 usados também para a mesma companhia, isso no valor aproximado de US\$230 ou US\$240 milhões.

Eles têm uma política social que eu acho interessante, porque no segmento da Primavera Árabe, no norte da África, falou-se muito que isso poderia contaminar também os demais países, mas eles tiveram uma redução significativa da pobreza. Enfim, hoje, fala-se que eles têm alguma coisa como 6%, 7% de pessoas que vivem abaixo da pobreza. Então, é realmente notável que eles tenham feito isso. Eles trabalham nessa área com vários países e com um parceiro muito importante, a União Europeia. São membros do Conselho Europeu, e isso também lhes permite se aproximarem

da Europa, porque eles querem fazer parte do grande projeto europeu.

Por isso, eu acho que essa questão do conflito em Nagorno-Karabakh não pode ser vista de uma forma precipitada. Não creio que nenhuma das partes cometa um gesto mais precipitado por conta dessa aproximação que o Azerbaijão está querendo fazer com a Europa para conseguir uma série de vantagens, e também com as outras potências ocidentais.

Na parte da educação, eles têm níveis excelentes por conta da herança da ex-União Soviética. Quando a União Soviética chegou, em 1920, havia um índice de analfabetismo muito alto, mas eles corrigiram isso e praticamente não existe mais analfabetismo.

Com a saúde pública, houve um pouco de turbulência quando a União Soviética deixou de financiar os grandes projetos de saúde, que é um pouco também do que aconteceu com Cuba, e, por conta disso, algumas doenças que haviam desaparecido completamente voltaram a surgir no cenário do Azerbaijão. Uma delas, para minha grande surpresa, é a malária. Houve dois ou três casos de malária em 2012, e doenças ligadas à água.

Eles têm uma mortalidade infantil, que, para mim, é também um pouco surpreendente – esses são dados da OMS de 2011 – de 45 por mil. Os senhores sabem que, aqui no Brasil, esse índice é 16 por mil, para fazermos uma comparação.

Em termos de política interna, eles têm a Constituição de 1995, quatro anos depois da independência, que foi modificada em 2002, e, hoje, não existe mais limitação para os mandatos presidenciais.

O atual presidente assumiu o poder em 2003. Ele conduz a política de maneira muito... pelas informações que temos... Eu tenho que ser prudente com o uso de palavras, Presidente, então me desculpe. Ele cumpre as metas que lhe são apresentadas pelos seus parceiros tanto da União Europeia quanto do FMI e do Banco Mundial e também dos Estados Unidos, que têm uma boa cooperação com eles.

Em política externa, eu já falei um pouco das relações com o Brasil. Temos relações diplomáticas desde 1993. A embaixada se instalou em 2009. Em janeiro de 2013, o embaixador em Brasília apresentou as suas credenciais à Presidente Dilma Rousseff.

Em termos de visitas que merecem registro, o anterior presidente, que é pai do atual, encontrou-se com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, em Nova Iorque, à margem da Assembleia Geral, em 1995, e o atual chanceler, que está no posto desde 2003, esteve em Brasília em 2006.

São relações, como os senhores verão, muito incipientes, e o que nós estamos procurando fazer é ampliar a discussão política por meio de um memo-

rando de entendimento de consultas políticas. Esse é um instrumento que nos permitirá conhecer melhor o país, conhecer melhor as suas possibilidades e, a partir daí, ter uma visão mais ampla da realidade, porque o Azerbaijão é interessante justamente por conter várias realidades que nos são um pouco estranhas, ou, talvez, melhor dizendo, novas. Nós não temos a experiência direta de conviver com tantos conflitos muito próximos, muito complexos, em uma região relativamente pequena e estrategicamente de enorme importância, por conta do fator da energia.

Eu encerraria por aqui, Sr. Presidente. Acho que é uma radiografia, naturalmente incompleta, do país, mas aguardo as perguntas que, certamente, os Senadores terão.

Muito obrigado.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/ PMDB – ES) – Muito obrigado, Embaixador.

Antes de socializar a palavra às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores, eu gostaria de submeter ao Plenário da Comissão um requerimento extrapauta requerendo a presença do Sr. Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel. Na última reunião, nós recebemos aqui o Sr. Chanceler Antonio Patriota e houve muitos questionamentos em relação à *performance* do Mercosul e, sobretudo, às evidências de desvio de comércio. Nós estamos perdendo espaços comerciais, sobretudo para a China. Há um conjunto de contenciosos comerciais, de arranjos industriais e econômicos importantes do Brasil com relação ao Mercosul e, sobretudo, com relação à Argentina.

Foi dito aqui pelo Sr. Chanceler que quem está coordenando esses trabalhos é o Sr. Ministro Fernando Pimentel. O propósito é que nos pudéssemos ter a presença do Sr. Ministro para aprofundarmos um debate em relação a esse tema.

Se houver consentimento por parte do Plenário, nós submeteríamos esse requerimento para se fazer um debate na Comissão sobre o Mercosul, com a presença do Sr. Ministro Fernando Pimentel.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 17, de 2013

Requeiro nos termos do § 2º do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para debater a

situação comercial entre Brasil e Argentina bem como as negociações extrarregionais do MERCOSUL. Considerando a motivação da Audiência Pública requerida, recomendo a presença do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o senhor Fernando Pimentel.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Pela inscrição, temos aqui a Senadora Ana Amélia. A palavra é de V. Ex^a.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria, em primeiro lugar, cumprimentar a exposição feita pelos dois candidatos: à Embaixada da Colômbia, Maria Elisa de Bittencourt Berenguer, e o Embaixador Santiago Luis Bento Fernández Alcázar para o Azerbaijão.

Eu queria, antes de fazer poucas perguntas aos candidatos, Presidente Ricardo Ferraço, cumprimentá-lo pela iniciativa deste convite ao Ministro Fernando Pimentel, porque, nessa audiência com o Chanceler Patriota, levantei essas questões também sobre o Mercosul, porque sou de um Estado exportador com um vínculo muito grande, no comércio internacional, com a Argentina. Então, eu queria cumprimentá-lo por essa iniciativa, que será extremamente proveitosa para esclarecer algumas dúvidas de como está esse relacionamento, especialmente no âmbito bilateral.

A Embaixadora Maria Elisa fez uma abordagem sobre a questão da tentativa do encaminhamento do acordo de paz entre a guerrilha e o governo colombiano e a participação brasileira em um território neutro, que seria Cuba. Eu queria saber, das informações que a senhora trouxe, qual é a perspectiva que se tem de um final para esse processo e o que ele representará para a Colômbia e para a vizinhança? Porque isso também tem muito impacto sobre o Brasil. A Colômbia faz fronteira com a Amazônia, é uma região de difícil controle, embora o Sivam seja um projeto de controle e vigilância, mas nós consideramos a nossa fronteira um queijo suíço. Então, nesses aspectos, que segurança nós temos nesse particular?

Também a posição da Colômbia em relação à questão do Mercosul, porque nós estamos muito voltados para o sul da América do Sul e quanto à questão mais ao norte da América nós estamos vivendo uma situação de, digamos, não de costas, mas um pouco mais distantes. Finalmente, a questão da participação da Colômbia nesses conflitos envolvendo Venezuela, Equador e Bolívia. Então, eu queria uma palavrinha sua sobre isso.

Embaixador Santiago, por que o Brasil coloca uma embaixada nesse lugar? É a primeira pergunta.

Segundo, é claro, o senhor falou da questão do petróleo, das reservas que tem o Azerbaijão, mas é um país que está a uma distância muito grande, reconheço. E o que ganhamos ou o que ganha o Brasil? Qual é a política externa brasileira com essa iniciativa, sabendo ...

(Soa a campanha.)

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) - ... que o país apenas recentemente abriu representação em nosso País?. E, na área do petróleo, eventualmente como poderemos ter ganhos com isso? Ou na área do setor agropecuário?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Senadora Vanessa Grazziotin, a palavra é de V. Ex^a.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu quero, Presidente, cumprimentar o Embaixador Santiago e cumprimentar a nossa querida Embaixadora Maria Elisa.

Embaixador Santiago, eu quero pedir desculpas a V. Ex^a, porque eu vou me dirigir muito à Embaixadora Maria Elisa, não apenas porque já conversamos... Eu tive a grata satisfação de fazer o relatório que foi muito bem apresentado, aqui na Comissão, pelo nobre Senador Luiz Henrique, meu eterno Governador – não é, Senador Luiz Henrique? Mas eu tive a oportunidade de conversar com a Embaixadora Maria Elisa e cumprimentei-a pelo fato de estar vindo de tão longe e de ir, agora, para o lado do Brasil, para a Colômbia, fronteira com o Brasil e exatamente com o meu Estado do Amazonas.

Diferentemente do senhor, a Embaixadora vem lá do Oriente para muito perto da gente; e o senhor vai para muito longe, mas para cumprir uma tarefa de igual forma importante.

Eu quero dizer que acho muito importante o Brasil, pela posição que ocupa no cenário internacional, não só por ser uma das maiores economias, uma das maiores nações do ponto de vista territorial, populacional, mas é pela tradição que nós temos e pelo respeito internacional que nós temos... Em decorrência da nossa política interna e da nossa política externa, eu concordo com as decisões, a decisão adotada há algum tempo de o Brasil expandir o número de embaixadas. Acho que isso faz bem ao mundo, não só ao Brasil. Faz bem, em países como o Azerbaijão e até em outros menores, como a gente tem visto aqui, ter a presença de uma embaixada brasileira. Isso é muito importante para a integração solidária, para a integra-

ção autônoma dos povos. Então, eu quero desejar-lhe um bom trabalho.

Em relação à nossa Embaixadora, que vem de Israel, eu disse a ela, Presidente Ferraço, que eu tive a oportunidade de ir ... Não fiz uma visita diretamente a Israel e, sim, à Palestina. Fui a Ramallah e, portanto, passei por território de Israel várias vezes, porque andamos muito em várias localidades. E é muito triste viver naquela região. O impacto psicológico é algo assim que marca. Foi uma visita de uns 15 dias que fizemos, numa comitiva de Parlamentares. O Presidente Arafat era vivo; foi um mês antes da morte dele. E o que nós vivenciamos lá foi algo muito difícil.

Mas, enfim, a Embaixadora vai para uma atividade muito diferente daquela desenvolvida até agora; entretanto, não menos desafiadora, porque, assim como o Brasil, a Colômbia, como a senhora mesmo colocou, é um país megadiverso. E hoje nós temos como um dos principais problemas do mundo as mudanças climáticas. Não há dúvida, não há dúvida quanto a isso. Então, a importância que assumem as florestas, sobretudo as florestas tropicais, na questão do debate climático, é muito importante.

Já data de muito tempo a tentativa de ampliarmos a integração entre os países amazônicos. O Tratado de Cooperação Amazônica vem da década de 70, do final de década de 70, salvo engano, e mais recentemente esse Tratado foi transformado numa organização efetiva, que é a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, ou OTCA, como os Embaixadores falam. Eu sou uma entusiasta dessa integração amazônica dos oito países que compõem o Bioma Amazônico, e que essa integração seja revertida em ações práticas. Tanto que, hoje, o principal desafio da OTCA é implantar um projeto que vá promover um monitoramento conjunto da Floresta Amazônica. Este está sendo liderado pelo Brasil, será financiado pelo Fundo Amazônia, um fundo que temos e que permite também a alocação de recursos não só, internamente, no Brasil, mas também nos países que dividem o bioma conosco, e esse é o nosso grande desafio.

E falava para a embaixadora que, ali, na tríplice fronteira – Brasil, Peru e Colômbia –, há duas cidades gêmeas: a colombiana Letícia e a brasileira Tabatinga. É, ainda, uma área preocupante em relação ao narcotráfico, mas que foi muito pior do que é hoje. O Brasil tem uma presença importante, lá, em relação às Forças Armadas, haverá até uma visita, agora, organizada pelo Exército, a Tabatinga. Seria importante que os Senadores que pudessem fossem até lá conhecer. Os problemas têm diminuído, há uma presença importante das Forças Armadas, da Polícia Federal; e, do lado colombiano, Letícia... Também o Estado deles – como

o nosso – se chama Amazonas, e Letícia é a capital do Estado do Amazonas, com um comércio muito intenso.

Há um acordo – até já dei um exemplo à Senadora Ana Amélia, que é uma lutadora por esses acordos fronteiriços – especial de fronteira, um acordo aduaneiro, que é um bom exemplo do que pode ocorrer entre outros países. Foi assinado pelo Presidente Lula e pelo Presidente Uribe, mas até agora não conseguimos implementá-lo. Será com a ajuda da embaixadora, não tenho dúvida nenhuma, que isso se efetivará.

E nós já prometemos, acertamos, Presidente Ferraço, que, quando da efetivação desse acordo, vamos até a região. A Comissão fará uma comitiva e vamos até a região, porque é algo... Não sei se é o primeiro, mas é um acordo muito importante que pode ser repetido em outras áreas de fronteira com outras cidades gêmeas.

Mas eu pergunto à embaixadora porque acho que essas relações também vão não só entre Brasil e Colômbia, mas entre Brasil e Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, todos os países vizinhos da América do Sul, mais a parte norte da América do Sul, com esse momento importante que vive a Colômbia, que é a negociação do governo com as Farc, a guerrilha mais antiga que temos aqui no Continente. Tem uma força, um apoio popular interno expressivo, principalmente em algumas regiões e é muito importante vermos esse processo de negociação em curso.

Então, pergunto à embaixadora quanto às perspectivas do desenvolvimento da OTCA, e, ao mesmo tempo, sobre o processo de paz. Como o Brasil poderia continuar contribuindo? Porque o Brasil tem sido um protagonista muito importante na busca da paz com a Colômbia. Como podemos fazer com que isso tenha um fim importante para eles e para as nossas relações? Era isso.

No mais, quero cumprimentar ambos e desejar um excelente trabalho.

Poderíamos começar a votação, Presidente? Ou já começou?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Já podemos começar.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Podemos começar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Os Srs. Senadores e Senadoras que desejarem votar já podem fazê-lo.

Passo a palavra, por ordem de inscrição, ao eminente Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, nobre Senador Ricardo Ferraço; Sr^{as} e Srs. Senadores; preparei, aqui, algumas perguntas, algumas já foram formuladas pela Senadora Ana Amélia e pela

Senadora Vanessa, e gostaria de saber da Embaixadora Maria Elisa se ela poderia fazer uma análise sucinta entre as características atuais da guerrilha colombiana em relação à sua origem, que era eminentemente ideológica, e como ela se sustenta diante da evolução do País para o sistema pluritário e democrático?

A segunda questão é relativa à lei florestal. O Brasil acaba de aprovar uma avançada lei de proteção florestal e de conciliação entre a preservação e a produção, criando um ambiente saudável para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, das atividades silvícolas. Eu gostaria de saber se a Colômbia tem ou está em vias de ter uma legislação de nível semelhante à legislação brasileira?

Ao Embaixador Santiago Alcázar. Eu gostaria que ele, se puder, explicitasse como funciona o sistema partidário, o sistema eleitoral no Azerbaijão, e como vem se operando, naquele país, a transição de uma república-satélite da ex-União Soviética para a configuração de um país independente? E se hoje o Azerbaijão recebe mais influência política, econômica, estratégica do Irã ou da Rússia?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Concedo a palavra, por ordem de inscrição, ao Senador Sérgio Souza e, em seguida, aos Senadores Jarbas Vasconcelos, Cristovam Buarque e Sodrê.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, saúdo o Embaixador Santiago e também a Embaixadora Maria Elisa. Ambos vão para países cujo desafio nas embaixadas é interessante: a Colômbia pela sua peculiaridade, as relações com o Brasil, as questões de segurança nacional, a fronteira, o tráfico de drogas; o Azerbaijão está ali próximo aos países árabes, vive também em regiões de conflito.

Pensando nesta linha, eu pergunto a V. S^{as} com relação à crise Coreia do Norte e Coreia do Sul. Eu percebo que essa é uma situação que não diz respeito somente àquela zona, àquela parte do continente asiático. Nós temos que ver isso com um olhar um pouco internacional, e V. S^{as}, por serem embaixadores e passarem por várias repúblicas, países, têm a sensibilidade de analisar também essa questão das relações de paz entre os países.

A minha pergunta se fundamenta nas seguintes questões: o momento em que vivemos ainda permite conflitos bélicos dessa natureza? Qual a razão desses conflitos bélicos? Questão ideológica, comércio, ocupação do espaço?

Eu não consigo visualizar e aí eu vejo a importância do Brasil, um país extremamente jovem, mas que tem um papel importantíssimo nessas relações de

paz, de conciliação, para que não haja conflitos que não vão gerar nenhum tipo de ganho à sociedade mundial.

Então, nessa linha, eu gostaria de indagar V. S^{as} qual seria o papel do Brasil, um dos países que busca um assento definitivo no Conselho de Segurança, em situações como essa.

Com relação ao Azerbaijão, eu fiz aqui uma análise rápida das relações comerciais e vi que eles têm uma pauta de importação interessante. Exportam mais do que importam. Isso é muito bom. O Azerbaijão é o 65º exportador mundial, mas eles importam em torno de US\$10 bilhões, e importaram do Brasil esses aviões, mas eu vi aqui que ferro, aço, cereais, madeira, fumo – o Brasil é o maior produtor mundial de fumo – são produtos que nós podemos pensar em exportar, porque somos competitivos. E aí, acho que a função de um embaixador também passa por essas questões comerciais. Isso é importante, estabelecer relações comerciais do Brasil com esses países para que nós venhamos a produzir ainda mais e levar riquezas a esses países.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Sérgio.

Concedo a palavra ao Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Meu caro Presidente, a minha intervenção vai para a Ministra Maria Elisa, designada para representar o País na Colômbia.

Ministra, eu estive recentemente, nos últimos dois anos, duas vezes em Bogotá, e todas as duas vezes às minhas expensas. Não foram viagens oficiais. E fui despertado pelas experiências exitosas da Colômbia na questão do combate à violência e da mobilidade urbana.

Eu fui prefeito do Recife por duas vezes, a capital do Estado, e governador também, por duas vezes, do meu Estado de Pernambuco. E lia, sobretudo, sobre a intervenção de combate à violência. E o combate ali se iniciou, se aprofundou, se alargou, se dimensionou pela intervenção não só de infraestrutura, mas aspectos sociais, culturais, de lazer, nas áreas de favelas. Bogotá tem mais de 8 milhões de habitantes e a questão da mobilidade urbana tem muito a ver com as prefeituras.

Mas a minha sugestão era no sentido de que a senhora, que tem uma carreira exitosa, poderia abrir um canal com os 27 Estados que integram a Federação brasileira e colocar a Embaixada do Brasil à disposição dos governadores, e inclusive incentivá-los a que mandassem representantes do setor de segurança, de defesa social, à Colômbia, a Bogotá, para ver *in loco* essa experiência.

A experiência é rica e exitosa, destacada pela mídia, destacada por especialistas em segurança. Eu tive essa oportunidade de verificar. Não é só a presença física da polícia em Bogotá, por exemplo. É a sensação que existe de segurança hoje na periferia, essa expressão de segurança, esse sentimento de segurança, não só no centro de Bogotá – o centro expandido de Bogotá é enorme – como na periferia, onde as pessoas se sentem muito à vontade.

A minha sugestão era no sentido de que a Embaixada fizesse isso oficialmente. Que deixasse de lado a questão da mobilidade urbana, porque aí deveria ser uma iniciativa dos próprios prefeitos de capitais ou de grandes cidades do Brasil, mas na questão da segurança, que é responsabilidade do Governo Federal e dos governos estaduais, a Embaixada poderia ter um setor praticamente especializado para isso, para chamar a atenção dos governadores de que a Embaixada poderia auxiliar, ajudar essas pessoas a fazer esses contatos na área de segurança, para verificarem isso.

Eu sou adepto, sou defensor, tanto como ex-prefeito quanto como ex-governador, de copiar as coisas positivas. Ruim é copiar o que não presta. Eu, quando executivo, tinha uma sinopse de acompanhar as prefeituras, quando prefeito e depois quando governador, no que acontecia de positivo em todos os Estados da Federação. E não havia nenhuma restrição, nenhum limite para copiar aquilo que eu achava que era importante, que era uma coisa exitosa, uma coisa boa.

De forma que me impressionei todas as duas vezes em que estive em Bogotá, e foram nos últimos dois anos. Acho que a Embaixada poderia oficializar isso, demonstrar o interesse, junto aos governos, são 27, incluído o Distrito Federal. Hoje talvez seja o problema maior, junto com a mobilidade urbana, o problema da segurança pública.

Então, a minha sugestão era nesse sentido, que a senhora pudesse, com a sua presença agora durante alguns anos lá em Bogotá, na Colômbia, formalizar, oficializar esse canal aberto com todos os Estados brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Senador Jarbas Vasconcelos, me permita fazer coro a sua manifestação, porque também fui a Bogotá, Sr^a Embaixadora, conhecer os dois programas: o programa TransMilenio, que é um caso internacional de sucesso de mobilidade, e o programa de segurança pública, que é a fonte de inspiração para as unidades de pacificação no Rio de Janeiro, um programa que já produz excepcionais resultados na cidade do Rio de Janeiro. E esse intercâmbio entre a Colômbia e as cidades brasileiras pode efetivamente se traduzir em resultados muito importantes.

Apenas para fazer coro ao Senador Jarbas, que traz, a meu juízo, tempestivamente, uma extraordinária sugestão de uma ponte entre essas experiências que são de fato exitosas, lembrando também que o programa TransMilenio, implantado em Bogotá, tem como referência o programa da cidade de Curitiba. É um programa aperfeiçoado, aprimorado, com excepcionais resultados. E temos muito a estreitar desse relacionamento, porque, como disse o Senador Jarbas, mobilidade e segurança são duas das nossas mais importantes prioridades nas cidades brasileiras. Cumprimento V. Ex^a.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Agradeço muito a intervenção de V. Ex^a, como sempre muito proveitosa. O que me motivou, o que me incentivou a fazer essa proposta à Embaixadora foi que num recente pleito municipal eu, acompanhando pela mídia nacional, constatei que oito prefeituras de capitais, agora, em outubro do ano passado, se socorreram das experiências exitosas da Colômbia, de Bogotá e de outras cidades, incluindo a cidade do Recife, a capital pernambucana. Se isso foi feito, se eu fui, às minhas expensas, sem ser através de uma missão oficial, à Colômbia, eu poderia ter tido uma experiência muito mais rica, muito mais profunda se tivesse tido uma ajuda oficial. Não que a Embaixada tenha me negado, porque eu não iria pedir ajuda à Embaixada em um passeio, em uma ida particular a Bogotá, mas levei uma relação de pessoas, com quem consegui conversar, exatamente através de *experts*, pessoas que escreveram, pessoas que estiveram lá várias e várias vezes, em Bogotá, que escreveram e tomaram uma posição sobre o combate à violência desenvolvido pela Colômbia. Então achei isso interessante.

E a palavra de V. Ex^a, o socorro à tese, nos empolga muito mais. A competência e a correção da Embaixadora, esses atributos podem nos ajudar a fazer com que se abra um canal oficial, colocando-se à disposição dos Estados ricos e pobres, grandes e pequenos, para que possam usufruir dessa experiência exitosa da Colômbia.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque e, em seguida, ao Senador Sodrê Santoro.

Registro, com enorme alegria, a presença do Sr. Ministro do Superior Tribunal de Justiça Herman Benjamin, que nos honra aqui com sua presença.

A palavra é de S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Embaixador, Sr^a Embaixadora, quero inicialmente felicitar mais uma vez a Presidenta Dilma por estar indicando como embaixador e embaixadora persona-

lidades da carreira diplomática, coisa que o Presidente Lula fez, salvo algumas poucas exceções, durante todo o seu governo. Creio que isso fortalece o trabalho das nossas representações, embora não exclua que, às vezes, se justifica. Há um ou outro embaixador que não seja especificamente de carreira, desde que tenha o notório saber que a atividade exige. Mas quero deixar registrada essa minha satisfação.

Segundo, quero dizer que, se houve uma coisa muito positiva no Brasil – e houve muitas, nos últimos 20 anos –, mas uma das maiores, Senador Ferraço, foi a presença do Brasil no exterior. Demos um salto muito alto nos últimos 20 anos.

O governo Fernando Henrique conseguiu aumentar a nossa presença, até pelo respeito pessoal que ele exercia; mas foi o Lula, o Presidente Lula, que conseguiu dar um salto maior no número de embaixadas, no prestígio ao Itamaraty; na presença, como liderança pessoal, que, certamente, nunca tivemos um Presidente que tivesse sua cara tão conhecida no mundo. E o respeito lá fora é igual. Então, conseguimos ter uma grande presença.

Quero fazer um comentário, pelas minhas viagens, pela minha leitura de jornais e revistas no exterior – e é uma parte da minha consideração, que não vou exigir resposta dos Senhores, porque seria muito, talvez, comprometedor. Aliás, fazendo um parêntese, aqui há outros embaixadores, costume dizer que não há ninguém melhor para se conversar do que ex-embaixador, porque sabe tudo de embaixador e tem a liberdade de falar. Como embaixador, eles têm toda a experiência, mas, às vezes, não falam tudo, então não vou exigir. Mas a minha sensação – quero manifestar, aqui, como Senador que observa as coisas – é que a nossa presença não está avançando na velocidade que avançou nos últimos anos. A sensação que tenho é que, nos últimos dois anos do Governo da Presidenta Dilma, tivemos uma redução na nossa presença conquistada pelo Presidente Lula, especialmente, mas também com a colaboração de Fernando Henrique Cardoso. Não vou pedir que comentem isso. A minha pergunta é muito simples: o que cada um dos dois, a Embaixadora Maria Elisa, o Embaixador Santiago, pensam em fazer para aumentar a presença do Brasil nos dois países onde cada um, Senhor e Senhora, estarão? Como ampliamos essa presença localmente? Embora eu ache que o grande desafio é como aumentar a presença globalmente, é uma preocupação não de embaixador, mas de Governo, ou até mesmo quase que de Estado, com políticas de relações exteriores que possam ir além de governos, como foi de Fernando Henrique para Lula. O Presidente Lula respeitou bastante e ampliou a nossa presença.

Internacionalmente, globalmente, como política de Estado, a gente teria que estar presente com dois movimentos: um, de política externa; e, outro, de diplomacia, que muitos acham que se confundem, e que costume dizer que o nosso Itamaraty tem nota dez em diplomacia; mas não tem nota dez em política externa. Até por uma questão de cuidado muito grande na diplomacia, atrapalha a ousadia da política externa, como, por exemplo, a ousadia do Presidente Lula e do Celso Amorim de, junto com a Turquia, entrarem no debate mundial sobre a questão iraniana. Aquele foi um gesto de política externa, não foi um gesto de diplomacia muito bem reconhecido. Alguns acham até que, do ponto de vista diplomático, não foi muito bom, mas foi muito bom do ponto de vista de política externa, para mostrar presença.

A presença vem de políticas externas claras, em relação aos grandes problemas do mundo. Os recursos naturais, o que vamos fazer com eles? O meio ambiente, como lideramos um debate mundial que estamos fazendo sobre as grandes florestas, por exemplo? Quando é que o Brasil poderá – se deve, é uma ideia, não estou defendendo – discutir a ideia de internacionalizar certos recursos nacionais?

As florestas da Sibéria, do Brasil, do Canadá, podem ser destruídas pela soberania de cada um desses países? Ou precisamos ter regras éticas acima da soberania de cada País, no mundo global de hoje?

Estamos tentando impor isso no que se refere a armas nucleares, mas deixando que alguns países tenham, e proibindo outros de ter. Esse é um problema mundial realmente! Aliás, acho que não só armas nucleares, a energia nuclear, para mim, não é um problema a ser tratado pela soberania nacional de cada País. Nós temos que abrir cada um pouco a nossa soberania, em defesa da saúde global, no que se refere aos riscos da energia nuclear, que já estão provados com eventos como Chernobyl e Fukushima e outros menores que aconteceram.

Então, precisamos de política externa clara.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Three Mile Island, no tempo do Governo Carter, nos Estados Unidos, que quase resulta em tragédia.

Pois bem. Nós precisamos ter posições sobre terrorismo, sobre recursos naturais, sobre o comércio, com clareza; até que ponto a liberdade entre países é o mesmo que o benefício global do comércio. Temos que ter posições, mas temos que ter diplomacia. No caso dos embaixadores, é mais a diplomacia do que a política externa, porque não é o embaixador que define essa política.

Então, pergunto: do ponto de vista diplomático, concretamente, como podemos aumentar a presença do Brasil na Colômbia, a presença do Brasil no Azerbaijão, graças ao trabalho de cada um dos senhores – do senhor e da senhora?

(Falha na gravação.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco/PMDB – PE) – ... Sodré Santoro.

O SR. SODRÉ SANTORO (Bloco/PTB – RR) – Primeiramente, queria cumprimentar a Embaixadora Maria Elisa e o Embaixador Santiago.

Falar por último é difícil, porque as perguntas que queríamos fazer já foram todas solicitadas. Mas é muito importante salientar essa troca de experiências entre os países. Por exemplo: Medellín foi considerada a cidade mais violenta do mundo e, hoje, é exemplo que não foi... Então, essa troca de experiências com cidades do Brasil que estão passando por esse momento de violência é muito importante.

O Sr. Embaixador Santiago parece que, na diplomacia brasileira, é um desbravador, porque, agora, ir para o Azerbaijão... Mas vejo aqui no seu currículo que V. Ex^a esteve em “Langadusu”. É esse mesmo o nome?

O SR. SANTIAGO LUIS BENTO FERNÁNDEZ ALCÁZAR *(Fora do microfone.)* – Não. Estou, atualmente, em Burkina Faso.

O SR. SODRÉ SANTORO (Bloco/PTB – RR) – É que aqui diz que o senhor serviu como embaixador em “Langadusu”.

O SR. SANTIAGO LUIS BENTO FERNÁNDEZ ALCÁZAR – Não; a capital é Uagadugu.

O SR. SODRÉ SANTORO (Bloco/PTB – RR) – Pois não.

Como foi essa experiência, vamos dizer, de desbravar a diplomacia brasileira em um país desconhecido como foi essa sua última experiência?

É isso que eu gostaria de saber.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco/PMDB – PE) – Encerrada...

Há alguém mais inscrito para falar? *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Embaixador Santiago Luis Bento para responder as indagações feitas pelos Srs. Senadores.

V. Ex^a dispõe do tempo necessário.

O SR. SANTIAGO LUIS BENTO FERNÁNDEZ ALCÁZAR – Muito obrigado, Presidente.

A primeira pergunta que me foi dirigida foi: por que o Brasil abre uma embaixada em um país como o Azerbaijão?

Vou aproveitar também para falar um pouco da minha experiência em Burkina Faso, cuja capital é Ua-

gadugu. Saliento isso porque, quando abri a embaixada em Burkina Faso, em outubro de 2008, poucas pessoas de meu círculo de conhecidos sabiam da existência de Burkina Faso ou poderiam indicar com o dedo no mapa onde ficava Burkina Faso.

Burkina Faso é um país pequeno da África Ocidental, não tanto em seu aspecto geográfico – é do tamanho do Rio Grande do Sul –, mas pequeno em termos de perspectivas. É um país que tem sérios problemas de energia. Não tem riquezas naturais, não tem petróleo, não tem grandes rios. Eles têm 17 milhões de habitantes e têm que importar praticamente toda a energia. Isso é uma grande barreira para ter qualquer ideia ou projeto de desenvolvimento.

Abrir a embaixada lá foi tremendamente significativo – para mim, um grande desafio –, porque, assim como no meu círculo não havia pessoas que conhecessem Burkina Faso, do lado de lá também a experiência do Brasil era pequena. O Brasil, claro, tem uma projeção que trabalha muito no imaginário das pessoas. O Brasil encanta as pessoas por seu futebol, por suas telenovelas e não tanto por sua música, que não chega a ser ouvida. Quando cheguei a Burkina Faso, estava passando uma novela de uma dessas emissoras. Não havia muitos contatos. Isso pode ser verificado pelo número de pessoas que solicitam o visto de entrada tanto para vir ao Brasil quanto para ir a Burkina Faso. Hoje em dia, pode-se falar que há um movimento consular. Não é grande, é relativamente pequeno, mas existem pessoas, enfim, que vêm a convite, pessoas que estão com curiosidade com relação ao Brasil. Isso é tremendamente positivo.

Tentando responder um pouco a pergunta da Senadora Ana Amélia, eu acho que a pergunta se refere tanto a Azerbaijão quanto a Burkina Faso – talvez mais a Burkina Faso que a Azerbaijão, porque Azerbaijão é um país com maiores perspectivas, maiores possibilidades que Burkina Faso.

Quando passei pela minha sabatina para ir para Burkina Faso – o Senador Cristovam Buarque estava aqui –, eu salientei que uma das coisas importantes da nossa diplomacia era permitir a criação de uma lente específica para entender realidades que não nos tocam diretamente.

Até bem pouco tempo atrás nós não sabíamos nada da África. A nossa experiência da África, o nosso conhecimento da África nos vinha de forma muito indireta, por meio de bibliografias produzidas nas ex-metrópoles – França, sobretudo, Inglaterra, Alemanha e, naturalmente, Estados Unidos. Nós líamos os livros, as suas traduções para ter acesso à realidade específica de algum país, mas sempre com uma lente emprestada, nunca uma lente nossa, uma lente brasileira.

Eu sempre recorro às palavras do filósofo espanhol José Ortega y Gasset, que, diz que “nós somos nós e a nossa circunstância”. Se nós nos fecharmos completamente e não sairmos para o mundo, a nossa circunstância será essa imediata. Nós não teremos uma compreensão do mundo mais complexa, mais sofisticada do que essa que nos toca diretamente.

Hoje em dia – desculpem-me a modéstia neste caso –, nós temos uma produção feita pela Embaixada de análise da situação em uma parte da África Ocidental, que não tínhamos. Não podemos dizer hoje que somos totalmente ignorantes com relação a essa parte da África Ocidental, que é muito importante estrategicamente e mais ainda hoje, com o conflito que está se desenvolvendo no norte do Mali, que pode ter repercussões muito grandes com relação ao resto da região.

Então, a Turquia abrir embaixadas em lugares distantes, talvez exóticos – e aqui eu queria aproveitar, Senador, que a sua iniciativa de abrir ou fazer com que as embaixadas se abram um pouco para os governadores, para as prefeituras com relação à questão de segurança pode ser ampliada com relação a outros temas. Naturalmente que os colombianos têm uma experiência direta e já crônica com relação à segurança ou à falta de segurança. Mas outros temas também podem ser explorados. E a única forma que nós temos de conhecer realmente um país é por meio dessa aproximação direta, que deve ser feita não apenas pelo Executivo ou por setores da economia brasileira, mas, sobretudo, pela Casa legislativa.

Quando eu apresentei um pouco da radiografia do Azerbaijão, eu mencionei que eles fazem parte do Conselho da Europa. E como os senhores sabem, o Conselho da Europa, entre outras coisas, trata de legislação específica para o espaço europeu.

Eu estou convencido de que esta Casa tem muitíssimo a contribuir para o desenvolvimento da legislação brasileira e da legislação específica do Azerbaijão. É por meio desse contato que nós temos que procurar aprofundar as nossas relações, que não são apenas diplomáticas; há um interesse da nossa política exterior em que assim seja.

Eu tenho aqui uma pergunta do Senador Luiz Henrique com relação ao sistema eleitoral; e ele quer saber um pouco como foi essa transição da União Soviética para um país independente. Eu não tenho dados específicos sobre o sistema eleitoral. O que eu posso dizer é que, nas eleições que se verificaram, o presidente candidato à reeleição sempre ganhou com o que se diz, talvez de uma forma um pouco maldosa, com índices stalinistas, próximos a 90%. Isso é bastante eloquente para saber como funciona o sistema.

Com relação a essa transição da União Soviética para um país independente, há uma série de problemas que não foram resolvidos. Um deles justamente é o conflito de Nagorno-Karabakh e também a questão de energia. Esse poço de energia que é o Azerbaijão hoje, poço extraordinário de petróleo e gás natural, pertencia à União Soviética. Então, a União Soviética podia contar com essa fonte fantástica de energia. Hoje ela tem que negociar com o Azerbaijão, porque se trata de um país soberano.

A influência da Rússia hoje ainda é muito, muito grande. E as grandes potências da região, enfim, ademais da Rússia, são o Irã, a Turquia. Essas são as três grandes potências.

O Azerbaijão tende a se colocar um pouquinho mais do lado do Ocidente – Europa, Estados Unidos; tem relações com Israel.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Embora maciçamente majoritário, é um país muçulmano?

O SR. SANTIAGO LUIS BENTO FERNÁNDEZ ALCÁZAR – Noventa por cento.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Mais de 90%?

O SR. SANTIAGO LUIS BENTO FERNÁNDEZ ALCÁZAR – Noventa por cento de xiitas, como é o caso do Irã também. Mas tem boas relações com Israel, que apoia o Azerbaijão na questão de Nagorno-Karabakh, que é o grande centro a partir do qual se tomam partidos, ou de um lado ou de outro.

Existe também a questão da modernização das empresas e da indústria herdada da União Soviética, que tem que ser feita também com parceria dos russos, porque agora os russos têm um excedente de capitais que pode ajudar a fazer essa transição.

Uma questão que não foi dirigida especificamente ao Azerbaijão, mas foi, acho, mais para a Colômbia, o significado dos conflitos. Qual a natureza dos conflitos e qual poderia ser o papel do Brasil nessa resolução de conflitos? Não existem mais conflitos da ordem global. Existem conflitos mais pontuais, alguns dos quais duram já há muito tempo.

Um dos pontos para os quais a nossa diplomacia tem que estar preparada é a inclusão da questão religiosa nas negociações de paz. Não está claro ainda para nós o que significou, ou o que ainda significa, a questão da Primavera Árabe no norte. Alguns analistas dizem que era um pedido para a democracia, mas há, também, outra questão que é um movimento de volta para as origens do Islamismo e que se faz por meio de uma corrente, que é a salafista. A rigor, um Estado puramente islâmico, se nós formos nos guiar apenas pela lógica, é um absurdo, em termos. Então, eviden-

temente que tem que se fazer concessões de ambos os lados. Primeiro, porque Estado moderno não pode aceitar várias solicitações do salafismo; e o salafismo tem que aceitar várias das imposições de um Estado porque senão se torna completamente inadmissível.

Esse conflito interno nos países do norte da África não está plenamente resolvido. Até agora, não houve uma contaminação desse movimento para o Azerbaijão e um dos motivos para isso é o sucesso do governo em reduzir a pobreza e ter políticas sociais que tenham, realmente, retirado várias pessoas das condições de indignidade. Então, as pessoas reclamam, sim, mas não com tanto entusiasmo porque há uma condição de pleno emprego e de melhora social.

O Brasil pode contribuir nessa questão de conflito, que eu caracterizaria como religioso, porque, aqui no Brasil, nós temos uma plasticidade absolutamente fantástica para nos adaptarmos a diferentes situações de visão do mundo, de compreensão do mundo, de aceitação do outro. Esta é uma sociedade tremendamente pacífica no sentido de não termos nenhum conflito realmente grande. Nós podemos servir como exemplo para outras realidades.

Com relação às perguntas mais típicas do Senador Cristovam Buarque, que ele mesmo pediu que a gente comentasse. Eu arriscaria uma resposta, ainda que não completa, sobre a nossa presença, no caso de Azerbaijão, ou como aumentar a nossa presença no mundo hoje nessa circunstância específica, que é um mundo completamente diferente de um mundo que nós vivemos há dois, três, quatro anos. Nós estamos vivendo hoje um mundo muito mais perigoso em termos de riscos que existem na área econômica, na área financeira. Então o cenário mudou um pouco.

Mas, com relação ao Azerbaijão, o que eu digo sempre é que o grande desafio de um embaixador num país com o qual nós não temos relações tradicionais ou históricas é sempre o de construir pontes. O que cabe ao embaixador é exatamente isso. Eu não sou o inventor do Brasil, mas posso facilitar que as pessoas conheçam o Brasil, que as pessoas queiram conhecer o Brasil, queiram vir ao Brasil, queiram fazer coisas no Brasil.

É somente isso que um embaixador faz. Nada mais do que isso. Nós não fazemos o Brasil, o Brasil já está feito. Mas essa é apenas uma parte do trabalho de um embaixador, porque eu também tenho de convencer o Brasil de que existe um país chamado Azerbaijão, que pode ser tremendamente interessante. Então é um trabalho duplo. Eu faço dois papéis de introdutor diplomático praticamente.

Agora, com relação ao comércio, que é pequeno, isso, naturalmente, depende de uma série de fatores.

Mas é importante que as empresas brasileiras encontrem os nichos de oportunidade que elas mesmas têm que identificar porque a visão do embaixador às vezes não coincide, necessariamente, com a visão de um empresário ou de alguém que queira aumentar a pauta de exportação. Isso é conjuntural, depende, naturalmente, da decisão, se for uma empresa grande, da decisão que queiram fazer com relação a toda uma região geográfica.

Eu tenho impressão, Presidente, de que respondi as perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. PMDB – PE) – Muito obrigado ao Embaixador Santiago Luis Bento.

A Presidência concede a palavra à Ministra Maria Elisa, para responder às indagações feitas pelos Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

V. Ex^a dispõe do tempo necessário.

A SRA. MARIA ELISA DE BITTENCOURT BERENGUER – Obrigada, Sr. Presidente.

Foram perguntas muito estimulantes e agradeço a cada um dos Srs. Senadores. Como eu já esperava, naturalmente, uma boa parte delas se focou nas perspectivas de paz.

Eu repetiria aqui o que disse o Ministro Patriota: isso, se tiver êxito, e nós esperamos que tenha êxito, terá um impacto estruturante para toda, para toda a região.

Como é que essas negociações estão, enfim, no momento? Como sabemos, elas começaram no segundo semestre do ano passado, quando houve o anúncio do processo de paz. Claro que já havia entendimentos, não começaram da noite para o dia, e, basicamente, contemplavam três fases. A primeira fase já está superada, que é a fase da definição de um acordo-quadro, um acordo geral para pôr fim ao conflito. Ou seja, um marco em que esses entendimentos, se espera, se desenvolverão. Essa fase já foi superada, já há um acordo-quadro definido que contempla, para essa segunda fase, cinco pontos.

O primeiro ponto é o que está sobre a mesa no momento, e aquele a que me referi, para o qual o Brasil colaborou, ou seja, a questão do desenvolvimento rural. É uma questão fundamental, central para todo o processo. A segunda fase será garantir o exercício da posição política e participação cidadã. Uma terceira fase, já com o fim do conflito armado, ou seja, o cessar completo das hostilidades. Tivemos o cessar-fogo, depois foi interrompido, mas na terceira fase já cessariam. Quarta fase, questão muito sensível, fundamental, do narcotráfico. Quinta fase, o direito das vítimas.

E esse é muito importante, será uma fase difícil, eu creio, porque, no caso, por exemplo, da desmobilização dos paramilitares, foi estabelecida uma lei que a punição máxima seria de oito anos, independentemente dos delitos cometidos. Então é natural que as Farc também estejam procurando algo igual, para haver a reinserção dessas pessoas na sociedade colombiana.

Então, repetindo, primeira fase, o marco geral; segunda fase, esses cinco pontos e, aí sim, se partiria para a terceira fase que seria o acordo final. Um ponto final em tudo isso.

Como se pode imaginar não é um processo para se resolver do dia para a noite. Há perspectiva de eleições na Colômbia, em 2014, ano que vem. Agora, ontem ou anteontem eu vi um fato muito alentador na imprensa – inclusive nossa aqui –, o apoio popular ao processo de paz. Porque é claro que se, em cinco décadas, a sociedade vivesse conflito, aqui estamos falando de três gerações que viveram no meio disso. Eu, como carioca, vejo também um pouco em comparação com as favelas no Brasil. Se eu tivesse nascido na favela talvez eu teria certo modo de vida possivelmente que... Então, como mudar a cabeça? Não é só ter parte econômica, ocupação essas pessoas. Como é a reinserção? Então, o social é muito, muito importante para esse processo.

Aqui, não me competiria julgar, mas não posso deixar de opinar que vejo o Governo Juan Manuel Santos está acertando na mosca quando dá essa prioridade ao social – e foi, enfim, o nosso grande êxito no Brasil, do qual me orgulho. Mas a Colômbia, ao fazer isso, vai criar condições para acabar com a beligerância, porque, se o tecido social está esgarçado, há que se criar um novo tecido. Não é acabar só com o conflito, é reconstituir, é reconstruir o país e a sociedade.

Uma pergunta que foi vinculada a essa pela Senadora Ana Amélia é a questão da Colômbia, Venezuela, Equador e Bolívia com relação às Farc. Claro que há essa visão um pouco ideológica da Colômbia de um lado e temos Venezuela, Equador e Bolívia de outro, essa oposição.

Eu vejo, no presente, na situação atual na Colômbia, o Governo não vê mais esse entorno como parte do problema, e sim como parte da solução. Todos sabemos que o Presidente Chávez foi fundamental, a participação dele foi central na negociação com as Farc. Tudo bem. Abrigava as pessoas lá e isso era um grande problema para a Colômbia, é claro: estar abrigando forças de insurgência, a Colômbia não podia achar formidável, mas já passou a utilizar. Se num momento houve um conflito tremendo, é claro, de oposição, só brigando, terroristas, por outro lado, aproveitou-se o potencial da Venezuela, do então Pre-

sidente Chávez, para poder resolver esse problema, para negociar, para ir para o diálogo.

A mesma coisa com o Equador. O Equador teve um episódio com a Colômbia tremendo. Quer dizer, a Colômbia mandou, invadiu militarmente – desculpem, sou sincera – o Equador para pegar bases terroristas e realmente foi uma operação bem sucedida, mas a gente pode imaginar o efeito que isso teve. Era praticamente o rompimento tremendo de relações.

O que o governo atual fez? Recompôs. Então, nesse sentido, ao usar o entorno, apesar de diferença ideológica, seja o que for, como parte da solução, ao reconhecer a vizinhança como sendo importante, eu vejo isso como um fator muito favorável a um êxito, a um desfecho feliz das negociações. Repito: não será para hoje e nem para amanhã. Vai ser complexo, mas eu acho que o Brasil deve dar todo apoio a isso.

Com relação à Senadora Ana Amélia, a pergunta colocada sobre a relação no Mercosul com a Colômbia. Conforme os senhores sabem, temos o Acordo de Complementação Econômica nº 59 (ACE 59), que dá preferências tarifárias de lado a lado.

Há tanta coisa para falar sobre a Colômbia que não citei. A preferência da Colômbia voltada para o exterior é de negociações de acordo de livre comércio. Com os Estados Unidos levou um tempo, mas finalmente foi aprovado. Eles estão negociando um agora com a União Europeia, temos esse agora com o Brasil, e talvez as condições desse acordo com o Brasil não sejam as mais favoráveis, mas também é verdade que, apesar dos acordos assinados com os Estados Unidos, por exemplo, não está havendo um resultado muito favorável. Talvez não haja tempo, talvez seja a questão atualmente da recessão mundial, da economia mundial, mas tampouco há grandes progressos. Então eu acho que essa é uma área em que nós temos que trabalhar sim. Essa pergunta é muito bem vinda, nós temos que trabalhar nessa área.

Não especificamente sobre a Colômbia, mas eu não poderia deixar de me referir a minha experiência em Israel, que foi citada aqui pela Senadora Vanessa, a experiência dela ao visitar a Palestina.

De fato, eu, após quase três anos em Israel, saio um pouco frustrada, um pouco marcada pelo que é esse conflito tremendo, duradouro, ou seja, a ocupação da Palestina, que eu, com profundo respeito e admiração pelos israelenses, pelo povo judeu como um todo, sinceramente, acho que o caminho que se está seguindo, que a evolução da questão da ocupação, não a vejo com uma perspectiva muito otimista.

Gostaria de ser bem mais otimista, porque o que eu queria ver era justiça, direito, felicidade tanto para os israelenses quanto para os palestinos. Não vejo a

coisa bem encaminhada, mas não perco as esperanças. E o Brasil apoia e sempre está pronto para qualquer diálogo, para qualquer participação que possa ter.

Muito interessante, nesse sentido, a distinção que o Senador Cristovam fez entre diplomacia e política externa. Eu não tinha pensado nisso, mas é verdade. Eu acho que às vezes as coisas podem se confundir. Talvez ele peça um pouco mais de ousadia, mas nós, diplomatas, somos parte de uma equipe, temos nosso chefe, que é o Ministro, e aí seguimos.

Ainda com relação à Senadora Vanessa, eu a ouvi com muito entusiasmo, com muito interesse. São muito bem vindas as posições dela, fico muito feliz que ela tenha sido escolhida relatora da minha indicação, porque essa área de mudança climática, a parte de floresta tropical, a importância da floresta tropical para o mundo... Inclusive isso tem um elo com a questão da soberania levantada pelo Senador Cristovam Buarque. A integração. Para mim a solução é trabalharmos com países como a Colômbia, que tem interesses semelhantes aos nossos.

Senador Luiz Henrique, eu não saberia responder agora, mas me comprometo a estudar qual é o processo na Colômbia, qual é a lei que eles teriam. Mas eu não acredito que eles tenham uma lei à altura da nossa de proteção florestal ainda. Não conheço, conhecerei, certamente será um dos primeiros temas sobre os quais vou me debruçar ao chegar lá, se aprovada por esta Comissão, naturalmente.

Fico muito feliz de ver aqui manifestações de entusiasmo pela integração amazônica. Sim, vamos para ações práticas, com certeza, o papel da OTCA, nesse particular, não só de integração com a Colômbia, mas com os demais países. Porque esse monitoramento conjunto, a que nos referimos, é tarefa do Brasil e dos demais membros da OTCA. Essa colaboração multilateral vai ser muito benéfica, inclusive um exemplo, eu acredito, para outros países.

Sim. Confirmo que o Brasil, enfim, a minha embaixada, se for aprovada, vai acompanhar com grande empenho esse acordo para o estabelecimento de uma zona de regime especial fronteiriço entre Letícia e Tabatinga, porque eu quero ir lá para cumprimentar a Comissão quando vierem festejar.

Aqui foi assumido o compromisso, pela Senadora Vanessa, e eu quero estar lá, em primeira visita a essa área, quero receber a Comissão. Então, que resolvamos isso rapidamente para podermos festejar.

Uma pergunta que foi interessante. As perspectivas da OTCA e também o processo de paz. Não acredito que seja vinculada uma pergunta à outra. Quanto ao processo de paz, eu acredito ter enfim respondido na medida em que posso responder, porque bola de

crystal é difícil. Mas eu acho que temos que ir com fé, a fé não costuma falhar, há que dar todo apoio.

Temos aqui também uma pergunta do Senador Luiz Henrique sobre a questão: como a guerrilha se coloca, em sua origem ideológica, e a situação atual. Mais uma vez, sob pena de me repetir, mas vou me repetir, quando uma guerrilha de origem ideológica se mistura com a oposição, a contrainsurgência, vem narcotráfico no meio e isso dura cinco décadas, aí realmente tudo adquire uma fluidez onde é difícil identificar exatamente quem é o quê; quem está fazendo o quê.

Claro que eu não tenho a menor dúvida de que as Farc surgiram exatamente pela insatisfação do camponês com o processo político que pairava por cima da cabeça de todo mundo, porque as elites mancomunadas sufocavam qualquer possibilidade de manifestação popular.

Hoje em dia, se nós falamos que a Colômbia é democrática, então como é que fica isso? Mas é que já se desencadeou uma dinâmica. Então, o importante é parar essa dinâmica. E como parar essa dinâmica? Eu acredito que pelo social, dando condições à reinserção desses grupos todos na sociedade colombiana.

Temos uma pergunta aqui também. Sim, também em razão dos conflitos. Causa dos conflitos bélicos: quer dizer, como é que a gente admite, com tantas possibilidades de bem-estar no mundo inteiro, progresso da medicina, com tudo, que perdurem esses conflitos? Também aqui lá vem um pouco da minha experiência de Israel. Eu não posso deixar de falar da minha experiência lá. Os israelenses, os judeus sofreram o holocausto, foram perseguidos. Isso tem que deixar marca; tem que deixar marca nas pessoas, nas gerações. Então, se a pessoa tem medo, tem que se defender – isso pode até ser explorado politicamente ou não por lideranças –, pode levar a situações de conflito.

Eu acho que no Brasil, nesse sentido, apesar de todos os problemas que nós temos, que estamos vencendo, de pobreza e tudo mais, não temos essa animosidade; temos a felicidade de sermos todos brasileiros. Damos lições aos outros? Não. Estamos aqui, se quiserem, com exemplos; não para dar lições.

Isso é o que eu acho que nos credencia para um diálogo, para um diálogo pela paz; é um dos fatores que eu acho que pode ser talvez até mais utilizados, não sei, quando falamos em colocar o Brasil no mapa, quer dizer, a maior projeção do Brasil em termos locais, em termos regionais.

Conforme meu colega bem assinalou, o Brasil goza de muita simpatia, muita simpatia. Como eu falei; em Israel, e na Palestina, é impressionante, para o Brasil abre-se um sorriso. Não é só a parte cultural, não saberia bem dizer, são pessoas que vêm aqui, nós não explo-

ramos bem esse capital. Nós falamos muito do custo Brasil, mas do charme Brasil não falamos muito não. É tão natural para a gente que, eu não sei, eu acho que aqui temos esses fatores, mas eu não saberia definir claramente, é uma coisa um pouco difusa, mas que nos beneficia muito. Estamos em um momento muito bom, e eu acho que isso nos dá um grande capital do qual nós, como diplomatas, nos beneficiamos.

Senador Jarbas Vasconcelos, V. Ex^a esteve duas vezes em Bogotá; o Senador Ferraço também se referiu à questão da segurança urbana, da mobilidade, do combate à violência. Repito: eu, como carioca, vivi isso e para mim é um tema que me toca muito de perto. Essa área, essa ideia de cooperação entre o local, quer dizer, os governos estaduais, e até os municipais, porque, na segurança, essa parte, está muito vinculada ao local – Brasília, tudo bem, dá as grandes condições –, mas é no local que as coisas estão se resolvendo. Eu só estive em Bogotá uma vez, vou confessar, estive na década de 80, porque eu trabalhava na Divisão de Visitas, como parte da comitiva do Presidente Sarney. Eu não vou nem descrever o que era Bogotá nessa época, praticamente não se podia sair do hotel. Saíamos todos quase que em carros blindados e sempre com guardas, com tudo. Era uma coisa tremenda, uma coisa que o Rio de Janeiro, graças a Deus, nunca chegou a tanto. Era assustador. Hoje em dia, pelo que me dizem, é outro mundo, totalmente diferente. Então, se eles conseguiram, vamos aprender; vamos, sim, aprender com eles. A sua sugestão para mim foi muito, muito bem-vinda. Eu acho que isso vai ser um projeto que não só vai ajudar concretamente a gente, no Brasil, como vai dar um impulso ao relacionamento bilateral. Porque nada melhor do que perguntar: desculpem-me, como é que os senhores fizeram? Eu queria aprender. Essa é uma coisa que cria um clima, e é por aí. Acho que o Brasil pode às vezes até despertar desconfiança pelo seu tamanho, pela sua projeção, mas, se um país como o Brasil pergunta: como é que vocês fizeram? Então, nós estamos igualando, aí temos um diálogo, um campo muito bom para cooperação. Queria muito agradecer essa sugestão. E certamente, se aprovado aqui, repito, um projeto que vamos colocar em marcha, inclusive com a ajuda da Afepa – Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares, para a gente poder tocar esse projeto e expandir não somente ao Rio de Janeiro, mas aos demais Estados, naturalmente.

Eu me referi muito rapidamente à presença do Brasil no mundo, o papel do diplomata, e mais uma vez me associo ao que disse o meu colega Santiago, de que o nosso papel é o de facilitador, é o de fazer pontes. Quem faz a ponte faz os dois lados, identifica

as oportunidades lá e chama a atenção para as oportunidades aqui.

Então, esta sabatina, para mim, é uma parte muito importante, porque, no passado, o diplomata era acusado de viver numa torre de marfim, estava ali isolado. Hoje em dia, no Brasil democrático, o diplomata está aqui, está na água e, portanto, é para se molhar, em qualquer lugar do mundo. Essa expansão da nossa rede e o reconhecimento do nosso trabalho, que eu vi aqui, realmente, deixou-me muito satisfeita. Tenho certeza de que isso chegará aos ouvidos do Ministro Patriota.

Eu não teria mais nada a dizer do que muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco/PMDB – PE) – A Presidência agradece as exposições...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco/PMDB – PE) – Pela ordem, Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Eu, na realidade, não tinha perguntas a fazer, mas devo confessar que gostei muito da expressão: “às vezes a gente foca muito no custo Brasil e se esquece de observar o charme Brasil”. Acho que é uma expressão muito feliz, que nos enche de orgulho.

Devo dizer que a impressão que temos é de que, se o Brasil tem esse charme, isso se deve muito à qualidade do nosso corpo diplomático, que é bem preparado, discreto, mas extremamente atento a tudo o que acontece, está dando uma grande contribuição, em todos os sentidos.

Então, estamos aqui diante de dois representantes diplomáticos, no Azerbaijão e em Bogotá. As relações Brasil/Colômbia cresceram muito na última década em todos os sentidos, em termos comerciais também. Devo dizer que a nossa experiência bem sucedida em educação no Acre teve inspiração lá na Colômbia.

O nosso ex-governador, hoje Secretário-Executivo do MEC, Binho Marques, esteve na Colômbia, onde fez curso. Muito do que aprendeu na Colômbia ele implantou no Acre. A gente conseguiu resultados excepcionais, a gente saiu da 27ª colocação, na avaliação de qualidade de ensino, e, uma década depois, conseguimos chegar à 9ª colocação. Esse índice hoje até evoluiu um pouco mais. Então, a gente tinha um discurso muito atencioso no sentido de a gente diminuir o preconceito com a Colômbia, porque, quando se falava de Colômbia, só se falava em violência, em narcotráfico, e não se dava atenção a uma experiência bem sucedida que estava acontecendo.

Então, acho que a gente pode potencializar essa visibilidade do que tem de bom acontecendo na Colômbia.

Nunca tive oportunidade de ir a Bogotá, mas gostaria, sim, de aprender e seguir exatamente o exemplo proposto pelo Senador Jarbas Vasconcelos. Não tem porque a gente ter preconceito em copiar. Copiar o que é bom é um gesto de grandeza, e o Brasil precisa de gestos de grandeza no sentido de copiar o que é bom.

Quero desejar muito sucesso nas missões do Embaixador Santiago, da Embaixadora Maria Elisa, que tenham todo sucesso.

Que a gente possa ter sempre as relações brasileiras cada vez mais bem visibilizadas, que esse charme brasileiro continue fazendo boas amizades, porque o mundo caminha em função das boas relações.

Nós aprendemos muito com vocês, cada vez que a gente tem uma sabatina, a gente tem uma verdadeira aula, e aula de boníssima qualidade, então, quero cumprimentá-los e dizer que fiquei muito feliz com as exposições.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco/PMDB – PE) – A Presidência agradece, Senador Anibal Diniz, sua interferência. Como não há uma pergunta concreta, V. Exª faz uma constatação na qual, acredito, todos concordamos.

A Presidência, de acordo com o disposto no inciso IV do art. 32 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, determina que a reunião da Comissão de Relações Exteriores, a partir de agora, será transformada em reunião secreta.

Designo o Senador Anibal Diniz para atuar como Secretário.

A Mesa também designa os Senadores Cristovam Buarque e Sodrê Santoro para...

(Falha na gravação.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco/PMDB – PE) – Comunico a aprovação dos Srs. Embaixadores Luis Bento e Maria Elisa, que foram acolhidos, acatados por unanimidade da Comissão de Relações Exteriores.

As comunicações serão feitas à Presidência da Casa.

Os Embaixadores estão dispensados.
Passamos ao Item nº 3 da pauta.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 5, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor EDGARD ANTONIO CASCIANO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo

de Embaixador do Brasil junto à República Helênic.**Autoria:** Presidente da República**Relatoria:** Senador Cristovam Buarque**Relatório:** Os integrantes da comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.**Observações:***Leitura do Relatório, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011 – CRE.*

Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF)

– Sr. Presidente, a Casa é chamada a se manifestar sobre indicação que a Presidenta da República faz ao Sr. Edgard Antonio Casciano, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Helênic.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores em atendimento a preceito regimental, o indicado nasceu em 12 de junho de 1950, em São Paulo. É filho de Carmine Casciano e Stella Vera Perrone Casciano.

Graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em 1974. Frequentou o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco no ano de 2003, quando defendeu a tese intitulada “Tendências da política externa da Alemanha reunificada: continuidade e mudança”.

Em 1982, titulou-se como Terceiro-Secretário na carreira diplomática. Entre as funções desempenhadas pelo diplomata, destacam-se a de Primeiro-Secretário na Embaixada em Atenas; Chefe Substituto na Divisão de Programas de Promoção Comercial; Conselheiro na Embaixada em Berlim; Embaixador na Embaixada em Damasco. Para além dessas atribuições, o indicado contribuiu significativamente nos trabalhos do Instituto Rio Branco na condição de Membro, Vice-Presidente e Presidente de bancas examinadoras dos respectivos Cursos de Altos Estudos.

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial com sumário executivo sobre a República Helênic.

Destacamos, de início, a circunstância de que ambos os países declararam sua independência em 1822 – é muito interessante que apesar de a Grécia ser a mãe de todas as repúblicas, como nação moderna só se iniciou em 1822.

O estabelecimento de relacionamento formal entre os dois Estados, no entanto, ocorreu no ano de 2012, com a nomeação do primeiro Embaixador brasileiro para a Grécia. Esse fato, contudo, não inviabilizou o estabelecimento da primeira comunidade grega no

Brasil, na Ilha de Florianópolis, em 1883. Vê-se, assim, que os vínculos que nos unem são antigos.

As relações bilaterais, que têm sido marcadas por intensa cordialidade, fortaleceram-se com o tempo mediante celebração de acordos em distintos domínios (comércio; previdência social; turismo; cooperação cultural e educacional; cooperação em assuntos econômicos, científicos, tecnológicos e de inovação). Nessa ordem de ideias, merecem registro as visitas oficiais da Presidente Dilma Rousseff em 2011 e do então Chanceler Celso Amorim em 2009.

O fato de a Grécia ser membro da União Europeia dá, de tal ou qual maneira, o tom de seu posicionamento em determinados assuntos na esfera multilateral. O governo grego tende a acompanhar as políticas europeias nos domínios exclusivos do bloco. Entretanto, nos espaços em que prepondera a vontade individual dos membros, a Grécia tem se revelado parceira importante, por exemplo, à candidatura do Brasil a assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

As relações econômicas, por seu turno, são bastante equilibradas.

Verifica-se regular superávit comercial em favor do Brasil e balança de serviços vantajosa para a Grécia – provavelmente aí, Sr. Presidente, por causa de a Grécia ser um país importante no transporte naval, que entra na balança de serviços.

As trocas comerciais, que não são desprezíveis, podem melhorar. Nesse sentido, os setores portuário e naval, bem como os de energia e turismo apresentam imensas possibilidades. O maior desafio, nesse domínio, está na superlativa crise econômica por que passa o Estado grego no momento presente.

Com efeito, desde 2009, a Grécia experimenta restrições econômicas severas. Em derradeira análise, resultado do seu imenso déficit fiscal 13,6% do PIB. Essa circunstância levou o país ao epicentro da crise econômica europeia de 2010. A dimensão dos desafios enfrentados pelo povo helênico pode ser auferida tendo em conta o fato de a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional terem implementado o maior plano de resgate econômico já concedido a um país. A soma de recursos canalizados para o Estado grego equivale à quase metade do seu PIB.

Esse socorro, no entanto, traz consigo a necessidade de aplicação de medidas de austeridade sem precedentes. Assim, o governo grego aumentou impostos, demitiu servidores, cortou benefícios trabalhistas, alterou direitos previdenciários. Elas, entretanto, foram consideradas insuficientes. Houve, com isso, maior pressão externa para redução do déficit público de 15,6% para menos de 3% até 2014. Os percentuais são

apertados. A crise de crédito se agravou e contaminou outras regiões da Europa. Os credores se impacientaram. A população foi às ruas. Cenas de violência se tornaram cotidianas e os choques entre manifestantes e a polícia resultou em mortos e feridos.

No romper de 2011, greve geral paralisou o país e levou 35 mil pessoas às ruas da capital em protesto contra o arrocho econômico. A crise, contudo, não apresentou sinais de melhora inobstante as medidas de austeridade praticadas. A Grécia segue para o quarto ano sucessivo de recessão.

A comunidade internacional, de modo destacado os membros da União Europeia, passaram a considerar o calote da dívida grega como uma possibilidade, inclusive, aceitável. Em junho de 2011, novo aporte de recursos do FMI e do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira é direcionado ao país. Em precedente inédito na zona do euro, a Grécia passa a ser monitorada pelo Fundo.

Em meio aos imensos desafios econômicos, o país experimentou ainda maiores turbulências na política interna com a renúncia do Primeiro Ministro Papandreou. O quadro se agravou. O governo do ex-Vice-Presidente do Banco Central Europeu, Lucas Papademos, ampliou as medidas de austeridade, o que levou mais de 100 mil pessoas a protestar em fevereiro de 2012 nas ruas de Atenas. Na sequência dessas manifestações, o parlamento aprovou legislação que acarretou a redução do orçamento do país em 1,5% do PIB. Essa medida era condição imposta pelo FMI para o recebimento de novo pacote de resgate.

O novo plano impôs, como contrapartida, a necessidade de o governo local reduzir a dívida pública de 165% do PIB para 121% até 2020. Por conta da exigência imposta pela União Europeia, pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Central Europeu de gerar maior economia, mais um plano de austeridade foi posto em prática. Com isso, outra greve geral foi convocada no início do ano passado em protesto contra aumento de impostos.

A crise tem-se revelado impiedosa. Desde seu início, em 2008, o PIB grego encolheu, pasmem, 20%. A dívida pública do país saltou de 113% para 170% do PIB ao invés de diminuir, como se esperava, como proporção do PIB. E o déficit orçamentário chegou a 9,1%. Esse número representa três vezes o limite recomendado pelos países da União Europeia. O resultado social mais tangível dessa avaliação foi o aumento no número de desempregados que passou de 8% para 25%, ou seja, Presidente, em cada quatro pessoas uma está desempregada, na Grécia.

A Grécia, no entanto, não está só neste cenário devastador. É certo que sua situação é a mais aguda;

não menos certo, entretanto, é que os demais países do grupo (Portugal, Irlanda, Itália e Espanha) também enfrentam problemas econômicos e sociais dramáticos.

Nesse contexto, é razoável supor que nessa missão junto ao governo helênico o Brasil há de experimentar a possibilidade de entender o que lá aconteceu. Convém registrar que a comunidade de brasileiros naquele país conta com aproximadamente 5 mil residentes, que são assistidos pelo setor consular da Embaixada em Atenas e por consulados honorários em Tessalônica e Pireu. Essa comunidade brasileira, tendo em conta o momento por que atravessa a Grécia, deve merecer atenção especial e redobrada de nossos representantes junto ao governo local.

Para além disso – e termino, Sr. Presidente –, considerando as sólidas relações bilaterais estabelecidas há mais de cem anos, bem como o fato de o Brasil já ter experimentado em passado recente o duro remédio imposto por políticas de arrocho fiscal com suas pesadas consequências sociais, nosso país deve permanecer solidário ao povo e ao governo grego na busca de soluções socialmente mais justas aos desafios econômicos que enfrentam.

Acrescento ainda, Senador, que o Brasil precisa olhar a Grécia, até para não cometermos erros que foram cometidos, com o excesso de consumo, em alguns momentos, por conta da possibilidade de o euro dar a ilusão de um aumento de riqueza. A população, obviamente, se beneficiou muito do ponto de vista do consumo, Senador Anibal Diniz, mas um dia teve de pagar a conta.

Nós não podemos continuar no mesmo risco.

Apesar de não estarmos dentro de uma moeda única continental como o euro, o fato de que o câmbio, no Brasil, tem sido, de certa maneira, extremamente favorável à moeda brasileira, deve servir como um alerta para nós olharmos o que aconteceu na Grécia.

Somos muito diferentes, temos estruturas mais sólidas. Inclusive, o nosso sistema bancário, desde o Proer – é preciso lembrar, mas, mesmo assim, nunca é demais olhar o que acontece nos outros países.

Eu fecharia lembrando que somos muito diferentes, mas a Grécia também fez uma Olimpíada, com gastos extremamente elevados para o orçamento daquele País.

Dito isso, tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito desse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco/PMDB – PE) – Parabéns, Senador Cristovam, pelo substancial parecer que oferece à Comissão de Relações Exteriores.

Em discussão a matéria (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do §2º do art. 3º do Ato nº 01, de 2011, desta Comissão.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco/PMDB – PE) – Pela ordem.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, foi apresentado o relatório ao Projeto de Decreto Legislativo nº 32, que trata do acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Alemanha.

Por se tratar de um assunto de certa urgência, eu pediria a possibilidade de esse item ser incluído extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco/PMDB – PE) – Se não há contestação do Plenário, podemos discutir e votar a matéria.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com a permissão de V. Exª, passo à leitura do relatório.

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à consideração congressional, por meio da Mensagem nº 68, de 1º de março de 2012, o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre cooperação em matéria de defesa.

A referida Mensagem dá notícia de que o acordo foi assinado na cidade de Berlim, em 08 de novembro de 2010.

A Exposição de Motivos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, que acompanha o documento presidencial, informa que o acordo tem por objetivo promover a cooperação em assuntos relativos à defesa, especialmente nas áreas de política de defesa, pesquisa e desenvolvimento militares, apoio logístico e aquisição de produtos e serviços.

O texto indica ainda que a cooperação bilateral deverá contemplar o assessoramento em tecnologia militar, o intercâmbio de experiências e conhecimentos em assuntos relacionados à defesa, educação e treinamento militar e cooperação em outras áreas de interesse mútuo no campo da defesa.

O Ministério da Defesa, com a participação do Itamaraty, conduziu as negociações e aprovou o texto final.

O acordo foi apresentado à Câmara dos Deputados em 23 de maio de 2012. Ele foi aprovado por aquela Casa legislativa em 14 de março de 2013 e remetida à apreciação do Senado.

A proposição foi distribuída a esta Comissão nos termos do art. 376, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal. Destaque-se, além disso, que não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

A matéria foi, em sequência distribuída para minha relatoria.

Cumprе ressaltar, de início, que não há reparos a serem feitos ao projeto no que concerne à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

No mérito, o acordo tem como objetivos promover a cooperação entre as partes em assuntos relativos à defesa, partilhar conhecimentos e experiências adquiridas nesse domínio; compartilhar conhecimentos nas áreas de ciência e tecnologia; promover ações conjuntas de treinamento e instrução militar; colaborar em assuntos relacionados a equipamentos de defesa; trocar informações relacionadas a assuntos de segurança internacional e cooperar em outras áreas no domínio da defesa que sejam de interesse comum.

O ato internacional em apreço destaca que a cooperação será conduzida pelos princípios da igualdade, reciprocidade e interesse mútuo, bem como será implementado em conformidade com a legislação nacional e com as obrigações internacionais de cada parte. Releva, por igual, registrar que o texto faz expressa menção à necessidade de respeito à Carta da Organização das Nações Unidas.

O Acordo versa, também, sobre o âmbito da cooperação entre os dois países, suas respectivas responsabilidades financeiras relativas à implementação do instrumento convencional.

O tratado estabelece, ainda, que “todas as atividades de implementação do Acordo serão realizadas em conformidade com acordos bilaterais pertinentes sobre a proteção mútua da informação sigilosa” (art. 5º). No ponto, parece prudente recordar a necessidade de observância, no caso brasileiro, do que prescreve a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, denominada Lei de Acesso à Informação. Nesse sentido, estima-se que os mencionados “acordos bilaterais pertinentes” devem estar em conformidade com esse diploma legal.

No mais, o documento segue o padrão de acordos desta natureza a nos vincular com outras soberanias. Inexiste no texto submetido à apreciação congressional cláusula ou dispositivo inovador relacionado ao objeto do tratado, que demande estudo mais pormenorizado.

Voto.

Tendo em consideração o relevante interesse nacional do Acordo, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco/PMDB – PE) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Anibal Diniz. As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 15 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2013, SEXTA-FEIRA, ÀS 14:00 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO 7.

Às quatorze horas e seis minutos do dia doze de abril de dois mil e treze, no plenário sete, sob a Presidência da Senhora Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Aloysio Nunes Ferreira e Roberto Requião**. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidente declara aberta a Reunião. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública destinada a instruir o PLS 399, de 2011, de autoria do Senador **Roberto Requião** que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação), para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento automático de diplomas oriundos de cursos de instituições de ensino superior estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica, em atendimento aos Requerimentos nº 42, de 2012 – CRE e 14, de 2013 – CRE, ambos de autoria da Senadora Ana Amélia. A Presidente convida a compor a Mesa e a fazerem as suas exposições os Senhores e as Senhoras Luana Bonone, Presidente da Associação Nacional dos Pós-Graduandos – ANPG; Helena Bonciani Nader, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; Vicente Celestino de França, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior – ANPGIEES; Karlos Celso de Mesquita, 1º Vice-Presidente da Academia Nacional de Medicina – ANM. Fazem uso da palavra os Senadores Roberto Requião e Aloysio Nunes Ferreira. Os convidados respondem aos questionamentos. A Presidente convida a compor a Mesa e a fazerem as suas exposições os Senhores Carlos Estephano, Presidente da Associação Brasileira de Pós-Graduandos no Mercosul - ABPós MERCOSUL; Jorge Almeida Guimarães, Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de

Nível Superior – CAPES; Luiz Roberto Curi, Membro da Câmara de Conselho Superior (Representante de José Fernandes de Lima, Presidente do Conselho Nacional de Educação - CNE); Paulo Cesar Duque Estrada, Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio. Faz uso da palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Os convidados respondem aos questionamentos. A Presidente registra a presença dos Senhores Vereadores de Rondonópolis/MT Carlos Vanzelli e Reginaldo Souza Santos e dos Senhores e Senhoras Josa Barbosa; Izabel Cristina F. Malzac; Doracy Rodrigues Guimarães; Maria de Lourdes Cadidê; Miriam Moreira Duque; Marlus Luiz Cecatti; Roberto Belo Júnior; Cláudia Alves de Souza; Celso Afonso Pinto; Maria Célia C. de Melo; Ney Robson Fialho Bezerra; Patrícia Almeida Fernandes; Wandecleice Lucena Fernandes. A Presidente faz a leitura das perguntas recebidas pelo Alô Senado e pelo e-cidadania. A Presidente registra também a presença da Senhora Magda Abou El Hosn, advogada e coordenadora do Curso de Direito da Faculdade de Belém do Pará; Maria Luzia dos Reis Silva, Diretora da Escola de Educação Superior Valor Humano, do Pará; Lindinalva Alves da Silva, Secretária do Núcleo de Rondonópolis, Mato Grosso; Vilmondes Aprígio da Silva Luz, Diretor Jurídico de um sindicato de Rondonópolis, Mato Grosso, ligado à área de Educação; Antonio de Pádua Quirino Ramalho, 2º Secretário do Departamento de Fiscalização do Conselho Regional de Medicina do Amazonas; Isaías Régis, Diretor do Uniesc, de Florianópolis; Drª Edilene Soraia da Silva, professora universitária do Estado de Santa Catarina; Ismael Lemes Vieira Júnior, professor universitário da Fahub; Laura Tereza de Souza, Coordenadora da Faculdade Nossa Senhora de Lourdes; Rose Cabral, assessora de comunicação social do IFS de Sergipe, mestre pela Lusófona de Portugal; Prof. José Neilton Nunes, aluno de mestrado da Cenfap, Alagoas; José Eduardo Nogueira Villela, professor do ensino básico, técnico e tecnológico do Instituto Federal de São Paulo; José Cláudio Reis Santiago, professor de Física; Profª. Lucilene Representante, da Assembleia Legislativa do Mato Grosso; Pedro Fernandes, médico formado na Bolívia, da Faculdade Ucebol; Antonio Fernandes de Moraes, professor; Izilda Ângela Guimarães, professora de Literatura de Barbacena, Minas Gerais, e da Escola Preparatória de Cadetes; Izabel Cristina Ferreira Malzac, professora de Matemática do Distrito Federal; e o Denir, citado pelo Prof. Carlos Estephano, que é administrador de empresas, professor, estudou na Universidade da Inglaterra e, há dez anos, espera a revalidação do seu diploma no Brasil. Nada havendo mais a tratar, a Reunião é encerrada às dezessete

horas e um minuto, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senadora **Ana Amélia**, Presidente em exercício.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senhoras e senhores, declaro aberta a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A presente reunião se destina a realizar uma audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 399, de 2011, de autoria do Senador Roberto Requião, que altera Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que é a Lei de Diretrizes de Bases da Educação, para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento automático de diplomas oriundos de cursos de instituições de ensino superior estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica, em atendimento ao Requerimento nº 42, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores, e ao Requerimento nº 14, de 2013, da Comissão de Relações Exteriores, os dois de minha autoria.

Eu queria convidar a Luana Bonone, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos, para que tenha participação na Mesa; a Drª Helena Bonciani Nader, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; o professor Vicente Celestino de França, que preside a Associação Nacional de Pós-Graduandos em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior; e Karlos Celso de Mesquita, que é o 1º Vice-Presidente da Academia Nacional de Medicina.

Eu queria informar aos nossos telespectadores, aos participantes e aos convidados, a quem eu, antecipadamente, agradeço, que esta reunião está dispondo de utilização do serviço de interatividade do Senado Federal, que permite a qualquer cidadão do País encaminhar perguntas e comentários destinados ao nosso convidado, por intermédio desta Presidência. Para tanto, o internauta pode, desde já, acessar o Portal e-Cidadania, no *site* do Senado Federal, na opção Audiência Pública – Participe.

Na página da nossa reunião de hoje, é possível a cada cidadão acompanhar a transmissão ao vivo desta reunião, bem como, por meio do Mural do Cidadão, enviar o seu comentário ou a sua pergunta, e a pergunta será repetida aqui, feita aqui, para que os convidados a respondam.

Os comentários e perguntas sofrerão uma triagem, conforme definido nos termos do uso do portal. Essa triagem não é feita com base na qualidade do comentário ou no mérito da pergunta, mas no cumprimento de regras de respeito e urbanidade, bem como

na conexão com a finalidade do serviço que está sendo oferecido e do tema que nós estamos debatendo, que é o projeto de lei do Revalida. Cada Senador ou Senadora, bem como a própria sociedade, podem ver os comentários e perguntas por meio da própria página Audiência Pública, no Portal e-Cidadania.

É importante destacar que o cidadão pode também apresentar as suas perguntas por meio do telefone Alô Senado 0800-612211. Essa ligação é gratuita, pode ser de telefone fixo, telefone público ou celular. Essas inovações buscam tornar mais dinâmica a participação da sociedade na atividade legislativa e no debate parlamentar, incentivando o engajamento dos cidadãos na formulação das políticas públicas de nosso País.

Dito isso, fica também bem claro aos senhores que estão aqui participando desta audiência qual foi a intenção desta Presidência ao tomar a iniciativa de fazer um requerimento pedindo uma audiência pública. Audiências públicas são o ambiente mais democrático para que as partes envolvidas neste tema, que tem um relevante grau de polêmica esclareçam suas dúvidas. Então, essa participação, essa audiência pública tem esse caráter democrático, e nenhuma suspeita pode ser levantada sobre a iniciativa de um Parlamentar.

Todos nós aqui temos uma responsabilidade enorme com os mandatos que nós exercemos, e nenhum Senador se vale de qualquer subterfúgio para procrastinar, demorar ou fazer qualquer tipo de ação, manobra que tenda a prejudicar alguma parte interessada. Nós estamos aqui é para colocar exatamente no centro da discussão um tema que é de interesse de todos os brasileiros, e não apenas de uma categoria específica. Então, eu queria deixar claro esse esclarecimento, para que não haja nenhuma dúvida a respeito das intenções e dos objetivos que me levaram, com toda a liberdade, a fazer o requerimento para esta audiência.

Quero agradecer a presença de todos aqui e dizer que as manifestações devem ser feitas no nível da razoabilidade e da educação para com aqueles que estão aqui para participarem, porque esta é uma Casa democrática, mas é uma Casa que tem regras a serem respeitadas.

Dito isso, eu passo a palavra a... Antes, porém, quero dizer que já está aqui presente o Professor Jorge Almeida Guimarães, Presidente de Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a quem convido para tomar assento à mesa.

Peço aos demais convidados que também tomem assento onde estão inscritos os respectivos nomes.

Como são oito os convidados para esta audiência, nós preferimos fazer dessa forma, Senador Aloysio Nunes Ferreira, a quem agradeço muito a presença neste

debate tão relevante. Sua presença aqui enriquece a nossa discussão.

Convido para fazer uso da palavra, de imediato, o Dr. Vicente Celestino de França, que é Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior.

Com a palavra o Professor Vicente Celestino de França.

O SR. VICENTE CELESTINO DE FRANÇA – Eu gostaria de solicitar que colocassem a apresentação em tela.

Sr^a Senadora Ana Amélia, demais convidados para esse debate democrático, Srs. Senadores, eu gostaria de, ao iniciar essas palavras, pedir, já que trouxemos para esta audiência uma representação, porque, infelizmente, os pós-graduados que fazem curso no exterior nem todos têm condições de estar em Brasília, haja vista o alto custo para chegarem até aqui, mas nós trouxemos uma representação de todos os Estados...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Professor, desculpe-me, mas eu não fiz menção ao tempo que cada expositor terá. Como é um debate entre os participantes e os Senadores, nós definimos dez minutos de exposição para cada um e, aí, nós teremos mais tempo de fazer o debate.

Eu queria agradecer ao Dr. Paulo Cesar Duque Estrada pela presença, Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); já nomeiei o Prof. Jorge Guimarães, da Capes; o Dr. Luiz Roberto Curi, membro da Câmara de Educação Superior, e o Prof. Carlos Estephano, Presidente da Associação Brasileira de Pós-Graduandos no Mercosul. Agradeço a todos – já mencionei também o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Com a palavra – peço-lhe desculpas – o Prof. Vicente Celestino de França.

O SR. VICENTE CELESTINO DE FRANÇA – Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O seu tempo passa a contar a partir de agora.

O SR. VICENTE CELESTINO DE FRANÇA – Ganhei mais um minuto.

Primeiramente, eu gostaria de convidar brevemente os meus colegas que precisam também revalidar os seus diplomas, as representações, que fiquem de pé, por um minutinho, para que as pessoas olhem para os senhores, e que aqueles que nos assistem contemplem a face dos que necessitam revalidação neste País. *(Pausa.)* Muito obrigado.

Hoje são mais de 20 mil brasileiros que vivem a agonia de não ter seus diplomas revalidados. Pedi que a representação desse contingente populacional que

precisa revalidar seus diplomas mostrasse sua identidade, porque não são malandros, não são desonestos, são cidadãos brasileiros que têm direito e dignidade e merecem respeito e atenção de todos os senhores, principalmente deste Congresso brasileiro.

Na reflexão que eu gostaria de fazer nesses poucos minutos, quero discutir e apresentar três pontos. Primeiro, a realidade daqueles que estudam no exterior; depois, a dinâmica do processo de revalidação e, em seguida, as ações afirmativas a esse processo.

O primeiro ponto é a realidade de quem estuda no exterior, e a grande pergunta que se faz: por que essas pessoas buscam um curso no exterior, seja de graduação ou de pós-graduação? Esse é o primeiro questionamento. Por que essas pessoas buscam e querem fazer um curso no exterior? São várias as respostas a esse questionamento. Primeiro, as pessoas querem estudar lá fora; segundo, em sua grande maioria, as pessoas estudam lá fora porque não tem vaga em nosso País, as vagas são poucas, limitadas e muitas vezes – muitas vezes, podemos assim dizer –, já voltadas exclusivamente àqueles que já estão no ambiente universitário e aqueles que estão fora têm dificuldade de ter acesso a um mestrado e a um doutorado neste País. Então, a grande maioria busca lá fora aquilo que não existe no seu País, aquilo que não existe no seu lugar, por isso essas pessoas vão buscar e vão estudar lá fora, porque não há no seu País vaga.

Por outro lado, vivemos um antagonismo, o antagonismo na formação superior. Temos a necessidade, nosso País está crescendo, precisa de mestres, precisa de doutores, precisa de pessoas capacitadas. Hoje vivemos realmente um apagão na formação, as próprias universidades muitas vezes solicitam abertura de cursos e muitas vezes não conseguem porque faltam mestres e doutores para poderem abrir os cursos. Em outras áreas, sentimos a necessidade de que, num País crescente como o nosso, se pense e repense o modelo que está sendo implantado no nosso Brasil para pós-graduação. É justamente um dos motivos pelos quais a maioria dos brasileiros que cursa no exterior vai buscar lá fora aquilo que não encontra.

Aqui utilizo a palavra do Senador, Relator deste Projeto nº 399, que está sendo aqui instruído: é aquilo que ele chama de exilados acadêmicos, porque têm que buscar lá fora aquilo que não têm no seu Estado, não têm no seu País.

Gostaria muito de poder ter feito o curso na minha cidade, no meu Estado, mas não havia vaga, não há vaga. Então, fui buscar lá fora aquilo que eu não consegui no meu Estado nem no meu País.

O outro ponto é justamente o imperativo da mobilidade acadêmica na sociedade contemporânea. Existem

peessoas neste País que tentam, de forma irracional, modificar a rotação da terra. Não há como impedir a mobilidade acadêmica, não há como impedir esse movimento, que garante às pessoas a oportunidade de cursar lá fora, de poder experimentar outras culturas e outras formações. Por isso, a mobilidade acadêmica é uma realidade, presente em todos os países e também no nosso. Por isso tanta dificuldade é colocada para se afirmar essa mobilidade acadêmica em nosso País.

Os exilados acadêmicos são justamente esses que estão cursando lá fora porque não existe vaga. A ironia de tudo isso é que muitas vezes esses profissionais são reconhecidos lá fora. Seus diplomas têm plena validade no exterior e, quando chegam ao nosso País, à nossa casa, como cidadãos, contribuindo com esse curso para o nosso País, para o nosso Estado, para o nosso Município, chegam aqui e não têm seu direito reconhecido e não podem exercer sua profissão.

Então, é justamente uma situação que encontramos neste País.

O segundo ponto é a dinâmica desse processo de revalidação. Quão difícil é ter acesso à revalidação neste País! E, nesses últimos dias, dificultou-se ainda mais, ainda mais esse processo. Primeiro, a questão da legislação. Temos aqui um direito instituído, na audiência que tivemos no ano passado, nesta mesma data, da qual a maioria dos senhores não puderam participar.

Nesta audiência, eu quero dizer aos senhores que nós discutimos justamente essa questão da legislação. Temos o direito a revalidar o diploma, mas esse direito ainda precisa ser regulamentado. Ele não está regulamentado.

Com relação a essa questão da legislação, é preciso que este Congresso possa se debruçar um pouco mais sobre essa temática, possa concluir essa regulamentação, porque a tentativa de pessoas e de entidades em legislar em nome do Congresso é muito grande. Quantas entidades hoje emitem parecer em questões que competem exclusivamente ao Congresso Nacional, que é quem tem o direito de fazer e criar leis neste País? Isso não é uma atribuição de uma comissão interna de uma faculdade, que tem seus direitos, tem suas prerrogativas. Em questão de legislação, quem tem que dar a última palavra é o Congresso Nacional.

Por outro momento, esses 20 mil brasileiros que necessitam revalidar os seus diplomas vivem um verdadeiro bloqueio das universidades e instituições no Brasil. É um bloqueio. Dos últimos cinco anos para cá quase não tem saído revalidação de diplomas para ninguém, sob o pretexto de que todos os cursos que são de fora, que são do exterior são de má qualidade. Isso é uma falácia. Nós não podemos falar que todos os cursos do exterior são de má qualidade, porque

nós temos aqui, no Brasil, cursos de boa qualidade, de excelência, como também temos cursos de má qualidade, haja vista a lista infindável – olha aqui –, no site do próprio Ministério, dos cursos de má qualidade que foram reprovados pelo próprio MEC. Então, são situações que estamos enfrentando neste País.

(Soa a campanha.)

O SR. VICENTE CELESTINO DE FRANÇA – Eu peço, se possível, um minuto para concluir.

Nós vivemos também a questão estruturante. Nossas universidades precisam ter apoio para dar conta da demanda de revalidação neste País, que não tem conseguido dar conta. Não existe uma estrutura própria para isso e, muitas vezes, essas pessoas estão à mercê das universidades, que estão criando cada vez normas impeditivas – entre elas, eu posso citar as normas que exigem que a pessoa tem que ser do mesmo Estado. Um cidadão brasileiro que vai para o Rio de Janeiro, para a Bahia não pode dar entrada num processo de revalidação, porque ele não reside nesse Estado.

(Soa a campanha.)

O SR. VICENTE CELESTINO DE FRANÇA – Temos processos aqui desde 2006 esperando a revalidação. Não conseguem revalidar os seus diplomas.

Eu quero apenas concluir dizendo que este Congresso já fez cinco audiências públicas, e o próprio Mercosul está trabalhando pela unidade programática, para que possa dar uma resposta mais rápida à questão de revalidação de diplomas neste País. Quero dizer que a nossa associação e demais entidades brasileiras estamos empenhados em buscar, junto com este Congresso e demais entidades, o direito à revalidação, com qualidade.

Essa é a nossa bandeira de luta. Vamos continuar, no Brasil, no Congresso, nos Estados, nos Municípios, para que esse direito de revalidação seja conseguido por todas as pessoas.

A todos, o nosso desejo de revalidação já.

Nosso muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Queria agradecer ao Prof. Celestino e dizer que apreciei, sobretudo, uma frase: “É preciso se debruçar um pouco mais sobre esse tema” – palavras do próprio Professor. E esse é o objetivo exatamente desta audiência, Professor. Agradeço-lhe muito o seu reconhecimento.

Voltaria a lembrar aos nossos internautas que podem acessar também pelo Facebook: www.facebook.com/eCidadaniaSF. No Twitter, @e_cidadania.

Podem, então, ter esses contatos diretos, com as perguntas que podem fazer para os nossos convidados.

Convido, agora, para fazer uso da palavra a Dr^a Helena Bonciani Nader, que é Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

A SRA. HELENA BONCIANI NADER – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar a Senadora Ana Amélia e agradecer esta reunião, que mostra a democracia, a pujança da democracia brasileira. (*Palmas.*)

Realmente, nós, da SBPC, estamos orgulhosos de estar aqui. E gostaria também de mencionar que neste ato também estou representando a Academia Brasileira de Ciências e o Prof. Jacob Palis.

Vou ser bastante breve, para poder haver o debate. Quero colocar que gostei muito, quando o Prof. Celestino falou em qualidade. Esse é o ponto em que nos batemos, porque estudar fora é uma opção individual, é uma opção do foro íntimo de cada indivíduo. Agora, ao retornar, ele ou ela deverão buscar uma revalidação.

Isso é justo também dentro desse papel da cidadania, porém, tem-se de manter a qualidade. Sem a qualidade, estarei sendo injusta não com os 20 mil que estão buscando a revalidação, mas com os 100 mil ou 200 mil que estão cursando cursos do País em situações de cursos fechados.

Então, reitero isto: o Brasil avalia. A Capes criou uma cultura da qual tenho muito orgulho. Não sou funcionária da Capes. Sou funcionária de uma escola federal, a Escola Paulista de Medicina, mas, ao longo de 40 anos, graças ao empenho dos professores, hoje temos um modelo de avaliação que está sendo copiado no mundo. Hoje, a Europa está vindo ao Brasil, para aprender como se faz um mestrado e como se avalia um mestrado.

Então, vejo que, para revalidação de diplomas – estou quase concluindo – de titulação de mestre e doutor, os parâmetros da Capes vão ter de ser obedecidos.

Eu lembro, aqui, a esta Casa que os cursos... Todo mundo fala “curso de mestrado nota 3”. O que se esquece é de que o zero, o um e o dois não foram abertos. Não se pode esquecer isso. Todo mundo fala “curso de doutorado nota 4”: o zero, o um, o dois e o três não foram abertos.

Então, tenho de manter esse padrão. Entendo o que o Prof. Celestino está falando: nós temos de... Por isso, este debate aqui vai ser importante: como manter a qualidade e fazer com que esse processo não fique eterno, eternizado, acho que esse é o grande desafio.

Para a graduação, também coloco uma... não tão tradicional quanto a Capes, infelizmente, mas também já foi adquirido pujança. Começou no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso uma avaliação primeiro para os cursos de Medicina, porque se via que os cursos de Medicina no País não andavam bem. Fecharam-se cursos, outros não foram recomendados

a abrir; criou-se o Provão; esse Provão é extrapolado para os outros cursos. No governo do Presidente Lula e hoje, no Governo da Presidenta Dilma, o Enade substituiu o Provão.

Os professores são avaliados sistematicamente dentro das universidades brasileiras, os cursos de graduação são avaliados. Então, a mesma coisa: quem faz essa avaliação?

Hoje está por conta... A Sesu avalia uma parte, e o Inep. Então, teríamos que também buscar, junto a esses, formas de credenciar, de avaliar. Há algumas ideias que podemos deixar para o debate, mas acho que o conjunto de inteligência que está nesta Casa, associado à sociedade civil, vai poder encontrar uma solução de dignidade para os que querem reconhecer seu diploma, mas mantida a qualidade. Sem a qualidade, nós da SBPC e da ABC não vamos calar-nos. Queremos manter a qualidade.

Fui rápida.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço muito, Dr^a Helena Bonciani.

Vejam que ela não disse que é contra o projeto, pelo contrário. Ela abre caminho para a possibilidade dessa revalidação, observados os critérios rigorosos de qualidade. É um caminho realmente importante que a SBPC...

A SRA. HELENA BONCIANI NADER – A senhora me permite?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pois não, Dr^a Helena.

A SRA. HELENA BONCIANI NADER – Antigamente, tínhamos qualidade para fazer isso dentro das universidades. O que houve é que, ao longo do tempo, o processo ficou com muita pressão. Eu fui pró-reitora de graduação e de pós-graduação e pesquisa. Existe uma pressão com relação aos de má qualidade. Não é o de boa qualidade que faz a pressão negativa, tanto que, na minha instituição, se suspendeu revalidação, porque fomos judicializados inclusive porque alguns, se submetendo a uma prova – na época, era na Medicina –, não foram aprovados no exame prático. Isso não pode acontecer. Se o nosso aluno tem um exame, o que vem de fora também tem de se submeter. Então, suspendemos por essa ocasião. As universidades podem – e cabe a elas dentro de sua autonomia – fazê-lo, mas acho que o direcionamento do padrão de qualidade é fundamental.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço muito.

Pela ordem, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr^a Presidente, apenas para que possamos entender-nos sobre o que está sendo discutido, onde está a divergência, eu me permitiria fazer uma observação.

Pelo que vejo, o que está em discussão não é o reconhecimento, a validação do título de pós-graduação expedido por uma universidade do exterior. Não é isso que está em discussão, porque isso se faz, está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O que está em discussão, em primeiro lugar, é a automaticidade, “serão automaticamente reconhecidos”, de acordo com a redação do projeto. Em segundo lugar, ou somando-se ao “automaticamente”, a instância do reconhecimento, porque estamos discutindo o projeto do Senador Requião com a emenda que lhe foi oferecida pelo Senador Cristovam Buarque, que prevê reconhecimento automático, automatismo, desde que expedido por uma universidade reconhecida como de excelência pelo Poder Executivo. E a legislação atual, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, prevê também a revalidação, desde que conferida por universidade brasileira que tenha curso equivalente de nível de qualidade equivalente.

Então, é a instância de revalidação, na verdade, que é transferida para o Poder Executivo, e introduz-se também o critério de automatismo, e não de exame pela própria universidade. É aí que está a divergência.

Eu queria aproveitar a ocasião também...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É uma boa contribuição que V. Ex^a dá. Gostaria até, depois que ouvirmos os demais expositores... Teremos também pró-reitores aqui falando. No momento, está uma parte da Mesa, faltam mais quatro expositores, que entram na Capes, nas universidades, que poderão dar respostas também a esse questionamento de V. Ex^a, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Apenas queria acrescentar mais um dado a essa problemática, que foi a aprovação, pelo Congresso Nacional, no último dia da Sessão Legislativa passada, em uma pressa, uma correria danada, um projeto que ficou apenas dez dias aqui no Senado, não foi submetido ao exame da Comissão de Educação nem da Comissão de Constituição e Justiça, foi levado diretamente para o Plenário. Ele altera a Lei de Diretrizes e Bases suprimindo a exigência de diploma de titulação de pós-graduação como condição de ingresso nas universidades federais. Isso foi aprovado no bojo de um projeto que tratava de reivindicações salariais e de carreira que tinha sido objeto de um acordo do governo federal e passou, assim, esse peixe podre num inciso ali perdido.

Eu quero registrar fazendo autocritica na prática, porque votei esse projeto, engoli esse peixe podre. Apresentei, ontem já, um projeto de lei para restabelecer a redação original da LDB, exigindo, portanto, o diploma de pós-graduação como condição de ingresso nas universidades federais.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço-lhe muito, Senador Aloysio, pela valiosa colaboração e até pelo aperfeiçoamento.

Ao justificar esta audiência, queria agradecer as palavras da Dr^a Helena Nader, porque, de fato, da forma como foi, não houve muito debate sobre esta matéria, e eu entendi que isso era relevante. O projeto do Senador Requião – o autor está aqui conosco, eu agradeço muito por sua presença – é exatamente nesse sentido de encontrarmos um denominador comum numa matéria que requer de todos nós uma grande responsabilidade.

O Prof. Vicente, antes de começarmos a audiência, lembrou: “Que pena que é numa sexta-feira.” Eu, como Senadora, faço questão de dizer que é uma sexta-feira à tarde para dizer que o Senado trabalha numa sexta-feira à tarde. (*Palmas.*) Há uma comissão funcionando e Senadores estão aqui com toda responsabilidade. Queria apenas agradecer a referência do Prof. Vicente, mas dizer que até a vinda de tantos interessados nessa causa...

Eu também queria dizer, Professor, que ninguém aqui tem qualquer dúvida sobre a legitimidade de cada cidadão que está ali, ninguém duvida disso. (*Palmas.*) Ninguém duvida, nós entendemos, são direitos legítimos, são demandas próprias, mas nós, como legisladores, temos obrigação de cuidar do interesse geral, não de determinadas categorias. Então, aqui nós não estamos discutindo se a pessoa é ou não... A pessoa que levantou a identidade: absolutamente não, jamais isso se passa em nossa cabeça, a questão da identidade. Então, queria apenas dizer que a acolhida aqui é porque esta é uma Casa democrática que discute um tema de interesse nacional.

Eu passo agora a palavra para Luana Bonone, que é Presidente da Associação Nacional dos Pós-Graduandos.

Lembro antes, de novo, que temos essa interatividade com os telespectadores.

Queria agradecer a presença do Dr. Lívio Amaral, Diretor de Avaliação da Capes, e da Dr^a Simone Benck, Secretária Executiva do Conaes que representa Robert Verhine, Presidente do Conaes. Muito obrigada pela presença.

Com a palavra a Dr^a Luana Bonone.

A SRA. LUANA BONONE – Obrigada, Senadora. Quer falar o endereço do Twitter, Senadora?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu já tinha falado também o do Facebook, que é www.facebook.com/eCidadaniaSF; o do Twitter é @e_cidadania.

A SRA. LUANA BONONE – Obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É para aqueles que quiserem ter contato direto com a TV Senado e com esta audiência pública.

Com a palavra a Dr^a Luana Bonone.

A SRA. LUANA BONONE – Obrigada, Senadora Ana Amélia. De pronto já agradeço o convite e parabeno o Senado brasileiro por esta audiência pública, que é, de fato, um instrumento fundamental da democracia conquistado pelo povo brasileiro, um instrumento para a ampliação do debate. A ANPG, inclusive, foi uma das entidades que solicitou que fosse feita uma audiência pública para que pudéssemos nos debruçar mais sobre o assunto.

Cumprimento a Senadora Ana Amélia e os Senadores Aloysio Nunes e Roberto Requião, autor da proposta de lei. Cumprimento a Mesa, os convidados. Acho que isso nos ajuda a ampliar o debate.

Vou ser bastante sucinta. Vou me esquivar de apresentar quaisquer dados, quantos estudantes estão fora, etc., porque há gente mais capacitada do que eu para fazer isso e também porque o Senador Aloysio Nunes foi muito preciso quando abordou as questões que estão em debate, que dizem menos respeito a esse cenário geral e mais respeito à forma como nós podemos resolver uma situação.

Como representante dos pós-graduandos, no caso, matriculados no Brasil, mas como estudantes de pós-graduação – também solidária ao conjunto dos estudantes que estudam em outros países –, eu concordo com a avaliação do Vicente de que se trata de um direito do cidadão solicitar a revalidação do diploma. E mais do que solicitar, porque isso ele já pode fazer, o direito de ter uma resposta mais ágil do Estado brasileiro, visto que o sistema atual de fato precisa de aprimoramento, e eu creio que isso seja um ponto pacífico. Eu não creio que haja polêmica sobre a necessidade de aprimorar o sistema de revalidação. E, por isso, eu valorizo o projeto de lei do Senador Requião, a emenda do Senador Cristovam Buarque, mas, principalmente, esse espaço de audiência para que possamos construir os consensos, Senador Aloysio Nunes.

E, de pronto, parabeno-o também pela sua iniciativa em relação aos diplomas para entrar na universidade como docente, que é um debate em curso na comunidade científica como um todo e bastante importante.

Também reivindico, como estudante, que pode ser bom para o País a gente conseguir ter um processo

mais ágil. Entretanto, sobre o ambiente: na verdade, nós temos uma ampliação da universidade pública brasileira no último período – da graduação e da pós-graduação. Embora na graduação ainda haja muita dificuldade de vaga, acho que a principal questão nem é o problema das vagas. Mas o cidadão pode optar, inclusive, por fazer pós-graduação em outro país e requerer a revalidação. Há novos programas de internacionalização e de mobilidade em curso também. Então, não se trata de um problema, de uma demanda do País, que os estudantes estudem em outros países. Trata-se de uma demanda de cidadãos brasileiros que estão lá e que querem exercer suas profissões aqui. Só para a gente limpar campo sobre as questões que aqui projetam esse debate.

Os problemas mais comuns no modelo atual de revalidação, na nossa avaliação, ouvindo inclusive estudantes de diversos lugares, são: o tempo que leva para revalidação, e o Vicente expôs isso um pouco aqui; custos altos que muitas vezes são cobrados; a burocracia, muitas vezes falta informação sobre a documentação necessária e, depois que o estudante volta, faltou um documento que tinha de ser lá no País, enfim, uma burocracia não muito bem resolvida. Um problema que eu acho que também é identificado por todos: a avaliação é feita hoje diploma por diploma, aluno por aluno, e não por curso. E há indisposição – aí é mais uma percepção, na verdade –, há certa indisposição das universidades brasileiras em assumir para si a responsabilidade de fazer o processo de revalidação. A Prof^a Helena Nader falou um pouco disso aqui. (*Palmas.*)

Entretanto, eu queria levantar também alguns problemas possíveis e prováveis no caso de um processo de revalidação automática. Ou seja, isso poderia significar a ampliação de um nicho de mercado existente. Eu conversava com o Vicente, aqui, um pouco antes de entrar: existe sim um mercado da educação no Brasil. O MEC vem fazendo esforços. Foi aprimorada a avaliação. O que era só um provão virou um sistema de avaliação que é o Sinaes. Está sendo criada uma autarquia do MEC para lidar com a questão do ensino privado. Mas existe. E mais: esse mercado é internacional. Inclusive, vem comprando instituições no Brasil também. Esse mercado é internacional e tem muito interesse no Brasil. Então, você criar um processo de revalidação automática poderia dar espaço para esse nicho de mercado crescer, dificultar a fiscalização, dificultar a avaliação. Isso é um ponto importante do ponto de vista da nossa soberania e da formação dos recursos humanos para o desenvolvimento do Brasil. Não pode ser considerada uma questão menor.

E outro problema é: havendo uma lista prévia, conforme proposto pelo Senador Cristovam Buarque, poderíamos, inclusive, ter problemas diplomáticos com isso. Então, a menos que houvesse a possibilidade de avaliarmos todas as instituições de ensino superior do mundo, para poder, assim, emitir a lista, como escolheríamos? Ao não entrar o curso de uma determinada universidade, por exemplo, da Itália, isso não poderia causar um problema diplomático com aquele país? É uma compreensão que a gente traz.

Para não ficar também só nos problemas dos dois lados, eu queria apresentar algumas possibilidades de caminhos que talvez pudessem nos levar a algumas soluções. Primeiro: do ponto de vista da transparência, porque é preciso ter um processo transparente de revalidação. O Prof. Lívio Amaral, que é o Diretor de Avaliação da Capes, apresenta há algum tempo uma proposta de criação de um banco de dados *on-line* sobre a revalidação, em que toda a sociedade brasileira, não só o estudante interessado, pudesse avaliar os processos em curso, ter acesso aos processos em curso. Penso que isso seria um instrumento fundamental, Prof. Lívio, como o senhor já apresentou algumas vezes.

Do ponto de vista da responsabilidade. Penso que a responsabilidade de dar a chancela para a revalidação de diploma deve ser do MEC, obviamente, com todo o seu sistema agregado, a própria Capes como uma ponta importante desse sistema.

Isso não significa que as universidades não possam inclusive ser quem vai fazer uma parte desse processo de revalidação. O MEC teria que ver a melhor forma: se é criar uma comissão, se é criar uma diretoria, se é distribuir para as universidades fazerem a avaliação. Mas o MEC tem que dar a chancela; tem que haver o carimbo do MEC para poder valer a revalidação.

Do ponto de vista da agilidade. Talvez essa seja a principal questão. Quando um estudante pede revalidação, hoje, só ele é avaliado, só o diploma dele. Outro estudante que vier do mesmo curso tem que ser avaliado todo de novo.

Então, a proposta seria: a partir do momento que é feita a primeira avaliação de um estudante de um determinado curso, todos os estudantes daquele mesmo curso passam a ter a revalidação automática posterior. (*Palmas.*)

Um estudante solicita a revalidação do curso de Matemática de Harvard. Ao invés de se avaliar o diploma dele, vai ser avaliado esse curso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Independentemente do desempenho dele naquele curso? Pode haver um excelente aluno num curso ruim e um péssimo aluno num curso excelente.

A SRA. LUANA BONONE – Mas se ele conseguiu o diploma, eu estou pressupondo que ele teve o critério para ser aprovado naquele curso, certo? (*Palmas.*)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ruim, não é? Não estamos aqui numa disputa de futebol. Pelo amor de Deus.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – O nome desse estudante podia ser Albert Einstein, que foi reprovado em diversos cursos. A qualidade do estudante não tem nada a ver, nesse caso, com a qualidade da universidade ou da faculdade que ele cursou.

A SRA. LUANA BONONE – Eu não estou defendendo que se faça avaliação do diploma dele, estou defendendo que os cursos a serem avaliados o sejam por demanda.

Porque não teríamos condições de avaliar todos os cursos do mundo, certo? Então, a partir do momento em que um estudante da Alemanha, de determinado curso, pede a revalidação, o Governo brasileiro vai, então, fazer a avaliação se aquele curso tem qualidade, para que o diploma seja reconhecido. E, a partir disso, não só aquele estudante, mas todos os estudantes que vierem daquele curso com diploma – ou seja, que tiveram condições de passar num curso com qualidade – passam a ter seus diplomas revalidados automaticamente. (*Palmas.*)

Essa avaliação poderia ser feita inclusive de três em três anos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr^a Senadora, com licença. É difícil ter uma audiência pública com claque. Não dá.

O Regimento Interno do Senado impõe a observância de regras de convivência, e nessas regras de convivência é essencial que não haja manifestação. São todos bem-vindos, mas sem manifestação nem a favor nem contra. É muito ruim isso.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu queria solicitar, então, aos que participam desta audiência que façamos uma audiência sequencial das palavras, sem manifestação.

Ao final, façam as manifestações que vocês considerarem adequadas, respeitando o Regimento Interno do Senado Federal.

Pode continuar.

A SRA. LUANA BONONE – Queria só solicitar que fosse restituído meu tempo, mas estou finalizando.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Será restituído, pode ter certeza.

A SRA. LUANA BONONE – Então, que a avaliação seja feita por curso, e não por estudante. É exatamente isso. Só que seja por demanda. A partir do momento que existe a demanda de que um determi-

nado curso seja avaliado, ele será avaliado. Passa a ser automático, a partir de então, pelo MEC.

A forma de o MEC avaliar precisaria ainda ser resolvida. Vai mandar uma comissão lá, vai ser a Capes, vai ser o Inep, vai ser uma universidade brasileira que vá comparar um curso e vá dizer se é ou não. A forma ficaria ainda a ser discutida, inclusive porque o Executivo tem melhores condições de nos dar esse tipo de resposta.

É claro que esse curso era importante que fosse reavaliado, ao menos, por exemplo, de três em três anos, também, assim como os nossos cursos são reavaliados periodicamente também, para que não seja automático *ad aeternum*.

E, por fim, o bolsista que tem bolsa brasileira para estudar no exterior, aquele curso já foi avaliado pela Capes, ou pelo Inep, ou pelo MEC. Porque se esse estudante está indo com bolsa para estudar naquele curso, aquele curso tem qualidade para receber o estudante brasileiro. Então, essa revalidação também precisa ser automática.

Esses são os pontos que eu defenderia no sentido de tentar construir uma proposta aqui para um consenso.

Muito obrigada, Senadora.

A SR^a. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito bem. Eu agradeço, Luana Bonone, Presidente da Associação Nacional dos Pós-Graduandos.

Renovaria o pedido, atencioso a todos, respeitosamente, porque vamos dar sequência sem essas manifestações, respeitando o Regimento Interno.

Passo a palavra agora, encerrando esta primeira rodada das exposições, ao Dr. Karlos Celso de Mesquita, 1º Vice-Presidente da Academia Nacional de Medicina.

O SR. KARLOS CELSO DE MESQUITA – Bem, eu quero agradecer, Senadora Ana Amélia, a oportunidade que está dando à Academia Nacional de Medicina de participar de um momento de discussão de temas tão importantes para o Brasil e quero também cumprimentar o Senador Requião, o Senador Aloysio Nunes, todos os componentes da Mesa, minhas senhoras e meus senhores.

Sou médico de formação; estudei em uma escola pública, a Faculdade de Ciências Médicas da Uerj, depois fui professor titular dessa faculdade; fui médico também no Ministério da Saúde, de modo que a minha vida inteira eu militei no serviço público, e atualmente sou Vice-Presidente da Academia Nacional de Medicina.

Mas como eu sou ortopedista, eu vou falar mais sob o ponto de vista médico e, desculpem-me, vou levar a conversa um pouco para o lado da Ortopedia,

que, na verdade, tem muita similaridade com todas as outras áreas da Medicina.

Na verdade, está-se cogitando aqui de revalidação de diploma. Os médicos formados no Brasil estão habilitados, pelo seu diploma, a exercer a Medicina em qualquer canto do País; mas o diploma médico já não é suficiente. A Sociedade Brasileira já entende que os médicos precisam fazer uma pós-graduação e, em Ortopedia, praticamente os ortopedistas todos estão engajados em um programa de residência médica, feita principalmente em hospitais públicos, mas também em hospitais particulares, e que tem uma robusta participação do Governo, pelo Ministério da Educação, através da Comissão Nacional de Residência Médica, que patrocina todo esse programa dando remuneração para todos os médicos que estão em treinamento.

Para V. Ex^{as} terem uma ideia, são em torno de mil e quinhentos médicos em treinamento em Ortopedia. Esses médicos, ao fim da residência, têm que fazer uma prova: fazem uma prova teórica, uma prova prática, de exame físico, uma prova oral e uma prova de habilidades. Esses médicos fazem, em bancada, reproduzem operações para mostrar se eles têm condições de exercer a prática médica, no caso, ortopédica.

Essa prova tem índice de reprovação em torno de 25% a 30%, ou seja, nem todas as pessoas que fazem Medicina no Brasil, residência no Brasil, podem ser ortopedistas no Brasil pela primeira prova. Então, essas pessoas, depois de aprovadas, recebem o título de ortopedista. Mas existe uma tendência, e a Sociedade Brasileira de Ortopedia está engajada nesse movimento, de que esse título seja provisório. Atualmente, com o estágio do desenvolvimento dos conhecimentos, a massa dos conhecimentos produzidos, ninguém pode ter um título definitivo sobre qualquer assunto. Então, essas pessoas têm que fazer revalidação do seu certificado de ortopedista a cada cinco anos.

Isso posto, fica claro que é impossível se fazer revalidação automática. Eu acho que as pessoas têm que estar em permanente avaliação e, do ponto de vista médico, isso é até uma questão ética porque o médico se obriga a prestar o melhor atendimento possível ao seu paciente. Se ele não estiver atualizado, ele está descumprindo uma regra ética importante. Então, eu acho isso.

E outra coisa, voltando até para trás, para a formação médica na faculdade de Medicina: as faculdades de Medicina têm vagas por evasão de cursos. É raro, mas sai, normalmente nas universidades públicas, e os estudantes que queiram ser transferidos para essas faculdades têm que fazer prova. Quer dizer, mesmo o estudante, para passar para a universidade, ele tem que fazer prova. Então, eu acho que essa questão da

prova faz parte da avaliação de qualidade, a gente não pode abrir mão disso.

Acho muito difícil fazer revalidação automática porque aí nós vamos sair do problema da avaliação individual da pessoa que está candidatando-se à revalidação do seu diploma para uma questão institucional. Quer dizer, vamos ter que revalidar todas as instituições. Estamos vendo que é uma coisa muito difícil.

Eu acho – e a academia acha também – que esse processo de revalidação é perverso. Todos nós, que temos militância universitária, sabemos que ele se arrasta. Essa é uma coisa que não é, digamos, justa e digna. Então, o que é que se tem de fazer? Criar mecanismo de aperfeiçoamento do processo de revalidação.

Essa é a nossa posição. Achamos que é preciso melhorar e agilizar, a fim de dar direito a todas as pessoas de exercer essa conquista do diploma, mas não abrimos mão da necessidade do exame qualificatório.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Dr. Karlos Celso de Mesquita, 1º Vice-Presidente da Academia Nacional de Medicina.

O Senador Requião já manifestou desejo de perguntar, porque vamos substituir a composição da Mesa, e passo a palavra a S. Ex^a, que, antes do senhor, levantou a mão, e imaginei que queria falar.

Em seguida, concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – De onde surge esse projeto? Em primeiro lugar, foi um projeto elaborado por mim e pelo ex-Ministro Haddad, para iniciar uma discussão sobre o processo.

Ele surgiu num momento em que a Presidenta Dilma criou aquela possibilidade de 100 mil brasileiros realizarem cursos no exterior. Então, ficamos imaginando como iríamos receber esse pessoal de volta, como iríamos validar os seus diplomas, como é que eles poderiam funcionar no País.

Por outro lado, havia, e há também, o que a nossa representante da Capes colocou, uma diversidade de critérios de avaliação por parte das universidades, um custo muito alto e uma falta de harmonização desse processo todo. Estamos com problemas muito sérios no ensino universitário do Brasil.

Fiquei entusiasmado com as ideias do nosso Vice-Presidente da Academia de Medicina, mas ele só esqueceu que 80% dos médicos que entram no mercado hoje não fizeram residência, não têm nenhuma condição de clinicar, de atender, e estão por aí, atendendo.

Temos 1,7 médicos/1.000 habitantes no Brasil, o que é muito pouco, e todos estão concentrados nos grandes centros. Então, temos esse problema.

Temos experiências de outros países. Nos Estados Unidos, o percentual de médicos formados em

outros países que clinicam nos Estados Unidos é de 27%. Esse dado me foi dado pelo Ministro Padilha anteontem à noite.

Qual é o problema básico que estamos tendo? Dar velocidade ao reconhecimento de diplomas, mas nunca propusemos uma revalidação automática. Nós propusemos a centralização do exame, e nem das universidades, mas das faculdades, que teriam de ser periodicamente examinadas – já se falou de três anos, acho que essa avaliação deveria ser até anual –, e não a universalização do processo, mas a universalização dessa demanda.

É evidente que, quando um país qualquer que tivesse muito pouca relação com o Brasil se propusesse, ou o estudante se propusesse, a revalidar o diploma, ele ia não ser automatizado, nem o MEC iria fazer um exame da qualidade da sua faculdade, do seu curso, em função de um aluno. Entraria num sistema normal de revalidação, que poderia ser feito por uma universidade brasileira.

A ideia é uma avaliação periódica de cursos, como, por exemplo, existe entre Brasil e Portugal. Os cursos avaliados com 6 e 7, pelo Capes, no Brasil, são reconhecidos automaticamente em Portugal. Não sei se essa avaliação é feita periodicamente, mas a periodicidade é do Capes.

Então, estamos diante de um problema extremamente sério. Ora, mais sério ainda é o problema da revalidação automática e mágica de diplomas de faculdades, que não são sequer reconhecidas nos países onde se instalam.

Perdoe-me uma parte do Plenário: temos 25 mil estudantes de medicina na Bolívia, e este país não reconhece as faculdades onde eles estudam, e há uma demanda para que o Brasil reconheça os diplomas. Isso cai no reino da chalaça, como diria Stanislaw Ponte Preta, mas a ideia do projeto e – cá entre nós –, lendo o projeto agora, depois de uma audiência pública que fizemos da Comissão de Educação, desse debate rápido aqui, vejo que ele pode ser bem modificado e ele tem algumas indefinições.

A ideia é centralizar critérios, dar velocidade, avaliação periódica, mas é evidente que não estamos pretendendo a universalização do reconhecimento de todos os diplomas do mundo. O nosso Vice-Presidente colocou essa avaliação continuada. Esse é um ideal maravilhoso, principalmente para um país onde 80% dos estudantes de Medicina saem da faculdade sem residência.

Então, o nosso problema é muito maior do que esse. Isso é um preciosismo. Acho que, no caso dos ortopedistas, seria maravilhoso que essa reavaliação fosse feita de tempos em tempos, mas estamos com

um problema bem maior do que esse. Não podemos estar olhando uma rama, temos de dar uma observada na floresta.

Na sua especialidade, se a Academia de Medicina consegue viabilizar esse processo, acho simplesmente maravilhoso. Assim como eu, que sou bacharel, sou advogado, acho que é rigorosamente indispensável, no Brasil, o exame da Ordem. Não seria rigorosamente indispensável se não tivéssemos anarquizado, da forma como fizemos e comercializamos o ensino de Direito.

Quando digo que a avaliação tem de ser feita pelo MEC, não significa que não seja pela Capes. Isso seria uma regulamentação a ser feita pelo próprio Ministério, mas temos, pela frente, além dos diplomas não reconhecidos, esse problema que todos conhecemos, 100 mil estudantes que estão saindo do Brasil, com bolsas do Governo Federal, que vão ter de voltar. Hoje, não temos nenhuma maneira rápida de reconhecer os diplomas na volta dessa rapaziada toda, com um problema maior ainda – nós sequer estamos analisando a qualidade das faculdades onde eles estão estudando.

De repente, a Suécia propõe 500 vagas, e o Governo brasileiro se agarra a estas, sem que se analise a qualidade das universidades suecas, que, como média, devem ser extraordinárias, mas deve haver também péssimas universidades funcionando no país.

Então, a ideia é aperfeiçoar o projeto. Não está muito bom não. Tínhamos que sentar, conversar e emendar isso, mas a necessidade de dar velocidade ao reconhecimento dos diplomas e padronizar os critérios de reconhecimento são um imperativo absoluto.

Para não deixar de forma impune as universidades todas que estão reconhecendo, criou-se também um cartório de reconhecimento, uma espécie de departamento de turismo de viagens de ida e volta, e as pessoas se agarram muito a ele. Não quero acabar com isso. Como já disse, em determinados casos de cursos isolados, de países que não têm um intercâmbio muito contínuo com o Brasil, acho que as universidades deveriam ser as certificadoras do diploma, mas nessa massa de diplomas, diante do problema que nós temos, isso precisa ser resolvido de forma centralizada.

E mais ainda. Com a crise da globalização, temos a oportunidade de aproveitar profissionais da Espanha, de Portugal, da Itália, dos países que estão tragicamente desempregados, como qualquer país inteligente do mundo fez. Não esqueçam que os Estados Unidos, no pós-guerra, traziam os técnicos nazistas, sem perguntar bem qual era a ideologia deles, para simplesmente assimilar o conhecimento. Não estou procurando nem nazistas, nem globalizados, mas podemos aproveitar esse momento e melhorar muito o nível do desempenho

de profissionais no Brasil e das nossas universidades com o reconhecimento de diplomas.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Requião, queria apenas aduzir, porque, como na Comissão de Assuntos Sociais e na Comissão de Educação, tenho acompanhado o debate nessas questões da área médica, até em homenagem, como justiça, ao nosso colega Senador Paulo Davim, que hoje deve estar lá em Natal, atendendo aos pacientes na Medicina Intensiva de Cardiologia, porque ele é um cardiologista, as entidades médicas, em pelo menos duas audiências públicas, são favoráveis, não só da Ortopedia, como disse o Dr. Karlos Celso de Mesquita, mas as outras são favoráveis sim ao estabelecimento de uma avaliação periódica sobre o desempenho no exercício da Medicina. Então, hoje, acho que isso já se está encaminhando para uma espécie de consenso.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – O que hoje, na melhor das hipóteses, reprovaria 98% dos médicos recentemente formados no Brasil, que não passaram por uma residência.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Ele disse que aqui, no caso da Ortopedia, 30%. Então, no Direito, nos exames da OAB, os índices de reprovação são extraordinariamente elevados.

Então, na Medicina, esse índice da Ortopedia de 30% são de escolas e alunos que estão fazendo pós-graduação em escolas conceituadas. Então, é uma questão da produtividade do aluno.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senadora, perdoe-me a franqueza. Trinta por cento para Ortopedia à distância, porque, não havendo residência para 80% dos médicos no Brasil, seguramente, entre esses médicos, estarão também os ortopedistas.

Então, acho que é muito otimista esta avaliação de 30%.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu queria um esclarecimento.

O SR. KARLOS CELSO DE MESQUITA – Senador, esses dados são muito dinâmicos. V. Ex^a falou em 1,7, e os dados que tenho são de 2,1 médicos por habitante no Brasil.

Na verdade, o quantitativo de médicos no Brasil é muito parecido com o dos países desenvolvidos, inclusive algumas cidades do Brasil têm proporcionalmente mais médicos do que grandes cidades do exterior.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – É o problema da concentração.

O SR. KARLOS CELSO DE MESQUITA – Isso. Concentração. Há um trabalho apresentado por um médico chamado Carlos Gentile de Mello, que mostrava o problema da concentração. O problema do Brasil não

é falta de médico: é concentração. Ele dizia o seguinte: onde não há médico? Onde não há agência bancária.

Acho que V. Ex^a tem razão quando fala a respeito da falta de residência para todos aqueles que se formam. Esse é um problema que temos de enfrentar. Não adianta só denunciar; temos de enfrentar isso. Vamos colocar os médicos em lugares onde eles possam trabalhar, porque não adianta colocar um médico num lugar onde ele não tenha a menor condição de trabalho. Ele não vai fazer nada. Também não adianta colocar um médico que não tenha qualificação nesse lugar, que ele vai produzir iatrogenias. Ele vai fazer mais mal do que bem aos pacientes.

Então, acho que não existe solução mágica. No caso da Ortopedia, estou falando oficialmente o que acontece. Das 1.500 pessoas que estão engajadas no programa, em torno de 500, 600, a cada ano, vão fazer a prova; destes, 25 a 30 ficam reprovados. Esse é um dado real. Agora, estamos aqui para aqueles que estão à margem. Vamos tentar, então, criar mais recursos, aumentar o número de vagas para os residentes, a fim de que os médicos tenham melhor formação.

Com isso, concordo plenamente com V. Ex^a.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Sem querer monopolizar, são dois problemas diversos. Estamos discutindo aqui a legalização dos diplomas. Agora, o problema da qualidade do ensino de Medicina tem sido uma preocupação do Congresso Nacional e das Comissões e foi objeto de uma reunião, da qual participou a Senadora Ana Amélia e eu também anteontem à noite.

Esse dado de 1,7 é o dado oficial do Ministério da Saúde do Brasil, divulgado pelo Ministro Padilha: Argentina, com 2,4; Brasil, com 1,7; Cuba, com 6%; e outros. Não memorizei todos, mas a posição do Ministério da Saúde é da precariedade da quantidade de médicos e de sua concentração. Essa é a posição oficial que o Ministério da Saúde do Brasil nos colocou na reunião de anteontem.

Agora, são problemas diferentes. Estamos discutindo aqui não a qualidade do ensino, que é precária, tem mil outros problemas. Não adianta equipamento. Um médico não vai para o interior com um salário de R\$30.000, porque não tem condição de trabalhar também. Essa última chamada que o Governo Federal fez, dando uma suplementação e considerando pontuação para residência, acabou não sendo rigorosamente atendida.

Então, o Ministério da Saúde está pensando em validar diplomas e trazer também médico de fora. Não adianta nada disso. Daí vai a posição do Senador Pau-

lo Davim, que, na minha opinião, foi a mais intensa e equilibrada nesse processo, no sentido de mudarmos de forma radical.

Agora, mudança no ensino público do Brasil é para dez anos, se começarmos hoje. Ela não vai ocorrer amanhã.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Roberto Requião, que é o autor do projeto em análise.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr^a Presidente, senhores convidados, já avançamos alguns passos.

Primeiro, identificamos um problema, que é a lentidão, a demora, no processo de reconhecimento, que mereceria um regramento de modo que as decisões fossem mais ágeis, um regramento por parte das instâncias encarregadas de reconhecer esses diplomas – no caso da redação atual, as próprias universidades. Não sei se é algo que possamos fazer nós, no âmbito da competência do Poder Legislativo e nos limites que a autonomia da universidade nos impõe, mas é um problema que foi apontado e que me parece ser bastante consensual.

Outra questão é a do automatismo. O próprio autor do projeto, que, além de todas as suas qualidades, que nós reconhecemos, que já lhe valeram uma carreira política brilhante, sempre muito reconhecida pelo povo do Paraná, é um homem ilustre e de boa-fé, ele mesmo reconhece que a expressão “automática” ou “automaticamente”, que consta do projeto e do substitutivo do Senador Cristovam Buarque, foi além da sua intenção.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Está mal empregada.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – De modo que está mal empregada, teria que ser revista a própria ideia do automatismo.

Nós estamos falando de diploma de graduação e de pós-graduação. Quanto aos diplomas de graduação, creio que a coisa é mais simples, aparentemente. Já o representante do MEC faz um certo... Mas, pelo menos, a regra – não sei como é a prática – para a situação dos estudantes que são beneficiários desse programa Ciência sem Fronteiras, se não me engano, está já prevista na Lei de Diretrizes e Bases.

Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação.

Quer dizer, você tem um primeiro filtro, que é saber se o país que emitiu o diploma tem um acordo

de reciprocidade com o nosso – talvez seja o caso de Portugal, Roberto – e, nesse caso, então, o diploma da graduação pode ser reconhecido.

Já o diploma de mestrado e doutorado, excluía a ideia de automaticidade, não vejo como se possa afastar a intervenção da própria universidade onde o reconhecimento é pleiteado. Porque a ideia de que o MEC elabore uma lista de universidades cujos diplomas de pós-graduação possam ser reconhecidos, primeiro, implica na capacidade que tem o MEC de fazer avaliação neste mundo onde as ciências são sem fronteiras. E aí, se ele não tiver condições, por exemplo, de fazer avaliação de uma universidade do Uzbequistão, o aluno que encontrou um curso de engenharia de petróleo ou coisa que o valha lá se verá prejudicado no seu direito individual de ver reconhecido seu diploma.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Ou genética de camélideo...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ou genética de camélideo. Então, a lista do MEC implica, necessariamente, no automatismo. Necessariamente. E se nós afastamos a ideia do automatismo, nós temos que aprimorar o processo de reconhecimento na própria universidade. Mesmo porque me interessa saber se o diploma de graduação de doutoramento do senhor ou da senhora fulano de tal foi reconhecido e por qual universidade brasileira ele foi reconhecido, me interessa saber porque nem todas as universidades são iguais. Há universidades brasileiras muito boas e outras muito ruins. Existem cursos muito bons em universidades ruins e cursos péssimos em universidades boas. Então, me interessa saber qual foi o carimbo que foi posto no título de pós-graduação, o carimbo brasileiro que foi apostado ao diploma de pós-graduação de quem o pleiteia.

E queria fazer algumas perguntas, se alguém puder me responder.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Seria bom o senhor dirigi-las para quem desejar que responda.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – A quem puder responder.

Algum dos expositores pode informar se existe algum estudo que mostre qual é o montante de diplomas que se encontram em situação atual de revalidação, tanto de pós-graduação como...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Falou-se em 20 mil aqui, o Vicente...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Qual impacto que isso teria no mercado de trabalho?

Existe informação sobre volume de diplomas de graduação, mestrado, doutorado por área de conhe-

cimento? O MEC tem conhecimento das qualidades das universidades onde esses diplomas são emitidos no exterior?

Dr^a Helena, a senhora poderia citar alguns dos critérios a serem observados para medir a qualidade dos diplomas, pois a senhora se deteve bastante nesse ponto?

E a questão dos acordos internacionais de validação automática? Essa situação existe? Como ela é disciplinada? Como ela funciona na prática? Quantos acordos existem? Como é que funciona na prática?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu, então, vou passar à primeira parte do número, porque o Prof. Vicente Celestino está fazendo a representação desses alunos que se formaram fora e que vieram aqui. Então, ele tem a palavra, sobre os números e áreas. Eu perguntei antes, inclusive, e ele disse que 60% são na área de Pedagogia, na área de Magistério.

Então, passo a palavra ao Dr. Vicente e, em seguida, à Dr^a Helena, porque o senhor dirigiu a ela especificamente a questão dos critérios de qualidade para revalidação.

Com a palavra, o Prof. Vicente Celestino.

O SR. VICENTE CELESTINO DE FRANÇA – Coincidentemente, o ano passado, nesta mesma data, nós tivemos aqui, nesta Comissão, presidida pelo Senador Requião, uma audiência em que discutimos o Projeto 399, que é de autoria do Senador. Na oportunidade, nós solicitamos ao MEC e nos foi prometida, em 30 dias, a entrega desse quantitativo. Nós já fizemos o pedido nas universidades em que levamos processo. Não nos é fornecida essa numeração. E eu não sei qual é a razão de não se colocar o quantitativo. Então, isso foi prometido na audiência. Faz um ano hoje que essa promessa foi feita de entregar aqui o quantitativo. Temos o número aproximado de 20 mil pessoas que precisam, que estão com processo nas universidades. A grande maioria é na área de educação, Pedagogia. Agora, mais uma vez, reiteramos esse pedido, porque quem tem o dado objetivo são as universidades. E que se faça esse levantamento e que se cumpra o que nos foi prometido na audiência passada, há um ano. Até hoje não nos foi fornecido o quantitativo, porque isso é possível fazer, porque estão lá os departamentos abarrotados de processos. Há processos de um ano, há processo de dez anos, esperando revalidação. Aconteceu em Minas o caso de uma senhora que pediu revalidação há dez anos. Ela morreu e não viu o seu processo sequer analisado. Isso é um absurdo. É uma vergonha. Não pode continuar.

Por isso, a elaboração de critérios é bem-vinda e justa neste processo. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Professor.

Eu passo a palavra à Dr^a Helena.

A SRA. HELENA BONCIANI NADER – Vou tentar focar bem rapidamente. Para os critérios, o senhor teria que olhar, na pós, um conjunto de critérios, e na graduação, outros. Olhando o da pós, um programa, para ter início, deve ter produção científica reconhecida pela área. Quem cria os critérios são os pesquisadores e professores. Não são ETs. São brasileiros docentes que criam os chamados Qualis. O Qualis nada mais é do que... O que é mais relevante para a área da Pedagogia? O que é mais relevante para a área da Medicina? Ou, como é da minha área, para as Ciências Moleculares? Então, há esses critérios. Depende do número de doutores que há na universidade. Depende da existência das condições de trabalho. Se envolve área prática, pegando a própria Pedagogia. Como é que se dá o treinamento desse indivíduo? Porque, aqui no Brasil, aí entro já na graduação, para a Pedagogia, tem-se um treinamento em sala de aula de acordo com aquilo que a legislação brasileira decidiu ser importante que tenha um professor na sala de aula. Tanto que nós atravessamos uma crise... Nós estamos falando de médicos... Aí eu gostaria de dizer que, além dos médicos, nós temos uma crise muito maior nos professores das exatas no Brasil. Não temos professores de matemática. Não temos professores de física. E quando se tenta colocar que engenheiros aposentados, que já não querem mais trabalhar na engenharia, poderiam dar aulas de física ou matemática, isso não é permitido, por causa da pedagogia.

Então, temos de olhar o panorama da avaliação dentro do contexto nacional. Na pós é muito claro: se não preenche esses requisitos, está morto, não começa. Pode até fazer, e há lugares que não aceitam o “não” da Capes, emitem um diploma que não tem validade, um certificado deles.

Na graduação, o estudante brasileiro faz exame. Os cursos são avaliados de novo: quantas salas de aula, quantos professores por docente. Há todas as regras para o País.

Então, acho que seria um começo pegar as regras do País e aplicá-las para o que vem de fora, porque as regras do País são muito claras. Ontem mesmo, saiu mais uma declaração do Ministro Mercadante, em que fala o número de cursos que ele vai fechar, por causa da avaliação!

Portanto, a avaliação é uma realidade no mundo contemporâneo. Senador Requião, nos Estados Unidos, para se praticar Medicina... Lá, 30% dos médicos são de outros países, porque há aqueles que não querem trabalhar na periferia, não querem trabalhar com os

chamados nativos, não querem trabalhar com a população chamada latina ou com a população negra. Então, os Estados Unidos importam.

Mas importam e fazem um exame. E mais: eles obrigam a fazer nova residência. Não aceitam residência dos outros lugares. Infelizmente, essa é a realidade.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Por um período curto. A licença para o exercício é curta. Ela tem de ser revalidada.

A SRA. HELENA BONCIANI NADER – Não! Ele tem que fazer... Não tem. O americano revalida o exercício da profissão de médico a cada cinco anos. Se ele está na universidade, ele tem isso de modo mais automático, mas ele revalida para qualquer área; para qualquer especialidade, e não só para Ortopedia. Para todas.

Agora, concordo com o senhor: estamos muito antes disso. Mas o que eu vejo de necessidade é que temos parâmetros nacionais. Acho que podíamos pegar os parâmetros... Por isso, citei a Capes, citei o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) e a Sesu (Secretaria de Educação Superior). Existem os parâmetros.

Quando se vai começar um curso de graduação no Brasil, não se abre o boteco e põe “aqui funciona o curso...”. Não! Aquilo, para ter validade nacional, tem de passar por critérios. Então, o que nós, SBPC/ABC, sempre defendemos é: entendo e reitero. Eu realmente me sinto unificada com vocês nesse desejo. Temos de ter critérios claros, e eu vejo que as universidades – porque elas podem fazer isso, com autonomia –, dados os critérios, vão partir. A universidade é que pede para fazer uma pós-graduação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E quem fixa os critérios?

A SRA. HELENA BONCIANI NADER – Depende de cada área, o conjunto. Na pós, é a Capes; na graduação, Sesu e Inep.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu queria agradecer muito a por suas presenças ao Vicente Celestino de França, à Luana Bonone, à Dr^a Helena Bonciani Nader e ao Karlos Celso de Mesquita.

Enquanto eles trocam e a Secretaria faz a substituição, anuncio que estão presentes aqui os Vereadores de Rondonópolis, acompanhando pessoalmente esta audiência pública do Mato Grosso, Carlos Vanzeli e Reginaldo Souza Santos. Também estão presentes aqui o Prof. Josa Barbosa, Diretor Administrativo do Sindicato dos Professores de Roraima; Izabel Cristina Malzak, que é professora da Secretaria do Distrito Federal; Doracy Rodrigues Guimarães, psicóloga, Secretaria de Educação do Distrito Federal; Míriam Moreira Duque, que é professora do Colégio Pedro II;

Marlus Luiz Cecatti, Professor; Roberto Belo Júnior, também professor do Ifal – Instituto Federal de Alagoas; Maria de Lourdes Cadide, do Conselho Fiscal de Rondonópolis, Mato Grosso (Sispmur – Sindicato dos Servidores Públicos e Municipais de Rondonópolis); Cláudia Alves de Souza, administradora da Universidade Evangélica do Paraguai – UEP; Celso Afonso Pinto, diretor de gestão estratégica do Cefet-RJ; Maria Celina de Mello, diretora-acadêmica da Faculdade de Ciências da Bahia; Ney Robson Fialho Bezerra, professor de Educação Física – IFPB; Patrícia Almeida Fernandes, professora do Colégio Pedro II do Rio de Janeiro; e Wandecleide Lucena Fernandes, enfermeira, representante dos docentes e técnicos que estudam no exterior, da Universidade Federal da Paraíba.

A todos agradeço muito a presença.

Agora, agradeço a participação do Dr. Carlos Estephanio, Presidente da Associação Brasileira de Pós-Graduandos do Mercosul; Prof. Jorge Almeida Guimarães, Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); e Professor Luiz Roberto Liza Curi, membro da Câmara de Educação Superior, representando o Sr. José Fernandes de Lima, Presidente do Conselho Nacional de Educação.

Passo a palavra, de imediato, ao Professor Jorge Guimarães, Presidente da Capes.

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Quero saudar o Senador Aloysio Nunes, o Senador Requião, todos os presentes, colegas de Mesa.

Quero elogiar muito a iniciativa, Senadora, pelo caráter democrático de cidadania: em boa hora, V. Ex^a tomou a decisão de puxar a si esse projeto.

E eu digo isso, usando palavras do Senador Aloysio Nunes: passar coisas aqui, de repente, como foi o caso da nova Lei da Carreira do Magistério Superior, nas federais, é um risco para o País.

Elogio sua iniciativa, assim como estamos trabalhando também no Ministério da Educação para reverter esse quadro que põe em risco o futuro das universidades públicas brasileiras, sobretudo as federais.

Parabéns por sua iniciativa.

De resto, também parabenizar o fato de que concordo plenamente com suas observações sobre a questão central desse projeto, já mencionado, a questão do automatismo.

Mas, Senadora, acho que o que a gente vive no Brasil são coisas que chamamos de dores do crescimento. O Brasil não tem 500 anos, gente! Vamos pensar bem que o Brasil data do Banco do Brasil para cá: 200 anos. Portanto, dores do crescimento vão aparecer à vontade.

Essa iniciativa, Senador Requião, podemos aplicá-la em muitas áreas no Brasil. Menciono isso com muita tranquilidade, porque a Capes, como já mencionado pela Dr^a Helena Nader, fez o trabalho, o dever de casa. A Capes está fazendo 62 anos. Quando foi criada em 1951 pelo escrutínio de Anysio Teixeira, assim como do Almirante Álvaro Alberto, do CNPq, o Brasil tinha cinco universidades.

A universidade mais antiga do Brasil, no meu conceito de universidade mesmo, é a Universidade de São Paulo – só em 1934. A Universidade do Paraná começou um pouco antes, mas não era ainda uma universidade no conceito que temos de universidade. Pois bem, nessa Universidade de São Paulo, que é a melhor universidade da América Latina, hoje caminhando celeremente para ser uma das melhores do mundo, entre as cem melhores, nós, Capes, fechamos cursos de pós-graduação lá, com frequência, na melhor universidade brasileira.

Essas coisas precisam ser ditas porque, hoje, nós temos 200 mil alunos de pós-graduação no Brasil nos cursos, todos reconhecidos e acompanhados anualmente pela Capes. Não pela Capes burocrática, pela comunidade científica brasileira que essa iniciativa possibilitou construir ao longo desses 60 anos, no começo mandando muita gente para o exterior e, posteriormente, criando nossos próprios cursos no Brasil, tanto que hoje são poucos alunos que querem sair, pelo processo normal da Capes, para fazer pós-graduação completa no exterior. E isso teve repercussões enormes. Quem pensa que, ao longo dessas últimas décadas, nós tivemos o sucesso que temos da Embrapa, da Embraer, da Petrobras, do ITA, da automação bancária, que é a melhor do mundo... É a brasileira, por isso passamos por essas crises com o sistema bancário praticamente incólume, enquanto no mundo mais desenvolvido tivemos toda a sorte de problemas. Tente fazer na Europa, ou no Canadá ou na Austrália – nem vou falar em Índia e China – e mesmo nos Estados Unidos, o que nós fazemos em banco no Brasil. Essa gente veio de onde? De formação na pós-graduação brasileira. Tudo que deu certo no Brasil, com exceção da corrupção, saiu da pós-graduação brasileira, de modo que falamos muito à vontade da defesa intransigente da qualidade.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – É capaz de ter, não é, Senador?

Muito bem. Então, chamo isso de dores do crescimento, porque, na verdade, vão surgindo assuntos. Vejam só: foi falado aqui em 20 mil pessoas que estão nessa situação. Sabem quantos alunos temos? Du-

zentos mil. Sabem qual é nossa capacidade? Mais de 400 mil. Temos 65 mil professores universitários. Está dando uma média de três alunos para cada professor orientador. O Brasil tem 350 mil professores. Sinto muito, mas só estão na Capes 65 mil, e esse número inclui muitas instituições privadas que nós prestigiamos, e todas, independentemente do fato de que a universidade brasileira tem autonomia, todas aceitam as regras da Capes. Por quê? Porque financiamos, ao longo desses anos todos; todos os governos financiaram substancialmente a formação de quadros.

Esse é o componente importante nessa análise que nós estamos fazendo e que mostra a preocupação, não da Capes ou minha, mas de toda a comunidade – e acho que os colegas de Mesa vão falar isso também – com um risco que pode ter um reconhecimento automático, e essa foi a razão pela qual a Senadora tomou a iniciativa de buscar trazer o tema para uma análise mais cuidadosa, mais lenta, para evitar aquela coisa que ocorreu com a carreira universitária, para refletirmos sobre isso.

Mas esses 20 mil, perto do que fizemos ao longo de 60 anos, é uma gota d'água. Isso não é um número assustador. E, como eu disse, nós temos capacidade para o dobro – capacidade instalada de passar de três para seis alunos por orientador. E estamos trabalhando nesse sentido, sempre com o reconhecimento da comunidade.

A avaliação da Capes é reconhecida no mundo inteiro, e isso antes do Ciência sem Fronteiras. Com o Ciência sem Fronteiras, ficou automaticamente reconhecida no mundo inteiro, e é curioso, porque o Ciência sem Fronteiras, tão citado aqui várias vezes, propõe 100 mil estudantes no exterior – chegaremos ao final deste ano com 45 mil, a metade, quase – e quem tem título nisso é mínimo.

São seis modalidades de bolsas. Uma, que não pesa mais do que 9 mil no total, que é o doutorado pleno, vai precisar reconhecer, mas isso nós já fazemos desde 1951, então não vejo esses como problema. Noventa e um por cento não têm título lá, são estágios, são períodos curtos, e a titulação é obtida no Brasil, de volta. Portanto, essa é uma informação imprópria, que causa uma confusão enorme.

Também foi dito aqui que há reconhecimento próprio no país. Estamos cansados de ver situações em que o país, inclusive países vizinhos nossos aqui, não reconhece o título dado a brasileiro nessas condições. Quando falo que o Brasil fez o dever de casa, foi criar três agências federais, acompanhar a Fapesp na criação, no resto do País, de agências de fomento, então, nós estamos defendendo um patrimônio, e isso não pode ser posto em risco.

Não existe Capes no resto do mundo. Há algumas cópias. Por exemplo, na Argentina, o Coneau, e o Chile tem outra, mas eles só avaliam, eles não fomentam, e, ao não fomentar, a avaliação não vale nada, tanto é que há órgãos na Argentina que fornecem títulos para brasileiros, mas lá eles não valem. Nem lá eles são reconhecidos. Então, isso cria problemas graves.

Também nós não avaliamos universidades, nós avaliamos cursos dentro da universidade. Então, quando nós fazemos avaliação – e é a cada três anos, só que fazemos o *follow-up* a cada ano, todos os dados são coletados anualmente –, quando nós refazemos isso, muitos cursos são fechados. Ele não pode continuar, não tem padrão mínimo, e isso é um risco para o nosso estudante. O que fazemos é defender a qualidade para formar bem o estudante.

Há uma grande diferença entre a graduação e a pós-graduação.

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – A pós-graduação é formadora, a graduação é informativa, e essa é uma enorme diferença que nós preservamos com todo o cuidado, por isso que nossos estudantes de pós-graduação são de tempo integral. Tão simples quanto isso. Então, fazer cursos que não sejam com essa característica fica muito difícil.

Médico estrangeiro nos Estados Unidos. Não é verdade. Os médicos estrangeiros que estão lá formaram lá. Essa que é a verdade. Esses 20% que o Senador Requião mencionou são formados lá. Eles não foram para lá formados. Para ir para lá exercer... Estamos vendo isso agora, no Ciência sem Fronteiras. Pode vir para cá, mas não pode trabalhar nas áreas clínicas, só nas básicas. Então, no Ciência sem Fronteiras, os alunos de Medicina só podem ir para as áreas básicas porque eles não deixam, e não apenas os Estados Unidos, também a Inglaterra, França, Alemanha são muito rigorosos com esse aspecto.

Portanto, eu queria, só para não tomar mais tempo, dizer que o caso das pessoas que estão buscando a titulação está concentrado em áreas. Não há problema na Engenharia, não há problema nas Exatas, não há na Medicina, nem nas Agrárias. Então, meus caros, é um problema muito focalizado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Em que área?

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – Sobre tudo em Ciências Humanas e Sociais. Direito é uma das mais... Educação e Direito.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pós-graduação ou graduação?

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – Pós-graduação. A pós-graduação é que está em debate maior. Na graduação, a Medicina tem, mas já vimos aqui como é que a Medicina trabalha com esse problema.

Eu queria enfatizar muito, inclusive para os jovens que estão aqui, a capacidade de atendimento do Brasil. Estamos longe de ter... Estamos formando 13 mil doutores por ano, 48 mil mestres. Alguns acham que é muito. A demanda no Brasil é enorme. Nisso concordo com sua observação: é enorme, porque nós temos um país em pleno crescimento. Mas tem que ser qualificada, se não for, não adianta nada.

Eu queria, finalmente, para encerrar minha participação nessa etapa, anunciar que a questão do banco de dados de registro de candidatos ao reconhecimento de título, sobretudo na pós-graduação, está formatada. O Prof. Lívio, que é o Diretor de Avaliação, aqui presente, pode entrar mais neste tema, se precisar, mas é um banco que vai fazer com que todos os candidatos sejam, vamos dizer, registrados quando entrarem com um pedido de reconhecimento.

O Ministro Mercadante já está ciente e aprova totalmente esse plano. Não fizemos isso antes por quê? Uma coisa que foi pouco falada aqui, com exceção do Senador Aloysio Nunes, que a mencionou: a autonomia universitária. Para fazermos isso sem ser por lei, só por adesão, seria fazer um *fast track*, uma passagem rápida. É possível fazer, mas só por adesão, a não ser que façamos uma lei, e isso não é preciso; as leis, de modo geral, demoram.

Então, eu queria anunciar isso e dizer que será breve, na forma de decreto, que é o que estamos propondo, mas respeitando a autonomia universitária, elas têm que fazer por adesão a esse banco de dados. Só isso.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Prof. Jorge Guimarães, da Capes.

Para haver democracia, leio mensagem da Vanessa da Silva José, de Florianópolis, Santa Catarina. Ela pergunta se os jovens estudantes – assunto já abordado aqui – encaminhados pelo Brasil pelo Projeto sem Fronteiras passarão pelo processo de marginalização que passam os pós-graduados brasileiros do Mercosul.

Luiz Henrique Nogueira, de Ubajara, Ceará, pergunta se é possível instituições do Mercosul inaugurarem cursos de pós-graduação no Brasil. Vamos entrar logo nesse tema.

Elaine Silva Nunes, de São José, Santa Catarina, faz duas perguntas. Por que motivo o Governo incentiva estudos nos países da Europa e nos pertencentes ao Mercosul se depois o aluno precisa passar por novo processo de aprovação para poder usufruir do estudo

que teve no exterior? É o que estamos discutindo aqui, exatamente a questão da qualificação.

Ela também diz que o Senado é o representante do povo brasileiro, principalmente do trabalhador. Pergunta se o trabalhador da educação, que paga seu curso fora do Brasil, porque este lhe negou, deverá assumir o papel de bandido porque o MEC/Capes resolve marginalizar. Pergunta ainda se isso não é reserva de mercado.

De São José, Santa Catarina: favorável à validação automática do diploma obtido em países estrangeiros por brasileiros natos. Os motivos são os mais diversos: falta de cumprimento da legislação (descumprimento dos princípios da administração pública da Constituição Federal), discriminação, pois alguns diplomas já foram validados, acordo de reciprocidade diplomática que deve ser cumprido pelos países do Mercosul e demais países.

Para terminar, mensagem de Imbituva, Paraná: a cidadã questiona o motivo de tanta burocracia e provas para que haja validação do diploma de estudante de Medicina do exterior. Questiona ainda sobre a possibilidade de criação de uma prova aos estudantes de Medicina do Brasil, a exemplo da prova da OAB, que nós já abordamos aqui, até.

E de Piracuruca, no Piauí, Senador Aloysio Nunes Ferreira, vem do Francisco Coutinho de Medeiros Filho a pergunta se é possível a criação de um projeto de lei com o objetivo de amparar estudantes que vivem fora do Brasil. Acredita que isso se faz necessário para que haja uma desburocratização do sistema e também para que, ao retornar ao Brasil, os estudantes possam exercer suas funções sem dificuldades. É o que estamos debatendo.

De Nova Lacerda, Mato Grosso, Vandeir Alves Fernandes manifesta opinião desfavorável em relação aos debates sobre reconhecimento de diplomas de cursos superiores realizados fora do Brasil ocorridos agora nesta Comissão.

De São Gonçalo do Piauí, no Piauí, o cidadão pergunta como é feito o reconhecimento de um diploma dos Estados Unidos no Brasil.

Finalmente, de Guarda do Cubatão, Santa Catarina, José Augusto de Avila Neto pergunta com que parâmetro de qualidade o Brasil discrimina seu entorno, sendo que somos o país com maior quantidade de universidades incompetentes apontadas pelo próprio MEC.

São as avaliações que vêm, para vermos que as pessoas estão acompanhando.

Passo, de imediato, a palavra ao Luiz Roberto Curi, membro da Câmara de Educação Superior.

O SR. LUIZ ROBERTO LIZA CURI – Eu queria parabenizar a Senadora Ana Amélia pela iniciativa dessa

audiência pública e cumprimentar o Senado por essa iniciativa, em geral, não só por ser na sexta-feira, mas por ter conteúdo de interesse nacional muito relevante.

Cumprimento o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Cumprimentos postos ao Roberto Requião, que saiu, mas espero que volte. Senhoras e senhores, cumprimento a todos os auditores, colegas da Capes, do CNPq, todos e todas.

O Conselho Nacional de Educação, como sabem, é um órgão do Estado brasileiro dividido em duas câmaras: Câmara de Educação Básica e Câmara de Educação Superior. Sou membro da Câmara de Educação Superior e temos o maior interesse nesse tema. No momento, temos uma Comissão de que sou Relator debatendo os limites e as necessidades advindas do processo de revalidação. Portanto, já me coloco à disposição da Câmara, do Senado, enfim, do Congresso, dos interessados. O Conselho é uma casa de vocês. Está aberto aos debates, à recepção de reflexões acerca do tema.

A primeira observação que fiz, que é muito clara, é que, do nosso ponto de vista, o que se tem que fazer é preservar o espaço que o Brasil criou. O Brasil criou um espaço ao longo destes anos todos. Todo mundo aqui já disse isso e não vou repetir. A Capes, presidida pelo Prof. Jorge Guimarães, que deu um avanço extraordinário, nos últimos anos, ao desenvolvimento de programas, projetos e à expansão da pós-graduação com qualidade, está aqui e, como já disse, já deu seu testemunho, e outras pessoas também disseram, é um órgão importante.

O fato é que o Brasil construiu um sistema de avaliação e o transformou, a Capes deu exemplo disso no País, em um sistema de regulação. Hoje na graduação, diferentemente do que era, Senador Aloysio, o senhor sabe muito bem disso, há 15, 20 anos, a avaliação toma o lugar da regulação na educação superior. E isso começou em 1997. Eu tive o prazer de ser o primeiro dirigente à época, com outros colegas, a regulamentar a LDB sob essa perspectiva da avaliação.

Ora, a avaliação deve focar em desempenho. É claro que ela tem uma etapa de empenho, mas deve focar no desempenho. A avaliação deve colocar em perspectiva a expansão do ponto de vista do egresso e não dos matriculados. A expansão da educação superior tem que ser olhada pelos egressos, pela qualidade desses egressos e onde esses egressos estão exercendo a profissão, se estão exercendo a profissão e com que qualidade a exercem. Quer dizer, nós temos de olhar a validade da organização da pesquisa pela extraordinária contribuição que ela dá à economia, à sociedade brasileira, sem falar na extraordinária contribuição que ela dá à ciência mundial, fruto de um

sistema, talvez único e exemplar a todo mundo, de avaliação. Foi colocada, e é colocada ainda em análise internacional, não só elogiada como eleita como modelo para países industrialmente desenvolvidos, que alcançaram estágios de expansão e de educação de qualidade muito antes de nós.

Portanto, é a isso que se refere essa discussão. Nós não podemos tratar um titulado brasileiro que veio ao Brasil de outra forma, e muito menos um diplomado. Não é possível.

Então, é óbvio, não vou nem retomar uma discussão que o próprio Senador Relator já deu como superada, que é a da automaticidade – não é, Senador Aloysio?, o próprio autor já deu isso como encerrado –, não vou retomar uma questão que está encerrada, mas vou acrescentar que há uma razão muito forte para que isso esteja encerrado, que é o cuidado e o respeito com o processo de formação e o impacto desse egresso titulado, diplomado para o desenvolvimento nacional. Afinal de contas, a gente não faz educação só pelo desenvolvimento da educação. Nós não criamos o programa de pós-graduação para as universidades se desenvolverem. Nós criamos o programa de pós-graduação para o País se desenvolver. Nós não abrimos ou fechamos curso para punir universidade, para premiar projetos pedagógicos. Pelo contrário. Nós fazemos isso para melhorar a qualidade da educação brasileira, da economia brasileira, das políticas públicas brasileiras, não é isso?

Quer dizer, colocar na perspectiva a qualidade do egresso frente às políticas sociais, no caso de Medicina, por exemplo, que não é um serviço, é uma exigência legal o atendimento médico, é essencial. Não foi por outro motivo que a avaliação se estendeu a casos de brasileiros que optam, como disse aqui a Prof. Helena, por estudar no exterior – tudo bem que seja na Bolívia, em Cuiabá, não interessa; interessa que foi lá, estudou e veio aqui e revalidou! E revalidou como? No caso da Medicina tem o Revalida, um programa nacional implantado pelo governo brasileiro desde 2009, 2010, que é uma prova muito bem qualificada, muito bem ponderada e longa. Não é um teste de cruzinha. O Revalida é uma prova séria, uma avaliação de aprendizado e desempenho. E está em vigência em todo o Território nacional. Resolve? Resolve. É claro que resolve. Ajuda muito.

O caso de titulados de programas de doutorado no exterior. Eu falo de doutorado porque, como disse o Prof. Jorge Guimarães, é muito difícil achar um sujeito para fazer um mestrado no exterior a não ser que tenha, por questões muito pessoais, ido ao exterior. Mesmo no doutorado, isso é cada vez mais difícil, a não ser que vá fazer um PhD sandwich ou um Post-Doc etc.

Em todo caso, quando se recorre a uma titulação no exterior, o egresso tem de ser avaliado, como eu acho que nós temos que evoluir, a avaliação brasileira, cada vez mais para o egresso da nossa própria universidade. Nós estamos evoluindo, na regulação, para a avaliação do egresso, para a qualidade desse egresso. Não adianta ficar dando número percentual de Medicina, como não adianta ficar dando número percentual da Engenharia, porque a gente sabe que só um terço dos engenheiros formados são empregados em engenharia. De que adianta falar quantos engenheiros há no Brasil se há uma dispersão profissional de quase 75%? Não adianta nada.

Por que isso, Senador? Porque os currículos brasileiros talvez tenham algum problema de defasagem. Será que é só infraestrutura, etc? Não. É uma questão pedagógica, curricular que a comunidade acadêmica tem que discutir para avançar. E o sistema de avaliação tem que estimular e contribuir para que esse avanço ocorra. Não basta avaliar pontualmente se ela faz bem o que faz. Tem que avaliar também se o que ela faz é bom. Se é bom para o País. Não basta fazer um bom curso, ter um bom desempenho. Precisa saber se o conteúdo é adequado, é cognato ao estágio do desenvolvimento brasileiro. Isso é fundamental.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Só uma observação rápida.

O SR. LUIZ ROBERTO LIZA CURI – Claro.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O senhor falou em Engenharia. Veja quantos professores do ensino fundamental sabem alfabetizar, para alfabetizar o garoto no primeiro ano do ensino fundamental?

O SR. LUIZ ROBERTO LIZA CURI – Pois é. Esse é outro dado. Muitas vezes, Senador, o projeto curricular é defasado, dos anos 50, do passado.

Quer dizer, às vezes, portanto, vem um diplomado de uma universidade renomada e chega aqui para revalidar seu diploma de graduação, daí a minha observação para o senhor, e não consegue encontrar paralelo da sua formação na universidade. É um problema que o CNE agora quer resolver. Ele quer resolver problemas como esse, dar soluções a problemas como esse, porque muitas vezes esse currículo que veio de lá, de Engenharia, é muito melhor do que o da instituição que está revalidando e nós temos que aprender com ele; absorver, aprender e debater a questão dos currículos.

Isso tem a ver com qualidade e qualificação. Não é espontâneo, não é direto, imediato, automático. Tem a ver com a validade. Vou dar um exemplo: é muito difícil um sujeito egresso da École Nationale Supérieure de Techniques Avancées, de Paris, que fornece os

melhores engenheiros para a Europa, ter seu diploma revalidado no Brasil, nem em período de ano, nem em caracterização de disciplina, nominação de etapa etc., etc., etc. É muito difícil. E vão dizer que a École de Techniques não vale nada? Quer dizer, um sujeito diplomado lá não consegue ser engenheiro no Brasil?

Esse é um tema que nós temos que expandir e melhorar. Mas não é por isso que nós vamos abandonar o sistema que até agora vem zelando pela qualidade e pela qualificação do processo. Nós não podemos, portanto, abandonar um procedimento seguro – e digo seguro não burocraticamente, mas seguro para garantir a qualidade do egresso, porque o titulado, o diplomado é um egresso de uma instituição estrangeira. Nós temos que dar a ele o mesmo tratamento que damos aos nossos aqui. É injusto não dar.

Então, esta é a nossa maior preocupação: manter a segurança da qualificação do sistema. Essa é a nossa maior preocupação, é claro, entendendo que, para qualificar mais ainda o sistema, seria necessário nós refletirmos melhor sobre outros aspectos nos quais não vou entrar aqui. Mas é isso que atualmente essa Comissão do Conselho faz.

Quero elogiar muito a Capes, que teve uma iniciativa absolutamente essencial para que trabalhos como esses sejam realizados, que foi a criação de um banco de informações acerca do que as universidades já fizeram. Nós temos que aprender com o nosso trabalho de revalidação. Nós temos que usar esse trabalho de revalidação, que é riquíssimo. Uns demoram dez anos, mas outros são riquíssimos; a maioria é riquíssima. São exceções que devem ser corrigidas? Sim. Mas nós temos que aprender com esse trabalho. E a Capes está criando oportunidade de que a gente mobilize qualidade e capacidade a partir do próprio trabalho de revalidação que o País faz há décadas, e muito bem feito. Nós temos que aprender com ele, evoluir para um espaço amplo, preservando sempre a qualificação e a perspectiva da educação superior e da pesquisa para o desenvolvimento da economia e do povo brasileiro.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Dr. Luiz Roberto Curi.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RR) – Pois não, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Peço a oportunidade.

O nosso convidado, Prof. Luiz Roberto Curi, levantou um problema que não tinha sido citado até agora, que diz respeito à validação dos diplomas de gradua-

ção, o que é disciplinado no art. 48, § 2º da atual LDB. Diz o seguinte esse artigo:

Art. 48.

§ 2º Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente [...]

O senhor levanta a hipótese de alguém vir com curso de graduação que não tenha aqui um equivalente, um parâmetro de equivalência.

Eu queria sugerir à nossa Presidente, Senadora Ana Amélia, que encomendasse ao nosso convidado Luiz Roberto Curi que nos sugira uma emenda a esse projeto, porque me parece um tema interessante. É uma matéria eminentemente legislativa. Não interfere na autonomia universitária, mas é eminentemente legislativa.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu acrescentaria também, porque eu notei aqui que o Prof. Luiz Roberto falou do Revalida, de como é feito e dos critérios adotados. Eu perguntaria ao professor: o Revalida e o 399, que é o tema desta audiência, devemos aglutinar? Ignoramos o 399 e deixamos o Revalida funcionando e aperfeiçoamos, para tornar mais ágil?

O SR. LUIZ ROBERTO LIZA CURI – Olha, Srª Senadora, eu sempre sou favorável a deixar funcionando o que está indo bem, está certo?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A não mexer no time que está ganhando.

O SR. LUIZ ROBERTO LIZA CURI – Eu acho que o 399 poderia complementar, aperfeiçoar. Gostei muito da sugestão do Senador Aloysio e de algumas do Senador Requião, especialmente quando ele abole a automaticidade, que era a nossa grande preocupação. Mas acho que, assim como a nossa proposta no CNE é aperfeiçoar, mantendo a segurança, o histórico e a qualidade com que se constrói no Brasil, como disse o Presidente Jorge, um País que ainda passa por dores do crescimento, nós temos que levar isso em consideração. Eu sugiro fortemente que o 399 contribua, mas não transforme, nem destrua ações exitosas, que foram muito duramente construídas, com um consenso difícil de ser alcançado no País.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RR) – Como diz o ditado, não se deve mexer em time que está ganhando.

Eu queria passar, de imediato, a palavra ao Prof. Carlos Estephanio e depois terminamos com o Dr. Paulo Cesar Duque Estrada.

O SR. CARLOS ESTEPHANIO – Boa tarde, Excelentíssima Senadora Ana Amélia. Enalteço a sua iniciativa e estendo esses cumprimentos a todos os demais membros desta Mesa, ao Ex^{mo} Senador Aloysio Nunes, pela sua sempre oportuna interferência, e a todos os presentes.

Eu gostaria de colocar uma questão inicial e toda a minha rápida fala aqui irá se direcionar para a questão da pós-graduação. Não me atreverei a falar sobre a questão da Medicina por não me julgar competente para tal.

Mas pegando uma carona num termo que o Dr. Jorge Guimarães falou, da dor do crescimento, acho que a questão nos dói tanto quanto a dor da síndrome do nanismo na pós-graduação que hoje ainda sofremos. Hoje nós temos alguns números aqui para ilustrar. Nós temos oito Estados no Brasil que não têm sequer 1 doutor por 1.000 habitantes. São oito Estados que não têm 1 doutor por 1.000 habitantes na faixa dos 25 aos 64 anos. Isso aí, para um País em processo de crescimento, é extremamente comprometedor.

Não estou aqui dizendo que a Capes não cumpre o seu papel. Ela cumpre e está evoluindo, mas não tem condições de avançar na dimensão em que avança a necessidade de termos também um maior número de mestres e doutores. Em outros sete Estados do Brasil, não há sequer 3 mestres por 1.000 habitantes. Então, isso compromete a qualidade da educação, a qualidade de outros segmentos da economia brasileira.

Não estou querendo com isso também dizer que devemos banalizar a aceitação dos títulos vindos de fora por uma questão automática de aceitação. Não estou pregando isso. Talvez o PLS nº 399 precise ser melhorado nisso. Mas estou querendo também deixar claro que não podemos, aqui no Brasil, nos colocar à frente, em termos de qualidade, de uma série de outras universidades a ponto de... E eu não tenho receio de errar. Eu diria que, hoje, 99% dos pedidos de revalidação dos títulos oriundos do Mercosul são negados, e sem o menor critério. Critério não existe. O que existe é uma exorbitância da autonomia universitária para invalidar e indeferir os pedidos de revalidação. Sequer analisam a questão documental.

E eu vou dar dois exemplos claros.

A Universidade Federal de Minas Gerais, na semana retrasada, indeferiu um processo de um aluno chamado Joabson, simplesmente porque disse que não ia revalidar um título por não ter mestrado a distância. O título dele não é a distância. Ele fez um mestrado na Argentina. Alguns chamam de mestrado *express*. Eu acho que isso é pejorativo. Eu acho que isso não condiz com a seriedade do ensino da Argentina, mas eles sequer avaliaram o processo. Disseram simples-

mente que não revalidariam porque não têm mestrado a distância. Não leram sequer o processo.

Outra aluna – e vou dar aqui o nome, e falo em nome da associação –, Patrícia Cardoso, deu entrada na Universidade Federal Fluminense. Eles indeferiram o processo dela, dizendo que, na Universidade Federal Fluminense, o curso de mestrado em Educação tinha 720 horas, e o título que ela apresentou do Mercosul tinha 700 horas, como se 20 horas fossem o diferencial de qualidade para se revalidar ou não um diploma. E eu fiz ver a ela o seguinte: eles, lamentavelmente, podem ser bons em Educação, mas são péssimos em matemática, porque se eles fossem ver o histórico da sua faculdade, da faculdade feita fora, veriam que, lá, são 700 horas-relógio. Lá não tem hora-aula de 50 minutos. Isso significa que são 42 mil minutos de aula, ao passo que, na Universidade Federal Fluminense, eles têm 720 horas-aula de 50 minutos, ou seja, 36 mil minutos de aula. Portanto, a carga horária do curso que ela fez lá fora era superior à da Universidade Federal Fluminense. E eu a orientei para que entrasse com recurso, pela falta de fundamentação, pela falta de seriedade no despacho dado.

Isso é o que acontece, Senador Aloysio, em relação ao que o senhor há pouco falou sobre o art. 48, que já prevê a revalidação. Prevê, mas as universidades não a fazem. Eu até entendo que eles queiram manter uma reserva de mercado, porque não querem ampliar esses lamentáveis números aqui e não querem concorrência para os seus mestres e doutores, formados aqui no Brasil, formados na Europa, porque ainda acham que pesquisa e investigação só acontecem nos Estados Unidos e na Europa. Esquecem que os outros países também avançam. Esquecem que a Argentina tem cinco prêmios Nobel. O Brasil, com uma população cinco vezes maior, não tem nenhum. Entendeu?

Então, nós precisamos respeitar os títulos do exterior, sim. Da mesma forma, quando um aluno sai daqui com um título de graduação para fazer um mestrado lá, ou um título de mestrado para fazer um doutorado lá, eles jamais negaram o aceite, porque o título sai daqui chancelado pelo Itamaraty, chancelado pelo consulado do País. Se aqui no Brasil, eles chancelaram, eles respaldaram a legalidade do curso feito aqui, automaticamente, eles são aceitos lá, mas a reciprocidade não acontece aqui.

Os títulos quando vêm para cá saem do país de origem, passam pelo Ministério da Educação de lá, passam pelo Ministério de Relações Exteriores de lá, e passam pelo consulado do Brasil de lá. Chegam aqui e não são revalidados. Não são revalidados também, porque as comissões que fazem as pretensas revalidações se acham no direito de reexaminar os traba-

lhos acadêmicos já defendidos perante uma banca de doutores lá fora. Isso eu julgo ser uma exorbitância.

Eles deveriam, no meu entender – e eu acredito que o PLS poderia contemplar isso –, se deter na questão da análise documental, da carga horária do curso, da presencialidade integral lá fora, mas jamais reavaliar um tema, uma tese, uma dissertação. Ou seja, os doutores brasileiros são melhores que os doutores lá de fora? Será que um doutor de uma universidade, de um mestrado com avaliação 3 tem mais competência – não estou dizendo que ele seja incompetente – que um mestre ou um doutor da Universidad Complutense de Madrid, da Universidade de Coimbra, para não revalidar um título de lá?

Então, creio que podemos e devemos pensar em alguns critérios que sejam claros, para que todas as universidades os sigam, porque, se ficar ao sabor da suposta autonomia universitária, o que nós vemos é um permanente abuso, um permanente desrespeito aos cidadãos brasileiros que saem daqui porque não encontram oportunidade de fazer um curso aqui lamentavelmente. (*Palmas.*) O Dr. Jorge Guimarães enaltece o fato aqui da pós-graduação, dos 200 mil pós-graduados. Eu acredito que alguns desses 200 mil estejam, inclusive, na *lato sensu*.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS ESTEPHANIO – Tudo bem. Eu acredito que esses 200 mil estudem um horário integral. Eu não sei se isso é fator determinante de qualidade. Mestrado e doutorado é muita pesquisa. Da mesma forma que as universidades europeias vêm aqui aprender com o Brasil, o Brasil precisa aprender lá fora também. Hoje há doutorado lá fora que não tem mais a exigência da presencialidade em sala de aula. Você tem encontro com seu tutor, com seu orientador para, ao final de dois, três anos, defender a sua tese. Isso é avanço. Nós precisamos também avançar nos processos. E me dou o direito de dizer isso com muita tranquilidade.

Eu fiz o meu mestrado aqui, no Brasil, numa instituição pública, e o meu doutorado em uma universidade em Assunção, universidade americana, e os comparo tranquilamente em termos de qualidade. E eu tive que abandonar uma matrícula pública no Estado do Rio de Janeiro para poder terminar o meu mestrado, porque ou terminava o meu mestrado ou abandonava uma matrícula que eu tinha no Estado.

Será que isso é humano? Será que isso é compatível com as exigências do mundo moderno? Nós precisamos sobreviver, trabalhar, avançar, estudar, mas precisamos ter também um processo mais coerente, mais identificado com os preceitos do mundo

moderno. Talvez, em 1965, esses referenciais fossem aplicáveis. Nós tínhamos outro momento econômico, outro momento social, outra situação política. Hoje não podemos aplicar mais o mesmo modelo de pós-graduação. Então, nós podemos e devemos avançar.

Eu acho que a Capes faz um meritório e reconhecido trabalho, mas precisa também reconhecer que as universidades do Mercosul têm qualidade e seriedade. E, se elas estão funcionando, é porque lá existe um Ministério da Educação e também órgãos de fiscalização que permitem. É uma questão de reciprocidade e de respeito diplomático.

Eu peço perdão até se falei em tom um pouco mais elevado, mas, citando aqui Darcy Ribeiro, existem situações em que cabe apenas ou se resignar ou se indignar. E com o que tenho visto aí de absurdo das universidades, indeferindo o título de revalidação, eu vou me indignar sempre, Senadora.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Prof. Carlos Estephano.

Queria explicar para a Luana que, regimentalmente, só os Senadores podem interromper o expositor. Logo após a exposição de todos, todos vão poder participar, à exceção... Então, está inscrita a Luana.

Para encerrar esta segunda etapa, passo a palavra ao Dr. Paulo Cesar Duque Estrada.

O SR. PAULO CESAR DUQUE ESTRADA – Senadora Ana Amélia, parabéns e obrigado pela iniciativa, Senador Aloysio Nunes, senhoras e senhores, com o intuito de contribuir para um debate, eu me ative especificamente ao texto do projeto de lei e àquilo que, no meu entender, era o cerne do projeto de lei, duas ideias: revalidação automática, tal como encontramos no texto, e listagem das chamadas instituições estrangeiras de excelência reconhecida.

Eu fiquei um pouco atordoado porque, na evolução do nosso debate aqui – mas isso no bom sentido; acho que já evoluímos no debate –, me parece, se não estou enganado, o próprio Senador Requião reconheceu...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O equívoco do nome.

O SR. PAULO CESAR DUQUE ESTRADA – ...o equívoco do nome. Então, acho que isso significa a necessidade de um grande avanço, a necessidade de uma radical revisão do texto do projeto de lei. Nesse sentido, acho que já avançamos aqui. Precisamos, daqui para frente, avançar na nossa discussão.

De qualquer maneira, não sei se isso por si é suficiente para decidirmos que o projeto de lei não merece mais nenhuma discussão em cima do texto proposto.

Vou me dar o direito de ler rapidamente algumas das preocupações do Fórum Nacional de Pró-Reitores

de Pesquisa e Pós-Graduação, do qual sou o Presidente atualmente, no sentido de talvez contribuir para avançar na própria crítica do texto e para chegarmos a alguma solução de consenso. Eu queria só chamar a atenção, em primeiro lugar, para o fato de que, no nosso entender, esse é o cerne da nossa preocupação, dos pró-reitores, que pelo menos não sabem, até o momento, o que o próprio Senador Requião parece reconhecer, que é a ideia da revalidação automática, que não sei até que ponto é exagerada ou se deve de fato ser retirada, a ideia de automatismo, mesmo em se tratando de instituições de alto nível.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Que é a variante proposta pelo Senador Cristovam Buarque.

O SR. PAULO CESAR DUQUE ESTRADA – Certo. Em vista disso, a minha contribuição diminui muito, mas gostaria de chamar a atenção para alguns pontos, depois a gente pode conversar mais abertamente no debate. Eu queria chamar a atenção para o fato de que o nosso Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), que inclui todos os cursos de mestrado, todos os cursos de doutorado, que são reconhecidos e trianualmente submetidos a uma avaliação rigorosa da Capes, e isso após décadas de trabalho intenso, atingiu hoje um patamar em que quem é formado aqui hoje é capaz de levar adiante dois grandes desafios para o País. Primeiro, levar adiante a produção do conhecimento científico aqui; segundo, formar novas gerações de pesquisadores. Isso significa que nós atingimos um grau de maturidade.

O Senador Requião comentou um pouco mais cedo o Programa Ciência sem Fronteiras, que pretende levar 100 mil jovens brasileiros para estudar no exterior. Como ficaria, então, a questão da revalidação dos diplomas desses 100 mil jovens? Acontece que, desses 100 mil jovens, menos de 10% estão voltados para fazer plenamente um curso no exterior, o que significa que mais de 90% fazem o curso aqui, fazem apenas um estágio, uma bolsa Sanduíche lá e voltam – isso para dar uma ideia do grau de maturidade que atingimos com o nosso próprio Sistema Nacional de Pós-Graduação.

Isso nada tem a ver com o fato e com o reconhecimento evidente de que cursos, diplomas obtidos no exterior, provêm, na grande maioria das vezes, de cursos de alto nível, é óbvio, de grande qualidade. Mas, é claro, é preciso que a gente não abra mão de critérios, de algum rigor para avaliar se de fato tais cursos são de excelência, são cursos capazes de formar jovens pesquisadores, capazes de levar adiante os grandes desafios que nós temos no País.

Ainda nesse sentido, só como um dado adicional para levarmos em consideração, é bom lembrar que, com a contenção na contratação de pessoal para as universidades durante a década de 90, há hoje um enorme contingente de professores e de pesquisadores em vias de se aposentar, o que significa que, nos próximos vinte anos, nós vamos ter uma enorme demanda de novos professores ocupando posições nas universidades. E da qualidade desses novos professores e pesquisadores vai depender, de maneira determinante, o futuro da produção científica feita no País.

Eu queria chamar a atenção, mas felizmente já houve um consenso aqui, para o fato de que a ideia de uma listagem de instituições de alto nível não se aplica mais. De qualquer maneira, talvez o que não tenha ficado ainda muito claro é a ideia de avaliar cursos ou instituições.

É preciso, talvez, frisar que, no exterior, você tem instituições de altíssimo nível, com doutorado de altíssimo nível, mas cujo mestrado não atinge o mesmo nível de mestrado, o mesmo conceito de mestrado que temos aqui, no Brasil. Muitos dos mestrados em grandes instituições estrangeiras, na verdade, se assemelham a cursos de especialização que temos aqui, que acrescentam uma formação na graduação, mas não permitem ao graduado, como nos cursos de mestrado aqui no País, que já se insira em um grupo de pesquisa, já integre um grupo de pesquisa e já se prepare, então, para a pesquisa científica de sua área. Isso é possível em um mestrado, mas não é possível, evidentemente, em um simples curso de especialização.

Estou falando isso apenas para enfatizar algo importantíssimo na Capes: ela não avalia instituições de ensino e pesquisa, seja no Brasil, seja no exterior. A Capes avalia cursos de pós-graduação. E não podemos abrir mão dessa orientação da Capes.

Eu queria chamar a atenção para o fato de que no texto do projeto de lei, exatamente nesse sentido de curso, ou seja, da talvez confusão entre curso e instituição, podemos ler o seguinte, e o próprio Senador Requião chamou a atenção para isso: “Portugal admite o reconhecimento automático dos diplomas de pós-graduação brasileiros, emitidos por cursos [vejam bem, no texto do projeto de lei, está escrito cursos e não instituições] brasileiros com notas seis ou sete emitidas pela Capes”. O próprio texto do projeto de lei não fala em instituições. Ou seja: o projeto de lei reconhece que a questão, no fundo, é a avaliação de cursos e não de instituições.

Eu queria chamar a atenção para uma dificuldade adicional, mesmo não se aplicando mais a questão de listagem. De qualquer maneira, um dado importante é que vários grupos de pesquisa em universidades brasi-

leiras já têm, historicamente, uma relação com grupos de pesquisa de altíssimo nível em várias universidades estrangeiras. Uma listagem, por mais ampla que seja, de grandes universidades estrangeiras poderia ser catastrófica se não levasse em conta várias instituições não tão conhecidas, mas que contam com excelentes grupos de pesquisa, que são parceiros nossos em vários grupos de pesquisa brasileiros e que, não sendo contempladas por uma lista, por mais ampla que seja, não sendo Harvard e não sendo MIT, prejudicaria a nossa relação interinstitucional com eles. Muitas universidades deixariam simplesmente de ter interesse em investir na relação com o Brasil caso as suas instituições não fossem reconhecidas em uma lista por mais ampla que essa lista pudesse ser.

Acrescento outro problema, caso insistíssemos...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO CESAR DUQUE ESTRADA – ...na questão da automação e da listagem de cursos, estaríamos produzindo aqui, no Brasil, certo complexo de vira-latas, um complexo de inferioridade, para retomar a grande expressão do Nelson Rodrigues. Por quê? Porque, enquanto a revalidação de algumas instituições estrangeiras valeriam aqui, no Brasil, a recíproca não é verdadeira. Então, jamais grandes universidades brasileiras que temos não teriam, automaticamente ou não, o seu diploma revalidado.

Para fechar, apenas a título de reforçar a ideia, qualquer perspectiva de uma revalidação automática e de uma listagem de grandes instituições internacionais contribui muito mais prejudicar e enfraquecer o Sistema Nacional de Pós-Graduação, por mais bem-intencionado que seja, claro, do que para fortalecer aquilo que já conquistamos e aquilo que pretendemos realizar daqui por diante.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço muito ao Professor Paulo Cesar Duque Estrada, que é Pró-Reitor e representa todas as universidades do País.

Eu queria apenas fazer referência a mais duas mensagens que vieram de Tangará da Serra do Mato Grosso. O cidadão parabeniza os Senadores Requião e Cristovam Buarque pela iniciativa de colocar em pauta o PLS 399, de 2011, que dispõe sobre a revalidação e reconhecimento automático de diplomas oriundos de cursos em instituições de ensino superior estrangeiras, de reconhecida excelência acadêmica.

De Brejo Santo, no Ceará, o João Paulo Laurentino – acho que ele acompanhou a fala do Vice-Presidente da Academia Nacional de Medicina – reclamou que a discussão estava polarizada em relação ao curso

de Medicina. Desse modo, ele gostaria que fosse dada mais atenção a outras áreas do conhecimento, e foi atendido ao longo da audiência pública.

O cidadão Gilberto José Ramos, de Santo Antônio da Patrulha, do Rio Grande do Sul, é contrário à importação de profissionais liberais bem como à exportação de profissionais de Medicina – ele fala exportação, mas deve ser importação – formados em Cuba.

Aqui tem uma carta grande, que vamos ler mais tarde.

Como o Professor Carlos Estephanio fez, digamos assim, uma cobrança acerca da questão da Universidade de Minas Gerais, eu queria passar a palavra ao Dr. Luiz Roberto Curi para que responda essa cobrança feita em relação à forma como a Universidade, mesmo respeitando a autonomia, agiu no processo dessa jovem de pós-graduação na Argentina.

O SR. LUIZ ROBERTO LIZA CURI – Sobre a Argentina ou Santa Catarina?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Formada na Argentina.

O SR. LUIZ ROBERTO LIZA CURI – Na Argentina, mas a revalidação...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Foi na Universidade de Minas Gerais.

O SR. LUIZ ROBERTO LIZA CURI – O que reforço é o seguinte: há aspectos que podem ser melhorados, há procedimentos que podem ser superados, há um ou outro problema, mas acho que isso deve ser utilizado como objeto de aprendizado para aperfeiçoamento do sistema, e não para reordenar completamente o sistema.

Como eu disse, o Brasil vem desenvolvendo um forte sistema de avaliação. Nos últimos dez anos, o Brasil evoluiu demais em seu sistema de avaliação. Ele conseguiu fazer uma transição entre governos, mantendo as políticas. A de pós-graduação em educação superior não só foi mantida na transição de governos como foi melhorada e ampliada. Digo isso com toda tranquilidade.

Temos todos de reconhecer que o fato de o Ministro chegar aqui com uma lista que alguém nominou é um grande avanço para o País. Tem que publicar, nominar e fazer valer o processo avaliativo. É um grande avanço para o País que reconheçamos as nossas necessidades identificadas pelo processo avaliativo.

Ora, se avaliamos a nós mesmos, dessa forma, para aperfeiçoarmos e, cada vez mais, melhorarmos a graduação, melhor. E os índices de melhoria estão disponíveis também pelos resultados do Enade, que é um grande patrimônio nacional, bem como do Sinaes. Reforço: o Sinaes é uma lei nacional, talvez única,

porque não conheço outro país que tenha uma lei tão ampla e articulada como essa.

Na pós-graduação, a mesma coisa, ou seja, os programas são avaliados de maneira exímia, exemplar. Como não avaliar uma pessoa que veio com uma pós-graduação? Ela tem que fazer toda a avaliação. Ora, se os requisitos da pós, aqui, incorrem em titulação e a titulação, por sua vez, incorre em defesa de tese, então, não dá para ser diferente com quem vem de fora.

Estou apenas descrevendo que não é justo admitirmos uma trajetória externa completamente diferente. Isso é uma coisa; outra coisa é admitir um programa novo, admitir a perspectiva de ampliar áreas de pesquisa ou mesmo modelos curriculares. Isso faz muito bem ao País. Ter esse contato, esse intercâmbio, que já é feito, faz muito bem ao País.

Agora, quero dizer que a revalidação se dá em parâmetros nacionais que são, na maioria dos casos, exemplos internacionais. Como conselheiro do Conselho Nacional de Educação, solicito que sejam até encaminhados ao CNE casos específicos, para que possamos, no caso, verificar e identificar problemas que nos permitam, em contato com as universidades, respeitando sua autonomia, melhorar o padrão. E é isto que essa nossa resolução que está em estudo prevê, ou seja, que melhorem e aperfeiçoemos, mas sempre em contato com universidades, respeitando a autonomia universitária.

É muito bom e faz muito bem que esses exemplos, Professor Carlos, e outros que há sejam enviados ao CNE para que possamos enriquecer o processo de análise e de avaliação, sempre tentando melhorar o que existe, nunca tentando mudar o que é excelente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu queria passar a palavra à Luana Bonone, que, enquanto falávamos do Professor Carlos Estephanio, quis fazer uma indagação. Por favor, Luana.

A SRA. LUANA BONONE – Na verdade, eu queria fazer uma afirmação, Senadora. Defendi na minha fala o fato de que devemos ter critérios que agilizem e melhorem o processo de revalidação, porque acho um tema importante. Agora, se for para aceitar diploma de curso expresso, aí acho que não se deve mexer na legislação. Aí é melhor deixar como está, porque quando falamos em critério de qualidade, o tempo levado para a formação é, sim, um critério importante.

A Capes prevê de 24 a 30 meses para o mestrado. Poucos países, inclusive, têm modelos de mestrado como há no Brasil. E é um modelo que foi construído com a nossa história e com um sistema muito consistente de avaliação de qualidade. A batalha aqui, para conseguirmos chegar ao aprimoramento do modelo, é para garantir que cursos de qualidade permitam que

brasileiros que foram lá cursar possam também reque-
rer. E não é por uma demanda do País, inclusive, mas
por uma demanda de atender aos cidadãos brasileiros
que podem contribuir com o mercado, enfim, que po-
dem exercer suas atividades aqui, ou seja, muito mais
por uma demanda individual do que por uma demanda
do País, inclusive nas áreas que foram levantadas aqui
pelo Professor Jorge Guimarães.

Então, eu queria propor isto: que consigamos
chegar a modelos que garantam reciprocidade, que
é um princípio das relações internacionais, mas que,
principalmente, garantam qualidade, que é o princípio
da própria formação no País, ainda que possamos
aprimorar muito nossos próprios instrumentos de ava-
liação e fiscalização.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP –
RS) – Agradeço muito.

Passo a palavra ao Sr. Jorge Guimarães, que
manifestou interesse no uso da palavra.

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – Eu que-
ria trazer aqui uma informação, porque aparecem muitas
informações que a gente nem sabe de onde vieram.

A Capes tem cooperação com mais de 40 paí-
ses, com universidades de mais de 40 países, ao lon-
go dos seus 60 anos. Isso é muito anterior ao Ciência
sem Fronteiras. Na América do Sul e América Latina,
temos com Argentina, Chile, Colômbia México, tudo.
Não há nenhum problema de reconhecimento de títu-
los tirados na Argentina. Nenhum problema. Se não
fosse assim, como se justificaria o fato de que temos
tantos argentinos trabalhando no Brasil em todas as
universidades brasileiras? Como se justificaria isso?
É porque foram reconhecidos os títulos.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP –
RS) – Por favor. Por favor, ouvimos todos.

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – Isso
nos leva...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP –
RS) – Ouvimos todos, a palavra está dada ao Profes-
sor Jorge Guimarães.

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – Isso
nos leva a um fato. Se não tira o automatismo, o pro-
jeto de lei é inconstitucional. Por quê? Porque não tem
reciprocidade. E isso obriga a vir ao Senado, ao Con-
gresso Nacional para exigir reciprocidade se dermos
o reconhecimento automático. Vou chegar à Argentina,
com meu diploma e dizer que quero exercer a minha
profissão lá. Eles dirão: “Ah, é? Como vai ser isso?
Onde está a reciprocidade?” É inconstitucional.

Então, temos que tirar o automatismo imediata-
mente. Assim, meus caros, esqueçam o automatismo,
porque não vai passar. O Supremo pode considerar

inconstitucional se houver a insistência em aprovar
isso como automático.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP –
RS) – Eu queria renovar o desejo de que esta audiên-
cia... Já estamos em quase três horas de um profícuo,
profundo e democrático debate sobre o tema. O próprio
autor deu um sinalizador muito relevante, como disse o
professor, nosso Reitor Paulo Cesar Duque Estrada, ele
praticamente neutralizou a maior resistência que havia
em relação à palavra “automático”. Então, ele próprio
já deu um encaminhamento adequado à revalidação.
E só por isso já teria valido esta audiência pública.

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – Finali-
zando a minha participação, eu queria também dizer o
seguinte: a questão do reconhecimento dos títulos de
brasileiros obtidos na Argentina, em especial, é falácia.
Temos contato direto com a Coneau, que é a nossa
parceira, e exigimos deles: vai valer? “Não, não, só vale
para estrangeiros. Aqui dentro não vale, não.” Então,
é falácia. Não adianta ficarmos enfeitando uma coisa
que é irreal, gente. Não é verdadeiro. Então, esses dois
pontos são muito importantes de serem considerados.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP
– RS) – Seriam desdobramentos que teríamos que
enfrentar aqui pela questão da falta de reciprocidade.
E haveria um questionamento da constitucionalidade
da providência.

Eu queria passar a palavra ao Prof. Vicente Ce-
lestino de França.

O SR. VICENTE CELESTINO DE FRANÇA – Eu
queria somente, nestes momentos finais, agradecer
a oportunidade deste debate, Senadora. Acho que foi
importante, ajudou para a finalidade da audiência, que
é instruir o processo. Acho que a gente deu um passo.
Agora, o mais importante – e o Senado deu um exem-
plo – é a capacidade do diálogo social, o que, infeliz-
mente, não existe em todas as instituições brasileiras.
É uma pena que algumas instituições do próprio MEC
estejam fechadas ao diálogo social.

Nós queremos pedir à Srª Senadora, em nome
dos milhares de estudantes que estão nessa situação,
que esta Comissão possa dar continuidade a este de-
bate da forma como começou esta audiência. Que a
sociedade civil tenha oportunidade de participar dos
desdobramentos desta audiência. A nossa sugestão e
a dos estudantes é que a gente possa ter uma comis-
são e que essa comissão tenha uma representação da
sociedade civil, para que as decisões não continuem
vindo de cima para baixo, mas que os estudantes
possam ter uma participação ativa nesse processo de
construção do aprimoramento desse projeto.

Esse projeto foi fruto de seis anos de luta junto
aos Senadores. Não foi fácil. Então, eu peço, em nome

dos estudantes, daqueles que precisam da revalidação, que se estude a possibilidade de se criar uma comissão e que se dê oportunidade à sociedade civil de também participar dessa construção.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Prof. Vicente, eu lhe pergunto: dada a conclusão aqui unânime de que o que precisa ser feito é agilizar o processo, para que não fique dez, seis, vinte anos aguardando registro, e foi reconhecida pelo Dr. Luiz Roberto Curi a ênfase ao Revalida, que é um sistema já existente, porque nós temos que trabalhar, primeiro, para passar por todas as instâncias do Senado, ir para a Câmara dos Deputados, ir para o plenário, então, esse sistema, se ajustado a essas necessidades, não responderia adequadamente à demanda dos 20 mil pós-graduandos no exterior?

O SR. VICENTE CELESTINO DE FRANÇA – Não. Porque o Revalida hoje está quase que específico para Medicina. É específico para Medicina. E nós não estamos só discutindo Medicina. Existem as outras áreas que precisam ser contempladas. Como disse aqui a professora...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Dr^a Helena Nader.

O SR. VICENTE CELESTINO DE FRANÇA – Helena. Ela informou que a universidade dela no momento não está recebendo processo, não está fazendo avaliação. Dr^a Helena, esse processo está acontecendo em quase todas as universidades brasileiras. Isso é um absurdo. Isso não pode continuar.

Para finalizar, estou sendo bem prático, pediria que esta Comissão, que é importante, garanta que a sociedade civil construa também, participe da construção desse aprimoramento do projeto, porque não pode ser só de cima para baixo.

O último ponto que eu queria pedir e que ia ser fruto do nosso trabalho: na última audiência que tivemos na Comissão de Educação, no ano passado, nós selamos um acordo com todos os que estavam aqui, que foi trabalhar pela revalidação com qualidade. Ninguém aqui está pedindo que se facilite, que dê um jeitinho, que cursos mal feitos, que diplomas pirateados sejam revalidados. Nós temos um compromisso e queremos reassumir esse compromisso. Agora, queremos pedir aos demais agentes: vamos sentar, gente. Nós não queremos estar aqui batendo. A gente deve construir uma saída para esse processo de revalidação, que está truncado, está parado. E nós somos responsáveis por isso e podemos ajudar para que esse processo avance, porque o nosso País precisa disso. A população brasileira não pode continuar nessa situação humilhante em que se encontra.

Por fim, quero entregar à Senadora, porque nós fizemos uma campanha no Brasil inteiro, mais de dez mil assinaturas de brasileiros que pedem a aprovação e o aprimoramento desse projeto. Nós não estamos aqui pedindo que seja automático, que não seja automático. A gente pede que o processo de revalidação seja justo, que não continuem na situação em que se encontram os estudantes brasileiros. Pedimos só justiça, porque o processo está travado e não pode continuar desse jeito.

Então, nós estamos agora numa brigada nacional e conclamo os demais presentes. Estamos com um problema e faço aqui uma denúncia pública. A pirataria do diploma existente no Brasil, Senadora, é uma situação clamorosa. Nós temos hoje mais de dez mil pessoas fazendo cursos piratas neste País. Mais de dez mil. Isso não pode continuar.

Não existe uma fiscalização, não existe uma ação em relação a esses cursos piratas. Pessoas estão sendo enganadas, roubadas. Um curso desses custa em média R\$20 mil. A gente tem, em vários Estados do Brasil, cursos de mestrado e doutorado dados, a R\$100,00. É uma pirataria absurda, e nós não somos a favor disso. Isso é algo irreal.

Esse não é um tema desta audiência, mas eu queria dizer que nós vamos continuar essa campanha e queria convidar os demais para fazer um trabalho sério de combate a essa pirataria do diploma, que estraga este processo que estamos aqui construindo de forma limpa, justa e democrática.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu queria agradecer ao Prof. Vicente Celestino. Vou receber, em seguida, antes do final.

Eu queria dizer que o Dr. Carlos Estephano solicitou que fosse ouvido o depoimento do Denir Machado, que, se não me engano... (*Palmas.*) Um momentinho, pessoas. Ele se apresentou antes a mim, é do meu Estado, do Rio Grande do Sul, é administrador de empresas, professor, estudou na universidade da Inglaterra, na University of Durhan, e diz que está aguardando há dez anos pela revalidação do diploma.

Como duas entidades falaram pelos representantes, ele já expôs, por meio de exemplos dados. Então, como ele foi representante dos senhores e foi muito claro e completo na exposição, se eu der a palavra ao Denir, terei que dar a palavra a todos os outros que estão aqui e que, da mesma forma, aguardam a revalidação do diploma. Como o Carlos Estephano e o Vicente Celestino de França são os legítimos representantes dos senhores e tiveram o tempo necessário para fazer a explanação, eu considero, do ponto de vista

regimental, que ele está atendido pelo que disseram os dois representantes da categoria.

Eu queria passar agora à finalização da audiência, dando dois minutos a cada um dos que estão aqui à Mesa. Eu pediria licença aos quatro que falaram antes, começando pela Dr^a Helena Nader, que foi uma das expositoras. Depois, o Dr. Carlos Celso, a Luana e o Vicente Celestino.

Com a palavra, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que, regimentalmente, tem preferência.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Senadora, eu, infelizmente, vou precisar me retirar, porque o Embaixador da Geórgia está me esperando aqui na Liderança do PSDB.

Quero agradecer muito a oportunidade de diálogo e registrar que vale a pena trabalhar na sexta-feira, porque a gente tem tempo para discutir as coisas com calma.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – E, sobretudo, pela qualidade dos que vieram aqui para expor um tema.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sobre a qualidade das exposições, a mim foi muito útil para preparação do meu próprio projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Também a mim.

Agradeço imensamente a sua presença, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Muito obrigado. E parabéns pela iniciativa, Senadora. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador, obrigada.

Com a palavra, Dr^a Helena Nader.

A SRA. HELENA BONCIANI NADER – Senadora, mais uma vez, eu quero agradecer pela oportunidade desta reunião. Acho que foi muito esclarecedora. E gostaria de encerrar fazendo uma proposta para o andamento. Eu vejo que nós teríamos que ter, para essa legislação, para o PL ou para as modificações que vão ser necessárias, um olhar separado para os cursos de graduação e de pós-graduação. São dois universos muito distintos. Eles até podem constar de uma mesma legislação. Mas a discussão, a maneira de encaminhar deve ser muito, muito diferente.

Eu reitero que...

(Soa a campanha.)

A SRA. HELENA BONCIANI NADER – Assim como eu falei que me solidarizo com os 20 que estão nesse processo da revalidação, eu gostaria de dizer que há pelos menos 100 mil aqui no Brasil na mesma situação, em cursos que foram feitos. Como disse na

sua denúncia, são esses cursos que dão diplomas, mas não são reconhecidos pelos órgãos nacionais Capes e MEC. Então, na mesma situação, nós temos um contingente titulado no País. Por isso, a legislação deve ser muito clara, para evitar, depois, o retrocesso em tudo o que se construiu.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada à Prof^a Helena Nader, que é Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e também da Academia Brasileira de Ciência (ABC).

Com a palavra, o Dr. Carlos Celso de Mesquita, 1º Vice-Presidente da Academia Brasileira de Medicina.

O SR. CARLOS CELSO DE MESQUITA – Senadora, mais uma vez, quero agradecer à senhora a chance de participar deste momento muito importante.

Eu, até por formação profissional, tenho de falar de Medicina. Então, existe realmente o Revalida, que é uma iniciativa do próprio Governo Federal. Em 2009, houve uma portaria interministerial dos Ministérios da Saúde e da Educação estabelecendo normas de revalidação de diploma de Medicina. Eu acho que, do ponto de vista formal, isso está resolvido. Isso foi revalidado em 2011. Inclusive, um dos assinantes é o atual Ministro da Saúde. O outro foi o então Ministro Fernando Haddad.

O problema, que todo mundo reconhece, é que essas coisas precisam ser aperfeiçoadas. E hoje, enquanto falava, o Senador Roberto Requião fez críticas ao número de médicos que não fazem residência. É claro. Nós temos uma plethora de problemas a serem resolvidos. E, por isso, estamos sofrendo as dores do crescimento.

Isso tudo precisa ser aperfeiçoado, e acho que isso não é uma questão do tempo. Nós temos que reconhecer isso e tentar progressivamente resolver os problemas. Agora, do ponto de vista da Medicina, a coisa está mais ou menos bem encaminhada.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço, Dr. Carlos Celso de Mesquita.

Passo a palavra à Luana Bonone.

A SRA. LUANA BONONE – Muito obrigada, Senadora. Primeiro, eu queria agradecer também e valorizar a iniciativa desta audiência pública. Agradeço a todos os presentes, a todos que se mobilizaram para estarem aqui, tanto os Senadores, como os convidados, como a turma que veio participar do debate efusivamente inclusive. Isso tudo faz parte do ambiente democrático em que a gente vive.

Considero importante essa denúncia da pirataria. Inclusive, essa campanha para divulgar a existência de cursos não reconhecidos é importante até para que o estudante busque se informar antes de se matricular,

porque a legislação para isso já existe. A avaliação dos cursos de ensino superior já é feita, e periodicamente, e com seriedade. Agora, esses que não têm autorização para funcionar e funcionam precisam ser coibidos com a própria informação pública. Ou seja, o estudante procurar saber em que ele está se matriculando antes de se matricular evitaria esse tipo de situação.

Considero que tivemos alguns avanços importantes aqui. O principal deles é o fato de a gente excluir a noção de automatização do processo de revalidação, considerando isso como um consenso. O segundo, talvez tão importante quanto: a importância de maior agilidade e maior transparência no processo, como ocorre hoje, ainda que respeitada a autonomia das universidades.

(Soa a campanha.)

A SRA. LUANA BONONE – Considero que esse banco de dados que a Capes pretende criar vai ser importante nesse sentido. Se não for viável alguma proposta de avaliação dos cursos, como apresentei, talvez uma prova por área seja uma solução. Enfim, precisamos encontrar soluções que garantam os critérios de qualidade e que ajudem a agilizar o processo da forma como ocorre hoje. Acho que conseguimos avançar um pouco nesse debate e considero que conseguimos principalmente apresentar o conjunto das posições, o que, por si só, já é de uma riqueza inestimável.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

Com a palavra, o Prof. Vicente Celestino.

O SR. VICENTE CELESTINO DE FRANÇA – Eu quero, mais uma vez, agradecer. Agradeço também, de forma carinhosa, à representação que nós tivemos de todos os Estados. Meus amigos, muito obrigado pelo sacrifício. Alguns fizeram um sacrifício imenso, até venderam rifa para chegarem aqui. Mas quiseram participar deste debate, porque são cidadãos e se sentem contemplados por esta Comissão, por esta Casa Legislativa, que está cuidando daqueles, olhando para aqueles que precisam de revalidação neste País.

Mais uma vez, eu peço encarecidamente, em nome dos estudantes, que a Comissão estude a possibilidade de criar um grupo de trabalho para acompanhar esse processo que deverá ser feito. É um pedido nosso. Um grupo de trabalho é importante porque não deixa, não permite que apenas uma instituição possa fazer essas novas normas, esses critérios tão úteis e necessários. O Senado não pode se eximir da responsabilidade de dar a sua contribuição para estabelecer esses critérios, porque é um ponto fundamental para avançarmos, mas também a sociedade civil sente-se no direito de pedir uma participação efetiva possivelmente na criação de um grupo para dar continuidade a esse trabalho.

Quero também, mais uma vez, conclamar as demais entidades aqui presentes, porque temos um problema comum, e eu acredito na capacidade do diálogo para resolvê-lo, e não apenas no embate, que muitas vezes não é produtivo, mas na oportunidade de poder sentar. Gostaria que as entidades se abrissem mais ao diálogo social.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Não tenha dúvida, Professor. Eu lhe agradeço e quero lhe dizer que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da qual sou Vice-Presidente, está aberta a isso. Estamos dispostos eu, o Senador Requião e o Senador Cristovam Buarque, que é o Relator. E estaremos, se for o caso, atentos não só a isso, mas também a encaminhar alguma demanda às autoridades. Como as autoridades ouviram aqui, certamente, as portas ficarão abertas, não tenho a menor dúvida, pela atitude democrática com que aqui compareceram e aqui apresentaram as suas opiniões.

Eu passo, agora, a palavra ao Dr. Carlos Estephânio, para, em dois minutos, fazer a conclusão.

O SR. CARLOS ESTEPHANIO – Obrigado, Senadora.

Reitero o agradecimento e o elogio já formulado com relação a esta reunião. Estendo esses cumprimentos aos demais participantes, especialmente a todos aqueles que vieram dos mais distantes recantos deste País, alunos de vários projetos, de várias nações, pela dedicação e pela crença de que, a partir daqui, poderá surgir uma solução para esse problema que aflige milhares de pessoas.

Quero deixar claro também que um país como o nosso, que, segundo os dados do Ministério do Trabalho, acolheu, de 2009 a 2012, 560% mais mestres e doutores estrangeiros para trabalhar no Brasil – observem: cresceu em 560% o número de mestres e doutores autorizados a trabalhar no Brasil de 2009 para 2012 –, não pode virar as costas para os cidadãos brasileiros que vão lá fora. O estrangeiro é válido, é aceito aqui, mas nós, brasileiros, quando vamos para lá e retornamos, não temos o reconhecimento.

Então, eu tenho certeza de que cada um desses estudantes ou ex-estudantes, mestres, doutores que aqui estão estarão vigilantes, acompanhando o desenvolvimento desse processo junto a esta Casa Legislativa, pela seriedade com que foi conduzido e pela crença de que existe um trabalho sério aqui, haja vista o desenvolvimento do trabalho que aqui transcorreu hoje.

Espero que tenhamos um grande ganho e a evolução desse processo.

Obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Prof. Carlos Estephânio.

Passo a palavra agora ao Dr. Luiz Roberto Curi.

O SR. LUIZ ROBERTO CURI – Parabéns, Senadora Ana Amélia, foi um excepcional evento. O Senado, de fato, vem trabalhando com afinco em temas estratégicos para o País, e isso é muito bom de ver e de participar.

Eu queria encerrar com a fé e a crença enfática de que a automaticidade também cairá nos itens e subitens do processo, inclusive no caso de acordos e tratados. Obviamente, é interessante analisarmos que acordos e tratados não podem superar o padrão de avaliação. O próprio Vicente Celestino, quando diz que não dá para falar se os cursos são de má qualidade sem que haja avaliação, tem razão. Não dá para falar que nenhum curso tem má qualidade se não há avaliação consistente, séria, como a que vem sendo desenvolvida, no caso da graduação, há décadas, e, no caso da pós-graduação, há quase um século no Brasil.

Gostaria de agradecer e enfatizar uma coisa: o portal do MEC e, em particular, a rede da Capes divulgam todos os cursos autorizados e avaliados. Quer dizer, é mais fácil talvez fazer essa consulta do que seguir o Facebook de um colega.

Portanto, está à disposição do País, sobejamente disseminado, um trabalho de divulgação do que é legal, do que é autorizado, do que é avaliado, a nota da avaliação presente, tudo isso no portal da Capes; e, no mais, dos outros cursos de graduação, no portal do MEC.

Eu, por fim, agradeço. Reafirmo que o Conselho Nacional de Educação está à disposição de todos. Por favor, não hesitem em nos procurar, em apresentar demandas em casos específicos, pois casos específicos devem muitas vezes ter soluções específicas.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Dr. Luiz Roberto Curi, que é da Câmara de Educação Superior.

Passo a palavra ao Dr. Paulo Cesar Duque Estrada.

O SR. PAULO CESAR DUQUE ESTRADA – Obrigado, Senadora Ana Amélia, pela iniciativa e por esta oportunidade.

Acho que nós tivemos aqui hoje um verdadeiro debate. O termo debate é bastante suspeito. Em geral, fala-se muito e nada acontece. Hoje, efetivamente, aconteceu algo muito importante: reconheceu-se a importância de ir além do texto do projeto de lei; mas, não apenas isso, reconheceu-se também a importância de seguirmos juntos.

Então, de minha parte, Sr. Vicente Celestino, o senhor pode contar comigo como parceiro, para irmos adiante e colocarmos de lado qualquer possível má impressão de um confronto. Estamos aqui juntos,

enfrentando o mesmo problema, no mesmo País, na mesma situação. No que diz respeito ao Fórum de Pró-Reitores, por favor, sintam-se à vontade. Eu deixo o Fórum à disposição para nós termos mais contato e tentarmos avançar mais, juntos daqui para frente.

Eu gostaria de entusiasticamente reforçar o que a Prof.^a Helena Nader sugeriu, que sejam separadas as questões da pós-graduação e da graduação...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO CESAR DUQUE ESTRADA – ...por serem universos bastante distintos e para facilitar mesmo que nós possamos encontrar soluções viáveis para esses dois níveis.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigado ao Dr. Paulo Cesar Duque Estrada, que é Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Para encerrar, com a palavra o Prof. Jorge Guimarães, da Capes.

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – Muito obrigado, mais uma vez, Senadora Ana Amélia. Eu quero elogiar de público não só a iniciativa, mas a maneira como conduziu este debate, de forma tão eficiente e buscando resultados.

Senadora, temos de meditar um pouco sobre as razões das coisas que ocorrem conosco. O título de mestre e doutor, no Brasil, está extraordinariamente e, em muitos casos, desnecessariamente valorizado. Isso causa um conjunto de ações muito complicadas. Por exemplo, os institutos federais insistem no título de doutor e mestre, mas eles não foram feitos para isso. Eles são institutos tecnológicos. O salário é outra coisa. Não tenho dúvida nenhuma de que eles têm de ganhar um salário igual ao de doutores, mas por outras razões.

Então, por conta dessa valorização extraordinária, sobretudo no serviço público, é que temos situações como essas. Muitas dessas pessoas provavelmente poderiam ter feito outros cursos na vida com ganhos extraordinários.

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – A notícia de que nós estamos fazendo esse banco foi anunciada na revista *Ensino Superior Unicamp*, numa entrevista que eu dei lá há uns 15 dias. Ela começa dizendo o seguinte: “A USP analisou, em 2012, 242 títulos obtidos em instituições estrangeiras, sendo que foram revalidados 76%.” Portanto, às vezes, há exageros nessas informações.

Eu queria, finalmente, aceitando a proposta do colega Vicente Celestino, dizer o seguinte: no mundo, não existe exemplo de revalidação por lei direta no par-

lamento. Universidades propõem acordos, depois de debates acadêmicos, e aí fazem acordos, assinaturas, etc. Se nós fizermos isso, é preciso levar em conta que é preciso ter todos os cuidados. Por exemplo, a Capes e o MEC participam, há muitos anos, de reuniões anuais com ministros do mundo inteiro, sobretudo aqui na América Latina, para fazer avanços, entende? Então, estamos cientes de que problemas podem ocorrer.

Posso fazer uma pergunta ao Vicente?

Desses 20 mil, você tem uma ideia de quantos são graduação e pós?

O SR. VICENTE CELESTINO DE FRANÇA – A grande maioria é de pós-graduação.

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – E a maioria é de mestrado?

O SR. VICENTE CELESTINO DE FRANÇA – A maioria é de mestrado e, um pouco menos, de doutorado. A grande maioria é de mestrado; um pouco menos de doutorado.

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – Mais uma vez, eu agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, meu caro professor.

Eu gostaria, antes de encerrar, de falar das pessoas que vieram aqui prestigiar, além dos nossos ilustres convidados: Magda Abou El Hosn, advogada, coordenadora do Curso de Direito da Faculdade de Belém do Pará; Maria Luzia dos Reis Silva, Diretora da Escola de Educação Superior Valor Humano, do Pará; Lindinalva Alves da Silva, Secretária do Núcleo de Rondonópolis, Mato Grosso; Vilmondes Aprígio da Silva Luz, Diretor Jurídico de um sindicato de Rondonópolis, Mato Grosso, ligado à área de Educação; Antonio de Pádua Quirino Ramalho, 2º Secretário do Departamento de Fiscalização do Conselho Regional de Medicina do Amazonas; Isaías Régis, Diretor do Uniesc, de Florianópolis; Drª Edilene Soraia da Silva, professora universitária do Estado de Santa Catarina; Ismael Lemes Vieira Júnior, professor universitário da Fahub; Laura Tereza de Souza, Coordenadora da Faculdade Nossa Senhora de Lourdes – pelo número aqui deve ser de Mato Grosso também –; Rose Cabral, assessora de comunicação social do IFS de Sergipe, mestre pela Lusófona de Portugal; Prof. José Neilton Nunes, aluno de mestrado da Cenfap, Alagoas; José Eduardo Nogueira Villela, professor do ensino básico, técnico e tecnológico do Instituto Federal de São Paulo; José Cláudio Reis Santiago, professor de Física; Profª. Lucilene Representante, da Assembleia Legislativa do Mato Grosso; Pedro Fernandes, médico formado na Bolívia, da Faculdade Ucebol – deve ser universidade da Bolívia –; Antonio Fernandes de Moraes, professor e diretor – eu não entendi a sigla, mas aqui está

o nome do professor, que veio nos prestigiar –; Izilda Ângela Guimarães, professora de Literatura de Barbacena, Minas Gerais, e da Escola Preparatória de Cadetes; Izabel Cristina Ferreira Malzac, professora de Matemática do Distrito Federal; e o Denir, citado pelo Prof. Carlos Estephano, que é administrador de empresas, professor, estudou na Universidade da Inglaterra e, há dez anos, espera a revalidação do seu diploma no Brasil.

Eu queria também mencionar o Carlos Antônio Resende, de Ritópolis, Minas Gerais, que manifesta sua opinião desfavorável ao Projeto nº 399, de 2011.

O cidadão de Porto Alegre, Denir Machado, está tão ativo que mandou até um *e-mail*: “Por que não se consegue a revalidação há mais dez anos?” O seu caso, Denir, foi vastamente falado aqui, e você ainda mandou um *e-mail*. Deve estar com seu *laptop* na mão aí também.

De Valparaíso de Goiás, Jerry Pereira Sá. O cidadão comenta que, no ano de 2012, foi divulgado que a Universidade de Brasília teria recebido nota dois no curso de Pedagogia, Letras e Engenharia Mecatrônica. Questiona o motivo de uma nota tão baixa, considerando a qualidade dos mestres e doutores das universidades públicas. Aí é uma questão da Universidade.

Manaus, Amazonas, Cosme Moreira de Lima. Ele acredita que o projeto poderia valorizar o profissional pedagogo e trazer benefícios financeiros. Afirma que todas as outras profissões bem remuneradas e reconhecidas pela sociedade dependeram, em tempos outrora, de professores para serem quem são hoje. Porém, critica que, atualmente, os professores não são reconhecidos. Ele encaminhou aqui para uma Senadora uma mensagem e reclama que não obteve resposta – não foi a Presidente desta audiência.

A cidadã Bartira Gouveia de Amorim e Silva mandou, por telefone, sua opinião favorável à realização da audiência, pois acredita que a questão da revalidação deve ser revisada para se tornar menos burocrática, o que tranquilizaria os alunos.

E, por fim, Angela Sueli Barcelos Peçanha, do Rio de Janeiro, Campo dos Goytacazes, parabeniza pelo nível do debate da audiência pública e pela iniciativa de discutir este assunto. Alega ter uma filha estudando fora do Brasil e diz que é muito importante para o Brasil discutir a validação de diplomas. Sugere que as próximas audiências sejam amplamente divulgadas pela imprensa. Obrigada, Angela Sueli Barcelos de Peçanha, que mandou a mensagem de Campo dos Goytacazes, Rio de Janeiro – o senhor é da universidade do Rio.

Então, agradeço a todos os que ajudaram a enriquecer a reunião, especialmente à Drª Helena Bonciani Nader, Presidente da Sociedade Brasileira para o Pro-

gresso da Ciência; à Dr^a Luana Bonone, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos; ao Carlos Estephano, Presidente da Associação Brasileira de Pós-Graduandos do Mercosul; ao Prof. Jorge Almeida Guimarães, Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); ao Dr. Luiz Roberto Curi, membro da Câmara de Educação Superior, que representa o Sr. José Fernandes de Lima, Presidente do Conselho Nacional de Educação; ao Dr. Carlos Celso de Mesquita, 1º Vice-Presidente da Academia Nacional de Medicina; ao Sr. Paulo Cesar Duque Estrada, Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a PUC-Rio; e ao Vicente Celestino de França, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior. A todos os senhores que vieram aqui participar deste debate, aos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Roberto Requião, a todos os servidores da Comissão de Relações Exteriores, e especialmente à plateia, que veio colaborar com a sua presença e manifestação democrática, os agradecimentos.

Está encerrada a presente reunião. (*Palmas*)

(*Iniciada às 14 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 01 minuto.*)

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 3ª SESSÃO LEGISLA- TIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALI- ZADA EM DEZ DE ABRIL DE 2013, QUARTA-FEI- RA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte minutos do dia dez de abril do ano de dois mil e treze, na sala de reuniões número 19 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Valadares e, posteriormente, do Senador Inácio Arruda, Vice-Presidente, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores: Wellington Dias, João Durval, Lídice da Mata, Ana Amélia, Benedito de Lira, Ruben Figueiró, Sodrê Santoro, João Capiberibe, Zeze Perrella, Cícero Lucena, Wilder Moraes, e, ainda, do Senador José Pimentel, não membro da Comissão. Justifica a ausência a Senadora Lúcia Vânia. Deixam de comparecer os Senadores: Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro e João Costa. Haven-

do número regimental, é declarada aberta a reunião dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião se divide em duas partes: A 1ª Parte, destinada a realização de Audiência Pública para instruir o PLS nº 491, de 2011, que “determina a realização periódica de inspeções em edificações e cria o Laudo de Inspeção Técnica de Edificações (LITE)”, em atendimento aos Requerimentos nºs RDR 20, 26 e 27/2012, e RDR 01/2013, de autoria dos Senadores Ana Amélia e Zeze Perrella. A Audiência Pública é realizada com a presença dos seguintes convidados: Carlos Alberto de Moraes Borges, Membro da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC, (representante do Sr. Paulo Safady Simão); Moacyr Schukster, Presidente do Sindicato Intermunicipal das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis e dos Condomínios Residenciais e Comerciais no Rio Grande do Sul - SECOVI/RS; Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz, Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU-BR; Marcelo Olivieri de Lima, Diretor-Geral do Instituto Sprinkler do Brasil; José Tadeu da Silva, Presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA; e Armin Braun, Diretor da Secretaria Nacional de Defesa Civil, (representante do Sr. Humberto de Azevedo Viana Filho). Após a exposição dos convidados, usam da palavra a Senadora Ana Amélia, o Senador Zeze Perrella e, ainda, o Vice-Presidente da Comissão, Senador Inácio Arruda. A 2ª Parte da Reunião, destinada à deliberação de proposições, foi adiada: ITEM 1 – Emendas de Plenário ao Projeto de Lei do Senado nº 764, de 2011, que: “altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências”. de **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatoria:** Senador Wellington Dias. **Relatório:** Pela aprovação da Emenda nº 3-PLEN, e pela rejeição da Emenda nº 2-PLEN. Resultado: Adiado. ITEM 2 – Projeto de Lei do Senado nº 143, de 2010 (Não Terminativo), que: “cria Área de Livre Comércio no Município de Santarém, no Estado do Pará”. **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação da matéria. Resultado: Adiado. ITEM 3 – Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2011. (Não Terminativo), que: “altera o art. 80 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer obrigações de universalização de serviços de telecomunicações específicas para localidades da Amazônia Legal”. **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação da matéria. Resultado: Adiado. ITEM 4 – Projeto de Lei do Senado nº

316, de 2012 (Não Terminativo), que: “altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, para reduzir de 80% (oitenta por cento) para 50% (cinquenta por cento) o limite mínimo de receita bruta decorrente de exportação para o exterior de empresas instaladas em Zona de Processamento de Exportação (ZPE)”. **Autoria:** Senador Romero Jucá. **Relatoria:** Senador Wilder Moraes. **Relatório:** Pela aprovação da matéria. Resultado: Adiado. ITEM 5 – Projeto de Lei do Senado nº 119, de 2011 (Terminativo), que: “altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (Lei de Parcelamento do Solo Urbano), e nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para incluir a diretriz de implantação de eventuais redes subterrâneas de serviços previamente às obras de pavimentação, bem como vedar a concessão de financiamento federal a obras municipais que não sigam esse princípio”. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3, aprovadas na CI. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antonio Carlos Valadares**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 6ª Reunião da Comissão.

Os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Comunicados e convites:

Foram agendadas as primeiras diligências às cidades sedes da Copa das Confederações:

- 16 de abril Brasília:
11h30 – Visita ao Aeroporto Internacional de Brasília.
13h:30 – Visita ao Estádio Nacional Mané Garrincha.
- 22 de abril – Rio de Janeiro.
09h30 – Visita ao Estádio do Maracanã.
Tarde – Visita ao Aeroporto Internacional do Galeão.

– 29 de abril – Recife

09h – Visita ao Estádio Arena Pernambuco.

Tarde – Visita ao Aeroporto Internacional de Guararapes/Recife

A Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados convida para a audiência pública que realizará hoje, dia 10 de abril, às 15 horas, no plenário 5 daquela Casa Legislativa, com o objetivo de tratar dos “Planos e Programas da Secretaria Especial da Copa para as cidades de Brasília, Recife e Rio de Janeiro”.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião está dividida em duas partes, sendo a primeira destinada à realização de audiência pública, em atendimento aos Requerimentos de autoria dos Senadores Ana Amélia e Zezé Perrella, nºs 20, 26 e 27/2012-CDR e 01/2013-CDR, para instruir o PLS Nº 491, de 2011, que determina a realização periódica de inspeções em edificações e cria o laudo de inspeção técnica de edificação.

Cumpre-me informar que, em razão do grande número de indicados nos Requerimentos e a estrutura física dos plenários da Casa, tivemos a necessidade de reduzir o número de convidados para esta audiência. Outras reuniões poderão ser agendadas futuramente, se forem apresentadas novas sugestões ou se o assunto não for esgotado nesta reunião.

Segundo a nossa assessoria, encontram-se presentes para esta audiência: Carlos Alberto de Moraes Borges, membro da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), e Vice-Presidente do Secovi/SP, que vem representando o Presidente da CBIC, Sr. Paulo Safady Simão...

(*Falha na gravação.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) –...do Sindicato Intermunicipal das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis e dos Condomínios Residenciais e Comerciais no Rio Grande do Sul, a quem convido para participar da mesa.

Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz, Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, também convidado para compor a nossa mesa.

Marcelo Olivieri de Lima, Diretor-Geral do Instituto Sprinkler do Brasil, a quem convido para fazer parte da mesa.

José Tadeu da Silva, Presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia.

Caso o Sr Armin Braun se encontre, convido-o para participar da mesa dos nossos trabalhos.

Em conformidade com o art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados terão 15

minutos para fazerem as suas exposições. Em seguida, abriremos a fase de interpelação. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição. Os interpellantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpellado.

Concedo a palavra para fazer a sua exposição, em primeiro lugar, ao Sr. Carlos Alberto de Moraes Borges, membro da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e também Vice-Presidente da Secovi. V. S^a tem 15 minutos para fazer a sua exposição. *(Pausa.)*

O SR. CARLOS ALBERTO DE MORAES BORGES – Muito bom dia a todos.

Exm^o Senador Antonio Carlos Valadares, eu queria agradecer, em nome da CBIC e do Secovi-SP, a oportunidade de estar aqui discutindo este projeto de lei. Eu tenho uma apresentação rápida aqui. A resolução não está adequada, mas vamos começar.

Em primeiro lugar, queríamos ressaltar que a CBIC e o Secovi-SP apóiam este projeto de lei e consideram a obrigatoriedade de inspeções periódicas como um importante instrumento para a mitigação dos riscos que podem, eventualmente, ser criados às pessoas. Então, a primeira questão é o apoio.

Mas temos, claro, que construir, contribuir, e a preocupação é construir um projeto que seja factível, que seja imediatamente aplicável. Nós temos informações oficiais, que acredito que estejam subestimadas, de uma quantidade muito grande de condomínios registrados – 195 mil, pelos dados da CNAE, mas, com certeza, essa quantidade é maior na prática.

Nós temos também a questão de que qualquer empreendimento que é construído – aqui está saindo uma tela em cima da outra, e não sei se dá para perceber –, seja um estádio de futebol ou outro empreendimento, tem um determinado nível de desempenho que vai se reduzindo a partir do tempo; e, para que ele seja mantido, é necessário que haja manutenções. E, dentro de um programa de manutenção, fazem parte as inspeções obrigatórias. É uma coisa normal e necessária. Já existem normas técnicas na ABNT, a NBR 5674, que obriga que essas inspeções sejam prévia e periodicamente adotadas.

E uma coisa importante de salientar é que, ao longo de 50 anos de empreendimento imobiliário, 20% apenas são custo da construção e 80% são custo de uso, operação e manutenção.

A gente tem várias causas que podem, eventualmente, gerar riscos aos seres humanos: ausência de manutenção; mudança de projeto; por exemplo, mudanças de climas muito significativas; utilização inadequada, as pessoas colocam cargas excessivas em locais onde não foi previsto isso; falhas de projeto

e execução, mas a estatística e a experiência mostram que os principais problemas, realmente, são as falhas de manutenção e menos as questões inerentes a projeto e execução. E quando existe uma questão voltada a projeto e execução, o foco realmente é estrutura.

Então, se a gente conseguir avaliar as nossas estruturas e fazer com que exista a manutenção corretiva e preventiva, a gente vai assegurar, mitigando risco na grande maioria dos casos.

Então, as sugestões que nós fazemos ao Projeto de Lei seriam referenciar a esta norma da ABNT, que já foi publicada, recentemente revisada, que é a NBR 5674, e que é uma norma que explica, claramente, como se fazer a gestão da manutenção preventiva e corretiva.

As inspeções obrigatórias são, evidentemente, fundamentais e importantes, mas, se a gente for fazer uma analogia com o ser humano, a cada cinco anos, por exemplo, nós poderíamos fazer um *check-up* para verificar se a nossa está boa, mas isso de nada adiantaria se, nesse período, não fizéssemos esporte, não comêssemos bem, ficássemos estressados.

Então, a inspeção obrigatória é importante, mas dentro de um contexto maior da necessidade de implantar uma cultura de manutenção e preventiva. O importante é não deixar os problemas crescerem e não perceber quando eles estejam num estágio bastante adiantado.

Então, essa norma da ABNT realmente já fala claramente dessa gestão e já contempla as inspeções, as vistorias obrigatórias, que são objeto do Projeto de Lei em questão. É uma norma tecnicamente completa, tem uma série de tabelas que orientam claramente como essa gestão da manutenção pode ser feita num edifício. Isso pode ser extrapolado para qualquer tipo de obra.

Então, isso envolve atividades, desde simples inspeções visuais, reaperto de parafusos, rodízio de bombas, e, se isso for feito ao longo do tempo, a economia, a segurança e, especialmente, o risco serão muito menores.

Existe uma outra norma da ABNT também que cria condições a que essa manutenção possa ser feita, que é a NBR 14037, que obriga, estabelece que as construtoras/incorporadoras devem informar, nos manuais dos proprietários de áreas comuns, gerar informações a que o condomínio possa, de fato, implementar essa manutenção corretiva e preventiva.

Então, isso também complementa, facilita e ajuda com que essa manutenção possa ser na prática executada.

Então, de uma maneira simplificada, o que a gente sugere: se o laudo de inspeção, se a inspeção em si focar, em primeiro lugar, na existência de riscos

estruturais – 95% dos problemas estruturais são percebidos a olho nu, situações como destacamentos, infiltrações, fissuras, trincas, deformações, o concreto avisa quando tem problema e a nossa cultura aqui no Brasil é de construções em concreto armado. Então, uma inspeção visual consegue realmente detectar.

Além disso, já existem legislações que, se forem executadas e se o laudo verificar se elas estão executadas, também facilitarão. Por exemplo, o auto de vistoria de Corpo de Bombeiros e o auto de vistoria de segurança já são obrigatórios de serem revalidados periodicamente. Então, se isso for feito, naturalmente a gente vai ter também uma mitigação de risco importante.

Associado a isso, como eu já comentei anteriormente, se houver inspeção visual para questões estruturais, verificação do atendimento e, também, a verificação se o programa de manutenção foi elaborado de acordo com essas normas, e elas exigem um formalismo, o condomínio tem que registrar, tem que formalizar, é algo perfeitamente exequível e perfeitamente fiscalizável.

Então, isso seria também um instrumento importante. A gente tem algumas fotos de problemas graves que uma simples inspeção visual no tempo adequado poderia ter sinalizado e gerado uma ação corretiva para que não chegasse nesse ponto. Às vezes, a gente quer sofisticar demais e, realmente, não vale a pena. Para fazer uma análise completa no empreendimento e verificar se houve problema de execução, de projeto, seria muito caro e muito dispendioso. Por isso é importante... A nossa sugestão visa a que haja também uma avaliação de custo-benefício, uma avaliação econômica, para que de fato a gente não crie instrumentos burocráticos que na prática não atinjam os objetivos desejados.

A periodicidade das inspeções. A gente entende que, tecnicamente, ela poderia começar a partir de dez anos do habite-se de cada prédio. Na prática, é muito provável que, mesmo com dez anos, haja um risco muito pequeno ao empreendimento, porque mesmo que não tenha sido feita nenhuma manutenção, dez anos é um prazo curto. Porém, a verificação de se foi feita uma manutenção nesse período, ou a ação para que ela comece a ser feita, já seria uma atividade muito importante para que o problema não crescesse. Então, eu insisto nessa questão da manutenção. Além disso, a partir daí ela poderia ser feita a cada cinco anos e, é claro, a partir de 30 anos com periodicidades menores, conforme o próprio projeto de lei já sinaliza. É claro que essa inspeção visual tem as suas limitações, mas ela percebe sinais, e o próprio laudo, o próprio responsável, pode solicitar pesquisas mais profundas

quando isso for algo necessário para que conclusões maiores sejam tomadas.

Então, concluindo, essa norma, a NBR 5674, que eu comentei, que fala de manutenção, foi revisada, é muito recente. Ela está bastante atualizada com as melhores práticas internacionais tecnicamente para a gestão de manutenção. Essa revisão terminou em 2012 e visa a buscar preservar as características da edificação e prevenir perda de desempenho. Ela já diz claramente que o condomínio deve contratar um profissional responsável para fazer esse laudo, essa inspeção, e deve arquivar a documentação como parte integrante do próprio manual do proprietário das áreas comuns.

Então, como último eslaide, o que esse laudo de inspeção técnica –usando a terminologia que está no próprio projeto de lei – poderia, na nossa sugestão, focar para que realmente os objetivos sejam atingidos? Em primeiro lugar, apontar riscos estruturais – basta uma inspeção visual de uma pessoa com olhar, evidentemente, técnico e adequado para verificar; solicitar ensaios adicionais quando julgar, evidentemente, adequado; verificar a implantação da manutenção preventiva.

Se essa norma tivesse o peso de uma lei, ela teria uma força, uma chance muito maior de ser executada, como por exemplo a norma NBR 9050, de acessibilidade, que o Governo transformou em lei para que ela pudesse ter uma força maior. As normas não são leis, mas têm força de lei. Mas se tiver uma lei que a referencie, é claro que passa a ter um peso maior.

Além disso, o próprio laudo apontaria e daria prazo para os reparos que têm que ser executados e, claro, com prazos menores para as questões que envolvem risco, sem dúvida nenhuma. E uma questão também que é prática nos Estados Unidos, por exemplo: o responsável pelo laudo daria ciência aos órgãos públicos caso as providências não fossem tomadas pelo condomínio. Então, a gente criaria um sistema que se retroalimentaria e daria informações mais detalhadas ao Poder Público para que por si só o Poder Público não precisasse fiscalizar 100%, e nem fazer o registro e o arquivo que, na nossa opinião, seria dispendioso e talvez não trouxesse os resultados desejados.

Nós estamos à disposição para mandar o detalhamento dessas propostas à Comissão e nos colocamos à disposição para o debate.

Eu queria agradecer, em nome da CBIC e do Secovi, a oportunidade de estar aqui com os senhores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço ao Dr. Carlos Alberto de Moraes Borges pelas informações importantes trazidas a esta Comissão.

Agora, convido o Sr. Moacyr Schukster, Presidente do Sindicato Intermunicipal das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis e dos Condomínios Residenciais e Comerciais do Rio Grande do Sul.

Informo que está presente nesta reunião o nosso Vice-Presidente Senador Inácio Arruda, do PCdoB do Ceará.

O SR. MOACYR SCHUKSTER – Bom dia a todos. Quero saudar o Senador Valadares e, em seu nome, saudar os demais Senadores e integrantes de diversas entidades interessadas nesse assunto, que é realmente momentoso.

Queria dizer aos senhores que apoiamos basicamente o que foi dito pelo nosso companheiro do Secovi-SP, mas gostaria de fazer apenas algumas observações.

Gostaria de iniciar, recordando o seguinte: o projeto foi em boa hora apresentado pelo Senador Crivella e, posteriormente, o Senador Zeze Perrella apresentou dois substitutivos: um em fevereiro e outro em maio. O de fevereiro, evidentemente, foi substituído pelo de maio. Como vou me referir a esse de fevereiro mais adiante, gostaria de deixar claro esse assunto.

Também vou pular alguns eslaides, porque entendo que todos os presentes estão bem por dentro deste assunto. Imaginei fazer uma síntese, mas acho que não há necessidade.

A primeira coisa a dizer é que entendemos que esse projeto há de ser uma diretriz para o Brasil. Todos sabemos que existem muitos projetos no mesmo sentido. A Câmara dos Deputados tem projetos, as assembleias legislativas também e, nos Municípios do Brasil, também há muitos projetos. Lá em Porto Alegre, por exemplo, estamos negociando um projeto com a Prefeitura Municipal, que já é um decreto a essa altura.

De modo que esse interesse é benfazejo e nós entendemos que esse problema há de ser sanado com o que vai ser decidido ao longo do tempo.

Aqui foi feita uma síntese que não será necessária, mas gostaria de contar uma historinha que considero importante.

Há poucos dias, sem falar que tivemos aquele problema grande no Rio de Janeiro, onde três prédios foram abaixo, e no Estado de São Paulo, também, assim como no Rio Grande do Sul, em Capão da Canoa, onde um pequeno prédio foi abaixo. Mas eis que esses dias saiu no jornal que, lá na Tanzânia, desabou um prédio de doze ou quinze andares – não está muito apurado se são doze ou quinze andares. O que importa é o motivo da queda. Segundo as notícias, o prédio caiu porque o escoramento foi retirado antes de estar totalmente curada, digamos, a laje, as vigas, etc.

E esse é um assunto velho, no seguinte sentido: há 40 anos, quando eu me envolvia com construções, eu tinha um mestre de obras, que era um sujeito simplório, mas conhecia bastante. E ele me dizia o seguinte: “Olhe, Dr. Moacyr, a gente não pode ‘deformar’ antes de 21 dias”. Ele queria dizer desformar, retirar das formas de compensado, etc e as escoras de eucalipto na ocasião. Mas a verdade é que havia esse cuidado para deixar secar tudo direitinho para não haver esse perigo.

Posteriormente – os engenheiros aqui poderão ajudar nesse ponto – veio o período que eles chamavam de aceleradores de pega. Não sei se chamam assim ainda hoje. As coisas se modificaram; talvez não precisem mais dos 21 dias. Mas eis que, em pleno 2013, na Tanzânia, cai um prédio porque ‘deformaram’, como disse o mestre, antes do prazo.

Estou mencionando esse caso justamente porque é a mão humana que causa a maior parte desses problemas. Como disse o Borges ontem, o concreto é o melhor amigo do engenheiro e do homem, de modo que é muito difícil que um prédio bem construído, como normalmente é, porque os percentuais de queda são realmente ínfimos, então podemos dizer que a engenharia está adiantada, os nossos engenheiros são muito bons...O fato é que são essas exceções que trazem problemas e temos que estar atentos, pois não se pode especialmente perder vidas, sem dizer na questão material.

Passo adiante. O projeto previu a criação do Lite e, depois, foram feitos esses dois substitutivos, que não vou repetir porque todo mundo já está sabendo.

Vou partir para as minhas observações finais. Já no segundo substitutivo, aquele que mencionei ter sido feito em maio, entendemos que os prazos ficaram muito frequentes, muito apertados, especialmente do ponto de vista dos condomínios que representamos.

Entendemos que devem ser feitos os laudos, estamos totalmente de acordo, mas gostaríamos de seguir os prazos recomendados pelo Secovi-SP, ou seguir os prazos mencionados naquele substitutivo de fevereiro, que são menos frequentes. Caso contrário, temos o caso que consta aqui de um edifício com mais de 50 anos que, a cada ano, tem fazer um laudo. Convenhamos, acho que, no que tange ao edifício feito de concreto armado que durou 50 anos, que já passou por uma inspeção, não há necessidade de, a cada ano, fazer esse laudo. Acho que, a cada dois anos, está de bom tamanho. Poderemos ter até uma banalização desse laudo.

A esse assunto dos prazos já me referi. Também queria falar algo aos senhores. Uma das versões menciona a necessidade de que as prefeituras façam essa fiscalização e controle. Eu acredito que estamos todos

de acordo de que, se as prefeituras tiverem esse encargo, será uma tarefa astronômica. Imagine que cada cidade terá que fazer isso. Não há condições. No entanto, advogamos a ideia de que o Município deve controlar isso da seguinte forma: os laudos são preparados por profissionais devidamente habilitados, engenheiros, arquitetos, que vão apresentar suas RTs e RRTs, a fim de garantirem a habilitação de quem faz esse laudo.

No entanto, nós advogamos que, se o laudo é arquivado na prefeitura municipal, ela cria um controle eletrônico, observando os prazos, e teria a obrigação de vigiar os prazos, porque eles não teriam condições de avaliar a qualidade dos laudos. Acho que, eventualmente, as prefeituras poderiam criar um sistema de verificação por amostragem, algo randômico onde a prefeitura pudesse verificar se os laudos estão sendo feitos adequadamente. Entrariam, portanto, na qualidade dos laudos. Mas a prefeitura se cingiria a esse controle do prazo. O prédio apresentou seu laudo, dali a cinco anos a prefeitura não recebeu novo laudo e ela notifica o condomínio, e assim por diante.

E as posturas municipais determinarão as multas. Por isso, entendo que esse projeto é muito interessante, como previsto pelo Senador Crivella e pelo substitutivo do Senador Perrella, porque de certa forma remete aos Municípios o detalhamento desse trabalho.

Razão pela qual nos cingimos a essas observações, agradecendo mais uma vez ao Senado pela oportunidade de estamos aqui debatendo e opinando. Estamos certos de que logo, logo teremos uma legislação bem oportuna e que vai de alguma forma tornar muito saudáveis as edificações brasileiras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço ao Sr. Moacyr Schukster pelas informações concedidas a esta Comissão.

Continuando, agora vamos ouvir a palavra do Sr. Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz, Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, por 15 minutos.

O SR. HAROLD PINHEIRO VILLAR DE QUEIROZ – Obrigado, Presidente Valadares.

Cumprimento o senhor e os demais membros desta Mesa, Srs. Senadores e Senadoras presentes, particularmente o Senador Inácio Arruda, que sempre tem nos acompanhado nas discussões sobre qualidade da arquitetura e da construção das cidades. É uma satisfação tê-lo presente neste momento e na defesa desse Projeto de Lei do Senado Federal.

Agradeço pelo convite feito ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo. E também, de início, informo que o nosso Conselho Federal apoia o Projeto de Lei como

apresentado e que, certamente, virá contribuir para a segurança das cidades, das edificações, dos cidadãos.

Concordo com os dois colegas que me antecederam e, para usar a figura que o colega Carlos Alberto citou, da própria manutenção do indivíduo, da saúde, essa é uma decisão pessoal. Cada um de nós decide se quer cuidar mais ou menos da saúde; é um direito individual. No caso da saúde das edificações, isso já passa a ser um interesse coletivo, um interesse de terceiros; não só dos habitantes do objeto edifício, de um dos edifícios de uma comunidade, como dos seus vizinhos também. Nós verificamos isso e testemunhamos tristemente em casos que aconteceram, como recentemente no Rio de Janeiro, onde um edifício, por força de uma série de reformas que sofreu ao longo do tempo, acabou vindo abaixo, carregando as edificações vizinhas. Então, isso passa a ser de interesse coletivo e merece, sim, uma legislação que defina essa responsabilidade e o zelo, os cuidados para se evitar o risco ao público, à sociedade.

A Lei nº 12.378, de 2010, que criou o Conselho de Arquitetura e Urbanismo, regulamentou a atividade profissional do arquiteto e urbanista, define, no art. 2º, as atribuições dos arquitetos, dentre as quais a que nos obriga a adquirir conhecimentos para a realização de laudos técnicos, perícias em edificações. Nada mais adequado, então, que estejamos aqui para apresentar a nossa sugestão, o nosso apoio a esse projeto de lei.

A manutenção, como já pudemos verificar em casos como o que aconteceu na Ponte Rio Niterói, deve ser realizada com antecipação, de modo preventivo ou preditivo, de maneira a reduzir o gasto dessa manutenção, particularmente em obras públicas, em obras de interesse urbano, como esse que eu citei da Ponte Rio-Niterói.

Em muitas situações, como nós podemos ver agora, no caso da Ponte Hercílio Luz, em Santa Catarina, a manutenção tardia da edificação, no caso de uma obra de arte como uma ponte, acaba-se tornando mais cara, mais onerosa que a construção de uma nova ponte, pela demora, pelo erro de não ter sido feita uma manutenção regular.

E aí eu não me refiro apenas à manutenção da estrutura, que, de fato, como já foi citado aqui, muitas vezes pode ser comprometida ao longo do tempo pela deformação lenta, pelo uso de aceleradores de pega ou de cura, mas também a própria saúde das veias dos edifícios, quer dizer, seus condutos, suas fiações. Há um conjunto que deve ser tratado harmonicamente. E assim é feito desde o projeto.

Nós, arquitetos, no nosso procedimento de trabalho, ao realizar um projeto, temos de fazer também a coordenação técnica dos projetos complementares,

como os de ar condicionado, de proteção contra incêndio, de proteção de descargas atmosféricas, de estrutura, enfim, de todos os elementos que envolvem a construção, que formam um corpo único. Não se trata apenas do esqueleto humano ou da construção. Trata-se da estrutura orgânica do objeto de que tratamos.

A norma já citada – não preciso discorrer sobre ela – é adequada para ser colocada como referência. Normas não têm poder de lei, mas, na medida em que são incluídas em qualquer tipo de contrato social, contrato da sociedade, passam a ser referência e passam a ser tratadas como lei. E a norma é adequada, passa, particularmente, a NBR 5674 da ABNT, organização da qual nós participamos e com a qual contribuimos, inclusive nas discussões de formação de novas normas.

Por fim, como uma contribuição, cito, em primeiro lugar, que as obras públicas, volta e meia, vêm aos noticiários políticos justamente enfatizando a falta de manutenção, que, depois, acaba levando à necessidade de reformas muito profundas e onerosas.

Na minha atuação profissional, vou citar um caso de uma organização pública que tem uma manutenção da melhor qualidade, que é a Rede Sarah de Hospitais, de cujos projetos, organização e obras, inclusive, eu participei. Na primeira que nós realizamos aqui, em Brasília, de fato, no início da construção, foram utilizados em alguns setores esses produtos de aceleração de pega, de cura. E, justamente, pelo fato de nós proporcionarmos uma manutenção regular, nós pudemos detectar um desfolhamento da estrutura do concreto provocada de dentro para fora, uma oxidação provocada de dentro para fora na estrutura, que poderia levar ao colapso toda a edificação, especialmente porque isso se deu no pavimento inferior. Mas, justamente, por essa manutenção preditiva, nós pudemos constatar o risco e fazer a correção sem nenhum problema e sem grandes ônus para o edifício que está lá. A correção foi feita, e até hoje estão funcionando corretamente a estrutura e as tubulações que passavam por dentro dela.

Deixo aqui uma proposta de discussão, uma contribuição para o debate futuro, algo que o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil já está discutindo com o Ministério do Meio Ambiente: o aprofundamento sobre o controle das modificações que as edificações sofrem ao longo do tempo.

É muito difícil para os órgãos de fiscalização de exercício profissional controlar reformas internas.

Nós estamos buscando estratégias que possibilitem a verificação de reformas pequenas de apartamentos, de escritórios, que podem levar ao colapso uma edificação como já citei aqui, no início da minha intervenção.

Então, é necessário mesmo pequenas reformas internas feitas por leigos, que alteram muitas vezes a estrutura. Ela não é de concreto, não é de aço, são estruturas portantes.

Aqui em Brasília, que é uma cidade nova, as Superquadras 107, 108, que foram as primeiras construídas, têm esta característica: alguns dos pavimentos foram executados com alvenarias portantes. Na pressa de vencer o tempo, foi utilizada uma técnica comum, corriqueira em locais como Brasília, que tem fases de chuva muito longas, que são inimigas dos cronogramas das construções, de vencer na altura rapidamente a construção. Então, faziam-se as lajes a cada dois pavimentos. Levantava-se a estrutura, fazendo as lajes a cada dois pavimentos para poder trabalhar de modo protegido e as lajes intermediárias eram montadas sob alvenarias portantes.

Então, a demolição, o deslocamento de uma dessas alvenarias pode levar essa laje a vir abaixo e levar para baixo todo o resto da edificação. Portanto, a necessidade de um técnico, seja engenheiro, seja arquiteto, no acompanhamento dessas obras não é uma exigência corporativa de interesse de mercado profissional; é de interesse da sociedade, da preservação da segurança pública, o que, afinal, é a obrigação dos conselhos profissionais. Apenas isto: preservar a sociedade contra a má prática e a prática ilegal da profissão.

É a minha contribuição inicial, em nome do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Agradeço, mais uma vez, ao Senador Valadares e fico à disposição que possa dar a esta ou a outra proposta de lei desta Casa de Leis.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço ao Sr. Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz, que é Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, pelas palavras esclarecedoras sobre um assunto tão importante que motivou a apresentação desse requerimento.

Agora concedo a palavra ao Sr. Marcelo Olivieri de Lima, Diretor Geral do Instituto S do Brasil.

O SR. MARCELO OLIVIERI DE LIMA – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares, pelo convite.

Cumprimento a todos os Senadores e Senadoras presentes e aos demais presentes.

A minha contribuição à conversa sobre este projeto de lei tem a ver especificamente com uma área que está contemplada no projeto, um pouco diferente da que já foi tratada aqui pelos outros debatedores, que é área de proteção contra incêndio.

Um dos itens que fazem parte do laudo de inspeção técnica de edificação cita que devem ser tratadas

também condições de instalações elétricas, hidráulicas e de combate a incêndio, incluindo extintores, elevadores, condicionadores e outros sistemas.

O nosso ponto de vista é o seguinte: as exigências de manutenção e de inspeção de alguns sistemas prediais variam muito, dependendo da aplicação desse sistema predial. E não se pode comparar a inspeção estrutural de um edifício e a inspeção de um sistema, por exemplo, de proteção contra incêndio. O nosso ponto de vista é que esse tipo de inspeção do sistema de proteção contra incêndio precisa ser feito a partir já do primeiro ano de vida da edificação. Não são sistemas que dependem do envelhecimento de uma estrutura, por exemplo. Não são sistemas que sofrem a ação do tempo, apesar de também sofrerem, mas não necessariamente.

Então, a nossa proposta é que sejam desmembrados de alguma maneira – e nós podemos detalhar isso aí depois com pormenores – os sistemas que precisam ser tratados de formas diferentes, porque, se forem tratados dessa maneira, do jeito que está sendo visto aqui – edifício com mais de 50 anos: frequência anual; edifício de 30 a 50 anos, bianual; de 21 a 30 anos, a cada três anos o laudo; e até 20 anos, com certas condições de uso, também a cada três anos –, nós estimamos que nas capitais brasileiras, uma capital como São Paulo, de onde venho, a grande maioria dos sistemas de proteção contra incêndio hoje, seja em edifícios comerciais, em edifícios residenciais, seja em estabelecimentos de reunião de público, não estão em condições e funcionamento, porque não existe nenhum tipo de obrigatoriedade de que essas inspeções sejam feitas.

A gente viu, no caso recente da boate Kiss em Santa Maria, que um dos grandes problemas foi a falta de funcionamento de equipamentos básicos da rede de incêndio. Infelizmente, esses casos só aparecem quando a tragédia ocorre. Mesmo assim, quando a tragédia ocorre com grande número de vítimas, porque grandes incêndios ocorrem no Brasil todos os dias, mas eles são pouco relatados porque esses incêndios não implicam grande número de vítimas.

Do nosso ponto de vista, o que podemos contribuir com esse debate é: apoiamos a necessidade das inspeções, a necessidade da criação dos laudos. Nós entendemos que, na questão de segurança, se fala muito em consciência, mas a consciência é algo criado a partir de uma exigência legal ou de uma obrigatoriedade legal. Isso para todos os casos mais simples que vemos de exigência de equipamentos de segurança, como cinto de segurança, capacete, cadeirinha de bebê, que só começa a ser usado e as pessoas passam a

ter consciência no momento em que há uma obrigatoriedade e há, realmente, uma fiscalização do seu uso.

No caso do incêndio, no que tange a esse projeto, nós gostaríamos que o sistema de incêndio, assim como o sistema de elevadores e outros – não tenho aqui o conhecimento para falar – necessitaria uma frequência muito maior e um cuidado diferente do que o que seria aplicado às estruturas, por exemplo.

Agradeço o convite do Senador e da Comissão e coloco-me à disposição para qualquer pergunta ou dúvida a respeito. Coloco-me à disposição para apresentar um detalhamento dessa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço ao Sr. Marcelo Olivieri de Lima pela colaboração e as informações concedidas a esta Comissão.

Concedo a palavra ao Sr. José Tadeu da Silva, Presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia.

O SR. JOSÉ TADEU DA SILVA – Cumprimento todos os Srs. Senadores e Senadoras na pessoa do Exmº Senador Antonio Carlos Valadares, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; saúdo todos os componentes da Mesa.

Gostaria de, inicialmente, agradecer o convite em nome do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia para participar e dar a contribuição a esse projeto de lei do Senado tão importante para a segurança e a proteção da sociedade.

Inicialmente, eu gostaria de colocar que o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, assim como o Conselho de Arquitetura e Urbanismo, aqui presente com o nosso Presidente do CAU-BR, Haroldo Pinheiro, nós existimos por criação de leis federais. Nós somos autarquias federais e constituímos serviço público federal.

Portanto, nós não somos uma entidade de classe; somos uma autarquia governamental. Nós constituímos um serviço público federal, portanto serviço ao público.

A reflexão que eu gostaria de fazer é: por que existem os conselhos de profissões se a Constituição Federal, no art. 5º, dispõe que no País é livre qualquer trabalho, ofício ou profissão atendidas às qualificações profissionais estabelecidas em lei? Porque o Congresso Nacional, ao fazer essas leis criando esses conselhos profissionais, entendeu que determinadas profissões não podem ser realizadas de forma indiscriminada por qualquer pessoa, exige-se notório conhecimento técnico-científico. É o caso dos 28 conselhos profissionais que existem: Medicina, Odontologia, Arquitetos, Engenharia, Advocacia – profissões que exigem qualificação profissional, conhecimento aprofundado e adquirido nas universidades.

Qual é a função dada pela lei a esses conselhos? Todos eles têm a mesma missão. Esses 28 conselhos existem visando à proteção e à segurança da sociedade. Então, nossa prerrogativa e missão é a incolumidade pública, o interesse coletivo, o bem comum. Nós existimos para fiscalizar o exercício das atividades da Engenharia e da Agronomia, no caso do Conselho Federal. É para isso que nós existimos.

Essa reflexão é importante ser feita no momento em que nosso Exm^a Senador e engenheiro Marcelo Crivella, hoje Ministro da Pesca, apresenta esse Projeto nº 491, determinando a realização periódica de inspeções em edificações e cria o Laudo de Inspeção Técnica de Edificação (Lite).

O Senador Crivella, como profissional da área, coordenou aqui a Frente Parlamentar de Engenharia e, certamente, em função dos acontecimentos que vêm ocorrendo ao longo da história, como desabamentos, um cidadão está no Rio de Janeiro e, de repente – e o Senador Crivella é do Rio de Janeiro –, cai uma marquise na cabeça dele, morrem pessoas...

Outro faz um projeto de edifícios, as pessoas compram, colocam seu dinheiro lá e, de repente, desaba o edifício inteiro, causando dano moral e dano ao patrimônio da sociedade. E tudo isso ocorre por falta de manutenção, de uma inspeção que aponte que aquela estrutura, como já disseram os que me antecederam, que, às vezes, de forma visual dá para ser detectado, como é o caso do concreto que sinaliza antes, se tivessem tomado uma medida ou se tivessem havido uma vistoria feita por um profissional técnico, que conhece e já sabe o que vai acontecer, alertaria, por intermédio de inspeção e diria: “Olha, se não tomar esse cuidado, isso vai acontecer.”

Eu entendo como de profunda importância esse projeto. O Conselho Federal apoia totalmente esse projeto, porque ele tem o fundamento principal: a incolumidade pública. Eu acho que é função desta ilustre Casa, que é o Senado Federal.

A gente sabe que, para se fazer uma construção, nós temos de ter um estudo, um anteprojeto, um projeto e, depois, nós vamos para a execução. Uma vez executado – logicamente que tudo isso aprovado pelos órgãos competentes –, faz-se a construção e, quando está concluída, o Município, a Prefeitura, vem e se certifica que ela está em condição de ser habitada e dá o chamado habite-se, provando-se que tudo está o.k., e as pessoas vão morar lá.

E falo de condomínio residencial, mas não é só para ele, pois nós não podemos nos esquecer também dos locais públicos e das edificações de grande concentração pública como teatros, anfiteatros, cinemas, boates, auditórios, clubes, estádios de futebol...

nós assistimos ao evento do desabamento na Fonte Nova, quando aquela marquise caiu. Isso ocorre em todos os lugares. Quer dizer, feita a construção, dado o habite-se, vem a palavra ‘manutenção’. Para que ocorra a manutenção, tem que ser feita uma inspeção, que tem fundamento na vistoria periódica, que gerará um laudo, que apontará medidas preventivas que deverão ser tomadas. E, por intermédio da prevenção – esta palavra prevenção – é que se garante a segurança e a proteção da sociedade.

Isso que eu estou dizendo não é novidade, isso já ocorre não só no Brasil, nos Estados Unidos, na Europa, mas em todos os lugares do mundo. As pessoas – ou parte delas, que têm a informação –, quando participam de uma coletividade, contratam profissional habilitado e já fazem essa manutenção, principalmente aqueles que habitam os edifícios do litoral, que sofrem maior desgaste em função da corrosão, em função da maresia. Sabemos que os produtos que se usam ali, para construção, sofrem desgaste. Então, lá, já existem, inclusive, firmas de manutenção em número expressivo, porque é constante a busca deles para fazer essa manutenção, pois eles percebem, visualmente, mesmo sendo leigos, que está havendo problemas e que, se não tomarem cuidado, certamente, o prédio deles terá problema.

Então, isso já existe, e os profissionais e as empresas que atuam nessa área e nós, que passamos pelos bancos das universidades no campo da engenharia, da agronomia e da arquitetura, temos uma bíblia. Como todas as religiões têm um livro sagrado, eles têm uma lei, o volume da lei sagrada, chamado *As Normas Técnicas da ABNT*. E eu entendo que as normas da ABNT, Presidente, têm força de lei, sim, porque, em 1990, quando presidia o País o Senador Collor, foi sancionada por ele a Lei nº 8.078, chamada de Código de Proteção e Defesa do Consumidor, e, no capítulo em que começa o art. 39, que trata das práticas abusivas do mercado contra as pessoas, no inciso VIII, está dito que é prática abusiva colocar no mercado de consumo qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas técnicas. E, se as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes, caso da Prefeitura ou do Corpo de Bombeiros, não existirem, as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), ou as outras normas credenciadas pelo Conmetro – isso está lá, claro, no Código de Defesa do Consumidor, que é uma lei federal.

E o colega, aqui, apontou com muita propriedade a NBR 5674, que regulamenta para o profissional como ele deve proceder em todo esse trabalho de vistoria, de inspeção e de manutenção, dando todas as condições para isso.

O projeto de lei vem coroar essas normas, esses procedimentos que um profissional ou uma empresa de engenharia têm que tomar, e alerta também a população que ela deve procurar esses laudos para que elas possam ter sua segurança garantida.

O Haroldo colocou muito bem: quando é questão da minha saúde, é interesse individual, se eu vou ou não fazer um *check-up*, vou ou não fazer uma consulta médica, mas, quando o interesse é coletivo, tem que haver uma lei realmente obrigando, porque, se não houver, as pessoas não fazem. Hoje, usa-se o cinto de segurança, que era jogado de lado. Na hora em que entrou a lei que tinha que colocar o cinto de segurança, as pessoas passaram a usá-lo, se não iriam ser multadas, e por aí vai.

Então, eu vejo que o projeto de lei contempla claramente esse aspecto de proteção e segurança da sociedade. Cabe a nós, conselhos de profissões, autarquias federais, cumprir o nosso papel, que é a fiscalização do exercício das atividades dos empreendimentos da engenharia e da agronomia. Esse é o nosso papel. E o que nos preocupou, em todas as falas que ocorreram – e gostaria de dar a contribuição do Conselho Federal aqui –, foi a questão de que toda essa legislação é feita, federal, publicada, essa discussão, essa contribuição, só que cai lá na ponta, é lá que o cidadão vive. O cidadão não vive aqui no federal, ele não vive no Estado, ele vive na cidade dele, no Município. É lá que ele habita e é lá que ocorre o problema, é lá que acontece o incêndio, como aconteceu o da boate Kiss, é lá que acontece o desabamento do estádio, é lá que o prédio desaba.

E aí fica a responsabilidade do Município para que ele tenha mais esse encargo de fiscalizar, de exigir o laudo e tal, durante cinco anos, durante dez anos. Nós criamos, está tudo certo para funcionar, quem pega é lá na ponta. E aí entra o Município.

Agora, a reflexão que eu faço, Srs. Senadores e Senadoras, é a seguinte: o Município tem condição de mais esse encargo? Porque tudo que a lei faz cai lá no colo do Município. Será que o prefeito tem estrutura de engenharia para cumprir tudo isso?

Eu chamo, mais uma vez, a responsabilidade para os conselhos de profissões. Os conselhos de profissões estão aí para colaborar. Os profissionais registrados e as empresas registradas no Conselho de Engenharia e Agronomia estão também no Município, estão lá trabalhando e fazendo esses laudos. Por que não colocar também a responsabilidade dos conselhos de profissões no sentido de colaborar para fazer o seu olho do cumprimento dessa lei e poder até intervir? Porque nós temos o poder de lavrar auto de infração, enfim, de questionar essas questões e te-

mos os profissionais, que têm notório saber técnico, científico, para saber se essas questões estão sendo cumpridas e se os laudos foram feitos.

A prefeitura não vai ter condição de contratar uma equipe técnica. Ela não quer pagar o nosso salário mínimo profissional, que é uma lei também federal, a Lei nº 4.950-A, que fala que são seis salários mínimos. O engenheiro ganha três, quatro mil reais, quando os concursos públicos para os órgãos públicos giram em torno de 15, 20 mil reais. O Banco Itaú e o Unibanco fazem seleção e 50% do pessoal que está na seleção são engenheiros que preferem ir para a área financeira, porque a remuneração do engenheiro é uma vergonha, é pouco e ainda não querem pagar.

Então, sobre todas essas questões nós temos que refletir se realmente queremos fazer um trabalho sério e proteger realmente a sociedade.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ TADEU DA SILVA – Mas fica aí a nossa contribuição no sentido de colocar o Conselho Federal à disposição para somar. E, mais uma vez, repito: o Conselho Federal apoia totalmente o projeto do Senador e engenheiro Marcelo Crivella.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB –SE) – Agradeço ao nobre palestrante.

Antes de passar a Presidência ao nosso Vice-Presidente, Senador Inácio Arruda, tendo em vista a obrigatoriedade e o compromisso que assumi de uma viagem a Salvador para participar de um seminário, de um congresso sobre turismo – e esta é uma das atribuições da Comissão de Desenvolvimento Regional –, eu gostaria de parabenizar, em primeiro lugar, ao autor do projeto, o Senador Marcelo Crivella, e aos autores do requerimento de convocação desta audiência pública, o Senador Zeze Perrella e a Senadora Ana Amélia, pela oportunidade que nos concederam de ouvir especialistas sobre matéria tão importante, que diz respeito à segurança do cidadão, à eficiência da moradia e, acima de tudo, à modernidade das nossas cidades, que estão crescendo a cada dia, com problemas os mais diversos, e um deles é a segurança dos nossos prédios, das nossas edificações.

A modernidade de nossas cidades passa por uma fiscalização intensa, efetiva, através de inspeções periódicas determinadas em lei e este projeto tem essa alta relevância, que é reconhecida por todos nós.

Então, eu peço desculpas aos presentes, notadamente aos autores do requerimento, a Senadora Ana Amélia e o Senador Zeze Perrella, porque eu tenho que me ausentar, em face dos compromissos assumidos anteriormente por esta Comissão, em face de

um evento importante que está sendo realizado em Salvador, de âmbito nacional.

Convido, então, o nobre Vice-Presidente, Senador Inácio Arruda, a assumir a presidência dos trabalhos, com as despedidas e as minhas saudades.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Vamos desejar boa viagem ao nosso colega Valadares, que vai, em missão da Comissão – quer dizer, continua o seu trabalho e a sua atividade da Comissão –, daqui a pouco, para a cidade de Salvador.

Mas vou conceder, de imediato, a palavra ao nosso Relator desta matéria, que acompanhou aqui as informações oferecidas pelos nossos convidados e poderá já fazer indagações e observações a respeito da audiência que acabamos de realizar com os nossos colegas.

Senador Zeze Perrella.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Bom dia, senhores, Sr. Presidente Inácio Arruda, eu sou Relator desta matéria, um projeto, como todos já sabem, do Senador Crivella, que conhece profundamente o assunto. Às vezes, nós pegamos alguma coisa para relatar aqui que não é bem a nossa área, por isso a importância dessas audiências públicas.

O que eu queria dizer a vocês é que o meu relatório já está concluso. Ouvi todas as pessoas que me procuraram, todos os interessados. Foi baseado nessas conversas que tive com aquelas pessoas que me procuraram que fizemos este relatório.

Obviamente, estou sempre aberto a modificá-lo, se eu for convencido pelos senhores, que são realmente os que entendem disso. Nós, Parlamentares, fazemos as leis, mas os especialistas em cada assunto são vocês.

Eu costumo brincar que eu entendo mais ou menos de futebol, não é, Inácio? Eu fiquei como presidente do Cruzeiro por 17 anos e acabei aprendendo. O resto nós temos que aprender. Aqui eu estou para aprender com vocês que são da área. Ouvindo, obviamente, cada um de vocês é que fazemos o nosso relatório. Não é, Presidente José Tadeu?

Eu gostaria de ouvir do Sr. José Tadeu o seguinte: quais os custos estimados para o proprietário em cada vistoria? E em que dados vocês baseiam essas estimativas? Porque nós temos a preocupação, também, obviamente, de não fazer uma coisa que onere demais os proprietários desses imóveis. Então, temos que fazer uma coisa de bom senso, uma coisa palpável, uma coisa cabível.

Obviamente, o que motivou o Senador Crivella a criar esse projeto, além do engenheiro que ele é, foi aquele acidente no Rio de Janeiro em que caiu um edifício de mais de dez andares, parece-me. Curio-

samente, eu estava no Rio naquela oportunidade. E depois disso ocorreram várias tragédias, como vêm ocorrendo ao longo dos anos.

Eu acho que alguma coisa nós temos que realmente fazer. Mas eu tenho também essa preocupação de não criar nada que seja economicamente inviável. Então é esse o porquê dessa pergunta. E também: quais os intervalos que seriam o ideal tecnicamente recomendável. O que nós colocamos em nosso relatório é tecnicamente o mais recomendável?

E a nossa preocupação maior é buscar uma solução que seja, ao mesmo tempo, segura e economicamente viável – o porquê dessas duas perguntas.

Se algum dos senhores, obviamente, quiser se manifestar também sobre o tema, estou fazendo a pergunta primeiro para o José Tadeu, mas estou aqui para ouvi-los e para aprender.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Não há exatamente uma relação hierárquica na Mesa entre os convidados, mas ficou para última intervenção da Mesa o Sr. Armin Braun, propositalmente, porque está ligado exatamente à questão da defesa civil no nosso País. E a intervenção do Senador Zeze Perrella é exatamente para que o Relator já pudesse colocar qual é a sua preocupação central...

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Para que a gente pudesse, então, sobre ela, dar já uma opinião.

Nós vamos, sem prejuízo, Senadora Ana Amélia, do nosso debate, passar a palavra para o Braun. Em seguida, voltamos para...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria pedir licença ao Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Está bem. É que aqui – é uma explicação breve para todos –, simultaneamente, nós estamos em três Comissões, e quase todos nós somos membros das três.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – É por isso que me desculpo, também, por ter chegado atrasado. Há um projeto meu sendo discutido agora, na Comissão de Esportes, de que sou autor, também numa audiência pública, tudo ao mesmo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Nós vamos pedir para suspender lá para poder esperar que o senhor...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu só queria, primeiro, agradecer, Presidente, porque a Co-

missão de Educação e o Júlio Linhares, que é o Secretário Executivo...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Está de prontidão aqui na porta.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu sou Vice-Presidente da Comissão de Educação e tenho que presidir uma audiência pública tão relevante quanto essa.

Eu queria só agradecer à Presidência, ao Senador Valadares, porque eu fiz o pedido para estar aqui o nosso conterrâneo Moacyr Schukster, do Secovi-RS, e o Marcelo Olivieri de Lima, do Sprinkler do Brasil, e agradecer, também, o Confea e todos os órgãos que vieram aqui presentes, que foram requeridos pelo Relator, Senador Zeze Perrella, está em ótimas mãos.

E, pela primeira vez, eu vejo um projeto que tem, eu diria, unanimidade, do acolhimento favorável, com alguns ajustes, o que é prático da questão democrática, sobre o problema do prazo que o Secovi lembra que tem que regular e fico feliz, também, que o Presidente do Confea tenha se preocupado com a questão do encargo para os Municípios, porque eu, como sou uma Senadora municipalista, tenho essa preocupação. Nós estamos sufocando e, enquanto não houver essa repartição dos recursos do Pacto Federativo, nós vamos ter alguns problemas na execução disso.

Então, o aperfeiçoamento, tenho certeza, não só a excelência do projeto do Senador Marcelo Crivella, porque é um especialista, é um engenheiro, e, também, todo esse tema passa por uma questão que o Rio Grande do Sul viveu, que todos os senhores acompanharam, que foi a tragédia da boate Kiss, e que tem a ver com inspeção das edificações.

Então, eu queria cumprimentar o Senador Perrella. Agradecer ao Presidente, cumprimentar todos os senhores, agradecer a presença e lamentar, profundamente, porque nós aqui aprendemos sempre. Essas audiências são uma verdadeira aula para todos nós e eu tenho que presidir na Comissão de Educação, queria pedir ao nosso Secretário Nacional de Defesa Civil que entendesse as razões de força maior em relação a isso.

Parabéns, e obrigada, caro Presidente Inácio Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Cumprimento V. Ex^a por ter permitido que não só os Senadores e o nosso Relator pudessem ter oportunidade deste debate, mas, sobretudo, a população que nos acompanha e que também vai ficar conhecendo e tendo uma opinião melhor sobre o que nós estamos deliberando...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Debatendo. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – ...do ponto de vista da nova legislação para proteger todos os cidadãos brasileiros.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Agradeço a V. Ex^a e passo, já, a palavra para o nosso convidado Armin – é Armin Braun, a pronúncia é essa mesmo?

Tem a palavra.

O SR. ARMIN BRAUN – Muito obrigado, Senador Inácio Arruda, em nome do qual cumprimento os demais, Senadoras, Senadores presentes, componentes da Mesa, senhoras e senhores.

Primeiramente, agradeço a oportunidade de estarmos aqui, louvar a iniciativa de trazer esse tema a discussão. A gente vê que, no que tange a tudo que gira em torno de acidentes e desastres no Brasil, vimos evoluindo bastante e o nosso objetivo aqui é trazer uma pequena contribuição – prometo que serei breve – do ponto de vista da defesa civil e da gestão de risco de desastre, da redução de risco de desastre, da proteção civil a esse tema.

E podemos fazer isso, porque, além de a Defesa Civil Nacional ser o órgão que trata desse tema em nível do Governo Federal, também é o órgão central do Sistema Nacional de Defesa Civil, sistema esse que tem base nas organizações federais, estaduais e municipais de defesa civil. E é em torno do que é a defesa civil do Município que nós vamos concentrar, rapidamente, a nossa fala.

E o mais importante desse projeto é que ele foca a prevenção, como foi dito pelo Dr. José Tadeu da Silva e pelos demais que puderam ter o uso da palavra aqui na Mesa, a importância de se tratar situações como essa muito antes do que ela possa acontecer. E esse desastre em si, o colapso de estrutura, é um desastre relacionado, inclusive, na nossa Codificação Brasileira de Desastres, como Colapso de Edificações, como desastre de origem tecnológica. Então, não há por que não tratarmos desse tema e podemos contribuir com isso.

Um grande e importante ponto que foi citado aqui é o envolvimento das Prefeituras, como se envolver ou se envolver as Prefeituras com isso. Nós temos uma certeza: de que precisamos envolver os governos municipais. Um importante órgão a ser envolvido em nível municipal são as Coordenadorias Municipais de Defesa Civil.

No entanto, no que eu falei agora há pouco, do que é o nosso Sistema Nacional de Defesa Civil, nós temos um órgão nacional, um órgão do Governo Federal bem estruturado, que é a Secretaria Nacional de Defesa Civil, nós temos Estados, com suas Defesas

Civis bem estruturadas, as quais se ligam, ainda, a outras organizações, tais quais Corpos de Bombeiros, Polícias Militares, órgãos ambientais em toda a gestão de risco de desastre em âmbito estadual. No entanto, no Município ainda temos um grande caminho a ser trilhado, que é a estruturação dos nossos órgãos municipais de defesa civil.

Esses órgãos municipais são aqueles responsáveis por fazer os planos municipais, os planos diretores de defesa civil, os planos de contingência para intervenção e desastres e são aquelas pessoas que subsidiam o prefeito e as demais autoridades do Município a tomarem as medidas necessárias, seja para prevenção, para preparação, antes do desastre, seja para resposta e para reconstrução após um desastre ocorrido, medidas essas que objetivam principalmente a salvaguarda de pessoas e de bens.

Então, quando a gente discute esse tema... Nós sabemos, por exemplo, como foi citado aqui, um problema com uma marquise, que comumente acontece nas nossas cidades brasileiras, ou o mais grave, um colapso de identificação, isso tudo sempre cai... a gestão disso tudo, seja quando se observa um ponto crítico que caracteriza um possível colapso de estrutura, a evacuação disso, a intervenção, todo o trabalho que é feito após essa identificação cai no colo de um coordenador municipal de defesa civil, que é ligado a uma prefeitura municipal, que muitas vezes não tem uma estrutura que lhe permita fazer um bom trabalho.

Aí são decisões muito importantes, que estão relacionadas a esse coordenador. Ele tem, em pouco tempo, de decidir o que fazer: se evacua ou não uma edificação. O que está relacionado a isso é a vida de pessoas. Então, sob a responsabilidade desse coordenador municipal, que tem pouca estrutura para trabalhar, está a prevenção de vidas humanas.

Isso é muito importante. Não só por esse aspecto, de tratar o colapso de estrutura, mas por todos os aspectos em que já vimos investindo esforços no Brasil, é necessário que haja uma conscientização da importância desse tema.

Além do envolvimento da organização, do fortalecimento e do envolvimento das defesas civis dos Municípios nesse tema, é importante também que se envolvam outras organizações que já tratam esse tema, como, por exemplo – já foi citado aqui –, os Corpos de Bombeiros.

Os Corpos de Bombeiros também têm um papel importante, tanto na vistoria, no que tange à prevenção contra incêndio e pânico, como quando se tem um incêndio que tende a trazer danos às estruturas. Então, durante as atividades de combate e após o sinistro,

também é importante observar o envolvimento dessas organizações, que são os Corpos de Bombeiros.

Ou seja, além de tratar desse tema, colapso de estruturas, de maneira isolada, “linkar” esse tema do colapso de estruturas relacionado a incêndios, a escorregamentos de terra, por exemplo, a áreas não edificantes, a áreas de inundação, e assim por diante.

E o mais importante: nós temos... Isto é uma máxima da defesa civil: nós costumamos dizer – e muitas vezes essa coisa vira chavão e passa até despercebida – que a defesa civil, a proteção civil somos todos nós.

Tudo que envolve a gestão de risco de desastres tem uma responsabilidade governamental. Então, nós, como agentes públicos, como agentes do Governo, temos a obrigação de fazer o nosso trabalho bem feito, sabedores de que em nossas mãos estão vidas humanas. É envolvida a sociedade. E, aqui, um bom exemplo disso são os conselhos que estão aqui presentes, as empresas presentes, a imprensa, as associações, os diversos órgãos que podem auxiliar nisso; e o cidadão.

O cidadão é um elemento muito importante. Nós, no Brasil, temos um sério problema no nosso cidadão, que é a falta de percepção de risco. O cidadão tem dificuldades de enxergar o risco ao qual está exposto. E nós, como agentes públicos, temos a obrigação de abrir os olhos desse cidadão quanto a isso.

Dando-se oportunidade ao cidadão de, por exemplo, no caso de colapso de estrutura... Muitos danos, muitos indicativos de que pode haver um colapso de estrutura podem ser observados pelos usuários de uma edificação.

Então, dar oportunidade de esse usuário falar, comunicar-se e mostrar às autoridades pequenos elementos que podem, no futuro, vir a causar um colapso de estrutura é muito importante.

Assim como na defesa civil, nesse tema também temos de envolver o cidadão. Já temos o Governo envolvido, já temos a sociedade num grande envolvimento e temos de buscar envolver o cidadão nesse tema, de forma que ele possa contribuir na sua própria salvaguarda.

Esperamos ter contribuído, aqui, para o início do debate. Ficamos no aguardo de possíveis questionamentos e contribuições que possamos fazer para debate.

Muito obrigado e, mais uma vez, parabéns à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Nós é que agradecemos a V. Ex^a.

Queria indagar novamente do Senador Perrella se ele tem mais alguma observação a fazer. Se não, vamos para a Mesa, para que cada um possa dar sua

opinião sobre os aspectos que o senhor levantou inicialmente.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – São apenas essas perguntas mesmo, acho que são as mais relevantes. E mais uma vez digo: qualquer um dos senhores que queira apresentar alguma solução pode me procurar depois em meu gabinete, uma vez que estou disposto, se for o caso, a modificar o relatório em algumas coisas que entendermos que precisam ser modificadas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Muito bem. Então, vamos fazer aqui uma rodada mais simples, num prazo de tempo menor. Acho que de 3 a 5 minutos para cada um são suficientes, não é verdade?

Vamos começar com o nosso colega que se manifestou imediatamente, o Sr. Moacyr, presidente da Secovi/RS, que terá a palavra por 3 minutos.

O SR. MOACYR SCHUKSTER – Obrigado, Senador.

Só queria fazer dois reparos.

O primeiro deles é no sentido de me permitir, muito respeitosamente, discordar do presidente do Confea quanto ao seguinte: que o próprio conselho dos engenheiros possa fiscalizar fábricas, condomínios, esse tipo de coisa. Nós entendemos, Senador Perrella, que cada setor deve ficar no seu ramo. Eu acho, por exemplo, que o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia tem que registrar e fiscalizar o trabalho de seus profissionais, que estão sob sua bandeira. Agora, fiscalizar também o resto da sociedade me parece que fica inadequado, parece-me uma posição corporativa para fazer um trabalho que é público.

Eu mencionei em minha fala – o senhor não estava aí ainda – que o nosso entendimento é de que as prefeituras, como disse a Senadora Ana Amélia, realmente já têm muitos encargos. No entanto, entendemos que certas coisas não podem escapar da mão pública. É o caso, por exemplo, do controle da realização dos LITEs, esses laudos.

Então, a nossa posição era de que a prefeitura... Inclusive, lá em Porto Alegre, estamos negociando nesse sentido e já temos, de certa forma, o consenso de que a prefeitura simplesmente archive os laudos devidamente assinados por profissionais habilitados, ou seja, engenheiros e arquitetos, peritos que são registrados no CREA e no CAU. O Município os arquiva e mantém um controle por data de renovação daquele Lite, quer dizer, se é daqui a 5 anos e assim por diante. Se o laudo menciona que existem reparos a fazer, o engenheiro vai dizer no laudo qual o tempo necessário para fazer aqueles reparos. A prefeitura,

então, controla aquele prazo e, se não recebe o laudo de conclusão, toma essa providência. Devo dizer-lhe, Senador, atendendo a sua gentileza de se colocar aberto a sugestões, que vou formalizar essa nossa sugestão para que o senhor possa avaliá-la.

O segundo reparo é o seguinte. Nós nos aliamos ao que falou o nosso colega do Secovi-SP, que explicou aqui os seus prazos. Mas eu queria dizer, Senador, que nós gostamos muito mais dos prazos que o senhor mencionou em seu primeiro substitutivo, aquele que o senhor fez em fevereiro, que era um pouco mais ameno. O segundo, que foi feito em maio e é o que está valendo, aperta muito os prazos, especialmente lá adiante.

Digo isso porque, quando chega o momento de fazer anualmente o laudo, de alguma forma ele acaba meio que banalizado, até porque um prédio não se deteriora de uma hora para outra. Veja bem, se o laudo relativo a um prédio foi feito hoje, dificilmente daqui a um ano ele estará com uma deterioração tão forte. Então, nós acreditamos que esses prédios com mais de 60 anos, de 2 em 2 anos estarão muito bem servidos, até porque muitos reparos podem levar até 6 meses. Em um condomínio, por exemplo, que é a nossa preocupação, vejam que existe necessidade, primeiro, de arrecadar o dinheiro para pagar aquela despesa, e depois então fazer a execução. Muitas vezes, pode levar até um ano isso aí, e de repente tem que fazer outro laudo. É uma coisa que não teria...

E, de outro lado, eu também gostaria de mencionar – e aqui me valendo do Dr. José Tadeu da Silva – que só a atualização desses laudos no Brasil vai dar um trabalho colossal, porque haja engenheiro e arquiteto para fazer tudo isso, não é mesmo? E depois, então, quando a coisa entrar na engrenagem, que as coisas serão feitas ao longo dos anos, sim. Acho então, por esse motivo, Senador, que a iniciativa dos senhores é muito interessante, é muito oportuna, e acredito que a fisionomia da manutenção das edificações do Brasil será modificada a partir desse interesse que toda a sociedade está localizando nesse problema.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) –Agradeço ao nosso convidado, Moacyr Schukster. É assim o nome?

O SR. MOACYR SCHUKSTER – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) –Vamos passar aqui para o Marcelo Olivieri de Lima, Diretor-Geral do Instituto Sprinkler do Brasil. O senhor tem a palavra por três minutos.

O SR. MARCELO OLIVIERI DE LIMA – Muito obrigado.

Em cima do que o presidente do Secovi acabou de falar, a respeito dos prazos, eu volto àquela posição

inicial que apresentei. Cada sistema predial tem que ser tratado de uma maneira diferente. Eles não podem ser tratados todos de uma maneira só. Da mesma maneira que realmente não se espera que a estrutura de um prédio vá deteriorar de um ano para o outro, depois que ela foi inspecionada e foi constatado que está em boas condições, as condições de um sistema de incêndio podem realmente estar completamente diferentes após três ou seis meses.

Só para lembrar, antigamente, há muitos anos, talvez lá pelos anos 70 ou início dos anos 80, quando os sistemas de incêndio davam um desconto muito grande em termos de prêmio de seguro, as seguradoras obrigavam cada segurado a ser inspecionado – dessa maneira que está sendo proposta aqui, por um profissional independente, que geraria um laudo – a cada 3 meses. Era a maneira como as seguradoras se garantiam para saber se o sistema continuava em funcionamento durante o ano. Obviamente, a gente não pode falar aqui de um sistema de inspeção de 3 meses, mas também, quando se trata da área de incêndio, a gente pensar em inspeções a cada 3 anos... É extremamente grande esse prazo, e realmente ele seria mais um custo do que uma vantagem para o proprietário do edifício. A gente chega até àquele ponto de considerar que inspeções com esse tipo de frequência talvez nem valham a pena, nem valham o custo para o proprietário, porque não vão indicar muita coisa, então que sejam até eliminadas do projeto.

Eu falo isso porque eu sempre digo que na questão de proteção contra incêndio no Brasil hoje em dia, apesar da boate Kiss, apesar do hotel de São Bernardo, de anteontem, e apesar dos múltiplos incêndios que acontecem todos os dias – felizmente sem vítimas em número grande –, existe uma situação que eu chamo, aqui no Brasil, de “me engana que eu gosto”: o proprietário, muitas vezes, grande número de vezes, simplesmente se satisfaz em ter um laudo que diga que ele está de acordo com a legislação. Muitas vezes existe um conflito de interesses muito grande no Brasil inteiro. Os profissionais que estão fazendo os projetos de incêndio são os mesmos profissionais que aprovam esses projetos de incêndio. Então, a gente não tem muita confiança sobre o que está sendo instalado, se é realmente aquilo de que se necessita. O sistema de AVCB dos corpos de bombeiros deveria ser um sistema que garantisse a qualidade das instalações contra incêndio, mas infelizmente não funciona. O AVCB é dado para que o prédio tenha o “Habite-se”, e, depois, se não for provocado pelo proprietário, ele pode passar 10 anos sem ter um novo “A Receber” emitido, porque ele é sempre provocado pelo proprietário e não pela autoridade.

Por isso, o projeto é extremamente importante, novamente levando em conta essa questão dos prazos, porque, particularmente, nesse caso da questão de incêndio, a frequência que está sendo proposta no projeto nós achamos que é um pouco maior do que seria adequado para esse tipo de sistema.

Mas parabeno os envolvidos no projeto, porque, realmente, é algo necessário, e damos todo o apoio, sem dúvida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Eu que agradeço a presença e também a contribuição que o senhor está oferecendo à nossa Comissão, na presença do nosso Relator, que vai instruir o seu parecer com as observações que os senhores estão propondo.

Concedo a palavra também, por 3 minutos, ao Sr. Carlos Alberto de Moraes Borges, membro da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e Vice-Presidente do Secovi-SP, que aqui representa o presidente da CBIC, Paulo Safady Simão.

O SR. CARLOS ALBERTO DE MORAES BORGES – Obrigado, Senador Inácio; Senador Zeze Perrella.

Eu queria, mais uma vez, realçar o apoio da CBIC e do Secovi. Nós também consideramos as inspeções periódicas como um importante instrumento para mitigar os riscos. Agora, acho que temos de fazer uma separação importante: a engenharia está cada vez mais complexa, e os empreendimentos estão cada vez contemplando sistemas que têm necessidades de intervenção e de manutenção muito diferentes.

Então, obviamente, na estrutura, eu posso fazer o acompanhamento visual, ao longo do tempo, sem nenhuma intervenção, e que vai me sinalizar se preciso fazer alguma coisa; e um sistema de combate a incêndio sofisticado, por exemplo, com *sprinkler*, exige a contratação de uma empresa, uma manutenção periódica com prazos muito menores.

Então, uma coisa é a manutenção corretiva e preventiva, que tem que ser feita no primeiro dia em que o empreendimento é entregue. Existe uma Norma Técnica, como citei – o senhor não estava presente –, que é a 5674, que diz claramente. Ela é universal, ela dá a lição de casa, dá o caminho de como cada empreendimento deve elaborar um programa de manutenção preventiva e corretiva. E, aí, há atividades que envolvem treinamentos internos, que o próprio zelador, funcionário do prédio, pode fazer e, em casos mais complexos, a contratação de empresas e com periodicidades diferentes.

Agora, qual é o objetivo do laudo, do Lite? Eliminar riscos à pessoa humana especialmente.

Foi comentado também aqui, eu citei, alguns colegas fizeram comentários sobre a analogia com o ser humano. Quer dizer, não adianta irmos ao médico, ele nos pedir para fazer um *check-up* completíssimo, a cada 5 anos, e, nesse período, entre um *check-up* e outro, nós não dormirmos direito, não comermos direito, não fazermos esporte, ficarmos estressados. Não resolve. O que queremos são bons hábitos. E o *check-up*, assim como o laudo, é um instrumento para induzir bons hábitos. Então, o objetivo dos bons hábitos é implantar a cultura de manutenção preventiva. E já existem normas feitas recentemente, e muito completas, que orientam claramente sobre como fazer isso e que estamos sugerindo que sejam referenciadas no projeto.

Agora, o laudo em si, se quisermos fazer um laudo... Acho que é muito importante a sua colocação, Senador, no sentido do custo do laudo, daquilo que é possível fazer, realmente, porque temos que equilibrar o objetivo de reduzir os riscos com o custo. Então, se nós quiséssemos comparar, nesse laudo, se a manutenção está perfeita ou se não há risco nenhum, ficaria muito caro, porque teríamos que fazer auditorias em projeto, checar se a execução foi bem feita, verificar muito completamente, fazer ensaios... Não dá.

Então, se o laudo – que é uma coisa, a intervenção é outra – se ativesse, focasse na mitigação, na verificação de se existem riscos às pessoas – e isso é perfeitamente possível através de inspeção visual, da checagem do cumprimento da manutenção – e no apontamento de riscos, e até, em um caso de coisas maiores, de comunicação aos órgãos públicos de que não está sendo feito, o que acho que seria um papel até do responsável, nós conseguiríamos atingir o nosso objetivo, porque talvez seja um direito dos condomínios, dos moradores não fazerem a manutenção perfeita, porque talvez envolva um investimento maior, mas, por outro lado, não é direito deles não fazer aquilo que envolva risco à pessoa humano.

Acho que temos de separar. Uma coisa são as intervenções periódicas que envolvem complexidades diferentes – está perfeito, concordo perfeitamente aqui com o colega –, prazos diferentes e que têm de estar no programa de manutenção corretiva e preventiva, que já prevê inspeções. E, outra coisa é uma lei que obrigue inspeções periódicas. Estamos sugerindo a primeira a cada dez anos, a partir daí, a cada cinco anos e, talvez, a partir de 30 anos, com prazos menores.

Esse laudo teria por objetivo, como sociedade, como papel aqui da Casa das leis, de realmente eliminar o risco ao ser humano e evitar acidentes como os que aconteceram agora, porque realmente queremos que isso nunca mais aconteça!

Mas acho que precisamos separar um pouquinho – insisto nisso – a questão da cultura de manutenção preventiva, que são os bons hábitos que temos de implantar – e já existem normas que, se forem obedecidas, fazem isso acontecer – e o laudo em si, que tem objetivo talvez um pouco maior, que é, pelo menos, levar a nível mínimo adequado – para que não haja risco ao ser humano – esse processo de inspeções periódicas.

Nós, também, Senador, tomaremos a liberdade de encaminhar e procurar o seu gabinete e detalhar essas sugestões aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Agradeço as observações do nosso representante do CBIC e também da Secovi, de São Paulo, o Sr. Carlos Alberto de Moraes Borges. São contribuições importantes que, com certeza, o Relator vai agregar ao seu substitutivo, à sua proposta, que deverá ser apresentada na audiência seguinte da Comissão.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Presidente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Pois não.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Pela ordem.

Estou com um projeto, ali, na Comissão de Esportes, eles estão destruindo o meu projeto. Acho que uma intervenção se faz necessária neste momento. É um projeto que obriga os clubes de futebol a fazer seguro para os seus atletas. Como lá só tem dirigentes de clubes que são contrários, não é? Acho que, se o Senhor me permite, eu teria que dar uma passada lá. Estou com a minha assessoria aqui, também, que vai se inteirar de tudo. E, mais uma vez, digo: estou aberto a sugestões, desde que a gente seja convencido.

Desculpem-me, mas, infelizmente, vou ter que me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Senador não se preocupe, está tudo devidamente gravado e V. Ex^a será informado de todas as questões aqui examinadas, para instruir o seu Relatório.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – É uma discussão que estamos sempre tendo aqui, não é, Presidente? Infelizmente, participamos, às vezes, de duas, três, Comissões ao mesmo tempo. Sou o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, convidei o Ministro das Comunicações para fazer uma palestra para nós, juntamente com o Presidente da Anatel, e, infelizmente, não tivemos nem condição de *quorum* para ouvir o Presidente da Anatel e tivemos que postergar essa reunião.

Estamos com esse problema, aqui. As Comissões acontecem sempre no mesmo horário. Mas acho que

mais importante que isso é que qualquer sugestão que vocês tenham, por favor, procurem-me no gabinete ou me encaminhem essas sugestões. Estou apto, ainda, a rever alguma coisa do meu relatório, desde que sejamos convencidos.

No mais, desculpem-me aqueles oradores que falaram antes de eu chegar, mas, como o Presidente Inácio colocou, temos as notas taquigráficas e o pessoal sempre atento: tudo que foi falado será devidamente aproveitado.

Um abraço a vocês e me desculpem.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Concedo a palavra ao nosso convidado e amigo desta Comissão e da Casa, José Tadeu da Silva, Presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, também por três minutos.

O SR. JOSÉ TADEU DA SILVA – Cumprimento o Senador Inácio Arruda, o Senador Zeze Perrella, que me dirigiu a pergunta, que perguntou quais os custos para vistoria; e também dos prazos.

Então, vamos começar pelos prazos. O prédio já colocado, aqui, pelo Secovi, dez anos é um prédio novo; depois, a cada cinco anos, uma vistoria; e, depois de 30 anos, a cada dois ou três anos, esse prazo estaria feito.

Com relação aos valores que o Senador Zeze Perrella colocou, não é muito caro. Eles falam assim: Laudo custa caro, engenheiro custa caro, projeto custa caro. Mas, quando um corretor de imóveis vende o seu imóvel e ganha 6% para fazer a corretagem, todo mundo está de acordo. Ele só fez uma intermediação – não estou questionando, não; criticando o corretor não. Mas ele cobra e a sociedade não acha ruim – não é?

Quanto custa o seguro do seu cartão de crédito? Vem na fatura lá: se você quer o seguro do seu cartão de crédito, eles cobram lá uma taxa de 3,6%, 4,2%. Não é isso que a gente paga lá no extrato? Eu tenho uma filha juíza, ela atua na Região de Ribeirão Preto, mora em Ribeirão Preto. E, depois que aconteceu esse desabamento lá, o condomínio votou uma taxa de R\$2, acrescentada no condomínio. Quanto a gente paga de condomínio? R\$600, R\$700, R\$800, R\$900, R\$1 mil reais de condomínio por mês. Eles acrescentaram mais R\$2. O que são R\$2 para quem paga R\$700? Vai pagar R\$702; ou para quem paga R\$900? Vai pagar R\$902. E, com esse dinheiro, eles anualmente pagam os honorários, Senador, do engenheiro que vai lá fazer esse laudo para eles. Com um acréscimo de R\$2 a R\$3, ele vai lá e se paga. Não precisou lei, não. O condomínio se reuniu e disse: quanto vai custar um engenheiro, anualmente, para fazer a vistoria aqui do prédio e garantir a nossa segurança e da nossa estrutura? Ou o arquiteto também? R\$2. Acrescentam-se

R\$2 na taxa condominial aí e, pronto, nós vamos ter um engenheiro, uma vez por ano, fazendo esse laudo para nós, dizendo dos cuidados e do que nós temos que fazer para esse prédio não vir a cair.

Porque, às vezes, o cara resolver fazer uma reforma lá e tem uma coluna, um pilar que está carregado com carga; e ele resolve tirar aquela coluna de sustentação. Vai desabar o prédio. E o engenheiro que analisa o projeto sabe, pelo projeto estrutural, qual coluna está carregada, qual coluna não pode; ou tem uma alvenaria lá que é meramente de vedação, aquilo pode ser demolido.

Então, acontecem acidentes às vezes por questões que, para nós, técnicos, são muito claras, mas que, para o leigo, é algo impossível.

Então, respondendo, objetivamente, ao Senador Zeze Perrella: o custo é insignificante diante dessas questões, das comparações que fiz, inclusive as do cartão de crédito, em que a gente paga R\$4, R\$5 para ter segurança do cartão e não quer pagar R\$2, R\$3 a mais no condomínio para pagar um engenheiro que faça esse laudo.

Então, essa é a observação.

Outra observação que eu queria fazer com relação à colocação do colega do Secovi do Rio Grande do Sul, o colega Moacyr, quando ele coloca que o conselho existe só para fiscalizar o profissional. Eu discordo disso. Eu discordo, porque, ao ler a nossa Lei nº 5.194, uma lei federal de 1996, Moacyr, ela coloca que nós somos uma autarquia federal, nós não somos uma entidade de classe. Nós somos uma autarquia federal, serviço público federal, nós usamos esse brasão da República no nosso impresso e fomos contemplados, logo no art. 1º da nossa Lei nº 5.194...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ TADEU DA SILVA – Isso que eu estou falando é importante. A campanha vai tocar, mas eu vou desobedecer um pouquinho, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – A campanha é automática.

O SR. JOSÉ TADEU DA SILVA – Eu vou ter que desobedecer, porque acho que é importante essa informação.

A Lei nº 5.194, que cria a autarquia federal chamada Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, coloca em seu art. 1º – e o art. 1º nós sabemos que é a luz que ilumina todos os demais artigos que fazem o regramento, a normatização daquela profissão, no caso a engenharia –, que as profissões de engenheiro – engenheiro agrônomo – são caracterizadas por realizações de interesse social e humano. Isso dá um papel social para essa autarquia federal chamada

Confea. Eu não estou fazendo corporativismo aqui. Eu estou chamando à responsabilidade um milhão de profissionais, mais de um milhão, que nós temos registrados no conselho, e 200 mil empresas registradas no conselho que realizam essas atividades de interesse social e humano.

Então, é dentro desse espírito que o art. 24 diz o seguinte: que o papel do CREA – são 27 CREAs no País mais o Conselho Federal – é fiscalizar o exercício das atividades e empreendimentos de engenharia e agronomia. Nesse art. 24, ele não coloca que eu só tenho que ir lá ver se tem o profissional, se ele emitiu a anotação de responsabilidade técnica ou não. Então, esse papel é maior. E esta Casa, o Senado, aprovou recentemente um projeto do Crivella; e há outro, do Senador João Vicente Claudino, que altera o parágrafo único do art. 36 da Lei nº 5.194, que regulamenta a nossa profissão e que, por esse projeto de lei, Senador Arruda, dá condições ao Confea, CREA e Mútua de destinar parte dos recursos da renda do Conselho, que vem dos registros, das anuidades, das taxas que são pagas para o Conselho, das multas, para realizar esse procedimento necessário e garantir a proteção e a segurança da sociedade.

A sociedade vai continuar contratando profissionais e empresas para fazer esse laudo, mas, uma vez feito esse laudo, que fica somente sob a responsabilidade do Município, o Conselho, por esse projeto que está sob o relato do ilustre Senador João Vicente Claudino, vai dar atribuições para que o Conselho possa destinar parte dos recursos para investimento nesse procedimento de parceria com Município, Estado, União, no sentido de disponibilizar profissionais para ajudar a olhar se a nossa lei está sendo cumprida ou não. Porque não adianta fazermos a lei aqui e depois ela não ser cumprida. A lei para ser cumprida tem de ter aplicação, eficácia e tudo mais.

É essa a contribuição que o Conselho deixa mais uma vez aqui e nos colocamos à inteira disposição desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Agradeço a participação do Presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia. Todas essas informações estarão nas mãos no Relator e tenho certeza de que ele vai, no seu parecer, também examinar as questões que os senhores estão aqui levantando.

Também passo a palavra ao Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz, Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. O Haroldo acompanha toda essa atividade nossa aqui já há algum tempo, desde que tivemos de realizar não uma, mas muitas audiências públicas para chegarmos ao Estatuto das Cidades, que foi uma vitória importante da sociedade brasileira.

Então, concedo também a palavra, por três minutos, e, em seguida, vamos ouvir o Armin Braun.

O SR. HAROLDO PINHEIRO VILLAR DE QUEIROZ – Obrigado, Senador Inácio.

Sobre as questões colocadas pelo Senador Zeze Perrella, uma sobre a questão do custo da manutenção. Compete aos conselhos profissionais homologar, divulgar e publicar tabelas de honorários de serviços. No caso do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, a Lei Federal nº 12.378, no art. 29, coloca essa obrigação. E com qual objetivo? Eu reitero aqui que não se trata de questão corporativa, já que o conselho deve ser um instrumento da sociedade, para preservá-la contra a má prática, a prática ilegal da profissão. E, no caso específico, de evitar tanto a exorbitância quanto o aviltamento. A exorbitância que seja para tirar proveito de uma oportunidade que a legislação traz, que deve ser acolhida como a responsabilidade social e técnica do profissional das diversas áreas ou o aviltamento em que se cobre um valor que impossibilite um serviço técnico adequado. Então, sempre com o objetivo da definição de que o bom serviço se paga, tanto do ponto de vista patrimonial quanto do ponto de vista mais relevante, que é o de preservação da incolumidade do ser humano, da preservação da sociedade.

Com relação ao que o Senador Perrella colocou também sobre os laudos progressivos no tempo. É adequado que sejam, é natural que sejam, como acontece, novamente copiando aqui o colega, quanto mais velhos nos tornamos fisicamente, precisamos de uma verificação mais amíu de nas tubulações, enfim, no que conforma a nossa estrutura humana. E são manutenções de instalações diversas, que têm tempos de vida diferentes. Não se trata, reitero, apenas da questão estrutural; há as questões elétricas, que levam a incêndios, hidráulicas, que também podem levar a incêndios, e de outros elementos da edificação, de proteção e detecção contra incêndio, de proteção contra descargas atmosféricas, a verificação se esses elementos da construção estão funcionando corretamente.

Além dessas questões próprias da construção, há a detecção de reformas que, ao longo do tempo, podem alterar especificações originais, seguras, que foram feitas por profissionais que conhecem a construção, que conhecem as especificidades e que são alteradas, como foi o caso aqui citado dessa boate lá do Rio Grande do Sul, onde também foram colocados elementos de sonorização, de proteção acústica, que potencializaram o acidente que lá aconteceu, além da adequação às novas técnicas, aos novos conhecimentos humanos.

E para concluir, Senador Arruda, há que se registrarem também os benefícios colaterais de uma lei

como essa. Por exemplo, nós estamos aqui abordando mais os edifícios de escritórios, de habitação, mas a fiscalização, o acompanhamento da qualidade, da condição de funcionamento de um hospital, certamente, contribuirá para evitar algumas situações lamentáveis e que nos envergonham, não como profissionais, engenheiros e arquitetos, engenheiros mecânicos, seja o que for, mas como seres humanos, em ver como determinados hospitais estão degradados por ação de falta de manutenção no tempo, além de escolas, *shoppings*, vazamento de gás em *shopping*, que levam a desastres quase monumentais.

E, vamos dizer, para cercar tudo e sabendo do interesse do Senador na área de habitação de interesse social, eu lembro aqui a Lei nº 11.888, que trata da assistência técnica à habitação de interesse social, que poderá também contribuir para a manutenção das edificações de habitação, de moradia econômica. Por intermédio da Lei nº 11.888, poderemos – prefeituras, Caixa Econômica, enfim – colocar os recursos conforme disposto nessa lei, que o Senador tão bem conhece e que apoiou à época, de origem do Deputado Clóvis Ilgenfritz e Zezéu Ribeiro.

É a minha contribuição e permaneço à disposição dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Agradeço ao nosso amigo já de bom tempo, como citei inicialmente, assim como aos nossos colegas conselheiros do Conselho Federal de Engenharia e de Arquitetura, e digo também do Secovi, inclusive o Secovi de São Paulo, e à Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil e aos movimentos sociais, porque realizamos e instruímos essas matérias anteriores, o Estatuto da Cidade, a legislação por que o Zezéu fincou o pé junto com o Conselho de Engenharia e também com o Conselho de Arquitetura, produzindo, digamos assim, um acordo com as instituições representativas tanto do setor empresarial como do setor profissional e também o movimento social. E eu acho que é assim que nós devemos fazer.

Acho que a disposição do Senador Crivella é esta: que haja uma lei adequada que proteja o cidadão brasileiro, que é surpreendido, muitas vezes, com falhas tecnológicas que poderiam ser, numa inspeção como essa, resolvidas. E na área de incêndio, eu também estou de acordo com as preocupações do Marcelo, e talvez a gente tenha que ter prazos menores para inspeção. E inspeção é isto: é tubulação, de tudo hoje, que é de rede elétrica, de rede de computadores, de rede de instalação hidráulicas e de tantas outras redes que hoje se somam ao que nós tínhamos há 15 ou 20 anos.

Concedo a palavra ao nosso colega, representando aqui a área da Defesa Civil do Governo Federal,

que é muito importante neste debate que estamos travando no momento, Armin Braun, Diretor da Secretaria Nacional de Defesa Civil, por três minutos.

O SR. ARMIN BRAUN – Bem, quando se fala em resposta a desastre, no caso, resposta a prevenção, atuação em torno de um possível desastre, a gente sempre vai ter um custo, custo esse que vai estar associado a prevenção ou um custo que vai estar associado a resposta, caso a prevenção seja olvidada, seja esquecida, não seja realizada.

O custo da prevenção se dá basicamente com recurso financeiro investido. E o custo da resposta se dá com recurso financeiro investido e, inevitavelmente, o choro de algumas perdas de vidas humanas. Então, temos que investir na prevenção. E se houver um custo, esse custo vai ser pago e temos a garantia. O que nos falta, acredito – e até uma sugestão que daria –, para um caso específico como este, é mensurar o quanto possivelmente se gastaria numa possível resposta. E quando eu digo resposta, não só a reconstrução, mas também a atuação do próprio Governo, a atuação das organizações que atendem ao desastre, o custo econômico que se dá, o prejuízo econômico que se dá a um possível colapso de estrutura, fazer a mensuração de tudo isso que esteve envolvido em algumas ocorrências, em alguns estudos de caso, com um possível investimento, que pode ser feito na prevenção. Eu tenho certeza de que, assim como em caso de desastre natural ou tecnológico, o custo da prevenção vai ser muito menor. O problema é que hoje existe um passivo instalado, e toda vez que se cria uma cultura nova e, mais do que isso, uma doutrina, uma legislação, vai haver um custo inicial a ser pago, isso tem que ser pago. Acreditamos que o custo possa ser diluído, como bem disse aqui o nosso colega, Dr. José Tadeu. Esse custo, com certeza, será diluído, mas ele existirá.

Há ainda outra observação que foi feita aqui, a importância de tratar esse tema, e me veio, mais uma vez, a correlação que eu faço com o tema que estamos gerenciando na defesa civil. Estamos levando o tema da gestão do risco de desastre da proteção civil para dentro das escolas. E a mesma coisa, com esse tema, pode ser feita dentro de uma escola, por exemplo. Por que não? Nas escolas, você, ao fazer a vistoria, vai envolver as crianças, envolver as pessoas que estão dentro da escola, para que essas crianças possam levar essa cultura, de imediato, para dentro da sua casa, para dentro da sua família. Ou seja, nós temos um retorno imediato, de curto prazo, porque aquele garoto que viu uma vistoria sendo feita na escola e acompanha isso, acompanhado de engenheiros, de professores, observando possíveis sinais que podem indicar uma fadiga de estrutura, ou algo que possa indicar que a estrutura

não está em condições adequadas, com certeza, vai levar isso para dentro de sua casa, para dentro de seu prédio, para dentro de outras edificações das quais é usuária. E também, no futuro, esse cidadão, esse aluno, vai conseguir ser um cidadão mais consciente do risco ao qual ele está exposto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Obrigado, Armin.

Vamos passar a palavra, então, por solicitação – embora não haja réplica entre os membros da Mesa –, ao Moacyr, que quer corrigir uma observação feita pelo Tadeu. Mas, Tadeu, não tem direito à tréplica, está certo? Trinta segundos.

O SR. MOACYR SCHUKSTER – Nem vai haver, porque eu só quero esclarecer uma coisa. Foi dito aqui que o corretor ganha 6% de comissão e ninguém reclama. A única coisa que eu queria esclarecer é que todos tenham em mente que a maioria dos profissionais faz o seu trabalho e ganha a sua compensação. O corretor de imóveis só ganha quando o negócio sai. Todo aquele período em que ele atende cliente e não sai negócio, não ganha coisa nenhuma. Ele fica 400 horas num plantão, por exemplo, e não ganha nada.

Essa é uma questão que eu gostaria de esclarecer. Não vou discutir esse assunto, se é muito, se é pouco. Então, quando avaliarem isso, lembrem-se: o corretor recebe só quando vende. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Não se preocupe, porque na língua portuguesa você pode dizer “muito pouco”. Ou que pouco é muito.

Então, há controvérsia em relação a essa questão. O Tadeu colocou exatamente que esse custo que, aparentemente, pode ser questionado por muitos, porque é um adicional que você vai ter no condomínio etc., é muito pequeno frente a custos financeiros, juros. Cartão de crédito, nem falar, porque é um escândalo no Brasil. Não tem roubo maior do que o que se verifica com as taxas cobradas por cartão de crédito e outras taxas condominiais por aí afora.

Eu acho que a gente tem que ter em mente que esse custo aqui se transforma num custo irrelevante. É mais nesse sentido. Eu acho que a profissão de corretor é muito importante para o nosso País, porque ele é um intermediário que materializa também os negócios no setor imobiliário brasileiro.

Então, eu queria agradecer a todos os Srs. convidados pela participação relevante neste debate, instruindo o Projeto de Lei nº 491, de autoria do Senador Marcelo Crivella. O Relator, provavelmente, vai abrir um prazo, no mínimo, de quinze dias, para que os senhores possam oferecer sugestões por escrito, ajudando o nosso Zeze Perrella a garantir um parecer

adequado às necessidades do Brasil e que proteja todos os cidadãos.

Está encerrada a presente audiência pública, lembrando que a segunda parte da nossa reunião, conforme solicitação dos autores, ficará adiada para a próxima reunião, uma vez que se trata de votação de matérias polêmicas aqui no Congresso Nacional, tais como as Zonas de Processamento de Exportação. Dessa forma, é de bom alvitre darmos um prazo de mais uma semana para que os autores estejam preparados para defendê-las, pois são interesses, muitas vezes, de Estados e de regiões do nosso País.

Agradeço a presença de todos, e fica, então, transferida toda a pauta da segunda parte para a próxima reunião ordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

(São os seguintes os itens adiados:

ITEM 1

EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 764, de 2011

Altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências.

Autoria do Projeto: Senadora Lídice da Mata
Relatoria das Emendas: Senador Wellington Dias

Relatório: Pela aprovação da Emenda nº 3-PLEN, e pela rejeição da Emenda nº 2- PLEN.

Observações:

- Em 22.03.2012, a matéria foi aprovada nesta CDR;
- Em 11.12.2012, a matéria foi aprovada na CAE, nos termos da Emenda nº1-CAE (SUBSTITUTIVO); e
- Em 06.02.2013, foi interposto recurso ao Plenário. Foram apresentadas as Emendas nºs 2 e 3-PLEN

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 143, de 2010 - Não Terminativo -

Cria Área de Livre Comércio no Município de Santarém, no Estado do Pará.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senador Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Observações:

- Terminativo na CAE

ITEM 3**PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 250, de 2011****- Não Terminativo -**

Altera o art. 80 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer obrigações de universalização de serviços de telecomunicações específicas para localidades da Amazônia Legal.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro**Relatoria:** Senador Vital do Rêgo**Relatório:** Pela aprovação da matéria.**Observações:**

- Terminativo na CCT

ITEM 4**PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 316, de 2012****- Não Terminativo -**

Altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, para reduzir de 80% (oitenta por cento) para 50% (cinquenta por cento) o limite mínimo de receita bruta decorrente de exportação para o exterior de empresas instaladas em Zona de Processamento de Exportação (ZPE).

Autoria: Senador Romero Jucá**Relatoria:** Senador Wilder Moraes**Relatório:** Pela aprovação da matéria.**Observações:**

- Terminativo na CAE
- Em 20.03.2013, Após leitura do relatório, o Presidente concede vista à Senadora Lídice da Mata, nos termos regimentais

ITEM 5**PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 119, de 2011****- Terminativo -**

Altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (Lei de Parcelamento do Solo Urbano), e nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade) para incluir a diretriz de implantação de eventuais redes subterâneas de serviços previamente às obras

de pavimentação, bem como vedar a concessão de financiamento federal a obras municipais que não sigam esse princípio.

Autoria: Senador Acir Gurgacz**Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira**Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3, aprovadas na CI.**Observações:**

Em 27.10.2011, o Projeto foi aprovado na CI.)

Muito obrigado.

Está encerrada a presente audiência pública.

(Iniciada às 09 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 21 minutos.)

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

ATA DA OITAVA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DEZESSETE DE ABRIL DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte um minutos do dia dezesete de abril do ano de dois mil e treze, na sala de reuniões número 19 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores: Inácio Arruda, João Durval, Walter Pinheiro, Ricardo Ferraço, Ana Amélia, Benedito de Lira, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró. Deixam de comparecer os Senadores: Wellington Dias, Lídice da Mata, Romero Jucá, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, Mozarildo Cavalcanti e João Costa. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à deliberação de proposições: ITEM 1 – Emendas de Plenário ao Projeto de Lei do Senado nº 764, de 2011, que: “altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências”. **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatoria:** Senador Wellington Dias. **Relatório:** Pela aprovação da Emenda nº 3-PLEN, e pela rejeição da Emenda nº 2-PLEN. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator. ITEM 2 – Projeto de Lei do Senado

nº 143, de 2010 (Não Terminativo), que: “cria Área de Livre Comércio no Município de Santarém, no Estado do Pará”. **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação da matéria. Resultado: Aprovado. ITEM 3 – Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2011 (Não Terminativo), que: “altera o art. 80 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer obrigações de universalização de serviços de telecomunicações específicas para localidades da Amazônia Legal”. **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação da matéria. Resultado: O Presidente designa relator “ad hoc” o Senador João Alberto Souza. ITEM 4 – Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2012 (Não Terminativo), que: “altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, para reduzir de 80% (oitenta por cento) para 50% (cinquenta por cento) o limite mínimo de receita bruta decorrente de exportação para o exterior de empresas instaladas em Zona de Processamento de Exportação (ZPE)”. **Autoria:** Senador Romero Jucá. **Relatoria:** Senador Wilder Moraes. **Relatório:** Pela aprovação da matéria. Resultado: Adiado. ITEM 5 – Projeto de Lei do Senado nº 119, de 2011 (Terminativo), que: “altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (Lei de Parcelamento do Solo Urbano), e nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para incluir a diretriz de implantação de eventuais redes subterrâneas de serviços previamente às obras de pavimentação, bem como vedar a concessão de financiamento federal a obras municipais que não sigam esse princípio”. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3, aprovadas na CI. Resultado: Lido o Relatório, adiada a discussão e a votação. EXTRAPAUTA - ITEM 6 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, Nº 13, de 2013 - Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, com a finalidade de debater a questão fiscal e tributária do setor lácteo frente ao desenvolvimento regional, com a presença dos seguintes convidados: o Excelentíssimo Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Senhor Antônio Eustáquio Andrade Ferreira; o Excelentíssimo Ministro do Desenvolvimento Agrário, Senhor Gilberto José Spier Vargas; o Secretário da Receita Federal do Brasil, Senhor Carlos Alberto Freitas Barreto, um representante da Lácteos Brasil S.A. – LBR; um representante da Vigor Alimentos S.A.; e um re-

presentante da Associação Brasileira das Pequenas e Médias Cooperativas e Empresas de Laticínios – G100. **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. Resultado: Aprovado. ITEM 7 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, Nº 14, de 2013 - Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, com a finalidade de debater os preparativos na área do turismo para o Festival Mundial da Juventude Católica 2013, a Copa das Confederações 2013 e a Copa do Mundo de 2014, com a presença dos seguintes convidados: o Excelentíssimo Ministro do Turismo, Senhor Gastão Dias Vieira; o Presidente do Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR, Sr. Flavio Dino de Castro e Costa; e o Presidente do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo – FORNATUR, Sr. Ronald Azaro. **Autoria:** Senadora Lídice da Mata Resultado: Aprovado. Durante a reunião usam da palavra os Senadores Ruben Figueiró, João Alberto Souza, Aloysio Nunes Ferreira e Ricardo Ferraço. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez e quinze lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antonio Carlos Valadares**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Comunicados e convites.

Conforme comunicado anterior, foi realizada ontem a primeira visita à cidade-sede da Copa das Confederações, que é Brasília. Nós temos, então, um cronograma de agendamentos a ser cumprido. No dia 16, que foi ontem, já cumprimos a primeira etapa. Visitamos o Estádio Nacional Mané Garrincha. E também visitamos o Aeroporto Internacional de Brasília.

A nossa Comissão ali estava presente, por meu intermédio e por intermédio da nossa assessoria, e com a participação da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, que é presidida pelo Deputado Romário. Na oportunidade, fomos informados de que

o Estádio Nacional Mané Garrincha será inaugurado no dia 18 de maio.

Inicialmente, a obra tinha uma previsão de gastos da ordem de R\$750 milhões. O montante a ser investido até o final da obra passará de R\$1 bilhão. Perguntei ao Secretário de Estado de Obras do Distrito Federal quais as garantias que o Estado brasileiro terá – ou seja, o Distrito Federal que representa a União, já que os recursos são provenientes também da União – após a inauguração da obra, já que se trata de um investimento altíssimo com uma infraestrutura pesada e complexa, inclusive com uma cobertura que custou mais de R\$160 milhões.

É uma cobertura adquirida por licitação, e a empresa contratada teve que importá-la. Então, a garantia para a utilização desse equipamento é de 30 anos. As cadeiras terão uma garantia de 15 anos, significando dizer que tudo isso não é apenas uma palavra do Secretário, está tudo escrito no contrato para a realização da obra do Estádio Nacional Mané Garrincha, um dos grandes monumentos do futebol brasileiro.

Ali serão realizados dois grandes eventos futebolísticos. Primeiro, o campeonato da Confederação e no próximo ano a Copa do Mundo. O estádio está devidamente preparado para a realização desses eventos de repercussão mundial.

No intervalo entre a sua autorização e a realização de jogos, este monumento que é o Estádio Mané Garrincha poderá ser utilizado como verdadeiro *shopping center*, onde teremos diversas unidades a serem utilizadas pelo público, inclusive salas de cinema.

Em seguida nós fomos ao aeroporto de Brasília, que está sendo restaurado, aumentada a sua participação através de um consórcio do qual participam três empresas, sendo que uma delas é do próprio Governo Federal. Os gastos a serem efetivados até o final passarão de R\$2 bilhões.

Inicialmente, o aeroporto de Brasília, que está adaptado para atender um público da ordem de 6 milhões de passageiros, poderá atender, quando estiver completamente restaurado, mais de 40 milhões de passageiros.

As obras estão bastante adiantadas, e os atrasos que porventura acontecerem ou estão acontecendo ficam por conta da utilização do aeroporto paralelamente à realização das obras. Isso demanda certa paciência não só dos passageiros, como também das próprias empresas encarregadas dessa obra, desse investimento do Governo Federal.

O aeroporto será bastante ampliado, e o acesso ao aeroporto, que hoje é uma grande dificuldade, será bastante facilitado. As obras de urbanismo que serão

realizadas para a movimentação dos passageiros serão realizadas não só ali no entorno, como também pelo próprio Governo do Distrito Federal, que já começou a construir as linhas do VLT – Veículo Leve sobre Trilhos, que é uma obra importante, fundamental de mobilidade urbana para facilitar o fluxo de passageiros dos bairros ou das cidades satélites de Brasília até o centro da nossa Capital.

No próximo dia 22 de abril, as duas comissões – a nossa Comissão de Desenvolvimento Regional e de Turismo e a Comissão de Esporte, que é presidida pelo Deputado Romário – estarão presentes na visita ao estádio de Belo Horizonte, no dia 22, às 9h30. Tínhamos uma projeção de que a próxima visita seria ao Maracanã, mas, como o Maracanã está finalizando suas obras, em fase bastante adiantada, achamos melhor, em comum acordo com o Deputado Romário, que fôssemos a Belo Horizonte e, em outra ocasião, iremos ao Rio de Janeiro. No dia 29 de abril, as duas comissões estarão em Recife. Às 9h, está prevista uma visita ao estádio local. E, no dia 30 de abril, às 9h, visitaremos o Estádio Fonte Nova, de Salvador, uma das grandes obras de infraestrutura para realização da Copa do Mundo.

Há sobre a mesa o seguinte requerimento da Senadora Lídice da Mata.

REQUERIMENTO

Requer, nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a finalidade de debater a questão fiscal e tributária do setor lácteo, frente ao desenvolvimento regional, com a presença das seguintes autoridades: Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Antônio Eustáquio Andrade Ferreira; Ministro do Desenvolvimento Agrário, Gilberto José Spier Vargas; Secretário da Receita Federal do Brasil, Carlos Alberto Freitas Barreto; um representante da Lácteos Brasil (LBR); um representante da Vigor Alimentos; e um representante da Associação Brasileira das Pequenas e Médias Cooperativas.

Sobre as visitas que estamos fazendo aos diversos Estados brasileiros de inspeção às obras dos estádios, nós estamos elaborando um relatório circunstanciado para apresentação, oportunamente, nesta Comissão.

Há sobre a mesa requerimento de autoria da Senadora Lídice da Mata.

REQUERIMENTO

Requer, nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a finalidade de debater os preparativos na área do turismo para o Festival Mundial da Juventude Católica de 2013; a Copa das Confederações, em 2013; e a Copa do Mundo de 2014, com a presença dos seguintes convidados: Ministro do Turismo, Gastão Dias Vieira; presidente do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), Flávio Dino de Castro Costa; e o presidente do Forum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (Fornatur), Ronald Ázaro.

Quanto a esses requerimentos, eu quero indagar sobre a inclusão deles como itens extrapauta.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Há algumas proposições a serem deliberadas.

ITEM 1

EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 764, de 2011

Ementa do projeto: Altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências.

Autoria do projeto: Senadora Lídice da Mata.
Relatoria das Emendas: Senador Wellington Dias.

Relatório: Pela aprovação da Emenda nº 3-PLEN, e pela rejeição da Emenda nº 2- PLEN.

Observações:

- Em 22.03.2012, a matéria foi aprovada nesta CDR;
- Em 11.12.2012, a matéria foi aprovada na CAE, nos termos da Emenda nº1-CAE (SUBSTITUTIVO); e
- Em 06.02.2013, foi interposto recurso ao Plenário. Foram apresentadas as Emendas nºs 2 e 3-PLEN.

Sobre essa proposição, o Senador Wellington Dias me pediu para retirá-la de pauta, tendo em vista que há em curso uma negociação com o Governo visando ao aperfeiçoamento da matéria.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 143, de 2010 - Não Terminativo -

Cria Área de Livre Comércio no Município de Santarém, no Estado do Pará.

Autor: Senador Flexa Ribeiro.

Relatoria: Senador Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Observações:

- *Terminativo na CAE*

Eu pediria ao Senador Ruben Figueiró que fizesse a leitura desta matéria, em lugar do Senador Vital do Rêgo.

Eu agradeceria a V. Exª por esta generosidade.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS)

– Sr. Presidente, permita-me, em primeiro lugar, cumprimentar V. Exª e os membros da Subcomissão que visitaram o Estádio Mané Garrincha e as obras do aeroporto da nossa Capital. Sem dúvida alguma, é um esforço que merece todos os nossos aplausos. A opinião pública precisa de esclarecimentos maiores, porque há uma dúvida muito grande, não só quanto à oportunidade de conclusão das obras, como também do custo delas. Eu ouvi perfeitamente V. Exª afirmar que inicialmente estava prevista a aplicação de R\$50 milhões...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Setecentos e cinquenta milhões.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Centro e cinquenta milhões?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Setecentos e cinquenta milhões.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Ah, R\$750 milhões. Eu estranhei R\$50 milhões, mas foi quase R\$1 bilhão. É uma questão auditiva que peço a V. Exª que me perdoe.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Vai passar de R\$1 bilhão.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Vai passar de R\$1 bilhão.

Portanto, houve um excesso que se deve atribuir talvez até à ineficiência daqueles que estão trabalhando nesse setor. Aliás, isso não é surpresa, porque muita coisa neste País tem acontecido, às vezes, por incúria ou irresponsabilidade daqueles que dirigem as obras

– creio que não seja o caso aqui de Brasília –, ao arrepio da opinião pública brasileira.

Também V. Ex^{as} da Comissão visitaram o aeroporto de Brasília com relação à ampliação das obras que são necessárias para a realização da Copa das Confederações e, posteriormente, da Copa do Mundo.

A mim causa espécie, e a V. Ex^a também, porque constantemente nós estamos tendo oportunidade de ir ao aeroporto para irmos aos nossos Estados e também, em outras ocasiões, para cumprir a nossa missão parlamentar. Eu falaria muito que essas obras do aeroporto tivessem uma continuação célere, para oferecer um conforto maior àqueles que se utilizam do aeroporto para suas missões não particulares, mas a negócio.

Mas, de qualquer forma, a presença de V. Ex^{as} lá vai acelerar as obras, porque o Poder Legislativo está acompanhando com uma intenção que demonstra inclusive o desejo do nosso povo de vê-las realizadas e a um custo compatível com a nossa realidade econômica e financeira.

Eu quero cumprimentar, portanto, V. Ex^a e os membros da Comissão, tanto da nossa Comissão, como da Câmara dos Deputados, pela diligência que tiveram e espírito público em observá-las e em transmitir aqui, à nossa Comissão, a realidade do que está acontecendo. Minhas homenagens, portanto, a V. Ex^a.

Cumprindo agora a missão de que V. Ex^a me incumbiu, de relatar o Projeto de Lei do Senado nº 143, de 2010, de autoria do nobre Senador Flexa Ribeiro, eu me permito aqui ler alguns trechos do projeto que está sob análise desta Comissão.

O projeto trata da instalação da Área de Livre Comércio de Santarém, como resposta ao desafio de promover o desenvolvimento da Amazônia de modo compatível com o compromisso nacional de proteção ao meio ambiente e de administração das causas e dos efeitos do processo de mudanças climáticas.

O Sr. Relator, cujo parecer endosso e aqui o estou lendo, diz mais o seguinte: a proposição do eminente Senador Flexa Ribeiro é idêntica a diversos projetos de lei do Senado (PLS) em tramitação que buscam promover o desenvolvimento regional mediante a criação de Áreas de Livre Comércio. Cabe indicar quatro projetos de lei que tramitam com o objetivo de criar Áreas de Livre Comércio: no Município de Foz do Iguaçu, no Paraná (PLS 13/2007); em Corumbá e Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul (PLS 221/2009) – honra-me muito saber que existem dois projetos que beneficiam o meu Estado; em Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul (PLS 358/2007); e em Jaguarão, também no Rio Grande do Sul (PLS 621/2007). Outras três proposições em tramitação tratam do aperfeiçoamento do marco legal de Áreas de Livre Comércio já existentes.

O parecer prossegue com informações muito precisas a respeito da validade do projeto.

E eu quero, se V. Ex^a me permite, estender-me um pouco para dar uma observação de ordem pessoal.

Em 1988, eu participei de uma comissão parlamentar que visitou a República Popular da China. Entre os muitos Parlamentares que participaram da comissão, eu me lembro perfeitamente do atual Ministro Fernando Bezerra. E lá nós tivemos a oportunidade de visitar uma zona de livre comércio numa localidade próxima a Hong-Kong. E eu fiquei sinceramente impressionado com o sistema de atuação dessa ZPE, que possibilitou um desenvolvimento extraordinário naquela região, não somente pela agregação de emprego e de renda, como também por um fator até de ordem estratégica de defesa daquela região. Ela era, sem dúvida alguma, uma iniciativa pioneira. A não ser a Zona Franca de Manaus, aqui, no Brasil, desconheço outras iniciativas que tiveram um sucesso econômico e social tão expressivo como aquele.

Dando este meu testemunho sobre a validade dessas zonas de livre comércio, eu, sinceramente, estou perfeitamente de acordo com o parecer do eminente Senador Armando Monteiro. E concluo o meu parecer, afirmando que a presente proposição seja aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – É Vital do Rêgo.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – É Vital do Rêgo, perdoe-me.

Santarém virá se juntar às cidades que já contam com o marco legal para o funcionamento de Áreas de Livre Comércio. São elas – repito: Tabatinga, no Amazonas; Guajará-Mirim, em Rondônia; Macapá e Santana, no Amapá; Boa Vista e Bonfim, em Roraima; e Brasileira, Epitaciolândia e Cruzeiro do Sul, no Acre.

Cito, Sr. Presidente, que considero útil a iniciativa do eminente Senador Flexa Ribeiro e sou integralmente favorável à sua aprovação nesta Comissão.

É o meu parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Obrigado, Senador Ruben Figueiró, por sua participação e pelo brilhantismo da leitura e do comentário, o que deu, certamente, um brilho maior ao relatório do Senador Vital do Rêgo.

Quero, agora, colocar em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado pelo Relator *ad hoc*, Senador Ruben Figueiró, que é pela aprovação da matéria.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.
O item 3 é também não terminativo.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 250, DE 2011 - Não Terminativo -

Altera o art. 80 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer obrigações de universalização de serviços de telecomunicações específicas para localidades da Amazônia Legal.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatoria: Senador Vital do Rêgo.

Relatório: pela aprovação da matéria.

Observações:

- Terminativo na CCT.

Eu pediria ao Senador João Alberto que, no lugar do Senador Vital do Rêgo, que se encontra em outra atividade no Senado Federal, fizesse a leitura do seu parecer, que está à pág. 177.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – O parecer é da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo sobre o Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2011, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que altera o art. 80 da Lei nº 9.472, de 16 de junho de 1997, para estabelecer obrigações de universalização de serviços de telecomunicações específicas para localidades na Amazônia Legal.

Na análise do projeto, diz-se que cabe a esta Comissão a análise do mérito do Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2011, no que concerne ao seu impacto sobre o desenvolvimento regional. Considerações sobre os aspectos financeiros e orçamentários, de constitucionalidade, de juridicidade e de regimentalidade da matéria serão feitas na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), que decidirá em caráter terminativo, conforme dispõe o art. 49 do Regimento Interno do Senado Federal.

A missão desta Comissão tem como respaldo a própria Constituição, que, no inciso III do art. 3º, estabelece a redução das desigualdades regionais como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil e que, no inciso VII do art. 170, inclui, entre os princípios da ordem econômica, a redução das desigualdades de renda entre as regiões brasileiras.

O parecer, que é favorável, Sr. Presidente, e que já foi distribuído aos Srs. Senadores, afirma: “Diante do exposto, recomendo a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2011, de autoria do Senador Flexa Ribeiro.”

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço ao Senador João Alberto pela cordialidade, pela gentileza de fazer a leitura do parecer como Relator *ad hoc*.

O Senador João Alberto foi eleito recentemente, mais uma vez, para a Presidência do Conselho de Ética do Senado Federal, órgão da maior importância, que cuida, sem dúvida alguma, de missões delicadas. Para a Presidência de uma instituição como essa, nada teria sido melhor para o Senado, sem dúvida alguma, do que a aprovação do nome de João Alberto, que se trata de figura monumental da vida política do Maranhão. É um homem cuja conduta ética e cuja lisura na gestão administrativa dos órgãos que ocupou demonstram, sem dúvida, que tem um passado recomendável para o exercício de função tão nobre no Senado Federal.

Meus parabéns, Senador João Alberto!

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Eu lhe agradeço, Sr. Presidente, a bondade de suas palavras. O senhor tem sido benevolente comigo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – V. Exª foi Vice-Governador do Estado...

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – E Governador.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – E foi Governador do Estado, como eu também. Fui Vice-Governador mais ou menos na mesma época em que V. Exª foi...

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Exato. Nós participamos muito das reuniões da Sudene.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Participamos das reuniões da Sudene. Eu fui Vice-Governador, e V. Exª também.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – É.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Fui Presidente do Conselho de Ética, em substituição ao Senador João Alberto, que fora convocado pela Governadora do Estado do Maranhão, Roseana Sarney, para ocupar um cargo importante no Estado do Maranhão, Senador Aloysio. E, agora, S. Exª está retornando ao cargo. S. Exª volta com toda a força, como todo o prestígio e com toda a consideração dos Senadores para o Conselho de Ética do Senado Federal. Que Deus o ajude nessa missão tão difícil, que é comandar esse órgão!

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Tenho a certeza de que ele será bem conduzido, tal como aconteceu da primeira vez.

Quero colocar em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado, que é pela aprovação da matéria.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Presidente, diante da manifestação de V. Ex^a em relação ao Senador João Alberto, eu gostaria também de me associar às expressões justas com que V. Ex^a se referiu a esse grande homem público, que conheci aqui quando fui eleito pela primeira vez Deputado Federal. Ele foi uma das pessoas que me estendeu a mão. Mostrou-me os caminhos de como poderia um parlamentar se conduzir no Parlamento brasileiro. Fizemos amizade. E, quase 30 anos depois, nós nos encontramos novamente no plenário do Senado, e ele me distinguiu com a mesma fidalguia.

Conheço a vida pública do Senador João Alberto não só no Maranhão, como aqui, no Senado da República. Portanto, eu me sinto na obrigação, como amigo e admirador dele, de transmitir, desta tribuna, também as minhas homenagens, associando-me às palavras que V. Ex^a, tão dignamente, transferiu a ele.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, permita-me agradecer ao Senador Ruben Figueiró.

Realmente, fui eleito Deputado Federal em 1978, assumindo em 1979, quando criamos, em plena ditadura, o grupo restaurador na Câmara Federal. Naquela época, nós sonhávamos com a volta à democracia. Por três vezes, eu fui Deputado Federal. E mantemos essa sólida amizade. Figueiró foi excelente Deputado Federal.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Obrigado.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Daquela nossa época, há mais de 30 anos, poucos ainda percorrem os corredores do Congresso Nacional. E nós estamos aqui, reencontrando-nos.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Para alegria minha!

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Exato! A alegria é toda minha. Agradeço as

palavras do eminente companheiro. Quero dizer que somos os mesmos companheiros da época, apenas com alguns anos para frente, mas ainda lúcidos e com muita vontade de servir ao Brasil. Muito obrigado por suas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Muito bem!

Passo, agora, ao próximo item, que é terminativo, cuja leitura será feita pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 119, DE 2011

- Terminativo -

Altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (Lei de Parcelamento do Solo Urbano), e nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para incluir a diretriz de implantação de eventuais redes subterrâneas de serviços previamente às obras de pavimentação, bem como vedar a concessão de financiamento federal a obras municipais que não sigam esse princípio.

Autoria: Senador Acir Gurgacz.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Relatório: pela aprovação do projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3, aprovadas na CI.

Observações:

- Em 27.10.2011, o projeto foi aprovado na CI.

Quero parabenizar o Senador Acir Gurgacz pela oportunidade da apresentação desse projeto, uma vez que há administrações que, de forma irresponsável, começam uma obra de pavimentação em determinada cidade, em determinado povoado ou comunidade sem tomar o cuidado de, antes, fazer as obras de esgotamento sanitário, obras subterrâneas, para, por exemplo, a drenagem de águas pluviais. Isso causa um transtorno, um incômodo muito grande à comunidade, já que, depois da pavimentação por asfalto ou por paralelepípedo, a Prefeitura, o Estado, por meio da sua companhia de saneamento, resolve fazer as obras de esgotamento sanitário. Então, aquela obra vai ser esburacada, danificada e praticamente destruída. A obra é quebrada totalmente por causa da imprevidência ou da imprevisibilidade por parte da administração, por causa da irresponsabilidade da administração, que não toma o cuidado de fazer um planejamento adequado para o futuro da cidade ou da comunidade.

Por isso, meus parabéns ao Senador Acir e também ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, o seu Relator, que, longo em seguida, fará a leitura do seu relatório.

Passo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, para fazer a leitura do seu parecer.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero, em primeiro lugar, pedir desculpas pelo atraso. É que, ontem, ficamos até tarde aqui, na votação do Estatuto da Juventude. Ao chegar a casa, confesso ao senhor, jantei tarde e, com isso, perdi a hora. Geralmente, sou muito matinal.

Mas quero também me associar à manifestação do Senador Ruben Figueiró de apreço ao Senador João Alberto, uma figura de tradição na política brasileira, de boa tradição. Aliás, nós poderíamos ter estendido o Estatuto da Juventude ao Senador João Alberto e ao Senador Figueiró, porque, depois de tantos anos percorrendo, como o senhor disse, os corredores do Congresso Nacional, continuam garbosos, com a cabeça erguida, defendendo o nosso País.

É um orgulho ser seu colega, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – E sem nenhuma mácula na vida pública. Isso é que é importante.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sem nenhuma mácula, é verdade.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, permita-me que eu agradeça ao ilustre Senador do Estado de São Paulo Aloysio Nunes Ferreira, que muito admiro.

Quero dizer, Senador, que essa minha história vem de quando eu morava ainda no Rio de Janeiro. Sou maranhense e me formei no Rio de Janeiro em Economia. Participei dos embates da UNE com muitos companheiros de São Paulo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Conheço a sua história, Senador. É uma bela história!

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Nós éramos muito ativos naquela época. Em 1964, quando se instalou a ditadura no País, eu era diretor do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro e fui cassado pela ditadura. Depois, reapareci como Deputado Estadual no Maranhão. E, hoje, estou aqui, no Senado Federal, com muito orgulho, ao seu lado, ao lado de um grande amigo que tenho aqui, que é o Senador Antonio Carlos Valadares, que é o Presidente desta Comissão. Deixa-me feliz o fato de poder trabalhar pelo meu Estado, de fazer alguma coisa pelo Estado do Maranhão.

Houve a recente eleição minha ao Conselho de Ética, pela quarta vez. E quero dizer aqui que nunca

um Senador chegou a dizer “pela segunda vez”. Eu sou eleito pela quarta vez! E, no dia da eleição, com aqueles aplausos à minha eleição, parecia que eu estava chegando a esta Casa, que eu estava chegando pela primeira vez ao Congresso. Eu dizia que eu sentia alegria. Fiquei emocionadíssimo no dia da minha eleição.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Com razão, Senador.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Eu sabia da minha responsabilidade quanto ao que ia enfrentar pela frente. O Conselho de Ética é como se fosse uma comissão permanente de inquérito, e tem de se ter muito equilíbrio para conduzi-lo. O Senador Antonio Carlos Valadares sabe muito bem disso. Geralmente, somos muito assediados pela imprensa, como já estou sendo. Mas procuro sempre me sair bem, para que não venha a macular a imagem dos meus companheiros, dos meus colegas de Senado, mas também cumprindo o nosso Regimento.

Muito obrigado pelas palavras de V. Ex^a.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, V. Ex^a, ao anunciar a matéria, praticamente esgotou o assunto, porque é uma questão de bom senso. Não há por que fazer o asfalto, pavimentar a rua e, depois, ter de arrebentar tudo outra vez, para colocar a infraestrutura de esgoto, de esgotamento sanitário, de distribuição de água e de gás. Não há por que fazê-lo! É um desperdício de dinheiro público! É fonte de aborrecimento dos munícipes. Os munícipes, sejam eles de cidades grandes ou de cidades pequenas, não compreendem tamanha irracionalidade.

Desse modo, não havendo dúvida quanto à constitucionalidade e à juridicidade, sendo a matéria de competência desta Comissão, em decisão terminativa, depois de ter recebido parecer favorável da Comissão de Serviços de Infraestrutura, nada nos resta senão aprovar com aplauso o projeto de lei de autoria do Senador Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a pelo brilho do seu parecer. Aliás, V. Ex^a é um dos Senadores que pontificam nesta Casa com saídas inteligentes, com alternativas louváveis em torno das grandes questões que atormentam a nossa nacionalidade. V. Ex^a tem sempre uma opção, e, quase sempre, concordo com as opções de V. Ex^a.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Muito obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Age com muita responsabilidade, com muito equilíbrio. É uma oposição construtiva a

que V. Ex^a exerce nesta Casa e que dignifica o Estado de São Paulo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Saiba que sou um admirador de V. Ex^a. Da parte de todos nós que compomos este Senado, ouço comentários diariamente sobre a sua postura como Senador preparado, inteligente e equilibrado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Fico muito grato a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Eu queria também anunciar o Requerimento nº 13, de 2013, que é de autoria da Senadora Lídice da Mata. Ele já foi lido, mas os Senadores gostariam de saber pelo menos a ementa do requerimento. Ele já foi lido, mas alguns Senadores não estavam presentes.

O primeiro requerimento, da Senadora Lídice da Mata, trata da realização de uma audiência pública com a finalidade de debater a questão fiscal tributária do setor lácteo, frente ao desenvolvimento regional. E ela propõe um convite a várias autoridades.

Vou anunciar o segundo requerimento, depois nós passamos à votação dos dois.

O segundo requerimento, ainda da Senadora Lídice da Mata, refere-se à realização de audiência pública com a finalidade de debater os preparativos na área do turismo para o festival mundial da juventude católica, em 2013; a Copa das Confederações, em 2013; e a Copa do Mundo de 2014.

Também ela relaciona o convite a diversas autoridades, inclusive ao Ministro do Turismo.

Os Senadores que aprovam os dois requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

O item 4 é o Projeto de Lei nº 316, que tem como Relator o Senador Wilder Moraes e, como autor, Romero Jucá.

Ele pede que essa matéria seja adiada para a próxima reunião, tendo em vista que ele não pôde comparecer a tempo para a apreciação da matéria.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu peço licença a V. Ex^a e aos colegas porque começa agora a Comissão de Constituição e Justiça, e há um projeto de minha autoria, que é o primeiro item da pauta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – V. Ex^a me permite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Pois não, Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu queria aproveitar a oportunidade da presença do nosso Senador Aloysio, se V. Ex^a me permitir. É possível o uso da palavra?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Com muito prazer.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu estou insistindo, Sr. Presidente, com V. Ex^a. Eu tive a oportunidade da atenção de V. Ex^a ontem; e, hoje, aqui, com o Senador João Alberto e com o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Nós estamos diante de uma oportunidade de ouro para esta Comissão. Nós estamos, Senador Aloysio, discutindo novas regras para novas alíquotas do ICMS em nosso País. Isso tem um impacto absolutamente diferenciado em cada uma das nossas regiões, a forma com que isso vai impactar o Estado de Sergipe, o Estado do Maranhão, o Estado de São Paulo, o Estado do Espírito Santo. Esses Estados vão ter um papel decisivo na construção da capacidade que teremos ou não de gerar atratividade para os nossos Estados.

Há mais de 30 dias tive esse requerimento encaminhado à Mesa do Senado da República, solicitando que, além da Comissão de Assuntos Econômicos, esta Comissão opinasse e deliberasse sobre esse tema.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É indispensável, eu acho.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Assim como a Comissão de Constituição e Justiça.

Ocorre, Sr. Presidente, que esse requerimento está sobre a mesa desde o dia 12 de março. O Presidente do Senado, Renan Calheiros, determinou que a CAE mandasse esse processado para a Mesa. A Comissão de Assuntos Econômicos não manda, esse tema será votado na Comissão de Assuntos Econômicos, e nós corremos o risco de esta Comissão não deliberar sobre esse tema. Como pode a Comissão de Desenvolvimento Regional, com base nas suas atribuições, não deliberar sobre um tema dessa relevância e dessa importância?

Qual é o apelo que faço a V. Ex^a? V. Ex^a é o nosso Presidente. O meu esforço e o meu empenho são na direção de valorizar, de fortalecer o papel da Comissão de Desenvolvimento Regional.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – O requerimento se encontra na Mesa?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sim, encontra-se na Mesa. A Mesa determina que

esse projeto... Nós teremos que deliberar em plenário sobre ele.

Então, eu quero crer que esse tipo de proposta terá o apoio do PSDB, do nosso Líder, Aloysio; terá o apoio do PSB, do PMDB, ao qual João Alberto e eu pertencemos.

Agora, em relação a essa providência, se não for uma iniciativa coletiva da Comissão, e estou chamando V. Ex^a aos brios, porque, na condição de nosso Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Ricardo Ferraço...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – V. Ex^a brigue comigo...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Claro, vamos brigar juntos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – ...para que esse projeto venha para cá.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Como, nesse momento, esse projeto está tramitando na CAE, o que hoje a CAE está fazendo com esse projeto?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Esse é o problema. Ele foi relatado, foi dado vista coletiva, e ele poderá ser discutido e votado na próxima semana, quando, na verdade, esse requerimento em mesa deveria...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Ser prioritário.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – ...paralisar a tramitação dele para que o Plenário decidisse se somente a Comissão de Assuntos Econômicos ou se a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Desenvolvimento Regional e a Comissão de Constituição e Justiça... Porque esse é um projeto importantíssimo.

Eu tenho conversado com o Secretário Trinchão, por exemplo, do Maranhão. Cito o Trinchão porque ele é Presidente do Confaz, que é o Conselho dos nossos secretários de Fazenda, e eu tenho muita preocupação porque, da forma como esse projeto tramita, primeiro ele é concentrador. Segundo, as compensações para as perdas estão sinalizadas na linha da Lei Kandir, que todos sabemos que é uma lei que não assegura aos nossos Estados as compensações devidas pelas perdas.

Então, eu chamo a atenção de V. Ex^a mais uma vez. Permita-me, na condição de seu liderado, de seu eleitor aqui, nesta Comissão, para que V. Ex^a, na condição de nosso Presidente, assuma a liderança dessa briga junto com a gente, porque não tem o menor cabimento um tema como esse não receber audiência

da Comissão de Desenvolvimento Regional de modo derradeiro.

É o apelo que faço a V. Ex^a e à liderança do Senador João Alberto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Quero agradecer ao Senador Ferraço por essa instigação à Presidência desta Comissão, de vez que se trata de matéria realmente complexa, que envolve os interesses de todos os Estados brasileiros. Consequentemente, o regionalismo está em foco.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu sei que V. Ex^a é daqueles que dão um boi para não brigar e depois duas boiadas para não sair da briga.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Bom, depois que eu começo, é difícil sair da briga!

Então, nós vamos, hoje, no plenário, primeira providência: vamos conversar com o Presidente do Senado pessoalmente. Se V. Ex^a quiser, ainda hoje, vamos juntos, inclusive com o Senador João Alberto, que é um defensor do desenvolvimento regional; S. Ex^a estaria conosco nessa reunião com o Senador Renan e no plenário do Senado, assim como V. Ex^a já fez mais de uma vez apelo nesse sentido, envidando esforços para que esse projeto passe pela nossa Comissão.

Trata-se de um assunto que atinge os interesses das diversas regiões brasileiras, dos Estados brasileiros. E o ICMS, repartido como está sendo, ou seja, rateado como está sendo, a meu ver, não promove o equilíbrio da Federação brasileira. O Pacto Federativo está em perigo com a aprovação de uma matéria sem o aprofundamento do debate e da discussão. E esta Comissão é a específica para tratar dos interesses regionais.

A Comissão de Assuntos Econômicos trata de problemas financeiros, das resoluções em favor do endividamento dos Estados, enfim, são matérias que se referem mais às questões financeiras. E aqui, não. São os interesses políticos, são os interesses gerais dos Estados e dos Municípios brasileiros. E o ICMS é uma receita importante, principalmente para um Estado exportador como o de V. Ex^a, o Estado do Espírito Santo, como o Estado de São Paulo. Logicamente que os Estados consumidores, como é o Estado de Sergipe, como é o Estado do Maranhão, têm que ter certa condição especial, ou seja, abertura maior para que no devido tempo todo o equilíbrio seja feito em relação aos Estados exportadores, mas nós que não somos exportadores precisamos ter um tempo, uma alternância para que possamos chegar a um equilíbrio.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Deixe-me dar para V. Ex^a um exemplo prático. Como

uma empresa como a Grandene se instala no interior do Ceará, mas poderia ser no interior do Maranhão ou no interior de Sergipe, para oportunizar 1.500 postos de trabalho e oportunidade... Quem gera oportunidade gera honra, porque através do trabalho a pessoa humana se dignifica diante da sua família e da sua comunidade e assim por diante.

O mercado de consumo não está lá, o mercado de consumo está aqui no Sudeste. Mas para nós instalarmos e diversificarmos a economia do interior dos nossos Estados, nós temos um chamado desvio logístico, tem um custo adicional, porque vou ter que produzir esse produto no interior do Ceará, de Sergipe ou do Maranhão para vender aqui na Região Sudeste. Então, eu preciso de espaço na alíquota de ICMS para poder trabalhar a atração desse investimento. Isso é fundamental

V. Ex^{as} foram governadores de Estado. Sabem que nós não podemos subtrair a autonomia dos nossos governadores porque senão eles ficam sem margem para trabalhar a atração. É isso que está em jogo. Se nós vamos conseguir manter a possibilidade da atratividade para os nossos Estados, ou se nós vamos aqui fazer vista grossa e permitir que a concentração econômica se caracterize ainda com mais força em nosso País. Por isso o meu apelo a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PR – SP) – E V. Ex^a acha, por exemplo, que esses Estados não produtores, menos produtores – são produtores, mas são de menor monta do que Estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais etc. – não deveriam ter um tempo naturalmente suficiente ou adequado para se enquadrarem nessas essas novas regras?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – A proposta em curso até estabelece uma transição.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PR – SP) – Uma transição.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mas ela estabelece uma alíquota de ICMS que não dará autonomia aos Estados de trabalharem esse tipo de atratividade. Portanto, vindo para cá esse projeto, nós podemos trazer especialistas, podemos trazer os nossos Governadores, podemos trazer os nossos secretários...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PR – SP) – Isso. Muito bem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – ... para que a Comissão possa justificar na prática a existência dela. A Comissão existe para esse tipo de finalidade. Se num tema como esse, que é explosivo, ela não é ouvida, deixa de ter o seu valor reconheci-

do. E nós precisamos brigar pelo reconhecimento do valor da Comissão.

Esse é o apelo que faço a V. Ex^a pedindo vênua e solidariedade ao Senador João Alberto.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PR – SP) – Eu agradeço a V. Ex^a do fundo do coração, porque a Comissão precisa cumprir o seu verdadeiro papel, o qual não pode ser assumido por outra Comissão. Pode haver o complemento, por outra Comissão, do trabalho a ser exercido em favor dessa ou daquela matéria, ou da tramitação dessa ou daquela matéria, mas não assumir o seu lugar.

Então, eu hoje, no plenário, já vou falar me somando ao trabalho brilhante de V. Ex^a, teimosamente – no bom sentido – em favor do Brasil.

Encerrada a reunião, é convocada outra para a próxima quarta-feira.

(Iniciada às 9 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 16 minutos.)

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

ATA DA NONA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E QUATRO DE ABRIL DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e sete minutos do dia vinte e quatro de abril do ano de dois mil e treze, na sala de reuniões número 07 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência Eventual do Senador Ruben Figueiró, e posteriormente, do Presidente Antonio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores: Wellington Dias, Inácio Arruda, João Durval, Lídice da Mata, Ana Amélia, Benedito de Lira, Ruben Figueiró, Maria do Carmo Alves, Mozarildo Cavalcanti, Vicentinho Alves, João Capiberibe, Walter Pinheiro, Rodrigo Rollemberg, João Alberto Souza, Cícero Lucena e, ainda, do Senador Delcídio Amaral, não membro da Comissão. Deixam de comparecer os Senadores: Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira e Armando Monteiro. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta

previamente distribuída, a presente reunião se divide em duas partes: A 1ª Parte, destinada a realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 6/2013-CDR, de autoria do Senador Ruben Figueiró: “destinada a discutir as metas e planos para o desenvolvimento do Centro-Oeste e ainda, a execução do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO)”. A Audiência Pública é realizada com a presença do Senhor Cleber Ávila Ferreira - Diretor de Implementação de Programas e Gestão dos Fundos - SUDECO, em substituição ao convidado Marcelo Contreiras de Almeida Dourado - Diretor Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste - SUDECO. Após a exposição do convidado, usam da palavra os Senadores Ruben Figueiró, Rodrigo Rollemberg e João Capiberibe. A 2ª Parte da Reunião, destinada à deliberação de proposições, foi adiada: ITEM 1 – Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2012 (Não Terminativo), que: “possibilita a restituição de tributos federais pagos nas compras de mercadorias feitas no País por estrangeiros, com visto de turistas, durante a sua estada”. **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatório:** Pela rejeição da matéria. Resultado: Adiado. ITEM 2 – Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2012 (Não Terminativo), que: “altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, para reduzir de 80% (oitenta por cento) para 50% (cinquenta por cento) o limite mínimo de receita bruta decorrente de exportação para o exterior de empresas instaladas em Zona de Processamento de Exportação (ZPE)”. **Autoria:** Senador Romero Jucá. **Relatoria:** Senador Wilder Moraes. **Relatório:** Pela aprovação da matéria. Resultado: Adiado. ITEM 3 – Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2013 (Não Terminativo), que: “vincula a vigência dos incentivos fiscais relativos à Amazônia Ocidental e às Áreas de Livre Comércio ao prazo de vigência da Zona Franca de Manaus”. **Autoria:** Senador José Sarney. **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Relatório:** Pela aprovação da matéria. Resultado: Adiado. ITEM 4 – Projeto de Lei do Senado nº 119, de 2011 (Terminativo), que: “altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (Lei de Parcelamento do Solo Urbano), e nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para incluir a diretriz de implantação de eventuais redes subterrâneas de serviços previamente às obras de pavimentação, bem como vedar a concessão de financiamento federal a obras municipais que não sigam esse princípio”. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3, aprovadas na CI. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar,

encerra-se a reunião às onze horas e quatro minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antonio Carlos Valadares**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PSDB – MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 8ª Reunião da Comissão.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Aprovada a ata, será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Eu me permito, substituindo o eminente Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, dar ciência ao Plenário das visitas técnicas realizadas por esta Comissão às cidades-sede da Copa das Confederações.

A primeira visita foi realizada no dia 16 de abril, em Brasília. O resumo da visita técnica às obras da Copa do Mundo FIFA 2014, realizada em Brasília no dia 16 de abril de 2013, em conformidade com o requerimento CDR nº 8, de 2013, de autoria desta Presidência, ou seja, do Senador Antonio Carlos Valadares: na visita técnica na cidade de Brasília, realizada na tarde de 16 de abril, dois locais foram observados, o Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha e o Aeroporto Internacional de Brasília Presidente Juscelino Kubitschek.

De início cabe afirmar que o curso das obras e o atraso em particular na reconstrução do Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha foram as maiores preocupações para todos os Deputados, Senadores e técnicos presentes.

Segundo afirmação do Secretário Extraordinário para a Copa no Distrito Federal, Sr. Cláudio Monteiro, o estádio será inaugurado, com 100% das obras concluídas, em 18 de maio de 2013, a menos de um mês do jogo de abertura da Copa das Confederações entre Brasil e Japão, que ocorrerá no dia 15 de junho próximo.

Na visita às obras do estádio, a comitiva ficou restrita a uma pequena área que permitiu a visão das obras apenas de longe. Além das obras de terraplanagem e drenagem para colocação do gramado, destaca-se: ainda há a instalação de algumas peças

de cobertura; cerca de 30% das cadeiras faltam ser instaladas no anel inferior; mais de 70% das cadeiras faltam ser instaladas no anel superior; ainda há a colocação dos vidros nas cabines e camarotes entre os anéis; no espaço observado, falta acabamento das obras internas; faltam os painéis eletrônicos; e a área externa está sem condições de receber torcedores, não há estacionamento, calçadas e acessos adequados. Nada se pode afirmar sobre as condições de acessibilidade dentro do estádio, em virtude de a comitiva não ter podido visitar áreas diversas do estádio.

Outra questão controversa surgida foi a dos custos do estádio. Apesar de a comitiva ter levado dados do Portal da Transparência da Copa 2014, da Controladoria-Geral da União, de que o total contratado já ultrapassava R\$1,2 bilhão, mais do que o previsto, de cerca de R\$1 bilhão, o Secretário insistiu que o custo da obra não passaria de cerca de R\$850 milhões, valor próximo ao já pago, segundo a CGU, de R\$862,3 milhões.

Segundo o Secretário, o estádio poderá ser beneficiado pelo Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol (Recopa), criado pela Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010.

Por fim, observou-se, na visita ao Aeroporto Internacional de Brasília Juscelino Kubitschek, que a concessão das obras à iniciativa privada foi benéfica, pois parece que todas estão em conformidade com o cronograma, o que foi garantido pelos representantes do consórcio. Com relação à melhoria de acessibilidade, os representantes garantiram que todas as providências já estão sendo tomadas, incluindo a compra de dois *ambulifts* (sistema eletromecânico de elevação) e a capacitação de mão de obra para o melhor atendimento de pessoas com deficiência.

A segunda visita foi realizada no dia 22 de abril a Belo Horizonte. Na segunda visita técnica realizada na cidade de Belo Horizonte no dia 22 de abril de 2013, dois locais foram observados: o Estádio Governador Magalhães Pinto, o chamado Mineirão, e o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, Confins.

O Mineirão, reinaugurado em 21 de dezembro de 2012, é um estádio moderno e se encontra em pleno funcionamento. Além de sediar partidas regulares do campeonato mineiro, terá partida amistosa entre o Brasil e o Chile hoje, como evento teste de maior porte.

Segundo o Secretário Extraordinário para a Copa do Mundo em Minas Gerais, Tiago Lacerda, a obra custou cerca de R\$677 milhões, R\$23 milhões de gasto do Governo Estadual e R\$654 milhões investidos pelo consórcio Minas Arena, vencedor da concessão por Parceria Público-Privada (PPP). Caberá ao consórcio

a operação do estádio por 25 anos, sob supervisão do Governo de Minas Gerais.

Na visita às obras do estádio, observou-se que o Mineirão está em condições perfeitas de uso para a Copa das Confederações FIFA 2013. Mesmo após o clássico do campeonato mineiro realizado no dia anterior à visita técnica, verificou-se que o gramado, a arquibancada e as demais instalações mantinham-se em perfeito estado de uso. Apesar de não ter visitado obras de mobilidade urbana, a comitiva observou que o entorno do estádio estava concluído e foi informada de que todos os acessos e demais obras estão com sua conclusão prevista até a Copa do Mundo FIFA 2014, conforme cronograma.

Por fim, visitou-se o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, Confins, onde há três obras em andamento: reforma e modernização do atual terminal de passageiros, com adequação do sistema viário; reforma e ampliação da pista de pouso e do sistema de pátios; construção do terminal remoto. As obras orçadas em cerca de R\$510 milhões estarão concluídas até a Copa do Mundo, conforme informações dos técnicos da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), e seguem sem atraso, conforme cronograma inicial.

A Presidência também informa que foram agendadas as próximas diligências às cidades-sedes da Copa das Confederações, no dia 29 de abril, em Recife, e foram adiadas a do Rio de Janeiro e a de Salvador.

Está, portanto, cumprida a decisão do Presidente titular desta Comissão de transmitir aos ilustres Pares o cumprimento de decisão desta Comissão com relação às visitas.

Passo ao expediente.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião está dividida em duas partes, sendo a primeira destinada à realização de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 6/2013, de minha autoria, Senador Ruben Figueiró, destinada a discutir as metas e os planos para o desenvolvimento do Centro-Oeste e ainda a execução do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO).

Encontra-se presente nesta audiência o Sr. Cleber Ávila Ferreira, Diretor de Implementação de Programas e de Gestão dos Fundos da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), em substituição ao Dr. Marcelo Contreiras de Almeida Dourado, Diretor-Superintendente da Sudeco, que, embora confirmada sua presença, deixou de comparecer a esta reunião por motivo de saúde e a quem também desejamos pronta recuperação.

Em conformidade com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado terá 20 minutos para fazer sua exposição; em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos – a palavra às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores será concedida pela ordem de inscrição –; os interpelantes disporão de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Nesse sentido, tenho a honra de convidar para participar da Mesa e fazer a sua exposição o Sr. Cleber Ávila Ferreira. Seja bem-vindo!

Concedo a palavra, portanto, ao Sr. Cleber Ávila Ferreira, para fazer sua exposição.

O SR. CLEBER ÁVILA FERREIRA – Srs. Senadores e Senadoras; Sr. Senador Ruben Figueiró, requerente desta sessão; senhoras e senhores; demais autoridades aqui presentes, em nome da Presidenta Dilma Rousseff, do Ministro da Integração Nacional e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), saúdo todos.

Quero dizer que, para a Sudeco, é uma honra e uma satisfação poder debater temas tão importantes para a efetiva estruturação da Sudeco e também para o desenvolvimento da nossa Região, o Centro-Oeste.

O Dr. Marcelo Dourado, a pessoa que faria esta exposição para os senhores, foi acometido por uma virose e não conseguiu se restabelecer a tempo para estar aqui presente. Ele até me ligou hoje quando faltavam 15 minutos para as 7 horas. Ele tentou até o último momento estar aqui com os senhores, mas, não tendo condições físicas para aqui estar, pediu-me que eu trouxesse aqui o seu pedido de desculpas. Mas, numa próxima oportunidade, ele estará presente aqui conosco.

A Sudeco foi convidada para fazer uma exposição sobre os planos e metas para o Centro-Oeste e também uma exposição sobre o andamento do Fundo Constitucional do Centro-Oeste e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

A Sudeco foi criada pela Lei Complementar nº 129 pelo então Presidente Lula. Esse pedido de recriação da Sudeco era um clamor de todo o Centro-Oeste, de todas as unidades da Federação do Centro-Oeste. E o Presidente assumiu um compromisso com a Região. Então, em 2009, através da Lei Complementar nº 129, a Sudeco foi recriada dentro da premissa de apoiar o desenvolvimento da Região Centro-Oeste e também de manter sob sua tutela a administração do Fundo Constitucional do Centro-Oeste e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Também nós aventamos na legislação a possibilidade de a Sudeco administrar os incentivos fiscais federais, o que, hoje, ocorre na

Região Nordeste, através da Sudene, e também na Região Norte, através da Sudam.

Passado isso, em 2011, a Presidenta Dilma, no início do seu Governo, tomou a decisão de instalar a Sudeco. Isso ocorreu no mês de maio de 2011. E, em 14 de junho do mesmo ano de 2011, foi dada posse ao Dr. Marcelo Dourado, como Diretor-Superintendente, e foi dada posse a mim, como Diretor de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos.

A Sudeco nasceu com 17 servidores, todos DAS, e recebeu todo o passivo e todos os convênios em execução ainda pela extinta Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SCO). Na época, foram aproximadamente mil convênios recebidos. E também parte do corpo técnico do Ministério da Integração Nacional foi cedido para conduzir esses assuntos.

De lá para cá, a Sudeco trabalhou internamente para se reorganizar. E, através do PL nº 33, inclusive apoiado aqui por toda a Bancada do Centro-Oeste, em articulação com a Bancada do Nordeste e com a do Norte, nós conseguimos ampliar o número de DAS para o Ministério da Integração Nacional, que ficou responsável pela distribuição desses DAS junto às superintendências. Então, há a possibilidade de se ampliar esse efetivo, que se iniciou com 17 servidores, para aproximadamente 60 servidores DAS.

Além disso, em função do desempenho, da aprovação e análise de convênios, nós fizemos um pedido ao Ministério da Integração Nacional, ao gabinete do Ministro Fernando Bezerra, no sentido de autorizar a Sudeco a fazer a contratação de servidores efetivos. Esse pedido tramitou no Ministério do Planejamento em todo o ano de 2012, e, no final de 2012, saiu para a nós a autorização para a realização de concurso público para preenchimento de cem cargos. Desses cargos, pelo menos 29 são de engenheiro: 24 de infraestrutura e 5 de outras especialidades. Os outros 71 cargos são de apoio, de comunicação, de auxílio administrativo, de prestação de contas e de outras áreas importantes para a condução dos trabalhos da Sudeco.

Apesar do baixo efetivo, do pequeno efetivo, nós temos trabalhado em sintonia com os Governos dos Estados no sentido de potencializar a aplicação dos recursos que são consignados no Orçamento da União para a operacionalização do FCO. Do ano de 2011 para o ano de 2012, conseguimos um incremento de aproximadamente 6% de aplicação do FCO em relação ao ano anterior. Houve um salto muito grande de aplicação na área rural, justamente onde se consolida a economia do Centro-Oeste.

Para se ter uma ideia, o orçamento previsto em 2011 em aplicação do FCO era algo em torno de R\$4,7 bilhões no início do ano. Fechamos o segundo

semestre com previsão de R\$4,9 bilhões e, em 31 de dezembro de 2011, conseguimos contratar R\$5,55 bilhões. Destes R\$5,55 bilhões, mais de 60% foram aplicados na área rural, no agronegócio, no Estado. No ano seguinte, nós perseguimos a mesma meta e, de R\$5 bilhões previstos, contratamos R\$5,8 bilhões. Então, nós temos batido recordes sobre recordes de aplicação dos recursos do FCO. Isso apoia também o resultado da balança comercial.

Nós sabemos hoje que o que ajudou a segurar o PIB do Brasil foi a Região Centro-Oeste. Enquanto o Brasil teve um PIB próximo a 1%, esse percentual no Centro-Oeste passou de 3%, e isso fez diferença nas contas públicas, para a gente fechar o ano com um PIB positivo.

Mas esses valores não foram conseguidos somente pela Sudeco. Isso foi conseguido através de articulação no Condel – hoje, nós temos como conselheiros nos Estados os Srs. Governadores – e também junto às Secretarias de Desenvolvimento Econômico e ao setor produtivo.

Nós tentamos, no final do ano passado, um incremento de R\$1 bilhão para atender às demandas represadas que não conseguiram ser atendidas pelo FCO. No Estado de Goiás, o Banco do Brasil fez uma articulação em que colocou à disposição do setor produtivo do agronegócio aproximadamente R\$500 milhões, advindos dos depósitos à vista, depositados no Banco do Brasil, e, nas outras regiões, nós conseguimos também que o Banco do Brasil criasse situações favoráveis aproximadas às taxas e aos prazos do FCO.

Nós sabemos que pela pujança do Centro-Oeste, pelo vigor da economia, esses números do FCO só tendem a crescer a sua aplicação. Se nós colocarmos na balança o volume de recursos necessários para o setor principalmente agrícola e pecuário e o valor disponível hoje no Orçamento da União, nós teremos que fazer um esforço muito grande para conseguir trazer valores e incrementar valores de outras fontes, de outras linhas que também sejam atrativas e interessantes tanto quanto o FCO para manter esse crescimento na região.

Mas, paralelamente a essa questão do FCO, nós fizemos gestão junto ao Ministério da Integração Nacional no sentido de trazer, já para o orçamento de 2012, pelo menos uma sinalização de aplicação do FDCO. Isso ocorreu através da consignação do orçamento já de 2012, num valor de R\$87 milhões de uma emenda de bancada do Mato Grosso, e, em 2013, nós fomos contemplados com o orçamento de R\$1,4 bilhão para o FDCO, para se aplicar em 2013.

Os recursos do FDCO são oriundos do Orçamento Geral da União. Eles não têm o mesmo sistema de dis-

tribuição de recursos que são aplicados junto ao FCO, e eles têm uma característica diferenciada, porque eles apoiam prioritariamente projeto de infraestrutura em logística. Então, além de apoiar algumas modalidades já apoiadas pelo FCO, o setor prioritário de aplicação desses recursos é o setor de infraestrutura logística. Se nós temos aí várias concessões de aeroportos, se nós temos aí várias rodovias também em processo de concessão e outras iniciativas, por exemplo, a iniciativa do governo de Mato Grosso, que pretende criar um centro de distribuição e logística dentro do Município de Cuiabá, já com intenção de prever a chegada da ferrovia, esses recursos serão prioritariamente aplicados nessas infraestruturas.

Em relação aos valores de apoio do FDCO, estamos ainda finalizando a regulamentação, mas temos a sinalização da Fazenda de que eles trabalharão nos mesmos moldes do FDA e do FDNE, que são os Fundos de Desenvolvimento do Norte e do Nordeste do País.

Hoje, para se ter uma ideia, as taxas de encargo final ao tomador do FDNE e do FDA, na área de infraestrutura e logística, que é nossa prioridade, giram em torno de 5% ao ano. Então, é uma taxa extremamente atraente, competitiva e atende projetos de longo prazo de maturação. O limite de apoio do FDCO sempre vai girar na casa de 45% a 60%, sendo prioritário, ou a maior parte, cerca de 80%, destinada a investimentos.

Então, temos aí agora a perspectiva desse novo fundo. O orçamento já está autorizado, e, para operacionalizar, nós estamos aguardando apenas a assinatura do regulamento, que vai ser um decreto publicado pela Presidência da República. Nós temos já uma pessoa na Sudeco, o Dr. Agrício, que me está acompanhando nesta reunião, que fará a coordenação desse novo fundo.

E, até de maneira informal, nós já temos recebido alguns pedidos de aplicação desses recursos. Estamos fazendo uma avaliação e sugerimos aos governadores que cada Estado, uma vez que esse fundo não tem os limites de aplicação por Estado do mesmo modelo do FCO, que cada Estado apresente pelo menos uma demanda inicial, para que a gente possa, no primeiro momento, fazer pelo menos uma operação em cada Estado da Região Centro-Oeste.

Junto com esse trabalho, nós também temos feito alguns esforços, a fim de melhorar a questão da infraestrutura e melhorar o desenvolvimento da região. A exemplo disso, nós lançamos, em 2012, o edital Brasília-Luziânia, um trem de carga mista que vai ligar o Município de Luziânia, em Goiás, à sede, aqui, do Distrito Federal, Brasília.

A Sudeco elaborou, em parceria com a ANTT, o termo de referência, e devemos colocá-lo na praça, em licitação, já agora, no início do mês de maio.

A nossa previsão é que consigamos contratar esse EVTEA (Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental), já agora, no mês de junho. E a expectativa é a de que, até o final deste ano, corrente ainda, consigamos ainda lançar o edital de concessão do trem Brasília-Luziânia. Além do trem Brasília-Luziânia, nós estamos trabalhando com o Brasília-Anápolis-Goiânia, que é uma outra demanda do Estado de Goiás. Esse já está mais adiantado. O Banco Mundial está liderando os estudos e também a chamada pública internacional para os interessados em operar essa linha.

Na região de Mato Grosso do Sul, nós já fizemos algumas prospecções diárias para a instalação de uma fábrica de trilhos. Recentemente, a Presidenta da República lançou um decreto em que define que 80% da produção de insumos para a expansão da malha ferroviária do Brasil têm que advir de produção nacional. Em função disso, a Sudeco foi procurada por alguns grupos estrangeiros, e, juntamente com representantes da Bancada do Mato Grosso do Sul, fizeram a prospecção em algumas regiões lá no Mato Grosso do Sul.

Já estamos bastante adiantados na possibilidade dessa fábrica de trilhos, para atender a esse decreto e atender à demanda nacional, daqui do Centro-Oeste ela ocorra no Mato Grosso do Sul. Isso não abandona a possibilidade de outros Estados também participarem desse projeto, mas o que está mais adiantado hoje é o Estado de Mato Grosso do Sul.

Do mesmo modo, o polo industrial de Formosa, que é uma demanda de infraestrutura para desenvolvimento industrial da região do entorno, é uma demanda do governo do Estado de Goiás, nós já recebemos alguns grupos e estamos desenhando esse plano de industrialização da região do entorno, concentrando, no primeiro momento, em Formosa.

Essa é a demanda apresentada, até o momento, para aplicações dos recursos do FDCO no Estado de Goiás. Também, o Município de Goiânia apresentou a necessidade de modernização do sistema de transporte urbano. Hoje, Goiânia tem uma linha chamada norte-sul, se não me engano, que é feita a través de BRT. E o projeto é transferir aquele modal, BRT, para VLT. E foi nos apresentado uma demanda de aproximadamente R\$400 milhões para que o concessionário possa fazer as adequações nas linhas e a instalação do VLT, dos trilhos, e a aquisição dos carros.

Então, essas são as demandas específicas já apresentadas para nós. Só para resgatar: o centro de distribuição em Mato Grosso, a fábrica de trilhos em Mato Grosso do Sul, o polo industrial e o VLT no Estado de Goiás.

Essas são as conversas iniciais em relação à aplicação do FDCO.

Por iniciativa da Sudeco, em parceria com a Conab e com a Embrapa, nós temos discutido também a criação de condomínios de armazenagens nas regiões produtoras de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Nós temos dados do Ipea e da Conab que mostram que a defasagem de armazenagem de grãos nessa região gira em torno de 40%.

E só a Conab, com seu orçamento e com seus recursos próprios, não conseguiria, na velocidade que precisa, criar um novo programa de construção de armazéns. Como nós temos os recursos do FDCO, que já estão disponíveis no nosso orçamento, e também temos os recursos do FCO, nós começamos a formatar a criação de armazéns em condomínios.

Nós fizemos uma audiência pública na semana passada, no Estado de Mato Grosso, na Federação da Agricultura, onde estiveram presentes representantes do setor produtivo em nível nacional, como a Aprosoja, a Associação de Algodão, enfim, todas as associações que defendem, que congregam o setor produtivo, principalmente a questão do agronegócio.

A Sudeco, através desse concurso que foi autorizado pelo Ministério do Planejamento, prevê a contratação de 100 novos servidores. Isso vai facilitar para nós, e muito, a questão do andamento dos projetos e convênios dos senhores que estão internalizados. Nós sabemos que, nesse primeiro momento, há deficiência do órgão, que se deu principalmente em relação aos recursos humanos, mas, com uma equipe pequena, com uma equipe de 17 servidores, temos tentado, na medida do possível, responder à sociedade.

Nós sabemos também que há um anseio muito grande de fortalecimento da Sudeco. E não é por conta de superintendentes ou diretores, mas, sim, pela importância, pela sua característica. Ela trabalha como principal articuladora do Governo Federal na Região Centro-Oeste. A Sudeco tem como missão principal promover esse desenvolvimento. E aí nós temos que nos ater ao decreto de instalação da Sudeco, que diz que a Sudeco tem como missão coordenar a execução dos orçamentos do Governo Federal para desenvolvimento da Região Centro-Oeste. Então, nós não precisamos também contar apenas com os recursos da Sudeco. Nós temos que trabalhar com os recursos dos outros ministérios e fazer a coordenação desses grandes projetos, necessários à nossa região.

Nós também, dentro da nossa meta de 2013, estamos trabalhando num projeto de recuperação de áreas degradadas de pastagem. Nós sabemos que a atividade pecuária foi muito intensa na nossa região. Até hoje nós somos campeões de produção de proteína animal, mas o passivo ambiental deixado por essa atividade, ao longo dos anos, fez com que o nosso solo fosse

bastante prejudicado, e nós verificamos a necessidade de uma linha especial dentro do FCO, principalmente, para recuperar essas áreas. Então, nós trouxemos para a programação do FCO linhas semelhantes ao Programa ABC, porém com um diferencial: o alcance de financiamento mais elevado. A linha ABC, hoje, pelo Ministério da Agricultura e pelo BNDES, financia até R\$1 milhão. A nossa linha, no mesmo formato do sistema ABC, pode chegar a R\$20 milhões. Com isso, nossa intenção é trazer para a produção cerca de 50 milhões de hectares que hoje se encontram degradados na Região Centro-Oeste.

Quando se fala em números no Centro-Oeste é tudo muito grande, tudo muito robusto. A economia do Centro-Oeste, o desenvolvimento do Centro-Oeste cresce numa velocidade muito grande, e o Poder Público, principalmente a Sudeco, que é o principal agente de desenvolvimento da região, tem tentado, dentro das suas ferramentas, em articulação com outros órgãos do Governo Federal, acompanhar e apoiar esse desenvolvimento; sem perder de vista também aquelas regiões de economia estagnada, economias dinâmicas, que também são alvos do nosso trabalho. Posso até dizer que são os principais alvos dos nossos trabalhos.

O nosso empenho é para que, dentro de seis meses, a gente consiga, através desse novo quadro de DAS, desse concurso, regularizar a questão do andamento de convênios e poder pleitear junto ao Governo Federal uma participação orçamentária mais robusta.

Nós temos um orçamento de R\$190 milhões, previsto para 2013, mas desses, pelo menos R\$160 milhões advêm de emendas parlamentares. Quando se traz para o orçamento próprio da Sudeco, vê-se que o valor ainda é insuficiente para fazer frente às necessidades da região. Mas também entendemos que os nossos recursos humanos e de infraestrutura não estão adequados ao desafio que a Sudeco tem.

Então, aproveitamos esta audiência pública e o requerimento do Senador Ruben Figueiró para fazer esse alerta e pedir o apoio da Bancada do Centro-Oeste, para que possamos, irmanados, melhorar a situação, a condição da Superintendência.

Foram-me dados 20 minutos, e eu tentei, em linhas gerais, traçar um panorama de como estamos conduzindo a Sudeco, informando quais são os principais projetos para 2013. Agora coloco-me à disposição dos senhores para eventuais perguntas, às quais prestaremos as respostas que estiverem ao nosso alcance. Quanto às respostas que não conseguirmos dar, nós nos comprometemos a buscá-las e oferecer ao Senador e aos demais Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Quero agradecer ao Dr. Cleber

Ávila Ferreira pelos esclarecimentos aqui prestados sobre assunto tão importante, que foi objeto do requerimento do Senador Ruben Figueiró, a quem concedo a palavra, como autor, para fazer as suas indagações.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente, pela distinção.

Eu gostaria, antes de tecer algumas considerações, de destacar a presença do Dr. Rui Fachini, Secretário da Federação da Agricultura de Mato Grosso do Sul, de seus assessores, bem como do assessor especial da Secretaria de Produção do meu Estado, fato que muito nos distingue.

Sr. Presidente, eu gostaria, inicialmente, de fazer ao Dr. Cleber Ávila Ferreira alguns questionamentos de caráter genérico, porque interessam a todos os Estados da Região Centro-Oeste.

Quero destacar inicialmente que a sua exposição, muito embora em curto espaço de tempo, foi preciosa, porque abordou, pelo menos no aspecto panorâmico, não só as razões da refundação da Sudeco, como também o preâmbulo da sua organização. E depois desenvolveu, de uma forma muito clara, os planejamentos já feitos para atender a nossa realidade do Centro-Oeste.

Quero manifestar a V. S^a o meu respeito pelas considerações precisas que aqui fez, mas permita-me também, como já afirmei, algumas perguntas que interessam ao Centro-Oeste.

A primeira seria, Sr. Superintendente: o Projeto de Resolução nº 1/2013 e a Medida Provisória nº 599, de 2012, que tratam da reforma do ICMS, preveem a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional.

Entendo que as decisões sobre a aplicação dos recursos devem ser dos Estados, já que se trata de uma – entre aspas – “compensação” pelo fim da chamada guerra fiscal, mas as superintendências deveriam ter pelo menos participação no conselho gestor do FDR, pois elas têm uma visão do conjunto de suas respectivas áreas de atuação.

No entanto, a proposição em debate não prevê assento no conselho gestor para as Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), da Amazônia (Sudam) e do Centro-Oeste (Sudeco), da qual V. S^a é um dos dirigentes.

Que esforços o senhor ou o Dr. Marcelo tem feito para que a Sudeco tenha influência na gestão do FDR? Essa seria a primeira indagação.

Eu me permito fazer todas as indagações e V. S^a responderia depois, pela ordem.

A segunda indagação, também de interesse do Centro-Oeste: o grande entrave a um maior desenvolvimento do Centro-Oeste parece ser a deficiência de infraestrutura, que eleva nossos custos de transporte e dificulta o escoamento da produção.

O Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO) conta com recursos para financiar investimentos em infraestrutura, no entanto não há garantia de que esses recursos terão liberação célere, já que os exemplos dos Fundos de Desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia têm dificuldades para promover essa liberação.

Diante disso, pergunto a V. S^a: como a regulamentação do uso de recursos do FDCO pode dar à Sudeco celeridade, fazendo com que os vencimentos que contam com os seus recursos sejam de fato executados?

Essas são as duas perguntas de caráter genérico para a região.

Agora, Dr. Cleber, passo a questionamentos de interesse mais específico de meu Estado, o Mato Grosso do Sul.

Em fevereiro, foi anunciada a destinação, segundo me informaram inicialmente, de R\$2 bilhões; agora tive informação de pessoas credenciadas de que foi R\$1,2 bilhão, oriundos do FCO, para Mato Grosso do Sul.

O FCO deve contribuir para que o setor produtivo do Estado possa ampliar a capacidade de investimentos. É uma alternativa viável para os empresários expandirem os negócios, pois oferece condições favoráveis de pagamento, com juros variando de 3% a 3,5% ao ano. Dessa forma, o FCO representa uma ferramenta de fomento ao desenvolvimento do meu Estado.

A minha pergunta é: que tipo de projetos estão em andamento e qual é o montante de recursos liberados até o momento?

A outra indagação, Sr. Diretor, é com relação ao que se chama hoje de maciço florestal na região do bolsão de meu Estado, uma região que está em processo de franco desenvolvimento e que corresponde a 1,3% de nosso território. Fica na região leste, com limites nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás.

Hoje há projetos de plantio de seringueiras, a *hevea brasiliensis*, e de eucalipto.

Não obstante o esforço do governo estadual com algumas rodovias na área, é importante uma rodovia federal para dar pleno escoamento à produção decorrente da implantação do maciço florestal, que hoje é da ordem de mais ou menos 600 mil hectares e que se soma também à produção de grãos e de algodão do sudoeste goiano e do leste sul-mato-grossense. Essa rodovia demandaria para Umuarama, no Paraná, daí visualizando Paranaguá e o território da República do Paraguai. É, portanto, uma rodovia de caráter estratégico.

Esclareço que está tramitando nesta Casa projeto de minha autoria, que acrescenta trecho ao Plano Rodoviário Nacional de estrada ligando o Município goiano de Mineiros a outro paranaense, que, utilizan-

do a BR-359 e a BR-364, vai a Chapadão do Sul, em Mato Grosso do Sul, da BR-060, a Água Clara, na BR-262, e Nova Andradina, na BR-267 com a BR-376, até chegar a Umuarama, na BR-487, do Paraná.

Em relação ao maciço florestal, a minha pergunta: a Sudeco tem algum projeto de estímulo ao plantio da seringueira e à melhoria da infraestrutura para escoamento da produção?

A outra indagação, Sr. Diretor, é com relação a estradas vicinais: uma das reclamações que ouvimos dos prefeitos é a falta de equipamentos para a implantação e conservação de estradas vicinais.

Segundo pesquisa do Instituto Ícone, encomendada pelo *site* sul-mato-grossense Midiamax, 27% dos produtores rurais entrevistados apontam como maior problema no setor produtivo a situação caótica das estradas.

A minha pergunta, Sr. Diretor: excluindo os recursos prometidos pelo PAC 2 e anunciados pelo Governo Federal, existe, dentro do orçamento da Sudeco, alguma rubrica com disponibilidade financeira efetiva, destinada à aquisição de equipamentos para a manutenção de estradas vicinais – caminhões basculantes, tratores de esteira, motoniveladoras, dentre outros –, a ser conveniada pelas prefeituras? Qual é o valor programado?

Pergunto isso porque a maioria das estradas vicinais é de responsabilidade das municipalidades.

Outro ponto, Sr. Diretor, e na mesma linha das estradas vicinais.

Boa parte das pontes ainda é de madeira ou de construção precária, suscetíveis às intempéries climáticas, como vem acontecendo agora. E o poder público municipal quase sempre não tem recursos para a manutenção e recuperação.

Eu desejaria, Sr. Diretor, que V. S^a me informasse: há recursos para as municipalidades procederem à construção de pontes de concreto para médios e pequenos cursos d'água?

Outro fator importante que preocupa a comunidade do meu Estado, Sr. Diretor, é com relação ao gasoduto. Hoje o Brasil tem 42 usinas separadoras de gás, especialmente no Sudeste; nenhuma no Centro-Oeste. Cerca de 600 quilômetros do gasoduto Bolívia-Brasil percorrem o Estado de Mato Grosso do Sul, e os cerca de 100 subprodutos que poderiam ser aproveitados são simplesmente queimados na ponta, na região industrial do Sudeste. Ou seja, deixamos de aproveitar principalmente o gás de cozinha, que poderia abastecer Mato Grosso do Sul, Goiás e o Distrito Federal.

Qual é a opinião da Sudeco, pergunto, sobre um projeto antigo, que prevê a instalação de uma usina separadora de gás ao longo do gasoduto Bolívia-Brasil?

Também acredito ser importante prever o sangramento do gasoduto para estabelecer dois ramais, que se destinariam a Cuiabá, em Mato Grosso, a Goiânia e a Brasília.

Outra questão, Sr. Diretor, é com relação ao assoreamento do Rio Taquari, no Pantanal sul-mato-grossense.

Há 30 anos se discute o problema. A questão volta a ganhar corpo em face do impasse surgido entre produtores pantaneiros e uma colônia de pescadores com base na cidade sul-mato-grossense de Coxim.

O conflito foi criado porque, de um lado, os produtores construíram barragens para impedir que suas terras fossem invadidas pelas águas e os pescadores, por outro, derrubavam-nas para ter acesso aos locais onde peixes ficavam aprisionados em decorrência da formação de bacias aquíferas.

São 335 as fazendas afetadas. No período de 1970 a 1996, houve uma redução na área de quase 500 mil cabeças de gado. O prejuízo estimado no período de 1975 a 2003, em função de perda do mercado, alcançou 2,7 milhões de reses, com o prejuízo da ordem de R\$1,2 bilhão para a nossa economia, com queda de arrecadação do ICMS da ordem de R\$50 milhões anuais em valores de 2003.

Ao mesmo tempo, a produção pesqueira diminuiu progressivamente, seguida de danos ambientais catastróficos. O aumento de inundações destruiu a vegetação, provocando uma alteração florística de, imagine o senhor, 757 espécies, 40% da flora do Pantanal.

Esse fenômeno provocou profundas alterações socioeconômicas e ambientais nas regiões do Paiaguás e da Nhecolândia, expulsando centenas de famílias de suas propriedades, promovendo intensa migração para Corumbá e Ladário e inchando a periferia dessas cidades com alto índice de exclusão social e de miserabilidade.

Dessa exposição surge a pergunta, Sr. Diretor: há algum estudo da Sudeco sobre o desassoreamento do Rio Taquari?

Outra questão, Sr. Presidente: já que estou sendo longo nas minhas perguntas, eu quero ressaltar que essas indagações não são somente minhas, mas dos eminentes companheiros de bancada, os Senadores Waldemir Moka e Delcídio do Amaral. Eu estou me somando a eles, daí a extensão das perguntas.

A Embrapa Pantanal: recentemente, visitei a sede da Embrapa Pantanal, em Corumbá, e fiquei admirado com a capacidade da equipe, que tem contribuído decisivamente para o desenvolvimento sustentável da região, com projetos que estão garantindo a melhoria genética do rebanho e a introdução de novas tecnologias de produção e controle de doenças, adequadas à

realidade específica do Pantanal, e a criação de uma linha especial de crédito por meio do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – a que V. S^a se referiu tão brilhantemente na sua exposição –, além do trabalho desenvolvido para o setor pesqueiro.

Como a Sudeco tem auxiliado a Embrapa?

Eu gostaria de saber, especialmente, se existem previsões de recursos e convênios para a Embrapa Pantanal, no que diz respeito ao aproveitamento racional das pastagens naturais e da inserção de outras forrageiras que não agridam o bioma da região, além de outros programas de preservação do meio ambiente.

A última pergunta, Sr. Diretor, é sobre as demandas das Secretarias de Obras e Produção do meu Estado – Seprotur.

Tenho a informação de que o repasse de recursos da rodovia MS-476, que liga Nova Andradina ao Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), ainda não foi empenhado. Eu gostaria de saber o motivo.

Também em relação à outra rodovia, em trechos importantes como o da MS-165, que é a chamada “estrada da fronteira”, eu tenho, aqui, por nímia oferta dos assessores do Governo do Estado, a informação de que se encontra empenhada, dependendo de liberação, a pavimentação asfáltica da rodovia 165, entroncamento da MS-386, de Sanga Puitã, no valor de R\$6 milhões. A outra também: pavimentação asfáltica da própria rodovia, no valor de R\$2,197 milhões.

Finalmente, na mesma rodovia, que é a chamada “rodovia da fronteira”, que vai de Bela Vista, Mundo Novo, por mais de 600 quilômetros, no valor de R\$7,463 milhões.

O total é de aproximadamente R\$14 milhões.

São essas as indagações, senhor diretor, agradecendo a gentileza de sua resposta, mas eu desejaria, da exposição de V. S^a, de ressaltar... Para concluir, Sr. Presidente.

Eu gostaria de cumprimentá-lo pela notícia que deu a todos nós, brasileiros, de que o meu Estado, Mato Grosso do Sul, há de ser beneficiado pela implantação de uma fábrica de trigo.

Eu creio que nenhum Estado do Centro-Oeste tem essas condições específicas, porque, lá, nós plantamos trigo. Inclusive, desejo ressaltar que a Embrapa Oeste, com sede em Dourados, está promovendo uma seleção apropriada de sementes para o nosso clima, o que vai aumentar sensivelmente a nossa área de produção.

Outro aspecto que V. S^a destacou, que considero, também, muito importante, é um projeto sobre armazenagem.

Hoje, uma das grandes dificuldades do produtor rural do Centro-Oeste é, justamente, o escoamento da

produção, tendo em vista a deficiência da logística de transportes que existe no País.

Muita gente tem perdido, em valor comercial, a sua safra, porque não tem onde estocar. É obrigado, às vezes, a estocar os seus produtos a céu aberto ou, senão, nos caminhões, o que eleva sensivelmente o custo da produção.

Apreciei muito a intenção da Sudeco, de lançar um projeto nesse sentido. E também há outro aspecto que V. S^a destacou, que são as áreas degradadas. Esse é um programa que deve ser urgentíssimo neste País. V. S^a falou que no Centro-Oeste há aproximadamente 50 milhões de hectares de terras degradadas, pelo que ouvi. Só em Mato Grosso do Sul, já assegurados pelos órgãos técnicos, inclusive pela Federação da Agricultura e pelos levantamentos feitos pela Seprotur, há mais de 10 milhões de hectares. Essa é uma questão urgente, porque restabelece a produção e estimula produtividade no nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Cleber Ávila Ferreira, pela exposição que fez. Sinto-me satisfeito com ela e espero...

(Falha na gravação.)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares Bloco/PSB – SE) – Agradeço ao autor do requerimento, Senador Ruben Figueró, que fez perguntas atinentes à questão do seu requerimento, entrou em detalhes muito importantes. Parabênizos a V. Ex^a pelas perguntas, que vieram, sem dúvida alguma, contribuir, para a valorização desta audiência pública.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares Bloco/PSB – SE) – O Senador Rodrigo Rollemberg também deseja manifestar-se. Concedo a palavra a S. Ex^a.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente, vou ser muito breve. Apenas cumprimento V. Ex^a, o Senador Ruben Figueró pela iniciativa e o Dr. Cleber Ávila Ferreira, que é diretor de programas de gestão dos fundos da Sudeco. Infelizmente, não pude assistir à apresentação do Dr. Cléber porque estava acompanhando na Comissão de Assuntos Sociais o Ministro Padilha, da saúde, que veio fazer uma apresentação. Eu não poderia deixar de fazer um registro, Senador Ruben Figueró. Cumprimento V. Ex^a pela iniciativa, V. Ex^a tem sido um grande defensor do Centro-Oeste no Senado Federal. Quero reconhecer o trabalho que a Sudeco vem fazendo, especialmente no que se refere à gestão dos fundos: o FCO e agora do FDCO.

O FCO, Senador Valadares, tem batido todos os recordes de aplicação de recursos nos últimos anos.

Tivemos uma mudança muito importante, especialmente para o Distrito Federal, mas para toda a região, que foi uma medida provisória que retirou o limite de 20% para aplicações e investimentos na área de comércio e serviços. Isso gerava uma distorção muito grande no Distrito Federal, que tem direito a 19% dos recursos do FCO e que tem sua economia baseada em comércio e serviços. Então, quando chegava o mês de maio, já tínhamos utilizado os 20%. A nossa indústria, pela falta de vocação industrial do Distrito Federal, e a nossa agricultura, pela falta de regularização fundiária, não tinham capacidade para buscar a utilização dos outros 80%. Quando chegava setembro, o Banco do Brasil fazia uma redistribuição desses recursos, e o que cabia ao Distrito Federal, que já era a menor parte, 19%, eram redistribuídos, em grande parte, mais da metade, para Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Isso fazia com que o Distrito Federal, que tinha direito a 19% dos recursos do FCO, estivesse utilizando efetivamente algo em torno de 8,6%.

A partir de um projeto de minha autoria, aprovado nesta Comissão, com substitutivo do Senador José Pimentel e por uma ação conjunta nossa – minha e do Senador Pimentel – junto ao Relator de uma Medida Provisória, o Senador Walter Pinheiro, modificamos aquela medida provisória, alterando a lei e definindo que os limites de aplicação em comércio e serviços seriam determinados a partir dos planos de desenvolvimento regional. Com isso, demos uma liberdade muito maior à aplicação desses recursos, o que significa, para este ano ao Distrito Federal, que teria direito a R\$250 milhões para comércio e serviços, um valor de R\$ 500 milhões para aplicação em comércio e serviços, no total de R\$1 bilhão a que o Distrito Federal tem direito.

Quero registrar também o empenho da Sudeco na criação e na regulamentação do FDCO, que é outro instrumento importante para a região, especialmente para os investimentos em infraestrutura e logística. Estamos acompanhando um aumento extraordinário da safra. Já vamos conseguir este ano de 2013 uma safra de 183 milhões de toneladas de grãos, que era a safra prevista para 2022. No entanto, estamos tendo muita dificuldade na infraestrutura e na logística para fazer o escoamento dessa safra. Certamente, o FDCO, que começa com o orçamento de R\$1,3 bilhão, terá uma contribuição importante na ampliação da infraestrutura e da logística da Região Centro-Oeste, que tem sido uma das regiões responsáveis por garantir o crescimento brasileiro. Tivemos, no ano passado um crescimento pífio, de menos de 1%, mas, graças ao Centro-Oeste não foi menor, porque o Centro-Oeste cresceu 3%.

Quero dizer também da importância da possibilidade de a Sudeco envolver-se fortemente na implantação da política nacional de integração lavoura-pecuária-floresta, recentemente aprovada pelo Congresso Nacional a partir de um projeto de minha autoria. Essa, segundo a opinião da Embrapa, que fez toda a formulação, é a grande alternativa para a recuperação das áreas degradadas, cerca de 50 milhões de hectares de pastagens degradadas, como foi dito aqui, para que possamos ampliar a produção de alimentos, a produção de agroenergia, sem precisar avançar em áreas preservadas do bioma Cerrado. Esse é um grande desafio. Temos, no ex-Ministro Alysson Paulinelli, o grande formulador dessa política nacional de integração lavoura-pecuária-floresta, com apoio da Embrapa. Entendo que quem deve comandar a implantação dessa política no Brasil é a Sudeco pelos instrumentos que tem e porque essa área do Centro-Oeste é a área que tem maior aptidão para o desenvolvimento dessa política.

Portanto, parabenizo V. Ex^a, Senador Valadares, pela condução dos trabalhos. Parabenizo, mais uma vez, o Senador Ruben Figueró pela feliz iniciativa de convidar a Sudeco. Sei que o Superintendente Marcelo Dourado está de licença médica, razão pela qual cumprimento o Dr. Cléber pela colaboração que traz ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares Bloco/PSB – SE) – Muito obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg, que demonstra conhecimento da área em que convive. É um grande Senador pelo Distrito Federal, mas conhecedor profundo do que acontece na nossa região envolvendo o Centro-Oeste.

Concedo a palavra ao Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Valadares.

Cumprimento os Senadores, Dr., Cléber Ávila, que veio aqui falar pela Sudeco. Acompanho não tão de perto quanto o Senador Valadares e o Senador Figueró, da região – parabenizo-o, Senador, pela iniciativa – um pouco o trabalho da Sudeco. Entre as instituições de desenvolvimento regional, a Sudeco tem uma dinâmica muito própria, e o seu trabalho começa a aparecer, apesar de ser muito recente a recriação da Sudeco e apesar de todos os problemas que tivemos com as instituições de desenvolvimento regional.

Em particular, o caso que o Senador Rollemberg citou aqui bem como o Senador Figueró e V. S^a, acerca das áreas degradadas, ou seja, sobre esse projeto que o Senador Rollemberg denomina de integração lavoura-pecuária-floresta – eu o conhecia como sistema agrosilvopastoril; deve ser um pouco semelhante ou são irmãos siameses – digo, na verdade, que é um projeto

importantíssimo porque o modelo agrícola baseado na revolução verde, no uso de energia e de máquinas tendem a degradar de uma forma muito acelerada. Esse é um problema que não se vive só no Centro-Oeste, mas no Brasil. Temos alguns milhões de hectares de terra, no mundo todo, em função do modelo de produção agrícola. Esse sistema que a Sudeco está estimulando através dos mecanismos de financiamento é importante na recuperação de áreas. Alguns exemplos que me foram falados dão conta de que produtores que estão utilizando esse sistema, que é eficiente não só no aspecto da recuperação das áreas, mas também no aspecto econômico, na produtividade e no retorno. Esse modelo, esses sistema termina sendo muito mais gratificante do ponto de vista ambiental, social, econômico do que a famosa revolução verde, baseada nos insumos, no uso excessivo de insumos.

Portanto, parabenizo a Sudeco pelo trabalho que vem desenvolvendo. Acho que vamos conquistar esses avanços que a Sudeco já conquistou até porque temos, hoje, na Presidência da CDR o Senador Antonio Carlos Valadares, que já sugeriu uma reunião na Amazônia, em Macapá, no dia 24 de maio. Quero convidar o Senador Figueró, o Senador Rollemberg. Este País é enorme, aliás, são vários países, o país da diversidade, o país dos espaços geográficos fantásticos. Então, estamos organizando, por sugestão do Senador Valadares, esse encontro das instituições de desenvolvimento regional em Macapá, com a presença dos Governadores da Região, do Ministro da Integração Nacional. Vamos convidar a Sudeco, a Sudene, a Sudam.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares Bloco/PSB – SE) – Em agosto, será em Sergipe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Será em Sergipe, não é?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares Bloco/PSB – SE) – Será sobre turismo.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Ótimo. Então, vamos lá. É fundamental que integremos. Temos uma saída pelo Caribe, que vai beneficiar muito o Nordeste. Podemos, inclusive, falar sobre isso. É uma estrada que integra a Região Norte do Brasil, o Amapá, ao Caribe e, com certeza, ao Nordeste.

Portanto, parabenizo o Dr. Cléber e parabenizo o Superintendente da Sudeco pelo brilhante trabalho que vem desenvolvendo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares Bloco/PSB – SE) – Antes de conceder a palavra ao Dr. Cléber, eu gostaria que V. S^a incluísse nos seus esclarecimentos algumas palavras sobre o VLT a ser implantado no Estado de Goiás, na cidade de Goiânia, em substituição àqueles ônibus que são chamados de BRT. De fato, é um instrumento de mobilidade urbana

que vai facilitar, sem dúvida alguma, o fluxo de veículos na capital de Goiás e tem sido objeto de interesse de vários Estados, inclusive o Estado do Ceará, que tem um VLT funcionando já há algum tempo, contribuindo, de forma decisiva, para a melhoria e o bem-estar do povo daquele Estado. Inclusive, Alagoas está implementando, em algumas cidades, o VLT, e isso foi objeto de muitos debates em várias cidades durante a última campanha eleitoral, até na cidade de Aracaju. Eu queria que V. S^a se detivesse, quando dos seus esclarecimentos, em explicações técnicas da validade e da importância desse veículo para a melhoria do transporte urbano nas cidades do Brasil.

Concedo, então, a palavra ao Dr. Cléber Ávila Ferreira, Diretor de Programas e Gestão dos Fundos da Sudeco. Tendo em vista que vamos ter reuniões de outras Comissões, inclusive da Comissão de Justiça, da qual faço parte, e eu terei de defender, lá, algumas propostas.

Eu pediria a V. S^a que, em dez minutos, pudesse dar as explicações necessárias, com a tolerância de mais cinco minutos, após o que encerraremos esta reunião.

Agradeço a V. S^a.

O SR. CLÉBER ÁVILA FERREIRA – Eu quero agradecer, novamente, a oportunidade, Presidente, Senador Valadares, e agradecer as indagações do Senador Ruben Figueiró. Nós vamos tentar respondê-las e, como eu disse no início da minha apresentação, aquelas perguntas que não puder responder aqui, eu vou encaminhar aos Senadores com brevidade.

Em relação à primeira pergunta, sobre a questão da reforma do ICMS, a Sudeco tem participado como ouvinte de algumas discussões.

Nós ainda não fizemos um trabalho, pelo menos de que eu tenha conhecimento, e vou consultar o Dr. Marcelo para consolidar a resposta, para garantir o acento da Superintendência nesse Conselho.

Nós entendemos que tudo que estiver relacionado ao desenvolvimento econômico e social das Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste é de interesse da Superintendência. Então, nós vamos acatar essa exposição do senhor como uma sugestão, levar isso à diretoria colegiada da Sudeco e ao Ministro da Integração Nacional, Dr. Fernando, para que, havendo o consentimento da diretoria colegiada e do gabinete do Ministro, a gente possa tomar as medidas necessárias para participar, efetivamente, desse Conselho.

Em relação à infraestrutura, o FDCO, através da Resolução nº 5, de 2012, trouxe, no seu corpo – ela foi publicada em 14 de dezembro de 2012 –, as diretrizes e orientações gerais para aplicação dos recursos. Aí, na área de infraestrutura, nós temos, como primeiro

item... Eu até faço uma leitura breve aqui. Isso são prioridades. O primeiro item no setor de infraestrutura é transporte rodoviário, hidroviário, ferroviário e aeroviário, incluindo infraestrutura de multimodal.

Então, nós temos um foco muito forte na infraestrutura e logística.

Esses R\$1,4 bilhão, não que ele atenda somente a projetos de infraestrutura e logística, mas há uma orientação, uma determinação da Presidenta Dilma e do Ministro da Integração Nacional para que a gente trabalhe muito nessa questão, para resolver os gargalos que nós temos de escoamento da produção do Centro-Oeste, que não são poucos.

Aí, o senhor perguntou sobre a questão da liberação de parcela. O que ocorre? Desde a chegada do Ministro Fernando Bezerra e de sua equipe no Ministério da Integração Nacional, o Ministério trabalhou numa proposta para alterar a forma de liberação de parcelas para os fundos de desenvolvimento.

Antigamente, o fundo era contábil. Isso quer dizer que ele ficava dentro do Orçamento Geral da União e, quando o Governo tinha segurança de cumprimento de metas primárias, superávit, passava a liberar as parcelas conforme o saldo da diferença entre superávit primário e arrecadação.

Com a chegada da equipe do Ministro, foi proposto que esses recursos continuassem a ser contábeis, mas de natureza financeira. Então, hoje, nós não temos mais aquela trava do superávit primário, de cumprir o superávit primário.

Os recursos tomados nesse novo formato, no qual o FDCO se inclui, terão liberações a exemplo do FCO.

Para o projeto, após aprovação, vai existir um cronograma e esse cronograma vai ser obedecido rigorosamente, uma vez que o recurso não sai mais numa natureza de despesa que impacta no superávit primário, e sim como na natureza de despesa onerosa. Isso, então, dentro da estrutura do orçamento, não vai ter mais o impacto que tinha antes. Então, em relação à celeridade de liberação de parcela, nós vamos ter uma outra dinâmica, que já está sendo aplicada no Norte e no Nordeste.

Eu estou acelerando um pouco por conta do tempo dado pelo Presidente.

Mato Grosso do Sul, este ano, está na programação de recursos do FCO para 2013, o orçamento geral é de R\$5,504 bilhões, que é a previsão orçamentária. Para Mato Grosso do Sul, tivemos aprovados R\$1,266 bilhão. Já estamos finalizando o mês de abril praticamente.

Então, o que preciso fazer? Preciso pegar o relatório consolidado de abril, que pega de janeiro a abril, e disponibilizar para os senhores onde constará

a aplicação de todos os Estados e do Mato Grosso do Sul. Vamos aguardar o fechamento do mês para disponibilizar para a Comissão, para os Srs. Senadores e Srs. Deputados da Região Centro-Oeste e para outros que se interessarem o executado de janeiro a abril. Este é um compromisso que fazemos de encaminhar posteriormente para os senhores.

Em relação à implantação do sistema de floresta, fizemos uma adequação do FCO, no final de 2011 e início de 2012, trazendo o programa ABC para dentro da programação do FCO. Dentro dessa dinâmica, mantivemos, em uma linha de reflorestamento, que pode ser utilizada para a questão da seringa. Trabalhamos as questões dos prazos. Ampliamos os prazos. Hoje, a linha tem até cinco anos de carência e até 20 anos para pagar. Então, além de ter ficado mais atraente, por conta das taxas de juros que hoje efetivamente estão em torno de 3%, ela ganhou dilatação de prazo para pagamento. De modo que quem empreender nessa atividade terá um fôlego maior para trabalhar o reflorestamento. Isso já está previsto dentro da programação do FCO para 2013.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS)

– Fico satisfeito com essa resposta, mas eu gostaria que a Sudeco se empenhasse com relação ao Plano Rodoviário Nacional para a implantação dessa rodovia a que fiz referência na minha pergunta. Seria muito importante a interferência prestigiosa da Sudeco nesse sentido.

O SR. CLEBER ÁVILA FERREIRA – Eu separei um bloco para falar só sobre rodovias, vou fazer uma explanação sobre o andamento de alguns projetos que estão internalizados.

Em relação à pergunta do Sr. Senador sobre orçamento para aquisição de máquinas e equipamentos, a Sudeco está preparando um projeto principalmente para atender Municípios de menor IDH e com economias dinâmicas e estagnadas, um projeto de aquisição de máquinas e equipamentos para recuperação de estradas vicinais. Não vamos trabalhar só com orçamento da Sudeco nesse projeto, vamos apresentar ao Sr. Ministro para que ele destaque também, se achar conveniente, uma parcela de recursos do próprio Ministério para reforçar nosso caixa para fazermos esse programa. O Dr. Marcelo já determinou a área, a confecção do edital e do termo de referência. Acreditamos que, até o mês de agosto, tenhamos esse esboço, esse documento pronto e partiremos para um segundo momento, que é uma negociação com o gabinete do Ministro em relação a valores. Teremos, em agosto, o anúncio desses valores.

Quanto à questão de pontes, temos a Secretaria de Defesa Civil. Quando da chegada do Ministro e da reestruturação do Ministério, toda esta questão de pontes, bueiros, drenagens ficou a cargo da Secretaria de Defesa Civil, que são justamente as obras de recuperação e prevenção a desastres.

Quanto à maioria desses pleitos, sugiro e podemos orientar aos Municípios que cadastrem nos programas da Sedec, da Defesa Civil. Aqueles programas de pontes que tenham características para o desenvolvimento econômico, a Sudeco poderá executar.

Como falamos lá no início, a Sudeco, até por conta de seu efetivo, seu orçamento deste ano ainda não veio com valor suficiente para fazer frente a todas as demandas. Vamos trabalhar o concurso público, a efetivação dos novos DAS, enfim, arrumar a infraestrutura interna da Sudeco para que possa receber recursos e consiga executá-los. Não adianta estacionar, receber os recursos e não ter condições de executá-los.

A exemplo do que aconteceu, recentemente, nós empenhamos, para diversos Municípios, cerca de R\$98 milhões, que são uma recuperação de recursos perdidos em 2010, na Sudeco, de emendas parlamentares. Nós conseguimos, através de autorização do Ministério do Planejamento, autorização para reempenhar.

Nós temos, para este ano, já internalizados, mais 140 convênios, aproximadamente, somados aos 600 convênios que nós temos em execução.

Então, é uma demanda muito grande, para um efetivo pequeno, mas a nossa previsão é de que o concurso nos ajude a equacionar isso e que possamos receber os recursos necessários para essas demandas futuras.

Nós não temos nenhum estudo interno, ainda, sobre essa questão do gasoduto.

Quando se fala em implantação de infraestrutura que possa promover o desenvolvimento da região, e aí nós estamos falando em construção da usina, novos ramais de redistribuição, o senhor tenha certeza de que a Sudeco tem todo interesse em participar, desde a discussão disso até as possibilidades que nós temos de FCO e FDCO para financiamento dessa atividade importante para a economia, porque é uma energia limpa, ambientalmente segura e correta.

Sobre a questão do Rio Taquari, também, eu vou levantar essa informação. Eu não sei se a área de planejamento e avaliação nossa tem feito algum estudo. Eu não sei, também, se já foi demandado pelo Estado de Mato Grosso do Sul ou pelo Estado de Mato Grosso, já que é um rio que faz divisa ali, mas eu vou levantar na área e oferecer uma resposta para os Srs. Senadores *a posteriori*.

A Embrapa é a grande parceira da Sudeco em todos os programas: pasto verde, recuperação de áreas degradadas, capacitação para agricultura, tanto capacitação de gênero, como capacitação de...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Três minutos.

O SR. CLÉBER ÁVILA FERREIRA – É que eu estou acompanhando aquele relóginho ali. Está o.k.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Para completar 15.

O SR. CLÉBER ÁVILA FERREIRA – A Embrapa tem sido parceira da Sudeco em todos os aspectos.

O que a gente tem feito de transferência de recursos e descentralização tem sido ou pela Embrapa, ou pela UnB, ou pelos institutos federais. Foi uma decisão da Sudeco trabalhar com essas três renomadas instituições.

Em relação à 165, nós tivemos alguns problemas de ajuste de plano de trabalho. Nós destacamos uma equipe técnica nossa para fazer esses ajustes junto com a agência de Mato Grosso do Sul, agentes de obras de Mato Grosso do Sul, e para esses ajustes também se precisava fazer algumas adequações no termo aditivo.

Nós liberamos, de 2011 para cá, cerca de R\$6 milhões para a continuidade dessa obra e esses ajustes, eu acredito que nós conseguiremos finalizá-los até o final do mês de junho, porque não são simples.

Nós já recebemos, também, do Governo de Mato Grosso do Sul, um pedido para complementação, para concluir a obra. É lógico que é um valor bastante elevado e nós precisamos da anuência do gabinete do Ministro, do Ministério do Planejamento, para destacar o recurso.

Aí, finalizando a nossa exposição, em relação ao VLT, veículo leve sobre trilhos, ele está dentro das prioridades, tanto da determinação do Governo Federal, da nossa Presidenta Dilma, como dentro das prioridades de investimentos de recursos de FCO e FDCO da Sudeco.

O projeto de Goiânia vem para modernizar o seu modal e nós entendemos que, além de tornar mais célere, mais ágil e mais confortável para os usuários, nós teremos uma solução ambientalmente segura, tanto do ponto de vista da emissão de gases poluentes, quanto do ponto de vista da queima de petróleo e queima de borracha.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE. *Fora do microfone.*) – Vai ser elétrico, não é?

O SR. CLÉBER ÁVILA FERREIRA – Vai ser elétrico.

Então, nós, se tivermos oportunidade de sugerir para outros Municípios que tenham capacidade de receber esse empreendimento, sugerimos, sim, como uma boa solução para o transporte urbano.

Eu quero agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Quanto vai custar esse VLT?

O SR. CLÉBER ÁVILA FERREIRA – Um bilhão e seiscentos, mas do FDCO foi-nos apresentado em torno de R\$400 milhões apenas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Sim, mas e essa linha vai... Qual é a extensão dessa linha de VLT?

O SR. CLÉBER ÁVILA FERREIRA – Ela é existente hoje. Ela tem em torno de 34...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Já é existente? Vai aproveitar os trilhos existentes?

O SR. CLEBER ÁVILA FERREIRA – Olha só, existe uma linha de BRT em aproximadamente 30 quilômetros. Então, eles vão retirar o BRT e adaptar essa calha para receber o VLT. Então, vai ser uma mudança de modal de pneu para trilho.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Mas vai ter que instalar os trilhos de novo.

O SR. CLEBER ÁVILA FERREIRA – Vai ter que instalar os trilhos e a parte elétrica de infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Está bem.

O SR. CLEBER ÁVILA FERREIRA – Peço dois segundos só para agradecer a oportunidade em nome do Ministério da Integração Nacional e em nome da Sudeco.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Mais um minuto.

O SR. CLEBER ÁVILA FERREIRA – Agradeço esta oportunidade e coloco a Sudeco à disposição dos senhores. Nós coletamos aqui todas as perguntas. Aquelas que não ficaram respondidas nós encaminharemos num período bem breve para os senhores.

No mais, coloco a Sudeco à disposição e agradeço pelo convite, em nome do Dr. Marcelo Dourado. Se houver outras oportunidades, estamos à disposição de vocês.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Dr. Ruben Figueiró, nosso Senador, para as últimas considerações.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – V. Ex^a me concede quantos segundos?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Eu lhe concedo dois minutos.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Muito grato a V. Ex^a.

Todos nós estamos imensamente satisfeitos com a exposição de V. S^a, Dr. Cleber, na expectativa sincera de que no orçamento do próximo ano nós possamos dar, o Congresso Nacional possa dar à Sudeco condições financeiras, orçamentárias capazes de realizar as obras e os programas que tem em mente em favor da nossa região.

Sr. Presidente, me permita apenas uma rememoração que me toca muito de perto. Todos aqui falamos muito do FCO. Eu quero dizer a V. S^a, Dr. Cleber, que o FCO é originário de uma emenda constitucional minha. Não sei se V. S^a sabia. Foi uma luta, na Constituinte de 1988, para que nós convencêssemos sobretudo o Sudeste e o Sul do Brasil, que olham para o Nordeste, Norte e Centro-Oeste até com uma espécie de inveja, porque nós estamos progredindo tanto que, daqui a pouco, nós vamos suplantá-los. Então, foi uma luta titânica a que nós tivemos. E contamos com a colaboração efetiva das Bancadas do Nordeste e Centro-Oeste. Hoje na Constituição, no fundo especial, além do Norte e Nordeste, nós temos o Centro-Oeste. Foi uma iniciativa da qual eu muito me orgulho e vejo os resultados que está trazendo à nossa região.

É uma manifestação de ordem pessoal, Sr. Presidente, que eu não podia deixar de fazer neste instante, quando acabamos de ouvir a exposição do Dr. Cleber, que abre novos horizontes para o Centro-Oeste.

Muito obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente, pela oportunidade que nos deu da realização dessa audiência.

Meus respeitos e votos de que o Dr. Marcelo Dourado restabeleça a sua saúde, que é muito importante para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a pela iniciativa, ao Dr. Cleber pela colaboração e deixo a minha manifestação de solidariedade ao Dr. Dourado para que ele retorne o mais rápido possível às suas atividades, que se restabeleça na sua saúde.

Encerro a presente reunião, convocando outra para... na próxima semana não haverá, porque deveria ocorrer no dia 1º. Na próxima oportunidade, faremos uma nova reunião extraordinária para votação de matérias importantes nesta Comissão.

Encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 05 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 7ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 18 DE ABRIL DE 2013.

Às oito horas e trinta minutos do dia dezoito de abril de dois mil e treze, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, Anexo II, Senado Federal, sob a Presidência dos Senadores **WALDEMIR MOKA, KÁTIA ABREU e BENEDITO DE LIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: **DELCÍDIO DO AMARAL, CLÉSIO ANDRADE, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, IVO CASSOL, CYRO MIRANDA, RUBEN FIGUEIRÓ, JAYME CAMPOS, LUIZ HENRIQUE e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer, os Senhores Senadores Zeze Perrella, Acir Gurgacz, Eduardo Suplicy, Sérgio Souza e Gim. O Senador Antonio Russo entrou de licença por 180 dias, a partir de 22.01.2013, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente informa que a presente reunião se destina à Reunião de Trabalho com a finalidade de analisar e discutir as propostas a serem apresentadas pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - **CNA** ao **Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014**, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - **MAPA**, tendo como expositoras a Senadora **Kátia Abreu**, Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - **CNA**, a Senhora **Rosemeire Cristina dos Santos**, Superintendente Técnica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - **CNA**, e a Senhora **Tânia Maria de Paula Lyra**, Consultora de Sanidade Agropecuária da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - **CNA**. Após a exposição das Senhoras convidadas, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os Senadores Waldemir Moka, Jayme Campos, Casildo Maldaner, Luiz Henrique, Ana Amélia, Ruben Figueiró, Clésio Andrade e Benedito de Lira. O Senhor Presidente, Senador Benedito de Lira, comunica a participação da Senhora Maria Rosa pelo *twitter*: @alosenado com pergunta dirigida à Senado-

ra Kátia Abreu, que responde imediatamente após ter sido lida pelo Presidente. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e sete minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira**, Presidente da CRA.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se a analisar e discutir as propostas a serem apresentadas pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) ao Plano Agrícola e Pecuário 2013-2014, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tendo como expositora a Senadora Kátia Abreu, Presidente da CNA; bem como a Srª Tânia Maria de Paula Lyra, consultora de sanidade agropecuária da CNA e a Srª Rosemeire Cristina dos Santos, Superintendente técnica da CNA.

Gostaria, inicialmente, de agradecer à Senadora Kátia Abreu. V. Exª é Senadora e nossa amiga de Senado, mas também preside a Confederação Nacional da Agricultura. O plano de safra, de muito, Senadora Kátia Abreu – V. Exª já participou de tantas e tantas reuniões e sabe – todo ano espera-se com muita expectativa. E tenho certeza de que essa discussão aqui servirá exatamente para dizer que nós não podemos e não seremos mal interpretados. Não se trata do Plano Safra, que será anunciado evidentemente pelo Ministério da Agricultura, trata-se de uma proposta que a CNA, entidade que representa todas as federações de agricultura no País, formulou através de discussões com seus técnicos e que a Comissão de Agricultura do Senado terá, hoje, oportunidade de conhecer, pelo menos em seus pontos principais. Vamos discutir e quem sabe, Senadora Kátia Abreu, até sugerir também algumas questões que Senadores e Senadoras possam achar interessantes.

Avisa-me aqui a Assessoria que está aberto o Alô Senado para participação popular, como também pelo Twitter, pelo telefone, que o nosso pessoal colocará no ar.

Sem mais demora, passo a palavra à Senadora Kátia Abreu, que fará inicialmente sua exposição.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Obrigada, Presidente.

Bom dia a todos os participantes desta Comissão e a todos os brasileiros que nos ouvem neste momento.

À Drª Tânia e à Drª Rosemeire – que já está chegando –, muito obrigada pela participação. Cumprimento também o Dr. Décio, que também é consultor da CNA e tem prestado um grande trabalho na área de defesa agropecuária para o nosso Brasil.

Presidente Moka, que é Senador da República pelo Estado de Mato Grosso do Sul, que com certeza tem muito orgulho de tê-lo como Senador, especialmente os produtores rurais, não é um produtor rural na sua atividade principal, mas defende esse setor, pela importância que ele tem para o seu Estado. É um dos maiores defensores da agropecuária deste Brasil, e com certeza não só os produtores de Mato Grosso, mas de todo o País lhe agradecem todos os dias por V. Exª estar aqui.

Na verdade, nós estamos apresentando ao Governo, aos Ministros, à Casa Civil – e aqui registro que é a primeira vez que a Casa Civil do Brasil tem um núcleo de agronegócio dentro desse Ministério tão importante e que aglutina todas as ações do Brasil. Isso, para nós, é da maior importância. Esse núcleo faz parte da Casa Civil pela importância que o Governo vê na agropecuária, como um dos sustentáculos da economia. Apesar de que o Ministério da Agricultura cumpre o seu papel, o MDA na agricultura familiar, a nossa própria Embrapa, que também está na estrutura do Governo, mas esse núcleo pensante na Casa Civil nos dá uma dimensão do tamanho que a agropecuária merece. E, por conta dessa abertura e dessa consciência que hoje o Governo tem, mais forte e atuante, da importância do agro, estamos trabalhando já há algum tempo em algumas propostas diferenciadas para esse próximo plano agrícola.

Podemos voltar no tempo, há 40 anos, e lembrar que éramos grandes importadores de comida, de alimento caro vindo da Europa, da Austrália, do México. Até das Filipinas, nós importávamos alimentos. E isso tudo consumia praticamente, pelo fato de os preços serem tão altos, quase que metade do salário de um trabalhador médio brasileiro. Então, ele consumia quase toda a sua renda comprando alimentos. Hoje, a fotografia é bem diferente: o trabalhador médio brasileiro consome de 18% a 20% da sua renda média com a compra de alimentos. Com a diferença desse gasto, ele pôde comprar eletrodomésticos, pôde comprar carro, pôde comprar casa, pôde colocar o seu filho na universidade, então, toda a sociedade ganhou com isso, especialmente os trabalhadores e a própria economia, que viu desviarem dinheiro gasto com alimentos

também sobrando para gastar com outros produtos produzidos pelo Brasil.

Quando o Brasil começou e teve a decisão política de ser autossustentável na década de 70 – e eu sempre me refiro ao Ministro Alysson Paulinelli, que teve um papel fundamental nessa decisão –, nós não pretendíamos tanto, não pretendíamos ser o que somos hoje, porque ninguém podia imaginar que nós chegaríamos aqui. Naquele momento, nós nos alegrávamos em sermos autossuficientes, em parar de comprar comida cara de outros países e poder produzir a nossa própria comida, o nosso próprio alimento.

A Embrapa desempenhou um papel extraordinário. Se eu pudesse destacar uma das coisas mais importantes desse século passado, destacaria a descoberta do Cerrado brasileiro, o investimento em máquinas e implementos, especialmente tratores de plantio, aradores, que puderam melhorar muito a agricultura.

Pelo fato de a agricultura ser um improviso – era apenas uma tentativa de autossustentabilidade, uma tentativa de não importar alimentos –, era natural que o Plano Safra ocorresse todos os anos, porque não se sabia o que ia dar no ano seguinte, então, era justificável que o Plano Safra não tivesse um planejamento a longo prazo, e sim anual, para experimentar se realmente as coisas iam crescer como cresceram.

Mas nós deslanchamos. Não só na década de 80 já éramos autossustentáveis e já iniciávamos as exportações, mas, na década de 90, já nos efetivamos como bons exportadores. Hoje, somos um dos maiores, e talvez o maior, em muitos produtos da agropecuária em termos de exportação, só que o agronegócio foi, e a política agrícola ficou, ainda continuando no improviso de ano a ano. E, diferentemente dos Estados Unidos e da Europa e de todos os países do mundo desenvolvido, as políticas agrícolas já são planejadas com quatro, cinco anos de prazo, para que toda a cadeia do agronegócio... E o que é o agronegócio tão decantado? São as empresas que vendem os insumos, os próprios produtores rurais de todos os tamanhos, a cadeia que processa esses alimentos e os industrializa e a distribuição, transporte e supermercados, por exemplo, as lojas que distribuem os nossos alimentos. Esses quatro elos formam o agronegócio brasileiro.

Bom dia, Senador Luiz Henrique.

Então, nós precisamos, e o mundo inteiro pensa assim, desses quatro elos e de que o próprio Governo, a Conab e o Ministério da Agricultura planejem para o futuro.

Bom dia, Dr^a Rose.

Pensando nesse improviso e dele querendo sair, nós iniciamos o plano safra com o Governo Federal, fazendo uma proposta para o futuro, que foi muito bem

aceita pelo Ministério da Agricultura, pelo Ministério da Fazenda e pela própria Presidente da República e a Casa Civil. O que seria? Nós teríamos uma fase intermediária, em que começaria a contar o plano de junho de 2013 e nós iríamos até 31 de dezembro de 2014.

Então, neste plano, nós teríamos o anúncio de recursos e de investimentos para 18 meses, que dariam, praticamente, duas safras completas. Isso não significa que vai mudar a forma de pagamento. Não, nada disso! O produtor continua pagando o seu custo anualmente, apenas o anúncio dos recursos das duas próximas safras e também não só de crédito, mas também de comercialização e de seguro, então, nós já teremos dois anos anunciados agora.

Nesses dois anos, durante esses 18 meses, a ideia é nos prepararmos para uma PAC, que é a política agrícola europeia, ela tem essa sigla, PAC, mas nós teríamos também a nossa PAC, que seria uma política de quatro a cinco anos, a depender também do desejo do Governo, mas que seria lançada ainda em setembro de 2014, nós não esperaríamos terminar 2014, lançaríamos em setembro. Mas por que em setembro se todo Plano Safra é lançado em maio e junho? Porque essa é uma grande distorção que se concretizou ao longo de tempo e que não tem nada a ver com o calendário agrícola brasileiro. Então, setembro é a hora de anunciar para haver o preparo para as compras em regiões do País que plantam em novembro, em regiões do País que plantam em dezembro e em regiões que plantam até em janeiro.

Na verdade, quando o Plano Safra é lançado agora em maio, junho, a safra que vem já foi quase toda comprada, porque quando eu levo o meu produto colhido, nesse mesmo caminhão vêm os insumos para aproveitar o frete. Mesmo porque, quem compra os nossos produtos, normalmente os vende para nós, são as mesmas empresas, são as mesmas *traders* que vendem esses produtos.

Então, está havendo um desencontro de anúncios pela prática da agricultura brasileira. Quando nós falamos 18 meses, até 31 de dezembro de 2014, mas em setembro, antes de terminar, nós gostaríamos de ver lançado o próximo programa de, aí sim, quatro a cinco anos. E a cada ano se faz uma revisão, como se faz nos Estados Unidos, como se faz na Europa. Houve alguma novidade, houve alguma questão de mercado nacional, internacional? Faz-se uma revisão. Mas um anúncio de quatro anos, com um crescimento, vamos aqui imaginar, de 20% ao ano no crédito ou 10%, que o seguro seja também evolutivo, nada impede que o Governo possa revisar esses valores a mais ou a menos durante cada ano. Mas a cadeia do agro e o

mercado se acomodam, para se planejarem durante todo esse período.

Por isso nós apresentamos essa proposta.

Com relação ao seguro agrícola, o pé mais importante, a raiz mais importante desse processo é o seguro agrícola. Para vocês, Senadores, terem uma ideia, 86% do território da safra americana tem seguro agrícola, aqui no Brasil estamos com 5%, 5% ou 7%? Considerando o Proagro, que é do Pronaf, 18%; a metade disso, praticamente, em termos de valores, é da agricultura familiar, de autossustentabilidade, que tem a sua importância, mas não é a agricultura comercial.

Então, nós seguramos apenas de 5% a 7%, dependendo da conta. E isso é inadmissível numa agricultura a céu aberto, numa indústria a céu aberto, em que contamos com todo o tipo de risco, apesar de usarmos a tecnologia correta, pode faltar o sol, pode faltar a chuva, ou haver o excesso dos dois.

Eu gosto sempre de dizer que na agricultura temos 30 dias de agonia. Os 30 primeiros dias da agricultura são 30 dias de oração, de angústia, de tensão familiar, que altera até a convivência familiar, com medo do processo não ocorrer na hora certa; três dias após o plantio uma chuva, depois dessa chuva... Como se a gente pudesse combinar com Deus e com a natureza esses horários. Então, nós contamos com prazos que não dependem de nós. São prazos necessários, nós não podemos fazer nada para que eles aconteçam, a não ser esperar.

O seguro agrícola. Não podemos falar numa agricultura moderna, numa agricultura pujante que não tenha esse seguro. Eu duvido muito de que os Estados Unidos, a Austrália, a Europa pudessem produzir o que produzem hoje se não tivessem o seguro agrícola que têm. Só nós brasileiros – dizem que o Papa é argentino, mas Deus é brasileiro, ouvi isso em algum lugar, provavelmente, não tenho dúvida – porque fazer uma agricultura gigante como essa, na insegurança total é muito complexo.

Nós tivemos, na safra passada, sem ser na de 2012/13, e sim na de 2011/2012, 270 milhões de seguro. Na última safra – e também quero aqui destacar o papel da Ministra Gleisi Hoffmann –, conseguimos passar para 400 bilhões de seguro agrícola. E este ano, fizemos uma proposta de 800, porque queremos chegar na nova proposta de quatro anos iniciando-a com pelo menos 2 bilhões de seguro agrícola. Isso vai significar 50% da safra coberta, porque, na verdade, quando digo 800 milhões para este ano, é 800 mais 800, porque o produtor entra com a outra metade, o governo paga apenas metade do prêmio. Quando chegar a 2 bilhões, serão 2 bilhões do produtor e 2 bilhões do governo.

Mas o que significa esse seguro? Esclarecendo aqueles que nos ouvem neste momento: é como um seguro de um carro, você tem que pagar um prêmio do seguro. E como a agricultura é de altíssimo risco, as seguradoras cobram um prêmio tão elevado que, se o produtor for pagar sozinho, inviabiliza toda a agricultura. Ela não dá margem para o pagamento de um seguro, de um prêmio de tão de alto risco.

Gosto muito de exemplificar com o que aconteceu em um período, quando aquelas camionetes da marca Mitsubishi estavam no auge no Brasil e eram muito roubadas, as seguradoras subiram enormemente o prêmio dessas camionetes, porque justamente elas estavam na preferência dos marginais.

Então, a agricultura brasileira é, mais ou menos, como essa camionete, ninguém quer segurar com prêmio barato, porque é de alto risco e provavelmente a seguradora terá um uso exorbitante desses valores durante toda a safra.

Então, o seguro é fundamental, muito mais importante do que o crédito.

Nós tivemos, no governo anterior, um aumento nos volumes de crédito expressivo e, neste Governo, estamos tendo também aumento de crédito e a novidade de os juros terem abaixado, o que foi excepcional, crédito com juro barato.

Agora, a outra ponta, mais importante do que tudo isso, seria o seguro agrícola para os nossos produtores trabalharem em paz.

Nós também desenvolvemos alguns temas. Fugimos um pouco daquele arroz com feijão de apenas lançar o Plano Safra para os grãos, pecuária, leite, enfim. Nós também apresentamos propostas que julgamos da maior importância para o futuro da agropecuária. Por exemplo, a Dr^a Tânia vai aqui apresentar um trabalho desenvolvido com o Dr. Décio, aqui presente, que é um planejamento de defesa agropecuária para o Brasil. Mas como? Nós não temos defesa agropecuária? Não temos defesa contra aftosa? Temos, mas não é algo planejado, não é algo sistematizado e unificado por todo o Brasil.

Eu me lembro que, na última vez em que tivemos um foco, em Mato Grosso do Sul, de aftosa, por conta da divisa com o Paraguai, que atrapalha muito o Brasil, pois não combate a aftosa, alguns Estados no Brasil proibiram transitar melão, transitar abacaxi.

Então, o que acontece com a questão da sanidade? O difícil não é aparecer a doença, o complexo é como receber e atuar frente à doença. É isso que o mundo lá fora quer perceber: se nós somos ágeis, se estamos com o controle de tudo, se nós temos medidas eficazes para combater esse mal, porque isso pode acontecer esporadicamente em qualquer lugar

do mundo. O que importa é se o médico está ali para socorrer o doente.

Se eu pudesse fazer uma analogia seria essa: o médico mora a 2 mil quilômetros de distância, não há doente que sobreviva e que possa suportar. Normalmente chegará a óbito. A questão da defesa agropecuária é assim: o médico tem que estar a postos, com hospital equipado, com todos os medicamentos e com competência para enfrentar a doença do cidadão. E a defesa agropecuária brasileira não tem esse planejamento. É também um grande imprevisto.

Se o Governo nos chamar hoje e perguntar: quanto custa a defesa agropecuária com exatidão? Mostrando nos papéis, quanto custa por cabeça combater a aftosa? Infelizmente não temos esses números. Não tínhamos esses números.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Aliás, Senadora, todo ano, e nós aqui sabemos, manda-se um recurso pequenininho, no orçamento, para defesa animal e vegetal. Somos um País que tem um superávit da balança comercial em cima do agronegócio, e todo ano tem que se brigar para aumentar esses recursos orçamentários.

Desculpe-me interrompê-la, mas era um registro importante.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Não, agradeço este comentário, porque, na verdade, os países que importam carne do Brasil não deveriam nem vir aqui fiscalizar o que está acontecendo, basta olhar na Internet a execução orçamentária da defesa agropecuária, que vai ver que não há investimentos suficientes.

Um ponto importante que colocamos quando apresentamos esse projeto para o Governo há duas semanas é que possamos nos preocupar com os Estados que têm menor rebanho, como, por exemplo, Estados do Nordeste e Estados do Norte, porque, na verdade, a política local não se interessa em gastar – tem tantas outras coisas para gastar o dinheiro, e já é pouco recurso que os Governadores têm, e a pecuária não significa quase nada para esses Estados – e não faz um combate sistemático. Lá fora, ninguém quer saber disso. Quer saber o Brasil fora da febre aftosa como um todo, do Oiapoque ao Chuí.

Então, o que o Governo precisa fazer? Financiar – e apresentamos essa proposta que foi amplamente discutida e aceita – esses Estados em que os Governos não estão investindo para que possamos ter uma situação sistêmica, uma situação geral de combate à aftosa, uma situação que não prejudique as nossas exportações. Então, unificar isso é da maior importância, e perseguir, para quer possamos chegar ao *status* de livre da febre aftosa sem vacinação, para que possamos entrar nos Estados Unidos e no Japão.

Também apresentamos um programa de armazenagem. Me pergunta hoje a imprensa: qual seria o ponto mais importante para melhorar a *performance* dos portos? Armazenagem. “Mas estamos perguntando dos portos.” Repito: armazenagem. Porque o que comprime os portos é a falta de armazenagem. Os americanos têm 150% de armazéns para uma safra de 100; nós temos 70% de armazenagem para uma safra de 100. Por que precisa de 150% ou 200%? As pessoas imaginam que a safra sai da fazenda e vai direto para o porto. Não! Essa safra anda por lugares até chegar ao seu destino. Nem toda safra fica paradinha, estática, no mesmo armazém. Essa troca e essa substituição vão acontecendo durante o período de comercialização.

A nossa proposta são juros baixos, claro, com prazo longo, para que possa viabilizar a construção de armazéns nas fazendas. Nos Estados Unidos, hoje, 50% dessa armazenagem é dentro das fazendas; aqui, no Brasil, apenas 15% dos armazéns estão dentro das propriedades rurais. Precisamos reverter essa situação porque se ganha duplamente: o Brasil, por não contingenciar os portos, por não comprimir os portos; e o produtor, que fica com mais tranquilidade para comercializar a sua safra, sem pressa de ter que entregar justamente para os armazéns daqueles que lhe emprestam o dinheiro, que são as *tradings*, e valorizá-la, que é o mais importante, Senador Luiz Henrique. Isso é da maior importância.

Os armazéns gerais, os armazéns governamentais são importantes, mas fizemos uma proposta de que mesmo esses armazéns governamentais possam ser feitos através de PPPs administrados pela iniciativa privada, como, por exemplo, no Nordeste. O sul do Maranhão, sul do Piauí, oeste da Bahia, leste do Tocantins, que é uma grande fronteira agrícola, precisam ter esses armazéns de estoque, justamente para atender o Nordeste em caso de necessidade. O Nordeste hoje está passando por dificuldades terríveis com a ausência do milho para manter os animais, causando até mesmo a morte deles, pela concentração desse milho no centro-sul do País e a ausência de caminhões, que estão ocupados com a safra do centro-sul e não têm condições de levar o milho até o Nordeste, apesar de que o Governo colocou os recursos à disposição. Então, o Nordeste passou por uma dificuldade terrível, pela qual não pode mais passar. É uma responsabilidade de todos nós, brasileiros, não deixar que isso se repita.

Esses armazéns, fora as cooperativas... Digo dentro da fazenda e fora, porque as cooperativas, os grupos, os condomínios deverão também se unir para fazer a sua armazenagem.

Outro programa que apresentamos foi um programa de inovação e pesquisa, junto com esse novo Plano Safra, cuja característica, na verdade, é prazo e seguro, mas estas questões são importantes: defesa agropecuária, armazenagem e inovação. “Mas a inovação não está acontecendo? Vocês não decantam tanto a Embrapa e as instituições de pesquisa?” Sim, mas o Brasil investe menos de 1% do seu PIB em pesquisa, e o agro, o seu oxigênio não é recurso, o oxigênio do agro é justamente a inovação. É isso que faz com que possamos morar debaixo do mesmo sol, enfrentar a mesma carga tributária, as mesmas estradas, os mesmos portos e ser mais competitivos do que outras indústrias no País. A nossa característica, o que nos difere... É claro que mercado importa, mas o que nos difere de alguns setores da indústria brasileira que estão sempre em dificuldade é a falta de modernização, investimento, inovação e pesquisa.

Então, não podemos perder essa característica fundamental. Precisamos fortalecer as entidades de pesquisa dos Estados, equipar e trazer custeios para essas entidades – não esquecer da Embrapa, das instituições federais –, mas também uma novidade que nós apresentamos: financiar a empresa privada. Há muitas empresas de máquinas e implementos – como a Jato, eu gostaria aqui de citar –; quem vai ao Agrishow vai lá encontrar muitas empresas que estão no Brasil pesquisando com recursos próprios. E às vezes isso tudo vai demorando, implementos importantes, de agricultura de precisão; então nós fizemos, a CNA fez um amplo trabalho de oito meses por todo o Brasil, e distribuimos questionários por todas as regiões produtoras perguntando aos produtores e pesquisadores: do que você precisa para os próximos vinte anos? É um trabalho maravilhoso, porque só quem está na lida do dia a dia, e na hora de fazer fala assim: “Meu Deus, como é que eu resolvo esse problema?” É a pesquisa e a inovação. Então, essas pessoas responderam a sua dificuldade do dia a dia. Não foi o pesquisador que decidiu e que vai decidir sozinho.

Nós apresentamos esse trabalho ao Governo na agricultura, na pecuária. Vou dar um exemplo do pessoal do café. Nós temos dois tipos de café no Brasil: o café plano, plantado na planície; e temos o café de morro. O custo do café de morro é quase que o dobro do café normal, do café do plano, porque é intensivo de mão de obra. E o café plano colhe-se com colheitadeira. No morro não tem jeito, a colheitadeira vira e cai. Então, o que é que eles gostariam? Eles gostariam – já está sendo pesquisado isso, é uma coisa muito rudimentar – uma colheitadeira meio que manual para colher o café de morro para baixar o seu custo.

Temos que lembrar que 50% do café brasileiro – e nós somos o maior produtor e o maior exportador do mundo – está plantado no sul de Minas, por volta de Varginha, Cooxupé, e também no Espírito Santo, e que estão praticamente inviabilizados por conta deste alto custo de mão de obra, porque é tudo colhido à mão. O sabor é melhor, o café fica de mais qualidade, mas não adianta isso acontecer e o produtor quebrar, vamos dizer assim, com a expressão mais popular.

Assim, nós apresentamos esse trabalho de inovação, de financiamento de inovação e pesquisa, com juros satisfatórios e prazo para também a iniciativa privada, para que a gente possa criar uma massa crítica enorme das instituições federais, estaduais, privadas, fazendo pesquisas especialmente na área de agricultura de baixo carbono e principalmente na agricultura de precisão, que é o que o Brasil vai necessitar.

E, por fim, o último programa, que não vamos aqui apresentá-lo hoje totalmente porque o nosso representante da CNA esteve aqui um dia desses apresentando a questão do leite, mas o leite ainda é um dos produtos que está fora daquela situação de produtividade, de excelência do agronegócio brasileiro. O leite está perdendo para a Argentina, está perdendo para o Uruguai, está perdendo para a Nova Zelândia e empobrecendo enormemente os nossos produtores. É quase que uma atividade social. Um milhão e trezentos mil produtores produzem leite no País, dos 5 milhões, sendo que 850 mil são produtores comerciais, que vendem desde 10 litros – imagine que há gente que vende 10 litros – até mais de 500 litros.

Quando eu digo produzem apenas 10 litros, ficamos preocupados com isso porque a competitividade, a produtividade realmente é muito baixa e essas pessoas quase não têm renda nenhuma. Então, nós apresentamos um programa para que o Governo abraçasse a bacia leiteira brasileira e para que nós pudéssemos reverter essa situação. A média nacional por vaca/ano é 3,8 litros, sendo que na Argentina, no Uruguai, passa-se de 20 litros; ou determinada classe A deles é de quase 40 litros. E vou dizer antes que alguém fique preocupado, “e o meu Estado, onde é que está nisso?”, de todos os vinte e sete Estados, apenas oito estão acima da média nacional. Quem é o máximo no Brasil? Rio Grande do Sul, que produz 6,2 litros. Assim, o maior em produtividade nacional é o Rio Grande do Sul, com 6,2 litros; não chega a 10 litros.

Portanto, nós precisamos reverter essa situação, porque nós estamos empobrecendo os nossos laticínios...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora, é bom dizer que se está falando de média, gente. Porque nós temos uma quanti-

dade muito grande de gente que pratica... É o que nós chamamos lá no Mato Grosso do Sul de vacas leiteiras, que entram nessa estatística também.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – É, mas não é muito animador não, Presidente. Eu vou dizer um número aqui que V. Ex^a vai ficar impressionado: de 850 mil produtores que vendem leite, comercializam o leite, só há 9 mil produtores que produzem acima de 500 litros. Isso é uma notícia terrível, em termos de produtividade, em termos de competitividade, em termos de custo de produção. Produzir menos de 200 litros, do ponto de vista de plano de negócio, não enquadra, não dá rentabilidade.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senadora, não vamos iniciar o debate, mas, nós do Mato Grosso do Sul, tivemos uma experiência: começamos a fazer inseminação artificial, isso já há algum tempo. Com isso se melhora o plantel, aumenta a produtividade e, quando você aumenta a oferta – esse é o nosso problema, num país continental –, você deprime preço, sem falar que leite e produtos lácteos são os produtos mais protegidos no mundo, você não consegue exportar.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – É muito protegido. Então, nós temos um problema: se produzirmos muito, temos dificuldade na exportação; ao produzirmos muito, nós deprimimos o preço do produto, que já é pequeno e tem dificuldade. Mas não quero interrompê-la.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Mas nós tivemos esse cuidado e essa preocupação. A nossa projeção é de melhoria do rebanho. De 100 vacas, salvam-se 20, em termos de possibilidade de continuar no plantel. Oitenta por cento deveriam, em tese, ser descartadas – ou vendidas ou para o abatedouro.

O que acontece? Estamos tendo um crescimento maior de consumo do que a produção nacional. Então, estamos sendo importadores de leite. Embora seja uma quantidade pequena, quando ela entra da Argentina e do Uruguai, desbalanceia o mercado e os preços caem, causando a maior confusão. Nos próximos dez anos, deveremos dobrar a importação de leite se não fizermos nada, porque a tendência do nosso leite está sendo diminuída, pois, por conta da falta de competitividade, os produtores estão saindo do ramo, e as nossas importações aumentando. Então, estamos calculando exatamente a sustentabilidade, como fizemos há quarenta anos. Tem-se que ter muito cuidado com o que o Moka falou, porque, de repente, você veste um santo e desveste o outro, mas estamos trabalhando no limite da sustentabilidade nacional, da quantidade, para que

o Brasil não precise importar um só litro de leite de nenhum país, para depois imaginarmos as exportações.

Estamos com um escritório na China, a CNA, levando carnes, café, enfim, outros produtos. Para nossa surpresa, como sabemos que o leite não tem competitividade e nem quantidade para exportar, fomos surpreendidos na China com uma avalanche de solicitações sobre o leite. Eu me animei, voltando da China, de que pudéssemos fazer um grande programa e que pudéssemos reverter. Esse programa consiste de coisas simples: assistência técnica e qualificação profissional, em primeiro lugar. Os nossos produtores estão abandonados desde que a assistência técnica nacional acabou, há alguns governos, apenas funcionando em alguns Estados, com falta de recursos. Com raríssimas exceções, as extensões rurais estão funcionando no País. Então, apresentamos ao Governo uma agência de extensão rural para que pudéssemos formatar políticas públicas nos Estados e que isso tudo pudesse ser otimizado, e o leite como uma prioridade nacional, para que possamos reverter economicamente essa situação em que nos encontramos hoje.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, permite-me fazer uma pequena pontuação com relação à fala da Senadora Kátia Abreu, sobretudo em relação ao leite? Imagino que V. Ex^a esteja dando uma contribuição ao Governo Federal, através do estudo que foi feito pela CNA, em relação à melhoria da produtividade da bacia leiteira. Eu queria indagar à senhora, em rápidas palavras, se foi inserido, na proposta que está sendo encaminhada ao Governo Federal, que, fundamentalmente, para melhorarmos a nossa produtividade, o Governo tem de proporcionar um incentivo, sobretudo linhas de crédito aos pequenos e médios, pelo fato de que o maior problema que temos no Brasil – falo particularmente pelo meu Estado do Mato Grosso – é a questão de que as áreas desses sítiantes, pequenos produtores de leite, estão totalmente sem condições de fornecer o pasto, ou seja, estão deterioradas, essas áreas. Ou seja, se não tivermos linhas de financiamento, subsidiadas, se possível a custo zero, para comprar o calcário ou o fosfato, não vamos ter nunca, porque estão totalmente descapitalizadas, a maioria absoluta está descapitalizada. Nesse caso, estou apenas dando a minha opinião a V. Ex^a, que tem um conhecimento profundo do assunto.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – É perfeita sua observação, seu comentário é muito apropriado. Na verdade, quando falo de assistência técnica e qualificação profissional, é muito mais na área da iniciativa privada. Nós que vamos fazer isso, juntando os S, juntando os laticínios e até o Pronatec, do MEC. Nós recebemos a autorização de negociar uma faixa

do Pronatec para o leite, foi uma sugestão da própria Presidente. E o Governo entraria com – é a nossa apresentação ao Governo – três, quatro faixas de produtores rurais, o Governo financiando praticamente a juro zero – é a nossa proposta – os tanques de resfriamento, que são uma obrigatoriedade da Instrução Normativa 62, ou o produtor não pode vender, que é da qualidade do leite, as ordenhadeiras mecânicas e a fertilização, a produção de alimentos para esses animais, porque não basta fazer genética, tem que ter alimento, e não basta o alimento sozinho, tem que ter genética. Já estamos encaminhando à ABCZ uma proposta para que possamos, quando começar todo o programa, financiar novos sêmens para os produtores para colocar nos animais, através dos laticínios, com um pagamento já direto na arrecadação do leite. Então, amarramos todo o programa na área de assistência técnica, qualificação e também crédito.

Estamos tentando negociar com os laticínios um pagamento especial para esses produtores que participam, e já existem alguns laticínios grandes no País que praticam isso, para aqueles produtores que têm excelência, que cuidam da qualidade do leite e que têm uma regularidade anual, porque esse é o grande problema brasileiro... Temos leite seis meses no ano, mas nos outros seis meses não temos. Então, em seis meses do ano o preço cai, em seis meses do ano o preço sobe. Em seis meses do ano, quase que o laticínio quebra, porque falta leite, porque os produtores não produzem alimento para a seca. Então, toda essa cadeia foi observada e fizemos essa apresentação.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Presidente, Senadora Kátia, não sei se pode ou não uma pergunta agora, para não perder o lance.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Senadora já pegou cinco minutos de cada uma das quatro expositoras.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – É que é tão importante!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – É claro. É porque, na verdade, é uma conversa mesmo. A Senadora Kátia Abreu apresentou uma proposta. A primeira coisa, isso não é... A Senadora tem um perfil, e acho isso importante, tão forte, que alguém pode estar nos ouvindo e achando que esse é o Plano Safra do Ministério da Agricultura. É uma proposta, uma proposta da CNA para o Ministério da Agricultura.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sei que a Senadora Kátia Abreu é um sucesso. Ela é... Lembro que, desde quando eu era Deputado Federal, nos anos 80, ela já chegava aqui no Congresso

Nacional como representante da federação dos agricultores, do agronegócio, no Tocantins. Desde aquela época, menina – e continua ainda –, já trabalhava na área. Então, entende tudo.

Tivemos uma missão, agora, em novembro, na China, Brasil-China, de Parlamentares. Quando chegamos, todos sabiam, em Xangai, Pequim, em todos os lugares, da Kátia. “A Kátia andou por aqui há uns 15 dias.” Todos sabem na China. Então, é uma coisa fantástica.

Para não perder o lance, fiquei preocupado. Para nós, catarinenses, até 200 litros se torna antieconômico. Fiquei olhando para o Luiz Henrique aqui. Para o minifúndio, para nós, no Estado, até 200 litros diários se torna antieconômico. Quem está escutando, quem está assistindo fica preocupado. Como vamos encontrar uma saída? Não sei se vamos ter que ter... Se entrar o do Uruguai, entra o da Argentina, e temos... Temos que, não sei, ter uma organização, um controle de produção no Brasil para ver como estamos, para aumentar a produtividade. Os que querem usar plantéis, querem criar, querem aumentar vão poder, mas tem que ter alguém que autorize isso, como é a concessão de televisão, de rádio, que passa por uma agência, para que os aventureiros, quando tiver alto o preço, não coloquem 500 vacas e acabem trazendo um grande problema social para produtores com 100 litros ou 200 litros por dia. É uma questão social. Assim que entrar nesse... Acho que isso é importante, me parece, para nós, e termos o controle de produção, para saber se vai faltar, e da produtividade, para não ficarmos nessa situação. Os aventureiros podem entrar, pegar o dinheiro financiado barato do Governo, mas não são da área e, depois de dois e três anos... E os pequenos ainda perdem. Apenas para não perder o lance.

Afora as questões importantíssimas que vi a Senadora aqui levantar, mas não é o momento agora.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Senador, quando estamos falando de 200 litros, estamos falando de uma *performance* atual. Precisamos reverter essa situação, melhorar a competitividade, melhorar a produtividade desses produtores. Quando falamos em 200 litros estamos falando, no máximo, de 20 vacas, porque são 10 litros por vaca, que dariam os 200 litros, em produção e lactação, mas isso não significa que a nossa meta é produzir mais de 200 litros por dia cada produtor, porque temos as limitações diárias. O nosso objetivo não é quantidade, nosso objetivo é competitividade, é produtividade, baixar o custo dessa propriedade. Na atualidade, a média nacional não se enquadra, por isso temos que tomar providências hoje, porque, se não tomarmos, cada produtor vai saindo do mercado e vamos nos tornando maiores importado-

res. Então, a proposta é justamente esta: melhorar a *performance* dos produtores.

Como pensamos em trabalhar? Junto com os laticínios, com as linhas de leite. As melhores pessoas para informar, além dos sindicatos rurais espalhados pelo Brasil e pelas cooperativas, onde estão os produtores de leite que precisam entrar e melhorar a *performance* é o próprio laticínio, que busca o leite na sua horta. Estamos trabalhando em parceria com os laticínios. Na semana que vem, na CNA, estamos reunindo os dez maiores do país para amarrarmos essa parceria entre todos eles para melhoria, especialmente os cinco Estados do Brasil – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais e Goiás – onde será o foco inicial principal, onde se produz quase 80% do leite nacional. É o nosso foco inicial.

Com relação ao controle da quantidade de leite, a melhor forma de controlar tudo isso é controlando o crédito. Então, o Governo tem um instrumento, qualquer governo tem um instrumento precioso. Não é preciso dizer para o produtor não produzir mais de 20 litros ou mais de 30 litros, porque isso está no seu livre arbítrio, mas o Governo pode controlar com crédito: só financia até tantos litros ou até tantos hectares de soja ou tantos hectares de arroz. É uma forma. Se o Governo precisa de mais arroz, financia o dobro para quem quiser plantar nesse ano. Então, o crédito é uma forma democrática de controle para estabilizar o mercado.

Por último, a irrigação. Trinta milhões de hectares irrigáveis no País. Esse é o potencial brasileiro. Só irrigamos cinco milhões de hectares. A nossa proposta seria, nos próximos dez anos, dobrarmos a área irrigada no País, mais cinco milhões de hectares. Aumentaríamos o valor bruto da produção em R\$17 bilhões apenas irrigando as nossas áreas. Temos um potencial extraordinário, especialmente na Região Centro-Oeste, no vale do Araguaia, onde está Mato Grosso, Tocantins e Goiás. É o maior potencial nacional de irrigação.

O mais importante desse processo de irrigação é que 90% dos recursos da irrigação são privados. O Governo entra apenas com 10% de infraestrutura. Já é assim nos cinco milhões atuais. Como é dinheiro privado? O produtor vai ao banco, financia, faz a sua irrigação e paga. Então, é superviável que isso aconteça apenas disponibilizando crédito. Também vimos muita simpatia por parte do Governo nessa pretensão de aumentarmos a irrigação.

Precisamos aumentar a produção, produtividade. Não podemos desmatar. Qual vai ser a mágica? A irrigação é uma delas. A irrigação e a agricultura de baixo carbono. É tirar mais produção do mesmo espaço de terra.

E o café? Queremos ter a Starbucks brasileira. Vamos ter a Starbucks brasileira. Não consigo mais viajar por esse mundo afora vendo a Starbucks no mundo inteiro, e nós somos o maior produtor e exportador do mundo. Doze por cento do que a Starbucks vende já é nosso, só que ninguém sabe. Quinhentas lojas na China. São quinhentas lojas da Starbucks na China. É a coqueluche chinesa tomar café. É uma característica ocidental que está na moda na China. O que acontece? O bebedor de café na China é o jovem de 17 a 30 anos. As Starbucks estão cheias de meninos e moças tomando café. O consumo de café na China está crescendo 30% ao ano. “Mas isso é muito grande!” Não é!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Vamos estimular que eles comam um bifezinho de carne bovina.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Vamos. Estamos trabalhando as carnes na China, o suco de laranja, o algodão e o café.

O café é curioso. O mundo inteiro bebe, em média, 250 xícaras por ano; o Brasil, 850; a Argentina, um pouco mais do que nós. A Finlândia bebe mais no mundo, 1.200 xícaras. A Coreia, 350 xícaras por ano. Quem adivinha quantas xícaras a China bebe? (Pausa.) Três. Cada chinês bebe três xícaras apenas por ano. Imaginem se esse povo beber 20. Então, é um mercado enorme! Não podemos perder a oportunidade de ter uma grande marca brasileira aqui dentro e lá fora. Estamos trabalhando com a Apex, o Ministro Pimentel, do MDIC. Falamos pessoalmente com o Governo, na Casa Civil, para que possamos trabalhar essa marca, fazer um *marketing*. Isso é a iniciativa privada que vai tocar, o que nós precisamos é fazer a política pública para que empresários possam assumir essas redes, assim como estamos trabalhando com as churrascarias brasileiras. A nossa intenção é ter 200 churrascarias brasileiras, na China, vendendo churrasco de rodízio. Já estamos com 39. Um grupo já tem cinco e vai ampliar para 39. Estamos apenas fazendo a intermediação, ajudando e organizando a forma de implantação e de financiamento para que possamos adotar esse hábito de consumo na China. A carne chinesa praticamente é toda vinda da Austrália, e precisamos reverter essa situação.

Então, encerro por aqui.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Senadora Kátia, me permita um aparte...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Claro.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – ... com a devida vênia do Sr. Presidente, Waldemir Moka.

Queria fazer uma proposta a V. Ex^a, até pelo seu dinamismo – é uma verdadeira revolução que a senhora está propondo fazer –, em relação à questão

da política de irrigação. Temos um fundo na Região Centro-Oeste do Brasil que é o Programa Irrigar. Com o advento da Constituição de 1988 foi criado esse fundo. Todavia, por dados do próprio Tribunal de Contas da União, praticamente nada está sendo usado. Acho que é um escárnio. Queria fazer uma proposta a V. Ex^a de se promover um grande fórum, debate, convidando as autoridades governamentais de cada Estado, sobretudo governadores, secretários de agricultura, para falar que temos um farto recurso que não está sendo usado há tempos.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Bem lembrado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – O próprio Tribunal de Contas da União tem cobrado os investimentos, através do Ministério da Integração Regional, na medida em que é constitucional. Isso, com certeza, pode até melhorar essa política que V. Ex^a diz da produtividade, de ocupar a terra por duas ou três vezes. Então, é uma fonte de recursos grande.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Maravilhosa.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Temos muito dinheiro. Gostaria de solicitar a V. Ex^a até que provocasse um fórum, um debate em relação a esse assunto que estou propondo.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Vou verificar. Ótima ideia.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Acho que os governadores não estão dando o devido valor a esse recurso bastante grande que temos à disposição, através do Governo Federal. Essa é a minha participação. Prometo que não vou fazer mais nenhum aparte.

Obrigado.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Obrigada pela sugestão. Foi bem lembrado. Não tinha me lembrado dele.

Encerro aqui. A Dr^a Rose vai, se o Presidente permitir, dar continuidade especificamente à política agrícola.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não, Senador.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu gostaria muito de ouvir a Dr^a Tânia e a Dr^a Rose, mas esta Casa é uma loucura. Nós temos que ter o dom da ubiquidade, e eu relato, daqui a pouco...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Onipresença.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – ... um projeto na Comissão de Relações Exteriores. En-

tão, eu só queria fazer uma pequena intervenção, Sr. Presidente, se me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Embora Abreu seja nome familiar, de origem portuguesa, Kátia é um nome russo. Kátia, na verdade, não é um nome, é um diminutivo; o nome é Catarina, e Kátia é uma pequena Catarina, uma Catarinazinha. Só que esta nossa Kátia não é diminutivo... (*Falha na gravação.*)... orgulho de ter como colega alguém com a dimensão, com o patriotismo; alguém com a visão de futuro da nossa querida colega, Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Obrigada, Senador.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – E eu vou me referir apenas a um dos aspectos deste programa maravilhoso que a CNA, por seu intermédio, está apresentando: a sanidade animal.

Acho que esse tem de ser um esforço coletivo, não só do Governo Federal, mas dos governos estaduais e locais. Evidentemente, isso passa pelo novo Pacto Federativo. Os Estados e os Municípios não podem ficar com um terço da receita nacional.

Como é que nós estamos fazendo um esforço sobre-humano, em Santa Catarina, para manter o nível de primeiro mundo em termos de sanidade animal? Nós temos uma instalação no Porto de São Francisco de exportação de grão. Todos os recursos dela vão para a sanidade animal, e não são poucos os recursos. Isso nos permite ter uma frota moderna, isso nos permite ter um conjunto de veterinários e de técnicos muito acima da média nacional e isso nos levou a receber, em Paris – eu tive orgulho de recebê-lo –, o certificado de único Estado brasileiro livre de aftosa, sem vacinação.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Barreiras fortes.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Nós estabelecemos barreiras fortes. Na fronteira com outros Estados, os automóveis, quando chegam, são lavados. Nós temos toda uma estrutura de prevenção. E isso precisa ter no Brasil.

Mas eu quero dizer que não basta o esforço federal. É preciso que o Orçamento Federal, sim, fortaleça a sanidade animal e que nós tenhamos um Orçamento que permita uma intervenção forte, mas é preciso que, dentro de uma nova modelação federativa, os Estados e Municípios tenham recursos para isso.

Parabéns pela visão da nossa pequena grande Kátia!

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Obrigada, Senador. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – É importante dizer isto. Todo ano sou um dos que discute a falta de recursos no Orçamento para defesa animal e vegetal, e o pior: o pouco que é colocado ainda é contingenciado, o que é um absurdo, porque você tem que tratar isso como um recurso que vai prevenir doenças. Esse é um assunto para o qual a gente precisa dar uma importância maior. Não adianta ter o recurso contingenciado, porque os Estados ficam a mercê da...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Quem sabe fazemos uma audiência pública, aqui, especificamente sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Acho muito interessante e válido.

Vou passar rapidamente à Dr^a Rose.

Na verdade, Senadora Kátia Abreu, as duas técnicas vão colocar números, mostrar para os Senadores onde está a modificação da proposta, mas V. Ex^a fez já uma abordagem política, e fica difícil conter as intervenções, até porque, ao fazê-las, estimulou esse debate, o que é muito importante.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Tenho uma sugestão, Presidente, se o senhor me permitir. Partindo da sugestão do Senador Luiz Henrique, poderíamos, em outra oportunidade, discutir apenas defesa, e a Dr^a Tânia participaria nessa próxima oportunidade, porque o assunto dela é só defesa. Poderíamos trazer mais duas pessoas para discutir a defesa agropecuária no País, com a riqueza de detalhes do que é necessário, aproveitando esse requerimento e essa sugestão do Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadores, a proposta da Senadora Kátia Abreu é que a Dr^a Tânia Lyra, que é especialista exatamente nessa parte de defesa de sanidade agropecuária, viesse, então... Vamos ouvir a Dr^a Rosemeire para que a gente possa estabelecer o debate logo em seguida, mas ela viria para uma próxima oportunidade, embora eu não seja o Presidente, o nosso Presidente é o Benedito de Lira, que, aliás, está em uma audiência que não pôde ser adiada.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Se tivéssemos duas líras, seria uma manhã musical.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Já me comprometo aqui de organizar com a Dr^a Tânia para que façamos uma audiência em que iríamos discutir essa questão da defesa agropecuária.

Então, com a palavra a Dr^a Rosemeire dos Santos.

A SRA. ROSEMEIRE CRISTINA DOS SANTOS
– Obrigada, Senadora Moka.

Cumprimento todos os Parlamentares presentes, Senadora Kátia Abreu e demais Senadores.

É bastante importante a oportunidade que a gente tem para discutir as proposições para a agropecuária brasileira, no momento em que a gente está decidindo como será a próxima safra de 2013/2014.

Para estruturar essa apresentação, dividimos em três partes. Primeiro vamos analisar a demanda por recursos, depois a oferta de recursos, que é bastante importante na hora de discutir o plano agrícola e pecuário, e as proposições que a CMA trabalhou.

Esse índice CRB traz a expectativa de preços com relação à safra passada. A gente mostra que, quando a safra foi plantada, em 2012, os preços estavam bastante valorizados. Então, tivemos um incremento bastante grande, principalmente das culturas de soja e milho: a soja cresceu 23%; o milho, 4,23%; e a área de grãos cresceu 4,1%.

O valor bruto da produção também em crescimento, em função tanto do aumento da produção como do aumento da safra, da colheita de cereais, fibras e oleaginosas, partindo de R\$395 bilhões para R\$440 bilhões. O resultado da safra é positivo; na maioria das regiões nós tivemos uma rentabilidade boa. Esse gráfico mostra a cobertura dos custos de produção, os preços mínimos e os preços de mercado, revelando que foi um ano bastante importante para o produtor.

Mas tivemos algumas intercorrências. Tivemos aumento dos preços dos insumos, principalmente defensivos e fertilizantes – o diesel também subiu 10,5%, impactando nas operações e nos custos de produção; tivemos gastos extras com pulverizações – pragas novas surgindo, o caso da *helioverpa* na região oeste da Bahia agravou bastante o custo de produção nessa região. Houve perdas de safra consideráveis em algumas regiões do oeste da Bahia, principalmente em função do clima e de pragas e doenças.

Mas, de forma geral, nós tivemos um cenário estável para a maioria das culturas, com exceção do algodão e pecuária. Por que a pecuária? Como o preço da soja e do milho disparou, a rentabilidade de aves, suínos e leite caiu bastante, prejudicando essas cadeias produtivas.

Funding de financiamento: a gente observa que tem aumentado o recurso dos bancos no financiamento. O recurso próprio do produtor também, considerando o cenário de boa rentabilidade, melhorou.

E as *tradings* têm reduzido a participação nesse **funding** de financiamento. Por quê? Primeiro, porque o recurso no setor externo está caro e difícil, porque ainda não superamos a crise econômica iniciada em 2008. Melhoraram alguns índices nos Estados Unidos, melhoraram alguns índices na União Europeia, porém

ainda há uma expectativa de crescimento muito lento na economia mundial e isso afeta a oferta de recursos, reduzindo a disponibilidade das *tradings*.

Estimativa de safra: a gente observa que deve haver um aumento de produção mundial por conta do bom desempenho da safra norte-americana, embora haja controvérsias. Nos Estados Unidos ainda há regiões com problemas de clima e isso pode interferir na produtividade das lavouras norte-americanas.

Então, o clima seco ainda é uma preocupação. Não estão descartadas possíveis perdas no hemisfério norte. E, se confirmadas essas perdas, nós teremos um cenário de safra muito parecido com a safra 2012/2013. Porém, se não tivermos um cenário de queda, projetamos uma redução da rentabilidade das principais culturas. No caso da soja, cairíamos para uma rentabilidade próxima a 17%, 18%.

Demandas por recursos: considerando todo esse cenário, a demanda por recursos é da ordem de R\$191 bilhões, considerando o custeio de todas as atividades agropecuárias. A gente faz uma proposta de R\$132 bilhões, considerando que nesse *mix* haja participação de recursos do produtor e também um percentual de recursos de cooperativas de *tradings* que o produtor comercializou antecipadamente um pequeno percentual já dessa safra 2013/2014.

A oferta de recursos segue estável e positiva. Esse gráfico demonstra os depósitos à vista nos bancos. Parte dos recursos que vai para o crédito rural vem desses depósitos à vista e a gente observa aqui que é um cenário de crescimento da oferta.

Cenário de inflação: também é preocupante. O que tem a ver o cenário de inflação com oferta de crédito? Se a inflação continuar pressionando – e já há uma expectativa de estourar a meta do governo –, a tendência é de se ter uma política monetária menos restritiva. E aí nós teríamos maior oferta de recursos.

Limites de crédito para o produtor: atualmente o produtor pode financiar R\$800 mil por cultura e, se ele plantar soja e milho, por exemplo, ele pode chegar a R\$1,3 milhão. Considerando um aumento médio de 18% no custo de produção, a gente sugere que esses limites de crédito sejam elevados para R\$1 milhão. E, no caso de o produtor plantar duas safras, para R\$1,7 milhão...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Mas aí é individual?

A SRA. ROSEMEIRE CRISTINA DOS SANTOS – É um limite individual por CPF, por cultura.

A justificativa é o aumento médio dos custos de produção. A gente demanda também uma regionalização dos limites de créditos, porque o custo de produção no Centro-Oeste é muito maior do que o custo

de produção na Região Sul do País. Se considerarmos preços de fertilizantes, mão de obra, no Centro-Oeste é maior do que no Sul.

Então, o produtor do Centro-Oeste demanda mais recursos do que o de outras regiões.

O aumento dos custos de produção, só para ilustrar, vem seguindo nos últimos meses e tem disparado nos últimos dois meses, por conta de já ter iniciado a comercialização de insumos para a próxima safra.

Nós pleiteamos também a redução da taxa de juros para 4,25%. Hoje, ela é 5,5%. Qual é a nossa expectativa? Considerando o cenário macroeconômico atual, o Governo conseguiria chegar a pelo menos 4,75%.

Preços mínimos:

– Revisão de preços mínimos.

– Regionalização dos preços mínimos do café.

Por que revisão dos preços mínimos? Nós tivemos aumento dos custos de produção, e a expectativa é de que o preço mínimo esteja bastante próximo aos custos de produção, com o objetivo de garantir uma certa remuneração para as atividades econômicas. A partir do momento em que houve aumento nos custos de produção, é preciso que haja a correção desses preços mínimos.

No caso do café, nós vamos mais além. Além da correção do preço mínimo, é necessária uma regionalização desses preços, porque nós temos tecnologias muito diferentes. Nós temos o café de montanha, que é pouco mecanizado, tem muita mão de obra, e isso acaba encarecendo bastante. Para se ter uma ideia, cerca de 40% do custo de produção dessas áreas são em função de mão de obra. E existe o café mecanizado, na área de Cerrado, em que o custo de produção é muito menor. Então, não posso ter a mesma política para tecnologias e rentabilidades diferentes.

Então, a gente faz a demanda de se ter um preço mínimo regionalizado para o café.

Com relação ao Programa ABC, na nossa avaliação, é um dos melhores programas que o Governo criou nos últimos anos, um programa bastante positivo, e tem evoluído. A CNA trabalhou bastante no sentido de capacitar técnicos, elaboradores de projetos e analistas de projetos, com objetivo de aumentar a contratação desses recursos. Pleiteamos R\$4 bilhões para o programa, com uma redução de taxa de juros para 4%.

Boas práticas agropecuárias: é uma outra sugestão de programa com forma de contratação igual à do ABC, com objetivo de melhorar as boas práticas agropecuárias. É um desafio, hoje, que o setor agropecuário tem. Nós já crescemos bastante em termos de área, passamos por um processo de consolidação. E essa consolidação exige a implementação de boas

práticas agrícolas nos sistemas produtivos. E aí essas melhorias passam ou por melhoria de processos ou por melhoria de produtos. E, então, eu preciso de investimentos tecnológicos, qualificação de mão de obra, e isso demanda recursos dos produtores.

Então, um programa de boas práticas agrícolas, semelhante ao ABC, mas com uma elasticidade maior, com prazo de cinco anos, com crédito rotativo, que permita ao produtor fazer essas adaptações, seria o ideal hoje.

Plano Nacional de Armazenagem: o Brasil tem um déficit de armazenagem por conta da expansão – a agricultura tem crescido muito mais do que os investimentos no setor. E a gente observa que países como os Estados Unidos têm uma relação de 1,2 em termos de produção e capacidade estática de armazenagem. O Brasil tem 0,8. A gente produz em torno de 184 milhões toneladas, com uma capacidade de 143.

Outra deficiência: nos Estados Unidos, a armazenagem na fazenda representa 55%; no Brasil, 13,6%.

Por que o produtor tem que ter armazenagem na fazenda? Para aproveitar melhor os períodos de boa comercialização do produto e evitar a pressão sobre os portos.

A gente observa que o produtor, hoje, comercializa a safra muito antecipadamente. Então, quando se comercializa a safra antecipadamente, se colhe, tem que entregar. E isso gera uma pressão logística bastante grande. A gente observa aqui que, no período de março a junho, é o período de caos nos portos. E isso também gera perdas para o produtor, porque, considerando esse caos logístico, o que a gente tem observado? Normalmente, as comercializações de safra se iniciam tão logo inicia a colheita. Este ano, nós começamos já com preços depreciados para 2013/2014, com condições diferenciadas para comercialização nessa mesma safra e também com restrições em termos de demanda, por conta dessas limitações.

No milho acontece a mesma coisa. Este ano é um ano atípico: tradicionalmente, a gente exporta no segundo semestre e, este ano, a gente começou a exportar milho, manteve-se o ritmo em dezembro e mantivemos o ritmo em janeiro, fevereiro, março, postergando todo o escoamento de safra do Brasil. Ou seja, o milho empurrou a soja, que vai empurrar o açúcar, que vai empurrar a segunda safra. E, assim, o caos logístico vai permanecer durante todo este ano de 2013.

Uma forma de amenizar esse problema logístico, hoje, é o investimento em armazenagem e o investimento em armazenagem na propriedade rural. É lógico que, em áreas de expansão, como o oeste da Bahia, a Região Nordeste, é necessária a intervenção do Governo, porque o sistema produtivo naquelas regi-

ões ainda não chegou a um grau de consolidação que permita aos armazéns próprios terem capacidade de pagamento. E aí é necessária também a intervenção do Governo nessas regiões.

Como ações, nós propomos:

- Ampliação e modificações nas linhas de crédito, passando do investimento coletivo de R\$4 milhões para R\$ 20 milhões.

- Redução das taxas de juros para 3% – e aí sugerimos também uma equiparação entre as linhas de crédito. Hoje, temos duas linhas de crédito, com condições diferenciadas, sendo que financiam a mesma coisa. O ideal é consolidar numa linha de crédito só, ter um procedimento simplificado para análise desses projetos. O PSI, hoje, tem uma forma de análise muito mais tranquila e rápida do que do que o Finame.

- As condições atuais inviabilizam armazéns abaixo de 20 mil sacas, o que prejudicaria os pequenos e médios produtores, que têm uma produção menor. Seria necessário ter uma atenção especial com esses produtores. E para isso a gente sugere a regulamentação do Fundo Garantidor da Agropecuária.

Esse fundo foi criado em 2009, mas, até hoje, não foi regulamentado. Isso faz falta para pequenos e médios produtores que querem passar de um estágio tecnológico para um sistema tecnológico produtivo melhor, como é o caso do leite, como é o caso do sistema de armazenagem. Então, a gente demanda também a regulamentação desse Fundo Garantidor.

A Senadora Kátia Abreu já falou a respeito do Programa de Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Leite, um programa importante. Propomos dois tipos de atividades na linha de crédito: uma para investimento para melhoria de pastagem e produção de alimentos estratégicos. Vaca que não come não produz leite e, então, temos que ter esse sistema de produção. O produtor rural, quando vê o custo de produção se elevando, a primeira coisa que ele faz é reduzir a alimentação do gado e, aí, se reduz a produção de leite. E não se consegue ter uma constância na oferta do produto.

Máquinas e equipamentos para melhoria de qualidade, principalmente as que estão exigidas na Instrução Normativa nº 62.

Custeio da atividade, que é necessário principalmente pela parte de sanidade e pela parte de alimentação também.

Então, a gente projeta demanda adicional por recursos de R\$1,1 bilhão no primeiro ano. Por que adicional? Porque, hoje, o setor já gasta R\$5 bilhões

em investimentos, sendo metade na aquisição de rebanhos e metade no custeio e na reforma de pastagem.

Propomos ainda que esse Fundo Garantidor do Agronegócio, de que falamos anteriormente, sirva também a esses produtores, porque o que observamos quando se muda a tecnologia é que, no primeiro e no segundo anos, o produtor tem certa dificuldade de financiamento. Porém, do terceiro ano em diante, o produtor já consegue ter uma capacidade de pagamento adequada.

Linha de crédito para empreendedor rural: é extremamente necessária por dois motivos. O primeiro é que, hoje, nós temos duas linhas de crédito, o Pronaf e o Pronamp. O Pronaf é para o pequeno produtor, agricultor familiar; e o Pronamp é para o médio produtor. Ocorre que, se o produtor melhora a tecnologia, aumenta o faturamento; ao aumentar o faturamento ou contratar funcionários, ele sai de uma taxa de juros média de 1,5% e vai para uma taxa média de 5%. E muitas vezes ele acaba se endividando, acaba inviabilizando a atividade por conta desse salto, que é bastante grande.

Então, a gente propõe que seja criada uma linha de crédito intermediária em que o produtor sairia de uma taxa de juros de 1,5% e iria para 3%, permitiria que ele programasse e planejasse melhor a sua atividade.

Inicialmente, a gente demanda R\$2 bilhões para essa linha de crédito, que seria a capacidade de contratação que os bancos teriam hoje de fazer.

Demanda por recursos para o Programa de Subvenção ao Seguro Rural. Este é o quadro de gerenciamento de riscos no Brasil, que é bastante grave. Por quê? Aqui na Região Sul do Brasil, há uma elevação de risco a cada ano; há uma mudança muito grande na agricultura, uma mudança estrutural com relação ao sistema produtivo, mudança da janela produtiva, existência de novas pragas. E temos uma abundância institucional: hoje produzir é muito mais complexo do que na década de 80. Em 1980, para eu sinalizar o mercado, bastava eu olhar oferta e demanda. Hoje, isso não é necessário. Hoje, é necessário isso e mais: conhecer um pouco do cenário macroeconômico, o cenário geopolítico mundial com o objetivo de saber como eu vou comercializar.

O que tenho observado e qual o reflexo disso tudo na agropecuária? Na Região Sul do País, eu tenho um risco elevadíssimo por conta de elevados desvios de produtividade, gerado principalmente por perdas climáticas. E no Centro-Oeste, tenho uma volatilidade de renda muito grande; num ano, eu ganho 120%; em outro ano, posso ganhar 8%. Então, não há uma estabilidade da renda do produtor, que é desejável quando se quer um crescimento sustentável da agropecuária.

Então, nós pleiteamos aqui R\$860 milhões para o seguro rural, que seria necessário para assegurar mais dez milhões de hectares da safra.

Nós pleiteamos também que o seguro rural vá diretamente para o produtor rural. Por quê? Hoje, as seguradoras é que recebem essa subvenção e muitas seguradoras têm parceria com bancos. Então, quando se faz um contrato de custeio, o banco já obriga a comprar um produto, e esse produto, na maioria das vezes, não me atende.

Então, estou comprando um seguro que não é bom para o produtor, ele não traz o nível de cobertura, ele não traz a análise de risco adequada e, principalmente, ele não tem a precificação correta de acordo com o nível de risco daquele produtor.

Qual o resultado disso? Prêmio bastante elevado, que acaba encarecendo tanto para o governo como para o produtor rural. O que a gente pleiteia? Que esse recurso vá para o produtor rural e, com isso, a gente acabe com essa reserva de mercado, estimulando a concorrência entre as seguradoras. As seguradoras, hoje, ficam numa posição muito confortável, elas têm um mercado cativo. O Governo divulgou os valores da subvenção ao seguro e elas já sabem para quem elas vão aplicar os recursos. E o banco já sabe para quem vai dar crédito. Então, elas não têm interesse em melhorar o produto de seguro.

Há que se considerar também que o cálculo e a precificação são baseados em análises atuariais. Se eu não tenho a série histórica do produtor, se eu não sei como ele financia a sua safra e se eu não sei como ele se comportou em termos de produtividade, de nível tecnológico nos últimos anos, não vou ter condições de precificar e estabelecer um valor correto para essa subvenção ou para esse prêmio.

Então, esta é a mudança estrutural de que a gente mais precisa hoje: gerar concorrência nesse mercado, com objetivo de melhorar o atendimento dos produtores.

Nós pleiteamos também uma linha de crédito especial para a média agroindústria. Por quê? O que vem acontecendo no setor hoje é um processo de concentração dos sistemas de agroindustrialização. Essa concentração ocorre naturalmente nos sistemas agroalimentares, mas eu preciso ter uma franja competitiva que me dê segurança em algumas regiões. Por exemplo, se a gente analisar a questão dos lácteos e das carnes e frigoríficos, em nível de Brasil, não há concentração de mercado. Porém, quando eu analiso em nível de regiões e Municípios, eu tenho um impacto muito grande, uma concentração forte. E essas médias indústrias, quando quebram, quando deixam de pagar o produtor, acontece na região, localmente, um problema bastante grave: problemas de renda, muitos

produtores se endividam, muitos produtores acabam arrendando a sua área ou passando sua área para terceiros, porque ficam sem capacidade de pagamento e incapazes de continuar na atividade.

Então, o objetivo de ter essa linha de crédito é para dar sustentabilidade a essas regiões e, consequentemente, deixar essa franja competitiva para os produtores.

Já estou indo para o final.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Só um comentário, Rose.

Esse talvez seja um dos pontos mais importante, entre tantos, que a Dr^a Rose está apresentando.

Não existe indústria sem produção e nem produção sem indústria.

E quando olhamos em nível nacional, já sabemos quais os nomes que aparecem. Mas, no Estado, nós temos o que para eles são grandes indústrias e que só existem naquele Estado e que, se fecharem, o Estado vai a zero. Essas indústrias estão sendo vendidas para essas grandes nacionais e, às vezes, compram as médias e fecham as médias. Compram e fecham, justamente para manter o monopólio restrito.

Então, isso foi muito bem acatado pelo Governo, muito bem aceito, estou muito otimista no sentido de fortalecer a agroindústria média deste País, pela sobrevivência e rentabilidade, a renda dos produtores.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Dr^a Rose, hoje, um exemplo disso, são os grandes frigoríficos. Há uma concentração hoje de toda a comercialização da carne em meia dúzia de frigoríficos.

Esse, se acatado, poderá resolver o financiamento dos pequenos frigoríficos, para competir e até para, de alguma forma, se fazer justiça, porque hoje o BNDES financia três ou quatro frigoríficos, em especial o JBS, e acabam comprando os pequenos e médios frigoríficos. Essa seria uma forma interessante.

Eu não sou contra o financiamento, até porque, numa economia globalizada, o Brasil tem que ter grandes empresas competitivas internacionalmente, mas não se pode deixar morrerem as pequenas e médias indústrias.

Essa é uma coisa realmente muito interessante.

Há expectativa de que o Governo acate isso, Senadora?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Eu senti, por parte do grupo, bastante interesse, porque isso é algo evidente. Não resta dúvida quanto à importância de se fortalecerem os médios frigoríficos e as empresas de aves e suínos do Sul do País. Em Santa Catarina, agora mesmo, foi vendida uma indústria de frangos maravilhosa, familiar, inteira. Por pressão da

falta de capital, da falta de financiamento, ela vendeu para uma das grandes, se não me engano, JBS. E houve um clamor no Estado. Era quase que um patrimônio estadual. É apenas um exemplo de que isso acontece todos os dias.

São centenas e centenas de médias indústrias boas, firmes, idôneas, que têm o seu balanço bastante firme, mas que enxergam uma perspectiva péssima. E antes que o desastre aconteça, elas estão antecipando a venda.

A SRA. ROSEMEIRE CRISTINA DOS SANTOS

– Este gráfico ilustra bem o que tem acontecido com a agroindústria. No ano passado, o PIB do agronegócio caiu. E, em grande parte, foi puxado pelo mau desempenho da agroindústria.

Então, essa linha de crédito é extremamente importante, principalmente porque, quando a agroindústria fecha, isso ocorre por capital de giro de às vezes 30, 90 dias. Se tivesse recebido um aporte de capital, essa agroindústria teria mantido o sistema de produção, não teria gerado o endividamento e, consequentemente, o seu fechamento ou a sua venda.

Programa nacional de inovação tecnológica para o agronegócio.

Uma coisa que a gente tem observado é que o sistema produtivo tem mudado. A janela de plantio está mudando, muito veranico na hora de se plantar, problemas no início da colheita, muitas doenças de final de ciclo, problemas na armazenagem, mecanização, que é um grande problema que a gente tem. Por exemplo: para se ter hoje plantio direto de cana é preciso uma máquina que faça isso. Precisamos de colheita mecanizada, enfim, nós temos uma demanda muito grande de inovações tecnológicas para o agronegócio e, em função disso, foi estudado, junto com uma equipe da UnB, da Embrapa, todo o País analisando as principais cadeias produtivas com o objetivo de identificar essas demandas.

Desse trabalho, resultou uma proposta de alteração dos investimentos para organizações estaduais de pesquisas agropecuárias, que exercem um papel importante na adaptação de cultivares e na difusão de tecnologia nessas regiões, e também para o financiamento da pesquisa e inovação privada, porque hoje temos condições muito desfavoráveis para financiamento. Por exemplo: agora já está em processo de revisão, o Governo deve reduzir para 2,5%, mas, até então, a taxa de juros para quem queria desenvolver uma máquina nova era de 4% e, em alguns casos, 2,5% mais TJLP. E o prazo para pagamento começava antes de o produto estar pronto e acabado para ser colocado no mercado. Isso inviabiliza o acesso a essas linhas de crédito e o desenvolvimento desses produtos.

Esse processo de revisão das linhas de crédito já está em andamento, e acreditamos que eles irão atender a essas demandas que a CNA tem feito.

Registro cartorial é outro problema que temos evidenciado. O que tem acontecido?

Com o aumento da oferta de recursos e a melhoria das condições de financiamento das linhas de crédito, ampliaram-se os prazos para pagamento. Então, se eu tinha uma linha de crédito que era de um ano de carência e de cinco anos para pagar, hoje eu tenho linhas de crédito de 12 a 15 anos para pagamento, com três anos de carência, só que a cédula rural hipotecária, cujo decreto é de 1965, é feita por três anos, renovável por mais três. Ou seja, o produtor pega a cédula rural, depois de fazer todo aquele trâmite burocrático no banco, quando vai registrar a sua cédula para pegar o recurso, ele não consegue. Em algumas regiões, os bancos têm se recusado a fazer esse registro.

Por outro lado, os cartórios e os bancos estão sugerindo outro tipo de cédula, que é a cédula bancária rural. Só que o registro dessa cédula custa pelo menos o dobro do que se cobra pelo registro de uma cédula hipotecária pignoratícia. Qual é o problema de tudo isso?

Um produtor do Pronamp, por exemplo, arca com taxa de juros de 5%, paga 2% para o elaborador de projeto e 3% ao Proagro. Se tiver que pagar mais 3,5% a 4% para fazer um registro de cédula rural, ele vai suportar uma taxa de juros muito maior do que a Selic, taxa básica de juros da economia, que hoje é de 7,25%. Então, eu não estou beneficiando nem favorecendo o médio produtor que precisa de recursos e que, entre os perfis de produtores rurais, é o que precisa de maior apoio.

Desonerações: PIS/Cofins de ração animal é uma demanda antiga da CNA. Vimos discutindo isso desde 2003. Já trabalhamos com vários Parlamentares, fizemos emendas, emendas foram vetadas, só que esse PIS/Cofins tem uma incidência muito grande e reduz algo em torno de 10% do custo com rações animais.

Para o produtor, é essencial essa desoneração, principalmente porque estamos procurando fazer programas para a melhora da tecnologia do leite, que passa pela melhoria do consumo de ração. E essas rações têm apresentado custos crescentes, sendo que parte desses custos decorre da incidência de PIS/Cofins.

Desoneração do adicional de frete da Marinha Mercante.

Esse adicional importa no aumento de 9% nos custos de fertilizantes.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco/PSD – TO) – O Fundo da Marinha Mercante é cobrado sobre o valor do frete naval. Então, qualquer navio de longa

distância do Brasil para qualquer país, sobre o valor do frete, paga 25% para o Fundo da Marinha Mercante. E, de porto, para porto brasileiro, cabotagem: 10% do valor de frete vão para o Fundo da Marinha Mercante.

Não temos absolutamente nada contra a Marinha Mercante brasileira. Muito pelo contrário, desejamos que ela progrida, mas não nas costas e na conta do produtor rural, que importa 80% do fertilizante usado no País. Isso tudo, a *trader* importa, mas vai para o bolso do produtor, desconta na sua vida e no seu plantio por hectare.

A Marinha Mercante, assim como todas as áreas do Brasil, deverá se dirigir ao BNDES, às linhas de financiamento normal, e não onerar um setor em favor de outro, principalmente um setor que tem uma margem bastante pequena de rentabilidade.

Então, quanto ao Fundo da Marinha Mercante, nós não aguentamos mais falar nesse assunto. Já fizemos centenas de emendas, conseguimos aprovar uma vez, no governo anterior, e foi vetada, mas estamos sentindo um pouco de otimismo por parte do Governo no sentido de suspender o Fundo da Marinha Mercante para a importação de fertilizantes, pelo menos por cinco anos.

A SRA. ROSEMEIRE CRISTINA DOS SANTOS

– Já caminhando para finalizar a apresentação, fazemos uma análise dos planos agrícolas e pecuários.

O foco do plano agrícola nos últimos anos tem sido o crédito rural. É oferta de recursos, formas de contratação e taxa de juros. Pouco se avança na política agrícola brasileira que não seja crédito rural. Porém, temos uma infinidade de problemas que precisam ser solucionados.

Hoje o ambiente institucional para se contratar crédito é complicado. Não existe um cadastro de produtor, não há uma análise de risco. Se eu fizer uma precificação de seguro, o Governo não sabe qual é o risco nem quais são as regiões de maior risco no País. Tudo isso acaba encarecendo o custo para se contratar; aumentam os custos de transação da política agrícola por conta dessas deficiências.

Quais são os problemas que vemos hoje? Volatilidade da renda. É preciso uma política de seguro fortalecida, é preciso melhorar o cadastro do produtor, criar o cadastro único do produtor, fazer um histórico de produtividade nas propriedades rurais. É preciso saber qual é o nível tecnológico dessas propriedades com o objetivo de se precificar e determinar o nível de risco das propriedades.

Elevado risco:

Observamos que as mudanças na janela de plantio, as mudanças do sistema produtivo e a própria mudança do clima têm gerado e aumentado o risco

da atividade, algo que o produtor tem assumido integralmente:

O plano anunciado depois que houve a comercialização do insumo.

Antes, a comercialização ia basicamente do mês de março ao mês de maio ou junho, porque, depois disso, os insumos eram entregues, e o produtor começava o plantio. Hoje, não. Hoje temos safra durante o ano todo. Temos primeira e segunda safra mais a safra de inverno. Durante todo o ano há movimentação no mercado de insumos. Então, não se justifica o anúncio de um plano no mês de setembro, sendo que durante todo o ano há demanda de recursos.

O que tem acontecido?

Como o Governo tem mudado muito as condições de financiamento, as linhas de crédito, os bancos não têm tempo hábil para fazer a modificação dessas operações e informar às agências. As seguradoras não têm condições de alterar os seus sistemas, porque, hoje, tudo é informatizado. Eles não têm tempo hábil para fazer essas alterações e modificar as suas condições operacionais para atender ao produtor.

Então, anuncia-se o plano em junho, normatiza-se em julho/agosto, porque o plano agrícola, depois de divulgado, precisa de votos do Conselho Monetário Nacional, que se reúne uma vez por mês, na última quinta-feira do mês.

Portanto, quando essas normas chegam ao banco, o produtor já está iniciando o plantio no Centro-Oeste. Isso está sempre em descompasso com o período de comercialização e planejamento da safra.

Outro fator que temos observado: como o produtor não tem certeza de como virá o crédito nem se vai contratar, ele acaba comercializando antecipadamente a safra. Se considerarmos a safra 2012/2013, 62% dessa safra foi comercializada antes de ser semeada.

Hoje evoluímos no Centro-Oeste para pelo menos 78% já comercializados. Qual é o problema disso? Vejam o caos nos portos. Se o produtor não tem condições de comercializar, a forma que ele tem de escapar do risco é repassá-lo para a frente. Então, ele antecipa essa comercialização com o objetivo de ter maior rentabilidade. E gera-se o caos que ocorre hoje em termos de logística.

Então, o que propomos?

Uma revisão geral da política agrícola, melhoria do ambiente institucional, com a definição dos marcos regulatórios corretos e a instituição do cadastro único do produtor, ajuste nas condições operacionais, estipulando 18 meses para trabalharmos um plano quadrianual, uma política direcionadora da produção.

O que tem acontecido? O Governo intervém no mercado depois que o caos acontece. Exemplo disso

foi o arroz no ano passado. O Governo poderia ter sinalizado o contrato de opções, poderia ter comprado o produto do produtor com CPR e recomposto os seus estoques, que estão baixos, porém ele não o fez. O produtor reduziu a área plantada. Por quê? É óbvio. A taxa de rentabilidade da soja era muito maior, pelo menos três vezes maior do que a do arroz. Ele plantou a soja e reduziu a área do arroz. Então é preciso direcionar a política agrícola, é preciso sinalizar para o produtor até onde ele pode ir.

Extensão rural.

A agência de extensão rural é extremamente necessária. Não se pode falar em crédito por crédito. O crédito tem que estar atrelado à extensão, à inovação e à melhoria da produtividade. E hoje nós temos essa necessidade. E, é lógico, com o objetivo de acompanhar todo esse processo de consolidação da agropecuária brasileira, a gente precisa de um censo agropecuario.

O ano de 2006 foi atípico, foi um ano de crise, foi um ano em que houve perdas consideráveis por problemas climáticos, por problemas de câmbio, por dificuldades de comercialização, problemas de embargo. Enfim, não foi um ano que retratasse o dinamismo, um ano que retratasse corretamente a agropecuária brasileira.

Com o objetivo de planejar, de estruturar e de acompanhar esse processo de desenvolvimento da agropecuária, precisamos de uma revisão urgente do censo agropecuario, se possível realizando-o agora, no ano de 2014.

O nosso desafio: baixo gerenciamento, de que eu já falei; melhoria da capacidade de gestão, que se consegue com capacitação. O Pronatec tem muitas ações que já estão sendo feitas com o objetivo de melhorar essa capacidade de gestão.

Sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Temos o Programa ABC, temos o programa de boas práticas que estamos sugerindo, temos várias demandas que podemos fazer para melhorar.

E o processo de desenvolvimento passa atualmente por uma nova fase: é a consolidação da agropecuária, aquela fase de ampliação da área.

A fase de consolidação já começou e exige uma política agrícola diferenciada, exige a sinalização antecipada por parte do Governo, com o objetivo de mitigar esses problemas de risco, essa volatilidade de renda que ainda é muito grande no setor, traz muitos problemas, principalmente sociais e de arrecadação nos Municípios, e limita o potencial de crescimento do agronegócio brasileiro.

Obrigada pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco/PSD – TO) – Obrigada, Dr^a Rose, pela sua apresentação.

Apenas gostaria de acrescentar que todas essas propostas foram apresentadas ao Governo e nós estamos, repito, bastante otimistas. O Governo deu uma importância muito grande a essa apresentação. Tivemos oportunidade de apresentar para o MDA, para o Mapa, Casa Civil, Embrapa e estamos na expectativa de que essas propostas sejam acatadas.

São propostas que não criamos do nada nem criamos ontem. É uma experiência de anos para buscarmos essas modificações. E o momento é correto. Não vamos analisar erros do passado, se deveria ter feito ou não. Este é o momento de fazermos essas mudanças importantes, pelo grau e o nível em que a agricultura se encontra hoje.

Então a nossa expectativa é otimista, e o apoio do Senado e desta Comissão é da maior importância para que essa política seja implementada.

Todos os Senadores, aqueles que acreditarem na proposta, que quiserem implementá-la ou fazer críticas, saibam que estamos totalmente abertos para modificar algum ponto que algum Senador quiser incluir ou acrescentar.

Passo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O nosso Senador Ruben Figueiró estava presente anteriormente. Eu estava num compromisso do Partido, por isso não cheguei no início.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG) – V. Ex^a tem toda a preferência.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Clésio.

Eu queria cumprimentar a Presidente da CNA, nossa colega Kátia Abreu, pela iniciativa. Quanto maior transparência e parceria da Casa, dos Senadores com demandas que são coletivas, melhor. São dos mesmos agricultores que aqui também representamos, do Rio Grande do Sul, de Minas, do Mato Grosso do Sul e assim por diante. Isso é muito importante.

Um dos problemas, Senadora Kátia, que temos notado – e eu fazia isso muito na cobertura jornalística – é o seguinte: o Governo anuncia, digamos, que aumentou em 20% o volume de recursos disponíveis para o custeio da safra seguinte. Mas da safra anterior, do total anunciado, restava um volume muito grande não aplicado por várias razões, às vezes por conta das garantias exigidas, que o agricultor já não tinha mais, porque havia comprometido com outro crédito, e o banco não aceitava.

Então eu queria ter noção da safra passada: do total anunciado para custeio, quanto foi de fato aplicado? Foram 60, 70, 80? Esse é o primeiro ponto.

Tenho realizado reuniões com a área de produção avícola e outras áreas de produção em que o Brasil

é muito forte. Somos o maior exportador de carne. Tivemos o problema que a senhora acompanhou bem, da notificação de uma doença que não era a da vaca louca, que acabou gerando um prejuízo grande com a suspensão por parte de todos os grandes mercados. E agora temos uma cepa viral, que é a H7N9, que está preocupando muito, especialmente a avicultura brasileira. Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná são Estados em que a avicultura tem um peso muito forte. E não vi no plano alguma referência à questão de defesa agropecuária.

Se nós nos descuidarmos em relação ao contingenciamento do orçamento para a defesa sanitária e à renovação dos quadros... As áreas de governo, Banco Central e outras unidades, estão renovando os seus quadros, como o próprio Itamaraty, abrindo concursos. A defesa agropecuária para o País, que está sendo protagonista, precisa fazer imediatamente a renovação dos seus quadros, cuidando da interseção com os Estados produtores.

Então gostaria de saber se a entidade vai introduzir isso, porque o plano menciona armazenagem, que é fundamental. O nosso armazém é o caminhão; às vezes, é o asfalto, como aconteceu no Mato Grosso: para secar o milho, jogaram no asfalto. Não havia armazém. Há questões muito importantes como a do Fundo da Marinha Mercante, quer dizer, não há sentido, até porque não sabemos para onde vai esse dinheiro – e é muito dinheiro. E também há o peso da logística, que está impactando a agricultura. A agricultura talvez seja o setor mais atingido pela deficiência da logística em nosso País. Sobre a questão dos modais de transporte, nem vou me meter, porque aqui há um especialista no assunto, o Senador Clésio Andrade. Mas a senhora também vê que toda a perda de competitividade – não de produtividade, mas de competitividade – se dá da porteira para fora da propriedade rural.

Então, essa é a minha colocação, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco/PSD – TO) – Obrigada, Senadora Ana Amélia.

Com relação à defesa agropecuária, nós fizemos, está tudo incluído no plano. Apenas foi decidido, por sugestão do Senador Luiz Henrique, que nós fizéssemos uma audiência pública separada, para discutir apenas defesa. A Dr^a Tânia veio para apresentar uma parte do Plano Safra, e ficou decidido então que hoje ela nem apresentaria, para nós fazermos uma audiência só de defesa agropecuária.

A senhora tem razão, é um dos pontos mais importantes. É um plano de defesa agropecuária que construímos no ano passado todo. Foram dois anos iniciando as discussões, mas, no ano passado, mais firmemente com todos os parceiros da área de defe-

sa dos Estados, dos Municípios, e formatamos esse planejamento.

Com relação à armazenagem, também, nós entregamos. Decidimos aproveitar uma abertura que o Governo nos deu de apresentar um Plano Safra diferenciado, alguma coisa que pudesse caminhar para um programa de quatro, cinco anos, como é na Europa e nos Estados Unidos. Que nós tivéssemos agora um ponto intermediário de 18 meses, um Plano Safra de 18 meses, intermediário, para preparar a nossa PAC europeia – como se fosse uma PAC europeia – de quatro e cinco anos. E temas, como aqui a senhora disse: seguro agrícola, nessa situação do planejamento de quatro anos, para que a gente possa chegar, em 2015, com 50% de seguro agrícola, e os temas que envolvem armazenagem, defesa agropecuária, inovação, irrigação e bacia leiteira.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Esse seguro de que a senhora fala é o seguro de renda e não o seguro de crédito?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco/PSD – TO) – Não, é o seguro de clima, é o seguro de produção. Nós estávamos com 270, na safra passada passou para 400, e nós estamos pedindo este ano 800 milhões. É para chegar, no ano que vem, com uma cobertura maior do que a que temos hoje.

Vou pedir à Dr^a Rose que responda sobre a execução orçamentária, porque ela tem todos os percentuais que nós apresentamos.

A SRA. ROSEMEIRE CRISTINA DOS SANTOS – Os recursos no banco estão aumentando bastante, principalmente porque há uma disponibilidade maior. Então, a gente já está com 80% do anunciado ano passado contratado. E a expectativa é que dos 115 bilhões que foram anunciados sejam aplicados 107 bilhões. A demanda está bastante aquecida.

O que temos observado junto aos bancos? Com contratos de custeio nós não temos tido problema, até porque o produtor, nos últimos dois anos, teve uma boa rentabilidade, então ele antecipou muitos pagamentos. Ele renegociou muitas dívidas que tinha. Então isso melhorou a capacidade de pagamento para custeio. Agora, quando a gente fala em investimento, a gente tem muito problema ainda que precisa ser resolvido. Por exemplo, um projeto de armazém demora 11 meses para ser liberado, enquanto que, se houvesse outra forma de gerenciamento (equipes, núcleos para análise de projetos), se tivesse aumento das alçadas dos gerentes para liberação na agência, conseguiríamos liberar isso em três meses. Em três meses, é possível você fazer uma boa análise de projeto.

Outra queixa que se tem é de que esses projetos de longo prazo sofrem muitas mudanças de normas.

Quando os bancos conseguem adaptar suas normas para contratar, conseguem treinar a equipe, a norma já mudou e eles têm que voltar. Então, isso tudo acaba dificultando a contratação desses projetos de investimento.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco/PSD – TO) – Eu queria pedir à Dr^a Tânia que falasse um pouquinho sobre a gripe aviária, que a senhora comentou agora há pouco.

A SRA. TÂNIA MARIA DE PAULA LYRA – Com relação à gripe aviária, o Brasil já tem se preparado há algum tempo. Ela não ocorreu aqui, esses vírus altamente patogênicos, mas existe uma preocupação, um plano chamado Gease – Grupo Especial de Atenção a Suspeita de Enfermidades Emergenciais, um grupo de erradicação e sanidade avícola, ou seja, eles estão preparados para uma emergência sanitária. Para isso, nos principais pontos em que as aves migratórias chegam, existe um trabalho conjunto do Ministério da Agricultura, Ibama e Ministério da Saúde em que se colhe sangue e se fazem análises sorológicas para detectar rapidamente. Os laboratórios já sabem para onde vão mandar esse material – a Fiocruz está envolvida –, para ter um diagnóstico rápido em caso de detecção, agir rapidamente. Por outro lado, para evitar o ingresso nas propriedades, os estabelecimentos todos foram aconselhados e colocaram telas mais finas.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco/PSD – TO) – Obrigada, Dr^a Tânia.

Passo a palavra ao Senador Ruben Figueiró, do Mato Grosso do Sul.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Sr^a Presidente, meus ilustres colegas desta Comissão, permita-me V. Ex^a fazer um preâmbulo.

Todos conhecem a fábula de La Fontaine: *A Cigarra e a Formiga*. E a estou citando aqui porque, na minha vida pública, em razão principalmente do meu trabalho, fui considerado o Deputado formiguinha lá no meu Estado, pela minha presença constante e insistência na defesa dos meus pontos de vista. E V. Ex^a há de me permitir considerá-la também não só uma Senadora, mas uma Presidente da CNA formiguinha, pela sua capacidade de trabalho e pela sua inteligência, demonstrada pela exposição que V. Ex^a acaba de nos fazer, que dá um panorama exato do que a CNA tem feito em favor da agropecuária do nosso País.

Pretendo ser breve. Da exposição que V. Ex^a fez, e das suas ilustres colaboradoras, Dr^a Rosemeire e Dr^a Tânia, quero destacar dois pontos: a questão da aftosa e a questão do leite.

Sou de um Estado, como V. Ex^{as} sabem, fronteiro com a Bolívia e com o Paraguai. E lá, temos um problema sazonal, que é a aftosa vinda do Paraguai e

da Bolívia. O que tenho percebido é que essa questão tem sido só abordada pelo Governo de Mato Grosso do Sul, pouco tem sido a presença do Governo Federal. E, como é sazonal, acontece pelo menos uma vez por ano, eu gostaria que a CNA intensificasse o seu trabalho no sentido de motivar o Governo não só em apoio aos órgãos que atendem essa questão da defesa animal em meu Estado, mas também que fizesse um compromisso internacional com as repúblicas do Paraguai e da Bolívia, principalmente do Paraguai, porque o volume do rebanho de lá é muito maior que o da Bolívia. Se não se fizer isso, nós vamos repetir, todo ano, o fenômeno da aftosa invadindo, sobretudo, a região da fronteira, onde, aliás, nós temos um problema extremamente grave, que é a questão fundiária com os índios. E isso tem tirado recursos dos produtores rurais para atender a suas atividades básicas. É um dos assuntos para o qual eu gostaria que houvesse um trabalho mais intensivo da CNA.

Outro assunto é a questão do leite. Eu sou uma das vítimas, como produtor de leite. Até o final da década de 90 – e já disse aqui em reuniões anteriores da Comissão – eu era produtor de leite tipo B, com toda a tecnologia que era possível naquela época em meu Estado. Eu cheguei a produzir mil litros de leite/dia tipo B. E fracassei, como fracassou o nosso Presidente da Comissão o Senador Benedito de Lira. Por quê? O que nos faltou? Uma única coisa: o preço. O preço, portanto, é a base de tudo. Se não tivermos uma recuperação compatível com o investimento que fizemos, com o custeio que nós empregamos, não é possível absolutamente se estabelecer uma política de incentivo à produção de leite, pelo menos num Estado como o Mato Grosso do Sul.

Então, aqui fica o meu apelo: que dê um apoio maior de sustentabilidade ao produtor de leite, principalmente ao pequeno e ao médio. Lá, no meu Estado, chegamos apenas ao médio produtor. Várias indústrias se instalaram lá; todas elas fecharam. Existem apenas pequenos laticínios que, evidentemente, não têm uma produção suficiente para atender a industrialização que lá eles pretendem fazer. Portanto, ficam apenas essas duas questões que, sinceramente, sei que a Confederação tem procurado atender.

E gostaria de dizer também que o Senador Waldemir Moka não é produtor rural – é bom que a Nação saiba disso: o Senador Moka não é produtor rural –, mas eu não conheço ninguém no Parlamento brasileiro que tem defendido a causa do campo como o Senador Moka. Pena que ele não esteja aqui para eu dizer publicamente a ele o respeito e a admiração que tenho pelo trabalho que ele tem realizado.

É apenas isso, Sr^a Presidente. Foi um prazer ouvir a sua exposição como a das demais senhoras. Tenho certeza de que, sob a sua presidência, cada vez mais a CNA estará presente nos grandes problemas da agropecuária nacional.

Meus cumprimentos.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco/PSD – TO) – Obrigada, Senador Figueiró. Fico muito feliz com as suas palavras, elas são estimulantes. E obrigada pelo “formiguinha”, fico muito orgulhosa de ser assim chamada. (Risos.)

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco/PSD – TO) – Exato, é um ótimo exemplo.

Eu queria pedir à Dr^a Tânia que falasse sobre essa crise. O senhor tem toda razão, é o Estado mais prejudicado hoje do Brasil com relação à questão da aftosa, justamente por conta das divisas, da nossa dificuldade, Dr^a Tânia, com esse relacionamento. A vontade que temos é de entrar no Paraguai e vacinar todo o rebanho, mas temos grandes dificuldades e precisamos ter um olhar especial, diferenciado. Porque isso não prejudica só o Mato Grosso do Sul. Lá fora não existe Mato Grosso do Sul, existe Brasil. Isso dá uma repercussão negativa enorme para todos nós.

Dr^a Tânia, por favor.

A SRA. TÂNIA MARIA DE PAUTA LYRA – A febre aftosa é uma das primeiras doenças descritas nos animais. Infelizmente, o Brasil vem, há muitos anos, lutando – e já teve muito sucesso com a nova vacina que introduzimos, que foi a vacina oleosa –, mas o nosso problema com a vizinhança é muito grave, por quê? Porque do vírus não se exige passaporte. O vírus é transmitido por via aerógena, então ele se transmite pelo ar até 60km em terra. A Inglaterra fez um trabalho que pelo mar ele pode se difundir a até 300km. Então, um trabalho nos países vizinhos é fundamental. Senão, tudo o que gastamos, tudo o que nós despendemos pode ser em vão.

E a Senadora é uma pessoa muito sábia. Quando ela nos chamou para esse trabalho, ela nos deu alguns pontos básicos. Ela disse: “eu quero uma proposta de um plano nacional de defesa agropecuária” – e, quais eram as linhas fundamentais. E nós procuramos observá-las. E um dos pontos fundamentais que pretendemos relatar na próxima vez é o acordo sanitário.

O acordo sanitário com países vizinhos existe, mas no papel. O que precisamos fazer? Ter como missão permanente na fronteira, porque ao lado do acordo sanitário vem a fiscalização de fronteira, mas não é só aquela fiscalização de quantos animais passam, quantos caminhões. Nós temos também que ter uma

troca de informação com uma comissão permanente formada por médicos veterinários do Brasil, do Paraguai e da Bolívia. Seria uma comissão tripartite, o que já existiu e o que nós já fizemos no Sul, entre Rio Grande do Sul, Argentina e Uruguai. Então, esse trabalho, essa experiência tem que ser montada.

Hoje em dia a definição de febre aftosa é a seguinte: país desenvolvido não tem aftosa – os Estados Unidos não têm desde 1929; país subdesenvolvido tem. Então, precisamos tirar essa pecha. E o mundo tem um programa internacional agora de erradicação de aftosa. O senhor tem toda a razão, mas o que eu quero adiantar é que a Senadora já nos pediu esse trabalho e pretendemos apresentá-lo na próxima vez.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco/PSD – TO) – O planejamento de defesa agropecuária contém todos esses detalhes, que são importantíssimos, de todo o espaço territorial que entregamos ao Governo. Então, repito, ela não apresentou todos os detalhes hoje para ficar para uma próxima etapa só sobre defesa. E nós vamos trazer mais dois convidados junto com a Dr^a Tânia para discutir todos esses detalhes que levariam a uma audiência pública praticamente inteira.

Com a palavra, o Senador Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS. *Fora do microfone.*) – Eu queria agradecer as informações prestadas pela Dr^a Tânia.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco/PSD – TO) – Obrigada.

A Dr^a Rose vai falar um pouco sobre o preço do leite, sobre compatibilidade com os investimentos.

A SRA. ROSEMEIRE CRISTINA DOS SANTOS – Quando a gente começou a trabalhar esse programa para incentivar o leite, a nossa preocupação foi justamente essa capacidade de pagamento.

Outro problema é que o leite tem um impacto muito grande nos problemas locais na formação do preço. Ele não toma preço no mercado nacional; ele também não toma preço no mercado internacional.

Um fator que nós consideramos também bastante grave na análise da capacidade de pagamento do leite é o custo de produção. Ele acaba tirando toda a possibilidade de o produtor ter lucro na hora de produzir.

Outro problema do mercado é que, apesar de o leite ter uma formação de preço num mercado local, as expectativas de mercado acabam interferindo nessa formação de preço. Então, realmente, se não for solucionado o problema de preço, se não for solucionado o problema de custo, a dificuldade do produtor tende a aumentar. Não dá para resolver somente com a criação de um programa para melhorar a inovação dentro da propriedade rural. Agora, passa por ela. A gente tem

que melhorar a qualidade do leite, tem que melhorar as relações na cadeia.

Um problema não só do leite, mas de todas as cadeias produtivas no Brasil é a harmonização dessas cadeias. A gente tem que partir de um problema de governança, que hoje é uma governança competitiva, para passar por uma governança de cooperação. Hoje, se o produtor perde, a indústria fica sem insumo.

Exemplo disso foi o que aconteceu com a própria pecuária de leite: reduziu a oferta de milho, aumentou o preço, a rentabilidade dela foi a zero. Agora, da mesma forma acontece com os outros segmentos. Se o produtor não produz, não tem rentabilidade, o frigorífico não abate.

Então, essa governança é essencial, ela tem que melhorar. Acho que a gente tem como fazer instrumentos. Algumas cadeias já estão mais avançadas nessa coordenação. É o caso da avicultura, da suinocultura, que hoje discutem uma lei estabelecendo os contratos, estabelecendo as condições de negociação, e isso acaba melhorando a expectativa, a formação de preço e a própria atividade. E passa também pela política agrícola, que infelizmente hoje não consegue atender todos os produtores, todas as regiões.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Eu agradeço as informações da senhora, Dr^a Rosemeire, mas o que me preocupa é o preço ao produtor primário. Não adianta, como eu ouvi aqui em reuniões anteriores desta Comissão, falar sobre industrialização, sobre o comércio exterior. Tudo isso é muito importante, mas se nós não olharmos o produtor, aquele que tira leite de madrugada com a mão, ou mesmo com os instrumentos tecnológicos que temos hoje, não adianta nada. Não sei como, mas o Governo tem que se interessar em apoiar o pequeno produtor, ao leiteiro, porque esse é o fundamento de tudo – e é o que não existe hoje. Causa decepções, como essa que eu falei com relação a mim e ao Senador Benedito de Lira, que está presente agora. E choramos até hoje o fato de termos abandonado uma atividade que nos parecia rentável e que hoje é considerada absolutamente decepcionante.

Muito obrigado pelas informações de V. S^a.

A SRA. ROSEMEIRE CRISTINA DOS SANTOS – Só uma informação para V. Ex^a. Cerca de 2,5 milhões de produtores brasileiros têm renda inferior a meio salário mínimo. Então, infelizmente, ainda, a nossa política agrícola não consegue abraçar a todos. É uma deficiência que a gente tem, e que o Brasil precisa resolver para não se tornar só um problema de produção. Hoje está deixando de ser um problema de produção para ser também um problema social bastante grande.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Eu queria agradecer à minha querida Senadora Kátia Abreu e pedir desculpas, porque eu teria muita alegria de ter começado esta reunião. Além dela, quero agradecer às Dr^{as} Rosemeire e Tânia e aos meus colegas que aqui se encontram da Comissão de Agricultura. Infelizmente eu não tinha ainda resposta, mas eu tive uma agenda que eu esperava que demorasse meia hora e demorou quase uma hora e quarenta. Por isso, querida Kátia, não foi possível. Muito pelo contrário, vou pedir que ela repita tudo de novo que ela disse aqui no começo dessa história para eu poder tomar conhecimento. *(Risos.)*

Dando continuidade, eu concedo a palavra ao eminente Senador Clésio Andrade.

Cumprimento a Senador Ana Amélia e o Senador Ruben Figueiró.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG) – Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira, Senadora Kátia Abreu, Dr^a Rosemeire, Dr^a Tânia, inicialmente apresentou meus cumprimentos especiais à nossa Senadora pelo trabalho à frente Confederação Nacional da Agricultura. Cumprimento também a Senadora Ana Amélia e o Senador Ruben Figueiró.

A Senadora Kátia Abreu tem demonstrado uma capacidade extraordinária de comando e de liderança do sistema produtivo. Após a sua entrada na CNA, nós percebemos o quanto o País ganhou com a sua presença, não só em relação à melhoria das questões agropecuárias, mas também pela ajuda na própria logística – não é, Senadora? S. Ex^a, hoje, é uma forte combatente desses gargalos, dessa situação crítica dos portos, do transporte e da logística, setor ao qual eu também tenho a honra e o prazer de representar. E a cumprimento também pela apresentação dessas propostas. Embora eu tenha chegado no final, pelo que vi, já deu para perceber como a CNA está presente nesse processo todo. Aproveito para cumprimentar também as nossas palestrantes.

Mas, Senadora, aproveitando, embora o momento das propostas já se tenha esgotado, pegando o gancho do nosso Senador Figueiró, eu gostaria de colocar a questão do café, até mesmo como um questionamento. Não sei se seria este o fórum adequado, mas seria para colocar a situação crítica por que passa, hoje, o Estado de Minas Gerais, principalmente o Sul do nosso Estado, que produz a metade do café brasileiro.

O café é uma questão interessante. A gente não consegue entender como uma cultura secular como o café, que teve já o seu ciclo de ouro, o chamado “ciclo do café”, até hoje é uma cultura que padece das mesmas dificuldades de anos e anos atrás, como a questão

do preço. E, neste, momento, é exatamente isso que eu coloco: há uma crise na cafeicultura brasileira. O café arábica, que é de melhor qualidade, tipo exportação, está se situando em torno de R\$270,00 a R\$300,00 a saca, variando nesse período. No ano passado, chegou-se a vender por R\$580,00, praticamente o dobro do preço hoje. Então, trata-se de uma situação extremamente grave, uma vez que os custos de produção do café arábica, hoje, já ultrapassam esses R\$260,00, R\$270,00. Assim, o produtor está, realmente, com um prejuízo muito grande, e a situação se agrava ainda mais porque temos o endividamento passado que alguns produtores rurais acumulam. Esse, talvez, seria um dos pontos para a Dr^a Rosemeire falar a respeito.

Ainda mas, Senadora: temos, especialmente, a questão do preço mínimo.

Nós tivemos a oportunidade de estar com o Ministro Antonio Andrade, na companhia de alguns produtores do Sul de Minas, e a proposta é no sentido de que o preço mínimo estivesse, pelo menos, no patamar de R\$340,00 neste momento. Eu não entendo, inclusive, por que, se, no ano passado, o café foi vendido a mais de R\$500,00, não se elevou o preço mínimo, que, hoje, ao que parece, está em torno de R\$250,00 ou um pouco mais.

A SRA. (Não identificada.) – *(Fora do microfone.)* R\$260,00.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG) – Sim, R\$260,00.

Se tivéssemos elevado, talvez o café não tivesse caído tanto quanto caiu.

Então, a gente tem que começar a se preocupar um pouco com isso também. E é esse um dos pontos importantes que eu gostaria de solicitar da Presidente da CNA, ou seja, que a gente também monitorasse esse processo do ponto de vista do preço mínimo. Naquela hora em que o preço no mercado sobe, tentar subir o preço mínimo de forma a se conseguir estabelecer um equilíbrio. E nós, produtores rurais – eu também sou, o que muito me honra, produtor de café no Sul de Minas, além de transportador –, devíamos nos preocupar com isso: na hora em que sobe o preço, vamos tentar aumentar o preço mínimo para ver se regula um pouco o mercado.

Não sei se seria bem isso, até porque não sou grande entendedor do assunto; mas, em síntese, eu queria colocar esse questionamento e, ao mesmo tempo, colocar esse desafio para a CNA, isto é, que nos ajudasse a construir uma política de café no Brasil que seja sustentável. Tratando-se de uma cultura de mais de cem anos, como é que pode, até hoje, ter os mesmos problemas de preço, de produção e até desconhecimento da marca Café do Brasil, o que é o mais

grave? Se o Brasil produz metade do café consumido no mundo e se Minas Gerais produz metade do café brasileiro, como é que o nosso produto tem essas dificuldades ainda hoje, até de conhecimento lá fora?

Eu estive na Europa, um tempo atrás, e num determinado café lá, a pessoa comentou: “Esse café é brasileiro, mas está escrito que é da Colômbia!” São coisas desse tipo que a gente ouve falar. Não sei se chega a ser tão verdade assim, mas, aproveitando, se pudesse dentro desse sentido, colocar esse ponto, esse desafio, até para ouvirmos da senhora o que há em termos de solução para os produtores de café do Sul de Minas, tão seculares.

Eu costumo dizer que a maior reforma agrária que existe no País hoje – uma reforma agrária natural – é a do Sul de Minas, porque a propriedade média está em pouco mais de 100 hectares e veio passando dos bisavós para os avós, destes para os pais e, destes, para os filhos. Então, a cultura do café ainda guarda essa característica, no Sul de Minas, onde 70% das propriedades rurais vêm de pais para filhos e, inclusive, onde os sitiantes são os maiores produtores.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra a Senadora Kátia Abreu, não só para dar uma resposta ao Senador Clésio, mas para que V. Ex^a...

Deseja fazer alguma pergunta, Senador?

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Sim; desejo, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Então, aproveite e faça, porque, de uma vez só, ela responde aos dois e, em seguida, ela dará continuidade à sua palestra, falando do Nordeste.

S. Ex^a, apesar de ela ter nascido lá, se radicou no Estado do Tocantins. Sente saudades, mas eu vou levá-la ao Nordeste para que ela veja as carcaças que estão adubando o solo do Semiárido brasileiro.

Com a palavra o Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Presidente, no curso desta reunião, que para mim foi extremamente útil, porque esclarecedora, alguém me soprou no ouvido que, talvez, tenha sido por ação da CNA o não contingenciamento dos recursos para a agropecuária na LDO. Eu tenho a impressão de que foi ação da CNA a respeito.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco; PSD – TO) – As 24 horas do dia.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Então, V. Ex^a, mais uma vez, tem os meus cumprimentos e o meu respeito.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco; PSD – TO) – Obrigada.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Era isso, Sr. Presidente.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco; PSD – TO) – Senador Clésio Andrade, eu quero aqui destacar e também agradecer, em nome da agropecuária, o seu empenho, que também faz parte da sua representação, em relação à MP dos portos. O senhor, que representa a Confederação Nacional dos Transportes, sabe que nada é mais importante para o setor produtivo do que a logística. E, realmente, a sua participação nos debates em torno da MP dos portos foi fundamental para que ela pudesse chegar, pelo menos, até aqui com o seu relatório lido, parece que de inconformidade com a maioria.

Desse modo, quero parabenizar V. Ex^a pelo seu trabalho aqui no Congresso, bem como pelo conhecimento e a pesquisa que o senhor tem produzido na sua Confederação. Trata-se, realmente, de um trabalho extraordinário, e eu recomendo a todos que tenham acesso à pesquisa CNT sobre os portos no Brasil, que é fantástica.

Nós estamos aguardando a próxima reunião do Conselho Monetário. Não foi votado o preço mínimo do café na última, porque, como houve troca de Ministros, o Ministério da Agricultura, infelizmente, não preparou o voto, a argumentação a tempo. Mas o Ministro, por ser mineiro, também com uma super-responsabilidade com o café, por conta do seu Estado, está totalmente a favor dessa modificação, que deverá ser contemplar o patamar de R\$340,00, que é a proposta da CNA.

Existe uma questão e um impasse que foram discutidos na reunião com os Ministros a respeito do Plano Safra, e foi muito bem absorvida por eles a necessidade de alguma coisa ser feita com relação ao café do morro e o café de áreas planas.

O que fazer? Você não pode também deixar de premiar aqueles que estão buscando inovação tecnológica, plantando com custos mais baixos, em detrimento dos demais. E o que fazer com metade do café plantado por esses produtores mineiros? Afinal, eles estão lá, há anos e anos, plantando esse café e sustentando a balança comercial, como nos velhos tempos em que nós éramos importadores, o que é uma realidade que nós não podemos abrir mão.

O maior dos pecados dos plantadores de café de Minas é o custo da mão de obra, que exorbitou, como, de resto, em todos os setores – e a cafeicultura é intensiva em mão de obra.

Então, compatibilizar essas duas questões vai ser a grande arte que nós vamos ter de trabalhar com as nossas inteligências para buscar um meio de compensar esses produtores que estão plantando no morro, sem desestimular, sem prejudicar e sem fazer

alguma coisa negativa em relação àqueles que estão plantando em terrenos planos.

Então, essa questão é importante para nós; nós estamos com os olhos atentos. Eu sempre digo que, se algum produto acabar no Brasil – e não vou citar nenhum outro produto –, mas se o café brasileiro fosse dizimado, eu acho que toda a população morreria de tristeza, porque isso já é patrimônio nosso. Café é a cara do Brasil, para todos os brasileiros, inclusive para os superurbanos. Então, é uma preocupação importantíssima.

Com relação à internacionalização do café, quero lembrar que um dos cafés mais famosos do mundo é o Costa Café italiano, mas a Itália não possui um pé de café, apenas fabrica e produz o *blend*, fazem-se as misturas para produzir um café. Eles são peritos nessa mistura, que é uma grande arte. Então, eles compram café da Colômbia, do Brasil e de toda parte, fazem esse *blend* e vendem o café como sendo italiano. Há lojas do Costa Café pelo mundo todo. Nada impede que possamos importar algumas cabeças italianas para fazerem o *blend* no Brasil.

D^{ra} Rose gostaria de fazer alguma consideração ainda sobre café? Pois não.

A SRA. ROSEMEIRE CRISTINA DOS SANTOS

– Bom, o custo de produção é o maior problema do café hoje. Eu tenho um custo de produção em torno de R\$270,00 no café do cerrado e tenho um custo de produção de R\$336,00 no café de montanha e basicamente é em função da mão de obra manual, que acaba elevando esse custo de produção. Então, há mesmo essa proposta de discutir uma regionalização do preço mínimo do café, é possível fazer isso. Já se trabalhou para outras culturas. Por exemplo, no Mato Grosso trabalhamos com três regiões para formação de milho. É lógico, lá a gente considera a logística como fator que altera o preço recebido. Para o café a gente vai ter que caminhar por declividade – o que acaba impedindo a mecanização –, ou pelos sistemas de produção, que seria manual, mecanizado e semimecanizado.

Então, a gente tem essa proposta, falta fazer o ajuste fino de qual dessas vai ser. Temos que colocar alguns controles por parte do Governo por conta do Tribunal de Contas, que exige isso, essas propostas têm que ser bem fundamentadas, até foi um dos motivos pelos quais ela não entrou na pauta passada do Conselho Monetário Nacional, mas estamos buscando a solução técnica viável para resolver esse problema.

Com relação a endividamento, melhorou bastante. Após a publicação da Lei nº 11.775, em 2008, passaram por um processo de negociação 18 programas. Desses 18 programas, hoje a gente tem um cenário confortável na maioria das regiões, porém, ainda tenho

um bolsão de endividamento. Esse bolsão de endividamento é formado principalmente pelas dívidas que foram transferidas para a União, Dívida Ativa da União, em torno de 108 mil contratos. Qual é o problema dessas dívidas? O prazo para se renegociar já passou.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG)

– Qual é o valor dessa dívida? A senhora sabe?

A SRA. ROSEMEIRE CRISTINA DOS SANTOS

– Eu posso levantar. Tenho esses números, posso lhe passar.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG)

– São 108 mil contratos.

A SRA. ROSEMEIRE CRISTINA DOS SANTOS

– São 108 mil contratos hoje. Desses, em torno de 25 mil contratos são do Funcafé, e mais 26 mil do Pronaf. Eu tenho esses números discriminados, posso encaminhar para o seu gabinete. Então, ainda carece de solução.

Temos alguns passivos de PESA e de securitização. Por que se gerou esse passivo? Porque depende de alteração de legislação para renegociar. Para o Nordeste hoje, principalmente em função do problema de seca, da crise que eles estão vivendo na região, agravou-se ainda mais. Muitas dessas linhas de crédito ficaram fora de todo processo de renegociação. Renegociação tem outro fator, funciona quando o Governo assume o risco da operação. Se ele cria uma linha de crédito para refinarçar uma linha que está em débito, o Banco não vai assumir um risco que não é dele. Então, há n fatores que, durante os processos de renegociação, ficaram pendentes e que ainda continuam gerando problemas para os produtores. O problema diminuiu? Diminuiu, mas ainda tem um ranço que precisa ser resolvido, que precisa ser solucionado e que carece de alteração de legislação.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG)

– Só complementando, Senadora, o terceiro ponto que coloquei, a questão do preço mínimo na flutuação dos preços. Não se é possível. O que a CNA poderia fazer no futuro com relação a todos os preços, de todos produtos mínimos que o Governo garante. Como que em algum momento, se o supermercado melhora, começa a dar rentabilidade para o produtor, se naquela hora não é a hora de subir o preço mínimo para evitar que haja uma queda brusca. Eu não sei se a CNA pode trabalhar um modelo desses. Provavelmente, no caso do café, fica uma discrepância. Nós vendemos a 580 no ano passado e o preço mínimo estava em 250. Agora, praticamente veio ao preço mínimo, não sei se é possível isso.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO)

– Senador, muito própria a sua pergunta. Como é nos Estados Unidos, como é feito lá? Nós fomos há mais de dois anos aos Estados Unidos – fui pessoalmente com

a minha equipe – para entendermos a política agrícola americana, ficamos quase um mês.

Lá funciona o seguinte: não existe Conab, não existe governo que faça preço nem entidade de classe, quem faz o preço é a universidade, é a academia, que faz o preço de forma imparcial e é um preço de referência, que funciona regionalmente, de acordo com as intempéries...

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG)

– Não é preço garantia, é preço referência?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – É um preço de referência.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG)

– Ele passa a ser garantia também ou não?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Sim, ele passa a ser o piso, porque lá o dinheiro vem na mão do produtor se caso na região, numa região da Flórida, em que aquele preço de referência escapou na laranja e está abaixo do custo de produção, a diferença não vai para lugar nenhum, o produtor sequer requer, o banco já sabe, o preço de referência é ativado e ele recebe na mãozinha dele a diferença do preço de referência.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG)

– Aí muda, evita-se essa discrepância.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Nós temos um instrumento do qual gostaria que a Rose falasse, se o Presidente permitir.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Claro.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Sobre os instrumentos de leilões que temos hoje. Também não acontece nada na hora certa. A política agrícola brasileira é muito em função do abastecimento e não da vida do produtor e das suas discrepâncias de preço. Então, não interessa se o produtor morreu há dois meses, quando chegaram a acudir. O que importa para a política agrícola atual é que o produto está lá, agora, com a vida de quem produziu não existe conexão, o que não ocorre nos Estados Unidos nem na Europa, a prioridade é o produtor, a galinha dos ovos de ouro. Ele precisa estar bem, não basta o abastecimento.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG)

– O abastecimento. Muito bem.

A SRA. ROSEMEIRE CRISTINA DOS SANTOS – Bom, nós somos bastante críticos em relação a esse sistema de política de garantia de preços mínimos, não no sentido de que eles não devam acontecer, pelo contrário, a agricultura, o abastecimento é um dos instrumentos de segurança nacional, o País tem que garantir uma política de abastecimento viável e para isso ele precisa dos produtores rurais. Então, dizemos que quando o Governo faz uma subvenção, ele não está fazendo uma subvenção para o produtor,

ele está fazendo uma subvenção para a sociedade, porque, através disso, ela vai pagar um preço menor pelos seus produtos.

Mas, com relação à política de garantias de preço mínimo, ela é muito engessada, porque não atende mais à realidade da agricultura brasileira. Tenho um decreto de 1965 que trata da política de preços mínimos e tenho uma lei que é mais recente. Esse decreto veda o Governo de intervir no mercado quando o preço de mercado é superior ao preço mínimo. Por outro lado, tenho outra lei, uma lei mais recente, a 8.427, que permite que o Governo subvencione o produtor, desde que o preço mínimo supere em 10% o preço de mercado. Só que nenhuma dessas situações hoje atende. O Governo tem que buscar mecanismos mais apropriados para fazer essa gestão de risco e reduzir a volatilidade de preços. Nós temos CPR, temos a possibilidade de estocar, temos a possibilidade de trabalhar com um contrato de opções e nele posso estabelecer um *target price*, um preço de referência e trabalhar em cima disso. Então, hoje uma política só de governo não resolve. Tenho que ter uma política de governo aliada ao mercado, com objetivo de reduzir essa volatilidade. Esse é o maior problema da agricultura brasileira.

Tivemos uma experiência na CNA em 2006. O ano de 2006 foi um caos para a agricultura, em grande parte porque os instrumentos de política agrícola não eram adequados. Então, em vista do esgotamento desses modelos, acaba que a política não surte efeito.

Outra crítica que fazemos: sistema de leilão não funciona, a política de socorro tem que ser no período anterior à crise e tem que ser para os produtores que precisam. O que acontece? Faz-se um leilão... Para você fazer um leilão hoje tem que ter uma portaria interministerial. Deve-se ter, primeiro, disponibilidade de recursos 2OC, você tem que ter uma portaria do Ministério da Agricultura, do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento. Até que isso ocorra o produtor vendeu a produção que ele tinha de qualquer jeito para se livrar das dívidas ou para continuar na atividade, para pagar funcionário, para honrar seus compromissos e quando o Governo faz o leilão, aquele produtor que estava mais capitalizado, que conseguiu permanecer um pouco mais na atividade, conseguiu segurar um pouco mais sua produção e, consequentemente precisava menos do apoio é que entra comprando. Então, a política não é universalizada, é muito seletiva e, infelizmente, ela seleciona quem menos precisa.

Outro fator que acontece principalmente com grãos. O produtor comercializa antecipado, o produto está armazenado no armazém da *trading*, ele só sai de lá quando fecha contrato com a *trading* e aí entra

a negociação dessa subvenção. Infelizmente, acontecem esses desvios.

Então, essa política hoje não é efetiva, não é eficiente, embora a gente lute por ela, ela tenha um efeito psicológico no mercado, porque só pelo fato de o Governo intervir, ela já acaba refletindo no preço e, em termos de garantia de renda, ela não ajuda em nada.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG) – Muito bem.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Senadora Kátia, como a nossa Comissão trabalha com interatividade, a população pode fazer perguntas, e eu gostaria que V. Ex^a respondesse à pergunta da Sr^a Maria Rosa: por que é importante haver um plano para mais de um ano? Não é bom ser anual?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Maria Rosa, muito obrigada pela sua pergunta e pela participação.

Nós precisamos planejar, Maria Rosa. Não dá para ficar nessa insegurança. Nós precisamos saber o que vai acontecer nos anos vindouros, quais os recursos que estarão disponibilizados, e a sinalização do Governo. O Governo sinaliza através do crédito, através dos volumes de crédito para financiamento de custeio, de investimento, de infraestrutura, de comercialização, de seguro agrícola.

Então, deve existir um planejamento de longo prazo, como ocorre nos Estados Unidos, onde é de quatro anos, e, na Europa, cinco anos, mas com revisão anual para fazer os ajustes. Quando uma cadeia recebe uma perspectiva de longo prazo, ela também cresce, amadurece com mais sustentabilidade e fica com mais segurança.

Imagine a situação: se eu produzo hoje, com recursos da ordem de R\$100 bilhões à disposição da agricultura, esperando que, no ano que vem, isso possa subir 10%, 20%, e o Governo resolve, hipoteticamente, reduzir esses valores ou até mesmo dobrá-los, eu não me planejei para aumentar a minha área ou ampliar a minha produção. Então, essa escala de progressão vai dar uma sinalização para que eu me planeje melhor, assim como toda a cadeia de insumos. Se a cadeia sabe que será disponibilizado x de recursos, ela também vai se prevenir, se precaver para que não falte o fertilizante, para que não falte o defensivo, e a indústria que processa também poderá planejar o mercado e a comercialização da distribuição.

Essa é a minha opinião. Não sei se a Rose quer fazer alguma complementação.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Bom, encerrada as perguntas dos Srs. Senadores, eu volto a palavra à Senadora Kátia Abreu,

para dar ainda algumas informações a respeito da Região Nordeste.

Com a palavra, V. Ex^a.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Eu queria, em primeiro lugar, agradecer ao Presidente desta Comissão, Senador Benedito de Lira, esse querido amigo, por esta grande oportunidade de a CNA estar aqui hoje para apresentar essa proposta de plano agrícola e buscar o apoio dos colegas Senadores.

Nós falamos aqui de tanta coisa bonita, de tanta coisa que precisa ser corrigida, de um Brasil cheio de perspectivas de aumentar a produção, a produtividade, com praticamente zero de desmatamento, desse gigante que faz com que o mundo inteiro possa nos temer nessa área. Mas, ao mesmo tempo, há outro Brasil totalmente diferente, sem perspectiva, sem plano, sem planejamento, sem uma luz no fim do túnel, que é o Nordeste. Então, nós temos dois Brasis: um Brasil próspero, que tem dificuldades, que tem desafios que precisam ser vencidos, mas sempre com otimismo, porque a perspectiva é grande na produção de alimentos no mundo e na necessidade deles; e o Nordeste, por sua vez, com perspectiva zero hoje.

Por não ser do Nordeste, apenas de coração – nasci em Goiânia, Goiás, e sou tocantinense por adoção, sou Senadora da República daquele Estado de que tenho o maior orgulho –, ou seja, talvez por essa isenção é importante que eu fale sobre o Nordeste como brasileira, como Senadora da República, porque nós todos aqui devemos ter a missão de defender o Estado brasileiro, diferentemente dos Deputados.

Sem nenhuma demagogia – não sou candidata a Presidente da República; serei candidata, possivelmente, no meu Estado, em 2014, à reeleição, quem sabe.

O SR. RUBEN FIGUEIRO (Bloco/PSDB – MS) – Seria uma boa opção, Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Eu quero aqui convidar os colegas Senadores, com a responsabilidade de brasileiros que têm, além da responsabilidade com os seus Estados, que já é pesada, a tomarem uma providência que se pretenda definitiva para o Nordeste.

Nós estamos levantando todos os bilhões de reais que já foram gastos no Nordeste por esse período, não para criticar ninguém, não para fazer caça às bruxas, mas em busca de uma solução definitiva. Os problemas da seca não diminuirão. Eles existirão, continuarão existindo.

Mas nós vimos, há pouco, inclusive nos programas no Brasil, regiões na Argentina, regiões em Israel que têm uma situação pior do que a do Nordeste brasileiro e que têm soluções práticas e viáveis.

Nós precisamos de um zoneamento, de um mapeamento dessa região, que já está pronto, porque muitas entidades já tentaram soluções para o Nordeste, mas isso é uma atitude política. É preciso uma ação política, porque existem recursos, existe solução tecnológica, uma vez que o Brasil tem inteligência para isso. Podemos buscar ajuda internacional onde quer que seja, mas isso deve ser um movimento brasileiro.

Dos cinco milhões de produtores rurais que há no Brasil, 70% são da classe D e E. Então, são 3,5 milhões de produtores, e 49% deles estão no Nordeste, com renda praticamente zero, vivendo da aposentadoria rural, vivendo do Bolsa Família.

Eu tenho certeza de que não é do gosto de nenhum aqui assistir a isso de braços cruzados, sem poder fazer nada. Há Senadores competentes do Nordeste, como Benedito de Lira e tantos outros, que vêm lutando. Eu acho que chegou a hora de todos os outros Senadores das outras regiões se unirem aos Senadores do Nordeste para aproveitar essa seca desoladora e não esperar a primeira chuva para que o assunto morra. E que nós possamos encontrar uma solução que nem sempre é dinheiro. O dinheiro, consequentemente, será necessário, mas nós precisamos de pesquisa, inovação e inteligência para solucionar essa situação desoladora.

Às vezes, eu fico pensando, Benedito, no endividamento do Nordeste. Será que alguém imagina que essas pessoas vão pagar essas dívidas que foram se acumulando ao longo dos anos devido à seca?

Eu fico pensando que há várias formas de ajudar regiões e Estados. A Zona Franca de Manaus foi uma solução para ajudar o Estado do Amazonas pela sua baixa produção agrícola, pela questão da floresta. Quantos bilhões são disponibilizados todos os anos, ao longo dos anos, para ajudar aquela região tão importante e que nós precisamos apoiar? Qual é a diferença dessa subvenção dada à Zona Franca de Manaus? Qual é a diferença dada ao setor automobilístico que também não pode ser dada na dívida dos produtores rurais do Nordeste, que não pagaram as suas contas não porque não quiseram, mas porque não tinham seguro agrícola e a chuva não veio?

Então, nós temos dinheiro, sim. Não queremos tirar o benefício nem criticar o que está sendo dado a setores, a Estados, a regiões. Eu só acho que essa dívida é pouca demais para que nós possamos... É muito pequena diante da grandeza e da desolação que vive o Nordeste.

Ninguém perdeu menos do que 50% do seu rebanho. Ninguém! Alguns perderam 70%, 80% e até 100%. Imagina você amanhecer um dia e não ter que

ir para o curral, não ter que ir para o pasto, não ter o que fazer porque dizimou tudo!

A solução de prorrogação de endividamento é incompatível. O Banco do Nordeste não quer assumir o risco. Se não houver quem assuma o risco, se o Tesouro não assumir esse risco, os produtores não vão poder tomar os R\$100 mil, até R\$100 mil, para os pequenos e médios. No Nordeste não existe médio mais, só pequeno; pronafiano e pequeno. Acabou tudo! Então, se o Banco Central, se o Tesouro não entrar subvencionando essas prorrogações, esses novos empréstimos, não adianta lançar linhas de crédito, porque não há como serem viabilizadas.

Então, eu fico bastante à vontade para dizer isso. Existem nove federações de agricultura. Os presidentes estão literalmente desesperados pela pressão da base porque não têm o que dizer, o que responder. O milho, enfim, a Conab conseguiu viabilizar. Precisou a Presidenta da República ir lá, pela segunda vez, para que a Conab pudesse fazer chegar o milho ao Nordeste. Quantos animais não morreram pela ineficiência e pela burocracia do Estado?

Então, essas questões precisam ser debatidas para o Brasil ser uniforme. É claro que ninguém vai ser 100% rico em todos os Estados, mas minimamente uma classe média rural brasileira nós precisamos garantir ao Brasil inteiro. Não dá para manter uma classe elevada, um agronegócio restrito, enquanto uma grande maioria está fora, numa ilha de infelicidade; ou o contrário. Nós não queremos uma ilha de prosperidade e um continente de infelicidade no campo. Nós precisamos solucionar.

Há pobreza em todo o Brasil. No meu Tocantins, também há produtores pobres. No Bico do Papagaio, especialmente, uma zona grande de reforma agrária, de assentamentos, à qual precisamos dar atenção, estamos fazendo isso com assistência técnica e qualificação, começando um grande programa naquela região.

É disto que mundo rural da classe D e E precisa, assim como os urbanos brasileiros: ascender para a classe média.

Então, eu convoco, Presidente, todos, em nome de todos os Senadores que não são do Nordeste, porque vocês já estão na luta, para que a gente possa formar um grande time nacional, brasileiro, com espírito público que nós temos, para tentar resolver, com um grupo de trabalho governamental, aqui do Congresso. Sugerir esse grupo de trabalho para que nós possamos encontrar soluções em curtíssimo, médio e longo prazo para a região do Nordeste brasileiro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Senadora Kátia, eu lhe agradeço, não só

pelo seu gesto, no que diz respeito à situação junto à Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária, mas, como Senador nordestino – e queria cumprimentar o meu querido amigo, Senador Moka –, como Senador pelo Nordeste, do meu Estado de Alagoas, eu tenho tido muita angústia, principalmente quando você chega à Região. Como disse a Kátia, nós temos dois brasis: um Brasil que come e outro Brasil que passa fome.

Eu me lembro de que, antes do governo do Presidente Lula, eu via muita gente, na minha cidade de Maceió – e aquilo me dava um constrangimento sem precedentes –, pessoas catando lixo nos contêineres de rua, para comer. Isso é uma vergonha nacional! Como é que nós podemos conviver com isso? Acabar com a seca, como bem disse V. Ex^a, ninguém acaba, é um fenômeno da natureza. Agora, os países do mundo que tiveram o mesmo problema encontraram os caminhos para a convivência com a seca.

Se, ao longo da história deste País – não precisa ir longe, vamos a cinquenta anos passados –, o Governo pudesse dar pelo menos R\$10 milhões a cada Estado brasileiro, Figueiró, nós não tínhamos mais o problema que temos hoje. Mas tinha que ser uma política continuada.

O que me preocupa, Senadora Kátia, demais companheiros, Senadores, é que, quando caírem as primeiras chuvas no Nordeste, tudo acabe, esqueçam tudo, e o problema vai continuar. Por exemplo, a Presidenta Dilma, no seu governo, para preservar o emprego na indústria automobilística, Senador Moka, ou em São Paulo, na indústria branca, encaminhou para aquele Estado recursos da ordem de R\$26,8 bilhões. Para atender a Zona Franca, que eu acho que tem que continuar atendendo, por se tratar do Estado do Amazonas, R\$22,3 bilhões. Se o Governo disponibilizasse, tivesse boa vontade, principalmente na área econômica... A Presidenta Dilma tem até sensibilidade para isso. A gente nota que os olhos dela estão se direcionando para lá. Agora, quando chega àquele prédio do Ministério da Fazenda, não há vontade política para atender a esses reclamos dos pequenos, dos miseráveis.

Figueiró e Clésio, tudo isto, cerca de R\$11 bilhões, resolve essa situação. É aquilo que nós temos dito: prorrogar a dívida de quem não pode pagar, eu considero, me desculpe, uma brincadeira. Eu não posso pagar porque não tenho dinheiro nem para comprar comida, como é que eu vou pagar um débito que eu tomei, de trinta reais, trinta e cinco, e estou devendo cem, cento e cinquenta?

E V. Ex^a deu um exemplo, eu tenho citado isso frequentemente. Aconteceu comigo, Senadora. Eu não precisava da propriedade para viver, mas eu fiz o in-

vestimento. Tomei R\$200 mil ao Banco do Nordeste, paguei R\$138. Tudo que eu plantei, acabou, o gado morrendo toda semana. Oito, dez vacas, seis, oito, dez, vinte bezerros morriam por semana. Eu tive que bancar, Clésio, um carro-pipa carregando água diariamente para dar água a quatrocentos animais. Imagine! Não aguentei mais. Eu terminei dizendo: bom, quando eu terminar, vou para debaixo de uma ponte também. Acabei e perdi a propriedade total, 100% dela perdi para o Banco do Nordeste. Por quê? Porque eu nunca vi um débito crescer tanto na vida como esse. Você tira cem hoje e está devendo um milhão daqui a três, quatro anos. O que é isso? Isso é uma brincadeira!

Então, é preciso que haja uma determinação política. É um projeto de Estado, não é um projeto de governo. Ou faz isso, ou não temos solução. São bilhões e bilhões de reais que são gastos anualmente para atender essa miséria da seca, e sem solução. Em agosto e setembro choveu, o Governo deixa de fazer as emergências, mas daqui a um ano, acontecerá de novo. E essa vai dar continuidade, pelas informações dos institutos de meteorologia. É uma seca continuada. Se este ano está ruim, para o ano deverá ser muito pior.

Pois bem, Senadora Kátia, eu acho que teremos que fazer esse mutirão e V. Ex^a é muito importante nessa trincheira. Vamos convocar, convidar os colegas de outros Estados, porque não é um fato que diga respeito exclusivamente ao Nordeste e aos Senadores do Nordeste, é um fato que diz respeito ao Brasil.

V. Ex^a citou alguns exemplos dos Estados Unidos e da Europa. Por que o Brasil, Senadora, é o único país do mundo que não subsidia agricultura? É pecado, é crime. E por que não é crime em outros países do mundo? É aquilo que V. Ex^a acabou de dizer. Eu tive uma informação – V. Ex^a mais a par – de produtores americanos. Vamos admitir o seguinte: eu plantei amendoim e tive uma supersafra este ano. Para o ano, o Governo chega e diz: não vai plantar um caroço de amendoim. Agora, eu vou pagar a você 50% daquilo que você produziu no ano anterior. Isso a senhora acabou de dizer agora aqui.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Quer dizer, o produtor é a figura importante, não é o produto. Aqui é o inverso. Se você tem produto, o povo não está preocupado. O cara produziu, com custo de produção maior do que o mercado está oferecendo, mas é obrigado a entregar pelo preço de mercado, infelizmente, com prejuízo, com dificuldade.

Por isso, eu queria agradecer a V. Ex^a por esta contribuição extraordinária que está dando à Comissão de Agricultura e à política agrícola brasileira.

Eu queria agradecer à Dr^a Rosimeire, à Tânia, pela palestra que fizeram aqui.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – E agradecer aos meus colegas, especialmente o meu querido amigo Moka, a quem pedi que presidissem, no primeiro momento, esta reunião, até porque eu estava com outro compromisso.

Por isso, vamos continuar trabalhando – já concedo a palavra ao Senador Moka –, continuar nessa trincheira, porque não termina quando chover, Figueiró. Nós teremos que ter, agora, um trabalho continuado.

Eu queria, ao terminar as minhas considerações, agradecer as pessoas que aqui se encontram.

Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, quando nós, na reunião anterior, tomamos a iniciativa de pedir à presidente da CNA e à nossa colega, Senadora Kátia Abreu, viessem aqui fazer essa exposição, eu acho que era importante que a gente pudesse encerrar esta reunião, hipotecando total e irrestrito apoio desta Comissão à proposta que faz a CNA ao Ministério da Agricultura e ao Governo brasileiro. Porque eu acho que a Senadora sai daqui, hoje, respaldada pelos membros desta Comissão.

Eu pedi à Senadora Kátia – e ela disse que está à disposição, o CNA – que a gente, ainda na semana que vem, tenhamos um encontro com os Parlamentares que integram esta Comissão ou não.

Sr. Presidente, no parlamento americano é tão forte a presença dos parlamentares no tema da produção, que eles, na verdade, é que formulam a proposta do plano de safra. O governo manda o detalhe, mas é o parlamento que faz isso. Então, eu sonho com um parlamento onde possa haver Senadores e deputados com a visão de que não é a produção agrícola, é o que representa. Insisto em dizer: eu não sou produtor rural, mas a economia do meu Estado, a mola propulsora do meu Estado é a agricultura, a pecuária e, agora, nós estamos começando a chamada agroindústria. Então, a força é muito grande e essa força tem que ter ressonância neste Parlamento.

Portanto, objetivando, eu gostaria de propor aos Senadores que estão aqui que V. Ex^{as} pudessem encaminhar, dizendo que a proposta formulada pela Confederação Nacional da Agricultura merece o apoio da Comissão de Agricultura do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL) – Muito bem. Confesso que foi ótima essa lembrança de V. Ex^a.

Eu queria só pedir permissão à Senadora Kátia, como Presidente da CNA, para saber se podemos,

nessa ação conjunta, dizer que essa proposta não terá apenas o apoio dos Senadores da Comissão, mas será uma proposta também da Comissão de Agricultura do Senado Federal com a CNA. E vamos levar isso seriamente.

Eu estava agora acertando com a Kátia, em conversa, e quero comunicar aos companheiros. Tive ontem uma audiência com o Presidente do Tribunal de Contas da União sobre o caso das execuções fiscais que estão sendo realizadas pelos bancos que financiaram safras agrícolas. Nós estamos cobrando isso, porque o TCU é quem determinou a cobrança, e o Presidente até disse que não era inverdade.

Então, eu lhe disse: “O senhor precisa rever isso.” Ele chamou toda a equipe técnica para fazer uma revisão e, inclusive, Senadora, uma espécie de auditoria, Moka, nesses débitos, porque o caso de uma pessoa que tomou 20 está devendo 200, é preciso saber como foi isso; uma pessoa que tomou 100, e está devendo 1 milhão, como cresceu tanto esse débito.

O Tribunal de Contas vai se engajar nisso. V. Ex^a esteve lá, como eu estive. Há agora uma orientação diferenciada para que haja esse bom relacionamento por uma melhor comunicação entre o Tribunal de Contas da União e o Congresso Nacional.

Por isso, Senador Moka, eu agradeço mais uma vez à Senadora Kátia.

Na próxima semana, vamos fazer um encontro, exatamente para começar a tratar dos detalhes, porque isso precisa chegar às mãos da Presidenta Dilma. É aquilo que nós dissemos, no começo, Moka, das nossas reuniões: as nossas audiências públicas não podem ficar exclusivamente, depois de tudo que se trata aqui, entre quatro paredes. Terão de surtir efeitos e os efeitos só existirão se nós encontrarmos caminhos e sensibilizarmos o Governo e a sua área econômica para as providências, no que diz respeito a esse setor primário.

No resto, quero agradecer, mais uma vez. Muito obrigado. Muito obrigado aos colegas; muito obrigado, Moka. V. Ex^a estava presidindo a comissão, mas declinou um pouco do seu tempo e o dedicou exatamente a esta comissão.

Antes de encerrar, passo à Senadora Kátia.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Já para agradecer, Sr. Presidente, a esta comissão. Sinceramente, fico emocionada com a atitude dessa parceria e da confiança que os senhores estão depositando na CNA. Com certeza, vocês não se decepcionarão e não encontrarão neste plano nada que não seja estritamente brasileiro, que não vise ao espírito público e ao desenvolvimento da agropecuária deste País.

Muito obrigada pela proposta, Senador Waldemir Moka, e pela aprovação de todos os Senadores. Benedito de Lira, obrigada por tudo; obrigada, Clésio Andrade e também Senador Ruben. Muito obrigada pelo apoio.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL)

– Muito obrigado.

Bom dia para todos!

(Iniciada às 08 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 07 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 8ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 25 DE ABRIL DE 2013.

Às oito horas e trinta minutos do dia vinte e cinco de abril de dois mil e treze, no Plenário 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador BENEDITO DE LIRA, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores: ACIR GURGACZ, EDUARDO SUPPLY, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, IVO CASSOL, WALDEMIR MOKA, CYRO MIRANDA, RUBEN FIGUEIRÓ, JAYME CAMPOS, LUIZ HENRIQUE, FLEXA RIBEIRO E CÍCERO LUCENA. Deixam de comparecer, os Senhores Senadores Delcídio do Amaral, Zeze Perrella, Clésio Andrade, Sérgio Souza, Kátia Abreu e Gim. O Senador Antonio Russo entrou de licença por 180 dias, a partir de 22.01.2013, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Benedito de Lira, informa que a presente reunião se destina à apreciação de matérias. Antes de iniciar a Pauta de deliberação, o Senhor Presidente comunica que em conversa com o Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Augusto Nardes, fez um apelo em favor dos produtores do semiárido do Nordeste, que em resposta ouviu a promessa de que o Tribunal de Contas da União deverá realizar um levantamento para dimensionar o tamanho da dívida dos produtores rurais atingidos pela estiagem. O

Ministro Augusto Nardes prometeu colocar a experiência e a competência dos técnicos do Tribunal de Contas da União, para desvendar o mistério dessa caixa-preta que atormenta a vida dos produtores rurais deste País. O Senhor Presidente inicia a apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 622, de 2011 - Não Terminativo – EMENTA: Altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para modificar os parâmetros de renegociação das dívidas oriundas de operações de crédito rural lastreadas em recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE. **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 622, de 2011, nos termos da Emenda nº 1 (substitutiva). Às oito horas e quarenta e quatro minutos, anunciada a matéria, o Senador Benedito de Lira, em razão de ser o relator, passa a presidência ao Senador Acir Gurgacz, para que possa proferir a leitura do relatório, discutir e votar o PLS nº 5, de 2011 (art. 89, § 1º, do RISF). Iniciada a discussão do Projeto, depois da leitura do relatório pelo Senador Benedito de Lira, os Senadores Waldemir Moka, Jayme Campos, Benedito de Lira e Ana Amélia fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto. Resultado: Concedida vista coletiva, solicitada pelos Senadores Waldemir Moka e Jayme Campos, nos termos do art. 132, §§ 1º e 4º, do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 2: AVISO Nº 75, de 2012 - Não Terminativo – EMENTA: Encaminha cópia do Acórdão nº 2.961/2012, do Tribunal de Contas da União, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes à auditoria operacional realizada nas ações de defesa sanitária animal e vegetal executadas na fronteira brasileira (TC 026.155/2011-7. **Autoria:** Tribunal de Contas da União **Relatoria:** Senador Casildo Maldaner (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Pelo arquivamento do AVS nº 75, de 2012. Anunciada a matéria, o Presidente, Senador Benedito de Lira, designa o Senador Acir Gurgacz relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Casildo Maldaner, a quem passa a palavra para proferir a leitura do relatório pelo arquivamento do Aviso. Na discussão da matéria, não houve oradores inscritos para discutir. Colocado em votação, o Relatório do Senador Acir Gurgacz é aprovado. Resultado: Aprovado o relatório do Senador Acir Gurgacz, que passa a constituir Parecer da CRA, pelo arquivamento do AVS nº 75, de 2012. ITEM 3: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 16, de 2013 - ASSUNTO: Requerem, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, para dis-

cutir sobre o planejamento logístico integrado ao Agromercado, convidando o senhor Bernardo Figueiredo, Presidente da Empresa Brasileira de Planejamento Logístico, para exposição sobre o assunto. **Autoria:** Senador Clésio Andrade e Senador Acir Gurgacz. No encaminhamento, o Senador Acir Gurgacz faz uso da palavra para tecer considerações sobre o assunto. Passa-se à votação, ocasião em que o Requerimento foi aprovado por unanimidade. Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 4: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 17, de 2013 - ASSUNTO: Requerem, nos termos do inciso II, do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir sobre a política do café no Brasil, convidando o senhor Gilson Alceu Bitencourt - Secretário Executivo Adjunto da Casa Civil; a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda - MF; e a Secretaria de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. **Autoria:** Senador Clésio Andrade e Senador Acir Gurgacz. No encaminhamento, o Senador Acir Gurgacz faz uso da palavra para tecer considerações sobre o assunto. Passa-se à votação, ocasião em que o Requerimento foi aprovado por unanimidade. Resultado: Aprovado, com adendo do Senador Acir Gurgacz, no sentido de incluir a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda - MF; e a Secretaria de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 5: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 18, de 2013 - ASSUNTO: Requerem, nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art. 93 inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a finalidade de debater a "Importância da Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar", em homenagem aos 35 Anos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal - EMATER-DF. **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg e Senador Benedito de Lira. No encaminhamento, o Senador Benedito de Lira faz uso da palavra para tecer considerações sobre o assunto. Passa-se à votação, ocasião em que o Requerimento foi aprovado por unanimidade. Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. EXTRAPAUTA: ITEM 6: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 19, de 2013 - ASSUNTO: No exercício da competência exclusiva do Congresso Nacional de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inscrita no art. 49, inciso X, e nos termos das

disposições do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e em conformidade com os arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer que sejam solicitadas ao Senhor Presidente do Banco Central do Brasil as seguintes informações atinentes à execução do crédito rural no País: 1. Os montantes consolidados dos valores originalmente concedidos e dos respectivos saldos atuais das operações de crédito rural que se encontravam em situação de normalidade em 31 de dezembro de 2012, agregado por fonte de recurso e finalidade. 2. Os montantes consolidados dos valores originalmente concedidos e dos respectivos saldos atuais das operações de crédito rural que se encontravam em situação de inadimplência em 31 de dezembro de 2012, agregado por fonte de recurso e finalidade. 3. O montante consolidado do crédito rural lançado em prejuízo pelas instituições financeiras integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural, agregado anualmente, referente aos exercícios contábeis compreendidos entre 1995 e 2012. 4. Os montantes do crédito rural que se encontravam na condição de Dívida Ativa da União, agregados anualmente, referentes aos exercícios contábeis compreendidos entre 1995 e 2012. 5. O saldo global, atualizado até 31 de dezembro de 2012, das operações de crédito rural inscritas em Dívida Ativa da União. **Autoria:** Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (PERMANENTE). No encaminhamento, os Senadores Benedito de Lira e Waldemir Moka fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto. Passa-se à votação, ocasião em que o Requerimento foi aprovado por unanimidade. Resultado: Aprovado. O Requerimento será encaminhado à Mesa Diretora para decisão, nos termos do artigo 215, I, "a", do Regimento Interno do Senado Federal. O Senador Waldemir Moka traz, para conhecimento e discussão da Comissão, a emenda apresentada à Medida Provisória nº 595/2012 (MP dos Portos), referente aos contratos de arrendamento celebrados anteriormente à Lei nº 8.630, de 1993 (Lei dos Portos) e os Senadores Benedito de Lira, Ana Amélia, Acir Gurgacz, Jayme Campos, Casildo Maldaner e Flexa Ribeiro usam da palavra para apresentar suas considerações acerca dos portos brasileiros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e seis minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. — Senador **Benedito de Lira**, Presidente da CRA.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Declaro aberta a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias previstas na pauta, que já está à disposição dos Ex^{mos} Srs. Senadores e Senadoras.

Gostaria, apenas, de fazer um comunicado à Comissão. No próximo dia 7 de maio, às 14h30, esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária realizará audiência pública conjunta com a Câmara dos Deputados, destinada a discutir o perdão das dívidas dos agricultores. Essa audiência foi requerida pela Senadora Kátia Abreu e aprovada por todos os membros desta Comissão – tive a honra de subscrever o requerimento da Senadora Kátia, porque diz respeito a problema dos produtores do meu Estado e do Nordeste. O propósito dessa audiência pública é pressionar as autoridades competentes para encontrarem uma solução no caso, e não somente o adiamento da cobrança.

Na semana passada, tive a oportunidade de conversar com o Presidente do Tribunal de Contas da União, por deliberação desta Comissão, o Ministro Augusto Nardes, a quem fiz um apelo em favor dos produtores do semiárido do Nordeste. Da conversa com o Presidente do TCU, ouvi a promessa de que o Tribunal de Contas da União deverá realizar um levantamento, para dimensionar o tamanho da dívida dos produtores rurais atingidos pela estiagem. O Ministro Augusto Nardes prometeu colocar a experiência e a competência dos técnicos do Tribunal de Contas da União, para desvendar o mistério dessa caixa-preta que atormenta a vida dos produtores rurais deste País.

Acredito que essa providência poderá nos ajudar na investigação, pois o que desejamos é, exatamente, conhecer os verdadeiros motivos que determinaram a elevação dos valores dos empréstimos. E nunca é importante para o Poder Público esclarecer a situação de inadimplência dos produtores rurais. As informações recolhidas pelo Tribunal de Contas poderão servir de subsídio, para sensibilizar o Governo Federal a conceder anistia aos empréstimos.

Nossos produtores suspeitam, com justificadas razões, que as dívidas inflacionadas com juros de mercado já foram suficientemente quitadas. O produtor não paga a dívida, porque não tem condições – não consegue colher o que planta e, muitas vezes, não tem o que comer. E, se não tem como pagar, é porque os juros e as correções tornaram a dívida insuportável –

as dívidas colocam em risco seu único meio de subsistência, que é a própria terra.

Recentemente me reuni com entidades representativas de produtores rurais de Alagoas, na sede da Federação da Agricultura do Estado, para discutir o endividamento. Como resultado desse encontro, recebi a reivindicação para que o Governo decrete a anistia das dívidas bancárias dos produtores nordestinos. Trago essas informações com o objetivo de reafirmar o compromisso desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária na defesa dos produtores rurais do País.

Além disso, Srs. Senadores, numa conversa, em nome desta Comissão, com os Consultores da Casa, chegamos ao entendimento de apresentar um requerimento, que está à disposição de V. Ex^{as} para subscrevê-lo, para torná-lo requerimento da Comissão, mandamos protocolar na Mesa da Casa do Senado Federal, pedindo informações ao Banco Central, que é quem, na verdade, tem todos os informes no que diz respeito à dívida dos pequenos e médios produtores do nosso País.

Eu pergunto se cada um já tem a cópia do requerimento, se já chegou às mãos de V. Ex^{as}.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO)– Já está comigo, Sr. Presidente. Eu também subscrevo esse requerimento, com V. Ex^a, pedindo ao Presidente do Banco Central informações sobre a dívida dos nossos agricultores, principalmente os pequenos agricultores brasileiros, que realmente precisam de uma atenção especial, precisam do nosso apoio.

É um tema recorrente aqui, nesta Comissão, e também um tema que sempre está nas medidas provisórias de prorrogação. Aqui nós temos que discutir, debater e saber exatamente como está a questão da dívida dos nossos agricultores brasileiros. Então, subscrevo, com V. Ex^a, esse requerimento, que entendo que é da maior importância para os agricultores brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Eu quero me associar às palavras do ilustre Senador Acir Gurgacz e também manifestar que quero compartilhar desse requerimento, com V. Ex^{as}, sendo também um dos signatários, até pelo fato da relevância do que propõe esse requerimento do senhor: solicita informações do Banco Central em relação às dívidas dos nossos pequenos produtores do Brasil, que, lamentavelmente, estão muito sofridos, sobretudo os

pequenos produtores da sua região, o Nordeste. De maneira que V. Ex^a tem a minha solidariedade. Faço coro e votos para que o Banco Central nos forneça as informações precisas em relação ao seu requerimento, que tem a minha participação como membro desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Com a palavra, o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Presidente, Senador Benedito de Lira, quando cheguei aqui, ao Congresso, nós tivemos oportunidade de discutir aqui a chamada securitização. V. Ex^{as} se lembram disso. Eu me lembro também de que, na época, em sucessivos planos econômicos, havia a discussão de que o produtor pegava o montante para financiar uma máquina agrícola, pagava o valor daquela máquina e, depois, estava devendo duas ou três. Aquilo era uma loucura. É claro que nós vivíamos um período inflacionário sem precedentes.

Ocorre, Sr. Presidente, que muitos produtores pediram, na ocasião, o que se chamava popularmente de espelho da conta. Na verdade, seria a evolução daquela dívida. Muito bem, Sr. Presidente. Quando da renegociação das dívidas da chamada securitização, vários produtores rurais assinavam documento abrindo mão desse tipo de consulta. Eu me lembro de que isso gerou um estresse muito grande. Muito bem. O Banco do Brasil recebeu recursos para a chamada equalização dessas dívidas. Eu acho que esse requerimento é exatamente nesse sentido. Como é isso? Quer dizer, a União ficou com essa dívida? Porque o Banco do Brasil recebeu, até porque recebeu na forma de equalização, e cobrava também do produtor. Então, eu acho que reside aí essa... Eu sei porque, quando fui lá, não como Presidente da Comissão de Agricultura, mas como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, nós tivemos a oportunidade de discutir, informalmente, com o Presidente do Tribunal de Contas da União. Conversamos a respeito disso.

Tenho certeza de que V. Ex^a, na condição de Presidente da nossa Comissão, está tomando essas providências, como se fosse uma auditoria mesmo nessas contas, para podermos saber. E, até hoje, produtores rurais não devem mais ao Banco do Brasil, mas devem ao Tesouro e, aí, estão fora já do crédito. Enfim, subscrevo a importante iniciativa de V. Ex^a, até para esclarecermos de fato e de direito todas essas questões.

(Falha na gravação.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – ...requerimento da Comissão, está

certo? Porque a única pessoa que não sabe a evolução de suas dívidas é o devedor. Como disse V. Ex^a, Senador Moka, a União realmente comprou a dívida junto ao Banco do Brasil, e o Banco do Brasil passou a cobrar e executar os pequenos produtores deste País. Então, é preciso que saibamos exatamente o que está acontecendo com o volume dessas dívidas.

Ontem à noite – queria dar mais esta informação –, estivemos na solenidade de comemoração dos 40 anos da Embrapa, uma solenidade extraordinária. A Embrapa assinou uma série de protocolos visando a ampliar as pesquisas. Foi uma solenidade muito concorrida, os grandes do agronegócio nacional estavam todos presentes, ex-ministros, todos os ex-ministros da agricultura, o Ministro da Agricultura, a Presidente da República não pôde comparecer, mas mandou a Ministra do Gabinete Civil para representá-la, a Senadora Gleisi Hoffmann. Foi muito concorrida a solenidade.

É um setor que tem sido responsável pelo equilíbrio da balança comercial, mas que, infelizmente, muitos de seus componentes, ou seja, aqueles que produzem, que geram renda, que geram emprego e que produzem alimento, não têm tido, em determinados momentos, tratamento condizente. Inclusive, conversamos informalmente ontem com a Ministra – Senadores Moka, Jayme Campo, Gurgacz – e dissemos que é praticamente unanimidade entre as federações de agricultura, a Confederação Nacional da Agricultura, os Senadores que têm envolvimento direto com o setor... E nós vamos ter que chamar, Jayme, Moka, V. Ex^{as} que são Senadores do Mato Grosso – um do Mato Grosso do Sul e o outro do Mato Grosso –, meu querido Gurgacz, que é de Rondônia... Nós precisamos nos juntar, ter uma conversa logo na próxima semana com os Senadores do Nordeste. São 27 do Nordeste. Juntando os verdadeiros responsáveis e defensores da agricultura nacional, nós teremos um número que ultrapassará os 35 a 40 Senadores da República, o que vai envolver o País de Norte a Sul, todas as regiões do País.

Na pauta dos nossos trabalhos – queria cumprimentar a Senadora Ana Amélia –, temos o item nº 1, o Projeto de Lei do Senado nº 622. Tendo em vista que sou o Relator, convido o Vice-Presidente, o Senador Acir Gurgacz, para assumir a presidência para que eu possa fazer o relato.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É com prazer, Sr. Presidente, que assumo a presidência para que V. Ex^a possa proferir o seu relatório, referente ao item 1, Projeto de lei do Senado nº 622, de 2011.

ITEM 1**PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 622, de 2011****- Não Terminativo -**

Altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para modificar os parâmetros de renegociação das dívidas oriundas de operações de crédito rural lastreadas em recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Relator: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 622, de 2011, nos termos da Emenda nº 1 (substitutiva).

Observações:

- Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA.

- *Em 15 de março de 2012, foi realizada a leitura do relatório pelo Senador Antonio Russo, Relator ad hoc, e concedida vista ao Senadores Delcídio do Amaral e Jayme Campos. Naquela oportunidade, o Senador Delcídio, em 3 de abril de 2012, apresentou voto em separado, que concluiu pela prejudicialidade da matéria.*

- *O Senador Antonio Russo declinou da relatoria em 3 de abril de 2012 e a matéria foi devolvida ao Senador Benedito de Lira, que apresentou novo relatório.*

Portanto, com a palavra o Relator, Senador Benedito de Lira, para fazer a leitura do novo relatório sobre essa matéria.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na verdade, a Senadora Lídice da Mata apresenta esse projeto que achei da maior importância porque nós já tivemos diversas renegociações de dívidas, mas nenhuma remissão. Todas elas pautadas em medidas provisórias.

Por incrível que pareça, Senador Moka, nós já tivemos mais de dez renegociações. Nenhuma foi feita com base no que saiu desta Casa. Em determinado momento, numa dessas medidas provisórias, vou citar esse exemplo, o Presidente Lula, ao receber, aprovado pelas duas Casas, após o veto e, uma semana depois, encaminhou para o Congresso Nacional uma medida provisória. Aproveitando alguma coisa do projeto de lei aprovado pelas duas Casas do Congresso e, logicamente, acrescentando outras, lógico, de interesse do Tesouro e do Ministério da Fazenda.

Então, a Senadora Lídice apresenta este projeto, com voto do Senador Delcídio do Amaral, que considerou prejudicado o projeto, com a alegação de

que em outros já havia esses patamares de renegociações. Mas o projeto da Lídice trata taxativamente de remissão da dívida. E nenhuma das medidas provisórias aprovadas por esta Casa, no que diz respeito a esta matéria, tratou exatamente da remissão. Por isso é que nós estamos apresentando novo parecer para apreciação e discussão de V. Ex^{as}.

Compete à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, nos termos do inciso X do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, opinar em assuntos correlatos aos financiamentos agropecuários e ao endividamento rural.

Quanto ao mérito, entende-se que o projeto de lei visa a adequar as condições de renegociação das dívidas dos agricultores do Nordeste às suas reais demandas, ao aumentar o valor limite da dívida para enquadramento nos benefícios concedidos pela Lei nº 12.249, de 2010.

Observe-se que a referida lei resultou da edição e aprovação da Medida Provisória nº 472, de 2009. Como a mencionada medida provisória tratava de diversos conteúdos não afins e dada a rapidez exigida no rito de tramitação das medidas provisórias, consideramos que os artigos que trataram das renegociações de dívidas em questão não foram adequadamente discutidos pelo Poder Legislativo naquela oportunidade.

Daí deriva a importância do PLS nº 622, de 2011, para o adequado enquadramento dos mutuários que necessitam urgentemente renegociar suas dívidas.

Em 2008, o Ministério da Fazenda anunciou um impacto fiscal de R\$1,2 bilhão, para efetuar a renegociação de 2,8 milhões de contratos de crédito rural. Essa medida do impacto financeiro levou em conta apenas o comprometimento de novos recursos, não considerando a contabilização de prejuízos anteriores.

Considerando-se que, em 2010, os financiamentos dos fundos constitucionais somaram R\$2,7 bilhões, nas operações contratadas até R\$60 mil, e que, na faixa de R\$60 mil a R\$150 mil, esses financiamentos totalizaram em cerca de R\$647 milhões, estima-se que, com a adoção das medidas propostas no PLS nº 622, de 2011, o novo impacto fiscal será de aproximadamente 25% do valor verificado em 2008. Assim, esse custo adicional permitirá a reinserção de médios produtores no mercado de crédito rural, a redução do grau de endividamento do setor, a adequação do montante da dívida rural à capacidade de pagamento do produtor e a efetiva quitação de suas obrigações financeiras.

Considera-se, ainda, que as alterações advindas da aprovação do PLV nº 3, de 2012, resultante da tramitação da Medida Provisória nº 545, de 2011, do Congresso Nacional, que se converteu na Lei nº 12.599, de 2012, foram insuficientes para refletir o real

comprometimento da capacidade de pagamento da maioria dos produtores rurais nordestinos, que enfrentam atualmente uma das maiores secas da história.

Assim, a aprovação do PLS nº 622, de 2011, reveste-se não apenas da relevância, posto que detém a máxima urgência, dado o estado de calamidade das atividades agropecuárias no Semiárido brasileiro.

No entanto, em razão da vigência da MPV nº 610, de 2013, entendemos que o prazo previsto no art. 70 da Lei nº 12.249, de 2010, referente à concessão de rebate para liquidação das operações de crédito rural renegociadas nas novas condições deverá ser ajustado para 30 de dezembro de 2014.

Finalmente, para que não parem dúvidas sobre a vigência dos demais parágrafos do art. 69, propomos nova redação para o art. 1º do PLS nº 622, de 2011.

Voto.

Pelos motivos expostos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 622, de 2011, na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº – CRA (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 622, DE 2011

Altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para modificar os parâmetros de renegociação das dívidas oriundas de operações de crédito rural lastreadas em recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.

Art. 1º O art. 69 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 69. São remetidas as dívidas decorrentes de operações de crédito rural renegociadas nas condições do art. 2º da Lei no 11.322, de 13 de julho de 2006, cujos saldos devedores na data de publicação desta Lei, atualizados pelos encargos financeiros contratuais aplicáveis para a situação de normalidade, excluídos os bônus, sejam de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), desde que as operações sejam:

§ 2º A remissão de que trata este artigo também se aplica às operações de crédito rural que se enquadrem nas condições para renegociação previstas no art. 2º da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006, efetuadas com recursos do FNE, ou com recursos mistos do FNE com outras fontes, ou com recursos de outras fontes efetuadas com risco da União, ou ainda às operações contratadas no âmbito do Pronaf,

cujos mutuários não as tenham renegociado nas condições ali estabelecidas e cujo saldo devedor atualizado até a data de publicação desta Lei, nas condições abaixo especificadas, seja inferior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais):

.....
.....” (NR)

Art. 2º O art. 70 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 70. É autorizada a concessão de rebate para liquidação, até 30 de dezembro de 2014, das operações de crédito rural que tenham sido renegociadas nas condições do art. 2º da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006, e que estejam lastreadas em recursos do FNE ou em recursos mistos, risco da União. Ou ainda das operações realizadas no âmbito do Pronaf, em substituição a todos os bônus de adimplência e de liquidação previstos por essas operações da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006, e no art. 28 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, não remetidas na forma do art. 69 desta lei, observadas ainda as seguintes condições:

.....
§ 4º O mutuário de operação de crédito rural que se enquadrar no disposto neste artigo, cujo saldo devedor atualizado pelos encargos financeiros contratuais aplicáveis para a situação de normalidade, excluídos os bônus, seja inferior a R\$200 mil, observado o disposto no § 2º do art. 69, e que não disponha de capacidade de pagamento para honrar sua dívida, recalculada nas condições e com os rebates de que trata este artigo, poderá solicitar desconto adicional para liquidação da sua dívida mediante apresentação de pedido formal à instituição financeira pública federal detentora da operação, contendo demonstrativo de sua incapacidade de pagamento – dando nova redação.

.....” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Então, Srs. Senadores, esse é o relatório e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Portanto, o Senador Relator concluiu pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que é substitutiva.

Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não. Para discutir, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Presidente, eu tenho o máximo interesse em ajudar a encaminhar uma proposta como essa, Senador Benedito de Lira.

Eu temo que a Comissão, em relação a essa questão... Eu não sei se nós temos condições constitucionalmente, porque essa questão é privativa do Executivo. Nós estamos mexendo com dívida. Eu sei porque, com a experiência que acumulamos na Câmara, nós corremos o risco de aprovar isso aqui, e depois não haver consequência. Nós vamos gerar uma expectativa nesse projeto.

Eu ouvi o Senador Benedito de Lira falando dos 27 Senadores do Nordeste. Será que nós não conseguiríamos, Senador Benedito de Lira, trazer os 27 Senadores, discutir, até sobre uma negociação mais ampla, com a área econômica do Governo? E propor ou estimular que venha alguma coisa nesse sentido para cá?

Então, eu gostaria de pedir vista. Queria que V. Ex^a entendesse a minha preocupação não é no sentido de obstruir, mais no sentido de que possamos chamar a uma discussão e, quem sabe, trazer para essa discussão todos os Senadores do Nordeste, pelo menos aqueles que têm uma ligação maior com esse segmento, para fazer uma discussão e, quem sabe, uma renegociação, porque o valor, realmente, é pequeno. E V. Ex^a está falando que, recentemente, a Presidente Dilma esteve lá, anunciando medidas.

Eu penso que esse é o momento adequado para se tratar disso, mas temo que a iniciativa seja privativa do Executivo, Senador.

Evidentemente, o pedido de vista é nesse sentido de tentar ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu queria até ouvir a opinião dos outros Senadores.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Para discutir, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Eu acho o seguinte: antes do pedido de vista – acho que o interesse do Senador Moka é precaver e dizer do bom trabalho que foi feito pelo Senador Benedito de Lira –, vamos aguardar, nesse caso, quando V. Ex^a já externou sua opinião, seu ponto de vista, o nosso querido amigo Senador Benedito de Lira, aí, depois, vamos ver o pedido de vista do Senador Moka.

V. Ex^a eu imagino que tenha algumas ponderações a fazer em relação aos comentários propostos aqui pelo Senador Waldemir Moka.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com a palavra o Relator, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – A verdade é a seguinte: quando foi apresentado esse projeto de lei e, numa outra oportunidade, houve pedido de vista do Senador Delcídio do Amaral, ele levantou a preliminar de que o projeto estava prejudicado, por conta de já haver uma série de renegociações para que os pequenos agricultores pudessem estar realmente beneficiados com isso.

Foi quando retornou para haver o voto em separado dele, e nós chegamos a conclusão de que poderíamos alterar consideravelmente o projeto porque, em todos os momentos em que se fez a renegociação da dívida, não se tratou de remissão. E este projeto trata da remissão da dívida. Consequentemente, eu acho que este é um debate que vai nos ajudar muito.

Eu não tenho nenhum reparo a fazer ao pedido de vista do eminente Senador Moka, porque sei perfeitamente das suas boas intenções, mas é lógico que nós estamos vivendo um momento singular em virtude dessa situação caótica que vive o Semiárido, especialmente os pequenos produtores. Está uma coisa terrível. E o que é que nós temos de debater? Independentemente do que pensa o Governo, do que pensa em fazer o Governo, nós temos de fazer uma frente para exatamente cobrar da autoridade, do Governo, que é quem tem competência para fazer anistia. Mas aqui nós estamos provocando porque é competência do Congresso Nacional adotar esta providência.

Então, o projeto em si se restringe exatamente a isso, pois houve 11 renegociações das dívidas dos pequenos produtores deste País, mas em nenhum momento tiveram resultado. Inclusive, num determinado momento – como muito bem lembrou o Senador Moka –, os bancos começaram a pressionar o Governo, especialmente o Banco do Brasil, e a União comprou a dívida deles. Em comprando a dívida deles, é lógico que o passivo do Banco ficou absolutamente regularizado, e passou então a União a cobrar dos pequenos produtores.

E disseram aqui, certa vez, que já houve uma decisão do Governo do Presidente Lula, em 2003 ou em 2004, se a memória não me falha, com relação aos devedores do Sistema Nacional de Habitação. É aquilo que V. Ex^a acabou de falar há poucos instantes: o sujeito comprou uma máquina, pagou a máquina e, quando ele esteve lá no financiador, ele estava devendo três máquinas ainda. Então, isso não existe; essa alteração da dívida não existe. Quer dizer, o pequeno ou o médio produtor deste País é o único a não saber

por que sua dívida tem essa capacidade de aumentar seu saldo devedor.

A mesma coisa me parece acontece exatamente com a dívida dos pequenos e dos médios produtores deste País, e é por conta disso, para auxiliar este nosso debate que nós estamos promovendo este requerimento, e pediria que o Senador Cyro Miranda e a Senadora Ana Amélia o subscrevessem, para torná-lo da Comissão, para podermos chegar à conclusão sobre como é que cresce essa dívida, por que não paga, por que já houve uma espécie de passar para o passivo, está liquidada a dívida.

Consequentemente, através deste debate é que poderemos provocar essa iniciativa.

Então, era exatamente isso. Mas, para melhor elucidar, se houver a manutenção do pedido de vista de V. Ex^a, não há, por parte do Relator, nenhum constrangimento, tampouco qualquer problema, porque V. Ex^a é um dos grandes interessados em proteger, em fazer justiça com os que produzem neste País.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – A matéria continua em discussão. Mantido o pedido de vista?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Solicito vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Então, concedido vista coletiva ao projeto.

Devolvo a Presidência ao Senador Bendito de Lira.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra, a Senadora Ana Amélia. Obrigado ao Senador Acir.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Apenas gostaria de dizer que é oportuna, de fato, a questão levantada pelo Senador Moka também tem sentido em função da competência.

E nós precisamos criar uma política que assegure ao pequeno agricultor... O pequeno agricultor não é inadimplente porque quer; ele deixa de pagar porque realmente a dívida é impagável.

O Congresso já fez, nos anos 90, Sr. Presidente, uma CPMI para tratar do endividamento agrícola que resultou em algumas medidas, em algumas políticas. Como disse V. Ex^a, todas as renegociações não resolveram o essencial que é o passivo da dívida, o montante da dívida ou o principal, porque os juros acabam...

Hoje, essa é a situação dos Estados, que, na relação com a dívida que negociaram com a União, já pagaram e estão devendo o dobro daquilo que pagaram. Então, essa é também uma questão para os Estados, fazendo apenas uma pequena analogia.

Eu queria apenas uma informação. Eu assinei o seu requerimento, que acho extremamente necessário, em que o senhor faz um encaminhamento de informações ao Banco Central pedindo para verificar a situação do endividamento agrícola do crédito rural do Brasil. Não há relação com o projeto. Nós precisamos esperar essas informações, que, normalmente, também demoram, Presidente.

Então, eu queria apenas obter esses esclarecimentos para saber se está condicionado o requerimento de V. Ex^a, em nome da Comissão, o que eu acho muito próprio, à aprovação desse projeto de que V. Ex^a é o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Não há nenhuma conexão. Uma coisa independe da outra, porque, no momento em que o Banco Central... Eu sei que, para prestar essas informações, vão demorar algum tempo, e logicamente nós estamos vivendo um momento em que não dá mais para esperar tanto tempo assim. Mas não há conexão, Senadora. Uma coisa independe da outra. Podem andar as duas paralelamente.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Dando continuidade, passo ao item 2 da pauta.

ITEM 2

AVISO Nº 75, de 2012

- Não Terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 2.961/2012, do Tribunal de Contas da União, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes à auditoria operacional realizada nas ações de defesa sanitária animal e vegetal executadas na fronteira brasileira (TC 026.155/2011-7)

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatório: Pelo arquivamento do AVS nº 75, de 2012.

Observações:

1. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa.

Com a palavra o Relator, Senador Acir Gurgacz, que substituirá o Relator originário, Casildo Maldaner.

Com a palavra, o Senador Acir Gurgacz, como Relator ad hoc.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

É com prazer que faço a relatoria em nome do Senador Casildo Maldaner.

Relatório.

Vem à apreciação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) o Aviso nº 75, de 2012, que encaminha cópia do Acórdão nº 2.961, de 2012, do Tribunal de Contas da União (TCU), bem como do relatório e do voto que o fundamentam.

O aludido acórdão se refere à auditoria operacional realizada nas ações de defesa sanitária animal e vegetal executadas na fronteira brasileira (TC 026.155/2011-7).

Nos termos do relatório apresentado, a mencionada auditoria objetivou avaliar os programas e ações específicos de governo na área de defesa sanitária animal e vegetal, executados na faixa da fronteira brasileira, com ênfase nos que abranjam o controle de entrada de pragas e doenças, bem como nas rotinas, procedimentos e parcerias a cargo dos órgãos responsáveis por essa política pública.

Vamos à análise.

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária analisa o teor do Aviso nº 75, de 2012, em razão de sua competência regimental para opinar sobre matérias atinentes à vigilância e defesa sanitária animal e vegetal.

O tema da auditoria planejada e executada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), qual seja, a avaliação das ações de defesa sanitária animal e vegetal executadas na fronteira brasileira, não poderia ser mais acertado e oportuno. Justifica a escolha a relevância da agropecuária na economia nacional.

Para manter no futuro o crescimento verificado nas últimas décadas, a agropecuária demandará mais ações continuadas de fiscalização sanitária na faixa de fronteira, fundamentais para garantir a sanidade dos produtos de origem animal e vegetal, como também para manter o crescimento do agronegócio nacional e evitar os riscos de embargos comerciais de países importadores.

As dificuldades operacionais são muitas, uma vez que existem no Brasil mais de 16 mil quilômetros de fronteiras terrestres, separando onze Estados brasileiros de dez países e elevando o risco do contrabando internacional de animais, plantas, sementes e produtos agropecuários *in natura*, fatores que potencializam a ameaça de introdução de pragas e doenças no Território nacional.

Com efeito, o Brasil detém: 730km de fronteira com a Guiana Francesa, situada totalmente no Estado do Amapá; 593km de fronteira com o Suriname, sendo 52km no Amapá e 541km no Pará; 1.606km de fronteira com a Guiana, sendo 642km no Pará e 964km em Roraima; com a Venezuela, tem 2.199km de fronteira, sendo 1.314km em Roraima e 885km no Estado do Amazonas; com a Colômbia, dispõe de 1.644km de fronteira, situada totalmente no Estado do Amazonas;

com o Peru, o Brasil tem 2.995km de fronteira, sendo 1.430km no Amazonas e 1.565km no Acre; com a Bolívia, dispõe de 3.126km de fronteira, sendo 666km no Acre, 1.457km em Rondônia, 902km no Mato Grosso e 398km no Mato Grosso do Sul; com o Paraguai, o Brasil detém 1.366km de fronteira, sendo 1.180km no Mato Grosso do Sul e 186km no Paraná; com a Argentina, são 1.261km de fronteira, sendo 296km no Paraná, 250km em Santa Catarina e 715km no Rio Grande do Sul; e com o Uruguai, o Brasil possui 1.068km de fronteira, totalmente situada no Estado do Rio Grande do Sul.

Não bastasse a impressionante dimensão da faixa de fronteira, o País dispõe apenas de 27 postos de fiscalização da Receita Federal do Brasil (RFB), para atuar na importação legal e combater a entrada ilegal de produtos, por meio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Unidades de Vigilância Agropecuária – Uvagos, do MAPA.

O Relatório é bastante extenso, Sr. Presidente. Vou tentar abreviar.

Finalmente, o Acórdão nº 2.961, de 2012, determina à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDA/MAPA) que envie ao Tribunal, aos cuidados da 8ª Secex, no prazo de 90 dias, Plano de Ação que contenha o cronograma de adoção das medidas necessárias à implementação das providências indicadas neste acórdão, com a identificação dos responsáveis.

Com fulcro nessa breve compilação do teor do Acórdão nº 2.961/2012, ressaltamos o pleno exercício das funções de monitoramento e controle do Tribunal de Contas da União, na defesa do cumprimento dos princípios constitucionais regentes da administração pública brasileira.

Temos certeza de que esta Casa estará atenta à execução das recomendações propostas no documento. Voto.

Avaliado o teor do Aviso nº 75, de 2012, recomendamos o arquivamento da matéria.

Esse é o voto do Relator, Senador Casildo Maldaner, lido por mim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão o relatório do Senador Acir Gurgacz. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e submeto à votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Srs. Senadores, gostaria de comunicar e, ao mesmo tempo, solicitar a V. Ex^{as} que coloquemos, como extrapauta, o requerimento que nós subscrevemos

agora, pedindo informações ao Banco Central com relação às dívidas dos produtores brasileiros.

Não havendo manifestação contrária, vou ler o requerimento para que a gente possa discuti-lo e votá-lo.
EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 19, de 2013

No exercício da competência exclusiva do Congresso Nacional de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inscrita no art. 49, inciso X, e nos termos das disposições do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e em conformidade com os arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requerem que sejam solicitadas ao Senhor Presidente do Banco Central do Brasil as seguintes informações atinentes à execução do crédito rural no País:

1. Os montantes consolidados dos valores originalmente concedidos e dos respectivos saldos atuais das operações de crédito rural que se encontravam em situação de normalidade em 31 de dezembro de 2012, agregado por fonte de recurso e finalidade.
2. Os montantes consolidados dos valores originalmente concedidos e dos respectivos saldos atuais das operações de crédito rural que se encontravam em situação de inadimplência em 31 de dezembro de 2012, agregado por fonte de recurso e finalidade.
3. O montante consolidado do crédito rural lançado em prejuízo pelas instituições financeiras integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural, agregado anualmente, referente aos exercícios contábeis compreendidos entre 1995 e 2012.
4. Os montantes do crédito rural que se encontravam na condição de Dívida Ativa da União, agregados anualmente, referentes aos exercícios contábeis compreendidos entre 1995 e 2012.
5. O saldo global, atualizado até 31 de dezembro de 2012, das operações de crédito rural inscritas em Dívida Ativa da União.

Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (PERMANENTE)

Esse é o requerimento.

Quero comunicar a V. Ex^{as} que, como subscritor do requerimento, é exatamente isso. Um dos itens aqui

é fundamental: os registros contábeis no encerramento do exercício, em 31 de dezembro, referentes aos saldos de 1995 a 2012, exatamente aquilo do passivo que vai para prejuízo. Identicamente àquilo que acabei de citar aqui no que diz respeito às dívidas do antigo Sistema de Habitação Nacional, o BNH, que teve a dívida não perdoada, mas que foi feita a remissão pelo Presidente Lula àquela época.

Dadas essas informações, V. Ex^a, Senador Moka, como subscritor também do requerimento, V. Ex^a deseja a palavra?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Sim, apenas para dizer que já me manifestei a respeito. Acho que o requerimento vai ensejar realmente, provocar uma auditoria e aí esta Casa receberá, do Tribunal de Contas da União, uma análise, praticamente uma auditoria. Tenho certeza de que muitos daqueles contratos, daquelas dívidas poderão ser examinadas à luz já de uma análise bem mais segura, embora, aquilo que eu digo, esses produtores não devam mais a banco, eles devem ao Tesouro.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O requerimento será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal para que seja feita a solicitação, através da aprovação do Plenário do Senado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)
– Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, ontem, na discussão da chamada Medida Provisória dos Portos, eu tive uma emenda que foi aprovada. Na verdade, ela foi rejeitada no parecer do relator, meu amigo, nosso Líder Eduardo Braga, mas ela foi destacada, não por mim, porque eu não faço parte da comissão, mas foi destacada e foi aprovada.

Como diz respeito ao segmento e foi esse segmento que me procurou para que eu pudesse ser o autor dessa emenda, eu queria, na verdade, trazer essa discussão, porque há, por parte da imprensa, a ideia de que o Governo pretende vetá-la.

Na verdade, eu não sei, Sr. Presidente, porque é o assunto... Eu também não quero interromper. É que V. Ex^a disse que tinha um requerimento extrapauta, que acabamos de votar. Há outros itens?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Ah, não. Então, vou aguardar. Eu só queria dizer que essa emenda...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL. *Fora do microfone..*) ... fará as manifestações que achar conveniente.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu gostaria de me inscrever também, após a leitura dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Pois não, Senador.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 16, de 2013

Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, para discutir sobre o planejamento logístico integrado ao Agronegócio, convidando o senhor Bernardo Figueiredo, Presidente da Empresa Brasileira de Planejamento Logístico, para exposição sobre o assunto.

Autoria: Senador Clésio Andrade

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Subscrevo, juntamente com o Senador Clésio Andrade, o pedido de audiência pública para debatermos mais uma vez a questão da infraestrutura brasileira para fazer o escoamento da nossa produção agrícola em todo o nosso País, em especial, é claro, ressaltando aqui os problemas já muito bem debatidos e sabidos pelos nossos pares, nossos colegas Senadores, da nossa grande preocupação com relação à restauração da BR-364, no Estado de Rondônia, para a qual já houve a licitação em dois trechos, principalmente no trecho que liga Pimenta Bueno a Ouro Preto do Oeste, onde temos um pedaço dessa estrada, que compreende de Cacoal a Presidente Médici, que está praticamente intratável e a empresa ainda não iniciou os trabalhos.

Já tivemos audiência pública aqui nesta Comissão. Já tivemos audiências públicas em outras Comissões, como no caso da Infraestrutura também. E até agora não houve a manifestação efetiva da empresa que ganhou a licitação para que comece a restauração. Portanto, a vinda do Secretário Bernardo Figueiredo,

o Secretário de Planejamento e Logística, vem nos ajudar a esclarecer e a resolver esses problemas com relação às questões de infraestrutura do nosso País.

Nós temos também um problema sério na BR-429, que liga Presidente Médici a Costa Marques, Sr. Presidente. Houve uma licitação para o asfaltamento dessa BR, mas deixaram de fora as pontes. Imaginemos nós que o asfalto da estrada foi feito; um asfalto novo. E devem ter 15 ou 16 pontes que não estão no eixo da BR. Já houve acidentes, Senador Moka, porque o motorista que não conhece está num asfalto bom, de qualidade, e de repente acaba o asfalto! Ele cai no rio, porque não tem ponte, tem um desvio. Então, é uma questão de planejamento, de projetos. E não houve o planejamento, a licitação para as pontes. Ou seja, hoje nós temos a BR asfaltada, mas as pontes inclusive não deixam que tenhamos ônibus de primeira qualidade para fazer um trajeto de quase 400 quilômetros.

É uma estrada importantíssima para o escoamento da produção agrícola dessa região e para o turismo de Costa Marques, que fica na divisa com a Bolívia. A ligação do Brasil com a Bolívia é importante também. Enfim, agora foi feita a licitação e deverão ser abertas as propostas, se não me falha a memória dia 10 de maio. É um problema sério.

Assim também é a BR-425, que liga Guajará-Mirim a Porto Velho. Antigamente, foi feita a licitação. A empreiteira, nos seus moldes de antigamente, mergulhou no preço – como se diz na gíria – e ganhou a licitação, mas com o objetivo de ter um realinhamento de preço, ter um aditivo no futuro. Não houve o aditivo nem o realinhamento de preço, a empresa paralisou a obra e saiu da estrada, ou seja, ficou a obra pela metade, causando um dano incrível à população de Guajará-Mirim, de Nova Mamoré, de Porto Velho, e nós não temos mais a restauração da BR.

Então, todos esses assuntos são da maior importância. Eu estou me referindo só ao Estado de Rondônia. Eu creio que deve haver algo parecido em outros Estados também, e a presença do Secretário vem, com certeza, nos ajudar a esclarecer. Não apenas esclarecer, porque a questão não é o esclarecimento, mas, sim, encontrarmos a solução dos problemas.

Por isso, junto com o Senador Clésio, eu subscrevo este requerimento para trazermos aqui e debatermos esses assuntos da maior importância para o nosso País, que é a infraestrutura para dar vazão ao crescimento e à produção principalmente agrícola brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado ao Senador Acir.

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O próximo requerimento.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 17, de 2013

Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir sobre a política do café no Brasil, convidando o senhor Gilson Alceu Bittencourt – Secretário Executivo Adjunto da Casa Civil. Autoria: Senador Acir Gurgacz e outros.

V. Ex^a tem a palavra, Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Presidente Benedito de Lira.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Perdão, o requerimento é também do Senador Clésio Andrade e do Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Eu gostaria de incluir neste requerimento também o Ministério da Fazenda, com o Secretário de Políticas Econômicas. E o Secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura também, para que se fizessem presentes nesta audiência pública junto com o Gilson Alceu Bittencourt, para debaterem esse assunto que é da maior importância.

E, aproveitando a oportunidade, Sr. Presidente, no último dia 18 de abril, nós tivemos uma participação no Globo Rural, uma notícia que diz o seguinte:

Rondônia estima o aumento na safra de café conilon. Cacoal, distante 480 km de Porto Velho é o maior produtor de café conilon do Estado de Rondônia. Propriedade com 6 mil pés carregados dos grãos e 12 funcionários começou a colheita há uma semana. O agricultor Orly Gama acredita que a produtividade este ano será 50% maior do que 2012. Nem eu esperava – dizia Orly Gama – essa produção com o café novo. Na propriedade do agricultor Valentim Portali, colhem-se aproximadamente 100 sacas de café por hectares.

Em Rondônia, o cultivo do café é desenvolvido pela agricultura familiar, em pequenas lavouras que abastecem principalmente os mercados de São Paulo e do Paraná. Segundo estimativa da Conab, a produção do café conilon no Estado deve chegar a 1,4 milhão de sacas. O Estado de Rondônia é o segundo produtor de café conilon do País.

Uma das motivações que vive a cafeicultura de Rondônia foi o lançamento da primeira variedade de

café do Estado de Rondônia, a conilon BRS Ouro Preto, que foi desenvolvida pela Embrapa [que ajudamos a concretizar com ações inclusive nesta Comissão de Agricultura, com audiência pública em Cacoal e em várias regiões que fizemos no Estado de Rondônia].

Mas o efetivo incremento da produção será através da multiplicação e do plantio nas propriedades dessa variedade, com crédito e assistência técnica. E já debatemos e discutimos aqui e também em outros Estados a importância de termos assistência técnica à disposição dos agricultores.

A Embrapa já selecionou os produtores de mudas interessados na multiplicação e na comercialização de mudas da cultivar de café conilon BRS Ouro Preto, que foi obtida pela seleção de cafeeiros com características adequadas às lavouras comerciais do Estado e adaptada ao clima e ao solo da região. Sua denominação é uma homenagem ao Município de Ouro Preto do Oeste, que é o centro da colonização oficial do antigo Território de Rondônia e onde fica instalada a Embrapa no interior do Estado de Rondônia.

O conilon BRS Ouro Preto tem potencial para aumentar a produtividade da cafeicultura em Rondônia, contribuindo para a sustentabilidade econômica e social de mais de 40 mil pequenos proprietários da cafeicultura do Estado.

É o caso dos nossos amigos Orly Gama, que se surpreendeu com a produção da nova variedade de café, e Valentim Portali, que está colhendo aproximadamente cem sacas de café por hectare exatamente decorrente dessa nova propriedade, Senador Casildo, que foi criada de acordo com o clima, com o solo da nossa região, do nosso Estado de Rondônia.

É um produto desenvolvido pela Embrapa que já está à disposição dos agricultores, com algumas dificuldades, como o viveiro para ampliar as mudas e deixá-las à disposição dos agricultores e a assistência técnica. Ou seja, com um pouquinho de assistência técnica e com essa propriedade, nós vamos triplicar a produção de café com a mesma área plantada, mas a tendência é aumentar também a área de plantio. Quando o vizinho começa a ganhar mais com a sua produção, é evidente que todo mundo começa a querer plantar um pouquinho, porque, se é um bom negócio, todo mundo quer.

E, realmente, essa nova planta de café, Senador Moka, que foi idealizada pela Embrapa em Rondônia – aqui, mais uma vez, os cumprimentos à nossa querida Embrapa por mais essa contribuição, pela descoberta dessa variedade de café –, faz com que a nossa produção de café no Estado de Rondônia tenha um aumento considerável, ampliando, assim, a renda dos nossos agricultores do Estado de Rondônia.

Por isso, subscrevo o requerimento.

Esperaremos a audiência para debater esse assunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Último requerimento da pauta.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 18, de 2013

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a finalidade de debater a “Importância da Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar”, em homenagem aos 35 Anos da EMATER-DF, com a participação dos seguintes convidados:

- Sr. Valter Bianchini, Secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA);

- Sr. Argileu Martins, Diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Dater/SAF/MDA);

- Sr. Alberto Broch, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag);

- Sr. Júlio Zoé, Presidente da Associação Brasileira das Entidades de Ater (Asbraer);

- Sr. Manoel Saraiva, Coordenador Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores de Assistência Técnica e Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil (Faser);

- Sr. Marcelo Piccin, Presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF); e

- Sr. Maurício Antônio Lopes, Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Esse requerimento é de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que não se encontra presente, mas eu o subscrevi.

É exatamente isso para que possamos, nesta Comissão... Esse não é um caso isolado de Brasília, mas é um problema... O Senador Acir Gurgacz acabou de

fazer uma bela demonstração do que está acontecendo em Rondônia. A assistência técnica operacionalizada pelos Estados está deixando muito a desejar em praticamente todos os Estados brasileiros.

Infelizmente, os governos dos Estados não têm feito um investimento com maior capacidade de atender o pequeno agricultor que está no campo, para que possa ter uma melhor produtividade, para que possa ter melhores resultados.

Por essas razões, submeto à votação o requerimento de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, subscrito pelo Senador Benedito de Lira.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Concedo a palavra ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, conforme já disse, eu apresentei uma emenda na chamada MP dos Portos. Ela, no primeiro momento, não foi acatada pelo relator, mas, sem a minha presença – não faço parte da comissão – ela foi destacada e aprovada.

Eu gostaria, Sr. Presidente de trazer essa discussão, porque acho importante. A emenda, em si, para não cansar, o que ela prevê? Os contratos de arrendamento, celebrados anteriormente à Lei nº 8.630, de 1993. Trata-se de contratos cujos arrendamentos são anteriores à chamada Lei dos Portos. Esses contratos geram concessões a entidades privadas. São portos públicos, mas operados pela iniciativa privada.

O que aconteceu durante esse período? Foram feitos vários investimentos, e pretendem continuar.

A emenda que proponho é que, conforme a lei anterior à medida provisória, essas empresas teriam direito a uma única renovação. O prazo máximo é de 25 anos, ou igual. Agora, se o arrendamento foi de 10 anos, não poderá nunca ser maior o prazo de arrendamento do contrato original. Então, uma única vez e limitado ao prazo que a medida provisória prevê agora, que é de 25 anos.

Para fazer essa renovação, essas empresas têm que se adaptar. Eu deixo claro na emenda as condições da medida provisória, ou seja, investimento e todas as condições que a medida provisória já traz.

Qual é a preocupação? A preocupação, Sr. Presidente, é como essas empresas estão operando. Se não tomarmos cuidado, ao findarem, vários contratos, cujos prazos estão expirando, não se terá prazo para nova licitação. Podemos ter empresas que vão ficar sem poder fazer essa operação, e o governo pode romper – isso está claro – o contrato na hora que quiser. Na verdade, é uma preocupação muito mais com a continuidade das nossas exportações.

Não consigo entender como essa medida provisória pode atrapalhar, se a característica é exatamente essa, de modernizar, trazer mais investimento e fazer com que a operação seja a mais ágil possível.

Tenho aqui cópia da emenda, que é apenas e tão somente para que a gente possa... Evidentemente que esse pedido nasceu de...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – A emenda foi acatada?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Foi acatada e está fazendo parte. É claro que vejo notícias de que o governo pode vetar. É um direito. É o que eu digo, o governo tem sempre o direito de vetar, agora, o que nós não podemos mais é deixar de apreciar vetos nesta Casa.

Mas, a emenda tem essa finalidade e eu gostaria de trazer para a discussão, até para tornar transparente mesmo qual a motivação que me fez apresentar esta emenda nessa comissão mista que tratou da medida provisória.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, para discutir e contribuir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Essa é até uma incoerência, porque essa medida provisória – um minutinho, Senadora – que trata dos portos tem como finalidade exatamente dinamizar o processo, fazer com que a iniciativa privada possa fazer maior volume de investimentos e tornar os portos do Brasil absolutamente operáveis, porque o que nós temos hoje é uma coisa inacreditável.

Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, eu queria aduzir à iniciativa do Senador Moka.

Estamos vivendo um momento, para o setor da produção agropecuária brasileira, extremamente grave. Cargas são devolvidas ao Brasil, por não cumprimento dos prazos de entrega, no caso de soja. Estamos com problemas de logística de toda ordem. As filas dos caminhões, que são, na verdade, os silos para os grãos produzidos, cada vez mais há uma previsão, Senador Acir, de 183 milhões de toneladas na safra deste ano e estamos vivendo um verdadeiro apagão logístico que afeta dramaticamente a produção agropecuária de Rondônia a Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Rio Grande, Mato Grosso.

A emenda do Senador Moka tenta... O objetivo principal, ao ler a emenda do Senador, é evitar uma tragédia maior, porque quando há uma discussão sobre mudança e alteração, isso se prolonga ao longo do tempo. Aí o terminal vai ficar fechado? Já estamos com um gargalo sério.

Então, a iniciativa tem esse senso de oportunidade, com a lógica de quem pensa na situação real de

como está a logística brasileira hoje: cara, ineficiente e comprometedora para a imagem do Brasil no exterior, como foi o caso da questão da devolução da soja por falta de contrato.

Nem vou discutir que podem usar para fazer especulação, para derrubar preço. Aí é outra discussão. Mas o fato é que nós estamos numa situação de absoluto apagão na área da logística e isso é visto diariamente pelas imagens. Não é nem invenção, é a imagem que a gente vê nas nossas estradas, nos nossos portos. Uma situação extremamente insuportável.

Então, o mérito da emenda do Senador Moka é que ela vem exatamente para corrigir ou evitar que se agrave o problema no sistema portuário brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Eu gostaria só de fazer uma observação para o Senador Moka, para uma reflexão e uma análise. Se V. Ex^a achar compreensível e adequado, poderia até propor um requerimento para chamarmos o Ministro dos Portos para discutir isso aqui, porque tem vinculação direta com a Comissão os portos e o escoamento da nossa produção. É apenas uma sugestão.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, é que essa medida provisória vai para discussão na Câmara e voltará ao Senado.

Eu estou tomando essa iniciativa de trazê-la aqui porque achei importante que a emenda... Veja bem, ela foi destacada mesmo não sendo da Comissão. Eu achava que ela pudesse ser aproveitada inclusive pelo Relator. Aí não estou discutindo. Foi destacada, aprovada e agora, evidentemente, será discutida. Eu estou apenas...

Até porque, Sr. Presidente, é função do Parlamento discutir essas coisas. Acho que o Parlamento tem que provocar essas discussões. Se certo ou errado, nós temos que debater o assunto, porque às vezes no debate surgem essas alternativas.

Coloco que o que me motivou a fazer essa emenda não foi simplesmente fazer com que alguém que esteja operando tenha direito de mais uma concessão. Não é isso. É a preocupação de que – como disse a Senadora Ana Amélia – em algum momento, ao vencer um contrato a gente não tenha um prejuízo. Então, ao se garantir... Desde que...

Isso aconteceu no setor elétrico, recentemente. As concessionárias, desde que com investimento, desde que se adaptem à nova medida provisória, eu não vejo porque não se possa renovar mais uma única vez, no prazo que elas detinham. Sinceramente, não vejo qual o prejuízo. Se tem que se adaptar, se tem uma única vez, por que não? É apenas e tão somente com essa argumentação.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Veja bem, veja bem...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Acir, Sr. Presidente.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – O Senador Acir está na vez. E veja bem...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – V. Ex^a vai...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – E o Moka é de um Estado que não tem portos. Se até ele se mobilizou e sente esse reflexo extraordinário, imagina quem convive, como nós, com cinco portos? E outros colegas do Brasil inteiro.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas os nossos produtos do Mato Grosso do Sul precisam dessas exportações. O nosso Estado exporta muito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Eu acho, Senador Moka, que a emenda de V. Ex^a, mesmo não tendo sido acolhida pelo Relator, desde que foi destacada e aprovada já faz parte do relatório dele. Já está incorporada ao relatório.

Com a palavra o Senador Acir e depois, para discutir o mesmo assunto, o Senador Jayme; e posteriormente com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Eu saúdo e cumprimento o Senador Moka por ter incluído a emenda desse projeto, que é da maior importância para o nosso País. Nós estamos falando aqui em infraestrutura, debate do assunto, chamada de responsabilidade do Governo com relação às nossas estradas, ferrovias, hidrovias, portos, aprovação dessa MP foi de fundamental importância, com essa emenda do Senador Moka.

Temos que visualizar, Senador Moka, que temos um contrato vigente. Quando começa a terminar esse contrato, a empresa não vai investir mais porque sabe que vai findar o seu contrato. Por que vai investir? A renovação estimula o investimento, a continuidade do investimento para que não haja um apagão, como muito bem disse a Senadora Ana Amélia, com relação a nossos portos, que já estão com problemas. Embora seja um problema, é positivo porque é da dor do crescimento, como disse a Senadora Ana Amélia. É um problema que temos que resolver para dar vazão à produção agrícola brasileira. Isso é positivo. Isso é bom, embora, claro, gostaríamos que não houvesse

esse problema, que houvesse um aumento de produção e que os portos, as rodovias e as nossas ferrovias já estivessem prontas para dar vazão a esse crescimento. O fato é que o Brasil está crescendo, está se desenvolvendo e a posição do Governo em privatização dos portos, com essa emenda em renovação dos contratos já existentes, fortalece e solidifica a questão dos portos no Brasil.

Portanto, meus cumprimentos, Senador Moka. Vamos realmente ter de novo essa matéria em discussão aqui. V. Ex^a pode contar com nosso apoio, pois os contratos que se têm com o Governo, de empresas que estão cumprindo o contrato e se adaptam à nova medida provisória, à nova realidade brasileira, por que vamos substituir, por que vamos trocar? A troca por si só implicaria uma paralisação de no mínimo um ano para substituição e retomada das atividades. Uma empresa que já está trabalhando, já está na ativa, vai ter condições de continuar o investimento, acelerar o investimento, aliás, não é continuar, para que possamos ter o benefício dessas empresas aos agricultores e produtores do nosso País.

Cumprimento o Senador Moka.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também quero me congratular com o Senador Moka pela feliz iniciativa de propor também essa emenda na medida provisória, permitindo naturalmente uma melhora nos nossos portos.

Domingo, os senhores acompanharam o Fantástico em relação à infraestrutura do Brasil: primeiro, as ferrovias; depois, a questão dos portos, etc. Uma demonstração clara e inequívoca de que estamos atrasados.

A Ferrovia Norte-Sul, Senador Benedito de Lira, já se fala há mais de 30 anos. Iniciou-se na década de 80, no Governo José Sarney. Essa ferrovia até agora não ligou coisa alguma a coisa alguma, muito pelo contrário. Lamentavelmente, está deteriorada. Foi um investimento altíssimo, bilhões e bilhões de reais, mas infelizmente não atendeu a sua finalidade, que era o escoamento da produção dessa vasta região do Brasil. Nesse caso, temos que discutir um conjunto.

Estive há poucos dias na Presidência da República, eu e vários Senadores da Comissão da Infraestrutura. Participou conosco a Ministra Gleisi Hoffmann, Bernardo Figueiredo, Secretário da área dos transportes modais no Brasil. A perspectiva que ele mostrou foi das melhores. Entretanto fico muito desconfiado, pelo fato de que hoje não é política de Estado, é política de governo. O que temos que ter clara visão, Senador Moka,

é que o Brasil precisa ter política de Estado. Entra um governo, não é prioridade aquela obra que foi iniciada pelo outro Presidente e sempre sofre interrupções, com isso, onerando, com certeza, os cofres públicos.

Na Ferrovia Norte-Sul, praticamente 50% dos trilhos que estão lá vão ter que ser trocados, ou seja, já se deterioraram. Compraram material importado da China que não aguenta o peso. O aço que foi comprado não aguenta o peso, aqui, dos vagões. E, assim, uma sequência. A infraestrutura: foi feita a terraplanagem para o assentamento dos trilhos, mas ela também não suporta pelo fato de que foi feito para uma base que não condiz com a quantidade de tonelagem que vai naturalmente trafegar, passar pela ferrovia.

São providências que têm que ser tomadas no Brasil. Imagino que nós temos é que privatizar. Muitas obras, principalmente do setor rodoviário, que o Governo está construindo e, depois, vai privatizar. E eu concordo. Até pelo fato de que o retorno do investimento como esse de qualquer cidadão que participa de um processo de construção como este é de longo prazo. Esses investimentos são caros e onerosos, mas o Governo já está saindo com esse projeto de privatização, sobretudo para modernização dos portos. Particularmente, eu acho que se nós não abrirmos para a iniciativa privada uma participação de forma efetiva nesse processo de modernização de portos, rodovias, hidrovias e ferrovias, nós não vamos chegar a lugar nenhum.

Há um sucateamento total daqueles investimentos feitos lá atrás, há 10, 15, 20 anos. E esses investimentos, imagino, tem que sofrer a revitalização de um processo que possa melhorar o escoamento da nossa produção. É vergonhoso o que está acontecendo: perdemos vendas, os atrasos, inclusive formando uma cadeia. Não sei se o senhor percebeu, mas o próprio transportador – coitado do motorista do caminhão –, que sai lá de Sorriso, no Mato Grosso, e fica oito a dez dias até chegar lá, parar três, quatro dias, cinco dias, para aguardar o desembarque do seu produto. É um prejuízo enorme!

Então, forma-se uma cadeia de prejuízos, não só para o produtor, mas para todos nós, até o transportador, o coitado do cidadão que tem um caminhão, perde.

De maneira que acho que algumas providências têm que ser tomadas e é louvável e meritória a iniciativa do Governo Federal de fazer essa medida provisória prevalecer o quanto antes.

E acho que um ponto interessante também, Senador Benedito de Lira, foi que esta semana houve um avanço da aprovação da Medida Provisória nº 594, que retirou o PIS/Cofins etanol e melhorou para os pro-

dutores. Os produtores do Norte e Nordeste estavam sendo penalizados sobremaneira.

O que mais me deixou feliz é que se abriu uma linha de crédito. Já existia uma linha de crédito, mas com juros escorchantes. Agora, reduziram-se as taxas de juros, permitindo a ampliação sobretudo na cana. Com certeza, está havendo uma queda de produção no Brasil, pelo fato de que o usineiro está descapitalizado. Se o senhor fizer um balanço no Brasil, há um número grande de usineiros praticamente quebrados, falidos, porque o Governo Federal, além da carga tributária que é pesada, pela questão logística, não tem aberto nenhuma linha de crédito que permitisse favorecer o empresário para investimento na terra.

E queria fazer um apelo a V. Ex^a: o Governo aumentou agora de 20% para 25% de etanol para colocar na gasolina. E temos percebido, sem nenhum dado na mão aqui, que o Governo tem aumentado, as indústrias a produção de carros *flex*, carros que usam o álcool, o etanol. Entretanto, nós temos ainda um potencial enorme, Senador Benedito de Lira, mas há as restrições ambientais.

Vou dar um dado a V. Ex^a existe um decreto, lá atrás, quatro ou cinco anos atrás, que fizeram contra nós que estamos na Bacia do Alto Paraguai, no Estado de Mato Grosso, inviabilizou 122 cidades de plantar cana. O que mais me deixa perplexo é que numa região que já está produzindo cana, os Municípios de Tangará, Barra dos Bugres e outros que já estão alguns há 20 a 25 anos produzindo cana e açúcar e sofreram a restrição de ampliação. O que acontece? Na medida em que o Governo revogar esse decreto, só o Mato Grosso tem condições de fornecer ao Brasil, sem derrubar uma árvore, só em áreas degradadas, nos próximos dez anos, no mínimo, um milhão de hectares. Só em uma região chamada Vale do Arinos, no Município de Juara, Porto dos Gaúchos, já existia estudo e pesquisa, tudo em condições para montar uma indústria lá e, inicialmente, iam plantar 40 mil hectares. E proibiram, ou seja, inviabilizaram a nossa região dizendo que, com o aumento das áreas do Estado, nós íamos contaminar o Rio Paraguai.

Imaginem, o Rio Paraguai fica distante 500 a 600 km dessa cidade. Então, é um absurdo, um crime que cometem contra aqueles que querem produzir no Brasil.

Vou trazer para o senhor o estudo, o decreto, porque esse decreto tem que ser revisto, inviabilizou uma região altamente produtiva. E a nossa produção é bem maior do que o próprio Estado de Alagoas. Se o senhor pegar, por hectare de terra, quantos litros são produzidos de etanol lá, no mínimo, o Mato Grosso produz 30%. Esses são os dados, pela minha informação.

É um debate que vou propor aqui, em um requerimento nos próximos dias, para que esta Comissão também se engaje nesse processo de podermos produzir mais etanol, com condições de competitividade para o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – É muito interessante, é muito importante, Senador, esse assunto que V. Ex^a traz. Falo com conhecimento de causa.

Meu Estado, o pequenino Estado de Alagoas, penúltimo Estado da Federação, há algum tempo, era o segundo maior produtor de açúcar e álcool, no Brasil. Perdia para São Paulo, naturalmente. Tínhamos um parque industrial da ordem de, aproximadamente, 43 usinas. Hoje estamos com 23. Dessas, duas estão sobrevivendo e as demais, todas, passando por dificuldades enormes.

É importante esse assunto. V. Ex^a traz esses elementos para que a gente possa fazer uma discussão aqui, na comissão que tem ação direta com o que V. Ex^a está fazendo.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Para contribuir, Sr. Presidente, nessa questão do álcool.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Senador Casildo, V. Ex^a não vai ter oportunidade de conversar mais. (Risos.)

Com a palavra o Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Só para esclarecer que há um projeto nesta Casa que já foi aprovado aqui na Comissão de Agricultura, do Senador Flexa Ribeiro, do qual sou Relator. Fui Relator aqui na CRA e sou Relator na Comissão de Meio Ambiente. Ele autoriza o Governo a financiar o plantio de cana-de-açúcar na Amazônia, porque hoje é restrito. Entendemos que é um absurdo não podermos plantar cana-de-açúcar na Amazônia, em áreas já transformadas, em áreas degradadas, e produzir o álcool consumido na região Amazônia.

É só para registrar que existe esse projeto de autoria do Senador Flexa Ribeiro, de que sou Relator. Estamos defendendo e aprovando esse projeto que é da maior importância para o País, não só para nós, em Rondônia, não só para nós, na Amazônia, mas para todo o País.

Hoje, utilizamos o álcool, em Rondônia, produzido no Mato Grosso ou no Estado de São Paulo. Olha o custo de transporte desse produto! Queremos produzir o nosso próprio álcool na região amazônica, em áreas já transformadas, em áreas degradadas. Entendo que isso seja importante para o nosso Estado e para o nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, caros colegas, primeiro, as teses aqui levantadas, eu as subscrevo.

O Moka disse que o Estado do Mato Grosso do Sul não possui portos, mas tem a produção. Sensibilizado, ele leva... Essa MP vem ao encontro da ideia do Moka, do Senador Moka. Nós, em Santa Catarina, temos cinco portos: duas concessões públicas e três privados. Essa proposta só vem, e a proposta da MP é fortalecer os portos... Não pode nem se pensar em parar. Só temos que ir ao encontro disso para acharmos soluções.

É claro. A Amazônia não pode produzir álcool? Tem que produzir. Não pode como um todo restringir. É claro que existe o meio ambiente. Tem que ser feita uma coisa consorciada, sustentada, organizada. Não se pode parar.

Quero nesse instante... Onde está o Acir? (Pausa.) Esta aí.

Quero aqui, a razão principal, é agradecer ao Senador Acir por ter relatado *ad hoc* uma proposta. Eu tinha um compromisso. Peço desculpas por não ter chegado a tempo. Hoje é a última quinta-feira do mês e, nas últimas quintas-feiras de cada mês, na CNBB sempre tem um encontro de Parlamentares, às 8h, Senadores e Deputados. Estava lá o Pedro Simon e Deputado... Dentre eles, estava o ex-Governador, ex-Senador e, hoje, Deputado Júlio Campos. Estavam todos no encontro. Peço desculpas.

Quero agradecer ao Senador Acir por ter relatado. Nos 17 mil quilômetros de fronteiras, os programas têm sido fiscalizados, de fitossanitário, pelo Tribunal de Contas da União. Eu apenas... (Pausa.)

Mas tem lugar para todos naquela assembleia, de qualquer religião. Não tem problema. Viu, Júlio? A hora em que quiser ir. Viu, Jayme? Estávamos esperando a qualquer hora lá. Acho que é importante até... (Pausa.) Lá, na CNBB. Vão juntos. (Pausa.) É. Isso não... é um conagração de todas as religiões, se dão as mãos, acho que vale a pena.

Mas só para destacar uma parte nesse acórdão: nesses lugares, eles levantaram algumas desconformidades – não vou relatar porque o Acir fez – oito tópicos, quase que são os dez mandamentos de Moisés. Para destacar um parágrafo em que os procedimentos de operação e vigilância de agropecuária internacional aprovado, verificar nas divisas situadas em Corumbá, em Mato Grosso, Epitaciolândia, no Acre. Encontraram problemas do Oiapoque, no Amapá; em Aceguá, no Rio Grande do Sul; Itaqui, no Rio Grande do Sul, Jaguarão, no Rio Grande do Sul; em São Borja, no Rio

Grande do Sul, onde a fiscalização tem tido problemas nas questões fitossanitárias.

E observaram também que, nas fronteiras de Mundo Novo, em Mato Grosso do Sul, Moka, e Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, são locais em que essa atividade é realizada apenas em horário comercial.

Eu acho que, nessa questão da fiscalização sanitária, o Ministério da Agricultura tem que cuidar para encontrar uma solução a fim de que não funcione apenas em horário comercial. Isso é uma questão internacional. E a fiscalização fitossanitária, se passou o horário comercial, tem que ficar aguardando às vezes a noite toda.

São apontamentos que aqui chegaram que, de um certo modo, acho que desperta, é importante a defesa fitossanitária do Ministério da Agricultura procurar organizar e, se faltar recursos, tem que encontrar, porque não pode parar. Já existe problemas com os portos; agora, nas fronteiras! São acordos internacionais que têm que ser cumpridos. E nós temos que procurar aperfeiçoar cada vez mais.

Quero agradecer, Senador Acir, por ter relatado *ad hoc* por concessão do Presidente e nós termos feito esse assentamento aqui na Comissão de Agricultura no dia de hoje.

Apenas eram essas observações, Sr. Presidente e caros colegas.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Obrigado ao Senador Casildo Maldaner. Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente Benedito de Lira, apenas para me juntar ao Senador Jayme Campos, Senador Acir Gurgacz, com relação a esse absurdo desse decreto do ex-Presidente Lula que não permite financiamento, ou seja, proíbe o plantio de cana na Amazônia.

O que nós vemos hoje, lamentavelmente, com debacle da economia em nosso País... ainda hoje no Bom Dia, Brasil, a jornalista Miriam Leitão fazia referência exatamente ao déficit da balança comercial brasileira, que sempre foi superavitária e está, este ano, com déficit, se não me falha a memória, da ordem de US\$6 bilhões.

Um dos pontos que foram levantados, e é de conhecimento de todos, e que causam esse déficit é a importação de gasolina pela Petrobras. A Petrobras foi aparelhada pelo Governo do PT ao longo desses dez anos e está nessa situação em que se encontra e

que é do conhecimento de todos nós, lamentavelmente, perdendo espaço e perdendo posição no *ranking* das empresas mundiais em eficácia. É lamentável para nós, brasileiros, que temos na Petrobras um patrimônio nacional.

E aí nós estamos vendo que o Governo vem no sentido mais midiático, como sempre faz, de atender a essas ações em nível de economia: aumenta a mistura do álcool na gasolina para 25% a fim de diminuir o consumo, Senador Maldaner, de gasolina e, com isso, diminuir a importação. Só que vai pressionar a produção de etanol.

O Brasil está importando álcool também; importando álcool, importando etanol o Brasil. E nós temos, na Amazônia, áreas já alteradas. É isso que é importante, de que a Nação toda precisa tomar conhecimento. O que nós pretendemos e defendemos aqui, como disse o Senador Acir Gurgacz, que foi Relator do projeto de minha autoria aqui, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e o é também terminativamente na CMA, é utilização tão somente das áreas já abertas, ou seja, já alteradas, e campos naturais, porque a Amazônia não é uma Amazônia só, são diversos biomas, e há Estados e regiões de campos naturais. No Pará, existe, em Roraima, em Mato Grosso e em todos os Estados da Amazônia, existem essas regiões. Então, nesses espaços é que nós não entendemos por que a proibição de não se plantar cana para a produção de etanol e produção de açúcar.

Eu espero que possamos, numa próxima reunião da CMA – era para termos feito isso, Senador Benedito de Lira, nessa terça-feira, ontem, mas não tivemos quórum para deliberar na CMA, que o façamos na próxima terça, que, também, de quórum duvidoso, mas tão logo tenhamos o quórum –, aprovar o projeto de minha autoria e encaminhá-lo para a Câmara dos Deputados.

Eu quero aqui agradecer ao Senador Acir Gurgacz, que deu parecer favorável, e eu acompanho esse parecer favorável também na CMA.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Não havendo mais assunto a tratar, eu encerro a presente reunião, convocando-os para a próxima reunião, à hora regimental.

(Iniciada às 8 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 6 minutos.)

Edição de hoje: 820 páginas
(OS: 12314/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

